

6º Encontro Senac de Conhecimento Integrado: criatividade e colaboração



Comissão Executiva

Senac Bauru: Emmanuel Flores de Andrade

Senac Jundiaí: Mauro de Nardi Costa

Senac Piracicaba: João Carlos Goia

Senac Presidente Prudente: Rita de Cássia Holanda

Senac Ribeirão Preto: Juliano Marcio Calderero

Senac Santo André: Erika Rohrbacher

Senac São José do Rio Preto: Luis Carlos de Souza

Comissão Organizadora

Senac Bauru: Silvie Liane Alves de Mello

Senac Jundiaí: Robert Gabriel dos Anjos

Senac Piracicaba: Regina Maria Lordello e Silva e Fernanda Batista Lima

Senac Presidente Prudente: Renata Benisterro Hernandez

Senac Ribeirão Preto: Ana Cristina Osakabe Giacomini

Senac Santo André: Kátia Soares Falchi

Senac São José do Rio Preto: Georgia Padiar Peres

Comissão de Comunicação e Divulgação

Senac Bauru: Giovana Carolina Stopa

Senac Jundiaí: Paulo Vitor Targa Lima

Senac Piracicaba: Giovanna Perina Bonni

Senac Presidente Prudente: Helga Moncao Shirane Korch

Senac Ribeirão Preto: Thais Frateschi Monteiro de Carvalho

Senac Santo André: Rodrigo José Nunes Gasques

Senac São José do Rio Preto: Liury Cristina Schiavon Neves

Comissão Editorial e Científica

Senac Bauru: Flavio Mangili Ferreira

Senac Jundiaí: Liamar Mayer de Paula e Keli de Araujo Rocha

Senac Piracicaba: Emilio Antonio Amstalden, Clovis Delboni, Fabio João Paulo di Mauro,
Fabiano Pereira, Jorge Henrique da Silva

Senac Presidente Prudente: Ivan Márcio Gitahy Júnior

Senac Ribeirão Preto: Eduardo Vicente Soares

Senac Santo André: Lupércio Aparecido Rizzo

Senac São José do Rio Preto: Fernando Martins Silva, João Marcelo Rondina e Felipe
Colombelli Pacca.

Secretaria

Senac Bauru: Sueli Aparecida Teixeira Manduca

Senac Jundiaí: Eliane dos Santos Costa e Ana Carolina Periotto

Senac Piracicaba: Natália Felix Silveira e Rosane de Cássia Zaia

Senac Presidente Prudente: Eliane Rigolin Mendes de Araujo

Senac Ribeirão Preto: Lilian Celia Dantas Alecrim

Senac Santo André: Marinete Bento da Silva Dioli

Senac São José do Rio Preto: Ana de Fátima Barro

Comissão de Infraestrutura

Senac Bauru: Bernadete Rodrigues Biguetti

Senac Jundiaí: Rebeca Priscila Teixeira

Senac Piracicaba: Mariângela Brugnerotto e Arley Petterson Lafratta Ferreira

Senac Presidente Prudente: Iraiana Ramos Mariotte

Senac Ribeirão Preto: Bruno Santos Teixeira

Senac Santo André: Milene Pereira da Silva

Senac São José do Rio Preto: Mariani Gasperini Nunes e Simone Fernanda Cavalini

APRESENTAÇÃO

A sexta edição do Encontro Senac de Conhecimento Integrado: criatividade e colaboração foi realizado pelas unidades Senac Bauru, Jundiaí, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Santo André e Sorocaba. No período de 24/10 a 11/11 foi dado a alunos e convidados a possibilidade de apresentar com esse tema diferentes formas de conectividade e inovação nas diversas áreas de conhecimento, aproximando o evento da realidade de mercado e apresentando trabalhos de pesquisadores que estudam o tema de forma científica.

Assim, o evento instigou a reflexão nas áreas de educação, moda, ciência, saúde, tecnologia, gestão, comunicação, marketing, finanças, projetos, design, entre tantas outros. A partir da publicação deste grande conteúdo nestes Anais do evento, espera-se que este possa ser compartilhado e difundido no meio acadêmico e científico, colaborando para um novo pensar e o desenvolvimento de novas pesquisas e também um novo olhar para o mercado.

Além de reunir os trabalhos científicos, o evento também contou com palestras, debates, oficinas e apresentação de trabalhos científicos, proporcionando um espaço de troca de novos conhecimentos, colaboração e network.

Os autores dos trabalhos selecionados pela Comissão Editorial foram convidados a apresenta-los no formato pôster em cada unidade, numa proposta de transformar o conhecimento e difundir a pesquisa científica. Essa apresentação possibilitou aos participantes conhecer outros autores e novas maneiras de trabalhar temas próximos, aprofundando o entendimento das diversas formas apresentadas.

Dessa forma, o Encontro foi mais uma vez uma excelente oportunidade de compartilhar conhecimento e gerar discussão sobre temas atuais. Parabenizamos a todos que apresentaram seus trabalhos, os quais terão a desafiadora e motivadora missão de superar a qualidade do conteúdo na sua próxima edição em 2018.

Comissão Organizadora

PROGRAMAÇÃO

BAURU

Oficina: O Propósito para a Paixão - criatividade e colaboração

08/11/2017 das 19h30 às 21h30

Oficina: O Poder da Comunicação para o Crescimento Profissional

09/11/2017 das 19h30 às 21h30

Oficina: Colaboração, Criatividade e Trabalho em Rede

11/11/2017 das 9 às 11 horas

JUNDIAÍ

Palestra Magna: Criatividade e Colaboração

06/11/2017 das 19h30 às 21h30

Roda de Conversa: Os Desafios do Marketing na Era Digital

07/11/2017 das 19h30 às 21h30

Mesa Redonda: Gestão Financeira nas Micro e Pequenas Empresas

08/11/2017 das 19h30 às 21h30

Palestra: A Inovação que Gera Transformações

09/11/2017 das 18 horas às 21h30

PIRACICABA

Palestra: Desafios da Comunicação na Era Digital - Mitos e Verdades

07/11/2017 das 18h45 às 21 horas

Workshop: Criatividade e Inovação - comportamento essencial no mundo em transformação

08/11/2017 das 19 às 21 horas

Workshop: A Revolução do Vídeo nas Redes Sociais - como produzir e distribuir conteúdo

08/11/2017 das 19 às 21 horas

Palestra: Os Desafios da Liderança Inovadora

09/11/2017 das 19 às 21 horas

Workshop: Inovação e Inteligência de Mercado Aplicada a Empresas Familiares

09/11/2017 das 19 às 21 horas

Apresentações Oraís dos Trabalhos Científicos

11/11/2017 das 8h30 às 12h30

PRESIDENTE PRUDENTE

Palestra: Planejamento Estratégico e Concepção de Branded Content

06/11/2017 das 20 horas às 21h30

Workshop: Gerenciamento de Projetos: Ferramenta Estratégica para Gestão

07/11/2017 das 20 horas às 21h30

Workshop: Implantação do Núcleo de Segurança do Paciente

08/11/2017 das 10 horas às 11h30

Workshop: Gestão de Pessoas: uma ferramenta situacional

09/11/2017 das 20 horas às 21h30

Painel: Gestão de Projetos Sociais no Território

10/11/2017 das 10 horas às 11h30

Exposição: Pôsteres de Trabalhos Científicos e Comunicações Oraís

06/11/2017 até 11/11/2017 das 8h30 às 16 horas

RIBEIRÃO PRETO

Inteligência de Mercado no Mundo Corporativo

07/11/2017 das 19 horas às 21h30

Por uma Gestão de Saúde Humanizada

08/11/2017 das 9 horas às 11h30

Palestra com Humor: Liderança e as Melhores Práticas de Gestão

08/11/2017 das 19 horas às 21h30

Gestão em Ergonomia: desafios, tendência e normas

09/11/2017 das 9 horas às 11h30

O que são Projetos Sustentáveis

09/11/2017 das 19 horas às 21h30

Produção Audiovisual - do roteiro à veiculação

09/11/2017 das 19 horas às 21h30

Exposição de pôsteres trabalhos científicos e comunicações orais

11/11/2017 das 8h30 às 16 horas

SANTO ANDRÉ

Mas, afinal, o que é essa tal de organização?

06/11/2017 das 19h30 às 21 horas

Oficina: Elaboração do Currículo Lattes

07/11/2017 das 17 às 18 horas

Oficina: Coaching Aplicado à Negociação

07/11/2017 das 19 horas às 20h30

Intervenção: Musicoterapia Corporativa para Estimulação da Colaboração e Criatividade

07/11/2017 das 20h45 às 21h45

Competência dos Profissionais do Futuro: os robôs nos substituirão?

08/11/2017 das 19 horas às 20h30

Inovação na Prática - iniciando o processo de disrupção em uma grande empresa de dentro para fora

08/11/2017 das 20h40 às 22h10

Exercitando a Controladoria Pós Curso

09/11/2017 das 19h30 às 20h30

Workshop: Gerenciamento Integrado de Resíduos – desafios e soluções – metodologia 5R

09/11/2017 das 19 às 20 horas

A Importância da Engenharia de Segurança do Trabalho junto à Crise Previdenciária

09/11/2017 das 20h30 às 21h30

Mesa-redonda: Educação e Inovação - tradição e modernidade

10/11/2017 das 19h30 às 21 horas

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Empreender, Criar e Colaborar – oportunidades para um mercado em constante mudança

24/10/2017 das 19h30 às 21h30

Criatividade e Colaboração em Gestão: negócios, pessoas e projetos

25/10/2017 das 19 horas às 20h30

Marketing Digital e Big Data: ferramentas de análise, gestão e vantagem competitiva

25/10/2017 das 20h45 às 22h15

Ferramentas de Geração e Seleção de Ideias para ações voltadas a Meio Ambiente e Qualidade

26/10/2017 das 19 horas às 20h30

Compreensão Lúdica de Projeto de Interiores em Ambiente Hospitalar

26/10/2017 das 20h45 às 22h15

Apresentação Oral de Trabalhos Publicados Selecionados pela Comissão Editorial do Evento

28/10/2017 9h30 às 12h30

Apresentação de Pôster de Trabalhos Publicados Selecionados pela Comissão Editorial do Evento

28/10/2017 das 13h30 às 15h30

SOROCABA

Palestra Magna: Novas Profissões Criativas

25/11/2017 das 10 às 12 horas

Mesa-redonda: Economia Criativa - redes temáticas

27/11/2017 das 19 horas às 20h30

Apresentações dos trabalhos acadêmicos

27/11/2017 das 20h50 às 22h20

Mesa-redonda: Criatividade e Colaboração - ferramentas para a sustentabilidade

28/11/2017 das 19 horas às 20h30

Apresentações dos trabalhos acadêmicos

28/11/2017 das 20h50 às 22h20

Mesa-redonda: Inovação no Mercado de Trabalho

29/11/2017 das 19 horas às 20h30

Apresentações dos trabalhos acadêmicos

29/11/2017 das 20h50 às 22h20

SUMÁRIO

BAURU	30
A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS PARA ONG DE PROTEÇÃO ANIMAL	31
IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE GESTÃO DE PESSOAS EM UMA EMPRESA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	36
A GESTÃO DE PROJETOS NAS <i>STARTUPS</i> E A INFLUÊNCIA DO PERFIL EMPREENDEDOR	44
PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUÍSTICA ALIADA AO SUCESSO DE RESULTADOS NO MUNDO CORPORATIVO	55
O PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EM UMA EMPRESA NO RAMO ALIMENTÍCIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	69
AVALIAÇÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DO RAMO ALIMENTÍCIO	74
TRANSFOBIA E PUBLICIDADE: AFIRMAÇÃO E VISIBILIDADE	79
IMPACTO DA GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	92

PROPOSTA DE UM PROGRAMA DE GESTÃO OCUPACIONAL SUSTENTÁVEL EM UMA EMPRESA PRODUTORA E FORNECEDORA DE CANA DE AÇUCAR 99

SEGURANÇA NO TRABALHO: PREVENÇÃO A ACIDENTES COM PERFUCORTANTES EM UM LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS 113

PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL COM BASE NA NORMA NBR ISO 14001 EM UMA EMPRESA COM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE CERTIFICADO ISO 9001:2008 119

BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO: ISO 9001 E OHSAS 18001 EM UM AMBIENTE FRIGORÍFICO 125

GESTÃO DE COLETA SELETIVA EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE 132

DESCARTE E REUSO DO RESÍDUO DE EPS – POLIESTIRENO EXPANDIDO - "ISOPOR" EM ÂMBITO DOMÉSTICO NO MUNICÍPIO DE BAURU 136

PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO LEGAL DE UMA ÁREA LOCALIZADA NO VALE DO IGAPÓ EM BAURU-SP 140

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS 145

A COMPREENSÃO DOS PAIS ACERCA DA SEXUALIDADE DOS FILHOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 150

APLICANDO POLÍTICAS DE SENHAS SEGURAS NAS ORGANIZAÇÕES	165
AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL: ESTUDO DE CASO COM UTILIZAÇÃO DE ARDUINO, SENSORES E APLICATIVOS MOBILE	174
INTERNET DAS COISAS: PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO	187
APLICAÇÃO MOBILE E TECNOLOGIA IBEACON COMO SOLUÇÃO EM ACESSIBILIDADE	200
CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA APLICADOS À CRIPTOGRAFIA	213
JUNDIAÍ	216
A APLICAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS PARA MINIMIZAR AS CAUSAS DE INSUCESSO DAS <i>STARTUPS</i>	217
QUEBRANDO O TABU: A GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARTICIPATIVA DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA A METODOLOGIA CIENTÍFICA	233
COMO FOMENTAR A REFLEXÃO PROFISSIONAL EM JOVENS: SEMANA VOCACIONAL – SEVOC	241
CONSTRUÇÃO DE UM APLICATIVO PARA JOGO DIGITAL EDUCACIONAL	255

DESTINAÇÃO PARA O RESÍDUO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PAVIMENTO ASFÁLTICO, DAS OBRAS LINEARES DE SANEAMENTO BÁSICO DO EXTREMO NORTE DE SÃO PAULO	260
O IMPACTO E-SOCIAL SOBRE EMPRESAS E EMPREGADOS	269
BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA GESTÃO AMBIENTAL COM BASE NA ISSO 14001	285
APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS E ORIENTADA POR PROJETOS: SALAS DE AULAS COMO LABORATÓRIOS DE CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO	297
EDUCAÇÃO CORPORATIVA E TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA LIGAÇÃO CADA VEZ MAIS PRÓXIMA	315
ABORDAGEM POR PROCESSOS INTEGRADA À CERTIFICAÇÃO ISO 22716:2007	325
A RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA NA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇO	340
A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO POR CHUVEIRO AUTOMÁTICO	352
ACIDENTES DE TRABALHO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA - SP	365
CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	378

ANÁLISE DE RISCOS DO TRATAMENTO QUÍMICO DE SEMENTES COM ABAMECTINA	383
ANÁLISE SOBRE APLICABILIDADE EM LOJAS DE VAREJO FORA DO AMBIENTE SHOPPING CENTER DE SOFTWARE DE ANÁLISE DE CUSTO OPERACIONAL	398
APLICAÇÃO SEGURA DE VÁLVULAS INDUSTRIAIS TIPO GLOBO, GAVETA E RETENÇÃO	413
ARBITRAGEM NO DIREITO DO TRABALHO	429
ÁREAS DE CONVIVÊNCIA NO CANTIERIO DE OBRAS	444
CRIATIVIDADE E COLABORAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i>	458
DIFICULDADES DE ADEQUAÇÃO DA NORMA 12 NA INDÚSTRIA	474
EDUCAÇÃO, ÉTICA E O ENSINO DE CONTABILIDADE FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS	487
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM UMA CLÍNICA VETERINÁRIA	499
ESTUDO SOBRE A MOTIVAÇÃO PELA ÓTICA DA TEORIA DA EXPECTATIVA	512
INTERSECÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E LINGUÍSTICA NO APRENDIZADO DE INGLÊS: UM "INGLÊS BRASILEIRO"	526

MINHAS CAMINHADAS PELA DANÇATERAPIA	533
O USO DO JOGO DIGITAL COMO TECNOLOGIA DA PRÁTICA EDUCACIONAL	539
O DIREITO DE RECUSA AO TRABALHO	546
O PAPEL DO LIDER NO DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES DE ALTO DESEMPENHO	557
PISCINA, REQUER CUIDADOS PARA MELHOR APROVEITAMENTO SEGURO E DIVERSÃO GARANTIDA	566
PMO: A NECESSIDADE DA INTEGRAÇÃO DA GOVERNANÇA, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS PARA MITIGAR AS AMEAÇAS AOS NEGÓCIOS DA ORGANIZAÇÃO	578
PROJECT MODEL CANVAS E SUAS RELAÇÕES COM AS STARTUPS	595
PROPOSTA DE PLANO DE AÇÕES PARA UMA MICROEMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS <i>PET</i>	608
QUAIS SÃO OS FATORES QUE LEVAM OS COLABORADORES AO ENGAJAMENTO ORGANIZACIONAL?	618
REQUERIMENTOS LEGAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA AUTOMATIZADO DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO	631
SISTEMA CONTRA INCÊNDIOS EM COZINHAS INDUSTRIAIS	641
SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO VS CIPA	652

TECNOLOGIA E SOCIEDADE: UM ENSAIO ACADÊMICO POR UMA RELAÇÃO DEMOCRÁTICA	663
VISITA GUIADA AO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	671
PIRACICABA	674
A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO DETERMINANTE NO ORDENAMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – A CIDADE DE INDAIATUBA	675
A PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA DOS COLABORADORES EM RELAÇÃO AO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DE UMA MULTINACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	684
A PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA AGENCIA FRANQUEADA DOS CORREIOS NA BAIXADA SANTISTA/SP	697
CHÁCARA WOLF: ENTRE A MODERNIDADE E A TRADIÇÃO	708
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – AVENIDA CHARME HOTEL	716
PROPOSTA DE MELHORIA NA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DE ESTOQUE DA MPW LAVANDERIA INDUSTRIAL	720
PRESIDENTE PRUDENTE	737
A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	738

A IMPORTÂNCIA DO ATIVO INTANGÍVEL NA CONTABILIDADE: MARCAS E PATENTES	748
A GESTÃO ESPORTIVA NO ATLÉTICO CLUBE PARANAÍ	761
PLANO DE NEGÓCIOS – LOJA- LOJA	780
LOJA VIRTUAL GRÁTIS PARA EMPREENDEDORES	780
A DESCARACTERIZAÇÃO DO PAPEL DA PESSOA IDOSA INSTITUCIONALIZADA: UMA REVISÃO SOBRE A HISTÓRIA	787
OS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS	800
A REFORMA EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: A LÓGICA DO CURRÍCULO UNIFICADO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	814
DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: PRÁTICA PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO E RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO	824
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: SÍNDROME DE DOWN, INCLUSÃO E OS DESAFIOS EM SALA DE AULA	833
O USO DAS TIMS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	842
A IMPORTANCIA DA BRINQUEDOTECA ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA TIMIDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	856

TEAM BASED LEARNING ASSOCIADO AO USO DA FERRAMENTA DE INTERATIVIDADE KAHOOT	864
O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP E A EDUCAÇÃO NO FUTURO: UM ESTUDO COM CENÁRIOS PROSPECTIVOS	873
FORMAÇÃO DOCENTE: O DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE AULA POR MEIO DA REDE SOCIAL FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE EAD PARA INTERAÇÕES, COLABORAÇÕES E PESQUISAS	882
A METODOLOGIA ATIVA PEER INSTRUCTION NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	892
PLANEJAMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL – GERENCIAMENTO DE ESCOPO E DE CUSTO	898
O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL E A IMPORTÂNCIA DAS CONSTRUÇÕES DE CISTERNAS DE BAIXO CUSTO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	906
A TUTELA AO MEIO AMBIENTE E O ESTUDO DO IMPACTO AMBIENTAL	918
A PESQUISA EMPÍRICA NO DIREITO: CAMINHOS PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO NORMATIVA E DO PROCESSO LEGISLATIVO	924
CRITÉRIOS UTILIZADOS PELAS ORGANIZAÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DE NOVOS LÍDERES	929

O PAPEL DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E OS BENEFÍCIOS TRAZIDOS POR ELA EM EMPRESAS DE GRANDE PORTE	940
RIBEIRÃO PRETO	952
REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS ACERCA DO LIVRO E DA LEITURA NA CONTEMPORANEIDADE	953
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO: ESTUDO DE CASO COM JOVENS DEFICIENTES INTELECTUAIS E A PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	962
A INTEGRAÇÃO ENTRE A LOGÍSTICA E O MARKETING OBJETIVANDO AGREGAR VALOR PARA O NÍVEL DE SERVIÇO AO CLIENTE	977
O HUMOR POLÍTICO ATRAVÉS DOS MEMES: UMA ANÁLISE DO CASO JBS	990
AS NOVAS TECNOLOGIAS E A CONCEPÇÃO DE NOVOS GÊNEROS TEXTUAIS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	993
O CONCEITO MISSÕES EM PARALELO À ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL DOS ANOS 20 A 60	1003
INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS NOS CURSOS TÉCNICOS	1010
MODA – MODELAGEM E DESIGNER, A CRIATIVIDADE A SERVIÇO DA ACADEMIA DE MODA	1015
O FENÔMENO DA MODA: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESPÍRITO DAS ROUPAS E SEU PAPEL SOCIAL	1023

**AS EMOÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DO SUJEITO
LEITOR: DO DIALOGISMO EM BAKHTIN A TEORIA DAS EMOÇÕES DE
VIGOTSKI** 1030

**GERENCIALISMO E CURRÍCULO: UMA DAS CAUSAS DO MAL-ESTAR
DOCENTE** 1047

**MULHER EM PAUTA: UM OLHAR FEMININO SOBRE O
TELEJORNALISMO EM RIBEIRÃO PRETO** 1057

**QUEBRANDO O TABU: A GAMIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES
EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE ENSINO** 1067

**METODOLOGIAS ATIVAS: DO CONTEXTO HISTÓRICO AOS DIAS
ATUAIS** 1076

**OFICINAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O PROJETO
ECOTRUPE** 1091

A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NO FUTURO DO JORNAL IMPRESSO
1097

**O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E CULTURA AFRO-
BRASILEIRA NOS EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DO PNLD DE 2007 E
2013** 1111

**PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO COMO
FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE GESTÃO DE PESSOAS** 1118

CENTROS DE DISTRIBUIÇÕES (CDS) LOGÍSTICOS E SUAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS 1130

UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO DA COMPETÊNCIA DE EMPREENDEDORISMO EM CURSO TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA 1139

O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA RECEPTIVIDADE PELO CÓDIGO CIVIL DE 2002 1153

ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS COM EX-ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES SOB O OLHAR DO PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS 1162

SANTO ANDRÉ 1179

CHOVEU. E AGORA? A GESTÃO, A INOVAÇÃO E O MARKETING NO TURISMO BRASILEIRO 1180

A INFLUÊNCIA POLÍTICA NA GESTÃO ESCOLAR E PEDAGÓGICA 1187

A NOVA LEI DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO AUTÔNOMO, TERCEIRIZADO E AS EXPECTATIVAS PARA O FUTURO DA CATEGORIA DO PAÍS 1201

A PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO REALIZADO: UM ESTUDO COM USUÁRIOS DE INTERNET DO LITORAL SUL PAULISTA 1225

**ANTECEDENTES DOS BENEFÍCIOS PERCEBIDOS DE COMPLIANCE ÀS
POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NAS ORGANIZAÇÕES**

1244

EDUCAÇÃO NO MEIO AMBIENTE E MEIO AMBIENTE NA EDUCAÇÃO

1263

**CONTEXTO HISTÓRICO RELACIONADO À IDENTIDADE DOCENTE NO
ENSINO SUPERIOR**

1275

UM BREVE DIÁLOGO SOBRE A IDENTIDADE DO DOCENTE

1286

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

1296

**PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO POR MEIO DA CARACTERIZAÇÃO DO
PERFIL PSICOGRÁFICO E PSICOPEDAGÓGICO DO ALUNO: O QUE O
CHAPÉU SELETOR DE HOGWARTS TEM A ENSINAR SOBRE
EDUCAÇÃO**

1305

**A INFLUÊNCIA DO SONO NA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: O
CASO DA EMPRESA COCHILO**

1319

**O DISCURSO DA SAÚDE E DA SUSTENTABILIDADE: UMA REFLEXÃO
SOBRE DOIS RESTAURANTES PAULISTANOS**

1331

**UM ESTUDO SOBRE COMO A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA INFLUENCIA
O COMPORTAMENTO DE COMPRA DO CONSUMIDOR**

1344

NARRATIVA EM SALA DE AULA: NECESSÁRIA E LIMITADA

1364

COLABORAÇÃO E CRIATIVIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA	1379
CONFLITOS ESCOLARES	1389
O PERFIL DO EDUCADOR CONTEMPORÂNEO DESAFIOS DA PROFISSÃO TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO	1399
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1411
AVALIAÇÃO MEDIADORA NO ENSINO TÉCNICO	1422
FÁBULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O USO DESSA LITERATURA PARA A FOMENTAÇÃO DE UM LEITOR CRÍTICO-REFLEXIVO	1435
A PROFISSÃO DO PROFESSOR ESTA CHEGANDO AO FIM	1442
FESTA JUNINA LITERÁRIA: CRIATIVIDADE E COLABORAÇÃO EM ATIVIDADE CULTURAL NA BIBLIOTECA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC - SANTO AMARO	1450
GERENCIAMENTO DE <i>STAKEHOLDERS</i> EM UMA EMPRESA DE CARTOGRAFIA	1456
MÍDIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS, FORMAÇÃO DOCENTE E FERRAMENTAS DIGITAIS	1514
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: ESTUDO DE CASOS SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA EM DUAS EMPRESAS QUE OPERAM NO BRASIL	1531

**O CONSUMO DE STATUS E SUA RELAÇÃO COM A FELICIDADE SOB A
ÓTICA DE ALUNOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR** 1544

**O DECLÍNIO DA INTERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE PAIS E FILHOS E
SEUS REFLEXOS CONTEMPORÂNEOS E FUTUROS** 1562

O DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR NA CONTEMPORANEIDADE 1569

COMÉRCIO DIGITAL: QUESTÕES LEGAIS E SOLUÇÕES JUDICIAIS
1577

**O CONSUMO COLABORATIVO EM ESTRATOS ECONÔMICOS A E B NA
CIDADE DE SÃO PAULO – SP** 1591

**O DIREITO A APRENDIZAGEM É DE TODOS OS ALUNOS COM OU SEM
DEFICIÊNCIA** 1598

**AUTISMO: INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS GARATUJAS À ESCRITA
ALFABÉTICA** 1612

**A MULTIDISCIPLINARIDADE COMO FUNDAMENTO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DE JOVENS EM REGIME DE PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE: OS ITINERÁRIOS DE FORMAÇÃO E A PEDAGOGIA DA
ESCOLHA** 1619

**TURISMO DE AVENTURA: A FORMAÇÃO DE CONDUTORES ENTRE A
TEORIA E A PRÁTICA** 1631

**USINA MONJOLINHO E O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR
PAULISTA** 1637

VOCÊ TEM FOME DE QUÊ? AS GRADES CURRÍCULARES, A ESCOLA E O PLANETA QUE QUEREMOS	1644
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1649
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS NA CULTURA DIGITAL	1650
POESIA: O PRINCÍPIO ESPERANÇA E AS CONDIÇÕES DE LEITURA	1665
CAOS POÉTICO: O JOGO COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA	1677
UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA PDCA PARA CONTROLAR ESTOQUE DE MATERIAIS DE UMA CLÍNICA ODONTOLÓGICA	1683
PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM APP'S URBANAS – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	1698
A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO NA PSIQUÊ HUMANA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MORAL	1708
ESPORTES VOLTADOS A APRENDEIZAGEM NA GESTÃO DE PESSOAS	1711
MAPA DA MINA	1717
PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO WEB PARA AUXÍLIO DAS VÍTIMAS DE ABUSOS	1722

DESENVOLVIMENTO DE ABORDAGEM DIDÁTICA EM GRUPO VIRTUAL	1724
IMPLEMENTAÇÃO DE UM APLICATIVO PARA DOAÇÃO E TROCA DE LIVROS ENTRE LEITORES	1727
HORA DO RECREIO – UTILIZANDO MÍDIA IMPRESSA EM SALA DE AULA	1729
MATECA RANGERS – A UTILIZAÇÃO DE GAMES PARA APRENDER A TABUADA	1743
SAEVINHO – O LÚDICO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1752
SAI ZIKA - RIO PRETO CONTRA A DENGUE!	1763
APRENDENDO A HISTÓRIA DE VOTUPORANGA COM UM GAME DE RPG	1775
CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE CONFLITOS INTERPESSOAIS E FORMAS DE MEDIAÇÃO	1788
JOGOS E COMUNICAÇÃO MÉDICA COMO INOVAÇÃO DA RELAÇÃO MÉDICO PACIENTE	1801
A MOTIVAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE	1811
O PERFIL DO ALUNO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SEC. XXI: COMO PREPARAR O DOCENTE PARA AS PRÓXIMAS GERAÇÕES	1821

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO SUPERIOR: A TEORIA QUE NÃO SE TRADUZ EM PRÁTICA	1834
O DOCENTE E SUA ATUAÇÃO COMO <i>COACH</i> EDUCACIONAL	1842
EM BUSCA DO SER TOTAL	1850
A COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA COMO FERRAMENTA DE PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS SUSTENTÁVEIS	1861
O IMPACTO DAS REAÇÕES ADVERSAS ENVOLVENDO MORFINA E OXICODONA EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: UM ESTUDO DE REVISÃO	1878
A VERSATILIDADE DOS CENTROS DE USINAGEM EM PROCESSOS DE PRODUÇÃO	1891
O IMPACTO DA ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL NA NATUREZA	1907
CRIAÇÃO DE ARTEFATO ELEVATÓRIO DE SUCATA PLÁSTICA E OS BENEFÍCIOS DA REDUÇÃO DE CUSTOS E DO CONSUMO HÍDRICO	1923
ANÁLISE ESPACIAL DA COBERTURA VEGETAL PRESENTE NO CENTRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA (SP)	1936
INFLUÊNCIA DA ADUBAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE 10 ESPÉCIES NATIVAS NO MUNICÍPIO DE SOROCABA, SP	1942
ANÁLISE DA POLUIÇÃO SONORA NO CENTRO URBANO DE SOROCABA (SP)	1948

APLICAÇÃO DE FERRAMENTAS DA QUALIDADE PARA OTIMIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA EM SOROCABA	1954
A ILUMINAÇÃO NATURAL EM UM PROJETO DE PAULO MENDES DA ROCHA: ESTUDO DE CASO NO SENAC CAMPINAS	1961
BREVE INTRODUÇÃO À ENGENHARIA SIMULTÂNEA	1978
APLICAÇÃO DO KAIZEN: ESTUDO DE CASO E MELHORIA NO PROCESSO DE MONTAGEM DE PAINÉIS SOLARES	1987
AÇÃO ECOEFICIENTE PARA SUBSTITUIÇÃO DE AVALIAÇÕES IMPRESSAS NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA	1998
GENIALIDADE OU EGOCENTRISMO NA PEDAGOGIA ARQUITETÔNICA	2005
A REPRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DE UM BANQUETE IDEALIZADO POR AUGUSTE ESCOFFIER NOS GRANDES HOTÉIS DA BELLE ÉPOQUE	2038
A COMUNICAÇÃO DOS YOUTUBERS E A GESTÃO DA IMAGEM	2065
SMART CAMPUS FACENS	2083
BEM-VINDO AO CLUBE: ANÁLISE DO POTENCIAL IDEOLÓGICO NO DISCURSO <i>HARDCORE</i>	2093
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – IMPLANTAÇÃO DA CONTEINERIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAPELA DO ALTO – SP	2104

DEFINIÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA APA DO RIBEIRÃO ENGENHO D'ÁGUA EM PORTO FELIZ (SP) 2108

AVALIAÇÃO DE SÍLICAS BÁSICAS CONTENDO CÁLCIO COMO CATALISADORES HETEROGÊNEOS NA PRODUÇÃO DE BIODIESEL 2115

AVALIAÇÃO CATALÍTICA CTA-MCM-48 CONTENDO CÁLCIO NA PRODUÇÃO DE BIODIESEL 2127

A CRIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E AS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL 2132

ESTUDO DE MUDANÇA DE ARRANJO FÍSICO COMO MELHORIA PARA UM PROCESSO DE LIMPEZA DE BALÕES 2148

NOVAS PERSPECTIVAS NO TRATAMENTO DA DOENÇA DE ALZHEIMER: IMUNOTERAPIA ATIVA E PASSIVA 2157

ANÁLISE ERGONÔMICA NO PROCESSO DE AGITAÇÃO DE PRIMER 2170

BELEZA MADURA: A CONSULTORIA DE IMAGEM NA TERCEIRA IDADE COM DEFICIÊNCIA VISUAL 2188

O PERFIL DO PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO NA ERA DAS MÍDIAS SOCIAIS 2200

**TECNOLOGIAS MÓVEIS: OS IMPACTOS NA INTERAÇÃO SOCIAL E NO
PROCESSO COMUNICACIONAL** 2215

**AVALIAÇÃO DE CÓRREGOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE
SOROCABA: PROPOSTAS DE RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO** 2229

**CULINÁRIA AFRICANA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO
DA COZINHA BRASILEIRA** 2245

**REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ZONA CENTRAL DA CIDADE DE
SOROCABA – SÃO PAULO – USO MISTO, COMÉRCIO, CULTURA E
MORADIA** 2259

**ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DE ERGONOMIA NOS PROCESSOS
PRODUTIVOS EM EMPRESAS DE SOROCABA** 2272

**TRABALHO EM ONG'S: RELAÇÃO PRAZER E DESGASTE E AS
CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL** 2284

BAURU

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS PARA ONG DE PROTEÇÃO ANIMAL

Luana Iamaguti Fontes (USC); luanaiamaguti@hotmail.com *

Nirave Reigota Caram (USC); nirave.caram@usc.br

Palavras-chave: Comunicação no Terceiro Setor. Marketing 3.0. Mídias Sociais. Organizações Sem Fins Lucrativos. Proteção Animal.

INTRODUÇÃO

A comunicação, de forma geral, ocorre entre um emissor e um receptor, por meio de troca de informações mútuas utilizando um canal ou não. Neste contexto que se baseia a teoria e técnica, dentre outras formas de comunicação, da publicidade e propaganda. O marketing, também se apoia neste processo, utilizando a comunicação para atingir seu objetivo de satisfazer necessidades e desejos humanos. (BACCEGA; COSTA, 2009).

Na sociedade contemporânea, depois de muito ser estudado sobre o surgimento e evolução do conceito de marketing, Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010), conceituaram o marketing na era 3.0. Segundo esses autores, este último estágio evolutivo do conceito de marketing caracteriza-se pela complementação do marketing emocional com o marketing de espírito humano, focado não como meros consumidores, mas como ser humano pleno, constituído de mente, coração e espírito, a fim de que anseiem suas necessidades, transformando o mundo globalizado em um mundo melhor.

O marketing 3.0 está relacionado a mudar a maneira como os consumidores realizam ações na vida. Quando uma marca traz transformações, os consumidores a aceitam inconscientemente, como parte de seu cotidiano. É disso que se trata o marketing de espírito humano. (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2010)

Da mesma forma em que o comportamento das pessoas mudou e influenciou a maneira de agir das empresas, o inverso está ocorrendo nos dias atuais. Diversas companhias percebem a importância de cuidar do meio ambiente e da sociedade e, portanto, objetivam conscientizar os consumidores a mudarem suas atitudes. Por isso, elas investem no marketing para atingir o mercado. É nesse cenário que se apresenta o marketing verde, também conhecido como marketing ambiental, que consiste em uma forma de atuar no mercado de maneira ecologicamente consciente. Através dele, pode-se conseguir o comprometimento das pessoas com a sustentabilidade. (GUIMARÃES; VIANA; COSTA, 2015)

Em tempos de marketing 3.0, também é possível citar o marketing social, mais uma das aplicações do marketing, que possui a finalidade de, justamente, satisfazer as necessidades do público-alvo, porém com o objetivo de benefício social. Nos dias atuais, com a ocorrência das inúmeras crises sociais, essa satisfação de necessidades em prol da sociedade tem sido mais recorrente, sendo utilizada em organizações para influenciar para o bem, com força decorrente nos meios virtuais – marketing digital – propagando informações em diversas formas, principalmente em redes sociais, meios muito utilizados e de grande impacto.

A definição de marketing social inclui o conceito de marketing, na medida em que reconhece as necessidades individuais dos consumidores, porém com o objetivo de ir além deste aspecto, pois visa melhorar o bem-estar de toda a sociedade em que a empresa opera. [...] (BLYTHE, 2005, p.27).

Sendo assim, observa-se a importância de aprofundar os conhecimentos nos conceitos de marketing verde, que visa à valorização das causas ambientais, e de marketing social, que visa à valorização de causas sociais, visto que a causa de proteção de animais, foco nesta pesquisa que se encontra em estágio inicial, engloba os dois conceitos.

A comunicação de ONGs tem apresentado um grande desenvolvimento nos últimos anos, principalmente nas mídias sociais. Porém, justamente por serem organizações sem fins lucrativos, algumas não possuem recursos financeiros e estruturais para realizar uma adequada comunicação com os seus públicos. Sendo assim, a discussão sobre a importância da comunicação via mídias sociais se torna tão importante.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a importância da comunicação digital para a divulgação do trabalho de ONGs de proteção animal. Os objetivos secundários são: compreender o conceito de Marketing 3.0 e sua importância na contextualização do assunto estudado; assimilar os conceitos de Marketing Social e Marketing Verde e sua aplicação na sociedade com enfoque na proteção dos animais e, por fim, verificar a utilização das mídias sociais por ONGs de Proteção Animal.

METODOLOGIA

Foi utilizado o levantamento bibliográfico e pesquisa exploratória. A pesquisa bibliográfica foi realizada acerca dos assuntos: Marketing 3.0, Marketing Social, Marketing Verde, Marketing Digital e Terceiro Setor.

A pesquisa bibliográfica é o planejamento inicial de qualquer pesquisa que resulta em um texto sistematizado onde é apresentada toda a literatura examinada. É um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas e selecionar os documentos referentes ao tema estudado para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico (STUMPF, 2010).

A pesquisa exploratória foi realizada, de forma preliminar, levantando a comunicação digital nas mídias sociais por ONGs de proteção animal.

RESULTADOS

Como resultados, temos por hora a compreensão e aprofundamento sobre as teorias estudadas acerca do tema abordado: Marketing 3.0, Marketing Social, Marketing Verde, Marketing Digital e Terceiro Setor. Logo, podemos analisar e compreender a utilização da comunicação de ONGs de proteção animal no meio digital através das mídias sociais.

É necessário entender que o marketing na era 3.0 é basicamente voltado à influência aos consumidores de forma mais ativa e constante, com base em seus comportamentos, a fim de modificá-los. Essa nova era também relaciona-se com a era tecnológica, virtual, onde o nível de influência torna-se maior em relação aos consumidores, principalmente nas redes sociais, onde concentra-se o maior número de consumidores e influenciadores (KOTLER, KARTAJAYA E SETIAWAN, 2010). Com essa capacidade, o marketing social e o marketing verde podem se aplicar como parte da ideia por satisfazer as necessidades em prol da sociedade e para um bem maior, passando o conceito de preservação e sustentabilidade do meio ambiente simultaneamente.

Sobre o marketing social, atualmente pode ser definido como uma ferramenta estratégica de marketing e posicionamento, que associa uma empresa ou marca a uma questão ou causa social relevante, em benefício mútuo (BARROS, 2013). Como uma vertente do marketing tradicional, o marketing social é voltado à troca de esforços, a fim de melhorar a sociedade, buscando assim, aceitar uma ideia formada.

Referente à comunicação, o terceiro setor possui inúmeras instituições, que mesmo com recursos e planejamento limitados e precários, assim utilizam a publicidade como estratégia de comunicação a fim de atingir seus objetivos, sendo o primordial deles o desenvolvimento social. Esses recursos variam entre ONGs menores e maiores, porém as instituições atualmente possuem certa dependência em relação ao governo e empresas privadas, as quais apresentam necessidade de incluir a presença de parcerias com instituições a fim de que ampliem sua divulgação na sociedade (IG, 2013). O modo de realizar essas ações mais eficazes é por intervenção da Comunicação ou Marketing Digital,

por meio das mídias sociais, que possuem relações diretas, um elemento essencial para a comunicação da atualidade.

Com a pesquisa exploratória das ONGs de proteção animal na comunicação digital, pôde-se resultar:

A AMPARA Animal – Associação das Mulheres Protetoras dos Animais Rejeitados e Abandonados – é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em agosto de 2010. Utiliza, para estabelecer a comunicação com seus seguidores – e simpatizantes da causa –, as mídias sociais Facebook e Instagram. O conteúdo é voltado à apresentação das motivações da atuação da organização, assim como a missão e visão que norteiam o seu trabalho. Em agosto de 2017 a página no Facebook contava com mais de 360 mil seguidores e apresentava postagens regulares com conteúdo diversificado sobre os serviços prestados. O perfil no Instagram da ONG, no mesmo período, apresentava mais de 100 mil seguidores e possui conteúdo muito semelhante à outra mídia social.

A *World Animal Protection*, conhecida inicialmente como WSPA (*World Society for the Protection of Animals*) e em versão em português como Proteção Animal Mundial em suas mídias sociais, é uma organização mundial que visa valorizar, também, a importância do resgate e cuidado aos animais abandonados, assim como projetos contra maus tratos, mortes em massa de aves e a favor da proibição de carnes de frangos em *fast-foods*, proteção a animais silvestres, e atualmente, com projeto sobre a proibição da famosa “Vaquejada” em rodeios no Brasil, compartilhada em todos os canais de comunicação da ONG. Também em agosto de 2017 a página no Facebook contava com quase 600 mil seguidores, apresentando postagens regulares com conteúdo diversificado. O perfil no Instagram da ONG, no mesmo período, apresentava mais de 13 mil seguidores e trabalha de forma diferente, postando conteúdos diferentes entre uma e outra mídia social.

Ambas as ONGs possuem colaboração com celebridades e empresas privadas, respectivamente, mostradas ativamente em postagens no Facebook e Instagram das mesmas. Ambas utilizam as mídias sociais para estabelecer relacionamento com seus seguidores, mostrar o trabalho desenvolvido e levantar doadores e apoio.

CONCLUSÃO

Referente à comunicação, o terceiro setor possui inúmeras instituições, que mesmo com recursos e planejamento limitados e precários, utilizam a publicidade como estratégia de comunicação a fim de atingir seus objetivos, sendo o primordial deles o desenvolvimento social. Esses recursos variam entre ONGs menores e maiores, porém as instituições

atualmente possuem certa dependência em relação ao governo e empresas privadas, as quais apresentam necessidade de incluir a presença de parcerias com instituições a fim de que ampliem sua divulgação na sociedade (IG, 2013).

Visto os resultados iniciais da pesquisa, pôde-se concluir que as ONGs de proteção animal estão cada vez mais ativas nas mídias sociais, que possui grande acesso por parte da população nos dias atuais. Porém, ainda é necessário um crescimento constante e ativo no meio digital para a disseminação das ideias relacionadas ao cuidado e resgate animal.

Portanto, um maior aprofundamento sobre o tema é necessário. Assim, esta pesquisa será continuada por meio de uma investigação mais profunda, a fim de compreender o conteúdo apresentado nas postagens de ambas as ONGs e como é recebido por seus seguidores, visando mensurar o engajamento.

REFERÊNCIAS

- BACCEGA, M. A., COSTA, M. C. **Gestão da Comunicação:** epistemologia e pesquisa teórica. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BARROS, R. B. Marketing Social aplicado às ONGs. **Net.** Brasília, nov. 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7328/1/2013_RaissaBarretoBarros.pdf. Acesso em: 6 dez 2016.
- BLYTHE, Jim. **Essentials of Marketing.** Pearson, 2005.
- GUIMARÃES, C.; VIANA, L. S.; COSTA, P. H. de S. **Os desafios da consciência ambiental: o marketing verde em questão.** In: C@LEA – Cadernos de Aulas do LEA. n. 4, p. 94-104, Ilhéus – BA, nov. 2015.
- KOTLER, P., KARTAJAYA, H., SETIAWAN, I. **Marketing 3.0:** as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. São Paulo: Campus, 2010.
- ONGs de proteção aos animais sobrevivem entre doações pontuais e dívidas. **IG**, 2013. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-10-24/ongs-de-protecao-aos-animais-sobrevivem-entre-doacoes-pontuais-e-dividas.html>>. Acesso em: 3 jan. 2017.
- STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas, 2010.

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE GESTÃO DE PESSOAS EM UMA EMPRESA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL

Ana Lia Paes de Barros Mendes (USC); analia_mendes@hotmail.com *

Luciana Zanelato da Silva (USC); luciana.zanelato@gmail.com

Tatiana Cristina Gamba Bregadioli (USC); tatidc_bregadioli@hotmail.com

Resumo: O trabalho realizado visou sistematizar as práticas de Estágio Supervisionado em Psicologia Organizacional e do Trabalho durante o primeiro semestre de 2017, em uma empresa no ramo de automação localizada no interior do estado de São Paulo. Após a visita técnica e realização do diagnóstico organizacional, foi identificada a necessidade de realizar um programa de Avaliação de Desempenho (AD). Para atingir este objetivo, foi utilizada a metodologia de Escala Gráfica para autoavaliação e avaliação entre pares, visando identificar pontos de desempenho profissional satisfatório e os que necessitavam de melhorias. O programa AD foi aplicado em 11 colaboradores de um total de 15, que são, em sua maioria, graduados em engenharia mecânica, de produção e de automação. Os questionários continham 15 questões de múltipla escolha com quatro opções que variavam entre respostas satisfatórias e insatisfatórias. As questões envolviam os fatores avaliativos: planejamento, pontualidade, uniforme, organização, comunicação, conhecimento técnico, iniciativa, autogerenciamento, relacionamento com a equipe e cliente, motivação e estresse. Os dados de ambas avaliações foram tabulados, considerando resultados abaixo de 70% como insatisfatórios e acima de 70% como satisfatórios. A partir dos resultados obtidos no programa de AD, propõe-se ações de melhorias a serem utilizadas como ferramentas estratégicas de gestão de pessoas, como o planejamento de um programa de Treinamento e Desenvolvimento Humano (T&D), que priorize os temas como gerenciamento de estresse, comunicação e organização no trabalho, respectivamente, obtidos como resultados insatisfatórios nas avaliações. A partir dos instrumentos utilizados, as estagiárias puderam ampliar os conhecimentos diante das queixas e necessidades apresentadas pela empresa, a fim de contribuir para o desenvolvimento profissional dos colaboradores e ações estratégicas para a empresa.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional e do Trabalho. Avaliação de Desempenho. Ferramenta estratégica. Treinamento e Desenvolvimento Humano.

Abstract: The work realized aimed to systematized the practicing of the Supervised Internship in Organizational Psychology and of Working during the first semester of 2017, in a company that works at the automation field, at the countryside of São Paulo. After the technical visit and building of an organizational diagnosis was noticed the need of installing a program of Performance Evaluation (PE). To reach this goal, was used the Methodology of Graphic Scale, to self-evaluation and evaluation between pairs, aiming to identify points of satisfactory professional development and the ones that needed to improve. The program PE was applied in 12 contributors out of 15, that are, in its majority, graduated in Mechanical Engineering, Production Engineering and Automation Engineering. The questionnaires had 11 questions of multiple choice, with four options that would vary between satisfactory and unsatisfactory answers. The questions would involve the evaluating factors: planning, punctuality, uniform, organization, communication, technical knowledge, initiative, self management, relationship with the team and the client, motivation and stress. The data of both evaluations were tabulated, considering results under 70% as unsatisfactory and above 70% satisfactory. With the results obtained at the PE program, its proposed improving actions to be used as strategic tools for human management, with the planning of a program of Training and Human Development, that prioritize the subjects as are stress management, communication and organization at work, in that order, obtained as unsatisfactory results at the evaluations. With the tools used, the interns could amplify their knowledge because of the complaints and the needs showed by the company, willing to contribute to the professional development of the contributors and strategic actions to the company.

Keywords: Organizational Psychology and of Working. Development Evaluation. Strategic Tool. Human Training and Development.

INTRODUÇÃO

No ambiente corporativo muito se tem valorizado as competências técnicas e comportamentais dos indivíduos que integram e ocupam um cargo dentro da empresa, tornando fundamental a implantação de programas de avaliação de desempenho, o qual deve ser direcionado para a identificação, ajuste e reconhecimento do desempenho profissional, bem como trata de uma ferramenta estratégica utilizada pela área de Gestão de Pessoas com o intuito de manter ou aumentar a produtividade, decisões administrativas

e subsídios para implantação de várias ações de melhorias que visem benefícios para a empresa e para seus empregados no alcance das metas organizacionais e pessoais.

Neste sentido, a avaliação do desempenho é um processo de apreciação sistemática do desempenho dos trabalhadores no exercício das suas funções e que contribui para o seu desenvolvimento futuro. Também pode ser entendido como um processo pelo qual, a organização identifica em que medida o desempenho de cada trabalhador contribui para satisfazer os objetivos estratégicos e atingir os resultados da organização (CHIAVENATO, 2004).

Segundo Bergamini e Beraldo (2007), a avaliação de desempenho nas organizações constitui-se, portanto, no veículo da estimativa de aproveitamento do potencial individual das pessoas no trabalho. Lacombe e Masset (2011), também reforçam a ideia de que o principal objetivo é melhorar o desempenho dos avaliados nas posições que ocupam e que podem existir outros objetivos secundários, como dar subsídios para decisões sobre carreira profissional, identificar necessidade de treinamento ou ainda problemas na estrutura organizacional.

Para Chiavenato (2004), a avaliação de desempenho é um processo de redução de incerteza e, ao mesmo tempo, de busca de consonância, pois reduz a incerteza do funcionário ao proporcionar retroação a respeito do seu desempenho. Para o autor, a avaliação de desempenho tem várias aplicações e propósitos nos processos de gestão de pessoas, como base de informações para o recrutamento e seleção; oferecer informações sobre como as pessoas estão integradas aos seus respectivos cargos; auxiliar a empresa a decidir quem deve receber recompensas como promoção e aumentos salariais; indicam os pontos fortes e fracos de cada empregado da empresa, as potencialidades a serem ampliadas e as fragilidades a serem corrigidas; identifica as necessidades e tipo de treinamento para cada colaborador da organização.

Vários autores como Snell e Bohlander (2013), Pontes (2010), Chiavenato (2004), afirmam que há vários padrões para se avaliar o desempenho profissional, e que dependendo da política de Recursos Humanos adotada pela empresa, a responsabilidade pela avaliação pode ser atribuída ao gerente ou supervisor, sendo esta a mais tradicional, como também pode ser pelo RH, pela equipe de trabalho, pela comissão de avaliação, pelo próprio empregado (autoavaliação) ou ainda entre pares. Vale ressaltar que estes dois últimos tipos de avaliação foram adotados na presente empresa, sendo o foco de estudo do relato de experiência.

No que se referem aos métodos de avaliação de desempenho, há vários tipos como Escala Gráfica; Escolha Forçada; Pesquisa de campo; Método dos Incidentes Críticos; Listas de

Verificação; Avaliação por Objetivos; Avaliação 360 graus, entre outros (SNELL e BOHLANDER, 2013; CHIAVENATO, 2004).

Para que fosse atendida a necessidade identificada de realizar uma Avaliação de Desempenho, foi utilizada a metodologia Escala Gráfica, para autoavaliação e avaliação entre pares, visando identificar pontos de desempenho profissional satisfatório e os que necessitavam de melhorias.

Segundo Chiavenato (2004), o método das escalas gráficas avalia o desempenho das pessoas através de fatores de avaliação previamente definidos e graduados. Para tanto, utiliza um formulário de dupla entrada, no qual as linhas horizontais representam os fatores de avaliação do desempenho, enquanto as colunas verticais representam os graus de variação daqueles fatores. Os fatores serão previamente selecionados e escolhidos para definir as qualidades que se pretende avaliar.

Para finalizar um programa de avaliação de desempenho, Spector (2005), menciona sobre a importância do *feedback* aos avaliados, com o intuito de manter o bom desempenho, como também de traçar plano de melhorias quanto aos aspectos avaliados como insatisfatórios e que precisam de correção e mudança de comportamento, orientando os colaboradores como aprimorar suas habilidades e se desenvolver dentro de uma carreira profissional.

DESENVOLVIMENTO

OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo apresentar um programa de Avaliação de Desempenho (AD), através do método de Escala Gráfica, tendo como proposta a autoavaliação e avaliação entre pares, visando identificar pontos de desempenho profissional satisfatório e os que necessitam de melhorias.

A partir dos resultados obtidos no programa de AD, serão propostas ações de melhorias a serem utilizadas como ferramentas estratégicas de gestão de pessoas.

MÉTODO

O programa AD foi aplicado em 11 colaboradores, de um total de 15, pertencentes a uma empresa de ramo de automação que comercializa e desenvolve soluções para automação industrial de máquinas e equipamentos.

Os participantes, em sua maioria, são graduados em engenharia mecânica, de produção e de automação, sendo somente três colaboradoras do sexo feminino. Os colaboradores que não participaram do programa estavam em período de licença do trabalho.

Para realizar a Avaliação de Desempenho (AD) foi elaborado um questionário tipo Escala Gráfica, para autoavaliação e avaliação entre pares, contendo 15 questões de múltipla escolha, com quatro opções que variavam entre respostas satisfatórias (alternativas A e B) e insatisfatórias (alternativas C e D).

As questões envolviam os temas: planejamento, pontualidade, uniforme, organização, transmissão e recebimento de informações, tempo para realizar uma atividade, conhecimento técnico, iniciativa, autogerenciamento, relacionamento com a equipe, motivação, estresse e relação com o cliente.

A avaliação foi conduzida na sala de reuniões da empresa, em que os colaboradores foram divididos em duas equipes de seis e cinco pessoas. Houve uma apresentação audiovisual de slides, esclarecendo o programa AD aos colaboradores. Em seguida, houve a aplicação da autoavaliação e da avaliação entre pares, com uma hora e meia de duração para cada equipe.

Após a aplicação da AD, os dados foram tabulados e agrupados em tabela para melhor visualização, bem como foi dado *feedback* aos participantes, seguida da apresentação de uma proposta de treinamento e intervenção quanto aos fatores avaliados como insatisfatórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados da tabela 1 mostram os resultados da aplicação da autoavaliação e avaliação entre pares dos 11 participantes, seguindo o agrupamento de respostas e considerando 70% o percentual de respostas satisfatórias.

Tabela 1 – Resultado da Avaliação de Desempenho

FATORES AVALIADOS	Resultados Autoavaliação	Resultados Avaliação entre pares
1. Capacidade de Planejamento	81,81%	81,81%
2. Pontualidade	90,90%	90,90%
3. Utilização do uniforme	100%	81,81%
4. Organização no trabalho	72,72%	63,63%
5. Transmissão de informações	100%	90,90%
6. Forma de recebimento das informações	36,36%	100%

7. Tempo utilizado para realização das tarefas	81,81%	81,81%
8. Conhecimento Técnico	90,90%	81,81%
9. Iniciativa	100%	100%
10. Autogerenciamento do trabalho	90,90%	90,90%
11. Relacionamento com a equipe de trabalho	90,90%	90,90%
12. Motivação no trabalho	72,72%	63,63%
13. Estresse no trabalho	18,18%	45,45%
14. Produtividade	90,90%	90,90%
15. Relacionamento com o cliente	81,81%	81,81%

Fonte: elaborado pelas autoras.

De forma geral, os resultados foram semelhantes em ambas às avaliações, seja na autoavaliação ou entre pares, atingindo percentuais próximos.

Porém, nota-se que entre os fatores avaliados, os que se referiam à organização, comunicação, motivação e estresse no trabalho, os resultados ficaram abaixo de 70%, considerados como insatisfatórios.

A partir dos resultados obtidos na AD, propõem-se ações de melhorias a serem utilizadas como ferramenta estratégica de gestão de pessoas, como o planejamento de um programa de Treinamento e Desenvolvimento Humano (T&D), que priorize os fatores insatisfatórios. Para Volpe e Lorusso (2017), treinamento remete a um processo educacional de curto e médio prazo, aplicado de maneira organizada, por meio do qual as pessoas adquirem conhecimentos, posições e habilidades em função de objetivos previamente definidos dentro de uma instituição organizacional, uma vez que os fatores ditos como insatisfatórios podem prejudicar o desempenho profissional, redução da produtividade e criatividade no trabalho, bem como pode afetar as relações humanas.

Desta forma, utilizando-se o programa AD como uma ferramenta estratégica de gestão de pessoas, segundo Limongi-França e Arellano (2002), será possível melhorar os resultados das pessoas e da organização; conhecer o potencial de cada pessoa em relação a novos desafios; identificar necessidades de treinamento e desenvolvimento individuais e da organização; proporcionar oportunidades de crescimento profissional e de participação na organização; identificar problemas e oportunidades de melhoria relacionada à gestão de pessoas; estimular e incentivar o desenvolvimento de novas competências; proporcionar maior adequação ao trabalho e maior produtividade; oportunidade de conhecimento dos padrões de desempenho da organização; retorno de informação ao próprio indivíduo avaliado; etc.

Atualmente nas organizações, faz-se necessário a estimulação dos profissionais para um pleno conhecimento, direcionando-os para um diferencial estratégico, competitivo e de sucesso, que promovam o aprendizado individual e organizacional, produzindo assim melhores resultados (CHIAVENATO, 2004).

CONCLUSÃO

O programa de AD apresentou-se como a ferramenta estratégica pela qual a organização pode medir o grau de contribuição dos colaboradores na execução de seus trabalhos, podendo comparar o resultado das ações praticadas pelo mesmo com as expectativas da empresa.

Além da possibilidade de desenvolvimento profissional proporcionado pelo programa de Avaliação de Desempenho aos colaboradores da empresa de automação industrial, também foi possível contribuir para: a) sugestão de implantação de programas de treinamento e desenvolvimento humano, principalmente voltado para os fatores avaliados de forma insatisfatória, b) necessidade de elaborar um manual de descrição e análise de cargos, e c) propiciar plano de carreira profissional como forma de reconhecer o bom desempenho no trabalho.

Como afirmam Luitz e Rebelato (2003), entre os motivos que levam as organizações a medirem seu desempenho está a possibilidade de obter dados e informações que possam ser registrados, processados e canalizados para a tomada de decisões e providências que visem melhorar e incrementar o desempenho humano dentro das organizações.

A partir dos instrumentos utilizados na AD, as estagiárias puderam ampliar os conhecimentos diante das queixas e necessidades apresentadas pela empresa, a fim de contribuírem para com o desenvolvimento profissional dos colaboradores, gestores e diretores nela inseridos, porém, sugere-se que a avaliação de desempenho realizada pelo gestor /supervisor também se faz necessária junto à área de Recursos Humanos e que todos os processos de AD sejam contínuos e o *feedbacks* constantes, ou seja, presente no cotidiano da empresa.

O Estágio de Psicologia Organizacional e do Trabalho contribuiu na formação das estagiárias de maneira positiva, contextualizando os conhecimentos teóricos e formulando-os com relação aos conhecimentos práticos, por meio da troca com o outro, como manter-se na postura ética, ter conhecimento sobre a relação e atuação do psicólogo organizacional e do trabalho dentro do contexto empresarial contribuindo de maneira positiva para o bem estar dos colaboradores e implantação de programas que visem também o desenvolvimento organizacional.

REFERÊNCIAS

- BERGAMINI, C. W.; BERALDO, D. G. R. **Avaliação de desempenho humano nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: o capital humano nas organizações**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- LACOMBE, F.; MASSET, J. **Recursos humanos: princípios e tendências**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- LIMONGI-FRANÇA, A. C.; ARELLANO, E. B. **Qualidade de vida no trabalho**. In: Limongi-França, Ana Cristina. et al. As pessoas na organização. 9. ed. São Paulo: Gente, 2002.
- LUITZ, M. P.; REBELATO, M. G. **Avaliação do desempenho organizacional**. In: ENEGEP, 2003. Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: XXIII ENEGEP, 2003. CD.
- PONTES, B. R. **Avaliação de Desempenho: Métodos Clássicos e Contemporâneos, Avaliação por Objetivos, Competências e Equipes**. São Paulo: LTr, 2010.
- SNELL, S.; BOHLANDER, G. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- VOLPE, R. A.; LORUSSO, C. B. **A importância do treinamento para o desenvolvimento do trabalho**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/2.68817-A-importancia-do-treinamento-para-o-desenvolvimento-do-trabalho.html>. Acesso em: 13/03/2017.

A GESTÃO DE PROJETOS NAS *STARTUPS* E A INFLUÊNCIA DO PERFIL EMPREENDEDOR

Camila Roberta Muniz Serra (CEUB-ITE); camserra@gmail.com

Danielly de Oliveira Trintin (CEUB-ITE); daniellytrintin@gmail.com

Rafael Vinícius Curiel (CEUB-ITE); rvccuriel@gmail.com

Resumo: Este trabalho traçou uma abordagem interdisciplinar entre a gestão de projetos, o ambiente startup e o empreendedorismo. Analisando a crescente integração mercadológica de empresas de cunho tecnológico, observa-se que o subsídio deste desenvolvimento tem sido impulsionado não só pelo perfil empreendedor, mas também pautado na lógica e sistemática da gestão de projetos. A pesquisa destacou que a incidência da postura de gestor de projetos adotada pelo empreendedor permeia a estrutura organizacional de novos empreendimentos, neste caso, os quais são projetados para atender uma necessidade mercadológica de forma inovadora.

Palavras-chave: Gestão de projetos. Empreendedorismo. Inovação. Startup.

Abstract: This work traced an interdisciplinary approach between project management, the startup environment and entrepreneurship. Analyzing the growing market integration of technological companies, it is observed that the subsidy of this development has been driven not only by the entrepreneurial profile, but also based on the logic and systematic of project management. The research highlighted that the incidence of the project manager's posture adopted by the entrepreneur permeates the organizational structure of new ventures, in this case, which are designed to meet a marketing need in an innovative way.

Keywords: Project management. Entrepreneurship. Innovation. Startup.

1 INTRODUÇÃO

Analisando as circunstâncias nas quais há incidência do gerenciamento de projetos também se observa a existência do comportamento empreendedor, facilmente identificável em empresas *startup*, onde se tem uma ação de empreender em um ramo inovador de mercado, oferecendo um produto ou serviço assertivo às demandas reais dos consumidores.

As necessidades do público alvo são diagnosticadas através do lançamento de um produto minimamente variável, um tipo de protótipo, desenvolvido através de um rápido planejamento e empreendido no mercado para ser analisado pelo público e obter em contrapartida a avaliação do respectivo produto, permitindo ajustes e adequações no produto para ser novamente lançado e gerar novas métricas.

Neste cenário, emerge a figura do empreendedor, o qual está por trás da força motriz da *startup*, exercendo papel decisivo no potencial sucesso ou fracasso organizacional. Entretanto, munido de incomum motivação, o empreendedor se familiariza com um ambiente hostil, tendo competências essenciais para sobrevivência e lidar com os inúmeros fatores de risco e incerteza que envolvem o ambiente no qual está inserido.

Os fatores de risco podem ser mapeados de acordo com o planejamento organizacional, mas com a proposta de inovação proveniente das *startups* fica improvável qual é o limite do planejamento. Há possibilidade sim de realizar a antecipação dos eventos que se sucedem durante a vida de uma empresa, assim como instrumentos que asseguram um desenvolvimento sistemático e controlável, tais instrumentos são obtidos com estudiosos das mais deferentes áreas do conhecimento, os quais integram a ciência do gerenciamento de projetos.

Neste sentido, observa-se que o papel do empreendedor como gestor de projetos em *startups* é pertinente ao diagnóstico de sua real atuação. O papel de gestor de projetos pode ser formal ou informal, mas igualmente fundamental à empresa. A gestão de projetos fornece subsídios para a execução e continuidade da empresa de forma segura, apesar das variáveis incertas que circundam a organização. O gestor em uma empresa de risco pode implantar um empreendimento finito, com reflexos internos ou externos, a fim de inserir uma metodologia de trabalho, uma atualização de produto ou até mesmo a extinção ou contenção de excessos.

2 GESTÃO DE PROJETOS

De acordo com o dicionário Houaiss, um projeto é definido como um plano, um desejo, intenção de fazer algo ou realizá-lo no futuro.

Um projeto pode ser representado como uma intenção, um ideal, um esboço, desenho ou concepção física de algum objeto. Mas para fins de gerenciamento de organizações e utilização de pesquisa em ramos variados, um projeto é dado como um empreendimento intencionalmente orientado para um objetivo (MAXIMIANO, 2014). De forma mais clara, um projeto é uma sequência de atividades programadas, as quais tem por compromisso o fornecimento de um resultado que produza mudanças.

Sob outra perspectiva, um projeto é tido a partir de uma intenção ou empreendimento planejado, o qual realiza a entrega de um resultado singular orientado para uma mudança benéfica, cujos objetivos são quantitativos e qualitativos, além de serem realizados através de recursos organizados de forma igualmente singular e restrito aos prazos e custos (TURNER, 1999).

O projeto pode ser ainda definido como organizações passíveis de esquecimento, isto é, organizações temporárias, cuja sistemática pode ser composta de métodos, pacotes de ferramentas e modelos de projeto. Se for utilizada de forma gradual e segura, esta sistemática pode ainda ser vista como uma aplicação sequencial de processos estruturados, repetidos e contínuos, que por sua vez permitem a institucionalização de práticas padronizadas nos negócios empresariais a fim de obter a realização de uma atividade (PATAH e CARVALHO, 2012).

Apesar das incontáveis benesses criadas por um projeto destinado às organizações, pode-se ainda expandir sua aplicação à sociedade como um todo. Desta forma, no que se refere aos benefícios direcionados ao mercado, pode-se destacar as inovações constituídas por novos produtos ou novas tecnologias, além de novos sistemas organizacionais e instituições na sociedade. As mudanças da sociedade são inerentes aos projetos, como o enfrentamento de crises econômicas globais, ecológicas e de saúde, além da criação de blocos econômicos, reconstruções pós-conflitos, assim como reformas urbanas e administrativas. Portanto, fazendo menção à diversidade de execução de planos, os projetos têm auxiliado a organização humana desde grandes nações até mesmo simples comunidades dispersas no globo (MAXIMIANO, 2014). O Quadro 1 apresenta um resumo sobre o conceito de projeto:

Quadro 1 – Resumo sobre o conceito de projeto

<p>Um projeto é:</p> <ul style="list-style-type: none">• Um plano, desejo, intenção de fazer algo no futuro;• Uma ação de empreender orientada para um objetivo;• Uma organização temporária e sistemática com processos estruturados sequencialmente.• Realização da entrega de resultados para uma mudança benéfica.

FONTE: Os autores (2017)

3 EMPREENDEDORISMO

O termo “empreendedor” (derivado da palavra francesa *entrepreneur*) foi usado pela primeira vez em 1725 pelo economista Richard Cantillon, que dizia ser *entrepreneur* um indivíduo que assume riscos. Em 1814, o economista francês Jean-Baptiste Say (1767-1832) usou a palavra para identificar o indivíduo que transfere recursos econômicos de um setor de produtividade baixa para um setor de produtividade mais elevado. Em 1871, Carl Menger, economista austríaco, definiu o empreendedor como “aquele que antecipa necessidades futuras”.

Em 1949, o economista austríaco Ludwig von Mises afirmava que o “empreendedor é o tomador de decisões”. Friedrich Von Hayek (1959), economista austríaco, afirmava que o empreendedorismo envolve não apenas risco, mas, sobretudo, conduz a um processo de descoberta das condições produtivas e das oportunidades de mercado por parte dos próprios atores sociais.

O empreendedor consegue fazer as coisas acontecerem por ser dotado de sensibilidade para os negócios, consciência financeira e capacidade de identificar e aproveitar oportunidades. Por ter criatividade e um alto nível de energia, o empreendedor demonstra imaginação e perseverança.

De acordo com Chiavenato (2012), muitos empreendedores apresentam características similares entre si, tais como:

- Traços de liderança;
- Visão de negócio;
- O empreendedor tem uma visão entusiástica e constitui a força impulsionadora da empresa;
- Desenvolve estratégias para transformar sua visão em realidade;
- Os empreendedores assumem riscos com prudência, avaliam custos, necessidades de mercado/clientes;
- Um empreendedor é geralmente um pensar positivo e um tomador de decisões.

Muitos acreditam que o empreendedor é um talento que nasce com a pessoa, um fenômeno individual. Na verdade, não há milagre, o espírito empreendedor é um potencial de qualquer ser humano que precisa ser desenvolvido e necessita de algumas condições indispensáveis para se materializar e produzir efeito. Entre essas condições estão, no ambiente macro, a democracia, a cooperação e a estrutura de poder tendendo para a forma de rede (DOLABELA, 2003).

Outros fatores também contribuem para o surgimento do empreendedor: personalidade, família, etnia, cultura, religião, exposição a negócios, modelos, experiência de trabalho.

Destacam-se também as influências da educação e dos treinamentos que contribuem para encorajar o empreendedorismo, ao desenvolver atitudes, conhecimentos e habilidades. Portanto, desde cedo, as habilidades pessoais relacionadas com o empreendedorismo devem ser enfocadas pelas escolas e mantidas até o nível superior (LOPES, 2010). O Quadro 2 apresenta o que é empreender, a partir dos autores citados.

Quadro 2 – Conceito de empreendedorismo

<p>Empreender é:</p> <ul style="list-style-type: none">• Assumir riscos com prudência;• Gerenciar recursos com senso de oportunidade;• Antecipar-se de necessidades futuras do mercado;• Conduzir um processo de descoberta de condições produtivas e oportunas;• Ter uma consciência positiva e tomar decisões;• Usar uma visão entusiástica e constituir a força impulsionadora da empresa.
--

FONTE: Os autores (2017)

4 STARTUP

Projetada para crescer rapidamente e trazer bons resultados, uma *startup* é um modelo de empresa que se desenvolve em um ambiente de extrema incerteza (RIES, 2012), em grande parte, no ramo de tecnologia. Este formato de organização, segundo Soderholm (2013), trata-se uma empresa recém-fundada e busca atuar não apenas em mercados específicos, mas em segmentos gerais que podem ser inovados.

Dentre as competências profissionais necessárias para atuação em um ambiente hostil, como tempo, conhecimento, habilidade e empenho, além de inúmeros outros diferenciais demandados pelo mercado de trabalho, há também a exigência de alto grau de empreendedorismo por parte dos envolvidos (CAVAZZA et al., 2016). Os sócios originais e o empreendedor realizam investimento em um projeto, o qual poderá ser descontinuado, caso constatado a inviabilidade do projeto, ou acréscimo nos investimentos caso resulte em sucesso e caráter promissor (MCGRATH, 2002; ROCHA, 2008).

Blank (2013) argumenta que o foco de uma *startup* está no usufruto de ramos inovadores do mercado, onde desenvolve produtos igualmente inovadores e os testa constantemente, de forma que são criadas métricas pautadas nos testes e as mesmas indicam a viabilidade

ou não do produto em questão, de forma que será lançado o produto mais aproximado daquilo que o mercado realmente demanda. O Quadro 3 apresenta uma síntese sobre as startups:

Quadro 3 – Síntese sobre as startups

<p>Uma <i>startup</i> é:</p> <ul style="list-style-type: none">• Uma empresa projetada para um rápido crescimento;• Uma organização atuante em um cenário de extrema incerteza;• Um empreendimento que pode facilmente ser continuado ou descontinuado em função de sua viabilidade;• Empreender em ramos inovadores de mercado.

FONTE: Os autores (2017)

5 O GESTOR DE PROJETOS

Trabalhando pautado em uma metodologia de execução, um gestor de projetos é a pessoa responsável pela entrega dos componentes que envolvem um projeto. Tal função pode ser exercida em tempo integral ou parcial, enfatizando apenas uma situação específica. As atribuições do gestor de projetos são relativas de um projeto para outro, entretanto, é responsável pelo estabelecimento do escopo da atividade, planejar e definir quais recursos serão necessários, obter os respectivos recursos a serem utilizados e então gerenciar a conclusão das tarefas inerentes ao projeto, assim como, sendo de extrema importância, o gerenciamento dos riscos ou problemas que por algum motivo venham a adiar ou suspender qualquer atividade envolvida no projeto (NEWTON, 2011). Neste sentido, a administração ou gerência de projetos é tida como a aplicação de conhecimentos, habilidade e recursos nas atividades que envolvem o projeto, cuja finalidade é atingir e superar as necessidades e expectativas das partes interessadas (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2000).

Devido à certas complexidades que envolvem um certo projeto, competências atribuídas ao gerente de projetos, muitas vezes são encontradas em outros integrantes da equipe, limitadas às suas atividades específicas. Portanto, atributos pessoais, como conhecimentos e habilidades, além de meios, como ferramentas e técnicas, vêm sendo pulverizado entre as partes integrantes da equipe de projetos (VALERIANO, 2001).

Um gestor de projetos pode ser alguém não formalmente intitulado gestor de projetos. Um professor, pesquisador, engenheiro, técnico ou estudante que empreenda em trabalhos finitos, pode ser considerado como um gestor de projetos, além de organizar planos, orçamentos, equipes, tomam decisões e também criam políticas e supervisionam outras pessoas para a realização de objetivos obedecendo a prazos e custos. Desta forma, participantes diretos ou indiretos às atividades que envolvam execuções dentro de certo período, devem estar familiarizadas com os princípios, conhecimentos e técnicas da gestão de projetos (MAXIMIANO, 2014). O Quadro 4 define o que é gestão de projetos.

Quadro 4 – Definição de gestão de projetos

<p>Gerir projetos é:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ser responsável pela entrega dos componentes que envolvem o projeto;• Estabelecer o escopo, plano, definir os recursos necessários e adquirí-los e gerenciar a conclusão;• Precaver-se dos riscos e problemas que envolvem o projeto;• Aplicar conhecimentos, habilidades e recursos nas atividades que envolvem o projeto;• Superar as necessidades e expectativas da parte interessada;• Integrar trabalhos finitos, organizar planos, orçamentos, equipes, tomadas de decisões, políticas, prazos e custos.
--

FONTE: Os autores (2017)

6 CONEXÕES INTERDISCIPLINARES

De maneira formal ou informal, a disciplina da gestão de projetos vem sendo aprimorada há milênios. Concentrando-se essencialmente nas técnicas de construção civil, as quais condensam o trabalho, planejamento, estimativas de custos e gestão de problemas pelos arquitetos e engenheiros que empreendem o desenvolvimento do “plano” a ser seguido rigidamente pela equipe de hábeis construtores (RIES, 2012).

Tomando como referência os projetos de softwares, cuja disciplina contraria as referências de outras ciências no que tange às gerações e gerações envolvidas em seu aprimoramento, houve aproximadamente 50 anos entre o surgimento até se tornar fundamental para a comunicação e economia da sociedade moderna. Dado o sucesso dos empreendimentos envolvendo empresas gigantes da tecnologia, os processos de engenharia foram tidos como princípios para a gestão de projetos de software, os quais são pioneiros na consolidação do conhecimento denominado “engenharia de software” (RIES, 2012).

O *boom* da evolução tecnológica ligada aos sistemas entrelaça-se com as *startups* pela premissa de rápido desenvolvimento aliado à inovação no mercado atuante, pois tais evoluções foram projetos ligados a pesquisa, investigação e desenvolvimento de ideias inovadoras. Assim, como herança do empreendedorismo, as *startups* atuam sob projetos inovadores e acentuados, beneficiando-se não só de um crescimento rápido, mas também da liderança que conquista nos segmentos de mercado que abrange (SILVA et al., 2013). Para a eficácia da execução de uma ideia inovadora, o empreendedor como gestor de projetos da *startup* busca cercar-se de informações que possam diminuir o grau de erro no projeto, de forma que este grau seja o menor possível. Um recurso que fornece subsídios para esta necessidade são as incubadoras tecnológicas, cuja finalidade é criar um ambiente de custo reduzido com infraestrutura, propício para a troca de informações entre os projetos e estabelece proximidade com pesquisas universitárias (SILVA et al., 2013), proporcionando tanto o desenvolvimento das ciências quanto sua aplicação direta. Dentre os tipos de projetos disponíveis à aplicação, Shenhar e Dvir (2007) apresentam os projetos divididos por dimensão em quatro grupos, sendo:

- Inovação: considera o quão novo é o produto ou serviço do projeto para o público alvo;
 - Ruptura: produzem produtos ou serviços inéditos para o mercado;
 - *Next Generation*: criam novas gerações das linhas de produtos atuais e já existentes;
 - Derivativos: introdução de objetos de melhorias ou versões aprimoradas de produtos já existentes.
- Tecnologia: leva em consideração quão nova é a tecnologia usada para a execução do projeto;
 - *Low-tech*: utiliza-se de tecnologias já existentes e conhecidas;
 - *Medium-tech*: utiliza-se de tecnologias já existentes e conhecidas, porém incorporam certas características inovadoras;
 - *High-tech*: uso de tecnologia totalmente nova para o projeto em questão, mas a respectiva tecnologia já estava disponível no mercado;
 - *Super-high-tech*: desenvolve-se uma nova tecnologia não existente para suprir as demandas do projeto.
- Complexidade: consiste na complexidade do produto ou serviço e a estrutura organizacional do projeto;
 - *Assembly*: combinação de elementos, componentes e módulos variados em uma única unidade que exerce uma função única;
 - *System*: conjunto de subsistemas em interação que desenvolvem múltiplas funções;
 - *Array*: são sistemas de sistemas, os quais interagem entre si produzindo o resultado.

- Tempo: representa a urgência do projeto, incidindo diretamente questionamentos acerca dos prazos para realizar o trabalho.
 - Regular: atividades cujo tempo não é crítico para o sucesso imediato da empresa;
 - *Fast/Competitive*: projetos comumente usados na indústria ou setores cuja finalidade é o lucro. Busca de posicionamento estratégico ou uso de certa oportunidade mercadológica;
 - *Time-critical*: conclusão em prazo específico para atender certa demanda. Não atingir o prazo estipulado significa o fracasso do projeto;
 - *Blitz*: incidência total de crises, é um projeto crítico que precisa de uma solução o mais rápido possível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado neste artigo, há variedade de circunstâncias nas quais podem integrar a gestão de projetos aliada ao perfil empreendedor, o qual atua como gestor dos respectivos projetos. Porém, nem todos os tipos de projetos se adequam de forma linear se aplicados em empresas *startup*.

Ao analisar os tipos de projetos de complexidade, nota-se que o mesmo demanda uma estrutura diferenciada no que tange às formalidades para execução do projeto. No ambiente de atuação de uma *startup*, pode ser crucial para o sucesso do empreendimento o excedente de burocracia, congelando aspectos internos que deveriam dispor de relativa flexibilidade e liberdade.

Neste sentido, é pertinente notar que mais de um tipo de projeto pode se fundir em meio às rotinas empresariais. Cabe ao gestor de projetos identificar as melhores práticas que se adequam às necessidades e executá-las. Desta forma, apesar da incerteza que incide sobre um empreendimento visado pela *startup*, haverá segurança e possibilidade de reação técnica perante as adversidades, minimizando o risco aumentando a possibilidade de sucesso.

A gestão de projetos, no que se refere à humanidade, é inerente à sua existência. A sistemática é fundamentalmente presente, seja ela consciente ou inconsciente, sob a perspectiva da gestão de projetos, diz-se formal ou informalmente que a gestão de projetos é executada. Saber manusear este instrumento é um fator diferencial, seja ele com o intento de ser aplicado em uma empresa já estabelecida, com corpo formal bem estruturado, ou então em uma jovem empresa, cujos processos e políticas ainda estão em formação.

Se o objetivo de uma empresa nascente é converter-se em uma organização formal, cujo espaço e abrangência será definido no mercado, é papel imprescindível do empreendedor atuar como gestor dos projetos que moverão a empresa, tendo a consciência da necessidade da geração de resultados, antecipação dos riscos e problemas, estabelecer todos os escopo do projeto, bem como alocar os recursos e ter uma exímia competência de gerir pessoas.

REFERÊNCIAS

BLANK, Steve Gary. **Por que o movimento lean startup muda tudo**. 2013. Harvard Business Review. Disponível em: <<http://hbrbr.uol.com.br/por-que-o-movimento-lean-startup-muda-tudo/>>; Acesso em: 24 abr. 2017.

CAVAZZA, Bruna Habib et al. MARKETING E VENDAS EM STARTUPS: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA E SISTEMÁTICA. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO - FEA-USP, 19., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2016. p. 1 - 16. Disponível em: <http://login.semead.com.br/19semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=528>. Acesso em: 24 abr. 2017.

HOUAISS, Instituto Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MCGRATH, R. G. Entrepreneurship, small firms and wealth creation: a framework using real options reasoning. **Handbook of strategy and management**, p. 299-325, 2002

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos**: como transformar ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 2014.

PATAH, Leandro Alves; CARVALHO, Marly Monteiro de. MÉTODOS DE GESTÃO DE PROJETOS E SUCESSO DOS PROJETOS: UM ESTUDO QUANTITATIVO DO RELACIONAMENTO ENTRE ESTES CONCEITOS. **Revista de Gestão e Projetos**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.178-206, 1 ago. 2012. University Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/gep.v3i2.94>. Disponível em: <http://www.revistagep.org/ojs/index.php/gep/article/view/94>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **A Guide to the Project Management Body of Knowledge**. Pennsylvania: Project Management Institute, 2000.

ROCHA, F. B. **Proposta de modelo para geração de valor substancial e estratégia de crescimento acelerado em startups**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo,SP, 2008.

SHENHAR, Aaron J.; DVIR, Dov. **Reinventing Project Management: The Diamond Approach to Successful Growth and Innovation**. Boston: Harvard Business School Press, 2007. p. 5. Disponível em: <http://www.reinventingprojectmanagement.com/material/other/030_HBS.pdf>.

Acesso em: 08 set. 2017.

SILVA, Carina Gomes da et al. **O perfil dos empreendedores nas startups**: um estudo de caso na incubadora tecnológica de Santa Maria. In: 2º FÓRUM INTERNACIONAL ECOINOVAR, 2., 2013, Santa Maria. Artigo. Santa Maria: Ecoinnovar, 2013. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://ecoinovar.com.br/cd2013/arquivos/artigos/ECO136.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

SODERHOLM, R. **Overview of the software start up sales and marketing processes Case study**: SharpCloud Software Ltd. Finland: Helsinki Metropolia University of Applied Sciences. 2013. Disponível em: <<http://www.theseus.fi/handle/10024/67790>>. Acesso em 24 abr. 2017.

TURNER, J. Rodney. **The Handbook of Project Based Management**. London: McGraw-Hill Publishing Company, 1999.

NEWTON, Richard. **O gestor de projetos**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUÍSTICA ALIADA AO SUCESSO DE RESULTADOS NO MUNDO CORPORATIVO

Luana Fogaça Abes Luiz; luanaabes@hotmail.com

Camila Roberta Muniz Serra; camserra@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta o estudo sobre as origens da Programação Neurolinguística (PNL), pois é um assunto que surgiu na década de 70 e somente agora está sendo debatido e aplicado com mais frequência por meios de treinamentos pessoais e empresariais. A PNL com base nas pesquisas bibliográficas possui um conjunto de técnicas, âncoras, pressupostos e modelagem que faz com que se analise a forma de pensar, comportamentos e crenças verificando assim se todas essas concepções estão realmente fazendo o bem para si ou se é necessário reorganizar essas estruturas para um modo mais benéfico e saudável. Compreendemos que cada pessoa tem o poder de controlar o que acontece em seu cérebro, porém não conseguem indicar o caminho a seguir e acaba deixando outras pessoas indicar o caminho, e com a PNL é possível quebrar as resistências e com a comunicação redirecionar conversas e manifestar a própria opinião não só no âmbito pessoal quanto no ambiente empresarial em prol da busca da excelência nos resultados.

Palavras-chave: Programação Neurolinguística, técnicas, âncoras, pressupostos, mudança.

Abstract: This article presents the study on the origins of Neurolinguistic Programming (NLP), since it is a subject that arose in the 70's and is only now being debated and applied more frequently by means of personal and business training. NLP based on bibliographic research has a set of techniques, anchors, assumptions and modeling that makes it possible to analyze the way of thinking, behaviors and beliefs, thus verifying if all these conceptions are actually doing good for themselves or if it is necessary to reorganize Structures for a more beneficial and healthy way. We understand that each person has the power to control what happens in their brain, but they can not indicate the way forward and end up letting other people point the way, and with NLP it is possible to break resistances and with communication to redirect conversations and to manifest The own opinion not only in the personal scope as in the business environment in favor of the search for excellence in the results.

Keywords: Neuro-linguistic programming, techniques, anchors, assumptions, change.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca um entendimento maior de como alcançar o objetivo dentro do mundo corporativo por meio da Programação Neurolinguística, que é um estudo que está sendo bastante utilizado por meios de treinamento dentro do mundo empresarial para a obtenção do alcance dos objetivos com excelência.

A PNL é um estudo sobre o que as pessoas fazem para serem excelentes em uma determinada área e como ensinar essa habilidade a outras pessoas, pois ela consegue fazer com que as pessoas enxerguem que em algum dia ela já deixou de realizar alguma atividade, sonhos, viagens, por um mau gerenciamento de tempo, autoconfiança ou falta de determinação para alcançar esses objetivos, ou até mesmo porque mantem o mesmo costume e crenças que não deixam alcançar o objetivo final.

Então a PNL ensina como atingir os padrões de excelência, com mudanças de comportamentos, crenças e modelando a mente para o atingimento de grandes objetivos e resultados excelentes.

PNL NO BRASIL

A Programação Neurolinguística surgiu no Brasil no final da década de 70, com as traduções dos livros de Richard Bandler e Jhon Grinder, por meio de editoras voltadas a área de medicina e psicologia. No final da década de 90 se tornou mais conhecida, por meio dos escritores Anthony Robbins e Lair Ribeiro, cujos livros de autoajuda lideraram a lista dos mais vendidos. Os mesmos foram os divulgadores por meios de livros e cursos de PNL.

Lair Ribeiro era médico cardiologista e graduado no Instituto de Neurolinguística de Nova York, e foi um dos primeiros a empregar declaradamente as técnicas de PNL em seus escritos e cursos no Brasil (ANDREAS,1995).

ORIGEM DA PNL

A Programação Neurolinguística surgiu nos Estados Unidos no início da década de 70, como misto de ciência da comunicação e psicoterapia. Seus criadores foram Richard Bandler cuja profissão era Analista de Sistemas e Jhon Grinder, Linguista. Eles tomaram como base a gramática transformacional de Noam Chomsky, o pensamento sistêmico de Gregory

Bateson, o modelo de terapia familiar de Virginia Satir, a hipnoterapia de Milton H. Erickson e a Gestalt-terapia de Fritz Perls.

E ao descobrir a semelhança em seus interesses, decidiram combinar os respectivos conhecimentos de computação e linguística, junto com a habilidade para copiar comportamentos não-verbais, com o intuito de desenvolver uma “linguagem de mudança” (ANDREAS et al., 1998, p.32).

PRINCÍPIOS DA PNL

A PNL é o estudo de como a linguagem, tanto verbal como a não verbal, afeta nosso sistema nervoso. O pressuposto desse conceito é que a nossa capacidade de fazer qualquer coisa na vida está baseada em nossa capacidade de dirigir nosso sistema nervoso (CHUNG, 1999).

Segundo o autor, a PNL é a nova mentalidade, pois é um modo de pensar que revela o fato de qualquer pessoa pode superar seus antigos limites, transpor a inércia e o medo, atingir níveis de realização que antes pareciam impossíveis.

Um dos princípios básicos da PNL segundo Bandler (1987), é que a ordem ou sequência das experiências, assim como as palavras que compõem a frase, afeta o seu sentido.

E outro princípio básico também é que as palavras são etiquetas inadequadas das experiências. Pois uma coisa é ler sobre pregar um prego e outra é sentir o martelo em suas mãos, ouvir o ruído do prego penetrando na parede, outra é sentir a vibração e o movimento do martelo e ver o prego entortar quando não entra na parede.

PNL como ciência aplicada, oferece procedimentos específicos e altamente eficazes no campo da educação, treinamento, administração, negócios e terapia.

Ela proporciona uma estrutura sistemática para dirigirmos nosso cérebro de uma forma favorável para conseguir os resultados que desejamos.

Segundo Kluczny e Teixeira (1996, p.2), “Programação Neolinguística é um processo, e ao mesmo tempo, a modelo de processo de comportamento e comunicação humana, isto é, o estudo dos componentes da percepção e do comportamento que tornam possíveis nossas experiências. ”

Para Bandler (1987):

A Programação Neurolinguística foi assim por mim designada por não querer me tornar um especialista em um assunto específico. Na faculdade sempre fui dos que não conseguiam formar uma opinião e decidi continuar assim. A PNL simboliza, entre outras coisas, uma

maneira de se examinar o aprendizado humano. Mesmo que muitos psicólogos e assistentes sociais usem PNL para fazer o que chamam “terapia”, acho mais apropriado descreve-la como sendo um processo educacional. Estamos, essencialmente, desenvolvendo formas de ensinar às pessoas a usarem o cérebro.

A maioria das pessoas não usa o seu cérebro de maneira ativa e refletida. O cérebro é uma máquina que não pode ser desligada. Se você não lhe der algo para fazer, ele continuará a funcionar até cansar. Se alguém for colocado em um desses, recipientes de privação sensorial o seu cérebro não tiver o que fazer, ele vai começar a fazer alguma coisa sem se importar com o que seja. Você talvez se importe, mas ele não (p.19).

Entretanto, podemos entender que Bandura (1982), quer que aprendam a mudar cada experiência e a controlar o que acontece no seu cérebro. Pois muitas pessoas são “prisioneiras” com o próprio cérebro, e não conseguem indicar o caminho para o cérebro seguir deixando assim muitas vezes outra pessoa indicar o caminho para você e às vezes não é com a melhor intenção.

Para a PNL o comportamento é programado através da ligação e da sequenciação de sistemas de representação sensorial: ver, ouvir, sentir, degustar e cheirar.

TERMO NEUROLINGUÍSTICA

Segundo Kluczny e Teixeira (1996, p. 4):

- **Neuro** (Cérebro) “refere aos ciclos reguladores neurológicos e bioquímicos do nosso corpo, à utilização de informações e representações pelos nossos sistemas dos sentidos e influência dessa utilização em nosso estado de saúde”.
- **Linguística** “é a expressão de nossas experiências no processo de fala, de pensar, de imaginação e da lógica”.
- **Programação** “se refere ao processo da organização dos componentes do sistema nervoso e linguagem para a obtenção de determinado resultado”.

Para Knight (1995), a definição do termo,

- **Neuro** refere-se ao seu sistema neurológico, à forma como você usa os sentidos - visão, audição, olfato, tato e paladar – para traduzir sua experiência em padrões de pensamento, tanto conscientes quanto inconscientes.

- **Linguística** refere-se como você usa a linguagem para entender sua experiência e como comunica essa experiência a si mesmo e a outros. Seus padrões de linguagem são uma expressão de quem você é e de como pensa.
- **Programação** é a codificação da experiência. Um programa uma série de etapas destinadas à concretização de uma meta específica. Os resultados alcançados e os efeitos gerados em si e nos outros são consequência de seus programas pessoais.

PRESSUPOSTOS DA PNL

A PNL trabalha com alguns pressupostos que servem de guias de moral e ética que podem nos ajudar a obter sucesso no dia-a-dia, segundo (O'CONNOR e SEYMOUR, 1995):

- Cada pessoa reage de acordo com a sua percepção da realidade. Cada um de nós temos um mapa individual, os nossos sentidos, experiências e crenças o criam, onde podemos operar, porém ele nunca será preciso e a PNL nos dá maior habilidade para mudar esse mapa.
- Ter uma opção é melhor do que nenhuma. Sempre tenha um mapa que tenha várias escolhas, pois quanto o maior número de escolhas maior influência terá, pois por mais "estranho" que pareça, é a melhor escolha para a pessoa naquele momento e se ela tiver uma escolha mais adequada naquele momento terá mais possibilidades de aceitação.
- Cada decisão feita é sempre a melhor escolha do momento. Sempre ofereça a melhor escolha, e lhe dê um mapa com várias opções. Assim ficará mais fácil a compreensão.
- Todas as pessoas funcionam perfeitamente. Existem estratégias mal planejadas, então Descubra como você e os outros funcionam, para que uma estratégia possa ser modificada para algo mais útil e desejável.
- Todas as ações nascem de um propósito. Embora às vezes não tenhamos consciência do que estamos tentando fazer algo.
- Todo o comportamento advém de uma intenção positiva. A PNL separa a intenção por trás de uma ação em si. Uma pessoa não é seu comportamento. Quando uma pessoa tem uma melhor escolha de comportamento que também realize sua intenção positiva, a seguirá.
- A mente inconsciente funciona em conjunto com a consciente e forma contrabalançada. O inconsciente é tudo aquilo que não está no consciente no momento presente. Contém todos os recursos que necessitamos para vivem em equilíbrio.
- A comunicação não é só a mensagem que pretende passar, mas também a resposta que obtém. Na comunicação não há falhas apenas respostas e feedbacks, quando não estamos contentes com o resultado ou não obtemos a resposta que queremos, devemos repensar

e fazer algo diferente para conseguir passar a mensagem que queremos. Pois quando Thomas Edison foi apelidado como fracassado, por ter levado tanto tempo para inventar a lâmpada, respondeu: "Cada tentativa errada descartada é mais um passo adiante".

- Todos os recursos necessários para atingir um objetivo já existem ou podem ser criados. Podemos criar em nossa mente os recursos necessários.

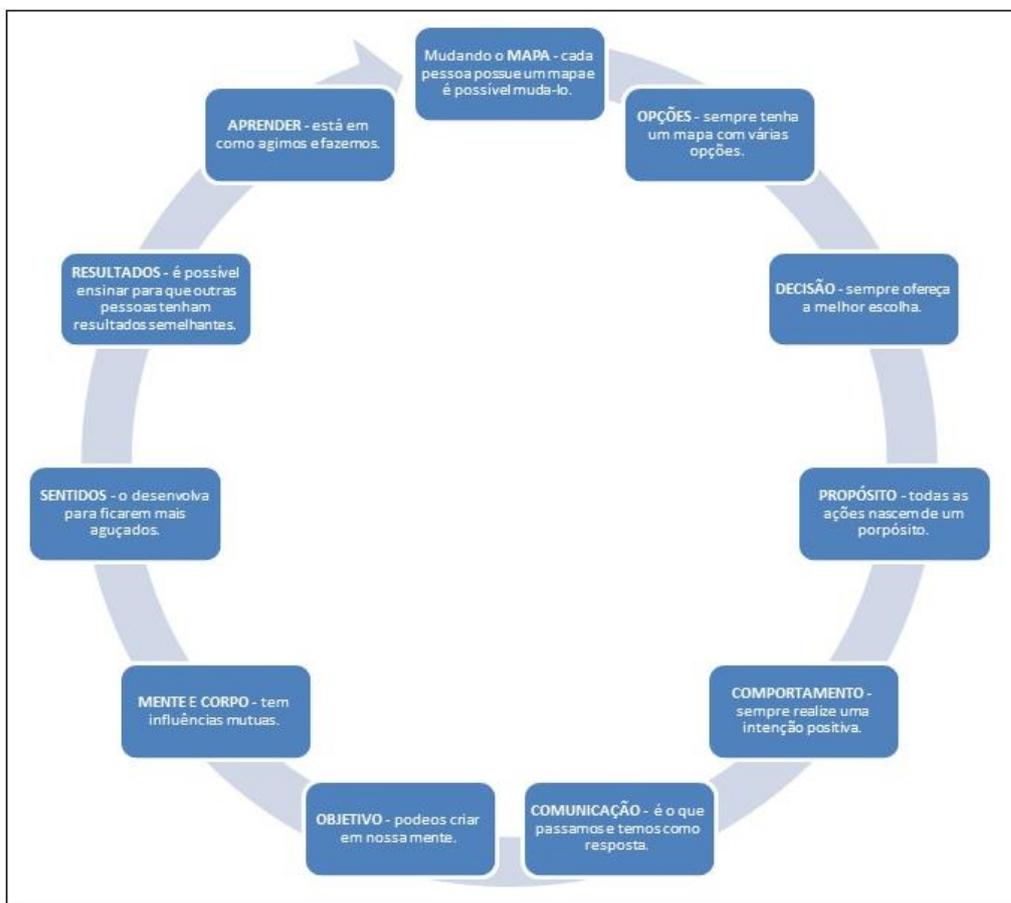
- A mente e o corpo são dois agentes distintos do mesmo sistema, a pessoa. A mente o corpo tem influencias mutuas, pois quando pensamos de modo diferente nosso corpo muda.

- Os nossos sentidos são os canais que nos ligam ao mundo e com os quais processamos a informação. O desenvolvimento de seus sentidos para que se tornem mais aguçados lhes dá melhores informações e o ajuda a pensar de forma mais clara.

- Se uma pessoa é bem sucedida é possível aprender com ela a obter resultados semelhantes. É possível ensinar para que outras pessoas possam obter resultados semelhantes.

- O aprender está no fazer. Temos que agir, para que possamos aprender.

Figura 1 - Identificando Pressupostos.



Fonte: O'Connor e Seymour, 1995

Ao modelar a excelência, você não precisa ter essas crenças, mas sim partir do pressuposto que são verdadeiras, devido você estar interferindo nos corações e mentes das pessoas que acreditam nelas.

ÂNCORAS E PADRÕES DE PENSAMENTOS

Segundo Kluczny e Teixeira (1996), âncora é um termo utilizado na PNL, que representa tudo aquilo que sentimos quando o associamos a um estímulo externo (cinestésico, tocar alguma parte do corpo, visual, gestos ou imagem, auditivo, palavras, tom de voz, sons, olfativos, gustativos, cheiros ou estados emocionais).

Para os autores, a ancoragem é o processo de interligar propositalmente determinado estímulo e determinada experiência.

De acordo com os autores, a PNL oferece a todo comunicador, por meio da técnica de ancoragem a oportunidade de ativar recursos existentes em determinadas situações e contextos, assim tornar acessível para si e o interlocutor.

Podemos criar naturalmente ou artificialmente ou alterar as âncoras assim chegando ao resultado desejado.

Âncora criada naturalmente é quando nos recordamos de algo, se existiu algo emocionalmente muito forte sendo ele negativo ou positivo, um exemplo é ser pedida em casamento em um restaurante, sempre que voltar ou passar pelo local terá a recordação e virá a mente.

Âncora criada artificialmente é quando temos que realizar várias repetições entre um estímulo e uma reação, pois não tem vínculo emocional forte, um exemplo é um comercial de cerveja que vinculam à bebida acompanhada de uma experiência agradável a praia e após de ver o comercial várias vezes começamos a realizar a associação.

Qualquer estímulo pode ser uma âncora que pode ser recebida sozinha ou por meio de cinco sentidos. Expressão facial, gestos, velocidade da fala, tom de voz, toque, cheiro e gosto todas podem se tornar âncoras de experiências, e trazer de volta toda a experiência vivida ou parte dela.

O sistema de ancoragem que mais utilizamos é a escrita ou verbal, pois todos nós ligamos determinadas palavras e sua entonação, que servem como âncora tornando essas experiências possíveis. Vamos a um exemplo com a palavra cachorro, ela nos traz algumas associações:

- **Auditiva:** O som do latido.
- **Visual:** A imagem de determinado cachorro.
- **Cinestésica:** A sensação do pelo em suas mãos.
- **Olfativa:** O cheiro dele ou de seu pelo.

Na adjetivação da palavra cachorro é possível alterar a associação, por exemplo: cachorro molhado, cachorro lindo.

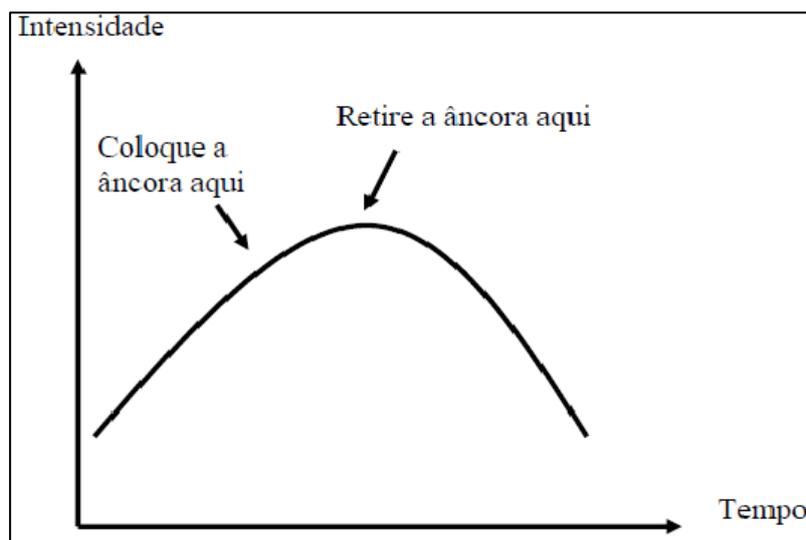
Na psicologia, a ancoragem abrange tanto o condicionamento clássico quanto o operante. Para Pavlov, a ancoragem no condicionamento clássico é um processo por meio de qual o estímulo condicionado (campainha) se liga a reação condicionada (salivação). No condicionamento operante a ancoragem é a base do *shaping*, isto é, partes de certos passos são reforçadas quando da aproximação de um comportamento desejado.

COLAPSO DE ÂNCORAS

No processo de colapso de âncoras, são ligadas duas experiências diferentes, por exemplo, um comportamento indesejado e umas vivências cheias de recursos, por meio de diferentes âncoras. As âncoras poderiam ser estabelecidas por dois toques diferentes em partes do corpo (ombro e pé). A pessoa é primeira orientada a ativar a experiência

agradável e depois lembrar a experiência desagradável, e acompanhar verbalmente formulando. Leve esse acontecimento cheio de coisas boas dentro dessa experiência desagradável e você irá ver e sentir o que mudará e o que sobrar no final. Pois realizando esse processo a sensação ruim vai se dissolver e a pessoa mesmo que passe por uma situação que disparem essa âncora ela não sentirá mais.

Figura 2 - âncoras da PNL



Fonte: Kling (1995)

ESTADO DE RECURSO

É o nome dado a boas experiências vividas, ao estado de excelência. Cada um de nós temos uma história pessoal com vários estados emocionais fortes e agradáveis, e todas as pessoas (colaboradoras e dirigentes), tem como tarefa descobrir como esses estados positivos podem ser ativados.

Pode-se determinar um objetivo ou resultado que queira alcançar, e utilizar as habilidades perceptivas e vivenciar essa imagem através do nosso sentido, e devemos desenvolver o sentimento futuro aquele terá ao atingir o resultado.

Pensar então no estado interno excelente e adequado para chegar a essa meta, você está calmo, concentrado, motivado e cheio de energia.

Quando estamos em um estado de recurso, temos estratégias bem sucedidas, estratégias, condições físicas e psicológicas. E com isso também conseguimos alterar comportamentos que nos levam a estados menos agradáveis.

Para Kluczny e Teixeira (1997), quando seguimos os passos para o desenvolvimento, ampliação e desdobramento de um estado de recurso, construímos sistematicamente uma

sequência adequada: Objetos ou pessoas percebidas; assimilações neurológicas; representação internas; arcos de feedback emocional e estados emocionais.

Contudo, esse processo irá influenciar de forma positiva nossas convicções e atitudes quanto a nossa capacidade de mudar estados internos fácil e rapidamente.

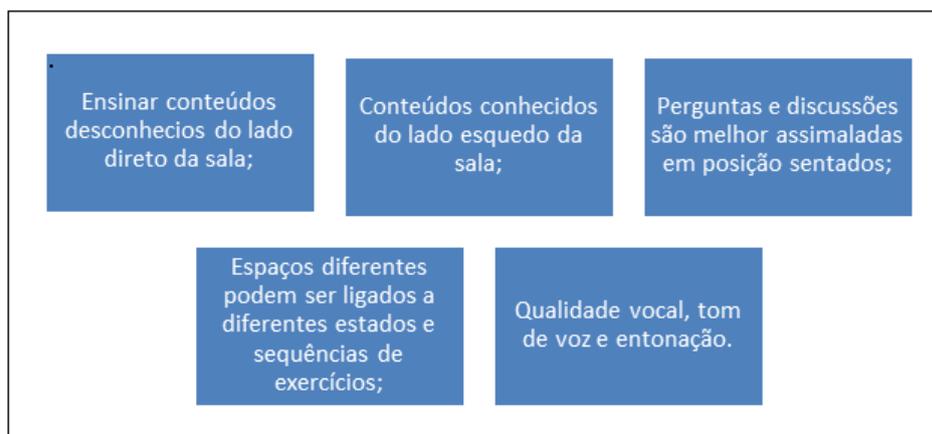
ANCORAGEM EM PROCESSO DE GRUPO

No livro Métodos de PNL, Kluczny e Teixeira (1996), apresenta exemplos para a utilização de âncoras em processos de grupos, exemplo:

Podem ser sinais auditivos (bater palmas, gongo, sino, etc) para indicar o término de um intervalo para o cafezinho. Ao frisar algum conteúdo importante, qualquer para esse ponto através de gestos (com as mãos apresentador de um seminário chamará a atenção), tom de voz (agudo e mais alto), modelos de modulação ou mímica (sobrancelhas). (KLUCZNY E TEIXEIRA, 1996, p. 97)

A utilização de âncoras espaciais e visuais é de grande valia dentro de um contexto de treinamento.

Figura 3 - Âncoras em treinamento:



Fonte: Kluczny e Teixeira, 1996

Todo palestrante precisa adquirir habilidades que o ajudem a despertar e manter o interesse de um grupo, e envolver os participantes, para isso alguns comportamentos podem contribuir consideravelmente, como mostra o quadro 1.

Quadro 1 – Comportamentos

• Postura equilibrada.
• Excelente tensão corporal.
• Estado energético.
• Respiração calma.
• Atenção voltada para fora.
• Diálogo interno acalmado.

Fonte: Kluczny e Teixeira, 1996

UTILIZANDO ESSA FERRAMENTA PARA OBTER RESULTADOS NO MUNDO CORPORATIVO

No mundo corporativo, a PNL é usada nas empresas de pequeno à multinacionais, em setores públicos e privados, ela facilita o relacionamento entre seus colaboradores, habilidades gerencias, por meio de desenvolvimento interpessoal.

Pois conforme os autores a PNL é o estudo de como processamos as informações em nosso cérebro, e de que forma podemos altera-las para conseguirmos os resultados que desejamos.

Para Kluczny e Teixeira (1996), a capacitação de colaboradores significa mudança nas estruturas e regras organizacionais, reestruturação no sistema de premiação e reconhecimento, da organização do trabalho e do estabelecimento de relações específicas com clientes.

Hoje a competição está muito complexa e difícil e para uma empresa sobreviver, pois o cenário é imprevisível e cheios de riscos e para obter o sucesso, a equipe precisa ser mobilizada e utilizar toda a inteligência de cada um para somar e atingir o objetivo.

COMO ALCANÇAR O OBJETIVO

Segundo Chung (1999), as pessoas que têm mais sucesso naquilo que fazem são as que definem claramente seus objetivos.

A empresa com sua diretoria e colaboradores precisa encontrar repostas para algumas perguntas: como a empresa pode ser reestruturada dentro de um mundo de constantes mudanças sem alterar sua essência? Como a direção e os empregos podem enfrentar o aumento de carga e equilibrar a vida profissional e privada e ainda promover seu desenvolvimento pessoal?

No decorrer das décadas diversas inovações eficazes chegaram para o auxílio tanto no gerenciamento de qualidade, trabalho em grupos, formação de equipe, gerencia de projetos, pois elas auxiliam no trabalho voltado ao mercado e para a participação dos colaboradores nas decisões e na configuração de produção.

Para a autora, muitas vezes o objetivo não é alcançado, pois as pessoas não conseguem realizar devido a ser inespecífico e muitos têm os objetivos em mente, sabem todas as teorias e informações, porém fracassam na hora de atingir o resultado esperado isso tanto no âmbito empresarial e pessoal.

Em seu livro o mesmo cita algumas condições para os objetivos desejados:

1. Os objetivos devem ser ditos em termos positivos:

Para entender uma frase formulada de modo negativo, uma pessoa leva quase o dobro de tempo que levaria para entender uma frase positiva.

2. O objetivo é iniciado e controlado por você:

Assumir a iniciativa e o controle do objetivo é comprometer-se e assumir responsabilidades pelo sucesso.

3. Sugerir evidências sensoriais específicas

4. Situar os objetivos num contexto lógico

5. Que seja benéfico para a pessoa

6. Devem ser realizáveis

CONTRIBUIÇÃO DA PNL POR MEIO DA COMUNICAÇÃO E TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO

Para desenvolver efetivos e eficazes modelos de comunicação a PNL enfoca o próprio processo de comunicação e dá menos atenção ao conteúdo, e equilibra o conceito de qualidade total que procura melhorar a maneira que é feito o trabalho.

A PNL apoia a eliminação de barreiras entre empregados dentro dos departamentos e a criação de um ambiente de criatividade e motivação, por meio da conscientização e melhoria de estratégia de pensamentos, aprendizagem e decisão.

Segundo Kluczny e Teixeira (1996), é possível saber como os empregados percebem informações, as trabalham e transformam em atividades e ações. Assim a PNL analisa estilos de aprendizagem e estabelece estratégias de pensamentos e decisão.

Tornando a mudança e a aprendizagem contínuas, dando aos colaboradores espaço para decidir, mudar processos e até mesmo conseguir aproximação desejada de um cliente. Pois a formação de equipes e o trabalho em grupo requerem relações de confiança e estratégias de *rapport* entre os membros das equipes.

A PNL dispõe de modelos de negociação para solução de conflitos e problemas em equipes e processos de grupos.

Kluczny e Teixeira (1996), colocam que se uma pressuposição da PNL, como “não existem erros, só feedback”, estiver sempre integrada à atitude de chefias e empregados, será possível reduzir o medo e a insegurança das equipes e grupos e desenvolver uma visão positiva para o trabalho e o sucesso.

Os métodos de modelagem permitem transferir para outra pessoa excelentes habilidades pessoais, por meio da análise de estratégias de pensamentos positivas, dos sistemas de crença capacitores, dos valores motivadores e da fisiologia.

O gerenciamento visionário em conceitos de mudanças tem correspondência com a visão, missão e valores na PNL, pois esses níveis lógicos mais altos direcionam habilidades e comportamentos.

CONCLUSÃO

A aplicação da Programação Neurolinguística traz a obtenção de resultados satisfatórios não só no ambiente corporativo, mas começa em cada pessoa que obtém o desejo de aplica-la e obter uma nova mentalidade, pois supera seus antigos limites, traspõe inércia e o medo, atingindo níveis de realizações que antes pareciam impossíveis.

Hoje a qualidade do seu trabalho tem tudo a ver com a qualidade da vida pessoal, e a PNL se apresenta como um meio de nos colocar num ponto mais elevado, de onde possamos ter uma visão e controle amplo do conjunto.

E atualmente as pessoas são o principal patrimônio de uma empresa, e com isso a mente aberta a novas mudanças e técnicas é fundamental para a obtenção de um grande resultado satisfatório. O sucesso de uma empresa depende de seu líder e liderados e tendo uma mentalidade aberta para quebra de paradigmas, crenças, ideias inovadoras e relação de confiança é essencial para o resultado de sucesso.

REFERÊNCIAS

ANDREAS, Steve et al. **A nova tecnologia do sucesso**. Campus, 1998.

BANDLER, Richard; GRINDER, Jhon. **Sapos em Príncipes**. Summus, 1982.

CHUNG, Tom. **Qualidade Começa em Mim** – Manual Neurolinguístico de Liderança e Comunicação. Tempo Maltese, ed. 6, 1999.

KLUCZNY, W Jhoann; TEIXEIRA, A Elson. **Programação Neurolinguística, Guia básico para pessoas e empresas**. Makron Books, 1996.

KLUCZNY, W Jhoann; TEIXEIRA, A Elson. **Técnicas de Programação Neurolinguística, Manual do usuário**. Makron Books, 1997.

KNIGHT, Sue. **A programação Neurolinguística e o Sucesso nos negócios** – A diferença que faz a diferença. Ediouro, 1995.

O'CONNOR, Joseph; SEYMOUR, Jhon. **Introdução a Programação Neurolinguística – Como entender e influenciar pessoas**. Summus, 1995.

O PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EM UMA EMPRESA NO RAMO ALIMENTÍCIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

MEREGUI, A. C. M.; (estagiária de Psicologia USC) alannemeregui@uol.com.br*

SILVA, F. T.; (estagiária de Psicologia USC) ferzita_silva@hotmail.com

BROSSI, F. F.; (estagiária de Psicologia USC) nandabrossi@hotmail.com

SILVA, L. Z.; (professora supervisora USC) luciana.zanelato@gmail.com

Palavras-chave: Recrutamento; Seleção; Psicologia Organizacional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se refere a um relato de experiência de Estágio em Psicologia Organizacional e do Trabalho desenvolvido no primeiro semestre de 2017 em uma empresa no ramo alimentício, tendo em vista, o processo de recrutamento e seleção de pessoal (R&S).

Para garantir a eficácia do R&S, antes de qualquer processo seletivo faz-se necessário conhecer a cultura da empresa e fazer o levantamento do perfil do cargo através descrição e análise de cargos. O cargo engloba um conjunto de atividades específicas a serem desempenhadas pelo ocupante do cargo, sendo necessário apresentar habilidades, conhecimentos e aptidões que permitam ao sujeito a realizá-las com maior eficácia. A partir então, destas informações, é que se inicia o processo de recrutamento de pessoal. De acordo com Chiavenato (2008), o recrutamento se refere a um sistema de informação que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocuparem cargos dentro da organização. É através deste procedimento que a organização divulga e oferece ao mercado de recursos humanos, oportunidades de emprego que pretende preencher. Ou seja, é a busca de canais competentes e efetivos para divulgação das vagas em aberto, podendo a fonte de captação de indivíduos ser interna (dentro da organização); externa (candidatos disponíveis no mercado de trabalho), sendo esta realizada por meio de anúncios em jornais, redes sociais, instituições, universidades, etc; ou misto (envolvendo recrutamento interno e externo).

Após o processo de recrutamento, é realizada a seleção de pessoal que, segundo Pontes (2010) constitui o processo de escolha de candidatos entre aqueles recrutados. Também pode ser compreendido como uma tomada de decisão pelo candidato mais adequado ao cargo naquele momento, de modo que se possa manter ou aumentar a eficiência e desempenho profissional (CHIAVENATO, 2008).

Na avaliação psicológica dentro do contexto de seleção de pessoal deve se levar em consideração quais as técnicas que serão mais efetivas para cada cargo e organização. Wechsler (1999) aponta que a avaliação psicológica em tais processos, tem por finalidade o maior conhecimento do indivíduo a ser possivelmente contratado.

A principal técnica consiste na entrevista, sendo considerada como uma das mais importantes etapas e tem como finalidade obter informações pessoais e profissionais, esclarecendo questões contidas nos currículos previamente enviados (MAZON; TREVIZAN, 2000). Os testes psicológicos também são opções que permitem observar manifestações de traços de personalidade, atenção, memória, cognição, aptidão, entre outros, seguidos também de exercícios de dinâmicas de grupo, prova de capacidade ou conhecimento técnico, teste situacional ou prático.

Dessa forma, um processo de recrutamento e seleção bem estruturado contribui para redução de rotatividade e maior eficácia das pessoas no desenvolvimento das funções do seu cargo, afim de agregar valores e reter talentos humanos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar o processo de recrutamento e seleção de pessoal em uma organização do ramo alimentício, visando uma maior eficácia no desempenho da organização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Identificar o perfil dos candidatos participantes dos processos de recrutamento e seleção (R&S);
- ✓ Avaliar a eficácia das técnicas de seleção aplicadas durante o processo;
- ✓ Discutir sobre a importância do psicólogo nas práticas de R&S.

MÉTODOS

A prática de estágio foi realizada em uma empresa especializada no ramo alimentício que conta com aproximadamente 50 colaboradores distribuídos em 10 setores.

Primeiramente foi realizada uma leitura do manual de descrição e análise dos cargos existentes na empresa, bem como foram observadas as atividades realizadas por cada cargo para facilitar o processo de recrutamento e seleção. Diante das vagas em aberto era consultado o banco de currículos da empresa e quando necessário foi realizado recrutamento externo por meio de anúncio da vaga em aberto no jornal.

Na sequência foram feitas as análises de currículos separando candidatos conforme o perfil do cargo já estabelecido e recrutando-os por meio de ligação telefônica para comparecerem ao processo seletivo.

As técnicas utilizadas foram entrevista psicológica, na maioria das vezes de forma coletiva com um roteiro de perguntas semiestruturado, acompanhadas de aplicação do teste de personalidade Palográfico e teste de simulação para o cargo de telefonista para verificar o desempenho dos candidatos. Os aprovados participaram de uma segunda etapa que consistia numa entrevista técnica com o responsável da área a ser contratada. E a todos os candidatos participantes do processo seletivo foi dada uma devolutiva sobre o resultado final.

Após a finalização do R&S, foram registrados em uma planilha do Excel os dados dos candidatos e seus respectivos desempenhos e resultados, indicando-os ou não às vagas disponíveis.

Para facilitar a visualização do processo seletivo realizado na empresa durante o primeiro semestre de 2017, os dados foram tabulados e organizados em uma tabela, distribuídos por cargos, bem como sua condição e desempenho na avaliação psicológica.

RESULTADOS

Os resultados obtidos nos processos de recrutamento e seleção realizados encontram-se descritos na tabela 1, totalizando 6 processos, sendo: 2 para o cargo de telefonista, 2 para o cargo de auxiliar de produção noturno, 1 para auxiliar de limpeza e 1 para auxiliar de estoque.

Tabela 1 – Processos de Recrutamento e Seleção de Pessoal

DISTRIBUIÇÃO POR QUANTIDADE DE CANDIDATOS					
VAGAS DISPONÍVEIS	Candidatos recrutados	Candidatos que compareceram para seleção	Candidatos indicados com restrições	Candidatos não indicados	Candidatos aptos e contratados
TELEFONISTA	8	5	4	0	1
AUXILIAR DE PRODUÇÃO NOTURNO	14	9	5	3	1
AUXILIAR DE LIMPEZA	13	10	9	0	1

AUXILIAR DE ESTOQUE	14	9	3	5	1
TELEFONISTA	15	14	3	10	1
AUXILIAR DE PRODUÇÃO NOTURNO	13	11	2	9	0
TOTAL	77	58	26	27	5

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De acordo com o gráfico, podemos constatar que houve, ao longo deste período, 77 candidatos recrutados, 58 candidatos que compareceram para a seleção, 26 candidatos indicados com restrições, 27 candidatos não indicados e 5 candidatos aptos para contratação.

CONCLUSÃO

Por meio dos dados obtidos, notou-se que a maioria dos candidatos não se prepara adequadamente para um processo seletivo, demonstram comportamento inadequado ou insuficiência quanto às habilidades e competências exigidas para o cargo, não havendo assim, uma compatibilidade de perfil do cargo com a dos candidatos.

As técnicas adotadas para as práticas de recrutamento e seleção de pessoal pela empresa foram de suma importância e se mostraram eficazes por traçar características dos candidatos e permitir comparação com a cultura da empresa e perfil exigido pelo cargo, bem como, auxiliaram no preenchimento de vagas em aberto e renovação do quadro de colaboradores, atendendo as necessidades da organização.

Vale destacar também a importância da empresa em questão investir em programa de integração de pessoal, treinamentos e plano de carreira visando não só a inserção na empresa, como também a retenção e desenvolvimento de seus talentos humanos, de forma que a empresa possa assim melhorar, ainda mais, a qualidade de seus serviços ofertados no mercado. Outro aspecto relevante é o papel do psicólogo em práticas de recrutamento e seleção de pessoal por meio da aplicação da avaliação psicológica e escolha de técnicas adequadas e estruturadas para cada cargo consegue obter resultados eficazes na contratação de candidatos, em tendo em vista, o perfil exigido para o cargo.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MAZON, Luciano; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Recrutamento e seleção de recursos humanos em um hospital psiquiátrico de um município paulista. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 4, p. 81-87, Aug. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692000000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 jun 2017.

PONTES, Benedito Rodrigues. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal**. São Paulo. LTR, 2010.

WECHSLER, S. M. Guia de procedimentos éticos para a avaliação psicológica. In S. M. Wechsler, R. L. Guzzo (Orgs.), **Avaliação psicológica: perspectiva internacional**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p. 133-141.

AVALIAÇÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DO RAMO ALIMENTÍCIO

MEREGUI, A. C. M.; (USC); alannemeregui@uol.com.br*

SILVA, F. T.; (USC); ferzita_silva@hotmail.com

BROSSI, F. F.; (USC); nandabrossi@hotmail.com

SILVA, L. Z.; (USC); luciana.zanelato@gmail.com

Palavras-chave: Clima Organizacional. Pesquisa de Clima. Psicologia.

INTRODUÇÃO

Os estudos iniciais sobre clima organizacional surgiram, de acordo com Rizzatti (2002), no início dos anos 1960, a partir dos trabalhos de Forehand e Gilmer relacionados ao comportamento organizacional. Tais estudos buscaram maneiras de combinar a humanização do trabalho com as melhorias da produção, utilizando a Psicologia para encontrar ferramentas necessárias para tais objetivos.

Para tanto, o clima organizacional de uma empresa pode ser definido, de acordo com Coda (1993), como o indicador do nível de satisfação de seus colaboradores, em relação aos diferentes aspectos da cultura organizacional, como modo de gestão, política de Recursos Humanos, processo de comunicação, liderança, relacionamento, condições de trabalho, entre outros.

Chiavenato (2003), o considera como uma visão mais ampla e flexível da influência do ambiente interno da organização que é percebida ou experimentada pelos integrantes da empresa e que influencia no comportamento humano.

Enquanto que Luz (2003), refere-se a clima organizacional como sendo o reflexo do estado de ânimo ou ainda o grau de satisfação dos empregados, num dado momento.

Para diagnosticar o nível de satisfação dos colaboradores de uma organização de trabalho, a pesquisa de clima organizacional tem sido um importante instrumento de análise que possibilita à empresa identificar aspectos críticos e potenciais, por meio da percepção coletiva dos empregados sobre o ambiente interno da empresa. Resume-se a um trabalho sistematizado, o qual além do diagnóstico que busca identificar os problemas reais que estão acontecendo dentro da empresa, de modo que eles possam ser corrigidos através de ações interventivas, também busca agir de maneira preventiva e manter os resultados positivos ou satisfatórios por meio do aprimoramento ou da adoção de determinadas políticas de pessoal e promoção da qualidade de vida no trabalho.

Frente a tais questões, a avaliação do clima organizacional por meio da pesquisa de clima mostra-se de grande importância para a qualidade e funcionamento da empresa em estudo, uma vez que faz parte da missão da mesma proporcionar aos seus colaboradores um bom clima organizacional. Em suma, possibilita o conhecimento do nível de relacionamentos entre os funcionários e sua empresa, bem como aponta caminhos para o processo de mudança cultural.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- ✓ Diagnosticar o clima organizacional de uma empresa no ramo alimentício visando melhorias no ambiente de trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Identificar o nível de satisfação dos empregados frente a vários aspectos relacionados a políticas de Recursos Humanos, condições de trabalho, relacionamento, liderança, direção, treinamento e desenvolvimento, entre outros.
- ✓ A partir dos dados coletados, elaborar um planejamento de ação visando melhorias e mudanças organizacionais.

MÉTODOS

A Pesquisa de Clima Organizacional foi elaborada pelo setor de Recursos Humanos de uma empresa especializada no ramo alimentício, atendendo a cidade de Bauru e região.

A empresa conta com aproximadamente 50 colaboradores, os quais ocupam cargos operacionais, administrativos e de gestão. Porém houve a participação de 43 deles na aplicação do questionário de pesquisa de clima, por motivo de férias, folga, licença médica ou por estarem no período de experiência profissional.

A aplicação foi realizada em grupos em uma sala de treinamento por meio de um questionário com 50 questões, sendo 47 perguntas fechadas 3 abertas, cujas opções de respostas: foram "sempre", "quase sempre", "raramente" ou "nunca"; sendo que "sempre e quase sempre" foram parametrizadas como respostas satisfatórias, "raramente e nunca" como insatisfatórias. Também foi considerado o índice de 70% das respostas como fator em potencial e resultados inferiores a 70% como fatores críticos e que precisam de intervenções.

Antes da aplicação, os participantes foram orientados quanto às etapas da pesquisa de clima, objetivo, sigilo e o modo de preenchimento do questionário. No início da aplicação,

os colaboradores assinaram a lista de presença e, ao final, depositaram a pesquisa de clima em uma caixa, de forma anônima.

Os questionários físicos foram reproduzidos em uma plataforma digital cuja finalidade consiste em facilitar a tabulação dos dados, sendo que esta ocorreu de maneira qualitativa e quantitativa, por meio de uma discussão dos dados obtidos. Após a finalização da pesquisa de clima, todos os colaboradores receberam *feedback* sobre os resultados e houve a apresentação do plano de melhorias.

RESULTADOS

Os dados obtidos na pesquisa de clima encontram-se descritos na tabela 1, os quais foram distribuídos por fatores avaliados compreendendo categorias de “Políticas de RH” a “Direção e Liderança”.

Tabela 1- Resultado da pesquisa de clima organizacional

FATORES AVALIADOS	Sempre	Quase Sempre	Raramente	Nunca	Não respondeu
Políticas de Recursos Humanos	61%	29%	4,5%	4,5%	1%
Comunicação Interna	37,5%	35,2%	21,6%	4,5%	1%
Relações Interpessoais	38,6%	34,1%	21,6%	4,5%	1%
Treinamento e Desenvolvimento	60%	22%	9%	4,5%	4,5%
Política de qualidade dos produtos e serviços	71%	19%	4,5%	0%	5,5%
Condições de Trabalho	57%	25%	12%	3%	3%
Imagem e Adesão	59,5%	27,5%	7%	3,5%	2,5%
Direção e Liderança	58,5%	26%	11%	2,25%	2,25%
Média por resposta	55,5%	27,5%	11,5%	2,8%	2,6%
Média por agrupamento de resposta	Satisfação: 83%		Insatisfação: 14,3%		2,6%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De forma geral, os resultados apontados foram satisfatórios, ou seja, 83% dos colaboradores apontaram satisfação quanto às categorias avaliadas; 14,3% demonstraram insatisfação e 2,6% não responderam.

CONCLUSÃO

A realização de uma pesquisa de clima organizacional é uma das formas de conhecer os vários aspectos culturais da empresa e constitui numa ferramenta estratégica na área de gestão de pessoas, servindo como subsídios para ações de melhorias.

Apesar de todos os fatores avaliados no presente estudo estarem acima de 70% de satisfação, considerados como resultados potenciais, vale ressaltar que os fatores "Política de qualidade dos produtos e serviços", bem como "Política de RH" foram os que mais se destacaram de forma positiva, e que se devem atentar aos fatores "Comunicação Interna e Relacionamento Interpessoal", no qual houve maior índice de respostas "raramente ou nunca" em comparação com os outros fatores.

Estes dados indicam alerta e que ações de melhorias são necessárias como a criação de um canal gerenciador e disseminador de informações e da cultura organizacional, que atinja desde a diretoria até a área de produção, a fim de reduzir ao máximo os problemas na propagação das informações, aumentar a credibilidade perante os funcionários, disseminar a marca e o produto que caracterizam a empresa e sua atuação no mercado de trabalho. Também é necessário o desenvolvimento de programas de treinamentos visando melhorias nos relacionamentos interpessoais, principalmente no quesito redução de focos no ambiente de trabalho, o que prejudica o clima organizacional.

Portanto, considera-se a análise, o diagnóstico e as sugestões proporcionadas pela pesquisa de clima organizacional, como valiosos recursos para o sucesso de programas voltados para a melhoria da qualidade, aumento da produtividade e adoção de políticas internas, favorecendo assim, a empresa, os colaboradores e, também, os clientes (BISPO, 2006).

REFERÊNCIAS

BISPO, Carlos Alberto Ferreira. **Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional. Prod.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 258-273, Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132006000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 ago 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132006000200007>.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 7. ed, 2003

CODA, R. **Estudo sobre clima organizacional traz contribuição para aperfeiçoamento de pesquisa na área de RH**. In: Boletim Administração em Pauta, suplemento da Revista de Administração, São Paulo. IA-USP, n. 75, dez., 1993.

LUZ, R. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2003.

RIZZATTI, G. **Categorias de análise de clima organizacional em universidades federais brasileiras**. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado). Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas. UFSC.

TRANSFOBIA E PUBLICIDADE: AFIRMAÇÃO E VISIBILIDADE

Lucas Almeida Dias (Universidade São Luís); geo_lucas@live.com *

Lucas Rafael Silva (Universidade São Luís); lucas-rafael1995@hotmail.com

Resumo: No mundo moderno, a publicidade é o meio de grande alcance na propagação de ideias a diversos públicos. Em suas campanhas e anúncios, a propaganda busca representar o público que deseja atingir, exercendo um poder direto sobre seus consumidores e seus hábitos de consumo. A inclusão da temática LGBT nos meios publicitários surgiu, com maior evidência, a partir do século XXI, quando esforços empreendidos por pesquisadores e ativistas de questões relativas a gênero e sexualidade alcançam alguns resultados bastante concretos. Através do direito à visibilidade, tornou-se importante à implementação de políticas públicas que tomam a comunidade LGBT como sujeitos de direitos para além da esfera da saúde ou dos índices de violência e assassinatos. Porém, para a população *Trans* esta visibilidade veiculada nas mídias não é igualitária, comparada ao direito de visibilidade conquistada por gays homens e cisgêneros. No Brasil, a maior porção das taxas de mortes por homofobia ainda estão ligadas a população *Trans*, que no contexto midiático, ainda são retratadas por estereótipos negativos e depreciativos.

Palavras-chave: publicidade e propaganda; minorias sociais; direito à visibilidade.

Abstract: In the modern world, advertising is the far-reaching medium in propagating ideas to various audiences. In its campaigns and ads, advertising seeks to represent the audience it wants to reach by exerting direct power over its consumers and their consumption habits. The inclusion of the LGBT theme in advertising media emerged more clearly from the 21st century when efforts by researchers and activists on issues related to gender and sexuality achieve some very concrete results. Through the right to visibility, it has become important to the implementation of public policies that take the LGBT community as subjects of rights beyond the sphere of health or indices of violence and murder. However, for the *Trans* population this visibility in the media is not equal, compared to the right of visibility conquered by gay men and cisgêneros. In Brazil, the largest portion of homophobia deaths rates are still linked to the *Trans* population, which in the media context are still portrayed by negative and derogatory stereotypes.

Keywords: Advertising and marketing; Social minorities; Visibility.

INTRODUÇÃO

Recentemente, tem ganhado notoriedade nos estudos de gênero e sexualidade, uma perspectiva de consumo que pôde direcionar as campanhas publicitárias em diversos veículos de comunicação, incluindo a população LGBT (FACCHINI; et al, 2014). No Brasil, o público gay possui um poder de consumo visivelmente maior do que comparado ao público heterossexual, o que permite as grandes empresas abandonar velhos preconceitos e medos, mesmo que desagradando a uma significativa camada da sociedade, a fim de alcançarem um público com grande potencial de compra, permitindo uma maior visibilidade midiática fora das práticas habituais dos estereótipos. As propagandas atuais reforçam a ideia do respeito à diversidade.

Historicamente a comunidade LGBT - homo/bissexuais, travestis, transgêneros e assim por diante - sofreu com a marginalização na sociedade brasileira. Tal invisibilidade refletiu-se em peças e propagandas publicitárias. A popularização de blogs e redes sociais proporcionou voz ativa aos consumidores e a comunidade LGBT se torna cada vez mais uma parcela relevante do mercado consumidor. (JORGE, 2013).

Através do poder que a publicidade alcança no dia-a-dia do consumidor final, é de grande importância a inclusão de temas relacionados à sexualidade e gênero na promoção de uma visibilidade justa e afirmativa. De acordo com Baggio (2009, p. 01), a crescente presença de anúncios publicitários com temática homossexual reflete não somente aspectos da sociedade - maior elasticidade nas relações sociais e menor tolerância ao preconceito, mas também econômicos.

A publicidade gay masculina é maioria das campanhas publicitárias LGBT's atuais, o que aponta uma real disparidade dentro desse contexto de diversidade de sexualidade e gênero. Em razão do poder de compra de parte da população LGBT, as empresas e, concomitantemente, as agências de publicidade, evitam cometer deslizes com estereótipos que reforçam o preconceito. "Devido à sua importância como nicho mercadológico, à rejeição desse público pode ser bastante prejudicial às empresas". (p. 02).

Tratando de economia, no Brasil o público gay masculino tem o poder de compra três vezes maior que comparado ao público heterossexual, mas em contrapartida, as travestis e transexuais ainda são afuniladas a situações de trabalho de alto risco, se submetendo à

prostituição e sendo alvos de violência e ódio (CONDE, 2004). A população *Trans* convive, diariamente, com o antagonismo celetista de visibilidade e acesso as correntes midiáticas.

1. VISIBILIDADE ANTAGÔNICA

No Brasil, a homofobia e a transfobia são duras realidades, mesmo com os avanços sociais, a população LGBT ainda é posta numa subcategoria social, marginalizados e afastados de direitos sociais fundamentais. De acordo com Coelho (2008, s/p.) na contemporaneidade, apesar dos esforços empreendidos por vários movimentos sociais em prol da diversidade sexual, ainda é possível encontrar reflexos da patologização das sexualidades que não seguem a heteronormatividade. Essa padronização, imposta indiretamente pelo meio social às minorias, acaba permitindo privilégios apenas para aqueles que seguem modelos e normas de grupos dominantes. Por isso, é visível notar uma perceptível marginalização, principalmente, de travestis e transexuais em razão da alteração de gênero biológico e mudança da expressão estética, o que implica negativamente em todos os setores do meio social, incluindo principalmente o acesso e permanência ao trabalho e emprego.

A busca por reconhecimento e identidade é parte da luta da população *Trans*, “práticas homofóbicas, lesbofóbicas e transfóbicas, suscitam discussões sobre as políticas identitárias em várias esferas sociais” (COELHO, 2008; apud BUTLER, 2003).

De acordo com CFESS (2013), dados apontam que a população brasileira reconhece a existência de forte preconceito contra travestis (93%) e transexuais (91%). Ainda segundo o autor supracitado, o Brasil é o país onde mais se mata gays, lésbicas, travestis e transexuais em todo o mundo, e que os requintes de crueldade são destacados como espelho do ódio ainda existente por esta população. São remotos os dados que retratam apenas as mortes da população *Trans* no Brasil, porém, a questão do gênero – da transformação – é um dos principais estopins para muitas formas de violência e dos seus consequentes requintes de crueldade.

Em geral, além da arma de fogo, muitas vítimas têm suas vidas interdadas por meio de faca, foice, machado. Há casos de espancamento, enforcamento, degolamento, tortura e carbonização. Estes são os chamados “crimes de ódio” praticados contra a população LGBT. Os “crimes de ódio” são uma das expressões do momento anticivilizatório e, portanto, de profunda barbárie que vivemos no tempo presente, o qual se afirma pelo avanço do conservadorismo e moralismo, que invadem todas as

dimensões da vida social, empobrecendo as potencialidades humanas (CFESS, 2013, s/p.).

O preconceito se traduz em brutalidade, segundo o DEDIHC (2016), no Brasil houve 166 casos de assassinatos de pessoas trans no primeiro semestre de 2016. Esses assassinatos são os contabilizados e viralizados nas redes, pois muitas das pessoas que foram mortas por transfobia permaneceram no esquecimento e distantes dos dados aqui apresentados. Das mortes contabilizadas entre Janeiro de 2008 a Junho de 2016, 57% eram menores de 30 anos, e 11,5% eram menores de idade.

Tabela 1 - Causa da morte de pessoas trans no mundo (2016)

	Parcela (em %)
Tiros	43,9
Pauladas	24,2
Estrangulamento ou enforcamento	4,4
Apedrejamento	2,8
Desmembramento ou degola	2
Cortes na garganta	1,6
Asfixia por fumaça	1,9
Tortura	1,5
Queimaduras	1,4
Atropelamento	1,5
Outras	1,8
Sem registros	19,8

Fonte: Fábio (2016), apud Transgender Europe (2016).

As causas de morte de pessoas trans no mundo evidenciam o ódio existente por esta população, o que passa distante do brilhantismo atual adotado por parte da imprensa ao destacar a diversidade LGBT apenas com a ótica do gay masculino cisgêneros. Os crimes de ódio, relativos a transfobia, estão aliados a marginalização dessas pessoas. “No Brasil, 79% das pessoas trans assassinadas eram prostitutas”. (DEDIHC, 2016).

A transfobia também se revela por meio do discurso de ódio, segregação do acesso aos direitos básicos e violência psicológica, pois muitos entendem a mudança de gênero como uma transformação temporária e que possa ser corrigida (BUTTLER, 2013), e que uma afirmação de uma nova identidade afrontaria uma suposta desconstrução da

heteronormatividade. Talvez, uma das maiores conquistas da população Trans seja o uso do nome social, evitando constrangimento no uso de serviços públicos. A “Carta dos direitos dos usuários da saúde” (2011), em sua 3º edição, afirma o direito do uso do nome social em repartições públicas, incluindo o campo da saúde:

I – identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir, em todo documento do usuário e usuária, um campo para se registrar o nome social, independentemente do registro civil, sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença, ou outras formas desrespeitosas, ou preconceituosas; (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p. 12).

Porém, o direito a visibilidade da população trans está muito distante do esperado. Os desafios enfrentados por transexuais e travestis são maiores, dentro do sistema de imposição heteronormativa, comparado aos gays masculinos, lésbicas e bissexuais. Ainda que a Constituição Federal de 1988 traga o conceito de cidadania ampliada, as pessoas trans ainda são distanciadas de seus direitos e de uma perspectiva de vida com qualidade, dignidade, respeito, e segurança, o que resulta na marginalização social e na violência psicológica, moral e física. (NOGUEIRA; et al, 2017). “O risco de uma pessoa travesti, transexual ou transgênero ser assassinada é 14 vezes maior que o de um homem cis gay, e a chance dessa morte ser violenta é nove vezes maior”. (p.04).

2. PINK MONEY E O PODER DE CONSUMO CONTROVERSO

O termo ‘pink money’ está ligado ao alto poder de consumo da população LGBT. De acordo com Conde; Souza (2004, p. 18), tal afirmação está aliada ao fato de que, em maioria, os gays masculinos e cisgêneros possuem formação superior, maior renda e não detêm os gastos presentes em famílias heterossexuais.

Os homossexuais são vistos pelo mercado como pessoas que não têm preocupação em edificar patrimônio, pois quase não têm herdeiros e, não os tendo, não despendem gastos elevados com a aquisição de patrimônio. São vistos ainda como pessoas vaidosas e que não titubeiam em gastar recursos com itens que lhes venham a trazer alguma forma de prazer ou de satisfação. Denomina-se pink

money o dinheiro que os homossexuais detêm e que o mercado pretende atrair. (CONDE; SOUZA, 2004, p. 56).

Portanto, a população LGBT é alvo das ações publicitárias, que aproveitam desse potencial econômico para alavancar suas vendas. Porém, a população trans no Brasil está distante desse dado socioeconômico. Segundo Nogueira; et al (2017, p. 05), é comum que pessoas trans sejam exploradas no mercado de trabalho, excluídas do espaço escolar e expulsas de casa ainda na infância. Muitas delas não possuem nem documentos de registro e são enterradas como indigentes, o que expõe a disparidade presente dentro do cenário socioeconômico LGBT.

CONCLUSÃO

As publicidades inclusivas estão em evidência no cenário comercial atual. Em razão disso, muitas empresas procuram incluir grupos e nichos com maior poder de compra, promovendo, assim, propagandas e campanhas publicitárias que impulsionem uma suposta igualdade e respeito a diversidade. A exploração econômica de LGBT's, assim como uma maior visibilidade de parte desse grupo em cenários que antes os mesmos eram reprimidos, reforça a ideia do fetichismo da mercadoria, onde determinados grupos são impulsionados a consumir, acreditando estar reforçando inúmeros movimentos de lutas e inclusão, quando na verdade estão mantendo as estruturas vorazes do capitalismo do mundo ocidental.

Apesar das propagandas inclusivas que vem sendo vinculadas constantemente nas mídias de massa, é notória a falta da representatividade de parte dessa minoria social, principalmente do público transgênero, que ainda é submetida, em sua grande maioria, as condições de trabalho que as obrigam a partirem para situações análogas a prostituição, ao tráfico de drogas e ao trabalho escravo. Tais afirmações expõem o lado obscuro dessa minoria social, o qual as propagandas e as agências de marketing continuam a ocultar.

Portanto, mesmo com as atitudes que promovam o respeito a diversidade por parte das empresas e suas propagandas, apenas os gays masculinos são destacados dentro desse contexto de 'visibilidade'. Quantos aos demais (lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), a mídia ainda os retrata de maneira estereotipada e elencada ao humor negro, aos índices de assassinato e nos dados da saúde pública.

Dentro de uma comunidade onde poucos conseguem conquistar o mínimo de respeito, a publicidade pode ser uma das responsáveis por um passo adiante na visibilidade desse grupo, e de tantos outros, extremamente marginalizados por uma camada social ainda

bastante preconceituosa. Uma definitiva inclusão de todas as minorias sociais, dentro de um contexto de visibilidade, possibilita que os mesmos alcancem uma notória ascensão, sem serem explorados pelo mercado, pela mídia e pelo julgamento alheio.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, A.T. A temática homossexual na publicidade: representação e estereótipos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1146-1.pdf> > acesso em: 10 jun. 2017.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COELHO, J.F.J. Homofobia, lesbofobia e transfobia: o que a psicologia tem a ver com isso? UFC. Ceará. 2008. Disponível em: < http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/324.%20homofobia%20e%20lesbofobia%20e%20transfobia.pdf > acesso em: 11 jun. 2017.

CONDE, MC.F. O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação no exercício da cidadania. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. 2004. Disponível em: < <https://pos-sociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/Michele.pdf> > acesso em: 09 jul. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. O direito à identidade trans. Gestão tempo de luta e resistência. Brasília. 2013. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2013_visibilidadetrans-site.pdf > acesso em: 13 jul. 2017.

FÁBIO, A.C. Assassinatos de pessoas trans: a posição do Brasil num ranking precário, mas simbólico. Nexo [online]. 2016. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/17/Assassinatos-de-pessoas-trans-a-posicao-do-Brasil-num-ranking-precario-mas-simbolico> > acesso em: 13 jun. 2017.

JORGE, S.C. A Publicidade das Imagens Cristalizadas: Uma análise das representações imagéticas do gênero. Anagrama, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 1-16, nov. 2013. ISSN 1982-1689. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/78996>>. Acesso em: 10 jul 2017.

NOGUEIRA, S.N.B; AQUINO, T.A; CABRAL, E.A. Dossiê: a Geografia dos corpos das pessoas trans. Rede trans Brasil. Brasília. 2017. Disponível em: <
http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier.pdf >
acesso em: 13 jun. 2017.

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS PARA ONG DE PROTEÇÃO ANIMAL

Luana Iamaguti Fontes (USC); luanaiamaguti@hotmail.com *

Nirave Reigota Caram (USC); nirave.caram@usc.br

Palavras-chave: Comunicação no Terceiro Setor. Marketing 3.0. Mídias Sociais. Organizações Sem Fins Lucrativos. Proteção Animal.

INTRODUÇÃO

A comunicação, de forma geral, ocorre entre um emissor e um receptor, por meio de troca de informações mútuas utilizando um canal ou não. Neste contexto que se baseia a teoria e técnica, dentre outras formas de comunicação, da publicidade e propaganda. O marketing, também se apoia neste processo, utilizando a comunicação para atingir seu objetivo de satisfazer necessidades e desejos humanos. (BACCEGA; COSTA, 2009).

Na sociedade contemporânea, depois de muito ser estudado sobre o surgimento e evolução do conceito de marketing, Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010), conceituaram o marketing na era 3.0. Segundo esses autores, este último estágio evolutivo do conceito de marketing caracteriza-se pela complementação do marketing emocional com o marketing de espírito humano, focado não como meros consumidores, mas como ser humano pleno, constituído de mente, coração e espírito, a fim de que anseiem suas necessidades, transformando o mundo globalizado em um mundo melhor.

O marketing 3.0 está relacionado a mudar a maneira como os consumidores realizam ações na vida. Quando uma marca traz transformações, os consumidores a aceitam inconscientemente, como parte de seu cotidiano. É disso que se trata o marketing de espírito humano. (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2010)

Da mesma forma em que o comportamento das pessoas mudou e influenciou a maneira de agir das empresas, o inverso está ocorrendo nos dias atuais. Diversas companhias percebem a importância de cuidar do meio ambiente e da sociedade e, portanto, objetivam conscientizar os consumidores a mudarem suas atitudes. Por isso, elas investem no marketing para atingir o mercado. É nesse cenário que se apresenta o marketing verde, também conhecido como marketing ambiental, que consiste em uma forma de atuar no mercado de maneira ecologicamente consciente. Através dele, pode-se conseguir o

comprometimento das pessoas com a sustentabilidade. (GUIMARÃES; VIANA; COSTA, 2015)

Em tempos de marketing 3.0, também é possível citar o marketing social, mais uma das aplicações do marketing, que possui a finalidade de, justamente, satisfazer as necessidades do público-alvo, porém com o objetivo de benefício social. Nos dias atuais, com a ocorrência das inúmeras crises sociais, essa satisfação de necessidades em prol da sociedade tem sido mais recorrente, sendo utilizada em organizações para influenciar para o bem, com força decorrente nos meios virtuais – marketing digital – propagando informações em diversas formas, principalmente em redes sociais, meios muito utilizados e de grande impacto.

A definição de marketing social inclui o conceito de marketing, na medida em que reconhece as necessidades individuais dos consumidores, porém com o objetivo de ir além deste aspecto, pois visa melhorar o bem-estar de toda a sociedade em que a empresa opera. [...] (BLYTHE, 2005, p.27).

Sendo assim, observa-se a importância de aprofundar os conhecimentos nos conceitos de marketing verde, que visa à valorização das causas ambientais, e de marketing social, que visa à valorização de causas sociais, visto que a causa de proteção de animais, foco nesta pesquisa que se encontra em estágio inicial, engloba os dois conceitos.

A comunicação de ONGs tem apresentado um grande desenvolvimento nos últimos anos, principalmente nas mídias sociais. Porém, justamente por serem organizações sem fins lucrativos, algumas não possuem recursos financeiros e estruturais para realizar uma adequada comunicação com os seus públicos. Sendo assim, a discussão sobre a importância da comunicação via mídias sociais se torna tão importante.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a importância da comunicação digital para a divulgação do trabalho de ONGs de proteção animal. Os objetivos secundários são: compreender o conceito de Marketing 3.0 e sua importância na contextualização do assunto estudado; assimilar os conceitos de Marketing Social e Marketing Verde e sua aplicação na sociedade com enfoque na proteção dos animais e, por fim, verificar a utilização das mídias sociais por ONGs de Proteção Animal.

METODOLOGIA

Foi utilizado o levantamento bibliográfico e pesquisa exploratória. A pesquisa bibliográfica foi realizada acerca dos assuntos: Marketing 3.0, Marketing Social, Marketing Verde, Marketing Digital e Terceiro Setor.

A pesquisa bibliográfica é o planejamento inicial de qualquer pesquisa que resulta em um texto sistematizado onde é apresentada toda a literatura examinada. É um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas e selecionar os documentos referentes ao tema estudado para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico (STUMPF, 2010).

A pesquisa exploratória foi realizada, de forma preliminar, levantando a comunicação digital nas mídias sociais por ONGs de proteção animal.

RESULTADOS

Como resultados, temos por hora a compreensão e aprofundamento sobre as teorias estudadas acerca do tema abordado: Marketing 3.0, Marketing Social, Marketing Verde, Marketing Digital e Terceiro Setor. Logo, podemos analisar e compreender a utilização da comunicação de ONGs de proteção animal no meio digital através das mídias sociais.

É necessário entender que o marketing na era 3.0 é basicamente voltado à influência aos consumidores de forma mais ativa e constante, com base em seus comportamentos, a fim de modificá-los. Essa nova era também relaciona-se com a era tecnológica, virtual, onde o nível de influência torna-se maior em relação aos consumidores, principalmente nas redes sociais, onde concentra-se o maior número de consumidores e influenciadores (KOTLER, KARTAJAYA E SETIAWAN, 2010). Com essa capacidade, o marketing social e o marketing verde podem se aplicar como parte da ideia por satisfazer as necessidades em prol da sociedade e para um bem maior, passando o conceito de preservação e sustentabilidade do meio ambiente simultaneamente.

Sobre o marketing social, atualmente pode ser definido como uma ferramenta estratégica de marketing e posicionamento, que associa uma empresa ou marca a uma questão ou causa social relevante, em benefício mútuo (BARROS, 2013). Como uma vertente do marketing tradicional, o marketing social é voltado à troca de esforços, a fim de melhorar a sociedade, buscando assim, aceitar uma ideia formada.

Referente à comunicação, o terceiro setor possui inúmeras instituições, que mesmo com recursos e planejamento limitados e precários, assim utilizam a publicidade como estratégia de comunicação a fim de atingir seus objetivos, sendo o primordial deles o desenvolvimento social. Esses recursos variam entre ONGs menores e maiores, porém as

instituições atualmente possuem certa dependência em relação ao governo e empresas privadas, as quais apresentam necessidade de incluir a presença de parcerias com instituições a fim de que ampliem sua divulgação na sociedade (IG, 2013). O modo de realizar essas ações mais eficazes é por intervenção da Comunicação ou Marketing Digital, por meio das mídias sociais, que possuem relações diretas, um elemento essencial para a comunicação da atualidade.

Com a pesquisa exploratória das ONGs de proteção animal na comunicação digital, pôde-se resultar:

A AMPARA Animal – Associação das Mulheres Protetoras dos Animais Rejeitados e Abandonados – é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em agosto de 2010. Utiliza, para estabelecer a comunicação com seus seguidores – e simpatizantes da causa –, as mídias sociais Facebook e Instagram. O conteúdo é voltado à apresentação das motivações da atuação da organização, assim como a missão e visão que norteiam o seu trabalho. Em agosto de 2017 a página no Facebook contava com mais de 360 mil seguidores e apresentava postagens regulares com conteúdo diversificado sobre os serviços prestados. O perfil no Instagram da ONG, no mesmo período, apresentava mais de 100 mil seguidores e possui conteúdo muito semelhante à outra mídia social.

A *World Animal Protection*, conhecida inicialmente como WSPA (*World Society for the Protection of Animals*) e em versão em português como Proteção Animal Mundial em suas mídias sociais, é uma organização mundial que visa valorizar, também, a importância do resgate e cuidado aos animais abandonados, assim como projetos contra maus tratos, mortes em massa de aves e a favor da proibição de carnes de frangos em *fast-foods*, proteção a animais silvestres, e atualmente, com projeto sobre a proibição da famosa “Vaquejada” em rodeios no Brasil, compartilhada em todos os canais de comunicação da ONG. Também em agosto de 2017 a página no Facebook contava com quase 600 mil seguidores, apresentando postagens regulares com conteúdo diversificado. O perfil no Instagram da ONG, no mesmo período, apresentava mais de 13 mil seguidores e trabalha de forma diferente, postando conteúdos diferentes entre uma e outra mídia social.

Ambas as ONGs possuem colaboração com celebridades e empresas privadas, respectivamente, mostradas ativamente em postagens no Facebook e Instagram das mesmas. Ambas utilizam as mídias sociais para estabelecer relacionamento com seus seguidores, mostrar o trabalho desenvolvido e levantar doadores e apoio.

CONCLUSÃO

Referente à comunicação, o terceiro setor possui inúmeras instituições, que mesmo com recursos e planejamento limitados e precários, utilizam a publicidade como estratégia de comunicação a fim de atingir seus objetivos, sendo o primordial deles o desenvolvimento social. Esses recursos variam entre ONGs menores e maiores, porém as instituições atualmente possuem certa dependência em relação ao governo e empresas privadas, as quais apresentam necessidade de incluir a presença de parcerias com instituições a fim de que ampliem sua divulgação na sociedade (IG, 2013).

Visto os resultados iniciais da pesquisa, pôde-se concluir que as ONGs de proteção animal estão cada vez mais ativas nas mídias sociais, que possui grande acesso por parte da população nos dias atuais. Porém, ainda é necessário um crescimento constante e ativo no meio digital para a disseminação das ideias relacionadas ao cuidado e resgate animal.

Portanto, um maior aprofundamento sobre o tema é necessário. Assim, esta pesquisa será continuada por meio de uma investigação mais profunda, a fim de compreender o conteúdo apresentado nas postagens de ambas as ONGs e como é recebido por seus seguidores, visando mensurar o engajamento.

REFERÊNCIAS

- BACCEGA, M. A., COSTA, M. C. **Gestão da Comunicação: epistemologia e pesquisa teórica**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BARROS, R. B. Marketing Social aplicado às ONGs. **Net**. Brasília, nov. 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7328/1/2013_RaissaBarretoBarros.pdf. Acesso em: 6 dez 2016.
- BLYTHE, Jim. **Essentials of Marketing**. Pearson, 2005.
- GUIMARÃES, C.; VIANA, L. S.; COSTA, P. H. de S. **Os desafios da consciência ambiental: o marketing verde em questão**. In: C@LEA – Cadernos de Aulas do LEA. n. 4, p. 94-104, Ilhéus – BA, nov. 2015.
- KOTLER, P., KARTAJAYA, H., SETIAWAN, I. **Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano**. São Paulo: Campus, 2010.
- ONGs de proteção aos animais sobrevivem entre doações pontuais e dívidas. **IG**, 2013. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-10-24/ongs-de-protecao-aos-animais-sobrevivem-entre-doacoes-pontuais-e-dividas.html>>. Acesso em: 3 jan. 2017.
- STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010.

IMPACTO DA GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Paula Zanforlin Camargo (SENAC Bauru); pzcamargo@hotmail.com*

Ana Beatriz Pereira (SENAC Bauru); anabeatriz-25@hotmail.com

Eliane Cristina de Antonio (SENAC Bauru); eliane.antonioc@gmail.com

Pedro Rafael dos Santos Otsuka (SENAC Bauru); pedrorotsuka@hotmail.com

Leandro Peres Marcomini (SENAC Bauru); leandro.pmarcomini@sp.senac.br

Richard Apolonio Santos (SENAC Bauru); ri_apolonio@hotmail.com

Resumo: Nos dias atuais muito tem se falado sobre sustentabilidade, é notória a necessidade de se preocupar com o meio ambiente e o uso descontrolado de recursos naturais. Com a segurança do trabalhador não é diferente, após a Consolidação das Leis do Trabalho o assunto tem tomado força no âmbito empresarial. Os dois assuntos se completam de várias formas e o objetivo deste estudo é demonstrar de forma clara como a gestão da segurança do trabalho contribui diretamente para o desenvolvimento sustentável nas empresas. Para isso, foram levantados dados referentes à adoção de medidas de segurança e saúde ocupacional em um laboratório de análises clínicas e consequente análise de como cada medida interferiu diretamente na sustentabilidade. Pretende-se posteriormente aperfeiçoar o estudo com dados de outros ramos de atividades, realizando a análise supracitada.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Segurança do Trabalho. Saúde Ocupacional. Gestão.

Abstract: Nowadays, much has been said about sustainability, it is clear the need to worry about the environment and the uncontrolled use of natural resources. About the safety worker is no different, after the Consolidation of Labor Laws the subject has taken force in the business scope. The two subjects complement each other in several ways and the purpose of this study is to demonstrate clearly how the management of work safety contributes directly to sustainable development in companies. For this, data were collected regarding the adoption of occupational health and safety measures in a laboratory and consequent analysis of how each measure interfered directly in sustainability. It is intended to further improve the study with data from other branches of activities, performing the analysis above.

Keywords: Sustainability. Work safety. Occupational Health. Management.

INTRODUÇÃO

Ao conceituar sustentabilidade é comum relacionar a palavra somente ao meio ambiente e sua preservação. A definição de Sustentabilidade, de acordo com o relatório de Brundtland (1987) – ONU é a seguinte: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações”. Desta forma, é possível afirmar que a definição de sustentabilidade está toda centrada na perpetuação do ser humano, e, portanto, inclui diversos fatores sociais em sua relação, abrangendo a gestão da saúde e segurança do trabalho quando se fala de sustentabilidade empresarial.

A sustentabilidade empresarial consiste na visão sustentável dentro das organizações, ou seja, uma empresa pode tomar um conjunto de ações que objetivam o desenvolvimento sustentável, apresentando um comportamento ético em relação à sociedade e ao meio ambiente.

Esta visão sustentável é um assunto relativamente novo na sociedade, antes deste conceito vir à tona pela ONU em 1980, a preocupação com o fim dos recursos naturais era um assunto pouco divulgado no âmbito empresarial. Porém, nas últimas décadas o assunto tem se tornado um ponto importante a ser seguido pela população, pois o meio ambiente tem sentido os impactos do desperdício provocado pelo ser humano.

O cuidado com a saúde do trabalhador vem de encontro com a qualidade e produtividade em uma empresa, levando em consideração que um trabalhador saudável vai produzir mais e de forma contínua, em consequência da diminuição do absenteísmo.

A saúde e segurança do trabalho fazem parte do conceito de tripé da sustentabilidade encaixando-se no aspecto de responsabilidade sócio ambiental, pois, interfere diretamente na sociedade como um todo. Além disso, a segurança no ambiente de trabalho interfere diretamente na qualidade de vida daquele funcionário, bem como na qualidade do meio ambiente, pois quando há segurança nos processos também existe a necessidade da proteção ambiental, considerando que os trabalhadores também estarão expostos de forma pessoal e profissional a eventuais danos ambientais que venham a ocorrer por uma empresa.

Neste sentido, pretende-se desenvolver um estudo a fim de verificar como a saúde e segurança do trabalhador podem impactar diretamente na sustentabilidade empresarial, de acordo com os métodos descritos neste trabalho.

AGROTÓXICOS

Para exemplificar o objeto deste estudo, é possível citar outros ramos de atividade, como por exemplo, a agropecuária. Com o crescimento da população mundial, há um conseqüente aumento do uso de recursos naturais, da produção de alimentos e bens de consumo em geral. Em detrimento disso, também há o aumento do uso de agrotóxicos em plantações destinadas à fabricação de alimentos, o aumento da produção das fábricas em geral e emissão de agentes poluidores na atmosfera. Este crescimento perfaz as situações geradores de doenças e acidentes ocupacionais. Seguindo este raciocínio, Mata e Ferreira (2013) afirmam:

Defensores do uso de agrotóxicos, dizem que eles são seguros e que os resíduos são mínimos e não há evidências que podem fazer mal a saúde – mas em contrapartida, cada vez aparecem mais trabalhos científicos relacionando o uso de agrotóxicos com doenças como câncer, má formação congênitas, mal de Parkinson, depressão, suicídios, diminuição da capacidade de aprendizagem em crianças, ataques cardíacos, problemas mentais e outros de ordem comportamentais.

Ainda neste sentido, Mata e Ferreira (2013) também afirmam que o uso de agrotóxicos foi estimulado sem a preocupação prévia de orientar os agricultores sobre o risco para a sua saúde, meio ambiente e para os consumidores de forma a criar entre os agricultores um falso conceito que os produtos aplicados são praticamente inofensivos para o meio ambiente e a saúde do ser humano.

Diante destas afirmações, pode-se corroborar que ao citar a prática da diminuição do uso de agrotóxicos, um gestor empresarial estaria contribuindo para a melhoria da saúde e segurança dos trabalhadores envolvidos na atividade e também para o desempenho positivo da gestão ambiental.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Outro cenário que deve ser citado a respeito de saúde e segurança do trabalhador e sustentabilidade é a gestão adequada de resíduos gerados pelos processos produtivos. Quando não há o armazenamento correto dos resíduos em suas diversas formas, sejam elas sólidas, líquidas ou gases, o trabalhador é colocado em risco. Como exemplo desta afirmação, cita-se o descarte de materiais perfurocortantes contaminados com sangue em

laboratórios e hospitais; este descarte deve ser adequado, de maneira que não polua o meio ambiente ao colocar estes materiais em contato com o solo e também proteja o trabalhador de possível contato com material biológico contaminado com doenças transmissíveis.

Stephanou (2013) sustenta a afirmação de que os conceitos de sustentabilidade são aplicados rotineiramente nas indústrias como forma de minimizar os impactos ambientais causados pela geração de resíduos sólidos por suas atividades e com isto reduzir seus custos de produção e tornar suas atividades ambientalmente mais sustentáveis. Geralmente estes impactos são adversos e implicam em danos ao meio ambiente quando não são gerenciados adequadamente.

De acordo com Missiaggia (2013), a aplicação da produção mais limpa em um processo produtivo, a través da gestão dos seus resíduos gerados demonstra a responsabilidade da empresa na preservação da integridade do meio ambiente e sociedade em que está inserida.

TRIPLE BOTTOM LINE

A vista dessas corroborações é notável a ligação entre a gestão ambiental e a gestão da segurança do trabalho em uma organização. Neste contexto, é oportuno citar o conceito de Triple Botton Line (TBL); ele se refere aos aspectos econômicos, sociais e ambientais de uma empresa.

Raele (2014) conceitua da seguinte forma:

TBL, ou tripé da sustentabilidade, é um dos conceitos mais importantes quando se trata de sustentabilidade organizacional. Ele se refere aos aspectos financeiros (profit), sociais (people) e ambientais (planet) que uma empresa acarreta ao ambiente. Ou seja, a atividade de uma empresa traz impactos nessas três esferas da vida e, portanto, estas devem ser avaliadas em conjunto no sentido de se empreender o desenvolvimento sustentável. Segundo a teoria que envolve o TBL, apenas uma atividade que responda às necessidades simultâneas dessas três instâncias pode ser considerada uma atividade sustentável.

Diante deste conceito, é notável o elo sócio-ambiental, econômico-ambiental e econômico social, perfazendo o objetivo de estudo deste trabalho.

Segundo Quelhas e Lima (2006) a responsabilidade social de uma organização consiste na decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está inserida e diminuir possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce. Porém, apoiar o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente não são suficientes para atribuir a uma empresa a condição de socialmente responsável. É necessário investir no bem-estar de seus empregados e dependentes e num ambiente de trabalho saudável, além de dar retorno aos seus acionistas e garantir a satisfação dos seus clientes e/ou consumidores.

MEIO AMBIENTE E SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

O objeto deste estudo também remete a integração dos sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho, representados pela norma OHSAS 18.001, e gestão do meio ambiente, representado pela norma ISO 14.001.

Analisando-se sob o aspecto empresarial, os objetivos de um sistema de gestão são o de aumentar constantemente o valor percebido pelo cliente nos produtos ou serviços oferecidos, o sucesso no segmento de mercado ocupado (através da melhoria contínua dos resultados operacionais) a satisfação dos funcionários com a organização e da própria sociedade com a contribuição social da empresa e o respeito ao meio ambiente (VITERBO JUNIOR, 1998).

A partir desta percepção de todas as partes interessadas, ou seja, os colaboradores, a sociedade, os clientes e outros, nota-se a abrangência e impacto de um sistema de gestão no contexto empresarial.

Segundo Maffei (2001), as normas ISO 14001 e OHSAS 18001 foram desenvolvidas justamente para permitir a integração, ou seja, essas normas trazem os requisitos específicos para os seus propósitos, sem apresentar requisitos conflitantes com os propósitos de outras normas, o que poderia resultar em um entrave para sua aceitação e disseminação. Utilizando-se requisitos já implantados e alguns conceitos já conhecidos pelas organizações sobre um sistema de gestão, a implantação de um novo sistema de gestão se torna mais ágil.

Isto é, a partir da integração destes dois sistemas de gestão é ainda mais notório o impacto gerado no elo entre a segurança do trabalhador e a sustentabilidade empresarial.

MÉTODOS

Como procedimento deste estudo cita-se o levantamento de dados em um laboratório de análises clínicas do interior de São Paulo, os quais consistiram em observar como a

implantação das práticas de gestão da saúde e segurança do trabalho impactaram na sustentabilidade empresarial, em específico foi feita a análise de todas as medidas de saúde e segurança adotadas pela empresa e qual o elo de cada uma delas com a sustentabilidade, permitindo assim visualizar de maneira palpável o objeto deste estudo.

RESULTADOS

A partir da metodologia citada seguem os três dados mais relevantes que foram levantados durante o estudo:

- 1) **Medida de saúde e segurança:** A partir de 2014 houve uma intensificação nos treinamentos aos trabalhadores sobre o correto descarte e segregação de materiais perfurocortantes, lixo infectante e lixo comum.

Impactos na sustentabilidade: destinação correta de resíduos de serviço de saúde, eliminação da contaminação do solo pelo descarte inadequado.

- 2) **Medida de saúde e segurança:** todos os carros e utilitários utilizados pela empresa passam por rigoroso controle de manutenção preventiva.

Impactos na sustentabilidade: diminuição da emissão de CO2 proveniente da combustão do motor dos carros e utilitários.

- 3) **Medida de saúde e segurança:** existia no laboratório uma fonte de ruído, a qual era da centrífuga utilizada para separação do soro contido na amostra sanguínea. Em 2016 esta máquina foi substituída por outra mais silenciosa, diminuindo a exposição dos trabalhadores ao risco físico ruído.

Impactos na sustentabilidade: o nível de pressão sonora impactava diretamente os colaboradores e eventualmente a vizinhança próxima, com a substituição da máquina a poluição sonora gerada pela mesma foi totalmente eliminada.

CONCLUSÃO

Diante do que foi proposto, foi plausível identificar várias situações em que a segurança do trabalho se relacionou diretamente com a sustentabilidade empresarial. No estudo em questão, foram explanadas as situações mais relevantes encontradas após o levantamento dos dados específicos e a pretensão é desenvolver um estudo com mais detalhes em outros ramos de atividade. A integração dessas duas vertentes que tem se tornado uma necessidade nos dias atuais é uma tendência mundial e que deve ser melhor estudada para que as futuras gerações sejam privilegiadas com a aplicação efetiva dos modelos de gestão que estão se fortalecendo com o passar do tempo. O objetivo desta análise pode se completar futuramente com o aprofundamento do estudo, abrangendo não só outros

segmentos, mas também explorando o envolvimento dos modelos de Gestão Ambiental e Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, normas ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente.

REFERÊNCIAS

MAFFEI, José Carlos. **Estudo de potencialidade da integração de sistemas de gestão da qualidade, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional**. 2001. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MATA, João Siqueira da; FERREIRA, Rafael Lopes. **Agrotóxico no Brasil: Uso e impactos ao meio ambiente e saúde pública**. 2013. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2013/08/02/agrotoxico-no-brasil-uso-e-impactos-ao-meioambiente-e-a-saude-publica-por-joao-siqueira-da-mata-e-rafael-lobes-ferreira/>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

MISSIAGGIA, Rita Rutigliano. **Gestão de Resíduos Sólidos Industriais**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sustentabilidade/?p=200>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves; LIMA, Gilson Brito Alves. SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL: FATOR CRÍTICO DE SUCESSO À IMPLANTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS. Interfacehs: **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.2-12, 07 out. 2006.

RAELE, Ricardo. **Sustentabilidade Organizacional: Triple Bottom Line**. São Paulo: Senac, 2012.

STEPHANOU, João. **Gestão de Resíduos Sólidos: UM MODELO INTEGRADO QUE GERA BENEFÍCIOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS**. 2013. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sustentabilidade/?cat=15>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

VITERBO JUNIOR, Ênio. **Sistema Integrado de Gestão Ambiental**. 1998. 2 ed., São Paulo: Editora Aquariana, 224 p.

PROPOSTA DE UM PROGRAMA DE GESTÃO OCUPACIONAL SUSTENTÁVEL EM UMA EMPRESA PRODUTORA E FORNECEDORA DE CANA DE AÇUCAR

Aline Angélico Bolonha (Senac Bauru); alineabolonha@gmail.com

Cristiano Martins (Senac Bauru); cmartinseletro@hotmail.com

Maíra Pietraroia Nelli (Senac Bauru); mairapnelli@hotmail.com*

Leandro Marcomini (Senac Bauru); leandro.pmarcomini@sp.senac.br

Resumo: Neste artigo apresentamos uma proposta de um Programa de Gestão Ocupacional Sustentável (PGOS) que tem como objetivo abordar em um único documento as questões relacionadas aos impactos do ambiente na saúde do colaborador. Nesse sentido será integrada a gestão de saúde, segurança e meio ambiente. O PGOS terá como base de informações o PPRA e PCMSO da empresa, visando assim, a preservação da saúde física e mental dos trabalhadores, através de APR (Análise Preliminar de Risco), antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais, levando em consideração a proteção do meio ambiente, dos recursos humanos e naturais em uma empresa produtora e fornecedora de cana de açúcar.

Palavras-chave: Programa. Gestão. Ocupacional. Sustentável.

Abstract: In this article we present a proposal for a Sustainable Occupational Management Program (PGOS) that aims to address in a single document the issues related to environmental impacts on employee health. In this sense, health, safety and environment management will be integrated. The PGOS will be based on information from the company's PPRA and PCMSO, aiming at preserving the physical and mental health of workers through APR (Preliminary Risk Analysis), anticipation, recognition, evaluation and control of environmental risks, Consideration of the protection of the environment, human and natural resources in a company that produces and supplies sugar cane.

Keywords: Program. Management. Occupational. Sustainable.

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento do programa baseia-se em analisar os aspectos causadores de impactos das atividades e na saúde dos trabalhadores da empresa, através de inspeções in loco realizando uma APR (Análise Preliminar de Risco) para o levantamento dos riscos (antecipação e reconhecimento); identificar a quais riscos estão, ou podem estar, expondo o trabalhador; propor medidas de controle (neutralizando e / ou minimizando as exposições) e definir as medidas de mitigação: organizacional, operacional e estrutural que serão adequadas à empresa.

São base para este Programa às exigências da lei 6.514, de dezembro de 1977, que altera o capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, relativos à Segurança Medicina do Trabalho, portaria 3.214 de 08 de junho de 1978 – Normas Regulamentadoras, com foco na NR 31 – PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA – PGI, Brasil (1978), com redação dada pela Portaria SSST nº 25, publicada no DOU de 30 de Dezembro de 1994, Brasil (1994), apoiada pelas demais NR's de 01 a 36, em especial as NR 31 – PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA, Brasil (2005), NR 07 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO SAÚDE OCUPACIONAL, Brasil (2011). E o LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho); documento baseado nas avaliações das condições ocupacionais relacionadas com os Agentes Físicos, Químicos e Biológicos fundamentados pelas instruções normativas da Previdência Social – INSS, para fins previdenciários. E os laudos LI insalubridade e / LP Periculosidade.

A NR 5 NO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

Campos (2009) afirma que embora apresente parâmetros para o funcionamento da CIPA, a NR 5 não esgota o assunto.

A CIPA apresenta uma função diretamente relacionada ao atendimento da OHSAS 18001 e ABNT NBR 18801, mas é possível associá-la a ISO 14001, porque a Comissão está obrigada a elaborar o mapa de riscos ambientais relacionados ao trabalho, por exemplo, mas que também abrange o levantamento de aspectos e impactos para o meio ambiente, mostrando a sinergia preponderante entre estas duas certificações (COSTA; GIOVANNETTI; CAMPOS, 2012).

Requisito NR 5 na íntegra:

5.16 A CIPA terá por atribuição:

a) identificar os riscos do processo de trabalho, e elaborar o mapa de riscos, com a participação do maior número de trabalhadores, com assessoria do SESMT, onde houver;

Neste artigo o grupo de estudos relaciona os requisitos da NR 5 com o PDCA e compara com normas que usam este método de melhoria contínua, são elas: OHSAS 18001, ISO 14001 e ISO 9001.

Figura 1 - Ciclo do PDCA e suas interfaces com o Método de Análise e Solução de Problemas (MASP)



. (SEIFFERT, 2008, p.25)

Destacando os itens de verificação (Check) do sistema apresentam a seguinte figura:

Figura 2 - Itens de verificação (Check)

PDC	ITEM OHSAS 18001	ITEM ISO 14001	ITEM ISO 9001	ITEM SA 8000	ITEM NR 5
A	4.5.3	4.5.3	8.3	9.11	5.16 d)
Verificação (Check)	4.5.3.1		8.4	9.12	5.16 h)
	4.5.3.2		8.5.2		5.16 l)
			8.5.3		5.16 m)
					5.27 a)
					5.27 b)
					5.27 c)

Fonte: os autores adaptado da OHSAS 18001:2007

Esse grupo de estudo foi pontual ao destacar que é possível a ação conjunta da CIPA com o SGI, na função de auxiliar o desenvolvimento dos programas para

implementação ou manutenção das certificações correlacionadas (COSTA; GIOVANNETTI; CAMPOS, 2012).

NOVAS TECNOLOGIAS E SAÚDE DO TRABALHADOR: A MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR

A matéria-prima do processo de trabalho do corte mecanizado é, predominantemente, a cana-de-açúcar queimada. Geralmente, o corte mecanizado da cana crua tem sido realizado somente quando a plantação localiza-se nas periferias das cidades ou sob as redes de energia elétrica, em cumprimento ao Decreto-Lei 28.895/88 (SCOPINHO; EID; VIAN, 1999).

A forma de plantar com sulcos rasos e espaçamento menor permite mecanizar o primeiro corte. No entanto, no primeiro corte procura-se evitar o uso de colhedeiras para não compactar o solo e também porque as canas podem danificar a máquina por serem mais viçosas e pesadas. Segundo um dos entrevistados, a tendência é mecanizar a colheita desde o primeiro corte porque deverá ocorrer uma 'evolução' da tecnologia no sentido de minimizar a compactação e também um aumento da pressão dos ambientalistas contra as queimadas (SCOPINHO; EID; VIAN, 1999).

Devido a essa parte da tecnologia da colhedeiras não ser totalmente benéfica à plantação o uso do corte manual e de queimadas ainda é indispensável para a competitividade das usinas de cana de açúcar. A mecanização do corte não prescinde do trabalho do cortador e do bituqueiro, que agora também pode ser um misto de cortador-de-cana-bituqueiro (Alves, 1992). O bituqueiro é um trabalhador cuja função é dar o acabamento no talhão, cortando, amontoando e recolhendo os pés de cana que a colhedeira não conseguiu cortar, bem como os toletes que escaparam da caçamba.

O corte mecanizado requer a utilização de meios e instrumentos de trabalho, tais como caminhões e tratores rebocadores, caçambas para conter a cana cortada, caminhões-oficina, caminhões-tanque para água e para combustível, além das colhedeiras. Essa prática torna-se economicamente viável somente com a utilização de um número mínimo de colhedeiras: entre três e cinco (Scopinho, 1995).

AS CARGAS LABORAIS DO PROCESSO DE TRABALHO DO CORTE MECANIZADO E O DESGASTE DOS OPERADORES DE COLHEDEIRAS

A análise do processo de trabalho do corte mecanizado da cana-de-açúcar demonstra que os operadores de colhedeiras estão submetidos a um conjunto de cargas laborais que podem ser classificadas conforme Laurell & Noriega (1989):

- cargas físicas: a radiação solar, as mudanças bruscas de temperatura, umidade provocada pela chuva ou sereno; ruído e vibrações provocadas pelo movimento das máquinas, iluminação deficiente no turno noturno;
- cargas químicas: poeira da terra, fuligem da cana queimada, neblinas e névoas decorrentes das mudanças de temperatura, resíduos de produtos químicos utilizados nos tratamentos culturais da cana;
- cargas biológicas: picadas de animais peçonhentos e contaminação bacteriológica por ingestão de água e alimentos deteriorados;
- cargas mecânicas: acidentes de trajeto e acidentes em geral provocados pelo manuseio de máquinas de pequeno e de grande porte, pelos diversos tipos de equipamentos, implementos e ferramentas, risco de incêndio e de explosão;
- cargas fisiológicas: posturas incorretas, movimentos repetitivos, trabalho noturno e alternância de turnos;
- cargas psíquicas: atenção e concentração constantes, supervisão com pressão, consciência da periculosidade e ausência de controle do trabalho, ritmos intensificados, ausência de pausas regulares, subordinação aos movimentos das máquinas, monotonia e repetitividade, responsabilidade, ausência de treinamento adequado, ameaça de desemprego e de redução no valor real do salário, entre outras.

Segundo Scopinho (1995), a mecanização tem trazido importantes mudanças nas relações e condições de trabalho na lavoura canavieira. Porém, tais mudanças não têm logrado melhorar substancialmente as condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais canavieiros.

DESENVOLVIMENTO

A empresa situada no município de Lençóis Paulista, SP; atua no ramo Cultivo Açúcar (CNAE) 01.13-0-00 classificada com Grau de Risco 03, em acordo com o QUADRO I da NORMA REGULAMENTADORA 04 - TABELA DE APURAÇÃO DO GRAU DE RISCO DE ACORDO COM A CNAE, desde a administração de todo processo, preparo do solo e tratamentos culturais, plantio da cana, controle de pragas, além da colheita da cana por sistema manual ou mecanizado. As canas são transportadas para usina através de caminhões, para realização do processo final de fabricação de álcool, açúcar e outros derivados.

Possui em seu quadro atual o total de 177 trabalhadores, sendo 171 do sexo masculino e 06 do sexo Feminino.

Os turnos são divididos por setores de trabalho, sendo:

- administrativo;

- mecanizado/ oficina mecânica;
- safra (turno revezamento fixo no sistema 05 por 01);
- rurícola.

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

O Laudo Técnico das Condições de Trabalho (LTCAT) fornece informação e a garantia de amparo futuro ao trabalhador, vinculada ao histórico da sua ocupação, durante a relação de emprego e de responsabilidade imediata da empresa contratante. Este laudo tem por finalidade avaliar todas as condições a que os trabalhadores poderão estar expostos quantificando os agentes e classificando quanto à habitualidade, permanência, continuidade e intermitência. As informações contidas neste documento poderão nortear os demais documentos, PGI e Laudos para fins previdenciários.

De acordo como §1º do art. 58 da lei 8213 / 91, com redação dada pela lei 9732 / 98, o LTCAT é expedido nos termos da legislação trabalhista, deve ser elaborado e assinado por engenheiro de segurança do trabalho ou por médico do trabalho.

Se as medidas determinadas e executadas atingirem níveis abaixo dos tolerados pelo corpo humano o risco que está exposto os trabalhadores será neutralizado, eliminados e/ou atenuados descaracterizando então as condições INSALUBRES do trabalho. Estas medidas poderão ser propostas de acordo com a Norma Regulamentadora 31 (NR 31) PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA (PGI) conforme a lei Nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, relativos à Segurança Medicina do Trabalho, portaria 3.214 de 08 de junho de 1978. Ressaltando que de acordo com a Norma citada à responsabilidade das medidas propostas deverão ser executadas e observadas pela empresa.

Todos os ambientes de trabalho da empresa foram devidamente avaliados e os resultados foram expostos neste documento. O engenheiro de segurança é o responsável por divulgar a empresa estes dados através desse documento.

Os dados apresentados neste Laudo fazem parte de um complexo conjunto de documentos relacionados à segurança e saúde ocupacional e será base para concluirmos as condições de insalubridade e periculosidade; bem como, propor e definir as medidas de mitigação dos riscos.

LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE (LIP).

Em cumprimento ao estabelecido no artigo Art. 189 – foram consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho,

exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos, Art. 193 - São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado, Art. 195 - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho, todos os artigos englobados na Seção XIII, da Lei Nº 6.514, de 22 de Dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NR) Nº 15 e 16, da Portaria MTB Nº 3.214, de 08/06/78, e atendendo à Lei 9.032 de 29 de abril de 1995 – Laudos Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT efetuou-se um levantamento das instalações da empresa, a fim de reconhecer e avaliar os agentes físicos, químicos e biológicos e os trabalhos com inflamáveis, explosivos, radiações ionizantes e eletricidade em todas as fases do processo, objetivando:

- identificar os trabalhos de INSALUBRIDADE e/ou PERICULOSIDADE em atividades exercidas pelos profissionais na empresa;
- reconhecer os agentes físicos, químicos e biológicos, em conjunto as melhorias realizadas para mitigar os efeitos desses riscos;
- analisar os trabalhos com inflamáveis, explosivos, radiações ionizantes e eletricidade para identificar.

A conclusão do Laudo de insalubridade, bem como, o Laudo de periculosidade está baseada nas avaliações das condições do ambiente de trabalho apresentadas no LTCAT pelo engenheiro responsável da execução das medidas propostas no Programa de Gestão Integrada (PGI).

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO)

É parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas de uma empresa no campo da saúde dos seus colaboradores.

Deve ser planejado e implantado com base nos riscos identificados no Programa de Gestão Integrada que tem como principal objetivo subsidiar, do ponto de vista técnico, toda medida que vise redução até eliminação dos riscos existentes nos ambientes de trabalho. A Norma Regulamentadora 07 (NR 07) estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação deste programa, por parte de todos os empregadores e instituições que

admitam trabalhadores como empregados incluindo as empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

O PCMSO tem como objetivo: Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos AGRAVOS À SAÚDE RELACIONADOS AO TRABALHO.

Sendo verificada alguma perturbação à saúde do trabalhador decorrente de sua exposição a agentes ambientais relacionados com sua atividade ou local de trabalho, o mesmo deverá ser afastado da função ou recolocado até que as medidas de controles ambientais sejam adotadas e registradas no PGI e os seus indicadores biológicos voltem à normalidade.

O PCMSO foi elaborado com a finalidade de apresentar os exames médicos necessários para cada função de acordo com a exposição a riscos do ambiente de trabalho, tal quais suas periodicidades. Todos os exames deverão ser realizados nas datas previstas com o, limite definido e apresentado.

Podem ser solicitados exames mais complexos e outros exames de acordo com alterações da exposição ao risco no ambiente avaliado, na legislação vigente, ou por critério do médico examinador. Porém, vale ressaltar que os exames NUNCA poderão ser solicitados excluindo os que já estão propostos, assim como, aumentando a periodicidade definida anteriormente. Em caso de substituição de exames sua eficiência deverá ser aprovada pelo médico coordenador deste programa. Para a periodicidade deverá ser adotado o mesmo procedimento.

O Programa foi elaborado pelo médico do trabalho denominado coordenador do PCMSO.

PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA

Conforme a lei Nº 6.514, de 22 de Dezembro de 1977, que altera o capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, relativos à Segurança Medicina do Trabalho, portaria 3.214 de 08 de junho de 1978 – Normas Regulamentadoras, com foco na NR 31 – PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA - PGI, com redação dada pela Portaria SSST nº 25, publicada no DOU de 30 de Dezembro de 1994, (NR 9 - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS Publicação D.O.U. Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 06/07/78 Alterações/Atualizações D.O.U. Portaria SSST n.º 25, de 29 de dezembro de 1994 30/12/94) efetuou-se o levantamento das instalações a fim de antecipar, reconhecer, avaliar e controlar os agentes físicos, químicos e biológicos em todas as fases do processo, para a preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores.

Este documento é parte integrante de um conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, articulando-se

especialmente para o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional previsto na NR-7, LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, e PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário previsto nas instruções normativas do INSS.

OBJETIVO DO PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA

De acordo com a NR 31 o PGI visa a “preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais”, Brasil (2005).

COMPROMETIMENTO DA REALIZAÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS NO PGI

A empresa se compromete através de sua direção a nomear responsáveis pelas áreas ou empresa contratada e em conjunto com seus funcionários a manter as áreas e locais de trabalho em condições que não exponham seus funcionários aos agentes ambientais encontrados.

RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR

- estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento do PGI, como atividade permanente;
- cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;
- instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
- adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão competente;
- facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente.

RESPONSABILIDADE DOS EMPREGADOS

- observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções;
- colaborar com empresa na aplicação dos dispositivos deste capítulo: parágrafo único.

Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada:

- a não participar e cooperar na elaboração do programa;
- b não seguir as recomendações recebidas nos treinamentos;
- c não informar superior imediato qualquer situação de risco à saúde e integridade física.

PLANEJAMENTO ANUAL

O PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA (PGI) da empresa para o período em questão deve cobrir as etapas e prazos previstos no cronograma constante no presente documento, e ser reavaliado anualmente.

Figura 3 – Planejamento anual

ATIVIDADE	2017								2018				
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
PLANEJAMENTO GERAL / ANUAL	X												X
AVALIAÇÃO / APROVAÇÃO DO PLANO AVAL./IMPELEM. DAS	X												X
ÁREAS/PROC. OPER. E M. A AVALIAÇÃO DOS AGENTES AMBIENTAIS	X												X
AVALIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO	X	X											X
AVALIAÇÃO / AJUSTES DO PGI		X	X										X
ENCAMINHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES ACOMP. DAS				X		X		X		X			X
RECOMENDAÇÕES/ DIVULGAÇÃO AOS				X		X		X		X			X
PLANEJAMENTO PRÓXIMO ANO		X										X	X
TREINAMENTOS DIVERSOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DE TRABALHO DO PGI

A implementação do PGI, para o período em questão foi feita dentro da seguinte estratégia:

- 1- **Antecipação:** Todo novo projeto de instalação na empresa será submetido à apreciação dos profissionais de Engenharia e Medicina, através de processo de análise preliminar e análise de riscos de processo, serão previstos os riscos e indicados meios de prevenção. Todos os resultados das análises de novos projetos serão registrados em documento que comporá a documentação de engenharia daquele empreendimento.

- 2- **Reconhecimento:** A implementação será aplicada com a identificação preliminar dos riscos que será feita através de verificações nas áreas, levantamento das atividades e funções principais, análise de acidentes e doenças já registradas na empresa e/ou literatura técnica específica e análise de projetos de novas instalações.
- 3- **Reavaliação da exposição dos trabalhadores:** As reavaliações dos agentes químicos, físicos e biológicos serão feitas nas áreas que ocorrer mudanças no processo, equipamento, horário, tempo de exposição dos trabalhadores, etc. Sendo de forma objetiva com as amostragens, análises e medições que traduzam os valores das concentrações e/ou intensidade de tais agentes nas áreas. Para medições dos agentes serão adotados os critérios previstos na Portaria MTE. 3.214/78 - NR-15 - e seus anexos, Brasil (1978). Na ausência destes parâmetros deverão ser utilizados os parâmetros da ACGIH - American Conference of Governmental Industrial Hygienists ou aquela que venham para medições de calor serão adotados os critérios previstos na Portaria MTE. 3.214/78 - NR-15 - Anexos III, Brasil (1978).
- 4- **Registros dos Dados do PGI:** A recuperação dos registros poderá ser feita parcial ou integralmente através da manipulação dos dados eletrônicos. Os documentos complementares tais como calibração e aferição de instrumentos bem como métodos de referência serão arquivadas em sistema separado do arquivo eletrônico em ordem cronológica e classificados de forma que possam ser recuperados quando necessário.
- 5- **Reavaliação e Implementação do PGI:** Nas épocas previstas no cronograma serão feitas reavaliações das etapas e dos resultados alcançados com os devidos ajustes. A reavaliação em si será feita pela comparação do estágio real com o previsto no cronograma e para aquelas etapas e metas previstas e não cumpridas será elaborado um documento registrando os fatos, apresentando as justificativas, encaminhando solicitações de providências e reposicionando as novas etapas e épocas de execução.
- 6- **Divulgação:** As informações e resultados obtidos no PGI serão encaminhados à Administração Central da Empresa que divulgará aos trabalhadores através da CIPA em reunião geral anual.

USO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Serão definidos para cada grupo homogêneo (funções) o uso de E.P.I's conforme a exposição de seus colaboradores identificada no item 3.5 Critérios Para As Análises Dos Agentes Encontrados do Laudo Técnico Das Condições De Trabalho (LTCAT).

Os equipamentos de proteção individual (E.P.I's) de uso "obrigatório" são para minimizar os riscos dos trabalhadores contra os agentes encontrados, os E.P.I's são de uso habitual, não podendo exercer a função sem o EPI.

Os equipamentos de proteção individual (E.P.I's) de uso "quando necessário" são obrigatórios quando houver exposição ao agente.

TREINAMENTO DE CAPACITAÇÃO

Figura 4 – Treinamento de capacitação

TREINAMENTOS	NORMA REGULAMENTADORA	DATA PREVISTA	DATA REALIZADA
USO DE EPI	NR 06 / NR 31	30/05/2017	-
CONTROLE DE TRANSMISSÃO DE BACTÉRIAS	NR 07	30/05/2017	-
ERGONOMIA	NR 17	30/05/2017	-
PRIMEIROS SOCORROS	NR 07	30/05/2017	-
NOÇÕES BÁSICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO	NR 01	30/05/2017	-
APLICAÇÃO DE DEFENSIVA QUÍMICA	NR 31	30/05/2017	-
COMBATE A QUEIMADURAS	NR 23	30/05/2017	-
QUEIMA DE CANA	NR 31	30/05/2017	-
ENGATE DE CARRETA	NR 31	30/05/2017	-
DST / AIDS	NR 31	30/05/2017	-
TABAGISMO / ALCOOLISMO	NR 31	30/05/2017	-
LEGISLAÇÃO / OBRIGAÇÕES	NR 31	30/05/2017	-
INTEMPÉRIAS / FATORES DE RISCO	NR 31	30/05/2017	-
MEIO AMBIENTE	NR 31	30/05/2017	-
SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA	NR 26 / NR 31	30/05/2017	-
TRANSPORTE DE CARGAS	NR 31	30/05/2017	-
MANUSEIO DE EPI		29/05/2018	

OPERAÇÃO SEGURA PROTEÇÃO DE PARTES MÓVEIS NORMAS REGULAMENTADOR	NR 31	30/05/2017	-	
		29/05/2018		
	NR 12 / NR 31	30/05/2017	-	
		29/05/2018		
	NR 1 / NR 36	30/05/2017	-	
		29/05/2018		

CONCLUSÃO

O Programa de Gestão Ocupacional Sustentável é base para outros documentos relacionados à segurança e saúde do trabalho. Como por exemplo, laudos ergonômicos, perfis profissiográficos previdenciários, Atestados de Saúde Ocupacional, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, elaboração de Ordens de Serviços, entre outros. O programa mesmo que possua validade de um ano, deve ser arquivado em pelo menos 20 (vinte) anos a partir da data de elaboração.

As atividades e tarefas propostas no Programa deverão ser realizadas em parceria com os profissionais que realizaram os levantamentos e as propostas com os proprietários da empresa (entende-se também por diretores). Onde, essas tarefas ficam aqui definidas em levantamento, propostas de melhorias, elaboração dos exames, definição das questões de periculosidade são de responsabilidade empresa prestadora e a execução das medidas de mitigação (treinamentos, uso de EPIs, manutenções, etc.), realização dos exames propostos, outros Laudos e Programas de Segurança e Saúde do Trabalho são de responsabilidade da empresa e do seu corpo de diretores.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. J. C., 1992. **Progresso técnico na agricultura: mudança na organização e no processo de trabalho – o caso da cana-de-açúcar.** In: **Outras Falas... em Processo de Trabalho** (Escola Sindical 7 de Outubro, org.), pp. 117-145, Belo Horizonte: Ed. Escola Sindical 7 de Outubro.

BRASIL. Portaria GM nº 3.214, de 08 de junho de 1978. **Nr 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.** D.O.U. 06/07/78.

BRASIL. Portaria MTB nº 3.214, de 08 de junho de 1978. **Nr 15 - Atividades e Operações Insalubres.** D.O.U. 06/07/78.

BRASIL. Portaria MTE nº 86, de 03 de março de 2005. **Nr 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura.** D.O.U. 04/03/05.

BRASIL. Portaria SIT nº 223, de 06 de maio de 2011. **Nr 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional**. D.O.U. 10/05/2011.

BRASIL. Portaria SSST nº 25, de 29 de dezembro de 1994. **Nr 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais**. D.O.U. 30/12/94.

CAMPOS, A. A. M. **CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: uma nova abordagem**. 14 ed. São Paulo: SENAC (1999).

COSTA, Marcio Roberto da; GIOVANNETTI, Claudia Toledo; CAMPOS, Claudio Souza. **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA): Uma proposta de inclusão da NR 5 (CIPA) no Sistema de Gestão Integrada**. *Interfacehs*, São Paulo, v. 7, n. 2, p.105-135, ago. 2012.

FUNDACENTRO. **NHO 01: Procedimento Técnico - Avaliação da Exposição Ocupacional ao Ruído**. 1 ed. São Paulo: Fundacentro, 2001. 41 p.

FUNDACENTRO. **NHO 06: Avaliação de Exposição Ocupacional ao Calor**. 1 ed. São Paulo: Fundacentro, 2001. 46 p.

LAURELL, A. C. & NORIEGA, M., 1989. **Processo de Produção e Saúde: Trabalho e Desgaste Operário**. São Paulo: Ed. Hucitec.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; EID, Farid; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar**. *Scopinho: Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.147-161, mar. 1999.

SCOPINHO, R. A., 1995. **Pedagogia Empresarial de Controle do Trabalho e Saúde do Trabalhador: O Caso de uma Usina-Destilaria da Região de Ribeirão Preto**. Dissertação de Mestrado, São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

SEIFFERT, M. E. B. **Sistemas de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica**. 3 ed. São Paulo: Atlas (2007).

SEGURANÇA NO TRABALHO: PREVENÇÃO A ACIDENTES COM PERFUCORTANTES EM UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Paula Zanforlin Camargo (SENAC Bauru); pzcamargo@hotmail.com*

Ana Beatriz Pereira (SENAC Bauru); anabeatriz-25@hotmail.com

Eliane Cristina de Antonio (SENAC Bauru); eliane.antonio@gmail.com

Pedro Rafael dos Santos Otsuka (SENAC Bauru); pedrorotsuka@hotmail.com

Leandro Peres Marcomini (SENAC Bauru); leandro.pmarcomini@sp.senac.br

Richard Apolonio Santos (SENAC Bauru); ri_apolonio@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as principais causas de acidentes de trabalho com perfucortantes em laboratório de análises clínicas na cidade de Bauru. Com a rotina acelerada e a urgência na coleta e processamento de exames, torna vulnerável o profissional a acidentes com Perfurocortantes, podendo até mesmo ocasionar acidente com envolvimento do paciente, onde frequentemente há contaminação com amostra de sangue por exemplo. A utilização de EPIs e o manuseio adequado dos insumos de acordo com as normas e boas praticas, podem diminuir números de acidentes. A responsabilidade de orientação e treinamento de normas como a NR 32 e praticas para um trabalho com eficiência e eficácia, cabe à equipe de gestão e gerenciamento do laboratório. Sobre a metodologia, foi utilizado o estudo de caso com a aplicação de um questionário com questões estruturadas para 5 colaboradores da área técnica e área administrativa da empresa. Dentre os resultados alcançados, os principais mostram que no laboratório em estudo os números de casos de acidentes são baixos, devido ao cumprimento das normas e utilização de EPIs necessários para o trabalho. Para que os casos de acidentes sejam mínimos ou nulos é necessária que a organização esteja sempre orientando, apoiando e subsidiando materiais adequados, EPIs, treinamentos, um esforço permanente para garantir que os requisitos de segurança estejam sempre sendo atendidos e acabam gerando resultados positivos internamente para empresa, pois aumenta o grau de comprometimento dos funcionários em relação à qualidade dos serviços e possibilitando assim o comprometimento nas ações de segurança, saúde no trabalho, a dedicação e responsabilidade dos colaboradores nos serviços executados com segurança faz com que preserve não só a saúde do paciente como a saúde e integridade do colaborador.

Palavras-chave: Perfurocortante; Prevenção; NR 32.

Abstract: The present study aims to analyze the main causes of work accidents with perfunctories in a clinical analysis laboratory in the city of Bauru. With the accelerated routine and the urgency in the collection and processing of exams, it makes the professional vulnerable to accidents with piercers, and may even cause an accident involving the patient, where there is often contamination with blood samples for example. The use of PPE and the proper handling of the inputs according to the norms and good practices, can reduce numbers of accidents. Responsibility for guiding and training standards such as NR 32 and practices for working efficiently and effectively is up to the laboratory management and management team. About the methodology, the case study was used with the application of a questionnaire with questions structured for 5 employees of the technical area and administrative area of the company. Among the results obtained, the main ones show that in the laboratory under study the numbers of accidents cases are low, due to the compliance with the norms and the use of PPE needed for the work. In order for accident cases to be minimal or zero, it is necessary that the organization is always guiding, supporting and subsidizing adequate materials, PPE, training, a permanent effort to ensure that safety requirements are always being met and generate positive results internally for Company, because it increases the degree of commitment of the employees in relation to the quality of the services and thus allowing the commitment in the actions of safety, health in the work, the dedication and responsibility of the employees in the services executed with security does not only preserve the health of the Patient's health and integrity.

Keywords: Sharpening; Prevention; NR 32.

INTRODUÇÃO

O mercado e a sociedade exigem que as empresas apresentem um bom desempenho de gestão de seus recursos e atendam aos padrões da sustentabilidade social, das normas técnicas da qualidade e proteção saúde e à integridade física de seus colaboradores. (MUÑIZ; PÉON; ORDÁZ, 2009).

As exposições ocupacionais a materiais biológicos potencialmente contaminados continuam representando um sério risco aos profissionais da área da saúde no seu local de trabalho, e os acidentes envolvendo sangue e outros fluidos orgânicos correspondem às exposições mais frequentemente relatadas.

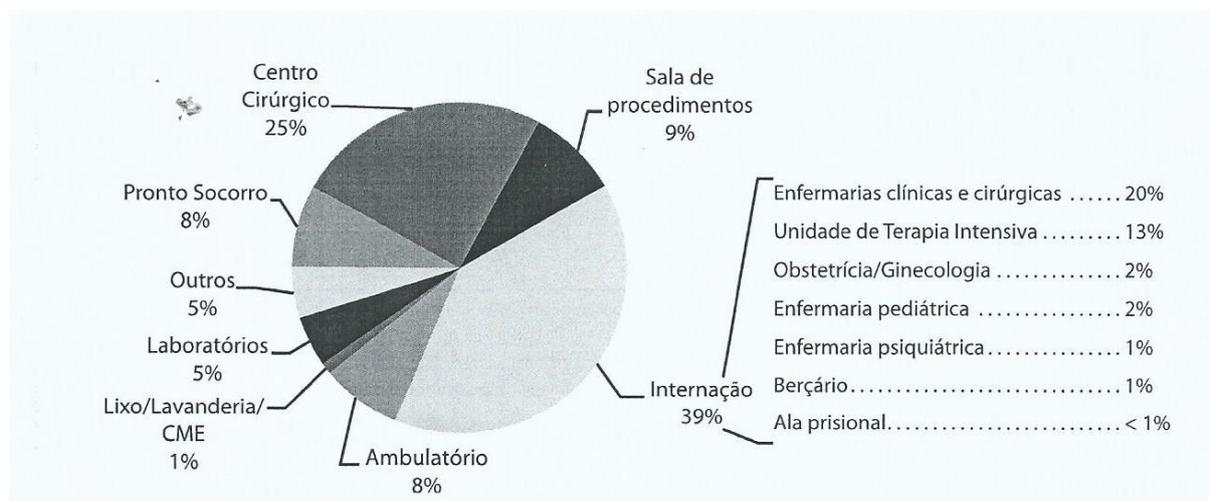
No Laboratório Clínico são utilizados materiais clínicos potencialmente infecciosos, incluindo os Perfurocortantes que são seringas, agulhas, escalpes, ampolas, vidros de um modo geral ou, qualquer material pontiagudo ou que contenha fios de corte capazes de causar perfurações ou cortes, que somam riscos ocupacionais aos já existentes nesse ambiente de trabalho. Acidentes com agulhas transmitem muitas doenças envolvendo vírus, bactérias, fungos e outros micro-organismos para os trabalhadores de saúde. Entre as mais conhecidas o Imunodeficiência Humana (HIV), Hepatite B e da Hepatite C. Algumas condutas podem ser utilizadas para reduzir o risco aos acidentes, como cumprimento das normas, utilização de equipamentos de proteção individual (EPI): o uso de luvas descartáveis e troca das mesmas em cada coleta, o uso de seringas com travas de segurança, a utilização de descarpak adequado tornam o descarte apropriado dos materiais, unidos a medidas de manuseio adequada de seringas e adaptadores a vácuo, minimizam o risco de acidentes. A segunda é prover os profissionais de conhecimento e materiais que ofereçam maior segurança durante seu manuseio e descarte.

O reencape e a desconexão manual de agulhas são proibidos pela NR 32, por isso a necessidade de conscientização do colaborador para que efetue o descarte, em local apropriado, sem colocar em risco sua segurança e de pacientes dentro do laboratório de análises clínicas.

Uma recente revisão da literatura feita por Tarantola (2006) descreve que já foi identificada a transmissão de 60 diferentes patógenos (26 vírus, 18 bactérias ou riquétsias, 13 parasitas e 3 fungos) após exposição a sangue ou outros materiais biológicos entre trabalhadores da saúde.

Embora os perfurocortantes possam causar acidentes em qualquer lugar no serviço de saúde, os dados do NaSH (National Surveillance System for Health Care Workers) mostram que a maioria (39%) dos acidentes ocorrem em unidades de internação, particularmente nas enfermarias/quartos, em unidades de terapia intensiva e no centro cirúrgico. Os acidentes ocorrem mais frequentemente após o uso e antes do descarte de um Perfurocortantes (40%), durante seu uso em um paciente (41%) e durante ou após o descarte (15%) (CDC, dados não publicados).

Figura 1 - Locais de ocorrência dos acidentes com sangue ou outros materiais biológicos



Fonte NaSH (jun. 1995 a dez. 2003)

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo relatar os casos e causas de acidentes com Perfurocortantes com colaboradores de um laboratório de análises clínicas, as consequências e prevenções possíveis.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Foi realizado em laboratório de análises clínicas na cidade de Bauru levantamento de dados, através de questionário em papel impresso, com perguntas sobre acidentes com Perfurocortantes, utilização de EPIs, conhecimento de normas, participação e efetividade de treinamentos.

Verificando assim através dos resultados que os colaboradores participam assiduamente de treinamentos, tem conhecimento de normas e boa pratica, e que dos cinco colaboradores entrevistados apenas um relata acidente com Perfurocortantes, que ocorreu através de perfuração do colaborador com a agulha no reencape da mesma após a coleta (como mostra ilustração abaixo); o mesmo admitiu saber das normas e não cumpri-las, ocasionando assim o acidente. Após exames do paciente e colaborador não foi constatado contaminação.

Figura 2 - Reencape de agulhas aumenta o risco de acidentes percutâneos.



Foto: Jornal BD Mão Boa ed.31

Segundo Chaib (2005) a responsabilidade pela saúde e segurança no trabalho e meio ambiente é da alta administração. Devem ser designados um ou mais representantes da alta administração com a responsabilidade específica de assegurar que o sistema de gestão integrado esteja funcionando corretamente.

Cabe ao laboratório persistir na conscientização e advertir o colaborador pelo não cumprimento das normas e utilização de EPIs.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao analisar as respostas podemos perceber que os colaboradores estão preparados para manuseio de Perfurocortantes de forma segura, de acordo com as normas, com a utilização dos EPIs, participando dos treinamentos, atentos para a própria segurança e consequentemente para a segurança do paciente.

Conforme a norma NR 32 o reencape de agulhas é proibido, a utilização adequada e com segurança dos insumos, pode e faz toda a diferença para a excelência, qualidade e segurança no trabalho em laboratório de análises clínicas.

A adoção de ações preventivas à ocorrência de acidentes deve ser de total responsabilidade da alta direção; promover treinamentos, palestras, cursos, faz com que a adesão dos colaboradores seja maior aos EPIs e ao cumprimento da norma, resultando assim num ambiente de trabalho seguro; constituindo uma estratégia para que o laboratório, em processo contínuo, identifique oportunidades de melhorias que reduza a zero os números de acidentes com Perfurocortantes, implicando diretamente na saúde e segurança do trabalho.

REFERÊNCIAS

CHAIB, E. B. D. **Proposta Para Implementação De Sistema De Gestão Integrada De Meio Ambiente, Saúde E Segurança Do Trabalho Em Empresas De Pequeno E Médio Porte: Um Estudo De Caso Da Indústria Metal-Mecânica.** (2005). Disponível em: <http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/ebdchaib.pdf>. Acesso em: 01 Mai. 2017

MARTINS, N. **NR 32 – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE.** Disponível em: http://www.sindhosp.com.br/anexos/apresentacao_sjc_set_09.pdf. Acesso em: 03 Mai. 2017

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR 32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005. Disponível em: http://www.mte.gov.br/seg_sau/grupos_gt32_aprovada.pdf. Acesso em 03 Mai. 2017.

MUÑIZ, B. F.; PEÓN, J. M. M.; ORDÁZ, C. J. V. **Relation between occupational safety and firm performance. Safety Science**, v. 47, p. 980-991, 2009. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ssci.2008.10.022>

RAPPARINI, C; REINHARDT, E, L. **Manual de Implementação - Programa de Prevenção de Acidentes com Materiais Perfurocortantes em Serviços de Saúde.** Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/bibliotecadigital/publicacao/detalhe/2012/9/m-anual-de-implementacao-programa-de-prevencao-de-acidentes-com-materiais-perfurocortantes-em>. Acesso em 03 Mai. 2017.

RECOMENDAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGIA CLINICA/MEDICINA LABORATORIAL – **Prevenção de acidentes por Material Perfurocortante.** Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/4f7baaa733121.pdf>. Acesso em: 03 Mai. 2017.

TARANTOLA, A.; ABITEBOUL, D.; RACHLINE A. **American Journal of Infection Control.** 2006; 34(6): 367-75.

PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL COM BASE NA NORMA NBR ISO 14001 EM UMA EMPRESA COM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE CERTIFICADO ISO 9001:2008

Samuel Vieira (SENAC Bauru); samv@outlook.com.br*

Fernanda Cestari Unida (SENAC Bauru); fer.cestari@hotmail.com

Thaís Alves da Silva (SENAC Bauru); thaisdaengenharia@hotmail.com

Cícero Madeira Júnior (SENAC); ciceroflorestal@hotmail.com

Leandro Peres Marcomini (SENAC Bauru); leandro.pmarcomini@sp.senac.br

Resumo: O presente relato de experiência profissional descreve sobre a proposta de implementar um sistema de gestão ambiental com base na norma NBR ISO 14001 integrando-o a um sistema de gestão da qualidade já certificado na norma ISO 9001. A proposta se baseia em um diagnóstico das condições atuais dos sistemas elaborado a partir de avaliações nos processos produtivos e instalações em geral, em documentos como manuais de qualidade e de boas práticas de fabricação e em instruções e registros operacionais e de qualidade da empresa. Para apresentação da proposta foram listadas e colocadas à vista da alta direção as vantagens de se possuir um SGA implementado, como exemplo as conformidades com os requisitos legais aplicáveis a organização, o atendimento de aspectos ambientais internos e das partes interessadas e a melhoria de forma geral na produtividade e segurança, decorrentes dos controles e da melhor organização e identificação dos processos. Da mesma forma, foram expostas também as principais dificuldades para a implementação, como a disponibilidade de recursos e de pessoal técnico habilitado para as atividades, possíveis adequações estruturais maior demanda de documentos, registros e treinamentos para as equipes de operação, liderança e controles. Cabe evidenciar que a empresa possui vários pontos fortes que colaboram para a adequação dos sistemas, a exemplo da disponibilidade de recursos e do envolvimento das equipes. A alta direção reconheceu a relevância do trabalho e demonstrou entendimento com relação às vantagens da implementação, assim sinalizou que o mesmo será incluído em seu planejamento estratégico de 2018, pois no momento já está com implementação de sistema de gestão de segurança de alimentos sendo integrado ao seu SGQ.

Palavras-chave: Melhoria Contínua. Gestão Ambiental. Gestão da Qualidade. Integração.

Abstract: This report of professional experience describes the proposal to implement an environmental management system based on the NBR ISO 14001 standard, integrating it with a quality management system already certified in ISO 9001. The proposal is based on a diagnosis of the conditions of the systems developed based on evaluations in the production processes and facilities in general, documents such as quality manuals and good manufacturing practices, and operational and quality instructions and records of the company. For the presentation of the proposal, the advantages of having an EMS implemented, such as compliance with the legal requirements applicable to the organization, the attendance of internal environmental aspects and of the stakeholders, and general improvement were listed and placed in view of top management. In productivity and safety, resulting from controls and better organization and process identification. Likewise, the main difficulties for implementation, such as the availability of resources and technical personnel enabled for the activities, possible structural adjustments, increased demand for documents, records and training for the operation, leadership and control teams were also exposed. It should be noted that the company has several strengths that contribute to the adequacy of the systems, such as the availability of resources and the involvement of teams. Top management recognized the relevance of the work and demonstrated an understanding of the advantages of the implementation, thus signaled that it will be included in its strategic plan for 2018, because at the moment it is already implementing a food safety management system being integrated with the your QMS.

Keywords: Continuous. Improvement. Environmental management. Quality management. Integration.

INTRODUÇÃO

Considerando a necessidade constante da melhoria da eficácia organizacional, a qualidade se apresenta como fundamental ferramenta para a otimização das operações, organização dos processos e padronização operacional, com conseqüente diminuição dos custos, considerando a busca e o desenvolvimento de procedimentos e condições que proporcionem diminuições dos níveis de retrabalhos e perdas. Neste contexto, a qualidade pode ser considerada como uma variável dentro de um plano maior estratégico, a exemplo de um sistema com perspectivas baseadas no modelo *Balanced Scorecard* (BSC), com objetivos que abordam aspectos financeiros, dos clientes, dos processos internos, entre outros.

No modelo BSC os indicadores devem ser equilibrados e coerentes, no que tange ao atendimento de critérios como custos, conformidades, quantidades e prazos em relação aos resultados estabelecidos como metas.

Na relação dos sistemas que interagem para as melhorias organizacionais, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) também desempenha relevante papel na busca por objetivos gerais que melhoram o desempenho da empresa e dos negócios. Quando avaliado sob a ótica do atendimento à legalidade como princípio fundamental, o SGA planejado, implementado e melhorado continuamente representa o compromisso e a responsabilidade da organização com seu negócio e com demais partes interessadas e nele envolvidas, como a sociedade e o estado.

Em virtude de uma variada dimensão de interesses, as organizações estão cada vez mais buscando a implementação e adequação de seus sistemas de forma integrada, a exemplo dos sistemas de qualidade e de meio ambiente, que permitem determinar recursos e ações com vistas ao estabelecimento de metas e objetivos comuns entre si.

De acordo com Robles Junior e Bonelli.

Um Sistema de Gestão Integrado é, portanto, um sistema que organiza, compatibiliza, correlaciona, equilibra e unifica judiciosamente todos os meios, critérios e recursos, tangíveis e intangíveis, para que a organização materialize suas políticas, alcance seus objetivos de melhoria e aprenda continuamente, de forma sistêmica (2012, p. 39).

O mapeamento dos processos, o estabelecimento dos procedimentos e a padronização dos produtos e serviços de forma integrada; principalmente com base normativa; possibilita uma gestão mais planejada e organizada.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Ao relatar neste material a importância de integrar os sistemas de uma organização, sejam por diferentes aspectos, considerou-se a oportunidade de desenvolver uma proposta de integração de dois sistemas de gestão (qualidade e ambiental), em uma indústria alimentícia, com linhas de beneficiamento de arroz, feijão, e produção de açúcar e ingredientes para alimentação animal, instalada no interior de São Paulo, com abrangência comercial em diversos estados do país.

A análise inicial de documentos constatou que seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) foi implementado a partir de uma iniciativa da sua alta direção, com o auxílio de uma consultoria técnica junto a sua área de qualidade. Seu SGQ está certificado há 08 anos com base na NBR ISO 9001:2008. Da mesma forma, observou-se que a empresa também possui um SGA, mas não implementado e integrado em sua totalidade com seu SGQ.

A proposta parte de um diagnóstico dos sistemas que abrange verificação de documentações, registros, checagem de aspectos regulatórios, visitas às instalações de produção e entrevistas com funcionários e pretende-se que a implementação e integração do SGA com base na NBR ISO 14001 com o SGQ resulte num sistema integrado que assegure o aprimoramento contínuo dos aspectos de qualidade e meio ambiente.

Considerando o que a empresa tem implementado em SGA, foram feitas as correlações de documentos e controles existentes com os requisitos da ISO 14001. Da totalidade dos requisitos da ISO 14001, foram considerados como implementados com base em evidências como instruções de trabalho (I), manual de qualidade (MQ), manual de boas práticas de fabricação (MBPF), registros (F) com suas respectivas evidências, os itens 5.1 – Liderança e comprometimento, MQ; 5.2 – Política ambiental, documento IGQ 001; 5.3 – Papéis, responsabilidades e autoridades organizacionais, MQ, instruções de trabalho e descrição de cargos e funções; 6.1.2 – Aspectos ambientais, registro FSGA 001 Levantamento de aspectos e impactos ambientais; 7.1 – Recursos, MQ; 7.2 – Competência, MQ; 7.3 – Conscientização, MQ; 7.4 – Comunicação, MQ; 7.4.2 – Comunicação interna, MQ; 7.4.3 - Comunicação externa, MQ; 7.5 – Informação documentada, procedimento PGQ 001; 7.5.2 – Criando e atualizando, procedimento PGQ 002; 7.5.3 – Controle de informação documentada, procedimento PGQ 001; 8.1 – Planejamento e controle operacionais, instruções de trabalho processos de manutenção, produção e qualidade; 8.2 – Preparação e resposta a emergência, documento ISGA 001 preparação e respostas a emergências, 9.2 – Auditoria interna, procedimento PGQ 004; 9.3 – Análise crítica, documento FGQ 001; 10.2 – Não conformidade e ação corretiva, procedimento PGQ 005 e 10.3 – Melhoria contínua, MQ.

Os itens que não apresentaram evidências de adequação foram considerados como não implementados e organizados com suas respectivas propostas. As propostas correspondem ao resumo das ações necessárias para sua adequação e integração ao SGQ. Deve ser considerado que para a adequação das atividades e processos conforme os requisitos da ISO 14000 deverão ser implementados controles que abrangem procedimentos, instruções e registros diversos, os quais deverão ser repassados em treinamento para as equipes operacionais e gerenciais envolvidas. De modo geral as lideranças deverão ser capacitadas

para garantir a funcionalidade dos controles em seus respectivos processos de atuação. Durante a implementação é de extrema importância o acompanhamento e avaliação crítica da alta direção, de tal forma que possa garantir a conformidade dos sistemas e prover as condições e os recursos financeiros e humanos necessários.

Assim são os itens 4.1 – entendendo o contexto da organização que tem como proposta fazer a avaliação das condições ambientais internas e externas e descrever no MQ. Para o item 4.2 – Entendendo as necessidades e expectativas das partes interessadas, fazer avaliação das expectativas das partes interessadas. Para 4.3 – Determinando o escopo do SGA, determinar o escopo do SGA e integrar ao escopo do SGQ; 4.4 – Sistema de Gestão Ambiental, implementar sistema e suas interações com o SGQ; 6.1 – Ações para abordar riscos e oportunidades, fazer avaliação de riscos e oportunidades através de uma ferramenta matriz. Para os itens 6.1.4 e 6.2; Planejamento de Ações e Objetivos Ambientais, definir objetivos e elaborar plano de ações para atendê-los. Na avaliação ainda foram considerados itens parcialmente implementados, que se caracteriza quando o mesmo possui controles operacionais práticos funcionando, mas não documentados e registrados e vice-versa. São eles os itens 6.1.3 – Requisitos legais e outros, pelo qual propõe-se o uso de ferramenta eletrônica para devido acesso e atualização. Cabe considerar que neste item há um registro denominado FCQ 004 que não contempla todos os aspectos legais aplicáveis. Para o item 9 – Avaliação de desempenho, propõe-se elaborar sistemática de avaliação ambiental que considere os resultados dos indicadores e metas estabelecidas. Por fim, para adequação ao item 9.1 – Monitoramento, medição, análise e avaliação, recomenda-se a implementação de inspeções nos processos com objetivo de verificar o funcionamento e a conformidade das operações.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na elaboração da proposta foram evidenciados vários pontos fortes da organização; destacando-se a disponibilidade de recursos; o bom nível de conhecimento e maturidade de seus colaboradores no que diz respeito à correlação de suas atividades com a ferramenta PDCA; a qualidade, disposição e manutenção dos equipamentos e instalações industriais; o nível documental do SGQ; o gerenciamento dos resíduos e o comprometimento e participação efetiva da alta direção. Além destes, foram também considerados pontos fortes o planejamento de produção, os constantes investimentos em processos e serviços com objetivo de melhoria contínua do SGQ.

Como parte da proposta apresentou-se à alta direção as vantagens da implementação do SGA com SGQ, destacando o estabelecimento das conformidades com a legislação

ambiental, requisitos internos e partes interessadas, redução dos riscos de passivos ambientais e a melhoria da produtividade. Como benefícios foram considerados o uso consciente dos recursos naturais, a associação de práticas mais responsáveis ambientalmente e a preservação e melhora na imagem da empresa.

Como resposta, a alta direção reconheceu a importância do trabalho se comprometeu em incluir e avaliar-lo em seu planejamento estratégico financeiro de 2018, pois no momento a empresa já está com implementação de sistema de gestão de segurança de alimentos com base na Norma ISO 22000 e não há disponibilidade de pessoal técnica para comportar outra implementação de sistema de forma paralela.

REFERÊNCIAS

- LIMA, Andréa Cavalcanti Correia; CAVALCANTI, ArleiAntonio; PONTE, Vera. **DA ONDA DA GESTÃO DA QUALIDADE A UMA FILOSOFIA DA QUALIDADE DA GESTÃO: BALANCED SCORECARD PROMOVENDO MUDANÇAS***. 2004. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de Mestrado em Gestão Integrada, Usp, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v15nspe/v15nspea06.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.
- ROBLES JUNIOR, Antônio; BONELLI, Valério Vitor. **Gestão da qualidade e do meio ambiente: Enfoque econômico, financeiro e patrimonial**. São Paulo: Atlas, 2012. 127 p.
- BEHR, Ariel; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. **Gestão da biblioteca escolar: Metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca**. 2008. 133 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Ufrgs, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO: ISO 9001 e OHSAS 18001 EM UM AMBIENTE FRIGORÍFICO

Luis Carlos Silveira (SENAC Bauru); luiscarlosilveira@hotmail.com*

Maycon Gomes de Oliveira (SENAC Bauru); m84oliveira@outlook.com

Saulo Marcial Guedes Gimenez (SENAC Bauru); saulomarcial@hotmail.com

Leandro Peres Marcomini (SENAC Bauru); leandro.pmarcomini@sp.senac.br

Palavras-chave: Qualidade. Segurança. Treinamento. Segurança e saúde no trabalho. Sistema de gestão integrada.

INTRODUÇÃO

O Frigorífico Better Beef foi fundado em 2003 na cidade de Rancharia/SP, onde mantém sua unidade industrial. Desde então, desenvolve um contínuo processo de renovação e investimentos para oferecer produtos de excelentíssima qualidade aos seus clientes. **Ética, compromisso, qualificação pessoal, atualizações tecnológicas, entre outras, fazem parte da proposta de trabalho da Better Beef.** De acordo com Albrecht (2002), a empresa moderna só sobreviverá no mercado globalizado se for eficaz e eficiente.

Para atingir este objetivo, a organização deve buscar constantemente o máximo em produtividade e segurança e saúde do trabalhador, cuidando dos seus processos e de seus colaboradores. A qualidade está diretamente ligada a padrões e normas que garantam um bem ou serviço com as exigências do mercado. A expressão ISO 9000 designa um grupo de normas técnicas que estabelecem um modelo de gestão da qualidade para organizações em geral, qualquer que seja o seu tipo ou dimensão.

A sigla ISO refere-se à International Organization For Standardization, organização não governamental foi fundada em 1947 em Genebra, e atualmente presente em 160 países. Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, OHSAS 18001, refere-se à Occupational Health and Safety Assessment Services a implantação é um instrumento multiplicador da capacidade empresarial em produzir com segurança, qualidade, menores custos e incrementar a inovação tecnológica.

O processo de implantação desses Sistemas de Gestão agrega valor à cultura organizacional, desenvolvendo competências relacionadas com o planejamento, atuação proativa, capacidade de trabalho em equipe, melhoria da confiabilidade dos sistemas produtivos. Para implantar nossa proposta sobre segurança e saúde vamos usar SGSST - Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalhador, certificada na OHSAS 18001.

A direção está empenhada em apoiar o desenvolvimento e a conformidade com os sistemas e programas de gestão da Qualidade e Saúde, Segurança, e baseados nos objetivos comuns do grupo e nas metas de sucesso empresarial. Ainda segundo Taylor (2010), diante de qualquer destes resultados que estejam fora do valor desejado, deve-se “controlar” (buscar as causas e atuar). Este é o significado de controlar os meios através da medida da Qualidade Total dos resultados. De acordo com Campos (1995) “um negócio vive em função da sociedade, usando seus recursos e servindo a esta”.

Na visão de Monte e Lopes (2004), a qualidade, tal como é difundida atualmente, é uma resultante de uma série de evoluções. O estágio da Qualidade Total, onde o que se busca é uma mudança comportamental e cultural de todos que compõem a organização vai bem mais além, pretende superar as necessidades do consumidor, atendendo expectativas que nem sequer haviam sido formuladas.

Segundo Oliveira (2004), as organizações devem produzir produtos de qualidade, não mais como uma estratégia de diferenciação no mercado, mas como uma condição de preexistência. Visto que a era do conhecimento, respaldado pelo avanço tecnológico, pressiona o profissional a conhecer profundamente o mercado em que atua, com o objetivo de posicionar-se à frente de seus concorrentes, tornando-se apto a enfrentar as diversas ações que aterrorizam o ambiente organizacional, como concorrentes, novos produtos, avanço da tecnologia, etc.

É inquestionável o fato de que são múltiplos os métodos e ferramentas que auxiliam na gestão da qualidade nas empresas. Porém, não existe hierarquia entre eles, mas sim, aqueles que melhor se adaptam às necessidades específicas e pontuais de cada organização, cujos processos e gestão são continuamente reformulados, o que determina o alcance dos patamares de competitividade e, conseqüentemente, a sobrevivência da empresa (MARSHALL, 2003).

A Qualidade passou a ser uma estratégia fundamental para as organizações que buscam manter-se no mercado, oferecendo produtos ou serviços que atendam às exigências do cliente e do mercado, garantindo assim a satisfação. De acordo com Maranhão (2006, p. 4) “com a Qualidade, você manterá os clientes já existentes e conquistarão outros, assim operando com os menores riscos e maior volume de negócios”. As certificações de sistemas de gestão ganharam velocidade a partir da década de 90, com a disseminação das primeiras versões das séries de normas ISO 9.000 e ISO 14.000.

De acordo com Mello et al. (2009), muitas organizações aderiram à norma internacional ISO 9001 com intuito de garantir a qualidade de seus processos e produtos. Esta norma especifica os requisitos para sistema de gestão da qualidade. Para Mello et al (2009) uma

das principais contribuições da implementação de um sistema de gestão da qualidade pelas organizações é que muitas delas não possuem um sistema de gerenciamento, apenas realizam suas tarefas de acordo com a forma de fazer as coisas, que na maioria das vezes não está documentada, mas apenas localizada no conhecimento tácito dos seus proprietários, gerentes, executores em geral.

Segundo a pesquisa de Fricke & Faust (2006) um número relevante de oportunidades são perdidas pelas organizações, pois elas de uma forma geral não estão preparadas para absorver e transformar o conhecimento tácito de seu pessoal em explícito, em documentos ou outras formas de representação e interação do fluxo informacional.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma proposta para a implantação e integração dos Sistemas de Qualidade ISO 9001 e de Segurança e Saúde OCUPACIONAL OHSAS 18001 em um ambiente frigorífico.

MÉTODOS

Definido o tema e objetivo do trabalho, o mesmo será realizado estudo de caso, através de formulários de check list e de referencial teórico de diferentes autores sobre os temas propostos.

O referencial teórico se baseia na pesquisa bibliográfica a respeito do Sistema de Qualidade ISO 9001, a norma OHSAS 18001 e Integração destes Sistemas.

RESULTADOS

Será realizada revisão bibliográfica baseado em um estudo de caso da implantação do ISO 9001 e norma OHSAS 18001 com base nas pesquisas, será possível realizar um estudo na empresa do setor frigorífico no município de Rancharia – SP, utilizando como apoio base formulários de *check list*, realizando assim uma proposta para a implantação das normas em um sistema integrado ISO 9001 e OHSAS, destacando que a empresa não possui nenhuma certificação em nenhum de seus processos.

Será recomendada a empresa a criação de novos indicadores como: controle de produtos não conformes; controle de acidentes de trabalho com e sem afastamentos; controle de ociosidade relacionado o tempo em que uma máquina equipe ou planta ficam paradas; giro de estoque; produtividade atendimento as expectativas de mercado; número de lançamentos de produtos novos/mês; controle de saída do produto até chegada ao

destino (Tempo de Entrega de Fornecedores); número de horas de treinamento da CIPA; utilização de EPI's.

CONCLUSÃO

A integração de sistemas de gestão para se proporcionar resultados satisfatório, precisa antes de tudo, deve levar em consideração a cultura e a natureza dos seus negócios antes de decidir até que ponto deseja fazer a integração. Contudo, não existem sistemas integrados 100 % correto, toda organização que decide integrar pode se beneficiar com resultados positivos como, simplificação de sistemas, redundância e simplificação de documentação, além da otimização de recursos, pelo fato de se manter um único sistema com um único alvo, em vez de múltiplos sistemas com os mesmos alvos;

Outro ponto a se considerar é Integração dos objetivos da qualidade, do meio ambiente e da Saúde Segurança Ocupacional à estratégia geral da empresa, isso resulta em uma estrutura comum para a melhoria contínua dos sistemas da ISO 9001 e OHSAS 18001 resultando num melhor desempenho organizacional como um único ciclo de desenvolvimento de processo.

A compatibilidade dos requisitos entre as normas e a combinação de processos, procedimentos e práticas adotadas por uma organização, facilitam na hora de implementar suas políticas e atingir seus objetivos de forma mais eficiente e eficaz, resultando em benefícios como, mais visibilidade e expansão de mercado. Com a integração entre as ISOs, a empresa deixa de perder tempo e recursos com processos distintos de certificação e re-certificação para gerir ambos conjuntamente, reduzindo a burocracia interna e agilizando as auditorias internas e externas, promovendo o alinhamento de conduta dos colaboradores da organização, otimizando o trabalho e tornando-o mais eficiente e eficaz.

Dentre as diversas vantagens que um SGI traz, estão:

- O diferencial competitivo da organização;
- O fortalecimento da imagem no mercado e nas comunidades;
- A ocorrência da prática da excelência gerencial por padrões internacionais de gestão;
- O reconhecimento por entidades externas;
- O atendimento às demandas de mercado e da sociedade em geral;

- A melhoria organizacional como um todo, maior conscientização e valorização pelas partes interessadas, melhoria do clima organizacional, maior capacitação e educação dos empregados;
- Redução dos tempos e de investimentos em auditorias internas e externas em até 30 % do tempo das auditorias e investimentos.
- Minimização dos fatores de risco:
- Segurança legal contra processos e responsabilidades;
- Segurança das informações importantes para o negócio;
- - Minimização de acidentes e passivos;
- identificação de vulnerabilidade nas práticas atuais.

Quanto as Desvantagens do SGI, pode resultar em:

- Burocratização de processos;
- Alto custo de implementação do sistema frente ao segmento da organização;
- Necessidade de muito tempo para ser implementado e de desenvolvimento do sistema de SGI;
- Resistência à mudanças;
- Oferece pouca liberdade de personalização.

A importância do SGI nas organizações:

Ao desenvolver um sistema integrado de Gestão da Qualidade (ISO 9001), Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional (OSHAS 18001), a organização torna-se muito mais eficiente e competitiva frente aos seus concorrentes, pois passa a conhecer e controlar variáveis significativas dos processos que a cercam, além de ter condições de retroalimentar essas informações, pois os sistemas de gestão, por se tratar de normas técnicas aplicáveis a qualquer tipo de negócio, possibilitam o gerenciamento de todos os processos e atividades da empresa.

A quantidade e velocidade das informações que circundam as organizações contemporâneas criaram a necessidade de inovar na forma gerenciar os negócios. O reconhecimento de um ambiente mais horizontal, saber trabalhar com as inúmeras variáveis que cercam o negócio, obter a capacidade para analisar todos os dados que vão além das paredes da empresa resultara em uma vantagem competitiva no mercado inserido.

A organização que se preocupa em monitorar e controlar a satisfação do seu cliente, que se preocupa em uma gestão voltada para a redução e economia do consumo de recursos materiais, promovendo ações específicas para a saúde ocupacional dos funcionários,

construindo um ambiente mais saudável e produtivo, os benefícios gerados serão enormes, tais como:

- Melhoria da imagem da empresa junto ao mercado e clientes
- Melhoria do desempenho organizacional e aumento da competitividade
- Melhoria do clima organizacional e aumento da produtividade
- Redução de custos operacionais e administrativos
- Captação de novos clientes

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Daniela. A importância do SGI nas organizações. Disponível em: <<http://saibaamais.blogspot.com.br/2012/12/vantagens-do-sgi.html>> Acesso em 28 Ago. 2017.

ARAUJO, Geraldino Carneiro de; MENDONÇA, Paulo Sergio Miranda. Análise do Processo de Implantação das Normas de Sustentabilidade Empresarial: Um Estudo de Caso em uma Agro Indústria Frigorífica de Bovinos. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, p. 33-55. 25 nov. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO TRABALHO EMPREGO. (Org.). **Normas regulamentadoras**. 2016. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2016.

CAMPOS, V. F. O valor dos recursos humanos na era do conhecimento. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni; Escola de Engenharia da UFMG, 1995.

JURAN, J. M.. Controle da qualidade: conceitos, políticas e filosofia da qualidade. São Paulo: McGraw-Hill: Makron, 1991-1993. 8v.

MARANHÃO, M. ISO Série 9000: manual de implementação: versão 2000 : o passo-a-passo para solucionar o quebra-cabeça da gestão. 8.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. xv, 212p.

McDONALD, Mary. MORS, Terry A., PHILLIPS Ann. O que você precisa saber sobre a SGI. Disponível em <http://www.qsp.org.br/biblioteca/integracao_sistemas.shtml> Acessado em 28 de Agosto de 2017.

MELLO, C. H. P, et al. ISO 9001:2000 – Sistema de gestão da qualidade para operações de produção e serviços. São Paulo; Atlas, 2009.

MONTE, A. C.; LOPES, L. F. D. A qualidade dos suportes no armazenamento de informações. Florianópolis: VisualBooks, 2004.

MOREIRA, M. S. Estratégia e implantação do sistema de gestão ambiental: modelo ISO 1400. 3. ed. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços, 2006.

WURLITZER, N.J. Sistemas de Gestão da Segurança dos Alimentos (BPF/APPCC/ISO 22000) – fatores críticos para implantação. Dia Mundial da Alimentação- Segurança Alimentar. SBCTA – Sociedade Brasileira da Ciência e Tecnologia de Alimentos, 15 de outubro de 2007.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. 3.ed. Sage Publications, 2003.

GESTÃO DE COLETA SELETIVA EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

Franciele Aparecida de Oliveira (SENAC Bauru) franciele.11oliveira@gmail.com;

Laura Espirito Santo Ramos (SENAC Bauru) advocacialaura@hotmail.com;

Maicon Douglas Ferrari de Oliveira (SENAC Bauru); ferrary.14@hotmail.com

Victor Rodrigues de Almeida (SENAC Bauru) victoralmeida27@gmail.com;

Palavras-chave: resíduos, coleta seletiva, reciclagem.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho procura salientar a importância da coleta seletiva adequada para as cidades de pequeno e médio porte, propondo algumas práticas para gestão de resíduos sólidos urbanos.

Os resíduos estão diretamente ligados ao desenvolvimento econômico contemporâneo, uma vez que, quanto maior o poder de consumo da população, maior a quantidade de resíduos decorrente deste consumo, e, com o aumento desses resíduos, seu gerenciamento e destinação se torna mais complexo e detalhado.

Ocorre que, enquanto se busca de forma cada vez mais obstinada o desenvolvimento econômico, não se verifica obstinação proporcional quanto ao gerenciamento dos resíduos, tanto a sociedade como o poder público.

No Brasil o quadro se torna ainda mais dramático, com o elevado grau de ineficiência e amadorismo da administração pública, especialmente nos municípios de menor porte.

Nesse contexto, uma política de gestão de resíduos bem estruturada e organizada se faz especialmente necessária, principalmente para que se consiga diminuir a quantidade de resíduos gerados todos os dias, o que é demasiadamente importante para o meio ambiente e bem-estar social.

Segundo dados da ABRELPE (2015), no ano de 2014, apenas 58,4% dos resíduos sólidos urbanos gerados no Brasil eram destinados a Aterros Sanitários, 24,2% a Aterros Controlados e 17,4% a lixões, sendo que menos de 63% dos municípios possuem qualquer iniciativa de coleta seletiva.

Nesse sentido, preciosa é a lição de Silva (2014), sobre o tema:

Neste contexto a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, é um grande desafio para a gestão pública municipal em todo o país, pois dispõe sobre as

diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo as responsabilidades dos geradores, do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (p.2).

É importante ressaltar que a solução mais adequada para resolver muitos problemas causados pela disposição incorreta e pela grande quantidade gerada de lixo é a reciclagem, porém, os resultados só poderão ser alcançados se houver eficiência e mudanças das políticas públicas de gestão de resíduos, programas de educação ambiental para conscientização de toda comunidade envolvida, e intensificar o mercado de reciclagem para que haja também trabalho e renda para pessoas mais carente.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é através das análises das normas técnicas e legislações sobre coleta seletiva, propor um sistema de gestão de baixo custo e eficiente para pequenos municípios.

MÉTODOS

Definido o tema e objetivo do trabalho, será realizado estudo de caso, através de avaliação *in loco*, entrevistas com a população e administração pública, além de referencial teórico de diferentes autores sobre os temas propostos.

A escolha pelo estudo de caso, se dá pela ampla compreensão do caso concreto que tal metodologia proporciona, facilitando a apreensão dos modelos teóricos e suas limitações na aplicação prática, além da possibilidade de replicação posterior, nesse sentido, assim conceitua Yin (2015, p.4), sobre tal método de pesquisa:

Seja qual for o campo de interesse, a necessidade diferenciada da pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos. Em resumo, um estudo de caso permite que os investigadores foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real – como no estudo dos ciclos individuais da vida, o comportamento, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação da indústria.

Assim, a pesquisa se pautara pelos quatro elementos norteadores dos estudos de caso, segundo Yin (2015), quais sejam, (1) que questões devem ser estudadas, (2) que dados

são relevantes, (3) que dados devem ser coletados e (4) como se deve analisar os resultados; que no presente estudo serão (1) funcionamento da gestão da coleta seletiva em municípios de pequeno porte, (2) Legislações e normas aplicáveis, (3) Quantidade e tipos de resíduos gerados e tipo de destinação dada a cada um deles, (4) Se a gestão dos resíduos sólidos está de acordo com as normas e legislações aplicáveis, ou o que poderia ser feito para sua adequação ou melhoria.

RESULTADOS

Foi realizado um levantamento teórico baseado em pesquisas bibliográficas das normas técnicas legislativas e também sites de alguns municípios de pequeno e médio porte, e através desta pesquisa observou-se que poucas cidades possuem um sistema de coleta seletiva eficiente.

Por meio dessas pesquisas optou-se por fazer uma visita in loco para certificar como de fato funciona a coleta seletiva, sendo que no município escolhido não possui um sistema de reciclagem eficiente e em funcionamento.

A cidade de Piratininga possui, segundo site do IBGE, 13.216 (treze mil, duzentos e dezesseis) habitantes. Em pesquisas realizadas com o setor de meio ambiente desta cidade, constatou-se que mesmo sendo um município pequeno e com fácil acesso à população, não há uma coleta seletiva eficiente que pudesse gerar rendas para muitas famílias carentes, bem como economia para o poder público, já que a destinação do lixo é através de aterro, o que gera altos custos.

Segundo informações da Secretaria de Meio Ambiente de Piratininga, no ano de 2016 foram destinadas 270 toneladas mensais de lixo ao aterro sanitário situado em Piratininga, gerando um gasto mensal de R\$ 24.300,00.

Assim, espera-se, com a presente proposta, encontrar mecanismos de gerenciamento dos resíduos, que melhor se adequem às normas e legislações aplicáveis, além de possibilidades de redução de custo ou geração de renda, seja através de reciclagem de materiais ou produção energética através de gases decorrentes de decomposição biológica.

CONCLUSÃO

Com o trabalho proposto, pretende-se compreender melhor o gerenciamento dos resíduos sólidos em pequenas cidades, através de estudo de caso do município de Piratininga, levantando-se a quantidade e tipos de resíduos gerados e a destinação dada a eles, avaliando sua adequação com as normas e legislações aplicáveis.

Por fim será avaliada a possibilidade de mudanças no gerenciamento, que proporcione a redução de custos e geração de renda, através da reciclagem de materiais e geração energética de gases de decomposição.

Tendo em vista, que a inexistência de um sistema eficiente de gestão integrada entre população e prefeitura para a destinação e reaproveitamento dos resíduos sólidos além de ser prejudicial ao meio ambiente ainda eleva os custos dos municípios, que necessitam arcar para a destinação em aterros.

REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Piratininga, São Paulo. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353940&search=sao-paulo|piratininga>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS - ABRELPE. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil. São Paulo, 2015.

SILVA, Aline Carolina da. **Análise da Gestão de Resíduos Urbanos em Capitais do Nordeste Brasileiro:** O caso de Aracaju-SE e João Pessoa-PB. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Urbana e Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Tradução de: Cristhian Matheus Herrera.

DESCARTE E REUSO DO RESÍDUO DE EPS – POLIESTIRENO EXPANDIDO - “ISOPOR” EM ÂMBITO DOMÉSTICO NO MUNICÍPIO DE BAURU

Suzy Keller Dias Nunes de Oliveira (Senac Bauru); suzy.keller@hotmail.com *

César Borges de Souza (Senac Bauru); moldurasemeps@gmail.com

Ricardo Manoel Sobrinho (Senac Bauru); rimaso.sobrinho@hotmail.com

Simone Cristina Passarelli Bessa (Senac Bauru); simonepasbessa@yahoo.com.br

Leandro Peres Marcomini (Senac Bauru); leandro.pmarcomini@sp.senac.br

Flavio Mangili Ferreira (Senac Bauru); flavio.mferreira@sp.senac.br

Palavras-chave: EPS. Isopor. Reuso. Descarte. Reciclagem. Logística Reversa.

INTRODUÇÃO

A geração de lixo nos últimos 30 (trinta) anos mudou, priorizou-se a utilização de plásticos em detrimento de metais, vidros e madeiras. (JARDIM; YOSHIDA e MACHADO FILHO, 2012).

O Poliestireno Expandido (EPS), conhecido popularmente como “isopor” é um produto derivado do petróleo (polímero), sintético que vem da natureza, assim como o vidro, a cerâmica e os metais, por meio de diversas transformações químicas.

O produto em questão não encontra destinação adequada, proporcionando prejuízo de natureza ambiental, face a seu alto grau de resistência na sua decomposição, cerca de 150 (cento e cinquenta) anos.

No tocante a reciclagem do EPS temos que:

A reciclagem do isopor demanda elevados investimentos em tecnologia e equipamentos industriais para aumentar a escala e atingir níveis de custo adequados. As cooperativas de catadores em geral não têm interesse pelo isopor porque é barato, volumoso e de logística complexa. Por isso, o papel das indústrias é fundamental para viabilizar a reciclagem do isopor (ZANETTE, 2017).

Por ser um produto de baixo custo é utilizado em vários seguimentos econômicos, tais como indústrias de eletrodoméstico, moveleira, construção civil, artigos para festas, embalagens em geral, etc., o que faz com que seja gerado em grande quantidade.

Observamos que até o momento tal problemática não conta com política de logística reversa dos fabricantes ou mesmo lojistas, ficando toda a responsabilidade para os municípios.

Assim menciona Jardim, Yoshida e Machado Filho:

Quando se tem em foco a gestão responsável dos resíduos sólidos, cumpre compreender que se demanda muito mais que a implantação de sistemas eficientes de coleta, tratamento e disposição final. Devem-se estabelecer regras e conceber ferramentas de política públicas, no campo do comando e controle e, especialmente, na esfera dos instrumentos econômicos, que se direcionam à redução do volume e à periculosidade dos resíduos. Necessitam-se contabilizar e explicar os reais custos de cada produto colocado no mercado, abarcando seus impactos ambiental. (2012,p. 7)

O presente estudo tem como finalidade a análise do descarte e reuso do EPS "isopor" em âmbito doméstico, no município de Bauru, tais como os utilizados para proteger os eletrodomésticos em transporte, fato este que ocasiona a geração exacerbada do material. A reciclagem do EPS pode aumentar a vida útil do aterro sanitário, bem como gerar renda para os envolvidos com a reciclagem, e adequar-se a legislação ambiental.

Neste sentido, como melhorar a captação e destinar do resíduo de EPS para reciclagem no município de Bauru.

OBJETIVOS

Analisar o processo de reciclagem do EPS na cidade de Bauru, identificando falhas no processo e apresentando oportunidades de melhorias.

MÉTODOS

O método utilizado é o exploratório, tendo em vista a necessidade de levantamento de dados no intuito de conhecer sobre o manejo, descarte e reuso do resíduo EPS, para tanto utiliza-se a abordagem qualitativa, conhecendo como são realizadas as coletas e sua

destinação na cidade de Bauru. Através do estudo de caso aprofundamos o conhecimento relacionado a gestão da coleta e a destinação do EPS, no intuito de verificar se estão sendo atendidas as normas ambientais.

No início da coleta de dados, será feita entrevista para levantar dados sobre frequência, quantidade e destinação dos resíduos de EPS, com o gestor ambiental EMDURB nas dependências da empresa, com perguntas abertas, gravação e respostas transcritas.

Após a entrevista, serão feitas observações, para verificar se está sendo aplicado na prática os dados levantados na entrevista. Verificar se o gestor possui conhecimento aprofundado quanto a matéria e seu real comprometimento com a gestão ambiental. A visita in loco seguirá o roteiro da entrevista para observar se estão sendo atendidas as normas ambientais. Será analisado se as respostas apresentadas pelo gestor estão em consonância com os dados levantados e com a realidade local.

RESULTADOS

A expectativa do resultado é apresentar ferramentas para melhoria na gestão ambiental do resíduo EPS, como destinação adequada, fomento ao reuso, bem como sugerir ao município de Bauru a elaboração de leis e normas atribuindo a responsabilidade da política reversa aos fabricantes e lojistas.

CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou a necessidade de melhorias na coleta e destinação do resíduo EPS no município de Bauru, portanto se faz necessário a implantação de mecanismos que viabilizem a coleta e destinação mais eficiente do resíduo em parcerias com cooperativas, empresas envolvidas e o município.

REFERÊNCIAS

- JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA, Consuelo; MACHADO FILHO, José Valverde. **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. Barueri: Manole, 2012.
- LACOMBE, Jane Eliza de Almeida. **Painéis de madeira aglomerada produzidos com resíduos de serragem e poliestireno expandido para aplicações na construção civil**. 2015. 142 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Usp, São Carlos, 2015.
- SCHMIDT, Albano Francisco; EFING, Antônio Carlos. O papel do consumidor na reciclagem do EPS (isopor) segundo a política nacional de resíduos sólidos. **Revista de Direito Ambiental** [recurso eletrônico]. São Paulo, n.79, jul./set. 2015. Disponível

em: <<http://dspace.xmlui/bitstream/item/20896/1.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ZANETTE, Marcos Effting. **Como tornar o isopor um aliado (e não um inimigo) do meio ambiente: o caminho é um só; reciclar, reciclar, reciclar.** Disponível em: <mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/Apres_LogiscaReversa.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.

PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO LEGAL DE UMA ÁREA LOCALIZADA NO VALE DO IGAPÓ EM BAURU-SP

Leticia Martins Lupino (Senac Bauru); le_leticia2@hotmail.com

Marcelo de Melo Bernini Conte (Senac Bauru); marcelo_conte_93@hotmail.com *

Monielen Monara Betio Berbel (Senac Bauru); monielenmonara@gmail.com

Paula Vanessa Reghine China (Senac Bauru); paulavrchina@gmail.com

Leandro Peres Marcomini (Senac Bauru); leandro.pmarcomini@sp.senac.br

Flavio Mangili Ferreira (Senac Bauru); flavio.mferreira@sp.senac.br

Palavras-chave: Mata ciliar. Área de preservação permanente. Degradação de áreas de APP. Recomposição de mata ciliar. Vale do igapó.

INTRODUÇÃO

Definida na Lei nº 4.771/1965, mata ciliar são florestas e demais formas de vegetação existentes no entorno dos rios, lagos, nascentes, lagoas e reservatórios. Também são conhecidas por formações florestais ribeirinhas, matas de galeria, florestas ciliares e matas ripárias (KUNTSCHIK et al., 2014).

Não é à toa que desde 1965 as matas ciliares são categorizadas como Área de Preservação Permanente e protegidas pela Lei nº 4.771/1965 revogada pelo Novo Código Florestal Lei nº 12.651/2012. As matas ciliares exercem importante papel na proteção dos cursos d'água, funcionam como filtros, retendo a contaminação com defensivos agrícolas, poluentes e sedimentos que seriam transportados para o leito d'água, assoreando e afetando diretamente a quantidade e a qualidade da água, comprometendo a fauna aquática. São importantes também como corredores ecológicos, ligando fragmentos florestais e, portanto, facilitando o deslocamento da fauna e o fluxo gênico entre as populações de espécies animais e vegetais. Em regiões com topografia acidentada, exercem a proteção do solo contra os processos erosivos. (MARTINS, 2001).

A implantação ou a recomposição de matas ciliares requer o emprego de técnicas adequadas, geralmente definidas em virtude de avaliações detalhadas das condições locais e da utilização dos conhecimentos científicos existentes (Pereira et al., 2010).

A busca da conformidade legal, a melhoria da qualidade da água do represamento do córrego Campo Novo e o equilíbrio natural da região são motivos para agricultores e moradores do bairro Vale do Igapó em Bauru – SP buscarem orientação para a recuperação da mata ciliar.

Neste bairro de zona urbana, há um represamento feito pela loteadora em 1979 com intuito de lazer e valorização dos lotes, no entanto, não houve por parte da loteadora a recuperação florestal dos lotes a jusante da represa. Por esse motivo, este trabalho visa propor o melhor diagnóstico para a recuperação da área segundo as leis vigentes e a orientação para a regulamentação necessária da área de preservação permanente em um lote no Vale do Igapó.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo analisar as legislações para o enquadramento legal, detectar os parâmetros físicos, químicos e biológicos da situação do sítio e a partir disso propor o melhor diagnóstico para a recuperação da área segundo as leis vigentes.

MÉTODOS

De acordo com Lakatos e Marconi:

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (2003, p.83).

Lakatos e Marconi (2003) indicam que podem existir ramos de estudos que empregam métodos podem ser considerados ciências, mas faz parte de qualquer ciência utiliza métodos científicos.

Dessa forma, uma metodologia sólida é a base de uma pesquisa científica de qualidade. É um conjunto de passos ou procedimentos que devem ser seguidos para que se chegue ao conhecimento buscado.

Quanto ao método utiliza-se o estudo de caso, através de um levantamento aprofundado de dados sobre a área a ser recuperada, detalhando os aspectos a serem alterados e propondo sugestões para a adequação do local.

A pesquisa classifica-se como exploratória pois estuda a recuperação de uma área específica de Cerrado, possibilitando soluções viáveis para a restauração, caracterizando uma abordagem qualitativa utilizando pesquisa detalhada da área local

A coleta de dados será feita inicialmente a partir de uma análise documental sobre as informações da propriedade e dos requisitos da legislação nas salas de estudo, pelos

executores do projeto buscando as legislações e normativas. Serão realizadas também, análises a partir de imagens de geoprocessamento e visitas em loco.

Na sequência, será feita uma observação no local onde serão utilizados os dados obtidos a partir de visita técnica com um roteiro dos aspectos ambientais a serem analisados, com comprovação fotográfica.

Os aspectos que analisados como evidências do estudo de caso são: erosão, assoreamento, eutrofização, acúmulo de lixo e ravinamento, todos coletados por meio de análises físico-químicas e fotografias

RESULTADOS ESPERADOS

A partir da análise e compilação documental sobre a área, evidencia-se que de acordo com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o proprietário é obrigado a manter ou recuperar a área de preservação permanente (APP), mesmo que a vegetação tenha sido suprimida pelo ocupante anterior, pois a obrigação é real e transfere-se ao sucessor.

Sendo assim, como descreve o art. 4º do Código Florestal, o tamanho da faixa marginal de recuperação deve ser de 30m, considerando que o curso d'água no local possui uma largura inferior à 10m.

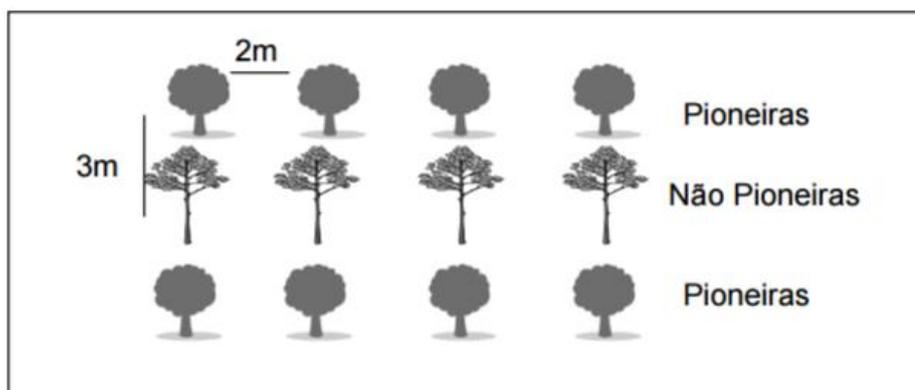
Constata-se também que a área da propriedade não continha trechos com a proteção legal exigida. Dessa forma, alguns outros aspectos que constituem evidências da não conformidade foram ratificados durante a análise, tais como: Processos de erosão, assoreamento e eutrofização.

Para se alcançar o objetivo da restauração e proporcionar uma nova dinâmica de sucessão ecológica na área degradada, recomenda-se o uso de técnicas de nucleação por meio do plantio de mudas. Esse método se baseia no uso de espécies que possuem um alto potencial de interação com fragmentos nativos próximos e que têm a capacidade de se desenvolver em áreas degradadas.

O modelo utilizado vai ser o plantio em linhas alternadas, onde uma linha é plantada com espécies pioneiras e a outra com espécies não pioneiras, aplicando-se um espaçamento de 2 x 3 metros (Figura 1).

Dessa forma, são gerados pontos na área com alto poder de nucleação, o que proporciona uma melhora significativa do ambiente, criando condições para a introdução de novas espécies.

Figura 1 – Modelo de plantio em linhas alternadas



Fonte: Soares (2009).

Portanto, com o uso dessa técnica espera-se, a longo prazo, que a mata cresça e se desenvolva a ponto de reestabelecer no local uma comunidade funcional com alta diversidade, semelhante à comunidade clímax de origem.

CONCLUSÃO

O processo de regeneração vegetal das matas ciliares inseridas na fitofisionomia do Cerrado é muito rápido, sendo assim, é de extrema importância que seja realizada o mais breve possível, tanto pela necessidade da recomposição quanto para os extremos benefícios que a recuperação da mata ciliar trará na área do Vale do Igapó, além de ser uma conformidade legal do Código Florestal.

Propomos, através de nossas avaliações, que seja realizado o repovoamento vegetal na área evidenciada, com plantio simultâneo de espécies pioneiras e nativas, respeitando as exigências legais e principalmente, recomendamos que seja realizado frequentemente um monitoramento da área caso o plantio das mudas seja realizado.

Afim de preservar o sucesso do processo de restauração da área e sua completa recuperação em busca da obtenção do equilíbrio ecológico, será necessário que haja um mapeamento e registro detalhado da atividade para que seja possível avaliar todas as etapas, identificando-as e adequando-as caso o proprietário deseje ampliar a área de preservação num futuro próximo.

REFERÊNCIAS

Kuntschik, Daniela P.; Eduarte, Marina; Uehara, Thiago H. K.; **Matas Ciliares**. Secretaria do Meio Ambiente; Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais. 2ª ed. São Paulo:

SMA, 2014. 80 p. Disponível em: <<http://www3.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2014/11/7-MATAS-CILIARES.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Martins, Sebastião Venâncio; **Recuperação de matas ciliares**. Editora Aprenda Fácil. Viçosa – MG, 2001. Disponível em: <http://www.arvoresbrasil.com.br/?pg=reflorestamento_mata_ciliar>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; MAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.a., 2003. 311 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Código Florestal Brasileiro – Lei nº 12651**, de 25 de maio de 2012. **Dispõe Sobre A Proteção da Vegetação Nativa**. Disponível em: <<http://www.botuvera.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/Lei-12651-2012-Código-Florestal.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

SOARES, S. M. P. **Técnicas de restauração de áreas degradadas**. 2009. 10 f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Pós-Graduação em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009;

PEREIRA, Israel Marinho; BOTELHO, Soraya Alvarenga; VAN DEN BERG, Eduardo; OLIVEIRA-FILHO, Ary Teixeira de; MACHADO, Evandri Luiz Mendonça. CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA DE ESPÉCIES ARBÓREAS OCORRENTES EM AMBIENTES DE MATA CILIAR, COMO SUBSÍDIO À RECOMPOSIÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS NAS CABECEIRAS DO RIO GRANDE, MINAS GERAIS, BRASIL. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 20, n. 2, p.235-256, jun. 2010. ISSN 0103-9954 Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/534/53421621005/>>. Acesso em: 03 set. 2017.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS

Vinícius José Alves Pereira (SENAC Bauru); viniusalvespereira.bio@gmail.com*

Lucas Eduardo Barros Rocha (SENAC Bauru); lucas.erocha@hotmail.com

Tamires B. Costa Kravszenko (SENAC Bauru); tamiresbragadacosta@hotmail.com

Jessica Rodrigues de Souza (SENAC Bauru); jessicarodrigues2402@hotmail.com

Leandro Peres Marcomini (Senac Bauru); leandro.pmarcomini@sp.senac.br

Flavio Mangili Ferreira (Senac Bauru); flavio.mferreira@sp.senac.br

Palavras-chave: Coleta. Gestão. Resíduos Sólidos domésticos. Bauru.

INTRODUÇÃO

O ser humano tem uma capacidade diferenciada das outras espécies, a capacidade de transformar em grande escala, matéria prima em produtos. Utiliza-se também nesses processos, outros produtos que não são passíveis de absorção, nem mesmo a longo prazo. Isso é agravado quando esta capacidade de transformar une-se ao crescimento indiscriminado da população, que hoje já alcançou o valor de 7 bilhões de habitantes no planeta.

Segundo Philippi Junior *et al.* (2014), os processos da humanidade aumentam a qualidade e a duração da vida. Em contrapartida, é um padrão de consumo que demanda matérias-primas de tal forma que pode estar havendo um comprometimento da qualidade de vida das gerações futuras, todos esses processos e consumo excessivos geram resíduos.

Resíduo: aquilo que resta, o que fica das substâncias submetidas à ação de vários agentes físicos ou químicos, que resta (HOLANDA, 2010).

Como afirma ABNT (2004), a palavra Resíduo, junto com a palavra Sólido, possui um significado técnico específico definido por Norma Técnica NBR 10004: 2004:

Resíduos nos estados sólidos ou semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para

isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face a melhor tecnologia disponível.

Também podem ser classificados como resíduos úmidos ou secos, orgânicos e não orgânicos perigosos e não perigosos.

O inciso II, artigo 13º da Lei 12.305:

- a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;
- b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea "a".

A Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e da providências.

O artigo 3º traz as definições de Coleta Seletiva: Coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua composição. Reciclagem: Processo de transformação dos resíduos sólidos que envolvem a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas em insumos ou novos produtos. Reutilização: É o processo de aproveitamento do resíduo sólido sem alterar ou transformar sua composição biológica, física ou físico-química.

Já o artigo 9º traz as disposições preliminares, falando das prioridades no gerenciamento de resíduos sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Segundo Philippi Junior *et al.* (2014):

Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos consiste na técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e a segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos a menor área possível e reduzi-los ao menor volume

permissível, cobrindo os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou a intervalos menores se for necessário.

Desta forma, por ter baixo custo, o aterro sanitário ainda é o processo mais utilizado no mundo, é um processo seguro, alguns processos de tratamento geram resíduos e estes devem ser destinados a aterros (PHILIPPI JUNIOR *et al.*, 2014).

Ainda segundo Philippi Junior *et al.* (2014), as vantagens de um aterro sanitário são os baixos custos se comparado a uma estação de compostagem ou de incineração. O aterro utiliza equipamentos de baixo custo e pode ser implantado em um terreno de baixo valor, evitando também, a proliferação de insetos e animais peçonhentos. Outrossim, não interrompem o funcionamento por falha mecânica, como por exemplo, um incinerador que quebra. As desvantagens de um aterro sanitário são a perda de matéria prima e da energia contida nos resíduos, transporte à longas distancias, desvalorização da região ao redor do aterro, risco de contaminação do lençol freático, produção de chorume e percolados e, a necessidade de manutenção e vigilância após o fechamento do aterro.

Compostagem é uma técnica que pode ser classificada como reciclagem dos resíduos orgânicos, as usinas de compostagem também podem ser usinas de triagem ou de reciclagem de resíduos inorgânicos, pois a parte orgânica precisa ser separada, estas usinas trabalham com as seguintes etapas, fossas ou pátios de recebimento e estocagem, catação manual em esteira ou separação automatizada, trituração, compostagem e peneiramento (PHILIPPI JUNIOR *et al.*, 2014).

Ainda, segundo Philippi Junior *et al.* (2014), existem vantagens e desvantagens em torno desta técnica. As vantagens são a valorização da parte orgânica do resíduo sólido e o aumento da vida útil do aterro sanitário, contudo, existe uma enorme dificuldade para comercializar o composto.

Incineração é uma técnica de eliminação de resíduos, no princípio visava unicamente a redução do volume dos resíduos para aumentar a capacidade dos aterros industriais, atualmente é utilizada para eliminar os resíduos tóxicos ou perigosos (PHILIPPI JUNIOR *et al.*, 2014).

Existem vários tipos de incineradores, como os fornos rotativos, incinerador de injeção líquida incineração de leito fixo e de leito fluidizado.

OBJETIVOS

O estudo tem o objetivo de analisar os processos de gerenciamento dos resíduos sólidos domésticos do município de Bauru e sua obediência a legislação vigente.

MÉTODOS

Quanto ao objetivo do estudo, este será de caráter exploratório que, de acordo com Silva e Menezes (2005), visa fornecer maior familiaridade com o problema em questão, juntamente com levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no ramo objeto do estudo. Quanto à abordagem, essa será qualitativa, pois não requer técnicas estatísticas, sendo a fonte de dados o próprio ambiente da pesquisa, onde o pesquisador é peça chave do trabalho (SILVA & MENEZES, 2005). O procedimento será por meio de um estudo de caso.

Desta forma, a pesquisa consistirá em análises documentais em sites e na sede onde ocorre a destinação dos resíduos, entrevistas (com perguntas abertas, gravadas e transcritas) com os gestores responsáveis pelos setores visitados e formulação de *check-list* para comparação dos padrões requeridos pelas normas com os procedimentos adotados pelo órgão responsável. Os dados coletados pelos pesquisadores serão analisados em relação à observância das normas vigentes.

RESULTADOS

Desta forma, espera-se que após as coletas e análises dos dados, seja possível propor formas de melhorias nos procedimentos de coleta e destinação dos resíduos sólidos domésticos do Município de Bauru.

O conteúdo teórico permitirá conhecer com mais profundidade os procedimentos e práticas que envolvem a coleta e destinação dos resíduos sólidos domésticos pelo órgão público competente. A visita ao local proporcionará aos pesquisadores tomar conhecimento quanto a aplicabilidade das normas que regem a gestão de resíduos sólidos domésticos em Bauru.

CONCLUSÃO

Por fim, o trabalho limita-se a analisar dados coletados no Município de Bauru. Assim, trabalhos futuros poderão verificar a adoção da proposta e quais os resultados obtidos com essa pesquisa.

O conteúdo teórico vai permitir conhecer melhor a coleta de resíduos sólidos domésticos de Bauru. Com isso, vai ser possível analisar se os procedimentos de coleta de resíduos estão de acordo com as normas vigentes e, partindo desta análise, delinear melhorias a fim de aperfeiçoar os processos de gestão de resíduos sólidos domésticos na cidade de

Bauru. A partir desses procedimentos, espera-se atingir os objetivos, que consistem em analisar os processos de gerenciamento de resíduos sólidos domésticos de Bauru e sua obediência das normas vigentes.

Espera-se que esse trabalho seja consultado futuramente por outros pesquisadores que tenham interesse em estudar o mesmo tema em questão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS. **NBR 10004**: Resíduos Sólidos - Classificação. 2 ed. Rio de Janeiro: Cenweb, 2004. 71 p. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/marcelabarquet/nbr-abnt-10004-resduos-slidos-classificacao>>.

Acesso em: 23 ago. 2017.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio**: Resíduos. Brasil: Positivo, 2010. 2272 p. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/residuo>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

JUNIOR, A. P.; ROMÉRIO, M. A.; BRUNA, G. C. **Curso de Gestão Ambiental**. 2.ed. 2014. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição (2010). Lei nº 12305, de 02 de agosto de 2010. **Disposições Gerais**: DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Brasília, DF, 02 ago. 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SILVA, Edna da; LUCIA DA SILVA, Estera Muszkat Menezes. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. 4.ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

A COMPREENSÃO DOS PAIS ACERCA DA SEXUALIDADE DOS FILHOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Suzi Imai (Universidade do Sagrado Coração); suzi_imai@hotmail.com

Resumo: A sexualidade é inerente na vida de todos os indivíduos, portanto muitos pais têm dificuldades para lidar com a sexualidade de seus filhos, essa dificuldade pode ser acentuada quando se trata de filhos com deficiência intelectual, diante disso muitos pais se sentem despreparados e tem dificuldades em falar sobre sexualidade com seus filhos. Porém, as possibilidades de atitudes positivas diante das expressões sexuais do deficiente intelectual dependem em grande parte, de um olhar sem preconceitos, da superação de mitos e tabus desses pais e assim possibilitar maior compreensão destes acerca da sexualidade dos filhos, com deficiência intelectual. A preocupação maior dos pais é que seus filhos se manipulem em público e temem que os mesmos sofram preconceitos por parte da sociedade, portanto esses pais reprimem esses filhos, tirando-lhes a liberdade e o direito que eles têm de terem uma vida sexual ativa. A falta de informação tornam os deficientes intelectuais vulneráveis a atos de violência, abusos sexuais, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS. As pessoas com deficiência intelectual podem chegar a contrair matrimônio, podendo até ter filhos, e para isso a atuação do psicólogo junto ao deficiente é muito importante, pois as atividades com os deficientes irá promover uma melhor qualidade de vida de acordo com as necessidades dessa pessoa, junto a sua família e sua comunidade.

Palavras-chave: Sexualidade. Pais e deficientes. Intelectuais.

Abstract: Sexuality is inherent in the life of all individuals, therefore many parents have difficulties in dealing with their kids' sexuality, this difficulty may be worse when it comes to kids with mental disability, because of that, many parents feel unprepared and have difficulties in talking about sexuality to their kids. However, positive attitude possibilities towards the mentally disabled kids' sexual expression depend, mostly, on a look with no prejudice and the overcoming of myths and taboos by these parents, enabling, therefore, a better understanding of their kids' sexuality. Parents' biggest concern is to see their kids touching themselves in public and by fear of prejudice from society; these parents repress their kids, suppressing all the freedom and right of them having an active sex life. The lack of information makes the mentally disabled kids vulnerable to acts of violence, sexual

abuse, undesirable pregnancy, sexually transmitted diseases and even AIDS. Mentally disabled people are allowed to get married and even have kids and in order to make it possible, the interference of a psychologist in the disabled's life is important, for activities developed with them will promote a better quality of life, according to their needs, along with their family and community.

Keywords: Sexuality. Parents and mentally disabled kids

INTRODUÇÃO

Questões acerca da sexualidade são inerentes à vida de todos os indivíduos, ainda que muitas vezes esse assunto seja evitado tanto por quem vivencia, quanto por quem está ao redor. A fase da puberdade, características por transformações biológicas inevitáveis pode apresentar dificuldades tanto para os adolescentes quanto para seus pais. Almeida e Centa (2009) apontam que é comum os pais não saberem agir diante das demonstrações de sexualidade de seus filhos. Essa dificuldade pode ser acentuada quando se tratam de filhos com deficiência intelectual.

Reche (1995) realizou um estudo com pais de filhos deficientes intelectuais a fim de observar a percepção destes acerca da sexualidade de seus filhos. Participaram dessa pesquisa 49 pais, e para a coleta de dados foi aplicado um questionário semiestruturado onde se investigou pontos acerca de preocupações com relação à sexualidade do filho, se facilitavam ou proporcionavam uma situação mais íntima entre os adolescentes e seus respectivos parceiros e o momento mais adequado para falar sobre a sexualidade com esses filhos. O estudo mostrou que a metade desses pais proporcionou uma educação sexual para seus filhos com deficiência e que são favoráveis a esterilização ou outra forma de controle de natalidade. Reche (1995) também destaca que a maioria dos pais de filhos com deficiência intelectual se sentem despreparados e tem dificuldades para falar sobre sexualidade com seus filhos.

Segundo a autora, são necessárias maiores orientações e informações a respeito da sexualidade para esses pais e para a sociedade de modo a auxiliar na compreensão destes acerca das manifestações do desejo sexual do deficiente intelectual, para um maior esclarecimento com relação às doenças sexualmente transmissíveis, controle de natalidade, abuso sexual, homossexualidade e entre outros. Porém as possibilidades de atitudes positivas diante das expressões sexuais do deficiente intelectual dependem em grande parte, de um olhar sem preconceitos, da superação de mitos e tabus desses pais e

assim possibilitar maior compreensão destes acerca da sexualidade dos filhos, com deficiência intelectual.

Ainda na pesquisa de Reche (1995), os pais mencionaram que a educação sexual de seus filhos é responsabilidade dos professores e dos psicólogos. Esta constatação parece ser explicada pelo desconhecimento a respeito do assunto o que, acredita-se que dificulta o diálogo com os filhos quanto às manifestações sexuais. Em um dos depoimentos do referido estudo, um dos pais declara que sua maior preocupação é de que seu filho não consiga conter tais manifestações sexuais.

De acordo com Assumpção Jr e Sprovieri (1993) o papel sexual é vivido de uma forma única por cada indivíduo cada um possui uma história, uma experiência biológica e aprendizado culturais diferentes. Para pessoas com deficiência intelectual, esse processo acontece de forma mais lenta, por causa de seu comprometimento. (SCHLIEMANN; et al.,2005).

Porém quando se trata do comportamento dos pais concernente à educação sexual de seus filhos existem diferentes atitudes que podem ser encontradas: (1) sabendo do isolamento que a sociedade pode impor sobre os deficientes e neutralizar os efeitos negativos, esses pais ou a família, fazem com que esses filhos se tornem muitíssimos carinhosos e afetivos, (2) evitam falar sobre a sexualidade, tornando se um equívoco de que se for esquecida, e nem desenvolvida não poderá ser inserida a atividade sexual na vida do adolescente com deficiência intelectual, (3) e a ideia de que os filhos serão eternas crianças e ver tais como seres assexuados (SCHLIEMANN et al., 2005).

Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão de literatura a fim de se investigar sobre a compreensão dos pais acerca da sexualidade dos filhos com deficiência intelectual. As reflexões propostas neste trabalho poderão contribuir para uma melhor percepção destes para com seus filhos, de modo que possa promover a relação entre pais e filhos com deficiência intelectual, bem como poderá servir no aprimoramento de técnicas de intervenção familiar com estes grupos, ou seja, na orientação dessas famílias, desenvolverem atividades com familiares de usuários da instituição onde o deficiente está inserido, no acompanhamento do deficiente a consultas de rotina, entre outros, desenvolver ações sócio educacionais e terapêuticas entre outros.

DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS

Segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual do Desenvolvimento (AAIDD), a deficiência intelectual se caracteriza pelos aspectos de redução do funcionamento intelectual e suas limitações adaptativas, tais como habilidades de comunicação,

cognitivas, sociais e cuidados pessoais. Tal definição também inclui as habilidades conceituais e práticas, ou seja, capacidade para solucionar problemas, raciocinar, planejar, autonomia de vida no dia-a-dia, autoestima, aspectos acadêmicos, interação social entre outros. Este déficit deve se apresentar antes dos 18 anos de idade (BORGES, 2012).

A deficiência intelectual é caracterizada pelo não funcionamento intelectual, acompanhado por limitações no que diz respeito ao funcionamento adaptativo, ou seja, o indivíduo não só apresenta um QI (Quociente de Inteligência) rebaixado, mas envolve também a dificuldade de interação do indivíduo com o meio em que ela vive. A Organização Mundial da Saúde (OMS – 1985) classifica as pessoas com deficiência intelectual por graus. O sujeito com QI menor que 20 é considerado com deficiência intelectual profunda; entre 20-25, grave; de 36-49, moderada, e de 50-70 é considerado grau leve de deficiência. Por essa classificação, muito da conduta do deficiente está ligada ao seu grau de comprometimento intelectual, avaliado por testes de inteligência. (MANUAL DE DIAGNOSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS, DSM V, 2014).

Já a doença mental causa um desequilíbrio e traz prejuízos para o indivíduo. Esses prejuízos são psíquicos resultantes de distúrbios afetivos, na percepção e no pensamento, que no geral a inteligência não é afetada, entretanto a percepção de si mesmo e da realidade se tornam comprometidas. Pode-se citar como exemplos de doenças mentais: esquizofrenia, psicose, transtornos de personalidade, entre outras comorbidades (OLIVEIRA, 2008).

A deficiência intelectual até o século XVII foi confundida com a doença mental e tratada restritamente pela medicina por meio da institucionalização. As pessoas com deficiência eram retiradas das comunidades, sendo isoladas do resto da sociedade tanto para proteção quanto para um processo educacional (GARGHETTI; MEDEIROS; NUNBERG, 2013).

Deste modo, pessoas com deficiência intelectual eram muitas vezes marginalizadas, excluídas da sociedade por serem pessoas improdutivas, pois não se inseriam aos padrões que a sociedade determinava naquela época, em alguns casos eram tratadas com desprezo pela própria família, sendo afastadas do convívio social e sem nenhuma expectativa de desenvolvimento (BARBOSA, 2013).

Foi nessa época que surgiu os primeiros hospitais psiquiátricos o La Bicêtrie e Salpêtrière que se difundiram na França e no resto da Europa, que serviam para confinar pessoas que manifestassem algum comportamento fora do padrão (GARGHETTI; MEDEIROS; NUNBERG, 2013).

Porém a medicina assumiu a prioridade em relação às deficiências, sobretudo a mental, e quando surgia alguma hipótese de sintomas, a tendência era de esclarecer os quadros

clínicos semelhantes à deficiência intelectual Ao final do século XVIII Jacob Rodrigues Pereire produziu um método para ensinar surdos e o abade L' Epée empenhou-se no ensino para cegos, foram os pioneiros no ensino para cegos e surdos (DE PAULA; HEGEN; LOPES, 2011, p.41, 42).

A inclusão hoje é um processo constante de conscientização de que se deve respeitar as pessoas, com suas diferenças e limitações, tendo como perspectiva uma ética em construir uma sociedade, de oportunidades, de construção e participação de cidadania, de tal forma que não se pode fazer inclusão somente através de decretos e leis (CRUZ; ARRUDA,2014).

SEXUALIDADE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

É inegável a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, ela é intrínseca a qualquer ser humano. Dessa forma a capacidade de vivenciar vínculos afetivo-sexuais, um dos maiores obstáculos do deficiente intelectual, está na dificuldade que a sociedade tem em lidar com as manifestações e com a educação sexual dos deficientes, pois para a sociedade as manifestações sexuais do deficiente intelectual são tidas como algo inaceitável (CAMOSSA; MAIA, 2004).

Falar sobre a vida sexual afetiva dos deficientes intelectual, não implica em dizer que todos os deficientes precisam necessariamente demonstrar interesse em manter relação sexual, eles podem demonstrar de outra forma esse interesse, tais como namorar, trocar intimidades, se beijar, desfrutar em compartilhar sua vida com outra pessoa, entre outros. Tais comportamentos podem ser em forma de amizade apenas. A desinformação sobre a sexualidade do deficiente intelectual impossibilita a ampliação e o treino de repertório de habilidades sociais e adequação de comportamentos (AMARAL, 2004).

A ideia geral que as pessoas têm sobre os deficientes é de que estes são seres assexuados e infantilizados e, portanto, incapazes de usufruir de uma vida sexual adulta. Esse olhar se torna comum, pois as pessoas relacionam esses aspectos como imaturidade emocional e infantilidade. Mesmo na infância, a sexualidade não pode ser negada e nem omitida no sentido libidinal, pois ela existe desde o nascimento. As atividades sexuais estarão possivelmente preservadas e não deveriam ser negadas quando existe algum tipo de limitação ou deficiência. A dessexualização do sujeito é social e não fisiológica (MAIA; RIBEIRO, 2010)

Ao se considerar a pessoa com deficiência como alguém que não é dotado de sexualidade, se negligencia a elas as orientações contra situações de abusos sexuais, violência, gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis, pois a pessoa com deficiência está num grupo de maior risco de se contrair uma DST, porque além de pouca informação sobre a

doença, ela possui pouca habilidade para conseguir usar ou negociar o uso de preservativos e contraceptivos. Essa negligência expõe essas pessoas deficientes ao perigo de tais abusos, visto que estão mais propensas a sofrer este tipo de ataque por não saberem se defender (BASTOS; DESLANDES, 2012).

Segundo (MAIA apud GLAT, 2006), os deficientes intelectuais têm prejuízos na educação sexual, pois se tornam na maioria das vezes incompletas ou inexistentes. Tendo poucas chances de terem um convívio amoroso e conversarem sobre o tema desconhecem aspectos básicos sobre sexualidade, tais como métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, HIV, reprodução e nascimento entre outros. É importante reforçar que o progresso da sexualidade está ligado ao desenvolvimento global, isto é, funções motoras, cognitivas, emocionais e sociais, e que se forem bem trabalhadas e orientadas, a sexualidade do deficiente intelectual irá contribuir muito para o desenvolvimento de sua afetividade e das relações interpessoais, melhorando assim a autoestima, o bem estar, e a adaptação junto à sociedade (SCHLIEMANN *et al.*, 2005).

A dificuldade em se falar sobre sexualidade com os filhos não exclusividade de pais com filhos deficientes, mas também com os filhos normais. Pais temem e evitam tocar no assunto e muitas vezes acabam por reprimir essa manifestação sexual, por acharem que tocar no assunto irá incitar e antecipar a prática sexual (GONÇALVES *al.*, 2012).

Segundo FOUCAULT (apud PACHECO, 2013):

Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostrá-lo que servem essas declarações solenes e liminares); cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. (FOUCAULT, 1997, p. 60).

Por um lado os pais transmitem seus conhecimentos e valores sobre sexualidade, por outro a escola deve ampliar esse conhecimento em direção a diversidade de valores existentes, para que os adolescentes possam refletir, e que através dessa reflexão encontrarão um ponto de referência, o que possibilitará o crescimento com atitudes coerentes que eles mesmos nomeiam como seus valores a respeito da sexualidade (PACHECO *et al.*, 2013).

A COMPREENSÃO DOS PAIS ACERCA DA SEXUALIDADE DOS FILHOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A pessoa com deficiência mental encontrará mais dificuldade em adquirir capacidades e aptidões que favoreçam maior independência para o início da vida adulta. É na adolescência que ocorrem as mudanças psicossociais e físicas destinadas a oferecer à vida sexual infantil sua forma adulta. Porém as atitudes relacionadas ao despertar da sexualidade dos adolescentes com deficiência intelectual causam preocupações aos pais e a sociedade de um modo geral, compreendidas como atitudes que devem ser reprimidas, o que impossibilita esse adolescente de ter um desenvolvimento dessa sexualidade de uma forma única e plena (BASTOS; DESLANDES, 2005).

Muitas vezes há um excesso de cuidado dos pais em relação ao filho com deficiência, e esse cuidado todo parece funcionar como uma proteção para esse filho, uma forma de preservar esse filho de humilhações emocionais passíveis de serem originadas por uma sociedade considerada um tanto insensível a condição desse filho deficiente (FRANÇA RIBEIRO, 2001).

Além disso, essa superproteção, esse excesso de cuidado, impede no desenvolvimento dessa criança com a sociedade, privando essa criança o direito à liberdade e de seus direitos, privando-as no conhecimento para lidar com suas experiências sexuais. Diante dessa superproteção muitos pais acham que estarão sempre por perto para proteger os filhos (ALBUQUERQUE, 2011).

De acordo com uma pesquisa realizada por Reche (1995) alguns pais apontam como maior preocupação com seus filhos deficientes intelectuais, o fato destes não possuírem controle sobre suas emoções e sobre suas pulsões sexuais, e temem que seus filhos possam se manipular em público.

Tais fatos confirmam a necessidade de se implantar programas de orientação sexual para deficientes e principalmente, para esclarecimentos para estes pais.

É de extrema importância que a família participe de programas de orientação sexual e seria imprescindível antecipar as orientações fornecidas para as crianças e adolescentes com deficiência intelectual por vários motivos, um desses motivos é evitar boicotes e a resistência ao trabalho desenvolvido, por parte da família que por serem os genitores dessas pessoas com deficiência são os que fornecem reforços em casa em relação ao que a criança ou adolescente aprende na escola, e por ser os familiares que em geral são os principais fornecedores de crenças e valores aos filhos (AMARAL, 2004).

É muito importante que estes pais saibam que os filhos com deficiência intelectual têm uma sexualidade que não é deficiente, que ele tem a sua maneira de expressar sua

sexualidade assim como os demais seres humanos (RECHE, 1995). De acordo com Gherpelli (1995) os preconceitos e crenças de que o deficiente intelectual é incapaz de aprender sobre o desenvolvimento da sexualidade, ocasionam certos conflitos, negando assim a chance de desenvolver as capacidades, para viver experiências afetivas e sexuais (SCHLIEMANN *et al.*, 2005).

CONCLUSÃO

Com base na literatura analisada pode se comprovar que os pais de filhos com deficiência intelectual sentem dificuldades em falar sobre a sexualidade por acharem que seus filhos são eternas crianças ou pessoas assexuadas. A deficiência intelectual se caracteriza pelas limitações e dificuldades que o indivíduo enfrenta no seu dia a dia, dificuldades estas em planejar, solucionar problemas, raciocinar e com habilidades de comunicação e habilidades cognitivas, esse déficit deve ser apresentado antes dos 18 anos de idade.

Por muito tempo a deficiência intelectual era confundida com doença mental, e era tratada pela medicina. Com o passar dos tempos houve uma diferenciação entre elas, onde a deficiência intelectual se caracteriza pelo não funcionamento intelectual, onde o indivíduo apresenta um QI (quociente de inteligência) rebaixado classificados em leve, moderado, grave e severa. Já a doença mental é caracterizada pelo desequilíbrio psíquico que traz prejuízos ao indivíduo, afetando sua percepção, pensamentos, e a realidade se torna comprometida a esquizofrenia, psicose, transtornos de personalidade, transtornos bipolar estão entre as doenças que são classificadas como mentais.

Ao longo da história da deficiência intelectual pode se observar que por muito tempo os deficientes eram pessoas excluídas da sociedade eram tidas como pessoas que não produziam e nem davam lucro para sua comunidade, devido as suas limitações, mas com o passar dos tempos a história foi mudando, surgiram pesquisadores que descobriram métodos de tratamentos para os deficientes, surgindo assim as instituições como os hospitais psiquiátricos, as APAES e Pestalozzi, dando assim uma qualidade de vida melhor para os deficientes, ainda há muito a ser melhorado.

Portanto a compreensão dos pais acerca da sexualidade dos filhos com deficiência intelectual depende das informações que os mesmos obtiverem, pois muitos desconhecem essa sexualidade em seus filhos, ou se percebem essa sexualidade tentam reprimir por terem receio de que seus filhos sofram discriminação por parte da sociedade, sendo assim muitos desses pais superprotegem seus filhos, tirando-lhes a liberdade de experimentar uma vida sexual ativa. Diante dessas barreiras entre os pais e os filhos há uma grande chance desses filhos se tornar vulneráveis a certas doenças sexualmente transmissíveis,

gravidez indesejadas, abusos físicos e sexuais, tanto para os filhos com deficiência quanto para os filhos ditos "normais", levando esses filhos já adolescentes a experimentarem uma vida sexual ativa sem prevenção, pois os pais têm receio de passar as informações temendo uma possível vida sexual ativa precoce.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo. **Sexualidade e deficiência intelectual: Um curso de capacitação para os pais.** 2011.
- ALMEIDA, Ana Carla Hidalgo Campos. **A enfermeira no contexto da educação sexual dos adolescentes e o olhar da família.** Universidade Federal do Paraná. Curitiba 2008.
- ALMEIDA, Ana Carla Hidalgo Campos; CENTA, Maria de Lurdes. **A família e a educação sexual dos filhos: implicações para enfermagem.** Acta Paul.Enferm. Vol.22 nº1 São Paulo Jan/ Fev.2009.
- AMARAL, Mariana Clivati. **Sexualidade e deficiência mental: impacto de um programa de orientação para famílias.** São Carlos 2004.
- ARAÚJO, Alessandra Vanessa Simões *et al.* **O papel dos pais na educação sexual de adolescentes: uma revisão integrativa.** Disponível em: <<http://revistas.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2176>> Acesso em: 24 de out.2015.
- ASSUMPÇÃO JR, Francisco B; SPROVIERI, Maria Helena S. **Deficiência Mental: Sexualidade e família.** Barueri- SP. 2005.
- BARBOSA, Monica Gomes de Sá. **Os avanços da educação especial ao longo da história- da segregação á inclusão.** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Macaé, 2013.
- BARBOSA, MunyseBarros *et al.* **Carreira, vida familiar e a vida profissional das executivas: tensão e conciliação.** 2010
- BASTOS, Olga Maria; DESLANDES, Suely Ferreira. **Sexualidade e deficiência intelectual: narrativas de pais de adolescentes.** Rio de Janeiro 2012
- BORGES; Flávio Fonseca. **Inserção de pessoas com deficiência intelectual: Um estudo em empresas situadas na região metropolitana de São Paulo.** São Paulo 2012.
- BUSCAGLIA, L. **Os Deficientes e seus Pais.** Trad. Raquel Mendes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- CHACON, Miguel C.M. **Deficiência Mental e Integração Social: o papel mediador da mãe.** 1999. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art06.pdf.> Acesso em 04 de out de 2015.

CAETANO, Nadja Carolina de Sousa Pinheiro; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A atuação do psicólogo com pessoas com deficiência intelectual.** 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT08013/AT08-017.pdf>> Acesso em 01 de nov de 2015.

CANO, M.A. T, FERRARINI, M.das GC. **Sexualidade na adolescência: Um estudo bibliográfico.** Ribeirão Preto, v.8, n.2, p.18-24, Abril de 2000.

CANO, Maria Aparecida Tedeschi. **A percepção dos pais sobre sua relação com os filhos adolescentes: Reflexos da ausência de perspectivas e as solicitações de ajuda.** USP. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 1997.

CARBONI, Maria Angela. **Evolução da mulher no mercado de trabalho.** Criciúma, abril 2009.

CARVALHO, Maria Raquel Leal. **A dupla aliança de trabalho- Família e suas interferências no desempenho profissional e familiar: um estudo na empresa x na cidade de Picos - PI.** Universidade Federal do Piauí. Picos-PI 2012.

CASARIN, Nelson Elinton Fonseca. **Família e aprendizagem escolar.** Porto Alegre, 2007.

CIA, Fabiana; WILLIANS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; Ana Lúcia Rossito. **Influências paterna no desenvolvimento infantil: Revisão de literatura, relacionamento pai-filho.** Psicologia Escolar e Educacional. Vol.9n. 2. Universidade Federal de São Carlos. 2005.

COLISSI, Aricelli Natus ; WENDLING, Maria Isabel. **Pais e filhos com deficiência mental: sentimentos vivências e desafios perante a sociedade.** 2010. Disponível em: <<http://psicologia.faccat.br/moodle/pluginfile.php/197/course/section/98/aricelli.pdf>> Acesso em 04 de out de 2015.

CUNHA, Fernanda Lima; CUNHA, Maximina Ferreira. **Atuação do psicólogo junto ao paciente com deficiência intelectual institucionalizado.** Revista Movimenta ISSN: 1984-4298 vol. 7, n 4 2014.

CRUZ, Gilvan Oliveira; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **Inclusão social: Um olhar no sistema sociocultural e educacional.** 2014. Disponível em: <http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Gilvan.pdf> Acesso em: 20/10/2015.

DALLABRIDA, Adarzilse Mazuco. **Revelação diagnostica da deficiência mental e cotidiano familiar.** 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ponddevista/article/view/1534/1512>> Acesso em 17 de nov de 2015

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais- NEE In: Conferencia Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade-UNESCO 1994.

DE PAULA, Maria Ângela Boccara; TAKAHASHI, Renata Ferreira. **Sexualidade Humana: Resgatando sua trajetória ao longo da história.** 2009. Disponível em: <http://www.revistaestima.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=189:revisao-1&catid=10:edicao-71&Itemid=81> Acesso em 07/10/2015.

DUARTE, Vanessa; CHRISTIANO, Ana Priscilla. **A história da sexualidade.** São Paulo Marc. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/ensinofundamental/ahistoriadasexualidade.pdf>> Acesso em: 07/10/2015.

FRANÇA RIBEIRO, H. C. **Orientação Sexual e Deficiência Mental: estudos acerca da implementação de uma programação,** Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, São Paulo.1995.

FRANÇA, Ana Letícia; SCHIMANSKI, Édina. **Mulheres, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar.** Ponta Grossa 2009. Disponível em: <<http://www.dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4025711.pdf>> Acesso em 12 de Nov de 2015.

FILHO, João Rodrigues dos Santos. **Sexualidade: um desafio para pais e educadores.** Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro 2005.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. **Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos?** Ijuí- RS 2012.

GABRILLI, Mara; **Cartilha de Sexualidade e Deficiência Intelectual.** Instituto Mara Gabrielli.2003.

GLAT, R. **Integração dos portadores de deficiências: uma questão psicossocial.** Temase Psicologia, 2, 89-94, 1995

GLAT, Rosana *et al.* **Inclusão de pessoas com deficiência e outras necessidades especiais na escola e no trabalho.** ago 2011. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/wpcontent/uploads/2013/04/CIEE_texto_GLAT_et_all_versao_final_agosto_2011.pdf>. Acesso em 10 de nov de 2015.

GOMES, O.M.B. **Eu me perdi! O significado da virgindade para adolescentes. Dissertação de mestrado.** Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz, Rio de Janeiro, 1996.

GOMES, Aline Grill *et al.* **Maternidade em idade avançada: aspectos teóricos e empíricos.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

GONÇALVES, Randys Caldeira *etal.* **Concepção dos pais acerca do diálogo sobre sexualidade na adolescência.** 2012. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/encic>

lop/2012b/ciencias%20humanas/concepcoes%20dos%20pais. Pdf>. Acesso em 7/10/2015.

GRAÇA, Amélia Pina. **A responsabilidade da família na educação dos filhos. Estudo de caso nas famílias monoparentais.** Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Cidade da Praia, Santiago, Cabo Verde. 7 de Jul 2014.

HOLLERWEGER, Silvana; CATARINA, Mirtes Bampi Santa. **A importância da família na aprendizagem da criança especial.** Revista de Educação do Ideau. Vol. 9 – Nº 19 - Janeiro - Junho 2014.

JR. FIAMENGI, Geraldo A; MESSA, Alcione A Pais filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Psicol. cienc.prof. vol.27 no.2 Brasília Jun 2007.

LEITE, Edinaldo Dias *et al.* **Orientação sexual nas séries iniciais.** UniCEUB Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2005.

LIMA, Edenilse Batista; MENEZES, João Rogério. **Saúde, sexualidade e educação escolar: concepções de pais e alunos do ensino médio.** VI Fórum Identidades e Alteridades. Itabaiana-SE. Nov. 2010.

LOURO, Lopes Guacira; **O corpo educado; Pedagogias da Sexualidade.** Belo Horizonte, 2000.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi, RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; **Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências.** Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, v.16, n.2, p.159-176, Mai-Ago, 2010.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi. **Sexualidade e deficiência.** Editora UNESP- São Paulo, 2006.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5. 5 ed. Porto Alegre – Artmed, 2014.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; CAMOSSA, Denise do Amaral. **Relatos de jovens deficientes mentais sobre a sexualidade através de diferentes estratégias.** Bauru-SP 2003.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; GIROTO. Regina Mosca; SOUZA, Cláudio B.G. Marília 2013. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_08_girotto.pdf> Acesso em 12 de Nov de 2015.

MARTINS, Manuela, COUTO, Ana Paula. **Vivência do dia-a-dia de pais com filhos deficientes.** Rev. Enferm. Referência. Série IV- n 1, fev/mar. 2014.

MEDEIROS, Derly Lopes Lebrão. **Dificuldades de aprendizagem por deficientes intelectuais em relação à leitura e à escrita.** Pará de Minas, 2013.

MELARÉ, Márcia Regina Machado; GRACIA, Frederico Antônio. **Guia dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. São Paulo, 1ª Ed. 2006.

MINGHETTI, Lenir Rodrigues; KANAN, Lilia Aparecida. **Atuação do psicólogo no contexto da inclusão escolar de crianças com necessidades especiais**. Visão Global, v.13, n.2, p.419-440, jan. jun. 2010. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/viewFile/968/505> Acesso em: 24/10/2015.

MORAES FILHO, A.V; DELFINO, V; GUERRA, G, F. **Fatores associados a sexualidade dos adolescentes de Ensino Médio em Escolas Estaduais do Município de Morrinhos. GO**. Universidade Estadual de Goiás. Morrinhos- Goiás 2010.

MOURA, Leonice; VALÉRIO, Naiana. **A família da criança deficiente**. 2003 Disponível em:

<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Disturbios_do_Desenvolvimento/Publicacoes/volume_III/006.pdf >Acesso em 17 de Nov de 2015.

OLCHEL, Verence Moteleski. **O papel da mãe na educação dos filhos em algumas famílias na cidade de Curitiba**. Universidade de Tuiuti do Paraná. Curitiba 2010.

OLIVEIRA-DAMASCENO, Carla Alessandra Moreira. **A concepção das mães sobre a sexualidade dos filhos com deficiência mental em uma escola de educação especial**. Centro Universitário Lacerda de Moura. Ribeirão Preto, 2009.

OLIVEIRA, Daiane Rocha *etal*. **A mulher contemporânea e a maternidade tardia**. Anais da VI da Mostra Científica do Cesuca v.1, n.7. Cachoeirinha-RS, 2013. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/mostrac/article/view/512/pdf_73>. Acesso em: 02 de out.de 2015.

OLIVEIRA, Hilda Roberta Lucas. **A vida do portador de deficiência mental, sua família e eterna busca por um lugar na sociedade**. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2008.

PACHECO, Carlos Adriano Andrade; PEREIRA, Saulo Gonçalves. **A educação sexual dos jovens no contexto escolar social**. Universidade de Uberaba. 2013. Disponível em <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/552>. Acesso em 20/09/2015.

PADUA, Elisângela Sousa Pimenta; RODRIGUES, Luiza. **Família e deficiência: Reflexão sobre o papel do psicólogo no apoio aos familiares de pessoas com deficiência**. Londrina 2013. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT07-2013/AT07-028.pdf> Acesso em 12 de Nov de 2015.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Feminismo, história de poder.** Rev. Social. Polit.v.18, n 36 , p.15-23 . Curitiba jun. de 2010.

PINTO, Ana Carolina Carvalho; RODRIGUES, Hellen Costa. **Percepção de saúde e doenças sexualmente transmissíveis em escolares.** Belém –PA 2009.

PRADO, Alex Clayton. **A formação profissional do jovem com deficiência intelectual e sua inclusão no mundo dos trabalhos em Lins.** Lins- São Paulo, 2013

RECHE, Cleonice Carolina; **Deficiência mental e sexualidade, a percepção dos pais de deficientes.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

RESSEL, LB, GUALDA DMR. **A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais.** Rev. Esc. Enf. 2003; 37(1): 82-7.

REVISTA ELETRÔNICA DE PESQUISA E DOCÊNCIA- **Breve História da Deficiência Intelectual.** Disponível em: <<http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/994/820>>-> Acesso em 18/04/2015.

RIBEIRO, Hugues Costa França. **Sexualidade e os portadores de deficiência mental.** Revista Bras. de Educação Especial, v.7, n.2, 2001. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista7numero2pdf/2ribeiro.pdf> Acesso em 13 de nov de 2015.

SANTANA, João Rogério Menezes; LIMA, Edenilse Batista; LIMA, Maria Batista. **Questões de gênero e sexualidade na escola: discursos e práticas no cotidiano escolar.** 2010. Disponível em: <http://educonse.com.br/2010/eixo_02/e2-105.pdf>. Acesso em 07/10/2015.

SCHLIEMANN, A L; DUARTE, D. E. S. T; GARCIA, G. S.; GUIMARÃES, M. C; VALDRIGHI, M. S. **Sexualidade- adolescência- deficiência mental: um desafio a pensar.** Faculdade de Psicologia da PUC/SP - Departamento de Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo, 2005.

SILVA, Neide Samico. **A laboralidade da pessoa com deficiência intelectual no mundo produtivo.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. Brasília DF, 2009.

SILVA, Carla Cilene Baptista; RAMOS, Luíza Zonzini.**Reações dos familiares frente a descoberta da deficiência dos filhos.** UFSCAR, São Carlos, v, 22, n, 1, p.15-23.,2014
SOCORRO, Tatiana de Carvalho. **Percepção de papéis durante o ciclo vital da família: a perspectiva da mulher idosa.** Recife 2006.

SOUZA, Luciana Gomes; Almeida; BOEMER, Magali Roseira.**O ser com o filho com deficiência mental- alguns desvelamentos.** EERP-Universidade de São Paulo. São

Paulo 2003.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e adolescência: reflexões acerca da educação sexual na escola.** Maringá PR, 2005.

SOUZA, Rodrigo Rocha Ribeiro. **O computador e a internet na educação especial: práticas pedagógicas e docência com deficientes mentais.** Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba 2007.

APLICANDO POLÍTICAS DE SENHAS SEGURAS NAS ORGANIZAÇÕES

Marcelo Machado Pereira (FIB Bauru); lobo.death@gmail.com*

Daiane de Lima Antunes (UNESP Bauru); daiane_s_l@yahoo.com.br

Ivan Leal Morales (UNESP Bauru); ivan.lmorales@sp.senac.br

João Pedro Albino (UNESP Bauru); jpalbino@faac.unesp.br

Marco Aurélio M. Antunes (FIB Bauru); prof_marco@terra.com.br

Marisol Gelamos Ruiz Morales (Prefeitura de Agudos); mgrmorales@hotmail.com

Resumo: Campos (2012) define que, com o intenso uso da Tecnologia da Informação (TI), as informações geradas pelos processos internos das empresas devem ser confiáveis e disponibilizadas em tempo real para uso de acordo com sua necessidade. A falta de controles pode gerar problema para a empresa, pois a informação não confiável não pode ser utilizada colocando em risco todo o sistema de gestão da tecnologia da empresa e a própria operação da empresa. Segundo Rezende (2005) a TI pode ser definida como todo recurso tecnológico e computacional destinado à coleta, manipulação, armazenamento e processamento de dados e/ou informações dentro de uma organização. Nota-se uma crescente evolução das tecnologias da informação que tem sido mais intensa nos últimos anos e as organizações precisam se preocupar com o grande volume de dados gerados pelas diversas mídias utilizadas pelos seus colaboradores. Os sistemas de informações transformam os dados existentes em informações indispensáveis para as empresas (Campos, 2012). Um grande volume de informação pode não ser eficiente, pois precisa ser selecionado, analisado e transformado em conhecimento e, desta maneira, ser utilizado com eficiência pela organização (RASCÃO, 2006). A gestão estratégica da informação permite às organizações: identificar novas oportunidades de negócio; identificar novos concorrentes ou potenciais; antecipar as mudanças do meio envolvente; antecipar as ações dos atuais concorrentes; aprender sobre as mudanças sociais, políticas, tecnológicas, econômicas e outras que possam afetar o negócio; ajudar os gestores a reduzir a incerteza e o insucesso; aumentar o tempo disponível dos gestores para a tomada de decisão estratégica (ALBERTIN, 2009). A segurança da informação é a proteção contra os diversos tipos de ameaças às informações, de forma a assegurar a continuidade do negócio, minimizando danos comerciais, maximizando o retorno dos investimentos e as oportunidades de negócio (ABNT NBR 27002, 2006). Ruiz (2011) define que a adoção das práticas sugeridas na Norma ABNT NBR 27002:2006 é de extrema importância para as

organizações trabalhando na ampliação de conhecimentos dos colaboradores, transformando ações em hábitos de segurança na realização de suas tarefas diárias

Palavras-chave: Segurança. Informação. Vulnerabilidades. Senhas. Ataques. Força-Bruta

Abstract: Campos (2012) states that, with the extensive use of information technology (IT), the information generated by internal processes of companies should be reliable and available in real time for use according to your need. Lack of control can cause problem for the company, because the unreliable information can not be used endangering the entire management system of the company's technology and the proper operation of the company. According to Rezende (2005) IT can be defined as all technological and computational resource for the collection, handling, storage and processing of data and / or information within an organization. It shows a growing evolution of information technology that has been most intense in recent years and organizations need to worry about the large amount of data generated by the various media used by their employees. Information systems transform existing data into information essential for businesses (Campos, 2012). A large volume of information cannot be efficient because it needs to be selected, analyzed and transformed into knowledge and, thus, be used efficiently by the organization (Rascão, 2006). The strategic information management enables organizations to: identify new business opportunities; identify new or potential competitors; anticipate changes of the environment; anticipate the actions of existing competitors; learn about the social, political, technological, economic and other that may affect the business; help managers reduce uncertainty and failure; increase the available time of managers for strategic decision making (ALBERTIN, 2009). Information security is the protection against various types of threats to information, to ensure business continuity, minimize business damage and maximize return on investment and business opportunities (NBR 27002, 2006). Ruiz (2011) states that the adoption of the practices suggested in ABNT NBR 27002: 2006 is of utmost importance for organizations

Keywords: Security. Information. Vulnerabilities. Passwords. Attacks. Brute Force.

INTRODUÇÃO

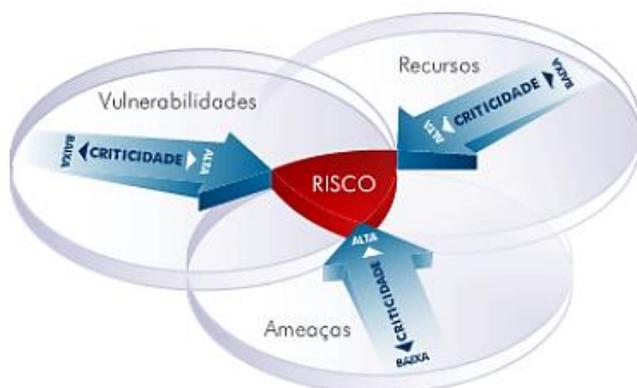
As falhas de segurança na Internet e a falta de conscientização contribui para que a Internet seja um ambiente inseguro. É importante ressaltar que não é a falta de

treinamento existente nas instituições de aprendizagem ou nas organizações relacionadas à segurança e sim o conhecimento que raramente se estende aos bastidores dos *experts* em segurança. O anonimato também contribui para a insegurança, pois a rede é democrática e dispõem de vários serviços para proteger a privacidade de seus usuários. “A Internet nasceu fora do governo e ninguém manda nela”. A disseminação da tecnologia também contribui para a insegurança na Internet, onde hoje um *Cracker* de nível médio tem à sua disposição as mesmas ferramentas utilizadas pela maioria das organizações governamentais e empresas especialistas em segurança (ANCHIESCHI,2000).

Em qualquer atividade organizacional, a primeira tarefa a ser realizada é a definição do que se deseja, fixando-se os objetivos a serem atingidos, definindo-se os meios e recursos necessários, estabelecendo-se as etapas e os prazos a serem cumpridos. Só após haver uma avaliação do que é necessário fazer é que se começa a executar o planejado. Ainda assim, o planejado raramente atende a todas as situações que aparecem, de modo que, frequentemente, há necessidade de acertar desvios de rota ou até mesmo mudar radicalmente o planejado originalmente. A Política de Segurança não constitui exceção, por isso é preciso seguir as mesmas etapas que seriam seguidas em qualquer outra atividade dentro de uma empresa. Mas como se elabora uma política de segurança? A política de segurança deve definir claramente qual é seu propósito e qual é seu objetivo de proteção: definir o problema existente, expor o que envolve e propor as medidas necessárias para resolver adequadamente o problema. CARUSO e STEFFEN (2013).

Quando os problemas de segurança na Internet nas organizações passam a impactar os negócios e a disponibilidade, confiabilidade e integridade das informações temos o ciclo de vida dos serviços afetado e a continuidade do negócio prejudicada, impactando em perdas irreparáveis para as empresas. A finalidade da análise do risco econômico para a segurança é obter a medida da segurança existente em determinado ambiente. Ela envolve aspectos subjetivos em graus variados. A subjetividade irá variar em função do grau de familiaridade que o avaliador tiver em relação ao mecanismo de avaliação, bem como em relação ao ambiente de informações que está sendo avaliado. CARUSO e STEFFEN (2013) conforme figura 1.

Figura 1 - Atributos da Segurança da Informação



Fonte: dsc.ufcg.edu.br (2015)

De acordo com FERREIRA e ARAÚJO (2008), a maioria dos programas de computador dispõem de sistemas de autenticação, onde o processo de logon é usado para obter acesso aos dados e aplicativos em um sistema informatizado.

Os sistemas de autenticação são uma combinação de hardware, software, políticas de segurança e procedimentos que permitem o acesso de usuários aos recursos computacionais. Definem ainda que, deve ser inibida, de todas as formas, qualquer oportunidade de uso compartilhado de senhas.

NORMAS DE SEGURANÇA

O objetivo deste trabalho é garantir que o usuário conheça as regras para utilização da informação de maneira segura, evitando expor qualquer informação que possa prejudicar a imagem da corporação e que os recursos de informática e a informação serão utilizados de maneira adequada. Conforme definição da norma ABNT NBR 27002:2006:

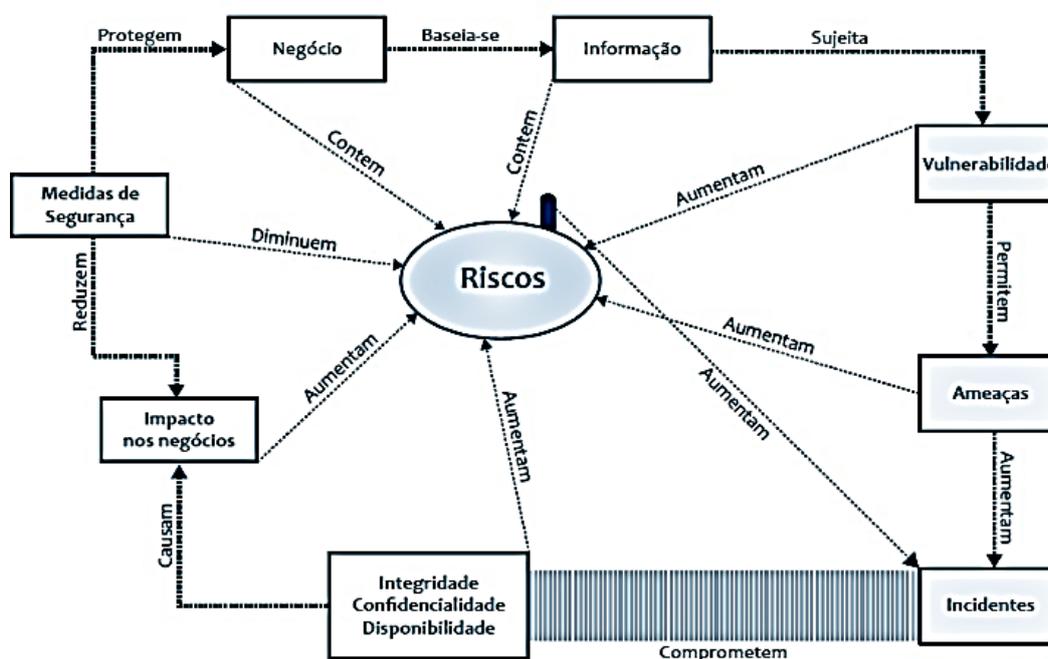
A informação é um ativo que, como qualquer outro ativo importante, é essencial para os negócios de uma organização e, conseqüentemente, necessita ser adequadamente protegida. [...] A informação pode existir em diversas formas. Ela pode ser impressa ou escrita em papel, armazenada eletronicamente, transmitida pelo correio ou por meios eletrônicos, apresentada em filmes ou falada em conversas. Seja qual for a forma de apresentação ou o meio através do qual a informação é compartilhada ou armazenada, é recomendado que ela seja sempre protegida adequadamente.

Segurança da informação é a proteção da informação de vários tipos de ameaças para garantir a continuidade do negócio, minimizar o risco ao negócio, maximizar o retorno sobre os investimentos e as oportunidades de negócio.

A segurança da informação é obtida a partir da implementação de um conjunto de controles adequados, incluindo políticas, processos, procedimentos, estruturas organizacionais e funções de software e hardware. Estes controles precisam ser estabelecidos, implementados, monitorados, analisados criticamente e melhorados, onde necessário, para garantir que os objetivos do negócio e de segurança da organização sejam atendidos. Convém que isto seja feito em conjunto com outros processos de gestão do negócio. Através do estudo de diferentes autores, demonstrar de forma prática, que com a criação de arquivos "wordlist", os Ataques de Força Bruta que são efetuados por Hackers ou Crackers são dependentes das Vulnerabilidades de Senhas e da falta de Sistemas de Autenticação que façam uso de ferramentas IDS e IPS, conforme mostrado na figura 2.

De acordo com Caruso e Steffen (2013), no mundo toda essa expansão da microinformática envolve muitos usuários descomprometidos com a segurança, sem uma prévia cultura de TI. Devido à arquitetura aberta das plataformas do tipo PC e similares, esses equipamentos e seus softwares ainda são essencialmente inseguros. Os computadores portáteis, com discos de grande capacidade, encorajam os usuários a manter seus arquivos armazenados localmente. O risco de perda, furto ou roubo cresce vertiginosamente. Usuários sempre serão usuários e impedir que usuários acrescentem software não autorizado em seus computadores de mesa ou notebooks se tornou uma preocupação comum entre gestores de TI e de Segurança da Informação.

Figura 2 - Ecosistema da Segurança da Informação



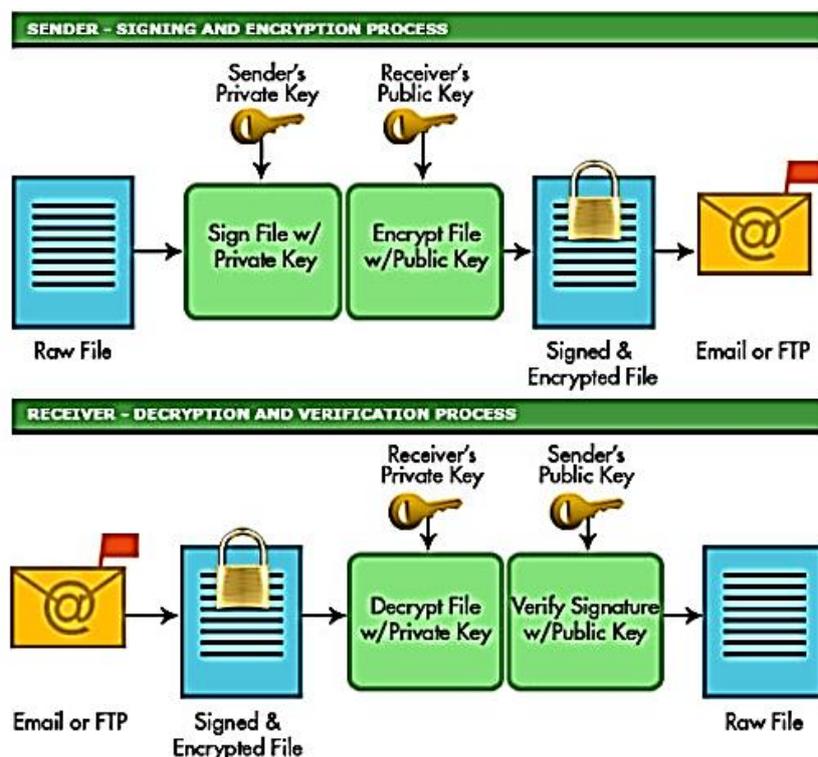
Fonte: Macedo (2015)

Segundo Ferreira e Araújo (2008), vulnerabilidade é uma fraqueza que pode ser acidentalmente utilizada ou intencionalmente explorada. Ameaça é a possibilidade de um invasor ou evento inesperado explorar uma vulnerabilidade de forma eficaz. Este estudo visa demonstrar que as ameaças e o roubo de informações estão presentes em qualquer área da organização e passa pela área de tecnologia adotar métodos e controles para assegurar a guarda correta dos dados da empresa.

ATAQUE DE FORÇA BRUTA

A utilização de um modelo de software que promove ataques de Força Bruta, como o Cain (<http://www.oxid.it/>), precisa de um arquivo ou arquivos com uma lista ou listas variadas de palavras ou códigos, chamados arquivos de wordlist, que lhe forneçam uma boa quantidade de possibilidades para explorar vulnerabilidades e invadir o sistema em questão. Um arquivo de wordlist pode ser criado em formato texto ou qualquer outra extensão, gerado de forma automatizada através de programa de computador, escrito em Linguagem C ou outra qualquer.

Figura 3 - Encryption Process



Fonte: Blackbridge (2015)

O programa irá gerar a lista de forma ordenada, para que o programa possa posteriormente ler o arquivo de forma sequencial, combinando usuários predefinidos (admin, master, root, administrador, guest, etc) com as palavras geradas no arquivo pelo programa. Um arquivo de senhas numéricas, com 4 caracteres gerados a partir do 1000 até a quantidade de 6 caracteres, até o 999.999 irá possuir quase 1 milhão de senhas, das quais todas as combinações possíveis serão geradas. Dependendo das configurações do computador, o programa que gera o arquivo de wordlist pode demorar de 2 até 3 horas para criar todas as senhas numéricas possíveis entre o intervalo citado, mas o programa Cain pode levar até 10x mais tempo para conseguir o login desejado, caso o usuário não seja um dos padrões previamente configurados no software. Para dificultar a tarefa de um invasor, recomenda-se limitar o número de tentativas incorretas de acesso (*logon*), bloqueando a conta do usuário ao alcançar um número limite. Os colaboradores devem manter suas senhas como informação confidencial, segundo FERREIRA e ARAÚJO (2008). Senhas numéricas são mais simples de serem descobertas, principalmente as iniciadas entre 0 a 4 e o recomendável é que além de usar caracteres alfanuméricos, na criação de uma senha também sejam utilizados símbolos para aumentar a complexidade da senha. Alguns programas geram senhas através de funções matemáticas como o número fatorial

ou a análise combinatória. Chama-se fatorial de n ou n fatorial o número $n!$ tal que se tem o produto de n fatores, de n até 1. Ex: $n = 0$, $0! = 1$, $n = 1$, $1! = 1$ e se $n \geq 2$, $n! = n * (n-1) * (n-2) \dots 2*1$. A Análise Combinatória visa desenvolver métodos que permitam contar, de uma forma indireta, o número de elementos de um conjunto, estando esses elementos agrupados sob certas condições. Essas ferramentas da matemática podem não só nos proporcionar formas de gerar senhas mais complexas como também nos informar da quantidade que é possível gerar para cada situação conforme mostrado na figura 3.

CONCLUSÃO

Quanto mais complexa for a senha, melhor, pois mais difícil será descobri-la. Uma boa senha deve ter pelo menos oito caracteres (letras, números e símbolos), deve ser simples de digitar e, o mais importante, deve ser fácil de lembrar (FERREIRA e ARAÚJO 2008). Um ponto importante a ser destacado é a utilização de sistemas Case Sensitive, que no caso dos caracteres alfanuméricos fazem distinção entre maiúsculas e minúsculas, aumentando assim a complexidade da senha e dificultando ainda mais a descoberta por programas que leem arquivos de wordlist e promovem ataques de força bruta. Um outro recurso que também pode ser utilizado, principalmente em sistemas Web, é o recurso do Captcha. Este recurso consiste em gerar um código em uma imagem que testa se o usuário é ele mesmo ou se é um robô que está realizando as tentativas de login. Alguns sistemas possuem um contador Flag, que ao atingir um determinado valor, cancelam a sessão do usuário por determinado período de tempo, impossibilitando assim, que o robô que executa o ataque de força bruta, obtenha sucesso em descobrir as credenciais de login do sistema. Ferramentas de detecção de intrusão que agem de forma a detectar comportamentos estranhos que estão sendo executados no sistema também são ferramentas úteis para mitigar esses problemas de ataques Cracker. Por fim, o usuário ainda é o elo principal que mantém um sistema informático seguro. A elaboração de uma Política de Segurança seguido de um treinamento pode ser um primeiro passo para gerar um sentimento de conscientização para que senhas não sejam compartilhadas, que os usuários não criem e utilizem senhas simples demais e que o mesmo não deixe anotado as senhas em locais de fácil acesso de outros usuários.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 27002:2006 – **Tecnologia da informação – Código de prática para a gestão da segurança da informação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

ALBERTIN, Alberto L; MOURA, Rosa M.: **Administração de Informática – Funções e fatores críticos de sucesso** - 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANCHIESCHI, Olavo José Gomes. **Segurança Total**. 1ª edição São Paulo: Makron Books, 2000.

CAMPOS, Fernando; MORALES, Ivan. **Protegendo as Informações das Empresas Aplicando - Recomendações da Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2006** – Em www.fibbauru.br/jornada2011 Acesso em 26 set 2015

CARUSO, Carlos A. A.; STEFFEN, Flávio Deny. **Segurança em Informática e de Informações. 4ª edição** São Paulo: Editora Senac, 2013

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA; Roberto da. **Metodologia Científica**. 6ª edição São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DANTAS, Marcus Leal. **Segurança da Informação - Uma abordagem focada em gestão de riscos**. 1ª edição Olinda: Livro Rápido, 2011.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática. 1ª edição** São Paulo: Editora Ática, 2005.

FERREIRA, Fernando Nicolau Freitas; ARAÚJO, Márcio Tadeu de. **Política de Segurança da Informação**. 2ª edição Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2008.

MACEDO, Diego. **Ecosistema da Segurança da Informação**. Disponível em: <<http://www.diegomacedo.com.br>>. Acesso em: 04 out. 2015.

RASCÃO, J. P. **Da gestão estratégica à gestão estratégica da informação: como aumentar o tempo disponível para a tomada de decisão estratégica**. Rio de Janeiro: E-Papers. 2006. 290 p.

REZENDE, Denis: **Tecnologia da Informação aplicada a sistemas de Informação Empresariais** – Editora Atlas - 7 Ed.– 2010

RUIZ MORALES Marisol G., G; MORALES, Ivan. **Diretrizes de Treinamento em Segurança da Informação nas Empresas** – Em www.fibbauru.br/jornada2011 Acesso em 26 set 2015.

AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL: ESTUDO DE CASO COM UTILIZAÇÃO DE ARDUINO, SENSORES E APLICATIVOS MOBILE

Camila de Fátima Cardozo (FIB Bauru); cahcdz@gmail.com*

Bruno de Alcântara Corral (FIB Bauru); brunoalcorral@gmail.com

Ivan Leal Morales (FIB Bauru / UNESP); Ivan.Imorales@sp.senac.br

João Pedro Albino (UNESP); jpalbino@faac.unesp.br

Marco Aurélio Migliorini Antunes (FIB Bauru); prof_marco@terra.com.br

Victor Luis de Souza Nascimento (FIB Bauru) - victornascimento789@gmail.com

Resumo: O artigo tem por objetivo apresentar o conceito de automação de processos residenciais por meio das novas tecnologias de controles impulsionadas pela Internet das Coisas. A necessidade de redução dos custos e melhores controles tem disseminado estudos nas residências pois são existem oportunidades de automatizar funções reduzindo os custos internos e minimizando o consumo de energia, colaborando com o meio ambiente e com a gestão pública. Ao estudarmos a dinâmica interna das rotinas de uma casa, nota-se que seus habitantes têm hábitos e consumos distintos. Assim se expandirmos para uma área de maior abrangência os mesmos problemas devem aparecer. Uma das formas de reduzir os gastos é a educação. Educar na mudança de hábitos, auxiliado por controles. Desde que todos entendam o objetivo do controle, há colaboração, pois, os ganhos econômicos motivam as pessoas a colaborar com o projeto. Muito se fala sobre automação residencial como um conforto para as pessoas. Um foco a ser alcançado é colaborar para evitar problemas de abastecimento. No atual contexto do país e do mundo é importante que pensemos em métodos de redução de energia baseados em Tecnologias de Automação onde pode haver uma interação constante entre as pessoas e os objetos controlados. Busca oferecer uma interação humana e tecnológica, onde a produção de um sistema irá colaborar com a inovação pela automatização dos processos. O entendimento de como os consumos são realizados pode fornecer uma base de dados onde podemos extrair e gerar uma informação que pode ser trabalhada e aplicada para as mudanças de comportamento e mudança dos hábitos de consumo ou realizar um consumo responsável. As mídias envolvidas, como a Tv Digital, podem oferecer os recursos necessários para que o sistema informe de forma online as interações ocorridas e desta forma aproveitar o máximo o potencial que a tecnologia pode oferecer. Imagina-se projetos onde a informação em tempo real pode alertar as pessoas de uma residência quando ocorrer um consumo fora do normal apontando para qual ponto dos equipamentos ligados está gerando esta alta.

No futuro os eletrodomésticos estarão integrados a rede de comunicação de uma casa provendo informações. Para isto devemos realizar projetos inteligentes aproveitando o que a tecnologia irá nos oferecer.

Palavras-chave: Arduino. Sensores. Consumo. Energia.

Abstract: The article aims to present the concept of home process automation through the new technologies of controls driven by the Internet of Things. The need to reduce costs and better controls has disseminated studies in homes because there are opportunities to automate functions reducing internal costs and minimizing energy consumption, collaborating with the environment and public management. When we study the internal dynamics of the routines of a house, it is noticed that its inhabitants have different habits and consumptions. So if we expand to a wider area the same problems should appear. One of the ways of reducing spending is education. Educate on changing habits, aided by controls. As long as everyone understands the purpose of control, there is collaboration because the economic gains motivate people to collaborate with the project. Much is said about home automation as a comfort to people. One focus to be achieved is to collaborate to avoid supply problems. In the current context of the country and the world it is important that we think of energy reduction methods based on Automation Technologies where there can be a constant interaction between people and controlled objects. It seeks to offer a human and technological interaction, where the production of a system will collaborate with the innovation by the automation of the processes. The understanding of how consumptions are performed can provide a database where we can extract and generate information that can be worked on and applied to changes in behavior and change in consumption habits or to achieve responsible consumption. The media involved, such as Tv Digital, can offer the necessary resources for the system to inform interactions online in order to take full advantage of the potential that technology can offer. Imagine projects where real-time information can alert people to a residence when an out-of-normal consumption occurs, pointing to which point of connected equipment is generating this high. In the future the home appliances will be integrated into the communication network of a home providing information. for this we must realize intelligent projects taking advantage of what technology

Keywords: Arduino. Sensors. Consumption. Energy

INTRODUÇÃO

No atual momento em que os recursos energéticos e híbridos se tornam escassos é necessário repensar como os usamos e investir em tecnologias buscando redução dos gastos e alcançar níveis de excelência nos processos em que estes são utilizados reduzindo seu consumo. Os valores dispensados com a iluminação entram nessas preocupações e não apenas pelo seu custo, mas também por uma questão ambiental, que sempre incentiva o uso dos recursos de maneira sustentável (SCHEREDER, 2015).

O advento da Internet das Coisas trouxe novas tecnologias, com redução de escala que pode permitir que projetos sejam elaborados levando em consideração a dinâmica da vida das pessoas em suas residências. Para isto são precisos estudos e análises, levando em consideração o aspecto físico da construção das residências que não foram projetadas para este fim. Os novos projetos, feito pelos arquitetos, devem considerar a *IoT* como é feito com parte elétrica, hidráulica etc.

AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL

A automação residencial é uma área que tem estado em desenvolvimento e tem um vasto campo de atuação que vai desde a implementação de sensores para detecção de fumaça, movimento ou pressão, até o acionamento automático de lâmpadas, portões eletrônicos e sirenes (SCHREDER, 2015)

Nos últimos anos a taxa de criminalidade tem aumentado alarmantemente, conforme figura 1, e muitas pessoas tem estado inseguras em suas residências buscam aumentar a segurança de seus lares como sistemas de segurança que vão desde métodos simples, como grades, olho mágico e correntes, até procedimentos mais sofisticados, como instalação de alarmes, câmeras de filmagem, seguranças particulares, entre outros.

Figura 1 - Criminalidade no Brasil

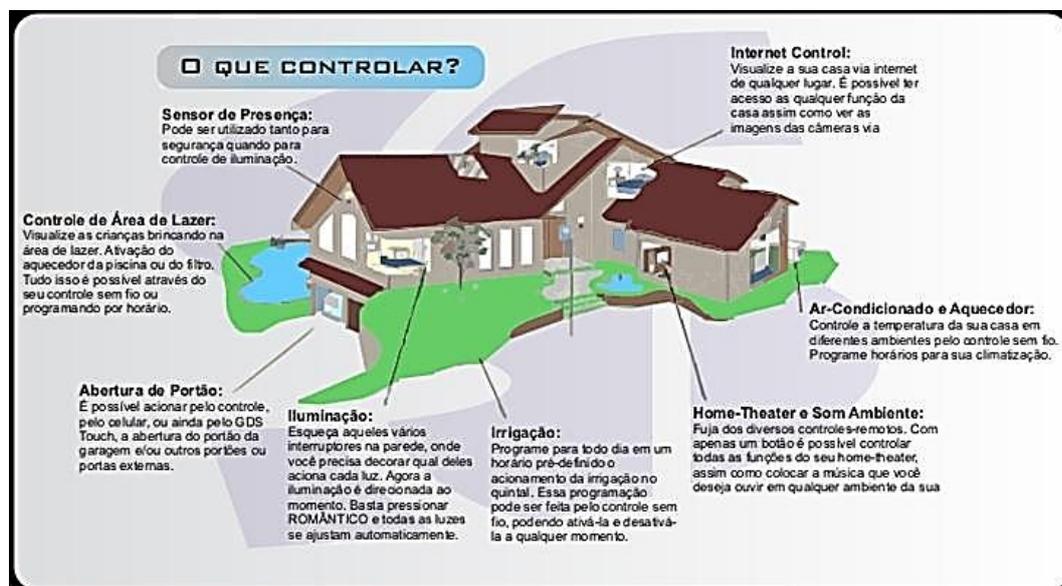


Fonte: <https://pt.wikipedia.org> (2016)

Como pode ser visto na figura 2, é possível realizar projetos que possam fornecer segurança e otimizar os gastos dos recursos gerando economia na residência. A possibilidade de expandir o projeto depende do que se deseja monitorar e viabilidade técnica.

A tecnologia de automação residencial pode automatizar algumas tarefas cotidianas, que sem a utilização da tecnologia, ficariam a cargo aos cuidados dos moradores. Esta automatização envolve sensores de presença, temporizadores, biometria, alarmes ou como no sistema exposto neste artigo um controle remoto (Smartphone), com o qual é possível acionar uma série de comandos pré-programados, garantindo ao usuário maior praticidade e conforto garantindo um controle total de todas as lâmpadas da residência.

Figura 2 - Automação Residencial



Fonte: <http://www.gdsautomacao.com.br> (2016)

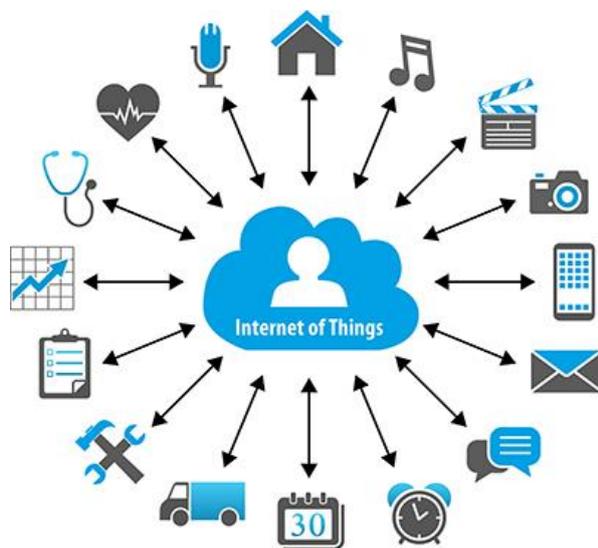
Para Carvalho (2014) a automação residencial, conhecida também como Domótica, pode facilitar o dia a dia de seus usuários, por meio da gestão dos recursos habitacionais de suas residências, visando uma maior segurança, conforto, praticidade e economia. Atualmente, a automação residencial encontra-se em plena evolução tecnológica, com soluções modernas e futuristas para qualquer tipo de imóvel e classe social

SENSORES E OBJETOS

Conectar o que não está conectado. Segundo Intel (2017) o primeiro passo é identificar o que se deseja monitorar. Para isto é preciso definir qual será o objeto alvo ou qual a fonte de monitoramento. Pode ser um fluxo de água, uma entrada de energia, raios ultravioletas, batimento cardíaco, um dispositivo mecânico, enfim, o objeto que será conectado na IoT. Para isto devemos avaliar qual o sensor que irá coletar a informação, enviando para uma central de processamento e, posteriormente, para uma rede de comunicação conforme figura 3.

É a primeira fase de um projeto. Por isto o termo conectar o que não está conectado definido por Intel (2017).

Figura 3 – Conexão dos Objetos na Internet das Coisas



Fonte: <http://www.decom.ufop.br> (2016)

BLUETOOTH

Segundo Morimoto (2008) o bluetooth é utilizado para interligar periféricos próximos sem a utilização de cabos. O Bluetooth é dos primeiros módulos a ser estudado em uma rede de curta distância. É um componente de baixo consumo elétrico, desenvolvida em 1999 por um consórcio composto pela Ericsson, IBM, Nokia, Toshiba e Intel com o propósito de ser usado em dispositivos pequenos demais para comportar uma interface sem fio.

Para Alvarez (2015) por ter velocidade de transmissão e alcance baixos, o Bluetooth torna-se pouco utilizado em redes, sendo suficiente para comunicação entre dois dispositivos na transferência de pequenos arquivos ou pacotes de dados.

O Bluetooth oferece uma velocidade bruta de 1 Mbps, mas devido ao overhead do protocolo (parte da banda utilizada para o gerenciamento/roteamento), a velocidade real (bits úteis) é de apenas 721kbps em modo assíncrono ou 432kbps em modo síncrono, sem contar a perda devido a retransmissão de pacotes perdidos, o que, na prática, reduz ainda mais as taxas de movimentação de dados (MORIMOTO, 2008).

Sua velocidade de transmissão de dados é relativamente baixa: até a versão 1.2, a taxa pode alcançar, no máximo, 1 Mb/s (megabit por segundo). Na versão 2.0, esse valor passou para até 3 Mb/s. Embora essas taxas sejam curtas, são suficientes para uma conexão satisfatória entre a maioria dos dispositivos. Porém a busca por velocidades maiores é constante, como prova a versão 3.0, capaz de atingir taxas de até 24 Mb/s. Na figura 4 temos uma amostra da placa de comunicação.

Figura 4- Modulo Bluetooth HC-06



Fonte: <http://buildbot.com.br/> (2015)

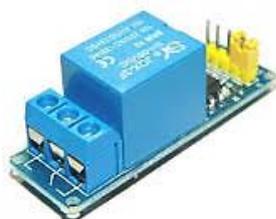
MODULO RELÉ

Para WEG (2016) um relé é um dispositivo operado eletricamente que comuta mecanicamente circuitos elétricos.

O módulo indicado para automação pode ser usado em diversos projetos afim de acionar cargas de até 250VAC 7A ou 125VAC 10A. É utilizado para controlar luzes, equipamentos ligados a rede elétrica, motores, etc.

Pode-se fazer uma ponte-H baseada em relés com alguns destes módulos conforme mostrado na figura 5. Conecta-se diretamente a uma saída digital do Arduino. Um led de sinalização indicará o estado do relé (em comunicação ou não).

Figura 5- Modulo Relé



<https://www.baudaeletronica.com.br/> (2015)

ARDUINO

De acordo com McRoberts (2011) o micro controlador Arduino teve seu início no Interaction Design Institute na cidade de Ivrea, na Itália. É um componente mais importante neste projeto devido a sua vasta aplicabilidade e sua funcionalidade sem igual. Para Burgos (2015) Arduino é um "hardware" (circuito eletrônico) cujo principal componente é um circuito integrado (chip ou CI) micro controlador da família ATMEL.

Arduino é uma plataforma de prototipagem eletrônica open-source que se baseia em hardware e software flexíveis e fáceis de usar. Para Gertz (2012) podemos utilizar no Arduino sensores de temperatura, fumaça, fotômetros etc.

De acordo com Evans (2011) todo o projeto Arduino tem em sua prática a filosofia do hardware livre. O hardware livre busca a colaboração compor um resultado final. Ele desenvolve um modelo colaborativo entre os desenvolvedores de hardware e outros contribuintes ao redor do mundo.

O microcontrolador na placa é programado na linguagem Wiring, baseada na linguagem C/ C++. A programação é feita em software em ambiente Windows ou Linux e transferido via cabo USB tendo início imediato após esta carga conforme

O Arduino recebeu uma menção honrosa na categoria Comunidades Digitais do prêmio Ars Electronica Prix do ano de 2006.

Figura 6 - Arduino Uno



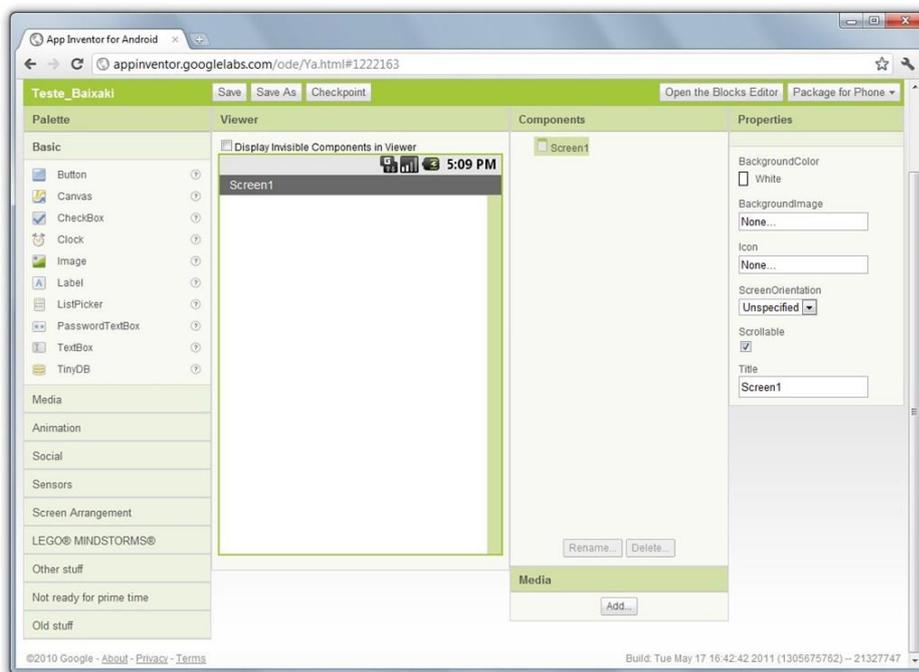
Fonte: <https://upload.wikimedia.org/> (2010)

PROJETO

A primeira prioridade é avaliar o envio das informações que estão sendo coletadas pelos sensores para o SmartPhone autorizado para recepção da informação. O Arduino coleta as informações, processa e estabelece um pareamento via conexão Bluetooth.

De acordo com GONÇALVES (2015) a programação do aplicativo para o Smartphone pode ser realizada no AppInventor que é um aplicativo de desenvolvimento, originalmente desenvolvida no Google Labs e que hoje pertence ao MIT (Massachusetts Institute of Technology), conforme figura 7.

Figura 7 - Tela inicial do App Inventor



Fonte: <http://www.tecmundo.com.br/> (2015)

O App Inventor é de fácil utilização e tem tido popularidade entre os iniciantes na área da programação e demais interessados, pois sua programação é feita por blocos que funcionam como um quebra-cabeças, o que permite criar aplicações sem que fosse necessário criar um código escrito conforme figuras 7 e 8.

Seus blocos encaixam-se uns nos outros criando um conjunto de operações que são utilizadas pela aplicação, na interface gráfica são colocados os elementos de entrada e saída de informações.

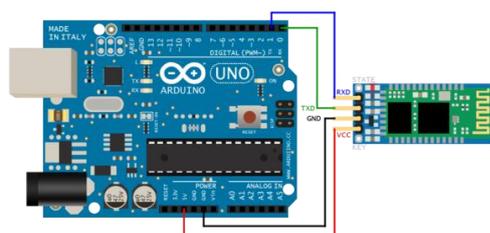
Figura 8 - Área de Programação do App Inventor e Blocos de Programação App Inventor



Fonte: Autores

Com o Smartphone pareado com o Arduino pelo modulo bluetooth, está habilitado para envio dos sinais, pelo meio de comandos desenvolvidos no aplicativo appinventor. Para montagem do projeto seriam necessários: fios, relé, módulo Bluetooth e o próprio Arduino conforme figura 9.

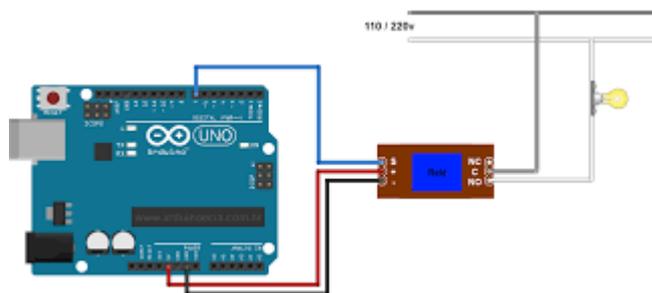
Figura 9 - Ligação entre o Modulo HC-06 e o Arduino.



Fonte: <http://www.tuxti.com.br> (2015)

O modulo Bluetooth é ligado ao Arduino aos pinos RXD (envio) e TXD (recepção) de informações. O estado de tensão nos pinos irá indicar se há ou não interrupção de energia, pela integração do relé no circuito.

Figura 10 - Ligação entre o Arduino, Modulo Relé e a rede elétrica.



Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/> (2014)

Para KURAMOTO (2015) esse componente funcionará como um interruptor eletromecânico, quando o Arduino recebe um comando, o interpreta e avalia se apaga ou acende a lâmpada. Feito isso ocorre a mudança de estado do pino de controle usado para acionar o relé. Esses estados são HIGH (estado 1 em binário sendo interpretado para acendimento da lâmpada) e LOW (estado 0 e lâmpada apaga) conforme figura 10.

BENEFÍCIOS DA AUTOMAÇÃO NA ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL

Os benefícios da automação de iluminação automaticamente vão além do conforto e segurança que o sistema propõe. A economia no consumo de energia seria o mais

importante de todos pois por meio do controle de iluminação proposto pelo projeto podemos colaborar para a redução dos consumos de energia evitando desperdício, colaborando com o meio ambiente, além de benefício direto com a redução da conta de energia.

Fonte 11 - Monitoramento Residencial



Fonte: <http://aidearquitectura.com.br/> (2015)

O custo benefício é outro ponto importante, pois a iluminação residencial com lâmpadas e painéis automáticos, há alguns anos parecia uma realidade distante. O avanço da tecnologia tem reduzido os custos dos projetos e facilitado sua aquisição. Os projetos de instalação demandam uma mão de obra qualificada, a fim de garantir a qualidade do serviço realizado. Um projetista irá estudar o ambiente e propor a melhor solução com custo benefício condizente com a proposta do projeto.

Redução de custos em instalação, manutenção são fatores extremamente importantes e quando associados a beleza, sofisticação e modernidade torna o ambiente inteligente. Por este motivo arquitetos e designer tem utilizados em seus projetos de decoração esse tipo de instalação, pois além de todos os quesitos citados anteriormente podem utilizar as

funções de controle de intensidade de luz, para diversas atividades diferentes mudando assim o "clima" do ambiente, maximizando o conforto, conforme é mostrado na figura 11.

CONCLUSÃO

Como resultado da pesquisa bibliográfica e o produto final a ser obtido é um modelo simples de controle de iluminação, Apesar desse trabalho ser voltado para a implantação de um sistema que controlaria a iluminação do ambiente, percebe-se que com a adição de alguns componentes e alterações no código de programação, poderíamos ter um controle eficaz não só da iluminação mas também de outras áreas como por exemplo o acesso dos habitantes da casa, com a adição de um modulo de Rádio Frequência, que liberaria ou não o acesso de determinada pessoa, irrigação de áreas como jardins por exemplo, através de um sensor de umidade , ou ainda pensando na segurança dos moradores, seria possível instalar algumas câmeras e interliga-las ao sensores de presença de forma que sempre que fosse acionados não apenas acenderia as luzes mais também as câmeras que deveriam ser cuidadosamente instaladas em lugares estratégicos de forma a ter a melhor visão possível da área a ser monitorada e ainda assim ficar fora da vista de possíveis invasores a fim de evitar vandalismos. Em relação aos resultados obtidos pode-se dizer que a proposta é viável, mas deve ser melhorada principalmente no que se diz respeito ao raio de alcance e agilidade. É possível se aproveitar boa parte da estrutura já existente do projeto, e acrescentar outras extensões do Arduino, como os citados sensores de presença entre outros, podendo-se alterar também a tecnologia de transmissão entre os dispositivos, mudando do Bluetooth para o Wi-Fi por exemplo ou cabeamento de rede. O projeto pode controlar os dispositivos de refrigeração da casa, consumo de água, determinar áreas de maior consumo e com isto identificar equipamentos defeitos. Ressalta-se que o especialista em automação deve estudar com detalhes o ambiente e propor uma solução que satisfaça ao cliente.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, D. Automação Residencial Utilizando Bluetooth, Ethernet E Smartphone. Disponível em < <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br> > Acesso em 25 ago. 2017
- ARDUINO E CIA. Disponível em < <http://www.Arduinoecia.com.br/2013/02/ligando-uma-lampada-com-rele.html> > Acesso em 30 ago. 2017
- ARDUINO E CIA. Disponível em < <http://playground.Arduino.cc/Portugues/HomePage> > Acesso em 20 jul 2017
- BLUETOOTH < <http://www.infowester.com/bluetooth.php> > Acesso em 30 jul 2017

BURGOS L.C. Arduino Descomplicado e Divertido. v.1. São Paulo: Burgos Eletrônica, 2014.
COBRA, M; BRAGA, R. Marketing educacional: ferramentas de gestão para instituições de ensino. São Paulo: Cobra Editora, 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, A. Metodologia científica. 5.ed. São Paula: Prentice Hall, 2002.

EVANS, B. Beginning Arduino Programming, TIA. Apress, 2011.

GERTZ, E. JUSTO, P. Atmospheric Monitoring with Arduino EUA, Sebastopol: Maker Press, 2013

KURAMOTO, Wagner. Arduino: acionando lâmpada com interruptor e relé. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9uvU7XpF5wE>>

MORIMOTO, Carlos Eduardo. Redes, Guia prático. Porto Alegre: Sul Editores, 2008.

O QUE É ARDUINO? Disponível em <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/38/Arduíno_Uno_-_R3.jpg> Acesso em 20 jul. 2017.

SCHREDER. Controle iluminação. Disponível em <<http://www.schreder.com/>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

SENSORES. Disponível em < <https://www.baudaeletronica.com.br> > Acesso em 31 jul. 2017.

TANENBAUM, Andrew S.; SOUZA, Vandenberg D. de (trad.); JAMHOUR, Edgard (rev.). Redes de computadores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 945 p.

IBDA. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Arquitetura; Disponível em < <http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=11&Cod=980>> Acesso em 20 jul. 2017.

WEG, I. MÓDULO 3 Automação de Processos Industriais < http://www.trajanocamargo.com.br/wp-content/uploads/2012/05/apostila_clp_completa.pdf > Acesso em 20 ago. 2017.

INTERNET DAS COISAS: PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Machado Pereira (FIB Bauru); lobo.death@gmail.com*

Daiane de Lima Antunes (UNESP Bauru); daiane_sl@yahoo.com.br

Ivan Leal Morales (UNESP Bauru); ivan.lmorales@sp.senac.br

João Pedro Albino (UNESP Bauru); jpalbino@faac.unesp.br

Marco Aurélio M. Antunes (FIB Bauru); prof_marco@terra.com.br

Maria Lucia de Azevedo (UNESP Bauru); maluazevedobru@hotmail.com

Resumo: A Internet das Coisas ou *Internet of Things (IoT)* é uma tecnologia que tem por objetivo coletar informações dos objetos ou coisas e disponibiliza-las para automatização de processos. Pode-se imaginar inúmeros dispositivos trocando informações entre si, a fim de realizar uma ação ou tomada de decisão. São objetos com características distintas, passivas ou ativas e contém algo em comum: informação. Veículos procurando vagas em estacionamento público e por meio dos sensores instalados e integração com GPS, o sistema informar ao condutor para dirigir-se a uma determinada rua que há um espaço alocado. Sensores instalados nos bueiros da cidade com capacidade de alertar os órgãos públicos que está entupido, com necessidade de limpeza e, com isto, evitar-se inundações por ações preventivas. Bicicletas com sensores de aproximação alertando os veículos para manter determinada distancia a fim de evitar acidentes. Sensores de Ultravioleta espalhados pela cidade informando as pessoas a necessidade de proteção a exposição dos raios ultravioletas. Enfim, as possibilidades são imensas e Universidades, Governo, Iniciativa Privadas e Pesquisadores individuais já iniciaram estudos para aproveitar esta nova onda tecnológica. Para extrair informações temos os dispositivos de processamento das informações denominados Sistemas Embarcados que coletam os dados dos Sensores, processam e encaminham ao destino, que pode ser um smartphone ou um servidor que centralizar a distribuição da informação. Nota-se que regras e procedimentos são necessários para que a informação flua com segurança e que tanto os dispositivos que enviam quanto os que recebem estejam em uma mesma rede de comunicação que envolve sensores e hardwares elaborados para este fim. A rede de comunicação utilizada aproveita a infraestrutura da Internet o que facilita projetos pois tudo que for possível realizar aproveitará o que já existe e funciona adequadamente. Por esta razão a tecnologia da Internet das Coisas integrará tudo o que se conhece por meio de envio de informações para dispositivos móveis onde o receptor reagirá lendo ou atuando no que está sendo informado a ele. A Internet das Coisas ou IoT mudará os conceitos que conhecemos, pois,

a integração de objetos deve gerar demandas de serviços ou soluções que ainda nem foram pensadas.

Palavras-chave: Internet das Coisas. Integração. Servidor. Broker. Sensores.

Abstract: The Internet of Things (IoT) is a technology that aims to collect information from objects or things and makes them available for process automation. It is possible to imagine innumerable devices exchanging information among themselves in order to carry out an action or decision making. They are objects with different characteristics, passive or active and contain something in common: information. Vehicles looking for vacancies in public parking and through installed sensors and integration with GPS, the system informs the driver to go to a certain street that there is an allocated space. Sensors installed in the city's culverts with the capacity to alert public agencies that it is clogged, in need of cleaning and, with this, avoiding floods by preventive actions. Bicycles with proximity sensors alerting vehicles to maintain a certain distance in order to avoid accidents. Ultraviolet sensors scattered around the city informing people the need to protect the exposure of ultraviolet rays. Finally, the possibilities are immense and Universities, Government, Private Initiative and individual researchers have already begun studies to take advantage of this new technological wave. To extract information we have the information processing devices called Embedded Systems that collect the data of the Sensors, process and route to the destination, which can be a smartphone or a server that centralize the distribution of the information. It is noted that rules and procedures are necessary for the information to flow safely and that both sending and receiving devices are on the same communication network that involves sensors and hardware designed for this purpose. The communication network used takes advantage of the infrastructure of the Internet, which facilitates projects because everything that is possible will take advantage of what already exists and works properly. For this reason the Internet of Things technology will integrate everything we know by sending information to mobile devices where the receiver will react by reading or acting on what is being told to him. The Internet of Things or IoT will change the concepts we know, because the integration of objects must generate demands for services or solutions that have not yet been thought.

Keywords: Internet of Things. Integration. Server. Broker Sensors

Introdução

Segundo Tanenbaum (2003) a Internet é conjunto de computadores autônomos interconectados por uma única tecnologia. Para Kurose (2006) uma rede de computadores mundial isto é uma rede que interconecta milhões de equipamentos de computação em todo o mundo

A Internet das Coisas ou IoT foi projetada para que sua operação siga os padrões da internet, que tem por finalidade a entrega das mensagens enviadas por meio dela, do receptor para o transmissor e vice-versa.

Desta forma, a comunicação entre objetos por meio de sensores, controlado por um sistema embarcado gerando um fluxo de dados que pode receber e enviar informação formando assim o conceito da Internet das Coisas.

Dong (2010) comentam que a Internet das Coisas possui uma arquitetura básica de três camadas. Para Miao (2010) a arquitetura básica da Internet das Coisas é composta por: camada de Percepção (Perception Layer), camada de rede (Network Layer) e camada de aplicação (Application Layer), conforme pode ser visto na figura 1.

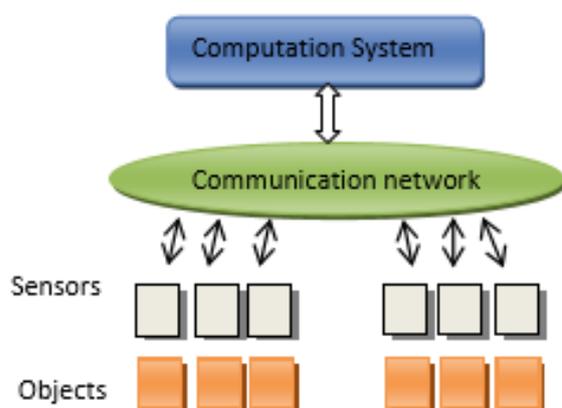
Figura 1 - Arquitetura de três camadas



Fonte: Desenvolvida pelo Autor (2017)

- Camada de percepção é a camada responsável por toda “sensorial” que consiste em identificar objetos e coletar as informações. Encontramos os sensores, atuadores, câmeras, GPS etc.;
- Camada de Rede é onde ocorre a transmissão e processamento de toda informação recebida dos objetos;
- Camada de Aplicação: é onde as informações coletadas pela camada de percepção são trabalhadas e transmitidas por meio da camada de rede.

Figura 2 - Perception layer with physical devices



Fonte: INDJST (2016)

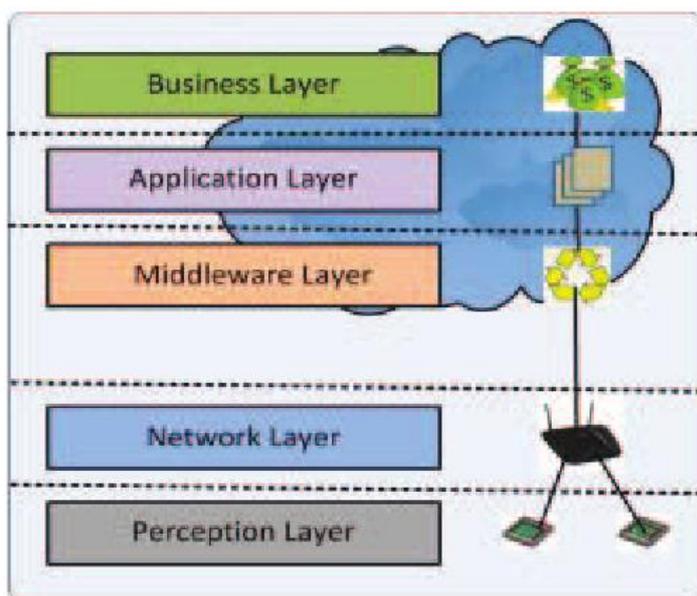
Nota-se na figura 2 a integração destas camadas de tal forma que uma informação coletada por um sensor, que está ligado a um objeto usará os protocolos existentes, para transmitir a informação para a camada de Aplicação que tratará a informação enviando para outro ponto da rede para que seja utilizada. Ou ainda pode atuar de forma pontual enviando um alerta para um display. Por exemplo, um sensor de temperatura que está monitorando a temperatura do meio ambiente envia uma informação direta para um display. Uma pessoa pode observar esta temperatura pelo contato visual. Ou esta mesma temperatura pode ser encaminhada para um centro de controle, que distribuirá a informação por meio de aplicativos e esta mesma pessoa pode ler em seu smartphone.

Para Zem (2015) arquitetura de três camadas aborda o conceito mais técnico, explicando a troca de dados envolvendo o objeto monitorado até a aplicação que estará recebendo a informação de controle. Segundo MIAO (2010) a internet das coisas precisa ser gerenciada e monitorada, diferente da internet onde não há gerenciamento quando comparado ao objetivo e proposta de cada uma das tecnologias.

Ainda segundo Zem (2015) a arquitetura de cinco camadas busca analisar a rede de comunicações com foco no negócio.

Para melhor entendimento da estrutura de cinco camadas foi elaborada uma arquitetura referenciando-se ao Rede de Gerenciamento de Telecomunicações - *Telecommunications Management Network* (TMN). Esta estrutura engloba as duas arquiteturas básicas – Internet e TMN – e tenta explicar melhor a estrutura da Internet das Coisas. As cinco camadas são: percepção, transporte, processamento, aplicação e negócio conforme é mostrado na figura 3.

Figura 3 - Arquitetura Cinco camadas IoT



Fonte: ZEM (2016)

- **Camada de percepção:** similar ao modelo de três camadas, a camada de percepção é encarregada de coletar as informações por meio de sensores, atuadores, *tags RFID*, etc. Ela transformará as informações coletadas em sinais para serem transmitidos pela rede;
- **Camada de Rede:** esta camada é responsável por transmitir as informações recebidas da camada anterior através da rede por intermédio dos meios de conexão disponíveis (3G, *Wi-Fi*, *Bluetooth*, infravermelho, etc.). Nesta camada encontramos os protocolos de endereçamento;
- **Camada de processamento:** é responsável pelo armazenamento, análise e processamento das informações transmitidas pela camada de Rede. Encontramos aqui os Sistemas Embarcados;
- **Camada de aplicação:** responsável por criar aplicações baseadas nas informações processadas na camada anterior que, ao mesmo tempo, supram as necessidades de negócio para cada segmento no mercado;
- **Camada de negócio:** para Miao (2010), esta camada faz a gestão da Internet das coisas. Contém os aplicativos que devem trabalhar com as informações vindas das camadas anteriores. Nesta camada encontramos os modelos de negócios, questões relativas a Retorno de Investimentos, e privacidade do usuário.

Para Zem (2016) a arquitetura de cinco camadas expande a visão estrutural da Internet das Coisas ao preocupar-se com a comunicação entre os elementos que a compõem, tanto quanto com a conexão entre estes elementos.

Observa-se um modelo semelhante das redes de computadores onde temos os dispositivos físicos que precisam de configurações e padrões para troca de informações na rede. A Internet das Coisas tem o mesmo princípio de operação: configurações entre destinos para que flua com a segurança necessária para troca dos dados sem que exista perda de pacotes de dados no caminho.

Para Humenkuk (2015) existem quatro padrões que precisam existir quando tratamos da IoT: Telemetria – Informação que flui a partir de um dispositivo para outros sistemas de estado de dispositivo de transporte e de ambiente; Consultas – Solicitações de dispositivos que procuram reunir informações ou iniciar atividades; Comandos – Comandos de outros sistemas para um dispositivo ou um grupo de dispositivos para realizar atividades específicas e Notificações – Informações fluindo de outros sistemas para um dispositivo ou grupo para a mudança de status.

PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO

A Internet das Coisas tem o princípio básico que objetos ou coisas contém informações e devem ser extraídas, processadas e enviadas para centros de decisão que irão alimentar outras partes da rede, como um corpo vivo em constante movimento, dinâmico e ativo.

Regras devem ser estabelecidas para que se tenha a segurança que as informações vão fluir pela rede de comunicação entre origem e destino.

Para realizar a troca de comunicações entre dois ou mais dispositivos temos protocolos que realizam o gerenciamento desta comunicação. Esta gestão deve levar em consideração as restrições do ambiente, os objetos que estão contidos na rede, etc. Enquanto na Internet temos protocolos como, por exemplo, HTTP no ambiente Internet das coisas temos o protocolo Messaging Queue Telemetry Transport (MQTT).

Para Tanenbaum (2003) HTTP (*Hypertext Transfer Protocol*) é o padrão da Internet que suporta a troca de informações na rede mundial de computadores. Ele suporta diferentes tipos de arquivos, incluindo texto, figura, som e vídeo. Define o processo pelo qual os navegadores da Internet geram solicitações de informações para serem enviadas aos servidores da Web. O HTTP é utilizado no Internet Explorer, Mozilla, Chrome, Safira etc.

Em 1999 Andy Stanford-Clark (IBM) e Arlen Nipper (*Eurotech*) projetam o protocolo MQTT. Este foi desenvolvido baseado na arquitetura publish/subscribe. O objetivo seria trabalhar com redes inseguras, baixa largura de banda de transmissão da dados e alta latência (atraso na entrega do dado).

Segundo Silvestre (2005) o modelo de comunicação publish/subscribe realiza troca assíncrona de mensagens, conhecidas como eventos. Consiste de um conjunto de clientes

que publicam esses eventos (produtores), os quais são encaminhados para clientes que registraram interesse em recebê-los (consumidores).

Além do assincronismo, esse modelo conecta e desconecta a ligação entre os elementos que geram e os que consomem os eventos, dando mais flexibilidade às aplicações que utilizam esse modelo, pois a inclusão de novos produtos e consumidores se torna simples. Alguns sistemas fornecem ainda a possibilidade de persistência dos eventos, permitindo que, um cliente que não esteja ativo no momento que o evento é gerado, possa recebê-lo posteriormente.

A implementação do modelo publish/subscribe pode seguir o modelo centralizado onde este elemento é o responsável por manter os registros recebidos e distribuir os eventos gerados aos grupos de interesse.

Para Jaffey (2014), o protocolo segue o modelo cliente/servidor. Os dispositivos sensores são clientes que se conectam a um servidor (chamado de *broker*) usando TCP. As mensagens a serem transmitidas são publicadas para um endereço (chamado de tópico), que inclusive, assemelha-se a uma estrutura de diretórios em um sistema de arquivos, por exemplo, casa/quarto2/temperatura.

Neste modelo de comunicação necessita-se de um servidor denominado Broker. Microsoft (2008) define que um servidor Broker é projetado para receber e enviar informações e que esta faz parte de uma conversação:

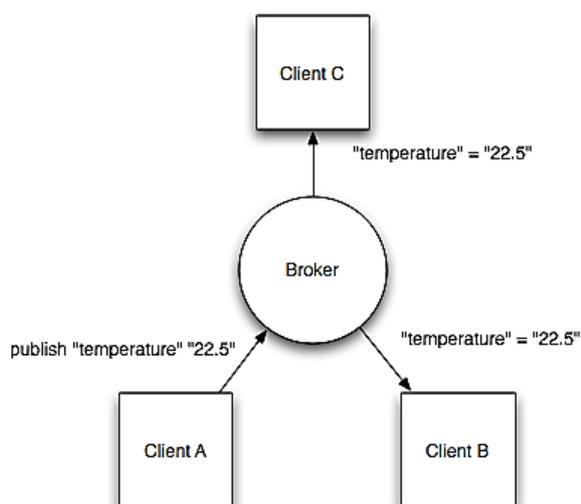
O Service Broker é projetado com base em funções básicas de enviar e receber mensagens. Cada mensagem é parte de uma conversação. Cada conversação é um canal de comunicação confiável e persistente. Cada mensagem e cada conversação têm um tipo específico que o Service Broker reforça para ajudar os desenvolvedores a gravarem aplicativos seguros. Novas instruções Transact-SQL permitem que os aplicativos enviem e recebam essas mensagens de forma segura. Um aplicativo envia mensagens a um serviço, que é um nome para um conjunto de tarefas relacionadas. Um aplicativo recebe mensagens de uma fila, que é uma exibição de uma tabela interna. Mensagens para a mesma tarefa fazem parte da mesma conversação. Em cada conversação, o Service Broker garante que um aplicativo receba cada mensagem exatamente uma vez, na ordem em que foi enviada. O programa que implementa um serviço pode associar conversações relacionadas para o mesmo serviço em um grupo de conversação, conforme descrito em

Segurança com base em certificado ajuda a proteger mensagens confidenciais e controla o acesso aos serviços. Uma analogia é pensar no Service Broker como um serviço postal. Para manter uma conversa com um colega distante, você pode comunicar enviando cartas pelo serviço postal. O serviço postal classifica e entrega as cartas. (MICROSOFT, 2008)

Cientes por sua vez podem subscrever-se para vários tópicos, tornando-se assim capazes de receber as mensagens que outros clientes publicam neste tópico, conforme é mostrado na Figura 4.

Os clientes B e C subscrevem para receber informações sobre temperatura. Na figura 8 vemos que o cliente A publica o valor de temperatura de 22.5°. O broker envia a informação publicada para os clientes que fizeram a subscrição (no caso B e C). Nota-se que o método de comunicação ocorre de um para um, um para muitos e muitos para muitos, conforme é mostrado na figura 5.

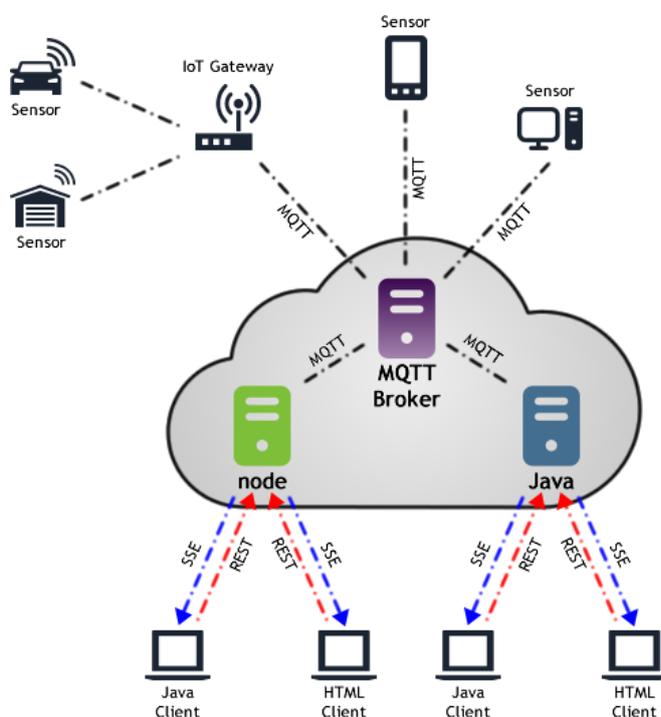
Figura 5 – Envio e recepção dos eventos



Fonte: Jaffey (2014)

Uma configuração de um sistema de Internet das coisas com objeto sendo monitorado, publicando o evento e enviando para aplicativos com subscrição poderia ser resumido conforme mostrado na figura 6.

Figura 6 - Integração MQTT Broker, sensores e aplicativos



Fonte: Ionodemcu (2015)

ARQUITETURA FUTURA DA INTERNET DAS COISAS

Uma arquitetura de IoT com os protocolos de comunicação bem ajustados permitirá que a informação trafegue por toda a rede, sendo enviada para a computação em nuvem e armazenamento em big datas para uso dos governos, empresas e comunidades.

Para Amazon (2015) a computação em nuvem é a entrega sob demanda de poder computacional, armazenamento de banco de dados, aplicações e outros recursos de TI por meio de uma plataforma de serviços de nuvem via Internet com uma definição de preço conforme o uso. Ainda segundo Amazon (2015) A computação em nuvem oferece uma forma simples de acessar servidores, armazenamento, bancos de dados e um conjunto amplo de serviços de aplicação via Internet.

Notamos que a computação em nuvem é um elemento essencial pois sob demanda pode-se contratar centro de processamentos, armazenamento e tratamento das informações e entrega final ao cliente. Onde seriam necessários investimentos para elaborar a rede de IoT pode-se contratar serviços, consumindo e pagando sob demanda.

Para SAS (2015) Big Data é o termo que descreve o imenso volume de dados – estruturados e não estruturados – que impactam os negócios no dia a dia.

Um local de grande armazenamento de informações será essencial para a Internet das Coisas pois imagina-se que, no futuro, tudo sendo conectado e gerando informações, temos que ter locais seguros para gerir. SAS (2015) comenta assim o conceito de Big Data:

Embora o termo "big data" seja relativamente novo, o ato de recolher e armazenar grandes quantidades de informações para eventual análise de dados é bem antigo. O conceito ganhou força no início dos anos 2000, quando um analista famoso deste setor, Doug Laney, articulou a definição de big data como os três Vs: Volume. Organizações coletam dados de uma grande variedade de fontes, incluindo transações comerciais, redes sociais e informações de sensores ou dados transmitidos de máquina a máquina. No passado, armazenar tamanha quantidade de informações teria sido um problema – mas novas tecnologias (como o Hadoop) têm aliviado a carga. Velocidade. Os dados fluem em uma velocidade sem precedentes e devem ser tratados em tempo hábil. Tags de RFID, sensores, celulares e contadores inteligentes estão impulsionado a necessidade de lidar com imensas quantidades de dados em tempo real, ou quase real. Variedade. Os dados são gerados em todos os tipos de formatos - de dados estruturados, dados numéricos em bancos de dados tradicionais, até documentos de texto não estruturados, e-mail, vídeo, áudio, dados de cotações da bolsa e transações financeiras. (SAS 2015)

Um Big Data proverá uma vasta quantidade de dados a ser analisada fornecendo inúmeras possibilidades de consultas e transações conforme figura 7:

Figura 7 - Big Data and Internet of Things



Fonte: hgcode.com.br (2016)

CONCLUSÃO

Por meio da Internet das Coisas todos objetos conectados proverão informações para maior produtividade, segurança e conforto. Há muito ainda que entender e explorar a *IoT* para dimensionar qual será seu futuro e o benefício para a comunidade.

Estudos devem ser feitos para validar a integração dos objetos pois ambientes inteligentes deverão decidir sem intervenção de pessoas. Para isto faz-se necessários testes e validações pois poderá haver uma dependência quase total desta tecnologia.

Todas as ideias de conexão são validas, porém deve-se avaliar o que poderá ser automatizado, com segurança, e o que deve esperar uma intervenção humana para que a informação possa ser encaminhada para outro ponto da rede. Existem muitos sistemas embarcados no mercado como Arduino, Raspbarray, Beogle Boné Black etc. O importante é a interoperabilidade dos equipamentos e garantia funcionamento.

O sistema básico de comunicação para monitoramento de um objeto será sensor, sistema embarcado, meio de comunicação e servidores e serviços de controle. Há possibilidade de ser utilizado serviços prontos como Watson da IBM que sua operação é baseada em servidores Broker, protocolo de comunicação MQTT: basta que o sistema seja configurado para envio dos dados para o Watson que fará o monitoramento e envio das Informações aos usuários. O mais importante para o futuro da Internet das Coisas é o que será feito com a quantidade de informações geradas por todos os dispositivos que estarão conectados.

De nada adiantará uma rede colaborativa de sensores ligados a objetos se não soubermos o que fazer com a informação que estará disponibilizada. Por isto as análises dos grandes

volumes de dados que estarão disponíveis nas big datas serão essenciais para sobrevivência dos negócios.

REFERÊNCIAS

- AMAZON (2015). O Que é Computação em Nuvem. Disponível em <<https://aws.amazon.com/pt/what-is-cloud-computing/>> acesso em 01 set. 2017.
- DONG, Xiang (2015). Overview on Internet of Things. Disponível em <<http://en.cnki.com.cn>> Acesso em 29 jul. 2017.
- HUMENKUK, Lucas (2016). Como a Microsoft está trabalhando com a Internet das Coisas. Disponível em <<https://startupi.com.br/> > Acesso em 01 set. 2017.
- JAFFEY, Toby. Mqtt and Coap, IoT Protocols. Disponível em <<https://eclipse.org/community/>> Acesso em 25 jul. 2017.
- INDJST (2015). Disponível em <<http://www.indjst.org/>> Acesso em 25 ago. 2017
- INTERNET OF THINGS (2017). NodeMCU. Disponível em <<https://pt.slideshare.net/chenghanTsai1/iotnodemcul> > Acesso em 24 ago. 2017
- KUROSE, James; ROSS, Keith W. **Redes de Computadores e a Internet**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
- Internet das Coisas e Big Data (2016). Disponível em <<http://www.hgcode.com.br/noticias/697/internet-das-coisas-e-big-data--grandes-poderes-trazem-grandes-responsabilidades>> acesso em 02 set. 2017
- MIAO, Wu (2010) et al. Research on the architecture of Internet of things. In.: 3rd IEEE International Conference on Advanced Computer Theory and Engineering (ICACTE). Sichuan, China. Disponível em <<http://www.indjst.org/index.php/indjst/article/view/106507/75619>>. Acesso em 12 jun. 2017
- KRANENBURG, Rob Van (2014). The Internet of Things: a critique of ambient technology and the all-seeing network of RFID. 2008. Disponível em <http://www.networkcultures.org/_uploads/notebook2_theinternetofthings.pdf>. Acesso em: 10 jun. de 2017
- MICROSOFT. Qual a função do servidor Broker? Disponível em <<https://technet.microsoft.com/>> Acesso em 01 ago. 2017.
- REDES DE COMPUTADORES E SUAS APLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO. Disponível em <<http://penta.ufrgs.br/> > Acesso em 07 set. 2017

STANFORD-Clark (2013) Mqtt Enabling the Internet of Things. Disponível em <<https://developer.ibm.com/messaging/2013/04/26/mqtt-enabling-internet-things/>>

Acesso em 10 ago. 2017

SISTEMAS EMBARCADOS. Disponível em <<http://www.embarc.com.br/p1600.aspx>>

Acesso em 09 set. 2017

SILVESTRE, Bruno (2005). Serviços de Notificação de Eventos Baseados em Publish/Subscribe. Disponível em < <http://inf.ufg.br/~brunoos/papers/Pubsub2005.pdf> >

Acesso em: 01 jun. 2017

TANENBAUM, Andrew. Redes de computadores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 945 p.

WATSON (2017). O poder do conhecimento. O poder da Tecnologia. O seu Poder. Disponível em <<https://www.ibm.com>. Acesso em 20 ago. 2017

WHAT IS BIG-DATA (2015). Disponível em <https://www.sas.com/pt_br/insights/big-data/what-is-big-data.html> Acesso em 01 set 2017

ZEM, José (2016). Estudo dos protocolos de comunicação mqtt e coap para aplicações machine-to-machine e internet das coisas. Disponível em <http://fatec.br/revista_ojs/index.php/RTecFatecAM/article/download/41/50 > Acesso em: 26 jun. 2017

APLICAÇÃO MOBILE E TECNOLOGIA IBEACON COMO SOLUÇÃO EM ACESSIBILIDADE

Jaqueline Suliani Ghizini (Faculdade de Tecnologia de Bauru);
jaqueline.ghizini@fatec.sp.gov.br *

Carlos Ricardo de Oliveira (Faculdade de Tecnologia de Bauru);
carlos.oliveira79@fatec.sp.gov.br

Patricia Bellin Ribeiro (Faculdade de Tecnologia de Bauru);
patricia.ribeiro5@fatec.sp.gov.br

Resumo: Ao utilizarem transporte público, deficientes visuais encontram diversas dificuldades. Existem atualmente algumas tecnologias que podem ajudar essas pessoas acessivelmente, como exemplo, para informa-las quando está chegando o ônibus desejado ou o ponto de parada. Dentre essas tecnologias, o protocolo iBeacon pode auxiliar, mas há poucas implementações e trabalhos a respeito, focados no deficiente visual. O presente estudo se propõem analisar as especificações da tecnologia iBeacon para ser utilizado em conjunto com um aplicativo móvel para auxiliar deficientes visuais a utilizarem o transporte público municipal. Para tanto será estudado as variações da potência do sinal do iBeacon, o chamado Received Signal Strength Indicator (RSSI) para verificar a distância do dispositivo com o usuário. Este estudo ocorrerá em diversos pontos centrais de uma cidade, do interior de São Paulo, e deverá verificar como o sinal do iBeacon se comporta em um ambiente não controlado e com diversas interferências, bem como a interação do sinal com um aplicativo protótipo. Para simular a utilização do iBeacon para acessibilidade de deficientes visuais é necessário testar o sinal do iBeacon num veículo em movimento em diversas velocidades e medir o sinal em um local fixo simulando um usuário aguardando o transporte em um ponto de ônibus. Também é necessário testar o inverso: o iBeacon parado (simulando uma parada) e o usuário em movimento como se estivesse em um ônibus para verificar se é possível o usuário ser informado do ponto de ônibus desejado. Finalmente, com os dados coletados, será possível verificar se o iBeacon pode ou não ser implementado como um auxílio na acessibilidade de pessoas deficientes visuais no transporte público e se há, ou não, alguma limitação prática para seu uso. A outra parte do estudo é focada na interação do usuário com o aplicativo, estudando sua viabilidade na utilização de uma aplicação associada a um iBeacon como uma solução em acessibilidade. Atualmente os smartphones contém recursos de acessibilidade que fazem a leitura de tela para o usuário, assim um software planejado e programado justamente para esse tipo de

deficiência, teria que ser compatível com a utilização desse recurso, ou seja, teria que ser todo descrito em texto para ser lido. Há deficientes que estão acostumados a tais tecnologias e outros que não estão, além de que cada celular tem um sistema específico e um recurso que funciona de maneira distinta. Vista disso, será analisado quais as maiores dificuldades que o usuário teria na utilização, e quais implementações e interações poderiam ser feitas num aplicativo, para que esse pudesse verdadeiramente auxiliar a locomoção acessível, ou seja, sem que essa pessoa dependa de terceiros, tendo a própria autonomia.

Palavras-chave: iBeacon. Bluetooth. Acessibilidade. Transporte. Aplicativo.

Abstract: The blind people have several common difficulties, among them the use of public transportation. There are currently technologies that can assist in the accessibility of these people, for example, to inform them when the desired bus or the stopping point is arriving. The iBeacon protocol is one of the technologies that can help, but there are few implementations and researchs focused on the blind people. The present study aims to analyze the specifications of the iBeacon technology to be used in conjunction with a mobile application to assist visually impaired people to use municipal public transport. Then, we will study the variations of the signal's strength of iBeacon, called Received Signal Strength Indicator (RSSI), to verify the distance of the device from the user. This study will occur in several central points of a city, in the interior of São Paulo, and will verify how the signal of the iBeacon behaves in an uncontrolled environment with several interferences, as well as the interaction of the signal with a prototype application. To simulate the use of iBeacon for the blind people accessibility it is necessary to test the iBeacon signal on a moving vehicle at various speeds and measure the signal at a fixed location by simulating a user waiting for transport at a bus stop. It is also necessary to test the inverse: iBeacon stopped (simulating a bus stop) and the user in motion as if on a bus to check if it is possible for the user to be informed of the desired bus stop. Finally, with the data collected, it will be possible to verify whether or not iBeacon can be implemented as a support in the accessibility of visually impaired people in public transport and whether or not there is any practical limitation to its use. Smartphones currently contain accessibility resources that read the screen to the user, so a software planned and programmed just for this type of disability, would have to be compatible with the use of this resource, or it would have to be all described in text To be read. There are special people who are accustomed to such technologies and others who are not, and each cell has a specific system and a resource

that works differently. In view of this, it will be analyzed the major difficulties that the user would have in using, and what implementations and interactions could be made in an application, so that it could truly assist the accessible locomotion, that is, without this person being dependent on third parties, but Has its own autonomy.

Keywords: iBeacon. Bluetooth. Accessibility. Transport. App.

1 INTRODUÇÃO

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2013 apontou que 23,9% da população brasileira possui alguma deficiência visual, auditiva, física ou intelectual (IBGE, 2010, p. 73). Sendo as pessoas com deficiência visual a maioria, com cerca de 35 milhões, dos quais 16% deles não conseguem realizar tarefas consideradas “normais” ou corriqueiras para pessoas que não possuem qualquer tipo de limitação, sendo assim, são dependentes de terceiros. Tais pessoas enfrentam problemas desde dificuldade de comunicação, como também de locomoção. Recentemente há, em diversos meios da sociedade, uma preocupação de solucionar e promover facilidades para que pessoas com deficiência possam usufruir do maior número possível de serviços, produtos e direitos, como o uso do transporte público, por exemplo. Uma palavra comum para manifestar essa preocupação é a “acessibilidade”. Expressão essa que o dicionário define como “condição de acesso aos serviços de informação, documentação e comunicação, por parte de portador de necessidades especiais” (FERREIRA, 2007).

No meio tecnológico também há uma preocupação em deixar as tecnologias existentes como acessíveis. Internacionalmente o consórcio internacional World Wide Web (W3C), que trabalha para desenvolver padrões para as páginas Web da internet, desenvolveu o Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) - Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web, que possui o objetivo tornar o conteúdo de páginas da internet mais acessível (WORLD WIDE WEB CONSORTIUM, 2008). No Brasil o Governo Federal lançou em 2004 o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico para nortear o “desenvolvimento e a adaptação de conteúdos digitais do governo federal, garantindo o acesso a todos” (BRASIL, 2014, p. 7). O documento possibilita “que a implementação da acessibilidade digital seja conduzida de forma padronizada, de fácil implementação, coerente com as necessidades brasileiras e em conformidade com os padrões internacionais” (BRASIL, 2014, p. 7).

A despeito dos esforços, há diversas lacunas de acessibilidades que a tecnologia pode ajudar preencher. Uma delas é a respeito do transporte público. Em grandes centros é

comum encontrar ônibus com rampa para cadeirantes. Mas poucas cidades possuem alguma acessibilidade para deficientes visuais utilizarem o sistema de ônibus.

Uma das tecnologias que pode ser utilizada é denominada de Beacon, ou também conhecido como iBeacon. Criado baseado no protocolo Bluetooth, possui diversas possibilidades de implementação (GAST, 2015, p. 6-7), inclusive o sistema de Metrô de Londres utiliza essa tecnologia para auxiliar deficientes visuais a se locomover pelas linhas e estações do Metrô (LYNCH, 2015). A aplicação da tecnologia varia do desenvolvedor e da necessidade, tendo assim um potencial a ser explorado para ser utilizada como meio de solucionar problemas de acessibilidade para diversos grupos de pessoas.

Este presente projeto, por exemplo, tem como objetivo analisar a viabilidade de utilizar a tecnologia iBeacon associada a um aplicativo acessível, para auxiliar pessoas com deficiência visual que utilizarem os meios de transporte público urbano, bem como outros tipos de usuários que possam ter alguma limitação ou não.

Ao decorrer da pesquisa, tem-se como objetivos específicos realizar o levantamento de materiais e requisitos técnicos necessários para a implementação do iBeacon, em associação com um aplicativo móvel, como solução em acessibilidade no transporte público; verificar se as características de sinal do iBeacon em ambiente real e não controlado é capaz de atender de modo eficiente a interação com o aplicativo móvel; estudar a elaboração de uma aplicação para dispositivos móveis que interaja com o iBeacon, com uma interface acessível aos deficientes visuais, dentre outras pessoas.

2 DESENVOLVIMENTO

Com o aumento da preocupação de tornar acessível serviços e produtos a pessoas com algum tipo de deficiência, e a leis específicas que asseguram esse direito aos cidadãos e impõem aos Governos a obrigação de promover esse tipo de inclusão, o presente estudo auxiliará na acessibilidade de pessoas com deficiência visual a se tornarem livre de dependência total ou parcial de terceiros para utilizar o transporte público. Esses usuários, sem algum sistema que auxilie na acessibilidade, podem causar inconvenientes ao sistema de transporte público urbano. Estevam Rogerio Silva (2016), deficiente visual e professor no Lar Escola Santa Luzia para Cegos, localizado na cidade de Bauru-SP, cita, como um exemplo, quando não há outra pessoa para informar se o ônibus desejado está chegando, o usuário tem que parar todos os ônibus para perguntar se aquele é da linha que deseja usufruir, causando assim atrasos desnecessários ao sistema e prejuízo ao demais passageiros. Em grandes centros urbanos esse problema tem potencial de causar grandes inconvenientes para o deficiente visual, como também para todo o coletivo.

Silva cita ainda (2016) que a única forma de tornar o transporte coletivo urbano acessível ao deficiente visual é através da tecnologia, e assim evitar os problemas supracitados. É de senso comum que sistemas de informação são meios tecnológicos dominantes e essenciais hoje para organização e distribuição de informações pelo mundo, e eles podem abrir um leque de possibilidade na vida de uma pessoa. Então por que não utilizar essa tecnologia para facilitar a vida de alguém? A tecnologia do iBeacon tem suporte a diversos dispositivos e conta ainda com um potencial de inúmeras aplicações possíveis a serem desenvolvidas, mas há poucas soluções comerciais e implementações novas dessa tecnologia, a despeito das diversas possibilidades de seu uso (TOWNSEND et al., 2015). Desta feita o projeto, além de tornar acessível o transporte público para deficientes visuais, pode auxiliar também a outros grupos de pessoas que não tem a visibilidade comprometida, mas poderão utilizar e se beneficiar com esse sistema para localizar as paradas e os ônibus desejados.

Para isso, serão analisadas duas áreas de trabalho, sendo elas o estudo sobre o iBeacon, e suas funcionalidades em diferentes ambientes, e o estudo sobre a acessibilidade móvel, que inclui a interação homem computador para deficientes visuais entre outros.

2.1 INTERAÇÃO COM IBEACON

Utilizando um software para monitorar a variação e a calibração do sinal, é possível analisar através de gráficos e relatórios, gerados pelo programa, todas as variações dos parâmetros que desejamos monitorar. A análise do sinal do iBeacon, poderá ser realizada, em situações e locais típicos urbanos, especificamente na área central da cidade de Bauru.

Essa parte é um dos elementos do estudo da viabilidade do iBeacon, pois, mostra quais testes podem ser feitos para analisar o comportamento do sinal em um ambiente sem controle, fora das especificações ideais, recebendo vários tipos de interferência e sinais eletromagnéticos. Para isso, podem ser feitos testes como analisar o sinal do iBeacon em diferentes pontos da área central da cidade de Bauru; verificando o sinal, com o iBeacon dentro de um automóvel em movimento, simulando assim, a movimentação do ônibus e as diversas distâncias entre o iBeacon e o notebook com o software de monitoramento. Em outro teste, é possível utilizar o iBeacon dentro de um automóvel em movimento, simulando o ônibus, como também em um ponto fixo, simulando a parada, para medir o comportamento do sinal com um dispositivo móvel contendo as linhas de código necessária para a leitura do sinal e descrição da distância do iBeacon com o dispositivo móvel.

As medições podem ocorrer em momentos diferentes do dia, inclusive no horário de pico, assim é possível ter uma amostra e fazer cálculos estatísticos para termos uma média dos

valores da potência e calibração do sinal do iBeacon. Após os testes será possível determinar se o iBeacon pode ser utilizado da forma que se pretende dentro do projeto, para auxiliar no envio de sinal aos dispositivos móveis dos usuários do sistema urbano de transporte.

2.2 APLICAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE MÓVEL

A outra parte, trata-se do estudo do desenvolvimento de algoritmos e testes da interface com a tecnologia iBeacon. Dentre os algoritmos podemos mencionar os algoritmos para dispositivos móveis, responsável por verificar o sinal do iBeacon e informar a distância entre o iBeacon e o usuário que está no ponto de ônibus. Também identificar a qual ônibus pertence o iBeacon encontrado, por identificar o sinal do dispositivo do ônibus que deseja pegar, qual é sua distância, e se esse se encontra próximo ou não.

Por fim um teste final poderá ser feito com os próprios deficientes, para avaliar através de questionário se eles sentiram dificuldade no uso da aplicação, e se o software se tornou acessível a eles, cumprindo assim seu objetivo, de dar verdadeira liberdade de locomoção a quem não tem visão.

2.3 METODOLOGIA

Para o funcionamento adequado do aplicativo, se faz necessário que o mesmo monitore, identifique e calcule a distância das estações iBeacons instaladas nas paradas e nos ônibus. Feito isso, ele notificará ao usuário a proximidade da parada de ônibus, bem como notificar quando o veículo de transporte público da linha desejada está próximo.

Para utilizar a tecnologia iBeacon associada a uma aplicação móvel de acessibilidade, serão necessários no geral alguns recursos, sendo esses físicos e lógicos, como por exemplo: a estação iBeacon; o desenvolvimento do aplicativo mobile; o dispositivo celular compatível com a tecnologia BLE; e a instalação de aplicativos, focados no estudo técnico, nos testes e nos levantamentos de dados da tecnologia e o outro focado na aplicação e na acessibilidade móvel.

2.3.1 ESTUDO DO IBEACON

Segundo Gast, (2015, p. 30) dispositivos com a tecnologia iBeacon são baseados em uma classe de protocolos de comunicação de radiofrequência BLE. Resumidamente seu funcionamento consiste em uma estação base transmissora que emite continuamente sinais rígidos de radiofrequência dentro do espectro do BLE (GILCHRIST, 2014). Esses sinais contem pacotes de dados que possuem, entre outras informações, três parâmetros

de identificação: o UUID (Universally Unique Identifier), Major e Minor (GAST, 2015, p. 35-36). Uma estação base é apenas transmissora e não receptora, e não há troca de informação com outro dispositivo, salvo quando é feita alguma rotina de configuração (GILCHRIST, 2014). Já os receptores de sinal iBeacon podem ser diversos dispositivos (GAST, 2015, p. 47-48), como exemplo um telefone celular compatível com a classe BLE. Como o iBeacon não faz troca de informação, apenas emite o sinal de identificação, toda a interação acontece via o aplicativo. Para tanto é necessário entender como é o comportamento do iBeacon com o software. As aplicações identificam os iBeacon como se fosse uma “cerca virtual”. Assim quando um celular compatível identifica e entra nessa cerca do iBeacon, o aplicativo que esteja monitorando a UUID realizará uma ação predeterminada pelo programador. As aplicações para os iBeacons são diversas, como, por exemplo, interações contextuais, notificações, identificação e a geolocalização pelo método indoor navigation, (GAST, 2015, p. 23-28).

As aplicações que utilizam iBeacon conseguem identificar a distância que o iBeacon se encontra. Isso acontece através de um cálculo da potência do sinal, o Received Signal Strength Indicator (RSSI) levando em conta a calibração da potência deste sinal (GAST, 2015, p. 36). Saber a distância do iBeacon é o que permite realizar a indoor navigation, bem como direcionar e personalizar as notificações que podem ser feitas nos celulares. Para o presente projeto, é necessário a identificar a “cerca virtual” que o iBeacon gera, bem como calcular corretamente a distância que o usuário se encontra do iBeacon. Assim se faz necessários diversos testes com iBeacon de fabricantes diferentes, bem como diversas especificações para determinar se esta tecnologia é viável para a funcionalidade desejada no projeto. E sendo viável a utilização do iBeacon é necessário encontrar o melhor modelo que emite o sinal mais preciso.

2.3.2 ESTUDO DA APLICAÇÃO MOVEL

Toda acessibilidade proveniente do projeto seria, como supracitado, por meio de um aplicativo móvel desenvolvido e posteriormente instalado no celular. É esse aplicativo que fará a conversação com o dispositivo iBeacon. Na qual, o usuário, ao chegar ao ponto de ônibus, e detectar o sinal da estação transmissora, receberá a notificação por voz informando quais são os destinos dos transportes que ali trafegam.

Para fazer a interação com o sinal do dispositivo é possível encontrar documentações e especificações que deverão ser estudadas e acrescentadas a programação. Para isso, a própria Apple tem registro documentado de especificações de como pode ser trabalhada e

estruturada a Linguagem de Programação, que vai fazer a conversa entre o programador e o usuário, com a máquina (APPLE, 2015).

A aplicação também deverá ser estudada e desenvolvida de uma forma que o próprio recurso de acessibilidade do sistema do dispositivo smartphone possa informar as opções, por meio de um programa de voz. Mas mesmo que o foco primário seja a deficiência visual, o aplicativo também poderá ter uma interface simples e informativa para outros públicos, como por exemplo, quem tem dificuldade de leitura. O próprio sistema iOS proporciona ambientes para diferentes deficiências (APPLE, 2016). Um desses é de aprendizagem para pessoas que não tem dificuldade visual, mas tem por exemplo, déficit de atenção, como dislexia. Nesses casos, o próprio usuário pode habilitar e dispor de recursos que fazem a leitura da tela conforme ele acompanha. Além do mais, se por acaso, ele vir a não compreender alguma expressão ou palavra, o iOS tem dicionário integrado para pesquisa (APPLE, 2016).

Para deficientes, o mesmo sistema iOS disponibiliza o recurso VoiceOver, que lê tanto as telas padrões, como também os apps de terceiros. Existem outras possibilidades abrangentes de usabilidade que permite ao deficiente total interação com o dispositivo, como entrada de texto, quer seja pela movimentação da mão pelo teclado, que vai lendo as letras conforme for selecionando, ou quer seja por conversão de fala em texto. Outro suporte para teclado fornecido é um braile, sem mesmo precisar de um teclado físico. Também há monitores em braile que podem ser lidos pelo VoiceOver. E tem ainda outros recursos de versões mais novas do iOS para pessoas daltônicas, ou com áudio descrições de vídeos. Todas essas funcionalidades estão à disposição para o estudo de viabilidade e a criação do aplicativo de acessibilidade móvel, podendo ser usada a linguagem de programação Swift, pois a Apple “trabalha com uma comunidade de desenvolvedores”, para haver uma compatibilidade do programa com recurso de leitura (APPLE, 2016).

Já o Android, também conta com um recurso de acessibilidade, que assim como o VoiceOver, funciona como um leitor de tela e ações. Seu nome é Talkdroid. Ele é associado diretamente ao sistema primário, podendo fazer a identificação por meio de voz das funcionalidades disponíveis no celular. Mais informações de como desenvolver um aplicativo acessível, podem ser encontradas até mesmo na Google (GOOGLE, 2016) e na Android Accessibility (ANDROID, 2016). Assim, em trabalhos futuros, também é possível construir uma aplicação em Java para Android, não somente analisando o recuso Talkdroid, como outros presentes em sua lista (VIANA, 2016).

No decorrer do estudo do projeto será feita análises de questões como as distâncias e a frequência do sinal do iBeacon, incluindo o estudo da interação dispositivo/aplicação, que como tema a seguir vai tratar.

2.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para um estudo de viabilidade técnica determinar se o iBeacon pode ser usado associado a um aplicativo móvel acessível, para o auxílio de deficientes visuais no transporte público urbano, é necessário analisarmos e testarmos a emissão e recepção do sinal transmitido do iBeacon em diversas situações e locais típicos urbanos para determinar se o sinal de transmissão iBeacon é estável o suficiente para tal uso. Para tanto é preciso medir a potência do sinal do iBeacon, o Received Signal Strength Indicator (RSSI), expresso em decibel miliwatt (dBm) (PARAMESWARAN et al, 2009).

Também é preciso medir a calibração de potência do iBeacon, o chamado Power Calibration (YOUNG, 2014). Através dessas duas medidas, e através da implementação de código é possível determinar a distância do iBeacon em relação ao receptor, pois saber essa informação exata é crucial para a funcionalidade desejada.

Feito isso, os testes serão voltados para os dois eixos especificados anteriormente. O primeiro sendo referente a funcionalidade entre o aplicativo e o sinal recebido, para verificar se o mesmo consegue fazer as interações necessárias com o sinal para atender as necessidades dos deficientes visuais. Segundo, depois de verificar que a aplicação é funcional, também será analisada se ela é verdadeiramente acessível, constatando as dificuldades do usuário ao utilizar essa nova ferramenta, e dispendo de um treinamento a esse.

2.4.1 ANÁLISE TÉCNICA DO IBEACON

Para o monitoramento do iBeacon como supracitado, utiliza-se um software que monitora a variação e a calibração do sinal. O programa é instalado em um notebook com um modulo Bluetooth compatível com a versão 4.0 deste protocolo, também chamado de Bluetooth Low Energy (GAST, 2015, p. 30). Desta feita é possível analisar através de gráficos e relatórios, gerados pelo programa, todas as variações dos parâmetros que desejamos monitorar.

Também para analisar o sinal do iBeacon em situações e locais típicos urbanos, um dispositivo iBeacon pode ser levado na parte central da cidade de Bauru. Uma região do município onde todas as linhas de ônibus de transporte público têm uma ou diversas paradas. Sendo uma das partes mais movimentada da cidade, com um grande número de

carros, ônibus, caminhões circulando, bem como uma grande quantidade de pedestres e transeuntes que utilizam as diversas lojas de comércio. Assim é possível medir o sinal iBeacon e como ele se comporta em um ambiente sem controle, fora das especificações ideais, recebendo vários tipos de interferência e sinais eletromagnéticos. Para isso levaremos os módulos iBeacons em distâncias diversas do notebook com o software de monitoramento e verificaremos como o sinal se comporta. Depois com o iBeacon dentro de um automóvel em movimento, para simular o deslocamento de um ônibus, mediremos o comportamento do sinal iBeacon com o dispositivo em movimento. Faremos isso em diversas velocidades, observando o limite máximo de tráfego da via. Essas medições se dará em momentos diferentes do dia, inclusive no horário de pico, assim teremos uma amostra e será possível fazer cálculos estatísticos para termos uma média dos valores da potência e calibração do sinal do iBeacon. Feito isso será possível determinar se o iBeacon pode ser utilizado da forma que se pretende dentro do projeto.

2.4.2 ANÁLISE DA INTERAÇÃO DISPOSITIVO/APLICAÇÃO

Após a aplicação estar estruturada, os testes de sua funcionalidade, não só a coerência com o recurso nativo de acessibilidade, mas também a identificação e interação com os sinais do iBeacon, devem ser realizados. Para isso, é possível procurar fazer as mesmas interações que o usuário terá disponível, fazendo até mesmo os testes em campo já mencionados. Porém, ao invés de usar equipamentos de medição de frequência do sinal, as interações com o dispositivo, serão feitas com aplicação. Nessa etapa será verificada se o aplicativo vai identificar a distância que o usuário está do ponto, deve também identificar a qual ônibus pertence ao iBeacon encontrado; e identificar o sinal do dispositivo do ônibus que deseja pegar, qual é também sua distância, se esse se encontra próximo ou não, e quando se aproxima, ou seja, se está dentro do ônibus.

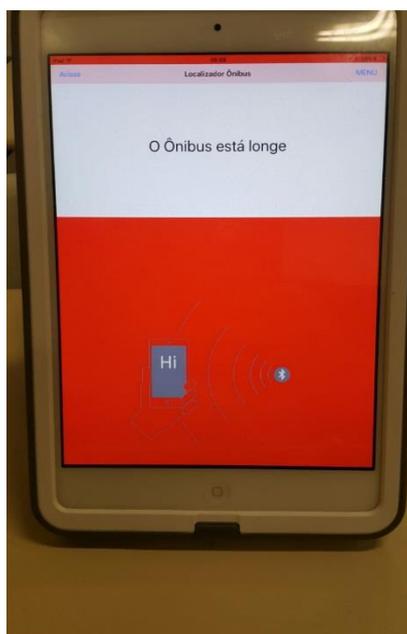
Todo aplicativo será testado com os recursos de acessibilidade, que por meio desses, o usuário será informado de cada interação realizada, não somente com os sinais recebidos, como por exemplo, ser informado da distância, mas também poderá dar informações, como que ônibus deseja pegar. Então todo o processo da interação do usuário com o aplicativo deverá ser testado.

Por fim, o último teste a ser feito, será com os próprios deficientes. Será realizado um treinamento no LAR ESCOLA de cegos Santa Luzia, localizado na cidade de Bauru – SP, para avaliar através de questionário se eles sentiram dificuldade no uso da aplicação, e se ela se tornou acessível a eles, cumprindo assim seu objetivo, de dar verdadeira liberdade de locomoção a quem não tem visão.

2.4.3 RESULTADOS PRELIMINARES

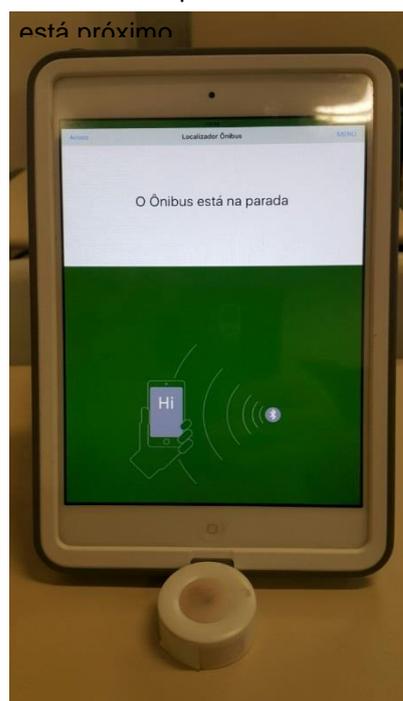
Tendo em vista que o aplicativo móvel é vital para o andamento do projeto, já foi desenvolvido um App protótipo para iPhone na qual faz interação com um módulo iBeacon, conseguindo rastreá-lo, e com base na potência do sinal, consegue calcular a distância entre o smartphone e o iBeacon. Esse aplicativo simula como seria uma aplicação móvel acessível e como é a interação do software com o módulo iBeacon. Desta feita é possível reproduzir como um deficiente visual poderá ser alertado da proximidade do ônibus da linha desejada bem como deve descer ao chegar no ponto de parada almejado. A interação dessa aplicação segue-se nas imagens abaixo.

Figura 1 – Tela do aplicativo notificando quando o iBeacon está distante



Fonte: Os autores

Figura 2 – Tela do aplicativo notificando quando o iBeacon está próximo



Fonte: Os autores

3 CONCLUSÃO

Visando auxiliar os deficientes visuais na utilização do transporte público, este projeto propôs análises, testes e pesquisas para serem utilizados no estudo de viabilidade da utilização da tecnologia iBeacon como uma solução em acessibilidade móvel.

Por meio dos resultados preliminares, podemos constatar que é possível criar uma aplicação mobile que seja inteiramente acessível para deficientes visuais e que faz a

interação com o iBeacon. Essa implementação, é possível ser realizada futuramente ao utilizar as análises e testes apresentados neste projeto, buscando assim desenvolver um sistema capaz de informar o usuário, o seu ônibus ou parada desejada, sem que ele dependa de terceiros para se locomover, tendo assim autonomia, por meio de um aplicativo verdadeiramente acessível.

REFERÊNCIAS

ANDROID. Accessibility. **Android**, 2016. Disponível em: <<https://developer.android.com/guide/topics/ui/accessibility/index.html>>. Acesso em: 20 outubro 2016.

APPLE. Getting Started with iBeacon, 2015. Disponível em: <<https://developer.apple.com/ibeacon/Getting-Started-with-iBeacon.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.

APPLE. Acessibilidade. **Apple**, 2016. Disponível em: <<http://www.apple.com/br/accessibility>>. Acesso em: 15 outubro 2016.

BRASIL. **eMAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Brasília, p. 92. 2014. (1).

BRASIL, P. Aplicativo melhora vida de deficientes visuais. **Portal Brasil**, 03 Dezembro 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2013/12/aplicativomelhora-vida-de-deficientes-visuais>>. Acesso em: 15 Outubro 2016.

CALDAS, A. L. Brasil tem 6 milhões de pessoas com deficiência visual. **Radio agencia Nacional**, 04 Janeiro 2016. Disponível em: <<http://radioagencianacional.etc.com.br/geral/audio/2016-01/brasil-tem-6-milhoesde-pessoas-com-deficiencia-visual>>. Acesso em: 20 Agosto 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: out. 2016.

FERREIRA, A. B. D. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. GAST, M. S. **Building applications with ibeacon: Proximity and location services with bluetooth low energy**. 1. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2015.

GILCHRIST, C. **Learning iBeacon**. Birmingham: Packt Publishing Ltd, 2014. 196 p.

GOOGLE. Recursos para desenvolvedores e editores. **Google Acessibilidade**, 2016. Disponível em: <<https://www.google.com.br/accessibility/for-developers.html>>. Acesso em: 15 Outubro 2016.

LYNCH, G. Bluetooth Beacons Will Help Blind People Navigate London's Subway. **Gizmodo**, 06 Março 2015. Disponível em: <<http://gizmodo.com/bluetooth-beaconswill-help-blind-people-navigate-londo-1689815622>>. Acesso em: 18 Setembro 2016.

PARAMESWARAN, A. T.; ET AL. Is RSSI a Reliable Parameter in Sensor Localization Algorithms – An Experimental Study. **SYMPOSIUM ON RELIABLE DISTRIBUTED SYSTEMS SEPTEMBER**, 27 Setembro 2009.

TOWNSEND, K. et al. **Getting started with bluetooth low energy: Tools and Techniques for Low-Power Networking**. 1. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2015.

VIANA, K. Desenvolvendo APP com acessibilidade. **Talkdroid**, 2016. Disponível em: <http://www.talkdroid.com.br/?page_id=946>. Acesso em: 15 outubro 2016.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0. **W3C**, 11 Dezembro 2008. Disponível em: <<https://www.w3.org/TR/2008/RECWCAG20-20081211/>>. Acesso em: 18 Setembro 2016.

YOUNG, D. G. Fundamentals of Beacon Ranging. **Radius Networks**, 04 Dezembro 2014. Disponível em: <<http://developer.radiusnetworks.com/2014/12/04/fundamentals-ofbeacon-ranging.html>>. Acesso em: 2016 Setembro 10.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA APLICADOS À CRIPTOGRAFIA

Maria Lucia de Azevedo (FAAC – UNESP); maluazevedobru@hotmail.com*

Fábio Henrique de Azevedo (FAAC – UNESP); fhazvdo@yahoo.com.br

Ivan Morales (FAAC – UNESP); ilmoralesbr@gmail.com

João Pedro Albino (FC e FAAC UNESP); jpalbino@fc.unesp.br

Marco Aurélio Migliorini Antunes (FIB); prof_marco@terra.com.br

Thais Aparecida de Castro Ramos (ETEC); thaisramos1102@gmail.com

Palavras-chaves: Matemática. Álgebra linear. Matriz. Criptografia. Segurança digital.

INTRODUÇÃO

A matemática possui aplicações em diversos campos da tecnologia como por exemplo a criptografia que utiliza diversos métodos para transformar dados normais como por exemplo, uma simples mensagem, em textos cifrados. A criptografia surgiu a partir da necessidade de manter o sigilo das comunicações à distância e estuda os métodos que podem ser empregados para codificar e decodificar mensagens. Utiliza-se da aritmética modular e a eliminação gaussiana, ambos conhecimentos da matemática, tornando a criptografia uma introdução ao estudo de matrizes e sistemas lineares aplicados à troca de mensagens para codificá-la e decodificá-la. A criptografia é uma área que vem se desenvolvendo rapidamente, são usadas principalmente na proteção das informações que trafegam através de canais inseguros, como por exemplo, a Internet, troca de mensagens e é utilizada como um recurso de segurança digital aplicada em aplicativos de mobiles.

OBJETIVOS

O objetivo é mostrar que a álgebra, a matemática é aplicada na área de computação, e como a criptografia está sendo usada cada vez mais no nosso dia a dia, como por exemplo, o aplicativo *WhatsApp* que está usando uma criptografia ponto-a-ponto, onde os usuários terão acesso às mensagens.

RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Busca demonstrar a aplicação da Matemática, utilizando-se de álgebra linear, conceitos de matrizes e sua importância na computação. E também como a criptografia está sendo usada diariamente para a proteção de arquivos enviados por e-mail, trocas de mensagens por mobile, enfim, na Segurança Digital.

MÉTODOS

Este resumo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando-se da opinião de alguns autores como Godinho, 2011, que define a criptografia como uma maneira de enviar dados sigilosos que utilizando da Álgebra Linear aliada a Teoria dos números, serve de estrutura para o desenvolvimento de programas computacionais focados em algoritmos específicos para segurança digital. Utilizar-se da matemática, em específico codificar textos em números e gerar várias operações com matrizes para chegar a um resultado que troque as letras do texto de posição, gerando assim novas possibilidades de texto, ou seja, codificando e decodificando.

RESULTADOS

Ilustrações de tabelas, matrizes sendo criptografadas para mostrar uma mensagem.

Figura 1 – Alfabeto

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	0

Fonte: Godinho, 2011, Criptografia: A Importância da álgebra Linear para decifrá-la, p. 28

Exemplo para criptografar a mensagem "eu te amo" e "paciência", forma-se uma matriz de ordem 3x3, que usando a tabela numérica acima a matriz torna-se:

Figura 2 - Criptografia: a importância da álgebra Linear para decifrá-la

$$A = \begin{bmatrix} E & U & - \\ T & E & - \\ A & M & O \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 5 & 21 & 0 \\ 20 & 5 & 0 \\ 1 & 13 & 15 \end{bmatrix} \quad B = \begin{bmatrix} P & A & C \\ I & E & N \\ C & I & A \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 16 & 1 & 3 \\ 9 & 5 & 14 \\ 3 & 9 & 1 \end{bmatrix}$$

Fonte: Godinho (2011, p. 29)

CONCLUSÃO

Conforme as pesquisas, a criptografia é uma maneira de enviar dados seguros, e é importante encontrar uma forma de codificar e decodificar mensagens, para enviar mensagens. Aliada ao teorema dos números a Álgebra Linear torna-se indispensável na área da computação, serve de estrutura para desenvolvimento de aplicativos capazes de manter o sigilo das mensagens transmitidas através da Internet, aplicando assim conhecimentos matemáticos na criptografia.

REFERÊNCIAS

- COUTINHO, Severino C. **Números inteiros e criptografia RSA**. Rio de Janeiro IMPA, 1997.
- GODINHO, Darlan da S., **Criptografia: A Importância da álgebra Linear para decifrá-la**. SaraivaRevista iTEC – Vol. II, Nº 2, 2011.
- HOWARD, A. e Rorres, C. **Álgebra Linear com Aplicações**. 8ª ed. Porto Alegre: Ed. Bookmann, 2001.
- SHOKRANIAN, S. **Criptografia para Iniciantes**. Editora: Universidade de Brasília, 2005.
- SINGH, Simon. **O livro dos códigos**. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- TERADA, Routh. **Criptografia e a importância das suas aplicações**. Revista do professor de matemática, São Paulo, 12: 1–7, 1988.

JUNDIAÍ

A APLICAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS PARA MINIMIZAR AS CAUSAS DE INSUCESSO DAS *STARTUPS*

Adonias Barbosa do Nascimento; aluno do curso de Gerenciamento de Projetos – Práticas PMI – Senac Jundiaí; adoniasbn@outlook.com

Felipe Costa; aluno do curso de Gerenciamento de Projetos – Práticas PMI – Senac Jundiaí; fpcosta1007@gmail.com

Fernando Gallo; aluno do curso de Gerenciamento de Projetos – Práticas PMI – Senac Jundiaí; projmec@yahoo.com.br

Luiz Augusto Finatti Junior; aluno do curso de Gerenciamento de Projetos – Práticas PMI – Senac Jundiaí; finatti.jr@gmail.com

Marcel Franco; aluno do curso de Gerenciamento de Projetos – Práticas PMI – Senac Jundiaí; marcel.franco.souza@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como finalidade apresentar o conceito e as características do que são as *Startups* e as principais causas de insucesso das mesmas, além de tornar compreensível o gerenciamento de projetos de acordo com as boas práticas do guia PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*).

Para um melhor entendimento do que é o gerenciamento de projetos com base neste guia, será relatado brevemente sobre a sua história e sua finalidade, e por sua vez, as dez áreas de conhecimento expandindo uma melhor explicação para o primeiro ramo do PMBOK: O Gerenciamento de Escopo.

Identificando os principais motivos para o alto índice de insucesso neste modelo de negócio e com esse levantamento de dados, conclui-se que, para um melhor desenvolvimento das *Startups*, o fator que precisa ser melhor estudado é o escopo do modelo de negócio e a aplicação do gerenciamento de escopo nas *Startups*, ou seja, o início do projeto, desta forma o estudo visa apresentar soluções de técnicas e ferramentas para coletar os requisitos necessários e ter uma definição de escopo clara e eficiente utilizando dos processos de interação em equipe com a finalidade de reduzir significativamente esse alto índice de insucesso das *Startups* logo no seu nascimento com base no gerenciamento de escopo.

Reúne-se, entre as inúmeras técnicas e processos as que mais sanavam consideravelmente o problema de alto índice dos problemas de escopo, são as técnicas de: *Brainstorming*, Mapas mentais, Opinião Especializada e 5W2H.

Conclui-se que a falta de um bom planejamento estratégico já no início de uma *Startup* é fator primordial para o seu insucesso.

Palavras-chave: Gerenciamento de projeto; *Startup*; PMBOK; Gerenciamento de escopo.

Abstract: This article aims to present the concept and characteristics of what Startups are and the main causes of their failure, as well as making project management comprehensible according to the good practices of the PMBOK (Project Management Body of Knowledge) guide.

For a better understanding of project management based on this guide, it will be reported briefly on its history and its purpose, and in turn, the ten areas of knowledge expanding a better explanation for the first branch of PMBOK: Management Of Scope.

Identifying the main reasons for the high failure rate in this business model and with this data collection, we conclude that, for a better development of startups, the factor that needs to be better studied is the scope of the business model and the application Of the management of scope in the startups, that is, the beginning of the project, in this way the study aims to present solutions of techniques and tools to collect the necessary requirements and to have a definition of clear scope and efficient using the processes of team interaction for the purpose To significantly reduce this high failure rate of Startups at birth on the basis of scope management.

The techniques of Brainstorming, Mental Maps, Specialized Opinion and 5W2H are among the many techniques and processes that most heal considerably the problem of high index of the problems of scope.

Conclusion: The lack of good strategic planning at the beginning of a startup is a major factor for its failure.

Keywords: *Project management; Startup; PMBOK; Scope management.*

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de projetos envolve a aplicação de técnicas, habilidades e atividades necessárias para produzir um produto ou serviço de forma eficiente. O guia PMBOK define que: "Projeto é um esforço temporário realizado para criar um produto ou serviço único". Através da aplicação das boas práticas de gerenciamento de projetos convencionadas pelo PMI (*Project Management Institute*), pode-se alcançar o sucesso esperado para o projeto.

O guia PMBOK compreende as principais questões para que o gerenciamento de projetos ocorra de forma padronizada, conceituando assim, os grupos de processos, áreas de conhecimento, ferramentas e técnicas. A 5ª edição do guia contém 47 processos, 10 áreas de conhecimento e 5 grupos de processos.

O termo “*Startup*” vem ganhando cada vez mais notoriedade e aplicação entre os brasileiros. De acordo com o livro *A Startup Enxuta* (RIES, 2012), *Startup* é uma instituição onde pessoas tentam criar algo novo sob condições de incerteza. As *Startups* destacam-se por sua forma rápida de crescimento através de um modelo de negócios escalável, repetitivo e capaz de produzir grande impacto na sociedade, pois propõe soluções para preencher o mercado de forma inovadora, agregando valor para alcançar o máximo de pessoas possíveis. Por outro lado, são marcadas por um alto grau de incertezas, pois grande parte destas *Startups* investem em mercados até então inexistentes.

As *Startups* possuem a tendência de movimentar de forma extraordinária a economia mundial e precisam para isso, estabelecer-se no mercado. Esta é a grande dificuldade para estes tipos de empresas. Com o perfil de assumirem riscos por modernizar os conceitos de negócios, essas empresas enfrentam desafios para se estabelecerem no mercado e alcançar os objetivos propostos, por isso, se faz necessário assimilar quais os fatores cruciais para sucesso e insucesso das *Startups*. Dessa forma, este estudo tem como objetivo apresentar alternativas para minimizar as causas de insucessos na execução dos projetos em *Startups* através da aplicação das boas práticas de gerenciamento de projetos do PMBOK. Também será possível a criação de um referencial teórico para auxiliar a consolidação das *Startups* e intensificar seu crescimento no mercado.

DEFINIÇÃO DE *STARTUP*

O mundo não é mais o mesmo; o futuro já não é mais o mesmo! Durante o passar dos anos sempre foi possível observar que as áreas de tecnologias lançavam um novo produto em um período de aproximadamente 6 meses, e isto deixava vários consumidores insatisfeitos, principalmente tratando-se das áreas de veículos e telefonia celular. Este era o conceito de inovação para grande parte da população. Atualmente, observa-se que a frequência de lançamentos tecnológicos é de 1 a 3 meses, proporcionando ainda, uma expansão para outras áreas, como novos serviços, aplicativos, *Startups*. Nesse novo contexto de empreendedorismo e *Startups*, o foco principal é criar uma nova maneira de pensar, tornando possível a obtenção de um maior resultado individual daqueles inseridos no mercado de trabalho. Através deste contexto é possível verificar que grande parte das

Startups não alcançam o sucesso planejado. Atualmente, 90% das *Startups* lançadas falham, ou seja, a cada 10 lançamentos, 9 falham, por inúmeras razões.

O termo *Startup* teve origem durante a grande bolha da internet nos Estados Unidos na década de 90, quando algumas empresas deste ramo ganharam destaque no mercado e tinham basicamente o conceito de reunir um grupo de pessoas com diversas ideias, normalmente desacreditadas, mas que poderiam render muito dinheiro através do desenvolvimento de uma empresa a partir do zero. Pode-se considerar que grande parte do sucesso inicial destas empresas concentrou-se no Vale do Silício norte-americano, que reuniu e reúne diversas empresas de tecnologia que evidenciam o conceito de *Startups* (GITAHY, 2016).

Segundo o livro a *Startup* Enxuta (Ries, 2012), a definição mais usual é que “*Startup* é uma instituição humana desenhada para criar um novo produto ou serviço em condições de extrema incerteza”, ele afirma também que o objetivo vai além do retorno financeiro e desenvolvimento de produtos, deve-se ter em mente que o legado do aprendizado por um negócio sustentável e solidificado é muito importante, pois a ideia principal de uma *Startup* é transformar ideias em produtos, medir a reação do mercado para aquela inovação e a partir deste momento, dar andamento ou não na ideia.

De acordo com o livro Incansáveis (Benvenuti, 2016), existem três conceitos responsáveis pela definição de *Startups*:

1. Escalabilidade: é a capacidade de crescimento de um modelo de negócio sem a necessidade de gastos na mesma proporção; sem influenciar a qualidade da entrega ou modelo de negócios, tendo como objetivo, a inovação constante. A principal característica deste conceito é permitir que o produto possa ser consumido por muita gente, em qualquer lugar do mundo. Este conceito pode ser observado no crescimento alcançado pela empresa Netflix, que em 10 anos, alcançou 75 milhões de assinantes em mais de 190 países.
2. Repetitividade: é a capacidade de oferecer um mesmo produto que possa ser utilizado frequentemente pelo mesmo cliente. A repetitividade está ligada ao *Life Time Value* (LTV) ou, valor do tempo de vida do cliente, sendo esta, uma métrica de marketing e vendas para estimar a potencial receita e lucros futuros gerados por um cliente. O LTV para as *Startups* torna-se o plano estratégico para determinar qual o valor real de um cliente. Desta forma, é possível verificar quanto um cliente gasta com seus produtos ou serviços durante todo o ciclo de relacionamento. Observa-se a utilização do conceito de repetitividade no serviço de pesquisas na internet da empresa Google.

3. Impacto social: é a capacidade de se oferecer um produto que possibilite transformar a vida das pessoas que o utilizam, tornando-se extremamente importante para as *Startups*, pois possibilita quebrar paradigmas e inovar. Todo o desenvolvimento de produtos e serviços, deve possibilitar ao utilizador a oportunidade de melhorar o dia-a-dia, caso contrário, não se justifica e não se aplica ao conceito de Impacto Social. As características do impacto social que os criadores das *Startups* buscam pode ser observada no exemplo de Benvenutti (2016, p. 69), “Com a mesma idade que eu queria meu carro, os jovens do Vale querem mudar o mundo”. Observa-se a utilização deste conceito no WhatsApp, que possibilita a comunicação entre pessoas em todas as partes do mundo.

Esta categorização também possibilita diferenciar os tipos de *Startups* que existem atualmente e identificar quais apresentam maiores fatores de sucesso e insucesso.

GERENCIAMENTO DE PROJETOS SEGUNDO O PMI

O PMI teve início durante um jantar na Filadélfia nos Estados Unidos em 1969; este jantar era uma continuação de vários meses de discussões entre Gordon Davis e Jim Snyder, onde decidiu-se criar uma instituição sem fins lucrativos com o objetivo de associar profissionais de gestão de projetos para tornar possível o compartilhamento de informações e a discussão de problemas comuns. Através desta ação foi criado o *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK) ou Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (PMI, online 2017).

Define-se projeto como um esforço temporário, com o objetivo de criar um produto, serviço ou processo, onde cada projeto é único e possui início e fim estabelecido. Atualmente gerenciar projetos é uma profissão que tem impacto significativo no sucesso do projeto (Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK®), 2013).

Para tornar melhor a compreensão, gerenciamento de projetos é uma aplicação de conhecimentos, ferramentas, habilidades para a execução do projeto conforme os seus requisitos, este gerenciamento é realizado através da aplicação e integração de cinco grupos de processos que são:

- 1- Iniciação;
- 2- Planejamento;
- 3- Execução;
- 4- Monitoramento e controle;
- 5- Encerramento.

O PMBOK é um guia de boas práticas reconhecidas pelos profissionais de gerenciamento de projetos que contribuíram para o seu desenvolvimento. Ele descreve normas, métodos, processos e práticas estabelecidas que são amplamente reconhecidas, ou seja, é possível aplicar em grande parte dos projetos. O PMBOK é dividido em dez áreas de conhecimento que devem ser consideradas no ciclo de vida de um projeto segundo (PMBOK, 2013), abaixo as áreas:

1 -Gerenciamento de escopo; 2 - Gerenciamento de tempo; 3 - Gerenciamento de qualidade; 4 - Gerenciamento de custos; 5 - Gerenciamento de aquisições; 6 - Gerenciamento de comunicações; 7 -Gerenciamento de recursos humanos; 8 - Gerenciamento de riscos; 9 - Gerenciamento de integração; 10 - Gerenciamento das partes interessadas.

O gerenciamento de escopo de um projeto é o ponto inicial para a realização de um projeto ou produto, e também definição e controle do que está relacionado ou não no projeto, com isso esta área determina fazer somente o necessário para que se possa finalizar o projeto com sucesso.

Os processos do gerenciamento do escopo do projeto são os seguintes:

1- Planejamento do escopo; 2- Definição do escopo; 3- Criação da Estrutura Analítica do Projeto (EAP); 4-Verificação do escopo; 5- Controle do escopo.

APLICAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE ESCOPO PARA MINIMIZAR A MORTALIDADE DAS STARTUPS

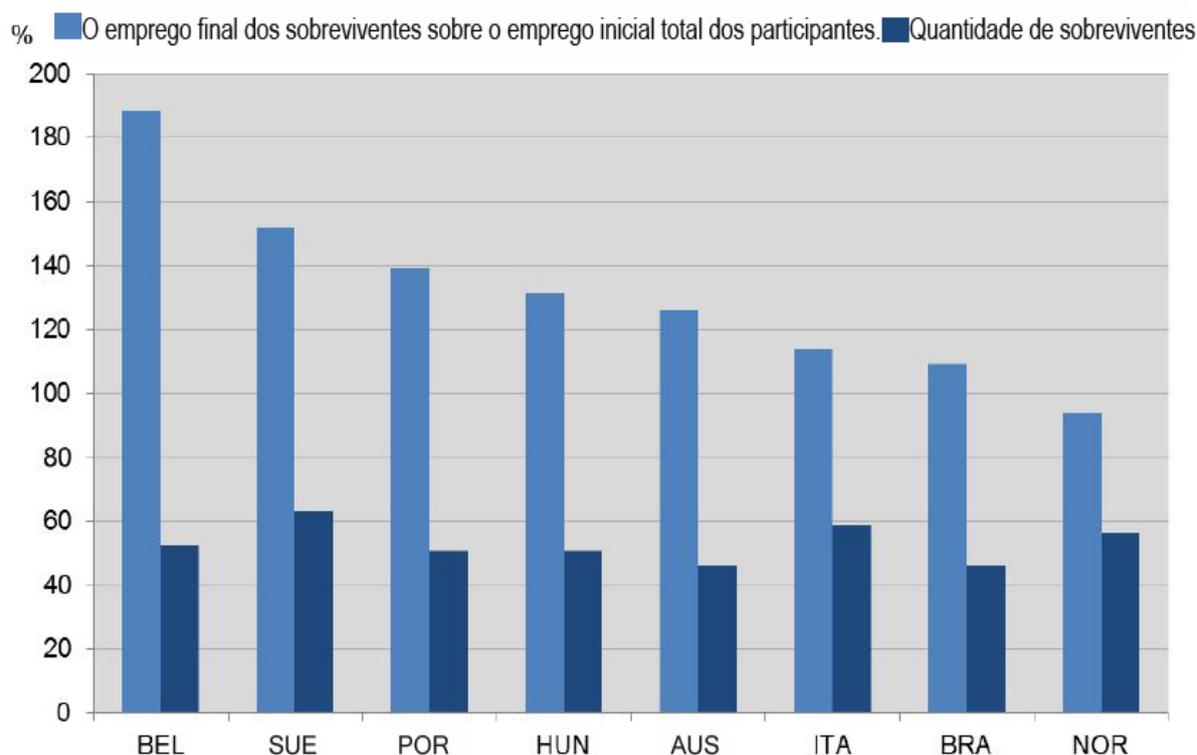
Com objetivo claro de apresentar uma solução que colabore para que novas *Startups* e mesmo as em atividades tenham um menor risco de fracasso, este artigo foi desenvolvido com base nas áreas de conhecimento do PMBOK.

De acordo com os dados que serão apresentados no decorrer deste artigo, entre as 10 áreas de conhecimento, detectou-se que um mal planejamento do escopo recorre a 45,59% das falhas em 8 principais motivos para a descontinuação de uma *Startup*.

Conforme o conceito de projeto apresentado anteriormente pelo PMBOK, pode-se definir uma *Startup* dentro deste contexto, e por si só buscar o entendimento para um alto nível de mortalidade deste modelo de negócio. Conforme a publicação *Cross-Country Evidence on Start-up Dynamics* (CALVINO, CRISCUOLO e MENON, 2015), apenas entre 40 a 60% destas *Startups* sobrevivem ao período inicial de 5 anos, demonstrando também que os tamanhos das mesmas variam em torno de entre 0 e 9 colaboradores, desta forma, fica claro que a ausência de uma estrutura organizada pode de fato colaborar para estes

números. A publicação divulga o gráfico seguinte, que demonstra a participação na sobrevivência e criação de empregos por microempresas (considerando como 10 o número máximo de colaboradores).

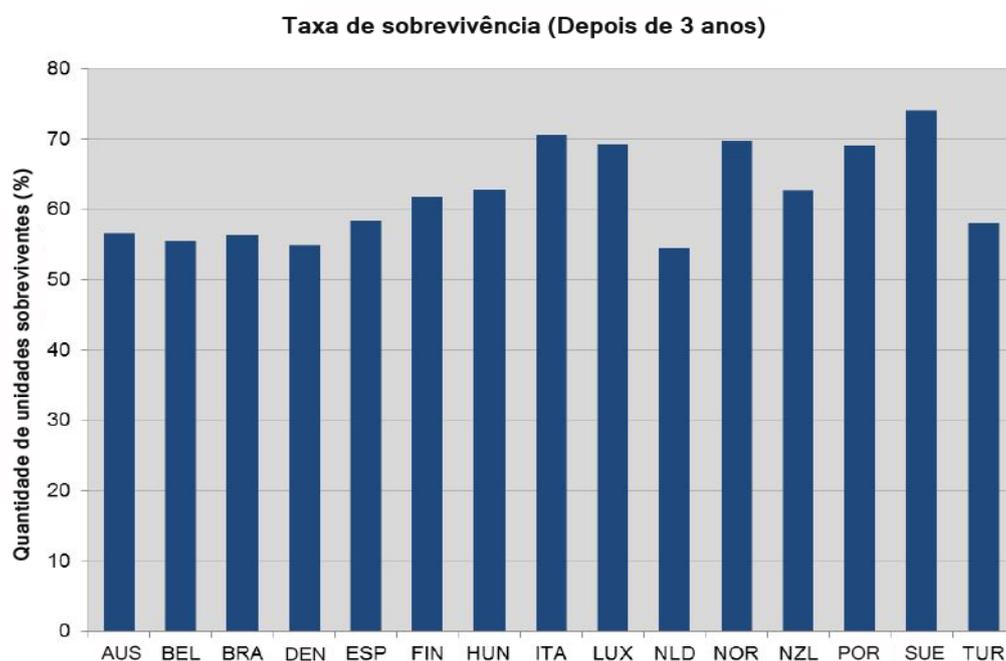
Gráfico 1. Participação na sobrevivência e criação de emprego por microempresas, (0-9) participantes no período de cinco anos.



Fonte: Cross-Country Evidence om Start-up Dynamics.(2015)

Analisando um cenário mais curto de tempo, observa-se que tal taxa de mortalidade é menor, conforme apresentado pela mesma pesquisa:

Gráfico 2. Decomposição do Crescimento.

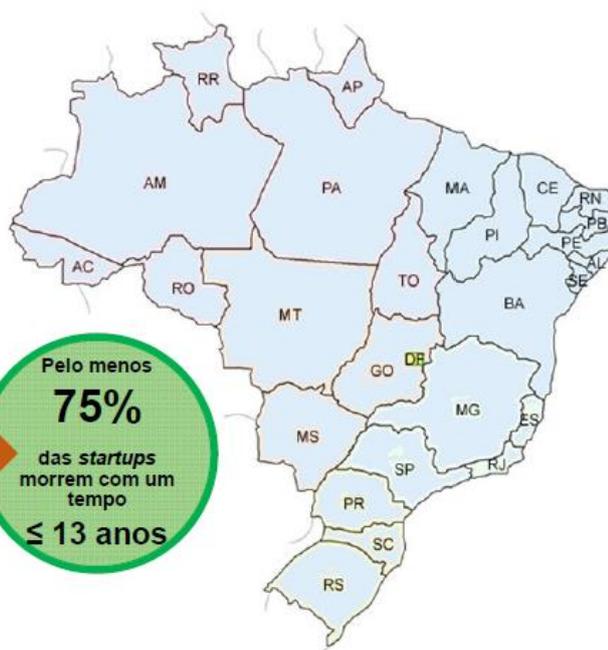


Fonte: Cross-Country Evidence om Start-up Dynamics.(2015)

Mortalidade de *Startups* Brasileiras (ARRUDA, NOGUEIRA, *et al.*, 2012), apresenta os seguintes números retratando tal realidade:

Gráfico 3. Tempo Médio de Sobrevivência das *Startups*.

A análise mostra que no Brasil:



Fonte: Adaptado de Causas de mortalidade de *Startups* Brasileiras.

E é neste contexto de novas empresas, com baixo capital humano e grande possibilidade de crescimento, que se pode observar que as questões do gerenciamento de projetos se tornam fundamentais para a sustentabilidade de tal modelo de negócio.

Buscando entender o real motivo pelo qual as *Startups* encerram suas atividades, a pesquisa apresentada a seguir (*The top 20 Reasons Startups Fail*, 2017), indica as 20 razões mais comuns para o encerramento de atividades de uma *Startup*:

Figura 1. 20 razões para encerramento de uma *Startup*.

Motivo (Pesquisa CB INSIGHTS 2014)	%	Área do Conhecimento (Segundo PMBOK)
Sem demanda de Mercado	42	Gerenciamento de Escopo
Problemas de Caixa	28	Gerenciamento de Custos
Sem Time Adequado	23	Gerenciamento de Recursos Humanos
Vencido pela Concorrência	19	Gerenciamento de Custos e Qualidade
Questões de Custo x Preço	18	Gerenciamento de Escopo
Produtos Inadequados	17	Gerenciamento da Qualidade e Escopo
Falta de Modelo de Negócio	17	Gerenciamento de Escopo
Falta de Ação de Marketing	14	Gerenciamento da Comunicação
Ignorar os Clientes	14	Gerenciamento da Qualidade e Comunicação
Momento Errado	13	Gerenciamento de Escopo
Perda de Foco	13	Gerenciamento de Escopo
Discordância com Time ou Investidores	13	Gerenciamento de Escopo
Falha na Pivotagem	10	Gerenciamento de Custos
Desafios Legais	8	Gerenciamento de Escopo
Não usar networking / Coaching	8	Gerenciamento de Recursos Humanos e Comunicação
Desgaste Prematuro	8	Gerenciamento da Qualidade e Recursos Humanos
Falta de Pivotagem	7	Gerenciamento de Custos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados apresentados permitem criar uma ligação direta com as áreas de conhecimento do gerenciamento de projetos, sendo possível, notar uma total relação com a ausência de um Planejamento Estratégico, conforme apresentado pelo PMBOK (Um guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK) 5ª edição, pág. 10, 2013).

Os projetos são frequentemente utilizados como um meio de direta ou indiretamente alcançar os objetivos do plano estratégico de uma organização. Os projetos são normalmente autorizados como resultado de uma ou mais das seguintes considerações estratégicas:

- Demanda de mercado (p.ex., uma companhia automobilística autoriza um projeto para a fabricação de carros energeticamente eficientes em resposta à escassez de gasolina);

- Oportunidade/necessidade estratégica de negócios (p.ex., uma empresa de treinamento autoriza um projeto para criar um novo curso para aumentar sua receita);
- Necessidade de natureza social (p.ex., uma organização não governamental de um país em desenvolvimento autoriza um projeto para fornecer sistemas de água potável, latrinas e educação sanitária às comunidades vítimas de altos índices de doenças contagiosas);
- Consideração ambiental (p.ex., uma companhia de serviços públicos autoriza um projeto para criar um novo serviço de compartilhamento de carros elétricos para reduzir a poluição);
- Solicitação de cliente (p.ex., uma companhia de energia elétrica autoriza um projeto de construção de uma nova subestação para atender a um novo parque industrial);
- Avanço tecnológico (p.ex., uma empresa de produtos eletrônicos autoriza um novo projeto para desenvolver um laptop mais veloz, mais barato e menor em decorrência dos avanços em memória computacional e tecnologia eletrônica); e
- Requisito legal (p.ex., um fabricante de produtos químicos autoriza um projeto para estabelecer diretrizes para o manuseio correto de um novo material tóxico).

Vale salientar que tais pontos do planejamento estratégico atendem plenamente as denominações do perfil de uma *Startup*.

Uma vez compreendido todos os conceitos por trás desta simples frase, pode-se entender o tamanho da importância de uma organização projetizada para execução deste modelo de negócio, e desta forma, estratificando tais dados pode-se obter o seguinte ranking de motivos de falhas *versus* área do conhecimento:

Figura 2. Motivo de Falhas *versus* Área de Conhecimento (PMBOK)

Área do Conhecimento	%
Gerenciamento de Escopo	45,59
Gerenciamento de Custos	16,54
Gerenciamento de Recursos Humanos	8,46
Gerenciamento da Comunicação	5,15
Gerenciamento de Custos e Qualidade	6,99
Gerenciamento da Qualidade e Escopo	6,25
Gerenciamento da Qualidade e Comunicação	5,15
Gerenciamento de Recursos Humanos e Comunicação	2,94
Gerenciamento da Qualidade e Recursos Humanos	2,94

Fonte: Elaborado pelo autor (PMOBOK)

Em um entendimento mais profundo sobre os modos de falha das *Startups*, é muito forte a relação destes motivos com a área de Conhecimento de Gerenciamento de Escopo, conforme apresentado pelo PMBOK (Um guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos, 5ª edição, pág. 105, 2013):

O gerenciamento do escopo do projeto inclui os processos necessários para assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o necessário, para terminar o projeto com sucesso. O gerenciamento do escopo do projeto está relacionado principalmente com a definição e controle do que está e do que não está incluso no projeto.

Desta forma, este conceito torna-se um norteador para o desenvolvimento e andamento do projeto, que no caso representa uma *Startup* dentro do seu ciclo de vida. Ao observar que o modo de maior influência no fechamento de *Startup* é ausência de mercado, que em uma análise mais ampla e significativa incide basicamente em 100% do sucesso ou fracasso da mesma, entende-se que a importância dos conhecimentos das boas práticas para gerenciamento de projeto, conforme o PMBOK (pág. 106, 2013), no que tange a coleta de dados para elaboração do escopo, tais falhas seriam totalmente mitigadas:

Figura 3. Processo de Coletar os Requisitos (PMBOK)

5.2 Coletar os requisitos		
.1 Entradas	.2 Ferramentas e técnicas	.3 Saídas
.1 Plano de gerenciamento do projeto	.1 Entrevistas	.1 Documentação dos requisitos
.2 Plano de gerenciamento dos requisitos	.2 Grupos de discussão	.2 Matriz de rastreabilidade dos requisitos
.3 Plano de gerenciamento das partes interessadas	.3 Oficinas facilitadas	
.4 Termo de abertura do projeto	.4 Técnicas de criatividade em grupo	
.5 Registro das partes interessadas	.5 Técnicas de tomada de decisão em grupo	
	.6 Questionários e pesquisas	
	.7 Observações	
	.8 Protótipos	
	.9 <i>Benchmarking</i>	
	.10 Diagramas de contexto.	
	.11 Análise dos documentos	

Fonte: Um Guia de Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (GUIA PMBOK, pág. 106, 2013).

A utilização de uma simples pesquisa de mercado, ou até mesmo o uso de um sistema de *crowdfunding* (sistema de financiamento coletivo), permitiriam um entendimento melhor do escopo, e por consequência a decorrência de todos os demais pontos falhos. Como por exemplo, uma *Startup* de tecnologia de software necessita de mão-de-obra especializada para desenvolvimento de seus produtos, na ausência da mesma na sua região de atuação, pode gerar um aumento significativo dos custos, e por consequência um aumento considerável no preço de seu produto final. Exemplificando na pesquisa como problemas de caixa, entende-se que neste caso aplica-se o conceito para matéria-prima, equipamentos de fabricação, conceitos logísticos, entre outros, sendo os mesmos dados básicos de entrada para elaboração do escopo gerando impactos diretamente no gerenciamento de custos.

Pode-se gerar tal ligação direta com o Gerenciamento de Escopo para todos os outros tópicos da pesquisa. Voltando no mesmo exemplo fictício da *Startup* de tecnologia, a ausência de uma equipe adequada encontra-se em terceiro lugar na mesma pesquisa, e da mesma maneira seria mapeada através do Escopo do Projeto.

O processo de Coletar os Requisitos para desenvolvimento do Gerenciamento de Escopo, entende-se por exemplo como o mesmo pode colaborar com o bom andamento da *Startup* na sua vida, uma vez que através do mesmo é elaborado o plano de Gerenciamento da Qualidade e o plano de Gerenciamento de Aquisições, que colaboram diretamente com os motivos de derrota para concorrência, questões de custo e preço, e produtos inadequados.

Observa-se também que no desejo de que o modelo de negócio seja repetível e escalável, as características de padronização oferecidas por um Gerenciamento de Escopo adequado, colaboram em muito com o sucesso do mesmo, uma vez que permitem que tais características sejam mantidas ao longo de sua vida.

APLICAÇÃO DAS FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO DE ESCOPO, PARA REDUZIR OS ÍNDICES DE MORTALIDADE DAS STARTUPS

Para coletar os requisitos e definir o escopo existem técnicas e ferramentas para identificar e organizar os objetivos reais do projeto para um nível assertivo do mesmo e obter o sucesso esperado do modelo de negócio. O escopo é o primeiro passo para que a *Startup* (ou projeto) evolua para as demais áreas com eficiência, alcançando assim o sucesso da *Startup*.

TÉCNICAS PARA COLETAR OS REQUISITOS

Brainstorming

Brainstorming é uma palavra de origem inglesa que tem por significado “Tempestade de ideias”. Trata-se uma técnica que permite aos participantes explorar diversas ideias sobre um tema, com objetivo de propor novas soluções através do pensamento criativo de todos (COUTINHO e BOTTENTUIT JUNIOR).

Esta técnica permite criar um ambiente adequado para o desenvolvimento e estímulo de novas ideias em grupo, proporcionando também, as tomadas de decisões através de uma avaliação crítica sobre o tema.

Em gerenciamento de projetos, a técnica de *Brainstorming* torna-se de grande importância, pois permite a participação de todos os integrantes do grupo, para alcançar uma ampla variedade de ideias. A técnica não permite que críticas surjam para as ideias propostas pois nenhuma ideia é ruim, sugere que os participantes devem se arriscar e permite a cada participante utilizar a imaginação para propor novas ideias (MONTES, 2016).

Mapa Mental

Mapa mental ou *Mind Mapping* segundo (BOVO, 2005) é essencialmente um diagrama hierarquizado de informações, onde facilmente identifica-se relações e os vínculos entre as informações. É uma técnica em que as ideias criadas através das sessões individuais de *brainstorming* são consolidadas em um único mapa mental para refletir a

existência de atributos comuns e diferenças de entendimento, além de gerar novas ideias (Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK®), 2013).

DEFINIR O ESCOPO

Opinião especializada:

Colocar uma ideia em prática é a melhor maneira para testar as hipóteses levantadas na fase de planejamento. O empreendedor deve estar atento com a opinião de pessoas de fora da empresa. Pessoas que conseguem perceber o valor da solução sem a visão de quem a criou. É fundamental também estar aberto a novas ideias, melhorias e críticas. E se a hipótese não for validada, é sempre a hora de repensar o planejamento (Roveda, 2014).

A qualidade do gerenciamento do escopo é decisiva para o sucesso ou fracasso do seu projeto. Gerir bem o escopo minimiza riscos e é um elemento de integração do time do projeto, patrocinadores e demais partes interessadas.

A opinião especializada é a ferramenta e técnica mais usada pelos processos do Guia PMBOK®. Ela é citada em 28 dos 47 processos do guia e por isso, deve sempre ser considerada.

É necessário solicitar a opinião e conhecimento de grupos ou pessoas que tenham treinamento ou conhecimento especializado na área ou disciplina em questão, tais como:

Alta administração, principais partes interessadas identificadas, gerentes de projetos que trabalharam em projetos da mesma área, especialistas no assunto da área de negócio ou do projeto e grupos e consultores do setor (Montes, 2016).

5W2H

Esse conceito é vinculado a 7 perguntas que eliminam quaisquer dúvidas que possam aparecer ao longo de um processo, atividade ou criação de um novo negócio. São elas:

5W2H	
5W	
What?	O que deve ser feito?
Why?	Porque será feito?
Where?	Onde será feito?
When?	Quando?

Who?	Por quem será feito?
2H	
How?	Como será feito?
How much?	Quanto vai custar?

Aplicando essas perguntas as razões para encerramento de uma Startup (fig.1), chegamos à conclusão que os motivos: questão de custo X preço (18%), sem demanda de mercado (42%), falta de modelo de negócio (17%), momento errado (13%) e produtos inadequados (17%), podem ser reduzidos de forma significativa (PORTAL ADMINISTRATIVO, 2015).

CONCLUSÃO

Através da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível verificar que a mortalidade das *Startups* está diretamente relacionada à falta de gestão estratégica. Apenas 25% das *Startups* lançadas alcançam um tempo médio de sobrevivência maior que 13 anos, sendo que 50% do total lançado, não superam os 5 anos de existência. A falta de uma boa preparação para lançamento de uma *Startup*, faz com que a mortalidade se torne algo provável, desta forma, o lançamento prematuro, número de sócios, volume de capital investido e local de instalação tornam-se itens de extrema importância a serem analisados (ARRUDA, NOGUEIRA, *et al.*, 2012). Quando não se realiza a análise completa do cenário em que se irá investir, a chance de sucesso torna-se mínima, por isso, deve ser elaborado um bom plano de gerenciamento de escopo para lançamento de uma *Startup*.

As *Startups* sempre estiveram e estarão inseridas em um ambiente de incerteza e instabilidade, o que torna ainda mais importante, minimizar as possibilidades de insucesso. A aplicação do gerenciamento de projetos, através de suas ferramentas e técnicas, minimiza consideravelmente as chances de insucesso, principalmente porque está fundamentado no conceito de aproveitar o nível de maturidade da empresa e de seus gestores, o que possibilita um maior conhecimento no mercado em que se está inserindo (BERSSANETI, DE CARVALHO e MUSCAT, 2012).

O bom gerenciamento de escopo aplicado à *Startups*, pode resultar na diminuição dos casos de mortalidade evidenciados anteriormente, pois conforme apresentado no estudo, podem manter as características principais destes tipos de corporações que visam crescer de maneira rápida, tendo a inovação como ponto principal. O gerenciamento de projetos quando bem realizado pode ser aplicado com sucesso em qualquer tipo de corporação e quando suas técnicas são mantidas, podem refletir em aprendizado e conhecimento a todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, C. et al. **Causas da Mortalidade de Startups Brasileiras**. Fundação Dom Cabral. p.18. 2012.
- BENVENUTTI, M. **Incansáveis**. São Paulo: Gente, 2016.
- BERSSANETI, F. T.; DE CARVALHO, M. M.; MUSCAT, A. R. N. **Impacto dos modelos de referência e maturidade no gerenciamento de projetos: estudo exploratório em projetos de tecnologia da informação**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. p. 405-420. 2012.
- BRITO, C. Empreendedorismo. **Acelera Startups**, 23 Novembro 2014. Disponível em: <<http://www.acelerastartups.com/br/empreendedorismo/>>.
- CALVINO, F.; CRISCUOLO, C.; MENON, C. **Cross-Country Evidence on Start-up Dynamics**. OECD Science, Technology and Industry Working Papers. Paris, p. 57. 2015.
- COUTINHO, C. P.; BOTTENTUIT JUNIOR, J. B. **Utilização da técnica do Brainstorming na introdução de um modelo de E/B-Learning numa escola Profissional Portuguesa: a perspectiva de professores e alunos**. Universidade do Minho. Braga, p. 102-118.
- GITAHY, Y. O que é uma startup? **Exame**, 03 Fevereiro 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/>>.
- MONTES, E. Brainstorming. **Escritório de Projetos**, 2016. Disponível em: <<https://escritoriodeprojetos.com.br/brainstorming>>. Acesso em: 26 Fevereiro 2017.
- PMI Founders. **PMI**. Disponível em: <<https://www.pmi.org/about/learn-about-pmi/founders>>. Acesso em: 03 Fevereiro 2017.
- REIS, L. G. **Produção de monografia da teoria à prática: o método de educar pela pesquisa (MEP)**. 4ª. ed. Brasília: Senac, 2012.
- RIES, E. **A Startup Enxuta**. São Paulo: Leya, 2012.
- ROVEDA, V. 4 caminhos para o sucesso de uma startup. **Endeavor**, 2014. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/tire-a-ideia-do-papel-e-crie-uma-startup-de-sucesso/>>. Acesso em: 26 Fevereiro 2017.
- Survey Report - 2015 State of the Startup. SAGE. Irvine, CA, p. 7. 2015.
- The top 20 Reasons Startups Fail. CB Insights. p. 12. 2017.
- Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK®). 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

QUEBRANDO O TABU: A GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARTICIPATIVA DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA A METODOLOGIA CIENTÍFICA

Aloísio Aparecido Silva Junior (Aluno do curso de pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI, Senac Jundiaí); aloisio_aparecido@hotmail.com.br
Edvaldo José de Oliveira Martins (Aluno do curso de pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI, Senac São Paulo); Edvaldo.martins3130@gmail.com
Fabiane Lopes Puga Trevisan (Aluna do curso de pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI, Senac Jundiaí); fabianelopespt@hotmail.com
Fernanda Schuchmann Cukier (Aluna do curso de pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI, Senac Jundiaí); fescukier@hotmail.com
Mariliz Mazzoni Magaton Bento (Aluna do curso de pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI, Senac Jundiaí); marilizmazzoni@hotmail.com
Paulo Vitor Targa Lima (Aluno do curso de pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI, Jundiaí); pvtarga@gmail.com.br*

Resumo: Este relato de experiência tem o objetivo de descrever o processo de construção de um jogo como atividade avaliativa da disciplina 'Trabalho de Conclusão de Curso I: Metodologia' do curso de pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI do Senac Jundiaí. A escrita do texto foi organizada de forma a apresentar e descrever, detalhadamente, o processo de construção do jogo "Quebrando o Tabu", dividido em Introdução, Descrição da Experiência – Planejamento, Pesquisa e Execução – Resultados e Conclusões. Com a proposta de tornar o estudo de metodologia científica mais acessível e interessante aos alunos de graduação e pós-graduação, foi elaborado planejamento do projeto afim de atingir tais objetivos propostos. A partir disso, o trabalho de pesquisa buscou entender os benefícios da gamificação como uma proposta de ensino lúdico à temática da disciplina; elaborar um jogo que unificasse criatividade e aprendizado e garantir ao grupo, apropriação do conteúdo de disciplinar. Na fase de execução do projeto foi realizado o estudo para verificar a jogabilidade, definição das regras, assim como a dinâmica para a sua aplicação em sala de aula. Como resultado da realização do jogo

'Quebrando o Tabu' verificou-se que o modelo utilizado como estratégia de ensino-aprendizagem provocou aos integrantes do grupo uma análise reflexiva sobre a aquisição de conhecimento por meio recreativo e dinâmico, garantindo um aprofundamento teórico da temática. Além disso, a construção do jogo garantiu uma nova ferramenta participativa para uso em sala de aula, que deve ser mediada por um professor da área, com a finalidade de explorar os estudos a respeito de metodologia científica no Ensino Superior.

Palavras-chave: Gamificação, Metodologia Científica, Estratégia Participativa, Gerenciamento de Projetos.

Abstract: This experience report aims to describe the process of constructing a game as an evaluation activity of the course 'Work of Completion of Course I: Methodology' of the postgraduate course of Project Management - Practices of PMI of Senac Jundiaí. The writing of the text was organized in order to present and describe, in detail, the process of construction of the game "Breaking the Taboo", divided in Introduction, Description of the Experience - Planning, Research and Execution - Results and Conclusions. With the proposal to make the study of scientific methodology more accessible and interesting to undergraduate and graduate students, project planning was elaborated in order to achieve these proposed objectives. From this, the research work sought to understand the benefits of gamification as a proposal of playful teaching to the theme of the discipline; To elaborate a game that unifies creativity and learning and to guarantee to the group, appropriation of the content of discipline. In the project execution phase, the study was carried out to verify the playability, definition of the rules, as well as the dynamics for its application in the classroom. As a result of the 'Breaking the Taboo' game, it was verified that the model used as a teaching-learning strategy provoked the members of the group a reflexive analysis about the acquisition of knowledge through recreational and dynamic, guaranteeing a theoretical deepening of the theme. In addition, the construction of the game secured a new participative tool for use in the classroom, which should be mediated by a teacher of the area, with the purpose of exploring the studies regarding scientific methodology in Higher Education

Keywords: Gamification, Scientific Methodology, Participatory Strategy, Project Management

INTRODUÇÃO

Diante do desafio proposto pela professora responsável pela disciplina 'Trabalho de Conclusão de Curso I: Metodologia' do curso de Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI do Senac Jundiaí em dinamizar e otimizar o estudo de metodologia científica por meio da realização de um jogo, os integrantes de grupo tiveram um olhar multidisciplinar, correlacionando os conhecimentos sobre estratégias participativas de ensino-aprendizagem com gamificação e metodologia.

A criatividade, a colaboração e a visão crítica foram pontos relevantes para o desenvolvimento do projeto, garantindo assim, os objetivos propostos pela disciplina. Como resultado, o trabalho garantiu um processo sensível aos integrantes do grupo e gerou uma nova ferramenta para a exploração da temática proposta, conforme apresentado a seguir.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Com o objetivo de apresentar, detalhadamente, a experiência obtida com a execução do jogo "Quebrando o Tabu", apresenta-se a seguir as fases de Planejamento, Pesquisa e Execução.

PLANEJAMENTO

Sendo os integrantes do grupo, alunos do curso de pós-graduação em Gerenciamento de Projetos, estruturou-se um planejamento, com o objetivo de elencar os principais pontos do projeto, estruturar um cronograma - com datas e suas respectivas entregas - a fim de cumprir os objetivos propostos.

Na primeira reunião realizada no dia 24 de junho de 2017, o grupo estruturou o cronograma de atividades. Para as duas primeiras semanas de julho, o grupo deveria realizar as pesquisas a respeito dos benefícios da utilização de jogos para na educação, sugestões de jogos e as próprias bases teóricas da temática proposta.

No dia 18 de julho de 2017, o grupo compartilhou os resultados obtidos com a pesquisa, definindo assim, um norte metodológico para o projeto. Na mesma reunião, o grupo definiu que deveriam realizar um jogo que unisse criatividade e conhecimento, envolvendo os demais alunos da sala e o professor da disciplina.

Com tais direcionamentos, o grupo conseguiu estabelecer o restante do cronograma do projeto, atribuindo ao final do mês de julho de 2017 o prazo máximo para a escolha do jogo e definição das regras. Na primeira quinzena de agosto de 2017, as fases de produção e execução do jogo e do presente relato de experiência foram realizadas.

PESQUISA

Durante a fase de Planejamento, o grupo identificou a necessidade de realizar três pesquisas. A primeira, a respeito dos benefícios da utilização de jogos para o estudo de metodologia científica, a segunda, sobre jogos que pudessem contribuir com o projeto e a terceira sobre os principais conceitos da temática, possibilitando assim, a criação de um jogo que contemplasse todo o conteúdo necessário para o correto cumprimento da disciplina.

Na primeira pesquisa, o grupo encontrou uma série de artigos e textos online que discorriam sobre os benefícios dos jogos no processo de aprendizagem e como a gamificação, que consiste em utilizar os recursos de jogos em outros contextos, podem ser benéficos aos atores envolvidos na sua produção e realização.

Justificando tais benefícios, a autora Lorenzoni (2016) defende que “na educação, o potencial da gamificação é imenso: ela funciona para despertar interesse, aumentar a participação, desenvolver criatividade e autonomia, promover diálogo e resolver situações-problema”.

Correlacionando os benefícios acima com as dificuldades e desinteresse que os alunos do Ensino Superior possuem pelo estudo da metodologia científica, Mattar et al. (2017) afirmam que:

aprendizagem baseada em games, um tipo de metodologia ativa, pode contribuir para minimizar esse desinteresse dos alunos pela disciplina Metodologia Científica e desenvolver as habilidades e competências que ela se propõe a ensinar.

Assim, evidenciou-se, as vantagens que a produção de um jogo trariam para o estudo da disciplina em questão, porém, com um desafio: entender qual o tipo de jogo se adequaria à temática. Para essa definição, o grupo embasou-se em um trecho do artigo “*Games para ensino de metodologia científica: revisão de literatura e boas práticas*” (2017), que afirma:

Em primeiro lugar, cabe refletir se o objetivo do game é ensinar ou avaliar conhecimentos prévios dos alunos. No primeiro caso, o game precisa incluir conteúdo (mesmo que como processo), enquanto, no segundo caso, o propósito é organizar jogabilidade e mecânica para avaliar aquilo que o aluno já deveria saber. É possível pensar numa combinação desses objetivos: um game que ao mesmo tempo ensine e avalie conhecimentos e habilidades.

Optando por elaborar um jogo que combinasse os objetivos acima, o grupo aprofundou sua leitura e encontrou no texto de Mattar et al. (2017) um direcionamento decisivo para a definição do jogo, quando os autores apresentam o desejável e o evitável para um jogo que se destine a esse estudo, conforme afirmam:

Deve-se evitar o foco em testes de múltipla escolha (que quebram a diversão e ludicidade), atividades que não tenham relação com a aprendizagem, a confusão entre elementos interativos e não interativos e *games* excessivamente textuais e discursivos. Um dos desafios dos *games* educacionais é alcançar um equilíbrio adequado entre a diversão e a educação, ou seja, não produzir um jogo de puro entretenimento, nem um *software* voltado apenas para a aprendizagem.

Com essas informações direcionando o trabalho do grupo, cada membro do grupo buscou, de acordo com suas experiências, jogos que respeitassem essas características e pudessem garantir uma escolha assertiva de jogo, caracterizando a segunda pesquisa para a construção do projeto.

Após pesquisas pessoais e individuais em diferentes fontes, o grupo compartilhou suas ideias e, entre todas apresentadas, o jogo "Tabu", se destacou, sendo, portanto, a escolhida.

Para entender a dinâmica do jogo selecionado, apresenta-se a seguir o descritivo encontrado no Lodopedia (2017, s/p), *site* de referência no assunto:

Tabu é um jogo festivo de palavras. Os jogadores se revezam descrevendo uma palavra ou frase em uma carta comprada para

o seu parceiro sem usar cinco palavras ou frases adicionais comuns também na carta. Os parceiros opostos assistem a um temporizador e usam uma campainha para parar o jogo. O jogador é desclassificado se descrever uma das cinco palavras ou frases que estão proibidas, ou o jogador descrever fazendo qualquer gesto. A equipe ganha um ponto para cada carta que descobriu com sucesso e a equipe adversária ganha um ponto para cada carta que eles passaram, fizeram gestos ou perderam por dizer uma das palavras ou frases fora dos limites.

A escolha do “Tabu” justifica-se pelo fato de que esse é um jogo dinâmico, sem grandes produções textuais, que estimula a criatividade e o resgate de repertório próprio de cada participante para explicar uma palavra ou conceito, cumprindo as características de um bom jogo para a metodologia científica, conforme indicado.

Além da dinâmica citada, o grupo entendeu como positiva a participação do professor, trazendo uma nova figura ao jogo. Dessa forma, o responsável pela disciplina deve aplicar o jogo no início dos estudos, anotando a lógica que os alunos utilizaram para explicar um determinado conceito, resgatando esse material durante a sua explanação, criando uma dinâmica baseada na experiência dos alunos para as suas aulas.

É possível afirmar que o jogo “Quebrando o Tabu” – nome escolhido pelo grupo e que fez uma nítida alusão ao nome original – é um jogo dinâmico, com tempo ajustável de acordo com as necessidades do grupo e que, independente do ganhador, trará enriquecimento no processo de aprendizagem a todos os jogadores.

O grupo avançou para a terceira parte da pesquisa, revisitando os principais livros sobre a temática para entender todo o universo de conteúdo que deveria ser explorado pelo jogo.

Diante de uma revisão bibliográfica minuciosa sobre metodologia científica, o grupo apropriou-se da temática – reforçando que a gamificação é benéfica até em seu processo de criação – definindo assim, os eixos temáticos que deveriam ser explorados no jogo, relacionados a seguir.

EXECUÇÃO

Após as fases de planejamento e pesquisa, o grupo seguiu com a execução do jogo “Quebrando o Tabu”. Foram definidas as palavras e conceitos que seriam explorados, após os integrantes do grupo simularam o jogo entre si, estabelecendo, quais seriam as ‘palavras proibidas’, para garantir a apreensão da temática proposta.

Dessa forma, observou-se que o ideal seria dividir o jogo em três diferentes níveis, sendo o primeiro fácil, o segundo intermediário e o terceiro, difícil, afinal, essa sequência poderia garantir o melhor processo de imersão na dinâmica do jogo a fim de não comprometer o aprendizado dos conceitos essenciais, presente no nível três.

Para o primeiro nível, que garante a ambientação dos jogadores na dinâmica do jogo, optou-se por palavras de baixa complexidade, mas que de certa forma, estão ligadas ao processo de pesquisa científica, como Internet, Pesquisador e Livro. O segundo nível, de complexidade intermediária, é o responsável por introduzir os jogadores no ambiente da pesquisa científica, apresentando palavras como Universidade, Pesquisa Científica e Conhecimento. O terceiro nível, já de alta complexidade, responsável por trabalhar os conceitos chaves do tema proposto, apresenta Levantamento Bibliográfico, Método, Ética e Pesquisa Qualitativa.

Após a conclusão do projeto, o grupo realizou uma rodada teste com um grupo de professores do Senac Jundiaí – mesma Instituição em que estudam – com o objetivo de verificar a aplicabilidade e os resultados obtidos com a realização do jogo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com a realização do projeto do jogo “Quebrando o Tabu”, o grupo responsável por sua elaboração e execução identificou resultados relevantes em seus processos de ensino aprendizagem, pois foram sensibilizados a estruturar uma estratégia participativa para a construção coletiva e colaborativa de um conjunto de saberes.

Inicialmente, os alunos ampliaram seus repertórios individuais com o aprofundamento dos estudos em gamificação, compreendendo seus objetivos e suas características, resultando na escolha, coletiva, de um jogo específico. A partir desse ponto, fez-se necessária a apropriação do conteúdo de metodologia científica, afinal, é contraditório criar um jogo sobre algo que não se domina.

Com a propriedade teórica adquirida sobre a temática, os integrantes do grupo executaram o projeto, colocando em prática a criatividade, a visão crítica e atitude colaborativa, proporcionando também, uma maneira prática de colocar os conhecimentos

em Gerenciamento de Projetos, área do conhecimento que optaram pelo aprofundamento.

Dessa forma, afirma-se que a criação do jogo “Quebrando o Tabu” trouxe um benefício mútuo, pois, ao mesmo tempo em que servirá como uma estratégia participativa de ensino de metodologia científica para aqueles que fizerem o seu uso, garantiu um processo rico e sensível aos seus idealizadores.

REFERÊNCIAS

- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia, 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- LORENZONI, Marcela. Gamificação: o que é e como pode transformar a aprendizagem. 2016. Disponível em: <<http://info.geekie.com.br/gamificacao/>>. Acesso em: 23 ago.
- LUDOPEDIA. Taboo. Disponível em: <<https://www.ludopedia.com.br/jogo/taboo>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- MATTAR, João; SOUZA, Álvaro Luiz Merici; BEDUSCHI, Jonas de Oliveira. Games para o ensino de metodologia científica: revisão de literatura e boas práticas. Educação, Formação & Tecnologias, Braga, v. 10, n. 1, p.3-19, jan. 2017. Disponível em: <<http://eft.educom.pt/index.php/eft/index>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- REIS, Linda G. Produção de monografia da teoria à prática: o método educar pela pesquisa, Brasília: Senac – DF, 2012.

COMO FOMENTAR A REFLEXÃO PROFISSIONAL EM JOVENS: SEMANA VOCACIONAL – SEVOC

Marília Emanuella Myrrha (Professora de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula

Souza);

marilia.myrrha@gmail.com

Resumo

O presente artigo versa sobre a idealização e realização da Semana Vocacional (SEVOC) na Etec Profa. Dra. Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara, elaborada em 2013 e já tendo sido realizada em 2014, 2015, 2016 e 2017. Esse projeto somou-se à missão e visão da unidade, de forma a tornar possível o trabalho interdisciplinar, o fomento ao (re)pensar os anseios profissionais e a contribuir com o desenvolvimento de competências tecnológicas, humanísticas e científicas para o exercício da cidadania. Assim, durante a SEVOC, profissionais de diversas áreas apresentam palestras, workshops ou oficinas que levam o aluno a entender o mercado de trabalho e a se posicionar frente a seus desejos e objetivos com segurança. Toda a comunidade escolar se mobiliza para o sucesso do projeto, e contribui com os resultados. Sendo assim, ela está em constante modificação, sempre se moldando a novas demandas, desde diferentes temas a novos formatos. Após o primeiro ano de SEVOC, exclusivamente para alunos de Ensino Médio e de ETIM (Ensino Médio integrado ao Técnico), que engloba os alunos que estudam integralmente, o projeto estendeu-se ao Ensino Técnico modular, devido à satisfação dos discentes e docentes, e pela gestão escolar entender que uma semana que mobiliza toda a comunidade escolar para fomentar reflexões acerca do mercado de trabalho e das tecnologias a ele ligadas, deve estar acessível e abrangente a todos os alunos de todos os cursos. E o resultado não foi diferente: adesão, sucesso e institucionalização do projeto para parte integrante do Projeto Político Pedagógico da unidade.

Palavras-chave: Interdisciplinar. Profissionais. Reflexões. Resultado.

Abstract

The purpose of this paper is to present the concepts, execution and results of Etec Profa. Dra. Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara's Vocational Week (Semana Vocacional – SEVOC), developed in 2013 which has been performed annually since 2014. The project reinforces the school's mission and vision, enabling interdisciplinary work, promotion of reflections on professional opportunities and contribution to the development of technological, humanistic and scientific competences for citizen action. Thus, during SEVOC, professional from several fields deliver lectures, workshops or seminars, which lead students to a better understanding of job market and help them in decision-making upon their abilities and professional yearnings. The whole school focus on the success of the event and makes great effort for that. Therefore it is constantly changing and innovating, in order to meet students' needs towards the job market through different topics and formats. After the first year that was exclusively for students from high school and integrated courses, SEVOC encompassed technical programs, created SECAP (*Semana de capacitação profissional* - Professional training week), due to scholars and teaching staff's satisfaction. Besides the school management started including everyone in the project because it was once created for raising students confidence in choosing a career and it could not be focused only in high school level. The result is great accession, success and institutionalization of SEVOC/SECAP including them in School's political pedagogic project.

Keywords: Interdisciplinary. Professionals. Reflections. Result.

INTRODUÇÃO

A Semana Vocacional (SEVOC) Profa. Dra. Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara foi idealizada pela visível necessidade dos alunos do Ensino Médio, seja regular, seja integrado a cursos técnicos, em não apenas escolher uma profissão, ou área de atuação profissional, mas conhecer o mercado de trabalho e o perfil exigido na sociedade de hoje. Vislumbrando a democracia na educação, o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício da cidadania, e o respeito às diferenças culturais, a criação da SEVOC remonta um dos objetivos pelos quais a Professora Doroti se dedicou: o projeto interdisciplinar.

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, o Ensino Médio tem de objetivar "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" (LDB, 1996, art. 35, inciso II). O fundamento da SEVOC é mostrar

ao aluno a realidade do mercado de trabalho para que ele busque em si próprio, com suas experiências e anseios, o que pode somar aos conhecimentos que está construindo, para se posicionar à tão temida escolha profissional.

Atrelando esse objetivo ao trabalho do professor de se transpor à barreira do conteúdo, despertando senso crítico, em nível intelectual e emocional, é possível promover uma reflexão mais complexa sobre a responsabilidade com o próprio futuro, fruto do hoje e não do amanhã, como muitos jovens demonstram acreditar. Assim sendo, para se conduzir um processo tão profundo, foi preciso uma mobilização das equipes pedagógica e administrativa da escola, pois a proposta traria um grande trabalho em diversos níveis.

Durante uma semana a SEVOC promoverá um ambiente focado na reflexão e no autoconhecimento, no futuro do indivíduo, ao qual ele pertence, apontando tendências do mercado e suas razões. Questões como mudança de comportamento, postura profissional, atuação e cargos, áreas em expansão no Brasil e no mundo, entre outras, sempre atreladas às questões históricas que levam a essa realidade.

DESENVOLVIMENTO

A SEVOC foi criada para os alunos esclarecerem dúvidas quanto ao mercado de trabalho, a suas aptidões em consonância com seus sonhos (ou objetivos), à sociedade e suas demandas, e como (ou porquê) devem se posicionar nesse mundo aparentemente distante de sua rotina. Objetiva-se principalmente com um projeto de fomento a escolhas profissionais, munir os alunos com o que for necessário para que passe por essa etapa com segurança e planejamento. Portanto, a SEVOC representa uma mudança na condução da rotina escolar, que poderá inclusive gerar resultados a curto prazo, como será explanado mais a diante. Além disso, esse trabalho envolve corpos docente e administrativo, tanto na escolha dos profissionais que apresentarão as palestras ou workshops, quanto no andamento da semana (horários, salas, deslocamento de pessoal, normas de segurança, etc.). Essa mobilização deverá ter sido apresentada a todos os envolvidos, que poderão contribuir de alguma forma com suas visões e experiências. Sendo, pois, também um projeto de inclusão dentro do meio escolar.

Um dos resultados almejados com esse projeto (ou, processo) é o de levar o jovem estudante a uma descoberta que poderá gerar escolhas conscientes, com a percepção de sua própria inserção no todo, no meio sócio profissional. A SEVOC vem somar às propostas políticas e pedagógicas, assim como no currículo escolar. Por fim, uma

meta também a ser atingida é a de fortalecer as parcerias, uma vez que a SEVOC permite que lancemos mão de convites a profissionais de sucesso que já contribuem de alguma forma com a Etec ou que possa vir a ser um parceiro, investindo assim no aprimoramento dos alunos e até mesmo da escola.

MÉTODOS E MATERIAIS

A SEVOC acontece uma vez ao ano, em agosto, mas sua preparação e organização começa no fim do ano anterior, ou em janeiro do mesmo ano, durante as reuniões de planejamento, quando se determina o tema (ou proposta) do projeto. Ele será o fio condutor da escolha dos profissionais, das áreas e também dos assuntos por eles abordados. A semana destinada ao projeto, escolhida em calendário (homologado em dezembro anterior), destina 3 dias para SEVOC, sem que os alunos tenham aula propriamente dita. Sempre com opções, para que os alunos se inscrevam previamente no que houver interesse. A exemplo temos (Tabela 1):

	QUARTA		QUINTA		SEXTA	
08:00	Startup in	Estudo no exterior	Rede Mulher	Uso de mídias no mercado de	Aviação no Brasil e no	Planejamento do seu futuro
10:30	Áreas em necessidade de	Confeccionando um bom currículo e se saindo	O inglês como diferencial	Empreendendo aos 18	O mercado para o	Educação e

Tabela 1 – Modelo de distribuição de horário para palestras para período matutino (EM e ETIM)

Para os alunos do Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM), criou-se um outro cronograma, além do oferecido no período da manhã, para a demanda da tarde, e focado na área. No caso da unidade Etec Profa. Dra. Doroti Q. K. Toyohara, que tem os cursos de Eventos, Segurança do Trabalho e Eletroeletrônica, ficando, por exemplo, da seguinte forma:

	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13: 30	A imagem no Mercado de Trabalh	Ilustrações Digitais	Direitos e deveres: CLT X Estágio
	Instalações de som e luz em eventos de	Idiomas e eventos	Energia e Sustentabilidade

Tabela 2 – Modelo de distribuição de horário para palestras no período vespertino para ETIM

Assim, diante de todas as opções, os alunos dos ETIMs poderiam escolher qual palestra participar também no período vespertino. As tabelas apresentadas representam uma ilustração da ideia inicial de montagem e organização da SEVOC, e que pode ser uma opção de configuração, mas que não foi plenamente aplicável à unidade em questão. Após o estudo das melhores formas de se manter o andamento dos Planos de Trabalho Docente (PTDs) em todos os componentes, de se atender às disponibilidades dos convidados (palestrantes) e de se manter o efetivo andamento da rotina escolar em outras esferas, diferentes versões foram aplicadas nos quatro anos de SEVOC (de 2014 a 2017), conforme Figuras 1 e 2, onde se veem os folders de divulgação com o cronograma da semana dos 2 primeiros anos, e Figuras 3 e 4, de 2016 e 2017, respectivamente, em que o modelo visual de divulgação ganhou nova versão, com intuito de se propagar externamente por meio das redes sociais e do site da escola, demonstrando assim à comunidade os trabalhos que a unidade promove a seus alunos.

Objetivos do
Evento



Mantenha sempre seu
currículo atualizado

Esperamos neste evento que mantendo a identidade da nossa escola, possamos promover a importância da atualização contínua, o desenvolvimento do espírito empreendedor, o conhecimento das diferentes áreas do mercado profissional e a atuação desses profissionais com estes de sucesso, fortalecendo assim as parcerias, com respeito, credibilidade, confiança e visibilidade de todos os envolvidos.

*O desenvolvimento integral
prevê a visão holística do
ser humano!*



Organização

Direção e Coordenação
Etec Prof.ª Dr.ª Doroti Q.K
Toyohara –
Etec Pirituba

Semana Vocacional

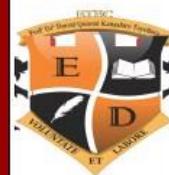
Atualização e Atuação no Mercado Produtivo

Endereço Rua Ambrosia do México,
180 - Pirituba - SP

Tel.: 11-3972-0199
11-3972-0339
www.atecpirituba.com.br

Semana
Vocacional

Atualização e
Atuação no
Mercado
Produtivo



Etec Prof.ª Dr.ª Doroti
Q.K Toyohara -
Etec Pirituba

Tel (011) 3972-0199
Rua Ambrosia do México, 180 - Pirituba - SP

Postura do Aluno



As responsabilidades dos alunos serão, entre outras:

- *Frequentar o evento, sem atrasos - sendo assíduos e pontuais;
- *Ter postura adequada, não saindo da sala, não utilizando celular, não conversando ou rindo de forma inadequada;
- *Valorizar e compreender que o evento é realizado para atualização na área;
- *Valorizar a vinda de profissionais competentes e atuantes no mercado produtivo;
- *Realizar relatórios e/ou trabalhos complementares sobre os temas abordados, quando solicitado pelo(s) professor(es);
- *Perceber e valorizar o trabalho da organização docente e da coordenação, aprendendo com as suas atitudes.

SEMANA VOCACIONAL ATUALIZAÇÃO E ATUAÇÃO NO MERCADO PRODUTIVO

Etim e Ensino Médio

04/08/2014 – Segunda Feira
Curso–Etim de Eventos
Horário: 07h30 às 09h10–AULA
Intervalo: 09h10 às 09h30
09h30min: Palestra
“Mercado de trabalho no setor de Mordomia”
Palestrante: Benê Queiros
Almoço: 11h45 às 12h45
13h – Palestra
“Ser empresário, desafios do dia a dia”
Palestrante: Ednei Rose Buck
14h30: Avaliação e Encerramento

05/08/2014 – Terça Feira
Curso–Etim de Eventos
Horário: 07h30 às 09h10– AULA
Intervalo: 09h10 às 09h30
09h: Palestra
“O profissional DJ em Eventos”
Palestrante: Lui Myrrha
Almoço: 11h45 às 12h45
13h – Palestra
“Agência de Viagens em Eventos”
Palestrante: Sabrina Salgado
14h30: Avaliação e Encerramento

07/08/2014 – Quinta Feira
Curso–Etim de Eventos e Ensino Médio
Horário: 07h30 às 10h–AULA
Intervalo: 10h às 10h20
10h30: Palestra
“Sociologia para quê?”
Palestrante: Karucha Rodrigues Bento
Sala 11
10h30: Palestra
“Ilustrações Digitais - uma trajetória de futuro”
Palestrante: Sergio Rossi
Sala 41
10h30: Palestra
“Jovens Empreendedores”
Palestrante: Juliana Voltan Costa
Sala 46

08/08/2014 – Sexta Feira
Curso–Etim de Eventos e Ensino Médio
Horário: 07h30 às 10h – AULA
Intervalo: 10h às 10h20
10h30: Palestra
“Eu posso ser um Concierge?”
Palestrante: Luciana Lima
Sala 11
10h30: Palestra
“A importância da Educação e da Ciência para o desenvolvimento do país - Um pouco além da física por Mikyo Muramatsu”
Palestrante: Mikyo Muramatsu
Sala 41
10h30: Palestra
“A Imagem no Mercado de Trabalho”
Palestrante: Luana Sraacciliani
Sala 46

Figura 1 – folder de divulgação (impresso) 2014

Objetivos do Evento

- *Fortalecer a importância da atualização contínua;
- *Conhecer as diferentes áreas do mercado profissional e a atuação;
- *Desenvolver o espírito empreendedor;
- *Manter a identidade da nossa escola;
- *Fortalecer o vínculo com os parceiros;
- *Manter a credibilidade, confiança e visibilidade de todos os envolvidos.

O desenvolvimento integral prevê a visão holística do ser humano! Valorize-se!

II Semana Vocacional II Semana de Atualização

Atuação no Mercado Produtivo

As responsabilidades dos alunos serão, entre outras:

- *Frequentar o evento, sendo assíduos e pontuais, não comendo ou bebendo durante as palestras;
- *Ter postura adequada, não saindo da sala, não utilizando celular, não conversando ou rindo de forma inadequada;
- *Valorizar e compreender que o evento é realizado para atualização na área;
- *Valorizar a vinda de profissionais competentes e atuantes no mercado produtivo;
- *Realizar relatórios e/ou trabalhos complementares sobre os temas abordados, quando solicitado;
- *Reconhecer e valorizar o trabalho da organização docente e da coordenação, aprendendo com as suas atitudes.



II Semana Vocacional 2015

II Semana de Atualização e Atuação no Mercado Produtivo



Organização:
ETEC Prof. Dr. Daniel G.A. Topolano
ETEC Piratuba

Tel. (11) 3972-0199 / 0339
Rua Ambrosia do México, 180 - Piratuba - SP
www.etepiratuba.com.br

Rua Ambrosia do México, 180
Piratuba - SP

Tel. (11) 3972-0199 / 0339
www.etepiratuba.com.br





The image shows a printed flyer for the 2015 SENAC event. It is organized into three columns. The left column is titled 'II SEMANA DE ATUALIZAÇÃO CURSOS TÉCNICOS E ETIM' and is divided into 'ETIM - TARDE' and 'TÉCNICO - TARDE'. The middle column is titled 'TÉCNICO - NOITE' and contains a small logo with the letters 'E', 'D', and 'D'. The right column is titled 'ENSINO MÉDIO / ETIM - MANHÃ'. Each section lists dates (from 18/08 to 21/08), course names, topics, and speakers. At the bottom of each column, contact information for ETEC Prof.ª Dr.ª Doroti Q.K. Toyahara in Piratuba is provided. The flyer is framed by a black border with orange vertical bars on the left and right sides.

**II SEMANA DE ATUALIZAÇÃO
CURSOS TÉCNICOS E ETIM**

ETIM – TARDE

Dia 18/08/2015 – Terça-feira
Curso-ETIM em Eventos-1ª e 2ª series
Horário: 13h – sala 11
"Trabalhando com Recreação"
Palestrante: Vinicius Ricardo Cavallari

Curso-ETIM em Segurança do Trabalho
Horário: 13h – sala 46
"Proteção e Higienização da Pele."
Palestrante: Ana Clara Benazzato

TÉCNICO – TARDE

Dia 19/08/2015 – Quarta-Feira
Curso Técnico em Eletroeletrônica
Horário: 16h30 – sala 11
"Aplicações de RF para Sistemas Embarcados"
Palestrante: Alessandro Ferreira da Cunha

Curso Técnico em Segurança do Trabalho
Horário: 16h30 – sala 46
"Proteção e Higienização da Pele."
Palestrante: Ana Clara Benazzato

Dia 20/08/2015 – Quinta-Feira
Curso Técnico em Eletroeletrônica
Horário: 16h30 – sala 11
"WEG Crises & Controls – Automação"
Palestrante: Rodrigo Gabriel de O. Schulz

Curso Técnico em Segurança do Trabalho
Horário: 16h30 – sala 46
"Prevenção e Combate a Incêndios –Primeiros Socorros"
Palestrante: Helder Pinto de Freitas

ETEC Prof.ª Dr.ª Doroti Q.K. Toyahara
ETEC Piratuba

TÉCNICO - NOITE

Dia 19/08/2015 – Quarta-Feira
Curso Técnico em Eletroeletrônica
Horário: 21h – sala 11
"Automação e Controlador Lógico Programável"
Palestrante: Marcelo Campos - Smart Rádio

Curso Técnico em Segurança do Trabalho
Horário: 21h – sala 46
"A Profissão do Técnico em Segurança do Trabalho: desafios e importância"
Palestrante: Marcos A. Ribeiro- Sinteps

Dia 20/08/2015 – Quinta-Feira
Curso Técnico em Contabilidade
Horário: 21h – sala 11
"A Informatização na Contabilidade"
Palestrante: Ania Eduardo de Castro e Igor A. Zacarias

Curso Técnico em Segurança do Trabalho
Horário: 21h – sala 46
"Prevenção e Combate a Incêndios – Primeiros Socorros"
Palestrante: Helder Pinto de Freitas

Dia 21/08/2015 – Sexta-Feira
Curso Técnico em Contabilidade
Horário: 21h – sala 11
"Perfil do Empreendedor e Startup in School"
Palestrante: Oswaldo Cruz

Curso Técnico em Eletroeletrônica
Horário: 21h – sala 46
"Aplicações de RF para Sistemas Embarcados"
Palestrante: Alessandro Ferreira da Cunha

II SEMANA VOCACIONAL

CURSOS: ETIM E ENSINO MÉDIO – MANHÃ

Atenção: **TODOS OS DIAS**
Horário: 07h30 às 9h50 – AULA
Intervalo: 9h50 às 10h10–Palestras: 10h30 às 12h

ETEC Prof.ª Dr.ª Doroti Q.K. Toyahara
ETEC Piratuba

ENSINO MÉDIO / ETIM – MANHÃ

Dia 19/08/2015 – Quarta-Feira
10h30–SALA 11 - 1º-Eventos, 2ª e 3ª A
"Startup in School"
Palestrantes: Oswaldo Cruz, Jaciara Cruz e Luiz Leão

10h30– SALA 46–2ª-Eventos, 2ª e 3ª B
"Ciências Sociais e a Gestão Pública"
Palestrante: Daniel Teixeira de Lima

10h30– SALA 41–1ª ST, 1ª A
"Economia Criativa"
Palestrante: Aline Cardoso Barabino
Com a intérprete de libras Renata Campos

Dia 20/08/2015 – Quinta-Feira
10h30–SALA 11
"A Linguagem do Cinema"
Palestrante: Ricardo Elias

10h30– SALA 46
"Turismo e Meio Ambiente"
Palestrante: Anna Carolina Lobo

10h30– SALA 41
"Rede Mulher Empreendedora"
Palestrante: Ana Fontes

Dia 21/08/2015 – Sexta-Feira
10h30–SALA 11
"O Design de Interiores e a Arquitetura no cuidado com a vida"
Palestrante: Roberta Banqueri

10h30– SALA 46
"Carreira Internacional, Impacto Local"
Palestrante: Aline Cardoso Barabino

10h30– SALA 41
"Como as vivências da adolescência servem de base para a escolha profissional"
Palestrante: Isa Lotito–Educadora Física

ETEC Prof.ª Dr.ª Doroti Q.K. Toyahara
ETEC Piratuba

Figura 2 – folder de divulgação (impresso) 2015



A ETEC Professora Doutora Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara apresenta:

III SEMANA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL & III SEMANA VOCACIONAL



Do dia 16 ao dia 19 de agosto de 2016, a ETEC Pirituba vai abrir suas portas para que palestrantes especializados nos mais diversos assuntos possam apresentar aos alunos oportunidades de carreiras e de especializações para tornar a sua experiência na ETEC ainda mais educativa.
Você ingressando no mercado de trabalho com o currículo mais preparado!

Confira a programação do evento:

SEMANA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL:

		Sala 11	Sala 46
16/ago Terça-feira	13h30	"Perfil e Postura do Profissional de Recreação e Lazer: o que você deve saber para trabalhar nesta área" Luiz Chamlian ETIM em Eventos - 1ª, 2ª e 3ª séries	"Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids" Robson Zamboni ETIM em Seg. do Trab. - 1ª e 2ª séries
	21h	"Finanças Pessoais" Renato Inakiti Técnico em Contabilidade - 1ª, 2ª e 3ª módulos	"Gestão de Carreira - Desafios e Atualidades" Antonio de Sousa Curso Técnico em Segurança do Trabalho - 1ª, 2ª e 3ª módulos
17/ago Quarta-feira	13h30	"Manutenção Preditiva - Termovisão" Durval Finotto - CPTM Curso - ETIM em Eletroeletrônica - 1ª série Curso Técnico em Eletroeletrônica 3ª e 4ª módulo	
	21h	"Manutenção Preditiva - Termovisão" Durval Finotto - CPTM Curso Técnico em Eletroeletrônica - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª módulos	"Plano de Chamada - Intercorrências e Principais Cuidados" Helder Pinto de Freitas Curso Técnico em Segurança do Trabalho - 1ª, 2ª e 3ª módulos
18/ago Quinta-feira	21h	"Variação de Velocidade de Motores CA com Inversor de Frequência" Rodrigo Gabriel Oliveira Schulz Curso Técnico em Eletroeletrônica - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª módulos	"Gestão de Carreira - Desafios e Atualidades" Alex Leal Rhoades Técnico em Contabilidade - 1ª, 2ª e 3ª módulos

SEMANA VOCACIONAL:

		Sala 11	Sala 41	Sala 46
16/ago Terça-feira	10h30	"Trajetória de TI no Brasil e Atualidades no Setor" Minam Vasco	"Profissões em TI, Tecnologia e Gestão Estratégica" Francisco Felinto	"A Atuação do Fonoaudiólogo e a Comunicação" Flavia Maria Chamlian
17/ago Quarta-feira	10h30	"Mais Ação, Menos Reclamação - o que o empreendedorismo pode fazer pela sua Autonomia!" Ana Fortes	"Comportamento Digital na Atualidade - Desafios Contemporâneos" Emelyn Zamperlin	Inovação e programas STEM - emponderamento de jovens". Fernanda Sato
	13h às 17h	Sala 13 - "Maratona Maker - Intel" Camila Achutti e Giselle Cruz		
18/ago Quinta-feira	10h30	"Raça e Etnia na Mídia Brasileira, Imagem e Representação na Moda." Luana Génot	"ONG Banco de Alimentos - do sonho ao sucesso!" Luciana Chinaglia	"Cuidados Necessários de um Blogueiro - como atuar nessa área" Andrea Tissenbaum
19/ago Sexta-feira	10h30	Roda de Bate-papo - "Identidades" Viviane Duarte Ensino Médio 1ªA e 3ªA	Roda de Bate-papo - "Identidades" Priscilla de Sá ETIM em Eventos - 3ª série	Roda de Bate-papo - "Identidades" Beatriz Petilli Ensino Médio 2ªA e 3ªB
	13h30	Roda de Bate-papo - "Identidades" Viviane Duarte ETIM em Eventos 1ª série e ETIM em Seg. do Trab 1ª série	Roda de Bate-papo - "Identidades" Priscilla de Sá ETIM em ST - 2ª série	Roda de Bate-papo - "Identidades" Beatriz Petilli ETIM em Eventos - 2ª série - ETIM em Eletroeletrônica 1ª série

Figura 3 – banner de divulgação (digital e impresso) 2016



IV SEVOC & SECAP 2017

15 à 17 de Agosto

IV Semana Vocacional & IV Semana de Capacitação e Atualização Profissional

OBJETIVOS DO EVENTO:

Desenvolver o espírito empreendedor, manter a identidade da nossa escola, fortalecer o vínculo com os parceiros, fortalecer a importância da atualização contínua, conhecer as diferentes áreas do mercado profissional e a atuação, manter a credibilidade, confiança e visibilidade de todos os envolvidos.

PROGRAMAÇÃO

IV SECAP-ETIM-TARDE

15/08-Terça-14h - Turmas: 1º e 2º ETIM-EL - "Impressão 3D, Conceitos, Princípios e Mercado" - Palestrante: Claudio Luis Marques Sampaio

16/08-Quarta-14h - Turmas: 1º, 2º e 3º ETIM-EV - "O Significado e a Importância da Decoração de Mesas - como fazer, como atuar?" - Palestrante: Zenaide Meskele

17/08-Quinta-14h - Turmas: 1º, 2º e 3º ETIM-ST - "Segurança em Instalações Elétricas no SESP—Sistema Elétrico de Potência" - Palestrante: Teodoro Pietro Fernandes & Geraldo José Martins—IPESP

IV SECAP-TÉCNICO-NOITE

15/08-Terça-19h30 às 22h Sala 11 - PAINEL DE DEBATE - Turmas: 1º CB - 1º EL - 1º ST - "Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, na Perspectiva do Século XXI" - Convidados: Ana Fontes, Patricia Santos de Jesus, Aline Midlej

16/08-Quarta-19h30 às 21h - Sala 11 - Turmas: 1º, 2º e 3º ST - "Segurança em Instalações Elétricas no SESP—Sistema Elétrico de Potência" - Palestrante: Teodoro Pietro Fernandes & Geraldo José Martins—IPESP

17/08-Quinta-19h30 às 21h - Sala 46 - Turmas: 2ºADM - 1º e 3º CB - "Projeto de Vida na Ponta do Lápis" - Palestrante: Marcos Robson Vieira - Trevisan

17/08-Quinta-19h30 às 21h - Sala 11 - Turmas: 1º, 2º, 3º e 4º EL - "Impressão 3D, Conceitos, Princípios e Mercado" - Palestrante: Claudio Luis Marques Sampaio

IV SEVOC-ETIM & ENSINO MÉDIO-MANHÃ - Aula-07h30 às 10h - Intervalo-10h às 10h20

15/08-Terça-10h30 às 12h - Sala 46 - Turmas: 2ª e 3ª A - "Lições Aprendidas, Experiências Vividas" - Palestrante: Theo van der Loo

15/08-Terça-10h30 às 12h50 - Sala 11 - Turmas: 1º, 2º e 3º ETIM-ST - "A Saúde, na Visão do Fisioterapeuta - Áreas de Atuação, Possibilidades e Uma Trajetória de Sucesso" - Palestrante: Taluana Helena El Jamel

16/08-Quarta-10h30 às 12h - Sala 46 - Turmas: 2ª e 3ª A - "A Física, Áreas de Atuação, Possibilidades e Uma Trajetória de Sucesso" - Palestrante: Marcel Dupret

16/08-Quarta-10h30 - 12h50 - Sala 11 - Turmas: 1ª e 2ª ETIM-EL - "A Interação da Eletroeletrônica, da Física e o Mercado Profissional" - Palestrante: Paulo Urbano Ávila

17/08-Quinta-10h30 às 12h - Sala 46 - Turmas: 2ª e 3ª A - "A Escolha em Trabalhar Com as Comunidades Indígenas - Como Aconteceu Essa Trajetória?" - Palestrante: Paula Mendonça de Menezes

17/08-Quinta-10h30 - 12h50 - Sala 11 - Turmas: 1ª, 2ª e 3ª ETIM-EV - "Projeto Vozes - Carreira Profissional" - Palestrante: Andrea Leonel & Bárbara Ubaldo

Organização Geral: Equipe da ETEC, Professores, Coordenadores, Colaboradores e Gestão.

Figura 4 – banner de divulgação (digital e impresso) 2017

Após a 1ª versão, em 2014, os cursos técnicos noturnos aderiram ao projeto com a SECAP – Semana de Capacitação e Atualização Profissional, a partir de 2015. Agregou-se, então, ao projeto inicial objetivos que culminaram na transcendência daqueles que visavam prioritariamente o conhecimento do mercado de trabalho e a escolha profissional, assegurando sua continuidade em firmar-se em uma área já escolhida, conforme Figura 2.

A divulgação do trabalho para toda a comunidade permite que todos saibam como a Etec trabalha, afirmando seus valores e missão, bem como despertando futuros alunos (promovendo a escola). Para facilitar esse trabalho, criou-se, a partir de 2016 o banner digital, que foi veiculado nas redes sociais de forma, aumentando o alcance da divulgação. Vale ressaltar que tal ação resultou na procura de vagas por convidados: alguns profissionais contataram a escola solicitando participação, e acabamos ampliando para convidados de pais e alunos, e estendendo a diretores ou profissionais de escolas e colégios do entorno. Desde a I SEVOC / SECAP realizadas na Etec Profa. Dra. Doroti, em Pirituba, muitos trabalham para seu sucesso: colaboradores administrativos, coordenadores e até mesmo os alunos, protagonistas de todo o trabalho.

RESULTADOS

Todo o trabalho realizado de 2014 até hoje teve forte impacto na identidade da unidade escolar, perceptível até mesmo na fala de alunos de 1º ano, recém-chegados na escola, e que perguntam quando será a SEVOC; assim como a curiosidade dos demais em saber quem serão os palestrantes do ano. Os alunos ingressantes sempre demonstram grande curiosidade e acabam por cooperar com um clima de novidade bastante motivador. Os alunos de 2º ano mostram-se focados e bastante investigativos pois já despertam para os anseios profissionais. E os de 3º ano, ou alunos concluintes (seja do modular, seja do EM e ETIM) já procuram um assunto específico, são participativos desde a criação, porque querem opinar na escolha de profissionais ou das áreas abordadas, questionam mais após as apresentações e dão feedbacks mais frequentemente.

Nas pesquisas de satisfação que entregamos aos alunos ao final de cada palestra pedimos que qualifiquem: 1. Tema; 2. Palestra; 3. Conteúdo; 4. Som e áudio; 5. Infraestrutura; de forma objetiva por meio da legenda: ótimo, bom, regular. O resultado tabulado é compartilhado posteriormente com os palestrantes. Ao longo das 4 edições tivemos as seguintes constatações:

- a) A satisfação quanto à escolha dos temas subiu de 69% classificada como ótima para 83%, sempre definidos pela equipe de gestão, que pesquisa previamente entre docentes e alunos, além de considerar tendências mercadológicas.
- b) No quesito “Palestra” em que se engloba condução do palestrante, relevância da temática, domínio do conteúdo e materiais apresentados, de 68% dos alunos avaliaram como ótima em 2014, e 84% em 2017.
- c) Conteúdos abordados nos últimos 4 anos passou de 79% plenamente de acordo, para 87%.
- d) De 2014 a 2017 o som e o áudio das palestras e a infraestrutura passaram de uma média entre eles de 42% ótima e 52% boa, para 55% ótima e 48% boa, de acordo com a mudança de recursos oferecidos pela escola.

Também houve um resultado no corpo docente, pois os professores também assistem as palestras e sempre enriquecem suas discussões em sala de aula, posteriormente, com assuntos apresentados; e porque eles contribuem sugerindo temas ou mesmo profissionais para agregarem nas edições seguintes.

O formato da elaboração inicial do projeto vem sendo mudado a cada ano, para atender as necessidades da escola e dos envolvidos, como no horário e na quantidade de palestras oferecidas. A ideia de se dar como opção aos alunos 2 palestras antes do intervalo e 2 após, foi substituída por aula propriamente dita até o intervalo e opções de palestras na sequência. Isso garantiu que o programa de aulas não fosse prejudicado, que planos em meio a adversidades pudessem ser tranquilamente aplicados, e até mesmo para que os palestrantes pudessem se organizar juntamente à coordenação do evento em tempo ideal. As inscrições passaram de físicas a virtuais, e limitadas, assim além de se respeitar o espaço, os alunos poderiam experimentar a responsabilidade na adesão e o tipo de organização como ocorre em conferências (que certamente farão no futuro). Conhecer esse formato já estabelece relação com o “ensaio” para o mercado de trabalho proposto pela SEVOC.

Esse trabalho também vem impulsionando parcerias, pois deixa a escola em evidência, como um espaço de verdadeiras práticas pedagógicas, profissionais sociais. A SEVOC também motivou ainda mais os alunos a aderirem a esses outros projetos que as parcerias estabelecidas pela escola oferecem.

A exemplo disso por 3 anos seguidos alunos da Etec Doroti passaram por eliminatórias em nível nacional de provas de lógica, matemática e física até chegarem à fase final na Índia: Quanta. Também temos todo ano alunos medalhados em Olimpíada Brasileira de Matemática, de Biologia, de História, Matemática sem Fronteiras, além das

Olímpiadas do Saber. A unidade constantemente participa de projetos sociais e empreendedores, como "Startup in School" (Ed. Google/CPS 2016 e 2017), "Plano de Menina" (projeto social do Plano Feminino, idealizado pela jornalista Viviane Duarte, embaixadora e ex-consulesa da França), "Projeto Pense Grande" (Fundação Telefônica), "Prêmio Econoteen de Ensaios", "Pitching night – VR/AR and Gaming" (SwissNex convidou o projeto de um grupo de alunos participação em evento profissional), além muitos outros.

Outro resultado foi a satisfação dos alunos, mensurada por meio de pesquisa, em relação à dedicação da escola em se promover atividades, eventos e projetos que valorizam o conhecimento para além da sala de aula, e que fortalecem neles o desejo de se tornarem cidadãos atuantes e profissionais comprometidos. Uma importante mudança feita a partir da segunda edição e que gerou grande apreço dos professores foi a conferência de certificado de participação nas palestras assistidas, tanto para alunos quanto a professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto deixa na escola um legado do trabalho que transcende a esfera do conhecimento e da sala de aula, mas que envolve dimensões éticas e sociais, sendo a escola enquanto união de corpos docente, discente e administrativo, sob orientação da gestão, um espaço que "requer a disposição para o diálogo" (FREIRE, 1996, p. 25) e "onde se partilha e constrói significados" (MOURA, 2001, p. 155). Por esse motivo, a SEVOC foi criada para unir o pedagógico e o programático, ao conhecimento mercadológico e a práticas educacionais que aproximam o adolescente, o jovem, da realidade profissional. Portanto, à escola "cabe o planejamento de atividades de ensino mediante as quais, professores e alunos possam ampliar, modificar e construir significados" (2001, p. 155), e a SEVOC prova ser uma delas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de zembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes na Seção IV, Do Ensino Médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: 30 de abril de 2017.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MOURA, M. A atividade de ensino como ação formadora. In: CASTRO, A. D. ; CARVALHO, A. M. P. **Ensinar a ensinar**. São Paulo: Pioneira, 2001.

CONSTRUÇÃO DE UM APLICATIVO PARA JOGO DIGITAL EDUCACIONAL

Cibele Ferreira Nomura - Aluno de Pós-graduação do Centro Universitário Senac - Lato Senu em Gerenciamento de Projetos - Práticas do PMI; cibelenomura@hotmail.com

Marcelo Cavalcante - Aluno de Pós-graduação do Centro Universitário Senac - Lato Senu em Gerenciamento de Projetos - Práticas do PMI; marcelo.cav78@gmail.com*

Resumo: Em meados de outubro de 2003 estava sendo criado por Andy Rubinera, Nick Sears e Chris White o sistema operacional Android onde seria um desenvolvimento de um sistema operacional para câmeras fotográficas digitais. Após passar um período, a equipe de Andy observou que o mercado de câmeras digitais não traria muitos benefícios onde o jeito foi desviar esforços e investir no sistema operacional para smartphones, mas como o investimento era muito alto, impossibilitou o bom avanço do projeto. Em 2005 a Google compra a empresa de Andy onde o coloca como o líder com uma equipe para trabalhar no desenvolvimento em uma plataforma totalmente baseada em Linux e a partir deste passo começou a evolução. Com o crescimento da plataforma dos dispositivos móveis no mercado nacional e internacional, atualmente este dispositivo não tem somente a capacidade de realizar chamadas de telefone, mas também desempenham outras funções como por exemplo específico jogos para o sistema operacional Android que vem crescendo muito rapidamente. Este mercado de entretenimento digital vem criando muitas vantagens com isto, onde os jogos para a plataforma Android vem sendo um dos mais utilizados por diversos tipos de público e com isso vem também despertando a curiosidade de algumas pessoas em criar aplicativos de jogos para esta plataforma. Neste trabalho estaremos abordando um desenvolvimento de uma criação de um jogo tipo Quiz (perguntas e respostas) baseando-se no guia de boas práticas de gestão de projetos PMBOK, pois além de ser um jogo para entretenimento também serve para adquirir mais conhecimento em gestão de projetos.

Palavras-chave: Android. Plataforma. Dispositivos móveis. Gestão de projetos.

Abstract: In the middle of October 2003 was being created by Andy Rubinera, Nick Sears and Chris White the Android operating system which would be a development of an operating system for digital still cameras. After having a period, the team of Andy noted that the market for digital cameras would not bring many benefits where the way

was diverting efforts and invest in the operating system for smarthphones, but as the investment was very high, prevented the smooth progress of the project. In 2005 Google buys the company of Andy where the places as the leader with a team to work on the development on a platform based entirely on Linux, and from this step began the evolution. With the growth of the platform of mobile devices in the national and international market, currently this device will not only have the ability to carry out phone calls, but also play other roles as per specific example games for the Android operating system that is growing very quickly. This market of digital entertainment has been creating many advantages with this, where the games for the Android platform has been one of the most used by various types of audiences and with this comes also arousing the curiosity of some people in creating game applications for this platform. In this work we will be addressing a development of a creation of a game type Quiz (questions and answers) based on the Best Practice Guide to Project Management PMBOK, because in addition to being a game for entertainment also serves to acquire more knowledge in project management.

Keywords: Android. Platform. Mobile devices. Project Management.

INTRODUÇÃO

A Tecnologia da informação possibilitou acesso à informação a um número grande de pessoas, tornando-se uma poderosa ferramenta para os processos de ensino aprendizagem. Nesse sentido, muitos estabelecimentos educacionais adotaram como meios de melhorar seu processo educativo, o uso de atividades lúdicas digitais, desenvolvendo a imaginação, a criatividade e o raciocínio lógico, oferecendo inovação tecnológica no processo educacional.

Os jogos digitais são capazes de promover o aprendizado a partir do momento que permitem a apropriação do conhecimento, o desafio no tema abordado, visando crescimento e motivação para avançar para o próximo nível.

Uma tendência que tem surgido no meio educacional é a aprendizagem móvel: por Smartphones, Tablets, notebooks é possível acessar uma quantidade muito grande de informação e em poucos minutos de qualquer lugar. Esse tipo de aprendizagem tem sido palco de discussões quanto a sua funcionalidade, que vem sendo bem utilizada pode ser capaz de difundir conhecimentos de qualidade.

O sistema operacional Android ganhou notoriedade pois permite que os desenvolvedores utilizem todos os recursos disponíveis dos dispositivos móveis, além de permitir aos usuários acesso a praticamente um número quase ilimitado de serviços e aplicações. Nessa perspectiva, jogos com a finalidade de promover o conhecimento ou mesmo para fins comerciais podem ser desenvolvidos de maneira a facilitar ao desenvolvedor a sua construção, como é o caso da ferramenta *Unity* criada pela *Unity Technologies*, ferramenta esta que facilita o desenvolvimento de jogos a um desenvolvedor que não tenha expertise na área, pois ela possui recursos gráficos de fácil acesso e manipulação. Uma versão gratuita dela pode ser adquirida.

Os jogos eletrônicos têm ganhado espaço cada vez maior na sociedade, pois além de permitir o entretenimento, promove o desenvolvimento e a divulgação científica e cultural e a interação social nos ambientes virtuais, aumentando significativamente a capacidade cognitiva dos seus usuários.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O trabalho apresentado destaca o crescimento no mercado de jogos digitais em sistema operacional Android para smartphones onde estão ganhando espaço em todas as idades e gêneros.

Com o objetivo de evidenciar o desenvolvimento de um jogo digital é que relataremos a experiência vivenciada onde será destacado o game engine que é um programa para computador empregado para a criação de jogos digitais. É através do game engine que é feita a programação. Neste programa que já possui bibliotecas de scripts já introduzidas onde facilmente permite criação de um jogo.

Nesta direção, atuamos no programa para desenvolvimento de jogos digitais conhecido como Unity5 3D (desenvolvimento de gráficos) e Visual Studio 2017 (desenvolvimento da programação em C# que se lê C sharp).

A metodologia utilizada para a elaboração do jogo digital, basicamente está dividida em algumas etapas onde foi iniciado com a escolha do tipo do jogo em que no qual mais se adaptava com curso de Gestão de Projetos seria o tipo Quiz com perguntas e respostas baseado no PMBOK V5, em seguida com pesquisa de vídeos e tutorias e informações baseadas na criação de um jogo utilizando o programa Unity5 3D o mais utilizado. Através do programa Unity5 3D iniciado a criação das 4 telas (cenários) divididos em 5 partes chamadas título, temas, tema1, tema2 e nota final. Dentro do cenário, criado um arquivo chamado script para executar toda a mobilidade do jogo através da utilização do programa Visual Studio 2017. Com todo este processo pronto,

inicia a gravação e testes do arquivo para executar o jogo em computador e no sistema operacional Android. O resultado da operação foi muito satisfatório, pois os integrantes do grupo mesmo não tendo muito conhecimento na área de programação conseguiram assimilar bem os passos do desenvolvimento do jogo correspondendo às expectativas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Nesse processo concluímos e consideramos que os integrantes puderam obter experiência tanto na área de criação e programação de jogos, como também adquirir mais conhecimentos nas boas práticas do PMBOK V5, onde o jogo retrata a forma de entretenimento para o dia a dia como também consideramos que o trabalho colaborou de certa forma para evoluir no método de planejamento e práticas profissionais.

REFERÊNCIAS

- Aprenda Unity curso de desenvolvimento de jogos. Disponível em: <http://aprendaunity.com.br/> - Acesso em: 17/07/2017
- Um tour pela linguagem C#. Disponível em: <https://docs.microsoft.com/pt-br/dotnet/csharp/tour-of-csharp/index> - Acesso em: 17/07/2017
- Escrita Acadêmica. Disponível em: <http://escritaacademica.com/topicos/generos-academicos/o-relato-de-experiencia/> - Acesso em: 25/07/2017
- Guia de elaboração de pequenos projetos socioambientais para organizações de base comunitária. Disponível em: <http://ispn.org.br/capta/estrutura-do-projeto/> - Acesso em: 27/07/2017
- Fazendo jogos e aplicativos com Unity 3D. Disponível em: <http://producaodejogos.com/fazendo-jogos-e-aplicativos-com-unity-3d/> - Acesso em: 25/07/2017
- Dissertação - Supercil Mendes da Silva Filho - 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5389/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Supercil%20Mendes%20da%20Silva%20Filho%20-%202015.pdf> - Acesso em: 24/07/2017
- Jogos educativos em dispositivos móveis com o auxílio ao ensino da matemática. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/41623/26403> - Acesso em: 17/07/2017

Representação da UNESCO no Brasil. Aprendizagem móvel. Disponível em:
<http://unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/ict-in-education/mobile-learning/> - Acesso em: 24/07/2017

Guia de normalização de monografias, teses e dissertações para alunos do Centro Universitário Senac [manuscrito] / Rede de Bibliotecas do Senac São Paulo (organizadora) – 3ª. ed. - São Paulo, 2014

DESTINAÇÃO PARA O RESÍDUO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PAVIMENTO ASFÁLTICO, DAS OBRAS LINEARES DE SANEAMENTO BÁSICO DO EXTREMO NORTE DE SÃO PAULO

Amanda Bueno Santos; amandabueno93@gmail.com

Everton Moraes; moraeseverttonseg@bol.com.br

Resumo: As empresas da construção civil são responsáveis por gerar grande quantidade de resíduos e entulhos que precisam ser destinados conforme exigência da Lei 12.305/2010, porém muitas vezes os resíduos não são destinados adequadamente e acabam sendo depositados, clandestinamente, em terrenos baldios, áreas de preservação permanente, vias e logradouros públicos. A fim de atender à legislação vigente para os resíduos de pavimento asfáltico gerados por obras lineares do extremo norte de São Paulo no Município de Franco da Rocha, este artigo tem o objetivo de apresentar as formas de destinação, como o aterro industrial, área de transbordo e triagem (ATT) e a reciclagem externa de resíduos da construção civil (RCC) Classe A, além de apresentar qual a mais viável para a empresa geradora. A proposta visa atender às legislações vigentes, evitar multas por órgãos competentes, não causar impacto ao meio ambiente e à população local. Após a análise de resultados pode-se concluir que o resíduo da construção civil será destinado para a empresa de Reciclagem Externa de Resíduos da Construção Civil Classe A, na qual o resíduo em questão passará por diversas etapas até se transformar em agregado reciclado (areia, bica corrida, brita, entre outros). O que seria um problema ao meio ambiente se descartado de forma inadequada, irá se transformar em uma oportunidade para novas construções.

Palavras-chave: Saneamento básico, construção civil, pavimento asfáltico, destinação final, reciclagem.

Abstract: Construction companies are responsible for generating large quantities of waste and debris that need to be disposed of as required by Law 12.305/2010. However, the waste is not often properly disposed of ends up being deposited clandestinely, in vacant lands, permanent preservation areas, trails and public streets. In order to comply with the current legislation on asphalt pavement residues generated by linear works in the north of São Paulo, in the municipality of Franco da Rocha. This article

intends to present the forms of destination such as the landfill area of transshipment and sorting (ATT) and the external recycling of construction waste (Class A) and present the most feasible for the generator to comply with current legislation. Avoiding fines by competent bodies has no impact on the environment and the local population, after analysis of results it can be concluded that the construction waste will be destined to the recycling company of recycled aggregate (sand, nozzle, gravel, etc.), which would be a problem to the environment if discarded inappropriately will become an opportunity for new constructions.

Keywords: Basic Sanitation, Construction, Asphalt pavement, final destination, recycling.

INTRODUÇÃO

A considerável geração de resíduos nas atividades de construção civil, reformas, ampliações e demolições e sua conseqüente destinação final, quando não realizadas em conformidade com a legislação vigente, podem resultar em impactos ambientais que muitas vezes são visíveis como: a degradação de áreas de preservação permanente, assoreamento de córregos e rios, obstrução de vias e logradouros públicos, proliferação de vetores, queimadas entre outros, que tantos malefícios causam à população e ao meio ambiente (FREITAS, 2009).

O aumento populacional e maior produção de efluentes nas cidades acarretam numa necessidade de aumento dos serviços de infraestrutura específicos, dentre eles o tratamento do esgoto gerado (RIBEIRO; ROOKE, 2010). As obras de saneamento básico possuem diversas etapas até que a população receba a água em sua torneira ou então até que seu esgoto seja transportado para uma estação de tratamento (SABESP, 2016). Todas as etapas possuem geração de resíduos da construção civil (RCC), mas neste artigo será abordada a etapa da execução de obras lineares, que se refere à instalação de dutos subterrâneos, através da abertura de valas em áreas com pavimento asfáltico.

Muitas empresas possuem dificuldades para designar os resíduos da construção civil devido às poucas áreas para destinação, pelo custo elevado para o descarte correto ou então pela distância das instalações que tratam os resíduos da localidade da empresa geradora. Então para onde destinar? Qual o destino mais viável?

Este artigo tem como objetivo identificar as diversas formas de destinação do pavimento asfáltico e verificar qual a mais viável para as obras lineares que estão

acontecendo no extremo norte de São Paulo, localizado no município de Franco da Rocha, para atender às legislações vigentes, contribuir para a preservação ambiental e social da comunidade local e para o setor econômico da empresa que irá determinar o destino mais viável e rentável para seu resíduo gerado.

1. OBRAS LINEARES DE SANEAMENTO BÁSICO

As obras lineares de saneamento básico estão relacionadas com a infraestrutura de transporte, através de dutos subterrâneos, costuma ser um empreendimento de porte considerável, e no Brasil, geralmente envolve investimentos governamentais (SILVA, 2016).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2016), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. De outra forma, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar Salubridade Ambiental. O saneamento básico se restringe ao abastecimento de água e disposição de esgotos (SABESP, 2016).

Segundo Dezotti (2008) para a instalação de dutos coletores de esgoto são encontrados diversos métodos executivos disponíveis. Na obra linear estudada o método é classificado como “vala a céu aberto”.

Considerada a maneira mais tradicional para instalação de tubulações subterrâneas, o método de escavação de vala consiste basicamente na abertura de trincheiras ao longo da extensão da rede coletora proposta e colocação dos tubos nesta abertura, sobre um berço confeccionado com materiais adequados, reaterro e compactação da vala (DEZOTTI, 2008).

Após a ligação das redes domésticas nas redes coletoras o efluente é direcionado para as estações de tratamento de esgoto dos municípios.

1.1. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Em virtude do crescimento considerável da construção civil nas últimas décadas no Brasil, se tornou necessária a busca de práticas voltadas a integrar ações ambientais. A enorme geração de resíduos da construção civil, associada à deposição irregular, acarreta inúmeros impactos negativos para o meio ambiente e para saúde pública. Para Machado (2015) de forma geral, os resíduos sólidos da construção civil são

vistos como resíduos de baixa periculosidade, sendo o impacto causado pelo grande volume gerado.

Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n.º 12.305/2010, os resíduos da construção civil são classificados como os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis. A Resolução CONAMA n.º 307/02 ainda complementa no Art. 2º, inciso I, como os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: "tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc.", comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Outra definição importante nos resíduos da construção civil é a do "Agregado Reciclado", classificado como material granular proveniente do beneficiamento de resíduos de construção que apresentem características técnicas para a aplicação em obras de edificação, de infraestrutura, em aterros sanitários ou outras obras de engenharia, conforme a Resolução CONAMA n.º 307/02.

O gerador deve ser o responsável pelo gerenciamento dos resíduos e as áreas destinadas para essas finalidades deverão passar pelo processo de licenciamento ambiental e serão fiscalizadas pelos órgãos ambientais competentes (CONAMA, 2002).

1.2. PAVIMENTO ASFÁLTICO

Pavimentar significa revestir um piso ou chão com uma cobertura. No âmbito da engenharia, pavimentação constitui uma base horizontal composta por uma ou mais camadas sobrepostas, elevando sua durabilidade e facilitando o fluxo de veículos e pessoas. Conceituação parecida é utilizada para se referir especificamente à pavimentação asfáltica. Trata-se da mesma definição utilizada pelos engenheiros, mas observando as propriedades de resistência ao tráfego contínuo, proporcionando condições ideais ao rolamento (BETUSEAUL, 2015).

O pavimento de uma rodovia é a superestrutura constituída por um sistema de camadas de espessuras finitas, assentes sobre a infraestrutura ou terreno de fundação, a qual é designada de subleito (DNIT, 2006).

O sistema de pavimentação é formado por quatro camadas principais: revestimento de base asfáltica, base, sub-base e reforço do subleito. Dependendo da intensidade e do tipo de tráfego, do solo existente e da vida útil do projeto, o revestimento pode ser composto por uma camada de rolamento e camadas

intermediárias ou de ligação. Mas nos casos mais comuns, utiliza-se uma única camada de mistura asfáltica como revestimento (NAKAMURA, 2011). Segundo Bernucci et al. (2010), geralmente o pavimento asfáltico possui espessuras variando entre 7 a 10 cm.

1.3. DESTINAÇÃO FINAL

1.3.1. ATERRO DE RESÍDUOS CLASSE A PARA USOS FUTUROS

Segundo a Companhia de Tecnologia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB, 2016), é a área tecnicamente adequada na qual serão empregadas técnicas de destinação de resíduos da construção civil classe A no solo, visando à reservação de materiais segregados de forma a possibilitar seu uso futuro ou futura utilização da área, utilizando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

O aterro de resíduos classe A necessita obter licença ambiental junto à CETESB para sua instalação e operação e deve aceitar resíduos somente se acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos - CTR (CETESB, 2016).

1.3.2. ÁREA DE TRANSBORDO E TRIAGEM

A área de transbordo e triagem (ATT) de RCC e volumosos é destinado ao recebimento de resíduos, para triagem, armazenamento temporário dos materiais segregados e posterior remoção para destinação adequada, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos (CETESB, 2016).

A ATT sem transformação (beneficiamento) é licenciada/autorizada pela Prefeitura do Município em que se localiza.

A ATT deve aceitar resíduos somente se acompanhados de Controle de Transportes de Resíduos (CTR) e, ao destinar seus resíduos da construção civil segregados e volumosos a outros locais, também deve utilizar o CTR.

1.3.3. RECICLAGEM EXTERNA DE RCC CLASSE A

A reciclagem externa de RCC Classe A tem por objetivo transformar os resíduos classe A em agregados reciclados que podem ser utilizados em obras de infraestrutura e edificações de acordo com suas características. As normas ABNT

15115:2004 e NBR 15116:2004 orientam o uso dos agregados reciclados em obras de pavimentação e para o preparo de concreto sem função estrutural.

A Área de reciclagem de resíduo classe A necessita obter licença ambiental junto a CETESB para sua instalação e operação, e deve aceitar resíduos somente se acompanhados do CTR.

2. ANÁLISE DE RESULTADOS

De acordo com as análises realizadas referente aos locais de destinação, foi constatado que o valor para descarte do resíduo na ATT, localizada na cidade de São Paulo, refere-se à R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos) por metro cúbico (m³). Para que a empresa de reciclagem externa de RCC classe A receba o pavimento asfáltico na cidade de Jundiaí/SP o custo é de R\$ 14,00 (quatorze reais), já o aterro industrial cobra R\$ 18,00 (dezoito reais) pelo m³, localizado em Itapevi/SP.

O transporte será realizado pela própria empresa geradora do RCC, utilizando um caminhão basculante de 10m³, sendo necessário dessa forma, conforme a Resolução 58/2015, a abertura do CTR para o local de destinação.

Conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2016), a média do valor do óleo diesel é de R\$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos). Segundo informações da empresa responsável pelas obras lineares, a média por mês de resíduo do pavimento asfáltico é de 37m³.

Foram três destinos para o resíduo da construção civil referente a pavimentação asfáltica: aterro de resíduos classe A para usos futuros, área de transbordo e triagem, e reciclagem externa de resíduo da construção civil classe A.

Considerando que o caminhão terá que realizar quatro viagens até o destino final, visto que o resíduo total é de 37m³ e o caminhão armazena 10m³, o custo para destinação e transporte será de R\$ 723,12 para a reciclagem, R\$ 919,48 para o aterro industrial e R\$ 766,45 para a disposição na ATT, conforme as localidades informadas partindo do município de Franco da Rocha.

Quadro 01. Valores da destinação mensal para cada local.

Local	Valor/m³	Resíduo destinado	Valor de Transporte	Total
ATERRO	R\$ 18,00	37m ³ / R\$666,00	R\$253,48	R\$919,48
ATT	R\$ 13,50	37m ³ / R\$499,50	R\$266,95	R\$766,45
RECICLAGEM EXTERNA	R\$ 14,00	37m ³ / R\$518,00	R\$205,12	R\$723,12

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Dessa forma considera-se que a empresa de Reciclagem Externa de RCC Classe A, localizada em Jundiaí, é a opção mais viável e rentável para descarte, apresentando uma diferença de R\$ 43,33 reais da ATT e R\$ 196,36 reais do aterro industrial, além de dar uma destinação ambientalmente correta, fazendo diversas alterações ao resíduo enviado, transformando em areia, brita, bica corrida, entre outros, transformando um problema para a natureza em uma oportunidade de novas construções.

CONCLUSÃO

A construção civil gera uma quantidade significativa de resíduos, sendo estes classificados pela Lei n.º 12.305/2010 como resíduos da construção civil (RCC) que necessitam de uma destinação adequada. No artigo apresentado foi abordado o resíduo referente ao pavimento asfáltico proveniente de obras lineares de saneamento básico do extremo norte de São Paulo, localizada no município de Franco da Rocha.

A fim de destinar o RCC atendendo as legislações vigentes, foram identificados três destinos: aterro de resíduos classe A para usos futuros, área de transbordo e triagem, e reciclagem externa de resíduo da construção civil classe A.

Após a análise de resultados pode-se concluir que o resíduo da construção civil será destinado de acordo com as exigências legais da Lei n.º 12.305/2010 para a empresa de Reciclagem Externa de Resíduos da Construção Civil Classe A, no qual o resíduo em questão passará por diversas etapas até se transformar em agregado reciclado (areia, bica corrida, brita, entre outros). O que seria um problema ao meio ambiente se descartado de forma inadequada, irá se tornar uma oportunidade para novas construções.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL. SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS. 2016. Disponível em:

<http://www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo_Por_Municipio_Index.asp>. Acesso em: 22 nov. 2016. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Lei nº 12305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>. Acesso em 24 out. 2016.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Manual de Pavimentação. 3.ed. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://www1.dnit.gov.br/arquivos_internet/ipr/ipr_new/manuais/Manual_de_Pavimentacao_Versao_Final.pdf. Acesso em: 26 out. 2016.

BETUSEAL. Entenda o que significa pavimentação. 2015. Disponível em: <http://www.betuseal.com.br/entenda-significa-pavimentacao/>. Acesso em 27 de out 2016.

BERNUCCI, Liedi Bariani et al. Pavimentação asfáltica: Formação básica para engenheiros. Petrobras, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.1-72, 05 jun. 2010.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB. Informações sobre área de destinação. São Paulo: CETESB, 2016.

DNIT (2006). Manual de Pavimentação, 3ª Edição. Ministério dos Transportes - Departamento nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT), Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Publicação IPR 719. Rio de Janeiro, Brasil.

DEZOTTI, Mateus Caetano. Análise da utilização de métodos não-destrutivos como alternativa para redução dos custos sociais gerados pela instalação, manutenção e substituição de infra- estruturas urbanas subterrâneas. 2008. 231 f. Tese (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2008.

FREITAS, Isabela Mauricio. Os resíduos da construção civil no município de Araraquara/SP. 2009. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara - Uniara, Araraquara, 2009.

MACHADO, Gleysson B. Definição de Resíduos da Construção Civil no Brasil. 2015.

NAKAMURA, Juliana. Pavimentação asfáltica. 2011. Disponível em: <http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/16/pavimentacao-asfaltica-os-tipos-de-revestimentos-o-maquinario-necessario-260588-1.asp> . Acesso em 26 out. 2016

OMS. Organização mundial da saúde. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/>. Acesso em 22 nov. 2016.

RIBEIRO, Júlia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. SANEAMENTO BÁSICO E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE E A SAÚDE PÚBLICA. 2010. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia, Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Alterada pela Resolução no 348/04 (alterado o inciso IV do art. 3º) do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/36_09102008030504.pdf. Acesso em: 24 out. 2016.

SABESP - Saneamento Básico do Estado de São Paulo: Saneamento básico. São Paulo: SABESP, 2016.

SILVEIRA, E. S.; SANTOS, A. L. F.; BORGES, W. L.; ALMEIDA, I.R.; PEREIRA, L. G.; ROCHA, R. A. Investigação geotécnica de espessura de pavimento flexível com GPR no Câmpus da UEG-CCET- GO. In: 15º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental, 2015, Bento Gonçalves - RS.

SILVA, Ramon Lima da. Comparativo entre métodos executivos de redes coletoras de esgoto.

Método não destrutivo de cravação de tubos x método destrutivo de vala a céu aberto. 2016. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Civil, Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2016.

O IMPACTO E-SOCIAL SOBRE EMPRESAS E EMPREGADOS

Alessandro de Oliveira Machado; aomengenharia@hotmail.com – aluno do curso de Engenharia de Segurança do trabalho - Centro Universitário Senac – Jundiaí

Resumo: Ao longo da história o empregado, que depende exclusivamente de seu trabalho, tem sido o elo mais fraco nas relações trabalhistas, leis que propõem diretrizes que nem sempre são cumpridas. Leis e normas foram criadas com o objetivo garantir a segurança de seus empregados. É fato, que é dever da empresa à responsabilidade de implantar e fiscalizar as normas de segurança e prevenção de acidentes. Contudo, a realidade ainda está longe de atingir o patamar ideal, pois situações e ocorrências de doenças ocupacionais, condições de trabalho insalubre, acidentes no ambiente de trabalho ainda existem. Deste modo, é obrigação da empresa à responsabilidade de implantar e fiscalizar as normas de segurança e prevenção de acidentes. Em paralelo a isso, é responsabilidade do Governo a fiscalização. Para que tal fiscalização seja eficiente e eficaz, foi idealizado o eSocial, projeto do governo federal, de modo a unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados. Por meio de uma ação conjunta entre os órgãos e entidades do governo federal: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Ministério da Previdência – MPS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e Ministério do Planejamento. Este artigo tem como objetivo elucidar alguns aspectos deste Projeto Federal, em relação ao empregado e empregador e as alterações significativas na gestão das empresas diante da aplicação do eSocial.

Palavras-chave: eSocial; Empregadores; Empregados e Segurança do Trabalho.

Abstract: Throughout history, the employee, who depends exclusively on his work, has been the weakest link in labor relations, laws that propose guidelines that are not always fulfilled. Laws and regulations were created with the goal of ensuring the safety of your employees. It is a fact that it is the duty of the company to be responsible for implementing and supervising safety and

accident prevention regulations. However the reality is still far from reaching the ideal level, because situations and occurrences of occupational diseases, unhealthy working conditions, accidents in the work environment still exist. In this way, it is the company's responsibility to implement and oversee safety and accident prevention standards. In parallel to this, the Government is responsible for oversight. In order for such supervision to be efficient and effective, eSocial, a federal government project, has been devised in order to unify the sending of information by the employer in relation to its employees. Through a joint action between the agencies and entities of the federal government: Federal Savings Bank, National Social Security Institute - INSS, Ministry of Social Security - MPS, Ministry of Labor and Employment - MTE, Federal Revenue Secretariat of Brazil - RFB and Planning Ministry. This article aims to elucidate some aspects of this Federal Project in relation to the employee and employer and the significant changes in the management of the companies before the application of eSocial.

Keywords: eSocial; Employers; Employees and Work safety.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história o empregado, que depende exclusivamente de seu trabalho, tem sido o elo mais fraco nas relações trabalhistas, leis que propõe diretrizes que nem sempre são cumpridas. O empregador por sua vez, responsável pelo cumprimento da legislação pertinente a Saúde e Segurança do Trabalho muitas vezes, não o que determina a Lei. Para fins de aplicação, a NR 1 (item 1.6), considera:

- a) Empregador: a empresa individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços. Equiparam-se ao empregador os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitem trabalhadores como empregados;
- b) Empregado: a pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário;

- c) Empresa: o estabelecimento ou o conjunto de estabelecimentos, canteiros de obra, frente de trabalho, locais de trabalho e outras, constituindo a organização de que se utiliza o empregador para atingir seus objetivos:

Que o trabalho é fonte de lesões, adoecimento e morte é fato conhecido desde a Antiguidade. Embora de modo esparso, há citações de acidentes de trabalho em diversos documentos antigos. Há inclusive menção a um deles no Novo Testamento de Lucas (o desabamento da Torre de Siloé), no qual faleceram dezoito prováveis trabalhadores. Além dos acidentes de trabalho, nos quais a relação com a atividade laboral é mais direta, também existem descrições sobre doenças provocadas pelas condições especiais em que o trabalho era executado (BRASIL, 2011).

O e-Social tem como objetivo a unificação das informações trabalhista por meio da coleta e armazenamento no Ambiente Nacional, para utilização dos Órgãos participantes para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e de apuração de tributos e do FGTS.

Trata-se de um projeto idealizado pelo governo federal que tem como objetivos:

- Viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas aos trabalhadores;
- Simplificar o cumprimento de obrigações;
- Aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais.

A iniciação do e-Social determinará mudanças significativas na gestão da área de pessoal das empresas, na implantação até a operacionalização, sendo imprescindível envolvimento das diversas áreas da Instituição, desde o departamento de pessoal, segurança do trabalho, financeiro, contabilidade, setor de TI, dos setores produtivos e apoio total dos gestores da empresa.

Este estudo, logo visa analisar o impacto da implantação do e-Social a ser gerado nas empresas e aos empregados na sua implantação e aplicação, na busca de se conhecer o quanto essas empresas estão preparadas e quais os prós e contras para o empregador e empregado.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E OS ACIDENTES DE TRABALHO

A preocupação com os acidentes de trabalho teve início na Revolução Industrial, com a chegada das máquinas, ainda rudimentares, condições de trabalho precárias, jornadas prolongadas, salários baixos, ambientes de trabalho insalubres, trabalhadores sem o mínimo de treinamento e capacitação. Além disso, idosos, mulheres, e crianças também eram obrigados a trabalhar para sustentarem suas famílias, com a ganância dos empresários em lucrar cada vez mais, o trabalhador era explorado com períodos de trabalhos de até 15 horas por dia com um salário baixo.

O século XVIII foi marcado por profundas mudanças onde oficinas artesanais deram lugar as fábricas, devido à industrialização. A força motriz humana ou animal foi gradativamente substituído pelas máquinas a vapor, posteriormente pela eletricidade e combustão. As ferramentas perderam espaço para as modernas máquinas, graças ao avanço técnico-científico, em meio a isso o trabalhador exposto a inúmeros riscos de acidentes de trabalho devido à própria monotonia de suas atividades e ainda a falta de higiene no ambiente em que trabalhava e falta de EPI, fatores motivarão uma revolução na classe operária posteriormente, lutas, diretas e indiretas, contra a propriedade e o capital representado pelo empregador (Burguesia Industrial)¹.

Durante a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, houve um aumento notável do número de agravos relacionados ao trabalho. Isso decorreu do uso crescente de máquinas, do acúmulo de operários em locais confinados, das longas jornadas laborais, da utilização de crianças nas atividades industriais, das péssimas condições de salubridade nos ambientes fabris, entre outras razões. Embora o assalariamento tenha existido desde o mundo antigo, sua transformação em principal forma de inserção no processo produtivo somente ocorreu com a industrialização (BRASIL, 2011).

As primeiras observações relacionadas à doença do trabalho (Rosa, 2010) advêm das civilizações egípcia, grega e romana, onde os trabalhos pesados e perigosos eram realizados por mão de obra escrava, o qual não existia o mínimo de direitos assegurados, podendo sofrer qualquer tipo de mutilação ou morte.

¹ <https://ddsseguranca40.wordpress.com/2013/03/14/a-seguranca-do-trabalho-no-periodo-da-revolucao-industrial/>

Contudo, a autora cita em seu artigo que a existência de doenças associadas ao trabalho já era conhecida desde o Egito, no reconhecimento da importância do equilíbrio físico e mental do trabalhador para o exercício de suas atividades laborais, porém sem interesse, devido à escravidão da época. Assim, ocorrera no feudalismo, os servos, não tinham direitos trabalhistas, mesmo recebendo proteção militar e política dos senhores feudais, donos das terras, e direitos assegurados, não adquiriram liberdade.

Não se pode esquecer a Revolução Francesa, ocorrida entre os anos de 1789 e 1799, também considerados ponto marcante na evolução da legislação acidentária, pois, com seus ideais de liberdade e igualdade, alterou significativamente a realidade socioeconômica vivenciada, tornando o trabalho livre, abrindo espaço para uma série de princípios, suprimindo grandes injustiças sociais e, quanto aos trabalhadores, criando regras de indenização às vítimas de acidentes do trabalho, buscando evitar a exploração industrial (ROSA, 2010).

A conjunção de um grande número de assalariados com a percepção coletiva de que o trabalho desenvolvido era fonte de exploração econômica e social, levando a danos à saúde e provocando adoecimento e morte, acarretou uma inevitável e crescente mobilização social para que o Estado interviesse nas relações entre patrões e empregados, visando à redução dos riscos ocupacionais. Surgem então as primeiras normas trabalhistas na Inglaterra (Lei de Saúde e Moral dos Aprendizes, de 1802), que posteriormente foram seguidas por outras semelhantes nas demais nações em processo de industrialização (BRASIL, 2011).

Costuma-se dividir a evolução histórica do Direito do Trabalho Brasileiro em fases, sendo o primeiro período considerado significativo para a evolução do Direito do Trabalho no Brasil. Intituladas de Manifestações Incipientes ou Esparsas, desenvolveu-se entre os anos de 1888 até 1930. Caracterizou-se pela presença de movimentos operários sem grande capacidade de organização e pressão, seja pelo seu surgimento e dimensão no quadro econômico-social da época, ou pela influência anarquista hegemônica no segmento mais mobilizado de suas lideranças próprias (MOREIRA, 2016).

Em 1919, através da assinatura do Tratado de Versalhes, dentre outras diretrizes, o referido Tratado previa a criação da Organização Internacional do Trabalho, a chamada OIT. Essa organização visava assegurar,

em nível internacional, a proteção dos trabalhadores diante da relação desigual mantida com seus empregadores. Buscou universalizar a justiça social nos aspectos relacionados ao trabalhador, sendo considerado um dos marcos do processo de internacionalização dos direitos humanos, representando o término de uma época onde o Direito Internacional restringia-se ao tratamento entre Estados, direcionado a matéria governamental, sem abordar temas como o direito do trabalho (ROSA, 2010).

No Brasil, o primeiro ato regulamentadora das obrigações resultantes dos acidentes no trabalho se deu em 15 de janeiro de 1919, com o Decreto Legislativo nº 3.724 (BRASIL, 1919).

Art. 1º - Consideram-se acidentes no trabalho, para os fins da presente lei:

- a) o produzido por uma causa súbita, violenta, externa e involuntária no exercício do trabalho, determinando lesões corporais ou perturbações funcionais, que constituam a causa única da morte ou perda total, ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho:
- b) a moléstia contraída exclusivamente pelo exercício do trabalho, quanto este for de natureza a só por si causa-la, e desde que determine a morte do operário, ou perda total, ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Segundo Rosa (2010), o decreto legislativo nº 3.724, é considerado o primeiro diploma legal brasileiro a regulamentar o tema de forma específica, apesar de muitas lacunas, e ser considerada incompleta, consagrou a emancipação deste ramo, considerando-se esta sua principal contribuição, além de representar um grande avanço, em virtude da previsão de aplicação da teoria da responsabilidade objetiva.

O acidente do trabalho possui estreita ligação com o bem estar social e diante de infortúnios ganhou previsibilidade e respaldo jurídico de que o Estado cumprir sua função social garantindo a dignidade humana, acolhendo o

trabalhador com benefícios que lhe garantam um mínimo existencial para sobrevivência perante adversidades (ANDRIETTA, 2009).

O art. 121 da Constituição Federal de 1934 foi a primeira a dispor acerca da necessidade de proteção do trabalhador em face dos acidentes do trabalho. A segunda o Decreto nº 24.637, que estendeu a definição de acidente do trabalho, incluindo as doenças profissionais atípicas (moléstias inerentes ou peculiares a determinadas atividades).

Outro marco fundamental nesta evolução foi a publicação, em 10 de dezembro de 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como efeito das consequências geradas pela Segunda Grande Guerra Mundial, introduzindo a conceituação da dignidade da pessoa humana, prevendo alguns direitos aos trabalhadores e contribuindo para a concretização dos direitos trabalhistas (ROSA, 2010).

O desenvolvimento de uma legislação de proteção aos trabalhadores surgiu com o processo de industrialização, durante a República Velha (1889-1930). Inicialmente esparsa, a legislação trabalhista foi ampliada no Governo Vargas (1930-1945) com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Embora submetida a diversas mudanças ao longo dos anos, vários dos seus princípios gerais ainda continuam em vigor. Contudo, no que se refere às normas de SST, tratadas especificamente no Capítulo V do Título II, houve uma alteração fundamental com a nova redação determinada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. A partir de então, as influências mais importantes para a normatização em SST vêm das convenções elaboradas pela OIT, com reflexo em toda a regulamentação posterior (BRASIL, 2011).

Em 1978, por meio da Portaria 3.214, a CLT destinou um capítulo, destinado à área de segurança e medicina do trabalho, no qual todas as empresas, públicas ou privadas, que possuem trabalhadores sob o regime da CLT devem observar as normas regulamentadoras (NRs) relacionadas à segurança e medicina do trabalho.

A criação de órgãos específicos destinados a fiscalizar, orientar e penalizar, caso essas normas não sejam cumpridas, com aplicação de penalidades de acordo com a legislação. Desta forma a empresa deve implementar todas as normas de segurança e medicina do trabalho, e também, treinar os empregados a adotarem todas as medidas para prevenção de acidentes ou

doenças ocupacionais, além de observar todas as medidas especificadas pelos órgãos regionais responsáveis.

As NRs são a base normativa utilizada pelos inspetores do trabalho do MTE para fiscalizar os ambientes de trabalho, onde eles têm competência legal de impor sanções administrativas (BRASIL, 2011).

Uma das obrigações dadas na Portaria 3.214/78, - NR5 é a obrigação do empregador em formar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), cujas normas devem estar de acordo com o Ministério do Trabalho. A CIPA por sua vez, composta por trabalhadores eleita por empregados e empregador na busca de harmonizar o trabalho e a prevenção da vida e saúde dos trabalhadores, empresa e auxiliar o SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da empresa.

Aos poucos, as leis foram sendo aprimoradas, desenvolvendo-se um Direito do Trabalho mais sério e eficaz, a nível internacional, visando assegurar, aos trabalhadores, condições mínimas de proteção para o exercício de suas atividades laborais. Com o tempo, a legislação acidentária foi aprimorada, prevendo, não apenas a prevenção de riscos, mas, também, a indenização pelos danos dele decorrentes (ROSA, 2010).

Assim, a prevenção dos riscos laborais constituiu as diretrizes essenciais nas legislações dos países civilizados, com o objetivo de melhoria nas condições de trabalho, surgem leis e normas prevendo a proteção legal do trabalhador, a responsabilidade do empregador, constituindo hoje importante capítulo social, haja vista que toda a sociedade suporta e reparte este encargo.

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos (...)" redação dada pela Constituição Federal de 1988 – art. 196. Ainda ilusória, porém tem sido utilizado como base para diversas demandas sociais, inclusive por ambientes de trabalho mais saudáveis, como obrigação dos empregadores (BRASIL, 2011).

LEGISLAÇÃO: RESPONSABILIDADE DO EMPREGADO E EMPREGADOR

Os empregadores são obrigados a cumprir e a fazer cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho, instruindo os trabalhadores, facilitando a fiscalização trabalhista e adotando medidas que sejam determinadas pela autoridade responsável (Artigo 157 ou item 1.7 da NR1).

Ainda, pode observar as diretrizes citadas na NR1, conforme a seguir:

1.1. As Normas Regulamentadoras – NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

1.1.1. As disposições contidas nas Normas Regulamentadoras

– NR aplicam-se, no que couber, aos trabalhadores avulsos, às entidades ou empresas que lhes tomem o serviço e aos sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais.

É fato, o dever da empresa à responsabilidade de implantar e fiscalizar as normas de segurança e prevenção de acidentes. Contudo, a realidade ainda está longe de atingir o patamar ideal, pois ainda é fato também, situações e ocorrências de doenças ocupacionais, condições de trabalho insalubre, acidentes no ambiente de trabalho.

Os órgãos públicos que possuem empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), também devem cumprir todas as exigências de observância obrigatória no que se refere aos setores da segurança e da medicina do trabalho, Desta maneira, o descumprimento, ocasionará ao empregador a aplicação das penalidades previstas em lei.

Com relação ao eSocial, às empresas, demandarão um grande envolvimento de diversos departamentos entre elas: Recursos Humanos / Departamento Pessoal, Tecnologia de Informação, Contabilidade, Financeiro, Medicina e Segurança do Trabalho, que precisam fornecer informações obrigando-os a ter uma excelente organização e troca de informações. A prestação de contas terá prazos, como por exemplo, a admissão ou demissão deverão ser informadas assim que ocorrerem, já a folha de pagamento deverá ter envio mensal até o 7º dia útil (MOREIRA, 2016).

Assim como o empregador possui seus deveres em relação à saúde e segurança, pode citar também os deveres dos empregados em relação as normas de saúde e segurança:

Art.. 158 DA Lei 6514 de 1977 - Cabe aos empregados:

I - observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior;

II - colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos deste Capítulo.

§ único - Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada:

a) à observância das instruções expedidas pelo empregador na forma do item II do artigo anterior;

b) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.

RESULTADOS

eSOCIAL E SEUS IMPACTOS

O eSocial é um projeto do governo federal que visa integrar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados. Trata-se de uma ação conjunta entre os órgãos e entidades do governo federal: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Ministério da Previdência – MPS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, além do Ministério do Planejamento que participa do projeto, promovendo assessoria aos demais entes nos diversos interesses de cada órgão e gerenciando a condução do projeto.

Com intuito de unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados o Governo Federal, em 2013, cria uma ferramenta digital para uma maior eficiência da fiscalização chamada eSocial. Dentre as diversas informações fornecidas pelo empregador, constam o cumprimento das Normas Regulamentadoras e o PPP (Perfil Profissográfico Previdenciário) (MOREIRA, 2016). Assim, substituirá o procedimento de envio das diversas declarações, formulários, termos e documentos relativos a relação de trabalho (BRASIL, 2016).

Em relação às informações observando a sua importância ao longo das últimas décadas no registro, no armazenamento e na produção de dados e estatísticas sobre saúde e segurança do trabalhador no Brasil, os principais sistemas de informação que as coletam e armazenam, acrescentando sua utilização na análise dos acidentes de trabalho e as limitações que lhe são inerentes, houve a necessidade de aperfeiçoamentos que as qualificam no tempo, quanto às melhorias da cobertura e da disponibilidade de dados, sobre a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP). Com detalhes, o qual gera estatísticas e indicadores em SST - Saúde e Segurança do Trabalho (BRASIL, 2011).

O eSocial é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional composto por (Art. 2 da Lei 8.373 de 2014):

I - escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;

II - aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e

III - repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração.

Além disso, podemos dizer que o eSocial rege-se pelos seguintes princípios (Art. 3º):

I - viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; II - racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações;

III - eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas;

IV - aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; e

V - conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Este instrumento faz parte do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), lançado em 2007, permitindo a informatização e a sistematização de um conjunto de informações fiscais por parte da Receita Federal Brasileira (RFB), hoje este

sistema fornece o controle em tempo real das Notas Fiscais Eletrônicas por parte de todas as empresas. Com a experiência bem sucedida, a Receita Federal estendeu o controle à área Social, surgindo então o eSocial (MOREIRA, 2016).

Por meio do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, estabeleceu-se: “DECRETO 8.373/2014 Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas- eSocial e dá outras providências.”

A implementação do programa mudará radicalmente a maneira de atuação das empresas em relação às obrigações trabalhistas, com o objetivo de reduzir a burocracia e facilitar a fiscalização das obrigações, as empresas deverão transmitir todas as informações de uma única só vez, entre estes destaca-se o CAGED, a RAIS, a DIRF, a GFIP e o FGTS com periodicidades mensal e anual pelas empresas aos respectivos órgãos Para fins de definição (Moreira, 2016), esclarece:

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Registro Administrativo (Lei nº 4923 /65), com objetivo de acompanhar o processo de admissão e demissão dos empregados regime CLT e dar assistência aos desempregados;

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais. (Decreto nº 76.900/75). Objetivo: o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho, a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte. Obrigação tributária acessória devida por todas as pessoas jurídicas - independentemente da forma de tributação perante o imposto de renda - da retenção do IRF - Imposto de Renda na Fonte.

GFIP- Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à

Previdência Social. Oferecendo informações para montar um cadastro eficiente de vínculos e remunerações dos segurados da Previdência Social. Substituiu a Guia de Recolhimento do FGTS - GRE, trazendo novas informações de interesse da Previdência Social.

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. É um depósito mensal, referente a um percentual de 8% do salário do empregado, que o empregador fica obrigado a depositar em uma conta bancária no nome do empregado que deve ser aberta na Caixa Econômica Federal.

O projeto de adequação passa, obrigatoriamente, pelos softwares de folha de pagamento e, ainda, pelos de gestão das atividades do SESMT (como os documentos pertinentes a área de saúde e segurança do Trabalho: PPRA, PCMSO, CAT, entre outros), RH (Admissões, Folhas de pagamentos, Atestados Médicos, entre outros), Financeiro (Contas a pagar, receber, entre outros) que, de acordo com nossas análises, devem gerir automatizando uma gama muito maior de informações, pois, consideramos que será humanamente impossível gerenciar manualmente, ou através de planilhas, tudo o que deve ser gerenciado.

Um estudo anterior, (Moreira, 2016) demonstra que cerca de 83% proprietários de estabelecimentos apenas na cidade de Jundiaí, não conheciam a documentação pertinente a Segurança do Trabalho e de obrigatoriedade legal, após fiscalização, autuação e orientação por meio dos agentes públicos.

O que se verifica que com o eSocial à portas, muitas empresas ainda desconhecem o programa e sua funcionalidade, como a extinção de formulários e declarações desnecessários após a implantação do programa. trata: Ainda mais preocupante devido ao cronograma estipulado de implantação, que

Para empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões em 2014:

- A partir de setembro de 2016, obrigatoriedade de prestação de informações por meio do eSocial, exceto as descritas abaixo:

A partir de janeiro de 2017, obrigatoriedade da prestação de informação referente à tabela de ambientes de trabalho, comunicação de acidente de trabalho, monitoramento da saúde do trabalhador e condições ambientais do trabalho.

Demais empresas empregadoras:

- A partir de janeiro de 2017, obrigatoriedade de prestação de informações por meio do eSocial, exceto as descritas abaixo:

- A partir de julho de 2017, obrigatoriedade da prestação de informação referente à tabela de ambientes de trabalho, comunicação de acidente de trabalho, monitoramento da saúde do trabalhador e condições ambientais do trabalho.

As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (MEIs), haverá um sistema simplificado para a prestação de informações para o eSocial, em adequação à Lei Complementar nº 123/2006, que define quais empresas se enquadram nessas categorias e estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a elas.

Apesar de as novas obrigações do eSocial estarem em total conformidade com a legislação já posta, o conjunto da obra exige softwares muito mais avançados na questão relacionadas ao gerenciamento das informações, de forma a não possibilitar erros por parte dos profissionais de RH, SESMT e, até mesmo, da área Contábil, que possam ocasionar penalizações diversas, por exemplo, multas [...]. Por outro lado, é muito importante a realização do famoso "pente fino" a fim evitar não conformidades que, além de impactar no eSocial já no início de vigência, com toda certeza podem chamar a atenção das autoridades e, trazer fiscalizações dos últimos 5 anos para "dentro de casa"².

CONCLUSÃO

Conclui-se que a principal alteração produzida pelo eSocial será na ferramenta de fiscalização dos órgãos competentes, o qual estará integrado na base de dados das informações, o qual ao analisar verifica-se ser prático para as empresas no momento de fiscalização ao apresentar os inúmeros documentos pertinentes.

Por outro lado, vejo que a fiscalização desta documentação estará remotamente ligada diretamente ao órgão fiscalizador, sendo passível

² <http://www.tirio.org.br/info/39577/cessao-de-mao-de-obra-esocial-efd-reinf-e-osped>

de punição em caso de descumprimento de prazos, com multas automáticas e com valores elevados.

Essa alteração cometerá as empresas e empregadores nos métodos de capacitação de dados de seus empregados, gestão de pessoal, formas de prestações de contas, pagamentos realizados, serviços prestados, serviços tomados, segurança do trabalho, entre outros.

Contudo, os direitos dos empregados serão garantidos pelo fato de o às informações trabalhistas e a fiscalização ser em tempo integral.

REFERÊNCIAS

- ANDRIETTA, Silvana A.O. Acidente do trabalho. Histórico legislativo e a evolução da proteção dos direitos do cidadão. 2009. Acesso em 10 de Nov. de 2016.
- BRASIL (2011). Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores / organizadores: Ana Maria de Resende Chagas, Celso Amorim Salim, Luciana Mendes Santos Servo. – Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: http://www.cpn-nr18.com.br/uploads/documentos-gerais/livro_sst_ipea_e_fundacentro.pdf Acesso em 16 nov de 2016.
- BRASIL (2016). MOS Manual de Orientações do eSocial – Versão 2.2. Disponível em: http://www.esocial.gov.br/doc/MOS_Manual_Orientacao_eSocial_v2.2.pdf Acesso em 10 de Nov. de 2016.
- BRASIL. Decreto - lei N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm Acesso em 11
- BRASIL. Decreto - lei N.º 8.373, de 11 DE Dezembro 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8373.htm Acesso em 10 de Nov. de 2016.
- BRASIL. Decreto Legislativo nº 3.724 de 15 de Janeiro 1919. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096-pl.html> Acesso em 12 de Nov. de 2016.
- BRASIL. Decreto Legislativo nº 36.514 de 22 de Dezembro 1977. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina

do trabalho e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6514.htm Acesso em 10 de Nov. de 2016.

BRASIL. Decreto nº 24.637, de 10 de Julho de 1934. Estabelece sob novos moldes as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24637-10-julho-1934-505781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12 de Nov. de 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 01 – Disposições Gerais. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1996. Acesso em 10 de Nov. de 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1996. Acesso em 11 de Nov. de 2016.

BRASIL. Portaria N.º 3.214, de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Acesso em 10 de Nov. de 2016.

MOREIRA, Marcelo A., SANTOS Luís F. O impacto do e-social na segurança do trabalho. 2016; Acesso em 15 de Nov. de 2016. Acesso em 10 de Nov. de 2016.

ROSA, Patrícia H. O estudo das causas no acidente do trabalho. 2010. Acesso em 13 de Nov. de 2016. Acesso em 10 de Nov. de 2016.

BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA GESTÃO AMBIENTAL COM BASE NA ISSO 14001

Michel Silva Ramalho estudante do curso de pós graduação do SENAC em sistemas de gestão integrados da qualidade, meio ambiente, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social (SGI).

michelsramalho@hotmail.com

Resumo: O conhecimento dos ganhos e perdas, tratando-se de qualquer tema, possibilita as organizações evitarem desperdícios de tempo e dinheiro, além de minimizar desgastes na cultura organizacional da empresa. O objetivo geral deste trabalho é identificar os principais benefícios e as dificuldades para a implantação / manutenção de um sistema de gestão ambiental com base na certificação NBR ISO 14001:2015. Apresentar a crescente demanda pela busca da certificação, demonstrar a sistemática e a estrutura da norma serão a base para servir como instrumento de orientação para profissionais que estão ligados diretamente a área ambiental ou não, são ainda os objetivos específicos deste o artigo. Desta forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde buscou-se as referências para citar e explorar o tema proposto. Diante disso, pode-se concluir que há mais benefícios do que dificuldades e estas são menos dolorosas quando se tem ciência.

Palavras-chave: Sistema. Gestão. Dificuldades. Benefícios. ISO 14001

Abstract: The knowledge of the gains and losses, dealing with any theme, enables the organizations to avoid waste of time and money, as well as to reduce wear and tear on the organizational culture of the company. The general objective of this work is to identify the main benefits and difficulties for the implantation / Maintenance of an environmental management system based on the ISO 14001 NBR certification. To present the growing demand for the certification search, to demonstrate the systematics and structure of the standard will be the basis to serve as an orientation tool for professionals who are directly connected to the area Environmental or not, are still the specific objectives of the article. In this way, a bibliographical research was done, where the references were searched to cite and to explore the proposed theme. Faced

with this, it can be concluded that there are more benefits than difficulties and these are less painful when one is aware.

Keywords: System. Management. Difficulties. Benefits. ISO 14001

INTRODUÇÃO

O atual cenário econômico-tecnológico impõe às organizações a necessidade de mudanças contínuas no modo de operar e gerir seus negócios para que se adaptem à nova realidade e se mantenham competitivas.

Embora o principal objetivo de uma empresa seja o lucro, as questões ambientais têm se tornado cada vez mais importantes em função do aumento da conscientização do consumidor e de seu crescente interesse na forma como os produtos e serviços são produzidos, utilizados e descartados e de que forma afetam o meio ambiente; da cobrança de grandes organizações parceiras por práticas mais limpas de produção e por certificações com reconhecimento internacional; da escassez de recursos naturais; entre outros motivos.

A norma NBR ISO 14001 estabelece requisitos para o gerenciamento de sistemas de gestão ambiental (SGAs), sem definir a forma e o grau que eles devem ter ou alcançar, permitindo, portanto, que as empresas desenvolvam suas próprias soluções para o atendimento das exigências da norma. Isto lhe confere um caráter universal, pois, dessa forma, podem ser adaptadas por empresas de qualquer região e de todos os portes. Babakri et al. (2004) salientam que muitos autores ressaltam os benefícios da certificação ISO 14001, porém devem ser relatadas também as dificuldades na implantação.

Em virtude disso, este artigo tem por objetivo geral identificar os principais benefícios e as dificuldades para a implantação / manutenção de um sistema de gestão ambiental com base na certificação NBR ISO 14001. Apresentar a crescente demanda pela busca da certificação, demonstrar a sistemática e a estrutura da norma serão a base para servir como instrumento de orientação para profissionais que estão ligados diretamente a área ambiental ou não, são ainda os objetivos específicos deste trabalho.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico, bem como para atender os objetivos acima descritos do presente artigo.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Os projetos que valorizam o meio ambiente se tornaram mais promissores e devem inverter anos de negligências ambientais. Modificações nos processos que podem causar impactos ambientais estão sendo introduzidas aos poucos nas indústrias e são aplicadas na concepção do produto.

Praticamente todos os elementos da cadeia produtiva, produtores de matéria-prima, fabricantes e usuários de produtos podem se beneficiar da engenharia verde, o que significa que todo planejamento de qualquer produto / serviço / instalação, deverá levar em consideração as questões ambientais, onde conseqüentemente haverá ganhos, seja na redução de captação de recursos naturais ou na diminuição da geração de resíduos (CAMPOS; MELO 2008).

Cada vez mais há projetos de desenvolvimento de um produto, serviço ou até mesmo o aperfeiçoamento destes, nos quais são observadas minuciosamente todas as etapas para se alcançar a mitigação ou até mesmo eliminação de impactos ambientais. O setor privado, sobretudo o segmento industrial, tem avançado no tratamento das problemáticas ambientais e hoje elas podem ser vistas como uma oportunidade de aumento de competitividade a partir do seu correto gerenciamento, pensamento contrário ao vigente há algum tempo (SILVA FILHO et al., 2007).

Além disso, fatores sociais (exigências dos consumidores e ações de entidades não-governamentais) e fatores econômicos e políticos (imposição de restrições e multas e novas legislações) exercem pressões adicionais para a introdução do gerenciamento ambiental nas empresas (SILVA FILHO et al., 2007).

Um sistema de gestão ambiental pode ser descrito como uma metodologia pela qual as organizações atuam de maneira estruturada sobre suas operações para assegurar a proteção do meio ambiente. Elas definem os impactos de suas atividades e, então, propõem ações para reduzi-los. Um SGA tem, portanto, o objetivo de controlar e reduzir continuamente estes impactos (ROWLAND-JONES; CRESSER, 2005). De acordo com Reyes e Wright (2001), muitas ferramentas que surgiram com a preocupação ambiental focalizam apenas em um único aspecto do ciclo de vida de produto, porém elas podem ser utilizadas para mitigar impactos ambientais em todas as suas fases. Para isso é necessário que a administração ambiental seja realizada por meio de um SGA bem estruturado.

A implantação de um SGA faz com que o processo produtivo seja reavaliado continuamente, se refletindo na busca por procedimentos, mecanismos e padrões comportamentais menos nocivos ao meio ambiente (CAMPOS; MELO, 2008).

Um SGA pode ser definido como parte do sistema de gestão organizacional utilizado para projetar, implementar e gerenciar a política ambiental. Ele inclui elementos interdependentes, tais como a estrutura organizacional, a divisão de responsabilidades e o planejamento de práticas, procedimentos, processos e recursos necessários para a determinação da referida política e seus objetivos (FORTUNSKI, 2008; MELNYK et al., 2002).

Perotto et al. (2008) acrescentam que os SGAs são importantes ferramentas de identificação de problemas e soluções ambientais baseadas no conceito de melhoria contínua.

Além de propor a assunção da responsabilidade social e da criação das circunstâncias para cumprimento da legislação vigente, estes sistemas possibilitam identificar oportunidades para reduzir o uso de materiais e energia, bem como melhorar a eficiência dos processos (CHAN; WONG, 2006).

Para Jänicke (2008), a modernização ecológica vinculada a um SGA pode se dar na forma de melhoria (tecnologia mais limpa) ou inovação radical (tecnologia limpa). A melhoria afeta dimensões diferentes, como intensidade de material (uso eficiente de materiais), intensidade de energia (uso eficiente de energia), intensidade de transporte (logísticas eficientes), intensidade de superfície (uso eficiente de espaço) ou intensidade de risco (relativo à planta, substâncias e produtos). Já a inovação está relacionada com o desenvolvimento de nova tecnologia que pode melhorar algumas ou todas as fases do ciclo de vida do produto.

NORMA NBR ISO 14001

No Brasil, o número de empresas que desenvolveram a gestão ambiental com base na norma NBR ISO 14001 vem aumentando a cada ano. A consciência ecológica está abrindo caminhos para o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio e, com isso, facilitado a inclusão das empresas brasileiras no mercado internacional (SILVA; MEDEIROS, 2004). Este aumento na busca pela certificação ambiental nos últimos anos pode ser verificado no quadro 1.

Quadro 1: Número de empresas certificadas ISO 14001 por ano

Year	200	201	201	201	201	201	201
TOTAL	2229	2398	2433	2608	2738	2967	3193

Fonte: ISO Survey.

No entanto, muitas delas ainda não sabem o suficiente sobre os benefícios e as dificuldades do processo de implantação, certificação e gerenciamento de sistemas ISO 14001. É necessário, portanto, que estudos científicos sejam desenvolvidos para desvendar esta realidade e promover sua divulgação e uso.

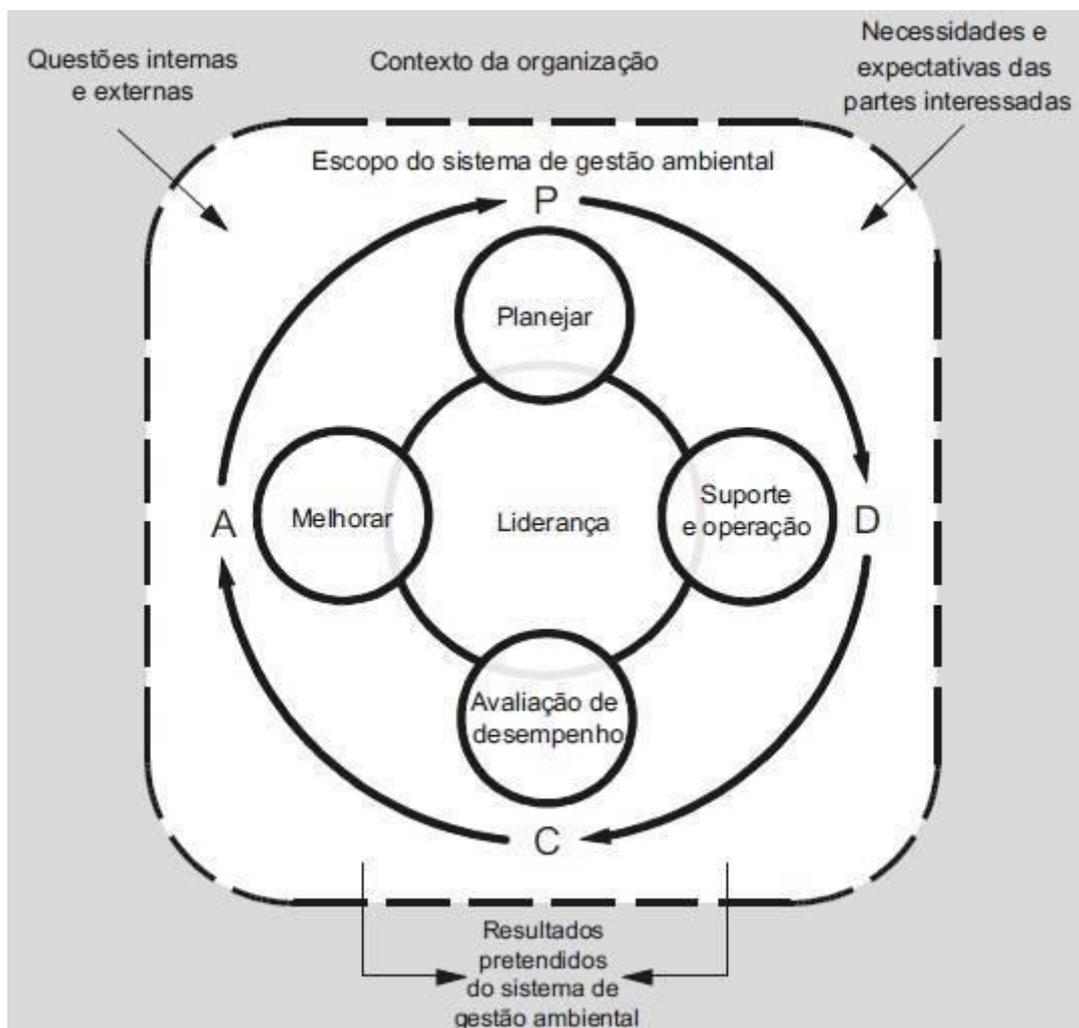
A norma NBR ISO 14001 estabelece um conjunto de requisitos necessários para que um SGA possibilite o desenvolvimento de políticas e objetivos de acordo com os aspectos legais e ambientais mais significativos, podendo ser aplicada a todos os tipos de empresas de todos os portes e de qualquer região. Os requisitos do SGA de acordo com a ISO 14001 podem ser utilizados para a certificação ambiental com o objetivo de transmitir confiabilidade às partes interessadas (NBR ISO 14001:2015).

A NBR ISO 14001 apresenta, de forma genérica, instruções necessárias para o funcionamento de um SGA. Não existem orientações específicas para a forma como as rotinas devem ser formuladas, implantadas ou gerenciadas e, portanto, é uma tarefa importante no processo de certificação a sua interpretação e adaptação à realidade da empresa (OELREICH, 2004).

Poksinska et al. (2003) salientam a importância de se implantar a norma NBR ISO 14001 pelos motivos corretos. Eles dizem que a preservação da natureza e a melhoria ambiental de processos e produtos devem ser o mote da implantação, sob pena de faltar comprometimento dos colaboradores e o sistema cair em descrédito.

A norma NBR ISO 14001 é baseada no ciclo PDCA (*Plan, Do, Check e Act*). A associação do método PDCA com a norma NBR ISO 14001, segundo Matthews (2003), se dá a partir dos seguintes processos/atividades: a) Planejar: políticas ambientais, impactos ambientais e metas ambientais; b) Executar: atividades ambientais e documentação ambiental; c) Verificar: auditorias ambientais e avaliação de desempenho ambiental; e d) Agir: treinamento ambiental e comunicação ambiental. O ciclo PDCA com base na ISO 14001 pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1. Ciclo PDCA com base na norma ABNT NBR ISO 14001:2015



Fonte: ISO 14001:
2015.

De acordo com Gavronski et al. (2008), os benefícios percebidos com a normalização e certificação de um SGA, nos padrões sugeridos pela norma NBR ISO 14001, podem ser divididos em dois grupos principais: internos e externos. O primeiro é relacionado aos benefícios do desempenho financeiro e melhoria na produtividade. Já o segundo é representado pela resposta dos *stakeholders*, da sociedade e dos caminhos definidos pelo ambiente competitivo do mercado.

Vários são os benefícios de se implantar um SGA ISO 14001 encontrados na literatura científica (CAMPOS; MELO 2008, (SILVA; MEDEIROS, 2004). Os principais são: acesso a novos mercados, aumento da participação no mercado, gestão obediente à

legislação, incentivos reguladores, redução de riscos, melhor acesso a seguro, ou seja, facilidade na obtenção de seguros e melhores valores.

Afinal, com um sistema de gestão implantado, se entende que existe um plano de ação em casos de emergências, acesso a mais capital, melhoria do processo produtivo, melhoria do desempenho ambiental, melhoria na gestão geral da empresa, melhoria na relação com colaboradores, melhoria da imagem pública, vantagem competitiva dentro de segmentos específicos, atendimento das exigências de clientes, aumento da qualidade de vida, realização de operações limpas (verdes), aumento da competitividade do produto ou serviço e conscientização pública.

Quadro 2: Estrutura da norma ISO 14001: 2015

0.	Introdução	7.	Suporte
1.	Escopo	8.	Operação
2.	Referências Normativas	9.	Avaliação do desempenho
3.	Termos e definições	10.	Melhoria
4.	Contexto da organização	Anexo A	Orientações para uso desta Norma
5.	Liderança	Anexo B	Correspondência entre a ABNT NBR ISO 14001:2015 e a ABNT NBR ISO 14001:2004
6.	Planejamento	Anexo C	Índice alfabético dos termos da Cláusula 3

Fonte: ISO 14001:2015

BENEFÍCIOS DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

As premissas que conduziram o desenvolvimento deste estudo foram formuladas com base, principalmente, nos trabalhos de Poksinska et al. (2003), Silva e Medeiros (2004), Fryxell et al. (2004), Tan (2005), Chan e Wong (2006), Gavronski et al. (2008), González et al. (2008) Fortunski (2008), e Pombo e Magrini (2008).

A partir da leitura destes autores, pode-se depreender que os principais benefícios obtidos com um SGA baseado na norma NBR ISO 14001 são:

Redução de custos na contratação de seguros

Como há a necessidade de fazer o levantamento de aspectos e impactos ambientais, é possível detectar situações de emergências, como vazamento de produtos químicos e incêndio, conseqüentemente é necessário ter controle sobre estas situações, demonstrando para a corretora que o risco de danos ao patrimônio é reduzido;

- Aumento da atratividade perante investidores: Como a certificação é reconhecida internacionalmente, a empresa é vista de forma diferenciada;
- Facilidade de acesso a empréstimos: Mesmo explicação do item anterior, porém com um atrativo a mais, a preocupação com danos ambientais que onerariam a empresa e também emergências;
- Motivação dos colaboradores para atingirem metas e objetivos ambientais: A norma estabelece que sejam determinados objetivos e metas, onde os mesmos são desdobrados em indicadores que são mensurados em determinados períodos, o que gera crescimento e desafios para os funcionários;
- Influência positiva nos demais processos internos de gestão: Como a norma estabelece uma estrutura como já citado, isto serve de exemplo para padronização de outras atividades;
- Melhoria do moral dos colaboradores e da imagem da empresa: Como a metodologia da norma há uma sistemática favorável para desenvolvimento das atividades, fazendo com que os colaboradores sintam-se em um ambiente agradável, com isso a empresa fica bem vista no mercado, e também porque há preocupação com a preservação ambiental;
- Aumento da demanda por bens e serviços;
- Desenvolvimento de ações ambientais preventivas: Na busca pela minimização de impactos ambientais, a empresa acaba desenvolvendo a preservação ambiental de forma antecipada em suas atividades;
- Redução do consumo de energia elétrica, óleo combustível, água e gás: Como já citado, a estrutura da norma exige a determinação de objetivos e metas ambientais, que na maioria dos casos está ligado a recursos naturais;
- Início ou ampliação das exportações: reconhecimento internacional da norma, pode iniciar ou aumentar o processo de exportações, já que em países desenvolvidos, a preocupação ambiental já é uma realidade há tempos;

- Maior confiabilidade na marca da empresa: A ISO 14001:2015 cita a preservação do meio ambiente em todo o ciclo de vida do produto, não só na sua fabricação, envolve toda a cadeia, o que já demonstra uma ampliação da preocupação ambiental, ou seja, a marca ganha credibilidade, já que toda sua rede de fornecedores e consumidores é levada em consideração na vida útil do produto.

Portanto, são inúmeras as oportunidades de a empresa conseguir melhorias no seu negócio, já que todos os itens citados influenciam no desenvolvimento econômico da organização.

DIFICULDADES DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Ainda a partir da pesquisa bibliográfica, as principais dificuldades da gestão de um SGA com base na norma NBR ISO 14001:2015 são:

- Resistência dos colaboradores em relação aos processos de auditoria interna e externa
- Estas atividades envolvem a verificação se a sistemática da norma está sendo cumprida, onde é necessário o engajamento dos colaboradores, ou seja, eles
- precisam estar preparados para estas etapas e não só isto, devem cumprir durante a execução das atividades as determinações ambientais.
- Aumento de custos, de um modo geral, para a empresa
- Executar as melhorias necessárias para controlar impactos ambientais, realizar treinamentos, promover as auditorias internas, externas e de legislação, manter um *software* ou empresa especializada em atualização da legislação pertinente, cumprir a leis e conseqüentemente investindo em "fazer da maneira correta", isto com certeza aumenta os custos da organização;
Dificuldade de cumprimento de alguns requisitos da norma em função de constantes mudanças na legislação
- De acordo com cada ramo de atividade, o grau de dificuldade pode impactar para cumprir alguns requisitos, já que mensalmente a legislação ambiental sofre alterações.

Isto demonstra que a implantação e manutenção de um sistema de gestão ambiental, onera investimentos e mudança cultural, já que também afeta a educação / performance dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

A gestão ambiental é uma alternativa real, factível e cada vez mais utilizada por empresas de todo mundo para melhorar e controlar suas atividades de forma a poluir menos o meio ambiente. Isto gera economia e, conseqüentemente, maior competitividade, em função da modernização de projetos e processos e da redução do desperdício, da emissão de resíduos e do número de ocorrência e multas provenientes dos órgãos de fiscalização.

A norma NBR ISO 14001:2015 tem sido o instrumento mais utilizado para desenvolver a gestão ambiental em empresas industriais. No Brasil, sua adoção vem aumentando continuamente nos últimos anos, indicando um amadurecimento das questões ambientais empresariais na direção de uma gestão sustentável.

A literatura científica, conforme já discutido neste texto, tem anunciado, com base em pesquisas realizadas em todo o mundo, diversos benefícios e dificuldades da gestão de sistemas ambientais com base na referida norma. O conhecimento aprofundado desses fatores é de grande importância para as organizações, para os profissionais envolvidos diretamente ou não e até mesmo para estudantes da área ambiental, pois evita que cometam erros elementares já largamente conhecidos e potencialize seus resultados em função da antecipação e solução de possíveis problemas. O objetivo deste trabalho foi identificar os principais benefícios e as dificuldades para a implantação / manutenção de um sistema de gestão ambiental com base na certificação NBR ISO 14001:2015, também apresentar a crescente demanda pela busca da certificação, demonstrar a sistemática e a estrutura da norma como base para servir de instrumento de orientação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9000: Sistema de gestão da qualidade – Fundamentos e vocabulário. Rio de Janeiro, 2015.

BABAKRI, K. A. et al. Recycling performance of firms before and after adoption of the ISO 14001 standard. *Journal of Cleaner Production*, v. 12, p. 633–637, 2004.

CAMPOS, L. M. S.; MELO, D. A. Indicadores de desempenho dos sistemas de gestão ambiental (SGA): uma pesquisa teórica. *Revista Produção*, v. 18, n. 3, p. 540- 555, 2008.

CHAN, E. S. W.; WONG, S. C. K. Motivations for ISO 14001 in the hotel industry. *Tourism Management*, v. 27, p. 481-492, 2006.

FORTUNSKI, B. Does the environmental management standard ISO 14001 stimulate sustainable development? An example from the energy sector in Poland. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, v. 19, n. 2, p. 204-212, 2008.

FRYXELL, G. E.; WING-HUNG, C. L.; CHUNG, S. S. Influence of motivations for seeking ISO 14001 certification on perceptions of EMS effectiveness in China. *Environmental Management*, v. 33, n. 2, p. 239-251, 2004.

GAVRONSKI, I., FERRER, G., PAIVA, E. L. ISO 14001 Certification in Brazil: motivations and benefits. *Journal of Cleaner Production*, v. 16, p. 87-94, 2008.

ISO. The ISO Survey of Management System Standard Certifications – 2015. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/standards/certification/iso-survey.htm>>. Acesso em 16 nov. 2016. GONZÁLEZ, P.; SARKIS, J.; ADENSO-DÍAZ, B. Environmental management system certification and its influence on corporate practices: evidence from the automotive industry. *International Journal of Operations & Production Management*, v. 28, n. 11, p. 1021-1041, 2008.

JÄNICKE, M. Ecological modernization: new perspectives. *Journal of Cleaner Production*, v. 16, n. 5, p. 557-565, 2008.

MATTHEWS, D. H. Environmental management systems for internal corporate environmental benchmarking. *Benchmarking: An International Journal*, v. 10, n. 2, p. 95-106, 2003.

OELREICH, K. V. Environmental certification at Mälardalen University. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 5, n. 2, p. 133-146, 2004.

PEROTTO, E. et al. Environmental performance, indicators and measurement uncertainty in EMS context: a case study. *Journal of Cleaner Production*, v. 16, n. 4, p. 517530, 2008.

POKSINSKA, B.; DAHLGAARD, J. J.; EKLUND, J. A. E. Implementing ISO 14000 in Sweden: motives, benefits and comparisons with ISO 9000. *International Journal of Quality & Reliability Management*, v. 20, n. 5, p. 585606, 2003.

POMBO, F. R.; MAGRINI, A. Panorama de aplicação da norma ISO 14001 no Brasil. *Revista Produção*, v. 15, n. 1, p. 1-10, 2008.

REYES, D. E. S.; WRIGHT, T. L. A design for the environment methodology to support an environmental management system. *Integrated Manufacturing Systems*, v. 12, n. 5, p. 323-332, 2001.

ROWLAND-JONES, R.; CRESSER, M. An evaluation of current environmental management systems as indicators of environmental performance. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, v. 16, n. 3, p. 211-219, 2005.

SILVA FILHO, J. C. G. et al. Aplicação da produção mais limpa em uma empresa como ferramenta de melhoria contínua. Revista Produção, v. 17, n. 1, p. 109-128, 2007.

SILVA, G. C. S.; MEDEIROS, D. D. Environmental management in Brazilian companies. Management of Environmental Quality: An International Journal, v. 15, n. 4, p. 380-388, 2004.

TAN, L. P. Implementing ISO 14001: is it beneficial for firms in newly industrialized Malaysia? Journal of Cleaner Production, v. 13, p. 397-404, 2005.

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS E ORIENTADA POR PROJETOS: SALAS DE AULAS COMO LABORATÓRIOS DE CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO

PROBLEM-BASED LEARNING AND PROJECT-ORIENTED: CLASSROOMS SUCH AS CREATIVE SPACE MAKER AND INNOVATION

Maria Eugenia da Silva Ribeiro mariaeugeniadasilvaribeiro@gmail.com

RESUMO

Um mundo interconectado tecnologicamente, informações que se atualizam em intervalos cada vez menores, um presente instável, um futuro incerto e um mercado de trabalho que se transforma, se reinventa, pedindo novos formatos de profissões e profissionais que não cabem mais nos limites dos cursos universitários tradicionais. Diante desse cenário, o presente artigo pretende, por meio de um breve traçado do panorama social dos jovens, inseridos no ciberespaço, em redes de aprendizagem virtual, em uma "inteligência coletiva", levantar possíveis pilares transformadores da educação e formação profissional, apontando a metodologia Aprendizagem Baseada em Problemas e Orientada por Projetos (ABPOP) como uma ferramenta capaz de promover mudanças significativas de inclusão e participação desses jovens em sala de aula, permitindo que, ao final do curso, saiam em consonância com as novas exigências do mercado de trabalho e preparados para a vida em sociedade.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Cibercultura. ABP. *Design Thinking*

ABSTRACT

A world technologically interconnected, informations that updates at ever smaller intervals causing an unstable present, an uncertain future, and a labor market that transforms, reinvents itself and claim for new formats of careers and professionals who no longer fit in the limits of traditional university courses. In this scenario, this article intends – through a brief outline of the social panorama of youths inserted in the cyberspace, in networks of virtual learning, in a "collective intelligence" – to raise the

possible transforming pillars of education and vocational training, pointing to the methodology Problem-based Learning and Project-Oriented (PBL) as a tool capable of promoting significant changes of inclusion and participation of these young people in the classroom, allowing them to leave, at the end of the course, in harmony with the new demands of the labor market and prepared to a life in society.

Keywords: Education. Technology. Cyberculture. PBL. Design Thinking

INTRODUÇÃO

O cenário atual apresenta a tecnologia como protagonista na formação das relações socioeconômico-culturais e políticas e na troca de informação e conhecimento entre elas. A cena que se destaca é a do indivíduo cada vez mais inserido em comunidades virtuais de aprendizagem. Sendo assim, o sistema educacional deve encontrar seu verdadeiro papel e atuar com eficiência nesse *script*. Entender a “nova” função do professor e da educação, ou como o ato de “educar” e a atuação do “educador” podem adquirir significância neste contexto, é fator de urgência no mundo acadêmico.

No ciberespaço – espaço disponibilizado pela internet –, em meio a um turbilhão de informações disparadas por segundo, encontra-se o jovem universitário que “aprende” virtualmente em grupos de aprendizagem cooperativa³, que divide suas informações de forma a colaborar na construção de conhecimentos, alimentando, assim, a maior enciclopédia digital de acesso global jamais vista: a inteligência coletiva, a cibercultura. A tarefa de alcançá-lo no mundo digital, sinalizando a importância de sua participação ativa também no mundo real, é o que propomos apresentar – no item 2 deste artigo, “Para quem devemos olhar – o sujeito e suas relações” – como uma ação de extrema relevância à educação. Entretanto, o êxito no resgate do jovem para a vida participativa em sala de aula não será 100% efetivo sem antes as instituições de ensino terem uma nítida compreensão do mecanismo que move a sociedade. Posicionar então os holofotes em direção ao que está impulsionando as transformações no mundo, a fim de enxergar como essa dinâmica impacta a sociedade, nos seus vários setores, no modo de pensar e agir dos indivíduos e na maneira de entender o presente, o passado e o futuro, é o que faremos no item 3: “Para onde devemos olhar – o mundo e suas mudanças”.

Talvez a tarefa mais provocadora para a educação esteja não só no ato de resgatar o jovem para o mundo acadêmico, mas em “como fazê-lo” e, como, durante o processo

³ Sobre cooperação competitiva ou competição cooperativa no ciberespaço, ler Lévy (2001).

de aprendizagem, mantê-lo motivado a aprender e participar, tal qual acontece no seu mundo nas redes digitais. No item 4, desse artigo, propomos uma reflexão sobre uma metodologia de ensino-aprendizagem capaz de cumprir de forma eficaz a função motivadora e, se bem aplicada, ajudar o estudante a se tornar um indivíduo autônomo, crítico e criativo: a Aprendizagem Baseada em Problemas e Orientada por Projetos (ABBOP). Ao direcionarmos nosso olhar nas três direções essenciais à educação – o indivíduo, o mundo e o método –, estamos propondo uma articulação entre elas de forma a convergir em uma única direção: uma prática que transforme a sala de aula em um ambiente de criação, inovação, simulação, troca de experiências e conhecimentos, desenvolvimento de habilidades técnicas e de relações interpessoais, um lugar para se querer estar. Os autores basilares de nossa pesquisa bibliográfica são: Araújo (2014), Araújo e Sastre (2016), Brown (2010), Esteve (2004), Freire (1996), Kenski (2012), Lemos (2013), Lévy (1999 e 2001) e Morin (2000).

PARA QUEM DEVEMOS OLHAR – O SUJEITO E SUAS RELAÇÕES

A conectividade não nos livra do mal da solidão, ao contrário, configura um perfil social em que, juntos, estamos sozinhos (KEEN, 2012 apud RÜDIGER, 2013). A tecnologia dita modelos de convivência, detonando a falsa ilusão de que, por estarmos conectados e em permanente troca de informações, estamos unidos e atuantes no mundo real. Pela característica da ubiquidade que o mundo digital apresenta, estamos presenciando ações reais sendo substituídas cada vez mais pelas virtuais. A autonomia de ligar e desligar os *gadgets* nos leva a pensar que temos o controle da situação, mas, para estudiosos, como Carr (2010), estamos sendo conduzidos, em escala crescente e silenciosa, a uma alienação em relação à vida real, ao pensamento crítico.

Com o apoio de Bauman, que afirma em sua obra *Amor líquido* que “o advento da proximidade virtual torna as conexões humanas simultaneamente mais frequentes e mais banais, mais intensas e mais breves” (BAUMAN, 2004, p. 83), essa reflexão ganha mais contorno e os questionamentos tornam-se mais aguçados. Entender os impactos da dinâmica das relações, impulsionadas pelo uso da tecnologia, na forma de pensar, agir e se comunicar, principalmente dos jovens, é fundamental para traçarmos um perfil mais aproximado do estudante que adentra o sistema universitário.

Diferentemente dos indivíduos que só tiveram contato com o mundo tecnológico quando adultos, os “nativos digitais” – jovens da geração “Z” ou “iGeneration” – transitam no mundo dos bits com desenvoltura. Isso tem levado autores, como Morin (2000), Esteve (2004) e Kenski (2012), a refletir sobre a necessidade de os professores fazerem um estudo

minucioso desse estágio atual da sociedade e dos jovens universitários.

Mesmo sem espaço para nos aprofundarmos no advento do ciberespaço, dos “tecnóforos” e “tecnófilos” (RÜDIGER, 2013), suas análises e teorias acerca do mundo digital; nem para nos debruçarmos nos estudos que reforçam a importância de o professor conhecer e usar, em seus encontros presenciais, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), não desprezaremos esses tópicos, base para as indagações e o desenrolar deste artigo. Tocamos nessas questões ao partilhar ideias de Kenski (2012), que enxerga no ciberespaço e nas TICs um novo espaço pedagógico, e de Lévy, que, mesmo não compartilhando das opiniões ultraextremistas de Nicholas Negroponte⁴ sobre a substituição, num futuro próximo, dos átomos pelos bits (LÉVY, 1999), não descarta, ainda assim, a importância da “apropriação dos conhecimentos” via mundo digital, do papel das comunidades virtuais em relação à aprendizagem cooperativa e ao surgimento da inteligência coletiva, libertando os conhecimentos “das restrições colocadas pelas instituições de ensino” (ibid., p. 231). Outro ponto de vista de relevância a respeito do uso das TICs, é o do catedrático espanhol José Esteve, que afirma que, além de poderem trazer novas soluções para os velhos currículos, o uso de tais ferramentas “libertará o professor das aborrecidas exposições de conteúdo, repetidas ano após ano” (ESTEVE, 2004, p. 184), tornando o trabalho docente indispensável na orientação do aluno sobre os novos conhecimentos adquiridos nessas mídias (professor mediador).

Diante dos estudos que apostam no uso das TICs na educação e, seguindo nosso raciocínio de que o mundo de conexões virtuais, de certa forma, conduz ao isolamento social, lançaremos luz sobre os “jovens digitais”, para melhor enxergar a importância do resgate, nas palavras do pesquisador André Lemos, da sociabilidade sobre a socialidade⁵ (LEMOS, 2013). Para enriquecermos essa análise, contamos com a visão bilateral apontada por Esteve. Para ele, o uso das tecnologias dá liberdade ao aluno de aprender no seu compasso de tempo, driblando o desnivelamento do grupo causado pelo limite

⁴ O americano Nicholas Negroponte foi o grande idealizador do projeto internacional intitulado *One Laptop per Child*. É fundador e diretor do *Media Laboratory*, do MIT, Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos, que estuda as futuras formas de comunicação humana na área do multimídia.

⁵ Socialidade: agrupamentos urbanos contemporâneos com práticas que fogem ao controle social. Relações efêmeras, imediatas, que investem no presente, não no dever ser, mas naquilo que é (LEMOS, 2013, p. 83).

imposto pelo binômio espaço-tempo da sala de aula; mas, por outro lado, pelas características individualistas desses recursos, seu uso “tem o inconveniente de reduzir as atividades de socialização” (ESTEVE, 2004, p. 184). É assim, delegada ao professor a tarefa de aplicar mecanismos de aproximação dos jovens, como trabalhos em grupo e debates em sala, reforçando uma aprendizagem significativa⁶. É justamente nesse ponto – e aqui Esteve nos ajuda a corroborar nossa tese – um dos desafios ao professor: trazer o aluno para a realidade onde deve ser atuante, despertando nele a motivação para a aprendizagem em grupo, a troca de conhecimento e o convívio interpessoal. Para o autor, criar as “pontes cognitivas” de aprendizagem, em que conhecimentos novos se somam aos antigos.

Também na visão de Barbosa (2003), a ideia da mobilização do indivíduo para o coletivo participativo nas instituições de ensino é igualmente necessária. Mas a causa do isolamento, segundo a autora, é o ensino presencial nas aulas tradicionais, no tempo determinado e no espaço delimitado de classes quase sempre lotadas. À medida que o discente não consegue ser atendido pelo professor, ele se retrai e perde o interesse. Barbosa compartilha a opinião de Esteve quando atribui às TICs e à sua “nova ecologia pedagógica” a tarefa de transformar o professor em mediador de informações, mas acredita estar nas tecnologias o ponto de socialização e de parcerias inclusivas. Na visão da autora, o docente deve encaminhar o grupo para esses novos tipos de interações em rede, possibilitando múltiplas cooperações entre eles nos espaços virtuais. Em ambos os casos, nota-se a preocupação com a questão da perda das habilidades interpessoais do jovem em ambientes de aulas presenciais.

Com foco nas capacidades humanas do docente, o pedagogo Paulo Freire já afirmava em 1996 que, antes mesmo da questão das tecnologias e metodologias, o professor deve, com sua competência, trazer o discente para “a intimidade do movimento de seu pensamento”, despertando sua curiosidade para que entre no mundo da aula e se transforme com ela, participando e sendo um colaborador ativo.

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se

⁶ Sobre aprendizagem significativa, Mitre nos mostra que, segundo Coll, há duas condições para que ela ocorra: a existência de um conteúdo potencialmente significativo no contexto de aprendizagem do aluno e a adoção de uma atitude favorável para a aprendizagem, em que elementos novos apresentados sejam associados aos já existentes (COLL, 2000 apud MITRE et al., 2007, p. 2136).

ache “repousado” no *saber* de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer atuar, mais perguntar, re-conhecer (FREIRE, 1996, p. 84).

O autor defende que, independentemente do mundo tecnológico em que vivemos, é pelo despertar da curiosidade do aluno que o significado de aprender vai se desenrolar e fluir. É pela individualização na pesquisa e na busca pela informação (virtual ou não), pela socialização e transformação desses saberes adquiridos em conhecimento e em ação real, ética e com autonomia, que o aprendizado vai fechando seus ciclos para que novas curiosidades surjam. Assim, ciclos e ciclos se formam, numa espiral ascendente de novos conhecimentos.

Como Freire no final do século passado, o antropólogo e sociólogo francês Edgar Morin, às portas do século XXI, ao se referir à educação e seus desafios, também delegou ao indivíduo e ao poder da mente a função de confrontar e analisar a complexidade do mundo para melhor contextualizar e sistematizar ideias e ações.

[...] o desenvolvimento de aptidões gerais da mente permite melhor desenvolvimento das competências particulares ou especializadas. Quanto mais poderosa é a inteligência geral, maior é sua faculdade de tratar de problemas especiais [...] (MORIN, 2000, p. 37).

Em estudos mais recentes, essa abordagem centrada no ser humano ganha nova roupagem. O inglês Tim Brown – que oferece um olhar de cunho mais humanista ao mercado de trabalho –, afirma que “os seres humanos precisariam voltar ao centro da história. Precisamos aprender a colocar as pessoas em primeiro lugar” (BROWN, 2010, p. 37). Esse apelo, face a um mundo onde as tecnologias fazem sombra às relações humanas, vem se transformando em “novo” lema pós-moderno. Na versão de Brown, a ideia de “contextualizar e sistematizar as ideias e ações, para assim entender melhor o mundo” ganha um frescor com sabor de inovação à *la Silicon Valley*⁷ ao apresentar a metodologia *Design Thinking*. Nela, com o intuito de derrubar as “velhas ideias”, o autor propõe ajudar os inovadores a mapear e entender essa nova fase da Revolução Industrial,

⁷ Região da Califórnia, nos Estados Unidos, famosa por receber empresas ligadas à tecnologia e à inovação, atraindo, portanto, executivos, jovens e adultos com sede de explorar o ciber mundo, seus problemas e soluções.

além de, por meio do desenvolvimento do raciocínio organizacional que rege seu método, passar com mais segurança pelas etapas inerentes à busca de soluções para os problemas da humanidade. Na sua opinião, valorizar as pessoas em suas relações com o cotidiano, sem descartar o uso da tecnologia, é promover uma interação, contextualizar ideias, é permitir que uma história se crie; e contar histórias, desenvolver narrativas pessoais, trocar experiência e solucionar problemas é, para ele, algo que nos diferencia de outras espécies.

[...] a consciência, a linguagem e a sociedade desenvolveram íntima relação com as tecnologias para contar histórias ao longo dos 40 mil anos de história da sociedade humana (BROWN, 2010, p. 123).

Tal pensamento vem sublinhar o princípio de que a interação homem-homem, olho no olho, não desprezando a do homem-máquina, continua fundamental para conjugar ações no presente. Assim, as ideias de Brown vêm se propagando como uma saída eficaz nas mãos não só dos executivos farejadores de sucesso e inovação, como nas de professores, ávidos por entender o que acontece em suas salas de aula, com alunos cada vez mais “desplugados” de suas “empolgantes” exposições de conteúdos. Não podemos, portanto, perder de vista a imediata necessidade de o sistema educacional observar o jovem universitário, criar experiências reais de contato, “abrir mão do controle” e permitir que ele, por meio da sua história pessoal, “tenha mais voz” na construção de seu mundo. É importante também proceder a uma séria reflexão e prática sobre o desenvolvimento não só de habilidades técnicas do aluno, como das de *soft skills*, ou interpessoais, criando experiências que o tragam para o contexto da aprendizagem com seus colegas e professores no mundo real.

PARA ONDE DEVEMOS OLHAR – O MUNDO E SUAS MUDANÇAS

Para Lemos, o desenvolvimento tecnológico passa por três fases. A fase da **indiferença**, até a Idade Média, onde religião, mito e ciência andavam de mãos dadas com o sagrado e o homem aprendia o uso da técnica quase como um dom natural para sua sobrevivência. Na segunda fase, que o autor chama de fase do **conforto**, no início da modernidade, a ciência, juntamente com a técnica, substitui o sagrado e almeja, por meio do uso racional das tecnologias, um futuro promissor de avanços na urbanização, conquista

do espaço, controle da vida social, enfim, progresso da humanidade. A terceira, a da pós-modernidade, é a fase da **ubiquidade**: voltada para o aqui e agora, num espaço onde as barreiras físicas e geográficas estão derrubadas, onde, por meio de um mergulho profundo proporcionado pelo uso da internet, a humanidade pode, ao mesmo tempo, ter acesso às pessoas e aos lugares longínquos (LEMOS, 2013, p. 53).

Ao observarmos as etapas do desenvolvimento da tecnologia, fica nítido o destaque que a ciência e a técnica adquirem ao longo do tempo: a razão passa a ser a direção condutora; e o homem, com o auxílio da tecnologia, cada vez mais interfere, explora e modifica seu ambiente. Nesse sentido, segundo Lemos, “o pesadelo tomou lugar do sonho prometeico” e, numa razão quase sem razão, um mundo debilitado ambiental e socialmente vai se desenhando: “poluição, desigualdades sociais, econômicas e políticas, caos urbanos, violência etc.” (ibid., p. 53). Esse futuro, que não segue mais os moldes do início da fase de *conforto*, não atrai olhares da geração que desponta. Ao contrário, vem acompanhado de um movimento com foco no presente, apoiado na valorização da tecnologia como interface para se navegar num hoje dinâmico, em constante conexões e interações onipresentes.

Esta última fase é a fase da ubiquidade, a fase da simulação, a fase da cibercultura. As ideologias da modernidade perdem forças e são substituídas pela ênfase no presente, numa sociedade cada vez mais refratária às falas futuristas [...] (LEMOS, 2013, p. 53).

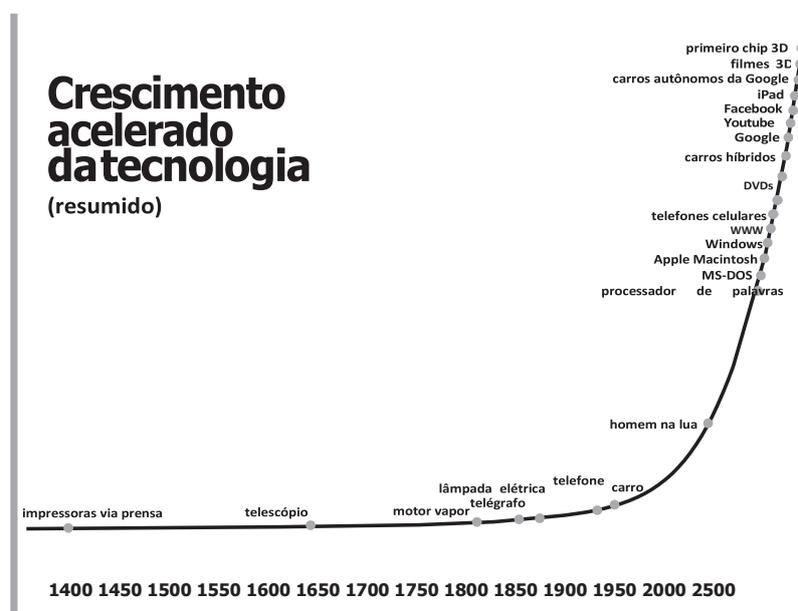
Um fato é o impacto causado pela tecnologia no indivíduo, outro é o embate macro nas sociedades, quando recebem engenhocas tecnológicas que as levam a repensar e redirecionar o *modus operandi* dos seus indivíduos. Com o intuito de entender e mapear as novas formas de relações sociais e de trabalho, estudiosos atentam à teoria das mudanças aceleradas⁸, e a educação tem sua responsabilidade e não pode ficar de fora (AGUIAR, 2017). Em palestra sobre tecnologias e o futuro do trabalho, o empresário e empreendedor

⁸ Diz respeito ao aumento acelerado da taxa de inovação tecnológica ao longo da história, levando a mudanças no modo de vida da humanidade e na maneira de ver o futuro. Entre os estudos, está o da singularidade, de Ray Kurzweil, que afirma que a inteligência da máquina vai superar a do homem.

de programas de educação *maker*⁹ Aguiar (ibid.) mostra como os avanços tecnológicos expandem nossas possibilidades ao mesmo tempo que podem limitar nosso pensamento até a chegada de outra inovação. Assim, o futuro terá de ser imaginado a cada novo momento. Essa incerteza impacta no planejamento estratégico de educadores, estudantes e profissionais acostumados ao raciocínio linear.

No Gráfico 1, podemos observar como o mundo tecnológico evoluiu mais em 50 anos do que em 600 anos. A curva aponta cada vez mais inovações em menos tempo.

Gráfico 1 – O percurso da tecnologia ao longo dos anos e a disparada no avanço tecnológico nos últimos 50 anos



Fonte: Aguiar (2017).

Aguiar nos alerta de como essas novas tecnologias, inovações e processos agregados a elas estão mudando a forma como as pessoas trabalham, como as empresas se comportam, onde investem, em quem investem e até a forma como consumimos. Ao

⁹ Movimento *Maker* é o movimento do faça-você-mesmo, ou, em inglês, *Do-It-Yourself (DIY)*. Pessoas comuns podem fabricar ou modificar objetos ou projetos. Está cada vez mais fácil devido às novas tecnologias que auxiliam na prototipagem, como a impressora 3D. Acredita-se que poderá ser uma nova fase da Revolução Industrial, em uma escala gigantesca, na nossa sociedade.

apresentar uma estatística do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, em que “65% dos estudantes atuais irão trabalhar em carreiras que ainda não existem”, Aguiar atribui à educação a tarefa de repensar sua estratégia diante de um mundo cada vez mais complexo. Reforça o que autores como Kenski (2012) e Brown (2010) vêm defendendo: ensinar o indivíduo a “aprender a aprender”. Aguiar acredita que é por meio de perguntas desafiadoras que vamos nos aproximar cada vez mais das respostas, e lança: “Como educar para o futuro?” e “Como transformar a educação e a formação profissional?” (AGUIAR, 2017). Vamos encerrar este tópico acrescentando mais uma: para o que devemos olhar?

PARA O QUE DEVEMOS OLHAR – A EDUCAÇÃO E SEUS MÉTODOS

Vamos trazer o jovem conectado virtualmente, apontado no tópico 2, juntamente com o modelo de mundo cheio de inovações, questionamentos e de futuro incerto, do tópico 3, e inserir um elemento importante para a mediação dessa relação: a prática educacional. Nela, o professor deve – usando um neologismo – *interfacear* o processo de conexão do jovem digital ao mundo real e se tornar, na visão de Lévy (1999), “um animador da inteligência coletiva”; ou “um parceiro da consciência crítica”, para Demo (2000, p. 35). Mas poderá esse profissional impedir que os “coletivos anônimos e irresponsáveis” da cibercultura matem a expressão criadora e individual dos jovens? (LANIER, 2010 apud RÜDIGER, 2013, p. 247)¹⁰. Expressão, aliás, bem alinhadas às exigências do novo perfil das relações de trabalho e do mercado profissional desse século:

Estamos em um ponto crítico em que rápidas mudanças estão forçando a procurar não apenas novas formas de solucionar problemas, mas também a enfrentar novos problemas que devem ser solucionados (BROWN, 2010, p. 143).

Mas é preciso, em nome do mínimo de coerência pedagógica, saber oferecer à população propostas de aprendizagem bem

¹⁰ Rüdiger apresenta o pensamento crítico do músico; e um dos precursores da realidade virtual, o norte-americano Jaron Lanier, afirma que jovens, quando expostos a comunidades virtuais, em prol de um consenso maior ou para fazerem parte do grupo, muitas vezes acabam reprimindo seus pontos de vista minoritários.

mais condizentes com as necessidades de hoje, além de perseguir a dignidade profissional (DEMO, 2000, p. 21).

Nota-se que a educação deverá trabalhar o ser humano, direcionando sua criatividade e sua autonomia à resolução de problemas de forma contextualizada e sistematizada em rede universal de conhecimento, por meio de projetos e em grupos colaborativos (MORIN, 2000). Pensamento seguido por Brown (2010, p. 203) que nos adverte que “os problemas sistêmicos só podem ser solucionados por meio da colaboração em todo o sistema”, com a educação e a criatividade humana.

Tavez a oportunidade mais importante para impacto de longo prazo seja a educação. [...] como a educação pode ser reinventada visando o amplo reservatório de potencial criativo humano? (BROWN, 2010, p. 209).

O autor alerta também sobre a importância de as escolas continuarem a alimentar a criatividade nos jovens-adultos, característica que se tem quando criança e se vai perdendo ao longo de processos educativos com “foco no pensamento analítico e convergente” (BROWN, 2010, p. 209). Estimular o fazer, criar, experimentar; incentivar experiências educacionais alinhadas à vida dos jovens em sociedade e de forma a não destruir “a inclinação natural” de desenvolver a criatividade.

Já dizia Vigotski, adepto da psicologia cultural-histórica, interacionista: “O saber que não vem da experiência não é realmente saber”. Estamos falando, aqui, da teoria aplicada à prática com o uso da criatividade humana. Em sintonia, Aguiar (2017) faz uma análise que, como na dos quatro pilares da educação do século XXI apresentados pela UNESCO (aprender a conhecer, fazer, viver junto e ser) almeja a transformação educacional e a formação profissional. Na sua visão, são três os pilares de sustentação e fortalecimento para a educação: 1) **Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP)**, responsável por trazer contexto à habilidade criativa e criadora do ser humano; ou seja, ao se deparar com um problema e, por meio dele, pensar em um projeto para solucioná-lo, o indivíduo estará usando seu poder criativo ao nível máximo; 2) o pilar que vai trabalhar para que o aluno desenvolva e tenha sempre consigo o **design mindset** (mentalidade de planejar e projetar), ou, o processo circular de aprendizagem em que, ao tentar entender um problema, o aluno faz uma imersão nele, analisa, cria um projeto para solucioná-lo, testa, vê o resultado, aprende e repete todo o ciclo para cada vez mais se

aproximar da resposta esperada (em outras palavras, o *Design Thinking*, de Brown, um aprendizado não linear para problemas complexos); e, por fim:

3) **educação maker**, ou o “botar a mão na massa” – a partir da interação com a tecnologia, o jovem pode criar as próprias ferramentas de trabalho, entender seus mecanismos e funcionamento, levando-o a um aprendizado mais rico e eficaz.

Segundo Aguiar, sustentada nesses pilares, a educação no/para o futuro poderá cumprir sua função de promover, por meio dos problemas e questionamentos, o resgate do jovem para uma interação pessoal ativa com seus pares, desenvolvendo habilidades de convivência, comportamento e crítica social. Para ele, os três pilares, ao se completarem, transformam a sala de aula em um “*maker space*”, ou espaço aberto, desenvolvedor de projetos e ideias, participativo e colaborativo, onde as áreas do conhecimento estarão inter-relacionadas. Sua preocupação é que, ao sair de um curso, num tempo relativamente longo (quatro a cinco anos), esse jovem não esteja defasado, despreparado para as mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Para isso, as instituições de ensino devem desenvolver nos alunos a capacidade de resolução de problemas e pensamento e análise crítica, num somatório de **contexto + comportamento+ tecnologia**, totalizando um resultado positivo na sua formação profissional. Nessa equação que soma habilidades e competências, o docente deve estar sempre presente e acompanhar o discente para que este, ao trabalhar em grupo, valorize e saiba enfrentar e solucionar os desafios do mundo. A ideia do professor como peça-chave no processo de aprendizagem autônoma e em grupo, ganha reforço em Gessinger, que destaca:

Trabalhos realizados em grupo são uma oportunidade de promover a interação entre os alunos. [...] abrem espaço para que o aluno assuma o papel de protagonista do seu processo de aprendizagem, desenvolvendo assim a sua autonomia. [...] O fato de os alunos estarem sentados próximos, formando pequenos grupos, não significa que estejam em interação. [...] A atitude de interagir não se dá unicamente pela disposição dos alunos na sala de aula, mas é propiciada pelo tipo de atividade que é proposta e pela atitude do educador que promove esta interação (GESSINGER, 2008, p. 110-111).

Para a autora, o “agrupamento integrado” favorece o intercâmbio de ideias e exige maior participação do aluno nos debates e na resolução de problemas. Partindo dessas

premissas, vamos atentar à metodologia ABP (Aprendizagem Baseada em Problemas), definindo-a conforme o ponto de vista da Universidade de Aalborg, na Dinamarca, referência no uso da metodologia desde sua fundação, em 1974, e que a usa articulada com a Aprendizagem Orientada por Projetos – em inglês, Project- Oriented and Problem-Based Learning (POPBL). Em um capítulo da obra de Araújo e Sastre, Finn Kjaersdam (reitor) em parceria com Stig Enemark, definiu a ABP:

“Aprendizagem baseada em problemas” é uma expressão que abrange diferentes enfoques do ensino e da aprendizagem. Ela pode se referir a conceitos didáticos baseados somente na resolução de problemas ou a conceitos que combinem os cursos tradicionais com resolução de problemas por meio do trabalho com projetos. Ambos têm em comum o foco no processo de aprendizagem do estudante (ARAÚJO; SASTRE, 2016, p. 17).

A universidade, de porte médio, com 13 mil alunos, aderiu ao modelo que trabalha com projetos baseados em problemas e segue, em todos seus cursos, defendendo seu trabalho de mais de 30 anos. Trabalhando com problemas reais da comunidade, ONGs ou instituições da sociedade civil, sob a supervisão de um professor, a universidade acredita estar estimulando não só a aproximação da instituição com as empresas e a pesquisa, como também desta com aquelas, transformando assim a educação numa experiência real para discente e docente. Por meio desse mecanismo, professores e alunos buscam e conhecem mais inovações tecnológicas e novos conhecimentos que irão ajudá-los no desenvolvimento do raciocínio em direção à construção de projetos mais eficazes para resolução de problemas cada vez mais complexos. Temos aqui, um exemplo concreto do novo perfil de professor, o de alguém que também aprende. Como analisa Kenski, é “a hierarquia do saber de pernas para o ar” (KENSKI, 2012, p. 49).

Conhecidas como metodologias ativas¹¹, ABP, Aprendizagem Baseada em

¹¹ Diferentemente do processo de ensino-aprendizagem que visava à reprodução e transmissão do conhecimento do docente para o discente, a metodologia ativa prevê a curiosidade criativa, indagadora e sempre insatisfeita de um sujeito-aluno ativo, que reconhece a realidade como algo que pode sofrer mudanças. Portanto, é uma

Problemas e por Projetos (ABPP)¹² ou, ainda, Metodologia da Problemática (MP) – independentemente das nomenclaturas e formatações –, ao assumirem a problematização como estratégia de ensino-aprendizagem, estão, na visão de Araújo e Sastre (2016), agregando decisões, opções e apostas alinhadas a riscos e incidentes de percurso, o que não ocorre nas organizações ditadas por programas curriculares rígidos. Também para Mitre, o uso da problematização como estratégia busca alcançar um profissional ativo e apto a “aprender a aprender”, “capaz de autogerenciar seu processo de formação” (MITRE et al., 2007, p. 2135). Para ela, à medida que a metodologia interfere nos problemas da realidade do aluno, cumpre a função de promover uma melhor articulação entre universidade, comunidade e serviço. Destacadas como integradoras do ensino ao serviço, devem, então, provocar mudanças na organização das instituições, transformando-as em fórum de debates.

Apesar de considerada, segundo Gil (2015), uma metodologia moderna no ensino superior, a ABP já viajou bastante pela academia. Desde o final do século XIX, na Universidade Harvard, encontramos as primeiras aplicações do método, mas na década de 1960, no Canadá, na Universidade MacMaster, na área de medicina, foi usado na forma mais parecida ao que temos hoje e com um resultado na aprendizagem bem melhor do que aqueles trazidos pelas leituras tradicionais de textos. Com viés predominantemente construtivista, a metodologia teve aportes nas teorias pedagógicas, como nas de Piaget, Bruner, Vigotski, Roger e Freire, que enxergavam na observação e experimentação ativa do aluno etapas importantes na construção do conhecimento.

Araújo e Sastre (2016), baseados em estudos e na aplicação do método no ciclo básico da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH – Universidade de São Paulo), que segue a linha de Allborg (baseada em problemas e orientada por projetos), comprovam e destacam a existência de diferentes enfoques e objetivos que a metodologia sofre, até mesmo dentro de grupos de uma mesma turma, indo dos conceituais de aproximação e compreensão de algum problema até os de interferência no ambiente, por meio de projetos e ações concretas realizadas após análises e pesquisas sobre o

metodologia alicerçada num princípio de autonomia do sujeito que aprende (MITRE et al., 2007).

¹² Em relação a metodologia ABP e o uso de projetos, esta foi a denominação que encontramos durante nossas pesquisas, a nomenclatura que estamos usando (ABPOP), é a mesma usada na Universidade de Aalborg, na Dinamarca, encontrada em Araújo e Sastre (2016

problema. Com isso, para a dupla, o importante é “evitar uma homogeneização das formas de produção científica e um excesso de rigidez metodológica que pode engessar a criatividade e o poder de decisão de nossos estudantes” (ibid., p. 108). Realçam, portanto, a característica de flexibilização a que o método está sujeito em todo o seu processo, do desenvolvimento à conclusão.

Apesar das variações na forma de compreender, nomear e aplicar a ABP, grande parte detectadas nos diferentes caminhos que as instituições trilham na formulação dos problemas a serem estudados¹³, algumas características se alinham e, segundo Gil (2015, p. 178-182), podem ser classificadas como **vantagens do método**: compreensão dos assuntos; retenção dos conhecimentos; transferência do aprendizado para o mundo do trabalho; responsabilidade pela própria aprendizagem, uma vez que são estimulados a buscar individualmente informações para depois, em grupo, dividirem a construção das hipóteses; automotivação; desenvolvimento das habilidades interpessoais e do espírito de equipe; propiciar o relacionamento entre os alunos e novas formas de se relacionarem com os professores; interdisciplinaridade e aprendizado de “longa vida”.

Para o autor, a ABP também traz **limitações**: redução do tempo destinado ao ensino dos fundamentos das disciplinas; desempenho de novos papéis pelo estudante que, após pesquisar e estudar sozinho deve expor suas ideias no grupo, aceitando críticas; novo papel para o professor, que fica mais a cargo da orientação, mediação e facilitação

¹³ Em linhas gerais, entre algumas implementações da metodologia, encontramos o caso da EACH-USP Leste, na cidade de São Paulo, onde grupos de alunos ficam a cargo da elaboração do problema e do projeto de pesquisa que irão seguir. Das temáticas amplas, elaboradas pela instituição, saem os temas gerais apresentados aos alunos, que, ao elegerem o seu, se pautarão para detectar, analisar e elaborar o problema a ser solucionado. Os temas apresentados carregam evidentes vinculações com os problemas, mas não devem ser confundidos com estes (ARAÚJO; SASTRE, 2016). Em outros casos, as instituições organizam especialmente grupos com professores e alunos (Comissão de Proposição de Problemas), que se renovam periodicamente e têm a função de criar situações- problemas, supervisionados por uma Comissão de Currículo, sempre com foco nos conteúdos a serem visitados (UEL- Londrina, PR); e, ainda, como nos aponta Gil (2015), existem livros-textos que apresentam exemplos de problemas que podem abraçar determinados conteúdos a serem abordados em sala.

de pesquisas e estudos; mais tempo de dedicação, mais recursos humanos e materiais, como bibliotecas e acervos; intenso monitoramento; envolvimento do conjunto de docentes e complexidade de avaliação do aproveitamento dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso interesse nesse artigo foi o cerne da metodologia, onde o processo, com todas as suas nuances, atinge o objetivo final: desenvolver e despertar no discente, habilidades interpessoais reais, visão crítica do mundo, criatividade e autonomia, transformando-o num sujeito ativo que, por meio da reflexão e análise de problemas, com diálogos e troca de conhecimentos, seja capaz de criar mecanismos que o auxiliem na busca de soluções. Interessa-nos, portanto, o resultado e “a aventura intelectual como proposta educativa” (ARAÚJO, 2014): o fazer pensar.

Interessa-nos que as metodologias com foco no indivíduo que constrói a sua inteligência e aprende que aprender é para sempre, saiam da teoria e se materializem na prática. Que sejam, se necessário, adaptadas e revistas de forma a, sem perderem sua essência, circularem cada vez com mais desenvoltura nas instituições de ensino que se propõem futuros “*Fab Labs*”¹⁴ de inovadores e indivíduos pensantes.

Interessa-nos que as instituições educacionais, deixem, como sugere Demo (2000), os porões da História e possam emergir num novo processo de ensino-aprendizagem sem medo de diálogos e debates. Que pratiquem suas teorias de mudanças. Que currículos sejam repensados e redesenhados tendo como foco professores e alunos mais livres para aprenderem. Que as especializações assumam novos papéis na educação, relacionando-se de forma colaborativa, num todo sistematizado e coerente. Uma escola, como para Kensi (2012, p. 67-68), com novas formas de gestão da educação, uma ampliação do sentido de educar e uma reinvenção da sua função, se abrindo para “além da formação para o consumo e produção”, “um lugar de exploração de culturas” – a problematização como porta para questionamentos cada vez mais ricos. Por fim, nos interessa uma efetiva mediação da “inteligência coletiva”, da cibercultura, professores dispostos a inovar suas práticas de ensino-aprendizagem, a trabalhar em equipe, aprendendo não só com os seus colegas mas com seus alunos. Interessam-nos a humildade e a parceria no processo

¹⁴ Expressão que significa “Laboratório de Fabricação”; em inglês, *Fabrication Laboratory*. Pequenos espaços equipados com ferramentas controladas por computador que, além de partilharem conhecimento, partilham *know-how* para desenvolvimentos de vários projetos e protótipos para empresas ou em nível de testes.

educativo.

Esperamos que essa reflexão seja um *start* para análises mais profundas sobre as possibilidades e caminhos que a educação universitária pode assumir para alcançar e acompanhar os jovens na corrida desenfreada e sem precedentes em que se encontram: a corrida digital e em rede global de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Mateus. **Tecnologias e o futuro do trabalho**. In: Senac Soluções Autodesk 2017, 2017, São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tSp-vUZfAgc&feature=youtu.be>. Acesso em: 29 maio 2017.
- ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais**, pedagogia de projetos e as mudanças na educação. São Paulo: Summus, 2014.
- ARAÚJO, Ulisses F.; SASTRE, Genoveva (Org.). **Aprendizagem baseada em problemas no ensino superior**. 3 ed. São Paulo: Summus, 2016.
- BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2003.
- BROWN, Tim. **Design Thinking: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. CARR Nicholas G. **The shallows: what the internet is doing to our brains**. Edição Kindle.
- DEMO, Pedro. **Ironias da educação: mudanças e contos sobre mudanças**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. ESTEVE, José M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. Tradução de Cristina Antunes. São Paulo: Moderna, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GESSINGER, Rosana Maria. Atividades em grupo. In: FREITAS, Ana Lúcia de et al. (Org.). **A gestão da aula universitária na PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 110-111.
- GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2015.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2012.

LEMOS, André. **Cibercultura:** tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **A conexão planetária:** o mercado, o ciberespaço, a consciência. Tradução de Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Editora 34, 2001.

MITRE, Sandra Minardi et al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde:** debates atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 2, p. 2133-44, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v13s2/v13s2a18>. Acesso em: 8 jun. 2017.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura:** perspectivas, questões e autores. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA E TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Uma ligação cada vez mais próxima

Benedito Décio da Silveira Camargo Junior – Professor dos Cursos de Pós-graduação de Gestão Estratégica de Pessoas e Gestão Estratégica de Negócios - SENAC Jundiaí; professordecio@yahoo.com.br

RESUMO

Entende-se que a capacitação e desenvolvimento das pessoas nas organizações deve ser um processo contínuo e não um evento ocasional que ocorre, por exemplo, apenas uma vez a cada ano ou semestre. O recente conceito de Universidade Corporativa, propõe uma nova forma de irradiar e compartilhar conhecimento de maneira intensiva e ininterrupta. Universidade Corporativa é uma evolução da Educação Corporativa e representa muito mais um processo, uma mentalidade, um estado de espírito generalizado do que propriamente um local físico ou uma entidade concreta. Ao mesmo tempo, a tecnologia proporciona profundas transformações no entendimento sobre aprendizado e treinamento em ambientes corporativos. Muitas empresas passam a se utilizar dessas ferramentas tecnológicas em ampla utilização para capacitação das pessoas por meio da aprendizagem. A modalidade de educação a distância – EaD – tem provocado fortes mudanças na forma de trabalhar de educadores e na maneira de aprender dos alunos. Independentemente do modelo EaD e da forma de comunicação adotada, são necessários meios tecnológicos para viabilizar a comunicação, frequentemente denominados Ambientes Virtuais de Aprendizagem, que se constituem de um cenário no qual o ensino e a aprendizagem podem ocorrer de maneira diferenciada. Este trabalho tem o objetivo de recuperar informações bibliográficas que permitam melhor compreensão dos conceitos fundamentais de Educação Corporativa e exemplos de Tecnologia para Educação à Distância, fornecendo pistas para a identificação de relações entre ambos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Corporativa, Tecnologia, Educação a Distancia

ABSTRACT

It is understood that training and developing people in organizations must be a continuous process and not only an occasional event that happens, for instance, once a year or semester. The recent concept of Corporate University is an evolution fro Corporate education and represents much more than a process, a mentality, a state of mind than a phisical location or a concrete entity. At the same time, technology allows us deep

transformation in the understanding of learning and training in corporative environments. Many companies have started to apply those technological tools broadly using them in training people through learning. Distance education has provoked great changes in the way educators work and in the way students learn. Regardless of the Distance education model and the chosen form of communication, technological means are required to enable communication, frequently named Virtual Learning Environments, that are constituted of a scenery in which teaching and learning may happen in a different way. This work aims to recover bibliographical data that allows a better understanding of the fundamental concepts of Corporative Education and examples of Technology for DIstance Learning, providing clues to identify the relationship between both of them.

KEYWORDS: Corporative Education, Technology, Distance Learning.

INTRODUÇÃO

Em decorrência das transformações no mundo do trabalho, e como parte delas, vem se verificando um aumento dos investimentos nos sistemas de capacitação e desenvolvimento das pessoas. Nota-se grande crescimento de pesquisas para melhor compreender o funcionamento desses sistemas. Adota-se, então uma visão mais sistêmica de treinamento, mais preocupação com o contexto organizacional (BORGES-ANDRADE; ABBAD; MOURÃO, 2007).

Neste contexto, várias organizações estão migrando gradativamente do T&D para a educação corporativa em uma transformação definitiva. Segundo Chiavenato (2009) a diferença está em que o tradicional T&D, por sua natureza e configuração, frequentemente é visto como sendo apenas local, tópico, reativo, micro orientado, agregador, enquanto a educação corporativa tende a se apresentar como holística, sistêmica, proativa e sinérgica.

Assim emerge o conceito de educação corporativa constituindo-se como um processo - não necessariamente um local - em que funcionários, e até clientes e fornecedores, podem participar de uma variedade de experiências de aprendizagem para melhorar o desempenho no trabalho e incrementar seu impacto nos negócios. A educação corporativa tem desempenhado um papel estratégico na construção da competitividade empresarial por meio do desenvolvimento das competências humanas de forma atrelada às competências empresariais (EBOLI, 2014).

A utilização cada vez mais intensa da educação a distância (EaD) pelas empresas, passou a caracterizar a EaD Corporativa, que por sua vez deu origem, já na década de 1990, as universidades corporativas (MATTAR, 2011).

Este trabalho tem o objetivo de recuperar informações bibliográficas que permitam melhor compreensão dos conceitos fundamentais de Educação Corporativa e de Educação à Distância, fornecendo pistas para a identificação de relações entre ambos.

DE T&D PARA EDUCAÇÃO CORPORATIVA E UNIVERSIDADE CORPORATIVA

Para Chiavenato (2009) existem algumas principais tendências que movimentam o papel dos tradicionais sistemas de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) tais como:

- ❖ Aprendizagem como estratégia empresarial: as organizações que aprendem bem e rápido tendem a obter melhor desempenho em negócios;
- ❖ A tecnologia da informação como instrumento que contribui para superar barreiras e limites impostos por: sala de aula, local, horários e custos presenciais;
- ❖ Desempenho: ao invés de focar as atividades, o treinamento passa buscar competências, e focar os problemas de desempenho das pessoas, equipes e empresa, e os resultados que elas alcançam.
- ❖ Papel da liderança: dos estilos mais técnicos e fechados para uma postura mais participativa, exigindo dos líderes um investimento em autoconhecimento e na disposição de aspectos como diálogo, o exercício de dar e receber feedback, a discussão de relacionamentos e o melhor desempenho.
- ❖ Profissionais de T&D: muito além de apenas cursos e workshops, passam a ocupar mais importância no processo de aprendizagem e inovação da empresa para ajudar a organização e as pessoas a crescerem e alcançarem o sucesso em alinhamento com a estratégia organizacional.

Em muitos casos, a função tradicional de T&D converte-se em uma universidade corporativa. Em outros, a empresa cria uma universidade corporativa com o intuito de enfrentar desafios e promover mudanças. Algumas universidades corporativas são virtuais. Boa parte delas estende-se além das fronteiras da empresa, envolvendo também fornecedores e clientes nas duas pontas e utilizando metodologias de ensino a distância e tecnologia da informação (CHIAVENATO, 2009).

Esse movimento reflete a importância que a educação corporativa adquiriu na gestão empresarial, evoluindo para uma compreensão da relevância da educação como condição para competitividade. Isto se evidencia na quantidade e qualidade de experiências verificadas.

Em rigor, sabemos que vários programas educacionais nas empresas sempre existiram, normalmente eles eram voltados aos níveis gerenciais e à alta administração.

Para a maioria dos funcionários, mais operacionais, havia programas de treinamento pontuais (EBOLI, 2014).

É a evolução da educação corporativa e o surgimento das universidades corporativas que marcam a evolução do tradicional Centro de Treinamento & Desenvolvimento (T&D) para uma estratégia mais abrangente voltada para a educação de todos os colaboradores. Segundo Eboli (2014) as forças que sustentaram o aparecimento desse fenômeno são:

- ❖ A organização mais flexível, menos hierárquica, enxuta, capaz de respostas mais rápidas.
- ❖ O advento e consolidação de uma nova era na qual o conhecimento é a base para a formação de riqueza.
- ❖ Rápida obsolescência do conhecimento associada ao sentido de urgência;
- ❖ Novo foco na capacidade de empregabilidade para a vida toda ao invés de do emprego para toda a vida;
- ❖ A necessidade de formar pessoas com visão global e perspectiva internacional dos negócios.

Ao observar que é esse contexto de forças que faz com que se destaque nas empresas a gestão por competências, e não por cargos, entende-se melhor porque a educação corporativa é um sistema de desenvolvimento de pessoas pautado justamente pela gestão de pessoas por competências. Isto faz com que seu objetivo principal seja o desenvolvimento e instalação das competências consideradas críticas para a viabilização das estratégias de negócio (EBOLI, 2014).

Se o objetivo principal está relacionado a competências, a missão de uma universidade corporativa é explicada em três elementos principais por Eboli (2014): a) formar e desenvolver os talentos na gestão dos negócios, b) promover a gestão do conhecimento organizacional (gerar, assimilar, difundir e aplicar) c) por meio de um processo de aprendizagem ativa e contínua.

Por sua vez a gestão das competências destaca a necessidade da organização em desenvolver em seus colaboradores novas e diferentes competências a fim de potencializar suas competências essenciais e, assim, criar vantagens competitivas (CHIAVENATO, 2009).

Ainda segundo Eboli (2014) a implementação de projetos de universidades corporativas tende a se organizar em torno de certos princípios, tais como:

- ❖ Prover oportunidades de aprendizagem que deem suporte para a empresa atingir seus objetivos críticos do negócio;

- ❖ Considerar o modelo de universidade corporativa como um processo e não apenas um local de aprendizado;
- ❖ Desenhar programas que incorporem: cidadania, contexto e competências;
- ❖ Treinar as pessoas componentes da cadeia de valor da empresa;
- ❖ Migrar do modelo “sala de aula” para múltiplas formas de aprendizagem;
- ❖ Estimular gerentes e líderes a se envolver com a aprendizagem, tornando-se também responsáveis pelo processo;
- ❖ Depender cada vez menos da alocação de orçamento da empresa e buscar um orçamento próprio;
- ❖ Assumir foco global no desenvolvimento de soluções de aprendizagem;
- ❖ Criar sistemas eficazes de avaliação dos investimentos e resultados obtidos;
- ❖ Utilizar a universidade corporativa para sustentar vantagem competitiva e entrar em novos mercados.

A educação corporativa valoriza o conceito de gestão do conhecimento corporativo, em que a organização procura criar, identificar, integrar, recuperar, compartilhar e utilizar o conhecimento a respeito do seu negócio, seus produtos e serviços, processos e métodos de trabalho, etc.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA UTILIZANDO A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

A tecnologia, como se sabe, vem trazendo profundas transformações no entendimento sobre o aprendizado e o treinamento em ambientes corporativos, escolas, faculdades e universidades. Muitas empresas passam a se utilizar dessas ferramentas tecnológicas em diferentes frentes, desde o recrutamento e seleção de colaboradores, até divulgação e desenvolvimento de produtos e serviços, além de ampla utilização em capacitação das pessoas por meio da aprendizagem (NOE, 2015).

Vive-se, contemporaneamente, em uma sociedade em transformação, as tecnologias, os fatores econômicos, políticos e sociais contribuem para a intensificação do processo de globalização gera mudanças em todos os níveis e esferas da sociedade e dos mercados, modificando estilos de vida e consumo, bem como a maneira de ver o mundo e de aprender sobre seu próprio tempo e espaço.

A educação como sistema social, portanto, também vive transformações, trazendo a educação a distância como uma possibilidade que permite acesso à educação formal e informal em diversos lugares do mundo. A modalidade de educação a distância – EaD – tem provocado fortes mudanças na forma de trabalhar de educadores e na maneira de

aprender dos alunos, como por exemplo na forma de comunicação entre professores e alunos, alunos e instituição de ensino, alunos e alunos (MACHADO; MORAES, 2015).

Aprender e ensinar em EaD implica ações pedagógicas próprias, sendo necessária uma reformulação didática que atenda à nova forma de comunicação. A comunicação acontece no fórum ou no chat, por exemplo. A docência e a interação devem ser previstas para atender estratégias comunicacionais torne acessível o conhecimento, seja por áudio, material impresso, teleconferência, videoconferência, ou outros recursos (MACHADO; MORAES, 2015).

A EaD tornou-se instrumento de promoção de oportunidades, uma vez que serão muitas as pessoas que, ao apropriar-se dessa modalidade, podem alcançar novas oportunidades profissionais. O desenvolvimento dessa modalidade de ensino contribuirá para implementar projetos educacionais os mais diversos e para as mais complexas situações (VALERIANO, 2016).

Uma das conceituações mais frequentes por diferentes autores trata a EaD como aprendizado planejado e que normalmente vai acontecer em um lugar diferente do local do ensino, e que por isto mesmo exige técnicas especiais desde a própria criação do curso e também de instrução, comunicação utilizando-se de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais (MOORE; KEARSLEY, 2007).

Os principais aspectos a serem enfatizados a respeito dessa definição indicam que o estudo de EaD é um estudo de aprendizado e ensino, sendo que o aprendizado que é planejado (portanto, não acidental) e - repetindo - aprendizado que normalmente está em lugar diferente do local de ensino, exigindo assim soluções de comunicação por meio de diversas tecnologias (MOORE; KEARSLEY, 2007).

Como aspecto pedagógico inserido na realidade educacional, a EAD possibilita que as pessoas tenham condições eficientes e eficazes de compartilhar o conhecimento, debatendo, questionando e reformulando ideias, valores, percepções e experiências, sem a necessidade da palavra impressa e da presencialidade física (MACHADO; MORAES, 2015).

E é por isto mesmo que as soluções EaD tem sido crescentemente adotadas, ao considerar-se que melhor atendam certas necessidades, como por exemplo:

- ❖ Acesso crescente a oportunidades de aprendizado e treinamento;
- ❖ Proporcionar oportunidades para atualizar aptidões;
- ❖ Reduzir os custos dos recursos educacionais;
- ❖ Apoiar a qualidade das estruturas educacionais existentes;
- ❖ Melhorar a capacitação do sistema educacional;

- ❖ Nivelar desigualdades entre grupos etários;
- ❖ Direcionar campanhas educacionais para públicos-alvo específicos;
- ❖ Proporcionar treinamento de emergência para grupos-alvo importantes;
- ❖ Aumentar as aptidões para a educação em novas áreas de conhecimento;
- ❖ Oferecer uma combinação de educação com trabalho e vida familiar;
- ❖ Agregar uma dimensão internacional à experiência educacional.

Esta é apenas uma amostra e seriam algumas das necessidades que nos dão uma ideia das razões pelas quais a educação a distância tem recebido maior interesse dos planejadores em anos recentes e sugerir alguns dos motivos por que existe a possibilidade de um desenvolvimento adicional (MOORE; KEARSLEY, 2007).

É importante ressaltar, entretanto, que EaD não é sinônimo de se conseguir um diploma sem trabalho ou estudo. Geralmente cursos EaD podem ser mais rigorosos e exigem mais empenho que os cursos presenciais. A carga de estudo que cursos EaD exigem é igual ou superior à exigida pelos mesmos cursos presenciais. Além disso, com o desenvolvimento das disciplinas e do curso, as tarefas podem até ficar cada vez mais desafiadoras! (MESQUITA; PIVA JR; GARA, 2014).

TECNOLOGIA: SISTEMAS DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM PARA EAD

As características de EaD levam a crer que estamos diante de uma revolução, segundo Moore & Kearsley (2007), à medida que se torna mais visível que o aluno constitui protagonista no processo de construção do seu próprio conhecimento e que o ensino deixou de direcionar o aprendizado e agora o responde e o apoia. Tal liberdade implica na necessidade de que os alunos aceitem assumir maior responsabilidade na condução de seu aprendizado, em termos de quando estudarão, quanto desejam aprender e buscando informações e meios. Alguns alunos precisarão de ajuda para fazer os ajustes em função das expectativas que possuem (MOORE; KEARSLEY, 2007).

Ao mesmo tempo, graças aos recursos tecnológicos, apresentam-se uma série de vantagens na modalidade EaD. Uma delas é a economia de custos relacionados a viagens. Outra vantagem é possibilitar que funcionários em locais dispersos recebam treinamento de especialistas que não poderiam visitar cada região de outra forma (NOE, 2015).

Independentemente do modelo EaD e da forma de comunicação adotada, são necessários meios tecnológicos para viabilizar a comunicação, frequentemente denominados Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) que se constituem de um cenário no qual, dependendo dos recursos existentes, o ensino e a aprendizagem podem ocorrer de maneira qualitativamente diferenciada. Ao se utilizar, por exemplo, AVA que dispõem

de recursos como áudio e vídeo, as possibilidades são diferentes daqueles nos quais a interação ocorre apenas pela escrita, por meio de um chat (BORBA; MALHEIROS; AMARAL, 2014).

Nos AVA, podemos encontrar recursos de comunicação assíncrona, como listas de discussão, portfolios e fóruns, em que os alunos trazem suas ideias, dúvidas e dividam soluções dos problemas propostos, cada um no seu tempo disponível. Na comunicação síncrona, como chat ou videoconferência, é possível compartilhar ideias em tempo real, mesmo que as pessoas não estejam no mesmo espaço físico (BORBA; MALHEIROS; AMARAL, 2014).

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem fazem parte de Sistemas de gestão da aprendizagem, também conhecidos pela sigla LMS, do inglês *Learning Management System*. LMS é uma plataforma que pode ser usada para automatizar administração, desenvolvimento e oferta de todos os programas de treinamento de uma empresa e podem dar aos funcionários, gerentes e instrutores a capacidade de gerenciar, oferecer e acompanhar atividades de aprendizagem. Incluem a possibilidade de os usuários pesquisarem em bancos de dados e na intranet da empresa simultaneamente sobre informações de programas de treinamento (MOORE; KEARSLEY, 2007).

LMS pode se constituir em um recurso que empresas dos mais variados segmentos podem usufruir para deixar o processo de aprendizagem mais dinâmico, interativo e inovador, seja através da oferta de cursos online ou o gerenciamento de em treinamento corporativo, integrando a prática da educação corporativa. LMS, além de ajudar a reduzir custos com viagens e outros gastos relacionados ao treinamento, pode reduzir o tempo de realização do programa, aumentar a acessibilidade dos funcionários e oferecer possibilidades administrativas de acompanhar o programa desde as matrículas.

No caso de empresas, um LMS pode funcionar como aliado na boa prática da educação corporativa, proporcionando suporte ao processo de aquisição de novas competências por parte de colaboradores, contribuindo diretamente na melhoria dos resultados empresariais. E até mesmo empresas menores podem se beneficiar das vantagens LMS se contratarem um fornecedor para operar o sistema. Isso permite que elas ofereçam oportunidades de treinamento e desenvolvimento que não conseguiriam fazer de outra forma.

Como uma empresa desenvolve um LMS? O primeiro passo é convencer a gerência de que um LMS beneficiará os funcionários e contribuirá para as estratégias e metas gerais de negócio. No segundo passo, a empresa que deseja desenvolver um LMS precisa ter uma cultura de *e-learning* que apoie a aprendizagem on-line e incentive a participação dos

funcionários. O passo seguinte é compartilhar com o aluno o controle do ambiente de aprendizagem *on-line*, o que inclui não só a escolha do que e quando aprender, como também o envolvimento no aprendizado (*prática, feedback, apelo a vários sentidos etc.*) (MOORE; KEARSLEY, 2007).

Resumo das principais vantagens do LMS para empresas:

- ❖ Melhoria no desempenho profissional;
- ❖ Melhoria nos resultados empresariais;
- ❖ Melhoria na motivação e engajamento de colaboradores;
- ❖ Possibilidade de avaliação rica e completa de performance de colaboradores;
- ❖ Possibilidade de reutilização dos materiais e conteúdos ao longo do tempo;
- ❖ Fácil acesso à treinamentos, informações e relatórios de aprendizagem;
- ❖ Economia de tempo e espaço;
- ❖ Dar poder ao colaborador aprender no seu tempo.

Para potencializar a sua eficácia, um sistema LMS deve ser integrado ao sistema de gestão de talentos da empresa. As interfaces entre eles fornecerão informações básicas sobre cada colaborador, como unidade de negócio, localização geográfica e cargo, por exemplo. Também são armazenadas no LMS informações sobre quais disciplinas foram concluídas pelo aluno e quais ele está apto a fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Organizações migram atualmente do tradicional T&D para a educação corporativa visando proporcionar e atualizar competências, como aprender a aprender, comunicação e colaboração, raciocínio criativo e solução de problemas, conhecimento tecnológico, conhecimento global dos negócios da organização e liderança e autogerenciamento da carreira às pessoas. São oportunidades de aprendizagem para as pessoas possam se desenvolverem na velocidade das mudanças contemporâneas.

A evolução da educação corporativa nas empresas foi influenciada fortemente pelo desenvolvimento das possibilidades de Educação a Distância (EaD). As características de EaD levam a crer que estamos diante de uma revolução, segundo Moore & Kearsley (2007).

A viabilização de Educação Corporativa via EaD, dependerá do adequado investimento em tecnologia, sendo que uma das alternativas tecnológicas é a adoção de um LMS (*Learning Management System*) um sistema de gestão de aprendizagem.

LMS é uma plataforma de gestão que pode ser usada por empresas dos mais variados portes e segmentos para deixar o processo de aprendizagem mais dinâmico,

interativo e inovador, seja através da oferta de cursos online ou o gerenciamento de treinamento corporativo, integrando a prática da educação corporativa.

REFERÊNCIAS

- BORBA, M. DE C.; MALHEIROS, A. P. DOS S.; AMARAL, R. B. **Educação a distância online**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- BORGES-ANDRADE, J. E.; ABBAD, G. DA S.; MOURÃO, L. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CHIAVENATO, I. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa**. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.
- EBOLI, M. **Educação corporativa: muitos olhares**. São Paulo: Atlas, 2014.
- MACHADO, D. P.; MORAES, M. G. DE S. **Educação a distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015.
- MATTAR, J. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- MESQUITA, D.; PIVA JR, D.; GARA, E. B. M. **Ambiente virtual de aprendizagem: conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino a distância**. São Paulo: Érica, 2014.
- MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.
- NOE, R. A. **Treinamento e desenvolvimento de pessoas: Teoria e prática**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.
- VALERIANO, L. **Planejamento e administração em educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ABORDAGEM POR PROCESSOS INTEGRADA À CERTIFICAÇÃO ISO 22716:2007

Isabela de Oliveira; isabelaolivera@yahoo.com.br

Resumo: Tradicionalmente no Brasil, o segmento de fabricação de produtos cosméticos figura entre os mais fortes da economia nacional. No entanto, após sofrer a primeira queda de mercado, no ano de 2015, atualmente o país ocupa o 4º lugar no *ranking* de países com maior consumo de bens dessa categoria, segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC,2016). Entretanto, o cenário mercadológico atual pouco interfere nos requisitos aplicáveis a esse segmento e os órgãos regulamentadores e consumidores estão se tornando cada vez mais atentos e exigentes quanto à qualidade, eficácia e segurança dos produtos. Ainda que a legislação brasileira possua requerimentos bastante robustos direcionados a padronização dos requisitos aplicáveis ao setor, muito influenciado pela cultura do país, poucas organizações de fato implementam o sistema de gestão aplicado à ISO 22716:2007 com foco na abordagem por processos, através da análise geral do negócio, conforme proposto no escopo da ISO 9001:2015. A gestão horizontal proporcionada por uma abordagem processual abrange todos os níveis da organização, através das interfaces entre os processos, tornando o foco do negócio unificado onde toda a hierarquia funcional tem conhecimento dos objetivos da organização e trabalha em conjunto para obter o sucesso e satisfação das partes interessadas. A combinação entre os benefícios de uma ferramenta de gestão que integre a qualidade e segurança de produtos cosméticos e processos industriais com a habilidade de atender aos requisitos aplicáveis a esse segmento através de um sistema de gestão de processos robusto torna a organização perfeitamente capaz de e adaptar-se às inúmeras exigências mercadológicas e, principalmente, atender a todas as partes interessadas envolvidas no negócio.

O cenário, brevemente descrito acima, fomentou o presente estudo objetivando principalmente descrever, através de estudos bibliográficos em livros e artigos e da pesquisa documental nas normas aplicáveis, os métodos de implementação de um sistema de gestão conforme a norma NBR ISO 22716, que garantam a fabricação de cosméticos seguros, com foco no atendimento à legislação aplicável e à satisfação das partes interessadas, internas ou externas, através da abordagem processual descrita na ISO 9001:2015.

Palavras-chave: Sistema de Gestão. ISO 22716. ISO 9001. Abordagem por Processos. Indústria de cosméticos.

Abstract: Traditionally in Brazil, the segment of cosmetic products manufacturing is among the strongest in the national economy. However, after suffering the first market drop, in 2015, the country currently ranks 4th in the ranking of countries with the highest consumption of goods in this category, according to a survey by the Brazilian Association of Personal Hygiene, Perfumery and Cosmetics Industry (ABIHPEC, 2016).

However, the current market scenario does not interfere with the requirements applicable to this segment and the legislation and consumers are becoming more attentive and demanding regarding the quality, effectiveness and safety of the products. Although the Brazilian legislation has very robust requirements aimed at standardizing the requirements applicable to the sector, much influenced by the culture of the country, few organizations actually implement the management system applied to ISO 22716 focused on the definition of processes, through the general analysis of the Company, as proposed in the scope of ISO 9001: 2015. The horizontal management provided by defined processes considers all levels of the organization through the interfaces between the processes, making the focus of the business unified where the whole functional hierarchy is aware of the objectives of the organization and works together for the success and satisfaction of the parties Concerned. The combination of the benefits of integrated management of the quality and safety of cosmetic products and industrial processes with the ability to meet the requirements applicable to this segment through a robust process management system makes the organization perfectly capable of adapting to the numerous Market requirements and, above all, meet all stakeholders involved in the business.

The scenario, briefly described above, fostered the present study aiming mainly to describe, through bibliographic studies in books and articles and documentary research in the applicable norms, the methods of implementation of a management system according to the norm NBR ISO 22716, that guarantee the Manufacturing of safe cosmetics, focusing on compliance with applicable legislation and the satisfaction of internal or external stakeholders, through the procedural approach described in ISO 9001: 2015.

Keywords: Management system. ISO 22716. ISO 9001. Process Integration. Cosmetics industry

INTRODUÇÃO

O ambiente industrial advindo das indústrias fabricantes de cosméticos e produtos de higiene pessoal é altamente complexo, com frequentes alterações tecnológicas e padrões de exigência normativos altamente rigorosos. Em decorrência desse cenário, faz-se necessário que as organizações desenvolvam, estruturem e implantem modelos de sistema de gestão robustos a ponto de suportar as modificações de modo que os riscos ao negócio e produtos sejam mínimos.

A NBR ISO 22716 é uma norma elaborada e publicada pela *International Organization for Standardization* com o objetivo de padronizar os sistemas de gestão da segurança e qualidade de cosméticos e integra todos os requisitos primordiais de boas práticas de fabricação para a qualidade de produtos e processos.

Os sistemas de gestão da qualidade (SGQ) são uma interessante alternativa para embasar esses processos, visto que desenvolvem um padrão de melhoria a partir da motivação do quadro de colaboradores, do controle de processos, da identificação de requisitos e atendimento das necessidades das partes interessadas (CALARGE; LIMA, 2001).

Contudo, a estruturação de um sistema robusto não é tarefa fácil dentro das organizações, diante dessa premissa o estudo apresentado visa descrever, através de estudos bibliográficos em livros e artigos e da pesquisa documental nas normas aplicáveis, os métodos de implementação de um sistema de gestão conforme a norma NBR ISO 22716, que garantam a fabricação de cosméticos seguros, com foco no atendimento à legislação aplicável e à satisfação das partes interessadas, internas ou externas, através da abordagem processual descrita na ISO 9001:2015.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9001

O sistema de gestão da qualidade é composto por um conjunto de elementos que, quando implementados e interligados, sustentam a estrutura de controle e padronização dos processos de uma organização.(ALBUQUERQUE, 2013)

A ISO (*International Organization for Standardization*) é uma entidade não governamental cujo objetivo principal é a unificação dos padrões internacionais. A ISO 9001 é a norma que especifica os requisitos para a gestão da qualidade nas organizações com foco na melhoria contínua. Desde o momento de sua criação em 1987, já passou por 4 revisões a fim de se adequar aos novos cenários mercadológicos. (JOSÉ SILVA, 2013)

A primeira revisão ocorreu no ano de 1994, quando ainda era denominada ISO 9000 e, avaliando os requisitos descritos nessa versão, é possível constatar o foco na implementação de controles, inspeções e registros das atividades executadas, elementos

não tão marcantes na edição inicial do documento publicado em 1987. No entanto, nessa revisão ainda não é possível identificar requisitos voltados à melhora contínua e medição/monitoramento da qualidade efetiva do sistema implantado, o que motivou a próxima atualização da norma, que ocorreu no ano 2000. (JOSÉ SILVA, 2013)

A partir desse momento a norma passou a ser denominada ISO 9001 e, em vista das demandas organizacionais, essa edição começou a dar indícios de um sistema de gestão com abordagem por processos, aliado à ferramenta de monitoramento e avaliação de melhoria PDCA (*Plan, Do, Check e Act* – Planejar, Executar, Verificar e Agir) que, por sua vez, perdeu a característica inicial voltada para controles e inspeções e passou a basear-se na gestão dos processos como um todo e, principalmente, focada na satisfação do cliente.

Segundo Maranhão (2001) essa versão apresenta alterações significativas quanto a natureza estrutural da norma, visto que até então as edições publicadas eram um reflexo do ponto de vista e das exigências do cliente, ou seja, as diretrizes eram voltadas para comprovações e controles por parte do fornecedor para com seu cliente. A partir da revisão 2000 o monitoramento dos processos passa a ter papel crítico, objetivando a melhoria contínua das organizações.

Como forma de atender ao propósito de revisão constante das normas publicadas a ISO 9001 foi atualizada mais duas vezes, nos anos de 2008 e 2015. (ANABELA PONTES, 2008)

A edição de 2008 traz poucas mudanças e não altera, significativamente a estrutura e os requisitos estabelecidos, entretanto, traz uma adequação de texto que simplifica o entendimento e aplicabilidade da norma dentro da organização. Até esse momento, os princípios considerados para estruturar, de forma geral, o sistema de gestão da qualidade eram classificados em 8 itens, sendo eles:

- Foco no cliente;
- Liderança;
- Envolvimento das pessoas;
- Abordagem por processos;
- Abordagem sistêmica;
- Melhoria contínua;
- Decisões baseadas em fatos;
- Relacionamento com fornecedores.

Visando aperfeiçoar alguns pontos identificados na versão 2008, uma nova revisão foi publicada no ano de 2015.

Nessa edição foram consideradas algumas alterações na estrutura, linguagem e terminologia da norma, focada na padronização e alinhamento com outras normas do sistema de gestão, facilitando a integração dos sistemas e a aplicabilidade para organizações de qualquer tipo, setor e porte. A ISO 9000:2015 mantém o foco na gestão por processos para garantia de resultados satisfatórios e torna evidente a obrigação da organização mapear, monitorar e mitigar os riscos significativos dos processos diretamente envolvidos no sistema de gestão. Todas as alterações só reforçam o escopo e objetivos da norma de aumentar a capacidade de a organização atender e satisfazer as partes interessadas através de um sistema de gestão da qualidade robusto que propicie o fornecimento de produtos ou serviços de alta qualidade, conceitos altamente alinhados ao sistema de gestão da qualidade comumente implantado nas indústrias de cosméticos brasileiras.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NAS INDÚSTRIAS DE COSMÉTICOS BRASILEIRAS

O cenário atual do mercado de perfumaria e cosméticos brasileiro tenta recobrar a estabilidade após um período de queda e perda da representatividade mundial (ABIHPEC, 2016). O País passou de 3º para 4º lugar no *ranking* de países com maior consumo de bens dessa categoria, os aumentos significativos de cargas tributárias, alta do dólar e a atual crise econômica e política pela qual o país atravessa são fatores que impactaram diretamente no desempenho desse segmento durante o ano de 2015, o que já era esperado. Entretanto, o cenário mercadológico atual pouco interfere nos requisitos aplicáveis a esse segmento e os órgãos regulamentadores e consumidores estão se tornando cada vez mais atentos e exigentes quanto à qualidade, eficácia e segurança dos produtos.

Considerando a tipologia das formulações aplicáveis aos produtos cosméticos e o contato direto dos produtos com a derme dos consumidores, torna-se fundamental a implementação de sistemas robustos que salvaguardem todos os processos dentro da organização.

A preocupação com alergias e dermatites causadas por produtos cosméticos contaminados ou adulterados, sem dúvidas, foi o principal *input* para que as autoridades regulatórias estabelecessem critérios cada vez mais rigorosos para produção e comercialização desse tipo de produto.

No Brasil, o órgão responsável pelo licenciamento e fiscalização desse segmento é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que, através de uma Resolução da Diretoria Colegiada do ano de 2013 (RDC 48/2013) estabelece os requisitos mínimos aos

quais os fabricantes de produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes devem atender para que sejam autorizados e licenciados quanto a fabricação e fornecimento. As organizações são responsáveis, conforme diretrizes da ANVISA, por implementar e manter um sistema de gestão da qualidade que assegure a qualidade, segurança e eficácia dos produtos fornecidos.

“O sistema de Garantia da Qualidade deve ser constituído por instalações e equipamentos adequados, compatíveis com as atividades desenvolvidas e conduzidas por pessoal competente e habilitado” (ANVISA, 2013). Portanto, a organização deverá estabelecer, controlar e monitorar os processos de modo a assegurar que todas as operações de produção e controle estejam claramente especificadas por escrito e que as exigências sanitárias de boas práticas de fabricação sejam cumpridas. Todos os processos envolvidos na cadeia produtiva, bem como as responsabilidades gerenciais de cada área devem estar claramente definidos e documentados.

Visando garantir a qualidade, segurança e eficácia dos produtos, devem ser estabelecidos parâmetros de controle para as matérias primas, materiais de embalagem, produtos semielaborados, a granel, semiacabados e acabados.

Além disso, o sistema de gestão da qualidade deve abranger todos os processos de apoio relativos ao controle em processo, são eles calibrações, qualificações e validações, sempre que aplicáveis. Todo o processo produtivo deve ser controlado, documentado e rastreável de modo a garantir que os produtos não sejam vendidos ou entregues a consumo antes da finalização de todas as etapas de controle e liberação.

A organização deve prover todas as instruções necessárias para garantir que os produtos sejam manuseados e armazenados de forma que a qualidade dos mesmos seja mantida por todo o prazo de validade (ANVISA, 2013). Os requisitos se estendem para todas as etapas da cadeia e a organização deve, em intervalos regulares, avaliar o desempenho de seu sistema de gestão da qualidade, observando oportunidades de melhoria no negócio.

Para os fabricantes e comerciantes de produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes a certificação ISO 9001 ainda não é um requisito comumente imposto para inserção no mercado e, considerando que obter essa certificação ou qualquer outra disponível não desobriga as empresas desse segmento de manterem-se licenciadas junto aos órgãos regulamentadores aplicáveis, tais como a ANVISA, portanto o interesse das organizações em galgar as certificações ainda é pequeno, conforme dados da ABNT descritos nos quadros 1 e 2:

Quadros 1 e 2. Empresas certificadas

Nace 20:42 - Fabricação de perfumes, cosméticos e produtos de higiene		
Empresas com certificação 9001 ativa	com ISO	Versão
12		2008
1		2015

Nace 47:75 - Comércio a varejo de produtos cosméticos e de higiene, em estabelecimentos especializados		
Empresas com certificação 9001 ativa	com ISO	Versão
4		2008

Fonte: Adaptado de ABNT ORG, 2016.

Ao avaliar a ABNT NBR ISO 9001:2015, versão brasileira da norma internacional ISO 9001, fica evidente que a implementação dos critérios estabelecidos para certificação não garante, necessariamente, a conformidade dos produtos fornecidos, bem como o atendimento as especificações definidas, visto que o escopo da norma é voltado apenas à estruturação e manutenção do sistema de gestão.

Entretanto, o que deve ser enaltecido nesse aspecto é que um sistema de gestão da qualidade bem estruturado, conforme diretrizes da ISO 9001, abrange todos os aspectos críticos dos processos envolvidos e, por consequência, embasa as organizações quanto ao estabelecimento do escopo e manutenção de seus processos, o que direciona o negócio ao atendimento dos requisitos aplicáveis, tornando o atendimento às especificações e elaboração de produtos seguros uma tarefa bem mais simples.

Em meio a esse cenário, inúmeras normas regionais e internacionais foram desenvolvidas mundialmente ao longo dos anos, objetivando aumentar a qualidade e segurança de produtos cosméticos, o que motivou a organização mundial de padronização (ISO) a desenvolver a ISO 22716 que aborda, fundamentalmente, a padronização dos processos da cadeia produtiva do segmento, de modo a abranger todas as etapas, partindo da fabricação dos insumos até o armazenamento e transporte de produtos cosméticos.

REQUISITOS DA NORMA NBR ISO 22716

Publicada em 2007, a NBR ISO 22716 foi desenvolvida objetivando descrever os princípios

básicos para implantação das boas práticas de fabricação em organizações fabricantes de cosméticos.

Uma organização que opte pela implementação de um sistema de gestão da qualidade aplicado às boas práticas de fabricação (BPF) deverá direcionar esforços para garantir que todos os processos envolvidos, direta ou indiretamente, na fabricação de cosméticos sejam executados de forma segura. Para tanto, a norma destaca e descreve os requisitos a serem considerados em todos os aspectos produtivos do negócio.

Partindo do projeto, é fundamental atentar-se quanto à necessidade de dispor de áreas estruturalmente adequadas aos propósitos de fabricação, armazenamento, controle de qualidade e demais áreas de apoio. As áreas devem apresentar *layout* que impossibilite a existência de “cantos mortos” e permitir fluxo adequado de materiais e pessoas, visando evitar a ocorrência de contaminações cruzadas ao longo dos processos.

Os critérios estabelecidos na ISO 22716 vêm de encontro aos requisitos normativos sanitários impostos pela ANVISA, aos quais as empresas têm de atender para manter-se em funcionamento, o que muitas vezes tornam o processo de certificação mais simples para as organizações.

Assim como na ISO 9001, a preocupação quanto à satisfação das partes interessadas também está presente na ISO 22716, porém, com foco total nos produtos fornecidos, em função disso a norma detalha a necessidade de estabelecimento de critérios de controle para todos os estágios de fabricação, isso envolve desde as especificações para aquisição de matérias primas e insumos até a qualificação dos fornecedores da cadeia de suprimentos, passando pelos controles de qualidade em processo e parâmetros de controle para liberação do produto acabado, dentre outros. Processos para tratativas de desvios, reclamações e *recalls* também devem ser estabelecidos e documentados.

A qualificação dos colaboradores quanto às atividades que executam também é parte fundamental da manutenção das BPF's, de modo que todos tenham ciência das responsabilidades atribuídas a cada atividade desenvolvida dentro da organização, visando o comprometimento de todos os níveis da organização quanto ao fornecimento de produtos seguros.

Entretanto, dentre todos os aspectos descritos pela ISO 22716, destaca-se a necessidade de o departamento da qualidade da organização estar fortemente envolvido para a aprovação e avaliação dos riscos de todas as mudanças propostas, de modo a avaliar de forma geral e objetiva o processo envolvido, minimizando os riscos aos processos e produtos.

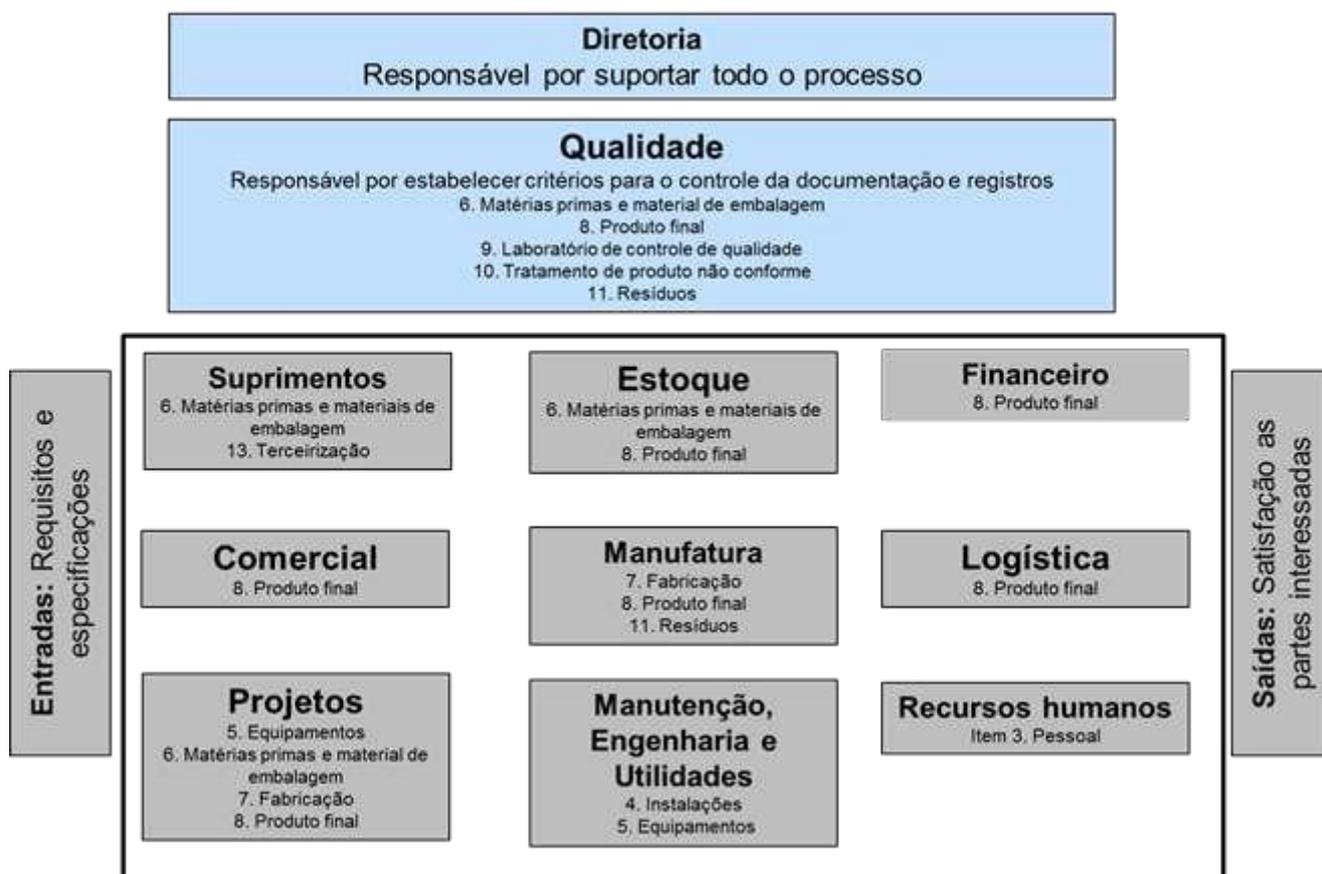
1. CERTIFICAÇÃO ISO 22716 INTEGRADA À ABORDAGEM POR PROCESSOS

A ISO 22716 é uma norma bastante abrangente, elaborada para sistemas de gestão da segurança de cosméticos, visto que integra todos os requisitos primordiais de boas práticas de fabricação para a qualidade de produtos e processos atrelado a outras diretrizes da qualidade e, em função de sua estrutura e terminologia simplificada, facilita a implementação em organizações de todos os portes, níveis e complexidade, através de seus requisitos, incentiva a priorização da conformidade legal, um dos aspectos que a torna internacionalmente aceita.

Conforme texto da norma, as diretrizes descritas têm como objetivo prover orientação quanto as boas práticas de fabricação, levando em consideração as necessidades específicas das indústrias do setor de cosméticos. As diretrizes oferecem informações organizacionais e práticas no gerenciamento de fatores humano, técnico e administrativo que possam afetar a qualidade do produto final, de modo a serem aplicadas em todo o fluxo de produtos, do recebimento a expedição. (ISO 22716, 2007).

Considerando esse escopo fica evidente a necessidade de a organização definir, avaliar, monitorar e melhorar seus processos constantemente. O esquema abaixo demonstra um mapeamento inicial dos processos macro dentro de uma organização e os itens da norma para certificação em boas práticas de fabricação para cosméticos aos quais estão, direta ou indiretamente, relacionados.

Figura 1. Modelo de mapeamento de processo.



Fonte: Elaborado pelo autor

Para a elaboração de um mapeamento completo devem ser avaliados todos os sub-processos, bem como suas interações com cada item e subitem da norma.

Um processo, segundo a ISO 9001:2015, "é uma atividade ou conjunto de atividades que usa recursos e que é gerenciada de forma a possibilitar a transformação de entradas em saídas". Ou seja, embasar-se na abordagem por processos durante a implementação de um sistema de gestão garante que a empresa conheça e gerencie todos os seus processos e, dessa forma, atinja o resultado planejado com maior eficiência, visto que através dessa metodologia todas as operações funcionam com um sistema integrado e não como células ou setores individuais que não se relacionam entre si.

Entretanto, conforme descrito na ISO 9001:2015, esse método está diretamente atrelado a execução de 3 etapas.

- I. Levantar todos os processos existentes na organização;
- II. Identificar quais são as entradas e saídas de cada processo identificado. Descrever quais são os recursos necessários para que a área consiga realizar suas atividades e qual

é o resultado pretendido;

III. Avaliar qual é a interação entre as áreas, quais são as áreas que se inter-relacionam e que, por consequência, dependem diretamente do resultado das atividades da área a qual se relacionam, aqui cabe o famoso conceito de satisfazer as partes interessadas, sejam internas ou externas.

A certificação ISO 22716:2007, conforme citado anteriormente, aborda todos os aspectos e processos críticos para o negócio que possam impactar na qualidade do produto fornecido. Ao avaliar esses processos, é necessário considerá-los como partes integrantes de um sistema.

Vale ressaltar que entradas e saídas de processo podem ser mensuráveis, tais como materiais ou equipamentos, ou intangíveis, como informações, por exemplo. Aspectos como poluição e resíduos também devem ser considerados como saídas.

De acordo com a norma ISO 22716:2007, a identificação dos processos pode ser realizada considerando as seguintes subdivisões:

I. Gestão da organização: são os processos referentes ao planejamento estratégico definição de objetivos e garantia da disponibilidade dos recursos necessários para a execução das atividades. Geralmente é composta pela alta direção do negócio;

II. Gestão de recursos: coordena a provisão de recursos necessários para a manutenção dos processos, tais como área financeira, recursos humanos e engenharia, por exemplo;

III. Realização: processos que, efetivamente, realizam a transformação de entradas em saídas desejadas da organização. No caso de um fabricante de cosméticos, a manufatura;

IV. Medição, análise e melhoria: são os processos necessários para mensurar os dados para avaliação do desempenho do sistema utilizada como *input* para definição de ações para melhoria da eficácia. Nesse processo pode-se destacar o monitoramento de indicadores, auditorias, relatórios de não conformidade, dentre outros processos de gestão de recursos e pessoas.

Após a identificação dos processos deverão ser definidos, com base no propósito e política da organização, quais os objetivos, entradas, saídas e interfaces de cada processo e, ainda, o que será feito para garantir o atendimento das especificações estabelecidas e satisfação das partes interessadas. (ISO 22716, 2007)

Esse tipo de abordagem torna a implementação, e posterior certificação do sistema de

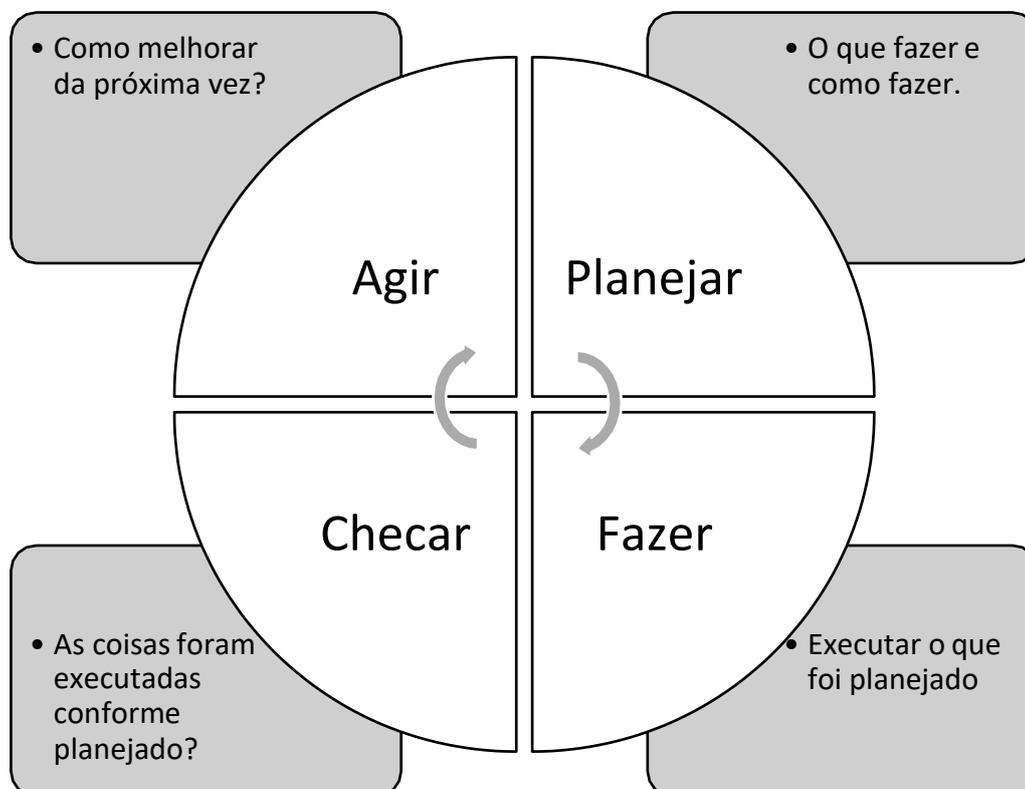
gestão da qualidade aplicado às boas práticas de fabricação, mais organizada e proporciona à organização maior robustez da estrutura, visto que, convencionalmente as organizações são estruturadas e gerenciadas no que se considera uma estrutura vertical, na qual as responsabilidades pelas saídas almejadas são divididas entre os setores.

Isso faz com que nem todos os envolvidos tenham visibilidade das partes interessadas, acarretando impacto no desenvolvimento e melhoria dos processos, pois os problemas e/ou desvios ocorridos são deixados em segundo plano quando comparados aos objetivos de curto prazo, o que torna as ações, de modo geral, focadas nas funções e ou/setores, e não no benefício da organização como um todo.

A gestão horizontal proporcionada por uma abordagem processual abrange todos os níveis da organização, através das interfaces entre os processos, tornando o foco do negócio unificado segundo o qual toda a hierarquia funcional tem conhecimento dos objetivos da organização e trabalha em conjunto para obter o sucesso e satisfação das partes interessadas.

Assim como na ISO 9001:2015, na ISO 22716 todos os aspectos de organização do sistema de gestão devem ser estabelecidos, documentados e controlados. A metodologia PDCA (plan – do – check – act) é comumente aplicada nos processos para que se busque a melhoria contínua, nesse contexto, o planejamento, a padronização, a documentação e as medições são práticas fundamentais. Outros fatores comuns abordados pelo ciclo PDCA e requeridos pela norma ISO 22716 são os talentos e habilidades dos profissionais envolvidos. Com base nisso, essa pode ser uma ferramenta bastante eficaz na definição, implementação e monitoramento, amparando a organização quanto ao desempenho dos processos e possíveis oportunidades de melhoria.

Figura 2. Ciclo PDCA



Fonte: Elaborado pelo autor.

A estrutura da norma ISO 22716:2007, bem como a terminologia utilizada, estão alinhadas às demais normas de gestão, o que assegura a fácil integração desse sistema à ISO 9001, tornando a certificação embasada na abordagem por processos ainda mais simplificada.

CONCLUSÃO

A estruturação de um sistema de gestão robusto não é tarefa fácil dentro das organizações, diante dessa premissa o presente estudo descreveu, através de estudos bibliográficos em livros e artigos e da pesquisa documental nas normas aplicáveis, os métodos de implementação de um sistema de gestão conforme a norma NBR ISO 22716:2007, que garantam a fabricação de cosméticos seguros, com foco no atendimento à legislação aplicável e à satisfação das partes interessadas, internas ou externas, através da abordagem processual descrita na ISO 9001:2015.

A ISO 22716:2007, assim como os padrões regulatórios, exige que as organizações

estabeleçam seus processos e demonstrem robustez quanto ao controle sobre os riscos identificados para cada um deles, entretanto o método de abordagem processual dos aspectos significativos da organização não é claramente definido no texto da norma, o que permite que as empresas adotem metodologias diversas para a estruturação de seus sistemas.

As interações entre os processos de uma empresa podem, comumente, ser complexas resultando em uma rede de processos interdependentes que, quando avaliados através de um sistema gestão horizontal, abrange todos os aspectos significativos da organização, com base nas interfaces de cada processo. Através do estudo apresentado, foi possível identificar que, muitas vezes, as entradas e saídas dos processos podem estar relacionadas à clientes internos e externos e que a definição dos critérios e interfaces de cada um é fundamental para a estruturação e contínua melhoria do sistema.

A combinação entre os benefícios de uma ferramenta de gestão que integre a qualidade e segurança de produtos cosméticos e processos industriais com a habilidade de atender aos requisitos aplicáveis a esse segmento através de um sistema de gestão de processos robusto torna a organização perfeitamente capaz de e adaptar-se às inúmeras exigências mercadológicas e, principalmente, atender a todas as partes interessadas envolvidas no negócio.

REFERÊNCIAS

AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RDC 48:2013: Boas práticas de fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, Brasília, 2013.

ALBUQUERQUE, D. **O que é SGQ?**, 2013. Disponível em: <<http://certificacaoiso.com.br/e-sgq/>>. Acesso em 27 out. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9001:1987: Sistemas de gestão da qualidade, 1987.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9001:1994**: Sistemas de gestão da qualidade, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9001:2000**: Sistemas de gestão da qualidade, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9001:2008**: Sistemas de gestão da qualidade, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9001:2015**: Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos, 2015.

BOER, E. **Entendendo e implantando os requisitos da iso 22716** – norma de certificação de segurança para produtos cosméticos relacionada às regulamentações internacionais, 2011.

Disponível em: <
<http://www.sgs.com/~media/Global/Documents/White%20Papers/sgs-cosmetics-whitepaper-pt-11.ashx>>

CALARGE, F. A; LIMA, P. C. **Da abordagem TQM (Total Quality Management) ao GQM (Global Quality Management):** a inserção e utilização da metodologia do projeto axiomático no desenvolvimento de sistemas de gestão sistêmica da qualidade. **Revista Gestão e Produção**, v.8, nº2, p. 196-213, 2001.

CONSULTA A EMPRESAS CERTIFICADAS. Disponível em:

<http://certifiq.inmetro.gov.br/Consulta/ConsultaEmpresas>. Acesso em 27 out. 2016.

EMPRESAS CERTIFICADAS. Disponível em:
<http://www.abnt.org.br/certificacao/busca-de_empresa-certificada>. Acesso em 27 out. 2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO. **ISO 22716:2007:** Cosmetics -- Good Manufacturing Practices (GMP) -- Guidelines on Good Manufacturing Practices, 2007. MARANHÃO, M. **ISO Série 9000:** Manual de implementação 2000. 7. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2001.

PONTES, A. **Quais as alterações que ocorreram na nova ISO 9001:2008?**, 2008. Disponível em
<http://www.bureauveritas.pt/home/news/latest-news/a+nova+9001_2008+-+noticias?presentationtemplate=bv_master_v2/news_full_story_presentation_v2>. Acesso em 27 out. 2016.

SILVA, L. A. J. **História da ISO**, 2013. Disponível em
<<http://www.ciriusquality.com.br/index.php/artigos-noticias/23-iso-9001/54-historia-da-iso>>. Acesso em 27 out. 2016.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA NA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇO

Alessandra Cristina Carriero - alecarriero3007@gmail.com; Aluna do curso de Engenharia de Segurança do Trabalho - SENAC – Jundiaí-SP.

Resumo: O presente estudo tem como objetivo a análise da responsabilidade civil do tomador de serviços, frente aos acidentes de trabalho por prestadores de serviços. Os acidentes de trabalho relacionados ao setor de prestação de serviços no Brasil obteve um aumento significativo, devido ao crescimento da mão de obra terceirizada. Ainda mais expressivo é o número de acidentados. Além disso, custos relacionados aos acidentes com afastamentos, atestados médicos, indenizações, reposição de pessoal, treinamentos. E o fator mais importante, a saúde do trabalhador muitas vezes, não retomada. Contudo, os casos de acidentes em que o tomador de serviço é o único responsável pelo ocorrido são inquestionáveis a sua responsabilidade, em virtude da previsão de reparação contida no Código Civil. Assim, ocorrido por culpa exclusiva da tomadora, é dela a responsabilidade de indenizar o vitimado pelos danos sofridos. Deste modo, é dever da empresa tomadora de serviço à responsabilidade de fiscalizar o ambiente de trabalho quer seja empregados ou prestadores de serviço.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil, Acidentes de Trabalho e Terceirizados.

Abstract: The present study has the objective of analyzing the civil responsibility of the service taker, against work accidents by service providers. The labor accidents related to the service sector in Brazil obtained a significant increase, due to the growth of the outsourced workforce. Even more significant is the number of accidents. In addition, costs related to accidents with expulsions, medical certificates, indemnifications, replacement of personnel, training. And the most important factor, the health of the worker often, not resumed. However, accident cases in which the service taker is solely responsible for the incident is unquestionable his responsibility, due to the provision of reparation contained in the Civil Code. Thus, caused by the sole fault of the borrower, it is her responsibility to indemnify the victim for the damages suffered. In this way, it is the duty of the service-taker to be responsible for supervising the work environment, be it employees or service providers.

Keywords: Civil Liability, Work Accidents and Outsourcing.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os acidentes de trabalho relacionados a este setor no Brasil, teve um aumento significativo, isto devido ao crescimento da mão de obra terceirizada.

Segundo dados do Anuário Estatístico da Previdência Social¹⁵, no ano de **2013** o número de acidentes de trabalho ocorridos no Brasil, foram de **559.081** acidentes. Nos anos de 2011 e 2012, respectivamente os números foram 543.889 e 546.222 acidentes.

Ainda mais expressivo é o aumento significativo, no número de acidentados, o que torna ainda mais relevante à discussão acerca da responsabilidade civil do contratante e a obrigação de indenizações. Dessa forma, por meio das análises estatísticas, observa-se um crescente uma aumento a cada ano nos números de acidentes de trabalho.

Um estudo realizado pela CUT e o Dieese ¹⁶ apontou que 80% dos acidentes de trabalhos atingem terceirizados, ou seja, de dez acidentes de trabalho ocorridos no Brasil, oito são de mão de obra terceirizada e ainda afirma que o mesmo percentual médio se reflete no número de mortes nos acidentes com trabalhadores terceirizados.

Dessa forma vale ressaltar, que os custos relacionados aos acidentes de trabalho, afastamentos, atestados médicos, resultam em um considerável montante para a empresa e previdência social com indenizações, por meio de ações trabalhistas, além de custos com reposição de pessoal, treinamentos, sem citar o primordial, a saúde do trabalhador que por muitas vezes, não é retomada.

De outro lado, têm-se o fenômeno da terceirização, empresas se utilizam dos serviços oferecidos por uma prestadora de serviços, com intuito de especializar a prestação de serviço, reduzir custos em virtude da relação empregatícia e desburocratizar a própria estrutura organizacional.

O presente estudo tem como objetivo analisar: existe responsabilidade do tomador de serviço e até onde vai à responsabilidade civil frente aos acidentes de trabalho por prestadores de serviços?

TERCEIRIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

¹⁵ <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeat-2013/estatisticas-de-acidentes-do-trabalho-2013/subsecao-a-acidentes-do-trabalho-registrados/tabelas-a-2013/> Acesso em 08 nov de 2016.

¹⁶ <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/04/cut-e-dieese-sustentam-que-80-dos-acidentes-de-trabalho-atingem-terceirizados>. Acesso em 08 nov de 2016.

A terceirização de serviços, também denominada de terceirização de serviços, em clara reminiscência ao setor terciário da economia, que envolve os serviços em geral, ou também parceria de empresas e, ainda, desverticalização empresarial, vem ocupando os estudiosos do direito do trabalho, em decorrência de ter se tornado prática comum nos últimos tempos, passando a existir uma relação jurídica trilateral ou triangular, distinta daquela relação jurídica bilateral ou linear que se estabelece no contrato de trabalho, onde o empregado se vincula diretamente ao empregador, prestando-lhe serviços pessoais, não eventuais (ligados à atividade-fim), de forma subordinada e mediante salário (art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho) (PINTO, 2004).

A terceirização é uma forma estrutural que permite a transferência das atividades-meio de uma empresa (seja ela privada ou estatal) para que uma empresa intermediária execute tais tarefas. Isso ajuda a empresa a reduzir seus custos, seus gastos em recursos, diminuir a sua estrutura operacional, e, principalmente, disponibiliza mais fatores de produção para a atividade-fim da empresa¹⁷.

Atividade fim configura-se como aquela relacionada ao objeto principal e central da empresa, já a atividade meio se presta a dar condições para que uma empresa atinja seus objetivos sociais (ALVAR, 2009).

Hoje em dia, a empresa que contrata o serviço tem responsabilidade parcial em relação aos trabalhadores terceirizados, o que pretendem mudar com a nova lei que ainda está em tramitação no Congresso Nacional, com o Projeto de Lei 4330/04, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes, assim, o único dispositivo que trata acerca da terceirização em nosso país é a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho. O principal ponto de mudança é o fato de a emenda permitir que as empresas contratem terceirizadas até para atividades-fim (atividade principal da companhia).

Conforme artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, aliado à Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho no Brasil, a terceirização ainda é permitida apenas para funções que não sejam diretamente ligadas à atividade-fim da empresa:

Nº 331 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.
LEGALIDADE

¹⁷ <https://portogente.com.br/portopedia/86177-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-projeto-de-lei-da-terceirizacao>. Acesso em 10 nov de 2016.

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional.

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

Podemos citar duas modalidades de terceirização, (MARTINS FILHO, 2007 *apud* 2007 ALVAR, 2009):

A primeira denominada de locação de-mão-obra, ou seja, fornecimento de mão-de-obra por empresa secundária à empresa principal, com pessoal locado colaborando na principal e a segunda modalidade denominada Prestação de Serviços, deslocamento de parte da atividade produtiva para a empresa secundária, que presta o serviço principal com seu próprio pessoal e equipamento, transferindo-lhe o produto concluído.

A modalidade locação de-mão-obra é certamente a que maiores efeitos geram na relação de trabalho, no entanto, a modalidade prestação de serviços não pode ser totalmente desconsiderada, na medida em que, não são raros os casos de fraude a vinculação de emprego através de constituição formal de empresas que são verdadeiras filiais das empresas tomadoras dos serviços, mesmo sob a alcunha formal de empresa de prestação de serviços independentes (MARTINS FILHO, 2007 *apud* 2007 ALVAR, 2009).

É imprescindível esclarecer as diferenças entre as diferentes modalidades de terceirização, o emprego temporário e as Cooperativas.

O emprego temporário regido pela Lei 6.019/74¹⁸ para atender à necessidade transitória ou temporária independentemente da atividade, se meio ou fim, diferente da

¹⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6019.htm. Acesso em 10 de nov de 2016.

terceirização. As atividades que podem ser terceirizadas são as de vigilantes, serviços de higiene e limpeza ou outros serviços ligados à atividade- meio do tomador.

LEI NO 6.019, DE 1974. DISPÕE SOBRE O TRABALHO TEMPORÁRIO NAS EMPRESAS URBANAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 2º - Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.

Pinto (2004), esclarece quanto as cooperativas por meio da Lei n. 8.949, de 09.12.94, introduziu o parágrafo único ao art. 442 da CLT:

“Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”.

O referido permitiu à cooperativa atuar em prol de tomadores de serviços, sem que haja a caracterização de vínculo empregatício, constituindo forma de terceirização de serviços.

O autor refere ainda que o trabalho temporário é considerado uma das primeiras formas de terceirização e salienta que a Lei n. 6.019/74 (art. 10) autoriza o trabalho temporário por apenas três meses, dependendo a prorrogação de autorização do órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Entre as empresas há um contrato de prestação de serviços entre a prestadora e a tomadora, o vínculo criado é caracterizado de natureza civil. A relação jurídico-trabalhista estabelece-se entre a prestadora e o trabalhador, que são os sujeitos da relação de emprego, e o trabalhador temporário gozará a condição de empregado da prestadora, enquanto achar-se trabalhando ou prestando serviços à tomadora.

Já a relação estabelecida, entre o trabalhador temporário e a empresa tomadora não é de emprego apesar da dupla subordinação do trabalhador temporário às duas empresas, prestadora e tomadora. A prestadora delega o poder disciplinar, técnico e diretivo sobre seus assalariados à tomadora de serviços. Por sua vez, o trabalhador obriga-se a prestar serviços em favor da empresa tomadora.

A terceirização é técnica de administração que traz vantagens só para as empresas, não há de se admitir que o trabalhador seja o sujeito a arcar com os riscos do capital, assim, no contexto da fundamentalidade do Direito do Trabalho, devem ser resguardadas, promovidas e preservadas todas as conquistas dos trabalhadores, sob pena de retrocesso social (ALVAR, 2009).

RESPONSABILIDADE CIVIL

De acordo com Teixeira (2011), a responsabilidade civil pode ser classificada quanto a natureza do ato, quanto à natureza da relação jurídica, quanto ao agente a que se imputa a conduta e quanto ao dano causado. Em casos em que existirem mais de um agente responsável, ainda pode haver a classificação em solidária ou subsidiária, além de várias outras classificações existentes na doutrina.

Com relação à natureza do ato, o autor refere que a responsabilidade pode ser objetiva ou subjetiva. A primeira fundamenta-se na teoria do risco, que, no âmbito trabalhista, sustenta a ideia de que, em certas atividades a amplitude do risco é tão grande que o simples exercício da atividade seria suficiente para gerar a responsabilidade do empregador de indenizar qualquer dano sofrido pelo empregado que realiza a citada atividade.

Segundo Diniz (2001 *apud* Alvar, 2009), define responsabilidade civil como a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar o dano moral ou patrimonial causados a terceiros, seja ato por ela mesma praticada ou por quem ela responda, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal.

No artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, aliado à Súmula 331, no item IV conforme a seguir:

Nº 331 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.

Assim, a Súmula 331 impõe ao Tomador de Serviços a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das obrigações trabalhistas, ou seja, o descumprimento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica as obrigações ao tomador dos serviços, desde o ajuizamento até a execução.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO TOMADOR DE SERVIÇO NOS ACIDENTES DE TRABALHO

De acordo com o Ministério da Previdência Social¹⁹, acidente do trabalho aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, permanente ou temporária, que cause a morte, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho.

Consideram-se acidente do trabalho a doença profissional e a doença do trabalho. Equiparam-se também ao acidente do trabalho: o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a ocorrência da lesão; certos acidentes sofridos pelo segurado no local e no horário de trabalho; a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade; e o acidente sofrido a serviço da empresa ou no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa.

Por tudo o que se viu acerca da responsabilidade do tomador de serviços, estabelecida a culpa lato sensu da empresa terceira, o dano causado e o nexo de causalidade entre ambos, responderá a empregadora pela indenização devida em decorrência do acidente do trabalho, envolvendo danos morais, materiais e estéticos, cabendo ao tomador de serviços a responsabilidade subsidiária, em caso de inadimplemento da obrigação pela empresa contratada (PINTO, 2004).

Segundo dados divulgados pelo jornal Folha de S. Paulo, os “gastos da Previdência com o pagamento de benefícios acidentários aumentaram 113,66% em cinco anos”, demonstrando o elevado custo que ocasiona para a sociedade brasileira. Por outro lado, estatísticas oficiais representam apenas 50% dos acidentes efetivamente ocorridos, sobretudo a partir de 1991, em face da introdução no ordenamento jurídico brasileiro da

¹⁹ http://www1.previdencia.gov.br/aeps2006/15_01_03_01.asp. Acesso em 08 nov de 2016.

garantia de emprego acidentária, o que motiva a subnotificação da ocorrência do infortúnio, a fim de impedir que o empregado desfrute da proteção legal, criando a curiosa situação em que os números oficiais apontam para a redução do índice de acidentes, embora se constate elevação do número de mortes no trabalho (BRANDÃO, 2015).

Segundo Manzini (2013), compete ao tomador dos serviços (dono da empresa) a adoção de medidas de caráter preventivo através da observância às Normas Regulamentadoras emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e o dever geral de cautela em relação à segurança de quem ali estiver, sejam colaboradores, clientes, fornecedores, prestadores de serviço, fiscais, entre outros.

O autor refere ainda, que o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) também é responsabilidade do dono do estabelecimento; todavia, este não possui poder diretivo necessário à imposição de quaisquer penalidades relativas ao artigo 158 da CLT20. Sendo ideal a imposição no ato de contratação da prestadora de serviços, empreiteira, entre outros, por meio de cláusulas contratuais.

Art. 158 - Cabe aos empregados:

- I - observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior;
- II - colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos deste Capítulo.

§ único - Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada:

- a) à observância das instruções expedidas pelo empregador na forma do item II do artigo anterior;
- b) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.

Em relação aos prestadores de serviço (erroneamente também chamados de *funcionários* terceirizados), apesar de se tratar de relação eminentemente de cunho laboral, e por isso mesmo resolvida no âmbito da Justiça do Trabalho, para a reparação do dano se aplica a regra da responsabilidade civil subjetiva do Código Civil, consubstanciada nos artigos 186 e 927 daquele Diploma, isto é: passa-se pela análise de dolo ou culpa (MANZINI, 2013).

O autor afirma, que o mesmo se dá em casos de clientes e fornecedores presentes no estabelecimento. Em casos de Terceirização de Serviços é certo que será considerado na quantificação da indenização.

²⁰ http://www.sato.adm.br/guiadp/BcoCLT/banco_de_dados_clt_art_158.htm. Acesso em 11 de nov de 2016.

O atual Código Civil Brasileiro, em seu art. 927, parágrafo único, estabelece a haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, ou seja, adota critérios de responsabilidade objetiva no âmbito do direito privado (ALVAR, 2009).

Art. 927.

Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

A teoria do risco²¹ (art. 933 do Código Civil), como fundamento para que se atribua à responsabilidade do tomador, independentemente de culpa, certamente se coloca na questão sob análise um prisma mais concreto do que a possibilidade de discussão da presunção de culpa do tomador de serviços, ademais, principalmente considerando-se uma interpretação sistemática da legislação protetiva do trabalho, especialmente do artigo 2º parágrafo 2º da CLT, onde a teoria do risco encontra guarida, inclusive antes da edição do Código Civil em vigor.

Segundo Araldi (2006), a responsabilidade civil extracontratual, provém da existência do ato ilícito, da culpa, do dano e do nexa causal, que devem ser provados pela vítima. A teoria da culpa presumida inverteu o ônus da prova, a vítima não teria que comprovar a culpa, mas o causador do dano teria de provar que agiu sem culpa. Já a teoria da responsabilidade objetiva, não mais se baseia na culpa, mas simplesmente na demonstração da existência de nexa causal entre o dano e o praticante a conduta lesiva.

Quanto à responsabilidade objetiva²², se enquadram em uma espécie de culpa presumida, ou teoria do risco, segundo a qual todo dano deve ser indenizado, independentemente da culpa, e nas seguintes situações:

- 1 - queda ou lançamento de coisa em lugar indevido, na forma do artigo 1.546 do Código Civil;
- 2 - comportamento culposo de preposto de farmacêutico, na forma do artigo 1.546 do Código Civil;
- 3 - acidentes de trabalho, de acordo com a Lei 5.316, de 14- 9- 1967, e Decreto nº 61.784, de 28.11.1967;

²¹ http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6018

²² <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/935/Responsabilidade-Civil-no-Novo-Codigo-Civil>. Acesso em 12 de nov de 2016.

- 4 - acidentes em estradas de ferro, Lei nº 2.681, de 01-12-1912 e, por analogia, os acidentes em transportes coletivos;
- 5 - navegação aérea, Código Brasileiro do Ar, Lei 7.565, de 19.12.1986;
- 6 - acidentes causados por danos nucleares, artigo 21, XXIII, "c", da Constituição Federal.

Todavia, nos termos dos princípios que informam o Direito, dentre os quais o da razoabilidade, é preciso ter cautela na interpretação deste dispositivo a fim de evitar exageros capazes de transformar a responsabilidade objetiva, de exceção, à regra (ARALDI, 2006).

Contudo, vale ressaltar que, em casos de acidentes em que o tomador de serviço é o único responsável ocorrido, é inquestionável a sua responsabilidade, em virtude da previsão de reparação contida no Código Civil. Caso seja por culpa exclusiva da tomadora, é dela a responsabilidade de indenizar o vitimado pelos danos sofridos.

Assim, a teoria de responsabilização do tomador tem como finalidade ressarcir, pois o objetivo principal da responsabilização é salvaguardar o direito daquele que foi lesionado pela conduta, ou seja, dano sofrido, mais do que punir o agente pelo dano causado. Além disso, é impossível admitir que o tomador de serviços seja responsável pelo pagamento de verbas como salário, férias, horas extras e não ser responsabilizado pelo acidente de trabalho, já que as normas de prevenção à saúde do trabalhador, pois se tratam de normas também obrigatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as estatísticas, conclui-se que número de acidentes de trabalho no Brasil ainda é considerável e crescente a cada ano e a maior porcentagem provém da prestação de serviços terceirizado. Além disso, ainda mais crescentes são as terceirizações no país, em virtude das tendências verticalizadoras da produção, ligado à constante tentativa de redução do custo de produção e de encargos trabalhistas.

Dessa forma, é possível entender a existência da responsabilidade civil da empresa tomadora de serviço pelos acidentes sofridos pelos prestadores que para ela laboram é totalmente admissível à responsabilização do tomador de serviços pelos acidentes de trabalho, já que ele também é beneficiado pelo trabalho realizado pelo terceirizado. Deste modo, é dever da empresa tomadora de serviço à responsabilidade de fiscalizar o ambiente de trabalho quer seja empregados ou terceirizados. Assim, é impossível crer que a

tomadora não tem responsabilidade em indenizações devida em virtude de acidentes de trabalho com prestadores de serviços.

Deste modo, é dever da empresa tomadora de serviço à responsabilidade de fiscalizar o ambiente de trabalho quer seja empregados ou terceirizados, também é de responsabilidade do tomador à prevenção de acidentes, bem como a observância de todas as normas de segurança e saúde dos trabalhadores terceirizados ou não no intuito de prevenir ao máximo a ocorrência de acidentes do trabalho. Sendo assim, a empresa pode ou não fornecer o EPI aos trabalhadores terceirizados, conforme acordo na contratação, contudo os mesmos não estão desobrigados de fazer uso do EPI devido aos riscos presentes no ambiente.

Vale ressaltar que a boa gestão da segurança e saúde do trabalho, além de reduzir gastos na instituição, melhora a imagem da empresa e produz motivação aos colaboradores, proporciona melhoria de produtividade, melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores. Além disso, trabalhador da área da saúde, quando bem treinado, pode minimizar riscos de acidentes.

Neste âmbito, necessita de novos estudos referentes à gestão de segurança com empresa prestadora de serviços, por meio de um comparativo de custos inerentes a Segurança do Trabalho (investimento) e custos de indenizatórios com ações trabalhistas, acidentes de trabalhos, afastamentos, atestados, reposição de pessoal e treinamentos.

Se é indiscutível o fenômeno atual da terceirização, é também certo que essa prática empresarial não pode servir de desvio improvisado ou artifício engenhoso para reduzir ou suprimir direitos dos trabalhadores, sobretudo daqueles que foram vítimas de acidente do trabalho ou doenças ocupacionais (OLIVEIRA, 2001 apud PINTO, 2004).

REFERÊNCIAS

Alvar, MVQ. A responsabilidade do tomador de serviços na terceirização. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 64, maio 2009. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6018>. Acesso em 10 nov 2016.

Araldi, UJ. Responsabilidade civil objetiva alcance do disposto no parágrafo único do art. 927 do novo Código Civil. Publicado em 06/2006. Disponível em <

<https://jus.com.br/artigos/8474/responsabilidade-civil-objetiva>>. Acesso em 10 nov 2016.

Brandão, C. Acidente do trabalho e responsabilidade civil do empregador. — 4. ed. São Paulo : LTr, 2015.

Manzini, LO; *Análise da Responsabilidade no âmbito civil e suas decorrências para o mundo trabalhista, á luz das práticas de Terceirização*. 2013. Disponível em <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=12189>. Acesso em 08 nov 2016.

Pinto, MCA. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.39, n.69, p.123-146, jan./jun.2004. Acesso em 13 nov 2016.

Teixeira, CAB. Meio ambiente de trabalho e responsabilidade civil por danos causados ao trabalhador, 2011. Acesso em 12 nov 2016.

A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO POR CHUVEIRO AUTOMÁTICO

Rodnei dos Santos Noia (Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Unidade de Jundiaí), rodnei.noia@gmail.com, aluno de Pós-Graduação de Engenharia de Segurança do Trabalho.

Resumo: O presente trabalho abordou o tema a eficiência do Sistema de Proteção e Combate a Incêndio por Chuveiro Automático – *Sprinkler*. Tem como objetivo demonstrar a importância do sistema de proteção e combate a incêndio, especialmente por chuveiros automáticos, e sua eficiência. Demonstra também dados estatísticos de ocorrência de incêndio, e expõe o quanto o Brasil precisa melhorar no que diz respeito às pesquisas e bibliografias na língua portuguesa referente ao tema.

Palavras-chave: Chuveiro automático. Proteção contra incêndio. Bombeiro. Extinção de incêndio.

Abstract: The present paper addressed in a simple but effective way the theme The efficiency of the Sprinkler Automatic Fire Protection and Fire Fighting System. It aims to demonstrate the importance of the fire protection and fire fighting system, especially by automatic showers, and its efficiency. It also shows statistical data on the occurrence of fire, and shows how much Brazil needs to improve regarding the researches and bibliographies in the Portuguese language referring to the subject.

Keywords: Automatic sprinkler. Fire protection. Firefighter. Fire extinction.

INTRODUÇÃO

Os antigos dizem, a melhor universidade é a “vida”, pois sempre se aprendeu com o que ela mostra, e isso é a mais pura verdade. Tudo que a vida proporciona seja isso bom ou mal, após essa experiência é que se procura repetir ou prevenir para que não ocorra mais.

Prova disso é que após um incêndio na biblioteca do Largo São Francisco em 1880 foi criado o Corpo de Bombeiros (CB).

Nunca se falou tanto de proteção e combate a incêndio no Brasil como tem se falado atualmente. Isso demonstra a grande preocupação da sociedade com relação aos incêndios nas edificações. Infelizmente, essa preocupação vem após grandes incêndios, que obrigaram a revisão de normas e legislações e outros, que buscassem a segurança das pessoas e edificações, tais como: Ed. Andraus situado na Rua Pedro Américo, 32 com 32 andares e 115 metros de altura, era um dos poucos arranha-céus da época no centro de São Paulo.

Figura 1 – Ed. Andraus



Fonte: <http://www.pilotopolicial.com.br/os-pioneiros-do-salvamento-o-incendio-do-edificio-andraus/> (2008, *online*)

Em 24 de fevereiro de 1972, o luminoso de propaganda de uma loja instalado na marquise do edifício foi o foco inicial de incêndio, em poucos minutos os primeiros andares foram tomados pelo fogo, que deixou 330 feridos e 16 mortos. Muitas pessoas foram salvas pelo heliporto do edifício.

Figura 2 – Resgate Ed. Andraus



Fonte: <http://www.pilotopolicial.com.br/os-pioneiros-do-salvamento-o-incendio-do-edificio-andraus/> (2008, *online*)

Ed. Joelma situado na Rua Nove de Julho, 26 andares, também no centro de São Paulo, chamou a atenção mundial no dia primeiro de fevereiro de 1974, com um incêndio de grandes proporções.

Figura 3 – Ed. Joelma em chamas



Fonte: <http://www.pilotopolicial.com.br/os-pioneiros-do-salvamento-o-incendio-do-edificio-andraus/> (2008, *online*)

O início do incêndio se deu por um curto-circuito no sistema de ar condicionado do 12º andar, espalhando rapidamente para os demais pavimentos, resultando em 189 vítimas fatais e mais de 300 pessoas feridas.

Após sete anos, ocorre mais um incêndio, no edifício Grande Avenida, com 17 mortos e 53 feridos.

Uma tragédia mais recente foi em 2013 em Santa Maria – Rio Grande do Sul, o incêndio na Boate Kiss, com 242 mortos.

No Brasil, a arquitetura e a engenharia não tem a questão de proteção e combate a incêndio levada com tanta importância e conhecimentos plenos em projetos e execução do sistema.

São Paulo é uma cidade muito grande e que vem crescendo a cada dia, com isso o risco de ocorrências de incêndio se eleva junto ao crescimento da cidade, devido à maior quantidade de máquinas, equipamentos, decorações combustíveis, entre outros.

Oliveira (2007) aponta alguns itens importantes para contribuir para a prevenção de incêndios

Diante da ameaça representada pelo incêndio, e para reduzir seus efeitos devastadores, faz-se necessário implementar, para todo tipo de edificação, a segurança contra incêndio, possibilitando uma maior probabilidade de evitar perdas humanas e econômicas. Para isso, vários aspectos devem ser levados em conta, tais como: a criação de regulamentações e normatizações; educação das pessoas em segurança contra incêndios; aplicação dos conceitos do sistema global de segurança contra incêndio nos projetos arquitetônicos das edificações, o uso e manutenção dos sistemas de combate a incêndios, fiscalização e as práticas do uso de planos de escape da edificação, formação de brigadas, pesquisas e estatísticas, entre outros.

Dentro do sistema de segurança contra incêndio temos muito ainda o que perguntar. Será que as medidas de proteção e combate a incêndios exigidos pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP) estão sendo cumpridas? Temos engenheiros e arquitetos com conhecimentos mínimos capazes de projetar e executar os sistemas de proteção contra incêndio? Caso ocorra um princípio de incêndio todos saberão como proceder para combatê-lo?

Em países da Europa e nos Estados Unidos da América, a segurança contra incêndio é vista como uma ciência, a qual deve ser estudada a todo o tempo, visando ser aperfeiçoada a cada dia. Porém em outros países não se tem essa evolução.

Um incêndio pode se iniciar por uma forma acidental ou intencional, e se não combatido imediatamente, seja por um brigadista ou um sistema automático, as perdas são irreparáveis, entre elas, sem sombras de dúvidas, as perdas humanas.

O objetivo é demonstrar a importância do sistema de proteção e combate a incêndio por chuveiros automáticos e sua eficiência no que tange à garantia da integridade das pessoas e das edificações.

Para contribuição deste trabalho foram utilizadas como base as recomendações técnicas estabelecidas pelas normas da ABNT vigentes, instruções técnicas (I.T.) do corpo de bombeiros da polícia militar do estado de São Paulo e também o Decreto 56.819/2011.

Para o desenvolvimento deste, foram realizadas muitas pesquisas e analisadas diversas referências bibliográficas, com um único intuito, de expor informações pertinentes para caracterizar:

- Evolução das legislações;
- Principais elementos do sistema de proteção por chuveiros automáticos;
- Dados estatísticos retirados de literaturas e das bases de dados do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e do Instituto *Sprinkler* Brasil (ISB).

DESENVOLVIMENTO

O trabalho foi desenvolvido com as seguintes etapas:

- Histórico;
- Evolução das legislações;
- Principais elementos do sistema de proteção por chuveiros automáticos;
- Dados estatísticos;
- Eficiência do sistema de proteção e combate a incêndio por chuveiros automáticos – *sprinkler*;

HISTÓRICO

O primeiro chuveiro automático comercialmente aceito, que se tem registro, é do Henry Parmelee, e foi produzido nos EUA em 1878.

Somente no ano de 1922, o chuveiro automático com ampola de vidro foi lançado, e desde então, houve um crescimento enorme no uso deste sistema até os dias atuais.

Porém, no Brasil temos uma bagagem bibliográfica muito inferior aos países europeus e EUA. Também não se têm muitos dos materiais desses países traduzidos para a língua portuguesa, dificultando ainda mais agregar conhecimentos sobre o sistema de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos.

EVOLUÇÃO DAS LEGISLAÇÕES

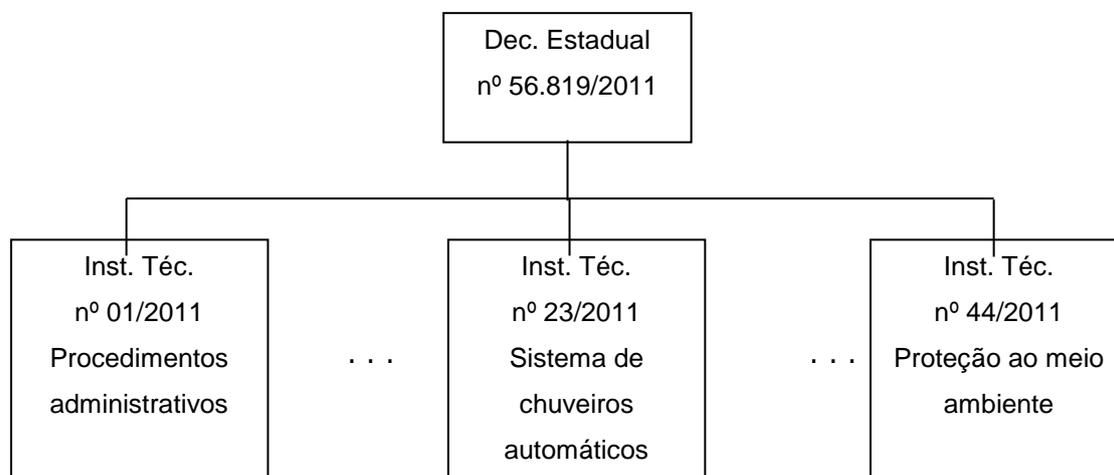
Infelizmente, “a humanidade aprende através de erros, e estes erros geram a oportunidade de se refletir e buscar aprender e aperfeiçoar sobre os sistemas de proteção e combate a incêndio” (BRENTANO, 2007). Cada incêndio de grande proporção é que levou a alteração da legislação referente aos sistemas de prevenção e combate contra incêndio.

Em 1961, deu-se início à evolução das legislações, quando foi editada a primeira especificação de proteção contra incêndio do corpo de bombeiros do estado de São Paulo. Após 21 anos, foi aprovado o Decreto Estadual de número 20.811/1983. Passados mais 10 anos, um novo Decreto Estadual nº 38.069 foi estabelecido. E somente em 2001 foi aprovado o Decreto Estadual nº 46.076, pelo então governador Geraldo Alckmin. E enfim, hoje, temos o bom Decreto Estadual nº 56.819 e outras 44 Instruções Técnicas.

De acordo com o Corpo de Bombeiros – SP: “O Decreto Estadual legisla sobre os objetivos e os conceitos gerais de segurança contra incêndio.”

O decreto em vigor tem por objetivo:

- I – proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio;
- II – dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;
- III – proporcionar meios de controle e extinção do incêndio;
- IV – dar condições de acesso para as operações do Corpo de Bombeiros;
- V – proporcionar a continuidade dos serviços nas edificações e áreas de risco; (DECRETO Nº 56.819, 2011)



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado do Dec. Estadual nº 56.819.

As principais exigências do regulamento de segurança contra incêndio são suas medidas preventivas: ocupação, altura, carga de incêndio e áreas.

A classificação das edificações e suas respectivas áreas de risco podem ser vistas na tabela 1 do Decreto Estadual 56.819/11.

E as Instruções Técnicas detalham todas as especificações, métodos de implantação dos sistemas preventivos, como por exemplo, o sistema de chuveiros automáticos.

Segundo o Decreto Estadual é de responsabilidade do proprietário e/ou responsável pelo uso da edificação a regularização da mesma. Todas as edificações, independentes de sua área de risco, necessitam de aprovação junto ao CBPMESP, excluindo as residências unifamiliares.

PRINCIPAIS ELEMENTOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO POR CHUVEIROS AUTOMÁTICOS

O fogo é capaz de causar inestimáveis prejuízos, perdas humanas e danos materiais. Para que se possa prevenir uma edificação ou combater os incêndios, é necessário que se conheça o fogo, e suas características. A definição de fogo pode ser:

“uma reação química, denominada combustão, que é uma oxidação rápida entre o material combustível, sólido, líquido ou gasoso, e o oxigênio do ar, provocada por uma fonte de calor, que gera luz e calor.” (BRENTANO, p. 39).

Figura 4 – Triângulo do Fogo



Fonte: <http://www.poseidon.pt/navegacao/combate-a-incendios/> (Online)

Figura 5 – Quadrado do Fogo



Fonte: <http://bizudodudu.blogspot.com.br/2012/06/quadrado-do-fogo.html> (Online)

Para que a edificação esteja protegida é necessário que as medidas de proteção contra incêndio sejam adequadas, ou seja, é imprescindível que sejam projetadas medidas capazes de impedir um princípio de incêndio, dificultar que o fogo se alastre para outros ambientes, facilitar a fuga dos ocupantes da edificação, e a extinção do fogo, bem como evitar o colapso da estrutura do edifício.

O sistema de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos é constituído dos seguintes elementos:

- a. Rede hidráulica de distribuição: é formada por tubulações, as quais alimentam os *sprinklers*.
- b. Reserva de água: é necessário que se tenha um grande volume de água, devido aos requisitos mínimos de vazão exigidos pela legislação.
- c. Sistema de bombeamento: indispensável para o sistema de chuveiros automáticos, pois o mesmo não pode ser alimentado por gravidade, a não ser que tenha um favorecimento topográfico que justifique esta utilização, porém, geralmente não atendem aos requisitos mínimos de pressão exigidos pela norma da ABNT NBR 10.897:2014.

DADOS ESTATÍSTICOS

Ao se analisar sistemas de proteção contra incêndios devem ser considerados vários fatores importantíssimos, como: perda de vidas e perdas econômicas.

Portanto, ao projetar uma rede de chuveiros automáticos, hidrantes, mangotinhos, detecção e alarme de incêndio entre outros, é necessário primeiro entender perfeitamente os riscos ali envolvidos. De posse dessas informações é que pode ser projetado um sistema eficiente e capaz de minimizar os riscos desta edificação.

Conforme pesquisa realizada entre 1978 a 1087, “28% dos focos de incêndios foram controlados com apenas um chuveiro automático, 46 % com dois chuveiros automáticos e 89% com no máximo 15 chuveiros automáticos” (SOLOMON, 1996).

A tabela 1 demonstra as ocorrências registradas pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, atendidas em toda a Capital. Esses incêndios ocorreram em diversos tipos de ocupações e poderiam muito bem ser menos prejudicial se tivessem um sistema de combate ao fogo por chuveiros automáticos.

E no gráfico da figura 6 são demonstradas as ocorrências de incêndio estruturais em todo o território nacional, por estado.

Nestas estatísticas não estão contabilizados os incêndios em florestas e residência, ou seja, na realidade os números são bem maiores.

O Brasil é o terceiro país com maior número de óbitos por incêndio, de um total de 27 países, segundo dados do Instituto de *Genebra Association*. “Esse é um dado preocupante, e demonstra a fragilidade dos sistemas de combate a incêndio, bem como a carência de políticas públicas para a prevenção, isso sem mencionar a deficiência na regulamentação e na manutenção de equipamentos destinados ao combate ao fogo”, de acordo com o ISB – INSTITUTO *SPRINKLER BRASIL* (2015, *online*).

Tabela 1 - Ocorrências de incêndios estruturais (exceto residenciais) noticiados em 2015 - por ocupação

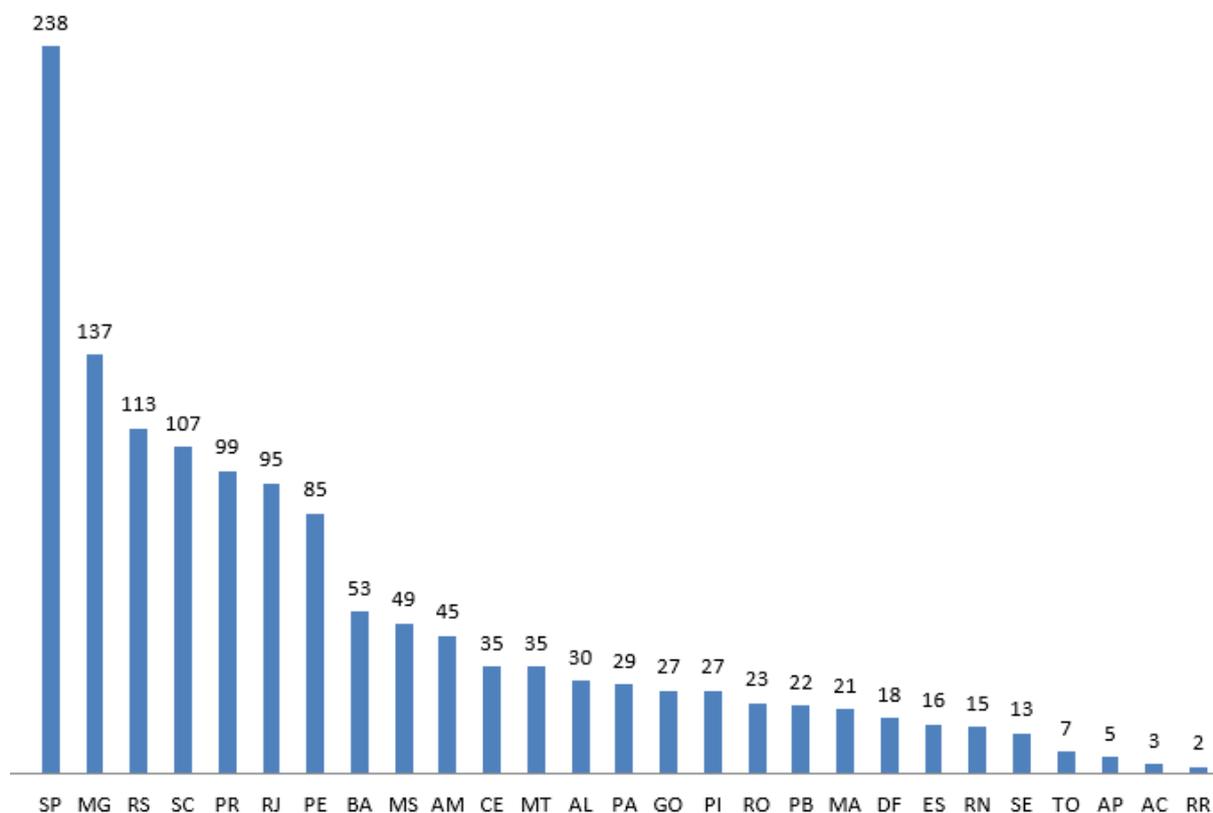
Meses	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL / OCUPAÇÃO	
Depósitos	15	21	11	8	19	8	26	26	15	14	14	17	194	14%
Comercial (Lojas Shopping Centers	49	40	30	34	33	26	21	25	24	37	17	37	373	28%

Supermercados)														
Indústrias	22	19	28	21	17	22	14	24	18	19	14	7	225	17%
Serviço Profissional (Agência Bancária / Prédio Comercial)	16	12	10	11	12	10	3	5	13	11	10	10	123	9%
Prédio / Empresa Pública	8	3	4	6	5	4	6	3	6	2	4	9	60	4%
Educacional e Cultura Física (Escola / Universidade)	8	10	11	8	12	14	12	6	15	8	11	9	124	9%
Serviço de Saúde e Institucional (Hospital / Posto de Saúde / Clínica)	5	5	2	4	5	9	5	5	4	7	4	5	60	4%
Local de Reunião de Público (Igreja / Teatro / Aeroporto / Clube / Estádio/ Escola de Samba / Casa Noturna / Restaurante / Biblioteca)	13	10	14	11	14	16	17	12	7	15	21	22	172	13%
Serviço de Hospedagem	2	1	0	2	1	1	0	2	1	2	1	5	18	1%

TOTAL / MÊS	138	121	110	105	118	110	104	108	103	115	96	121	1349	100 %
	10%	9%	8%	8%	9%	8%	8%	8%	8%	9%	7%	9%	100 %	

Fonte: ISB (2015)

Figura 6 - Ocorrência de incêndios estruturais (exceto residenciais) noticiados em 2015 – por Estado pertencentes ao Brasil



Fonte: ISB (2015)

EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO POR CHUVEIROS AUTOMÁTICOS – *SPRINKLERS*

Os sistemas de *sprinkler* possuem dois tipos de chuveiros, abertos ou automáticos.

Quando o sistema é projetado para chuveiros do tipo aberto, todos são acionados simultaneamente, pois a tubulação é interligada à uma fonte de abastecimento de água por uma válvula, que quando esta é aberta a água é descarregada por todos os chuveiros. Esse sistema também é chamado de sistema dilúvio.

Já o sistema de chuveiros automáticos, é sem dúvida o mais utilizado, pois é acionado de forma individual. Cada chuveiro possui um sensor próprio que é sensível a ação do calor, e esse tem vários limites de temperaturas para acionamento, os quais variam de acordo com o risco que se deseja proteger: 38 °C, 66 °C, 107 °C, 149 °C, 191 °C, 246 °C e 329 °C.

Pode-se enfatizar que em pesquisa realizada em meados da década de 80, “28% dos focos de incêndios foram controlados com apenas um chuveiro automático, 46 % com dois chuveiros automáticos e 89% com no máximo 15 chuveiros automáticos” (SOLOMON, 1996).

O Brasil está longe ainda de alcançar o patamar dos países europeus e EUA. Um dos muitos incentivos neste país, e que poderia ser implantado aqui, para se executar sistemas de proteção por chuveiros automáticos, é a concessão de descontos de até 70%, pelas seguradoras, no prêmio do seguro das edificações, desde que o sistema seja bem projetado e instalado. Como exemplo, até mesmo em residências esse sistema já está sendo utilizado, aumentando a proteção das mesmas e seus habitantes.

CONCLUSÃO

É essencial que toda a edificação seja protegida pelo sistema de proteção por chuveiro automático, pois caso contrário, em um foco de incêndio o mesmo pode se tornar irreversível.

Há inumeráveis anos a humanidade convive com a água e o fogo, e esses dois elementos são importantes no seu dia a dia. É quase impossível viver sem os mesmos.

Contudo, com a modernidade dos dias atuais, aumentou-se os riscos de incêndios devido ao crescimento do número de pessoas concentradas, edificações cada vez mais próximas umas das outras, extremamente altas, com materiais de acabamentos de fácil combustão, máquinas e equipamentos de diversos tipos de acionamentos, sejam elétricos e/ou a gás, e isso favorece e muito a propagação do fogo.

Porém, não restam dúvidas quanto à importância do sistema de proteção e combate a incêndio por chuveiros automáticos, *sprinkler*, se projetado com eficiência. Sua atuação é rápida, minimizando os prejuízos econômicos e principalmente evitando perdas de vidas humanas, o que se procura com mais intensidade.

Mas, também fica claro que o sistema de chuveiros automáticos é pouquíssimo estudado no Brasil, e isso também se deve ao desconhecimento dos usuários das edificações sobre o sistema, que ao invés de buscarem a máxima proteção de seus bens, através de profissionais qualificados, obrigando-os a se especializarem cada vez mais, buscam apenas liberações de órgãos públicos para a utilização das edificações.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10897: Sistema de proteção por chuveiros automáticos: requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

BRENTANO, Telmo. **A Proteção contra incêndios no Projeto de Edificações**. 1.ed. – Porto Alegre: EDIPUCES, 2007.

BRENTANO, Telmo. **Instalações hidráulicas de combate a incêndios nas edificações**. 3.ed. – Porto Alegre: EDIPUCES, 2007.

CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sistemas de Chuveiros Automáticos – Instrução Técnica nº 23**. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. São Paulo, 2011.

ESTADO DE SÃO PAULO, DECRETO Nº 56.819, DE 10 DE MARÇO DE 2011. **Institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e área de risco no Estado de São Paulo, 10 de março de 2011**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.ccb.polmil.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28&Itemid=42>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ISB – INSTITUTO SPRINKLER BRASIL. **Estatísticas sobre incêndios estruturais no ano de 2015**. Disponível em: <<http://www.sprinklerbrasil.org.br/instituto-sprinkler-brasil/estatisticas/estatisticas-2015-anual/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ISB – INSTITUTO SPRINKLER BRASIL. **Brasil é o 3º país com o maior número de mortes por incêndio (Newsletter nº 5)**. Disponível em <<http://www.sprinklerbrasil.org.br/imprensa/brasil-e-o-3o-pais-com-o-maior-numero-de-mortes-por-incendio-newsletter-no-5/>>. Acesso em: 15.nov.2016.

PAULA, Deives Junior de. **Requisitos e critérios mínimos de avaliação visando à liberação do uso e operação dos sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos(sprinklers)**. Deives Junior de Paula. São Paulo, 2014. 137p.

WOLLENTARSKI Junior, João Carlos. **Sprinklers: conceitos básicos e dica excelentes para profissionais: um estudo prático sobre a NFPA 13**. João Carlos Wollentarski Júnior. São Paulo , 2015.

ACIDENTES DE TRABALHO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA - SP

Edilayne de Fatima Marques Luciano - Aluna de Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho; dimarques_tst@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo tem como objetivo a análise da segurança do trabalho, em um ambiente hospitalar. No Brasil os indicadores de acidentes de trabalho na área da saúde só vêm aumentando a cada ano. O trabalhador da área da saúde está exposto a diversos riscos no ambiente de trabalho como físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes. Contudo, um dos maiores deles é risco biológico, com enorme risco de adquirir doenças infectocontagiosas, do que a população em geral, por meio de acidentes com perfurocortantes (agulhas, scalpels, bisturís, entre outros). Além do risco Biológico, o risco ergonômico e de acidentes estão presente no ambiente hospitalar, o stress que envolve esta área caracteriza o ambiente com inúmeros riscos como: jornadas prolongadas, trabalhos em turnos, fadiga, produtividade, riscos de agressão, entre outros. Acidentes ocupacionais que envolvem trabalhadores hospitalares têm grande impacto econômico devido à perda de mão-de-obra qualificada pelo dano irreparável à imagem da instituição hospitalar, quando profissionais infectam os pacientes. Este estudo teve como objetivo a análise dos indicadores de acidente de trabalho em um Hospital da região de Jundiaí, especificamente no Município de Louveira no período de 2006 a 2010, antes da Normatização de dispositivos de Segurança para perfuros cortantes.

Palavras-chave: Acidentes de Trabalho, Biosegurança, Hospital.

Abstract: This study aims at the analysis of work safety in a hospital environment. In Brazil the indicators of occupational accidents in the health area only increase each year. The health worker is exposed to various hazards in the workplace such as physical, chemical, biological, ergonomic and accident hazards. However, one of the largest of these is biological risk, with a high risk of acquiring infectious diseases, than the general population, through accidents with sharps (needles, scalpels, scalpels, among others). In addition to the biological risk, ergonomic risk and accidents are present in the hospital environment, the stress that surrounds this area characterizes the environment with innumerable risks such as long hours, shift work, fatigue, productivity, risk of aggression, among others. Occupational accidents involving hospital workers have a great economic

impact due to the loss of skilled labor due to irreparable damage to the image of the hospital when professionals infect patients. This study had the objective of analyzing the indicators of work accident in a Hospital in the region of Jundiáí, specifically in the Municipality of Louveira from 2006 to 2010, before the Normatization of Safety devices for sharp punches.

Key words: Accidents at work, Biosafety, Hospital.

INTRODUÇÃO

Dada à importância da área Hospitalar e o índice de acidentes que envolvem, o profissional da área da saúde como também os riscos aos pacientes, visitantes, instalações e equipamentos, no qual muitos acidentes acarretam vários tipos de prejuízos, sendo que destes, alguns dão origem a ações legais movidas entre os envolvidos, além do enorme prejuízo a Previdência Social e o maior de todos os problemas o risco de acidente e doenças ocupacionais pelo trabalhador da saúde.

Segundo a ANVISA²³, a segurança no ambiente hospitalar requer um olhar minucioso e um tratamento multiprofissional, devido a complexidade que envolve a tanto para a tomada de decisões técnicas, como para as administrativas, econômicas e operacionais.

De acordo com o Ministério da Previdência Social, acidente do trabalho é aquele decorrente do exercício do trabalho a serviço da empresa ou do exercício do trabalho dos segurados especiais, podendo ocasionar lesão corporal ou distúrbio funcional, permanente ou temporário, morte e a perda ou a redução da capacidade para o trabalho (BRASIL, 2007).

Segundo Santos, (2008) as doenças profissionais e os acidentes de trabalho caracterizam um importante problema de saúde pública em todo o mundo, por se tratar de um ambiente de trabalho insalubre, por agrupar pacientes portadores de diversas enfermidades infectocontagiosas.

Os acidentes ocasionados por perfurocortantes são responsáveis por 80 a 90% das transmissões de doenças infecciosas entre trabalhadores de saúde, ao não adotar as precauções padrão, sendo muitos destes decorrentes dos seus comportamentos.

Além disso, o risco que envolve a ergonomia, na área da saúde, com setores como a enfermagem, nos atendimentos de emergências, pacientes obesos, tem ocasionado lesões em coluna, dedos, mãos, punhos, braços, ombro, além de jornadas longas de

²³ www.anvisa.gov.br

trabalho com mais de um vínculo empregatício, estresse, força excessiva, ritmo intenso, repetitividade, mobiliários inadequados, iluminação insuficiente e posturas inadequadas, comprometem ainda mais a qualidade de vida destes profissionais.

Dessa forma vale ressaltar que os custos relacionados aos acidentes de trabalho, afastamentos, atestados médicos, resultam em um considerável montante para a empresa e previdência social com indenizações, por meio de ações trabalhistas, além de custos com reposição de pessoal, treinamentos, sem citar o primordial, a saúde do trabalhador que por muitas vezes, não é retomada.

AMBIENTE HOSPITALAR E OS RISCOS

O trabalhador da área da saúde está exposto a diversos riscos no ambiente de trabalho como físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes. Contudo, um dos maiores deles é risco biológico, com enorme risco de adquirir doenças infectocontagiosas, do que a população em geral, por meio de acidentes com perfurocortantes (agulhas, scalpels, bisturis, entre outros).

A magnitude ocupacional depende de diversas variáveis, como a prevalência das doenças transmissíveis na população atendida, informações adequadas sobre os mecanismos de transmissão e prevenção e as condições de segurança. (SANTOS, 2008)

O risco biológico é o mais relacionado a prática dos profissionais de saúde, uma vez que os serviços de saúde são locais que propiciam o constante contato com sangue ou outros fluidos orgânicos, conferido a esses trabalhadores a possibilidade de adquirirem doenças como hepatite B e C e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (RIBEIRO et al., 2007 apud REIS, 2014).

Além do risco Biológico, o risco ergonômico e de acidentes estão presente no ambiente hospitalar, o stress que envolve esta área caracteriza o ambiente com inúmeros riscos como: jornadas prolongadas, trabalhos em turnos, fadiga, produtividade, riscos de agressão, entre outros.

Segundo Pinto, o trabalho em turnos e noturno traz claros prejuízos para a saúde do trabalhador, tanto no aspecto físico, como psíquico, emocional e social; podendo causar diversos distúrbios fisiológicos e psicossociais em consequência às alterações dos ritmos biológicos, dessincronização familiar e social da vida do trabalhador, e até mesmo causar a Síndrome de Maladaptação do trabalho em turnos.

Por meio da Portaria 3214/78, com a Norma Regulamentadora NR32, a norma que estabelece parâmetros mínimos de um ambiente de trabalho seguro na área da saúde, no qual fornece todas as diretrizes para se seguir dentro de um hospital, como o atendimento

ao paciente, no descarte de resíduos de forma segura, as condições adequadas ao ambiente de trabalho com qualidade, entre outros.

Por meio do estudo das literaturas, foi possível constatar pontos importantes, como a importância da equipe bem treinada e a necessidade de utilização do EPI, devido aos diversos riscos de acidentes, visto o aumento a cada ano de acidentes, torna-se necessário a valorização e aprimoramento do trabalhador da saúde.

Assim, um estudo acerca das causas dos acidentes de trabalho pode fornecer dados expressivos para a prevenção dos mesmos, conhecer os resultados de uma política de segurança do trabalho eficiente por meio da melhoria contínua, além de abordar as medidas que poderiam ser adotadas e sua viabilidade.

NORMA REGULAMENTADORA - NR 32

Primeiramente há que se conhecerem os riscos, quais os seus tipos, onde eles são maiores estabelecendo um mapeamento e considerando duas medidas: as precauções universais e adoções de técnicas (SANTOS, 2008), além de respeito as normas de segurança que regem um ambiente hospitalar, como a NR 32²⁴.

É uma Norma Regulamentadora que estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SAÚDE. SERVIÇOS DE SAÚDE: qualquer edificação destinada à prestação de assistência à saúde da população, e TODAS AS AÇÕES DE PROMOÇÃO, RECUPERAÇÃO, ASSISTÊNCIA, PESQUISA E ENSINO EM SAÚDE em qualquer nível de complexidade (abrange todos os Trabalhadores da Saúde inclusive os que estão no Ensino e Pesquisa, não só os de área hospitalar). Ela recomenda para cada situação de risco a adoção de medidas preventivas e a capacitação dos trabalhadores para o trabalho seguro (BRASIL, 2007).

Assim, a NR-32 trata dos riscos biológicos, químicos, radiações ionizantes e inclui as situações de exposição à riscos para a saúde do profissional, aborda as diretrizes de segurança e prevenção de acidentes e doenças ao colaborador.

²⁴ www.corensp.org.br

Considera como Risco Biológico a probabilidade da exposição ocupacional a agentes biológicos (microrganismos, geneticamente modificados ou não; as culturas de células; os parasitas; as toxinas e os príons) (BRASIL, 2007).

Estudos apresentados pelo COREN, órgão que rege a Enfermagem, refere que os dados de acidentes de trabalho na área da saúde caracterizam 30 a 35% dos casos das exposições percutâneas estão associados à retirada de sangue ou de punção venosa periférica. Entre 60% e 80% das exposições ocorrem após a realização do procedimento e podem ser evitadas com as práticas de Precauções Padrão e com o uso sistemático de dispositivos de segurança.

Trata ainda a NR 32 quanto aos Riscos Biológicos:

3.2.4.4 Os trabalhadores com feridas ou lesões nos membros superiores só podem iniciar suas atividades após avaliação médica obrigatória com emissão de documento de liberação para o trabalho.

32.2.4.5 O empregador deve vedar: a utilização de pias de trabalho para fins diversos dos previstos; o ato de fumar, o uso de adornos e o manuseio de lentes de contato nos postos de trabalho; o consumo de alimentos e bebidas nos postos de trabalho; a guarda de alimentos em locais não destinados para este fim; o uso de calçados abertos.

32.2.4.6 Todos os trabalhadores com possibilidade de exposição a agentes biológicos devem utilizar vestimenta de trabalho adequada e em condições de conforto.

32.2.4.6.1 A vestimenta deve ser fornecida sem ônus para o empregado.

32.2.4.6.2 Os trabalhadores não devem deixar o local de trabalho com os equipamentos de proteção individual e as vestimentas utilizadas em suas atividades laborais.

32.2.4.6.3 O empregador deve providenciar locais apropriados para fornecimento de vestimentas limpas e para deposição das usadas.

32.2.4.6.4 A higienização das vestimentas utilizadas nos centros cirúrgicos e obstétricos, serviços de tratamento intensivo, unidades de pacientes com doenças infecto-contagiosas e quando houver

contato direto da vestimenta com material orgânico, deve ser de responsabilidade do empregador.

32.2.4.7 Os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição.

Referente aos Riscos Químicos, a NR 32 preconiza:

32.3.1 Deve ser mantida a rotulagem do fabricante na embalagem original dos produtos químicos utilizados em serviços de saúde.

32.3.2 Todo recipiente contendo produto químico manipulado ou fracionado deve ser identificado, de forma legível, por etiqueta com o nome do produto, composição química, sua concentração, data de envase e de validade, e nome do responsável pela manipulação ou fracionamento.

32.3.3 É vedado o procedimento de reutilização das embalagens de produtos químicos.

A NR 32 refere sobre a capacitação, minimiza os riscos originários da área da saúde e afirma que deve ser obrigatoriamente realizada, imediata e permanente do empregador, de modo a permitir a redução ou eliminação dos agravos a saúde do trabalhador e a importância dos cuidados e medidas de proteção, conforme a seguir:

32.2.4.9 O empregador deve assegurar capacitação aos trabalhadores, antes do início das atividades e de forma continuada, devendo ser ministrada: sempre que ocorra uma mudança das condições de exposição dos trabalhadores aos agentes biológicos; durante a jornada de trabalho; por profissionais de saúde familiarizados com os riscos inerentes aos agentes biológicos.

32.2.4.9.1 A capacitação deve ser adaptada à evolução do conhecimento e à identificação de novos riscos biológicos e deve incluir: os dados disponíveis sobre riscos potenciais para a saúde; medidas de controle que minimizem a exposição aos agentes; normas e procedimentos de higiene; utilização de equipamentos de

proteção coletiva, individual e vestimentas de trabalho; medidas para a prevenção de acidentes e incidentes; medidas a serem adotadas pelos trabalhadores no caso de ocorrência de incidentes e acidentes.

32.2.4.9.2 O empregador deve comprovar para a inspeção do trabalho a realização da capacitação por meio de documentos que informem a data, o horário, a carga horária, o conteúdo ministrado, o nome e a formação ou capacitação profissional do instrutor e dos trabalhadores envolvidos.

32.2.4.10 Em todo local onde exista a possibilidade de exposição a agentes biológicos, devem ser fornecidas aos trabalhadores instruções escritas, em linguagem acessível, das rotinas realizadas no local de trabalho e medidas de prevenção de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho.

32.2.4.10.1 As instruções devem ser entregues ao trabalhador, mediante recibo, devendo este ficar à disposição da inspeção do trabalho. Desta forma, a gestão da segurança e saúde do trabalho, além de reduzir gastos na instituição, melhora a imagem da empresa e produz motivação aos colaboradores, proporciona melhoria de produtividade, melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e reduz custos. Além disso, trabalhador da área da saúde, quando bem treinado, pode minimizar riscos.

Refere ainda a necessidade de capacitação no uso de produtos químicos:

32.3.6.1 Capacitar, inicialmente e de forma continuada, os trabalhadores envolvidos para a utilização segura de produtos químicos.

32.3.6.1.1 A capacitação deve conter, no mínimo: a apresentação das fichas descritivas citadas no subitem 32.3.4.1.1, com explicação das informações nelas contidas; os procedimentos de segurança relativos a utilização;

os procedimentos a serem adotados em caso de incidentes, acidentes e em situações de emergência.

A NR-32 não trata especificamente sobre riscos ergonômicos, porém pode-se observar alguns itens relacionadas a ele:

32.9.4 Os equipamentos e meios mecânicos utilizados para transporte devem ser submetidos periodicamente a manutenção, de forma a conservar os sistemas de rodízio em perfeito estado de funcionamento.

32.9.5 Os dispositivos de ajuste dos leitos devem ser submetidos a manutenção

preventiva, assegurando a lubrificação permanente, de forma a garantir sua operação sem sobrecarga para os trabalhadores.

32.10.1 Os serviços de saúde devem: atender as condições de conforto relativas aos níveis de ruído previstas na NB 95 da ABNT; atender as condições de iluminação conforme NB 57 da ABNT; atender as condições de conforto térmico previstas na RDC 50/02 da ANVISA; manter os ambientes de trabalho em condições de limpeza e conservação.

32.10.9 Em todos os postos de trabalho devem ser previstos dispositivos seguros e com estabilidade que permitam aos trabalhadores acessar locais altos sem esforço adicional.

32.10.10 Nos procedimentos de movimentação e transporte de pacientes deve ser privilegiado o uso de dispositivos que minimizem o esforço realizado pelos trabalhadores.

32.10.11 O transporte de materiais que possa comprometer a segurança e a saúde do trabalhador deve ser efetuado com auxílio de meios mecânicos ou eletromecânicos.

32.10.12 Os trabalhadores dos serviços de saúde devem ser: capacitados para adotar mecânica corporal correta, na movimentação de pacientes ou de materiais, de forma a preservar a sua saúde e integridade física; orientados nas medidas a serem tomadas diante de pacientes com distúrbios de comportamento.

32.10.13 O ambiente onde são realizados procedimentos que provoquem odores fétidos devem ser provido de sistema de exaustão ou outro dispositivo que os minimizem.

A responsabilidade pelas questões de segurança está necessariamente atrelada aos funcionários. Cada um deles deve seguir as práticas de segurança no trabalho, através do uso de regras e regulamentos anunciados pelo programa de segurança do hospital (ANVISA).

ACIDENTES DE TRABALHO NA AREA DA SAÚDE

Estudando a saúde ocupacional, observou-se que em 1971 ocorreram 4.468 acidentes de trabalho em estabelecimentos hospitalares brasileiros, sugerindo a necessidade de procedimentos preventivos para o controle dos riscos ocupacionais (NISHIDE e BENATT, 2004 apud SANTOS, 2008).

De acordo com o Ministério da Previdência Social, acidente do trabalho é aquele decorrente do exercício do trabalho a serviço da empresa ou do exercício do trabalho dos segurados especiais, podendo ocasionar lesão corporal ou distúrbio funcional, permanente ou temporário, morte e a perda ou a redução da capacidade para o trabalho. Os acidentes de trabalho dividem-se em três categorias: típicos – aqueles decorrentes da característica da atividade profissional realizada pelo indivíduo; de trajeto – ocorrem durante o percurso entre a residência e o local de trabalho; doenças do trabalho – aqueles ocasionados por qualquer tipo de doença profissional ligada a determinado ramo de atividade (ARAUJO, 2010).

Segundo Santos, (2008) o hospital é considerado um ambiente insalubre por receber pacientes portadores de diversas doenças infectocontagiosas e viabilizar procedimentos que oferecem riscos de acidentes e doenças para os trabalhadores. Os quais devem estar informados e treinados para evitar problemas de saúde, e métodos de controle devem ser instituídos para prevenir acidentes.

As estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que revelam a ocorrência anual de 160 milhões de doenças profissionais, 250 milhões de acidentes de

trabalho e 330 mil óbitos, baseiam-se somente em doenças não transmissíveis (ZOCCHIO, 2000 apud SANTOS, 2008).

Santos, refere ainda que os dados do ano de 2005 Anuário Estatístico da Previdência Social, ocorreram cerca de 491 mil acidentes de trabalho e doenças ocupacionais notificadas, quase meio milhão de pessoas, e 2,7 mil .

Acidentes ocupacionais que envolvem trabalhadores hospitalares têm grande impacto econômico devido à perda de mão-de-obra qualificada pelas lesões ocupacionais, bem como pelo dano irreparável à imagem da instituição hospitalar, quando profissionais infectam os pacientes (ARAUJO, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

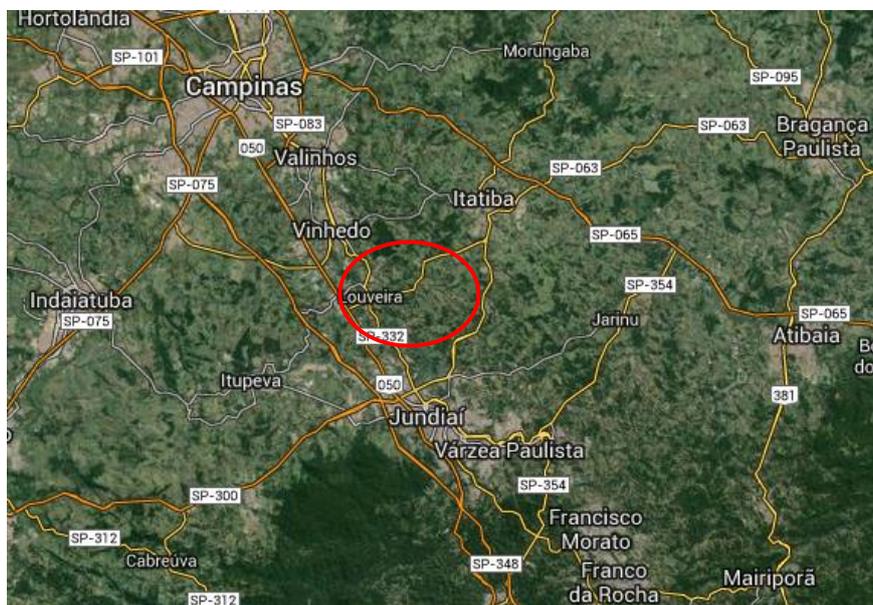
HISTÓRIA DE LOUVEIRA- SP

Fundada em 1639, pelo espanhol Gaspar de Oliveira, Louveira pertenceu à cidade de Jundiaí - SP por mais de 300 anos e somente em 1964, por meio da Lei 8092 passou a Município, recebendo este nome devido às inúmeras árvores nativas: *Cyclolobium vecchi*, popularmente conhecidas por "Louveira" existente naquela região.

A cidade teve influência de imigrantes italianos, contudo há alguns anos vem recebendo a migração dos estados do Norte e Nordeste, o que caracterizou um avanço demográfico na região e a geração de uma cultura forte e própria, distinta das regiões vizinhas.

Louveira possui uma localização amplamente privilegiada, com as principais vias de acesso aos pólos industriais das cidades da região, conforme se observa no Mapa (Figura 1), como: Jundiaí, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Vinhedo, Campinas e apenas 70 km da grande São Paulo, próximo às principais malhas viárias, como Rodovias Anhanguera e Bandeirantes, além do aeroporto internacional de Viracopos de Campinas. Motivo pelo qual torna a região ainda mais propícia ao crescimento demográfico, ao desenvolvimento industrial e econômico, pois tem atraído grandes empresas e novos negócios, o que por sua vez é responsável pelo aumento da arrecadação municipal.

Figura 1 - Localização do Município de Louveira- SP



Fonte: Google Maps

A cidade está delimitada por duas áreas geográficas distintas, a primeira o Bairro Santo Antônio, conhecido como “Bairro” ou “Quebra”, localizado às margens da rodovia Anhanguera, onde vivem mais da metade da população, em arranjo urbano com características populares. É no “Bairro” que o crescimento da cidade é mais intenso, as atividades econômicas são visivelmente mais ativas e maiores. Na outra margem da rodovia, localizam-se o centro histórico, a Câmara Municipal, o Paço Municipal, o Fórum local, bairros residenciais e o único hospital da cidade, a Santa Casa de Louveira, esta última caracteriza-se a sub-área deste projeto.

Segundo o censo 2010, a classificação da faixa etária da população de Louveira é destacada por dois grupos importantes para ações de saúde, com 2.781 crianças abaixo de cinco anos de idade e 2.847 adultos com idade superior a 60 anos. Outra observação interessante é notar que há predomínio do sexo masculino em várias faixas etárias, resultado da migração.

Tabela 1 – Índice populacional da cidade de Louveira – SP.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
< 1 ano	266	304	570
1 a 4 anos	1138	1073	2211

5 a 9 anos	1282	1291	2573
10 a 14 anos	1470	1368	2838
15 a 19 anos	1615	1564	3179
20 a 29 anos	4467	4143	8610
30 a 39 anos	3386	3142	6528
40 a 49 anos	2362	2376	4738
50 a 59 anos	1514	1517	3031
60 a 69 anos	792	815	1607
70 a 79 anos	365	482	847
> 80 anos	144	249	393
TOTAL	18.801	18.324	37.125

Fonte: IBGE, adaptada, Censo (2010)

De toda a população feminina, a proporção de mulheres em idade fértil é de 70%, ou seja, 12.593 mulheres entre 10 e 49 anos de idade, segundo o Censo de 2010. A população alfabetizada superou os 90%, mas ainda é relativamente alta nas faixas etárias mais avançadas, o que pode ser um reflexo da transição econômica do município, no qual convivem elementos do setor primário, com um crescente setor terciário, de serviços.

Outro importante dado demográfico a considerar, computados do censo de 2010, é que a população de Louveira entre 10 e 39 anos de idade representa 57% do total. Mantidas as condições e tendências atuais, essa população jovem terá expectativa de vida mais longa que a sua coorte atual, e deverá constituir o maior grupo economicamente ativo de Louveira pelos próximos anos (até que as faixas etárias mais altas deste grupo populacional atinjam os 60 anos de idade).

Essa região é muito procurada pelas empresas que necessitam da proximidade com a malha viária mais desenvolvida do país, além do aeroporto internacional de Viracopos. Essa região é caracterizada por sua mão-de-obra diferenciada. Nos últimos dez anos, Louveira tem atraído novos negócios, o que por sua vez é responsável pelo aumento da arrecadação municipal.

A tabela a seguir mostra o crescimento acelerado do PIB municipal, conforme tabela a seguir:

Tabela 2- PIB (Produto Interno Bruto) * de Louveira 2006 - 2010

Ano	PIB (R\$1.000)
2006	4.107.300

2007	6.136.226
2008	5.559.239
2009	5.816.049
2010	8.914.891

*Preços correntes

Fonte: IBGE, 2010.

Desta forma, temos no município mais da metade da sua população, que forma um enorme contingente de mão-de-obra disponível, a permanecer em idade produtiva pelos próximos 20-30 anos. É também importante lembrar que a porcentagem de alunos matriculados na educação universitária tende a aumentar exponencialmente em Louveira nos próximos anos, por vários fatores, gerando na cidade uma demanda acentuada por cursos superiores e, conseqüentemente, uma disponibilidade grande de mão-de-obra qualificada. Isto significa também mais demanda por convênios médicos, o que promove o desenvolvimento do setor privado de saúde e a possibilidade de geração de receita na SCL.

Como conseqüência desse crescimento acelerado, seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* atingiu R\$ 240 mil reais em 2010, um dos maiores do país, tendo nos últimos dez anos mantidos uma taxa composta de crescimento anual de 17% .

A economia de Louveira iniciou e se manteve por muito tempo com a agricultura, que ficou conhecida pela diversidade e qualidade da produção de frutas. Entre as produzidas na região, destacam-se as dez mil toneladas anuais de uva de mesa, do tipo niagara, da qual ainda hoje existem mais de 600 hectares plantados. A produção avícola, uma das forças locais a partir dos anos 70, declinou fortemente nos últimos 10 anos, em conseqüência da transformação dessa indústria no país.

No entanto, é na manufatura e nos serviços de logística que a cidade de Louveira projeta-se nacionalmente. Estão localizadas no município: Procter & Gamble, Ahlstrom, Ancor, Kraft Foods, Hewlett Packard, DHL e Excel. A chegada desses fortes agentes econômicos explica as taxas mais recentes de crescimento do PIB municipal.

Louveira sofre as conseqüências de um crescimento não planejado e seu traçado urbano amolda-se à geografia local, notadamente acidentada. As áreas verdes são próximas e abundantes, o que confere aspecto único à cidade. Sua localização, a 70 km de São Paulo e pouco menos de 30 km de Campinas, facilita o acesso dos seus habitantes à melhor rede de estradas de rodagem do país e aos mais avançados centros comerciais e de serviços do país. É uma cidade prestigiada pela alta qualidade de vida.

Em linhas gerais esse é o contexto sociocultural e econômico no qual a SCL desenvolve suas atividades, depois de nove anos de intervenção municipal. Uma cidade rica, bem localizada, com uma população jovem e economicamente ativa, que necessita adequar seu único hospital às melhores práticas do setor. A evolução da SCL para melhor é inexorável. Será difícil evitar que isto aconteça nos próximos anos.

CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A SCL – Santa Casa de Louveira é um hospital filantrópico, localizado à Rua Arthur de Souza Sygel, nº 500, no Bairro Jd. Vera Cruz, na cidade de Louveira – SP.

Trata-se do único estabelecimento de saúde da cidade com 40 leitos de internação. A entidade mantenedora é a Irmandade da Santa Casa de Louveira, criada no dia 1º de maio de 1962, como associação civil beneficente, sem fins lucrativos ou econômicos, com inscrição no CNPJ número 46.959.862/0001-47 e portadora do certificado de entidade beneficente de assistência social em saúde.

A Entidade esteve sob Intervenção da Prefeitura Municipal desde 2005 até 2014, assumindo assim o papel de entidade mantenedora.

O novo estatuto da SCL²⁵, afirma como objetivos:

- Prestar assistência integral à saúde, a qualquer pessoa, em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal, regulamentos e normas administrativas;
- Promover o ensino e a pesquisa na área da saúde, podendo fundar e manter escolas, em todos os níveis e firmar convênios com entidades afins, utilizando para uso exclusivo de seu hospital e atividades todos os medicamentos, equipamentos e produtos necessários;
- Promover e estimular o voluntariado e a solidariedade.

Além disso, o estatuto social entre outras diretrizes criou-se a Diretoria Executiva da qual faz parte um Administrador Hospitalar, contratado pela Irmandade e a aprovação de um regimento interno, que explicita o modelo de gestão.

O sistema municipal de saúde de Louveira reserva à Instituição um papel significativo no conjunto das ações públicas do setor, suas atividades enquadram-se na baixa e média complexidade assistencial e são estes:

- Atendimento imediato 24 horas, com plantonistas de Clínica Geral, Pediatria, Cirurgia, Ginecologia, Obstetrícia e Anestesia na área de Pronto Socorro da SCL.

²⁵ <http://www.iscl.org.br/iscl/index.php/transparencia/modelo-de-gestao/111-estatuto-da-irmandade-santa-casa-de-louveira>

- Atendimento em Clínica Médica e Pediatria, em regime de Pronto Atendimento (PA), em unidade localizada a três quilômetros do campus principal da SCL, à Rua Luís Martins Cruz 63, Bairro Santo Antônio, Louveira.
- Atendimento ambulatorial nas seguintes especialidades de referência municipal: anestesiologia; cirurgia pediátrica; cirurgia plástica; cirurgia geral; cirurgia vascular; ginecologia e obstetrícia; medicina do trabalho; neurologia; ortopedia; otorrinolaringologia; pneumologia; urologia.
- Internação hospitalar, por meio de 41 leitos distribuídos em enfermarias masculinas e femininas, para casos clínicos, cirúrgicos, obstétricos e pediátricos.
- Apoio ao diagnóstico próprio na área de radiologia geral e terceirizado nas áreas de análises clínicas e patologia cirúrgica.
- Atendimento imediato 24 horas, nas solicitações pré-hospitalares.

A equipe assistencial é composta por um corpo clínico de 100 médicos plantonistas das diversas especialidades citadas, e um quadro de **80 profissionais de enfermagem**, dos quais **25 são enfermeiros** e **55 técnicos de enfermagem**. O quadro de pessoal complementa-se com 145 pessoas das diversas áreas que compõem as equipes de apoio técnico e administrativo.

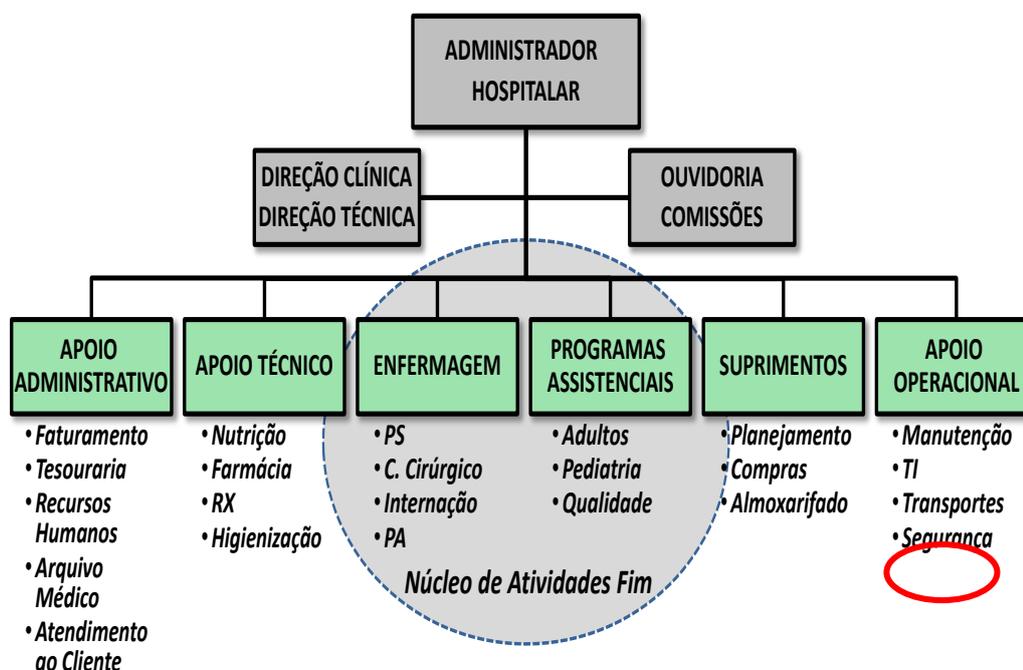
Atualmente, o modelo assistencial da Entidade sofreu mudanças, no que se referem às equipes assistenciais onde eram organizados por plantões **12 horas**, o que não contribuía para uma qualidade de vida aos colaboradores, devido a longa jornada. Para isso, em agosto de 2014, com exceção do Corpo Clínico, todos os colaboradores assistenciais diurnos, passaram ao exercer o regime de seis horas diárias.

Para isso a necessidade de um organograma²⁶ bem estruturado, conforme verificamos na figura a seguir, moldada nas recomendações da RDC-50.²⁷ Está centrado no núcleo das atividades fim, que é apoiado pelas áreas técnica, administrativa, de suprimentos e operacional. O administrador hospitalar também orienta as áreas de *staff* médico, a saber, Direção Clínica e Direção Técnica, a Ouvidoria e as Comissões. Esta estrutura organizacional está em prática corrente, com ganhos na qualidade das decisões tomadas, que passam a ser informada e alinhada à estratégia geral da instituição.

²⁶ <http://www.iscl.org.br/iscl/index.php/transparencia/modelo-de-gestao/112-organograma>

²⁷ <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/ca36b200474597459fc8df3fbc4c6735/RDC+N%C2%BA.+50,+DE+21+DE+FEVEREIRO+DE+2002.pdf?MOD=AJPERES>

Figura 2 - Organograma da Irmandade Santa Casa de Louveira



Fonte: SCL, 2014.

O organograma da SCL representa uma estrutura clássica, moldada nas recomendações da RDC-50. Está centrado no núcleo das atividades fim, que é apoiado pelas áreas técnica, administrativa, de suprimentos e operacional. Esta estrutura organizacional está em prática e alinhada à estratégia geral da instituição.

A Segurança do Trabalho está inserida no apoio operacional, foi iniciada na Instituição em Junho de 2009, dimensionada pela NR 4, Grau de Risco 3 com 181 colaboradores, na época com 1 Técnico de Segurança do Trabalho.

Foi realizado um levantamento no número de acidentes do trabalho no período de 2006 a 2010 no único Hospital de Louveira, o total de 55 acidentes de trabalho, desses, 37 ocorrências envolviam profissionais de Enfermagem e 18 decorrentes de outros setores. O ano de 2007 foi o de maior quantidade de notificações (18), seguido dos anos de 2009 com quinze ocorrências cada, e 2010, com nove ocorrências, conforme tabela 3.

Tabela 3- Indicadores de Acidentes de Trabalho ISCL 2006 - 2010

Setor	2006	2007	2008	2009	2010
Enfermagem	4	16	3	8	6
Higiene e Limpeza	2	1	1	2	1
Farmácia	1	0	0	0	0
Transporte	0	0	1	1	0
Cozinha	0	1	1	3	2
Recepção	0	0	0	1	0
Total	7	18	6	15	9

Fonte: SESMT – SCL, 2010.

Ao observar os dados, verifica-se que o setor de Enfermagem, obteve o maior número de acidentes, também é fato que alguns setores do hospital apresentem mais riscos que outros, (ARAÚJO, 2010) variando de acordo com as atividades desempenhadas pelos colaboradores e com a gravidade dos pacientes e das patologias neles tratadas. Dessa maneira, o risco biológico é o que se apresenta com maior intensidade entre os profissionais que prestam assistência à saúde.

Ressalta-se que neste período não havia sido instituído pela NR 32 a obrigatoriedade dos dispositivos de segurança nos materiais perfuros cortantes, o que veio de encontro com os números, já que a maioria dos acidentes decorrentes na Enfermagem se dá por material perfuro cortante com exposição a material biológico.

Outro fator importante para este estudo trata-se da observação do protocolo de exposição a material biológico da Instituição ressalta que a exposição a material biológico sem paciente fonte conhecida (ex. acidentes com perfuro cortante descartados na caixa coletora), onde o colaborador acidentado necessita entrar com medicamento, denominado AZT (popularmente conhecido por coquetel de HIV) em até 24 hs, o que causa inúmeros efeitos colaterais, além de ser assistido com Médico do Trabalho e exames sorológicos por 6 meses.

Os estudos mostram que podem ser adquiridas infecções (patologias) quando não se pratica os cuidados primordiais dentro do ambiente em que se trabalha [...]. Portanto,

ações educativas permanentes e medidas de proteção individual e coletivas são fundamentais (FRANCO, 2010).

CONCLUSÃO

De acordo com este estudo, foi levantado o número de acidentes do Trabalho decorrentes do ano de 2006 a 2010 e verificou-se que estão relacionados em sua maioria no setor de enfermagem, com material perfuro cortante e exposição a material biológico.

Deste modo, é necessário um estudo aprofundado dos tipos de acidentes e medidas específicas que foram utilizadas e realizar um comparativo após a implantação dos dispositivos de segurança, além de dados mais recentes e analisar se houve mudança nestes indicadores.

REFERÊNCIAS

ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de Segurança no Ambiente Hospitalar.

ARAUJO, NMC; Acidentes de trabalho com profissionais de saúde de um hospital Universitário. Produção, v. 20, n. 4, out./dez. 2010, p. 669-676

BRASIL, Manual do Coren. Norma Regulamentadora NR 32. 2007. Disponível em www.corensp.org.br

FRANCO, NC; ZANDONADI, FB. Biossegurança: tarefa difícil de praticar?, 2010.

PINTO PP; MELLO, BC. Distúrbios Decorrentes do Trabalho em Turnos E Noturnos. [Data desconhecida]

REIS, TCY. ZANDONADI, FB. Avaliação das condições de saúde e trabalho entre técnicos de enfermagem de um Hospital Estadual do Município de Alta Floresta - MT. 2014

SCL.- Santa Casa de Louveira, 2014. Disponível em: <http://www.iscl.org.br/iscl/index.php>.

SANTOS, APB; NOVAS, MMV; PAIZANTE, GO. Acidentes de Trabalho e Biosegurança no Ambiente Hospitalar. Rev. Edu., Meio Amb. e Saúde 2008; 3(1):51-62.

ANÁLISE DE RISCOS DO TRATAMENTO QUÍMICO DE SEMENTES COM ABAMECTINA

Gustavo Scarmen Piagentini Pinto; - Aluno do Curso de Engenharia Segurança do Trabalho – Senac Jundiaí; gustavospinto@hotmail.com*

Resumo: A qualidade das sementes é vital para o desenvolvimento fisiológico das culturas, mas somente ela não é suficiente para garantir sua produção e retorno financeiro, pois durante o armazenamento da semente e germinação no campo elas ficam expostas às doenças fúngicas, bactericidas, nematoides, pragas e condições ambientais adversas que podem contribuir para o seu baixo desempenho. Assim, o tratamento de sementes é uma prática recomendada tecnicamente e economicamente, desde que utilizados produtos ou misturas de produtos adequadas, distribuídas uniformemente sobre a superfície das sementes e utilização de procedimentos de segurança ao trabalhador em centros de tratamento industrial de semente. Nesse processo, o recobrimento químico é uma tecnologia que vem se desenvolvendo cada vez mais, pois traz grandes vantagens ao agricultor, permitindo a aplicação de polímeros de forma adequada e precisa à semente. Utilizando uma metodologia de pesquisa sobre o tema dos riscos a saúde, tem como objetivo destacar não apenas a importância do tratamento de semente com abamectina – como prática para evitar doenças em sementes – como, também, alertar os riscos e patologias associadas a este produto químico, quando utilizado de maneira inadequada sem proteção de máquinas, sistemas de exaustão, EPC's, EPI's e higiene. Complementando, com base nas normas de segurança do trabalho vigentes no Brasil, destacando a importância da utilização de medidas de controle a fim de evitar danos à saúde. Com este trabalho, propõem-se um estudo para reflexão quanto ao uso correto e consciente, por parte do trabalhador, do tratamento de semente químico, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Semente. Tratamento de semente. Abamectina. Riscos a saúde.

INTRODUÇÃO

O método de proteção de sementes por tratamento de químico é utilizado como ferramenta de proteção à semente, tanto no campo como no armazenamento que pode se

estender por períodos maiores que 12 meses. Associada à tecnologia de desenvolvimento de novos ingredientes ativos, como por exemplo da Abamectina, estão associadas à tecnologia de formulação do mesmo e de recobrimento das sementes como a peliculização.

O tratamento de sementes é uma prática recomendada técnica e economicamente, desde que utilizados produtos ou misturas de produtos adequadas, distribuídas uniformemente sobre a superfície das sementes (GRUTZMACHER, 2007). No Brasil a tecnologia da agricultura está cada vez mais desenvolvida e consciente dos benefícios, pois segundo (Peske, 2007), hoje mais de 90% das sementes de soja são tratadas com fungicidas, mais de 50% com inseticida e mais de 60% com micronutrientes, para garantir a eficiência do recobrimento as mesmas devem estar protegidas por uma camada de tratamento químico.

O recobrimento é uma tecnologia que vem se firmando cada vez mais, pois traz grandes vantagens ao agricultor, permitindo a aplicação de uma proteção 15 adequada e precisa à semente contra doenças e insetos, permitindo a aplicação conjunta de fungicida, inseticida, micronutrientes e inoculante; melhora as condições de plantabilidade, permitindo semeadura de precisão e estabelecimento de estande apropriado às condições de adaptação do cultivar; uniformiza o formato das sementes; melhora as condições de operação na UBS quanto à segurança no trabalho e redução da poeira tóxica, dentre outras (BAUDET; PERES, 2004).

A proteção ao desenvolvimento de raízes nos primeiros dias ou semanas após a germinação constitui ponto crítico ao estabelecimento de um potencial produtivo ótimo (Starr et al., 2007).

Nos últimos anos, nota-se um aumento no interesse pelo efeito do uso do tratamento químico na qualidade e no desempenho de sementes em grandes culturas no Brasil, mas ainda necessita-se de muito conhecimento sobre o potencial desses produtos para melhoria no desempenho das sementes tanto em campo quanto durante o armazenamento, para que a tecnologia seja utilizada adequadamente, aproveitando ao máximo os benefícios que pode trazer para a agricultura moderna.

O uso de defensivos químicos na agricultura tem diversos benefícios econômicos pelo fato de evitar ataque de doenças e pragas na agricultura de alto desempenho. Porém, o uso intensivo de produtos químicos pode representar riscos à saúde do trabalhador rural caso ele esteja exposto a estes produtos.

Segundo (Amaro, 2003), a toxicidade de um pesticida para o homem está relacionada com a sua capacidade de interferir em sistemas vitais do organismo humano e varia com a via de exposição e com a duração da exposição ao pesticida. Além das vias de exposição, oral (ingestão pela boca), cutânea (através da pele e olhos) e inalação (através das vias respiratórias e pulmões), os pesticidas são classificados em muito tóxico, tóxico, nocivo, cancerígeno ou carcinogénico, teratogénico, genotóxico ou mutagénico, toxicidade para a reprodução, toxicidade para o sistema endócrino, corrosivo, irritante e sensibilizante. Estas características são traduzidas em frases de risco, havendo ainda frases de segurança, a incluir no rótulo do pesticida.

Segundo a Lei Federal nº 7.802, de 11 de Julho de 1989 (BRASIL, 1989), regulamentada pelo decreto 4.074 de 4 de Janeiro de 2002, no seu Artigo 2º, Inciso I, os agrotóxicos obedecem a uma classificação segundo sua toxicidade: Classe I: extremamente tóxico – faixa vermelha; Classe II: altamente tóxico – faixa azul; Classe III: medianamente tóxico – faixa amarela; Classe IV: pouco tóxico – faixa verde.

Deve-se dar particular atenção às frases de segurança referidas no rótulo, algumas obrigatórias para todos os pesticidas (ex: manter fora do alcance das crianças, não comer e beber ou fumar durante a utilização, manter afastado de alimentos e bebidas, incluindo os dos animais), outras muito frequentes (ex: não contaminar as águas), ou para pesticidas muito tóxicos e tóxicos (ex: em caso de acidente ou ingestão consultar imediatamente o médico e se possível mostrar-lhe o rótulo).

Com aplicação de princípios de proteção e controlos de medicina do trabalho pode-se reduzir esses riscos. É importante que haja avaliação do serviço de engenharia, segurança e medicina do trabalho (SESMT), determinando o grau de risco e os tipos de equipamentos de proteção individual (EPI) que o trabalhador necessita para cada local e função que ele venha exercer. Fazer o controle periódico da saúde do trabalhador, para realizar o remanejamento do mesmo se houver necessidade.

Diversos inseticidas e fungicidas têm sido utilizados nos tratamentos de sementes, mas nem sempre são eficientes para exterminar os patógenos ou evitar a reinfestação, e podem resultar em problemas

de resistência dos insetos e intoxicações em animais e seres humanos devido aos resíduos dos ingredientes ativos e contaminação ambiental (LORINI, 1997).

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma metodologia para avaliação da poeira respirável das empresas de beneficiadoras de semente, que poderá conter pó de abamectina em teores tais que poderão causar danos permanentes ao sistema respiratório em seus trabalhadores.

DESENVOLVIMENTO

Para melhor caracterização, consideram-se agentes – de risco – químicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo do trabalhador sejam por inalação, através das vias respiratórias, sejam sob a forma de poeiras, fumos, gases, neblinas, névoas ou vapores, por absorção dérmica (através da pele) ou por ingestão. Segundo (COSTA, 2004), estes agentes podem gerar efeitos mutagênicos, carcinogênicos, teratogênicos, organotóxicos e imunotóxicos no organismo.

Segundo (Trapé, 1993), os agrotóxicos podem causar intoxicação de três formas: aguda, subaguda e crônica. Na intoxicação aguda, os sintomas surgem repentinamente, algumas horas após a exposição excessiva a produtos altamente tóxicos por um curto período de tempo e podem ocorrer de forma branda, moderada ou grave, dependendo da quantidade do agente químico absorvido.

Todavia, a intoxicação crônica se caracteriza por ser de surgimento tardio, após meses ou anos de pequena ou moderada exposição a produtos tóxicos ou múltiplos produtos, com danos irreversíveis, como paralisias e neoplasias (LEITE, 2008).

Como produto químico, a abamectina é classificado como poeira inerte. Sua coloração é vermelha e, quando manuseado (depositado em máquinas de tratamento de semente), dispersa uma grande quantidade de poeira no ar. No momento em que ocorre a dispersão, o maior risco está no tamanho da partícula (que pode ser inalado), o tamanhos dos particulados estão entre 1 a 20 micras , e há o risco de contato com a pele e contaminação por via oral.

A principal e mais perigosa forma de contaminação é a inalatória do trabalhador em um centro de tratamento de semente se dá pela inalação de pó durante as atividades de

formulação de calda (que ocorre em uma área separada e isolada do restante), durante a operação de tratamento de semente, ensaque de semente e fechamento de sacos, armazenamento e limpeza e manutenção.

A contaminação por via oral ocorre geralmente por contaminação indireta como por exemplo no armazenamento em embalagens de alimentos, limpeza de bicos com a boca e comer, beber ou fumar durante o manuseio.

A terceira via de acesso de contaminação ao organismo humano é a dérmica por peles e olhos com potencial de alcance a corrente sanguínea relativamente baixo, por volta de 10 por cento. Fator que podem aumentar a absorção do produto é o não uso de EPI, tipos de formulação, umidade relativa do ar e altas temperaturas.

MÁQUINAS DE TRATAMENTO DE SEMENTE

Uma quantidade de sementes com massa conhecida previamente é colocada no interior do recipiente de tratamento e em seguida, adicionada a dose indicada do produto químico, com agitação até se obter a cobertura das sementes. O tempo da mistura ou aplicação é variável em função de cada equipamento e da quantidade de sementes. Durante este processo, o tratador abre o recipiente e faz o julgamento da qualidade do trato das sementes visualmente, portanto, fica exposto ao produto (IAPAR, 2007).

No final do tratamento deve-se observar para que não haja sobras de produto no fundo do equipamento utilizado. No entanto, mesmo tendo esse cuidado prévio, ainda é comum a presença de restos do produto aderido nas laterais do recipiente, fato que exigirá a limpeza do mesmo (IAPAR, 2007).

A pré-limpeza deve ser realizada com água corrente, até a remoção de todo o produto do interior. Em seguida, deve-se fazer a limpeza com água e sabão, e guardar o recipiente sobre trados de madeira em local próprio para armazenamento de agrotóxicos. Este recipiente não deve ser reutilizado para outras funções, principalmente se essas estiverem associadas aos alimentos (BRASIL, 2006).

As semeadoras devem ser reguladas com sementes tratadas e logo após a semeadura devem ser limpas para evitar acúmulo de resíduos nas laterais e engrenagens das mesmas, a fim de evitar a contaminação do funcionário no conserto ou manutenção da

semeadora. A falta desta manutenção pode alterar o fluxo das sementes na semeadura e até mesmo provocar o bloqueio do equipamento (SANTOS et al., 2003).

O tratamento químico de sementes pode ser realizado com diversos modelos de máquinas que operam em fluxo contínuo ou em batelada. Atenção especial devem com a manutenção, regulagem e limpeza das unidades dosadoras de produtos, principalmente quando os produtos cujas formulações são viscosas, pois restos de produtos secos nestas unidades podem reduzir a capacidade de volume e interferir na dosagem, causando risco de contaminação para o trabalhador (HENNING et al., 2010).

RISCOS

De acordo com (Moreira, 2002) existem três vias de contaminação: ambiental, alimentar e ocupacional. A via ocupacional caracteriza-se pela contaminação de trabalhadores que manipulam essas substâncias, tanto no processo de formulação e utilização, quanto na colheita, e é responsável por mais de 80% dos casos de intoxicação por agrotóxicos. A via ambiental, por sua vez, acontece pela dispersão dos agrotóxicos ao longo dos diversos componentes do meio ambiente, como corpos d'água, atmosfera e solo, enquanto a contaminação via alimentar ocorre pela ingestão de produtos contaminados por agrotóxicos que atingem a maior parte da população, os consumidores.

A situação de exposição aos defensivos agrícolas se agrava quando se trata de crianças e mulheres, pois são mais suscetíveis a esses produtos. As mulheres, por exemplo, já nascem com todos os seus óvulos e quando esses são lesados, praticamente não há mais cura. Os homens, pelo menos no período ativo, têm condições de produzir espermatozoides. Estudos realizados sobre os efeitos hormonais dos organoclorados, dioxinas e outras moléculas de agrotóxicos mostram que eles imitam hormônios presentes no homem e na mulher. Os hormônios participam na determinação do sexo nas mulheres grávidas. Com isso, o filho de uma mãe contaminada poderá nascer com deformações nos órgãos reprodutivos e, inclusive, ser hermafrodita. O impacto dos agrotóxicos nos hormônios humanos e animais são preocupantes, pois, a produção de espermatozoides nos homens brasileiros caiu pela metade, ou

seja, em 50% no período de 1963 a 1993 (PRESTES, SOMAVILLA e MISSIO, 2005).

Os riscos à saúde destaca-se a inalação de poeiras deste material. O tempo de exposição à poeira – sem os devidos métodos de segurança que serão destacados posteriormente - é o ponto chave neste processo. Estima-se que o período após 10 de exposição às poeiras são suficientes para o desenvolvimento de doenças pulmonares, as chamadas pneumoconioses. As pneumoconioses são patologias resultantes da deposição, por inalação, de partículas sólidas nos pulmões. O quadro é agravado com o passar dos anos. A poeira inalada permanece depositada nos pulmões, que forma cicatrizes permanentes nos pulmões provocados pela inalação do pó resultante do tratamento de semente, criando um quadro de fibrose, ou seja, o endurecimento do tecido pulmonar. A capacidade elástica dos pulmões é comprometida.

O Limite de Exposição Ocupacional utilizado nesta avaliação foi o adotado pela multinacional Syngenta: de 0,02 mg/m³; como média ponderada pelo tempo.

Dentre as pneumoconioses mais conhecidas destaca-se a silicose e a Asbestose com sintomas muito parecidos com do pó do tratamento de semente. A silicose é uma patologia pulmonar causada pela inalação de sílica livre cristalizada (quartzo). Ocorre um processo de formação de nódulos isolados e nódulos conglomerados e disfunção respiratória nos estágios avançados. Dentre as atividades mais suscetíveis ao risco de contaminação, destacam-se o beneficiamento de minerais, o jateamento de areia, cavação de poços e o beneficiamento de semente.

DOSE LETAL (TOXIDADE AGUDA)

DL50 oral: testes realizados em ratas fêmeas apresentou resultado aproximado de 98,11 mg/kg para ratas fêmeas (dados da formulação).

DL50 dérmica: testes realizados em ratos (machos e fêmeas) apresentou valor de maior que 5000 mg/kg para ratos machos e fêmeas.

CL50 inalatória: Teste realizado em ratos apresentou resultado para concentração média letal como sendo maior que 0.051 mg/L para machos e 0.030 mg/L para fêmeas.

Irritação dérmica: não irritante.

Irritação ocular: ligeiramente irritante.

Sensibilização cutânea: não sensibilizante.

Fonte: Elaborado pelo autor.

TOXICIDADE CRÔNICA

Casos de intoxicação crônica com pessoas não são conhecidos. Estudo crônico realizados com animais de laboratório (ratos), os quais receberam o ingrediente ativo na dieta não revelaram efeitos crônicos adversos até o nível de 1,5 mg/kg/dia. Dose superior a esta (2 mg/kg/dia) apresentou sinais clínicos de toxicidade, porém não carcinogenicidade.

PRINCIPAIS SINTOMAS

Irritação ocular foi descrita após contato com os olhos. A abamectina induziu efeitos agudos no sistema nervoso central (tremores, ataxia e midríase). Ingestão de doses elevadas de avermectinas pode estar associada à coma e hipotensão.

Embora não existam dados sobre a ação da abamectina em humanos, há informações disponíveis acerca da ação da ivermectina: nas intoxicações humanas relatadas, os sinais e sintomas foram vômitos, taquicardia, alteração da pressão sanguínea, efeitos no sistema nervoso central (sonolência, ataxia) e distúrbios visuais (midríase). Doses elevadas podem levar à morte por parada respiratória.

NÍVEL DE AÇÃO (NA):

O Nível de Ação do ponto de vista técnico e conforme definido na legislação brasileira, deve ser considerado como o nível de concentração ambiental, representativo da zona respiratória de um trabalhador, a partir do qual, o mesmo é considerado exposto ao agente químico em questão e ações de Monitorização Ambiental, Biológica e de Vigilância da Saúde devem ser iniciadas (conforme as NR's 9 e 7).

De uma forma geral este nível é, por convenção, 50%. Mas em trabalhos mais aprofundados, a partir de avaliações ambientais completas, o mesmo é calculado experimentalmente e é função do desvio padrão geométrico das concentrações.

Ao se encontrar um valor acima do NA em uma avaliação preliminar, tendo-se em conta a variabilidade das concentrações ao longo do tempo, há probabilidade de, pelo menos, 5% dos valores reais estarem acima do próprio limite de exposição.

ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO

Na avaliação de um agente químico isolado, o IE é definido como a razão entre o resultado obtido e o correspondente LEO. O IE facilita a interpretação dos resultados quando não se tem em mente todos os limites envolvidos, pois na prática, representa a

porcentagem que determinado resultado está em relação ao respectivo limite de exposição:

C Onde: IE = índice de exposição

IE = $\frac{C}{L}$ C = concentração medida da substância

L L = limite de exposição da substância

Quando o IE for superior a 0,5; tem-se uma exposição acima do Nível de Ação e considera-se o trabalhador exposto, se superior a 1, há exposição excessiva (superior ao Limite de Exposição Ocupacional).

Para a escolha de respiradores, o IE coincide numericamente com o Fator de Proteção Requerido; visto que em algumas situações, além das medidas de controle coletivo, é necessária a proteção respiratória.

Para o cálculo dos IE apresentados nas tabelas de resultados e visando uma melhor margem de segurança, foram empregados os limites de exposição mais reduzidos, escolhidos entre a NR-15 e ACGIH.

PROTEÇÃO

Os métodos de proteção com o objetivo de evitar o contato com os agentes químicos, como o cimento, são, sem dúvidas, as proteções individuais e as coletivas. Neste caso, dentre os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – NR-6 – é definido pela Norma Regulamentadora no 6, aprovada pela Portaria no 3.214/78, do Ministério do Trabalho, como: “todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, listamos luvas e botas de borracha (impermeáveis), máscaras e óculos de proteção, além de capacete e vestimentas adequadas – resistentes à atividade”.

Quanto aos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), listamos:

- Isolamento e sinalização das áreas de riscos;
- Ventilação exaustora local;
- Medidas de higiene pessoal e coletiva (lavatórios, chuveiros, vestiários e sanitários);
- Enclausuramento total ou parcial do processo de produção;

Respiradores Geralmente chamados de máscaras, os respiradores têm o objetivo de evitar a inalação de vapores orgânicos, névoas ou finas partículas tóxicas através das vias respiratórias. Existem basicamente dois tipos de respiradores: i) sem manutenção (chamados de descartáveis), aqueles que possuem uma vida útil relativamente curta e

recebem a sigla PFF (Peça Facial Filtrante); e, ii) baixa manutenção, aqueles que possuem filtros especiais para reposição, normalmente mais duráveis.

Os respiradores mais utilizados nas aplicações de produtos fitossanitários em sementes são os que possuem filtros P2 ou P3, conforme a classificação da ABNT, com eficiência mínima de 94% e 99,95%, respectivamente. Devem estar sempre limpos, higienizados e os seus filtros jamais devem estar saturados. Quando estiverem saturados, os filtros devem ser substituídos ou descartados.

Antes do uso de qualquer tipo de respirador, o usuário deve estar barbeado, além de realizar um teste de ajuste de vedação, para evitar falha na selagem. É importante notar que, se utilizados de forma inadequada, os respiradores tornam-se desconfortáveis e podem transformar-se numa verdadeira fonte de contaminação. O seu armazenamento deve ser em local seco e limpo, de preferência dentro de um saco plástico.

Por fim, o respirador deve ser o último EPI a ser retirado e guardado separado dos demais equipamentos para evitar contaminações das partes internas e dos filtros.

Destacamos, ainda, a higiene do trabalho através de banhos obrigatórios após o trabalho e a troca diária de roupa (limpa) por conta da empresa. As medidas de higiene e segurança listadas anteriormente devem ser adotadas e praticadas no ambiente de trabalho com o propósito de melhorar a qualidade e integridade dos operários.

Proporcionar treinamento quanto ao uso de EPI e salientar sua importância, "todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde do trabalho" (BRASIL, 1978). Estas ações seguramente requerem um trabalho multidisciplinar com intenso envolvimento do SESMT, para obter êxito operacional.

Para (Haag, 2001) "Aplicar os conhecimentos da engenharia de segurança e da medicina do trabalho e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, visando eliminar ou reduzir os riscos à saúde do trabalhador".

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DO AMBIENTE DE EXPOSIÇÃO

Para que se possa ter um melhor conhecimento dos aspectos apontados se utilizam métodos específicos de avaliação do ambiente de trabalho mensurar a poeira resultante dos processos industriais.

As amostras para se caracterizar a poeira dispersa em um ambiente de trabalho devem ser coletadas com procedimentos padronizados de forma a garantir a precisão dos resultados. As amostras de poeira respirável e de granulometria podem ser obtidas de forma individual, com o equipamento de amostragem colocado no trabalhador, para

melhor demonstrar a exposição ao risco em uma determinada função, ou com o equipamento posicionado em um ponto fixo da área de trabalho.

Por meio da coleta do material particulado disperso no ar e a sua análise gravimétrica e por difração de raios-X se determina a massa de poeira na fração de tamanho respirável, a sua concentração ambiental e a presença ou não na forma livre e cristalizada, medindo-se as intensidades e de outras formas cristalinas presentes. Esses resultados são comparados com os limites de exposição ocupacional que estabelecem as concentrações máximas da poeira de abamectina nos locais de trabalho.

PRECAUÇÕES AO REALIZAR O TRATAMENTO

Os cuidados que devem ser tomados, principalmente o trabalhador que está manuseando os produtos químicos na hora de se tratar as sementes. O operador deve utilizar todo o equipamento de segurança, chamado de EPI. Os operadores devem receber um treinamento que deverá abordar alguns itens como informações sobre a instalação da máquina, informações sobre riscos ocupacionais, medidas preventivas de segurança, procedimentos do modo correto de limpeza do ambiente de trabalho, informações sobre procedimentos de operação e manutenção e informações sobre procedimentos de emergência.

Ações de contra os riscos (VEIGA et al., 2007). No caso de defensivos, os EPIs são projetados de forma a garantir proteção contra agentes químicos externos, ou seja, para impedir o contato de certas substâncias com o organismo. As mesmas propriedades físicas e químicas que fornecem aos EPIs essa característica de proteção também os transformam, frequentemente, em equipamentos bastante desconfortáveis e/ou inadequados. Esse desconforto no uso pode tornar a utilização de alguns EPIs um verdadeiro incômodo. Os EPIs podem, ainda, se tornar uma fonte de contaminação, criando um risco à saúde humana, segundo o mesmo autor (RIBAS, 2009)

O local para a instalação da máquina deve seguir cuidados como ser isolado das demais instalações, evitando a circulação de pessoas não envolvidas na operação de tratamento de sementes; ser arejado, ambiente deve possuir sistema de exaustão, aspirador de pó com filtro HEPA, espaço livre ao redor da máquina para circulação com

segurança dos operadores; o piso deve ser plano e livre de irregularidades, obstáculos ou sujeira de qualquer tipo; o produtor deve dispor o equipamento de maneira a facilitar o abastecimento da máquina com sementes não tratadas, assim como o escoamento das sementes tratadas; a operação de tratamento deve ser separada dos locais de consumo ou armazenamento de alimentos e distante de coleções d'água.

O filtro HEPA tem eficiência de 98% na retenção de sujeiras, com quatro sistemas simultâneos de filtragem: dois filtros HEPA, um filtro poliéster e um filtro de papel, que retém micropartículas de até 0,3 microns.

Antes de instalar e operar a máquina, leia cuidadosamente o manual de instruções do fabricante; certifique-se que a máquina esteja bem aprumada e estável, com todos os apoios no piso de maneira equilibrada. Para um perfeito funcionamento do dosador, a máquina deverá estar nivelada com uma inclinação na boca de saída ligeiramente superior ao da moega; A máquina deve ser ligada em uma tomada de três pinos. O sistema elétrico devidamente aterrado para evitar danos no equipamento e/ou na rede elétrica; deve haver água nas proximidades do equipamento para facilitar a limpeza no caso de vazamentos de produtos químicos.

O uso dos EPI (equipamentos de proteção individual) são fundamentais para reduzir o risco de absorção do produto pelo organismo, protegendo a saúde do trabalhador. No tratamento de sementes deve haver um cuidado especial durante toda operação.

O EPI básico para o tratador de sementes é composto de proteção das mãos: luvas de borracha nitrílica, neoprene e/ou PVC; proteção da pele e do corpo: vestimenta de proteção tratada para se tornarem hidro-repelentes, composta por jaleco de mangas compridas e calças. O uso de avental impermeável é importante para aumentar a proteção da vestimenta; proteção dos olhos: viseira fácil ou óculos de proteção. Proteção respiratória: Respirador com filtro para vapores ácidos e orgânicos (P2 ou P3) que garantem de 95 a 99 por cento da segurança do operador.

PROCEDIMENTOS NO CASO DE VAZAMENTO DO PRODUTO

Conter o derramamento, não crie uma nuvem de pó usando uma escova ou ar comprimido. Recolher o produto derramado em recipientes adequados e impermeáveis. Preste atenção para a utilização dos equipamentos de proteção individual. Acondicione o material em embalagens devidamente marcadas e firmemente fechadas. Recolha o produto com material absorvente (areia, terra, vermiculita). Separar as embalagens que estiverem vazando das demais. Limpe as áreas contaminadas com água e sabão. Regue a área lavada com água por um período prolongado. Após a limpeza do local com água,

bombear a água proveniente da lavagem para tambores. Providenciar a disposição dos mesmos conforme a legislação local. Remova as camadas de solo contaminadas.

CONCLUSÃO

Considerando todas as práticas anteriormente mencionadas e relacionadas à utilização dos agroquímicos no tratamento de sementes, é importante registrar as possíveis fontes de contaminação do trabalhador por estes agentes. Quando feito na propriedade rural ou centros industriais de tratamento de semente, sem os devidos cuidados, treinamentos, higiene e orientação de pessoas especializadas, em riscos a saúde dos trabalhadores.

A carência de informações sobre o assunto tratado faz refletir sobre a necessidade de investimento em pesquisas e melhoramentos no setor de tratamento de sementes, pois a maioria dos produtos utilizados apresenta toxicidade aos seres humanos e muitas vezes desconhecidos do trabalhador.

A utilização, procedimentos e treinamento quanto ao uso de EPIs são importantes para a proteção durante o uso dos produtos, mas a manipulação do EPI contaminado após o tratamento é talvez ainda mais importante, pois a retirada de maneira incorreta do EPI pode expor as mucosas e vias de absorção ao agente químico danoso.

Reconhecendo a complexidade desta questão quanto a variedade de condições dos postos de trabalho e características do processo de tratamento de sementes. Este estudo certamente contribui para ajudar no conhecimento envolvido e as tomadas de precauções quanto à segurança do trabalho, a fim de se evitar acidentes e de se conservar a saúde do trabalhador.

REFERÊNCIAS

- AMARO, P. (2003) – Há quase 40 anos que se aguarda pela legislação da aplicação dos pesticidas. Até quando? *Vida Rural*, 1686: 24-26, 28, 30. In AMARO, P. (Ed.) – A redução dos riscos dos pesticidas pela proteção integrada. Ser. Divulg. AGRO 13: 1/02: 63-70.
- BAUDET, L; PESKE, F. Aumentando o desempenho das sementes *Revista Seed News*, Pelotas, ano XI, n 5, p 22-26 Reportagem de capa – Set/Out 2007.
- BRASIL. Lei Federal nº. 9.974 de 06/06/2000. Altera a lei federal nº. 7.802 de 11 de julho de 1989 que dispõe sobre agrotóxicos.
- BRASIL. Manual de vigilância da saúde de populações expostas a agrotóxicos. Brasília: Organização Mundial da Saúde. 1997. 72p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de procedimentos de vigilância em saúde ambiental relacionada à qualidade da água para consumo humano. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 284 p.

BRASIL. Segurança e Medicina do Trabalho. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Normas Regulamentadoras. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

COSTA, Marco Antonio F. da. Segurança e saúde no trabalho: cidadania, competitividade e produtividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004. Segurança e Medicina do Trabalho. 68ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

GOULART, A.C.P. Tratamento de sementes do algodoeiro com fungicidas. In: Embrapa. Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste (Dourados, MS). In: Algodão: tecnologia de produção. Dourados; Embrapa-CPAO; Campina Grande, 2001. pp. 140-158.

GOULART, AC.P. & MELO FILHO, G.A. Quanto custa tratar as sementes de soja, milho e algodão com fungicidas? Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, Boletim de Pesquisa 7, 2000.

GRUTZMACHER, A. D. Tratamento de sementes de soja também com inseticida, SEED News, Pelotas, ano XI n 3, p 8-10 Mai/Jun 2007.

HAAG, G.S.; LOPES, M.J..M.; SCHUCK, J.S. A Enfermagem e a Saúde dos Trabalhadores. 2º ed, Rio Grande do Sul: AB, 2001.

HENNING, A.A.; FRANÇA NETO, J. DE B.; KRZYZANOWSKI, F.C.; LORINI, I. Importância do tratamento de sementes de soja com fungicidas na safra 2010/2011, ano de "La Niña". Informativo ABRATES, vol.20, nº.1,2 p.055-061, 2010.

Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR. Produção de sementes em pequenas propriedades. Londrina: IAPAR, 2ed. 2007. 98p.

LEITE, K. C. O uso de agrotóxicos pelos trabalhadores rurais do assentamento catingueira Baraúna-RN. Revista Verde, Mossoró, v.3, n.4, 2008, p. 06-28.

LORINI, I. Insecticide resistance in *Rhyzopertha dominica* (fabricius) (Coleoptera: Bostrychidae), a pest of stored grain. London, 1997. 166p. Thesis. University of London, 1997.

MOREIRA, J. C. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo. Ciência Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2002, v.7, n. 2, p. 229 – 311. 8123. 2002.

PESKE, S. Cresce a percepção do valor da semente, SEED News, Pelotas, ano XI, n 4, p 8 -9 Jul/Ago 2007.

PRESTES, R. M.; SOMAVILLA, L. L.; MISSIO, E. . Entendimento dos Agricultores do Médio Alto Uruguai - RS sobre agrotóxicos. Biodiversidade Ensino e Pesquisa: Erechim, v. único, p.467-476, 2005.

RIBAS, P.P.; MATSUMURA, A.T.S. A química dos agrotóxicos: impacto sobre a saúde e meio ambiente. Revista Liberato, Novo Hamburgo, v. 10, n. 14, p. 149-158, 2009.

SANTOS, S.R. dos; WEIRICH NETO, P.H.; FEY, E.; WOBETO, C. Variáveis dimensionais de sementes de soja que influenciam o processo de semeadura. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, vol.7, n.1, pp. 177-181, 2003.

STARR, J.L.; KOENNING, S.R.; KIRKPATRICK, T.L.; ROBINSON, A.F.; ROBERTS, P.A.; NICHOLS, R.L. The future of nematode management in cotton. Journal of Nematology, v.39, n.4, p.283-294, 2007.

TRAPÉ. 1993. Biblioteca de temas agrícolas da CEAGEPRSS. Disponível em: . Acesso em: 12/06/2008.

VEIGA, M.M.; MOURA, F.J.C.; MEIRELLES, D.L.A.; GARRIGOU, A.; BALDI, I. A contaminação por agrotóxicos e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v.32, n.116, p.57-68, 2007.

ANÁLISE SOBRE APLICABILIDADE EM LOJAS DE VAREJO FORA DO AMBIENTE SHOPPING CENTER DE SOFTWARE DE ANÁLISE DE CUSTO OPERACIONAL

Givaldo dos Santos (UNIP); givaldo.santos@docente.unip.br*

Caterine Érika da Silva (UNIP); caterine.silva@bignard.com.br

Manuel Meireles; (FACCAMP); profmeireles@uol.com.br

Alessandra Lomazini (FACCAMP); alessandra.lomazini@faccamp.br

Silvia Fortunato (FACCAMP); ssforsan@gmail.com

Samuel Ferreira (SENAC); samuel.fjunior@sp.senac.br

Resumo: A gestão financeira é muito importante para as micro e pequenas empresas especialmente aspectos relacionados às questões de custos fixos e operacionais. Este trabalho buscou analisar um Software de Análise de Custo Operacional projetado para pontos comerciais em shopping center, num ambiente de varejo fora desse ambiente por meio de estudo multicaso: três empreendedores participaram da investigação com vistas à abertura ou expansão do negócio. No primeiro estudo de caso o empreendedor chegou à conclusão que vale a pena expandir os seus negócios de moda na cidade de Francisco Morato/SP; no segundo estudo o Software de Análise de Custo Operacional apontou o baixo risco no primeiro ano do negócio e no terceiro caso o futuro lojista declinou de abrir o negócio, principalmente com os indicadores de “ponto de equilíbrio”, e Pay Back, que demonstram no plano de contas inicial alto risco de sobrevivência do negócio nos primeiros dois anos do negócio. Ficou evidente através dos dados obtidos junto aos lojistas que a ferramenta foi útil em fornecer em tempo hábil informações financeiras relevantes para a tomada de decisão.

Palavras-chave: G2MC 3.0, diagnóstico financeiro; lojas de varejo, Design Science; shopping center.

Abstract: Financial management is very important for micro and small enterprises especially in matters related to fixed and operational costs. This work aimed to analyze an Operational Cost Analysis Software designed for commercial points in a shopping mall, in a retail environment outside this environment. Through a multi-case study: three entrepreneurs participated in the investigation with a view to opening or expanding the business. In the first case study the entrepreneur came to the conclusion that it is worth

expanding their fashion business in the city of Francisco Morato / SP; in the second study, the software pointed out the low risk in the first year of the business and in the third case the future store owner declined to open the business, based on the indicators of "balance" and Pay Back, which demonstrate in the initial chart of accounts risk of non-survival business in the first two years. It was evident from the data obtained from the shopkeepers that the tool was useful in providing timely financial information relevant to decision making.

Keywords: G2MC 3.0, financial diagnostics; retail stores; Design Science; shopping center.

1. INTRODUÇÃO

O diagnóstico financeiro preliminar na avaliação de um ponto comercial constitui-se muitas vezes algo complexo para empreendedores que não têm experiência nesse tipo de análise. Quando o ambiente mercadológico envolve a análise de um ponto comercial em shopping center tal análise é agravada pelas características específicas desse tipo de empreendimento: aluguel fixo, aluguel percentual sobre as vendas, condomínio e fundo de promoção, são alguns desafios a enfrentar nesse tipo de cenário.

Como objetivo geral esta pesquisa busca analisar um Software de Análise de Custo Operacional projetado para pontos comerciais em shopping center, num ambiente de varejo fora desse ambiente. Através de um estudo multicaso, três empreendedores participaram desta investigação visando a abertura ou expansão do negócio.

Como problema de pesquisa buscou-se responder à seguinte questão: Qual a aplicabilidade de um Software de Análise de Custo Operacional para lojistas fora do cenário shopping Center?

No seio das micro e pequenas empresas no Brasil, conforme SEBRAE (2015), uma das principais variáveis na mortalidade de pequenos negócios é exatamente a falta de compreensão na gestão financeira. A justificativa para esta investigação fundamenta-se nesta variável de grande influência no âmbito das MPE's.

O tema gestão financeira nas MPE's é de suma importância no cenário econômico nacional bem como no estado de São Paulo onde a pesquisa foi aplicada em três cidades distintas. A contribuição gerada aos empresários ficou constada na tomada de decisão após a utilização do Software de Análise de Custo Operacional.

Esta pesquisa justifica-se pela importância do tema no contexto nacional no cenário das Micros e Pequenas Empresas no que tange às áreas do planejamento estratégico, competitivo e gestão financeira.

2. ASPECTOS FINANCEIROS NAS MPE'S

Para Kotler e Keller (2006), os tipos de varejo passam por estágios em sua evolução dentro de um ciclo de vida de nascimento, maturação e declínio. Discorrem que uma loja de departamentos demora 80 anos para atingir a maturidade enquanto as lojas de fábrica atingem esta maturidade em 10 anos. Neste contexto ganham importância os aspectos financeiros.

2.1 Negócios de Varejo

A prestação de qualquer serviço bem como a comercialização de produtos para os consumidores finais consiste nas atividades envolvidas com o varejo. Atribuem todas as atividades pertinentes a vendas de produtos ou serviços diretamente ao consumidor final para utilização pessoal e não comercial. Inclui-se nesse setor toda forma de venda seja ela física em outros canais, tipo porta-a-porta, internet, telefone, catálogos, ambulantes, máquinas de vender (MATTAR 2011).

Diante das inúmeras definições de varejo um aspecto importante a mencionar é que se trata da comercialização a consumidores finais, salientando que muitas empresas atuam com a venda de atacado e varejo. Consideram-se nesse caso, estabelecimentos varejistas as operações que mais de 50% de suas vendas sejam decorrentes de vendas de varejo. Apresenta a infinidade de tipos e formatos de varejo na atualidade, que dispõe de uma imensa classificação conforme Figura nº 1 (LAS CASAS, 2006; MATTAR, 2011):

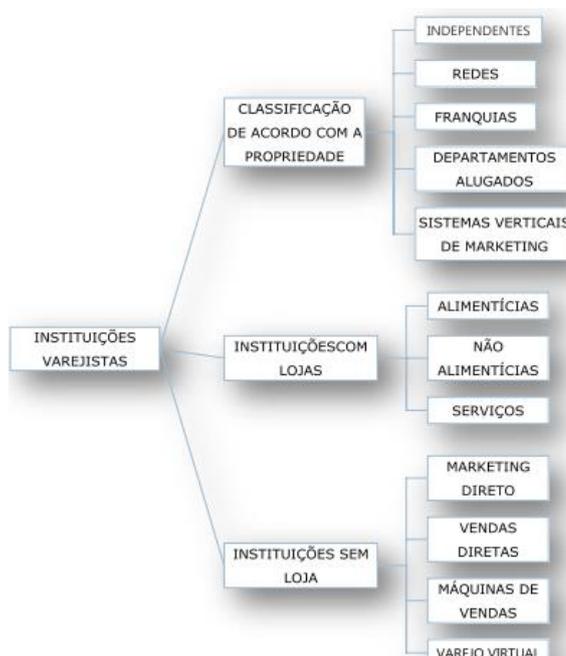


Figura 1 - Instituições Varejistas – Tipos

Fonte: Adaptado de Parente (2006)

2.2 Indicadores Financeiros

Para Gitman (2002), a estratégia financeira depende de um planejamento amparado por instrumentos que possam mapear de forma legítima, “baseados em valores diferidos (obtidos de acordo com o postulado básico da contabilidade, qual seja, o da competência de exercícios), que possam conduzir as empresas na direção de seus objetivos.” O autor ressalta os planos financeiros em curto prazo (operacionais), como ações planejadas em curto prazo (de um a dois anos), alinhadas da previsão de seus reflexos financeiros. Conforme Groppelli e Nikabakht (2002), “A principal parte do planejamento financeiro é a administração da liquidez. Em termos simples, o propósito da administração da liquidez é assegurar que a empresa nunca tenha deficiência de caixa.”

Neto (2011) discorre que independentemente do tamanho da empresa, seus gestores devem ou pelo menos, deveriam adotar decisões racionais com informações legítimas, respeitando um limite orçamentário compatível com a sua capacidade financeira, diante de seus impactos esperados a curto, médio e longo prazo. “O orçamento empresarial consiste um conjunto de ações sistematizadas que objetivam projetar e controlar os resultados financeiros da empresa em um determinado horizonte temporal”.

adoveze (2010, p.5) ressalta que "A grande vantagem do processo orçamentário é obrigar a empresa, e conseqüentemente, seus gestores a trabalharem sempre em perspectiva de futuro. É um instrumento clássico de contabilidade gerencial e financeira. "A fonte do plano orçamentário segundo o autor é o planejamento estratégico, que origina as peças orçamentárias que são incorporadas, com uma abordagem detalhada, analítica, com a projeção de demonstrações financeiras adotando-se o conceito de simulação. Parte do esforço orçamentário está associada à projeção de resultados financeiros (gerados por fluxos de caixa positivos e negativos), não concretizados, (função de projeção), além de contemplar resultados alcançados, (função de controle).

Os indicadores orçamentários contribuem para a análise gerencial dos gestores, permitindo análises comparativas temporais, ou entre diferentes unidades da empresa, permitindo a tomada de decisão financeira. Neto (2011), propõe que na análise gerencial, esses indicadores podem ser aplicados nos fluxos de caixa da empresa após um período sendo configuradas em duas formas:

- a) Análise Vertical e Horizontal;
- b) Cálculo do Ponto de Equilíbrio

Na Análise Vertical o objetivo é apresentar a participação relativa de cada item em relação ao totalizado do qual aquele faz parte, mostrando a importância relativa de cada item em um conjunto. Na Análise Horizontal permite o exame da evolução histórica de uma série de valores em intervalos sequenciais de tempo.

No Ponto de Equilíbrio, discorre Neto (2011) que ciente que a receita de equilíbrio e dada pela divisão entre a despesa fixa total e a margem de contribuição percentual, basta identificar esses dois elementos no fluxo de caixa. O Ponto de Equilíbrio gera indicadores de valores e quantidades em determinados períodos. Para Padoveze (201), a análise das demonstrações financeiras contempla a conclusão do processo orçamentário. Visa verificar se os números apresentados refletem os objetivos e metas traçados pela organização através de um conjunto de indicadores, que além das análises vertical e horizontal, inclui indicadores econômico-financeiros configurados em um painel básico.

Esses indicadores devem, conforme o autor, responder algumas perguntas, tais como: a) os índices de liquidez estão bons ou não? b) O endividamento é aceitável? c) O giro do ativo está melhorando? d) os prazos médios de recebimento e pagamento são normais? e) os prazos médios de estocagem são aceitáveis para o setor? f) não há excesso de estoques de forma crônica? • g) O lucro gerado apresenta um grau de segurança para pagamento do serviço da dívida (juros dos financiamentos)? h) A rentabilidade do capital próprio está dentro da média do custo de oportunidade do mercado? i) os dividendos

distribuídos satisfarão os acionistas e promoverão maior valor da empresa? j) A análise geral indica empresa em crescimento e potencial de geração de lucros?

2.2.1 Rentabilidade Versus Lucratividade

Ou Margem Conforme Padoveze e Benedicto (2011), rentabilidade e lucratividade são conceitos distintos. A palavra lucratividade ou margem está relacionada a demonstrar a relação percentual entre os diversos tipos de margens de lucro em relação às vendas. Pode-se considerar três principais medidas de lucratividade ou margem. i) Margem bruta ii) Margem operacional iii) Margem líquida.

A palavra rentabilidade vem do conceito de renda. É uma relação do valor do lucro obtido em relação ao valor do investimento ou aplicação. Pode-se considerar a rentabilidade como indicador se o investimento ou análise conclusiva do sucesso ou não do empreendimento.

3. SOFTWARE DE ANÁLISE DE CUSTO OPERACIONAL

O Software de Análise de Custo Operacional é difundido com o nome G2MC 3.0 e foi desenvolvido, seguindo a metodologia Design Science, após uma pesquisa sobre o impacto do Custo Ocupacional em shopping center (aluguel, condomínio e fundo de Promoção) em trinta operações de alimentação nesse ambiente. Os resultados de acordo com as diretrizes do método Design Science, mostraram que o software facilita a análise no diagnóstico financeiro inicial por parte dos lojistas de shopping center.

Conforme Hevner et al (2004), a abordagem em *Design Science* tem potencial para promover três tipos de contribuição: a) deve ser a solução de um problema, b) permitir adições à base do conhecimento existente e c) o desenvolvimento de novas tecnologias. Simon (1996) discorre que a Design Science por sua vez, pode ser entendida como a base epistemológica para o desenvolvimento das pesquisas, como "Ciência do Projeto" ou "Ciência do Artificial".

Platts (1993) ressalta a necessidade de aumentar a relevância das pesquisas que estudam as organizações. Revela que a necessidade de aperfeiçoar seus processos às pesquisas acadêmicas, mesmo diante de métodos consagrados, nem sempre colabora adequadamente para tal. Na Figura nº 2 apresenta as diretrizes que norteiam a Metodologia Design Science.

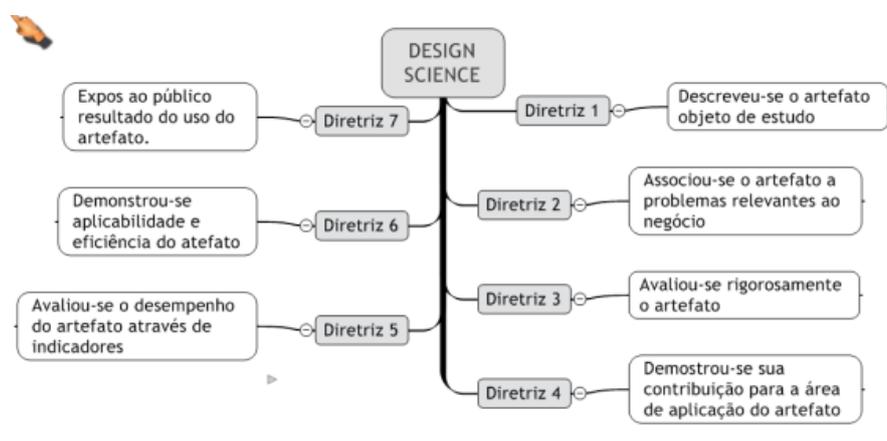


Figura 2 - Diretrizes - Design Science

Fonte: Santos (2013)

Seguem as características do Artefato G2MC 3.0 – Software de Análise de Custo Ocupacional (SANTOS, 2013).

- a) *Plataforma*: A ferramenta funciona no ambiente WEB e está disponibilizado em <http://www.g2mc30.com/> em plataforma simples e amigável para utilização de qualquer usuário sem conhecimento técnico;
- b) *Tecnologia*: O artefato foi desenvolvido nas linguagens de programação: PHP, HTML, CSS e JAVA SCRIPIT, para o ambiente WEB com interface para os principais navegadores consagrados de acesso à internet via computador, celulares tipo smartfone e tablets.
- c) *Descrição*: A ferramenta contém quatro abas com formulários específicos para a inserção de dados, o usuário preenche os campos solicitados e submete os dados para processamento. Os dados passarão pelos mesmos cálculos originais modelados na versão Excel, desenvolvida e testada na pesquisa inicial. Esses cálculos foram replicados para a versão Web e a geração de relatório de desempenho específico da operação conforme Figura nº 3.

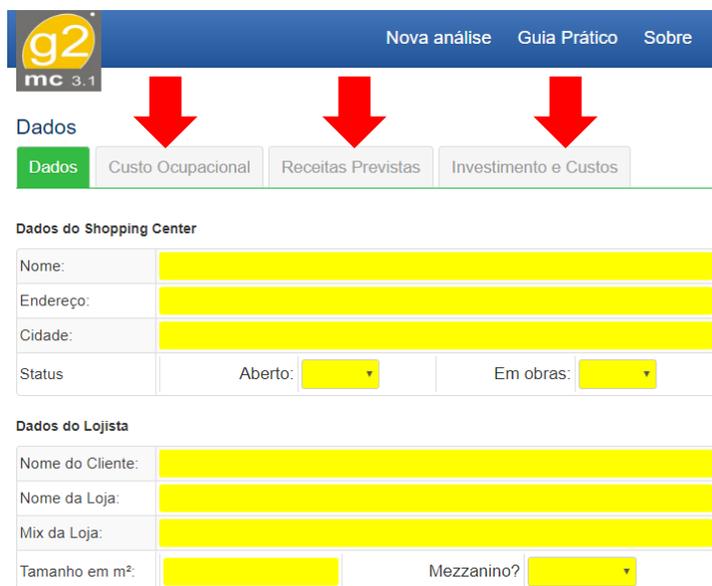


Figura 3 - Frame página inicial - G2MC 3.0

Fonte: Santos (2013)

Após o usuário promover a inclusão de dados financeiros e mercadológicos na planilha o G2MC 3.0 apresenta uma série de indicadores financeiros consagrados conforme ilustra a Figura nº 4

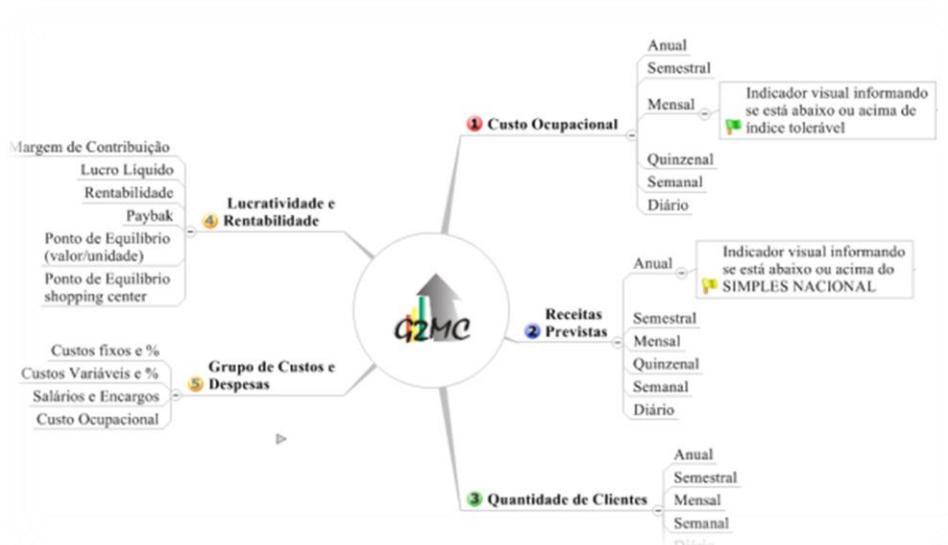


Figura 4 - G2MC 3.0 - Indicadores financeiros

Fonte: Santos (2013)

A parte gráfica do artefato G2MC 3.0 foi desenvolvida de forma simples para que funcione nos navegadores mais utilizados na internet, tais como, Internet Explorer, Chrome, Firefox.

A inserção dos dados é submetida em formato de formulário e os indicadores em formato de relatório no formato PDF.

A ferramenta não faz controle de acessos e pode ser utilizada por qualquer usuário que acesse o endereço eletrônico do software que tem em sua concepção o fluxo de trabalho exibido na Figura nº 5.

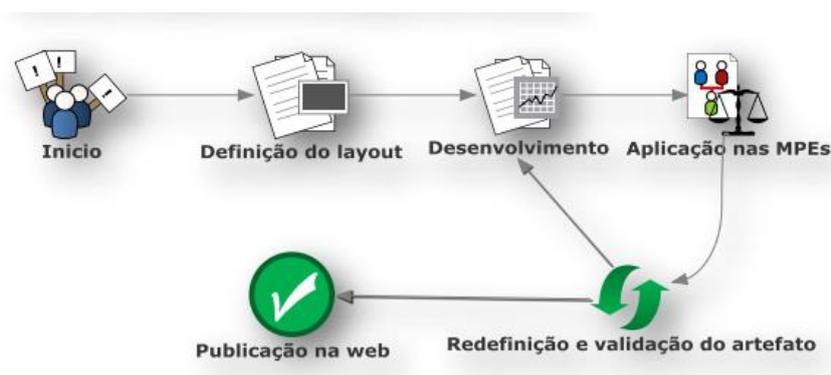


Figura 6 - Fluxo de trabalho na concepção do artefato.

Fonte: Santos (2013)

4 MÉTODO

Para Neves, e Conejero (2012) o Estudo de Caso consiste em método de pesquisa que pode ser aplicado em trabalhos que promovam sequência de etapas gerenciais. Independente da investigação, essa pesquisa exploratória surge como passo central para dar início ao processo de pesquisa maior, desenvolvendo uma estrutura para o desenho de métodos gerenciais.

A pesquisa de campo seguiu inicialmente um roteiro de entrevistas envolvendo as três empresas além da coleta de dados na esfera financeira. Posteriormente os entrevistados foram convidados a utilizar o software G2MC – Análise de Custo Ocupacional.

Para legitimar a utilização da pesquisa inicialmente foi promovido um estudo multicaso visando interpretar o cenário apresentado pelas três operações investigadas. O termo artefato é utilizado na essência como um instrumento para uma finalidade. Artefato para a metodologia Design Science consiste na visão de algo que não é natural, ou seja, produzido pelo homem com caráter científico, seguindo os princípios oriundos da Engenharia Artificial e Sistemas de Informação, visando promover a eficiência da organização (DE SORDI et al, 2011). Diante das diretrizes que direcionam a construção da *Design Science* o artefato G2MC – foi configurado e aplicado nas três operações de varejo diante de um fluxo de atividades conforme ilustra a Figura nº 7.

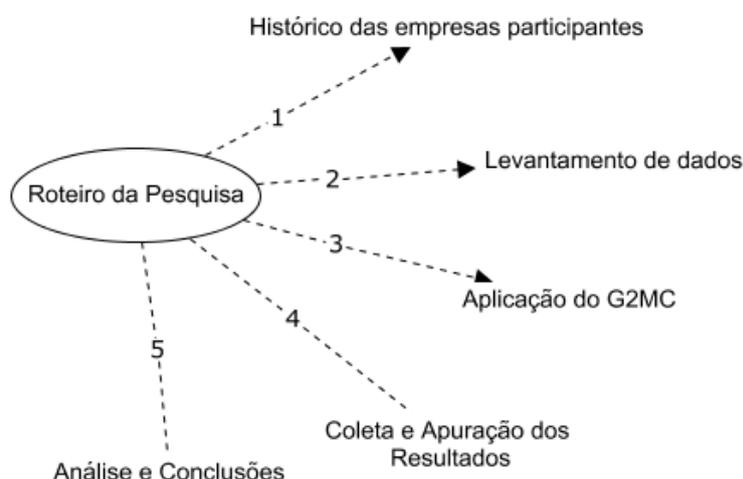


Figura 7 - Roteiro de pesquisa

Fonte: Adaptado de Santos (2013)

Às três empresas que fizeram parte da pesquisa foram asseguradas a confidencialidade ao proprietário em razão dos dados financeiros apresentados no estudo multicaso classificadas em "Operações Alfa, Beta e Gama" conforme Quadro nº 1.

Quadro 1 - Empresas - Estudo de Caso

Estudo Caso	Loja nome	Atividade	Pessoa Jurídica	MIX	Tamanho em M2	Cidade	Proposta Comercial
1	Alfa	Moda	Individual	Roupa feminina	60	Francisco Morato	Expansão
2	Beta	Decoração	Individual	Decoração	12	Campinas	Implantação
3	Gama	Alimentação	Individual	Conveniência	80	Indaiatuba	Implantação

Fonte: Autores

5 RESULTADOS

5.1 Estudo de Caso 1 (Loja Alfa) – Município de Francisco Morato

A proprietária tem o negócio há mais de cinco anos em um ponto comercial em sua propriedade. Nos últimos anos apesar da crise, sua loja vem apresentando dados satisfatório de crescimento com produtos focados para o público feminino na faixa de R\$ 50,00 o tíquete médio. Após utilizar o G2MC 3.0 alega que pode entender melhor os indicadores financeiros, tais como: Ponto de Equilíbrio, PayBack, Lucratividade e Rentabilidade do negócio. Aliás, informa que tinha outra concepção do que era rentabilidade. A utilização do artefato, segundo a proprietária com os indicadores apontados a motivaram a expandir o negócio. Vai ampliar o mix de mercadoria bem como

ampliar a loja com foco ainda para este ano. Finaliza que a ferramenta apresenta baixo grau de dificuldade na sua aplicação. Sugere melhorias na interface do software que está focado a princípio para lojas de shopping center. Conforme ilustra a Figura nº 8 seguem indicadores obtidos com a aplicação do G2MC com a Loja Alfa.

Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade (Mensal)

Margem de Contribuição	R\$	8.137,25	60,50%
Lucro Líquido	R\$	2.307,25	17,15%
Rentabilidade		5,13%	a.m
Payback - Retorno/Tempo		19,50	meses
Ponto de Equilíbrio em Valores	R\$	9.636,36	71,65%
Ponto de Equilíbrio em Quantidade		109	a.m

Figura 8 - Frame Loja Alfa

Fonte: Frame extraído G2MC 3.0

5.2 Estudo de Caso 2 (Beta) – Quiosque – Município de Campinas/SP

Em Campinas há mais de vinte anos no negócio de decoração, a proprietária recebeu um convite para implantação de um quiosque de flores em um centro comercial em Campinas. Um dos fatores decisivos para a tomada de decisão passava pela análise mercadológica e financeira. A utilização do G2MC segundo a proprietária também auxiliou em decidir abrir o negócio no formato inicialmente de quiosque. A operação foi inaugurada há cerca de noventa dias com as receitas e despesas aproximadamente de 10% do projeto, praticamente no Ponto de Equilíbrio, o que entendia satisfatório.

Quanto à utilização do G2MC disse não ter encontrado dificuldade e apesar de possuir um bom sistema financeiro, pontuou para sua praticidade em coletar dados imediatos de forma simples e concisa. Apresentou sugestões visando a criação de tutorial mais detalhado sobre como utilizar a ferramenta.

Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade (Mensal)

Margem de Contribuição	R\$	5.567,50	65,50%
Lucro Líquido	R\$	1.167,50	13,74%
Rentabilidade		9,34%	a.m
Payback - Retorno/Tempo		10,71	meses
Ponto de Equilíbrio em Valores	R\$	6.717,56	79,03%
Ponto de Equilíbrio em Quantidade		113	a.m

Figura 9 - Frame Loja Beta

Fonte: Frame extraído de G2MC 3.0

5.3 Estudo de Caso 3 (Gama) – Loja de Conveniência – Município de Jaguariúna/SP

No Estudo de caso nº 3 o G2MC 3.0 foi utilizado na análise financeira do ponto comercial oferecido para um empreendedor na região de Jaguariúna/SP. Na ocasião o espaço oferecido estava inserido em um condomínio de alto padrão na região. Mesmo diante das condições preliminares oferecidas isentando de custos de aluguel e condomínio, após levantamento próprio bem como a utilização do artefato G2MC o futuro empreendedor declinou da decisão de abertura do negócio com o indicador de baixa rentabilidade e um Ponto de Equilíbrio considerado alto para o custeio inicial da operação conforme Figura nº 10.

Para o empreendedor que vai continuar a busca para implantar seu primeiro negócio de alimentação a ferramenta com certeza será utilizada para este na análise preliminar de outros pontos comerciais. Finaliza que não houve dificuldades na utilização da ferramenta e assim como os demais sugere mudanças na interface da ferramenta G2MC tanto pelo computador como a linguagem em aplicativos de celular.

Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade (Mensal)

Margem de Contribuição	R\$	29.575,00	45,50%
Lucro Líquido	R\$	4.485,00	6,90%
Rentabilidade		1,79%	a.m
Payback - Retorno/Tempo		55,74	meses
Ponto de Equilíbrio em Valores	R\$	55.142,86	84,84%
Ponto de Equilíbrio em Quantidade		1.394	a.m

Figura 10 - Frame Loja Gama

Fonte: Frame extraído de G2MC 3.0

6 CONCLUSÕES

O objetivo geral dessa pesquisa foi aplicar o G2MC 3.0 em três operações de varejo fora desse ambiente. Através deste estudo multicaso, três empreendedores participaram da investigação com vistas à abertura ou expansão do negócio. Os objetivos específicos demonstraram a aplicabilidade do software G2MC 3.0 em situações fora do contexto de shopping Center, havendo sugestões das pesquisadas quanto possíveis melhoras na interface do artefato para usuários que não tenham loja em shopping center.

Ficou evidente através dos dados obtidos junto aos lojistas que a ferramenta foi útil em fornecer em tempo hábil informações financeiras relevantes na tomada de decisão.

O primeiro estudo de caso analisado na "operação alfa" o empreendedor chegou à conclusão que vale a pena expandir os seus negócios de moda na cidade de Francisco Morato/SP. A "operação beta" acabou abrindo um novo quiosque de flores em um pequeno centro comercial em Campinas, após os resultados verificados com o artefato Software de Análise de Custo Operacional que apontou o baixo risco no primeiro ano do negócio. No terceiro caso, "operação gama", diante do alto risco de investimento e manutenção para abertura de uma loja de conveniência na região de Jaguariúna/SP, o futuro lojista declinou de abrir o negócio, principalmente com os indicadores de "ponto de equilíbrio", e Pay Back, que demonstram no plano de contas inicial alto risco de sobrevivência do negócio nos primeiros dois anos do negócio

Conforme demonstrou o problema da pesquisa: Qual a importância na aplicabilidade do G2MC 3.0 para lojistas fora do cenário shopping center na apuração financeira do negócio? Ficou evidente através dos dados obtidos junto aos lojistas que a ferramenta foi útil em fornecer em tempo hábil informações financeiras relevantes na tomada de decisão.

A ferramenta G2MC 3.0 foi utilizada de forma plena pelos três estudos de caso. Apesar das diferenças na natureza de atividades, (moda, decoração e alimentação), os três empreendedores apresentaram justificativas consistentes para a utilização da ferramenta criada inicialmente para um fim específico, análise do custo ocupacional em Shopping Center (aluguel, condomínio e fundo de promoção).

O grau de dificuldade na utilização foi considerado baixo, entretanto houve unanimidade em sugerir melhoras na interface do artefato, que está voltado a princípio para lojistas em shopping center. Entretanto, apesar dos fins específicos de cada operação analisada, a utilização revelou-se útil em coletar e mensurar indicadores financeiros consagrados.

Dada a relevância da temática financeira no âmbito das MPE's no Brasil a ferramenta G2MC 3.0 deve contribuir para gerar outras ferramentas similares e customizadas direcionadas para o mercado de varejo e serviços bem como recomendações que envolvam a temática do planejamento financeiro no âmbito científico para MPE's.

REFERÊNCIAS

DE SORDI, J. O. Gestão de processos: uma abordagem da moderna administração. 2. ed. Saraiva: São Paulo, 2008.

DE SORDI, J.O.; MEIRELES, M.; SANCHES, C. Design Science aplicada às pesquisas em administração: Reflexões a partir do recente histórico de publicações internacionais. Revista de Administração e Inovação, v.8, n.1, p.10-36, 2011.

HEVNER, A. R. et al. Design science in information systems research. MIS Quarterly, v.28, n.1, p.75-105, Mar 2004. HEVNER, A.R., MARCH, S.T. & PARK, J. (2004, MARCH). Design Science in information systems research. MIS Quarterly, v.28, n.1, pp.75-105, 2004.

HEVNER, A. R. A Three cycle view of design science research. Scandinavian Journal of Information Systems, v. 19, n. 2, p. 87-92, 2007.

G2MC 3.0 Diagnóstico financeiro. Artefato Design Science. 2013.
<<http://www.g2mc30.com/>>

GITMAN, L.J. Princípios de administração financeira. 7. ed. São Paulo: Harbra. 2002.

GROPPELLI, A.A. NIKBAKHT, E. Administração financeira. 2. ed. São Paulo: Saraiva.2002.

KOTLER, P. KELLER, K. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MATTAR, F.N. Administração de varejo. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: 2011.

NETO, F. J.C. Planejamento e controle orçamentário: Manual de orçamento Empresarial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. NEVES, M. F.; CONEJERO, M. A. Uma Contribuição empírica

para geração de métodos de planejamento e gestão. Revista de Administração (FEA-USP), v. 47, p. 699, 201

PARENTE, J. Varejo no Brasil: Gestão e estratégia. São Paulo: Atlas. 2007.

PADOVEZE, C.L. Planejamento orçamentário. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning. 2010.

PADOVEZE, C.L.; BENEDICTO, G. C. Análise das demonstrações financeiras. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning. 2011.

PLATTS, K. W. et al. Testing manufacturing strategy formulation processes. International Journal of Production Economics, v. 56-57, p. 517-523, 1998.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA – SEBRAE. Disponível em: Acesso em: 04/09/2017

SANTOS, G.G. Lojas em shopping center: análise do custo ocupacional com abordagem Design Science referente à criação de artefato. 2013. 139p. Administração – FACCAMP, Campo Limpo Paulista.

Simon, H., The Sciences of Artificial, 3rd Edition, MIT Press, Cambridge, MA, 1996. Stokes, D., Pasteur's Quadrant: Basic Science and Technological Innovatio

APLICAÇÃO SEGURA DE VÁLVULAS INDUSTRIAIS TIPO GLOBO, GAVETA E RETENÇÃO

Marcos Lambert Pedroso – Aluno do Curso de Pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho – Senac Jundiaí; marcoslambertpedroso@gmail.com.br

Resumo: Válvulas industriais são acessórios de tubulação destinados ao bloqueio, desvio e controle dos mais diversos fluídos processados e utilizados na indústria em geral. São itens de extrema importância para a operação segura de processos envolvendo fluídos líquidos, gasosos, massas e mistos e por isso precisam ser corretamente selecionadas evitando riscos desnecessários durante sua vida útil, operação e manutenção. Este artigo tem por objetivo fazer breve introdução deste universo com foco sobre a correta e segura definição de válvulas industriais tipo globo, gaveta e retenção, válvulas mais comuns aplicadas a processos industriais, evitando assim problemas de funcionamento e aplicação e principalmente garantindo a segurança do processo e operadores dos mesmos.

Palavras-chave: Válvulas; Bloqueio; Controle; Globo; Gaveta; Retenção.

Abstract: Abstract: Industrial valves are pipe fittings intended for blocking, diverting and controlling the most diverse fluids processed and used in the general industry. They are extremely important items for safe fluid process operation as liquids, gaseous, mass and mixed fluids and therefore must be correctly selected avoiding unnecessary risks during their useful life, operation and maintenance. This article aims to make a brief introduction of this universe but with focus on correct and safe definition of industrial valves like globe type, wedge and check valve, these are the most common valves applied to industrial processes thus avoiding problems of operation and application and mainly guaranteeing a safety process for company and operators.

Keywords: Valves; Shutoff; Control; Globe; Wedge; Check valve.

INTRODUÇÃO

Válvulas são acessórios de tubulações existentes nos mais diversos processos industriais como plantas químicas, usinas de açúcar e álcool, refinarias, indústria de

energia e transformação, utilizados para bloquear, controlar e desviar fluídos como água, vapores, gases, massas entre outros. Você sabe a importância de uma válvula?

Válvulas existem desde muito tempo e não coube ao homem sua invenção.

Elas fazem parte de nosso cotidiano sem as vezes percebermos pois durante o dia todo acionamos diversas válvulas em nossas casas (Ex.: torneiras de lavatórios, válvulas de descarga, gás de cozinha, chuveiro entre outras.) e carros (gasolina, água do radiador e diversas outras). O corpo humano, por exemplo, é dotado de inúmeras válvulas extremamente especiais destinadas a controlar, bloquear e desviar os mais diversos fluídos necessários aos processos metabólicos além do mais importante de todos: o sangue. Isso mesmo, todo mundo lembra do coração como uma bomba perfeita que irriga os mais diversos órgãos do corpo, mas sem a ajuda das diversas válvulas existentes no sistema circulatório humano o coração trabalharia sem nenhuma função.

Dentre as válvulas mais conhecidas do corpo humano pode-se citar as quatro existentes no coração:

Mitral ou bicúspide: Possui dois folhetos lembrando o formato de uma mitra. Permite o fluxo sanguíneo entre o átrio esquerdo e o ventrículo esquerdo;

Tricúspide: Permite o fluxo sanguíneo entre o átrio direito e o ventrículo direito;

Aórtica: Permite o fluxo sanguíneo de saída do ventrículo esquerdo em direção à aorta;

Pulmonar: Permite o fluxo sanguíneo de saída do ventrículo direito em direção à artéria pulmonar.

O corpo humano possui muitas outras válvulas importantes em órgãos como pulmão, esôfago, sistema digestivo, cabeça, fígado, rins e outros. Isto vem apenas corroborar que válvulas são importantes e por isso precisam ser tratadas com muita atenção quando se deseja construir um processo de produção seguro para a empresa e para seus colaboradores.

As definição da válvula é uma etapa muito importante e deve ser feita de maneira cautelosa e sistêmica para que seja adequada e torne o processo seguro no que diz respeito a fluídos.

Mas o que pode acontecer se uma válvula industrial for mal selecionada em um dado processo industrial? Resposta: Prejuízos financeiros para a empresa e acidentes do trabalho!

O maior problema que pode ocorrer em uma válvula, porém não o único, é o vazamento do fluído de interno da mesma para o meio externo. Estes vazamentos podem expor trabalhadores de uma planta produtiva, ou mesmo a vizinhança local, a fluídos

perigosos causando intoxicação, queimaduras de todo tipo, explosões, contaminação do solo e águas, além de causar perdas financeiras à empresa.

Outros problemas que podem ocorrer são:

- a) Explosão do vaso de pressão da válvula devido à pressão interna permitindo a projeção de partes metálicas em direção à trabalhadores e equipamentos;
- b) Mau funcionamento de sistemas causando sobrecargas com possíveis explosões como no caso de caldeiras e tanques ou quando permite a mistura acidental de fluídos incompatíveis resultando em reações violentas que liberam calor excessiva ou gases perigosos;
- c) Ergonômicos quando por exemplo mau dimensionada que demanda esforço excessivo para ser operada ou causando vibrações excessivas no sistema;
- d) Riscos mecânicos quando suas partes móveis entram em contato com o operador ferindo-o.

Dentre acidentes que fazem parte de nosso noticiário do dia-a-dia, causados por má operação ou falha de válvulas, podemos citar explosões em plataformas de exploração de petróleo, vazamentos de óleo ao mar ou em rios e explosões de caldeiras de vapor.

DESENVOLVIMENTO

Neste trabalho procura-se abordar a seleção de válvulas tipo Globo, Gaveta e Retenção que são as mais utilizadas nos processos industriais e permitem bloquear, controlar e desviar os mais diversos tipos de fluídos utilizados atualmente em processos industriais como por exemplo: vapor de água, gases, líquidos inflamáveis, produtos químicos, água, resinas, massas, minérios e etc. Os fabricantes costumam disponibilizar tabelas e folhas de dados para facilitar esta seleção, mas é necessário um pouco de conhecimento técnico para a definição dos itens constantes destes documentos que devem ser preenchidos para consultas e solicitações de orçamento. Tomaremos como exemplo uma folha de dados básica e esclarecer os itens necessários para uma boa seleção que vai assegurar que a válvula seja tecnicamente adequada e segura para a aplicação a qual se destina.

Parte principal em que se explica e pormenoriza o assunto focalizado. Divide-se em seções e subseções que variam em função da abordagem do tema e do método.

Válvulas são basicamente dispositivos metálicos utilizados em tubulações, em sua maioria construídas dos mais diversos tipos de aço, ferro fundido ou ligas de cobre como o bronze, e são basicamente constituídas de:

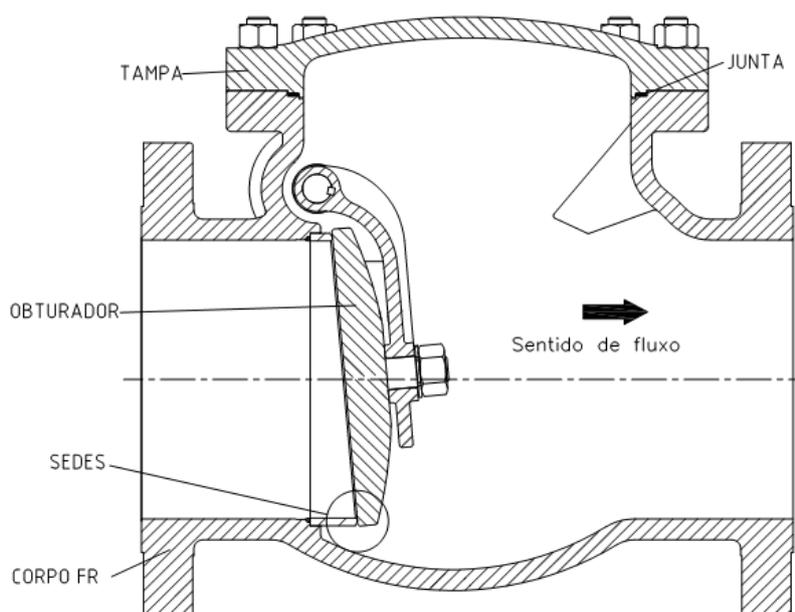
Corpo	Parte principal onde são montadas todas as outras peças da válvula e como esta se conecta a tubulação e processo por meio de suas extremidades (pontas) que podem ser flangeadas, roscadas ou preparadas para solda (biseladas para sola ou de encaixe para tubos).
Tampa	Como em uma panela de pressão é parte que tampa o corpo e é fixada a este por meio de parafusos ou outros elementos de fixação como prisioneiros e porcas. Não fugindo do exemplo da famosa panela (que possui um anel de borracha para tal) existe um elemento de vedação entre a tampa e o corpo para evitar vazamentos. Para uso industrial costumam ser de papelão hidráulico, teflon®, borrachas especiais, metal, grafite entre outros.
Castelo	Parte integral da tampa ou construída e instalada de forma separada, neste último caso também fixado por meio de elementos de fixação como parafusos, nele são montados o acionamento da válvula (que pode ser manual por volante e alavancas ou automático por meio de atuadores pneumáticos, hidráulicos e elétricos) e outros acessórios (sensores, escalas de curso entre outros) conforme necessidade.
Sede de vedação do corpo	Parte interna da válvula aonde se bloqueia o fluxo. Para entender podemos imaginar como se ao tampar a ponta de uma mangueira de água com o dedo polegar nosso dedo seria o obturador e as bordas da ponta da mangueira a sede. Pode ser integral ao corpo ou fixado a este por meio de rosca ou solda onde se faz o bloqueio do fluxo mediante a ação de um elemento obturador.
Obturador	Peça ou elemento que em contato com a sede do corpo após acionado permite o bloqueio do fluído ou o controle deste mediante o movimento de acionamento. Quando estamos tomando um banho, por exemplo, ao acionarmos a válvula do chuveiro estamos regulando e movimentando o obturador permitindo que saia mais ou menos água ou bloqueando totalmente o fluxo ao girar todo o manípulo até fechar.

Haste ou eixo	Elemento onde é fixado de um lado o obturador e do outro o dispositivo de acionamento que pode ser um volante dotado ou não de redução mecânica, alavanca, atuador, manípulo ou outro sistema automático. Tomando como base o conhecimento comum é o famoso “eixinho” existente em registros de água que temos em casa.
Sistema engaxetamento	Parte que visa vedar a haste ou eixo durante seu funcionamento impedindo que o fluído escape por esta região e alcance o meio externo. Pode ser ajustável garantindo a vedação durante toda a vida útil da válvula. Esta parte da válvula costuma dar muito incomodo em nosso dia-a-dia e aumentar a conta de água. Quem nunca se deparou com uma torneira de cozinha vazando pelo eixo. As vedações do eixo costumam ser fabricados de borracha ou outros materiais de vedação como grafite e teflon®. Válvulas de retenção, que é um item deste estudo e muito utilizada em processos industriais, geralmente não possuem acionamento externo manual e são quase sempre automáticas, ou seja, permitem passagem de fluxo em um determinado sentido e bloqueiam este mesmo fluxo no sentido contrário sem nenhuma intervenção humana após a instalação. Por esta característica não possuem o acionamento e conseqüentemente hastes ou sistema de engaxetamento.
Volante	Parte da válvula acionada com as mãos para abrir e fechar. Utilizado tal como abre-se e fecha-se o registro do chuveiro ou a torneira da cozinha. Nas válvulas industriais costumam ser maiores e robustos fabricados de ferro fundido ou chapa além possuir tamanho adequado para minimizar o esforço durante a operação. Quanto maior o diâmetro do volante mais fácil para abrir e fechar a válvula. As válvulas costumam abrir no sentido anti-horário e fechar no sentido horário. Os fabricantes são orientados pelas normas de construção a colocarem setas indicativas com o sentido de abertura e fechamento.

Com a experiência de mais de dez anos trabalhando com válvulas industriais, principalmente na sua concepção, definição e ou aplicação posso descrever os itens abaixo como essenciais para uma correta e segura definição da válvula a ser utilizado em um dado processo. Definidos estes itens fica muito fácil ao fabricante fornecer a especificação e dados do item de seu portfólio que corresponde às características definidas pelo usuário resultando em uma válvula adequada e segura para aplicação.

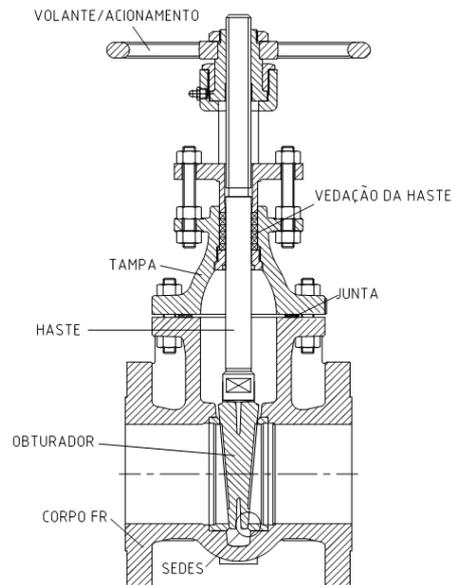
Nas próximas páginas temos desenhos típicos em corte de válvulas Retenção, Gaveta e Globo em suas formas mais clássicas que são as com corpo flangeado e corpo e tampa aparafusado além do acionamento por volante manual para as válvulas gaveta e globo.

FIG 01
VÁLVULA RETENÇÃO



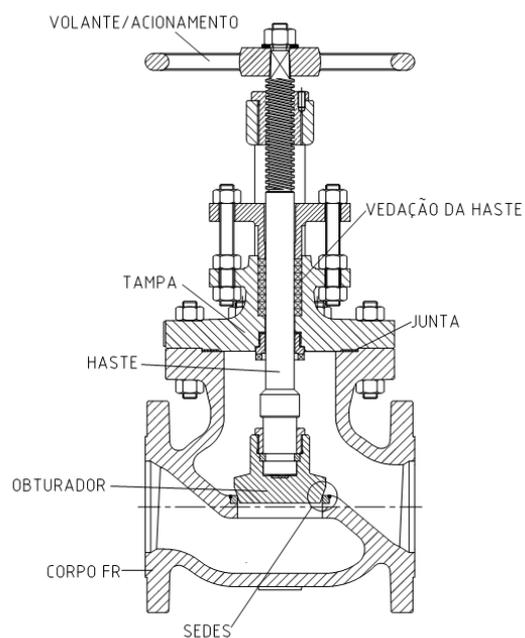
Fonte: Acervo do autor

FIG 02
VÁLVULA GAVETA
FLUXO BIDIRECIONAL



Fonte: Acervo do autor

FIG 03
VÁLVULA GLOBO
FLUXO BIDIRECIONAL



Fonte: Acervo do autor

Informações necessárias para seleção de válvulas

Primeiramente é preciso ter as informações de serviço claramente definidas. Estas informações são principalmente:

Fluído	Assim como o sangue que circula pelas veias e também controlado por válvulas é tipo de fluído que passará pelo interior da válvula e que se deseja controlar, reter ou bloquear como, por exemplo, vapor de água, líquidos inflamáveis (gasolina, querosene, diesel e etc.), água, produtos químicos (ácido sulfúrico, soda cáustica e etc.).
Pressão	É a força exercida pelo fluído nas paredes internas da válvula e geralmente expressa geralmente nas unidades kgf/cm ² , bar ou <i>Pressure per Square Inch</i> (PSI) é de extrema importância para definição da classe de pressão da válvula. Não podemos deixar de citar o corpo humano que precisa da pressão fornecida pelo coração para que o sangue chegue a todas as partes e é aferida toda vez que visitamos o consultório médico. Deve sempre ser considerada a pressão de projeto, ou seja, aquela máxima que o processo pode chegar. Outras pressões como operação ou mínima devem ser informadas ao fabricante apenas a critério de referência para definição do acionamento ou testes gerais.
Temperatura	Relacionada também ao fluído é expressa geralmente em graus Celsius (°C) ou Fahrenheit (°F) e é de grande importância também para definição da classe, material do corpo, elementos internos e vedações. Os diversos metais de construção de válvulas podem ficar mais moles ou duros conforme a temperatura aumenta ou diminui por isso é importante selecionar o material certo para a temperatura. Enquanto as válvulas (registros ou torneiras) que possuímos em casa, geralmente fabricadas de bronze ou latão, trabalham com temperaturas de -5°C a 40°C as válvulas industriais costumam enfrentar temperaturas congelantes de -180°C ou esquentantes de 530°C.
Tipo da válvula (bloqueio, controle ou retenção)	Este item se relaciona ao que se deseja fazer naquele ponto da tubulação ou processo com o fluído, por exemplo, se o objetivo é bloquear em ambos os sentidos mediante atuação humana ou lógica do processo (de maneira automatizada) deve-se utilizar válvulas tipo globo ou gaveta. Se a intenção é bloquear

		<p>automaticamente em um sentido evitando que o fluxo retorne deve se utilizar uma válvula retenção automática. E por último se o objetivo é controlar o fluxo a única opção dentre estas é válvula tipo globo que por sua característica construtiva consegue variar a área de passagem durante o acionamento do obturador propiciando o controle do fluxo.</p>
Classe de pressão	de	<p>Pode ser expressa em libras (normas americanas e inglesas) e bar (normas europeias principalmente alemãs) e é definida em função da temperatura e pressão do fluido e consultada na norma de construção escolhida para a válvula. Sua correta definição tem muita importância do ponto de vista da segurança, pois uma válvula de classe inferior a necessária pode sofrer danos graves e causar acidentes devido ao vazamento ou explosão. Além da questão econômica onde vazamentos podem causar prejuízos de milhares de reais com a perda de produto. A classe de vedação define muitos aspectos da construção da válvula pois quanto maior a classe maior pressão interna acarretará à válvula. Alguns destes aspectos são a espessura da parede de corpo e tampa (conforme a classe aumenta mais grossa fica a parede da válvula), diâmetro da haste de acionamento, larguras das sedes internas, bitolas dos elementos de fixação de corpo e tampa, espessura dos flanges, parafusos de fixação além do material das juntas de vedação e engaxetamento da haste.</p>
Bitola ou diâmetro nominal	ou	<p>É o tamanho da válvula em relação à seção transversal da tubulação onde será instalada. Em nosso dia-a-dia podemos ver esta diferença entre os diversos tubos que temos em casa. Ex.: Os tubos que levam embora esgoto ou água de chuva são geralmente maiores que os que trazem água limpa ou gás de cozinha, esta é a diferença de bitola entre eles expressa em milímetros ou polegadas. Deve ser informada ao fabricante para que este possa dimensionar a válvula e seus componentes. Uma válvula mal dimensionada neste quesito pode causar excesso de velocidade do fluido e conseqüentemente vibração, ruído excessivo e vazamentos precoces causando acidentes.</p>

Norma de construção	É uma escolha que depende de muitos fatores, dentre eles a região ou país (que pode exigir a adoção de alguma norma específica), tipo de processo e ramo de atividade da empresa ou unidade de negócio. Costuma variar bastante de cliente para cliente e fornecedor para fornecedor de acordo com a experiência e capacidade técnica de cada um. Para válvulas tipo globo, gaveta e retenção as mais utilizadas no Brasil são a ASME B16.34 (plantas de utilização e geração de vapor ou para água e produtos químicos em geral), as normas britânicas como BS1868 e BS1873, normas <i>Deutsches Institut für Normung</i> (DIN) alemãs e normas nacionais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
Passagem	Algumas normas permitem pequenas alterações no diâmetro interno definido pela bitola e por isso a passagem da válvula poderá ser reduzida ou não, mas esta é uma opção do cliente ou um acordo entre este e o fabricante. É geralmente aplicado pelos fabricantes para obter um projeto dimensionalmente mais otimizado (compacto). Quando o cliente não dominar este item deve especificar como “padrão do fabricante”, assim o mesmo irá selecionar o mais adequado às condições de trabalho informadas.
Tipo de união corpo e tampa	Como já citado anteriormente o tipo de união corpo tampa pode ser aparafusado, selado por pressão, não existente (quando a válvula é feita em corpo único sem tampa), roscado ao corpo ou soldado. O tipo mais utilizado é o aparafusado seguido dos tipos selado a pressão (sistema da panela de pressão que quanto maior a pressão interna mais ele veda) e sem tampa. Neste item também quando o cliente não estiver confortável para definir deve especificar como “padrão do fabricante”, assim o mesmo irá selecionar o mais adequado às condições de trabalho informadas.
Extremidades e seu acabamento	As extremidades para conexão ao processo podem ser do tipo flangeadas, de rosca (a maioria das válvulas que temos em casa são deste tipo), encaixe para solda em tubo e biseladas para solda também em tubo. As mais utilizadas são as flangeadas onde estes são fixados à tubulação através de parafusos e porcas e uma junta é colocada entre os flanges da válvula e tubulação para promover a vedação neste ponto. O tipo de conexão é uma escolha do cliente

	<p>que deve levar em conta a tubulação já existente ou em caso de projetos novos o que a empresa que definiu a tubulação especificou. Flanges para válvulas com classe de pressão alta são maiores e mais espessos e por isso em muitos casos são preteridos em favor de conexões soldadas que deixam a válvula mais leve e barata além de menos suscetível a vazamentos em altas pressões.</p>
Face-a-face	<p>É comprimento total entre as faces (ponta-a-ponta) da válvula, ou seja, o que a válvula irá ocupar no sentido do fluxo. É uma opção do cliente estabelecer uma norma de face-a-face como ASME, DIN ou British Standard. Alguns fabricantes possuem face-a-face padrão próprio e por isso este item costuma ser definido também em comum acordo entre fabricante e comprador.</p>
Material de construção do corpo	<p>O material do corpo deve ser escolhido dentre os disponíveis na norma de construção de acordo com o fluido e temperatura de trabalho. Exemplos conforme norma ASME B16.34:</p> <p>Uma válvula que trabalhará com vapor de água pode tranquilamente ser especificada em aço carbono como o ASTM A216 Gr WCB, porém estará limitada a uma temperatura de trabalho de 425°C (limite dado pela norma citada), acima desta temperatura costuma-se utilizar aços ligas para alta temperatura como o ASTM A217 Gr WC9 que pode ser utilizado em temperaturas acima de 500°C mantendo ótima resistência mecânica.</p> <p>Válvulas que serão aplicadas em fluidos corrosivos ou oxidantes como água do mar, ácidos e bases são normalmente construídas de aços inoxidáveis como ASTM A351 Gr CF8 ou CF8M além de aços inoxidáveis tipo Duplex ASTM A995 Gr 6A para utilização em água salgada.</p> <p>Fluidos muito agressivos podem exigir válvulas de materiais especiais onde nem mesmo os aços se aplicam como titânio, ligas de níquel, bronze-alumínio e etc.</p> <p>É de extrema importância que o departamento responsável informe ao fabricante o tipo de fluido de trabalho (se é corrosivo, explosivo, oxidante entre outros) evitando assim que a válvula venha a falhar por incompatibilidade do material do corpo com o fluido.</p>

Materiais dos internos (ou Trim material)	<p>São os materiais empregados na construção dos internos da válvula (o eixo por exemplo) que ficam em contato com o fluído como a haste de acionamento, sedes internas de vedação, obturador e outras peças internas molhadas pelo fluído de trabalho. As sedes de válvulas globo, gaveta e retenção costumam ser Metal x Metal, ou seja, duas superfícies metálicas polidas e geometricamente trabalhadas se tocam sobre tensão de um acionamento ou pressão do fluído promovendo a vedação e bloqueio do fluído. Em nossas casas, como já foi falado, existem muitos tipos de válvula mas geralmente estas possuem assentos metálicos polidos no próprio corpo da válvula geralmente em bronze e fechados com um obturador resiliente (borracha), é inferior ao tipo Metal X Metal utilizados nas industriais mas perfeitamente aplicável as situações não tão severas do cotidiano.</p>
Material das vedações	<p>São as juntas utilizadas para selagem da união corpo e tampa e também as utilizadas para fazer a vedação na região que a haste atravessa a tampa e se movimenta para promover o acionamento. Usuários mais experientes costumam definir estas vedações que podem ser metálicas como anéis FJA, mistas resilientes e metálicas como as espirometálicas com preenchimento de grafite ou PTFE e totalmente resilientes como anéis tipo O’ring de borracha, juntas de grafite ou teflon® puro além de fibrosas como as feitas como papelão hidráulico (papel especial com ingredientes que os deixam resistentes a água, produtos químicos e altas temperaturas).</p>
Tipo de acionamento	<p>Os acionamentos disponíveis são muitos e vão de dispositivos simples e baratos como volantes e alavancas até caros atuadores elétricos computadorizados que operam em rede conectados por cabo ou linhas <i>Wireless</i>.</p> <p>Os tipos mais comumente utilizados de acionamentos são os manuais dotados de volante ou alavanca. O acionamento é sempre uma escolha do cliente e vai ser dimensionado de acordo com as informações das condições de trabalho fornecidas pelo cliente. Uma má definição deste ponto pode gerar válvulas difíceis e pesadas de serem operadas manualmente, causando um risco ergonômico, ou caras demais causando perda financeira para as empresas. Em</p>

	<p>processos grandes, extensos e automatizados (como são a maioria das plantas químicas modernas) torna-se inviável operar todas as válvulas manualmente e por isso se faz a escolha por acionamentos automáticos como pneumáticos, hidráulicos e elétricos.</p> <p>Ao mesmo tempo válvulas que serão acionadas esporadicamente como em términos de produção para execução de limpeza de linhas ou realização de manutenção podem perfeitamente possuir acionamento manual. É muito importante que o operador saiba se a válvula, quando manual, está aberta ou fechada e muitos fabricantes tem como padrão indicadores locais nas válvulas. Este deve ser um item de segurança a ser exigido e controlado pois pode evitar acidentes principalmente durante as paradas de produção para execução de limpeza ou manutenção.</p> <p>Válvulas tipo retenção não possuem acionamento pois são acionadas pelo próprio fluxo para abrir e fechar. É altamente indicado estabelecer uma rotina de checagem para ver se estão operando a contento evitando falhas de funcionamento. A título de conhecimento: existem válvulas retenção que possuem dispositivos auxiliares de fechamento para maior segurança ao processo mas é um assunto muito complexo e específico que não cabe neste artigo.</p>
Inspeção e teste	<p>Este é o momento de verificar se válvula funciona conforme foi projetada. Uma válvula que não funciona direito pode causar diversos transtornos ao usuário como acidentes e perdas econômicas. São os testes exigidos pela norma de fabricação e que atestam que a válvula funciona conforme preconiza a norma. As normas de construção – como por exemplo a ASME B16.34 - trazem testes padrão aos quais cem por cento das válvulas produzidas devem ser submetidas como teste hidrostático de corpo e sede, abertura e fechamento e teste pneumático e também trazem testes opcionais que o cliente pode exigir (mediante negociação comercial) ao fabricante como ensaios de radiografia, ultrassom, líquido penetrante e partículas magnéticas. Estes testes adicionais não são obrigatórios e são comumente solicitados para válvulas</p>

	críticas do processo onde se quer evitar ao máximo o vazamento por falha de material ao longo da vida útil.
--	---

A folha de dados anexa a este artigo foi elaborada como exemplo com base nestas informações apresentadas e mais algumas comumente encontradas em folhas de dados para definição de válvulas utilizadas entre clientes e fabricantes para comunicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O correto trabalho com válvulas dentro de uma companhia ainda é um assunto pouco tratado levando em consideração sua importância econômica, na prevenção de acidentes e controle de perdas. Por isso pode-se propor uma extensão dos pontos aqui tratados como por exemplo abordar casos reais onde a inobservância da matéria foi causa geradora de acidentes ou perdas econômicas e posteriormente levantando pontos a serem observados especificamente na operação destes equipamentos e sua correta manutenção.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então que a seleção e definição de válvulas é item importantíssimo a ser gerenciado nos mais diversos processos produtivos, pois terá impacto no nível de segurança deste mesmo processo e pode evitar a ocorrência de acidentes e perda financeira para a empresa. Sabe-se que é difícil aos departamentos de segurança do trabalho fiscalizar este processo de definição que cabe à engenharia de processo ou empresa contratada para este fim. Mas pode este ser um item a ser incluído nos muitos pontos importantes de segurança relacionados ao processo (muitas vezes delegados aos departamentos de engenharia de processo) e por consequência causar uma demanda de maior capacitação técnica ao pessoal responsável por este tipo de trabalho. Não seria exagero a organização que possui alta necessidade de utilização de válvulas industriais criar sua própria folha de dados ou procedimento para a correta escolha e uso destes equipamentos.

REFERÊNCIAS

BRITISH STANDARDS INSTITUTION. **Informação e documentação:** Specification for steel check valves (flanged and butt-welding ends) for the petroleum, petrochemical and allied industries: BS 1868.London: BSI, 1975.

BRITISH STANDARDS INSTITUTION. **Informação e documentação:** Specification for steel globe and globe stop and check valves (flanged and butt-welding ends) for the petroleum, petrochemical and allied industries: BS 1873. London: BSI, 1975.

DEUTSCHES INSTITUT FÜR NORMUNG. **Informação e documentação:** Steel gate valves, isomorphe series: DIN 3352-5. Berlin: DIN, 1980.

DURCON-vice. In: CATÁLOGOS DE PRODUTOS. Decs. Disponível em: <<http://www.durcon-vice.com.br/download/cat/60>>. Acesso em: 11 novembro 2016.

THE AMERICAN SOCIETY OF MECHANICAL ENGINEERS. **Informação e documentação:** Face-to-face and End-to-End dimensions of valves: ASME B16.10. New York, NY: ASME, 2000.

THE AMERICAN SOCIETY OF MECHANICAL ENGINEERS. **Informação e documentação:** Pipe Flanges and Flanged Fittings: ASME B16.5. New York, NY: ASME, 2013.

THE AMERICAN SOCIETY OF MECHANICAL ENGINEERS. **Informação e documentação:** Valves – Flanged, Threaded, and Welding End: ASME B16.34. New York, NY: ASME, 2013.

FOLHA DE DADOS PARA DEFINIÇÃO DE VÁLVULAS INDUSTRIAIS									
FOLHA DE DADOS					Elaborado:		Folha:		Data:
01	DADOS REF.	Cliente							
02		Referência do Cliente							
03		Referência Interna							
REQUISITOS DO PROJETO									
04	GERAL	Item/Código							
05		TAG							
06									
07									
08	Data de Devolução Real								
09	Data de Envio para Planejamento								
10	DESCRIÇÃO	Tipo							
11		Classe	DN						
12		Número Desenho montagem							
13		Corpo							
14		Haste							
15		Construção							
16		Passagem							
17		Número de Vias							
18		União Corpo Tampa							
19									
20	CORPO	Extremidades							
21		Flanges	Face						
22		Acabamento							
23	MATERIAIS	Corpo / Tampa							
24		Haste / Eixo							
25		Cunha / Cone / Esfera / Disco / Plug							
26		Sede do Corpo							
27		Junta Corpo / Tampa							
28		Gaxeta							
29		Buchas Rosqueada							
30		Volante							
31		Prisioneiro / Porca		Corpo / Tampa					
32		Prisioneiro / Porca		Preme Gaxeta					
33		Buchas de Contravendação							
34		Revestimento Anel / Obturador							
35		Plaqueta de Identificação							
36	ACIO-ACIONAM. INT	Tipo							
37		Tempo Acionam.(s)	Pressão Acionam.(bar)						
38	ACES-SERV. OS	BY-PASS							
39									
40	COND. DE SERVIÇO	Fluido							
41		Pressão (bar)	Temperatura (°C)						
42	ENSAIOS								
43									
44	NORMAS	Construção							
45		Face a Face							
46		Extremidades							
47		Identificação							
48	Inspeção e testes								
49									
50	FIGURA	Item Número							
51									
52									
53	OBSERVAÇÕES								
54									
55									
56									
57									
58									

ARBITRAGEM NO DIREITO DO TRABALHO

SABRINA MOSCHINI (professora orientadora- USF); sabrina.moschini@usf.edu.br *

SILVANA DE FÁTIMA FRANCO (graduanda em Direito- USF); ffsill@hotmail.com

Resumo: A arbitragem constitui um importante mecanismo para as soluções de conflitos trabalhistas, que tem como proposta a análise e decisão de um terceiro escolhido pelas partes, destacando como objetivo a redução do número de processos na Justiça do Trabalho. Analisamos a posição de alguns doutrinadores mediante a constitucionalidade da Lei da Arbitragem e a indisponibilidade dos direitos do trabalhador. O uso da arbitragem nos dissídios individuais e coletivos, sendo que nos individuais ainda não são vistos com bons olhos por alguns doutrinadores, mas aceitam o uso da arbitragem nos dissídios coletivos, alegando o amparo dos sindicatos para com o trabalhador. A criação das Câmaras de Arbitragem, as quais terão um papel muito importante com a Reforma Trabalhista, e o comparativo entre as vantagens e desvantagens no uso da Lei da Arbitragem.

Palavras-chave: Arbitragem. Conflitos. Direito do Trabalho. Soluções.

Abstract: Arbitration is an important mechanism for resolving labor disputes, which proposes the analysis and decision of a third party chosen by the parties, with the aim of reducing the number of cases in labor courts. The position of some doctrinators through the constitutionality of the Arbitration Law and the unavailability of workers' rights. The use of arbitration in individual and collective bargaining agreements, with which individuals are not favorably viewed by some doctrinators, but accept the use of arbitration in collective bargaining, claiming trade unions for the worker. The creation of the Arbitration Chambers, which will have a very important role with the Labor Reform, and the comparison between advantages and disadvantages in the use of the Arbitration Law.

Keywords: Arbitration. Conflicts. Labor Rights. Solutions.

INTRODUÇÃO

A vida do homem sempre foi marcada por conflitos de diversas naturezas, conflitos esses originários no desenvolvimento da vida em comunidade. Quando existe o conflito é

preciso encontrar meios mais adequados e eficazes para a mais rápida solução das desavenças, é da própria natureza humana a busca pela paz.

Nas relações de trabalho, também existem conflitos. No Brasil a regra para essas soluções é a apreciação dada pelo Estado, através do Poder Judiciário, as discussões são postas perante o aparato Estatal, o qual é o detentor do monopólio jurisdicional.

Com o surgimento das novas formas para a solução desses conflitos, tanto os problemas como as soluções devem ser analisadas em cada caso, porque em se falando de matéria trabalhista, temos conflitos individuais e coletivos, o primeiro envolve trabalhador e empregador e o segundo sindicatos de trabalhadores e empresas.

Na busca por soluções fora da Justiça surge como uma alternativa para tornar ágil, eficiente e rápido o atendimento aos desejos das partes em conflitos trabalhista a Lei da Arbitragem, Lei nº 9.307/96. Ainda muito questionada com relação a sua Constitucionalidade, apesar de já julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal, o assunto ainda gera certa controvérsias.

A Lei da Arbitragem em seu artigo 1º, dispõe que "as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para resolver litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis", mas alguns doutrinadores questionam a capacidade do trabalhador em tomar essa decisão, sem a presença de um juiz togado, pois encontram no Estado todo paternalismo protetor para o trabalhador.

1. CONCEITO

Arbitragem é o acordo de vontades celebrado entre pessoas maiores e capazes, que preferem submeter a solução dos eventuais conflitos entre elas e aos árbitros, e não à decisão judicial. Porém, para tanto, o litígio deve recair apenas sobre direitos patrimoniais disponíveis. Assim, o juízo arbitral é uma solução mais rápida para dirimir as controvérsias entre as partes. De acordo com o artigo 3º, da Lei nº 9.307/96, "as partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral".

Cláusula compromissória é aquela constante no contrato realizado entre as partes com objetivo de levarem a termo as divergências existentes entre elas, ficando a questão submetida á arbitragem, que se realizará pelos árbitros escolhidos pelas mesmas. Ela é autônoma em relação ao contrato, de modo que mesmo ocorrendo nulidade ou outros vícios não implicam, necessariamente, em nulidade da cláusula compromissória (SILVA,2011.N.p).

Dividem-se em: a) Cláusulas Compromissórias vazias - são àquelas que não contemplam os elementos mínimos necessários para instituição da arbitragem apenas afastam o Poder Judiciário da solução dos conflitos. b) Cláusulas Compromissórias cheias - essas deverão conter todos os elementos necessários à instauração do processo arbitral, sendo assim deverá constar o número de árbitros (ímpar); a sede da arbitragem; a lei aplicável; o idioma da arbitragem, (partes estrangeiras) as regras para a arbitragem, que podem ser de algum órgão arbitral institucional, ou delegar ao árbitro ou tribunal que regulem o procedimento; os limites da arbitragem; a autorização ou não para o julgamento por equidade, pagamento de honorários e despesas com a arbitragem, despesas de peritos.

O compromisso arbitral é a convenção bilateral pela qual as partes renunciam à jurisdição estatal e se obrigam a se submeter à decisão de árbitros por elas indicados, ou ainda o instrumento de que se valem os interessados para, de comum acordo, atribuírem a terceiro, denominado o árbitro, a solução de pendências entre eles existentes.

O compromisso arbitral, conforme a Lei nº9.307/96, poderá ser de duas espécies: judicial: referindo-se à controvérsia já ajuizada perante a justiça ordinária, celebrando-se, então, por termo nos autos, perante o juízo ou tribunal por onde correr a demanda. Tal termo será assinado pelas próprias partes ou por mandatário com poderes especiais, de acordo com o artigo 851 e 661,§2º Código Civil, com redação da Lei nº8.952/94 e artigo 9º §1º da Lei nº9.307/96. Feito o compromisso, cessarão as funções do juiz togado, pois os árbitros tomarão a decisão; ou extrajudicial: se ainda não existir demanda ajuizada. Não havendo causa ajuizada, celebra-se compromisso arbitral por escritura pública ou particular, assinada pelas partes e por duas testemunhas, conforme artigo 851 do Código Civil e artigo 9º, §2º da Lei nº 9.307/96, a Lei da Arbitragem. A arbitragem tem por finalidade a solução de conflitos de interesses existentes, ou que surjam em função de um negócio jurídico praticado entre dois ou mais contratantes. Além disso, a indicação de um terceiro alheio ao conflito e ao negócio jurídico subjacente, sempre investido de poderes para dizer qual a solução adequada para a demanda, também é inerente ao exercício dessa modalidade de solução de controvérsias. E, ainda outra característica típica indeferida a partir do conceito de arbitragem, é a vinculação das partes, em virtude de sua expressa manifestação de vontade, ao laudo arbitral produzido pelo terceiro designado, cuja força executiva é idêntica às decisões judiciais transitadas em julgado.

Para que possam recorrer a esse meio de solução de controvérsias – que tem natureza jurisdicional – os interessados devem ser capazes de contratar (capacidade civil) e o litígio deverá versar sobre direitos patrimoniais disponíveis.

Segundo o jurista (CARMONA, 2004,p33): "Arbitragem é uma técnica para solução de controvérsias através da intervenção de uma ou mais pessoas que recebem seus poderes de uma convenção privada sem intervenção do Estado" (...).

A arbitragem no Brasil é facultativa e voluntária, e não imposta às partes por obrigatoriedade, é o que ressalta o princípio da autonomia de vontade das partes.

Os doutrinadores brasileiros responsáveis pela elaboração do anteprojeto que deu origem à Lei de Arbitragem foram Selma Lemes, Carlos Alberto Carmona e Pedro Batista Martins. Selma Lemes apresenta sua definição acompanhada das características adquiridas pela arbitragem após a promulgação da Lei nº 9.307/1996 e a declaração de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, segundo a especialista em arbitragem LEMES ,Selma Maria Ferreira:

A Arbitragem, portanto, é um modo extrajudiciário de solução de conflitos em que as partes, de comum acordo, submetem a questão litigiosa a uma terceira pessoa, ou várias pessoas, que constituirão um tribunal arbitral. A decisão exarada por esse tribunal arbitral tem os mesmos efeitos de uma sentença judicial (artigo 31 da Lei 9.307/1996). Essa decisão das partes (convenção de arbitragem) vincula as partes e, em princípio, a um primeiro plano, impede que o judiciário conheça a questão. Somente poderá fazê-lo, posteriormente, em caso de ação de anulação ou em defesa (embargos do devedor) à execução da sentença arbitral.(LEMES,2007, N.p)

A arbitragem possui diversos efeitos e a lei cria maior compromisso e confiança entre as partes envolvidas no conflito aparente. Entre as partes os efeitos jurídicos podem ser definidos primeiramente na exclusão do Poder Judiciário para solucionar os conflitos e a submissão das partes à sentença arbitral, que só podem recorrer ao Poder Judiciário no caso de nulidade ou extinção do compromisso, conseqüentemente, apenas para rever questões formais.

Importa dizer, ainda, que entre as partes e o árbitro, os efeitos jurídicos são: investidura do árbitro após sua aceitação; substituição do árbitro em caso de falta, recusa ou impedimento. Caso não haja outra maneira, o juiz nomeará um árbitro único; a indicação de desempate em caso de empate entre árbitros; o pagamento do árbitro posteriormente o cumprimento de suas funções e a responsabilidade civil da parte que der motivo à extinção do compromisso.

2. A ARBITRAGEM NO DIREITO DO TRABALHO

Nas relações de trabalho os conflitos variam, como por exemplo: melhores condições de trabalho, ampliação de direitos reconhecidos, reajustes salarial e muitos outros, esses problemas devem ser verificados a cada momento, pois eles podem variar.

Em matéria trabalhista existem conflitos individuais onde envolvem o trabalhador e o tomador dos seus serviços, sendo este pessoa física ou empresa, e os conflitos coletivos onde abrangem sindicatos de trabalhadores e empresas, grupos de empresas ou sindicatos de empregadores.

Segundo o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, a arbitragem é um meio de composição, discorda de que ela pode obrigar o trabalhador a dispor de seus direitos, elogia o uso de métodos alternativos para a solução de conflitos e inclui a arbitragem entre as saídas para a sobrecarga de processos no Judiciário:

Na arbitragem, um terceiro decide quem tem o direito. É um juízo de terceiro, e não do Estado, ele pode decidir que a empresa tenha que pagar tudo, diferentemente da conciliação, onde as duas partes devem ceder, o Estado tem poder do uso da força, mas não de decidir o que é justo. A decisão de compor conflito pode ser de outras formas alternativas, fazendo com que a Justiça seja mais rápida e eficiente. (MARTINS FILHO, 2013.N.p)

O argumento mais forte sobre a inaplicabilidade do instituto da arbitragem na relação trabalhista esta na indisponibilidade de alguns dos direitos dos empregados, conforme o artigo 1º da Lei nº 9.307/96 onde prevê a aplicação da arbitragem apenas para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Assim, a possibilidade de se arbitram controvérsias deve, necessariamente, ser precedida da análise da disponibilidade dos direitos trabalhistas. Alguns autores defendem que a arbitragem no direito do trabalho pode ser buscada somente após a rescisão do contrato de trabalho, porque após este momento, a discussão dos direitos negociáveis será essencialmente patrimonial, mas deve-se atentar aos direitos indisponíveis, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que levado ao conhecimento do juízo arbitral, deverá ser decidido de acordo com a lei.

Os autores que não admitem, tem como argumento a indisponibilidade, a irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas, ocorrendo assim, uma ofensa ao próprio artigo

1º da Lei de Arbitragem, o qual limita o procedimento arbitral aos direitos patrimoniais e disponíveis.

Perguntam sobre a desigualdade material das partes, situação na qual o trabalhador hipossuficiente está em desigualdade com seu empregador economicamente superior, com isso, não poderiam pactuar cláusula de arbitragem, já que esta pressupõe plena igualdade das partes que livremente elegem um terceiro para solucionar seus conflitos. Há previsão do uso da arbitragem na Lei de Greve e na Lei de Participação nos Lucros.

A Lei da Greve dispõe em seu artigo 3º: “frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recurso via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho”, e ainda no artigo 7º: “Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regida por acordo ou laudo arbitral “. (LEI n.7.783/89, art. 3º e 7º). Já no artigo 4º da Lei de Participação nos Lucros, é determinado que caso da negociação visando a participação nos lucros resultar em impasse, as partes poderão utilizar-se da “arbitragem de ofertas finais” ou a mediação para a solução do litígio (LEI n. 10.101/ 00 art.4º).

2.1 A ARBITRAGEM NOS DISSÍDIOS INDIVÍDUAIS E COLETIVOS

A arbitragem apareceu na Constituição de 1988 no parágrafo 1º do artigo 114 , como solução dos conflitos coletivos, mas era alternativo e facultativo. Sendo facultativo não era exigido que as partes envolvidas no conflito em matéria das relações de trabalho a ela recorressem antes de ingressar na justiça do trabalho; se recorressem à arbitragem abririam mão do direito de acesso ao Poder Judiciário, ao juízo natural tratado pelo artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988. Muito embora admitida, o uso da arbitragem nos dissídios coletivos não são comuns no cotidiano forense.(CF,1988)

Existem dois princípios que servem como base em fundamentação para o julgamento de dissídios trabalhistas, sendo este o da indisponibilidade e imperatividade da norma trabalhista. O princípio da indisponibilidade está previsto no artigo 9º da Consolidação das Leis Trabalhistas, ele traduz a inviabilidade técnico-jurídica do poder do empregado decidir, por sua simples manifestação de vontade, das vantagens e proteção que lhe asseguram a ordem jurídica e o contrato, é comum a doutrina usar a expressão irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas para enunciar esse princípio. Mas afirma que o princípio da imperatividade das normas trabalhistas prevalece no segmento o domínio de regras jurídicas obrigatórias em detrimento de regras apenas dispositivas, são desse modo, essencialmente imperativas, não podendo de maneira geral, ter sua regência contratual afastada pela simples manifestação de vontade das partes (DELGADO, 2007. p. 201-202).

No caso dos dissídios coletivos, tanto a doutrina como a jurisprudência, são pacíficas em admitir a possibilidade de resolução dos conflitos pela via arbitral, em respeito à própria previsão do artigo 114, § 1º, da Constituição Federal, segundo o qual: “frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros”(CF,1988).

Nos conflitos coletivos, as soluções poderão ser autônomas ou heterônomas, judiciais ou extrajudiciais. As soluções autônomas são todas extrajudiciais: resolvidas em negociação coletiva, conciliação e mediação. As heterônomas são a arbitragem, que é extrajudicial; e o dissídio coletivo que é judicial.

A negociação coletiva é feita diretamente entre as partes conflitantes, que pode ter a participação de um conciliador, gerando uma conciliação que possa se materializar na convenção ou acordo coletivo de trabalho. A mediação era um pressuposto de admissibilidade de dissídio coletivo, sem a tentativa de mediação formal não era possível ajuizar dissídio coletivo, hoje isso não existe mais.

Quando se trata de dissídios individuais há divergências acerca da disponibilidade ou não dos direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho e as demais leis trabalhistas. Assim, a doutrina se dividiu em os que não admitem arbitragem nos dissídios individuais e os que admitem.

Nesse caso é reconhecido a legalidade e a importância do instituto da arbitragem, mas reafirmando sua aplicação somente aos dissídios coletivos, não aos dissídios individuais, onde prevalece o princípio da proteção e da inafastabilidade da jurisdição estatal prevista no artigo 5º XXXV da Constituição Federal (CF,1988).

Os que defendem a arbitragem nos dissídios individuais, geralmente são os árbitros e advogados, eles aceitam a possibilidade de arbitragem nos conflitos trabalhistas individuais.

O primeiro argumento levantado neste caso é de que nem sempre o trabalhador é vulnerável, já que normalmente há uma confusão entre os conceitos de cláusula arbitral e compromisso arbitral, sendo possível a instituição da arbitragem nos dissídios individuais desde que por meio do compromisso arbitral e não cláusula arbitral.

A diferença entre os dois conceitos reside no momento do conflito. Na cláusula arbitral as partes pactuam pela via arbitral antes do conflito acontecer e no compromisso arbitral após o conflito, considerando a suposta vulnerabilidade do trabalhador antes do conflito ou no momento da assinatura do contrato de emprego, não há possibilidade de cláusula arbitral nos dissídios trabalhistas individuais, contudo, se depois de ocorrido o conflito o trabalhador livremente convencionar com seu empregador pela via arbitral, não

haveria nenhum impedimento, como sustenta o professor Scavone Junior (SCAVONE JUNIOR,2010,p.35).

2.2 A INDISPONIBILIDADE DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Conforme afirma o Consultor Jurídico Gustavo Filipe Barbosa Garcia, “o direito do trabalho tem como um de seus preceitos fundamentais o princípio da irrenunciabilidade, no sentido de que o empregado não pode dispor de seus direitos, os quais são assegurados por meio de normas cogentes e de ordem pública” (GARCIA,2016, p.98).

Entende-se, que os direitos trabalhistas em razão de sua relevância para preservar a dignidade da pessoa humana previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal são dotados de certo grau de indisponibilidade.(CF,1988). Em caso de direitos patrimoniais disponíveis individuais, juízes veem que pode haver a possibilidade de arbitragem, porém se a natureza for alimentar, a arbitragem está fora de cogitação.

Diante dessas características destaca-se o seu caráter protetor, cuja finalidade é a busca de um equilíbrio entre as partes da relação de trabalho; fazer com que se torne mais estreita a desigualdade natural existente entre trabalhador e empregado. Tal princípio constitui referência para toda a interpretação e aplicação das normas no direito do trabalho, promovendo a proteção do empregado como parte mais frágil da relação.

O princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas é implicação direta do princípio da proteção. Ricardo Resende em sua obra afirma que em regra os direitos trabalhistas são irrenunciáveis, dado o caráter imperativo e de ordem pública atribuído à norma trabalhista. Segundo o autor, este princípio tem por finalidade proteger o empregado das possíveis manobras do empregador no sentido de servir de obstáculo para a efetivação de seus direitos (RESENDE,2014,p.74).

O que há em verdade é uma mudança do direito em valores, de modo a permitir que as partes negociem e firmem um acordo em relação a esses valores, e não aos direitos que são reconhecidamente irrenunciáveis.

Isso não impede que empregado e empregador negociem os valores provenientes por ocasião do encerramento do contrato de trabalho, mas alguns desses direitos trabalhistas, ainda que indisponíveis, são passíveis de transação, por terem sido traduzidos em verbas indenizatórias.

Ao instituir a arbitragem como forma de solução de conflitos trabalhistas, o trabalhador não terá prejuízos em seus direitos assegurados pela Constituição e pela lei, pois o Estado dispõe de elementos suficientes para garantir a efetividade desses direitos.

Empregados e empregadores poderão recorrer a jurisdição tradicional ou à arbitragem caso achem ser a ideal, escolhendo assim aquela que lhes for conveniente.

2.3 ARBITRAGEM NA REFORMA TRABALHISTA

A Reforma Trabalhista, recentemente aprovada, autoriza a arbitragem nos contratos individuais de trabalho, conforme o novo art. 507-A da Consolidação das Leis Trabalhistas desde que a remuneração do empregado seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e a cláusula compromissória seja pactuada "por iniciativa do empregado ou mediante sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei de Arbitragem.

O uso da arbitragem tende a ser benéfico ao trabalhador, com relação a celeridade comparado à Justiça do Trabalho. O caráter consensual do procedimento na arbitragem, construído pelos próprios litigantes, está equivalente ao da Reforma Trabalhista, dando maior ênfase ao acordo entre as partes.

Um dos grandes receios da arbitragem trabalhista é a capacidade econômica do empregado em ter que arcar com os custos mais elevadas do que da Justiça do Trabalho, especialmente se considerarmos o potencial de hipossuficiência de boa parte dos reclamantes. A Reforma Trabalhista preocupou-se ao permitir arbitragem somente para empregados com maior remuneração.

Outra preocupação está em se evitar que o empregado firme cláusula compromissória sem que tenha certeza das consequências. Assim, a princípio o empregado somente irá para a arbitragem se confiar no instituto e tiver interesse específico que justifique sua escolha, como exemplo a rapidez. Por isso a necessidade de consentimento escrito, pois não se pode presumir que o empregado abriu mão do foro que lhe é mais familiar.

O novo artigo da Consolidação das Leis Trabalhistas impõe a necessidade do empregado tomar iniciativa ou concordar expressamente com a cláusula compromissória. Não se trata de condição de eficácia da cláusula compromissória, a ser conferida quando surgir o litígio, mas o empregado terá que começar a arbitragem ou concordar com sua instituição. Sendo assim, o empregado na contratação, deverá sugerir a cláusula arbitral. Em contratos de trabalho que não sejam padrão e que forem livremente negociados entre patrão e empregado que não for hipossuficiente, a própria existência da cláusula arbitral demonstrará a concordância expressa.

2.4 AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA ARBITRAGEM

A arbitragem trouxe uma nova realidade à justiça brasileira e através dela a sociedade alcançou uma fórmula privada de solução de controvérsias.

Uma das vantagens é a autonomia das partes na condução do processo, isso ocorre porque as próprias partes nomeiam os árbitros para solucionarem o conflito. Essa escolha é baseada na confiança que as partes depositam na conduta ética e nos conhecimentos específicos da pessoa escolhida.

As partes podem escolher os árbitros com total liberdade, podendo também fixar prazo para que a sentença arbitral seja proferida, considerando a rapidez na sentença. Lembrando que na ausência de estipulação, o prazo para o término da arbitragem é de seis meses, por força do artigo 23, da Lei nº 9.307/96, o que caracteriza uma grande vantagem em face dos prazos longos estabelecidos pelo Poder Judiciário no atendimento das demandas que lhe são feitas. O sigilo talvez seja a principal e mais forte característica do instituto do juízo arbitral, pois apenas as partes em conflito podem ter acesso ao processo, podendo decidir se vão tornar o caso aberto ao público ou não, ele é uma regra universal para todo os litígios referentes a direitos patrimoniais disponíveis. (LEI 9.307/96,art 23)

Todo o processo arbitral é sigiloso, abrangendo todas as suas informações nele contidas. A característica do sigilo na arbitragem é proveniente da própria natureza do instituto. As partes assinam um termo de confidencialidade e privacidade, cujos fatos em discussão são garantidos pelo sigilo absoluto.

O processo arbitral é simples, pois não tem tantos empecilhos que envolvem o processo judicial tradicional, como a citação, as intimações por oficial de justiça, as defesas, recursos e outros métodos, ele se desenvolve-se de uma maneira menos formal e bem menos burocrática. É menos formal, pois não possui tanta sistemática, ele deve ter regras simples e fáceis de serem seguidas.

A maior economia representa o tempo estipulado pelas partes para que a arbitragem termine. Enquanto uma ação ajuizada no Poder Judiciário, levaria anos para ser sentenciada, com a arbitragem o conflito é resolvido num prazo máximo de seis meses, o que seria uma das vantagens mais consagradas para a sua utilização.

Passamos agora as principais desvantagens da arbitragem: a informalidade dos procedimentos podem ocasionar a produção de falsas provas, e provocar dificuldades no acompanhamento do processo, principalmente se o árbitro não for um advogado.

O processo da arbitragem pode ficar comprometido se o árbitro não possuir conhecimentos técnicos para decidir a controvérsia dentro das regras legais.

A Lei n. 9.307/96 permite que sejam submetidos à arbitragem os direitos patrimoniais disponíveis das partes, do contrário haveria incompatibilidade da Lei de arbitragem com o ordenamento jurídico brasileiro, causando conflitos entre os princípios constitucionais.

O respeito à igualdade de direitos se assim combinarem as partes. Cabe também apontarmos as desvantagens da via arbitral quando aplicada no Direito do Trabalho; no que se refere as custas, ele é um procedimento que exige uma razoável capacidade financeira das partes, devido aos honorários dos árbitros serem altos em virtude da qualificação dos mesmos, lembrando que um juiz do trabalho possui imensurável capacidade técnica para resolver o conflito. Mas na Justiça do Trabalho, conforme indica Sergio Pinto Martins, as custas são baixas e pagas no final. Diante disso, a arbitragem não é uma solução vantajosa para os conflitos trabalhistas, nesse sentido expõem o desembargador MARTINS, Sergio Pinto:

O Ministério Público do Trabalho poderia muito bem cumprir a função de árbitro, sem que as partes tivessem que pagar custas, pois os procuradores do trabalho já são remunerados pelos cofres públicos e tem isenção. O procurador do Ministério público do trabalho é uma pessoa especializada em questões trabalhistas (MARTINS,2003,p.89).

Acredita-se que é mais sensata a posição que admite a arbitragem como forma de finalizar conflitos individuais de trabalho, sendo possível harmonizar o instituto com o Direito do Trabalho, sem ferir as garantias do trabalhador, para isso é necessário uma análise de cada caso de forma isolada e cuidadosa.

A arbitragem está muito valorizada como tendência mundial, mas ainda se encontra em desenvolvimento no Brasil, principalmente no que diz respeito ao Direito do Trabalho. O trabalhador não pode ter o seu direito privado ao escolher por uma forma célere, em razão das discordâncias de opiniões entre as jurisprudências. O Direito é um instrumento que deve acompanhar e se adequar ao movimento social, pois a atual situação da prestação jurisdicional no Brasil pede por inovações, e a arbitragem seria um modo alternativo para a solução de conflitos, além de poder contribuir para desafogar o Poder Judiciário, é uma opção para o indivíduo ver a solução de seu problema de uma forma mais simples e rápida.

O ambiente jurídico sempre causará certa opressão ao cidadão comum, na medida em que este vê em sua volta formalismos e autoridades que o intimidam na resolução do conflito. Entende-se, então que a impopularidade da arbitragem não decorre de suas características intrínsecas, e sim de uma forma alternativa de resolução de conflitos extremamente interessante, dotada de vantagens expressivas em relação à solução jurisdicional.

Na arbitragem não cabe recurso, é a inexistência desses recursos que leva a ocorrer a celeridade da via arbitral, porém alguns doutrinadores acreditam que essa impossibilidade de impetrar recursos, perde-se a segurança jurídica, mas essa impossibilidade não abrange os Embargos de Declaração, que podem ser opostos no prazo de cinco dias, perante o árbitro ou ao tribunal arbitral, conforme o artigo 30 da Lei de Arbitragem (LEI 9.307/96,art.30).

Os motivos para o início do desenvolvimento da arbitragem podem ser encontrados na falta de experiência, na aplicação prática do instituto, e o reflexo do modelo único de solução dos conflitos de trabalho que vigoram no Brasil durante tanto tempo, as raízes históricas da Justiça Trabalhista encontram-se no regime corporativista do início do século passado, fato esse que impede e dificulta até hoje o pleno desenvolvimento do Direito Coletivo do Trabalho.

A Lei da Arbitragem propõem um procedimento que representa um amadurecimento das partes conflitantes, pois, quando estabelecem os métodos e critérios de solução de conflitos, e na busca de soluções, sem a participação paternalista do Estado, praticam um exercício de cidadania, onde as partes buscam suas próprias soluções para os seus conflitos. Acredita-se que a arbitragem se encontra em conexão com o Direito Coletivo do Trabalho, dessa forma, somente o desenvolvimento efetivo da autonomia privada coletiva, aliada ao instituto, poderão fazer com que esse importante instrumento de pacificação social tenha plena aceitação nos conflitos de trabalho.

Por ser de natureza facultativa, as partes somente recorreriam ao árbitro na certeza da qualidade de sua atuação, com isso haveria grande preocupação do próprio árbitro em proferir decisões de qualidade, além de se manter sempre atualizado dentro da esfera trabalhista, atraindo partes interessadas na solução de conflitos por via arbitral. Com isso, percebemos que a arbitragem se trata de uma resolução de conflitos dotada de vantagens com relação á solução jurisdicional.

Por ser de natureza facultativa, as partes somente recorreriam ao árbitro na certeza da qualidade de sua atuação, com isso haveria grande preocupação do próprio árbitro em proferir decisões de qualidade, além de se manter sempre atualizado dentro da

esfera trabalhista, atraindo partes interessadas na solução de conflitos por via arbitral. Com isso, percebemos que a arbitragem se trata de uma resolução de conflitos dotada de vantagens com relação à solução jurisdicional.

CONCLUSÃO

A arbitragem é vista como um meio alternativo para a resolução de conflitos no Direito do Trabalho, garantindo todos os direitos do trabalhador brasileiro. A situação atual dos órgãos judiciário brasileiro é lamentável devido a grande quantidade de processos, a morosidade processual e a delonga nas soluções aos litígios.

Reflete-se em uma sociedade desacreditada do Poder Judiciário que clama por meios mais rápidos e eficientes para a solução das suas demandas.

Observamos que na arbitragem há menos formalidade do que no Poder Judiciário e uma participação mais ativa do litigante no processo, gerando confiança entre os litigantes para sua contratação. Visualiza-se regramento próprio e condizente com a realidade da atual sociedade, com ferramentas para soluções rápidas e econômicas.

A arbitragem se trata de um ato facultativo, onde as partes deverão fazer por escrito a opção de resolver o litígio através dela, será realizado o ato da cláusula compromissória, onde vincula as partes, e o compromisso arbitral que estabelece de forma mais detalhada o procedimento.

Mas a arbitragem tem limitações, pois o objeto da causa está limitado a direitos patrimoniais disponíveis. A Lei da Arbitragem prevê que os árbitros estão sujeitos as mesmas condenações de um juiz estatal, deixando as partes seguras quanto ao julgamento, além do que, a sentença arbitral também gera os mesmos efeitos da sentença judicial, ela é reconhecida com título executivo, podendo se não for cumprida, ser executada diante do Poder Judiciário.

Este mecanismo de solução dos conflitos, é rápido, dotado de plena aplicabilidade na área do Direito do Trabalho, mas essa possibilidade encontra-se pacificada, citada como controvertida pela maioria dos doutrinadores, no entanto sua aplicação é pacífica em relação aos litígios coletivos no direito do trabalho, em que pese essa pacificidade em litígios individuais surge o princípio da proteção ao trabalhador que visa proteger o empregado.

Com os argumentos apresentados, conclui-se as vantagens da arbitragem estão em oferecer as partes, segurança e rapidez, como uma forma de driblar e diminuir a demora na justiça brasileira, vencendo o que hoje é um grande problema. Apresentada

como uma ferramenta rápida e eficaz de solucionar conflitos faz com que o cidadão volte a acreditar na eficácia da Justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10101 de 19 de dezembro de 2.000**. Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10101.htm

BRASIL. **Lei nº 13.129 de 26 de maio de 2.015**. Dispõem sobre Alteração da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13129.htm

BRASIL. **Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1.976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm

BRASIL. **Lei nº 7783 de 28 de junho de 1.989**. Dispõem sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7783.htm

BRASIL. **Lei 8952 de 13 de dezembro de 1.994**. Dispõem sobre Altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11287597/lei-n-8952-de-13-de-dezembro-de-1994>

BRASIL. **Lei nº 9.307 23 de setembro de 1.996**. Dispõem sobre a Arbitragem. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. **Código de Processo Civil de 2015**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo: Um Comentário á Lei 9.307/96**. 2ed. Ver. Atual e ampl., São Paulo: Atlas, 2004.

Consultor Jurídico. Arbitragem trabalhista dividem opiniões no TST. São Paulo. 14 de setembro de 2013. Disponível em www.conjur.com.br/2013...14/arbitragem-contrato-trabalho-divide-opinioes-ministro. Acesso em 18 abril 2017 às 22h00.

DAMIANO, Henrique. **Formas extrajudiciais de soluções de conflitos individuais no trabalho.** Disponível em: bdjur.stj.jus.br/jspui/browse?type=author&order=ASC...Damiano%2C+Henrique. Acesso em 11 maio 2017 às 22h00.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho.** 10. Ed. Ver. Atual e ampl, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

Jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho. De 14/05/2015. Disponível em : <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=TRT+DA+15ª+REGIÃO>. Acesso em 14 maio 2017.

LEMES, Selma Maria Ferreira. **A Arbitragem e na administração pública – fundamentos jurídicos e eficiência econômica:** São Paulo. Quartier latin, 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva, Revista Consultor Jurídico de 14 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-set-14/arbitragem-contrato-trabalho-divide-opinioes-ministros-tst>. Acesso em 20 maio 2017.

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho esquematizado.** 4ed. Ver. Atual e ampl, Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SCAVONE JUNIOR, Luis Antonio. **Manual de Arbitragem.** 4ed. Ver. Atual e ampl, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SILVA, João Roberto. **Arbitragem: Aspectos Gerais da Lei 9.307/96.** Ed. Ver. Atual e ampl, São Paulo: Editora Atlas, 2011.

YOSHIDA, Marcio. **Arbitragem trabalhista: um novo horizonte para a solução dos conflitos laborais.** 1ed. Ver. Atual e ampl, São Paulo: Editora LTr, 2006.

ÁREAS DE CONVIVÊNCIA NO CANTERIO DE OBRAS

Paulo Luz de Oliveira Junior – Aluno do curso de Pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho - Senac Jundiaí - pauloluzoliveirajunior@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo demonstrar de maneira simples e ilustrativa como devem ser as instalações das áreas de vivência dos trabalhadores nos canteiros de obra, conforme Norma Regulamentadora NR 18 e ressaltando a importância da aplicação de normas de segurança e saúde no ambiente de trabalho.

As condições ideais nas áreas de vivência, também são fatores importantes para a saúde e segurança do trabalhador de obra, assegurando saúde e bem-estar.

Essa promoção faz com que se torne mais agradável a convivência estimulando o colaborador que atualmente passa mais tempo convivendo em um ambiente de trabalho do que com seus familiares.

Palavras-chaves: instalações; áreas de vivência; construção civil

ABSTRACT

The present study aims to demonstrate simple and illustrative of how should be the premises of the living areas of workers in construction sites, as Regulatory Standard NR 18 and emphasizing the importance of the application of health and safety standards in the workplace.

Ideal conditions in the areas of experience, are also important factors for the health and safety of work, ensuring health and well being.

This promotion makes it becomes more pleasant living stimulating collaborator who currently spend more time living in a working environment than with their families.

Keywords: facilities; areas of experience; civil construction

INTRODUÇÃO

Sabemos que o ramo mais antigo do mundo é a construção civil e nas últimas décadas vem passando por grandes transformações, considerando que os materiais construtivos estão sendo aprimorados, proporcionando assim novos métodos de trabalho e fazem com que o trabalhador deixe de ser um simples pedreiro e passe a entender de todo o processo, considerando o preparo, tempo de cura, métodos de execução para garantir a eficiência do material e método aplicado, em função disso, os projetos ficam mais ambiciosos levando

a necessidade de novos equipamentos e mais uma vez impulsionando a indústria de equipamentos para construção civil e assim gerando um círculo virtuoso na qual impulsiona todo um país.

Apesar de todos os avanços tecnológicos existentes até o momento, pode-se dizer que, o processo continua sendo artesanal e com isso podemos presenciar vários canteiros de obra contendo centenas de colaboradores convivendo um com os outros, uma mistura de costumes, culturas, raças e religiões, onde infelizmente, é o setor com mais incidência de acidentes e doenças do trabalho.

Por esse motivo, algumas empresas do ramo da construção civil incluem em suas metas a diminuição desses números a ponto de chegar a zero, porem sabemos que o ambiente da obra é quase um campo de guerra proporcionando esse elevado número de acidentes.

Entretanto, tal proeza não pode ser alcançada através de atitudes metódicas, por isso a preocupação de criar áreas de convivência onde todos possam ter acesso a serviços básicos que proporcionem conforto e segurança e também no treinamento adequado a cada função e não é só o ambiente de trabalho que deve melhorar, o colaborador deve ter qualidade de vida como um todo.

O ser humano vem buscando maneiras de se obter uma vida mais satisfatória, tranquila e alcançar objetivo são o grande anseio de todos.

A área de convivência constitui de vestiários, alojamentos, sanitários, refeitórios, lavanderia, ambulatório e espaço de lazer e são regulamentados por normas para garantir o bem-estar e saúde do colaborador enquanto estão no ambiente de trabalho.

A norma que rege esse sistema é NR18 onde estabelece a ordem administrativa que contribui para o planejamento e a organização dos sistemas preventivos e processos e nas condições do meio ambiente de trabalho.

1. SEGURANÇA E SAÚDE NO AMBIENTE DE TRABALHO

Para garantir a segurança e saúde no ambiente de trabalho é necessário que ambas as partes, colaborador e empresa, trabalhem juntos na identificação, correção e monitoramento das atividades de trabalho.

Segurança do trabalho ou também denominado segurança ocupacional é um conjunto de ciências e tecnologias que tem o objetivo de promover a proteção do trabalhador no local de trabalho, visando redução de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

A Higiene ocupacional é uma das áreas da saúde do trabalho cujo objetivo é identificar, avaliar e controlar situações de risco, proporcionando um ambiente de trabalho, mais seguro e saudável. Outra área que vem se destacando na prevenção de acidentes é o

comportamento seguro que trabalha diretamente com o colaborador na prevenção e controle.

A melhoria nas condições do ambiente e do exercício do trabalho tem como objetivos principais diminuir o custo com acidentes de trabalho, valorizar a autoestima e proporcionar a melhoria contínua da qualidade de vida dos trabalhadores.

O prejuízo financeiro não é a maior preocupação, a perda parcial ou total da capacidade laborativa do colaborador resulta em problemas emocionais graves de auto estima, o que refletirá diretamente na família causando grandes prejuízos a sociedade.

Algumas empresas americanas que desenvolvem programas de promoção a saúde, não fazem por bondade, os motivos tem mais haver com ganhos no aumento da produtividade e redução dos custos, entretanto alguns programas apresentam medidas drásticas, como por exemplo a proibição do fumo no ambiente de trabalho (pratica adotada no Brasil). Isto pode gerar uma rejeição dos trabalhadores, uma vez que para mudar o comportamento de risco deve-se promover a conscientização (ALVAREZ, 1996).

Para que um programa de saúde ocupacional não perca sua essência, é necessário antes da sua implantação, um estudo para diagnóstico dos problemas e assim direcionar as estratégias de promoção a saúde, permitindo definir a curto, médio e longo prazo os objetivos além de criar métodos de monitoramento através de desempenho em quantidade e qualidade desse serviço.

Os maiores causadores de acidente de trabalho na construção civil, é a falta de atenção onde avisos de perigo, áreas isoladas não são percebidas colocando em risco todos ao seu redor e também o uso de álcool, drogas ilícitas e tabagismo.

Abaixo segue ações e programas de promoção de qualidade de vida e seus resultados.

Ações / Programas	Principais resultados observados
Treinamento e desenvolvimento dos trabalhadores	Aumento do capital intelectual, aperfeiçoamento das atividades, satisfação profissional, aumento da produtividade, melhor percepção ao meio de trabalho,
Ergonomia	Aumento do desempenho nas atividades e redução dos acidentes de trabalho
Controle de álcool e drogas	Redução de riscos, melhora na segurança operacional e da saúde dos trabalhadores, melhora da autoestima, diminuição dos acidentes de trabalho e absenteísmo

Antitabagismo	Aumento da autoestima, aumento do desempenho e disposição, prevenção de doenças.
Higiene e segurança do trabalho	Gera um ambiente mais saudável, prevenção de riscos à saúde, diminuição dos acidentes de trabalho, diminuição do absenteísmo e rotatividade, aumento da produtividade
Benefícios	Motivação, satisfação profissional, satisfação das necessidades pessoais, aumento da produtividade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Tais programas de promoção de qualidade de vida aos trabalhadores enfrentam muitos desafios para que se possam ser implantados, um exemplo é a cultura e a mentalidade das empresas, que tem o papel fundamental na implantação de ações ou programas de qualidade de vida no trabalho.

2 ÁREAS DE VIVENCIA – NORMAS REGULAMENTADORES DAS CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE NO CANTEIRO DE OBRAS – NR 18

Figura 1 - Imagem entrada canteiro de obras



Fonte: Acervo do autor (2017)

O Manual de Segurança e Saúde do Trabalho 12ª edição NR18 página 570 e 571 diz que devem existir:

- a) Instalações Sanitárias;
- b) Vestiários;
- c) Alojamentos;
- d) Local de refeições;
- e) Cozinha, quando houver preparo de refeições;
- f) Lavanderia;
- g) Área de Lazer;
- h) Ambulatório, quando se tratar de frentes de trabalho com 50 (cinquenta) ou mais trabalhadores.

[...] Comprimento das alíneas "c", "f" e "g" é obrigatório nos casos onde houver trabalhadores alojados.

[...] devem ser limpas e em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza.

Instalações móveis, inclusive contêineres, serão aceitas em áreas de vivência [...] desde que:

- a) Possua ventilação natural efetiva [...]
- b) Garanta condições de conforto térmico;
- c) Possua pé direito mínimo de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros);
- d) Garanta os demais requisitos mínimos de conforto e higiene estabelecidos;
- e) Possua proteção de riscos de choque elétrico por contatos indiretos, além do aterramento elétrico;

[...] destinado ao alojamento com camas duplas, a altura livre entre uma cama e outra é de no mínimo 0,90 m (noventa centímetros).

[...] contêineres originalmente utilizados em transporte ou acondicionamento de cargas, deverá ser mantido no canteiro de obras [...] laudos técnicos relativo a ausência de riscos biológicos e físicos [...].

2.1 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias devem ser projetadas conforme a necessidade do canteiro de obras. A quantidade de bacias sanitárias e chuveiros será de acordo com a quantidade prevista de colaboradores presentes no canteiro de obras, exemplo: 1 (uma) bacia

sanitária, mictório e lavatório para cada grupo de 20 (vinte) funcionários enquanto que para o chuveiro o recomendado é um para cada grupo de dez funcionários.

A distância entre o local da obra e os sanitários não poderá ser superior a 150 (cento e cinquenta) metros e devem estar em locais de fácil acesso e ainda fica proibido a utilização dessas instalações para quaisquer outros fins como, por exemplo, o armazenamento de materiais.

Essas instalações devem estar de acordo com a NR18 e seguir no que se diz respeito:

- a) Ser mantidas em perfeito estado de conservação e higiene;
- b) Ter portas de acesso que impeçam o devassamento e serem construídas de modo manter o resguardo conveniente;
- c) Ter paredes de material resistente e lavável, podendo ser de madeira;
- d) Ter pisos impermeáveis, laváveis e de acabamento antiderrapante;
- e) Não se ligar diretamente com os locais destinados às refeições;
- f) Ser independente para homens e mulheres, quando necessário;
- g) Ter ventilação e iluminação adequadas;

As figuras a seguir demonstram de como as instalações devem ser feitas conforme cartilha de Segurança e Saúde do Trabalho na Construção Civil / ES NR – 18 (p.10-12):

Figura 2 – Instalação Sanitária – Boxes, mictórios e lavatórios



Fonte: Acervo do autor (2017)

Lavatórios Individuais ou coletivos tipo calha e torneira metal ou plástico e os mictórios devem ser individuais ou coletivos tipos calha.

Figura 3 – Instalação Sanitária – Banheiros



Fonte: Acervo do autor (2017)

Descarga com ligação à rede de esgoto com bacia turca ou sifonada sendo obrigatório fornecimento de papel higiênico e possuir iluminação.

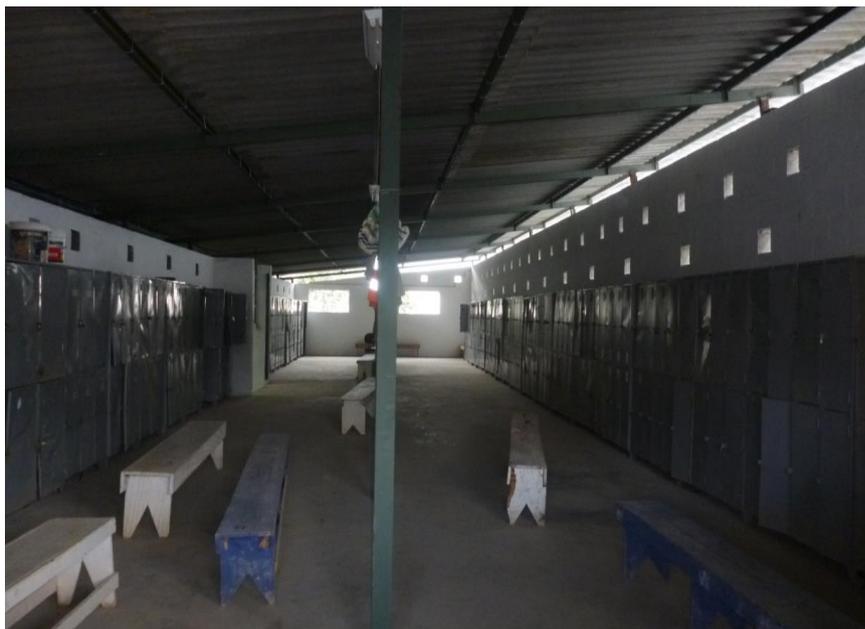
Figura 4– Chuveiros



Fonte: Acervo do autor (2017)

Deve ter caimento juntamente com o estrado de madeira ou PVC e possuir chuveiros de água quente.

Figura 5 – Vestiários



Fonte: Acervo do autor (2017)

Armários individuais com fechaduras e ou cadeados para que permaneçam trancados, piso de concreto cimentado, madeira ou material equivalente, ter bancos suficientes para atender o número de trabalhadores e possuir área de ventilação.

3 LOCAL DE REFEIÇÕES

Conforme Manual de Segurança e Saúde do Trabalho (2014, p. 574), NR 18, temos:

Ter paredes que permitam isolamento durante as refeições;

[...] c) Ter cobertura que proteja das intempéries;

[...]j) Não ter comunicação direta com as instalações sanitárias

l) ter pé-direito mínimo de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros), ou respeitando-se o que determina o Código de Obras do Município.

É proibido preparar, aquecer, e tomar refeições fora dos locais estabelecidos.

A figura abaixo demonstra o local de refeições devem ser feitas conforme Cartilha de Segurança e Saúde do Trabalho na Construção Civil / ES NR – 18 (p.13):

Figura 6 – Refeitório



Fonte: Acervo do autor (2017)

Iluminação natural e ou artificial, piso de concreto, cimentado ou outro material lavável, não pode ser localizado no subsolo, assentos em número suficiente para atender aos usuários, possuir bebedouro com aterramento elétrico e copos individuais ou descartáveis, mesas com tampos lisos e laváveis.

4. ALOJAMENTOS

Os alojamentos nos canteiros de obras conforme Manual de Segurança e Saúde do Trabalho (2014, p. 573-574), NR 18, devem:

- a) Ter paredes em alvenaria, madeira ou material equivalente;

- b) Ter piso de concreto, cimentado, madeira ou material equivalente;
- c) Ter cobertura que proteja das intempéries;
- d) Ter área de ventilação de no mínimo 1/10 (um décimo) da área do piso;
- e) Ter iluminação natural e ou artificial;
- f) Ter área mínima de 3,00 (três) metros quadrados por módulo cama / armário, incluindo a área de circulação;
- g) Ter pé direito de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para cama simples e de 3,00 m (três metros) para camas duplas;
- h) Não estar situados em subsolos ou porões das edificações;
- i) Ter instalações elétricas adequadamente protegidas.

É proibido o uso de 3(três) ou mais camas na mesma vertical.

[...]Devem ter armários duplos individuais.

[...] É proibido cozinhar aquecer qualquer tipo de refeição dentro do alojamento.

[...] Deve ser mantido em perfeito estado de higiene e limpeza.

[...] Obrigatório fornecimento de água potável, filtrada e fresca [...].

É vedada a permanência de pessoas com moléstia infectocontagiosa nos alojamentos.



Figura 7 – Casa Alojamento
Fonte do autor (2017)



Figura 8 – Área de convivência
Fonte do autor (2017)



Figura 9 – Cozinha
Fonte do autor (2017)



Figura 10 – Cozinha e dependências
Fonte do autor (2017)



Figura 11 – Quarto 01
Fonte do autor (2017)



Figura 12 – Quarto 02
Fonte do autor (2017)



Figura 13 – Banheiro
Fonte do autor (2017)



Figura 14 – Corredor de acesso (extintores)
Fonte do autor (2017)

4 LAVANDERIA, ÁREA DE LAZER E AMBULATORIO

Sobre a lavanderia diz o Manual Segurança do trabalho do Instituto Osvaldo Cruz (p.53), diz:

As áreas de vivência devem possuir local próprio, coberto, ventilado e iluminado para que o trabalhador alojado possa lavar, secar e passar suas roupas pessoais.

Este local deverá ter tanques individuais ou coletivos em número adequado.

A empresa poderá contratar serviços de terceiros para a execução deste serviço caso o canteiro não possua um espaço específico para a instalação de uma lavanderia.

Sobre a área de lazer diz o Manual Segurança do trabalho do Instituto Osvaldo Cruz (p.52), diz: "Nas áreas de vivência dever ser previstos locais para a recreação dos trabalhadores alojados, podendo ser utilizado o refeitório para este fim."

Sobre o ambulatório diz o Manual Segurança do trabalho do Instituto Osvaldo Cruz (p.52), diz: "Quando houver mais de 50 funcionários trabalhando no canteiro de obras, deve-se ter um ambulatório."

Conforme Monticuco (2014, p.5-6):

Em tendo o AMBULATÓRIO caracteriza a necessidade do profissional especializado, que é o Profissional de Enfermagem.

[...]ESPAÇO FÍSICO

- Mínimo de 7,00 m²
- Sala de pré atendimento
- Sala de procedimento
- Lavatório e banheiro
- Depósito de lixo externo e coberto

CONCLUSÃO

A importância da saúde e segurança no ambiente de trabalho é dever de todos os envolvidos nesse processo, e somente se todos tomarem consciência disso será possível mitigar ou até mesmo extinguir a incidência de acidentes na construção civil.

Implantar, aplicar e aprimorar programas de qualidade de vida no canteiro de obras é o primeiro passo para essa conquista.

A área de vivência no canteiro de obras deve estar em perfeitas condições de higiene e limpeza, deve também possuir instalações físicas proporcional ao efetivo da obra e adequadas para que o trabalhador sinta-se em um ambiente seguro e saudável para que contribua na boa execução do seu trabalho todos os dias.

A segurança e a saúde no ambiente de trabalho se iniciam pelo ambiente que você prepara para acolher esses trabalhadores, demonstrando que na relação entre empresa e colaborador, o respeito e a preocupação pelo profissional estejam presentes e através de métodos de medição e classificação, seja possível avaliar o colaborador e agir onde for necessário para que a autoestima não se comprometa com as dificuldades diárias e que os conflitos sejam conduzidos de maneira íntegra e profissional, somente assim é possível atingirmos o objetivo, sem esquecer a segurança do trabalhador e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS:

[s.n] Cartilha de Segurança e Saúde do trabalho na Construção Civil / ES NR-18. Disponível em: http://www.cpn-nr18.com.br/uploads/documentos-gerais/cartilha_sst_na_construo_civil_seconci_e_sebrae.pdf> Acesso em 11/11/2016 às 09:16.

[s.n] Governo anuncia plano para prevenção de acidentes de trabalho na construção e transporte

<http://www.brasil.gov.br/saude/2012/04/governo-anuncia-plano-para-prevencao-de-acidentes-de-trabalho-na-construcao-e-transporte>> Acesso em 20/11/2016 às 11:20.

[s.n] Manual de Segurança e Saúde no Trabalho: Normas Regulamentadoras. 12. ed. Rio de Janeiro 2014.

MONTICUCO, Deogledes. Ambulatório na Indústria da Construção. Disponível em:

http://apaest.org.br/index.php/biblioteca-da-seguranca/doc_download/124-fasciculo-numero-114-ambulatorio> Acesso em 20/11/2016 às 09:45.

OLIVEIRA, Sebastião de Oliveira. Estrutura Normativa da Segurança e Saúde do Trabalhador no Brasil. Disponível em:

http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_75/Sebastiao_Oliveira.pdf> Acesso em 11/11/2016 às 22:40.

[s.n] Segurança Trabalho na Construção Civil. Disponível em:

<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/construcao%20civil/Seguranca%20na%20Construcao%20Civil.pdf>> Acesso em 10/11/2016 às 22:14.

CRIATIVIDADE E COLABORAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

César Augusto da Silveira Castro (SENAC); cesar.ascastro@sp.senac.br*

Afonso Henriques Velosa Caetano (SENAC); afonso@tsone.com.br

Resumo: Em nossa sociedade repleta de estímulos audiovisuais, tecnologias e mídias sociais, como competir para fazer a diferença na transmissão e construção de conhecimentos? Nesta concepção, este artigo tem como objetivo provocar uma discussão sobre as oportunidades de promover a criatividade e a colaboração para tornar os cursos de pós-graduação *lato sensu* mais atraentes e, com isso, formar profissionais mais completos para enfrentar as demandas do mercado de trabalho. Apresenta-se brevemente o conceito de aprendizagem de adultos e descreve-se algumas técnicas relacionadas a neuroeducação, tais como: mapas conceituais, aprendizagem significativa, aprendizagem baseada em problemas, narração de histórias, apresentações de alto impacto e sua utilização e aplicação em cursos de pós-graduação *lato sensu*. Conclui-se com algumas sugestões e sem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim, provocar novos estudos e práticas para uma educação que possibilite a inovação, colaboração e transformação dos alunos de cursos de pós-graduação *lato sensu* e reflitam em uma melhora significativa em nossa sociedade, com cidadãos mais reflexivos e atuantes.

Palavras-chave: inovação, colaboração, neuroeducação.

Abstract: In our society full of audiovisual stimuli, technologies and social media, how can we compete to make a difference in the transmission and construction of knowledge? In this conception, this article aims to provoke a discussion about the opportunities to promote creativity and collaboration to make *lato sensu* graduate courses more attractive and, therefore, to train more complete professionals to face the demands of the labor market. The concept of adult learning is presented briefly and some techniques related to neuroeducation are described, such as: conceptual maps, meaningful learning, problem-based learning, storytelling, high-impact presentations and their use and application in training courses of post-graduation *lato sensu*. It concludes with some suggestions and without the pretension of exhausting the subject, but rather, to provoke new studies and practices for an education that enables innovation, collaboration and transformation of the students of post-graduation courses *lato sensu* and reflect in a significant improvement in our society, with more reflective and active citizens.

Keywords: innovation, collaboration, neuroeducation.

INTRODUÇÃO

Conforme Bauman (2005), a sociedade encontra-se na modernidade líquida, que se caracteriza pela provisoriedade, pelo desapego, liberdade, insegurança e acelerado processo de individualização.

Destaca-se Turcke (2010), que menciona a sociedade da sensação, na qual por meio da disposição de um repleto aparato visual, direciona a percepção para a sensação, que associa a sensação tudo o que atrai magneticamente a percepção: o espetacular. Se não for capaz de chamar a atenção não será percebido.

Entende-se que nossa sociedade passa por transformações jamais vistas, as quais pode-se dizer que vivemos em um mundo *VUCA* (sigla em inglês para *volatility uncertainty complexity* e *ambiguity*), em português volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, ou seja, em um Mundo que é volátil, incerto, complexo e ambíguo. Ainda se tem o conceito de *pós-verdade*, palavra incorporada em 2016 ao Dicionário Oxford, que grosso modo não seria somente uma mentira, mas a indiferença com a verdade, dada a abrangência e capilaridade das mídias sociais.

Convive-se com choques audiovisuais disponibilizados a todo instante, com o auxílio de tecnologias móveis e mídias sociais que promovem a incerteza, a ambiguidade e informações voláteis em um sistema complexo.

Como competir nesta sociedade e com estes aparatos, para fazer a diferença na transmissão e construção de conhecimentos?

Este é o cenário central deste estudo, que tem como objetivo provocar uma discussão sobre as oportunidades de promover a criatividade e a colaboração para tornar os cursos de pós-graduação *lato sensu* mais atraentes e, com isso, formar profissionais mais completos para enfrentar as demandas do mercado de trabalho.

Não se aborda questões de grades curriculares e planos de ensino, pois isso já vem sendo discutido há alguns anos no âmbito do Conselho Nacional de Educação do Ministério de Educação e Cultura. Mas, o efeito da ação do professor, que é mais poderosa que qualquer ação governamental na educação, não somente pelo domínio dos conteúdos necessários, mas pela forma de transmitir estes conhecimentos (BARRETO, 2014).

A metodologia utilizada deu-se por meio de pesquisas bibliográficas sobre os conceitos de mapas conceituais, aprendizagem significativa, aprendizagem baseada em problemas, narração de histórias, apresentações de alto impacto e sua utilização e aplicação em cursos de pós-graduação *lato sensu*. Utilizou-se também fontes de pesquisa em mídias eletrônicas e a percepção e experiência dos autores na aplicação das abordagens propostas.

O APRENDIZADO DO ADULTO

Deve-se, inicialmente, revisitar os estudos sobre o aprendizado do adulto, ou, melhor definindo, a andragogia. Conforme Knowles, andragogia é nome dado à “arte e a ciência de ajudar os adultos a aprender” (KNOWLES, 1977; p.41).

Gomes *et al* citam as principais propostas de Knowles para a andragogia:

Os adultos são motivados a aprender quando possuem necessidades e interesses que a aprendizagem satisfará; então, estes são os pontos de partida apropriados para organizar as atividades de aprendizagem de adultos. A orientação de adultos para aprendizagem é centrada na vida; portanto, as unidades apropriadas para organizar a aprendizagem de adultos são as situações da vida, não os conteúdos. Experiência é o recurso mais rico para a aprendizagem de adultos, então a metodologia básica da educação de adultos é a análise da experiência. Os adultos têm uma grande necessidade de ser autogeridos; assim, o papel do professor é engajar-se em um processo de mútua investigação em vez de transmitir o seu conhecimento e então avaliar a adequação deles em relação ao processo. As diferenças individuais entre as pessoas se acentuam com a idade; portanto, a educação de adultos deve considerar as diferenças de estilo, tempo, local e ritmo de aprendizagem. (GOMES *et al.*, 2001;p.4).

Segundo Moore e Kearsley:

Ao contrário dos alunos mais jovens, a maioria dos adultos possui experiências de trabalho e muitos procuram aprender mais a respeito de áreas do trabalho nas quais já tem grande conhecimento. Da mesma forma, ao contrário dos alunos mais jovens, eles conhecem muito sobre a vida, sobre o mundo, a respeito deles mesmos e das relações interpessoais, incluindo como lidar com outras pessoas em uma aula e talvez com um professor e um sistema administrativo. Para o aluno adulto, os professores adquirem autoridade com base naquilo que conhecem e no modo como lidam com seus alunos e não

com base em símbolos externos ou títulos. (MOORE; KEARSLEY, 2007; p.174).

Dado, então, que o ensino em cursos de pós-graduação *lato sensu* tem como público, em sua quase totalidade, adultos profissionais no exercício de suas atividades, o professor tem um papel fundamental em transformar a experiência de ensinar em uma troca: o conhecimento e experiência do professor pela aplicabilidade desse conhecimento na carreira dos alunos. Essa troca deve ser feita durante o curso, em cada aula, conforme os conceitos da andragogia. O professor aumenta sua experiência ouvindo e equacionando as situações que são trazidas por seus alunos, de modo a enriquecer a próxima vez que ministrar o mesmo assunto em suas aulas. E os alunos levam para suas carreiras conceitos e conhecimentos aplicáveis imediatamente.

Como meios para estimular a criatividade de professores e, conseqüentemente, dos alunos, entram em cena uma série de técnicas de treinamento e desenvolvimento de pessoas, tanto no meio acadêmico, como no meio empresarial. Importante observar que quanto mais o professor utilizar técnicas e ferramentas as quais os alunos possam replicar em suas vidas profissionais, mais adequado aos objetivos de carreira dos alunos o curso estará e como opção no disputado mercado educacional, o próprio curso tem maiores possibilidades de formar turmas continuamente.

Relata-se resumidamente algumas abordagens sob a ótica de elementos que influenciam diretamente o ensino: professor, aluno e ambiente. No caso do professor, quando também atua como Coordenador de curso de pós-graduação *lato sensu*, terá ainda a função de ser o incentivador, em nome da instituição, para que essas abordagens sejam levadas adiante e, ademais, para que todos os professores sob sua responsabilidade adotem boas práticas de ensino suportadas por esses meios.

Quase sempre o Professor-Coordenador, também possui a missão de ser o orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na qual deve possibilitar que o aluno encontre prazer na produção científica e aplicabilidade do TCC em sua vida profissional, porque em cursos de pós-graduação *lato sensu* é primordial que todo o arcabouço teórico possa ser aplicado no desenvolvimento profissional do aluno.

ALGUMAS FERRAMENTAS

Alguns professores poderão não ter o preparo para aplicar as técnicas e ferramentas aqui sugeridas. Porém, novamente, alerta-se para o papel de incentivadores que os Coordenadores e as Instituições de Ensino Superior tem em proporcionar esse preparo.

Como diz o ditado popular, “uma andorinha só, não faz verão” e ações individuais de um ou outro professor somente irão destacá-lo como “aquele professor inesquecível” para os alunos que cursarem sua disciplina, gera-se pouco ganho para o curso e seus participantes, como um todo.

Entre as inúmeras opções que podem-se elencar aqui, optou-se por discorrer resumidamente sobre as seguintes ferramentas, as quais, acredita-se, sejam de grande valia para a adoção de uma educação de pós-graduação *lato sensu* com melhores resultados:

- Mapas conceituais e aprendizagem significativa.
- Aprendizagem baseada em problemas (*PBL*).
- Narração de histórias (*storytelling*).
- Apresentações de alto impacto.

A intenção não é esgotar qualquer dos assuntos em pauta, mas colocar cada um deles no horizonte de discussão dos atores que compõem os cursos de pós-graduação *lato sensu*.

MAPAS CONCEITUAIS E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

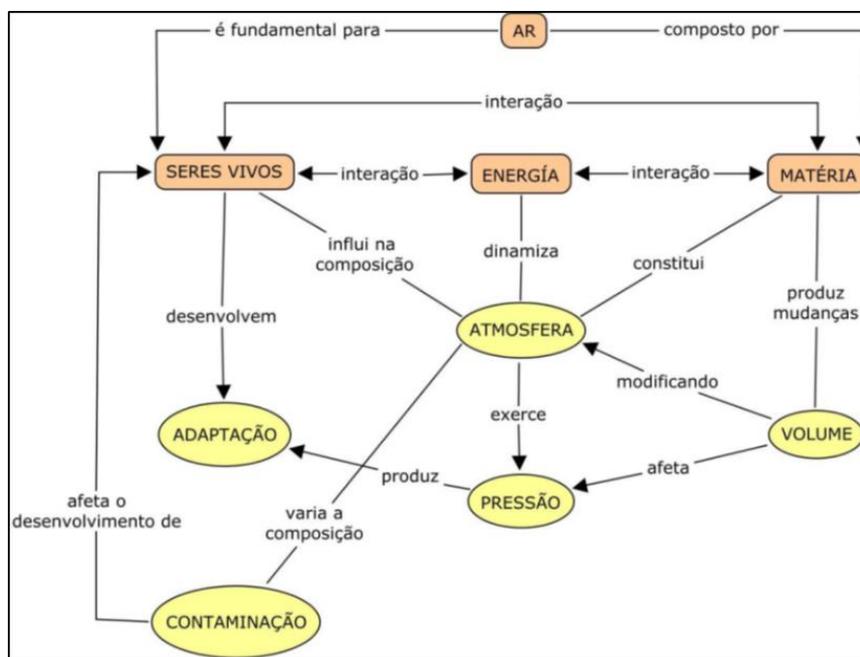
O conceito de aprendizagem significativa remonta a teoria cognitiva de aprendizagem, elaborada por Ausubel, no final da década de 1960, na qual:

A aprendizagem é dita significativa quando uma nova informação (conceito, ideia, proposição) adquire significados para o aprendiz através de uma espécie de ancoragem em aspectos relevantes da estrutura cognitiva preexistente do indivíduo, isto é, em conceitos, ideias, proposições já existentes em sua estrutura de conhecimentos (ou de significados) com determinado grau de clareza, estabilidade e diferenciação (MOREIRA,1982;p.45).

No entanto, o responsável pelo desenvolvimento dessa técnica foi Novak e seus colaboradores, em meados da década de 1970, na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.

Os mapas conceituais são usados como ferramenta para indicar relações entre conceitos (ou, melhor, palavras que se usam para representar conceitos). A Figura 1, representa um exemplo de Mapa Conceitual:

Figura 1: Exemplo de Mapa Conceitual



Fonte: (MOREIRA,1982; p.45).

Embora, normalmente, representem relações hierárquicas, os mapas conceituais não são organogramas, diagramas de processos ou fluxogramas, pois não implicam em seqüência, temporalidade, direção ou hierarquias organizacionais ou de poder. Conforme MOREIRA:

Por exemplo, se o indivíduo que faz um mapa, seja ele, digamos, professor ou aluno, une dois conceitos, através de uma linha, ele deve ser capaz de explicar o significado da relação que vê entre esses conceitos. Uma ou duas palavras-chave escritas sobre essa linha (vide Figura 1) podem ser suficientes para explicitar a natureza dessa relação. Os dois conceitos mais as palavras-chave formam uma proposição e esta evidencia o significado da relação conceitual. Por esta razão, o uso de palavras-chave sobre as linhas conectando conceitos é importante e deve ser incentivado na confecção de mapas conceituais, mas esse recurso não os torna autoexplicativos. Mapas conceituais devem ser explicados por quem os faz; ao explicá-lo, a pessoa externaliza significados. Reside aí o maior valor de um mapa conceitual. É claro que a externalização de significados pode ser obtida de outras maneiras, porém mapas conceituais são

particularmente adequados para essa finalidade.
(MOREIRA,1982;p.42).

Com relação as regras para sua elaboração, MOREIRA afirma:

Muitas vezes utiliza-se figuras geométricas -- elipses, retângulos, círculos -- ao traçar mapas de conceitos, mas tais figuras são, em princípio, irrelevantes. É certo que o uso de figuras pode estar vinculado a determinadas regras como, por exemplo, a de que conceitos mais gerais, mais abrangentes, devem estar dentro de elipses e conceitos bem específicos dentro de retângulos. Em princípio, no entanto, figuras geométricas nada significam em um mapa conceitual. Assim como nada significam o comprimento e a forma das linhas ligando conceitos em um desses diagramas, a menos que estejam acopladas a certas regras. O fato de dois conceitos estarem unidos por uma linha é importante porque significa que há, no entendimento de quem fez o mapa, uma relação entre esses conceitos, mas o tamanho e a forma dessa linha são, a priori, arbitrários. (MOREIRA,1982;p.42).

Por sua grande utilidade na transmissão visual de conceitos e seus relacionamentos, a aplicação dos mapas conceituais é ampla. É possível elaborar-se um mapa conceitual para uma única aula, para um módulo de estudo, para uma disciplina ou, até mesmo, para um programa educacional completo. O grau de generalização dos conceitos presentes no mapa é que determinarão sua abrangência. Por exemplo, um mapa envolvendo conceitos gerais pode ser utilizado para referenciar o planejamento de um curso todo, enquanto um mapa que considere conceitos específicos de um tema do curso pode ser utilizado como ferramenta de apoio durante as exposições teóricas.

Desta forma, mapas conceituais podem ser utilizados para demonstrar as relações significativas entre conceitos ensinados em uma única aula, em uma disciplina ou em um curso inteiro.

No entanto, os mapas conceituais não são auto instrutivos, pois necessitam de explicação. Porém, seu maior mérito é fazer com que os alunos associem visualmente os conceitos, entendam a relação causa-efeito entre eles e tenham uma facilidade muito maior de

assimilação, pois a associação visual funciona como um poderoso meio de fixação do conhecimento transmitido oralmente.

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS

Como já discorrido neste trabalho, o aluno de pós-graduação *lato sensu* demanda, em seu curso, conhecimentos práticos que possam ser aplicados, de preferência imediatamente, em sua vida profissional. A Aprendizagem baseada em problemas, como metodologia de ensino, é uma opção que o professor pode utilizar para atender essa demanda. Conforme Ribeiro:

A Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) — *Problem-Based Learning* (PBL), como é conhecido mundialmente — é essencialmente uma metodologia de ensino-aprendizagem caracterizada pelo uso de problemas da vida real para estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e das habilidades de solução de problemas e a aquisição de conceitos fundamentais da área de conhecimento em questão. (RIBEIRO,2008;p.111).

Desta forma, situações-problema são utilizadas como meio para iniciar, direcionar e motivar a aprendizagem dos conceitos e desenvolver as habilidades e atitudes dos alunos perante as situações apresentadas. O estabelecimento de objetivos (o que vou fazer?), de escolhas estratégicas (como vou fazer?) e, finalmente, verificar a solução do problema (funcionou?) como avaliação do processo, atuam como caminhos para o aluno desenvolver atributos essenciais em sua vida profissional, como adaptabilidade a mudanças, habilidade de resolver problemas em situações não rotineiras, pensamento criativo e crítico, adoção de visão sistêmica ou holística, trabalho em equipe, capacidade de identificar seus pontos forte e pontos fracos e, sem dúvida, o compromisso com o aprendizado e aperfeiçoamento contínuos.

Ribeiro afirma, ainda, que “a somatória desses atributos ainda poderia conferir segurança e iniciativa aos alunos, imprescindíveis para que iniciem seus próprios empreendimentos” (RIBEIRO, 2008; p.275).

O uso prático da metodologia exige um preparo prévio do professor, pois a PBL costuma ser frequentemente confundida com outras metodologias, citadas por Ribeiro (2008): casos de ensino baseados em palestras, palestras baseadas em casos de ensino, estudos

de casos de ensino e estudos de casos de ensino modificado não constituem exemplos de aplicação de PBL. E para isso, Ribeiro argumenta:

Porém, o que diferencia e torna a PBL um método de ensino eficaz para o preparo do aluno para a vida profissional é a sua característica de apresentar um problema que, idealmente, represente “uma tarefa concreta que simula ou representa uma situação passível de ser encontrada pelos futuros profissionais e ser real, ou potencialmente real, de forma que o gerenciamento adequado ou inadequado afete seus resultados” (RIBEIRO,2008;p.340).

Os problemas devem espelhar situações profissionais reais, ou seja, ser indefinidos, ter informações insuficientes e perguntas não respondidas. Consequentemente, ao trabalharem com problemas mal estruturados, os alunos nunca conseguem ter total certeza de que tomaram a decisão "correta", mas apenas de que escolheram a melhor alternativa dadas as informações disponíveis, exatamente como acontece em um negócio. Em termos práticos, os alunos devem cumprir as seguintes tarefas:

- Exploração do problema, levantamento de hipóteses, identificação de questões de aprendizagem e elaboração das mesmas.
- Tentativa de solução do problema com o que sabem, observando a pertinência de seu conhecimento atual.
- Identificação do que não sabem e do que precisam saber para solucionar o problema.
- Priorização das questões de aprendizagem, estabelecimento de metas e objetivos de aprendizagem, alocação de recursos de modo a saberem o que, quando e quanto é esperado deles.
- Planejamento e delegação de responsabilidades para o estudo autônomo da equipe.
- Compartilhamento eficaz do novo conhecimento, de forma que todos os membros aprendam os conhecimentos pesquisados pela equipe.
- Aplicação do conhecimento na solução do problema.
- Avaliação do novo conhecimento, da solução do problema e da eficácia do processo utilizado e reflexão sobre o processo.

Reafirma-se aqui, o necessário preparo do professor para aplicar a PBL e o preparo antecipado do plano das aulas. Conforme resume Ribeiro:

O PBL é uma metodologia educacional centrada no aluno; e por "centrada no aluno" entende-se que as oportunidades de aprendizagem devam ser relevantes aos alunos e que seus objetivos sejam, ao menos parcialmente, determinados pelos próprios alunos. Este "empoderamento" (empowerment), ou seja, delegação aos alunos de autoridade com responsabilidade sobre a aprendizagem, prepara-os para que se tornem aprendizes por toda a vida. (RIBEIRO, 2008;p.416).

NARRAÇÃO DE HISTÓRIAS (STORYTELLING)

Há centenas de anos, acredita-se que "as histórias são ferramentas de transmissão de informação mais poderosas e duradouras do que qualquer outra forma artística" (DUARTE,2012; p.16). Desde que os primeiros humanos sentaram ao redor das fogueiras, as histórias vêm sendo contadas, criando ligações emocionais. Em muitas sociedades, essa forma de registro do conhecimento vem passando de geração em geração com pouca, ou até nenhuma, alteração.

As pessoas adoram ouvir histórias porque representa uma forma de aprender lições, de viver aventuras nas palavras do outro ou, simplesmente, porque é irresistível ao nosso cérebro não prestar atenção quando alguém está narrando uma história. Como afirma Duarte: "A vida é complicada, e por isso simpatizamos com os personagens que possuem desafios reais, similares aos nossos. Quando ouvimos uma história, a química em nosso corpo se altera e nossa mente fica paralisada. " (DUARTE,2012; p.16).

Mesmo com estas informações, o poder das histórias parece ter fugido aos professores de pós-graduação, já que ensinam adultos, os quais, por serem adultos, não estão lá para ouvir histórias. Entretanto, isso é um grande engano. Ainda, conforme Duarte:

A maioria dos profissionais se sente pouco natural quando utiliza as histórias para criar um apelo emocional, já que isto requer que eles demonstrem ao menos um grau de vulnerabilidade para pessoas que não são totalmente conhecidas. Contar uma história pessoal pode ser particularmente intimidador porque as grandes histórias pessoais apresentam conflitos ou complicações que podem expor sua humanidade ou fraquezas. No entanto, são essas histórias que possuem o maior poder de realizar mudanças. As pessoas gostam de seguir um líder que tenha sobrevivido a desafios pessoais e que possa

compartilhar suas batalhas e vitórias (ou derrotas) de forma confortável. (DUARTE,2012;p16).

Uma maneira prática do professor de pós-graduação *lato sensu* utilizar o *storytelling* como ferramenta é associá-lo à exposição do conteúdo de aulas e às dúvidas e comentários dos alunos. Além de enriquecer uma exposição teórica, uma boa história irá conectar o professor com seus alunos, ajudando-os a identificar oportunidades de aplicação do conhecimento adquirido em suas carreiras ou vidas pessoais.

Existem várias maneiras de se preparar-se para contar histórias. Por sua simplicidade e facilidade, sugere-se utilizar os conceitos aristotélicos da estrutura em três atos:

Aristóteles alegou que, para persuadir, seria necessário empregar três tipos de argumentos: o apelo ético (*ethos*), o emocional (*pathos*) e o lógico (*logos*). Os fatos sozinhos não bastam para persuadir, segundo ele, é necessário completá-los com o equilíbrio certo entre a credibilidade e o conteúdo, o que impressiona profundamente. (DUARTE,2012;p.100).

Resumidamente, esses três argumentos servem aos seguintes propósitos:

1. **Apelo Ético:** aqui a conexão com o público se dá pelo compartilhamento dos valores e experiências comuns. O equilíbrio certo entre o apelo racional e o emocional é a chave para aumentar a credibilidade da história. Assim sendo, haverá uma conexão com o público e a ideia da história inspirará respeito.
2. **Apelo Lógico:** o apelo lógico deve estar presente em todas as histórias, pois sem ele não há como manter o sentido da ideia. O desenvolvimento de uma estrutura para manter a história intacta é o objetivo aqui.
3. **Apelo Emocional:** o estímulo do público vem pelos sentimentos de dor ou prazer. Normalmente, quando o ser humano sente essas emoções, joga a razão pela janela e tomam decisões importantes baseando-se nas emoções.

Desta forma, um meio prático para o preparo de uma boa história em três atos se prende ao seguinte formato:

- **1º Ato:** consiste na preparação da história, com a apresentação dos personagens e suas relações, mostrando um desejo não preenchido pelo protagonista (herói), mantendo a coerência da trama;

- **2º Ato:** apresenta o drama com base em um confronto. O protagonista encontra os desafios que tem que vencer para que alcance o seu desejo (necessidade dramática);
- **3º Ato:** a história se resolve, uma vez que surge uma solução. O protagonista principal foi bem-sucedido (ou fracassou).

É importante saber que isso não é uma fórmula e sim um formato para se preparar uma história para ser apresentada a uma plateia.

A Figura 2, abaixo, apresenta, esquematicamente, a estratégia da estrutura da história em três atos e pode ser utilizada para auxiliar os professores no preparo de suas histórias.

Figura 2: Diagrama esquemático da estrutura da história em três atos



Fonte: Os Autores

Na sequência aborda-se o conceito de apresentações de alto impacto, que colaboram e poderão ser úteis com as demais sugestões apresentadas anteriormente, bem como, com qualquer conteúdo que se deseja transmitir.

APRESENTAÇÕES DE ALTO IMPACTO

Como recurso de ensino, as apresentações digitais são instrumentos de grande valia, as quais permitem transmissão de conhecimento de forma rápida. Sem dúvida, a disseminação de meios de apresentação eletrônica, como projetores, monitores de vídeo ou, ainda, televisores de tela grande, garantiu seu espaço nas salas de aula dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Porém, quando uma apresentação formal é solicitada, a imensa maioria das pessoas parte para uma única ação: abre o software de apresentação no computador (normalmente, o famoso *Power Point*) e começa a escrever os conteúdos (normalmente, em tópicos) utilizando modelos pré-existentes na ferramenta ou, mesmo, usando algum padrão pessoal ou organizacional. E professores não são exceção à essa regra.

Uma apresentação formal é uma chance de transmitir uma mensagem única e inesquecível para os alunos e não deve ser perdida com textos longos projetados em uma tela, pois,

para isso, existem os livros. É nessa linha que se sugere a utilização de apresentações de alto impacto como ferramenta de ensino.

A ideia por trás das apresentações de alto impacto é a proposição que apresentações bem-feitas podem mudar o mundo. Conforme Duarte:

Quem poderia pensar que um filme sobre uma apresentação poderia ganhar um Prêmio da Academia, criar uma consciência global e incitar uma mudança? Muito antes de o filme Uma Verdade Inconveniente ter sido notado, o ex-Vice-Presidente Al Gore havia feito sua apresentação centenas de vezes para plateias influentes em todo o mundo... Talvez não seja necessário mudar todo o mundo, mas é possível mudar o seu mundo utilizando uma apresentação. (DUARTE,2012;p.196).

Como técnica para elaborar apresentações de alto impacto, sugere-se seguir as seguintes etapas:

- **Briefing:** é o “resumo” do resultado que se quer obter com a apresentação e, ao mesmo tempo, o levantamento de todas as informações relevantes sobre o assunto da apresentação (produto, serviço, ideia, público, etc). Neste estágio, o objetivo é obter o alinhamento com os ouvintes (seu público) para que a todas as expectativas sejam atendidas ao final da apresentação. A elaboração de um *Briefing* claro em ideias, características e resultados é o ponto chave de sucesso para uma apresentação.
- **Storytelling** – esta etapa foi explorada anteriormente neste artigo e é suficiente reafirmar o efeito que uma boa história traz para a alma humana. Portanto, preparar e contar uma boa história tornará uma apresentação inesquecível.
- **Design** – o impacto sensorial (que estimula os sentidos, de uma forma geral, e o apelo visual, de uma forma particular) de uma apresentação é, também, um dos fatores críticos de sucesso. Existem apresentações que não demandam muitas informações e são expressas em imagens, animações ou símbolos. Outras demandam que informações estruturadas sejam apresentadas, o que representa um desafio para a compreensão e memorização da plateia. Então, a transformação desses dados em informação visual (figuras, escalas, comparações, contrastes, etc) faz com que seja possível tornar inesquecível uma apresentação deste tipo. Um outro ponto importante no estágio do *Design* é explorar muito bem a ferramenta escolhida para criar a apresentação. Em qualquer software de apresentação, o conhecimento das

potencialidades e limites dentro da ferramenta é fundamental para a criação de impacto nas apresentações.

- **Apresentação** – é necessário que o apresentador esteja preparado para esse momento. Isso não é tão simples como parece. É preciso disciplina para ser um grande orador, porém isso traz grandes benefícios ao apresentador. Uma série de técnicas ajudam a desenvolver uma oratória consistente com o estilo de cada pessoa, o que, com treinamento e dedicação, faz de qualquer pessoa esforçada um apresentador desenvolvido.

Embora não haja a intenção de esgotar o assunto, alguns conselhos devem ser seguidos ao elaborar-se apresentações de alto impacto:

- **Apresentar uma ideia por slide** – cada slide deverá ter apenas uma mensagem. Não há motivo para empilhar diversas ideias em um mesmo *slide*. Deve-se criar tantos *slides* quantos forem necessários. É importante dar a cada ideia o seu momento de apresentação. Uma boa prática para seguir essa regra é ter em mente a seguinte frase: se sua ideia não cabe em um lembrete (*post-it*), então não cabe em um slide.
- **Manter a simplicidade** – esboçar representações visuais das ideias em folha de papel ou nos lembretes (*post-it*). Manter as ideias em ritmo de esboço remeterá as ideias a palavras e imagens simples e claras (como prova de conceito) antes de criar os *slides* no software de apresentações. Mesmo que não exista uma imagem no *slide*, fontes maiores ganham mais realce na projeção do que uma escrita densa.
- **Transformar palavras em imagens** – será fácil transformar palavras em imagens se for possível compreender o relacionamento entre elas. Usar a ferramenta de mapas conceituais, já apresentada neste artigo, também ajudará a montar as relações necessárias entre as imagens e as palavras.
- **Usar frases de impacto** – se as pessoas conseguem lembrar, repetir e transferir facilmente a mensagem recebida, isso significa que a transmissão foi excelente. Para alcançar essa meta é preciso ter algumas frases de efeito breves, claras e fáceis, inseridas na apresentação e que os participantes lembrarão sem esforços. Porém, é recomendável muito critério na escolha das frases, pois o efeito deve ser medido não somente sobre o conteúdo que se quer valorizar, mas também sobre o público ouvinte (valores, crenças e provocações).
- **Adequar a linguagem** – quando se fala em público, a utilização de termos altamente especializados pode dificultar os esforços e reduzir o volume de ajuda recebido dos participantes – simplesmente por não estarem compreendendo o que está sendo dito. O público não adotará a ideia apresentada a não ser que consiga compreendê-la. O

juízo de valor não será tanto pela ideia em si, mas pela capacidade de comunicação do apresentador.

CONCLUSÃO

As técnicas apresentadas neste artigo derivam da neuroeducação, que de forma interdisciplinar combina neurociência, psicologia e educação com o intuito de criar melhores métodos de ensino. As sugestões apresentadas foram aplicadas pelos autores em diversas disciplinas em cursos de pós-graduação *lato sensu* e promovem a inovação e colaboração.

Pela limitação de espaço e características deste artigo não se pretende esgotar o assunto, mas sim, possibilitar a discussão acerca de novos métodos para que se promovam a criatividade e colaboração em curso de pós-graduação *lato sensu*.

Embora não tenha sido possível tratar neste artigo, sugere-se algumas técnicas de metodologias ativas de aprendizagem, como a Educação para Sustentabilidade, Avaliação Significativa, uso de Jogos, ou a chamada *gameficação* de conteúdo, Inteligência Relacional e também utilização da música e do humor como recursos didáticos, que dependerão da adaptação dos conteúdos às disciplinas.

Ainda há que se abordar a discussão da inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD) e transgêneros, assuntos tão presentes em nossa sociedade e importantes não somente nas salas de aulas, mas para que os alunos possam agir de modo mais assertivo com estas situações no mundo do trabalho.

Deseja-se que estas abordagens provoquem novos estudos e práticas para uma educação que possibilite a inovação, colaboração e transformação dos alunos de cursos de pós-graduação *lato sensu* e reflitam em uma melhora significativa em nossa sociedade, com cidadãos mais reflexivos e atuantes.

Contudo, há que se fomentar a Educação para o Futuro, com o cuidado de revermos sempre nossas práticas, para que ao formarmos pessoas para o amanhã, não oferecermos o ontem.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.P., NOVAK, J.D. and HANESIAN, H. **Educational psychology**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978. Publicado em português pela Editora Interamericana, Rio de Janeiro, 1980.

BARRETO, Flavio Chame. **Estratégias docentes eficazes: Quando a neurociência, as Teorias de Aprendizagem e a Prática do Professor se Complementam.** Rio de Janeiro. Edição do Kindle, 2014.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

DUARTE, Nancy. **Slide:ology: a arte e a ciência para criar apresentações que impressionam.** São Paulo: Editora Universo dos Livros, 2010.

_____. **Ressonância: apresente histórias visuais que encantem o público.** Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2012.

GOMES, R. C. G. *et al*; **Tecnologia e andragogia: aliadas na educação a distância.** CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 8. Anais. Brasília: ABED, 6 a 8 ago. 2001

KNOWLES, Malcolm S. *et al*. **The adult learner.** 5. Ed. Houston: Gulf Publishing Company, 1977.

MOREIRA, Marco Antonio. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa** (concept maps and meaningful learning). **Aprendizagem significativa, organizadores prévios, mapas conceituais, diagramas e unidades de ensino potencialmente significativas**, p. 41, 1982.

_____. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa.** São Paulo: Editora Centauro, 2010.

RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. **Aprendizagem baseada em problemas (PBL): uma experiência no ensino superior.** São Carlos: SciELO - EdUFSCar. Edição do Kindle, 2008.

TURCKE, Christoph. **Sociedade Excitada: filosofia da sensação.** Campinas - São Paulo: Editora da UNICAMP, 2010.

DIFICULDADES DE ADEQUAÇÃO DA NORMA 12 NA INDÚSTRIA

Taís de Sousa Santos; Aluna do curso de Engenharia de Segurança do Trabalho – Senac
Jundiaí - tais.ed@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo relatar as dificuldades encontradas pelas empresas para a adequação após a revisão da Norma 12. Alterada pela Portaria MTE N.º 197, de 17 de dezembro de 2010 a norma contém diversos aspectos técnicos e específicos de segurança a serem empregados pelas empresas, no entanto estas vêm encontrando dificuldades de nível financeiro e técnico, causando morosidade. A partir dessas dificuldades os representantes das indústrias levantaram a necessidade de criar e aprovar a linha de corte temporal, que tem como objetivo a suspensão da norma para as máquinas instaladas anteriormente à revisão da NR-12. Medida essa desnecessária, pois processo de adequação com ações que requerem baixo investimento e que tenham resultados imediatos visíveis e significativos é algo realmente possível, quando existe consenso e entrosamento entre as partes interessadas.

Palavras-chave: NR 12. Máquinas. Corte temporal. Investimento.

Abstract: The purpose of this paper is to report on the difficulties encountered by the companies for their adequacy after the revision of Standard 12. Amended by Administrative Rule No. 197 of December 17, 2010, the standard contains several technical and specific safety aspects to be used by the companies. Companies, however, these have encountered financial and technical difficulties, causing delays. From these difficulties the representatives of the industries raised the need to create and approve the timeline, which aims to suspend the standard for the machines installed prior to the revision of NR-12. Such an unnecessary measure, because a process of adaptation with actions that require low investment and that have immediate visible and significant results is something really possible, when there is consensus and coordination between the interested parties.

Keywords: NR 12. Machines. Temporary cut. Investment.

Introdução

É impossível não associar as máquinas e equipamentos à evolução da tecnologia na Indústria, responsáveis pela produtividade e qualidade nos processos industriais, as máquinas também contribuíram com grande parcela para a ocorrência de acidentes na indústria, muitas vezes com mutilações e até mesmo óbitos. Proteções insuficientes nas máquinas, ou até mesmo nenhuma, cooperam de forma lasciva para esse número de acidentes. Após 32 anos a primeira versão da norma 12, específica para máquinas e equipamentos, ganha uma revisão de impacto, com isto novas regras gerais e específicas bem detalhadas devem ser atendidas. O objetivo é torná-las mais seguras. Trata-se de um grande avanço e o seu atendimento implica em estratégias definidas para a adequação, bem como, na aquisição de novas dessas máquinas e equipamentos (SOUZA, 2014).

A revisão da Norma gerou uma série de embates no setor industrial, na visão do empregador a reformulação da norma é uma despesa a mais no orçamento, pois requer grande investimento além de impactar de forma negativa o processo produtivo.

A proposta deste trabalho é demonstrar a obrigatoriedade e a necessidade da adequação da norma, provando assim ser possível a concepção de um sistema de segurança eficaz, condizendo com a necessária segurança e bem estar do trabalhador, sem para isto ter que diminuir a produtividade destas máquinas.

Máquinas e Equipamentos

O contexto da segurança nunca pode deixar de ser considerado em qualquer atividade de sobrevivência do ser humano, seja este no seu nível mais fundamental, ou em níveis de elevada necessidade de capacitação intelectual e/ou tecnológica (SOUZA, 2014).

O avanço da tecnologia e a necessidade de produção em grandes escalas, fez com que as máquinas tivessem um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento da indústria de um modo geral, tornando ela a protagonista da sociedade industrial, reduzindo o esforço físico do trabalhador, aumentando a qualidade dos processos e a produtividade.

Contrariamente ao que se imagina a máquina não é um artefato técnico, um objeto neutro voltado a si mesmo. A máquina é um artefato social e cultural, criado por seres humanos reais dotados de interesses e preocupações, para satisfazer determinadas necessidades (Vilela, 2000). Partindo deste princípio pode-se concluir que quando se projetava uma máquina se pensava unicamente em gerar uma demanda de maior produtividade, sem considerar os riscos gerados ou a possibilidade de acidentes.

Para a segurança em máquinas é possível descrever risco de acidente como sendo a chance de um acidente particular ocorrer em determinado período de tempo, associado como grau ou severidade da lesão resultante (RAAFAT, 1989).

Levantamentos efetuados pelo Departamento Estadual do Trabalho de S. Paulo sobre a problemática dos acidentes do trabalho no país indicam que já no início do século XX, a questão dos acidentes com máquina ganha relevância e é objeto de preocupação dos órgãos públicos (Faleiros,1992). Há muito já se pensava na segurança em máquinas, mas somente em 1978 foram aprovadas as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

A necessidade de uma legislação, com a finalidade de equiparar as diferentes forças entre empregado e empregador, originou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que desde 1943 vem regulando as relações trabalhistas no Brasil. A CLT chama uma série de leis complementares e regulamentações, necessárias à regulação das mais diversas atividades trabalhistas, como as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Entre elas está a NR 12, que regula a segurança em máquinas e equipamentos.

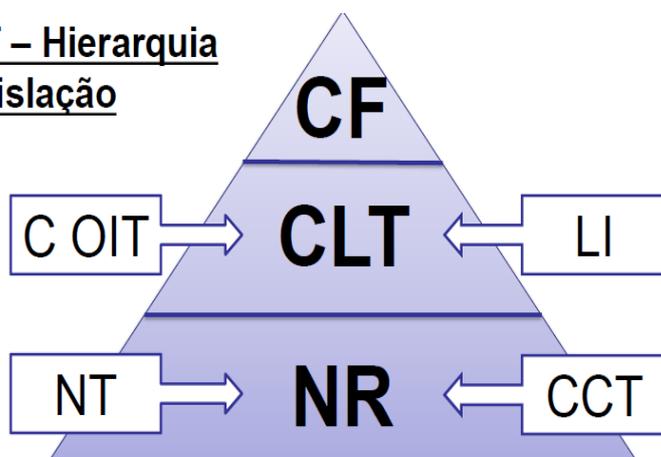
No entanto quando a primeira NR 12 foi publicada, em 1978, trazia um texto básico, com três páginas, sem entrar em detalhes sobre segurança em máquinas e equipamentos, não existindo, portanto um padrão de segurança para estes equipamentos. Quando um engenheiro projetava uma máquina, a pedido de um empresário, ele o fazia atendendo uma demanda de maior produtividade, sem considerar os riscos gerados ou a possibilidade de acidentes.

Uma análise do ciclo de vida das máquinas no Brasil pode comprovar que são concebidas na fase de projeto sem qualquer preocupação com o ser humano que irá operar estes equipamentos, são vendidas para o mercado desprovidas de dispositivos mínimos de segurança, são colocadas em uso nestas condições. Após a ocorrência de acidentes e mutilações, a depender do nível de organização dos trabalhadores, pode vir a ser objeto de alguma adaptação com instalação de dispositivos de segurança (VILELA, 2000).

Aspectos e Obrigações Legais

SST – Hierarquia

Legislação



Legenda

LI	Leis Internacionais	CF	Constituição Federal
C OIT	Convenções da Organização Internacional do Trabalho	CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CCT	Convenções Coletivas do Trabalho	NR	Norma Regulamentadora
NT	Notas Técnicas do M.T.E.		

Fonte: ABIMAQ (2016)

O Brasil em 1994 se tornou signatário da Convenção nº 119 da OIT- sobre Proteção de Máquinas, por meio do Decreto nº1.255 que adotou integralmente o conteúdo desta convenção. A redação da Convenção é de 1963, contendo os mesmos conceitos empregados na NR 12, ou seja, as Normas Regulamentadoras tem força de lei (FIESP, 2013).

Tornando uma obrigação legal para os empregadores a **Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977**, relativa à segurança e medicina do trabalho e outras providências, especificamente para os fabricantes de bens de capital a seção XI – Das Máquinas e Equipamentos, os Artigos **184, 185 e 186 da CLT** (ABIMAQ, 2016).

Reformulação da NR 12

No final de 2010 o MTE publicou a revisão da NR 12, através da Portaria nº.197, de 17 de dezembro. Com isto novas regras gerais e específicas bem detalhadas devem ser atendidas. O objetivo é torná-las mais seguras. Trata-se de um grande avanço e o seu atendimento implica em estratégias bem definidas para a adequação, bem como, na aquisição de novas máquinas e equipamentos.

Um dos principais motivos para uma mudança tão criteriosa na norma seria o aumento na utilização do seguro trabalhista, gerando impacto nas contas da Seguridade

Social. Os números de acidentes em máquinas no Brasil são alarmantes. Segundo o Anuário Brasileiro de Proteção (2013), entre os anos de 2010 e 2011 houve um aumento de 4,7% no número de registros de acidentes fatais relacionados ao ambiente de trabalho. A informação foi divulgada pelo Ministério da Previdência Social, por meio de seu Anuário Estatístico, publicado no dia 24 de outubro. Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, no último ano 2.884 trabalhadores perderam suas vidas durante o exercício de suas atividades profissionais, enquanto que em 2010 foram registrados 2.753 mortes no trabalho (ANUÁRIO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO, 2013).

O custo dos acidentes e doenças do trabalho para o Brasil chega a R\$ 71 bilhões por ano, o equivalente a quase 9% da folha salarial do País, da ordem de R\$ 800 bilhões. O cálculo é do sociólogo José Pastore, professor de relações do trabalho da Universidade de São Paulo (BOTELHO, 2013).

A norma reformulada passou por rigoroso processo de elaboração, que teve como base uma comissão denominada tripartite, formada por representante dos empregadores, dos trabalhadores (sindicatos) e do Governo Federal (FIESP, 2013).

Um Grupo de Trabalho Tripartite – GTT – foi formado para dar origem (ou revisão, neste caso da NR 12), que fez o texto base da norma considerando (FIESP, 2013):

- Um criterioso levantamento bibliográfico dos melhores procedimentos de segurança em máquinas existentes;
- Estudo das Normas Técnicas Nacionais e Internacionais e outras: mais de 50 normas ABNT/ISO/IEC;
- Consolidação e harmonização das normas/regulamentos: Convenção 119.

Nova NR 12

A NR 12 está regulamentada na Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, especificamente na seção XI – Das Máquinas e Equipamentos, os Art. 184, 185 e 186 da CLT. A primeira publicação da NR 12 ocorreu em 08 de junho de 1978, pela Portaria GM nº 3.214. A atualização no contexto do corpo da NR 12, foi publicada em 17 de dezembro de 2010, pela Portaria SIT nº 197. O último anexo (Anexo XII) foi inserido na norma e publicado em 08 de dezembro de 2011, pela Portaria SIT nº 293. A última atualização da NR 12 foi publicada pela Portaria N.º 509 DE 29 de abril de 2016. (Alterou alguns capítulos do corpo da Norma Regulamentadora NR 12) (até o momento – abr./2016) (Portaria MTPS nº 509, 2016).

Definição da Norma

Esta Norma Regulamentadora e seus anexos definem referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos, e ainda à sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas, sem prejuízo da observância do disposto nas demais Normas Regulamentadoras – NR aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, nas normas técnicas oficiais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais aplicáveis (MTE, 2016).

O Ministério do Trabalho e Emprego elaborou uma proposta de atualização da redação dessa Norma, que pretendia contemplar os requisitos das Notas Técnicas, das resoluções da OIT e das Normas Técnicas de Segurança Nacionais e Internacionais. Realizou-se a abertura de um canal específico para a manifestação dos fabricantes sobre o texto proposto. Este trabalho resultou em 179, sugestões de alterações no texto inicialmente apresentado, das quais 98 apresentaram fundamentos técnicos que a justificavam. A maioria dessas sugestões, tecnicamente embasadas, foi atendida pela Comissão Tripartite do MTE (ABIMAQ, 2016).

Apesar das iniciativas e acordo entre as partes, a norma recebeu aprovação em dezembro de 2010, com algumas falhas na redação de itens importantes, e com prazo de implantação diminuto e divergente daquele proposto pela Bancada Patronal.

A Comissão Nacional Temática Tripartite - CNTT - da NR-12, atualmente vêm realizando junto aos órgãos competentes a revisão técnica da Norma, para uma melhor compreensão de seu conteúdo, assim como, em negociações para a possível protelação do prazo de implantação, oferecendo melhores condições aos fabricantes para atender aos requisitos nela estabelecidos. Considerando que neste momento de transição os órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho deveriam adotar postura de orientação e não punitiva, em comum acordo com a bancada patronal.

Em fevereiro de 2014 a Confederação Nacional da Indústria- CNI protocolou uma carta junto ao ministério do trabalho e emprego – propondo a adoção das seguintes premissas (ABIMAQ, 2016):

- Linha de corte temporal para as adequações de máquinas usadas.
- Obrigações distintas para fabricantes e usuários.
- Tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- Interdição de máquinas e equipamentos, mediante grave e iminente risco devidamente comprovado, por laudo técnico circunstanciado e por ato a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Linha de Corte Temporal

Criada pela bancada patronal a linha de corte temporal tem como objetivo a suspensão da norma para as máquinas instaladas anteriormente à revisão da NR-12.

A reformulação da norma vem deixando grande parte dos empregadores apreensivos, especialmente os donos de micro e pequena empresa, devido ao alto custo que uma adequação representa. Nesse cenário, de um lado, as bancadas do governo federal e dos trabalhadores da CNTT defendem a continuidade da revisão do texto da nova norma com atualizações que tornem os sistemas de proteção mais simples, que possam ser adequada sem que haja perda da proteção do trabalhador. Já a bancada patronal defende a suspensão da norma e que a antiga norma volte a vigorar até que ela seja revisada nos termos que os empresários defendem. E que inclusive elaboraram uma nova proposta de texto para a norma. Sua principal reivindicação é que as exigências não abranjam as máquinas fabricadas antes de 2010, ideia rejeitada pelas outras duas bancadas, que defendem a abrangência para todo e qualquer maquinário (SILVEIRA, 2015).

O objetivo é preservar o parque industrial existente e adaptar à nova NR 12 somente as máquinas fabricadas a partir de 2010, as chamadas novas. Partindo do princípio do alto custo da adaptação e a viabilidade técnica de se adequar um equipamento obsoleto à norma.

Tentar-se-á elucidar que dificuldades interferem no sucesso dessas iniciativas, impedindo-as de romper as barreiras que as situam em segundo plano nas organizações (OLIVEIRA, 2003).

As empresas de um modo geral apresentam certa resistência ao processo de adequação, interpondo uma série de empecilhos para que a adequação não ocorra na íntegra, como por exemplo, os prazos para a referida adequação e o seu alto custo.

Assim, após consulta às associadas e profundo debate sobre o tema na Plenária, foi consenso de que a sustação irrestrita da NR-12 seria mais prejudicial do que benéfica, até porque na ausência da NR-12, a fiscalização se regeria pela CLT, NR-03 e outros dispositivos legais, cujos critérios de fiscalização são extremamente subjetivos, o que aumentaria o poder dos fiscais em decidir por interditar máquinas ou autuar ou não uma empresa (ABIMAQ, 2016).

Enquanto isso o ministério do trabalho segue seu cronograma de fiscalizar a norma de acordo com o texto aprovado em 2010.

Neste cenário de idas e vindas a norma vêm se sustentando com algumas alterações substanciais que podem ser observadas na tabela a seguir:

Data	Portaria	Alteração
14 de agosto de 2013	Nº 1.048	Consolida as áreas de atuação, as atribuições e as atividades profissionais relacionadas nas leis, nos decretos-lei e nos decretos que regulamentam as profissões de nível superior abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.
09 de dezembro de 2013	N.º 1.893	Altera a Norma Regulamentadora nº 12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. (Alterou alguns capítulos do corpo da Norma e os Anexos III e XI).
07 de maio de 2015	N.º 596	Altera os integrantes do Comitê Interministerial de Segurança em Máquinas e Equipamentos – CI Máquinas, designadas por meio da Portaria nº 2026 de 23/12/2014.

25 de junho de 2015	N.º 857	Altera a Norma Regulamentadora nº 12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. (Alterou alguns capítulos do corpo da Norma). 2015 – PORTARIA N.º 211, DE 09 DE DEZEMBRO DE
29 de abril de 2016	N.º 509	Altera a Norma Regulamentadora nº 12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. (Alterou alguns capítulos do corpo da Norma).

Fonte: Dados obtidos MTE, 2016.

A fim de incentivar a implementação da norma o governo disponibilizou linhas de créditos para as empresas, que tem como objetivo o financiamento da modernização de máquinas e equipamentos instalados no país, no entanto a principal linha Moderniza-BK do BNDS encontra-se com seu prazo de vigência expirado (BNDS, 2016).

Como modernização entende-se:

- A reconstrução e/ou recuperação da máquina ou equipamento, mediante a incorporação de novas tecnologias e/ou peças e componentes que ampliem a vida útil e/ou otimizem sua performance original, gerando um aumento da capacidade de produção e da produtividade para a economia nacional;
- A conversão da máquina ou equipamento sem dispositivo de segurança para adequação aos requisitos de segurança do trabalho estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e pela Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, e suas alterações (BNDS, 2016).

A segunda premissa considerada importante pela bancada patronal é a separação da norma entre usuários e fabricantes, como na Comunidade Européia, onde as diretivas são individualizadas (ABIMAQ, 2016).

Tratamento diferenciado para microempresas

As pequenas empresas devem ser adequadas com os mesmos critérios. Dado que as mesmas, apesar de menores, são em maior quantidade, o que na soma, gera um

número até maior de trabalhadores, que na sua maioria estão fora das estatísticas que o governo consegue “enxergar” (SOUZA, 2014).

O fato de uma instituição ser de pequeno porte não extingue sua responsabilidade para com o empregado, nem mesmo o baixo orçamento pode ser usado para justificar ou não o investimento em segurança.

As pequenas empresas podem iniciar o processo de adequação com ações que requerem baixo investimento e que tenham resultados imediatos visíveis e significativos. A NR 12 é realmente bastante técnica e complexa e tem muitos requisitos, porém existem algumas ações que são mais simples, custam menos e dão resultados mais rápidos, que é justamente a proteção física, que impede o acesso do trabalhador a uma zona perigosa (SILVEIRA, 2014).

Interdição de máquinas

Outro ponto bastante questionado pela banca patronal são as interdições realizadas indiscriminadamente pelos auditores fiscais, reivindicando que a interdição de máquinas e ou autuação de empresas ocorra somente após se comprovar o grave e iminente risco, após realização de laudo técnico pericial elaborado por profissional com especialização em engenharia de segurança do trabalho.

Muitas das interdições são efetuadas por Auditores do Trabalho, sem a competência técnica necessária, haja vista que para a entrada na carreira a exigência é de curso superior em qualquer área. Reconhece-se que em grande parte dos Auditores Fiscais do Trabalho têm merecida competência na área de segurança do trabalho, mas uma parcela significativa não dispõe da competência necessária para Auditar em Segurança do Trabalho pela falta de formação específica. Outro ponto, até mais importante que todos os demais já mencionados, é a falta de isonomia, por não haver verificação no despacho aduaneiro do cumprimento ao regulamento pelas máquinas e equipamentos importados, bem como a falta de um mecanismo de certificação como ocorre na Europa com a marcação CE (Abimaq, 2016). A Interdição de máquinas e equipamentos, mediante grave e iminente risco devidamente comprovado, por laudo técnico circunstanciado e por ato Superintendência Regional do Trabalho (ABIMAQ, 2016).

A bancada patronal também reivindica que um órgão certificador determinado pelo governo federal comprove que as máquinas estão ou não em conformidade com a NR-12. Existe ainda a obrigação legal de haver certificação das máquinas. No entanto não há nenhum órgão competente que certifique esses equipamentos.

Alguns efeitos da adequação podem ser observados, como a elevação do custo de fabricação e perda de produtividade na adaptação de máquinas instaladas que atendiam ao regulamento anterior, subjetividade na fiscalização pela falta de competência técnica por uma parcela dos Auditores Fiscais do Trabalho, aumento de desemprego pela diminuição da competitividade entre fabricantes nacionais que cumprem com os requisitos da NR-12 e máquinas equivalentes importadas, que não cumprem de fato as determinações da Norma.

As soluções encabeçadas pela bancada patronal seria verificar o cumprimento das regras de regulamentação da NR-12 na entrada do equipamento importado, por meio da aplicação de licenciamento não automático. Definir um mecanismo de Certificação da 1ª parte para marcação de conformidade com a NR-12. Este mecanismo poderia ser conduzido pelo MTPS e INMETRO. Registrar no SISCOMEX o MTPS como órgão anuente para máquinas e equipamentos, colocando a NR-12 em exigência. Implementar linha de corte temporal para as adequações de máquinas instaladas anteriores à revisão da NR-12. A norma deve respeitar a legislação vigente à época da fabricação da máquina ou equipamento. A norma não pode retroagir tornando ilegal o que sempre foi legal e violando os princípios da irretroatividade da lei e da segurança jurídica (ABIMAQ, 2016).

Orientações para Adequação

Para os parques de máquinas instaladas é possível efetuar a adequação de forma precisa seguindo o seguinte roteiro (ABIMAQ, 2016):

- Elaboração de inventários com todos os equipamentos a serem adequados.
- Fazer a apreciação de riscos (APR)
- Emitir a ART- anotação de responsabilidade técnica

Conclusão

Há vários anos o ministério do trabalho e as indústrias convivem com normas referentes à proteção em máquinas, antes mesmo da publicação da norma revisada seu conteúdo já era conhecido pelos empresários e auditados pela Fiscalização do Trabalho. Não cabendo aqui se falar em flexibilidade e muito menos linha de corte temporal, uma vez que seria uma afronta à lei assim como a segurança do trabalhador, e ainda uma injustiça com as empresas que se precaveram e já adequaram o seu parque fabril.

É inevitável o emprego de investimento para o processo de adequação, mas ainda são necessários especialistas que, de fato, entendam do assunto e possam ajudar as indústrias neste aspecto, assim como produtividade após adequação à norma e, principalmente, segurança dos trabalhadores. O envolvimento de todos no processo é primordial.

A norma já passou por algumas alterações desde sua revisão, a sua própria aplicação demonstrou que alguns tipos de proteções não se fazem necessários, o que reduz de maneira satisfatória o fator investimento. Outras medidas em relação à complexidade do texto também já estão sendo tomadas, desta forma não será possível regressar, a norma trouxe um conceito de segurança que nunca existiu. Há sim muitas exigências, mas elas são específicas para diferentes setores onde se faz necessário considerar as características de cada equipamento e processo individualmente.

Referências

ABIMAQ - Manual-de-Instrucoes-da-NR-12 - Abimaq, 1ª ed. Ver. São Paulo, Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/comunicacoes/dec/Manual-de-Instrucoes-da-NR-12.pdf> Acesso em: 20 nov. 2016.

Anuário Brasileiro de Proteção 2015 – Disponível em: http://www.protecao.com.br/conteudo/anuario_brasileiro_de_p_r_o_t_e_c_a_o/anuario_2015/J9yJA5_JayAJa

BNDES. Programa BNDES Finame de Modernização de Máquinas e Equipamentos Instalados no País. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finame-moderniza-bk> Acesso em: 27 out. 2016.

BOTELHO, Marcos Ribeiro. Revista Proteção. NR 12 - considerações sobre a nova Norma de Segurança. 2013. Disponível em http://www.protecao.com.br/site/content/noticias/noticia_detalhe.php?id=AJyAJ9y5&_akacao=1509537&__akcnt=8ddb655d&__akvkey=e222&utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=Prote%20Sele%20Ed.%2029/13. Acesso em 10 out. 2016

FALEIROS, V. P. O Trabalho da Política: Saúde e Segurança dos Trabalhadores S.Paulo, Cortez, 312p. 1992

FIESP. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. WORKSHOP IMPACTOS DA NOVA REDAÇÃO DA NR 12. Disponível em <http://www.fiesp.com.br/noticias/impactos-da-nr-12-na-industria-e-avaliada-na-fiesp>. Acesso em 31/10/2016.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. NR-12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR12/NR-12atualizada2015II.pdf>.

Acesso em 27/10/16

OLIVEIRA, João Cândido de. Segurança e saúde no trabalho: uma questão mal compreendida. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 2003.

RAAFAT, H.M.N. Risk Assessment and Machinery Safety, Journ. Of. Occup. Accident 11 (1989):

37-50

Silveira, Martina Wartchow – Revista Proteção . Disponível em: <http://www.sintesp.org.br/img/downloads/nr-12-entra-quinto-ano-revista-protecao-760.pdf> Acesso em: 08 de out. 2016.

Souza, Gil Fábio - Monografia de Especialização Universidade Tecnológica do Paraná – Impactos da Nova Redação da NR 12 nas Indústrias. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3477/1/CT_CEEEST_XXVII_2014_15.pdf Acesso em: 30 out. 2016.

Vilela, Rodolfo Andrade Gouveia - Artigo Científico - Acidentes do trabalho com máquinas identificação de riscos e prevenção. Disponível em: <http://www.cerest.piracicaba.sp.gov.br/site/images/caderno520segurancaem20maquin1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

EDUCAÇÃO, ÉTICA E O ENSINO DE CONTABILIDADE FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS

Delle Cristina Pereira Pupin (Universidade São Francisco); delle@uol.com.br

Carlos Roberto da Silveira (Universidade São Francisco); carlosilveir@yahoo.com.br

Resumo: Com a velocidade do desenvolvimento tecnológico, com a globalização que rompeu barreiras geográficas, com a tecnologia da comunicação e a busca do aluno pelo aprendizado agradável, satisfatório, interessante e motivador, nos tempos atuais, têm levado as instituições de ensino superior cada vez mais a desenvolver novas metodologias de ensino. A figura do professor e da instituição que representam um papel fundamental na formação do aluno, procuram identificar novos meios para atrair a atenção deste no aprendizado de cada curso superior oferecido, e de cada disciplina desenvolvida. No caso da Contabilidade no ensino superior, esta assume um papel importante no contexto de muitos cursos, sendo esta uma das disciplinas que dá a base para um assunto que é fator chave para todas as organizações, a de zelar pela sua continuidade no mercado, através da eficiência, eficácia e da maximização dos lucros. Sendo que, este último fator só acontece quando se tem bom conhecimento contábil e financeiro, na qual a prática do ensino de contabilidade deve ser eficaz. Levar ao aluno o entendimento de Ciências Contábeis, que envolve números a serem praticados como aprendizado, requer esforço e domínio dos assuntos desenvolvidos para este campo do conhecimento. Saber ensinar é característica especial e necessária na qualidade do docente. O que encanta o aluno é a paixão do professor pelo objeto do conhecimento, sendo que o ponto mais importante da mediação entre o professor e o aluno, está no prazer do aluno em sair da sala de aula se sentindo capaz de entender um determinado assunto. A distância que às vezes existe entre o aluno e o docente faz com que este aluno se sinta envergonhado ou com medo de fazer perguntas, ou mesmo de dizer que não entendeu um determinado assunto. É preciso encurtar distância nesta relação. O aluno precisa ser visto como “o outro”, o *alter*, ele deve se sentir e fazer parte do importante processo de ensino e aprendizagem. O educador, por sua vez, precisa se preocupar com o cuidado de si (*epiméleiaheautoú*), pois cuidando de si este estará preparado para o cuidado com o outro. Essa distância não se trata apenas do ponto de vista físico, mas também de características na mediação do conhecimento. Pensamos que não exista uma preocupação em se pensar num modo de levar o assunto de maneira simples, mais leve, cobrando sim, mas participando mais das dúvidas, das

dificuldades e permitindo que o aluno participe também. Neste presente trabalho, pretendemos tecer análise de um recorte da pesquisa em andamento de mestrado, à luz de conceitos foucaultianos sobre cinismo, *parrhesía* e cuidado de si, visando colocar em revelo conceitos sobre a arte de ensinar, através de uma didática adequada e com um olhar filosófico, reforçando a necessidade de novas metodologias no ensino superior de contabilidade, assim como a necessidade de preparar o docente quanto à proximidade, à ética, à estética, o cuidado de si e do outro.

Palavras-chave: Cinismo. *Parrhesía*. Didática. Metodologias.

Abstract: The speed of the technological development, globalization that has broken geographic barriers, the communication technology and the student's search for pleasant, interesting and motivating learning have led the universities to develop new teaching methodologies in order to make learning more attractive. At the university, considering Accounting, it assumes a very important role in the context of many courses because it is an important subject, it can be considered one of the key factors and also the basis for all the organizations assuring the continuity in the market through the efficiency, efficacy and profit maximization. This last factor only happens when one has a good accounting and financial knowledge in which the practice of accounting teaching must be effective. The understanding of the Accounting Sciences which involves numbers to be practiced requires effort and mastery of the subjects developed for this field of knowledge. What enchants the student is the teacher's passion of the object of knowledge and the most important of the mediation between the teacher and the student is the pleasure he takes with him when he leaves the classroom with the feeling that he is able to understand a certain subject. The distance that sometimes exists between the teacher and the student makes the student ashamed or afraid to ask questions or even to say that he has not understood anything. The distance in this relation needs to be shortened. The student needs to be seen like the "other", the alter, he needs to feel he is part of an important process of teaching and learning. The educator, on the other hand, needs to be worried with the care of the self (*epiméleiaheautoú*), because taking care of himself/herself, the teacher will be able to take care of the other. In this study, we have the aim to analyze a part of the Master degree's research based on Foucault's concepts about cynicism, *parrhesia* and care of the self, aiming to introduce the concepts about the art of teaching, through an adequate didactics and with a philosophical view, reinforcing the necessity of new methodologies for

teaching Accounting at the university as well as the necessity to prepare the teacher for proximity, ethics, esthetics, the care of oneself and the other.

Key - words: Cynicism, *Parrhesia*, Didactics, Methodologies.

INTRODUÇÃO

A base desta pesquisa é pensar em novas metodologias para o ensino de disciplinas de contabilidade em diferentes cursos de ensino superior, em que elas estão inseridas.

Pensar em nova metodologia não somente do ponto de vista tecnológico. Sabemos que é necessário modificar a forma de ensino, em razão do avanço tecnológico, inovando as práticas de ensino para atrair a atenção do aluno. Este busca o ensino moderno, satisfatório, agradável e motivador.

Com isso, as instituições de ensino superior têm sido levadas a desenvolver novas metodologias através de meios tecnológicos, mas que, no entanto, não basta para promover o aprendizado e encantamento do aluno. É necessário preparar o docente quanto à proximidade, à ética, à estética, o cuidado de si e do outro e também quanto à arte de ensinar.

Saber ensinar é característica especial na qualidade do docente. O que encanta o aluno é a paixão do professor pelo objeto do conhecimento, sendo que o ponto mais importante da mediação entre o professor e o aluno está no prazer do aluno em sair da sala de aula se sentindo capaz de entender um determinado assunto.

Acreditamos que existe um problema no ensino e aprendizagem do contexto contábil e financeiro, principalmente no que diz respeito às dificuldades de aprendizado sobre esse assunto, devido a sua complexidade e à distância que existe, às vezes, entre o docente e o aluno na mediação deste ensino-aprendizagem.

Assim como todas as disciplinas que envolvem números, as disciplinas de Contabilidade requerem grande capacidade do professor, de conseguir ensinar ao aluno através da melhor forma, para que este consiga compreender os assuntos, através de números, percebendo a sua utilidade.

Criou-se uma tradição em afirmar que aprender Contabilidade é extremamente difícil. Vários tabus foram formando-se, com o passar do tempo, ao redor do estudo dessa disciplina. Observamos, em várias ocasiões, formandos em Contabilidade deixar os bancos escolares sem dominar o mínimo necessário para um bom

desempenho profissional. Há diversos casos de alunos desmotivados, diante da profissão que vão abraçar, por não estarem absorvendo adequadamente as técnicas contábeis (MARION, 2015, p. 21).

Quando achamos que algo é difícil de aprender, cria-se um bloqueio e juntamente com isso a falta de vontade de aprender e alguns acreditam não serem capazes de aprender. A responsabilidade de um professor é também de evitar que isso aconteça.

A distância que às vezes existe entre o aluno e o docente faz com que este aluno se sinta envergonhado ou com medo de fazer perguntas, ou mesmo de dizer que não entendeu um determinado assunto. É preciso encurtar distância nesta relação.

O aluno precisa ser visto como “o outro”, o *alter*, ele deve se sentir e fazer parte do importante processo de ensino e aprendizagem. O educador, por sua vez, precisa se preocupar com o cuidado de si (*epiméleiaheautoú*), pois cuidando de si este estará preparado para o cuidado com o outro. A questão da mediação remete ao pensando das “Técnicas de Si”, “do cuidado de si” e do cuidado com o outro.

Essa distância não se trata apenas do ponto de vista físico, mas também de características na mediação do conhecimento. Penso que não existe uma preocupação em se pensar num modo de levar o assunto de maneira simples, mais leve, cobrando sim, mas participando mais das dúvidas, das dificuldades e permitindo que o aluno participe também. Além disso, respeitando o conhecimento inicial de cada um.

O propósito desta pesquisa é desenvolver uma análise, à luz de conceitos foucaultianos sobre cinismo, *parrhesia* e cuidado de si, visando demonstrar a importância desses conceitos no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizado, através de uma didática adequada e com um olhar filosófico, para desenvolvimento deste artigo. Além disso, reforçar a necessidade das novas metodologias no ensino superior de contabilidade, assim como a necessidade de preparar o docente quanto à proximidade, à ética, à estética, o cuidado de si e do outro.

DESENVOLVIMENTO

A arte de ensinar

A criação de nova metodologia para o ensino da contabilidade remete ao conceito de *téchné*. A arte de ensinar implica em se ter domínio do assunto sob uma didática adequada para não causar “medos” nos sujeitos interessados nos assuntos de contabilidade.

No entanto, convém recorrer a Sócrates educador para discutirmos um assunto referente à “sabedoria”. Aqui não se trata de sabedoria que costumamos ver nos jogos das dominações contemporâneas, pois na antiguidade, a sabedoria, a educação pretendida por Sócrates estava muito além disso. Ele referia-se ao “modo de vida” que estava relacionado com a busca pela virtude, pelo conhecimento e pela verdade. Tratava-se também de uma moral abrigada sob a cobertura de um *ethos*. Esta se fortalecia em levar a vida em acordo com a própria fala, o próprio discurso, tudo isso em conformidade com o pensar e agir fundado na *parrhesía*, numa verdade que constituísse o bem comum e a felicidade para a polis.

Em nosso tempo, ao tratar sobre a Ética do professor, Raymundo de Lima em seu artigo “A mordida dos cínicos” define:

Existe ainda uma falta ética: um professor é antes de tudo uma função-docente, portanto, desse lugar *éthos* ele deve exercer mais o conhecimento esclarecido do que a irresponsabilidade de uma opinião, que perverte a função docente com efeitos danosos aos leitores e alunos (LIMA, 2012 p. 154).

Dessa forma, a mudança na mediação do ensino, em nosso estudo sobre contabilidade precisa partir dos professores, nesta área. É preciso pensar na questão do “Encontro” e do “caminhar juntos”. Segundo SILVEIRA (2014, p 116) “O encontro é a abertura para o diálogo inflamado e o caminhar juntos corresponde ao encontro do olhar, do reflexo de si no olhar do outro, neste encontro de almas.” Conforme FOUCAULT (2011, p 138) “Sócrates explicava que a alma deve olhar para si mesma, que ela é como um olho que, procurando se ver, seria obrigado a olhar na pupila de outro olho para perceber a si mesma”.

O Educador é provido do saber e deve sempre criar novas ideias para expor o assunto em aula. Essa mudança deve ser “boa” e “bela”, para os nossos alunos. Essa prática é possível com o cuidado de si, da busca da sabedoria, da busca da verdade e do falar a verdade (*Parrhesia*).

Foucault em sua obra “A Coragem da Verdade” menciona em análise ao diálogo de Laques e Alcibiades, que para estar preparado para cuidar do outro, primeiramente é preciso saber cuidar de si. Conforme Michel Foucault (2011, p 138) “Sócrates aparece como aquele que é capaz, cuidando dos outros, de lhes ensinar a cuidar de si mesmos”.

Quando se trata de dizer a verdade, surgem amigos e inimigos. No caso de Sócrates, ele teve amigos, inimigos e discípulos que trouxeram o pensamento socrático ao longo da história, que é o que nos permite tratar deste assunto hoje.

Através de discípulos que acreditavam na sua ideia, foi possível fundar escolas em homenagem a esse mestre, como a escola cínica que influenciou outras escolas. Sócrates, como educador, despertava os homens para “conhecer-te a ti mesmo”, para depois, no “cuidado de si” para daí dedicar-se ao cuidado com o outro. Sabemos que o cuidado de si já existe antes de Sócrates, não se trata de uma invenção socrática, porém, Sócrates deixa seu legado de influência no cuidado de si e no cuidado com o outro. A preocupação de Sócrates com os homens de seu tempo prevalece até aqui e a todos os educadores.

O cinismo e a arte de ensinar

O cinismo foi provavelmente a ramificação mais original e influente da tradição socrática na Antiguidade. Os “cínicos”, que significa à maneira de um cão, conhecido não só por ser francos e diretos, ou por sua habilidade em distinguir amigos de inimigos, mas acima de tudo, por seu modo de viver em público como cães. Viviam como “naturais”, adotando uma idéia radical de liberdade, escandalizando a sociedade com o seu modo de vida. O objeto do cinismo é demonstrar que somos de tal forma constituídos pela natureza, que a felicidade é possível sob as condições mais adversas.

Foi depois de *A History of Cynicism from Diógenes to the Sixth Century A. D.*, de D. R. Dudley (Londres, 1937), que a importância literária e filosófica dos cínicos começou a ser reconhecida pelos estudiosos modernos. Até cerca de 1.975, o cinismo ainda permanecia nas sombras.

A partir dessa época, houve muitos estudos sobre o tema, e atualmente o cinismo está finalmente sendo levado a sério como um movimento filosófico e cultural de interesse duradouro.

No ano de 1.980, Michel Foucault se preparava para dar início a trabalhos relacionados ao cinismo, o que infelizmente não houve tempo para se conhecer a sua contribuição para este assunto. Foi através de um colóquio internacional chamado “o cinismo antigo e a sua influência”, realizado em Paris, em julho de 1991, que deu início ao crescente interesse sobre a filosofia cínica em tempos atuais.

Os cínicos – o movimento cínico na Antiguidade e o seu legado apresentam, entre outros, a figura de Diógenes, que foi comparado a um “cão”, e seus seguidores, ilustrando o fascínio que os “cães” continuaram a exercer. Com o seu bastão, uma sacola e uma túnica podem parecer distante de nós. No entanto, o movimento cínico durou quase um

milênio na Antiguidade, e também gerou uma variedade de formas literárias que sobreviveram à cultura clássica.

A prática de Diógenes buscava fazer com que os outros tomassem consciência das incoerências da vida civilizada, em comparação com a “vida natural” e levá-los a abandonar sua falsa vergonha. Para alcançar a felicidade, Diógenes e seus sucessores insistiam na importância de atos em vez de palavras.

A natureza do “movimento” mostrou que o cinismo não foi uma “escola”, os filósofos cínicos não davam aulas num local específico, nem tampouco eram líderes de uma instituição. Não se trata de uma aula tradicional, mas de um movimento filosófico e cultural praticado pelos seguidores do cinismo, seriam os “cães”.

O movimento se manteve fiel ao cínico Diógenes, que teve como público a sociedade altamente instruída da Grécia clássica (no século IV a.C.), em que grupos de cínicos que vagueavam pelas ruas de Alexandria e Constantinopla no tempo do Império Romano, os seguidores do movimento cínico proclamavam Diógenes, seu patrono e modelo.

Seis séculos se passaram desde a época de Diógenes até a época do imperador Juliano (332 – 361 d.C.). Os modelos de comportamento e percepções de problemas evoluíram, em função de diferentes contextos.

Os trabalhos mais influentes da literatura cínica que em seu tempo foram abundantes, desapareceram, tendo restado apenas citações feitas por intermediários, que, às vezes são hostis aos cínicos que eles citam.

O movimento foi historicamente dividido em duas fases: A primeira o cinismo antigo (do século IV ao século III a.C.), transcorrido na Grécia. A segunda quando o cinismo reapareceu no início do Império Romano (do século I d.C. à Antiguidade tardia), tendo transcorrido em grandes cidades como Roma, Alexandria e Constantinopla.

A primeira fase foi baseada numa filosofia radicalmente individualista, defendida por porta-vozes carismáticos, enquanto a segunda fase teve personalidades como Demétrio e Demonax, e evoluiu para uma práxis filosófica coletiva, que fez do cinismo a filosofia popular dominante no Império Romano.

O cinismo volta a atrair interesse na atualidade. Deixar de lado o cinismo moderno e voltar a pensar no cinismo antigo significa pensar que a nossa civilização sofisticada, invadida por aparelhos e escravizada por aparências, anseia por aprender novamente o significado de termos como “felicidade”, “simplicidade”, “liberdade” e “autonomia”.

O discurso cínico era cáustico e agressivo e encurralava o interlocutor a ser forçado a questionar a si próprio. Esse discurso é diferente do discurso filosófico tradicional e foi através dele que os cínicos ficaram conhecidos.

Doutorando em Filosofia, pela UFMG em 2012, Daniel Filipe Carvalho desenvolveu uma pesquisa em “Nietzsche e a lanterna de Diógenes”, definindo o aspecto estilístico-literário e retórico-polêmico, sendo:

Nietzsche atribui aos cínicos a invenção de um novo estilo literário, que permite a mistura de estilos e, portanto quebra o mandamento da pureza formal: Eles ousaram tratar a forma como um *adiáforo* (uma questão de indiferença) e a misturar os estilos; traduziram Sócrates como se fosse para um gênero literário completo, com a casca do sátiro e o deus no interior. (CARVALHO, 2012, p. 6)

Diante disso, a arte de ensinar e as técnicas de si estão atravessadas pela concepção do cinismo. Ao nos questionar sobre o nosso método de ensino, estaremos nos perguntando se a forma como estamos mediando um determinado assunto está sendo feita com simplicidade, se isso está sendo suficiente para produzir além do conhecimento, a gratificação profissional pautada nos ensinamentos desse assunto e promovendo um novo estilo de ensino.

A parrhesia e a filosofia

A evolução da *parrhesia* se deu através de sua relação com o campo da filosofia, considerada como uma arte de vida (*technetoubiou*). Nas obras de Platão, Sócrates aparece no papel de *parrhesiastes*, sendo uma palavra que aparece tardiamente como parte do vocabulário grego, apesar de ter sido citada em Platão, diversas vezes a palavra *parrhesia*.

Sócrates assumiu um papel parrhesiástico, tendo constantemente confrontado os atenienses nas ruas, mostrando-lhes a verdade, ordenando-os a preocupar-se com a sabedoria, a verdade e a perfeição de suas almas. No primeiro Alcibiades, Sócrates também assume esse papel, pois, enquanto os amigos e amantes de Alcibiades o adulam em sua tentativa de obter seus favores, Sócrates arrisca-se a provocar a ira de Alcibiades quando lhe conduz a ideia de que antes que Alcibiades fosse capaz de realizar o que estava tão empenhado em atingir, tornar-se-á o primeiro entre os atenienses a governar Atenas e se tornaria mais poderoso que o rei da Pérsia, e que antes de ser capaz de cuidar dos atenienses, teria de ser capaz de cuidar de si mesmo, primeiramente.

A *parrhesia* é um tipo de atividade verbal em que o falante tem uma relação específica com a verdade através da franqueza e, uma relação específica para com a lei

moral através da liberdade e do dever. Na *parrhesia*, o falante usa sua liberdade e escolhe a franqueza ao invés da persuasão, a verdade ao invés da falsidade ou do silêncio.

A *Parrhesia* em Foucault

Segundo Michel Foucault, o termo *parrhesia* não é reservado aos cínicos, mas o cínico é constantemente caracterizado como o homem da *parrhesia*, o homem do dizer verdadeiro. A *parrhesia* filosófica é assim associada ao tema do cuidado de si (*epiméleiaheautoû*), das técnicas de si.

A palavra *parrhesia* é constantemente aplicada aos cínicos. O retrato do cínico comporta praticamente sempre a sua menção. A *parrhesia*, a fala franca, figura em primeiro plano na emblemática do cínico e do cinismo (FOUCAULT, 2011, p. 145)

As técnicas de si

Na antiguidade greco-romana as técnicas de si possibilitavam aos indivíduos determinar para si mesmo as regras de sua conduta. Essa prática resultava em uma reflexão sobre os modos de vida e sobre as escolhas de existência de cada um. Para tanto, era necessário instituir um trabalho de si sobre si mesmo, num treinamento de si, através de exercício e de prática (*askésis*). Era necessário para o indivíduo “ocupar-se consigo” (*epiméleiaheautoû*). Durante a antiguidade Greco-romana, filósofos como: Sêneca, Epicuro, Epiteto e Marco Aurélio, dedicaram-se à prática das técnicas de si.

Em princípio Foucault estabelece o terceiro eixo da sua ontologia a partir dos últimos anos da década de 1.970, em entrevistas e em várias conferências. Sua intenção, inicialmente foi centrar seus estudos em torno da sexualidade do século XIX, pois queria descobrir o motivo pelo qual cresceu tanto a problematização em torno do sexo, mais precisamente do estudo daquilo que ele denominou “o ponto de partida ou substrato histórico”, a saber, sobre a sexualidade na Antiguidade Greco-romana e de como esse assunto caminha para a modernidade. Veiga Neto (1993, p. 36) aponta que: “O que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo”.

É importante ressaltar que para Foucault, não interessa estudar os comportamentos, as condutas e as práticas sexuais em si, nem como eles foram e são representados pela Sociologia, Teologia, Filosofia, Biologia etc. Mas sim, por este assunto ser um caminho importante de experimentar o modo pelo qual nos subjetivamos como seres de desejo.

Ao falar sobre o terceiro domínio de Foucault, "o ser-consigo", percebe-se que de acordo como o ser humano se vê nesta ética é como ele se comporta diante dos dois primeiros eixos, "o ser-saber" e "o ser-poder", definindo de forma clara que o sujeito é um produto, ao mesmo tempo, dos saberes, dos poderes e da ética. O sujeito moderno é ético na medida em que se transformou no processo de indivíduo em sujeito moderno, ético ou não.

O sujeito moderno é definido por um conjunto de tecnologias sendo: tecnologias de produção, tecnologias de sistemas de signos, tecnologias de poder e tecnologias do eu, esta última permite que os indivíduos efetuem por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos e condutas. As tecnologias do eu são características do "ser-consigo" e também foi a base para o segundo e terceiro volumes da História da Sexualidade, por Michel Foucault.

Preocupar-se com aquilo que o aluno está vivendo é cuidar do outro, trabalhar com ações e palavras no sentido de incluir este aluno às práticas de aula é fazer com ele se sinta parte do processo. Conforme ressalta Foucault, a dinâmica que caracteriza a prática das técnicas de si é também uma função de luta, trata-se de um combate permanente no sentido de formar um indivíduo com ideal ético para o futuro, assim como dar a este indivíduo as armas e a coragem que lhe permitirá lutar a vida inteira, como *êthos*, que é a maneira de ser e a maneira de se conduzir.

A estética da existência

Também na antiguidade greco-romana, outro assunto em destaque foi a estética da existência, que está relacionada com a criação de um estilo próprio, através da prática de técnicas de cuidado de si, na constituição de si mesmo como o artesão da beleza de sua própria vida.

A arte da existência abre possibilidades de um caminho capaz de conduzir a ação de um indivíduo e também produz mudanças neste indivíduo. Foucault afirma que as artes da existência devem ser entendidas como as práticas e as regras de conduta que o homem determina para si mesmo, fazendo de sua vida uma "obra de arte" e transformando o

mundo que o cerca. Portanto, o uso da fala franca e a coragem de dizer a verdade é tornar-se belo e bom.

CONCLUSÃO

Em se tratando de novas metodologias, é preciso adequar o conteúdo das disciplinas às novas práticas de aula, àquilo que antes eram exercícios para que o aluno pudesse praticar para aprender, hoje deve ser apresentado de outra forma, de uma forma mais atraente para este aluno.

Levar ao aluno o entendimento de ciências contábeis, onde envolve números a serem praticados como aprendizado, requer esforço e domínio dos assuntos desenvolvidos para este campo do conhecimento, além disso, um professor de ciências contábeis deve possuir competências necessárias para ensinar sem causar a exclusão daqueles que possuem níveis diferentes de aprendizado. O Papel desse professor, sua interação com essa nova linguagem cultural e os desafios para atingir o objetivo de aprendizagem desse assunto, pode levar em consideração as práticas das Técnicas de si e da arte de ensinar.

Para modernizar este ensino, utiliza-se de novas tecnologias e o professor precisa transcender seu conhecimento, aprendendo conceitos como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), para acompanhar a evolução tecnológica e aquilo que o aluno está vivendo hoje, assim como, praticar na relação de interação com o aluno, alguns conceitos estabelecidos por Foucault, entre tantos outros estudiosos preocupados com o comportamento do ser humano e as consequências das suas ações, no que tange à Educação e as práticas de ensino nos tempos atuais.

Para introduzir as disciplinas de contabilidade nessa nova metodologia de ensino, é preciso adequar o conteúdo em nova tecnologia, bem como preparar o docente na sua prática discursiva para promover o interesse do aluno e seu empenho em acompanhar cada assunto, participando desse processo, ainda que em tempo mais curto.

Não estar em aula apenas no sentido de registrar seu login na plataforma, com o intuito de garantir presença. Ou de assistir a aula com o objetivo de acertar as questões do questionário final, mas sim de estar presente com vontade de aprender. Isso só é possível através do modo como será conduzida a aula expositiva, ainda que seja em 50 minutos. Inovar a forma de ensinar, analisando o discurso que está sendo produzido e tentar sempre que possível, desenvolver um discurso com arte, com a arte de ensinar.

Esse trabalho que ainda está em fase de desenvolvimento, espera-se que possa contribuir para com novas metodologias e, se possível, para com o desenvolvimento de materiais didáticos para auxiliar no ensino de contabilidade. As disciplinas de contabilidade

requerem grande capacidade do professor em conseguir ensinar o aluno através da melhor forma, fazendo que consiga aprender, a partir do desenvolvimento dos números, daí, compreendendo a sua importância. Também espero que, como professora de contabilidade possa adquirir competências para inovar e transformar os ensinamentos de contabilidade.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Daniel Filipe. **Nietzsche e a lanterna de Diógenes**. Artigo do programa de doutorado em Filosofia. UFMG. 2012
- FILENO, Érico Fernandes. **O professor como autor de material para um ambiente virtual de aprendizagem**. Dissertação de Mestrado, programa de pós-graduação stricto sensu em Educação. Universidade São Francisco. 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A Coragem da Verdade: O Governo de Si e dos Outros II**. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011
- LIMA, Raymundo de. **A mordida dos cínicos**. Artigo da Revista Espaço Acadêmico – Nº 129 – Fevereiro de 2012.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM UMA CLÍNICA VETERINÁRIA

Lucas Marcel Vomieiro – Aluno do Curso de Pós-graduação de Engenharia de Segurança do Trabalho – Senac Jundiaí - lvomieiro@primesafety.com.br

Rafael Pigatto - Aluno do Curso de Pós-graduação de Engenharia de Segurança do Trabalho – Senac Jundiaí - pigatto@multiway.com.br

RESUMO

Os resíduos gerados nos estabelecimentos assistências de saúde, representam uma fonte de risco à saúde e ao meio ambiente, principalmente por conta da falta de procedimentos técnicos adequados no manejo das diferentes frações sólidas e líquidas, geradas como materiais biológicos, contaminantes, objetos perfurocortantes e escarificantes. O presente trabalho objetiva analisar e implementar o Plano de Gerenciamento de Saúde dos Resíduos de Serviços de Saúde na Clínica Veterinária. Propondo uma abordagem simplificada acerca do PGRSS mitigando a complexidade do tema para que outros estabelecimentos similares também possam implantar o referido plano. Para atendimento dos objetivos fixados neste trabalho foram utilizados os seguintes métodos de desenvolvimento: visita técnica e reconhecimentos dos RSS gerados; classificação dos RSS; análise dos procedimentos de manuseio, descarte e armazenamento temporário dos RSS e verificação documental referente aos transportadores e receptores dos RSS. Ao final destaca-se a importância da implementação e manutenção de ações e oportunidades de melhoria a fim de que o referido plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde possa ser implementado, norteando o responsável pelo empreendimento em transcrevê-lo oficialmente conforme diretrizes da legislação vigente.

Palavras-chave: Clínica veterinária; Gerenciamento de resíduos de saúde animal.

ABSTRACT

The waste generated in establishments assists health, represent a source of risk to health and the environment, mainly due to the lack of appropriate technical procedures for the management of different solid and liquid fractions generated as organic materials, contaminants, sharps and rasping. This work aims to analyze and implement the Health Management Plan for Health Service Waste in Clinical Veterinary. Proposing a simplified approach about PGRSS mitigating the complexity of the issue so that other similar establishments can also implement the plan. To meet the set objectives in this study were

used the following method development: technical visit and recognition of the generated RSS; classification of RSS; analysis of the handling procedures, disposal and temporary storage of RSS and document verification regarding the carriers and RSS receptors. At the end there is the importance of the implementation and maintenance actions and opportunities for improvement to the said management plan for waste from health services can be implemented, guiding responsible for development in transcribing it officially as current legislation.

Keywords: Waste clinic; Waste management of health services.

1. INTRODUÇÃO

Os resíduos gerados nos estabelecimentos assistenciais de saúde, popularmente denominados como lixo hospitalar, e tecnicamente chamados de resíduos de serviços de saúde - RSS, representam uma fonte de risco à saúde e ao meio ambiente, principalmente por conta da falta de procedimentos técnicos adequados no manejo das diferentes frações sólidas e líquidas, geradas como materiais biológicos, contaminantes, objetos perfurocortantes e escarificantes, peças anatômicas, substâncias tóxicas, inflamáveis e radioativas (RIBEIRO, 2001). Os riscos mencionados envolvem em primeiro plano o pessoal que manuseia os RSS "intra" e "extra" estabelecimento gerador. São significativos também os riscos que podem afetar a comunidade hospitalar e em especial o grupo constituído por pacientes em tratamento que em razão do estado de doença encontram-se com suas defesas comprometidas (RIBEIRO, 2001).

O manejo inadequado pode ainda ser causa de situações de riscos ambientais, que transcendem os limites do estabelecimento, podendo gerar doenças e perdas da qualidade de vida a população que, direta e indiretamente chegue a ter contato com o material descartado, quando transportados para fora do estabelecimento e encaminhados ao seu tratamento e disposição final.

Segundo diretrizes do manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde do Ministério da Saúde, eliminar ou reduzir a maior quantidade de RSS ao mais baixo custo é a meta de qualquer administrador (BRASIL, 2006). Os RSS podem abrigar organismos produtores de doenças e apresentar sérios riscos à segurança, tanto para o público em geral como para os profissionais envolvidos em seu manejo.

Conforme Ribeiro (2001), embora os RSS representem menos de 5% do volume de todos os resíduos urbanos recolhidos pelas municipalidades quando conjugado com resíduos

alimentares (cerca de 10%), convertem-se em uma fonte de alimentação para insetos e roedores, podendo transformar, todo o volume gerado em resíduo infectante. Partindo do princípio de que só uma pequena parte dos resíduos derivados da atenção à saúde necessitam de cuidados especiais, uma adequada segregação diminui significativamente a quantidade dos resíduos expostos à contaminantes, impedindo a contaminação da massa total dos resíduos gerados.

No Brasil, o gerenciamento dos RSS foi representado através da Resolução nº 05 do CONAMA, de 1993, que estabeleceu definições para a classificação e procedimentos mínimos para o gerenciamento dos resíduos de saúde (BRASIL, 2005).

Em 2001 foi publicada a Resolução nº 283 do CONAMA que veio complementar os procedimentos do gerenciamento da Resolução anterior, classificando os resíduos em 4 grupos (BRASIL, 2001). Em 2003 a RDC nº 33 da ANVISA modifica a classificação dos resíduos em 5 grupos (BRASIL, 2003). Em 2004, passa a vigorar a RDC nº 306, harmonizando os princípios contemplados entre CONAMA nº 283/2001 e RDC nº 33/2003, que classifica os resíduos em cinco grupos, definindo-os em: grupo A (infectantes); grupo B (químicos); grupo C (radioativos) grupo D (comum) e grupo E (perfuro cortantes), (PILGER; SCHENATO, 2008).

Em 2005, é publicada a Resolução nº 358 do CONAMA, revogando a Resolução nº 283, redefinindo a classificação dos resíduos de quatro para cinco grupos (BRASIL, 2005). No entanto, é a RDC nº 306/2004, atualmente em vigor, que não somente classifica e define o tratamento dos resíduos, como também define que compete ao gerador de RSS elaborar o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, que consiste em um documento que aponta e descreve as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características e riscos, no âmbito dos estabelecimentos (PILGER, 2008). O órgão técnico responsável pela regulação e fiscalização da legislação supra mencionada é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, por meio de suas unidades regionais descentralizadas. Cabe salientar que a atenção especial por parte destes órgãos reguladores e fiscalizadores é prestada aos grandes estabelecimentos de saúde e por vezes as menores instalações destinadas aos cuidados da saúde de animais, por exemplo, ficam a margem dos devidos cuidados e tratativas legais. Conforme artigo 122, incisos I, II e V da Lei nº 10.083 de 23 de setembro de 1998, constituem infrações de natureza sanitária, respectivamente: I - construir ou fazer funcionar estabelecimentos comerciais, de produção, embalagem e manipulação de produtos de interesse à saúde e estabelecimentos de assistência e de interesse à saúde, sem licença dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais vigentes. II - construir ou fazer funcionar estabelecimentos

comerciais, de produção, embalagem e manipulação de produtos de interesse à saúde, sem a presença de responsável técnico legalmente habilitado. V - construir ou fazer funcionar todo e qualquer estabelecimento de criação, manutenção e reprodução de animais, contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes (BRASIL, 1998).

Conduzido pelos requisitos legais supramencionados, dentre outros mencionados anteriormente, o presente trabalho objetiva elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento de Saúde dos Resíduos de Serviços de Saúde em um estabelecimento de pequeno porte destinado aos cuidados da saúde de animais localizada no município de Cajamar na grande São Paulo, propondo uma abordagem simplificada do tema, para que estabelecimentos similares também possam implementar o referido plano.

Para atendimento dos objetivos fixados neste trabalho serão utilizados os seguintes métodos subdivididos em quatro etapas distintas, quais sejam:

- i. Visita técnica e reconhecimentos dos RSS gerados;
- ii. Classificação dos RSS;
- iii. Análise dos procedimentos de manuseio, descarte e armazenamento temporário dos RSS; e
- iv. Verificação documental referente aos transportadores e receptores dos RSS.

Nas duas últimas etapas, buscou-se verificar a existência e consistências dos seguintes documentos: Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental - CADRI, licenças ambientais do gerador, transportador e receptor (LP, LI e LO), habilitação específica dos transportadores bem como certificados de destinação final dos resíduos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os resíduos hospitalares, até a meados de 1980, estavam incluídos na classificação de resíduos perigosos conforme a norma NBR 10004/1987, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT,1987) e Classe I perigosos, na nova versão NBR 10004/2004 (ABNT, 2004). A denominação " lixo hospitalar" foi substituída por " resíduos de serviços de saúde" com o surgimento da norma NBR 12807/1993 (ABNT, 1993), que inclui resíduos produzidos por todos os tipos de estabelecimento prestadores de serviços de saúde, tais como, hospitais, ambulatórios, consultórios médicos e odontológicos, laboratórios farmácias, clínicas veterinárias, entre outros. (PILGER 2008; SCHENATO, 2008).

Somente nos últimos anos iniciou-se uma discussão mais consistente sobre a problemática dos RSS. Algumas prefeituras já implantaram sistemas específicos para a coleta destes resíduos, sem, entretanto, atacar o ponto mais delicado da questão: a

manipulação correta dos resíduos dentro das unidades de tratamento de saúde, de forma que se possa fazer a separação de acordo com o real potencial de contaminação, daqueles que podem ser considerado resíduos comuns. (PEREIRA, 2011).

Conforme o Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (BRASIL, 2006) a classificação dos resíduos de serviço de saúde vem sofrendo um processo de evolução contínuo, à medida em que são introduzidos novos tipos de resíduos nas unidades de saúde e como resultado do conhecimento do comportamento destes perante o meio ambiente e a saúde, como forma de estabelecer uma gestão segura com base nos princípios da avaliação e gerenciamento dos riscos envolvidos na sua manipulação.

Segundo Pereira (2011) a classificação dos RSS pode ser desenvolvida conforme diversos sistemas, tais como: Sistema Alemão, Sistema da Organização Mundial de Saúde (OMS), Sistema Britânico, Sistema *Environmental Protection Agency (EPA)*, Sistema da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), além do sistema da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Conforme Pereira (2011), tendo em vista que algumas unidades de saúde não se comprometem o gerenciamento dos RSS, a municipalidade termina por assumir a responsabilidade por algumas etapas da gestão dos RSS, como por exemplo: a coleta, o transporte e a destinação dos resíduos de saúde, mesmo não sendo um problema específico do poder municipal.

Segundo Regulamento Técnico da Resolução RDC ANVISA nº 306/2004 definem-se como geradores de RSS todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento; serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, dentre outros similares (BRASIL, 2004).

Conforme a referida Resolução RDC ANVISA nº 306/2004, todo gerador deve elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS, baseado nas características dos resíduos gerados e na respectiva classificação (BRASIL, 2004).

Para elaboração do presente artigo, vale ainda ressaltar a relevância da NBR 7500 (ABNT, 2004): Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produto. Nesta norma brasileira são estabelecidos padrões para

identificação de diversos materiais, dentre eles substância tóxica venenosa, utilizado universalmente para alertas sobre riscos biológicos.

1. MATERIAIS E MÉTODOS

Para atendimento dos objetivos fixados neste trabalho foram utilizados os seguintes métodos de desenvolvimento:

- Visita técnica e reconhecimentos dos RSS gerados;
- Classificação dos RSS;
- Análise dos procedimentos de manuseio, descarte e armazenamento temporário dos RSS; e
- Verificação documental referente aos transportadores e receptores dos RSS.

3.1 Visita Técnica

Foi realizada uma visita técnica à clínica veterinária, com o objetivo de reconhecer as características dos RSS gerados, a forma de manuseio, acondicionamento e descarte, que serão apresentados no ítem 4 deste artigo.

3.1.2 Classificação dos RSS gerados

A correta classificação dos resíduos de serviços de saúde possibilita adequada manipulação, por parte dos geradores, sem oferecer riscos aos trabalhadores, à saúde coletiva e ao meio ambiente.

Para desenvolvimento deste trabalho, adotou-se o sistema de classificação descrito na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC ANVISA nº 306, de 7 de dezembro (BRASIL, 2004), cujas descrições estão expressas na tabela 01.

Quadro 01: Classificação dos RSS

Grupo	Resíduo
A	Biológicos
B	Químicos
C	Radioativos
D	Comuns
E	Materiais perfuro-cortantes ou escarificantes

Fonte: Adaptado de Resolução RDC ANVISA nº 306, de 7 de dezembro de 2004

Os cinco grupos de RSS mencionados no tabela 01 podem ser detalhados conforme a seguir:

- **GRUPO A** - Resíduos com presença de agentes biológicos que por suas características pode apresentar risco de infecção: recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre; peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anátomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica.
- **GRUPO B** – Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade: resíduos de saneantes, desinfetantes; resíduos contendo metais pesados (chumbo contido na embalagem do filme radiográfico); efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores); restos de amálgama; lâmpadas fluorescentes.
- **GRUPO C** – Resíduos contendo substâncias radioativas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente dependendo de suas características, reatividade e toxicidade: resíduos contendo metais pesados (chumbo contido na embalagem do filme radiográfico); efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores).
- **GRUPO D** – Resíduos comuns que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliados: papel de uso sanitário, absorventes higiênicos, sobras de alimentos e do preparo de alimentos; resíduos provenientes das áreas administrativas, varrição, flores, podas e jardins.
- **GRUPO E** – Materiais perfuro-cortantes ou escarificantes: agulhas descartáveis, lâminas, instrumentais e demais equipamentos quebrados.

Aplicando os conceitos de classificação, identificação, acondicionamento e armazenamento temporário de RSS previstos na referida resolução, elaborou-se a planilha de Classificação dos Resíduos gerados da Clínica Veterinária disponível no ítem 4 deste trabalho.

3.1.3 Análise dos procedimentos de manuseio dos RSS

A análise dos procedimentos internos de manuseio, descarte e armazenamento temporário dos RSS foi realizada por meio de observação das práticas realizadas na clínica, haja visto que no momento não havia um procedimento documentado para tais tarefas.

3.1.4. Verificação documental referente aos transportadores e receptores dos RSS

Para tal verificação foram solicitados junto à clínica veterinária cópia dos seguintes documentos relativos ao transporte e destinação dos RSS: Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental - CADRI, licenças ambientais do transportador e receptor, habilitação específica dos transportadores bem como certificados de destinação final dos resíduos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a visita técnica, constatou-se que (tomando-se por parâmetro o ano de 2015) foram produzidos, em média, cerca de 80 quilogramas mensais de resíduos contaminados, dentre os quais destacam-se:

- Agulhas;
- Seringas;
- Curativos;
- Embalagens de medicamentos;
- Restos cirúrgicos;
- Animais que vieram a óbito;
- Outros materiais perfurocortantes.

Verificou-se que o acondicionamento de perfurocortantes é feito em caixas coletoras confeccionadas em material rígido, resistente à punctura, ruptura e vazamento, com tampa e devidamente identificada, conforme ilustrado na imagem 1.

Imagem 1: acondicionamento de perfucortantes.



Fonte: Acervo dos autores (2016).

Resíduos gerados em porções menores, como curativos, gazes e luvas de látex usadas são dispostos em saco plástico branco leitoso, devidamente acondicionado em recipiente confeccionado em plástico rígido, com tampa, embora sem dispositivo de acionamento e sem identificação conforme previsto na Resolução RDC ANVISA nº 306/2004 e ABNT NBR 7500/2004. A imagem 2 ilustra as condições descritas.



Imagem 2: acondicionamento de RSS. Fonte: Acervo dos autores (2.016).

Os resíduos identificados na Clínica Veterinária foram classificados, nos critérios da legislação pertinente em vigor, conforme quadro 2.

Quadro 2: Classificação dos RSS gerados na Clínica Veterinária.

Grupo	Tipo Conforme RDC nº 306/2004	Resíduo gerado	Estado Físico	Identificação	Descrição do descarte	Simbologia
A	Biológicos	Seringas	Sólido	Conforme NBR 7500	Disposto em caixas coletoras específicas para materiais perfuro-cortantes na cor amarela.	
		Curativos	Sólido	Conforme NBR 7500	Disposto em sacos plásticos branco leitoso e cestos plásticos impermeáveis com tampa.	
		Restos cirúrgicos	Sólido	Conforme NBR 7500	Disposto em sacos plásticos branco leitoso e cestos plásticos impermeáveis com tampa, suporte metálico suspenso e acionamento de abertura por meio de pedal.	
		Animais que vieram a óbito	Sólido	Conforme NBR 7500	Disposto em sacos plásticos branco leitoso e armazenado temporariamente em local refrigerado.	
B	Químicos	Embalagens de medicamentos	Sólido	Conforme NBR 7500	Disposto em sacos plásticos branco leitoso e cestos plásticos impermeáveis com tampa, suporte metálico suspenso e acionamento de abertura por meio de pedal.	
E	Materiais perfuro-cortantes ou escarificantes	Agulhas	Sólido	Conforme NBR 7500	Disposto em caixas coletoras específicas para materiais perfuro-cortantes na cor amarela.	
		Outros materiais perfurocortantes	Sólido	Conforme NBR 7500	Disposto em caixas coletoras específicas para materiais perfuro-cortantes na cor amarela.	

Fonte: Adaptado de ABNT NBR 7500/2004.

No presente momento a Clínica Veterinária opera com o licenciamento pertinente da Vigilância Sanitária municipal e com alvará de funcionamento emitido pela prefeitura municipal de Cajamar/SP.

Os RSS são destinados para processo de incineração, através da empresa transportadora de resíduos Tejofran, empresa contratada pela prefeitura municipal de Cajamar/SP com certificação ISO 9001 e atuante na área de higienização desde 2000 (TEJOFRAN, 2016).

Embora legalmente seja uma reponsabilidade do gerador, no caso em pauta o tratamento e destinação final dos RSS fica sob responsabilidade da prefeitura do município, realidade comum entre os municípios do Brasil. Cabe ressaltar que não foram fornecidos, por não haver disponível na clínica, os certificados de destinação dos RSS gerados. Também não foram apresentadas as licenças ambientais dos eventuais receptores.

Após extensiva análise das condições encontradas na Clínica Veterinária, obtidas após visita técnica, foi possível estabelecer critérios básicos para elaboração um plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em consonância com a legislação vigente. Alguns pontos de melhorias a serem citados são:

- i. Adequação do recipiente para acondicionamento de RSS, a ser feito especificadamente em saco plástico branco leitoso, devidamente acondicionado em recipiente confeccionado em plástico rígido, com tampa, possuindo dispositivo de acionamento e identificação correta, obedecendo aos dispostos na norma ABNT NBR 7500/2004 e Resolução RDC ANVISA nº 306/2004.
- ii. Identificar os recipientes de armazenamento temporário dos RSS conforme norma ABNT NBR 7500/2004 e Resolução RDC ANVISA nº 306/2004.
- iii. Recomenda-se estabelecer um cronograma de coleta evitando acúmulo dos RSS no estabelecimento.
- iv. Manter em arquivo organizado todos os certificados de destinação de RSS. Desta maneira conhecendo os receptores finais dos RSS.
- v. Manter disponíveis os documentos legais referentes ao transportador e receptor dos RSS.
- vi. Treinar todos os trabalhadores internos envolvidos com o manejo dos RSS. Manter conteúdo programático atualizado e comprovantes disponíveis.

CONCLUSÃO

O plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde constitui um rol de procedimentos locais, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, objetivando mitigar a produção de RSS e proporcionar aos resíduos gerados um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos

colaboradores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente, bem como a conscientização e qualificação dos colaboradores envolvidos.

É importante salientar que o PGRSS não é um documento passivo, isto é, é um plano que conta com a participação dos colaboradores, consistindo de um estudo residual local, com resultado que deve ser observado, respeitado e continuado com o passar do tempo.

Para que o estabelecimento objeto de análise deste artigo tenha êxito no gerenciamento dos RSS, as ações elencadas no item 4 deste artigo devem ser implementadas e mantidas. Se tais ações forem concretizadas pode-se considerar que o referido plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, em suma, estará implementado, bastando o responsável pelo empreendimento transcrevê-lo oficialmente conforme diretrizes da Resolução RDC ANVISA 306/2004.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 33, de 25 de fevereiro de 2003. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, mar. 2003.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Editora Anvisa, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnica NBR 7500/2004. **Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos**. Rio de Janeiro, ABNT, 2004.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 05, de 5 de agosto de 1993. Define as normas mínimas para tratamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos e terminais rodoviários e ferroviários. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ago. 1993.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 283, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o tratamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, out. 2001.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e disposição final dos resíduos de serviço de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, abr. 2005.

SÃO PAULO. **Código Sanitário do Estado**. Lei Estadual Nº 10.083, de 23 de setembro de 1998. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. São Paulo, SP, set. 1998.

PILGER, R. R.; SCHENATO, F. **Classificação dos Resíduos de Serviços de Saúde de um Hospital Veterinário**. Vol.13 - Nº 1 - jan/mar 2008, 23-28

MATTOS, E. D; SILVA, S. A.; CARRILHO, C. M. D. M. **Lixo reciclável: uma experiência aplicada no ambiente hospitalar**. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTROLE DE INFECÇÃO E EPIDEMIOLOGIA HOSPITALAR, Campos do Jordão. Resumos. São Paulo: ABIH, p. 19-20. 1998.

RIBEIRO FILHO, O. V. Aspectos sanitários e ambientais apresentados pelos resíduos de serviços de saúde. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LIMPEZA PÚBLICA, São Paulo, SP. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, 1998.

TEJOFRAN. Disponível em <http://www.tejofran.com.br>. Acesso em 25 set. 2016.

ESTUDO SOBRE A MOTIVAÇÃO PELA ÓTICA DA TEORIA DA EXPECTATIVA

Gabriel Felipe de Oliveira; Aluno do Curso de Pós-graduação de Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiá - gabrielfelipe.oliveira@hotmail.com*

Luana Loures de Medeiros Catelani; Aluna do Curso de Pós-graduação de Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiá - luana.loures@yahoo.com.br

Marcel Fontolan Bochemi; Aluno do Curso de Pós-graduação de Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiá - marcel_bochemi@hotmail.com

Natalia Pereira; Aluna do Curso de Pós-graduação de Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiá - napsilva87@gmail.com

Renilda Aparecida de Oliveira; Aluna do Curso de Pós-graduação de Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiá - re.ap_oliveira@hotmail.com

Samanta Lidiane dos Santos Iuras; Aluna do Curso de Pós-graduação de Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiá - saiuras@hotmail.com

RESUMO

A motivação é uma chave fundamental para o desempenho de uma pessoa. Os estudos acerca de motivação são antigos; porém, até hoje é um grande desafio para os gestores compreenderem os fundamentos teóricos da motivação e como aplicá-los em seu ambiente de trabalho. O objetivo deste estudo foi compreender a motivação e o significado que as pessoas atribuem ao trabalho, sob a ótica da teoria da expectativa. Essa teoria está pautada em cinco conceitos básicos: resultados do trabalho, valência, expectativa, instrumentalidade e força motivacional. Admite que o esforço que uma pessoa realiza tem relação com o rendimento do trabalho. Para entender melhor essa teoria, foi aplicado o Inventário do Significado e Motivação do Trabalho (IMST) em 19 estudantes de um curso de pós-graduação, colaboradores de diferentes organizações. O IMST avalia os quatro componentes da motivação: atributos valorativos (definem como o trabalho deve ser), atributos descritivos (definem como o trabalho é na realidade vivencial), expectativas (percepção de que os esforços conduzem a resultados esperados) e instrumentalidade (percepção da relação entre a execução e a obtenção de resultados). A média dos escores de cada componente foi calculada em: instrumentalidade 3,00; expectativas 2,94; atributos valorativos 2,75; e atributos descritivos 2,50. A força motivacional foi estimada em 116,05. Considerando os componentes motivacionais: expectativa e instrumentalidade, o mais baixo valor do escore foi envolvimento e reconhecimento (0,32)

e o mais alto foi recompensa e independência econômica (3,49). Apesar da baixa percepção de envolvimento e reconhecimento, ocorre a percepção de que há recompensa e independência econômica. Vale ressaltar que quanto maior for a percepção da instrumentalidade e as expectativas, maior será a motivação que o avaliado terá sobre a manutenção do seu desempenho no trabalho.

Palavras-chave: Motivação. Significado do trabalho. Teoria da Expectativa.

ABSTRACT

The motivation is a fundamental key to a person's performance. Studies about motivation are not recent. However, nowadays has been is a major challenge for managers understand theories about this matter and how to apply it in their work environment.

The purpose of this study was to understand the motivation and meaning as people attributed to work, from the perspective of the expectation theory. This theory is based on five basic concepts: work results, valence, expectation, instrumentality and motivational force. It admits that he effort that a person performs with respect to the results of the work. For the better understanding, the Inventory of Motivation and Significance of Work (IMSW) was applied to 19 students from a postgraduate course, employees of different organizations. IMSW evaluates the four components of motivation: evaluative attributes (defined as work should be developed). Descriptive attributes (defined as work in experiential reality), expectations (perception that processes lead to expected results), and instrumentality (perception of the relationship between execution and achievement of results). The mean scores of each component were calculated as: instrumentality 3.00; expectations 2.94; valuation attributes 2.75 and descriptive attributes 2.50. The motivational force was estimated at 11.05. We considered the motivation components: expectation and instrumentality, the lowest value of follow-up and involvement and recognition (0.32) and the highest value for economic reward and independence (3.49). Despite the low perception of involvement and recognition, there is a perception that the greater a perception of instrumentality and expectation is the greater will be a motivation with the evaluated on the maintenance of their performance without work.

Keywords: Motivation. Meaning of work. Expectation Theory.

INTRODUÇÃO

Dos diversos fatores que contribuem para o sucesso de uma organização, a motivação de seus colaboradores é um dos fatores-chave para o cumprimento da missão organizacional ou de todo e qualquer projeto.

Todo colaborador, para ingressar em uma organização, participa de processo seletivo. Esse passo é fundamental, pois esse é o momento em que o candidato tem a oportunidade de conhecer a empresa em que quer trabalhar e também é o momento em que a organização o conhece. Durante o processo seletivo, ele expõe ao selecionador as suas expectativas, motivações para contribuir, receios e realizações em empresas em que trabalhou anteriormente. Para que o processo seletivo aconteça de maneira adequada, o líder selecionador deve alinhar as necessidades da organização com o perfil do candidato, com todos os principais pontos e peculiaridades da vaga em questão.

Se contratado, é muito comum que os novos colaboradores comecem a trabalhar com entusiasmo e energia. Com o passar do tempo, queixas começam a surgir: dificuldades no ambiente de trabalho, benefícios, salário e relacionamentos. Apesar de insatisfeitos, esses colaboradores não se demitem e, por sua vez, acabam afetando outros colegas de trabalho.

A ideia de compreender a motivação surgiu a partir de discussão entre os autores sobre os inúmeros problemas enfrentados pelas organizações em relação à motivação de seus colaboradores. Dos problemas levantados, constatou-se que a expectativa deles havia ligação direta com a motivação. Quando a organização não consegue alcançar as expectativas dos colaboradores, eles rapidamente se desmotivam.

Nesse cenário, as questões que surgem estão voltadas à expectativa dos colaboradores; ela deve ser considerada pela organização para compreender a motivação no trabalho? De que modo manter motivados os colaboradores no decorrer da trajetória na mesma organização?

Para responder a essas preocupações, buscam-se, neste artigo, fundamentos que expliquem, por meio de pesquisa bibliográfica e aplicada, a respeito do significado de trabalho, abordando algumas teorias da motivação humana e suas vertentes, com menção especial à Teoria da Expectativa.

O objetivo deste estudo foi compreender a motivação e o significado que as pessoas atribuem ao trabalho.

1 Motivação

Segundo o Dicionário Aurélio (2017, *online*), motivação é "ato de motivar ou de se

motivar; exposição de motivos”.

Piéron (1978) define motivação como fator psicológico, consciente ou não, que predispõe uma pessoa a realizar ações ou apresentar tendência em direção a um objetivo determinado.

Para Lobos (2010), a motivação é um impulsionador de uma pessoa a agir de determinado modo. A motivação que a impulsiona está ligada ao eu, e aos valores dela. Portanto, as pessoas são impulsionadas por fatores distintos. Segundo esse mesmo autor, a motivação é sintetizada em dois termos. O primeiro é que ela está orientada a um objetivo, e o segundo se constitui de uma soma de fatores, que incitam e dirigem o comportamento.

Myers (1999, p. 254) explica que “motivação é uma necessidade ou desejo que energiza o comportamento e o orienta para um objetivo” e que a motivação é inferida dos comportamentos que são observados nas pessoas.

Considerando essas definições, a motivação pode ser entendida como uma força interna que predispõe uma pessoa a agir em direção à realização de um objetivo. Partindo do princípio de que, sem motivação, não há impulso para agir e alcançar um objetivo, esse tema é estudado cada vez mais. Há diversas teorias que discutem a motivação humana, especialmente no âmbito do trabalho.

1.1 Teorias Gerais da Motivação

Murray (1964, *apud* Lobos, 1975) explica que há uma série de concepções sobre o termo, e que se confundem entre si. O autor foca as principais classificações das teorias que abordam a motivação. As teorias cognitivas baseiam-se na racionalidade do homem e no uso de suas vontades para atingir seus objetivos e desejos conscientes. Conforme o autor identifica, há uma lacuna nessa teoria ao não considerar os fatores inconscientes e como se originam os desejos. As teorias instintivas têm origem nas teorias de Darwin. O instinto é uma disposição inata e permite que uma pessoa tenha percepções voltadas a objetivos de certa classe, gerando reações particulares à forma como o percebe. Esta teoria tem poucos adeptos, pelo fato da dificuldade de elencar os diversos e crescentes números de estímulos que explicam a conduta das pessoas. A teoria do acionamento parte da ideia da busca de equilíbrio, usualmente de origem fisiológica. Quando uma pessoa percebe privação de algo, seja fome ou sono, por exemplo, acontece o acionamento para a busca daquilo que a fará retornar ou encontrar o estado de equilíbrio. É uma teoria que entende a aproximação ou distanciamento de uma pessoa do seu objetivo. A teoria hedonista tem

como ideia principal que o comportamento do ser humano pode ser explicado por sua tendência à busca de prazer e afastamento da dor e desconforto, e que os reforços positivos e negativos são aprendidos por ele por estar associado a um objetivo.

Como as Teorias Motivacionais abrangem diversos campos na vida de uma pessoa, foram criadas as teorias específicas da motivação para o trabalho. A seguir, apresentam-se algumas das diversas teorias nesse campo de estudo.

Campbell (1970, *apud* Lobos, 1975) classifica as teorias motivacionais em teorias de conteúdo e teorias de processo. As teorias de conteúdo consideram as variáveis individuais ou situacionais supostamente responsáveis pela conduta de uma pessoa. As teorias de processo explicam o processo pelo qual o comportamento se inicia, mantém e termina; recompensas, necessidades e incentivos são as variáveis dessas teorias.

1.1.1 Teorias Motivacionais de Conteúdo

São inúmeras as teorias dessa categoria; no entanto, aqui serão citadas apenas algumas, fundamentadas por Lobos (1975).

- a) Teoria dos dois fatores, formulada por Herzberg, expressa os fatores motivadores que são determinantes da satisfação no trabalho, como por exemplo, realização, reconhecimento e progresso e os fatores de manutenção que atuam como agentes da insatisfação no trabalho, como salário, políticas de administração e relações humanas. Ela foi originada a partir de fatores críticos relacionados a como as pessoas se sentiam bem ou mal em determinada situação.
- b) Teoria da necessidade de realização, formulada por McClelland, baseia-se em subgrupos de necessidades e define como as principais variáveis motivacionais em êxito, filiação e poder. Essa particular motivação é uma forma de alertar a pessoa a respeito de que uma determinada realização pode satisfazer uma determinada necessidade. Aguiar (2005) ressalta que pessoas com necessidade de realização tendem a ser mais capazes de apresentar maior rendimento em certas situações; situações rotineiras ou nas quais são oferecidas recompensas ou outra forma de satisfação não conduzem à satisfação da necessidade de realização.
- c) Teoria da Hierarquia de Necessidades, formulada por Abraham Maslow, em 1970, é a mais conhecida e aceita por profissionais que buscam desenvolvimento para seus colaboradores. As necessidades são descritas em

forma de pirâmide que abrange cinco categorias de necessidades – fisiológicas (base da pirâmide), de segurança, sociais, de estima e necessidade de autorrealização (topo da pirâmide). Nesse modelo, entende-se que quando uma pessoa atinge a satisfação das necessidades de nível inferior, ela é impelida a satisfazer as de nível superior, que surgem como fator motivador do comportamento.

1.1.2 Teorias Motivacionais de Processo

Também a gama de teorias dessa categoria é diversificada. Apenas algumas serão mencionadas neste trabalho, com base nos trabalhos de Lobos (1975).

- a) Teoria da equidade, formulada por Stacy Adams, caracteriza-se na comparação entre contribuições e compensações. Tem como base a crença de que uma recompensa deve ser igual entre trabalhadores que se esforçam de maneiras iguais.
- b) Teoria da dissonância cognitiva, desenvolvida por Leon Festinger, tem como princípio a autoavaliação de cada pessoa. Centrada em como as pessoas tentam alcançar consistência interna, essa teoria sugere que cada pessoa tem necessidade em acreditar que sua crença seja de fato consistente, uma vez que existe conflito no que crê e ao comportamento aplicado; logo, há a desarmonia, resultante em dissonância.
- c) Teoria de estabelecimento de metas, formulada por Edwin A. Look e Gary Lathan, consiste em fatores determinantes do comportamento humano que impulsionam as pessoas para o alcance de uma meta, e no processo final necessita de um *feedback*. Descrito na forma de um fluxo nos seguintes aspectos: valores (desejos), metas (intenções), ações (desempenho), resultados (satisfação) e *feedback* (reforço).

Os estudos científicos aplicados para conhecimento e aprimoramento do entendimento da motivação no trabalho, com base nas teorias tem sido de extrema importância no processo de produção e no crescimento psicológico; portanto, a contribuição dos modelos apresentados enfatiza a importância do fator humano.

1.2 Motivação para o Trabalho: Teoria das Expectativas

Uma das teorias que se voltam para a motivação para o trabalho tem como referência a Teoria da Expectativa, que se classifica como teoria de processo. Segundo Lobos (1975), essa teoria entende que a motivação para o desempenho apresenta expectativas de uma pessoa a respeito dos resultados que poderão acontecer como resultado de suas ações. Quanto maior for a valência (atrativo) dos resultados, a instrumentalidade e as expectativas, maior será a motivação que uma pessoa terá sobre a manutenção do seu desempenho.

A Teoria da Expectativa foi desenvolvida por Victor Vroom, em 1964 e, posteriormente, ampliada por Porter e Lawler em 1968. Borges, Alves Filho e Tamayo (2008) explicam que essa teoria admite a existência de relação entre o esforço que se realiza e o resultado do trabalho.

Estudo de Borges, Alves Filho e Tamayo (2008) concluem que a teoria da expectativa se sustenta em cinco conceitos básicos: a) resultados do trabalho, que refletem o que uma organização pode fornecer a seus colaboradores, partindo da execução de seu trabalho; b) valência, que é o atrativo relacionado à recompensa e refere-se à atribuição a cada resultado do trabalho de ser desejável ou não; c) expectativa, que é a percepção de quanto os esforços dispendidos vai conduzir aos resultados desejados; d) instrumentalidade, que se refere ao grau de relação percebida entre a realização e o alcance dos resultados; e) força motivacional, que é a quantidade de esforço de uma pessoa para motivar-se. Vroom desenvolveu seu modelo de motivação levando em conta cinco grupos de resultados do trabalho: a provisão de salário, o dispêndio de energia física e mental, a produção de bens e serviços, as interações sociais entre as pessoas e o *status* social. Baseado nesses conceitos, Vroom criou a fórmula para a força motivacional, que é o produto da valência pelo valor instrumental e pela expectativa:

$$FM = [E \times V \times I], \text{ onde}$$

FM: Força motivacional, E: Expectativa, V: Valência e I: Instrumentalidade.

2 Significado do Trabalho

Os estudos sobre o significado do trabalho começaram a surgir na década de 1980 e são mais recentes que os estudos sobre a motivação ao trabalho. Então, os estudos sobre o significado do trabalho vêm considerando as pesquisas sobre a motivação. Borges e Alves Filho (2003) entendem que os significados que as pessoas atribuem ao seu trabalho associam-se às suas motivações e, tanto os significados e as motivações, associam-se ao que fazem no ambiente de trabalho e ao modo como se relacionam com esse ambiente e

com a organização à qual prestam serviços. O significado do trabalho considerado pelos referidos autores é abordado como subjetivo, histórico-social e dinâmico, que se caracterizam por múltiplas facetas que são articuladas de diferentes formas. É considerado subjetivo devido à variação individual, refletindo a história pessoal de cada pessoa e representa como ela interpreta e dá significado ao seu trabalho. É social em consequência dos aspectos compartilhados por grupo de pessoas, refletindo as condições históricas do grupo social a que estão incluídos. É dinâmico porque é um processo em constante construção subjetiva e histórico-social. É multifacetado em relação a: a) centralidade do trabalho (hierarquização das esferas da vida – família, trabalho, religião, lazer e comunidade); b) atributos valorativos (definição de aspectos como o trabalho deve ser); c) atributos descritivos (características do trabalho tal como é na realidade vivencial); e d) hierarquia dos atributos (organização hierárquica das características atribuídas pelas pessoas em relação ao trabalho).

3 Metodologia

Para a coleta de dados, foi utilizado o Inventário da Motivação e do Significado do Trabalho (IMST). Borges, Alves Filho e Tamayo (2008) desenvolveram e validaram esse instrumento que possui relação com a Teoria da Expectativa, de Vroom (1964). Esse instrumento é utilizado em pesquisas acadêmicas e em processos de diagnóstico organizacional.

O IMST foi aplicado no dia 1º de Junho de 2017, em uma sala de aula de uma instituição de ensino da região de Jundiaí, estado de São Paulo. Dezenove estudantes do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica de Negócios participaram como sujeitos de pesquisa neste estudo.

A primeira parte desse instrumento compõe-se de 61 frases referentes aos atributos valorativos. A segunda parte é composta de 62 itens para avaliar as expectativas e aos atributos descritivos; permite duas respostas para cada item: uma sobre o quanto o avaliado espera o resultado indicado (expectativa) e outra sobre aquele resultado na prática (atributos descritivos). A terceira parte refere-se à instrumentalidade, constituída de 48 itens (resultados do trabalho) para indicar quanto o desempenho do avaliado é útil para alcançar o referido resultado. Todas as três partes possibilitam respostas de 0 a 4. Foram coletados também dados referentes ao perfil dos participantes: idade, gênero e se exercia ou não função de liderança.

A aplicação do IMST seguiu as instruções de Borges, Alves Filho e Tamayo (2008).

Os estudantes foram convidados a participar e receberam orientações para autopreenchimento e as dúvidas foram sanadas. Não foi estabelecido tempo máximo para a entrega do inventário. Foram garantidos anonimato e sigilo no trato das informações. Foi informado que o *feedback* aconteceria após as análises dos resultados. Os participantes responderam em silêncio e não trocaram informações com os colegas para não influenciar os resultados finais. A aplicação transcorreu em ambiente tranquilo e sem interrupções, para garantir compreensão melhor das questões do IMST.

Para a tabulação das respostas, foram considerados como válidos todos os formulários, pois foram preenchidos corretamente. Os dados coletados foram analisados por meio do aplicativo Microsoft Excel seguindo orientação dos autores Borges, Alves Filho e Tamayo (2008). Para estimar os escores individuais em cada um dos fatores, foram calculadas as médias ponderadas dos pontos atribuídos. Foram aplicadas as fórmulas de estimativas dos escores. Após essa estimativa, foram calculadas as médias e os desvios-padrão das respostas em todas as quatro escalas. A força motivacional, que é a quantidade de esforço de uma pessoa para motivar-se, é estimada por meio do produto dos somatórios dos escores nos fatores de expectativas e o somatório dos escores nos fatores de instrumentalidade subtraído o produto dos escores no fator nos dois fatores mencionados.

Na interpretação dos resultados obtidos no IMST, as respostas foram agrupadas por: a) atributos valorativos – justiça no trabalho, autoexpressão e realização pessoal, sobrevivência pessoal e familiar e desgaste e desumanização; b) atributos descritivos – autoexpressão, desgaste e desumanização, independência e recompensa econômica, responsabilidade e condições de trabalho; c) expectativas – autoexpressão, desgaste e desumanização, responsabilidade, independência econômica e segurança e dignidade; d) instrumentalidade – envolvimento e reconhecimento, condições materiais de trabalho, desgaste e desumanização, recompensa e independência econômica e responsabilidade.

Para estimar os escores individuais em cada fator, foram calculadas as médias ponderadas dos pontos atribuídos pelos participantes, aplicando as fórmulas estabelecidas por Borges, Alves Filho e Tamayo (2008). Após estimados esses escores nos fatores das quatro escalas respondidas, foram estimadas as médias e os desvios-padrão em cada um dos fatores. Foi estimada a força motivacional por meio do produto dos somatórios dos escores nos fatores de expectativas e o somatório dos escores nos fatores de instrumentalidade, subtraído o produto dos escores no fator de expectativa e de instrumentalidade referentes aos resultados do trabalho não desejáveis.

4 Resultados e Discussão

Do total de participantes, 74% eram mulheres e 53% exerciam funções de liderança no trabalho. Quanto à faixa etária, 37% estavam entre 21 e 30 anos, 42% entre 31 e 40 anos, 10% entre 41 e 50 anos e 11% apresentavam idade acima de 50 anos.

As tabelas 1, 2 e 3 mostram os resultados obtidos na tabulação dos dados obtidos pelo IMST. A primeira parte abrange os atributos valorativos (como seria o trabalho ideal do participante) e considera os seguintes fatores: a) justiça no trabalho; b) autoexpressão e realização pessoal; c) sobrevivência pessoal e familiar; e d) desgaste e desumanização. A Tabela 1 apresenta os escores dos atributos valorativos encontrados na tabulação das respostas ao ISMT.

Atributos Valorativos

Fatores	Média	Desvio Padrão
Justiça no Trabalho	2,66	1,11
Autoexpressão e Realização Pessoal	3,22	0,86
Sobrevivência Pessoal e Familiar	3,16	0,94
Desgaste e Desumanização	1,98	1,12

Tabela 1: Escores dos atributos valorativos

Fonte: Dados coletados para este estudo (2017)

Pela Tabela 1, nota-se que desponta mais forte o fator autoexpressão e realização pessoal, indicando que o trabalho deveria disponibilizar criatividade, aprendizagem contínua, tomada de decisão, produtividade, habilidades interpessoais e prazer na condução de tarefas. Com pouca diferença nas médias, o fator sobrevivência pessoal e familiar também apresentou escore importante, demonstrando a percepção de que o trabalho deveria garantir condições de sobrevivência, estabilidade, salário e ascensão social. Pode ser que o fator econômico tenha influenciado nessa escolha.

A segunda parte do ISMT contém 62 itens relacionados às expectativas e aos atributos descritivos (o quanto o participante espera que o seu trabalho apresente o

resultado indicado nos fatores e também o quanto ocorre concretamente no seu trabalho o resultado indicado) (Tabela 2).

Atributos Descritivos		
Fatores	Média	Desvio Padrão
Auto Expressão	2,37	1,05
Desgaste	e 2,20	1,36
Desumanização		
Independência	e 2,53	1,22
recompensa econômica		
Responsabilidade	2,75	1,13
Condições de Trabalho	2,82	1,15

Tabela 2: Escores dos atributos descritivos

Fonte: Dados coletados para este estudo (2017)

Observa-se na Tabela 2 que as maiores médias encontradas foram consideradas nos fatores condições de trabalho e responsabilidade. O primeiro descreve o trabalho exige desempenho adequado, com equipamentos específicos, conforto físico, seguro e merecida assistência. O segundo descreve o trabalho como provedor do sentimento de dignidade associado à necessidade de cumprimento das tarefas e obrigações assumidas para com a organização, de ocupação, de obediência, de assunção às próprias decisões, de produzir resultados e de contribuir para o progresso social.

Observando a Tabela 3, os fatores autoexpressão e recompensas e independência econômica, juntos lideram o *ranking* das expectativas. A autoexpressão indica que o avaliado espera encontrar oportunidades para se sentir reconhecido, possa expressar criatividade, bem-estar, aprendizagem e habilidades interpessoais para opinar, perceber proporcionalidade entre as retribuições oferecidas pela organização e o que ele próprio realiza, receber respeito como ser humano e merecer a confiança dos líderes. O fator que engloba recompensas e independência econômica indica as expectativas de que o trabalho seja provedor de sustento e a independência econômica possa garantir merecidas contrapartidas, estabilidade no emprego, assistência e a própria sobrevivência.

Expectativas

Fatores	Média	Desvio Padrão
Autoexpressão	3,44	0,71
Desgaste e Desmotivação	2,03	1,34
Responsabilidade	2,67	0,83
Recompensa e Independência Econômica	3,43	0,62
Segurança e Dignidade	3,16	1,00

Tabela 3: Escores das expectativas

Fonte: Dados coletados para este estudo (2017)

A terceira parte, a da instrumentalidade, indica quanto o que o participante obtém do seu trabalho depende de seu desempenho e/ou do seu próprio esforço.

Instrumentalidade			
Fatores	Média	Desvio Padrão	
Envolvimento e Reconhecimento	0,32	0,87	
Condições Materiais do Trabalho	2,73	1,05	
Desgaste e Desumanização	2,55	1,12	
Recompensas e Independência Econômica	3,49	0,81	
Responsabilidade	2,97	0,91	

Tabela 4: Escores da instrumentalidade

Fonte: Dados coletados para este estudo (2017)

Observa-se na Tabela 4, que a média mais alta que foi apontada o fator recompensas e independência econômica e o fator de menor pontuação foi o critério envolvimento e reconhecimento. O primeiro indica o quanto os avaliados percebem o

próprio desempenho como forma de obter seu autossustento, independência, estabilidade e assistência. O segundo indica quanto os avaliados percebem o próprio desempenho como necessidade para se sentirem reconhecidos, influentes, identificados às tarefas, merecedores de confiança, produtivos com igualdade de direitos em relação aos colegas.

Calculando-se a média dos escores de cada componente, a instrumentalidade foi avaliada com a média 3,00; expectativas 2,94; atributos valorativos 2,75; e atributos descritivos 2,50. Levando em conta o total de fatores pesquisados, o mais baixo valor da média foi envolvimento e reconhecimento (0,32), sinalizando baixa percepção de que o próprio desempenho tem sido útil para que os avaliados se sintam reconhecidos, influentes, identificados com as tarefas, merecedores de confiança, incluídos no grupo, produtivos e se percebam como pessoas que buscam a melhor forma de realizar o trabalho e com isonomia de direitos em comparação aos colegas. O mais alto valor foi recompensa e independência econômica (3,49), indicando alta percepção de que o próprio desempenho como válidos para obter seu autossustento, independência, estabilidade e assistência. Apesar da baixa percepção de envolvimento e reconhecimento, ocorre alta percepção de que há recompensa e independência econômica. Vale ressaltar que quanto maior for a percepção da instrumentalidade e as expectativas, maior será a motivação que o avaliado terá sobre a manutenção do seu desempenho no trabalho.

Na amostra pesquisada a força motivacional foi estimada em 116,05. Ao realizarem a elaboração do IMST, Borges e Alves Filho (2003) encontraram uma média de 87,45 na estimativa da força motivacional na amostra pesquisada. Outro estudo de Alves Filho e Borges (2014) abrangendo profissionais da área de saúde encontrou média de 76,62. Comparando-se com esses resultados, constata-se que a força motivacional dos estudantes trabalhadores pesquisados neste estudo é mais alta. É provável que as diferenças entre o perfil das amostras pesquisadas (gênero, escolaridade, condições oferecidas pelas organizações) nos diferentes estudos tenham influenciado nesses resultados. Pode ser que os estudantes e também trabalhadores do curso de pós-graduação de uma mesma turma estivessem em melhores condições de trabalho e de escolaridade.

CONCLUSÃO

O objetivo geral deste estudo foi compreender a motivação e o significado que as pessoas atribuem ao trabalho que realizam. Para melhor compreender na prática, aplicou-se o IMST em estudantes de pós-graduação de um curso de gestão estratégica de pessoas, que também são trabalhadores em diferentes empresas da região de Jundiá.

Os resultados permitiram compreender os conceitos teóricos aplicados à realidade e relacionados aos temas motivação e significado do trabalho. Observou-se que, na média, o nível motivacional dos participantes é alto.

A preocupação de todo profissional em função de liderança dever ser influenciar seus colaboradores na manutenção de elevado nível de motivação e de significância do trabalho em todo o decorrer da trajetória de trabalho na organização, desde o momento da contratação. Nesse sentido, o conhecimento a respeito da teoria da expectativa é um forte referencial para uma gestão de sucesso.

Agradecimentos: somos muito agradecidos aos participantes da pesquisa e à Prof^a Dra. Yaeko Ozaki, por orientar nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração:** uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2005.

ALVES FILHO, Antônio; BORGES, Lívia de Oliveira. A motivação dos profissionais de saúde das unidades básicas de saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2014, v. 34, n. 4, p. 984-1001.

BORGES, Lívia de Oliveira; ALVES FILHO, Antônio. A estrutura fatorial do Inventário do Significado e Motivação do Trabalho, IMST. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 123-145, dez. 2003.

BORGES, Lívia de Oliveira; ALVES FILHO, Antônio; TAMAYO, Álvaro. **Motivação e significado do trabalho**. IN: Medidas do comportamento comportamental: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Mirlene Maria Matias Siqueira (org.). Porto Alegre, 2008, p. 215-248.

Dicionário Aurélio de português Online. 27 fev. 2017. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/motivacao>. Acesso em: 7 set. 2017.

LOBOS, Julio. Teorias sobre a motivação no trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v.15, n. 2, p. 17-25, abr. 1975.

MYERS, David. **Introdução à psicologia geral**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

PIÉRON, Henri. **Dicionário de Psicologia**. 7.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1978.

INTERSECÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E LINGUÍSTICA NO APRENDIZADO DE INGLÊS: UM "INGLÊS BRASILEIRO"

Victor Carreão (Universidade Estadual de Campinas); vcarreao@yahoo.com.br *

Palavras-chave: Língua inglesa. Variação Linguística. Ensino.

INTRODUÇÃO

Kachru (1982 e 1985), assim como citado por Schmitz (2014), reconhece que a globalização é o fenômeno por que a expansão da língua inglesa deu-se mundialmente. Esta extensão poderia ser vista na analogia de três círculos: o primeiro seria aquele em que a língua inglesa funciona como língua nativa de seus falantes; o segundo estaria presente nos países e comunidades em que a língua inglesa foi imposta como idioma obrigatório, como o caso da Índia e da Nigéria na época da colonização inglesa; e o terceiro seria aqueles em que a língua inglesa é estudada como língua estrangeira – círculo em que o Brasil encontra-se inserido.

De acordo com um relatório do British Council (2014a), dominar a língua inglesa pode levar a 40% maiores possibilidades de crescimento na carreira e no salário. Ainda que a recompensa por dominar a língua inglesa seja atrativa, este mesmo estudo também aponta apenas 5% dos brasileiros como confiantes em relação a seu desempenho comunicativo em inglês.

Reportagens (G1, 2014; EXAME, 2013 e 2015) apontam o nível de inglês dos brasileiros como "ruim", estando mais da metade dos executivos de alta e média gerência do país no nível "básico" de inglês. Em termos mais abrangentes, um estudo da Education First (2014) aponta 80% da população de classe média brasileira como sem conhecimento de qualquer língua estrangeira e classifica o Brasil na 38ª posição de um total de 60 países no que se refere à proficiência em língua inglesa.

Outro estudo do British Council (2013) aponta que ter o domínio da língua inglesa é primordial para 48% das empresas que contratam um novo colaborador. Apenas 38% das organizações encontram-se satisfeitas com o nível de inglês de seus colaboradores, o que faz com que rígidos procedimentos de contratação sejam tomados. Muitas companhias (70%) avaliam seus candidatos quanto a seu desempenho comunicativo em inglês em suas entrevistas de emprego e, caso necessário, posteriormente através de testes escritos (54%). Apenas 4% das empresas utilizam-se de exames oficiais para medir este desempenho.

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) veem as mudanças linguísticas como decorrentes de fatores externos e internos à língua em um processo de “encaixamento linguístico”: fatores extralinguísticos, condicionados a variáveis socioeconômicas como renda, classe social, nível educacional, entre outros; e fatores linguísticos, partindo do pressuposto de que a língua mudaria por si mesma dentro de seu “sistema linguístico”.

OBJETIVOS

Objetiva-se refletir acerca de como fatores socioeconômicos podem influenciar fatores próprios do sistema linguístico dos aprendizes de inglês. Em especial, esse olhar volta-se para o contexto de ensino de língua inglesa no Brasil. Não há a intenção de apontar para características linguísticas específicas dos alunos de língua inglesa no Brasil, apenas busca-se verificar o cenário que se encontra no país atualmente.

MÉTODOS

A metodologia de pesquisa pautou-se em uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de ensino-aprendizagem de língua inglesa, com foco na questão da Interlíngua, e procurou apresentar dados referentes ao cenário educacional brasileiro também, explorando itens como o contexto da educação brasileira e o uso da língua inglesa no mercado de trabalho no Brasil.

RESULTADOS

Pensando nas forças externas e internas à língua, podem-se citar alguns fatores que incidem influência na produção linguística dos indivíduos.

FATORES EXTERNOS À LÍNGUA

O ensino brasileiro e a avaliação da proficiência no Brasil em um segundo idioma são exemplos levantados neste resumo.

ENSINO BRASILEIRO

É importante verificar qual é o papel da educação básica no ensino de línguas estrangeiras. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental estabelecem como objetivo da aprendizagem de uma língua estrangeira:

A aprendizagem de uma língua estrangeira deve garantir ao aluno seu engajamento discursivo, ou seja, a capacidade de se envolver e envolver outros no discurso. Isso pode ser viabilizado em sala de aula por meio de atividades pedagógicas centradas na constituição do aluno como ser discursivo, ou seja, sua construção como sujeito do discurso via Língua Estrangeira. Essa construção passa pelo envolvimento do aluno com os processos sociais de criar significados por intermédio da utilização de uma língua estrangeira. Isso poderá ser feito por meio de processos de ensino e aprendizagem que envolvam o aluno na construção de significado pelo **desenvolvimento de, pelo menos, uma habilidade comunicativa** (BRASIL, 1998b, p. 19. Grifos nossos)

Como salientam as Orientações Curriculares para o Ensino Médio: "verifica-se que, em muitos casos, há falta de clareza sobre o fato de que os objetivos do ensino de idiomas em escola regular são diferentes dos objetivos dos cursos de idiomas. Trata-se de instituições com finalidades diferenciadas" (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2006, p. 90). O que se observa, em relação aos cursos de idiomas, é um crescimento constante em termos de faturamento e expansão de franquias dedicadas ao oferecimento desse serviço (SUAFRANQUIA, 2016 e ABF, 2017).

AVALIAÇÃO DE PROFICIÊNCIA

Conforme relatório do British Council (2014b, p. 07), apenas 5,1% da população brasileira de 16 anos ou mais afirmam possuir algum conhecimento no idioma inglês. Dentro da porcentagem de falantes com conhecimento do idioma: 47% consideram-se falantes de nível básico; 32% de nível intermediário; 16% de nível avançado e 5% não sabem definir seu nível (BRITISH COUNCIL, 2014b, p. 08).

USO DA LÍNGUA INGLESA COM OUTROS FALANTES NÃO-NATIVOS

Apenas 10% dos alunos de cursos de idiomas de inglês (BRITISH COUNCIL, 2014b, p. 23) utilizariam habilidades relacionadas à fala, escrita ou compreensão de inglês falado diariamente. Esta porcentagem sobe para 15% para atividades que envolvam leitura. Com que falantes estes alunos desenvolvem estas interações? Seriam falantes nativos de língua inglesa ou falantes de outras línguas que utilizam a língua inglesa como ferramenta de comunicação? A pergunta é válida uma vez que estes outros falantes podem apresentar variação linguística em sua comunicação em inglês. Caso este seja o cenário, pode-se pensar que ocorre o uso da língua inglesa como uma língua-franca para comunicação comercial.

FATORES INTERNOS À LÍNGUA

Questões relacionadas à aquisição de linguagem podem ser vistas como fatores linguísticos, inatos aos indivíduos, que podem influenciar os atos de fala dos indivíduos. Dentre esses fatores, ressalta-se a questão da Interlíngua.

INTERLÍNGUA

Entende-se a aquisição de linguagem por meio de Dispositivo de Aquisição de Linguagem, que funcionaria dentro do Período Crítico para que uma segunda língua fosse aprendida:

O primeiro significado de HPC [Hipótese do Período Crítico] corresponde a uma hipótese empírica segundo a qual os seres humanos são mais eficientes na aprendizagem de línguas nos primeiros anos de vida. Em outras palavras, o HPC afirma que a idade de aquisição é um importante preditor de proficiência final: quanto mais velhos começam a aprender uma língua, menores as probabilidades de alcançar a proficiência nativa. (PALLIER, 2007, p. 01. Tradução nossa)

Durante o período de aprendizado de uma nova língua, existiria um nível intermediário entre a língua materna do indivíduo e aquela que se deseja aprender: a Interlíngua. Para Tarone (2006, p. 747. Tradução nossa), a interlíngua é vista como "um sistema linguístico separado, claramente diferente da língua nativa e da língua-alvo a ser aprendida por um estudante, mas ligada a ambas por identificações interlinguais em sua

percepção". Em casos de jovens que já tenham passado pela puberdade e cuja janela do Dispositivo de Aquisição de Linguagem já esteja fechada, por exemplo, a aquisição da linguagem seria governada por uma estrutura psicológica latente, podendo apresentar um estágio de fossilização, em que há maior dificuldade de se desvincular de traços linguísticos pertinentes à língua mãe de um indivíduo.

CONCLUSÃO

Em suma, observa-se:

- i. Em muitas situações corporativas, a língua inglesa é imposta em reuniões, documentos e correspondências utilizadas diariamente. Ainda que haja a presença da língua inglesa a nosso redor (por meio de músicas, filmes, ou nomes de produtos, por exemplo), não há como interagir em um ato de fala com estas "amostras". Trudgil (1986) nos mostra que nesse caso só seria possível haver uma "mímica" do que é dito/visto, mas que, sem interação por meio de atos de fala, dificulta-se a "cópia" do que se ouve/lê;
- ii. Aqueles que se encontram no mercado de trabalho, salvo exceções, já teriam idade superior ao Período Crítico para a aquisição de uma segunda língua;
- iii. Os dados dos relatórios sobre ensino-aprendizagem da língua inglesa (BRITISH COUNCIL, 2013, 2014a e 2014b; EDUCATION FIRST, 2014) mostram a pouca porcentagem de colaboradores em corporações que possuem conhecimentos intermediários e avançados em língua inglesa. A presença, ou ausência, de capacitação em língua inglesa é outro fator determinante de seu uso em situações de comunicação.

Tal cenário pode levar à percepção dos brasileiros como uma comunidade de fala em que a língua inglesa nem sempre encontra modelos linguísticos com que se possa interagir, bem como para um cenário educacional que nem sempre atua nos gargalos linguísticos necessários para a prática de uma segunda língua. Um "inglês brasileiro" seria, assim, permeado por influência da língua portuguesa. Resta saber o quanto isso pode interferir em comunicações internacionais.

REFERÊNCIAS

ABF (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING). **Pesquisa de desempenho**: 1º Trimestre de 2017. Disponível em: < <http://www.abf.com.br/wp->

content/uploads/2017/05/2017-Desempenho-do-Franchising-1-Trimestre.pdf >. Acesso em 20 mai. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais** : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRITISH COUNCIL. **Demandas de Aprendizagem de Inglês no Brasil**. 2014b. Disponível em: < https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/demandas_de_aprendizagem_pesquisa_acompleta.pdf >. Acesso em 30 dez. 2016.

BRITISH COUNCIL. **Learning English in Brazil**. 2014a. Disponível em: < <https://br.live.solas.britishcouncil.net/pesquisas-infograficos> >. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.

BRITISH COUNCIL. **O estudo latino-americano de habilidades profissionais**. 2013. Disponível em: < <https://br.live.solas.britishcouncil.net/pesquisas-infograficos> >. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.

EDUCATION FIRST. **English Proficiency Index**. 2014. Disponível em: < <http://www.ef.co.uk/epi/spotlights/latin-america/brazil/> >. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.

G1. Cai o total de alunos na rede pública, apontam dados da Pnad 2014. **G1**, São Paulo, 13 de novembro de 2015. Educação. Disponível em: < <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/cai-o-total-de-alunos-na-rede-publica-apontam-dados-da-pnad-2014.html> >. Acesso em 07 jan. 2017.

GASPARINI, C. Veja como anda o nível de inglês dos executivos brasileiros. **Revista Exame Online**, 16 de junho de 2015. Carreira. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/veja-como-anda-o-nivel-de-ingles-dos-executivos-brasileiros> >. Acesso em 17 de agosto de 2015.

KACHRU, B. B. Standards, codification, and sociolinguistic realism: The English language in the outer circle. In: Quirk, R. and H. Widdowson, (eds.) **English in the World: Teaching and Learning the language and the literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

KACHRU, B. B. The Other Tongue. English Across Cultures. **Urbana, III**. University of Illinois Press, 1982.

MORENO, A. C. Com proficiência baixa em inglês, Brasil fica estagnado em ranking. **G1**, São Paulo, 12 de novembro de 2014. Educação. Disponível em: <

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/11/com-proficiencia-baixa-em-ingles-brasil-fica-estagnado-em-ranking.html> >. Acesso em 17 de agosto de 2015.

PALLIER, C. Critical periods in language acquisition and language attrition. *Language Attrition: Theoretical perspectives*. In: **Studies in Bilingualism**, n. 33, pp. 155–168, 2007.

SCHMITZ, J. R. Looking under Kachru's (1982, 1985) Three Circles Model of World Englishes: The Hidden Reality and Current Challenges. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 373-411, 2014.

SUAFRANQUIA. **Apesar da crise, setor de idiomas continua sendo um mercado promissor no Brasil**. *Escolas de idiomas*, 21 jan. 2016. Disponível em: < <https://www.suafranquia.com/noticias/escolas-de-idiommas/2016/01/apesar-da-crise-setor-de-idiommas-continua-sendo-um-mercado-promissor-no-brasil.html> >. Acesso em mai. 2017.

TARONE, E. Interlanguage. In: BROWN, K. **Encyclopedia of Language and Linguistics**. Boston: Elsevier. pp. 747–751, 2006.

TRUDGIL, P. **Dialects in contact**. New York: Basil Blackwell, 1986.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

MINHAS CAMINHADAS PELA DANÇATERAPIA

Vivian Cristina Cardozo Razera (autora); vivian.cardozo22@gmail.com*

Cynthia Tibeau (professora orientadora); cynthiatibeau@terra.com.br

Resumo: Este artigo abordará o tema Dançaterapia, a partir da indagação: O que é Dançaterapia? A autora percorreu diversos países para vivenciar na prática algumas abordagens terapêuticas em dança. Por esta caminhada investigativa foram selecionadas duas técnicas terapêuticas: o Movimento Autêntico e DMT (*Dance and Movement Therapy*), nas quais haverá uma breve descrição histórica e também como são trabalhadas em um contexto terapêutico.

Palavras-chave: Dançaterapia, Movimento Autêntico e DMT

Abstract: Abstract: This article approaches this theme Dancetherapy, starting with the question: What is dancetherapy? The author goes through many countries to experience some practice in dance as therapy. For this investigation's walk was selected three technique in therapies: the Authentic Movement and DMT (*Dance and Movement Therapy*), which will be a brief historical description and also how they are realized in a therapy's context.

Keywords: Dancetherapy, Authentic Movement and DMT

INTRODUÇÃO

Neste artigo gostaria de apresentar minha pesquisa como investigadora da dança e consciência corporal pelo universo da Dançaterapia. Minhas inquietações surgiram em maio de 2016 quando eu iniciei um curso de Arteterapia e constatei que no Brasil, há poucos cursos e referências bibliográficas na área. Existe apenas um curso de pós-graduação na área da Dançaterapia nível *lato sensu*, em Joinville em Santa Catarina, e as abordagens teóricas disponíveis sobre o tema se reduzem aos estudos teóricos e práticos da autora Maria Fux, bailarina argentina que desenvolveu uma metodologia própria na área.

Então, surgiram muitas inquietações e indagações sobre O que é Dançaterapia? quais métodos existem em Dançaterapia? A minha curiosidade de conhecer outras técnicas levaram-me à San Marcos de Sierra em Córdoba na Argentina, aonde permaneci em um retiro por sete dias vivenciado uma prática chamada Movimento Autêntico. Em seguida,

foram muitas oficinas em São Paulo, dois cursos de pós-graduação em Dança e Arteterapia, três cursos intensivo no exterior, buscando conhecer e entender alguns processos em Dançaterapia. Após vivenciar essas práticas resolvi escrever este artigo para relatar alguns processos em Dançaterapia que participei.

Atualmente, há diversas abordagens para se trabalhar a Dança em um processo terapêutico, tais como: Biodança, Dançaterapia- técnica Maria Fux, Ioga Dance, sistema Laban/Bartenieff, Movimento Autêntico e DMT. Contudo, como sou uma pesquisadora que necessita de vivenciar na prática, ou seja, preciso participar das vivências, abordarei neste artigo apenas dois processos em dançaterapia: Movimento Autêntico e DMT (*Dance and Movement Therapy*) nas quais além de estudá-los também realizei seminários práticos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O que é Movimento Autêntico?

O Movimento Autêntico (*Authentic Movement*) surgiu nos Estados Unidos, nos anos 50, com Mary Starks Whitehouse, bailarina da dança moderna, que estudou anteriormente com Martha Graham e Mary Wigman. Influenciada pelas teorias da psicologia analítica de Carl Gustav Jung, desenvolveu a técnica em movimento terapêutico chamado *deepen movement*, que buscava trabalhar com movimentos espontâneos, gestos ou sons advindos do inconsciente pessoal dos participantes. Essa técnica surgiu em suas sessões com clientes psiquiátricos, nas quais os movimentos espontâneos eram produzidos a partir dos impulsos internos da psique humana, ou do inconsciente.

Segundo Bartenieff (2000, p. 249):

São representações simbólicas da experiência da psique por meio do movimento, como se estivesse sonhando acordado, enquanto tentamos conectar a experiência através da verbalização, Jung nos mostra que o corpo e mente são um conceito inseparável. Sensação, emoção, imaginação estão juntos no ato de dançar e se movimentar.

Como acontecem as sessões terapêuticas no movimento autêntico, inicialmente as sessões são realizadas em um ambiente seguro e tranquilo, uma sala de estúdio aonde não há interrupções, sem o apoio de uma trilha sonora as pessoas são convidadas achar uma posição confortável: deitadas ou sentadas com os olhos fechados, durante este

momento de silêncio os participantes tem como foco, escutar o próprio corpo, perceber se há alguma necessidade de se movimentar, produzir alguns sons ou gesto.

Trata-se de uma abordagem investigatória, na qual o convite é se mover com os olhos fechados. Como movedora e como testemunha, é como encontrar-se com o inesperado (JORGE, 2017). Aos poucos as pessoas entram em um processo de escuta do seu próprio corpo, fazem pequenos movimentos, sussurros, alongamentos. No decorrer da sessão, os movimentos vão se intensificando, surgem sons, os corpos dos movedores realizam movimentos intensos entre os níveis baixo, médio e alto, surgem pequenos deslocamentos, choros, gestos e sons.

Esses movimentos são representações simbólicas do inconsciente que se manifesta por meio do corpo, para Jung esses movimentos vindos dos inconscientes são emoções, sensações e imaginações ativas do inconsciente pessoal que se manifesta através de movimentos espontâneos.

Jung (2016, p.300) acreditava que “o inconsciente nos dá uma oportunidade, pelas comunicações e alusões metafóricas que oferece. É também capaz de comunicar-nos aquilo que, pela lógica, não podemos saber.”

No decorrer das sessões o condutor pode propor novas dinâmicas, por exemplo: um movedor e uma testemunha, uma pessoa se move por vinte a quarenta minutos enquanto o outro testemunha o processo, e em seguida, a testemunha se torna movedor por um determinado tempo; outra dinâmica o condutor pode propor que os movedores se tornem testemunhas durante a sessão, ou seja, se um movedor senti a necessidade de se tornar testemunha, ele pode parar e observar os outros durante a sessão.

O movimento autêntico tem uma estrutura simples, inicia-se com os movedores em círculo, em seguida, o condutor estabelece a duração do trabalho e como será o trabalho, porém trata-se de um trabalho muito delicado de escuta dos seus próprios sentimentos, das suas emoções e das imagens que o seu inconsciente traz à tona a consciência por meio de movimentos, de gestos e de sons. Além disso, esse trabalho terapêutico pode ser usado durante anos com pacientes que não conseguem elaborar em palavras suas aflições, medo ou inseguras.

O que é DMT (*Dance and Movement Therapy*)?

A Dançaterapia surge nos Estados Unidos no início do século com as pioneiras do lado leste do continente americano Marian Chace, Blanche Evan e Liljan Espenak e o lado oeste Mary Whitehouse, Trudi Schoop e Alma Hawkins, que são consideradas as

percursoras no estudo e na criação da DMT -Dança e o Movimento Terapêutico (*Dance and Movement Therapy*) nos EUA.

Entre 1930 a 1940 a psicologia analítica teve grande influência nos artistas da dança moderna, surge entre o meio artístico o conceito de dança interior (*inner dance*), que buscava no universo do inconsciente inspiração para as criações artísticas na dança. Neste período as bailarinas Mary Whitehouse e Marian Chace influenciadas por este movimento estético na dança moderna passaram a pesquisar como os impulsos do inconsciente se manifestavam na dança, e quais as relações somáticas entre o corpo e a psique.

Mary Whitehouse desenvolveu o método *deepen movement*, que deu origem ao Movimento Autêntico. Enquanto Marian Chace desenvolveu a sua própria metodologia em DMT. Marian Chace passou a trabalhar em estúdio como professora de dança, ela percebeu que muitos dos seus alunos não estavam interessados em trabalhar a técnica de dança moderna, mas sim, buscavam um processo terapêutico de autodescobrimento. Segundo Levy (2005, p. 19) Marian Chace entendeu que os seus encontros eram uma necessidade para quem precisava de ajuda, então, ela passou valorizar as pessoas como elas eram, ou invés, de valoriza-los como dançarinos.

Após a iniciativa de Marian Chace, muitos dançarinos norte-americanos começaram a explorar os efeitos terapêuticos da dança, surgiram grupos terapêuticos de adultos e crianças, e com amadurecimento deste trabalho, os artistas sentiram a necessidade de sistematizar e organizar os trabalhos. Em 1966, eles formaram ADTA (*American Dance Therapy Association/ Associação de Dançaterapeuta Americana*) com Marian Chace como a primeira presidente da associação de dançaterapeuta dos Estados Unidos. Ela e outros dançarinos desenvolveram muitos métodos e técnicas em dançaterapia que são usados nos dias atuais em diversas parte do mundo.(KASHYAP, 2005, p.16-17)

Procedimento Metodológico do DMT

O DMT é considerado um recurso psicoterapêutico, uma ferramenta de cura, aonde integra o corpo, a mente e o espírito, seu princípio básico consiste no movimento espontâneo e criativo dos seres humanos para expressar as emoções e os sentimentos. Além do mais, o DMT proporciona a conscientização de atitudes e emoções nocivas para os indivíduos, ao mesmo tempo, promover a saúde psíquica e o bem-estar.

A técnica em DMT descrita abaixo foi criada por Marian Chace, dançaterapeuta que trabalhava com movimentos espontâneos e criativos do corpo, utilizava a música. O foco da técnica consistia na interação, comunicação e expressão do grupo.

A sessão em DMT sempre inicia-se com as pessoas em círculo, cada sessão deve ter no máximo 12 pessoas, pode-se utilizar música com diversos ritmos e percussões. O dançaterapeuta inicia com o aquecimento (*warm-up*): alongamentos e movimentos para despertar cada parte do corpo, momento de estabelecer o contato visual com os colegas, por exemplo: gestos de cumprimento, em seguida, propõe a expansão do repertório de movimento.

Em seguida, o desenvolvimento do tema (*theme development*): seguindo o fluxo e ampliando com movimentos, gestos e ações. Os movimentos tornam-se mais intensivos e vigorosos, pois é um momento importante da DMT, de limpeza de energia (*clean-up*), no qual o terapeuta trabalha com a liberação de energia acumulada e a possibilidade da criação sons junto com os movimentos espontâneos mais intensos. Ao final, (*closure*) retorno ao círculo, encerrando com movimentos calmos e respirações profundas; é o momento do grupo sentar e compartilhar as suas experiências.

O trabalho de Marian Chace foi inovador e importante para Dançaterapia, pois o seu método de trabalho em grupo era simples, claro, completo e eficiente, mesmo quando o paciente iniciava no grupo terapêutico, ele se sentia acolhido pelo grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pesquisadora e praticante observei que a Dançaterapia é uma importante ferramenta de integração entre os indivíduos e de expressão criativa do corpo. Ela proporciona aos seus participantes uma grande conscientização sobre si mesmo, provoca um profundo olhar para si e um sentimento de pertencimento. Além de ser, um processo terapêutico de reviver e dissolver os bloqueios ou traumas do passado, e oferece possibilidades de um novo olhar para o futuro.

Infelizmente no Brasil está prática integrativa ainda não é reconhecida pelos órgãos públicos, diferentemente nos EUA, Austrália, Europa e em países latinos como Argentina, nos quais a Dançaterapia é considerada uma área de conhecimento, reconhecida e respeitada por ser uma prática terapêutica que promove a integração emocional e social nos seus participantes, assim como proporciona o equilíbrio emocional e cognitivo. Além disso, acredito que este artigo possa estimular outros pesquisadores e também ampliar o número de praticantes da Dançaterapia.

REFERÊNCIAS

BARTENIEFF, Irmgard. **Dance therapy: A new profession or a rediscovery of an Ancient Role of the Dance?** Dance Rope (Fall/Winter 1972/1973). P.6-18.

BERGER, M.R. **Bodily experience and expression of emotion.** In S.Sandel, S.Chaiklin, &A.Lohn, (EDs.). *Foundations of dance/movement therapy: The life and work of Marian Chace* (p.75-97). Comlumbia, MD: The Marian Chace Foundation of the ADTA.

GOODILL, S.S. **An introduction to medical DMT.** Philadelphia: Jessica Kingsley, 2005, p.85-164.

HANNA, Judith Lynne. **The power of dance: health and healing.** Journal of Alternative and Complementary Medicine, 1995, p.1-4.

JORGE, Soraya. **Movimento Autêntico – A arte de mover e ser movido.** Em: <http://www.jung-rj.com.br/artigos/movimento_autentico.pdf> acesso em 29 de maio de 2017.

JUNG, Carl G. **Memórias, Sonhos, Reflexões.** 30 ed. RJ: Nova Fronteira, 2016.

_____ (org). **O homem e seus símbolos.** 2ed. RJ: Nova Fronteira, 2008.

KASHYAP, Tripura. **My body, my wisdom: a handbook of creative dance therapy.** India: Penguin Book, 2005.

LAMBERT, Marisa M. **Irmgard Bartenieff: uma herança de conectividade.** Campinas: Concept, 2016. v.5.n.2, p.49-63.

LEVY, Fran J. **Dance Movement Therapy: a healing art.** 2ed. USA: Shape America, 2005.

WHITEHOUSE, Mary. **The Tao of the body.** In P. PALLARO, (ED) 2000, *Authentic Movement: Essays by Mary Starks Whitehouse, Janet Adler and Joan Chodorow* . London, 1958.

ZIMMERMANN, Elisabeth (org). **Corpo e Individuação.** RJ: Vozes, 2009.
www.adta.org

O USO DO JOGO DIGITAL COMO TECNOLOGIA DA PRÁTICA EDUCACIONAL

Patrícia Dias; patriciadias.arquitetura@uol.com.br

Clayton Colombo; claytoncolombo@gmail.com

Antônio Carlos Momesso; carlos.momesso@gmail.com

Danielle Ramazini Vieira; danielleramazinivieira@yahoo.com.br

Fernando Moreira; Fr.moreira@yahoo.com.br

Júlio César Martins; juliomartins.c@gmail.com

Resumo: As inovações tecnológicas têm modificado o modo como as pessoas se relacionam com o mundo e entre si. Elas têm possibilitado que fronteiras geográficas sejam derrubadas ao proporcionar o contato virtual através das conexões viabilizadas pelo uso da Internet. Sendo assim, a Educação também vem sendo impactada e dela tem se exigido cada vez mais a quebra de velhos paradigmas para que a atividade de ensino se insira no contexto de contemporaneidade do aluno. Entretanto, antigas verdades prevalecem, como a do uso dos jogos didáticos como ferramenta que facilita a transmissão e aquisição de conhecimento. A tecnologia trouxe muita inovação para o setor de entretenimento e dos jogos, cada vez mais enriquecido pelas novas possibilidades de se jogar e impactado pela rapidez com que uma inovação suplanta a outra. A realidade aumentada e a realidade virtual promovem uma experiência de jogo onde o sujeito é o protagonista absoluto das suas ações e decisões, o que dá a ele uma grata satisfação e a motivação para repetir e incrementar essa experiência. Portanto, esse artigo apresenta o potencial didático dos jogos digitais, baseado na análise de especialista das áreas educacionais e tecnológicas, onde se pontua também que o uso da tecnologia deve ter um propósito muito claro como ferramenta facilitadora. A presença da tecnologia em sala de aula não deve ter um fim em si mesma sob o risco de não promover a aproximação entre o contexto cotidiano da vida do aluno com o arcabouço de conhecimento que se pretende transmitir. O artigo também apresenta um modelo de jogo desenvolvido pela equipe que o escreve, onde o interesse comum de aprendizagem de um mesmo conteúdo específico é potencializado pelo caráter desafiador de um torneio de perguntas e respostas, comprovando a eficácia do jogo didático digital como facilitador do processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. Tecnologias Educacionais. Jogos didáticos digitais. Perguntas e Respostas.

Abstract: Technological innovations has changed the relationship of people with the world and between themselves. It has made possible that geographical walls are break down when provides the virtual contact through internet connections. This way education has been suffering an influence and also, more and more, requested a paradigm break so that students can be incorporated to this modern new contexto.

Nevertheless, old verities prevails like the use of didatic games as tools for the transmission and acquisition of knoledge. Technology brought a big ammount of inovation to the entertainment sector and games, more timely enhanced due to inovations replacement. The increased reality and virtual reality promotes a game experience where the person is the absolute main actor of his actions and decisions, which gives him a great satisfaction and motivation to repeat and increase the experience.

This article presents the didatic potential of digital games based on a specialist analisys of the educational and and technological areas where it points, also, that techonology use has a very clear propose as a facilitator tool. The presence of technology in classrooms cannot have a goal on itself under the risk of promoting the approach between daily life of the student and the framework that it intends to transmit. The article also presents a model of game, developed by the authors, where the common interest of learning of a same specific content is potentialized by a challenging character of a question/ answer tournament, proving the eficiencia of the didatic digital game as a facilitator of the learning process.

Keywords:

Education. Educational Technologies. Digital didactic games. Questions and answers.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem exigido cada vez mais que a Educação acompanhe o ritmo alucinante da Inovação e a sua brevidade enquanto novidade. É cada vez mais desafiadora a missão do professor em despertar o interesse dos alunos, transmitir o conhecimento a que se propõe e ainda, favorecer a relação ensino-aprendizagem.

Muitas são as causas de desinteresse dos alunos por determinada disciplina ou da dificuldade em absorver conteúdo. Por isso entende-se que, o uso das ferramentas

tecnológicas disponíveis hoje pode favorecer o ensino por conta de seus recursos mais atraentes, intuitivos e interativos do que aqueles usados na sala de aula tradicional, dessa forma transformando os conteúdos a serem aprendidos em experiências mais significativas.

Outro impacto positivo da inserção de tecnologias na prática educacional é que isso pode reduzir a exclusão digital, visto que, sendo a sala de aula também um espaço para o exercício da democracia, através do uso da tecnologia no ambiente educacional será oportunizado ao aluno a possibilidade de conhecer e vivenciar de forma bastante direta as experiências proporcionadas pela tecnologia, vivências que talvez não lhe fossem possíveis no ambiente doméstico.

Dessa forma, educadores vêm refletindo sobre a necessária quebra de paradigmas do uso de tecnologia na Educação e buscando de fato implementar melhorias na relação de ensino. Entretanto, o filósofo e profº Mário Sérgio Cortella, em uma palestra em 2014 no II Encontro de Educação SER da Abril Educação, afirma que “a mente pedagógica moderna não recusa a tecnologia”, mas salienta que ela não é imprescindível para que “se produza a convivência, a capacidade, os processos vitais. Seria tolo não usarmos a tecnologia que temos à nossa disposição para fazer melhor o que fazemos, mas cautela para não se colocar a temática da digitalização como sendo a única alternativa que nos ofereça sucesso. ” Cortella explica que é necessário entender o propósito do uso da tecnologia em sala de aula para que ela não se torne uma ferramenta vazia de significado.

Segundo Anna Penido, diretora do instituto Inspirare, o uso da tecnologia na Educação possibilita que o aluno aprenda no seu ritmo, de acordo com o seu perfil, aproximando a Educação do caráter contemporâneo do aluno do século XXI (www.youtube.com/watch?v=Zge9v2jIhRA). A velocidade com que uma tecnologia supera sua antecessora é muito rápida e a geração atual está melhor preparada para acompanhá-la do que a geração dos pais e professores. Por isso, as facilidades e inovações que o mundo tecnológico possibilitam, impactam diretamente o nível de interesse dos alunos, tornando-os mais exigentes com relação à qualidade e intensidade das experiências que eles vivenciam no seu cotidiano, colocando a prática educacional como um todo numa situação de desconforto por conta da urgência das mudanças.

O uso de recursos lúdicos em sala de aula é sem dúvida uma ação muito eficiente na promoção do conhecimento e no desenvolvimento social do indivíduo. Para Santos (1999, p. 49) “é uma experiência vivenciada que nos dá prazer ao executá-la. (...) Qualquer atividade que cause uma experiência positiva, divertida e prazerosa pode-se chamar de lúdica. Percebemos a importância de oportunizar ao educando momentos de prazer e de

experiências lúdicas, experiências que são capazes de contribuir para o convívio social na escola e na sociedade. Dessa forma, pode-se afirmar que o jogo possibilita uma aprendizagem mais prazerosa não somente para crianças e adolescentes, mas também para adultos de qualquer faixa etária”

Nos jogos são trabalhados o conhecimento físico e social, a colocação de problemas e a tomada de decisões. A experiência lúdica do jogo possibilita um momento em que o sujeito é o protagonista, sem sofrer influências de mediações externas. Num segundo momento, há a possibilidade da reflexão sobre os problemas ou sobre algum recorte do jogo.

O jogo exerce influência sobre o processo de aprendizagem. Há especialistas que alertam sobre os impactos negativos dos jogos digitais, mas quando devidamente direcionados, eles estimulam a leitura, concentração e raciocínio lógico, sendo uma importante ferramenta de ensino. Sem contar que, ganhar um jogo e ser merecedor da premiação ou do título de campeão é uma importante ferramenta para estimular o envolvimento e a busca de superar resultados.

"Os jogos são desafiadores para os jogadores, na medida em que eles querem realizar uma performance melhor em menos tempo. Isso exige agilidade e motivação, além da busca de estratégias eficazes para atingir melhores resultados. Portanto, os games também podem aumentar a satisfação e a autoestima das pessoas, ao terem suas habilidades reconhecidas pelos colegas", explica a psicóloga Heloisa Schauff.

Segundo o profº Luciano Meira, da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), "os jogos comerciais oferecem um cenário muito interessante para a construção de aprendizagem, mas se a tentativa é usar os jogos só para ensinar, ele vira uma coisa chata. O aluno joga uma vez e não joga mais", por isso, para ter efetividade no propósito de proporcionar aquisição do conhecimento, é fundamental que o jogo possibilite ao usuário uma experiência que ele queira ter mais vezes.

O uso do jogo possibilita ao aluno o aprimoramento de habilidades e conceitos na medida que oportunizam o uso do raciocínio, a lógica, a memória e a sistematização na resolução de questões.

Entendemos então que, para incrementar o processo de aprendizagem em consonância com a contemporaneidade do educando, o uso de uma ferramenta que concilie o lúdico à tecnologia, através de um aplicativo de jogo será sem dúvida, muito eficaz à medida que estimule a participação e de alguma forma reconheça o sucesso do aluno.

Sobre o uso dos jogos educativos digitais, segundo Tiellet et al. (2007, p. 4): "A motivação do aprendiz acontece como consequência da abordagem pedagógica adotada que utiliza a exploração livre e o lúdico. Os jogos educacionais aumentam a possibilidade de

aprendizagem, pois, os aprendizes se envolvem na trama do jogo, fazendo o possível para vencer determinados desafios, em consequência, aprendem os conteúdos inseridos no jogo. Além disso, auxiliam na construção da autoconfiança e incrementam a motivação no contexto da aprendizagem. A atividade de jogar é uma alternativa de realização pessoal que possibilita a expressão de sentimentos e de emoção. Isso, de acordo com o processo de conhecimento cerebral, oportuniza mais facilmente a aprendizagem significativa. ”

A proposta é a de um jogo digital onde haja interação com outros jogadores pois, segundo Menezes (2003, p. 3), “o jogo digital acontece em ambientes como computador, celular, videogame, etc. Normalmente, possui desafios a serem vencidos através de um conjunto de regras e situações dinâmicas que vão sendo apresentadas ao jogador. A atividade de jogar é exercida de maneira voluntária e na maioria das vezes proporciona um ambiente lúdico, permitindo que o usuário brinque como se fizesse parte do próprio jogo. É naturalmente motivador, pois, o jogador faz uso por prazer sem depender de prêmios externos. Além disto, brincar num ambiente digital em rede tem um papel importante na aprendizagem e na socialização, pois através dele o jogador adquire motivação e habilidades necessárias à sua participação e ao seu desenvolvimento social. ”

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Nesta etapa do projeto, os seis alunos do grupo participaram em sala de aula da construção teórica de um jogo digital utilizando a tecnologia como ferramenta de aprendizado educacional. Foram discutidos os seguintes temas: educação, uso de tecnologias, jogos didáticos digitais, perguntas e respostas, formas de estimular adultos e crianças a fazerem uso da tecnologia para agregar conhecimento e como recompensar os mais assertivos e dedicados.

Para os alunos, essa experiência foi muito satisfatória e extremamente importante, à medida que lhes possibilitou obter um panorama geral de como a tecnologia hoje pode ser utilizada para o aprimoramento de habilidades e conceitos na medida em que oportuniza o uso do raciocínio, a lógica, a memória e a sistematização na resolução de questões.

Após as primeiras discussões em sala de aula os alunos se dedicaram a buscar bibliografias sobre o assunto. As principais fontes utilizadas foram livros, páginas de internet com referências a autores conceituados sobre o assunto, materiais oriundos de palestras e seminários e outros trabalhos de graduação ou pós-graduação sobre o tema.

O uso de prêmios como moeda de troca para as melhores performances busca justificativa na teoria do marketing de incentivo, baseado no modelo de gestão que contempla motivação, reconhecimento e recompensa. O programa de incentivos foi desenvolvido de

modo a oferecer prêmios realmente interessantes para os participantes e, por isso, foi fundamental contar com uma pesquisa prévia que identifica as recompensas mais desejadas pelas equipes, sejam bônus, presentes, bolsas de estudo ou reconhecimento no mundo acadêmico.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em um mundo com mídias cada vez mais sedutoras e atraentes, as salas de aula com quadro negro e giz estão se tornando lugares monótonos para os alunos acostumados ao dinamismo das buscas feitas na internet, com a velocidade das mensagens instantâneas e a versatilidade do telefone celular. Jogos educacionais bem projetados podem ser criados e utilizados para unir práticas educativas com recursos multimídia em ambientes lúdicos a fim de estimular e enriquecer as atividades de ensino e aprendizagem. Os benefícios e potencialidades desse tipo de mídia são variados e continuam a ser estudados por educadores e pesquisadores. Desafios de ordem técnica e, principalmente pedagógicos, ainda precisam ser tratados para os jogos educacionais serem mais amplamente adotados pelos professores como eficientes materiais didáticos. Mas os exemplos da utilização de jogos por empresas, escolas e universidades já existem e estão aumentando. A tendência hoje é de que as tecnologias de informação ampliem a presença nas práticas de ensino e, nesse contexto, entende-se que os jogos digitais educacionais podem ser elementos importantes para enriquecer aulas e ambientes virtuais de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- MENEZES, C. S. (Org.). *Informática educativa II - linguagens para representação do conhecimento*. Vitória: UFES, 2003 Fascículo usado em cursos de graduação do NEAD/CREAD/UFES.
- TIELLET, C. A. B.; FALKEMBACH, G. A. M.; COLLETO, N. M.; SANTOS, L. R.; RIBEIRO, P. S. *Atividades digitais: Seu uso para o desenvolvimento de habilidades cognitivas. IX Ciclo de Palestras Novas Tecnologias na Educação*. 2007. (Seminário).
- SANTOS, Santa Marli Pires dos. *O lúdico na formação do educador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.



O DIREITO DE RECUSA AO TRABALHO

Érica Caroline Vasques (Aluna de Pós-Graduação – Engenharia de Segurança do Trabalho - SENAC JUNDIAÍ); ericavasques@gmail.com

Resumo: O direito de recusa ao trabalho já é um direito adquirido pelo trabalhador desde 1989 quando foi homologado nas Constituições dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro durante a Assembleia Estadual Constituinte de RJ e SP. Porém, esse direito é muitas vezes desconhecido ou renegado, refletindo ignorância da classe trabalhadora e também anos de exploração do operário por parte do empregado. Tais condições levaram as relações de trabalho a um patamar de desigualdade, sofrimento e exploração. Movidos por esses sentimentos os sindicatos foram sendo criados pelos próprios operários a fim de terem uma arma de defesa contra seus opressores. Apesar de estarem em constate evolução, as leis do trabalho já conferiram alguma melhora na qualidade de vida dos empregados, que motivados graças à garantia de sua saúde e segurança, podem contribuir para melhorias e otimizações nos processos produtivos, tornando-os mais seguros e mais rentáveis. Partindo-se desse ponto de vista o presente artigo objetiva identificar e garantir condições satisfatórias de saúde e segurança do trabalho, bem como embasar o direito usufruído pelo trabalhador de recusa a exposição a situações de risco iminente à sua integridade física ou ainda recusar-se a exercer determinada atividade por entender que esta vai contra seus valores, princípios morais e éticos.

Palavras-chave: Direito; Recusa; Saúde; Segurança do trabalho.

Abstract: The right to refuse to work is already a right acquired by the worker since 1989 when it was approved in the Constitutions of the States of São Paulo and Rio de Janeiro during the Constituent Assembly of RJ and SP. However, this right is often unknown or renegade, reflecting ignorance of the working class and also years of exploitation of the worker by the employee. Such conditions have led labor relations to a level of inequality, suffering and exploitation. Moved by these sentiments the unions were being created by the workers themselves in order to have a weapon of defense against their oppressors. Although they are in constant evolution, the labor laws have already given some improvement in the quality of life of the employees, who motivated by the guarantee of their health and safety, can contribute to improvements and optimizations in the productive

processes, making them more secure and more Cost-effective. From this point of view, this article aims to identify and guarantee satisfactory conditions of health and safety at work, as well as to base the worker's right to refuse exposure to situations of imminent risk to his physical integrity or to refuse to Exercise a certain activity by understanding that it goes against their values, moral and ethical principles.

Keywords: Right; Refusal; Health; Safety.

INTRODUÇÃO

O trabalho humano tem sido fundamental para o desenvolvimento da espécie desde os seus primórdios. Apesar de no início o trabalho ter sido realizado devido à necessidade de sobrevivência básica, com o passar dos anos, foi assumindo um significado diferente; sua importância e necessidade passaram a atrelar-se a relações interpessoais.

Tais transformações assumiram seu auge após a Revolução Francesa quando surgiu o conceito de trabalho humano produtivo, livre e por conta alheia como uma realidade social. A partir disso, estudiosos passaram a discutir fatores econômicos, sociais e ideológicos relacionados às condições vividas pelos trabalhadores da Europa Ocidental do final do século XVIII.

Em paralelo uma série de conflitos e insurreições foi iniciada pela classe explorada em países como França, Alemanha, Inglaterra; movimentos que foram apoiados pela igreja católica, grupo religioso predominante nessa época, na figura do papa Leão XIII (Enciclia Rerum ovarum - 1891) e deram origem ao que ficou conhecido como Revolução Industrial. Esse cenário de indignação sobre a ausência de condições mínimas de higiene e infraestrutura para o proletariado foi a origem do direito do trabalho.

No Brasil apenas em 1989 o Direito do Trabalho passou a ser reconhecido para os trabalhadores, e então condições mínimas de saúde e segurança nas indústrias, empresas, consultórios e escritórios passaram a ser exigidas para/pelos brasileiros.

Esse direito foi adquirido com grande dificuldade, visto que foram empregados meses de discussão e detalhamento do texto que seria regido para homologação. Assim, foi somente durante a Assembleia Estadual Constituinte de RJ e SP que os trabalhadores desses estados obtiveram pela primeira vez garantias de que em caso de negativa a se expor a condições de controle de riscos inadequados não sofreriam represálias.

Ainda sim, o texto da Carta Paulista, foi apresentado de forma diferente do texto da Carta do Rio de Janeiro.

A Carta Paulista em seu artigo 229 do Capítulo II passou a afirmar que “em condições de risco grave ou iminente no local de trabalho, será lícito ao empregado interromper suas atividades, sem prejuízo de quaisquer direitos, até a eliminação do risco” (São Paulo, 1989)

Já a Carta Carioca em seu artigo 290 foi regida com uma maior abrangência, afirmando

Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições estabelecidas na Lei Orgânica de Saúde, Desenvolver ações visando à Segurança e à Saúde do Trabalhador, integrando Sindicatos e Associações Técnicas, compreendendo a fiscalização e coordenação geral na prevenção, prestação de serviços, etc” (Rio de Janeiro, 1989).

Tendo o conhecimento desse cenário é possível salientar que muito há que se discutir a respeito dos direitos dos trabalhadores a fim de obter eficiência e eficácia no processo.

O objetivo do presente artigo é expor o cenário atual do direito do trabalho e apontar situações em que o empregado tem direito de se recusar a exercer determinado trabalho por entender que este vai contra seus princípios morais e ainda pode causar impactos negativos em sua saúde e segurança.

DESENVOLVIMENTO

Segundo a Norma Regulamentadora 3 (NR – 3) da Portaria 3214 de 08 de Junho de 1978 “O embargo e a interdição são medidas de urgência, adotadas quando constatada situação de trabalho que caracterize risco grave e iminente ao trabalhador”. A NR – 3 ainda conceitua risco grave e iminente como “toda condição ou situação de trabalho que possa causar acidente ou doença relacionada ao trabalho com lesão grave à integridade física do trabalhador”. (BRASIL, 1978).

Tal definição é bastante restritiva, pois limita o entendimento de riscos do trabalho à relações diretas à realização do trabalho, excluindo riscos sociais (assédio moral e sexual), ergonômicos e acidentes de percurso. (DWYER, 1992).

Essa definição da Norma também não engloba as doenças decorrentes do ritmo de trabalho imposto pelas empresas a seus colaboradores como: lesões da ordem mental ou emocional (*stress* e doenças psicossomáticas), nem mesmo as lesões por esforços repetitivos (LER), muito comuns no contexto atual vivenciado pelo trabalhador e com alto potencial para ser a chave da exposição do trabalhador à riscos que podem prejudicar sua integridade física. (MPS, 1993).

Esse caráter restritivo vai de encontro à realidade brasileira, visto que doenças da ordem mental (pressão de chefia, perseguições, ritmo acelerado, trabalho monótono, acúmulo de tarefas e responsabilidade excessiva) influenciam diretamente no desempenho das atividades dos trabalhadores, por exemplo, a dificuldade de raciocinar e avaliar sobre a melhor forma de realizar uma determinada atividade, ou mesmo a falta de atenção, pode ocasionar, por exemplo, uma pisada em falso e esta ser a causa de um acidente grave de trabalho (FREITAS, 1994).

Já sobre o ponto de vista do trabalhador, toda e qualquer doença pode ser considerada como um risco grave, visto que esta implicará no afastamento do trabalhador de suas atividades econômicas, e no atual cenário do país, onde a oferta de mão de obra é superior à demanda, ausência no trabalho resulta em demissão futura. Sem ter para quem vender sua força de trabalho, o empregado coloca em risco sua possibilidade de sobrevivência, já que esta depende de suas condições econômicas, apresentando-se assim como um grave risco para sua integridade física e moral. (MENDES, 1990).

A LEGISLAÇÃO

Há muitas legislações tanto no âmbito do direito do trabalhador, quanto no da medicina e engenharia nas quais o empregado pode encontrar suas defesas.

Dentre elas a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamado pela Resolução 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948, possui em seu Preâmbulo chamadas aos direitos do Homem que embasam os direitos assegurados pela Constituição e pelas Leis do Trabalho, direitos esse fundamentais para uma vida saudável tanto no âmbito econômico, quanto no âmbito ambiental.

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem. Considerando que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão (...)

O artigo 162 do Capítulo V do Título II da CLT estabelece que as empresas, de acordo com o número de funcionários e o grau de risco de suas atividades para a saúde e segurança de seus empregados devem ter um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT (Manual de Saúde e Segurança no trabalho – Normas Regulamentadoras 2014).

Também há a Resolução 325 de 27/11/87 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), em seu art. 4º

As atividades de Segurança do Trabalho” - item 18 define como uma atribuição do engenheiro responsável a função de informar toda e quaisquer condições que possam trazer riscos à saúde e segurança do trabalhador, bem como informar as medidas cabíveis para atenuar esses riscos”. (BRASIL, 1987).

Do ponto de vista médico, o código de Ética Médica possui artigos que o obrigam o especialista a alertar a população a respeito de riscos a sua saúde.

Artigo 11 - O médico deve manter sigilo quanto às informações confidenciais de que tiver conhecimento no desempenho de suas funções. O mesmo se aplica ao trabalho em empresas, exceto nos casos em que seu

silêncio prejudique ou ponha em risco a saúde do trabalhador ou da comunidade. (BRASIL, 1978)

As Normas Regulamentadoras da Portaria 3214 de 08/06/78 também garante o direito à segurança do trabalho. A NR-4, por exemplo, em seu item 4.1 afirma que:

As empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. ((Manual de Saúde e Segurança no trabalho - Normas Regulamentadoras, 2014).

No ano de 1990, mais especificamente no mês de Março, a ministra do trabalho na época, Dorothea Werneck, assinou Portaria modificando a NR-5. Nessa Portaria, o item 5.7.2.2 foi alterado, fornecendo poder à CIPA para que ela interditasse máquinas e equipamentos ou atividades cujas condições ambientais apresentassem risco grave e iminente à saúde e à segurança dos trabalhadores. Todavia essa Portaria não chegou a ser publicada no Diário Oficial da União, pois o então ministro da Justiça do Governo Sarney, Sr. Saulo Ramos, sensível às posições dos empresários, interveio. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1990).

DEFINIÇÕES DE RISCOS

As Normas Regulamentadoras também trazem as definições para riscos químicos, físicos e biológicos, conforme a seguir (Manual de Saúde e Segurança no trabalho - Normas Regulamentadoras 2014).

i) Riscos Químicos

- a) Quando o Limite de Tolerância de uma substância listada no Anexo 11 da NR-15 é ultrapassada de 1,1 a 3 vezes, dependendo do produto;
- b) Quando não forem hermeticamente vedados os processos envolvendo as seguintes substâncias cancerígenas: 4-Amido defenil (p-enilamina); Produção de Benzidina; Beta-naftilamina; 4-Nitrodifenil; (Anexo 13 da NR-15)
- c) "Fica proibida a utilização de qualquer tipo de asbesto do grupo anfibólio e dos produtos que contenham essas fibras. Fica proibida a pulverização ('spray') de todas as formas de asbesto. Fica proibido o trabalho de menores de dezoito anos em setores onde possa haver exposição à poeira de asbesto." (Portaria nº 01 de 28/05/91) (MTPS, 1991)

ii) Riscos Físicos

- a) Quando a temperatura ambiental for superior a 30º graus IBUTG (índice de Bulbo úmido Termômetro de Globo), medida com termômetro de mercúrio e de bulbo úmido; (Anexo 3 da NR-15).
- b) Quando o nível de ruído for superior a 115 decibéis e o trabalhador não dispuser de proteção adequada; (Anexo 1 da NR-15).

iii) Riscos Mecânicos

- a) Serviços de manutenção, limpeza, ajustamento e inspeção somente podem ser feitos com o equipamento ou máquina parada, salvo se o funcionamento for essencial para a execução do próprio serviço; (NR-12)
- b) Segundo a NR-12 é proibido o uso de máquinas nas seguintes condições:
 - 1 - se os comandos de acionamento e parada da máquina ou equipamento estiverem longe do posto de trabalho do operador;
 - 2 - se eles se localizarem em zona perigosa da máquina;
 - 3 - se eles não puderem ser acionados em caso de emergência por terceiros;
 - 4 - se eles correrem o risco de serem acionados acidentalmente;
 - 5 - se a máquina ou equipamento não possuir chave geral de corte de eletricidade protegida e em local de fácil acesso;

6 - se a máquina ou equipamento que possuir mais de um botão de comando não dispuser de alarme sonoro quando um deles for acionado;

7 - quando as máquinas e equipamentos não tiverem suas correias, polias e outras partes móveis bem protegidas;

8 - quando as máquinas não possuírem anteparos contra o lançamento de partículas ou respingos;

9 - quando as máquinas e equipamentos não forem aterrados eletricamente;

c) Segundo a NR-13 constituem-se em condições de risco grave e iminente as Caldeiras e Vasos sob pressão:

1 - onde faltem manômetros e válvulas de segurança;

2 - com proximidade entre as caldeiras e os tanques de combustíveis;

3 - onde faltem válvulas de segurança e outros dispositivos para evitar aumento de pressão interna;

4 - onde não se realizem inspeções periódicas anuais ou a cada 18 meses, com emissão de Relatório de Inspeção assinado por Engenheiro credenciado na DRT.

d) Nas obras de demolição, reforma ou construção são inúmeras as situações que podem se constituir em condição de risco grave e iminente, já previstas em lei:

1 - falta de proteção em serra circular;

2 - cabos de aço em mau estado de conservação;

3 - falta de escoramento em taludes e valas;

4 - falta de cinto de segurança em trabalho em altura;

5 - falta de isolamento de área sob cargas suspensas ou em áreas de tração de cabos;

6 - falta de amarração no transporte de feixes de vergalhão;

7 - falta de ventilação quando da aplicação de vernizes, colas, etc;

8 - falta de portas nos vãos de elevadores;

9 - transporte de pessoas em elevadores de carga;

10 - falta de proteção em partes energizadas;

11 - Outros.

(Manual de Saúde e Segurança no trabalho – Normas Regulamentadoras 2014).

DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS SINDICATOS E ENTIDADES SOCIAIS

Segundo o artigo 161 do Capítulo V do Título II da CLT os sindicatos e entidades sociais podem solicitar a autoridades do Ministério do Trabalho a interdição ou embargo de obras, estabelecimentos, serviços ou equipamentos que apresentem riscos graves e iminentes aos trabalhadores. (DIESAT, 1989)

Todavia, na prática os sindicatos encontram muitas dificuldades para solicitações desse âmbito. As dificuldades em sua maioria dizem respeito à falta de agentes fiscais especializados em segurança e medicina do trabalho, falta de equipamentos para aferir as condições ambientais (ruídos, calor, agentes químicos, entre outros) e falta de recursos, humanos e materiais, para a fiscalização correta (DIESAT, 1989)

Sendo assim, o movimento sindical, representado pelo Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho, criou um documento com medidas preventivas para garantirem os direitos dos trabalhadores, esse documento posteriormente foi aprovado pelas Constituintes dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro em 1989 e ficou conhecido como: "Direito de Recusa". Após esse evento alguns sindicatos conseguiram regulamentar o artigo constitucional em Acordos e Convenções coletivas.

A Federação dos Químicos do OESP conseguiu, em 1992, regulamentar o artigo constitucional com redação a fim de proteger o trabalhador e garantir seu direito de recusar-se a se expor a condições insalubres.

Quando o trabalhador, no exercício de sua função, entender que sua vida ou integridade física se encontram em risco, pela falta de medidas adequadas de proteção no posto de trabalho, poderá suspender a realização da respectiva operação (o próprio trabalho), comunicando imediatamente tal fato ao seu superior e ao setor de segurança, higiene e medicina do trabalho da empresa, cabendo a este investigar eventuais condições inseguras e comunicar o fato à CIPA. O retorno à operação se dará após a liberação do posto de trabalho pelo referido setor. (DIESAT, 1989).

O Sindicato dos bancários de SP também conseguiu incluir cláusula de defesa do trabalhador em Acordo coletivo com o texto:

É permitido ao empregado o direito de não executar qualquer atividade que cause dano à sua saúde ou integridade física, desde que não lhe sejam asseguradas as mínimas condições de segurança" (DIESAT, 1989a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, apesar de já terem sido criadas há algum tempo as legislações sobre o direito de recusa ao trabalho que apresenta riscos ao trabalhador e sua família, gerando *stress*, desentendimentos e frustrações, essas leis ainda não são fiscalizadas tão bem quanto necessário.

Grande parte dos trabalhadores enfrenta problemas não registrados e acaba por viver na "ilegalidade" com seus trabalhos penosos, tal atitude apenas agrava o cenário político e econômico que o Brasil vive, onde devido às restrições econômicas, estão sendo comprados apenas itens básicos para a sobrevivência da família.

Enquanto não for superado esses tabus, e liberado a adoção de modelos de relação do trabalho embasados na democracia e cidadania, o problema irá se expandir cada vez mais, por esse motivo faz-se necessário que os especialistas em Segurança do Trabalho estejam sempre presente e notifiquem todas e quaisquer operações ou manobras realizadas de maneira insatisfatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL,,**RESOLUÇÃO Nº 325, DE 27 NOV 1987.** Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=373>. Acessado em :01/11/2016

BRASIL: Ministério do Trabalho. Portaria nº 3214 de 08/06/78: **Segurança e Medicina do Trabalho - 15ª ed** (Manuais de Legislação Atlas, 16). Editora Atlas, São Paulo, 1989.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.dudh.org.br>. Acessado em: 20/Outubro.

DIESAT: **Cláusulas de Saúde nas Convenções Coletivas de quatro sindicatos.** **Revista Trabalho & Saúde**, Ano VIII, nº 26, p. 7-10, Nov/Dez/1989a. Disponível em: <http://diesat.org.br/>. Acessado em: 20/11/2106.

DWYER, T.: "**Acidentes, questão política**". *Jornal da Tarde*, Sábado, 02/05/1992.

Manual de Saúde e Segurança no trabalhado: Normas Regulamentadoras, Rio de Janeiro., Editora SENAC Rio de Janeiro, 2014

MENDES, R.: "**Importância das Pequenas Empresas Industriais no Problema de Acidentes do Trabalho em São Paulo**". *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. (FUNDACENTRO), São Paulo, Vol. 18, n. 70, p. 53-58, Abril/Maio/Junho/1990. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v10n4/05.pdf>. Acessado em: 11/11/2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO: **Portaria 3047 de 08/03/90 - NR-5 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA**, MTb, Brasília, 1990.

MPS - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: **LER - Lesões por Esforços Repetitivos. Normas Técnicas para Avaliação da Incapacidade** - 1993. INSS. Brasília, 1993. Disponível em: http://portalteses.icict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00005107&lng=pt. Acessado em: 11/11/2016.

RIO DE JANEIRO: **Constituição do Estado**. Promulgada em 05 de Outubro de 1.989 Disponível em: http://www.cmresende.rj.gov.br/PDF/const_est_rj.pdf. Acessado em: 10/11/2016.

SÃO PAULO: **Constituição do Estado**. Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP, São Paulo, 1989. Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/constituicao%20estadual.htm>. Acessado em: 11/11/2016.

O PAPEL DO LÍDER NO DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES DE ALTO DESEMPENHO

Fernanda Salles; Aluna de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; salles_fer@yahoo.com.br *

Gabriele Cozare; Aluno de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; gabriele.cozare@hotmail.com

Leonir Oliveira; Aluna de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; leiaoliveira@yahoo.com.br

Ricardo Arcas; Aluno de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; ricardo.arcas2011@gmail.com

Simone Nunes Ribeiro; Aluna de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; siguileo@bol.com.br

Tatiane Noguti; Aluna de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; nog09isadora@hotmail.com

Resumo: O papel da liderança é essencial para o sucesso de uma equipe ou de uma organização. Um líder deve estar preparado e capacitado para influenciar e conduzir a sua equipe visando alcançar os objetivos organizacionais. Geralmente os líderes são prescritos pela organização e tem sido comum o aparecimento de dificuldades e conflitos que influenciam negativamente o desempenho e a produtividade de toda a equipe. Este estudo bibliográfico teve origem a partir de situações vivenciadas numa área de assistência técnica de uma empresa fabricante de máquinas. As substituições do líder em diferentes circunstâncias provocou desmotivação, conflitos, queda no desempenho, baixa eficiência, falta de comunicação e outras dificuldades. O objetivo deste estudo foi identificar as posturas de um líder ao assumir a liderança de uma equipe de alto desempenho. A literatura evidenciou que o líder deve conhecer a realidade organizacional, conhecer o contexto, a composição, as competências e as habilidades de todos os integrantes da equipe, de modo a facilitar o desenvolvimento dos liderados e da organização.

Palavras-chave: Liderança. Trabalho em equipe. Equipes de alto desempenho.

Abstract: The role of leadership is essential to the team and the organization success. A leader must be prepared and empowered to influence and lead his team to achieve organizational goals. Usually leaders are prescribed by organization and it has been

common the emergence of difficulties and conflicts that negatively influence the performance and the whole team's productivity. This bibliographic study was started based on situations experienced in the technical assistance area of a company. As replacements of the leader in different circumstances caused demotivation, conflicts, falling performance, low efficiency, lack of communication and other difficulties. The purpose of this study was to identify as postures of a leader by taking on leadership of a high performance team. The literature evidenced that the leader must know the organizational reality, know the context, the composition, the competences and the abilities of all the members of the team to facilitate the development of the leaders and the organization.

Keywords: Leadership. Team work. High performance team.

INTRODUÇÃO

Um dos desafios do atual líder no mundo dos negócios é integrar e motivar equipes, conhecer comportamentos das pessoas, respeitar as diferenças e saber como lidar com elas. Para desenvolver o potencial de sua equipe, um profissional que ocupa cargos de liderança precisa se dedicar ao próprio autoconhecimento e crescimento, uma das capacidades mais exigidas na atualidade. Destacam-se também outras atitudes, tais como: conseguir objetivos comuns, liderar de modo colaborativo, apresentar atitudes inclusivas, obter sinergia com os integrantes da equipe, trocar informações e conhecimento. Os líderes devem inspirar confiança, saber motivar e trabalhar os pontos fortes de cada liderado, buscando o alto desempenho da sua equipe para atingir os objetivos e as metas organizacionais propostas. Como se observa, o papel do líder é fundamental para o sucesso de uma equipe e de uma organização. Assim sendo, as organizações necessitam de líderes cujo impacto seja positivo junto aos integrantes da sua equipe. Souza (2012) defende que na atualidade há uma escassez de líderes, tanto em qualidade como em quantidade, e isso corrói as organizações. Geralmente os líderes de uma equipe são prescritos pela organização e muitas vezes, tanto os líderes como os liderados, se deparam com dificuldades e conflitos que podem causar prejuízos ao desempenho e produtividade.

A necessidade de se compreender uma situação real vivenciada numa empresa fabricante de máquinas localizada na região de Jundiaí deu origem ao presente estudo.

A área de Assistência Técnica se compõe de profissionais técnicos e engenheiros que foram treinados por vários anos no Brasil e na Matriz da empresa e prestam serviços a clientes em vários países do mundo. Esses profissionais geram excelentes resultados para a empresa com seus serviços de altíssima qualidade na instalação de novas máquinas

e na promoção de melhorias em máquinas existentes. O tempo de treinamento e desenvolvimento desses profissionais demanda cerca de cinco anos, uma vez que os equipamentos de embalagem da empresa são de mecânica de altíssima precisão devido à complexidade dos mecanismos e ao nível de dificuldade exigido para se montar, ajustar e colocá-los em funcionamento. A alta exigência pela qualidade do produto final, que não tolera desvios milimétricos ou quaisquer defeitos, gerou profissionais de alto desempenho e muito exigentes, principalmente em relação aos seus direitos e benefícios. Esses profissionais permanecem fora de casa, por aproximadamente 10 meses por ano; esse fato acarretou demasiado interesse pelo retorno financeiro que podiam obter nas viagens a trabalho.

Para gerir essa área, no decorrer dos anos, o cenário que se apresentou na empresa foi de uma constante troca de liderança. A visão que se tem é a de uma área difícil de gerenciar. Cada novo líder que assume essa área enfrenta resistência dos profissionais liderados e também, por meio da troca de informações dos outros gestores. O novo líder percebe que havia uma imagem de desconfiança por parte da equipe. Destacam-se a seguir situações envolvendo a substituição de líderes e suas consequências:

- a) gerente proveniente do próprio departamento (engenheiro) – era próximo dos integrantes do grupo, muito compreensivo, complacente com as reivindicações do grupo; porém, demonstrava desorganização e baixa exigência em relação ao desempenho, o que acarretou baixa eficiência na área; depois de um tempo, foi realocado para outra área;
- b) gerente vindo de uma empresa de equipamentos – inicialmente foi refutado, mas ganhou a confiança do grupo e pouco a pouco o grupo se motivou, pois ele demonstrava um estilo de liderança colaborativo, apoiando o grupo e exigindo ótimo desempenho; até hoje, ele é lembrado pelos técnicos como o melhor líder; infelizmente foi desligado em uma reestruturação da empresa;
- c) o controle da área passou ao gerente de vendas da unidade de negócios – a mudança foi problemática do ponto de vista motivacional, porque apesar de o gerente conhecer o potencial dos profissionais, o foco era direcionado exclusivamente a vendas, pouco importando a valorização da equipe; a eficiência caiu e as reclamações aumentaram;
- d) novo gerente originário da área (ex-técnico) – pouco admirado por seus pares, encontrou extrema resistência, tinha um estilo de liderança por conflito e comportamento corruptivo, pois segundo relatos incentivava a falsificação de documentos fiscais e propunha a divisão dos ganhos com os liderados;

- e) Diretor proveniente da área de produção de bens de consumo - novo desastre motivacional, por subestimar de imediato todos os técnicos por sua absoluta falta de conhecimento da realidade da empresa e da importância desses profissionais; acreditava que era possível repor qualquer profissional com anos de experiência por outro com treinamento de aproximadamente seis meses; por conta dos embates entre esse diretor e os profissionais, a empresa perdeu ótimos profissionais e contratou novos com baixo potencial e desempenho, sendo alguns demitidos pela ineficiência e outros foram recontratados.

Diante do cenário apresentado na área de assistência técnica dessa empresa, o objetivo do presente trabalho é identificar as posturas que um líder deve adotar ao assumir uma nova equipe de trabalho de para ser bem sucedido no desenvolvimento e na gestão de uma equipe de alto desempenho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para responder aos questionamentos, serão abordados nesta pesquisa bibliográfica, os seguintes temas: liderança; equipes de alto desempenho e o papel do líder no desenvolvimento de equipes de alto desempenho.

1. Definição de Liderança

Soto (2002) explica que líder é a pessoa que conduz um grupo de pessoas à realização dos objetivos, coordenando-o e impulsionando-o, oferecendo informações e com a responsabilidade de controlar os resultados. Liderança é um processo de influenciar pessoas a fim de que trabalhem entusiasticamente para cumprir seus objetivos. Segundo esse mesmo autor, grande parte da literatura acerca da liderança está centrada nas características dos bons líderes, mas essas características são frequentemente genéricas para ter validade prática para alguma pessoa que queira se transformar em líder.

Robbins, Judge e Sobral (2010) definem liderança como a capacidade de uma pessoa influenciar um grupo de pessoas em direção ao alcance de metas e objetivos.

1.1 Teorias que abordam a liderança

Há muito tempo, o tema liderança vem encantando pessoas devido à importância para as organizações de todo o mundo, enfatiza Chiavenato (2010). Uma organização não

existe sem liderança, pois é sua função criar estratégias a fim de que os resultados efetivos sejam alcançados, para tornar a organização competitiva no mercado. Segundo o mesmo autor, no decorrer dos tempos, foram desenvolvidas diferentes teorias para se compreender o melhor estilo e abordagem da liderança para maximizar o desempenho de um líder.

Uma das primeiras teorias é a teoria dos traços de personalidade que estudou os grandes líderes da história da humanidade e identificou traços de personalidade que os diferenciavam das demais pessoas e entendia que a liderança é inata.

A partir do momento em que se passou à compreensão de que a eficácia dos líderes não poderia estar associada aos traços pessoais, os pesquisadores conseguiram identificar os comportamentos que tornavam mais eficazes os líderes (GIL, 2008). Esse mesmo autor explica que as teorias comportamentais defendiam que os comportamentos podiam ser aprendidos por meio de treinamento e buscavam classificar os estilos de liderança. Foram estudados dois estilos de liderança: um voltado para a tarefa, isto é, um estilo de líder autoritário, e o outro, um movimento das relações humanas, cujo líder estaria orientado para pessoas, um estilo democrático de liderança. Chiavenato (2010) explica que as teorias comportamentais também receberam críticas, pois determinam os estilos comportamentais isolados das características de personalidade e do contexto em que a figura do líder está inserida.

Em decorrência desse fato, pesquisadores começavam a estudar que, além da personalidade e do comportamento, outros fatores, como o líder, o liderado, a tarefa, a situação e os objetivos a serem alcançados, estavam envolvidos no exercício da liderança. Acreditava-se que os traços e os comportamentos atuavam conjuntamente com as contingências situacionais a fim de determinar os resultados, afirma Chiavenato (2010). Surgiram, então, as teorias situacionais ou contingenciais.

Novas abordagens mais contemporâneas sobre liderança surgiram após as teorias contingenciais, as chamadas teorias da liderança carismática e liderança transformacional, com a crença de que os líderes inspiram seus seguidores por intermédio de palavras, ideias e comportamentos. Robbins, Judge e Sobral (2010) apresentam as características-chave dos líderes carismáticos: articulação de uma visão atraente, disposição para correr riscos pessoais, sensibilidade às necessidades dos liderados e comportamentos não convencionais: inovadores e avesso a normas. A liderança transformacional oferece visão e sentido da missão, estimulando o orgulho e ganhando respeito e confiança dos liderados; comunica altas expectativas ao expressar propósitos importantes; promove a inteligência, a racionalidade e cuidados na resolução de problemas; oferece atenção personalizada,

tratando cada liderado individualmente, aconselhando e orientando. Os mesmos autores asseguram que as organizações estão procurando cada vez mais líderes com características transformacionais, com carisma necessário para implementar a visão organizacional.

Chiavenato (2010) enfatiza que todas as teorias da liderança continuam, ainda hoje, a proporcionar uma compreensão e embasamento para a prática da liderança no cotidiano organizacional.

2. Equipes de Alto Desempenho e o Papel da Liderança

Robbins, Judge e Sobral (2010) explicam que uma equipe de trabalho gera sinergia positiva por intermédio de esforços coordenados. Os esforços individuais resultam em nível de desempenho maior que o somatório das contribuições individuais. Cabe aos líderes buscar sinergia positiva que permita melhorar o desempenho dos liderados. Nesse sentido, segundo os mesmos autores, não se trata apenas de chamar um grupo de pessoas como sendo equipe de trabalho. Os fatores que determinam as equipes bem sucedidas são: a) oferecer recursos adequados em termos de informações, tecnologias adequadas, treinamento e desenvolvimento, incentivo e apoio administrativo; b) liderança, que administre as relações dos integrantes da equipe; c) estrutura para a equipe, tanto por parte dos líderes, como dos próprios integrantes; d) clima de confiança em que cada integrante tenha confiança nos demais integrantes, para facilitar a cooperação, reduzindo o monitoramento por parte do líder; e e) sistemas de avaliação de desempenho e recompensas, que podem influenciar no desenvolvimento de equipes de alto desempenho.

Marguerison e McCann (2000) *apud* Pampolini, Mazo e Gonçalves (2013) apontam 9 fatores necessários para geração de equipes de alto desempenho: a) assessoria, pois todos os integrantes devem assegurar que estão recebendo informações adequadas para agilidade na tomada de decisões; b) inovação, porque sem inovação ocorre aumento dos custos operacionais e novas ideias não são implementadas; c) promoção no sentido de obtenção de recursos para a concretização dos projetos; d) desenvolvimento de ideias conforme as necessidades dos usuários para incorporá-las e executá-las; e) organização a fim de que cada integrante saiba os objetivos e ideias, o quê, como, quando e onde fazer; f) produção para entrega de produtos e serviços com padrões de eficiência e eficácia; g) inspeção que englobe controle e auditoria dos sistemas de qualidade; h) manutenção que contemple averiguação e submissão a padrões de qualidade para aumentar o padrão de excelência; e i) ligação das ações à coordenação e integração entre os participantes.

Uma equipe de alto desempenho “é o sonho de todo gestor”, afirma o consultor organizacional Tocha (2015). O desenvolvimento de uma equipe de alto desempenho é responsabilidade do líder. Ele aponta seis dicas para formar equipes de alto desempenho: 1) escolher as melhores profissionais, aqueles que gostam de desafios e se envolvem com o propósito; 2) despertar paixão dos liderados pelo trabalho que realizam; nesse sentido o líder deve mostrar o objetivo e engajar todos da equipe, estabelecer metas atingíveis e desafiadoras e estabelecer estratégias para alcançar as missões; 3) estabelecer e oferecer autonomia e responsabilidade aos liderados, encorajando-os a correr riscos; 4) ser um líder inspirador, sabendo ouvir, aceitar sugestões, delegar autoridade e motivar; 5) investir em comunicação interna, por meio de reuniões presenciais ou a distância; e 6) construir identidade de equipe (reuniões fora do expediente, comemorações de aniversários e cumprimento de metas, são alguns exemplos).

Também Boog (2017) aponta os fatores que constituem a base das equipes de alto desempenho: a) visão precisa daquilo que pretendem alcançar; b) alto grau de habilidades interpessoais entre os integrantes; c) comunicação adequada para a solução de conflitos; d) abertura para inovação e criatividade; e) liderança inspiradora; f) flexibilidade para exercício de papéis e tarefas; g) criação de ambiente de confiança e cooperação; h) integração dos novatos e investimento na aprendizagem; i) reconhecimento e recompensa para desempenhos e esforços; e j) estímulo ao bom humor. Segundo o autor, quando esses fatores são exercitados, o individual e o coletivo integram em harmonia, para gerar resultados a todos os integrantes.

De Vries (2013) compara a construção de uma equipe de alto desempenho à condução de uma orquestra. A pessoa mais importante numa orquestra é o maestro porque cabe a ele decidir na escolha das músicas que serão tocadas. Para ser bem sucedido, ele precisa conhecer os detalhes específicos de cada instrumento e conhecer profundamente todas as músicas da apresentação, conhecer a história das músicas, a teoria musical, a biografia dos compositores e a habilidade de todos os integrantes da sua orquestra. Enquanto cada músico se preocupa em conhecer a sua própria parte, o maestro deve conhecer profundamente a parte de todos.

Dyer (2011) ressalta os “quatro Cs”, que são os fatores determinantes das equipes de alto desempenho: o Contexto da equipe; a Composição da equipe; as Competências da equipe; e as habilidades da equipe para a gestão de mudanças (Change, que significa mudança). O contexto refere-se ao ambiente da organização (necessidade de se trabalhar em equipe, tipo de equipe adequada, a cultura, a estrutura e sistemas de apoio ao trabalho em equipe) e como ele influencia o desempenho da equipe. A composição refere-se às

habilidades, experiências, motivação, tamanho da equipe e atitudes de seus integrantes. As competências referem-se à capacidade de solução de problemas, comunicação, tomada de decisões, gestão dos conflitos e desenvolvimento de confiança e comprometimento dos integrantes. A mudança refere-se à capacidade da equipe em monitorar seu desempenho e promover mudanças necessárias.

Dyer (2011) indica que a primeira tarefa da liderança de uma equipe de alto desempenho é conhecer as competências dos integrantes da sua equipe. A principal função do líder é ser um facilitador, de forma a intervir nas ações da equipe somente quando a atenção precisa se concentrar em um problema com o qual a equipe ainda não se deparou. O facilitador costuma ser mais eficaz fazendo perguntas em vez de dar respostas aos liderados.

CONCLUSÃO

Por meio do presente estudo foi possível identificar as posturas que um líder, ao assumir a liderança de uma equipe, deve adotar para ser bem sucedido no desenvolvimento e na gestão de uma equipe de alto desempenho. O líder deverá inicialmente conhecer a realidade da organização como um todo, conhecer os fatores determinantes das equipes de alto desempenho: o contexto, a composição, as competências e as habilidades dos integrantes da equipe. Ele deve ser inspirador, facilitador e promotor do desenvolvimento das pessoas em prol do sucesso organizacional.

Voltando às situações que ocorreram na substituição dos líderes na empresa relatada, que originaram este estudo, é provável que os integrantes da equipe tenham se percebido confortáveis quando tiveram um líder colaborativo que, apesar de exigir ótimo desempenho, oferecia apoio. Esse líder é considerado o melhor que já tiveram. Pode ser que os demais líderes que assumiram a área de assistência técnica não tivessem conhecimento a respeito da manutenção e gestão de equipes de alto desempenho. Espera-se que a nomeação de um novo líder para essa equipe por parte da empresa adote critérios mais refinados de seleção, a fim de que se possa recuperar os danos organizacionais.

Agradecimento: Agradecemos à Professora Dra. Yaeko Ozaki pelas orientações recebidas.

REFERÊNCIAS

BOOG, Gustavo G. Sistema Boog de Consultoria. **Equipes de alto desempenho fazem a diferença.** Disponível em: <http://www.boog.com.br/artigos/equipes-de-alto-desempenho-fazem-a-diferenca/>. Acesso em: 9 set. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional.** 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DE VRIES, Manfred F. R. **O efeito porco-espinho:** os segredos de se construir equipes de alto desempenho. São Paulo: DVS, 2013.

DYER, William G. **Equipes que fazem diferença:** estratégias comprovadas para desenvolver equipes de alta performance. São Paulo: Saraiva, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas:** enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2008.

PAMPOLINI, Claudia Patricia Garcia; MAZO, Celso Giancarlo Duarte de; GONÇALVES, Daniele Assad. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p.57-63, 2013.

ROBBINS, Stephen; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional:** teoria e prática no contexto brasileiro. 14.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

SOTO, Eduardo. **Comportamento organizacional:** o impacto das emoções. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SOUZA, César. **A neoempresa:** o futuro da sua carreira e dos negócios no mundo em reconfiguração. São Paulo: Integrare, 2012.

TOCHA, Ricardo. **Seis dicas para formar equipes de alto desempenho.** 8 jun. 2015. Disponível em: <http://certificacaoiso.com.br/6-dicas-para-formar-equipes-de-alto-desempenho/>. Acesso em: 5 set. 2017.

PISCINA, REQUER CUIDADOS PARA MELHOR APROVEITAMENTO SEGURO E DIVERSÃO GARANTIDA

Lucas Ribeiro Gonçalves; lurigon.engenharia@gmail.com*

Resumo: Em pesquisas com profissionais da engenharia na área de motobombas e sistemas de bombeamento, é questionado diversas vezes sobre manutenções relacionadas à motobombas, filtros de piscinas e falhas em seu sistema de funcionamento e ocasiona acidentes fatais. Segundo os mesmos, quando são requisitados pelo mercado, é para periciar falhas neste tipo de equipamento, se o caso é de garantia ou falha no manuseio dos mesmo. Por incrível que pareça, será visto neste artigo com base em pesquisas que, tais falhas são ocasionadas pelo mau uso, falta de orientação dos envolvidos neste processo, ou profissionais não capacitados para projetar ou executar este tipo de instalação. Talvez possa parecer não tão claro a comparação que será feita neste primeiro momento, mas se formos comparar piscina com o corpo humano afim de se ter uma ideia seria algo assim:

“A motobomba seria o coração, o filtro os rins, e o manutentor da piscina o cérebro” que comanda as operações do sistema. O que pode-se dizer com essa comparação é que, o filtro, a motobomba e o manutentor da piscina são partes vitais para piscina, e sempre acaba não nos dando conta desse fato. Tendo como embasamento, real destas, é descrito que perante a lei que o profissional habilitado para apreciação deste tipo de problema é o engenheiro mecânico e / ou engenheiro industrial de modalidade mecânica.

Palavras-chave: Piscina, engenheiro, motobomba e filtro.

Abstract: In researches with engineering professionals in the field of motor pumps and pumping systems, it has been questioned several times about maintenance related to motor pumps, swimming pool filters and faults in its operating system and causes fatal accidents. According to them, when they are requested by the market, it is to detect faults in this type of equipment, if the case is of guarantee or failure in the handling of the same. Incredibly, it will be seen in this article based on research that such failures are caused by misuse, lack of guidance of those involved in this process, or professionals in the ability to design or perform this type of installation. It may seem not so clear the comparison that will be made in this first moment, but if we compare swimming pool with the human body in order to have an idea would be something like this:

"The motor pump would be the heart, the filter the kidneys, and the manutentor of the pool the brain" that commands the operations of the system. What can be said with this comparison is that the filter, the motor pump and the manutentor of the pool are vital

parts for swimming pool, and always ends up not realizing this fact. Having as a base, real of these, it is described that before the law that the qualified professional to appreciate this type of problem is the mechanical engineer and / or industrial engineer of mechanical modality.

Keywords: Pool, engineering, motor pump and filter

INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos tem se ouvido falar muito em acidentes com piscinas de uso público e privativo, e segundo pesquisas, análises de pareceres técnicos de arbitragem de engenheiros do ramo, o grande “vilão” desta história, são pessoas que consideram-se aptos a executar as atividades de instalação de piscinas e, inclusive acham desnecessário a orientação de um engenheiro da área, e acabam brincando ou, mesmo fazendo experiência com a vida dos banhistas. Não só a implantação deste bem tem sido o maior empecilho, mas também a falta de orientação do profissional envolvido no processo de manutenção e limpeza, segundo alguns lojistas que preferem não ser citados, falam muito da orientação que é passado de um leigo para outro, causando o efeito “telefone sem fio”.

No entanto com baixa do mercado nacional e, a falta de chuva tem crescido o mercado de venda de piscinas na região São Paulo Capital e interior, onde tem surgido o aumento de acidentes com banhistas e clientes insatisfeitos conforme mostra o site denuncia de insatisfação www.reclameaqui.com.br nos últimos três anos. Um outro motivo também verificado nesta pesquisa, é a acessibilidade da aquisição deste bem de forma mais econômica, por consumidores que querem possuir o produto a qualquer custos deixando de lado a higiene e a segurança dos envolvidos no uso da piscina.

DESENVOLVIMENTO

Para este artigo, foi priorizado conhecer o profissional habilitado (PH) a apreciação deste tipo de problema com sistemas de bombeamento e, ainda relevando ao fato de ser instalações de bombeamento de piscinas. Segundo pesquisas nos órgão federal, CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura) na Resolução 218 de 1973, responsável por dar atribuições ao profissionais, expressa claramente que o PH as atribuições de arbitrar sobre o assunto tratado é o engenheiro mecânico e / ou engenheiro industrial de modalidade mecânica, segundo (Anexo II da Resolução 1.1010/05 do CONFEA, 1.3.1.3 Fenômenos de Transporte).

Pesquisas feitas por amostragens de profissionais dos diferentes segmentos tais como: Peritos; engenheiro de manutenção; montadores e projetistas, e de mesmo ramo de atividades sendo este, filtros e motobombas de piscina, na apreciação de problemas que envolvem filtros e motobombas, anunciam que na maior parte das vezes o problema se dá ao fato de uma grande falha no manuseio e falta de manutenção, tanto nos ramos prediais residenciais e industriais onde se aplicam processo parecidos com o sistemas de bombeamento de piscina.

Neste assunto será abordado alguns fatores que podem resolver maior parte dos problemas ocorridos com sistemas de bombeamento de piscinas embasados nas pesquisas feitas por (PH) a arbitragem sobre o assunto.

É de relevância iniciar o assunto tratando da integridade física dos banhistas de qualquer âmbito que se envolve piscinas, sejam, privativas ou públicas, ouve-se falar a cada dias mais sobre acidentes causados pelo sistema de sucção de piscinas e os que ainda não são divulgados nas mídias públicas, segundo engenheiros projetistas do ramo. Segundo Tribuna da Bahia, "De acordo com a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (Sobrasa), as piscinas são responsáveis por 53% de todos os casos de óbitos por afogamento na faixa de 1 a 9 anos de idade. Muitos destes provocados por bombas de sucção. Para evitar estes acidentes, os responsáveis pelas piscinas podem substituir a bomba por um sistema anti-tubilhão e sempre que se utilizar a piscina deve manter a motobomba fora de operação".

Dados ainda da Sobrasa apontam que no Brasil 20 pessoas morrem afogadas todos os dias. E que o afogamento é a segunda causa de morte em crianças de 1 a 9 anos idade e a terceira entre 10 e 19 anos. O que chamou a atenção da população é que em menos de uma semana três crianças foram vítimas da bomba de sucção de piscina no país". Para solucionar este tipo de problema a NBR 10339 tem como solução utilizar de dois ralos de fundo com sistema anti-turbilhão, com medidas de distancias já especificadas, para o caso de conseguir tapar um dos ralo ter pressão de sucção no segundo ralo, desta forma não criando um vácuo segurando a pessoa submersa e levando-a morte, e inclusive a norma expressa também a velocidade de entrada para o sistema de sucção para não ocasionar o efeito vórtice, o que no caso de mau calculado causaria uma pressão de sucção suficiente para travar uma pessoa no ralo de fundo da piscina. Abaixo será ilustrado um exemplo de um cálculo de dimensionamento de um sistema hidráulico de piscina conforme a norma: Exemplo uma piscina de uso público (141,30 m³):

Segundo Norma NBR 10339 Piscina de uso Coletivo (Tabela – Tempo de recirculação em horas)

- Profundidade mínima entre 0,60 m e 1,80 m.
- Recirculação em 6 horas.
- Vazão mínima da bomba 24 m³ /h uma vez que 141,30 m³ / 6 horas
- Temos, 23,55 m³/h

Levando em Consideração que o conjunto de filtragem de piscinas, modelos comerciais com vazões aproximadas é de 35 m³/h.

Calculo Econômico da tubulação de sucção conforme NBR 10339: Na Sucção 1,8 m/s :

1º- Passo:

Cálculo:

$$\text{Vazão } (Q) = \frac{35 \text{ m}^3/\text{h}}{3600 \text{ s}} = 0,0097222 \text{ m}^3/\text{s}$$

$$(Q) = \text{Área} \times \text{Velocidade}$$

$$\text{Área} = \frac{\pi d^2}{4} \quad \text{Portanto, } (Q) = 1,8 \times \left(\frac{\pi d^2}{4}\right) \text{ desta forma } D^2 = \frac{4(Q)}{1,8},$$

$$\text{Logo } (D) \text{ econômico} = \sqrt{\frac{4(Q)}{1,8 \cdot \pi}}.$$

2º- Passo

Substituindo:

$$D = \sqrt{\frac{4 \cdot 0,0097222}{1,8 \cdot \pi}} = \sqrt{\frac{0,038888}{5,654866}}$$

$$D = 0,08292 \text{ metros} \times 1000 \text{ mm}$$

$$D = 82,9280 \text{ m}$$

Diâmetro comercial da tubulação de sucção 85 mm marrom Soldável.

Calculo do diâmetro econômico de tubulação de recalque: Conforme Norma NBR10339 a velocidade da água na tubulação de recalque é de 3 m/s.

3º- Passo:

Cálculo:

Vazão = 0,0097222 m³/s calculado no item 5.1.1

Velocidade d'água na tubulação de recalque 3 m/s, portanto:

$$D = \sqrt{\frac{4 \cdot (Q)}{V \cdot \pi}} \text{ Substituindo } D = \sqrt{\frac{4 \cdot 0,009722}{3 \cdot \pi}}$$

$$D = \sqrt{\frac{0,03888}{9,42477}}$$

$$D = 0,064235 \text{ metros } \times 1000$$

$$D = 64,2358 \text{ mm}$$

Diâmetro Comercial 75 mm.

Cálculo de Retornos:

Referência aproximada de vazão de retornos comercialmente é de $(Q) = 5 \text{ m}^3/\text{h}$.

Se temos que a vazão aproximada de equipamentos de filtragem é de $35 \text{ m}^3/\text{h}$ logo:

4º- Passo:

$$\frac{35 \text{ m}^3/\text{h} \text{ Vazão do Equipamento}}{5 \text{ m}^3/\text{h} \text{ Vazão de cada Retorno}} = \text{Temos 7 dispositivos de retorno}$$

Dimensionamento de ralos de Fundo:

Segundo Norma NBR 10339 pede-se no mínimo 2 ralos de fundo.

Para o projeto tratado, ralos de fundo anti-turbilhão, sendo cada um com vazão de sucção acima de $35 \text{ m}^3/\text{h}$, para no caso de conseguir fechar 100% de um dos ralos ter vazão de sucção no outro ralo.

Dimensionamento de Aspiradores:

São necessários para o projeto tratado no mínimo 2 (dois) dispositivos de aspiração de 60 mm, ambos devem ter vazão de sucção superior á $17,5 \text{ m}^3/\text{h}$ no bocal de aspiração (Especificar p/ o fornecedor do dispositivo).

Dimensionamento Coadadeiras:

Coadadeiras com medidas de boca de 40 cm x 20 cm, normalmente são utilizadas 1(uma) para cada 50 m^2 , portanto:

5º- Passo:

$$\frac{119,7 \text{ m}^2 \text{ (área aproximada da piscina)}}{50 \text{ m}^2}$$

Temos 2,394 oque corresponde a 3 (três) coadeiras, ressaltando que a vazão para efeito de projeto é de 1,1 m³/h a 11 m³/h.

Desta forma é anulado todo e qualquer tipo de acidentes ocasionados pelo sistema de sucção de piscinas públicas ou mesmo privadas.

Outro questionamento comum com relação a sistemas de bombeamento e recirculação de piscinas é, quando fazer as manutenções preventivas. Pode se dizer segundo departamento de engenharia de alguns fabricantes dos quais não podem ser mencionados, fala-se que depende do tamanho da piscina, se é clube, ou residência, tamanho do filtro e do número de motobombas, e da quantidade de horas de operação, para filtragem dimensionada de seis a oito horas por dia, fala-se manutenção eletromecânica, de 10 a 12 meses, e o investimento média de 2,1% do valor total da instalação da piscina, porem isso depende muito do prestador de serviço e das condições de trabalho da casa de máquinas. Para se ter uma ideia do contexto da manutenção, deve-se ter a compreensão que a motobomba no caso de piscina, responsável por succionar a água da piscina pelos dispositivos de sucção, e escoá-la para dentro do filtro com uma pressão, e vazão suficiente para que toda água da piscina seja filtrada em media de 6 (seis) a 8 (oito) horas por dia, e em seguida, escoada pelos retornos da piscina, ou em outros caso somente recircular e ainda succionar e ecoar diretamente para os esgoto.

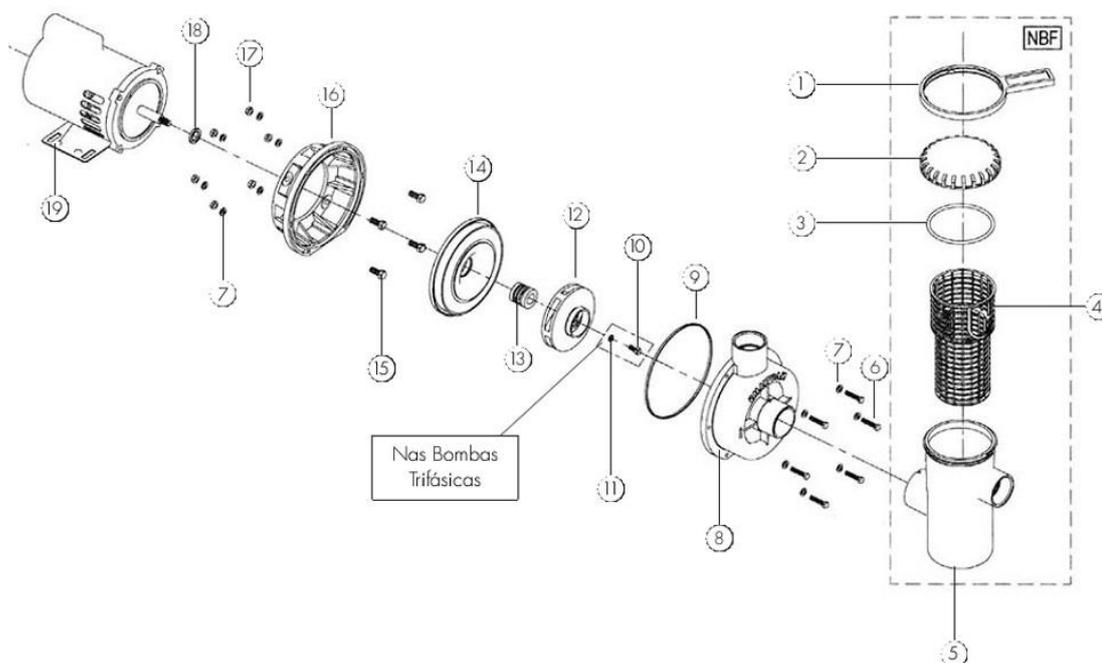
As casas de máquinas de piscina são ambientes úmidos, os quais afetam em 2 (dois) fatores para determinar o tempo de vida útil na motobomba antes da manutenção corretiva:

- O primeiro deles é o **fator mecânico**: A motobomba de piscinas é composta por uma carcaça de bomba com ou sem pré-filtro; um rotor ou disco impelidor; selo mecânico; tampa; braquete ou intermediário. Este por sua vez é chamado somente de bomba. A outra parte é o motor elétrico, composto por um eixo, pacote bobinado, rolamentos traseiro e dianteiro, o acoplamento motor mais bomba da- se o nome de motobomba.

O fator mecânico, é que sofre maior desgaste por ação da umidade do ambiente, os rolamentos do motor desgastado são responsáveis pelo aumento do ruído e deixando o ambiente de lazer um local desagradável, para não ocasionar a oxidação do eixo, girante substitui-se o selo mecânico (peça que faz a vedação entre motor e bomba). O mau funcionamento do selo mecânico ou plano de selagem pode escorrer água para o motor podendo ocasionar em choque, conforme falado abaixo no tema (fator elétrico). O motor elétrico é a força motriz para transforma a energia elétrica em energia mecânica na ponta do eixo, no entanto, geralmente, o motor da piscina é grau de proteção IP 21, comumente tem a tampa trazeira aberta para sua refrigeração forçada, oque para fator elétrico á um

tanto prejudicial pelo fato do bobinado ter contato direto com a água, uma vez que o bobinado é isolado com verniz impregnante solúvel a água, o que pode levar a condução de corrente para água da piscina. Por este motivo é importante nas manutenções preventivas é repassar uma camada de verniz impregnante, o que acaba mitigando estes riscos eminentes.

Fig. 01.



Vista explodida da motobomba (Fonte: Manual de Instalações e operações Nautilus, p. 16)

Tabela. 01.

Número	Código do Produto	Descrição	Quantidade
1	G15P178	Chave tampa pré-filtro bomba NBF	1
2	G15P179	Tampa acrílica rosca pré-filtro bomba NBF	1
3	G15P180	Anel oring tampa acrílica 104,14 x 5,33mm	1
4	G15P181	Cesto pré-filtro bomba NBF	1
5	G19P11	Corpo pré-filtro bomba NBF	1
6	G15P183	Parafuso cab. sext. 1/4 x 1.1/4 UNC zincado	6
7	G15P184	Arruela lisa 1,20 x 7,20 x 12,70mm zincada	12
8	G15P185	Corpo bombas NBF/HM	1
9	G15P186	Anel oring corpo bombas séries NBF / HM 164,70 x 3,53mm	1
10	G15P269	Parafuso cab. sext. Inox 1/4 x 1 UNF	1
11	G15P304	Arruela lisa inox 1/4	1
12	G19P1	Rotor 2137 bomba 1/4CV NBF-0	1
12	G19P2	Rotor 2138 bomba 1/3CV NBF-1	1
12	G19P3	Rotor 2139 bomba 1/2CV NBF-2/HM-2	1
12	G19P4	Rotor 2140 bomba 3/4CV NBF-3/HM-3	1
12	G19P5	Rotor 2141 bomba 1,0CV NBF-4/HM-4	1
12	G19P6	Rotor 2142 bomba 1,5CV NBF-5/HM-5	1
12	G19P7	Rotor 2143 bomba 2,0CV NBF-6/HM-6	1
13	G15P1257	Selo mecânico 3/4" bomba NBF/HM	1
14	G15P190	Intermediária bomba NBF /HM	1
15	G15P191	Parafuso cab. sext. 3/8 x 5/8 UNC zincado	4
16	G15P192	Adaptador bomba NBF/HM	1
17	G15P193	Porca sext. 1/4 UNC zincada	6
18	G15P194	Arruela borracha eixo motor bombas NBF/HM	1

Lista de peças conforme vista explodida (Fonte: Catálogo físico de peças de reposição Nautilus, p. A13)

A qualidade d'água da piscina é de fato um dos pontos que os banhistas consideram mais importantes da piscina, o que acaba gerando dúvidas sobre a manutenção d'água da piscina. Poucas pessoas e manutentores sabem mas, a qualidade da areia do filtro também está ligada a qualidade d'água e também deve ser trocada em um período determinado pelo fabricante do filtro.

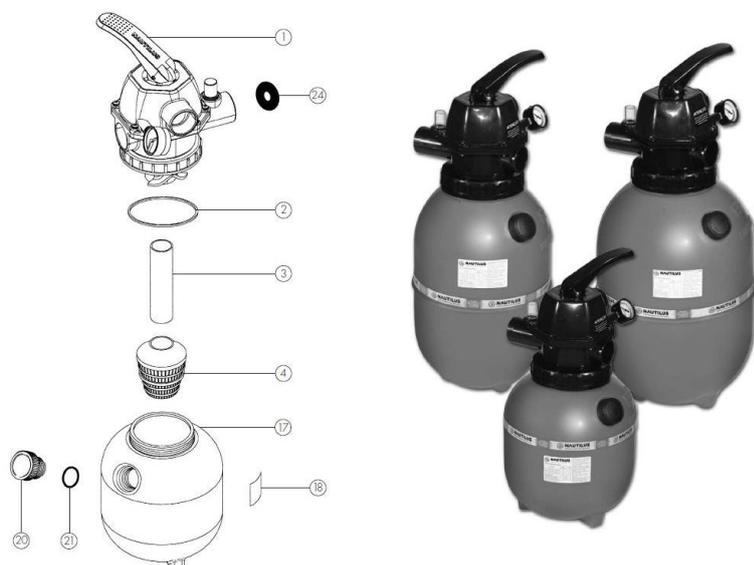
Areia de filtro de piscina não é uma areia tão comum quanto se vê nas construções. O que muita gente questiona até em função do seu custo com relação a quantidade. No entanto areia do filtro de piscina, são extraídas de uma determinada parte do talude popularmente conhecido "barranco", em seguida são processadas selecionando as medidas de grão comumente conhecidas como: Fina, média e grossa. O mais comum nos filtros de piscina é a areia de granulometria média. O motivo da substituição, é que a água entrando no filtro a uma pressão consideravelmente alta de aproximadamente (12 libras/pol²), comparável a uma pressão para elevar água acima de um prédio 3 andares, os grãos de areia do filtro sofrem atrito entre eles. Assim sendo o choque entre os grãos de areia vão criando micro trincas e com o tempo acabam quebrando reduzindo sua granulometria, tornando os cada vez menores e reduzindo sua capacidade de filtragem. Este processo de desgaste com o passar do tempo torna a areia mais saturadas dificultando a operação de

Ralo de fundo	Aberto	Fechado	Fechado	Aberto	Aberto	Fechado	Fechado	Aberto
aspiração	Fechado	Aberto	Aberto	Fechado	Fechado	Aberto	Aberto	Fechado
Skimmer	Aberto	Fechado	Fechado	Aberto	Fechado	Fechado	Fechado	Aberto
retorno	Aberto	Fechado	Fechado	Aberto	Fechado	Aberto	Fechado	Aberto
Esgoto	Fechado	Aberto	Aberto	Fechado	Aberto	Fechado	Aberto	Fechado

Tabela de Operações Básicas. (Fonte: Autor do Artigo, Eng. Lucas Ribeiro Gonçalves).

Feito o processo conforme as orientações de da Tabela 01. Extingui o caso de danos no sistema operacional, como estufamento de corpo de bomba, e rompimentos da tubulação.

Fig. 03



.Vista explodida dos filtro de areia (Fonte: Catálogo de peças de reposição Nautilus)

Tabela. 03.

Número	Descrição	Quantidade
1	Válvula multivias bipartida de 1.1/2"	1
2	Junta da base da válvulas bipartida/sextavada rosqueadas de 1.1/2"	1
3	Tubo de PVC marrom cola 50 x 190mm para F300P	1
3	Tubo de PVC marrom cola 50 x 330mm para F280P	1
3	Tubo de PVC marrom cola 50 x 375mm para F350P	1
4	Difusor	1
17	Tanque para filtro F300P	1
17	Tanque para filtro F280P	1
17	Tanque para filtro F350P	1
18	Etiqueta adesiva com características dos filtros F280P ao F350P	1
20	Plugue	1
21	Anel "o-ring" do plugue - 52,0 x 3,5mm	1
24	Arruela limitadora de vazão	1

Lista de peças conforme vista explodida filtros (Fonte: Catalago de peças de reposição Nautilus, Pag, A17)

CONCLUSÃO

Para conclusão deste artigo, é importante salientar que o sonho de ter uma piscina, ou mesmo morar em um condomínio que possa desfrutar deste bem, e inclusive em clubes, é importante informar sobre a integridade do sistema de recirculação e filtragem, e se houve caso de vítimas do sistema de sucção da piscina, pois o sonho pode-se transformar em uma fatalidade, com a perda de um ente da família. Quando optar por fazer uma piscina com profissionais liberais, buscar a orientação de um profissional habilitado para fazer o projeto hidromecânico, engenheiro civil para projeto estrutural, inclusive que seja solicitado a anotação da responsabilidade técnica do mesmo conhecido pelo meio como ART.

É de bom senso também, buscar empresas de referencias no ramo para aquisição de uma piscina.

Em casos de piscinas de uso coletivo, deixar indicações para os banhistas com relação as profundidades, quinas, locais escorregadios. O time de mantenedores, devem fazer periodicamente as manutenções conforme a orientação do PH, com caderno de encargos e páginas numeradas, contendo nome do técnico, data e itens substituídos, não deixando ainda de constar as devidas na aferições de corrente nominal, curto em carcaça, e análise de vibração.

Piscinas privativas, devem fazer a troca de areia anualmente, revisões de motobombas conforme orientado pela empresa de confiança, que tenha um profissional com registro no CREA, solicitar os termos de garantia dos serviços prestados e dos itens substituídos. Desta forma com devidos cuidados, na aquisição e manutenção a piscina é uma excelente

aquisição para exercícios; lazer; estética e valorização do imóvel; entretenimento para adultos e crianças.

E sempre quando estiver crianças na piscina deixar pelo menos um adulto responsável por perto.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Métodos, Norma Brasileira no. 6397 - Ensaio de Bombas Hidráulicas de Fluxo - Método de ensaio.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Métodos, Norma Brasileira no. 9816 - Piscina – Terminologia.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Métodos, Norma Brasileira no. 9818 - Projeto e execução de piscina (Tanque área circundante) – Procedimento.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Métodos, Norma Brasileira no. 9819 - Piscina – Classificação.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Métodos, Norma Brasileira no. 10339 - Projeto E Execução de Piscina - Sistema de Recirculacao E Tratamento.

CREA-SP, perguntas frequentes, Disponível em: <<http://www.creasp.org.br/perguntas-frequentes/mecanica>. Acesso em 21 de novembro de 2015>.

CONFEA, Consultas Gerais, Normativas, Em Vigor, Resolução Nº 0218 (29/06/1973), Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=266&idTiposEmentas=5&Numero=218&AnoIni=&AnoFim=&PalavraChave=&buscarem=conteudo&vigente=>>.

53% das mortes de crianças são por afogamento, <http://www.tribunadabahia.com.br/2014/01/08/53-das-mortes-de-criancas-sao-por-fogamento-quando-estao-em-piscinas>

Manual de Instalação e Operação, Pagina 16, Séria NBF e NBFC. http://img.nautilus.ind.br/908d119b/manuais/manual_tec_NBF_nautilus-30-12-2016.pdf.

Nautilus, Catalogo Físico de Peças de Reposição.

PMO: A NECESSIDADE DA INTEGRAÇÃO DA GOVERNANÇA, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS PARA MITIGAR AS AMEAÇAS AOS NEGÓCIOS DA ORGANIZAÇÃO

Juliana Kondo Correia; Aluna do Curso de Pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas PMI – Senac Jundiaí; ju.kondo@gmail.com

Lilian Pizol Pereira; Aluna do Curso de Pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas PMI – Senac Jundiaí; liih.pizol@gmail.com

Marcos Pizzoccaro; Aluno do Curso de Pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas PMI – Senac Jundiaí marcospizzoccaro@gmail.com

Talita Alves; Aluna do Curso de Pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas PMI – Senac Jundiaí; litacarol@gmail.com*

Vinícius Gonçalves; Aluno do Curso de Pós-graduação de Gerenciamento de Projetos – Práticas PMI – Senac Jundiaí vinnigoncalves@gmail.com

Resumo: O enfoque deste trabalho é abordar a importância da integração entre métodos que sejam eficientes para o sucesso na Gestão Empresarial, demonstrando a necessidade de um moderno modelo de Governança Corporativa dentro das empresas. Em conformidade com o PMI (*Project Management Institute*), o artigo evidencia a necessidade das organizações de estruturar através de programas de *Compliance* e Gestão de Riscos, o melhor caminho a fim de gerar fortalecimento, excelência operacional, visibilidade e inovação visando conduzir projetos na direção dos objetivos.

Palavras- chave: *Compliance*. Governança Corporativa. Gestão de Riscos. Integração.

Abstract: This article is focused in to address how important is the integration among efficient methods for the success in business management by demonstrating the need of modern corporate governance within companies. In agreement with PMI (Project Management Institute), the article points out the companies needs for structure through compliance and risk management programs the best way to generate strengthening, operational excellence, visibility and innovation in order to conduct projects towards the targets.

Keywords: Compliance. Corporate Governance. Risk Management, Integration.

INTRODUÇÃO

O mercado contemporâneo demanda uma crescente necessidade pela sustentabilidade empresarial para que as organizações possam perpetuar seus negócios contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, sendo que ter uma conduta transparente e ética não é mais um diferencial e sim uma imprescindibilidade.

É cada vez mais relevante para as organizações terem um código de conduta, não deixando questões relevantes para tomada de decisão subentendidas, se tornando assim indispensável ter uma estrutura organizacional baseada na governança e no *compliance* "Ações relacionadas a gerenciamento de riscos, controle internos e sistema de conformidade (*compliance*) devem estar fundamentadas no uso de critérios éticos refletidos no código de conduta da organização" (IBGC, 2015, p. 91).

Quando contextualiza em uma visão macro do negócio o gerenciamento de projetos, muitas vezes está atrelado ao gerenciamento de portfólios e de programa, que por sua vez se relacionam com o gerenciamento organizacional que segundo o PMI (2013, p. 7) "[...] "possibilitam a realização da estratégia organizacional de forma consistente e previsível, produzindo melhor desempenho, melhores resultados e uma vantagem competitiva sustentável".

É notória a necessidade de os projetos estarem alinhados com a governança e *compliance* da organização, diante do exposto este artigo abordará ambos os conceitos integrando o gerenciamento de riscos aplicado em projetos, evidenciando através de pesquisa bibliográfica como os conceitos se complementam e o entendimento dos mesmos é fundamental para o gerenciamento de riscos.

1. Governança Corporativa

No atual cenário econômico brasileiro no qual vários executivos estão em processo de investigação, colocando em risco suas organizações, a necessidade da governança corporativa fica evidente, sendo um requisito fundamental para os investidores e mercado.

Para Silva (2012, p.79) "A governança corporativa é um conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia, protegendo investidores, empregados e credores, facilitando, assim, o acesso ao capital". Como um conjunto de práticas não existe uma única metodologia a ser aplicada, e sim as melhores práticas de mercado, que devem ser utilizadas como embasamento, levando em consideração a real necessidade da organização a ser aplicada.

A governança corporativa é definida pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2016) como o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios,

conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. Tendo como principais *Stakeholders* os investidores ou herdeiro e gestores, é fundamental para o entendimento da origem da governança mencionar a teoria dos conflitos de agência, pois para muitos foi a necessidade de superar o “conflito de agência”, que motivou o surgimento da governança corporativa.

Segundo reafirma Rossetti & Andrade:

Os conflitos de agência – tanto os derivados do oportunismo de gestores face à dispersão e à ausência dos acionistas, quanto os associáveis a estruturas de propriedade acionária que ensejam a expropriação dos direitos de minoritários por ações oportunistas de majoritários – são as razões fundamentais do desenvolvimento da governança corporativa (2012, p. 89).

A Governança corporativa pode ser considerada consequente dos conflitos de agências, refletindo de forma positiva no valor das ações no mercado, sendo ela o sistema por meio do qual se exerce controle nas corporações, por exemplo, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e contratação de serviço de auditoria independente (NASSIF; SOUZA, 2013).

De acordo com Nassif & Souza:

O relacionamento de agência é o relacionamento entre acionistas e administradores. Ocorre que os administradores têm seus interesses e procuram maximizá-los, nesse momento as decisões podem ser contrárias aos interesses dos acionistas e esses são os denominados conflitos de agências (2013, p. 2)

Uma das preocupações da Governança Corporativa é a equidade que visa balancear os objetivos dos acionistas e administradores para que estes estejam alinhados buscando assim a sustentabilidade da organização. Conforme conclusão de Silva (2012, p. 78) “Empresas com um sistema de governança que proteja todos os seus investidores tendem a ser mais valorizadas, porque os investidores entendem que o retorno dos investimentos será usufruído igualmente por todos”.

1.1. Conselho de Administração

O conselho de administração é o órgão indicado para colocar em prática a governança corporativa na organização, sendo o [...] encarregado do processo de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico. Ele exerce o papel de guardião dos princípios, valores, objetivo social e sistema de governança da organização, sendo seu principal componente (IBGC, 2015, p. 39).

No ambiente de governança corporativa, quando estruturado segundo os códigos de melhores práticas, o Conselho de Administração é o órgão guardião dos interesses dos proprietários. Isto equivale a dizer que se trata de um órgão de caráter nuclear, dotado de poderes emanados da Assembleia Geral, em torno do qual gravitam os demais órgãos da administração. Entre suas funções essenciais cabe destacar, genericamente, a de atuar como ligação fiduciária entre a Propriedade e a Diretoria Executiva, no monitoramento de todo um conjunto de riscos de gestão e de conflitos e custos de agência (Rossetti e Andrade, 2012, p. 277).

O código das melhores práticas de governança reconhece que no exercício da governança corporativa, é necessário lidar com temas subjetivos e ambíguos, o que demanda dos agentes de governança forte capacidade de avaliação, fundamentação e julgamento. A consideração do perfil de risco, ou seja, a avaliação do nível de risco que a organização pode aceitar na realização de sua estratégia mensurando a tolerância ao risco para realização das metas e objetivos (IBGC, 2015).

É necessário que a estrutura montada ou contratada para o detalhamento e monitoramento dos riscos corporativos estejam diretamente ligadas ao Conselho de Administração devido à natureza estratégica e o impacto que esses eventos, caso ocorram, podem gerar dentro da organização (COSTA, 2016).

Silva define,

As atividades do Conselho de Administração devem ser normatizadas em um regimento interno, aprovado pela assembleia de sócios, considerando a regra de transparência e segregação de funções, com o objetivo de tornar claras as responsabilidades e atribuições e prevenir situações de conflito com a diretoria executiva (2012, p.84).

A documentação e a divulgação do regimento interno são fundamentais para a propagação e preservação das informações, pois é imprescindível que fique claro quais são as responsabilidades e deveres para minimizar os conflitos. Não se deve focar apenas no âmbito corporativo, pois conforme a estrutura de comando e de poder passa a ser mais descentralizada e se inicia a distribuição de poder a complexidade de minimizar os riscos aumenta (COSTA,2016).

2. Compliance

Compliance tem sua origem no verbo inglês *to comply* que tem como significado agir de acordo com a regra. Assim, quando ouve o termo “estar em *compliance*” deve se entender como estar em conformidade com as leis e regulamentos internos e externos. Segundo Lira (2014) manter a corporação ou empresa em conformidade significa atender as normas dos órgãos reguladores que rejeitam o tipo de atividade desenvolvido pela empresa, como também aplicar todos os regulamentos internos. Segundo Candeloro:

Compliance é um conjunto de regras e padrões, procedimentos éticos e legais, que, uma vez definido e implantado, será a linha mestra que orientará o comportamento da instituição no mercado em que atua, bem como a atitude dos funcionários (2012 apud Ribeiro et al. 2015, p.88).

Pode-se compreender que realizar atividade em *compliance* traz a empresa credibilidade e confiança do mercado pois deixa claro que é uma empresa ética e esse reconhecimento torna o caminho para alcançar os objetivos da corporação melhor estruturado e contínuo.

O termo *compliance* passou a ser utilizado no início da década de 90 sendo adotado como princípio sobretudo em instituições financeiras apenas como sinônimo de adequação jurídica (ENDEAVOR, 2015).

O significado dado a *compliance* pelas instituições financeiras não refletiam porém o que de fato é o objetivo e quais atividades devem ser desenvolvidas pelo programa.

De acordo com Lira,

Hoje as necessidades passaram a demandar que a atividade *compliance* seja um cargo que vai além de normas e políticas: devemos incluir os processos, daí a importância do mapeamento dos mesmos e sua gestão, buscando suas melhorias (2014, p.02).

Fazer a corporação trabalhar em *compliance* significa traçar objetivos e atividades para cada função existente e executada dentro da organização. Segundo Endeavor (2015), as principais atividades que garantem os processos em *compliance* na empresa são:

- Analisar detalhadamente os riscos operacionais;
- Gerenciar os controles internos;
- Desenvolver projetos de melhoria contínua e adequação as normas técnicas;
- Analisar e prevenir fraudes;
- Monitoramento, junto ao time de TI, das medidas adotadas para segurança de informação;
- Realizar auditorias (internas e externas) periódicas;
- Gerenciar e rever as políticas de gestão de pessoas em conjunto com a área de relações humanas;
- Elaborar manuais de conduta e planos de disseminação do *compliance* na cultura organizacional;
- Interpretar leis e adequá-las ao universo da empresa;

Além da questão das atividades necessárias para fazer a empresa trabalhar em *compliance*, há também alguns princípios que devem ser seguidos para dar solidez ao programa. Segundo Andrade (2015), existem 6 (seis) princípios comuns para um programa de *compliance*:

1. Comprometimento da alta gerência: Como o objetivo de um programa de *compliance* é de fazer toda a corporação trabalhar em concordância com as regras, é importante a postura da alta gerência demonstrar e ser parte das mesmas regras e que não há diferenças entre os níveis hierárquicos. Essa postura irá refletir diretamente como os níveis a baixo apoiarão as políticas e o programa de *compliance*.
2. Implantar procedimentos: As empresas devem criar e implementar políticas próprias voltadas para a estrutura e os riscos de corrupção.
3. Avaliação de riscos: A abordagem baseada em riscos é um ponto chave para um programa de *compliance*. Isso é necessário para fazer o programa não ser voltado apenas para riscos legais. Deve buscar também deter e prevenir más condutas de empregados e terceiros.
4. Diligência: Garantir que os processos internos são seguidos e estão acontecendo de maneira que garanta a integridade da empresa é fundamental. Para isso, além de determinar como conduzir as investigações que certificam que os processos estão sendo corretamente seguidos

(auditoria, por exemplo), é necessário traçar um caminho para essas investigações serem executadas.

5. Comunicação e treinamento: Qualquer pessoa da empresa que pode potencialmente estar exposta a corrupção ou alguma situação que faça deixar de seguir os procedimentos, deve ser treinada para entender as características da corrupção, os riscos associados e as melhores práticas para preveni-la. As comunicações e outras mensagens devem reforçar e promover as políticas de *compliance* através de reuniões, *e-mails*, telefonemas e incentivos.
6. Monitoramento e revisão: A companhia deve regularmente revisar o programa de *compliance* para assegurar que o processo está corretamente aplicado, corrigir os desvios e identificar novos riscos. Deve-se também sintetizar aos prestadores de serviço a política de *compliance* vigente para que eles estejam cientes da conduta que devem seguir como parceiros de negócios.

A atual e crescente implementação de programas de *compliance* tem como origem alguns episódios recentes inclusive no ambiente legal. Há leis que demonstram a necessidade de cumprir deveres de *compliance* como exemplo a Lei 12.846/13 – Lei da empresa Limpa (Lei anticorrupção). Segundo Marchioni (2016) a legislação procura construir uma definição do que é esperado das empresas no que tange a ética corporativa, integridade e cumprimento das leis e regulamentos, chamado de programa de integridade em lugar ao termo *compliance*.

Ter uma empresa atuando em *compliance* hoje é um requisito fundamental para sustentabilidade do negócio, demonstra a ética e integridade da corporação além de atender a legislação vigente. Para isso, é fundamental que todas as atividades da empresa estejam em conformidade com as políticas vigentes, sejam internas ou externas.

3. Gerenciamento de Riscos Aplicado ao Projeto

De acordo com o PMI (*Project Management Institute*), a área de Gerenciamento de Riscos inclui os processos de planejamento, identificação, análise, planejamento de respostas e controle de riscos de um projeto.

Um risco é uma condição incerta que se ocorrer pode acarretar efeitos positivos, como negativos aos projetos. “Uma causa pode ser um requisito, premissa, restrição ou condição potencial que crie a possibilidade de resultados negativos ou positivos” (PMI,

2013, p. 310). Ou seja, em casos de alguma incerteza ocorrer, conseqüentemente o escopo, custo, cronograma, qualidade ou desempenho do projeto poderá ser impactado, acarretando oportunidades ou ameaças ao andamento.

Segundo o PMI (2013), os riscos identificados e analisados previamente, possibilitam o gerenciamento de respostas. Já para os riscos conhecidos, mas que, no entanto, impossibilitam o gerenciamento de forma proativa, é necessário que ocorra uma reserva de contingência. Entretanto, para os riscos desconhecidos, que impossibilitam o gerenciamento de forma proativa, podem receber uma reserva de gerenciamento.

Em grandes projetos podemos ter a figura de um gerente de riscos que estará totalmente voltado ao gerenciamento dessa matéria, identificando, avaliando, quantificando, atribuindo prioridades e agindo.

Conforme informado no tópico 3.2.2, nem todas as ameaças serão combatidas, pois, tudo dependerá do custo-benefício. Logo, a organização e os *Stakeholders* são influenciados por alguns fatores, que segundo o PMI são classificados em três tópicos:

- **Apetite de risco**, que é o grau de incerteza que uma entidade está disposta a aceitar, na expectativa de uma recompensa.
- **Tolerância a riscos**, que é o grau, a qualidade ou o volume de risco que uma organização ou um indivíduo está disposto a tolerar.
- **Limite de riscos**, que se refere às medidas ao longo do nível de incerteza ou nível de impacto no qual uma parte interessada pode ter um interesse específico. A organização aceitará o risco abaixo daquele limite. A organização não tolerará o risco acima daquele limite. (2013, p.311)

“O projeto pode ser aceito se os riscos estiverem dentro das tolerâncias e em equilíbrio com as recompensas que podem ser obtidas ao assumir os riscos” (PMI, 2013, p. 311). Com isso, durante todo o ciclo de vida do projeto se faz necessário que a organização esteja comprometida com o gerenciamento dos riscos, para que minimize o surgimento de ameaças não gerenciadas. Em concordância com a ideia adotada pelo PMI, TRENTIM (2014) também afirma que as organizações e partes interessadas possuem diversos níveis de tolerância aos riscos que devem ser considerados no planejamento, classificação e respostas a riscos do projeto.

Riscos que ameaçam o projeto podem ser aceitos, se estiverem dentro da tolerância e em equilíbrio com as recompensas que podem ser obtidas quando são assumidos. Vele

lembrar que os riscos são maiores nas fases iniciais do projeto porque o escopo e o planejamento ainda não estão completamente definidos. Isto é, nas fases iniciais ainda não se tem total conhecimento sobre os detalhes e a viabilidade do projeto.

3.1. Planejar Gerenciamento de Riscos

Este processo permite que se defina como conduzir as atividades de gerenciamentos de riscos de um projeto. Logo, será definido:

- Atribuição das responsabilidades;
- Definição de categoria de riscos;
- Limite de tolerância aos riscos;
- Definir probabilidade e impactos dos riscos;
- Matriz de probabilidade e impacto;
- Identificação dos recursos, tempo e orçamento que serão alocados para o gerenciamento dos riscos;
- Acompanhamento;
- Documentação de todas as etapas (PMI, 2013).

Filho (2010) afirma que o Plano de Gestão de Riscos elimina o caos de um projeto.

3.2. Identificação dos Riscos

Os participantes das atividades de identificação dos riscos podem incluir o gerente de projeto, membros da equipe do projeto, a equipe de gerenciamento dos riscos (se for designada), clientes, especialistas no assunto externos à equipe do projeto, usuários finais, outros gerentes de projetos, partes interessadas e especialistas em gerenciamentos de riscos (PMI, 2013, p.321).

Este processo é de determinação dos riscos que podem afetar o projeto e documentação dos mesmos. Novos riscos podem surgir durante o ciclo de vida do projeto, desta forma, este processo é iterativo.

As especificações dos riscos devem ser consistentes para garantir que cada risco seja compreendido em sua totalidade, com o intuito de proporcionar análises e desenvolvimento de respostas eficazes. É relevante que as especificações permitam que

seja possível comparar o efeito relativo de um risco em relação a outros riscos do projeto (PMI, 2013).

A equipe do projeto deve se tornar responsável pelos riscos e ações associadas de respostas aos riscos.

3.2.1. Análise de Riscos

Silva, Carvalho e Torres (2003) relata que riscos são as ameaças, ataques e vulnerabilidades que a organização está exposta e é devido a isto que a análise de risco é de extrema importância, para que os riscos possam ser identificados, a fim de gerenciá-los e garantir o nível de segurança pretendido pela instituição. A análise de risco engloba tanto a análise de ameaças e vulnerabilidades, quanto à análise de impactos.

Segundo DIAS (2000), inicialmente é necessário identificar as ameaças e os impactos, determinar a probabilidade de uma ameaça se concretizar e entender os riscos potenciais, classificando-os por nível de importância e severidade da perda, e os custos envolvidos na sua prevenção e recuperação. Caso o custo para se combater a ameaça seja mais alto que o dano, não é aconselhável tomar qualquer medida preventiva. Tudo dependerá da importância do recurso ameaçado para a continuidade dos negócios. A análise de riscos pode ser abordada através de termos qualitativos, atendendo as necessidades de negócios e dos usuários, e quantitativos garantindo que as medidas preventivas e corretivas não custem mais que o próprio recurso protegido.

Vale ressaltar que os riscos podem ser apenas reduzidos. Analisar com antecedência as ameaças/impactos aos recursos que são considerados importantes para os negócios da organização resulta em medidas efetivas para reduzir as ameaças, as vulnerabilidades e os impactos. Entretanto, isto não significa que serão anulados totalmente.

Desta forma, análise de riscos é medir ameaças, vulnerabilidades e impactos dos ativos de uma determinada organização, de forma a adotar medidas apropriadas as necessidades de negócios da instituição, levando em consideração justificativas de custos, nível de proteção e facilidade de uso.

3.2.2. Análise de Ameaças

A análise das ameaças e vulnerabilidades de uma organização deve levar em consideração todos os eventos que podem explorar as fragilidades de segurança do ambiente e acarretar danos. Ressaltando que, o custo de proteção contra uma ameaça não pode ser mais alto que o dano que ela pode causar. Ou seja, nem todas as ameaças serão

combatidas. Para isto, é feito uma análise, a fim de verificar o custo-benefício, antes de implementar qualquer medida.

Segundo o site do CNASI (Congresso de Segurança da Informação, Auditoria e Governança TIC), ameaça é tudo aquilo que compromete a segurança de uma organização, de modo a causar danos aos ativos em termos de integridade, confidencialidade e disponibilidade. As ameaças exploram as vulnerabilidades para causar impactos. Desta forma, é feita a análise destas ameaças e vulnerabilidades para definir a probabilidade de ocorrências de cada evento e as consequências que possam causar a organização. Já a análise de impactos identifica os recursos que mais sofrerão impactos, caso ocorra à quebra de segurança. A combinação destes dois tipos de análise compõe a análise de riscos.

3.2.3. Análise de Impactos e Cálculo de Riscos

Geralmente os impactos são analisados sob dois aspectos: curto ou longo prazo, em função do tempo em que o impacto, causado por uma ameaça, permanece afetando os negócios de uma instituição. Os impactos podem ser classificados em uma escala de 0 a 5, segundo Dias:

0 – Impacto Irrelevante.

1 – Efeito pouco significativo, sem afetar a maioria dos processos de negócios da instituição.

2 – Sistemas não disponíveis por um determinado período de tempo, podendo causar perda de credibilidade junto aos clientes e pequenas perdas financeiras.

3 – Perdas financeiras de maior vulto e perda de clientes com a concorrência.

4 – Efeitos desastrosos, porém sem comprometer a sobrevivência da instituição.

5 – Efeitos desastrosos, comprometendo a sobrevivência da instituição. (2000, p.69).

Assim como o impacto, as probabilidades também podem ser distribuídas em uma escala de 0 a 5:

0 – Ameaça completamente improvável de ocorrer.

1 – Probabilidade de a ameaça ocorrer menos de uma vez por ano.

2 - Probabilidade de a ameaça ocorrer pelo menos uma vez por ano.

3 - Probabilidade de a ameaça ocorrer pelo menos uma vez por mês.

4 - Probabilidade de a ameaça ocorrer pelo menos uma vez por semana.

5 - Probabilidade de a ameaça ocorrer diariamente. (2000, p.70).

O risco é calculado através da matriz de relacionamento, onde agrupa as possíveis ameaças em categoria e é possível visualizar os impactos e as probabilidades de cada uma. Dessa forma, o risco é calculado a partir da multiplicação entre o impacto pela probabilidade. Quanto maior o risco, mais importância ele terá no momento de definição das medidas de segurança. Como já informado mais acima, dependendo do custo benefício nem todos os riscos serão minimizados. Desta forma, é necessário estabelecer um nível aceitável de risco e implementar controles de segurança somente para os riscos que estejam acima do limite.

4. Integração de Governança Corporativa, *Compliance* e Gestão de Riscos

Atualmente, a má gestão tem impactado grandes empresas tanto financeiramente, quanto na imagem e percepção de valor. A adoção de métodos, procedimentos e processos se tornou relevante para garantir a segurança empresarial. Logo, a utilização de práticas de Governança Corporativa, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*, tendem a minimizar práticas que contrariam as diretrizes e princípios éticos e morais adotados pela organização.

“Um programa disciplinado e sistemático de *Compliance* e de auditoria interna precisa ser inserido em um contexto moderno de Governança Corporativa” (LUCENA, 2011, p. 4). Desta forma, se torna necessário à criação de um comitê de governança internamente nas organizações, para o tratamento de conceitos de gerenciamento dos riscos corporativos, a fim de que sejam apresentados como questões críticas do negócio. O envolvimento com o Conselho de Administração para o tratamento destas questões facilita a efetividade de o plano estratégico percorrer os demais âmbitos da organização.

Tendo em vista a relevância da adoção de uma estrutura de gerenciamento de riscos corporativos aplicados através de um comitê de governança, o não cumprimento desta metodologia traz como consequência o não monitoramento das atividades que ocorrem dentro da organização, incentivando atitudes que estejam em desacordo com o código de ética da empresa (PORTER, 1989).

Logo, em primeiro momento é necessário levantar as necessidades da empresa em relação ao risco e conseqüentemente, o contexto de gestão será estruturado e disseminado dentro da organização. Segundo Porter (1989), não é possível controlar tudo em todos os momentos, sendo necessário ter pleno domínio de onde devemos atuar, de acordo com os

impactos que podem ser gerados.

É recomendada pelo IBGC, a divulgação interna dos princípios básicos de Governança adotados pela organização, para que seja um processo transparente, resultando na equidade, responsabilidade corporativa e prestação de contas.

Assim como a relevância da adoção de um setor de Comitê de Governança e uma estrutura de Gerenciamento de Riscos Corporativos para garantir a segurança empresarial, é fundamental que integrada a estas práticas, a organização crie estrutura para gestão de processos de negócios, a fim de gerar: fortalecimento da excelência operacional, aumento da visibilidade para tomada de decisão e promoção da inovação, a fim de mudar continuamente a forma como uma organização executa suas atividades, visando aumentos significativos (ELO, 2009).

Inicialmente é necessário estruturar os processos existentes na organização e alinhar as expectativas com os *stakeholders* envolvidos. Importante que, possuam informação suficiente para o processo de tomada de decisão. Desta forma, o mapeamento dos processos deve focar:

- Mapear processos críticos;
- Validar a efetividade desses processos e redesenhá-los, se for necessário;
- Identificar ferramentas que facilitem, automatizem e reduzam o grau de “decisão individual”;
- Envolver a organização e definir “guardiões” para os processos;
- Aumentar a intensidade de auditorias “educativas” num primeiro momento, e “não educativas” num segundo momento (PORTER, 1989, p.54).

Esta estrutura pode se tornar de responsabilidade de um escritório de projetos/processos. É importante que este setor responsável defina macroprocessos a serem seguidos, para a execução de auditorias internas.

Tendo em vista os conceitos mencionados acima, quando há a integração de gerenciamento de riscos, práticas, procedimentos, normas estratégicas e planos de ação, há redução dos impactos que possam causar prejuízos para a organização. Em contrapartida, os riscos envolvidos aos negócios da instituição podem resultar em

consequências aos processos e práticas corporativas, o que tende a afetar a imagem e até mesmo prejudicar o crescimento da empresa.

CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que, diante do cenário atual do Brasil, em que diversos executivos se encontram em processo de investigação acarretando riscos as organizações e conseqüentemente, a má gestão impactando tanto o setor financeiro, quanto a imagem e percepção de valor destas instituições, a adoção de metodologias aplicadas através de uma Comitê de Governança Corporativa, em conjunto com procedimentos e processos vinculados aos programas de *Compliances* e uma estrutura de Gerenciamento de Riscos Corporativos, tendem a minimizar práticas que contrariam as diretrizes e princípios éticos e morais adotados pela organização, garantindo a segurança empresarial.

Com o decorrer do desenvolvimento deste trabalho foi possível verificar que a Governança Corporativa tem a finalidade de otimizar o desempenho de uma companhia, protegendo investidores, colaboradores, como um sistema em que as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo relacionamento entre os *Stakeholders*. Logo, as instituições que adotam um sistema de governança que proteja seus investidores tendem a ser valorizadas, pois, estes compreendem que o retorno será usufruído de forma igualitária por todos. Desta forma, se faz necessário a criação de um Conselho de Administração ou também conhecida pelo termo Comitê de Governança, que é o órgão responsável por colocar em prática a governança corporativa na instituição.

Diante da importância das responsabilidades atreladas ao setor de Comitê de Governança de uma organização, há a necessidade que os agentes de governança tenham competências para lidar com situações diversas nas tomadas de decisões, principalmente no que diz respeito a consideração do perfil de risco. Com isso, é importante o envolvimento do escritório de projetos com o Comitê de Governança, para que o tratamento destas questões facilite a efetividade de o plano estratégico percorrer por toda a organização. Desta forma, é imprescindível que a organização faça a análise de riscos, pois, é a partir deste método que os mesmos serão identificados, sendo possível gerenciá-los a fim de garantir o nível de segurança pretendido pela instituição.

Com base na leitura do Guia PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*), um risco é uma condição incerta que se ocorrer pode acarretar efeitos positivos ou negativos aos projetos e negócios da organização e poderá impactar escopo, custo, cronograma, qualidade ou desempenho do projeto, acarretando oportunidades ou ameaças ao

andamento. Desta forma, é necessário que o escritório de projetos em conjunto com o Comitê de Governança, levante as necessidades da empresa em relação aos riscos, a fim de identificar as ameaças e impactos, determinar a probabilidade de uma ameaça se concretizar e entender os riscos potenciais, classificando-os por nível de importância e severidade da perda, e os custos envolvidos na sua prevenção e recuperação. Logo, com o auxílio da alta direção, é necessário estabelecer um nível aceitável de risco e implementar controles de segurança somente para os riscos que estejam acima do limite. Em casos que o custo para se combater uma ameaça for mais alto que o dano, não é aconselhável tomar medidas preventivas. Tudo dependerá se o recurso ameaçado é importante para a continuidade dos negócios.

Em paralelo com as atividades exercidas pelo Comitê de Governança e a estrutura de Gerenciamento de Riscos, os programas de *Compliances* permitem que se traça os objetivos e atividades para cada função existente e executada dentro da organização. As principais atividades que garantem os processos em *compliance* são: Analisar detalhadamente os riscos operacionais, gerenciar os controles internos, desenvolver projetos de melhoria contínua e adequação as normas técnicas, analisar e prevenir fraudes, monitoramento junto ao time de TI das medidas adotadas para segurança de informação, realizar auditorias (internas e externas) periódicas, gerenciar e rever as políticas de gestão de pessoas em conjunto com a área de relações humanas, elaborar manuais de conduta e planos de disseminação do *compliance* na cultura organizacional, interpretar leis e adequá-las ao universo da empresa.

Diante dos fatos elucidados acima, a adoção de uma estrutura de gerenciamento de riscos, em concordância com o Comitê de Governança e programas de *Compliances*, assegura a organização a estar em conformidade com as diretrizes, princípios e procedimentos adotados para a segurança de seus negócios e de forma proativa, analisar as ameaças/impactos dos projetos ativos da empresa, resultando em medidas efetivas para reduzir as ameaças, as vulnerabilidades e os impactos. Os riscos não serão anulados, entretanto serão reduzidos. Logo, haverá um aumento do retorno sobre os investimentos e oportunidades, assegurando a integridade, auditoria e confiabilidade aos negócios e a percepção da imagem da organização.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Renata Fonseca de. **Ethics and compliance programs in a global and brazilian context: the six principles of compliance.** Disponível em: <

<http://compliancebrasil.org/ethics-and-compliance-programs-in-a-global-and-brazilian-context-the-six-principles-of-compliance/> 2015. Acesso em: 12 fev. 2017.

CNASI. **Ameaças à segurança da informação de uma corporação**. 2013. Disponível em <http://www.cnasi.com.br/ameacas-a-seguranca-da-informacao-de-uma-corporacao/>. Acesso em Janeiro 2017.

COSTA, Arthur. **Integração entre gerenciamento de riscos, compliance de processos e governança**. Mundo Project Management, Curitiba, ano 12 nº 67, p. 50-55, fev./mar.2016.

DIAS, Cláudia. **Segurança e Auditoria da Tecnologia da Informação**. Axcel Books, 2000.

ELO, Group. **Os 3 Papéis Estratégicos de um Escritório de Processos**. 2009.

ENDAVOR, Brasil. **Prevenindo com o Compliance para não remediar com o caixa**. Disponível em <https://endeavor.org.br/compliance/>. 2015. Acesso em: 11 fev. 2017.

FILHO, Armando Terribili. **Indicadores de Gerenciamento de Projetos – Monitoração Contínua**. São Paulo: M.Books do Brasil LTDA, 2010.

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**, 3ª edição. São Paulo.

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Governança Corporativa**. Disponível em <http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/governanca-corporativa>. Acesso em: 11 fev. 2017.

LIRA, Michael Pereira de. **O que é compliance e como o profissional da área deve atuar?**. Disponível em <https://michaellira.jusbrasil.com.br/artigos/112396364/o-que-e-compliance-e-como-o-profissional-da-area-deve-atuar>. 2014. Acesso em: 11 fev. 2017.

LUCENA, Gustavo. **Fórum ABBC – Como a atuação integrada do Compliance e da Auditoria Interna pode se tornar estratégica na Governança Corporativa**. Disponível em http://www.abbc.org.br/arquivos/compliance_auditoria_e_governanca_corporativa.pdf. Acesso em Janeiro 2017.

MARCHIONI, Guilherme Lobo. **O canal de comunicação deve atender critérios além dos legais para um compliance efetivo**. Disponível em <http://compliancebrasil.org/o-canal-de-comunicacao-deve-atender-criterios-alem-dos-legais-para-um-compliance-efetivo/>. 2016. Acesso em 11 Fev. 2017.

MULCAHY, Rita. **PMP Exam Prep**. 5. Ed, 1998.

NASSIF, E. e SOUZA, C. **Conflitos de agência e governança corporativa**. Caderno de Administração. Revista do Departamento de Administração da FEA, Vol. 7, n.1, p. 01-20,

Jan - Dez. 2013, Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/caadm> > Acesso em: 08 fev. 2017.

PMI, Project Management Institute. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos: Guia PMBOK** . 5ª edição. USA, 2013.

PORTER, Michael Eugene. **Vantagem competitiva**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ROSSETI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Pedro Tavares; CARVALHO, Hugo; TORRES, Catarina Botelho. **Segurança dos Sistemas de Informação - Gestão Estratégica da Segurança Empresarial**. Portugal: Centro Atlântico, 2003.

SILVA, Edson. **Relação com Investidores (RI) e Governança Corporativa nas Empresas: Guia prático contendo os princípios e as melhores práticas de RI para apoio e consulta de investidores, conselheiros de administração e fiscal, executivos e analistas de mercado**. São Paulo: Atlas, 2012.

TRENTIM, Mário Henrique. **Gerenciamento de Projetos – Guia para as Certificações CAPM e PMP**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PROJECT MODEL CANVAS E SUAS RELAÇÕES COM AS STARTUPS

Adriano Correia de Oliveira; Aluno do curso de pós-graduação em Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI – Senac Jundiaí - adriano.oliveira.diu@hotmail.com

Diogo Munhoz Gualtieri; Aluno do curso de pós-graduação em Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI – Senac Jundiaí - diogo.gualtieri@gmail.com

Renan Vinicius Nascimento; Aluno do curso de pós-graduação em Gerenciamento de Projetos – Práticas do PMI – Senac Jundiaí - eng.renannascimento@gmail.com

Resumo: As *Startups* têm como sua principal característica serem planejadas e controladas sem muita burocracia e sempre sendo muito maleável, isso porque sempre estão em constante mudança, em constante processo de adaptação ao que o cliente exige da empresa, o que não comporta ser organizada através das ferramentas tradicionais de gestão, devido à grande quantidade de processos burocráticos e todas as suas documentações e procedimentos envolvidos. Isso torna os casos totalmente reversos um do outro, porém tudo depende de um bom planejamento para alcançar sucesso na realização. Neste trabalho será abordado o *Project Model Canvas* que é uma ferramenta de gerenciamento de projetos que traz um estilo mais simples, maleável e inovador na sua implantação, o que torna ele uma ferramenta ideal para o tipo de negócio que são as *startups*, como ele é realizado e sua aplicação neste nicho de mercado. Também será comentado sobre a montagem do escopo de um projeto e suas aplicações para assim facilitar o entendimento de como o *Project Model Canvas* poderá trazer uma ótima aplicação e desempenho junto as *Startups*. Ele é um mapa visual simples, com nove blocos do modelo de negócios que fazem parte de quatro pilares (infraestrutura, oferta, cliente e finanças), com o qual os empreendedores podem interagir. Ideal para utilização em grupos, na qual as ideias podem ser diferentes a cada momento, o que através da utilização de adesivos com as anotações realizadas permite a cada membro realizar as alterações necessárias, acrescentar, retirar ou reposicionar as informações. Por se tratar de uma metodologia enxuta de gerenciamento de projetos, o modelo Canvas foca naquilo que é essencial, o que facilita a condução de projetos sem tantas regras.

Palavras-chave: Startups, Canvas, Gerenciamento de Projetos.

Abstract: Startups have as their main characteristic to be planned and controlled without much bureaucracy and always being very malleable, because they are always in constant

change, in a constant process of adaptation to what the client requires of the company, which does not entail being organized through the tools Traditional management, due to the large amount of bureaucratic processes and all of its documentation and procedures involved. This makes cases totally reversed from each other, but it all depends on good planning to achieve success in accomplishment. In this work, the Project Model Canvas will be approached, which is a project management tool that brings a simpler, more malleable and innovative style in its implementation, which makes it an ideal tool for the type of business that startups are, as it is And its application in this niche market. It will also be commented on assembling the scope of a project and its applications so as to facilitate the understanding of how Project Model Canvas can bring a great application and performance with Startups. It is a simple visual map with nine business model blocks that are part of four pillars (infrastructure, supply, customer and finance), with which entrepreneurs can interact. Ideal for use in groups, in which ideas can be different at each moment, which through the use of stickers with the notes made allows each member to make the necessary changes, add, withdraw or reposition the information. Because it is a lean methodology of project management, the Canvas model focuses on what is essential, which facilitates the conduct of projects without so many rules.

Keywords Startups, Canvas, Project Management.

INTRODUÇÃO

Segundo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2014), existe um alto índice de empresas com mortalidade nos primeiros 5 anos, pois ao abrir a empresa, parte dos empreendedores não levanta informações importantes sobre o mercado, 46% não sabiam o número de clientes que teriam e os hábitos de consumo desses clientes, 39% não sabiam qual era o capital de giro necessário para abrir o negócio, 38% não sabiam o número de concorrentes que teriam.

Ou seja, um dos motivos principais que acarretam em uma *startup* não atingir seus objetivos é o de não contar com uma gestão de avaliação e identificação de riscos e planejamento eficaz. Para evitar isto é essencial que o idealizador da *startup* avalie todos os riscos e monte um modelo de gerenciamento estratégico para que assim possa se planejar e prevenir contra esse tipo de problema (ANDRADE, 2016).

Para ter um bom ponto de partida é necessário ter um modelo de negócios que todos compreendam: de fácil descrição, que facilite a discussão. É preciso começar todos

juntos a planejar, para isso é indicado o uso do método Canvas para realizar o gerenciamento de Negócios, mas sem tirar o jeito maleável das *startups* em se adaptarem a novas ideias (OSTERWALDER & PIGNEUR, 2011).

1 GERENCIAMENTO DE PROJETOS

1.1 1.1.0 DEFINIÇÃO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

O PMBOK (2013) descreve que gerenciamento de projeto é a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas para atender aos seus requisitos de forma eficaz, assim trazendo uma competência estratégica para organizações, permitindo com que elas unam os resultados dos projetos com os objetivos de negócio.

Segundo o PMBOK (2013), há uma apropriação de 47 aplicações e integrações sendo agrupadas nos seguintes processos:

1.1.1 Início;

1.1.1.1 – Seleção do melhor projeto, dados os limites de recursos;

1.1.1.2 – Reconhecimento dos benefícios do projeto;

1.1.1.3 – Elaboração de documentos para autorizar o projeto; e

1.1.1.4 – Designação do gerente do projeto.

1.1.2 Planejamento;

1.1.2.1 – Definição dos requisitos de trabalho;

1.1.2.2 – Definição da qualidade e da quantidade de trabalho;

1.1.2.3 – Definição dos recursos necessários;

1.1.2.4 – Programação de atividades; e

1.1.2.5 – Avaliação de vários riscos.

1.1.3 Execução;

1.1.3.1 – Negociação dos membros da equipe para ajudá-los a se aperfeiçoar;

1.1.3.2 – Direção e gerenciamento do trabalho; e

1.1.3.3 – Trabalho com os membros da equipe para ajudá-los a se aperfeiçoar.

1.1.4 Monitoramento e Controle;

1.1.4.1 – Rastreamento do progresso;

1.1.4.2 – Comparação do resultado real com resultado previsto;

1.1.4.3 – Análise das variações e impactos; e

1.1.4.4 – Realização de ajuste.

1.1.5 Encerramento;

1.1.5.1 – Verificação de que todo o trabalho foi realizado;

1.1.5.2 – Encerramento do contrato;

- 1.1.5.3 – Encerramento administrativo da documentação.
- 1.1.5.4 – Encerramento financeiro dos números ordenados;

1.1.6 Sendo composta por dez áreas do conhecimento que são:

- 1.1.6.1 - Gerenciamento da integração;
- 1.1.6.2 - Gerenciamento do escopo;
- 1.1.6.3 - Gerenciamento de custos;
- 1.1.6.4 - Gerenciamento da qualidade;
- 1.1.6.5 - Gerenciamento das aquisições;
- 1.1.6.6 - Gerenciamento de recursos humanos;
- 1.1.6.7 - Gerenciamento de comunicações;
- 1.1.6.8 - Gerenciamento de risco;
- 1.1.6.9 - Gerenciamento de tempo;
- 1.1.6.10 - Gerenciamento das partes interessadas.

1.1.7 Segundo Kerzner (2011) o gerenciamento de projeto bem-sucedido deve ser definido como concluído quando:

- 1.1.7.1 - Dentro do prazo;
 - 1.1.7.2 - Dentro dos custos;
 - 1.1.7.3 - Conforme o nível de tecnologia/desempenho desejado;
 - 1.1.7.4 - Com utilização eficiente e eficaz dos recursos atribuídos; e
 - 1.1.7.5 - Quando aceito pelo cliente.
- 1.1.8 Sendo os benefícios potenciais de projetos segundo Kerzner (2011):
- 1.1.8.1 - Identificação de responsabilidade funcionais para garantir que todas as atividades sejam explicadas, independentemente da rotatividade de pessoal;
 - 1.1.8.2 - Redução da necessidade de reporte contínuo;
 - 1.1.8.3 - Identificação de limites de prazo para o cronograma
 - 1.1.8.4 - Identificação de uma metodologia para a análise de compensações;
 - 1.1.8.5 - Medição das realizações em comparação com os planos;
 - 1.1.8.6 - Identificação antecipada de problemas para que possam ocorrer ações corretivas
 - 1.1.8.7 - Capacidade melhorada para realizar estimativas a ser utilizadas em planejamentos futuros; e

1.1.8.8 - Ciência de quando os objetivos não podem ser alcançados ou quando podem ser excedidos

Segundo Daychoum (2012), o *Standish Group International*, empresa internacional independente de consultoria de TI, conhecida por seus relatórios sobre projetos de implementação de sistemas de informação nos setores públicos e privados, realizou um estudo em 2002 que determinou que as empresas perdem incontáveis recursos devido a falhas na utilização de práticas efetivas de Gerenciamento de Projetos:

- 31% de todos os projetos são cancelados antes do término;
- 88% dos projetos ultrapassam seu prazo, custo ou ambos;
- Os projetos ultrapassam, em média, 189% dos custos estimados; e
- Os projetos ultrapassam, em média, 222% do prazo estimado.

2 DEFINIÇÃO DE ESCOPO

Segundo o PMBOK (2013), o gerenciamento do escopo do projeto, tem que conter todos os processos necessários para garantir que o projeto tenha sucesso no andamento. O gerenciamento do escopo do projeto fará a definição principalmente do que está e do que não está incluso no projeto.

Figura 1 - Gerenciamento do Escopo

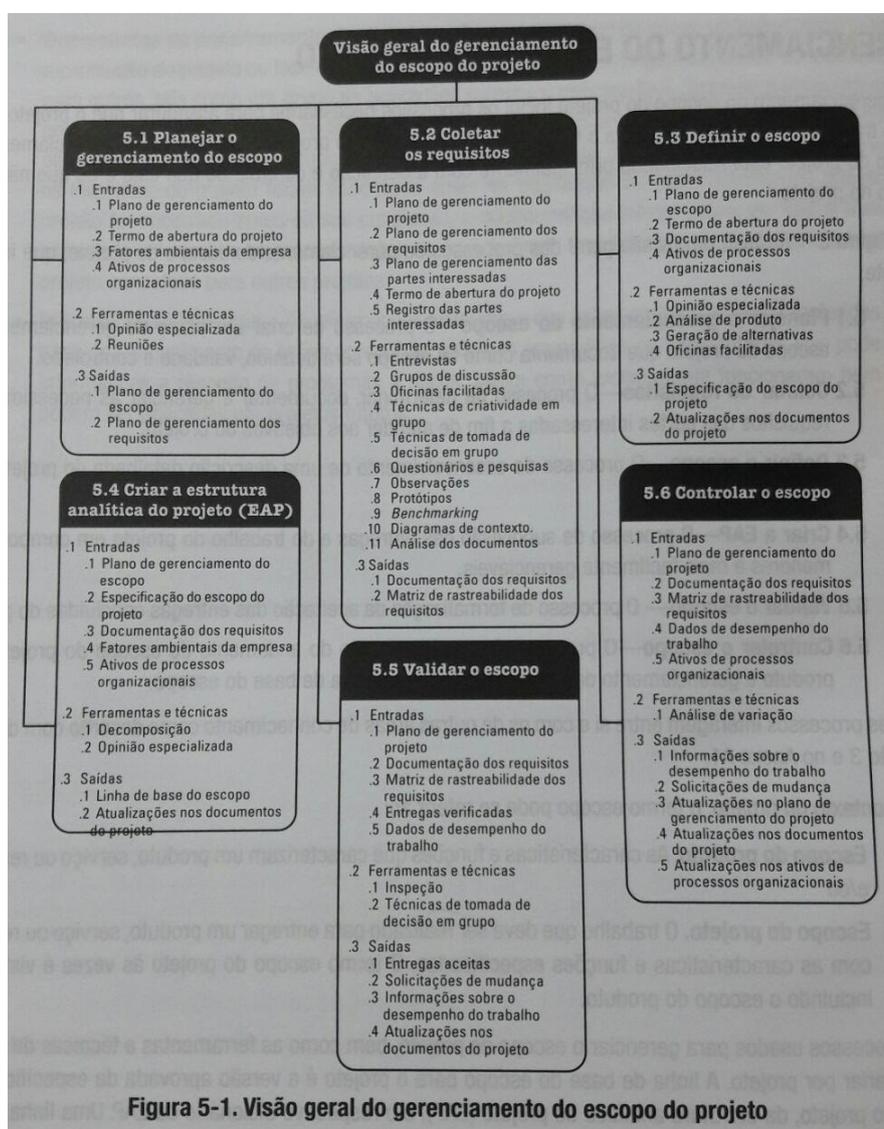


Figura 5-1. Visão geral do gerenciamento do escopo do projeto

Fonte: PMBOK (2013)

2.2.5.1 - Planejar o gerenciamento do escopo – é o processo de criar um plano de gerenciamento do escopo que auxiliará no planejamento de todo o projeto.

2.2.5.2 - Coletar os requisitos – O processo que determina, gerencia e documenta as necessidades e requisitos das partes interessadas afim de atender o objetivo do projeto.

2.2.5.3 - Definir o Escopo – O processo de planejamento da descrição detalhada do projeto e do produto.

2.2.5.4 - Criar a EAP – O processo de divisão das entregas para maior facilidade de gerenciamento das mesmas.

2.2.5.5 - Validar o Escopo – O processo da aceitação e formalização das entregas do projeto.

2.2.5.6 - Controlar o escopo – O processo de acompanhamento do andamento do projeto e gerenciamento das mudanças feitas no projeto e produto.

Planejar o gerenciamento do escopo e o processo de criar um plano que documenta como o processo será definido, validado e controlado. Um dos maiores benefícios deste processo e poder orientar e definir o escopo e assim deixar todos os envolvidos no projeto cientes de como o escopo será gerenciado no decorrer de todo o projeto. (PMBOK, 2013)

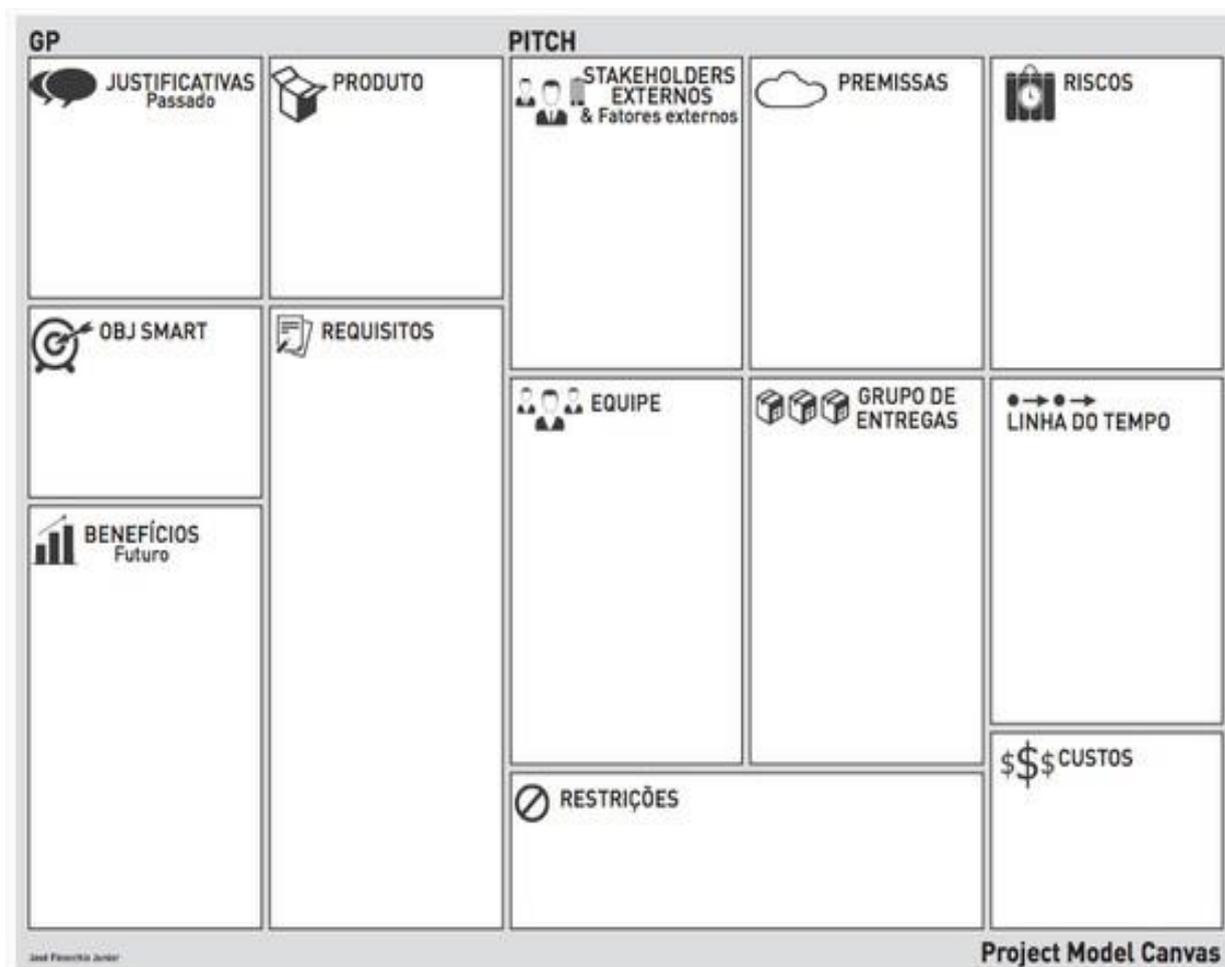
3 PROJECT MODEL CANVAS

3.1 Formação:

Segundo SEBRAE (2017), o Modelo Canvas é formado de um mapa visual com nove blocos do modelo de negócios que fazem parte de quatro pilares essenciais e insubstituíveis (infraestrutura, oferta, cliente e finanças), com o qual o empreendedor pode interagir através de adesivos (do tipo Post-it®) com anotações realizadas.

Neste modelo os envolvidos podem alterar frequentemente as informações inseridas no plano montado, principalmente nas discussões em grupo, em que cada membro pode acrescentar, retirar ou reposicionar as informações (NAKAGAWA, 2013).

Figura 2 - Modelo Canvas



Fonte: Finocchio (2013)

- A seguir segue uma breve descrição sobre cada um dos blocos:

3.1.1.1 - Proposta de valor: o que será oferecido pela sua empresa ao mercado, que realmente terá valor para os clientes

3.1.1.2 - Segmento de clientes: quais segmentos de clientes serão contemplados pela empresa;

3.1.1.3 - Os canais: de que forma o cliente compra e recebe seus produtos;

1.1.1.4 - Relacionamento com clientes: qual a forma de relacionamento que a sua empresa terá com cada segmento de clientes;

3.1.1.5 - Atividade-chave: quais as atividades essenciais para que a Proposta de Valor seja entregue aos clientes;

3.1.1.6 - Recursos principais: são aqueles necessários para a realização das atividades-chave;

3.1.1.7 - Parcerias principais: realização das atividades-chave de maneira

terceirizada e recursos principais adquiridos fora da empresa;

3.1.1.8 - Fontes de receita: formas de obter receita através de propostas de valor;

3.1.1.9 - Estrutura de custos: são os custos necessários para que a estrutura proposta funcione.

3.2 - Modelos de Negócios do Canvas:

Os padrões do Business Model Canvas, segundo Osterwalder & Pigneur (2014), são constituídos por cinco padrões que são eles: Modelos de Negócios Desagregados, A Cauda Longa, Plataformas Multilaterais, Grátis como Modelo de Negócios, Modelos de Negócios Abertos, Como a seguir:

3.2.1 - Corporação desagregada diz que há três tipos diferentes de negócios que são eles: Negócios de relacionamento com os clientes, negócios de inovação de produtos e negócio de infraestrutura. Os três tipos podem existir simultaneamente dentro de uma organização, são “desagregados” para evitar qualquer tipo de conflito indesejável dentro da organização.

3.2.2 - O modelo de negócios de cauda longa trata-se de vender uma diversidade de produtos maior e em quantidade relativamente menores, este tipo de venda é tão lucrativa quanto o modelo tradicional e requer um baixo custo de estoque.

3.2.3 - O modelo de negócios Plataformas Multilaterais que é conhecida como mercados multilaterais, já existe a muito tempo e crescem junto ao crescimento da tecnologia da informação, este modelo é uma plataforma que une dois ou mais grupos distintos, e cresce na medida que atrai mais usuários, este método é conhecido como efeito rede.

3.2.4 - O modelo de negócios Grátis é um modelo que oferece um determinado serviço ao público alvo sem um custo efetivo, para que isto seja possível os clientes não pagantes são financiados por uma outra parte do modelo de Negócios.

3.2.5 - O modelo de negócios Abertos e inovações são dois termos cunhados por Henry Chesbrough, se trata da abertura de processos de pesquisa para grupos externos.

Segundo Junior (2013), não existem posições predefinidas no Project Model Canvas e sim apenas duas regras básicas que são: Realizar a criação preferencialmente em equipe para que todos interajam com o planejamento, ao menos uma pessoa da equipe ter conhecimento sobre os conceitos básicos do gerenciamento de projetos.

Os temas abordados no Project Model Canvas não são diferentes dos temas tratados no Gerenciamento de Projetos porém todos os conceitos estão tratados de forma mais simples (JUNIOR, 2013).

O ideal para um bom desempenho do projeto em si é misturar pessoas com alto nível de conhecimento com pessoas com pouco conhecimento e assim conseguir realizar a troca de

informações entre a equipe e evoluir todos juntamente ao projeto, ou seja, o Project Model Canvas trata-se de uma ferramenta que ajuda a definir de forma colaborativa o que deve ser feito e assim colocar o projeto em prática. Junto a isto o canvas serve como uma matriz lógica que permite derivações e desdobramentos (FINOCCHIO JUNIOR, 2013).

4 STARTUPS

Startup já foi a definição para qualquer tipo de empresa em seu período inicial. O termo também já foi utilizado para pequenas empresas criadas em universidades ou casas, que tenham baixo custo de manutenção. Mas segundo Gitahy (2016), a definição mais atual de startup é que engloba mais conceitos a respeito é a de que "startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza".

Partem da exploração de alguma área inovadora de um determinado setor, muitas vezes da tecnologia e basicamente é o desenvolvimento de uma boa ideia através do aporte de capitais de fundos de investimentos especializados (LONGHI, 2011).

Em seu início, as startups passam por um período de incubação, em que os projetos são moldados a uma realidade viável do mercado, segundo Longhi (2011). As incubadoras auxiliam nos primeiros passos da empresa, com consultoria, apoio material e também logístico, para dessa forma evitar a morte prematura de uma boa ideia.

Nos EUA o conceito de startup existe a muitas décadas, o que deu origem a diversas grandes empresas. Um caso famoso que se iniciou em 1939 em um startup da época é a HP (Hewlett-Packard), quando dois estudantes de engenharia elétrica da Universidade de Stanford, Bill Hewlett e Dave Packard, começaram a trabalhar no desenvolvimento de equipamentos elétricos em uma garagem de Palo Alto (Califórnia, Oeste) (AFP,2001).

No Brasil o termo começou a ser usado entre 1996 e 2001, época da chamada de bolha da internet, conforme Gitahy (2016).

A seguir são apresentados os conceitos que envolvem a atual definição do termo startup, de acordo com Gitahy (2016):

- 4.1 Cenário de incerteza: não é possível afirmar que a ideia de projeto e empresa darão certo ou serão sustentáveis;
- 4.2 Modelo de negócios é como a startup gera valor: é a forma dela transformar trabalho em dinheiro. Um exemplo disso é o modelo de negócios de franquia, ou o de cobrar por cada clique recebido, modelo adotado por Google e Buscapé.com;
- 4.3 Ser repetível: é ser capaz de entregar o mesmo produto diversas vezes, em escala

ilimitada. Deve-se ter o produto em estoque sempre, independente da demanda (venda de DVD), ou vender a mesma unidade do produto várias vezes (sistema de Pay-per-view, onde o mesmo filme é vendido para tantas pessoas quantas queiram o assistir);

4.4 Ser escalável: esse é o grande segredo de um startup. Crescer exponencialmente em receita, porém com os custos crescendo a taxas bem menores. Isso fará com que a margem seja alta, acumulando lucros e tornando-a mais rica.

É no ambiente de incerteza, em que ainda não foi encontrado o modelo de negócio ideal, que tanto se fala de investimentos nas startups, segundo Gitahy (2016). Após a comprovação de que o modelo existe e a receita começa a crescer, é o momento em que provavelmente será necessário um novo aporte de investimento. Quando a empresa se torna escalável, a startup dá lugar a uma empresa altamente lucrativa, caso contrário deve se reinventar, ou passará por uma morte precoce (GITAHY, 2016).

Parte principal em que se explica e pormenoriza o assunto focalizado. Divide-se em seções e subseções que variam em função da abordagem do tema e do método.

No desenvolvimento e em seus subitens, discorre-se sobre a questão envolvida no tema, recorrendo às referências teóricas levantadas durante a pesquisa (online, 2011).

5 CONCLUSÃO

As startups possuem estrutura na qual tudo deve ser validado e pode mudar com uma velocidade muito grande, o que faz com que os tradicionais relatórios nem sempre sejam a melhor forma de modelagem, o que torna o Canvas uma ferramenta mais eficiente para ilustrar o seu modelo de negócios (Business Model) (ENDEAVOR, 2014).

Esse fato se concretiza pelo Canvas não necessitar de tanta documentação e burocracia na sua elaboração como outras ferramentas mais tradicionais de Gerenciamento de Projetos (CURTO, 2017).

Por se tratar de uma metodologia diferenciada de gerenciamento de projetos e mais enxuta, o modelo foca naquilo que é essencial, assim se adaptando melhor as Startups, que ao contrário do gerenciamento de projetos em si, que é muito bem elaborado e cheio de documentos e regras, as Startups se dispõem em serem flexíveis e possuírem uma maior liberdade para conduzir projetos sem tantas regras e assim conseguir unir essa ferramenta do gerenciamento de projetos as Startups para facilitar o planejamento e desenvolvimento das mesmas

REFERÊNCIAS

AFP – Association of Fundraising Professionals. **Conheça a história da HP desde sua fundação em uma garagem.** Folha de São Paulo, São Paulo, 04/09/2001. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u7818.shtml>> Acesso em: 25 de Fevereiro de 2017 às 20h53min.

ANDRADE, Marcelo Roberto. **Porque as Startups falham.** Disponível em: <<https://blog.contaazul.com/por-que-as-startups-falham/>> Acesso em: 28 de fevereiro de 2017 às 14h06min.

CURTO, Hayala. **Project Model Canvas. Início, meio ou fim.** Disponível em: <<http://netproject.com.br/blog/project-model-canvas-inicio-meio-ou-fim/>> Acesso em: 28 de fevereiro de 2017 às 13h45min.

DAYCHOUM, Merhi. **40+8 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento.** Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

ENDEAVOR BRASIL - **Como utilizar o modelo Canvas em seu negócio, 2014.** Disponível em: <<https://endeavor.org.br/como-utilizar-modelo-canvas-negocio/>> Acesso em: 27 de Fevereiro de 2017 às 13h33min.

FINOCCHIO JUNIOR, José. **Project Model Canvas.** Rio de Janeiro: Elsever, 2013.

GITAHY, Yuri. **O que é uma startup?** Exame.com, 03/02/2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/>> Acesso em: 01 de Março de 2017 às 14:56

KERZNER, Harold. **Gerenciamento de Projetos: Uma Abordagem Sistemática para planejamento, programação e controle.** São Paulo: Blucher, 2011.

LONGHI, Fúlvio. **A história da revolução das startups.** Disponível em: <<https://imasters.com.br/artigo/20027/mercado/a-historia-da-revolucao-das-startups/?trace=1519021197&source=single>> Acesso em: 27 de Fevereiro de 2017 às 19h33min.

NAKAGAWA, Marcelo. **Empreendedorismo – Elabore seu plano de negócio e faça a diferença.** Rio de Janeiro: Senac São Paulo, 2013.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. **Business Model Generation – Inovação em Modelos de Negócios.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2011

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Canvas: como estruturar seu modelo de negócio.** Disponível em: <<http://www.sebraepr.com.br/PortalSebrae/artigos/Canvas:-como-estruturar-seu-modelo-de-neg%C3%B3cio>> Acesso em: 27 de fevereiro de 2017 às 10h37min.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Canvas: Causas Mortis das Empresas.** Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf> Acesso em: 27 de fevereiro de 2017 às 11h13min.

PROPOSTA DE PLANO DE AÇÕES PARA UMA MICROEMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS *PET*

Denise Duarte Bonilha; Aluna do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; denise.bonilha@gmail.com

Jefferson Pádua de Moraes; Aluno do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; jefferson.moraes@coesia.com

Luiza Alice de Lima Bezerra; Aluna do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; luiza.albezerra@sp.senac.br

Maria Cristina Santos Reiter Timponi; Aluna do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; timponireiter@uol.com.br

Michele Stoco Carrara Oliveira; Aluna do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; michele.scoliveira@sp.senac.br *

Mônica Oliveira Santos; Aluna do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas – Senac Jundiaí; monica_cpm@hotmail.com

Resumo: O mercado *pet* tem sido promissor, uma vez que as famílias estão preferindo animais de estimação em vez de criar filhos, afirma o site Brasil Econômico (2016). Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet), o setor *pet* é o segmento do agronegócio referente ao desenvolvimento das atividades de criação, produção e comercialização de animais de estimação. Dados de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimam que o Brasil é o segundo país do mundo em cães, gatos e aves; é o terceiro em faturamento e o quarto em população total de animais de estimação. O objetivo do estudo é relatar a experiência de compreender a gestão de pessoas de uma microempresa do ramo de negócio *pet* e propor um plano de ações que servirão de base para o líder promover melhorias na organização. A coleta de dados na empresa foi realizada por três métodos: observação, aplicação do Questionário Diagnóstico Organizacional (QDO) e entrevista com todos os 6 colaboradores da microempresa. Dados do QDO estimaram as médias entre 1,8 e 2,5, indicando bom funcionamento organizacional, com possibilidades de melhorias na percepção de todos os profissionais avaliados. O plano contempla propostas de ações voltadas a planejamento estratégico, desenvolvimento da liderança, reconhecimento da marca e finanças. Uma gestão de pessoas voltada à sinergia da visão entre líderes e seus liderados de forma integrada, motivada e alinhada com a missão organizacional possibilitará a ampliação do negócio, promovendo maior satisfação dos proprietários e dos colaboradores.

Palavras-chave: Negócio *pet*. Liderança. Diagnóstico organizacional. Gestão de pessoas.

Abstract: The pet market has been promising, as families are preferring pets instead of raising children, says Brasil Econômico website (2016). According to the Brazilian Association of the Pet Products Industry (Abinpet), the pet sector is the agribusiness segment related to the development of the activities of creation, production and commercialization of pets. Data from the 2013 The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) estimate that Brazil is the second country in the world in dogs, cats and birds; is the third in billing and the fourth in total pets population. The aim of this study is to report on the experience of understanding the management of people from a micro business in the pet business and to propose an action plan that will serve as the basis for the leader to promote improvements in the organization. The data collection in the company was carried out by three methods: observation, application of the Organizational Diagnostic Questionnaire (QDO) and interview with all 6 employees of the microenterprise. Data from the QDO estimated the averages between 1.8 and 2.5, indicating good organizational functioning, with possibilities for improvements in the perception of all professionals evaluated. The plan includes proposals for actions focused on strategic planning, leadership development, brand recognition and finance. A people management focused on the synergy of vision between leaders and their leaders in an integrated, motivated and aligned with the organizational mission will enable the expansion of the business, promoting greater satisfaction of owners and employees.

Keywords: Pet business. Leadership. Organizational diagnosis. People management.

INTRODUÇÃO

A maioria dos empreendedores busca ter seu próprio negócio por gostar da profissão e sonhar em ter seu próprio espaço. Alguns acreditam que só o conhecimento técnico e a experiência na área são suficientes para obter sucesso. É importante levar em conta a real importância das pessoas nos processos produtivos ou em prestação de serviços e como é imprescindível a dinâmica de saber lidar com elas. Além de entender do negócio, o empreendedor precisa ser líder para conduzir pessoas e administrar recursos: financeiros, materiais, tecnológicos e mercadológicos. Há características que podem facilitar o processo de construção da liderança. Por exemplo, em uma micro/pequena empresa, a quantidade menor de pessoas proporciona a proximidade dos líderes com sua equipe de trabalho, auxiliando no dia-a-dia, na identificação das dificuldades e possíveis falhas. Porém, tudo precisa ser tratado de forma minuciosa e com bastante atenção, pois

geralmente as pequenas e microempresas possuem processos e sistemas pouco estruturados, impactando de forma negativa no controle e na divisão de tarefas, na gestão estratégica de pessoas.

Em qualquer empresa, seja ela de pequeno, médio ou de grande porte, a gestão de pessoas é objeto central da liderança. A liderança de uma empresa implica em compreender a cultura organizacional, sua missão, visão e valores, e também o clima organizacional. Liderar significa exercer influência sobre o que se passa ao redor da pessoa que lidera, seja construindo a vida que você deseja para si mesmo, seja inspirando diferentes pessoas a caminhar na mesma direção. A habilidade de liderança pode ser desenvolvida e depende de ações práticas e objetivas (KHOURY, 2015, p. 15). Um primeiro princípio de liderança é a relação entre líder e seguidores. Sem seguidores não há liderança. Um segundo princípio é que líderes eficazes não só estão a par, como gerenciam conscientemente a dinâmica dessa liderança (DRUCKER, 1996, p. 141). A liderança tem papel central para se compreender o comportamento de um grupo ou de uma empresa, porque o líder é quem geralmente oferece a direção para se alcançar os objetivos (ROBBINS, JUDGE e SOBRAL, 2010).

Neste artigo, liderança é entendida como a capacidade de inspirar, comandar e atrair pessoas de forma positiva, influenciando no comportamento, atitudes e ações dos liderados. Fundamentando-se em Chiavenato (1999), entendem-se pessoas, os profissionais que atuam nas empresas, como parceiros e colaboradores, deixando de serem apenas recursos, por serem dotados de competências para alavancar os negócios. A gestão de e com pessoas são definidas pelas estratégias de gestão, infraestrutura, contribuição dos colaboradores e mudança organizacional.

O objetivo deste artigo é relatar a experiência de compreender a gestão de pessoas de uma microempresa do ramo de negócio *pet* e propor um plano de ações que poderá servir de base para o líder promover melhorias organizacionais.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A empresa que serviu de objeto de estudo localiza-se em Jundiaí (SP) e conta com o trabalho de uma médica veterinária e seu sócio, uma gerente e três colaboradores operacionais. A empresa oferece serviços de banho, tosa, hidratação e transporte para os animais e venda de ração, acessórios e medicamentos.

A visita de um dos pesquisadores à empresa para a coleta de dados ocorreu em junho de 2017 e teve a duração de quatro horas e trinta minutos. Foram utilizados três

métodos para a coleta de dados: observação; aplicação do Questionário Diagnóstico Organizacional (QDO); e entrevista.

A observação teve como focos o ambiente, a estrutura, o funcionamento do *Pet Shop*, seus produtos e processos de trabalho.

O QDO foi desenvolvido por Ballestero-Alvarez (1999). Segundo a autora, é um instrumento de pesquisa-*feedback* que avalia a percepção dos colaboradores a respeito da organização em que trabalham. Pode ser aplicado numa área de trabalho, numa organização como um todo ou em apenas uma amostra aleatória de ambas aplicações. Responderam ao QDO todos os profissionais que trabalham na empresa: três líderes (dois sócios e uma gerente) e três liderados. No QDO não há resposta certa ou errada, mas o que importa é a visão de cada colaborador que avalia. Dessa forma, é possível avaliar os pontos fortes e fracos. Esse instrumento compõe-se de 35 questões, cujas respostas variam de 1 a 7, sendo 1 (concordo totalmente); 2 (concordo); 3 (concordo parcialmente); 4 (sou neutro); 5 (discordo parcialmente); 6 (discordo); e 7 (discordo totalmente). O QDO avalia sete variáveis: a) objetivos da organização; b) estrutura (forma de divisão das tarefas entre os colaboradores); c) liderança (comportamento do líder e percepção dos colaboradores sobre o direcionamento e influência de dados); d) relacionamento (interação entre todos na organização e o apoio mútuo); e) recompensas (percepções sobre a forma de remuneração e incentivos na empresa, analisando se estão dentro das expectativas e compatíveis à realidade da tarefa); f) mecanismos de apoio (apoio oferecido pela liderança e as informações fornecidas para direcionamento e bom andamento dos trabalhos); g) propensão a mudança (capacidade da empresa e dos colaboradores de efetuar e se adaptar às mudanças e a iniciativa para apontá-las e realizá-las). Para a interpretação dos resultados do QDO, segundo orientação de Ballesteros-Alvarez (1999), as médias encontradas em cada uma das sete variáveis deve ser transferida para os espaços referentes a resultados conforme mostra o Modelo Organizacional das Seis Caixas de Weisbord (Figura 1). Esse Modelo é a base do QDO. Somente a variável propensão a mudanças foi adicionada pela autora.

Após a aplicação do questionário, que ocorreu na mesma sala e de forma individual, aconteceu a entrevista, em forma de diálogo, com líderes e colaboradores. A finalidade era coletar informações sobre as atividades pelas quais eram responsáveis, tempo em que estão trabalhando na empresa e captar opiniões e sugestões de melhoria na organização.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ballestero-Alvarez (1999) orienta que resultados acima de 4 no QDO indicam problema no funcionamento organizacional. Quanto mais próximos de 7 forem os resultados, mais grave é o problema. Resultados abaixo de 4 indicam ausência de problemas; a avaliação 1 indica ótimo funcionamento organizacional.

A Figura 1 apresenta as médias das variáveis avaliadas pelo QDO. Observa-se que as variáveis analisadas variam entre 1,8 e 2,5, indicando bom funcionamento organizacional e que há melhorias a serem realizadas na organização, na percepção de todos os profissionais.

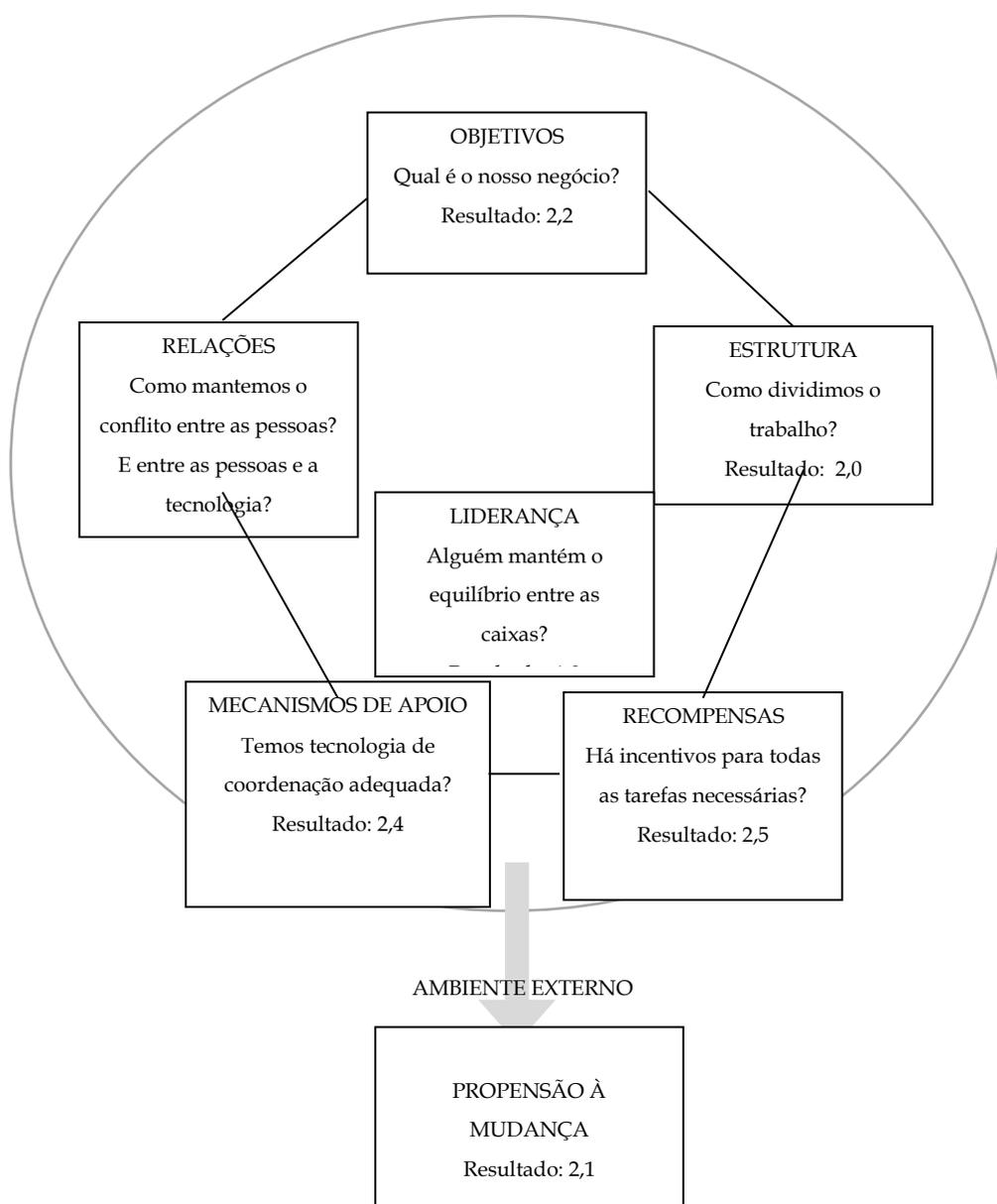


Figura 1 – Interpretação dos dados obtidos no QDO

Fonte: dados coletados do QDO

Considerando os resultados do QDO, das entrevistas e das observações, em relação à estrutura, observa-se que os colaboradores têm a percepção de que está bem definida, inclusive que, no ato da contratação, as informações foram bem claras quanto às atividades a serem realizadas, não havendo falsas expectativas. A médica veterinária destacou que não há uma definição da missão, visão e valores da empresa. Com isso, todos os membros do *pet shop* não conhecem exatamente a identidade da empresa e seus objetivos.

Quanto às lideranças, percebe-se uma exigência maior sobre os padrões da empresa e principalmente de sua atuação como líder. A autocrítica é mais alta. A médica veterinária acredita que lhe falta formação em gestão de pessoas, para que a gestão seja mais efetiva. No entanto, identificou-se que seus liderados a reconhecem como uma líder, que apoia a todos, tem comunicação clara e conduz cada colaborador. É importante destacar que há vários modelos de liderança e que não é preciso ter grau de instrução específico para ser considerada uma referência. É importante uma formação para conhecer e aprimorar técnicas e trocar experiências, mas de uma forma geral, as escolas e universidades não destacam a capacitação em gerir pessoas em suas grades. Então, é possível constatar que o perfil de liderança é natural de cada um e/ou é adquirido e desenvolvido a partir de experiências durante a vida pessoal e profissional. A colaboradora com maior tempo de empresa (10 anos) é a gerente do *pet shop*, sendo a única que possui o benefício do plano de saúde e, obviamente, um salário maior. Ela informou, em entrevista, ter dificuldade em aspectos na gestão de pessoas (controle e necessidade de corrigir algum *gap*). Em seu questionário, notou-se que está na zona neutra no QDO quanto à oportunidade de crescer como pessoa, mas ao mesmo tempo, acredita ter oportunidade de promoção a todos dentro da empresa. Talvez pela estrutura menor, não perceba ideias vindas da equipe que a ajude.

Quanto a relações, considerando as entrevistas, observações e o resultado do QDO, é possível constatar que são positivas e cordiais. Relevante ressaltar que, mesmo sendo uma microempresa, tanto líderes como liderados, conseguem separar o relacionamento pessoal do profissional. A equipe, de forma geral nas respostas, ficou próxima à faixa da avaliação 3 (“concordo parcialmente”) em todos os temas. Dessa forma, identificou-se que se trata de uma equipe neutra, não estando insatisfeitos, mas também seus integrantes não estão totalmente satisfeitos. Por um lado pode parecer bom; entretanto, seria bom investir em uma ação de incentivo para melhorar a satisfação de todos.

Recompensas é uma variável muito importante, não tanto pelos salários, que a maioria julga estar justo. No entanto, seria interessante um foco maior nos benefícios para motivar e fidelizar os colaboradores, pois houve uma inconsistência em relação à percepção de incentivos para realizar as tarefas individuais. Nesse sentido, um plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), plano de saúde, poderiam ser implementados.

Nas entrevistas e observações, identificou-se que é importante a atenção nas sugestões oferecidas pelos colaboradores, pois são itens solicitados que focam principalmente as tarefas e que ajudariam na motivação deles.

Foi analisado, por meio das conversas individuais, que o *pet shop* não trabalha fortemente a divulgação por meio das redes sociais e não possui programas de parcerias com condomínios e associações, por exemplo. Esse cenário prejudica o crescimento da visibilidade do negócio e seus serviços e dificulta a fidelização e aumento da cartela de clientes. Somada a essa realidade, a médica veterinária informou que terá novo concorrente em endereço próximo. Então, a divulgação precisaria ser contemplada o quanto antes.

A partir da análise dos resultados obtidos, foi possível apresentar aos proprietários a proposta de plano de ações (Quadro 1), para verificarem a viabilidade das ações sugeridas e promover melhorias na empresa.

A próxima etapa será oferecer *feedback* à gerência e demais colaboradores. Pretende-se acompanhar a evolução do plano de ações e dos resultados que serão obtidos.

Quadro 1 – Proposta de planos de ação

Plano de Ações			
Item	Objetivo	Como	Responsabilidade
Planejamento estratégico			
1	Desenvolver a cultura aberta, disposta a receber sugestões, críticas construtivas e resolução na geração de conflitos.	Por meio de <i>feedback</i> individual para expressar as opiniões e sugerir ideias e melhorias - anotar e pontuar o que pode ser implantado.	Proprietários/ Liderança
2	Reconhecer as necessidades pessoais de	Reuniões semanais com a equipe para manter a	Proprietários/ Liderança

	todos, do desempenho funcional, estimulando a participação nos resultados e o compromisso social, favorecendo a educação continuada.	transparência nos processos e o respeito entre os colaboradores com foco na divisão assertiva de tarefas.	
3	Despertar o orgulho e o entusiasmo de cada colaborador, mostrando o quanto benéfico é essa prática.	Realizar treinamentos a partir de palestras e <i>workshops</i> , com temas relacionados ao autoconhecimento, motivação e a inovação do mercado <i>pet</i> .	Proprietários/ Liderança
4	Implantação de benefícios trabalhistas.	Estudo e análise para implantação de plano de saúde, participação de lucros e bonificação.	Proprietários/ Liderança
5	Definir missão, visão e valores da empresa e divulgar.	Coletar sugestões da equipe, que analisadas e unidas a da liderança, definam a missão, visão e valores. Com isso, divulgar oficialmente. Por exemplo, expor em um quadro na recepção.	Proprietários/ Liderança/ Liderados
6	Conhecer o cliente e suas necessidades.	Elaborar pesquisa de opinião junto aos clientes, para melhoria do atendimento.	Proprietários
Desenvolvimento da liderança			
7	Reforçar a habilidade de liderança dos proprietários do <i>pet shop</i> .	Consultoria a partir de um profissional de <i>coaching</i> de liderança.	Proprietários/ Liderança
8	Desenvolver a habilidade de liderança da gerente.	Treinamentos específicos para liderança, gestão de	Proprietários/ Liderança

		peças e gerenciamento de conflitos.	
Reconhecimento da marca			
9	Parceria com condomínios.	Planejamento para divulgação e implantação de descontos com condomínios para serviços disponíveis no <i>pet shop</i> .	Proprietários/ Liderança
10	Divulgação do <i>pet shop</i> .	Por meio das redes sociais e parceria com os estabelecimentos locais – panfletos e anúncios.	Proprietários/ Liderança
Objetivo: Finanças			
11	Controle Financeiro sem uso do <i>pró-labore</i> .	Levantamento de todos os gastos, controle do fluxo de caixa e economia na compra de materiais e produtos - uso de planilha com periodicidade e grau de significância.	Proprietários/ Liderança

Fonte: Elaborado pelos autores

O negócio da empresa, objeto deste estudo, parece estar na direção adequada, com possibilidades de melhoria nesse mercado *pet*, tão promissor. Uma gestão de pessoas voltada à sinergia da visão entre líderes e seus liderados de forma integrada, motivada e alinhada com a missão organizacional possibilitará a ampliação do negócio, promovendo maior satisfação dos proprietários e dos colaboradores.

A observação, a aplicação do QDO e a entrevista, utilizadas em conjunto foram técnicas válidas para obter informações que oferecessem subsídios para proposta do plano de ações. Uma vez iniciado o processo de melhorias, será necessário acompanhamento contínuo para avaliar os resultados desse processo.

Agradecimentos: somos muito agradecidos à empresa, pela abertura de espaço para realização deste estudo, aos colaboradores que, gentilmente participaram, fornecendo

informações, e à Prof^a Dra. Yaeko Ozaki, pelas orientações.

REFERÊNCIAS

ABINPET – Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação. **Dados de mercado.** Disponível em <http://abinpet.org.br/site/mercado/>. Acesso em: 14 set. 2017.

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Mutatis Mutandis:** dinâmicas de trupo para o desenvolvimento humano. Campinas: Papirus, 1999.

BRASIL ECONÔMICO. **Pets:** ideias de negócios para apaixonados por animais. 18 jul. 2016. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2016-07-18/pets-ideias-de-negocios.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DRUCKER, P. F. **O Líder do Futuro.** São Paulo: Futura, 1996.

KHOURY, K. **Liderança é uma questão de atitude.** São Paulo: Senac, 2015.

ROBBINS, Stephen Paul; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional:** teoria e prática no contexto brasileiro. 14.ed. São Paulo: Pearson, 2010.

QUAIS SÃO OS FATORES QUE LEVAM OS COLABORADORES AO ENGAJAMENTO ORGANIZACIONAL?

Vanessa de Oliveira- Aluna do curso de Pós-graduação em Gestão de Negócios - Senac – Jundiaí; vanesa.olvr@live.com *

Brenda Jeniffer Dias dos Santos Souza- Aluna do curso de Pós-graduação em Gestão de Negócios - Senac – Jundiaí; brendajeniffer@ymail.com

Yaeko Ozaki – Professora do curso de Pós-graduação em Gestão de Negócios - Senac – Jundiaí; yaeko09@gmail.com

Resumo: O presente artigo é uma revisão bibliográfica acerca do engajamento organizacional, com base em literaturas do século XXI, relatórios de tendências organizacionais dos anos 2015/2016 e estudos de caso. Os objetivos traçados foram apresentar os principais fatores que levam os colaboradores ao engajamento no trabalho e identificar quais os ganhos para as organizações. Foram levantados 6 fatores que promovem engajamento dentro das organizações: marca, liderança, desempenho, o trabalho, o básico e praticas da companhia. Os resultados apontaram que o colaborador engajado possui a sensação de prazer e bem estar no trabalho e com isso têm um aumento significativo em seu desempenho em relação a produtividade e qualidade, além disto, as empresas com maiores índices de engajamento são mais rentáveis e comparadas as outras organizações chegam a lucrar 4,5 vezes mais; também foi constatado a redução de *turnover* e absenteísmo nas organizações que trabalham o engajamento interno. Deve apresentar o trabalho, de maneira breve, como um todo; contextualizando e delimitando o tema focalizado. O texto deverá ser claro com uma sequência coerente de frases concisas e ideias relevantes sobre o assunto, com a extensão de, no mínimo, 250 e no máximo 500 palavras, devendo o texto estar justificado, com espaçamento simples e sem recuo de parágrafo.

Palavras-chave: Engajamento organizacional. Engajamento. Satisfação no trabalho. Desempenho.

Abstract: This article is a literature review on the organizational commitment, based on literatures of the XXI century, organizational trend reports the years 2015/2016 and case studies. The objectives were to present the main factors that lead employees to engage in work and identify the benefits for organizations. They were raised 6 factors that promote

engagement within organizations: brand, leadership, performance, work, basic and company practices. The results showed that engaged employees have a sense of pleasure and well-being at work and thus have a significant increase in performance in relation to productivity and quality, in addition, companies with higher engagement rates are more profitable and compared other organizations reach profit 4.5 times more; It was also found to reduce turnover and absenteeism in organizations working internal engagement.

Keywords: Organization commitment. Engagement. Job satisfaction. Performance.

INTRODUÇÃO

Envolvimento, satisfação e entusiasmo de um colaborador com o trabalho que realiza significa engajamento. Profissionais altamente engajados demonstram paixão na realização do seu trabalho e uma profunda conexão com a empresa, diferentemente daqueles que executam apenas o essencial. O conceito de engajamento é relativamente novo e o seu significado ainda é ambíguo, tanto para pesquisadores acadêmicos quanto àqueles que o adotam na prática. Todavia, tem atraído interesse de pesquisadores e das empresas de consultoria em razão da preocupação das organizações em ter profissionais engajados (ROBBINS, JUDGE e SOBRAL, 2010).

Por ser um conceito novo, estudo de Cavalcante, Siqueira e Kuniyoshi (2014) apontaram que há poucas pesquisas abordando o engajamento no trabalho no contexto organizacional.

Embora de forma tímida, também agora, em 2016, a literatura acadêmica nacional traz pouco conteúdo a respeito. Todavia, as pesquisas prosseguem. Recentemente, Vasquez et al. (2015) traduziram e validaram para o português a escala *Utrecht Engagement Scale* (UWES), disponibilizando mais um instrumento para avaliação do engajamento no trabalho.

Por outro lado, pesquisas das empresas de consultoria têm contribuído para a compreensão desse tema e proposto ações para melhorias tanto para as organizações como para os executivos, gestores e demais profissionais.

Trabalhadores demonstram engajamento nos primeiros seis meses da admissão na empresa, quando então o engajamento cai e só volta a engajar significativamente após 10 anos; quanto mais alto é o cargo, maior é o nível de engajamento. (SIGOLLO, 2015). Quando as ações, políticas e programas de engajamento fazem parte da cultura da organização, fatores como posição hierárquica e tempo de permanência na empresa, fazem com que o nível de engajamento dos trabalhadores seja mais estável, pondera Clériston

Hernandez, coordenador da empresa de consultoria de capital humano, da Aon, entrevistado por Sigollo (2015, p. 22-28). Nessa mesma entrevista, Hernandez explica que, em cenários incertos e de crise, os trabalhadores podem parecer engajados, não porque estão realmente engajados e alinhados com os propósitos organizacionais, mas por insegurança e medo de perder o emprego.

Também a literatura técnica especializada identifica tendências. Engajamento é uma das competências em destaque no relatório de tendências globais em capital humano, elaborado pela consultoria Deloitte *Institute* (2016). No *ranking* das dez tendências para 2016, segundo esse relatório, uma delas é o engajamento no trabalho, considerado um imperativo nos negócios e de responsabilidade dos líderes em todos os níveis organizacionais.

Essas tendências impulsionam as organizações para mudanças e adaptações que vão gerar resultados econômicos e sociais. Conseqüentemente, compreender sobre os fatores que contribuem para o engajamento dos trabalhadores poderá contribuir para os profissionais de Recursos Humanos, gestores e *stakeholders*²⁸ na elaboração de planos de ações para o desenvolvimento de sua gente.

O presente estudo bibliográfico tem como objetivo explorar aspectos relevantes acerca do engajamento no trabalho.

REVISÃO DE LITERATURA

Inicialmente aborda-se a definição de engajamento; em seguida, como acontece a avaliação do nível de engajamento, quais são os benefícios, resultados de pesquisa e ações que podem promover o engajamento.

1. DEFINIÇÃO DE ENGAJAMENTO

Siqueira et al. (2014) relatam que o conceito de engajamento no trabalho foi utilizado pela primeira vez em 1990, por Kahn, que percebia que trabalhadores engajados se identificavam com o trabalho e conseqüentemente canalizavam mais esforços para realizá-lo. Demonstravam estado mental capaz de promover crescimento e

²⁸ *Stakeholders*: são trabalhadores e suas famílias, consumidores, fornecedores, legisladores, comunidades, outras empresas e organizações da sociedade em geral que são afetados, positiva ou negativamente pelas ações de uma empresa, que com ela interagem, influenciando-se mutuamente. ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 140.

desenvolvimento pessoal e melhores resultados para a organização, devido à qualidade do desempenho.

A empresa de consultoria Aon (2016, p. 2), responsável pelo estudo global de engajamento de funcionários, define engajamento como o “nível de investimento emocional e intelectual dos funcionários na organização”.

Parodi (2015) enfatiza que o nível de engajamento do trabalhador está relacionado à congruência de crenças e valores pessoais com os valores organizacionais. Esse autor define os trabalhadores ativamente desengajados como sendo aqueles que, não se sentindo parte da organização, promovem a insatisfação e o desprezo por ela. Sua negatividade contamina o ambiente, pois seu objetivo é desagregar. Os desengajados apresentam-se constantemente negativos quanto ao futuro, demonstram baixa conexão emocional com a organização, não apreciam mudanças e não arriscam novas atitudes. Apesar disso, grande parte desses trabalhadores é produtiva.

Estudo de Pauli, Comim e Tomasi (2016) encontrou outros estudos (Bakker et al., 2007; Schaufeli e Bakker, 2004) com abordagem nos aspectos positivos gerados por sentimentos positivos com características de vigor, dedicação e absorção ao trabalhador realizar suas tarefa, resultando em sentimento de satisfação e realização profissional. Também localizou estudos relacionados aos aspectos negativos abordando doenças e problemas psicossociais, principalmente associados à Síndrome de *Burnout* (González-romá et al., 2006; Maslach, Schaufeli e Leiter, 2001). Nesse aspecto, as condições de trabalho levam ao estresse, esgotamento e desumanização, o que compromete o sentimento de realização e satisfação ao promover o sofrimento e o mal estar no ambiente de trabalho.

2. AVALIAÇÃO DO ENGAJAMENTO NO TRABALHO

Estudos acadêmicos e empresas de consultoria elaboram instrumentos e metodologias para avaliação do engajamento no trabalho.

Dale Carnegie Institute (2012) realizou pesquisa com 1.500 trabalhadores norte-americanos que revelaram que, embora muitos fatores impactem no engajamento do trabalho, três impulsos-chave devem ser considerados: 1) a relação com o superior imediato; 2) a crença na liderança; e 3) o orgulho em trabalhar para a empresa. Do total de participantes da pesquisa, 29% estavam totalmente engajados, 26% desengajados e 45% parcialmente engajados.

A Escala de Engajamento no Trabalho (EEGT) foi elaborada e validada no Brasil, por Siqueira, Martins, Lima, Agapito e Souza, em 2011, para avaliar o grau de engajamento

no trabalho. Compõe-se de dez itens, sendo cinco em cada uma das duas dimensões avaliadas: vigor e absorção. Nessa escala, a definição de engajamento no trabalho é um “estado mental positivo assentado em crenças a respeito da intensidade com que o indivíduo se sente vigoroso e absorvido enquanto realiza suas atividades profissionais.” A dimensão vigor “consiste em crenças acerca da capacidade do trabalho de desencadear no indivíduo sensações de disposição, energia e força enquanto realiza suas tarefas” e a dimensão absorção “consiste em crenças de que o trabalho pode proporcionar concentração, atenção e foco enquanto o indivíduo realiza suas tarefas.” (SIQUEIRA, 2014, p. 150-151).

A Escala *Utrecht Engagement Scale* (UWES) foi traduzida e validada para aplicação em trabalhadores brasileiros por Vasquez et al. (2015), com o objetivo de avaliar o estado mental e disposicional positivo caracterizado por vigor, dedicação e concentração. Compõe-se de 17 itens na versão completa e 9 na versão abreviada da escala. É um instrumento já validado em mais de dez países, dentre eles China, Finlândia, Grécia, Japão, África do Sul, Espanha e Noruega.

Caldas (2013, *apud* DEMEROUTE e BRUMMELHUIS, 2012) ressalta que é benéfico tanto para o colaborador engajado quanto para a organização tais comportamentos, pois o cumprimento das tarefas apresentam-se mais efetivos que dos colaboradores não engajados. Há duas razões para isso. A primeira é a experimentação de emoções positivas. O engajamento se relaciona com a satisfação e felicidade no meio profissional, desta forma o colaborador sente que esta vivência é mais importante que sua remuneração. A segunda razão é que, ao acreditar que se vive em um ambiente realizador, isso potencializa também os seus recursos físicos, o que está positivamente relacionado ao desempenho profissional.

Pesquisa de Pauli, Comim e Tomasi (2016) junto a docentes mostrou maiores níveis de absorção e que o engajamento é um dos indicadores de sucesso na carreira juntamente com a satisfação no trabalho. O sucesso na percepção desses docentes não ocorre em decorrência dos níveis de satisfação com a remuneração, mas pela natureza do trabalho, assim como pelo vigor no trabalho. Esses docentes percebem sucesso na trajetória profissional também pela identificação com o trabalho que realiza e a energia e a cooperação com os colegas.

O engajamento se diferencia da compulsividade pelo trabalho. Se o trabalho é diversão para os trabalhadores engajados, onde há envolvimento, dedicação e felicidade, existe por outro lado o extremo, a obsessão pelo trabalho, também fora do expediente e do local de trabalho. Para eles, a necessidade de trabalho é tão exagerada que expõem a sua saúde em risco, reduzem a felicidade e comprometem as relações pessoais e sociais.

É importante ressaltar que neste caso o engajamento pode se transformar em *Burnout* (CALDAS, 2013, *apud* BAKKER et al., 2008).

Em contrapartida, a falta de engajamento também pode causar o *Burnout*, que em três dimensões se resumem a exaustão, descaso e queda de senso de eficácia. Em 1997 os teóricos Maslach e Leiter trataram os dois conceitos como opostos (Engajamento x *Burnout*), porém Shaufeli em 2002 atualizou esta formulação, entendendo que os dois construtos embora relacionados são polos distintos e não extremos (SIQUEIRA, 2008).

Shaufeli e Bakker (2003) descrevem as três características comportamentais para avaliar o engajamento: vigor, dedicação e absorção. Vigor referindo-se a altos níveis de energia e resistência, vontade de canalizar esforços e persistência diante das dificuldades. Dedicação origina-se do alto senso de significado do trabalho, entusiasmo e orgulho para com a empresa e inspiração e desafio pelo trabalho. Absorção refere-se ao nível de imersão no trabalho, de concentração nas demandas do trabalho a ponto de não perceber o tempo passar no ambiente de trabalho. Trabalhadores que possuem altos escores nas três características são considerados engajados e “vestem a camisa da organização”.

Crabtree (2013) relata pesquisa promovida pelo Instituto Gallup entre 2011-2012 sobre engajamento de trabalhadores em 142 países. Os resultados mostraram que apenas 13% estavam engajados no trabalho, representando que apenas um em cada oito, dentre cerca de 180 milhões de trabalhadores participantes da pesquisa. Isso quer dizer que estavam psicologicamente comprometidos na execução do seu trabalho e contribuíam positivamente para seus empregadores. Do total geral, 63% não estavam engajados, o que indica falta de motivação e menor propensão para direcionar esforços em direção a metas e/ou resultados organizacionais, e 24% estavam ativamente desengajados, isto é, infelizes, improdutivos e propensos a propagar negatividade entre os colegas. Em relação ao Brasil, nessa pesquisa, 27% dos brasileiros, que prestam serviços para um empregador, estavam engajados; 62% não estavam engajados e 12% apenas estavam ativamente desengajados. Segundo o Gallup, esse percentual de engajamento se justifica pelo senso de otimismo existente na população brasileira em geral. Os achados dessa pesquisa revelaram diferenças entre trabalhadores com diferentes tipos de trabalho e níveis educacionais dos países pesquisados. Reconhecer essas diferenças pode contribuir para os gestores compreenderem que os fatores sociais podem afetar as características do ambiente de trabalho e ajudá-los na identificação de barreiras que impedem o engajamento.

Estudos da Aon (2016) evidenciaram que um quarto de todos os colaboradores no mundo enquadra-se como altamente engajados, 40% como engajados; isso representa

que 65% dos trabalhadores estão engajados. Comparados esses índices com os dos mesmos estudos em anos anteriores, há tendência de aumento no próximo ano ao redor do mundo.

No modelo de engajamento da Aon (2015), os principais diferenciadores da experiência profissional impactam no engajamento, cujos *drivers*²⁹ do engajamento que estão sob o controle dos líderes são: 1) a marca (relação com missão, visão e valores, responsabilidade corporativa e construção da imagem organizacional; sentimento de orgulho, propósito e pertencimento); 2) a liderança (o engajamento inicia-se pelos gestores; também o sentimento de pertencimento ocorre no relacionamento entre gestor e equipe); 3) o desempenho (avaliar, medir talentos, calibrar potencial, oferecer *feedbacks*, reconhecer necessidades, proporcionar planos de carreira, incentivo e reconhecimento); 4) o trabalho (valorização das tarefas executadas, desenvolver autonomia e senso de responsabilidade); 5) o básico (benefícios e remuneração e contribuições que afetam emocionalmente o trabalhador); e 6) as práticas da empresa (fortalecer a cultura, padronização de boas práticas para construção de experiência única dos profissionais junto à organização). Esses *drivers* vão acionar o engajamento e resultar nos comportamentos de falar, permanecer e empenhar-se, que, por sua vez, vão levar a resultados nos negócios. Empresas com alto grau de engajamento no trabalho são detentoras dos melhores talentos (o que leva à retenção de talentos, menor absenteísmo e melhoria do bem estar), operações (maior produtividade e segurança), clientes (satisfação e fidelização) e resultados financeiros (aumento de receita e de vendas e retorno aos acionistas).

Em seus estudos globais sobre engajamento no trabalho, incluindo cerca de 1.000 empresas e mais de quatro milhões de profissionais em todo o mundo, a Aon (2016) avalia esse engajamento por intermédio de um modelo fundamentado em três comportamentos: falar (falar bem e defender a empresa para colegas de trabalho, potenciais funcionários e colegas), permanecer (compartilhar o desejo de fazer parte da organização) e empenhar-se (demonstrar motivação e atitudes que contribuam para o sucesso do negócio).

EXEMPLOS DE PRÁTICAS QUE FAVORECEM O ENGAJAMENTO

A revista Valor Carreira (2015, p. 26), em parceria com a consultoria Aon, elegeram as 35 melhores empresas no quesito gestão de pessoas. Os indicadores de engajamento foram avaliados por duas afirmativas: 1) "esta empresa me inspira a dar o melhor de mim

²⁹ *Drivers*: termo em inglês que significa propulsores, condutores.

todos os dias”; e 2) “esta empresa me motiva a contribuir além do que e esperado”. Resultados mostraram que 78% dos funcionários dessas empresas responderam afirmativamente à primeira questão enquanto 63% nas demais empresas. Na segunda afirmativa, os índices chegaram a 75% nas empresas melhor avaliadas e 60% nas demais. Nas melhores, 89% relataram que sentem orgulho em pertencer à empresa, enquanto que nas demais, esse índice foi de 77%.

A Decolores, empresa privada, sediada em Cachoeiro do Itapemirim (ES), classificou-se em primeiro lugar na pesquisa da Valor Carreira (2015), na categoria de 100 a 600 funcionários. Klein (2015) reporta que a empresa conta com 110 colaboradores; o nível de engajamento ficou em 95% e o nível de satisfação com a empresa em 92%. Está no mercado há quinze anos e durante esse tempo foi alvo de apenas três processos trabalhistas. Algumas políticas e práticas da Decolores são: a) autonomia e flexibilidade para o exercício do trabalho; b) flexibilidade de horário, sem marcação de ponto; c) incentivo e estímulo dos gestores por meio de elogios e reconhecimento; d) educação corporativa para líderes e técnicos; e) comemoração de eventos (carnaval, dia da mulher, dia trabalhador, dia das mães, dia dos pais, festa junina, final de ano, sucesso de vendas e outras datas que mereçam destaque, são meios de integrar os colaboradores e criar um sentimento de time; as confraternizações maiores são abertas a familiares (festa junina e final de ano) e se compõem de estrutura de *buffet* e diversão); f) salários acima do piso da categoria na região (cerca de 16,5 salários por ano, dependendo do desempenho da empresa); g) estímulo a atividades físicas, com o apoio de professor de educação física; h) viagem de uma semana para qualquer local do Brasil e mais dois mil reais em dinheiro para funcionários que completam 10 anos de casa; i) *kit* contendo material escolar para funcionários que cursam faculdade e para os filhos de funcionários; j) assistência médica com cobertura pela empresa.

Outro relato é o do Laboratório Sabin, primeira empresa classificada no *ranking* das melhores em gestão de pessoas na pesquisa conduzida pela Valor e pela Aon (2015). Grespan (2015, p. 76) relata que essa empresa privada, do setor de saúde, está localizada em Brasília (DF) e está há 31 anos no mercado. Integra 170 unidades e atende cerca de 200 mil clientes por mês. Seu nível de engajamento ficou em 91% e o nível de satisfação dos colaboradores com a empresa foi de 84%. A empresa, que já participou do *ranking* da Valor Carreira por oito vezes, conquistou o primeiro lugar seis vezes em sua categoria. Essa vitória, segundo a presidente executiva, tem relação com os quatro pilares que sustentam a empresa: desenvolver, desafiar, reconhecer e recompensar, além de estimular o senso de pertencimento à empresa. E isso é percebido pela presidente: “Nós

percebemos que os profissionais se sentem parte da empresa quando visitamos uma unidade e somos recebidos como visita, porque eles são os donos da casa”. Algumas políticas e práticas adotadas pelo Laboratório Sabin são: a) área de Recursos Humanos proativa; b) cultura de colaboradores alinhados com a missão e os valores organizacionais; c) liderança inspiradora e promotora do crescimento; d) programas contínuos de avaliação e desenvolvimento; e) cultura de inovação; f) gestão participativa; g) realização bienal de censo social, com questões sobre realidade social, saúde, situação financeira e emocional dos colaboradores e, a partir dos resultados, revisão das práticas e benefícios da empresa; h) incentivo financeiro para cursos de graduação e pós-graduação; i) grande possibilidade de crescimento na empresa.

BENEFÍCIOS DO ENGAJAMENTO

A consultoria Aon (2016), ressalta os benefícios do engajamento do trabalhador, em relação à empresa: 1) controle e redução de *turnover* e absenteísmo, pois quando os colaboradores se sentem bem em seu ambiente de trabalho, assim como em sua função, sentem-se também mais saudáveis e possuem o desejo de permanecer trabalhando e crescendo na empresa; 2) aumento de produtividade, pois os colaboradores sentem a necessidade de darem o seu melhor e de fato fazem parte dos resultados; 3) aumento da qualidade, pois os colaboradores criam um olhar de “dono do negócio” e por isso se colocam no lugar do cliente, que fica satisfeito com os resultados.

Shaufeli e Bakker (2003), apresentam neste sentido que:

As possíveis consequências do engajamento no trabalho estão relacionadas às atitudes positivas concernentes à organização, como satisfação no trabalho, comprometimento organizacional, baixa rotatividade, iniciativa pessoal, motivação para a aprendizagem (Sonnentag, 2003), trabalhar horas extras (Salanova, Agut & Peiró, 2003), e comportamento pró-ativo (Salanova et al., 2003). Além disso, há alguns indicadores de que o engajamento está relacionado positivamente à saúde, ou seja, baixos níveis de depressão e estresse (Shaufeli, Taris & Van Rhenen, 2003) e queixas psicossomáticas (Demerouti et al., 2001). Finalmente, parece que o engajamento no trabalho está relacionado positivamente à performance no trabalho.

Sobre os benefícios do engajamento, Oliveira (2016) cita pesquisa global realizada pelo instituto Gallup, que apontou que as organizações com maiores índices de

engajamento são 22% mais lucrativas, 21% mais produtivas, apresentam 37% menos de absenteísmo e 25% menos de *turnover* quando comparadas às organizações com menor percentual de trabalhadores engajados. A autora também cita como referência a consultoria global *Hay Group* que investigou as vantagens do engajamento:

Empresas com uma força de trabalho altamente engajada possuem, em média, uma receita 4,5 vezes superior à de organizações menos afortunadas nesse quesito. Funcionários engajados são 2,5 vezes mais propensos que seus colegas desengajados a apresentarem uma performance superior.

A Valor Carreira (2015) explica que, no modelo da Aon, todos os fatores que impactam na percepção do trabalhador na empresa, afetam o engajamento. Esses fatores estão divididos em seis grupos: 1) qualidade de vida (equilíbrio entre vida pessoal e trabalho); 2) trabalho (senso de realização e autonomia); 3) recompensa total (remuneração e reconhecimento e imagem interna e externa da organização e orgulho em fazer parte dela); 4) oportunidades (de carreira, treinamento e desenvolvimento); 5) pessoas (gestão dos executivos, gestor imediato e colaboração entre os colegas); e 6) práticas organizacionais (processos, políticas e recursos; diversidade e inclusão; gestão de talentos e do desempenho).

ESTÍMULOS AO ENGAJAMENTO NO TRABALHO

A empresa precisa utilizar de alguns recursos motivadores para elevar os níveis de engajamento, tais como: *feedback* de performance pelo gestor imediato, *empowerment*, experiências positivas no ambiente de trabalho e treinamentos. (SCHAUFELI e BAKKER, 2003).

O estudo das melhores empresas na gestão de pessoas apontou que o papel dos profissionais de Recursos Humanos é apoiar os líderes a atingir o engajamento dos integrantes de suas equipes, por meio da coordenação de programas de engajamento, pois os líderes são os principais responsáveis pelo desenvolvimento do engajamento. Nas conclusões do estudo das melhores empresas na gestão de pessoas, a Aon (2015) recomendou ações para a criação de uma cultura de engajamento nas organizações: 1) construção de liderança engajadora, pois o engajamento se inicia com os líderes; nesse sentido, todas as organizações têm líderes engajados, mas nem todas possuem liderança engajadora; 2) construção de relações de confiança com os funcionários por meio de proposta consistente de valor ao empregado, como remuneração, recompensa e alta

performance; 3) desenvolvimento de talentos, como parte da estrutura organizacional; 4) tornar possível o engajamento e o desempenho; e 5) focar as pessoas. O estudo conclui que cultura e liderança são a chave do sucesso. Cultura no sentido de mudanças e alinhamento de pessoas, programas e infraestrutura na condução de crenças, decisões e comportamentos organizacionais. Ter líderes reconhecendo o valor das pessoas, conectando-as à missão organizacional e atuando de forma consistente, autêntica e estratégica para fazer o engajamento acontecer.

CONCLUSÃO

As características do engajamento organizacional, assim como os fatores que levam os colaboradores ao engajamento, são contextualizadas neste trabalho em duas teorias diferentes que se complementam, abordadas por Shaufeli e Bakker (2003) e a Aon consultoria (2016). Em síntese a estes pontos, as características do engajamento podem ser observáveis e avaliadas por: Falar positivamente da organização, ter o desejo de permanecer e crescer na instituição, empenhar-se em suas tarefas, demonstrar vigor, dedicação e absorção aos desafios.

De acordo com o modelo da Aon, todos os fatores que impactam a experiência de trabalho afetam o engajamento dos funcionários. Os principais fatores destacados estão relacionados ao cultivo da marca, desenvolvimento de liderança, gestão de desempenho, empoderamento das atividades, atratividade nos benefícios e fortalecimento da cultura.

Analisando os fatores que contribuem para o desenvolvimento do engajamento nos profissionais é possível identificar que os principais fatores são externos relacionados ao ambiente de trabalho, mas a literatura também aponta que o sentimento de identificação e pertencimento são gerados quando os valores internos são compatíveis aos institucionais.

Estes indicadores fortalecem a organização e contribuem para o crescimento de lucratividade, de maneira, que se cria um ciclo: A empresa investe em formas de engajar os seus colaboradores, o colaborador engajado trabalha com mais prazer e entrega resultados de alto impacto e o cliente fica satisfeito, voltando a fazer negócio com a empresa que tem o aumento de sua receita e com isso pode inovar e investir em ações de engajamento.

REFERÊNCIAS

AON. **Tendências globais de engajamento de funcionários** – faça o engajamento acontecer. 2015. Disponível em:

http://www.aon.com/brasil/attachments/Aon%20Hewitt/Tendencias_Globais_Engajamento_Funcionarios_2015.pdf. Acesso em: 7 set. 2016.

AON. **Tendências globais de engajamento de funcionários**. 2016. Disponível em: http://images.comms.aon.com/Web/AON/%7B74805d15-652e-4222-a11a-09636731e045%7D_Tendencias_Globais_de_Engajamento_dos_Funcionarios_2016.pdf. Acesso em: 17 jul. 2016.

CALDAS, Claudia Bonfá *et al.* Satisfação e engajamento no trabalho: docentes temáticos e auxiliares da EAD de universidade privada brasileira. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, São Paulo, v. 6 n. 2, p. 225-237, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a06.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

CAVALCANTE, Marcileide M.; SIQUEIRA, Mirlene M.M.; KUNIYOSHI, Márcio S. Engajamento, bem-estar no trabalho e capital psicológico: um estudo com profissionais da área de gestão de pessoas. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 4, p. 42-64, 2014.

CRABTREE, Steve. Worldwide, 13% of employees are engaged at work. Gallup. 8 out. 2013. Disponível em: <http://www.gallup.com/poll/165269/worldwide-employees-engaged-work.aspx>. Acesso em: 6 set. 2016.

DALE CARNEGIE INSTITUTE. O que impulsiona o engajamento do colaborador e por que isso importa. 2012. Disponível em: http://dalecarnegie.com.br/white_papers/what_drives_employee_engagement_download/. Acesso em: 7 set. 2016.

DELOITTE. Global human capital trends 2016. Disponível em: <http://www2.deloitte.com/us/en/pages/human-capital/articles/introduction-human-capital-trends.html>. Acesso em: 8 set 2016.

GRESPLAN, Isadora. Uma relação que inspira confiança. **Revista Valor Carreira**, ano 13, n. 13, p.76-78, out. 2015. Disponível em: <http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=20&edicao=13>. Acesso em: 7 set. 2016.

KLEIN, Cristian. Sempre há motivo para comemorar. **Revista Valor Carreira**, ano 13, n. 13, p.36-38, out. 2015. Disponível em: <http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=20&edicao=13>. Acesso em: 7 set. 2016.

OLIVEIRA, Ana Luisa Ferraz de. Descubra o seu nível de engajamento com o trabalho. 26 abr. 2016. Disponível em: <http://www.delphiscoaching.com.br/blog/descubra-o-seu-nivel-de-engajamento-com-o-trabalho/>. Acesso em: 24 jul. 2016.

PAULI, Jandir; COMIM, Lidiane C.; TOMASI, Manuéli. Satisfação e engajamento no trabalho como variáveis preditoras da percepção de sucesso na carreira de docentes. **Revista**

- Espacios**, v. 37, n. 12, p.2. 2016. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a16v37n12/16371202.html>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- PARODI, Karin. Engajamento: o grande desafio das organizações. **Harvard Business Review Brasil**. Jan. 2015. Disponível em: <http://hbrbr.com.br/engajamento-o-grande-desafio-das-organizacoes/>. Acesso em: 9 jul. 2016.
- ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no context brasileiro**.14.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- SCHAUFELI, Wilmar; BAKKER, Arnold. **UWES – Utrecht Work Engagement Scale - Preliminary Manual**. Nov. 2003. Disponível em: http://www.beanmanaged.com/doc/pdf/arnoldbakker/articles/articles_arnold_bakker_87.pdf. Acesso em: 7 set. 2016.
- SIGOLLO, Rafael. Esforço extra na crise. **Revista Valor Carreira**, ano 13, n. 13, p.22-28, out. 2015. Disponível em: <http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=20&edicao=13>. Acesso em: 7 set. 2016.
- SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias Siqueira et al. Engajamento no trabalho. In: SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias (org.). **Novas medidas do comportamento organizacional**. Porto Alegre: Artmed, 2014, p.147-156.
- VALOR CARREIRA. Um modelo completo de avaliação. **Revista Valor Carreira**, ano 13, n. 13, p.30-32, out. 2015. Disponível em: <http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=20&edicao=13>. Acesso em: 7 set. 2016.
- VASQUEZ et al. Adaptation and validation of the Brazilian version of the Utrecht Work Engagement Scale. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 20, n. 2, p. 207-217, mai./ago. 2015.

REQUERIMENTOS LEGAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA AUTOMATIZADO DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO

Franco Altieri Junior, Aluno do curso de pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, altieri_jr@yahoo.com.br

Raphael A. M. de Paula, Aluno do curso de pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, raphael.ramp3@gmail.com *

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar as diferentes normas e exigências do mercado brasileiro com relação a prevenção, detecção e combate ao incêndio. Demonstrando o excesso de legislações e outros que mantem o sistema inchado, ambíguo e redundante, onde em muitos casos as exigências estaduais entram em confronto com exigências municipais ou internacionais. Desta forma, sendo de grande dificuldade criar um sistema de detecção automatizado que atenda tanto as necessidades do mercado como as exigências legais.

Palavras-chave: Detecção incêndio; prevenção incêndio; combate incêndio, normas técnicas incêndio, instruções técnicas.

Abstract: This article aims to demonstrate the different norms and requirements of the Brazilian market aiming to prevention, detection and fire fighting. Demonstrating the excess of legislation and others that keeps the system bloated, ambiguous and redundant, where in many cases state requirements come up against municipal or international requirements. In this way, it is very difficult to create an automated detection system that meets both the market needs and the legal requirements.

Keywords: Fire detection; Fire prevention; firefighting, fire technical standards.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo científico visa elencar os requerimentos mínimos para o desenvolvimento de um sistema de detecção de incêndio automatizado, realizando extensivo estudo das normas e legislações vigentes que afetam diretamente o tema.

Neste quesito, podemos destacar normas conforme sua esfera de atuação:

- Esfera estadual:

- Instruções Técnicas (IT) atribuídas ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), decretadas pelo governador G. Alckmin;

- Esfera federal:

- Normas Regulamentadoras (NR), elaboradas pela comissão tripartite e formalizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

- Normas Brasileiras Registradas (NBR), provenientes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

- Consolidação das leis do trabalho (CLT), criada através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas.

Esfera internacional:

- NFPA (*National Fire Protection Association*);

- ISO (*International Organization for Standardization*).

Ao longo deste artigo iremos comentar sobre pontos específicos das normas, em questões que são pertinentes ao objetivo deste artigo, tendo como objetivo apresentar os requisitos técnicos-normativos mínimos para o desenvolvimento de uma central de detecção de incêndio, de modo que seja um produto que respeite a legislação vigente, qualificando-o como um produto que possa ser lançado comercialmente no mercado brasileiro.

2 DESENVOLVIMENTO

A seguir serão apresentados os pontos pertinentes nas normas vigentes, porém antes será apresentado o elo que atribui poder jurídico para normas.

2.1 NORMAS E LEIS

Para iniciar a abordagem à problemática deste artigo, faz-se necessário primeiro a determinação clara sobre a obrigatoriedade do respeito a normas, ou seja, determinar com acurácia o vínculo entre uma norma e seu poder de lei.

2.1.1 ABNT

A Associação Brasileira de Normas Técnicas é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 28 de setembro de 1940, é reconhecida como de utilidade pública pela **Lei 4.150, de 21 de novembro de 1962, em seu Artigo 5º:**

“Art. 5º. A “ABNT” é considerada como órgão de utilidade pública e, enquanto não visar lucros, aplicando integralmente na

manutenção de sua administração, instalações, laboratórios e serviços, as rendas que auferir, em seu favor se manterá, no Orçamento Geral da República, dotação não inferior a dez milhões de cruzeiros (Cr\$10.000.000,00).

Porém o princípio da legalidade afasta a aplicação de normas técnicas, devido a preeminência do interesse público. Conforme MELLO:

“O princípio da legalidade explicita a subordinação da atividade administrativa à lei e surge como decorrência natural da indisponibilidade do interesse público, noção, esta, que, conforme foi visto, informa o caráter da relação de administração. No Brasil, o art. 5º, inciso II, da Constituição Federal dispõe: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

Logo, fica evidente a não caracterização das normas técnicas estabelecidas pela ABNT como leis. Porém, através da portaria nº 157 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), de 19 de agosto de 2002, fica estabelecida a obrigatoriedade de informações na rotulagem de embalagens de produtos. Vale ressaltar que, apoiado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), reitera-se que:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços:

VIII - Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de normas técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO.

Portanto, através do INMETRO, que, ao contrário da ABNT, é uma autarquia federal, e também com respaldo no CDC, estabelece-se a necessidade de dados específicos, que vão de encontro as normas estabelecidas pela ABNT.

2.1.1.2 NORMAS REGULAMENTADORAS

As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego são elaboradas e alteradas pela Comissão Tripartite, composta por representantes do governo, dos empregadores e dos empregados. Porém, ao contrário da ABNT, que é uma instituição privada, as NR foram criadas a partir da lei Nº 6.514 de 1977. A lei alterou o Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e foram aprovadas através da Portaria Nº 3.214, em 08 de junho de 1978, com o objetivo de esclarecer questões relativas à saúde e segurança no trabalho.

Desta forma, conforme Neto 2012, observa-se que embora não sejam leis por si só, as normas regulamentadoras já possuem poder de lei desde seu nascimento.

2.1.3. INSTRUÇÕES TÉCNICAS

Na esfera estadual, as leis de proteção contra incêndio são realizadas pelos Corpo de Bombeiros de cada respectiva unidade federativa além do distrito federal, com ou sem participação de outras entidades.

Dado a localização geográfica da instituição orientadora deste artigo, iremos nos ater ao Estado de São Paulo.

As Instruções Técnicas (IT ou ITCB) do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP). O Decreto Estadual nº 56.819 de 10/03/2011, intitulado "REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO DO ESTADO DE SÃO PAULO", abrange todo o Estado de São Paulo, e estabelece:

Artigo 1º – Este Regulamento dispõe sobre as medidas de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco, atendendo ao previsto no artigo 144 § 5º da Constituição Federal, ao artigo 142 da Constituição Estadual, ao disposto na Lei Estadual nº 616, de 17 de dezembro de 1974 e na Lei Estadual nº 684, de 30 de setembro de 1975.

Artigo 2º – Os objetivos deste Regulamento são:

- I – Proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio;
- II – Dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;
- III – Proporcionar meios de controle e extinção do incêndio; e IV – dar condições de acesso para as operações do Corpo de Bombeiros.

Em seu íterim, encontram diversas orientações sobre a prevenção e combate a incêndio, e também observações quanto a obrigatoriedade de respeito às instruções técnicas.

Ao todo são quarenta e quatro Instruções Técnicas em vigência, e neste ponto destacamos a existência da IT 19 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio, que atende ao escopo deste artigo.

2.2 NORMAS ESPECÍFICAS

Com os requerimentos legais firmemente estabelecidos, apresentará a seguir os pontos pertinentes e específicos encontrados na normatização supracitada.

2.2.1 DECRETO ESTADUAL DE SÃO PAULO

O decreto estadual do Estado de São Paulo apresenta quarenta e quatro instruções técnicas vigentes atualmente.

Embora numerosos, após estudo preliminar, não obstante constata-se que todas as instruções técnicas devem ser observadas no tocante a um projeto completo de prevenção e controle de incêndio conforme a aplicação possa requerer, fica evidente que a instrução técnica diretamente tangente ao tema deste artigo é a IT 19/2015 - Sistema de detecção e alarme de incêndio.

2.2.1.1 INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 19

A instrução técnica nº19/2015 do CBPMESP, intitulada Sistema de detecção e alarme de incêndio, tem como objetivo: “Estabelecer os requisitos mínimos necessários para o dimensionamento dos sistemas de detecção e alarme de incêndio, na segurança e proteção de uma edificação. ”

Apresenta embasamento teórico em NBR, NBR ISO e NFPA 72, elaborando diversos procedimentos a serem seguidos para o desenvolvimento correto do tema.

2.2.2 NORMAS REGULAMENTADORAS

Atualmente encontram-se vigentes trinta e seis normas regulamentadoras (embora a trigésima sétima esteja em trâmites para homologação) dispostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, fundamentando diversas bases da Saúde e Segurança do Trabalho no estado brasileiro.

À primeira vista, diversas normas regulamentadoras podem parecer pertinentes, como a NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade e a NR 12 – Máquinas e equipamentos, por seus nomes poderem estar relacionados ao tema.

Contudo, após análise verifica-se que a NR 10 dispõe sobre o projeto elétrico da instalação como um todo, fontes geradoras de riscos e observações quanto ao sistema de alimentação elétrico industrial, e a NR 12 trata da segurança em máquinas e equipamentos utilizadas diretamente em processos produtivos e não de aparatos de segurança global.

Das listadas, a única que poderia ser próxima seria a Norma Regulamentadora nº 23 - Proteção Contra Incêndios.

2.2.2.1 NORMA REGULAMENTADORA Nº23

A NR 23/2011 trata especificadamente sobre diversos critérios, tais como:

- Brigadas de incêndio;
- Saídas emergenciais;
- Combate ao fogo;
- Classes de incêndio;
- Extintores;
- Sistemas de alarme entre outros.

Tem caído em desuso devido a prevalência dos decretos estaduais de cada unidade federativa no tocante à essa questão.

Cria também algumas exigências para proteção a incêndio em suas disposições gerais:

“23.1.1 Todas as empresas deverão possuir:

- a) proteção contra incêndio;
- b) saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, em caso de incêndio;
- c) equipamento suficiente para combater o fogo em seu início;
- d) pessoas adestradas no uso correto desses equipamentos. ”

De maneira sucinta, é uma norma prático-teórica fundamentadora das bases de combate a incêndio nas normas regulamentadoras.

2.3 NORMAS BRASILEIRAS REGULAMENTADAS

Nos próximos itens serão apresentadas as normas brasileiras regulamentadas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas

2.3.1 NBR 11836

A norma brasileira 11836/1992, intitulada Detectores automáticos de fumaça para proteção contra incêndio, trata sobre condições técnicas mínimas, ensaios e critérios de comportamento em detectores que funcionam por difusão ou transmissão de luz ou câmara de ionização.

2.3.2 NBR 17240

A norma brasileira 17240/2010, intitulada Sistemas de detecção e alarme de incêndio – projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos, tem como objetivo:

“Especifica requisitos para projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas manuais e automáticos de detecção e alarme de incêndio em e ao redor de edificações, conforme as recomendações da ABNT ISO/TR 7240-14. ”

Esta norma tem por finalidade apresentar e definir os objetivos da prevenção de incêndio e suas implicações para segurança de pessoas, meio ambiente, e patrimônio, visando projetistas, autoridades, usuários, consumidores, fabricantes, inspetores e laboratórios.

2.3.3 NBR 13848

A norma brasileira 13848/1997, intitulada Acionador manual para utilização em sistemas de detecção e alarme de incêndio segue o seguinte objetivo: “Esta Norma fixa as condições mínimas exigíveis para acionadores manuais, para instalações interna e

Trata sobre acionadores manuais utilizados em conjunto à sistemas de detecção de incêndio, dentro de uma faixa de tensão CA específica.

2.3.4 NBR ISO 7240-1 até NBR ISO 7240-7

Esta é uma série de normas, sendo:

- NBR ISO 7240-1 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio Parte 1: Generalidades e definições;

- NBR ISO 7240-2 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio Parte 2: Equipamentos de controle e de indicação;
- NBR ISO 7240-3 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio Parte 3: Dispositivo de alarme sonoro;
- NBR ISO 7240-4 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio Parte 4: Fontes de alimentação;
- NBR ISO 7240-5 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio Parte 5: Detectores pontuais de temperatura;
- NBR ISO 7240-7 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio Parte 7: Detectores pontuais de fumaça utilizando dispersão de luz ou ionização.

São idênticas as normas ISO de respectivos nomes, servindo como embasamento das normas nacionais.

2.4 NORMAS INTERNACIONAIS

A seguir apresentará normas internacionais, que podem instruir partes importantes do tema deste artigo. Ressaltamos que as normas apresentadas no subitem 2.3.4 também possuem contrapartida em normas internacionais ISO.

2.4.1 NFPA 72

A norma número 72 da NFPA/2016 (Associação Nacional de Prevenção Contra Incêndio, em tradução livre). Em suas indicações, destacam-se:

“NFPA 72 provides the latest safety provisions to meet society's changing fire detection, signaling, and emergency communications demands. In addition to the core focus on fire alarm systems, the Code includes requirements for mass notification systems used for weather emergencies; terrorist events; biological, chemical, and nuclear emergencies; and other threats.”

É preciso frisar que este código é utilizado como embasamento de normas nacionais, como a Instrução Técnica nº 19/2011 do CBPMESP.

2.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Na forma atual, o desenvolvimento de sistemas eletrônicos ou automatizados de prevenção e/ou combate a incêndio acaba sendo limitado, em muito, por legislações arcaicas e que algemam ideias. Os profissionais envolvidos dependem não só de seu domínio nas ciências, mas também em saber como contornar adversidades legislativas.

É evidente que devido à grande complexidade normativa presente em solo nacional em muito é influenciado o crescimento tecnológico neste meio, elevando os custos intrínsecos de pesquisa e desenvolvimento de um novo produto para novos patamares muito acima do razoável, exigindo, normalmente, uma equipe multidisciplinar para realizar o desembaraço legal em questão, mas também de pesquisas mercadológicas locais e regionais, para atender os critérios exigidos por diferentes unidades federativas.

CONCLUSÃO

Conforme pode-se esperar de um país com um estado tão inchado e adepto de leis, encontram-se diversas legislações vigentes para orientar sistemas de detecção e combate a incêndio.

Embora algumas normas tenham sido renovadas recentemente e representem o cenário atual, outras já completaram bodas de prata em vigência, o que facilita a criação de discrepâncias e fomenta o atraso tecnológico, obrigando critérios com uma tecnologia de mais de duas décadas de existência em um ambiente de transformação constante como hoje.

Faz-se necessário ponderar que existem também citações à normas auxiliares dentro das próprias normas apresentadas no artigo, em especial nas Normas Brasileiras Regulamentas. Pode ser importante o auxílio de consultas adicionais antes da execução de um projeto no tema específico.

Não obstante, embora existam muitas exigências e critérios mínimos, a norma permite liberdade criativa em centrais de detecção, abrindo uma gama de opções da lógica matemática-computacional e circuitos elétricos que sejam envolvidos no projeto em si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 11836**: Detectores automáticos de fumaça para proteção contra incêndio. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 17240**: Sistemas de detecção e alarme de incêndio – projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13848**: Acionador manual para utilização em sistemas de detecção e alarme de incêndio. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 7240-1:7**. ABNT.

BATTAGIN, Inês L. Norma não é lei, mas por força da lei é obrigatória. 2014. Disponível em: <<http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=artigos-detalle&id=3077#.WBeoCvorLIV>>. Acesso em: 09 novembro 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 23 – Proteção contra incêndios. 2011. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR23.pdf>>. Acesso em: 13 novembro 2016.

FREITAS, Rinaldo M. de. O princípio da legalidade aplicado às normas ABNT. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23337/o-principio-da-legalidade-aplicado-as-normas-abnt>>. Acesso em: 05 novembro 2016.

MELLO, C. A. B. de. Curso de Direito Administrativo. 25ª Edição. São Paulo. 2008. Malheiros.

NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **NPFA 72: National Fire Alarm and Signaling Code.** 2016. Disponível em: <<http://www.nfpa.org/codes-and-standards/all-codes-and-standards/list-of-codes-and-standards?mode=code&code=72>>. Acesso em: 17 novembro 2016.

NETO, Nestor W. **O que é NR.** 2012. Disponível em: <<http://segurancadotrabalhonwn.com/o-que-e-nr/>>. Acesso em: 08 novembro 2016.

NRFACIL. **NOVA NR37 (CONSULTA PÚBLICA).** 2011. Disponível em: <<http://nrfacil.com.br/blog/?p=3564>>. Acesso em: 11 novembro 2016.

SÃO PAULO. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Consulta pública de Instruções Técnicas.** Disponível em: <http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/internetcb/site/consulta_it.php>. Acesso em: 08 novembro 2016.

SÃO PAULO. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Instruções Técnicas nº19.** Disponível em: <[http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/internetcb/Downloads/IT-19-Sistema de deteccion e alarme de incendio.pdf](http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/internetcb/Downloads/IT-19-Sistema%20de%20deteccao%20e%20alarme%20de%20incendio.pdf)>. Acesso em: 08 novembro 2016.

SISTEMA CONTRA INCÊNDIOS EM COZINHAS INDUSTRIAIS

Fabricio Azevedo Narezzi; fabricio@narezzi.com – Aluno do Curso de Engenharia de Segurança do Trabalho do Centro Universitário SENAC Jundiaí/SP.

Resumo: A proteção da vida humana é primordial, já a proteção do patrimônio, é relativa e em sua maioria motivada segundo interesses econômicos. O incêndio é tido como uma “ocorrência indesejável”. Como tal deve ser evitado ou controlado. As medidas de segurança contra incêndio são fundamentais para a prevenção e redução de ocorrências e seus danos. O risco de incêndios em cozinhas provém de uma fonte de calor em conjunto com materiais combustíveis: gordura e óleos de cocção, que podem entrar em combustão a temperaturas elevadas, alcançando coifas, dutos e as instalações. A prevenção é o melhor investimento, porém é necessária a conscientização dos administradores para a importância destes meios para a segurança e integridade de suas instalações e à preservação da vida de seus colaboradores e clientes.

Palavras-chave: Prevenção e Combate á Incêndio; Cozinha Industrial; Sistemas.

Abstract: The protection of human life is paramount, and the protection of property, is relative and mostly motivated by economic interests. The fire is regarded as an "undesirable occurrence." As such it should be avoided or controlled. Fire safety measures are essential for the prevention and reduction of occurrences and their damages. The risk of fires in kitchens comes from a source of heat in conjunction with combustible materials: grease and cooking oils, which can combust at elevated temperatures, reaching coffers, ducts and installations. Prevention is the best investment, but it is necessary to raise the awareness of managers about the importance of these means for the safety and integrity of their facilities and the preservation of the lives of their employees and clients.

Keywords: Fire Prevention and Combat; Industrial kitchen; Systems.

INTRODUÇÃO

O incêndio é tido como uma “ocorrência indesejável”. Como tal deve ser evitado ou controlado. Assim, no universo da Segurança Contra Incêndios, dois itens são primordiais: primeiro a proteção da vida humana e a segunda proteção dos bens (patrimônio).

A proteção da vida humana é primordial, já do patrimônio é relativa e em sua maioria motivada segundo interesses econômicos.

Contudo, o Brasil, é o segundo país do mundo em número de vítimas de incêndios. Além disso, os transtornos sociais oriundos dos incêndios são significativos, 70 % das mortes em incêndios são produzidas por intoxicação e asfixia. Somente 30 % por queimaduras, quedas e outras causas. Cerca de 20 % das organizações atingidas pelo fogo desaparecem definitivamente. A perda de mercado e o desemprego para muitas pessoas são outros efeitos derivados dos incêndios. Além disto, o tratamento de queimados exige largos períodos de tempo, (BRASIL,1995).

As medidas de segurança contra incêndio em uma edificação são necessárias e fundamentais para a prevenção e redução de ocorrências e seus danos. A edificação que não possui um plano e programa definido para sua manutenção está exposto à ocorrência de sinistros e conseqüentemente, aos riscos à vida, perdas de ativos e bens patrimoniais e impactos negativos ao meio ambiente (SEITO, 2008).

E nas cozinhas industriais não são diferentes, necessita de atenção especial, por se tratar de um local de inúmeros incidentes devido ao uso de óleos não saturados e a altas temperaturas contribuíram para o aumento significativo dos riscos de incêndios mais fortes, o que forçou à criação de uma nova classificação para incêndios, como os desse tipo: a classe K de incêndios.

Nesse sentido, este estudo vem demonstrar o que a tecnologia tem contribuído para prevenção de incêndios em cozinhas industriais e o que trata as normas a respeito?

DESENVOLVIMENTO

Os conceitos para compreensão dos fenômenos envolvidos no incêndio são fundamentais para compreensão das recomendações técnicas:

O calor se propaga de três maneiras distintas (Brasil, 1995):

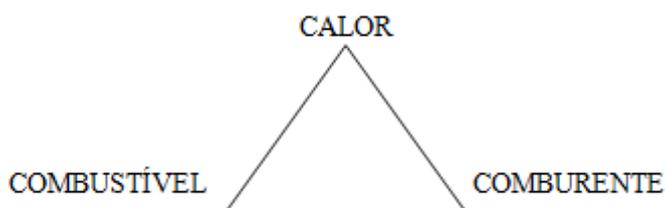
- **CONDUÇÃO:** Transmissão através de agitação molecular e dos choques entre as moléculas sem o transporte de matéria. Exemplo: aquecimento das esquadrias metálicas contínuas de uma fachada a partir de um único cômodo em chamas.
- **CONVECÇÃO:** Transporte de energia térmica de uma região para outra através do transporte de matéria aquecida. Ocorre nos líquidos e gases (fluidos).

Exemplo: a fumaça distribuída entre vários pavimentos de um edifício por meio de dutos de ar condicionado, escadas e fosso de elevadores. Aquece outras áreas distantes da fonte de combustão.

• **IRRADIAÇÃO:** Transporte de energia através de ondas eletromagnéticas (calor radiante). Independe de Meio Material. Exemplo: o calor do sol que chega à terra ou do ferro de passar roupa colocado próximo à mão após o aquecimento.

O fogo é uma reação química denominada combustão. Teoricamente, a combustão existe quando houver a formação de um triângulo e em cada vértice houver associação do: COMBUSTÍVEL, OXIGÊNIO e o CALOR. Denominado por triângulo do fogo.

Figura 1 – Triângulo do Fogo



Fonte: BRASIL, 1995.

Porém, a combustão é um fenômeno extremamente complexo, pois durante a queima dos combustíveis o número de substâncias produzidas é enorme. No processo do incêndio, os materiais passam por três fases importantes:

• **PONTO DE FULGOR:** É a temperatura mínima na qual os corpos começam a desprender vapores que se incendiam em contato com fonte externa de calor.

Entretanto, a chama não se mantém devido à insuficiência da quantidade de vapores desprendidos.

• **PONTO DE COMBUSTÃO:** É a temperatura mínima na qual os vapores desprendidos dos corpos, ao conseguirem contato com uma fonte externa de calor, entram em combustão e continuam a queimar.

• **PONTO DE IGNIÇÃO:** É a temperatura mínima, na qual os gases desprendidos dos combustíveis entram em combustão apenas pelo contato com o oxigênio do ar, independente de qualquer outra fonte de calor

É de extrema importância conhecer e identificar bem o incêndio que se vai combater, antes de escolher o extintor, um erro na escolha pode tornar inútil o esforço de combater um incêndio, podendo até piorar a situação: aumentar ou espalhar ainda mais as chamas, ou criar novas causas de fogo (curtos-circuitos).

Os principais tipos de extintores são os seguintes:

- ✓ Extintor H₂O: água na forma líquida (jato ou neblina);
- ✓ Extintor à base de Espuma: espuma mecânica;
- ✓ Extintor de Dióxido de carbono (CO₂);
- ✓ Extintor Pó químico: bicarbonato de sódio.

Classes de incêndio³⁰ são classificadas em:

A - Materiais como madeira, papel, tecido, que se caracterizam por deixar, após a queima, resíduos como carvão e cinza. Essa classe de incêndios deve ser combatida com extintores de H₂O ou de Espuma;

B - Líquidos e gases inflamáveis, ou em sólidos que se liquefazem para entrar em combustão: gasolina, GLP (gás de cozinha), parafina, etc. Os extintores à base de água não são permitidos nesse caso;

³⁰ <http://brasilecola.uol.com.br/quimica/classificacao-dos-extintores-incendio.htm>

C - Equipamentos elétricos energizados: motores, geradores, cabos, etc. Extintores de pó químico e Dióxido de carbono são os indicados para esse tipo de incêndio.

Atualmente, uma nova classificação de Incêndios foi criada: a Classe K, que envolvem meios de cozinhar utilizando gordura animal, vegetal. Estes incêndios são muito especiais quanto à natureza.

RESULTADOS

O risco de incêndios em cozinhas provém de uma fonte de calor em conjunto com materiais combustíveis: gordura e óleos de cocção, que podem entrar em combustão a temperaturas elevadas, alcançando coifas, dutos e as instalações.

Os locais e zonas de risco de incêndio em edifícios são classificados em três tipos: alto, médio e baixo risco. Vale salientar que Cozinhas, despensa e armazéns anexos quando sua superfície for maior que 200 m² são enquadrados em zona de risco alto.

Dados estatísticos do Corpo de Bombeiro em relação à natureza dos incêndios no Estado de São Paulo, em 2006, foram registrados cerca de 1.059 (2%) dos incêndios, com a causa de displicência ao cozinhar, ou seja teve início na Cozinha e outras causas 26.652 (52,7%) outras causas, ou seja não se descobriu a causa, conforme a abaixo:

Figura 2 - Causas possíveis de incêndio em São Paulo - 2006

CAUSA POSSÍVEL	INCÊNDIOS	PERCENTUAL
OUTRAS CAUSAS	26.652	52,7%
ATO INCENDIÁRIO	13.653	27,0%
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INADEQUADAS	3.677	7,3%
DISPLICÊNCIA AO COZINHAR	1.059	2,0%
PRÁTICA DE AÇÕES CRIMINOSAS	966	1,9%
IGNIÇÃO ESPONTÂNEA	909	1,8%
BRINCADEIRA DE CRIANÇAS	705	1,4%
DISPLICÊNCIA DE FUMANTES COM PONTAS DE CIGARRO/FÓSFORO	696	1,3%
SUPERAQUECIMENTO DE EQUIPAMENTO	591	1,2%

Fonte: Anuário Estatístico do CBPMESP, 2007.

Os incêndios em cozinhas industriais, em particular com fritadeiras, complicou sua extinção, o que contribuiu para concepção de uma nova categoria de incêndios. Nesse caso, a gordura saturada que ao entrar em contato com um agente extintor de base alcalina (como o extintor classe K), à altas temperaturas, provoca uma reação conhecida

por saponificação, no qual forma-se uma espuma, e essa reação consegue abafar o fogo e conter os vapores inflamáveis e o combustível quente.

A prevenção e combate a incêndio em cozinhas industriais devem começar por um projeto bem elaborado, no qual serão dimensionados alguns sistemas de que atendam a Legislação Vigente, o Decreto Estadual 56.819/11³¹ em vigor até o momento.

No Brasil, um trabalho no âmbito da ABNT conduzido pelo CB-04 - Comitê Brasileiro de Máquinas e Equipamentos, produziu a Norma NBR 14.518, - Sistemas de Ventilação para Cozinhas Profissionais, em vigor desde 30/06/2000, com o objetivo de estabelecer "... os princípios gerais para projeto, instalação, operação e manutenção de sistemas de ventilação para cozinhas profissionais, com ênfase na segurança contra incêndio e no controle ambiental" (JUNIOR, 2010).

Junior, (2010) cita que o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, por meio da Instrução Técnica 38, trata a Norma NBR 14.518, Sistemas de Ventilação para Cozinhas Profissionais, o que torna obrigatório o seu cumprimento na obtenção do AVCB, embora em seu parágrafo 5.2.6 a IT disponha que é necessário Sistema fixo de extinção de incêndio, apenas nos sistemas de exaustão/ventilação das edificações que necessitem de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos, conforme o Decreto Estadual nº 56.819/11 - Regulamento de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo, o que de certa forma conflita com a Norma que não considera a altura da edificação como fator determinante para a adoção ou não de um sistema fixo de combate.

A Instrução Técnica ainda estabelece as condições de aplicação dos requisitos básicos de segurança contra incêndio, visando a evitar e/ou minimizar o risco especial de incêndio ocasionado pelo calor, gordura, fumaça e efluentes gerados no processo de cocção, atendendo ao previsto no Decreto Estadual nº 56.819/11 – Regulamento de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo.

A Classificação quanto à qualidade dos efluentes é dada pela NBR 14.518:

- **Sistema tipo I:** Aplicado aos efluentes da cocção que contenham vapores de óleo e/ou partículas de gordura, isto é, uso de equipamentos moderados e severos (5.5.2.1.1).

³¹ **DECRETO Nº 56.819**, DE 10 DE MARÇO DE 2011. Institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e estabelece outras providências.

- **Sistema tipo II:** Aplicado aos efluentes da cocção que contenham teores reduzidos de vapores de óleo e/ou partículas de gordura, isto é, uso exclusivo de equipamentos leves (5.5.2.1.2)
- Os sistemas de exaustão que atenderem simultaneamente a equipamentos geradores e não geradores de vapores de óleo e/ou partículas de gordura são classificados como do tipo I.
- **Sistema tipo III:** Aplicado aos equipamentos que utilizam combustível sólido (5.5.2.1.3).

SISTEMA DE VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO

Os sistemas de ventilação de cozinhas profissionais dotados de equipamentos de cocção: moderados, severos e combustível sólido, em edificações com área construída acima de 750 m², e/ou altura superior a 12 m, quando se caracterizar a falta de compartimentação do ambiente da cozinha, em relação ao duto de exaustão. Segundo a IT, a classificação e equipamentos se dão:

- **Moderados:** fogões, fritadeiras, churrasqueira elétrica, churrasqueira a gás, fornos combinados, galeteira, chapa quente e sanduicheira;
- **Severos:** Charbroiler, chapa de grelhados, bifeteira e frigideira;
- **Combustíveis sólidos:** forno a lenha e churrasqueira a carvão.

A IT 38/2015 também determina os requisitos básicos de segurança contra incêndio dos sistemas de exaustão:

- Dutos em aço carbono com espessura mínima de 1,37 mm ou aço inoxidável com 1,09 mm, soldados ou flangeados, conforme especificado na NBR 14518/00.
- Captores com filtros, conforme especificado na NBR 14.518/00;

- Selagem das travessias dos dutos. Devem ser observados os requisitos de compartimentação estabelecidos na IT 09/11 – Compartimentação horizontal e compartimentação vertical;
- Proteção passiva do duto com material resistente ao fogo, de acordo com IT 09/11;
- Damper corta-fogo nos dutos, conforme IT 09/11, na passagem dos ambientes não compartimentados, conforme item 2.1.1 desta IT;
- Sistema fixo de extinção de incêndio, apenas nos sistemas de exaustão/ventilação das edificações que necessitem de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos, conforme o Decreto Estadual nº 56.819/11 – Regulamento de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo.

A falta de compartimentação ocorrerá quando: Os dutos de exaustão da cozinha profissional se comunicarem com outros ambientes da edificação, por meio da travessia de paredes, pisos ou tetos e os dutos de exaustão externos à edificação estiverem a menos de 1 m das aberturas de outros ambientes na fachada do prédio, inclusive tomadas de ar e outras aberturas.

SISTEMA FIXO

Atualmente a tecnologia, tem colaborado e muito no sentido de prevenção de incêndios, por meio de Sistemas de Supressão de Incêndio APC (Solução Aquosa de Carbono de Potássio) são destinados à proteção de coifas, dutos e superfícies dos equipamentos de cozinhas.

Junior, (2010) afirma que os sistemas fixos, embora apresentem um custo superior, podem ser automatizados, e não depende do grau de instrução e de treinamento do operador ou, quando operado manualmente, exige o mínimo de intervenção, representando maior segurança. A proteção com o sistema fixo é especialmente recomendada para:

- ✓ cozinhas onde ocorra grande geração de gordura;
- ✓ onde houver uma grande produção de alimentos;

- ✓ quando a proteção deve ser imediata e erros humanos ou demoras não possam ser tolerados;
- ✓ onde a limpeza é dificultada pelo regime de trabalho continuado;
- ✓ onde a rotatividade da mão-de-obra não permite treinamentos frequentes sobre segurança e combate a incêndio.

A Norma define também o tipo de sistema fixo que deve ser utilizado, contudo importante salientar a restrição ao uso do agente extintor CO₂ em locais onde não seja assegurado o confinamento do mesmo (item 5.5.4.1.6). Apesar disto, em diversos restaurantes é possível encontrar sistemas de CO₂ protegendo a parte abaixo dos captores, ou seja, jogando o agente diretamente no ambiente.

O uso de sistema de extinção com dióxido de carbono (CO₂) deve adotar o conceito de inundação total conforme a NBR 12232, sendo vedado nos captores e aceito nos demais elementos do sistema de exaustão, desde que seja garantido que o dióxido de carbono (CO₂) permaneça em trecho confinado.

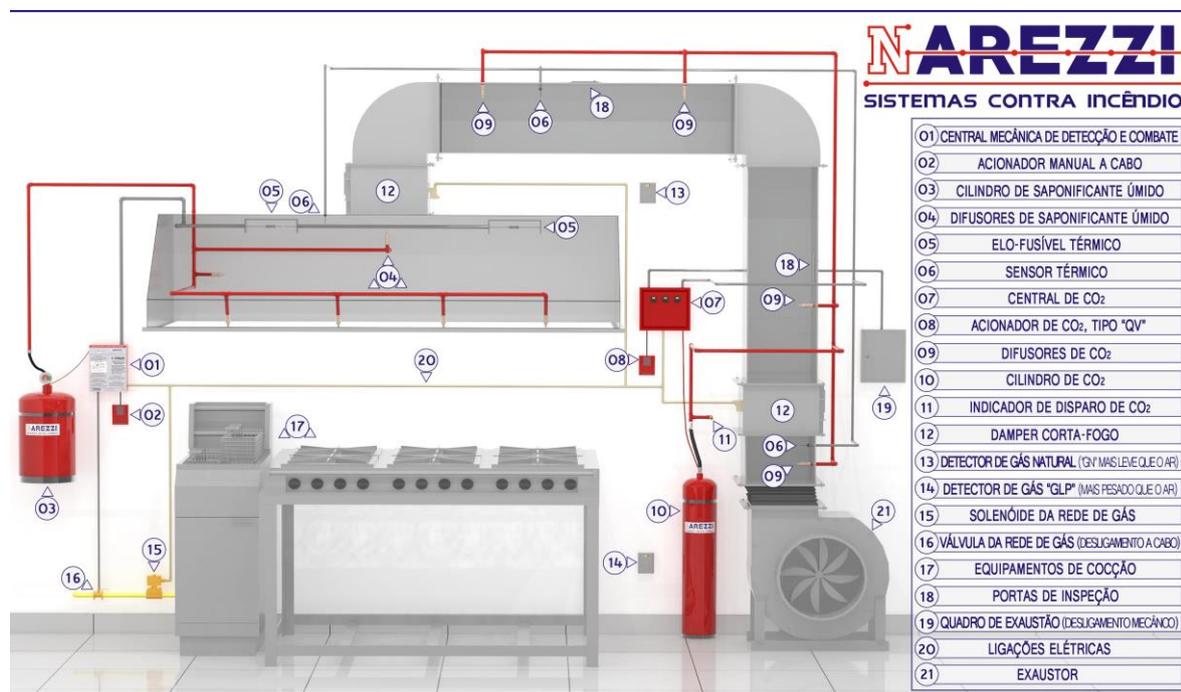
NBR12232 - Esta Norma fixa os requisitos específicos mínimos exigíveis para o projeto, instalação, manutenção e ensaios de sistemas fixos automáticos de CO₂, por inundação total, com suprimento de gás em alta pressão, para proteção de transformadores e reatores de potência, por abafamento.

No item 5.5.4.1.6 são indicados os agentes de extinção aspensão de água por chuveiros automáticos, injeção de vapor d'água saturado, injeção de água nebulizada e injeção de agente químico saponificante úmido.

A Norma define também o tipo de sistema fixo que deve ser utilizado, contudo importante salientar a restrição ao uso do agente extintor CO₂ em locais onde não seja assegurado o confinamento do mesmo (item 5.5.4.1.6). Apesar disto, em diversos restaurantes é possível encontrar sistemas de CO₂ protegendo a parte abaixo dos captores, ou seja, jogando o agente diretamente no ambiente.

Segundo descreve Junior (2010), o sistema fixo propicia, entre outras, possui a vantagem de conferir ao usuário proteção 24 horas. Sendo totalmente automático, assegura proteção constante da área, e atuação imediata que, ocorrendo nos primeiros instantes do incêndio, não permite o alastramento do fogo, conforme o modelo a seguir:

Figura 3 – Modelo de Sistema Fixo



Fonte: NAREZZI, 2016

1 - Quando ocorre um incêndio numa área protegida, é rapidamente detectado pelos sensores localizados no duto de exaustão ou coifa.

2 - Os detectores disparam o mecanismo que atua no sistema, pressurizando o agente armazenado no tanque e automaticamente fecha a fonte de energia do aparelho que está se incendiando.

3 - O agente é uma solução aquosa supressora de fogo, que escoar através dos bicos e é descarregada sobre toda a área da coifa para o fogão (agente com baixo PH).

4 - O agente é pulverizado diretamente sobre o fogo, atendendo as normas específicas, reprimindo as chamas em segundos. Reagindo com a gordura, forma uma camada de espuma que, sela os vapores inflamáveis auxiliando na prevenção da re-ignição.

O ambiente que contém o equipamento protegido deve ser o mais fechado possível. As aberturas devem restringir-se ao mínimo, sendo localizadas de preferência no teto, ou próximas a ele, e providas de dispositivos de fechamento automático (item 4.2.5 da NBR 12.232)

CONCLUSÃO

A prevenção é de certa forma o melhor investimento, contudo é necessário a conscientização dos administradores para a importância destes meios para a segurança e integridade de suas instalações e à preservação da vida de seus colaboradores e clientes.

Vale ressaltar que além dos equipamentos de prevenção e combate a incêndios, a manutenção dos equipamentos e cuidado com a limpeza é muito importante, inclusive os sistemas devem ser inspecionados visualmente, no mínimo trimestralmente, verificadas as condições de funcionamento de todas as partes, a fim de se prevenir incidentes graves.

Além disso, é necessária melhor fiscalização no sentido de combater de ocorrências e de prevenção onde o controle seja mais difícil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Série Saúde & Tecnologia — Textos de Apoio à Programação Física dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde — *Condições de Segurança Contra Incêndio* -- Brasília, 1995. 107 p. Disponível em: <http://anvisa.gov.br/servicos/assiste/manuais/incendio.pdf> Acesso em 13 de Novembro de 2016.

DECRETO Nº 56.819, DE 10 DE MARÇO DE 2011. Institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e estabelece outras providências. Disponível em http://www.ccb.policiamilitar.sp.gov.br/credenciamento/downloads/Decreto_Estadual_56819.pdf. Acesso em 23/11/2016.

INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº **38/2015** do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. *Segurança contra Incêndio em Cozinha Profissional*. Disponível em http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/internetcb/Downloads/IT-38-Seguranca_contra_incendio_em_cozinha_profissional.pdf. Acesso em 18/11/2016.

JUNIOR ARMC; Segurança contra incêndios em praças de alimentação de shoppings. 2010. Disponível em <http://www.risco.com.br/NL/MOL/16/Incendios-em-pracas-de-alimentacao.htm>. Acesso em 15/11/2016.

NBR 12232 - Execução de sistemas fixos automáticos de proteção contra incêndio com gás carbônico (CO2) em transformadores e reatores de potência contendo óleo isolante. Acesso em 15/11/2016.

NBR 14518 - Sistemas de ventilação para cozinhas profissionais. Disponível em http://grupoorlando.com.br/sis/web/arquivos/a6ac771aa99062b9923770d332764d1ddbcc56b_nbr-14518-sistema-de-ventilacao-para-cozinhas-industriais.pdf. Acesso em 21/11/2016.

SEITO. AI; et al. A Segurança contra incêndio no Brasil / Coordenação de São Paulo: Projeto Editora, 2008. p. 49

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO VS CIPA

Nathalia Santana (Aluna do curso de pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho – SENAC, Engenheira Química); nathnet@gmail.com *

Resumo:

O presente artigo analisa a importância da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) na preservação da integridade física e saúde do trabalhador. Uma CIPA bem organizada, envolvida com os objetivos da existência deste grupo, é uma ferramenta importante para o desenvolvimento de um sistema de gestão integrado de qualidade, meio ambiente e saúde e segurança, entretanto, muitos cipeiros são encorajados pela estabilidade garantida, e não pelo interesse em atuar na melhoria contínua do sistema de forma a contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável e seguro dentro da empresa. Um sistema de gestão integrado, quando bem entrosado com a CIPA pode trazer melhoria, não apenas à saúde dos colaboradores e da empresa, como também ao bem estar do trabalhador.

Palavras-chave: CIPA. Sistema de Gestão Integrado (SGI). Qualidade. Meio Ambiente. Saúde e Segurança.

Abstract:

This article analyses the importance of the Internal Commission for Accident Prevention (CIPA) in the preservation of the physical integrity and health of the worker. A well-organized CIPA, involved with the objectives of the existence of this group, is an important tool for the development of a quality, environment and health and safety integrated management system, however, many cipeiros are encouraged by the guaranteed stability, not by the interest in acting in continuous improvement of the system in order to contribute to a healthier and safer working environment within the company. An integrated management system, when well matched with the CIPA can bring improvement, not only to the health of the employees and the company, but also to the well-being of the worker.

Keywords: CIPA. Integrated Management System (SGI). Quality. Environment. Health and Safety.

INTRODUÇÃO

Ao acompanhar durante três anos a trajetória de um sistema de gestão integrado de qualidade, meio ambiente e saúde e segurança (SGI) no setor privado observou-se a dificuldade do desenvolvimento deste, com o comprometimento dos trabalhadores e da direção, e que garantisse o trato das questões de qualidade, meio ambiente e saúde e segurança com a importância que o tema merece.

A metodologia aplicada no desenvolvimento deste artigo será por referencial bibliográfico, com consultas em artigos científicos encontrados em revistas e sites eletrônicos e em legislações brasileiras.

Sistema de Gestão Integrado

Após anos dedicados à Qualidade Total e outras ferramentas administrativas, o mundo corporativo inovou através de um Sistema de Gestão Integrado (SGI), buscando integrar diversas áreas da empresa. A ideia é compartilhar procedimentos, práticas e técnicas, permitindo assim, o alcance de objetivos e metas de maneira mais eficiente que sistemas desintegrados (CERQUEIRA, 2012).

Os modelos de Sistemas de Gestão Integrado empregados em várias organizações tem por base as normas de Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança:

- ISO 9001 (Qualidade): Institui requisitos para a gestão da qualidade, cujo interesse é o atendimento das necessidades do cliente. Serve de referencia para as demais normas (CERQUEIRA, 2012);
- ISO 14001 (Meio Ambiente): apresenta procedimentos que possibilitam a adoção de métodos e mecanismos comportamentais menos danosos ao meio ambiente (CERQUEIRA, 2012);
- OHSAS 18001 (Saúde e Segurança): objetiva tornar o ambiente de trabalho mais seguro, minimizando os riscos à saúde e integridade física (CERQUEIRA, 2012).

Envolvimento da Alta Direção para atendimento à Legislação

O envolvimento da alta direção em questões de saúde e segurança do trabalho é mais intenso quando há a ocorrência de acidentes graves ou que envolvam a imagem da empresa (OLIVIERA, 2003). O mesmo pode ser aplicado em questões de meio ambiente e qualidade.

O interesse apenas em períodos de aflição vem sofrendo mudanças ao longo das décadas, principalmente em grandes empresas, mas ainda não recebe a mesma consideração conferida aos itens de produção, por exemplo (OLIVEIRA, 2003).

Algumas situações tornam a Alta Direção reticentes com relação ao tema devido os investimentos requeridos para o atendimento aos requisitos de um SGI.

Em contrapartida, não se pode deixar de fazer o atendimento à legislação, o que por si só é uma contra argumentação de que um SGI pode otimizar recursos humanos e reduzir a documentação (HODJA, 2007).

Com o intuito de conduzir as empresas, diversas normativas foram criadas a fim de obrigar as empresas a priorizar o meio ambiente e a saúde e segurança dos colaboradores, entre elas, destacam-se:

- Norma Regulamentadora (NR) 5 – A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), cujo objetivo deve ser a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

Esta deve ser constituída por estabelecimento e mantida em funcionamento em empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta ou indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

- NR 6 – O EPI (Equipamento de Proteção Individual) é “todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e à saúde no trabalho”. Este deve ser utilizado quando não se há alternativas para eliminar ou substituir um risco por outro mais brando, ou quando medidas de engenharia, equipamentos de proteção coletivos, sinalização e controle administrativo não limitam a exposição do colaborador ao risco.

- NR 7 – Esta norma estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, com o intuito de promover e preservar a saúde dos trabalhadores.

- NR 9 – Esta norma estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, por parte de todos os e todos os

empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados com o intuito de preservar a saúde e integridade dos colaboradores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

- NR 17 – Esta norma tem o intuito de estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores de modo a proporcionar conforto, segurança e desempenho eficiente.

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

Das Normas Regulamentadoras citadas, a NR 5 é a única que conta com o entrosamento entre empregado e empregador para a tomada de decisões.

Assim sendo, a CIPA é um instrumento que os trabalhadores dispõem para tratar a prevenção de acidentes e condições do ambiente de trabalho, de forma conjunta e participativa junto à direção da empresa (BORJA , FERRAZ, 2016).

A CIPA tem a função importante de representar a opinião do trabalhador. Ela tem como responsabilidade investigar, discutir e buscar melhores condições no ambiente de trabalho através de reuniões periódicas, pois entende os riscos que cercam aos trabalhadores.

Dentre as atribuições da CIPA estão:

- Identificar riscos do processo de trabalho, e elaborar o mapa de riscos, com a participação do maior número de trabalhadores, com assessoria do SESMT, onde houver;
- elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho;
- participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho;
- realizar, periodicamente, verificações nos ambientes e condições de trabalho visando a identificação de situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores;
- realizar, a cada reunião, avaliação do cumprimento das metas fixadas em seu plano de trabalho e discutir as situações de risco que foram identificadas;
- divulgar aos trabalhadores informações relativas à segurança e saúde no trabalho;

- participar, com o SESMT, onde houver, das discussões promovidas pelo empregador, para avaliar os impactos de alterações no ambiente e processo de trabalho relacionados à segurança e saúde dos trabalhadores;
- requerer ao SESMT, quando houver, ou ao empregador, a paralisação de máquina ou setor onde considere haver risco grave e iminente à segurança e saúde dos trabalhadores;
- colaborar no desenvolvimento e implementação do PCMSO e PPRA e de outros programas relacionados à segurança e saúde no trabalho;
- divulgar e promover o cumprimento das Normas Regulamentadoras, bem como cláusulas de acordos e convenções coletivas de trabalho, relativas à segurança e saúde no trabalho;
- participar, em conjunto com o SESMT, onde houver, ou com o empregador, da análise das causas;
- doenças e acidentes de trabalho e propor medidas de solução dos problemas identificados;
- requisitar ao empregador e analisar as informações sobre questões que tenham interferido na segurança e saúde dos trabalhadores;
- requisitar à empresa as cópias das CAT emitidas;
 - promover, anualmente, em conjunto com o SESMT, onde houver, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT;
- participar, anualmente, em conjunto com a empresa, de Campanhas de Prevenção da AIDS.

O objetivo da SIPAT é envolver os trabalhadores, independentemente do seu tempo de empresa, função, cargo, idade, cor, raça ou religião nos assuntos de saúde e segurança. Quando bem planejada, levando em consideração o levantamento das necessidades e características dos seus colaboradores, a SIPAT é muito produtiva.

Uma CIPA bem organizada, envolvida com os objetivos da existência deste grupo, é uma ferramenta importante para o desenvolvimento de um sistema de gestão de segurança, principalmente por trazer a visão e opinião das pessoas que estão expostas ao ambiente de trabalho e seus riscos. Entretanto, a participação na CIPA tem sido encorajada, muitas vezes, pela estabilidade garantida ao trabalhador indicado pelos empregados.

Cronologia da CIPA

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes surgiu durante a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra. O uso das máquinas resultou

em um aumento do número de acidentes, necessitando a adaptação do homem ao trabalho, surgindo assim a necessidade de um grupo que pudesse apresentar sugestões para a correção de possíveis riscos de acidentes (COSTA et al, 2012).

A Organização Internacional do Trabalho - OIT aprovou, em 1921, instrução para a criação de comitês de segurança para indústrias que tivessem em seus quadros funcionais pelos menos 25.

No Brasil, a CIPA teve início em 1944, durante o governo Getúlio Vargas. Coube a ela dar os primeiros passos para a implantação da Segurança do Trabalho no Brasil. Nas décadas de 60/70 começaram a se sobressair os conceitos de prevenção e higiene ocupacional, mas apenas no final dos anos 70, após forte desgaste da imagem do país a nível internacional e da opinião pública nacional, o país veio a ter uma legislação ampla e articulada, voltada para a prevenção (COSTA et al, 2012).

Estabilidade garantida dos cipeiros

De acordo com o artigo 165 da CLT, os membros integrantes da CIPA representantes dos empregados nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA, não poderão sofrer dispensa arbitrária, desde a data do registro da sua candidatura até um ano após o final do seu mandato. A lei entende como dispensa arbitrária, aquela que não se funda em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro. Assim, assegura-se o direito a estabilidade provisória também aquele eleito como membro suplente da CIPA. A lei determina que a CIPA não poderá ter seu número de representantes reduzido, bem como, não poderá ser desativada pelo empregador antes do término do mandato dos seus membros, mesmo que haja redução do número de empregados da empresa (MAIA, 2014 e MARTINS, 2016).

Programas de qualidade, meio ambiente e saúde e segurança

A participação dos trabalhadores em programas voltados à qualidade, meio ambiente e saúde e segurança está ligada principalmente à cultura da empresa e ao conjunto de ações que ela desenvolve, em especial na parte de educação, para incorporá-los aos seus programas (OLIVEIRA, 2003).

De nada vale uma SIPAT bem planeja e estruturada se as intenções da empresa não estiverem alinhadas com o trabalho desenvolvido pela CIPA e pelo Sistema de Gestão Integrado.

Se o trabalhador é ignorante quanto ao que pode ser nocivo à sua vida, ele pode ou não se preocupar com o que ele está exposto diariamente, mas nada mais danoso a um programa de gestão integrado do que o constrangimento sofrido por trabalhador submetido a treinamento específico de segurança promovido pela própria empresa, mas que, ao tentar por em prática as lições aprendidas, é impedido de fazê-lo, seja por decisão da direção ou por impedimento das próprias condições de trabalho.

Melhoria contínua de um sistema de gestão integrado entrosado com a CIPA

Diversas empresas vêm exigindo requisitos de SGI, pois buscam reduzir o impacto de crises, evitar o envolvimento de seus nomes em problemas ocorridos em seus fornecedores e contratados e evitar incidentes (HODJA, 2007).

Em geral, um SGI é bem-vindo aos profissionais de meio ambiente e segurança, pois se bem desenvolvido, acelera soluções em situações identificadas por estes setores, mas nem sempre priorizados pela empresa.

A chave para um SGI forte e duradouro é o comprometimento de todos os colaboradores. O sistema valoriza o seu serviço/produto e ao mesmo tempo o colaborador na medida em que visa o controle de qualidade sem deixar de lado o controle de riscos ambientais e de doenças e incidentes (HODJA, 2007).

Um SGI funcional constitui um diferencial de mercado. Melhor ainda se este puder contar com o auxílio da CIPA.

A CIPA pode sugerir melhorias de processo, investigar incidentes e promover resultados práticos. Para isto, a empresa deve conscientizar os seus representantes e ao mesmo tempo, tratar de forma adequada as sugestões trazidas por esta equipe.

As atividades da CIPA podem ser estruturadas com base no ciclo de PDCA (Plan, Do, Check, Act), assim como as normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. O PDCA é utilizado no processo produtivo para consagração do princípio de melhoria contínua (COSTA et. al, 2012).

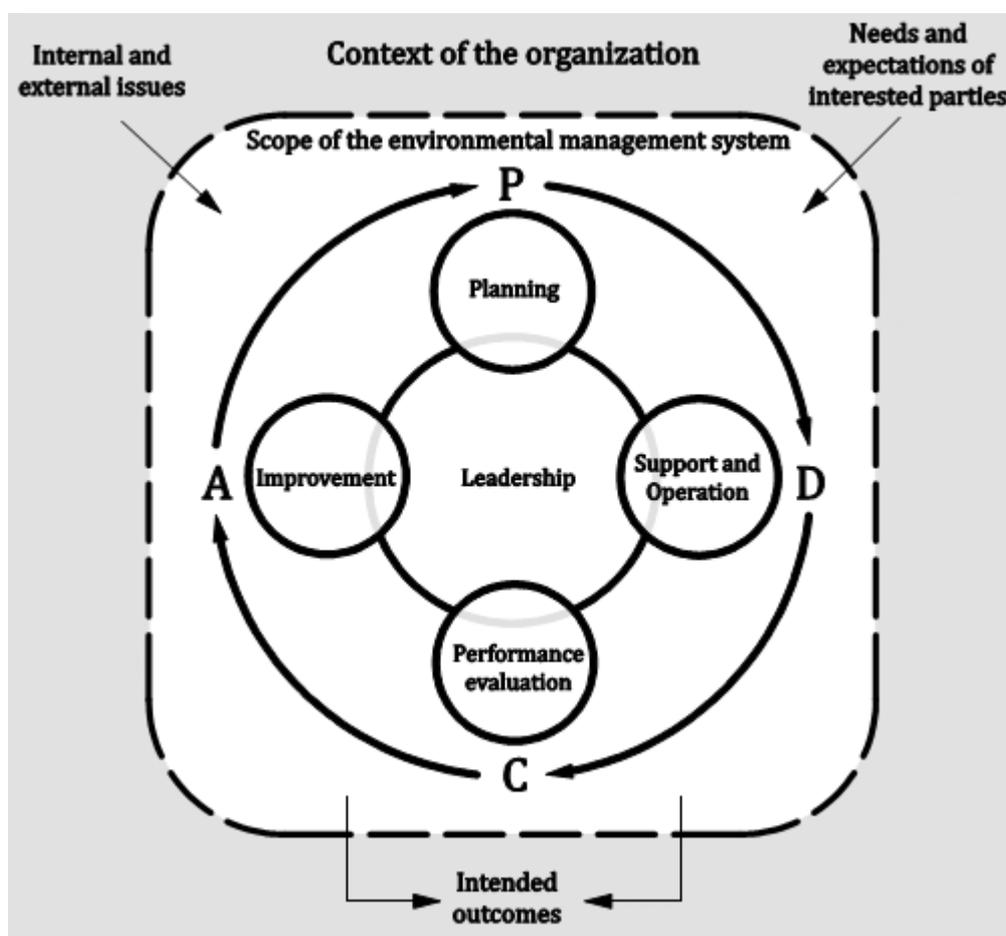
O ciclo PDCA habilita a empresa a assegurar a suficiência de recursos e a identificação de melhorias e pode ser resumidamente descrito, de acordo com a ABNT NBR ISO 9001:2015 – Sistemas de gestão de qualidade – Requisitos:

- Plan (planejar): estabelecer os objetivos do sistema e seus processos e os recursos necessários para entregar os resultados de acordo com os requisitos dos clientes e com as políticas da organização;
- Do (fazer): implementar o que foi planejado;
- Check (cheçar):

monitorar e (onde aplicável) medir os processos e os produtos e serviços resultantes em relação às políticas, objetivos e requisitos, e reportar os resultados; • Act (agir): executar ações para melhorar o desempenho, conforme necessário.

A relação do PDCA com os requisitos das normas podem ser verificados na figura adaptada abaixo:

Figura 1: Relação entre o PDCA e a estrutura das normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007.



Adaptado de ABNT NBR ISO 14001:2015 – Sistemas de gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso

Executar as atividades da CIPA em forma de PDCA é uma forma prática de conduzir a CIPA alinhada aos requisitos das normas de um SGI.

Este alinhamento além de trazer eficiência e eficácia aos trabalhos da CIPA, acarreta em uma boa estratégia de desenvolvimento do SGI, fazendo com que este se dê de forma

menos incisiva, por inserir nos representantes dos colaboradores a cultura de melhoria contínua.

CONCLUSÃO

Com trabalhadores conscientes, bem informados, que auxiliam e se fiscalizam mutuamente, as empresas podem se tornar ambientes com baixos riscos ambientais e à saúde e segurança do trabalhador. A CIPA pode e deve ser utilizada como ferramenta no Sistema de Gestão Integrado, agregando o conhecimento dos trabalhadores sobre o dia-a-dia na empresa e suas problemáticas na redução ou extinção de riscos ao meio ambiente e à saúde e segurança que os trabalhadores estão expostos, exercendo assim a melhoria contínua do sistema.

Infelizmente, o pouco envolvimento e atenção que a alta direção emprega às temáticas de SGI em muitas empresas acaba por motivar a formação de CIPAs interessadas muito mais na estabilidade assegurada que esta comissão oferece, do que a possibilidade de se fazer ser ouvido dentro da organização e trazer melhorias ao ambiente de trabalho.

Um SGI funcional que consiga cativar a CIPA pode agregar melhoria contínua à empresa, aos processos e ao bem estar de seus colaboradores.

Uma mentalidade de prevenção de riscos associada a um sistema de gestão de qualidade, meio ambiente e saúde e segurança estabelece oportunidades para abordar riscos, ampliar os ganhos de processo e beneficiar à imagem da empresa, o meio ambiente e a saúde e segurança dos colaboradores e das partes interessadas.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR ISO 9001:2015 – Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos. 32 páginas, 2015.

ABNT NBR ISO 14001:2015 – Sistemas de gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. 41 páginas, 2015.

BORJA, Ranilson Antonio Mendonça; FERRAZ, André. A gestão de riscos de acidentes de trabalho em obras públicas da Prefeitura de Sinop – MT. Disponível em <
<http://docplayer.com.br/6444070-A-gestao-de-risco-de-acidentes-de-trabalho-em-obras-publicas-da-prefeitura-de-sinop-mt.html>>. Acesso em 06 de novembro de 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 5 – Comissão interna de prevenção de acidentes. De

08 de junho de 1978. Disponível em <
<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR5.pdf>>

Acesso em 30 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 6 – Equipamento de Proteção Individual - EPI. De 08

de junho de 1978. Disponível em <
<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR6.pdf>>

Acesso em 30 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. De 08 de junho de 1978. Disponível em

<<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr7.htm> > Acesso em 30 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

De 08 de junho de 1978. Disponível em <
<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR9.pdf>

> Acesso em 30 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 17 – Ergonomia. De 08 de junho de 1978. Disponível em <
<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR17.pdf> > Acesso em 30 de outubro de 2016.

CERQUEIRA, Niander Aguiar. Sistemas Integrados de Gestão: Uma Abordagem Sob o Enfoque da Responsabilidade Social Corporativa e da Qualidade de Vida no Trabalho. VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 8 e 9 de junho de 2012.

COSTA, Marcio Roberto da, et al. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA): Uma proposta de inclusão da NR 5 (CIPA) no Sistema de Gestão Integrada. Interfacehs – Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, São Paulo, Volume 7, Número 2, p. 105 – 135, 2012.

HODJA, Ricardo Gross. OHSAS 18001: a visão das partes interessadas. Revista Banas Qualidade n. 179, 2007. Disponível em < <http://www.itacbr.com/noticias/ohsas-18001-a-visao-das-partes> interessadas/ >. Acesso em 04 de fevereiro de 2017.

MAIA, Niovan Marques da. A dispensa por justa causa e a garantia no emprego do membro da CIPA. WebArtigos, Iturama/MG, 2014. Disponível em <

<http://www.webartigos.com/artigos/a-dispensa-por-justa-causa-e-a-garantia-no-emprego-do-membro-da-cipa/130558/>>. Acesso em 13 de novembro de 2016.

MARTINS, Milena Silva Rocha. Até onde vai a estabilidade dos cipeiros?. Brum & Advogados Associados. Disponível em <<http://www.brumadv.com.br/2012/11/05112012/>>. Acesso em 13 de novembro de 2016.

OLIVEIRA, João Candido de. Segurança e Saúde no trabalho: uma questão mal compreendida. São Paulo em Perspectiva, 17 (2) 2003.

TECNOLOGIA E SOCIEDADE: UM ENSAIO ACADÊMICO POR UMA RELAÇÃO DEMOCRÁTICA

Alexandre da Silva Oliveira (aluno de Pós-graduação Docência do Ensino Superior SENAC SP); alexandre.abade@gmail.com *.

Resumo: No contexto da revolução da informação, sob a perspectiva da educação superior se faz necessário entender, aprofundar e discutir o papel da tecnologia, sua suposta neutralidade, os absolutos determinantes de controle, sua origem militarmente estabelecida, as pontes para o futuro e a integração social. Pretende-se discutir o equilíbrio destes conceitos pela ótica da teoria crítica da tecnologia ou filosofia da tecnologia.

Palavras-chave: Teoria Crítica da Tecnologia, Determinismo Tecnológico, Educação Superior.

Abstract: In the context of the information revolution, from the perspective of higher education, it is necessary to understand, deepen and discuss the role of technology, its supposed neutrality, the absolute determinants of control, its militarily established origin, the bridges to the future and social integration. It is intended to discuss the balance of these concepts from the standpoint of critical theory technology or technology philosophy.

Keywords: Critical Theory Technology, Technological Determinism, Higher Education.

INTRODUÇÃO

Se por um lado, muitos professores continuam céticos sobre o uso da tecnologia no ensino, enfatizando suas raízes tradicionais e militares como instrumento de controle. Por outro lado, se vê a idealização da tecnologia, vista por muitos como ferramenta neutra e isenta de objetivos em sua construção, a fronteira do conhecimento a ser perseguida e conquistada e o "Santo Graal" do ensino superior globalizado.

Neste artigo buscar-se-á os pontos de equilíbrio destas visões a partir de uma perspectiva crítica, porém equilibrada entre o determinismo e o substantivismo.

Entende-se a tecnologia não como um instrumento neutro, isto porque na verdade está carregada de valores que podem ser influenciados e deve ser apropriada pela sociedade acadêmica (Feenberg, 2010), sem perder de vista que a tecnologia bem como a ciência (Jasanoff, 2003) precisam se submeter ao escrutínio democrático para encontrar seus objetivos sem comprometer a liberdade do indivíduo em uma democracia.

O uso de sistemas cognitivos e algoritmos especializados, ditadores de tendências, compromete a liberdade de escolha das gerações seguintes, vez que sem controle social dentro do universo tecnológico moderno, nos veremos absorvidos pelo determinismo tecnológico, expresso pelas redes sociais suportadas por redes neurais de alto desempenho.

Não se negam as ricas e amplas aplicações da tecnologia ao ensino, acredita-se que são ferramentas indispensáveis ao conhecimento humano e profissional no século XXI. Subversivos de uma ordem capital pré estabelecida no moldes das classes sociais de Karl Marx, afirma-se que a informação tornou-se socializada para todas as classes, através do extenso e escalar uso da Tecnologia da Informação. Uma revolução *per-se* (Castells, 2006).

O que se pretende é submeter ao controle social as decisões e ações de um grupo seleto de "experts" em Big Data, expressado por uma ditadura tecnológica de alto controle que monitora: onde, quando, com quem e o que se está fazendo. Através da combinação avançada de redes sociais, GPS (Sistema de Posicionamento Global), e TCP-IP (protocolo da Internet) embutidos nos onipresentes celulares, expandidos pela da Internet das Coisas (IOT) personificados através dos *gadgets* vestíveis e em última fronteira pela biometria aplicada (leitura de íris, leitura de digitais, reconhecimento facial, etc.). Dito de outra forma, é preciso abrir a "caixa preta", através de uma reforma tecnológica.

Deseja-se contribuir para um futuro melhor e mais sustentável, com pleno uso das tecnologias, porém, dominadas e submetidas aos desejos dos usuários respeitando sua privacidade e direito de escolhas. Neste artigo, postula-se que o processo de submissão da tecnologia pela sociedade deve começar em primeiro plano no ensino, através do entendimento crítico da tecnologia como um construto humano (Morin, 2009) naturalmente complexo que não admite simplificações e está em pleno desenvolvimento e mudança.

O MITO DA NEUTRALIDADE

Nossa jornada começará desconstruindo os argumentos que suportam a neutralidade da tecnologia. Este ramo de entendimento leva em consideração os aspectos utilitários e de aplicação prática da tecnologia. Argumenta-se que a tecnologia é apenas uma ferramenta sem dotação moral e que pode ser administrada pelos homens de acordo com seu livre arbítrio. Assemelha-se ao argumento de que não são as armas que matam, mas os homens que usam as armas para matar. Esta neutralidade sobrevive a uma análise histórica?.

Basicamente são dois os argumentos que demonstram empiricamente a impossibilidade de neutralidade da tecnologia.

- 1- O argumento historicamente construído.
- 2- O controle financeiro das grandes corporações.

Sabe-se que a internet, bem como a maioria das ferramentas de comunicação em massa geminaram e floresceram sob os auspícios das forças armadas dos Estados Unidos da América com fins militares, este fato por si evidencia o corolário pano de fundo das possibilidades de controle e monitoramento que objetivam vis a vis garantir a perpetuação do controle social.

Estas e outras ferramentas tecnológicas foram amplamente desenvolvidas e difundidas especialmente durante e após a segunda guerra mundial, com especial atenção para o fato de que o primeiro sistema computacional perfeitamente operacional tenha sido desenvolvido na segunda guerra mundial (Fonseca Filho, 2007). Em outras palavras, pelo viés histórico, não resta dúvidas sobre as aplicações bélicas por trás das inovações tecnológicas de nossa era.

Por outro ângulo, quando se tratam de questões políticas e econômicas, o oligopólio das empresas de alta tecnologia (Facebook, Google, Amazon, Apple, Microsoft, etc.). Com amplo domínio sobre os grandes volumes de dados transacionais no mundo, através da manipulação da Big Data e da nuvem, colocam em cheque nossa liberdade de escolha, nosso direito à privacidade, nossa individualidade, ou seja, o baixo custo de acesso à informação promovido por estas empresas é largamente recompensado por amplo e irrestrito acesso aos nossos perfis de navegação e padrões de consumo.

Absolutamente chave para este entendimento é justamente a palavra: Consumo.

Do ponto de vista político e econômico, entender, mapear e controlar os padrões de consumo dentro da sociedade de capital é uma apólice de seguro que garante a sobrevivência e a lucratividade destas empresas a longo prazo, além de permitir a dominação estratégica do modelo perpetuado no capitalismo de acumulação. Trata-se da chave do encadeamento econômico exercido por forças de "lock-in" na teoria econômica da inovação (Dagnino, 2008).

Por estes motivos, inexistente neutralidade real na rede. Reticentemente se questiona: Como exercitar a liberdade de uso da tecnologia se os dados particulares e pessoais dos usuários são tomados como moeda de troca por estas empresas? Que liberdade pode haver sob o apogeu desta dominação tecnológica?

A INEVITABILIDADE TECNOLÓGICA

A geração do milênio, também chamada geração Y nasceu imersa na alta tecnologia e desde cedo aprende intuitivamente a utilizar tablets, celulares, telas sensíveis ao toque, sistemas integrados de gestão e controle escolar, dentre outros recursos. Seja como for, desde seus documentos pessoais (RG, CPF, Título de eleitor, Habilitação, Passaporte, Contribuições Sociais, etc.), até mesmo seus perfis acadêmicos e profissionais serão digitais.

Por digitais se quer dizer que a aplicação da biometria sobre seus dados particulares e pessoais lhes serão impostas. Já se vive época socialmente construída onde é aceitável o controle por digitais, identificação por chip de radiofrequência (RFID), cartões magnéticos de identificação e outros com amplas e dramáticas aplicações. Por exemplo, os passaportes brasileiros já contam com reconhecimento facial junto a receita federal brasileira.

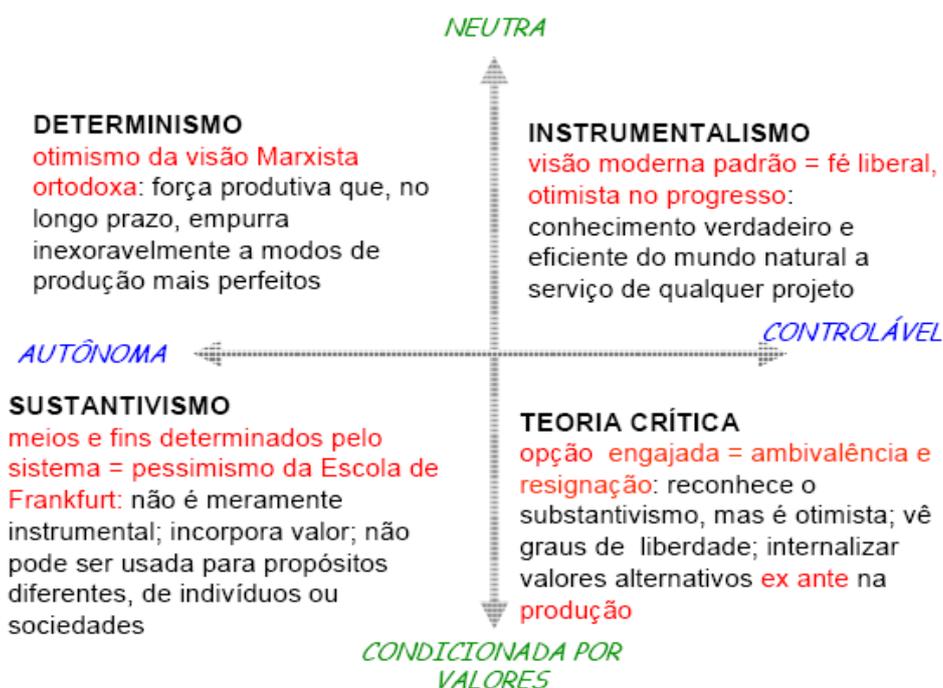
Por inevitabilidade tecnológica afirma-se que através destas e outras tecnologias se perpetuará todo controle social contemporâneo pelos governos, pelas corporações e pela sociedade. Afinal a sociedade civil está sujeita ao Estado, ao Capital e a Tecnologia. Quais alternativas serão construídas para as próximas gerações?

Melhor caminho terá sido traçado pela comunidade de código aberto (*open source*) pelo uso efetivo e democrático da informação altamente especializada em favor da sociedade. A história desta comunidade é marcada pela socialização da tecnologia, fazendo frente aos interesses comerciais de grandes corporações sem nenhuma perda de eficácia ou eficiência, tendo sido por muitos anos a escolha óbvia dos países em desenvolvimento para implementar políticas públicas de uso intensivo de software aberto.

A TEORIA CRÍTICA DA TECNOLOGIA

Neste contexto entre a neutralidade e os valores (eixo X), entre a autonomia e o controle (eixo Y). O autor se posiciona a favor da Teoria Crítica que resumidamente se passa a apresentar.

Figura1: As quatro percepções sobre a Tecnociência.



Fonte: DAGNINO, Renato **Mais além da participação pública na ciência: buscando uma reorientação dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade em Ibero-américa**. CTS+I Revista Ibero Americana de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação Número 7 setembro - dezembro 2006 <<http://www.oei.es/historico/revistactsi/numero7/articulo02.htm>> extraído em 14/08/2017.

Reconhece-se de pronto a submissão social ao Estado e ao Capital, sendo assim a tecnologia assume também os contornos do substantivismo, especialmente sob os inexoráveis ângulos do inescapável "sistema". Contudo, resgata-se o argumento da socialização da informação neste contexto da revolução da informação. Nunca antes a informação teve níveis tão elevados de difusão, velocidade e alcance social.

Há que se valorizar o fato de que o acesso a informação chegou a níveis de custo permeáveis por volumes crescentes de pessoas em lugares até pouco tempo remotos. Este impacto se pode sentir por exemplo na primavera árabe, nos movimentos feministas, no engajamento LGBTs, com crescente apropriação e resistência social em muitos lugares do globo.

Portanto dentro de certos limites, determinados pelo poder econômico e político, a socialização da informação é fonte de contracultura em muitos pontos do globo. Neste sentido, o ensino consciente influenciará as novas gerações, ao passo que se eleva a consciência de nossos alunos, partindo de um aprendizado crítico podem se apropriar da tecnologia sem a ela sucumbir. Isto é, em outras palavras, colocar as tecnologias a serviço da comunidade ao incluir valores sociais no processo de construção do conhecimento, em oposição ao ensino autômato guiado pelo instrumentalismo tecnicista de muitos cursos tecnológicos superiores.

ENSINO E TECNOLOGIA

A Construção do conhecimento crítico no ensino superior tecnológico passa por identificar características, benefícios e limitações das tecnologias pelos docentes, ampliando o escopo dos alunos para uma análise crítica no relacionamento diário com os sistemas tecnológicos. Os benefícios do uso amplo e irrestrito de bases de conhecimento digital proporcionam os meios pelos quais um sem número de pessoas superam a marginalidade através do conhecimento.

A interatividade no ciberespaço permite, entre outras coisas, redes de cooperação interdisciplinar e supra nacionais, ferramentas como blogs, wikis, video blogs, museus on-line, e-books, podcasts, comunicação instantânea, compartilhamento de informações, surveys, video conferências, ensino de línguas e até alfabetização com o menor custo por pessoa já experimentado na história da humanidade.

A perspectiva utópica de alfabetização universal aos poucos pode se tornar viável, mas para tanto se faz necessário apropriar-se das técnicas e metodologias disponíveis, difundi-los ao ponto de reduzir seu custo ao mínimo denominador comum, e assim expandir os valores de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Por este caminho, dando maior amplitude e consciência aos operadores de ensino da responsabilidade histórica que está horizontalmente colocada para a comunidade acadêmica, seja como for, toda contracultura precisa encontrar um meio para influenciar o sistema de dentro para fora. Tal como um vírus que usa recursos do próprio sistema para se fortalecer, nossa missão é carregar os valores sociais no "path" do sistema.

Defende-se o despertar de uma consciência tecnológica vital.

CONCLUSÃO

Trata-se de um ensaio acadêmico em favor do uso consciente da tecnologia na educação superior, longe de esgotar o tema, algumas provocações e inquietações refletem

o espírito do nosso tempo em maior grau uma constante preocupação com o cerceamento das liberdades individuais pelo Estado através da tecnologia e um grito mudo sobre os poderes econômicos que colocam milhares de pessoas na marginalidade do sistema.

Afirma-se que a tecnologia não é neutra, está na verdade carregada de valores e tem seus determinantes. Porém, existem alternativas se a tecnologia submeter-se aos interesses sociais e democráticos, isto é, os interesses da comunidade sempre acima da tecnologia.

A liberdade só poderá ser plenamente exercida na sociedade do conhecimento através da educação crítica. Em outros termos, trata-se de elevar o nível de consciência sobre os benefícios e contra indicações da tecnologia em especial no ensino superior tecnológico, reformar o pensamento para recriar o sistema.

Diferente do desejo das grandes indústrias mundiais de alta tecnologia que fazem crer que a tecnologia encerra um fim em si mesma, defende-se que a tecnologia é um meio pelo qual os objetivos primados da sociedade podem ser alcançados. Ressalta-se que processos e produtos devem ser considerados em seu conjunto.

Deificar ou demonizar a tecnologia é inerte e pouco frutífero em termos de conquistas sociais, são pólos extremos de uma visão parcial, por estes motivos acredita-se que a Teoria Crítica da Tecnologia oferece a melhor alternativa para a vida cidadã neste admirável mundo novo¹, uma visão ampla e crítica.

¹ tomado de empréstimo o título do livro de ficção utópica Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley.

GLOSSÁRIO

- *Caixa Preta*: instrumento de controle da aviação, em sentido figurado cujo conteúdo é lacrado.
- *Experts*: especialistas altamente qualificados.
- *Gadgets*: equipamentos de alta tecnologia como por exemplo relógios digitais, óculos 3D, etc.
- *Lock-In*: Fechado, trancado.
- *Open Source*: Sistemas de Código aberto disponíveis sem custo.
- *Path*: expressão utilizada com duplo sentido, tecnicamente utilizado em programação estruturada e também utilizado em sentido econômico determinado pelas escolhas técnicas.

- *Santo Graal*: Cálice utilizado por Jesus Cristo na última ceia, em sentido figurado, um objeto cobiçado.
- *Vis-a-vis*: expressão francesa face a face, frente a frente.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel **A Sociedade em Rede** 9a. Edição São Paulo Editora Paz e Terra, 2006.
- DAGNINO, Renato **Mais além da participação pública na ciência: buscando uma reorientação dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade em Ibero-américa**. CTS+I Revista Ibero Americana de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação Número 7 setembro - dezembro 2006 <<http://www.oei.es/historico/revistactsi/numero7/articulo02.htm>> extraído em 14/08/2017.
- DAGNINO, Renato **Neutralidade da Ciência e determinismo tecnológico**. Editora Unicamp, 2008.
- FEENBERG, Andrew **A Teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília, UnB/Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2010.
- FONSECA FILHO, Cleuzio - **A história da Computação: O caminho do pensamento e da Tecnologia** - Editora PUC RS - Porto Alegre, 2007.
- JASANOFF, S. **Technologies of humility: citizen participation in governing science**. Editora Minerva 2003.
- LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, pp. 11-38 **Abrindo a caixa de Pandora**. São Paulo 2000.
- MORIN, Edgar **Educação e Complexidade: Os sete saberes e outros ensaios**. 5a. Edição São Paulo, SP : Cortez, 2009.
- ROSENBERG, N. **Por dentro da caixa preta - Tecnologia e Economia. Clássicos da Inovação** Ed. Da Unicamp, São Paulo, 1982.

VISITA GUIADA AO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Marina Marques Rocha (graduanda-USF); marinamarques.mr@gmail.com

Patrick Yuri C. Granconato (graduando-USF); patrick.yuri.grandoso@hotmail.com

Sabrina Moschini (docente-USF); sabrina.moschini@usf.com.br

Resumo: O presente documento tem por finalidade explanar a experiência vivenciada no dia 22 de outubro de 2016, pelos alunos do 2º semestre do período matutino, do curso de Direito da Universidade São Francisco (USF) ao realizarem a visita técnica ao Memorial da Resistência de São Paulo na antiga sede do Departamento Estadual de Ordem e Política e Social (DEOPS). A visita guiada tinha por objetivo conscientizar, despertar a discussão e reflexão a respeito da atuação do Deops/SP, como um dos mais relevantes órgãos de controle social e repressão institucionalizada, e das manifestações de resistência política da sociedade em oposição ao Estado Novo e ao regime militar. Além de visualizarem a exposição do Memorial hoje, instalada no espaço carcerário remanescente, puderam refletir através das rodas de conversa com ex-presos políticos que passaram pelo prédio e foram torturados sobre a importância da luta pelos direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura. DEOPS. Relatos. Experiência. Sobreviventes. Direitos Humanos

Abstract: The purpose of this document is to explain the experience experienced on October 22, 2016 by the students of the second semester of the morning session of the Law course of the São Francisco University (USF) during the technical visit to the Memorial of the Resistance of São Paulo (DEOPS). The purpose of the guided tour was to raise awareness and raise discussion and reflection on the work of Deops / SP, as one of the most important organs of social control and institutionalized repression, and of manifestations of political resistance by society as opposed to the Estado Novo and military regime. In addition to viewing the memorial exhibition today, installed in the remnant prison space, reflecting through the conversation with ex-political prisoners who passed through the building and were tortured on the importance of the struggle for human rights in Brazil.

Keywords: Dictatorship. DEOPS. Reports. Experience. Survivors. Human Rights

INTRODUÇÃO

Iniciada no dia 31 de março de 1964, com um golpe de Estado, a Ditadura Militar perdurou por mais de 20 anos, até a incidência das Diretas Já, movimento civil/político de reivindicação política democrática realizado entre os anos de 1983 e 1984, visando retomar a democracia brasileira. Durante esse período os militares governaram o país utilizando métodos como censura, repreensão, tortura e prisões indevidas. Com atitudes arbitrárias os militares buscavam conter qualquer manifestação em contrário aos ideais militares fosse o âmbito das escolas, universidades, da mídia ou mesmo no ambiente familiar. As populações mais afastadas do epicentro político tinham pouco ou nenhum contato com as mudanças e as injustiças.

Atualmente, observamos muitos que clamam pela ditadura e romantizam o período, como se o mesmo tivesse trazido ordem e progresso à nação, mas talvez por desconhecimento da realidade e dos seus efeitos, em vista dos que dela atuaram ativamente.

Os ativistas que lutavam contra o período ditatorial eram em grande parte estudantes, intelectuais, artistas e musicistas, muitos vistos com cautela por parte maciça da população. Os atos passionais realizados nas manifestações e passeatas eram repreendidos com prisões, tortura, morte e exílio. Muitos artistas tiveram de abandonar o país durante o regime militar, devido a ameaças de morte para si e para suas famílias.

Somente com a Carta Magna de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, os direitos individuais foram garantidos novamente, por força dos princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana, ouvindo os clamores da população por maior isonomia e harmonia; a tortura foi tipificada como crime inafiançável e impassível de anistia, graça ou indulto.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A proposta da visita técnica foi organizada pelos alunos e orientada pela professora da disciplina de Direitos Humanos, Sabrina Moschini, que anteriormente a visita dividiu a sala em grupos que realizaram pesquisas bibliográficas referente aos temas correlacionados ao memorial como: história da ditadura militar, biografia dos ex-presos políticos Aton Fon Filho e Rose Nogueira, a criação do deops, a cultura do país nessa época, comissão nacional da verdade, os filhos da ditadura e a luta pelos direitos humanos.

A experiência contou com visita às celas dos presos políticos, o local de banho de sol, há um acervo voltado para o histórico do edifício e seus respectivos desdobramentos

de controle, repressão e resistência á ditadura, objetos e itens da época, como imagens, fotos, pinturas e maquetes do estabelecimento; livros de registro dos detentos para controle interno.

Ainda no dia da visita foi propiciada uma experiência educativa através de uma roda de conversa com os ex-presos políticos Rose Nogueira e Aton Fon Filho que resistiram contra a ditadura militar e estiveram presos no Deops/SP, eles compartilharam suas experiências pessoais de militância política e atualmente, colaboradores do Memorial, comparecendo sempre que possível para relatar suas experiências vividas ao longo do regime militar. Ambos fizeram uma breve exposição e depois foi aberto para questões dos alunos e dos professores da Universidade São Francisco e da Faculdade Presbiteriana Mackenzie que acompanhavam a visita e a mesa redonda. Alguns alunos já levaram questões de acordo com a pesquisa de seus temas.

Atualmente Aton Fon Filho é advogado e defende as causas de presos políticos e em prol de causas sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e Rosemeire Nogueira é jornalista, militante e presidente do grupo tortura nunca mais de São Paulo.

Em sala de aula houve um debate sobre as percepções dos alunos e sugestões para confecção final do material impresso.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A visita proporcionou uma nova visão sobre o período ditatorial vivido por milhões de brasileiros por duas décadas. Os relatos mostraram as atrocidades e crueldades praticadas pelos militares, evidenciando o trágico período.

Os espaços de memória coletiva e individual nos propiciam um vínculo entre o passado e a vida atual, a importância das conquistas de quem nos relatou suas vivências, os documentos, as imagens ali expostas.

Diante do trabalho realizado por meio de visita técnica, roda de conversa e pesquisa bibliográfica é possível sensibilizar os alunos da importância do exercício da cidadania, da democracia e do respeito e luta pelos direitos humanos.

É preciso despertar para os movimentos de resistência às práticas autoritárias, vivenciar e compreender a história do Brasil através de ações educativas e culturais, desenvolvendo nos alunos percepções emotivas e cognitivas, que os levem a reflexão crítica sobre o valor e importância da conquista dos Direitos Humanos.

PIRACICABA

A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO DETERMINANTE NO ORDENAMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – A CIDADE DE INDAIATUBA

Heloísa Rubim Moraes (Autor); heloisa-rm@hotmail.com *

* Arquiteta e Aluna de Pós-graduação em Design de Interiores do Senac Piracicaba

Resumo: O desenvolvimento urbano no Brasil foi marcado principalmente pela falta de planejamento e a produção de cidades desordenadamente, fenômeno que acontece desde as primeiras vilas. No Estado de São Paulo há o exemplo da Região Metropolitana de Campinas, cuja origem remete às expedições bandeirantes e posteriormente aos ciclos do café e da cana-de-açúcar. O objeto deste estudo é a cidade de Indaiatuba, localizada na região metropolitana de Campinas, entre os rios Jundiá e Capivari no interior do estado de São Paulo. A cidade não possuiu desenvolvimento urbano planejado e nasceu em função de sua abundância de recursos hídricos. O desenvolvimento da malha urbana a partir de influências hídricas é um fator decisivo no crescimento de uma cidade e há exemplos disso desde o Egito até cidades próximas como Piracicaba. Com o desenvolvimento da cidade temos a construção de edificações marcantes para a história do patrimônio de Indaiatuba, como a casa número 1, o casarão do Pau Preto e a igreja Candelária; tais edificações possibilitam o estudo do desenvolvimento arquitetônico baseado principalmente nas origens da casa brasileira. Considera-se também, como fator estratégico para o crescimento da cidade a localização geográfica em relação a cidades importantes como Campinas, considerada a “capital do interior” do estado de São Paulo, Itu, como cidade historicamente importante e ponto final da estrada de ferro Sorocabana e a própria cidade de São Paulo, como capital e centro econômico do Estado. Some-se a isso a conexão com rodovias importantes como a dos Bandeirantes (SP348) e a rodovia Santos Dumont (SP075) além do aeroporto de Viracopos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Urbano; Região Metropolitana de Campinas, Indaiatuba, Crescimento das Cidades, São Paulo

Abstract: Brazil’s urban development was marked for the lack of planning and cities growing disorderly, phenomenon that has happened since the first villages. In the state of

São Paulo, the Metropolitan region of Campinas is the example, whose origin refers to the Bandeirantes' expedition and after that, the coffee and sugar cane cycles. The subject of this study is the city of Indaiatuba, localized in the Metropolitan region of Campinas, between Jundiá and Capivari rivers, on the interior of the state of São Paulo. The city does not have urban development planned and was born after its abundance of hydric resources. The development of its urban mesh after hydric influences is a decisive factor to the growth of a city and there are examples of this since the Egypt until close cities like Piracicaba. With the development of Indaiatuba, we have the construction of outstanding buildings for the heritage history of Indaiatuba, like the first house, Casarão do Pau Preto and Candelaria's Church. Such buildings make the architectural development possible, based mainly in the origins of the Brazilian house. It is also considered, as a strategic factor to the growth of the city, its location regarding significant cities like Campinas, considered the "capital of interior" and Itu with a historical meaningfulness city and end of Sorocabana's railroad and the city of São Paulo itself, as capital and economic center of the State. This is added to the connections with important highways as Bandeirantes' highway (SP348) and Santos Dumont's highway (SP075), beyond the Viracopos' airport.

Keywords: Urban development, metropolitan region of Campinas, Indaiatuba, cities growth, São Paulo

INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte de uma pesquisa feita inicialmente para a produção do Trabalho Final de Graduação I e II do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, sob orientação do Professor Me. Natanael Macedo Jardim entre fevereiro e novembro de 2016.

A pesquisa tinha como objetivo a proposta de projeto de uma universidade de ciência, tecnologia e inovação com foco em arquitetura e engenharias na área industrial da cidade de Indaiatuba. Para que o projeto tivesse embasamento teórico e houvesse a justificativa de implantação, foi então produzida a pesquisa.

O município de Indaiatuba está situado na região sudoeste do Estado de São Paulo, pertencendo à região administrativa de Campinas. Apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 23°05' de latitude e 47°13' de longitude. Dista 99 km de São Paulo, 22 km de Campinas. Faz limites ao norte com Monte Mor e Campinas; ao Sul, com Salto e Itu; ao leste, com Itupeva e a oeste com Elias Fausto (Fig. 1).

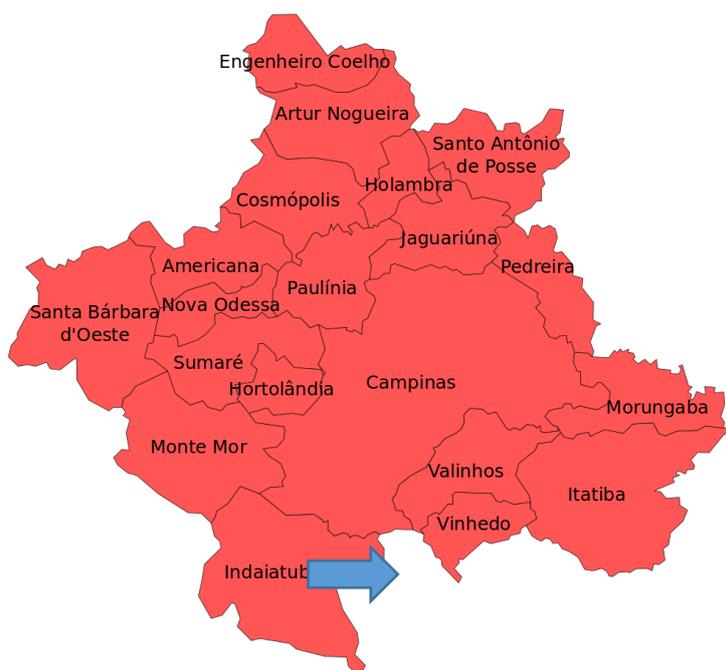


Figura 1: Indaiatuba e a Região Metropolitana de Campinas

Este artigo pretende mostrar o desenvolvimento histórico, social e econômico da cidade de Indaiatuba a partir do viés de seu desenvolvimento urbano e regional. Serão abordados desde a origem da cidade como freguesia da vila de Itu, passando por seu desenvolvimento como cidade em função de sua abundância hidrográfica, a produção rural e posteriormente o desenvolvimento industrial variado que possibilitou o crescimento da cidade como se conhece hoje.

DESENVOLVIMENTO

HISTÓRICO

No que diz respeito à constituição do município, o caminho foi aberto decididamente no século XIX: em 1830, Indaiatuba tornou-se Freguesia da Vila de Itu, e em 1859, foi elevada à categoria de Vila. Já a data de fundação do povoado original é incerta. A tradição oral estabelece que a povoação foi fundada em fins do século XVII, por José da Costa, que teria edificado uma capela de madeira junto ao Rio Jundiá, próximo à foz do Ribeirão Votura (atual Córrego do Caldeira) também conhecido como Córrego Barnabé ou Bela Vista). O povoado teria se iniciado em torno da capela.

Porém existe uma dimensão lendária para a construção da capela: José da Costa, após procurar uma novilha na região

[...] que ia dos campos do pai Pirá até o Rio Tietê", cansado de um dia de andanças teria resolvido matar a sede no Ribeirão Votura e, inesperadamente, ali encontrou uma imagem de Nossa Senhora da Candelária; com a imagem nas mãos teria feito uma prece e, quase que de imediato, encontrado o animal perdido, como por efeito de um milagre (???, 19...).

A este acontecimento estaria relacionada à construção da capela. O pesquisador Scyllas Leite de Sampaio entende que José da Costa teria sido um dos herdeiros de Domingos Fernandes, por sua vez fundador de Itu. Isso justificaria não só a sua presença nas terras que dariam origem ao povoado de Votura, como também a posse destas mesmas terras, e até mesmo a construção de uma capela em devoção à Nossa Senhora da Candelária (Fig. 2).



Figura 2: Igreja Candelária, 1910

Por volta de 1740, os habitantes da povoação original, pouso habitual de tropeiros, teriam se transferido para uma área de terras devolutas existente entre duas sesmarias, a aproximadamente seis quilômetros de distância, na direção de Campinas. A transferência teria sido motivada por uma violenta epidemia de varíola, relacionada, pelos moradores, à insalubridade do local. (CARVALHO, 2004)

Em 1830, além da mudança de denominação (de Cocais para Indaiatuba), houve a elevação do povoado à categoria de Freguesia do Distrito da Vila de Itu (decreto Imperial de 9 de dezembro), em terras desmembradas de Itu, Jundiaí e São Carlos (Campinas). A partir daí, Indaiatuba passou a participar das eleições para a Câmara de Itu e eleger o juiz de paz responsável pela administração da Freguesia. A primeira eleição na cidade aconteceu em 7 de setembro de 1832, no recinto da matriz, como era habitual na época. Em 1859, pela Lei Provincial nº 12 de 24 de março, Indaiatuba foi elevada à categoria de Vila, desvinculando-se, portanto, de Itu, e emancipando-se política e administrativamente: constituiu sua própria Câmara Municipal e passou a eleger seus vereadores. A primeira eleição para a Câmara de Indaiatuba ocorreu em 3 de julho de 1859 - sete vereadores foram eleitos, sendo empossados em 31 de julho do mesmo ano.

Em 1873, com a criação do Termo de Indaiatuba, o município passou a ficar sob a jurisdição de um juiz de fora para resolver suas pendências judiciais. Em 1906, Indaiatuba foi elevada à categoria de cidade (Lei Estadual nº 1.038). Em 1963, foi criada a Comarca de Indaiatuba (Lei nº 8.050 de 31 de dezembro), desmembrada de Itu; tornou-se Comarca da 2ª Entrância em 1969.

OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A ocupação do espaço urbano e rural de Indaiatuba se deu a partir da vila implantada em torno da capela de Nossa Senhora da Candelária (Fig. 2), às margens do córrego Barnabé, em fins do século XVII. Formaram-se então vilas a partir de fazendas originadas para o cultivo de cana de açúcar e posteriormente de café.

A cidade permaneceu dividida em seus antigos núcleos de fazendas que, posteriormente, originaram bairros; porém, vazios urbanos eram um grande problema, além das diversas divisas criadas por marcos naturais, como nascentes e córregos. Por isso, no final da década de 70 foram iniciadas diversas medidas para unificação dos bairros e extinção de vazios urbanos a partir do projeto do Parque Ecológico (Fig. 3.), de autoria do arquiteto Ruy Ohtake, finalizado em 1992.

Apesar dos esforços para aumento da densidade e ocupação de vazios urbanos a densidade bruta da cidade é considerada baixa, chegando a apenas 6,5 hab/ha. A cidade possui diversos parques urbanos como instrumentos estruturadores para a unificação da cidade.



Figura 3: Parque Ecológico de Indaiatuba

QUESTÕES AMBIENTAIS

Com a origem da cidade as margens do Rio Jundiáí e tendo em vista sua tendência e riqueza hídrica, a cidade sempre foi propícia para o plantio de cana-de-açúcar, o que ocorreu durante o século XIX e atualmente se mantém em algumas partes da zona rural. Atualmente o poder público cuida da preservação de nascentes e áreas de proteção, tendo em vista a recuperação da mata ciliar, a monitoração de todas as nascentes e mais recentemente a construção de uma barragem para a preservação dos recursos hídricos da cidade, o que inclui também um plantio de 110 mil mudas de árvores nativas.

INDUSTRIA

O desenvolvimento industrial da cidade se inicia em meados de 1920, quando começam a se instalar no município as primeiras unidades industriais. Entre os anos de 1930 e 1945 instalaram-se diversas indústrias de transformação de madeira e após 1945, as indústrias têxteis.

Na década de 1960, o município recebeu grandes indústrias mecânicas e metalúrgicas. Em 1980, estavam instaladas 422 indústrias no município. Como muitas outras cidades da região, antes da década de 1970, Indaiatuba era uma cidade de predominância rural.

O grande salto em busca do desenvolvimento de Indaiatuba foi dado com a criação do Distrito Industrial em agosto de 1973, no governo do prefeito Romeu Zerbini que criou no ano seguinte uma lei de incentivos às indústrias que se instalassem no município. Em 1970 havia 37 indústrias em atividade na cidade e esse número subiu para 75 em 1975.

As condições para o progresso da cidade seriam favorecidas pelo seu potencial energético, sua localização em relação aos grandes centros industriais e comerciais e as opções de vias de acesso a outras cidades, o que facilitava o escoamento de sua produção e suas relações comerciais. Na década de 1970, a cidade começou a receber grande número de migrantes e a demarcação da área do Distrito Industrial teve que sofrer algumas mudanças, para ceder espaço à ampliação residencial que foi se processando com esse fluxo migratório

Nesse período, alguns empresários começaram a reivindicar a criação de uma unidade do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) na cidade, pois a maior parte da formação profissional dos moradores de Indaiatuba era feita no SENAI de Itu. Essa deficiência começou a ser sanada com a criação da Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura (FIEC), em 1985 e a introdução do primeiro curso técnico de mecânica em 1986.

Posteriormente, o SENAI "Comendador Santoro Mirone" iniciou suas atividades em agosto de 1997 (Fig. 4). Sua instalação é resultado de um convênio entre a Comercial Agropecuária Pimenta, doadora do terreno, a Irmandade de São José, construtora do primeiro prédio em parceria com a Associação das Indústrias do Município de Indaiatuba – AIMI, a Prefeitura do Município de Indaiatuba e o SENAI-SP.



Figura 4: SENAI “Comendador Santoro Mirone” – Indaiatuba

QUESTÕES ECONOMICAS E SOCIAIS

No histórico da cidade vemos o início do desenvolvimento econômico pela agricultura no século XIX, principalmente a cultura de cana-de-açúcar e, a partir da segunda metade do século XIX, também a do café.

Posteriormente, a implantação da indústria em meados da década de XX trouxe indústrias têxteis e de manuseio de madeira. A cidade hoje faz parte do grande desenvolvimento trazido pela implantação do Aeroporto de Viracopos e faz parte da aerotrópolis que nele se aplica.

Seu eixo rodoviário se encontra próximo das principais rodovias do país, o que faz da cidade um ponto focal de investimento e instalação de indústrias como a automobilística (Fig. 5).



Figura 5: Fábrica de automóveis Toyota em Indaiatuba

O IDH do município é de 0,788, o 40º no ranking nacional, porém existem problemas sociais como a segregação espacial e crescimento da criminalidade.

O município atende também à demanda de escolas públicas de educação infantil, fundamental e médio. Existem também duas escolas técnicas do SENAI e a FIEC, escola de ensino profissionalizante implantada pelo governo municipal.

CONCLUSÃO

A partir do estudo direcionado a vários aspectos, concluímos que o desenvolvimento da cidade de Indaiatuba segue um padrão comum às cidades do interior de São Paulo, principalmente quanto à Região Metropolitana de Campinas em relação à produção rural, onde seguiram-se os ciclos do café e posteriormente da cana-de-açúcar e principalmente por fazer parte do ramal da estrada de Ferro Sorocabana, chegando inclusive a possuir a estação final do ramal, anterior a construção da estação de Itu.

Posteriormente, o desenvolvimento industrial, que se inicia rarefeito e diversificado, se intensifica por consequência de políticas de subsídio industrial. Esse aspecto atribuiu um caráter industrial diversificado, possibilitando um crescimento e maior desenvolvimento da cidade de Indaiatuba, se destacando entre as cidades da RMC.

REFERÊNCIAS

A chegada dos primeiros imigrantes e a formação da primeira associação. Disponível em <<http://www.acenbi.org.br/web/index.php?page=a-colonia-japonesa>>

Acesso em 27.02.2016.

Bairro Pimenta em Indaiatuba. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-ub4Txft8_Q>

Acesso em 08.03.2016.

Conheça nossa cidade. Disponível em < <http://www.aciai.com.br/conheca-nossa-cidade>>

Acesso 13.05.2016.

História da Cidade. Disponível em

<<http://www.indaiatuba.sp.leg.br/institucional/historiaindaia.asp>>

Acesso em 25.03.2016

KOYAMA, A.C., Exemplos da Participação de Indaiatuba na economia paulista dos séculos XVIII e XIX.

PIMENTA: Município de Indaiatuba, SP. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/p/pimenta.htm>> Acesso 13 maio 2016, 17:43

Senai São Paulo. Disponível em <<http://indaiatuba.sp.senai.br/>>.

Acesso em 25.02.2016

A PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA DOS COLABORADORES EM RELAÇÃO AO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DE UMA MULTINACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Elizângela de Jesus Oliveira (Universidade Metodista de Piracicaba –UNIMEP; Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); elizoliveirajesus@gmail.com *

Marcio Marques Nabeto (Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); marciovam1982@gmail.com

Wanderson Fortes Barreto (Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); wanderson.barreto@hotmail.com

Camila Pinho Favaretto Alves (Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); milafavaretto@yahoo.com.br

Diogo Tourinho Souza (Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); tourinho.diogo@gmail.com

Ellen Carolina Perez da Costa (Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); ellencarolperez@hotmail.com

Resumo: Esse estudo tem como finalidade identificar a importância de um plano de carreira na percepção dos funcionários de uma multinacional localizada no estado de São Paulo. Essa pesquisa se justifica do ponto de vista acadêmico, pois, uma pesquisa realizada no ano de 2017 nas bases SPELL, ANPAD e CAPES retornaram 33 artigos, o que corrobora a escassez de estudos na área. Do ponto de vista do mercado, os resultados alcançados com esse estudo poderão ser utilizados para pesquisas futuras e do ponto de vista dos autores as análises realizadas nesse estudo retornarão sob a forma de relatório para a empresa pesquisada. Esse estudo, está estruturado em seções, a primeira seção discorre-se sobre o referencial teórico e a metodologia, na segunda seção análise e discussão dos resultados e pôr fim a terceira seção, as considerações finais.

Palavras-chave: justiça organizacional; plano de cargos e salários; percepção dos funcionários

Abstract:

This study aims to identify the importance of a career plan in the perception of the employees of a multinational located in the state of São Paulo. This research is justified from the academic point of view, since a survey carried out in 2017 at the SPELL, ANPAD and CAPES databases returned 33 articles, which corroborates the scarcity of studies in the area. From the market point of view, the results obtained with this study could be used for future research and from the authors' point of view the analyzes carried out in this study will return as a report for the company surveyed. This study is structured in sections, the first section is based on the theoretical reference and methodology, in the second section analysis and discussion of the results and finally the third section, the final considerations.

Keywords: organizational justice; Plan for jobs and wages; perception of employees

1. INTRODUÇÃO

Na economia atual, o mundo empresarial vive em constantes mudanças através das novas tecnologias, consumidores mais exigentes e uma maior concorrência global, o que exige das empresas uma preocupação e um aperfeiçoamento dos seus produtos e serviços e uma constante revisão dos seus processos. Nesse contexto, destaca-se a atuação estratégica do setor de gestão de pessoas que deve buscar cada vez mais alinhar-se aos objetivos organizacionais.

Dessa forma, o setor de recursos humanos assume cada vez mais um papel estratégico ao investir no desenvolvimento do capital intelectual das empresas através da valorização das competências e habilidades humanas. Responsável por várias funções que envolvem desde a seleção, contratação e treinamento das empresas, a área de recursos humanos vem se destacando no âmbito das definições de plano de cargos e salários que sejam compatíveis com as necessidades dos funcionários e das empresas.

A implantação do plano de cargos e salários não deve ser utilizado especificamente para administrar somente salários, mas principalmente para gerar uma perspectiva positiva na percepção do funcionário em relação as políticas de progressão de carreiras que são oferecidas pelas organizações.

Destarte, uma percepção justa do plano de cargos e salários pelos funcionários impacta de forma positiva em sua motivação e rendimento, o que contribui para a retenção de bons talentos e redução da rotatividade de pessoal. Assim, pode se afirmar que uma boa administração do plano de cargos e salários, proporciona benefícios não só para os colaboradores, mas principalmente para o fortalecimento dos vínculos afetivos, com a

internalização da missão e visão corporativa pelos colaboradores, o que contribui para que a empresa seja cada vez mais competitiva e sustentável ao longo da sua trajetória no mercado.

2.DESENVOLVIMENTO

2.1 PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Para que uma empresa possua um ambiente motivador, é importante que haja planos adequados voltados à gestão de pessoal. E, nesse contexto, o Plano de Cargos e Salários constitui-se de um meio básico para isso, já que sem ele outros planos não teriam êxito. A estruturação de cargos e salários tradicional obteve seu auge nas grandes empresas a partir da década de 1960 e, até hoje, mostra-se de grande valia para determinadas organizações, pois tem influência positiva sobre a motivação e a produtividade dos colaboradores (PONTES, 2005; PASCHOAL, 2007).

Pode-se afirmar ainda que a estrutura de cargos é considerada um subsistema da área de gestão de pessoas e que seu correto funcionamento depende de outras variáveis. Além disso, o envolvimento dos funcionários na implantação de uma nova estruturação de cargos e salários é fundamental para seu sucesso (FRANCO, 2008). Dessa forma a remuneração possui relevante intuito de proporcionar agradável clima organizacional, que influencie positivamente no comportamento dos colaboradores, que se empenharão ao máximo para alcançar as metas estabelecidas pela empresa.

O principal objetivo de um modelo de remuneração, contendo definições claras de cargos e salários, é atingir o equilíbrio interno e externo relacionados às tarefas realizadas. Para Franco (2008); Oyadomari; José (2012) o equilíbrio interno pode ser conceituado ou atingido quando existem justificativas de diferenças salariais que são apresentadas aos colaboradores tendo como referência: responsabilidades do cargo, produtividade, conhecimentos, experiências, entre outros fatores.

Já em relação ao equilíbrio externo envolve além das questões internas, a observação do mercado, padrão de remuneração oferecido pelas concorrentes, comparando também as responsabilidades atribuídas aos colaboradores que ocupam do mesmo nível que praticam as mesmas atividades daquele cargo (FRANCO, 2008; OYADOMARI; JOSÉ; 2012).

As empresas que não seguirem as tendências de cargos e salários de mercado e, periodicamente, reverem suas regras internas de carreira, tendem a perder talentos o que provoca uma alta rotatividade em cargos estratégicos ocasionando problemas que podem

impactar em sua competitividade, produtividade e lucro. Outro ponto resultante da não atualização do plano de carreiras é a percepção de um clima organizacional negativo que pode gerar a insatisfação dos colaboradores em relação a vários setores da organização (FRANCO,2008; OYADOMARI; JOSÉ; 2012; SANTOS, 2006).

Reforçam Pereira Filho (2016), que a remuneração também desempenha importante função na geração de valor e na governança corporativa, uma vez que auxilia, por meio da satisfação de seus empregados, uma estabilidade e até mesmo um crescimento do capital dos acionistas. Nesse caso, é necessário, tanto para empresas de capital aberto ou fechado desenvolver uma postura de alinhamento da remuneração à estratégia do negócio no intuito de se manter competitivo no mercado de trabalho.

Assim, é necessário alinhar a geração de valor empresarial às pessoas responsáveis pelo contínuo processo de melhoria dos produtos e serviços que são disponibilizados no mercado. Para que isso ocorra o monitoramento constante quanto à performance de um modelo de remuneração deve ser realizado, pois podem ser afetados negativamente por problemas de implementação e gerenciamento por parte das organizações.

Existem diversos modelos e formas de remuneração que envolve uma remuneração fixa ou variável; direta ou indireta; básica ou por senioridade; por performance; por competência; funcional; por resultados; por habilidade; ou estratégica; sendo esta última, não apenas um modelo, mas uma somatória de várias formas de remuneração no intuito de contribuir para que as empresas possam reter seus talentos, ser almejada no mercado, e sempre promover estímulos que manterão seus colaboradores engajados e produtivos na organização (SABINO e CUNHA; 2016).

Para Rodrigues (2006) as empresas em que não apresentam uma estruturação de cargos e salários adequados podem sofrer impactos negativos quanto ao comportamento de seus empregados. Alguns podem deixar de produzir ou darem o máximo de si no trabalho por considerarem sua remuneração defasada, buscando, com o passar do tempo, outra empresa com melhores oportunidades para trabalhar. Já outros empregados podem notar nessa omissão de políticas claras de cargos e salários a ausência de expectativas de crescimento, buscando melhores oportunidades externas ou acomodando-se em suas funções e não mais se dedicando com afinco ao trabalho e metas estabelecidas pela empresa. Ou ainda, a inexistência de cargos definidos pode levar à confusão de limites de responsabilidades e competências, onde todos se sintam responsáveis por todas as tarefas ou nenhum se sinta responsável por determinada tarefa, não havendo divisão de responsabilidades, podem surgir conflitos entre os empregados.

Portanto, é indispensável a definição de um plano de cargos e salários com adequada estrutura de remuneração que a suporte para que a atuação do profissional na empresa seja a busca constante pela excelência (RODRIGUES, 2006; OLIVEIRA, 2016; FERREIRA, 2016; SOUZA, 2007).

Dessa forma, um adequado modelo de estruturação de cargos e salários tem relação com o comportamento das pessoas da organização, sendo base para que todos os demais planos da administração de recursos humanos possam ser estabelecidos. Outro fator importante é o acompanhamento contínuo das atualizações de cargos e salários com a finalidade de reter e desenvolver cada vez mais capital humano e gestão do conhecimento das organizações. (NUNES, OLIVEIRA, 2016; RIBEIRO; ESTENDER, 2016).

Diante dos novos desafios do setor torna-se necessário atribuir maior importância à área de gestão de pessoas, tendo em vista que um corpo de funcionários tecnicamente capazes e engajados com os objetivos das instituições possibilita tornar a estrutura estatal adequada para enfrentar cenários cada vez mais competitivamente turbulentos (DAVEL; VERGARA, 2009). A saída voluntária de profissionais faz com que a organização incorra em custos (tangíveis e intangíveis) que prejudicam a qualidade e a continuidade do serviço público (WOOD JR; PICARELLI FILHO, 2004; KLEIN, MASCARENHAS, 2014).

Na prática, a importância desse estudo se revela ao tratar a remuneração como um dos instrumentos capazes de contribuir para formação eficiente do quadro de colaboradores, por meio do cumprimento de seu papel de atração e retenção de profissionais. Na próxima seção discute-se a percepção de justiça organizacional.

2.2. PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA ORGANIZACIONAL

O estudo sobre o tema Justiça se desenvolveu especificamente em 1961, com a publicação do livro *Social behavior: Its elementary forms*, onde o autor enfatizou a relação de troca existente entre indivíduos e organização, onde se espera uma proporcionalidade entre as recompensas e os investimentos (HOMANS, 1961). Assim, o surgimento de estudos na área da justiça no trabalho abriu os caminhos para a análise da justiça no contexto organizacional e suas prováveis consequências quando percebida de forma injusta na ótica do trabalhador (ASSMAR, FERREIRA e SOUTO, 2005).

Destarte, um ambiente justo e saudável é essencial para o bem estar da organização, a prática remuneratória deve ser estruturada de tal forma que reforce os valores, crenças e comportamentos alinhados com as atuais demandas da organização e com seu direcionamento estratégico; que estimule a busca de aquisição e estruturação de

conhecimento, bem como seu compartilhamento no contexto empresarial; que sirva de elemento interveniente na capacidade da organização de atrair e reter talentos; e , ao demonstrar coerência, que sustente o comprometimento e estimule ações que estejam de acordo com os objetivos da organização para Omar (2006); Mendonça et al., (2003), a justiça organizacional também está relacionada à percepção do quanto os indivíduos consideram justo ou injusto o modo como são avaliados nas organizações.

Dessa forma, pode-se compreender justiça organizacional como sendo o ramo da psicologia da justiça analisada de forma genérica nos ambientes organizacionais (ASSMAR, FERREIRA E SOUTO; 2005).

Schuster, Dias e Battistella (2013); Birnberg, Luft e Shields (2008); Greenberg (2004) mencionam que, se as pessoas acreditam que a sua relação de resultado versus trabalho é injusta quando comparada a outros trabalhos, essas pessoas estarão mais propícias a desenvolverem comportamentos e emoções negativos.

E para minimizar essas emoções negativas, os colaboradores tenderão a aumentar ou diminuir seus insumos e/ou resultados no seu locus de trabalho (COLQUITT; COHEN-CHARASH e SPECTOR, 2001). A percepção de justiça organizacional pode ser compreendida a partir das dimensões distributiva, procedimental e interacional (REGO; 2002; SOTOMAYOR, 2007).

Nesse sentido, a dimensão distributiva relaciona-se aos fins ou conteúdos alcançados, ou seja, salários, classificações em função dos resultados das avaliações de desempenho, sanções disciplinares aplicadas e participação nos lucros. A dimensão procedimental envolve os meios utilizados para realizar a distribuição dos bônus e dos ônus. Dessa forma, enquanto a justiça distributiva é percebida quantitativamente na forma de compensação que é recebida pelas pessoas, a procedimental é a percepção em relação aos meios que foram utilizados para determinar a recompensa distribuída aos colaboradores (THIBAUT e WALKER; 1975). Reforçam Assmar, Ferreira e Souto (2005, p.444) que "Justiça Distributiva se refere ao conteúdo das distribuições, à justiça dos resultados alcançados, e a justiça processual, diz respeito à justiça dos procedimentos adotados para determinar as distribuições".

Em relação à dimensão interacional pode ser compreendida a partir das dimensões interacional social/interpessoal e interacional informacional. A primeira relaciona-se ao tratamento digno e respeitador adotado pelo superior para estabelecer suas relações interpessoais com os colaboradores (BIES e MOAG; 1986). E a segunda dimensão relaciona-se ao grau de esclarecimento por parte dos gestores aos seus colaboradores sobre as decisões tomadas nas organizações (REGO, 2002).

Para Poole (2007) e Tepper (2001) a percepção de um ambiente organizacional justo tender a promover atitudes positivas.

Nesse sentido, os colaboradores compreendem, acatam e internalizam as decisões da gerência, desenvolvem um comprometimento socialmente favorável, apresentam qualidade no trabalho, satisfação profissional, saúde, bem-estar e harmonia entre os colaboradores (RIBEIRO, & BASTOS, 2010).

Assmar, Ferreira e Souto (2005) ressaltam que os estudos realizados no Brasil sobre a temática de justiça organizacional são esparsos e que é necessário o desenvolvimento de pesquisas nessa linha entre os pesquisadores brasileiros, justificando assim, o desenvolvimento deste estudo.

Tomando-se como pressuposto a multidimensionalidade do construto teórico justiça no contexto organizacional, o presente estudo adotará a definição tridimensional de justiça organizacional que envolve a concepção de justiça nas dimensões distributiva, procedimental; e interacional (SOTOMAYOR, 2007; REGO, 2002; MENDONÇA et al. 2003). Tendo essa discussão e o modelo teórico como referência desse estudo, na próxima seção, discute-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa empírica.

3. METODOLOGIA

Foi aplicado um questionário que teve como objetivo investigar a percepção dos colaboradores quanto as questões de justiça organizacional em relação ao plano de cargos e salários implementado por essa multinacional. Trata-se de um estudo de caráter descritivo e quantitativo, realizado a partir de uma amostra não probabilística, definida conveniência, utilizando-se critérios acessibilidade, experiência pessoal, e conhecimento na função (MALHOTRA, 2006; GIL, 2002).

A pesquisa foi classificada como descritiva, pois descreve as características de determinadas populações e fenômenos utilizando-se de técnicas padronizadas de coletas de dados – questionário (COLLIS & HUSSEY, 2005). Trata-se ainda de um estudo de caso, uma vez que permite uma investigação científica, preservando as características dos eventos da vida real (YIN, 2003).

O questionário foi aplicado presencialmente por um dos autores no local de trabalho. A amostra foi composta por 50 respondentes e para coleta de dados, foi utilizado o questionário (Anexo 1) elaborado a partir da escala de percepção de justiça organizacional validada por Mendonça; Pereira; Tamayo e Paz (2003). Trata-se de uma escala composta por 20 questões e intervalos, onde 1 significa “Discordo Totalmente”, 2 “Discordo

Parcialmente, 3 “Nem concordo Nem discordo”, 4 “Concordo Parcialmente” e 5 “Concordo Totalmente”.

A escolha dessa escala se justifica, uma vez que atende ao objetivo proposto nessa pesquisa. Ressalta-se que para a aplicação do instrumento de pesquisa, foi solicitado a autorização dos diretores dessa empresa multinacional ficando garantido o anonimato. Uma vez coletados, os dados da pesquisa foram tratados no programa de computador SPSS 22.0, sigla que se referente a Statistical Package for Social Science, com estatística descritiva simples. Na próxima seção apresenta-se a discussão dos resultados.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados foram tratados utilizando uma estatística descritiva simples com agrupamento de dados por categoria da escala. Os resultados apresentados em cada tabela mostram que todos os itens do questionário são pertinentes, uma vez que não se observa variação significativa na média e desvio padrão.

Em relação as 20 questões da escala aplicada nesse artigo, serão analisadas as que obtiveram um maior impacto de respostas quais sejam: Q1, Q4 e Q7. Sobre a Q1 Sou recompensado, de maneira justa, por minha responsabilidade no trabalho. É possível inferir que 36,54% dos respondentes concordam parcialmente sobre a percepção de serem remunerados de maneira justa. Tal resultado confirma como a prática remuneratória reforça os valores, crenças e comportamento da organização (DUTRA, 2001; SANTOS, 2010; CROPANZANO et al., 2001; ASSMAR; FERREIRA; SOUTO, 2005).

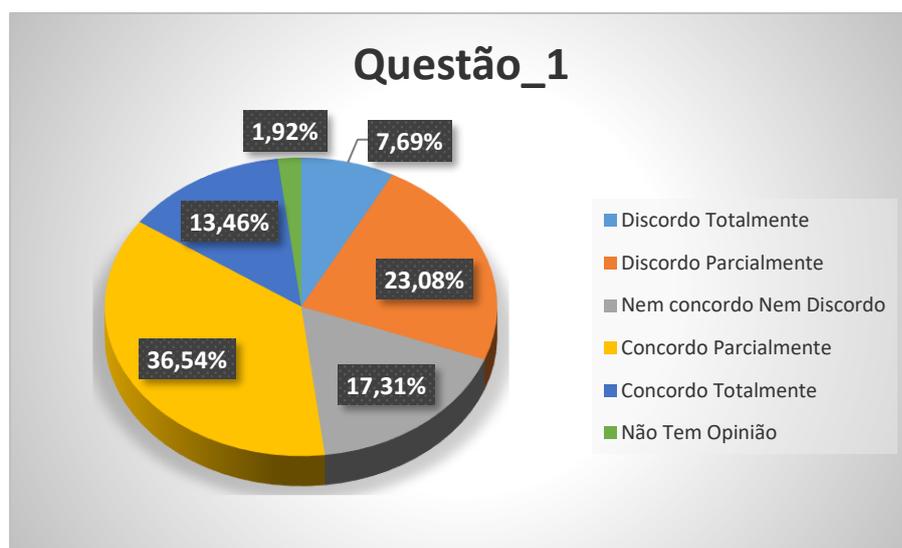


Gráfico: 1

Fonte: Autores

Em relação à Q4 Sou recompensado, de maneira justa, por minha experiência profissional, pode-se afirmar que 32,8% concordam parcialmente sobre ser remunerados de forma justa no que concerne a sua experiência profissional. Esse resultado alinha - se a dimensão distributiva da justiça organizacional que avalia a percepção dos colaboradores sobre o salário recebido em detrimento de suas funções desempenhadas (REGO; 2002; SOTOMAYOR, 2007).

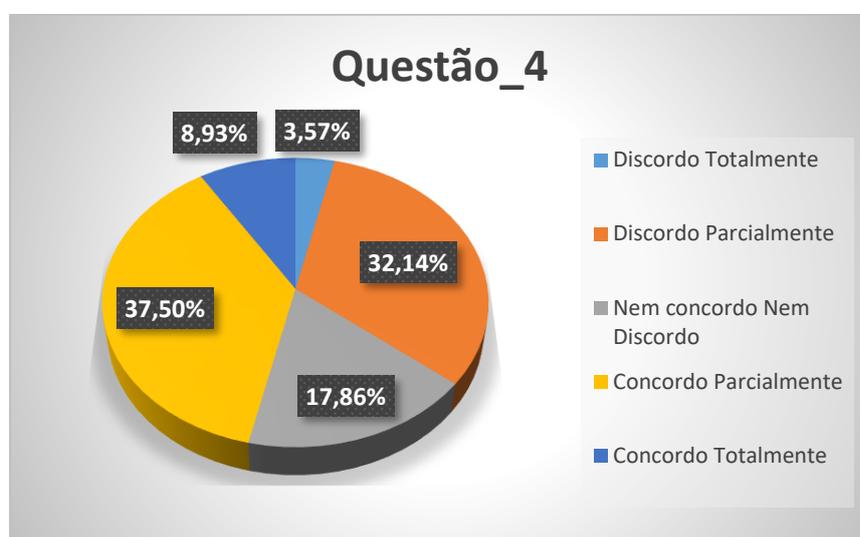


Gráfico:2

Fonte: Autores

Em relação à Q7 "Sou recompensado, de maneira justa, por meus esforços na realização do meu trabalho", observa-se que na Tabela 5 foi considerado o desvio padrão 1,133 e variância 1,284 o que corrobora a fidelidade da questão Questão 7. Os dados respondidos da Q7 são representados e ilustrados através do gráfico 3.

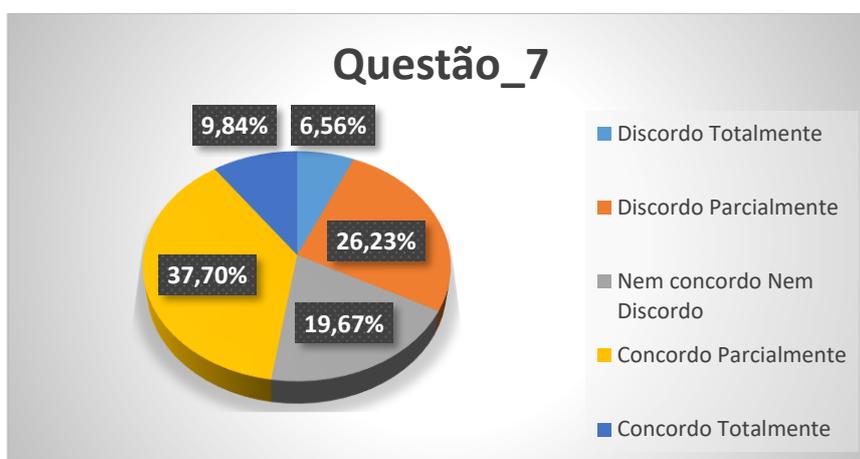


Gráfico:3

Fonte: Autores

Pode-se inferir que 37,70% dos respondentes concordam parcialmente sobre ser remunerados de forma justa quando comparados aos esforços empregados em suas funções e 26,23% discordam parcialmente. Tal resultado merece atenção por parte dos gestores, uma vez que a prática remuneratória é um elemento interveniente na capacidade da organização de atrair e reter talentos (DUTRA, 2001; SANTOS, 2010; CROPANZANO *et al.*, 2001; ASSMAR; FERREIRA; SOUTO, 2005).

5. CONCLUSÃO

Esse artigo teve como objetivo analisar a percepção de justiça dos colaboradores em relação ao Plano de Cargos e Salários de uma multinacional do estado de São Paulo. Para isso, foi desenvolvido um estudo de caso de caráter descritivo e quantitativo, a partir de uma amostra não probabilística, definida conveniência, utilizando-se critérios acessibilidade, experiência pessoal, e conhecimento na função (MALHOTRA, 2006; GIL, 2002).

Os resultados apontaram para uma discordância de percepção de justiça organizacional em relação ao recebimento de uma remuneração justa quando considerados os níveis de responsabilidade, de estresse e quando comparados com os demais salários pagos nessa multinacional (Q7, Q10, Q11 e Q14). Destaca-se, ainda, uma discordância sobre a participação das pessoas na definição de políticas salariais e esclarecimento das decisões por parte dos gestores (Q13, Q20).

Assim, os resultados encontrados alinharam-se aos parâmetros conceituais sobre o tema percepção de justiça organizacional e na empresa pesquisada, observou-se que uma

necessidade de reforço dos planos de cargos e salários nas dimensões distributivas que se relacionam aos fins ou conteúdos alcançados, ou seja, salários, classificações em função dos resultados das avaliações de desempenho, sanções disciplinares aplicadas e participação nos lucros. E na dimensão procedimental, que envolve os meios utilizados para realizar a distribuição dos bônus e dos ônus.

Dessa forma, os resultados dessa apontaram que uma ausência de esclarecimento da justiça distributiva que é percebida quantitativamente na forma de compensação que é recebida pelas pessoas, e na justiça procedimental que é a percepção em relação aos meios que foram utilizados para determinar a recompensa distribuída aos colaboradores (THIBAUT e WALKER; 1975).

Espera-se com esse trabalho ter contribuído para as reflexões sobre o tema percepção de justiça organizacional e sugere-se para futuras pesquisas que os dados tabulados sejam avaliados por cargos com a finalidade de melhor se identificar onde se concentra a maior ausência de percepção de justiça organizacional por nível de ocupação.

6. REFERÊNCIAS

- Assmar, E. M. L., Ferreira, M. C., & Souto, S. D. O. (2005). Justiça organizacional: uma revisão crítica da literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 443-453.
- Bessa, R. O. (2011). *Análise dos Modelos de Remuneração Médica no Setor de Saúde Suplementar Brasileiro – Fundação Getúlio Vargas*.
- Bies, R.; Moag, J. (1986) Interactional justice: Communication criteria of fairness. *Research on negotiation in organizations*.
- Cropamzano, R. e ta (2001)l. Moral virtues, fairness heuristics, social entities, and other denizens of organizational justice. *Journal of Vocational Behavior*, v. 58, n. 2, p. 164-209. ISSN 0001-8791. Disponível em: <Go to ISI>://WOS:000167588500002>.
- Cohen-Charash Y; SPECTOR, P. E. (2001) The role of justice in organizations: a metaanalysis. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, v. 86, n. 2, p. 278-321.
- Colquitt, J. A. (2001) On the dimensionality of organizational justice: a construct validation of a measure. *Journal of Applied Psychology*, v. 86, n. 3, p. 386.
- Collis, J. C., & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em Administração*. (2. ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Franco, J. O. (2008). *Cargos, Salários e remuneração*.

- Guimarães, S. C. (2014). Remuneração Variável no Serviço Público como Fator de Indução na Melhoria do Desempenho do Servidor - Fundação Getúlio Vargas.
- Greenberg, J.(2004). Stress fairness to fare no stress: Managing workplace stress by promoting organizational justice. *Organizational Dynamics*, v. 33, n. 4, p. 352-365, ISSN 0090 - 2616. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000226077000003 > .
- GIL, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Homans, G. C.(1961). Social behavior: its elementary forms. Revised Edition. New York: Harcourt Brace Jovanovich..
- Malhotra, N. (2006). Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4.ed. Porto Alegre: Bookman.
- Malvessi, O. L; Pereira, J. L. F. (2015). Remuneração Executiva e o impacto na Geração de Valor; FGV/Escola de Administração de Empresas de São Paulo.
- Moreira, P. A; Bento, P. A. O; Borges, R. C; Muritiba, P.M. (2016). Modelo de Remuneração na Gestão de Pessoas: A Estruturação Tradicional de Cargos e Salários Ainda Pode Trazer Benefícios - Faculdade Metropolitanas Unidas.
- Mendonça, Helenildes; Pereira, Cícero; Tamayo, Álvaro; Paz, Maria das Graças Torres. (2003). Validação fatorial de uma escala de percepção de justiça organizacional. *Estudos, Goiânia*, v.30, n.1, p. 111 – 130.
- Oltramari, A. P. (2012). Dilemas Relativos ao Processo de Implantação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários. *Encontro Anpad*.
- Oyadomari, J. C. T; Dultra-de-Lima, A. B. Baldussi, C. A. (2012). Modelo de Remuneração Variável Arelada ao Balanced Scorecard - Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Omar, A. (2006). Justicia organizacional, individualismo-colectivismo y estrês laboral. *Psicologia y Salud*, v. 16, n. 2, p. 207-217, jul./dez.
- Oliveira, I. G. S. (2014). Remuneração Executiva e Desempenho: Evidências Empíricas no Mercado de Capitais Brasileiro- Universidade Federal do Espírito Santo.
- Poole, W. L. (2007) Organizational Justice as a framework for understanding union-management relations in education. *Canadian Journal of Education*, v.30, n.3, p.725-748.
- Pontes, B. R. (2015). Administração de Cargos e Salários.17ed. São Paulo: LTr.
- Revista de Administração IMED*, v. 3, n. 1, 2013. ISSN 2237-7956.
- Soares, L. A. C. F.;Filho, A. A. F. S; Junior, A. R. O; Nogueira, R. J. C. C. (2013). Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) e Motivação dos Trabalhadores em Saúde: A Percepção dos Funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus - Universidade Federal do Amazonas.

Soares, A. L. (2012). Pressupostos e Proposta de Modelo para a Remuneração do Trabalho do Médico Cirurgião nas Operadoras de Planos de Saúde - Fundação Getúlio Vargas.

Ribeiro, J. A., & Bastos, A. V. B. (2010). Comprometimento e justiça organizacional: um estudo de suas relações com recompensas assimétricas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(1), 4-21.

Santos, V. (2010). Percepção de justiça na avaliação de desempenho versus folga organizacional dos controllers: um estudo em empresas com sistemas de remuneração por recompensa. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

Schuster, M. D. S.; Dias, V. D. V.; Battistella, L. F. (2011); Mapeamento da temática justiça organizacional e a relação de suas dimensões com comportamento organizacional.

Sotomayor, A. M. S. B. (2007). Avaliação de desempenho e compromisso organizacional: a perspectiva da justiça organizacional. *Revista Universo Contábil*, 3(3), 87-100.

Thibaut, J.; Walker, L.(1979) Procedural justice: A psychological analysis *Va. L. Rev.*, v. 65, p. 1401.

Tepper, B. J (2001). Interactive effects. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, v. 86, p.197-215.

Yin, Robert K.(2003). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. São Paulo: Bookman.

A PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA AGENCIA FRANQUEADA DOS CORREIOS NA BAIXADA SANTISTA/SP

Elizângela de Jesus Oliveira (Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP; Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); elizoliveirajesus@gmail.com *

Rafael Alves Pedrosa (Universidade Metropolitana de Santos –UNIMES; Universidade Santa Cecília - UNISANTA); rafael.logistica@bol.com.br

Diego Serrat Pires (Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); Diego.Pires@rumolog.com

Ettore Magalhães da Silveira (Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); ettore.msilveira@gmail.com

Luiz Henrique Lopes (Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); vendas7@spimportadora.com.br

Rodrigo Sanchez (Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE); sanchexdigo@gmail.com

Resumo: Considerando a atuação estratégica do marketing, a pergunta norteadora desse estudo é: qual a percepção dos clientes em relação ao atendimento prestado por uma agência franqueada dos Correios na Baixada Santista? A empresa pesquisada é uma franquia dos Correios que apresenta como missão de seus valores: transparência, compromisso e qualidade com consumidor; o que a torna apta como objeto de pesquisa desse estudo acadêmico. Esse estudo se justifica do ponto de vista acadêmico uma vez que a literatura sobre atendimento de clientes no contexto de franquias prestadora de Correios é escassa, pois foram realizadas pesquisas na base de dados da ANPAD (3 artigos); Spell (6 artigos) e CAPES (1 artigo), utilizando os descritores da pesquisa o que reafirmou a necessidade de estudos sobre o tema em contextos de franquias dos Correios. Do ponto de vista do mercado, esse estudo se justifica, pois, o resultado dessa pesquisa poderá ser utilizado por outras franquias para avaliarem ou aprofundarem sobre o tema proposto nesse artigo. Do ponto de vista dos autores, esse estudo se justifica, pois as análises e discussões dos resultados serão retornadas para franquia objeto de pesquisa desse estudo, através de um relatório apresentado para o gestor da franquia. A percepção de atendimento dos clientes desse estudo será estudada a partir dos conceitos de marketing de relacionamento e satisfação dos clientes.

Palavras-chave: marketing; percepção de cliente; atendimento ao cliente

Abstract: Considering the strategic performance of marketing, the guiding question of this study is: what is the perception of customers regarding the service provided by a franchised agency of the Post Office in Baixada Santista? The company researched is a franchise of the Post Office that presents as mission of its values: transparency, commitment and quality with consumer; which makes it apt as research object of this academic study. This study is justified from the academic point of view since the literature on customer service in the context of postal service franchises is scarce, since surveys were carried out in the ANPAD database (3 articles); Spell (6 articles) and CAPES (1 article), using the descriptors of the research which reaffirmed the need for studies on the subject in contexts of post office franchises. From the market point of view, this study is justified, since the results of this research may be used by other franchises to evaluate or deepen the subject proposed in this article. From the point of view of the authors, this study is justified, since the analyzes and discussions of the results will be returned to the franchise object of research of this study, through a report presented to the manager of the franchise. The customer perception of this study will be studied from the concepts of relationship marketing and customer satisfaction.

Keywords: marketing; customer perception; customer service

1. INTRODUÇÃO

As organizações necessitam cada vez mais se adaptar aos ambientes corporativos com a finalidade de operacionalizar a sua missão empresarial. Em um ambiente globalizado e competitivo em que os clientes possuem perfis cada vez mais mutáveis, o atendimento com excelência através de produtos e serviços torna-se estratégico para sobrevivência de quaisquer empresas. Dentro de uma visão holística a integração interdepartamental é de fundamental importância para que o cliente tido como consumidor final possa ter suas expectativas atendidas.

Nesse contexto, a satisfação dos clientes é considerada um aspecto-chave na estratégia mercadológica das empresas, uma vez que pode resultar em recompra de produtos e serviços e, por conseguinte, vantagem competitiva às organizações. Dessa forma, a função

de *marketing* nas organizações assume um papel estratégico, uma vez que atinge diretamente a carteira de clientes da empresa.

O marketing surgiu a partir dos anos de 1950, quando os empresários entenderam que precisavam desenvolver estratégias orientadas para fidelização dos clientes, manter as vendas em longo prazo, compreender o perfil de seus consumidores, e não somente disponibilizar vender o produto e serviço no mercado, mas agregar valor a esses produtos e serviços com a finalidade de satisfazer cada vez mais as necessidades e desejos de seus potenciais clientes. (KOTLER, 2005). A partir desse pressuposto, o departamento de marketing em uma organização assumiu como principal finalidade a identificação das necessidades dos consumidores, transformando-as em nichos de negócios cada vez mais atrativos e rentáveis para as organizações. Dessa forma, o conceito de marketing compreende uma satisfação das necessidades empresariais ao gerar lucros e receitas através da satisfação das necessidades dos clientes.

Uma das definições mais simples na literatura acadêmica conceitua o marketing a partir de seus 4 elementos básicos que estão relacionados ao produto/ serviço: preço refere-se a quanto e como será cobrado; praça refere-se ao local onde será disponibilizado o produto; produto/serviço refere-se aos benefícios que serão ofertados ao consumidor; promoção envolve ou compreende as estratégias de divulgação do produto ou serviço. Dessa forma a empresa deve ficar sempre atenta a pelo menos a estruturação e envolvimento dos 4 P's, pois são de fundamental importância para perenidade do negócio. Atualmente existe uma evolução dos 4 P's na literatura acadêmica. Vale ressaltar que quando o marketing é planejado de forma coerente ao negócio transforma-se em uma estratégia para que o objetivo principal da organização seja alcançado.

Destaca-se que nas áreas de atuação do marketing, o setor de relacionamento que apresenta como finalidade a conquista, manutenção dos clientes, desejos e expectativas que são cada vez mais voláteis e carecem de produtos e serviços cada vez mais customizados pelas organizações estratégicas no mercado. Dessa forma, o marketing de relacionamento ao buscar compreender o cliente proporciona formas cada vez mais personalizadas de atendimentos que são percebidas pelos clientes como forma de agregar valor aos produtos e serviços e na ótica das empresas contribuem para sobrevivência organizacional. Nesse sentido, corrobora Pinto (2005), que o marketing de relacionamento surgiu com a finalidade de aproximar estrategicamente clientes e empresas.

Considerando a atuação estratégica do marketing, a pergunta norteadora desse estudo é: qual a percepção dos clientes em relação ao atendimento prestado por uma agência franqueada dos Correios na Baixada Santista? A empresa pesquisada é uma franquia dos

Correios que apresenta como missão de seus valores: transparência, compromisso e qualidade com consumidor; o que a torna apta como objeto de pesquisa desse estudo acadêmico. Esse estudo se justifica do ponto de vista acadêmico uma vez que a literatura sobre atendimento de clientes no contexto de franquias prestadora de Correios é escassa, pois foram realizadas pesquisas na base de dados da ANPAD (3 artigos); Spell (6 artigos) e CAPES (1 artigo) , utilizando os descritores da pesquisa o que reafirmou a necessidade de estudos sobre o tema em contextos de franquias dos Correios. Do ponto de vista do mercado, esse estudo se justifica, pois o resultado dessa pesquisa poderá ser utilizado por outras franquias para avaliarem ou aprofundarem sobre o tema proposto nesse artigo. Do ponto de vista dos autores, esse estudo se justifica, pois as análises e discussões dos resultados serão retornadas para franquia objeto de pesquisa desse estudo, através de um relatório apresentado para o gestor da franquia. A percepção de atendimento dos clientes desse estudo será estudada a partir dos conceitos de marketing de relacionamento e satisfação dos clientes. Este artigo está estruturado em 5 seções, incluindo esta introdução que apresenta o tema, o problema, objetivo e justificativa do estudo. Na segunda seção – Referencial teórico – discute-se o marketing de relacionamento e a satisfação do cliente visando responder à questão do artigo. A terceira seção apresenta a metodologia – caracterização da pesquisa, população e amostra e técnica de coleta e de análise de dados. Na quarta seção são apresentados e discutidos os dados da pesquisa, seguindo-se na quinta seção as considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 MARKETING DE RELACIONAMENTO

O Marketing de Relacionamento pode ser definido como uma estratégia que tem como finalidade criar e manter um relacionamento próximo entre a empresa e seus clientes. Dessa forma, envolve todas as ações estratégicas que visam uma maior proximidade com o público alvo da organização, com a finalidade de manter a perenidade dos negócios empresariais (GORDON, 1998; GUMMESSON, 2002; CROCCO, 2006; KOTLER, 2000, 2008; LAS CASAS, 2008).

De acordo com Gonçalves, Jamil e Tavares (2002), o grande objetivo de uma estratégia de marketing de relacionamento é conquistar clientes e fidelizá-los através de um processo de construção de percepção de confiança nas soluções de produtos e serviços oferecidos pelas organizações. Assim, os clientes passam a atuar como defensores da marca e contribuem diretamente para os resultados financeiros das empresas quando recomendam o *mix* de produtos ou serviços para outros clientes e amigos. Em relação ao conceito de

produtos e serviços, afirma Kotler (2003) que bens são produtos tangíveis, ou seja, passíveis de serem tocados, e os serviços são intangíveis, apresentando como diferenciadores a inseparabilidade, heterogeneidade, intangibilidade e perecibilidade.

Para Kotler (2003), os relacionamentos envolvendo clientes, empregados, fornecedores, distribuidores, revendedores e varejistas constituem-se como o ativo mais importante de qualquer organização, pois está atrelado ao valor futuro do negócio. Assim, o processo de conquista e estabelecimento de relacionamento com os clientes é um desafio para quaisquer organizações, pois quando positivo aponta para um caminho assertivo de sucesso organizacional. Nesse sentido, o marketing de relacionamento pode ser definido, ainda, como um processo que busca garantir satisfação contínua e implementar reforço de fidelização da marca e dos produtos aos indivíduos ou organizações e clientes. Sendo necessária uma identificação, reconhecimento e desenvolvimento de estratégias com objetivo de se conhecer a satisfação desses clientes em relação aos produtos e serviços e oferecidos pela organização (GIANGRANDE, 1999; NICKELS; WOOD, 1999).

Reforçam Kotler (2005) e Crocco (2006) a importância e necessidade do Marketing de Relacionamento com o cliente em uma organização dentro de uma atuação sistêmica. Nesse sentido, as organizações devem implementar estratégias que vão além do marketing centrado somente nos clientes, ou seja, é necessário também que as organizações estabeleçam alianças com sua rede de fornecedores e distribuidores para que possam ser auferidas cada vez mais vantagens competitivas de atendimento aos seus clientes. Um dos resultados dessa atuação sistêmica do marketing de relacionamento, afirma Grönroos (1996), é a sobrevivência da empresa em um ambiente cada vez mais disputado por concorrentes agressivos e a maximização das receitas lucrativas para as organizações. Destarte, as organizações direcionam suas ações para o cumprimento das expectativas dos consumidores através de um relacionamento próximo que proporcione simultaneamente uma rentabilidade estratégica em longo prazo. Portanto, o marketing de relacionamento é uma estratégia que envolve construção e disseminação de marca, prospecção, fidelização de clientes, o que permite às organizações serem reconhecidas pelos seus clientes através de uma percepção positiva no que concerne à prestação de serviços e oferta de produtos. Dessa forma, um dos resultados de um marketing de relacionamento eficiente e estratégico é a redução das chances dos clientes serem atraídos por outros concorrentes e a possibilidade de uma maior percepção positiva de um atendimento ou necessidade/desejo realizados pelas empresas (ZENONE, 2010). Na próxima seção discute-se o conceito de satisfação na percepção do cliente.

2.2 FRANQUIA DE CORREIOS

As franquias dentre suas definições podemos destacar a que menciona a qual os contratos em que uma empresa (franqueador) concede o direito de uso de um ou mais elementos do seu negócio a outra empresa (franqueado). Em troca o franqueador recebe um fluxo de receita. De acordo com Azevedo et al. (2003), normalmente o objeto de franquias são o nome e o logotipo da empresa, mas pode incluir também práticas de gestão como gestão de suprimentos e distribuição.

De acordo com Welsh et al. (2006), os mercados emergentes são um ambiente adequado para a expansão do negócio de franquias devido a diversos fatores. Entre eles estão: mercados não saturados, processos crescentes de urbanização, uma população jovem crescente e um desejo de consumir produtos e serviços com um "estilo de vida ocidental". As vantagens na estratégia de adoção de modelo de negócio como franquias tem como destaques a utilização de *mix* de marketing de sucesso, utilização de tecnologia já recomendada, obtenção de capital de forma eficaz em um curto prazo e baixo custo de monitoramento e controle quando comparamos com a abertura de um novo negócio. (AZEVEDO et al., 2003).

2.3 A PERCEPÇÃO DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE

A busca pela satisfação dos clientes há muito tempo é considerada como um diferencial competitivo, pois conquistar a fidelização de carteira de clientes, através de um atendimento diferenciado, tornando a experiência positiva ao cliente, permite que as organizações se destaquem perante a sua concorrência, gerando um impacto positivo para sua imagem no mercado (KOTLER, 1998; GARBARINO, 1999; ENGEL, 2002). Um cliente satisfeito com os produtos/serviços ofertados pelas organizações está mais propenso a desembolsar quantias monetárias que contribuem diretamente para alavancar as receitas da empresa, além de estreitar uma relação cada vez mais próxima com as organizações, tornando-se um de seus principais parceiros comerciais (REICHELDT; SASSER, 1990; FORNELL, 1992; FARIAS, 2000; SANTOS, 2000). Nesse sentido, Detzel e Desatinick (1995, p.9) afirmam que "a satisfação do cliente é determinante como estratégia para o sucesso de uma organização". Pode-se afirmar, ainda, que quando a satisfação é aliada ao bom atendimento torna-se um aspecto que conduz o cliente ao processo de satisfação de suas necessidades e consolidação da empresa como sua opção de compra de produto ou prestação de serviços (KOTLER, 1998; FARIAS, 2000; SANTOS, 2000).

Em relação à percepção, pode ser conceituada como um processo pelo qual as pessoas selecionam, organizam e interpretam a informação para dar significado ao mundo. Dessa

forma, a percepção irá variar conforme as necessidades do indivíduo (GRÖNROOS, 1990), assim conhecer como os consumidores percebem os produtos das empresas tem sido objeto de preocupação de muitos administradores. Dessa forma um consumidor satisfeito é aquele que desenvolve um processo de percepção de expectativas superadas através dos produtos, atendimento, serviços prestados. Para Kotler (1998, p. 53) a satisfação pode ser compreendida como sendo “[...] o sentimento de prazer ou de desapontamento resultante da comparação do desempenho esperado pelo produto (ou resultado) em relação às expectativas da pessoa”.

A satisfação do cliente, então, deve ser uma estratégia utilizada pelas organizações para operacionalizarem os seus objetivos organizacionais. Nesse sentido, reforça os autores Christensen e Rocha (1999) ao conceituarem a satisfação do cliente como um propósito maior das organizações que buscam sua sobrevivência em longo prazo. Ressalta que o processo de análise da satisfação do cliente é uma forma da organização conhecer o ambiente de mercado, seus pontos fracos e fortes, as opiniões e atitudes dos consumidores, tendências sociais e políticas do mercado. (ARAÚJO; SILVA, 2003). Tal fato justifica a importância enfatizada pelo marketing sobre a chave do sucesso do empreendimento depender de um excelente atendimento, pois representa o ponto de partida para a fidelização do cliente (SANTOS, 2000; SOUSA, 2011).

Dentro da literatura acadêmica, vários autores discutem o significado da satisfação orientada para o cliente, sendo avaliada por dois conceitos, satisfação acumulada e satisfação com uma relação. A primeira se refere à avaliação de várias transações realizadas pelos clientes ao longo de um período de tempo, e a segunda relaciona-se à avaliação imediata pós-consumo. (SANTOS, 1998; ROSSI; SLOGO, 1998; GARBARINO, 1999). Dessa forma as sobrevivências das organizações estão cada vez mais relacionadas estritamente à tradução das especificidades e necessidades dos clientes em produtos e serviços que devem ser operacionalizados e planejados estrategicamente pelas organizações. (FARIAS, 2000; KOTLER, 1998; GARBARINO, 1999; ROSSI; ROSSI; SLOGO, 1998). Para Rossi e Slongo (1998) a pesquisa de satisfação de clientes é preponderante para o estudo e a prática de marketing, comportamento do consumidor e satisfação dos clientes. Nesse sentido, as pesquisas de satisfação de clientes na literatura são abundantes, tanto em livros quanto em artigos publicados em *journals* e revistas, o que aponta a relevância do tema para as organizações. Foram então delineadas três hipóteses:

a) H1: o atendimento prestado pela franquia impacta na satisfação dos clientes;

- b) H2: o marketing de relacionamento correlaciona-se a satisfação dos clientes e vice-versa;
- c) H3: o marketing de relacionamento impacta na percepção dos clientes sobre a oferta de produto e serviços ofertados pela franquia.

Na próxima seção apresenta-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa empírica.

3 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa descritiva em uma empresa franquia dos Correios localizada na baixada santista com o objetivo de descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis (GIL, 1999). O tratamento e análise dos dados foram realizados segundo uma abordagem quantitativa caracterizada pela quantificação na coleta de informação e no tratamento dos dados (RICHARDSON, 1999). A coleta de dados foi realizada por meio de questionário aplicado por meio da própria equipe de pós-venda da franquia. Esse questionário foi composto por 08 assertivas, com 04 itens que avaliam o marketing de relacionamento e 04 itens que avaliam a satisfação do cliente. O público-alvo foi constituído por uma amostra não probabilística, ou seja, selecionada por conveniência, composta por aproximadamente 240 respondentes de um universo de 800 clientes da franquia dos Correios. Os clientes foram escolhidos de acordo com o maior faturamento. O questionário foi encaminhado por e-mail para os clientes.

Essa pesquisa também se classifica como documental, pois foram avaliados os dados disponibilizados pela franquia. Vale ressaltar que esses clientes são pessoas jurídicas que utilizam os serviços ofertados por essa franquia. Por questões estratégicas, a franquia pesquisa não autorizou a divulgação dos nomes dos clientes, e apenas permitiu uma análise descritiva da curva ABC utilizada para se avaliar a percepção dos seus clientes em relação ao atendimento prestado. Na próxima seção, apresenta-se a análise de dados.

4 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para se atender ao objetivo dessa pesquisa, que é analisar a percepção dos clientes em relação ao atendimento prestado por uma agência franqueada dos Correios, em um primeiro momento foram realizadas várias visitas na franquia objeto de estudo dessa pesquisa, onde foi apresentado o modo de prestação de serviços aos seus clientes. A equipe de pós-venda também foi nos apresentada. Em um segundo momento foi

disponibilizado pelo gerente da franquia uma pesquisa documental, onde foi possível ter acesso às questões utilizadas na pesquisa e aos resultados obtidos.

Dessa forma, foi possível verificar que dentro de uma curva ABC – método permitido de análise pela empresa pesquisada; da amostra dos 240 respondentes 80% (pessoas jurídicas de maior porte) responderam que estão muito satisfeito com a prestação de serviços da franquia dos Correios. Em relação aos demais serviços, os 20% (empresas de pequeno e médio porte) declararam estarem satisfeitos com os serviços prestados pela franquia. Vale ressaltar que por questões sigilosas não foi possível apresentar a curva ABC de forma mais detalhada e demais informações sobre a pesquisa realizada. O que se pode destacar nessa pesquisa é sua grande contribuição para o gestor da agência no que concerne a importância das informações para melhoria contínua dos serviços prestados. A empresa franqueada através dessa realizada já implantou diversas mudanças que foram sugeridas pelos clientes, como uniformização do quadro de funcionários que é responsável pela entrega rotineira e eventual de encomendas; a solicitação de coleta que antes era realizada somente via telefone e que agora pode contar com um aplicativo de celular que além de receber a solicitação em momento real realiza o registro do pedido. Na próxima seção apresenta-se as considerações finais. Dessa forma, as três hipóteses levantadas nesse estudo foram validadas:

- a) H1: o marketing de relacionamento está relacionado à satisfação dos clientes e vice-versa;
- b) o marketing de relacionamento impacta na percepção dos clientes sobre o mix de produtos e serviços ofertados pela franquia;
- c) a satisfação impacta na percepção dos clientes sobre o mix de produtos e serviços ofertados pela franquia.

O que justifica a relevância desse estudo para a academia, para o mercado e para os autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi realizada pesquisa descritiva em uma empresa franquia dos Correios localizada na baixada santista com o objetivo de descrever a percepção dos clientes em relação ao atendimento prestado por uma agência franqueada dos Correios. A empresa partiu de um universo de aproximadamente 800 clientes e obteve retorno de 240 respondentes. Pode-se observar que a maior parte dos clientes de grande porte e de grande contribuição financeira demonstraram em uma escala de 1 ou 2: Muito Insatisfeito; 3 ou 4: Insatisfeito; 5 ou 6: Nem satisfeito nem insatisfeito; 7 ou 8: Satisfeito; 9 ou 10: Muito satisfeito;

estarem muito satisfeitos com a forma de atuação dessa agência franqueada dos Correios. Sendo que ainda, os 20% apontaram estarem satisfeitos com os serviços prestados. Essa pesquisa atendeu aos critérios de sigilo exigido pela franquia, por se tratarem de informações estratégicas que não podem ter acesso pelos seus concorrentes.

Ademais, pode-se ressaltar como uma fragilidade da pesquisa a ausência de uma análise estatística mais detalhada em decorrência do sigilo exigido pela agência pesquisada. Para futuras pesquisas, sugere-se uma maior profundidade e trato estatístico dos dados em uma empresa de outros ramos que permita essa acessibilidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, G. C.; SILVA R. P. Teorias da satisfação dos clientes. **Econ. Pesqui.**, Araçatuba, v. 5, n. 5, p. 141-148, mar. 2003. Disponível em:

<http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v5_artigo08_teorias.pdf>.

CROCCO, L. **Marketing**: perspectivas e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.

FORNELL, C. A national customer satisfaction barometer : the swedish experience. **Journal of Marketing**, v. 56, p. 06-21, jan. 1992.

GARBARINO, J. Lost Boys: why our sons turn violent and how we can save them. New York: The Free Press, 1999.

GIANGRANDE, V. Marketing de relacionamento e o papel do ombudsman. In: ANGELO, C. F.; GIANGRANDE, V. **Marketing de relacionamento no varejo**. São Paulo: Atlas, 1999. cap. 1, p. 15-26.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, C. A.; JAMIL, George L.; TAVARES, Wolmer R. **Marketing de Relacionamento**: DataBase Marketing. Rio de Janeiro: Axcel, 2002.

GORDON, I. **Marketing de relacionamento**: estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre. 4. ed. São Paulo: Futura, 1998.

GRÖNROOS, C. Relationship Marketing: strategic and tactical implications. **Marketing Management Decision**, v. 34, n. 3, 1996.

_____. **Service management and marketing**: managing the moment of truth in service competition. Massachusetts: Lexington Books, 1990.

GUMMESSON, E. **Marketing de relacionamento total**. São Paulo: Bookman, 2002.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, P.; ARMSTRONG., G. **Princípios do Marketing**. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e Controle. 5ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAS CASAS, A. L.. **Administração de marketing**: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2008.

NICKLES, W. G.; WOOD, M. B. **Marketing**: relacionamentos, qualidade e valor. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

REICHHELD, F. F.; SASSER, W. E. Zero defections : quality comes to services. **Harward Business Review**, v. 68, p. 105-111, Sept./Oct. 1990.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSI, C. A. V.; SLONGO, L. A.. Pesquisa de satisfação de clientes: o estado-da-arte e proposição de um método brasileiro. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba , v. 2, n. 1, p. 101-125, abr. 1998 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551998000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 mai. 2017.

ZENONE, L. C. **Marketing de relacionamento**: tecnologia, processos e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

CHÁCARA WOLF: ENTRE A MODERNIDADE E A TRADIÇÃO

André Frota Contreras Faraco (Autor); frotafaraco@gmail.com *

Resumo: O século XX, no Brasil, foi marcado por um rico debate no meio artístico e cultural e na arquitetura o dualismo *modernidade* e *tradição* se fez presente. Essa ausência de uma unidade cultural, ideológica e acadêmica foi uma característica da arquitetura não oficial brasileira, podendo ser observada na pluralidade da produção arquitetônica nas cidades dos estados com ascensão econômica mais recente, como é o caso de São Paulo e as cidades do seu interior. Isso se confirma nas edições da *Revista Acrópole*, revista que circulou de 1938 a 1971. Não houve unanimidade para se afirmar a modernidade em edifícios e em paisagens urbanas, sendo esta atribuída a edifícios em estilo eclético, *art déco*, *art nouveau*, neocolonial etc., e não somente aos edifícios protomodernos ou puramente modernos. O dualismo se acirra pelo fato de ser comum encontrar obras arquitetônicas modernas com incorporação de elementos tradicionais e também obras tradicionais com incorporação de elementos modernos e por isso é necessário um estudo mais detalhado sobre essa produção arquitetônica coletiva, compreendendo suas características e qualidades. Localizada em Santa Bárbara d'Oeste, interior de São Paulo, a Chácara Wolf – objeto deste estudo - é um edifício residencial com composição estilística atribuída ao estilo neocolonial, mas que apresenta uma série de características que merecem atenção e uma análise mais aprofundada. Devido às suas qualidades arquitetônicas, o debate se estende para a questão da preservação, já que esses edifícios de arquitetura não-oficial que compõem a paisagem urbana de cidades como Santa Bárbara d'Oeste, além do testemunho histórico, garantem o aspecto típico do local.

Palavras-chave: modernidade e tradição; arquitetura não oficial; detalhes construtivos; neocolonial

Abstract: The 20th century, in Brazil, was marked by a precious debate on the artistic and cultural environment and the dualism *modernity* and *tradition* was present. This absence of a cultural, ideological and academic unity was a feature of the unofficial Brazilian architecture, and it can be observed in the plurality of the architectural production in the cities of the states with more recent economic rise, as is the case of the state of São Paulo and its interior. This is confirmed in the editions of the *Revista Acrópole*, magazine which has circulated from 1938 to 1971. There wasn't unanimity to determinate modernity in buildings and in urban landscapes, being this attributed to buildings in eclectic, *art déco*, *art*

nouveau, neocolonial styles etc., and not to only *protomodern* or simply modern buildings. The dualism will be intensified because it's common to find modern architectural buildings incorporating traditional elements and traditional buildings incorporating modern elements and it's necessary more detailed study on this collective architectural production, understanding their characteristics and qualities. Located in Santa Bárbara d'Oeste, interior of São Paulo, the *Chácara Wolf* – object of this study – is a residential building with stylistic composition attributed to *neocolonial* style, but there are a number of features that deserve attention and further analysis. Due to its architectural qualities, the debate extends to the issue of preservation, since these buildings of unofficial architecture compose the urban landscapes of cities like Santa Bárbara d'Oeste, in addition to the historical testimony, these buildings guarantee the typical aspect of the local.

Keywords: modernity and tradition; unofficial architecture; constructive details; *neocolonial*

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de diversas pesquisas realizadas com diferentes objetivos entre os anos de 2014 e 2017, nas áreas de história da arquitetura e urbanismo, teoria da arquitetura e urbanismo e preservação do patrimônio cultural. Em síntese compreendeu-se, a partir do estudo das características da produção arquitetônica e urbanística de Santa Bárbara d'Oeste nas décadas de 1930 e 1940, o patrimônio como um conjunto de contextos e como representam importantes e relevantes testemunhos históricos de uma época, de conceitos na arquitetura e urbanismo e das transformações pelas quais a cidade passou. Uma publicação local denominada *Álbum Ilustrado de Santa Bárbara d'Oeste*, de 1941, despertou a atenção para o dualismo na arquitetura do século XX entre a modernidade e a tradição, uma vez que conviviam mutuamente na cidade, edifícios ecléticos neocoloniais e *art déco*, e todos recebiam significações modernas. O estilo neocolonial mereceu destaque nas pesquisas por ser um marco na arquitetura brasileira sendo a primeira iniciativa de valorização de suas raízes e de uma identidade nacional que busca inspiração na arquitetura do período colonial, e também por se opor ao classicismo hegemônico, como destaca Pinheiro (2011, p.16-17).

O estilo foi vinculado à Semana de Arte Moderna de 1922, como destaca Bruand (2012, p.61-63), e foi adotado por Lúcio Costa nos primeiros anos da sua carreira, de acordo com Pinheiro (2011, p.183-190). Durante a pesquisa sobre o neocolonial nos arquivos da Fundação Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, foram encontrados registros

fotográficos da Chácara Wolf, edifício com composição estilística neocolonial, reproduzidas da Revista Acrópole nº 169, de 1953.

Em consulta direta ao acervo digitalizado da revista - disponível no sítio digital da FAUUSP, além da Chácara Wolf foi possível observar a pluralidade da produção arquitetônica brasileira no período, que nem sempre esteve atrelada ao que podemos definir como arquitetura oficial.

Resultados dessa pesquisa podem ser apreciados neste estudo com as abordagens supracitadas, tendo a Chácara Wolf como um estudo de caso.

A REVISTA ACRÓPOLE

A Revista Acrópole foi um periódico mensal sobre arquitetura, urbanismo e decoração que circulou entre os anos de 1938 e 1971, com a colaboração de arquitetos-construtores e compôs um importante testemunho de época. Como ressalta Segawa (2014), a revista era de caráter comercial, sem unidade cultural, ideológica ou acadêmica e, portanto, tratava da arquitetura não oficial, aquela que se multiplicava nas cidades. Assim, a revista se tornou indispensável aos arquitetos e estudantes de arquitetura nos anos 1950 e 1960, sendo um meio de conhecer o que realmente era construído no Brasil.

O projeto da Chácara Wolf, aqui descrito, foi publicado em uma matéria de três páginas na edição nº 169 da *Revista Acrópole* de 1953, definindo a residência como "atraente *bungalow* colonial", com planta, cortes, elevação e fotografias internas e externas.

HISTÓRICO DA PROPRIEDADE

O Sr. Antonio Wolf era representante da média burguesia barbareense, tendo notável papel para o desenvolvimento do município no período das décadas de 1930 e 1940 quando exercia a chefia da Estação Ferroviária (FUNDAÇÃO ROMI). Durante o trabalho na estação, o Sr. Wolf e família moravam em uma residência que fazia parte do complexo da estação ferroviária e era destinada ao chefe desta. Quando se aposentou atribuiu ao seu filho, Fabio Wolf – que na época cursava o Científico em Piracicaba – um projeto residencial em sua chácara, rodeada pelos dez alqueires de plantação de cana de açúcar próxima à cidade (REVISTA ACRÓPOLE, 1953).

A SEDE DA CHÁCARA WOLF

A sede da Chácara Wolf (fig. 1), construída em 1949, é uma residência isolada no terreno e é um registro do modo de morar da burguesia na primeira metade do século XX. A adoção

do neocolonial simplificado é um reflexo do gosto dessa média burguesia e, conseqüentemente, do seu estilo de vida. A composição estilística tradicional pode ser caracterizada em alguns aspectos, como a construção em alvenaria de tijolos e o telhado com telhas de barro bastante movimentado, principalmente pelas duas “torres” salientadas na fachada, com largos beirais, soluções amplamente utilizadas na arquitetura neocolonial, como explica Lemos (1989, p.160-200).



Figura 1: Sede da Chácara Wolf, 1953. Fonte: Revista Acrópole, 1953.

OS DETALHES CONSTRUTIVOS E A TRANSFORMAÇÃO DA LINGUAGEM ARQUITETÔNICA

Além da harmoniosa composição estilística, os detalhes construtivos merecem destaque. De acordo com Gregotti (1983, p.536-538), a transformação da linguagem arquitetônica durante a transição do modo de concepção arquitetônica artesanal para o industrial ocasionou uma crise do detalhe, com a perda da capacidade qualitativa da obra arquitetônica e defende a importância da habilidade do autor da obra arquitetônica na concepção dos detalhes construtivos, já que o detalhamento é responsável pela qualificação tectônica da obra por meio do desenho criativo do autor e a relação que ele estabelece entre as partes do projeto.



Figura 2: Janela curva em ferro, em funcionamento perfeito até os dias de hoje.
Fonte: Acervo próprio.



Figura 3: Torre do antigo jardim de inverno. Notar a segmentação das aberturas, a altura da torre, e as saliências nos parapeitos das janelas. Fonte: Acervo próprio.

Os detalhes construtivos da sede da Chácara Wolf são exemplos expressivos de sua importância em uma obra arquitetônica, e respondem com satisfação a transição da tradição artesanal da execução dos objetos para uma produção industrial demonstrada na incorporação de elementos modernos, como a opção por construir a casa em um embasamento, para diminuir os efeitos da umidade, nas janelas em ferro, principalmente a janela curva do escritório (fig. 2), uma satisfatória exploração do potencial técnico e estético do material industrializado, a segmentação das aberturas na torre do antigo jardim de inverno para privacidade e a saliência nos parapeitos das janelas, que não permitem o acúmulo de água da chuva, além das torres mais altas que o restante do volume do edifício para minimizar o uso de calhas (fig. 3).

A MODERNIDADE E A TRADIÇÃO

A residência, apesar de ter sido construída como uma casa rural, é dotada de todo o conforto das residências urbanas da mesma época. A situação da residência em relação ao norte proporciona a boa insolação, princípio fundamental de salubridade. Esse fator é aliado da disposição, da quantidade e da proporção das janelas em relação aos espaços e as áreas das paredes, tornando a construção bastante clara.

Some-se a isso, os detalhes construtivos evidenciam o dualismo presente na época – *modernismo* versus *tradicionalismo*: apesar da estética do projeto estar vinculada ao movimento Neocolonial, o seu programa está ligado ao modernismo, como pode ser observado comparando a planta da residência que o arquiteto modernista João Batista

Vilanova Artigas construiu para ele mesmo, em 1942, em São Paulo (fig. 4) com a planta da residência da Chácara Wolf (fig. 5).

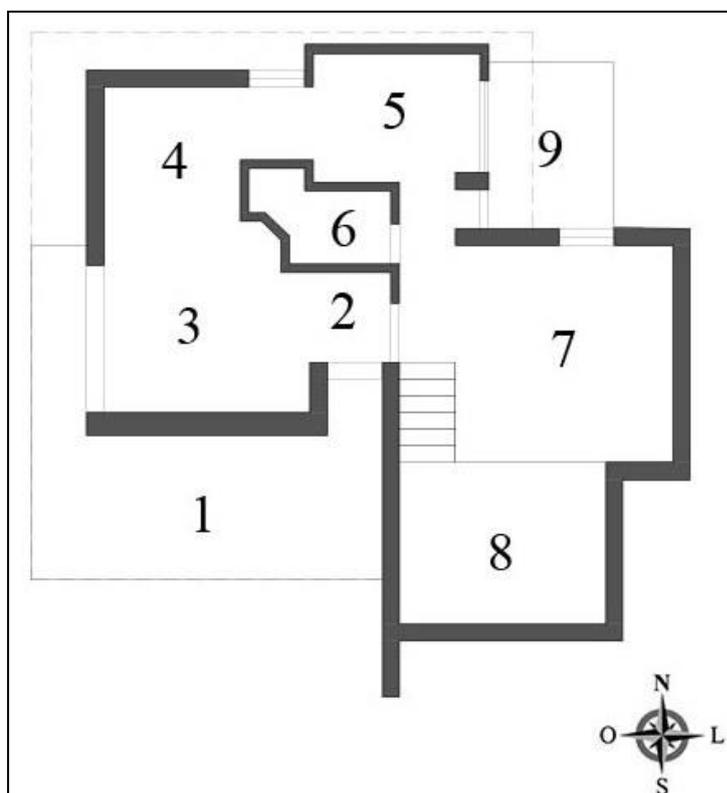


Figura 4: Planta realizada a partir de Kamita (2000) da residência de J. B. Vilanova Artigas em São Paulo, 1942. 1- Terraço; 2 - Hall; 3 - Sala de estar; 4 - Sala de jantar; 5 - Cozinha; 6 - Banheiro; 7 - Dormitório; 8 - Ateliê; 9 - Serviços. Fonte: Kamita, 2000.

No projeto de sua residência, Artigas libera o programa do invólucro gerado pelo volume do projeto mediante as mobilizações a partir do interior, pela intercomunicação fluida entre os ambientes de estar, jantar e cozinha e pelo deslocamento do setor íntimo (dormitório e ateliê) do perímetro quadrangular do volume, como afirma Kamita (2000, p.48-49).

Assim como no projeto de Artigas, onde o volume do edifício se dá pela fluidez dos ambientes internos, o acesso à residência da Chácara Wolf se dá por um terraço e a distribuição é feita através do hall para os ambientes de estar, jantar e cozinha intercomunicados com fluidez, e para os ambientes de escritório e dormitórios. O setor íntimo (dormitórios e o escritório) também é deslocado do volume formado pelo quadrilátero terraço / hall / sala de estar / sala de jantar / jardim de inverno, assim como o setor de serviços, sendo separado pela garagem. Esta tem acesso direto para a residência, o que já mostra o protagonismo do automóvel na época.

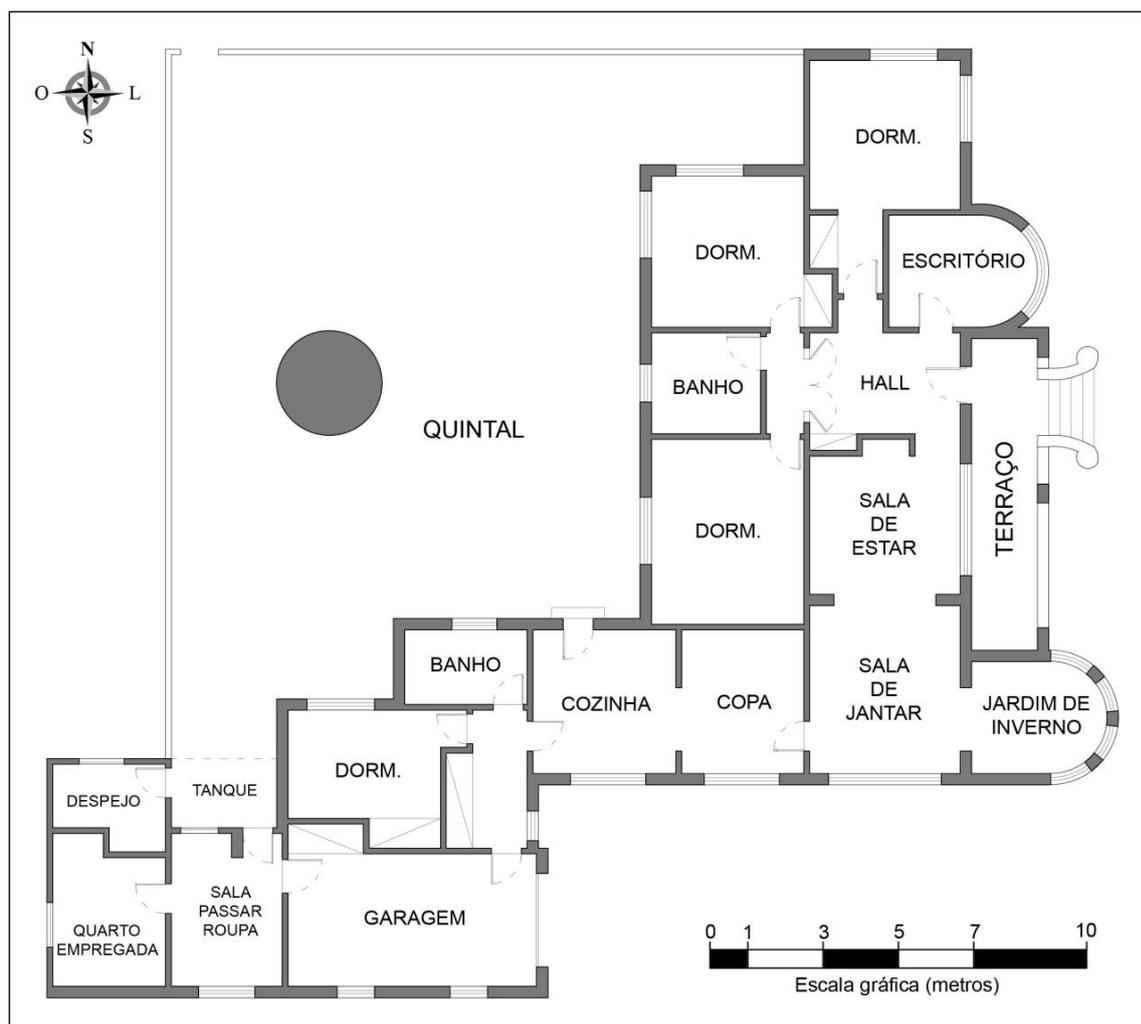


Figura 5: Planta da sede da Chácara Wolf, 1949. Realizada a partir de desenho publicado na Revista Acrópole, 1953.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Chácara Wolf é uma obra característica da arquitetura não oficial brasileira na transformação desta durante o fim da primeira metade e o início da segunda metade do século XX e, portanto, assume importância como relevante testemunho histórico de um processo de transformação na arquitetura – o dualismo entre tradição e modernismo. É evidente que, por trás de uma aparência tradicional, no projeto da Chácara Wolf foram incorporados os conceitos da arquitetura modernista.

Também vale ressaltar que a Chácara Wolf não sendo o único exemplar da arquitetura não oficial em Santa Bárbara d'Oeste e no estado de São Paulo e, considerando o volume de obras que se enquadram nesta classificação, é de suma importância uma análise crítica

dessas obras, uma vez que, como afirma Dvořák (2008, p.83-84), a arte civil antiga (este termo abrange a arquitetura não oficial), pode ser funcional e produto do bom trabalho local, como é o caso da Chácara Wolf. Além disso, como defende Giovannoni (2013, p.66-67), o aspecto típico das cidades interioranas, caso de Santa Bárbara d'Oeste, e o seu valor de arte e de história residem na manifestação coletiva, na vida arquitetônica expressa nas obras menores, ou seja, na arquitetura não oficial.

REFERÊNCIAS

- BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. Tradução Ana Maria Goldberger. São Paulo: perspectiva, 2012. p.61-63.
- DVOŘÁK, M. *Catecismo da preservação de monumentos*. Tradução Valéria Alves Esteves Lima. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. p.83-84.
- FUNDAÇÃO ROMI. *Recordando*. Santa Bárbara d'Oeste. Disponível em: <http://www.fundacaoromi.org.br/fundacao/cultura.php?l=ah_recordando>. Acesso em 23 novembro 2014. 17h35'.
- GIOVANNONI, G. *Textos Escolhidos*. Organização Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê editoria, 2013. p.66-67.
- GREGOTTI, V. *O exercício do detalhe*. 1983. In: NESBITT, K. *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2ª.ed.rev., 2013.p. 536-538.
- KAMITA, J.M. *Vilanova Artigas*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000. p. 11; p.48-49.
- LEMONS, C. A. C. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2. ed. rev., ampl. São Paulo: Nobel, 1989. p. 160-200.
- PINHEIRO, M.L.B. *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural dos Anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2011. p.16-17; p.183-190.
- REVISTA ACRÓPOLE. *Residência do Snr. Antonio Wolff*. Revista Acrópole. a. 15, n. 169, 1952. Disponível em: < <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/169> >. Acesso em 23 novembro 2014. 17h55'.
- SEGAWA, H. *A Acrópole Eletrônica*. São Paulo: FAUUSP, 2014. Disponível em: < <http://www.acropole.fau.usp.br/#> >. Acesso em 23 novembro 2014. 18h.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – AVENIDA CHARME HOTEL

Bruna Possignollo; bpossignollo@my.com

Fabiana Correa; fabiana_sncorrea@yahoo.com.br

George Caetano; georgeascaetano@gmail.com

Juliana Carolina Portella Santão; jcp.santao@gmail.com

Emílio Amstalden; emilioamstalden@uol.com.br

Resumo:

O objetivo do trabalho foi realizar um estudo sobre o Avenida Charme Hotel e determinar quais ações poderiam ser tomadas para que pudesse se estabelecer as metas para um melhor posicionamento de mercado a médio e longo prazo. O Avenida Charme Hotel é um dos mais tradicionais de Águas de São Pedro, fundado em 1942. Sua área de lazer possui piscinas, adulto e infantil com cascatas, salão de jogos, sala de carteador, sala de TV e de leitura. O hotel possui uma excelente estrutura oferecendo aos seus hóspedes, comodidade e conforto e conta com um quadro de 22 funcionários. O hotel possui 55 apartamentos e uma capacidade total de 140 pessoas. O planejamento estratégico formula objetivos para seleção de planos de ação e execução, analisando ambiente interno e externo. A gestão é extremamente importante, pois oferece condições de acrescentar novos elementos de reflexão e ação sistemática e continuada, onde irá implementar o plano, objetivando a obtenção dos melhores resultados, reavaliando e reformulando constantemente todo o processo. Foram verificados alguns pontos de melhorias que deveriam ser acompanhados durante a implementação do plano estratégico da empresa. Acompanhar as novas tecnologias e tendências do segmento; motivar a equipe; manter o relacionamento com os clientes atuais; investir mais no site para o segmento Mobile (tablets e smartphones) - Atualmente 30% das buscas por hotel são mobile. Outro objetivo seria aumentar a satisfação do cliente, que poderia resultar em um aumento da ocupação no hotel, já que muitos viajantes de espelham em avaliações para escolher um hotel.

Palavras-chave: Planejamento, Gestão, Estratégia, Marketing

INTRODUÇÃO

Um planejamento estratégico adequado é aquele que envolve não apenas a alta liderança, como também os executores do plano de ação. Essa preocupação deve existir, pois,

difícilmente uma empresa conseguirá realizar efetivamente um planejamento estratégico de médio/longo prazo sem que a equipe executora esteja engajada com as mudanças propostas. Quanto mais alinhadas estiverem todas as áreas da empresa, maiores serão as chances de sucesso.

Durante o estudo foram pesquisadas formas de planejamento estratégico, sobre o mercado hoteleiro e um levantamento sobre alguns dados específicos do hotel. Foram utilizadas algumas ferramentas específicas que auxiliaram na elaboração e exposição das metas, como a Ishikawa e 5W2H. Como embasamento teórico foi utilizado os conceitos de Michael Porter (1986).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Durante o desenvolvimento desse trabalho foi realizado um levantamento de dados e informações diretamente com a proprietária do Avenida Charme Hotel, como por exemplo taxa de ocupação, valores de diárias de estadias e custos de refeições, valores dos salários dos funcionários, etc. Um dos integrantes do grupo trabalhava na época no setor de RH e já tinha bastante conteúdo sobre quais eram as necessidades do hotel para se atingir os objetivos estipulados. O grupo se reuniu algumas vezes para estudar o conceito de planejamento e quais técnicas seriam adotadas para o cumprimento de metas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Durante o estudo e planejamento estratégico foram definidas algumas metas e pontos de melhorias que se pudessem ser atingidas no tempo determinado de quatro anos e as ações já se iniciariam no primeiro semestre de 2017.

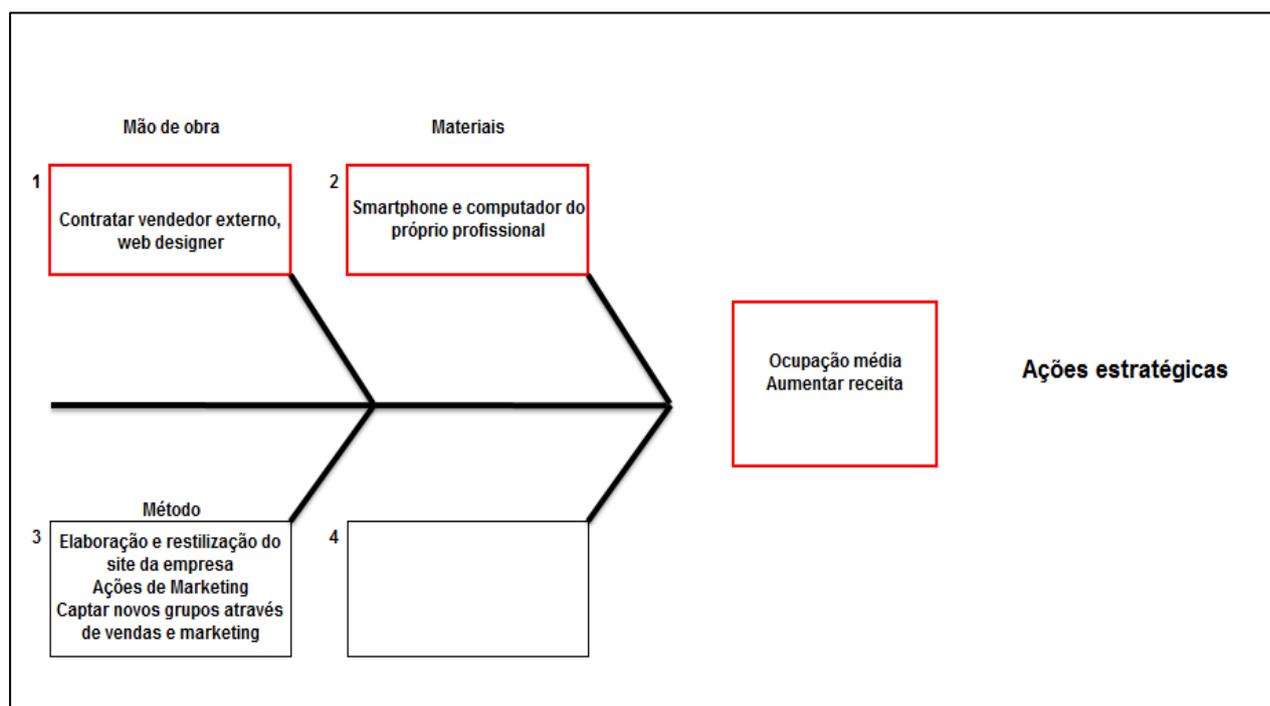
Além de aumentar a taxa de ocupação, o hotel possui a meta de aumentar a receita mensal, a lucratividade por venda e por hóspede, sem interferir na percepção do cliente. E ainda a redução de custos.

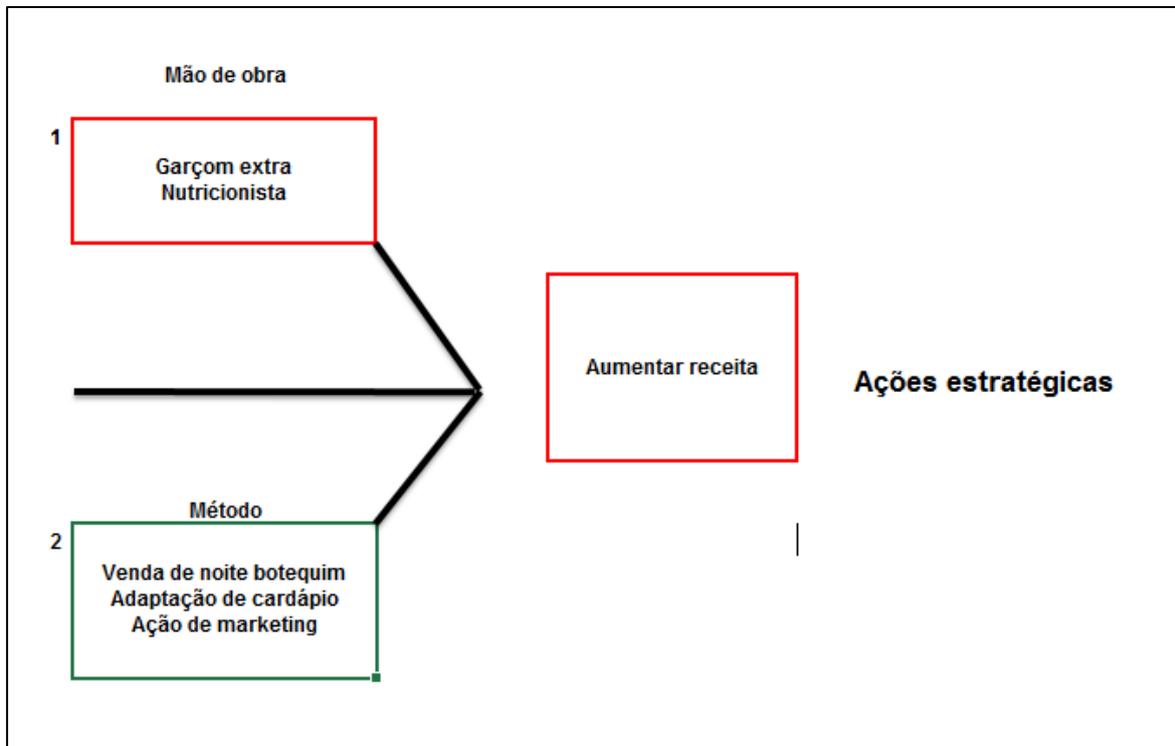
Uma das metas seria atingir até o final do ano de 2020, aumentar a ocupação média semanal para 90 hóspedes, sendo que a cada ano a meta aumentaria em torno de 8%. Além de aumentar a receita mensal, aumentar a lucratividade por hóspede (sem interferir na percepção do cliente) e ainda, a redução de custos.

Abaixo segue tabela detalhada sobre algumas ações que deveriam ser realizadas (método 5W2H e Ishikawa) visando as metas estipuladas.

AÇÕES DE MELHORIAS

O que	Quem	Onde	Quando	Por que	Como	Quanto
Custo das refeições	Nutricionista	Hotel Restaurante	2017	Aumentar a receita. Reduzir o custo das refeições de R\$ 14,00 para R\$ 10,50.	Realinhamento do buffet de alimentos, variação do cardápio de acordo com época, triagem de alimentos mais consumidos. Diminuir perda.	Economia de R\$ 3,50 por refeição
Diminuir perdas	Nutricionista	Hotel Restaurante	2017	Para aumentar receita e evitar desperdícios.	Planejar a quantidade de pessoas para preparar a quantidade necessária de alimentos.	4 a 5%
Diminuir perdas	Nutricionista	Hotel Restaurante	até 2020	Para aumentar receita e evitar desperdícios.	Planejar a quantidade de pessoas para preparar a quantidade necessária de alimentos.	8%
Aumento de receita no restaurante	Proprietária do Hotel	Hotel	2017	Atrair mais grupos e assim aumentar receita do Hotel.	Realizar evento Noite Botequim para entretenimento dos grupos.	Em média R\$ 25,00 de lucro por pessoa
Aumento de ocupação	Vendedor	Estados: São Paulo Rio de Janeiro Minas Gerais	2017 a 2020	Para aumentar a ocupação média.	Buscar mais grupos, convênios com outras agências de turismo.	Ajuda de custo de R\$ 500,00 por 3 meses
Aumento de público lazer	Vendedor Hotel	São Paulo	2017	Para aumentar a ocupação média.	Marketing, Mídias Sociais, E-mail marketing, Mala direta	R\$ 2500,00 mensais
Reformulação do site	Web designer	Agência	2017	Tornar o site mais atraente ao público.	Reformular e estruturar o site	R\$ 1500,00





REFERÊNCIAS

PORTER, M. Estratégia Competitiva. Rio de Janeiro. Elsevier, 1986.

PROPOSTA DE MELHORIA NA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DE ESTOQUE DA MPW LAVANDERIA INDUSTRIAL

Adeilton Caetano dos Santos

Faculdade de Gestão e Negócios

E-mail: adesantos@klabin.com.br

Jessica Pereira Alves

Faculdade de Gestão e Negócios

E-mail: jessicap.alves@live.com

Leandro Mendes

Faculdade de Gestão e Negócios

E-mail: mendes.leandro@hotmail.com

Lucas Facco

Faculdade de Gestão e Negócios

E-mail: lucas-facco@outlook.com

James Pedro Nadin

Faculdade de Gestão e Negócios

E-mail: james@siriusconsulting.com.br

RESUMO

Esse estudo teve como objetivo propor melhorias no processo de gestão de estoque de uniformes da MPW, uma lavanderia industrial localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo através de um estudo de caso detalhado dos problemas encontrados no processo de armazenagem dos uniformes e revisão bibliográfica de artigos e livros de autores referências no assunto. A partir do estudo de caso e o detalhamento bibliográfico foi feita a aplicação de ferramentas importantes para o desenvolvimento de melhores processos no estoque da empresa, como por exemplo definições não utilizadas pela mesma: estoque rotativo, mapeamento do estoque, desenvolvimento de uma área correta de *picking* (área de separação) dos materiais, visando buscar uma melhor disposição dos itens em estoque trazendo uma maior organização e controle do material a ser gerido, uma vez que os uniformes não apresentam um padrão de armazenagem e distribuição.

Palavras-chaves: Logística; Gestão de estoque; Armazenagem; *Picking*; Layout.

1 – Introdução

Neste artigo são trabalhados conceitos e normas logísticas que auxiliam no processo de armazenagem em empresas e indústrias. A partir disso foi desenvolvida uma revisão literária abordando livros de autores que trazem em seus conceitos técnicas e normas para gestão de estoques, tais conceitos, como o *layout* e a disposição de itens, foram inseridos na proposição de melhoria no estoque de uniformes da lavanderia industrial MPW.

Primeiro ponto a ser abordado é a introdução da empresa a ser estudada, sua atuação no mercado, processo produtivo, sua gestão de armazenagem e as técnicas utilizadas pela mesma para controle e organização de seus uniformes.

A partir da análise da empresa e dos problemas encontrados, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica sobre a logística e as formas de gestão e armazenagem de itens dentro do estoque, especificando sua importância vital no processo de gerenciamento industrial.

Finalizando o trabalho é apresentado um novo modelo de *layout* (arranjo físico) e disposição dos itens, visando processos interligados para que ocorra um gerenciamento de movimentações e controle correto e assertivo.

1.1 Caracterização do ambiente de pesquisa

A empresa fundada é a MPW Higienização Têxtil, uma lavanderia industrial de alto padrão, há mais de 20 anos no mercado e atende indústrias nacionais e internacionais dentro dos ramos farmacêutico/veterinário, microeletrônico, alimentício e automobilístico.

Localizada na Estrada Piracicaba/Tupi KM-13 S/N, Jardim Bartira, na cidade de Piracicaba-São Paulo, a MPW é reconhecida no mercado por oferecer a seus clientes soluções completas em uniformização profissional e vestimentas de barreira para salas limpas.

Há menos de um ano a empresa foi comprada por um grupo francês, o Grupo Elis. Hoje faz parte do maior grupo de lavanderias do Brasil. Possui dentre seus maiores clientes hospitais e produtores farmacêuticos bem como indústrias alimentícias e veterinárias.

A empresa lava semanalmente uma média de 34.000 peças no setor convencional, setor voltado para indústrias e empresas que apresentam um maior grau de sujidade nos seus uniformes e 24.000 peças no setor de sala limpa que é a lavagem de uniformes de hospitais e indústrias farmacêuticas, em que tais uniformes necessitam de um controle rígido dos métodos de lavagem devido à necessidade de não contaminação de bactérias e vírus por parte da lavanderia. Atualmente possui aproximadamente 70 funcionários, divididos entre as funções produtivas, administrativas e logísticas.

1.2 Oportunidade de pesquisa

O problema de estudo encontrado na empresa está no estoque de uniformes. Este estoque é utilizado para atender necessidades sazonais de substituição ou utilizado para atender novos clientes.

Através do estudo de processos diários e análise da disposição dos itens em estoque, foi observado que o mesmo apresenta um controle dos processos, disposição de seu *layout*, armazenamento e distribuição como procedimentos ineficazes, o que traz para empresa grande dificuldade de localização e organização daquilo que se possui em estoque.

O processo de mapeamento - que consiste em definir o local em que serão armazenados os itens e descrever detalhadamente onde se encontram - não existe, fazendo com que a retirada dos uniformes seja demorada e difícil.

O controle feito pelo sistema de gerenciamento de estoque não apresenta um apontamento correto do que está armazenado, pois não é feita movimentação dos itens no sistema, apenas saída física. Desta forma, a empresa não tem conhecimento daquilo que possui em estoque e qual o valor do mesmo.

1.3 Objetivos

A pesquisa tem por objetivos:

Objetivo geral:

Propor um procedimento para melhor gestão e organização do estoque.

Objetivos específicos:

- a) Apresentar a teoria sobre layout: endereçamento do material armazenado, distribuição correta das colunas de armazenagem, introdução de uma área de *picking* eficiente;
- b) Definir procedimentos internos para melhor controle dos itens em estoque, como por exemplo o aumento do número de inventários de anual para semestral.

1.4 Justificativas da pesquisa

A partir de estudos de gestão de estoques, no decorrer do curso Superior de Tecnologia em Logística, foi decidido que o tema gestão de estoques seria um facilitador para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que foi possível absorver muito conhecimento acerca do tema nos anos estudados. Com isso, decidiu-se trabalhar o problema dentro da Lavanderia Industrial para poder aplicar os conceitos aprendidos e desenvolver proposta de melhorias para o estoque abordado.

1.5 Estudo de caso

O artigo baseou-se em uma revisão bibliográfica em artigos e livros que dissertam sobre a logística, o processo de gestão de estoques e sua importância dentro das empresas e indústrias, como por exemplo a obra Administração de Materiais de Tony Arnold e outros títulos além de artigos acadêmicos que tratam da temática em tela.

2 Definição de Logística

A logística passou a ser uma fonte de vantagem competitiva, isto porque na sua nova configuração estratégica, a logística está se tornando um facilitador crítico para integrar uma visão sistêmica de gerenciamento da empresa, além de se adaptar às novas exigências de desempenho e representando uma nova visão empresarial (BALLOU, 2008).

Entende-se por Logística como “o processo de planejamento, implantação e controle do fluxo eficiente e eficaz de mercadorias, serviços e das informações relativas desde o ponto de origem até o ponto de consumo com o propósito de atender às exigências dos clientes” (BALLOU, 2006, p. 20).

Para Severo Filho (2006) a logística é a organização do fluxo dos materiais, desde o fornecedor até o cliente final. O processo envolve todas as funções de compras, planejamento e controle de produção (PCP) e, distribuição. Exige um fluxo efetivo de informações e uma estreita conformação com as necessidades dos clientes.

Martins; Alt (2005, p. 8) afirmam que a “logística é responsável pelo planejamento, operação e controle de todo o fluxo de materiais e informações, desde a fonte fornecedora até o consumidor”.

“Um fator relevante é a boa administração logística interpretando cada atividade na cadeia de suprimentos como contribuinte na agregação de valor. ” (BALLOU, 2006, p. 15).

O gerenciamento da cadeia de suprimentos destaca as interações logísticas entre as funções de *marketing*, logística e produção no âmbito de uma empresa, buscando oportunidades para melhoria dos custos ou serviços aos consumidores por meio da coordenação e integração dos integrantes das funções, já que os custos logísticos representam 50 a 60% das vendas. (BALLOU, 2006)

2.1. Logística x Custos

As organizações precisam conhecer as atividades logísticas e o custo representado para a empresa. Portanto, é necessário entender quais são esses custos. Copacino (1997) afirma que o conceito de custo total é baseado no inter-relacionamento dos custos de abastecimento, produção e distribuição, cujo objetivo é a minimização dos custos com

transportes, armazenagem e movimentação de materiais/produtos, embalagem, manutenção de inventário, tecnologia de informações e tributos.

Os custos logísticos consomem em média 13,5% da receita das empresas, portanto, a busca por redução de custos faz com que as organizações desenvolvam projetos muito bem pensados para que possa diminuir esse percentual de forma que não prejudique os clientes.

Os estoques representam um dos ativos mais importantes do capital circulante e da posição financeira da maioria das companhias industriais e comerciais. Sua correta determinação no início e no fim do período contábil é essencial para uma apuração adequada do lucro líquido do exercício. Os estoques estão intimamente ligados às principais áreas de operação dessas companhias e envolvem problemas de administração, controle, contabilização e principalmente de avaliação. (IUDICIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000, p.101).

A logística interna da organização deve obedecer aos procedimentos previamente implantados, visando melhorar a cada dia o controle interno. "Dentre estes controles internos, a acuracidade de estoque é um indicador de qualidade e confiabilidade da informação existente nos sistemas de controle, contábeis ou não, em relação à existência física dos itens controlados". (SUCUPIRA; PEDREIRA, 2008, p. 35).

2.20 que é estoque?

Atualmente o estoque é visto com grande relevância em seu gerenciamento, pois representa um dos investimentos mais elevados da organização.

Slack, Chambers e Johnston (2009) afirmam que estoque é a acumulação armazenada de recursos materiais em um sistema de transformação, e também qualquer recurso transformador de capital.

Arnold (1999, p. 12) ressalta que "estoques são materiais e suprimentos que uma empresa ou instituição mantém, seja para vender ou para fornecer insumos ou suprimentos para o processo".

O estoque de uma empresa é um dos principais aliados para o bom atendimento ao cliente, além de melhorar o nível de serviço, incentivar economias na produção, age como proteção contra aumento de preços, porém existe uma grande possibilidade de ser seu principal gargalo.

Slack, Chambers, Johnston (2009) e Arnold (1999) citam alguns tipos de estoque:

- a) Estoque de segurança: é feito para cobrir flutuações aleatórias e imprevisíveis do suprimento da demanda ou do *lead time*.
- b) Estoque de antecipação: é feito para nivelar a produção e a reduzir custos de mudanças de taxas de produção, pois as flutuações são previsíveis.
- c) Estoque de transporte: São os estoques que estão em trânsito entre o ponto de estocagem ou de produção.
- d) Estoque de tamanho de lote: são os itens comprados ou fabricados em grandes quantidades maiores que o necessário para determinados estoques.

Em geral, pode-se concluir que as empresas necessitam de um estoque correto para manter-se no mercado, pois é um dos fatores que pode ajudar a amortecer os impactos causados pelas altas demandas que o mercado está oferecendo.

2.3 Gestão de Estoques

A **gestão de estoque** busca garantir a máxima disponibilidade de produto, com o menor nível de estoque possível. Estoque que não gira, é capital parado e, portanto, dinheiro mal utilizado.

Ching (2001) define gestão de estoque não apenas como um meio de reduzir custos, mais se colocada em prática como um conceito integrado, a gestão de estoques se torna uma ferramenta de estratégia fundamental para a sobrevivência do negócio.

A gestão de estoque tem tanta importância e deve ser planejada, pois por meio dela, a organização pode realizar estratégias frente ao capital de giro e fidelizar clientes suprindo a demanda do mercado. Quando é realizada com excelência, pode causar um efeito positivo para a organização, pois aumenta significativamente o nível de serviço oferecido aos clientes.

No entanto, quando a gestão de estoque é executada com deficiência, a empresa tem grandes possibilidades de perder capital, clientes e a concorrência ganha mais espaço no mercado.

2.4 Administração de materiais

Atualmente a administração de materiais é vista com tanta relevância que se tornou uma das atividades principais dentro da organização. É por meio dela que as empresas

obtem vantagens competitivas em relação aos concorrentes e a oportunidade de atender o cliente no momento em que ele precisa (MARTINS, ALT, 2005).

Administração de materiais é a função coordenadora responsável pelo planejamento e controle do fluxo de materiais, no qual seus objetivos são: maximizar a utilização dos recursos da empresa e fornecer o nível requerido de serviços ao consumidor (ARNOLD, 1999).

Para que a organização alcance o auge de recursos e da lucratividade é preciso que a mesma esteja em sintonia com o planejamento e controle do fluxo de materiais, contribuindo na minimização de custo, pois quando este processo é realizado de maneira eficaz, garante que os materiais estão sendo controlados e os recursos bem administrados. (ARNOLD, 1999).

Martins; Alt (2005 p. 50) enfatizam que os principais aspectos da administração de materiais são a administração de recursos, sistemas de controle e de informações e processos, que “se baseia em técnicas que integram a tecnologia da manufatura e aperfeiçoam a utilização de pessoas, materiais e instalações ou equipamentos”.

As empresas que utilizam a administração de materiais como critério fundamental para obter um melhor desempenho no fluxo de materiais e produtos acabados, podem reverter os desperdícios e prejuízos ocasionados nestas atividades em lucros para a organização, além de melhorias nos processos.

2.5 Planejamento x Armazenagem

Devido a intensa rotina operacional do dia-a-dia a quantidade de falhas operacionais tem sido frequente, entre estoque físico e o registro no sistema de controle de produtos.

A dificuldade de conciliar as informações do estoque físico com o sistema de controle é a problemática comum nas empresas. No entanto, assegurar a exatidão das informações é uma necessidade para que a empresa consiga manter-se no mercado (GASNIER,2002).

Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 20) “ter produtos e serviços confiáveis pode ser uma forma das organizações obterem vantagem competitiva e que nenhum processo, no entanto, é perfeito e falhas podem ocorrer”.

3 Apresentação da Proposição de Melhorias Viáveis

Analisando o funcionamento do estoque na lavanderia industrial, pode-se perceber que os processos para armazenagem de uniformes apresentados pela mesma são ineficientes e a distribuição dos itens no estoque não proporcionam mobilidade e fácil localização, isso porque tais itens estão dispostos sem controle do local de armazenagem,

sem um fluxo contínuo e sem um mapeamento específico, ou seja, não se consegue gerir tudo que se tem em estoque, uma vez que não se sabe ao certo o que a empresa possui armazenado nele.

A partir disso são propostos os tópicos abaixo, para que a distribuição dos itens em estoque possa se tornar um facilitador para sua gestão e controle.

3.1 Divisão dos uniformes em estoque

Tratando-se de uma lavanderia, a MPW armazena uniformes utilizados pelos seus clientes. Dentro do estoque existem uniformes novos (que nunca foram utilizados) e uniformes usados (estes foram utilizados em contratos com clientes, e após o encerramento do contrato retornam para a lavanderia).

Tanto os uniformes novos, quanto os usados são armazenados em caixas de papelão, tais caixas são empilhadas formando fileiras. Duas fileiras de caixas agrupadas formam uma coluna. Podemos visualizar tal distribuição ao fundo da Figura 1.

Não existe nenhum mapeamento das colunas, ou seja, não se sabe ao certo o que está armazenada em cada uma.



Foto 1 – Armazenagem dos uniformes em caixas, dividido por colunas formadas pelo empilhamento de diversas caixas e divididas por fileiras. Fonte: Adeilton, Jessica, Leandro e Lucas.

No processo de armazenagem não existe uma identificação das colunas, como exemplificado na Figura 1, que apresentam uniformes considerados novos e uniformes considerados usados. Essa divisão se faz necessária para localização e identificação dos uniformes de acordo com o seu tipo.

Existem mais duas classificações consideradas relevantes para a distribuição dos uniformes no estoque. Uma delas são os uniformes considerados do setor "Convencional", estes são uniformes que apresentam uma maior sujidade, geralmente proveniente de indústrias alimentícias, automobilísticas e veterinárias. A outra classificação é a de uniformes considerados do setor "Sala Limpa", uniformes provenientes de hospitais e indústrias farmacêuticas. Tais uniformes no momento da lavagem necessitam de um controle específico de partículas do ar para que não haja contaminação por parte da lavanderia neles. Porém para armazenagem este controle não é necessário.

Para uma exemplificação melhor dos uniformes, observar a Figura 2 abaixo:



Figura 2 - Exemplo dos modelos de uniforme dos setores Sala Limpa (esquerda) e convencional (direita).

3.1.1 Divisão proposta para os uniformes em estoque

Para o controle de uniforme a empresa possui 4 classificações importantes: Uniformes considerados dos setores “convencional” e “sala limpa”, novos e usados.

A partir disso, a proposição é a divisão das colunas formadas pelas caixas em estoque em 2 partes: de um lado as caixas que contenham itens considerados do setor “Convencional”, identificados pela cor vermelha através da sinalização por fitas no solo. E do outro, enxovais considerados do setor “Sala Limpa”, identificados pela fita colocada no solo na cor azul. Abaixo, é apresentado um esquema explicativo na Figura 3.

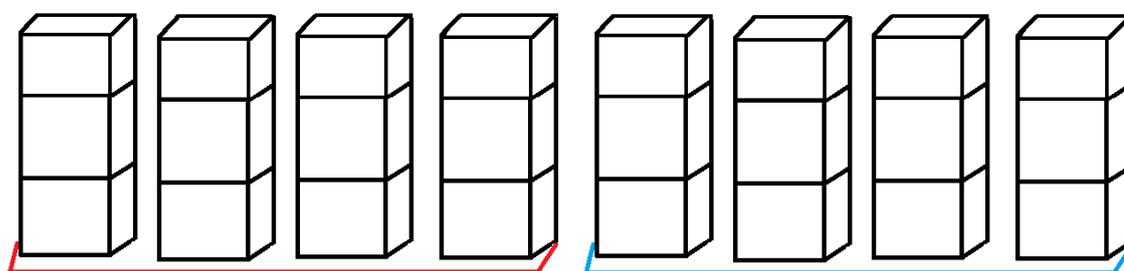


Figura 3 - Divisão do estoque em colunas de caixas em duas partes, ao lado direito com a fita de solo vermelha caixas com uniformes convencional, ao lado esquerdo com a fita de solo azul, caixas com uniformes do setor sala limpa.

Para o controle e identificação de uniformes considerados novos e usados é necessário diferenciar as caixas onde serão armazenados. Esta divisão seria realizada através de uma identificação presente nas caixas pelas cores verde e amarelo: as caixas que tiverem a identificação verde apresentam um uniforme novo, e as caixas identificadas com a cor amarela, um uniforme usado.

3.2 Armazenagem e identificação dos uniformes nas caixas

Os uniformes são armazenados em caixas de papelão. Cada caixa, possui um modelo diferente de uniforme, por exemplo, uma caixa possui apenas calças do mesmo tamanho e da mesma cor, já outra apresenta camisas do mesmo tamanho e da mesma cor. É adotado este padrão para todos os uniformes armazenados em estoque.

Para identificação de tais informações é impresso um formulário que é preenchido a mão de acordo com o modelo, cor e tamanho do que será armazenado na caixa conforme Figura 4.



Figura 4 –

Identificação dos uniformes nas caixas.

Este método de identificação gera um problema de perda de informação, isso pois ao ser movimentada a caixa o formulário contendo a informação muitas vezes é rasgado, o que gera retrabalho.

3.2.1 Identificação proposta para os uniformes armazenados nas caixas

Para que seja possível a identificação do modelo de uniforme contido em cada caixa, é proposta a utilização de códigos de identificação.

Os códigos são dispostos por 9 números, divididos a cada três casas (000.000.000).

As três primeiras casas apresentam a informação do modelo do uniforme. Por exemplo, os três primeiros números identificados por 001 representam o modelo de uniforme "Calça". Os três primeiros códigos identificados pelos números 002 representam o modelo de uniforme "Camisa" e assim sucessivamente de acordo com o modelo do uniforme.

Para identificação de cores serão utilizadas as três próximas casas, por exemplo 001 representa a cor "Azul", 002 representa a cor "Amarela" e assim sucessivamente.

E por ultimo, vêm as três últimas casas que no mesmo modelo apresentado acima identificarão os tamanhos dos uniformes, deste modo 001 representa o tamanho PP, 002 o tamanho P e assim sucessivamente.

Abaixo pode-se identificar a figura explicativa:

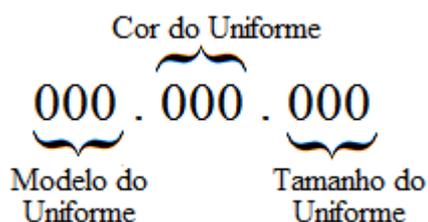


Figura 5 - Código de identificação dos Uniformes: esses códigos seriam escritos com caneta permanente num local apropriado para identificação das caixas, onde o uniforme seria armazenado.

3.3 Área de *Picking*

A área de *Picking*, para separação e armazenagem, é dividida em 3 mesas, como pode-se observar na figura abaixo uma em frente a outra, que servem para dobragem e separação dos uniformes.

A área é pequena uma vez que, entregas de uniformes novos para pedidos de venda são feitas semanalmente, sendo necessário espaço para colocação das roupas e divisão das mesmas para que possam ser manipuladas.



Figura 4 – Área de *Picking* (Dividida em 3 mesas)

Além das entregas semanais de uniformes para revenda, existem aqueles que são locadas para os clientes e, como citado anteriormente, quando o contrato com esses clientes termina tais roupas são enviadas de volta para a lavanderia. As roupas vêm

amontoadas, sem separação alguma em *Big Bags* e como identificado na Figura 4. Os *Bags* são dispostos no considerado "espaço livre" de estoque para que possam ser manipulados, separando os uniformes para armazenagem.



Figura 5 – Bags de uniformes usados que vieram do cliente.

3.3.1 Área de *Picking* apropriada para separação

A definição de uma área de *picking* grande e com espaço para separação é vital para o funcionamento do estoque. Além dos uniformes referentes a pedidos de venda citados acima os uniformes que vem após o final de cada contrato demanda espaço e mobilidade para serem trabalhados, uma vez que, vem sem identificação e separação. Com isso, para a área de *picking* é necessária uma divisão em duas partes: a área A onde seriam organizados e distribuídos os itens referentes aos pedidos de venda (esta área será menor devido ao tempo de movimentação desses itens, muitas vezes eles chegam e saem do estoque no mesmo dia). E área B, que é maior para distribuição dos uniformes que chegam dos clientes após o final de cada contrato.

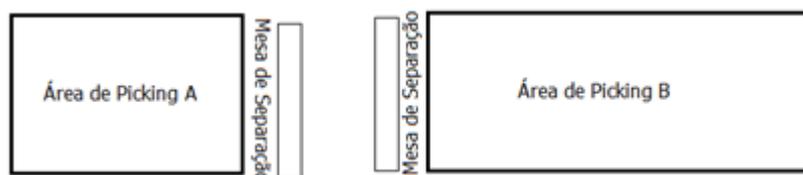


Figura 6 - Divisão das Áreas de *Picking* de acordo com a necessidade.

3.5 Layout e distribuição do estoque

O layout (Figura 7) de distribuição dos uniformes em estoque apresenta um problema em relação a mobilidade, movimentação, identificação e separação, ocasionando um trabalho árduo para a retirada dos itens.

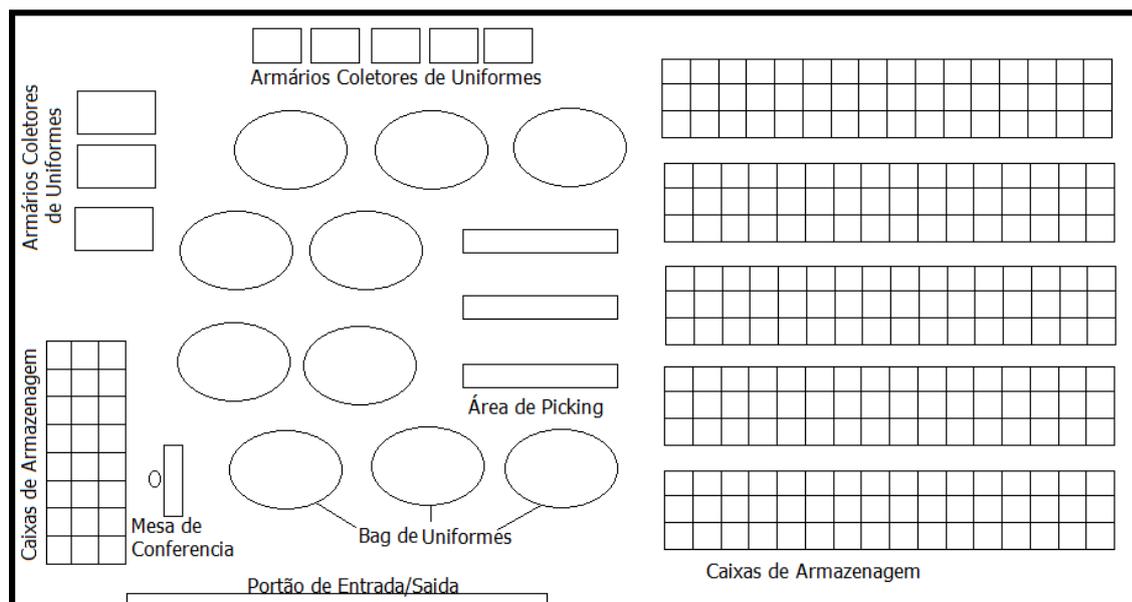


Figura 7 – Figura meramente ilustrativa, apresenta a disposição do estoque atual. A partir do portão: *bags* com uniformes vindo de clientes, ao lado direito colunas sem identificação de armazenagem dos uniformes, a frente das colunas entre os *bags* área de *picking* e separação dos uniformes.

Não existe uma divisão dos itens no estoque, eles são colocados de acordo com a necessidade, trazendo assim muita desorganização.

De acordo com a figura 6, pode se perceber que a distribuição das colunas de caixas de armazenagem está disposta de maneira errônea, pois caso exista a necessidade de retirada do material da última caixa da última coluna a movimentação necessária é muito grande.

Assim como a área de *picking* que fica no centro direito do estoque entre todos os uniformes a serem separados, esta área tem de se uma área separada e bem identificada para possibilitar a manipulação e separação correta dos itens. Como no caso dos *Bags* (Figura 5) que estão dispostos pela "área livre" do estoque e não agrupados num local de separação.

3.5.1 Proposta de Alteração de Layout

Através da análise proposta no item anterior, notou-se que será necessária uma alteração do layout do estoque. Analisando a Figura 6, percebe-se as mudanças cruciais propostas: seriam colocadas colunas menores paralelas às paredes laterais para um melhor fluxo de movimentação dos materiais dentro do estoque e melhor visualização das colunas, sendo separadas como citado no item 3.1.1, pelo modelo do uniforme e sua classificação determinando se é considerado novo ou usado de acordo com as cores.

Na figura 8 os quadrados verdes apresentam as caixas com uniformes novos, os quadrados amarelos representam as caixas com os uniformes usados. A divisão de solo vermelha representa os uniformes do tipo "Convencional" e a divisão de solo azul, os itens considerados "Sala Limpa".

Identifica-se também na imagem as duas áreas de *picking* como foi apresentado no item 3.3.1.

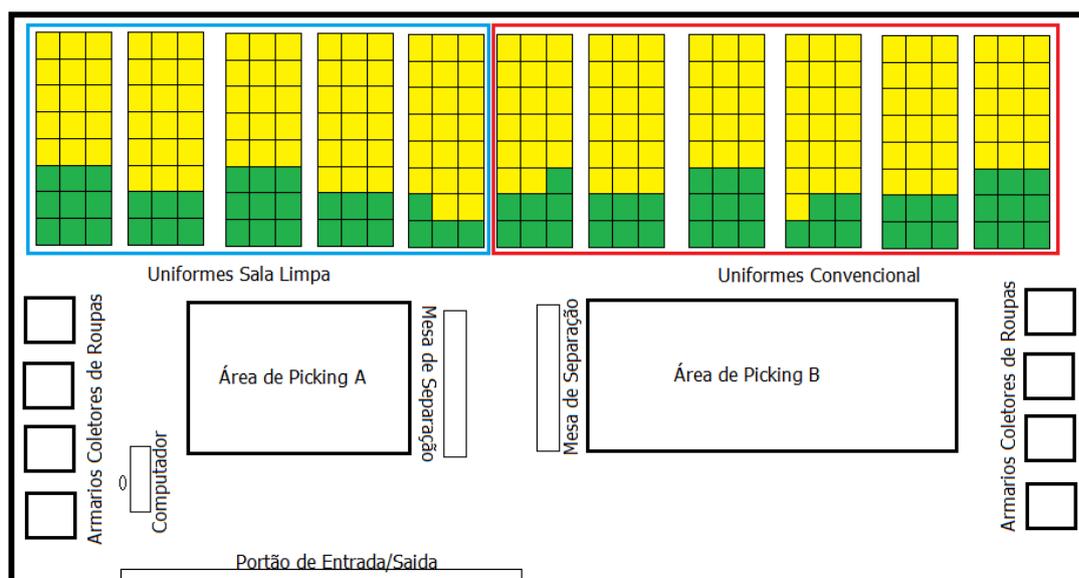


Figura 8

– Proposição do novo *layout* visto de cima da área de estoque com uma melhor distribuição.

Com a proposição de identificação feita pelos códigos no item 3.2.1, foi inserido um mapeamento de acordo com o código dos uniformes dentro das caixas, para uma identificação rápida. Cada coluna apresentará um mapa de códigos organizado numericamente na forma crescente, para que o funcionário consiga identificar qual uniforme está presente e em qual área.

3.6 Controle de Estoque

O controle dos uniformes em estoque é feito por um inventário anual, em que são contados todos os uniformes que se tem em estoque e após a contagem é lançado no

sistema a quantidade de cada modelo de uniforme. Não é controlada a saída desses uniformes pelo sistema, ou seja, não é feita a baixa quando são retirados uniformes do estoque.

3.6.1 Inserção de Inventários Semestrais e Rotativos

Para que os itens propostos acima possam ser executados é necessário um levantamento de um inventário para contagem correta das peças. Após isso dividir as peças de acordo com sua classificação.

Por fim, para manter o controle do estoque de acordo com o novo *layout*, pode-se aderir a utilização de um inventário rotativo. Toda vez que é realizada a retirada de um uniforme, todos os itens desse modelo são recontados, para que no final o número seja real.

O controle torna-se item crucial para manter a organização do estoque, com isso para que seja possível um controle eficiente, além das proposições citadas acima é necessário realizar um inventário semestral para conformação dos uniformes físicos e a informação lançada no sistema.

4 Considerações finais

Através do estudo de caso proposto na MPW, uma lavanderia industrial que trabalha com a gestão de uniformes, é de suma importância que o estoque deste material seja adequadamente controlado para que as necessidades vindas dos clientes possam ser atendidas através da utilização dos uniformes em estoque.

Pode-se analisar que a empresa não possui práticas eficientes para o controle de seu estoque, criando falhas neste quesito. Com a revisão bibliográfica foram aplicados conceitos de gestão de estoques e desenvolver práticas para a melhoria do setor dentro da empresa, propiciando uma melhor distribuição dos materiais dentro do estoque, uma alteração no layout e na maneira como são dispostos e identificados.

Com a realização do estudo, propôs-se melhorias no setor de estoque da empresa e como tais melhorias alteraram em grande medida a forma de gerir e coordenar os processos dentro do estoque, fazendo com que o fluxo de materiais melhore e fique mais organizado, tornando-o um melhor ambiente de trabalho e facilitando o processo de armazenagem e distribuição dos itens, além de melhorias no controle das informações, que geram importantes relatórios para análise e proposição de soluções para possíveis problemas.

O estoque é o coração da empresa. Nele se concentra a maior parte dos bens, e conseqüentemente, se for um estoque mal gerido, fará com que o dinheiro fique parado. Com esta oportunidade, a empresa pode encontrar diversos problemas e, com isso, soluções para recuperação de capital e gestão eficiente de seu estoque.

REFERÊNCIAS

- ARNOLD, J. R. Tony; **Administração de materiais**. Tradução Celso Rimoli, Lenita R. Esteves. São Paulo: Atlas, 1999.
- BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial**. 5ªed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física**; Tradução Hugo T. Y. Yoshizaki – 1. Ed. – 20. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008.
- CHING, Hong Yuh. **Gestão de Estoque na Cadeia de Logística Integrada: Supply Chain**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- COPACINO, William C. **Supply Chain Management: The basics and Beyond**. APICS Series on Resource Management, U.S.A.: The St. Lucie Press, 1997.
- GASNIER, Daniel Georges. **A dinâmica dos estoques: guia pratico para planejamento, gestão de materiais e logística**. São Paulo: IMAN, 2002.
- IUDICIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rusbens. **MANUAL DA CONTABILIDADE DAS SOCIEDADES POR AÇÕES**, 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Atlas, 2005.
- SEVERO FILHO, João. **Administração de logística integrada: materiais, PCP e marketing**. 2. Ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. Tradução Henrique L. Corrêa. São Paulo: Atlas, 2009.
- SUCUPIRA, Cezar; PEDREIRA, Cristina. **Inventários físicos: a importância da acuracidade dos estoques**. Cezar Sucupira Educação e Consultoria Ltda. Rio de Janeiro, abr. 2008.

PRESIDENTE PRUDENTE

A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

Marcos Aparecido Mutti¹ (CENTRO PAULA SOUZA); marcos_mutti@hotmail.com *.

Resumo

O artigo torna-se importante por demonstrar a relevância da contabilidade gerencial para os pequenos produtores rurais e para isso apresenta os objetivos da contabilidade, através do controle patrimonial, da apuração dos resultados dos períodos e do fornecimento de informações, por meio da interpretação dos demonstrativos contábeis em informações gerenciais, bem como sua contribuição para este admirável grupo de atividade econômica, denominado como atividade rural ou agronegócio dentro da porteira, que fornece de forma direta ou indireta milhares de cafés da manhã, almoços, lanches e jantares para a população. Destacando, um importante papel da ciência contábil, como uma ferramenta de gestão, capaz de transformar os dados, extraídos dos demonstrativos financeiros, fiscais e gerenciais, em informações pertinentes e contemporâneas, que podem auxiliar no processo de tomadas de decisões das pequenas empresas rurais; essas, exploradas, na maioria das vezes, por pessoas físicas, conhecidas como empresários rurais pelo código civil, ou também como produtores rurais. Neste sentido, foi realizada uma revisão bibliográfica dos conceitos e das principais características dos pequenos produtores rurais, de suas atividades e formas de exploração, bem como dos fundamentos da contabilidade gerencial, procurando compreender o motivo de muitos empresários rurais não utilizarem a contabilidade como uma ferramenta de gestão. O artigo, buscando o reconhecimento da relevância da contabilidade para os pequenos, médios e grandes produtores rurais e também para os próprios profissionais de contabilidade, ainda apresenta uma proposta de implantação e didática, proporcionando aos discentes e docentes dos cursos técnicos em contabilidades e das graduações em ciências contábeis, momentos de reflexões acerca da aplicação desta ferramenta para este grupo de atividade econômica.

Palavras-chave: Produtor Rural. Contabilidade. Gerenciamento.

Abstract:

The article becomes important for demonstrating the relevance of managerial accounting for small rural producers and for this it presents the objectives of accounting, through the

control of assets, calculation of the results of the periods and the provision of information, through the interpretation of the statements accounting for management information, as well as its contribution to this admirable group of economic activity, known as a rural or agribusiness activity within the gateway, which provides directly or indirectly thousands of breakfast coffees, lunches, snacks and dinners for the population. Emphasizing an important role of accounting science, as a management tool, capable of transforming the data, extracted from the financial statements, fiscal and management, into pertinent and contemporary information, that can aid in the decision making process of small rural enterprises; These are often exploited by natural persons, known as rural entrepreneurs by the civil code, or as rural producers. In this sense, a bibliographical review of the concepts and main characteristics of small rural producers, their activities and forms of exploration, as well as the fundamentals of managerial accounting was carried out, trying to understand why many rural entrepreneurs do not use accounting as a tool management. The article, which seeks to recognize the importance of accounting for small, medium and large rural producers and also for accounting professionals, still presents a proposal for implementation and didactics, providing students and teachers with technical courses in accounting and grading in accounting sciences, moments of reflection on the application of this tool to this group of economic activity.

Keywords: Rural Producer. Accounting. Management.

INTRODUÇÃO

O mercado econômico atual exige das pessoas jurídicas e físicas um controle gerencial e fiscal, como fator necessário para sobrevivência e desenvolvimento, independente das atividades exploradas ou das classes e portes econômicos. Neste sentido a contabilidade, seja ela realizada no modelo completo ou simplificada, antes considerada por muitos como apenas uma exigência fiscal, vem se tornando uma importante ferramenta gerencial, capaz de fornecer informações financeiras e econômicas para o processo de tomadas de decisões. Conforme esclarece a autora Oliveira (2010, p.101):

Há algum tempo, quando se falava de contabilidade praticamente viam-se os relatórios financeiros voltados para atender somente a um tipo de usuários: o governo. Nos dias atuais a contabilidade, além de atender os usuários externos (governo, bancos e outros),

tem voltado atenção especial para os usuários internos (produtores, gerentes, funcionários).

Assim o desafio dos empresários, dos diretores e da equipe de gestão está em sobreviver e crescer em um mercado competitivo e instável, afetado pela crise econômica e política e ainda pelas mudanças sociais e culturais, resultantes do avanço tecnológico e globalizado.

Diante dessas dificuldades, este artigo se justifica por demonstrar a importância da contabilidade gerencial para os produtores rurais, uma parcela representativa no grupo de atividades econômicas, visto que uma grande quantidade desses empresários rurais ainda não utiliza as informações fornecidas pela contabilidade para administrar sua produção, gerir seu patrimônio e investimentos, controlar seus custos e despesas, planejar suas receitas e resultados, apurar os tributos devidos, determinar sua margem de contribuição, fixar o ponto de equilíbrio da produção entre outros procedimentos oferecidos pela ciência contábil.

Quanto à importância e utilidade das informações gerenciais da contabilidade, bem esclarecem os autores Marion e Ribeiro (2011, p.5):

As informações contábeis gerenciais, portanto, evidenciam a qualidade dos materiais, produtos e serviços; a mensuração dos períodos de maturação em que os produtos permanecem no processo de fabricação; a capacidade, eficiência e desempenho dos empregados; a avaliação da satisfação dos clientes etc.

O presente artigo tem por objetivo demonstrar que a contabilidade gerencial pode contribuir significativamente para a gestão dos pequenos produtores rurais, através do oferecimento de ferramentas de análises que proporcionam melhor controle, planejamento, organização e direção nas atividades exploradas; contribuindo, portanto, de forma positiva, no resultado operacional do produtor rural que utilizá-la.

A autora Oliveira (2010, p.27) relata que o produtor que aproveita as informações contábeis "tem condições de não somente controlar os custos e avaliar o resultado, mas principalmente, estabelecer planos e traçar estratégias que levem a propriedade rumo à eficiência na produção. "

Para que o objetivo desse artigo fosse atingido foi realizada uma análise das principais características dos produtores rurais e da contabilidade gerencial, juntamente com um exame bibliográfico e também pesquisas em sites, artigos publicados em revistas

e livros impressos, que abordam a temática. Os materiais foram pesquisados para estruturar referências teóricas, utilizando pensamentos de autores que já estudaram de forma direta a questão exposta, construindo momentos de reflexão.

PRODUTOR RURAL

As empresas rurais são aquelas que exploram o fator de produção da terra, através da agricultura, também conhecida como produção vegetal; da criação de animais, denominada de atividade zootécnica; e da atividade agroindustrial, caracterizada pela transformação da matéria prima rural em um novo produto. Os autores Rodrigues, et al. (2016, p. 20) afirmam que “a empresa rural abrange as atividades agrícola, zootécnica e agroindustrial” e esclarecem:

Por Atividade Agrícola, entende-se aquela que explora o solo com o propósito do plantio e produção vegetal. A Zootécnica consiste na criação de animais, para serviços de lavoura, para consumo doméstico ou para fins industriais e comerciais. Já a Atividade Agroindustrial é o beneficiamento do produto agrícola (arroz, café, milho), como também a transformação zootécnica (mel, laticínios) e agrícola (açúcar, óleo de soja).

Uma das principais características das empresas rurais encontra-se na compreensão do exercício social, conhecido neste segmento como ano rural. Dependendo da atividade rural explorada é necessário diferenciar o exercício social do exercício fiscal, visto que o primeiro deve ser entendido como o espaço de tempo necessário para o produtor rural explorar determinada atividade e apurar o seu resultado, já o segundo refere-se ao espaço de tempo determinado pelo fisco para apuração dos tributos e entrega das declarações.

A autora Oliveira (2010, p.23) explica a importância do ano rural, por meio da produção agrícola:

Ao contrário de outras atividades, cuja comercialização se distribui ao longo dos 12 meses, a produção agrícola é essencialmente sazonal e concentra-se em determinado período, que pode traduzir-se em alguns dias de um determinado mês do ano.

Desta forma a autora Oliveira (2010, p.23) exemplifica a definição do início e do término de um ano rural de atividade agrícola:

Nesse caso, considera-se o ano agrícola o início do plantio até o término da colheita, pois não existe melhor momento para se medir o resultado do período do que logo após a colheita e sua respectiva comercialização. Não há razão para esperar seis ou oito meses até o final do ano (quando a colheita é feita no início do ano) para se mensurar o resultado (lucro ou prejuízo) da safra. Por exemplo, supondo que o ano agrícola termine em março, o exercício social poderá ser encerrado no dia 31, e assim sucessivamente.

Já os autores Rodrigues, et al. (2016, p. 26) explicam que:

O ciclo operacional é o período compreendido desde a preparação do solo - entendida esta como a utilização de grade, arado e demais implementos agrícolas, deixando a área disponível para o plantio -, até a comercialização do produto.

Os produtores rurais que exploram mais de uma atividade rural, no mesmo espaço de tempo, devem determinar seu ano rural, pela atividade de maior participação econômica, ou seja, pela atividade rural com a maior contribuição na formação da receita da atividade rural.

Para a exploração das atividades rurais são permitidas duas formas legais de formalização: por meio da pessoa física, através do cadastro de produtor rural (emissão de CNPJ Rural no estado de São Paulo e Alagoas ou declaração de produtor rural para os demais estados, inscrição estadual e emissão do CEI – Cadastro Específico do INSS), ou como pessoa jurídica, respeitando o processo de abertura de empresa (ato constitutivo, registro na junta comercial do estado, emissão de CNPJ Empresa, inscrição estadual, cadastro no INSS, emissão de alvará, entre outros processos).

A autora Oliveira (2010, p.20) explica as formas legais de exploração da seguinte forma:

As propriedades rurais podem ter suas atividades exploradas de duas formas jurídicas: como pessoa física ou como pessoa jurídica, sendo que no Brasil constata a predominância da pessoa física. Uma das razões dessa preferência pode ser o fato de ser menos onerosa; mas pode haver outra razão, que é a de ter uma administração mais voltada para a produção do que para controles, isto é, uma

administração mais familiar do que profissional, em razão de um grande número de propriedades pertencer a uma mesma família.

A forma legal de maior adesão no Brasil é a pessoa física, compreendida como produtor rural, sendo o indivíduo natural detentor de um único patrimônio, ou seja, sem distinção patrimonial, isso significa que o produtor rural possui um único patrimônio independente de ele pertencer à atividade rural ou não.

Compreendendo que todas as empresas necessitam de um investimento inicial e que este investimento recebe o nome de capital, com relação ao investimento necessário dos produtores rurais para a exploração da atividade rural, se faz necessária à adesão ao capital fundiário e ao capital de exercício, ou seja, pela união dos fatores de produção: terra, bens e trabalho.

A autora Oliveira (2010, p. 20 e 21) apresenta as características dos investimentos nas explorações rurais, esclarecendo que “Capital fundiário – são as terras, os edifícios, as edificações rurais, as benfeitorias, melhoramento na terra, cultura permanente, pastos etc.; ou seja: são todos os recursos fixos, vinculados a terra e dela não retiravam” e “Capital de exercício – é o capital operacional ou capital de trabalho. Exemplo: gado para reprodução, animais de trabalho, equipamentos, trator e mão de obra”.

Quando um único produtor rural é possuidor do capital fundiário e do capital de exercício entende-se que ele é um produtor rural completo, também chamado de proprietário do investimento. No entanto, para os produtores rurais que não possuem, de imediato, o capital necessário para exploração da atividade rural, uma das oportunidades para completar o capital é a busca de uma associação rural, que poderá ser constituída em forma de parceria, arrendamento, comodato ou condomínio.

Os produtores rurais legalizados e aptos para explorarem os campos de atividades das empresas rurais poderão contar com a contabilidade como uma ferramenta de gestão, isto significa, não somente para atender as exigências fiscais, mas para ajudá-los no processo de produção e de tomada de decisões.

CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade é uma ciência que surgiu da necessidade do homem primitivo em controlar e organizar seu patrimônio. No início, de forma grosseira, por meio do inventário de ferramentas e alimentos; no entanto, com a introdução do sistema de troca e venda de produtos, a contabilidade começou a se modelar conforme as novas necessidades de controle e organização. Assim, desse período histórico até os dias de hoje, a contabilidade

se faz presente; porém, em constante evolução de suas técnicas e processos para melhor atender as necessidades de seus usuários.

O autor Barreto (2013, p. 32) explica o conceito da contabilidade como:

Contabilidade é a ciência que tem como objetivo, orientar, prestar informações, controlar e contabilizar os fatos ocorridos em um patrimônio, sendo da Pessoa Jurídica ou Física, observando seus aspectos quantitativos e qualitativos, e as variações por ele sofridas, principalmente as decorrentes da gestão da empresa.

Nesta perspectiva, recebem o nome de usuários da contabilidade todas as pessoas que utilizam de forma direta ou indireta os dados oferecidos por ela, através da análise dos demonstrativos. Assim, pode-se esclarecer que a contabilidade é uma ciência que se utiliza de algumas técnicas para atingir seus objetivos, estes definidos como: controle permanente do patrimônio, apuração do resultado do exercício e fornecimento de informações.

Buscando uma melhor aplicação e compreensão das técnicas contábeis, a contabilidade se ramifica, ou seja, seleciona procedimentos específicos para suprir as necessidades de determinados usuários, são exemplos de ramos da contabilidade: contabilidade comercial, contabilidade tributária, contabilidade rural, contabilidade bancária entre outros. No entanto, existe a necessidade de compreender que esses ramos fazem parte de uma única ciência.

A contabilidade gerencial é um segmento da contabilidade que busca desenvolver o seu terceiro objetivo, ou seja, fornecer informações para todos os seus usuários. Desta forma, a mesma procura desenvolver e aplicar técnicas que resultem na transformação de dados em importantes informações que auxiliem no processo de tomadas de decisões.

Segundo Atkinson, et al. (2011, p. 36):

Contabilidade Gerencial é o processo de identificar, mensurar, relatar e analisar as informações sobre eventos econômicos da organização. A informação contábil gerencial é uma das principais fontes para a tomada de decisão e controle nas organizações.

Aliás, o autor Marion (1998, p.24) dá ênfase ao fornecimento de informações da seguinte forma:

Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados

registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa. Esses interessados, através de relatórios contábeis, recordam os fatos acontecidos, analisam os resultados obtidos, as causas que levaram aqueles resultados e tomam decisões em relação ao futuro.

Por meio da aplicação da contabilidade gerencial os usuários da contabilidade conseguem respostas atuais e preciosas para as tomadas de decisões, tais como: minha produção é rentável? Tenho condições de aumentar minha capacidade de produção? Quais são meus gastos fixos e variáveis? Meu resultado aumentou de um período para o outro? Quanto preciso produzir e vender para não ter prejuízo? Como alcançar minha margem de lucro desejada? Qual o tamanho do meu patrimônio? Tenho condições de honrar minhas obrigações? Para onde foi todo o meu faturamento? Qual a melhor forma de administrar os tributos? Entre inúmeras outras questões que precisam de respostas para a sobrevivência e crescimento da empresa e dos investidores.

Os autores Marion e Ribeiro (2011, p. 5) definem que: “a contabilidade gerencial tem por fim orientar os agentes responsáveis pela gestão do patrimônio da organização nas suas tomadas de decisões” e ainda que cada agente gestor “encontrará na informação contábil gerencial o fundamento necessário para que a opção encontrada seja a mais benéfica possível para o desenvolvimento da organização”.

No entanto, muitos empresários não utilizam a contabilidade como uma ferramenta gerencial. Nesta situação, encontram-se os pequenos produtores rurais, que representam uma parcela significativa de empresários que não se beneficiam das informações oferecidas pela contabilidade. O autor Crepaldi (2012, p. 47) procura responder essa questão da seguinte forma:

O grande problema para utilização efetiva da Contabilidade Rural está na complexidade e no custo de manutenção de um bom serviço contábil. A dificuldade de separar o que é custo de produção do que é gasto pessoal do empresário rural, a inexistência de recibos, notas fiscais, avisos de lançamentos e cópias de cheques ou extratos de contas bancárias pessoais fazem com que não se possa adotar a contabilidade para esse fim.

No entanto, na comparação entre os esforços necessários para se aplicar a contabilidade rural e os benefícios oferecidos por ela, como uma ferramenta gerencial,

pode-se perceber que os esforços não devem se transformar em uma questão de opção: realizá-los ou não, posto que a contabilidade, como ferramenta gerencial, é cada vez mais uma necessidade para os empresários rurais.

CONCLUSÃO

Reconhecendo as necessidades atuais (a) de controles dos custos de produção e das despesas para que as vendas aconteçam; (b) de busca por resultados positivos e pela gerência patrimonial para manter-se firme no mundo empresarial, conclui-se que a contabilidade gerencial é uma ferramenta indispensável para qualquer empresa, independente de seu porte empresarial ou da atividade econômica explorada (comércio, indústria, prestação de serviço ou rural), visto que a mesma fornece diversas informações para uma melhor administração da empresa.

Neste sentido, os produtores rurais precisam, em um primeiro momento, compreender as vantagens da aplicação da contabilidade gerencial em suas atividades e, em seguida, aceitarem que a contabilidade não foi criada para atender de forma exclusiva ao usuário governo, ou seja, para determinar os valores dos tributos a pagar e para auxiliar na elaboração das declarações dos impostos de renda anuais, como muitos produtores a relacionam.

Conclui-se, especialmente, que existe a necessidade dos pequenos produtores rurais compreenderem o papel do profissional da contabilidade, para assim reconhecerem sua importância e, para desta forma, acolherem este profissional como um parceiro na gestão da empresa rural. Deste modo, deixarão de assumir a remuneração deste profissional somente como uma conta de despesa, muitas vezes determinada como desnecessária, ou então necessária somente para a apuração de resultado, imposta pelos entes federativos.

Com tais conclusões, cumpre-se a finalidade do presente artigo em servir de proposta gerencial, didática e de trabalho para pequenos, médios e grandes produtores rurais; estudantes de contabilidade; professores dos cursos técnicos em contabilidade e das graduações em ciências contábeis; e ainda para os próprios profissionais da contabilidade, restando evidenciada a importância da aplicação da contabilidade gerencial como uma ferramenta administrativa e de suporte para as tomadas de decisões no grupo de atividade econômica rural.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A.; et al. **Contabilidade Gerencial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARRETO, Gualter Alves. **Manual do Contador**. Belo Horizonte: Copyright, 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisória. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Neuza Corte. **Contabilidade do Agronegócio**. Curitiba: Juruá, 2010.

RODRIGUES, et al. **Contabilidade Rural**. 4 ed. São Paulo: IOB - IOB/SAGE, 2016.

A IMPORTÂNCIA DO ATIVO INTANGÍVEL NA CONTABILIDADE: MARCAS E PATENTES

Gracielle da Silva Sari (Discente.Etec Adolpho Arruda Mello); gracielllessari@hotmail.com
Juçara Pereira da Silva Reis (Discente Etec Adolpho Arruda Mello); jucaraps@gmail.com*
Pâmela C. de Oliveira (Discente Etec Adolpho Arruda Mello);
pamela.18oliveira@hotmail.com
Jacqueline P. dos S. Souza (Docente Etec Adolpho Arruda Mello); jackps-21@hotmail.com

Resumo

Esse trabalho encontra-se inserido na Contabilidade Financeira, pois apresenta os resultados das operações e a condição financeira da empresa. Para isso, busca-se demonstrar a importância dos Ativos Intangíveis como as marcas e patentes para as empresas, sendo estes representantes de aplicação de capital. Têm-se por objetivo explanar as vantagens para as empresas ao possuírem sua marca patenteada, bem como também, identificar os processos legais para registrar as marcas e patentes. Assim, espera-se demonstrar a devida relevância do registro das marcas e patentes para a consolidação da empresa no mercado, compreendendo as alterações geradas no Ativo da entidade, seja por meio do faturamento, aumento de clientes, concessão de crédito, dentre outros fatores. Para o desenvolvimento desse trabalho será feito o levantamento bibliográfico acerca da Contabilidade de maneira geral e, posteriormente, apresentar a teoria específica sobre o assunto central dessa pesquisa. Define-se marca como a representação simbólica de uma entidade, permitindo a identificação de modo rápido de produtos ou serviços, no qual o consumidor é influenciado direto ou indiretamente a escolha dentro de tantas alternativas existente no mercado. As patentes são documentos expedido pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) de modo formal, reconhecendo os direitos de propriedade e uso exclusivo para uma invenção descrita amplamente, sendo concedido aos investidores pessoas físicas ou jurídicas, pelo Estado, o direito de invenção de produtos e processos de fabricação, ou aperfeiçoamento de algum já existente, tornando-se os titulares exclusivos de exploração do objeto da invenção por um determinado tempo. O autor/inventor para ter exclusividade sobre o nome de um serviço, um tipo de produto ou um logotipo que o identifique é necessário que o mesmo registre sua marca ou patente. O registro é a forma empregada para a legalização desses ativos intangíveis, garantindo a proteção de produtos e serviços. A partir do exposto nesse

trabalho foi possível verificar que o registro de uma marca ou uma patente é importante para as empresas que desejam aumentar o seu Ativo Intangível, pois, ao investir no registro, a empresa conquista novos clientes, aumenta o número de vendas, atrai investidores e quando solicita crédito esse fator é relevante.

Palavras-chave: Marca. Patente. Registro.

Abstract

This work is included in the Financial Accounting, as it presents the results of operations and the financial condition of the company. In order to do this, we seek to demonstrate the importance of Intangible Assets such as trademarks and patents for companies, these being representatives of capital investment. The objective is to explain the advantages for companies when owning their patented trademark, as well as identify legal processes to register trademarks and patents. Thus, it is expected to demonstrate the relevant relevance of the registration of trademarks and patents for the consolidation of the company in the market, including the changes generated in the Asset of the entity, whether through billing, customer growth, credit granting, among other factors. For the development of this work will be done the bibliographic survey about Accounting in general and, later, present the specific theory on the central subject of this research. Brand is defined as the symbolic representation of an entity, allowing the quick identification of products or services, in which the consumer is influenced directly or indirectly the choice within the many alternatives available in the market. Patents are documents issued by the INPI (National Institute of Industrial Property) in a formal manner, recognizing the property rights and exclusive use for a widely described invention, and investors are granted natural or legal, by the State, the right to invent products and manufacturing processes, or perfecting some already existing ones, becoming the exclusive holding holders of the object of the invention for a certain time. The author / inventor to have exclusivity on the name of a service, a type of product or a logo that identifies it is necessary that the same register its trademark or patent. Registration is the form used to legalize these intangible assets, ensuring the protection of products and services. From the foregoing, it was possible to verify that the registration of a trademark or a patent is important for companies that wish to increase their Intangible Assets, because by investing in the registry, the company conquers new clients, increases the number of sales, attracts investors and when applying for credit this factor is relevant.

Keywords: Brand. Patent. Record.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho encontra-se inserido na Contabilidade Financeira, pois apresenta os resultados das operações e a condição financeira da empresa. O principal objetivo é pontuar a importância dos Ativos Intangíveis como as marcas e patentes para as empresas, sendo estes representantes de aplicação de capital.

Os Ativos Intangíveis são ativos que não possuem existência física, mas são representantes de aplicação, como as marcas e patentes. Escolhe-se esse tema com o propósito de explanar a importância de conhecer as particularidades que envolvem o registro de marcas e patentes nas empresas, que virá a fazer parte de seu Patrimônio. Diante disso, encontra-se a necessidade de demonstrar a sua importância para as empresas.

Têm-se por objetivo compreender quais as vantagens e desvantagens para as empresas ao ter sua marca patenteada, comparando a importância de uma marca patenteada entre empresas de ramos distintos, bem como identificar os processos legais para registrar as marcas e patentes.

A marca pode ser definida como a representação simbólica de uma entidade, permitindo a identificação de modo rápido de produtos ou serviços, no qual o consumidor é influenciado direto ou indiretamente a escolha dentro de tantas alternativas existente no mercado.

Por sua vez, a patente é um documento formal expedido por uma repartição pública, por meio do qual se conferem e se reconhecem direitos de propriedade e uso exclusivo para uma invenção descrita amplamente.

Espera-se demonstrar a devida relevância do registro das marcas e patentes para a consolidação da empresa no mercado, compreendendo as alterações geradas no Ativo da entidade, seja por meio do faturamento, aumento de clientes, concessão de crédito, dentre outros fatores.

Para o desenvolvimento desse trabalho será feito o levantamento bibliográfico acerca da Contabilidade de maneira geral e, posteriormente, apresentar a teoria específica sobre o assunto central dessa pesquisa.

CONTEXTO HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

Desde a evolução da humanidade a contabilidade vem progredindo e evoluindo, assim se confundindo com o próprio desenvolvimento da humanidade. Em estudos sobre as civilizações, vê-se que o homem já “cuidava da sua riqueza” no dia a dia, através da contagem e do controle do seu rebanho, e continuou evoluindo com atividades mercantis, produção simples, antes sendo considerada apenas uma técnica ou pode-se dizer senso comum.

Através de alguns estudiosos se viam os primeiros sinais da existência de contas e os primeiros exemplos completos da contabilidade, mesmo sendo uma forma de contabilidade rudimentar, a aproximadamente 4000 anos a.C. na civilização sumério-babilonense (AUGUSTO, 2009).

Ao longo dos tempos foi se desenvolvendo e melhorando a técnica contábil conforme as necessidades de cada período da história. Alguns exemplos são: o aparecimento da escrita, o surgimento da moeda, a prensa de Gutemberg, o descobrimento da América, a invenção da máquina a vapor, esses fatos deram um arranque à Revolução Industrial, que são marcos da nossa história em que iniciaram o desenvolvimento da ciência contábil.

Com a evolução dos períodos da história da humanidade, evoluiu-se também a própria nomenclatura da contabilidade. Da mesma maneira, com a mecanização da indústria no século XIX, a contabilidade sofreu uma expansão rápida e evolutiva. A complexidade desta nova indústria, deram origem à fatores até então inexistentes ou ignorados, como a mão-de-obra, os gastos de fabricação etc.

Estes fatores evolutivos e revolucionários fizeram a contabilidade evoluir e marcaram uma etapa na sua história. A partir desta época, a contabilidade deixa de ser considerada uma técnica e começa a ser vista como uma ciência, onde se pretende ter perspectiva para um futuro, pretendendo assim, atingir uma visão universal da realidade e com carácter absoluto, buscando a mais pequena essência da realidade.

CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA

A Contabilidade é uma ciência de origem econômica que tem como principal objetivo a produção de informações. Essas informações demonstram a realidade econômica (quantitativa e qualitativa) da entidade, permitindo que se conheça o passado, o presente e o futuro da mesma. Criando, assim, uma gestão onde sejam realizados a tomada de decisões e o controle interno.

A Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial. (FRANCO, 1997, p. 21).

Portanto, o principal objetivo da Contabilidade é o estudo e controle do patrimônio das entidades através de suas ferramentas que fornecem as informações necessárias, contribuindo na tomada de decisões para manter a empresa saudável. As informações geradas são destinadas aos usuários internos e externos.

Os usuários internos são empresários, gerentes, diretores, entre outros. Sendo que os proprietários (empresários) necessitam de informações para buscar os resultados da empresa (lucro ou prejuízo), o retorno do capital investido, a geração de caixa, a eficiência da empresa na utilização dos seus recursos, dentre outros. Por sua vez, os gerentes e diretores geram informações para realizarem avaliações de desempenho dos seus subordinados e à obrigação que esses usuários têm de apresentar os resultados para os proprietários. A Contabilidade auxilia no acompanhamento das operações da empresa e no controle de como atingir os objetivos traçados no planejamento.

Os usuários externos são os investidores (pessoa física ou jurídica que adquirirem participações em outras empresas), fornecedores de bens e serviços, clientes, instituições financeiras, sindicatos, entidades governamentais, organizações não governamentais (ONGS) e outros. Os investidores buscam saber sobre o retorno de seus investimentos na empresa e a distribuição ou não de dividendos, esses usam a contabilidade para buscar informações relevantes, realizando assim, previsões sobre os resultados futuros da empresa.

Por sua vez, os fornecedores buscam verificar qual é a capacidade de endividamento da empresa e o seu volume de vendas. Eles procuram saber se a empresa apresenta uma situação econômica/financeira equilibrada que permita a continuidade de suas operações, como o fornecimento de produtos ou serviços, buscando conhecer a capacidade de estocagem e fornecimento da empresa aos seus clientes. As instituições financeiras devem identificar a capacidade financeira e a posição de endividamento de qualquer empresa candidata à tomada de empréstimos ou financiamentos.

Os sindicatos de empregados são úteis para se verificar a situação da empresa antes de reunir-se com a mesma para negociar melhorias salariais para os empregados. Já as entidades governamentais (Governo Federal, Estadual e Municipal) que representam o Fisco onde a empresa precisa cumprir os seus compromissos fiscais, ou, ainda, ao Governo que possui interesse em mensurar a necessidade de apoio governamental para setores estratégicos para o País.

Por ser uma ciência complexa, a contabilidade pode ser estudada de modo geral (para todas as empresas) ou em particular (aplicada em certo ramo de atividade ou setor da economia). Quando se faz essa divisão em áreas ou ramos tem-se por objetivo o aprimoramento das técnicas aplicadas a determinadas atividades ou pessoas e o estudo de aspectos específicos dessa ciência.

Esse trabalho encontra-se inserido na Contabilidade Financeira, pois apresenta os resultados das operações e a condição financeira da empresa. A Contabilidade Financeira tem suas informações expostas em demonstrativos a serem utilizados pelas pessoas ou instituições na empresa. A demonstração financeira expõe os resultados das atividades e a situação financeira da organização.

A contabilidade financeira é um sistema que proporciona informação sobre o negócio para utilizadores externos. É necessário usar uma linguagem conhecida claramente quer pela empresa, que prepara a informação, quer pelos utilizadores que irão tomar decisões com base nessa informação. (LOURENÇO et al, 2015, p. 19).

Pode-se verificar que a contabilidade nos apresenta diversas ferramentas de estudo que contribuem para se obter informações importantíssimas para entidades e seus outros usuários.

BALANÇO PATRIMONIAL

Uma das ferramentas da contabilidade é o Balanço Patrimonial, onde se pode constatar as principais demonstrações contábeis, apresentado de forma organizada, descrevendo, em determinado momento, o conjunto de Ativo (bens e direitos), que de acordo com Iudícibus et al. (2009, p. 30) “o ativo compreende, de forma simplificada, os bens e os direitos da entidade expressos em moeda”. Passivo (obrigações e deveres) ainda com Iudícibus et al. (2009, p. 30) “o passivo compreende basicamente as obrigações a pagar, isto é, as quantias que a empresa deve a terceiros” e Patrimônio Líquido (lucro ou

prejuízo), segundo Iudícibus et al. (2009, p. 30) “definimos patrimônio líquido como a diferença entre o valor do ativo e do passivo de uma entidade, em determinado momento”. Contendo assim, a situação patrimonial e financeira de uma entidade e seus respectivos valores. O Ativo pode ser dividido em Circulante e Não Circulante.

No Ativo Circulante são registradas as disponibilidades dos bens e direitos realizáveis até 12 meses a partir do último balanço, sendo assim no exercício social seguinte. De acordo com a Lei 6.404/76 (art. 179º, inc. I) “no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte”.

No Ativo Não Circulante são registrados todos os bens e direitos de permanência duradoura, os que ultrapassam exercício social seguinte. Ele é composto dos seguintes subgrupos: Ativo Realizável a Longo Prazo; Investimentos; Imobilizado; e por último Intangível. “No Ativo Não Circulante e no Passivo Não Circulante, classificam-se as contas que representam direitos e obrigações, respectivamente, cujos vencimentos ocorram após o término do exercício social seguinte ao do Balanço que estiver sendo elaborado” (RIBEIRO, 2012, p. 242).

Diante do exposto acima, é possível verificar que o recorte de estudo se encontra no Ativo Não Circulante, no subgrupo Intangível. Nesse subgrupo devem ser classificados as transações que representem bens incorpóreos “como marcas, patentes, direitos de concessão, direitos de exploração, direitos de franquia, direitos autorais, gastos com desenvolvimento de novos produtos, ágio pago por expectativa de resultado futuro (fundo de comércio, ou *goodwill*).” (GOMES, 2012, p. 131).

Segundo o Pronunciamento Técnico – Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 04 (2010) “intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”. De acordo Pronunciamento Técnico CPC 04 (2010),

Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando: (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Para ser registrado no Intangível, é necessário que o ativo, além de incorpóreo, seja separável, isto é,

[...] capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou então resulte de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. (GOMES, 2012, p. 131).

O Ativo Intangível compõe parte fundamental do patrimônio da entidade, no entanto, em alguns casos observa-se que há dificuldade em contabilizar essa categoria, pois seu valor não é avaliado pela quantidade (como as edificações, veículos, banco, dentre outros), mas sim pela sua expressão no mercado, como uma fonte de receitas. Exemplo disso são as marcas e patentes, que serão abordadas ao longo desse trabalho.

O registro contábil dos ativos intangíveis é feito pelo seu custo de aquisição, “[...] se esse custo puder ser mensurado com segurança, e não por expectativa de valor no mercado, sendo vedada completamente no Brasil sua reavaliação (Lei das S/A)”. (GOMES, 2012, p. 131). Mas não podem nunca ser ativados os gastos com pesquisa.

MARCA

Define-se marca como a representação simbólica de uma entidade, permitindo a identificação de modo rápido de produtos ou serviços, no qual o consumidor é influenciado direto ou indiretamente a escolha dentro de tantas alternativas existente no mercado.

A marca é o dna de uma empresa e é o que conecta o cliente ao produto. Por isso, ela precisa demonstrar a capacidade do negócio para atender às necessidades do consumidor, garantindo satisfação e melhor experiência de quem escolhe o seu empreendimento. (SEBRAE, 2015).

Nos artigos 122 e 123 presentes na Lei nº 9.279/96 pode-se encontrar definições de marcas suscetíveis a registro, tais como:

Art. 122. São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais.

Art. 123. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - marca de produto ou serviço: aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa;

II - marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada; e

III - marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços providos de membros de uma determinada entidade.

A marca é um símbolo de forma variável e registrado legalmente, usado para distinguir e caracterizar os produtos e/ou artigos comercializados, providos de uma determinada entidade.

Além disso, ela é um elemento estratégico utilizado pelas empresas para diferenciar a sua oferta, associada aos produtos que visem atender as necessidades específicas de consumidores diversos. "A marca estabelece um relacionamento e uma troca de intangíveis entre pessoas e produtos. O produto é o que a empresa fabrica, o que o consumidor compra é a marca". (MORAES, 2017, p. 10).

Quando a empresa estabelece sua marca no mercado, seus produtos são mais lembrados pelos consumidores, fortalecendo seu poder comercial através da lealdade de seus clientes.

PATENTE

As patentes são documentos expedido pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) de modo formal, reconhecendo os direitos de propriedade e uso exclusivo para uma invenção descrita amplamente, sendo concedido aos investidores pessoas físicas ou jurídicas, pelo Estado, o direito de invenção de produtos e processos de fabricação, ou aperfeiçoamento de algum já existente, tornando-se os titulares exclusivos de exploração do objeto da invenção por um determinado tempo. "Considera-se Patente um documento formal, expedido por uma repartição pública, por meio do qual se conferem e se

reconhecem direitos de propriedade e uso exclusivo para uma invenção descrita amplamente”. (SEBRAE, 2017).

De acordo com a Lei nº 9.279/96 reguladora de direitos e obrigações relacionado à propriedade industrial, assegura os direitos dos autores de inovações no artigo 6º: “Ao autor de invenção ou modelo de utilidade será assegurado o direito de obter a patente que lhe garanta a propriedade, nas condições estabelecidas nesta Lei”.

PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DE MARCAS E PATENTES

Qualquer pessoa física ou jurídica que exerce atividade legalizada pode solicitar o registro de uma marca. Ele é concedido pelo órgão governamental Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e tem a duração inicial de dez anos, que podem ser prorrogados (SEBRAE, 2017).

O INPI é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços criado em 1970. Esse órgão é responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria (INPI, 2017).

O INPI disponibiliza vários serviços as empresas que tem interesse em possuir direitos (aumentando o Ativo de sua empresa), como os registros de marcas, softwares, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos. Além disso, oferecem a concessão de patentes e averbações de contratos de franquia.

Dentro do mercado econômico, esses direitos se tornam diferenciais para as empresas que vivem em um ambiente competitivo, estimulando o surgimento constante de novas identidades e soluções técnicas. Portanto, permite que se atraia novos pesquisadores e empreendedores que pretendem se beneficiar da propriedade intelectual (Ativo Intangível).

REGISTRO

O autor/inventor para ter exclusividade sobre o nome de um serviço, um tipo de produto ou um logotipo que o identifique é necessário que o mesmo registre sua marca ou patente. O registro é a forma empregada para a legalização desses ativos intangíveis, garantindo a proteção de produtos e serviços.

Segundo o INPI (2017), o registro de uma marca deve ser feito em dez etapas:

I – Cadastro de usuário: efetue o seu cadastro no e-INPI.

II – Leitura do material de referência: leia atentamente o Manual de Marcas e verifique se o sinal pretendido não se enquadra em uma das proibições legais constantes do art. 124 da Lei da Propriedade Industrial.

III – Busca na base de marcas: efetue uma busca de anterioridades no portal do INPI (www.inpi.gov.br), a fim de verificar se a marca pretendida já se encontra registrada.

Antes de iniciar o processo de registro de uma marca é necessário que o autor consulte no Sistema de busca de marcas do INPI as marcas já registradas, para identificar se existe alguma marca com o nome ou o logotipo da que se pretende registrar, ou seja, se não foi protegida antes por terceiros. Essa consulta pode ser feita pela busca de palavras-chave, número do processo ou nome do depositante. No entanto, a prioridade para o registro é dada a empresa que o solicitou primeiro, mesmo que o processo ainda esteja em andamento.

IV – Confecção da imagem da marca: confeccione em JPG o sinal que pretende registrar como marca e verifique em qual tipo de marca este se enquadra: nominativa, mista, figurativa ou tridimensional.

O autor deve definir a forma de apresentação da marca, determinando o tipo de marca que a mesma se encaixa, se o nome será apenas comercial, se haverá uma logomarca, se é uma marca física (tridimensional) ou não.

V – Consulta a lista de produtos ou serviços: consulte a lista de produtos ou serviços (disponível no portal do INPI) e escolha os produtos ou serviços que a marca irá assinar.

O autor deve selecionar o setor da sua marca, pois a mesma pode ser registrada em setores de atividade diferentes. Por exemplo: um posto de combustível, um supermercado e um eletroeletrônico que possuem o mesmo nome são setores distintos que fazem uso de uma mesma marca.

Além disso, é importante estabelecer a classificação da marca, definindo se ela é um produto, um serviço, uma marca coletiva ou uma marca de certificação.

VI – Emissão e pagamento da GRU: emita a Guia de Recolhimento da União (GRU) e efetue o seu pagamento.

O autor deve verificar quais são os valores das taxas para fazer o registro da sua marca. São cobradas suas taxas, uma quando se entra com o pedido e outra quando se recebe o registro, que é válido por dez anos. O INPI oferece desconto a pessoas físicas, microempresas, microempreendedores individuais e cooperativas. Antes de iniciar o processo deve-se emitir e pagar a Guia de Recolhimento da União (GRU).

VII – Acesso ao Sistema e-Marcas: após o pagamento da GRU, acesse o Sistema e-Marcas.

Após pagar a GRU, o solicitante deve acessar o portal e-Marcas e preencher o formulário online. O e-Marcas é um sistema eletrônico usado para solicitar serviços de marcas ao INPI, através dele é possível pedir o registro ou a petição de uma marca.

VIII – Preenchimento do formulário: preencher o formulário com os dados da marca.

IX – Anexo de arquivos: anexe a imagem da marca e os demais documentos em PDF. Certifique-se de que todos estão legíveis.

X – Finalização: aceite as declarações do formulário, caso concorde, e envie o pedido de registro. Salve o comprovante de envio no seu computador e anote o número do processo para acompanhamento do pedido.

O pedido se tornará um registro se for deferido e forem recolhidas as retribuições relativas à expedição do certificado e primeiro decênio da marca.

CONCLUSÃO

A partir do exposto nesse trabalho é possível verificar que o registro de uma marca ou uma patente é importante para as empresas que desejam aumentar o seu Ativo Intangível, pois, ao investir no registro, a empresa conquista novos clientes, aumenta o número de vendas, atrai investidores e quando solicita crédito esse fator é relevante. Diante disso, ocorre um aumento significativo no faturamento da empresa, o que lhe permite reinvestir esses ganhos em outros setores da empresa.

O registro concede ao autor exclusividade do seu produto, assim como a marca passa a ser exclusiva da empresa, ou seja, outras empresas não poderão usar a mesma marca ou comercializar os produtos em desacordo com a Lei.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, José A. Prates. **Origem, evolução e objetivos da contabilidade**. Disponível em: <http://professorprates.blogspot.com.br/2009/08/origem-evolucao-e-objetivos-da_25.html>. Acesso em: 15 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm> Acesso em: 20 mai. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 04 (R1) Ativo intangível**. 02 dez. 2010. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>> Acesso em: 06 mai. 2017.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997, 407p.

GOMES, Adriano. **Contabilidade Intermediária**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Guia básico de marca**. Disponível em: < <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/marcas>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Instituto Nacional de Propriedade Industrial**. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/sobre/estrutura>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Registre a sua marca em 10 passos**. Disponível em: < http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/marcas/registre_a_sua_marca_em_10_passos.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

Iudícibus et al. **Contabilidade introdutória**. 10. ed. -4. reimpc. São Paulo: Atlas, 2009.

LOURENÇO et al. **Fundamentos de Contabilidade Financeira: Teoria e Casos**. Lisboa: Edições Sílabo, 2015, 245p. Disponível em: http://www.silabo.pt/Conteudos/8261_PDF.pdf. Acesso em: 20 abr. 2017.

MORAES, Marcos Antonio Pires de. **Propriedade Industrial: Marcas e Patentes**. 2017, 18p. Disponível em: <<http://www.piresdemoraes.com/Artigos/marcas%20e%20patentes.PDF>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade geral fácil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 568p.

SEBRAE Nacional. **Como registrar uma marca**. 2017. Disponível em: < <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-registrar-uma-marca,6b0a634e2ca62410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SEBRAE Nacional. **Definição de Patente**. 2017. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/definicao-de-patente,230a634e2ca62410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SEBRAE Nacional. **Importância da marca para sucesso do negócio**. 2015. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/importancia-da-marca-para-sucesso-do-negocio,48f9634e2ca62410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

A GESTÃO ESPORTIVA NO ATLÉTICO CLUBE PARANAÍ

DAWSON-OLIVEIRA, Erick (UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba/UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná Campus de Paranavaí); erickdawson@gmail.com *

COUTINHO, Jeans Marques (UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná Campus de Paranavaí); j.mcoutinho@hotmail.com

OLIVEIRA, Elizangela Jesus (UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba); elizoliveirajesus@gmail.com

DAMIÃO, Wanderson Silva (UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba); wandersoniprm@gmail.com

GIULIANI, Antonio Carlos (UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba);); cgiuliani@unimep.br

CONCEIÇÃO, Marluz Aparecida Tavares da (UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba/UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná Campus de Paranavaí) marluztavares@uol.com.br

Resumo

A gestão de marketing esportiva quando realizada profissionalmente se torna essencial para a manutenção de um clube de futebol. Particularmente, os clubes no Brasil de menor expressão encontram dificuldades na atração de patrocinadores, torcedores e sócio torcedores aos clubes. Desta forma, a proposição desta pesquisa é explorar o modelo de gerenciamento esportivo do Atlético Clube Paranavaí (ACP). Seu objetivo é analisar a gestão de marketing esportivo para atrair patrocínio e torcedores. A pesquisa possui um caráter exploratório porque se propõe investigar um problema pouco estudado, buscando informações sobre o problema. A gestão esportiva do clube é composta por gestores sem especialidade esportiva e encontra dificuldades na manutenção da equipe durante o ano, afetando assim a frequência de torcedores e patrocinadores, culminando nas questões de ordem financeira. O gerenciamento de marketing esportivo possui relevância considerável no contexto da especialidade dos gestores de um clube de futebol e também na visão que o torcedor possui com o clube.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Esportiva. Marketing Esportivo. Torcedores. Patrocinadores.

Abstract

Sports marketing management when performed professionally becomes essential for the maintenance of a football club. Particularly, clubs in Brazil of lesser expression find difficulties in attracting sponsors, supporters and club supporters. Thus, the purpose of this

research is to explore the sports management model of the Athletic Club Paranaíba (ACP). Their goal is to analyze sports marketing management to attract sponsorship and fans. The research has an exploratory character because it proposes to investigate a little studied problem, seeking information about the problem. The club's sports management is made up of managers with no sports specialty and has difficulties in maintaining the team during the year, thus affecting the frequency of supporters and sponsors, culminating in financial issues. Sports marketing management has considerable relevance in the context of the specialty of the managers of a football club and also in the view that the.

KEY WORDS: Sports Management. Sports marketing. Fans. Sponsors

INTRODUÇÃO

A prática da gestão ensina ao profissional a lidar com as dificuldades que um clube pode se deparar, principalmente um clube pequeno, que deve buscar se adequar às regras impostas nos campeonatos disputados. Um clube de futebol deve dispor de uma atividade econômica e de mídia, para estimular o interesse pela profissionalização do gestor. Os clubes precisam buscar a gestão profissionalizada, passando pelo entendimento que o clube de futebol é uma empresa e necessita ser gerida como tal, explorando estratégias de relacionamento entre clubes e torcedores no futebol brasileiro, demanda de jogos no Brasil e no exterior, sócio torcedor, satisfação de torcedores e intenção de retorno.

Temas como esses abrem um campo de discussão para pesquisas nesse campo de investigação científica. Ressalta-se que é no evento esportivo que se tem uma excelente chance para os patrocinadores divulgarem sua marca ou seu produto/serviço junto a potenciais consumidores, ou seja, as pessoas envolvidas com o evento.

Este artigo teve como objeto de estudo o ACP, clube que disputou a Série A do Campeonato Paranaense de Futebol (Série Ouro) e na atualidade disputa a Série B.

APORTE TEÓRICO: ASPECTOS DE GESTÃO

Nos clubes europeus, com a sua devida proporção, em torno da distribuição de renda e paixão pelos clubes, no Brasil, o conceito de gestão do futebol avança de maneira significativa. Porém os clubes ainda estão longe de alcançar um patamar ideal de gestão e de maneira sustentável financeiramente para os clubes, havendo muitas diferenças entre eles. Entre os clubes de futebol na Europa há diferenças não somente no modelo de gestão como também na utilização das ferramentas adotadas para aumentar receitas. Porém os clubes brasileiros estão distantes de alcançar um padrão de gestão ideal e da maneira

sustentável para os clubes, havendo muitas diferenças. Entre os clubes de futebol na Europa e no Brasil há diferenças nos modelos de gestão e suas formas de ferramentas usadas para aumentar receitas.

Alguns clubes brasileiros estão procurando melhorar suas margens lucrativas através de jogadores consagrados que estão se recuperando de contusões ou aqueles que já estão no final de suas carreiras, sendo eles: os que estão na Europa ou em outro continente, mas que se destacam em seus clubes e não querem ficar por condições climáticas, racial e o distanciamento familiar.

Souza e De Angelo (2004), abordam que a gestão dos clubes brasileiros se originam de algumas fontes principais, sendo: a receita de bilheteria, as cotas de televisão, os patrocínios e o fornecimento de material esportivo, além do uso da marca e da remuneração por cessão de jogadores.

Já na Europa, Leoncini (2001) apresenta outros fatores, como: relacionamento com a TV, relacionamento com o principal patrocinador, relacionamento com loterias, relacionamento com o cliente torcedor, relacionamento com o patrocinador técnico, relacionamento com empresas produtoras de bens e relacionamento com outros clubes ou federações.

Contursi (1996) já aborda a atividade de gestão como responsabilidade para ajudar a organização alcançar desempenho por meio da utilização de recursos tanto humanos quanto materiais. Assim, é por meio da gestão que se antecipa o que deve ser feito, adaptando os processos a cultura da própria organização (MAXIMIANO, 2000).

Fayol (1970) conceitua que a administração representa um fator relevante no processo dos negócios, sejam eles pequenos ou grandes, industriais, comerciais, políticos, religiosos ou de outra qualquer modalidade. Paralelamente, a administração e a gestão esportiva estão inclusas nesse debate.

Tal qual a sua importância, que no artigo se discute as práticas da gestão esportiva no clube sob a ótica administrativa, descritas por Fayol (1970) como sendo a previsão, organização, direção, coordenação e controle. Drucker (1975) salienta que o clube terá que se adaptar à realidade do mercado e descobrir as oportunidades para que tenha sucesso no futuro. Na próxima seção discorre-se sobre o conceito de gestão esportiva.

GESTÃO ESPORTIVA

O modelo de gestão estratégica é um conjunto estabelecido de princípios e funções de uma organização que coordenam seus recursos na direção de seus objetivos

estratégicos. Portanto, uma empresa capitalista tradicional tem como princípio administrativo, derivado do seu objetivo estratégico, a maximização de lucros por meio da satisfação do cliente.

A gestão do esporte em um clube de futebol apresenta características que a diferem da gestão das demais atividades (comerciais, industriais e de serviços), principalmente porque os fatores psicológicos e emocionais estão presentes nas decisões tomadas pelos gestores, que muitas vezes, consideram a emoção em detrimento da razão. Sob este aspecto, observa-se que os clubes de futebol necessitam, cada vez mais, adotar decisões de maneira profissional ao invés de agirem emocionalmente. De acordo com Pereira (2000):

o modelo de gestão de uma empresa compreende um conjunto de crenças, valores e princípios que determine a forma como a empresa é administrada. Inclui crenças e valores sobre o processo de planejamento e controle, grau de autonomia dos gestores, critérios de avaliação de desempenho e princípios que determinam a postura gerencial. Sob forte influência dos proprietários e principais executivos das empresas, o modelo de gestão influencia fortemente a forma como os gestores decidem na empresa. Sua importância se revela por influenciar todos os subsistemas da empresa, condicionando a interação da empresa com demais sistemas que compõem o seu ambiente externo (PEREIRA, 2000, p. 70).

Padoveze (2000), considera o seguinte quanto a tomada de decisões:

é no subsistema de gestão que as decisões são tomadas. O subsistema de gestão só pode ser especificado após a definição maior do modelo de gestão. Nele se encontra o processo de gestão e as atividades de planejamento, execução e controle. É intimamente ligado ao subsistema de informação (PADOVEZE, 2000, p. 39).

Já o planejamento empresarial definido por DRUCKER (1975) se apresenta como um procedimento contínuo e realizado de maneira sistemática nas tomadas de decisões empresariais, permitindo o conhecimento das consequências futuras para comparar os resultados com as expectativas.

PADOVEZE (2000, p. 115) afirma que “a contabilidade gerencial mudou o foco da contabilidade, passando dos registros e análise das transações financeiras para a utilização da informação para decisões que atentem o futuro”. Para OLIVEIRA (1992, p. 39), “sistema de informações gerenciais (SIG) é o processo de transformação de dados em informações que são utilizadas na estrutura decisória da empresa, bem como proporcionam a sustentação administrativa para aperfeiçoar os resultados esperados”.

A prática da gestão no clube, assim como outra modalidade de gestão, pode passar pelo processo de isomorfismo mimético (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MEYER; ROWAN, 1977), ou seja, uma resposta a uma incerteza, uma imitação de práticas administrativas que podem ser copiadas e difundidas. Sendo assim, as organizações bem sucedidas servirão de espelho para aqueles que estão buscando meios para se adaptarem a realidade pessoal, pois têm a tendência de se espelharem em outras.

Porém, Rocco Jr. (2007) realça que a dificuldade encontrada na gestão no clube de futebol é a ausência de profissionalismo e de recursos em nosso país para desenvolverem estratégias e atraíres recursos para o clube.

MARKETING DE EXPERIÊNCIA

O marketing de experiência apresenta-se como finalidade de dispor de oportunidades e situações de tal forma, que as marcas possam atrair os seus consumidores utilizando-se de ações promocionais, interativas e marcantes na mente e na percepção do consumidor. Pode-se afirmar que um dos resultados alcançados é o impacto positivo nas vendas através da fidelização dos clientes e motivação dos funcionários no que se refere ao conhecimento do produto ou serviço. Nesse sentido, pode-se afirmar que em um mercado marcado pelo relacionamento individual com o cliente, o marketing de experiência pode ser utilizado para iniciativas de atratividade de clientes de grandes empresas e marcas. O objetivo do marketing de experiência não é somente realizar sorteios de prêmios e viagens, mas centrar-se no benefício que é ofertado ao consumidor, tornando-o uma experiência ímpar e inesquecível. Como forma de alcançar o momento “inesquecível”, o marketing de experiência criará uma lembrança positiva, ao associar o forte momento vivido pelos clientes e a marca. Um atendimento de excelência e respeito às escolhas dos clientes são fatores-chaves para concretizar as ações do marketing de experiência.

Em síntese o marketing de experiência, tem como finalidade acionar o sentimento e a sensação que o cliente sentirá ao presenciar um momento especial quando adquire produtos ou serviços de uma marca ou empresa.

Corroborando, Kotler (2008) advoga que a prioridade do marketing de experiência é alcançar o estado emocional da relação do cliente com o produto e o serviço, incluindo a mensuração das emoções ao se utilizar esses serviços. Dessa forma, a conexão emocional, a experiência na relação com a empresa é que são determinantes para que os clientes comprem seus produtos/serviços com certa assiduidade.

No contexto dessa pesquisa, os autores Kotler (2009) e Las Casas (1994) afirmam que o clube deverá desenvolver estratégias atrativas aos torcedores oferecendo mais produtos ou serviços visando á presença dos clientes ou torcedores aos jogos.

GESTÃO DE MARKETING

Para se discorrer sobre a gestão de marketing, faz se mister uma noção de marketing constitui uma atividade humana, social e gerencial, orientada para a administração de processos organizacionais competitivos, com o objetivo de identificar as necessidades e desejos do mercado. O marketing visa também à satisfação da demanda, através do processo de criação e troca de produtos e valores que possa gerar lucratividade ás organizações.

Dessa forma, o modelo de gestão de marketing pode ser executado ao produto, e de forma ampla ao ramo industrial, varejo, institucional, social, pessoal, digital, entre outros. Todos esses setores buscam resultados de mercado, e reconhecem que o marketing é uma estratégia primordial para o alcance dos objetivos organizacionais.

Em relação ao esporte em geral o processo de gestão de marketing é utilizada como uma atividade de administração que busca implementar programas estratégicos e dessa forma, alcançar ações e resultados positivos no cenário esportivo.

Segundo Kotler (2008), urge ao profissional de marketing individualizar seus mercados-alvos com o objetivo de elaborar um mix de marketing assertivo. Como elementos básicos a serem considerados para todos os produtos e serviços tem-se o preço, o produto, a promoção e ponto de distribuição (praça). Esses elementos quando, associados a um certo evento, atleta ou clube, com o objetivo de explorar as ações do patrocinado e o do ato de patrocina, podem estimular de forma positiva o interesse dos clientes pelos produtos ou serviços ofertados.

De acordo com Melo Neto (2000), a gestão empresarial de um clube-empresa ou dos negócios do clube deve ser gerenciada de tal forma que proporcione a captação de clientes potenciais e lucros para a manutenção da marca do produto ou serviço no mercado.

GESTÃO ESTRATÉGICA

Pode-se conceituar a **Gestão Estratégica** como ações sistemáticas e continuadas com o objetivo de posicionar as empresas de forma competitiva no mercado. Nesse sentido, afirma Mattos (1995) que para uma empresa alcançar os resultados delineados de forma estratégica é preciso uma compreensão clara de onde a empresa quer chegar e onde se encontra em termos de mercado. Nesse sentido, Porter (1991) alinha a formulação de uma estratégia competitiva ao seu contexto organizacional. Já os autores Certo e Peter (1993), Souza e Yonemoto (2010), defendem as atividades de planejamento como fundamentais para o alcance das estratégias em curso de uma organização.

Ao se definir uma estratégia competitiva duas questões devem ser consideradas, que são a atratividade do negócio e a posição assumida para o ramo escolhido. Assim, primeiramente é necessário avaliar a atratividade do negócio em termos de rentabilidade em um horizonte de longo prazo, analisando os fatores determinantes dessa atratividade. Posteriormente, faz-se mister identificar os determinantes da posição competitiva, que podem variar de uma indústria, empresa ou produto ou serviço. A combinação dessas duas variáveis é que determinarão a perenidade do negócio.

É importante observar que cada empresa deve buscar analisar os determinantes do seu negócio e a posição assumida em ramo de negócio com o objetivo de delinear estratégias que podem se alterar conforme o contexto ou demanda organizacional.

VALOR DA MARCA

O valor da marca, pode-se definir como estando relacionado aos conjuntos de associações abstratas (atributos e benefícios) que definem aspectos ou dimensões de uma marca (KELLER; MACHADO, 2006). Afirmam ainda Keller e Machado (2006), que os valores centrais da marca podem ser utilizados para a definição da estratégia de marca e também para o posicionamento da marca no mercado. Assim, pode-se afirmar que as marcas variam de acordo com o valor que apresentam no mercado. Sendo necessário às empresas se preocuparem com a atitude dos consumidores em relação ao processo de escolha, para definirem seu posicionamento estratégico.

A valorização patrimonial da marca é algo que está relacionada à proporção dos consumidores satisfeitos com a marca, ao grau de reconhecimento, à qualidade percebida e às fortes associações com a imagem e a marca.

Com o objetivo de mensurar o valor patrimonial de uma marca, Kotler (1998) afirma que pode ser realizada através da multiplicação do preço de uma marca comum pelo volume extra de vendas superior a esse tipo de marca. Nesse sentido, o alto valor patrimonial de uma marca pode denotar diversos diferenciais competitivos como aumentar o preço da marca em decorrência da maior percepção de qualidade da marca, custos menores em marketing da marca (devido um acentuado nível de consciência) e de lealdade de marca.

Vale ressaltar que ainda é necessário administrar a marca como capital, uma vez que sofre desvalorização, dependendo da sua aceitabilidade pelos clientes (MEENAGHAN, 2001). Nesse sentido, são necessários investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de garantir a proteção da imagem, as associações e qualidade da marca que pode ser considerada como um intangível permanente de uma empresa.

Um importante meio de divulgação da marca é através do patrocínio que permitem às empresas desenvolverem sua imagem corporativa. De forma direta, é dar um retorno à comunidade e usufruir da publicidade de sua marca, produtos e outras ações. Como forma de ilustrar melhor, a figura 1 apresenta o processo de decisão sobre o patrocínio.

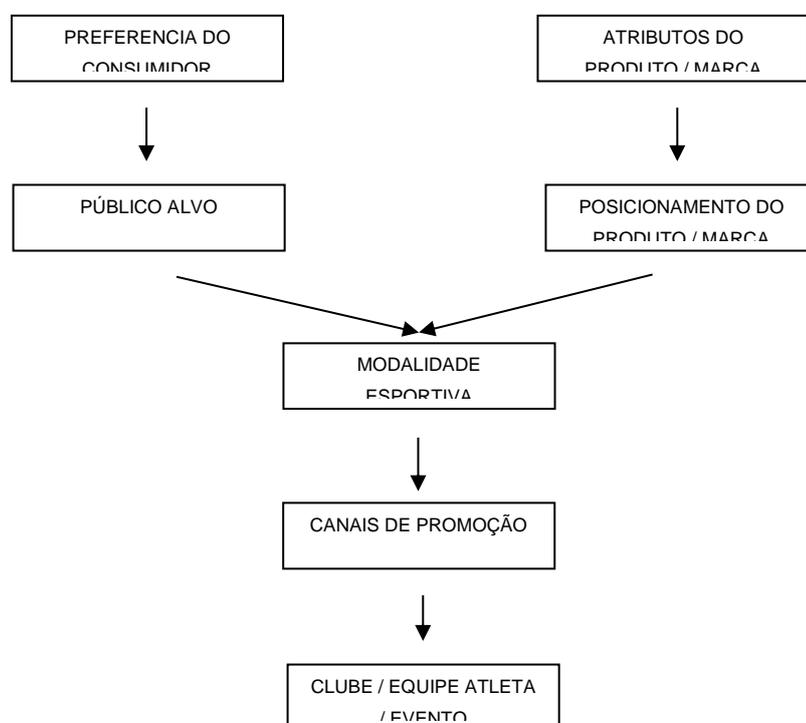


Figura 1: Processo de Decisão sobre Patrocínio

Fonte: Adaptada de Meenaghan (2001).

Observando a figura 1, pode-se afirmar que as pessoas (consumidores) estão cada vez mais preocupadas com o que compram e buscam orientações através de mensagens expostas em vários lugares que as marcas conseguem transmitir, como por exemplo, nas mídias de divulgação utilizadas pelo patrocínio. Nesse sentido, preconiza Kotler e Keller (2006), que para que uma marca forte seja consolidada, no caso dessa pesquisa, o clube precisará se dedicar ao planejamento da marca e investimentos a longo prazo.

Como resultado de um planejamento eficaz, o clube obterá um valor de marca que será resultado da identificação dos consumidores ao produto/serviço (PAIXÃO; LADEIRA; BRUNI; 2008). Nesse sentido, os consumidores acabam desenvolvendo uma expectativa de valor que determinarão a probabilidade de recompra dos produtos/serviços (KOTLER; ARMSTRONG, 1993; TAMASHIRO *et al*, 2009). Vale ressaltar que os consumidores irão adquirir o produto/serviço da empresa que entregar maior valor ao consumidor (KOTLER, 2000).

MARCA

Em relação à marca no contexto esportivo, afirma Chernatony (2005) que os consumidores tendem a comprar produtos do clube que lhes são atrativos, através de vitórias e títulos, ou seja em momentos onde estão envolvidos emocionalmente. A estratégia utilizada pelos patrocinadores consiste na exposição de suas marcas e seus produtos em pontos estratégicos nos estádios de futebol e em camisas dos clubes, com o objetivo de criar uma associação do time ao produto ofertado. Dessa forma, a marca quando passa a ser visível em todos os lugares nos estádios, os torcedores passam a serem influenciados para se tornarem consumidores (Pozzi, 1998).

Pode se destacar que um dos maiores benefícios de um patrocínio esportivo é a transferência da emoção do evento para a marca do patrocinador (POZZI; OLIVEIRA, 1996). Nesse sentido, a marca que se diferenciar de seus concorrentes deve apresentar um nome, termo, sinal, símbolo que apresentem atributos, benefícios, valor, cultura, personalidade que os usuários possam se lembrar e associarem, quando decidirem comprar os produtos ou serviços (KOTLER, 1998; BAKER, 2005; LUPETTI, 2003).

Kotler (2006) complementa que um clube de futebol ou qualquer esporte que tem como objetivo expor os patrocínios para valorizarem sua imagem, deve implementar uma estratégia de marketing bem definida que possa impactar de forma positiva no processo de decisão de compras dos consumidores. Essa estratégia de divulgação pode explorar as

diversas ferramentas de entretenimento e tecnologias, tornando assim o evento esportivo um espetáculo muito maior (REIN; KOTLER; SHIELDS, 2008). Uma outra dimensão a ser considerada pela indústria esportiva é o tratamento pessoal de qualidade, como assentos numerados, confortáveis, com boa visibilidade, segurança e outros fatores que possam atrair o torcedor aos eventos esportivos.

MARKETING ESPORTIVO

A principal finalidade do marketing esportivo é apresentar um diferencial para atrair o consumidor através da imagem da marca e do produto, para tanto se utilizando de um baixo risco e custos menores (MELO NETO, 1995). A expressão “marketing esportivo” relaciona-se a duas vertentes principais: o marketing de produtos esportivos e serviços direcionados ao consumidor de esporte, e o marketing de outros produtos de consumo, industrial e de serviços, pelo uso de promoções esportivas (POZZI, 1998, p.77). Ambas possuem sua eficácia comprovada, pois podem proporcionar diversos benefícios para o clube como arrecadação de fundos, aderência de um número expressivo de associados, manutenção do estabelecimento e da fidelidade, estímulos de atitudes e percepções positivas, e atração de patrocínio e investimento. Nesse sentido, Melo Neto (1995) apresenta as possibilidades do esporte no contexto do composto de marketing formando o mix do marketing esportivo:

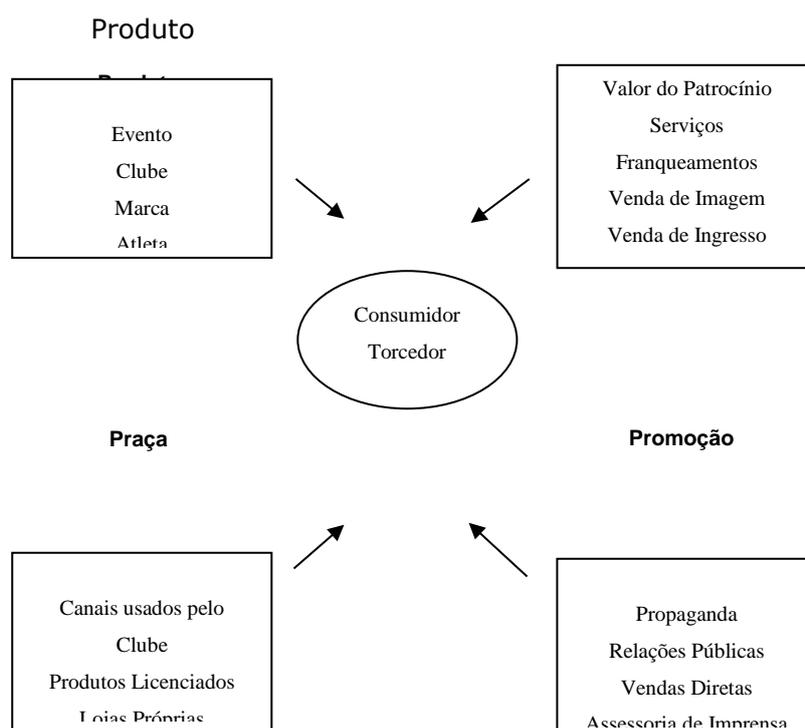


Figura 2 - Mix do marketing esportivo.

Fonte: Adaptada de Melo Neto (1995).

Para Monaco (2007) e Gonçalves (1994) para ser referência para a torcida, não é suficiente a análise somente do mix, mas a capacidade de transformar a emoção ou paixão pelo clube em negócios rentáveis e também comprometidos com o crescimento da economia.

Muito embora, os patrocínios esportivo, cultural e social estejam presentes na disputa acirrada entre as principais corporações que disputam por seus espaços no mercado, percebe-se que as médias e pequenas empresas também tem investido em ações de marketing através dos patrocínios nos clubes de futebol. Nesse sentido, o que se observa é que fatores como preços, serviços diferenciados, qualidade do produto e tecnologia avançada, não asseguram o sucesso empresarial e que a marca é um fator que faz a diferença na estratégia de marketing de qualquer empresa. Assim, uma forma já apresentada neste estudo de promoção da marca é através do patrocínio que se constitui na captação de recursos financeiros, humanos ou físicos por uma empresa/organização que busca associar sua marca ao seu produto ou serviço (POZZI,1998). Nesse sentido, o patrocínio é uma estratégia de investimento que pode ser atrelada a várias áreas como na cultura, no esporte, na ecologia e entre outras. O patrocínio visa tanto o retorno financeiro quanto institucional, enfatizando principalmente a promoção de uma marca.

Para Melo Neto (1995) o patrocínio evoluiu no sentido de alcançar os objetivos estratégicos de Marketing da empresa, pois busca vincular a imagem corporativa, a promoção da marca, o posicionamento do produto, a promoção de vendas e comunicação com clientes, os fornecedores, os distribuidores e demais parceiros. No contexto brasileiro, cabe ressaltar que existe uma carência de recursos financeiros para a própria manutenção do clube que passam a solicitar ajuda financeira e não patrocínios (LOVELOCK; WIRTZ, 2006).

Por outro lado, nota-se um crescimento pelo interesse desporto profissional, ao considerar o esporte como um grande negócio de rentabilidade e no caso específico do futebol, esporte brasileiro de maior atração, uma grande oportunidade de elaboração de uma estratégia de associação de marcas ao esporte, que aproxime as afinidades entre empresas e consumidores esportivos (ZUNINO, 2006).

Assim, um patrocínio bem executado poderá contribuir para uma maior interação entre o produto e a marca do patrocinador. Uma estratégia simples é a distribuições de brindes, sorteios, cuponagem que permitirão ao consumidor um primeiro contato com os benefícios do produto e os atributos da marca (KOTLER; SHIELDS, 2008).

METODOLOGIA

De acordo com os procedimentos utilizados, Gil (2002) caracteriza a pesquisa sendo do tipo exploratória, pois, segundo Richardson (2009, p. 320) “ a pesquisa exploratória visa conhecer as características de um fenômeno para procurar, posteriormente, explicações das causas e consequências de dito fenômeno”. Utilizou-se de questionário para melhor explorar a pratica de gestão esportiva no ACP. Sua natureza é qualitativa, por que de acordo com Richardson (2009), essa modalidade não emprega instrumentos estatísticos para análise de problemas. Isso se justifica porque a proposta deste artigo é descrever as práticas da gestão esportiva no ACP. A coleta de dados foi feita por meio de aplicação de questionário semiestruturado realizado com o gestor, aqui caracterizado como (E1) responsável pela gestão esportiva do clube. A análise dos dados foi realizada, utilizando o que Collins e Hussey (2005) caracterizam de citação de pesquisa qualitativa simples, pois de acordo com os autores, os dados podem ser codificados em níveis básicos ou complexos, permitindo que esses dados qualitativos sejam compilados, separados e organizados.

O Atlético Clube Paranaíba - ACP

O Atlético Clube Paranaíba foi fundado no ano de 1946 para representar a cidade de Paranaíba na região. No início, disputou campeonatos amadores municipais e do interior com as cores do uniforme em vermelho e branco, motivo pelo qual é conhecido como “vermelhinho”. No início dos anos sessenta o clube passou a disputar a segunda divisão do futebol paranaense, chamada de Série Prata, no qual conquistou o título, subindo para a primeira divisão pela primeira vez na sua história.

Em 1980, o ACP voltou para a segunda divisão, em 1983 chegou novamente na primeira e em 1992 voltou para a segunda divisão. No mesmo ano, inaugura-se o Waldomiro Wagner, estádio oficial da cidade que recebeu a seleção brasileira na sua primeira partida, em um amistoso contra a Costa Rica. O clube foi vice-campeão estadual

em 2003, sendo derrotado na final pelo Curitiba. Em 2007, o clube conquistou o seu primeiro título estadual.

A GESTÃO ESPORTIVA NO ACP

De acordo com a entrevista elaborada com o presidente do clube, aqui denominado E1, a gestão esportiva no ACP não contém um gestor especializado na área do esporte, pois os que atuam são proprietários de grandes empresas de Paranavaí e/ou da região. A última gestão foi prorrogada por falta de um substituto para o cargo, que só foi preenchido após um ano do final do mandato.

Para que a gestão de um clube funcione, o gestor tem que executar alguns tipos de eventos, contratar atletas de nome ou fazer com que o clube tenha um nome forte que ficará na mente dos torcedores por um período determinado de tempo, para que os patrocinadores possam ter interesse ativo em determinada faixa de público.

Com isso, exige-se um novo método de gestão esportiva no clube para a atração de clientes potenciais para que possa obter lucros e atingir os objetivos traçados, para a manutenção de sua marca no mercado. A seguir, o quadro mostrará alguns dados fornecidos pelo clube e aqui descritos como ano de 1 a 9:

		Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9
PATROCÍNIO EM R\$		365.000	341.200	330.000	380.700	483.400	408.700	485.300	535.800	625.600
MEDIA DE PÚBLICO		1920	1840	1725	1690	2339	1873	1238	1012	1030
RESULTADOS DOS JOGOS	V	7	6	4	3	10	5	4	7	7
	E	5	3	5	5	11	3	7	4	7
	D	1	3	5	6	4	7	10	9	11
MATERIAL ESPORTIVO EM R\$		6.300	7.400	8.100	8.700	9.700	10.200	11.400	12.100	12.300
COMERCIALIZAÇÃO DE ATLETAS EM R\$		-	-	-	-	60.000	55.000	-	-	-

Quadro 1 - Mapeamento da Gestão Esportiva no ACP.

Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores.

Os dados do quadro 1 apresentam o quanto os patrocinadores aumentaram suas contribuições junto ao clube devido ao aumento dos custos durante cada temporada. A média de público nos jogos diminuiu. Por conta do vice-campeonato paranaense em 2003 e a conquista em 2007, as cobranças dos torcedores para que o clube tenha resultados são grandes e sempre esperam que o ACP tenha uma equipe competitiva durante o campeonato.

O período de uma gestão é de dois anos, através de indicações feitas pela própria diretoria que, se o escolhido aceitar a vaga, será feita uma eleição através do Conselho Deliberativo do clube.

Para a contratação da comissão técnica e jogadores, primeiramente entra-se em contato com o técnico, que já tem seus auxiliares. O técnico entra em contato com os jogadores, que já conhecido pelo mesmo, oferecendo uma proposta de salário. Normalmente são jogadores que já atuaram pelos clubes do Paraná. Os contratos são feito junto à Federação Paranaense de Futebol para regularizar suas condições e com o Ministério do Trabalho para registro em carteira profissional. Portanto, o clube está com os juniores, mas está montando também os juvenis. Contudo, os atletas que se destacam são selecionados para fazer parte do time principal para completar o elenco, diminuindo as despesas com atletas.

Para alcançar seus objetivos com os patrocinadores, o clube apresenta uma equipe para entrar em contato com as empresas da cidade e região, oferecendo parte dos muros do estádio, placas de publicação no estádio e propaganda no uniforme, e também são oferecidos os jogadores que irão defender o clube na temporada. Porém, com os resultados dos últimos campeonatos disputados, que não tem alcançado seus objetivos, há dificuldades para atrair os mesmos.

Por se tratar de um clube de pequena expressão, não há uma campanha de marketing com grande foco. Mas para atrair os torcedores ao estádio, baixam os preços do ingresso, mulheres e crianças até 12 anos não pagam e meia-entrada para estudantes.

Em 2008, foi feita uma parceria com uma empresa de artigos esportivos, com uma loja no centro da cidade vendendo camisas, calções, agasalhos, bonés, bolsas, mochilas, etc., mas como o time não estava bem no campeonato, os torcedores diziam que os valores dos produtos eram caros.

O período de contratações se inicia dois meses antes de se preparar com contratações e patrocinadores, mas, o período em que se disputa o campeonato

paranaense de futebol é de quatro meses. No entanto, ao fim do campeonato, as atividades do time profissional ficam paradas, funcionando somente a categoria de base que usa o estádio para campeonatos amadores e torneios.

Ao se trazer eventos como jogos de primeira divisão ou amistosos, os gestores veem algumas desvantagens como: o clube ganharia pouco com a renda, os clubes dos campeonatos principais não querem jogar na região porque o clima, principalmente no verão, é muito quente e por estarem fora de suas torcidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos pela pesquisa revelam que o número de torcedores do clube é baixo, deixando de ir aos jogos. A atual diretoria justifica o problema ocorrido na ausência de patrocinadores porque o clube não vai bem às competições, tornando difícil montar uma equipe competitiva.

De acordo com os dados coletados e com base na revisão da literatura, a entrevista elaborada junto ao presidente do clube, observou-se que as dificuldades de gestão são imensas, como dívidas com jogadores e fornecedores, taxas federativas, entre outras. Porém estão fazendo o possível para que as dívidas diminuam o mais rápido possível.

Ocorrem vendas de seus produtos com referência ao clube e licenciados pelos patrocinadores de seu uniforme, de forma que valorizem suas exposições no qual possuirá enormes possibilidades de aumentar suas receitas de forma que possibilite montar uma equipe competitiva. Outro fator importante é que os patrocinadores da marca esportiva podem utilizar o composto de marketing para estimular o desejo de compra do torcedor e até mesmo com o desenvolvimento de novos produtos para o mercado, visando transformar a paixão do torcedor, fazendo com que frequente os jogos e compres seus produtos oferecidos.

Portanto, o clube poderá fazer parcerias com grandes clubes contratando atletas que estão subindo de categoria, com as contratações de atletas de nomes junto a parceiros, fazer sorteios de brindes antes e/ou nos intervalos dos jogos e eventos como jogos com clubes de expressão.

Nos termos técnicos da administração, a gestão é setor fundamental para o bom desempenho de qualquer organização. Conclui-se que Atlético Clube Paranaíba necessita de melhorias na estrutura financeira, mercadológica onde a elaboração de estratégias, planejamento, melhor controle e direção, elevará o patamar do clube e como consequência a melhor obtenção de resultados positivos, seja dentro ou fora de campo.

REFERÊNCIAS

- BAKER, M. J. (Org.). **Administração de marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CERTO, Samuel C. & PETER, Paul J. **Administração estratégica**. São Paulo, Makron Books, 1993.
- CHERNATONY, L. Construção de marca. In: BAKER, M. J. (Org.). **Administração de marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 263 - 279.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CONTURSI, E. B. **Marketing esportivo**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.
- DRUCKER. P. **Administração, tarefas e responsabilidade**. Pioneira. Vol. I, 3 ed. São Paulo, 1995.
- FAYOL, H. **Administração industrial e geral: previsão, organização, coordenação e controle**. 8. ed. São Paulo, 1970.
- FAGUNDES, A. F.A; VEIGA, R.T. **Fatores que influenciam a satisfação dos torcedores na ida aos estádios de futebol no Brasil e sua intenção de retorno**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXXVII, Rio de Janeiro, 2013.
- FLEURY, F.A; CARDOSO, M.V; FOUTO, N.M.D; VANCE, P. S. **Estratégias de relacionamento entre clubes e torcedores de futebol no Brasil: aumento do consumo do torcedor explorando a fidelidade a marca**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXXVII, Rio de Janeiro, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, J. E. L, *et al.* O que eles pensam sobre o marketing esportivo no futebol?: **Revista de Administração de Empresas**, vol. 34, n. 4, jul-ago 1994. Pg 16 – 21.
- KELLER, K. L.; MACHADO, M. **Gestão Estratégica de Marcas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 289p.
- KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1993.
- _____. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. Trad. Ailton Bonfim Brandão. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998. 725p.

- _____. **Administração de marketing:** a edição do novo milênio. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- _____. & ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing.** 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
- _____. **Marketing essencial:** conceitos, estratégias e casos. 2 ed. São Paulo: Pearson Education, 2005.
- _____.; KELLER, K. L. **Administração de marketing.** 12º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- _____. **Marketing para o século XXI.** Ediouro, 1ª edição 2008.
- _____. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** Trad. Ailton Bomfim Brandão. 5 ed. 8 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.
- LEONCINI, M, P. **Entendendo o negócio de futebol:** um estudo sobre a transformação do modelo de gestão estratégica dos clubes de futebol. São Paulo. Tese de Doutorado da USP em 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 23 de out. 2011.
- LOVELOCK, C; WIRTZ, J. **Marketing de serviços:** pessoas, tecnologias e resultados. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- LAS CASAS, A. L. **Qualidade total em serviços:** conceitos, exercícios, casos práticos. São Paulo, atlas, 1994.
- LUPPETTI, M. **Gestão da comunicação mercadológica.** São Paulo: Thomson Learning, 2003.
- MATTOS, C.L.G. **Etnografia crítica em sala de aula:** o professor pesquisador e o pesquisador professor em colaboração. Campinas: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 51, p. 299-311, ago. 1995.
- MAXIMINIANO. A. C. A. **Teoria geral da administração:** da escola científica à competitividade na economia globalizada. São Paulo: Atlas, 2000.
- MELO NETO, F. P. **Marketing esportivo.** Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MEENAGHAN, T. **Ambush marketing:** immoral or imaginative practice. In: *Jornal of Advertising Research*, September / October, 1994. p. 77-88.
- _____. **Marketing de patrocínio.** Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, p. 340-363, 1977.
- MONACO, F. C. Especial esporte e gestão: Miopia esportiva. Pg 59 – 63. **GV Executivo.** v. 6, n. 3, maio/jun. 2007.
- PADOVEZE, C. L., **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil** Atlas, 3. ed., São Paulo : 2000

PAIXÃO, Roberto Brasileiro; LADEIRA, Rodrigo; BRUNI, Adriano Leal. Avaliação de marcas: as visões mercadológica e financeira. **Revista Gestão e Planejamento Salvador**, v. 9, n.1, p. 94-110, jan./jun. 2008.

PEREIRA, A. C. , **Uma Contribuição ao Modelo de Mensuração ...**, Tese (doutoramento) apresentada a FEA/USP. 2000.

PEREIRA, L.F; PESSÔA, L.A.G.P; FERREIRA, C.J.G. **O torcedor-consumidor: identificação com os clubes e barreiras para a adoção do programa sócio torcedor.** . In: ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXXVIII, Rio de Janeiro, 2014.

PITTS, B. G. Sport Management at the Millennium: A Defining Moment. **Journal of Sport Management**, 15, p. 1-9, 2001.

PORTER, M. E. **Estratégia Competitiva**. Campus, Rio Janeiro, Campus, 1991.

_____. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

POZZI, L., OLIVEIRA, M. **Patrocine o Evento Certo**. Mercado Global. São Paulo, 1996.

_____. **A grande jogada: teoria e prática do marketing esportivo.** São Paulo: Globo, 1998.

REIN, I; *et al.* **Marketing esportivo: a reinvenção do esporte na busca de torcedores.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCCO JR., A. J. Clubes esportivos. GV Executivo, vol. 6, n. 3, maio - jun 2007. Pg. 54-

58.SANTOS, S.M; BENEVIDES, B.I.L; CABRAL, A.C.A; PESSOA, M.N.M; RIBEIRO, R.A;

HOLT, N.L.S. **Determinantes da demanda por jogos de futebol no brasil e na Inglaterra.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXXVIII, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, T. B; YONEMOTO, H. W. Análise de processos como diferencial competitivo. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DAS FACULDADES INTEGRADAS "ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO", toledo, Vol. 6, No 6, 2010, ISSN 1809-2551. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br>>. Acesso em: 03 dez. 2011.SOUZA, F. A. P.; DE ANGELO, C. F. O fim do passe e seu impacto sobre o desequilíbrio competitivo entre as equipes de futebol. **RAUSP: Revista de Administração**, São Paulo, V. 40, n. 3, p. 280-288, jul./ago./set. 2005. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

TAMASHIRO, H. R. *et al.* Processo de compra e os atributos de lojas valorizadas pelos consumidores: um estudo comparativo dos consumidores paulistas. **REMark: Revista**

Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 8, n. 2, p 160-187, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiramarketing.org>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

ZUNINO, R. Comportamento de compra de torcedores de clubes de futebol: um estudo da aquisição de produtos dos patrocinadores. II Encontro de Marketing. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

PLANO DE NEGÓCIOS – LOJA- LOJA

LOJA VIRTUAL GRÁTIS PARA EMPREENDEDORES

Vagner Fernandes David; vagner.david@fatec.sp.gov.br

Resumo

O presente relato, foi fundamentar o crescimento do e-commerce no Brasil, o qual vem acompanhando a mesma evolução que ocorre em nível internacional, como a que ocorre, por exemplo, em países como Estados Unidos, China, Reino Unido, Japão e Austrália. Esses são os mercados onde que o e-commerce mais tem crescido, segundo dados oficiais. Muito se fala em e-commerce (vendas digitais), e nas organizações, de maneira geral, ainda se pode encontrar uma série de interpretações em relação a esta ferramenta de alavancagem de vendas tão necessária na atualidade. Muitas empresas varejistas, hoje, não estão somente limitadas a uma loja física, pois é grande o volume de oportunidades em vendas digitais. Com isso, abrem seu leque de canais de distribuição e atendimento ao seu público alvo, enfrentando melhor as ameaças que possam encontrar no seu segmento. Neste contexto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo realizar um estudo de viabilidade da implantação de um projeto chamado Loja-Loja, localizado no município de Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo e que atua no ramo de prestação de serviços de vendas digitais, mais especificamente, comercialização de sistemas para vendas com plataforma própria. Ainda, que diante da forte concorrência que este mercado vem apresentando nos dias atuais, e por conta de aspectos referentes a preços, qualidade e serviços equiparados, faz-se necessária a apresentação de novas ações e produtos que se sobressaiam a estas questões, favorecendo o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável diante das exigências do mercado globalizado. Segundo pesquisas da e-Commerce (News, 2016) o número de lojas virtuais cresce a uma taxa de 25% ao ano. A pesquisa, encomendada pelo *Paypal* a uma empresa chamada (*BigDataCorp*), ainda trata sobre o perfil do consumidor brasileiro, e cita que o e-commerce no Brasil, no início da coleta dos dados, representava 2,65% de todos os domínios registrados no país. No entanto, esse número já subiu para 3,54% do universo pesquisado. Segundo a pesquisa, no ano de 2015 os varejistas que possuíam loja física diminuíram sua participação em lojas virtuais de 14,53% para 13,46%.

Palavras-chave: e-commerce, loja virtual, grátis, comércio virtual, empreendedor, Cloud Computer.

Abstract:

The present work, divided in 16 chapters, was based on the growth of e-commerce in Brazil, which has followed the same evolution that occurs in the international level, such as in the United States, China, the United Kingdom United Kingdom, Japan and Australia. These are the markets where the most e-commerce has grown, according to official data. There is a lot of talk in e-commerce (digital sales), and in organizations, in general, you can still find a lot of interpretations regarding this much needed sales leverage tool today. Many retailers today are not only limited to a physical store, because the volume of digital sales opportunities is great. With this, they open their range of distribution channels and service to their target audience, better facing the threats they may encounter in their segment. In this context, the purpose of this Course Completion Work is to carry out a feasibility study of the implementation of a project called Loja-Loja, located in the municipality of Presidente Prudente, in the interior of the State of São Paulo, and which operates in the service rendering sector of digital sales, more specifically, sales of systems for sales with its own platform. Still, given the strong competition that this market is presenting in the present days, and due to aspects related to prices, quality and similar services, it is necessary to present new actions and products that stand out to these issues, favoring the growth and sustainable economic development in response to the demands of the globalized market. According to e-Commerce surveys (News, 2016) the number of virtual stores grows at a rate of 25% per year. The research, commissioned by *Paypal* to a company called (*BigDataCorp*), still deals with the profile of the Brazilian consumer, and cites that e-commerce in Brazil, at the beginning of data collection, represented 2.65% of all registered domains in the country. However, this number has already risen to 3.54% of the universe surveyed. According to the survey, in the year 2015 retailers that owned a physical store decreased their participation in virtual stores from 14.53% to 13.46%.

Keywords: e-commerce, virtual store, free, virtual commerce, entrepreneur, Cloud Computer.

INTRODUÇÃO

O padrão Loja-Loja é exatamente o que o empreendedor precisa para começar a vender pela web. Tudo de forma muito simples, com ações práticas como, por exemplo,

escolher um tema que mais chama atenção ao projeto. Com um manual de fácil de leitura, o lojista começa a montar sua loja virtual da forma como preferir. É a maneira mais fácil de começar a explorar todo o potencial da internet.

Analisar o mercado é uma das etapas para a elaboração do plano de negócios. Saber quem são os clientes, concorrentes e fornecedores, além de detalhar quais são os produtos ou serviços que vai oferecer, são ações fundamentais para o sucesso do projeto.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente trabalho justifica-se por apresentar um estudo de viabilidade de uma pequena empresa do ramo de prestação de serviços digitais, que busca se destacar no mercado em que atua através da utilização de ferramentas de planejamento estratégico que melhor condizem com sua realidade e necessidade.

Segundo (GIL, 2002), a justificativa, consiste na apresentação inicial no projeto. Aqui definimos informações referentes a argumentação, pesquisas e o que será aplicado para a sociedade em termos de conhecimentos.

Cada decisão tomada, desde a escolha de fornecedores de altíssima qualidade até as fontes de distribuição, deve gerar um valor percebido ao cliente usuário desse serviço. Ressaltando que os 10 anos de experiência de atuação nesta área nos permite detectar uma carência em serviços de qualidade neste segmento, pois o valor percebido não pode simplesmente se encerrar no comércio varejista. Ele deve ser entregue até o consumidor final. No sistema tradicional cada cliente tem de escolher seus fornecedores e implementações, que vão desde a segurança até padrões de legislação atual. Já no nosso sistema, uma vez feita uma implementação, a mesma será enviada a toda base, permitindo assim uma atualização em tempo real, que engloba desde a segurança, *templates*, selos de qualidade, legislação atual, e muitos outros itens.

Apontando os diversos problemas e elencando soluções, podemos prever cenários e descrever de forma clara uma solução para que os produtos e serviços de nossos clientes sejam comercializados da melhor forma, evitando problemas e surpresas que podem ocorrer no meio do caminho, além de promover valor e gerar riqueza para todos.

(RICHARDSON, 1989 p. 62), define o objetivo geral "como o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa". Assim, o objetivo geral deste trabalho é elaborar um plano de negócios para analisar a viabilidade de um negócio para atender empreendedores em todo Brasil.

A metodologia aplicada no trabalho foi a Qualitativa/Quantitativa e o recurso utilizado foi o do Plano de negócios, padrão SP Plan, fornecido pelo Sebrae nacional em

sua versão 2.0. Analisar o mercado é uma das etapas para a elaboração do plano de negócios. Saber quem são os clientes, concorrentes e fornecedores, além de detalhar quais são os produtos ou serviços que vai oferecer.

No desenvolvimento deste trabalho, as pesquisas revelaram que a falta de planejamento tem sido o grande motivo do insucesso das empresas, acarretando até mesmo a falência ou recuperação judicial frente a um mercado competitivo, firmando assim a necessidade de se planejar, dirigir e controlar em toda e qualquer situação, visando acompanhar e fazer parte das mudanças e evoluções eminentes ao mercado.

A pesquisa qualitativa não se relaciona com a preocupação de exemplificar representatividade numérica, mas sim, com relação a aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para (MINAYO, 2001), a pesquisa qualitativa trabalha com inúmeros mundos de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a fatores que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa quantitativa, que tem suas entranhas na linha da lógica, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT, BECK e HUNGLER).

Esclarece (FONSECA, 2002 p. 20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

O trabalho se iniciou a partir de pesquisas bibliográficas, onde foram consultadas diversas fontes e dos mais variados autores(as). Para Lakatos e Marconi (1992, p.43), uma pesquisa se deve a um aprofundamento do que é escrito e permite ao pesquisador uma ação e contato direto com o assunto que cerca o tema, utilizando ferramentas.

O método quantitativo se caracteriza pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio – padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão entre outras. Amplamente utilizado na condução da pesquisa, o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar as distorções de análise. (RICHARDSON, 1989 p. 29)

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Mesmos já atuando no mercado há vários anos, o curso de Gestão me forneceu uma visão diferente a respeito de uma organização empresarial e sobre a forma de criar um plano de negócios. Experiências pessoais e de clientes me mostraram erros que todos os empresários correm desnecessariamente na formulação de uma estratégia, desde processos simples, com a compra de mobiliários até o lançamento de um novo produto.

Vimos que o Brasil, em especial, tem enorme potencial para o crescimento do investimento de impacto. Apesar do bom momento econômico vivido pelo país, ele ainda conta com sérios problemas sociais e o investimento em tecnologia e inclusão provou-se uma poderosa ferramenta para incluir a maioria da população que trabalha ou que está disposta a empreender nesse momento.

No plano de marketing consegue-se segmentar nosso público usando as metodologias existentes, além de aplicar técnicas para valorizar a marca, descobrir as necessidades de cada cliente e como torná-los fãs da marca.

As análises financeiras e de viabilidade demonstraram números reais e precisos à respeito do nosso negócio, propiciando, assim, o estudo dos investimentos em áreas críticas de cada segmento do mercado

A crescente procura por atividades de comercialização de produtos via internet vem gerando pressões sobre lojistas e desenvolvedores com o propósito de lançar produtos capazes de converter mais cliques em vendas. E isso abre muito espaço a ser explorado.

O conceito de venda de desejos vem cada vez mais ao encontro do que o consumidor deseja, trazendo mais experiência sobre a compra. E é esse conceito que os empreendedores precisam compreender melhor para desenvolver estratégias de venda cada vez mais eficazes.

O MVP do projeto foi validado utilizando-se uma matriz de pesquisa de mercado que demonstrou interesse pelo produto. Mesmo considerando os empreendedores que já possuíam uma loja virtual, a maioria dos entrevistados se mostrou disposta a pagar até mais que o preço pré-fixado pelo produto, desde que ele entregasse o que prometeu.

O estudo de análise de viabilidade financeira do empreendimento indicou, por meio dos três métodos usados para determinar o retorno sobre o capital investido (TIR, VPL e Payback), que investir no projeto Loja-Loja é a alternativa mais viável de investimento entre as opções disponíveis, como a poupança, por exemplo. O projeto Loja-Loja projetou para os próximos 5 anos, a partir de 2017, um retorno financeiro de 110,92% a.a. sobre o capital investido, índice bem superior a TMA de 10,25% a.a., taxa Selic. Esse valor foi obtido por se tratar de uma empresa de tecnologia que tem uma alta escalabilidade e um baixo Payback, com prazo para recuperar o capital investido de apenas 1,26 anos.

REFERÊNCIAS

- BIGDATACORP. BIGDATACORP. S.D. BIGDATACORP. 17 DE 02 DE 2017. <[HTTPS://ECOMMERCENEWS.COM.BR/NOTICIAS/PESQUISAS-NOTICIAS/NUMERO-DE-LOJAS-VIRTUAIS-NO-PAIS-CRESCE-215-EM-UM-ANO-APONTA-PESQUISA](https://ecommercenews.com.br/noticias/pesquisas-noticias/numero-de-lojas-virtuais-no-pais-cresce-215-em-um-ano-aponta-pesquisa)>.
- DORNELAS, JOSÉ C. ASSIS. EMPREENDEDORISMO: TRANSFORMANDO IDÉIAS EM NEGÓCIOS. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER, 2001.
- FONSECA, J. J. S. METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA. FORTALEZA: UEC, 2002.
- GIL, ANTONIO CARLOS. COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA. 4 ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2002.
- MINAYO, M. C. S. PESQUISA SOCIAL: TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE. PETRÓPOLIS: VOZES, 2001.
- NEWS, E-COMMERCE. E-COMMERCE NEWS . 01 DE 04 DE 2016. BIGDATACORP. 17 DE 02 DE 2017. <[HTTPS://ECOMMERCENEWS.COM.BR/NOTICIAS/PESQUISAS-NOTICIAS/NUMERO-DE-LOJAS-VIRTUAIS-NO-PAIS-CRESCE-215-EM-UM-ANO-APONTA-PESQUISA](https://ecommercenews.com.br/noticias/pesquisas-noticias/numero-de-lojas-virtuais-no-pais-cresce-215-em-um-ano-aponta-pesquisa)>.

POLIT, D.F., C.T. BECK E B.P. HUNGLER. FUNDAMENTOS DE PESQUISA EM ENFERMAGEM: MÉTODOS, AVALIAÇÃO E UTILIZAÇÃO. VOL. 5 ED. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2004.

RICHARDSON, ROBERTO J. PESQUISA SOCIAL :MÉTODOS E TÉCNICAS. SÃO PAULO: ATLAS, 1989.

SEBRAE, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. ANUÁRIO DO TRABALHO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. BRASÍLIA:. 05 DE 05 DE 2013.

[HTTP://WWW.SEBRAE.COM.BR/SEBRAE/PORTAL%20SEBRAE/ANEXOS/ANUARIO%20DO%20TRABALHO%20NA%20MICRO%20E%20PEQUENA%20EMPRESA_2013.PDF](http://www.sebrae.com.br/sebrae/porta1%20sebrae/anexos/anuario%20do%20trabalho%20na%20micro%20e%20pequena%20empresa_2013.pdf). 2017 DE 03 DE 20.

A DESCARACTERIZAÇÃO DO PAPEL DA PESSOA IDOSA INSTITUCIONALIZADA: UMA REVISÃO SOBRE A HISTÓRIA

Felipe Perucci de Oliveira (docente do curso de enfermagem da UNIESP – Presidente Prudente; feperucci@gmail.com)*

Ana Caroline de Jesus Pinto (discente do curso de enfermagem da UNIESP – Presidente Prudente; anacaroline2901@gmail.com)

Mariane Barbosa Maracci Pachela (discente do curso de enfermagem da UNIESP – Presidente Prudente; mariane_batajotto@hotmail.com)

Suellen Claro (discente do curso de enfermagem da UNIESP – Presidente Prudente; guria_su@hotmail.com)

Suzane da Silva Neves (discente do curso de enfermagem da UNIESP – Presidente Prudente; suzzaneneves@gmail.com)

Resumo

O presente estudo tem por objetivo discorrer sobre a descaracterização do papel social da pessoa idosa residente em Instituição de Longa Permanência. Trata-se de uma revisão bibliográfica, em que se faz levantamento bibliográfico no período de 2011 na 2015 nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), sendo selecionados ao final 10 artigos para elaboração do trabalho. Os artigos selecionados foram agrupados em quatro categorias, são elas: a) Contexto familiar disfuncional e falta de suporte na instituição de longa permanência; b) Comorbidades que levam ao processo de ser cuidado e ausência de autonomia; c) Sentimento de solidão por abandono; d) Condições socioeconômicas desfavoráveis e a predominância das mulheres nesse contexto. Conclui-se que a descaracterização do papel social da pessoa idosa dentro da Instituição de Longa Permanência está fortemente relacionada às questões intrínsecas trazidas como contexto histórico do indivíduo e por experiências vividas em seu contexto social. A afetividade e o vínculo podem ter sido desconstruídos por motivos singulares ao longo da vida, quando possuíam autonomia sobre suas ações e escolhas, sendo assim, ele deseja suprir ausências passadas, em busca de assumir papéis já perdidos ao longo de sua história, gerando a descaracterização por insatisfação em seu novo contexto social.

Palavras-Chave: Instituição de longa permanência para idosos. Saúde do idoso institucionalizado.

Abstract

The present study aims to discuss about the mischaracterization of the Social Role of Senior Resident Person in Institution of Long Term. It is a bibliographic review an period of 2011 to 2015, on library databases of health. (BIREME) and Scientific Electronic Library Online (SciELO), being selected to the final 10 articles for the preparation of work. The selected articles were grouped into four categories, which are: a) dysfunctional family background and lack of support in the long-term care facility; b) Comorbidities that lead to the process of being careful and lack of autonomy; c) Feeling of loneliness for abandonment; d) unfavorable socioeconomic conditions and the predominance of women in this context. It is concluded that the mischaracterization of the social role of the elderly in the long-stay institution is strongly related to the intrinsic issues brought to the historical context of the individual and experiences in their social context. Affection and the link may have been deconstructed by natural reasons lifelong, when they had autonomy over their actions and choices, so he want to meet past absences, seeking to assume roles already lost throughout its history, generating mischaracterization by dissatisfaction in their new social context.

Key words: Institution for the Aged. Health of institutionalized elderly.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo discorrer sobre a descaracterização do papel social da pessoa idosa residente em instituição de longa permanência, pois no contexto da sociedade contemporânea, observa-se um aumento expressivo da população idosa em todo mundo, esse crescimento ocorre devido ao avanço das tecnologias e da ciência, melhora da qualidade de vida e diminuição na taxa de natalidade e mortalidade que reflete no aumento da expectativa de vida populacional. (LISBOA; CHIANCA, 2012, MANSSANO-SCHLOSSER et al., 2014)

O envelhecimento é um processo natural que acarreta modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas, psicológicas e cognitivas determinando a perda gradativa da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, que ocorre de forma relativa e evolutiva. (JESUS et al., 2010; MARINHO et al., 2013)

Junto ao processo de envelhecimento surgem alterações de origem multidimensional que leva o indivíduo a maior vulnerabilidade e fragilidade, estimulando uma maior demanda de profissionais capacitados e políticas públicas específicas para atender tal população. (BORGES et al., 2013; JESUS et al., 2010)

A partir da necessidade de garantir ao idoso sua proteção, instituiu-se leis que amparam os idosos no Brasil, sendo a principal delas o Estatuto do Idoso que foi promulgado em 01 de Outubro de 2003 Lei Nº 10.741/2003.

Portanto, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), considera-se idosa a pessoa com idade a partir de 65 anos em países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento como o Brasil a partir de 60 anos. (SOUZA; BRANCA, 2011)

A população idosa tem crescido em ritmo acelerado. Atualmente, em números absolutos, a estimativa é de que existam 841 milhões de idosos no mundo, ou seja, uma em cada dez pessoas tem 60 anos ou mais. A OMS estima que em 2050 o número de pessoas idosas no mundo chegara a 2 bilhões e que a relação será em média de uma pessoa para cinco. (LISBOA; CHIANCA, 2012, RISSARDO et al., 2011)

No Brasil, a população de idosos cresceu abruptamente nos últimos 50 anos, em 1960 os idosos passavam de 3 milhões, em 1975 saltou para 7 milhões, em 2008 para 20 milhões e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população atual de idosos é de 22,9 milhões, um aumento de quase 700% em pouco mais de 50 anos. (IBGE, 2014, RISSARDO et al., 2011)

As estimativas indicam que em 2020 o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos, superior a 30 milhões de pessoas. Números tão elevados despertam o interesse de estudiosos sobre o assunto e a necessidade de maiores investimentos nas áreas sociais e de saúde voltadas a esse grupo etário. (MARINHO et al., 2013, RISSARDO et al., 2012)

Mediante o crescimento estatístico, observa-se em países desenvolvidos maiores investimentos em recursos por parte do governo e setores privados, pois nesses países, a visão em relação à pessoa idosa é de que ela necessita de mais qualidade de vida e promoção de saúde para o envelhecimento saudável. Diferentemente do Brasil, uma vez que os investimentos por parte do governo nos setores sociais e de saúde não estão paralelos ao aumento da população idosa levando a um declínio da qualidade de vida tornando-os dependentes e que por diversos fatores resta como alternativa a institucionalização. (RISSARDO et al., 2012, SOUZA; BRANCA, 2011)

No Brasil, o cuidado a pessoa idosa é ou deveria ser de responsabilidade familiar conforme recomendação da Constituição Brasileira no artigo 230, porém, devido às mudanças no que se diz respeito ao contexto familiar com o surgimento de novos modelos, a inserção da mulher no mercado de trabalho motivados pelo capitalismo e as necessidades que esses idosos vêm a apresentar com o envelhecimento, tornam-se barreiras para o

cuidado do idoso em seu ambiente familiar. (LISBOA; CHIANÇA, 2012, MANSANO-SCHLOSSER et al., 2014, RISSARDO et al., 2011)

Assim, as Políticas Públicas voltadas para a atenção da pessoa idosa por meio da Prevenção e Promoção de saúde e a disponibilização de recursos financeiros, não suprem a demanda do número de pessoas que vem envelhecendo, tornando cada vez mais recorrente a busca das famílias por instituições asilares como alternativa, hoje denominadas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), essa mudança na denominação foi proposta pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. (PINTO; SIMSON, 2011, RISSARDO et al., 2012)

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), as ILPIs, constituem em instituições governamentais e não governamentais que proporciona atenção integral de caráter residencial coletivo, com liberdade e dignidade, sendo seu público alvo pessoas com idade igual ou superior a 60 anos com ou sem suporte familiar. (RISSARDO et al., 2012)

A própria definição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) já denota a necessidade de um novo olhar, sob a luz da qualidade de vida, prevenção e promoção da saúde dentro das instituições que, por sua vez, são rejeitadas socialmente devido a influencias culturais de serem vistas apenas como abrigos. (RISSARDO et al., 2012)

O processo de adaptação da pessoa idosa institucionalizada muitas vezes não se desenvolve de forma positiva, ocasionando sentimentos negativos intrínsecos como solidão, culpa e abandono, assim, como fatores extrínsecos relacionados à assistência prestada dentro das ILPIs, que na grande maioria, não prepara os profissionais para lidar com esse público fragilizado que, por sua vez não estimulam à manutenção do autocuidado e à socialização, gerando a perda da autonomia que leva à descaracterização da pessoa idosa. (JESUS et al., 2010, OLIVEIRA; SANTOS; PAVARINI, 2013, SANTOS et al., 2012)

A partir destes questionamentos sobre a perda da autonomia relacionada ao processo de institucionalização e às práticas dos cuidados prestados pelos profissionais das Instituições de Longa Permanência para Idosos, se faz necessário compreender e pontuar fatores determinantes para o processo de descaracterização por meio de revisão crítica de literaturas que expõe as atividades dentro das ILPIs.

Pouco se discute a respeito destas práticas e os mecanismos de preservação do papel da pessoa idosa, para que eles sejam resgatados e mantidos pontos importantes, preservando a individualidade do cuidado aos idosos institucionalizados.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura que, concordando com Souto et al., (2013), é um método que permite a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências do tema em estudo, resultando em conhecimento atual sobre o assunto e servindo de referência para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Foi realizada pesquisa na base de dados contendo artigos científicos disponíveis online tais como: Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Nessas fontes, utilizamos os descritores: Instituição de Longa Permanência para idosos e Saúde do Idoso Institucionalizado

Foram encontrados um total de 112 artigos através das fontes, as buscas se deram através dos termos descritos anteriormente de forma separadas, utilizando o descritor Instituição de Longa Permanência para Idosos, foram encontrados 71 artigos e com o descritor Saúde do Idoso Institucionalizado, foram encontrados 41 artigos.

Os critérios de inclusão do material foram artigos disponíveis na íntegra, publicados em português, cujo o contexto da pesquisa fosse caracterizado os fatores que levam a perda de características dos idosos institucionalizados em instituições de longa permanência, tendo como assunto principal o próprio descritor, publicados entre os anos de 2011 a 2015, constando como assunto de revista em enfermagem e psicologia e foram excluídos aqueles que não atendiam aos critérios estabelecidos totalizando 102 artigos.

Ao final, foram selecionados 10 artigos que foram organizados em fichas nas quais constavam dados de identificação dos artigos e uma síntese para apreender sobre a descaracterização da pessoa idosa residente em instituição de longa permanência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram utilizados 10 artigos para discutir os resultados, três datam de 2014, dois datam de 2015, dois datam de 2013, dois datam de 2012 e um data de 2011. Dentre os artigos utilizados houve maior predomínio pela discussão sobre a temática no ano de 2014.

De acordo com as bases de dados pesquisadas, houve maior destaque para o periódico Revista Kairós Gerontologia e dentre os artigos pesquisados as categorias encontradas foram:

CONTEXTO FAMILIAR DISFUNCIONAL E FALTA DE SUPORTE NA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA.

O contexto familiar disfuncional é um dos fatores que levam e mantém o idoso na Instituição de Longa Permanência. Isso pode ser ocasionado tanto pelas mudanças no comportamento da sociedade contemporânea devido ao surgimento de novos modelos

familiares, mudanças no papel da mulher que, hoje contribui com a renda familiar e não possui mais tempo para conciliar as atividades domésticas e laborais com o cuidado ao idoso, quanto o fato da pessoa idosa não ter constituído família em outras fases da vida ou estar em situação de vulnerabilidade social, restando como única alternativa a institucionalização. (MARIN, 2012)

As relações familiares nestes modelos tendem a ser conflituosas, ocasionando desafeto e falta de vínculo entre os membros, fazendo com que não consigam lidar com as divergências que tendem a surgir junto com o processo de envelhecimento, tornando também nestes casos a institucionalização um recurso de primeira escolha. (RISSARDO, 2011, MARIN, 2012)

Um dos problemas que tendem a surgir, é que o idoso oriundo de uma família disfuncional ao ser institucionalizado muitas vezes não recebe suporte necessário durante a sua estadia. Pode ocorrer a quebra de vínculo devido à falta de relações sociais, isso colabora para que se aflore o sentimento de solidão. Pode também acontecer desses idosos se esquecerem aos poucos as características e histórias de uma vida inteira. (CECILIO, 2015, CARLI, 2012).

De modo geral a família é quem deve exercer a função de manter a ligação do idoso com o meio interno e externo, mantendo-o motivados mesmo residindo em instituição de longa permanência e, assim, preservar suas características pessoais neste novo contexto social. (CECILIO, 2015, CARLI, 2012).

Por outro lado, cada indivíduo idoso inserido na instituição possui experiências pessoais singulares ao longo da vida na qual pode envolver questões mais profundas como sentimentos e mágoas por ambas as partes, a falta de vínculo afetivo por ausência deste idoso no convívio familiar quando ainda jovens, ou por laços afetivos deficientes contribuem para a descaracterização social do indivíduo institucionalizado, sendo assim, o enfermeiro pode tentar promover com o auxílio da equipe multidisciplinar o resgate e interação da família com o idoso institucionalizado e também a inserção efetiva do prontuário de enfermagem com foco na Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) voltada à saúde do idoso, medidas efetivas que atendam às necessidades de vida diária, manutenção e recuperação das condições de saúde, sendo indispensável o envolvimento da instituição, sociedade e políticas públicas voltadas as pessoas idosas institucionalizadas. (MEDEIROS et al, 2015)

COMORBIDADES QUE LEVAM AO PROCESSO DE SER CUIDADO, E AUSÊNCIA DE AUTONOMIA.

O envelhecimento acarreta modificações morfológicas, gerando uma perda gradativa da capacidade funcional do organismo do idoso. O indivíduo pode se tornar muito vulnerável, necessitando de uma maior atenção. Esse fato faz com que os idosos precisem de ajuda em algumas atividades básicas da vida diária, colaborando para o processo de institucionalização e a ausência de autonomia para realizar suas atividades. (PEREIRA; BESSE, 2011).

Esse processo não é fácil, pois, a pessoa precisa se acostumar com a ideia do envelhecer e que está perdendo a sua capacidade funcional, fato esse que pode ocasionar pontos positivos e negativos, dependendo de questões intrínsecas como o sentimento de estar institucionalizado e de como encara o contexto do processo de ser cuidado. (PEREIRA; BESSE, 2011).

Diante da vulnerabilidade que o indivíduo portador de alguma comorbidade apresenta, muitas vezes outras pessoas passam a realizar parte de suas atividades diárias. Em muitos casos, a família ou sociedade acaba comprometendo a sua autonomia em vários sentidos, pois as comorbidades que acometem o idoso fazem com que ocorra uma inversão de papéis, como no fato do filho tentar proibir hábitos cotidianos, ou por não deixar que ele tome decisões sobre sua saúde e sua vida pessoal, controlando até mesmo seus sentimentos, essas atitudes fazem com que o idoso desenvolva sentimentos de inutilidade e se sinta excluído. (CECILIO, 2015; CARLI, 2012)

Para que ocorra a preservação da autonomia da pessoa idosa residente em Instituição de Longa permanência, diante da necessidade de cuidados relacionados a comorbidades, se faz necessário a estimulação e participação da pessoa idosa nas atividades básicas da vida diária para executá-las juntamente com a equipe. Isso ajuda a promover a interação durante os cuidados prestados por profissionais das instituições asilares, sejam eles enfermeiros ou cuidadores, também é preciso que essa equipe desperte um olhar para um atendimento individualizado e humanizado, respeitando o ritmo de cada indivíduo idoso e suas limitações, para que se mantenha ativos mudando os pré-conceitos sociais de que velhice é sinônimo de inatividade e improdutividade, favorecendo assim a independência e autonomia dentro da instituição. (CECILIO, 2015, DANTAS, 2013)

SENTIMENTOS DE SOLIDÃO POR ABANDONO

A adesão da família durante o processo de institucionalização é um fator de extrema importância no que se diz respeito a adaptação do idoso dentro da Instituição de Longa Permanência, pelo fato de que, quando há a ausência de apoio familiar no processo da institucionalização, o idoso passa a desenvolver sentimentos negativos devido à

ociosidade do tempo e aos questionamentos muitas vezes em relação à falta de visitas de familiares e amigos, em busca de respostas para o afastamento e tende a se culpar pelo abandono. (RISSARDO et al, 2011)

Não é uma tarefa fácil para a pessoa idosa lidar com o processo de institucionalização. Muitas vezes o fato de ter que adotar a instituição como o seu novo lar é doloroso pela necessidade de deixar para trás toda a sua história em relação ao contexto familiar e seguir em frente nessa nova vida. (CALDAS, 2013)

O ambiente familiar é o local onde o indivíduo consegue exercer mais fortemente a sua personalidade, devido aos valores e reconhecimentos dos membros dentro do núcleo. O processo de envelhecer envolve questões muito complexas, pois não se deve pensar somente no envelhecimento biológico e sim nas alterações cognitivas e emocionais que a pessoa idosa passa a ter, tornando-a mais frágil frente às mudanças ocorridas, sabe-se que devido a essas alterações podem surgir maiores necessidades de cuidados que consequentemente serão atribuídos aos familiares. (MARTINS, 2013, MARIN, 2012)

Por este motivo é comum a busca pela institucionalização como uma solução para os cuidados diários. Porém deve-se entender que o processo de institucionalização, devido ao afastamento dos membros da família, é um momento que pode determinar sofrimento e que, na grande maioria das vezes, a família acaba não respeitando e não levando em consideração a suas vontades, isso pode gerar na pessoa idosa angustia, medo, solidão e ansiedade, sentimentos que tendem a serem agravados ainda mais quando as famílias afastam-se, conforme o tempo de permanência na Instituição, que por sua vez contribui com a perda de sua identidade e no processo de descaracterização social. Esse evento pode vir a ocorrer pelo fato de que qualquer indivíduo humano necessita de interação social por uma questão de sobrevivência, interação essa, que deveria ser promovida pela família. (MARTINS, 2013, MARIN, 2012)

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DESFAVORÁVEIS E A PREDOMINÂNCIA DAS MULHERES NESSE CONTEXTO

Em nosso país, assim como no cenário mundial, torna-se cada vez mais visível o aumento abrupto da população idosa nos últimos anos, paralelo a isso, a necessidade de se pensar na qualidade de vida no que se diz respeito à promoção e recuperação da saúde desse grupo etário que tende a ser predominante em alguns anos. (CARMO, 2012)

As condições socioeconômicas apresentam-se como um fator predominante no que se diz respeito a crescente busca por instituição de longa permanência, sejam elas particulares ou públicas, refletindo na quantidade de idosos de baixa renda inseridas na

mesma. Isso ocorre devido a nosso país estar caminhando para o reconhecimento da pessoa idosa como um indivíduo autônomo e que necessita de melhores condições socioeconômicas para manter-se na velhice. Muitas vezes, a renda financeira adquirida pelo direito à aposentadoria e pensões, principal fonte de financeira dessa população, não supre os custos em relação às necessidades que esses idosos vêm a apresentar. (CARMO, 2012)

Assim, a população que vem envelhecendo em nosso país é marcada pela pobreza, pois muitos idosos só contam um salário mínimo, isso quando não lhes vedam esse benefício que seria utilizado para o seu sustento, o que inclui despesas médicas, alimentação e moradia, levando esses idosos a situação de vulnerabilidade e marginalização social, tornando a instituição de longa permanência uma saída, pelo fato de estar de ser uma opção mais acessível e que supra as necessidades básicas da vida diária. (CARMO, 2012)

Relacionado à falta de recursos governamentais que garantam para esses idosos melhores condições de envelhecer ao lado da família, nota-se que outros fatores como a falta de escolaridade, não ter constituído família, ausência de documentação necessário para conseguir o benefício de aposentadoria, os tornam vulneráveis, sendo assim, um indicativo para a institucionalização, pois essa vulnerabilidade por não possuir renda, associada à escassez de Políticas Públicas na atenção à saúde da pessoa idosa fazem com que percam a autonomia na manutenção de suas despesas, assim como na contribuição financeira com seus familiares nas despesas domésticas. (DANTAS, 2013)

Quando tratamos dos altos índices de idosos institucionalizados em unidade pública, relaciona-se também a marginalização do idoso sem família ou que a família não tem uma estrutura financeira capaz de suprir as necessidades que o mesmo possui. Nesse contexto, destaca-se a predominância de mulheres residentes em Instituições de Longa Permanência em relação ao número de homens, o que pode ser explicado pelo fato de possuírem maior longevidade, ser viúva, falta de interesse em ter outro parceiro após a viuvez, fragilidade por desigualdade de gênero, baixa escolaridade e conseqüentemente a não inserção no mercado de trabalho e reconhecimento profissional, refletindo em sua renda com menor remuneração que os homens tornando-a insuficiente para manter-se fora da instituição. (SANTANA, 2012)

Vale salientar que o envelhecimento para as mulheres contemporâneas pode significar melhor qualidade de vida, porém, para idosas oriundas de outras épocas a realidade é voltada para a desigualdade social e vulnerabilidade que, por sua vez, por serem na grande maioria das vezes, mais fragilizadas nas questões emocionais e que por

serem predominantemente o gênero de maior prevalência em instituições de longa permanência merecem maior atenção por parte dos profissionais, enfatizando os sentimentos e o processo de descaracterização do papel social e a perda da autonomia. (SANTANA, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos levantamentos de dados e resultados apresentados, concluímos que a descaracterização do papel social da pessoa idosa dentro da Instituição de Longa Permanência está fortemente relacionada às questões intrínsecas trazidas como contexto histórico do indivíduo e experiências vividas em seu contexto social. A afetividade e o vínculo podem ter sido desconstruídas por motivos singulares ao longo das fases da vida, quando possuíam autonomia cognitiva e física sobre suas ações e escolhas, além disso as práticas e cuidados prestados por profissionais dentro das ILPs provavelmente tem uma maior relação com a perda de autonomia devido ao processo de ser cuidado e que, de forma direta e indireta pode estar contribuindo para a descaracterização por este cuidado não ser executado por familiares ou ainda não estimular o autocuidado da pessoa idosa.

Ficou evidente que idosos oriundos de contextos familiares disfuncionais e que não tem suporte da família no processo de institucionalização, por questões socioeconômicas ou de afetividade de parentesco, contribui para que a pessoa idosa desenvolva sentimentos negativos como solidão, culpa e abandono, sentimentos esses, que somado ao fato de existirem mais mulheres residentes nesse contexto podem aflorar-se devido a sensibilidade feminina e materna. Sendo assim, o indivíduo deseja suprir ausências passadas na velhice, em busca de assumir papéis já perdidos ao longo de sua história gerando a descaracterização por insatisfação em seu novo contexto social.

Por todos esses aspectos, residir em uma instituição de longa permanência para idosos não é sinônimo de descaracterização de seu papel social, pelo fato de que ainda dentro da instituição, podem ser mantidos os vínculos afetivos por parte dos familiares através das visitas e adesão no processo de institucionalização, porém, esse processo não garante que o indivíduo idoso esteja atuando dentro do seu papel social, pois essa adaptação irá depender também de questões subjetivas sob sua percepção do ambiente.

Em relação as práticas e cuidados prestados pelos profissionais de enfermagem, nota-se a importância de uma coleta de dados detalhada do histórico do idoso, para que reconheça as individualidades e dessa maneira possa identificar as vulnerabilidades quanto ao processo que leva a descaracterização, intervindo com a implementação de atividades que estimulem a interação social e o autocuidado.

Esperamos com este trabalho ter contribuído com a temática e que novos estudos possam se consolidar para que se alcance uma melhora na qualidade de vida dos idosos, com elaborações de Políticas Públicas para o resgate desses familiares e integração no contexto institucional, dado a importância do elo família, idoso, e sociedade, assim como apontar outras variáveis que possam estar relacionadas ao processo de descaracterização social de Idosos residentes em instituições de longa permanência.

REFERÊNCIAS

- BORGES, C. L. et al. Avaliação da fragilidade de idosos institucionalizados. **Acta Paul Enfermagem**, São Paulo, v. 26, n. 4. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n4/v26n4a04.pdf>>. Acesso em: 20. Set. 2015.
- CALDAS, C. P e PAMPLONA, C. N. S. Institucionalização do idoso: percepção do ser numa óptica existencial. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 16, n. 5, p 201-2019, Set. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/18680-46904-1-SM.pdf>>. Acesso em: 10. Jun. 2016.
- CARLI, L. et al. Sentimentos e percepções de idosos residentes em uma instituição asilar. **Revista de pesquisa cuidado é fundamental online**, v. 4, n. 2, Abr/Jun. 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/1726-9861-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/1726-9861-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 16. Jun. 2016.
- CARMO, H. O. et al. Institucionalização: por que me trouxeram pra cá?. **Revista Kairós gerontologia**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 191-201, Jun. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/6005-33265-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16. Jun. 2016.
- CECÍLIO, H. P. M.; ARRUDA, G. O e MARCON, S. S. A dependência do cuidado familiar na perspectiva do doente crônico. **Revista de pesquisa cuidado é fundamental online**, v. 7, n 4. Out/Dez. 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/3908-26085-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/3908-26085-2-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 01. Jun. 2016.
- DANTAS, C.M. H. L. et al. Capacidade funcional de idosos com doenças crônicas residentes em Instituições de Longa Permanência. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 66, n. 6, Nov/Dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n6/16.pdf>>. Acesso em: 01. Jun. 2016.
- JESUS, I. S. de. et al. Cuidado sistematizado a idosos com afecção demencial residentes em Instituição de Longa Permanência. **Rev Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, Jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v31n2/12.pdf>>. Acesso: 30. Set. 2015.

LISBOA, C. R.; CHIANCA, T. C. M. Perfil epidemiológico, clínico e de independência funcional de uma população idosa institucionalizada. **Rev Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 65, n. 3, Mai/Jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v65n3/v65n3a13.pdf>>. Acesso em: 12. Set. 2015.

MANSANO-SCHLOSSER, T. C. et al. Idosos institucionalizados: organização cronológica das rotinas diárias e qualidade do sono. **Rev Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 4, Jul/Ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n4/0034-7167-reben-67-04-0610.pdf>>. Acesso em: 20. Set. 2015.

MARIN. et al. Compreendendo a história de vida de idosos institucionalizados. **Revista Brasileira de Geriatria Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n.1. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v15n1/16.pdf>>. Acesso em: 05. Jun. 2016.

MARINHO, L. M. et al. Grau de dependência dos idosos residentes em Instituições de Longa Permanência. **Rev. Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v34n1/13.pdf>>. Acesso em: 13. Set. 2015.

MARTINS, Edna. Constituição e significação de família para idosos institucionalizados: uma visão histórico-cultural do envelhecimento. **Estud. Pesq. psicol**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 1, p. 215-236, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v13n1/v13n1a14.pdf>>. Acesso em: 01. Jun. 2016.

MEDEIROS, F. A. L. et al. O cuidar de pessoas idosas institucionalizadas na percepção da equipe de enfermagem. **Rev Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 36 n. 1, Jan/Mar. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Ricardo/Documents/TCC%202015/pt_1983-1447-rgenf-36-01-00056%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ricardo/Documents/TCC%202015/pt_1983-1447-rgenf-36-01-00056%20(1).pdf)>. Acesso em: 01. Jun. 2016

OLIVEIRA, S. C. de; SANTOS, A. A. dos e PAVARINI, S. C. L. Relações entre sintomas depressivos e a funcionalidade familiar de idosos institucionalizados. **Rev Esc Enfermagem USP**, São Paulo, v. 48, n. 1, Fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n1/pt_0080-6234-reeusp-48-01-65.pdf>. Acesso em: 18. Set. 2015.

PEREIRA, F. M e BESSE, M. Fatores associados à independência funcional de idosos residentes em instituição de longa permanência. **Acta Fisiatr**, v.18, n. 2, p. 66-70, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/v18n2a04.pdf>> Acesso em: 05. Jun. 2016.

PINTO, S. P. L. de C.; SIMSON, O. R. de M. V. Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: Sumário da Legislação. **Rev Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, Jul/Set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v15n1/18.pdf>>. Acesso em: 12. Set. 2015.

RISSARDO, L. K. et al. Concepção e sentimentos de idosos institucionalizados sobre família. **Cienc Cuid Saúde**, v. 10, n. 4. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/18311/pdf>>.

Acesso em: 13. Set. 2015.

RISSARDO, L. K. et al. Sentimentos de residir em uma Instituição de Longa Permanência: Percepção de idosos asilados. **Rev de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, Jul/Set. 2012.

Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v20n3/v20n3a17.pdf>>. Acesso em: 25. Set. 2015.

SANTANA, I. O. et al. Mulher idosa: vivências do processo de institucionalização. **Ex equo**, Vila Franca de Xira n. 26, p. 71-85, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16. Jun. 2016.

SANTOS, Z. M. de S. A. et al. Autocuidado universal praticado por idosos em uma Instituição de Longa Permanência. **Rev Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, Out/Dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v15n4/13.pdf>>. Acesso em: 20. Set. 2015.

SOUSA, P. O.; BRANCA, S. B. P. Panorama epidemiológico do processo de envelhecimento no mundo, Brasil e Piauí: evidências na literatura de 1987 a 2009. **Enfermagem em Foco**,

v. 2, n. 3. 2011. Disponível em <<http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/132/113>>.

Acesso em: 12. Set. 2015.

SOUTO, L. E. S.; SOUZA, S. M.; LIMA, C. A.; LACERDA, M. K. S.; VIEIRA, M. A.; COSTA, F. M. Qualidade de vida dos docentes de enfermagem: uma revisão de literatura.

EFDeportes, Buenos Aires, v. 18, n. 186, p. 1-9, nov. 2013.

OS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS

Carla Plantier Message (Universidade do Oeste Paulista) caplantier@gmail.com*

Ana Paula Ambrósio Zanelato Marques (Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente); anapaulazanelato@gmail.com

Raquel Rosan Gitahy (Universidade do Oeste Paulista); raquel@unoeste.br

Sidinei de Oliveira Sousa (Universidade do Oeste Paulista); sidneysiamf@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como intuito relatar o conhecimento e uso dos recursos educacionais abertos por parte de docentes do ensino superior. Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender o conceito dos Recursos Educacionais Abertos, identificando todos os tipos de licenças *Creative Commons* aplicados para disseminação de materiais, evidenciando os repositórios onde se pode encontrar tais recursos. Em seguida, aplicou-se um questionário a fim de compreender a visão de professores de 3 (três) instituições de ensino superior de uma cidade do interior do estado de São Paulo, sobre os seus conhecimentos e uso dos Recursos Educacionais Abertos. Os professores, em sua maioria, apontam que apesar de fazerem o uso de materiais encontrados na internet, e trocarem materiais com colegas, desconhecem o que são os Recursos Educacionais Abertos e as licenças *Creative Commons*. Conclui-se que REA disponibiliza material licenciado, e que contribui para o desenvolvimento colaborativo de conteúdos de aprendizagem. Os Recursos Educacionais Abertos também necessitam ser melhores divulgados e incentivados entre os professores, para melhor enriquecimento de materiais e colaboração entre os pares. O uso dos REA's é uma possibilidade para ampliar o desenvolvimento colaborativo de conteúdos abertos. No entanto, carece-se de políticas públicas que auxiliem, apoiem e encorajem seu uso.

Palavras-chave: Recursos Educacionais Abertos; Licenças *Creative Commons*; Repositórios; Educação Aberta; Materiais Educacionais.

Abstract

This article aims to report the knowledge and use of open educational resources by higher education teachers. Firstly, a bibliographic research was carried out to understand the concept of Open Educational Resources, identifying all types of Creative Commons licenses applied to disseminate materials, highlighting the repositories where such resources can

be found. Then, a questionnaire was applied in order to understand the view of teachers from 3 (three) higher education institutions of a city in the interior of the state of São Paulo, about their knowledge and use of Open Educational Resources. Teachers, for the most part, point out that although they make use of materials found on the Internet, and exchange materials with colleagues, they are unaware of Open Educational Resources and Creative Commons licenses. It is concluded that OER provides licensed material, and contributes to the collaborative development of learning contents. Open Educational Resources also need to be better disseminated and encouraged among teachers for better material enrichment and peer collaboration. The use of OER's is a possibility to expand the collaborative development of open content. However, there is a need for public policies to support, support and encourage its use.

Keywords: Open Education Resources; Creative Commons license; Repositories; Open Education; Education Materials;

INTRODUÇÃO

Educação Aberta é uma expressão usada em muitos casos, envolvendo práticas tradicionais e outras mais modernas, entretanto, associadas a um processo de aprendizagem, sem exigências ou regras de quem ensina.

O movimento para uma Educação Aberta é uma tentativa de buscar alternativas sustentáveis para algumas das barreiras evidentes no que tange ao direito de uma educação de qualidade. Nessa perspectiva, o conceito de "abertura" não é necessariamente dependente de desenvolvimentos tecnológicos, e antecede a popularização de dispositivos digitais, da internet e da web, mas pode ser fortalecida por novas mídias (SANTANA; ROSSINI; PRETTO, 2012, p. 18).

Na contemporaneidade a expressão Educação Aberta, está vinculada ao chamados Recursos Educacionais Abertos (REA), causando novas práticas de ensino e aprendizagem, com o uso das tecnologias educacionais. Sabe-se da importância do compartilhamento de materiais, inclusive materiais didáticos. Muitos professores usam e modificam materiais, sem se importar com o tipo de licença. Nesse artigo verificou-se que apesar dos professores, usarem materiais que encontram na internet, trocarem materiais com colegas

e adaptarem a sua realidade, ao contexto do momento, eles desconhecem o que são os recursos educacionais abertos.

Diante do exposto, este artigo denota conceitos como, etapas do ciclo de vida REA, licenças *Creative Commons*, exemplos de alguns repositórios de REA, da mesma maneira que apresenta o resultado de uma pesquisa em relação aos conhecimentos e uso de REA por professores de 3 instituições de ensino superior de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Para o seu desenvolvimento, fez-se um estudo exploratório, a partir de um levantamento bibliográfico e um questionário que foi aplicado aos professores das instituições de ensino para levantamento da pesquisa sobre REA.

DESENVOLVIMENTO

DEFINIÇÃO DOS REA'S

O termo Recursos Educacionais Abertos foi mencionado a primeira vez pela UNESCO, em 2002, e pode ser estabelecido como:

[...] materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, fixados em qualquer suporte ou mídia, que estejam sob domínio público ou licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. Os Recursos Educacionais Abertos são como blocos que podem ser conectados por pessoas diferentes, em locais diferentes e modos diferentes, para satisfazer uma necessidade específica do conhecimento (SEBRIAN, 2013, p. 01).

Pode ser considerado REA qualquer insumo que possa apoiar no processo de ensino e aprendizagem como aulas, vídeos, áudios, imagens, cursos, artigos, entre outros, desde que estejam disponíveis sob licença aberta. A intenção do REA é que sejam produzidos e mais tarde compartilhados para que possam ser aprimorados, e então, novamente reutilizados

O funcionamento do REA é baseado num ciclo de vida, que tem como etapas, segundo o Caderno REA:

- Encontrar: Buscar por recursos pertinentes a sua necessidade. Poderá ser usado como recurso para buscar ferramentas de busca na internet para encontrar os materiais pretendidos.
- Criar: Resume-se em criar um novo recurso, ou aliar a algum já existente com outros recursos, criando um material novo.

- Adaptar: Ao compor novos materiais nesse processo haverá melhoras, correções e contextualizações do material encontrado para prática do professor.
- Usar: Resume-se no uso do material em sala de aula, na internet.
- Compartilhar: Finalizado, o material pode ser compartilhado na internet, reiniciando o ciclo de vida.

LICENÇAS CREATIVE COMMONS

Atualmente encontramos muitos documentos em diversos formatos na internet, porém é preciso se atentar em relação ao tipo de licença. A licença mais comum é a licença de todos os direitos reservados, essa licença também conhecida como *copyright*. Ela é de propriedade do autor ou de quem adquiriu essa propriedade. Como o REA tem como cultura o compartilhamento de materiais, o autor deve permitir que os demais tenham o direito de usar sua obra, e para isso existem as licenças *Creative Commons* (CC).

Quando materiais didáticos e educacionais são considerados commons, bens públicos e comuns, todos podem se beneficiar: professores, estudantes e autores interessados na utilização de sua produção. Quando tais materiais são pagos com dinheiro público, seja pelos programas de incentivo ao livro e à leitura ou por iniciativas próprias de governos produzirem materiais, faz ainda mais sentido que sejam bens públicos. E por incentivarem a produção aberta, o compartilhamento e o acesso a conteúdos, os chamados recursos educacionais abertos otimizam a utilização de recursos públicos (ROSSINI apud SANTANA;ROSSINI;PRETTO, 2012, p.141).

Para atribuir a um trabalho o tipo de licença *Creative Commons*, primeiramente o autor responde a um questionário no site creativecommons.org ou creativecommons.org.br. Existem 6 tipos de licenças que poderão ser atribuídas, conforme ilustra a tabela 1:

Tabela 1 – Licenças *Creative Commons*

Atribuição	Descrição
CC BY	Libera a distribuição, remixagem, adaptação e criação com base em um trabalho, para fins comerciais, fornecendo

	o crédito pela criação original. Das 6 licenças CC, é a mais flexível. É indicada para potencializar a divulgação e uso dos materiais licenciados.
CC BY-as	Libera a remixagem, adaptação e criação com base em um trabalho, mesmo para fins comerciais, fornecendo os créditos apropriados e que as recentes criações sejam licenciadas sob termos idênticos.
CC BY-ND	Libera a distribuição comercial e não comercial, sob condição de que o trabalho seja ofertado inalterado e no seu todo, com crédito atribuído ao autor.
CC BY-NC	Libera remixagem, adaptação e criação com base em um trabalho para fins não comerciais. Ainda que os novos trabalhos precisem atribuir os créditos oportunos e não possam ser usados para fins comerciais, os utilizadores não carecem de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.
CC BY-NC-as	Libera a remixagem, adaptação e criação com base em um trabalho para fins não comerciais, desde que seja atribuído o merecido crédito ao autor e que licencie as novas criações sob os mesmos termos.
CC BY-NC-ND	A mais restritiva das 6 licenças CC, consente o <i>download</i> e o compartilhamento, destinando o crédito ao autor, sem cometer alteração alguma e também de uso não comercial. Conforme mais permissões forem concedidas, mais versátil o seu REA será e

	mais propensões de colaboração emergirão.
--	---

Fonte: (Adaptada de: https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR)

Conforme mais permissões forem concedidas, mais versátil o seu REA será e mais propensões de colaboração emergirão.

REPOSITÓRIOS

Além desses benefícios, os recursos educacionais abertos criam a oportunidade para uma transformação ainda mais fundamental na educação: a de envolver educadores e estudantes (e mesmo aqueles que não estejam formalmente vinculados a uma instituição de ensino) no processo criativo de desenvolver e adaptar recursos educacionais. Além de produzir material e incentivar diversas possibilidades de uso, governos e instituições de ensino podem formar professores e alunos para a produção colaborativa de textos, imagens e vídeos de qualidade. É criado espaço para a formação continuada de professores e estudantes, para a produção e edição de material didático e a apropriação de tecnologias digitais em seu cotidiano. Com a abertura dos materiais na rede, a possibilidade de formação continuada se expande a toda a sociedade (ROSSINI apud SANTANA; ROSSINI; PRETTO, 2012, p. 140).

Os repositórios são bases de dados mantidas por instituições de ensino e pesquisa, onde os REA são depositados e indexados, podemos encontrar e compartilhar REA em repositórios criados no Brasil e também em todo mundo. Alguns repositórios mantêm os REA com informações dos tipos de licenças *Creative Commons*. A tabela 2 ilustra alguns repositórios disponíveis no Brasil.

Tabela 2- Lista de alguns repositórios no Brasil

Nome	Endereço	Conteúdo
Biblioteca Digital Vésila	http://biblioteca.versila.com/	Educação básica, superior, etc.
Banco Internacional de Objetos Educacionais	http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/	Educação básica, superior, etc.
Currículo+	http://curriculomais.educacao.sp.gov.br/	Educação básica e fundamental.
Educopédia	http://www.educopedia.com.br/	Educação básica e fundamental.
Escola Digital	http://escoladigital.org.br/	Educação básica, fundamental e Média.
Portal do Professor	http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html	Educação básica, fundamental, média e técnica.

Fonte: criada pelos autores

Alguns sites de buscas possuem informações sobre os tipos de licenças *Creative Commons* disponíveis em seus materiais, sites como Flickr (compartilhamento de imagens - <https://www.flickr.com/>), Youtube (compartilhamento de vídeos - <https://www.youtube.com/>), Google (buscador de imagens, sites, etc. - <https://www.google.com.br/>), Vimeo (compartilhamento de vídeos - <https://vimeo.com/>) e outros, possuem buscas avançadas onde o professor poderá buscar por materiais licenciados com o tipo de uso necessário para seu contexto.

PESQUISA SOBRE REA

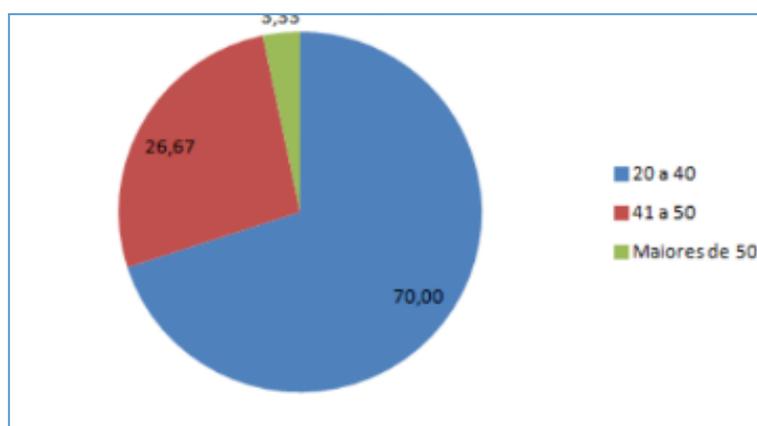
Segundo dados da pesquisa TIC Educação de 2016³², 96% de 1.631 professores de todo o país utilizam recursos obtidos na internet para a preparação de suas aulas ou para a realização de atividades com alunos. Destes, 76% realizaram alterações nos materiais originais para utilização, contra 19% que utilizaram o conteúdo sem nenhuma alteração. Com relação à criação, a maioria (79%) já produz conteúdos para suas aulas ou atividades

³²Ver Cetic 2015. Disponível em: < <http://cetic.br> >. Acesso em: 12 ago. 2017.

com alunos com o auxílio das novas tecnologias. Apenas 30% do total dos entrevistados, no entanto, publicaram seus materiais. Esta pesquisa demonstra o quanto os professores se utilizam das tecnologias para criação de seus materiais, e também como a internet é uma fonte de busca importante, por outro lado, notamos que ainda são poucos os professores que compartilham seus materiais, publicando-os para que outros possam acessá-los.

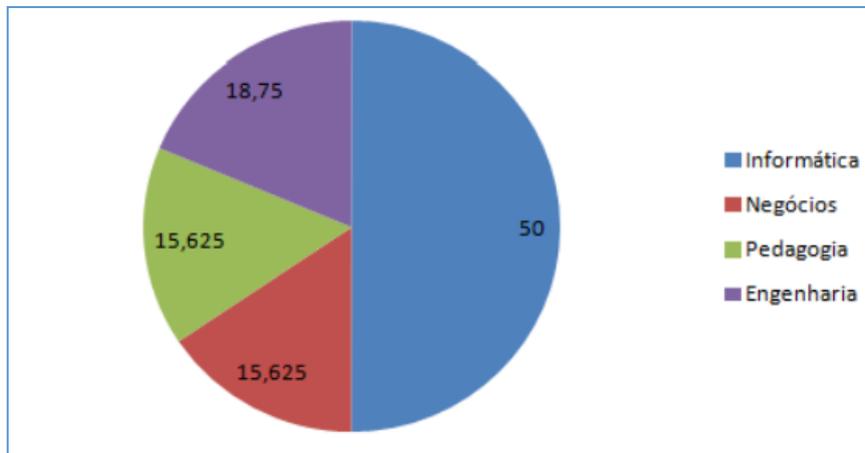
Diante desta análise, os autores deste trabalho, se propuseram a uma pesquisa, entre docentes do ensino superior, com o objeto de investigar a busca, utilização, compartilhamento e conhecimento dos recursos educacionais abertos. A pesquisa foi realizada com alguns docentes de três instituições de ensino superior de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Os docentes eram de áreas de conhecimento distintas, como Negócios, Pedagogia, Informática e Engenharia. Abaixo apresentamos os resultados obtidos por meio desta pesquisa.

Gráfico 1 – Faixa Etária dos participantes



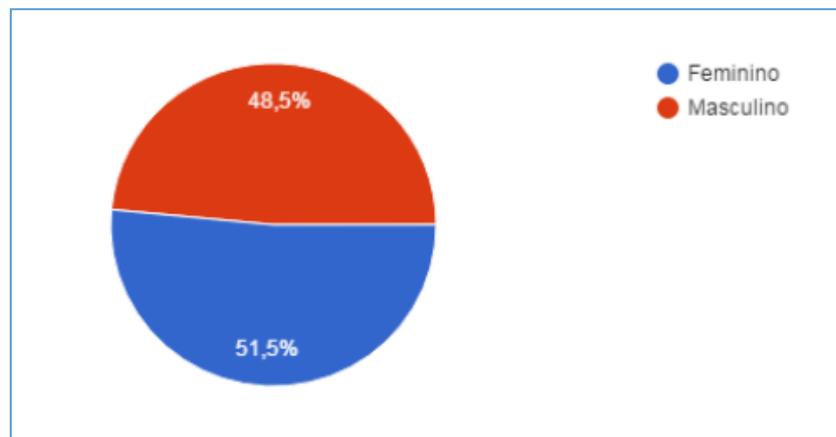
Fonte: criado pelos autores

Gráfico 2 – Área de Atuação dos Docentes Participantes



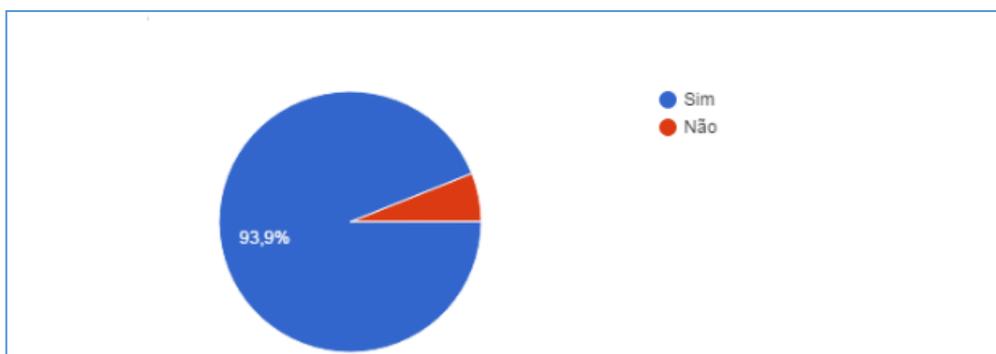
Fonte: criado pelos autores

Gráfico 3 – Sexo dos Docentes Participantes



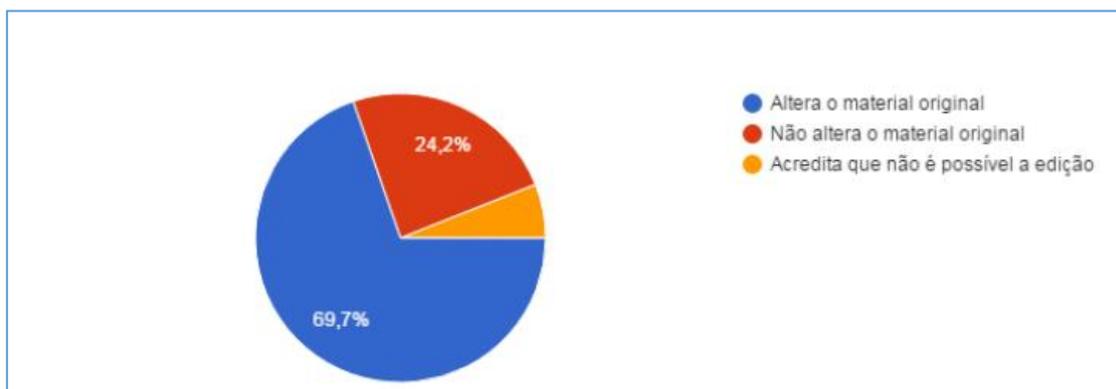
Fonte: criado pelos autores

Gráfico 4 – Questão 1 – Você utiliza Recursos disponíveis na internet para preparação de suas aulas?



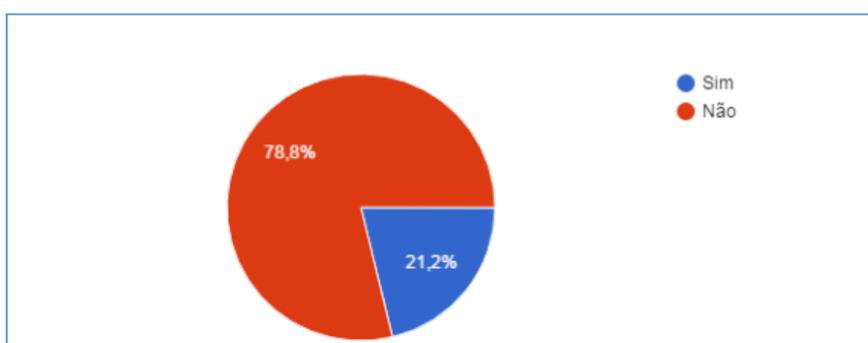
Fonte: criado pelos autores

Gráfico 5 – Questão 2 – Se respondeu sim na questão anterior, assinale a alternativa frequentemente usada.



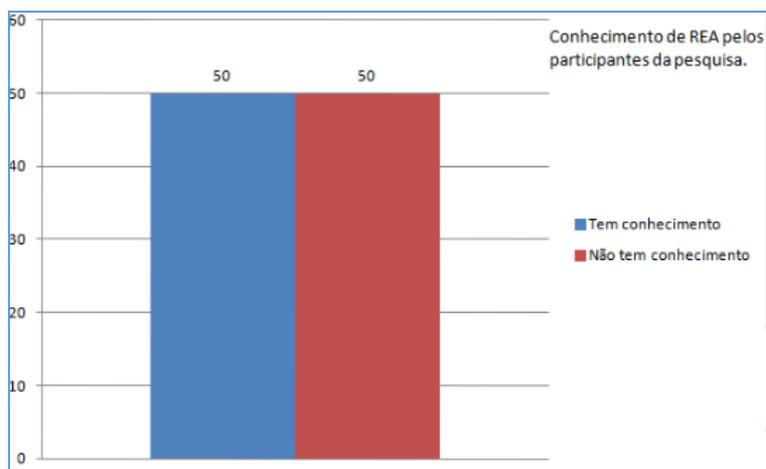
Fonte: criado pelos autores

Gráfico 5 – Questão 3 – Tem conhecimento sobre as licenças *Creative Commons*?



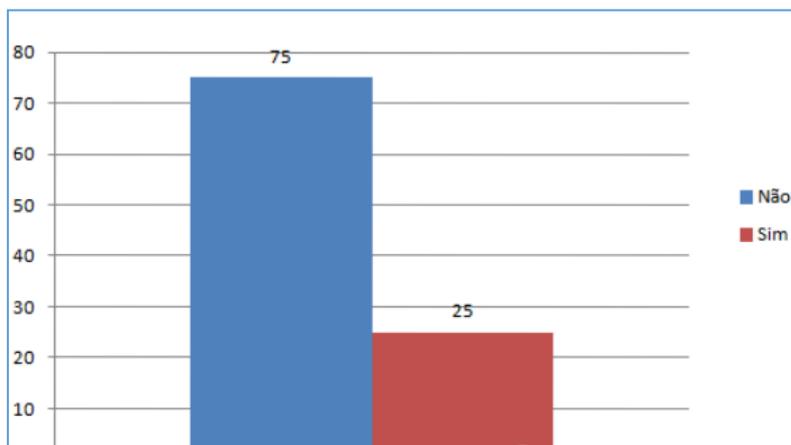
Fonte: criado pelos autores

Gráfico 6 – Questão 4 – Tem conhecimento sobre os Recursos Educacionais Abertos?



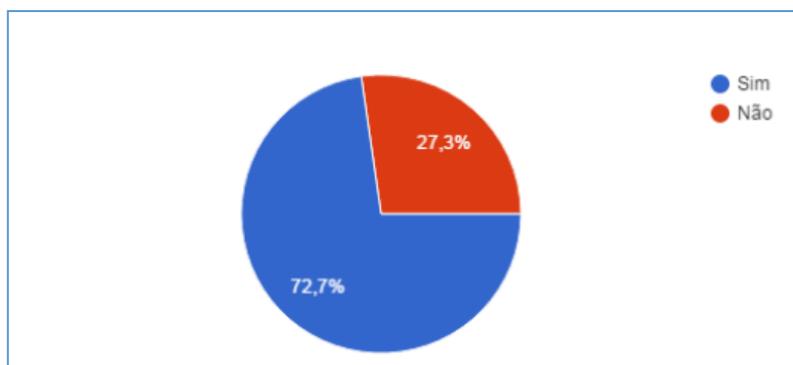
Fonte: criado pelos autores

Gráfico 7 – Questão 5 – Tem conhecimento sobre os Repositórios de busca por REA?



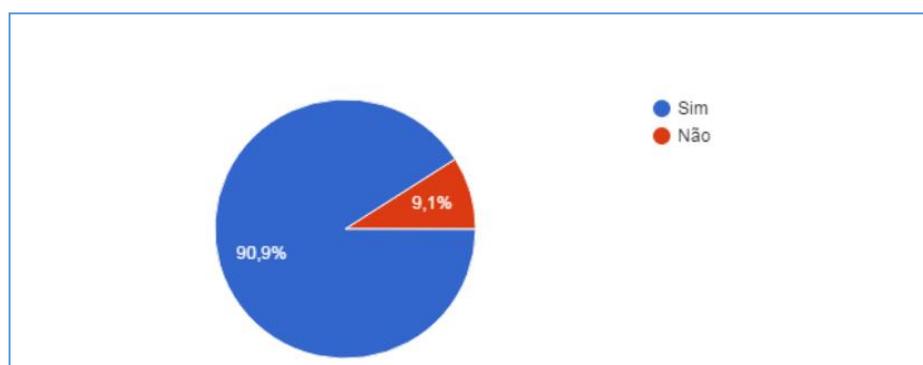
Fonte: criado pelos autores

Gráfico 8 – Questão 6 – Você compartilha seus materiais de ensino?



Fonte: criado pelos autores

Gráfico 9 – Questão 7 – Você considera importante o compartilhamento de seus materiais de ensino?



Fonte: criado pelos autores

Apesar de mais de 90% dos professores entrevistados afirmarem fazer uso de materiais da internet, desconhecem as licenças *Creative Commons*, ou seja, quando realizam as buscas por materiais, podem estar usando materiais com licença copyright, pois não sabem onde buscar e como buscar. Mais de 90% dos entrevistados julgam ser importante o compartilhamento de materiais, porém desconhecem os repositórios onde podem encontrar e disponibilizar materiais de forma aberta, através das licenças *Creative Commons*.

CONCLUSÃO

Notamos que o termo Educação Aberta, é um termo genérico, uma espécie de expressão guarda-chuva, cujo uso surgiu na década de 70, para tratar e descrever práticas

educacionais abertas. Dentro deste contexto, surge os REA's que compreendem a disponibilização de material, devidamente licenciado.

Os REA's podem ser uma alternativa viável para o desenvolvimento colaborativo de conteúdos abertos. Os professores precisam ser com, entretanto, podemos observar pela pesquisa que apesar da consciência que os professores possuem sobre a importância do compartilhamento de seus materiais de ensino, ainda não sabem como podem facilitar este compartilhamento. Além disso, podemos observar que muitos docentes usam a internet para buscar seus materiais de ensino, entretanto, não sabem como buscar por materiais devidamente licenciados.

Precisamos ir além da disponibilização de conteúdos, apoiando o estudante, por meio de práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem (à distância e presencial), com uso das TIC's, além disso, necessitamos de políticas públicas que apoiem e incentivem o uso de REA.

REFERÊNCIAS

- COMMONS, Creative. **Sobre As Licenças A função das nossas licenças**. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR>. Acesso em: 09 jul. 2016.
- DUTRA, Renato Luís de Souza; TAROUÇO, Liane Margarida Rockenbach. **Recursos Educacionais Abertos (Open Educational Resources)**. Disponível em: <<http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo9/artigos/4fRenato.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2016.
- EDUCAÇÃO ABERTA. **Recursos Educacionais Abertos (REA): Um caderno para professores**. Campinas, 2013. Disponível em: <<http://educacaoaberta.org/cadernorea>>. Acesso em: 29ago. 2017.
- GITAHY, Raquel Rosan Christino et al. **RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: UMA PRÁTICA POSSÍVEL NA PÓSGRADUAÇÃO**. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 12, n. , p.1490-1497, dez. 2015
- LESSIG, L. **Cultura Livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade**. São Paulo: Trama, 2005. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/10d.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016.
- PESCE, Lucila; OLIVEIRA, Maria Olívia de Matos. **Educação e cultura Midiática**. 2012. Pag. 65. Disponível em: <http://eduneb.uneb.br/wp-content/uploads/2012/12/Educacao_e_Cultura_Midiatica_Volume_II.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.
- ROSSINI, Carolina Almeida Antunes. **Green-Paper: The State and Challenges of OER in Brazil: From Readers to Writers?** 2010. Disponível em:

<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1549922>. Acesso em: 09 jul. 2016.

ROSSINI, Carolina; SANTANA, Bianca; PRETTO, Nelson de Luca. **RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: práticas colaborativas e políticas públicas**. 2012. Disponível em: <<http://www.livrorea.net.br/livro/home.html>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SANTOS, Andreia Inamorato dos. **EDUCAÇÃO ABERTA: histórico, práticas e o contexto dos recursos educacionais abertos**. Disponível em: <<http://www.artigos.livrorea.net.br/2012/05/educacao-aberta-historico-praticas-e-o-contexto-dos-recursos-educacionais-abertos/>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SANTOS, Andreia Inamorato dos. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil: O Estado da Arte, Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento e Inovação**. 2013. Disponível em: <<http://cetic.br/media/docs/publicacoes/8/rea-andreia-inamorato.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SEBRIAM, Débora. **Entrevista sobre Recursos Educacionais Abertas, publicada no Portal de Educação e Tecnologia do Instituto Ayrton Senna**. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/debora-sebriam-3/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

SILVA, Robson Santos da. **Objetos de Aprendizagem para Educação a Distância**. São Paulo: Novatec, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VENTURINI, Jamila. **RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO BRASIL: o campo, os recursos e sua apropriação em sala de aula** . Vol. 11. São Paulo : Ação Educativa, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/9786376/Recursos_educacionais_abertos_no_Brasil_o_cam po_os_recursos_e_sua_apropriacao%C3%A7%C3%A3o_em_sala_de_aula>. Acesso em: 21 abr. 2016.

VENTURINI, Jamila. **Recursos Educacionais Abertos: uma mudança de paradigma**. Disponível em: <https://pt.wikiversity.org/wiki/Recursos_Educacionais_Abertos:_uma_mudanca_de_paradigma>. Acesso em: 22 abr. 2016

A REFORMA EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: A LÓGICA DO CURRÍCULO UNIFICADO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Mariana Padovan Farah Soares (Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Oeste Paulista – Unoeste); marianapfsoares@hotmail.com *.

Resumo

O estudo em tela tem como objetivo identificar e analisar a Reforma Educacional do Estado de São Paulo na implementação do Programa São Paulo Faz Escola na Educação do Campo, uma vez que, tal programa tem como foco a implementação de um currículo unificado para todas as escolas estaduais do referido Estado, sobretudo, para as escolas do campo, visando à padronização do ensino oferecido. O referido programa faz parte de um arranjo de medidas adotadas para a educação básica que altera o cotidiano das escolas públicas a partir de 2008, sendo esta uma realidade presente também nas escolas do campo no Estado de São Paulo. Sendo assim, pretende-se inicialmente contextualizar as reformas educacionais implementadas a partir de meados dos anos de 1990, alinhadas aos pressupostos neoliberais que corroboraram com a produção da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, intitulada São Paulo Faz Escola e suas implicações na educação do campo. de São Paulo restringe a autonomia escolar, limita a autonomia docente, Para tanto, o estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental. Este tipo de pesquisa fornece ao pesquisador um repertório grande de estudos publicados na área que podem dar subsídios para encontrar diversas possibilidades de atuação, inclusive refletir sobre possíveis intervenções sobre a temática. Os resultados dessa pesquisa apontam que a estruturação da Reforma Curricular do Estado de São Paulo acaba desconsiderando as especificidades e anseios dos sujeitos que vivem do/no campo ao propor um currículo unificado para suas a Educação do Campo, uma vez que, têm-se características e especificidades próprias que precisam ser respeitadas. Num quadro da educação como produto e não como processo, os professores, particularmente, são visivelmente privados do seu incontestável papel de construtores da prática docente e curricular. Diante desse contexto de materiais didáticos padronizados, os gestores e educadores acabam se desvinculando de seu importante papel de idealizadores do seu próprio trabalho e passam a serem executores de algo já pronto, determinado externamente

Palavras-chave: Política Educacional; Programa São Paulo Faz Escola; Escola do Campo.

Abstract

The study on screen aims to identify and analyze the Educational Reform of the State of São Paulo in the implementation of the Program São Paulo Faz Escola in Field Education, since this program focuses on the implementation of a unified curriculum for all schools state, especially for the rural schools, aiming to standardize the teaching offered. This program is part of an arrangement of measures adopted for basic education that changes the daily life of public schools as of 2008, a reality that is also present in rural schools in the State of São Paulo. Thus, it is initially intended to contextualize the educational reforms implemented since the mid-1990s, aligned with the neoliberal assumptions that corroborated with the production of the Curricular Proposal of the State of São Paulo, entitled São Paulo Faz Escola and its implications in the education of the field. of São Paulo restricts school autonomy, limits teacher autonomy. For this, the study was carried out through bibliographical research and documentary analysis. This type of research provides the researcher with a large repertoire of studies published in the area that can provide subsidies to find different possibilities of action, including to reflect on possible interventions on the subject. The results of this research point out that the structuring of the Curricular Reform of the State of São Paulo ends up disregarding the specificities and longings of the subjects living in the field when proposing a unified curriculum for their field education, since they have characteristics and specific characteristics that need to be respected. In a framework of education as a product and not as a process, teachers in particular are visibly deprived of their undisputed role as teachers of curriculum and practice. Faced with this context of standardized didactic materials, managers and educators end up detaching from their important role as idealizers of their own work and become executors of something ready, externally determined.

Keywords: Educational politics; São Paulo School Program; School of the Field.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo precípua identificar e analisar a Reforma Educacional do Estado de São Paulo na implementação do Programa São Paulo Faz Escola na Educação do Campo, uma vez que, tal programa tem como foco a implementação de um currículo unificado para todas as escolas estaduais do referido Estado, sobretudo, para as escolas do campo, no intuito de padronizar o ensino oferecido.

A partir dos anos de 1990 as reformas educacionais implementadas alinhadas aos pressupostos neoliberais, tiveram como consequência, dentre vários aspectos, a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, intitulado programa “São Paulo Faz Escola”. O referido programa faz parte de um arranjo de medidas adotadas para a educação básica que altera o cotidiano das escolas públicas a partir de 2008, sendo esta uma realidade presente também nas escolas do campo no Estado de São Paulo.

Cumprir evidenciar que os princípios norteadores da proposta educacional visam homogeneizar o currículo e a prática escolar, o currículo é concebido como um produto acabado. A justificativa apresentada para a reforma educacional seria a homogeneização das escolas, ou seja, que todas tenham a possibilidade de passar os mesmos conteúdos, ao mesmo tempo e com os mesmos materiais.

No entanto, a Educação do Campo contrapõe-se à concepção da Educação advinda das escolas oficiais estaduais, no qual está relacionada ao contexto/trajetória de luta, modo de vida e de produção do campo dos sujeitos que vivem do e no campo, havendo especificidades diferentes que precisam ser respeitadas. Sendo assim, há a defesa da especificidade de lutas e práticas que ela concebe, buscando trabalhar com a riqueza social e diversidade humana dos sujeitos.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a partir dos anos de 1990 tem se configurado em mudanças importantes no âmbito educacional, como por exemplo, a quase universalização do ensino, em seguida, o crescimento do quadro docente e estudantil, implementação de reformas neoliberais, e conseqüentemente a expansão do trabalho intelectual no mundo da produção. Apensar disso “o sistema escolar, que passou por um longo processo de amadurecimento, apresenta-se agora plenamente configurado como uma estrutura do capitalismo e, portanto, transfixada por contradições específicas ou gerais inerentes a esta formação econômico-social” (VIEITEZ; DAL RI, 2011, p. 135).

Sendo assim, essas alterações no quadro da educação brasileira ganharam fomento por meio de reformas na normatização, na administração, na definição de currículos nacionais, na constituição de sistemas de avaliação e no financiamento.

A primeira reforma educacional paulista ocorreu no Governo de Mário Covas (1995/2000), visando superar uma suposta crise na administração pública a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) formula novas Diretrizes Educacionais. A reforma implantada evidencia as avaliações externas como mecanismo de controle da qualidade educacional, dessa maneira o Estado passa a desempenhar o papel de

financiador e avaliador da educação. Cumpre destacar ainda que, em função da preponderante reforma surge a implantação da política de bonificação mediante resultados positivos em avaliações (Nunes; Garcia, 2013). Nessa perspectiva os autores acima ainda destacam que:

As diretrizes desse comunicado foram regulamentadas por meio de uma série de leis, decretos e resoluções para área educacional. Por meio dessas novas legislações foram implementadas, dentre outras, as seguintes mudanças na política educacional paulista: inserção da Progressão Continuada no Ensino Fundamental, aprovação de novo Plano de Carreira para o magistério, reorganização da estrutura física da Rede, implantação de classes de aceleração, criação do Programa de Parceria Educacional Estado-Município e incentivo à municipalização do Ensino Fundamental de Ciclo I, reclassificação de alunos no ensino fundamental e médio, criação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), entre outras. (NUNES; GARCIA, 2013, p.4).

Entretanto a nova proposta para educação pública se solidificou agravando os problemas educacionais, tais como: o aumento de alunos por sala, a falta de professores, os baixos salários, o sucateamento das escolas e a aprovação automática de alunos, visando mudança dos índices de reprovação e evasão. As escolas passaram a ser classificadas e premiadas de acordo com o desempenho de seu alunado.

De acordo com a autora Cação (2011) os problemas ocorreram devido às pressões existentes da SEE/SP, na busca de mudanças sem custos, em relação aos índices desfavoráveis de reprovação e das evasões apresentadas em pesquisas realizadas pela própria SEE/SP e pelos dados do SARESP. Sendo assim,

A tão anunciada “Melhoria da Qualidade de Ensino” da nova política educacional da SEE/SP. por meio das mudanças nos padrões de gestão e racionalização organizacional conseguiram muito mais excluir, sacrificando as precárias condições de trabalho nas escolas e comprometendo o processo de ensino aprendizagem e as relações de trabalho existentes, tendo em vista as avaliações realizadas pelo

SARESP, que apresentou, no período, resultados negativos (SÃO PAULO, 2013), demonstrando que, seguindo a ótica de avaliação criada pela própria SEE/SP (o SARESP), não tinham ocorrido melhorias na qualidade da Educação no estado (SANDRA FERNANDES, 2014, p. 26).

É preciso salientar que o neoliberalismo, por sua vez, defende a reforma do sistema educacional no intuito de adequá-lo aos novos princípios, reduzindo o papel do Estado (Estado Mínimo), mediante o discurso governamental de estimular a competitividade e a introdução de mecanismos de mercado no âmbito educacional (Cação, 2011; Haddad, 2008). Nesse sentido, o neoliberalismo se tornou hegemônico na sociedade, determinando mudanças estruturais na atuação do Estado e ao direcionar as políticas sociais no Brasil.

Dentre os pressupostos norteadores comuns a essas reformas, destacamos: adoção de currículos nacionais, cujos parâmetros direcionam os critérios avaliativos; introdução de mecanismos de mercado, como a premiação das escolas por “produtividade” e o estabelecimento da competitividade entre as organizações escolares e entre os docentes, uma vez que critérios de promoção na carreira e de aumentos salariais baseiam-se em metas predeterminadas, gerando a pulverização e fragilização da representatividade da categoria docente, enquanto incentivam-se, via discurso oficial, a descentralização, gestão democrática e participação da comunidade. Relativiza-se o papel do estado, redirecionando-o, como condição para a eficiência e produtividade; estimulam-se escolas cooperativas, parcerias público-privado, na gestão e financiamento do ensino, mediante, inclusive, a criação jurídica do “público não estatal” e implantam-se os sistemas de avaliação externa de ensino. (CAÇÃO, 2011, p. 383).

Segundo Nunes (2014), as avaliações externas ou institucionais entram na lógica do modelo gerencial de administração como um mecanismo do Estado capaz de verificar e quantificar resultados. Desse modo a qualidade da educação passa a ser medida por

índices, por meio do desempenho dos alunos em avaliações padronizadas, somados aos índices de fluxo, ou seja, aprovação, reprovação e evasão escolar.

As avaliações externas a partir dos anos de 1990 passam a ter uma importância central para a Secretária Estadual da Educação, no qual medidas para reformar bem como reorganizar o currículo das escolas passam a ser aderidas, e este estudo se dará na Reforma Curricular mais recente iniciada pela SEE/SP a partir de 2007 (Nunes, 2014).

Todavia, no ano de 2007, José Serra inicia seu mandato em São Paulo, nesse período os índices de desempenho do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) estavam baixos (Ponce; Leite, 2012). Tendo em vista superar o problema educacional instaurado no Estado de São Paulo o governo Serra propõe uma Reforma Curricular para as escolas públicas estaduais de ensino, e conseqüentemente, o mesmo ocorre para a educação do campo.

Portanto, as reformas educacionais implementadas a partir de meados dos anos de 1990 alinhadas aos pressupostos neoliberais tem como consequência a Proposta Curricular do Estado de São Paulo através de um programa denominado "São Paulo Faz Escola".

Abaixo os autores Barros; Azevedo (2016) elenca de forma sucinta as principais medidas adotadas pelo Estado para a criação do Programa São Paulo Faz Escola:

- Adoção de material de recuperação/reforço, comuns a todas as escolas da rede, para que os alunos se adaptassem à nova proposta;
- Unificação do currículo do Ensino Fundamental (Ciclo II) e Ensino Médio: todas as escolas paulistas adotaram o Caderno do Professor e Caderno do Aluno, os quais já trazem os conteúdos e metodologias a serem utilizadas pelo professor para atingir os resultados pretendidos;
- Integração do novo material com as avaliações externas, como o Saresp;
- Bonificação financeira a todos os funcionários da escola que atingirem suas metas, confirmadas mediante a realização do Saresp;
- Curso preparatório obrigatório a todos os professores que assumiram cargos por meio de concurso público;

- Aplicação de prova eliminatória aos professores temporários (OFA)2 para que os mesmos pudessem possuir aulas atribuídas (BARROS; AZEVEDO, 2016, p. 362).

Esse Programa nasceu com a justificativa, por parte do Estado, de que o ensino nas escolas públicas se apresentava insuficiente. Para a solução desse problema, a solução foi criar um material comum, pré-elaborado, destinado a todas as escolas da rede (BARROS; AZEVEDO, 2016, p.2).

Criado em 2007 e implementado em 2008, o Programa "São Paulo Faz Escola", por meio da Proposta Curricular do Estado de São Paulo passa a fazer parte do cotidiano de todas as escolas da rede estadual e das escolas do campo. De acordo com Barros e Azevedo (2016), esse material foi elaborado pela parceria com a Fundação Vanzolini, onde contou com a colaboração e o envolvimento de profissionais das universidades estaduais paulistas. Assim, trata-se de materiais voltados aos gestores, professores e alunos da rede estadual da educação básica.

O referido programa tem como foco a implantação de um currículo único para todas as escolas da rede pública estadual. A justificativa apresentada para a realização de tal implantação é o fato de todas as unidades escolares contarem com o mesmo currículo pedagógico auxilia na melhoria da qualidade de ensino da rede pública, uma vez que coloca todos os alunos da rede estadual no mesmo nível de aprendizado (SEE/SP, 2008).

Para tanto, a implantação do currículo oficial nas escolas do campo, realizado de forma vertical e hierárquica, desconsidera as especificidades e os anseios da realidade do campo, bem como o processo de luta que o subjaz.

A educação do campo advinda da luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma estratégia para garantir inicialmente o acesso à educação, sobretudo à universalização de uma educação de classe no sentido de uma formação humana, que se opunha a postura defendida pelo estado na reprodução social do capital. Nessa perspectiva, SOUZA (2012, p. 759) aponta que:

A educação do campo originou-se com o intuito de interrogar os condicionantes estruturais históricos da sociedade brasileira, entre eles a desigualdade educacional, os processos econômicos e

políticos excludentes e a prática tecnocrática e patrimonialista de elaboração de políticas públicas.

Conforme destaca Ribeiro (2013), o processo de luta dos Movimentos Sociais na busca por uma educação do campo tem como fundamento o Movimento Camponês e uma proposta de educação pautada na formação humana, nos saberes, nos conhecimentos e na cultura dos mesmos.

Assim, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o artigo 205 ressalta que, A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será proporcionada e incentivada com a colaboração da sociedade, na busca de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e de qualificação para o trabalho (CF, 1988).

A educação na perspectiva dos trabalhadores do campo deve priorizar o desenvolvimento da agricultura camponesa, os processos de luta e resistência, os fatores sociocultural e econômico que envolvem a vida no campo. As escolas que constroem sua proposta pedagógica em respeito à especificidade do campo, pode contribuir tanto para o aprimoramento do modo de produção e vida no campo, como para a formação humana dos educandos ao pautar-se em uma *práxis* pedagógica que problematiza e transforma a realidade dos sujeitos. Tal perspectiva opõe-se a posição defendida pelo Estado de padronização e homogeneização curricular das escolas públicas, sobretudo, do campo.

Nessa perspectiva, Silveira e Mizuki (2011) apontam que a padronização devido aos materiais estruturados podem acabar por retirar a autonomia da escola de elaborar seu projeto político-pedagógico, uma vez que centraliza para atores externos à escola as decisões sobre o currículo, limitando o envolvimento e participação dos profissionais, da comunidade escolar no processo educativo, no qual se tornam apenas executores do mesmo.

Em suma, o campo é um lugar possibilidades de vida dos sujeitos que vivem no/do campo, inclusive, um espaço que marcou e continua deixando sua marca na história da sociedade brasileira, a partir de todo o seu contexto de lutas e conquistas pela terra, sobretudo, por uma educação que assegurasse a esses sujeitos o direito ao trabalho e a escolarização (Bavaresco; Rauber, 2014). Na luta contra a desigualdade social e de um modelo hegemônico de educação, pretende-se uma educação capaz de identificar e reconhecer seus sujeitos no sentido de uma emancipação humana.

CONCLUSÃO

O resultado do presente estudo aponta que, conforme a literatura investigada, a implantação do currículo oficial do Estado de São Paulo restringe a autonomia/liberdade escolar, limita a autonomia/liberdade docente e desconsidera as especificidades dos sujeitos que vivem do/no campo, uma vez que implementa um currículo unificado para suas escolas.

A estruturação do referido programa ao determinar todo o conteúdo, tempo, rotina, metodologia e avaliação acaba por engessar a prática docente, de modo que limita a autonomia do professor retirando o próprio sentido de seu trabalho como construtor do conhecimento. Dessa maneira evidenciamos que o conceito de autonomia foi ressignificado pela política e cabe à sociedade modificar o cenário educacional no qual estamos inseridos atualmente.

Nesse sentido, num quadro da educação como produto e não como processo, os professores, particularmente, são visivelmente privados do seu incontestável papel de construtores da prática docente e curricular. Diante desse contexto de materiais didáticos padronizados, os gestores e educadores acabam se desvinculando de seu importante papel de idealizadores do seu próprio trabalho e passam a serem executores de algo já pronto, determinado externamente.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. A.; AZEVEDO, M. A. R. O impacto do Programa São Paulo faz Escola em Professores Iniciantes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 359-381, abr./jun. 2016.
- BAVARESCO, R. P.; RAUBER, V. D. **Educação do Campo: uma trajetória de Lutas e Conquistas**. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 85-92, jan./jun., 2014.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 12/06/2017.
- CAÇÃO, M. I. Construção Curricular no Contexto da Política Educacional Paulista: “São Paulo faz escola” e reformas neoliberais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3, 2011, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: ISAPG-UEPG, 2011a.
- FERNANDES, S. F. **Reforma Curricular na Escola: análise do processo de implantação da Proposta Curricular no estado de São Paulo – Um novo olhar**. 2014. 303f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

HADDAD, S. P. Direito à Educação. In: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NUNES, P. S; GARCIA, T. O. G. O Currículo Oficial na rede estadual paulista: administração gerencial e a proposta de padronização do trabalho pedagógico. Uberlândia, 2013, p. 1-14.

NUNES, P. S. **Reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo: decorrências para a organização do trabalho em uma escola**. 2014. 211f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

PONCE, B. J; LEITE, E. A. **O Impacto da Reforma Curricular do Estado de São Paulo (Gestão 2007-2010) nas práticas pedagógicas de uma unidade escolar da rede**. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, 3, 2012, Campinas. Anais ... Campinas: UNICAMP, 2012.

RIBEIRO, M. Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. Revista Brasileira de Educação, v. 18 n. 54, p. 669-691, jul.-set. 2013.

SÃO PAULO. **Secretária de Educação do Estado de São Paulo**, 2008. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em 20/07/2017.

SILVEIRA, A.; MIZUKI, V. Sobre a legalidade da aquisição e uso dos "sistemas de ensino privados" na educação pública. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 21, n. 38, p. 79-97, 2011.

SOUZA, M. A. **Educação do Campo, Desigualdades Sociais e Educacionais**. Educação & Realidade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set., 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, F. C. S.; SOUSA, J. U. P.; CARDOZO, M. J. P. B. **Democratização e educação pública: sendas e veredas**. São Luís: EDUFMA, 2011. p. 133-165.

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: Prática pedagógica, formação e relação professor aluno

Marlene Alves Rocha Duarte; Escola Estadual Carlos Bernardes Staut;
marlene_rocha_duarte@hotmail.com *

Nattácia Rocha Duarte Ruani; Senac Presidente Prudente / FAPEPE;
nattduarte@yahoo.com.br

Resumo

Ao ensino superior cabe a responsabilidade de gerar o saber, o qual está interligado todo o contexto social. Porém, a qualidade de ofertas nas faculdades e/ou universidade não reflete, necessariamente, qualidade. O artigo tem como objetivo descrever aspectos relacionados ao ensino, formação e relação professor-aluno no contexto acadêmico. Para tal foi realizado uma revisão de leitura através de livros e artigos científicos da respectiva área. A maioria das instituições de ensino superior, embora seus professores possuam experiências significativas e mesmo anos de estudos em suas áreas específicas, predomina despreparo e até um desconhecimento científico que seja o processo ensino aprendizagem, pelo qual passam a ser responsáveis as partes do instante em que ingressam em sala de aula. Se faz importante a reflexão no que se trata a melhores condições de novas práticas e ações pedagógicas, pois é de fato um grande desafio a ser traçado e buscado no intuito de comprometimento com a educação do país. É necessário instigar-se por novas descobertas e se possível, encontrar novos panoramas, caminhos, para melhoria do ensino como também melhores condições frente ao mercado de trabalho competitivo.

Palavras-chave: Ensino Superior; Docência; Formação; Aluno.

Abstract

Higher education has a responsibility to generate the saber, which interconnects the entire social context. However, a quality of offers in colleges and / or universities does not necessarily reflect quality. The article aims to describe related to teaching, training and the teacher-student relationship in the academic context. For this, a review of the reading was carried out through books and scientific articles of the region. Most higher education

institutions, their higher education and their studies in their specific areas, predominate unprepared and even a scientific ignorance that is the didactic didactic process, by which they happen to be as part of the instant process when they enter the room of class. There are no more difficulties for pedagogical practices and actions, since it is a great challenge to be treated and sought without the intention of compromising with an education of the country. It is necessary to find new insights and, if possible, find new scenarios, ways to improve education on an equal footing in the competitive labor market.

Keywords: Higher Education; Teaching; Formation; Student.

INTRODUÇÃO

As instituições de Ensino Superior no Brasil surgiram buscando atender ao mercado que solicitava profissionais qualificados, ao mesmo tempo em que buscava criar sua própria identidade enquanto sistema de educação, considerando até hoje como uma das mais preciosas construções do Brasil Republicano (PANIZZII, 2004). Ao ensino superior cabe a responsabilidade de gerar o saber, o qual está interligado todo o contexto social. Porém, a qualidade de ofertas nas faculdades e/ou universidade não reflete, necessariamente, qualidade. Na maioria das instituições observa-se que muitos graduados deixam suas faculdades e partem rumo à vida profissional, carentes do verdadeiro conhecimento pelo qual, precisam para ingressar no mercado de trabalho.

Diante do exposto, se deve o distanciamento entre o conteúdo das disciplinas constantes nos currículos e a velocidade das transformações nos variados campos do conhecimento científico e tecnológico, ou seja, os cursos não alcançam a transdisciplinaridade, entre os conteúdos e cenários da atualidade. Assim, essas e outras mudanças que ocorreram para que as práticas pedagógicas estivessem em falta no ensino superior. Ressalta-se a importância da formação desse profissional em busca do aperfeiçoamento não somente da sua didática, mas também, da sua habilidade de fazer com que os educandos se sintam parte do processo de ensino e de aprendizagem.

Desta forma, o artigo tem como objetivo descrever aspectos relacionados ao ensino, formação e relação professor-aluno no contexto acadêmico. Para tal foi realizado uma revisão de leitura através de livros e artigos científicos da respectiva área.

FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E PERFIL DO PROFESSOR NO ENSINO SUPERIOR

O docente em relação a sua formação refere-se aos conhecimentos científicos de seu campo de atuação, da pedagogia e didática, requer grandes investimentos

acadêmicos. Se exigirá um ensino que permita ao docente ter vínculo com o campo e o contexto de produção dos conhecimentos na história da sociedade. Uma formação que tome o campo social da prática educativa e de ensinar como objeto de análise, de compreensão, de crítica, que desenvolva no professor a atitude de pesquisar como forma de aprender.

Segundo Pimenta e Anastasiou (2005), afirmam que a profissão de professor é uma prática educativa, uma forma de intervir na realidade social, no caso mediante a educação. Sendo assim, ela é prática social. Vale salientar que existe diferença entre prática e educação. A prática é institucionalizada, são as formas de educar que ocorrem em diferentes contextos, configurando a cultura e a tradição das instituições. Essa tradição seria o conteúdo e o método da educação. Já a ação refere-se aos sujeitos, seus modos de agir e pensar, seus valores e compromissos, desejos e opções.

Quando os professores exercem a função, paulatinamente suas atividades ganham dimensões quanto a sua formação, pois se destacam por uma série de competências desenvolvidas nas suas carreiras pelo qual não como título de professor e sim pela sua profissão da área específica. Entretanto sua identidade não se caracteriza com o exercício da docência. Para tanto, no que diz respeito à formação docente respaldada por Benedito (1995, p. 131):

O professor universitário aprende a sê-lo mediante um processo de socialização em parte intuitiva, autodidata ou seguindo a rotina dos outros. Isso se explica, sem dúvida, devido à inexistência de uma formação específica como professor universitário. Nesse processo, joga um papel mais ou menos importante sua experiência como aluno, o modelo de ensino que predomina no sistema universitário e as reações de seus alunos, embora não há de se descartar a capacidade de autodidata do professorado, mas ele é insuficiente.

Embora considerando a autodidata do docente e reconhecer o quanto domina seu assunto, o enfoque maior se dá pela inexperiência na prática pedagógica tornando-o assim, insuficiente para repassar com precisão, os conteúdos. E em contrapartida, mediante essa argumentação, fica claro uma tendência básica no qual diz respeito ensino aprendizagem em sala de aula universitária. Muitos dos professores mesmo sendo competentes naquilo que fazem, deixam resíduos quanto à didática em foco e mesmo, melhores posturas de como conduzir uma aprendizagem significativa.

Para Pimenta e Anastasiou (2010) surgiu outro fator importante quanto aos cursos superiores e seus docentes neles inseridos, geralmente os professores recebem ementas prontas, dessa forma, elaboram seus planejamentos individuais, esquecidos, que a prática pedagógica refleti como um todo contribuindo assim para uma docência restrita. A ausência de formação prévia e específica no ensino superior ainda é um grande desafio, para atuar como docente, sobretudo na formação pedagógica e didática. Na busca de qualificação e aperfeiçoamento da profissão docente, estes professores ingressam em cursos de pós-graduação *strito senso*, que por sua vez estão voltados à formação de pesquisadores. Esta deficiência na formação dos professores universitários pode trazer implicações negativas para o processo de ensino e aprendizagem e para o desempenho da profissão docente, e traz dificuldades para o cumprimento do papel do professor.

De acordo com Soares e Cunha (2010) outro desafio que concorre para a complexidade da docência na educação superior diz respeito à especificidade do processo de aprendizagem de pessoas adultas na sua trajetória de formação profissional, mesmo se considerarmos que, na fase inicial da graduação, muitos estudantes estão ainda saindo da adolescência. Tardif (2002, p. 39) ressalta que o “professor é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e a pedagogia de desenvolver em saber prático baseado na sua experiência cotidiana com seus alunos”. Contando com o domínio de uma série de saberes, o professor universitário contemporâneo, atua como docente na chamada do conhecimento, na qual a informação surge em grande volume e velocidade que aumenta as exigências em relação a este professor sobre o domínio das tecnologias da informação presentes de forma especial na vida dos jovens estudantes.

Portando o professor deve ser crítico e perspicaz para estimular seus alunos, sem que estes percebam que estão provocados criticamente; ético, uma vez que o que o professor é formador de opinião; ter vocabulário livre, ser reflexivo da prática constante de seu trabalho; reconhecer a cultura de seus alunos, enfim, ele deve conhecer seu campo de atuação e ser capaz de permitir aos seus alunos que se apoderem de conhecimentos, realizando um trabalho didático – pedagógico condizente com a realidade que está inserido. Pensando em formação do professor universitário acarreta peculiaridades onde o mesmo na LDB no capítulo IV do Ensino Superior, trata-se no tocante quanto á formação no seguinte termo: Um terço pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado (LDB Art. 43. Da Educação Superior).

Pimenta e Anastasiou (2010), identificam que na maioria das instituições de ensino superior, incluindo as universidades, embora seus professores possuam

experiências significativas e mesmo anos de estudos em suas áreas específicas, predomina despreparo e até um desconhecimento científico que seja o processo ensino aprendizagem, pelo qual passam a ser responsáveis as partes do instante em que ingressam em sala de aula. Portanto, aos profissionais da educação, a formação continuada tem, entre outros objetivos, propor novas metodologias e colocar os profissionais a par das discussões teóricas atuais, com a atenção de contribuir para as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria da ação pedagógica na escola e conseqüentemente da educação.

É certo que conhecer novas teorias, faz parte do processo de construção profissional, mas não bastam, se essas não possibilitam ao professor relacioná-los com seu conhecimento prático construído no seu cotidiano (NÓVOA, 1995; PERRENOUD, 2000). Assim, o docente de ensino superior necessita de suportes dentro das instituições para a prática e troca de experiências, estabelecendo uma prática para a formação em serviço, o que notoriamente, não é uma prática muito difundida no Brasil. Essa questão merece destaque especial uma vez que o nosso sistema educacional possibilita que pessoas como professores universitários sem nenhuma formação e prática de magistério. A orientação, do ponto de vista legal, é que essa formação se dê em cursos de pós-graduação, preferencialmente em cursos de mestrado e doutorado.

PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM E RELAÇÃO PROFESSOR - ALUNO E SALA DE AULA

Freire (1996) postula que ensinar é uma prática social ou, imagina uma ação cultural, pois é na interação entre professor e aluno que concretiza a prática reflexiva da cultura e dos contextos sociais a que pertencem. Ser professor significa, antes de tudo, ser um sujeito capaz de utilizar o seu conhecimento e a sua experiência para desenvolver-se em contextos pedagógicos práticos preexistentes. Em se tratando de relação professor-aluno pode tanto produzir resultados positivos quanto negativos, pois professor e aluno formam um par complementar complexo e dinâmico. As dificuldades acadêmicas não podem ser focalizadas apenas no aluno, é preciso investir tanto no aluno como no professor que não se instale um círculo vicioso: professor-problema, aluno-problema (VACONCELOS; AMORIM, 2011).

A sala de aula é constituída de relações interpessoais onde o professor explica, responde, indaga, repreende, elogia, enfim, um universo de atitudes pelos quais se relacionam. Tanto professor como aluno encontra na sala de aula o lugar onde, sobretudo correspondem às necessidades de quem o busca, sempre levando em primeira linha, a

didática. No entanto a dificuldade de manter relacionamentos harmônicos e duradouros é reflexo de perdas e decepções que podem gerar defesas inconscientes. Sendo imprescindível diante de aprendizagem procurar causa isto porque os professores apresentam diversos níveis de complexidade e também a ficar camuflados em muitas racionalizações.

Para o aluno a figura do professor é importante e, assim, mais que um professor, um amigo, ou seja, alguém com quem possa ter um relacionamento onde a emoção esteja presente. Neste sentido, é fundamental e urgente tratar da vida pessoal do professor para que ele possa lidar com o aluno deixando marcas positivas em sua história.

Segundo Rogers (1986) a facilitação da aprendizagem não repousa nas habilidades de lecionar do líder, nem do conhecimento erudito do assunto, nem no planejamento curricular, nem da utilização de auxílios audiovisuais, nem na aprendizagem programada que é utilizada nem nas palestras e apresentações e nem na abundância dos livros, embora qualquer um dos meios acima possa ser utilizado com recursos de importância. Não a facilitação da aprendizagem significativa repousa em certas qualidades de atitudes que existem no relacionamento pessoal entre facilitador e o estudante

Para tanto, a relação professor e aluno segundo Rogers, é a mais básica dessas atitudes aonde vem favorecer a aprendizagem. Ainda mais adiante no assunto Rogers (1986, p. 130) admite que "o professor que se preocupa com o estudante, que o aprecia que confia nele, cria um clima muito mais favorável para a aprendizagem. É o que o apreço pelo estudante ou sua aceitação (...) constitui uma expressão operacional de sua fé e confiança essencial na capacidade do organismo humano".

Um fator relevante é que o professor tenha uma preocupação em atingir seus objetivos a ponto de cobrar dos discentes, resultados favoráveis para o crescimento dos mesmos e sempre, ressaltando a importância da aprendizagem como melhor forma de se obter conhecimentos. Freire (1996, p. 24) afirma que:

Quando vivemos na autenticidade exigida pela prática de ensinar a aprender onde todos participam de uma experiência total, diretiva, política e, sobretudo de mundo novo, buscando sempre novos conhecimentos e fontes para um melhor conhecimento a ser aprendido de forma clara e proveitosa por ambas as partes em que envolve a educação.

Neste contexto, as propostas pedagógicas devem ser alternativas de

“hominização” em contraposição ao processo de relações econômicas, que se definem em alienação do homem e expropriação de seu saber. Assim, não se pode reduzir conceito da prática educativa às ações de responsabilidade somente do professor e que, normalmente, ocorrem em sala de aula (FREIRE, 1996). No entanto, pode-se afirmar que o professor, na docência do ensino superior, deve conduzir a própria prática para a realização de formar por meio do exemplo de novos profissionais, em especial os novos docentes, sem deixar que suas limitações comprometam o processo, fazendo delas ponte para o seu crescimento e desenvolvimento dos outros.

Na convivência humana, conflitos surgem com naturalidade, no entanto o processo de resolução se torna importante. Como professores e líderes na relação pedagógica se faz necessário uma postura autocrítica para perceber que se um determinado tipo de conflito tem persistido ao longo tempo na carreira docente, é necessário tratar a real causa fugindo das justificativas, pois o primeiro passo para a mudança é o reconhecimento das necessidades de mudar e o segundo é a tomada de decisão de fazê-lo a respeito do outro ou das circunstâncias.

Cada professor tem suas vivências na formação acadêmica e constrói sua identidade vocacional e profissional na interação com os alunos através de uma prática reflexiva na experiência cotidiana. Nessa interação com os alunos é preciso atentar para as atitudes tomadas no exercício da autoridade docente.

Em muitos casos observa-se um abuso de poder, onde a avaliação (prova) é instrumento de punição e acertos de contas. Nessa dinâmica do relacionamento professor-aluno tem-se a consciência que atualmente existe o descaso com a figura do professor, com a perda de prestígio e respeito, principalmente diante do cenário capitalista.

Tendo em vista os aspectos abordados a sala de aula é um espaço de construção do conhecimento, mas sem negar a expressão das emoções e valores, com transparência e respeito mútuo. Cada nova disciplina, o novo professor, cada nova turma gera expectativas tanto no aluno quanto no professor.

Quando ocorre uma frustração das expectativas surge o desinteresse, a irreverência, o desgaste emocional. Neste sentido administrar as vivências, atitudes e expectativas, pode romper possíveis entraves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da temática abordada, docência no ensino superior, percebe-se que este campo de estudos é amplo, pois possibilita à criação de novos conhecimentos e informações que podem subsidiar as decisões e políticas voltadas a formação de professor

atuante no ensino superior, a fim de melhorar a qualidade do ensino nesta esfera.

As universidades necessitam serem compreendidas como um ambiente de formação no qual a ação pedagógica precisa ser articulada de maneira criativa, construindo-se num centro de inovação no qual o fazer pedagógica é reconhecido como caminho para emancipação dos processos formativos e da aprendizagem docente.

Se faz importante a reflexão no que se trata a melhores condições de novas práticas e ações pedagógicas, pois é de fato um grande desafio a ser traçado e buscado no intuito de comprometimento com a educação do país. Os problemas quanto à didática, são constantes entre outras descobertas a respeito do professor que está à frente às universidades.

Faz-se necessário instigar-se por novas descobertas e se possível, encontrar novos panoramas, caminhos, para melhoria do ensino como também melhores condições frente ao mercado de trabalho tão competitivo.

Os docentes encontram vários desafios com a revolução tecnológica e com as mudanças da sociedade contemporânea, tem como objetivo formar cidadãos conscientes e capazes de aprimorar, adquirir e reconstruir o seu conhecimento, sabendo que cada aluno é único, que estão submetidos a condições desiguais, cabe ao fazer docente a incumbência de motivar, estimular e acreditar no ser humano e em sua formação profissional.

REFERÊNCIAS

- BENEDITO, V. et al. **La formación universitaria a debate**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 27ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- PANIZZI, C. A. F. L. **As relações afetividade-aprendizagem no cotidiano da sala de aula: enfocando situações de conflito**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, 27. Caxambu. Anais. Caxambu: ANPED, 2004.
- PERRENOUD, P. 10 novas competências para ensinar. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
- PIMENTA, S. G.: ANASTASIOU, L.G.C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2010.
- ROGERS, C. **Liberdade de Aprender em nossa década**. Porto Alegre; Artes Médicas, 1986.

SOARES, S. R. e CUNHA, M. I. **Formação do professor: à docência universitária em busca de legitimidade. Salvador: EDUFBA, 2010. 134**

p. disponível no site: <http://books.scielo.org>. Consulta em 25 de setembro de 2016.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, M. C.; AMORIM, D.C.G. **A docência no ensino superior: uma reflexão sobre a relação pedagógica**. Disponível em:

[http://www.facepe.br/textos/2008_002_A_DOCENCIA_NO_ENSINO_SUPERIOR_UMA_REFLEXÃO](http://www.facepe.br/textos/2008_002_A_DOCENCIA_NO_ENSINO_SUPERIOR_UMA_REFLEXÃO.pdf). pdf. Acesso em 25 de agosto de 2017.

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: Síndrome de Down, inclusão e os desafios em sala de aula

Marlene Alves Rocha Duarte; Escola Estadual Carlos Bernardes Staut;
marlene_rocha_duarte@hotmail.com *

Nattácia Rocha Duarte Ruani; Senac Presidente Prudente / FAPEPE;
nattduarte@yahoo.com.br

Andreia Paula Ferracioli Marques; Senac Presidente Prudente;
andreia.pmarques@sp.senac.br

Resumo

Diante uma sociedade que precisa vencer preconceitos, rever valores e buscar novos paradigmas diante de uma educação para todos é importante que se verifique ainda se na prática existem condições necessárias de aprendizagem, atendimento apropriado para o desenvolvimento integral de potencialidades e habilidades na escolarização dos alunos e principalmente, se a inclusão propicia essa aprendizagem. Assim, este artigo tem como objetivo demonstrar os desafios da inclusão da pessoa com Síndrome de Down na escola e os desafios do trabalho docente. Para compreender o aluno com Síndrome de Down e desenvolver uma ação pedagógica que promova a sua inclusão escolar, antes de tudo é preciso considerar as características específicas da criança com Síndrome de Down. Para que a inclusão seja uma realidade, se faz necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É imprescindível conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como ocorre o processo para cada aluno. Para o desenvolvimento deste artigo a metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico, no qual utiliza-se os principais pesquisadores da atualidade.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Síndrome de Down; Professor; Aluno, Sala de Aula.

Abstract

In the face of a society that needs to overcome prejudices, review values and seek new paradigms in the face of an education for all, it is important to verify if in practice there are necessary conditions for learning, appropriate care for the full development of potentialities and abilities in the schooling of students and Especially if inclusion facilitates such learning. Thus, this article aims to demonstrate the challenges of inclusion of the person with Down Syndrome in school and the challenges of teaching work. To understand

the student with Down Syndrome and develop a pedagogical action that promotes their inclusion in school, first of all it is necessary to consider the specific characteristics of the child with Down Syndrome. In order for inclusion to be a reality, it is necessary to review a series of barriers, as well as pedagogical policies and practices and evaluation processes. It is essential to know the human development and its relations with the process of teaching learning, taking into account how the process occurs for each student. For the development of this article the methodology used was the bibliographical survey, in which the main researchers of the present time are used.

Keywords: Education; Inclusion; Down's syndrome; Teacher; Student; Classroom.

INTRODUÇÃO

A entrada na escola é um marco na vida de qualquer criança. Entram em cena desafios como o aprendizado de diversos conteúdos escolares e a convivência com colegas. As brincadeiras, tão presentes na educação infantil, começam a perder espaço à medida que a hora de estudar ganha importância. Assim, perante uma sociedade que precisa vencer preconceitos, rever valores e buscar novos paradigmas diante de uma educação para todos é importante que se verifique ainda se na prática existem condições necessárias de aprendizagem, atendimento apropriado para o desenvolvimento integral de potencialidades e habilidades na escolarização dos alunos e principalmente, se a inclusão propicia essa aprendizagem.

O processo de aprendizagem e desenvolvimento a partir de uma perspectiva sócio histórica compreende o indivíduo enquanto um sujeito ativo interativo que constrói e é construído pelo seu meio sociocultural, e esse meio por sua vez, deve lhe oferecer formas de perceber e organizar essas informações recebidas, que vão se constituindo em elementos psicológicos que fazem a mediação entre o sujeito e o mundo (VYGOTSKY, 1996).

Neste contexto, este artigo tem como objetivo demonstrar os desafios da inclusão da pessoa com Síndrome de Down na escola e os desafios do trabalho docente. Ressalta-se que para o desenvolvimento de uma educação inclusiva se faz necessário refletir sobre as possibilidades da Escola em incluir os alunos dentro das suas regras de convivência e ao trabalho dos professores na quebra de paradigmas no que se refere na maneira de ensinar, aprender e explorar as habilidades e competências do aluno com Síndrome de Down.

É relevante compreender que mesmo sendo a síndrome de Down uma condição genética e apresentando diferenças orgânicas em relação à população em geral, não se

pode determinar um padrão de desenvolvimento e comportamento previsível a todas elas (SAAD, 2003). Tanto o comportamento quanto o desenvolvimento cognitivo não estão exclusivamente relacionados à sua alteração cromossômica, mas sim ao restante do seu potencial genético e, principalmente, ao estímulo social que recebe do contexto sociocultural a qual está inserida (SCHWARTZMAN, 2003).

A convivência com crianças de desenvolvimento considerado normal é muito importante para as crianças com síndrome de Down. Os colegas servem como exemplos de comportamentos e de conquistas apropriadas para a sua idade, contribuindo para o seu desenvolvimento social e emocional. O aprendizado e o desenvolvimento da capacidade de se relacionar dependem, entre outras coisas, de oportunidades de interação com crianças da mesma idade ou de idades diferentes em situações diversas.

Quanto mais intensas e positivas forem as trocas psicossociais, mais estimulante será o desenvolvimento humano, porém quanto menores forem estas trocas, mais frágil será esse desenvolvimento (BEYER, 2005; VYGOTSKY, 1996). Assim, propõe-se ao professor pesquisar como realizar a educação inclusiva, procurar recursos e promover atividades que respeitem os alunos, facilitando assim novos caminhos dentro dos limites de cada criança.

INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E SEUS DESAFIOS

Para compreender o aluno com Síndrome de Down e desenvolver uma ação pedagógica que promova a sua inclusão escolar, antes de tudo é preciso considerar as características específicas desta criança. A Síndrome de Down (SD) é um distúrbio genético caracterizado pela presença de um cromossomo vinte e um adicional em todas as células do organismo do indivíduo, levando-o a apresentar várias características físicas e mentais específicas. Schwartzman (2003) apresenta algumas características fundamentais das crianças com Síndrome de Down a serem consideradas no processo de aprendizagem.

O desenvolvimento motor das crianças com SD apresenta um atraso significativo que, segundo o autor, vai interferir no desenvolvimento de outros aspectos, pois é por meio da exploração do ambiente que a criança constrói seu conhecimento do mundo, assim seu comportamento exploratório pode apresentar comportamentos repetitivos e estereotipados, sendo impulsivos e desorganizados, dificultando um conhecimento consistente do ambiente e durando menos tempo (SCHWARTZMAN, 2003).

No que se refere ao aspecto cognitivo, a deficiência mental tem sido considerada uma das características mais constantes da SD, comprometendo áreas do desenvolvimento.

Assim, desde o nascimento estas crianças apresentam reações mais lentas do que outras crianças e, possivelmente, isso altere sua relação com o ambiente. O desenvolvimento cognitivo vai também se processando de forma diferente, sendo que a aquisição tardia de uma habilidade compromete a aquisição de outras que dependem desta.

A linguagem, segundo Schwartzman (2003), é a área na qual a criança com SD demonstra, em geral, os maiores atrasos. Apesar dessas dificuldades, a maioria das pessoas com SD fazem uso funcional da linguagem e compreendem as regras utilizadas na conversação, porém as habilidades para a comunicação são bastante variáveis entre elas. Outro elemento de grande importância no desenvolvimento dos processos cognitivos é a atenção. O déficit de atenção observado em pessoas com SD, pode comprometer seu envolvimento em tarefas e na sua maneira de explorar o meio.

Existem os fatores neurológicos (redução na formação de sinapses) presentes na SD que afetam esse aspecto do desenvolvimento. No cérebro há uma série de redes neurais, que se formam a partir das experiências do indivíduo. Essas redes são flexíveis e é possível contribuir, por meio de experiências significativas, na criação de circuitos neuronais novos. Portanto, são relevantes os estímulos adequados para o desenvolvimento deste aspecto (VOIVODIC, 2004).

A criança com SD também apresenta déficit em relação à memória, não acumulando informações na memória auditiva imediata de forma constante e esta limitação afeta o processamento da linguagem. Apresenta ainda, segundo Voivodic (2004, p. 45), “[...] déficit na memória a longo prazo, o que pode interferir na elaboração de conceitos, na generalização e no planejamento de situações”.

Diante destes fatores se faz necessário, segundo Voivodic (2004, p. 46) “romper com o determinismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com SD resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações com o meio”.

Pode-se assim verificar que, embora a criança com SD apresente características determinadas pela alteração genética, o seu desenvolvimento, o seu comportamento e sua personalidade, de acordo com os autores citados, são resultados da interação da sua carga genética, com as importantes influências do meio e através da qualidade destas interações que o indivíduo vai se construindo ao longo da vida. Além destas características apresentadas, Masini (2000 apud VOIVODIC, 2004, p.34) ainda adverte que é necessário um preparo cuidadoso, em vários níveis e aspectos, para que ocorra a inclusão, assinalando alguns fatores importantes para isso:

- Necessidade de que cada educador conheça seus próprios limites pessoais e de formação e saiba em que medida pode contribuir para a inclusão da criança deficiente.
- As condições e limites de cada escola sejam examinados.
- As formas possíveis para que o processo de inclusão se realize em benefício da criança deficiente sejam analisadas.
- Os projetos educacionais se façam numa dialética teoria/prática, numa constante avaliação do que ocorre com a criança deficiente.

Assim, como foi difícil a luta pela integração, quando foram criadas nas escolas salas especiais, atualmente se faz necessário um novo passo para que a sociedade passe realmente a olhar para as pessoas com Síndrome de Down como realmente são: pessoas de certo modo diferentes, mas com muito a contribuir.

Complementando a ideia de Mantoan (1997), o princípio democrático da educação para todos somente se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência.

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

A escola mudou ao longo dos anos, foi ganhando espaços, novas formas de se entender e fazer educação, foi abrindo novas possibilidades de escolhas, de metodologias, de alternativas para tornar o ensino mais eficiente e atrativo.

Em dias atuais, mais um desafio é proposto à escola, diz respeito à inclusão de alunos com deficiência. Sabe-se que é dever da escola receber todos os alunos e propiciar a estes uma aprendizagem significativa, que possibilite a cada um o desenvolvimento de habilidades, aprendizados importantes para sua vida social, intelectual e prática. A escola funciona como um todo dinâmico e interdependente, e sabendo disso, deve trabalhar de forma coletiva para que garanta uma educação de qualidade para seus estudantes. O papel do professor na aprendizagem dos seus alunos é fundamental para que aprendam de maneira significativa, portanto, cabe a ele fornecer a base para que o estudante aprenda, mas deve levar em conta que a aprendizagem é feita individualmente e conseqüentemente, em tempos diferentes.

Por isso, a necessidade de reconhecer essas diferenças, respeitá-las e buscar propostas e estratégias de ensino que contribuam para o processo de alfabetização, já que este é de suma importância para o educando. Perrenoud (1993) explicita que há necessidade de reformulações na formação inicial do professor de ensino básico.

Ele aponta para uma grande dose de idealismo nestes cursos e para o fato de que grande parte do que se aprende não é possível ser aplicado na prática, visto que muitos formadores desconhecem a realidade da sala de aula, das escolas e do sistema educacional. Porém não existem receitas acabadas, mesmo porque cada educando é único, assim como são únicas as diferentes situações de aprendizagem.

Assim, Mazzotta (2003) atenta para a necessidade de não serem feitas generalizações quanto às necessidades especiais de alunos com deficiência, pois todo aluno e toda escola são especiais em sua singularidade. Por isso, somente nas situações concretas em que se encontram os alunos nas escolas pode-se interpretar as necessidades educacionais escolares como comuns ou especiais.

Dessa forma, a educação toma como base a diversidade como uma característica intrínseca ao ser humano e é nesse contexto, como afirma Santos (2003), que há a necessidade de formar cidadãos responsáveis - que se deve instruí-los e propiciar educação para todos. Assim, para Ferreira (2006), o educador deve, além de proporcionar o acesso à educação desses estudantes, combater barreiras que possam provocar a exclusão educacional destes.

No mesmo sentido, Carvalho (1997) ressalta que, embora tenham ocorrido avanços no que diz respeito à remoção de barreiras arquitetônicas nas escolas, muitas vezes os alunos estão no mesmo espaço físico que os demais, sem participar efetivamente das atividades escolares e verdadeiramente incluídos na aprendizagem, acrescentando que, para que a inclusão realmente ocorra, a prática pedagógica precisa ser mudada.

Faltam a muitos dos professores informações sobre estratégias que deram certo; não para que sejam feitas cópias, mas que sejam tomadas como ponto de partida para que outras sejam pensadas, tendo em vista o conhecimento sobre o que está sendo feito e que pode funcionar. Para isso, é fundamental que sejam conhecidos os processos da aprendizagem, assim como aspectos relativos às diferentes etapas do desenvolvimento humano e, nesse sentido, faz-se necessária a formação continuada do educador, constituindo-se cada vez mais como pesquisador de sua própria prática pedagógica.

Pode-se perceber várias maneiras de se qualificar para um atendimento adequado aos alunos com deficiência, inclusive a síndrome de Down. A educação continuada é uma necessidade e a preparação não pode ser entendida como algo absoluto

a ser alcançado, mas um processo de formação, contínua e dinâmica. Em se tratando da síndrome de Down, fica explícito no que diz Santana (2009, p.83): "A educação inclusiva, especificamente de pessoas com síndrome de Down, deve ser enfatizada em virtude de haver grande vácuo em relação a informações reais sobre essa síndrome perante os educadores do ensino regular".

É necessário que aumente cada vez mais educadores preocupados com essa questão, que toda a sociedade e os educadores se conscientizem da importância da inclusão e que todos os seres humanos saibam respeitar e conviver com as diferenças.

O sistema educacional brasileiro está diante do desafio de alcançar a educação que contemple a diversidade da condição humana. A inclusão escolar vem denunciando a distância entre o ideal, proclamado e garantido legalmente para uma educação de qualidade para todos, e o real que são as condições atuais do sistema escolar. Porém a inclusão no contexto escolar vem se efetivando na prática mesmo com dificuldades, antes mesmo de a legislação vigente formalizar a proposta (VOIVODIC, 2004). A inclusão requer muita reflexão e preparo do contexto escolar. O movimento inclusivo no contexto educacional é desafiador, pois exige mudanças em vários aspectos a fim de superar as barreiras para a educação inclusiva, conforme Carvalho (2003, p. 61) aponta

Em síntese, há que examinar todas as variáveis do educativo escolar, envolvendo as pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); o ambiente físico (em termos de acessibilidade), os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações), os graus de participação da família e da comunidade (parcerias), a filosofia de educação adotada (se tradicional ou não), o projeto político pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação), a prática pedagógica (se mais centrada no ensino ou na aprendizagem), os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos.

A perspectiva que se vislumbra é a de que as lutas pelo ideal de inclusão continuarão intensas, pois é muito longo o caminho entre o discurso e a prática. Porém, a educação inclusiva é movimentada pela ideia do novo na entrada de um outro ciclo

histórico na sociedade atual, prescrevendo valores que vem de encontro aos direitos humanos, equiparação de oportunidades, as relações de acolhimento da diversidade humana, aceitação das diferenças individuais, integração e inclusão, enfim, a construção de uma sociedade inclusiva que traduza um verdadeiro estado democrático (MARTINS, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as mudanças são fundamentais para inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como ocorre o processo para cada aluno.

Focar na formação profissional do professor, é relevante para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e participação.

No entanto é de consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade e por tanto é preciso que a escola esteja aberta para a "escuta", favorecendo assim, as trocas para a construção do processo de inclusão escolar. Para que haja uma transformação eficaz no processo de inclusão escolar é preciso que o sistema beneficie toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

REFERÊNCIAS

- BEYER, H.O. **Porque Lev Vygotsky se Propõe a uma Educação Inclusiva?** Cadernos, nº 26; 2005.
- CARVALHO, R E. **Temas em educação especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- DÉA, V. H. S. D.; BALDIN, A. D.; DÉA, V. P. B. D.; SANTANA, V. E. **Síndrome de Down:** informações, caminhos e histórias de amor. São Paulo: Phorte, 2009.
- FERREIRA, W. B. **Educar na diversidade:** práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. In: Ensaio Pedagógico - Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: SEESP/MEC, 2006.
- MANTOAN, M. T. E. Contribuições da pesquisa e desenvolvimento de aplicações para o ensino inclusivo de deficientes mentais. In: ID. (org.). **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon, 1997.
- MARTINS, Lúcia A. R. **Inclusão:** compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, Educação, Escolar e Necessidades Especiais:** reflexões sobre inclusão socioeducacional, 2003. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?> Acesso em 10 de agosto de 2017.
- PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação:** Perspectivas sociológicas. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1993.
- SAAD, S. N. **Preparando o caminho da inclusão:** dissolvendo mitos e preconceito em relação à pessoa com Síndrome de Down. São Paulo: Vetor, 2003.
- SANTOS, Mônica P. **A Inclusão da Criança com Necessidades Educacionais Especiais.** Artigo 63, 2007. Disponível <http://www.profala.com/arteducesp36.htm> .Acesso em: 26 jul. 2016.
- SCHWARTZMAN, J.S. **Síndrome de Down.** 2. ed. São Paulo: Memnon, 2003. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> . Acesso em: 26 jul. 2016
- SCHWARTZMAN, J. S. et al. **Síndrome de Down.** São Paulo: Ed. Memnon, 1999.. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> . Acesso em: 26 jul. 2016
- VYGOTSKY, L.S. (1996). **A Formação social da mente.** 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes.
- VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

O USO DAS TIMS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Davi Fernando Da Silva (UNOESTE); davifernando.silva@gmail.com*

Evandro Lombardi (UNOESTE-Taxista PROSUP); lombardicpb@gmail.com

William Henocho Alves Pereira (UNOESTE-Taxista PROSUP);willhenoch@gmail.com

Adriana Aparecida De Lima Terçariol (UNINOVE); aterçariol@gmail.com

Raquel Rosan Christino Gitahy (UNOESTE; UEMS);raquelgitahy.rg@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o uso de tecnologias dentro do processo de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes, bem como as potencialidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas criativas, inovadoras e significativas em sala de aula, especialmente na educação básica. Além da pesquisa bibliográfica, realizamos pesquisa de campo em duas instituições de Educação Básica do interior do estado de São Paulo, sendo uma escola particular e outra privada. Participaram da realização da pesquisa 04 pessoas: Diretor da Escola Particular, Diretor de Escola Pública, Professor de Geografia da Escola Particular e Coordenador de T.I de Escola Particular. O instrumento da coleta de dados foi entrevista semi-estruturada com questionário aberto. Neste estudo pudemos verificar *in loco* que as realidades do ensino brasileiro quanto ao uso de TIMS nas instituições privadas e públicas é muito diferente. Mesmo com o apoio do governo no sentido de adquirir os meios computacionais, como o programa do MEC em 2013, as escolas públicas que conseguiram participar do projeto de aquisição de tablets para serem utilizados em sala de aula não encontraram meios de usufruir plenamente de todos os recursos tecnológicos disponíveis. Em contrapartida, as instituições particulares possuem os meios necessários para o acesso às tecnologias e investem na formação continuada do corpo docente, fatores que resultam em melhor aproveitamento do fator tecnológico em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Básica. Tecnologias Móveis. Práticas Pedagógicas

Abstract

This article aims to analyze the use of technologies within the learning process and development of students' skills and competences, as well as the potential for the

development of creative, innovative and meaningful pedagogical practices in the classroom, especially in basic education. In addition to the bibliographical research, we conducted field research in two basic education institutions in the interior of the state of São Paulo, one private school and one private school. Four people participated in the research: Director of the Private School, Director of Public School, Professor of Geography of the Private School and Coordinator of T.I of Private School. The instrument of the data collection was a semi-structured interview with an open questionnaire. In this study we could verify in loco that the realities of the Brazilian education regarding the use of TIMS in private and public institutions is very different. Even with government support for acquiring computing resources, such as the MEC program in 2013, public schools that have been able to participate in the project to purchase tablets for use in the classroom have not found ways to fully enjoy all technological resources available. On the other hand, private institutions have the necessary means to access the technologies and invest in the continuous training of the teaching staff, factors that result in a better use of the technological factor in the classroom.

Keywords: Basic Education. Mobile Technologies. Pedagogical practices

INTRODUÇÃO

As Tecnologias Móveis e Sem Fio (TIMS) contemplam a comunicação sem fio como smartphones, tablets, ou notebooks. Com o barateamento e consequente maior acessibilidade a este tipo de tecnologia, além da facilidade em seu uso, as tecnologias móveis e sem fio já estão presentes, de forma até mais comum do que imaginamos, na maioria dos lares e famílias de todos os níveis sociais. E por que não usar essa interessante ferramenta, como mais um meio para auxiliar a aprendizagem dos estudantes na Educação Básica? Experiências revelam que softwares de avaliação gratuitos e multi plataformas baseados na internet podem auxiliar e aguçar a curiosidade dos alunos para que a aplicação de avaliação sobre determinados conteúdos se torne interessante e até mesmo motivadora.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é analisar o uso de tecnologias, como ferramenta de auxílio à aprendizagem e ao desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes, assim como as potencialidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais criativas, inovadoras e significativas em sala de aula, especialmente na educação básica.

SOBRE AS TIMS (AS TECNOLOGIAS MÓVEIS E SEM FIO)

Não tão distante no tempo, a ideia de se comunicar com as pessoas por dispositivos móveis era ficção científica. Mas, rapidamente surgiram diferentes aparelhos celulares. Primeiramente, a novidade tecnológica servia apenas para realizar chamadas telefônicas. Posteriormente, com o avanço desta área das ciências, com o surgimento da internet, e logo em seguida das redes sem fio, os celulares e outros dispositivos móveis ganharam acesso à rede de internet e passaram a servir para uma infinidade de coisas: consultas e pagamentos bancários, previsão do tempo, pesquisa escolar, compras em lojas on-line, acesso a serviços públicos, assistir vídeos (e até filmes inteiros), e também realizar chamadas telefônicas. Além desses exemplos dados, surgiram vários aplicativos (programas) voltados para todas as áreas, inclusive para educação.

Esses dispositivos móveis possuem funcionalidades que anteriormente só eram encontrados nos computadores de mesa, e o aspecto da mobilidade neles incutido permite sua inserção em diversos setores da sociedade, dentre eles, o ambiente educacional.

As mudanças que as tecnologias móveis nos trouxeram foram tão profundas que já não nos é possível imaginar um mundo onde não exista comunicação, interação ou informação instantânea. Nota-se ainda, a tendência de que as inovações tecnológicas se deem cada vez mais rapidamente, de maneira que as próximas gerações vão conhecer um mundo cada vez mais conectado.

Além disso, no campo da educação, o desenvolvimento acentuado das tecnologias móveis apresentou uma nova modalidade de ensino, o mobile learning (*m-learning*) que tem despertado o interesse de pesquisadores do mundo inteiro como Borba (1999); Schlemmer (2006); Valentim (2009); Bairral (2013); e Moura (2010). Esses estudiosos tem discutido criticamente as maneiras como as tecnologias móveis adentraram no espaço da educação e buscam entender como inserir essas tecnologias móveis no ambiente educacional além de apontar para a necessidade de metodologias de ensino e práticas pedagógicas adequadas a essa nova realidade.

TECNOLOGIAS MÓVEIS SEM FIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O uso das Tecnologias de Informação móveis e sem fio na sala de aula pode (e deve) ser visto como mais uma ferramenta de auxílio no ensino-aprendizagem, onde o conteúdo programado pode ser aplicado de forma inovadora e atrativa para os estudantes. Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o Brasil já possui mais de 250 milhões de telefones celulares em operação. Mais de 2/3 deles possuem acesso a Internet e a todas as possibilidades que tal tecnologia pode proporcionar.

Partindo desse ponto, as crianças já nascem em um mundo em que todas essas facilidades estão ao alcance das mãos, ou melhor, de um toque de dedos. Eles recebem o nome de Nativos Digital.

Vale salientar que a revolução digital foi a principal idealizadora da expressão Nativos Digitais, devido ao fato de oferecer maior acesso e cada vez mais cedo as crianças e estas nos apresentam atitudes de familiaridade com os recursos tecnológicos disponíveis. É notória a facilidade que elas têm com os jogos, os vídeos, as redes de relacionamentos, a busca por produtos, leia-se os brinquedos que mais lhes interessam e vão se tornando consumidores em potencial. Logo, nosso sistema educacional torna-se obsoleto, uma vez que não está associado a esta perspectiva.

A crítica sobre os nativos digitais resulta no pensamento de que é urgente o estabelecimento de políticas públicas que proporcionem a prática pedagógica do letramento virtual onde a sociedade tenha condições de abstrair a ideia de alfabetização em informação, e se ocupe em acompanhar as crianças quanto a alfabetização em informática, a instrumentação básica em TICs para posteriormente obter autonomia de explorar, interpretar e principalmente inovar seu conhecimento através da tecnologia.

Analisando os estudos que convergem nesta área, percebemos que o que sustenta a ampliação do conceito de letramento para letramento digital é simplesmente a ideia de interação, ou melhor, a ação de interagir, para além de interpretar. O sujeito tem a possibilidade de, nas práticas de leitura e escrita, além de interpretar e repercutir sua interpretação no seu convívio social, avançar nas práticas interagindo com o texto, onde a interação passa a ser uma intervenção. (ARAUJO, 2008, p. 2).

Tal percepção deve ser a busca para a inserção das tecnologias móveis na educação básica, onde o docente necessita de capacitação. Segundo Trucano (2011, p. 65)

O aprendizado rápido e o evidente domínio das funções mecânicas de determinado processo ou do uso de determinada tecnologia (publicar mensagens no Facebook, por exemplo, ou jogar um jogo de videogame inédito) não devem ser confundidos com o domínio do uso eficaz das diversas ferramentas tecnológicas às quais os jovens são expostos de modo relevante para as suas próprias vidas e comunidades.

Sua colaboração aponta a diferença neste contexto, onde explica que:

Uma coisa é ser capaz de “encontrar” um “fato” através de um mecanismo de busca; outra coisa, completamente diferente, é encontrar os “fatos” mais relevantes, analisá-los e avaliar sua relevância para determinada tarefa, sintetizando sua importância e compartilhando os resultados com outros para provocar uma ação-resposta específica. No primeiro caso, demonstra-se familiaridade com determinado processo, no segundo, aprende-se de fato. (TRUCANO, 2011, p. 65).

Nos primeiros anos do ensino fundamental, onde a formação educacional e intelectual das crianças deve ser desenvolvida, a inserção de métodos inovadores e atrativos, como programas de desenhos, utilizando cores e figuras geométricas, em aparelhos como celulares, tablets e notebooks, são ferramentas de grande importância para o ensino-aprendizagem.

O uso de aplicativos com interface coloridas e divertidas despertará nas crianças, dos primeiros anos de educação básica, a curiosidade e conseqüentemente, um interesse maior em qualquer disciplina que o professor estiver lecionando.

Já nos anos subsequentes do ensino fundamental, com o aumento do interesse dos alunos e também com o avançar da idade dos mesmos, os aplicativos podem e devem ser alterados, incluindo como por exemplo, jogos de memória, caça-palavras e jogos educativos proporcionais à idade dos alunos.

O uso das ferramentas tecnológicas deve ser visto não somente como um meio de potencializar o ensino-aprendizagem, mas como ferramentas cognitivas, capazes de expandir a capacidade intelectual de cada usuário.

Dessa forma, o estudante se torna o sujeito da aprendizagem, agente ativo na construção de seu conhecimento e o professor passa a ser o facilitador desse processo.

A tecnologia posta à disposição dos estudantes tem por objetivo desenvolver as possibilidades individuais, tanto cognitivas como estéticas, através de múltiplas utilizações que o docente pode

realizar nos espaços de interação grupal. (LITWIN, 1997, p. 10 *apud* CASTRO *et al*,2017).

Tapscott (1999), afirma que os jovens de hoje já nasceram na era digital, do vídeo games, dos aparelhos celulares, das telas *touch* e de mais uma incontável gama de novos aparelhos com tecnologia móvel. Afirma ainda que essa geração, nascida e criada na tecnologia digital, está revolucionando tudo o que está a sua volta, reformulando a maneira como os indivíduos interagem entre si e em sociedade e deixando as gerações mais velhas muito desconfiadas. Tapscott, bem humorado e confiante, sugere que todos nós precisamos dessas mudanças.

Acalmem-se todos. As crianças estão bem. Elas estão aprendendo, Elas precisam de melhores ferramentas, melhor acesso, mais serviços e mais liberdade para explorar, não o contrário. Em vez de hostilidade e desconfiança por parte dos adultos, precisamos de mudanças na maneira de pensar e no comportamento dos pais, educadores, legisladores e empresários. (TAPSCOTT, 1999, p. 07).

Assim sendo, como observa Tapscott (1999), estamos diante de uma geração que já nasce digital, que tem acesso a informações como nenhuma outra geração teve, porém, que necessita de orientação para saber o que fazer com todos os recursos que estão em suas mãos.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA USO DAS TMS EM SALA DE AULA

A realidade dos dias de hoje, é a de que as crianças tem a tecnologia presente em seu cotidiano. Se o professor se atualizar e tratar a tecnologia como ferramenta de educação a ser aplicada em sala de aula, haverá a aproximação entre aluno e professor, e também a transformação da realidade entre eles.

Assim, surge uma problemática: como fazer com que isso aconteça, mesmo com professores que ainda não se adaptaram ou se familiarizam com tal tecnologia ou tem medo dela?

É de responsabilidade do professor descobrir o nível de conhecimento dos alunos em informática e também suas habilidades no manuseio dos recursos tecnológicos, para a

partir daí, definir as melhores práticas, ferramentas e aplicativos a serem utilizados em sala de aula.

Para uma aplicação correta e eficaz do uso das tecnologias móveis sem fio em sala de aula, faz-se necessário que o professor esteja atualizado com as novidades do mercado tecnológico, acompanhando o lançamento das novidades em termos de equipamentos como celulares, tablets e notebook, e também, o conhecimento das ferramentas para serem utilizadas de forma correta. A leitura de revistas especializadas, o convívio com os alunos, e a não resistência em aprender com os mais novos, é imprescindível para agregar conhecimento da tecnologia e também para determinar seu correto uso.

De acordo com a velocidade da informação e também das mudanças em termos de equipamentos tecnológicos, disponibilidade no mercado e afins, a formação continuada do professor que pretende utilizar as TIMS, já é uma realidade que não pode e não deve ser ignorada pelo corpo docente.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, além da pesquisa bibliográfica, realizou-se uma pesquisa de campo em duas instituições de Educação Básica do interior do Estado de São Paulo, sendo uma escola particular e outra privada, para verificar a usabilidade das tecnologias móveis em sala de aula. Primeiramente, conversou-se com a coordenação das instituições, que proporcionou todo o suporte para realização da pesquisa. Na escola particular os participantes da pesquisa foram: o diretor, que indicou o coordenador de TI (Tecnologia de Informação) e um professor da disciplina de Geografia. Na escola municipal de ensino, a entrevista se deu com o diretor da escola que acompanhou a uma sala de aula e também ao laboratório de informática.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Na escola particular, pôde-se constatar que o interesse pela inclusão digital é bem maior do que os da escola pública municipal.

Ao entrevistar os professores das duas escolas para compreender o que pensam em relação ao uso das TIMS em sala de aula e para constatar o nível de conhecimento que o corpo docente possui sobre, verificou-se certa discrepância entre os resultados.

Na escola particular, o uso dos dispositivos móveis é mais comum em aula de conteúdo teórico como Português, Geografia, Ciências e afins. Já em disciplinas de área exatas, o uso é menor, mas mesmo assim está presente.

Primeiramente conversamos com o diretor da escola, que nos disse que o acesso aos dispositivos móveis não é novidade no colégio. A prática pedagógica já foi incluída nas

disciplinas há alguns anos e o resultado obtido é um ganho no interesse pela matéria e até um melhor desenvolvimento do aluno em assuntos considerados mais difíceis.

A escola possui uma grande quantidade de tablets que é solicitada pelo professor um dia antes das aulas acontecerem. O departamento de TI prepara os equipamentos com aplicativos voltados a necessidade do professor e principalmente ao conteúdo que vai ser aplicado em sala de aula. (DIRETOR DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARTICULAR, 2017).

A fala do Diretor vem ao encontro com o que afirma o autor Vieira (2011, p. 4):

a implantação da informática como auxiliar do processo de construção do conhecimento implica mudanças na escola que vão além da formação do professor. É necessário que todos os segmentos da escola – alunos, professores, administradores e comunidades de pais – estejam preparados e suportem as mudanças educacionais necessárias para a formação de um novo profissional. Nesse sentido, a informática é um dos elementos que deverão fazer parte da mudança, porém essa mudança é mais profunda do que simplesmente montar laboratórios de computadores na escola e formar professores para utilização dos mesmos

O diretor ainda complementa:

Para que o aluno não utilize outras ferramentas, como redes sociais e aplicativos de bate-papo durante as aulas, essas opções ficam bloqueadas, e somente são liberada através de senhas que ficam em poder do professor. Percebemos um grande interesse dos nossos alunos quando a aula são com os dispositivos móveis. (DIRETOR DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARTICULAR, 2017).

Conversamos com um professor da disciplina de Geografia, que nos disse que o interesse pelas aulas, quando são utilizados os TIMS, cresceu exponencialmente.

Percebi que quando começamos a utilizar os tablets durante as aulas, os alunos ficaram mais interessados e foi perceptível o ganho de conhecimento, que pôde ser notado pela melhora das notas que os alunos conseguiram nas avaliações durante todo o ano. (PROFESSOR DE GEOGRAFIA DE INSTITUIÇÃO PARTICULAR, 2017).

Percebemos na fala do professor que seu pensamento é similar ao da autora Vieira (2011), uma vez que afirma a importância de se fazer o uso das tecnologias na educação no processo de ensino e como uma possibilidade de um ambiente criador a partir de discussões com pares. Ao solicitar ao professor pesquisado para exemplificar o uso das TIMS em sua aula, ele afirma:

Quando falamos de locais do mundo, como continente, localização geográfica de países etc, a assimilação é muito mais fácil quando o aluno, através do tablet, consegue localizar a figura em uma tela. Começamos a procurar as localidades a partir do nosso continente e vamos procurando no mapa mundi, o local desejado. Surgem indagações interessantes através da visualização do local, que são rapidamente respondidas e mostradas na tela do aplicativo que estamos utilizando. (PROFESSOR DE GEOGRAFIA DE INSTITUIÇÃO PARTICULAR, 2017).

Pelas entrevistas, foi-nos dito que após as aulas, os tablets são devolvidos para a equipe de TI, que os guarda para as próximas aulas, de acordo com o cronograma estipulado e organizados pelos professores e a direção da instituição. Notou-se que o interesse do corpo docente para o uso das TIMS é quase que total, salvo algumas exceções, nas quais o professor não domina a tecnologia.

Segundo o diretor, o investimento em formação docente, no tocante ao uso das TIMS, é uma prática que começou a ser aplicada logo que aulas com esse tipo de tecnologia começaram a ser empregada na escola. As aulas são ministradas pela equipe de TI, que se informa com a direção sobre o conteúdo programático de cada semestre. Os aplicativos e ferramentas que serão usados em sala de aula, por meio dos tablets, são seguidos pela metodologia da rede de ensino particular. A instituição segue as informações que são

passadas pela matriz que fica na capital paulista, e que já possui larga experiência nesse tipo de metodologia de ensino.

Um dos nossos entrevistados foi o coordenador do departamento de Tecnologia da Informação da escola que nos disse o seguinte:

Quando o professor não tem afinidade com o uso das TIMS, é marcada uma aula particular com os membros da TI, para que o mesmo se familiarize com o manuseio do equipamento e também com as ferramentas e aplicativos da disciplina que o mesmo leciona. Porém, uma vez por bimestre, os professores frequentam aulas com a equipe de informática para aprenderem o correto manuseio de novos aplicativos e também relataram e discutiram as dificuldades encontradas em sala de aula, quando usam as TIMS, para assim compartilharem conhecimento, trocarem experiência e exporem situação de sucesso. (COORDENADOR DE TI DA ESCOLA PARTICULAR, 2017).

Percebe-se que a gestão empenha-se para que ocorra o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.

Mesmo aqueles professores que apresentavam resistência em aprender um "jeito" novo de ensinar, acabam se familiarizando com o equipamento através da formação continuada oferecida pela instituição e no geral, acabam gostando e aprendendo uma nova forma de aplicar o conteúdo programático. (COORDENADOR DE TI DA ESCOLA PARTICULAR, 2017).

Já na instituição pública de ensino, o diretor nos relatou que o acesso aos dispositivos móveis sem fios, é muito difícil. A escola possui alguns tablets que não são suficientes para todos os alunos em uma sala de aula. Mesmo quando são utilizados, o equipamento é compartilhado, tornando assim o emprego do conteúdo, mais demorado. Estes equipamentos foram doados pela prefeitura há alguns anos, mas a escola enfrenta inúmeros problemas em relação ao uso de tal tecnologia. Mesmo quando o professor se interessa em utilizar os tablets em sala de aula, além da quantidade insuficiente de

aparelhos para todos os alunos, muitos deles não funcionam devido à falta de manutenção e também de novos aplicativos instalados.

Quando precisamos de qualquer coisa em relação a instalação e manutenção dos equipamentos, precisamos enviá-los para o CPD da prefeitura, onde fica muito tempo no conserto, desmotivando assim até os mais entusiasmados professores, que gostariam de utilizar os equipamentos em sala de aula. Temos também uma forte resistência dos professores mais antigos, aqui em nossa escola. Aqueles que estão próximos de conseguir a aposentadoria, pensam que não precisam aprender mais esta tecnologia, pois já vão deixar a rede municipal de ensino. E quando temos novos docentes que se predispõem a aprender e aplicar essa nova metodologia, ou não temos os equipamentos disponíveis no momento ou falta política pública de formação continuada para este profissional. (DIRETOR DE ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL, 2017).

Vale salientar que, “as tecnologias sozinhas não mudam a escola, mas trazem mil possibilidades de apoio ao professor e de interação com e entre os alunos” (MORAN, 2000, p. 14),

Na maioria das vezes o professor acaba se desmotivando em usar as TIMS e pela praticidade e familiaridade com laboratórios de informática, se dirigi juntamente com os alunos e utilizam os computadores (Pc´s), que estão a disposição e os programa que já estão instalados, que muitas vezes está desatualizado ou não funciona corretamente. (DIRETOR DE ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL, 2017).

ALTERAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR PARA USO DAS TIMS EM SALA DE AULA

Alterar o currículo escolar e incluir as novas tecnologias no ensino aprendizagem já é uma realidade em algumas instituições de ensino no Brasil.

Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida, coordenadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foi entrevista pelo site www.gestaoescolar.org.br e em resposta a pergunta

“Como integrar efetivamente essas tecnologias ao currículo escolar e ao projeto pedagógico?”, respondeu:

[...] a primeira coisa é ter a tecnologia disponível. É por isso que não se observam resultados tão favoráveis quando há apenas um laboratório para toda a escola. A tecnologia tem de estar na sala de aula, à mão no momento da necessidade. Pode ser um pequeno laboratório na sala ou um computador por aluno. Não estou falando exclusivamente de computador, mas de diversas tecnologias digitais³³.

A pesquisadora destaca claramente a necessidade de a tecnologia estar presente e à mão dos alunos para uso de forma coerente e imediata.

Em nossa pesquisa que na escola pública não há equipamentos suficientes, diferente da realidade da escola particular, que possui equipamentos.

Outro obstáculo que poderia ser citado no uso das TIMS, é a lei que proíbe o uso do celular na escola. Precisamos discutir como é feito este uso e defendê-lo no caso de um uso pedagógico. É preciso educar e oferecer novas formas de utilização desse importante meio de comunicação e informação, em prol do emprego do programa pedagógico já estipulado e a descoberta de novas formas de ensino aprendizagem.

CONCLUSÃO

Apesar das tecnologias móveis sem fio já serem uma realidade que está presente no dia a dia dos estudantes, a dificuldade que alguns professores ainda têm em relação às novas tecnologias e ao seu correto uso, se revela como um impasse a ser resolvido por parte dos gestores das unidades escolares.

Neste estudo pudemos verificar *in loco*, que as realidades do ensino brasileiro, quanto ao uso de TIMS nas instituições privadas e públicas é diferente.

Mesmo com o apoio do governo em se adquirir os meios computacionais, como o programa do MEC em 2013, observa-se que as escolas públicas que conseguiram participar do projeto de aquisição de tablets para serem utilizados em sala de aula não conseguiram usufruir plenamente de todos os recursos tecnológicos disponíveis. A falta de familiaridade com o equipamento, o desconhecimento das ferramentas e aplicativos que vinham

³³ Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/627/maria-elizabeth-de-almeida-fala-sobre-tecnologia-na-sala-de-aula>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

instalados, e a falta de cursos para a correta utilização das tecnologias, acabou desanimando e desmotivando os professores no uso em sala de aula. Também detectamos que o número dos dispositivos adquiridos em programas governamentais, não é suficiente para contemplar todos os alunos, tornando assim, a utilização compartilhada dos recursos um entrave para o sucesso em seu uso.

Em contrapartida, as instituições particulares possuem os meios e recursos necessários para o acesso às tecnologias e investem na formação continuada do corpo docente, fator que cria um ambiente estável e propício para a introdução do tecnológico na sala de aula.

A partir de tal análise, entendemos que a inserção da tecnologia no ambiente escolar vai muito além da relação professor e aluno, atravessando toda uma estrutura que tem de estar preparada para receber este novo sistema. Essa estrutura vai desde a disponibilização de aparelhos, passando pela preparação dos professores e chegando até a produção de conteúdos educacional-tecnológicos. É papel, portanto, também da Administração Escolar, e não só do professor e aluno lutar pela modernização da educação. Faz-se necessário, dessa maneira, a construção de toda uma rede educacional empenhada em revolucionar o ensino, tornando-o mais moderno e eficaz para as novas gerações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. de. **ProInfo: Informática e Formação de Professores**. v. 1. Série de Estudos Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000.
- ARAÚJO, R. S. Letramento digital: conceito e pré-conceitos. In: 2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: multimodalidade e ensino, 2008, Recife. **Anais Eletrônicos...** Recife: UFPE, 2008. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nehte/simposio2008/anais/Rosana-Sarita-Araujo.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- BAIRRAL, M. A. **Do clique ao touchscreen: novas formas de interação e de aprendizado matemático**. 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt19_trabalhos_pdfs/gt19_2867_texto.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.
- BORBA, M. C. Tecnologias informáticas na educação matemática e reorganização do pensamento. In: BICUDO, M. A. V. (Org.). **Pesquisa em educação matemática: concepções & perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 285-295.

CASTRO, N. *et al.* **O Estudo a Distância com o Apoio da Internet.** Disponível em: <http://www.faccat.br/download/pdf/posgraduacao/profaberenice4/14-ead_internet.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

MORAN, J. M. *et al.* **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MOURA, A. M. C. **Apropriação do Telemóvel como Ferramenta de Mediação em Mobile Learning:** Estudos de Caso em Contexto Educativo. 2010. 630f. Tese (Doutorado Ciências da Educação) - Universidade do Minho, Ciências da Educação, na Especialidade de Tecnologia Educativa, Braga, Portugal, 2010.

SCHLEMMER, E. O trabalho do professor e as novas tecnologias. **Revista Textual**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 33-42, nov. 2006.

TAPSCOTT, D. **Geração digital:** A Crescente e Irreversível Ascensão da Geração Net. Tradução Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1999.

TELECO Inteligência em Telecomunicações. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/ncel.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

TRUCANO, M. Alguns desafios para os formuladores de políticas educativas na era das TIC. In: **TIC Educação 2011 Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras**, 2011. Disponível em: <<http://ftp.interlegis.gov.br/CGIbrFev2014/cetic/tic-educacao-2011.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

VALENTIM, H. D. **Para uma compreensão do Mobile Learning:** reflexão sobre a utilidade das tecnologias móveis na aprendizagem informal e para a construção de ambientes pessoais de aprendizagem, 2009. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/3123/1/Hugo_Valentim_M-Learning.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

VIEIRA, R. S. O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação: um estudo sobre a percepção do professor/aluno. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 10, p. 65-70, 2011.

A IMPORTANCIA DA BRINQUEDOTECA ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA TIMIDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Michele da Silva Carlos (Curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – SP); micheledasilvacarlos@gmail.com*

Andreia Cristiane Silva Wiezzel (Professora Doutora do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente – SP); awiezzel@fct.unesp.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar pesquisa - financiada pelo Pibic - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -, realizada com uma criança de 3 anos de uma escola de educação infantil da rede municipal de Presidente Prudente. A criança participante foi selecionada por apresentar características acentuadas de timidez na escola, tais como brincar sozinho, fala pouco e quando fala é muito baixo, Não fica ao lado de pessoas desconhecidas, Não se defende quando alguma criança o agride, chora facilmente, Relaciona-se pouco com seus pares, o que, conforme a professora, estava prejudicando suas interações sociais e aprendizado. No caso, o objetivo geral da pesquisa seria contribuir à qualidade do processo de socialização da criança, de forma que pudesse participar mais das aulas e melhorar a interlocução com os professores e as outras crianças. O trabalho é desenvolvido sob forma de pesquisa qualitativa, de tipo estudo de caso, tendo sido submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista. Como instrumentos de coleta de dados são utilizadas observações, entrevistas com pais e professores e atividades lúdicas com a criança participante do projeto, na brinquedoteca escolar. Tais atividades ocorrem uma vez por semana, tendo os encontros a duração aproximada de 50 minutos cada, o material utilizado consiste em brinquedos. Análises dos resultados parciais indicam que a criança está utilizando a atividade lúdica para trabalhar seus medos, concepções, exprimir desejos e fantasias. A partir da interação entre o real e o imaginário e da relação de confiança estabelecida com a pesquisadora, está podendo se alimentar de sentimentos bons, digerir os ruins, compreender o mundo, ao mesmo tempo

que dá um colorido ao seu mundo. Os professores ressaltaram que a criança tem se desenvolvido bastante com a pesquisa, estando mais participativa nas aulas e se mostrando "mais aberta" às relações sociais.

Palavras-chave: Criança. Timidez. Brinquedoteca. Escola.

Abstract

This article aims to present research - funded by the Pibic - Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships - carried out with a 3 - year - old child from a nursery school of the Presidente Prudente municipal network. The participant child was selected because of the marked characteristics of shyness in the school, such as playing alone, speaking little and when speaking is very low, Do not stay with unknown people, Do not defend when a child harasses, cries easily, she felt little to her peers, which, according to the teacher, was undermining her social interactions and learning. In this case, the general objective of the research would be to contribute to the quality of the child's socialization process, so that he could participate more in class and improve the interaction with teachers and other children. The work is developed in the form of qualitative research, of a case study type, having been submitted and approved by the Research Ethics Committee of Universidade Estadual Paulista. As data collection instruments, observations, interviews with parents and teachers, and play activities with the child participating in the project are used in the school playroom. Such activities occur once a week, with the meetings lasting approximately 50 minutes each, the material used consists of toys. Analyzes of partial results indicate that the child is using the play activity to work out their fears, conceptions, express desires and fantasies. From the interaction between the real and the imaginary and the relationship of trust established with the researcher, she is able to feed on good feelings, to digest the bad ones, to understand the world, while giving a color to her world. The teachers emphasized that the child has developed a lot with the research, being more participative in the classes and showing itself "more open" to social relations.

Keywords: Child. Shyness. Toys. School.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma pesquisa de iniciação científica, realizada na brinquedoteca com uma criança de 3 anos em uma escola de educação infantil da rede municipal de Presidente Prudente. A criança participou do projeto por apresentar

características acentuadas de timidez na escola, o que estava prejudicando suas interações sociais e aprendizado.

Como a timidez tem um caráter afetivo ela pode ser desenvolvida no sujeito de modo positivo ou negativo. Quando manifestada de modo negativo pode prejudicar o desenvolvimento do sujeito nos aspectos sociais e afetivos, trazendo limitações para a sua vida. (CRAWFORD; TAYLOR, 2000).

Inúmeras vezes presenciam-se os pais ou até mesmo professores afirmando que a timidez é algo que faz parte do desenvolvimento da criança e que é questão de faixa etária. Também há situações em que os professores afirmam que crianças tímidas "são melhores", pois dão menos trabalho. Nestas ocasiões percebe-se a falta de conhecimento desses pais e professores, sendo fundamental que estes tenham consciência de que é preciso um olhar atento a essas crianças, interagindo com elas de forma a contribuir às suas relações interpessoais.

Neste contexto não é possível desconsiderar o ambiente familiar, já que é neste ambiente que se desenvolve o processo de aprendizagem de hábitos, valores e princípios da criança, constituindo a base ao desenvolvimento da personalidade e identidade. No entanto, é no ambiente escolar que a criança desenvolve melhor o processo de socialização, assim ambos os segmentos têm função educativa em prol do desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Segundo Crawford e Taylor (2000) o tímido tem grande medo de rejeição. Há um processo de pensamento negativo que faz o sujeito se concentrar nele mesmo, em oposição aos outros, não tendo autoconfiança. Tais características podem atrapalhar tanto o rendimento escolar quanto o desenvolvimento social e por muitas vezes os agentes que convivem com as crianças, por não compreenderem suas necessidades afetivas que estão por trás da timidez, acabam por não perceberem a importância do auxílio. A criança tímida é invisível aos olhos de professores, que as veem como crianças modelo, que não dão trabalho.

Outro ponto a destacar é que muitas vezes a escola exerce pouca ou quase nenhuma vigilância contra maus tratos e às crianças que foram vítimas é dito que devem aprender a se defender e que isso as ajudará a enfrentar a vida. Infelizmente, quase nunca isso é verdade. O que geralmente acontece, ao contrário, é que a criança fica mais dias sem ir à escola e cada vez menos capaz de enfrentar esta dificuldade (CRAWFORD e TAYLOR, 2000). Este contexto pode ser muito prejudicial à criança, pois, esta ainda não sabe lidar com esses conflitos e, em um futuro próximo, pode ser vítima de um retraimento social, limitando suas relações com o grupo.

Além disso, as crianças que são afastadas da mãe no nascimento ou que tiveram parto por cesariana também podem sofrer de sentimentos de isolamento e alienação. Na incubadora, os bebês não podem receber nenhum conforto nem assistência por parte de suas mães, por isso, podem não conseguir se aproximar das pessoas e têm sentimento de solidão (CRAWFORD e TAYLOR, 2000).

O desenvolvimento emocional é algo complexo e a maioria das dificuldades na infância podem não ser detectadas por um observador desatento, já que estas se concentram, em grande parte, no mundo interno da criança (WINNICOTT, 1982). Ao se pensar em crianças, deve-se considerar a complexidade que a vida representa para elas que precisam, desde o princípio, lidar com necessidades, sentimentos e impulsos extremamente fortes para o seu ego ainda em desenvolvimento.

A criança ainda não compreende quando está passando por alguma dificuldade e não tem consciência do que está acontecendo a ela e o porquê. Nesse sentido o brincar aparece como possibilidade de manifestação de sentimentos, propiciando um contato e até mesmo uma resolução daquilo que a incomoda.

Segundo Aberastury (1992) o brincar é tão importante ao desenvolvimento infantil que a sua ausência na vida da criança pode levar a transtornos emocionais ou ser resultado destes, podendo alterar o seu desenvolvimento emocional. Por isso é fundamental que o professor conheça a importância do brincar, de forma a incluí-lo na educação infantil, principalmente porque por meio dele é possível trabalhar com o desenvolvimento emocional da criança, o que irá auxiliar na qualidade de suas relações em sala de aula.

METODOLOGIA

O projeto é desenvolvido sob forma de pesquisa qualitativa de tipo estudo de caso. Segundo Neves (1996) a pesquisa qualitativa tem como fonte direta de dados o ambiente natural e o pesquisador é o instrumento fundamental. Este tipo de pesquisa tem caráter descritivo e o pesquisador se preocupa com os significados que as pessoas dão às coisas e à vida; tem um enfoque indutivo.

Conforme Godoy (1995) por meio da pesquisa qualitativa, um fenômeno pode ser compreendido dentro de um contexto, fazendo com que o pesquisador procure entender e estudá-lo dentro das concepções dos indivíduos envolvidos, considerando-as relevantes. Desta forma vários dados podem ser coletados e vários são os caminhos pelos quais a pesquisa qualitativa pode ser conduzida.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizadas entrevistas com os pais e professoras, observação da criança participante e atividades lúdicas com a mesma. As entrevistas possibilitaram a coleta de informações importantes acerca da criança no ambiente escolar e familiar.

Na entrevista com as professoras (titular e auxiliar), especificamente, buscou-se identificar como eram as relações interpessoais da criança, ou seja, como era a qualidade de sua interação com as demais crianças e com a professora e como se caracterizava seu desenvolvimento escolar.

A pesquisa foi iniciada no segundo semestre de 2016, sendo desenvolvida em uma Escola Municipal de Educação Infantil do interior de São Paulo-SP, que atende crianças em período integral. O projeto foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FCT - UNESP (Processo nº 045860/2014).

Os encontros foram realizados por meio do brincar espontâneo, uma vez por semana, em torno de 50 minutos. As atividades foram desenvolvidas na Brinquedoteca Escolar, que continha diversos brinquedos, tais como livros, bonecas, bonecos, "Lego", argolas, carrinhos, peças de montar, fantoches e uma casinha de madeira. Esses brinquedos eram acondicionados em duas caixas azuis em polipropileno.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Está participando do projeto uma criança da educação infantil, na faixa etária dos três anos: Gabriel. Nesta seção serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas com o pai e a professora e, na seção seguinte os encontros lúdicos e análise.

Com base na entrevista realizada com o pai, Gabriel é uma criança quieta e amorosa, a mãe é "mais rígida" e o pai é "bem tranquilo". Segundo o pai a mãe vê o filho na folga, pois trabalha de segunda a domingo.

O relacionamento de Gabriel com a família, ainda conforme o pai, é bom, mas por passar a maior parte do tempo sem ver os pais, quando há a oportunidade de estarem todos juntos ele só quer brincar e a atenção dos pais tem que ser toda voltada para ele. Quando os pais se cansam ou falam que não vão mais brincar, Gabriel fica muito irritado. As brincadeiras que Gabriel mais gosta em casa são as que envolvem carrinhos, bonecos (Homem de ferro, Homem aranha), jogos de montar e de brincar com terra.

Em sala de aula, Gabriel tem uma participação bastante restrita e muitos de seus comportamentos demonstram a existência de dificuldade nas interações sociais.

Com base nos encontros lúdicos realizados com a criança durante a pesquisa, foi possível verificar um avanço significativo nos relacionamentos sociais da criança. O brincar

foi um instrumento fundamental neste contexto, pois, por meio deste, teve a oportunidade de elaborar seu conflito interno. Tal trajetória pode ser observada na análise apresentada a seguir.

No primeiro momento Gabriel estava com receio em conversar comigo e até em pegar os brinquedos das caixas, por mais que estivesse sendo estimulado. Em um primeiro impulso ele aceitou ir à brinquedoteca, porém, uma vez estando lá, voltou a sentir medo, agora, em manipular os brinquedos. Quando eu fiz o convite, ao final, para que ele me ajudasse a guardar os brinquedos, continuava sem me responder nada, apenas me observava a guarda-los.

Todavia, ao estimulá-lo, abrindo as caixas, mostrando os brinquedos e dizendo que poderia brincar com e como quisesse, Gabriel foi perdendo o receio e criando confiança, a ponto de me convidar a participar de uma de suas brincadeiras. Esse convite mostrou que o garoto não apenas confiava em mim, como também desejava interagir comigo, algo muito importante em seu desenvolvimento social.

Esse convite aconteceu no momento em que ele estava brincando de fazer "comidinha". Fazendo uso de panelas e bule, disse que iria fazer café para mim. Fez o café e me serviu no copo; os copos disponíveis eram nas cores rosa e roxo, mas ele sempre me servia no rosa, dizendo que rosa "era de mulher" e o copo roxo "era de homem" - o qual ele denominava de "copo azul".

Para Aberastury (1992) as brincadeiras de alimentar pessoas ou bonecos, utilizando-se de panelinhas, copos, talheres, remete a experiências de perda e recuperação. Esse tipo de brincadeira começa por volta dos dois anos, momento em que a criança passa por situações em que precisa se separar dos pais, como, por exemplo, a iniciação à vida escolar. Gabriel estava sentindo falta dos pais, com quem pouco tinha contato devido a uma rotina extenuante de trabalho. O seu brincar trouxe a experiência de perda e, também, de recuperação dos pais que cuidam dele. Quanto às definições de cores dos copos, mostrou Gabriel a projeção de preconceitos de adultos.

Gabriel optou, também, por brincadeiras com carros, panelinhas e desenho. O desenho, ainda para Aberastury (1992) seria uma forma de guardar na memória a imagem da mãe que aparece e desaparece na concepção da criança de três anos - idade de Gabriel - diminuindo sua angústia de separação/medo da perda. Faltando alguns minutos para finalizar o encontro, eu solicitei para que me ajudasse a guardar os brinquedos nas caixas - lembrando-o que eu voltaria na semana seguinte. Ele ficou quieto, porém, sua expressão facial mudou, parecia estar triste por parar de brincar.

Os encontros foram muito ricos, já que, pela primeira vez, Gabriel pode sair de uma condição em que apenas manipulava brinquedos para usufruir daquilo que é função específica do brinquedo para Aberastury (1992, p.51): "elaborar as situações traumáticas".

Segundo o relato das professoras a criança se desenvolveu bastante com a pesquisa, está mais participativa nas aulas, se mostrando "mais aberta" às relações sociais.

CONCLUSÃO

Tendo em vista o exposto conclui-se que a pesquisa está auxiliando Gabriel no desenvolvimento da confiança e na possibilidade de construir vínculos com outras pessoas. A atividade lúdica está permitindo a ele expressar e elaborar seus sentimentos por meio da ação.

De acordo com Aberastury (1992) a criança utiliza este recurso até chegar à adolescência, se despedindo não só dos brinquedos e de seu mundo lúdico, mas, também, de seu corpo de criança. Portanto, o brincar é uma atividade inerente à criança e de suma importância a seu desenvolvimento emocional, precisando ser estimulado na escola. Durante o brincar, por meio de observações, o professor tem oportunidade de conhecer a criança e, de posse de suas características, orienta-la, acolhê-la em seus momentos de dificuldade.

A atividade lúdica é um meio que a criança utiliza para que seja vista, reconhecida e amparada. Muitas vezes o brincar é utilizado como "tapa buraco" nas escolas ou como atividade para preencher algum tempo entre uma atividade ou outra, porém, diante de seu potencial poderia ser incluída com mais critério na educação infantil e os professores estarem cientes de que o momento lúdico é mais uma oportunidade de conhecerem e ensinarem às crianças.

Não há a necessidade de que tais atividades sejam exageradamente monitoradas, mas que às crianças seja oferecida a oportunidade, o acesso ao brincar, a experiência de brincar com outras crianças e de brincar apenas consigo mesmas. O brincar não necessita, a todo momento, de um objetivo pedagógico rígido, pois, assim, perderá algo do subjetivo, daquilo que a criança precisa para exercer o desenvolvimento e domínio da criatividade. A criança necessita de momentos em que esteja livre para transitar entre a fantasia e a realidade, trabalhar as ideias e interações entre esses dois mundos e a partir daí se constituir, crescer, amadurecer, se alimentar de sentimentos bons, digerir os ruins, enfim, dar um colorido ao seu mundo.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. A criança e seus jogos. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- CRAWFORD, L. T. L. Timidez: esclarecendo suas dúvidas. São Paulo: Ágora, 2000.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29. Mai./Jun. 1995.
- NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v.1, n.3, 2º sem./1996
- WINNICOTT, D. W. A criança e o seu mundo. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC
- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

TEAM BASED LEARNING ASSOCIADO AO USO DA FERRAMENTA DE INTERATIVIDADE KAHOOT

Ana Paula Ambrósio Zanelato Marques (Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente) anapaulazanelato@gmail.com*

Carla Plantier Message (Universidade do Oeste Paulista); caplantier@gmail.com

José Artur Teixeira Gonçalves (Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente); nepe.coordenador@toledoprudente.edu.br

Raquel Rosan Christino Gitahy (Universidade do Oeste Paulista); raquel@unoeste.br

Resumo

Este artigo tem como intenção mencionar a importância do uso das metodologias ativas, em foco o método *Team Based Learning* (TBL) com auxílio da ferramenta de interatividade Kahoot. Métodos mais ativos estimulam os educandos a aprender, pois permitem que eles tornem-se ativos em seus aprendizados. O TBL, associado a ferramenta de interatividade Kahoot, que é gratuita, além de proporcionar maior envolvimento dos estudantes, também proporciona maior feedback, pois o Kahoot, retorna o resultado de cada questão do quiz no momento da aplicação. Esse fato auxilia o professor, pois o mesmo não precisa fazer a correção manual das questões, e também proporciona uma atividade mais dinâmica aos educandos, o que acaba agradando essa geração dos nativos digitais que prezam pela agilidade em suas atividades. Vale salientar que o Kahoot não foi criado com exclusividade para se trabalhar com TBL, portanto a proposta do artigo é a adaptação da ferramenta de interatividade aliada ao método TBL.

Palavras-chave: Aprendizagem Baseada em Equipes; Metodologia Ativa; Kahoot.

Abstract

This article intends to mention the importance of the use of active methodologies, in focus the Team Based Learning (TBL) method with the help of the Kahoot interactivity too. More active methods encourage learners to learn as they allow them to become active in their learning. The TBL, associated with the Kahoot interactivity tool, which is free, in addition to providing greater student involvement, also provides more feedback as Kahoot returns the result of each quiz question at the time of application. This fact assists the teacher, since he does not have to manually correct the questions, and also provides a more dynamic

activity to the students, which ends up pleasing this generation of digital natives who cherish the agility in their activities. It is worth noting that Kahoot was not exclusively created to work with TBL, so the proposal of the article is the adaptation of the interactivity tool allied to the TBL method.

Keywords: Team Based Learning; Active Methodology; Kahoot;

INTRODUÇÃO

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), estão cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas, em especial da geração atual, chamada de nativos digitais. Por consequência desse fato, as aulas tradicionais, somente expositivas, onde o professor é o centro e os alunos meros expectadores, não faz mais sentido. Para esses estudantes, uma rápida busca em sites da internet já é capaz de retornar inúmeras informações. Dessa maneira, a educação tradicional onde apenas o professor fala, transmitindo conhecimento e os alunos comportam-se passivamente, não possui mais coerência. Para Savegnago (2015, p.15), "Quando estudantes são ensinados por métodos tradicionais passivos de ensino, existe pobre transferência de informação, entendimento e retenção de conhecimento". Esse ensino tradicional, onde os estudantes não participam ativamente do seu aprendizado tem como foco a memorização, para realização de avaliações, de vestibulares e exames que apenas classificam os educandos.

Métodos mais ativos estimulam a vontade de aprender a aprender, pois essa geração já nasceu com a tecnologia presente em seus dias. Na concepção de Amparo (2015), os educandos estimulados em produzir o seu próprio conhecimento, possuem mais interesses em participar ativamente do seu aprender. Eles, os nativos digitais, não são como as pessoas das gerações passadas que precisaram inserir a tecnologia em suas rotinas, pois a mesma foi surgindo em determinadas fases de suas vidas.

Com base nesses seres mais ativos, na contemporaneidade, as metodologias ativas podem ser uma forma de instigar essa geração. Para Moran (2013, p.18), "Quanto mais aprendamos próximos da vida, melhor. As metodologias ativas são pontos de partida para avançar para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização, de reelaboração de novas práticas". Assim, os docentes precisam refletir suas práticas de ensino e aprendizagem a fim estimular um aprendizado mais colaborativo, inserindo e motivando os estudantes no seu aprender.

Em harmonia com Vendrame e Vendrame (2014), há muitos métodos ativos de ensino e aprendizagem, onde podemos destacar alguns como: *Peer Instruction*

(Aprendizagem pelos Pares), *Project Based Learning* (Aprendizagem Baseada em Projetos), Sala de Aula Invertida, *Team Based Learning* (Aprendizagem Baseada em Equipes) dentre outras mais. Para este trabalho será salientado o método de ensino ativo *Team Based Learning* (TBL), ou Aprendizagem Baseada em Equipes, possuindo por objetivos a melhoria da aprendizagem por meio da colaboração entre as equipes, utilizando a ferramenta de interatividade *Kahoot* para melhor desenvolvimento e agilidade em sua aplicação.

Perante o descrito, este artigo apresentará o método TBL com o uso da ferramenta de interatividade *Kahoot*. Descreverá também o processo de aplicação do TBL com o auxílio do *Kahoot* e quais benefícios o método pode trazer para o processo de ensino e aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

O *Team Based Learning* (TBL) ou Aprendizagem Baseada em Equipes é uma metodologia ativa com abordagem colaborativa, que se utiliza de uma estratégia de ensino focada no estudante, promovendo a autonomia e proatividade.

O *Team-Based Learning*, foi criado pelo professor de gestão e negócios Larry Michaelsen, no final dos anos 70, na universidade de Oklahoma (EUA). O método tem como foco melhorar a aprendizagem e desenvolver habilidades de trabalho colaborativo, através de uma estrutura que envolve: o gerenciamento de equipes de aprendizagem, tarefas de preparação e aplicação de conceitos, *feedback* constante e avaliação entre os colegas. A ideia central é que os alunos se sintam responsáveis pela própria aprendizagem e pela dos colegas (MICHAELSEN, KNIGHT; FINK, 2004,p.07).

Na implementação do TBL, uma disciplina é estruturada em módulos, cujas fases são:

- Fase da preparação: antes da aula, os estudantes realizam um estudo prévio, de caráter preparatório. Os materiais são disponibilizados pelo docente e são constituídos de textos, vídeos, simulações, entre outros.
- Teste de preparação individual: em sala de aula, os estudantes respondem um teste conceitual individual e suas respostas são recolhidas pelo professor.

- Teste de preparação em equipe: Os estudantes discutem em equipes, e respondem o mesmo teste em uma cartela, espécie de “raspadinha”. Em caso de erro, os estudantes voltam a discutir, para encontrar a resposta correta.
- Exposição Oral: O professor finaliza a fase de preparação realizando uma exposição oral sobre as principais dificuldades encontradas pelos estudantes.
- Tarefas de aplicação: são atividades realizadas individualmente ou em equipes, geralmente do tipo resolução de problemas.

APLICAÇÃO DO MÉTODO TBL UTILIZANDO A FERRAMENTA KAHOOT

O método tradicional do TBL utiliza-se do gabarito de garantia de preparo individual e em equipe de forma manual, por meio de uma “raspadinha”. Entretanto, este trabalho propõe uma inovação no método atual, substituindo o processo manual por um aplicativo chamado *Kahoot*. Assim, pretendemos buscar uma forma de agilizar a aplicação do processo para o docente, com a obtenção de um *feedback* instantâneo das respostas, além de fornecer maior interatividade com os estudantes, devido ao uso da tecnologia. Vale salientar que este aplicativo não foi criado para uso do método TBL, entretanto, estamos propondo uma adaptação para uso da tecnologia aliada ao método ativo TBL.

Segundo Cassettari (215, p.63), “ O *Kahoot* é uma plataforma de *quiz games web*, onde é possível cadastrar grupos de perguntas e respostas, lançar sessões de jogos para os jogadores jogarem e convidar jogadores para estas sessões, onde o jogador poderá responder às perguntas do *quiz game*.” Trata-se de uma aplicação gratuita, que pode ser acessada pelo site (<https://getkahoot.com/>), funcionando como um sistema de questionários online. Por meio de sua simplicidade de uso e interatividade, os estudantes tornam-se jogadores e ficam mais motivados a participarem. A aplicação fornece o uso utilizando-se da internet, onde os estudantes e o docente devem possuir um computador, celular ou *tablet*. O acesso poderá ser ao site, ou aplicativo disponível nas lojas dos dispositivos Android, IOS e Windows Phone.

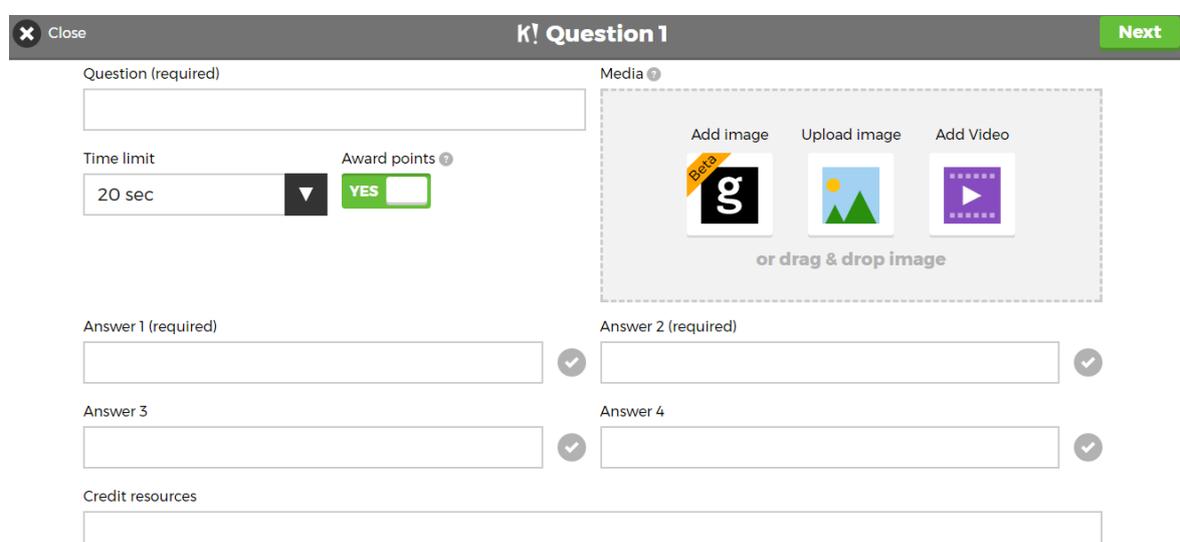
Ao acessar o site é possível criar uma conta gratuita, neste trabalho, o tipo de conta que iremos abordar é como professor. Após criar a conta, podemos criar novos questionários ou consultar e utilizar questionários já produzidos por outros usuários de várias áreas do conhecimento.

Antes da aplicação do método TBL, o docente deve acessar o *Kahoot* e criar seu questionário. Ao clicar em “*new K*”, localizado no menu principal, a aplicação solicita o tipo de ferramenta, devemos selecionar *quiz*, informar um título, descrição e local da aplicação,

em seguida avançar. Nesta etapa, devem ser cadastradas as questões, clicando-se no botão "addQuestion", referentes ao teste de garantia de preparo do método TBL.

A figura 1 apresenta a tela do cadastro da questão, devemos informar a pergunta, o tempo de resposta, adição de pontos, uma imagem (opcional) e quatro alternativas, sendo que a alternativa correta deve ser marcada. Este processo deve ser repetido até que todas as questões do *quiz* estejam cadastradas.

Figura 1 – Tela do cadastro de questão da aplicação Kahoot



Fonte: retirado do site <https://getkahoot.com/>

Após a etapa de preparação, ocorre a etapa de aplicação, sendo a primeira aplicação individual e a segunda em equipes. Na aplicação individual, recomendamos a utilização do gabarito manual (Figura 2), devido ao *feedback* que não deve ocorrer nesta etapa, somente na aplicação do teste em equipes.

Figura 2 – Teste de Garantia de Preparo Individual

Nome: _____, Time: _____

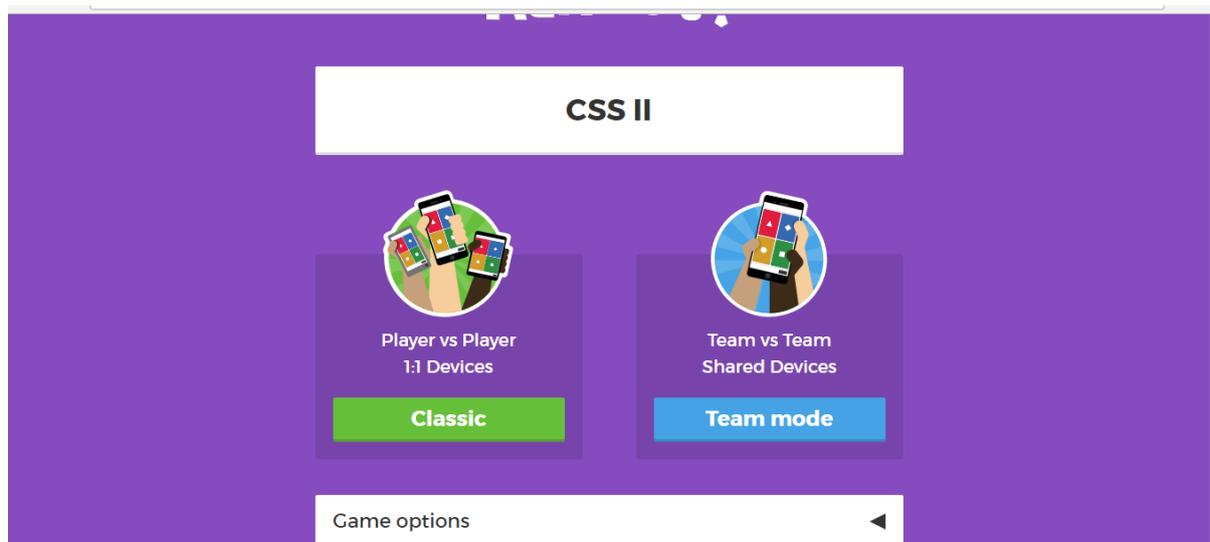
Instruções: Você tem 5 pontos disponíveis para usar em cada questão. Se escolher apenas uma alternativa, o valor dela será 5 pontos. Se escolher mais de uma alternativa, divida os 5 pontos entre elas.

Q.	A	B	C	D	E	Individual	Time
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

Fonte: Criada pelos autores

Na fase de aplicação em equipes, podemos utilizar o *Kahoot*. Todos questionários cadastrados na ferramenta, são acessados pelo menu “*MyKahoots*”, ao localizar, devemos clicar em *Play*, utilizando-se “*Team Mode*”.

Figura 3 – Iniciando a aplicação dos teste em equipes



Fonte: retirado do site <https://getkahoot.com/>

Neste momento, o *Kahoot* gera um número aleatório (Figura 4), que identifica uma sala virtual, onde os estudantes devem acessar para responder ao questionário. Os estudantes não precisam se cadastrar previamente, eles devem apenas acessar o site ou aplicativo, e informar o mesmo número da sala. O sistema irá solicitar o nome da equipe e o nome dos membros, sendo que apenas um membro de cada equipe deverá realizar o acesso.

Figura 4 – Sala virtual para início da aplicação dos teste em equipes



Fonte: retirado do site <https://getkahoot.com/>

Então inicia-se a aplicação, o docente deve projetar as questões para que sejam visíveis aos estudantes (figura 5). Os mesmos devem realizar as discussões em equipes, e depois marcar a resposta que julgarem corretas. Quando todas as equipes responderem ou o tempo se esgotar, é exibida uma tela contendo o resultado das respostas marcadas pelas equipes.

Figura 5 – Tela de exibição da questão durante aplicação



Fonte: retirado do site <https://getkahoot.com/>

Assim, o processo deve-se se repetir a cada questão, até que ao final uma tela contendo a síntese dos resultados é exibido ao docente (figura 6), podendo ter um *feedback* das respostas informadas pelas equipes.

Figura 6 – Tela de exibição dos resultados



Fonte: retirado do site <https://getkahoot.com/>

Apresentamos a aplicação *Kahoot* como uma alternativa de aplicação do método TBL, utilizando-se da tecnologia, de forma a ser mais condizente com a nova geração dos

estudantes. Entretanto, destacamos que o *Kahoot* tem por objetivo a aplicação de questionários online, não sendo criado especificamente para uso da metodologia TBL.

CONCLUSÃO

A metodologia ativa *Team Based Learning* proporciona uma forma colaborativa de aprendizagem entre os estudantes, possibilitando maior entrosamento entre os educandos por meio dos trabalhos em equipes. O método TBL faz uso de uma “raspadinha”, dessa forma manual não é possível que o docente tenha um feedback imediato.

O presente artigo se propôs a mostrar que a ferramenta de interatividade Kahoot pode ser aliada na aplicação do TBL com maior facilidade que a tecnologia pode oferecer. Com o Kahoot é possível dar maior agilidade no processo do TBL, proporcionando *feedback* imediato aos docentes e criando maior envolvimento dos estudantes com o uso de seus celulares, tablets ou computadores em seu processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AMPARO, Matheus Augusto Mendes. **Informática na Educação de Jovens e Adultos: Análise de um Programa de Intervenção a Favor da Inclusão Social e Digital**. 2015. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Unesp Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2015.

CASSETARI, Fernando Taranto. **Estudo de caso: uso de um quiz game para revisão de conhecimentos em gerenciamento de projetos**. Disponível em <http://www.gqs.ufsc.br/wp-content/uploads/2011/11/Projetos_II_Fernando_Taranto_Cassettari_final.pdf> . Acesso em 07 Set 2017.

Kahoot. Disponível em: <<http://kahoot.com>>. Acesso em: 01 aug. 2017.

MICHAELSEN, L.K.; KNIGHT, A.B.; FINK, L.D. **Team-Based Learning**: A Transformative Use of Small Groups in College Teaching. Sterling, VA: StylusPublishing, LLC, 2004.

SAVEGNAGO, Cristiane Comparin. **Avaliação do Homem Virtual em Hanseníase na aprendizagem baseada em equipes (Team-Based Learning) na Graduação Médica**. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/handle/123456789/2642>>. Acesso em: 04set. 2017.

VENDRAME, F.C; VENDRAME, M.C.R. **As Metodologias Ativas de Aprendizagem**. Anais do 25º ENANGRD. Belo Horizonte, MG: 2014.

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP E A EDUCAÇÃO NO FUTURO: UM ESTUDO COM CENÁRIOS PROSPECTIVOS

IVAN MARCIO GITAHY JUNIOR (ivan.mjuniior@sp.senac.br)

Resumo

Com o intuito de discutir oportunidades e ameaças, pontos fortes e fracos relacionados ao dinamismo de uma determinada região considerando seu planejamento, gestão e desenvolvimento faz-se necessário estudos sobre a educação para o futuro a partir da cenarização. Partindo dessa afirmação, o presente artigo terá como objetivo uma reflexão a prospecção e a educação no futuro, considerando o entendimento e a preocupação do SENAC Presidente Prudente/SP, com a educação nesta perspectiva, na medida em que ressalta sua importância no futuro como uma tendência no contexto educacional. Cabe salientar que tal artigo servirá de subsídio para que se possa redefinir e repensar futuras ações no SENAC São Paulo considerando o tema corrente. A metodologia utilizada nesta pesquisa será, bibliográfica e documental. Desta maneira será feito um levantamento procurando identificar, neste ambiente, alguns atores sociais que pudessem auxiliar a pesquisa. A escolha dos atores sociais, será feita considerando sua representatividade frente a instituição e ao tema proposto e o critério de aceite, em participar da pesquisa. Os setores da instituição que terão representação serão: Administrativo, Técnico/Supervisão Pedagógica, Docentes, Discentes, Gerência. Com o exposto, tal pesquisa articulará uma visão inovadora sobre a educação até 2030. Tal visão, sobre a educação no futuro, será possível, neste horizonte temporal, considerando a opinião dos atores sociais selecionados.

Palavras-chave: Cenarização. Educação. Futuro. Senac.

Abstract

In order to discuss opportunities and threats, strengths and weaknesses related to the dynamism of a given region considering its planning, management and development, it is necessary to study education for the future from the dawn. Based on this assertion, the present article will have as its objective a reflection on prospecting and future education, considering SENAC Presidente Prudente / SP's understanding and concern with education in this perspective, insofar as it emphasizes its importance in the future as a tendency in

the educational context. It should be noted that this article will serve as a subsidy so that future actions in SENAC São Paulo can be redefined and rethought considering the current theme. The methodology used in this research will be, bibliographical and documentary. In this way, a survey will be made to identify, in this environment, some social actors that could help the research. The choice of social actors will be made considering their representativeness vis-a-vis the institution and the proposed theme and the criterion of acceptance in participating in the research. The sectors of the institution that will have representation will be: Administrative, Technical / Pedagogical Supervision, Teachers, Students, Management. With the foregoing, such research will articulate an innovative vision on education by 2030. Such a vision, about education in the future, will be possible, in this time horizon, considering the opinion of the selected social actors.

Key words: Cenarização. Education. Future. Senac.

INTRODUÇÃO

Segundo Gitahy Jr (2015), estudos prospectivos representam uma importante ferramenta para discutir oportunidades e riscos quanto ao planejamento estratégico a gestão e o desenvolvimento de diversos segmentos.

Partindo dessa afirmação, a presente pesquisa terá como objetivo o estudo sobre prospecção e a educação no futuro, para entender e demonstrar a preocupação do SENAC Presidente Prudente/SP com a educação na medida em que ressalta sua importância no futuro como uma tendência no contexto educacional.

Já os objetivos específicos recaem sobre a discussão teórica acerca de conceitos de educação, de futuro e de cenários prospectivos e seus métodos de construção, destacando o de Grumbach bem como a aplicação e em seguida, a análise das entrevistas realizadas com os peritos sobre a Educação no futuro. Tal pesquisa servirá de subsídio para ações vindouras, considerando o tema, no SENAC São Paulo.

Acredita-se que além da relevância social e empresarial que os resultados da presente pesquisa podem trazer ao município de Presidente Prudente/SP, também haverá uma ampliação teórica e empírica dos estudos sobre a educação no futuro a partir da visão de atores sociais. A pesquisa também se justifica cientificamente tendo em vista que na área acadêmica não há estudos, específicos, sobre este tema, no município de Presidente Prudente/SP.

A fim de entender melhor o que se busca com o trabalho, será apresentado inicialmente o referencial teórico sobre educação no futuro e a construção de cenários prospectivos. Nesse sentido tal projeto estratégico institucional se propõe a articular uma

visão inovadora sobre a realidade educacional, considerando os ambientes educacionais. A partir desse escopo, segundo a Univesia Brasil (2015), a educação se apresenta em cinco tendências, como: incentivo à leitura e ao pensamento crítico; mensuração do conhecimento por meio da identificação de habilidades e dificuldades apresentadas pelos alunos; ensino baseado na aplicação, análise e reflexão do que foi aprendido; maior integração entre as áreas do conhecimento, fortalecimento até o surgimento de outras matérias ou conteúdos; ensino personalizado a medida que aumenta a utilização de recursos tecnológicos e computacionais.

Segundo Morin (2001), a educação no futuro deve partir de algumas premissas, como: o erro, o conhecimento pertinente, a condição humana, a identidade terrena, as incertezas, a compreensão e a ética do gênero. Tais premissas consideram que o conhecimento avança com o erro, que se deve desfragmentar as disciplinas, que somos seres culturais, políticos, físicos, morais, ou seja, devemos reaprender sobre nossa condição humana, que deve-se buscar a identidade humana, deixando um planeta sustentável às futuras gerações, que se deve enfrentar as incertezas na medida em que elas nos darão comanda do saber, que se deve haver uma compreensão entre disciplinas ou setores sempre objetivando o meio e o fim, e a ética do gênero, onde não se deseja ao próximo e que não se quer para si. Devemos ser antropeéticos, ou seja, indivíduos, sociedade e espécie.

Para João Barroso (2009), os problemas e os desafios que se colocam à escola fazem parte de uma evolução histórica e há três cenários futuros possíveis para o processo de escolarização: a hiperescolarização, a desescolarização e a refundação, todos eles potenciados pela utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Na hiperescolarização, a ideia é reforçar a escola tradicional utilizando recursos tecnológicos e computacionais para dar um ar de inovação. Já na desescolarização, o ato de educar deve recair sobre os pais, a comunidade e a livre iniciativa. Na refundação, a educação deve vir associada não só a tecnologia mas também a alterações pedagógicas, curriculares e na atuação do professor.

Ratificando a ideia de Morin (2001), deve-se pensar globalmente mas agir localmente. A partir dessa afirmação, é importante se conhecer a realidade da Finlândia, um país com 5,5 milhões de pessoas com 6% do PIB investido em educação; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010 foi de 0,871, considerado muito elevado; a expectativa de vida é de 79,3 anos; 99% da população é alfabetizada e apresenta o PISA (Programme for International Student Assessment) programa que realiza algumas

medições, em 34 países que compõem a ³⁴OCDE, considerando a leitura sobre ciência e matemática em jovens de 15 anos.

A educação no futuro também deve considerar algumas referências, como: pesquisa, prática, conceitos; atores sociais e conexões, como: visitas, especialistas e parcerias.

A união entre, conceito, pesquisa e atores sociais, chamados aqui de especialistas ou peritos, é de sua importância para a geração de cenários fidedignos com a realidade objetivando resultados mais próximos possível do real.

Para Idoeta (2015), considerando a relação ensino e aprendizado a educação na Finlândia prioriza:

- aulas baseadas em projetos; aulas com foco na produção de conteúdo; redimensionar a avaliação do processo de avaliação; utilizar tecnologia associada a sala de aula; desenvolver habilidades; as aulas devem ter intervalos mais frequentes; a prática como ferramenta fundamental ao ensino e aprendizado bem com a valorização do professor; transdisciplinaridade, onde se articula uma visão para e além da educação.

Ainda nessa ideia, o aprendizado deve ser comparado a um jogo, ou seja, a *gameficação* ou *gameducação*; as lições à desafios, as notas a um sistema de pontos.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP E A PROSPECÇÃO

O cenário do estudo será o município de Presidente Prudente/SP, que apesar de estar distante 558 km da capital, representa uma mancha de desenvolvimento no Estado de São Paulo. Segundo os últimos dados da Fundação Seade de 2016, o município conta com uma área de 560,64 km², a sua densidade demográfica (habitantes por km²) é de 385,35, o grau de urbanização em % é de 97,96% e o Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade, em 2012 foi 53%.

Segundo os autores Khan e Wiener (1967), a preocupação com o futuro liga-se a cinco fatores de interesse, ou seja: o lucro; a taxa de mudança; a necessidade filosófica, ou seja, o desejo de saber para onde ir; as questões militares, para onde iria o mercado bélico e o modismo do futuro. Seja qual for o fator que impulsiona o conhecimento do futuro, o homem acredita que estudar cenários pode auxiliar a encontrar as respostas desejadas.

O primeiro autor a utilizar o termo "prospectivo" foi Berger com a seguinte definição:

³⁴ OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

A atitude prospectiva significa olhar longe, preocupar-se com o longo prazo; olhar amplamente, tomando cuidado com as interações; olhar a fundo até encontrar os fatores e tendências que são realmente importantes; arriscar, porque as visões de horizontes distantes podem mudar nossos planos de longo prazo; e levar em conta o gênero humano, grande agente capaz de modificar o futuro (BERGER, 1958 apud MARCIAL; GRUMBACH, 2008, p.28).

Os métodos de construção de cenários têm como objetivo apresentar alternativas que levem a prospecções, buscando destacar não só tendências e ocorrências dominantes, mas também a possibilidade de transformação do ambiente. Tais estudos, segundo Amara (1988) e Coates (1994) apresentam uma natureza exploratória e uma abordagem interdisciplinar na pesquisa sobre os rumos e as possibilidades do futuro.

Apesar dos autores e exemplos acima citados e da temática prospecção ganhar destaque no século XX e XXI, principalmente a partir do ano de 1970 com a crise da energia, o desejo de conhecer o futuro está presente desde os primórdios da humanidade, mas ainda sem a metodologia dos cenários prospectivos.

Para o estabelecimento do referencial teórico sobre os métodos de construção de cenários fundamentados foram consultados um amplo conjunto de autores que vêm se dedicando ao tema nas últimas décadas, dentre os quais, destacam-se: Berger (1964); Kahn (1969); Rattner (1979), Wack (1985); Porter (1992; 1998); Amara (1988); Coates, Mahaffie, Hines (1994); Godet (1993; 2000); Johnson e Marcovitch (1994); Mason (1994); Schoemaker (1995); Schwartz (2003); Wright e Giovanazzo (2000); Wright (2005); Grumbach (2002, 2010); Marcial e Grumbach (2008).

Aliando a ideia de prospecção a cenários, os autores Kahn e Wiener (1967) foram os primeiros a popularizar, a partir de sua obra *The Year 2000*, a ideia de cenários prospectivos.

O termo cenário caracteriza-se por um estudo criativo sobre uma situação futura utilizando uma metodologia própria, onde a construção de respostas está diretamente ligada às transformações que ocorrem no ambiente.

Para Porter (1998), os cenários podem ser entendidos como um conjunto de suposições plausíveis sobre as incertezas que podem influenciar o objeto de prospecção sempre com uma visão consistente sobre a realidade vindoura. Usando as próprias palavras de Porter temos o conceito

Cenários são uma visão internamente consistente da realidade futura, baseada em conjunto de suposições plausíveis sobre as incertezas que podem influenciar o objeto de prospecção (Porter, 1998, p. 15)

O presente artigo terá como objetivo uma reflexão à prospecção e a educação no futuro, considerando o entendimento e a preocupação do SENAC Presidente Prudente/SP, com a educação nesta perspectiva, na medida em que ressalta sua importância no futuro como uma tendência no contexto educacional considerando atores sociais locais.

Já os objetivos específicos recaem sobre a importância do estudo sobre prospecção e a educação no futuro até 2030, para entender e demonstrar a preocupação do SENAC Presidente Prudente/SP, com a educação na medida em que ressalta sua importância no futuro como uma tendência no contexto educacional.

Os objetivos específicos serão: discutir oportunidades e ameaças, portes fortes e fracos ao desenvolvimento da Educação no futuro; dar subsídios para redefinir e repensar futuras ações no contexto educacional, no SENAC São Paulo. Tal visão será possível com a utilização do método de construção de cenários prospectivos neste horizonte temporal.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa será, em um primeiro momento, a bibliográfica e documental, onde segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica refere-se ao levantamento de teorias já realizadas e publicadas, permitindo que se conheça o que já foi estudado sobre o tema. Já a pesquisa documental, também para Fonseca (2002), refere-se a pesquisa realizada em fontes variadas e que não tiveram um tratamento analítico.

Num segundo momento, para o entendimento da situação futura de um dado objeto de estudo utiliza-se a metodologia de construção de cenários, na qual busca-se identificar ameaças e oportunidades. Com o método de construção de cenários prospectivos, busca-se alcançar possíveis respostas para inquietações e objetivos propostos.

Desta maneira será feito um levantamento procurando identificar, neste ambiente, alguns atores sociais que pudessem auxiliar a pesquisa. A escolha dos atores sociais entrevistados, será feita considerando o critério aceite em participar da pesquisa e ser de um dos setores da instituição, como: Administrativo, Técnico/Supervisão Pedagógica, Docentes, Discentes, Gerência.

De cada setor serão entrevistados, no mínimo, quatro membros, totalizando vinte entrevistados. O contato com os atores sociais, aqui representados pelos colaboradores do SENAC Presidente Prudente, será realizado por meio de uma reunião na unidade.

CONCLUSÃO

Dos resultados obtidos, nesse encontro, far-se-á um contato por e-mail fazendo menção a pesquisa e apresentando sua importância em participar do estudo. Com o aceite, o entrevistado assinará o termo de consentimento livre e esclarecido e as entrevistas serão agendadas.

Os dados coletados, nas entrevistas, serão utilizados na construção dos cenários prospectivos sobre o tema da presente pesquisa e serão analisados em uma abordagem quali-quantitativa. Assim, a pesquisa recai sobre a técnica de pesquisa qualitativa e quantitativa, onde, acreditando na tese e na síntese da unidade, deixa-se de lado a ideia do antagonismo dos paradigmas e comunga-se da teoria de Gamboa.

Com o exposto, a pesquisa foi capaz de articular uma visão inovadora sobre a educação até 2030. Tal visão, sobre a educação no futuro, foi possível, neste horizonte temporal, considerando a opinião dos atores sociais selecionados. Acredita-se sim em uma educação para o futuro considerando o passado, o presente e o futuro, assim se faz uma transformação evolucionária.

REFERÊNCIAS

- AMARA, R. **What we have learned about forecasting and planning**. *Futures*, v. 20, n. 4, p.385-401, 1988.
- BARROSO, J. (2009). **A utilização do conhecimento em política: o caso da gestão escolar em Portugal**. *Educação & Sociedade*. Revista de Ciências da Educação, 30 (109), 987-1007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em Jul 2016
- BARROSO, J. (2010). **Knowledge, actors and policy**. *Sísifo. Educational Sciences Journal*, 12,37-48. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/Revista%2012%20INGL%20D4.pdf>. Acesso em Jul 2016
- BARROSO, J. (org.) (2006). **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores**. Lisboa: EDUCA e Ui&dCE.
- BERGER, G. **Phénoménologie du temps et Prospective**. Paris: PUF, 1964.

- COATES, J. F.; MAHAFFIE, J. B.; HINES, A. **Technological Forecasting: 1970-1993. Technological Forecasting and Social Change**, v.47, p.23-33, 1994
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002
- GAMBOA, S. S. **Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica**. In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S.S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2009.
- GITAHY JR. I. M. (2015). **Cenários Prospectivos e Desenvolvimento de Cidades a partir da visão de atores sociais: Um estudo sobre o Município de Marília/SP**. Tese Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista - Unesp Marília. 2015
- GODET, M. **"A caixa de ferramentas" da prospectiva estratégica. Caderno do Centro de Estudos de Prospectiva e Estratégia**, Lisboa, n. 5, 2000.
- GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica: da antecipação a ação**. Lisboa: Dom Quichote, 1993.
- GRUMBACH, R. J. S. **Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- GRUMBACH, R. J.S. **O guia do método Grumbach**. Rio de Janeiro: Brainstorming. 2010.
- IDOETA, P. A. **BBC Brasil em São Paulo**, Agosto 2015, disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150807_finlandia_professores_brasileiros_pai, acesso em 02 Ago 2016
- KAHN, H. **A escalada, metáforas e cenários**. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.
- KAHN, H.; WIERNER, A. J. **O ano 2000**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.
- MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R. J. S. **Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor**. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008
- MORIN, Edgar - **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3a. ed. - São Paulo - Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001
- PORTER, M.E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- PORTER, M. E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- UNIVERSIA BRASIL. 2015. Disponível em <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2015/10/22/1132674/principais-tendencias-educacao-futuro.html>. Acesso em Out 2016
- RATTNER, H. **Estudos do futuro: introdução a antecipação tecnológica e social**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1979

SCHWARTZ, P. **Cenários**: as surpresas inevitáveis. Rio de Janeiro: Campus, 2003

WACK, P. **Scenarios**: uncharted Waters ahead. **Harvard Business Review**, n. 5, p.72-89, sept./oct. 1985.

WRIGHT, J. T. C. **A técnica Delphi: uma ferramenta útil para o planejamento do Brasil?** In: III ENCONTRO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO EMPRESARIAL – "COMO PLANEJAR 86", 28-29 nov. 1985. São Paulo. **Anais...** São Paulo: SPE –Sociedade Brasileira de Planejamento Empresarial, 1986. p.199-207

WRIGHT, J. T. C.; GIOVINAZZO, R. A. **Delphi: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 54-65, 2000.

FORMAÇÃO DOCENTE: O DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE AULA POR MEIO DA REDE SOCIAL FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE EAD PARA INTERAÇÕES, COLABORAÇÕES E PESQUISAS

Mariane Della Coletta Savioli Garzotti de Araujo (UNOESTE); [mariane.aee@gmail.com*](mailto:mariane.aee@gmail.com)

Cláudio Braz de Figueiredo (UNOESTE); claudiogerente_16@hotmail.com

Gelsa Zilli (UNOESTE); gelzilli68@gmail.com

Raquel Rosan Christino Gitahy (UNOESTE); raquel@unoeste.br

Adriano Rodrigues Ruiz (UNOESTE); adrianorodriguesruiz@gmail.com

Adriana Aparecida de Lima Terçariol (UNOESTE); adrianalima@unoeste.br

Resumo

Este estudo emergiu na da Disciplina de Didática II – Formação Docente para os alunos do 4º Termo do curso de Pedagogia do ano de 2016, da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui – Fateb- SP, que objetivou a realização de uma reflexão acerca da possibilidade de interações, prática de ensino e aprendizagem à distância para a formação docente, por meio das Redes Sociais, especialmente o Facebook. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa qualitativa do tipo intervenção-ação, pois os pesquisadores são atuantes no projeto e nos espaços formativos, tanto em sala de aula, quanto na Rede Social Facebook. Realizou-se o desenvolvimento de um projeto com a orientação do professor da disciplina, sendo um trabalho a ser elaborado, com as alunas do semestre, a distância (EAD), em um ambiente de fácil interação e colaboração, com o intuito de desenvolverem planos de aula com atividades envolvendo o uso da matemática e do raciocínio lógico. Os planos tinham cunho interdisciplinar para alunos da educação infantil, a serem, posteriormente ministradas por meio de regência. As pesquisas, interações e elaboração dos planos e jogos, bem como o compartilhamento de ideias, foram realizadas em EaD, por meio da Rede Social Facebook, por sua facilidade de acesso e interação, que foi utilizada como ambiente de formação, mediante um grupo fechado, intitulado “Jogos Matemáticos”, a culminância do projeto, deu-se em formato de um caderno com planos e atividades para os graduandos de Pedagogia da Fateb. Os resultados foram obtidos pelas análises das interações no ambiente virtual Facebook, seguiram as categorias de facilitador conceitual

e guia reflexivo, pois os participantes estiveram em constante pesquisa e construção do plano de aula.

Palavras-chave: Formação docente. EaD. Planos de aula. Redes sociais. Facebook.

Abstract

This study emerged in the Department of Didactics II - Teacher Training for students of the 4th term from the Pedagogy course in the year of 2016, Faculty of Science and Technology of birigui fateb -- SP, which aimed to carry out a reflection about the possibility of interactions, teaching practice and distance learning for teacher training, by means of social networks, especially Facebook. As a methodology, we used the qualitative research of the type speech-action, because researchers are working on the project and in the spaces of formation, both in the classroom and in the Social Network Facebook. The development of a project with the guidance of professor of the Discipline, being a work to be prepared, with the students of semester, distance learning (ODL), in an environment of easy interaction and collaboration, with the aim of developing lesson plans with activities involving the use of mathematics and logical reasoning. The plans had an interdisciplinary activities for students of early childhood education, to be subsequently taught by means of conducting. The research, interactions and preparation of plans and games, as well as the sharing of ideas, were held in EaD, through the Social Network Facebook for its ease of access and interaction, which was used as a learning environment, through a closed group, entitled "Mathematical Games", the culmination of the project, in the form of a notebook with plans and activities for the students of Pedagogy of fateb. The results were obtained by analysis of the interactions in the virtual environment Facebook, have followed the categories of conceptual facilitator and guide reflection, because the participants were in constant research and construction of the lesson plan.

Keywords: Teacher Training. EaD. Lesson Plans. Social Networks. Facebook.

INTRODUÇÃO

A Educação a distância atualmente pode ser considerada como um processo de ensino e aprendizagem mediado por tecnologias, em que professores e alunos estão separados espacial ou temporalmente, mas podem estar conectados por diversos tipos de tecnologias.

Nas últimas décadas, debates a respeito do uso da educação a distância para a formação docente, têm trazido reflexões importantes a respeito de alguns paradigmas que norteiam as compreensões relativas à tecnologia, e utilização de redes sociais, para formação de ambientes interativos e colaborativos, para proporcionar ensino e aprendizagem.

O artigo realizado emergiu, mediante um projeto realizado pelo professor com a colaboração de alunos do 4º Semestre do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências de Birigui – FATEB de 2016, está de acordo com a Disciplina de Didática II – Formação Docente. Realizou-se o desenvolvimento de um projeto com a orientação do Professor da Disciplina, sendo um trabalho a ser elaborado a distância (EAD), em um ambiente de interação e colaboração, com a interação das alunas para desenvolver planos de aula, com atividades envolvendo o uso da matemática e do raciocínio lógico, interdisciplinar, para alunos da educação infantil, a serem ministradas por meio de regência, item importante na realização do estágio supervisionado.

Os compartilhamentos de ideias e pesquisas, foram realizadas por meio da Educação a Distância (EaD), e pela faculdade não ter disponível um ambiente virtual, foi utilizada a Rede Social Facebook (Web 2.0), recurso utilizado como ambiente virtual, mediante um grupo fechado, intitulado “Jogos Matemáticos”, elaborado para discussões, planejamentos e para a elaboração de recursos e jogos para a educação infantil.

Este estudo objetivou a realização de uma reflexão acerca da possibilidade de interações, prática de ensino e aprendizagem à distância para a formação docente, por meio das Redes Sociais, especialmente o Facebook.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto surgiu da discussão colaborativa em sala de aula, após estudos das obras literárias que envolviam as questões didáticas de planejamento de aula, sequencias didáticas e desenvolvimento de aulas, a necessidade de compartilharem ideias e elevarem as discussões em duplas para desenvolver o plano e regências a serem realizadas nos estágios supervisionados.

Dessas discussões, surgiu a necessidade de elaboração das pesquisas, leituras e compartilhamentos em um ambiente virtual em EaD. Como a faculdade não disponibiliza um ambiente virtual de aprendizagem, surgiu em sala de aula a ideia da elaboração de um grupo por meio do Facebook (web 2.0), fechado e secreto, pois somente o professor e as alunas podiam interagir neste grupo, com intenção de discutirem as ideias, pesquisarem

atividades e jogos lúdicos motivadores e interessantes a serem aplicados nas regências em duplas.

Além de conteúdos e textos compartilhados neste ambiente, ideias de jogos, assim como discussões sobre a elaboração da sequência didática e do plano de aula, foram debatidos em sala de aula e também por meio do grupo fechado “Jogos Matemáticos”. Cada dupla, também abriu um bate-papo com a professora da disciplina para discutirem, estudarem e elaborarem o plano de aula, ou seja, este estudo ocorreu dentro da sala de aula, mas de forma constante fora dela, o que incentivou diariamente os estudos e discussões entre as alunas.

É o uso das tecnologias digitais, da EaD e das Redes Sociais, de forma disciplinada, planejada e dirigida a serviço da educação e da formação de professores.

METODOLOGIA

A metodologia é qualitativa do tipo intervenção-ação, segundo Minayo (2001), isso pois os pesquisadores são atuantes no projeto e nos espaços formativos, tanto em sala de aula, quanto na Rede Social Facebook. Os resultados foram obtidos pelas análises das interações no ambiente virtual Facebook, que seguirão as categorias de facilitador conceitual e guia reflexivo.

A culminância, por sugestão e ideia das próprias alunas, aconteceu por meio da elaboração de material, um caderno, contando esta experiência, contendo todos os planos com fotos, atividades elaboradas e sugeridas de forma colaborativa e apresentado pelas alunas.

As análises ocorridas pelas categorias Guia Reflexivo e Facilitador Conceitual, oportunizaram que o aprendizado acontecesse de forma colaborativa pela facilidade e frequência das alunas pela EaD, no ambiente virtual propiciado pela Rede Social, o Facebook.

Os resultados foram satisfatórios em termos da elaboração e dos conceitos obtidos em relação ao planejamento de aula e o uso do lúdico no ensino da matemática. A experiência compartilhada neste trabalho nos leva a concluir que é possível propor interações, prática de ensino e aprendizagem à distância, por meio das Redes Sociais, especialmente o Facebook.

RECURSOS, OBRAS E MATERIAIS UTILIZADOS DURANTE O PROJETO

Entre as obras estudadas para desenvolvimento do plano, estiveram:

- HAYDT, R. C. C.. Curso de Didática Geral. Ática,1997.
- ZABALA, A.. A Prática Educativa:Como Ensinar.Artemed,1998.

- LIBÃNEO, J. C.. Didática. São Paulo: Cortez, 2001.

Além dessas obras, os alunos fizeram uso de computadores, laptops, tablets, smartphones, celulares além de outros dispositivos móveis para terem acesso em EaD ao ambiente virtual.

Como ambiente virtual, a Rede Social Facebook, Grupo “Jogos Matemáticos”.

Para confecção dos materiais e dos jogos, utilizaram sucatas, retalhos e materiais escolares reaproveitados.

A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA O USO DE TECNOLOGIAS

As transformações do século XXI, implicam em mudanças na formação dos novos docentes, principalmente, quando se trata do uso de novas tecnologias a serviço da educação para as novas práticas de ensino.

Valente (2000, p. 22) assegura, “não se trata de criar condições para o professor simplesmente dominar o computador ou o software, mas, sim, auxiliá-lo a desenvolver conhecimento sobre o próprio conteúdo e sobre como o computador pode ser integrado no desenvolvimento desse conteúdo”.

Como objetivos do projeto, especialmente a habilidade das alunas do curso em desenvolver por meio das aulas e por meio das interações pela EaD, no ambiente virtual, intitulado “Jogos Matemáticos” e por meio de leituras de obras relacionadas a Didática da Educação e Planejamento de Ensino, o plano de aula para realização de regência no estágio supervisionado do módulo III, e o planejamento e seus componentes: objetivos, conteúdo, meios e avaliação e etc., envolvendo, também o papel da Didática na formação de professores da educação infantil, bem como fazer o bom uso das novas tecnologias, de forma a apresentar bons resultados em práticas pedagógicas escolares por meio dessa experiência.

Entre os objetivos específicos do projeto, estiveram:

- conhecer a didática utilizada para o ensino nas escolas de educação infantil;
- pesquisar e justificar recursos, materiais e estratégia para elaboração do plano de aula;
- Elaborar de forma colaborativa com as colegas da turma do curso de Pedagogia um plano de regência, envolvendo critérios matemáticos de forma interdisciplinar para alunos da Educação Infantil e series iniciais do Ensino Fundamental I.
- preparar e aplicar a regência na educação infantil (de preferência nas escolas em que os alunos estão estagiando).

A partir dessa ideia, nossa experiência docente com os jovens contemporâneos pertencentes às gerações denominadas digitais ou multimídias nos levou a crer que se faz

mais que necessário uma maior harmonia entre professores, tecnologias e as novas mídias. A partir desse pressuposto e da atual realidade amplia-se a exigência de propor na formação inicial de docentes, como nos cursos de Pedagogia, novas práticas e novas modalidades de estudo e pesquisa para que os graduandos do curso, estejam preparados para no futuro enfrentarem as práticas pedagógicas.

EAD E O USO DAS REDES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O Conselho Estadual de Educação (CEE) (SÃO PAULO, 2014), em sua deliberação nº 131/2014, conceitua educação a distância como a modalidade educacional em que a mediação didática pedagógica ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com professores e estudantes, desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Colaborando Moran (2011), cita que para a utilização da EAD, precisa proporcionar um ambiente educativo diferenciado, que ofereça a possibilidade do indivíduo interagir e construir relacionamentos, experiências desenhadas a partir da relação com novas tecnologias de informação, instigando o ensino e aprendizagem dos alunos.

Desta forma podemos destacar as redes sociais, tais como o facebook, como uma ferramenta a ser utilizada para formação docente, sendo que esta ferramenta traz grandes benefícios tais como: promover a integração e o grau de confiabilidade entre alunos e professores; possibilitar o compartilhamento e ampliação de conhecimento fora da sala de aula; serem plataformas alternativas de comunicação tanto professor-aluno, quanto Instituição-alunos;

Para Mattar (2013) o Facebook proporciona recursos interativos que podem ser usados na formação docente, pois configuram espaços online em que as pessoas podem interagir e compartilhar recursos e trabalharem em projetos colaborativos. É possível também a criação de grupos abertos, privados e fechados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise e experiências das interações no ambiente virtual, segundo as categorias Guia Reflexivo e Facilitador Conceitual, foi possível verificar que o aprendizado aconteceu de forma colaborativa e pela facilidade e frequência no ambiente de formação, propiciado pela Rede Social, o Facebook, os resultados foram satisfatórios em termos da elaboração e dos conceitos obtidos em relação ao planejamento de aula e o uso do lúdico no ensino da matemática em práticas pedagógicas da Educação Infantil.

Abaixo, as imagens de interações realizadas em sala de aula, figura 1, e no ambiente virtual Rede Social Facebook, figura 2.

Na figura 1, observa-se, que as alunas, estão organizadas em grupos e duplas para aprender a fazer uso das redes sociais, o Facebook, como recurso pedagógico na construção do plano de aula e também dos recursos, estratégias e atividades a serem desenvolvidas na regência.



Figura 1: Elaboração e discussão em sala de aula do plano com uso dos recursos de tecnologia digital.

Fonte: Projeto Plano de Aula e Regência.



Figura 2: Interação pelo Facebook, categoria Guia Reflexivo – Grupo “Jogos Matemáticos.

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/973271286098346/?fref=ts>

Na figura 2, acima, é possível perceber, que por meio de postagens realizadas pelo professor, a partir do ensino a distância, por meio do ambiente virtual, o Facebook, as alunas puderam pesquisar, refletir, discutir e construir o plano por meio dos debates e pesquisas.

Já na figura 3, uma aluna do curso, realiza a postagem, com o objetivo de concluir algumas atividades propostas no projeto e compartilhar o conhecimento com as colegas. Veja abaixo:



Figura 3: Interação pelo Facebook. Por meio do Facilitador Conceitual, realizado por aluna do Curso de Pedagogia – 4º Semestre, objetivando desenvolver Plano de Aula – Jogos Matemáticos na Educação Infantil.

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/973271286098346/?fref=ts>

Após a observação e análise das interações vivenciadas durante as atividades e leituras por meio da EaD, verificou-se que os participantes assimilaram o conhecimento acerca do desenvolvimento do plano e também da Prática Educacional, mediante as Redes Sociais, vivenciaram experiências compartilhadas, desenvolveram autonomia e interesse pelas interações, proporcionando uma experiência educacional às alunas da disciplina de Didática II.

CONCLUSÃO

A experiência compartilhada neste trabalho nos leva a concluir que é possível propor interações e a prática de ensino e aprendizagem por meio da EaD, em um ambiente virtual gratuito, de fácil acesso e interação, ou seja, por meio das Redes Sociais, mediante as ferramentas da Web 2.0. Diante do que foi exposto, pode-se concluir também que as redes sociais, se utilizadas adequadamente, podem se transformar em num canal de conhecimento atrativo ao perfil das novas gerações. Ao mesmo tempo, colaboram para a modernização do processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

HAYDT, R. C. C.. Curso de Didática Geral. Ática, 1997.

HESEL, A. M.; HARDAGH, C.C.; SILVA, J. E.; ALLEGRETTI, S. M. de M. Aprendizizes na Redes Sociais Virtuais: o potencial da conectividade em dois cenários. Revista CET REGIET, v. 2, p. 53-60, 2012.

MATTAR, J. Web 2.0 e redes sociais na educação. Artesanato educacional. São Paulo, 2013.

MORAN, J. M. Educação a Distância: Pontos e Contrapontos. Summus Editorial. São Paulo 2011.

SÃO PAULO. Conselho Estadual da Educação, DELIBERAÇÃO Nº 130/2014, Normas para autorização, reconhecimento, renovação do reconhecimento de cursos e programas de educação superior na modalidade a distância do Estado de São Paulo. Diário Oficial Poder Executivo - Seção I quarta-feira, 17 de Dezembro de 2014 pág.62,63 e 64. Disponível em:
<

<http://desantoandre.edunet.sp.gov.br/4%20Publica%C3%A7%C3%B5es%20Di%C3%A1rio%20Oficial/2014/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CEE%20130%20-%2017-12-2014.docx>> Acesso em 15 de Julho de 2016.

THURLER, M. G. Inovar no interior da escola. Artemed, Porto Alegre, 2001.

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel; ARANTES, Valéria Amorim (org). Educação a Distância: Pontos e Contrapontos. São Paulo. Editora Summus, 2010.

VALENTE, José Armando. (Org.). O computador na sociedade do conhecimento. PROINFO, MEC. Brasília, 2000.

ZABALA, A. A Prática Educativa: Como Ensinar. Artemed, 1998.

A METODOLOGIA ATIVA PEER INSTRUCTION NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Davi Fernando da Silva (UNOESTE); davifernando.silva@gmail.com*

William Henocho Alves Pereira (UNOESTE); whenoch@hotmail.com

Raquel Rosan Christino Gitahy (UNOESTE); raquel@unoeste.br

Palavras-chave: Metodologias Ativas. Educação. Aprendizagem. Peer Instruction

INTRODUÇÃO

A metodologia ativa Peer Instruction é conhecida como um conjunto de ações que contém definições e aplicações específicas, contribuindo ativamente para a aprendizagem. Ela pode ser aplicada em todas as áreas de conhecimento, e de acordo com o criador do método professor Eric Mazur (2013) tal metodologia se fundamenta em quatro bases: princípios de aprendizagem, autonomia do estudante, contexto de aprendizado e trabalho em equipe.

Para Berbel (2011)

as metodologias ativas estão fundamentadas nas formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, desafios oriundos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos. As metodologias ativas aproveitam a problematização como estratégia de ensino-aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o aluno, pois diante do problema ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas. (BERBEL, 2011, p. 27)

Para Moran, a sociedade “está caminhando para ser uma sociedade que aprende de novas maneiras, por novos caminhos, com novos participantes (atores), de forma contínua”. (2007, p. 11). A metodologia Peer Instruction segue nesta trilha.

OBJETIVO

Este trabalho visa realizar um levantamento dos artigos publicados sobre a metodologia ativa Peer Instruction.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica de artigos sobre o assunto Metodologia Ativa Peer Instruction no banco de dados SCIELO, usando no filtro a palavra "Peer Instruction"

RESULTADOS

Foram encontrados poucos artigos sobre esta abordagem e em sua grande maioria, voltadas para a aprendizagem da Disciplina de Física.

Segue abaixo quadro com resultados da pesquisa realizada na base de dados da Scielo, com a palavra chave Peer Instruction, apresentando título, autor e data.

Implementação de um aplicativo para smartphones como sistema de votação em aulas de Física com Peer Instruction	Kielt, Everton Donizetti, Silva, Sani de Carvalho Rutz da andMiquelin, AwdryFeisser	2017
Uma revisão da literatura acerca da implementação da metodologia interativa de ensino Peer Instruction (1991 a 2015)	Müller, MaykonGonçalves et al.	2016
Uma associação do método Peer Instruction com circuitos elétricos em contextos de aprendizagem ativa	Araujo, A. V. R. de et al.	2016
Engajamento interativo no curso de Física I da UFJF	Barros, J. Acacio de et al	2014

Quadro 1: Artigos encontrados no Scielo

Fonte: Pesquisa bibliográfica 2017

Frisamos que apesar da importância da metodologia, poucos são os estudos sobre o Peer Instruction, sendo encontrado apenas quatro artigos no Scielo, o que reforça a justificativa de aprofundamento no tema em foco. Desta maneira, o presente resumo segue com uma apresentação do Peer Instruction utilizando o Professor Eric Mazur, professor da Universidade de Harvard, o criador da metodologia do Peer Instruction, no início da década de 90.

Um dos grandes desafios na educação nos dias de hoje, é o engajamento dos estudantes e vencer a passividade com que os estudantes chegam à sala de aula. Um dos métodos mais eficazes para a solução deste problema são as abordagens ativas, ou abordagens colaborativas, que tiram o professor do centro da aprendizagem e focam o

estudante. Uma dessas metodologias é a instrução por pares (Peer Instruction), ou aprendizagem por colegas. Essa metodologia está baseada na arte do questionamento.

O professor passa ser um mediador, um perguntador que vai além do conteúdo e que implica o desenvolvimento de competências por parte dos estudantes. A outra base do método é a interação entre os colegas em sala de aula. Um ensina o outro a partir da dificuldade encontrada sobre cada problema proposto. O conhecimento não fica somente no professor, mas também em vários outros fatores que compõem a cadeia de conhecimento, como Internet, trabalhos em grupo, e etc.

O professor é o mediador, o facilitador, para que os alunos possam alcançar o saber, através de diversas fontes de informação. A figura de que o professor existe para “dar aulas”, se transforma em outra coisa, muito mais abrangente, que intermédia e auxilia os alunos na busca do saber. Segundo Mazur:

A metodologia do “peer instruction” envolve/compromete/mantém atentos os alunos durante a aula por meio de atividades que exigem de cada um a aplicação os conceitos fundamentais que estão sendo apresentados, e, em seguida, a explicação desses conceitos aos seus colegas. Ao contrário da prática comum de fazer perguntas informais, durante uma aula tradicional, que normalmente envolve uns poucos alunos altamente motivados, a metodologia do “peer instruction” pressupõe questionamentos mais estruturados e que envolvem todos os alunos na aula. (MAZUR, 2013, p.5)

Para que a metodologia funcione adequadamente, é necessário que o aluno faça leituras prévias do conteúdo aplicado pelo professor, deixando assim, mais tempo em sala para a avaliação do conteúdo compreendido, retirada de dúvidas e novas aprendizagem com os colegas, e se necessário, o repasse por parte do professor, daquilo que não foi compreendido em parte ou em sua totalidade.

Para a avaliação do conteúdo assimilado pelos alunos pode-se usar diferentes formas de captação das respostas. Os métodos de avaliação tecnológicos como softwares livres (Exemplo: Socrative, Plickers, etc), tornam a aula mais interativa e atrativa, mas demanda conhecimento por parte do professor para a elaboração das questões e consequentemente, a coleta dos dados e a geração dos relatórios. Com a utilização dos

softwares de avaliação, a resposta é dada *Just-in-time*, o que facilita a compreensão por parte do professor, das questões que estão sendo mais acertadas ou vice-versa.

O método Peer Instruction, segundo o autor Mazur (2013), resume-se as seguintes fases:

- 1) Professor faz uma breve explanação do conteúdo previamente estudado anteriormente (cerca de 10 a 15 minutos);
- 2) Elaboração de questões do conteúdo e aplicado em sala de forma individual
- Nesta fase pode utilizar as ferramentas tecnológicas citadas acima, uso de cartões de respostas ou até mesmo sinais manuais. (cerca de 2 minutos por questão)
- 3) Obtenção dos dados das respostas dos alunos;
- 4) Se o percentual de acertos das questões for $> 30\%$, revisar o conteúdo e reaplicar os testes (voltar ao item 2);
- 5) Se o percentual de acertos das questões for $> 30\%$ e $< 70\%$, (seguir para item 6);
- 6) Reunião em grupo ou em pares para discussão das questões aplicadas anteriormente (voltar ao item 2); (Tempo: 10 a 15 minutos)
- Motivar a discussão das respostas entre os pares e o motivo das escolhas por parte dos alunos
- Este é o ponto chave do método. O professor deve se abster das discussões e deixar que os alunos conversem entre si. Aqueles alunos que estiverem convencidos das respostas corretas, tentam convencer os outros. Desta forma aqueles alunos que ainda não tinham o conhecimento e não acertaram as questões, podem aprender ao ouvirem os próprios colegas que acertaram a questão. O intuito aqui é desenvolver o senso crítico, a argumentação, o diálogo, o debate e principalmente o trabalho em equipe, que são condições primordiais para o ensino aprendizagem.
- 7) Aplicação das mesmas questões após a discussão e debate em dupla ou em grupos (voltar ao item 2) (cerca de 2 minutos por questão)
- 8) Se o percentual de acertos das questões for $> 70\%$, breve explanação e passar para próximo conteúdo;

Segundo as etapas acima descritas, salientamos que o Peer Instruction não deve ser transformado num método meramente avaliativo, ele deve ser usado como uma atividade pedagógica com o intuito de dinamizar e fixar o conteúdo da disciplina. O professor deve dosar o tempo entre uma atividade e outra e manter o controle para que a

discussão entre a turma e/ou entre os pares, não se torne um bate papo infrutífero e desviado do foco principal que é a interação, o dialogo e trabalho em equipe, voltado para a resolução das questões apresentadas no teste.

A metodologia ativa Peer Instruction é uma alternativa real em confronto às metodologias tradicionais de ensino, principalmente às aulas meramente expositivas. Mesmo sabendo dos benefícios das metodologias ativas, em especial, da Abordagem por Pares, porque essas ferramentas de auxílio ao ensino aprendizagem ainda não se fazem presentes de forma mais contínua e usual nas salas de aula das escolas e universidades?

O engajamento e o interesse para se apropriarem desse conhecimento e se aprofundarem em novos métodos de ensino deve partir do docente, que deve estar cada vez mais conectado com as novas tendências educacionais e com o meio tecnológico em que estão inseridos os discentes.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar que o método da Abordagem Ativa Peer Instruction, tem se mostrado uma poderosa ferramenta ao auxílio de ensino aprendizagem. Tornar as aulas mais atrativa, se apossando de novos métodos é o desafio dos docentes. Segundo as concepções de Moran:

A educação é a soma de todos os processos de transmissão do conhecimento, do culturalmente adquirido e de aprendizagem de novas idéias, procedimentos e soluções desenvolvidas por pessoas, grupos, instituições, organizada ou espontaneamente. (MORAN, 2007, p. 16).

Devemos utilizar meios inovadores e principalmente aqueles que envolvam o aluno em atividades de busca do conhecimento, para que a aula se torne uma procura contínua do saber. Novas formas de aprender são fundamentais para tornar o ensino aprendizagem uma tarefa agradável e divertida.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. V. R. de et al . Uma associação do método Peer Instruction com circuitos elétricos em contextos de aprendizagem ativa. **Rev. Bras. Ensino Fís.**, São Paulo , v. 39, n. 2, e2401, 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-

11172017000200501&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Aug. 2017. Epub Nov 07, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9126-RBEF-2016-0184>.

BARROS, J. Acacio de et al . Engajamento interativo no curso de Física I da UFJF. **Rev. Bras. Ensino Fís.**, São Paulo , v. 26, n. 1, p. 63-69, 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172004000100011&lng=en&nrm=iso>. access

on 08 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-47442004000100011>.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Seminário de Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.labmi.com.br/wp-content/uploads/2013/04/As-metodologias-ativas-e-a-promocao-da-autonomia-de-estudantes.pdf> . Acesso em: 21 jun. 2017.

KIELT, Everton Donizetti; SILVA, Sani de Carvalho Rutz da; MIQUELIN, Awdry Feisser. Implementação de um aplicativo para smartphones como sistema de votação em aulas de Física com Peer Instruction. **Rev. Bras. Ensino Fís.**, São Paulo , v. 39, n. 4, e4405, 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172017000400506&lng=en&nrm=iso>.

access on 08 Aug. 2017. Epub June 12, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9126-rbef-2017-0091>

MAZUR, Eric. **Peer-instruction: A User's Manual**. Harlow, Essex: Pearson Education, 2013.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos e como chegar lá, Campinas, SP (2007)

MULLER, Maykon Gonçalves et al . Uma revisão da literatura acerca da implementação da metodologia interativa de ensino Peer Instruction (1991 a 2015). **Rev. Bras. Ensino Fís.**, São Paulo , v. 39, n. 3, e3403, 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172017000300503&lng=en&nrm=iso>.

access on 08 Aug. 2017. Epub Mar 13, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9126-rbef-2017-0012>.

PLANEJAMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL – GERENCIAMENTO DE ESCOPO E DE CUSTO

GIACOMINI, Eduarda Suellen. Graduada em Engenharia Civil da Universidade do Oeste Paulista, Pres. Prudente-SP.

LUCIO, Isabela. Graduada em Engenharia Civil da Universidade do Oeste Paulista, Pres. Prudente-SP.

OLIVEIRA, Ana Arraval Denari. Graduada em Engenharia Civil da Universidade do Oeste Paulista, Pres. Prudente-SP.

LITHOLDO, Augusto Marcio, PMP. Professor orientador: Especialista, SENAC unidade de Pres. Prudente-SP.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo elaborar o Gerenciamento de Escopo e de Custos de uma obra, utilizando como estudo de caso uma residência unifamiliar de alto padrão, visando à aplicação eficaz das técnicas e ferramentas do gerenciamento de projetos, segundo o PMI, perante a construção civil. O gerenciamento de escopo e custo de uma obra são essenciais para garantir que a concretização da mesma esteja dentro dos critérios de prazo, custo e qualidade previamente definidos. Com base no escopo, o qual determina todas as atividades constituintes no projeto, são estabelecidos os recursos necessários, os prazos e os custos estimados para execução das atividades. Por meio de um orçamento bem elaborado é possível desempenhar um estudo de viabilidade do empreendimento, realização de cronogramas, monitoramento e controle do empreendimento, além de evitar gastos desnecessários e garantir o lucro da empresa. Pode-se concluir que um escopo e um orçamento bem elaborados são elementos primordiais na realização e execução de projetos na construção civil. O estudo de caso viabilizou a compreensão desta necessidade, demonstrando como se determina cada um destes elementos, abrangendo a quantificação dos insumos e serviços, e orçamentação complexa e bem detalhada dos insumos imprescindíveis para a execução da obra, fazendo com que o orçamento elaborado esteja bem compatível com a realidade.

Palavras-chave: Gestão. Orçamento. Escopo. Custo. Obras.

Abstract

This paper aims to elaborate the scope of management and costs of a work, using as a case study a single-family residence of a high standard, aiming at effective application of technical and project management tools, according to the PMI, before the construction

civil. The scope management and cost of a project is essential to ensure that the implementation thereof is within the term criteria, cost and quality previously defined. Based on the scope, which determines all the constituent activities in the project, the necessary resources are established, deadlines and cost estimates for implementation of activities. Through a well-crafted budget you can perform a feasibility study of the project, realization schedules, monitoring and control of the enterprise, and avoid unnecessary expenses and ensure the company's profit. It can be concluded that a scope and a well-developed budget are key elements in the development and execution of projects in construction. The case study allowed the understanding of this need, demonstrating how to determine each of these elements, including the quantification of inputs and services, and complex and very detailed budgeting of inputs essential for carrying out the work, causing the budget is well prepared compatible with reality.

Keywords: Management; Budget; Scope; Cost; Works.

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de projetos objetiva desempenhar as entregas esquematizadas em um projeto com a qualidade almejada, no prazo determinado e conforme o orçamento requerido.

As técnicas do gerenciamento de projetos são estabelecidas pelo Project Management Institute (PMI), que é uma organização sem fins lucrativos, criada com a finalidade de desenvolver melhores práticas e padrões nos assuntos relacionados ao gerenciamento de projetos, disponibilizando publicações e treinamentos para o seu grande número de associados. Esta entidade lançou o PMBOK (Project Management Body of Knowledge) Guide, que é um guia que engloba o conjunto de normas, métodos, processos e práticas do gerenciamento de projetos, subdividido em dez áreas de conhecimento: Integração, Escopo, Tempo, Custo, Qualidade, Recursos Humanos, Comunicações, Riscos, Aquisições e Partes Interessadas.

Na engenharia civil, uma obra é classificada como um projeto, onde este projeto comumente vem associado ao plano geral de uma edificação, abrangendo o conjunto de plantas básicas à construção - projetos arquitetônicos, estruturais, de instalações elétricas e hidráulicas, entre outros. Cada projeto de engenharia tem sua particularidade, cada obra é única, o que enfatiza a necessidade de ser planejado e controlado com eficiência.

Alguns dos fatores mais relevantes dos fracassos em projetos normalmente são ocasionadas devido a má definição do escopo ou a falhas relacionadas ao seu gerenciamento. O princípio do planejamento é a definição do escopo, que determina todas

as atividades constituintes no projeto e por fim, o que vai ser entregue ao cliente. Com base no escopo são estabelecidos os recursos necessários, os prazos e os custos estimados para execução dos trabalhos, o que é de extrema importância, pois um orçamento mal planejado pode tornar um projeto totalmente inviável.

Sendo assim, o presente estudo almeja elaborar o Gerenciamento de Escopo e de Custos de uma obra real, utilizando como estudo de caso uma residência unifamiliar, visando à aplicação eficaz das técnicas e ferramentas do gerenciamento de projetos segundo o PMI.

DESENVOLVIMENTO

O projeto é de uma residência unifamiliar assobradada de alto padrão, localizada em um condomínio residencial no interior do Estado de São Paulo. A área do terreno é de 252m² e a área construída é de 224,38m², possuindo um recuo lateral de 1,5m, frontal de 2,5m e de fundo de 3,0m, estando este último destinado à área de lazer.

Foi desenvolvido o Termo de Abertura do projeto, que é o documento que autoriza formalmente o projeto ou uma fase dele e documenta os requisitos básicos que atendem às necessidades e expectativas das partes interessadas. Aqui também foram definidos os stakeholders.

O gerenciamento do escopo do projeto foi feito por meio da coleta de requisitos, para identificar as necessidades dos stakeholders, a elaboração de um plano de gerenciamento do escopo, a definição do escopo através da EAP e seu respectivo dicionário.

O Plano de Gerenciamento do Escopo é o documento que abrange o título do projeto; autor do documento; descritivo do gerenciamento; avaliação da estabilidade do escopo; identificação e classificação das mudanças; integração das mudanças e observações extras. Nele foram colocados as atividades que serão empregadas para gerenciar todo o escopo do projeto.

A coleta de requisitos foi realizada por meio de um levantamento de informações obtidas através de questionários, diálogos e entrevistas com os stakeholders. Os requisitos foram bem definidos para fornecerem informações à outras atividades do projeto. A partir da coleta de requisitos criou-se a EAP.

O dicionário da EAP é um documento que descreve os pacotes de trabalho e outros constituintes do projeto especificados na EAP, garantindo que as informações relacionadas às atividades sejam melhor visualizadas pela equipe e armazenadas para eventuais dúvidas.

Este documento foi realizado abrangendo o código de identificação, o título e a descrição do componente e as atividades necessárias para execução da obra, entre outros. Utilizou-se o programa MS Excel para criar o Dicionário da EAP, o qual é referência em elaboração de planilhas.

O gerenciamento de custos do projeto se deu dessa forma: inicialmente foram quantificados os serviços e insumos da obra baseados nos projetos. Isto tendo sido concluído, iniciou-se o orçamento detalhado a partir da determinação dos custos, por meio de consulta em tabelas de composição de preços para orçamentos atualizadas e por pesquisas de mercado. Neste caso foram utilizadas a SINAPI de março de 2015 e o Boletim 164 da CPOS de dezembro de 2014 abrangendo a realização de serviços no que diz respeito a todos os itens envolvidos na execução da obra, como quantidade de materiais, mão de obra, encargos sociais e equipamentos. Os valores de mão de obra foram conseguidos em boletins do mês de abril de 2015, obtidos no site da SINDUSCON. Através de planilhas expressou-se os itens acima, incidindo, por fim, o valor do BDI, finalizando o orçamento.

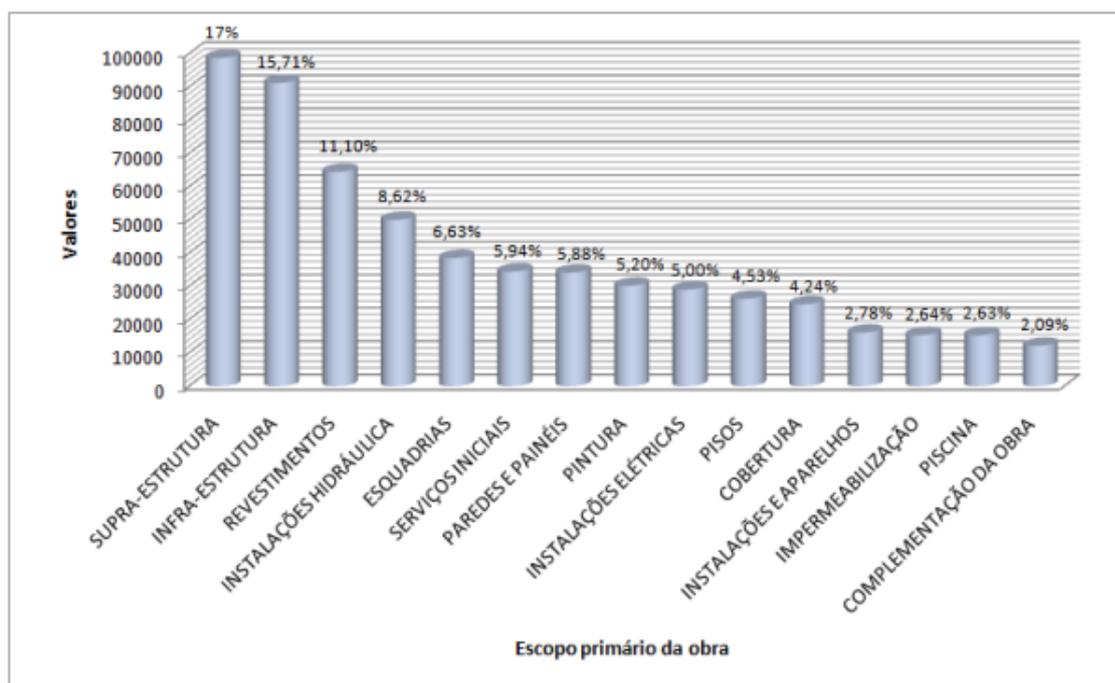
Foi realizado um levantamento quantitativo, levando em consideração a necessidade de identificar a quantidade de cada item que compõe o projeto para que assim, pudesse obter-se o valor unitário de cada item e posteriormente o valor total do empreendimento. Essa etapa demandou muito tempo e exigiu muita atenção, sendo revisada após a conclusão, para que não houvesse erros no levantamento, os quais poderiam acarretar em grandes prejuízos.

Neste trabalho elaborou-se um orçamento detalhado da residência unifamiliar em questão, através da criação de planilhas orçamentárias que incluem o grupo de serviço e sua descrição, sua unidade de medição, quantitativo de cada um, preço unitário, preço com adicional de BDI, e preço total.

Para o cálculo do BDI foi elaborada uma planilha com os valores estipulados pelo TCU que estabelece uma porcentagem de BDI referente a construção de edifícios, estando a mesma entre 20,34% a 25%. Baseado nessa referência adotou-se o valor de 24%. Essa porcentagem incidiu sobre o subtotal, obtendo-se o valor total do empreendimento. Os componentes que integram o BDI são: taxa de administração central, seguro e garantia, risco, despesas financeira, lucro e os tributos.

O orçamento foi finalizado após incidir o valor do BDI no subtotal da obra. Após isto elaborou-se uma planilha resumo para dispor dos valores de cada escopo primário nos custos totais da obra.

Gráfico de distribuição dos custos da obra por escopo primário



Fonte: As autoras, (2015).

Como é possível visualizar no Gráfico acima, a etapa mais cara da obra foi a superestrutura, representando 17% do total da obra, e a de menor custo foi a de complementação da obra representando 2,09% do custo total da obra.

Com o orçamento finalizado, obteve-se o valor do m² da obra dividindo o valor total da obra pela área de construção total, da seguinte forma:

$$R\$581.219,27 / 224,38\text{m}^2 = R\$2590,33/\text{m}^2$$

Este valor representa o Custo Unitário Básico (CUB) de construção da obra em estudo, estando o valor de R\$2590,33/m² dentro do previsto para uma obra de alto padrão como esta, segundo consulta à engenheiros civis habituados a realizar obras de alto padrão, os quais disseram que o valor por m² de obras similares a esta varia entre R\$2.500,00 e R\$2.900,00, confirmando a coerência do valor obtido.

Entretanto, de acordo com o Boletim Econômico do Estado de São Paulo do mês de Abril de 2015, o valor de construção por m² para residências de alto padrão é igual a R\$1720,88, devendo o CUB da obra em questão ser:

$$1720,88 (R\$/\text{m}^2) \times 224,38 (\text{m}^2) = R\$386.131,05$$

Com isto, a obra em estudo resultaria em um CUB equivalente a R\$386.131,05. Em comparação com o resultado final do orçamento detalhado do projeto nota-se a grande discrepância, porém, considerando que a obra em questão é uma obra de padrão elevado, com piscina e revestimentos de alto padrão, além de muitos detalhes sofisticados que a

SINDUSCON não leva em consideração, esta discrepância já era esperada em relação à este valor. Além disto, os profissionais da área que foram consultados, disseram que os valores disponibilizados pela SINDUSCON é apenas uma base de referência, mas que na realidade é praticamente impossível o valor de uma obra estar compatível com o estabelecido nos boletins informativos, até mesmo porque cada projeto tem sua particularidade e exigências específicas do cliente.

CONCLUSÃO

O gerenciamento de projetos na engenharia civil é fator primordial para assegurar que o projeto satisfaça as necessidades para qual foi criado. Isso abrange levantar e documentar os interesses dos stakeholders, além da elaboração do Termo de Abertura do projeto e do Plano de Gerenciamento do Escopo, etapas estas, primordiais para assegurar um desenvolvimento eficaz do projeto.

Um projeto precisa ter objetivos bem definidos, com mecanismos que possibilitem saber se estes estão sendo alcançados. O uso de ferramentas como a EAP, para a definição do escopo, proporciona um fácil entendimento do projeto pelos stakeholders, programa e controla as atividades e serviços do projeto, além de auxiliar na definição dos custos por meio do detalhamento das atividades.

A elaboração do orçamento de uma obra vai muito além de somente definir o custo total. O orçamento engloba toda a visão de execução da obra, através de um planejamento que vise a redução de prazos e custos, aliado às necessidades específicas de cada projeto, assim como de todos os envolvidos desde o início até a entrega final do produto. Além disso, instrumentos como as planilhas de orçamentação dispõem de um registro de dados que impedem a propagação de erros. Por sua vez, as composições proporcionaram a obtenção de um orçamento mais preciso e proveitoso, pois foram alterados itens de muitos insumos, fazendo com que o orçamento estivesse bem condizente com a realidade.

O estudo de caso viabilizou a compreensão da necessidade de se elaborar um escopo bem definido e um criterioso orçamento, demonstrando como se determina cada um destes elementos. O fato de ser uma residência unifamiliar de alto padrão abrangeu a quantificação e orçamentação complexa e bem detalhadas dos insumos imprescindíveis para a execução da obra.

Assim, pode-se concluir que um escopo e um orçamento bem elaborado são elementos indispensáveis na realização e execução de projetos na construção civil, pois asseguram a eficácia do mesmo através do correto gerenciamento. Sem o planejamento o projeto adquirir prazos e custos bem maiores do que o que foi definido inicialmente. As boas práticas preconizadas pelo PMI viabilizam uma melhor compreensão de como um

projeto precisa ser gerenciado em todas as suas fases, podendo ser facilmente implantada em situações práticas com o planejamento incorporado no dia a dia das organizações.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifícios em condomínio: NBR 12.721 - NB 140/65. Rio de Janeiro: ABNT, 1965.
- BELTRAME, E. S. Avaliação do software SIENGE no orçamento e planejamento de uma obra. 2007. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.
- BRASIL. Congresso Nacional. Código Tributário Nacional. Lei nº5.172 de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF. 15 de setembro de 1966. Seção 1, p. 5801. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- CPOS - Companhia Paulista de Obras e Serviços. Relatório Geral de Serviços com Desoneração. Boletim 164. Dez/2014. Disponível em: <<http://boletim.cpos.sp.gov.br/relatorios.php>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- FUNDAÇÃO BRADESCO. Gestão de Projetos - Curso 3: Como planejar o escopo, prazo e orçamento do projeto? São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, [200?].
- MATTOS, A. D. Planejamento e controle de obras. São Paulo: Pini, 2010.
- MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: Como transformar idéias em resultados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (Ed.). Um guia do conjunto de conhecimentos do gerenciamento de projetos - PMBOK (Project Management Body of Knowledge) Guide. PMI, 2014.
- PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. O que é o PMI? 2015. Disponível em: <<https://brasil.pmi.org/brazil/AboutUS/WhatIsPMI.aspx>>. Acesso em: 05 mar. 2015.
- RODRIGUES, D. S. Gerenciamento de escopo de projetos. 2010. Monografia (Especialização) - Instituto A vez do Mestre. Rio de Janeiro, RJ.
- ROSA, C. R. O. Planejamento de implantação de sistema de gestão editorial segundo o PMBOK. 2009. Monografia (Especialização) - Tecnologia de Informação. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Fundação Carlos Alberto Vanzolini, São Paulo, SP.
- SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. Relatórios de Composições - mar/15 - Sem desoneração. 2015.

<http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx#categoria_664>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil. Encargos Sociais e Boletim Econômico - CUB sem desoneração. 2015. Disponível em: <<http://www.sindusconsp.com.br/msg2.asp?id=5374>>. Acesso em: 04 maio 2015.

TERRIBILI FILHO, A. Gerenciamento de Projetos em 7 passos: uma abordagem prática. São Paulo: M. Books do Brasil, 2011.

TISAKA, M. Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução. São Paulo: Pini, 2006.

VARGAS, R. V. Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. 5. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2003.

VARGAS, R. V. Manual prático do plano de projeto: utilizando o PMBOK Guide. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL E A IMPORTÂNCIA DAS CONSTRUÇÕES DE CISTERNAS DE BAIXO CUSTO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Cláudia Karina Ladeia Batista (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul);
claudiabatistadv@hotmail.com*

Ivan Márcio Gitahy Neto (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo);
gitahyneto@gmail.com

Resumo

O presente trabalho propõe a abordagem da importância do acesso à água potável como um direito fundamental e essencial para a sobrevivência. Considera o referido direito como uma das facetas do meio ambiente ecologicamente equilibrado, indispensável à vida digna e sadia da pessoa humana. Para bem caracterizar a indispensabilidade da água e o tratamento jurídico a ela conferido tratou-se, em apertada síntese, da água enquanto um dos elementos integrantes do meio ambiente natural. Empregando-se o método dedutivo associado à pesquisa bibliográfica e documental buscou-se compreender, a partir dos ideais de proteção à vida e à dignidade humana, a importância das cisternas como mecanismo de baixo custo e alto impacto positivo na redução dos problemas decorrentes das secas prolongadas na região do semi-árido do país. Espera-se, outrossim, conclamar o leitor a compreender a importância do acesso à água enquanto direito fundamental, bem como do dever de solidariedade ambiental para a democratizar o exercício de tal direito.

PALAVRAS-CHAVE: Água potável. Cisternas. Meio ambiente. Solidariedade.

Abstract

The present work proposes to approach the importance of access to drinking water as a fundamental and essential right for survival. It considers this right as one of the facets of the ecologically balanced environment, which is indispensable to the dignified and healthy life of the human person. In order to characterize the indispensability of water and the juridical treatment conferred upon it, the water was treated as a component of the natural environment. Using the deductive method associated with bibliographical and documentary research, it was sought from the ideals of protection to life and human dignity, to understand the importance of cisterns as a mechanism of low cost and high positive impact in reducing the problems arising from prolonged droughts in the semi-arid region of the

country. It is also hoped to urge the reader to understand the importance of access to water as a fundamental right, as well as the duty of environmental solidarity to democratize the exercise of this right.

KEY WORDS: Drinking water. Cisterns. Environment. Solidarity

INTRODUÇÃO

A evolução do conhecimento humano na área tecnológica fez dos séculos XIX e XX um marco nas descobertas e inventos úteis à humanidade. O conhecimento científico das mais diversas áreas possibilitou ao homem a ida ao espaço, a cura de doenças, locomoção rápida e segura, produção abundante e de qualidade. O progresso levou a humanidade à exploração de conhecimentos que possibilitaram a melhoria da qualidade de vida e a longevidade de considerável parte da população mundial.

Há que se considerar, porém, que tais inventos tecnológicos ainda estão longe de se tornarem realidade global. Para parte da população brasileira, o acesso à água é um direito fundamental ainda não assegurado por falta de investimentos mínimos em tecnologia que, embora quase rudimentares, mostraram-se eficazes no sentido de minimizar as agruras das prolongadas secas, comuns no semiárido da região nordeste. Trata-se da implantação do sistema de cisternas para a captação de águas pluviais, modelo há muito existente e eficaz no combate aos efeitos da seca.

Antes de se tratar especificamente do referido modelo, passa-se a discutir o acesso à água potável como um direito fundamental e a imperiosa necessidade de que a prevalência dos interesses econômicos não se sobreponha aos interesses sociais e humanitários. Tal temática perpassa pela discussão do dever de solidariedade e do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim sendo, ainda que não se possa por meio do sistema de cisternas proceder à exploração econômica em escala industrial (não havendo, portanto, interesse do setor produtivo em fomentar sua implantação), a simples melhora das condições de vida e saúde do sertanejo são, por si, suficientes para a implantação do sistema.

É nesse contexto que se objetiva estudar a normatização do direito à água e sua indispensabilidade para a vida, conforme segue:

ÁGUA ENQUANTO ELEMENTO DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

A água é um dos elementos integrantes do ecossistema, protegido no ordenamento pátrio e internacional enquanto componente do meio ambiente natural. Salienta-se,

todavia, que embora se possa dividir a proteção ambiental em múltiplos aspectos para fins didáticos ou de pesquisa, o meio ambiente é uno e indivisível. Nesse sentido MACHADO adota a sistematização da matéria, mas orienta para que não se considere de forma isolada os múltiplos elementos que integram o meio ambiente. Para o autor, “embora a legislação proteja as especificidades da água, solo, ar atmosférico, fauna e diversidade das espécies vegetais, por exemplo, não se pode esquecer que tais elementos devem ser tratados de modo integrado”. (2005, p.126). Aponta ainda o autor que o meio ambiente é reconhecido por seus aspectos universal e complexo. “Trata-se de bem universal posto que a proteção conferida deve ser globalizada, haja vista que os efeitos dos danos a ele causados não respeitam fronteiras políticas” (2005, p. 132).

Embora não se possa atribuir a seca no nordeste exclusivamente ao aquecimento global, O Painel Brasileiro das Mudanças climáticas aponta que dados um estudo do Banco Mundial revelam que a redução das chuvas no nordeste continuará aumentando até 2050, com graves efeitos para a população, em especial se os governos não investirem em infraestrutura e gestão dos recursos hídricos. (PBMC, 2015, n.p). O Painel pontua ainda que a falta de gestão dos recursos hídricos são ainda mais alarmantes se combinados fatores como o crescimento da população, o aumento da demanda por água e a redução do volume e espaçamento maior das precipitações (PBMC, 2017, n.p). O estudo em parceria com a Agência Nacional de Águas e outros institutos de pesquisa aponta que investimentos elementares poderiam diminuir em 40% a demanda por água na região do semiárido.

Verifica-se, portanto, que mais que uma característica regional, a redução das chuvas decorre de mudanças climáticas provocada por fatores de caráter transfronteiriço, tal como TRINDADE expõe:

A ameaça de dano a muitas nações resultante das alterações climáticas, por exemplo, é um problema grave cuja causa dificilmente poderia ser traçada ou atribuída a um único Estado ou grupo de Estados, requerendo assim um novo enfoque com base em estratégias de prevenção e adaptação e considerável cooperação internacional (1993, p. 43).

É ainda universal por ser de interesse de todos os seres humanos e essencial à sobrevivência digna do homem, razão pela qual muitos são os diplomas jurídicos que lhe conferem proteção, como se passa a expor.

A ÁGUA E O TRATAMENTO JURÍDICO A ELA CONFERIDO

Um dos marcos da regulação hídrica recente no Brasil foi a Lei 9.433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Muito antes disso, em 1934, o Código das Águas já permitia ao Poder Público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas, notadamente em razão da expansão do setor de geração de energia por meio de construção de hidroelétricas. Na década de 80 a Resolução CONAMA nº 357/2005 passou a disciplinar o lançamento de efluentes bem como a classificação de corpos de água.

No ano de 2000 a Agência Nacional de Águas foi criada por força da Lei nº 9.984/00, tendo como competência a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Embora a água não seja um assunto tratado diretamente pela Constituição Federal de 1988 como um direito humano, sua proteção encontra-se consubstanciada no artigo 225, que trata do meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Em 1992 realizou-se no Rio de Janeiro a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, intitulada Cúpula da Terra, Rio-92 ou ECO-92. O encontro gerou a elaboração da Agenda 21, firmada por 178 países, cujo conteúdo apresentava proposituras de modelos de desenvolvimento sustentável para o século 21. Mas, apenas no ano de 2002 que buscou-se a implementação das propostas da Agenda 21, na conhecida Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Cúpula da Terra II.

Tratando-se, pois dos marcos significativos, a Declaração de Direitos Humanos de 1948 e o Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, não trataram diretamente do direito à água potável, mas ao estabelecerem normas que salvaguardam a vida e a dignidade humana, acabaram, em última análise, à proteger por via oblíqua o direito à água potável como condição inerente à salvaguarda do próprio direito à vida. Assim dispõe o artigo 11 do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais:

Artigo 11

§ 1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medida apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a

importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

§ 2. Os Estados-partes no presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessários para:

1. Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais.
2. Assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios.

Não menos importante, embora mais antigo, o Conselho da Europa proclamou a Carta Européia da Água em 6 de Maio de 1968:

- I. Não há vida sem água. A água é um bem precioso, indispensável a todas as atividades humanas.
- II. Os recursos de águas doces não são inesgotáveis. É indispensável preservá-los, administrá-los e, se possível, aumentá-los.
- III. Alterar a qualidade da água é prejudicar a vida do homem e dos outros seres vivos que dependem dela.
- IV. A qualidade da água deve ser mantida a níveis adaptados à utilização para que está prevista e deve, designadamente, satisfazer as exigências da saúde pública.
- V. Quando a água, depois de utilizada, volta ao meio natural, não deve comprometer as utilizações ulteriores que dela se farão, quer públicas quer privadas.
- VI. A manutenção de uma cobertura vegetal adequada, de

preferência florestal, é essencial para a conservação dos recursos de água.

VII. Os recursos aquíferos devem ser inventariados.

VIII. A boa gestão da água deve ser objeto de um plano promulgado pelas autoridades competentes.

IX. A salvaguarda da água implica um esforço crescente de investigação, formação de especialistas e de informação pública.

X. A água é um patrimônio comum, cujo valor deve ser reconhecido por todos. Cada um tem o dever de economizá-la e de utilizá-la com cuidado.

XI. A gestão dos recursos de água deve inscrever-se no quadro da bacia natural, de preferência a ser inserida no das fronteiras administrativas e políticas.

XII. As águas não têm fronteiras. É um recurso comum que necessita de uma cooperação internacional.

Outro marco significativo foi a Declaração de Estocolmo/72, que regulava, entre outras coisas, o uso dos recursos hídricos para o abastecimento e outras atividades, entre as quais a produção.

Verifica-se, pois, que a água é essencial à vida e à dignidade humana. Nota-se, porém, que o interesse em assegurar o acesso à água não é atendido a contento quando não há os interesses produtivos dela dependentes. Verifica-se, por exemplo, em diversos países do mundo, que os entraves de abastecimento hídrico foram vencidos quando havia interesse de exploração econômica. A fome, a sede e a escassez de água não ganham as manchetes de grandes jornais quando atingem as populações de áreas consideradas de pouco interesse produtivo no nordeste do Brasil e na África, por exemplo.

Nesse sentido, Fritjof Capra expõe, em uma visão holística a ideia de meio ambiente, esclarecendo que este deve ser entendido como o meio sujeito ao homem e de sujeição do homem.:

Nosso progresso, portanto, foi uma questão predominantemente racional e intelectual, e essa evolução unilateral atingiu agora um estágio alarmante, uma situação tão paradoxal que beira a insanidade. Podemos controlar o pouso de espaçonaves em planetas distantes, mas somos incapazes de controlar a fumaça poluente

expedida por nossos automóveis e nossas fábricas. Propomos a instalação de comunidades utópicas em gigantescas colônias espaciais, mas não podemos administrar nossas cidades. O mundo dos negócios faz-nos acreditar que o fato de gigantescas indústrias produzirem alimentos especiais para cachorros e cosméticos é um sinal de nosso elevado padrão de vida, enquanto que os economistas tentam dizer-nos que não dispomos de recursos para enfrentar os custos de uma adequada assistência à saúde, os gastos com a educação e transportes públicos (CAPRA, 2003, p. 56).

Embora a preservação ambiental seja dever do Estado e da sociedade para a salvaguarda da igualdade intergeracional (possibilidade de que as futuras gerações possam usufruir de condições ambientais iguais ou melhores que as que ora existem), nem sempre a falta de acesso à água potável decorre de dano ambiental a fontes naturais (rios, lagos, represas, nascentes e lençol freático). No caso em análise, a região do semiárido brasileiro padece com a seca em virtude da escassez pluviométrica.

Ainda assim o acesso à água potável, inerente e indispensável ao direito à vida, deve ser assegurado. Tal tarefa pode ser realizada de formas diversas: construções de açudes, diques, barragens, transposições de rios, interligação de represas, entre outros. A que tem demonstrado o menor custo, porém, é o sistema de implantação de cisternas instaladas individualmente em cada propriedade, ou ainda cisternas de uso coletivo ou comunitário.

Ademais, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de determinadas regiões do semiárido não demanda, necessariamente, grandes obras de engenharia. O progresso científico das grandes obras de transposição de rios como o São Francisco, por exemplo, certamente traria alívio para aquelas populações. Muitas vezes, entretanto, a “solução” é muito mais simples e menos engenhosa. Morato Leite e Ayala (2004, p. 20) consideram que “[...]a ideia inicialmente difundida de que o progresso tecnológico implicaria em melhoria da qualidade de vida já não é, há algum tempo, vista como absoluta”.

SEMIÁRIDO, ÁGUA E DIGNIDADE HUMANA

As cidades integrantes do semiárido são definidas pela Portaria Nº 89, de 16 de março de 2005, do Ministério da Integração Nacional e Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semiárido Nordeste e do Polígono das Secas. Segundo o IBGE:

O cadastro dos municípios brasileiros localizados na Região Semiárida do país, com uma extensão total de 982.563,3 km². Dessa área, a Região Nordeste concentra em torno de 89,5%, abrangendo a maioria dos estados nordestinos, com a exceção do Maranhão, e o Estado de Minas Gerais, situado na Região Sudeste, possui os 10,5% restantes (103.589,96 km²). A Região Semiárida foi delimitada com base na isoietas de 800 mm, no Índice de Aridez de Thorntwaite de 1941 (municípios com índice de até 0,50) e no Risco de Seca (superior a 60%). Como reflexo das condições climáticas dominantes de semiaridez, a hidrografia é pobre, em seus amplos aspectos. As condições hídricas são insuficientes para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações. Constitui-se exceção o rio São Francisco. Devido às características hidrológicas que possui, as quais permitem a sua sustentação durante o ano todo, o rio São Francisco adquire uma significação especial para as populações ribeirinhas e da zona do Sertão (IBGE. 2017, n.p)

Uma das características marcantes do semiárido é a dificuldade para se obter água no subsolo e em mananciais de superfície. Por isso:

[...] é aconselhável que seja considerado a construção de reservatórios para armazenamento de água para uso familiar, de forma a armazenar águas pluviais para uso nos períodos de estiagem. Esta água abrange várias finalidades, tais como beber e cozinhar; dessedentar animais; produção de alimentos e outros usos, como a higiene e saneamento (LEAL, SILVA *et al.* 2014, p.250)

Segundo pesquisadora Luiza Brito, da EMBRAPA semiárido, é preciso distinguir cisternas de consumo e cisternas de produção. A primeira visa assegurar condições mínimas de sobrevivência:

Essas construções já fazem parte da paisagem rural da região,

presente em grande número de domicílios. Com capacidade de armazenamento de 16 mil litros, ela garante às famílias água potável para beber e cozinhar. Já uma cisterna maior, de 52 mil litros, pode ser utilizada para a produção de alimentos como frutas e hortaliças, ou para consumo animal. Por isso é que, para ter uma cisterna de produção, elas precisam, já ter uma de consumo. Essa é a premissa das políticas públicas do Governo Federal voltadas para a captação de água de chuva: o Programa Um Milhão de Cisternas, que desde 2003 já construiu mais de 500 mil delas, beneficiando cerca de 2,5 milhões de pessoas com água para consumo; e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que garante a água para a produção. (EMBRAPA, 2017, n.p.)

A pesquisadora aponta ainda que a construção de cisternas de maior volume destinada à produção permite uma alimentação mais saudável e diversificada aos moradores do semiárido (EMBRAPA, 2017).

Observa-se que a análise do acesso à água potável está intimamente ligada ao princípio da dignidade humana, encontrando seu nascimento na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O artigo III da Declaração assegura que “toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. O meio ambiente ecologicamente equilibrado e o acesso à água são o esteio para a realização do direito a vida.

Por fim, o artigo XXV da Declaração Universal assegura que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos” [...] Verifica-se que embora a redação não tenha expressamente citado a questão da água potável, ela é condição “sine qua non” para a realização do artigo descrito.

A Constituição Federal de 1988 agrega de forma insofismável diversos elementos que denotam referências à Declaração Universal dos Direitos Humanos. A opção do legislador constituinte por primar claramente pelo respeito aos direitos humanos e elencá-los nos diversos incisos do artigo 5º sob o manto de Direitos Fundamentais é uma delas. Esta correlação entre o direito à vida previsto na Declaração Universal e a proteção ambiental é magistralmente retratada por José Afonso da Silva:

A proteção ambiental, abrangendo a preservação da Natureza em todos os seus elementos essenciais à vida humana e à manutenção do equilíbrio ecológico, visa tutelar a qualidade do meio ambiente

em função da *qualidade de vida*, como uma forma de direito fundamental da pessoa humana.(2005, p. 58).

O direito de acesso à água potável não foi previsto de forma expressa na Constituição Federal de 1988. Entretanto o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (do qual o acesso à água é fundamental) foi positivado e erigido a Direito Fundamental no artigo 225 da Carta Magna.

Corroborando o entendimento, Orei Paulino Bretanha Teixeira cita Antonio Enrique Pérez:

A positivação assegura os direitos fundamentais contra o arbítrio do legislador [...] Possuem supremacia normativa e conseqüentemente, aplicabilidade imediata e vinculativa por força do art 5º da Constituição Federal combinado com o 225, *caput*. Assim o Poder Público tem o dever-poder indeclinável de atuar para preservar o equilíbrio do ambiente (2006, p. 87).

Isto posto, em decorrência do aspecto indivisível do meio ambiente, defende-se que o direito à água potável, mesmo não sendo expressamente previsto no texto constitucional, encontra-se implicitamente protegido, sobretudo de considerados os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º da CF/88:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...]

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e **reduzir as desigualdades sociais e regionais** (grifo nosso)

Pelo exposto vê-se que o Estado tem compromisso com a redução das desigualdades sociais e regionais o que, em última análise, o sujeita à adoção de medidas destinadas a desenvolver políticas públicas de assistência e desenvolvimento regional a fim de reduzir as desigualdades

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Água é vida. Cerca de 70% do corpo humano é composto por água. Da hidratação do

próprio corpo à higiene, da irrigação de lavouras à criação de animais, a água se revela indispensável. Tão indispensável que se mostra como um dos mais relevantes bens que distinguem a vida em digna ou miserável.

Entretanto, conforme exposto, a socialização dos efeitos do progresso não foi universal. Antes disso, porém, os dados decorrentes da exploração da atividade econômica que concentra renda em países desenvolvidos por meio da exploração dos países em desenvolvimento é prática comum. Assim sendo, embora o produto do progresso (riquezas produzidas) não seja universal, o rejeito do progresso (entenda-se como danos ambientais) é suportado principalmente pelos menos abastados de recursos.

Nesse sentido, os programas sociais de construção de cisternas de baixo custo têm levado vida e dignidade ao semiárido brasileiro. A implantação de tal técnica faz repensar o acesso à água a partir de um dever de solidariedade, o que pressupõe que aqueles que tem à sua disposição os recursos hídricos de forma abundante também se ocupem do dever de prover o mínimo existencial a quem pouco ou nada tem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, I. M. B. H. **Gestão de Recursos Hídricos**. Recife: Diretoria de Educação À Distância/IFPE/DEAD: UAB, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas**. Disponível em: <<http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/pt/>> Acesso em 03 de ago. 2017.

CAPRA, Fritjof. **Ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 24 e. São Paulo, Editora Cultrix, 2003.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Cisternas garantem água para o Semiárido**. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2436610/cisternas-garantem-agua-para-o-semiarido>> Acesso em 08 ago. 2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Semiárido**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiario.shtm?c=4>> Acesso em 06 ago. 2017.

LEAL, Adriana Karla Tavares Batista Nunes. SILVA, Ronaldo Faustino da Silva *et. al.* **QUALIDADE DA ÁGUA ENTRE CISTERNAS DE PLACA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO**. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - Vol. 2: Congestas 2014. ISSN 2318-7603. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6048577-Eixo-tematico-et-04-001-gestao-ambiental-em-saneamento-qualidade-da-agua-entre-cisternas-de-placa-no-semiarido-nordestino.html>>

Acesso em 5 ago. 2017.

LEITE, José Rubens Morato e AYALA, Patryck de Araújo. **Dano ambiental na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**, 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, José Afonso da Silva. **Direito ambiental constitucional**. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

TEIXEIRA, Orei Paulino Bretanha. **Direito do meio ambiente**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

TRINTADE, Antonio Augusto Cançado. **Direitos Humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1993.

A TUTELA AO MEIO AMBIENTE E O ESTUDO DO IMPACTO AMBIENTAL

Larissa Aparecida Costa (Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo);
larissac.adv@gmail.com *

Letícia Aparecida Costa (Universidade do Oeste Paulista); lecosta.amb@gmail.com

Palavras-chave: Direito ambiental. Constituição Federal. Estudo de Impacto Ambiental.

INTRODUÇÃO

As atividades desenvolvidas pelo ser humano provocam mudanças nas características dos meios físico, biótico e antrópico, as quais podem ser benéficas ou desfavoráveis. Essas alterações são denominadas de impactos ambientais.

Apesar de que impacto ambiental seja sempre referido a uma ação humana, pode, também, derivar de fenômenos naturais. Os impactos ambientais podem ser positivos ou negativos, ou seja, ser favoráveis ao homem e ao meio ou causar-lhe prejuízos. É imprescindível que esses impactos sejam identificados e avaliados, antes que sejam tomadas medidas visando a minimizá-los ou a evita-los. A problemática referente à proteção ambiental exige, inegavelmente, de toda a sociedade, mecanismos eficazes de cooperação. O universo jurídico nacional, como não poderia deixar de ser, possui atributos normativos consideráveis, referentes à defesa do meio ambiente, ampliando cada vez mais o ramo de direito ambiental.

A constituição primou em estabelecer que todos são dignos do meio ambiente equilibrado ecologicamente, pois é imprescindível à saudável qualidade de vida.

Notório que todo e qualquer projeto de desenvolvimento interfere como o meio ambiente, e certo que o crescimento socioeconômico é um indispensável, convida discutir-se os instrumentos mecanismos que os conciliem, minimizando quanto possível os impactos ecológicos negativos e, por conseguinte, os custos econômicos e sócias.

O objetivo do estudo de impacto ambiental (EIA) visa a identificação e avaliação dos resultados de uma atividade humana (plano, política, projeto, construção, etc. "sobre os meio físico, biótico e antrópico, no sentido de propor medidas mitigadoras para os impactos negativos, promovendo o aumento de seus benefícios" (MOTA, 2010, p. 281). O EIA assinala, conseqüentemente a avaliar as prováveis alterações nas diversas características socioeconômicas e biofísicas do ambiente, as quais podem proceder de uma determinada ação.

A proteção ao meio ambiente ganha espaço no cenário jurídico atual, perante a constitucionalização dos princípios ambientais, já que a tutela dos direitos fundamentais a todos aproveita. Em contrapartida, cabe refletir a atuação da sociedade diante do panorama de degradação e devastação ambiental, com vistas a consolidar uma sociedade sustentável e comprometida com os valores ambientais.

A fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado foi estabelecida como direito de toda a coletividade, pela ordem jurídica vigente. Sob esse prisma, denota-se um notável avanço para o estabelecimento de um modelo que proporcione melhor qualidade de vida aos cidadãos. A justificativa do trabalho se dá, pois, sabendo que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental de todos, desempenha ressaltar que sua natureza jurídica se amolda no plano dos direitos difusos, pois figura como um direito transindividual, de natureza indivisível, sendo que os seus titulares são pessoas indeterminadas.

Visando o cumprimento desse direito fundamental, o EIA se faz uma medida de extrema importância para que as futuras e presentes gerações possam desfrutar de um meio ambiente mais equilibrado.

OBJETIVOS

A presente pesquisa centrou-se no estudo de impacto ambiental (EIA), que compõem a política Nacional do Meio Ambiente, tendo sido instituído na normativa interna pela resolução CONAMA n.º 001/86.

O objetivo do estudo foi demonstrar a importância do Direito Constitucional Ambiental no estabelecimento de balizas jurídicas para a atuação humana frente ao meio ambiente, com destaque ao estudo de impacto ambiental, que deve ser realizado antes de executar ações potencialmente impactantes ao meio ambiente, seja este artificial ou natural, atuando assim como instrumento preventivo de danos.

MÉTODOS

A presente pesquisa visa analisar o estudo de impacto ambiental a partir da ótica constitucional. Nesse sentido a metodologia utilizada constou-se de uma pesquisa documental, analisando a legislação atual no que concerne ao estudo de impacto ambiental e a proteção constitucional do meio ambiente, considerado como direito fundamental.

Assim, utilizando a metodologia dialética, foi realizada uma contraposição entre os princípios e regramentos do Direito Ambiental frente os aspectos econômicos que

impulsionam interferências no meio ambiente. Foram ainda realizadas pesquisas bibliográficas, criando suporte teórico e doutrinário indispensável para o presente estudo.

RESULTADOS

Historicamente a proteção jurídica ao meio ambiente passou a ser objeto de tutela constitucional nas Constituições mais recentes, entre as quais destacamos a Constituição de Portugal de 1976, a Constituição espanhola de 1978 e, por fim, a Constituição do Brasil de 1988.

De acordo com René Ariel Dotti (1978, p. 501), o meio ambiente pode ser definido como: “complexo de relações entre o mundo natural e o ser vivo, os quais influem na vida e no comportamento do mesmo ser”.

A Constituição Federal do Brasil tem hasteado um artigo-capítulo, em que aborda os principais aspectos sobre o meio ambiente. Ali estão previstas as principais competências legislativas e executivas, instrumentos de atuação e áreas de extrema veemência que se elevou à esfera constitucional (MORAES, 2004).

Com a exigência de órgãos financiadores internacionais, teve origem no Brasil o estudo de impacto ambiental, posteriormente vinculando-se ao sistema de licenciamento ambiental. O EIA foi contemplado, pela primeira vez, pelo Decreto-lei nº 1.413/75.

O referido diploma legal adentrou em nosso ordenamento jurídico o zoneamento das áreas críticas de poluição. Um momento de grande importância foi alcançado com a edição da Lei nº 6.803/80, que dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.

Em que pese o esforço legislativo, referida previsão limitava-se a exigir o estudo de impacto ambiental para determinadas atividades, como para a instalação de polos petroquímicos, carboquímicos, instalações nucleares, entre outras atividades. Nesse contexto, a Lei nº 6.938/81 coloca-se como um marco no sistema normativo de proteção ambiental, estabelecendo a avaliação de impacto ambiental (AIA) como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, com vistas a consolidar um aparato normativo em consonância com os princípios e mandamentos constitucionais (ARAÚJO et al., 2011).

A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, definiu como um de seus instrumentos, de implantação a avaliação de impactos ambientais, mas apenas foi com a Resolução Nº 001, de 23 de janeiro de 1986 que foram definidos os procedimentos para a elaboração do EIA.

A Resolução Nº 001/86 descreve o que é considerado impacto ambiental, e ainda é descrito na resolução que o estudo de impacto ambiental e o respectivo relatório de

impacto ambiental – RIMA, serão submetidos à aprovação do órgão estadual competente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Resta incontestado o progresso trazido pela Lei de Política Nacional do Meio ambiente, sobretudo no tocante à Lei de Zoneamento Industrial, já que a normativa anterior disciplinava o estudo de impacto ambiental apenas para atividades industriais, quando estas fossem realizadas em zonas estritamente industriais. Assim, a Lei nº 6.938/81, além de estabelecer a Avaliação de Impactos Ambientais como instrumento da Política Nacional do país, expandiu a obrigatoriedade do EIA, disciplinando ainda casos em que as pessoas jurídicas de direito público interno, quais sejam a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e as autarquias, sejam os agentes causadores de degradações ambientais. (ARAÚJO et al., 2011).

Nesse aspecto, importante destacar as contribuições da Resolução nº. 001/86, incluindo a expressão “Estudo de Impacto Ambiental”, dessa forma, as avaliações de impacto passaram a ser realizadas através do referido estudo prévio, sendo que posteriormente, com o avanço no tema, referida nomenclatura foi contemplada pelo próprio texto constitucional.

A Resolução Nº 001 de 23 de janeiro de 1986, considera impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

Desse modo, de acordo com previsão constitucional do § 1º, inciso IV do Artigo 225 temos a exigência do estudo do impacto ambiental, antes da execução de obras ou empreendimentos que possam gerar significativa degradação ao meio ambiente, a fim de consubstanciar o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Importante destacar, para além do texto constitucional, que a normativa infraconstitucional também avançou no sentido de estabelecer mecanismos adequados de acordo com o sistema internacional de proteção ao meio ambiente.

Assim o estabelecimento da obrigatoriedade do estudo de impacto ambiental, reforça a construção a normativa lastreada na defesa do meio ambiente, que deve ser estabelecida em harmonia com o desenvolvimento social e econômico, e impõem ao poder público uma atuação positiva no sentido de fiscalizar obras de potencial impacto ambiental, seja a nível regional ou nacional (SINGULANE, 2016).

No decorrer dos anos outras resoluções foram sendo instituídas para efetivar a tutela constitucional, com destaque a Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 que atualizou a revisão dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental, em sintonia com a tutela constitucional ambiental.

CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados no presente trabalho acerca do estudo de impacto ambiental, e do avanço da normativa interna para garantir a efetiva proteção ao meio ambiente, nota-se o esforço legislativo em atuar no sentido de estabelecer um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este uma condição fundamental para a dignidade da pessoa humana, norte axiológico do texto fundamental.

Devemos considerar que o processo de degradação ambiental, está umbilicalmente relacionado com as alterações no modo de produção, industrialização e consumo, potencializado a partir da revolução industrial. A proteção ambiental adquiriu relevância jurídica através das mudanças ocorridas no cenário global e o avanço da devastação ambiental.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado foi consagrado constitucionalmente como direito fundamental, e possui uma tríplice dimensão, isto é, pode ser visto sob o prisma individual, social e intergeracional. Seu desdobramento individual se destaca diante do interesse de cada pessoa a qualidade de vida e um meio ambiente saudável, considerando cada núcleo individual como detentor do direito fundamental à vida sadia, decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana.

Tem função social porquanto, integra o patrimônio coletivo. Assim, podemos afirmar que não é plausível, em nome deste direito, utilizar individualmente parcelas do meio ambiente para consumo privado, olvidando o zelo e cautela com os recursos naturais, pois a consumação individual deste direito fundamental está intrinsecamente ligada à sua realização para toda a sociedade.

À vista do exposto, diante do atual quadro de degradação ambiental, o estudo de impacto ambiental, coloca-se como mecanismo de efetivação do princípio da precaução, a fim de avaliar o impacto ambiental decorrente de obras ou empreendimentos, sendo que após as análises deve ser emitido um juízo de valor sobre a atividade em questão. Frente o complexo desafio de consolidar um meio ambiente equilibrado, é importante considerar que a normativa ambiental deve resultar em ações conjuntas do Poder Público e da sociedade democrática, estabelecendo uma consciência coletiva que tutele o meio ambiente e promova desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Aline de Farias et al. Principais Considerações Sobre o Estudo de Impacto Ambiental. Revista Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer-Goiânia, v. 7, n. 12, 2011.

CARVALHO, Victor Nunes. A importância do estudo de impacto ambiental como instrumento para a promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 30 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.51886&seo=1>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

DEA, Dalla Roque; MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. Aspectos jurídicos do direito ambiental e a responsabilidade civil por danos ambientais. Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania, v. 2, n. 1, 2011.

DOTTI, René Ariel. A proteção penal do meio ambiente. Curitiba: Lítero Técnica, 1978.

FERNANDES, Paulo Victor. Impacto Ambiental: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

GOMES, Sebastião Valdir. Direito Ambiental Brasileiro. Porto Alegre: Síntese, 1999.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: doutrina-prática-jurisprudência-glossário. Editora: Revista dos Tribunais. São Paulo. 2000.

MORAES, Luís Carlos Silva. Curso de Direito Ambiental. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

MOTA, Suetônio. Introdução à Engenharia Ambiental. 4ª edição. ABES. 2010.

PADILHA, Norma Sueli. Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PORTAL MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente. Secretaria de Educação Fundamental. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>>. Acesso em 13 ago. 2017.

SILVA, Jose Afonso da Silva. Direito Ambiental Constitucional. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SINGULANE, Viviane de Carvalho. A obrigatoriedade de estudos dos impactos ambientais. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 91, ago 2011. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10167&revista_caderno=5>. Acesso em 10 ago. 2016.

A PESQUISA EMPÍRICA NO DIREITO: CAMINHOS PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO NORMATIVA E DO PROCESSO LEGISLATIVO

Raquel Rosan Christino Gitahy (UEMS); [raquelgitahy.rg@gmail.com*](mailto:raquelgitahy.rg@gmail.com)

Palavras-chave: Pesquisa. Direito; Democratização; Metodologia

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a análise da pesquisa como instrumento de democratização da elaboração normativa e do processo legislativo.

A fim de iniciarmos a discussão cabe o conceito de democracia. De maneira simples podemos afirmar que democracia significa ampliar mecanismos de relacionamento com a sociedade civil.

Na busca por esta ampliação, a Constituição Federal de 1988 tem se esforçado na abertura de democratização da construção legislativa. O artigo 14 determina: "a soberania popular será exercida pelo voto direto e secreto, e também, nos termos da lei, pelo plebiscito, referendo e pela iniciativa popular" (BRASIL, 1988).

Para a iniciativa popular a Constituição Federal exige como procedimento a adesão mínima de 1% da população eleitoral nacional, mediante assinaturas, distribuídos por pelo menos 5 unidades federativas e no mínimo 0,3% dos eleitores em cada uma dessas unidades.

Já quando há uma consulta popular sobre lei que já foi aprovada pelo Congresso Nacional, a modalidade adequada é o referendo. No Brasil o referendo trata de questões sociais relevantes, sendo que podemos citar como exemplo de referendo, o realizado em 2005, que tratou a respeito do Estatuto do Desarmamento (lei nº 10.826/2003),

No plebiscito, a população manifesta-se sobre um tema antes da criação de uma lei. Como exemplo de plebiscito realizado no Brasil, destacamos o do estado do Pará, que tinha como tema a divisão do estado e a criação de mais dois estados na região: Carajás e Tapajós.

Mas para a ocorrência da democracia não é suficiente iniciativa popular, consulta popular e plebiscito. É necessária a participação ampla da sociedade a fim de se definir os rumos do Direito. Segundo Habermas

...a teoria do direito, fundado no discurso, depende de um processo democrático de direito como a institucionalização de processos e pressupostos comunicativos necessários para a formação discursiva da opinião e da vontade, a qual possibilita, por seu turno, o exercício da autonomia política e a criação legítima do direito. (HABERMAS, 2003, v. 2, p. 181).

Como Habermas (2003) afirma impõe-se que o processo legislativo deve nascer da interação social a partir de um espaço de discussão onde todos participem. Tal ideia de Habermas é amplamente divulgada nos manuais jurídicos e nas primeiras aulas das graduações em Direito: " O Direito nasce da Sociedade" .

Mas fazendo uma análise crítica da realização da Democracia e do acontecimento da frase acima explicitada, indagamos: "Será que o Direito nasce da Sociedade ou de uma parcela dela?"

A fim de enriquecer tal indagação podemos citar a teoria de Karl Marx (1988), o qual destacamos a obra O capital. Em seu texto Marx evidencia que em uma sociedade capitalista os donos dos meios de produção, chamado pelo autor de infraestrutura, irão determinar a superestrutura, na qual encontra-se o Direito.

Comungando com as ideias de Marx, representantes do movimento intitulado Direito alternativo, do qual destacamos Arruda Junior (1991), Lédio Rosa de Andrade (1998), Antonio Wolkmer (2006) e outros, também escrevem que em uma sociedade capitalista não é possível o Direito nascer de toda a sociedade, mas há uma tendência deste atender aos interesses da classe dominante economicamente. Desta maneira, afirmam os autores que a Justiça é obtida, em várias ocasiões, fazendo uma opção pela classe proletariada.

Com todas estas considerações questiona-se se o processo legislativo está coroadado pelo estado democrático de direito e qual a função legislativa que temos hoje frente a democracia. A hipótese é que as respostas apontem que estamos vivenciando uma democracia reducionista, sem a participação da população.

Diante do cenário traçado fica o desafio de como mudar a situação. A resposta passa por uma reflexão histórica e uma revolução cultural, envolvendo-se hoje a tecnologia. O autor Levy(1997) , ao tratar da cybercultura, nos dá um norte sobre a utilização da tecnologia como aliada na interação e divulgação da necessidade da democracia. As redes sociais como facebook, WhatsApp, Youtube e outras podem ser canal de interação e denuncia de um direito desvinculado da realidade.

Outro aliado no questionamento da democracia jurídica vem da área acadêmica, com pesquisas envolvendo a coleta de dados empíricos, incitando a participação e reflexão da população a partir da coleta de dados usando instrumentos como entrevistas, grupo focal, representação social e outros.

Com a pesquisa pode-se incitar a reflexão de alunos, docentes e população (pesquisados). A coleta na pesquisa empírica leva ao questionamento sobre o distanciamento do direito formal e a realidade vivida.

Mas a academia tem cumprido seu papel com pesquisas questionadoras da realidade? A pesquisa jurídica tem sido realizada envolvendo dados empíricos?

É exatamente tal problemática que incita a presente pesquisa, com a hipótese de que vários obstáculos estão sendo colocados para a união acadêmica com a realidade. Um grande obstáculo inicia com a burocracia do cadastro formal das pesquisas que exigem a análise de um comitê de ética vinculado a secretaria da saúde, encontrado na plataforma Brasil, para a realização das pesquisas jurídicas.

Outro obstáculo social é que a população hipossuficiente cultural, desconhece as normas e a reflexão entre o distanciamento da lei formal e a realidade fica impensada.

Mais um obstáculo é o financeiro, já que as agencias de fomento possui vários editais para a área da saúde, engenharia, ficando a área de ciência social sendo prejudicada.

Além disto os pesquisadores da área jurídica, diante de tantos obstáculos tem a metodologia da pesquisa bibliográfica como o norte dos estudos. Tal fato recebe críticas inclusive de publicações do mistério da justiça. Um exemplo é a publicação "O papel da pesquisa na política legislativa- metodologia e relatos de experiências do projeto Pensando o Direito", de 2013 que no item "o papel da academia para um processo legislativo democrático no Brasil", dos autores Terrazas e Abramovay (2013) que questionam a avaliação do impacto social da legislação vigente e ex post.

Tal abismo entre academia, direito formal e realidade vivida nos faz refletir sobre a necessidade de uma democracia ser realizada na pesquisa jurídica que levaria os pesquisados a se tornarem produtores do conhecimento, levados pelas inquietações realizadas na coleta de dados. Permitiria que as pessoas refletissem quanto ao cumprimento da lei, questionando se tal fato é feito por constrição ou por convicção. Com a pesquisa empírica poderíamos criar estratégias para unir população e estado realizando a frase colocada no inicio desta introdução: "O Direito nasce da sociedade"

OBJETIVOS

Levantar as pesquisas jurídicas na base de dados da biblioteca digital de teses e dissertações e verificar a metodologia utilizada pelas mesmas a fim de analisar a pesquisa jurídica como caminho para a democratização da elaboração normativa e do processo legislativo.

MÉTODOS

A presente pesquisa tem a metodologia quali-quantitativa, do tipo bibliográfica realizada na base de dados biblioteca digital de teses e dissertações

Utilizaremos o descritor “Direito” a fim de verificar todas as teses publicadas no Brasil no ano de 2017, com o filtro CNPQ: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: DIREITO

A partir deste levantamento iremos descrever a metodologia utilizada, analisando as mesmas segundo a teoria da democratização para a construção do conhecimento jurídico.

RESULTADOS

Considerando que ainda estamos no ano de 2017, não foram levantadas todas as teses. Porém dos resultados encontrados ficou evidenciado um grande número de pesquisas bibliográficas e sem a publicação na integra no site Biblioteca digital de teses e dissertações.

CONCLUSÃO

Pelas teses analisadas verificamos que o grande número de pesquisa bibliográfica pode criar um abismo entre a teoria e a prática, dificultando a realização do brocardo “O Direito nasce da Sociedade”

REFERÊNCIAS

ARRUDA JR, Edmundo Lima de (org.). Lições de direito alternativo do trabalho. São Paulo:Acadêmica, 1991

ANDRADE, Lédio Rosa de. *O que é direito alternativo?* Florianópolis: Obra Jurídica, 1998.
_____. *Introdução ao direito alternativo brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Metodologia da pesquisa jurídica*. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. *O papel da pesquisa política legislativa: metodologia e relato de experiências do Projeto Pensando o Direito*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013

CARVALHO, Amilton Bueno de; CARVALHO, Salo de (orgs.). *Direito alternativo brasileiro e pensamento jurídico europeu*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. São Paulo: RT, 2011

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: 34, 1997.

MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. São Paulo, Saraiva, 2013

WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006

CRITÉRIOS UTILIZADOS PELAS ORGANIZAÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DE NOVOS LÍDERES

Daniel Dias Braz (Senac Jundiaí); daniel.diasbraz@hotmail.com *

Livia Dias (Senac Jundiaí); libelgini@gmail.com

Luiz Ricardo Martins Blotta (Senac Jundiaí); luizricardokk@hotmail.com

Susana Desiderio Baticini (Senac Jundiaí); suzzan13@hotmail.com

Thais Michele Santana da Costa (Senac Jundiaí); thais_michely@hotmail.com

Yaeko Ozaki (Senac Jundiaí); yaeko09@gmail.com

Resumo. Ter habilidade para lidar com pessoas é um dos pré-requisitos para assumir cargos de liderança. No entanto, observam-se no cotidiano das organizações, profissionais sendo contratados ou promovidos a cargos de liderança sem essa habilidade, porque são considerados excelentes técnicos especialistas. Essa prática é aceitável quando considerada como uma recompensa para o profissional pelo bom desempenho. No entanto, pode representar prejuízos para a organização. Considerando o mundo globalizado e competitivo da atualidade, que critérios poderiam ser considerados eficazes na promoção ou contratação de um novo líder? Para responder a esse questionamento, este estudo bibliográfico tem o objetivo de explicar os critérios que são utilizados na escolha ou promoção de um líder organizacional. O estudo inclui conceituação de liderança, as teorias que abordam a liderança e o papel do líder. A promoção e/ou escolha de um líder deve pautar em critérios que considerem os contextos em que as organizações estão inseridas.

Palavras-chave: Liderança. Critérios para seleção de um líder. Gestão de pessoas.

Abstract: The ability to deal with people is one of the prerequisites for leadership positions. However, they are observed in the daily of organizations, people being contracted or promoted to leadership without this important ability. In this case, they are considered excellent technical specialists. This practice is acceptable when considered as a reward for the professional for the excellent performance. However, it can be adverse to the organization. Given the globalized and competitive world, what criteria could be considered effective in promoting or hiring a new leader? To answer this question, this bibliographic study aims to explain the criteria that are used in the choice or promotion of an organizational leader. The study includes conceptualization of leadership, theories that address leadership and the role of leader. The promotion and/or choice of a leader should be based on criteria that consider the contexts in which the organizations are included.

Keywords: Leadership. Criteria for choosing a leader. People management.

INTRODUÇÃO

Saber lidar com gente é um dos pré-requisitos para assumir cargos de liderança. No entanto, no cotidiano organizacional observam-se profissionais sendo promovidos ou contratados para serem líderes sem a devida habilidade para lidar com gente. São promovidos por serem excelentes técnicos e por trazerem bons resultados para a organização. Essa prática pode ser encarada como uma recompensa pelo bom desempenho.

Essa condição de escolha do líder, do ponto de vista do profissional é um ganho, mas do ponto de vista das organizações pode representar perdas em termos de relacionamentos, produtividade e desempenho porque à medida que vão ocorrendo mudanças no cenário organizacional, novas atribuições e o desenvolvimento de novas habilidades vão sendo requeridas do gerente tradicional, explicam Klemann e Gomes Filho (2004).

Também em se tratando de perdas organizacionais, Oliveira, Veloso e Trevisan (2015) argumentam que os técnicos especialistas, ao assumir a função de gestor, apresentam tendência a focar a atenção nos aspectos técnicos, nos moldes do que se pensava no início do século passado. Revertendo essa condição, esses líderes precisam apresentar habilidades de liderança e desenvolvê-las no decorrer da trajetória nessa função.

O objetivo deste artigo é explicar os critérios que são utilizados na escolha ou promoção de um líder nas organizações por meio de pesquisa bibliográfica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para alcançar o objetivo proposto, buscou-se na literatura argumentos que explicassem a importância dos critérios para escolha de um líder ser bem sucedido. Inicia-se conceituando liderança; em seguida apresentam-se as teorias acerca da liderança e o papel dos líderes organizacionais.

Liderança

No decorrer da história humana, as pessoas interagem mutuamente a fim de encontrar juntas soluções para sobrevivência de grupos ou de uma comunidade. Assim surgiu a necessidade de liderança. Em razão de sua complexidade e importância para as

organizações, o tema da liderança é um dos mais desafiadores e controversos para os pesquisadores (SOBRAL e GIMBA, 2012).

No contexto organizacional, Maximiano (2007) considera que liderança é a realização de metas por intermédio da condução dos liderados. O profissional que conduz um grupo de colaboradores para determinados objetivos e finalidades, é denominado líder. Para o autor, liderança é uma função, papel, tarefa ou responsabilidade; é um processo interpessoal, cujo contexto é uma combinação de quatro elementos: a) as características do líder (é provável que líderes mais motivados sejam mais hábeis); b) as motivações dos liderados (os processos sociais e de comportamento da motivação são interligados com o papel da liderança); c) as características da missão ou da atividade a ser cumprida (se não houver desafios, não pode haver liderança); d) a conjuntura social, econômica e política (representada pelos fatores históricos, organizacionais e culturais em que ocorre o processo de liderança).

Stoner e Freeman (1999) argumentam que há três implicações importantes na definição de liderança: a) envolve pessoas subordinadas ou seguidores; b) envolve poder entre o líder e os participantes de um grupo; nessa situação, o líder tem mais poder que os participantes; c) o líder exerce o poder de influenciar o comportamento dos liderados ou seguidores.

Compreende-se, então, que o processo de influenciar e conduzir pessoas em direção ao alcance de objetivos é chamado de liderança. Líder é a pessoa que exerce a liderança e liderado, a pessoa conduzida pelo líder.

Soto (2002) defende que uma liderança bem sucedida depende de comportamentos, habilidades e ações adequadas do líder e não de suas características pessoais. Três tipos de habilidades são necessários para os líderes: a) habilidades técnicas que se referem ao conhecimento e capacidade técnica para qualquer tipo de processo ou técnica de trabalho; referem-se a coisas; b) habilidade humana, que é a capacidade para obter resultados por meio da condução de pessoas em direção a objetivos; concentra-se em saber lidar com pessoas; c) habilidade conceitual, que é a capacidade cognitiva para lidar com modelos, marcos diferenciadores e relações; associa-se a ideias.

Rothmann e Cooper (2009) ressaltam que a liderança exerce uma função muito importante para se compreender o comportamento individual, dos grupos e das organizações.

Bruno (2013) defende que aspectos pessoais como percepção, atitudes e motivações, personalidade, habilidades, conhecimentos, experiência, confiança e compromisso são considerados fatores facilitadores para a formação do líder. Por isso, a

escolha adequada de líderes que tenham esses facilitadores pode ser uma das principais estratégias para ampliar a participação no mercado globalizado e enfrentar a competitividade.

Robbins, Judge e Sobral (2010) definem liderança como a capacidade de influenciar um grupo de pessoas a alcançar metas e objetivos. Liderança e administração são dois termos que geram confusão. Os autores citam Kotler para argumentar que administração refere-se ao gerenciamento da complexidade e a liderança tem a ver com gerenciamento da mudança; nesse sentido, os líderes estabelecem direções estabelecendo visão de futuro; em seguida, engajam pessoas, compartilhando essa visão e inspirando-as na superação de obstáculos.

Teorias sobre Liderança

Robbins, Judge e Sobral (2010) identificam as teorias que abordam a liderança. Estudos iniciais apontam tentativas de identificar as qualidades e características de personalidade que diferenciavam líderes de não líderes, dando origem às teorias dos traços de liderança. Críticas a essas teorias apontam que esses traços podem ajudar na identificação da liderança e que os traços funcionam melhor na previsão do surgimento da liderança do que na distinção entre líderes eficazes ou não. Do final da década de 1940 até o final dos anos 1960 predominaram as teorias comportamentais, que propunham que comportamentos específicos diferenciam os líderes daqueles que não são. A ideia era de que os líderes com traços de personalidade e que demonstravam consideração (nível em que o líder tem capacidade para definir e estruturar o próprio papel e o de seus colaboradores em direção ao atingimento de objetivos) e estruturação (orientação para relações interpessoais e orientação para aspectos técnicos e práticos do trabalho) pareciam ser mais eficazes. Nem as teorias dos traços nem as comportamentais garantiam o sucesso do líder. Faltava incluir o contexto, dando origem às teorias contingenciais, que sustentavam que os grupos eficazes dependem da adequação entre o estilo de liderança com os liderados e o grau de controle e de influência da situação. As críticas a essas teorias baseavam-se nos pressupostos que os líderes utilizam estilo homogêneo com todos os seus liderados. As teorias contemporâneas são representadas pelas teorias da liderança carismática (os líderes apresentam visão e sabem articular essa visão entre os liderados, assumem riscos pessoais, são sensíveis às necessidades dos liderados e são inovadores) e liderança transformacional (os líderes conseguem inspirar seus seguidores, transcendendo seus próprios interesses). As teorias contemporâneas entendem os líderes como pessoas que inspiram seus liderados, por intermédio de palavras, ideias e

comportamentos. Apesar de os estudos acreditarem que a liderança transformacional é mais ampla que a carismática, na prática, são quase equivalentes porque uma alta liderança transformacional poderá apresentar carisma. No sentido das teorias carismáticas, carisma é a qualidade da personalidade de um líder por meio do qual ele se diferencia de pessoas comuns como se tivesse poderes ou qualidades excepcionais. Mais recentemente, nos últimos dez anos, costuma-se falar de teorias da liderança autêntica, que defende que os líderes têm autoconhecimento, sabem no que acreditam e agem de acordo com seus valores e crenças, são éticos e confiáveis e têm foco nos aspectos morais de ser líder. A confiança entre líderes e liderados vem substituindo regras burocráticas nas organizações. A respeito dessas teorias, Esper e Cunha (2015) afirmam que, apesar da necessidade de estudos que fortaleçam essas teorias, elas chegaram para preencher lacuna das teorias anteriores e que levam em conta a importância e a influência do autoconhecimento as relações mais transparentes.

Levantamento bibliográfico de Nogueira e Kubo (2013) concluíram a existência de dois tipos liderança: os clássicos e os contemporâneos. Os clássicos focam hierarquia e resultados e os contemporâneos focam os aspectos relacionais. A perspectiva contemporânea inclui elementos clássicos, como as metas a serem atingidas, e inclui os da atualidade, como estratégias diferenciadas do líder no relacionamento com seus liderados a fim de que as metas sejam alcançadas.

A globalização e as diferenças culturais entre nações impactam o futuro das organizações como algo incerto e multicultural. Assim, destaca-se a importância do desenvolvimento das competências dos líderes globais em suas dimensões intelectual, psicológica e social que garantam eficiência organizacional em níveis local e internacional. Líderes globais devem desenvolver mentalidade global para integrar a multiculturalidade em prol da otimização e eficiência de suas equipes. Mesmo vivendo num mesmo país as pessoas são diferentes e mesmo sendo organizações iguais, elas atuam de forma diferente. Então, a caracterização de líderes globais condiciona-se às competências que apoiem o aprendizado acerca das culturas diferentes e focar a compreensão mútua de todas as partes envolvidas.

Estudos de Javidan e Walker (2013) citados por Nogueira e Kubo (2013) apontam as competências dos líderes globais em três dimensões: capital intelectual global (conhecimento global de negócios, olhar cosmopolita e discernimento cognitivo), capital psicológico global (paixão pela diversidade, busca por desafios e autoconfiança) e capital social global (empatia intercultural, impacto interpessoal e diplomacia).

Papel do Líder

Granez, Bortoluzzi e Bissani (2016) realizaram uma pesquisa bibliográfica para analisar o perfil do líder que está associado com o sucesso das organizações. Os autores concluíram que o líder na atualidade é aquele que zela por si próprio, por sua equipe e pela organização à qual pertence; preserva princípios éticos e morais, obtém aprendizado diário para garantir o atingimento de objetivos e metas organizacionais.

Silva, Mesquita e Ferreira (2015) argumentam que o aumento da competitividade no mercado globalizado impacta em mudanças importantes nas estruturas das organizações, de forma que haja necessidade de maior produtividade. Nesse sentido, o líder exerce papel de fundamental importância para a sobrevivência organizacional. Cabe ao líder a responsabilidade pela motivação da sua equipe a fim de facilitar o alcance das metas organizacionais. As organizações aumentam as exigências em relação ao líder, que deve aliar competências técnicas e interpessoais. Pesquisa dos mesmos autores mostrou que a liderança, quando bem desenvolvida, promove impacto positivo na organização. Quando o líder sabe motivar os participantes da sua equipe aumenta a produtividade, o que reflete em maior faturamento da empresa.

Estudos de Souza (2011) apontam que, por um lado, um líder pode gerar impactos positivos no desenvolvimento criativo dos integrantes de sua equipe, de forma a contribuir na inovação organizacional. Por outro lado, o líder pode bloquear o potencial criativo dos liderados diante de uma gestão autoritária e individualista e falta de comunicação.

Messias, Mendes e Monteiro (2013) realizaram uma revisão de literatura e concluíram que o líder é produto do grupo e ele próprio participa na criação desse grupo e que na relação de liderança, ambas as partes, líder e liderados se interligam e contribuem para a organização. Nesse sentido, esse relacionamento é de fundamental importância para o bem estar psicológico. Os referidos autores explicam que o bem-estar psicológico no trabalho é um produto de percepções positivas que, por sua vez, são consequência de se fazer algo como positivo, vantajoso e que mereça investimento pessoal, como realizar tarefas e ter metas e objetivos a se alcançar.

Breve questionário aplicado junto a líderes

Para verificar que critérios são praticados para selecionar líderes nas organizações, utilizou-se de um breve questionário para coleta de dados.

Vinte gestores foram convidados e aceitaram preencher o formulário para assinalar os critérios que costumam utilizar na promoção ou contratação de um novo gestor para sua equipe de trabalho. Esses gestores eram provenientes de vinte empresas de diversos

segmentos, tais como: automotivo, industrial, varejo, comércio, instituição de ensino e setor público. Essa amostra de gestores foi selecionada por conveniência, uma vez que cada estudante da turma de pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas escolheu aleatoriamente um gestor na organização em que trabalha, para responder ao formulário.

Esse formulário continha itens para coleta das seguintes informações: gênero, faixa etária, cargo, segmento de atuação da empresa e duas perguntas a respeito dos critérios utilizados para tomada de decisão com a finalidade de promover ou contratar um líder para o seu grupo de trabalho. As alternativas de resposta para esse critério permitiam eleger mais de um critério e contemplavam oito no total: a) perfil técnico (maior conhecedor técnico do negócio); b) perfil profissional (conjunto de qualidades profissionais); c) perfil comportamental (valores e princípios); d) tempo de casa; e) experiências profissionais; f) remuneração; g) perfil de gestor de pessoas; e h) “única opção” (possibilidade de a seleção ser feita sem necessariamente envolver um processo seletivo de fato, ou até mesmo em caso de empresas pequenas em que não há grande equipe para participar de uma seleção). A segunda pergunta era sobre o critério mais importante para a mesma finalidade.

As respostas coletadas foram computadas no MS-Excel.

Resultados do breve questionário

Do total, 11 profissionais eram mulheres e 9 homens, com idades variando entre 31 e 60 anos. Os títulos dos cargos dos gestores eram variados: Analistas e Gerentes de Recursos Humanos, Supervisor de Produção, Supervisor de Engenharia, Gerente de Operações, *Coach*, Coordenador Administrativo, Coordenador Pedagógico, Docente, Sócio Proprietário, Gerente Financeiro, *Controller*, Gerente Geral, Diretor Geral e Presidente.

O questionário permitia que os gestores destacassem mais de um critério dos oito indicados para a promoção ou a contratação de um novo líder de equipe. Por ordem decrescente de escolha foram citados: comportamental (o mais votado), técnico, profissional e experiências profissionais (empate), gestão de pessoas, tempo de casa e remuneração (os menos votados e com empate). O critério “única opção” não foi citado.

Os gestores participantes identificaram também a ordem de importância dos mesmos critérios. O mais citado foi o critério comportamental; em seguida, gestão de pessoas, perfil profissionais, experiências profissionais, perfil técnico, tempo de casa, remuneração e única opção (o menos citado).

Celestino (2015) discute que, se não houver critérios apropriados a escolha de um líder, poderá ser um risco para a organização. Infelizmente, há organizações que só pensam nesse aspecto na oportunidade de expansão, na demissão, na aposentadoria ou

na substituição de um profissional. Outro problema é colocar profissionais imaturos e mal preparados em cargos de importância. O autor recomenda que na escolha do futuro líder seja levada em consideração a previsão da organização para os cinco, dez e quinze anos seguintes. A escolha deve ser pautada na competência para lidar com pessoas e não em conhecimento técnico. Geralmente quando se escolhe um profissional muito técnico para ocupar cargos de liderança, ele tenderá a dar mais atenção em aumentar seu conhecimento sobre a área, não levando em consideração aspectos humanos relacionados aos liderados.

Robbins, Judge e Sobral (2010) explicam que todo processo para preencher cargos de liderança está relacionado a identificar líderes eficazes. A experiência não é um bom indicador de liderança eficaz, mas pode ser relevante para identificar se a experiência anterior do profissional se adapta à situação em que ele precisará agir e se o profissional possui traços de personalidade que favoreçam ao exercício da liderança.

Nacarato (2009) cita uma observação de Sullivan França, presidente da Sociedade Latino Americana de Coaching, de que muitos profissionais com currículo muito bom tecnicamente, chegam a assumir cargos de liderança sem um dos principais pré-requisitos, que é saber lidar com pessoas. Esse fato pode levar esses profissionais e as organizações ao fracasso. E, por isso, é necessário que um líder compreenda os comportamentos humanos.

Um estudo para identificar os motivos pelos quais os técnicos especialistas estavam ocupando a posição de gestão e liderança e se houve desenvolvimento deles antes e durante a carreira de gestor para o exercício de habilidades que não fossem técnicas foi realizado por Oliveira, Veloso e Trevisan (2015). Esse estudo qualitativo incluiu gestores de áreas técnicas de uma empresa multinacional de telecomunicações da Grande São Paulo que atuavam como especialistas em tecnologia para o grupo do qual trabalhavam haviam sido promovidos a líder. Esses gestores tinham idade entre 30-40 anos e com formação universitária. Dentre os motivos foram destacados: convite do gestor direto para assumir a vaga deixada por ele, participação em processo seletivo internamente à empresa. Motivo pelo qual aceitaram ser líderes: aumento salarial, subir hierarquicamente seria a melhor forma para o crescimento na empresa. A preparação para liderança ocorreu por meio de formação acadêmica e cursos de pós-graduação e especializações em gestão. Mesmo assim, nenhum dos gestores estava realmente preparado para assumir cargos de liderança. O estudo concluiu que quase totalidade dos entrevistados tinha desejo de interromper a carreira puramente técnica, mesmo antes de se tornarem líderes. A promoção era decorrência do reconhecimento pelo desempenho como técnico e eram

percebidos por seus superiores com potencial habilidade de liderança. O desenvolvimento profissional e o aumento no salário eram percebidos apenas na ascensão à liderança.

Soares (2016) alerta que promover um bom técnico a um cargo de liderança é uma questão delicada porque os talentos necessários para cada cargo são diferentes. Muitas vezes é necessário promover colaboradores para cargos de liderança, mesmo que não estejam qualificados para esses cargos. O autor compartilha as melhores práticas aprendidas: a) antecipar uma condição pode ser pior quando se consideram resultados e de investimentos; b) em termos de salários, há momentos em que a melhor alternativa pode ser um crescimento na carreira em “Y” e o profissional se tornar um especialista melhor remunerado do que seguir a carreira gerencial e, muitas vezes é essa a preferência do profissional técnico; um excelente técnico deve ser muito bem remunerado sem se transformar em gerente; c) risco comum é desmotivar o profissional técnico ao se criar a percepção de que é bom ser gerente, desvalorizando as atividades técnicas; d) o ideal seria que, antes de se tornar gerente, o técnico ocupasse a vaga de modo parcial e informal por algum tempo, para que houvesse tempo para se desenvolver melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sobre o tema da escolha do líder é escassa, o que abre possibilidades para desenvolvimento de pesquisas a esse respeito. Entretanto, os achados na literatura pesquisada para alcançar os objetivos propostos para este trabalho conduzem à conclusão de que a promoção e/ou escolha de um líder para as organizações contemporâneas devem se pautar em critérios que considerem os novos contextos em que elas estão inseridas. Isso inclui lideranças mais qualificadas para o exercício adequado do seu papel de líder, que sejam preparados e desenvolvidos por conta própria ou pela organização, antes e durante o exercício profissional para enfrentar os desafios impostos pelo mundo globalizado e competitivo.

Embora de forma breve, os resultados do questionário aplicado levam a supor que os gestores participantes têm consciência de que o critério comportamental é importante no processo de escolha de um líder.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Léo. O impacto da liderança no desempenho das organizações. **FDC Executive**, FE 1304. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/professoresepesquisa/publicacoes/Paginas/publicacao-detalhe.aspx?publicacao=18400>. Acesso em: 15 set. 2017.

CELESTINO, Silvio. Como escolher os futuros líderes da empresa? Jan. 2015. Disponível em:

<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/colunistas/silvio-celestino/como-escolher-os-futuros-lideres-da-empresa>. Acesso em: 19 set. 2017.

ESPER, Aulina Judith Folle; CUNHA, Cristiano José Castro de Almeida. Liderança autêntica: uma visão integrativa. **Navus** – Revista de Gestão e Tecnologia, Florianópolis, v. 51, n. 21, p. 60-72, abr./jun. 2015.

GRANEZ, Carlos Roger Lemes; BORTOLUZZI, Citania Aparecida Pilatti; BISSANI, Niloar. O perfil das lideranças como fator de sucesso nas organizações. **Revista Tecnológica**, v. 5, n. 2, 2016, p. 310-326.

KLEMANN, Seli Terezinha; GOMES FILHO, Antonio Costa. Comportamento dos gerentes x transparência do discurso nas empresas de telecomunicações de Guarapuava-PR. **Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais**, Maringá, v. 1, n. 1, p.51-60, jan.dez. 2004.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

MESSIAS, Fernando; MENDES, Júlio; MONTEIRO, Ileana. O impacto da liderança no bem-estar dos colaboradores – o papel dos líderes e dos gestores na construção de modelos que promovam o bem-estar psicológico no trabalho. **Dos Algarves: A multidisciplinary e-journal**, n. 22, p. 59-75, 2013.

NOGUEIRA, Elaine Cristina Oliveira Rocha; KUBO, Edson Keyso de Miranda. Sentidos do exercício da liderança por mulheres executivas brasileiras. **Revista de Gestão e Secretariado** – GeSec, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 114-133, jul/dez. 2013.

OLIVEIRA, Alexandre Vieira; VELOSO, Elza Fatima; TREVISAN, Leonardo Nelmi. A transformação do especialista em líder: um estudo de caso em empresa de telecomunicações. **Revista Capital Científico** – Eletrônica (RCCe), v. 13, n. 1, jan/mar. 2015.

ROBBINS, Stephen Paul; JUDGE, Timoth A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Cary. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

SILVA, Willian Toneli da; MESQUISTA, Eduardo Otávio de; FERREIRA, Suzana Kelly Carvalho. Impactos positivos da liderança no processo produtivo. **E3 – Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP**, v. 1, n. 2, p. 74-95, 2015.

SOARES, Antonio Carlos. O que aprendi sobre tornar um bom técnico um líder de performance. **Endeavor Brasil**. Disponível em: <https://endeavor.org.br/como-promover-tecnico-gerencia/>. Acesso em: 15 set. 2017.

SOBRAL, Filipe João Bera de Azevedo; GIMBA, Rogerio de Freitas. As prioridades axiológicas do líder autêntico: um estudo sobre valores e liderança. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, maio/jun.2012, v. 13, n. 3, ed. especial.

SOTO, Eduardo. **Comportamento organizacional**: o impacto das emoções. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SOUZA, L.R.S. Liderança: Impactos positivos e negativos sobre o potencial criativo das pessoas no ambiente organizacional. **Revista da Católica**, São Paulo, v.3, n.5, 2011.

STONER, James A.F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Winck, Mattheus Fontana et al. O desenvolvimento das competências de líderes globais: uma abordagem baseada nos estudos de Global Mindset Leadership. **Internext**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 35-48, maio/ago.2016.

O PAPEL DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E OS BENEFÍCIOS TRAZIDOS POR ELA EM EMPRESAS DE GRANDE PORTE

Caio Rosa caio@unoeste.br

Felipe de Lima Cruz felipeacruz@unoeste.br

Ivan Marcio Gitahy Junior (Unoeste/Senac/Fatec)

Resumo

O presente artigo abordará qual o papel e quais benefícios a tecnologia da informação pode trazer às empresas de grande porte no cenário atual brasileiro. Será apresentado um breve histórico sobre o início do uso da tecnologia nas empresas e sua constante evolução, destacando a importância da Tecnologia da Informação e como as empresas têm se adaptado a essa inovação e se mantêm no mercado competitivo. Tal pesquisa justifica-se economicamente e socialmente na medida em que aborda a importância de utilizar a T.I de forma adequada afim de facilitar e acompanhar os processos tanto internos quanto externos de maneira eficiente e com qualidade. O objetivo deste estudo foi apresentar o papel do setor de T.I no gerenciamento das empresas de forma ágil e eficaz. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e qualitativa, onde constou a importância do papel do setor de T.I e como as empresas adotam a tecnologia da informação. Os resultados obtidos mostraram o quanto a T.I é essencial em empresas, principalmente nas de grande porte, pois são motivadas pela necessidade de uma melhoria na utilização dos recursos financeiros, investidos em manutenção dos sistemas computacionais e máquinas, observando-se também o envolvimento de outras áreas neste planejamento, o ponto central, são os custos, que podem depender de decisões condicionadas a fatores externos e alheio própria organização.

PALAVRAS CHAVE: Inovação. Processos de Gestão Empresarial. Tomada de Decisão. Tecnologia da Informação.

Abstract

This paper will discuss the role and benefits of information technology in large Brazilian companies. A brief history will be presented on the beginning of the use of technology in companies and their constant evolution, highlighting the importance of Information Technology and how companies have adapted to this innovation and remain in the competitive market. Such research is justified economically and socially insofar as it addresses the importance of using T.I in an adequate way in order to facilitate and follow internal and external processes efficiently and with quality. The purpose of this study was to present the role of the T.I sector in the management of companies in an agile and efficient way. The methodology used was bibliographic and qualitative research, which included the importance of the role of the ICT sector and how companies adopt information technology. The results showed that IT is essential in companies, especially in large companies, because they are motivated by the need for an improvement in the use of financial resources, invested in maintenance of computer systems and machines, and the involvement of others Areas in this planning, the central point, are the costs, which may depend on decisions conditioned to external factors and unrelated to own organization.

KEY WORDS: Innovation. Business Management Processes. Decision Making. Technology of Information.

INTRODUÇÃO

O grau de competitividade que o mercado apresenta tem exigido das empresas um processo inteligente e ágil, na qual a gestão de informação é essencial para a sobrevivência destas no mercado. Porém, dentro deste contexto, a adoção e implementação de tecnologias de informação, muitas vezes, tem levado à frustração e ao desperdício pela falta de observação e conhecimento sobre os empecilhos existentes na hora da decisão sobre implantar um sistema.

Diante disso, este trabalho respondeu: Qual o papel da tecnologia da informação utilizada por empresas de grande porte. Quais são benefícios trazidos por ela? E apresentou o papel do setor de T.I no gerenciamento das empresas de forma ágil e eficaz. Especificamente demonstrou-se as consequências na melhoria dos processos de gestão empresarial e apresentar as dificuldades de uma utilização mais adequada das TI's de modo que se possa evitar desperdícios.

Tal estudo justifica-se socialmente e economicamente, na medida em que aborda a importância de utilizar a T.I de forma adequada afim de facilitar e acompanhar os processos tanto internos quanto externos de maneira eficiente e com qualidade, beneficiando, com

informação, todos os gestores de empresas de grande porte. Acredita-se que é com o avanço da tecnologia que as empresas podem se adaptar à constante mudança, onde aquelas que conseguiram se manter em funcionamento e acompanhar esse avanço acabam tendo um controle mais exato em seus processos e conseqüentemente um lugar melhor no mercado competitivo.

MÉTODOS

A metodologia utilizada no presente artigo foi pesquisa bibliográfica e qualitativa.

A metodologia de pesquisa, para Minayo (2003, p. 16-18): "É o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. "

Godoy (1995, p.58) explicita algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, o qual embasam também este trabalho:

Considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

Já para os autores Denzin e Lincoln (2006, p.17), a pesquisa qualitativa, "envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais. "

Considerando a pesquisa em bases bibliográficas Malheiros (2010) salienta, que a "pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, se tornando tão importante e necessária em uma pesquisa, principalmente quando voltadas para a educação. "

Ainda para Boccato (2006, p.266), tal pesquisa, "busca a resolução do problema por meio de referenciais teóricos, sendo assim esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado. "

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Tecnologia é um produto da ciência e da engenharia que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que visam a resolução de problemas. É uma aplicação prática do conhecimento científico em diversas áreas de pesquisa. A palavra tecnologia tem origem no grego "*tekhne*" que significa "técnica, arte, ofício" juntamente com o sufixo "*logia*" que significa "estudo".

Informação, que Beal (2001, p.23), conceitua como "sendo o dado modificado da sua forma crua e sem sentido, permitindo ao gestor uma tomada de decisão assertiva", deixando-se claro a importância de ter as informações corretas e em tempo ágil para qualquer tomada de decisão, evitando assim problemas futuros.

Chiavenato (2000, p.56) complementa dizendo que "para ser considerada informação, um conjunto de dados precisa possuir significado, ou seja, um conjunto de dados por si só, não é informação, só será, se este possuir sentido", considerando-se que é através das informações utilizadas de forma correta que podemos chegar aos dados necessários e atingir determinado objetivo.

Beal (2001, p.78) alerta que "a informação é um patrimônio, ela agrega valor à organização". Resumidamente, sendo a informação um bem que agrega valor a uma empresa ou a um indivíduo, é necessário fazer uso de recursos de TI de maneira apropriada, ou seja, é preciso utilizar sistemas, ferramentas ou outros meios que façam das informações um diferencial competitivo.

Portanto, Tecnologia da Informação vem a ser qualquer sistema usado para fornecer informações que podem auxiliar os administradores na tomada de decisões dentro das empresas, qualquer que seja sua utilização. (BEAL, 2001)

Empresas adotam a tecnologia da informação, pois são motivadas pela necessidade de uma melhor utilização dos recursos financeiros, investidos em manutenção dos sistemas computacionais e máquinas.

É importante que não sejam trazidos de maneira equivocada, os vários fatores que contribuem para o aumento da tecnologia nas empresas, pois é necessário todo um planejamento antes da implantação, afim de identificar a necessidade de cada setor e realizar de forma adequada.

Observa-se também o envolvimento de outras áreas neste planejamento, o ponto central, são os custos, que podem depender de decisões condicionadas a fatores externos e alheios da própria organização.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM EMPRESAS DE GRANDE PORTE

Devido ao avanço da tecnologia, o trabalho braçal e na maioria das vezes agrícola passou a ser substituído pelas máquinas, assim como a tecnologia das máquinas em determinado momento revolucionou a economia agrícola em economia industrial, também a tecnologia da informação atualmente transforma nossa economia industrial em uma economia baseada em serviços. (Fitzsimmons,1993, p. 18)

A disponibilidade das tecnologias de comunicação global e computadores têm criado as atividades de coleta, processamento e transmissão de informações. Atualmente, dois indivíduos, em diferentes partes do mundo, podem se comunicar instantaneamente. Essa revolução está mudando a sociedade mundial de diversas maneiras.

Segundo Beal (2001, p.80):

Os grandes ganhos de produtividade na agricultura e na manufatura vieram da substituição do esforço humano pela tecnologia. A tecnologia, porém, não precisa estar confinada a equipamentos e máquinas, pois ela também abrange sistemas inovadores, tais como transferências eletrônicas de recursos, ou testes múltiplos automatizados de saúde. Na manufatura, a introdução de inovações tecnológicas passa despercebida pelos clientes, mas tais inovações se tornam partes integrantes do serviço que é prestado.

O objetivo maior das empresas que passam a investir na tecnologia da informação são os clientes, pois com o avanço da tecnologia tornaram-se mais exigentes e buscam sempre o que há de mais atual e que seja mais notável.

Como por exemplo, em agências bancárias, as inovações são constantes e fazem com que o cliente perceba o avanço das mesmas, como utilização de portas giratórias, acesso com biometria, atualização de aplicativos, acesso via internet, e esses tipos de serviço acabam sendo mais notados devido a utilização constante e a eficiência e segurança que são utilizados.

Temos também, como exemplo, alguns postos de abastecimento, um sistema de leitura de cartão de crédito e débito localizado na bomba de combustível para facilitar a compra, assim o cliente não precisa nem sair do carro para efetuar o pagamento, tornando assim o processo mais cômodo e agradável.

OS DESAFIOS DA ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NOS SERVIÇOS

De acordo com artigo publicado pela empresa Gaea Consulting (2011):

Em serviços, “o processo é um produto”, pois os clientes participam diretamente da prestação do mesmo. Assim, o sucesso das inovações tecnológicas, particularmente para a função de atendimento, depende da aceitação do cliente, já em processos internos a aceitação e adaptação dependem da forma imposta aos colaboradores, pois envolve toda cultura da empresa e necessita de treinamento para os novos processos e inovações, pois eles são implantados a fim de solucionar eventuais problemas e prevenir contra os futuros que possam surgir, resumidamente, mesmo com o avanço da tecnologia, são as pessoas que permitem que ela aconteça ou não, pois depende de toda uma aceitação no geral.

As inovações de “segundo plano”, que não afetam diretamente o público final (clientes) podem causar outros tipos de problemas, como por exemplo: Considere o uso de equipamentos de reconhecimento de caracteres magnéticos em bancos, esta inovação tecnológica não afeta os clientes de modo algum; mas pelo contrário, torna o processo “oculto” de compensação de cheques mais produtivo.

Os benefícios plenos, porém, só seriam obtidos se todos os bancos concordassem em imprimir seus cheques usando um código universal de caracteres, sem esse acordo, os cheques dos bancos que não cooperassem precisariam ser tratados manualmente, o que limitaria severamente a efetividade desta tecnologia.

Outros exemplos desta inovação ocorreram no varejo, com a aceitação pelos fabricantes, da fixação de códigos universais de preços (UPC – *Universal Product Code*) nos produtos. Os varejistas que adotaram o UPC podem usar leitores a laser para ler um código de barras (isto é, uma série de listas verticais de diferentes larguras) nos produtos e em seguida, podem utilizar um computador para registrar suas vendas e atualizar o estoque simultaneamente.

O incentivo para inovar em serviços é dificultado pela impossibilidade de as ideias serem patenteadas, como por exemplo, a ideia do autoatendimento no varejo. (Gaea, 2011)

Grande parte do progresso tecnológico e organizacional está nesta área. A recompensa esperada pelas inovações, entretanto, está diminuindo, porque tais inovações podem ser livremente copiadas e rapidamente implementadas pela concorrência.

GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI: OS CINCO MAIORES DESAFIOS E COMO SUPERÁ-LOS

Ainda de acordo com a empresa Gaea (2011):

As novas soluções digitais tornam as empresas mais conectadas e aumentam sua mobilidade e capacidade de fornecer serviços de altíssimos valores agregados para seus clientes. Porém, para os gestores de T.I, a criação de um ambiente digital de alta confiabilidade e segurança está se tornando um grande desafio. Novas ameaças, sistemas e produtos surgem diariamente, e conseqüentemente, as possibilidades para a área se tornam a governança de T.I uma atividade complexa.

A tecnologia sempre foi uma área do conhecimento humano com grande capacidade de mudanças e alta flexibilidade, aumentando assim também, os desafios para o gestor, que precisa estar preparado para enfrentar problemas técnicos diários e, além disso, constantemente agregar valor para as atividades. Listamos a seguir os cinco maiores desafios:

PROTEGER A REDE E OS DADOS CONTRA AMEAÇAS

Não é preciso ir muito longe para notar o impacto que as ameaças digitais estão causando dentro das empresas no mundo todo. Nos últimos anos, uma série de instituições, conhecidas por sua complexa política de segurança, foram vítimas de ataques, roubos e exposição de dados de seus usuários.

Como existem brechas existentes em dispositivos da Internet das Coisas, bugs ou aparelhos pessoais em sistemas críticos, as falhas foram exploradas de inúmeras formas, conforme a penetração da tecnologia dentro do ambiente corporativo torna-se maior, os perigos digitais serão uma constante para as empresas. Por isso, os times de T.I deverão lidar com redes que trazem centenas de aparelhos conectados, e com a maior dependência da internet, ter boas soluções de segurança será algo crítico para a preservação da empresa.

MANTER A ORGANIZAÇÃO DO SETOR ALINHADA COM AS NECESSIDADES DO NEGÓCIO

Quando o funcionamento do departamento de T.I está desalinhado com as metas de mercado da empresa, pode causar grandes impactos para as receitas da organização. Esse é um cenário que leva ao cancelamento de projetos e iniciativas que poderiam levar a empresa a ter novos negócios e serviços mais funcionais.

Além dos prejuízos, esse desalinhamento leva a corporação a aumentar o seu número de erros operacionais e, assim, diminuir criticamente os seus índices de qualidade.

ACOMPANHAR A RÁPIDA EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS

Tendências como o Cloud Computing, o Big Data e as tecnologias mobile estão mudando rapidamente a forma como operações empresariais são realizadas, em muitos cenários, cada alteração causa um impacto profundo dentro de empresa. Não se manter em dia com as novas tendências do mercado tem como principal consequência a perda da competitividade da companhia e o desperdício de recursos financeiros.

CONTROLAR A ESTRATÉGIA DO BYOD

A Bring Your Own Device (BYOD), ou “traga seu próprio dispositivo”, é política de levar aparelhos pessoais para o ambiente corporativo. Mesmo já sendo adotada em vários locais, a abordagem é considerada como sendo de alto risco por muitos gestores. Caso as políticas e gestão não sejam capazes de controlar os computadores e outros aparelhos pessoais que forem usados pelos funcionários dentro do ambiente de trabalho, as empresas podem ficar expostas a uma série de ameaças digitais. Além disso, há risco de distrações e de falhas na produtividade.

MANTER SISTEMAS E FUNCIONÁRIOS ANTIGOS

Várias empresas contam com sistemas legados, normalmente criados e mantidos por funcionários antigos e que em alguns casos, já estão próximos de sua aposentadoria. Isso cria um grande problema para organizações que possuem as suas operações baseadas em equipamentos e sistemas antigos, muitas vezes feitos em linguagens de programação em desuso. O desafio se desenvolve em duas pontas, o setor de T.I deve reter e contratar o maior número possível de profissionais capazes de trabalhar com linguagens de programação antigas e, também, com os equipamentos utilizados para a sua execução.

COMO VENCER OS MAIORES DESAFIOS DO SETOR

Para vencer os desafios da área, o setor de T.I corporativa deve trabalhar continuamente. Metas, expectativas e rotinas serão manejadas com foco em melhorias e

bons indicadores. O alinhamento de expectativas, por exemplo, organizará a forma como a organização funciona ao lado da capacidade de trabalho do setor. Com a comunicação constante entre líderes e gestores, o departamento de T.I poderá definir melhor suas estratégias e rotinas operacionais, que serão projetadas de acordo com os projetos da companhia, causando um baixo impacto nas atividades diárias.

Os gestores de T.I devem investir na qualificação de sua equipe, com treinamentos e cursos regulares que possam diminuir o tempo necessário para a adaptação a novas tecnologias. Mas é importante que o conhecimento em TI não fique mais restrito aos profissionais da área, os líderes devem posicionar os seus melhores auxiliares por toda a empresa. Dessa forma, eles poderão se integrar a outros departamentos, auxiliando colaboradores a lidarem com as políticas, procedimentos e rotinas implementadas pela governança de T.I.

A retenção de bons profissionais também deve ser levada em consideração. Em alguns setores, possuir um time estável de analistas, programadores e especialistas é crucial para manter a empresa funcionando corretamente. Criando um plano de carreira bem definido, a empresa terá funcionários mais motivados, e capazes de agregar um valor maior para os seus serviços.

Se a companhia optar por implementar políticas de uso de dispositivos pessoais como ferramentas de produção, ela deve estar atenta aos riscos de segurança causados por esse tipo de estratégia. Computadores que não são controlados totalmente pelo departamento de T.I podem aumentar o número de vulnerabilidades dentro do ambiente corporativo, assim como causarem um impacto negativo na estrutura de rede da empresa.

As ameaças digitais, assim como a IoT e o BYOD, tornaram crucial a criação de uma política de gestão e de segurança digital mais abrangente. Controles de acesso, VPNs, soluções de segurança e regras de uso devem ser adotadas — isso facilita a manutenção de uma estrutura de serviços e dispositivos de alta eficiência e com um grande padrão de qualidade, beneficiando a companhia e seus colaboradores.

Como consequência, toda a estrutura interna de T.I da empresa será mais confiável e a capacidade de armazenar dados e o desempenho dos sistemas da empresa serão ampliados, assim como o poder de inovação do negócio.

TRABALHANDO POR UMA GOVERNANÇA DE T.I DE QUALIDADE

Os serviços digitais estão sendo cada vez mais integrados ao core business das organizações brasileiras. Desempenhando um papel crítico em todos os setores, a criação de uma política de gestão de qualidade deve ser o foco dos líderes da área.

O time de analistas, técnicos e especialistas em tecnologia da empresa devem trabalhar para serem catalisadores de mudanças positivas dentro do ambiente corporativo da empresa. Essa abordagem não só leva a grandes melhoras em toda a cadeia operacional e comercial da empresa, mas também a novas formas de inovação, negócios e parcerias comerciais.

Quando o setor é capaz de vencer todos os seus desafios, ele pode auxiliar a empresas a diminuir os seus custos de gestão e criar novas possibilidades comerciais. Ao focar na melhoria de rotinas, ou ao agilizar a resposta às solicitações dos usuários, o setor de T.I amplia a qualidade operacional da empresa.

No cenário atual, um bom setor de T.I aumenta a capacidade de a corporação atender bem os seus clientes e principais parceiros comerciais. Assim, por possuir mais qualidade e custos menores, a empresa passará a ser mais integrada e competitiva.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

É possível perceber que grande parte das empresas inovam sua T.I de acordo com suas necessidades e principalmente para conquistar espaço no mercado. Para que qualquer tipo de implantação de sistema ou melhoria, é necessário que diversas áreas da empresa estejam alinhadas para que obtenha sucesso.

O foco principal das empresas são os clientes, mas é essencial que os colaboradores sejam capacitados e estejam amplamente abertos às mudanças, envolvendo assim a Gestão de Pessoas que trabalhará em conjunto com a T.I para que não exista nenhum tipo de bloqueio na implantação ou melhoria. Essa área deve deixar claro que mudanças são necessárias para o avanço das empresas, mas acima de tudo mostrar que os colaboradores também serão beneficiados com o crescimento da mesma.

Quando todos os setores trabalham em conjunto, auxilia para a redução de custos e as melhorias começam a obter resultados.

Pode-se perceber que a maioria das empresas implanta uma T.I de alta qualidade principalmente na área operacional, porém, a tecnologia, não precisa estar confinada a equipamentos e máquinas, pois ela também abrange sistemas inovadores, tais como transferências eletrônicas de recursos.

Toda a estrutura interna de T.I da empresa será mais confiável quando as empresas investem em soluções de segurança, assim também a capacidade de armazenar dados e o desempenho dos sistemas da empresa serão ampliados, juntamente com o poder de inovação do negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se identificar qual o papel da tecnologia da informação utilizada por empresas de grande porte e quais são benefícios trazidos por ela. Através de pesquisa bibliográfica e qualitativa pode-se concluir que empresas investem significativamente no setor de T.I afim de obter melhoria dos processos de gestão empresarial e ganho de mercado. A necessidade de acompanhar os avanços da tecnologia e passar para seus clientes confiança, qualidade em seus produtos e serviços e comodidade, as empresas passaram a investir cada vez mais nesse setor, mas encontram dificuldades para implantação, sendo assim, precisam passar a trabalhar em conjunto com os outros setores da empresa e investir mais em Gestão de Pessoas afim de diminuir ou evitar conflitos que possam vir a surgir com essas mudanças.

Com o avanço da tecnologia, as empresas buscam alternativas que permitem acompanhar essas mudanças constantes e de acordo com a economia atual, buscam na T.I alternativas de redução de custos com objetivo de não ficar fora do mercado e poder sempre atender as necessidades de seus clientes.

Conclui-se assim a extrema importância da T.I em empresas de grande em todos os setores, afim de atingir seus objetivos focados em seus clientes buscando uma busca constante de melhorias e aumento de mercado.

REFERÊNCIAS

- BEAL, A. Gestão Estratégica da Informação. Como Transformar a Informação e a Tecnologia da Informação em Fatores de Crescimento e de Alto Desempenho nas Organizações. São Paulo: Atlas, 2001.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. 6. Ed. Campus: 2000.
- DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- FITZSIMMONS, J.A.; FITZSIMMONS, M.J. Administração de Serviços. Operação, Estratégia e Tecnologia de Informação. 2. Ed.1993.
- GAEA CONSULTING. Gestão de serviços de TI. Os 5 maiores desafios (e como superá-los), jun. 2011. Disponível em: <<https://gaea.com.br/gestao-de-servicos-de-ti-os-5-maiores-desafios-e-como-supera-los/>>. Acesso em: 07. Abr. 2017.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

MALHEIROS, Márcia Rita Trindade Leite. Pesquisa na Graduação. Disponível em <www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa_na_Graduacao.pdf> Acesso em: 01 Nov. 2016.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22 Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

RIBEIRÃO PRETO

REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS ACERCA DO LIVRO E DA LEITURA NA CONTEMPORANEIDADE

Camila Martins de Oliveira (Universidade Federal de São Carlos);
camioliveira26@hotmail.com *

Resumo: No presente trabalho, inscrito na filiação teórica da Análise de Discurso francesa derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e Michel Foucault, e também apoiado em alguns princípios da História Cultural, desenvolvidos especialmente acerca da história do livro e da leitura, sobretudo aqueles descritos pelo historiador e estudioso das práticas e representações da leitura e do leitor, Roger Chartier, pretendemos realizar um levantamento de representações de leitores e de práticas de leitura, a partir da realização e análise de entrevistas com dois livreiros de bancas populares em São Carlos, interior de São Paulo, versando sobre os tipos de livros e as formas de aquisição e leitura de livros, na atualidade. A partir das declarações feitas pelos livreiros percebemos que há discursos comuns, assim como distintos que são assumidos e enunciados ao longo da entrevista. Notamos nos depoimentos que há semelhanças e divergências em seus dizeres, formando assim determinadas posições que nos remetem a formações discursivas específicas, em que se pode depreender a influência da mídia, por meio de campanhas publicitárias de incentivo à leitura, que contribuem para a produção e manutenção de certos mitos sobre a leitura como manifesto no enunciado “Quem lê viaja”. A circulação desses enunciados contribui para a construção de um imaginário comum, que reitera afirmações como a de que antigamente as pessoas se interessavam mais pela leitura. Sendo assim, observando a constituição dos discursos de cada livreiro, como se estabelece seu posicionamento em relação às práticas e representações de leitura, constatamos a partilha de um imaginário comum sobre a leitura, assim como formas específicas de enxergar e de se posicionar diante das questões relacionadas à leitura e da configuração de um sujeito leitor.

Palavras-chave: representações discursivas da leitura, livreiros de banca, discursos sobre a leitura.

Abstract: In the present work, enrolled in the theoretical affiliation of the French Discourse Analysis derived from the works of Michel Pêcheux and Michel Foucault, and also supported in some principles of Cultural History, developed especially on the history of the book and

the reading, especially those described by the historian and a student of reading and reader practices and representations, Roger Chartier, intends to carry out a survey of reader representations and reading practices, from the performance and analysis of interviews with two booksellers of popular newsstands in São Carlos, in the interior of São Paulo, dealing with the types of books and the forms of acquisition and reading of books, at the present time. From the statements made by the booksellers we realize that there are common discourses, as well as distinct ones that are assumed and enunciated throughout the interview. We note in the statements that there are similarities and divergences in their utterances, thus forming certain positions that refer us to specific discursive formations, in which one can deduce the influence of the media, through publicity campaigns to encourage reading, which contribute to the production and Certain myths about reading as manifested in the statement "Who reads travels". The circulation of these statements contributes to the construction of a common imaginary, which reiterates affirmations such as that people used to be more interested in reading. Thus, observing the constitution of the speeches of each bookseller, as it establishes its position in relation to the practices and representations of reading, we see the sharing of a common imaginary about reading, as well as specific ways of seeing and positioning itself before the questions related to the reading and the configuration of a reader subject.

Keywords: discursive representations of reading, bank booksellers, speeches about reading.

INTRODUÇÃO

Pretendemos empreender um levantamento de representações de leitura bem específicas, advindas de entrevista semiestruturada, realizada com dois livreiros de bancas de jornais localizadas na cidade de São Carlos – São Paulo, com vistas a compreender certas representações que compartilham sobre as práticas de leitura de seu público consumidor da atualidade. Objetivamos, assim, levantar dados por meio das entrevistas e analisá-los de modo a apreender melhor certas projeções de práticas de leitura que são compartilhadas na atualidade pelos leitores, de modo geral, e em particular pelos profissionais que atuam nesse mercado, de modo específico. Para tanto, levantaremos por meio da entrevista as representações compartilhadas acerca da leitura por meio da análise do que enunciam sobre as motivações dos leitores contemporâneos para a aquisição e leitura de livros, dos rituais realizados que definem o acesso aos textos lidos. Nossa análise dessa relação (comercial, cultural e simbólica) entre livros vendidos

em bancas de revistas, a partir do olhar dos livreiros que os comercializam, pode nos oferecer informações sobre o que, por que e como se lê hoje, em especial no que diz respeito aos nichos de leitores concernidos como o público de bancas. Assim podemos identificar alguns indícios que possam contribuir para descrevermos o perfil do leitor atual constituindo um repertório de representações do leitor brasileiro na atualidade.

DESENVOLVIMENTO

OBJETIVOS

Realizar um levantamento de representações de leitores e de práticas de leitura, a partir da realização e análise de entrevistas com livreiros, considerando os tipos de livros e as formas de aquisição e leitura de livros, na atualidade.

Refletir sobre os estudos da Análise do Discurso relacionados a alguns princípios da História cultural, de modo a melhor compreender as injunções contemporâneas a certas práticas de leitura e não a outras.

Cotejar nossos dados com aqueles obtidos por pesquisas sobre essa relação entre livros lidos na atualidade, de modo a podermos avançar, em conjunto com os demais pesquisadores do grupo, no que diz respeito a algumas considerações sobre o perfil do leitor em questão e sobre suas práticas de leitura.

ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA

Uma vez que nos interessamos pela discussão acerca da leitura no Brasil e particularmente das práticas de que se valem diferentes leitores na atualidade, realizaremos nossa análise apoiados especialmente em duas teorias que se caracterizam por suas abordagens históricas e por sua preocupação em refletir sobre o processo de leitura/interpretação de textos. Nossa pesquisa é baseada nas teorias da Análise do Discurso de linha francesa derivada dos trabalhos dos especialistas Michel Pêcheux e Michel Foucault, no que concerne a sua abordagem das condições de produção, formação discursiva, que engloba memória discursiva e circulação dos textos, logo dos sentidos por eles e a partir deles produzidos, assim como também buscaremos apoio em alguns princípios da História Cultural, desenvolvidos especialmente acerca da história do livro e da leitura, sobretudo aqueles descritos pelo historiador e estudioso das práticas e representações da leitura e do leitor, Roger Chartier.

Pêcheux (1999) afirma que:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (p.52).

Com base nos estudos da História Cultural proposto pelo historiador Roger Chartier, pretendemos compreender como também se estabelecem as representações feitas pelos livreiros a respeito da leitura, bem como o modo que é pensada e construída.

Chartier (1990) entende que o duplo caminho da pesquisa na História Cultural se estabelece da seguinte forma:

Por um lado, como análise do trabalho de representação, de classificação e de exclusão, produzidas na luta através de práticas políticas, sociais, discursivas, as quais constituem as configurações e as demarcações do mundo social; por outro, como análise da construção de sentido, atentando para as práticas produtoras de divisões e para as práticas de apropriação, sempre plurais, múltiplas e socialmente determinadas (p. 27-28).

O *corpus* é constituído das respostas dadas a uma entrevista realizada com dois livreiros de banca da cidade de São Carlos, de modo a avaliarmos diferenças e similitudes em suas declarações sobre seu público leitor consumidor e sobre suas concepções de leitura. A partir das entrevistas, organizamos nosso *corpus* de enunciados a serem analisados e faremos o cruzamento dos dados obtidos por meio das questões abertas, de maneira a responder a nosso objetivo geral de apreender representações de leitura que sustentam, autorizam e originam as práticas do público leitor de que falam esses livreiros.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Com as entrevistas realizadas e com a realização inicial de um cruzamento de dados (diretos e indiretos), buscamos levantar regularidades quanto às percepções, concepções e mitos sobre a leitura, para então analisarmos o impacto dessas representações partilhadas socioculturalmente sobre as práticas efetivas dos leitores. Assim, levantamos os discursos 'autorizados', de viés pedagógico ou comercial, que são empregados como argumento para se referir à importância da leitura, de sua frequência e da necessidade de escolha do que ler, avaliando o que se diz sobre os leitores de bancas. Os discursos indicam

determinadas posições, que os remetem a certas formações discursivas específicas. “Antigamente as pessoas liam mais”, esse enunciado é reiterado em ambas as entrevistas assim como o enunciado “Ser um bom leitor é ler sobre diferentes temas em diferentes materialidades”. Em enunciados como estes, observamos que, ainda que formulados de forma distinta por ambos livreiros, eles pertencem a formações discursivas semelhantes. De acordo com a autora Helena Nagamine Brandão, podemos compreender o conceito de Formação Discursiva – FD como:

Conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas “regras de formação”. A formação discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica, isto é, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. A formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito” a partir de um lugar social historicamente determinado. Um mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes, acarretando, com isso, variações de sentido. (NAGAMINE, 2002, p.90).

Paradoxalmente o segundo livreiro entrevistado ao mesmo tempo que diz, que devemos ler diversos temas para sermos bons leitores, declara não acreditar em um tipo de literatura, a ficcional, considerando-a uma leitura fantasiosa e por isso não válida. Podemos observar que, no item 2 do dicionário, aparece a definição à qual o livreiro remete.

Segundo o Dicionário eletrônico Houaiss, a definição da palavra ficção se encontra da seguinte maneira:

1 ato ou efeito de fingir; fingimento

2 elaboração, criação imaginária, fantasiosa ou fantástica; fantasia

Ex.: não distinguia a realidade da f.

3 grande falácia; mentira, farsa, fraude

Ex.: sua vida era uma f.

4 criação artística (literária, cinematográfica, teatral etc.), em que o autor faz uma leitura particular e ger. original da realidade

5 Rubrica: literatura.

caráter imaginativo e criativo de uma obra literária (narrativa, lírica ou teatral)

5.1 Derivação: frequentemente. Rubrica: literatura.

prosa literária (freq. conto, novela, romance) construída a partir de elementos imaginários calcados no real e/ou de elementos da realidade inseridos em contexto imaginário; ficcionalismo, ficcionismo, narrativa. (HOUAISS, 2009).

Os resultados iniciais dessa pesquisa referem-se aos dados obtidos com a entrevista ao primeiro e segundo livreiro. Na primeira entrevista, observamos em suas declarações a remanência de discursos sobre a leitura, alguns respondendo a estereótipos mais difundidos acerca dessa prática, como dizer que “ler é viajar”, reiterados muitas vezes em campanhas publicitárias de incentivo à leitura, assim como alguns relativamente mais atuais, como a afirmação de que para ser um bom leitor é preciso ler de tudo um pouco. O responsável pela banca que trabalha com livros usados diz que considera todos os tipos de leitura válidos até mesmo aqueles que são desconsiderados por sua falta de prestígio simbólico como o da leitura de romances sentimentais das coleções Júlia e Sabrina. Declara também que atualmente nota as pessoas mais ausentes quando o quesito é leitura, compartilhando o imaginário de que antigamente as pessoas liam mais. Assim, por meio do levantamento e análise de discursos sobre a leitura manifestos no que dizem os livreiros acerca dessa prática, é possível classificar o que dizem conforme seu pertencimento a diferentes formações discursivas que regulam o que é normal e verdadeiro sobre a leitura.

Já na segunda entrevista realizada, notamos que há dizeres semelhantes aos do primeiro livreiro, como na percepção de que antigamente a população lia mais do que os leitores de hoje e de que para ser um bom leitor é necessário se informar, se inteirar sobre as notícias atuais, ler sobre diversos temas, não só os específicos de sua área profissional. No entanto, ao contrário da primeira declaração, o segundo entrevistado diverge quanto a sua opinião de que tipo de leitura é considerada válida ou não, recomendável ou não. A autora Márcia Abreu, retrata bem essa questão na citação abaixo:

Uma concepção elitista de cultura torna invisíveis as práticas de leitura comuns. A delimitação implícita de um certo conjunto de textos e de determinados modos de ler como válidos, e o desprezo aos demais estão na base dos discursos que proclamam a inexistência ou a precariedade da leitura no Brasil. (ABREU, 2001, p.154).

O entrevistado entende que a literatura ficcional não agrega nenhum aspecto positivo para a vida pessoal do leitor, como os livros denominados de *best-sellers*, que são as obras mais vendidas, apontados como os livros mais populares e que são consumidos

pela população da cultura de massa ou como se denomina na indústria cultural *masscult*, ou cultura popularizada. Estes são rotulados pelo entrevistado como um tipo de “literatura descartável”, pois narram histórias de fantasias, que contém personagens fictícios como fadas, vampiros e príncipes encantados não correspondendo ao mundo real e concreto em que vivemos, portanto não possuindo um caráter de prestígio ou de formação prestigiosa para um sujeito leitor.

Por fim, pudemos constatar por meio das declarações, que existe um imaginário, uma ideia do que é ser um bom leitor hoje, e quais são os melhores meios para tornarem-se leitores de prestígio. Com o auxílio da mídia, das campanhas, das ações propostas para divulgação da leitura, dos críticos literários, de autores. Enfim, de todos aqueles que desempenham um papel multiplicador na construção de um determinado leitor aderindo-se a esse ou aquele modo de ler, que é configurada por toda uma imagem que se vende em relação à leitura do que pode e deve ser lido e do que é considerado positivo e negativo na constituição de um sujeito leitor.

CONCLUSÃO

Dando continuidade a nossas análises, esperamos poder identificar outras características do perfil dessa comunidade leitora específica de consumidores de livros de bancas, a partir do que dizem os comerciantes acerca de seu público leitor e consumidor. Com nossa pesquisa, esperamos, em conjunto com as demais pesquisas relacionadas ao projeto geral ao qual este se filia, a saber, sobre as práticas vigentes de leitura na contemporaneidade, contribuir para constituir um painel de representações do leitor brasileiro na atualidade.

Com nossa análise buscaremos refletir sobre as razões de reiteração de certos discursos sobre leitura, com base em que perfil de leitura é feita a comercialização de livros populares, qual é o público-alvo e suas práticas concebidas por aqueles que indicam títulos, que adquirem acervos, enfim por suas ações como livreiros. Esperamos que com essa pesquisa possamos melhor nos situar teoricamente no campo de estudos da linguagem, com nossas leituras em Análise de discurso, assim como cotejar esse conhecimento a alguns princípios da História Cultural da leitura, garantindo assim nossa entrada no domínio do fazer científico no campo da linguagem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Diferença e Desigualdade: Preconceitos em Leitura. In: MARINHO, Marildes (org.). Ler e Navegar: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de Letras; ALB, (p. 139-157), 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 8ª Edição. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

CHARTIER, Roger. [1994]. A ordem dos livros – leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER, Roger. [2006]. Inscrever e apagar. Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII). Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

CURCINO, Luzmara. Prática de leitura: os limites e as possibilidades instauradas pela materialidade do suporte de textos revista. (Dissertação de Mestrado), FCLAR – UNESP, (p. 148), Araraquara, 2003.

CURCINO, Luzmara. Das técnicas publicitárias de identificação: personalização, individualização, singularização. In: Revista da ANPOLL, nº 18, Campinas-SP, jan./jun. 2005, (p. 143-158).

FOUCAULT, M. As Palavras e as Coisas. 8ª Edição. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso: Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Caras e Você S.A: escultura da imagem e a visibilidade social. In: BARZOTTO, V. H. e GHILARDI, M. I.. Mídia, Educação e Leitura. São Paulo: Anhembi Morumbi/ ALB, (p. 121-137), 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, p.21-34.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Foucault e Pêcheux: diálogos e duelos. São Carlos, Claraluz, 2004.

MOLLIER, J.-Y. A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre a história cultural. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

ORLANDI, E. As formas do silêncio – No movimento dos sentidos. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 4ª. ed., 1997.

ORLANDI, Eni. P. Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000.

POSSENTI, Sírio. Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso? In: MARINHO, Marildes (org.). Ler e navegar: Espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de Letras-ALB, 2001a.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni p. Orlandi. 5a ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. / Michel Pêcheux: tradução: Eni Orlandi et al. - 4a ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SARGENTINI, V.; NAVARRO, P. M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

SARGENTINI, V. Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, P. (org.) Estudos do texto e do discurso. São Carlos: Claraluz, 2006.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO: ESTUDO DE CASO COM JOVENS DEFICIENTES INTELECTUAIS E A PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Carmelinda Parizzi (SENAC) E-mail: carmelinda.parizzi@sp.senac.br

Resumo: Este estudo está centrado na temática Deficiência Intelectual e Trabalho e tem como objetivo conhecer as percepções das pessoas com deficiência intelectual, e a sua inserção no mercado de trabalho de Ribeirão Preto/SP, relacionadas ao processo de inserção, de execução de atividades laborais e referente à receptividade das empresas contratantes. Os sujeitos desta pesquisa foram oito jovens com deficiência intelectual e múltipla (intelectual e visual), no município de Ribeirão Preto/SP. A inclusão destes jovens profissionais no mercado de trabalho formal, mediante adequações e qualificação, vêm aos poucos ocupando um espaço importante nas empresas e na sociedade. A metodologia da pesquisa é de abordagem qualitativa, configurando um estudo de caso. Os arranjos e articulações teórico-metodológicas se fundamentam em autores da teoria marxista como: Clot, Mendes, Dejouris, Vygotsky. Os resultados do estudo mostram a influência do trabalho na construção da identidade pessoal, profissional e social dos jovens entrevistados. Concluiu-se que territórios como trabalho, emprego e pertencimento aos grupos sociais são universos considerados legítimos na formação de categorias sociais por serem responsáveis pelo modo como esses jovens com deficiência se identificam e são identificados pela sociedade.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Inclusão. Trabalho. Emprego.

Abstract: This study focuses on the theme of Intellectual Disability and Work and aims to know the perceptions of people with intellectual disabilities, and their insertion in the work market of Ribeirão Preto / SP, related to the process of insertion, execution of work activities and referent Receptivity of the contracting companies. The subjects of this research were eight young people with intellectual and multiple disabilities (intellectual and visual), in the city of Ribeirão Preto / SP. The inclusion of these young professionals in the formal labor market, through adaptations and qualification, gradually occupy an important

space in companies and in society. The methodology of the research is of qualitative approach, configuring a case study. The theoretical-methodological arrangements and articulations are based on authors of Marxist theory such as: Clot, Mendes, Dejour, Vygotsky. The results of the study show the influence of the work in the construction of the personal, professional and social identity of the young people interviewed. It was concluded that territories such as work, employment and belonging to social groups are universes considered legitimate in the formation of social categories because they are responsible for the way in which these young people with disabilities identify and are identified by society.

Keywords: Intellectual Disability. Inclusion. Work. Employment.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho está cada vez mais competitivo, exigindo que o profissional esteja cada vez mais capacitado e atualizado para concorrer com oportunidades de sucesso às poucas vagas ofertadas.

Essa realidade não é diferente para as pessoas com deficiência intelectual, que almejam uma vaga no mercado de trabalho, mesmo contando com ações afirmativas que incentivam e promovem a inclusão no mercado de trabalho, através da Lei de Cotas, enfrentam dificuldades relacionadas à falta de qualificação para ocupar as vagas disponíveis.

A importância do trabalho possui relevância na sociedade atual, visto que o trabalho, muito além de suprir necessidades básicas e econômicas do homem, é fundamental para o desenvolvimento das relações sociais e de produção (MARX e ENGELS, 1984). Nesse sentido é inegável a relevância do trabalho para a configuração da subjetividade do ser humano, onde estar incluído no mundo do trabalho lhe atribui valor de pertencer a uma sociedade. O trabalho, por sua vez, se torna referência de vida do ser humano, onde estabelece relações afetivas, habilidades e competências, assumindo importância fundamental na saúde física e mental do homem (CLOT, 2007).

Segundo Dejours (2002) o trabalho, assume também, um papel importante no relacionamento social, não tendo, portanto, só a função de exercer atividade produtiva, mas também, a possibilidade de conviver, caracterizado pelas relações de desigualdade, poder e denominação, possibilitando acesso à construção do "Eu" no campo social.

Partindo da ótica de que o trabalho tem um papel fundamental no desenvolvimento do sujeito, de sua cidadania, é preciso lembrar que, como qualquer outro

cidadão, a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho e ao uso de suas aptidões para o desenvolvimento de atividades, fazendo com que se sinta útil, produtiva e valorizada. Uma pessoa com deficiência possui capacidade para desenvolver um trabalho da mesma forma que pessoas não deficientes, desde que sejam respeitadas suas limitações e lhe sejam dados os meios adequados.

Sendo assim, é importante saber, quem são as pessoas com deficiência intelectual, bem como conhecer medidas legais para inserção das mesmas no mercado de trabalho.

A deficiência intelectual pode ser definida como:

Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas de conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. (BRASIL, 1997, p.15).

Este conceito, que foi atualizado pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2010), é demarcado por um funcionamento intelectual inferior à média, associado às limitações de adaptação que comprometam pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunicação, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho, desde que apareçam antes dos dezoito anos de idade, ocasionando, no dia a dia, dificuldades para aprender, entender e realizar atividades comuns para as outras pessoas.

A concepção de deficiência intelectual tem se modificado no processo histórico. Conceitua-se diferentemente a pessoa com deficiência em cada época, o que leva a deficiência a ocupar um lugar diferente em cada recorte social: de uma determinação metafísica, passou-se para condição orgânica, depois educacional e atualmente situa-se no âmbito das determinações sociais (AMIRALIAN et al, 2000).

O êxito das pessoas com deficiência no mercado de trabalho só é possível pela combinação de fatores como: as adaptações feitas no ambiente de trabalho, o uso de

tecnologias adequadas, a sensibilização e a conscientização de todos os trabalhadores, e a qualificação profissional da pessoa com deficiência.

Considerando que o sujeito resulta de sua interação com o meio, que apresenta uma atitude discriminadora diante da pessoa com deficiência, produzindo uma disparidade artificial, com prejuízo para a sua identidade, constituindo sujeitos com baixa autoestima e limitações internas, surgem então, políticas sociais que nada mais são do que tentativas compensatórias denominadas de ações afirmativas, tendo como objetivo promover a igualdade entre grupos diferentes que compõem uma sociedade. (CANDAUI, 2002).

Assim, o Estado abandona a posição tradicional de neutralidade e passa a atuar "ativamente na busca" da concretização da igualdade, procurando minimizar atitudes discriminatórias que servem para segregar pessoas tanto profissionalmente como simbolicamente, criando a Lei nº 8.213/91 sobre reserva de vagas para deficientes no mercado de trabalho, conhecida também, como Lei de Cotas para pessoas com deficiências, como um dos instrumentos dessas ações afirmativas (BRASIL, 1991).

As ações afirmativas legais adotadas a fim de garantir a integração no mercado de trabalho das pessoas com deficiência que são produtivas e com uma sensibilidade mais apurada em relação a outros aspectos trazem resultados positivos estimulando a solidariedade nos ambientes de produção; proporcionando acesso à renda e incentivando, também, o mercado de consumo de produtos e serviços especializados para essas pessoas. Com isso ocorre, indiscutivelmente, a promoção do desenvolvimento nacional (Art. 3º, II, da CF/88).

1. OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo conhecer as percepções das pessoas com deficiência intelectual, e a sua inserção no mercado de trabalho de Ribeirão Preto/SP, relacionadas ao processo de inserção, de execução de atividades laborais e referentes à receptividade das empresas contratantes.

2. MÉTODO

Foi escolhido como metodologia para essa pesquisa o estudo de abordagem qualitativa, numa vertente de Estudo de Caso na pesquisa com pessoas com deficiência intelectual que buscam a inserção no mercado de trabalho da cidade de Ribeirão Preto - SP.

Nesse estudo, primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico exploratório a fim de compilar os referenciais teóricos sobre o assunto. Em seguida, por

meio de uma pesquisa com análise qualitativa, foram implementadas entrevistas semiestruturadas para as pessoas com deficiência intelectual, investigando aspectos ligados a opiniões e percepções relacionadas às expectativas, dificuldades de inserção, de execução de atividades laborais e referentes à receptividade das empresas contratantes.

Após transcrição, leitura e releitura das respostas, procedeu-se à análise, partindo-se dos conceitos abordados na revisão bibliográfica e dos objetivos deste estudo, definindo-se categorias como: legislação, concepção de deficiência, jovens no trabalho e projetos e sonhos dos jovens com deficiência.

Para garantir a linguagem comum utilizada, coloca-se sucintamente, o que se entende por cada uma das categorias:

Tabela 01- Indica o significado das categorias definidas.

CATEGORIAS
Legislação Refere-se à quando o entrevistado menciona qualquer aspecto referente à legislação, por exemplo, o direito da pessoa com deficiência no mercado de trabalho disposto na Lei nº 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas.
Concepção de deficiência: Refere-se à interpretação dos diversos entrevistados quanto ao conceito de deficiência.
Jovens no trabalho Entendem-se as opiniões dos entrevistados expressas quanto à inserção no mercado de trabalho e a dimensão que o mesmo ocupa na vida dos jovens deficientes.
Projetos e sonhos dos jovens com deficiência Entende-se as expectativas relacionadas aos vários aspectos existentes na vida dos entrevistados, quanto à profissionalização, à construção familiar, à conquista financeira e à manutenção para a família.

Fonte: Elaborado pela Autora

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O TRABALHO NA FORMAÇÃO DO SER SOCIAL

A História apresenta vários significados e valores do trabalho de acordo com a época e com as diferentes concepções influenciadas pelas ideias e modificações da sociedade; o que ocasiona sentimentos ambíguos no ser humano. Por uma perspectiva, é

considerado um causador de sofrimento, uma obrigação que exige esforço, uma atividade realizada sem propósito e que faz do ser humano escravo de suas necessidades. Por outro lado, é fonte de realização e prazer, constituindo um meio de o ser humano se expressar e utilizar sua criatividade para modificar a realidade. Esta visão representa, também, dignidade; proporciona o desenvolvimento de aptidões fundamentais para a manutenção do indivíduo por seus próprios meios, ao gerar poder de consumo. Ainda sobre a ótica dos aspectos positivos, o trabalho gera sentimentos como o de considerar-se necessário e ser reconhecido pela sociedade (VASCONCELOS, 2002).

Ao abordar a categoria trabalho pretendemos localizar seu significado na realidade social, pois na trajetória histórica, até por questão de sobrevivência, o homem interage e modifica a natureza por meio de seu trabalho (SIRGADO, 1990).

O trabalho, enquanto relação social, é o que caracteriza a espécie humana. O homem humaniza-se por meio de seu trabalho. Esta visão sobre a humanização é esclarecida no artigo “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” escrito por Engels (1876, p.7):

Foram necessários centenas de milhares de anos — que na história da Terra tem uma importância menor que um segundo na vida de um homem — antes que a sociedade humana surgisse daquelas manadas de macacos que trepavam pelas árvores. Mas, afinal, surgiu. E o que voltamos a encontrar como sinal distintivo entre a manada de macacos e a sociedade humana? Outra vez, o trabalho.

O trabalho tem dupla função, uma de produzir (mundo objetivo), e outra de viver junto (mundo social). Com base nisso, Dejours (2002) coloca que o trabalho não deve ser pensado de maneira desvinculada de seu caráter social. O trabalho é parte essencial da vida do homem, uma vez que lhe dá “status” e o liga à sociedade. Portanto, trabalho é produção e relação social; exige coordenação e cooperação e satisfaz necessidades exigidas pela produção. Em função disso, o ser humano, ao oferecer uma contribuição à atividade, recebe de volta uma retribuição. Essa retribuição não é só financeira, mas possui também uma função simbólica: o reconhecimento.

Na visão de Mendes (2012), no trabalho o homem se depara com oportunidades associadas às prescrições, aos procedimentos, ao manuseio de material ou das ferramentas, nas quais é preciso ter receptividade e cuidado para com as pessoas. Além disso, também se vê diante da oportunidade de conhecer colegas a quem deve aprender

a conviver e com os quais será obrigado a interagir para chegar aos objetivos propostos pela produção.

Desta forma, “trabalhar não é somente executar atividades, é também fazer funcionar o tecido social e as dinâmicas intersubjetivas indispensáveis à psicodinâmica do reconhecimento” (DEJOURS, 2002, p.58). Assim, o trabalho vai além da execução de uma atividade; ele representa interação social, identificação em um grupo, reconhecimento, enfim, envolve o mundo social e subjetivo do ser humano.

Segundo Dejours (2002) o trabalho também é uma maneira de se relacionar socialmente e não tem apenas a função de exercer atividade produtiva, mas também a de possibilitar a convivência interpessoal. Essa convivência se caracteriza pelas relações de desigualdade, poder e dominação; e fomenta a construção do “eu” no campo social.

O acesso ao trabalho formal de pessoas com deficiência intelectual é uma realidade recente, precedida por um lento processo histórico, e que é baseada em obrigações legais nas atuais ações afirmativas sobre políticas de emprego que incentivam a inclusão.

Nos marcos históricos de lutas em favor das pessoas com deficiência, com seus avanços e retrocessos, somente agora a sociedade começa a valorizar as perspectivas autônomas e possibilidades de inclusão desses indivíduos. Porém, ainda se observa o estigma da deficiência nos discursos e práticas. Os próprios profissionais da saúde continuam atribuindo às pessoas com deficiência intelectual o “status” do retardado, do “diferente”, do que foge à normalidade, colocando-os na condição de pessoa que não tem autonomia e necessita de medidas educativas criativas (MENDES, 2012).

Neste sentido, observa-se que existem na sociedade fatores religiosos, culturais, políticos, ideológicos, econômicos e psicológicos ainda arraigados, introjetados ou “aprendidos”; esses elementos causam a exclusão da pessoa com deficiência, historicamente considerada como não produtiva e fonte de ônus para as famílias e para a sociedade (MEC/SEESP, 2008).

Em vista desta concepção de pessoa com deficiência, é necessária uma mudança de paradigmas que compreenda o sujeito com deficiência como semelhante, como cidadão igual a qualquer outro em seus direitos e deveres - e que o leve a assumir seu espaço na sociedade a qual pertence (CANDAU, 2008).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sujeitos entrevistados foram oito jovens com deficiência intelectual e múltipla, sendo dois do sexo masculino e seis do sexo feminino (Ágata, Ametista, Esmeralda, Jade,

Perola, Cristal, Berilo e Citrino). Sendo quatro que ainda não estão inseridos no mercado de trabalho e outros quatro já inseridos. Desses inseridos dois estão trabalhando a um ano e outros dois a dois meses. A faixa etária dos entrevistados estava entre vinte e vinte e seis anos. Os dois sujeitos masculinos possuem entre 23 e 26 anos. Os demais, do sexo feminino, estavam na faixa etária entre 20 e 26 anos. Todos os entrevistados eram solteiros, seis deles viviam com a família e dois: Esmeralda e Berilo, estavam em união estável, se conheceram e começaram a namorar em um curso de qualificação profissional, e estavam morando sozinhos com acompanhamento da família. Em relação à situação de deficiência, percebe-se que cinquenta por cento deles apresentavam somente deficiência intelectual e cinquenta por cento deficiência múltipla (intelectual e visual). Todos eram nascidos e residentes na cidade de Ribeirão Preto.

Em seguida vão ser apresentados os dados obtidos segundo as categorias definidas.

4.1 LEGISLAÇÃO

Nesta categoria, procurou-se conhecer se os participantes tinham ou não conhecimento da Lei nº 8.213/91 sobre reserva de vagas para deficientes no mercado de trabalho, conhecida também como Lei de Cotas para pessoas com deficiências. Constatou-se que sete dos participantes (87,5%) não possuíam conhecimento sobre o assunto e apenas um (12,5%) tinha conhecimento. E quanto ao participante que possuía algum conhecimento sobre a referida Lei. Cabe ressaltar a declaração deste participante, revelando o pensamento sobre a Lei:

Acho que é uma hipocrisia, porque a empresa só vai contratar para cumprir uma obrigação, mas não vai se preocupar com o funcionário, vai deixa-lo a própria sorte. E com isso vejo muitos conhecidos com deficiência que vão trabalhar em supermercado e ficam muito tempo só empacotando, porque a empresa acha que estas pessoas, só tem capacidade de empacotar sacolas, no entanto têm muitos que poderiam trabalhar no setor de bebida, de hortifrúti, e até operador de caixa, por que não? (CITRINO).

Embora venha se destacando uma intensificação da atuação dos movimentos sociais pelo processo de inclusão das pessoas com deficiência, além do surgimento de leis que têm contribuído para a conquista do direito ao trabalho, ainda existe pouca divulgação

e informação sobre esse direito - principalmente para as próprias pessoas com deficiência. Assim, criam-se barreiras para a inclusão laboral. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que ainda não havia real preocupação em colocar dentro do sistema produtivo os sujeitos com capacidade de trabalho limitada. Os deficientes não precisavam estar no mercado de trabalho, eles eram responsabilidade do Estado que deveria abastecer-lhes com auxílio da rede de proteção estatal (SIMONELLI e CAMAROTTO, 2011).

Pelos índices fornecidos pelos entrevistados deste estudo, é importante que o Programa conte com informações mais aprofundadas sobre direitos adquiridos ao longo da caminhada de lutas das pessoas com deficiência, entre elas a reserva legal de vagas no mercado de trabalho.

4.2 CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA

As falas dos participantes trazem uma concepção negativa da deficiência. Para todos eles a deficiência se apresenta como uma condição de inferioridade e de diferença em relação aos outros, evidenciando-se o preconceito que permeia as relações humanas influenciando a percepção ou compreensão do seu ser, mediante experiências e vivências na sociedade. O sentimento que surge do significado da deficiência é de dor como na fala de Berilo:

Eu tinha muita dificuldade de convivência com os colegas, eles não me respeitavam, por causa de minha deficiência, eles falavam mal de mim, acho que pelo meu jeito de ficar assim (gesto de parado) eles achavam que eu era retardado, me chamavam de retardado. (Berilo).

Esses sujeitos descrevem claramente suas dificuldades de serem aceitos e de fazerem parte de um grupo social, devido à sua deficiência. Essas dificuldades podem comprometer a autoestima que é uma experiência íntima e que influencia na construção da sua identidade e na expressão de sentimento sobre si mesmo (BRANDEN, 2000).

4.3 JOVENS NO TRABALHO

Quanto ao tempo e atividade desenvolvida nas organizações desses jovens, percebe-se a situação de trabalho. Cinquenta por cento deles estão empregados e cinquenta por cento desempregados. A profissão e as atividades desenvolvidas na

organização mostram que os jovens trabalhadores exercem a profissão de empacotador de supermercado, estoquista, auxiliar de salão de vendas de loja calçadista e responsável por atualizar os preços em supermercados. Os demais estão desempregados e trabalham ajudando em casa com serviços domésticos e jardinagem.

Quanto aos estudos científicos feitos sobre o deficiente no mercado de trabalho há diversas publicações (livros, periódicos, revistas, dissertações, teses, etc.), informações e informativos de órgãos governamentais e ONGs. Porém, a respeito da inclusão de deficientes intelectuais no mercado de trabalho, as discussões ainda são poucas e concentram-se na questão da igualdade de oportunidades em relação ao nível de escolaridade e à falta de qualificação.

Sobre isto, a autora Silva (2000) lembra que para o deficiente físico existe a adequação arquitetônica; para o deficiente visual, o sistema Braille em vários instrumentos; para o deficiente auditivo, a língua e a facilidade para as pessoas que não conhecem esta linguagem conseguirem se comunicar por meio de gestos. A autora comenta que os indivíduos que apresentam deficiências, apesar do tratamento discriminatório, conseguem se comunicar. Isso não acontece com o deficiente intelectual, pois nos discursos produzidos pela sociedade ele não tem uma posição discursiva legítima, ou seja, ele é mantido em silêncio.

Segundo a mesma autora, a deficiência intelectual é tomada como uma "falta", prejudicando a constituição do deficiente como sujeito e o seu processo de significação. Isso o leva a ser visto pela sociedade como um "sem sentido", inclusive com apoio jurídico na questão de interdição (Art. 26 do Código Penal).

Quando se perguntou à participante Pérola (que não frequentou escola regular e veio a ser alfabetizada no Programa Trampolim), sobre sua expectativa de desenvolver outras funções, além de empacotadora na empresa (função desenvolvida há dois meses e sendo este seu primeiro emprego), percebe-se sua insegurança quanto à capacidade de desenvolver tarefas mais complexas:

Não, por enquanto prefiro fazer só isso, preciso aprender outros serviços, então, por enquanto, não quero mudar de função; este serviço é fácil, e eu consigo fazer sem problemas. Algumas coisas diferentes eu já estou fazendo que é ir pesar as frutas quando o cliente esquece (PÉROLA).

Esta fala demonstra o medo do diferente para a jovem com deficiência intelectual, principalmente porque ela pode ter sido considerada incapaz e colocada à margem da sociedade, ou ainda, ter sido tratada de uma forma assistencialista e piedosa, como discutido por Sasaki (2003). Para este sujeito resgatar sua autoestima, seria necessário um trabalho que deve ser realizado em conjunto com o empregador através de processos de acompanhamento, treinamento e adaptações às rotinas de trabalho. O treinamento dentro das empresas deve ser uma atividade contínua, constante e ininterrupta (CHIAVENATO, 1999).

Segundo Amaral (1994), o trabalho exerce uma significativa importância na vida da pessoa com deficiência intelectual porque a autoestima, a autoimagem, o sentimento de pertencer a um grupo social, passam, frequentemente, pela capacidade de se sentir útil, de ter condições de produzir e de se ver reconhecido pelos demais. Os depoimentos de Cristal e Citrino evidenciam isso:

Mas minha vida mudou mesmo depois que comecei a trabalhar. Mudou minha cabeça, hoje ela não é mais vazia, gosto do que faço, procuro sempre ter iniciativa e fazer as coisas que é preciso na loja. Meu gerente disse que sou importante pra eles do jeito que sou. E me defende sempre (CRISTAL).

Estou amando trabalhar, tudo de bom, o pessoal bem receptivo, o local de trabalho é agradável, eu vou em diversos supermercados [...] hoje acordo com vontade de trabalhar, a empresa está sempre mudando a gente de loja, mas nesta última eu me sinto muito bem, me apeguei e já conheci o processo desta loja, porque das três lojas que passei esta é a que me senti mais respeitado como pessoa (CITRINO).

Por meio destes relatos, percebe-se a importância que o trabalho exerce na vida destas pessoas - e de qualquer ser humano, como explica Marx (1884). O trabalho é algo que não se pode eliminar da vida humana, pois é fundamental para o desenvolvimento da capacidade de realizar-se como ser livre e universal no curso da história e, ao mesmo tempo, no curso mais imediato da existência. É por meio desta atividade, considerada vital por Marx, que o homem objetiva o seu espírito no mundo e materializa suas inquietações, ideias e sentimentos; molda, assim, sua existência.

Diante das imposições sociais às quais os deficientes intelectuais tiveram que se submeter, pôde-se perceber que a pessoa com deficiência, quando se apropria do trabalho, toma este como justificativa para provar a si e aos outros que é capaz de levar uma vida produtiva. O trabalho, portanto, se torna instrumento de afirmação.

O sentimento de reconhecimento da identidade pessoal e social fica evidente ao se rever a resposta de Citrino quando perguntado sobre o medo de perder o emprego e de procurar outro:

Eu penso que, se isso acontecer, este tempo foi uma escola, porque meu currículo já não é o mesmo, tenho uma empresa de nome nele e funções que consigo desempenhar. Então, se hoje eu sair da empresa, sem emprego eu não fico, porque, além do que eu aprendi, fiz muita amizade, e conheço muita gente (CITRINO).

Percebe-se que muito se caminhou, e hoje, a inclusão no mercado de trabalho começa a tomar proporções, principalmente pela conscientização da sociedade sobre as potencialidades desses indivíduos, onde as pessoas com deficiência estão a cada dia, mais próximas da igualdade em termos de capacitação, competência e pró-atividade, tornando-se sujeitos de transformação da sociedade.

4.4 PROJETOS E SONHOS DOS JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Os jovens entrevistados apresentam sonhos e projetos relacionados com aspectos vivenciados no cotidiano de suas famílias como: vida profissional, conquista da casa própria, na continuidade de seus estudos para crescimento profissional, na conquista de um emprego para a realização do desejo de consumo e também para a manutenção da estrutura familiar e a possibilidade de ter filhos, e até mesmo projetam e sonham em realizarem-se profissionalmente como os relatos a seguir.

Ter um emprego me deixaria muito feliz, porque poderia comprar minhas coisas sem que ficassem pegando no meu pé. Ai eu poderia guardar um dinheiro para meus sonhos: comprar uma casa e um cachorro (AMETISTA).

Eu estou pensando em voltar a estudar na parte da noite, para ajudar lá no meu serviço. Acho importante estudar. Ajuda a cabeça.

Naverdade gostaria de estudar para aprender a fazer conta e poder trabalhar no caixa, igual às meninas que trabalham na loja, elas tem estudo. Eu preciso me adaptar. Meus colegas estão me incentivando a voltar a estudar. Mas tenho dificuldade em matemática (CRISTAL).

Nos discursos dos jovens a seguir, fica claro que eles não deixam de ter projetos futuros, sonhos e expectativas em realizar-se profissionalmente.

Estou trabalhando, mas eu gostaria muito de ser cabelereira, pretendo fazer um curso, tem um salão perto de minha casa e a dona disse que vai me ensinar (PÉROLA).

Quero ser gerente, e assim como a empresa que trabalho me capacitou, porque comecei de baixo, daqui a cinco anos quero estar lá em cima e capacitar outro menino assim como eu, deficiente, e dentro de cinco anos quero que ele esteja lá em cima junto comigo e assim sucessivamente. Do jeito que aprendi, ensinar. E, na minha vida pessoal, quero casar ter uma família, ter uma vida estável, uma vida legal (CITRINO).

Mesmo entre dúvidas e escolhas que vivenciam, os jovens desta pesquisa conscientes de seus limites buscam formas de tornarem-se sujeitos de suas próprias vidas e de seus desejos. Como o autor Heidegger (2001, p.260) coloca "no desejo, a presença projeta o seu ser para possibilidades as quais não somente não são captadas na ocupação como não se passa ou se espera, sequer uma vez, a sua realização". Com isso, o simples fato de existir projetos e sonhos em seus imaginários os impulsiona a desenvolver e acreditar em suas capacidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a sociedade seja justa e igualitária, é fundamental que as pessoas sejam vistas em suas relações sociais como sujeitos diferentes em suas condições, porém com direitos iguais de exercerem sua cidadania tanto na comunidade, na escola como no trabalho.

O processo de inclusão das pessoas com deficiência é marcado pela elaboração de leis, pois se sabe que a sociedade e as atividades da vida social não são pensadas para estas pessoas. Por isso, se fazem necessárias medidas protetivas em diversas áreas. No

tocante ao trabalho, além da reserva percentual de vagas, instituem-se várias formas de contratação, prevendo apoio ao trabalhador deficiente e sanções às discriminações

Identificaram-se, por meio dos resultados apontados nesta investigação, a influência do trabalho e da educação no auxílio da construção da identidade do sujeito. Os territórios profissionais (o trabalho, o emprego, a formação e o pertencimento a grupos) são horizontes considerados legítimos e apropriados para a construção de categorias sociais, sendo também responsáveis pelo modo como os indivíduos se identificam e são reconhecidos socialmente.

E é, por meio de experiências tão valiosas, que estes jovens deixam claro que a inclusão é um desafio, que gera mudanças na família, na escola como no trabalho. A sociedade por sua vez está em processo de superação do preconceito de forma a possibilitar a inclusão efetiva, porém o mercado de trabalho ainda necessita de ações afirmativas, por parte do governo, para que estes tenham mais oportunidades, mostrando para as empresas que o deficiente intelectual é capaz, responsável, dedicado e também produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAIDD. Intellectual Disability: Definition, Classification, and Systems of Supports. 11ª ed. Washington, D.C.: American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), 2010.
- AMARAL, L. A. Corpo Desviante/Olhar Perplexo. Revista Psicologia USP, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 245-268, 1994.
- AMIRALIAN M. L.T, et al. Conceituando deficiência. Rev. Saúde Pública, 34 (1): 97-103, 2000. Disponível em: www.fsp.usp.br/rsp. Acesso em ago/2014.
- BRANDEN, N. Autoestima: como aprender a gostar de si mesmo. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.ipism.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/leis/lei_8213.pdf. Acessado em: 25 de nov. 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 6ª ed., atualizada até EC nº 52/06. São Paulo: Atlas, 2006.
- CANDU, Vera M. Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura (s): uma aproximação. Educação e Sociedade, ano XXIII, nº 79, agosto/2002.
- CANAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

CLOT, Y. A função psicológica do trabalho. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 2007.

DEJOURS, C. O fator humano. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FIAMENGHI JR Geraldo A. & MESSA Alcione A. Pais, Filhos e Deficiência: Estudos Sobre as Relações Familiares. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

HEIDEGGER, M. Ser e Tempo. Parte I. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES, A. M. (Org.) Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2012.

SASSAKI, R.K. Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia. São Paulo: RNR, 2003.

MARX K. Manuscritos econômico-filosóficos. 1844. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

MARX e ENGELS. A Ideologia Alemã (Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4ªed. São Paulo, Hucitec, 1984.

SILVA N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência Mental e Família: Implicações para o desenvolvimento da Criança. Psic.: Teor. e Pesq. vol.17 no.2 Brasília May/Aug. 2001

SIMONELLI Â. P., CAMAROTTO, J. A. As políticas brasileiras e internacionais de incentivo ao trabalho de pessoas com deficiência: uma reflexão Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 333-342, 2011. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/503/350>. Acesso em: 19 Nov. 2013.

SIRGADO, A. P. A corrente sócio-histórica da psicologia: fundamentos epistemológicos e perspectiva educacional. Em aberto. Brasília, ano 09, nº 48, out/dez, 1990. P.61-67.

VASCONCELOS, E. M. R. Bem-estar humano e sua influência na saúde. In: CIANCIARULLO, T. I. CORNETTA, V. K. (Orgs.). Saúde, desenvolvimento e globalização: um desafio para os gestores do terceiro milênio. São Paulo: Ícone, 2002, cap. 2, p. 127-148.

VIGOSTKI, L. S. Fundamentos da defectologia (obras completas). Tomo Cinco. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

A INTEGRAÇÃO ENTRE A LOGÍSTICA E O MARKETING OBJETIVANDO AGREGAR VALOR PARA O NÍVEL DE SERVIÇO AO CLIENTE

Carmelinda Parizzi (SENAC) E-mail: carmelinda.parizzi@sp.senac.br

RESUMO

As empresas, atualmente, estão cada vez mais focadas no gerenciamento de todos os seus processos, de forma eficiente e eficaz, para assim, se manterem competitivas no mercado. O trabalho conjunto entre a logística e o marketing pode garantir com maior eficácia que se atinja as necessidades dos consumidores, que por sua vez, exigem um serviço cada vez melhor e não estão dispostos a pagar mais por isso. O objetivo deste trabalho consiste em identificar a relação da logística e das estratégias de marketing associado à melhoria do nível de serviço ao cliente de uma empresa. O método é a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Como conclusão do estudo, percebe-se que o nível de serviço exerce uma relação direta em relação as vantagens competitivas, sendo que a área da logística interligada ao marketing é fundamental para que a empresa aumente o nível de satisfação do cliente e atenda as exigências dos consumidores.

Palavras-chave: Logística. Marketing. Valor Agregado. Nível de Serviço

ABSTRACT

Companies today are increasingly focused on managing all their processes, efficiently and effectively, so that they remain competitive in the marketplace. Working together between logistics and marketing can more effectively ensure that the needs of consumers are met, which in turn requires better service and is not willing to pay more for it. The objective of this work is to identify the relationship of logistics and marketing strategies associated with improving the level of customer service of a company. The method is the bibliographical research of qualitative approach. As conclusion of the study, it is noticed that the service level has a direct relation with the competitive advantages, and the area of logistics linked to marketing is fundamental for the company to increase the level of customer satisfaction and meet the requirements of the Consumers.

Keywords: Logistics. Marketing. Added Value. Service level

INTRODUÇÃO

O consumidor cada vez mais exigente em relação a qualidade dos serviços, o ambiente competitivo e acirrado sempre em constante evolução, forçam as empresas a mudarem constantemente, buscando a diferenciação. E nessa busca de excelência e

vantagem competitiva, e a integração entre marketing e logística tem um papel importante e decisivo na luta pela sobrevivência e por uma posição de destaque da empresa no mercado de atuação.

Nesse contexto, o marketing e a logística são fundamentais, pois o primeiro cria estratégias que tornarão um produto ou um serviço mais atraente para o seu público-alvo, enquanto que o segundo atua desde a captação de pedidos, passando pelo gerenciamento de informações e estoques até o produto entregue ao consumidor final. Propiciando com isso, que os produtos ou serviços contratados estejam tanto no tempo desejado como nas condições adequadas pelo cliente, com o menor custo possível.

Sendo assim, a decisão sobre o nível dos serviços oferecido aos clientes é de fundamental importância não só para a rentabilidade da empresa, mas também para a solidificação da sua marca no mercado, pois a satisfação do cliente está atrelada ao bom serviço recebido pelo mesmo.

O presente estudo delimita-se a pesquisar a integração da logística e do marketing na busca pelo diferencial em atendimento ao cliente colocando o produto ou serviço no lugar certo, no tempo certo e no custo adequado, para assim atingir com isso o melhor Nível de Serviço.

Diante deste contexto tem-se como objetivo geral a relação da logística e das estratégias de marketing associado à melhoria do nível de serviço ao cliente de uma empresa. Para o alcance do objetivo do presente estudo utilizou-se como metodologia a pesquisa exploratória com métodos de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender a importância da integração entre as áreas de Marketing e Logística com um objetivo único das empresas em satisfazer o cliente por meio de um nível de serviço de excelência.

Desta forma, por meio do estudo realizado, percebe-se que o nível de serviço exerce uma relação direta em relação as vantagens competitivas, uma vez que ao se adotar uma gestão eficaz seria capaz de atingir ou superar as médias esperadas para o nível de serviço.

1. LOGÍSTICA

A logística é um termo que surgiu há muito tempo e que está em constante evolução. Ela vem sendo muito utilizada e discutida nos dias de hoje no meio empresarial, como ênfase no planejamento, implementação e controle de forma eficiente e eficaz

buscando minimizar custos de produção para melhor servir a um cliente cada vez mais exigente e procurando sempre, agregar valor aos mesmos.

A logística, para as empresas, representa um segmento que busca atenuar as relações entre produção e a demanda, para que os consumidores tenham bens e serviços no momento e condições físicas que desejarem (BALLOU, 2009). Nesse contexto, o conceito de logística vem sendo aprimorado ao longo dos anos, e as empresas vem percebendo a importância de se manter um processo logístico eficiente, investindo cada vez mais em tecnologia e capacitação de seus colaboradores para se manter competitivo frente ao mercado.

Para Bowersox e Closs (2007) logística está diretamente ligada à satisfação do cliente, já que o esforço da mesma é buscar criar valor ao cliente com o menor custo possível.

Segundo Bowersox e Closs (2007) para um processo logístico eficaz é necessário que as empresas desenvolvam três capacidades básicas: velocidade, qualidade e estrutura, que vão influenciar seu desempenho. Os consumidores têm cada vez mais cobrado elevados níveis de serviços, obrigando que as empresas se dediquem a aumentar a velocidade e a sincronização dos ciclos logísticos para que o mesmo seja reduzido. E a qualidade, por sua vez, passou a ser vista como um pré-requisito importante para um relacionamento com maior nível de serviço.

Fleury et al. (2000) coloca que a logística de forma integrada serve como uma ferramenta gerencial, que agrega valor por meio de seus serviços prestados. Para isso é necessário que ela trabalhe como um sistema interligado de forma coordenada, buscando alcançar o objetivo de atender aos níveis de serviço dos clientes, estabelecidas pela estratégia de marketing e com o menor custo total.

Atualmente, o conceito de logística difundido pelo *Concil of Logistics Management* apresenta que:

Logística é o processo de planejamento, implementação e controle do fluxo eficiente e economicamente eficaz de matérias-primas, estoque em processo, produtos acabados e informações relativas desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender as exigências dos clientes (<http://cscmp.org>).

Sendo a eficiência entendida, segundo Ballou (2009), como sinônimo de utilização racional de recursos de forma a maximizar a probabilidade de atingir determinados resultados.

No contexto das organizações, a logística recebe diferentes definições com várias palavras e expressões usadas como sinônimo de logística, tais como: logística empresarial, gerenciamento de materiais, logística de distribuição, logística de marketing, *supply chain management*, entre outras.

Lambert (1998) diz que a logística é aquela que desempenha um papel importante no Planejamento Estratégico, e também, como arma de marketing. Empresas que tem um bom sistema logístico conseguiram se destacar e obter vantagem competitiva no mercado. Sua maior contribuição é na ampliação do serviço ao cliente, atendendo exigências e expectativas.

Como o cliente é a peça central das empresas, e a sua satisfação é primordial, os gestores começam a olhar para a logística de forma mais estratégica, de modo que se visualize nela a possibilidade de fidelizar clientes com atendimento rápido e confiável dos serviços, e claro também pelo retorno financeiro da empresa gerando o lucro tão desejado. Porém, para que isso aconteça, é necessário que se invista em uma gestão competente, organizada, planejada e tecnologicamente desenvolvida.

Portanto, a logística abrange a interligação de informações, processo, inventário, armazenamento, manejo de materiais e embalagem. As empresas devem estar cada vez mais focadas em seus clientes, procurando subsídios e produtos inovadores, investindo em tecnologia e processos bem-sucedidos.

2. NÍVEL DE SERVIÇO E VALOR AGREGADO

Atualmente, os clientes buscam agregar valor as suas aquisições, priorizando compras seguras, se utilizando de atributos de confiança, eficiência, pontualidade e qualidade na compra dos produtos e serviços.

Bertaglia (2009) coloca que hoje, os clientes buscam cada vez mais flexibilidade, melhores serviços e qualidade superior. Portanto, é necessário que as empresas para serem bem-sucedidas, precisam estar em processo de melhoria continua, com uma visão mais ampla e com orientação externa tendo em foco todos os aspectos que envolvem a cadeia de abastecimento.

O conceito de valor está atrelado à qualidade e satisfação, e é objeto de cuidado do setor de marketing pela sua possibilidade de influenciar atitudes e intenções de compras por parte dos consumidores.

Porter (1996) destaca que uma empresa que consegue criar valor para seu consumidor tem aí sua base de sustentação, desde é claro, que esses consumidores o

percebam e estejam dispostos a pagar por ele. Pois é o consumidor que decide quanto vale um determinado atributo ou benefício presente em um produto ou serviço, ou seja o valor agregado que o produto ou serviço apresenta.

Em relação ao assunto valor agregado de um bem ou serviço, Junior (1997) divide-os em:

Valor de estima: relacionado a *status* e autoestima.

Valor de troca: ligado a equivalência do poder de troca no mercado

Valor de custo: diz respeito ao esforço para obter determinado produto.

Valor de uso: relacionando ao desempenho do produto em relação as suas funções.

Sendo assim, por valor agregado compreendemos que podem ser um composto de características percebidas que determinam a diferenciação entre produtos por parte do cliente. Ou seja, é uma percepção entre a relação custo e benefício na visão do consumidor que justifica a escolha de um ou outro produto ou serviço entre os diversos ofertados no mercado.

Dentro desse contexto, a logística se posiciona agregando valor a todo processo, desde o transporte de matéria-prima, transporte interno, armazenamento, expedição, até o transporte ao cliente. Garantindo assim, segundo Ballou (2009) um bom nível de serviço na pré-transação, transação e pós-transação. Categorias estas, entendidas segundo o autor como:

Pré-transação – tempo gasto nas entregas, das mercadorias após a colocação do pedido a fim de evitar falsas expectativas.

Transação – resultados obtidos com a entrega, aspecto este que é bem observado e avaliado pelos clientes.

Pós-transação – envolve o planejamento das devoluções e trocas, o atendimento a reclamações e as providencias de retorno das embalagens.

É importante salientar que os clientes reagem, geralmente, a somatória das três categorias e não apenas a uma delas isoladamente, por isso o nível de serviço leva em conta a soma das três categorias.

Desta forma, as empresas desenvolvem uma cadeia de valor identificando as necessidades dos consumidores e, principalmente, de seus clientes alvos, promovendo uma oferta que supere suas expectativas, criando atributos que o diferenciem de seus concorrentes.

Atingir o nível de satisfação do cliente é resultado da oferta de atributos tanto de marketing como de logística. O marketing trabalha para atrair, atender e monitorar a

demanda. Já a logística está voltada para eliminar do processo tudo aquilo que não gere valor, procurando dispor mercadorias e serviços desejados em boas condições, ao mesmo tempo fornecendo valor agregado à empresa.

A oferta de um serviço de qualidade ao cliente tem sido, portanto, o objetivo principal de competitividade das empresas, que visualizam no atendimento às expectativas dos clientes, uma maneira de fidelizar e conquistar novos clientes.

Segundo Roberto Assef (2009), diretor da Lucre Cursos e Treinamentos em Lucratividade em entrevista sobre dicas para agregar valor a produtos e serviços, existem técnicas de pesquisa de preços onde os gestores podem obter informações sobre quanto o consumidor está disposto a pagar por determinado bem. Segundo o entrevistado, a técnica mais utilizada é a Análise Conjunta, que permite a identificação do peso de cada atributo na decisão de compra, assim como os possíveis volumes de vendas conforme os preços praticados.

Assef (2009) coloca algumas dicas de como se pode agregar valor ou atrelar a percepção de valor de produtos e serviços, tais como:

- Identificar o grau de utilidade que os consumidores atribuem aos níveis de cada atributo do produto ou serviço.
- Conhecer os atributos que são importantes para influenciar a decisão de compra.
- Prestar atenção aos fatores racionais como maior qualidade, melhor atendimento, entre outros.
- Tentar captar o valor emocional buscando trabalhar o subconsciente para que as pessoas desejem mais a marca em questão.
- Prestar atenção aos detalhes e observar os procedimentos de compra indo a campo e conversando com os clientes.
- Buscar vender sempre soluções que os clientes necessitam.
- Procurar maneiras de evidenciar a qualidade do produto.

Com isso, é importante destacar que investindo em valor se torna fundamental para se manter competitivo diante de um mercado cada vez mais acirrado por espaço.

Ballou (2009) destaca que o nível de serviço está atrelado a qualidade com que o fluxo de bens e serviços é gerenciado.

Christopher (1997) apresenta algumas características que englobam o nível de serviço como:

- Disponibilidade do produto;
- Tempo de ciclo de pedido;
- Consistência do prazo de entrega;

- Frequência de entrega;
- Flexibilidade do sistema de entrega;
- Sistema de recuperação de falhas;
- Sistema de informação de apoio;
- Apoio na entrega física e apoio pós-entrega.

A gestão correta e integrada destas atividades, garantem o nível de serviço desejado, além de um processo eficiente, gerando assim, maior percepção de valor por parte do cliente.

Como hoje, a competição não é mais no âmbito de empresa para empresa e sim, entre cadeias de suprimentos, a excelência no nível de serviço que se oferece ao cliente tende a aumentar consideravelmente o valor agregado em toda a cadeia de suprimentos (CONCEIÇÃO, 2004).

Sendo assim, segundo Bertaglia (2005), o grande desafio dos profissionais ligados a logística da cadeia de suprimentos é garantir o equilíbrio entre as expectativas de serviço com o custo total para assim garantir os objetivos negociados, agregando o máximo de valor a todo o sistema, evitando gastos desnecessários em toda a cadeia e fidelizando clientes.

Na medida que a logística garante que as expectativas serão atendidas, garante também que os valores de tempo, lugar, qualidade e informação sejam satisfeitos na visão do cliente, aumentando assim o nível de serviço esperado.

3. MARKETING

Ocorreram grandes mudanças com a revolução industrial, principalmente na relação entre administradores, negociantes e seus produtos. A produção passou a ser encarada com outro olhar. A partir da revolução industrial os produtos deixam de ser artesanais e passam a ser industrializados. Por causa da grande demanda o objetivo dos negócios era o produto, porém com a depressão na década de 1930, o foco na produção perde força e dá lugar a orientação de vendas, que busca de diversas formas, promover o produto, com o objetivo de alavancar os resultados no curto prazo, persuadindo o consumidor. Com isso, começa a surgir uma nova maneira de administrar, tendo o cliente como centro dos negócios, e sua satisfação se torna o objetivo da empresa (SIMÕES et al, 2004).

Segundo Kotler (2000) com a constante reinvenção do mercado e da maneira de se negociar, o marketing assume um importante papel para ganhar território e vencer a

concorrência no momento em que se valoriza o estilo de gestão focado no cliente. O Marketing passa a ser considerado a arte de criar valor verdadeiro para o consumidor.

Ainda segundo Kotler (2000), o marketing passa a ser definido como um processo social e gerencial pelo qual consumidores têm acesso ao que necessitam e desejam por meio da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros.

Percebe-se que hoje, a escolha do consumidor é influenciada pelos vários níveis de serviço oferecidos como preço, propaganda e vendas. E é nesse contexto, que o marketing fornece aos clientes cinco tipos de utilidade: de forma (ou seja, o produto), de tarefa (ou seja, o serviço oferecido), de posse, de tempo e de local. E para oferecer essas utilidades utiliza elementos como os quatro P's de marketing, ou mix de marketing, onde se toma decisões sobre o produto e suas características, definindo Produto, Preço, Praça e Promoções. Adicionando mais três P's quando se trata de serviços como evidência física, processos e pessoas (KOTLER, 2005).

Ainda segundo Kotler (2005) a definição dos P's de marketing é respectivamente:

- 1) **Produto:** características únicas de cada produto ou serviço que criam valor e satisfaçam os clientes;
- 2) **Preço:** valor pago pelo cliente na compra de um produto ou serviço;
- 3) **Praça (Localização):** disposição de produtos e serviços, quando e onde o cliente necessitar, influenciando as percepções dos clientes em relação ao valor de tempo e lugar e está ligada às atividades da logística;
- 4) **Promoção (Comunicação):** por intermédio de uma promessa divulgada por meio impresso, capaz de persuadir os clientes à compra, criando-se o valor dos produtos e serviços;
- 5) **Evidência Física:** ambiente físico criado por uma organização para o seu público consumidor, onde se espera influenciar positivamente a satisfação dos clientes;
- 6) **Processos:** atividades praticadas pelas organizações que podem diferenciá-las e contribuir para a fidelização dos clientes;
- 7) **Pessoas:** colaboradores que são a interface entre a organização e os clientes e que podem influenciar a criação de valor na oferta de produtos e serviços.

Portanto, o marketing assume um papel como atividade dentro do processo de negócio da empresa, pois exerce a função de servir como elo entre os clientes e a empresa, entendendo as necessidades dos clientes e avaliando como a empresa pode atender estas necessidades, e ainda, se podem suprir as novas exigências do mercado.

4. A INTEGRAÇÃO DA LOGÍSTICA E DO MARKETING

Na integração das atividades de marketing e logística de uma organização dá-se o nome de Nível de Serviço. E tem relação com o valor gerado ao cliente de tempo, lugar e utilidade, constituindo-se em um elemento da percepção do cliente e que pode influenciar a sua satisfação.

Enquanto o marketing desenvolve produtos, se preocupa com as vendas provenientes da elaboração de campanhas, projeta o atendimento ao cliente e a posição da marca no mercado, a logística por sua vez, faz a gestão dos meios de distribuição dos bens, ou seja, operacionaliza esse relacionamento. As duas áreas estão sim integradas, e a logística, pode-se dizer, evoluiu do próprio marketing, pois para criar boas estratégias logísticas é preciso pensar no impacto que elas apresentarão no contato com o cliente, e o valor que será oferecido aos consumidores.

Sobre a integração entre Marketing e Logística, Christopher (1987) defende que o serviço ao cliente representa uma vantagem competitiva. Com isso a finalidade da logística é gerenciar a cadeia de suprimentos, projetando estratégias que possibilitam a realização de um serviço de qualidade superior a um baixo custo. O autor, coloca ainda que os requisitos de serviço, formulados pelo cliente e pelo consumidor, devem servir como orientação para toda a rede de negócios, incluindo tanto manufatura como marketing e logística.

Segundo Maia (2006), quando Marketing e Logística estão integrados, consegue-se oferecer melhores níveis de serviço, o que gera maior satisfação dos clientes. Nas palavras do autor:

O compartilhamento das estratégias entre as funções de Marketing e Logística proporciona as ações de:

- (1) Garantia de que os níveis de serviço divulgados pela organização aos clientes serão cumpridos;
- (2) De que os níveis de serviço serão adequados aos anseios e necessidades dos clientes, pois elevados níveis de serviço resultam em custo de distribuição maior do que o necessário e, portanto, em maior preço final para os clientes (p.39).

Ainda, quando os profissionais de logística se envolvem nos processos de relacionamento com consumidores, ajudam a função de Marketing a perceber pontos importantes relacionados a ameaças ou oportunidades de mercado (MAIA,2006).

Sendo assim, nenhuma empresa poderá proporcionar um atendimento de excelência ao cliente pensado individualmente em vendas e marketing. Deve sim, analisar

toda a cadeia logística da qual pertence, avaliando o planejamento logístico como um meio de maximizar o lucro, sendo competitivas em preço, qualidade e diferenciação.

Segundo Pimenta, Silva e Yokoyama (2011) o trabalho em conjunto que deve haver entre marketing e logística representa um fator determinante para se atingir um nível de serviço desejado e capaz de influenciar de forma positiva a satisfação do cliente.

Segundo Ballou (2006) na relação entre Logística e Marketing, tanto os profissionais de marketing como de produção ignoram a importância estratégica da logística. A logística é vista somente como executora das necessidades de transporte e armazenam, mas sua função vai bem além, é suporte e tem a função de controle de todo o funcionamento eficaz e eficiente da cadeia de suprimentos.

Porém se não existir essa integração pode ocorrer problemas no atendimento das necessidades dos clientes, problemas no lançamento de novos produtos, não adequação no valor entregue, bem como elevação de custos. Pode ainda, ocasionar o que se denomina como efeito chicote nos serviços, ou seja, acúmulo de serviços ocasionados por atrasos que podem influenciar de forma negativa o nível de serviço e em consequência a qualidade percebida dos clientes (FARIA E CARVALHO, 2009).

Sendo assim, a logística contribui e muito para o sucesso das empresas, sendo fundamental para o atendimento ao cliente, desde que esteja alinhada com as estratégias de marketing da empresa que se reflete nas dimensões do desempenho do serviço ao cliente.

Já o serviço ao cliente deve atender a três fatores fundamentais que são: disponibilidade, desempenho e confiabilidades.

Disponibilidade: capacidade de ter o produto no momento em que ele é desejado pelo cliente.

Desempenho: envolve o comprometimento com o prazo de execução esperado e sua variação aceitável. E entram em cena conceitos referentes a medidas operacionais tais como: velocidade, consistência, flexibilidade, falhas e recuperação.

Confiabilidade: capacidade de manter níveis de disponibilidade de estoque e de desempenho operacional planejados e ainda fornecer rapidamente informações precisas aos clientes.

A logística evoluindo estrategicamente junto ao marketing, deixa de ser apenas vista como logística empresarial, mas passa a ser reconhecida como logística estratégica contribuindo com valores como: fornece melhores benefícios nos bens ou serviços; disponibilizar atendimento no tempo que o cliente desejar e tornar acessível no local que o cliente optar.

Para tanto, existem fatores importantes que impulsionam a logística como ferramenta essencial na redução de custos, desenvolvimento da empresa e fortalecimento da marca como:

Custos de informação: a TI proporciona a comunicação entre empresas 24 horas por dia a um baixo custo, o que evita perdas e maximiza a eficiência das operações;

O varejo: É no ponto de venda que se consolida todo o processo de marketing e que se obtêm os resultados para a empresa.

Níveis de estoque: O estoque ideal vem sendo buscado todos os dias pela logística estratégica, baseada na inovação das operações e serviços, fundamentada no conhecimento das demandas de tempo, local e posse.

Pulverização dos pontos de venda: o grande desafio é abastecê-los procurando minimizar o custo logístico adicional que deve ser compensado pelo valor que se cria ao cliente.

Christopher (1997) destaca o gerenciamento logístico como atividade da cadeia de valor que se torna importante quando suas atividades são integradas as outras atividades da empresa, com objetivo de alcançar vantagem em custo e produtividade, gerando vantagem em valor. Sendo que vantagem de valor e vantagem de produtividade geram oportunidades para as empresas se destacarem e conseguirem posicionamento no mercado.

Portanto, fazendo a integração da função de Marketing e Logística, o primeiro tem a função de promover e adequar a promoção, o preço e o produto ao nível de serviço esperado pelo cliente, enquanto que o segundo gerencia de forma estratégico, agregando qualidade e eficiência, aos custos globais do processo com objetivo de reduzi-los ao máximo, gerando lucro para a empresa e um alto nível de serviço ao cliente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um mercado consumidor mais exigente e bem informado, as empresas se obrigam a oferecer sempre melhores serviços e produtos de qualidade a menores preços e buscando sempre a satisfação completa do consumidor atingindo assim, o nível de serviço desejado.

Sendo assim, é fundamental que a empresa disponha de flexibilidade e agilidade para responder as exigências do mercado. E para conseguir atingir um Nível de Serviço de qualidade é importante que as empresas possam contar com a integração entre Marketing e Logística. Pois o Marketing tem como função levar o cliente a comprar e a Logística por sua vez, é que faz com que o cliente receba o produto desejado.

A estratégia de agregar valor pode ser definida por características como preço, qualidade e serviço. Um sistema de informações e um bom planejamento estratégico são fundamentais para um bom desempenho da empresa.

Vale ressaltar ainda que os níveis de serviço devem atender os padrões de atendimento para cada segmento de cliente o que facilitará a satisfação das necessidades de cada segmento, garantindo assim a fidelização do cliente.

Pois não basta ter um nível de serviço alto, se a necessidade básica do cliente de cada segmento não for atendida.

Desta forma, quando a Logística e o Marketing estão integrados em todos os processos de entrega ao cliente, de forma eficiente, garante-se assim, que as expectativas sejam cumpridas e o nível de serviço desejado seja alcançado.

REFERÊNCIAS

- ASSEF, R. **Dicas para agregar valor a produtos e serviços**. Disponível em: www.cimentoitambe.com.br. Acesso em 05/07/17.
- BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BALLOU, R. H. **Logística Empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BERTAGLIA; P. R. **Logística e o gerenciamento da cadeia de logística de abastecimento**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.
- BOWERSOX, D. J; CLOSS, D. J. **Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CHI, B. T.; MADRUGA, R. P.; SIMÕES, L. C.; TEIXEIRA, R. F. **Administração de marketing no mundo contemporâneo**. FGV. 2004.
- CHRISTOPHER, M. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. São Paulo: Futura. 1997.
- CHRISTOPHER, M. **Logística e Gerenciamento de Cadeias de Suprimentos: Estratégias para redução de custos e melhoria dos serviços**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- CONCEIÇÃO, S. V. **Nível de desempenho logístico da cadeia brasileira de suprimentos de refrigerantes**. Disponível em: www.scielo.br/pdf/gp/v11n3/a15v11n3.pdf>. Acesso em: 05/07/17.
- CSCMP. **Council of Supply Chain Management Professionals**. Disponível em: <http://cscmp.org/>. Acesso em: 15.06.17.

FARIA, M. D.; CARVALHO, J. L. F. **Alinhamento estratégico e integração entre logística, produção e marketing em uma indústria de bebidas não alcoólicas.** Gestão & Regionalidade, v.25, n.3, p.21-34, 2009.

FLEURY, P. F. et al. **Logística empresarial: a perspectiva brasileira.** São Paulo: Atlas, 2000.

JUNIOR, J. M. T. **Uma aplicação da metodologia de análise dos valores ambientais do processo produtivo numa empresa do setor cerâmico catarinense.** Dissertação (Mestrado). UFSC, 1997.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAMBERT, D. M. **Administração Estratégica da Logística.** São Paulo: Vantine. 1998.

MAIA, L. C. de C. **Avaliação do serviço logístico sob a percepção do varejo: um estudo empírico numa rede voluntária de supermercado pelo atacado.** Dissertação (Mestrado). Uberlândia UFU, 2006.

PIMENTA, M. L.; SILVA, A. L.; YOKOYAMA, M. H. **Integração entre logística e marketing: fatores críticos na perspectiva de interação e colaboração.** UFRG: READ, v.17, n.3, p.716-741, 2011.

PORTER, M. E. **Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

O HUMOR POLÍTICO ATRAVÉS DOS MEMES: UMA ANÁLISE DO CASO JBS

Patrícia Cristina de Lima (Pesquisadora em Comunicação, Mestre em Comunicação, Docente do Centro Universitário Moura Lacerda e do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto); patriciacristinadelima@outlook.com*

Palavras-chave: Humor, política, memes.

INTRODUÇÃO

O recorte para pesquisa se inicia com a divulgação das gravações de Joesley Batista, sócio diretor do grupo frigorífico JBS, em 18 de maio de 2017 pelo jornal O Globo e se encerra no dia 21 de maio com a repercussão no jornalístico Fantástico, da Rede Globo. Autorizada pelo Supremo Tribunal Federal, a gravação de Batista comprova o conhecimento do então presidente Temer para a ação de pagamento de propina para o deputado federal e ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). Na ocasião, Cunha encontrava-se preso em Curitiba na sede da Operação Lava Jato e uma eventual delação poderia comprometer uma série de nomes do governo, inclusive Temer. O senador por Minas Gerais, e candidato derrotado nas eleições de 2014, Aécio Neves (PSDB) também foi citado na conversa, tendo seu nome ligado à articulação do esquema. Durante todo o período estudado, a cobertura jornalística voltou-se ao fato da gravação. Jornalísticos televisivos, como o Jornal Nacional, estenderam suas coberturas e oscilavam entre a espetacularização dos fatos e o escatológico (SODRÉ, 2014). Uma postagem no *Twitter* em inglês da série *House of Cards*, da operadora de *streaming Netflix*, fez menção aos fatos, o que chamou atenção da imprensa internacional. Peritos foram contratados por diversas emissoras para verificar a veracidade da gravação, enquanto Batista era autorizado a deixar o país como parte do acordo de delação premiada. Na internet, usuários de redes sociais empenhavam-se em produzir milhares de postagens contra e a favor do presidente.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo investigar a relação entre humor, internet e política com base na produção de memes humorísticos brasileiros, analisando como seus conteúdos representam os eventos políticos e seus personagens no período de mandato do presidente Michel Temer (PMDB).

MÉTODOS

Como metodologia para este estudo, foi definida a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), aplicada em quatro memes selecionados no período, cuja temática era o cenário político e o escândalo vigente.

RESULTADOS

Ainda em construção, este artigo já constata o crescimento do movimento pelas eleições diretas e a insatisfação com o governo, demonstrada também em pesquisas de opinião. Um crescente número de usuários tende a terceira via, onde nem esquerda nem direita governariam o país. Os memes também se centram na associação dos denunciados com o impeachment de Dilma Rousseff (PT), em 2016.

CONCLUSÃO

Fica claro, mais uma vez, como o brasileiro é capaz de utilizar o humor como ferramenta de protesto, reforçando o caráter histórico do estilo.

REFERÊNCIAS

- HUTCHEON, Linda. **Teoria e política da ironia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- RECUERO, Raquel da Cunha. **Memes em weblogs: proposta de uma taxonomia**. In: **Revista Famecos**, v.32, p. 23-31, Porto Alegre: 2007. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/1969/1785>. Acesso em: 19 Fev. 2016.
- RECUERO, Raquel da Cunha. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.
- SANTOS, Roberto Elisio dos.; ROSSETTI, Regina. **Humor e riso na cultura midiática: variações e permanências**. São Paulo: Paulinas: 2012.
- SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.



AS NOVAS TECNOLOGIAS E A CONCEPÇÃO DE NOVOS GÊNEROS TEXTUAIS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Elys Watanuki (CUMML); watanuk.elys@gmail.com *

Rafael Gila Gomes (CUMML); rgilagomes@gmail.com

Maria Tereza de Luca (CUMML); terermaria@gmail.com

Resumo:

Com o advento da tecnologia o homem se vê inserido num universo vasto de possibilidades e ações. Como consequência, a vida passa a ter dimensões digitais e virtuais, nas quais vários gêneros são veiculados e incorporam-se gradativamente no cotidiano escolar. Nesse sentido, surge um novo entendimento sobre a interação entre os sujeitos, bem como, novas práticas discursivas, modificando o ensino de língua portuguesa. Diante deste cenário em movimento faz-se necessário refletir como esses recursos podem ser utilizados com o intuito de potencializar as práticas exercidas na docência, visando fortalecer e desenvolver ações que contribuam significativamente no ensino de língua portuguesa. Para tanto, é preciso que os professores estejam a par das novas mídias e utilizem os novos gêneros para inserir a educação nessas diferentes formas de ler e escrever. Com a utilização de novos gêneros nos mais diversos suportes, percebemos hoje a existência não de um letramento, mas sim diferentes letramentos. Isso porque há vários contextos de realização da língua, que exigem variadas interpretações e, a depender da atuação de cada indivíduo na comunicação, criamos uma nova relação com a informação e com o mundo. Neste contexto, o professor assume um papel de facilitador da aprendizagem, levando o aluno à construção e entendimento dessas novas formas de letramento, fazendo-o enxergar-se como sujeito ativo do conhecimento. Assim, o educador contribuirá para que o aluno alcance uma aprendizagem significativa. Nesse sentido as novas mídias podem contribuir com o letramento integral – ou letramentos - dos alunos envolvidos, através do engajamento discursivo e do desenvolvimento de consciência crítica sobre seu próprio aprendizado, alcançados com o apoio do professor.

Palavras-chave: Novas Tecnologias. Gêneros Textuais. Ensino. Língua Portuguesa

Abstract:

With the advent of technology man finds himself inserted in a vast universe of possibilities and actions. As a consequence, life has digital and virtual dimensions, in which several genres are transmitted and gradually incorporated into everyday school life. In this sense, a new understanding about the interaction between the subjects arises, as well as, new discursive practices, modifying the teaching of Portuguese language. In view of this moving scenario, it is necessary to reflect how these resources can be used in order to enhance the practices practiced in teaching, aiming to strengthen and develop actions that contribute significantly to the teaching of Portuguese language. To do so, teachers need to be aware of new media and use new genres to embed education in these different ways of reading and writing. With the use of new genres in the most diverse supports, we perceive today the existence not of a literacy, but of different literacies. This is because there are several contexts of language realization that require different interpretations and, depending on the performance of each individual in communication, we create a new relationship with information and with the world. In this context, the teacher assumes a role of facilitator of learning, leading the student to construct and understand these new forms of literacy, making him see himself as an active subject of knowledge. Thus, the educator will contribute to the student achieving meaningful learning. In this sense, the new media can contribute with the integral literacy - or literacy - of the students involved, through discursive engagement and the development of critical awareness about their own learning, achieved with the support of the teacher.

Keywords: New Technologies. Textual genres. Teaching. Portuguese language

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a tecnologia fornece vários tipos de mídia amplamente utilizados em todo o mundo, apresentando informação sobre inúmeras áreas do conhecimento. Milhares de pessoas possuem diferentes aparatos tecnológicos como computador e o celular, muitas delas com acesso à Internet. Assim, o homem se vê inserido em um mundo multicultural. Como consequência, a vida passa a ter dimensões digitais e virtuais, nas quais vários gêneros são veiculados e incorporam-se gradativamente no cotidiano escolar.

Com o surgimento, o crescimento e a rápida difusão de novas tecnologias, surge um novo entendimento sobre a interação entre os sujeitos, bem como novas práticas discursivas, modificando o ensino de língua portuguesa. Tal fato pode ser enriquecedor no

contexto educacional, pois as mídias se constituem como um possível e eficiente canal para a prática pedagógica.

No entanto, Freitas (2009) identificou, em suas atividades de pesquisa sobre o tema educação e tecnologias, sinais de resistência por parte da escola e dificuldades dos professores em enfrentarem as demandas solicitadas pelas tecnologias. Para a autora, alguns professores parecem desconhecer que os alunos do século XXI têm novas características e exigências.

Como sugere Kenski (2014, p. 16) “as tecnologias são tão antigas quanto à espécie humana”, explicando através de vários exemplos, que foi a engenhosidade humana, em todos os tempos, que deu origem às mais diferenciadas tecnologias e que o uso do raciocínio garantiu ao homem um processo crescente de inovações.

Mesmo assim, há alguns anos, as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) eram vistas preconceituosamente como um elemento que iria “matar a escrita e a leitura”, o que faria com que os usuários perdessem a sua prática (ECO, 1996). No entanto, o que ocorreu foi uma maior diversidade em relação às formas de ler e escrever. Com o advento dessas novas tecnologias, vários gêneros textuais surgiram para atender às necessidades de seus usuários, e tais textos estão cada vez mais presentes nas novas mídias e na vida das pessoas, como por exemplos: sites, e-mail e redes sociais.

Sendo assim, o uso dessas tecnologias requer um letramento anterior, para que as novas concepções de leitura e escrita sejam compreendidas. Para isso, é importante que o professor esteja acompanhando as mudanças sociais e culturais apresentadas pela inserção destas novas tecnologias no cotidiano escolar, além de saber utilizá-la a favor do ensino para a construção de uma aprendizagem significativa por parte dos seus alunos.

Neste trabalho, pretendemos discutir como os novos gêneros textuais se apresentam nas mídias, abordando as concepções que permeiam os novos suportes tecnológicos. A partir deste meio tecnológico, veremos a relação entre estes novos gêneros textuais e as novas tecnologias, considerando a multiplicidade de leituras e escrita, presente neste novo espaço e, por fim, refletiremos sobre o papel do professor dentro desta nova perspectiva de leitura e escrita, observando como a tecnologia pode favorecer a inclusão de novos conhecimentos em sala de aula.

OS GÊNEROS TEXTUAIS E AS NOVAS MÍDIAS

Para tratar sobre gênero textual, baseamo-nos em um modelo funcionalista da linguagem e na definição de gênero textual proposta por Bakhtin (1992), sendo a mesma perspectiva encontrada em Marcuschi (2002).

Os gêneros textuais são eventos sociais com grande maleabilidade, oriundos das necessidades e das atividades socioculturais de cada comunidade, influenciados pelas inovações tecnológicas. Com isso, percebemos a importância de ensinar a língua portuguesa em diferentes suportes, porém conservando as particularidades de cada um dos elementos que compõe a linguagem escrita e falada.

Para Bakhtin (1992) os gêneros textuais são inúmeros e a sua diversidade é oriunda da própria atividade humana. Como podemos no seguinte trecho:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua. Não é de se surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana [...]. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 1992, p. 34).

Segundo Pereira (2008), os gêneros textuais são estruturas dinâmicas moldadas a partir das necessidades discursivas dos interlocutores, portanto a sua criação e a sua mudança está atrelada às mudanças sociais e culturais dos sujeitos. Esta proposição também pode ser encontrada na definição de gênero textual proposta por Marcuschi:

[...]usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (MARCUSCHI, 2002, p.78).

Desta forma, podemos perceber a nova variedade dos gêneros textuais, que pode ser encontrada nas inúmeras formas de comunicação, tais como em um email, um bilhete, uma canção, um outdoor, pois estas formas de interação, também são consideradas como gêneros textuais diferentes dos convencionais. Ou seja, cada um destes textos foi utilizado em contextos e práticas sociais específicas e se modificaram de acordo com o surgimento das necessidades da atividade humana, corroborando com a afirmação de Marcuschi (2002) que os “novos gêneros” possuem velhas bases.

Portanto, as inovações tecnológicas que surgem a todo instante favorecem o surgimento de novos gêneros textuais. E juntamente com o avanço da tecnologia, surgem formas inovadoras, de se comunicar e interagir com o outro, no entanto, não ocorre a assimilação das particularidades de um gênero na formação de outro, mas sim formas diferentes de se comunicar.

Importante explicitarmos aqui a diferença que se estabelece entre tipo textual e gênero textual. Marcuschi (2002) entende que o tipo textual é representado pelo aspecto formal e estrutural da língua, como uma construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição. E são considerados tipos textuais o que a tradição chama de narração, exposição, argumentação, descrição e injunção.

Marcuschi (2005, p.19) aponta os gêneros textuais como “entidades sóciodiscursivas e formas de ação social incontornáveis de qualquer situação comunicativa”. Assim, os gêneros surgem como formas da comunicação, atendendo a necessidades de expressão do ser humano, moldados sob influência do contexto histórico e social das diversas esferas da comunicação humana.

Ainda para Marcuschi (2002) o grande desenvolvimento da tecnologia resulta numa série de novos gêneros que atendem às inúmeras situações comunicativas que surgiram, com os meios tecnológicos. Já para Bakhtin (2000) os gêneros textuais materializam a língua e a língua, por sua vez, está vinculada à vida, portanto, os gêneros portam-se, como o elo entre a língua e a vida do sujeito.

Outra questão a ser levantada é o entendimento da Internet como um instrumento, ou seja, o espaço no qual os novos tipos textuais se realizam, pois esse meio passou a ser um grande veículo de comunicação com crescente facilidade de acesso para seus usuários, ocupando um papel cada vez mais importante na transmissão de conhecimento e informação no mundo atual, transformando a forma de interação entre os sujeitos.

Dentro desta nova perspectiva de comunicação trazida pela tecnologia, podemos encontrar os novos gêneros, como, blogs, e-mails e sites, especialmente as redes sociais, que abarcam várias possibilidades de interação entre os sujeitos. É nestes sites de

relacionamento e compartilhamento, que o usuário pode perceber claramente seu poder de manipulação e acesso a informação. Segundo Kenski (2014) nestes meios, o indivíduo pode inserir e, se desejar, excluir informações em vários formatos (texto, áudio, fotos e vídeos), além de comentar as atividades de outros participantes.

Tendo como base os inúmeros gêneros textuais encontrados neste novo suporte, veremos a influência das novas tecnologias no processo de letramento e as consequências da utilização desses recursos, com diferentes tipos de leitura e escrita, fazendo-nos compreender o conceito de “novos gêneros textuais”.

AS (TICs) NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA

As novas tecnologias trazem uma grande perspectiva para o ensino, pois as rápidas descobertas e mudanças no universo das mídias refletiram no mundo da escola, tornando mais amplo os conceitos de ensino e aprendizagem (SILVA, 2008).

De acordo com Levy (1993), as TICs trazem uma mutação da relação com o saber. Para este autor, “o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas”, assim como a memória humana, que “se encontra tão objetivada em dispositivos automáticos, tão separada do corpo dos indivíduos ou dos hábitos coletivos que nos perguntamos se a própria noção de memória ainda é pertinente” (LÉVY, 1993).

Com o uso das TICs, fundamentado numa concepção de aprendizagem construtivista, entendemos o aluno não mais como um mero receptor do conhecimento, mas como sujeito ativo, que pode ser autor e editor dos conteúdos presentes nas mídias, o que facilitaria a aplicação de vários conteúdos linguísticos e textuais permitindo ao aluno, uma reflexão sobre sua própria aprendizagem de diversos conteúdos.

Assim sendo, o aluno teria a capacidade de desenvolver textos dos mais diferentes tipos não se tornando um mero repetidor de discurso impregnado de uma filosofia de que ele não é capaz de compreender sobre os mais diversos assuntos, proporcionando a este aluno uma maior autonomia na construção de seu conhecimento.

Desta forma, o professor seria conduzido a novas formas de pensar e de atuar em sala de aula, pois precisaria refletir sobre o papel dessas ferramentas no ensino e como elas podem ser inseridas em classe. No entanto, surge um novo desafio para a educação: adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e a apropriação crítica desses novos meios (KENSKI, 2014).

Portanto, a mediação realizada pelo professor ganharia outros sentidos, pois exigiria do educador conhecimentos além do conteúdo de sua disciplina. E seria preciso conhecer as novas ferramentas de comunicação e incorporá-las, para adaptá-las a sua prática pedagógica, sendo que somente assim, o professor atuaria de forma mais efetiva no ensino de língua e linguagens, atendendo às novas necessidades sociais e comunicativas dos alunos.

Porém, para que o uso destas novas tecnologias fosse produtivo e promovesse uma aprendizagem significativa, seria necessário que o material a ser utilizado também fosse significativo para o aluno e para o professor.

No entanto, como aborda Freitas (2009, p. 6), não podemos esquecer-nos das dificuldades enfrentadas pelo professor para incluir em sua prática pedagógica o uso do computador e da internet, pois esta dificuldade é produto de sua formação deficitária na área das novas tecnologias, além de um deficiente conhecimento em relação às possibilidades dessas tecnologias em sala de aula, uma vez, que na maioria das vezes, estas são vistas apenas como “novos aparelhos audiovisuais, como máquinas de escrever mais sofisticadas ou simplesmente como novos recursos didáticos”.

Falta ainda ao professor uma maior compreensão de como esses novos recursos pode interferir na aprendizagem, de como a internet pode trazer novas formas de aprender e de ensinar os conteúdos, salienta Freitas (2009).

Freitas (2009) diz que o computador e o acesso a informática não produzem milagres nas mãos daqueles que não sabem o que fazer com eles. No entanto, o mais importante nesta nova maneira de manusear o instrumento seria a formação do docente, mostrando a ele que, através das TICs e com o domínio de novas atividades em sala de aula, a forma de interação com os alunos se modificaria e a possibilidade de demonstrar o poder que tem o conhecimento estimularia estes sujeitos a buscarem cada vez mais informações e conhecimento científico.

Surge então o conflito se as novas tecnologias não seriam um entrave para o aprendizado e Ribeiro (2012, p. 29) contesta, negativamente: “As tecnologias não precisam ser encaradas como ameaças, mas como novos meios de fazer, de propor e, por que não, de seduzir, tanto alunos quanto professores”.

Ribeiro (2012, p.29) observa que:

Os novos usos dos objetos de ler e escrever trazem muitas angústias e questões. É comum que os angustiados vejam na nova máquina certa ameaça, mais especificamente acusem de deslumbramento

quem faz uso dela em detrimento do papel. As questões podem ser mais produtivas, pois parecem revelar um período de transição em que muitos se perguntam se isto é melhor do que aquilo ou se há mais efeitos importantes nisto ou naquilo.

As novas mídias têm de ser vistas como auxiliares e não como fundamentais. O professor não deve disputar espaço com as novas mídias ou vê-la como a salvadora de alunos indisciplinados, sem interesse em adquirir novos saberes. Cabe sempre um trabalho reflexivo na atividade em sala de aula, um desafio constante em propostas colaborativas aos alunos. Dentro de um ambiente de mútua ajuda, ninguém torna-se melhor que ninguém e aprender torna-se mais estimulante.

Considera Ribeiro (2012), e também os Parâmetros Curriculares Nacionais, que o letramento deve se estender a todos os ambientes em que o texto seja importante e sendo preciso ampliar as possibilidades de letramentos. Para a autora, a escola deve admitir como necessárias novas tecnologias e levá-las para dentro de seus muros o que ela denomina como “práticas da sociedade”.

A leitura, as práticas de leitura, letramento, sistema de mídias são conceitos importantes para quem lida no cotidiano da sala de aula. São os professores que influenciam os alunos na formação como leitores e produtores de texto e, apesar de terem chegado em poucas décadas, tem-se lidado com grandes desafios, alerta Ribeiro (2012, p. 44), ao mencionar as novas tecnologias. O professor deve levar o aluno conhecer novos mundos, novos territórios e ensiná-lo como e o que é importante conhecer. Discernir entre o que é importante e correto e o que não passa de informação incorreta, mero boato ou observação irrisória.

O professor deve fazer com que o aluno tenha curiosidade, instigando a sua vontade de pensar, refletir sobre suas atitudes e o mundo que o cerca. As tecnologias de nada servirão se houver mentes retrógradas que conduzam o pensamento dos jovens em sala de aula. O professor deve seguir como guia de novas atividades, de propósitos firmes, voltados ao interesse de comandar uma revolução que surgirá na educação de espírito crítico e inovador. A informática e nem os grandes vestibulares e concursos devem ser o guia, mas sim uma mentalidade de mudança na educação, que carece de um novo olhar diferente.

BREVES CONSIDERAÇÕES

As novas tecnologias, hoje, abarcam as mais variadas áreas de conhecimento. Com isso, novos gêneros textuais surgem a partir das necessidades dos leitores. É preciso que os professores estejam a par das novas mídias e utilizem os novos gêneros para inserir a educação nessas diferentes formas de ler e escrever.

Com a utilização de novos gêneros nos mais diversos suportes, percebemos hoje a existência não de um letramento, mas sim diferentes letramentos. Isso porque há vários contextos de realização da língua, que exigem variadas interpretações e, a depender da atuação de cada indivíduo na comunicação, criamos uma nova relação com a informação e com o mundo.

Neste contexto, o professor assume um papel de facilitador da aprendizagem, levando o aluno à construção e entendimento dessas novas formas de letramento, e fazendo-o enxergar-se como sujeito ativo do conhecimento.

Assim, o educador contribuirá para que o aluno alcance uma aprendizagem significativa. É importante que as novas mídias possam contribuir ao letramento integral – ou letramentos – dos alunos envolvidos, através do engajamento discursivo e do desenvolvimento de consciência crítica sobre seu próprio aprendizado, alcançados com o apoio do professor.

Portanto, a escrita e a leitura vêm sendo modificadas e influenciadas pela existência de novos dispositivos, softwares e ambientes de produção textual. Se os gestos de ler foram redesenhados ao longo dos séculos, os gestos de escrever não passaram sem modificações também (RIBEIRO, 2012). O aluno deve ter contato com as novas tecnologias e que elas sirvam não apenas como suporte, mas sim como uma ferramenta que contribui para o seu aprendizado e, mais adiante, com o seu cotidiano.

REFERÊNCIAS:

BAKHTIN, M. Gêneros do discurso. In: **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ed Hucitec, 1981. 149 p.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 248 p.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção, "Janela sobre a utopia: computador e internet a partir do olhar da abordagem histórico cultural.

Diponível em: http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT16-5857_2009_--Int.pdf. Acessado em: 15/11/2016.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2014.

LEVY, P. **Cibercultura.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, Produção de Textos e a Escola:** Reflexões sobre o processo de letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2007. 111 p.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais:** definição e funcionalidade. São Paulo. 2002. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria A Auxiliadora (Org.). Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Novas tecnologias para ler e escrever:** algumas ideias sobre ambientes e ferramentas digitais na sala de aula. Belo Horizonte: Rhj Livros, 2012.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Obras Escogidas:** Problemas del desarrollo de la psique v.2. Madrid: Antónío Machado Libros, 2012.

O CONCEITO MISSÕES EM PARALELO À ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL DOS ANOS 20 A 60

Juliana Oliveira Cherulli Dias (aluna de pós-graduação em Design de Interiores, SENAC Ribeirão Preto); jucherulli@gmail.com*

Resumo: O tema em questão se articularia à linha de pesquisa de teoria e história da Arquitetura e do Urbanismo, e está centrado no estudo do neocolonialismo e do conceito missões no Brasil entre as décadas de 20 a 60 em contraponto ao modernismo brasileiro que estava em expansão nesta mesma época.

Palavras-chave: Neocolonial, missões, eclético, patrimônio, modernismo, política nacional.

Abstract: The theme in question would be articulated to the research line Theory and History of Architecture and Urbanism, and is centered on the study of neocolonialism and the missions concept in Brazil between the 20's and 60's, in contrast to the brazilian modernism that was in expansion in this same time.

Keywords: Neocolonial, missions, eclectic, patrimony, modernism, national politic.

INTRODUÇÃO

Esclarecer até que ponto os conceitos arquitetônicos neocolonialismo e missões são difundidos no Brasil entre as décadas de 20 e 60, compreendendo que são conceitos derivados de influências externas, de outros países, mesmo tendo sido incorporado à região em um momento cultural em que as Artes Modernas já estavam surgindo no país, e estas, apesar de terem influências de países estrangeiros, estavam mais voltadas à valorização do nacional, do modo de viver, trabalhar e até da ambiência micro-regional.

Compreender o elo de ligação entre a situação política e econômica do momento em que isso foi instalado, tendo em vista que o capital de giro era alto, e trouxe muita riqueza para a região, com esse capital foi possível construir e decorar essas casas conforme o que era considerado moda, ou estava em alta na época, o que era considerado refinado, a partir daí o conceito de neocolonialismo e do missões se difere, pois o neocolonialismo era bem visto pelas pessoas de grande porte econômico, tem influências diretas da cultura e arte europeias, como França e Itália, provém de passagens histórica

brasileiras relacionadas com a colonização portuguesa. Desde que Portugal se instalou, até aquele momento, muitas influências foram aplicadas de forma direta no país, a arquitetura é uma vertente, e um exemplo são as residências rurais do período colonial que temos exemplos até hoje, mesmo que algumas tenham sido construídas recentemente, são aquelas residências com grandes varandas cobertas que geralmente ocupam toda a extensão de uma lateral da casa, ou até mesmo passam por todas as fachadas.

Enquanto que o 'missões', era algo mais acessível à população geral, devido aos ornamentos, mesmo este sendo tão distante da realidade histórico cultural brasileira, pois advém de certos resquícios da cultura espanhola implantada na América Latina. Essa cultura espanhola chegou até os Estados Unidos por meios indiretos de influência e diretas de colonização local, e assim continuou a ser instalada no Brasil, mais recentemente como influência direta, devido à questão simbólica da Califórnia. O cinema já era um item presente na realidade brasileira, e Hollywood exportava em grande escala as tendências a seguir para cá, o estilo missões veio junto.

Me parece que, embora Hollywood tenha contribuído para a difusão do estilo no Brasil, outros fatores podem ter sido tão ou mais importantes. Um deles: a própria beleza do estilo missões. Como observou o historiador da arquitetura Paulo Santos, "o Neocolonial era grave e viril, o Mission Style gracioso e delicado (...) Na luta pela sobrevivência seriam as formas hispânicas – talvez mais livres e menos anacrônicas – as que mais resistiram". (SANTOS, 1996).

Ambas as vertentes, concorrem com o surgimento de uma arquitetura moderna brasileira que aos poucos foi se materializando e adquirindo características próprias que se destacaram frente ao contexto mundial, chamando muito mais atenção dos holofotes. Esse novo conceito de arquitetura foi se inserindo dentro da paisagem brasileira de forma muito natural a ponto de ser mais valorizada em questão de cuidados de caráter histórico e artístico quando comparado ao missões por exemplo, isso devido às suas origens de cunho político-sociais.

É necessária uma análise para comparação da situação atual destes pontos de interesse, tendo em vista que a maneira que os conceitos neocolonial e missões são tratados, e por que se difere tanto do tratamento dado ao resultado da arquitetura moderna, se é dada uma atenção visando sua preservação, se já se transformaram em ruínas, se faz parte da memorial visual da cidade, se sim por que é ou não preservado ou

requalificado, passando por duas vertentes, até que ponto a preservação ou “vida” do objeto arquitetônico depende da população e que momento depende do discernimento do órgão público.

DESENVOLVIMENTO

O ESTADO MODERNIZADOR

O modernismo brasileiro pode ser entendido desde 1922 com a Semana de Arte Moderna, momento em que houve uma quebra de paradigmas dentro do cenário buscando a identidade artística nacional, mesmo estando relacionada com as vanguardas europeias, entra a questão, o que caracteriza o Brasil? Surge a necessidade de estabelecer pontos de instituição, cultura.

Em seguida com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, pois foi neste momento que a atenção se voltou para a arquitetura moderna, como parte importante da modernização do país, o contexto político foi essencial para que houvesse espaço para o crescimento e materialização desta arquitetura, pois ela trazia o futuro, seu momento final pode ser compreendido com o golpe militar de 1964.

A arquitetura moderna brasileira adquiriu primeiramente uma dimensão simbólica de monumento, isso devido ao backup político, foi assim que a elite e a classe média passaram a enxergá-la como uma referência e utilizá-la em uma menor escala. A questão da nacionalidade foi muito presente durante o governo Vargas, a ideia de criar uma nação, uma cultura em comum para a sociedade, para isso foram utilizados vários recursos, desde o “horário do Brasil”, a tecnocracia - os arquitetos foram instalados dentro do governo dentro de certos departamentos, a fim de promover a sanitização e planejamento urbano das cidades menores) - até implantação de novos ministérios e da arquitetura a ser utilizada como uma identidade da nova política nacional como um instrumento para a modernização. Isso só foi possível junto ao aceleração industrial que estava ocorrendo, as indústrias de base foram essenciais para a consolidação da arquitetura moderna brasileira. Junto com isso teve o surgimento do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, a fim de catalogar e proteger bens materiais e imateriais da cultura brasileira.

Este conceito de arquitetura teve influência externa, principalmente advinda de Le Corbusier, mas foi adquirindo suas próprias características devido à vários fatores como o contexto político, o crescimento urbano - que foi diferente das cidades europeias - e o contexto de independência entre os países latino-americanos, que por sua vez, também foi muito diferente. O brise-soleil, o cobogó, as curvas de Niemeyer possibilitadas pelo

concreto armado, os azulejos com temáticas nacionais, a natureza abundante, e a escala e dimensões diferenciadas, são elementos que diferem e chamam atenção em relação ao contexto internacional, é por estes e outros elementos que o Brasil recebe um certo destaque principalmente em meados dos anos 50, mas ainda assim, dentro da literatura, fica atrás de países europeus e dos Estados Unidos.

Foi em Veneza que foi revisada como era escrita a historiografia da arquitetura, no Brasil isso só ocorreu nos anos 80, nesse momento a arquitetura moderna já era tida como objeto de reflexão histórica, assumindo-se como passado.

O NEOCOLONIAL E O MISSÕES DENTRO DO ESTADO DE IDENTIDADE MODERNA

Muitas vezes tidos como vertentes do ecletismo, o missões e o neocolonial têm um viés da afirmação da nacionalidade, tiveram início nos Estados Unidos por volta de 1890, e no Brasil teve sua difusão junto com o início do modernismo, na década de 30, perdurando até a década de 60.

Entre suas características está a busca pelo que foi a arquitetura luso-brasileira no caso do neocolonial, e das características espanholas que foram adaptadas ao México e mais tarde trazida aos Estados Unidos e por eles, no caso do mission style. Diferente da arquitetura moderna, o neocolonial e o missões não tiveram o Estado como grande adepto e difusor, e por isso sua escala era menor, era mais difundido entre a classe média e alta, "além de buscarem encontrar suas referências arquitetônicas nos edifícios coloniais de seus próprios territórios, como ocorreu no Brasil, também se valeram das revistas, manuais e álbuns emanados dos Estados Unidos na produção de seus neocoloniais" (ATIQUÉ, 2011).

Estes conceitos arquitetônicos são muitas vezes postos de lado e não valorizados corretamente, pela afirmação de que "é a completa desvinculação da realidade brasileira – trata-se de um estilo onde a "maquiagem"/decoração é pensada sem aplicação das proporções e regras de composição clássicas. Isto torna o estilo missões bastante "cenográfico", pois seu aspecto está vinculado a uma realidade cultural completamente distinta. Este argumento desqualifica a qualidade do projeto arquitetônico, que aparenta ser mero produto imobiliário, resultante de uma "moda" que carecia de vinculação com a história local." (JÚNIOR, 2011).

Sendo ainda necessário avaliar até que ponto as influências externas são aplicadas dentro do projeto e do adorno em um momento que as cidades brasileiras já estão se configurando dentro de vertentes do que o Estado considerava o ponto catalizador, o modernismo.

Mas é importante afirmar que mesmo que não tenham adquirido atenção total pelo Estado brasileiro, tiveram sim uma relevância, várias indústrias foram abertas a fim de produzir os elementos de decoração necessários ao missões, o que mostra como os Estados Unidos viraram o foco após a Segunda Guerra Mundial. Hoje ao andarmos pela rua podemos perceber como essas construções fazem parte da identidade visual de nossas cidades, pois na década de 30, enquanto o modernismo estava em caráter monumental, o neocolonial estava presente na parte residencial.

Foi na década de 50 com a consolidação da arquitetura moderna no Brasil que o neocolonial e o missões passaram a perder forças e começaram a ser deixados de lado.

CONCLUSÃO

O neocolonialismo e o missões no Brasil não obtiveram grandes críticas a seu favor em questão de cunho arquitetônico, isso devido à dois fatores, um de não terem sido incorporados pela maior escala do poder brasileiro, o Estado, assim não se tornaram elementos de exemplo, não adquiriram atenção a ponto de serem “copiados”. E em segundo lugar pelo aspecto da monumentalidade, esses dois conceitos não sendo adotados pelo Estado, também não tiveram grandes obras que recebessem o background de poder e de identidade visual dentro das cidades brasileiras. A influência externa da Europa e dos Estados Unidos no Brasil é visível pois estes são conceitos que são voltados a isto.

Na maioria das obras de história da arquitetura no Brasil, predominam duas visões sobre o movimento neocolonial, ambas negativas e não necessariamente excludentes. A primeira o entende como um desdobramento do equívoco que teria sido o ecletismo. Para a segunda, apesar dos enganos, ele contém sementes do modernismo arquitetônico. (CONDURU, 2009)

É importante averiguar até que ponto esses conceitos são valorizados dentro do Brasil, pois fazem parte da história arquitetônica do país e também marcaram dentro do parâmetro de inovações construtivas, de demanda de novas indústrias, e elementos visuais que ainda são presentes no visual urbano. Muitas vezes os exemplos neocoloniais e missões são postos de lado pelos órgãos e administradores responsáveis pelo restauro, retrofit, ou qualquer outra ação de manutenção destas construções, pois acabam não sendo considerados historicamente ou artisticamente de valor, e os são.

Já quanto ao modernismo, por desde o princípio ter sido adotado como um símbolo de desenvolvimento, de modernidade, de futuro, sempre obteve mais atenção, tanto

nacional quanto internacional. Muitos foram os arquitetos e urbanistas que se destacaram nesse cenário, chamando cada vez mais atenção junto ao desenvolvimento do modernismo brasileiro que foi adquirindo aos poucos, suas próprias marcas. Por todo esse período o Estado o adotou e foi um conceito que conseguiu ser concretizado até a esfera máxima, que foi a construção de Brasília. O país estava em um momento político, social e cultural de necessidade de unificação, era necessário formar uma nação neste lugar geograficamente de grande, e isso foi feito através de vários itens, a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo moderno, foram alguns deles.

O espaço público da cidade decimonônica, inventado “de cima para baixo” pelo Estado, com o fim de integrar e sujeitar uma sociedade que se percebe à beira da dissolução e da anarquia, é o produto dessas tensões, o meio moderno, produtor de modernidade, com que se busca alcançar uma modernização harmônica e sem conflitos, ainda que o conflito se mostre rapidamente como a contraface necessária da ampliação da arena política que abre a nova cidade. (GORELIK, 1999)

Até hoje é possível perceber como o modernismo brasileiro ainda é valorizado, ele começou pela escala monumental, o que demanda mais atenção e cuidados, as críticas recebidas da mídia e literatura internacional mostram a importância que é dada a isto, o resultado são obras modernas brasileiras ou de sua influência, em vários países do mundo, como o prédio da ONU em Nova York nos Estados Unidos, a fachada da sede de editora Mondadori em Milão na Itália, o bairro Little Brazil em Johannesburg na África do Sul, entre outros.

REFERÊNCIAS

ATIQUÉ, Fernando. “**Urdiduras Continentais no debate acerca do Mission Style. Notas sobre o Pan-Americanismo na Arquitetura Neocolonial.**” Revista Eletrônica da ANPHLAC, nº10, janeiro-junho/2011. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1293>>. Acesso em novembro de 2016.

CONDURU, Roberto. “**Entre histórias e mitos. Uma revisão do neocolonial**”, Resenha Online, Vitruvius, nº 093.01, ano 08, setembro de 2009. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.093/3025%20/>. Acesso em novembro de 2016.

GORELIK, Adrián. "**O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização**". In: MELO MIRANDA, Wander (ed.). **Narrativas da modernidade. Belo Horizonte**, Autêntica Editora, 1999.

JACKSON, Helen Hunt. "**Ramona**". Estados Unidos, New American Library, 2002, 376 p.
JÚNIOR, Jorge Luis Stocker. "**Um pouco do estilo Missões.**", Diezeit, agosto de 2011, Disponível em <<http://dzeit.blogspot.com.br/2011/08/um-pouco-do-estilomissoes.html>>. Acesso em dezembro de 2016.

MOTA, CARLOS GUILHERME. **Ideologia da cultura brasileira** (Brasil 1933-1974). São Paulo, Ática, 1977

ROLNIK, Raquel. **O que é a Cidade**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

SANCHÉS, Lorena Marina; CACORPADO, Fernando Alonso. "**Tandil y Mar del Plata, dos historias, dos ciudades, dos tipos de patrimônio modesto**". Nº 144.03, ano 12, maio/2012. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.144/4342>. Acesso em dezembro de 2016.

SANTOS, Paulo. F. "**Quatro Séculos de Arquitetura, Rio de Janeiro**", IAB, 1981, apud RUBIES, Jorge Eduardo, "**O Estilo Missões ou Estilo Mexicano**", disponível em piratininga.org. Acesso em agosto de 2016.

SCHWARTZ, Jorge. "**Brasil: da Antropofagia a Brasília [1920-1950]**", COSAC & NAIFY, 2002.

SENNOTT, Stephen, "**Encyclopedia of the 20th-Century Architecture**", Volume 1, New York : Fitzroy Dearborn, 2004.

INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS NOS CURSOS TÉCNICOS

Fabiana Helena Zen Gorayeb (Docente ETEC Ribeirão Preto);
fabianagorayeb@hotmail.com

Silvia Helena Ferreira Pagliarini Zen Gorayeb (Docente ETEC Ribeirão Preto);
silviagorayeb@uol.com.br

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo despertar a consciência e estimular ações dos alunos dos cursos técnicos da ETEC José Martimiano da Silva - Ribeirão Preto-S.P., objetivando integrá-los na realização de campanhas ético-solidárias, o que resultou numa maior motivação e estímulo para o processo ensino-aprendizagem, restaurando valores e princípios éticos na formação do aluno e favorecendo a mudança de atitude frente a utilização de recursos escassos do meio ambiente, por meio de ações conscientes e pautadas no conhecimento técnico desenvolvido em cada curso. Diante desse método notou-se que as aulas se tornaram mais interessantes para o aluno e para o professor, havendo maior interação com conteúdos técnicos do curso e sua prática na comunidade. Foi desenvolvida nos alunos a capacidade de articulação do conhecimento adquirido, conectando-os para a prática, com a consciência de um processo de aprendizagem responsável, contínuo e integrado. Houve maior proximidade nos relacionamentos e a tolerância com as diferenças pessoais propiciou maior integração entre os alunos dos diferentes cursos da ETEC de Ribeirão Preto- S.P., uma vez que todos puderam se expressar sem crítica ou julgamentos. Foi nesse ambiente livre de preconceitos que o aluno pode articular suas ideias, pensamentos e sentimentos, exteriorizando sua participação efetiva e conjunta, motivados pela didática docente e pela utilidade prática da teoria que era transmitida na sala de aula. Houve um maior interesse no aprendizado, uma vez que o conhecimento técnico tinha agora uma urgência em sua aplicação. Notou-se nesse processo um amadurecimento emocional e mental dos alunos, tornando-os mais conscientes da realidade, tolerantes com as diferenças e responsáveis na sua conduta.

Palavras-chave: Consciência. Ética. Solidariedade

Abstract: The objective of this study was to raise awareness and stimulate the actions of students from the José Martimiano da Silva-Ribeirão Preto-SP ETEC courses, in order to integrate them into ethical-solidarity campaigns, which resulted in greater motivation and encouragement for The teaching-learning process, restoring values and ethical principles in the formation of the student and favoring the change of attitude against the use of

scarce resources of the environment, through conscious actions and based on the technical knowledge developed in each course. Facing this method, it was noticed that the classes became more interesting for the student and for the teacher, there being more interaction with the technical contents of the course and its practice in the community. Students were able to articulate the acquired knowledge, connecting them to the practice, with the awareness of a process of responsible, continuous and integrated learning. There was greater closeness in the relationships and tolerance with the personal differences provided greater integration among the students of the different courses of the ETEC, since all could express themselves without the criticism of others or the teacher's judgment. It was in this environment free of prejudices that the student can articulate his ideas, thoughts and feelings, externalizing their effective and joint participation, motivated by the teaching didactics and by the practical utility of the theory that is transmitted in the classroom. There was a greater interest in learning, since technical knowledge now had an urgency in its application. In this process an emotional and mental maturation of the students was observed, making them more aware of reality, tolerant of differences and responsible in their conduct.

Keywords: Consciousness. Ethics. Solidarity

INTRODUÇÃO

Com a observação do interesse dos alunos pelos assuntos abordados nas aulas de Ética e Cidadania, envolvendo debates sobre comportamento ético, moral, política, relacionamentos, preconceitos, corrupção os quais despertavam nos alunos muitas ideias e sugestões, estimulando-os a desenvolverem trabalhos com boa pesquisa e motivação, pensou-se na realização de um projeto que pudesse integrar todos esses alunos dos diferentes cursos em uma prática comum. Nasceu então a ideia de uma participação ética-solidária na comunidade, por meio de uma campanha que desenvolvesse neles uma responsabilidade própria de cidadãos atuantes, com princípios e valores aplicados ao ser humano e ao meio ambiente, aliado ao conhecimento técnico adquirido em cada curso e, preparando-os para multiplicar esse aprendizado na comunidade em estão inseridos.

Os alunos foram convidados a interagir com a comunidade, conversando com as pessoas sobre os assuntos desenvolvidos em sala de aula, de maneira a ouvi-las com respeito e colocando seu conhecimento de forma responsável, pois só assim o aluno poderia motivar essas pessoas para a aquisição de valores éticos e mudança de hábitos em relação ao meio ambiente

Os resultados apresentados no comportamento dos alunos permitiram avaliar positivamente esse projeto, uma vez que foi dada uma utilidade prática e concreta para as aulas de Ética e Cidadania Organizacional. Os alunos foram colocados numa posição de sujeito consciente apto à ação, pois cada um, com suas vivências e aprendizado, colaborou no desenvolvimento dessas campanhas, num processo de criação de ideias, inclusão de experiências e motivação para a ação, efetivadas junto a conscientização da comunidade.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Iniciou-se o presente projeto com uma campanha em auxílio à uma entidade assistencial da cidade. Para isso, foram eleitas comissões em cada classe em que a docente, autora do projeto, ministrava suas aulas. Essas comissões tinham por função difundir as informações entre os demais alunos, solicitando participação e responsabilidade nas tarefas propostas. Desta feita, os alunos de cada curso informavam para a comissão de sua classe o nome de entidade que visitaram, como também as carências e necessidades observadas na visita.

A comissão formada por alunos do curso técnico de **Edificações** visitou todas as entidades sugeridas. Após um estudo minucioso das entidades visitadas foi eleita uma entidade e todos os alunos puderam visita-la mediante agendamento prévio com a assistente social, que gentilmente mostrou para cada grupo todo o funcionamento da entidade.

Uma vez conhecida a entidade por todos os alunos, foi estabelecida uma parceria com a professora do curso técnico de **Administração**, que ministrava o componente de Administração em Marketing, a qual juntamente com os alunos desse curso desenvolveram o cartaz para divulgação, adequando o conhecimento da sua matéria para todo o desenvolvimento da campanha. Esses alunos também tinham a tarefa de buscar, junto as empresas da cidade, patrocinadores, os quais, uma vez contatados, seriam informados de todo o projeto desenvolvido pelos alunos da ETEC e da importância dessa atividade para a formação de cidadãos conscientes e atuantes na vida profissional e na sociedade.

Os alunos do curso técnico de **Informática** ajudaram na divulgação da campanha em mídias sociais e fizeram os ajustes na arte dos cartazes, com programas apropriados para essa tarefa.

Os alunos do curso técnico de **Secretariado** elaboraram os ofícios para entrega nas empresas da cidade, solicitando doações, como também agradecendo as recebidas. Visitaram supermercados e drogarias, informando sobre a arrecadação de fraldas geriátricas, leite, suco e material de limpeza para a entidade escolhida pelos alunos.

Os alunos do curso técnico de **Serviços Jurídicos** desenvolveram palestras informativas, elencando os direitos presentes na legislação para a clientela atendida na entidade. Realizaram palestras sobre: Direitos da pessoa deficiente e o papel do Estado, Estatuto do Idoso e Legislação do Trabalho Voluntário, informando todos os benefícios legais que podiam ser pleiteados junto ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, ao INSS e as Secretarias de Assistência Social.

Os alunos do curso técnico de **Design de Interiores** decidiram por restaurar alguns móveis da entidade por meio de técnicas apreendidas no curso, embelezando o local e tornando a o ambiente mais agradável. Outros alunos do curso optaram pela confecção de trabalhos artísticos, dentre eles flores artesanais, os quais foram vendidos, arrecadando dinheiro para compra dos produtos solicitados pela entidade. A realização desse trabalho envolveu todo o conhecimento adquirido nas aulas do curso, acrescido de atividades de planejamento, orçamento de materiais, formação do preço de venda e técnicas de exposição dos trabalhos confeccionados. Alguns desses alunos acabaram por demonstrar muito talento nessa etapa administrativa e manifestaram interesse em cursar o técnico em Administração e se prepararem para montar o próprio negócio.

Os alunos do curso técnico de **Nutrição** se dispuseram a orientar as cozinheiras da entidade, elaborando também um cardápio semanal, de acordo com valores nutricionais necessários para a faixa etária da clientela atendida.

Os alunos dos cursos técnicos de **Eletrônica e Eletrotécnica** se responsabilizaram pelo armazenamento dos produtos arrecadados em local fornecido pela Direção da ETEC, realizando semanalmente relatórios informando a quantidade de produtos doados em estoque. Esses alunos, juntamente com os alunos do curso de Mecânica e Mecatrônica, desenvolveram planilhas para controle patrimonial de equipamentos da entidade, realizando consertos daqueles que apresentavam defeitos ou estavam em desuso pelo mau funcionamento ou depreciação. Fizeram reparos necessários e afixaram na entidade uma rotina de manutenção, mediante utilização dessas planilhas técnicas.

Os alunos do curso de **Saúde Bucal** divulgaram informações úteis sobre a prática da saúde da boca. Ao final apresentaram uma palestra encerrando a campanha, a qual contou com a presença de alunos, seus familiares e convidados, professores, membros da entidade e patrocinadores da campanha. Essa palestra teve por objetivo agradecer a todos pela colaboração e entregar para a entidade todo o material arrecadado, como também dar conhecimento e difundir essas práticas realizadas na ETEC para toda a comunidade.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Comprovando os resultados do projeto, os alunos que participaram da campanha começaram a demonstrar muito interesse em participar novamente e transmitiam suas experiências aos novos, enquanto que para os docentes o relato era de uma maior motivação dos alunos frente aos conteúdos desenvolvidos em sala de aula, uma vez que estavam sempre procurando a utilidade prática desse conhecimento.

A integração aluno-professor-comunidade favoreceu o diálogo, fazendo com que o aluno se sentisse parte atuante do ambiente escolar, com responsabilidade nos resultados a serem alcançados. Esses alunos se tornaram visivelmente mais solidários e compreensíveis. Houve diminuição dos conflitos em sala de aula e o número de alunos presentes na aula de Ética aumentou, pois existia todo um interesse em compartilhar as experiências a respeito da opinião das pessoas da comunidade acerca dos assuntos polêmicos que envolvem a sociedade.

A comunicação entre os alunos no desenvolvimento do projeto favoreceu a continuidade do aluno no curso, despertando também o interesse em realizar outro curso técnico, uma vez que estabeleceram contato com o conteúdo de outras áreas e fizeram novas amizades.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. A cidadania ativa. Ed. Ática, 1998.
- JACOBI, Pedro. Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania. Rio de Janeiro, Ed. Fund. Getúlio Vargas, 2002.
- HERMANS, Klaus (org.). Participação Cidadã. Novos Conceitos e Metodologias. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.
- OLIVEIRA, Renato José de. Utopia e razão: pensando a formação ética-política do homem contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Ensaio antropológico sobre moral e ética. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- PIZZI, Jovino. O conteúdo moral do agir afirmativo: uma análise sobre os limites do procedimentalismo. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2005.
- RICOEUR, Paul. O si-mesmo como um outro. Campinas: Papirus, 1991.
- RINALDI, Doris. A ética da diferença: um debate entre psicanálise e antropologia. Rio de Janeiro: J. Zahar; EDUERJ, 1996.
- SÁ, Antonio Lopes de. Ética profissional. São Paulo: Atlas, 1996.

MODA – MODELAGEM E DESIGNER, A CRIATIVIDADE A SERVIÇO DA ACADEMIA DE MODA

Fauzi Tahan - fauzi.tahan@sp.senac.br *

Resumo

Foi em minhas observações docentes em nossa instituição que venho creditando o valor e a necessidade do uso inerente do Humano em suas possibilidades criativas, elemento essencial para o mundo da Moda e do conhecimento autêntico e de criticidade. Pensando neste quesito: "Criatividade", pretendo neste processo avaliar a conduta de professores e alunos em detrimento do trauma em errar ou não necessariamente alcançar o clímax da avaliação tradicional, o mesmo acontece em possibilidades curriculares que processam a pedagogia estática, presa a currículos ainda distantes da escola nova e da educação para o futuro... Na Moda, principal fonte de recursos sociais na observação de seus movimentos contemporâneos, serve aqui de exemplo factual de como podemos movimentar ações de cotidiano criativo, despreconceituado de ações "matemáticas excludentes", quase temerárias pelo viés histórico escolar da matéria, que na verdade, de acordo com Malba Tahan, matemático e escritor do modernismo brasileiro é, e deve ser criativa... Assim como nos Desenhos de Moda e na Modelagem que atuam em mesmo cenário de regras extremas e docentes que não abrem mão dos "milímetros" que saltam o papel que é recurso e não fim e aplicam-se como memória nada afetiva, nada criativa e cheio de códigos que travam a capacidade crítica observatório dos alunos que se imaginam incapazes de lerem as "tais" apostilas de ponto e linha, marcações e regras que já de imediato emergem como uma visão "geométrica Euclidiana" de repulsa ao material nada maleável... Vivemos, segundo o sociólogo Bauman, uma sociedade líquida, adequável a um mundo "pontilhista" e "consumista" construída de forma cotidiana e coletiva, o que nos faz pensar em movimentos nada estáticos.

Este artigo tende a promover, principalmente na escola de moda uma visão mais adequada ao setor pedagógico que pode, ao meu ver, através de observações sociais inerentes aos estudos da moda, promover discussões no formato pedagógico dos estudos indumentários técnicos da modelagem observatório criativa e tridimensional e também na comunicação gráfica de Moda.

Palavras-chave:

Modelagem Criativa. Experiências Criativas. Observação tridimensional. Desenho contemporâneo. Profundidade. Visão Crítica.

Abstract:

It was on my teachers' observations at our institution that I come crediting the value and the necessity of the use inherent of the Human at yours creatives possibilities, essential element to the Fashion's world and to the authentic knowledge and criticality. Thinking about this question: "Creativity", I intent in this process to evaluate the behavior of teachers and students to the detriment of the trauma in erring or not necessarily reaching the climax of the traditional evaluation, the same happens in curricular possibilities that process the static pedagogy, attached to resumes still distant from the new school and education for the future...In Fashion, the main source of social resources in the observation of contemporary movements, it serves as a factual example of how we can move creative everyday actions, unpredicted by "excluding mathematical" actions, almost reckless by the school historical bias of matter, according to Malba Tahan, mathematician and writer of Brazilian modernism is, and must be, creative... Just as in the Fashion drawings and modeling that act in the same scenario of extreme rules and teachers that do not give up the "millimeters" that skip the paper that is resource and not end and apply as nothing affective memory, nothing creative and full of codes that block the critical observatory ability of students who imagine themselves unable to read the "such" point and line handouts, markings and rules that already emerge as an "Euclidean geometric" view of repulsion to the non-malleable material... We live, according to the sociologist Bauman, a liquid society, suitable to a "pointer" and "consumerist" would built on a daily and collective basis, which makes us think of nothing static movements.

This article tend to promote, especially in the Fashion school a more adequate view to the pedagogical sector that can, in my view, through social observations inherent to Fashion studies, promote discussions in the pedagogical format of the technical clothing studies of creative observatory modeling and three-dimensional and also in the graphic communication of Fashion.

Keywords:

Creative modeling; creative experiences; three-dimensional observation; contemporary design; depth; critical view.

INTRODUÇÃO

As utopias, dizem os historiadores é inerente ao ser humano, tal qual a força do mito. Por este viés, partimos da premissa de que há uma necessidade de filosofar a educação um pouco mais distante do que vimos até aqui, com propriedades suficientes para motivar as novas gerações atendendo suas necessidades em um mundo onde as informações estão dispostas sem qualquer tipo de filtro, as análises exigem do receptor muito mais capacidade interpretativa, portanto, quase que nos parece que quanto maior o "anarquismo", melhor para reflexões rasas e cidadãos corruptíveis.

Portanto, as responsabilidades reflexivas independentes se fazem necessárias. Justamente nesse cenário, emerge o professor, capaz de multiplicar o formato pedagógico, muito além da estrutura prometida como solução acadêmica fixa de gestão e organização para uma boa aula...

Promover uma mensagem falante, descritiva ou sensorial dependem de instrumentos sociais já instalados, OSTROWER (2014) define bem o movimento: "O comportamento de cada ser humano se molda pelos padrões culturais, históricos, do grupo em que ele, indivíduo, nasce e cresce". Portanto, a relação estática de aprendizados tradicionais pode de certa forma não emergir como nova condição de aprendizado criativo. Explicar a um aluno que dois pontos traçam uma reta perfeita pode ser menos interessante que observar a coluna ereta de um humano altivo, o quadril e suas medidas através de uma fita métrica, ou "estórias" do feudalismo e como atuavam em cerzir ou costurar os culotes que emergem historicamente na revolução das ideias... Explicar um encontro indumentário entre um europeu e um nativo e revelar-se em carta aberta de Caminha: que os nativos eram mais belos do que a modelagem de um doublet, seguindo estrutura técnica de Moulage, neste caso, foi desprezado em inventário... Como explicar o botão feminino no lado esquerdo e masculino no lado direito? Em tempo longo as mulheres eram vestidas, assim, nunca mais esquecemos o porquê do lado esquerdo ou direito, complemento que vai além de uma simples regra instituída...

Entender o corpo feminino e suas curvas e o tecido que o cobre planejado em papel sobre a mesa deve saltar os traçados exigidos e flutuar, girar, torcer e tombar na mente poderosa e criativa do ser humano... Uma misteriosa manga deve ganhar elementos e estrutura de ensino que vai além do ligue o ponto "tal" com a linha "x", isso pode não ser explicação nenhuma em um mundo cheio de respostas!

Desenhar o “Homem Vitruviano” de Da Vinci pode não estar adequado aos moldes e olhares múltiplos de seres tão “diferentes”, assumidamente complexos na tentativa transformadora de aceitar a inclusão, tema abordado com maestria por desavisados que pouco os usam...

Se a moda se comunica quase que despota, como devo intervir ou reconhecer softwares e novas possibilidades em comunicar moda de forma lúdica ou tecnicamente expressa com maior propriedade e menos informação que confundem e não se instalam como cultura?

Como devo modelar algo para vestir alguém? Como desenhar a “nova figura humana”? Respostas hermeticamente solicitadas em discurso codificado e cabeças somadas que determinam altura fixa! Dizem que somos a altura de oito cabeças e meia! Será mesmo? Moda é muito mais do que isso!

Desde as primeiras culturas, o ser humano surge dotado de um dom singular: mais do que *Homo Faber*, ser fazedor, o homem é um ser formador. Ele é capaz de estabelecer relacionamentos entre os múltiplos eventos que ocorrem ao redor e dentro dele. Relacionando os eventos, ele os configura em sua experiência do viver e lhes dá um significado. Nas perguntas que o homem faz ou nas soluções que encontra, ao agir, ao imaginar, ao sonhar, sempre o homem relaciona e forma. OSTROWER, Fayga: Criatividade e processos de criação/Petrópolis, Vozes,2014.

Percebemos em nossas experiências acadêmicas na área que, quanto mais nos esforçamos em determinar certas regras que auxiliam de forma “positivista”, sem possibilidades, menos interessante e sacrificante se torna o aprendizado da modelagem, pouco discutido em acreditar na força da observação e instituir o formato criativo, de entendimento tridimensional, não apenas à visão plana do próprio método. Neste caso não devemos instalar o método como único processo pedagógico, mas, também promover metodologias criativas. Providenciando motivação suficiente para defender o ser formador em estabelecer seus próprios códigos, como ser fazedor e formador. O mesmo pode-se pensar das estruturas em projetos gráficos de moda, regras e ferramentas estáticas por demais e que desde início contradizem nossa proposta de abertura ou uso de estratégias também criativas. Devemos claro, salientar que, os alunos que por qualquer medida ou observação são capazes de produzir com qualidade porque normalmente se mostram

socialmente criativos, reconhecendo indiretamente o despreparo dos outros, quando na verdade, isso não é verdade! A dicotomia neste caso é fator relevante neste projeto questionador, até que ponto existe de fato a criatividade em ambientes reconhecidos como tal? Está é uma discussão ou uma verdade? Desvelar, seria talvez revelar-se em objetivos propostos no formato filosófico da Escola do Futuro. Tema contemporâneo na educação atual, assumindo então, um passado vivido no agora que se faz urgente questionar!

DESENVOLVIMENTO

O desafio está em encontrar metodologias que não desprezem o método, mas, se adequem de forma particular a bagagem de ferramentas sociais criativas do coletivo e do particular. Observação primária em relatório prévio do professor, ferramenta de pesquisa e estudo do melhor plano de aula a ser executado.

Neste momento o desenvolvimento do aprendizado deve partir do princípio que informações sócias podem alterar a expectativa do professor em relação a novos aprendizados. Como atuar em um cenário desconhecido e transformar regras fixas que não se adaptam ao entendimento cerebral ou estoque empírico de conhecimento. Neste momento visualizar de forma ampla e com uso de ferramentas educacionais disposta em nossos laboratórios ou salas de aula. Lousa digital, som ambiente, modeladores e equipamentos já adequados para um processo criativo de sucesso.

Saltar o tradicional momento em exemplificar a leitura de qualquer medida métrica, alcançando alicerce cerebral suficiente para a invasão de novos neurônios criativos que sem sombra de dúvidas estabelecem aprendizado de maior qualidade e com durabilidade resistente. A forma estrutural da aula deve pautar-se na construção primária de conhecimento, momentos que envolvam o aluno em processos dinâmicos no visualizar as formas e os significados que promovem novas possibilidades. Exercícios visuais replicados e planejados, discussão dialogada sobre os resultados e diagnóstico de qualidade por autoconhecimento, só possível através de elementos de criticidade apresentados no reconhecimento cultural desenvolvido nos exemplos e exercícios primários, quase sempre relacionados ou conectados com a biografia de moda que funda o conhecimento em questão, como exemplo: a fita métrica e a construção histórica de sua necessidade maleável e a moulage, nascedouro da estrutura de montagem das mais sofisticadas peças do século XV, tratada como descoberta e possibilidade de estudos modernos em nova releitura...

Uma pintura retratista do Rei Sol, nos parece uma pose social de leituras e significados facilmente equilibrados entre uma capa de revista pop ou não, são mensagens

gestuais e olhares sociais que envolvem nossa mente e classificam até mesmo a intensão do retratado em significar um status social, leitura antropológica e complementar que serve de subsídio nos estudos dos movimentos dos croquis de moda... A tecnologia têxtil e seus caimentos descobertos em plena revolução industrial e não saída imediatamente de um tear eletrônico, mas, nascida em uma trama produzida pelos nossos autóctones. Não podemos pensar em tempo curto, quando estamos formatando a capacidade criativa do ser, independe do tempo neste caso e disposta a todos indistintamente.

CONCLUSÃO

Este questionamento procura estabelecer uma relação mais aberta, amplificada entre método e metodologia na condução de aulas de moda nas subáreas de modelagem e desenho de moda, muitas vezes descritas pelos alunos como "matemáticas" e positivistas por demais, não contribuindo para a motivação que outrora existia e que agora se mostra decepcionante...

Encontrar respostas simples na evasão de alunos não seria pensar além da cultura de faltas, atrasos e tantos outros motivos que se desculpam como gentileza de acato. Algumas propostas de aula emergem em rostos assustados, representando mentes cheias de dúvidas, o aluno quase não consegue entender o desafio em perguntar, questionar, participar, distanciando a proposta contemporânea de construção coletiva do aprendizado. Estas são observações particulares em experiências docentes observatórios que tento adequar a planos de aula menos positivistas, exatos e mais criativos, pensantes e reflexivos... Números, letras e palavras são signos que podem ser usados com maior flexibilidade, talvez o manual de instruções nada nos explica entendendo que foi descrito para um ser aculturado ao seu modo. Talvez melhor seria buscar observações que são muito mais exemplares em respostas dos porquês, do que satisfação em atender a resposta que o avalie em seleção ou ranking de saber que exclui e não produz base criativa suficiente para o exercício da dialética. Muitos são os casos de costureiras que dizem entender o molde, mas não conseguem explicar e buscam no curso esclarecimentos que saltem o saber... neste caso as teorias não podem estar desconectadas às práticas e do exemplar técnico cotidiano do mundo do trabalho, estas respostas devem acontecer baseada em um planejamento consciente e crítico do professor, pode-se revelar como: muito mais uma interferência cultural, permanente, do que um aprendizado manco, baseado em respostas que irão continuar sem explicações! Propomos aqui, reflexão sobre a desgastante tarefa em ensinar sob a égide de sistemas fixos com respostas

“desculturizadas”, estereis e nada criativas no mundo da modelagem e da comunicação gráfica de Moda.

Plano de Ensino / aula: (Palestra dialogada)

Objetivo Geral	Reflexão sobre os mecanismos curriculares e metodológicos tradicionais - os novos movimentos criativos de abordagem pedagógica na área de modelagem e Desenho de Moda.
Objetivos Alargados:	<ul style="list-style-type: none">• Relacionar e compreender a relação de comportamento: tradicional, contemporâneo e vanguarda na observação crítica do ensino da modelagem e do desenho de moda.• A influência da “MODA” e suas informações criativas no uso didático da matéria em questão.• As novas discussões em torno de modelagens criativas e processos de aprendizado menos positivistas.• As reivindicações de alunos na facilitação de códigos de ensino pautados no conviver profissional e menos parcial aos esquemas planejados de aulas imobilizadas em apostilas.• Avaliação de processos e usos tecnológicos facilitadores.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none">• Exposição teórica dialogada• Exercício indutivo• Debate final 0;45H
Recursos:	Material disponibilizado em laboratório de moda Material de desenho indutivo (produzido pelo palestrante)
Avaliação:	Debate

Motivação:	Reconhecer e interpretar os diferentes conceitos quanto ao olhar cotidiano de “moda” e sua influência em nossas vidas. A importância de interpretarmos de maneira crítica o aprendizado de moda, contribuindo para otimizar e valorizar o ensino da Moda e
------------	--

	sua importância cultural no desenvolvimento de novos conceitos e olhares, base de definição de todo processo que envolve “Estudos de Moda”.
--	---

REFERÊNCIAS

- OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Ed. Petrópolis, vozes, 2014.
- BRYANT, Michele Wesen. **Desenho de Moda, técnicas de ilustração para estilistas**. Ed. Senac, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo, a transformação das pessoas em mercadoria**. Ed. Zahar, 2008.
- NAVARRI Pascale. **Moda & Inconsciente, olhar de uma psicanalista**. Ed. Senac, 2010.
- DUBURG, Anette; TOL, Rixt Van der. **Moulage, arte e técnica no designer de moda**. Ed. Bockman, 2015.
- HALLAWEL, Philip. **A mão livre. A linguagem visual**. Ed. Senac, 2017.

O FENÔMENO DA MODA: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESPÍRITO DAS ROUPAS E SEU PAPEL SOCIAL

Ana Vera Secani (Senac); estilo.anaseceni@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho apresenta elementos que constituem uma investigação de como o vestuário pode traduzir crenças, situações econômicas, sociais e políticas, além de diversos fatores culturais implantados e absorvidos por determinada sociedade. O objetivo deste estudo é gerar uma reflexão relacionada a inúmeros acontecimentos de períodos históricos e contemporâneos que influenciaram e ainda influenciam o comportamento humano, sendo de muitas maneiras manifestados através das ferramentas da moda comunicando a forma de pensar, sentir e agir de um povo. Com esse propósito faremos uma viagem ao tempo através de exemplares observados principalmente em obras de arte, desfiles de moda, fotografias e livros históricos que revelam a materialização do *zeitgeist*, o espírito de cada época, de cada tempo através da indumentária. As análises destes símbolos apresentam-se como uma forma de comunicação não verbal, capazes de demonstrar uma filosofia de vida, uma ideologia, um sentimento, um desejo ou necessidade em que o principal objetivo se dá na integração do homem com todo o contexto em que vive, em que experiência a vida em cada momento gerando arquétipos. Este artigo mostra uma visão sistêmica e prospectiva da utilização da moda, abordando sua manifestação no passado, no presente e contribuindo para uma projeção futura.

Palavras-chave: História. Costume. Comportamento. Social. Identidade. Sustentabilidade

ABSTRACT

This work presents elements that constitute an investigation of how clothing can translate beliefs, economic, social and political situations and diverse cultural factors implanted and absorbed by certain society. The purpose of this study is to generate reflection related to numerous events of historical and contemporary periods that influenced and influence human behavior and in many ways manifested through the tools of fashion communicating the way of thinking, feeling and acting of a people. With this purpose we will make a trip to time through copies observed mainly in works of art, fashion shows, photographs and

historical books that reveal the materialization of the zeitgeist, the spirit of each epoch, of each time through the dress. The analyzes of these symbols are presented as a form of non-verbal communication, capable of demonstrating a philosophy of life, an ideology, a feeling, a desire or need in which the main objective is in the integration of man with the whole context in which lives, in which experience life in every moment generating archetypes. This article shows a systemic and prospective view of the use of fashion, addressing its manifestation in the past, in the present and contributing to a future projection.

INTRODUÇÃO

A Moda não se refere somente a uma questão indumentária da forma do vestir-se, ela interpreta uma manifestação do comportamento social. E, sendo interdisciplinar, ela envolve os universos da linguagem visual, da semiótica, da psicologia, da neurobiologia, da antropologia, da sociologia, entre outros.

Ela está presente no cotidiano, ocupando cada vez mais o espaço público e democratizando-se dia-a-dia, sugerindo ao ser contemporâneo suas regras. Assim, a moda funciona com suas próprias leis, desempenhando o papel de traduzir as atitudes sociais, políticas, econômicas, bem como comportamentos em geral, sustentando escolhas de estilos variados que formatam uma época da subjetividade.

O vestuário, sendo uma das formas mais visíveis de consumo, desempenha um papel de maior importância na construção social da identidade. A escolha do vestuário propicia um excelente campo para estudar como as pessoas interpretam determinada forma de cultura para seu próprio uso, forma essa que inclui normas rigorosas sobre a aparência. (CRANE, Diana, 2006, p.21)

A Moda é um fenômeno próprio de certas sociedades e de certas épocas, está em constante movimento, é cíclica, girando de acordo com cada novo desejo ou necessidade. É temporal.

SIMBOLOGIAS ANTECEDEM O SURGIMENTO DA MODA

Quando estudamos a história, observamos que simbologias antecederam o surgimento do movimento da Moda, ao nos depararmos por exemplo com o período da Europa Gótica, temos As Cruzadas que proporcionaram trocas culturais entre o Oriente e o Ocidente,

influenciando a indumentária desta época. Com a queda do feudalismo inicia-se uma vida urbana.

Uma das análises que podemos fazer sobre a obra de arte "O Casal Arnolfini" de Jan Van Eyck, 1434, é a identificação das simbologias que nos mostram um senso estético do qual tudo se voltava aos céus, as mulheres discretas, usavam cabelos presos em formato de cones e cabeça coberta por toucados, raspavam sobrancelhas e cabelos como forma de se aproximar da santidade, apareciam ainda com postura de mulher gestante, mesmo não estando grávida, afinal a luxúria era pecado.

No final da Idade Média e início do Renascimento surge o Fenômeno da Moda, quando as cidades se expandem e a vida social começa a se organizar. Para distinguir as classes sociais, as autoridades passaram a regulamentar o tamanho dos bicos das Poulaines, sapatos estilo botas pontiagudas, dos quais, quanto maior o tamanho do bico do calçado, maior seria o status do usuário perante a sociedade.

Acentua-se então no Ocidente o interesse pelo traje juntamente com o ritmo acelerado das mudanças e a proximidade das pessoas desperta a necessidade de competir, o desejo de se destacar.

O Liripipe por exemplo, era um modelo de chapéu que tinha uma ponta bem comprida que um dos homens da sociedade começou a usar e acabou sendo copiado pelos demais – os homens eram mais vaidosos que as mulheres, que tinham que aparentar submissão aos homens e ter um ar de santidade.

Dessa forma, podemos constatar que as mudanças da Moda dependem das crenças, da cultura e dos ideais de cada época, do modo de ser, sentir, pensar e agir de uma sociedade. E então, o estudo da vestimenta se torna extremamente importante para se adquirir conhecimentos sobre o comportamento humano na sociedade e na história.

MODA COMO MEIO DE EXPRESSÃO, ARTE E PROTESTO

A Moda é formada por um conjunto semiótico capaz de servir a estrutura social, representando uma linguagem social pelo seu poder de acentuar a divisão em classe; reconciliar o conflito entre o impulso individualizador de cada um de nós, ou seja, nossa necessidade de afirmação como pessoa, e por socializador, uma vez que caracteriza pertencimento a um grupo.

Sendo então uma linguagem não verbal com significado de diferenciação e muitas vezes de protesto a alguma situação, ela é capaz de instigar novas formas de pensar e agir, como um exemplo contemporâneo, temos o desfile de Inverno/2014 criado pelo estilista Ronaldo Fraga, intitulado de "Cidade Sonambula" no qual ele aborda as questões da queda da

autenticidade apelativa da qual a sociedade está absorvendo, a verticalização de todas as cidades brasileiras por conta da invasão dos empreendimentos imobiliários, do caos urbano, isso tudo é demonstrado por uma estética trabalhada em shapes, design, tecidos e cartela de cores que fazem referência a cores cinzentas da poluição, ao vermelho, como símbolo do sangue, da carne viva da população desencontrada, desconectada que corre alucinadamente sem saber para onde revelando a perda da identidade.

O vestuário, é sempre significativo e em suas interpretações aproximamo-nos da organicidade da sociedade que o produziu. Afinal, em seus cortes, cores, texturas, comprimentos, exotismo, as roupas dão conta de imprimir sobre os corpos que as transportam categorias sociais, ideais estéticos, manifestações psicológicas, relações de gêneros e de poder. (CRANE, 2013, p. 22).

Através da Moda também podemos exprimir ideias, protestar, demonstrar sentimentos, pois é uma linguagem que se traduz em termos artísticos, representa a linguagem psicológica, que a partir de um conceito traz uma essência, uma alma, um espírito às roupas.

O ESPÍRITO DA ROUPA

A Moda poderia ter sido considerada arte até a chegada da era industrial que a transforma numa sólida organização econômica através da produção em série.

Até a Revolução Industrial e o surgimento do vestuário confeccionado por máquinas, as roupas geralmente se incluíam entre os mais valiosos pertences de uma pessoa. Roupas novas eram inacessíveis aos pobres, que vestiam roupas usadas, normalmente passadas por muitas mãos antes de chegarem a elas. Geralmente, um homem pobre possuía um único conjunto de roupas (...) Os que eram mais ricos o suficiente para possuir guarda-roupas consideráveis julgavam as roupas uma valiosa forma de propriedade para ser legada, após a morte, a parentes e criados. Os tecidos eram tão caros e preciosos que constituíam uma espécie de moeda de troca e frequentemente substituíam o ouro como forma de pagamentos por serviços. " (CRANE. 2013, p. 25).

A produção em massa torna a Moda democrática, acessível a todos, mesmo que atinja um público menos exigente, também estimula o consumo e automaticamente o consumismo. A moda expressa o "Zeitgeist" ou "L'air du temps", ela revela as percepções, as atitudes e as necessidades dos consumidores.

No desfile de junho/2014, no SPFW, o estilista e artista plástico Jun Nakao questionava em suas criações o seguinte: "como uma estrutura pequena e criativa pode sobreviver numa cultura de mercado capitalista, de consumo industrial? ".

A destruição das roupas de papel no desfile não teria como apelo mostrar um fim, mas um começo ao expor o caos atual da moda, resistindo à efemeridade.

Assim podemos também considerar um aspecto bastante contemporâneo que retrata as relações verdadeiras humanas das quais foram traçadas por nós mesmos, porém, atualmente, estamos na verdade sozinhos mesmo que pensando que estamos coletivos, pois na realidade cada um está solitário, fechado em seu mundo particular.

Interpretando essa nova tendência, os sentidos estão cada vez mais voltados ao desejo de conquista do próprio espaço, a velocidade da informação que cria a ilusão da agilidade necessária para abraçar o mundo, ou "Ser dono dele" interfere em nossa alimentação fast food, em poucas relações afetivas, na superficialidade, que acaba gerando contraditoriamente, um desejo de resgate nostálgico, de tempos bons do passado, conforme nos mostra o livro de tendências "Apontamentos, Inspirações, Memórias, SENAI – Inverno 2013".

Então, torna-se possível considerar o movimento cíclico de um produto de moda, que se inicia por um movimento social, partindo para um conceito, após temos as pessoas adeptas que iniciam a veiculação de um novo produto, influenciando de certa forma seus seguidores ou a massa, até chegar aos indivíduos mais resistentes, e assim inicia-se um novo ciclo. Esse movimento da moda constante de busca por produtos inovadores, num ritmo frenético, tem feito com que a indústria têxtil seja uma das mais intensivas tanto em utilizar recursos naturais quanto em termos de recursos humanos, gerando problemas como:

- Desperdício de Matéria-Prima;
- Uso insustentável da água industrial no processo de tinturaria e estamparia, no qual os despejos químicos e descartes de impurezas são feitos diretamente no meio-ambiente, poluindo rios, lagos, cidades;
- Falta ou pouca utilização de tecnologia nas composições têxteis;
- Maltratos, exploração e morte de animais para utilização de pele como matéria-prima;

- Condições indignas de trabalho, exploração de mão-de-obra no mercado de massa nacional.

Assim, torna-se necessário ousar ao estimular e fornecer serviços contemporâneos, com dinamismo criativo e inovador que combinam moda, estética e tecnologia associados a novos valores, hábitos, comportamentos e necessidades das pessoas e do meio ambiente.

OBJETIVOS

1. Oferecer informações e conteúdo para uma compreensão da Moda e do comportamento humano como fenômenos psicossociais bem como sua interferência no meio ambiente.
2. Entender as principais necessidades e desejos que motivam a conduta do consumidor de Moda e as obrigações de questões sustentáveis.
3. Compreender a Moda como manifestação ou expressão individual e de inserção em grupos de referência.

MÉTODOS

Leitura de livros, pesquisa em artigos e matérias, Internet, filmes, revistas.

RESULTADOS

Com a produção em grande escala, sendo trabalhada de forma instantânea, precisa ser repensada imediatamente, logo mais não teremos mais recursos naturais para a vida no planeta terra, com isso inicia-se um novo movimento que talvez não possa deixar de ser capitalista, por essa ser a base econômica e de sobrevivência de nossa sociedade, porém deve ser imediatamente feita com princípios de integração ao meio ambiente e não de depredação com tem acontecido ao longo dos anos.

CONCLUSÃO

A Moda, por ser uma das formas mais sensíveis de representatividade, pois depende do corpo humano para existir, ela reflete a evolução do comportamento, sendo uma maneira de retratar a comunidade.

Contudo, o criador de moda sem impor nada, apenas capta a necessidade momentânea do público destinado. Como o poeta, ele é apenas o porta-voz de uma corrente ainda inconsciente que se esboça.

Consideramos, portanto, que a necessidade é de minimizar a produção fast fashion, de resíduos e desperdícios e trabalharmos a cadeia da indústria da moda de maneira

realmente consciente, atendendo as necessidades econômicas, bem como as pessoais, porém com dignidade a mão de obra, a natureza, aos animais e a todo o cadeia envolvida.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Gilda de Mello e. *O Espírito das roupas – a moda no século dezenove*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CRANE, Diana, 1933 – *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*; tradução Cristiana Coimbra. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

SVENDSEN, Lars, 1970 – *Moda: Uma Filosofia*; tradução Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

NAVARRI, Pascale. *Moda & Inconsciente - Olhar de uma Psicanalista*; Tradução Gian Bruno Grosso. São Paulo: Senac, 2010.

CALANCA, Daniela. *História Social da Moda*; tradução Renato Ambrosio. São Paulo: Senac, 2008.

BRAGA, João. *História da Moda - Uma Narrativa*. 8. Ed. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2009.

LAVIER, James. *A Roupas e a Moda: uma história concisa*; tradução Glória Maria de Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*; tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

A MODA NÃO É A SEGUNDA INDÚSTRIA QUE MAIS POLUI O MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.modifica.com.br/moda-segunda-industria-poluente-sustentabilidade/#.WSjIYmjytPY>>. Acesso em 09 de junho de 2017.

QUAL É A INDÚSTRIA QUE MAIS POLUI O MEIO AMBIENTE DEPOIS DO SETOR DO PETRÓLEO? Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/qual-e-a-industria-que-mais-polui-o-meio-ambiente-depois-do-setor-do-petroleo.ghtml>>. Acesso em 09 de junho de 2017

AS EMOÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DO SUJEITO LEITOR: DO DIALOGISMO EM BAKHTIN A TEORIA DAS EMOÇÕES DE VIGOTSKI

Edel Aparecido Barboza (CUML, Centro Universitário Moura Lacerda);
edelbarboza@yahoo.com.br *

Evani Andreatta do Amaral Camargo (CUML, Centro Universitário Moura Lacerda);
evani.carmargo@mouralarcerda.edu

Lucas Carnio Custódio (SENAC); lcarnio@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho, tem como intenção abordar constituição da história do sujeito leitor, bem como identificar qual o papel das emoções na relação com a construção da história do sujeito leitor de cada aluno, sob a perspectiva histórico-cultural. O objetivo principal é elencar o fator emotivo/volitivo que proporciona a construção do sujeito como leitor que se move a ler. As entrevistas dialógicas estão sendo feitas com os alunos de 9º ano do ensino fundamental de escola pública que foram escolhidos a partir do levantamento de retiradas de livros da sala de leitura da escola, alunos que mais retiraram e alunos que menos retiraram. Após as entrevistas serão levantados eixos temáticos para análise sob a perspectiva histórico-cultural, o qual fatores como ambiente familiar, acesso a livros, pessoas que o introduziram no mundo da leitura, práticas de leitura na escola, entre outros, serão observados e analisados em busca de fatores emotivos que levam o aluno a ler ou não. Por emoção compreende-se toda a ação que, de maneira direta, o sujeito como um todo é "afetado" em sua história social e constituído de

forma que todas as suas dimensões, até então fragmentadas, são “reconstruídas”. Observadas as histórias que promovem a leitura, os conceitos de mediação e intercâmbio cultural da perspectiva histórico-cultural, especificamente de Vigotski e a enunciação e relação texto-leitor-autor em Bakhtin, serão preponderantes diante da análise das relações constitutivas da história de leitor. O trabalho iniciará com uma revisão de literatura visando temáticas como a formação de leitoras e concepções de leitura em Linguística e documentos oficiais para o estudo das relações entre texto, leitor e autor que perpassam pelo plano da significação e, por conseguinte, para o plano subjetivo do sujeito. Sendo assim, a leitura faz parte da constituição do sujeito, e ainda mais, a leitura que toca as emoções do mesmo, visto que as emoções são funções psicológicas superiores, para Vigotski, este trabalho tem a preensão de investigar se a emoção pode ou não ser fator para formação de leitor. O presente trabalho, tem como intenção abordar constituição da história do sujeito leitor, bem como identificar qual o papel das emoções na relação com a construção da história do sujeito leitor de cada aluno, sob a perspectiva histórico-cultural. O objetivo principal é elencar o fator emotivo/volitivo que proporciona a construção do sujeito como leitor que se move a ler. As entrevistas dialógicas estão sendo feitas com os alunos de 9º ano do ensino fundamental de escola pública que foram escolhidos a partir do levantamento de retiradas de livros da sala de leitura da escola, alunos que mais retiraram e alunos que menos retiraram. Após as entrevistas serão levantados eixos temáticos para análise sob a perspectiva histórico-cultural, o qual

fatores como ambiente familiar, acesso a livros, pessoas que o introduziram no mundo da leitura, práticas de leitura na escola, entre outros, serão observados e analisados em busca de fatores emotivos que levam o aluno a ler ou não. Por emoção compreende-se toda a ação que, de maneira direta, o sujeito como um todo é “afetado” em sua história social e constituído de forma que todas as suas dimensões, até então fragmentadas, são “reconstruídas”. Observadas as histórias que promovem a leitura, os conceitos de mediação e intercâmbio cultural da perspectiva histórico-cultural, especificamente de Vigotski e a enunciação e relação texto-leitor-autor em Bakhtin, serão preponderantes diante da análise das relações constitutivas da história de leitor. O trabalho iniciará com uma revisão de literatura visando temáticas como a formação de leitoras e concepções de leitura em Linguística e documentos oficiais para o estudo das relações entre texto, leitor e autor que perpassam pelo plano da significação e, por conseguinte, para o plano subjetivo do sujeito. Sendo assim, a leitura faz parte da constituição do sujeito, e ainda mais, a leitura que toca as emoções do mesmo, visto que as emoções são funções psicológicas superiores, para Vigotski, este trabalho tem a preensão de investigar se a emoção pode ou não ser fator para formação de leitor. O presente trabalho, tem como intenção abordar constituição da história do sujeito leitor, bem como identificar qual o papel das emoções na relação com a construção da história do sujeito leitor de cada aluno, sob a perspectiva histórico-cultural. O objetivo principal é elencar o fator emotivo/volitivo que proporciona a construção do sujeito como leitor que se move a ler. As

entrevistas dialógicas estão sendo feitas com os alunos de 9º ano do ensino fundamental de escola pública que foram escolhidos a partir do levantamento de retiradas de livros da sala de leitura da escola, alunos que mais retiraram e alunos que menos retiraram. Após as entrevistas serão levantados eixos temáticos para análise sob a perspectiva histórico-cultural, o qual fatores como ambiente familiar, acesso a livros, pessoas que o introduziram no mundo da leitura, práticas de leitura na escola, entre outros, serão observados e analisados em busca de fatores emotivos que levam o aluno a ler ou não. Por emoção compreende-se toda a ação que, de maneira direta, o sujeito como um todo é "afetado" em sua história social e constituído de forma que todas as suas dimensões, até então fragmentadas, são "reconstruídas". Observadas as histórias que promovem a leitura, os conceitos de mediação e intercâmbio cultural da perspectiva histórico-cultural, especificamente de Vigotski e a enunciação e relação texto-leitor-autor em Bakhtin, serão preponderantes diante da análise das relações constitutivas da história de leitor. O trabalho iniciará com uma revisão de literatura visando temáticas como a formação de leitoras e concepções de leitura em Linguística e documentos oficiais para o estudo das relações entre texto, leitor e autor que perpassam pelo plano da significação e, por conseguinte, para o plano subjetivo do sujeito. Sendo assim, a leitura faz parte da constituição do sujeito, e ainda mais, a leitura que toca as emoções do mesmo, visto que as emoções são funções psicológicas superiores, para Vigotski, este trabalho tem a preensão de investigar se a emoção pode ou não ser fator para formação de leitor.

O presente trabalho, tem como intenção abordar constituição da história do sujeito leitor, bem como identificar qual o papel das emoções na relação com a construção da história do sujeito leitor de cada aluno, sob a perspectiva histórico-cultural. O objetivo principal é elencar o fator emotivo/volitivo que proporciona a construção do sujeito como leitor que se move a ler. As entrevistas dialógicas estão sendo feitas com os alunos de 9º ano do ensino fundamental de escola pública que foram escolhidos a partir do levantamento de retiradas de livros da sala de leitura da escola, alunos que mais retiraram e alunos que menos retiraram. Após as entrevistas serão levantados eixos temáticos para análise sob a perspectiva histórico-cultural, o qual fatores como ambiente familiar, acesso a livros, pessoas que o introduziram no mundo da leitura, práticas de leitura na escola, entre outros, serão observados e analisados em busca de fatores emotivos que levam o aluno a ler ou não. Por emoção compreende-se toda a ação que, de maneira direta, o sujeito como um todo é "afetado" em sua história social e constituído de forma que todas as suas dimensões, até então fragmentadas, são "reconstruídas". Observadas as histórias que promovem a leitura, os conceitos de mediação e intercâmbio cultural da perspectiva histórico-cultural, especificamente de Vigotski e a enunciação e relação texto-leitor-autor em Bakhtin, serão preponderantes diante da análise das relações constitutivas da história de leitor. O trabalho iniciará com uma revisão de literatura visando temáticas como a formação de leitoras e concepções de leitura em Linguística e documentos oficiais para o estudo das relações entre texto, leitor e autor que perpassam pelo plano da significação e, por conseguinte, para o plano subjetivo do sujeito. Sendo assim, a leitura faz parte da constituição do sujeito, e ainda mais, a leitura que toca as emoções do mesmo, visto que as emoções são funções psicológicas superiores, para Vigotski, este trabalho tem a preensão de investigar se a emoção pode ou não ser fator para formação de leitor.

Palavras-chave: Leitura; Formação; Emoções

ABSTRACT

The present work intends to address the constitution of the reader's history, as well as to identify the role of emotions in the relationship with the construction of the history of the reading subject of each student, from the historical-cultural perspective. The main objective is to list the emotive / volitional factor that provides the construction of the subject as a reader who moves to read. Dialogic interviews are being conducted with the 9th grade students of the public elementary school who were chosen from the withdrawal

of books from the reading room of the school, students who have withdrawn most and students who have withdrawn the least. After the interviews, thematic axes will be drawn up for analysis from the historical-cultural perspective, which will include factors such as family environment, access to books, people who introduced them to the world of reading, reading practices at school and others. search for emotional factors that lead the student to read or not. By emotion one understands all the action that, in a direct way, the subject as a whole is "affected" in its social history and constituted in such a way that all its previously fragmented dimensions are "rebuilt". Reading the stories that promote reading, the concepts of mediation and cultural interchange from the historical-cultural perspective, specifically from Vygotsky and the enunciation and relation text-reader-author in Bakhtin, will be preponderant before the analysis of the constitutive relations of the history of reader. The work will begin with a review of literature aiming at topics such as the formation of readers and conceptions of reading in Linguistics and official documents for the study of the relations between text, reader and author that permeate the plane of meaning and, therefore, to the subjective plane of the subject. Thus, reading is part of the constitution of the subject, and even more so, the reading that touches the emotions of the same, since emotions are higher psychological functions, for Vygotsky, this work has the pretension to investigate whether the emotion can or not be a factor for reader training.

Keywords: Reading; Formation; Emotions

INTRODUÇÃO

A leitura é um objeto de pesquisa que tem sido pauta de muitos estudos desde o advento da linguística. Após as concepções que, ora enfocavam o texto, ora o sujeito, os estudos contemporâneos enfocam a relação entre texto-sujeito e autor no plano da enunciação. Essas novas concepções de leitura consideram que a relação dos sujeitos com as possibilidades signicas extensas.

As mudanças não foram apenas no plano do entendimento das relações estabelecida entre texto, sujeito e autor, mas também chegaram até ao ensino. Ensinar a ler necessitou de uma transformação. A leitura era vista como mera decodificação de signos, sem que o leitor participasse ativamente do processo de enunciação para o ensino de leituras, aquelas possíveis dentro do texto. A educação vê a leitura como um processo de exercício social, um a prática capaz de modificar o leitor e o meio social onde vive. Sendo assim, a leitura é vista como prática social transformadora e emancipatória do sujeito.

Este artigo pretende estudar os processos de constituição do sujeito leitor em sua história em uma abordagem na perspectiva histórico-cultural por meio de entrevistas dialógicas que permitam a construção da história leitora e, posteriormente, elenque temas (categorias) para serem analisadas sob o viés da teoria das emoções de Vigotski.

Vigotski não elaborou uma teoria que explicasse as emoções, porém as coloca como funções psíquicas superiores, passíveis de aprendizagem, com isso este estudo, após o levantamento de temas na constituição da história do sujeito leitor, pretende analisar os fatores de emoção que indicam que o aprendizado pela leitura passou pelo fator emotivo. A partir de uma abordagem da perspectiva histórico-cultural, o sujeito passa por uma (re) constituição, estas são questões férteis no campo das ciências humanas e esta pesquisa pretende explorar essa constituição em um plano específico, o das emoções como funções superiores, diferente das ideias que ainda permeiam as ciências de que as emoções estão em um segundo plano em relação a razão e não pode ser aprendida ou fator que influencia diretamente na aprendizagem e, especificamente, no processo de aprendizagem de leitura.

Em um dado momento da construção da história do sujeito leitor o fato emotivo foi preponderante para o sujeito, esse trabalho pretende elencar esse fator e partindo dessa premissa, sob a concepção de emoção de Vigotski como função psíquica superior e das concepções de dialogismo e enunciação de Bakhtin que versam sobre as relações do sujeito com o texto em um plano que se move e não é estático da linguagem, que o sujeito a emoção é, de fato, algo a ser considerado na aprendizagem, especificamente, a aprendizagem de leitura.

LEITURA COMO PRÁTICA CULTURAL

Ler é um ato cultural, os autores Vigotski e Bakhtin em seus estudos contribuíram significativamente para esta concepção. Ao estudarmos o processo de formação de leitor são congruentes e complementares as ideias de Vigotski em relação ao processo de escolarização para a constituição do sujeito e em Bakhtin em relação ao desenvolvimento e apropriação ao desenvolvimento e apropriação da linguagem tecendo relações com o ensino da leitura na escola.

A perspectiva histórico-cultural tem como premissa que o homem não nasce humano, mas se torna humano por meio do contato com o outro diferentemente dos animais, os seres humanos se apropriam e não se adaptam. Nas palavras de Cruvinel (2010, p.250).

A experiência social, portanto, é a fonte desenvolvimento; é por meio da relação com o outro, com pessoas adultas e com crianças mais velhas, que a criança se apropria da cultura de acordo com as situações e com o momento histórico em que vive. Esse processo de apropriação é um processo de educação, pois o homem só se humaniza, só se torna homem, aprendendo com os outros.

O processo de apropriação da cultura não é um fato espontâneo, é um fenômeno em que a educação ocupa papel central e fundamental. Vigotski (1996) explica que a função essencial da educação é a socialização do saber historicamente produzido tendo em vista a máxima humanização dos indivíduos. Para atingir a máxima da humanização é necessária apropriação de formas elevadas de cultura que ultrapassam a vida cotidiana. É a escola, nesse contexto, a responsável por propiciar a apropriação do saber historicamente produzido e organizado pela humanidade com o objetivo de promover a elevação cultural dos indivíduos. Cruvinel (2010, p. 251) ressalta que:

A educação escolar, ao promover essa elevação cultural, torna possível a transformação da sociedade por meio das transformações das consciências; assim, espera-se que a escola possibilite a apropriação do conhecimento pelas crianças, pois é a partir dessa apropriação cultura que o ser humano se desenvolve e desenvolve a sociedade.

O papel da escola expressa-se como grande responsável pelo crescimento cultural e formação de cada indivíduo inserido em seu meio. O saber historicamente construído é o motor de uma escola, todos os saberes convergem no ambiente escolar. A partir da aprendizagem do saber de cada indivíduo na escola sua constituição se dá. A inserção na escolarização é pressuposto para o desenvolvimento e apropriação da aprendizagem. Vigotski aponta que o desenvolvimento é o resultado da aprendizagem.

A aprendizagem não é em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança que conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um dos momentos intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na

criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente (VIGOTSKI, 2006, 115)

O processo de escolarização é essencial para o desenvolvimento das qualidades humanas. Para Vigotski, conforme o ensino avança o avanço psicológico também se desenvolve. Cruvinel (2010, p.252) afirma que “o processo de escolarização precisa ser visto como etapa essencial do desenvolvimento do indivíduo e não mera extensão da vida cotidiana, ou ainda simples socialização daquilo que já se sabe”. Estar na escola não é apenas cumprir preceitos oriundos de políticas públicas, mas sim, estar na escola faz parte de um processo de humanização, tornar o sujeito humana por meio do ensino, ultrapassando os conceitos formados em seu meio para apropriação de novos conceitos.

Com isso a educação chega a um embate em que não basta o acesso e permanência dos indivíduos na escola, é preciso entender a escola como espaço para formação cultural, implicando assim, o compromisso com o acesso e mais ainda com o sucesso, buscando criar condições para que os mesmos apropriem-se das máximas capacidades humanas. Porém, vemos que a escola atual pouco promove situações didáticas para novas aprendizagens. Cruvinel ressalta que em relação ao ensino de leitura.

Nessa direção, ao ensinar a ler, a educação escolar deve considerar as apropriações das crianças em relação a essas qualidades adquiridas até o momento, afastando-se do pressuposto de que a criança nada sabe ou que ainda não está pronta para, a partir daí, organizar um ensino que, de fato, resulte em aprendizagem dessa atividade como uma prática cultural construída historicamente pela humanidade, e não como técnica cujo o uso se restringe a escola (CRUVINEL, 2010, p.252)

No processo de escolarização deve-se assegurar que os objetos culturais sejam apropriados, no caso da leitura, tornar as crianças leitoras em diversas situações sociais, para, posteriormente, das formas mais elevadas de cultura humana. É um equívoco pensar que crianças que estão em aprendizagem de leitura não são sujeitos que carregam aquilo que já aprenderam, textos e gêneros dos mais variados, os quais tiveram contato em seu meio sociocultural.

A perspectiva histórico-cultural a leitura é vista como objeto de cultura herdada histórica e socialmente das gerações anteriores. O grande equívoco está em ensinar a ler como decodificação, uma técnica mecânica de transformação de grafemas em fonemas

apenas perpetua a concepção e o fato de um grande número de pessoas que vivenciou o processo de escolarização, mas não se apropriou dessa função psíquica superior que é a leitura como prática cultural. A leitura torna-se assim uma prática social transformadora que no processo de escolarização é importante na apropriação da cultura e da modificação social. A escola é mediadora da sociedade e à medida que torna a leitura objetivada a criança se apropria da leitura como função psíquica superior. Vigotski (1995) aponta a formação de dois processos intrincados, o primeiro de ordem biológica, espontânea e natural, os chamados processos inferiores, o segundo de ordem social, histórico e cultural, os processos superiores. As funções psíquicas superiores referem-se a estruturas complexas que nascem no decorrer do desenvolvimento cultural do sujeito, como a fala, desenho, leitura, escrita, entre outras. As funções psíquicas superiores se formam na interação social e por meio da educação transformadas de interpsíquicas em intrapsíquicas. Vigotski (1995, p.232) diz que

Sabemos que a continuidade geral do desenvolvimento cultural da criança é a seguinte: primeiras outras pessoas atuam com respeito a ele; se produz depois a interação da criança com seu entorno e, finalmente, é a própria criança quem atua sobre os demais e tão só ao final começa a atuar com relação a si mesmo.

De acordo com a qualidade das interações, a criança apropria-se das capacidades humanas, em caso de uma interação deficitária ou não existir interação, o desenvolvimento cultural fica comprometido, sendo o homem um ser social (Vigotski, 1996), não é possível seu desenvolvimento sem interação social.

Quando por diversas razões externas ou internas se rompe a interação entre a forma final que existe no meio e a forma rudimentar que possui a criança, o desenvolvimento deste torna muito limitado, e isso resulta em um estado mais ou menos subdesenvolvido das formas de atividades e dos traços apropriados da criança (VIGOTSKI, 1996, p.23)

Ao pensarmos a relação da escola na formação de leitores, as atividades de prática cultural devem envolver o ato de ler. A leitura é um processo psíquico superior capaz de fazer alunos vivenciarem novas práticas culturais. As funções psíquicas superiores são

formadas a partir da interação social que é fator imprescindível desde o início do processo escolarização onde crianças devem conviver com diversos contextos de práticas de leitura, nos quais adultos levam para crianças e que as mesmas sintam necessidade de se apropriarem dessa prática cultural.

Nesse sentido vemos a importância do papel do professor na elaboração de interações que promovam práticas culturais e sociais. O professor que conhece o nível de desenvolvimento de seus alunos colabora uma boa aprendizagem que, segundo Vigotski (2006, p. 109) “a aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história”. A leitura pressupõe mais que decodificação nesse sentido, grafemas e fonemas em um processo de decodificação não considera a “pré-história” do aluno, lemos o sentido que as palavras adquirem no texto que surgem.

Ensinar a ler é colaborar com o sujeito na participação dessa prática cultural, diferentemente de práticas tradicionais de ensino de leitura que enfatizam a aprendizagem mecânica. A escolarização em Vigotski promove esse aprendizado e reduz a mecanização e isolamento da aprendizagem. A escola insiste no ensino de leitura como técnica. O funcionamento linguístico é ensinado como técnica com repetições de sons e gramática descontextualizada onde o aluno conjuga verbos, por exemplo, e não há aplicabilidade em seu cotidiano, essa, muitas vezes, é a leitura que se ensina na escola, os alunos leem, porém não entendem o que leem, o sentido. É preciso introduzir as crianças em situações vivas de leitura, mostrando que a leitura é uma atividade humana.

O problema é a insistência no ensino de leitura “como um hábito sensório-motor e não como um processo psíquico de uma ordem muito complexa (VIGOTSKI, 1995, p.198). Vigotski deixa claro que leitura não é domínio de técnica, mas um sistema de signos simbólicos complexos que não podem ser reduzidos a verbalização do símbolo escrito. A leitura não é a reprodução das imagens presentes em uma sentença, mas sim, do próprio signo. Cruvinel (2010, p.258)

A conduta do leitor ao fazer uso da leitura como objeto da cultura, não se lê cada palavra como um objeto isolado e muito menos se verbaliza uma a uma, lê-se de forma seletiva o conjunto de palavras de acordo com sua significação que, mediada pela intenção do leitor e pelo contexto no qual ocorre, permite a construção do sentido.

Ler é tratar a palavra como signo, atribuir sentido como referência seu significado, Vigotski diz que (1998, p. 150) “uma palavra sem significado é um som vazio; significado, portanto, é um critério da palavra, seu componente indispensável”, as palavras são signos

dotados de significações. Ao conduzir o ensino de leitura por esses aspectos mencionados, a escola destitui a palavra de sua essência levando a criança a apenas utilizá-la como um som vazio, esvaziado de significação impedindo a construção de sentidos.

Na perspectiva histórico-cultural é a atividade humana que move o processo de desenvolvimento do sujeito. A criança é ativa em sua aprendizagem e ao realizar atividades com sentido se apropria das qualidades humanas. Com isso surge um desafio no processo de escolarização que é o planejar situações de ensino que criem novas necessidades. Sendo assim, ao retomarmos Vigotski (1995) a leitura não pode vir de fora, apenas pelas mãos do professor como se fosse técnica, o professor deve criar situações para que os alunos sintam necessidade de realiza-las e assim o façam apropriando-se do mundo da cultura escrita. Para Vigotski:

O ensino deve ser organizado de forma que a leitura e a escrita sejam necessárias de algum modo para criança. Se esse saber for utilizado apenas para escrever felicitações oficiais aos superiores- as que temos examinado são palavras ditadas evidentemente pela professora-, resulta, evidentemente, que semelhante atividade é puramente mecânica, que não tardará em aborrecer a criança que não atua por si mesmo e não desenvolve a personalidade. A criança tem que sentir necessidade de ler e escrever [...] isso significa que a escrita deve ter sentido para a criança, que deve ser provocada pela necessidade natural, como uma tarefa natural, como uma tarefa vital que lhes é imprescindível. Unicamente então, estaremos seguros de que ela desenvolverá na criança como um hábito de suas mãos e dedo, mas como um tipo realmente novo e complexo de linguagem. (VIGOTSKI, 1995, p.201)

A leitura deve ter sentido para o aluno, permitindo aprendizagem da linguagem como sistema de signos, como instrumento cultural para mediação com o mundo. Nesse sentido, os professores como mediadores possuem importante papel na organização no processo de ensino de leitura como prática cultural. Esse aprendizado não acontece de maneira espontânea e precisa ser ensinado.

A meta da educação não é adaptação do ambiente existente, que pode ser efetuado pela própria vida, mas a criação de um ser humano que olhe para além do seu meio. Não concordamos com o fato de deixar o processo educativo nas mãos das forças espontâneas

da vida [...] tão insensato como se lançar ao oceano e entregar-se ao livre jogo das ondas para chegar a América (VIGOTSKI, 2003, p.77)

METODOLOGIA

O trabalho iniciou-se com a observação de uma sala de 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública da rede estadual do estado São Paulo em 2017. O Estado de São Paulo tem como material didático oficial o Material "São Paulo faz escola" o qual também será apontado como referente nos projetos e práticas de leitura dos alunos da rede estadual. A escolha por esta série se deu devido a questões histórico-culturais, é comum ouvir falas de que alunos vão parando de ler ao longo de sua trajetória acadêmica, e por se tratar de uma série de final de ciclo, ensino fundamental II, diferentemente dos alunos de final do ensino fundamental I que estão junto a professores polivalentes que trabalham diretamente com o ensino de leitura e escrita, estes alunos do 9º já passaram pelo processo de alfabetização e lhes foram apresentados uma grande gama de gêneros e tipologias textuais de acordo com o Currículo oficial. Após uma observação da sala de aula, o pesquisador elencou por meio de levantamento junto a Sala de leitura da escola, os alunos que mais retiraram livros no ano de 2015, ressaltando que o levantamento foi feito no ano de 2015 devido a sala de leitura manter-se fechada no ano de 2016 por questões de atribuição de aulas no ano de 2016. Após esse levantamento e observação de sala de aula, dois alunos foram submetidos a entrevistas na abordagem histórico-cultural.

Cabe ressaltar que a entrevista na abordagem histórico-cultural é diferente de uma entrevista estruturada, semiestruturada ou não estruturada. Freitas (2007, p. 94) citado por Castro aponta que:

A entrevista nesta abordagem é compreendida como uma situação de produção de linguagem, acontece na interação entre sujeitos (pesquisador e pesquisado) e objetiva a mútua compreensão ativa que resulta na atitude responsiva dos sujeitos do diálogo.

Esse tipo de entrevista não se limita a pergunta e respostas ou a apenas a resposta do entrevistado para compilação de dados. É construído um diálogo. Partindo do conceito de dialogismo de Bakhtin "na situação de entrevista, compreender ativamente o enunciado de outrem significa orientar-se para o outro" (FREITAS, 2007, p.35). A entrevista é um diálogo com o fim comum, no caso desta pesquisa a construção da história do sujeito leitor, o que justifica a escolha deste tipo de entrevista. Segundo Freitas:

A entrevista acontece em duas ou mais pessoas: entrevistador e entrevistado (s) em situação de interação verbal e tem como objetivo a mútua compreensão. Não uma compreensão passiva baseada no reconhecimento de um sinal, mas uma compreensão ativa que, no dizer de Bakhtin (1988), é responsiva, pois já contém em si mesma o gérmen de uma resposta. O ouvinte concorda ou discorda, completa, adapta, repensa e essa atitude está em elaboração constante durante todo processo de audição e de compreensão desde o início do discurso (FREITAS, 2007, p. 34-35).

Ressalta-se que a entrevista na abordagem histórico-cultural possui uma preparação por meio de perguntas que permitam o diálogo e interação entre pesquisador e entrevistado, são perguntas que possibilitam o discurso com o cuidado não fechar o questionamento com palavras excludentes, limítrofes e valorativas diretas. São perguntas que possibilitam recordar, lembrar e refazer percursos para construção da história do entrevistado podendo o pesquisador intervir, ressaltar e reiterar algum aspecto relevante.

O método de pesquisa na abordagem histórico-cultural se constrói pelo diálogo e pensar no diálogo é preciso entender a palavra segundo Castro (2010), por essa razão lançarei mão dos estudos linguísticos sobre concepções de linguagem, língua, palavra, para chegar a leitura como artefato da linguagem. Castro (2010) afirma em relação a pesquisa na abordagem histórico-cultural que:

A pesquisa nessa abordagem, se desenvolve a partir da relação entre sujeitos, pesquisador e pesquisados, através da promoção da interação (que ocorre por meio das palavras). O diálogo que acontece na interação entre sujeitos lhes possibilita a construção de uma compreensão ativa acerca do fenômeno estudado. (CASTRO, 2010, p. 92)

A relação entre os sujeitos envolvidos na pesquisa constrói o diálogo que permite a interação verbal com o fim móvel sem a passividade de outras abordagens que levam a um falso processo de compreensão. Ao falarmos de ciências humanas não podemos fechar um objeto como estático e imóvel, sem múltiplas possibilidades de compreensão. O diálogo promovido por essa abordagem cria um ambiente em que a resposta gera significações condizentes com o estudo das ciências humanas, sendo assim a abordagem observa o fenômeno e visa compreendê-lo em suas instâncias histórico-culturais. Castro (2010, p.93)

afirma que “o outro é, portanto, de fundamental importância no processo de construção do conhecimento na pesquisa, participando ativamente desse processo”. O ser humano é expressivo, fala, responde, interage e não para. As ciências humanas reserva ao outro a oportunidade de falar, sem limites impostos pela pesquisa, um movimento de (re) construção em diferentes visões do mesmo fenômeno. Castro (2010) ressalta que

Trata-se de um movimento discursivo dialógico que se constrói nessa relação entre os sujeitos da pesquisa. em um diálogo, o sujeito termina sua fala ao colocar um ponto final nela, finalizando-a naquele instante; entretanto esta fala espera do outro (do ouvinte) uma resposta, um confronto, sendo esta marca de seu inacabamento. Cada enunciado produzido por um sujeito, portanto, espera (gera) uma resposta. Esta resposta não se refere apenas a uma concordância. O diálogo se faz das tensões, das contradições, das singularidades que marcam os enunciados e geram no outro uma resposta. (CASTRO, 2010, p.93)

Ao pensarmos em uma pesquisa na abordagem histórico-cultural as tensões e análises perpassam pela teoria da enunciação de Bakhtin que ao tratar de perguntas e respostas, afirma:

Pergunta e resposta não são relações (categorias) lógicas; não podem caber em uma só consciência (uma e fechada em si mesma); todas resposta gera uma nova pergunta. Perguntas e respostas supõem uma distância recíproca. Se a resposta não gera uma nova pergunta separa-se do diálogo e entra no conhecimento sistêmico, no fundo impessoal (BAKHTIN, 2006, p.408)

A elaboração do referencial teórico e conceitual, a utilização da pesquisa bibliográfica mediante leituras de livros, artigos, resenhas e resumos de livros. Para sua sustentação teórica da leitura a pesquisa buscou pautar-se em Vigotski e Bakhtin e no diálogo que outros estudiosos promovem no estudo desse autores, além da leitura de artigos, resenhas e livros que apresentam a perspectiva histórico-cultural. Quanto aos fins da pesquisa, teremos uma pesquisa:

a) Aplicada, pois visa à geração de conhecimentos para aplicação prática, direcionando-os para a solução de problemas específicos, neste caso a proficiência em

leitura, sua possível mensuração e como estes dados podem contribuir para a mudança de paradigmas conceituais e práticas pedagógicas.

b) Exploratória e descritiva, Exploratória porque não se encontraram informações cientificamente produzidas que atendessem as necessidades da pesquisa proposta. Descritiva porque tem por objetivo conhecer e descrever os atores do processo de construção e aquisição do conhecimento, bem como, apresentar possíveis estratégias que contribuirão para a reflexão e práxis na formação de leitores.

Por fim, a abordagem na perspectiva histórico-cultural possibilita a construção de conhecimentos os quais se deixam mais perguntas que resposta, visto que essa abordagem nos permite a elaboração de mais perguntas que respostas. Uma pesquisa centrada no diálogo, na construção conjunta estabelecendo tensões, encontros e reencontros entre pesquisador e sujeitos, formulações e atitudes levando o pesquisador a uma mudança de visão contribuindo para o avanço nas fronteiras referentes a emoções no processo ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos estudar o sujeito em um contexto isolado, o sujeito está inserido em um meio e interage com esse meio e outros sujeitos. Segundo Vigotski (1988) o processo de interação social é responsável por transformações no comportamento, pois os processos sociais e psicológicos são moldados por formas de mediação e se dão a partir da transformação de objetos em signos culturais. No entanto, há alguns fatores que dificultam a compreensão dos leitores. Nesse ponto da formação de leitores é importante ressaltar a necessidade de práticas que levem em consideração o aluno como um sujeito de maneira que suas vontades, desejos e gostos devem ser motivados, incitados e pensados como uma forma de formar a autonomia na leitura e o gosto.

É no ambiente escolar que se dá a troca de informações e o acesso a bens culturais como livros, revistas, jornais e uma grande variedade de suportes de gêneros os quais, muitas vezes, o aluno não tem acesso em seu lar. Daí a importância de organizarem-se contextos que induzam à discussão e ao confronto de diferentes pontos de vista. Se a escola conseguir ser realmente um espaço de rica interação social, ela criará as condições para experiências de linguagem a fim de que os alunos se tornem leitores confiantes e que saibam se posicionar criticamente.

Com isso, esse artigo atinge seu objetivo que é a investigação a respeito do papel das emoções na constituição da história do sujeito leitor como pode-se observar na análise

dos discursos que apontam os fatores emotivos que movem e afetam os sujeitos entrevistados a leitura e permanência no mundo da leitura.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa: 5ª a 8ª série**. Brasília: SEF, 1998.
- FREITAS, M. T. A. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: Emoção, memória, imaginação: a constituição do desenvolvimento humano na história e na cultura. SMOLKA, A. L. B.; NOGUEIRA, A. L. (org.). Campinas: Mercado das letras, 2001
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino- exercícios de militância e divulgação**. São Paulo: ABL/Mercado das Letras, 1996
- _____. **A sala de aula é uma oficina de dizer ideias**. Nova Escola (set), p.18-20, 1994
- _____. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- PINO, Angel. Nascimento cultural da criança. In: Pino, A. **As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 151-171.
- SMOLKA, Ana Luiza, B; GOES, Maria Cecilia R. de; PINO, Angel. A constituição do sujeito: um questão recorrente? In: WERTSCH, James V.; RIO, Pablo del; ALVAREZ, Amelia. **Estudos socioculturais da mente**. Porto Alegre, 1998, p. 143-148.
- VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____, L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

GERENCIALISMO E CURRÍCULO: UMA DAS CAUSAS DO MAL-ESTAR DOCENTE

Lucas Carnio Custódio (SENAC/ Ribeirão Preto); lcarnio@yahoo.com.br

Resumo

A presente pesquisa visa apresentar um estudo sobre as causas do mal-estar docente no que tange o currículo escolar, especificamente o Currículo oficial do Estado de São Paulo, principalmente, visto que este é parte de políticas gerencialista de controle que posteriormente são mensuradas por meio de avaliações externas. Professores sentem-se controlados por meio de pressões feitas a respeito do controle aplicação do Currículo por meio de vários instrumentos de aferição. Com isso, foram entrevistados seis professores da rede pública do estado de São Paulo por meio de entrevista fechada e analisado seu discurso em relação ao mal-estar docente advindo da implementação do Currículo oficial que tira a liberdade de cátedra do professor. A pesquisa aponta para a necessidade de o sistema educacional investir, cada vez mais, em melhores condições do trabalho docente. Os resultados evidenciam que, apesar das adversidades, ainda há professores que gostam do seu trabalho, todavia um percentual tende a se apresentar como profissionais exaustos, frustrados e impotentes perante a um contexto educacional que contém indicadores de mal-estar, tais como: o salário defasado, o elevado número de carga horária semanal, excessivo número de alunos por sala, a infraestrutura escolar inadequada, etc. Enfim, a relevância do estudo em questão reside na contribuição para o desvelamento de como os professores percebem o mal-estar e como avaliam os impactos no seu trabalho. A efetivação da pesquisa significa trazer à luz um problema presente em escolas da rede estadual do estado de São Paulo, que deve ser pauta de discussão, em busca da melhoria na qualidade da educação.

Palavras-chave: Formação docente. Gerencialismo. Políticas Públicas. Currículo. Mal-estar docente

Abstract

The present research aims to present a study on the causes of teacher malaise regarding the school curriculum, specifically the official Curriculum of the State of São Paulo, mainly,

since this is part of managerial control policies that are later measured by means external evaluations. Teachers feel controlled through pressures made on the control of the application of the Curriculum through various instruments of assessment. With this, six teachers of the public network of the state of São Paulo were interviewed through a closed interview and analyzed their discourse in relation to teacher malaise coming from the implementation of the official Curriculum that removes the professor's freedom of teaching. The research points to the need for the educational system to invest, more and more, in better conditions of teaching work. The results show that, despite the adversities, there are still teachers who like their work, however a percentage tends to present themselves as exhausted, frustrated and impotent professionals before an educational context that contains indicators of malaise, such as: the number of hours per week, excessive number of students per room, inadequate school infrastructure, etc. Finally, the relevance of the study in question lies in the contribution to the unveiling of how teachers perceive malaise and how they evaluate the impacts on their work. The effectiveness of the research means to bring to light a problem present in schools of the state and São Paulo state, which should be a discussion topic, in search of improvement in the quality of education.

Keywords: Teacher training. Managerialism. Public policy. Curriculum. Teacher malaise

INTRODUÇÃO

No início da década de 80 o Brasil tinha suas diretrizes curriculares estabelecidas pela Lei nº 5692/71. Essas reformas visavam, do ponto de vista político a diminuição da seletividade escolar, os alunos caíam em um “funil”, do qual poucos podiam sair e prosseguir os estudos, a perspectiva pedagógica foi ampliada e concepções e metodologias tiveram sua aproximação como a escola pública estreitada como é o caso do construtivismo e do modelo crítico.

De maneira geral esta época foi marcada por uma profunda reflexão sobre o que ensinar e como associar a teoria a prática observando interesses políticos, econômicos e de qualificação e mão de obra. O movimento educacional é, então, baseado na formação para necessidades dos Estado que se interessa pelos modelos impostos pela economia. Hypólito diz que organizados pelas alianças liberais conservadoras com base na ressurreição de princípios neoliberais (...) chegando ao modelo atual denominado Estado gerencialista (2011 p.2). Diante da mudança latente, o CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) percebeu que as mudanças na práticas docentes seriam lentas e complexas. Ao final da década de 80 e início da década de 90 produziram materiais ilustrados com a redução dos conteúdos a fim de levarem os

professores a refletirem sobre suas práticas. Exigências de um novo modelo assumido a produção de materiais didáticos que visavam a inovação, o tecnicismo, o mundo de trabalho e suas novas necessidades consolidaram o modelo vigente: neoliberalismo. Influenciados por este modelo que foi intensificado em meados da década de 1990, como o discurso de modernização e sob a égide do Banco Mundial favorecendo a centralização do poder na Educação pelo currículo com a criação dos PCNS e DCNS e do sistema de avaliação nacional. Para Hypólito

Isso tudo criou o ambiente necessário para o desenvolvimento e novos modelos produtivos e de novas formas de organização do trabalho, para a superação do modelo Fordista de produção. As inovações tecnológicas, principalmente no campo da informática e da robótica, permitiram que houvesse um novo impulso produtivo e uma expansão espetacular do mercado, configurando o que se denomina globalização (HIPOLYTO, 2011 p.3).

Globalizados os interesses do banco mundial associados com a necessidade de “democratização” quando na verdade houve “massificação” do acesso da educação trouxe para este campo uma saída para a crise do Estado social, muito determinado pelo que tem sido denominado crise fiscal do Estado que foi buscado nos arranjos teóricos e políticos do neoliberalismo (HIPOLYTO, 2011 p.3) Diante de toda essa ideologia e formação e uma “educação neoliberal” historicamente era exercido no âmbito do Governo Estadual acentuado visivelmente a atuação do Governo Federal, no âmbito das propostas curriculares como a produção de material curricular para o ensino fundamental e médio. O Estado de São Paulo durante o Governo Mario Covas diminuiu significadamente a produção e materiais de orientação curricular em resposta as políticas imediatistas e as novas tecnologias educacionais a formação de professores passou a ser a distância.

1. Levantamento da problemática.

O mal-estar do professor não é, em muitas ocasiões ou contextos, aparente; contudo, ele existe. Trata-se de um problema de grande relevância pelo quantitativo de professores que afeta e pelas consequências que desencadeia: absenteísmo, redução da qualidade pedagógica, em geral e, em particular, pelo sofrimento humano que provoca. Abordá-lo, no momento presente, requer um entendimento sobre a expressão mal-estar.

Nos escritos sobre a problemática, há as seguintes definições: Indisposição física ou moral; incômodo; posição incômoda, doença. (DICIONÁRIO, 1968, apud ARANDA, 2007, p.12);

Mal-estar: [De mal+estar] indisposição ou perturbação orgânica; doença de pouca gravidade; incômodo [...] ansiedade mal definida; inquietação. Situação incômoda, constrangimento, embaraço. (NOVO, 1975, apud ARANDA, 2007, p. 12). O Dicionário da Academia Real da Língua (apud ARANDA, 2007, p. 12),

Por sua vez, indica que o termo mal-estar se refere, a um “desolamento ou incômodo indefinível”. O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2011), por seu turno, também apresenta uma definição afim: “Indisposição física. Situação incômoda. Falta de recursos. Desassossego”. Deste modo, pode-se afirmar que a expressão mal-estar é utilizada quando sabemos que algo não vai bem, todavia não se sabe definir o que não funciona e o porquê. Além disso, corroborando Aranda (2007), pode-se pensar que o mal-estar é um fenômeno individual ou conjetural, construído nas inter-relações sociais, sendo igualmente constituído por dimensões culturais e históricas.

1. A formação docente diante das novas políticas públicas educacionais

A formação docente para atender as novas demandas políticas permeadas pelo neoliberalismo levaram a dois aspectos que pretendo abordar neste trabalho, meritocracia como fim para a formação docente e as políticas de responsabilização adotadas como respostas punitivas para a não utilização do Currículo Oficial.

Segundo Freitas (2012, p.386) “Responsabilização e meritocracia são duas categorias, portanto, intimamente ligadas”. Para Freitas (2012 p. 386) “o sistema público de educação (...) sofreu uma verdadeira mutação na última década”.

Tratando-se do objeto de estudo deste artigo, vamos estudar especificamente o Currículo Oficial do Estado de São Paulo, visto que os professores entrevistados trabalham com este Currículo que “tem como objeto” organizar melhor o sistema educacional de São Paulo (SÃO PAULO, 2008, p.5) de forma a constituir maior integração e um foco definido entre as escolas. Esta se fundamenta na contextualização do currículo na sociedade contemporânea, denominada pela proposta como sociedade do conhecimento, que demanda, portanto, uma educação correspondente aos elementos que eleva como desafios contemporâneos.

Implementada a proposta foram latentes e estratégias para efetivação do “Currículo” como material oficial. Com isso, foram elaboradas diretrizes de orientação para os professores, além de um controle feito por meio de avaliações cada vez intensificadas para a verificação do uso ou não dos materiais Oficiais e metodologias propostas no Caderno do professor. Em relação a responsabilização do professor pelo sucesso ou fracasso da escola – aluno – sistema, Freitas 2012 (p.383).

Um sistema de responsabilização envolve três elementos: testes para os estudantes, divulgação pública do desenvolvimento da escola e recompensas e sanções (Kane & Staiger, 2002). As recompensas e sanções compõem o caráter meritocrático do sistema mas não só, já que a própria divulgação pública dos resultados da escola constitui em si mesma a exposição pública que envolve alguma recompensa ou sanções públicas. A meritocracia é uma categoria, portanto, que perpassa a responsabilização.

Com isso o professor torna-se o principal responsável, criando assim um ideal de estado mínimo, onde o professor é responsabilizado caso a nota seja inferior as metas estipuladas pelo sistema, o professor é responsável, caso não estudo ou faça cursos das plataformas virtuais e o professor é responsável pelo não recebimento de bonificação caso os alunos sejam retidos e as notas de SARESP, sejam inferiores ao estabelecido. Freitas, 2012 (p.383) explica que:

O tecnicismo se apresenta hoje sob uma forma de teoria da responsabilização, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “standards” , ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições) (...) Denominamos essa nova formulação de neotecnicismo (Freitas, 1992;1995)

Processos gerenciais, controle, punições, responsabilização, todos estes conceitos aplicados a Educação geram o que chama-se “mal estar docente”. No Estado de São Paulo este controle gerencial é feito por meio das aplicações das metodologias do Currículo

Oficial, preenchimento de relatórios minuciosos, Cadernetas, plataformas virtuais de explicitação de conteúdo, trabalhos, auto-avaliações dos docentes, e sempre especificação “cumprir minhas metas” que está implícita em casa relatório além de visitas as aulas de professores coordenadores e relatórios das metodologias usadas pelo professor. Tudo isso certo professor de tal forma que sua autonomia, sua didática e metodologia são subtraídas do dia a dia para um fim, SARESP, que servirá posteriormente para responsabilizar, punir, avaliar e bonificar a escola. O processo meritocratização e responsabilização leva outros problemas ainda piores. Os testes padronizados não consideram a heterogeneidade do alunado e é cada vez mais imperativa e latente na escola.

Nóvoa (1995 p.96) ilustra este momento histórico que o professorado enfrenta nos dias de hoje.

A passagem de um sistema de ensino de elite para um sistema de ensino de massas implica um aumento quantitativo de professores e alunos, mas também o aparecimento de novos problemas qualitativos, que exigem uma reflexão profunda. Ensinar hoje é diferente do que era há 20 anos. Fundamentalmente, porque não tem a mesma dificuldade de trabalhar com um grupo de crianças homogeneizadas pela seleção ou enquadrar a cem por cento as crianças de um país, como o cem por cento de problemas sociais que as crianças levam consigo.

Com isso vemos que tudo mudou, a administração de uma escola não deve padronizar o conhecimento sobre seus alunos, comunidade e professores. Porém, alguém deveria ser o “bode expiatório”, de todo este processo acelerado de mudanças controlado pelo processo de gerencialização por meio do “Currículo”, neste caso elenco este papel ao professor. Penso que não há demérito em responsabilizar o professor pelo processo educativo, porém grandes responsabilidades exigem que seu papel sejam revistos, seja financeiro ou de atribuições. Nóvoa, 1995 (p.97) ressalta que

Os professores enfrentam circunstâncias de mudanças que os obrigam a fazer mal o seu trabalho, tendo que suportar a crítica generaliza, que, sem analisar essas circunstâncias, os consideram como responsáveis imediatos pelas falhas do sistema de ensino. A expressão mal estar docente (Esteve, 1987) aparece como um conceito de literatura pedagógica que pretende resumir o conjunto

de reações dos professores como grupo profissional desajustado devido a mudança social.

A expressão mal-estar docente, aplicada ao contexto educacional no Estado de São Paulo, atualmente, refere-se a pressão exercida para a aplicabilidade das metodologias de um Currículo que zela por conceitos básicos e superficiais os quais poucos são aceitos por professores e até alunos cujo o fim são as avaliações externas.

As metas de qualidade para Educação fazem projeções a longo prazo e o que vemos é que a oscilação entre conceitos obtidos nessas avaliações levam a crer que há algo a ser repensado. Se projetamos qualidade para dez anos porque oscilamos nas medias conceituais dessas avaliações?

A qualidade na educação passa primeiro pela formulação de políticas públicas feitas por e para o professorado, inúmeros índices apontam o número de professores que se ausentam da sala de aula por motivo de saúde, não afirma que o motivo de tais ausências seja apenas o modelo gerencialista que está subvertendo a função do docente, porém é caso para estudo.

Sobre a relação entre a qualidade de ensino e professores, Nóvoa (1995, p.98) ressalta que:

Há diversos indicadores que refere a um abaixamento da qualidade de ensino. O avanço continuo das ciências e a necessidade de integrar novos conteúdos impõe uma dinâmica de renovação permanente, em que os professores tem que aceitar mudanças profundas na concepção e desempenho da sua profissão. É preciso evitar desajustamento e desmoralização do professorado, bem como o crescente mal-estar docente, pois um ensino de qualidade torna-se cada vez mais imprescindível.

2. Formação de professores, políticos de ranking e mal-estar docente

A partir da década de 90, mais acentuadamente, a educação ganhou mascaras dadas pelo gerencialismo mercadológico, o qual preza e zela por políticas pautadas em resultados a curto prazo para o "ranqueamento" das escolar por produtividade. Tal política se contradiz com leis criadas para a melhoria do ensino tornando desconecto o processo. As crescentes demandas por velocidade de formação e professores apropriou-se de novas tecnologias para atende-las para Shiroma, Evangelista e Moraes, (2002 p.57).

Inicia-se então uma polemica em torno de explicações que davam como inexorável a apropriação de avanços da tecnologia em várias esferas. Discriminou-se a ideia de que para “sobreviver” a concorrência de mercado, para conseguir ou manter o emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade.

Com as novas tecnologias e as demandas por formação continuada o Governo Alckmin aderiu aos “códigos” da modernidade como uma maneira de formar os professores da rede e ingressantes sob a ótica do currículo instituído em 2008. A “carta educação” aprovado em 1992 no Fórum Capital-Trabalho que reuniu representantes e empresários, centrais sindicais, governo, universidades de pesquisa apresenta, segundo os autores (p.76).

[...] um diagnóstico do sistema educacional brasileiro questionando entre outros pontos, os critérios de aplicação dos recursos públicos neste setor. A carta enfatiza dos pontos aparentemente consensuais que no entanto, merecem reflexão. Em primeiro lugar, aponta a carência da educação fundamental, como o principal entrave a construção da nação; em segundo, afirma que o Brasil falta as condições para enfrentar a competição internacional pela inadequação de seus sistemas produtivos. A superação dessa condição dependeria, sobretudo de uma mudança na política educacional.

Vemos que são necessárias e latentes as mudanças nos paradigmas educacionais. A partir de 1990 com a assinatura de tratados e propostas internacionais o Brasil acordou; porém, acordou para uma nova educação pautada nas necessidades do mercado e com isso o controle e o gerencialismo tomaram conta dessa “nova educação” que faz necessário educar para produzir, a educação das massas.

CONCLUSÃO

Após a coleta de dados por meio de entrevista fechada e análise documental do prevista em documentos oficiais, pode-se confrontar-se o que está prescrito e o que está sendo aplicado em sala de aula. Professores apontaram como fator de desmotivação a alta

cobrança diante do cumprimento do Currículo oficial e avaliações externas pautadas nesse Currículo. Diante desses apontamentos, chega-se a primeira conclusão de que um dos motivos e causas do mal-estar docente são políticas públicas que implementaram modelos gerencialistas de controle por meio do Currículo subtraindo a liberdade de cátedra do professor, sendo este um fator apontado e necessário de revisão

Diante dessa visão gerencialista os processos educacionais passam ao controle por meio do Currículo instituído e as cobranças institucionalizadas das aplicações metodológicas dos mesmos. Com isso vemos professores desmotivados e que criam resistência diante de formações impostas e aplicação das metodologias previstas em um Currículo.

REFERÊNCIAS

- ARANDA, Silvana Maria. **Um olhar implicado sobre o mal-estar docente**. 2007. 147f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17311/000687320.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 ago. 2017.
- ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da Educação: a desmoralização do magistério à destruição do sistema público de Educação**. Educ. Soc., Campinas, 2012.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Reorganização gerencialista da Escola e Trabalho Docente**. Rio Claro: Educação: teoria e prática, 2011.
- NÓVOA, António; HAMELINE, Daniel; SACRISTÁN, José M.; WOODS, Peter; CAVACO, Maria Helena. **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995.
- SÃO PAULO; **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa-Ensino Médio**/ Coord. Maria Inês Fini. – Secretaria de Educação, São Paulo, SP; Ed. 507; 2008.
- SEE. **Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens e códigos e suas tecnologias**. Coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. São Paulo: SEE/SP, 2010.
- SHIROMA, Oto Eneida; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



MULHER EM PAUTA: UM OLHAR FEMININO SOBRE O TELEJORNALISMO EM RIBEIRÃO PRETO

Roseli Cristina Oliveira Alves (autora); roselicristinaoliveira@gmail.com *

Resumo: Este artigo pretende mostrar sobre a ótica feminina o jornalismo de televisão na cidade de Ribeirão Preto. São comuns os estudos sobre o produto jornalístico, ou seja, a notícia exibida e seus critérios, no entanto ainda é escasso ver o jornalista como objeto de pesquisa, especialmente no que diz respeito às mulheres e seu papel na profissão e na história do jornalismo. A pesquisa pretende mostrar de forma breve a inserção das mulheres na carreira no país, que se deu quase simultaneamente ao início do impresso no Brasil e compreender estruturas do jornalismo por meio do olhar feminino e sua sensibilidade, suas características consideradas de gênero e as principais diferenças no que se refere ao mesmo trabalho feito por homens, tomando como detalhe a cidade de Ribeirão Preto. Desse modo, não pretende desqualificar nenhum dos fazeres, apenas distinguir o jeito com que a mulher lida com o trabalho na área e como esse processo é definido, inclusive em funções por trás das câmeras ou em cargos de chefia.

Palavras-chave: jornalismo; ribeirão preto; mulher; mudanças; análise.

Abstract: This article wants to show television journalism under the female gaze in Ribeirão Preto city. Are common studies on the journalistic product, that is, the news displayed and it's criteria, but it is still scarce to see the journalist as an object of research, especially with regard to women and their role in the profession and history of journalism. The research intends to show briefly the insertion of womem in the career in the country, which occurred almost at the same time as the emergence of the printed newspaper and understand structures of journalism trough the feminine look and its sensitivity, the characteristics considered of gender and the main differences with regard to the work done by men, taking as detail Ribeirão Preto. In this way, it does not pretend to disqualify any of the actions, only to distinguish the way in which the woman handles the work in the area and how this process is defined, including in functions behind the cameras or in managerial positions.

Keywords: journalism; ribeirão preto; woman; changes; review.

INTRODUÇÃO

Na história do telejornalismo percebe-se que de início não se havia a preocupação de se colocar profissionais com formação à frente das câmeras e o que contava para se participar de um telejornal era a aparência e a desenvoltura para apresentar.

Não havia inicialmente a necessidade de qualificação profissional para uma mulher se colocar como jornalista, o que de certo modo, contribuía para a maior incidência de homens na profissão. As redações eram vistos como ambientes boêmios, sem uma rotina preestabelecida e um lugar predominantemente masculino e até despreparado para receber profissionais mulheres que não fossem secretárias.

O telejornalismo passou por um recente processo de profissionalização que fez com que as empresas procurassem o profissional mais preparado, com mais qualificações, independente de gênero, o que estabeleceu condições mais igualitárias que não tivessem relação com gênero.

A partir daí as mulheres começaram a assumir um lugar de destaque nas faculdades de comunicação social, sendo a maioria. Apesar disso, ainda há diferenças no mercado de trabalho, se comparadas aos profissionais homens, no que está relacionado a salários, funções e acesso aos veículos de comunicação.

1.1 SURGIMENTO DA MULHER NO JORNALISMO NO BRASIL

A inserção da mulher no jornalismo no Brasil se deu na mídia impressa, por meio de publicações alternativas, aquelas que não possuíam grande circulação na mídia. É importante ressaltar que este processo ocorreu no fim do século XIX e se consolidou no século XX.

No começo, a maior parte da sociedade não era alfabetizada e muito menos tinha acesso à informação. As mulheres também se mantinham à margem da sociedade, o que se modificou com o acesso ao estudo e a educação nas escolas, que não consistia mais no desenvolvimento de 'dotes domésticos' com professoras particulares ou em conventos.

As redações eram um ambiente exclusivamente masculino que teve como destaque grandes autores masculinos como Machado de Assis, Nelson Rodrigues e Assis Chateaubriand.

É importante lembrar que, mesmo quando o mercado de produção de publicações se voltou para a mulher da época, estes produtos eram feitos por homens, ou seja, era

dado a eles o poder de definir o que interessava a mulher e com o que ela deveria se entreter. Embora feito para mulheres, estes impressos não eram feitos por mulheres nem possuíam uma mentalidade sobre quais assuntos seu público gostaria de se informar ou que assunto lhe interessaria discutir.

De acordo com Elisa Casadei (2011), a entrada das mulheres no jornalismo se deu entre o fim do século XIX e início do século XX por meio da imprensa alternativa numa época em que as redações eram ocupadas exclusivamente por homens e preparadas para eles. Não possuía nenhum tipo de identidade feminina. Segundo José Hamilton Ribeiro (apud Casadei, 2011), as redações não eram um ambiente considerado propício para o trabalho feminino:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servir para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO 1998, p. 31 apud CASADEI, 2011, p.2).

O trabalho dessas mulheres tinha um papel feminista de lutar por direitos civis como direito ao voto e possibilidade de trabalho fora de casa. A autora também associa as mulheres pioneiras na escrita fictícia ou jornalística como precursoras do jornalismo feminino tal qual é concebido nos dias de hoje, numa espécie de consciência de que só a partir da divulgação de conhecimento e de seu discurso é que um número considerável de pessoas - e propriamente de mulheres - seria atingida e poderia provocar transformações nos valores até então vigentes, o que de fato ocorreu com a profissionalização do trabalho da mulher.

Casadei (2011) comenta que o primeiro jornal escrito e dirigido por mulheres é o *Jornal das senhoras*, que foi criado pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, radicada no Rio de Janeiro, e foi lançado em 1855.

Apesar deste avanço que merece destaque, é importante deixar claro que os textos dos periódicos escritos por colaboradoras não eram assinados por elas, devido a falta de prestígio que dariam a obra, o oposto do que ocorreria se fosse assinada por um homem. Muitos textos, jornalísticos e literários de autoras eram publicados no anonimato

ou por meio de pseudônimo pelo receio das mesmas de cair no ridículo e serem dignas de descrédito.

Este detalhe não descaracteriza a ousadia para a época com textos que “denunciavam” o falso moralismo, como o conceito de casamento para o gênero masculino. A inserção da mulher no jornalismo no Brasil se deu na mídia impressa, por meio de publicações alternativas, aquelas que não possuíam grande circulação na mídia. É importante ressaltar que este processo ocorreu no fim do século XIX e se consolidou no século XX.

No começo, a maior parte da sociedade não era alfabetizada e muito menos tinha acesso à informação. As mulheres também se mantinham à margem da sociedade, o que se modificou com o acesso ao estudo e a educação nas escolas, que não consistia mais no desenvolvimento de ‘dotes domésticos’ com professoras particulares ou em conventos.

As redações eram um ambiente exclusivamente masculino que teve como destaque grandes autores masculinos como Machado de Assis, Nelson Rodrigues e Assis Chateaubriand.

É importante lembrar que, mesmo quando o mercado de produção de publicações se voltou para a mulher da época, estes produtos eram feitos por homens, ou seja, era dado a eles o poder de definir o que interessava a mulher e com o que ela deveria se entreter. Embora feito para mulheres, estes impressos não eram feitos por mulheres nem possuíam uma mentalidade sobre quais assuntos seu público gostaria de se informar ou que assunto lhe interessaria discutir.

De acordo com Elisa Casadei (2011), a entrada das mulheres no jornalismo se deu entre o fim do século XIX e início do século XX por meio da imprensa alternativa numa época em que as redações eram ocupadas exclusivamente por homens e preparadas para eles. Não possuía nenhum tipo de identidade feminina. Segundo José Hamilton Ribeiro (apud Casadei, 2011), as redações não eram um ambiente considerado propício para o trabalho feminino:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou

servia para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO 1998, p. 31 apud CASADEI, 2011, p.2).

O trabalho dessas mulheres tinha um papel feminista de lutar por direitos civis como direito ao voto e possibilidade de trabalho fora de casa. A autora também associa as mulheres pioneiras na escrita fictícia ou jornalística como precursoras do jornalismo feminino tal qual é concebido nos dias de hoje, numa espécie de consciência de que só a partir da divulgação de conhecimento e de seu discurso é que um número considerável de pessoas - e propriamente de mulheres - seria atingida e poderia provocar transformações nos valores até então vigentes, o que de fato ocorreu com a profissionalização do trabalho da mulher.

Casadei (2011) comenta que o primeiro jornal escrito e dirigido por mulheres é o *Jornal das senhoras*, que foi criado pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, radicada no Rio de Janeiro, e foi lançado em 1855.

Apesar deste avanço que merece destaque, é importante deixar claro que os textos dos periódicos escritos por colaboradoras não eram assinados por elas, devido a falta de prestígio que dariam a obra, o oposto do que ocorreria se fosse assinada por um homem. Muitos textos, jornalísticos e literários de autoras eram publicados no anonimato ou por meio de pseudônimo pelo receio das mesmas de cair no ridículo e serem dignas de descrédito.

Este detalhe não descaracteriza a ousadia para a época com textos que “denunciavam” o falso moralismo, como o conceito de casamento para o gênero masculino.

1.1 OS DESAFIOS IDEOLÓGICOS QUE A MULHER ENFRENTA NA ATUALIDADE

Segundo Bourdieu (1999 apud Rocha, 2004), a dominação masculina é algo que atua tanto sobre a mulher quanto sobre o homem. Segundo ele, essa ideia está inserida na estrutura social por meio do *habitus*, o que garante caráter eterno aquilo que é frequentemente reforçado em diferentes épocas.

Desse modo, a suposição de dominação masculina assumiria a ideia de estar na sociedade desde sempre, quando na verdade é apenas uma ideia que passou a ser reafirmada com frequência no meio social.

Mecanismos históricos seriam os responsáveis pela divisão de funções pautadas em gênero sexual. Para Bourdieu (1999), essa característica de eterno nada mais seria do que um trabalho de eternização de conceitos, que compete às estruturas familiares, religiosas, esportivas e inclusive ao jornalismo.

A divisão entre os sexos parece estar na 'ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistema de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 1999, p.17)

Padrão (2014) afirma em seu texto que as jornalistas, especialmente as pioneiras em um ambiente predominantemente composto por homens, viram a necessidade de minimizar características atribuídas às mulheres como voz mais suave, expressão das emoções, roupas que destacassem atributos físicos ou cabelos longos para alcançarem destaque em suas áreas de atuação.

Para falar de economia, política e esportes, as mulheres deveriam assumir uma postura que não evidenciasse sua feminilidade, de outro modo, perderiam a credibilidade num ambiente onde deveriam conquistá-la, posição contrária a dos homens, que já possuíam esse crédito por natureza diante da sociedade.

Em Introdução à semiótica, Santaella (2012) explica, de acordo com Pierce, o processo de significação de elementos físicos para passar uma mensagem, ou reforçar uma ideia sem dizer palavras. O fato de se escolher esta, e não aquela roupa, optar por cores específicas e a sobriedade na vestimenta, no caso das mulheres, mostrava, ainda que sem conotação verbal, o pensamento de 'esconder' características apontadas como femininas para garantir credibilidade e firmeza e evitar olhares para suas características de beleza.

Pelo fato das regras do telejornalismo terem uma referência recente e em constante processo de mudança, Padrão (2014) aponta que atualmente as mulheres assumem outra postura diante das câmeras e mesmo nos bastidores ocupando cargos de chefia. Ainda assim, ela comenta sobre a sensação de impostoras em seus cargos, que as workaholics - pessoas que trabalham excessivamente - sentiam em seus postos, especialmente a mulher. Para Padrão, era como se as mulheres tivessem que fazer acima de suas tarefas e que a qualquer momento seriam depostas de um local que não lhes era devido.

Em ambientes de trabalho muito informais, como redações de jornalismo ou agências de publicidade, jovens de ambientes sofisticados são discriminadas, e até ridicularizadas, por suas roupas de grife, seus sapatos altos, suas bolsas caras. Sofrem por trazer um código visual diferente. A conclusão é que, para ser aceita profissionalmente, a dedicação, a inteligência e o preparo valem tanto quanto aquilo que se escolheu vestir? Se pedissem minha opinião diria que tudo isso é uma grande bobagem. Mas, infelizmente, é assim que as coisas acontecem. (PADRÃO, 2014, p.69)

As gerações de profissionais mais recentes já possuem um olhar mais leve sobre esse contexto, assumem a natureza de estarem em diferentes ocupações no telejornalismo e mostram ainda a modernização da TV e a mudança no modo de se fazer telejornalismo como um dos responsáveis por alterações nas posturas não só da mulher quanto do homem.

Para essas profissionais, o apresentador, o repórter, também teve que sair de sua comodidade para participar da mudança que não é exclusivamente feminina, mas do modo de se fazer jornalismo para TV.

2. OS DESAFIOS DA PROFISSÃO JORNALISMO SOB UM OLHAR FEMININO

O jornalismo é por natureza uma profissão que exige dedicação e privações de tempo e de lazer dos profissionais, devido a seu caráter imediatista e à frequente ausência de rotina. Apesar do processo de regulamentação da função que o cargo vem passando, os funcionários de veículos de mídia ainda são diariamente induzidos a exercer longas horas de trabalho durante o expediente, alguns deles em turnos nada convencionais e em sua maioria aos sábados, domingos e feriados

Para as jornalistas de televisão há ainda outro ponto a ser destacado: por se tratarem de pessoas constantemente vistas na mídia, isso também sugere que na vida privada elas se comportem de forma considerada adequada, algo que parece tradicionalmente imposto para as pessoas públicas.

Diferentemente do jornalismo impresso ou online, a visibilidade que o profissional possui na TV faz com que ele precise adotar a discrição, até mesmo com muitas restrições ao sair para se divertir ou devido a possíveis julgamentos aos quais sua conduta pode ser submetida, ainda que ele não esteja no exercício de sua função. Dessa forma, observa-se

a dificuldade em fazer a separação entre o jornalista como profissional e como uma pessoa normal.

Um dos desafios que estes profissionais enfrentam é conciliar os compromissos da carreira com a vida pessoal. Independentemente de gênero, a maioria dos profissionais que querem se destacar na área se vêem obrigados a deixar de conviver, em muitas ocasiões, com família e amigos em favor de determinada cobertura ou plantão que exijam uma carga horária maior, ou que simplesmente ocorram em dias nos quais a maioria das pessoas está de folga, afinal Natal ou Ano Novo, por exemplo, não existem em grande parte das redações, são dias como outros quaisquer.

Embora as mulheres tenham realizado muitas conquistas ao longo das décadas no que se refere à autonomia profissional e pessoal, ainda assim muitas delas têm que enfrentar uma segunda jornada após o trabalho, com os cuidados com os filhos, o companheiro e a casa. Muitas delas ainda têm que assumir, por conta própria, todas as responsabilidades que se referem ao universo familiar.

Uma questão complexa no meio dessas relações é o exercício da maternidade. Para as que têm filhos ou desejam ser mães, o jornalismo se interpõe como um desafio, pois exige que o profissional se dedique em demasia ao exercício de seu cargo, muitas vezes em detrimento de seus relacionamentos pessoais.

A responsabilidade de cuidar das crianças, por sua vez, passa a ser delegada a terceiros devido à impossibilidade que a mulher tem, nesta área, de participar mais ativamente da vida dos familiares.

É nítido o desconforto e a falta que muitas delas sentem por não poderem se dedicar com mais intensidade à relação maternal, mas ao mesmo tempo, a necessidade de se realizar em seu trabalho e de se destacar profissionalmente faz com que a mulher se prive destes momentos pessoais para conquistar vitórias em sua carreira.

Isso também demonstra que as mulheres, ao longo dos anos, têm procurado maior equilíbrio em todas as áreas de sua vida, sem que tenham que desistir de outras realizações.

Elas também têm aprendido a lidar melhor com a sensação de culpa que a privação da maternidade em alguns momentos traz, ou mesmo com a decisão de não ter uma prole, contrariando os valores de uma sociedade que enaltece o instinto maternal.

Em seu livro, Bordieu (1997) destaca a pressão e o constante estresse a que estão submetidos os jornalistas devido à rotina de notícias, que provocam o desestímulo e a opressão:

O jornalismo é uma das profissões em que se encontram mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas, em que se exprimem muito comumente (sobretudo do lado dos dominados, evidentemente) a cólera, o asco ou o desencorajamento diante da realidade de um trabalho que se continua a viver ou a reivindicar como “não como os outros. (BOURDIEU, 1997)

De acordo com TRAQUINA (2008), os jornalistas são homens e mulheres de ação e não pensadores, como os acadêmicos.

Para ele, os profissionais reúnem informações de modo a ajustar fatos concretos e raramente se ocupam de um exame reflexivo em decorrência do imediato, que toma grande parte do tempo de quem vai atrás da notícia. “Os jornalistas são pragmáticos; o jornalismo é uma atividade prática, continuamente confrontada com ‘horas de fechamento’ e o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo. Não há tempo para pensar, porque é preciso agir.”

Thorjon Brodason (1994 apud Traquina, 2008) estabelece uma concepção do lado sagrado da área jornalística que se baseia nos supostos sacrifícios que os profissionais se propõem a fazer em favor da profissão e que correspondem à falta de distinção entre vida privada e carreira, conferindo um caráter altruísta ao jornalismo.

Uma natureza que sobressai na cultura jornalística é a dos sacrifícios pessoais, dos efeitos nocivos que as longas, e possivelmente irregulares horas da profissão têm sobre a vida privada do jornalista: problemas de saúde, casamentos desfeitos, família adiada, economias fracas, e ausência da vida privada. (THORJON BRODASON, 1994 in TRAQUINA, 2008)

Segundo ele, parte dessa premissa, a crença no jornalismo como uma unidade a serviço dos interesses relevantes da população e da figura do profissional como alguém disposto a realizar sacrifícios e abdicar de privilégios na vida pessoal em favor de um todo. Deste modo, o próprio jornalista cultuaria a profissão como um dever que representa suas convicções e estaria acima de suas vontades pessoais.

CONCLUSÃO

É importante destacar que este é apenas um dos pontos a que se refere este amplo tema, que possibilita diversos tipos de discussões e análises, além de fazer-se

necessária uma pesquisa mais específica com base em entrevistas, livros, documentos e vídeos que corroborem com a tese proposta, baseada no método indutivo, quando busca-se convencer o público por meio de argumentos e fatos que reafirmem a ideia proposta.

Outro fato que deve ser destacado que este artigo é apenas um dos pontos a que se propõe a discutir o trabalho de conclusão de curso. Por fim, considera-se o estudo relevante por tratar-se de tema atual, em permanente discussão, embora sem um direcionamento específico para o telejornalismo e que poderá informar estudantes e interessados no assunto.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. Imprensa feminina – Série Princípios. São Paulo: Editora Àtica, 1986.
- CASADEI, Elisa. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. Revista Altejour. Ano 2. Volume 01 - edição 3. São Paulo, Janeiro-Junho de 2011.
- FONSECA, Virgínia P.S. Mulher, corpo e credibilidade: um estudo cartográfico sobre os apresentadoras dos principais telejornais do país. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. UFRS. 2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88508>
- PADRÃO, Ana Paula. O amor chegou tarde em minha vida. 1ª edição - São Paulo: Paralela, 2014.
- ROCHA, P. A mulher jornalista no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira. São Carlos: UFSCar, 2004. 241 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- ROCHA, P.M. SOUSA, J.P. O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. Impulso, Vol. 21, No 51 (2011).
- SANTAELLA, Lúcia. O que é semiótica. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2012.
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2.ª ed., 2008.

QUEBRANDO O TABU: A GAMIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE ENSINO

Marcus Galvão Facine; marcus.facine@gmail.com*

Resumo: Saber programar é um pré-requisito essencial à educação do século 21? Não se apropriar de maneiras divertidas para passar conceitos tecnológicos aos estudantes, talvez seja uma boa fórmula para o fracasso? Cada vez mais, professores tem encontrado a encruzilhada dos novos paradigmas do ensino moderno, onde conhecer o mundo digital, e aplicá-los nas salas de aulas, gerando aumento no engajamento dos jovens, não é mais uma questão de escolha, não é mais uma opção. Atualmente, muitos professores tem lançado mão do ensino formal e gradativamente estão engrossando as fileiras de adaptação do método de 'gamificação' nas salas de aula, talvez para ensinar programação, ou matemática ou qualquer outra disciplina, seja através de interfaces gráficas ou em *gameboards*, estes profissionais tem encontrado motivação e satisfação em suas aulas, pois as atividades 'gamificadas' são recebidas por alunos mais interessados, comprometidos no aprimoramento de suas competências acadêmicas.

Palavras-chave: diversão, tecnologia, Games de tabuleiro, gamificação, adaptação.

Abstract: Is programming a prerequisite to 21st century education? Not appropriating fun ways to pass on technological concepts to students, maybe a good formula for failure? Increasingly, teachers have found the crossroads of the new paradigms of modern education, where to know the digital world, and apply them in classrooms generating an increase in youth engagement, is no longer a choice, it is no longer an option. Today, many teachers have taken formal teaching and are gradually deepening the ranks of adapting the method of gamification in classrooms, perhaps to teach programming, or mathematics or any other discipline, either through graphical interfaces or in gameboards, these professionals has found motivation and satisfaction in their classes, since the activities are received by more interested students, who are committed to improving their academic skills.

Keywords: fun, technology, games of work, gamification, adaptation.

INTRODUÇÃO

Quando citamos o contexto de gamificação na educação, muitos retrocedem a um pensamento equivocado onde a diversão, tempo perdido e a improdutividade intelectual permeiam de forma predominante uma partida de um *game*.

É bem provável que em algum momento na história o videogame, ou qualquer *gameboard* tenha sido colocado como um empecilho ao ensino e ao ato de aprender categoricamente, pois o aluno como um jogador (player), fica isento das obrigatoriedades do processo comum do ensino formal, onde implica a potencialização do desenvolvimento intelectual e não da diversão.

Existe um potencial escondido, quase secreto para a educação, nas estratégias dos *games* nos processos de ensino, muito pouco se fala a respeito, mas a 'Gamificação' na educação pode intensificar o aprendizado e com toda certeza, somar.

Consiste em pensar sobre um problema ou atividade do dia a dia e convertê-la em uma atividade que contenha elementos dos Games, como competição, cooperação, exploração, premiação e storytelling (Flora Alves, Gamification, 2015).

Desta forma, cada vez mais propõe-se melhorias para as resoluções de problemas através dos games com seus conceitos de desafios e recompensas dentro do mundo das corporações.

GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Para um bom entendimento, se faz necessário esclarecer que não existe apenas um formato, mas sim, muitas formas de games e aplicações à educação.

Se utilizarmos o computador como uma ferramenta de aplicação, o Game pode ser *Online* ou *Offline*, caso não dependa da tecnologia, pode-se utilizar outros tipos de materiais para aplicações, como: um tabuleiro, ou um conjunto de cartas, dados diversos, criação de histórias e personagens, aferidores de tempo e marcadores de pontuação, fichas plásticas, tampinhas ou outros tipos que sejam fundamentais para a jogabilidade, o cumprimento dos possíveis conjuntos de regras que podem acompanhar o Game intencionado.

Se a proposta for o mundo digital é possível identificar um tipo de plataforma específico e mais adequado para a sua aplicação, como por exemplo: *Tablets*, Celulares, Consoles de games ou computadores, porém, não podemos deixar de lado os recursos inerentes a estes equipamentos, como por exemplo: Local apropriado, Energia elétrica e Conectividade.

A Gamificação traz implicitamente de forma básica, alguns mecanismos totalmente visíveis em sua estruturação como a competição entre os *Players*, desafios, recompensas, o conceito de cooperativismo, determinação, incertezas e uma narrativa própria do mundo onde se passa o game, sem contar que todo game possui um objetivo claro, onde os *Players* buscam cumpri-lo para que possam progredir na história e em suas pontuações de grupo ou individualmente até finaliza-lo.

Como *Game*, desde sua estrutura, podendo conter um mundo ou cenário, um tema, um pano de fundo, pontos de apoio, onde queira se situar. Por sua vez, cada cenário, seus elementos, sua caracterização deve seguir de acordo com a sensação que deve passar, possibilitando até *puzzles* ou armadilhas pelo caminho. Somado o ambiente, temos os personagens, que são criados, juntamente com seus, itens, objetos de apoio, características e especialidades, definindo um perfil bem claro do seu potencial em contribuição para o *game*.

Após esta fase estas definições, criam-se regras a serem aplicados ao mundo, cenário e personagens do *Game*.

Somando a tudo isso, existem algumas situações que não podem ser esquecidas, agrega-se ainda na confecção da estória, a cultura em questão com uma abordagem característica para a época, os diálogos e os encontros, a visão do e a mensagem que deve ser passada a cada momento para o publico alvo, deixando bem clara as necessidades que o *game* tentará suprir.

Todo esse contexto de engajamento para se atingir o objetivo do game é conhecido como 'Design do Game', podendo conter *plot twists* que trarão novos *Insights* baseados na mecânica aplicada ao *Game*.

A mecânica, de um modo geral, precisa ser simples e entendível pelos participantes e executada por todos os *players* envolvidos, somando o ganho da diversão não podendo ser desgastante ou repetitivo para não se tornar enfadonho.

Um exemplo totalmente aplicável é o game *Angry Birds*, muito utilizado em momentos de espera para passar o tempo de forma divertida. O objetivo é simples: você precisa combinar ângulo e força de arremesso através de um bodeco para aniquilar todos os porcos que estão na tela somando pontos e passar para o próximo nível. Porém, para que o Game não fique cansativo, pois a dinâmica demanda repetições da mesma ação, o Game vai em um crescente para desafios mais difíceis, desde movimentos até a distância dos alvos, algumas barreiras que não podem ser destruídas, cenários com um maior grau de complexidade, limitações no tempo de ataque, sem contar com o tipo de pássaro que você utiliza, cada um possui um *Power* diferenciado que ao ser utilizado, produz diversos

tipos de estragos no campo inimigo, elevando a outros patamares o nível do Game e seu objetivo maneiras diferenciadas.

Outro exemplo possível é o *War*, que de forma natural convida seus *players* a colaborarem em determinadas fases do Game para eliminar um adversário em comum. Nesta dinâmica, muitos acordos infundados são firmados com um rival para garantir a conquista de mais um território e com isso obter mais exércitos, ou uniões desmedidas para um levante em massa contra o exercito mais poderoso. Este tipo de game, destaca a um mediador que através de perguntas, obriga seus *players* que competem a responderem.

Existem diversos tipos de *games*, sejam eles digitais ou não, mas todos englobam uma mecânica específica.

Os games espelham uma gravura que a sociedade está mostrando, seja transmitindo valores, cultura e conhecimento através das gerações.

Através das décadas, temas infantis através de versinhos recitados pelas crianças em suas brincadeiras conhecidas como parlendas, os Games de infância que serviam de entretenimento, traziam mensagens carregadas de ensinios populares.

Huizinga (1980) defende que:

[...] os Games são, de fato, uma condição primária para a formação cultural humana... os games nasceram bem antes da cultura humana, pois os considera como ponto vital dos desenvolvimentos culturais complexos, como leis, guerras, as línguas, filosofia e arte... O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da 'vida cotidiana' (Johan Huizinga, *Homo Ludens*, 1980, p. 6 e p. 33).

A utilização de alguma mecânica de *games*, seja tabuleiro, cartas, perguntas ou tecnologias para chegar ao objetivo de ensino na educação, podemos dizer que este processo foi 'gameficado'.

Porém, devemos nos ater que Gamificação não é apenas tornar o processo do ensino divertido ou recompensar os participantes, o processo de 'gamificar', naturalmente se faz divertido, mas este aspecto não é o primordial em sua relevância como todo, ela vai

além de estimular os *Players* nas atividades que naturalmente são encaradas como entediantes.

Desde a sua construção como a criação da história, o pano de fundo das atividades ou até a encenação por parte dos *Players* onde todos figuram heróis e devem encontrar meios para escapar de um terrível mago profano.

Trabalhar mecanismos que alterem atividades tradicionais, através de recompensas por atividades efetuadas no dia a dia como a prática da gentileza, do servir e da participação nas atividades.

A CONSTRUÇÃO

O planejamento é a essência de todo o trabalho, pois através dele, podemos identificar quais serão os objetivos que queremos alcançar e assim determinar os meios para estimular os players nesta jornada pelo conhecimento.

Um sistema de recompensas é muito válido para garantir o entusiasmo e a busca crescente pelo conhecimento, podendo ser premiado por fases alcançadas. Por exemplo:

Pontos

Premiação numérica que é acumulada conforme o participante executa ações. O ponto é eficiente como opinião (*feedback*) e sinaliza sobre a realização de ações desejadas.

Medalhas

São recompensas associadas a feitos especiais. Em geral, funcionam como uma melhoria de determinados prêmios tangíveis. Usada quando o participante é mais motivado por ideais do que por bens materiais.

Conquista

É de fato o acúmulo de feitos, ou seja: quatro medalhas e 500 pontos revertem em uma Conquista. Podendo esta Conquista ter um nome ou não.

Progressão

É uma forma de evidenciar o desenvolvimento do participante no que se refere às suas ações.

Ranking

Classificação dos participantes a partir das realizações de ações e de seus desempenhos.

Após entendermos o sistema de recompensas podemos mapear habilidades ou competências do participante com as ações que ele realiza, assim pensar de forma

estratégica, os mecanismos que potencializam essas competências em determinadas atividades no decorrer do Game e assim recompensá-lo com um título através de uma medalha, assim a recompensa “medalha”, ganha um novo olhar, pois não é apenas um objeto para se pendurar no pescoço ou na parede, ela representa uma conexão real com a habilidade apresentada pelo participante reconhecida por todos os Players. Isto é um grande estímulo para toda a equipe.

Porém, se não construirmos um planejamento adequado o sistema de recompensas e enchemos de mecânicas e atividades complexos que acabam desestimulando além de não agregar nada aos objetivos previamente propostos, podendo assim resultar em um grande fracasso, pois sem objetivos claros o *game* perde o significado e torna-se inconsistente e no pior dos casos irritante.

E quando falamos de recompensas na ‘gamificação’, é possível confundir com ‘meritocracia’, mas, a ideia não é reconhecer o valor de poucos participantes, a ideia central da gamificação é estimular, para que todos cheguem a objetivos comuns, amparando quem tem dificuldades pelo caminho e reconhecendo todo o seu esforço quando ele alcança o seu objetivo.

OS MECANISMOS E OS OBJETIVOS

Portanto, se faz pertinente o que queremos alcançar ao aplicar a ‘gameificação’ na sala de aula. Pode ser o aprendizado de um novo conteúdo, melhorar o entendimento através da prática de uma teoria, ou ainda melhorar a convivência do grupo.

Como condutor do *game*, apenas na posição de observador, é possível identificar quais ações os players já adotaram para atingir um determinado objetivo. É possível planejar criando objetivos e traçando ações e caminhos que eles ainda não percorreram.

Por exemplo:

Objetivo: Trabalho em grupo e cooperação

Ação e/ou caminho: Crie uma música com outros 3 colegas.

Ação e/ou caminho: Ajude 2 colegas a efetuarem os exercícios de sala.

Ação e/ou caminho: Elabore uma enquete sobre o tema comentado com mais 5 colegas.

Objetivo: Ecologia e meio ambiente

Ação e/ou caminho: Plantar e cuidar de um pé de feijão por 8 semanas.

Ação e/ou caminho: Separar o lixo orgânico do reciclado todos os dias.

Estas e outras mecânicas podem ser adotadas e através do cumprimento das ações direcionadas. Pode-se, então criar vários mecanismos para um único objetivo, e após

isso, estimular os alunos se envolverem nos mecanismos que mais gostam, realizando as ações a partir de pré-conhecimentos já fundamentados, ou se envolverem com mecanismos totalmente novos e alheios ao aluno.

Quando o aluno completa o mecanismo através da ação proposta, ele recebe a recompensa, e o reconhecimento de ter atingido o objetivo proposto.

OS MECANISMOS E OS OBJETIVOS POR PROJETO

Aqui encontramos os resultados a partir de um estudo e o trabalho é orientado a um projeto.

Pode-se iniciar com uma chamada a criação de um projeto que permeie os conteúdos já abordados. Os projetos são criados e apresentados para os colegas. Cada colega por sua vez, ao final da apresentação, contribui com um comentário ou sugestão dentro de uma urna com o objetivo de estimular e aprimorar o projeto apresentado pelo grupo.

Pode-se criar a seguinte regra: cada comentário recebido valem 2 pontos e para quem escreveu o comentário um ponto.

A ideia aqui é que neste caso parte-se da visão do todo passando pelo objetivo e voltando para as ações que o participante executou.

Prêmio: O colaborador:

Objetivo: Trabalho em grupo.

Compor uma música com outros 3 colegas.

Elabore uma enquete sobre o tema comentado com mais 5 colegas.

...

...Outro objetivo.

A COMPETIÇÃO

Quando falamos em educação, muitos educadores de teorias mais tradicionais buscam de alguma forma desviar de mecânicas de competição.

Entende-se que, pelo fato da ideia da educação ser construtivista e colaborativa, muitos querem evitar os planos de competição. Mas vemos que na gamificação, um lado não perde com o outro, eles não se anulam, pelo contrário, a competição gera um enorme estímulo à colaboração, tudo irá depender de como as mecânicas do *game* são entrelaçadas, mas é importante ressaltar que a competição expõe apenas o pano de fundo para que os Players queiram estar novamente no Game dia após dia e o enfrentamento de

cada desafio e a capacidade de trabalhar em colaboração com os outros *Players* é o que motiva verdadeiramente.

Então todos em um determinado momento, percebem que: não é importante a quantidade de medalhas ou a posição que ocupa no *ranking*, mas sim o que foi produzido em conjunto pelos grupos e o impacto que isso causa individualmente.

CONCLUSÃO

A 'gamificação' estimula os alunos e pode ser uma ferramenta poderosa, que de forma lúdica mostra que existe construção em tudo o que eles empreenderem orientados a objetivos e projetos e que os ganhos são reais através de recompensas, mesmo que simbólicas.

[...] Supor que jogar é apenas uma fantasia seria dizer que as crianças vivem em um constante estado de irrealidade. E isso me parece quase um insulto. (Gonzalo Frasca, 2016)

Desta forma, não podemos encarar um *game* apenas como um momento de lazer e distração, pois são como uma amalgama que une processos complexos da interação humana, pontuando e fazendo parte da produção cultural da sociedade. Se olharmos para a educação podemos alinhar pontos em comum, pois ela é a geradora da cultura humana, portanto ambas partilham de propósitos semelhantes.

REFERÊNCIAS

LEAL, Marcel. **A inevitável gamificação da educação** - Disponível em <<http://www.opusphere.com/a-inevitavel-gamificacao-da-educacao>> Acesso em: 15/07/2017.

SÍLABE . **Games na sala de aula, como aprender brincando?** - Disponível em <<https://silabe.com.br/blog/games-na-sala-de-aula-divertindo-e-ensinando-programar/#more-1009>> Acesso em: 22/08/2017.

GARCIA, Fabiano; REIS, Alessandro Vieira - **GAMIFICATION: como engajar o seu público interno e externo e otimizar resultados**, Junho de 2017.

ALVES, Flora. **Gamification – Como Criar Experiências de Aprendizagem Engajadoras um Guia Completo: do Conceito à Prática** - Editora DVS, junho de 2015.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura** - Editora Perspectiva - 2012.

.

METODOLOGIAS ATIVAS: DO CONTEXTO HISTÓRICO AOS DIAS ATUAIS

Carlos Eduardo Cervilieri; carloscervilieri@gmail.com *

Cláudio Gaspar de Mello; claudiogdemello@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente artigo é remontar historicamente o surgimento, por meio do contexto histórico, as metodologias ativas que estão evidentes na prática do ensino atual. Para compreender a contribuição das metodologias ativas no contexto atual, foi necessário remontar a trajetória das contribuições dos pensadores até os dias atuais. Inicialmente a pesquisa foi derivada de artigos atuais, para assim conhecer os referenciais utilizados nestes artigos, com análise criteriosa dos autores envolvendo a temática. A partir dos referenciais dos artigos atuais, foi utilizado o método de revisão bibliográfica, chegando aos primeiros registros em 1590 para depois, compreender a proposta da teoria Escola Nova, onde o autor John Dewey contrapôs ao sistema tradicional de educação em 1930. Rompendo com os pensamentos da época, o autor propõe o modelo de ensino e aprendizagem focado no aluno como sujeito do processo. Esta teoria prevê que a aprendizagem deve iniciar da problematização a partir dos conhecimentos prévios do aluno. Nos séculos XIX e XX era regido o sistema educacional norte-americano, período que eram utilizadas técnicas envolvendo a memorização e principalmente na transferência do conhecimento. A mudança surge da proposta de novas técnicas pedagógicas, que John Dewey propõe mudanças no processo educacional vigente, voltadas do pensamento liberal surgindo uma nova filosofia sendo conhecida como a Escola Progressista ou Escola Nova. Parte do princípio da valorização social das qualidades pessoais dos alunos, como um instrumento de solidificação entre os conhecimentos prévios e saberes curriculares. Na sequência como proposta, o artigo remonta dados e informações do modelo introduzido no Brasil, advindos de Anísio Teixeira, grande brasileiro pela luta por uma escola pública gratuita, laica e de acesso para todos os brasileiros. As ideias apresentadas por Anísio Teixeira permanecem na atualidade para discussão administrativas e principalmente na esfera educacional. Independentemente do método ou da estratégia utilizada para promover a aprendizagem ativa, é essencial a participação do aluno e do professor atuando como facilitador do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Metodologias Ativas. Projetos. Mediação. Educação. Processos

Abstract

The objective of this article is to go back historically the emergence, through the historical context, of the active methodologies that are evident of current teaching practice. To understand the contribution of active methodologies in the current context, it was necessary to trace the trajectory of the contributions of the thinkers until nowadays. Initially the research was derived from current articles, so as to know the references used in these articles, with careful analysis of the authors involving the theme. From the benchmarks of the current articles, the method of bibliographical revision was used, reaching the first records in 1590 for later, understand the proposal of the New School theory, where the author John Dewey oppose the traditional system of education in 1930. Breaking with the thoughts of the time, the author proposes the model of teaching and learning focused on the student as subject of the process. This theory predicts that the learning must begin from the problematization from the previous knowledge of the student. In the centuries XIX the XX the North American educational system it was sustained, period that techniques were used involving memorization and especially the transfer of knowledge. The change arises from the proposing of new pedagogical techniques, which John Dewey proposes changes in the current educational process, liberal thinking, emerging a new philosophy being known as the Progressive School or New School. It starts from the principle of the social valorization of the personal qualities of the students, as an instrument of solidification between the previous knowledge and curricular knowledge. Following and as a proposal, the article goes back to data and information of the model introduced in Brazil, coming of Anísio Teixeira, a big brazilian for the struggle for a free, secular and access public school for all Brazilians. The ideas presented by Anísio Teixeira remain at present for administrative discussion and mainly in the educational sphere. Independently of the method or strategy used to promote active learning, the participation of the student and the teacher is essential as a facilitator of the teaching and learning process

Keywords: Active Methodologies. Projects. Mediation. Education. Processes

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o modelo educacional emerge com proposta de trabalho as metodologias ativas, termo e método com pouca clareza para professores nos dias atuais.

Sem que eles se deem conta de que o princípio deste processo, tem o aluno como agente ativo, para que ele construa conhecimentos em situações desafiadoras por projetos e problematizações (Lopes, 2015).

O objetivo deste artigo é compreender o surgimento do termo metodologias ativas, o método e seu contexto histórico até a atualidade. Assim, podendo apresentar facilidades de utilização desta metodologia, quando se há compreensão do processo como um todo. Foi utilizado como método a revisão bibliográfica em livros e artigos para a elaboração deste artigo.

Analisando o contexto histórico por meio de revisão bibliográfica e remontando a história das metodologias ativas, a partir das referências, foram encontradas situações de mudanças a partir do XIX e XX. Neste período a burguesia regia o sistema educacional norte-americano, onde os métodos utilizados naquela época eram limitados em técnicas de memorização e na transferência de conhecimento. (Pereira; Martins; Alves & Delgado, 2009).

A revisão bibliográfica apresentou os primeiros registros com ³⁵John Dewey que revolucionou o sistema educacional da época de 1930. Propondo novas técnicas com significativas modificações para aquele modelo educacional vigente da primeira metade do século XX. (Pereira; Martins; Alves & Delgado, 2009).

1. AS METODOLOGIAS ATIVAS - QUANDO TUDO COMEÇOU

Um dos principais artigos da revisão bibliográfica, remontam os primeiros registros da educação com método de metodologias ativas baseado em projetos a partir de 1590. Neste período há o surgimento e origem e desenvolvimento internacional dos fundamentos e fases da educação por projetos na escola de formação de engenheiros (Ulrich, 2016).

³⁵ John Dewey é reconhecido como um dos fundadores da escola filosófica de Pragmatismo (juntamente com Charles Sanders Peirce e William James), um pioneiro em psicologia funcional, e representante principal do movimento da educação progressiva norte-americana durante a primeira metade do século XX. Foi também editor, tendo contribuído para a Enciclopédia Unificada de Ciência, um projeto dos positivistas, organizado por Otto Neurath. Em 1907, participou da Comunidade Helicon Hall, em Englewood (Nova Jérsei).

Para compreender este contexto histórico do processo e surgimento do desenvolvimento internacional das metodologias ativas, a tabela a seguir de Ulrich (2016), demonstra os períodos com os movimentos e estudos na Europa e na América.

PERÍODO	ESTUDOS
1590-1765	Os começos do trabalho de projeto em escolas de arquitetura na Europa.
1765-1880	O projeto como método de ensino regular e seu transplante para América.
1880-1915	Trabalho em projetos de treinamento manual e em escolas públicas em geral.
1915-1965	Redefinição do método do projeto e seu transplante de América de volta à Europa.
1965 – hoje	Redescoberta da ideia do projeto e da terceira onda de sua disseminação internacional.

Tabela 1 – Adaptação de Ulrich (2016)

Os primeiros registros a partir de 1590, reflete o trabalho por projetos a partir dos estudos de arquitetura e engenharia, que no ano de 1765 há um transplante da Europa para a América. Depois, no ano de 1915 da América volta à Europa com movimento diferente e com o princípio da redescoberta da ideia do projeto e disseminação internacional (Ulrich, 2016).

Estas mudanças emergem a partir de 1965, no entanto, os registros de proximidade para as metodologias ativas são a partir de 1930. Assim, este resgate bibliográfico apresenta os primeiros registros da Escola Nova. Onde tudo começa com a redescoberta, momento de registro das ideias de Dewey para uma escola progressista como afirma Pereira; Martins; Alves & Delgado (2009)

Essas técnicas foram fundamentadas no pensamento liberal surgindo assim uma nova filosofia, conhecida como a Escola Nova ou Escola Progressista, representando no cenário educacional do país uma opção, ou mesmo como uma oposição ao ensino tradicional em vigor até então. Assim, esta nova política partia do princípio de que a escola deveria atuar como um instrumento para a edificação da sociedade através da valorização das qualidades

personais de cada indivíduo. (Pereira; Martins; Alves & Delgado, 2009 p.155)

Neste período surge um novo olhar para educação, com proposta de reconhecimento das técnicas fundamentadas no pensamento liberal e uma nova filosofia, com o movimento denominado de Escola Nova ou Progressista. Surge uma nova política para a época, onde o movimento se opõe ao ensino tradicional que estava em vigor. Partindo do princípio, que a escola deveria atuar como um instrumento para solidificação dos valores e qualidade pessoas de cada indivíduo, a teoria de John Dewey revoluciona o processo educacional da época. (Pereira; Martins; Alves & Delgado, 2009).

Com experiências envolvendo a educação, em 1938 John Dewey demonstra o processo profundamente do pessoal e inerente ao social. O aprendizado é conectado aos indivíduos uns com os outros, onde a experiência é enquadrada por contextos interacionais e sistemas de representações (Ulrich (2016).

Tais condições de ensino, superam a tradicional aula expositiva, que a finalidade era a reprodução e memorização do conteúdo de ensino. O professor deixa de ser o centro do processo, aquele que detém o conhecimento, passando ser aquele que facilita, o mediador do ensino e a aprendizagem Lopes (2015).

Portanto, neste período surge a metodologia ativa com a aprendizagem baseada em projetos, modelo de referência para a educação dos dias atuais. Do conceito e abordagem de John Dewey, é possível compreender o conceito da abordagem geral da educação baseada em projetos considerada como metodologias ativas (Ulrich, 2016).

A filosofia deweyana remete a uma prática docente que é baseada na liberdade e autonomia do aluno para ter a elaboração das suas certezas, propósitos, conhecimentos construídos e suas regras éticas e morais. Lembrando que isso não significa o abandono ou redução da importância do currículo ou dos saberes do educador, mas o papel fundamental de mediador (Pereira; Martins; Alves & Delgado, 2009).

Ao longo da sua história, o modelo de ensino por projeto, teve como referência diferentes variações. O trabalho por projeto possui como premissa as metodologias ativas, que nos dias atuais reconhecem que a habilidade do professor é de mediador do processo. A filosofia de Dewey é reconhecida por muitos anos, desde escolas primárias até universidades (Ulrich, 2016).

Seguindo este contexto da filosofia deweyana, surgem teorias cognitivistas, como o construtivismo. Remontando também, os métodos globalizados por projetos de Kilpatrick, os projetos de trabalho de Hernandez, técnicas de Freinet em 1998. Já em 2012

Figueiredo com seu estudo, analisando as possibilidades da alfabetização por projetos e por último a de Hernandez com a tecnologia digital (Lopes, 2015).

1.1 A NOVA ESCOLA NO BRASIL E AS METODOLOGIAS ATIVAS

No Brasil, o movimento envolvendo as metodologias ativas surgem em 1930, juntamente com o movimento da Escola Nova proposta por Dewey, sendo os pioneiros Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

Para compreender o surgimento das mudanças educacionais no Brasil, e o surgimento das metodologias ativas, segue tabela com os períodos histórico da educação brasileira.

PERÍODO	MOVIMENTOS
1500	Primeiros registros da educação pelos Jesuítas com o descobrimento do Brasil
1500 - 1549	Padre Manuel da Nóbrega chefia a primeira missão de ordem religiosa
1549 - 1759	Expulsão dos jesuítas com as reformas pombalinas passando a instituição do ensino laico e público a partir das aulas régias
1759 - 1772	Implantação do ensino público oficial no Brasil mantendo o ensino religioso nas escolas
1798	Ocorre o seminário de Olinda por iniciativa do bispo Azeredo Coutinho com ideias iluministas.
1808 - 1810	Dom João VI abre as Academias Militares
1822	Haviam propostas para Educação na Assembleia Constituinte inspiradas nos ideais da Revolução Francesa
1827	Aprovada a primeira lei sobre o Ensino Elementar
1834	Houve reforma que deixava o ensino elementar, secundário e de formação dos professores para as províncias
1889	Instauração da república mudanças, mas com os princípios de centralização, formalização e autoritarismo.
1920 - 1930	Surgimento do Escolanovismo de iniciativa de liberais democráticos. Com a fundação da associação Brasileira de Educação
1930	Início da Era Vargas com reformas educacionais mais modernas.

1932 - 1934	Com o Conselho Nacional de Educação e a Constituição de 34 deu a incumbência de criar o Plano Nacional de Educação. Surgimento dos intelectuais Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira assinaram o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova"
1946	Fim do Estado Novo surgindo a Constituição de 1946 trazendo a gratuidade para o Ensino Primário
1964	Aumento do autoritarismo pelo regime militar
1988	A retomada democrática com destaque para a Constituição Brasileira criando o Conselho Nacional de Educação lei 9131/1995

Tabela 2 – Adaptação do site wikipédia com elaboração do autor.

As informações da tabela, são compatíveis e correlacionam com os pensadores internacionais como Dewey, que sua filosofia influencia o Brasil a partir de 1930, na Europa e América com o movimento da Escola Progressista. Neste mesmo ano, no Brasil, também se inicia a era Vargas com contexto educacional progressista e social (Pereira; Martins; Alves & Delgado, 2009).

Analisando o pressuposto do movimento de 1930, a história do Brasil com as Metodologias ativas remonta na mesma época do movimento de Dewey, com Lourenço Filho, com uma de suas maiores preocupações, a de que os alunos tivessem oportunidades iguais em todos os lugares do país. Inicia proclamação para que os métodos fossem unificados e não as pessoas. Foi questionando por este modelo na sua própria organização social, mas ele via melhoria da educação neste formato (Martins, 2005).

Com amigos Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, Lourenço Filho idealiza a Escola Nova no Brasil. Que para Martins (2005) defende eles defendiam a adaptação da criança.

Lourenço Filho idealizou a Escola Nova - projeto que defendia a ideia da escola "sob medida", mais preocupada em adaptar-se a cada criança do que em encaixar todas no mesmo molde, e que julgava que o interesse e as atividades dos alunos tinham papel determinante na construção de uma "escola ativa". Defendida principalmente pelo suíço Claparède e sob a influência do filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952), a Escola Nova era para Lourenço Filho de grande importância, não só para a aprendizagem dentro dos limites da sala de aula (Martins, 2005).

Assim, Lourenço Filho e seus amigos influenciados pelas ideias de John Dewey idealiza para o Brasil a Escola Nova. A principal mudança ocorre quando assume o Instituto de Educação do Distrito Federal, na ocasião Rio de Janeiro entre 1932 e 1937. As primeiras mudanças são de propor o modelo da escola ativa, reformulando a estrutura curricular do curso Normal para profissionalizante, desta forma criando um modelo para os demais estados (Martins, 2005).

Seguindo os mesmos passos de Lourenço Filho, Anísio Teixeira retrata sobre a educação e o sistema escolar. Que para o Brasil, segundo ele, é do século XVI. Para Anísio Teixeira (2005) o sistema escolar no Brasil era o da formação do clero ou do legista ou canonista na forma em que a concebia. Não se ministravam a cultura clássica na sua compreensão criadora pós-renascentista, mas em sua rigidez do período oral e formal. Isso necessário para a época assegurar a ortodoxia rigorosa do poder monárquico.

Anísio Teixeira retrata a educação nos seus moldes escolásticos na formação extremamente vocacional envolvendo a formação de padres. Retrata a educação como modelo da igreja até o século XIX, considerando um Brasil colônia onde a escola superior era para a elite.

Anísio Teixeira (2005) reforça que a repetição do modelo educacional está mantida pela tradição. Esta ideia é fundamentada em Dewey.

Entretanto, como lembra Dewey, uma tradição tanto pode criar energias para se manterem as condições que a criaram e a continuam, quanto resultar em hábitos que obstruem a observação do que realmente está a passar, criando uma miragem em que a tradição parece como um pleno vigor, quando de fato, está em declínio (Teixeira, 2005, p. 149).

Para o autor e como fato, o Brasil até 1930 vive o que ele chama de cegueira envolvendo hábitos ultrapassados e tradicionais e que na verdade estava em declínio. O declínio persiste neste período e mesmo com a república, este declínio continua. Porém, no mesmo ano, surge a primeira faculdade de ciência e letras, vindo tardiamente reviver as fontes da tradição (Teixeira, 2005).

Mas, Anísio pretendia a universalização de uma Nova Escola, longe da cegueira e hábitos ultrapassados. Uma escola comum para todos, a chamada "Escola Única", onde as crianças de todas as posições sociais poderiam frequentar para formar a inteligência, o caráter, os hábitos de pensarem e conviverem socialmente (Cordeiro, 2001).

Somente quando fez suas viagens à Europa em 1925 e aos Estados Unidos em 1927, pelas funções do cargo que exercia no Brasil na Diretoria de Instrução Pública na Bahia, Anísio Teixeira entra em contato com o sistema público de educação, até então desconhecido da sua experiência enquanto estudante (Pereira, 2014).

Para Pereira (2014), quando Anísio retorna de suas viagens ele desperta para os problemas típicos do Brasil.

[...]problemas típicos da educação no Brasil como a corrupção, a ausência do poder público, o despreparo do professorado, começando assim uma hercúlea batalha em busca de uma educação sem privilégios. Mostrou que todo o sistema educacional público até então estava corrompido, em mãos sem competência e com “verbalismo oco e inútil”, e tudo o que se fazia era apenas para reforçar tal sistema na “perpetuação da divisão de classes no Brasil” (TEIXEIRA, 2005, p.95, apud PEREIRA, 2014, p. 36).

Ao encontrar a situação da educação, sem competência, reforçando o sistema pela cegueira da tradição. Anísio faz sua negação ao colégio ao qual havia tido sua formação intelectual e religiosa. Assim, rompendo com a ideia de perpetuação da divisão de classe, ao qual, não concordava. Para ele nascia a nova concepção de educação para o milênio (Cordeiro, 2001).

Assim, há a completude da personalidade anisiana, no que diz respeito ao privilégio que as famílias endinheiradas obtinham no Brasil, ou seja, a questão do monopólio da igreja na educação. Para Anísio, foi uma luta incessante que o consumiu por toda a vida, pois a ideia que os bispos tinham na época, era que a família tinha que optar pela escola onde o filho seria educado. A igreja condenava a função do Estado democraticamente e emancipadora. (Pereira, 2014).

Nas palavras de Anísio, ele reforça a ideia de expansão universitária, no contexto de qualidade e desenvolvimento nacional.

[...] desejamos caracterizar a situação de expansão quantitativa de oportunidades de educação superior, que não se pode, e talvez nem se deva coibir, e a necessidade de insistir-se pela mudança em qualidade do ensino superior, para se poder atender as novas exigências do desenvolvimento nacional (Teixeira, 2005, p. 272).

Para ele o movimento permanece, no sentido de ampliar as universidades e formações, mas sem perder a qualidade do processo para o desenvolvimento nacional. O movimento é a força motriz para uma educação de qualidade. As mudanças necessitam ocorrer, mesmo por processo lento, mas com estágios sucessivos (Teixeira, 2005)

Com o golpe de 1964 no Brasil, o regime ditatorial corresponde fortemente ao retrocesso de toda a construção educacional, das reformas nacionalistas e dos direitos básicos da existência, como o próprio direito a vida. Tudo o que havia sido construído por Anísio, foram aniquilados pelos militares. Exoneram e exilaram todas as pessoas que estavam participando da construção democrática no país (Pereira, 2014).

A educação nos anos da ditadura militar, sofre grande estrangulamento interno da economia e altas inflações, com o endividamento externo e principalmente da queda na qualidade de ensino motivada por baixos salários e investimentos públicos. Consequentemente ocorre o crescimento das escolas privadas com preferência da escola profissionalizante em detrimento ao ensino médio. (Piana, 2009).

2. AS METODOLOGIAS ATIVAS NO BRASIL A PARTIR DE 1988 – APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

Com a Constituição Federal de 1988, que foi promulgada após amplo movimento de redemocratização do País, marca um novo processo educacional com a retomada democrática no Brasil. Neste período, há ampliação da responsabilidade do Poder Público e da sociedade para com a educação, voltada para a globalização em atendimento ao ideário neoliberal (Piana, 2009).

Para Sapiro (2010) a Constituição veio completar a educação com o seu respectivo direito social público, de maneira como nunca tinha sido contemplado na história brasileira. A proporção desta abrangência educacional, exigiu complemento com carta constitucional mediante legislação complementar. Assim, é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Após a LDB e o que se vive na atualidade no Brasil, é a denominada globalização do capital. Esta globalização, tem por fundamento os ideais neoliberais que transformam a sociedade em uma sociedade de risco. Rompendo as garantias sociais como fato e como expectativas, assim o resultado maior é a exclusão social (Piana, 2009).

Na atualidade brasileira, o processo educacional e a educação profissional passam a ser objeto de discussões, com foco nas organizações curriculares e formação com a metodologia: Aprendizagem Baseada em Problemas e Aprendizagem Baseada em Projeto.

O termo metodologias ativas são denominadas para o ensino por meio de projetos e por solução de problemas previamente preparados envolvendo os alunos (Barbosa e Moura, 2013).

Assim, as instituições educacionais atentas às mudanças escolhem fundamentalmente dois caminhos, uma mais suave – mudanças progressivas – e o outro mais amplo, com as mudanças profundas propostas por Moran (2015).

No caminho mais suave, elas mantêm o modelo curricular predominante – disciplinar – mas priorizam o envolvimento maior do aluno, com metodologias ativas como o ensino por projetos de forma mais interdisciplinar, o ensino híbrido ou blended e a sala de aula invertida. Outras instituições propõem modelos mais inovadores, disruptivos, sem disciplinas, que redesenham o projeto, os espaços físicos, as metodologias, baseadas em atividades, desafios, problemas, jogos e onde cada aluno aprende no seu próprio ritmo e necessidade e também aprende com os outros em grupos e projetos, com supervisão de professores orientadores (Moran, 2015, p.1).

O autor esclarece as possibilidades de metodologias ativas por dois caminhos, um deles pelo processo interdisciplinar envolvendo possibilidades como a sala de aula invertida e ensino híbrido. Outro com o processo de metodologia dirigida para modelos inovadores que redesenham projetos, metodologias, desafios, problemas e jogos. Independentemente do método ou da estratégia usada para promover a aprendizagem ativa é essencial a participação do aluno e do professor atuando como supervisor e facilitador do processo de aprendizagem (Barbosa & Moura, 2013).

Há sugestão do método de aprendizagem ativo por projeto, Nogueira (2012) estabelece cinco etapas para mediação dos professores na ação e produção dos alunos conforme é apresentado na tabela a seguir.

ETAPAS	AÇÃO DE MEDIAÇÃO
PRIMEIRA	Planejamento – “O professor deve provocar na classe o pensar sobre o planejamento por meio de perguntas simples a respeito da estruturação,

	criação e práticas, instigando a classe a refletir sobre os objetivos a serem concretizados. ”
SEGUNDA	Execução - “etapa de execução. Nela, o aluno entra em cena totalmente dedicado a pôr em prática o que foi planejado. A possibilidade de pesquisa, escolha de material, formato do produto e outros itens devem ser oferecidos pelo professor”
TERCEIRA	Depuração - “O projeto já está bom, mas pode ficar ainda melhor se passar por esse processo de depuração”, explica Nogueira. Esse momento o professor deve questionar a satisfação, intenção e aprendizagem que a classe tem dito com a proposta. Caso não esteja o suficientemente bom para as expectativas traçadas, mudanças são sempre bem-vindas.
QUARTA	Apresentação - “Aqui todos os produtos e processos que os alunos desenvolveram serão expostos a terceiros, funcionando tanto como um estímulo ao ego, como também ao desenvolvimento da capacidade de falar sobre o assunto e à fixação do conteúdo estudado. ”
QUINTA	Avaliação - “Nogueira sugere que o professor estimule a auto avaliação dos educandos e a capacidade de ser crítico em relação aos projetos do outro. Só depois faz a avaliação, resgatando os objetivos iniciais e checando se todos foram alcançados. ”

Tabela 3 – Etapas do processo de ensino por projeto, adaptado Nogueira (2012).

Esta sugestão das cinco etapas, reflete o princípio da metodologia ativa. Querendo que os alunos sejam proativos, Moran (2015, p.3) afirma que “é necessário adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de matérias que sejam relevantes”.

CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu o levantamento da produção de conhecimentos e contexto histórico do termo metodologias ativas até os dias atuais. Este estudo permitiu a análise histórica dos primeiros registros de atividades por projetos, do método envolvendo metodologias ativas. Foi constatado lacunas de estudos conceituais e pesquisas sobre a utilização e resultados das metodologias ativas.

Os primeiros registros sobre metodologias ativas aparecem no período de 1590 até 1765, com a escola de engenharia onde o objetivo pela metodologia da época era a construção de projetos voltados para o curso de engenharia (Ulrich, 2016).

No período de 1765 até 1965 emerge o ensino regular envolvendo projetos, mas só em 1930 a pesquisa bibliográfica apresenta os primeiros registros da Escola Nova, surgindo a redescoberta do ensino por meio de projetos, momento de registro das ideias de Dewey para uma escola progressista (Pereira; Martins; Alves & Delgado, 2009).

Assim, os primeiros registros internacionais iniciam com Dewey que o movimento vai para a América e depois volta para Europa, já diferente e com o princípio da redescoberta da ideia do projeto e disseminação internacional, permanecendo até os dias atuais (Ulrich, 2016).

Portanto, os primeiros registros de metodologias ativas surgem, segundo a pesquisa, com reconhecimento internacional em 1930 com a Escola Nova. Nesta mesma época, no Brasil, Lourenço Filho, propõe que os alunos tenham oportunidades iguais em todos os lugares do país e para isso proclamava que os métodos fossem unificados e não as pessoas. O movimento prezava os mesmos moldes da Escola Nova. Foi questionando pelo modelo na sua própria organização social e que ele via melhoria da educação (Martins, 2005).

No Brasil, a principal mudança ocorre quando Lourenço Filho assume o Instituto de Educação do Distrito Federal, na ocasião Rio de Janeiro entre 1932 e 1937. Neste momento surge os amigos Anísio Teixeira e Fernando Azevedo com as primeiras mudanças são de propor o modelo da escola ativa, reformulando a estrutura curricular do curso Normal para profissionalizante, desta forma criando um modelo para os demais estados (Martins, 2005).

Com o advindo golpe de 1964 no Brasil, o regime ditatorial corresponde fortemente ao retrocesso de toda a construção educacional de Lourenço Filho e seus amigos. Tudo o que havia sido construído, foi aniquilado pelos militares. Exoneram e exilam todas as pessoas participaram da construção democrática no país (Pereira, 2014).

Deste modo, o Brasil mantém o modelo educacional imposto até 1988 quando surgiu a Constituição Federal, que foi promulgada após amplo movimento de redemocratização do País, marcando um novo processo educacional e democrático no país (Piana, 2009).

A partir desta nova mudança, há uma grande proporção de abrangência educacional, exigindo uma nova legislação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Sapio, 2010).

Na atualidade, o processo educacional e a educação profissional passam a ser objeto de discussões com foco nas organizações curriculares e formação com a

metodologia Aprendizagem Baseada em Problemas e Aprendizagem Baseada em Projeto (Barbosa e Moura, 2013).

O termo metodologias ativas é atribuído para o ensino que é desenvolvido por meio de projetos e por solução de problemas, com ideias dos alunos para os professores. As Instituições educacionais atentas às mudanças, escolhem fundamentalmente dois caminhos, uma mais suave – mudanças progressivas – e o outro mais amplo, com as mudanças profundas. (Moran, 2015; Barbosa e Moura, 2013).

Com as mudanças atuais, é necessário adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais que sejam relevantes, não utilizando apenas tecnologias da informação, mas tecnologias a partir de atividades e materiais para subsidiar os projetos (Moran, 2015; Nogueira, 2012).

Independentemente do método ou da estratégia usada para promover a aprendizagem ativa, é essencial a participação do aluno e do professor, o segundo como supervisor e facilitador do processo de aprendizagem por meio das tecnologias e situações problemas. (Barbosa & Moura, 2013).

REFERÊNCIAS

- BUCHVITZ, P. A **Paulo Freire & Jacques Lacan: Liberdade, Linguagem e Saber** Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET – dez 2013 Revista Práxis 1ª. Edição
- CORDEIRO, C. M. F. **Anísio Teixeira, uma “visão” do futuro**. Estud. Av. 2001 vol. 15 n. 42 Scielo 2001.
- MARTINS, M. L. (2005) **Lourenço Filho: a psicologia na vida e na educação**. Consultado em 01 de setembro de 2017 através de: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0069_03.html
- MORAN, J. **Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Vol. II] Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015
- PEREIRA, E. A.; MARTINS J. R.; ALVES, V. S. & DELGADO, E. I. (2009) **A Contribuição de John Dewey para a educação** Revista Eletrônica de Educação, v. 3 n. 1 mai 2009.
- PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

SAPIO, G. A **LDB e a Constituição Brasileira de 1988: Os dois pilares da atual legislação educacional nacional**. IUNIB – Instituto Universitário Brasileiro – 2010.

BARBOSA, E. F; & MOURA, D. G. Metodologias Ativas de Aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica – Revista Boletim Técnico do Senac – RJ v.39 n.2 p.48-67 maio/ago – 2013.

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Coleção Anísio Teixeira Volume 10. UFRJ – Rio de Janeiro 2005.

ULICH, C. (2016) **John Dewey and the Project-based learning: landmarks for nowadays Romanian education** Journal of educational sciences & psychology VOL VI (LXVIII) No. 1B/2016 54-60

OFICINAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O PROJETO ECOTRUPE

Andréa Cristina Tomazelli (Centro Universitário Barão de Mauá) -
andrea.tomazelli@baraodemaua.br*

Cibele Randi Barbosa (Centro Universitário Barão de Mauá) -
cibele.barbosa@baraodemaua.br

Marcelo Nunes Mestriner (Centro Universitário Barão de Mauá) -
marcelo.mestriner@baraodemaua.br

Resumo: O projeto ECOTRUPE vem sendo desenvolvido no Centro Universitário Barão de Mauá desde março de 2008, por docentes e discentes do curso de Ciências Biológicas. A ideia do projeto surgiu devido à importância da Educação Ambiental dentro de um contexto global e local e à preocupação em oferecer subsídios e informações sobre o tema, e ainda constituir um espaço de discussão e troca de experiências aos alunos, professores e profissionais da área, como forma de promover conscientização sobre as questões ambientais e construir novos conhecimentos para o desenvolvimento pleno de cidadania. Tem como objetivo promover reflexões, discussões e debates sobre Educação Ambiental, de modo que os discentes possam aplicar os conhecimentos adquiridos em atividades práticas de seu cotidiano profissional, promovendo o desenvolvimento de oficinas, ações e projetos de educação ambiental junto à comunidade do centro universitário e do município de Ribeirão Preto (SP). A cada início de ano letivo, os docentes coordenadores do projeto, convidam os discentes interessados a participarem de reuniões semanais, que acontecem nas dependências do Centro Universitário. Durante as reuniões são debatidos textos, vídeos e outros materiais que possam subsidiar a criação de oficinas e ações de Educação Ambiental, sempre de forma participativa. Ao longo do ano, a ECOTRUPE organiza e realiza diversas atividades tanto para a comunidade do Centro Universitário Barão de Mauá, quanto para a comunidade externa, como em escolas, parques, praças e outros espaços coletivos do município. As atividades propostas promovem o envolvimento dos universitários e da própria Universidade na conscientização e formação de pessoas e profissionais de dentro e de fora da instituição de ensino, tratando-se de uma prática extensionista voltada para habilidades socioeducativas, o que contribuiu para a formação pessoal e profissional dos discentes envolvidos, além de promover a integração entre comunidade e instituição de ensino, contribuindo para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Projeto Ecotrupe. Oficinas. Conscientização.

Abstract: The ECOTRUPE project has been developed at the Centro Universitário Barão de Mauá since March 2008, by faculty and students of the Biological Sciences course. The project idea came about because of the importance of Environmental Education within a global and local context and the concern to provide subsidies and information on the theme, and also constitute a space for discussion and exchange of experiences for students, teachers and professionals in the area, as a way to promote awareness on environmental issues and build new knowledge for the full development of citizenship. It aims to promote reflections, discussions and debates on Environmental Education, so that the students can apply the knowledge acquired in practical activities of their professional daily life, promoting the development of workshops, actions and environmental education projects in the community of the university center and the city of Ribeirão Preto (SP). At each beginning of the school year, the coordinating teachers of the project invite interested students to participate in weekly meetings, that happen in the dependencies of the University Center. During the meetings, texts are discussed, videos and other materials that can subsidize the creation of workshops and actions of Environmental Education, always in a participatory way. Throughout the year, ECOTRUPE organizes and carries out several activities both for the community of the Centro Universitário Barão de Mauá and for the external community, as in schools, parks, squares and other collective spaces of the municipality. The proposed activities promote the involvement of university students and the University itself in the awareness and training of people and professionals inside and outside the educational institution, being an extensionist practice focused on socio-educational skills, which contributed to the personal and professional formation of the students involved, besides promoting the integration between community and educational institution, contributing to the exercise of citizenship.

Keywords: Environmental education. Ecotrupe Project. Offices. Awareness.

INTRODUÇÃO

O projeto "Oficinas Pedagógicas em Educação Ambiental", nomeado e conhecido como ECOTRUPE, vem sendo realizado por docentes e discentes do curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário Barão de Mauá (Ribeirão Preto/SP), desde 2008.

A ideia do projeto surgiu devido à importância da Educação Ambiental dentro de um contexto global e local e à preocupação em oferecer subsídios e informações sobre o

tema, e ainda constituir um espaço de discussão e troca de experiências aos alunos, professores e profissionais da área, como forma de promover conscientização sobre as questões ambientais e construir novos conhecimentos para o desenvolvimento pleno de cidadania.

Um dos propósitos da Educação Ambiental é capacitar para o pleno exercício da cidadania, permitindo a formação de uma base conceitual suficientemente diversificada, técnica e culturalmente, de modo a permitir que sejam superados obstáculos à utilização sustentável do meio ambiente (PHILIPPI JR. et al., 1998). Assim, pressupõe conhecimentos disciplinares diversos, que permitam uma visão integral dos problemas e seu enfrentamento de forma interdisciplinar.

Entretanto, a Educação Ambiental não se restringe ao ensino de Ecologia e Ciências, e também não se caracteriza como um “doutrinação” para modificar comportamentos ambientais predatórios. O que se tem hoje, por parte daqueles que têm uma concepção mais crítica de Educação Ambiental, é a concepção de que ela é um processo de construção da relação humana com o ambiente permeada pelos princípios da responsabilidade, da autonomia, da democracia, da pluralidade, da complexidade entre outros (TOZONI e REIS, 2002).

Segundo Tauchen e Brandli (2006) é indispensável que as Instituições de Ensino Superior (IES) comecem a incorporar os princípios e práticas da sustentabilidade, para a conscientização e formação da comunidade acadêmica, quanto na gestão dos recursos naturais. Segundo os autores, as IES assumem uma responsabilidade essencial na preparação das gerações para um futuro viável e devem assumir a responsabilidade por criar iniciativas e indicar possíveis alternativas para a concepção de uma sociedade sustentável.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O projeto ECOTRUPE teve início em março de 2008 e é desenvolvido desde então por um grupo de docentes e discentes do curso de Ciências Biológicas. Eventualmente, participam do projeto discentes de outros cursos e visitantes. A ECOTRUPE tem como objetivo promover reflexões, discussões e debates sobre Educação Ambiental, de modo que os discentes possam aplicar os conhecimentos adquiridos em atividades práticas de seu cotidiano profissional. Além disso, pretende-se:

1. Proporcionar aos alunos o contato direto com o desenvolvimento de um projeto ligado à área ambiental;

2. Desenvolver as habilidades de: criatividade, expressão oral e escrita, interpretação de resultados e informações, através da criação e execução das oficinas;
3. Possibilitar aos alunos o desenvolvimento de atividades de educação ambiental práticas relacionadas às teorias abordadas em sala;
4. Desenvolver o espírito crítico e reflexivo fundamentais para a formação completa do Biólogo;
5. Proporcionar a integração do estudante universitário à comunidade;
6. Favorecer o desenvolvimento e a aplicação dos diversos conteúdos relacionados à Biologia.

A cada início de ano letivo, os docentes coordenadores do projeto, convidam os discentes interessados a participarem de reuniões semanais, que acontecem nas dependências do Centro Universitário. Durante as reuniões são debatidos textos, vídeos e outros materiais que possam subsidiar a criação de oficinas e ações de Educação Ambiental, sempre de forma participativa.

Ao longo do ano, a ECOTRUPE organiza e realiza diversas atividades tanto para a comunidade da IES, quanto para a comunidade externa, como em escolas, parques e praças do município de Ribeirão Preto. Algumas das atividades realizadas de 2008 a 2017 estão listadas abaixo:

- 2008: participação no curso de formadores ambiental do Coletivos Ipê Roxo, na fase de estruturação do projeto;
- 2009: Bio na Rua, eventos realizados na praça em frente ao Centro Universitário Barão de Mauá;
- 2009: reaproveitamento de óleo - evento de divulgação e conscientização realizado na Praça XV de Novembro;
- 2010: Bio na Rua - realizado na Praça 7 de Setembro;
- 2011: atividades no pátio da unidade central do Centro Universitário sobre o Código Florestal e atividade de sensibilização sobre o lixo no entorno;
- 2012: **ação em uma empresa de transportes do município, oferecendo oficinas sobre Educação Ambiental para os funcionários;**
- 2013: organização de uma horta em uma creche do município;
- 2013: participação no evento da ONG SOS Mata Atlântica, realizado no Parque Maurílio Biagi;
- 2014: **minicurso para os alunos do ensino fundamental de um particular do município. O tema do minicurso foi a Mata de Santa Teresa e a importância de sua preservação. Dentre as atividades desenvolvidas, foi realizada uma visita**

monitorada à mata, sendo que os discentes da ECOTRUPE foram os monitores de todo o processo;

- 2015: organização de uma horta em uma creche do município;
- 2015: **curso de Educação Ambiental para os discentes do curso de Ciências Biológicas. O curso foi realizado contando com um encontro por mês, com palestras e debates;**
- 2015: **projeto sobre o Aquífero Guarani, executado no 2º semestre de 2015, na feira de Ciências de um colégio particular do município;**
- 2016: **ações chamadas de "Bio no Parque", realizadas na Praça dos Expedicionários Brasileiros, Parque Curupira, Parque Dr. Luis Carlos Raya e Praça da Bicicleta. Nestes eventos foram realizadas ações de conscientização ambiental e doação de mudas à comunidade;**
- **2016:** ações na escola E.E. Prof. João Augusto de Mello, na qual foram feitas oficinas de horta vertical e compostagem, reaproveitamento de óleo para confecção de sabão e palestra sobre transgênicos;
- 2017: duas edições do Cine Debate Ambiental, com a exibição dos filmes "GMO-OGM" sobre alimentos transgênicos e "Capitão Fantástico";
- 2017: Ação "Bio no Parque", realizada no **Parque Dr. Luis Carlos Raya.**

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Além de ser uma prática educativa, este projeto constitui-se em prática social, uma vez que a Universidade se relaciona diretamente com a comunidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos, responsáveis e conscientes de seu papel fundamental em práticas de sustentabilidade.

O projeto ECOTRUPE e as atividades propostas promovem o envolvimento dos universitários e da própria Universidade na conscientização e formação de pessoas e profissionais de dentro e de fora da IES, tratando-se de uma prática extensionista voltada para habilidades socioeducativas, em que a comunidade acadêmica integra com a comunidade do município, promovendo o exercício pleno da cidadania.

Os benefícios estão na execução de práticas relacionadas às teorias aprendidas em sala; os alunos das escolas atendidas e pessoas da comunidade aprendem através de práticas diferenciadas, como a reflexão e a interação; e todos se beneficiam da convivência e troca de experiências que as atividades proporcionam.

Especialmente os discentes do Centro Universitário são muito beneficiados com a participação no projeto ECOTRUPE. Citando Paulo Freire: "Não há docência sem discência,

as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender" (FREIRE, 1996, p. 25).

REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996. 165 p.
- PHILIPPI, JR., A.; PELICIONI, M.C.F.; BARROS, R.L.F. de; BRANDT FILHO, W.; TRISTÃO, V.T. V. **Agenda 21 local como instrumento de gestão, educação e participação popular**. 1998. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/saneab/peru/bramam175.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.
- TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L.. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão e produção**, v.13, n.3, p.503-515, set/dez. 2006.
- TOZONI-REIS, M.F.C, Formação de Educadores Ambientais e paradigmas em transição. **Ciência e educação**, v8, n.1, 2002.

A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NO FUTURO DO JORNAL IMPRESSO

Jessica Teixeira Ribeiro; jessicaribeiro_rp@hotmail.com*

Resumo

A artigo tem como objetivo suscitar a discussão em torno do futuro do jornal impresso diante dos avanços tecnológicos – leia-se migração para a mídia digital. O impresso é comprovadamente o mais antigo meio de comunicação existente, porém com o advento da tecnologia e dos meios digitais muito se discute sobre o seu fim. A intenção do artigo é identificar o que vem sendo feito pelos veículos para conter esse temor e alterar o cenário que prevê o encerramento dos trabalhos com o papel.

Palavras-chave: Comunicação. Imprensa. Jornal Impresso. Impresso versus Internet.

Abstract

The research aims to elicit the discussion around the future of the printed newspaper in the face of technological advances – focus on migration to digital media. The printed newspaper is the oldest existing means of communication, but with the advent of technology and digital media much is discussed about its end. The intention of the study is to identify what has been done by the vehicles to contain this fear and to change the scenario that foresees the closure of the works with the paper.

Keywords: Communication. Press. Newspaper. Newspaper vs. Internet.

1. INTRODUÇÃO

O advento da internet provocou enormes mudanças na sociedade, a principal delas na forma em que se consome conteúdo e se tem acesso à informação. Fácil e ágil, a rede mundial de computadores colocou a um clique de distância o acesso a qualquer assunto, em qualquer lugar. Até a popularização desse meio as principais fontes de conhecimento e comunicação emergiam de impressos, televisão e rádio, meios que hoje vêm sendo sabotados pela potência permanentemente acessível e alcançável da rede.

No campo do jornalismo veículos tradicionalmente impressos não conseguiram se reestruturar após o choque com a internet; o Jornal do Brasil hoje é um veículo exclusivamente digital, que encerrou suas atividades de forma física em abril de 2010, mas foi impresso durante 120 anos. O jornal O Estado do Paraná também é um exemplo, próximo de completar 60 anos de atuação ininterrupta teve sua última edição impressa em 6 de fevereiro de 2011, data em que o papel foi completamente substituído por uma

versão online. Fora do país, a revista norte americana *Newsweek* é a representante do movimento migratório para a internet; publicada em Nova Iorque, tinha em circulação mais de quatro milhões de exemplares antes de ser atingida por uma crise financeira em 2008; cessou o trabalho impresso em 31 de dezembro de 2012, sendo a partir daí totalmente digital.

O avanço da tecnologia permitiu um mundo muito mais prático, hoje muitas pessoas preferem, do conforto do seu lar ou ao alcance do bolso, acessar sites de notícias a ir até a banca de jornais ou esperar o exemplar do dia. A internet possibilitou aos conglomerados jornalísticos a oportunidade de oferecer conteúdo rápido, diverso e em tempo real; agregar novos recursos e a conveniência de incluir o leitor no tema ali discutido.

A reflexão sobre o tema deve ir muito além do formato, plataforma ou até mesmo o meio de distribuição. Apesar da tendência favorável, a produção de um jornalismo online de qualidade demanda alto investimento de material humano, tempo e assim como o impresso, dinheiro. É preciso reconhecer as vantagens oferecidas por veículos online, mas também considerar outro fator relevante, ferramenta decisória sobre a vida de qualquer publicação, que é a credibilidade; hoje, salvas exceções, ainda não é possível afirmar veementemente que o jornalismo online alcançou a mesma influência carregada pela imprensa tradicional.

Saímos da pedra para o papiro, dele fomos para o papel e hoje temos acesso à internet. A questão a ser esclarecida pelo artigo trata diretamente de um tema amplamente discutido por estudiosos da comunicação nos dias atuais e carrega consigo grande carga mítica e amplo espaço para debate. A intenção é entender se, de fato, o avanço tecnológico pode colocar um fim ao “jornal de papel” como conhecemos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Evolução e relevância do Jornalismo

O público anseia por notícias – sejam elas sobre o que acontece na esquina, na cidade, país ou do outro lado do mundo – e o jornalismo veio para suprir esse desejo constante por informação, segundo Lambly (2013), “a notícia acontece quando um evento, ação ou circunstância tem um impacto, ou provável impacto, sobre as pessoas ou o seu modo de vida”. O advento dessa forma de comunicar e transmitir conteúdo ajudou o ser humano a compreender o contexto em que ele está inserido, aprendendo e recebendo informações que se juntam em nossa memória e nos guiam diariamente sendo somadas ao que há de novo.

Notícia significa coisas diferentes para pessoas diferentes, em momentos diferentes e em lugares diferentes. O que é notícia importante para uma pessoa, talvez fator decisivo, em um lugar, pode ser, ao mesmo tempo, apenas de interesse passageiro para outra pessoa, em outro lugar. (LAMBLE, 2013)

Ao longo do tempo, pautado em diretrizes básicas de suporte a sociedade – informar, interpretar, atuar e intervir –, o jornalismo se expandiu, aliou-se de forma permanente a tecnologia e encontrou novas formas de agregar colabores e conteúdo.

De acordo com Endres (2004), em seu artigo *Evolution of Journalism and Mass Communication*, cinco fatores colaboraram para a evolução dos meios de comunicação de massa, conseqüentemente o jornalismo. O primeiro deles é a tecnologia, já que ao longo dos séculos o caminhar da ciência, inovações e invenções trouxeram ao campo do jornalismo aumentou a velocidade de produção e a forma como as notícias são entregues ao público final, reduzindo custos na geração e aumentando a precisão do conteúdo. O segundo ponto trata dos “donos da mídia” – leia-se proprietários de revistas, jornais, canais de televisão –, a autora aponta o fato de cada vez mais a mídia tradicional se concentrar na mão de poucos, mas em contrapartida a esse cenário, o acesso à tecnologia cada vez mais fácil ampliou também o número de geradores de conteúdo fora do eixo tradicional – aqui cabem blogs e o tipo ‘mídia independente’.

O terceiro ponto talvez seja o mais importante: a audiência do jornalismo e da comunicação de massa está mudando. Endres (2004) explica que, quando o jornalismo começou, as notícias trabalhavam em favor dos mais ricos na sociedade e com as mudanças tecnológicas, iniciadas no século XIX, passou a atingir as massas. Já na metade do século XX, pesquisadores da mídia e anunciantes começaram a perceber que o público menor e mais segmentado era melhor, trazia maior retorno, e no final do século XX segmentação era a palavra de ordem. No mundo atual, a internet ofereceu possibilidade para que esse conceito se expandisse.

Em quarto, mais e mais jornalistas em todo o mundo estão buscando formação acadêmica, especializada na área, ensino superior. A profissão está se ‘profissionalizando’. O último ponto citado por ela é a diversificação da mão de obra no campo da comunicação. A autora explica que a evolução do jornalismo abriu espaço para minorias – sejam elas culturais, raciais, religiosas – na profissão, isso se liga diretamente à segmentação de conteúdo e a necessidade de produzir para públicos novos e diferentes.

O jornalismo é hoje um dos recursos da vida moderna, o cidadão se acostumou a viver cercado de informação que 'brota' de todas as formas: jornais, revistas, rádio, televisão, internet; e em todos os lugares: na rua, no carro, em casa, no trabalho. A comunicação de massa se fez importante para o desenvolvimento da cultura, política e até economia no mundo. É possível dizer que o jornalismo nas últimas décadas se desenvolveu junto com o avanço da tecnologia, e caminhou lado a lado com questões históricas relevantes e que mudaram todo o contexto mundial, como guerras, tratados, mudanças climáticas, entre outros.

A possibilidade de convergência de meios também representa uma imensa evolução, é possível observar o caminho dos meios de comunicação através da própria história onde, um meio novo sempre se utiliza de recursos de formatos antigos para dar continuidade ao processo de comunicação, apropriando-se, adaptando ou, em situações inversas, renovando-se. Essa prática é nítida na relação impresso *versus* web, onde, por exemplo, o jornal trouxe para o papel elementos primariamente digitais como a infografia.

Não existem mais fronteiras, o advento da tecnologia colocou à baixo cada uma delas e ofereceu como caminho a notícia em tempo real, a informação dinâmica e o alcance a públicos inexplorados até então. O jornalismo moderno pede pluralidade: ideológica, política, e até técnica, para chegar onde a 'notícia formal' – de três mil caracteres – não chega.

O campo da comunicação vive, de forma geral, um momento de segmentação e abrangência, ao mesmo tempo. A avalanche diária de conteúdo a que o cidadão é submetido obriga os meios tradicionais a produzir conteúdo em larga escala e sobre diversos assuntos na tentativa de manter o público; em contrapartida a segmentação pode ser uma alternativa à nova forma de consumo de conteúdo, trabalhar sob uma linha editorial definida pode ajudar a fidelizar o público e garantir qualidade do 'produto' oferecido.

Hoje também a concepção de jornalismo aceita muito mais definições do que há algumas décadas atrás, assim como o acesso à mídia se democratizou, a produção de conteúdo por parte daqueles que eram tidos somente como público também ganhou seu espaço. Modificou-se também a estrutura quadrada em que o jornalista trabalhava, hoje a liberdade de trabalho ganhou espaço e a reportagem de qualidade não é necessariamente aquela grande, cabe ao profissional discernir assuntos que demandam mais espaço, mais tempo, mais apuração e o resultado é cada vez mais responsabilidade única do profissional.

Há que se dizer ainda que politicamente o maior avanço do jornalismo de um século para o outro foi a conquista da chamada "liberdade de imprensa", se comparado a

determinados períodos em que o profissional era cerceado de todas as maneiras possíveis e sua voz não dizia nada além do que outros queriam.

2.2 Jornal impresso: qual a real situação?

O chamado “declínio” dos jornais impressos tem sido amplamente debatido por especialistas, estudiosos, entusiastas da comunicação e, principalmente, pelos próprios jornalistas que ainda enxergam incerteza no futuro. Fatores influenciadores têm sido explorados a fundo, na tentativa de entender onde se está e para onde se vai. Questões relacionadas a como a indústria tem enfrentado a queda dos preços do papel jornal, diminuição nos cadernos de classificados, queda nas vendas de anúncios/publicidade e mudanças drásticas em números de circulação.

Nos últimos anos o número de jornais que encerraram suas atividades, decretou falência ou fizeram cortes severos no número de profissionais aumentou consideravelmente. Segundo uma pesquisa publicada pelo Portal Comunique-se no início de 2016, mais de 1.400 jornalistas foram demitidos no Brasil em 2015 – dentre esses profissionais do impresso, da televisão e de empresas privadas e no país pelo menos oito grandes veículos fecharam nos últimos oito anos – dentre eles Brasil Econômico, Gazeta Mercantil e Estado do Paraná. Puxando a fila do “declínio” está os Estados Unidos, onde a indústria já cortou um quinto de seus profissionais desde 2001. Por lá a receita caiu e a chegada da internet tem pressionado cada vez mais os empresários do papel.

O debate tornou-se mais acalorado nos últimos tempos, tendo em vista que a chamada ‘crise no impresso’ veio acompanhando a crise financeira que assola o mundo desde 2008. Uma das principais questões a sendo discutidas é: a indústria de jornais impressos está sendo atingida por uma crise cíclica e vai se recuperar, ou a chegada da tecnologia realmente tornou os jornais obsoletos em sua forma tradicional? Na tentativa de encontrar respostas, veículos têm considerado combinar as opções disponíveis no mercado e arriscar. Muitos deles têm encontrado fórmulas para trabalhar em sua forma física, agregando versões dentro do meio digital.

Novos modelos econômicos deverão ser pensados para manter o papel vivo. Porém é esperado pelo mercado que o impresso ganhe novas diretrizes, que podem variar desde a forma de produção à periodicidade com que é veiculado. É o que afirmou o jornalista americano Robert S. Cauthorn em entrevista ao jornal *Le Monde* (replicada pelo jornal Folha de São Paulo) em março de 2007. Ao ser questionado sobre o desaparecimento do jornal de papel, ele declara que os gastos com a produção do impresso não justificam a velocidade com que o produto é descartado.

Um livro impresso sempre terá razão de ser, já que pode ser lido várias vezes ao longo de muitos anos. Mas quais serão as vantagens do papel para um jornal? A força do hábito para muitas gerações de leitores e o conforto da leitura em folhas grandes, mais agradável do que a leitura na tela. Mas tudo vai mudar com a chegada, após a generalização da banda larga, da tinta eletrônica e das telas flexíveis. Para produzir um jornal de papel, árvores são cortadas, transportadas, transformadas em celulose e depois em rolos gigantes de papel que são transportados para gráficas. Jornais são impressos, embalados, carregados sobre caminhões e depois descarregados nos pontos de venda. Os consumidores os compram, os levam para suas casas e, depois, os jogam no lixo. Eles são recolhidos por caminhões e, na melhor das hipóteses, levados a centros de reciclagem. Tudo isso guarda mais relação com a logística do que com a informação! Para um produto tão imediato quanto um jornal, esse desperdício é obsoleto. (SANTI, 2007)

É preciso levar em consideração o fato de que toda essa tecnologia que nos cerca ainda está em pleno processo de implementação no campo do jornalismo, dessa forma não há que se tratar ela como única forma de consumo, pelo menos não até o presente momento. Também é necessário entender que a revolução multimídia proposta pela chegada dos meios eletrônicos, em que qualquer um pode enviar e receber informações em tempo real e sob diversas formas, ainda não condiz com a realidade de muitas pessoas.

Desde a popularização da internet no decorrer da década de 90, estudiosos na área da comunicação já previam uma revolução sem limites na sociedade. Fruto tanto do salto tecnológico, quanto da mudança no conceito de comunicar da população. Já no âmbito jornalístico, a chegada da rede mundial de computadores trouxe muito mais vantagens. Apesar de um período de resistência, veículos de televisão, rádio, impresso, portais e blogs aprenderam a lidar de forma responsiva às condições de consumo do público. Hoje a aproximação trazida pela internet possibilitou a criação de laços com os ouvintes/leitores/telespectadores, muitos veículos abriram espaço para o “consumidor” participar, sugerindo pautas, temas, e oferecendo conteúdo de forma geral.

2.2 Números e previsões

Não se pode mais negar que uma revolução na forma de comunicar está acontecendo. Os suportes eletrônicos, sejam eles de qualquer tipo e principalmente com acesso à internet, já são os detentores da atenção de grande parte do público consumidor de conteúdo.

Em 2014 a organização *Future Exploration Network* – entidade que realiza pesquisas e projeções relacionada ao futuro em diversos segmentos – publicou um estudo que afirmava o momento da extinção dos jornais impressos em diversas partes do mundo. Segundo os dados apresentados pela análise, o jornal como conhecemos sobreviverá até 2027 no Brasil – cenário projetado visando as regiões metropolitanas do país. Em locais como os Estados Unidos, Reino Unido e Finlândia, o fim parece ainda muito mais próximo se considerarmos os dados da pesquisa, nesses locais a instituição afirma que o papel não passará de 2020.

A indústria do impresso tem enfrentado profundas mudanças e, de acordo com a pesquisa da *Future Exploration Network*, seis componentes precisam ser levados em consideração nesse novo mercado que ainda é tido como terreno desconhecido. O foco na oferta e na produção de conteúdo de qualidade; a digitalização e monetização do conteúdo; a audiência e a marca de forma global; a diversificação das fontes de financiamento; custos estruturais mais baixos e o reembolso de investidores.

Fato é que, nós vivemos num mundo orgânico, onde mais de um bilhão de pessoas estão interconectadas através das redes sociais e plataformas móveis, agora o público é também parte da mídia. Prova de que nós vivemos num mundo orgânico é que nenhum lugar é longe demais, ou remoto demais, tudo é próximo e não custa nada além de um clique. E a produção de conteúdo segue essa linha, é fluida e circula livremente.

O estudo é positivo, mostra em números fatos que levam a crer que o futuro não é tão decisivo para o impresso e que sim, ele pode coexistir com o digital. Alguns dos fatores influenciadores dessa questão são listados na pesquisa como, o aumento da classe média e com ela o crescimento do poder econômico e de acesso a informação; crescimento do uso de dispositivos móveis como itens de primeira necessidade, o que leva a um crescimento do mercado de consumo de notícias digitais; o entendimento por parte dos veículos de que oferecer conteúdo que integre o digital e o impresso pode ser uma saída; pensamento de um novo formato e ajuste de conteúdo, agregar recursos multimídia como vídeos e produção interativa; também o investimento em inovação e agilidade. A pesquisa afirma que ainda não há motivo para se desesperar, desde que se entenda o papel do jornalista, o valor da notícia e do veículo.

2.3 Existem diferentes caminhos

O primeiro grande dilema que move o jornalismo, principalmente o modelo mais tradicional da profissão – aquele que veio da época das máquinas de escrever e horas à fio na sequência escrever-errar-amassar-o-papel-jogar fora-recomeçar – é o que o futuro reserva para o meio impresso. Mas antes de afirmar qualquer outra coisa, é preciso esclarecer: o impresso não está desaparecendo.

Segundo levantamento encomendado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em 2014, os jornais impressos são o meio de comunicação com o maior nível de confiança da população, outro dado apontado pela pesquisa é que cada assinatura de jornal impresso significa que pelo menos seis pessoas vão ler a edição publicada.

Hoje jornais de todo o mundo seguem de acordo com a evolução dos meios digitais e adaptando suas coberturas noticiosas ao interesse dos leitores. Periódicos tradicionalmente do segmento impresso já entendem a importância de se adequar às novas tendências mercadológicas e ouvir o público final.

Apesar de carregar consigo inúmeras facilidades, a interferência dos meios digitais no jornalismo também causou estragos. Somada à desaceleração econômica e ao 'sumiço' dos investimentos publicitários, a chegada da internet provocou o fechamento de grandes veículos e demissões em massa. O novo modelo de comunicar, mais barato e enxuto, impactou diretamente profissionais e colocou o consumidor final dentro das redações.

Dentro da discussão sobre a evolução para o digital, é preciso lembrar que a publicidade nesse meio não é salvadora e muito menos deixa 'as contas pagas em dia' para a maioria dos veículos. Embora mais leitores estejam mudando para o digital, as receitas digitais não mantiveram o ritmo, porque o público tem se tornado cada vez mais fragmentado, dando aos anunciantes a vantagem de poder escolher onde e quando, dentre as milhões de possibilidades agora disponíveis, ele quer anunciar.

Segundo Raju Narisetti, vice-presidente sênior e vice-chefe de estratégia da *NewsCorp* – rede que reúne empresas de relevância mundial nos segmentos de mídia, notícias e educação –, é essencial que as redações construam novos modelos de receita em novos produtos e aplicativos digitais. Ele cita como exemplo o projeto *SnowFall* – reportagem focada num determinado tema, totalmente interativa, com gráficos e recursos visuais, vídeos e recursos de áudio –, produzido pelo NYT e ganhador do Prêmio Pulitzer, como uma experiência "incrível" que se perdeu por não ter um modelo de lucro ligado a ele. No Brasil seguindo o mesmo modelo o portal UOL lançou sua 'versão brasileira' do

SnowFall, denominada TAB. Porém, diferentemente do NYT, o brasileiro encontrou um patrocinador para cada uma das edições e incorporou anúncios às reportagens.

Outra batalha dentro do campo jornalístico é o advento dos *paywalls*, sistema que impede que os usuários da internet acessem conteúdo da página web, sem uma assinatura paga. O número de jornais com *paywalls* continua a crescer, mas com vários graus de sucesso, já que é difícil atrair assinantes digitais dispostos a pagar por conteúdo, principalmente quando ainda existem muitos outros portais que não cobram e oferecem conteúdo semelhante. Especialistas afirmam que o modelo *paywall* ainda precisa ser visto como fonte de renda extra e não como solução dos problemas financeiros do jornalismo.

No Brasil o primeiro jornal a adotar o sistema foi a Folha de São Paulo em 2012, seguida por outros grandes como O Globo, O Estado de São Paulo, Zero Hora, Valor Econômico. Porém o modelo de *paywall* adotado pela maioria dos jornais brasileiros é considerado flexível, já que permite ao usuário não-assinante ler um número restrito de matérias por mês de forma gratuita. E posteriormente fica a critério do leitor decidir, caso queira ler mais textos e ter acesso a determinados conteúdos produzidos exclusivamente para o público pagante, o usuário precisa realizar a assinatura – assim como fazia tradicionalmente com o veículo impresso. Essa é uma forma de trabalho considerada inteligente por especialistas em comércio e comunicação, já que não afasta por completo os leitores e ainda garante audiência para os anúncios.

A revolução dos meios digitais trouxe também uma situação até então desconhecida aos veículos de comunicação, na era moderna as notícias é que precisam chegar até o público e não o contrário.

Com a explosão das redes sociais, o jornalismo precisou encontrar novos caminhos e modelos para sobreviver, o público conectado não espera ter trabalho para encontrar a notícia e cabe ao veículo se fazer indispensável ou, pelo menos, relevante. Jornalistas digitais precisam ser capazes de escrever, apresentar e 'vender' suas histórias, esse profissional agora trabalha em nome de si mesmo, fazendo próprio marketing e trabalhando para fidelizar seu público.

O modelo digital de jornalismo trouxe à tona novas possibilidades, principalmente para aqueles veículos que não tem a projeção de uma emissora de televisão – portais online, rádios, revistas e até jornais. Uma delas é a publicação de vídeos, que permitiu a esses veículos – antes sem "voz" e "cara" – aparecer e informar de forma inovadora para o público acostumado, até então, com o mais tradicional em cada segmento. O vídeo tornou-se um recurso quase que indispensável em muitas redações, já que além de

oferecer uma nova dinâmica de trabalho também proporciona a possibilidade de rentabilização do conteúdo em alguns casos.

A democratização da tecnologia ainda representa uma faca de dois gumes para o mercado jornalístico, de um lado os que a veem como ameaça, do outro aqueles que conseguem enxergar oportunidade. Nesse contexto os dispositivos móveis são os grandes alvos da discussão, já que colocaram mais perto ainda o que a vinda da internet já havia colocado há um clique de distância do público.

Com um número crescente de pessoas que acessam notícias através de dispositivos móveis, organizações noticiosas precisaram se adaptar a um modelo de negócios que priorize essa situação, hoje conhecido como "*mobile-first*" – projetos desenvolvidos com foco nos dispositivos móveis. Isso significa criar conteúdo que seja fácil de digerir em uma "tela" pequena; por exemplo, o lide – parágrafo inicial – longo de narrativa de imprensa pode ser substituído por lides mais curtos e espertos que podem ser lidos na primeira tela. Para as corporações significa também direcionar mais recursos para o desenvolvimento de um serviço móvel de qualidade, cultura ainda não estabelecida no meio da comunicação.

Inovação é uma das palavras chave, o leitor já não quer pagar só pelo texto corrido, ele quer pagar pela "experiência". E é isso que o veículo deve buscar fazer por ele, transformar o momento da leitura do seu periódico em um evento diário, pelo qual ele anseia e espera ansiosamente.

Tudo muda, principalmente, porque o público mudou. O leitor deixou de ser mero receptor passivo e entrou nas redações como parte integrante do dia a dia do repórter, do editor, e de qualquer outro lá dentro. Transformou-se em produtor de conteúdo, com voz e capacidade de discernimento para filtra aquilo que lhe é realmente importante. O jornalista precisou adaptar seu ego ao novo público, já que saiu da posição de 'detentor exclusivo da informação' para disputar espaço com a informação que vem de todos os lados. O profissional também precisou aprender a ter 'sangue frio' para entrar de cabeça num universo onde mal há tempo para a apuração, pois o que realmente importa é a velocidade da publicação, ou como definiu Gemignani (2014), "quem publica primeiro consegue mais cliques, cliques geram publicidade e nós já conhecemos o resto da história".

O jornalismo bem feito importa sim, mas o que aquele conteúdo vai provocar no público importa ainda mais. Consumidores de notícias hoje não 'se acanham' mais, vão sem medo de uma fonte para outra, de um dispositivo para outro e o trabalho desses veículos é ser bom o suficiente para prender a atenção.

Outro desafio dentro das grandes redações foi como integrar profissionais de tão diversas áreas sem causar choque ou estranheza. Para produzir jornalismo digital de impacto, jornalistas, programadores e designers todos têm que trabalhar juntos para criar conteúdo de qualidade que também irá engajar uma audiência. Mas trabalhar em equipe pode ser um desafio para os profissionais que nem sempre compreendem e apreciam o que o “outro” está fazendo. Chefes e funcionários precisaram aprender a falar a mesma língua, que remete sempre ao público final e como atender as necessidades dele sem deixar de tratar das internas. Nesse caminho, também é necessário se atentar ao papel da imprensa como fonte de impacto direto na vida do seu público.

Fora das redações a grande necessidade é repensar como estão sendo formados os futuros profissionais da comunicação. É preciso que os cursos de jornalismo encontrem uma forma de habilitar seus alunos dentro desse novo contexto social, no qual o profissional já está trabalhando em verdadeiras redações híbridas – graças à convergência de mídias –, produzindo conteúdo simultaneamente para vários veículos (rádio, televisão, jornal, revista, portal) e em diferentes plataformas.

CONCLUSÃO

Não é correto culpar somente a internet, uma série de fatores culminaram nos resultados que o mercado enxerga agora. Para profissionais, proprietários e investidores do mundo das comunicações é preciso cautela e um momento ou dois para repensar o modelo de negócios desenvolvido até os dias de hoje.

O impacto gerado pela tecnologia nos meios impressos obrigou cada veículo a se reinventar e buscar formas de lidar com essas situações. O mercado do jornal impresso evoluiu e tenta caminhar lado a lado com esses recursos que, de muitas formas, facilitaram a produção de conteúdo e ofereceram novas formas de se disseminar e buscar informações. É preciso entender que tanto a tecnologia, quanto a internet sejam vistas como aliadas no campo do jornalismo, tendo em vista que ambas são coisas que não vão desaparecer ou retroceder. A melhor forma de lidar com elas é se adaptando e tirando melhor que cada uma pode oferecer.

Inúmeras situações podem ser citadas como exemplos de benefícios proporcionados pelo advento da tecnologia e pela inclusão da internet no dia a dia do profissional da comunicação. Se antes eram necessários arquivos e pilhas infinitas de papel, livros e documentos, e horas de interminável busca nesses locais, hoje tudo está a distância de um clique, na tela do computador disponíveis gratuitamente ou a um preço acessível e de forma online. Outra questão que favorece o jornalista é a possibilidade de

edição do material em tempo real. Se antes o autor tinha que esperar até o dia seguinte para corrigir uma informação ou publicar uma errata, hoje o processo é mais dinâmico, ele pode fazer as correções no material online - o que já garante que boa parcela dos leitores terá acesso - e no dia seguinte apenas reforça a errata no impresso.

É óbvio que não se pode ignorar os veículos que não "sobreviveram" a esse momento de transição, mas há que se focar nos que trabalham diariamente para se manter de pé, funcionando e, principalmente, produzindo conteúdo relevante. Traçando um paralelo entre a situação dos Estados Unidos e a do Brasil quanto a chamada 'crise do impresso' é possível enxergar que cada país, de acordo com os recursos que possui, mantém a indústria jornalística de uma forma. Nos EUA o declínio do papel chegou bem antes - e a população com maior acesso a tecnologia e informação ajudou -, o assunto já é pauta constante desde meados de 2008, quando os primeiros grandes veículos começaram a 'prever' o futuro não tão vantajoso da classe. Já no Brasil, os grandes veículos ainda caminham pelo terreno incerto que afirma que o impresso vai acabar. Ainda procuram se reinventar e encontrar formas de lidar com a situação da melhor forma possível. Por aqui ainda há que se considerar o fato de que o fim é uma preocupação dos veículos hoje, os menores veem a crise chegando mas ainda não a enxergam - é possível considerar que, talvez sejam eles quem sobrevivam a esse novo mundo sem precisar se desdobrar tanto para se adaptar.

Aceitar que a tecnologia veio em benefício e, por que não, salvação do jornalismo é o primeiro passo para entender que ambos podem coexistir. Hoje é importante perceber também que o papel do leitor mudou, ele não é mais somente um receptor passivo da informação, tornou-se participante ativo da produção de conteúdo e ajudou a transformar o jornalismo em algo global, se observado do ponto de vista da abrangência do negócio. Mais próximo das pessoas, o meio fez o profissional mais próximo do mundo e isso mudou a forma como ele próprio enxerga e produz a notícia. Viável mesmo é encontrar um tom para que essa vida conjunta - leitor-profissional - ainda siga os preceitos do jornalismo e se adequar. Até porque a história recente mostra que a empresa ou profissional que se recusa a se adaptar a esse modo de interação não terá muitas oportunidades de sobrevivência.

No campo da comunicação os desafios se renovam diariamente, principalmente após o advento da internet e tanta tecnologia, é aceitável afirmar que a forma de se fazer jornalismo muda conforme os avanços tecnológicos. O mundo conectado impõe certa urgência em fazer com que tudo vire notícia e seja considerado relevante, ao profissional da comunicação cabe ser um filtro para essas situações e ponto de partida para o que -

de verdade – precisa ser dito. Não existe ‘receita de bolo’ dentro do jornalismo – e acredito que muito provavelmente não haja também em outras áreas profissionais –, soluções surgem a medida em que somos provocados por novas questões e buscamos meios de lidar com elas de acordo com os recursos que possuímos ou além.

REFERÊNCIAS

AMADEI, Renata Pereira. **A sobrevivência do jornal impresso diante de novos meios informacionais:** Padrões textuais e concepções discursivas da Tribuna de Minas. 2007. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/RenataPereiraAmadei.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.

COSTA, Greicy Mara França Queiroz da. **As Novas Tecnologias Na Imprensa Brasileira.** In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO / XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2001, Campos Grande – MS. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2COSTA.PDF>>. Acesso em: 11 set. 2017

ENDRES, Kathleen L.. **Evolution of Journalism and Mass Communication.** The University of Akron, Ohio, USA. 2004. Disponível em: <<http://www.eolss.net/EolssSampleChapters/C04/E6-33-01/E6-33-01-TXT.aspx>>. Acesso em: 03 set. 2017.

GEMIGNANI, Daniella. **Jornalistas 2.0: Os desafios da profissão.** 2014. HuffPost Brasil. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/daniella-gemignani/jornalistas-20-os-desafios-da-profissao_b_5978414.html>. Acesso em: 23 jun. 2016.

GUIMARÃES, Adriana Mello; FERNANDES, Nuno Ricardo. **O jornalismo em evolução.** 2012. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4152/1/AdrianaMello_NunoFernandes.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017.

LAMBLE, Stephen. The History of Journalism. In: LAMBLE, Stephen. **News As It Happens.** Austrália: Oxford University Press, 2013. p. 3-21. Disponível em: http://lib.oup.com.au/he/media_journalism/samples/lamble2e_newsasithappens_sample.pdf. Acesso em: 04 set. 2017.

MELO, Patricia Bandeira de. **Um passeio pela História da Imprensa:** O espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. Revista Comunicação & Informação, v. 1, n. 9, p.1-15, jun. 2005. Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás.

Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/artigo_passeio_historia_imprensa.pdf>.

Acesso em: 02 set. 2017.

REED, Maryanne. **Nove desafios para o futuro do jornalismo**. 2013. IJNET – Rede de Jornalistas Internacionais. Disponível em: <<https://ijnet.org/pt-br/blog/nove-desafios-para-o-futuro-do-jornalismo>>. Acesso em: 04 set. 2017.

SANTI, Laure Belot Pascale. **O papel das elites**. 2007. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2503200711.htm>>. Acesso em: 02 set. 2017.

SILVA, Rodrigo Carvalho da. **A Transição do Jornalismo: do século XIX ao século XX**. UFPB: Revista Temática, Ano VIII, n. 07 – Julho/2012. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2012/julho/historia_jornalismo_evolucao.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2016.

O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DO PNLD DE 2007 E 2013

Guilherme Lima de Araújo (Centro Universitário Barão de Mauá);
guilherme.wylde@hotmail.com*

Palavras-chave: PNLD. Relações étnico raciais. Lei Nº 10.639/2003.

INTRODUÇÃO

Tendo em vistas as mudanças no âmbito educacional como um todo, vários avanços significativos foram iniciados no período da redemocratização logo após a ditadura militar. Dado a impossibilidade de abordar todos os avanços, o escolhido é o “Programa Nacional do Livro Didático” (PNLD), instituído em 1985 pelo MEC, que visava à produção, compra e distribuição gratuita de livros didáticos. Essa política pública merece atenção e destaque, pois o “MEC é um grande comprador de livros didáticos. Hoje, ele é o maior comprador de livros do mundo. Não tem instituição que compre 110 milhões de livros. Não se tem notícia disso” (MUNAKATA apud SILVA, 2012, p. 810).

Primeiramente, é necessário caracterizar o livro como um material didático, e justificar sua importância. Para tal, devemos considerar que “Os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem” (BITTENCOURT, 2008, p. 295), mas faz-se digno de nota que materiais didáticos não se restringem apenas a livros didáticos (apesar de serem os mais populares), são na verdade todo e qualquer material que auxilie professor e aluno no processo de ensino aprendizagem.

O fato de ser considerado um dos, senão o mais popular material didático utilizado pelos professores também justifica sua análise, destaca Silva (2012):

Além de consagrado em nossa cultura escolar, o livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico. Impulsionados por inúmeras situações adversas, grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único

instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula. (SILVA, 2012, p. 806).

Aliás, é evidente que neste cenário, o livro didático é o "[...] conhecimento histórico do homem comum. É ele o construtor do conhecimento histórico daqueles cujo saber não vai além do que lhes foi transmitido pela escola de 1º e 2º graus" (ABUD apud SILVA, 2012, p. 806).

Por esses motivos, os livros didáticos,

[...] reafirmam uma tradição, projetam uma determinada imagem da sociedade, o que é a atividade política legítima, a harmonia social, as versões criadas sobre as atividades humanas, as desigualdades entre sexos, raças, culturas, classes sociais; isto é, definem simbolicamente a representação do mundo e da sociedade, predispõem a ver, pensar, sentir e atuar de certas formas e não de outras. (CAIMI apud BARROSO, 2010, p. 103).

OBJETIVOS

Visto a importância e influência que o livro exerce na vida dos jovens estudantes brasileiros por meio do PNLD, este estudo tem como objetivo comparar os avanços nas políticas do próprio PNLD no que diz respeito à Lei Nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras, que em síntese são entendidas como:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e

a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira. (BRASIL, 2004, pp. 16-17).

Pelo fato do PNLD se tratar de um programa público e que envolve cifras milionárias, o Governo deve fazer valer seu direito de consumidor e fiscalizar o produto em que está investindo, pois não obstante, “[...] a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida” (FERRO apud JANZ, 2014, p.1).

[...] os livros didáticos são um objeto riquíssimo para tentar analisar se de fato a lei já conseguiu efetivar, da maneira desejada, as mudanças a que se propõe. Isso porque entendemos que eles têm um papel fundamental na formação de identidades e na construção de representações acerca do outro. (JANZ, 2014, p.4).

Sendo assim, deve ser garantida a qualidade dos materiais para que não reproduzam estereótipos e tão poucos equívocos que fomentem discriminações e preconceitos.

MÉTODOS

Em vias de fato, a existência da lei não garante por si só seu cumprimento. É necessário fiscalizar e acompanhar as políticas que podem estar relacionadas ao seu desenvolvimento, de tal modo que de acordo com as práticas vigentes do PNLD, uma maneira possível para tal, é analisar o edital de convocação do programa, que “[...] é o instrumento pelo qual ficam definidas as exigências a serem cumpridas pelas editoras e obras didáticas que desejam negociar com o Estado.” (GARRIDO, 2016, p. 260).

Seguindo a metodologia proposta por Garrido (2016),

[...] partiu-se à procura de instruções que contribuíssem para a efetivação da valorização da cultura negra, isto é, a efetivação da Lei nº 10.639, mesmo que não houvesse essa correlação explícita no texto do documento. Buscaram-se, por exemplo, orientações que trouxessem em seu corpo as palavras: cor, preconceito, estereótipo, afrodescendentes e África. (GARRIDO, 2016, p. 261).

Os editais observados são referentes aos anos de 2007 e 2013, pois são respectivamente o marco inicial da legislação nos editais e posteriormente seu aniversário

de 10 anos. Todavia, é importante destacar que o “Edital de Convocação do PNLD, em geral, [é] lançado dois anos antes da circulação do livro na escola” (GARRIDO, 2016, p. 260). Logo, apesar de serem relativos aos livros que estarão em circulação em 2007 e 2013, os editais foram lançados em 2005 e 2011.

O edital de 2007, por sua vez:

[Critérios de qualificação comuns às disciplinas 2007]

Quanto à construção de uma sociedade cidadã, espera-se que a obra didática aborde criticamente as questões de sexo e gênero, de relações étnico-raciais e de classes sociais, denunciando toda forma de violência na sociedade e promovendo positivamente as minorias sociais. (FNDE, 2005, p. 37).

[Critérios de exclusão de História]

não veicular, nos textos e nas ilustrações, preconceitos que levem a discriminações de qualquer tipo (origem, etnia, gênero, religião, idade ou quaisquer outras formas e discriminação) [...] estimular o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência humana e a pluralidade social, com respeito e interesse. (FNDE, 2005, p. 66-67).

Já o de 2013;

[Princípios gerais]

- incentivar a ação pedagógica voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania ativa, apoiando práticas pedagógicas democráticas e o exercício do respeito e da tolerância; (FNDE, 2011, p. 27).

- promover positivamente a imagem de afro-descendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder; (FNDE, 2011, p. 27).

- promover positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram

a construção do Brasil, valorizando o caráter multicultural da nossa sociedade; (FNDE, 2011, p. 27).

- abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária. (FNDE, 2011, p. 27).

[Serão excluídas do PNLD 2013, as obras didáticas que]

(1) veicularem estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos; (FNDE, 2011, p. 29).

[No que diz respeito às ilustrações, elas devem]

(3) retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país; (FNDE, 2011, p. 31).

[Critérios eliminatórios específicos]

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular História será observado se a obra didática:

- estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência humana e a pluralidade social, com respeito e interesse; (FNDE, 2011, p. 43).

[Manual do Professor]

orienta o professor sobre as possibilidades oferecidas pela obra didática para a implantação do ensino de História da África, da cultura afro-brasileira e da História indígena; (FNDE, 2011, p. 45).

RESULTADOS

Através da comparação entre os editais percebe-se a constante evolução dos desdobramentos da lei nos editais do PNLD, de tal modo que é possível observar a preocupação para uma real valorização da cultura afro-brasileira, não mais tratando da

questão étnico-racial de uma maneira generalizante e que poderia comprometer a interpretação do negro como um agente ativo no processo histórico.

Em tese, garantir a representação e identidade de diversos grupos e práticas culturais na escola coincide não só com os objetivos da Lei 10.639 e seus desdobramentos no PNLD como também da própria disciplina de História que visa formar cidadãos conscientes, respeitosos e atuantes.

Sendo assim, a inserção adequada ou não de temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana no ensino de História, leva à manutenção ou à tentativa de mudança das relações sócio-raciais dentro do país. Longe de ser a solução para os problemas de preconceito e racismo da nossa sociedade, a lei 10.639/03 pode contribuir para a criação de um novo sentimento, mais altruísta e mais otimista, em relação à história dos negros, apresentada majoritariamente por desigualdades, opressão e escravidão e a partir disso, aos poucos, contribuir para que todos os cidadãos brasileiros, independentemente de raça ou cor, alcancem a cidadania plena e de fato. (JANZ, 2014, p. 4).

CONCLUSÃO

Através da metodologia empregada foi possível observar as mudanças que ocorreram nos editais do PNLD quanto à questão atrelada a educação das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira. Entretanto, uma próxima fase da pesquisa ainda em andamento, visa verificar se na prática os livros comprados e distribuídos pelo PNLD realmente estão de acordo com as práticas pré-estabelecidas pelos editais de convocação.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEF, 2004.

CAIMI, Flávia Eloisa. Escolhas e usos do Livro didático de História: o que dizem os professores. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al (Org.). **Ensino de História**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: Anpuh/rs, 2010.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. **História que os livros didáticos contam depois do PNLD**: história da África e dos afro-brasileiros por intermédio dos editais de convocação do PNLD (2007-2011). História e perspectivas. Uberlândia, 2016.

JANZ, Rubia Caroline. **Dez anos da lei 10.639/03**: o que mudou nos livros didáticos de História? – uma proposta de análise, Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”. Florianópolis, 2014.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM 2007**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2005. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/editais_licitacoes/edital_pnlem_2007.pdf acesso em: 28/07/2017

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2013**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VrgSxQNOM3EJ:www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/165-editais%3Fdownload%3D5024:pnld-2013-edital+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> acesso em: 28/07/2017.

SILVA, Marco Antônio. **A Fetichização do Livro Didático no Brasil**. Revista Educação & Realidade / UFRGS, Porto Alegre, v.37, n.3, 2012.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE GESTÃO DE PESSOAS

Cláudio Gaspar de Mello – USP Ribeirão Preto; claudiomello@hotmail.com*

Carlos Eduardo Cervilieri - USP Ribeirão Preto; carloscervilieri@gmail.com

Resumo:

Na atualidade, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho vêm afetando as organizações e os indivíduos em que nela trabalham. O presente estudo visa apresentar o campo de atuação da Psicologia Organizacional e do Trabalho e discutir o seu papel como ferramenta estratégica na gestão de pessoas nas organizações. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico da produção científica nessa área, publicada em periódicos nacionais no período de 1998 a de 2017, disponível na base de dados *Scielo*. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram: Psicologia organizacional, Psicologia do trabalho e atuação em POT, tendo como resultado 99 artigos levantados e 18 selecionados a partir da leitura dos seus resumos, sendo 14 artigos analisados a partir do método, resultados e discussão. Os dados foram analisados qualitativamente, buscando articular resultados obtidos nos estudos avaliados com publicações clássicas sobre o campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Identificou-se a contribuição da POT para a gestão estratégica nas organizações ao ter como objeto de estudo, e possível intervenção, o indivíduo, o trabalho e a organização, bem como o campo de atuação estar focado em três frentes, a Psicologia do Trabalho, a Psicologia Organizacional e a Gestão de Pessoas. O levantamento também apontou que o conhecimento gerado pelo campo da POT deve ser utilizado para o trabalho multiprofissional e desenvolvido de forma integrada por diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento por trabalhar com questões relacionadas ao comportamento humano no trabalho na gestão e nas organizações. Contudo, a formação acadêmica para os profissionais de tal área ainda se apresenta como incipiente se mostrando como um desafio para a área.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional e do Trabalho, Atuação em POT, Ferramenta Estratégica, Gestão de Pessoas.

Abstract:

Today, changes in the world of work have affected the organizations and individuals in which they work. The present study aims to present the field of work of Organizational

Psychology and Work and discuss its role as a strategic tool in the management of people in organizations. For that, a bibliographic survey of the scientific production in this area was carried out, published in national journals from 1998 to 2017, available in the Scielo database. The keywords used in the research were: Organizational Psychology, Work Psychology and POT practice. 99 articles were selected and 18 articles were selected from the reading of their abstracts, of which 14 articles were analyzed based on method, results and discussion. The data were analyzed qualitatively, seeking to articulate results obtained in the studies evaluated with classic publications on the field of Organizational and Work Psychology. It was identified the contribution of the POT to the strategic management in the organizations when having as object of study, and possible intervention, the individual, the work and the organization, as well as the field of action to be focused on three fronts, Work Psychology, Organizational Psychology and People Management. The survey also pointed out that the knowledge generated by the POT field should be used for multiprofessional work and developed in an integrated manner by several professionals from different areas of knowledge for working with issues related to human behavior at work in management and organizations. However, the academic training for the professionals of such area still presents itself as incipient if showing as a challenge for the area.

Keywords: Organizational and Work Psychology, Performance in POT, Strategic Tool, People Management

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o mundo do trabalho está em constante mudança. As organizações e o trabalho são afetados pela globalização, pelos avanços tecnológicos, comunicação, novos modelos de gestão, a terceirização e o desemprego. Modificações na cultura e na estrutura organizacional tem provocado significativas mudanças nas organizações de trabalho (Dellagnelo & Silva, 2000). Tais mudanças trazem como consequência o reconhecimento da interdependência entre o desempenho das organizações e as pessoas que as constituem, e a relação entre a competitividade organizacional e os processos de gestão de pessoas no ambiente do trabalho (Schmidt, Krawulski & Marcondes, 2013). Assim, tanto os indivíduos quanto as organizações são afetados por fenômenos de natureza psicossocial, e passam a ser objetos de estudos que buscam a compreensão e intervenção sobre tais fenômenos presentes no mundo do trabalho. Neste contexto, a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) ou ainda, Psicologia do Trabalho e das Organizações

(PT&O) se apresenta como um campo de atuação e formação profissional e tem ocupado a atenção de estudiosos (Borges, Oliveira & Morais, 2005). A POT está ligada à produção e aplicação de conhecimentos relacionados ao fazer humano no contexto do trabalho e das organizações, buscando respostas a questões práticas voltadas a interações entre o comportamento humano, o trabalho e as organizações. (Borges-Andrade & Pagotto, 2010).

Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o campo de atuação da POT, bem como discutir o seu papel como ferramenta estratégica na gestão de pessoas nas organizações de trabalho. Para o alcance do objetivo proposto foi realizado uma busca bibliográfica acerca da Psicologia Organizacional e do Trabalho em artigos científicos na área da psicologia, que resultou na análise e levantamento de informações para o presente trabalho. A base de dados SciELO – *Scientific Electronic Library Online* foi utilizada como ferramenta de busca de publicações científicas sobre a temática e as palavras chaves utilizadas foram: psicologia organizacional e do trabalho, estratégias e atuação.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: após esta breve introdução, é apresentado o método de pesquisa, na sequência é apresentada a definição e as características da Psicologia Organizacional do Trabalho; a seção 3 apresenta o campo de atuação da POT; a seção 4 discute a POT como estratégia de gestão; e por fim, as Considerações finais são apresentadas na seção 5.

1. MÉTODO

O presente estudo trata-se de um levantamento bibliográfico dos resultados de pesquisa no período de 1998 a 2017 referente à área da Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil nos periódicos de Psicologia, disponíveis no Portal SciELO – *Scientific Electronic Library Online* (<http://www.scielo.br>), realizado em agosto de 2017. Assim, os artigos analisados foram: Estudos de Psicologia, Psicologia e Sociedade, Psicologia em Estudo, Psicologia: Reflexão e Crítica, Psicologia: Teoria e Pesquisa. Apesar de não estar disponível no referido portal, também foi analisada a literatura do campo específico da Psicologia Organizacional e de Trabalho, por constituir-se em uma literatura robusta sobre a área.

A **coleta de dados** sobre a variável estudada foi realizada a partir da sua observação nas pesquisas científicas selecionadas e foi sintetizado os resultados de pesquisas que representam o foco no tema escolhido, além da realização do levantamento do percurso metodológico de tais pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa bibliográfica sobre a área da POT foi realizado no mês de agosto de 2017, a partir de revisões

bibliográficas na base eletrônica citada, abrangendo o período de 1998 à 2017. Tendo como objetivo principal obter informações sobre o campo de atuação da área. Foram levantados 99 artigos e selecionados 18 artigos a partir da leitura dos seus resumos, sendo analisados o método, resultados e discussão de 14 artigos.

Como **instrumento** para coleta e análise das produções científicas nacionais foi utilizado: a biblioteca eletrônica *SciELO*. A definição para o banco de dados é: *SciELO – Scientific Electronic Library Online* refere-se a uma biblioteca eletrônica de periódicos brasileiros, bem como pesquisas publicadas em diversos países como: Brasil, Venezuela, Espanha, Cuba, Chile, Portugal, contudo, somente foram selecionados artigos no Brasil, pois o objetivo é o estudo do campo da POT no país.

Para o processo de **análise de dados** dos artigos selecionados na pesquisa bibliográfica sobre a área de atuação da POT foi realizado o levantamento bibliográfico das produções na área da POT no Brasil relacionados com a definição da área e possíveis campos de atuação profissional.

2. A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL DO TRABALHO: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Em todas as fases da vida dos indivíduos as organizações, em diferentes contextos e culturas, estão presentes no cotidiano das pessoas, vínculos são construídos em escolas, universidades, igrejas e nas organizações e empresas em que trabalhamos (Zanelli, Bastos & Rodrigues, 2014). Organizações são formadas por pessoas e grupos de pessoas, assim, se torna um papel central na vida de cada indivíduo. De acordo com Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014) as organizações fazem parte da identidade das pessoas, pois o trabalho possibilita que cada um assuma um papel diante de um grupo ou sociedade. Os fenômenos organizacionais são considerados processos psicossociais ao estruturar a vida das pessoas bem como a maneira que as sociedades funcionam (Zanelli & Bastos, 2004). Dessa forma, o trabalho passa a ser elemento transformador na vida social, cultural, política, econômica e psíquica das pessoas (Malvezzi, 2004). Nossas necessidades e demandas sociais são atendidas a partir do trabalho e da forma que o organizamos (Zanelli, Bastos & Rodrigues, 2014).

O trabalho nas organizações assume uma nova configuração na atualidade, processos e fenômenos individuais e grupais emergem nesse contexto, assim, trabalho e organizações passam a ser objeto de estudo da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) por fazer parte de fenômenos de natureza psicossociais (Zanelli, Bastos & Rodrigues, 2014).

Borges-Andrade e Pagotto (2010) definem a Psicologia Organizacional e do Trabalho (PO&T) ou a Psicologia do Trabalho e das Organizações (PT&O) como: subárea de conhecimento da Psicologia, pois tem o trabalho humano como objeto de estudo, bem como o contexto em que tal trabalho é realizado nas organizações, sendo este o local de estudo, e campo de aplicação de conhecimentos ou de intervenção, pois precisa dar respostas a questões práticas relativas a interações entre o comportamento humano, o trabalho e as organizações onde este comportamento pode ocorrer, bem como a questões relacionadas às práticas dessas organizações.

Assim, a POT desenvolve competências técnicas avançadas, além de competências políticas que possibilitam a atuação e prática profissional com qualidade adequada as necessidades organizacionais e do trabalho contemporâneo. O estudo da POT considera o contexto organizacional a partir da reflexão e compreensão crítica da psicologia do trabalho e busca a preparação de profissionais de diversas áreas do conhecimento para a gestão estratégica de pessoas nas organizações.

No Brasil, a POT acompanha, com certo atraso temporal, o movimento do campo no cenário internacional. De acordo com Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014), o desenvolvimento da POT pode ser identificada em três principais fases, a saber; Psicologia Industrial, Psicologia Organizacional e Psicologia do Trabalho. Os autores ainda destacam que tais fases não significam momentos distintos, onde um elimina o outro, são uma ampliação de foco, onde são agregados novos direcionamentos e, muitas vezes, novas perspectivas teóricas e técnicas de intervenção são incorporadas, a figura 1 apresenta, sistematicamente as características de cada fase.



De acordo com Campos (2008), as principais diferenças de entre as três fases está: o psicólogo industrial mantinha o foco em nas atividades de recrutamento e seleção, especialmente com o auxílio dos testes psicológicos, com preocupação voltada para a produção, e não observava as relações existentes entre os funcionários e a empresa e entre os grupos de funcionários. A fase da psicologia organizacional ainda estava voltada para o aumento da produtividade e da eficiência, além das avaliações das habilidades dos funcionários. Nesta fase ainda não se percebe a visão do indivíduo nas organizações, bem como o conceito claro de trabalho. A psicologia do Trabalho tem como principal objetivo compreender o indivíduo no contexto do trabalho e as implicações do seu trabalho no seu cotidiano e resgatar a dignidade humana nas relações trabalhistas.

A partir da década de 90 o termo Psicologia Organizacional e do Trabalho foi empregado com o objetivo atender a atual diversidade da área, e propor a existência de dois grandes eixos de fenômenos que envolvem aspectos psicossociais: o trabalho como atividade básica do indivíduo e fator da sua existência e da sociedade e as organizações como ferramenta social formadora de coletivos humanos (Bastos, 2003).

Entre os desafios da área de POT está a compreensão da interação dos múltiplos aspectos que integram a vida dos indivíduos, a convivência em grupo e as organizações em um contexto de constantes transformações, com o objetivo de propor maneiras de promover, preservar e restabelecer a qualidade vida e o bem-estar (Zanelli & Bastos, 2004). Para que isso ocorra, faz-se necessário o profundo relacionamento com outras áreas do conhecimento, entre elas a sociologia, a antropologia, a ciências políticas, a educação, a economia e a administração (Bastos, 2003).

3. O CAMPO DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Estudos realizados por Bastos e Gondim (2010) sobre o psicólogo brasileiro e sua atuação profissional destacaram que, tradicionalmente, as atividades e os objetivos de

atuação do psicólogo estão agrupados em quatro grandes áreas: clínica, escolar, organizacional e docência, sendo que a área clínica absorve 43,4% dos empregos seguida pela área organizacional em 18,8%. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013) a empregabilidade do psicólogo nas organizações vem aumentando e chega a absorver 30% dos psicólogos, se mantendo como a 2º maior área de atuação para tal profissional (Santos & Caldeira, 2014). Contudo, alguns autores (Pereira & Gomes, 2009; Zanelli, 2002) citam o insuficiente conhecimento da área de POT nas grades curriculares dos cursos de graduação em Psicologia, fazendo com que os profissionais que atuam na área organizacional sejam despreparados para o mercado e muitas vezes seguindo um perfil de atuação divergente as reais necessidades das empresas.

A atuação dos psicólogos foi interesse de pesquisa publicada recentemente (Gondim & Bastos, 2010) e os resultados apontaram que o psicólogo atua principalmente nos processos de recrutamento e seleção, na aplicação de testes psicológicos e no levantamento diagnóstico de clima organizacional, o que abre espaço para atuação estratégica de pessoas nas empresas e aplicar as diversas frentes de trabalho na área de POT aumentando a possibilidade de atuação. Para os autores dentre as atividades desenvolvidas em POT a aplicação de testes psicológicos e psicodiagnósticos (61%) são predominantes, seguido por avaliação de desempenho (53%) e diagnóstico organizacional (50%) e atividades relacionadas à gestão (23%), análise de função ou ocupacional (22%) e recrutamento e seleção (19%).

Para completar a formação no campo da POT profissionais de diversas áreas de conhecimento (Psicologia, Administração, Recursos Humanos, Pedagogia, Engenharia, etc.) buscam por programas de pós-graduação que contemplem o desenvolvimento de competências para a atuação no contexto organizacional. Nesse sentido, vem crescendo a oferta de cursos de especialização na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), na sua maioria, ofertados na modalidade de Educação a Distância (EAD).

Ao longo da trajetória histórica do campo de POT a área foi estruturada em torno de três principais campos de atuação (Zanelli, Bastos & Rodrigues, 2014) são eles:

- Psicologia do Trabalho – respostas a questões relacionadas com o comportamento humano e o trabalho (emprego e/ou tarefas), por exemplo: Mercado de trabalho; Análise do Trabalho (Cargas); Desemprego; Desempenho/Fatores; Saúde/Estresse no Trabalho;
- Psicologia Organizacional – respostas a questões relacionadas à interação entre o comportamento no trabalho e a organização onde este ocorre, por exemplo:

Atitudes, Percepções e Emoção; Motivação e Satisfação; Liderança e Processos Decisórios; Gestão, Poder e Conflito; Cultura Organizacional; Processos de Mudança;

- Gestão de Pessoas – respostas a questões relacionadas às práticas utilizadas para organizar a ação individual e a coletiva, de forma congruente com os objetivos e missão das organizações. Por exemplo: Recrutamento e Seleção; Educação e Treinamento; Avaliação de Desempenho; Planos de Carreira; Desenvolvimento Gerencial.

De acordo com Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014), os três campos apresentam uma relativa singularidade, contudo a interdependência e articulação de cada um deles mostram que, em separado, não se assegura a adequada compreensão dos fenômenos que se pretende estudar e possivelmente intervir. Ainda segundo os autores, inúmeras pesquisas nas últimas décadas, foram realizadas com o objetivo de caracterizar as atividades realizadas pela POT e ter como ponto de partida, pensar e estudar novas formas de atuação nas organizações e no mundo do trabalho.

A figura 2 mostra resumidamente o campo de atuação da POT nas organizações e no trabalho.

Figura 2. Atuação em POT nas organizações e no trabalho.

Psicologia do Trabalho	Psicologia Organizacional	Gestão de Pessoas
<ul style="list-style-type: none">• refere-se a melhoria do <i>design da função das máquinas e do ambiente de trabalho</i>, saúde no trabalho, orientação profissional e de carreira, empregabilidade, etc.	<ul style="list-style-type: none">• faz referencia ao estilo gerencial, motivação de trabalhadores, satisfação no trabalho, desenvolvimento de programas de qualidade de vida e pesquisas.	<ul style="list-style-type: none">• relacionada ao recrutamento e seleção, análise do trabalho, teste, treinamento, desenvolvimento e educação, adequação e avaliação de desempenho.

Percebe-se uma grande diversidade de fenômenos que necessitam de pesquisas e demandam intervenções de profissionais qualificados em psicologia organizacional e do trabalho nas organizações contemporâneas (Zanelli, Bastos & Rodrigues, 2014).

4. A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO E A GESTÃO DE ESTRATÉGICA DE PESSOAS

O termo gestão de pessoas surgiu no final do século XX, em substituição do termo administração de recursos humanos, por este ser considerado restrito ao referir-se a pessoas como recursos igualando aos recursos materiais ou mesmo recursos financeiros (Gil, 2001). Para Schmidt (2013), a gestão de pessoas vem sendo relacionada a uma função gerencial dentro das organizações, com o objetivo da cooperação dos funcionários para o alcance dos objetivos organizacionais e individuais, bem como, uma forma de organização e gerenciamento do comportamento humano no trabalho. Ainda segundo a autora, a complexidade e diversidade de fatores presentes nos contextos organizacionais contemporâneos, a gestão de pessoas se apresenta como objeto essencial na busca pelo bem-estar, justiça organizacional e qualidade de vida dos trabalhadores, o que vem de encontro com o objeto de estudo e possibilidade de atuação da área de POT.

A atuação e intervenção de profissionais da área de POT, historicamente vem sendo realizada nas demandas tradicionais dos processos de gestão de pessoas, na maioria das atividades referente aos processos de recrutamento, seleção e treinamento e recentemente, outras práticas foram incorporadas à atuação da área, entre elas, à qualidade de vida, bem-estar e saúde no trabalho, apresentando nesta última uma perspectiva de atuação estratégica por estar alinhada às políticas e práticas organizacionais (Schmidt, 2013).

O conhecimento gerado pelo campo da POT dever ser utilizado na atuação ou na intervenção nas organizações, visando a solução de problemas relacionados ao comportamento humano no trabalho, bem como a interação entre a organização e o trabalho, as práticas utilizadas na organização, tanto individual como em grupo para o alcance dos objetivos organizacionais (Zanelli & Bastos, 2004). Assim, nos diversos campos e contextos de atuação em POT faz-se necessário o trabalho multiprofissional, ou seja, o desenvolvimento das atividades organizacionais leva a interação entre diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento (Administração, Psicologia, Assistentes Sociais, Médicos do Trabalho, Sociólogos) que lidam com questões relacionadas ao trabalho, organização e a gestão (Zanelli, Bastos & Rodrigues, 2014).

A partir da análise do campo de atuação da POT é possível encontrar diferentes níveis de atividades relacionados a problemas organizacionais e do trabalho. Para Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014) um primeiro nível é o técnico, que envolve a intervenção em processos a partir de instrumentos e procedimentos conhecidos como avaliação psicológica em seleção, programas de treinamento, realização de entrevistas de admissão e desligamento, etc. Um segundo nível, é o nível tático, onde o trabalho está voltado para a equipe e implantação de estratégias a partir de diagnósticos realizados, como exemplo,

diagnóstico de clima organizacional ou para o levantamento de competências necessárias para o desenvolvimento da equipe ou individual. O terceiro nível, considerado estratégico, a atuação contempla estratégias para atividades específicas entre elas o estudo e pesquisas para diagnósticos para processos de mudanças organizacionais com impacto tanto para indivíduos como para a organização a médio e longo prazo. E por fim, o quarto nível indica a possibilidade de intervenções nas políticas globais da organização.

Assim, a atuação e intervenção em níveis, táticos, estratégico e político se faz por ações e práticas pelos três grandes campos da POT: Psicologia Organizacional, Psicologia do Trabalho e Gestão de Pessoas (BASTOS, 2005), dessa forma, avança a atuação da POT ao ocupar lugares de pensar e agir estrategicamente nas organizações e do trabalho.

Segundo Schimidt (2013), a produção científica da área de POT aponta que as mudanças na gestão de pessoas envolvem temas de inserção dos profissionais de POT, em especial o psicólogo, no planejamento, formas de gestão e novos olhares para o relacionamento interpessoal nas organizações de trabalho, atuando de forma estratégica nas organizações de trabalho.

Assim, o papel da POT nas organizações é de facilitador dos processos entre indivíduo, grupos e organização, considerando a saúde e subjetividade dos integrantes deste contexto bem como a dinâmica organizacional. A realização deste papel está pautada em técnicas e instrumentos da POT e relacionadas a relação entre homem e trabalho e podem proporcionar o desenvolvimento para a empresa, o indivíduo e a sociedade (Campos et al, 2013)

5. CONCLUSÃO

Conforme foi apresentado, as mudanças ocorridas nos cenários econômico e social, que afetaram o mundo do trabalho, transformou a área da POT na mesma proporção. A POT acompanhou tais mudanças passando por perspectivas, da Psicologia industrial para a Psicologia organizacional e do Trabalho. Neste sentido, a POT se apresenta como uma subárea da Psicologia ao ter como objeto de estudo o trabalho humano nas organizações e permite a atuação e intervenção nas organizações em diversas frentes de trabalho (Borges-Andrade & Pagotto, 2010) nos níveis tático, estratégico e político e que se faz por ações e práticas perpassando pelos três grandes campos da POT: Psicologia Organizacional, Psicologia do Trabalho e Gestão de Pessoas (BASTOS, 2005).

Para Zanelli e Bastos (2004), o conhecimento gerado pelo campo da POT deve ser utilizado para o trabalho multiprofissional, sendo assim desenvolvido de forma integrada por diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento (Administração, Psicologia,

Assistentes Sociais, Médicos do Trabalho, Sociólogos) que trabalham com questões relacionadas ao comportamento humano no trabalho na gestão e nas organizações.

A partir do levantamento bibliográfico foi possível conceituar a área de POT, apresentar o seu campo de atuação na atualidade e posicioná-la como uma ferramenta estratégica para as organizações, contudo, a atuação em tal perspectiva estratégica nos contextos organizacionais e do trabalho ainda se apresenta como um grande desafio da área devido a formação acadêmica ser incipiente para tal atuação. A área vem conquistando espaço nesse campo de trabalho por contribuir com o planejamento, formas de gestão e novos olhares para o relacionamento interpessoal nas organizações de trabalho, atuando de forma estratégica nas organizações de trabalho (Schmidt, 2013).

REFERÊNCIAS

- BASTOS, A. V. B. (2003). Psicologia organizacional e do trabalho: Que respostas estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira? In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Eds.), *Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e da prática psicológica* (pp. 139-166). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- BASTOS, A. V. B.. A Psicologia no contexto das organizações: tendências inovadoras no espaço de atuação do psicólogo. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.) *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. Campinas: Alínea, 2005, p.135-204.
- BORGES, L. O., OLIVEIRA, A. C. F., & MORAIS, L. T. W. A. (2005). O exercício do papel profissional da Psicologia Organizacional e do Trabalho. *Revista Organizações e Trabalho*, 5, 2, 101-139.
- Botelho, A. S. O. (2003). Estudo exploratório-descritivo sobre a formação do psicólogo do trabalho no Brasil. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS.
- BORGES-ANDRADE, J. E.; PAGOTTO, C. do P. O estado da arte da pesquisa brasileira em Psicologia do trabalho e organizacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.26, n.especial, p.37-50, 2010.
- CAMPOS, D. (2008). *Atuando em Psicologia do trabalho. Psicologia organizacional e recursos humanos*. São Paulo: LCT.
- DELLAGNELO, E. H. do L.; SILVA, Clóvis Luiz Machado. Novas formas organizacionais e o modelo burocrático de organizações. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.4, Ed. Esp., p.71-94, 2000.
- GIL, Antônio Carlos. *Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo: Atlas, 2001.

GONDIM, S. M. G., & BASTOS, A. V. B (2010). O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed.

MALVEZZI, S. (2004). Prefácio. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos (Eds.), *Psicologia, organizações e trabalho* (pp. 13-18). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

PEREIRA, A; GOMES, M. Práxis da Psicologia Organizacional: Atuação do Psicólogo Organizacional na Cidade de Teresina - PI. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 2009, Alagoas. Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Alagoas, 2009

SCHMIDT, B., KRAWULSKI, E., & MARCONDES, R. 2013 Out 4. Psicologia e Gestão de Pessoas em Organizações de Trabalho: investigando a perspectiva estratégica de atuação. *Revista de Ciências Humanas*. [Online] 47:2

ZANELLI, J. O psicólogo nas organizações de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZANELLI, J. C., & BASTOS, A. V. B. (2004). Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos (Eds.), *Psicologia, organizações e trabalho* (pp. 466-491). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

ZANELLI, J. C., Bastos, A. V. B., & Rodrigues, A. C. A. (2014). Campo profissional do psicólogo em organizações e trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (pp. 549-582). Porto Alegre: Artmed

CENTROS DE DISTRIBUIÇÕES (CDs) LOGÍSTICOS E SUAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS

Evanira Aparecida Bacci * (Fatec "Jorge Caram Sabbag" - Bebedouro);
va-el@hotmail.com

Ariela Fernanda Polido (Fatec "Jorge Caram Sabbag" - Bebedouro);
(Senac Jaboticabal); ariela.fpolido@sp.senac.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo destacar os princípios do gerenciamento logístico, e sua estruturação nos sistemas de distribuição, capazes de atender as necessidades de forma econômica ao mercado, oferecendo níveis de serviços cada vez mais eficientes em termos de disponibilidade de estoque e tempo de atendimento. O foco principal volta-se para as instalações de armazenagem e as suas contribuições para atender de forma correta as metas estabelecidas e ao nível de serviços prestados, sendo assim a aplicabilidade destas instalações dependerá da estrutura de distribuição adotadas pelas empresas. Sendo assim os centros de distribuições tem como principal papel dentro da logística, centralizar o estoque de toda a cadeia afim de obter vantagens econômicas no mercado com eficiência. Este trabalho pretende evidenciar a importância dos CDs no sistema logístico, abordando os aspectos relevantes e as principais diferenças entre os centros de distribuições.

Palavras-chave: Estoques. Distribuição. Viabilidade.

Abstract: This article aims to highlight the principles of logistics management and its structuring in distribution systems, capable of meeting the needs of the market economically, offering levels of services increasingly efficient in terms of availability of inventory and time of service. The main focus is on warehousing facilities and their contributions to meet the established goals and the level of services provided, so the applicability of these facilities will depend on the distribution structure adopted by the companies. Thus, distribution centers have as their main role in logistics, centralize the stock of the whole chain in order to obtain economic advantages in the market efficiently. This paper intends to highlight the importance of the CDs in the logistics system, addressing the relevant aspects and the main differences between the distribution centers.

Keywords: Stocks. Distribution. Viability.

INTRODUÇÃO

O estudo geográfico é um ponto importante dentro da logística em um país de grandes dimensões como o Brasil, tornando-se indispensável para uma boa estratégia logística, visando a prevenção de “gargalos” no fornecimento de materiais e serviços. Muitas empresas aderem a intermodalidade como forma de alcançar mais rapidamente o seu cliente, porém, ainda faltam melhores estruturas para que se possam utilizar os possíveis modais disponíveis em relação ao custo/benefício.

Nesse contexto Ballou (2012) afirma que a logística tem importância numa escala global agrupando um conjunto de atividades relacionadas ao fluxo de produtos e serviços contribuindo para a melhoria na qualidade e no tempo de entrega de qualquer produto ou componente, visando sempre a satisfação do cliente.

Algumas empresas optam por manter um alto nível de estoques para atender prontamente seus clientes, mas isto custa caro em relação aos investimentos em espaço físico, estrutural e pessoal, podendo surtir efeito negativo no capital da empresa.

Uma solução encontrada para viabilizar estas operações é a implantação de Centros de Distribuição (CD). Estes por sua vez ficam instalados em pontos estratégicos, o mais próximo possível de seus clientes e tem a função receber mercadorias de diversos fornecedores, mantendo um armazém a fim de abastecer o mercado próximo ao local onde está inserido. Visam agilidade no recebimento e despacho de mercadorias, evitando assim acúmulo destas no estoque colaborando para a redução de custos e agregando valor e competitividade para as organizações.

O presente trabalho pretende mostrar a importância dos CDs dentro da logística, discutir os principais aspectos relacionados ao tema, como conceituação, funções básicas e vantagens em sua adoção na boa gestão e competitividade de mercado.

De acordo com a Associação Brasileira de Logística (ASLOG), Centro de Distribuição (CD) é um armazém que tem por objetivo realizar a gestão dos estoques de mercadorias na distribuição física. Em geral, esse armazém recebe cargas consolidadas de diversos fornecedores. Essas cargas então são fracionadas com o intuito de consolidar os produtos em quantidade e variedade corretas, para depois serem encaminhadas aos pontos de vendas ou em alguns casos aos consumidores finais. (SANTOS, 2012).

O CD é um conceito moderno, cuja função difere das tradicionais funções dos depósitos, galpões ou almoxarifados, as quais não são adequadas dentro do sistema logístico.

1 DIFERENÇA ENTRE DEPÓSITOS E CDs (Centro de Distribuição)

Os objetivos da armazenagem são evidenciados como uma ação para se manter os produtos até que sejam solicitados pelos clientes. (MOURA, 2012).

Depósito é definido por Moura (2012), como sendo "(...) instalações cujo objetivo principal é armazenar produtos para ofertar aos clientes, onde pode-se sinalizar empresas que produzem e logo, enviam a seus clientes previamente cadastrados" (p.33).

Ainda de acordo com Moura (2012) o Centro de Distribuição (CD) caracteriza-se como sendo "(...) como os pontos de estocagem em poucos armazéns de grande porte, com os pedidos de abastecimento". (p.34).

Diante disso, apresentamos aqui os exemplos dos operadores logísticos, que compram de vários fornecedores, estocam as mercadorias e as disponibilizam aos clientes. Conforme segue:

O objetivo principal do CD é manter estoque a fim de suprir a cadeia logística. Esses objetivos se complementam, já que ambos focam o nível de serviço que a empresa quer proporcionar ao seu cliente final, sendo o mais importante atender o cliente com o menor custo na hora e no local certo. A utilização do CD, ao longo da cadeia logística, faz-se necessária para servir como ponto de abastecimento intermediário entre as unidades produtoras e os consumidores finais isso proporciona um tempo de resposta mais rápido numa eventual necessidade de reposição. (CALAZANS, 2011, p. 49).

Para Santos (2012, p.49) o gerenciamento logístico é considerado um fator básico que compreende a estrutura do sistema de distribuição com capacidade de atender de forma econômica os mercados distantes geograficamente das áreas produtivas, ofertando níveis de serviços que promovem disponibilidade de estoque e tempo de atendimento.

Segundo Moura (2012) afirma que a tendência o surgimento de Centro de distribuições pode dar-se por uma ou mais das seguintes razões:

1. Os sistemas modernos de comunicação não dão importância ao fator distância entre o pedido do cliente e o armazém.

2. O preço de transporte e o tempo são reduzidos por ordem de consolidação, sem fazer conta do número de pacotes manuseados e transportados, do material de embalagem usado etc. O transporte mais rápido é obtido por entrega direta por caminhão mais rápido é obtido por entrega direta por caminhão, pelas estradas interestaduais, ou por via aérea.

3. Os armazéns grandes e centralizados podem, mais facilmente, justificar os investimentos ou as despesas exigidas pelo moderno equipamento de processamento de dados.

4. A concentração de estoque permite uma melhor equalização do programa de produção ao pedido do cliente, indiferentemente dos preços estabelecidos, necessários

para suprir as falhas.

5. O armazém centralizado elimina a duplicação do número de pessoal em certos armazéns.

6. A redução do espaço total e do custo. Em muitos casos, o custo por metro quadrado é menor em um grande centro de distribuição do que se a mesma unidade de espaço for usada em diversas localidades e edifícios.

7. Com a centralização, atividade do controle de estoque é mais fácil de ser realizada, por eliminação do tempo de atraso e pelo imediato conhecimento da condição do estoque, através do processamento de dados. (MOURA, 2012, p.34).

2. TIPOS DE CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO

Centro de distribuição avançado

Para Ching (2010), há diversas características no controle de estoque, que podem ocasionar problemas, não importando qual material está estocado.

Segundo a Associação Brasileira de Movimentação e Logística (ABML), os Centros de Distribuição Avançados (CDA's) são unidades de armazéns próprias do sistema de distribuição, onde o estoque é posicionado em vários elos de uma cadeia de suprimentos. Tem por objetivo permitir rápido atendimento dos clientes de uma determinada área geográfica que se encontra distante do centro produtor (CALAZANS, 2011).

Dessa forma, distribuem-se os estoques para um ponto próximo aos clientes e os pedidos serão atendidos por esse centro avançado, a partir do seu próprio estoque, ou seja, o fornecedor envia a sua mercadoria para um CDA, onde sua mercadoria é armazenada em seguida enviada para vários clientes da cadeia.

Um dos problemas que essa operação gera é justamente o elevado custo das operações, assim como seus custos e níveis de estoque. Os Centros de Distribuição variam de acordo com a real necessidade do cliente ou produto.

Assim os CDA's por exemplo, permitem atender adequadamente pequenos pontos de venda. Nesse caso, é necessário que exista um controle maior de seus estoques, a fim de evitar que o produto tenha seu prazo de validade comprometido e a mercadoria falte nos seguintes pontos de vendas: Padarias; Lanchonetes. (CALAZANS, 2011).

Locais onde há comercialização e um controle maior sobre esses produtos que são altamente perecíveis, como: trigo, produtos resfriados, sucos, doces, frutas, legumes e entre outros.

Parece que o grande problema em um CDA é justamente os custos dos estoques, como resolver ou minimizar esse problema. Diante desses fatores abordaremos algumas

alternativas que colaboram para a redução de nossos custos. (CALAZANS, 2011).

Transit point

De acordo com Lacerda (2000), *transit point* são instalações similares aos centros de distribuição, cuja diferença é a inexistência de estoque. Os produtos já têm seu destino estabelecido ao serem enviados. Portanto, não há perda de tempo. Como vantagem, destaca-se a possibilidade de transportar cargas consolidadas para grandes distâncias. Segundo o autor, esse tipo de instalação tem as mesmas características de um centro de distribuição, mas não mantém estoques. Seu principal objetivo é atender à determinada área de mercado distante dos armazéns centrais, ou seja, opera como instalação de passagem, recebendo materiais consolidados e separando-os para entregas individuais.

Cross docking

Para Lacerda (2000), outra solução consiste na criação de um sistema em que as mercadorias cheguem *just-in-time*, ou seja, à medida que o cliente solicite ou esteja em vias de solicitar. Imediatamente essas mercadorias são processadas e enviadas, eliminando assim a necessidade de armazenagem. Esse sistema chamado *cross docking*, trata-se de um termo da língua inglesa que está relacionado diretamente à logística de transporte e distribuição de produtos. Numa tradução mais literal, *cross docking* quer dizer "cruzamento entre docas".

O autor afirma ainda que essa operação envolve múltiplos fornecedores, os quais atendem clientes comuns que consiste, basicamente, no fracionamento de cargas, isto é, divide-se uma ou mais cargas maiores em outras menores. Suas instalações possuem, de um lado, a plataforma com as docas de recebimento; do outro, as docas de expedição, e entre essas docas (entrada e saída) acontece o cruzamento dos materiais, descarregando os veículos com cargas maiores e carregando os veículos menores. Assim, assegura maior vazão à etapa de distribuição e oferece rapidez no atendimento.

Para Bertaglia (2016) destaca que para o sucesso dessa operação, é necessário alto nível de coordenação entre os participantes (fornecedores, transportadores), viabiliza pela utilização intensiva de sistemas de informação, como transmissão eletrônica de dados e identificação de produtos por código de barra. Além disso, é de fundamental importância a existência de softwares de gerenciamento de armazenagem (*Warehouse Management System*) para coordenar o intenso e rápido fluxo de produtos entre as docas.

Lacerda (2000) vê algumas vantagens que são apontadas nesse método, das quais a organização concentra-se no fluxo do material e não na armazenagem, sendo útil para

reduzir os custos dessa armazenagem e melhorar a satisfação do cliente, bem como apresenta uma redução da área física necessária para o CD; uma maior rotatividade do CD, já que o sistema opera com entregas em menores quantidades e com maior frequência; aumenta a disponibilidade do produto, ou seja, o tempo de vida que a mercadoria “perderia” no estoque, ela “ganha” na prateleira disponível para venda.

E ainda o mesmo autor, Lacerda (2000) desvantagens também são apontadas nesse método: o surgimento de custos proveniente de outros elos da cadeia para melhor desempenho desse processo; o sistema exige um sincronismo entre o fornecimento e a demanda; requer uma melhoria nos sistemas de planejamento e de comunicação das empresas; é fundamental que seja desenvolvida uma colaboração inter e intraorganizacional, ou seja, as operações e ações realizadas fora e dentro da empresa.

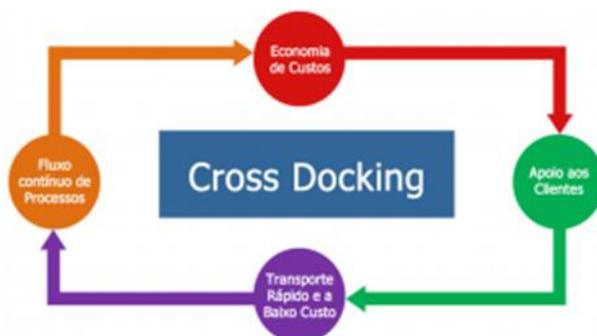


Figura 1 - Cross Docking | **Fonte** :< <https://www.google.com.br>>

Merge in transit

Para Lacerda (2000), existe outro modelo dentro da logística que tem como objetivo montar produtos ao longo da cadeia de distribuição, denominado “*merge in transit*”. É aplicado, normalmente, à distribuição de produtos de alto valor agregado.

Segundo Lacerda (200) pode-se considerar essa operação como uma extensão do *cross docking*, pelo simples fato de estar associada a técnicas de qualidade como o *just-in-time*. Um exemplo desse sistema é a montagem de produtos ao longo da cadeia de distribuição (computadores que podem ser montados já no momento da entrega ao cliente).

2.1 Centro de distribuição próprio

As indústrias de transformação e de serviços atuam e desenvolvem suas atividades no planejamento de novos produtos e na busca de novas tecnologias para implantar em seus produtos e em suas atividades no atacado e no varejo. Uma vez desenvolvidos, esses

produtos são acondicionados em Centros de Distribuição próprios e enviados aos clientes de acordo com sua necessidade. (ARBACHE, 2010).

Segundo Ching (2010, p. 47) “A melhoria no processo de distribuição, redefinindo a atuação dos distribuidores, permitirá tornar o produto mais disponível, reduzir o estoque de produtos acabados e repassar a economia de custos aos clientes”.

A realidade em um mercado altamente competitivo mostra sinais de que as empresas estão em busca de um melhor desempenho em suas atividades produtivas, operacionais, comerciais e logísticas. Os Centros de Distribuição têm o papel fundamental nesse processo, por permitirem: redução de custos; agilidade ao processo de entrega de produtos; melhoria no uso de recursos; apoio ao processo de venda e pós-venda; cumprimento do tempo de entrega; precisão no atendimento. (ARBACHE, 2010).

2.2 Centro de distribuição terceirizado

Muitas empresas buscam a eficácia de seus produtos e os tratam com o seu “bem maior”; porém, quando o assunto é a distribuição efetiva de sua mercadoria até o cliente final, optam por terceirizar esse tipo de atividade.

Segundo Arbache (2010) afirma que a terceirização tem seus aspectos positivos e negativos, como podemos observar a seguir:

Vantagens

- Focalização dos negócios da empresa na área de atuação.
- Diminuição dos desperdícios.
- Redação das atividades-meio.
- Aumento da qualidade.
- Ganhos de flexibilidade.
- Aumento da especialização do serviço.
- Aprimoramento do sistema de custeio.
- Maior agilidade nas decisões.
- Menor custo.
- Maior lucratividade e crescimento.
- Favorecimento da economia de mercado.
- Otimização dos serviços.
- Redução dos níveis hierárquicos.

- Aumento da produtividade e competitividade.
- Redução do quadro direto de empregados.
- Diminuição da ociosidade das máquinas.
- Maior poder de negociação.

Desvantagens

- Risco de desemprego e não absorção da mão de obra na mesma proporção.
- Resistência e conservadorismo.
- Risco de coordenação dos contatos.
- Falta de parâmetros de custos internos.
- Demissões na fase inicial.
- Custos de demissões.
- Dificuldade de encontrar a parceria ideal.
- Falta de cuidado na escolha dos fornecedores.
- Aumento do risco a ser administrado.
- Conflito com os sindicatos.
- Mudanças na estrutura do poder.
- Aumento da dependência de terceiros.
- Perca do vínculo para com o emprego.
- Desconhecimento da legislação trabalhista.
- Dificuldades de aproveitamento dos empregados já treinados.
- Perda da identidade cultural da empresa, em longo prazo, por parte dos funcionários.

Em termos mais teóricos, três razões principais são apresentadas para que as empresas busquem soluções externas para atividades antes realizados por elas próprias: a necessidade de manter o foco nas funções que formam as competências centrais da empresa, uma relação custo/eficiência desfavorável das atividades objeto de subcontratação e problemas financeiros. (ARBACHE, 2010).

Assim, em qualquer dos casos a organização deve acreditar que a terceirização seja uma alternativa viável para a obtenção de melhorias no seu sistema logístico ou que leve a adequação deste as atuais demandas do mercado.

CONCLUSÃO

Diante do propósito deste artigo, evidenciamos as diferenças entre os depósitos e

centros de distribuição, mostrando os pontos fortes e fracos em cada um deles, vantagens e desvantagens em cada módulo de gerenciamento de estoques e distribuição de acordo com objetivo esperado das organizações, na entrega e distribuição de materiais, desde o ponto de fabricação ao consumidor final. Apontou ainda as diferentes relações de centros de distribuições próprios ou terceirizados, abordando também a relação entre as atividades produtivas, operacionais, comerciais e logísticas, a fim de reduzirem custos de armazenagem para agregar valor ao produto e a organização como um todo.

Neste trabalho, compreendemos que os CDs em conjunto com a gestão logística tratam-se de um meio de distribuição e armazenamento moderno e fora do foco na fabricação e criação dos produtos, tendo por objetivo agilidade e excelência na entrega, reduzindo custos e melhorando a competitividade das empresas.

REFERÊNCIAS

- ARBACHE, Fernando S., SANTOS. **Gestão de Logística, distribuição e trade marketing**. São Paulo: FGV, 2010.
- BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física**. São Paulo: Atlas, 2012.
- BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CALAZANS, F. **Centros de distribuição**. *Jornal Gazeta Mercantil*, ago. 2011.
- CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoque na cadeia de logística integrada**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LACERDA, LEONARDO. **Armazenagem Estratégica: Analisando Novos Conceitos**. Artigo Coppead, 2000. Consultado no site: <www.cvlog.net> no dia 24/08/2017.
- MOURA, R. **Armazenagem: do recebimento a expedição em almoxarifados ou Centro de Distribuições** São Paulo: Imam, 2012, v.2.
- SANTOS, R. B. **Distribuição e Trade Marketing**. São Paulo: Editora Sol, 2012.

UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO DA COMPETÊNCIA DE EMPREENDEDORISMO EM CURSO TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA

Flávio Luís Consolo (Cetec – Centro Educacional Técnico - Catanduva);
flavioluisconsolo@gmail.com *

Ariela Fernanda Polido (Senac Jaboticabal); (Fatec Bebedouro); ariela.fpolido@sp.senac.br

Resumo: Este artigo tem a finalidade de propor a implantação de um projeto técnico visando a melhoria da estrutura curricular da habilitação técnica de eletrotécnica de uma escola particular de ensino técnico, localizada na região noroeste do estado de São Paulo. A proposta baseia-se na inserção da disciplina de empreendedorismo na estrutura curricular com o objetivo de contribuir para a formação profissional dos alunos com foco em gestão empresarial e visão estratégica, em concomitância com os conceitos relacionados a habilitação técnica de eletrotécnica. A justificativa desta proposta é de possibilitar ao aluno conhecimento sobre empreendedorismo e gestão empresarial, aumentar o contato do aluno com o ambiente de negócios por meio do empreendedorismo, para que possa visualizar oportunidades para a inovação de estruturas internas da organização, ou para a criação de seu próprio empreendimento.

Palavras-chave: Empreendedor. Empreendedorismo. Educação.

Abstract: This article has the purpose of proposing the implementation of a technical project aimed at improving the curricular structure of the technical habilitation of a private technical school located in the northwest region of the state of São Paulo. The proposal is based on the insertion of the discipline of entrepreneurship in the curricular structure with the objective of contributing to the professional training of students focusing on business management and strategic vision, concomitantly with concepts related to technical habilitation of electrotechnology. The justification for this proposal is to enable the student to have knowledge about entrepreneurship and business management, to increase the student's contact with the business environment through entrepreneurship, so that he can visualize opportunities for the innovation of internal structures of the organization, or for the creation of his own enterprise.

Keywords: Entrepreneur. Entrepreneurship. Education.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional prepara o indivíduo para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo contribui para o desenvolvimento da competência profissional, que auxilia na formação do perfil profissional, e é capaz de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos, habilidades, visando ao desempenho eficiente e eficaz das atividades ligadas ao mundo do trabalho.

Nesse contexto, a educação profissional define sua trajetória pautada nas diretrizes operacionais e nos parâmetros curriculares estabelecidos para essa modalidade de ensino em nível médio nacional. Aqui busca-se evidenciar uma proposta de inclusão da disciplina de empreendedorismo no curso Técnico de Eletrotécnica com a visão de ampliar a formação profissional empreendedora, com a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, ter iniciativa para buscar soluções inovadoras pautadas em princípios éticos e morais baseado nas práticas sociais de cidadania e sustentabilidade.

Parte-se, assim de uma proposta que integra a pedagogia empreendedora na formação do perfil profissional do Técnico de Eletrotécnica, buscando assumir uma postura profissional condizente com a iniciativa e a identificação de oportunidades empreendedoras, vislumbrando as oportunidades de trabalho nos diversos setores da economia, na prestação de serviços ou na administração do seu próprio negócio. Diante desta visão a pedagogia empreendedora estimula a autonomia do aluno sem influenciar suas decisões e auxilia na construção do conhecimento de forma significativa.

Nessa perspectiva, observa-se, segundo Luz (2009) que o processo educacional compreende duas realidades distintas no que tange a metodologia de ensino, tendo de um lado os professores com suas práticas tradicionais acreditando que estão contribuindo para a formação de um aluno socialmente e tecnicamente capacitado, e do outro lado um aluno mais interligado ao mundo, mais globalizado, com acesso fácil a informações que lhe são disponibilizadas diariamente pelas novas tecnologias da informação, mas que, dentro da sala de aula, se sente aprisionado por um modelo de ensino que muitas vezes se restringe apenas a quadro e pincel.

Para esse autor a problemática está em torno da necessidade de articular a organização curricular integrada com as necessidades para atender as demandas postas na realidade atual, porém sem perder de vista o cotidiano do aluno e a sua formação. Segundo Lopes (2010), "(...) a educação é discutida como a forma pela qual o homem se faz homem, sendo, portanto, processo fundamental de transmissão cultural e estrutural do ser humano".

Assim, ao contemplarmos a importância do perfil profissional que abarca o empreendedorismo, recorreremos a Dolabela (1999), a origem da palavra empreendedorismo advém do verbo francês “*entrepreneur*”, cujo significado faz menção aquele que assume riscos e começa algo de novo. Ainda de acordo com o autor, a palavra empreendedorismo foi mencionada no início do século XX pelo economista Joseph Schumpeter em 1950, para referir-se a uma pessoa que é capaz de obter sucesso a partir da oportunidade, criatividade e inovação.

Para Lopes (2010) a iniciativa empreendedora é uma solução criativa para gerar oportunidades de trabalho e impulsionar a econômica, principalmente nos países emergentes, desta forma surge a necessidade de propor o ensino de empreendedorismo com o intuito de criar empresas e o desenvolvimento da atitude empreendedora para a formação profissional, desenvolvimento sustentável, autoconfiança e habilidade para saber reconhecer oportunidades e empreender em sua vida profissional.

1.1. Considerações Iniciais

A partir do surgimento de novas tecnologias que mudaram o setor produtivo do Brasil nas últimas décadas, a área de educação também sofreu mudanças que foram primordiais para o avanço das inovações e desafios que a modernidade tem apresentado. Diante dessa perspectiva surge a necessidade de compreender as propostas formalizadas pela globalização, referenciadas pelo mundo do trabalho, que também permite rever a necessidade de mudanças no âmbito da educação.

No que tange o processo educacional o grande desafio é estabelecer uma relação entre a construção do conhecimento e o mundo do trabalho, para uma formação profissional flexível e coerente com a organização curricular proposta pela educação profissional.

1.2. Motivação

O currículo da habilitação técnica em muitas instituições de ensino ainda segue a metodologia tradicional de educação, prevalecendo o cunho técnico, e novos estudos na área de educação apontam para a necessidade de aprimoramento da metodologia tradicional para uma proposta nova voltada para a formação humana e profissional. Segundo Luz (2009) há uma grande necessidade das instituições de ensino buscar um novo modelo que possibilita motivar professores e alunos a caminharem juntos em um processo de aprendizado dinâmico, dialógico e de descobertas e, sobretudo de dar significado ao que se ensina e ao que se aprende.

Destacamos também outro ponto relevante, segundo Dolabela (2006) que milhares de empreendedores colheram grandes insucessos, até fatais por causa de erros elementares que poderiam ter sido evitados com um bom planejamento. Um número muito grande de negócios de alto potencial torna-se inviável em virtude do despreparo dos empreendedores. As estatísticas do Sebrae indicam que 60% das 500 mil pequenas e microempresas que são abertas todos os anos no Brasil fecham as portas antes de completar cinco anos. Assim, a temática deste artigo surgiu a partir da necessidade de incluir no Curso Técnico em Eletrotécnica a disciplina de empreendedorismo.

1.3. Objetivo

O objetivo com a elaboração deste trabalho é propor a inclusão de uma disciplina de empreendedorismo na grade curricular de curso de habilitação técnica em eletrotécnica de uma escola técnica, amparado no catálogo de cursos técnicos e na necessidade de aprender as técnicas para empreender um negócio próprio, visto que são muito importantes para alunos que após terminarem um curso de habilitação técnica podem ter o desejo de abrir um negócio próprio, a iniciativa de atuarem no setor de serviços ou ideias inovadoras que pode desenvolver com a habilitação técnica adquirida.

2. MARCO REFERENCIAL LEGAL

Nesta seção, são descritos alguns conceitos, de forma generalizada, sendo a lei de diretrizes e bases da educação nacional, e o catálogo nacional de cursos técnicos sobre empreendedorismo.

2.1 Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos é um instrumento cuja proposta é disciplinar a oferta de cursos técnicos, em relação às denominações por eles empregadas. O Catálogo confere também grande visibilidade a esses cursos, bem como auxilia na escolha vocacional por parte dos alunos e pode ainda inspirar escolas em novas ofertas educativas.

3. ATITUDE EMPREENDEDORA

Nessa seção do artigo são apontados alguns dos fatores que levam as pessoas a buscarem um negócio próprio e alguns pontos que são importantes para gerenciar um negócio e obter sucesso.

3.1A Visão do Negócio

Segundo Sampaio (2014), sem uma visão antecipada e idealizada do caminho que pretende-se seguir, sem a magia de poder enxergar a situação desejada antes mesmo da caminhada ser iniciada, ninguém toma a iniciativa de dar o primeiro passo. O nome dessa visão antecipada, no qual o empreendedor visualiza o sucesso ou o local onde quer chegar antes mesmo de abrir as portas da empresa, é o sonho.

O Sonho é a etapa inicial do processo empreendedor, é o combustível da atitude empreendedora, quem não sonha não empreende. O problema é que o sonho não é o suficiente para tirar um empreendedor do mundo da fantasia e trazer para o campo da prática. Para chegar a esse ambiente, conseguir sobreviver, firmar-se nesse ambiente que transforma-se a cada dia, aparem novas dificuldades a todo momento, é preciso partir para a ação, é preciso ter atitude.

3.2 Atitude de Empreender

Segundo Sampaio (2014), a atitude empreendedora é o motor dos grandes projetos empreendedores. Uma carreira de sucesso dentro das organizações, como uma empresa sólida e lucrativa, tem suas chances de êxito multiplicadas quando é dada a devida atenção aos detalhes pelo próprio empreendedor. A atitude pode significar o fracasso ou o sucesso de uma empresa ou de uma carreira profissional. Muitos livros que tratam de negócios ou carreiras profissionais muitas vezes mostram roteiros para o sucesso e sugerem as ações necessárias para dar forma ao sonho.

Ainda de acordo com Sampaio (2014), existem roteiros muito consagrados que colocados em prática aumentam de forma considerável as chances de crescimento profissional e multiplicam as chances de sobrevivência de uma empresa criada nesse mercado extremamente competitivo. Para os profissionais que escolhem seguir carreira corporativa e buscam posições elevadas dentro dessas organizações recomenda-se cursos de especialização e um constante grau de atualização que lhes permita estar aptos a pegar as oportunidades que surgem ao longo da carreira. Para os empreendedores além disso é necessário recurso financeiro para abertura do negócio, um bom plano de negócios para nortear a empresa, a gestão eficiente do negócio e procurar diferenciais competitivos para que possa diferenciar-se dos concorrentes em um ambiente extremamente competitivo.

3.3 Motivos para Iniciar um Negócio Próprio

Segundo Degen (2009), existem muitos motivos que levam as pessoas a buscarem ter seu negócio próprio, a estar dispostas a assumir os papéis e os riscos de um

empreendimento. Alguns dos motivos mais comuns identificados pelo autor em inúmeras entrevistas com empreendedores são apresentados a seguir:

- Vontade de ganhar dinheiro, quantidade maior que é possível como empregado de uma empresa.
- Desejo de sair da rotina do emprego e poder levar suas próprias ideias adiante.
- Vontade de determinar seu futuro sem dar satisfação a uma estrutura sobre seus atos.
- Necessidade de provar a si e aos outros que é capaz de realizar um empreendimento.
- Desejo de desenvolver algo que traga reconhecimento pessoal e benefícios para si mesmo e também para a sociedade.

Na grande maioria dos casos, a motivação de um empreendedor para iniciar um novo negócio são a ponderação dos descritos acima, somados a alguns motivos particulares.

3.4 Etapas para Desenvolver um Negócio Próprio

Segundo Degen (2009), o candidato a empreendedor que quer ter sucesso no desenvolvimento de um negócio precisa percorrer as três etapas iniciais, que são a escolha do negócio, a etapa de criação dos atributos do negócio e o planejamento do negócio. Após as três etapas iniciais vem a etapa de desenvolvimento que é a quarta, e a quinta e última é a etapa de colher a recompensa pelo sucesso do negócio.

A figura mostra de forma mais clara as etapas propostas.

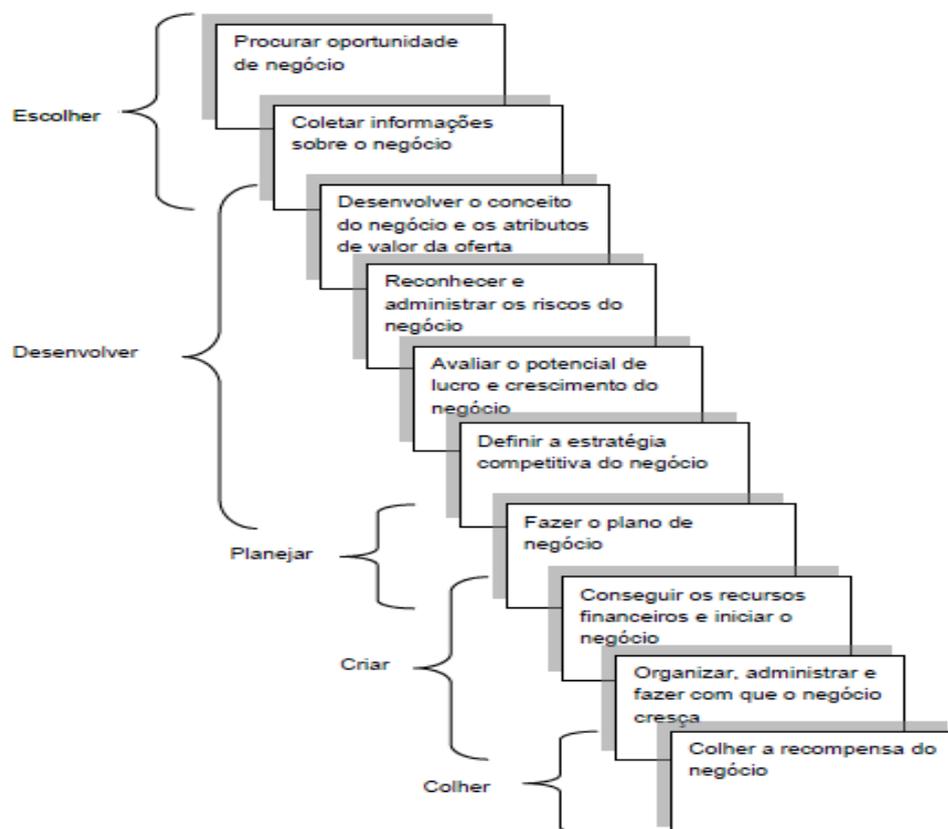


Figura 1- Cinco etapas para desenvolver um negócio próprio com sucesso, (Adaptado de DEGEN, 2009).

A primeira etapa é a busca pela oportunidade de negócio, a mais crítica para o empreendedor. É nessa etapa do negócio que o empreendedor com conhecimento adquirido na área, tem de verificar o estilo de vida que o negócio impõe e se atende as suas aspirações. Não adianta sonhar com um negócio no qual o empreendedor não está disposto ou motivado a fazer todo o trabalho necessário para ter sucesso com o negócio escolhido ou se o negócio o torna infeliz.

A segunda etapa é o momento de criar o conceito, os atributos de valor, analisar os riscos, o potencial de lucro e crescimento mercadológico, definir a estratégia competitiva do negócio, definir a oferta de produtos ou serviços que vai fazer aos clientes, avaliar os riscos dessa oferta e administrá-los. O empreendedor também deve avaliar o potencial de lucro e crescimento do negócio, para saber se o risco o trabalho e o eventual sacrifício vale a pena com o empreendimento. Se o empreendedor concluir que o tipo do trabalho do negócio e o estilo de vida que vai levar condizem com seus anseios, tem uma oferta de

produtos ou serviços interessantes para os clientes, pode ter bons lucros com o negócio, ele deve desenvolver a estratégia competitiva para atrair os clientes e competir com os concorrentes já existentes no mercado. Sem atrair clientes e ter vendas em número suficiente nenhum negócio sobrevive.

A terceira etapa é a fase onde o empreendedor deve colocar todas as análises já feitas no plano de negócio. Nesse plano deve-se conter o planejamento das ações de marketing e vendas, o plano de operações da empresa, o planejamento financeiro com projeção de fluxo de caixa e remuneração esperada, avaliação dos riscos e oportunidades, e o plano de contingência para os riscos do negócio. O plano de negócios deve servir para saber se o negócio é viável e vai proporcionar os lucros financeiros antes de iniciá-lo.

Concluídas as etapas iniciais onde é feito todo o planejamento do negócio vem a etapa de por em prática o desenvolvimento do plano de negócio. Nas etapas iniciais o empreendedor só está planejando e ainda não assumiu nenhum risco com seu negócio. A quarta etapa é o desenvolvimento das ações para que o negócio tenha sucesso. Nessa etapa o empreendedor está comprometido com o sucesso de seu negócio e vai colocar em prática todo o planejamento desenvolvido nas etapas anteriores, organizando, administrando e fazendo com que seu negócio cresça e se desenvolva atingindo todo o potencial projetado na etapa de planejamento do negócio. É fundamental nessa etapa que o empreendedor disponha de todo conhecimento pessoal ou por meio dos sócios e colaboradores para executar fielmente todas as ações do plano de negócios com sucesso, tenha também a habilidade necessária para formar e liderar a equipe que vai ajudar no sucesso do negócio.

A quinta etapa vem com o sucesso do negócio e é a hora do empreendedor colher a recompensa pelo esforço, pelos riscos que correu com o negócio. O empreendedor que seguir essas etapas vai ver que deixar de fazer algo errado é tão importante como fazer certo, pois desenvolver um bom plano, uma boa estratégia tem a missão de evitar o fracasso.

4. PROPOSTA DE MUDANÇA DA GRADE CURRICULAR

4.1 Estrutura Curricular da Habilitação Técnica em Eletrotécnica

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de 2012, a carga horária mínima de um curso técnico de nível médio deve ser de 800 horas, sem contar a carga horária prevista para o estágio profissional supervisionado.

De acordo com o catálogo nacional as possibilidades de temas a serem abordados na formação são:

- Eletricidade;
- Eletrônica;
- Máquinas e equipamentos elétricos;
- Iluminação e sinalização;
- Instalações elétricas;
- Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;
- Projetos elétricos;
- Elementos de automação;
- Desenho técnico.

O Quadro seguinte mostra a estrutura curricular da Habilitação Técnica de eletrotécnica que é dividida em três módulos totalizando 1200 horas com as disciplinas e mais 300 horas de estágio curricular supervisionado, e as disciplinas englobam todos os temas propostos pelo Catálogo nacional de cursos técnicos.

Componente Curricular	1º Módulo	2º Módulo	3º Módulo	Total
Controle Automático de Processo	40			40
Desenho Técnico	40			40
Eletricidade	80	80		160
Eletrônica	80	80		160
Eletrônica Digital	80			80
Matemática	80			80
Projetos Elétricos		40	80	120
Comandos Elétricos		80		80
Estágio Curricular Supervisionado		150	150	300
Instalações Elétricas		80	40	120
Trabalho de Conclusão de Curso		40	40	80
Geração de Energia			40	40
Eletrônica de Potência			40	40
Máquinas Elétricas			80	80

Redação Técnica			40	40
Segurança do Trabalho			40	40
Carga Horária Total do Curso				1500

Quadro 1 - Estrutura Curricular da Habilitação Técnica em Eletrotécnica em Vigor.

4.2 Proposta de Inclusão de Nova Disciplina na Estrutura Curricular da Habilitação Técnica em Eletrotécnica

Com a aplicação do objetivo desse trabalho que é a inclusão de uma disciplina de gestão empreendedora na habilitação técnica estudada a grade curricular ficou como mostra o quadro abaixo:

Componente Curricular	1º Módulo	2º Módulo	3º Módulo	Total
Controle Automático de Processo	40			40
Desenho Técnico	40			40
Eletricidade	80	80		160
Eletrônica	80	40		120
Eletrônica Digital	40			40
Eletrônica de Potência	40			40
Matemática	80			80
Gestão e Empreendedorismo		40	40	80
Projetos Elétricos		40	80	120
Comandos Elétricos		80		80
Estágio Curricular Supervisionado		150	150	300
Instalações Elétricas		80	40	120
Trabalho de Conclusão de Curso		40	40	80
Geração de Energia			40	40
Máquinas Elétricas			80	80
Redação Técnica			40	40
Segurança do Trabalho			40	40
Carga Horária Total do Curso				1500

Quadro 2 - Nova proposta para a Estrutura Curricular da Habilitação Técnica em Eletrotécnica.

Para aplicação dessa proposta não foi necessária exclusão de nenhuma das disciplinas, somente a redução da carga horária de duas disciplinas de eletrônica que tinham na estrutura 280 horas divididas em quatro disciplinas diferentes sendo Eletrônica Digital, Eletrônica 1, Eletrônica 2 e Eletrônica de Potência, com a nova proposta passam a ficar com 200 horas divididas ainda nas mesmas quatro disciplinas, tendo apenas diminuída a carga horária de eletrônica digital de 80 horas para 40 horas, e de eletrônica 2 também de horas para 40 horas. Com isso foi possível a inclusão da disciplina de Gestão Empreendedora com 80 horas divididos por igual no segundo e no terceiro módulo da Habilitação Técnica de Eletrotécnica.

4.3 Plano de Ensino das Disciplinas

Segundo Spudeité (2014), o plano de ensino é um tipo de planejamento que busca a previsão mais global para as atividades de uma determinada disciplina durante o período do curso (período letivo ou semestral). O plano de ensino ou programa da disciplina deve conter os dados de identificação da disciplina, ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, avaliação e bibliografia básica e complementar da disciplina.

4.3.1 - Plano de Ensino da disciplina Gestão e Empreendedorismo I

PLANO DE ENSINO

CURSO: Habilitação Técnica em Eletrotécnica

SÉRIE: 2º Módulo

DISCIPLINA: DISCIPLINA: Gestão e Empreendedorismo I

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2 horas

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas

I – EMENTA

Conceito de empreendedorismo, perfil de empreendedor, processo empreendedor, tipos de empresas, gestão de empresas.

II - OBJETIVOS

Propiciar aos acadêmicos conhecimentos em empreendedorismo e gestão de empresas, possibilitando a sua posterior aplicação na administração e gestão de empresas, bem como prepará-los para empreender em atividades voltadas a sua habilitação técnica.

III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- ✓ Conceito e Definição de empreendedorismo;
- ✓ Perfil do empreendedor;
- ✓ Processo empreendedor;
- ✓ Noções sobre oportunidades de futuro na gestão e no empreendedorismo;
- ✓ Organização de empresas;
- ✓ Gestão de Operações dentro de uma empresa.

IV - METODOLOGIA DE ENSINO

- ✓ Aulas expositivas
- ✓ Experiências práticas
- ✓ Exposição de vídeos
- ✓ Estudos de Casos Práticos

V - AVALIAÇÃO

- ✓ Provas.
- ✓ Trabalhos.
- ✓ Seminários.

Outras atividades à critério do professor.

4.3.2 - Plano de Ensino da disciplina Gestão e Empreendedorismo II

PLANO DE ENSINO

CURSO: Habilitação Técnica em Eletrotécnica

SÉRIE: 2º Módulo

DISCIPLINA: Gestão e Empreendedorismo II

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2 horas

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 horas

I – EMENTA

Órgãos e instituições de apoio ao empreendedores, visão empreendedora, planejamento estratégico, ferramentas de gestão de empresas; elaboração de planos de negócios.

II - OBJETIVOS

Fornecer aos alunos conhecimento para a identificação de oportunidades de novos empreendimentos na sua área de conhecimento, bem como conhecimento para colocar as ideias e oportunidades em prática de forma planejada e controlada.

III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- ✓ Instituições de Fomento e Apoio às micro e pequenas empresas;
- ✓ Avaliação de Oportunidades e tendências de Mercado;
- ✓ O que é planejamento, estratégia e planejamento estratégico. Estratégias competitivas de crescimento e de estabilidade, bem como implementação, acompanhamento, controle e avaliação da estratégia.
- ✓ Plano de gestão de pessoas, plano de marketing, plano operacional, plano financeiro.
- ✓ Indicadores de desempenho e avaliação de empresas.
- ✓ O que é um plano de negócio, sua importância, utilidade do plano e sua estruturação.

IV - METODOLOGIA DE ENSINO

- ✓ Aulas expositivas
- ✓ Experiências práticas
- ✓ Exposição de vídeos
- ✓ Estudos de Casos Práticos

V - AVALIAÇÃO

- ✓ Provas.
- ✓ Trabalhos.
- ✓ Seminários.
- ✓ Outras atividades à critério do professor.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir com a elaboração desse estudo que o objetivo inicial de propor a alteração da grade curricular da Habilitação Técnica de Eletrotécnica da instituição em questão foi atingido sem necessidade de excluir nenhuma das disciplinas e em acordo com os temas propostos pelo catálogo nacional de cursos técnicos. Essa proposta vai ser analisada pela equipe de coordenação pedagógica e direção da instituição, e se aprovada pode entrar em vigor.

A proposta de acordo com o objetivo inicial está em consonância com a visão de que os alunos de hoje buscam maior desenvolvimento de uma cultura empreendedora. A inserção do ensino do empreendedorismo nas escolas profissionalizantes pode ajudar muito o desenvolvimento dos alunos, tanto para aqueles que vão buscar oportunidades no mercado de trabalho como empregados de empresas, bem como aqueles que decidem ser empreendedores nos seus próprios negócios. O conhecimento sobre o empreendedorismo também pode ajudar esses alunos que decidem ser empreendedores a terem uma chance maior de sucesso no seu empreendimento.

REFERÊNCIAS

DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DOLABELA, Fernando. Oficina do Empreendedor. 6. ed. São Paulo: Editora Cultura, 1999.

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luíza. São Paulo: Editora cultura, 2006.

LOPES, Rose Mary Almeida. Educação Empreendedora: Conceitos, Modelos e Práticas. São Paulo: Editora Elsevier, 2010.

LUZ, Everardo de Souza. Ensino profissional integrado: projetos de trabalho sob a ótica da transdisciplinaridade. Reunião Anual da ANPEd, 32, Caxambu, MG, Anais...Caxambu, MG: ANPEd, 2009.

SAMPAIO, Mara. Atitude Empreendedora: Descubra Com Alice Se País das Maravilhas. Editora Senac, São Paulo, 2014.

SANTOS, Jurandir dos. Educação profissional & práticas de avaliação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

SPUDIETÉ, Daniela. Elaboração do Plano de Ensino e do Plano de Aula. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em:

<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/ELABORAODOPLANODEENSINOEDOPLANODEAULA.pdf>>. Acesso em: 05 de Março de 2016.

O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA RECEPTIVIDADE PELO CÓDIGO CIVIL DE 2002

COSTA, Charles Morais da (UNIP Alphaville); charllesunip@gmail.com

RICARDO, Marinêz de Fátima (Escola de Enfermagem – USP Ribeirão Preto);
marinezfricardo@yahoo.com.br *

Resumo: A sociedade mudou e nesse processo há uma preocupação em se garantir os direitos das pessoas com deficiência, seja de sua acessibilidade seja de sua formação profissional seja de seus direitos civis. Nesse sentido, este estudo propõe uma análise das mudanças introduzidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, contrapondo-se ao Código Civil de 2002, focalizando os benefícios conquistados por esse grupo. O Código Civil de 2002, considerava que todas as pessoas com deficiência mental eram absolutamente incapazes. No entanto, o Estatuto que entrou em vigor em 02 de janeiro de 2016, apresenta algumas modificações, entre elas a inclusão e o respeito ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana, além de defender o preceito de que a pessoa com deficiência mental é absolutamente capaz. Assim, o novo Estatuto inseriu os Portadores de Deficiência Mental no rol dos plenamente capazes, incluindo-os na sociedade proporcionando-lhes mais dignidade. De modo que essa inclusão social veio a assegurar o direito de gozo do Super Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Palavras-chave: 1 Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2 Código Civil de 2002. 3 Deficiência mental.

Abstract: Society has changed and in this process there is a concern to guarantee the rights of persons with disabilities, be it in terms of their accessibility, professional education or civil rights. The present article suggests an analysis of changes introduced by the Brazilian Statute on Persons with Disabilities, in opposition to the Brazilian Civil Code of 2002, focusing on the benefits this group achieved. The Brazilian Civil Code of 2002 considered all intellectually challenged people as incompetent. However, the Statute in force since January 2nd, 2016, presents some adjustments such as the inclusion and respect to the Dignity of the Human Person principle. It also endorses the precept of the person with intellectual disability as completely capable. Therefore the new Statute has included persons with intellectual disabilities in society providing them more dignity. Thus, this

social inclusion came to assure the right to fruition of the Dignity of the Human Person principle.

Key-words: 1. Brazilian Statute on Persons with Disability. 2 Brazilian Civil Code of 2002. 3. Intellectual disability.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, muito se tem feito para garantir os direitos das pessoas com deficiência, seja de sua acessibilidade seja de sua formação profissional seja de seus direitos civis.

Nesse contexto, a análise das mudanças introduzidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, contrapondo-se ao Código Civil de 2002, torna-se extremamente pertinente para se observar o quanto esse grupo será beneficiado.

Devido a extensão do assunto, está pesquisa se deteve apenas em tecer um comparativo da capacidade da pessoa com deficiência mental frente ao Código Civil de 2002, que abordava que todas as pessoas com deficiência mental eram considerados absolutamente incapazes e o Estatuto que entrou em vigor em 02 de janeiro de 2016, que apresenta algumas modificações, advindas no início de sua vigência. Uma dessas mudanças que se pode observar é uma forma de inclusão e respeito ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

O Código Civil de 2002 já foi uma evolução histórica referente a capacidade civil pois deixou de usar a expressão depreciadora loucos de todo o gênero, passando a usar os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.

Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência veio justamente para se adequar à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e incluir os deficientes mentais na sociedade, tratando-os em igualdade com os demais cidadãos.

Dessa maneira, este trabalho é relevante ao analisar as conquistas civis que o Estatuto garante aos deficientes mentais, além de ser uma contribuição para os estudiosos sobre o assunto para discernir sobre a importância da inclusão social dos portadores de deficiência mental e os cuidados que o profissional deverá ter para proteção dos direitos desses cidadãos frente a inclusão advinda do referido Estatuto.

2 CAPACIDADE CIVIL X DEFICIÊNCIA MENTAL

Com as mudanças advindas com o Estatuto da Pessoa com Deficiência torna-se importante traçar um comparativo entre os preceitos da capacidade civil frente ao Código Civil de 2002, e as pessoas que deveriam ser eletivas frente a esse Códex e o referido Estatuto. Isso é importante, pois a entrada em vigor do Estatuto da Inclusão Social no início do ano de 2016, trouxe várias transformações no mundo jurídico brasileiro, sendo uma das inovações a consideração da pessoa com deficiência mental como absolutamente capaz.

2.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL

Os estudos sobre deficiência mental busca melhores definições sobre esse distúrbio para que se possa atender melhor as pessoas inseridas neste grupo:

Segundo a AAMR (Associação Americana de Deficiência Mental) e DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), pode-se definir deficiência mental como o estado de redução notável do funcionamento intelectual inferior à média, associado a limitações pelo menos em dois aspectos do funcionamento adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho. (FIOCRUZ, 2017)

Além dessas, na literatura há várias outras definições, no entanto, para este trabalho, usaremos o conceito presente no bojo da Lei nº 13.146, promulgada no dia 6 de julho de 2015.

. Para os fins da lei o artigo 2º afirma:

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Dessa maneira, a lei vem garantir a segurança jurídica e proteção para aquelas pessoas que estão debilitadas por um longo período de tempo, resguardando seus direitos perante a sociedade em que elas estejam inseridas.

2.2 CÓDIGO CIVIL DE 2002

A capacidade Civil no Código Civil de 2002 é tratada, nos seus artigos 3º e 4º, elencando as hipóteses em que a pessoa deveria ser considerada absolutamente ou relativamente incapaz para realizar atos da vida civil. E dentre essas hipóteses previstas nesse documento sobre a incapacidade absoluta está a da pessoa com deficiência mental.

A capacidade civil é entendida em nosso ordenamento jurídico como a capacidade plena da pessoa reger sua vida, seus bens e sua aptidão para os atos da vida civil. Além disso, o Código Civil aborda, em seu primeiro capítulo, a personalidade e a capacidade das pessoas naturais; sendo considerados absolutamente incapazes os indivíduos que não possuem condições mínimas para exercício de seus direitos. (BRASIL, 2002)

Complementa Ramayana (2005) ao conceituar que "A declaração de incapacidade civil das pessoas com deficiência mental possuía como fim a proteção e a segurança social dos direitos públicos subjetivos e a proteção ao incapaz. (RAMAYANA, 2005, p.131)

E nesse sentido, Pereira corrobora afirmando que:

O instituto das capacidades foi imaginado e construído sobre uma razão moralmente elevada, que é a proteção dos que são portadores de uma deficiência juridicamente apreciável. Esta é a ideia fundamental que inspira, e acentuá-lo é uma de suma importância para a sua projeção na vida civil, seja no tocante à aplicação dos princípios legais definidores, seja na apreciação dos efeitos respectivos ou no aproveitamento e na ineficácia dos atos jurídicos praticados pelos incapazes. A lei não institui o regime de incapacidades com o propósito de prejudicar aquelas pessoas que delas padecem, mas ao revés, com o intuito de lhes oferecer proteção, atendendo a uma falta de discernimento, de quem sejam pacientes, aconselha tratamento especial, por cujo intermédio o ordenamento jurídico procura restabelecer um equilíbrio psíquico, rompido em consequência das condições peculiares dos mentalmente deficitário. (PEREIRA, 2009, p. 171)

Pode-se observar que, frente a letra da lei, as pessoas com deficiência mental eram consideradas absolutamente incapazes e, nesse turno, estavam impedidas de praticar os atos da vida civil sozinhos, já que para tal prática era necessário estar representados.

Ainda sobre o conceito Negrão e Gouvêa atestam que:

Os incapazes, elencados no artigo 3º do Código Civil não podem praticar nenhum ato da vida civil sem que seja por intermédio de seu representante legal, sendo que os menores de dezesseis anos estão sujeitos à tutela e os demais casos de incapacidade estão sujeitos a curatela. (NEGRÃO; GOUVÊA, 2007, p. 45)

Sendo ainda inseridos dessa classificação “dos absolutamente incapazes os que, mesmo por motivo transitório, não puderem exprimir sua vontade e no que diz respeito à ‘causa transitória’. (GAGLIANO E PAMPLONA FILHO, 2005, p. 102).

Dessa forma, percebe-se que não havia uma discriminação referente à pessoa com deficiência, mas sim uma proteção, pois essa só podia praticar os atos quando estivesse devidamente representado, conforme já definido alhures.

2.3 DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, começou a vigorar em 02 de janeiro 2016, regulamentando a Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência que, por sua vez, entrou na ordem jurídica interna do Brasil em 25 de agosto de 2009, com *status* de Emenda à Constituição da República, nos termos do art. 5º, parágrafo terceiro, da Constituição da República Federativa do Brasil. (BRASIL, 2015)

O referido estatuto foi instituído para assegurar e promover o tratamento igualitário, no exercício dos direitos e das liberdades, pela pessoa portadora de deficiência, de modo, que seja garantido a sua inclusão social, promovendo-se a valorização das pessoas deficientes e sua participação efetiva na sociedade.

Importante trazer à baila o entendimento de **Rosenvald**:

Não se pode mais admitir uma incapacidade legal absoluta que resulte em morte civil da pessoa, com a transferência compulsória das decisões e escolhas existenciais para o curador. Por mais grave

que se pronuncie a patologia, é fundamental que as faculdades residuais da pessoa sejam preservadas, sobremaneira às que digam respeito as suas crenças, valores e afetos, num âmbito condizente com o seu real e concreto quadro psicofísico. Ou seja, na qualidade de valor, o status personae não se reduz à capacidade intelectual da pessoa, posto funcionalizada à satisfação das suas necessidades existenciais, que transcendem o plano puramente objetivo do trânsito das titularidades. (ROSENVALD, 2015)

O novel estatuto ao garantir o direito a igualdade e a não discriminação, repisa a necessidade de um tratamento humanista, e visa também extinguir com a ideia de que a pessoa com deficiência tem uma importância inferior às demais e de que a capacidade jurídica é critério para conquistar a titularidade de direitos (BRASIL, 2015)

De acordo com o art. 6º, a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa que poderá, inclusive, casar e constituir união estável; exercer os direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos; ter acesso às informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; conservar a sua fertilidade; exercer o direito à família e à convivência comunitária; e, exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

O que vem mudando no quadro evolutivo dos direitos fundamentais é sua extensão a um público cada vez mais abrangente, tendencialmente universal. Pelo menos no mundo ocidental, as garantias oferecidas pelas codificações e pela legislação já não se destinam apenas a sujeitos determinados, escolhidos pelos critérios da identidade, capacidade jurídica e cidadania. (FERRAJOLI, 2001, p. 24).

Ainda nesse trilhar, corrobora **Simão** ao admitir a excelência do Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Nesta questão o Estatuto merece elogios. Não é toda a deficiência que retira o discernimento para a tomada de decisão de constituição de família e de sua formação. Contudo, há de se salientar, que

mesmo com a mudança legal, a decisão de se casar é um ato de vontade. Se a vontade não existir em razão da deficiência, inexistente será o casamento. (SIMÃO, 2015, p. 2)

Nesse diapasão, merece o texto do artigo 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma vez, que o seu texto está totalmente adequado ao Princípio Constitucional da isonomia, o qual prevê um tratamento igualitário entre todas as pessoas: "Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas". (BRASIL, 2015)

O Estatuto revogou expressamente os incisos II e III do artigo 3º do Código Civil, assim, só haverá uma causa de incapacidade absoluta, qual seja, ser a pessoa menor de 16 anos. Não serão mais considerados absolutamente incapazes "os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos" e "os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade".

Resta clarividente que, de acordo com as mudanças feitas pelo Estatuto o nosso Código Civil, passou a considerar as pessoas com deficiência mental plenamente capazes.

No entanto, como ocorre com demais Estatutos brasileiros, o grande desafio é a sua aplicabilidade, pois as leis projetam o almejado para a sociedade, todavia é a sua execução que garante o resultado pretendido. Sendo assim, é necessário que ocorra uma mudança da forma com que a sociedade lida com o deficiente e suas limitações, garantido na prática os direitos determinados pela lei.

Stolze defende que: "[...] o grande desafio é a mudança de mentalidade, na perspectiva de respeito à dimensão existencial o outro. Mais do que leis, precisamos mudar mentes e corações." (Stolze, 2016, p. 12)

Assim, o ideal não é a criação de lei, mas sim uma mudança de postura e aceitação das pessoas com deficiência mental, pois de nada adianta termos inúmeras legislações sobre o assunto se a sociedade não tem uma cultura de inclusão dessas pessoas. Para tanto é necessário o incentivo do governo e uma maior interação da sociedade com as associações das pessoas com deficiência, ampliando, assim, a inclusão dos deficientes mentais em no cotidiano.

3 CONCLUSÃO

Anteriormente ao ano de 2002, os deficientes mentais tinha que conviver com a expressão loucos de todos os gêneros, passando, a partir do Código Civil de 2002 serem menos expostos e denominados como portadores de enfermidade ou deficiência mental,

porém não lhes era reconhecido que tinham o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil. Esse Código visava proteger os portadores de deficiência mental. Entretanto face a necessidade de adequação a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com início de vigência em janeiro de 2016. O novo Estatuto inseriu os Portadores de Deficiência Mental no rol dos plenamente capazes, incluindo-os na sociedade proporcionando-lhes mais dignidade. De modo que essa inclusão social veio a assegurar o direito de gozo do Super Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

É importante se ter em mente que o equilíbrio e a igualdade é um princípio Constitucional, que se estende a todas as pessoas e a todos os ramos do direito. Além disso, a sociedade precisa entender que os portadores de deficiência mental, não devem ser excluídos mas sim inseridos em uma sociedade justa e que respeita a individualidade dos seus integrantes.

Nesse cenário, o operador do direito é pedra fundamental neste alicerce de novos tempos de inclusões, divulgando o Estatuto da Pessoa com Deficiência e defendendo os interesses desses que foram por muito tempo excluídos e esquecidos em nossa sociedade.

Dessa maneira, o Estatuto é uma realidade e uma forma de inclusão social e de respeito aos Princípios Constitucionais da Dignidade da Pessoa Humana e da Isonomia. Lembrando que é responsabilidade de toda sociedade garantir às pessoas portadoras de deficiência o exercício dos seus direitos inerentes a pessoa humana e respeitar o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm, acesso 12 jul. 2016.

BRASIL. **Código Civil**, Lei nº 10.146. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm, 20 set. 2016.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FIOCRUZ. **Deficiência Mental**. Disponível: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-mental.htm>, acesso 12 fev. 2017

FERRAJOLI, Luigi. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madrid: Editorial Trotta, 2001.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPOLHA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil**: parte geral. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

NEGRÃO, Theotônio; GOUVÊA, José Roberto Ferreira. **Código Civil e legislação civil em vigor**. 26. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Volume 1. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

RAMAYANA, Marcos. **Direito Eleitoral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

ROSENVALD, Nelson. **Conheça o Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 24 ago. 2015. Disponível: <https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2015/08/24/Conhe%C3%A7o-o-Estatuto-da-Pessoa-com-Defici%C3%A7%C3%A3o>. Acesso 08 nov. 2016.

SIMÃO, José Fernando. **Estatuto da Pessoa com Deficiência causa perplexidade**. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2015-ago-07/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-traz-mudancas#author>, acesso: 07 nov. 2016.

STOLZE, Pablo Gagliano. **É o fim da interdição?** Disponível em: <https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/304255875/e-o-fim-da-interdicao-artigo-de-pablo-stolze-gagliano>> Acesso em: 07 de novembro de 2016.

ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS COM EX-ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES SOB O OLHAR DO PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS

Humberto Trigo Milesi (docente de cursos técnicos); humberto.@sp.senac.br *

Resumo:

A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho representa um tema importante para a sociedade e para as empresas, permitindo resgatar os direitos à cidadania da população especial, oferecendo oportunidades de mostrar que essas pessoas são produtivas e capazes de cumprir determinações legais. Acredita-se que a inclusão poderá ocorrer com êxito a partir da qualificação profissional. O cumprimento da Lei Federal 8.213/1991, chamada Lei de Cotas, tem resultado numa problemática para as organizações. A escassez de pessoas com deficiência qualificadas e o baixo nível de escolaridade desses indivíduos são alguns dos motivos citados. Profissionais da área de Recursos Humanos das empresas participaram do estudo mostrando a percepção da empresa contratante. A metodologia do estudo foi a abordagem qualitativa, em que foram elaboradas questões e foi aplicado um questionário a representantes de cinco empresas da cidade de Ribeirão Preto que participam dos programas de inclusão do SENAC, para verificar o desenvolvimento do empregado/aluno com deficiência de acordo com a visão do empregador. O relato dos profissionais representantes das empresas pesquisadas aponta que o processo de contratação se depara com pouca oferta de pessoas qualificadas. A integração das pessoas com deficiências nas organizações tem sido satisfatória quando a empresa se prepara para recebê-los, inclusive através de um adequado ajuste da acessibilidade arquitetônica e também pela atividade em área de atuação adequada. Conclui-se que os programas de qualificação profissional contribuem de maneira significativa no processo de inclusão de pessoas com deficiências, principalmente se houver parcerias entre empregadores e instituições de ensino, ocorrendo um adequado acompanhamento das atividades e análise do desempenho do profissional com deficiência.

Palavras chave: Inclusão, Deficiência, Profissionalização

Abstract:

Inclusive practices in the working market is an important topic for society and organizations because those practices enable individuals with impairments to have their rights granted as special citizens in society by offering opportunities to show they are productive and able to fulfill legal determination. There is a belief that inclusion can be successful with professional qualification. The enforcement of the quota act 8.213/1991 (Lei de cotas) causes a constraint to the organizations due to the lack of qualified individuals in these conditions and their low level of education. This study searches for results indirectly related to the enforcement of Quota Act by analyzing the development of individuals with an impairment and their qualification in a professionalization course. The professionalization courses and programs offered by Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC were taken into consideration as they offer inclusive educational programs in the working market aiming at preparing the individuals to cope with the challenges of the professional life. The objective of this study is to learn how students and former students from inclusive educational programs offered by SENAC Ribeirão Preto perceive this inclusion in the working environment. The Human Resources professionals of the contracting companies also participated to show their perception. The methodology of the study was the qualitative approach comprising interviews with five individuals using an established script. One student and four former students from Professionalization Programs and courses at SENAC: Professional Education Program (PET – Programa de Educação para o Trabalho – Trampolim); Learning Program (Programa Aprendizagem); and Technical Course in Business. Among the participants, three have an intellectual impairment, and two have a physical impairment. A questionnaire was also applied to the representatives of five companies in the municipality of Ribeirão Preto /SP that take part of inclusive educational programs of SENAC, to verify the development of the employee/student with an impairment according to the contractor's point of view. It was noted that due to the records of the professionals with an impairment that there is a necessity to adjust their working activities to the working environment. The study recommended that the qualification of the participants was favorable to the conditions indicating real possibilities of job opportunities. The professionals who represent the researched companies point out that the offer of qualified workers is low. The integration of individuals with an impairment in the organizations have been satisfactory when the company prepares to receive them by adjusting their accessibility and their actuation area adequately. It is concluded that the professional qualification programs contribute as a significant way in the process of inclusion of individuals with an impairment, especially if there are partnerships among the

contractors and educational institutions, with adequate follow up activities and analysis of the performance of the professional with an impairment.

Keywords: Inclusion, Disability, Professionalization

INTRODUÇÃO

Como objetivo específico propõe-se verificar o desempenho do empregado/aluno com deficiência nas atividades das empresas de acordo com a visão do empregador, funcionários das empresas participantes dos programas de inclusão e do próprio aluno com deficiência e egressos.

O trabalho de Cardoso (2014) apresenta pesquisa relacionada ao tema, junto a profissionais de recursos humanos – RH com a temática expectativa e percepções sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Essa pesquisa revela que cerca de 50% dos profissionais da área de RH declararam já terem entrevistado pessoas com deficiência. No entanto, destes, 56% afirmaram não se sentir bem preparados para tal função, o que, para a Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH representa uma fragilidade do processo de inclusão. Revelou-se ainda que 65% dos gestores possuem resistência em entrevistar e/ou contratar pessoas com deficiência.

Diante desse quadro, o presente estudo busca conhecer as percepções de alunos com deficiências participantes dos cursos do SENAC quanto à execução das atividades laborais e à receptividade das empresas contratantes. Será parte desta pesquisa também conhecer a percepção dos profissionais das empresas envolvidas nesse projeto, relacionadas à inserção do deficiente no mercado de trabalho.

Parte inicial do artigo em que se apresenta o assunto, limitando-o e especificando os objetivos e outros elementos importantes para situar o tema.

DESENVOLVIMENTO

Participaram da pesquisa cinco profissionais representantes de empresas parceiras do SENAC denominados P1, P2, P3, P4 e P5. Aplicou-se um questionário composto por onze perguntas a fim de constatar ou não dificuldades de contratação de pessoas com deficiência, além de verificar o estágio de cada uma das empresas diante da problemática, além de verificar a percepção de cada profissional dessas organizações a respeito do programa de inclusão.

Quanto às entrevistas realizadas junto aos profissionais de recursos humanos e gestão das empresas, depois de realizadas as análises de dados, foram divididas em sete categorias:

1. Tipo e quantidade de profissionais com deficiências no quadro da empresa;
2. Funções executadas pelos profissionais com deficiências e também em que setores;
3. Recrutamento e seleção de profissionais com deficiências (melhores fontes para recrutar, dificuldades de encontrar candidatos qualificados e estratégias realizadas para contratação);
4. Processo de integração e treinamento dos profissionais com deficiência, socialização dentro da empresa;
5. Relacionamento interpessoal (convivência e adaptabilidade nas relações com outros funcionários, além do grau de motivação no ambiente profissional);
6. Adaptação física necessária para receber o trabalhador com deficiência (necessidade de construção de rampas de acesso para cadeira de rodas, corrimão de escadas, adaptar mobiliários e banheiros etc.);
7. Tempo médio de permanência do trabalhador com deficiência na empresa (tempo realizado de permanência da pessoa com deficiência na empresa).

Os resultados são apresentados de acordo com as categorias definidas após leitura e releitura das transcrições das entrevistas com os profissionais da área de recursos humanos das empresas parceiras do SENAC participantes do estudo.

Profissionais com deficiência no quadro das empresas pesquisadas

Conforme indica o Quadro 1, verifica-se que há um total de 225 pessoas com deficiências atuando nas cinco empresas pesquisadas representadas pelos profissionais de recursos humanos e gestão. Há predominância numérica na empresa em que o participante P4 trabalha, onde atuam 158 pessoas representando 70 % do total da amostra.

Em função da concentração desta população na empresa do participante P4, que se trata de um supermercado, destaca-se o número de pessoas com deficiência intelectual atuando no setor de atendimento ao cliente, mais especificadamente na função de empacotador e também como apoio das áreas de estoque, administrativa e na confeitaria.

Como mostram o Quadro 1 e a Figura1, devido às características das empresas pesquisadas e das funções executadas, a deficiência intelectual representa o maior número de pessoas com deficiências empregadas em um total de 96 empregados, seguindo-se pelas deficiências física auditiva, visual e múltipla.

Ainda o Quadro 1 indica que a maioria das pessoas com deficiências das empresas pesquisadas atuam nas áreas de administração, atendimento, estoque, manutenção, operacional e vendas, o que sugere uma boa possibilidade de atuação nas organizações, dependendo do tipo de deficiência.

De acordo com esse estudo, podem existir múltiplas possibilidades de atuação das pessoas com deficiências em várias funções e setores nas organizações, respeitando evidentemente os limites e acessibilidade dessa população, o que proporciona potencial de inclusão nas organizações.

Participantes	Nº pessoas com deficiência que trabalham na mesma empresa do participante	Tipos de deficiências	Setor de Atuação
P1	3	física (3)	operação e manutenção
P2	51	auditiva (10); física (37); visual (4)	administração, operação operação, manutenção, administração, atendimento
P3	5	intelectual (3) física (2)	atendimento, caixa, vendas
P4	158	física (26); auditiva (22); intelectual (93); visual (16); múltipla (01)	atendimento ao cliente, confeitaria, estoque, açougue atendimento, confeitaria, administrativo, estoque atendimento
P5	8	física (7); visual (1)	atendimento, secretaria, biblioteca administrativo
TOTAL: 225 pessoas com deficiências			

Quadro 1: Número de pessoas com deficiência, tipos de deficiência e setor de atuação.

A **Figura 1** ilustra os tipos de deficiências, por número de pessoas, inseridos nas empresas pesquisadas parceiras do SENAC.

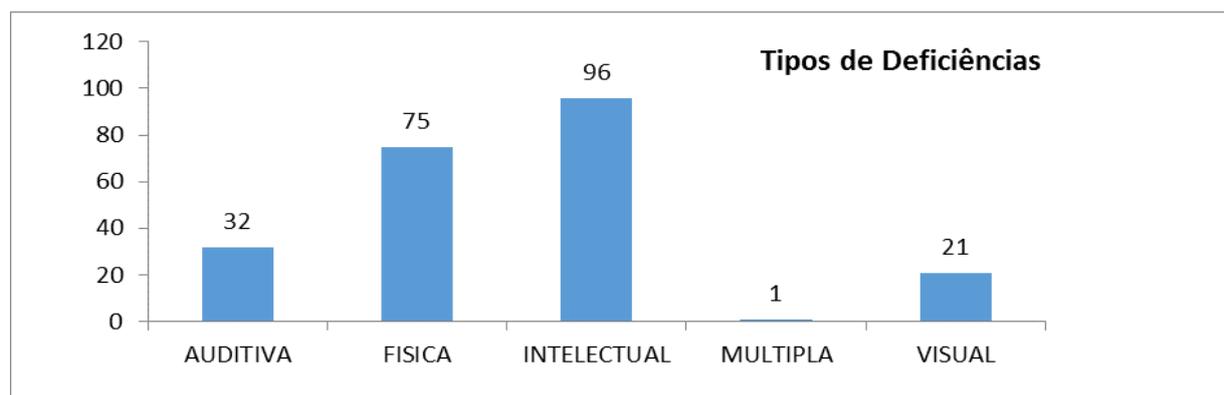


Figura 1. Distribuição dos tipos de deficiências nas empresas pesquisadas.

Apesar de a pesquisa apontar o número de pessoas com deficiência intelectual com maior frequência entre os tipos de deficiências, a realidade quanto à inserção desta população no mercado de trabalho ainda é muito difícil. A este respeito, dados do IBGE (2010) indicam que a deficiência intelectual foi a que mais limitou a inserção no mercado de trabalho. Apenas 14,2% das mulheres e 20,2% dos homens com este tipo de deficiência estavam empregados no levantamento de 2010.

As estatísticas feitas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2010) também revelam que, num total de 306 mil contratos empregatícios ativos de trabalhadores com deficiência no Brasil, somente 5,10% destes são os de pessoas com deficiência intelectual. Nesse universo, além disso, os deficientes intelectuais são os que recebem menor rendimento salarial. As pesquisas deixam claro que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho não está só vinculada à apresentação de deficiência, mas também ao tipo de deficiência e ao grau de comprometimento (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010).

Ainda hoje, muitos cursos profissionalizantes oferecidos a pessoas com deficiência intelectual estão em locais segregados, oferecidos por instituições de atendimento especializado por meio de oficinas profissionalizantes que visam a estimular a capacidade produtiva, o desenvolvimento de competências e a aquisição de condutas sociais básicas voltadas para o trabalho (BRASIL, 2010).

Porém, conforme Sasaki (2005), estas oficinas acabam geralmente preparando as pessoas com deficiências para atividades que não fazem parte da demanda das empresas. No contexto contemporâneo exige-se competência para atividades mais complexas, e estratégias neste sentido deveriam ser mais procuradas.

Recrutamento e contratação de profissionais com deficiências

Em quatro das empresas pesquisadas as pessoas com deficiências concorrem a todas as vagas disponíveis. Entretanto, para uma das organizações pesquisadas, como explica o participante P2, é realizado um mapeamento de compatibilidades por meio da comparação entre as atividades inerentes a um determinado cargo e setor com as características físicas e mentais de um candidato com deficiência.

Esse tipo de mapeamento do cargo e funções, segundo P2, propicia um ajuste e alinhamento das funções a serem executadas, inclusive propicia segurança para as pessoas com deficiências em relação às atividades a serem exercidas nas empresas por estarem de acordo com suas limitações.

O participante P2 também informou que na empresa em que trabalha, devido ao cumprimento da Lei de Cotas, existem algumas vagas no setor administrativo que são exclusivas para as pessoas com deficiências.

No caso da empresa em que trabalha, o participante P1 informa que a mesma apresenta restrições para contratar profissionais com deficiência para atuarem na parte operacional do setor de produção e no almoxarifado, pelo fato de que há riscos às pessoas com deficiência, como por exemplo as peças pesadas e afiadas podem ser perigosas no seu manuseio para quem tem limitações físicas e visuais. Contudo, a organização ofereceu oportunidades de emprego na área administrativa.

A Tabela 2 destaca as principais dificuldades encontradas pelos empregadores na contratação de pessoas com deficiências.

Dificuldades	Frequência
Falta de escolaridade da pessoa com deficiência para enfrentar as exigências do mercado de trabalho	1
Despreparo técnico da pessoa com deficiência	2
Falta de informação das empresas de onde recrutar as pessoas com deficiência	1

Inexistência de cadastro das pessoas com deficiência nos serviços de emprego público	2
Benefício BPC/LOAS	2

Tabela 2 – Principais dificuldades de contratação de profissionais com deficiência relatada pelos profissionais participantes representantes das empresas. **(N=5)**

Como observa-se na Tabela 2, segundo os participantes deste estudo, as dificuldades mais frequentes para a contratação de profissionais com deficiência foram respectivamente: despreparo técnico, inexistência de cadastro nos serviços de emprego público e o benefício BPC/LOAS, oferecido pela Previdência Social, seguido pelos itens relacionados à escolaridade para enfrentar as exigências do mercado de trabalho e à falta de informação de onde recrutar.

Esses resultados se diferem dos dados levantados junto aos profissionais com deficiência participantes desse estudo, quando apontaram a falta de escolaridade das pessoas com deficiência como a maior dificuldade para contratação de pessoas com deficiências nas empresas.

Para o participante P5 existe uma grande dificuldade para a contratação de pessoas com deficiência e, diante dessa problemática, a empresa em que trabalha optou por procurar as entidades assistenciais para aumentar a adesão de candidatos para o cadastro do currículo no portal da organização. Mesmo assim a procura foi pequena.

Os participantes P2 e P4 enfatizaram que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), oferecido pela Previdência Social e amparado pela legislação (LOAS) dificulta a conscientização da própria pessoa com deficiência. Por ser uma medida protecionista, em muitos casos, pode desestimular a procura, por parte da pessoa com deficiência, de novos desafios pessoais e profissionais.

Segundo Ribeiro (2015) muitas pessoas com deficiência, talvez por ausência de informações ou por mero desconhecimento da lei, acreditam que se começarem a trabalhar irão perder o direito de receber a LOAS. Contudo, isso não procede, visto que a lei assegura o direito de receber o benefício em razão da condição de deficiente. A própria Constituição Federal assegura aos deficientes o direito à inclusão social, no qual se insere o direito ao trabalho.

De acordo com Ribeiro (2015), a contratação de pessoas com deficiência deve ser vista como qualquer outra contratação, exigindo profissionalismo, dedicação e assiduidade; enfim, atributos de qualquer empregado.

Entretanto, segundo a mesma autora as empresas estão encontrando dificuldades para inserir empregados com deficiência e com experiência, tendo dificuldades de cumprir a Lei de Cotas. Contudo, quando a experiência for efetivamente necessária ao desempenho da função, a empresa deverá oportunizar que a pessoa com deficiência adquira internamente as habilidades, a postura de trabalho e os conhecimentos exigidos.

É recomendável então que as empresas coloquem as pessoas com deficiência em diversos setores, distribuídos proporcionalmente nas unidades da organização, visando o crescimento pessoal e profissional por meio de diferentes experiências.

Processos de integração e treinamento dos profissionais com deficiência no processo de socialização dentro da empresa

Com relação aos processos de treinamento de integração /socialização oferecidos aos trabalhadores com deficiência, a totalidade dos participantes representantes das empresas inclusivas disseram oferecer o mesmo tipo de treinamento tanto para os funcionários com deficiência quanto para os funcionários sem deficiência. Um lado positivo desta política organizacional é que o treinamento parece ser realizado junto com os demais funcionários o que promove um espaço de integração e socialização entre as pessoas com e sem deficiência.

A empresa do participante P4, que nesta pesquisa detém o maior número de pessoas com deficiência, informou que além dos processos gerais de integração dessa população especial, promove treinamentos de sensibilização de liderança e pares de equipe, acompanhamento constante do funcionário com deficiência por uma equipe multidisciplinar (psicólogos, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta e assistente social) e também acompanhamento familiar.

Na empresa que o participante P2 trabalha é realizado um processo de integração para todos os funcionários de forma igualitária. No caso das pessoas com deficiências há uma atenção maior para atender as suas necessidades e para a preparação da área onde for atuar, com o objetivo de recebê-los em uma acolhida programada e adequada.

Relacionamento Interpessoal

Quanto ao relacionamento interpessoal das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, três entrevistados consideram como “bom com adaptação normal e saudável”. Dois participantes apontaram como “ótimo, com adaptação acima do esperado”, o que revela boas relações interpessoais de trabalho para essa população especial.

Na questão referente ao grau de interesse e motivação da pessoa com deficiência no trabalho, a maioria dos participantes, ou seja, quatro, apontou como um bom grau de interesse e motivação no trabalho, item considerado como importante competência no atual mundo do trabalho.

Para o participante P1, as três pessoas com deficiência que trabalham na sua empresa sempre estão motivadas e buscam aprender tarefas com interesse, viajam para outras unidades da empresa, trazendo ideias e novas técnicas de trabalho, parecem que estão adaptados perfeitamente à cultura da empresa.

Com relação aos dados levantados da Tabela 4, na alternativa “Outros. Especifique”, o representante de uma das empresas pesquisadas, P3, comentou que apesar de as pessoas com deficiências terem um bom grau de interesse e motivação no trabalho, às vezes são percebidas variações de humor entre esses profissionais especiais.

Segundo o participante P3, essas oscilações de humor por parte das pessoas com deficiências ocorrem em períodos de pressão de trabalho, devido às metas a serem cumpridas o que pode comprometer a motivação na empresa do profissional com deficiência. A Tabela 4 aponta dados referentes ao grau de interesse e motivação da pessoa com deficiência no trabalho.

Interesse e motivação no trabalho	Frequência
Sempre motivado e buscando aprender tarefas com interesse;	1
Com um bom grau de interesse e motivação no trabalho;	3
Outros. Especifique	1

Tabela 3 – Grau de interesse e motivação da pessoa deficiente no trabalho. (N=5)

Outro item avaliado neste estudo foi o desempenho do profissional com deficiência nas empresas participantes. O objetivo do questionamento era verificar como poderia ser avaliado o rendimento do profissional com deficiência nas empresas dos profissionais pesquisados.

A Figura 4 mostra que três entrevistados consideram o desempenho das atividades das pessoas com deficiência como bom, um avalia como excelente e um entrevistado como regular. Nenhum entrevistado classificou como ruim.

O participante P4 relatou que há pessoas com deficiência que não aceitam se enquadrar no mesmo nível de exigência esperado para os demais trabalhadores e

justificam isso pela condição de deficiência. Nestes casos parece necessário um trabalho de conscientização tanto da pessoa com deficiência como dos profissionais da empresa.

Segundo o participante P4, ocorrem alguns casos em que a própria história de vida e familiar de superproteção dificulta o enfrentamento e o assumir responsabilidades no cotidiano profissional o que, às vezes, impede a possibilidade de crescimento dentro da empresa.

A Figura 2 retrata o desempenho das pessoas com deficiências nas empresas participantes dos programas de inclusão.

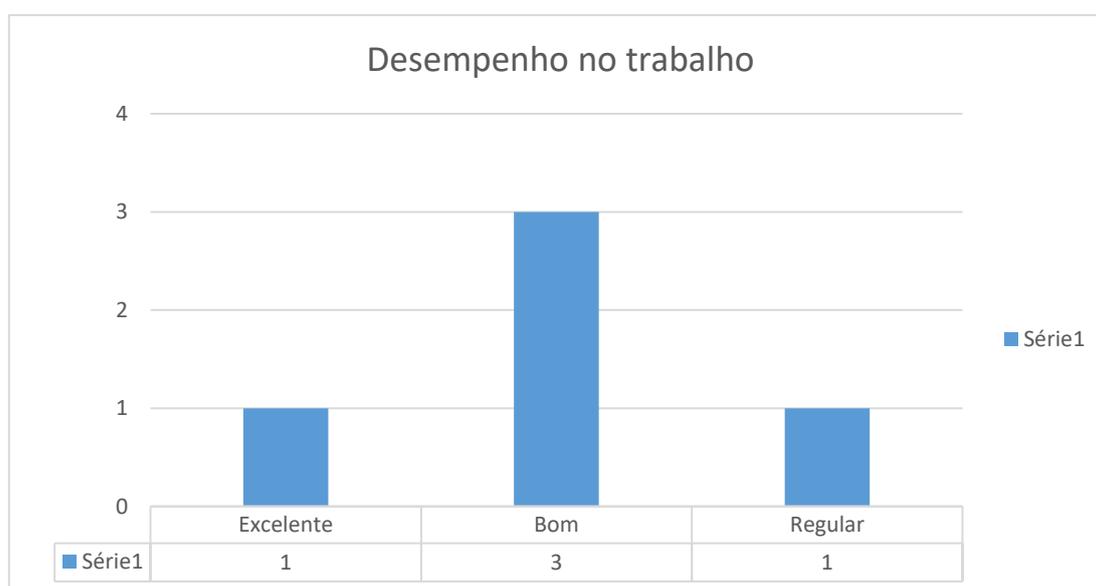


Figura 2. Desempenho nas atividades dos deficientes na empresa.

Segundo Ribeiro (2015) a avaliação do desempenho da pessoa com deficiência pela empresa deve ser feita de forma especial, levando-se em consideração as implicações de suas limitações na produtividade. A própria CLT, art. 461, §4º, parte do pressuposto de que o rendimento desse grupo é menor.

Se assim for considerado, o uso dos mesmos critérios de avaliação não estaria respeitando as peculiaridades das pessoas com deficiência. Nesse caso, a avaliação especial não pode ser entendida como ato discriminatório por parte da empresa, pois objetiva igualdade de oportunidades para as diferenças.

Aqui é importante lembrar que essa avaliação especial deve estar em concordância com os demais instrumentos de avaliação da empresa, de forma que o empregado com deficiência possa participar dos processos de promoção internos.

Quanto às cobranças de metas que podem levar a alteração de humor dos funcionários com deficiência, deve-se ressaltar que embora pareça uma situação

características do grupo em estudo, é uma situação rotineira das empresas, com todos os seus funcionários.

Necessidades de adaptação física para receber o trabalhador com deficiência

A Tabela 4 mostra a percepção dos participantes em relação à necessidade de adaptações no espaço físico das organizações, visando atender aos itens de acessibilidade, sendo esse um importante procedimento da inclusão social nas empresas.

Adaptações nas empresas	Frequência
Fazer rampas de acesso para cadeiras de rodas	1
Adaptar mobiliários e equipamentos	2
Adaptar banheiros e <i>layout</i> da empresa	1
Empresa já possui adaptações	1
Não pretende fazer qualquer tipo de alteração	1

Tabela 4 – Frequência dos tipos de adaptações nas empresas, segundo os participantes profissionais de Recursos Humanos e Gestão. (N=5)

Os resultados da Tabela 5 apontam para a necessidade de diferentes adaptações na maioria das empresas, revelando que as barreiras arquitetônicas continuam sendo uma das dificuldades encontradas na inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Na empresa em que P4 trabalha foi utilizado o trabalho de descrição dos cargos da organização, identificando o que é necessário para exercer aquelas funções.

O participante P5 apontou que, em sua empresa, já foram feitas adaptações. As maiores adaptações foram com relação a mobiliários e equipamentos.

O participante P3 comentou que mudanças com relação à acessibilidade física não foram necessárias para receber as pessoas com deficiências na empresa. As adaptações necessárias e realizadas foram relacionadas aos aspectos psicológicos, no sentido de preparar os funcionários quanto à acolhida e integração das pessoas com deficiências na equipe de trabalho.

Na empresa em que trabalha P3 não foi necessária, até o momento, nenhuma adaptação física para atender as necessidades das pessoas com deficiências. Provavelmente por se tratar de uma loja no *Shopping Center*, onde há um número grande

de pessoas circulando e, devido a isso, foram realizados vários ajustes para acomodação de todos.

Um dos participantes da pesquisa comentou que as adaptações necessárias e realizadas quanto à acessibilidade na empresa em que trabalha, foram relacionadas aos aspectos psicológicos, no sentido de preparar os funcionários quanto à acolhida e integração das pessoas com deficiências nas equipes de trabalhos.

Tempo médio de permanência do trabalhador com deficiência na empresa

A Tabela 6 informa que dois profissionais participantes da pesquisa apontaram que o tempo médio que as pessoas com deficiência permanecem na empresa é por um período de 12 a 24 meses. Outros dois profissionais indicaram o período acima de 24 meses.

A alternativa "Outros. Especifique" obteve uma menção, destacando que o período de permanência é variável, dependendo de vários fatores como adaptação a função, relacionamento interpessoal e a competência profissional entre outros, segundo o participante P4.

No caso da empresa em que atua P4, há funcionários que estão trabalhando há mais de vinte anos e outros com quatro anos. Há ainda os que se desligam com menos de seis meses, normalmente os motivos pelas demissões são por fatores comportamentais como relacionamento pessoal e também pela falta de adaptação as novas tecnologias.

Tempo médio de permanência	Frequência
12 a 24 meses	2
Acima de 24 meses	2
Outros- Períodos Variáveis	1

Tabela 5 – Tempo em média dos profissionais deficientes permanecerem na empresa (N=5)

Acredita-se que seria importante para as empresas, que têm interesse na adequação e na continuidade em contar com profissionais com deficiência em seus quadros, a análise dos desligamentos de seus funcionários, sobretudo para os tenham deficiência. Trata-se de uma oportunidade de melhoria contínua num trabalho socialmente reconhecido.

CONCLUSÃO

Por esse estudo pode-se concluir que as dificuldades de inserção de profissionais com deficiência no mercado de trabalho estão relacionadas à qualificação, escolaridade das pessoas com deficiência e às necessidades da empresa por profissionais competentes preparados para atuar num ambiente competitivo.

Diante do contexto em que as empresas têm dificuldades de cumprir a legislação atendendo a exigência da Lei de Cotas e que os profissionais com deficiência procuram oportunidades de trabalho, verifica-se, pelas entrevistas realizadas, que ocorreram experiências positivas.

O estudo revelou por meio de depoimentos dos trabalhadores/alunos e egressos com deficiências oriundos da escola SENAC, que a empregabilidade dos mesmos no mercado de trabalho foi construída muito em função da realização de cursos profissionalizantes, resultando numa melhora significativa da qualificação profissional.

Diante desse contexto de qualificação das pessoas com deficiências, o ingresso em organizações, restritas anteriormente a empregos informais normalmente sem registro em carteira profissional, passou a ser mais promissor com maior possibilidade de contratação com vínculos formais e empregabilidade.

A literatura consultada e a prática das entrevistas junto aos profissionais deficientes, alunos oriundos dos programas de qualificação especificamente de escolas profissionalizantes como o SENAC Ribeirão Preto, e funcionários das empresas participantes dos programas de inclusão consultados, permitiram supor que a inclusão social deve ter início na escola. O grau de escolaridade baixo das pessoas com deficiência e a não qualificação profissional desta população impede o avanço de outras habilidades.

O estudo também apontou que ações como participação dos trabalhadores com deficiência em treinamentos de integração, reuniões com chefias, avaliação de desempenho enfim todos os processos organizacionais, além de eventos sociais da empresa, motivam os profissionais, sendo deficientes ou não, aumentando sua autoestima e autoconfiança.

A Lei nº 8.213/1991 ou Lei de Cotas tem contribuído para a inclusão de pessoas com deficiência, por meio da abertura para discussões sobre o desafio da empregabilidade e da maior visibilidade deste segmento na sociedade. Expressa positivamente a busca da igualdade de oportunidades e a garantia de espaço no mundo do trabalho, como discutido por Violante (2011).

De acordo com a pesquisa junto aos profissionais de recursos humanos e de gestão das empresas parceiras do SENAC, as maiores dificuldades para a contratação de pessoas com deficiências são a falta de escolaridade e o despreparo técnico dos candidatos.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a melhoria da qualificação das pessoas com deficiência pelo ensino técnico profissionalizante, por exemplo, necessário principalmente num ambiente corporativo e de alta competitividade que se vivencia no atual mundo do trabalho.

Outro fator que gera um empecilho para a contratação de pessoas com deficiências é o recebimento do Benefício de Prestação Continuada, oferecido pela Previdência Social e amparado pela legislação (LOAS) que, em muitos casos, pode desestimular a procura, por parte da pessoa com deficiência, de novos desafios pessoais e profissionais. Neste caso também cabe esclarecimentos sobre o acesso aos benefícios e as possibilidades de continuidade ao longo da vida do deficiente.

Os depoimentos dos profissionais de recursos humanos e de gestão que participaram desta pesquisa apontaram que, embora as barreiras arquitetônicas são ainda uma das dificuldades encontradas na inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, atualmente ocorre uma conscientização das empresas no sentido de melhorar as condições de trabalho das pessoas com deficiências.

Nas empresas inclusivas participantes de nosso estudo foram realizados investimentos em tecnologia assistiva, além de trabalhos de mapeamentos de compatibilidades entre os cargos com suas funções e as condições físicas e intelectuais do profissional com deficiência para verificar a possibilidade de inclusão.

Procurar parcerias com os empregadores para estreitar vínculos, promover a conscientização sobre a importância da inclusão, orientar os empregadores quanto às habilidades e às possibilidades profissionais dos indivíduos com deficiência, buscar possibilidades de estágios, garantir o desenvolvimento social e profissional de seus empregados de acordo com as expectativas do mercado, capacitar os empregados para diferentes funções são iniciativas que devem ser consideradas e atualizadas, como propõe Carvalho (2009).

Constatou-se, pelos depoimentos dos profissionais com deficiência intelectual, um adequado ajuste em suas atividades laborais, o que indica reais possibilidades de qualificação e oportunidades de trabalho.

A pesquisa revelou que o desempenho das pessoas com deficiência nas organizações tem sido satisfatório, com um bom relacionamento interpessoal e interesse em aprender novas funções, o que indica perspectivas de um futuro mais promissor para

essa população especial, desde que o foco seja a qualificação profissional, a melhoria da escolarização e também a predisposição das empresas em oferecer oportunidades de crescimento para essa população.

De acordo com esse estudo podem existir múltiplas possibilidades de atuação das pessoas com deficiências em várias funções e setores nas organizações, respeitando, evidentemente, os limites e acessibilidade dessa população, o que proporciona maiores possibilidades do processo inclusivo nas organizações.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, T.A. **Habilidades Sociais em Profissionais com deficiência incluídos em Ambiente Organizacional**: Estudo de Caso. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade São Carlos. 2009.
- HANSEL, T.D. **A empregabilidade de pessoas com deficiências: possibilidades e limitações**. Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. Programa de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, 2009.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003
- PEREIRA, C. S. **Habilidades sociais em trabalhadores com e sem deficiência física**: uma análise comparativa. São Carlos, 2006. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, 2006.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SENAC. **Pessoas com deficiência: Educação e trabalho. Rio de Janeiro: SENAC/DEP/CEAD, 2006. 32 p. (Documentos Técnicos). Acesso em: 24/02/2015**
- SENAC. Plano de Curso Formação Inicial e Continuada Modalidade – Capacitação, Programa Educação para o Trabalho – Trampolim. Subárea: Trabalho e Renda. São Paulo: SENAC - SP, 2013. Acesso em: 04/06/2015
- SENAC. Procedimentos para o desenvolvimento da atividade docente. São Paulo: Senac SP, 2008. Acesso em: 04/03/2015
- SENAC. Senac é a melhor empresa para trabalhadores com deficiência. São Paulo: Editora. Senac Nacional, 2015. Acesso em: 18/12/2015.
- TANAKA, E. D. O. MANZINI, E. J. (2005). O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, p. 273-294, 2005.

TEIXEIRA, J.E. **T&D e as relações sociais**. Manual de Treinamento e Desenvolvimento. São Paulo: Makron Books. 2003.

VIOLANTE, R.R; LEITE, L, P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2011, vol. 14, n. 1, p. 73-91



SANTO ANDRÉ

CHOVEU. E AGORA? A gestão, a inovação e o marketing no turismo brasileiro

Elayne Hiromi Kanashiro Tavares; kanashiroelayne@ifsp.edu.br

Tatiane Gimenes Duarte; duartegtatiane@gmail.com*

Palavras-chave: marketing de serviço, gestão, turismo, inovação, segmento turístico.

INTRODUÇÃO

O crescimento do Turismo movimentou diversos setores da economia. Segundo pesquisa realizada (**figura 1**) pelo Ministério do Turismo – MiT (BRASIL, 2017) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ³⁶ 21,5% da população entrevistada pretende viajar nos próximos 6 meses. Esse índice cresceu 2,8% em relação a maio de 2016.

PESQUISA REALIZADA EM MAIO/2017, EM GRANDES CIDADES BRASILEIRAS, REFERENTE À PERSPECTIVA DE INTENÇÃO DE BRASILEIROS DE VIAJAR NUM HORIZONTE DE 6 (SEIS MESES), REVELA QUE:

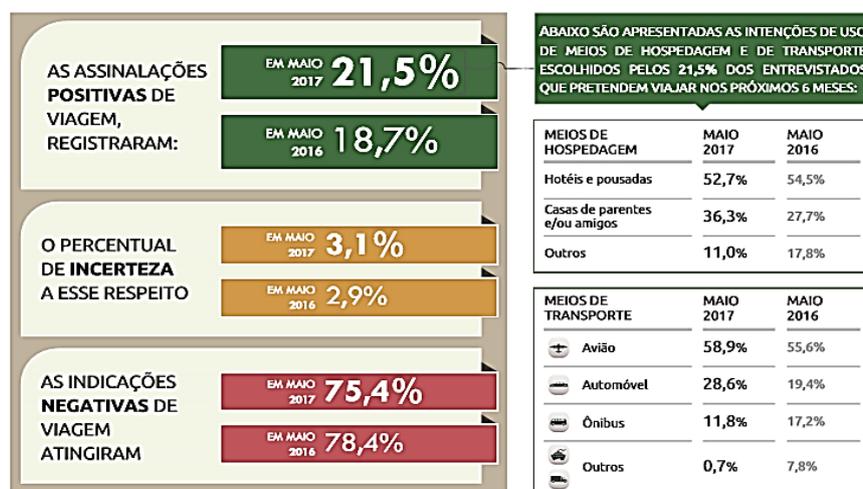


Figura 1: Sondagens Conjunturais (BRASIL, 2017) MiT.

A fama do país tropical seduz tanto o consumidor interno como o estrangeiro, que ainda enxerga o Brasil como um país de praias paradisíacas. Atualmente, segundo o MiT, o destino mais procurado é Maceió. Segundo Luiz Falco, presidente da CVC, as vendas para

³⁶ BRASIL. Ministério do Turismo. Sondagens Conjunturais. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/sondagens-conjunturais/sondagem-do-consumidor-inten%C3%A7%C3%A3o-de-viagem.html>. Ano X – Número 77 – Maio 2017. Arquivo sondagem_maio_2017.pdf. Acesso 30 jul 2017.

a capital alagoana atingiram R\$ 189 milhões (BRASIL, 2017). Mas essa procura não é resultado apenas das piscinas naturais de Maragogi (AL), segundo o ministro do turismo Marx Beltrão para a promoção deste destino houve uma estruturação dos atrativos, melhoria da infraestrutura e a prestação de serviços com qualidade para a acolhida dos turistas.

Ser uma boa comunidade receptora e estar preparado para as necessidades do mercado turístico reflete diretamente na economia dessa localidade. Em períodos de crise econômica, uma boa oportunidade é explorar o potencial do turismo para o desenvolvimento sustentável, que é reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos principais setores de geração de emprego do mundo – Mit (BRASIL, 2017).

No Brasil se consolidou o turismo de “sol e praia” por sua região costeira, porém o mercado pede mais, é preciso inovar e gerar novas iterações do público com o local visitado. Segundo DIAS (2005) as tendências do mercado turístico são: o turista busca experiências mais completas e que permitam a aquisição de conhecimento e emoções, o aumento de turistas na terceira idade, a relação do turismo com o desenvolvimento sustentável, dentre outras tendências.

Algumas cidades da chamada “Baixada Santista”³⁷, já apresentam alguns projetos e ações que visam a melhoria da experiência do turista na comunidade receptora. Santos, Praia Grande e Guarujá receberam o conceito A do Ministério do Turismo no mais recente mapa de turismo divulgado. Essa avaliação considera itens como fluxo turístico, número de empreendimento regulares cadastrados junto ao Ministério, exige que a cidade tenha um órgão municipal responsável pela pasta de turismo e que destine recursos no setor da lei orçamentária³⁸.

OBJETIVOS

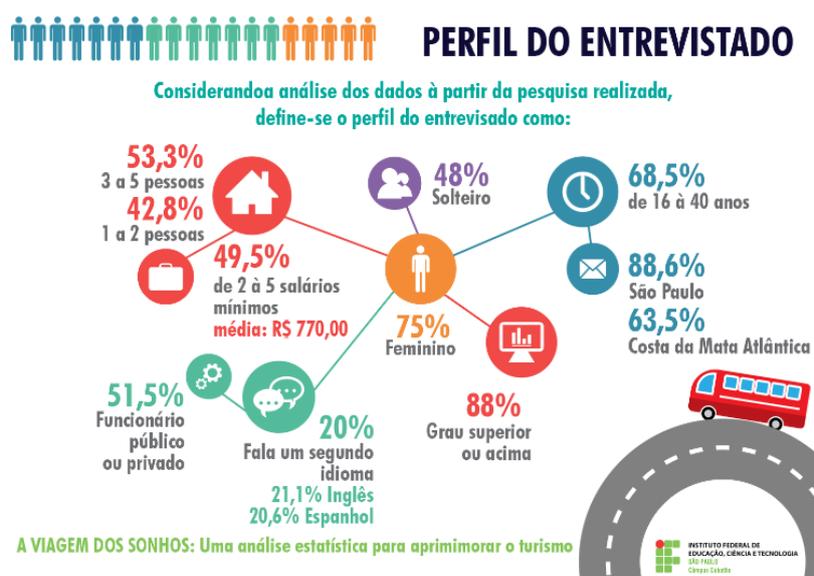
Explorar mercado turístico de forma inovadora para a melhora da prestação de serviços e a expansão desta atividade no Brasil.

³⁷ Criada em 1996, a Região Metropolitana da Baixada Santista é integrada por nove municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. Fonte: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMBS>, acessado em 13 de set de 2017.

³⁸ Dados referente a notícia publicada no Portal G1. Matéria: Santos, Praia Grande e Guarujá receberam a nota máxima do Ministério do Turismo. Fonte: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/santos-praia-grande-e-guaruja-receberam-a-nota-maxima-do-ministerio-do-turismo.ghtml>, acessado em 20 de set de 2017.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil o turismo é caracterizado como “sol e praia”, o Nordeste é a escolha de 50,8% dos entrevistados com destinos nacionais (BRASIL, 2017). Mas, **e nos dias de chuva?** Segundo DIAS (2005) o gasto do turista pode ser considerado o elo inicial de uma imensa cadeia econômica. Uma indústria tão forte necessita de um processo de gestão e de um planejamento que compreenda o ciclo de vida dos destinos turísticos, elaborando novas estratégias aliadas ao marketing de serviços e o desenvolvimento de novos segmentos. Apesar dos avanços relacionados a previsão meteorológica, o clima ainda é um forte ponto de imprevistos quando se trata de organizar um roteiro turístico. Imprevisto sim, desprezado não! Em DENCKER (2015) “a administração moderna e o marketing consideram possível reverter esta situação”. Do **ócio**³⁹ (DICIO), ausência de ocupação, por bom **negócio** por meio do planejamento estratégico ajustado às condições locais. Buscando uma melhor compreensão das necessidades do mercado turístico e possíveis pontos de inovação, as autoras realizaram, durante o segundo semestre de 2016, a pesquisa “Qual a viagem de seus sonhos?”, organizada e aplicada através do formulário online, disponibilizado no site: www.quicksurveys.com e distribuído para população de usuários da rede social *Facebook*, utilizando-se assim, do processo de amostragem para definir dados que aprimorem os atrativos e destinos hoje ofertados no mercado turístico e almeçados pelos potenciais turistas (**figura 2**).



³⁹ DICIO. **ÓCIO**. Dicionário online de Português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/ocio/> acesso 2 ago 2017.

Figura 2: Perfil dos entrevistados – gráfico da autora

Unindo o conceito de DIAS (2005) sobre as tendências do mercado turístico, no qual ele aponta que o turista busca experiências mais completas e que permitam a aquisição de conhecimento e emoções, as respostas adquiridas através da pesquisa realizada (**figura 3**), é possível verificar que grande parte dos destinos nacionais tem um potencial turístico maior do que é explorado hoje, mesmo aqueles que já são conhecidos apenas pelo segmento de “sol e praia”, podem, se melhor explorados, aprimorar-se em outros segmentos e o segmento cultural mostra-se uma boa oportunidade para muitas cidades.



Figura 3: Preferência de segmentos turístico – gráfico da autora

MÉTODOS

A pesquisa foi exploratória com procedimento metodológico de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, polarizando um segmento da sociedade. A pesquisa de mercado na região pode propor atrativos indiferentes aos dias de chuva: passeio a lugar coberto, tirar e/ou manter o turista em um local.

Em Santos-SP o turismo histórico tem um ônibus exclusivo, como opção barata e acessível, justamente estacionado no coração do bairro Gonzaga na calçada da praia, com itinerário ao centro histórico da cidade, distante da praia. Mostra que a gestão pública não se prende à estância balnearia. A prefeitura na época de dezembro a fevereiro monta tendas de eventos com esportes, música e brincadeiras.

Porto Seguro-BA construiu tendas com material da floresta, para que o turista sinta a flora próxima a areia das praias. Se for à um Resort, os pacotes *All Inclusive*⁴⁰ (tudo incluído) são planejados para manter o turista no estabelecimento.

Seja na opção mais econômica, como em um ônibus, ou em eventos gratuitos oferecidos pela prefeitura de Santos, ou um pacote *All Inclusive* no Nordeste brasileiro, o planejamento é primordial para o sucesso, incluindo nesse projeto a seleção e treinamento dos prestadores de serviço, afinal o fator humano agrega a emoção que tecnologia alguma superou.

Preparar-se para o turista é uma tarefa que exige constante aprimoramento, a busca por novas emoções e atrativos interessantes é o que move o mercado. Quando perguntado aos entrevistados da pesquisa “Qual a viagem de seus sonhos?”: quais os fatores que estes consideravam para a escolha de seu próximo destino turístico? A resposta é clara, os atrativos (**figura 4**).

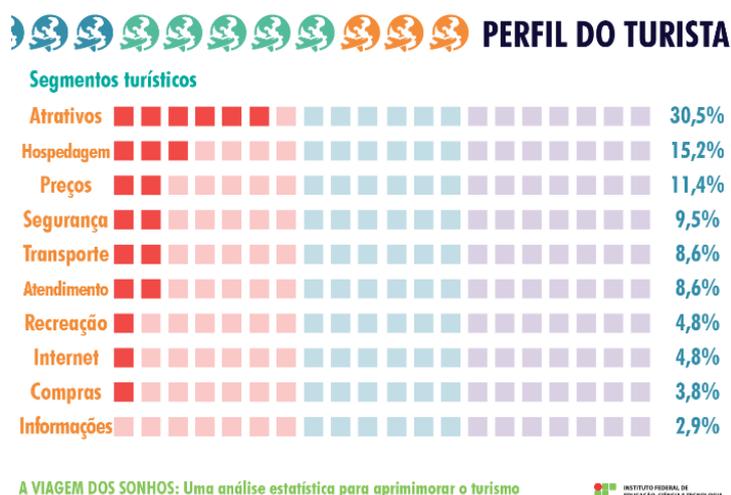


Figura 4: Fatores de relevância na escolha do destino turístico – gráfico de autoria

CONCLUSÃO

A indústria turística requer uma gestão adequada e um planejamento estratégico focado em inovações, transformando oportunidades em crescimento social e econômico.

A ideia de (re)inventar atrativos é prática comum ao marketing e as mudanças sociais, que se bem aproveitadas tornar-se-ão grande oportunidade para o turismo no Brasil, afinal um mercado que movimenta a economia não pode ser vencido nas intempéries climáticas.

⁴⁰ REVISTA EXAME – NEGÓCIOS. Os chamados pacotes “all inclusive”, com hospedagem, alimentação, refeições e lazer incluídos, são outro chamariz para um cliente com receio de gastar e que não quer sustos no cartão de crédito. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/na-criese-agencias-de-viagens-apostam-em-minicruzeiros-e-resorts/> acesso 27 ago 2017.

É preciso um maior investimento em infraestrutura e uma inovação nos atrativos propostos para essas localidades, sejam elas costeiras ou não. Nos dias de chuva ainda existe muito do Brasil para ser apresentado aos próprios brasileiros ou aos turistas estrangeiros. Uma boa cidade para se viver, uma cidade que proporciona oportunidades de crescimento para a sua população, certamente é uma boa comunidade receptora.

REFERÊNCIAS

AOQUI, C. **Desenvolvimento do Segmento Backpacker no Brasil sob a Ótica do Marketing de Turismo**. Faculdade de Economia, administração e contabilidade. TCC USP, 2005. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/pdf/outros/IIIpremio/Grad1o_lugar_Cassio_Aoqui_monografia.pdf. Acesso 24 ago 2017.

BECKER, B. K. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**. Caderno Virtual de Turismo, v. 1, n.1, 2001, pp;1-7. UFRJ. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1154/115418153001.pdf> Acesso 24 ago 2017.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Sondagens Conjunturais. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/sondagens-conjunturais/sondagem-do-consumidor-inten%C3%A7%C3%A3o-de-viagem.html>. Ano X – Número 77 – Maio 2017. Arquivo [sondagem_maio_2017.pdf](#). Acesso 30 jul 2017.

_____. **Ministério do Turismo**. Índice de Competitividade do Turismo Nacional. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso 30 jul 2017.

_____. **Ministério do Turismo**. DADOS E FATOS TURISMO. Disponível em: [DADOS E FATOS TURISMO](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03.html) <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03.html>. Acesso 30 jul 2017.

_____. **Ministério do Turismo**. ÚLTIMAS NOTÍCIAS. **ONU declara 2017 o ano internacional do turismo sustentável**. <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7383-onu-declara-2017-o-ano-internacional-do-turismo-sustent%C3%A1vel.html>. Acesso 20 set 2017.

_____. **Ministério do Turismo**. ÚLTIMAS NOTÍCIAS. **Maceió lidera vendas de pacotes turísticos para o Nordeste**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/8175-maceio%C3%B3-lidera-vendas-de-pacotes-tur%C3%ADsticos-para-o-nordeste.html>. Acesso 20 set 2017.

DIAS, R.; CASSAR, M. **Fundamentos do marketing turístico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

EMPLASA. **Região Metropolitana da Baixada Santista**. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMBS> . Acesso 13 de setembro de 2017.

DICIO. **CLIMA**. Dicionário online em Português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/clima/> acesso 2 ago 2017.

_____. **ÓCIO** Disponível em <https://www.dicio.com.br/ocio/> acesso 2 ago 2017.

LOVELOCK, C. **Marketing de serviços**: pessoas, tecnologia e estratégia - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

NETTO, A. P.; ANSARAH, M. G. dos R. **Produtos turísticos e novos segmentos de mercado** – planejamento, criação e comercialização - Barueri, São Paulo: Manole, 2015.

A INFLUÊNCIA POLÍTICA NA GESTÃO ESCOLAR E PEDAGÓGICA

Ricardo Bittencourt (UNIP SP); ricardorbtt@gmail.com *

Camila de Paiva Naider (UNIP SP); maestranaider@gmail.com

RESUMO

Este artigo traz a relevância da dimensão política e de seus fundamentos no âmbito escolar. A influência nas práticas pedagógicas, na formação e conduta acadêmica de professores, a trajetória de formação psicológica do aluno, pautada na família em primeira instância, a formação de conceito político, de democracia, de direitos e deveres a seguir e a sua participação nas questões políticas, posteriormente as relações de uma nova sociedade que muito discute a política atualmente. A escola formadora destes cidadãos não se modernizou a tempo de acompanhar o rápido crescimento intelectual dos estudantes, identificado em pesquisas bibliográficas das obras de Paulo Freire, uma nítida preocupação sobre o estudante brasileiro, pois este precisa ser libertado de um conceito tradicional de aprendizagem, pautado na disciplina, na memorização e no conteúdo ministrado pelo professor. É necessário que ocorra uma modernização na prática docente para atender a um novo sentido da figura estudantil, visando o crescimento da criatividade e o pensamento crítico. Na discussão do papel fundamental do professor em sala de aula, demonstro a importância de se destacar o peso das suas conclusões na reflexão da formação psicológica do estudante, sendo que este ainda é uma figura frágil e suscetível a influências políticas. Assim, abordam-se conceitos sobre política, a formação das sociedades, o papel da escola e da família na evolução psicológica enfatizando a transformação de alunos e na necessária liberdade de expressão docente da apropriação de cultura e de sentimento democrático, para que os professores possam incorporá-los ao processo de ensino-aprendizagem, e que possam exercer, de modo consciente e fundamentado, a educação para a vida cidadã.

Palavras-chave: Educação. Influência Política. Docência

ABSTRACT

This article brings the relevance of the political dimension and its foundations in the school context. The influence on the pedagogical practices, the formation and academic conduct of teachers, the trajectory of the student's psychological training, based on the family in the first instance, the formation of a political concept, democracy, rights and duties to follow and their participation in the issues political relations, later the relations of a new

society that much discusses politics currently. The formation school of these citizens did not modernize in time to follow the rapid intellectual growth of the students, identified in bibliographical research of the works of Paulo Freire, a clear concern about the Brazilian student, who needs to be freed from a traditional concept of learning, based on in the discipline, memorization and content taught by the teacher. It is necessary that a modernization in the teaching practice takes place to attend a new sense of the student figure, aiming at the growth of creativity and critical thinking. In discussing the fundamental role of the teacher in the classroom, he demonstrates the importance of highlighting the weight of his conclusions in the reflection of the student's psychological formation, being that he is still a fragile figure and susceptible to political influences. Thus, concepts about politics, the formation of societies, the role of the school and the family in the psychological evolution are emphasized, emphasizing the transformation of students and the necessary freedom of teaching expression of the appropriation of culture and of democratic feeling, so that teachers can to incorporate them into the teaching-learning process, and that can consciously and reasonably exercise education for citizenship.

Key words: Education. Political Influence. Teaching

1. INTRODUÇÃO

A educação faz parte do que chamamos de cultura, sendo a cultura de um país formada a partir das relações entre seus cidadãos e como estes veem a vida, como cultuam credos e costumes. Assim, pode ser afirmado que a cultura de uma nação está totalmente ligada à educação, uma vez que a família passa adiante seus valores e transmite a educação e a cultura para outras gerações, assim como os professores e amigos trocam experiências disseminando uma riqueza de conhecimento para seu próximo.

A cultura se tornou elemento estratégico na sociedade contemporânea. Passou a ser vista como recurso rentável, como algo que se deve investir, tornando-se, neste século, a mola propulsora da indústria cultural. Pode ser dito que cultura e educação "São convenientes na condição de que elas multipliquem as mercadorias e confirmam direitos à comunidade" (Yúdice, 2004, p.46).

Utilizando-se de cultura e educação formal, é papel da escola transmitir ensinamentos e desenvolver as melhores capacidades de seus alunos a fim de que trilhem seu próprio caminho e somem conteúdos e conhecimentos em coletividade que, posteriormente, sejam devolutivos e contributivos à sociedade. Outro papel desenvolvido pela e dentro da escola é a socialização com seus semelhantes, separados por certas faixas etária para ser criado um equilíbrio, um desenvolvimento igualitário e coletivo sem pular

etapas no crescimento; porém, são observados a formação de grupos sociais com variadas características, que pensam diferente e apresentam anseios particulares.

Tais grupos, mesmo com suas peculiaridades, buscam aliados em grupos que venham a apresentar filosofias semelhantes, inclusive em caráter educacional, formando um bloco que, por ter maior destaque quantitativo, se mostra mais representativo para fazer política, propor mudanças e reivindicações que lhe sejam convenientes.

A escola, quanto instituição formadora e desenvolvedora de cidadãos críticos e sociais, se mostra suscetível a reivindicações propostas por grupos com anseios divergentes, dada a sua condição dependente de agentes financeiros; este fato direciona uma linha de pensamento do docente, sendo que sua visão crítica deve acompanhar os preceitos de seu mantenedor.

De tempos em tempos, alterações no formato do ensino acontecem, o que se pode considerar normal, dado o processo de desenvolvimento intelectual humano. As transformações também são originadas pelas imposições do mundo moderno, como maior facilidade de acesso ao conhecimento, competitividade no mercado de trabalho, e a participação do Estado na formação do cidadão.

Os resultados de baixo desempenho analisados em avaliações de cursos e estudantes apontam para uma falência do sistema educacional quanto a seus procedimentos educacionais, se mostrando necessário o abandono de práticas mais tradicionais e o incentivo à priorização dos docentes nas aptidões dos alunos.

A política está diretamente ligada ao núcleo estudantil, influência o docente, o aluno e a escola. O Estado, quanto responsável pelo desenvolvimento da educação, mostra que tais mudanças são bastante pertinentes, porém, o constante reajuste das práticas pedagógicas sinaliza uma gestão deficitária do ensino.

Proponho um debate sobre a influência política no ambiente escolar para manter o foco numa reforma educacional que garanta a melhoria das condições de ensino com melhores qualificação e remuneração dos professores e garantia da assistência psicopedagógica ao aluno.

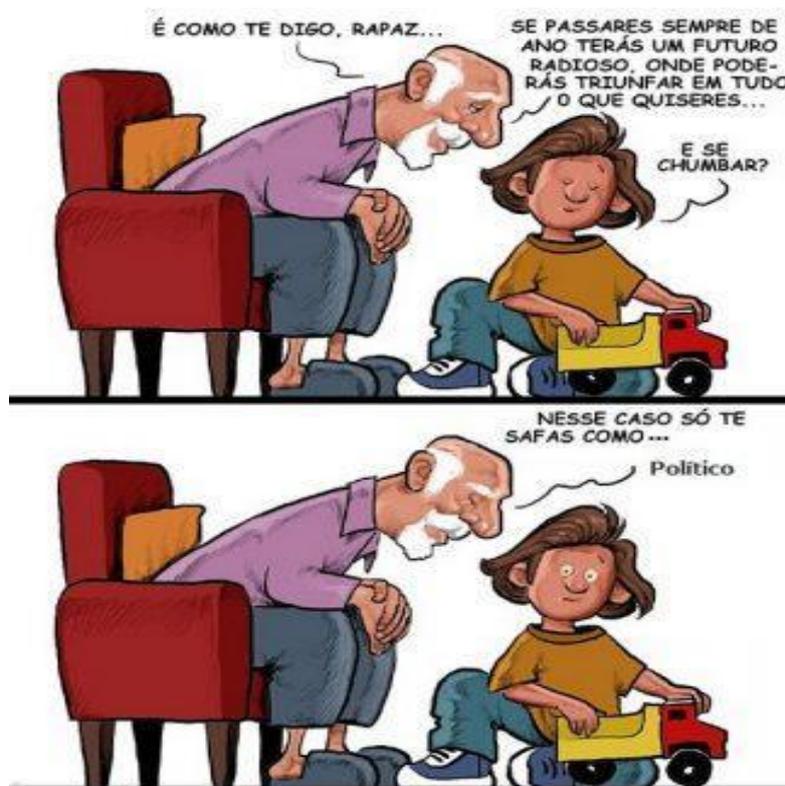
2. CONSCIÊNCIA POLÍTICA NO ENSINO

Todo o conhecimento adquirido é considerado educação, seja por experiência de vida, por desenvolvimento intelectual, por valores adquiridos ou por orientação familiar, porém Olivier Reboul (1971) a define como:

A educação é a ação consciente que permite a um ser humano desenvolver as suas aptidões físicas e intelectuais bem como os seus sentimentos sociais, estéticos e morais, com o objetivo de cumprir, tanto quanto possível, a sua missão como homem; é também o resultado desta ação.

O ensino é forma de instrução amparada no raciocínio que permite alcançar, através do aprendizado, um entendimento sobre um determinado conteúdo. A base do ensino é o desenvolvimento da cultura humana, que permite atingir uma qualidade do saber, e não um acúmulo de saberes. A educação é o melhor caminho, já dizia Immanuel Kant "O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele."

Figura 1



Fonte: <https://www.new-social.com/2011/04/a-relacao-entre-o-insucesso-escolar-e-a-politica/escola-politica/>

Dentro da proposta de acompanhamento do desenvolvimento pedagógico do aluno, se faz necessária a importância de professores críticos e que tragam diferentes pontos de vista à aula, o que permite que os alunos, ao tomarem conhecimento de diferentes opiniões

sobre um mesmo assunto, possam desenvolver um senso crítico apurado e que esteja no contexto do mundo atual.

A educação sempre foi a propulsora intelectual do homem. Segundo Freire (1983, p 35), “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”; essa afirmação comprova que diversos fatores marcam o cotidiano de um indivíduo, de um grupo ou de uma sociedade, sejam eles político-econômicos ou sociais. O alicerce acadêmico estabelecido com base nos conhecimentos adquiridos e desenvolvidos na escola mostra que, a partir da educação, o ser humano se desenvolve intelectual e culturalmente.

Numa sociedade, todos os indivíduos têm sua função específica determinada e os ditos como mais inteligentes e ricos levarão uma vantagem significativa sobre os com piores condições sócio-econômicas; se uns são controladores, administradores e formavam as regras do sistema sócio político-econômico apoiados na educação, outros seguem e cumprem as regras determinadas. A educação diferenciada propõe interesses individuais ante os coletivos e uma educação autoritária sobrepõe a educação familiar. Logo, a escola tradicional e autoritária ensina aos mais privilegiados a ser a classe dominante e as relações sociais originárias da família são sobrepostas pelas relações coletivas proposta pelos ensinamentos da Igreja, afirmação esta posta por Althusser.

Acreditamos portanto ter boas razões para afirmar que, por trás dos jogos de seu Aparelho Ideológico de Estado político, que ocupava o primeiro plano do palco, a burguesia estabeleceu como seu aparelho de Estado nº 1, e portanto dominante, o aparelho escolar, que, na realidade, substitui o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, em suas funções. Podemos acrescentar: o par Escola-Família substitui o par Igreja-Família. ” (ALTHUSSER, 2003, p. 78).

A escola, por sua vez, tem o papel de educar, transmitir modelos e normas de comportamento da sociedade e ser laica e politicamente neutra; porém, por ter origem política, se mostra dependente a vínculos com instituições de financiamento público e privado. Sua administração ocorre seja pelo Estado, pela Igreja ou por associação de pais e os professores são selecionados por meio de exames, concursos ou qualquer inscrição simples, havendo o reconhecimento social no valor dos diplomas e na aplicação pedagógica aos estudantes.

Com a dependência financeira que o sistema educacional possui em relação às instâncias governamentais, algumas escolas se mantêm atadas a preceitos religiosos, políticos e econômicos de seus mantenedores, o que pode causar o desenvolvimento de uma visão crítica restrita por parte dos alunos, já que o corpo docente deve expressar da mesma opinião que aqueles que sustentam os pilares da escola em questão (este fato é bastante observado em instituições educacionais religiosas, nas quais o ensino das Ciências Naturais sempre sofre algum tipo de tolhimento).

3. O PAPEL DO PROFESSOR

A educação brasileira também se transforma, seus doutores, mestres, professores, alunos e sociedade estão envolvidos com as características dos modelos de ensino. Cabe ao docente repassar conhecimento, incentivar o debate e, com ganhos da sua inteligência emocional, despertar a consciência crítica dos alunos para formar novas cabeças pensantes.

Segundo Freire (1996):

“o bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas”,

Apesar da evolução em propostas pedagógicas que colocam o aluno sempre como o protagonista do processo ensino-aprendizagem e o professor não como o detentor do conhecimento, mas sim o mediador entre o conhecimento previamente apresentado pelo aluno e o conhecimento recentemente adquirido, o perfil de professor autoritário ainda é bastante comum entre os docentes, já que, na formação acadêmica destes profissionais, uma metodologia reflexiva e participativa nem sempre é incentivada.

Logo, a liberdade na educação é fundamental no que tange o direito a criatividade, a opinião contrária e o conforto de poder citá-la sem opressão do educador e sem a presença da escola autoritária, apenas ponderações deveriam ser adicionadas ao diálogo no sentido de não cercear um pensamento talvez imaturo do aluno, que ainda está em construção psicológica da formação de ideias e pensamentos livres, tal satisfação lhe proporcionará a confiança de se fazer presente ao debate dando sentido ao conceito de educação. Portanto, a arte de ensinar também se moderniza e faz-se necessário um aluno

pensante, crítico, conforme o desejo de Paulo Freire, e liberto das amarras da educação bancária, na qual o aluno é visto como uma caixa vazia e sua consciência recebe um pensamento pronto, como um depósito de fato, uma opinião terceirizada e individualista. A educação libertadora nasce através do diálogo, o professor não apenas ensina, ele aprende no processo, não podendo existir nessa relação a fala “eu sou o professor e eu mando!”, como FREIRE disserta a seguir.

a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados; b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; f) o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos, os que seguem a prescrição; g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador; h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que se opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos meros objetos (FREIRE, 1975, p. 67).

A responsabilidade do professor no processo educativo é levar o aluno ao pensamento crítico e questionador, ter assim sua própria percepção da realidade com um mestre caminhando junto, orientando esse processo, comprovando que sua visão não é impositiva, pode haver questionamentos e trocas de conhecimentos, isto comprova que a educação freireana não é doutrinadora.

a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir “conhecimentos” e valores aos educandos meros pacientes à maneira da “educação bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador,

de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos em torno de um mesmo objeto cognoscível (FREIRE, 1987, p.39).

O professor, ao se mostrar como autoridade em sala de aula, é um agente mantenedor da ordem, pois esta evita a falta de concentração e de foco dos alunos, o que dificulta o aprendizado. Uma sala sem ordem também está mais suscetível à indisciplina; mesmo levando-se em consideração que é comum a afetividade entre alunos e professores, o senso ético deve prevalecer.

Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos [...] A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele. (FREIRE, 1996, p. 159-60)

Independendo da corrente pedagógica utilizada, o professor sempre será considerado o melhor condutor do conhecimento na educação, seja ele o tradicional do giz e quadro negro ou o modernizado da utilização de tecnologias como *tablet* e lousa interativa. A tecnologia melhora as condições de ensino na capacidade de pesquisa de informações em qualquer local do mundo, no compartilhamento de dados, na velocidade da circulação de notícias, contudo, a compreensão é individual, a opinião é particular e somente o professor é especialista na transmissão do ensino e tem total condição de apontar se o entendimento do que o aluno interpreta está correto ou não. Desta forma, o professor pode não ser o indivíduo central do processo de ensino-aprendizagem, mas é um mediador participativo essencial para o sucesso de tal processo.

4. FORMAÇÃO DO CONCEITO POLÍTICO

Dizer que a educação é política causa, de certa forma, estranheza, mas o que se pensar quando é dito que tudo é política? Uma sociedade é formada de um conjunto de experiências políticas, seja por eleições, por uma organização social do trabalho ou por um debate qualquer visando um benefício comum; logo, em várias ações, é observado o caráter político. Então, para caracterizar que a educação é política é necessário mencionar em qual sentido se constitui:

a educação, "Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, [...] é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta. " Paulo Freire (2003, p.10),

A educação transmite os modelos sociais, comportamentos da sociedade que são absorvidos pelas crianças, as relações afetivas, as religiões, as formas de trabalho e de vida. Baseada nas relações das instituições e dos indivíduos, as crianças aprendem imitando os adultos, observando o que pode ou não ser feito e como ser feito. Os adultos propõem às crianças as regras básicas da sociedade, como a justiça, a liberdade, a honestidade e etc; como essas regras não são comuns a todas as sociedades, as crianças serão educadas em diferentes meios sociais e terão seus próprios modelos de comportamento. Mesmo assim, a criança terá o contato com outras classes sociais e culturas, que apresentam suas particularidades quanto às suas concepções de vida, de trabalho e de relações humanas.

A educação age politicamente sobre o indivíduo, a criança é exposta às normas sociais e está sobre influência das relações da sociedade, o que contribui para formação de sua personalidade. A significação política vem da própria educação quando a criança sente suas frustrações sociais deflagradas pela injustiça, desigualdade e da luta de classes. Segundo Paro (2002), a questão da relação entre política e educação escolar costuma aparecer, no âmbito do senso comum, associada a duas posições: uma que nega a legitimidade ou procedência dessa relação e outra que a afirma.

A primeira posição assume que a escola é neutra, um local apenas para transmissão de conhecimento sem ingerência política; tal posicionamento é defendido pelo Estado e pela sociedade dominante, sendo divulgado midiaticamente para as classes dominadas. Geralmente, as classes dominadas não possuem o senso crítico da realidade tão apurado,

sendo levadas a crer que a política atua apenas em interesse próprio e, muitas vezes, ilícito e negando a existência de um elo de ligação entre política e educação escolar.

A segunda posição indica que a ligação que existe entre escola e política se faz necessária, sendo que a política está contida na educação escolar para nos dar uma visão de mundo e da sociedade; porém, numa sociedade com estratificação social muito marcante, essa visão tende a ser passada da forma mais favorável, certamente para o uso da própria educação como instrumento de ação política, já que a escola é uma importante instituição para a sociedade e influenciar a sociedade aumentam as chances das classes dominantes na luta pelo poder.

O Quadro 1 a seguir demonstra o quão é importante e o ganho intelectual coletivo a partir da introdução dos princípios políticos na formação dos indivíduos e da sociedade, a aplicação política transforma os envolvidos, seja a escola, o estudante, as práticas pedagógicas, todos impactados através de estratégias de inserção da política para a afirmação democrática.

Quadro

1



PRINCÍPIOS POLÍTICOS

Princípio 1 A pedagogia sempre é política ; política e pedagogia estabelecem uma relação de caráter cultural e social	Estratégias <ul style="list-style-type: none">• A formação profissional permanente como construção de sujeitos políticos• A relação básica entre a investigação educativa e a política• A busca de "solidariedade intelectual" (subsídios teóricos / pesquisas)
Princípio 2 A escola e a educação são aspectos fundamentais de transformação social	<ul style="list-style-type: none">• A informação através de dados reais• Para poder realizar uma transformação crítica da cultura e da sociedade se faz necessário realizar uma análise séria da situação político-educativa do país• Permanecer sempre em movimento• A participação e a "gestão social" (democrática) como formas de transformação social e política
Princípio 3 A participação, a "gestão social" (democrática) e intervenção política da escola na cidade e da cidade na escola	<ul style="list-style-type: none">• A participação das famílias e dos cidadãos (comunidade) na escola é uma questão de relações humanas• A qualidade de habitabilidade dos espaços• O amplo leque de oportunidades que a escola deve oferecer• A concepção prática da participação• A institucionalização da participação• As (leis/regulamentações) normas municipais

Fonte: Organização Diretoria Regional de Educação Lapa EMEI JULIO ALVES PEREIRA

A presença da política no espaço escolar é clara, até mesmo por parte dos educadores, quando estes estão relacionados a reivindicações e maior participação na escola, dado este coletado através de uma pesquisa de campo com agentes escolares. Paro (2002) notou este aspecto e explica de que forma a palavra política foi citada em três significados diferentes:

a) como luta política: é a ação que se empreende visando à conquista (ou preservação) do poder. É político tudo o que se refere ao comando e controle de grupos sociais, de instituições e da própria sociedade;

b) como sagacidade, perspicácia, "diplomacia", astúcia: é o uso das diferentes maneiras ou artifícios para agir e para influenciar grupos e pessoas a agirem de acordo com seus interesses. A política aqui diz respeito, enfim, às formas mais adequadas para o

acesso ao poder, seja ele representado pelo controle de um Estado ou pelo simples atendimento de uma reivindicação trabalhista;

c) como consciência política: é a posse de saberes que propiciem a compreensão da realidade social, como condição para identificar o sentido da luta política. Entre os grupos progressistas, trata-se essencialmente de tomar consciência do estado de injustiça social para empreender a luta contra os opressores.

A política citada não reflete seu significado, não é apenas sobre lutas, Paro (2002) identificou no âmbito escolar o caráter político com outras três funções:

a) dotar os educandos das camadas populares dos conhecimentos e conteúdos culturais em geral, para que estes possam se antepor às ações dos inimigos políticos. É preciso, para disputar com os dominadores em situação de igualdade, dominar os elementos culturais que estes dominam (Saviani, 1983);

b) fornecer subsídios teóricos para o desenvolvimento da “competência política” dos educandos, de modo que estes possam neutralizar as manobras políticas dos adversários, conquistando espaços de poder, pela defesa competente e arguta dos projetos políticos que interessam aos dominados;

c) formar uma “consciência política” nos educandos pela posse de conteúdos doutrinários que elevem seu saber a um nível capaz de perceber a injustiça social e de contestar o poder vigente.

Dessa forma é bastante salutar enxergar a educação dentro de um contexto político, até mesmo para o seu desenvolvimento, uma neutralidade política não seria positiva, pois não estaria à mercê das críticas, logo a escola, um espaço democrático por natureza.

5. CONCLUSÃO

A partir de uma composição de ideias nas quais a educação é a formadora da sociedade, foi relatado o processo de formação da consciência política a partir de seu processo de ensino-aprendizagem no âmbito escolar. É enfatizada a importância de todos os personagens nessa evolução, com início na família, que direciona seus filhos ao discernimento do que é certo ou errado e permite o conhecimento passado entre gerações.

A exposição à sociedade a partir do ingresso à escola e sua socialização, a pedagogia aplicada em sua caminhada, o acesso à cultura e ao ensino, os possíveis tipos de professores que encontrarão ao longo da vida acadêmica, as escolhas e decisões que deverá tomar e sua responsabilidade sobre elas fazem parte do crescimento intelectual. Munido destas experiências, a criança chegará à adolescência e assumirá seu papel na sociedade. Preparado para buscar seu espaço, o indivíduo terá que optar por direções mais

convenientes a sua personalidade, uma ideologia, uma conduta moral, um passo à cidadania, a sua participação política nas questões individuais e coletivas e a busca de seus direitos.

Com a consciência política constituída, o sujeito será capaz de buscar pelo protagonismo; uma vez que não se sinta bem representado pelos agentes políticos, terá um papel fundamental no futuro da sociedade, mas também está constantemente exposto a uma sociedade mutante, que ora lhe permite o protagonismo, ora lhe pede para seguir outra linha de pensamento. O ser envolvido nas questões políticas poderá ser influenciado por outros grupos sociais com outra visão ou proposta em mente e esse processo pode surgir a partir do processo educacional.

A discussão política em sala de aula acontece, seja por opinião ou por relato dos fatos históricos que acontecem a cada momento; com tantas informações que refletem a vida de todos, é impossível uma prática docente que não aborde tais questões, já que estas alteram o cotidiano de todos, seja aluno, professor, escola ou família, e os posicionamentos já nascem no próprio lar. Porém, o papel do docente é claro quanto a sua ética e neutralidade em relação às próprias opções político-partidárias e há de se tomar cuidado com as palavras nas possíveis discussões, pois divergência de ideias é inevitável.

Professores estão preocupados tendo em vista a interferência política, a limitação pedagógica e a negação da liberdade de ensinar e aprender, por outro lado, alguns pais de alunos até apoiam, muitos deles, porém, têm um total desconhecimento das relações políticas tratadas em âmbito escolar, deixando assim de refletir sobre a escola que existirá no futuro. Ao longo de tal trabalho, foi compreendido que, uma escola totalmente neutra, trará riscos ao processo formativo dos estudantes, pelo simples fato de ser medíocre, cerceadora e incapaz de preparar os alunos para a vida, portanto a interferência política é real e necessária desde que sua prática seja livre e não doutrinadora.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. 2003 p. 78

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia** . En: Crítica y Emancipación : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-).

CRUZ, C. R. **A Cultura Como Instrumento de Libertação: Contribuições de Paulo Freire à Formação de Professores**, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PARO V. H, **Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.2, p. 11-23 jul./dez. 2002.
- REBOUL. O. **Filosofia da Educação**. SP. Editora Nacional, 1988 Capitulo Primeiro: A Educação.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1983.
- YÚDICE, G. **A conveniência da Cultura. Usos da cultura na era global**. Tradução de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004

A NOVA LEI DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO AUTÔNOMO, TERCEIRIZADO E AS EXPECTATIVAS PARA O FUTURO DA CATEGORIA DO PAÍS

NATHAN CALINSKI MACEDO CARVALHO (ncmcarvalho.10@gmail.com)

Resumo: Em junho de 2015 entrou em vigor a nova Lei do trabalho doméstico, estabelecendo um conjunto de normas regulatórias para o exercício da profissão no país. Ao analisar as diferentes formas de impactos e transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro após a nova regulamentação do governo para a categoria, observou-se que, não apenas foram reconhecidos os direitos das profissionais, mas também se tornaram onerosas e, em muitos casos, inviáveis as contratações por parte dos empregadores, que por sua vez, estão buscando alternativas de profissionais correlatas para realizarem estes trabalhos, causando uma migração das trabalhadoras tradicionais para outras modalidades de trabalho, seja como prestadoras de serviços autônomas ou como profissionais terceirizadas abrindo espaço para um cenário de desemprego estrutural na categoria e levantando um questionamento sobre a eficácia desta nova Lei e sobre sua aplicabilidade no mercado. Buscou-se ainda compreender os limites entre uma cultura paternalista, que provoca condições de intervencionismo no mercado e quais as suas possibilidades de absorção destes custos à ponto de manter ou não os níveis de empregabilidade no país.

Palavras-Chave: Empregadas Domésticas; Regulamentação; Leis Trabalhistas; Desemprego Estrutural.

Abstract: In June of 2015 the new Law of the housework came into force, establishing a set of regulatory norms for the exercise of the profession in the country. When analysing the different forms of impacts and transformations occurred in the Brazilian labor market after the new regulations of the government for the category, it was observed that not only were the rights of professionals recognized, but also they became onerous and, in many cases, impracticable the employment for part of the employers. which in turn are looking for related professionals to carry out these works, causing a migration of the traditional workers for other work kinds, either as autonomous service providers or as outsourced professionals, opening space for a scenery of structural unemployment in the

category and raising a question about the effectiveness of this new Law and its applicability in the market. It was still looked to understand the limits between a paternalistic culture, which causes conditions of intervention in the market and what are their possibilities of absorbing these costs to the point of maintaining or not the levels of employability in the country.

Keywords: Domestic Employees; Regulations; Work laws; Structural Unemployment.

Introdução

Este trabalho de pesquisa aborda as relações de trabalho entre Patrão e Trabalhador Doméstico, mostrando seus níveis de relacionamento e envolvimento, pessoais e profissionais dentro do ambiente de trabalho e comparando-os antes e após o processo de regulamentação.

Ao se estabelecer uma contraposição encontrada entre as necessidades financeiras e de reconhecimento profissional historicamente encontradas pela categoria doméstica e a visão do brasileiro sobre esta classe de trabalho, esta pesquisa coloca em xeque como o reconhecimento profissional da classe de empregadas domésticas no Brasil por parte do governo, afetou positiva ou negativamente este mercado. E ainda, como as relações de trabalho, entre patrão e empregado, foram afetadas, externamente, por uma Lei que pode gerar mais rigidez e impedir possibilidades de acordos e flexibilidades no ambiente de trabalho, abrindo espaço para outras categorias trabalhistas, como a de diaristas e trabalhadoras terceirizadas.

Acredita-se que, mesmo a regulamentação sendo um direito constitucional para a categoria de empregadas-domésticas, sua concretização pode ter trazido, na prática, mais prejuízos do que verdadeiramente benefícios para o futuro dessas trabalhadoras. Apesar de verem na sociedade brasileira, uma forma aberta e, em muitos casos abusiva, para lidar com a remuneração de seu trabalho, a categoria agora percebe esta mesma sociedade buscar, como principal forma de adaptação, não a absorção destes custos como forma de reconhecimento de seus direitos, mas passando a modificar seus modelos de contratação, tentando evitar, legalmente, a incidência destes encargos.

Não configura objeto desta pesquisa outras leis trabalhistas que não pertençam ou tenham relação direta com a Lei das domésticas. Também se excluem deste objeto de pesquisa outros direitos que possam vir à exercer influências na relação patrão-empregado. Para isso, há significativas abordagens literárias à disposição do leitor, tanto no campo jurídico, quanto no campo da gestão de pessoas.

O trabalho apresenta metodologia de pesquisa de cunho exploratório e de campo, que se realizou em local de recrutamento e seleção específico, com 16 profissionais atuantes e com pelo menos dois anos de experiência do setor, se utilizando de métodos mistos para embasar as análises dos dados obtidos nas duas etapas do processo de pesquisa.

Creswell(2013) define que investigação por métodos mistos é um desenho de investigação (ou metodologia) na qual o investigador recolhe, analisa e mistura, dados qualitativos e quantitativos num único estudo ou em diversas fases do mesmo programa de investigação.

O tema desta pesquisa se faz relevante por conta da necessidade de aprofundar as compreensões sobre contrapontos de nossa sociedade, no que diz respeito à medidas governamentais que pré-estipulam as atividades de um mercado de trabalho, impedindo que este mercado se autorregule através da atuação de seus profissionais.

Em oposição à isso, vê-se muitas vezes uma sociedade ainda imatura para obter liberdades de escolha como estas, por conta de uma cultura historicamente paternalista cultivada na sociedade brasileira, que oferece diversas garantias ao trabalhador para resguardá-lo no futuro, em uma eventual demissão ou impossibilidade de exercer seu trabalho. Algo que é visto como amplamente saudável à longo prazo, mas que, no curto prazo, encarece de forma grandiosa os custos trabalhistas para seus empregadores e cria um cenário negligente para o governo, que se vê obrigado a manter esta carga tributária elevada para financiar este ciclo vicioso, ao invés de se comprometer em mobilizar a sociedade em prol de uma reforma tributária, contendo seus próprios gastos.

A regulamentação das domésticas evidencia na sociedade brasileira os reais custos que uma cultura paternalista pode ter para as relações de trabalho. E como a obrigatoriedade do cumprimento destes custos poderá modificar todo um cenário de mercado, inviabilizando contratações, causando demissões e forçando os empregadores a recorrerem à profissionais similares que exercem atividades correlatas, ou em casos extremos, simplesmente desistindo da contratação deste tipo de profissional e passando a exercer essas atividades por conta própria dentro de seus domicílios, abrindo espaço para a mais alarmante consequência decorrente desta regulamentação: a criação de um cenário de desemprego estrutural na categoria.

Para buscar a compreensão do tema de pesquisa, este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo mostra algumas considerações sobre os principais dispostos incluídos na formulação da Nova Lei das Domésticas, evidenciando o que se tornou obrigação para empregadores e, principalmente, de que formas, positivas e

negativas, a categoria agora regulamentada, vem percebendo estas mudanças nas rotinas profissionais e também no setor como um todo.

No segundo capítulo, são analisados fatos, dados e adaptações decorrentes desta mudança, evidenciando e explicando como está sendo a adaptação da sociedade aos impactos percebidos neste processo, desde a aprovação da Lei até os dias atuais, mostrando possíveis cenários para o futuro desta categoria no país e buscando entender se a criação da Lei das domésticas está sendo benéfica ou prejudicial para categoria na sociedade brasileira.

O terceiro capítulo apresenta os dados da pesquisa de campo realizada com profissionais atuantes no setor, onde foram compilados os dados e analisadas as opiniões através de uma análise quali/quantitativa dos mecanismos de pesquisa aplicados.

Por fim, seguem as considerações finais do estudo, projetando possíveis cenários futuros do mercado de trabalho doméstico no Brasil, buscando estabelecer entre teoria e prática, os reais efeitos percebidos pela regulamentação da profissão doméstica na sociedade brasileira.

A Nova Lei do Trabalho Doméstico no Brasil

Regulamentada oficialmente em 01/06/2015, a Lei nº 12.964, conhecida como “Nova Lei das Domésticas” trouxe novos hábitos e procedimentos na relação entre patrões e empregadas-domésticas por estabelecer de forma obrigatória, direitos antes apenas concedidos e acordados por ambas as partes, mas que, ao longo do tempo, acabaram se tornando motivos de abusos por parte dos patrões e afetando de maneira profissional, financeira e até pessoal as condições de trabalho e de vida das domésticas. Com a nova Lei, à partir do ato da contratação, passará a ser de responsabilidade do empregador uma série de direitos do trabalhador doméstico, independentemente do período desta relação de trabalho. Quem optar por este caminho, passa a ter de arcar além do próprio salário da doméstica, com demais despesas e deveres obrigatórios como:

- Anotação na carteira de trabalho, com a data do início da relação de trabalho, cargo ou função, salário contratado e posteriores alterações salariais, período aquisitivo, início e término das férias, data de desligamento e identificação do empregador. O empregador pode inclusive contratar o empregado por um período de experiência, prorrogável uma única vez, e que não ultrapasse 90 dias. Esse período também deve ser anotado na carteira.

- Contribuição para a Previdência Social de 12% sobre o salário de contribuição do empregado. O empregador deve também descontar a contribuição do empregado: 8%, 9% ou 11%, dependendo do valor da remuneração bruta. O empregado deve ser inscrito no INSS. Com isso, ele terá todos os direitos previdenciários.
- 13º salário, pago em duas parcelas: a primeira até 30 de novembro e a segunda até 20 de dezembro, descontado o INSS. Ou proporcional ao mês trabalhado em caso de demissão.
- Trinta dias corridos de férias por ano, remuneradas em um salário mais um terço. Ou seja, para um salário de 600 reais, são 800 reais durante as férias. Também está garantido o direito ao abono pecuniário, isto é, "vender" um terço das férias.
- Vale transporte: o empregador deve pagar integralmente o transporte do empregado, que terá descontado, em razão disso, 6% do salário.
- Aviso prévio de 30 dias ou remunerado em um salário no ato da dispensa.
- Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- Auxílio-creche ou Salário-Família: Para a empregada doméstica de baixa renda, cujo valor dependerá de sua remuneração e do número de filhos com até 14 (quatorze) anos de idade ou filhos inválidos em qualquer idade.
- Licença maternidade remunerada de 120 dias ou licença paternidade remunerada de cinco dias.
- Estabilidade para a gestante no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Este novo cenário de mercado vem inviabilizado flexibilizações que anteriormente eram possíveis entre patrão-empregado. Os custos agora, inevitavelmente se elevaram, levando cada estado, por exemplo, a adotar seu próprio piso salarial para a categoria, assim como o de outras profissões já reconhecidas.

Mas seja pela geração de incertezas, pelo medo do desemprego ou mesmo pela rejeição da sociedade em aceitar e, principalmente, aderir a este novo sistema, vemos que seus impactos na sociedade ainda não são vistos com grande intensidade. Mesmo após a regulamentação, a informalidade ainda é muito presente nas contratações.

De 2003 a 2014, segundo dados do PNADC⁴¹, o percentual de domésticas sem carteira assinada que contribuía para a previdência aumentou de 8% para 23% no período. Mesmo assim, a categoria tem dificuldade de se aposentar por tempo de

⁴¹ PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

contribuição, já que o setor é marcado por forte informalidade. No último trimestre de 2016, 68,1% dos trabalhadores da área não tinham carteira assinada no país.

“Só em 2015 os trabalhadores domésticos passaram a ter garantidos direitos que já faziam parte da rotina de outras categorias profissionais. De lá para cá, porém, o número de mensalistas no serviço doméstico reduziu, em um percentual que chegou a 4% no terceiro trimestre de 2016 em comparação ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, o número de diaristas aumentou 12,5%, segundo dados do IBGE” (RBA, 2016)

Para Maria(2014) a resistência de ambos os lados, patrões e empregados, pelas mudanças ainda vem sendo marcante após a Lei, sendo que poucas foram as mudanças efetivamente implementadas no ambiente de trabalho por conta da regulamentação. Antunes (2003) mostra que esta é uma consequência de ciclo desencadeado pelo mercado, entre os trabalhadores empregados e desempregados. Resultando em um processo crescente de individualização das relações de trabalho, denominado pelo autor de “neocorporativismo”, ou seja, os trabalhadores empregados farão de tudo para manterem-se no emprego enquanto que os desempregados procuraram formas precárias de se reinserirem no sistema.

É preciso deixar claro que, por conta da desigualdade social existente no país, grande parte das famílias brasileiras, pertencentes à classe média, consideram a empregada doméstica como um item supérfluo e até mesmo de luxo em seus orçamentos. Portanto, pode-se afirmar que aos primeiros sinais percebidos de instabilidade no orçamento familiar, esta profissional pode ser a primeira a perder seu emprego, levando à uma fragilidade nas negociações e uma constante instabilidade no trabalho para as profissionais.

Para Marx (2006) as desigualdades sociais são consequência de um conjunto de relações de propriedade que atuam como um fator jurídico, e também político. O poder de dominação é o que dá origem a essas desigualdades. As desigualdades criam um processo de apropriação e dominação, dando origem a um sistema social que diferencia a sociedade por classes à partir de seu poder econômico. Neste sistema, uma classe produz e a outra domina, dando-se origem as classes denominadas pelo autor como operárias e burguesas.

Observa-se que este processo se inicia pelo Estado, que não fornece incentivos e bases educacionais adequadas à uma grande parcela da população, para que ela possa

progredir economicamente e alcançar sua ascensão social, estimulando este cenário de desigualdade na população e fazendo com que ela se sinta desamparada por seu país.

Quando não possui condições de seguir em frente com suas próprias forças por conta de competitividade no mercado, esta sociedade acaba por recorrer a empregos considerados braçais ou operacionais como alternativas que apenas supram suas necessidades básicas e o façam sobreviver no cotidiano, sem lhes proporcionar grandes expectativas futuras de crescimento ou evolução social. Este cenário vem sendo uma característica historicamente marcante também para a profissão doméstica.

Sobral(2000) mostra que, com o processo de globalização ao longo das últimas décadas, intensificou-se a valorização do conhecimento, por conta de um novo paradigma produtivo que prioriza a inovação como ferramenta de competitividade. Para a autora, modernizou-se inclusive o próprio conceito de educação desde a década de 90, sendo atualmente a composição: educação, ciência e tecnologia consideradas um tripé para o desenvolvimento.

Para Álvaro(2012) embora já tenha sido considerada uma atividade fadada a desaparecer, o serviço doméstico remunerado vem demonstrando sua persistência e representatividade para a população feminina ocupada nos países da América Latina. Fato justificado por alguns autores, pelo baixo nível da rede de serviços públicos e de apoio à família disponível na maioria desses países, associado a uma estrutura social, racial e de gênero marcada por forte desigualdade. A atividade apresenta uma forte orientação de gênero, mas é também atravessada por uma questão de classe, situando em polos opostos patroas e empregadas. Ou seja, a própria origem desta relação de trabalho já coloca um abismo social e uma distância pessoal entre estes dois componentes.

Para Belarmino(2010) o emprego doméstico é algo exercido como última alternativa profissional viável para as mulheres brasileiras. Para o autor, muitas das profissionais atuantes nesta categoria desejam mudar de emprego, sendo que chegam, em alguns momentos, à sequer admitirem seus cargos publicamente. E sendo que nesta relação, há ainda resquícios do sistema escravista que assolou o Brasil por quase quatro séculos.

Esta acaba sendo uma visão da sociedade com uma categoria que, apesar de um perfil de baixa formação acadêmica, é exercida por suas profissionais com total qualidade e dignidade mas que, segundo Moura(2013), são frequentemente humilhadas no próprio ambiente de trabalho em que atuam, por fatores intrínsecos a este tipo de relacionamento. Muitas delas enfrentam o preconceito como um fator inerente à sua profissão dentro da sociedade.

“O emprego doméstico reforça e só funciona com base nas desigualdades e mostram como ele engloba vários outros tipos de preconceito”. (MANSUR; MARZANO,2013)

A Questão do Desemprego Estrutural no Setor

Ao se modificar de forma impositiva um mercado de trabalho, automaticamente este mercado buscará se adaptar à estas mudanças para seguir em frente. Nesse sentido, a regulamentação do trabalho doméstico pode ter dado início a um processo de desemprego estrutural para a profissão. Santos(2009) mostra que, cada vez mais, surgem discursos dizendo que o problema do desemprego é por conta da alta carga de tributos inseridos sobre as relações trabalhistas. E que é preciso flexibilizar tais leis. Sendo este, inclusive, o discurso de organismos internacionais.

Segundo a OCDE⁴², o Brasil possui a maior carga tributária da América Latina e está entre os 15 países com maior carga tributária do mundo. Mais do que isso, seu retorno financeiro em serviços públicos ao cidadão é considerado um dos piores de todo o planeta. Segundo Oilenke(2016) o brasileiro trabalha 153 dias por ano somente para pagar seus impostos, atrás apenas de países como França e Suécia, mas o maior problema está na contra partida deste processo.

“[...] A França e a Suécia têm uma carga tributária maior, mas os serviços públicos deles são muito melhores do que os do Brasil. De janeiro ao começo de junho, todo o dinheiro ganho foi para pagar impostos. Nós temos uma das maiores cargas tributárias do mundo, devemos estar entre a 12ª e a 15ª no mundo todo, mas o retorno é muito insatisfatório” (SIANI,2016)

Observa-se que, se os efeitos de uma carga tributária que não gera retornos já causam graves impactos em empresas que geram empregos e já possuem uma estrutura financeira mais sólida e equilibrada, para o cidadão comum, que depende do Estado para obter acesso à serviços básicos essenciais, como saúde, transporte e educação, quando esse retorno não ocorre, os efeitos são muito mais impactantes e perigosos. A recorrência desses impactos sem retornos cria uma mentalidade de que, ao não se gerar obrigações tributárias, se está de alguma forma buscando preservar um patrimônio financeiro que, se fosse facilmente repassado ao Estado, não haveria garantias de compensações futuras.

⁴² OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Desde o início da regulamentação, uma das maiores transformações observadas vem ocorrendo no modelo de contratação das profissionais, que estão cada vez mais, deixando de serem empregadas fixas e estão se tornando autônomas, passando a trabalhar em grupos nas casas ou se tornaram funcionárias de empresas prestadoras de serviços especializados. Os altos custos trabalhistas criaram uma segregação de mercado que vêm restringindo o acesso destas profissionais apenas à classes sociais elevadas, impactando em especial a classe média⁴³ no país, que se viu forçada a modificar seus hábitos por conta desse cenário de inviabilidade econômica diretamente motivado pelo Estado e que projeta um cenário de mercado futuro cada vez mais reduzido para a atuação destas profissionais, especialmente por conta de alternativas existentes no mercado.

Terceirização e Trabalho Doméstico

Aprovada em março de 2017, a chamada “Lei das Terceirizações no Brasil”⁴⁴ vem exercendo um impacto direto sobre a categoria doméstica. A nova regulamentação permite a contratação, por exemplo, de profissionais de limpeza e conservação através de empresas especializadas. Estas por sua vez, comercializam seus trabalhos de limpeza de forma semelhante ao realizado por diaristas, avaliando previamente as dimensões do local e estabelecendo um preço para a contratação da mão de obra.

Com este processo, empregadas domésticas tradicionais, passaram a se tornar profissionais vinculadas à estas empresas prestadoras de serviços, que se direcionam sozinhas ou em grupos de trabalho à diversas casas por dia para prestarem seus serviços, levando inclusive seus próprios materiais de trabalho, que lhes permitam realizar seu trabalho com o máximo de agilidade e eficácia, diminuindo seus esforços. Estas empresas ainda possuem sistemas de avaliação dos trabalhos realizados e bonificações por produtividade à serem acrescidas no salário das profissionais.

As funcionárias são contratadas como auxiliares de limpeza, com acesso à todos os direitos trabalhistas, além de adicionais por produtividade e ainda recebem treinamento das empresas especializadas, com o objetivo de aprimorar a eficiência de seus trabalhos, informar sobre o manuseio adequado dos materiais de trabalho, sobre as diferenciações de ambientes e até mesmo recomendações sobre posturas corporais e utilização de equipamentos de segurança, buscando a constante motivação das trabalhadoras e também a prevenção de acidentes e afastamentos.

⁴³ Denominação da classe social que possui renda familiar entre 4 e 10 salários mínimos, segundo IBGE(2016).

⁴⁴ Lei nº 13.429/2017 – Sancionada em 31 de Março de 2017.

Este modelo de trabalho evidencia de forma latente uma mudança histórica, que se reflete diretamente na profissão das domésticas, mostrando uma evolução da sociedade brasileira quanto à esta profissão, já tendo extinguido quase que por completo o modelo mais antigo, baseado em um sistema herdado dos tempos de escravidão no Brasil, onde a trabalhadora dormia no trabalho e ficava 24 horas por dia à disposição de seu empregador, chegando aos modelos atuais, onde a principal exigência para a contratação dessas profissionais está voltado para a especialização constante de suas habilidades e a especificação de suas funções.

Ou seja, o processo de regulamentação no governo, que forçou uma adaptação do mercado, está causando também um gradual abandono da profissão tradicional por parte das antigas domésticas. Esta nova opção está se tornando cada vez mais vantajosa para os antigos patrões, questionando fortemente os moldes da Lei aprovada por conta do desemprego causado no setor. Menezes (2013) pontua que, tudo aquilo que não traz aperfeiçoamento para as exigências do mercado acaba sendo repellido por ele. Portanto, se não houver algum diferencial à ser agregado por parte destas profissionais, tendo em vista a crescente soma de alternativas presentes no mercado, este processo fará com que elas sejam inevitavelmente preteridas por outras profissionais.

Mesmo com a inegável necessidade de reconhecimento de direitos para estas trabalhadoras, Avelino(2013) pontua ser necessário observar que a profissão doméstica incorre em um caso complexo e excepcional, pois diferentemente de outras profissões, seus empregadores não são empresas, mas sim pessoas físicas, normalmente assalariadas, que de seu salário 'primário', devem encontrar um salário 'secundário' para suas empregadas.

[...] "patrão doméstico não é empresa é uma pessoa física, sem fins lucrativos, que não tem subsídios governamentais, não tem financiamentos a juros baixos pelo BNDES e outras Instituições Financeiras, não tem anistias de impostos e todos os benefícios dados às empresas. A grande maioria é Classe Média, casado, com filhos pequenos, e sua renda per capita não é de primeiro mundo. O Patrão doméstico é gerador de trabalho e renda e exige das autoridades, reconhecimento, respeito e condições para cumprir a Lei"

As Mudanças Culturais no Brasil e a Opção pela Diarista

A função de empregada doméstica tradicional é uma relação trabalhista que caminha, ainda que à passos lentos, para sua extinção, na medida que fatores de

transformação e adaptação à novas necessidades cotidianas vão sendo incorporados à cultura da sociedade brasileira, tais como:

- Casais com número cada vez menor de filhos, comparado à gerações anteriores
- Mulheres cada vez mais inseridas no mercado de trabalho e com alternativas de adiar o momento desejado de sua gravidez e em casos mais rígidos, tomando a decisão de sequer terem filhos.
- Filhos adultos, deixando a casa de seus pais com idades cada vez mais avançadas.

Dados do IBGE mostram que, em 2017 houve redução populacional em 25% dos municípios brasileiros. O estudo, mostrou que, mesmo a população brasileira chegando à 207,7 milhões de habitantes, em 1348 cidades houve redução no número de pessoas, especialmente por conta da diminuição no número de filhos por família, mostrando uma perspectiva para o Brasil nas próximas décadas.

“Embora a população do país tenha crescido cerca de 1,6 milhão de pessoas entre 2016 e 2017, passando de 206,1 milhões para 207,7 milhões, a taxa de crescimento populacional vem desacelerando, nos últimos anos, em razão principalmente da queda na taxa de fecundidade 1,67 filho por mulher. Com isso, a projeção demográfica estima que daqui a 26 anos (entre 2042 e 2043), a população vai atingir seu limite máximo (228,4 milhões), e passará a decrescer nos anos seguintes” (IBGE, 2017)

Para Figueiredo (2013) a composição familiar vem passando por um processo de manutenção no país. Nos últimos anos, a média de idade dos filhos que deixam a casa dos pais, passou de 25 para 35 anos. Não apenas pelo conforto, respaldo ou pela liberdade profissional na construção de novas carreiras, mas também pela necessidade de ambos (pais e filhos) de fortalecerem o orçamento familiar em busca de qualidade de vida. Este aumento em mais de 40% do número de filhos morando com os pais, cria segundo a autora, uma nova tendência na sociedade, pela formação da chamada “geração canguru”.

“É um reflexo do novo modelo de sociedade, em que homens e mulheres passaram a priorizar as suas profissões, fazendo com que o casamento e a formação de família sejam cada vez mais tardios, somado a um contexto de grande liberdade sexual”

Novas condições de vida social como estas, reduzem a necessidade da presença constante de empregadas domésticas dentro dos domicílios e evidenciam uma realidade, ainda que de longo prazo, cada vez mais observável em nossa sociedade: De relegar ao passado a necessidade de contratações destas profissionais no modelo tradicional, tornando obsoleto este modo de exercício da profissão e obrigando estas profissionais a migrarem suas relações trabalhistas, ou para um regime de terceirização em empresas especializadas, ou tornando-se prestadoras de serviços autônomas, passando a ficar de fora da abrangência desta nova Lei, ou ainda se vendo sem espaço neste novo cenário do mercado de trabalho.

Para Fonseca(2013), este é um processo inevitável, onde justamente a regulamentação trabalhista está estimulando um cenário de desemprego estrutural da doméstica brasileira e abrindo um espaço permanente também para a Diarista, forçando um processo de 'pejotização' no setor, ou seja, uma migração da antiga doméstica para esta função, deixando sua profissão como celetista e passando a ser contratada como uma prestadora de serviços autônoma. Abrindo espaço também para a possibilidade de desemprego no setor para as domésticas tradicionais acelerada pela legislação, seja pela falta de espaço no mercado ou mesmo pelas novas alternativas de trabalho à serem exercidas por estas profissionais.

Apesar dos diferentes regimes de relações trabalhistas entre uma profissão e outra, a função semelhante exercida na prática, acaba estimulando uma concorrência quase desleal entre estes modelos de profissionais, especialmente pela inexistência de encargos incididos sobre o contratante de uma diarista, uma vez que esta é reconhecida pela legislação como uma profissional autônoma, prestadora de serviços não consecutivos e livre para romper esta relação sem dever nenhuma contrapartida por esta atitude à seu contratante.

Para Rodrigues(2013), esta é uma realidade que evidencia um cenário de evolução social que pode ser positiva para os dois lados envolvidos neste processo transitório, acabando com um modelo de trabalho análogo à escravidão e, ao mesmo tempo, forçando as famílias a mudarem seus hábitos de organização.

“O fim do trabalho doméstico remunerado nos moldes do século XX é ótimo para o país(...). Se, por um lado, isso obriga as famílias a abrirem mão de um conforto, para dizer o mínimo, anacrônico, e a adquirirem novos hábitos, aprendendo a dividir melhor entre todos

da família as tarefas do lar, por outro lado a economia agradece, pois esse mercado é alimentado pela existência de bolsões de pobreza, desigualdade de renda entre as regiões e alto número de adultos sem nenhuma ou com pouca instrução.”

Porém, mesmo já conhecendo esta realidade de mercado para as domésticas tradicionais, o que se observou foi o aumento de encargos estabelecidos justamente pelo reconhecimento da profissão por parte do governo. Para Vieira(2013) a opção pela diarista, já é um processo que vem ocorrendo muito antes da aprovação da Lei, por interferir diretamente no orçamento familiar e que vem levando as famílias a não optarem por uma doméstica, até mesmo para evitar possíveis condições de litígios trabalhistas no futuro.

Segundo Paula(2013), esta é uma tendência crescente e inevitável para as trabalhadoras tradicionais. Segundo dados do IBGE, em janeiro de 2003 as diaristas representavam 12,6% da categoria nas seis maiores regiões metropolitanas do país. Em maio de 2013, a fatia havia quase dobrado para 23,7%, ou seja 340 mil diaristas num universo de 1,43 milhão de trabalhadoras. Na outra ponta, o grupo das chamadas mensalistas encolheu de 87,4% para 76,3%. Especialistas acreditam que a aprovação da lei das domésticas vai intensificar ainda mais esse movimento.

“É uma tendência que vinha se acentuando nos grandes centros urbanos e vai se intensificar em todo o país com as novas leis. Primeiro sumiu a empregada em tempo integral, depois a que dormia no emprego e, agora, a que trabalha a semana inteira. Os apartamentos e as famílias já ficaram menores, o que ainda vai mudar é a divisão sexual do trabalho, com maior participação dos homens”. (ARAÚJO, 2013).

Creches e Escolas Integrais: Alternativas Difíceis, mas Inevitáveis

Com o processo de regulamentação da categoria, muitas famílias dispensaram suas funcionárias, seja por motivos de orçamento ou de insegurança na aplicação das novas leis e passaram a adotar um novo comportamento em seu dia a dia. Situação esta que modificou essencialmente, a presença desta trabalhadora dentro do ambiente familiar e vem colocando em evidencia um problema histórico do Brasil: o alto déficit de vagas em creches e escolas públicas de educação infantil.

Em pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul em Agosto de 2015, constatou-se um déficit de 3 milhões de vagas para crianças em creches de todo o Brasil. Situação que impacta diretamente a rotina, os hábitos e o orçamento de muitas famílias, que se veem em um dilema, ou de abandonar seu emprego para cuidar de seus filhos em contraponto a necessidade de existência do próprio trabalho como fonte de recursos para o sustento da família. Esta deficiência do Estado acaba violando sobretudo um direito constitucional do cidadão brasileiro.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

[...] XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
(BRASIL. 1988)

Esta é uma situação que, durante muito tempo, a figura da doméstica ajudou a amenizar, já que historicamente, muitas domésticas, além de suas funções habituais de limpeza, acabavam ficando responsáveis também pela supervisão dos filhos de seus empregadores mesmo não recebendo, muitas vezes, nenhuma remuneração adicional por este trabalho. Mas atualmente as empregadas domésticas passaram a delimitar suas funções aos aspectos legais até mesmo por determinação de seus empregadores para evitarem problemas trabalhistas futuros. Para Avelino (2012), a sociedade vem buscando novas formas de se adaptar a esta transformação, mas encontra grande dificuldade no momento de encaminhar os filhos.

“[...] Dentro da Constituição da República de 1988 o direito à creche é contextualizado dentre os direitos sociais. Não podemos negar que (a Lei) também possua uma pesada carga assistencial, já que se trata de equipamento imprescindível às famílias de baixa renda, sem o qual o trabalho de muitas pessoas estaria inviabilizado.” (MIRANDA, 2014)

A Questão do Trabalho Infantil no Âmbito Doméstico

Quando observamos o contexto social da sociedade brasileira, nos deparamos, historicamente com problemas marcantes que afetam uma grande parcela da população, em muitos momentos, impactada pela falta de infraestrutura adequadas, condições

limitadas de acesso à educação e conseqüentemente ao mercado de trabalho, causando um distúrbio na distribuição de renda do país, num fenômeno conhecido por desigualdade social, onde uma pequena parcela da população concentra grande parte das riquezas do país enquanto que a maior parcela da sociedade brasileira encontra-se dispersa nas demais classes sociais, lutando constantemente por sua ascensão.

MARX(1998) mostra que isso é uma consequência de um sistema econômico e produtivo, onde a desigualdade é resultado de uma divisão de classes, entre aqueles que possuem os meios de produção e os trabalhadores, que só têm a força de trabalho para garantir sua sobrevivência. GASPARINI (2003) observa que o Brasil tem sido reconhecidamente visto como um dos países que tem a maior desigualdade de renda dentro do continente latino-americano e também do mundo.

Se por um lado, vemos que a desigualdade social leva muitas trabalhadoras a recorrerem ao serviço doméstico como alternativa de sustento para suas famílias, por outro, vemos que esta condição, pode desencadear à um ciclo vicioso já historicamente enfrentado pela sociedade brasileira: o trabalho infantil.

Segundo Pnad⁴⁵, no ano de 2014, 554 mil crianças de 5 a 13 anos estavam trabalhando no território brasileiro, evidenciando um crescimento deste dado de 9,3% em relação ao último levantamento realizado. Segundo dados do FNPETI⁴⁶, em 2016, o contingente de trabalhadores infantis no Brasil era de 3,187 milhões. E ainda, se expandirmos esta abrangência e observamos crianças e adolescentes de 5 à 17 anos, vemos que ele ocorre com frequência dentro do ambiente doméstico. Dos quase 3,2 milhões de trabalhadores infantis, 213.613(6,7%), exerciam sua ocupação indevidamente em serviços domésticos, criando um cenário que pode levar à outros problemas secundários. Segundo a OIT⁴⁷, colocar crianças para trabalharem neste tipo de ambiente, as deixa em situação de alta vulnerabilidade sexual, principalmente por conta de sua falta de maturidade, inerentes à sua fase de vida.

[...] “As crianças estão em risco ainda maior, devido à sua idade, à falta de consciência dos seus direitos, à separação de sua família e à dependência de seu empregador. Embora nem todas sofram abuso ou exploração, as crianças que trabalham como empregadas

⁴⁵ Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

⁴⁶ FNPETI - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

⁴⁷ OIT – Organização Internacional do Trabalho



domésticas estão particularmente vulneráveis ao tráfico, ao trabalho forçado e às piores formas de trabalho infantil, tornando o trabalho infantil doméstico uma

das formas mais comuns e potencialmente exploradoras do trabalho infantil no mundo de hoje." (OIT, 2013)

Figura 3: Fim do Trabalho Infantil Doméstico

Fonte: OIT

Ainda segundo a OIT(2013) essa exploração no ambiente doméstico ocorre muitas vezes porque a criança ou adolescente está longe de suas famílias, estando sujeita à diversos tipos de abusos e maus-tratos.

A Organização busca erradicar a exploração do trabalho infantil em todo o mundo através do próprio reconhecimento e valorização da profissão doméstica como um dos mecanismos de conscientização e enfoque político-humanitário do tema. Um exemplo deste trabalho vem desde 2011, através da "Convenção 189" e a criação da campanha "Não ao trabalho infantil doméstico" (Figura 1). Em ambas uma mensagem clara: "os trabalhadores domésticos, como os outros trabalhadores, têm o direito a condições de trabalho e de vida decentes". No que diz respeito à eliminação do trabalho infantil, a Convenção 189 pede aos Estados-Membros que "estipulem uma idade mínima para os trabalhadores domésticos que deve ser consistente com as convenções da OIT relativas ao trabalho infantil e não inferior ao estabelecido para os trabalhadores em geral".

Para a UNICEF⁴⁸(2013), o trabalho infantil, viola os direitos mais fundamentais de milhões de crianças e adolescentes, como o direito à educação, saúde e até mesmo à sua infância. Porém mais do que isso, à impede de alcançar um futuro digno, que à permita superar àquele meio em que foi inserida durante grande parte de sua vida e buscar novos caminhos.

Portanto, é possível perceber que, ao longo do tempo, a ausência de Leis que regulamentassem a função doméstica, somadas à uma cultura passada de menosprezo à educação como forma de elevação profissional e pessoal, abriram espaço para um caminho de exploração do trabalho infantil, hoje, gravemente inserido na sociedade brasileira, em especial no âmbito doméstico. Com a regulamentação deste trabalho pelo governo brasileiro, além da própria trabalhadora doméstica, o que se espera preservar por consequência, é a formação educacional e humana digna de milhões de crianças e adolescentes brasileiros, que são, muitas vezes, familiares diretos desta trabalhadora que, muitas vezes, sem ter condições para dimensionar o impacto de suas atitudes, acaba até mesmo privando seus próprios filhos de um futuro que lhes permitam melhores oportunidades.

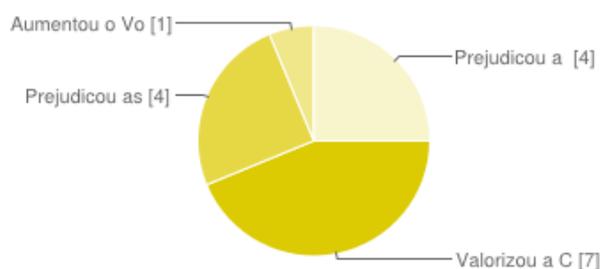
Resultados

Entre as últimas semanas de novembro e primeiras semanas de dezembro de 2016 foram entrevistadas 16 empregadas-domésticas, atuantes há pelo menos dois anos na categoria. Primeiramente, foi elaborado um conjunto de perguntas dentro de um questionário e algumas alternativas foram sugeridas como respostas, deixando um espaço aberto para a manifestação de suas opiniões. Posteriormente, foi realizada uma entrevista aberta com as mesmas questionadas, ocorrendo a repetição das perguntas numa espécie de fórum de debate, ampliando o espaço para manifestações e opiniões destas profissionais, relacionando-se com a de outras atuantes do mesmo setor, permitindo uma análise mais crítica e aprofundada deste processo. Os resultados desta pesquisa estão expressos abaixo.

Qual sua opinião em relação à criação da Lei das Domésticas?

⁴⁸ UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância (traduzido)

Gráfico 1: Opinião Domésticas



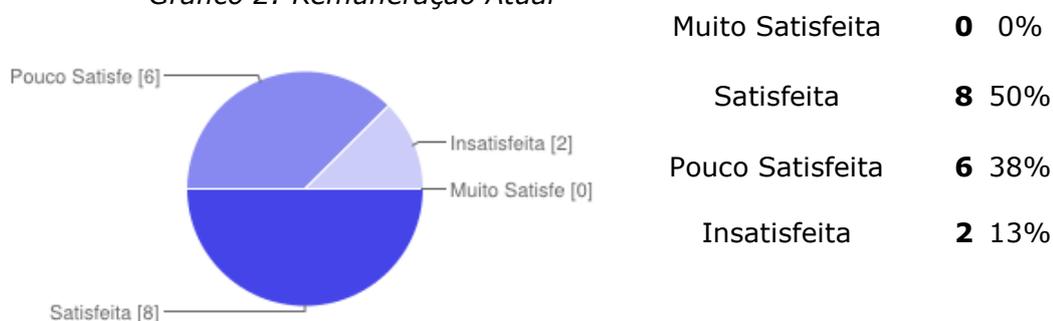
Fonte: Autor

Valorizou a Categoria	7	44%
Prejudicou as Contratações	4	25%
Aumentou o Volume de Trabalho	1	6%
Prejudicou a Relação com Patrões	4	25%

A maior parte delas acredita que a Nova Lei trouxe Valorização à Categoria (44%); apesar de acreditarem também que esta mudança possa ter prejudicado suas contratações futuras (25%) ou dificultado o relacionamento com seus patrões (25%). Seja pela garantia de remuneração ou pela incerteza gerada pelas mudanças ocorridas, a maior parte das entrevistadas diz aceitar trabalhos como diarista, sem gerar vínculos empregatícios com seus contratantes.

Como você se sente em relação à sua remuneração atual como Doméstica?

Gráfico 2: Remuneração Atual



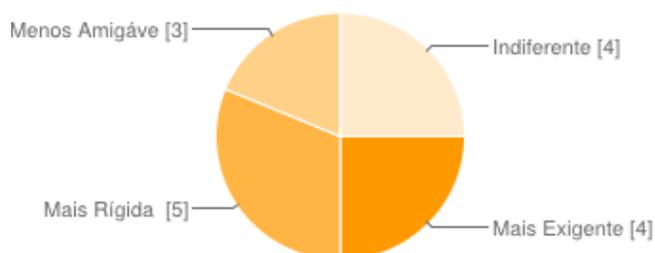
Fonte: Autor

Em relação à remuneração obtida com o trabalho doméstico, apesar de haver uma divisão equilibrada entre aquelas que se sentem Satisfeitas (50%) ou Pouco-Satisfeitas

(38%), a maioria delas acredita que o principal reconhecimento proporcionado pela nova Lei está ligado à sua aposentadoria e a possibilidade de invalidez ou afastamento temporário, que pode ser motivada por acidentes de trabalho, passando a ser remunerada pelo Estado durante este período. Esta parece uma preocupação marcante para as profissionais que relatam estar frequentemente expostas à situações de risco ou já terem sofrido acidentes de trabalho.

Após a nova Lei, a relação com seu patrão no ambiente de trabalho ficou:

Gráfico 3: Relação Patrão-Empregado



Fonte: Autor

Mais Exigente	4	25%
Mais Rígida	5	31%
Menos Amigável	3	19%
Indiferente	4	25%

Houve claramente, um acirramento nas relações dentro do ambiente de trabalho, não apenas no relacionamento patrão-empregado, mas no rigor e exigência dos níveis de trabalho. As domésticas relatam exigências prévias de capacitações profissionais e até especialização de funções para a contratação de seus serviços, algo antes não tão exigido para as profissionais, que dizem ter que investir parte de seu salário em cursos e palestras, inclusive para manterem sua competitividade no mercado.

Você já sofreu preconceito por ser empregada-doméstica?

Gráfico 4: Preconceito com Domésticas

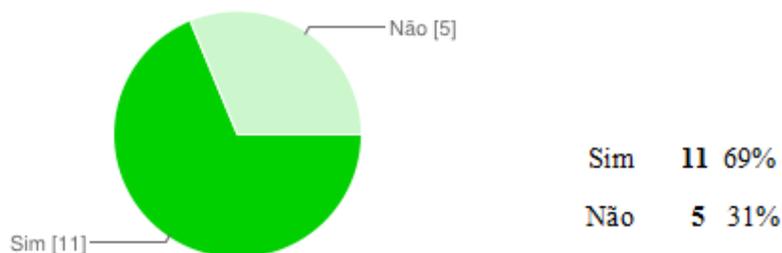


Fonte: Autor

A maioria das entrevistadas diz já ter sofrido algum tipo de preconceito por exercer o trabalho doméstico (88%). E todas as entrevistadas relatam que gostariam de poder exercer outras profissões, dizendo que só exercem este trabalho pela necessidade financeira ou pela falta de outras alternativas no mercado que se encaixem em seu perfil profissional.

Você aceitaria trabalhar sem vínculo empregatício como Diarista ou Terceirizada?

Gráfico 5: Doméstica ou Diarista

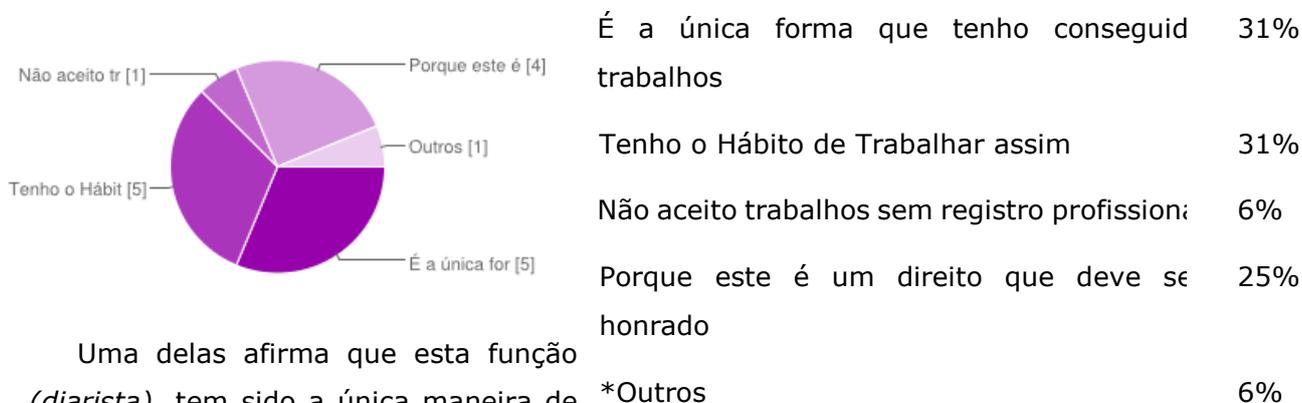


Fonte: Autor

A maioria das domésticas relatam que antes havia maior cumplicidade entre elas e seus patrões, mas que agora são eles quem se negam a fazerem acordos informais ou abrirem brechas nas negociações, com medo de possíveis medidas trabalhistas futuras. Muitas delas admitem que, logo na primeira reação percebida de possível desemprego como doméstica tradicional, migrariam para a função de diarista.

Por quê?

Gráfico 5: Motivos Domésticas



Uma delas afirma que esta função (*diarista*), tem sido a única maneira de conseguir trabalhos atualmente (31%), ou mesmo por já ter o hábito de trabalhar esporadicamente, porém com uma “frequência regular” em seus clientes (31%), mostrando uma certa propensão do mercado em optar por este perfil de profissional. Por outro lado, (25%) delas não aceitariam mais a ausência de registros profissionais porque acreditam que este direito foi conquistado e deve ser honrado. *Muitas delas relatam que já trabalharam desta forma durante muito tempo e sentem nos dias atuais o “peso” desta informalidade em sua carreira ao buscarem sua aposentadoria, por exemplo.

Considerações Finais

O Brasil vem passando por transformações sociais que modificam a visão da sociedade sobre alguns temas. É inegável que a regulamentação da profissão doméstica foi um avanço para a categoria no Brasil e que seus direitos finalmente passaram a ser reconhecidos, valorizando as profissionais que, durante muitos anos exerceram sua profissão sem terem seus direitos previstos e garantidos pela Lei.

Porém, é preciso lembrar que, apesar ser uma das maiores economias do mundo, o Brasil ainda se encontra em uma condição de país subdesenvolvido, especialmente no que diz que respeito à infraestrutura de serviços públicos que proporciona à seus cidadãos, que apesar de recolherem impostos elevados, muitas vezes, não encontram este mesmo custo financeiro traduzido em qualidade, quando dependem do Estado para sua educação, saúde, transporte e segurança.

Mesmo com suas inúmeras riquezas e potenciais econômicos existentes, o país ainda apresenta um cenário de alta desigualdade social que torna sua população constantemente vulnerável à oscilações econômicas, algo infelizmente marcante ao longo de sua história, que levam seus governos a adotarem políticas paternalistas e, conseqüentemente, intervencionistas em muitos mercados, buscando preservar a

integridade social de seus cidadãos que na maior parte das vezes, não possuem autonomia para alcançarem isso por si mesmos. Políticas estas que, no âmbito trabalhista, com o intuito de proteger e fornecer estabilidade aos trabalhadores, acabam cada vez mais encarecendo o regime de contratação por parte de seus empregadores.

Por sua aplicação impositiva e por se introduzir em um mercado peculiar e atípico, a Lei das Domésticas está sendo sentida duramente pelo mercado. O que se observa é um cenário que sempre foi instável para esta profissão na relação patrão-empregado, mas que era normalmente mediado e flexibilizado pela possibilidade aberta de acordos informais entre os dois componentes desta relação.

A nova Lei, que obriga o recolhimento destes direitos, retirou estas possibilidades de acordos, estremecendo as condições desta relação e abrindo um cenário de tendência por demissões.

A visão observada com esta pesquisa quanto aos empregadores, é que estes já encaravam como um custo elevado somente o próprio salário-base da categoria, que sempre foi obrigatório, mas que inclusive já fazia com que muitos desistissem de contratar estas profissionais. Com a nova Lei e a ampliação dos direitos desta profissional, novos custos foram repassados ao empregador, tornando a visão de inviabilidade dessas contratações sendo cada vez mais percebida no mercado.

O que se projeta futuramente é um cenário em que não se compensará mais contratar este tipo de trabalhador nos moldes tradicionais, não apenas pelo encarecimento de custos para o empregador, mas pela existência de alternativas de profissionais similares no mercado, que exercem funções relativamente parecidas, sem a incidência destes encargos trabalhistas. Este será um cenário em que, ou se deverá rever a forma de regime trabalhista em que estas profissionais irão se enquadrar para continuarem atuando no futuro, ou a tendência será cada vez mais o abandono da sua profissão tradicional. O que não significará o abandono da profissão doméstica em si, mas uma migração desta profissional para categorias similares, como a de diaristas e de empregada terceirizada.

A maior consequência percebida ao longo deste processo tem sido o de compreender que o intervencionismo do governo, em muitos casos, apesar da sensação de valorização momentânea do profissional, pode significar, na verdade, um prejuízo para este trabalhador à longo prazo, fazendo com que ele se veja obrigado a abandonar sua profissão tradicional e migrar para uma função relativamente parecida para se manter atuante no mercado.

Este processo evidencia no país a grande necessidade existente de reformas mais profundas, tanto trabalhista quanto tributária, para diminuir o impacto público sobre as

empresas e forçar o Estado a administrar melhor seus recursos arrecadados, direcionando-os, da melhor maneira possível para seus cidadãos e, principalmente, fiscalizando e punindo para evitar desvios por corrupção, problema historicamente enfrentado pela sociedade brasileira, inclusive nos dias atuais.

O governo jamais pode criar empecilhos que possam fazer com que relações trabalhistas se tornem inviáveis por conta de seus custos, pois sempre deve haver um ponto de equilíbrio entre o interesse do trabalhador e a disponibilidade econômica do empregador. Do contrário, se estará criando a ilusão de que, ao se reconhecer um trabalho elevando seus custos, estará se dignificando uma profissão, quando se estará, na verdade, retirando a possibilidade de trabalhadoras, como as empregadas domésticas, de exercerem sua profissão, como consequência de uma política regulatória que olha apenas para o interesse dos direitos econômicos do trabalhador sem observar seus impactos no mercado.

Referências

AVELINO, Mario. "O Futuro do Emprego Doméstico no Brasil". 1ª Ed. Versão 1.04. Rio de Janeiro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16. São Paulo. Ed. Atlas, 2000.

CRESWELL, John W; CLARK, Vicki L. (2013) Pesquisa de Métodos Mistos - 2.ed.: Série Métodos de Pesquisa. Ed. Penso. São Paulo. ©2011 by SAGE Publications Inc.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/trab_domestico/ Acesso em: 16/04/2016 às 16h04min

AGÊNCIA ONU-BR. "150 milhões de crianças de 5 a 14 anos sofrem com trabalho infantil nos países em desenvolvimento". 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/150-milhoes-de-criancas-de-5-a-14-anos-sofrem-com-trabalho-infantil-em-todo-mundo-alerta-unicef/> Acesso em 12-05-2016 às 21h48min.

UNICEF BRASIL. "O trabalho infantil viola o direito de milhões de crianças à saúde, à educação e ao crescimento, diz UNICEF". 2013. <http://www.unicef.org/brazil/pt/media_25609.htm> Acesso em: 12-05-2016 às 22h11min

ESTADÃO, Jornal. "O Fim de uma Profissão". 2012. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-fim-de-uma-profissao-imp-,959615>> Acesso em 21/05/2016, às 16h07min.

SIANI, **Phelipe**. "Brasileiros trabalham 153 dias por ano só para pagar impostos". 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/05/brasileiros-trabalham-153-dias-por-ano-so-para-pagar-impostos.html>> Acesso em 08/06/2016 às 16:58.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

SOBRAL, Fernanda – "Educação para a competitividade ou para a cidadania social?" Brasília. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9797.pdf> Acesso em: 26/09/2016 às 14:48hs

A PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO REALIZADO: UM ESTUDO COM USUÁRIOS DE INTERNET DO LITORAL SUL PAULISTA

Ingrid Aparecida Siqueira Crispim (Universidade Metodista de São Paulo);
ingridchrispim@gmail.com

Celso Peixoto Cotta (Universidade Metodista de São Paulo);
celsocotta@uol.com.br

Alexandre dos Santos Gonçalves (Universidade Metodista de São Paulo);
ale.goncal1@gmail.com

Wladimir Zyrianoff (Universidade Metodista de São Paulo);
wzff@oi.com.br

Alexandre Cappelozza (Universidade Metodista de São Paulo);
alexandre.cappelozza@metodista.br

Resumo: A atual conjuntura econômica faz com que a competitividade entre empresas fique cada vez mais acirrada e as prestadoras de serviços precisam atingir excelência na qualidade de serviços prestados a fim de manterem a lealdade de seus clientes. O fio condutor para análise desta variável foi uma adaptação da escala SERVPERF que se utilizou das dimensões de tangibilidade, confiança e responsividade de forma a avaliar o quanto impactam na lealdade dos clientes de uma empresa de serviço de internet denominada ETECC situada no litoral sul paulista. Para tanto, o trabalho foi conduzido por meio de uma pesquisa exploratória transversal por meio de um questionário com 10 perguntas demográficas e 16 perguntas de indicadores com 80 respondentes clientes. As respostas foram dadas numa escala do tipo Likert de 5 pontos, sendo 1 – Discordo totalmente até 5 – Concordo totalmente. Destes questionários foram selecionados 43 válidos, que após análise estatística através do software SPSS versão 23, trouxe os seguintes resultados: 1ª hipótese – a tangibilidade influencia positivamente a lealdade não foi confirmada; 2ª hipótese – a confiabilidade influencia positivamente a lealdade foi confirmada; 3ª hipótese – a responsividade influencia positivamente na lealdade não foi confirmada. Os resultados permitiram obter uma visão geral das dimensões utilizadas na qualidade de serviço percebida pelos clientes, dos serviços de internet da ETECC.

Palavras-chave: Serviços. Confiança. Tangibilidade. Responsividade. Lealdade.

Abstract: The current economic situation makes the competitiveness between companies become increasingly fierce and service providers need to achieve excellence in the quality of services provided in order to maintain the loyalty of their customers. The driver's thread for the analysis of this variable was an adaptation of the SERVPERF scale that used the dimensions of tangibility, trust and responsiveness in order to evaluate how much they impact on the loyalty of the clients of an internet service company called ETECC located in the south coast of São Paulo. To do so, the study was conducted through a cross-sectional exploratory study through a questionnaire with 10 demographic questions and 16 questionnaires with 80 respondents. Responses were given on a 5-point Likert scale, with 1 - Strongly disagree to 5 - Strongly agree. From these questionnaires were selected 43 valid that after statistical analysis through the software SPSS version 23, brought the following results: 1st hypothesis - the tangibility influences positively the loyalty was not confirmed; 2nd hypothesis - reliability positively influences loyalty was confirmed; 3rd hypothesis - responsiveness positively influences loyalty has not been confirmed. The results allowed to obtain an overview of the dimensions used in the quality of service perceived by the clients, of the Internet services of the ETECC.

Keywords: Services. Trust. Tangibility. Responsiveness. Loyalty.

INTRODUÇÃO

Uma empresa voltada para a prestação de serviços, em bases competitivas, necessita da avaliação de desempenho dos seus serviços como uma ferramenta para a melhoria contínua dos seus processos. A adaptação dos modelos de qualidade, inicialmente desenvolvidos exclusivamente para o setor de serviços, vem suprir uma necessidade do gerenciamento da qualidade, referente à avaliação e por consequência à melhoria da qualidade de serviços diretamente envolvidos no atendimento aos setores da empresa, bem como o apoio e suporte ao cliente. Nesse sentido, busca-se um processo de melhoria tanto no seu desempenho como também das suas funções e também um maior alinhamento de seus objetivos internos com os objetivos de atendimento aos consumidores finais. Em 1982 com o conceito de "Qualidade Percebida do Serviço e o Modelo de Qualidade Total do Serviço" (GRÖNROOS, 1993, p. 46), havia formas de avaliar a qualidade, sendo a mais difundida a comparação entre a qualidade percebida e a qualidade esperada. Com este instrumento era possível entender e avaliar a satisfação dos clientes internos e também da qualidade destes serviços, podendo oferecer uma ferramenta gerencial que propicia a detecção de novas oportunidades de melhoria nos seus processos.

Para a compreensão deste modelo é necessária à utilização de questionários que gerarão parâmetros para as escalas (*SERVQUAL* e *SERVPERF*) que ajudarão neste projeto de pesquisa. Este artigo tem como objetivo principal analisar a qualidade do serviço de internet realizada utilizando como instrumento de medição, a escala *SERVPERF*, aplicando-a tanto na qualidade dos serviços internos como na avaliação dos clientes externos. A qualidade de serviços normalmente avaliada pelo *SERVQUAL* e por não existir um consenso fundamentado e referenciado na literatura, no caso deste artigo estará sendo analisado pelo instrumento *SERVPERF*, pois pode apresentar melhores índices de confiabilidade, mesmo que apresentem um questionário mais reduzido e de fácil compreensão, torna-se importante ser analisado e medido por meio de uma análise estatística através do software SPSS versão 23.

REVISÃO DA LITERATURA

QUALIDADE EM SERVIÇOS

O mercado atual está se tornando cada vez mais competitivo. Qualquer diferencial é fundamental para se destacar entre os concorrentes, sendo o cliente o foco de todo o esforço de uma organização, pois dele depende a sobrevivência da organização e assim as empresas vem buscando motivações para a satisfação de seus clientes. Dá-se o nome de ciclo de serviço ao conjunto de etapas do processo de prestação de serviço nas quais há o contato entre o fornecedor e o cliente (contato pessoal, telefônico, via internet, espera por atendimento nas instalações do fornecedor, etc.). A essas etapas de linha de frente, Normann (1993) atribuiu o nome de "momentos da verdade" que mais tarde, segundo Corrêa e Caon (2012, p.103) foram popularizadas por Jan Carlzon, CEO da Scandinavian Air System, "que acreditava fortemente que esses momentos eram cruciais para a percepção e consequente satisfação do cliente".

A qualidade não representa apenas um acessório de custo para as empresas agregarem aos seus produtos e serviços, mas devem ser compreendidas como algo que os clientes necessitam e desejam efetivamente (DEMING, 1990). Ou seja, a partir da percepção dos clientes será possível tomar decisões organizacionais capazes de atender às suas demandas e consequentemente possibilitar a melhoria contínua dos produtos e serviços (PALADINI, 2002).

Para Kotler (2000), se estiverem apenas satisfeitos, os clientes podem mudar de fornecedor quando descobrirem uma oferta melhor. Assim, é necessário a qualquer empresa oferecer bens e serviços que deixem os clientes mais que satisfeitos. Nesta

mesma linha, Anderson e Mittal (2000) afirmam que clientes satisfeitos tendem a repetir o consumo e a divulgar a organização a outros potenciais clientes, o que leva a um aumento no volume de negócios e, conseqüentemente, a um maior lucro operacional da organização.

Em 1983, Zeithaml et al. iniciaram ampla pesquisa na área de qualidade em serviços, resultando: (i) na proposição de uma definição de qualidade em serviços; (ii) no entendimento da qualidade em serviços como um conceito multidimensional; (iii) no modelo de qualidade em serviços baseado em lacunas; e (iv) na escala SERVQUAL como instrumento de mensuração da qualidade em serviços. No início da década de 1990, Cronin Jr. e Taylor (1992) contestam muitas das proposições de Zeithaml et al (1990) e propõem uma nova metodologia de avaliação de qualidade em serviço denominada SERVPERF, em que a qualidade é medida essencialmente pela percepção do consumidor. Dessa forma, Cronin Jr. e Taylor (1992) afirmam a não necessidade de quantificar as expectativas do consumidor, sendo este ponto a principal distinção entre as duas linhas de pesquisa. No presente trabalho foi utilizada a escala SERVPERF.

LEALDADE

Oliver (1997, p. 392) afirma essa ser “a existência de um comprometimento profundo em comprar ou utilizar novamente um produto ou serviço consistentemente, no futuro, e, assim, causar compras repetidas da mesma marca ou da mesma empresa, apesar de influências situacionais e esforços de marketing ter o potencial de causar comportamento de mudança.”.

Segundo Santos e Fernandes “a elevada confiança do consumidor na empresa e em seus funcionários traduz-se numa maior probabilidade de realizar futuras trocas com a mesma e manter um relacionamento de longo prazo” (SANTOS e FERNANDES 2005, p. 5). A lealdade é “o compromisso de recompra ou de patrocinar determinado produto ou serviço de modo consistente no futuro, independentemente de influências situacionais ou esforços de marketing que busquem alterar o comportamento de consumo” (OLIVER, 1999, p. 34). De forma semelhante, a lealdade tem sido definida por diferentes autores como um comportamento de repetição de compra frequente de produtos ou serviços da mesma marca (FLORES; DAMACENA, 2008).

Os clientes fiéis são mais rentáveis e geram o aumento das compras, redução de custos operacionais e menor custo de aquisição de clientes (REICHHELD, 1993), como também geram novas ideias à empresa as quais resultam no desenvolvimento de habilidades que podem ser aprimoradas e aplicadas a outros clientes, incrementando o

atendimento e o negócio (PINE; PEPPERS; ROGERS, 1995). Lealdade segundo Matos e Henrique (2006), é tratada como o comprometimento que um consumidor tem em continuar consumindo ou comprando do mesmo fornecedor. Os autores relacionaram atributos de lealdade do consumidor com aspectos cognitivos (acessibilidade, confiança, centralidade e clareza), afetivos (emoção, estado de humor, afetos primários e satisfação) e conativos (custos de troca, custos não previstos e expectativas) abordados na área de psicologia. Já para Oliver (1999), a lealdade pode apresentar quatro fases: Cognitiva, o consumidor prefere uma marca em relação às demais do mercado, ou seja, a lealdade é baseada apenas em crenças com relação à marca; afetiva, uma atitude positiva em relação à marca origina-se a partir da satisfação cumulativa com repetidas situações de compra e uso, refletindo a dimensão prazerosa da definição de satisfação; conativa, a lealdade é caracterizada pela intenção de comprar e lealdade – ação, as intenções anteriormente adquiridas são transformadas em ação, acompanhadas de um desejo adicional de superar obstáculos que possam impedir o ato de compra (adaptado por OLIVER, 1999).

LEALDADE COGNITIVA

A fase cognitiva é a primeira das quatro fases. Freire e Nique (2005) e Kny (2005) comentam que nessa etapa, a lealdade cognitiva é marcada pela influência das informações sobre os atributos da marca disponíveis para o consumidor. Essas informações, na percepção do consumidor, devem indicar que a marca foco é superior às marcas alternativas, estando ela relacionada com as percepções de preços, de qualidade e de benefícios do produto. Para Oliver (1999) a cognição pode ser baseada no conhecimento prévio ou em uma experiência de informação recente; contudo acredita-se que a lealdade cognitiva seria uma lealdade fantasma, pois ela está ligada aos custos e benefícios percebidos pelo consumidor e não a uma ligação à marca em si. Portanto, tributos de lealdade do consumidor tratarão com aspectos cognitivos neste artigo. Por fim, o consumidor fiel à organização tende a demonstrar vínculos perceptivos significativos (HAWKINS; MOTHERSBAUGH; BEST, 2007) e além do comportamento de compra repetido, uma atitude positiva em relação aos produtos e serviços, criando laços de identidade e relacionamento de amizade com a empresa (THURAU; GWINNER; GREMLER, 2002).

TANGIBILIDADE

As dimensões de grau de tangibilidade, grau de contato com o cliente e de grau de envolvimento do cliente são consideradas entre as mais importantes e mais utilizadas nas tipologias de serviços encontradas na literatura (COOK; GOH; CHUNG, 1999; TINOCO,

2006). No palco de serviços, o desempenho dos atores e o cenário são tão relevantes quanto nos espetáculos artísticos (MOTTA, 2000). Os espaços de serviços englobam o cenário e seus elementos tangíveis e intangíveis, incluindo, portanto, a atmosfera ou as condições ambientais que propiciam a decoração, os objetos de cena, os efeitos especiais, a organização espacial, as qualidades de layout que oferecem e as significações que despertam (GROVE et al., 1998). A percepção do consumidor está atenta para as características do ambiente físico que afetam sua satisfação. Todos os aspectos ambientais capazes de serem detectados pelo aparelho sensório, tais como – temperatura, luz, odor, barulho, música, podem interferir na interação dos clientes na organização e seus funcionários (CARVALHO E MOTTA, 2000; CREIGHTON, 1998; OAKES, 2000).

O estudo dos cenários de serviços comporta uma concentração de intenções, impressões, atitudes, propósitos e vivências que aparecem com base nas experiências dos participantes do encontro de serviços (SHERRY, 1998). Mesmo tornando-se apenas a parte concreta, física ou tangível presente nas experiências de serviços, os efeitos reais desse ambiente continuam pouco explorados. Os estudos dos espaços de serviços (ou cenários), que compreendem tanto as condições físicas do ambiente quanto o processo interativo entre clientes e empresa prestadora de serviços precisam, enfim, de mais proposições para sua compreensão (BITNER, 1992; CARVALHO e MOTTA, 2000; DONAVAN e ROSSITER, 1982; LEVY e WEITZ 2000). Portanto, elaborou-se a primeira hipótese deste estudo:

H1: *A tangibilidade influencia positivamente na lealdade.*

CONFIABILIDADE

A confiabilidade está relacionada à capacidade de replicabilidade e à consistência dos resultados que uma técnica apresenta (HAMMERSLEY, 1992; KIRK & MILLER, 1986; SILVERMAN, 2006). A confiabilidade indica o grau em que um determinado procedimento produz os mesmos resultados em ensaios repetidos com as mesmas ferramentas empíricas ou equivalentes (Corbetta, 2003), sendo que, quanto maior a confiabilidade, maior a nota. Do ponto de vista relacional, a confiança atua tanto na persuasão quanto no encorajamento de futuras trocas e tem um efeito positivo na percepção de que os resultados sejam mutuamente benéficos para ambos os parceiros envolvidos (HEWETT; BEARDEN, 2001) e que para se alcançar a lealdade dos clientes é necessário primeiro conquistar a sua confiança (REICHHELD; SCHEFTER, 2000).

Apesar das inúmeras definições existentes, visto que o presente estudo examinará relações entre clientes e organizações no contexto dos serviços foi adotado o conceito de confiança proposto por Sirdeshmukh, Singh e Sabol (2002, p. 17), que definem confiança

como "as expectativas mantidas pelo consumidor de que o provedor de serviços é responsável e cumprirá suas promessas". Portanto, elaborou-se a segunda hipótese deste estudo:

H2: *A confiabilidade influencia positivamente na lealdade.*

RESPONSIVIDADE

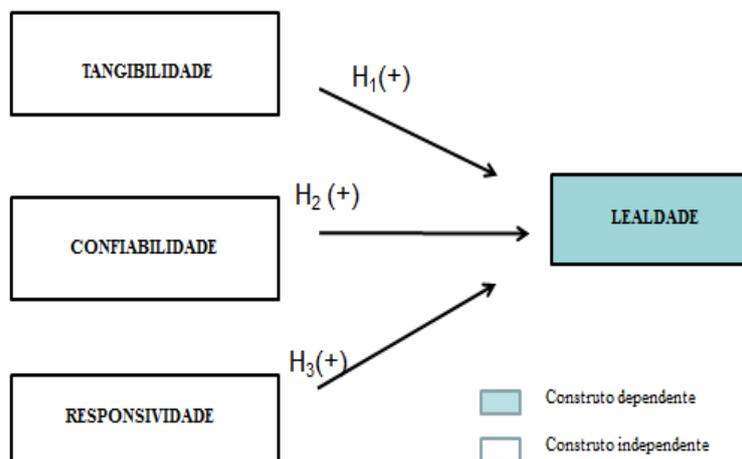
Conforme Jonhston (1995) responsividade é a velocidade e pontualidade de entrega do serviço. Isto inclui a capacidade de prestadores de serviços para responder prontamente às solicitações dos clientes com o mínimo tempo de espera. A vontade de ajudar os clientes e de prestar serviços sem demora, rapidez na resposta, sendo esta a expectativa do cliente na entrega de internet banda larga de alta performance e estabilidade. Jonhston (1995) indica que a responsividade é um determinante crucial da qualidade, é o principal componente em proporcionar satisfação em serviços, enquanto que sua falta é a principal fonte de insatisfação.

Nesse sentido, um serviço é normalmente percebido de maneira subjetiva. Os clientes, ou usuários, utilizam expressões como experiência, confiança, tato e segurança para descrever os serviços (GRÖNROOS, 2009). Esclarecimento de dúvidas, atendimento rápido e eficaz, informações sobre a prestação dos serviços, assistência aos clientes, (resposta imediata), capacidade de atender bem e prontamente aos clientes (usuários), são diferenciais que proporcionam lealdade do cliente e colaboram em superar as expectativas deste, tornando-o fiel à marca. Portanto, elaborou-se a terceira hipótese deste estudo:

H3: *A responsividade influencia positivamente na lealdade.*

Com base nos estudos que levaram à criação das diversas hipóteses deste estudo, elabora-se o modelo conceitual a ser explorado nesta pesquisa apresentando na **figura 1**.

Figura 1: Modelo conceitual de pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para realizar o teste do modelo proposto foi realizada uma pesquisa de campo na ETECC, localizada no Litoral Sul Paulista com seus clientes. Dois métodos foram utilizados durante a fase qualitativa da pesquisa para viabilizar a elaboração do questionário: a revisão da literatura e pesquisa com informantes-chave. A revisão de literatura serviu para a identificação de itens e escalas a serem utilizadas para medição e validação dos construtos **tangibilidade**, **confiabilidade**, **responsividade** e **lealdade**. A avaliação multifacetada de serviços tem diversos precedentes na literatura (CROSBY; STEPHENS, 1987; DONEY; CANNON, 1997; SINGH, 1991; SIRDESHMUKH et al. 2002). Por isso a escala de Lealdade e SERVPERF adaptada do trabalho de Sirdeshmukh et al. (2002) foi aplicada na avaliação da **Lealdade**. Foram aplicados 80 questionários a pessoas com as mesmas características da amostra desejada, selecionando-se 43 correspondentes ao perfil desejado para análise. Trata-se de uma pesquisa exploratória, tendo por base uma só amostra em um só momento.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A coleta dos dados envolveu amostra de 80 questionários dos quais 37 foram descartados pelo preenchimento incompleto e duplicidade de respostas. A amostra validada no estudo foi de 43 respondentes de acordo com o público-alvo adequado ao

objetivo da pesquisa (seus clientes). Na análise de *outliers* da amostra, não foram encontrados dados que se apresentaram como fora do padrão.

DADOS DEMOGRÁFICOS

Para este modelo de pesquisa foi utilizada uma amostra que apresentou 28 participantes do gênero masculino que representa 65,12% e 15 participantes do gênero feminino que representa 34,88%. Ainda com relação ao gênero, nota-se que a maior incidência dos respondentes é composta pelo gênero masculino, assim apresentamos a tabela 1 com dados descritivos do gênero:

Tabela 1 – Dados descritivos do gênero dos respondentes

Gênero						
	N	0	1	Média	Desvio Padrão	Variância
GÊNERO	43	Masculino	Feminino	,65	,482	,233

Fonte: Elaborado pelos autores

Com relação à idade dos respondentes, foram divididos em 5 grupos: menos de 20 anos que representa 6,98%, 20 a 35 anos que representa 53,49%, 35 a 50 anos que representa 27,91%, 51 a 65 anos que representa 11,63% e acima de 65 anos. Já em relação à faixa etária dos respondentes, o gráfico aponta uma predominância dos respondentes na idade de 20 a 35 anos verifica-se que a faixa de 35 a 50 anos que se caracteriza por ser maior que as outras duas faixas juntas (menos de 20 anos e 51 a 65 anos), a faixa acima de 65 anos não foram obtidas respostas aos questionários. Assim apresentamos a tabela descritiva da idade dos respondentes:

Tabela 2 - Dados descritivos da idade dos respondentes

Idade						
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Variância
Faixa Etária	43	1	5	2,44	,796	,633

Fonte: Elaborado pelos autores

Já para a localidade, por se tratar de um modelo de pesquisa com uma amostra de dados do Litoral Sul e que compreendeu algumas cidades (Santos, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe), obtivemos dados dos respondentes apenas para duas

localidades, Itanhaém que corresponde a 86,05% e Mongaguá que corresponde a 13,95%. Em relação à localização dos respondentes, houve predominância de duas cidades Mongaguá e Itanhaém, podendo ser explicado por onde a empresa mantém o seu escritório central. A tabela 3 indica os dados descritivos de localidade dos respondentes:

Tabela 3 - Dados descritivos da localidade dos respondentes

Localização						
	N	Mongaguá	Itanhaém	Média	Desvio Padrão	Variância
Localização	43	2	3	2,86	,351	,123

Fonte: Elaborado pelos autores

DEFINIÇÃO DAS ESCALAS

No presente estudo foram utilizadas duas escalas para operacionalizar as variáveis selecionadas para o estudo. **Escala de Servperf** – O instrumento foi construído por (CRONIN e TAYLOR, 1992). Constitui-se em uma escala multidimensional compostos por 12 indicadores, dividido em três construtos: Tangibilidade, Confiabilidade e Responsividade. **Escala de Lealdade** – A medida foi construída por OLIVER (1999). Constitui-se de uma escala multidimensional, composta por 4 construtos: Lealdade Cognitiva, Lealdade Afetiva, Lealdade Conativa, Lealdade ação. Sendo para este estudo, utilizado somente o construto lealdade cognitiva, formada por 4 indicadores. O instrumento finalizado foi composto por 16 indicadores e as respostas foram dadas numa escala do tipo Likert de 5 pontos, sendo 1 – Discordo totalmente até 5 – Concordo totalmente.

O questionário socioeconômico constituiu-se de 10 questões para levantamento demográfico de informações dos respondentes. As questões em pauta envolviam informações referentes a gênero, grau de escolaridade, idade, cidade, escolaridade, estado civil, quem mora com você, qual o seu sistema operacional, qual equipamento você utiliza para acessar a internet, quantas horas você utiliza a internet no dia a dia e qual o principal motivo para utilização da internet. Para os cálculos estatísticos de todos os dados coletados em campo, foi utilizado o software SPSS versão 23.1. Os instrumentos de pesquisa tiveram duas versões, uma na forma impressa e outra na forma eletrônica obedecendo aos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Ética em Pesquisa [SISNEP]. (Thomaz & Brito, 2006).

RESULTADOS

Os resultados foram organizados da seguinte forma: no primeiro tópico, apresentam-se e se discutem os resultados das análises descritivas referentes às médias e desvios-padrão, teste (t) e confiabilidade das escalas (Alfa de Cronbach). No segundo tópico, podem ser visualizadas as correlações (r de Pearson) das variáveis selecionadas para o estudo. Finalmente, no terceiro tópico, apresenta-se e interpreta-se o modelo de regressão múltipla hierárquica com as variáveis (construtos) tangibilidade, confiabilidade, responsividade e lealdade.

ANÁLISES DESCRITIVAS.

Na **Tabela 4** vemos a apresentação das médias, desvios-padrão, escalas de respostas e os índices de confiabilidade (alfa de cronbach).

Tabela 4 – Estatística Descritiva e confiabilidade das escalas (Alfa de Cronbach)

Construtos	Média	Desvio Padrão	Alfa Cronbach	de Coeficiente de Variação
Tangibilidade	3,84	1,063	0,809	0,277**
Confiabilidade	3,57	1,031	0,494	0,289
Responsividade	3,47	1,075	0,713	0,310**
Lealdade	3,47	1,038	0,789	0,299**

Nota: n=43. *:p-valor < 0,001; **: p-valor < 0,01; *: p-valor < 0,05**

Na **Tabela 4**, não houve diferença significativa entre as médias das variáveis. Constatou-se ainda que a média do maior construto foi para tangibilidade 3,84 e seu desvio padrão de 1,063. Os valores de confiabilidade dos construtos foram superiores a 0,7, valor considerado por Nunnally (1978), George, D., & Mallery, P. (2003) como medida de confiabilidade. Sendo que para variável confiabilidade foi de 0,494, este valor é considerado moderado por Landis, J.R., Koch, G.G. (1977).

TESTE DE NORMALIDADE KOLMOGOROV-SMIRNOV

Nesta seção serão apresentados e discutidos os resultados da utilização dos testes de Normalidade K-S (Kolmogorov-Smirnov) que nos ilustram a normalidade das distribuições das amostras e de r de Pearson que mede intensidade da associação linear (Hair et al,

2005) entre as variáveis de tangibilidade, confiabilidade, responsividade e lealdade. Estes resultados são mostrados na **Tabela 5**.

Tabela 5 - Teste K-S (Normalidade)

	Tangibilidade	Confiabilidade	Responsividade	Lealdade
Kolmogorov-Smirnov	Z 1,032			
(KS)		1,150	0,587	0,627
p-valor	0,238	0,142	0,881	0,827

Nota: n=43. *: p-valor < 0,001; **: p-valor < 0,01; *: p-valor < 0,05**

O teste de normalidade K-S (Kolmogorov-Smirnov) observado na **Tabela 5** foi aplicado às variáveis da escala para se verificar a normalidade dos dados amostrais, constatando-se também que todas as variáveis possuem significância (todos os índices Sig. Assint., ou p-valor foram maiores que 0,05). Em suma, constatou-se que todas as amostras possuem distribuições normais e significância.

TESTE DE CORRELAÇÃO (*r* de Pearson)

Todos os índices verificados na **Tabela 6** possuem associação entre si e demonstram estar significativamente correlacionados. Constatou-se uma correlação positiva, linear e normal nos testes de dispersão realizados entre todas as variáveis (construtos).

Tabela 6 - Coeficiente de Correlação (*r* de Pearson)

		Tangibilidade	Confiabilidade	Responsividade	Lealdade
Tangibilidade	r de				
	Pearson	-	0,177	0,437	0,441
	p-valor		0,256	0,003	0,003
Confiabilidade	r de				
	Pearson	0,177	-	0,349	0,448
	p-valor	0,256		0,022	0,003
Responsividade	r de				
	Pearson	0,437	0,349	-	0,483
	p-valor	0,003	0,022		0,001
Lealdade	r de				
	Pearson	0,441	0,448	0,483	-
	p-valor	0,003	0,003	0,001	

Nota: n=43. *: p-valor < 0,001; **: p-valor < 0,01; *: p-valor < 0,05**

As correlações como podemos constatar na tabela 6, ficaram entre moderada (0,41-0,70) e pequena, mas definida (0,21 – 0,40) com níveis de correlação moderada, com p-valor entre (0,001- 0,01) para a maioria das variáveis. Somente quando cruzamos a variável Tangibilidade x Confiabilidade, este valor torna-se pequeno, mas definido porém com o p-valor de 0,177. Adotamos como parâmetros referenciais os critérios para análise de força das correlações proposto por (Hair, Joseph et al, 2005, p.312) como seguem: $r = 1$, correlação perfeita; 0,91 – 1,00, muito forte; 0,71 – 0,90, alta; 0,41 – 0,70, moderada; 0,21 – 0,40, pequena mas definida; 0,01 – 0,20, leve quase imperceptível.

As variáveis de confiabilidade e lealdade foram as que apresentaram valor de correlação associada entre si como moderada. Podemos constatar desta forma que a responsividade determina um maior/melhor grau de efetividade nas informações e serviços prestados e transmitidos pela ETECC e acredita-se na veracidade das informações. Nas correlações encontradas entre as variáveis de tangibilidade e lealdade, o resultado obtido foi de forma moderada, desta forma podemos constatar o que o cliente espera e o que a ETECC acredita que ele espera. Portanto, existe uma sinergia entre cliente e ETECC, sendo que a operadora conhece seus clientes. Quando analisadas as correlações entre responsividade e lealdade, o resultado obtido foi de forma moderada, isso significa que o resultado de uma política da empresa pode satisfazer os anseios de seus clientes de forma precisa, rápida e sem alterações do nível de qualidade dos serviços. Para as correlações entre confiabilidade e lealdade, o resultado obtido foi de forma moderada, isso significa que a confiabilidade reflete quanto os valores observados estão correlacionados aos valores. Por fim, este fato demonstra que a qualidade de serviços e o conhecimento sobre o cliente é o desempenho que resulta na satisfação do cliente, sintetizamos que a capacidade de resposta é precisa para o cliente, tendo como credibilidade o serviço prestado ao cliente.

ANÁLISE DE REGRESSÃO MÚLTIPLA

A análise de Regressão Múltipla é uma metodologia estatística de previsão de valores de uma ou mais variáveis de resposta (Dependentes) através de um conjunto de variáveis explicativas (Independentes). Esta metodologia pode ser utilizada também para a avaliação dos efeitos das variáveis explicativas como previsoras das variáveis de resposta (Kasznar, Gonçalves, 2007); ainda como define Tabachnick, Fidell (2001), a regressão múltipla é um conjunto de técnicas estatísticas que possibilita a avaliação do relacionamento de uma variável dependente com diversas variáveis independentes. Desta

forma, para avaliar a influencia das variáveis de tangibilidade, confiabilidade e responsividade (independentes) sobre a variável lealdade (dependente), calculou-se a regressão múltipla.

Tabela 7 - Resultados da regressão Múltipla hierárquica com variável dependente Lealdade

	Beta Padronizado	p-valor	VIF	t
Tangibilidade	0,26	0,057	1,237	1,961
Confiabilidade	0,43	0,026	1,139	2,311
Responsividade	0,27	0,091	1,364	1,735
R2	0,31			

Nota: n=43

Tabela 8 - ANOVA

KS	0,71
p-valor	0,695

Nota: n=43. *: p-valor < 0,001; **: p-valor < 0,01; *: p-valor < 0,05**

Na **Tabela 7** o modelo de regressão múltipla com as variáveis tangibilidade, confiabilidade e responsividade que apontou como R^2 o índice de 0,31, segundo Hair *et al* (2005), o indicador de R^2 representa o ajuste do modelo, sendo quanto mais alto, melhor o ajuste. Assim, o modelo se mostra explicando 31% dos casos.

Os fatores de inflação da variância (VIF) para cada coeficiente da regressão foram inferiores a 5, o que representa a ausência de multicolinearidade (HAIR *et al.*, 2005). O fator *t* indica se o coeficiente de regressão é diferente de zero o suficiente para ser estatisticamente significativo (HAIR *et al.*, 2005). Portanto, as variáveis tangibilidade e responsividade não possuem significância estatística. Ao se analisar os valores do p-valor foram constatados que as variáveis que possuem causalidade para com a variável dependente são tangibilidade e confiabilidade. Para que a causalidade ocorra, o p-valor deve ser menor que 0,05 (p-valor < 0,05). Para se garantir a qualidade dos resultados encontrados, é necessário fazer os testes de algumas suposições básicas (CORRAR, PAULO e DIAS FILHO, 2007). Assim iniciou-se com a análise da normalidade dos resíduos. Para tanto foi utilizado o teste *KS (Kolmogorov-Smirnov)*, que ilustra se determinada série está

conforme a distribuição esperada. Conforme evidenciado na **tabela 8**, o modelo se mostrou com o nível de significância acima de 0,05, o que mostra que não se deve rejeitar a hipótese nula, que neste caso era de que se tratava de uma distribuição normal. Assim, deve-se aceitar a hipótese nula e considerar a normalidade dos resíduos, satisfazendo o primeiro pressuposto.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo teve como objetivo analisar a qualidade do serviço de internet realizado, onde os construtos e a adaptação das perguntas afirmam ou não positivamente para a Lealdade. A primeira hipótese – “A tangibilidade influencia positivamente na lealdade” – não foi confirmada. A segunda hipótese – “A confiabilidade influencia positivamente na lealdade” – foi confirmada. A terceira hipótese – “A responsividade influencia positivamente na lealdade” – não foi confirmada. O Quadro 1 abaixo sintetiza a confirmação ou não das hipóteses consideradas.

Quadro 1 - Síntese dos resultados das hipóteses

Hipóteses	Conteúdo	Resultado
H1	<i>A tangibilidade influencia positivamente na lealdade</i>	Não confirmada
H2	<i>A confiabilidade influencia positivamente na lealdade</i>	Confirmada
H3	<i>A responsividade influencia positivamente na lealdade</i>	Não confirmada

CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A atual conjuntura econômica denota um cenário de alto crescimento da concorrência entre as empresas prestadoras de serviço de internet. Assim aquelas que conseguirem atingir a excelência na prestação e qualidade de serviços devem conquistar a preferência dos clientes e desta forma aumentar as intenções de lealdade. A confiabilidade das escalas (Alfa de Cronbach), avaliadas na tabela 4 deste trabalho mostrou que os valores dos construtos (Tangibilidade, Responsividade e Lealdade) foram superiores a 0,7, valor considerado por Nunnally (1978), George, D., & Mallery, (2003) como medida de confiabilidade. Sendo que para o construto (Confiabilidade) foi de 0,494, este valor é considerado moderado por Landis, J.R., KOCH, G.G. (1977). A intensidade da correlação entre os itens de um questionário pode ser verificada se esse coeficiente aumenta depois de se eliminar um item da escala de medição (questionário). Se isso ocorrer, pode-se assumir que esse item não é altamente correlacionado com os outros itens da escala. Por

outro lado, se o coeficiente diminuir, pode ser assumido que este item é altamente correlacionado com os outros itens da escala. Desta forma, o alfa de Cronbach determina se a escala é realmente confiável, pois avalia como cada item reflete sua confiabilidade. A análise de confiabilidade bem como a purificação da escala deve auxiliar o pesquisador sobre a pertinência ou não de um item em determinado levantamento de dados, no caso desta pesquisa não foi efetuada a purificação da escala.

O esforço desta pesquisa para se entender, avaliar e mensurar as dimensões de tangibilidade, englobando o cenário de serviços e seus elementos físicos, comportando uma concentração de intenções que compreendem tanto as condições físicas do ambiente quanto o processo interativo entre os clientes e a ETECC, constatou-se não confirmada, não influenciando positivamente na lealdade dos clientes. Cabe ressaltar que conforme esperado, a dimensão confiabilidade teve um impacto positivo nas intenções de lealdade, assim sendo "as expectativas mantidas pelo consumidor de que o provedor de serviços é responsável e cumprirá suas promessas" SIRDESHMUNKH, SINGH e SABEL (2002, p. 17). O mesmo não ocorreu com a dimensão responsividade, que está vinculada à atenção e prontidão no trato com as solicitações, questões, reclamações e problemas dos clientes (ZEITHALM, BERRY, JONHSTON (1995). Esta expos que a expectativa do cliente na entrega de internet banda larga de alta *performance* e estabilidade é um determinante crucial da qualidade, entretanto não foi possível confirmar a responsividade influenciando positivamente na lealdade. Esta pesquisa tem limitações dos resultados que podem ser minimizadas em trabalhos futuros, isto ocorre porque em primeiro lugar, o modelo proposto foi realizado numa empresa de telecomunicações com serviços de Internet no Litoral Sul Paulista com seus clientes, de modo que outros estudos podem ser conduzidos em outras partes do país para aumentar a validade externa dos resultados do estudo. Segundo por causa do campo da amostra e do foco de objeto a ser pesquisado. Da amostra trabalhada de 80 respondentes, somente foram validados 43, o que pode causar distorções em alguns resultados, principalmente no que se refere a testes de significância (HAIR et al, 2005). Terceiro a coleta de dados em corte transversal (isto é, em apenas um dado momento), quando um estudo longitudinal é mais apropriado para a determinação de relações de causa e efeito entre comportamentos de clientes. Quarto a pesquisa foi conduzida usando três variáveis independentes e uma dependente. Pesquisas futuras podem incluir outras variáveis independentes de modo a obter novas informações com relação a lealdade dos clientes e aumentar a quantidade da amostra.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, E. W.; MITTAL, V. Strengthening the satisfaction-profit chain. **Journal of Service Research**, v. 3, n. 2, p. 107-120, 2000

BREI, Vinícius Andrade. **Antecedentes e Consequências da Confiança do Consumidor Final em Trocas Relacionais com Empresas de Serviço: Um estudo com o usuário de Internet Banking no Brasil**. Dissertação de Mestrado - UFRS. 2001.

Corrêa, H. L. et Caon, M. (2012), **Administração de produção e operações: manufatura e serviços - uma abordagem estratégica Gestão de serviços**. São Paulo, Editora Atlas 3a Edição.

CROSBY, L.;STEPHENS, N. Effects of relationship on satisfaction, retention, and prices on the life insurance industry. **Journal of Marketing Research**, Chicago, Iss. 4, v. 24, p. 404-411, nov. 1987.

CRONIN, J. Joseph Jr. Taylor, Steven A. Measuring Service Quality: A Reexamination and Extension. **Journal of Marketing**, Vol. 56, No. 3 (Jul., 1992), pp. 55-68

DEMING, E. W. **Qualidade, a revolução da administração**. Saraiva: Rio de Janeiro, 1990

FLORES, C. S.; DAMACENA, C. **Análise dos Efeitos da Percepção de Valor de um Programa de Fidelidade na Lealdade à Marca**. In Anais do XXXII Associação Nacional dos Programas de Pós – Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD) . Rio de Janeiro , 2008.

FREIRE, K.M., & NIQUE, W. M. (2005) **O papel do envolvimento com o produto e do comprometimento com a marca em diferentes fases da lealdade de clientes**. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Brasília, DF, Brasil, 29.

GRONROOS . C. **Service management and marketing**. 2 ed Chichester : Wiley, 2003.

GRÖNROOS, C. **Marketing: gerenciamento e serviços**. 3. ed. Rio de Janeiro Editora Campus, 2009.

GROVE, S.J., FISK, R.P., DORSCH, M.J. Assessing the theatrical components of the service encounter : a cluster analysis examination. **The Service Industries Journal**, v. 18, n. 3, 1998.

HAIR, J. F., ANDERSON, R. E., TATHAM, R.L.; BLACK, W. C. (2005). Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman.

HAIR, J. F., ANDERSON, R. E., TATHAM, R.L.; BLACK, W. C. (1998). **Multivariate data analysis**. New Jersey: Prentice Hall.

- HAWKINS, Del L; MOTHERSBAUGH, David L.; BEST, Roger J. **Comportamento do Consumidor Construindo a Estratégia de Marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- HEWETT, K; BEARDEN, W. O. Dependence, Trust, and Relational Behavior on the Part of Foreign Subsidiary Marketing Operations: Implications for Managing Global Marketing Operations. **Journal of Marketing**, V.65 p.51-66, oct. 2001
- JOHNSTON, R. The determinants of service quality: satisfiers and dissatisfiers. **International Journal of Service Industry Management**, v.6,n.5,p.53-71, 1995.
- KASZNAR, I.K., GONÇALVES, Bento. (2007). **REGRESSÃO MÚLTIPLA: uma digressão sobre seus usos por Estados**, IBCI – Institutional Business Consultoria Internacional. Rio de Janeiro – R.J.
- KOTLER, P. **Administração de marketing: a edição do novo milênio**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000
- KNY, M. A. (2005) **Viabilidade da lealdade do cliente como objetivo estratégico**. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Brasília, DF, Brasil, 29.
- LANDIS, J. R., KOCH, G. G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. **Biometrics** 33:159-174.
- MATOS, Celso Augusto; HENRIQUE, Jorge Luiz. **Balanco do conhecimento em marketing: uma meta- : análise dos resultados empíricos dos antecedentes e consequentes da satisfação e lealdade**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. Anais: ANPAD, 2006.
- MOTTA, P. C. **Servir com alma – um novo conceito em relacionamento com o cliente** São Paulo : Prentice Hall , 2000.
- NORMANN, R. (1993), **Administração de serviços: estratégia e liderança na empresa de serviços**. São Paulo: Atlas.
- NUNNALLY, J. C. (1978). **Psychometric Theory** (2nd ed.). New York: McGraw Hill.
- NUNNALLY, J.C. (1975). **Introductory statistics for psychology and education**. New York: McGraw-Hill.
- OLIVER, R. L. **Satisfaction: a behavioral perspective on the consumer. New on the consumer** York: McGraw-Hill, 1997.
- OLIVER, R. L. Whence Consumer Loyalty? **Journal of Marketing**, [S. of Marketing I.], v. 63, p. 33-44, 1999
- OSBORNE, J. W. (2001). **A new look at outliers and fringeliens: Their effects on statistic accuracy and Type I and Type II error rates**. Unpublished manuscript,

Department of Educational Research and Leadership and Counselor Education, North Carolina State University.

PALADINI, E. P. **Avaliação estratégica da qualidade**. E-book. São Paulo: Atlas 2002

PARASURMAN, A; ZEITHAML, V. A; BERRY, L. A conceptual model of service quality and its implications for future research. **Journal of Marketing** v. 49, p. 41-50, 1985.

PINE, B. J.; PEPPERS, D.; ROGERS, M. DO You Want to Keep Your Customers Forever? **Harvard Business Review**. p. 103-114, March-April 1995.

REICHHELD, F.F. Loyalty-Based Management. **Harvard Business Review**, v. 71, n2, p. 64-73, 1993.

REICHHELD, F.F; SCHEFTER, P. E- Loyalty: Your Secret Weapon on the web, **Harvard Business Review**. V. 78, n.47, p. 105-113, 2000

ROSALIND McMullan, (2005), "A multiple-item scale for measuring customer loyalty development", **Journal of Services Marketing**, Vol.19 Iss: 7 pp. 470 - 481

SALOMI, G. G. E. et al, SERVQUAL x SERVPERF: comparação entre instrumentos para avaliação da qualidade de serviços internos. **Gestão da Produção**. V. 12 N. 2 p 279-293, maio-ago/2005.

TABACHNICK, B. G., FIDELLI, L. S. (2001). **Using Multivariate Statistics** (4th ed.). Needham Heights, MA: Allyn and Bacon.

THURAU, H, T.; GWUINNER, K. P.; GREMLER, D. D. Understanding Relationship Marketing Outcomes – An Integration of Relational Benefits and Relationship Quality. **Journal of Services Research**. V. 4, n. 3, p. 230-247, 2002.

TONTINI, G.; SILVEIRA, A. Identification of satisfaction attributes using competitive analysis of the improvement gap. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 27, n. 5, p. 482-500, 2007. DOI 10.1108/01443570710742375

TONTINI, G.; WALTER, S. A. Antecedentes da Qualidade Percebida de um Curso de Administração: uma abordagem não linear. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 13, n.40. São Paulo: Jul/Set 2011.

ANTECEDENTES DOS BENEFÍCIOS PERCEBIDOS DE COMPLIANCE ÀS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NAS ORGANIZAÇÕES

Juliana Graciela dos Santos (Mestre em Administração na Universidade Metodista de São Paulo); julysb1@hotmail.com.br *

Alexandre Cappelozza – Professor Doutor na Universidade Metodista de São Paulo; e-mail: alexandre.cappelozza@metodista.br

Resumo: Políticas de proteção de dados pessoais são ferramentas organizacionais que, se usadas de maneira adequada pelos colaboradores auxiliam na prevenção e proteção dos dados pessoais dentro de um limite de segurança e transparência organizacional. Este estudo objetiva analisar os fatores que influenciam a percepção dos empregados de organizações brasileiras quanto aos benefícios percebidos de *compliance* sobre as políticas estabelecidas na prevenção e proteção dos dados pessoais. A pesquisa foi conduzida através de uma abordagem de investigação quantitativa, com análise por equações estruturais e os dados do estudo foram coletados por meio de um instrumento de pesquisa com obtenção de uma amostra válida de 220 respondentes. O estudo concluiu que a confiança na organização e a Percepção do risco de perda dos dados pessoais são estímulos que influenciam positivamente os benefícios percebidos de *compliance*. Os resultados também evidenciam que o empregado que teve seus dados utilizados de forma indevida reduz a sua credibilidade nos controles organizacionais e aumenta a sua Percepção do risco de perda de privacidade. O resultado do estudo pode auxiliar gestores de organizações a obter maior aderência dos empregados quanto às políticas de proteção de dados pessoais da organização em que trabalham, além de demonstrar a importância da credibilidade nos controles internos e a confiança na organização como preditores dos benefícios percebidos de *compliance*.

Palavras-chave: Segurança. Informação. Controles. Compliance. Comportamento

Abstract: Personal data protection policies are organizational tools that, if used correctly by employees, will assist in the prevention and protection of personal data within a limit of organizational security and transparency. The objective of this study was to analyze the factors that influence the perception of employees of Brazilian organizations about the perceived benefits of compliance in the policies established in the prevention and protection

of personal data. The research was carried through a quantitative approach, with analysis by structural equations and the data of the study were collected through a research instrument with the obtaining of a valid sample of 220 interviewees. The study concluded that trust in the Organization and the perceived risk of loss of personal data are stimuli that positively influence the perceived benefits of compliance. The results also show that employees, who had their personal data improperly used, reduce their credibility in organizational controls and increase their perception of risk of loss of privacy. The outcome of the study can help corporate managers achieve greater employee compliance with the Organization's personal data protection policies, demonstrate the importance of credibility in internal controls, and trust the Organization as predictors of benefits.

Keywords: Security. Information. Controls. Compliance. Behavior.

INTRODUÇÃO

O processo de informatização de bases de dados ganha espaço a cada dia nas organizações. A automação de processos organizacionais é vista como sinônimo de eficiência gerencial, redução de custos, maior produtividade, melhor controle sobre as operações desenvolvidas e maior precisão nas atividades fim (SARDETO, 2011).

A prática da coleta de dados pessoais pelas organizações atinge múltiplos interesses, seja para a gestão de recursos humanos, ou para cumprir requisitos legais (HASSAN, 2012).

Com o avanço da tecnologia da informação e comunicação, proteger a privacidade das informações pessoais se tornou um desafio significativo para as organizações (XU et al., 2008), uma vez que a ocorrência de vazamento de dados pode gerar consequências desastrosas, incluindo a responsabilidade legal corporativa, a perda de credibilidade, imagem e danos monetários (CAVUSOGLU; CAVUSOGLU; RAGHUNATHAN, 2004). Somente em 2015, as organizações brasileiras que tiveram seus dados utilizados indevidamente arcaram com um gasto total aproximado a R\$ 3,9 milhões de prejuízo, impondo um aumento de 10% nos gastos totais quando comparado ao ano de 2014 (PONEMON, 2015).

As boas práticas de Governança Corporativa consistem na transparência e padrões éticos em conformidade com normas internas e externas. É papel da Governança Corporativa velar pela integridade organizacional em todos os níveis, sendo fundamental o seu envolvimento ativo no programa de *compliance*.

Sabe-se que *compliance* se refere a cumprir, estar em conformidade com leis, diretrizes, regulamentos internos ou externos, buscando mitigar riscos (COIMBRA; MANZI, 2010). O cumprimento das normas é indispensável para a equidade nas relações da organização com os *stakeholders* e para um comportamento responsável da organização e de seus dirigentes. (COIMBRA, MANZI, 2010).

Além disto, o entendimento e cumprimento das políticas e regulamentos de segurança organizacional pelos empregados pode ser fundamental no controle de segurança da informação tendo em vista que os empregados podem expor informações confidenciais pela falta de zelo, distrações ou de forma maliciosa (BULGURCU; CAVUSOGLU; BENBASAT, 2010).

Desta forma, somente a existência dos mecanismos de controle de dados não se traduz automaticamente em um comportamento individual desejável de adesão às políticas de segurança da informação implantadas, pois os funcionários podem não ser motivados a executar as atividades necessárias para proteger os ativos da informação (STANTON et al., 2004).

Portanto, afim de ampliar o conhecimento sobre as percepções dos colaboradores sobre a segurança de suas informações pessoais nas organizações que atuam, este estudo objetiva analisar os antecedentes individuais aos benefícios percebidos de *compliance* às políticas organizacionais de proteção de dados pessoais dos empregados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A VIOLAÇÃO DE DADOS NAS ORGANIZAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES

As organizações têm o compromisso de utilizar os dados coletados exclusivamente para cada objetivo específico e manter em suas bases de dados somente informações pessoais relevantes e exigidas legalmente. Algumas dessas informações podem ser utilizadas pela própria organização e outras repassadas para terceiros, mas é importante que os terceiros possuam o mesmo nível de comprometimento e seriedade da organização cedente no tratamento das informações pessoais (FONTES, 2006).

Quando as pessoas compartilham suas informações pessoais, seja para o cadastro de emprego ou uma compra na internet, o proprietário dos dados e o destinatário se tornam coproprietários e as partes interessadas tendem a negociar regras de proteção de dados a fim de manter a informação de forma confidencial (CHANG; LEE; WANG, 2015). Um ambiente organizacional com poucas medidas de segurança, como políticas e procedimentos de segurança da informação é mais suscetível à ocorrência de vazamento

de informações que pode estar vinculada a venda ou aluguel de nomes de potenciais clientes, endereços, números de telefone, histórico de compras, categorizações, etc (MILBERG; SMITH; BURKE, 2000).

Diversos escândalos envolvendo os dados pessoais ocorreram ao redor do mundo: em fevereiro de 2005, a ChoicePoint que é uma empresa Americana responsável por credenciamento, triagem e autenticação de registros públicos para organizações sem fins lucrativos e agências governamentais enviou cartas a 145 mil clientes notificando-os de que, em 2004, suas informações tinham sido de forma fraudulenta acessadas e usadas para cometerem delitos. A violação foi resultado de falhas no processo de credenciamento de novos clientes e monitoramento dos clientes já credenciados que permitiu a negociação de contratos com empresas que buscavam com o credenciamento somente o acesso a informações pessoais (CULNAN; WILLIAMS, 2009).

A existência de procedimentos que regulamentam o comportamento dos empregados dentro da organização é o que faz a manutenção da rotina de cada companhia. A aplicação de penalidades pelo ferimento das regras é a prova de que o código de ética da empresa não é uma mera formalidade, mas que existe para ser seguido à risca.

Quando os empregados percebem que existe uma dicotomia entre ação e reação a tendência é desacreditarem que serão punidos ao agirem fora das normas (GIEREMEK, 2015). As políticas de segurança da informação consistem na formalização dos anseios da organização quanto à proteção de suas informações a fim de minimizar os riscos da perda dessas informações (ZANON, 2014). Deste modo, cumprir os requisitos de segurança, regras e procedimentos pode estar relacionado com os riscos de perda privacidade (BULGURCU; CAVUSOGLU; BENBASAT, 2010).

2.2 RISCOS DE PERDA DE PRIVACIDADE

A privacidade das informações é um assunto que preocupa os profissionais no contexto organizacional devido a fragilidade relacionada a segurança das informações e as possíveis perdas decorrente de um vazamento de informações pessoais (STONE; STONE, 1990).

Nas transações de consumo, o cliente quase sempre detalha o seu comportamento e preferências de modo que seus hábitos de compras são facilmente projetados e podem ser compartilhados com terceiros. Esta fragilidade impacta diretamente na preocupação dos titulares da informação e como consequência, poderão deixar de divulgar suas informações em futuras relações de consumo (CULNAN, ARMSTRONG, 1999).

A atitude pessoal pode ser um dos fatores que norteiam os efeitos dos benefícios de *compliance* e leva em consideração os benefícios e o custo do não cumprimento das políticas de segurança da informação (BULGURCU; CAVUSOGLU; BENBASAT, 2010). A pessoa que apresenta preocupação com suas informações pessoais tende a se comportar de modo a manter seus dados em segurança (DOLNICAR; JORDAAN, 2006). Portanto, elabora-se a primeira hipótese deste estudo.

H1: A percepção do risco de perda de privacidade influencia positivamente os benefícios percebidos de *compliance*.

O objetivo de uma política de proteção de privacidade é estabelecer as condições em que o empregador irá processar os dados pessoais e garantir que todos na empresa tenham o conhecimento e estejam cientes de suas responsabilidades individuais e expectativas do empregador sobre a manutenção da privacidade das informações pessoais (COOPER, 2013).

2.3 CREDIBILIDADE NOS CONTROLES ORGANIZACIONAIS

A privacidade é uma questão organizacional, a ausência de políticas e controles que regem o uso adequado de informações pessoais nas organizações pode gerar o risco de utilização inadequada dessas informações por um único funcionário trazendo consequências negativas para a empresa (CULNAN; ARMSTONG, 1999).

Os titulares das informações pessoais estão aptos a revelar suas informações se as suas preocupações sobre privacidade são amparadas por controles e procedimentos justos (CULNAN; ARMSTRONG, 1999).

A credibilidade no controle pode ser o primeiro passo para aliviar as preocupações com a privacidade entre os proprietários das informações pessoais (DOLNICAR; JORDAAN, 2006). Nesse sentido, desenvolve-se a segunda hipótese do estudo.

H2: A credibilidade nos controles organizacionais influencia negativamente a percepção do risco de perda de privacidade

Os proprietários das informações pessoais podem passar por experiências positivas ou negativas na disponibilização de suas informações pessoais, entretanto, mesmo que o indivíduo possua mais experiências positivas, um único evento negativo

aumentará a sua preocupação com relação aos seus dados pessoais (OKAZAKI; LI; HIROSE, 2009). Algumas pessoas podem desenvolver atitudes sobre a percepção do risco de perda de privacidade somente após terem tido alguma experiência negativa com o uso inadequado de suas informações por terceiros (CULNAN, 1995).

2.4 EXPERIÊNCIA NEGATIVA DE PERDA DE PRIVACIDADE

Nos Estados Unidos, somente em 2014, estima-se que aproximadamente 110 milhões de americanos, cerca de 50% dos adultos deste país, tiveram seus dados pessoais expostos nos diversos meios eletrônicos (KELLY, 2014).

Após uma experiência negativa relacionada à perda de informações pessoais, os proprietários das informações ressentem em fornecer suas informações novamente devido ao risco de novo incidente, assim serão menos propensos a confiar nas organizações. Experiências negativas de privacidade podem aumentar a percepção de risco dos consumidores quanto a divulgação de suas informações pessoais, Bansal; Zahedi, (2015) e afetar a confiança nas empresas (YANG, LIU, 2013). Neste sentido, propõe-se a seguinte hipótese:

H3: Experiência negativa de privacidade influencia positivamente a percepção do risco de perda de privacidade.

Uma vez que o titular da informação pessoal tenha vivenciado uma experiência negativa com a violação de seus dados, eles serão mais sensíveis à questão da privacidade, aumentando o seu nível de preocupação com os seus dados.

Caso o proprietário da informação pessoal não acredite nos controles internos da organização possuidora de suas informações ou perceba o mau uso desta ele tende a solicitar a remoção de seus dados dessa organização. (DOLNICAR, JORDAAN, 2006). Deste modo, elabora-se a quarta hipótese:

H4: Experiência negativa de privacidade influencia negativamente a credibilidade nos controles organizacionais.

2.5 CONFIANÇA NA ORGANIZAÇÃO

A confiança na organização é um recurso extremamente valioso com significativo

efeito sobre a satisfação no trabalho e bem-estar do empregado (HELLIWELL, 2005). A confiança pode ser representada pela vontade de assumir o risco Mayer; Davis e Schoorman, (1995), ou um estado psicológico que compreende a intenção de aceitar vulnerabilidades baseada em expectativas positivas (ROUSSEAU, 1998).

A confiança entre proprietário das informações pessoais e organização é direcionada aos atributos utilizados pela organização para maximizar a proteção de privacidade e ao poder dado às organizações no gerenciamento e divulgação dos seus dados privados. Se uma organização possui políticas de privacidade robustas, os titulares das informações podem sentir maior controle sobre seus dados (CHANG; LEE, 2015).

Do mesmo modo que a confiança é um antecedente direto das intenções de transação ele atua como um antecedente indireto através do risco percebido sobre o fornecimento de dados pessoais a um sistema de informação (PAVLOU, 2003).

A redução de risco nas transações contribui para a relação de confiança, Santos e Fernandes (2005). Uma vez que um indivíduo estabelece a confiança em uma entidade por meio da percepção de segurança de que seus dados pessoais estão armazenados de maneira segura, ele provavelmente apresenta níveis reduzidos de preocupação com o risco de privacidade porque vê a probabilidade de resultado negativo reduzida (MILTGEN; SMITH, 2015). Portanto, elabora-se a seguinte hipótese:

H5: A confiança na organização influencia negativamente a percepção do risco de perda de privacidade.

A confiança consiste nas expectativas mantidas pelo proprietário das informações pessoais de que a empresa em que trabalha cumprirá suas responsabilidades organizacionais de forma adequada (TERRES; SANTOS; ALVES, 2009).

Partindo da confiança na organização, empregados podem agir em *compliance* com as políticas de proteção de dados pessoais, pois acreditam no benefício nesta relação. O tratamento adequado das informações pessoais é essencial para a construção da relação de confiança entre o proprietário das informações pessoais e a organização ao qual possui algum tipo de relacionamento (CULNAN; ARMSTRONG, 1999).

Os mecanismos de controle das informações pessoais podem ser percebidos positivamente pelos empregados como benefício e favorecer o cumprimento das políticas de segurança da informação (BULGURCU; CAVUSOGLU; BENBASAT, 2010). Deste modo, elabora-se a hipótese seis e sete deste estudo.

H6: A Confiança na organização influencia positivamente os benefícios percebidos de compliance.

H7: A Confiança na organização influencia positivamente a credibilidade nos controles organizacionais.

Após apresentação das hipóteses a serem testadas, elabora-se o modelo conceitual da pesquisa na figura 1.

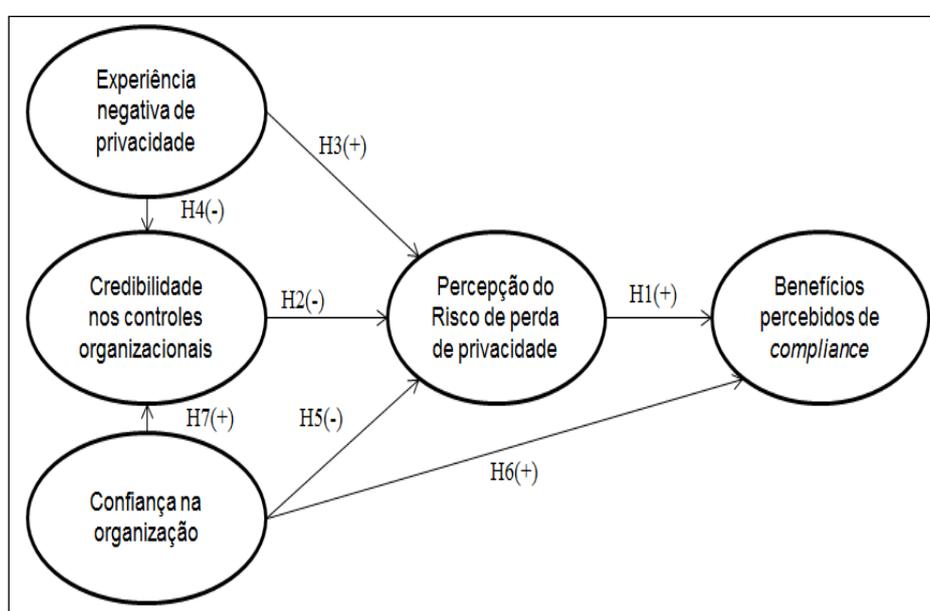


Figura 1: Modelo conceitual da pesquisa

3. DESENVOLVIMENTO E METODOLÓGIA

3.1. INFORMAÇÃO DA AMOSTRA E INSTRUMENTO DE MEDIDAS

Esta é uma pesquisa de abordagem quantitativa que buscou compreender a realidade por meio da coleta de dados de profissionais a respeito da proteção de dados pessoais. Nesta pesquisa, para a coleta dos dados brutos foi utilizado um questionário com escalas validadas com o objetivo de testar as hipóteses propostas no referencial teórico.

Um pré-teste foi aplicado a 30 empregados de organizações brasileiras com objetivo de aprimorar o questionário por meio da avaliação dos comentários e dúvidas apresentadas pelos respondentes. Para testar as hipóteses propostas no modelo conceitual da pesquisa, utilizou-se de escalas validadas do tipo LIKERT.

As escalas utilizadas são de sete pontos onde (1) representa que o respondente “Discorda totalmente” e (7) “Concordo totalmente” sobre cada afirmativa. O Quadro 1 apresenta de forma resumida as referências que serviram de base para a elaboração do instrumento de medida.

Quadro 1: Origem das escalas

Construto	Referências Bibliográficas
Benefícios percebidos de <i>compliance</i>	Bulgurcu; Cavusoglu; Benbasat (2010).
Percepção do risco de perda de privacidade e Credibilidade nos controles organizacionais	Miltgen; Smith (2015).
Experiência negativa de privacidade	Smith; Milberg; Burke (1996).
Confiança na organização	Terres; Santos; Alves (2009).

A pesquisa foi aplicada de duas maneiras, a primeira abordou 180 empregados de diversas organizações e atividades, presencialmente, por meio de questionário impresso, aplicado a uma amostra segmentada de empregados de organizações brasileiras que utilizam meios eletrônicos como sistemas integrados e e-mail em seu cotidiano. Desse total foram validados 172 questionários, oito formulários tiveram que ser excluídos da amostra por estarem incompletos. A coleta de dados também foi realizada por meio de questionário eletrônico criado no ambiente *Survey Monkey* com amostra direcionada obtendo um total de 50 respondentes. Nesta amostra apenas dois questionários apresentaram divergências passíveis de eliminação, tendo um total de 48 questionários validados. Considerando as duas maneiras de coleta, 220 foi o total de questionários validados.

A amostra foi composta por empregados de organizações situadas no Brasil que possuíam pelo menos um ano em sua função atual e utilizavam tecnologia da informação, tal como sistemas de informação, e-mail, entre outros, em suas atividades profissionais diárias.

O tamanho da amostra e o poder estatístico das análises foram avaliados por meio do software G*Power 3.1.5 Faul; Erdfelder; Buchner e Lang (2009) de acordo com as recomendações de Chin e Newsted (1999), Cohen (1988) e Hair; Hult; Ringle e Sarstedt (2014). Para os cálculos e validações dos testes estatísticos foi utilizado o software SmartPLS 3.0.M3 (Ringle, Wende, & Becker, 2015).

A amostra apresentou 112 participantes do gênero feminino que representa 50,9% da amostra e 108 participantes do gênero masculino que representa 49,1% ambos com idade média dos de 35 anos. Com reação a escolaridade, em sua maioria, 35,9% possuíam ensino superior incompleto e 24,01% dos respondentes possuem especialização completa. Respondentes com o ensino médio incompleto representa o menor índice da avaliação com 0,5% dos respondentes. A experiência profissional dos respondentes é representada por 14,88 anos.

A análise realizada com os participantes da pesquisa revelou que 55% das organizações permitem o uso de computadores da companhia para fins particulares e 45% já não permite esse acesso, ainda que, em percentual menor, é possível notar restrição do uso de computadores das companhias para fins particulares.

Um vazamento de dados pode estar relacionado a divulgação de informações que não deveriam ser públicas por um invasor ou mesmo por fragilidades que permita a exposição desses dados indevidamente com consequências pessoais. O resultado da pesquisa apontou que 30,5% dos respondentes já tiveram o conhecimento da ocorrência de vazamento de dados pessoais de pessoas próximas e apenas 30,5% das organizações possuem um canal onde os empregados podem comunicar a ocorrência de vazamento de dados.

3.2. AVALIAÇÃO DOS MODELOS DE MENSURAÇÃO E ESTRUTURAL

A análise das cargas fatoriais cruzadas foi utilizada para avaliar as validades discriminantes e convergentes, no nível dos indicadores e das variáveis latentes.

Todos os indicadores apresentaram cargas fatoriais altas em suas variáveis latentes, superiores ou próximas a 0,70 (validade convergente), e cargas fatoriais baixas nas demais variáveis latentes (validade discriminante), indicando validade convergente e discriminante satisfatórias (Chin, 1998).

Apesar da variável experiência negativa de privacidade continuar um pouco abaixo de 0,70, o indicador de confiabilidade composta do construto dessa variável apresentou valor adequado, e optou-se por manter essa variável de acordo com as sugestões de Hair et al. (2014). Os valores de AVE, Confiabilidade Composta e Alpha de Cronbach foram analisados no modelo ajustado apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Modelo ajustado: Variância média extraída, confiabilidade composta e Alfa de Cronbach

Variáveis	Variância média extraída (AVE)	Confiabilidade e composta	Alfa de Cronbach
Benefício percebido de compliance	0,616	0,865	0,793
Confiança na Organização	0,638	0,841	0,717
Experiência Negativa de Privacidade	0,633	0,772	0,441
Credibilidade nos Controles	0,636	0,875	0,808
Risco de Perda de Privacidade	0,578	0,873	0,818

A correlação entre as variáveis latentes e a raiz quadrada da variância média extraída (valor em negrito na diagonal) do modelo ajustado é apresentada na tabela dois. Os valores em negrito na diagonal (raiz quadrada da AVE) devem ser maiores que a correlação entre as variáveis latentes (FORNELL; LARCKER, 1981).

Tabela 2: Validade Discriminante

Variáveis	Benefício percebido de compliance	Confiança na Organização	Experiência Negativa de Privacidade	Credibilidade nos Controles Organizacionais	Risco de Perda de Privacidade
Benefício percebido de compliance	0,785				
Confiança na Organização	0,618	0,799			
Experiência Negativa de Privacidade	-0,009	-0,182	0,795		
Credibilidade nos Controles Organizacionais	0,476	0,706	-0,325	0,797	
Risco de Perda de Privacidade	-0,085	-0,334	0,378	-0,440	0,760

De acordo com as recomendações de Hair et al. (2014), foi realizada uma reamostragem de 5.000 amostras, com reposição de 220 casos. Esses valores também foram estimados pela técnica de *bootstrapping*. Os valores dos coeficientes entre os construtos e as respectivas estatísticas t de *Student* são apresentadas na tabela três.

Todos os valores dos relacionamentos apresentaram valores de t de *Student* superiores a 1,96 (nível de significância = 5%), com exceção do relacionamento entre Confiança na organização (C) e Percepção do risco de perda de privacidade, que apresentou um valor t de 0,622, não dando suporte para hipótese desse relacionamento (H5).

Tabela 3: Coeficientes do modelo estrutural – entre construtos

Variáveis	Média (M)	Desvio Padrão	Estatística T	P-Valor	FIV
Confiança -> Benefício percebido de compliance	0,668	0,042	15,754	0,000	1,125
Confiança ->Credibilidade nos controles organizacionais	0,671	0,045	14,738	0,000	1,034
Confiança ->Risco de perda de privacidade	-0,073	0,095	0,751	0,453	2,004
Experiência Negativa de privacidade -> Credibilidade nos controles organizacionais	-0,206	0,051	3,993	0,000	1,034
Experiência Negativa de privacidade -> Risco de perda de privacidade	0,272	0,061	4,361	0,000	1,123
Credibilidade nos controles organizacionais -> Risco de perda de privacidade	-0,303	0,104	2,907	0,004	2,165
Risco de perda de privacidade -> Benefício percebido de compliance	0,137	0,059	2,306	0,021	1,125

O coeficiente de determinação (r^2) foi avaliado com base nos estudos de Cohen (1988) e Faul; Erdfelder; Lang e Buchner, (2007), que determinam que os valores de f^2 iguais a 0,02, 0,15 e 0,35 são considerados, respectivamente, como efeitos pequenos, médios e grandes. De acordo com as análises, o construto Credibilidade nos controles organizacionais (CCO) apresentou um r^2 de 0,538 considerado alto, o construto Percepção do risco de perda de privacidade (RPP) apresentou um r^2 de 0,258, considerado alto, e o construto Benefícios percebidos de *compliance* apresentou um r^2 de 0,399, também considerado alto (COHEN, 1998). Na Figura 2, é possível visualizar de forma esquemática, os resultados dos relacionamentos entre as dimensões do modelo de pesquisa.

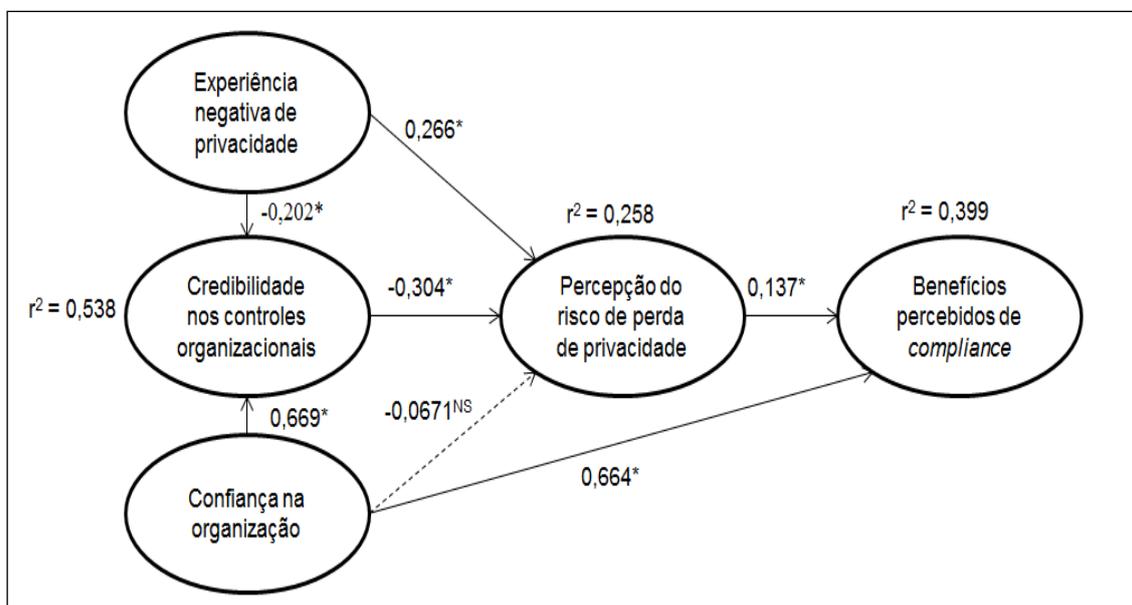


Figura 2: Modelo resultante

Notas: NS = não significante; * = significância inferior a 5%

No Quadro 2, é possível visualizar de forma sintética, os resultados sobre os testes de hipótese.

Quadro2: Síntese dos testes de hipóteses do estudo

Hipótese	Descrição	Resultado
H1	Percepção do risco de perda de privacidade influencia positivamente os benefícios percebidos de <i>compliance</i>	CONFIRMADA
H2	Credibilidade nos controles organizacionais influencia negativamente a percepção do risco de perda da privacidade	CONFIRMADA
H3	Experiência negativa de privacidade influencia positivamente a percepção do risco de perda da privacidade	CONFIRMADA
H4	Experiência negativa de privacidade influencia negativamente a credibilidade nos controles organizacionais	CONFIRMADA
H5	Confiança na organização influencia negativamente a percepção do risco de perda da privacidade	NÃO CONFIRMADA

H6	Confiança na organização influencia positivamente os benefícios percebidos de <i>compliance</i>	CONFIRMADA
H7	Confiança na organização influencia positivamente a credibilidade nos controles organizacionais	CONFIRMADA

CONCLUSÃO

Este estudo identificou e analisou os antecedentes que influenciam empregados de organizações brasileiras quanto aos benefícios percebidos de *compliance* às políticas estabelecidas na prevenção e proteção dos dados pessoais. Sete hipóteses foram estabelecidas e apenas uma não foi confirmada.

Como um antecedente do Benefício percebido de *compliance*, a Credibilidade nos controles organizacionais apresenta o quanto o empregado acredita nos controles de proteção de dados pessoais. De acordo com o resultado, essa dimensão apresentou um r^2 de 54%, considerado alto conforme Cohen (1998), ou seja, a credibilidade nos controles organizacionais é explicada em 54% pela Experiência negativa de privacidade e Confiança na organização.

O construto Credibilidade nos controles organizacionais indica que o empregado que acredita nesses controles organizacionais enxerga, de forma reduzida, o risco de vazamento de seus dados pessoais pelas organizações, além disso, nota-se que a confiança na organização apresenta maior influência a percepção do risco de perda de privacidade assim, uma das possibilidades sugeridas aos gestores é a implementação de um processo de governança e gestão de riscos que favoreça a credibilidade nos controles organizacionais por meio de planos que elevem a confiança dos empregados na organização. Adicionalmente, os gestores devem promover campanhas que valorize a organização e o sucesso alcançado com o auxílio dos empregados.

A Percepção do risco de perda de privacidade é um construto com poder de explicação também considerado alto, conforme Cohen (1998). E apresentou r^2 de 26% ou seja, a Experiência negativa de privacidade e Credibilidade nos controles organizacionais explica 26% da Percepção do risco de perda de privacidade. Conclui-se, então que o indivíduo que sofreu consequências negativas com a perda de seus dados pessoais é mais sensível ao risco, ou seja, percebe facilmente o risco de perda de privacidade e consequentemente a sua credibilidade com relação aos controles internos organizacionais é diminuída.

O relacionamento entre confiança na organização e a Percepção do risco de perda de privacidade é um ponto que merece atenção neste estudo, pois o resultado não confirmou a existência de relacionamento e difere dos estudos de Culnan e Armstrong (1999) e Miltgen e Smith (2015), deste modo, merece investigação futura.

Acredita-se que o resultado ocorreu devido o efeito da mediação da Credibilidade nos controles organizacionais. Além disso, a dimensão com maior influência nesse relacionamento é a Credibilidade nos controles organizacionais. Portanto, é sugerido aos gestores de organizações mostrarem a eficiência dos controles estratégicos que favoreçam a segurança dos dados dos empregados com o objetivo de aumentar a credibilidade nos controles de proteção de dados pessoais.

O estudo confirma que empregado que confia na organização em que trabalha tem maior probabilidade de seguir as políticas de proteção de dados pessoais, pois percebe o benefício dessa ação. Evidenciou-se também que o empregado que confia na organização em que trabalha tem a sua credibilidade nos controles organizacionais aumentada.

De acordo com o resultado da pesquisa o benefício percebido de *compliance* é explicado em 40% pela Confiança na organização e a Percepção do risco de perda de privacidade. Sugere-se então que pesquisas futuras abordem temas que busquem maior poder de explicação do modelo.

Os Benefícios percebidos de *compliance* sofrem maior influência pela Confiança na organização. Para os gestores, o estudo amplia a compreensão de que a Confiança na organização é um fator determinante no benefício percebido *de compliance* e credibilidade nos controles organizacionais.

Com o objetivo de aperfeiçoar os processos de gestão de risco de perda de dados, as organizações devem divulgar a seus empregados o quão efetiva são as políticas de proteção de dados e os benefícios gerados quando essas políticas são seguidas. Avaliar a percepção dos empregados com relação aos controles internos existentes e implementar melhorias conforme anseio dos empregados a fim de disseminar a confiança no processo de gestão de riscos e conseqüentemente na organização.

Entre as contribuições originadas por esta pesquisa, algumas estão relacionadas ao âmbito acadêmico. Os resultados contribuem com os estudos associados a preocupações com a privacidade e confiança conforme as chamadas de pesquisa de Liao; Liu e Chen, (2011) e Okazaki; Li e Hirose, (2009). Adicionalmente o estudo também contribui com as chamadas de pesquisa relacionadas com a privacidade no trabalho por meio de políticas e práticas organizacionais referentes a coleta e uso de informações pessoais (STONE; STONE; HYATT, 2003).

Pesquisas futuras podem agregar ao estudo dimensões que versam o custo e benefício de estar em *compliance*. Por exemplo, uma possibilidade de estudo futuro é a mensuração da efetividade dos controles internos relacionados a proteção de dados pessoais por meio da percepção dos empregados sobre as ações organizacionais na busca pela manutenção e aperfeiçoamento de controles de proteção de dados. Outra possibilidade de pesquisa pode ser a condução de diferentes grupos organizacionais com o objetivo de verificar, por exemplo, se o porte da organização influencia no nível de controle de proteção de dados pessoais, como exemplo, a infraestrutura de tecnologia e controles de uma grande organização em comparação com uma organização de menor porte. Outro fator que pode ser considerado como sugestão de pesquisa refere-se a região onde a organização está inserida para investigar se a cultura regional influencia a proteção de dados pessoais.

Entende-se como limitação desta pesquisa o fato de o estudo poder conter erros de medida através de imprecisão na mensuração dos valores reais das respostas e não pode afirmar que a significância e valores dos testes realizados neste estudo sejam constantes uma vez que a pesquisa foi aplicada em diversas organizações, sem um padrão exclusivo, contidas em uma mesma região geográfica.

REFERÊNCIAS

- BANSAL, G; ZAHEDI, F. Trust violation and repair: The information privacy perspective. **Decision Support Systems**. United States, 2015, v.71, p.62-77. Jan.2015. ScienceDirect/Elsevier.
- BULGURCU, B; CAVUSOGLU, H; BENBASAT, I. Information security policy *compliance*: An empirical study of rationality-based beliefs and information security awareness. **MIS Quarterly**. [S.L], v. 34, No. 3, p. 523-548, Set.2010.
- CAVUSOGLU, H; CAVUSOGLU, H; RAGHUNATHAN, S. "Economics of IT Security Management: Four Improvements to Current Security Practices," **Communications of the Association for Information Systems, Texas**, Dallas, v.14, p. 65-75, 2004.
- CHANG, Y, LEE, H. WONG. S. Understanding perceived privacy: a privacy boundary management model. **Research Gate**. [S.I], s/p, Mai.2015.
- CHIN, W. The Partial Least Squares Approach to Structural Equation Modeling. In G. A. Marcoulides (Ed.), **Modern Methods for Business Research**, 1998, p. 295-358. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

- CHIN, W; NEWSTED, P. Structural equation modeling analysis with small samples using partial least squares. In R. H. Hoyle (Ed.), **Statistical strategies for small sample research**, 1999, pp. 307-341. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. 2.ed, 1988. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- COIMBRA, MANZI, **Manual de Compliance - Preservando a Boa Governança e Integridade das Organizações**. [S.N], 2010, p.168.
- COOPER, C. Employee data protection policies. **Global Data Hub**. Mai.2013.
- CULNAN, M. Consumer awareness of name removal procedures: Implications for direct marketing. **Journal of Direct Marketing**, 1995 v.9, p.10-19, [s/i].
- CULNAN, M; WILLIAMS, C. How ethics can enhance organizational privacy: lessons from the Choicepoint and Tjx data breaches. **MIS Quarterly**. Waltham, MA 02452 U.S.A, no. 4, v.33, p. 673-687, Dez.2009.
- CULNAN, M; ARMSTRONG, P. **Information Privacy Concerns**, Procedural Fairness, and Impersonal Trust: An Empirical Investigation; *Organization Science*. Washington, D.C., No 1, v.10, p 104-115, Fev.1999.
- DOLNICAR, S; JORDAAN, Y. Protecting Consumer Privacy in the Company's Best Interest. **Australasian Marketing Journal**, v.4 p.39-61, 2006,
- FAUL, F.; ERDFELDER, E.; BUCHNER, A.; LANG, A. Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. **Behavior Research Methods**, v. 41, p. 1149-1160, 2009,
- FONTES, EDILSON. *Segurança da informação, o usuário faz a diferença*. São Paulo. 5ªed. Saraiva, 2006.
- FORNELL, C., & LARCKER, D. F. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. **Journal of Marketing Research**, 1981, v.18, pp.39-50.
- HAIR, JR, J.; ANDERSON, R; TATHAM, R.; BLACK, W. *Análise multivariada de dados*.5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HAIR, J. F., HULT, G. T. M., RINGLE, C. M., & SARSTEDT, M.. **A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.
- HAIR, J. F., RINGLE, C. M., & SARSTEDT, M. (2011). PLS-SEM: Indeed a Silver Bullet. **Journal of Marketing Theory and Practice**, v. 19, pp. 139-151.
- HASSAN, K. Personal data protection in employment: New legal challenges for Malaysia. **Computer law & Security Report. Malaysia**, p. 696-703. Dez.2012.

- KELLY, E. Officials warn 500 million financial records hacked. USA Today. Out.2014.
- LIAO, C; LIU, C, CHEN, K. Examining the impact of privacy, trust and risk perceptions beyond monetary transactions: An integrated model. **Electronic Commerce Research and Applications**. Vol.10, 2011, p.702–715, Elsevier.
- MAYER, R.; DAVIS, J; SCHOORMAN, F. An integrative model of organizational trust. **Academy of Management Review**. [S.L], v.20, n.3, p.709–734, Jul.1995.
- MILBERG, S; SMITH, H; BURKE; S. Information Privacy: Corporate Management and National Regulation. Organization Sciences. Maryland/USA, no. 1,v.11 p. 35–57, Feb/2000.
- MILTGEN, C; SMITH, H. Exploring information privacy regulation, risks, trust, and behavior. **Information Management**. USA, v52, s/n, p.741-759, Jun/2015. ScienceDirect /Elsevier
- OKAZAKI, S; LI, H; HIROSE, M, Consumer Privacy Concerns and Preference for Degree of Regulatory Control. **Journal of Advertising**, no. 4, vol. 38, Mai.2009, p. 63–77.
- PAVLOU, P. A. Consumer Acceptance of Electronic Commerce: Integrating Trust and Risk with the Technology Accep. **Model. International Journal of Electronic Commerce**, [2003], p. 101-134.
- RINGLE, C. M.; WENDE, S.; BECKER, J. (2015). *SmartPLS 3*. Bönningstedt: SmartPLS.
- ROUSSEAU, D. et al. Not so different after all: a crossdiscipline view of trust. **Academy of Management Review**. Jul.1998, No. 3, Vol. 23, p.393-404.
- SARDETO, Patricia Eliane da Rosa. A proteção de dados pessoais em debate no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 88, Mai.2011.
- SMITH, H.; MILBERG, J.; BURKE, J. Information Privacy: Measuring Individuals: Concerns about Organizational Practices, **"MIS Quarterly**, [S.L], Jun.1996, p. 167-196.
- STANTON, J; STAM, K; MASTRANGELO, P; JOLTON. J. Analysis of end user security behaviors. **Computers & Security**. United States, USA, 2004, p1-10.
- STONE; STONE D. "Privacy in Organizations: Theoretical Issues, Research Findings, and Protection Mechanisms," **Research in Personnel and H.R Management**. [S.L] , 1990, p349/411.
- STONE-ROMERO; STONE, D, HYATT, D. Personnel Selection Procedures and Invasion of Privacy. **Journal of Social Issues** . Vol. 59, No. 2, 2003, p. 343–368.
- TERRES, M; KOERZ, C; SANTOS, C; CATEN, C. O papel da confiança na marca na intenção de adoção de novas tecnologias. **Revista de administração e inovação RAI**. São Paulo, n4, v.7, p.162-185, 2009. Enanpad.
- XU, H; DINEV, T; SMITH, J; HART, P. Examining the Formation of Individual's Privacy Concerns: Toward an Integrative View. Association for Information Systems AIS Electronic

Library (AISeL). **Twenty Ninth International Conference on Information Systems**, Paris 2008, p.1-16.

YANG, H. LIU, H. Prior negative experience of online disclosure, privacy concerns, and regulatory support in Chinese social media. **Chinese Journal of Communication**. London/UK, 2013, s/p.

ZANON, S. Gestão e segurança da informação eletrônica: Exigências para uma gestão documental eficaz no Brasil. **Revista Biblios**, 2014, nº56, p.69-79.

EDUCAÇÃO NO MEIO AMBIENTE E MEIO AMBIENTE NA EDUCAÇÃO

Maurilio Felipe Bizotto; mauriliofelipebizotto1@gmail.com

Edson Ramos De Oliveira; edsonhs_2008@hotmail.com

Junior José Barbosa; juniorbarbus@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresentará alguns dos graves acidentes ambientais que ocorreram no Brasil, leis ambientais regentes no país, órgãos responsáveis pelo cumprimento das mesmas, e a explanação de fatores, meios, medidas desrespeitadas corporativamente na execução de licenças ambientais e a educação como base de prevenção, instrução e transformação de novas características políticas em prol do meio ambiente.

Palavras-chave: Ambientais, desrespeitadas, prevenção, meio ambiente.

ABSTRACT

This article will present some of the serious environmental accidents that occurred in Brazil, the environmental laws that govern the country, the bodies responsible for complying with them, and the explanation of factors, means, measures disregarded corporately in the execution of environmental licenses and education as a basis for prevention, education and transformation of new political characteristics in favor of the environment.

Keywords: Environmental, disrespectful, prevention, environment.

INTRODUÇÃO

O Artigo tem o objetivo de demonstrar de forma clara a falta de prevenção, ética e organização profissional que esta diretamente ligada na melhoria do processo produtivo, pautada nas tecnologias de final de processo (TFP) e análises de dados elaborados em auditorias para que seja feito as devidas prevenções preditivas a fim de evitar passivos ambientais.

Na área organizacional corporativa as diretorias empresariais muitas vezes não optam por meios e medidas coerentes e corretos para com a gestão ambiental, talvez devido à burocratização ou até mesmo a falta de ética profissional, sendo assim, todo o sistema produtivo fica comprometido.

Os órgãos competentes norteiam as leis regulamentadoras para obtenção das licenças prévias, instalações e operações que ao mínimo nos garante a integridade do bioma em que se encontra a seção produtiva da corporação.

Aos longos dos anos infelizmente, passamos por alguns desastres ambientais que após quase dez ou quinze anos os impactos ainda permanecem e os passivos ainda não sanados, ou melhor, o bioma degradado ainda não reconstituído como era e indenizações ainda não realizadas.

DESENVOLVIMENTO

Freqüentemente o homem tem sido o maior responsável por causar danos ao meio ambiente, danos esses que não atingem apenas plantas e animais, mas também causa impacto negativo na água, no solo e no ar. Quando realizamos uma atividade, estamos cientes de que ela pode trazer impacto negativo ao ambiente e é por isso que medidas de prevenção de acidentes são necessárias. O problema ocorre quando essas medidas falham, por falta de investimento, negligência ou simplesmente a não existência de fiscalização e punição severa ao descumprimento dessas medidas.

Para Gestão Ambiental essas atividades são gerir, meios, medidas e ações que cumpram as leis existentes para que possamos usar recursos naturais ou não de forma correta e também no descarte.

Os desastres ambientais que ocorreram no Brasil e no mundo são consequência, principalmente, da estrutura precária de algumas instalações e falta de manutenção constante para evitar o risco de acidentes. Isso poderia ser resolvido com leis mais severas e maior consciência por parte das empresas e fiscalização dos órgãos competentes.

Os desastres ambientais causados pela negligência são aqueles gerados pelas ações ou omissões humanas, como por exemplo a contaminação de rios. Já os desastres naturais são causados pelo impacto de um fenômeno natural de grande intensidade sobre uma área ou região povoada, podendo ou não ser agravado pelas atividades antrópicas.

Os impactos ambientais só são tidos como desastres ambientais quando os seus danos e prejuízos são incalculáveis e de difícil restituição. Caso não possua danos ou ocorra em áreas não ocupadas o fenômeno é apenas um evento natural.

Os desastres podem ser caracterizados por deslizamentos, enxurradas, vendavais, incêndios em instalações industriais e em edificações com grandes quantidades de usuários, abalos sísmicos, erupções vulcânicas e outros, que acontecem repentinamente.

Também são considerados desastres ambientais a seca, erosão, perda de solo agricultável, desertificação, salinização do solo entre outros, todos com característica de evolução gradual.

Podem ser considerados como desastres de pequeno porte ou acidentes (Nível I), desastres de médio porte (Nível II), desastres de grande porte (Nível III), e desastres de muito grande porte (Nível IV).

No Brasil, os desastres de Níveis de intensidade III e IV são reconhecidos, legalmente, pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, como situação de emergência e estado de calamidade pública.

Abaixo lembraremos os principais desastres ambientais causados pelo homem no Brasil e como esses acidentes prejudicaram a população e o meio ambiente como um todo.

→ **ACIDENTE COM CÉSIO-137**

O acidente com Césio-137, considerado o maior acidente radioativo do Brasil, ocorreu em setembro de 1987, em Goiânia. Nessa ocasião, dois catadores de lixo encontraram um aparelho de radioterapia em um prédio abandonado. Acreditando que o aparelho lhes renderia uma boa quantia em dinheiro, levaram o objeto até a casa de um deles e, posteriormente, venderam-no para o dono de um ferro-velho. No ferro-velho, o equipamento foi aberto e observou-se no seu interior um pó brilhante de coloração azulada: o cloreto de césio-137. Sem saber do que se tratava e encantado pela cor do césio, o dono do ferro-velho levou-o para casa e mostrou para várias pessoas de sua família e amigos. Todas as pessoas que tiveram contato com o produto tiveram sinais de intoxicação. Diante disso, o material foi levado para análise e descobriu-se que se tratava de um produto radioativo. Oficialmente foram registradas quatro mortes em consequência do césio, mas várias outras pessoas sofreram com os efeitos da radiação.

→ **VAZAMENTO DE ÓLEO NA BAÍA DE GUANABARA**

O vazamento de óleo na Baía de Guanabara ocorreu em 18 de janeiro de 2000 como consequência do rompimento de um duto que ligava a Refinaria Duque de Caxias ao terminal Ilha d'água, na Ilha do Governador. Esse incidente ficou conhecido como um dos maiores acidentes ambientais ocorridos no Brasil e destacou-se pela grande quantidade de óleo derramado – cerca de 1,3 milhões de litros. Esse grande vazamento matou

praticamente todo o ambiente marinho da região, afetando diretamente a economia, já que vários pescadores tiveram que abandonar a área que antes era rica em peixes.

→ **VAZAMENTO DE ÓLEO NA BACIA DE CAMPOS**

No dia 08 de novembro de 2011, a petroleira norte-americana Chevron foi responsável por um derramamento de óleo de grandes proporções na Baía de Campos, no Rio de Janeiro. O vazamento foi intenso e matou diversas espécies de animais, tais como peixes, mamíferos e aves marinhas. Acredita-se que foram liberados no mar cerca de 3.700 barris de óleo.

→ **ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE MARIANA**

O acidente de Mariana ocorreu em 05 de novembro de 2015 quando a barragem da mineradora Samarco rompeu e liberou uma grande quantidade de lama, que destruiu o distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana, Minas Gerais. O corpo de 18 vítimas foram encontrados após o acidente, e uma pessoa ainda continua desaparecida. Além das perdas humanas, o acidente teve grande impacto ambiental, uma vez que grandes regiões ficaram cobertas de lama e rios foram atingidos pelos rejeitos. Nesse acidente, várias espécies morreram, tanto de plantas quanto de animais e micro-organismos. Além disso, a grande quantidade de resíduos afetou o solo e os rios. De acordo com especialistas, o rio Doce, o mais atingido, precisará de cerca de dez anos para se recuperar completamente do desastre.

A televisão e os meios de comunicação da burguesia estão cumprindo seu papel: transformaram a desgraça alheia num espetáculo diuturno, em que se assiste a tudo, menos o mais importante, que é debater sobre o por que está acontecendo tudo isso.

Para a televisão não interessa debater as causas. Seu objetivo não é resolver os problemas sociais, é apenas aumentar a audiência. E aumentando a audiência, sobem os pontos para as tarifas da publicidade que cobram das empresas.

Para a classe dominante, a burguesia brasileira e seus representantes no Estado brasileiro, tampouco interessa debater quais as causas destes desastres ambientais. Eles sabem que um debate mais reflexivo, sério e profundo certamente chegaria até eles como os principais responsáveis e causadores dessas tragédias.

Assim, a população brasileira vai vivendo de espetáculo em espetáculo, como uma verdadeira novela. Ou melhor, de tragédia em tragédia. Mas novela é ficção, representação, teatro. E o que está acontecendo não é teatro. Na vida real, milhares de

famílias perdem suas casas e tudo o que construíram. Centenas perdem seus entes queridos. Mas quem se importa com isso? As elites dizem: “o povo logo esquece as desgraças...” e a vida se normaliza.

Felizmente têm aparecido análises sérias, de estudiosos e especialistas ambientais, que nos levam a entender e a explicar onde estão as verdadeiras causas desses desastres ambientais, provocados pela ação humana e que têm-se repetido sistematicamente no território brasileiro.

Destas avaliações, podemos enumerar as principais:

1. Houve uma agressão permanente no Bioma da Amazônia e do Cerrado, destruindo a vegetação nativa e introduzindo a monocultura e a pecuária. Isso alterou o regime de chuvas e criou uma verdadeira estrada que traz chuvas torrenciais do Norte para o Sudeste.

2. Houve uma agressão ao não se respeitar o meio ambiente ao redor das cidades, e não há mais áreas de proteção nos cumes das montanhas, nas encostas e margens dos rios. De maneira que, quando aumentam as chuvas, elas se projetam diretamente sobre as moradias e a infra-estruturar social existente.

3. Houve uma impermeabilização das cidades, em função do automóvel, para ele andar mais rápido. Tudo é asfaltado. E quando chove, a velocidade das águas aumentam de forma abrupta, em tempo e volume.

4. Há uma especulação imobiliária permanente, que quer apenas lucro, empurrando os pobres para ladeiras, encostas, margens de rios, córregos e manguezais.

5. O modelo de produção agrícola do agronegócio introduziu o monocultivo extensivo, sobretudo com pasto, cana e soja, que desequilibraram o meio ambiente. Destruindo toda a biodiversidade vegetal e animal. Este desequilíbrio provoca alteração no regime de chuvas, na sua intensidade e concentração em determinadas regiões. Ou seja, chuvas torrenciais, concentradas em volume e em determinados dias. Isso é provocado pelo tipo de agricultura, que devastou o equilíbrio que havia na biodiversidade natural. Daí que a agricultura familiar, que pratica agro ecologia e agro floresta é fundamental para o equilíbrio do regime de chuvas, de clima e temperaturas em todo o território nacional, inclusive nas cidades.

6. As cidades brasileiras estão se organizando apenas em função do transporte individual, do automóvel, que apenas dá lucro para meia dúzia de transnacionais instaladas no país. Então se investem volumosos recursos em obras de vias públicas, fazem-se pontes, túneis, viadutos, soterram-se córregos etc. Tudo isso altera o equilíbrio que havia nos territórios hoje urbanizados.

7. A população urbana perdeu o hábito de ter jardins, hortas familiares e defender mais áreas verdes nas cidades, que ainda poderiam amenizar o volume das chuvas e o equilíbrio das temperaturas. Elas também são induzidas a impermeabilizar os arredores de suas casas.

8. Nenhum governante ou agência estatal se preocupa com medidas preventivas, que podem avisar e deslocar as populações para lugares seguros, como se faz na maioria dos países.

Portanto, enquanto a sociedade e os governantes não se conscientizarem, assumirem suas responsabilidades e tomarem medidas concretas para enfrentar as verdadeiras causas, teremos, infelizmente, a repetição periódica de tragédias ambientais e sociais.

Entretanto fica difícil imaginar que a legislação ambiental brasileira é uma das mais completas do mundo. Apesar de não serem cumpridas da maneira adequada, as 17 leis ambientais mais importantes podem garantir a preservação do grande patrimônio ambiental do país. São as seguintes:

1 - Lei da Ação Civil Pública - número 7.347 de 24/07/1985. Lei de interesses difusos, trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico.

2 - Lei dos Agrotóxicos - número 7.802 de 10/07/1989. A lei regulamenta desde a pesquisa e fabricação dos agrotóxicos até sua comercialização, aplicação, controle, fiscalização e também o destino da embalagem.

Exigências impostas:

- Obrigatoriedade do receituário agrônomo para venda de agrotóxicos ao consumidor.
- Registro de produtos nos Ministérios da Agricultura e da Saúde.
- Registro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Renováveis-IBAMA.
- O descumprimento desta lei pode acarretar multas e reclusão.

3 - Lei da Área de Proteção Ambiental - número 6.902 de 27/04/1981. Lei que criou as "Estações Ecológicas", áreas representativas de ecossistemas brasileiros, sendo que 90 % delas devem permanecer intocadas e 10 % podem sofrer alterações para fins científicos. Foram criadas também as "Áreas de Proteção Ambiental" ou APAS, áreas que podem conter propriedades privadas e onde o poder público limita as atividades econômicas para fins de proteção ambiental.

4 - Lei das Atividades Nucleares - número 6.453 de 17/10/1977. Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com as atividades nucleares. Determina que se houver um acidente nuclear, a instituição autorizada a operar a instalação tem a responsabilidade civil pelo dano, independente da existência de culpa. Em caso de acidente nuclear não relacionado a qualquer operador, os danos serão assumidos pela União. Esta lei classifica como crime produzir, processar, fornecer, usar, importar ou exportar material sem autorização legal, extrair e comercializar ilegalmente minério nuclear, transmitir informações sigilosas neste setor, ou deixar de seguir normas de segurança relativas à instalação nuclear.

5 - Lei de Crimes Ambientais - número 9.605 de 12/02/1998. Reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A pessoa jurídica, autora ou co-autora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. A punição pode ser extinta caso se comprove a recuperação do dano ambiental. As multas variam de R\$ 50,00 a R\$ 50 milhões de reais.

6 - Lei da Engenharia Genética - número 8.974 de 05/01/1995. Esta lei estabelece normas para aplicação da engenharia genética, desde o cultivo, manipulação e transporte de organismos modificados (OGM), até sua comercialização, consumo e liberação no meio ambiente. A autorização e fiscalização do funcionamento das atividades na área e da entrada de qualquer produto geneticamente modificado no país, é de responsabilidade dos Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e da Agricultura. Toda entidade que usar técnicas de engenharia genética é obrigada a criar sua Comissão Interna de Biossegurança, que deverá, entre outros, informar trabalhadores e a comunidade sobre questões relacionadas à saúde e segurança nesta atividade.

7 - Lei da Exploração Mineral - número 7.805 de 18/07/1989. Esta lei regulamenta as atividades garimpeiras. Para estas atividades é obrigatória a licença ambiental prévia, que deve ser concedida pelo órgão ambiental competente. Os trabalhos de pesquisa ou lavra, que causarem danos ao meio ambiente são passíveis de suspensão, sendo o titular da autorização de exploração dos minérios responsável pelos danos ambientais. A atividade garimpeira executada sem permissão ou licenciamento é crime.

8 - Lei da Fauna Silvestre - número 5.197 de 03/01/1967. A lei classifica como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, caça profissional, comércio de espécies da fauna silvestre e produtos derivados de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem

autorização do IBAMA. Criminaliza também a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis em bruto.

9 – Lei das Florestas – número 4.771 de 15/09/1965. Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória) uma faixa de 30 a 500 metros nas margens dos rios, de lagos e de reservatórios, além de topos de morro, encostas com declividade superior a 45 graus e locais acima de 1.800 metros de altitude. Também exige que propriedades rurais da região Sudeste do país preservem 20 % da cobertura arbórea, devendo tal reserva ser averbada em cartório de registro de imóveis.

10 – Lei do Gerenciamento Costeiro – número 7.661 de 16/05/1988. Define as diretrizes para criar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, ou seja, define o que é zona costeira como espaço geográfico da interação do ar, do mar e da terra, incluindo os recursos naturais e abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre. Permite aos estados e municípios costeiros instituírem seus próprios planos de gerenciamento costeiro, desde que prevaleçam as normas mais restritivas. Este gerenciamento costeiro deve obedecer as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

11 – Lei da criação do IBAMA – número 7.735 de 22/02/1989. Criou o IBAMA, incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha. Ao IBAMA compete executar a política nacional do meio ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais.

12 – Lei do Parcelamento do Solo Urbano – número 6.766 de 19/12/1979. Estabelece as regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológicas, naquelas onde a poluição representa perigo à saúde e em terrenos alagadiços

13 – Lei Patrimônio Cultural – decreto-lei número 25 de 30/11/1937. Lei que organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana. A partir do tombamento de um destes bens, ficam proibidas sua demolição, destruição ou mutilação sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN.

14 – Lei da Política Agrícola – número 8.171 de 17/01/1991. Coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos. Define que o poder público deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para ordenar a ocupação de diversas

atividades produtivas, desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros.

15 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – número 6.938 de 17/01/1981. É a lei ambiental mais importante e define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa. O Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

16 – Lei de Recursos Hídricos – número 9.433 de 08/01/1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A lei prevê também a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

17 – Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição – número 6.803 de 02/07/1980.

Atribui aos estados e municípios o poder de estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo o Estudo de Impacto Ambiental.

SISNAMA - SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

O Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA foi instituído pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990, sendo constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, e tem a seguinte estrutura:

- Órgão Superior: O Conselho de Governo
- Órgão Consultivo e Deliberativo: O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA
- Órgão Central: O Ministério do Meio Ambiente - MMA
- Órgão Executor: O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

- Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições;

A atuação do SISNAMA se dará mediante articulação coordenada dos Órgãos e entidades que o constituem, observado o acesso da opinião pública às informações relativas as agressões ao meio ambiente e às ações de proteção ambiental, na forma estabelecida pelo CONAMA.

Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a regionalização das medidas emanadas do SISNAMA, elaborando normas e padrões supletivos e complementares.

Os Órgãos Seccionais prestarão informações sobre os seus planos de ação e programas em execução, consubstanciadas em relatórios anuais, que serão consolidados pelo Ministério do Meio Ambiente, em um relatório anual sobre a situação do meio ambiente no País, a ser publicado e submetido à consideração do CONAMA, em sua segunda reunião do ano subsequente.

A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA POLÍTICA

A educação ambiental como prática política deve ser tratada de uma maneira que demonstre que essa prática não pode ser neutra: isso ficou evidenciado pelos ensinamentos do professor Paulo Freire, e mais ainda, pelas ações que inspirou e liderou no Brasil e mundo afora. A educação ambiental revela, em tudo, a força da afirmação do grande mestre e agora, quando já vivenciamos o terceiro milênio, é um capítulo indispensável da educação para a cidadania. Que fizemos, que fazemos, e o que fazemos com o planeta Terra, já combalido e frágil patrimônio comum da humanidade? O tema nos convoca para dialogar, na comunidade, em todo e qualquer momento e lugar, nos obrigando também a agir. Afinal para conseguir e fazer compreender idéias e conceitos, como não existe neutralidade nesta matéria – é imperativo agir. Omitir-se é uma forma de ação, já que facilita a ação dos que buscam objetivos diametralmente opostos. Mais que nunca, unir discurso e prática é inadiável, sob pena de total incoerência. A omissão tem custo e suas conseqüências são visíveis a curto prazo. Como a própria ação, aliás. A Educação Ambiental, como tantas outras áreas, demonstra exaustivamente que teoria e prática são indissociáveis; que discursos sem ação revelam idealismo inconsistente; que ação sem teoria tem quase sempre conseqüências dramáticas. Mudar o pensamento, a forma de falar e encarar o ambiente provoca resultados imediatamente visíveis, além daqueles que somente ficarão evidenciados longos anos depois. Mudar as ações, sabendo que é possível gerenciar de forma responsável e consensual nosso relacionamento com os

recursos naturais – recursos renováveis e não renováveis – dos quais dispomos a cada momento, muitas vezes sem lembrar que não se trata de recursos inesgotáveis. Ainda que cada um de nós no seu dia-a-dia interage com o ambiente e podemos perceber os impactos da ação ou omissão nossa e dos outros, em casa, na escola, nas ruas, no lazer, no exercício de uma profissão, na atitude individual ou na coletiva, na ação dos dirigentes de organismos públicos e privados e de empresários. Mais uma vez, na ação e na omissão, se analisarmos bem, pode-se evidenciar o impacto ambiental. Discutir a educação ambiental como um dos temas transversais do ensino básico é tarefa que já se desenvolve em muitos países, inclusive no Brasil, embora ainda de forma não generalizada. É seguramente um dos caminhos para devolver esperança ao nosso planeta Terra. Inserindo-se de forma decidida e criativa neste novo mutirão, os profissionais que atuam no ensino básico resgatam uma dívida permanente que temos com o legado que recebemos do criador e de nossos antepassados, legado que nos está confiado provisoriamente e que devemos gerenciar com cuidado e sabedoria.

Alguns confundem o ensino da Ecologia com a Educação Ambiental; embora aquela disciplina como ciência tenha uma importante contribuição a dar, não está mais autorizada que as demais disciplinas, pois a educação ambiental na atual perspectiva educativa deve estar presente nos enfoques dados em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem focar as relações entre a humanidade, o meio natural e as relações sociais, sem prejuízo das especificidades próprias dessas disciplinas.

A introdução dessa perspectiva, na escola, contribui para uma modificação fundamental na própria concepção de educação. A tradicional separação entre as disciplinas humanas, exatas e naturais perde sentido, já que se busca o conhecimento integrado de todas elas para a solução dos problemas ambientais.

CONCLUSÃO

O consenso é que a educação ambiental deve estar presente em todos os espaços de convivência, e, principalmente, naqueles que educam os cidadãos. Assim poderá ser realizada além das escolas, nas universidades e nos cursos profissionalizantes, em nossa casa, na rua onde moramos, nas associações de bairro, locais de trabalho, sindicatos, comunidades religiosas, em locais de lazer como clubes e entidades recreativas, praças, praias, parques, e reservas ecológicas. Todos podem contribuir para valorizar e ajudar a preservar o meio ambiente, procurando sempre dar um aspecto educativo às atividades desenvolvidas e ganhando em troca mais saúde e qualidade de vida para que assim não

seja preciso elaborar meios e medidas de reparação após os acidentes ambientais no futuro.

REFERÊNCIAS

<https://www.brasildefato.com.br/node/5504/> acessado em 03-09-2017

<http://www.cnpma.embrapa.br/informativo/intermed.php3#127> acessado em 23-08-2017

<http://www.mma.gov.br/port/conama//estr1.cfm> acessado em 23-08-2017

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/biologia/principais-desastres-ambientais-causados-pelo-homem-.htm> acessado em 23-08-2017

<http://ibama.gov.br/phocadownload/publicacoes/educacaoambiental/nocoes-praticas-educacao-ambiental-profs-educadores.pdf> acessado em 03-09-2017

CONTEXTO HISTÓRICO RELACIONADO À IDENTIDADE DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Karina Polido (aluna de pós-graduação *latu senso* em Docência em Ensino Superior Senac – Santo André); kakapolido@hotmail.com *

Resumo: o início da educação brasileira acontece com a chegada dos jesuítas na colonização, vinculando a educação com a catequese com um modelo baseado em dois pontos importantes no método de ensino-aprendizagem (leitura de textos e a realização de perguntas aos alunos). Posteriormente, após a expulsão dos jesuítas é conferido um caráter laico a educação brasileira, trazendo novas ideias pedagógicas, voltadas ao ensino de letras e cálculo. No período colonial não existiam cursos superiores no Brasil, salvo para as carreiras eclesiásticas. Com a vinda da família real no Brasil, a fim de garantir a sua permanência no país, cria-se as primeiras escolas de ensino superior de engenharia, direito e medicina. Os professores universitários eram inicialmente formados na Europa. O modelo curricular universitário tem origem francesa, com concepções de supervalorização das ciências exatas e tecnológicas e consequente desvalorização da filosofia, da teologia e das ciências humanas, com departamentos estanques com cursos voltados a profissionalização. Após a lei nº. 5.540/68 separou-se a pesquisa e o ensino, sendo à pesquisa uma responsabilidade das pós-graduações e a graduação destinada para profissionalização. Os programas de pós-graduações *strictus sensu*, formam pesquisadores em seus campos de atuação específica, não sendo necessariamente formados para atuar como educadores no ensino superior. Historicamente, os professores, são constituídos dentro de uma perspectiva da transmissão do conhecimento acumulado, sobre os quais têm o domínio. Existem diversas concepções de práticas docentes, e a mais atual é aquela associada à concepção tecnicista, que considera a prática docente como uma sucessão de procedimentos metodológicos, pressupondo que o aluno é neutro, sem reações, e que aprenderá por ouvir e fazer o que o professor solicita. Os professores receberam novas demandas, uma pressão pela melhora na qualidade do ensino, fazendo com que revisem suas estratégias de atuação. Ainda há a importância de conhecer bem a disciplina ministrada, contudo não se pode mais despejar o conteúdo a ser dado. Quando o profissional docente possui conhecimento sobre a sua área e consegue articular a teoria da educação com o ensino de forma contextualizada pensando que a formação do humano pode ter diferentes direções (professor-aluno, aluno-professor e aluno-aluno), exercendo

assim seu papel de educador de forma mais plena e mais ciente de que articulou os saberes necessários para fazer o aluno aprender.

Palavras-chave: identidade docente; ensino superior; formação de professores.

Abstract: The beginning of Brazilian education comes with the Jesuit's arrival in colonization, linking education with catechesis with a model based on two important points in the teaching-learning method (reading texts and asking questions to students). Subsequently, after the expulsion of the Jesuits, the Brazilian education was given a secular character, bringing new pedagogical ideas, aimed at teaching writing and calculus. In the colonial period there were no college courses in Brazil, except for ecclesiastical careers. With the arrival of the royal family in Brazil, in order to guarantee its permanence in the country, the first schools of university education of engineering, law and medicine are created. The university professors were initially trained in Europe. The university curriculum model has partial French origin, with conceptions of overvaluation of the exact and technological sciences and consequent devaluation of philosophy, theology and human sciences, with watertight departments with courses focused on professionalization. The university curriculum model has a partial French origin, with conceptions of overvaluation of the exact and technological sciences and consequent devaluation of philosophy, theology and human sciences, with isolated departments and courses aimed at professionalization. After the law no. 5.540/68, research and teaching were separated, being the research a responsibility from the post-graduation and the graduation focused on professionalization. The graduate programs strictus sensu, form researchers in their specific fields of activity, not necessarily being trained to act as educators in higher education. Historically, teachers are constituted within a perspective of the transmission of accumulated knowledge over which they have mastery. There are several conceptions of teaching practices, and the most current is the one associated with the technicist conception, which considers teaching practice as a succession of methodological procedures, assuming that the student is neutral, without reactions, and that he will learn by listening and doing what the Teacher requests. The teachers received new demands, a pressure for the improvement in the quality of teaching, causing them to review their action strategies. There is still the importance of knowing well the discipline taught, however it is not possible to pour out the content to be given. When the teacher has knowledge about his / her area and is able to articulate the theory of education with the teaching in a contextualized way thinking that the human formation can have different directions (teacher-student, student-teacher and

student-student), thus exercising his Role of educator fuller and more aware that articulated the knowledge needed to make the student learn.

Keywords: teacher identity; higher education; teacher training.

INTRODUÇÃO

A construção da identidade dos docentes do ensino superior parte da consideração do ensino e da pesquisa, enquanto atividades inerentes à docência nesse grau de ensino. A profissão de professor emerge em dado contexto e momento históricos tomando contornos conforme necessidades postas pela sociedade e se constrói a partir dos significados sociais a ela atribuídos (PIMENTA, 2010).

Franco (2008) explana que as concepções tecnicistas foram atribuídas à prática docente e bem recebidas, por estar situada em um meio capitalista. Sendo assim, a prática chamada de pedagógica foi se estruturando da mesma forma, no pressuposto de que não há um sujeito que possa criar ou transformar uma circunstância, e sim no que independente do que sinta e pense, precisa realizar certas tarefas de um determinado jeito.

Em congruência, as pesquisas sobre formação e profissão docente apontam para uma necessidade de revisão da compreensão da prática pedagógica, sendo relevante mobilização de seus saberes profissionais. Considerando-se, assim, que este, em sua trajetória, constrói e reconstrói seus conhecimentos conforme a necessidade de utilização dos mesmos, suas experiências, seus percursos formativos e profissionais (NUNES, 2001).

Este texto tem por objetivo por meio de revisão de literatura apresentar alguns contextos históricos em relação à construção da identidade dos profissionais docente do ensino superior no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

O início da educação brasileira acontece com a chegada dos jesuítas na colonização, vinculando a educação com a catequese. Recrutando a população nativa para se converter ao catolicismo (SAVIANI, 2011 apud BARBACELI, 2013).

Para construir um método de ensino, os jesuítas tomaram como referência a escolásticos e o *modus parisiensis*. Nesses modelos, o uso do latim imperava, e havia dois pontos importantes no método de ensino-aprendizagem. Primeiro o professor realizava a leitura dos textos, bem como sua interpretação, com destaque de ideia e comparação de outros autores, em segundo plano os professores realizavam perguntas aos alunos sobre o conteúdo explanado. Cabia ao aluno realizar os registros em cadernos para memorizar o

assunto. Havia também a verificação de lições aplicadas e também retomada de assuntos explanados em aula anterior (PIMENTA e ANATASIOU, 2010).

Posteriormente, após a expulsão dos jesuítas é conferido um caráter laico a educação brasileira, trazendo novas ideias pedagógicas, voltadas ao ensino de letras e cálculo (BARCAVELI, 2013).

Estas mudanças atribuídas à educação estão ligadas ao contexto histórico em que se passava. Neste mesmo período houve a chegada da família real ao Brasil, com isso o interesse de retirar das mãos dos jesuítas a educação da população, pois o país passava por um momento de emancipação, não só político, mas também cultural.

Quanto ao perfil do professor, anteriormente a 1827, a “lei áurea” da educação, os docentes eram selecionados por meio de provas escritas e orais, sem qualquer exigência como comprovação ou diploma para exercício da profissão. Após este período, passaram a ser selecionados por meio de exames públicos (VIEIRA e GOMIDE, 2012).

Este pode ser considerado o início de um movimento para a profissionalização dos docentes, visto que foi exigida minimamente uma avaliação de suas competências de forma mais concreta para o exercício da profissão.

Centrando a narrativa para o ensino superior, Schawartzamn (1982) relata que durante o período colonial não existiam cursos superiores no Brasil, salvo para as carreiras eclesiásticas. Com a vinda da família real no Brasil, a fim de garantir a sua permanência no país, cria-se as primeiras escolas de ensino superior de engenharia, direito e medicina, bem como outras dedicadas à formação de diversos tipos de profissionais, com escolas totalmente burocratizadas e ligadas ao Império, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia, com características muito precárias, pois as atividades científicas não eram valorizadas e nem recebiam investimentos, serviam apenas para a transmissão de conhecimento para poucos privilegiados (BARCAVELI, 2013).

Teixeira (2005) também descreve que as universidades foram criadas apenas em Metrópoles, vendo o ensino superior reduzir-se a escolas especiais profissionais fora das universidades. Neste contexto pode-se observar que foram criados alguns polos de conhecimento científico de forma descentralizada, com as escolas especiais profissionalizantes e os demais cursos de ensino superior foram marginalizados.

Havia certa resistência da época do Brasil Colônia até a República para a criação das universidades, por este motivo se difundiu a presença de escolas profissionalizantes. Observava-se como uma maior necessidade o ensino profissional mais prática e com caráter dominante, pois este saber era aplicável e útil e não uma saber apenas por saber

que poderia emancipar sua população, continuando assim o predomínio da alienação da nação.

Frente a este cenário, Teixeira (2005) explana que os professores começaram a sua formação em colégios secundários acadêmicos. Suas formações eram em filologia e língua portuguesa, e alguns com conhecimento em latim. Os historiadores, eruditos, ensaísta e os literatos formam fruto do autodidatismo. Para o autor, umas das graves falhas foram às universidades brasileiras não ter contemplado as escolas de letras, de ciências e de filosofia.

Massetto (2012) traz que os professores universitários eram inicialmente formados na Europa, subsequentemente como crescimento e expansão dos cursos superiores, o corpo docente precisou ser ampliado.

Em complemento a afirmativa anterior, a base do conhecimento científico e intelectual brasileiro proveio da Europa, em especial a França e a Alemanha, onde a elite estudava fora e voltava ao Brasil para atuar como docentes.

Elites intelectuais foram estudar nestes locais, e destes países oriunda grande contingente de cientistas e pesquisadores que assumiram muitas das instituições de pesquisa no Brasil (SCHAWARTZAN, 1982).

Mediante as influências francesas e alemãs, Masseto (2012) relata que o modelo curricular e de universidade, não sem sua totalidade, é de origem francesa, com concepções de supervalorização das ciências exatas e tecnológicas e conseqüente desvalorização da filosofia, da teologia e das ciências humanas, com departamentos estanques com cursos voltados a profissionalização.

Esta formação voltada à profissionalização denomina-se franco-napoleônica, caracterizando por uma organização não universitária, centrada em cursos e faculdades, visando à formação de burocratas para desempenho de funções do Estado, como objetivo de fornecer uma unificação ideológica. Por resultante, o corpo docente das universidades francesas possuía como característica a fixidez, impossibilitando e dificultando processos divergentes de pensamento (PIMENTA e ANASTASIOU, 2010).

Comparando o modelo jesuíta e francês desenvolvido em parágrafos anteriores, pode notar-se que não há grandes diferenças quanto à metodologia de ensino-aprendizagem, pois o professor é o detentor do conhecimento e o aluno o receptor passivo das atividades propostas, sendo um grande memorizador de conteúdo. Também se confere que o modelo jesuíta se assemelha ao napoleônico por preservar o processo de condicionamento do aluno (PIMENTA e ANASTASIOU, 2010).

Como parte da influência alemã nas universidades brasileiras Pimenta e Anastasiou (2010) mostram que o modelo alemão nos trouxe o avanço da ciência por meio de pesquisas, isso já no final do século XIX. A universidade que segue deste modelo possui o objetivo de resolução de problemas nacionais fazendo uso de pesquisas com o objetivo de formar profissionais e também a pesquisar, com a busca pela verdade de forma autônoma, sem a influência do Estado. Desta forma institui-se uma relação de parceria para construção do conhecimento que não prevaleça o papel do professor transmissor de conhecimento com uma metodologia autoritária e o aluno assumiu outro papel neste contexto, o de participação na construção do conhecimento. Após a lei nº. 5.540/68 separou-se a pesquisa de ensino, sendo à pesquisa uma responsabilidade das pós-graduações e a graduação para profissionalização.

Mediante a esta separação entre pesquisa nos cursos de pós-graduação e ensino para profissionalização nos curso de graduação, em 1996 entra em vigor (sendo ela válida até hoje) a Lei nº. 9.394/1996.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral [...].

Especificamente no parágrafo II, onde menciona a obrigatoriedade do número mínimo de docentes mestres ou doutores pode-se considerar que os docentes no ensino superior são preparados na pós-graduação *strictu sensu* e não mais formados como contextualizado anteriormente em outros momentos históricos no Brasil.

Porém, os programas de pós-graduações *strictus sensu*, formam pesquisadores em seus campos de atuação em específico, o que não necessária sejam formados para atuar como educadores em ensino superior.

Segundo Loguercio e Del Pino (2003), historicamente, os professores, são constituídos dentro de uma perspectiva da transmissão do conhecimento acumulado, sobre

os quais têm o domínio. Apresentam dificuldades tanto para perceber a pluralidade deste saber quanto para identificar a sua produção fora dos locais oficialmente instituídos. Massetto (2012, p.11) complementa a informação anterior como: “[...] há uma crença inquestionável até pouco tempo, tanto para instituição de ensino que convida o profissional a ser professor tanto para pessoa convidada ao aceitar o convite: quem sabe, automaticamente, sabe ensinar”.

No Brasil não há uma exigência legal para que os docentes em nível superior tenham uma formação pedagógica específica para o exercício da profissão, as pós-graduações os tornam apenas mais competentes do ponto de vista de compreensão e investigação do conhecimento e não para serem de fato educadores.

Existem diversas concepções de práticas docentes, e a mais atual é aquela associada à concepção tecnicista, que considera a prática docente como uma sucessão de procedimentos metodológicos, pressupondo que o aluno é neutro, sem reações, e que aprenderá por ouvir e fazer o que o professor solicita. Com a expansão das universidades e ensinos superiores, com a demanda de alunos de perfis sociais distintos e também a complexidade da construção do conhecimento para além da informação, deu-se a devida importância para que os professores universitários tenham uma formação pedagógica que possam subsidiar práticas que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão (FRANCO, 2011).

Os professores receberam novas demandas, uma pressão pela melhora na qualidade do ensino, fazendo com que revisem suas estratégias de atuação. Ainda há a importância de se conhecer bem a própria disciplina, mais já não pode mais chegar à classe e despejar o conteúdo a ser dado. Ter este perfil docente não serviria para nada, pois nem todos os alunos entendem o conteúdo da mesma forma, mas há sempre aquele aluno que acompanha as aulas com prazer e aplicação; todavia, não se pode reduzir a atenção a estes alunos. Impõem-se a necessidade de repensar as metodologias de ensino, pensando num processo de formação contínua, sendo necessário formar os materiais e recursos didáticos e colocar à disposição dos alunos a fim de facilitar a aprendizagem. Isso exige uma reconstrução do perfil habitual dos professores universitários (ZABALDA, 2004).

Segundo Tardif et al.(1991) apud Loguercio e Del Pino (2003) :

O professor/a padrão é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, que deve possuir certos conhecimentos das ciências da educação e da pedagogia, sem deixar de

desenvolver um saber prático fundado em sua experiência cotidiana com os/as alunos/as. (p. 221).

Os autores utilizados nas narrativas acima concordam que a prática docente está em processo de mudança. Os alunos possuem necessidades diferenciadas, havendo a imposição de maiores esforços no planejamento, no projeto e na elaboração das propostas docentes.

Para isso é imprescindível se pensar no como ensinar, como transmitir esse conhecimento. Roldão (2007) no que diz respeito ao conceito ensinar expõe que há uma tensão entre o “professor um saber” e o “fazer os outros apropriarem-se de um saber”. A função de ensinar configura-se essencialmente como a especialidade de fazer aprender alguma coisa que só se corporiza no destinatário da ação. A formalização do conhecimento profissional ao ato de ensinar implica em possuir vários tipos de saberes (científicos, científicos-didáticos e pedagógicos), que se concretizam nos seguintes questionamentos: o que ensinar? Como ensinar a quem e de acordo com que finalidade, condições e recursos?

Quando o profissional docente possui conhecimento sobre a sua área e consegue articular a teoria da educação com a do ensino de forma contextualizada pensado que a formação do humano pode ter deferentes direções (professor-aluno, aluno-professor e aluno-aluno), exercer assim seu papel de educador de forma mais plena e mais ciente de que articulou os saberes necessários para fazer aprender o aluno.

Além das reflexões sobre as questões de ensino-aprendizagem, o profissional docente necessita preocupar-se em refletir sobre a sua práxis. Vazquez (1968) dimensiona práxis como “atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente”.

O professor que documenta sobre a sua própria ação, avalia e implementa os processos de ajustes que sejam convenientes, podendo dar e identificar sentido, rentabilidade ou ampliar potencialidades de ações diante da situação que o profissional se confronta, este segundo Zabaldá (2004), pode ser considerado um docente reflexivo sobre sua própria prática. Sendo aquele que reflete sobre a própria disciplina não a partir dela mesma, mas sim a partir da perspectiva do estudante, levando em consideração as experiências anteriores.

Reforça Pimenta e Anastasiou (2010) que ao professor cabe organizar as atividades de ensino e aprendizagem de modo que atendam as características do conteúdo, do curso e da disciplina e, principalmente dos alunos envolvidos no processo. Ao aprender

determinado conteúdo, aprende-se também determinada forma de pensa-lo e elabora-lo, motivo pelo qual cada área exige formas de ensinar e de apreender específicas que explicitem as respectivas lógicas.

Vasconcelos (1992) fala sobre o método dialético do ensino e o divide em três momentos: mobilização para o conhecimento, construção do conhecimento e a elaboração da síntese do conhecimento.

No processo de mobilização caberá ao professor provocar o aluno em relação ao objetivo do conhecimento, para mantê-lo ligado durante todo o processo, para isso o autor sugere que se faça uma articulação com a realidade concreta e o grupo de alunos, para que se faça uma conexão entre o conhecimento e o mundo. Já fundamentava Morin (2011, p. 34) que "o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquira sentido". É de extrema importância trazer pertinência ao conhecimento ensinado ao aluno.

A construção do conhecimento é o momento de desenvolvimento operacional da atividade do aluno, sendo ela a essência da atividade proposta ao aluno, de modo que possa superar a sua visão inicial sobre o objeto de conhecimento. O terceiro momento refere-se à elaboração da síntese do conhecimento pelo aluno, onde se consolida o conhecimento.

Ensinar é um projeto coletivo. Embora cada professor, em sua sala de aula, possua autonomia para desenvolver sua disciplina. Os saberes do conhecimento específico da área de formação, de sua atuação profissional, de seu campo de pesquisa revertem-se de novas perspectivas, quando confrontado com os demais colegas de outras disciplinas. Por isso, faz-se necessário pensar as disciplinas no contexto mais global no que se refere ao processo de formação profissional. Esse é um exercício a ser constituído coletivamente pelos integrantes de cursos superiores, para superar a fragmentação curricular. O processo de ensino-aprendizagem se efetivará nesse trabalho conjunto, na parceria de professores entre si e alunos, numa nova perspectiva do ensinar e aprender (PIMENTA e ANASTASIOU, 2010). Vertente esta que corrobora com os conhecimentos pertinentes de Morin (2011), com o objetivo de contextualizar e trazer significância ao aprendizado do aluno.

CONCLUSÃO

Mediante ao exposto no presente trabalho, pode-se concluir que o processo de ensino e aprendizagem adotado pelos professores é fruto de seu contexto histórico-cultural. Porém percebe-se que há um movimento de mudança, que se faz necessário devido ao que concernem os tempos atuais. Cenário este que necessita mobilizar os

saberes para que se tornem cada vez mais globais e interligados, com o objetivo de formar indivíduos prontos para pensar e agir de forma integral.

REFERÊNCIAS

- BARBACELI, JULIANA TRINDADE. **Da identidade profissional à identidade profissional docente:** a FEUSP e a formação inicial de professores para os primeiros anos de escolarização, 2013. Tese (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16092013-122708/pt-br.php>>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.** Brasília, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- FRANCO, MARIA AMÉLIA SANTORO. Prática do docente universitário e a construção coletiva do conhecimento. In: PIMENTA, SELMA GARRIDO; ALMEIDA, MARIA ISABEL (Org.). **Pedagogia universitária:** caminhos para a formação dos professores. São Paulo: Cortez, 2011, cap. 3, p. 159- 187.
- FRANCO, MARIA AMÉLIA SANTORO. Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 109-126, jan./abr. 2008.
- LOGUERCIO, ROCHELE DE QUADROS; DEL PINO, JOSÉ CLAUDIO. Os discursos produtores de identidade docente. **Ciência e Educação**, v.9, n.1, p.17-26, 2003.
- MORIN, EDGAR. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 34.
- PIMENTA, SELMA GARRIDO; ANASTASIOU, LÉA DAS GRAÇAS CAMARGO. **Docência no ensino superior.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- NUNES, CECÍLIA MARIA FERNANDES. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 74, abr. 2001.
- ROLDÃO, MARIA DO CÉU. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação.** V. 12, n. 34, 2007
- SAVIANI, DEMERVAL. História das ideias pedagógicas do Brasil. 3ªed.Campinas, SP: Autores Assossiadados. (Coleção Memórias da Educação, 2011 apud - BARBACELI, JULIANA

TRINDADE. **Da identidade profissional à identidade profissional docente:** a FEUSP e a formação inicial de professores para os primeiros anos de escolarização, 2013. Tese (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16092013-122708/pt-br.php>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

- TARDIF, MAURICE. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. Teoria e Educação, n. 4, 1991apud LOGUERCIO, ROCHELE DE QUADROS; DEL PINO, JOSÉ CLAUDIO. Os discursos produtores de identidade docente. **Ciência e Educação**, v.9, n.1, p.17-26, 2003.

- TEIXEIRA, ANÍSIO SPÍNGOLA. A independência e o substitutivo da universidade – escolas superiores profissionais. In:_____. **Ensino Superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, cap. 4, p. 145-159.

- VAZQUEZ, ADOLFO SÁNCHEZ. **Filosofia da praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p. 117

- VIERA, ALBONI MARIA DUDEQUE PAIANOVISKI; GOMIDE, ANGELA GALIZZI VIEIRA. História de formação de professores no Brasil: o primado das influências externas. **Anais do V Congresso da História da Educação**. Aracaju, Sergipe, Novembro de 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf> . Acesso em: 11 jun. 2017.

- ZABALDA, MIGUEL. **O ensino universitário:** seus cenários e seus protagonistas. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

- ZCHWARTZMAN, SIMON. A Pesquisa científica no Brasil: matrizes culturais e institucionais. **Pesquisas médicas**, v.1, p. 137-160, 1982. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/matrizes.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

UM BREVE DIÁLOGO SOBRE A IDENTIDADE DO DOCENTE

Estevão Ribeiro Matiassi, ermatiassi@bol.com.br*

“O homem constrói sua especificidade e se constrói enquanto ser histórico à medida que transcende o mundo natural pelo trabalho”.

Vitor Henrique Paro

Resumo: Este artigo visa apresentar um diálogo sobre a identidade docente, bem como, uma reflexão do seu papel social e, suas multifacetadas, considerando que, sua função vai além do ensinar, ela contempla sobretudo uma atividade profissional que ultrapassa as paredes da sala de aula e do estabelecimento de ensino, isto é, a identidade do professor é antes de tudo social e política. Também visa destacar questionamentos recorrentes da trajetória de todo professor, ou seja, se indagar a todo momento sobre sua atuação e didática, construindo e reconstruindo sua prática docente nos caminhos da teoria e prática. Para fundamentar este trabalho foram utilizados principalmente os conceitos de Freire (1996, 1987), Veiga (1989), Libâneo (2013) Gaeta e Masseto (2013).

Palavras chave: Didática. Teoria e Prática. Construção de Identidade.

Abstract: This article aims to present a dialogue about identity, as well as a reflection of its social role and its multifaceted parts, considering that its function goes beyond teaching, it contemplates above all a professional activity that goes beyond the classroom walls and educational establishment, that is, the identity of the teacher is, first of all, a social and political identity. Likewise, aims to highlight recurring questions of the trajectory of every teacher, that is, make them ask themselves about their acting and teaching, building and rebuilding their teaching practice in the ways of theory and practice. In support of this work, were primarily used the concepts of Freire (1987, 1996), Veiga (1989), Libâneo (2013) Gaeta and Masseto (2013).

Keywords: Didactics. Theory and Practice. Construction of identity.

INTRODUÇÃO

Iniciar uma carreira como docente, tem se tornado cada vez mais uma tarefa difícil e desafiadora, dado a complexidade deste ofício. Estamos diante de um tema de grande

discussão, pois este profissional em suma, tem como principal função ensinar. Contudo, neste aspecto é válido ampliar a discussão, pois, a função docente não se deve resumir somente em ensinar. Para tanto, a diretriz do curso de Pedagogia aponta:

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:
Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos. (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, 2016.)

Conforme a diretriz, o papel do professor vai além de ensinar, para também assumir um papel de produtor de conhecimento, sendo assim, responsabiliza-se também com ser professor pesquisador, isto é, considerar o processo de ensinar e aprender como atividade integrada à investigação.

Ainda tratando se da atuação, o fato de ter como pano de fundo o domínio de um conteúdo e conhecimentos científicos, há de se considerar os contextos desta profissão, sobretudo, à sua atuação em sala de aula, o relacionamento com os alunos, a necessidade do entendimento do que diz respeito a burocracia e o papel social da profissão.

Repensando a formação dos professores a partir da análise da prática pedagógica, Pimenta (1999) identifica o aparecimento da questão dos saberes como um dos aspectos considerados nos estudos sobre a identidade da profissão do professor. Parte da premissa de que essa identidade é construída a partir da

(...)significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação das práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. (p. 19).

Sendo assim, o professor pesquisador confronta-se com questionamentos pertinentes aos conhecimentos pedagógicos, ou seja, o que essencialmente tange a atuação do professor, isto é, o como ensinar. Quais metodologias? Quais procedimentos

utiliza-se? Como transmitir um conteúdo que, mesmo sendo de grande complexidade, este é compreendido pelo aluno, pela maneira como o professor passou?

DESENVOLVIMENTO

Diante desse contexto apresentado na introdução, pretende-se neste diálogo, o seguinte percurso: construir uma linha de raciocínio, desde a etimologia das palavras identidade e professor, afim de compreender as relações construídas entre a origem e significados dessas palavras, contudo sua significância na atuação; Outra questão abordada também neste capítulo refere-se às competências e saberes necessários para a docência de qualidade, sobretudo, refletir o como ensinar, não com a intencionalidade de apresentar uma receita, mas propondo uma reflexão sobre a prática e atuação em sala de aula, principal espaço de atuação do professor, considerando a didática, como a teoria geral do ensino e, importante instrumento no processo de reflexão tratando-se de ensino aprendizagem, bem como na construção da identidade docente, não reduzindo a didática à concepção técnica do ensino.

Ainda no que se diz respeito à docência de qualidade, Rios (2011) acrescenta que:

O conceito de qualidade é abrangente, é multidimensional. Na análise crítica da qualidade, devem ser considerados os aspectos que possam articular a ordem técnica e pedagógica aos de caráter político - ideológico. A reflexão sobre os conceitos de competência e qualidade têm o propósito de ir em busca de uma significação que se alterou exatamente em virtude de certas imposições ideológicas.

Nesse sentido, a ideia de qualidade assume um amplo papel na educação, especialmente na atuação do docente, pois não se trata somente da capacidade técnica/teórico do professor, mas também do propósito que este coloca em sua prática. Em educação, a palavra qualidade portanto, vezes assume uma dimensão dicotômica, isto é, formação e prática docente (e vice-versa), causada por compreendê-la como polos. É indispensável que vejamos a educação, sobretudo de qualidade, como integralidade, inteireza, totalidade, sendo uma possibilidade de atuação plena, quando esta é exercida a partir de um novo olhar. Assim, sendo vista do aspecto informal, espontâneo, dentro de

um processo criativo, mediante as inúmeras possibilidades de intervenção do professor, permitindo uma “liberdade” em sua atuação. No entanto, pensar educação de qualidade também é, atuação formal, de maneira sistemática, intencional e organizada, onde se desenvolve a partir da definição de objetivos, planejamento e conteúdo a serem explorados no processo educacional. Portanto a didática necessita dialogar com a diversidade dos saberes da docência, enfrentar os desafios e buscar alternativas para pensar e repensar o ensino.

Dado essa problematização na busca da identidade do professor e sua significação profissional, a etimologia das palavras identidade e professor, nos permite iniciar o diálogo. Identidade é uma daquelas palavras carregadas de significado. Vinda do latim *identitate*, ela é um substantivo feminino que tem acepções que vão desde o registro geral até questões filosóficas importantes que caracterizam a existência humana. Partindo-se do geral para o específico, em primeira instância, identidade refere-se àquilo que é idêntico. Do ponto de vista da Filosofia, ter consciência de si próprio é um elemento fundamental para se diferenciar dos demais. Apesar de existir uma identidade coletiva, que caracteriza a comunidade (ou as comunidades) na qual o indivíduo se insere. A partir da origem da palavra podemos compreender que se trata essencialmente de características, isto é, aquilo que marca algo, ou alguém. Dando significado ao contexto do professor, identidade seria o que supostamente caracteriza e marca a profissão professor, por isso ela é construída ao longo de sua atuação

Quando se busca a origem da palavra professor, chegamos a: “Professor” tem origem no Latim, vem de PROFESSUS que significa “pessoa que declara em público” ou “aquele que afirmou publicamente”. Esta palavra, por sua vez, é derivada do verbo PROFITARE. Este significa “afirmar/declarar publicamente” e é composto de PRO, “à frente” e FATERI, “reconhecer”. Esta expressão era usada para as pessoas que se declaravam aptas a exercer alguma função, nesta situação, o ensinar.

Dado a etimologia das palavras, podemos constatar que o a atividade profissional docente, assumiu outras características, do que meramente se identificar e, declarar algo à alguém. De fato, sua identidade esta sobretudo aliada ao compromisso ético social, isto é, sua responsabilidade está ligada a formação cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política. É uma atividade fundamentalmente social, porque contribui para formação cultural e científica do povo, tarefas indispensáveis para outras conquistas democráticas (LIBÂNEO, 2013). Considerando esta afirmação, a atuação docente é ampliada em suas dimensões, sendo

estas, éticas, humanas, políticas, técnicas e estéticas, pois pressupõem interação, escolhas, intencionalidades sistematizadas e idealizações.

Do mesmo modo Gaeta e Masseto (2013, p. 102) dialogam:

É verdade que somos especialistas em determinada área de conhecimento e como tais fomos contratados para lecionar. Mas essa é apenas uma das facetas de nossa personalidade. Quando entramos em sala de aula, trazemos junto o cidadão que também somos comprometidos com o desenvolvimento de nossa sociedade, buscando melhores condições para nossa comunidade, atuando com responsabilidade social e procurando integrar as dimensões tecnológicas, éticas, sociais, culturais ambientais e econômicas em nossas ações.

Com base nos autores podemos concluir que essa dimensão cidadã e política, ao realizarmos a docência, não podem estar desconectadas do ofício do professor e, que estes contribuem de maneira significativas, senão totalmente para a formação de sua identidade como profissional da educação. Uma identidade profissional se constrói, pelo modo como o sujeito se percebe em seu processo de formação. Os professores ensinam tanto pelo que sabem, quanto pelo que são, argumenta Zabalza (2004). A identidade não se trata de algo adquirível, mas um processo de construção gradativa e ressignificação da própria vida, isto é, um repensar constante de como esse indivíduo se age e contribui em sociedade, uma vez que identidade não algo inerente, e sim algo construído diante de certezas e incertezas ao longo de sua trajetória docente. Freire (1996, p. 25) enfatiza, com relação a formação da identidade docente que, "quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado".

Em suma, é uma atividade bem mais complexa do que apenas conhecer algumas técnicas de ensino, a construção da identidade profissional docente, é um processo de ressignificação em que o sujeito situado se constrói historicamente e, assim fundamenta sua identidade.

Considerando a complexidade da docência, ainda nos deparamos com outras questões relevantes, e de grande valia para reflexão, não somente de sua identidade, mas também de sua prática. Afinal, que competências profissionais são exigidas para se desempenhar o ofício da profissão docente? Entretanto, é de grande valia também questionar, o que é entendido por competência?

Competência é um “conjunto de habilidades de que as pessoas necessitam para desenvolver algum tipo de atividade”, segundo Zabalza (2006, p. 70). Para Perrenout (2000, p. 15) “a noção de competência designará aqui uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação”. Os autores aqui dialogam por se tratar da prática docente, sobretudo, frente as novas demandas tecnológicas e sociais, isto é, o docente assume um papel diferenciado, dissímil ao do Professor convencional, ou seja, apropria-se do perfil mediador. Nesse sentido, TEBAR (2011, p. 115) reitera que, mediar também é transmitir valores, é conectar vivências e elementos culturais, é superar a ignorância e a privação cultural, abrindo ao outro um mundo de significados. Considerando o professor como mediador do processo de ensino aprendizagem, este deve refletir a educação e relaciona-la ao mundo, pois são os intelectuais e mediadores, interpretes ativos da cultura, dos valores e do saber em transformação, envolvendo-se na formação integral dos seus educandos.

Essa definição insiste em quatro aspectos segundo Perrenoud (2000):

- As competências não são elas mesmas saberes, *savoir-faire* ou atitudes, mas mobilizam, integram e orquestram tais recursos;
- Essa mobilização só é pertinente em situação, sendo cada situação singular, mesmo que se possa tratá-la em analogia com outras, já encontradas;
- O exercício da competência passa por operações mentais complexas, subentendidas por esquemas de pensamento, que permitem determinar (mais ou menos consciente e rapidamente) e realizar (de modo mais ou menos eficaz) uma ação relativamente adaptada à situação;
- As competências profissionais constroem-se, em formação, mas também ao sabor da navegação diária de um professor, de uma situação de trabalho à outra. (p. 15)

Com base nos autores, podemos considerar que ao falarmos de competência, sobretudo, na perspectiva docente, estamos falando de competência pedagógica, ou seja, estamos abordando recursos e tarefas pedagógicas. Por outro lado, é válido refletir também sobre a “didática utilizada pelo professor”, considerando, essa expressão bem

comum, quando se trata de aulas consideradas “boas”. Ambas as situações, é válido a reflexão no sentido de compreender sobre a importância da competência para o professor e, o conjunto de conhecimentos, habilidades que o docente necessita em sala de aula, afim de desenvolver às aprendizagens. No entanto cabe aqui dar atenção também, sobre o discurso que envolve o fazer pedagógico, isto é, considera-se muitas vezes uma “boa aula”, aquela que seja inovadora, ou diferente das convencionais, aqui é válido saber com que base esse discurso é pautado, sendo esses muitas vezes, falácias por parte de instituições afim de silenciar a atuação do professor. Dessa forma, NOVOA (1999), acrescenta:

Diante deste panorama, é grande a tentação de enveredar por uma planificação rígida ou por uma “tecnologização do ensino”. Estes caminhos levam, inevitavelmente, a uma secundarização dos professores, ora obrigados a aplicar em materiais curriculares pré-preparados, ora condicionados pelos meios tecnológicos ao seu dispor. O reforço de práticas pedagógicas inovadoras, construídas pelos professores a partir de uma reflexão sobre a experiência, parece ser a única saída possível.

Dessa forma é fundamental o docente compreender seu papel identitário, uma vez que, sua atuação não se esgota no ato de ensinar, amplifica-se no ato formativo de educar. Em outras palavras o professor desenvolve suas competências com base em suas experiências ao longo de suas formações, sendo elas teóricas, sobretudo práticas. Sendo assim técnicas de ensino não podem preencher todo o discurso pedagógico.

Ao se falar sobre competência pedagógica, logo se pensa em estratégias, formas, modos de dar a aula ou transmitir um conteúdo. No entanto, há um processo laborioso que antecede a aula de fato, esse processo sugere uma reflexão por parte do professor e o, levantamento de alguns questionamentos intencionais, sobretudo, a cautela que todo docente deve ter, uma vez que ele é responsável por uma disciplina e que a formação do aluno, dar-se-á, a partir, de um conjunto delas. Sendo assim, cabe ao professor se perguntar: Quais competências vão colaborar para formação do meu aluno?

A partir desse processo reflexivo e, chegando as possíveis respostas para tal pergunta, o professor inicia seu planejamento, afim de organizar e estruturar os conteúdos à serem ministrados, considerando os objetivos gerais e específicos, referencial teórico, isto é, a bibliografia, estratégias de ensino que colaboram para aprendizagem e, critérios

de avaliação, seja processual formativa ou somativa e, ainda período do tempo para que tal conteúdo será ministrado.

Para tanto nos elucida, Zabalza (2006, p. 183-209), com as dimensões de uma docência de qualidade, o professor deverá ser competente para:

- planejar sua docência voltada para um projeto formativo de seus alunos;
- organizar o ambiente de trabalho;
- selecionar os conteúdos interessantes e sua forma de apresentação;
- usar material de apoio, metodologia que incentive a aprendizagem do aluno, incorporar novas tecnologias e recursos diversos;
- dar atenção pessoal aos estudantes e aos sistemas de apoio;
- desenvolver estratégias de integração com os outros docentes;
- desenvolver sistemas de avaliação do processo de aprendizagem como um todo.

Sobre as dimensões, pode-se perceber que o papel do docente como um problematizador e potencializador de aprendizagens, onde dialoga, divide responsabilidades, e estabelece parcerias com os alunos. Para tanto é válido se pensar num currículo que permita o aluno também se apropriar do conhecimento de tal modo a assumir tal responsabilidades, sendo cooperativo, por este estar próximo ao seu cotidiano. Nesse aspecto SACRITAN (2000, p. 46) afirma que, "o currículo aparece, assim, como o conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas reacomodações". Nessa perspectiva, o docente em busca de uma atuação competente, deve atentar-se que sua prática deve basear-se na teoria, porém sua finalidade é a transformação real, objetiva, de modo natural ou social, satisfazer determinada necessidade humana, afirma VEIGA (1989, p. 17). A reflexão feita até aqui nos possibilita entender que a prática pedagógica deverá estar diretamente, se não totalmente ligada as realidades que envolvem as instituições escolares e, que prática e teoria não existem uma

sem a outra, e sim se completam, complementam e contribuem para formação da identidade do Professor.

Na tentativa de responder aos questionamentos do início do capítulo pôde-se perceber que antes mesmo de responder tais questionamentos, é de extrema relevância conceber que o todo o contexto que envolve a identidade do professor, sua função histórica, social e as possibilidades de transformação a partir de sua atuação. Nesse sentido, VEIGA (1989) nos esclarece que a prática pedagógica reflexiva pressupõe, portanto:

- o vínculo da unidade indissolúvel entre teoria e prática, entre finalidade e ação, entre saber e fazer, entre concepção e execução
- ou seja, entre o que o professor pensa e o que ele faz;
- acentuada presença da consciência;
- ação recíproca entre professor, aluno e a realidade;
- uma atividade criadora (em oposição à atividade mecânica, repetitiva e burocratizada);
- um momento de análise e crítica da situação e um momento de superação e de proposta de ação.

A dos pontos citados, fundamenta que o confere a atuação em sala do professor é a didática, sendo seu papel essencial no currículo de formação de professores, contribuir para uma prática, além da reflexiva, aquela que possibilita um olhar crítico com relação às experiências concretas. Portanto nos permite entender que a didática assume a função importante de orientação no que se refere a organização e sistematização dos processos educativos, sobretudo propõe uma inter-relação permanente entre indagação teórica e a prática educativa. Ainda nesta linha de pensamento, dialoga com a autora LIBANEO (2013, p.27) afirmando que a didática se caracteriza como mediação entre bases teóricas-científicas da educação escolar e a prática docente. Ela opera como uma ponte entre o “o quê” e o “como” do processo pedagógico escolar.

CONCLUSÃO

Assim sendo esse diálogo, precede um longo processo de reflexão que, com base na identidade docente busca-se aprimorar seu papel no contexto de atuação, sobre tudo com a finalidade de prover condições e meios pelos quais os alunos assimilam ativamente

conhecimento e habilidades, atitudes e convicções, onde chega-se a um ponto que reencontra as questões iniciais deste capítulo: o como ensinar, sendo assim a didática um ponto de partida que contribuirá para a construção da identidade docente, pois “temos que tomar iniciativa e dar um exemplo de como fazê-lo” (FREIRE, 1986 p. 88).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, 2016.

Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em: 15 de jun de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo e SHOr, Ira. **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores:** Identidade e saberes da docência. In.: Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

GAETA, Cecília, MASSETO T. Marcos. **O professor iniciante no ensino superior:** aprender, atuar e inovar. São Paulo: Senac, 2013.

NOVOA, Antônio. **Os Professores na Virada do Milênio:** do excesso dos discursos à pobreza das práticas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PERRENOUD, Philippe. **Dez competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmet, 2000.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e Ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2011.

SACRISTÁN, J. Gimeno e Gómez, A. I. Perez. **O currículo:** os conteúdos do ensino ou uma análise prática? Compreender e Transformar o Ensino. Porto Alegre, Arned, 2000.

TEBAR, Lorenzo. **O perfil do professor mediador:** pedagogia da mediação; tradução de Priscila Pereira Mota. São Paulo: Senac, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alemcastro. **A Prática pedagógica do professor de didática**. São Paulo: Papyrus, 1989.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário:** seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

Mauro Antonio Rodrigues

RESUMO

O texto apresenta observação sobre a construção da identidade docente, que evolui gradativamente ao longo da carreira, influenciada por aspectos pessoais, sociais e cognitivos frente às situações problemas enfrentadas em seu cotidiano em um processo de interpretação de si mesmo como pessoa dentro de um determinado contexto, permitindo ao professor desenvolver-se pessoalmente e coletivamente frente à fragilidade da profissão que exige ainda do professor a busca constante do saber, saber fazer e saber ser que consiste em competência mais habilidade, envolvendo iniciativa, investimento, responsabilidade, criatividade e trabalho em equipe assim como o aprofundamento do conhecimento didático pedagógico do conteúdo, que estreita a relação de conhecimento e prática e influencia no que e como ensinar ou mediar à construção do conhecimento adquirido historicamente pela sociedade.

PALAVRA CHAVE: Identidade docente, fragilidade da profissão, competência, habilidade, profissionalização, reformas educacionais.

ABSTRACT

The text presents an observation about the construction of the docent's identity, that evolves gradually on long of career, influenced by personal, social and cognitive aspects in front of problems situation that is encountered daily in a process to understanding oneself like person that is inside of an determined context, allowing a teacher to develop oneself personally and collectively in front of a profession brittleness that still requesting of the teacher the constant search for the knowledge, to know how to do and knowledge that consist on the competence plus ability, evolves the initiative, investment, responsibility, creativity and teamwork as pedagogicaldidactic awareness of the substance, that closerelationship for knowledge, practice, influence, and how to teach or reflect an knowledge construction that was learned historically from the society

KEY

WORDS:

Docent's identity, profession brittleness, competence, ability, professionalization, educational reforms

INTRODUÇÃO

Paulo Freire no livro *Pedagogia da Autonomia* discorre sobre a formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativa em favor da autonomia dos alunos e considera que formar é muito mais do que simplesmente treinar o alunos no desempenho de suas habilidades, é preciso, sobretudo, que se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção, ou seja, precisa ser vivido constantemente.

É entender que não há docência sem dissidência, e quem ensina aprende ao ensinar e quem a prende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa, e para tanto exige rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos alunos, estética e ética, corporificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, reflexão sobre a prática, consciência do inacabado, reconhecimento de sermos condicionados, convicção de que a mudança é possível, reconhecer a autonomia do aluno, com isso ter bom senso, exercitar a humildade, tolerância e a luta em defesa dos direitos dos alunos e educadores.

Entender que ensinar é uma especificidade humana, que exige comprometimento, reconhecer que a educação é ideológica, de liberdade e autoridade, com tomada consciente de decisões, de querer bem seus alunos, saber escutar e ter disponibilidade para o diálogo, competência profissional e compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Por isso acredito ser importante refletir sobre a fragilidade da profissão e sua importância nos dias atuais.

Fragilidade da profissão

Segundo Ludke e Boing (2004) ser professor é transformar-se constantemente através de investimento pessoal cercado de incertezas e de dependência da criatividade individual e coletiva. Ou seja, ser competente no saber, saber fazer, saber ser que consiste em competência mais habilidade que envolve iniciativa, responsabilidade e trabalho em equipe.

Percebe-se um grande número de pessoas com diferentes qualificações ou até sem nenhuma especificamente, contribuindo assim para a fragilidade da imagem da profissão professor, encarada por muitos como "semi profissão" atrelado ao crescente número de mulheres que ocupam esta profissão, onde o pensamento inadequado ou equivocado da sociedade, advindo da nossa história escolar que seguia a matriz da metrópole portuguesa onde o modelo de professor era os Jesuítas com aura de vocação e sacerdócio mesmos leigos, que associava a mulher como um ser mais fraco e de menos

importância ou menos valia a força do seu trabalho, porque está atrelada a questão da industrialização na qual a instrução começa a ser colocada como necessária para a qualificação da mão de obra, a qual a mulher era excluída e que por consequência promove ainda o pensamento pelo qual qualquer um pode exercer a profissão de professor, especialmente os do ensino básico e fundamental.

Após a reforma pombalina no período colonial, apareceu à preocupação do desenvolvimento de um método mutuo de ensino, onde o professor deveria arcar com os custos deste desenvolvimento, posteriormente com o fortalecimento da burguesia, devido a crise do modelo econômico agrícola e o impulso da indústria, forçou o estado a ter uma participação mais efetiva nas reformas educacionais.

A estatização rompeu a relação vocacional e de sacerdócio, no entanto conforme Nóvoa (1995) esta estatização não foi capaz da construção de um código de ontologia da profissão, ou seja, o conjunto de princípios e regras de conduta ou deveres de uma determinada profissão, de acordo com o código de ética de sua categoria. Explica o autor que isso acontece devido à imposição estatal, de instituições mediadoras de regulamentação docente como, por exemplo, as inspetorias de ensino que exercem um controle reconhecido sobre o exercício formal da docência em que o docente sofre o processo de funcionalização.

Esta falta de autonomia do professorado coloca em dúvida a existência de uma profissão docente ou de um processo de profissionalização, levando-nos a pensar e constatar que somente a prática dará consistência ao repertório pedagógico. Com isso percebe-se que "a escola é praticamente o único espaço onde o professor é considerado profissional ou onde dele se exige, pelo menos, um comportamento profissional" (BOING, 2002 P.1173).

A falta de um código de ética própria, como acontece em medicina e outras profissões, a falta de organizações fortes, inclusive sindicatos, a falta da valorização por parte das políticas públicas, auxiliam a fragilidade da profissão.

Devido a esta fragilidade da profissão, hoje se percebe que a sociedade da informação evidencia a importância do saber docente, ou seja, que o professor é protagonista da mediação da construção do aprendizado em todas as profissões, mas não lhe dá o mesmo prestígio social. Algumas das razões prováveis é a desconfiança de diversos grupos sociais avaliarem que alguns saberes transmitidos pela escola têm pouca aplicabilidade na sociedade atual, de acordo com a intencionalidade da classe dominante, na formação dos professores, a qual instituição recorreu para sua formação, desconfiança do ensino público, ou seja, é um desanimo produzido para ampliar a atuação da iniciativa

privada, mudando também com isso o papel do Estado provedor de direitos, passando para um papel de regulador da sua competência e habilidade para o desenvolvimento da aprendizagem e sua aplicação no cotidiano. Frente a estas situações recaem sobre o professor dedicado e que consegue dentro da sua realidade buscar caminhos para aperfeiçoar suas condições de evolução de conhecimento, pois percebe que há contradições no discurso produzido pelo sistema e a expectativa de salvador da pátria mesmo sem ter muitas vezes condições adequadas e necessárias para responder aos anseios da sociedade.

Para Gauthier e Mellouki (2004), o professor é como um intelectual que produz conhecimento e que esse é herdeiro, mediador, crítico da cultura que o diferencia de outros intelectuais e que a escola é a instituição privilegiada para transmissão da cultura na sociedade atual e nesse espaço o professor é o principal elo entre os diversos saberes sobre o mundo, as diferentes interpretações sobre o mundo e como situarem-se em seu contexto histórico. Por isso segue em frente, pois por conta da interação com seus alunos, necessita constantemente, decodificar, ler, compreender, explicar textos. Estas situações e sentimentos evidenciam a dimensão interpretativa do ofício de professor; incentivando e instrumentalizando alunos na busca da construção dos seus conhecimentos percorrendo seus próprios itinerários e suas próprias interpretações do panorama cultural.

Contudo devemos-nos atentar para as cegueiras do conhecimento, como nos exemplifica Edgar Morin em seu livro *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, que nos alerta que todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão, quando somos convencidos de uma certeza ou de um determinado conhecimento, corremos o risco do erro por ilusão. Isto porque “segundo Edgar Morin (2000, p. 20) o conhecimento não está somente no mundo externo, porque todas as percepções são ao mesmo tempo traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos.” Principalmente os percebidos pela visão que pode acrescentar o erro intelectual que traduz a subjetividade da visão de mundo, ou seja, os princípios de conhecimento e valores de cada indivíduo, que são os medos, projeção dos desejos, perturbações mentais trazidas pelas emoções isto tudo causa subjetividade e multiplicam os riscos dos erros pois nos ilude a uma percepção ou visão de conhecimento generalizada.

As emoções ou sentimentos, como: raiva, amor e a amizade podem nos cegar, mas é indispensável ao desenvolvimento da inteligência isto porque o sentimento de curiosidade e paixão, por sua vez é a mola da pesquisa filosófica ou científica. Com isso o déficit de emoção pode destruir a faculdade de raciocinar e sendo assim as emoções são indispensáveis aos comportamentos racionais.

Construindo a identidade profissional

De forma gradativa o professor constrói sua identidade profissional evoluindo ao longo da carreira docente influenciado pela escola, reformas educacionais e políticos que conforme Lasky “inclui o compromisso pessoal, a disposição para aprender a ensinar, as crenças os valores, o conhecimento sobre a matéria que ensinam, assim como sobre o ensino as experiências passadas, assim como a vulnerabilidade profissional” (LASKY, 2005, p. 118).

Desta forma a identidade docente evolui e se desenvolve pessoal e coletivamente através da prática docente, a vida em um processo de interpretação de si mesmo como pessoa dentro de um determinado contexto e os papéis que professores sentem que devem desempenhar, ou seja, a identidade docente é influenciada por aspectos pessoais, sociais e cognitivos, advindo da interação com os alunos, escola, parceiros de profissão e situações problemas enfrentadas no seu cotidiano.

É percebido que recentes transformações sociais influenciam de forma desestabilizadora no que diz respeito às certezas que em outras décadas caracterizavam nossa sociedade, relacionada com a profissão docente como “um quadro mais geral de transformações sociais, que fragmentou os espaços tradicionais de identificação sexual, religiosa, familiar ou ocupacional” (BOLIVAR 2006, p. 13). Ainda do ponto de vista deste autor:

as mudanças das últimas décadas geram ambigüidades e contradições na situação profissional dos professores. A crise de identidade profissional docente deve ser compreendida no cenário de uma certa decadência os princípios ilustrados modernos que davam sentido ao sistema escolar
(BOLIVAR 2006, p. 13).

Esta visão é confrontada com o avanço incontrolável da sociedade da informação proporcionada pelo uso das novas tecnologias, configurando um cenário caracterizado por uma “progressiva desprofissionalização: uma sociedade de aprendizagem onde todo mundo ensina e aprende e ninguém é um especialista” (HERGREAVES, 1997, P. 19).

Contudo estudos sobre profissionalismo levaram em consideração à necessidade de reprofissionalizar a função docente, e percebe-se que a ampliação de funções é positiva e evidencia um claro indício que os docentes são capazes de realizar funções que vão além das tarefas tradicionais centradas nos alunos e restrito ao espaço físico da aula. Com isso o desafio é desenvolver processos que ajudem a situar a profissão docente como uma

profissão do conhecimento, comprometida com o direito de aprender dos alunos. A docência como profissão precisa rever-se e reconstruir-se para continuar cumprindo os compromissos morais que veio desenvolvendo, como, assegurar o direito de aprender de todos os meninos, meninas e adultos, de forma a integrar as novas tecnologias em sala de aula, ampliando recursos didáticos tecnológicos.

Para isso milhares de horas como alunos não são gratuitas, está ligada a uma socialização prévia com docente como comenta Tardif (2004),

a docência também exige uma socialização na profissão e uma vivência profissional vai sendo pouco a pouco construída e experimentada, e onde entram em jogo elementos emocionais, de relações simbólicas que permitem que um indivíduo se considere e vivas como professor e assuma assim, subjetiva e objetivamente, o fato de realizar uma carreira no ensino (TARDIF, 2004, p. 79).

Ou seja, a identidade docente vai se configurando de forma paulatina e pouco a pouco reflexiva, mediante as observações de modelos docentes com os quais vão se identificando em que influi mais os aspectos emocionais que os racionais.

Conteúdos como construção da identidade docente

As emoções constituem uma parte muito importante a cerca da crença de como se ensina, como se aprende e como se aprende a ensinar. Mudar certas crenças requer forte participação emocional e formação acadêmica, pois ao chegar a uma instituição de formação inicial docente, o aspirante a professor, já tem idéias e crenças estabelecidas sobre o que é ensinar e aprender que atuam como filtros dando sentido aos conhecimentos e experiências com que se deparam, mas também podem atuar como barreiras a mudanças, limitando as idéias que os alunos se deparam e desenvolvem sobre o ensino. Uma das chaves de identidade profissional docente é proporcionada, pelo conteúdo que se ensina, menor na educação infantil e maior no ensino médio e universitário, de qualquer ponto de vista é importante e daí a influência na construção da identidade profissional docente.

Buchmann (1984) nos revela que “conhecer algo nos permite ensiná-lo e conhecer um conteúdo com profundidade significa estar mentalmente organizado e bem preparado para ensiná-lo de forma geral” (p. 37), isso influencia no que e como ensinar, um baixo

nível de conhecimento e mal organizados influi no ensino, limitando a compreensão dos conceitos e representações errôneas da disciplina.

O conhecimento didático pedagógico do conteúdo tem relação com a forma como os professores pensam como podem ajudar os alunos a compreender determinados conteúdos.

A identidade profissional docente se fortalece com relação aos conteúdos que se ensina na formação inicial quando o currículo da formação inicial apresenta-se com evidente clareza, contextualizando com a prática profissional, propiciando a aproximando a relação de conhecimento e prática.

A relação entre conhecimento e prática é aquela na qual o conhecimento serve para organizar a prática e por isso conhecer mais conteúdos, teorias educacionais, estratégias instrucionais, leva de forma mais ou menos direta uma prática eficaz e os professores aprendem quando têm oportunidade de refletir sobre a sua práxis.

O que é ser professor nos dias atuais?

É buscar parcerias sempre, atualizar-se frente aos conhecimentos históricos e atuais é ser comprometido com a profissão, com o aprendizado de seus alunos e para isso é preciso dedicar - se muito, pois o cenário político ainda não priorizou a educação como deveria, ou seja, não oferece ainda condições que promovam a formação contínua dos profissionais da educação e sua valorização.

Ser professor é exercitar continuamente o controle emocional, a paciência, também a criatividade, a humildade, o carisma o saber lidar com o público. São posturas e comportamentos essenciais para adquirir atenção e respeito daqueles aos quais vai mediar a aprendizagem; e mediar à aprendizagem segundo as autoras do blog (Massucato e Mayrink) é participar ativamente do processo de aprender incentivando a busca de novos saberes. Para isso deve conhecer profundamente o campo do saber que pretende ensinar ou mediar, através de senso crítico produzir novos conhecimentos buscando a realidade que o cerca como forma de contextualizar conteúdos.

O docente hoje além de conhecer bem o conteúdo programático e das práticas pedagógicas deve desenvolver um olhar humano e entender as diferenças entre cada indivíduo e como trabalhar mediante estas diferenças, sociais, mecânicas, de raciocínio lógico, mais rápido ou mais lento etc., as particularidades e traços da pessoa isso o aproxima do estudante e faz conseguir com que o estudante aprenda com maior facilidade,

com a devida autoridade e respeito quebrando o paradigma de autoritarismo existente na relação professor x aluno na formação unilateral onde o aluno era o receptor e o professor preceptor e que no passado e ainda hoje em alguns lugares do mundo alunos tornaram – se monstros treinados ou psicopatas hábeis, envenenando pessoas, construindo câmaras de gás com suas engenharias, conhecimentos médicos e químicos adquiridos em colégios e universidades. O conhecimento da leitura, escrita e aritmética só é importante se fizerem nossas crianças tornarem pessoas mais humanas.

Como diz o poeta atual Braúlio Bressa, Professor é um guerreiro sem espada sem faca foice ou facão, armado só de amor segurando um giz na mão, o livro é seu escudo que lhe protege de tudo que possa lhe causar dor; é um arquiteto de sonhos, engenheiro do futuro, um motorista da vida dirigindo no escuro, um plantador de esperança plantando em cada criança um adulto sonhador, por isso tem fé e acredito na força do professor.

Ser professor hoje é ser protagonistas do ensino, das relações interpessoais, sociais, políticas, tecnológicas, ambientais entre outras, é ser humano é incentivar e motivar para que outros o sejam.

Conclusão

A identidade docente é construída ao longo da carreira docente influenciado pela escola, pelas reformas educacionais e políticas públicas, de forma pessoal e coletiva em processo de interpretação de si mesmo com pessoa dentro de um determinado contexto, por aspectos pessoais, sociais e cognitivos comprometido com o direito de aprender dos alunos.

Os milhares de aulas participadas como aluno também auxilia nesta formação, porque esta ligada a uma socialização prévia com a docência, onde entra em jogo os elementos emocionais e imaginário de relação simbólica que permite que um indivíduo considere e viva como professor de forma subjetiva e objetivamente o fato de realizar uma carreira no ensino mediante as observações de modelos docentes com as quais vão se identificando pouco a pouco em que influi mais aspectos emocionais que racionais.

Conhecer as fragilidades da profissão também auxilia nesta formação de identidade, pois impulsiona a ação de transformação constante frente as incertezas, ou seja, aprimorar ou buscar cada vez mais conhecimento a fim de ser competente no saber, saber fazer e saber ser que consiste em competência mais habilidade que envolve iniciativa, responsabilidade e trabalho em equipe.

REFERENCIAS

BOLIVAR, A. (2006) La indentidad profisional del professorado de secundaria: Crisis y reconstrucción. Málaga: Algibe. Tradução: Cristina Antunes.

BUCHAMANN, M. (1984) the priority of knowledge and understanding em teaching. In.L.Katz e J. Raths (Eds.), Advances in teachear Education (vol.29-50)Norwood: Ablex. Tradução: Cristina antunes.

MORIN, Edigar (1921) **Os sete saberes necessários à educação do futuro**: tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeane Sawaya. Revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. 2. Ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO

GAUTHIER, C.; MELLOUKI, M. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n87, Maio/agosto, 2004 p.537-571.

LASKY,S. (2005)**A sociocultural approach to understanding teacheridenti ty**, agency ande Professional vulnerability in a contexto of secondary school reform. Teaching and Teachear Education, 21, 899-016. Tradução: Cristina Antunes.

LUDKE, Menga; BOING, Luiz Aalberto, **Educação Social**, Campinas, vol.25, n89, p. 1159-1180, Setembro/Dezembro 2004

Disponível em: <[HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>

MARCELO, Carlos, **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 109-131, agosto/desembro 2009

MASSUCATO, Mauriele; MAYRINK, Eduarda Diniz Blog: **Coordenadoras em ação** <https://gestão escolar.org.br/conteúdo/o-que-e-ser-professor-nos-dias-atuais>

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**, 2 ed.Lisboa:Dom Quixot, 1995

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia**, São Paulo: Ed: Paz e Terra 1996

.

PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO POR MEIO DA CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL PSICOGRÁFICO E PSICOPEDAGÓGICO DO ALUNO: O QUE O CHAPÉU SELETOR DE HOGWARTS TEM A ENSINAR SOBRE EDUCAÇÃO

Cláudio Donizetti de Barros (SENACSAD): claudio.dbarros@sp.senac.br *

Cleliani Sacramento Carneiro (SENACSAD): cleliani.scarneiro@sp.senac.br

Kátia Kauder de Lima (SENACSAD): katia.klima@sp.senac.br

RESUMO

O ensino híbrido já faz parte do contexto da educação contemporânea mundial. O tradicional ensino de “um” para “muitos”, onde o professor explica o mesmo conteúdo para todos, da mesma forma, não considera que os alunos aprendem de maneiras diferentes. O modelo de ensino híbrido permite que o professor obtenha informações individualizadas sobre o perfil e desempenho dos alunos e consiga, desta maneira, agir com maior eficiência e rapidez no atendimento das necessidades individuais de aprendizado. Neste modelo de ensino é possível o uso de recursos que possibilitam ao docente-mediador elaborar diferentes estratégias de aprendizagem, de acordo com as necessidades individuais de seus alunos, favorecendo, assim, a personalização do ensino. Neste sentido, são muito bem-vindos instrumentos que embasem a metodologia, possibilitando o diagnóstico do perfil psicológico e psicopedagógico de cada aluno. De posse desta caracterização, o docente-mediador poderá adotar e propor metodologias e situações de aprendizagem mais adequadas ao perfil de cada um. Este artigo descreve e propõe metodologia de apoio ao Ensino Híbrido, por meio da utilização de duas ferramentas para caracterização destes perfis psicológicos: a metodologia Myers-Briggs e a metodologia Human Dynamics. Descreve, ainda, após a caracterização obtida pelos testes on-line, como os perfis individuais são lançados numa planilha eletrônica que tabula, cruza os dados e, automaticamente, indica e sugere metodologias e situações de aprendizagem recomendáveis conforme o perfil de cada aluno. As situações de aprendizagem podem, também, serem identificadas numa mandala, elaborada com base no instrumento, que as relaciona aos resultados dos testes.

Palavras-chave: Ensino híbrido. Personalização do ensino. Situações de aprendizagem. Dinâmicas humanas.

ABSTRACT

Hybrid education is already part of the context of contemporary world education. The traditional teaching of "one" to "many," where the teacher explains the same content to everyone, likewise does not consider that students learn in different ways. The hybrid teaching model allows the teacher to obtain individualized information about the profile and performance of the students and, in this way, can act with greater efficiency and speed in meeting the individual needs of learning. In this teaching model it is possible to use resources that enable the mediator-teacher to elaborate different learning strategies according to the individual needs of their students, thus favoring the personalization of teaching. In this sense, it is very welcome instruments that support the methodology, making possible the diagnosis of the psychological and psychopedagogical profile of each student. With this characterization, the mediator-teacher can adopt and propose methodologies and learning situations that are more adequate and personalized to the profile of each one. This article describes and proposes a methodology to support Hybrid Teaching through the use of two tools to characterize these psychological profiles: the Myer-Briggs methodology and the Human Dynamics methodology. After the characterization obtained by the online tests, he describes how the individual profiles are launched in a spreadsheet that tabs, crosses the data and automatically indicates and suggests methodologies and learning situations that are recommended according to the profile of each student. Learning situations can also be identified in a mandala, based on the instrument, which relates them to the test results.

Keywords: Hybrid teaching. Personalization of teaching. Learning situations. Human Dynamics.

INTRODUÇÃO

A cena é clássica. No filme "Harry Potter e a Pedra Filosofal", os alunos do primeiro ano ficaram muito apreensivos com a seleção que iriam passar quando chegassem a Hogwarts, a escola de magia: ninguém lhes contara como seria. Foi então que, "posicionados em fila ao entrar no Salão Principal, viram, colocado num banquinho, um chapéu pontudo de bruxo remendado, esfiapado e sujíssimo que se mexeu e, abrindo um rasgo junto à aba como uma boca", começou a cantar:

*Ah, vocês podem me achar pouco atraente,
Mas não me julguem só pela aparência*

*Engulo a mim mesmo se puderem encontrar
Um chapéu mais inteligente do que o papai aqui.
Podem guardar seus chapéus-coco bem pretos,
Suas cartolas altas de cetim brilhoso
Porque sou o Chapéu Seletor de Hogwarts
E dou de dez a zero em qualquer outro chapéu.
Não há nada escondido em sua cabeça
Que o Chapéu Seletor não consiga ver,
Por isso é só me porem na cabeça que vou dizer
Em que casa de Hogwarts deverão ficar.
Quem sabe sua moradia é a Grifinória...
Quem sabe é na Lufa-Lufa que você vai morar...
Ou será a velha e sábia Corvinal...
Ou quem sabe a Sonserina será a sua casa...
(Mesmo que os chapéus não tenham pés nem mãos)
Porque sou único, sou um Chapéu Pensador!*

Um a um, os alunos se sentaram no banquinho e colocaram o Chapéu Seletor na cabeça, sendo selecionados para uma das quatro Casas de Hogwarts - Corvinal, Grifinória, Lufa-Lufa ou Sonserina: a metáfora perfeita para a personalização do ensino que tem sua gênese na determinação prévia do perfil do aluno, na determinação de suas características especiais. Fato é que são inúmeras as diferenças existentes em uma sala de aula. No século XXI, o que presenciamos é um processo de aprendizagem desmotivador e estagnado. Com base no sistema fabril, onde produtividade passou a ser sinônimo de homogeneidade e tarefas sistematicamente subdivididas, na escola, os alunos foram separados por idade e as atividades passaram a ser repetitivas, assim como nas fábricas. A "Educação em linha de produção". Neste cenário, o desafio de proporcionar um ensino significativo para cada estudante é imenso. "Numa classe com 25 alunos, os professores precisam lidar com 25 interesses, 25 talentos e 25 necessidades de aprendizagem diferentes" (PORVIR, 2017). Não por acaso, a personalização do ensino, ou o ensino personalizado, tem se mostrado, então, uma das tendências mais fortes da educação no Brasil e no mundo, para modificar este cenário.

O ENSINO PERSONALIZADO E SUAS VANTAGENS

Definido como o tipo de ensino que envolve diferentes técnicas pedagógicas apropriadas para desenvolver o aprendizado de forma individualizado, considerando o tempo de aprendizagem de cada aluno, resumidamente, o ensino personalizado acontece quando o docente-mediador facilita a que alunos entendam e decidam o quê, como e com quem aprender. Simultaneamente, até mesmo o ensino diferenciado também pode ser usado, onde o docente-mediador fornece atividades diferentes para grupos diferentes de alunos, baseando-se nas preferências de cada grupo. Com o tempo, o docente-mediador pode entender melhor cada aluno, conhecer suas particularidades e preferências de situações de aprendizagem. A personalização pode diferir da diferenciação⁴⁹ na medida em que proporciona ao aluno um grau de escolha sobre o que é aprendido, quando se aprende e como se aprende. Personalização visa valorizar todo o potencial do aluno, a biografia, os conhecimentos prévios, as inteligências múltiplas, as sensibilidades e competências, (também as emocionais), que caracterizam cada um de nós como uma pessoa única, de forma a alcançar uma forma de excelência cognitiva, através do desenvolvimento de todas as suas aptidões, capacidades e talentos. Portanto, quais as reais vantagens do ensino personalizado? O ensino personalizado tem como um dos seus objetivos principais criar uma relação dinâmica entre as novas necessidades do mercado de trabalho e a educação, especialmente para as profissões do futuro. Por outro lado, além disso, são inúmeras as vantagens do ensino personalizado:

- O uso de diferentes formas de mídias educativas;
- Disponibilização de um maior número de opções de maneiras de ensinar;
- O incentivo à autonomia do aluno;
- Uma maior flexibilidade metodológica.

TESTES DE CARACTERIZAÇÃO PSICOGRÁFICA E PSICOPEDAGÓGICA COMO FUNDAMENTAÇÃO DA PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO

⁴⁹ Por vezes, a Personalização é usada incorretamente como sinónimo de Individualização. No entanto, "Personalização" e "Individualização" são dois termos distintos, com um significado pedagógico diferente. A individualização refere-se ao conjunto de estratégias didáticas com o objetivo de garantir a todos os alunos a realização dos mesmos objetivos de aprendizagem, em diferentes ritmos, tempos e formas, de acordo com estilos de aprendizagem, etc.

Todo ser humano possui características psicológicas que formam sua personalidade e determinam sua forma de pensar, sentir e se comportar. Essas características são desenvolvidas a partir das experiências vivenciadas da gestação até os sete anos de idade – justamente o período no qual ocorre a formação da personalidade. Desde os quatro temperamentos das civilizações antigas – sanguíneo, colérico, Melancólico e fleumático – aos últimos avanços da psicologia, as pessoas têm estado inquietas na sua busca por algo confiável em que possam encaixar um modelo bem definido de caracterização da personalidade humana (MYERS-BRIGGS, 1995). Estamos longe de atingir esse objetivo, apesar de os modelos atuais cobrirem grande parte dos traços de personalidade e poderem prever, com um alto grau de veracidade, como as pessoas irão se comportar em determinadas situações. Entretanto, estudos têm sido feitos na direção de integrar, à metodologia do Ensino Personalizado, instrumentalização que possibilite ao docente-mediador uma compreensão mais apurada das características individuais de cada aluno. Com o objetivo de identificar estas características psicológicas e entender o padrão de comportamento do indivíduo, foram criados diversos testes de perfil psicológico. Os testes de perfil psicológico geralmente são compostos por uma série de questões ou gráficos que revelam as características mais marcantes da personalidade de uma pessoa, indicando seu temperamento e padrões de comportamento. Na psicologia, este tipo de ferramenta é amplamente utilizado para promover autoconhecimento ou diagnosticar algum transtorno, inclusive de aprendizagem.

METODOLOGIA MYERS-BRIGGS

Representante, na psicologia, deste tipo de ferramenta, a abordagem da metodologia Myers-Briggs tem suas raízes em dois tipos diferentes de filosofias. Uma tem sua origem no início do século 20 e foi criação de Carl Gustav Jung, o pai da psicologia analítica. A Teoria dos Tipos de Personalidade de Jung é, talvez, a criação mais influente na tipologia de personalidades, e inspirou diversas teorias diferentes. Uma das contribuições-chaves de Jung foi o desenvolvimento do conceito de Introversão e Extroversão – ele teorizou que cada um de nós cai em, pelo menos, uma dessas duas categorias, seja focando no mundo interno (Introvertido) ou no mundo externo (Extrovertido). Além da Introversão e Extroversão, Jung também considerou diversos conceitos adicionais. Na década de 20, a teoria de Jung chamou a atenção de Katherine Cook Briggs, que mais tarde participou da cocriação de um dos indicadores de personalidade mais populares atualmente, o “EI - Indicador de tipo de Myers-Briggs”. Briggs foi uma docente-mediadora com um interesse

ávido nos tipos de personalidade, tendo desenvolvido sua própria teoria de tipos, antes de conhecer os estudos de Jung. Junto de sua filha, Isabel Briggs Myers, desenvolveu uma forma conveniente de descrever a ordem de preferências Jungnianas de cada pessoa – é assim que nasceram as abreviações⁵⁰ de cinco letras.

MYERS-BRIGGS: CINCO ASPECTOS DE PERSONALIDADE

Segundo a metodologia, são cinco os aspectos de personalidade que, quando combinados, definem o tipo de personalidade: Mente, Energia, Natureza, Táticas e Identidade. Cada um desses aspectos deve ser visto como um continuum de duas faces, com a opção “neutro” na metade. As porcentagens que você vê após a execução do teste tem o objetivo de mostrar quais categorias você se encaixa, e o quão forte são suas preferências. Os aspectos de personalidade individualmente segundo esta metodologia são:

MENTE

Esse aspecto mostra como interagimos com outras pessoas: Indivíduos introvertidos (I) preferem atividades solitárias, pensam antes de falar, ficam exaustos com interação social. Indivíduos extrovertidos (E) preferem atividades em grupos, pensam enquanto falam, ganham energia com interação social.

ENERGIA

O segundo aspecto determina como vemos o mundo e processamos informações: Indivíduos intuitivos (N) são criativos, confiam na sua intuição, são cheios de ideias, focam no que poderá acontecer. Indivíduos observadores (S) são pé-no-chão, confiam nos seus sentidos e em assuntos práticos, focam no que já aconteceu.

NATUREZA

Esse aspecto determina como tomamos decisões e lidamos com emoções: Indivíduos pensantes (T) são fortes, seguem sua mente, focam na objetividade e racionalidade. Indivíduos sentimentais (F) são sensíveis, seguem seus corações, focam na harmonia e cooperação.

⁵⁰ Os interessados em aprender mais devem ler “Gifts Differing: Understanding Personality Type” de Isabel Briggs Myers. Além disso, devido à simplicidade e facilidade de uso, o modelo de quatro letras é agora compartilhado com diversas teorias e abordagens, como Socionics, Keirsey Temperament Sorter, Estilos de Interação de Linda Berens e muitos outros.

TÁTICAS

Esse aspecto reflete sobre a nossa abordagem ao trabalho, planejamento e tomada de decisões: Indivíduos julgadores (J) são decisivos, preferem regras claras e orientações, veem prazos como sagrados, buscam fechamento. Indivíduos exploradores (P) são muito bons na improvisação, preferem manter suas opções abertas, são relaxados com seu trabalho, buscam liberdade.

IDENTIDADE

Finalmente, o aspecto da Identidade sustenta todos os outros, mostrando o quão somos confiantes em nossas habilidades e decisões: Indivíduos assertivos (-A) são emocionalmente estáveis, calmos, relaxados, se negam a se preocupar muito. Indivíduos cautelosos (-T) são inibidos, se preocupam com a sua imagem, buscam o sucesso, são perfeccionistas.

A METODOLOGIA HUMAN DYNAMICS

Outro representante, na psicologia, deste tipo de ferramenta que tem o objetivo de identificar características psicológicas e entender o padrão de comportamento do indivíduo, Human Dynamics é um corpo de doutrina baseado em investigações científicas iniciadas em 1979, e que envolveram até meados de 2010 mais de 180.000 pessoas representativas de 28 culturas diferentes em suas análises estatísticas. Ela identifica e documenta distinções inerentes ao funcionamento das pessoas, quando tratadas, cada qual, como um só sistema. Estas distinções no funcionamento humano são agora, comprovadamente, muito mais fundamentais que aquelas ligadas à idade, raça, cultura ou sexo. Elas já podem ser identificadas desde a mais tenra infância. Segundo esta metodologia, foi identificado que as pessoas podem ser agrupadas em nove sistemas de funcionamento distintos; sendo que, cinco deles são grandemente predominantes nas culturas ocidentais. Cada sistema pode ser representado por três princípios básicos: mental, emocional e físico, os quais, para cada pessoa, têm dimensões quantitativas e qualitativas diferentes.



Figura 1 - os três princípios universais

Ao estudar Human Dynamics, as pessoas identificam seus próprios sistemas ("dinâmica de personalidade") através de um processo de autodescoberta. Nesta metodologia, não há, necessariamente, testes ou questionários de identificação. Além disso, as pessoas são treinadas para identificar as "dinâmicas de personalidade" de outros através da observação, da atenção e da escuta sensível. A partir desta pesquisa, descobre-se que três princípios universais - mentais, emocionais e físicos - se combinam em pessoas em padrões específicos caracterizados por formas distintamente diferentes de processamento de informações, aprendizado, comunicação, relacionamento, solução de problemas e realização de tarefas.

ENTENDENDO OS TRÊS PRINCÍPIOS UNIVERSAIS

O Princípio Mental está relacionado à mente. É expressado em pensar, ver as coisas de uma perspectiva separada, formular um propósito ou visão, ver a visão geral, estrutura de configuração e estabelecer princípios e valores. O Princípio Emocional está preocupado com a formação de relacionamentos. É a parte subjetiva de nós que conhece e valoriza o mundo

dos sentimentos, em nós mesmos e nos outros, e que precisa e oferece comunicação pessoal. Nós expressamos o Princípio Emocional quando fazemos novas conexões entre diversos elementos e exercemos nossa imaginação criativa. O Princípio Físico é essa parte de nós que é mais realista e prática. É expresso em fazer, atualizar e operacionalizar. O Princípio Físico tem a ver com o domínio dos sentidos, em vez da mente ou das emoções. Preocupa-se a compreender o funcionamento dos sistemas, tanto naturais como humanos, e com a criação de sistemas de operação eficazes. Todas essas dimensões são ativas em todas as pessoas, mas em graus variados e em várias combinações. Também é importante notar que cada um desses princípios é de igual valor. Todos são necessários no funcionamento e no desenvolvimento de uma pessoa inteira e equilibrada. Segundo esta metodologia, os indivíduos geralmente são mais confortáveis e familiarizados com dois dos princípios, enquanto o terceiro geralmente é menos conhecido, desenvolvido e utilizado.

HUMAN DYNAMICS: CINCO DINÂMICAS DE PERSONALIDADE PREDOMINANTESA metodologia propõe que existam três variações em cada um desses temas principais. Pessoas mentalmente centradas podem ser "mentais-mentais", "mentais-emocionais" ou "físicas mentais". As pessoas centradas emocionalmente podem ser "emocionais-mentais", "emocionais-emocionais" ou "emocionais físicas". E as pessoas centradas fisicamente podem ser "físicas-mentais", "físicas-emocionais" ou "físicas-físicas". Considerando que o primeiro princípio indica como alguém processa a informação, a segunda indica o que se processa - o tipo de material que é o foco natural da atenção. (Essa interação se tornará mais clara quando descrevermos dinâmicas particulares da personalidade.)

CENTRAMENTO

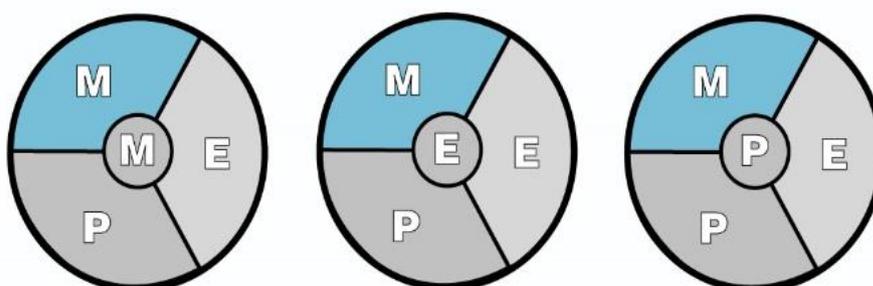


Figura 2 - Quadro de predominância de personalidades

Nesses nove possíveis sistemas de funcionamento e combinação, descobrimos que cinco são, de longe, os mais prevalentes - mentais-físicos, emocionais-mentais, emocionais-físicos, físicos-mentais e físicos-emocionais. A seguir estão breves esboços de miniaturas de cada uma dessas cinco dinâmicas de personalidade mais comum conforme preconiza a metodologia.

Mental-Físico. O processo de pensamento das pessoas físicas e mentais é linear, lógico e sequencial (princípio mental), e é focado em operações no mundo externo (princípio físico) - em oposição aos dados emocionais. As pessoas mentais físicas oferecem a estabilidade emocional das equipes, objetividade e seu presente pessoal para selecionar e articular o que é essencial: pontos-chave, princípios, valores, objetivos e informações.

Emocional-Mental. As pessoas mentais emocionais processam de forma não-linear, associativa (princípio emocional) o mundo das ideias (princípio mental). Eles desfrutam profundamente de um tipo de comunicação altamente interativo de brainstorming, em que uma ideia desencadeia outra, levando à geração de novas formas de pensar ou atuar. As pessoas mentalmente emocionais geralmente gostam do movimento e da mudança. Eles são muitas vezes inovadores, atraídos para o não tradicional e não experimentado. Eles sentem, intuitivamente, novas possibilidades em pessoas, situações e eventos, e tentam fazê-los acontecer. Ao realizar novos projetos, as pessoas mentais emocionais podem se pôr em ação com o forte senso de uma direção geral a ser tomada, mas com dados mínimos e pouco ou nenhum planejamento prévio.

Emocional-Físico. As pessoas físicas emocionais também pensam de maneira não-linear, associativa (princípio emocional), de preferência através do diálogo com os outros, mas seu foco está no mundo físico (princípio físico) - especialmente pessoas. São sensíveis aos sentimentos dos outros e muitas vezes podem sentir esses sentimentos em seus próprios corpos, mesmo quando outros não os expressam externamente. Essa habilidade pode ser um presente, fornecendo informações e insights úteis, mas também pode ser um fardo, afetando o sentimento de bem-estar da pessoa física emocional em circunstâncias negativas, ou criando confusão sobre se os sentimentos experimentados são dele ou os de alguém. As pessoas físicas emocionais valorizam a conexão pessoal e a comunicação com os outros. Eles trazem para equipes um alto grau de pensamento criativo e uma preocupação em criar harmonia entre os membros do grupo. A qualidade do processo do grupo é tão importante para eles como os resultados.

Físico-Mental. As pessoas físico-mentais pensam sistematicamente (princípio físico), com foco em ideias, propósitos e estruturas (princípio mental). Planejam conscientemente, estrategicamente e sistematicamente. Eles querem primeiro saber o propósito de qualquer

esforço para, em seguida, criar um plano passo a passo lógico para atingir esse objetivo. Eles tendem a ter uma estratégia consciente para quase tudo o que fazem. As pessoas físico-mentais valorizam a eficiência e criam sistemas de operação para alcançá-la, depois refinam esses sistemas para torná-los ainda mais eficientes e, se possível, amplamente aplicáveis. Eles gostam de usar modelos, diagramas e gráficos para ajudar a expor seus pensamentos ou comunicar suas ideias. Os indivíduos físico-mentais coletam uma quantidade de dados consideráveis como base para seu planejamento e colocam-nos em estrutura lógica bastante rápido. Eles têm capacidade para ver padrões em dados variados ou no fluxo de eventos dos quais eles fazem projeções para o futuro e elaboram planos de ação.

Físico-emocional. As pessoas físico-emocionais processam de forma sistêmica (princípio físico) as conexões (princípio emocional) entre dados, eventos e pessoas, a fim de compreender ou criar sistemas de operação inteiros. O seu processo natural de pensar, planejar e aprender não é sistemático, mas orgânico. Ao se aproximar de qualquer empreendimento novo, eles mergulham em recolher e absorver dados sem inicialmente classificá-lo ou priorizá-lo. Porque para eles tudo está conectado a todo o resto, eles nem sempre sabem inicialmente o que pode ser relevante. Eles, então, assimilam, classificam e vinculam toda essa informação em um processo que pode ser tão inconscientemente quanto dirigido conscientemente. Este processo, como a digestão, leva seu próprio tempo, até que, de repente, tudo se junta em uma compreensão sistêmica altamente detalhada de uma situação, plano de ação, ou produto. Como as pessoas físicas emocionais pensam e experimentam em termos de interconexões, eles apreciam a comunicação que fornece "toda a história", e muitas vezes transmitem informações através de histórias detalhadas.

SUGESTÃO DE METODOLOGIA PARA APLICAÇÃO, TABULAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS TESTES DE CARACTERIZAÇÃO E SEUS RESULTADOS

Etapa 1 – APLICAÇÃO E TABULAÇÃO DOS TESTES DE CARACTERIZAÇÃO teste de caracterização de perfil psicográfico, (metodologia Myers-Briggs), pode ser aplicado, on-line⁵¹, em laboratório com recursos de informática e acesso à internet. Após sua realização os alunos lançam os resultados numa folha de apuração, usada, posteriormente, para tabulação e registro em planilha eletrônica da turma. (Veja os anexos).



Figura 3 - Tela inicial do teste online Myers-Briggs

Após sua realização os alunos lançam os resultados numa folha de apuração, usada, posteriormente, para tabulação e registro em planilha eletrônica da turma. (Veja os anexos).

		TESTE DE CARACTERIZAÇÃO DE PERFIL DO ALUNO Atividade Individual
Nome:	Turma:	
Docente:	Data da aplicação: / /	

Teste 1 – TESTE DE CARACTERIZAÇÃO DE PERFIL PSICOGRÁFICO
Assinale com um círculo o perfil obtido no resultado do seu teste online.

ANALISTAS

 "ARQUITETO" INTJ (A-T)	 "LÓGICO" INTJ (A-T)	 "COMANDANTE" ENTJ (A-T)	 "INOVADOR" ENTJ (A-T)
---	--	--	---

Figura 4 – recorte da folha de apontamento de resultados do teste Myers-Briggs

⁵¹ Acessível em <https://www.16personalities.com/br>

O teste de caracterização de perfil psicopedagógico, (metodologia Human Dynamics), pode ser aplicado utilizando formulário impresso e tabulado posteriormente, tendo, também, o seu resultado lançado na planilha eletrônica. (Veja os anexos).

A planilha eletrônica possui fórmulas que inserem, automaticamente nas células, os respectivos perfis e análises, possibilitando a automática visão das características aluno

Teste 2 – TESTE DE CARACTERIZAÇÃO DE PREFERÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Numere as respostas de cada questão por ordem de importância

(para numerar, use os quadros ao lado esquerdo da letra das respostas de cada questão):

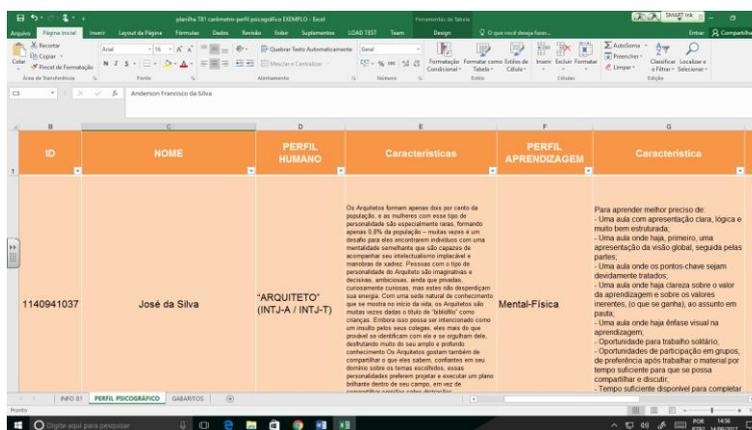
5 - Importantíssimo 4 - Muito importante 3 - Importante 2 - Pouco importante 1 - Sem muita importância

	1. Para aprender melhor preciso que a aula:
	a. Tenha uma apresentação clara, lógica e muito bem estruturada;
	b. Tenha uma apresentação estruturada, embora não muito detalhada, mas que seja enérgica, entusiástica e inspiradora (motivação);
	c. Me deixe com um sentido de conforto pessoal na situação de aprendizagem (gostar, me sentir à vontade, sem pressão ou stress);
	d. Forneça sempre uma contextualização suficiente para não me sentir perdido (onde se encaixa, o que tem em volta, para onde iremos nos assuntos);

Figura 5 - Folha de respostas do teste Human Dynamics

por aluno.

Etapa 2 – UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TESTES DE CARACTERIZAÇÃO A mesma planilha vincula os perfis a recomendações didático-pedagógicas e sugestão de situações de aprendizagem mais recomendáveis, aluno por aluno, baseando-se nos perfis indicados. (Veja anexos)



ID	NOME	PERFIL HUMANO	Características	PERFIL APRENDIZAGEM	Característica
1140941037	José da Silva	"ARQUITETO" (INTJ-A / INTJ-T)	Os Arquétipos formam apenas dois por cento da população, e se misturam com esse tipo de personalidade são especialmente raras, formando apenas 0,1% da população – muita raras e um desafio para eles encontrarem indivíduos com uma mentalidade semelhante que são capazes de acompanhar seu intelecto mais implacável e manobras de poder. Pessoas com o tipo de personalidade do Arquétipo são imaginativas e decisivas, ambiciosas, sendo que muitas vezes costumam ser competitivas, mas entre não despendem sua energia. Com uma sede natural do conhecimento, que se mostra no início da vida, os Arquétipos são muito mais do que o "brilho" como crianças. Embora não possa ser relacionado como em muitos casos com colegas, eles mais do que qualquer um se destacam com eles e se orgulham dele, destacando muito de sua análise e profundo conhecimento. Os Arquétipos gostam também de compartilhar o que eles sabem, confiam em seu domínio sobre as coisas, são muito competentes e preferem aprender e ensinar em um ambiente dentro de seu campo, em vez de compartilhar o conhecimento.	Mental-Fisica	Para aprender melhor preciso de: - Uma aula com apresentação clara, lógica e muito bem estruturada. - Uma aula onde haja, primeiro, uma apresentação da visão global, seguida pelas partes. - Uma aula onde os pontos-chave sejam devidamente tratados. - Uma aula onde haja clareza sobre o vetor da aprendizagem e sobre os valores inerentes, (o que se ganha), ao assunto em pauta. - Uma aula onde haja ênfase visual na aprendizagem. - Oportunidade para trabalho solitário. - Oportunidades de participação em grupos, de preferência após trabalhar o material por tempo suficiente para que se possa compartilhar o conteúdo. - Tempo suficiente disponível para completar

Para facilitar o manuseio das informações, uma mandala para cada metodologia foi criada

Figura 6 - Tabela de vinculação aluno x perfil

para permitir o cruzamento das informações através de um disco seletor.

CONCLUSÃO

A natureza intrinsecamente pessoal da aprendizagem exige a adaptação de toda a ação educativa às características psicológicas e psicopedagógicas peculiares de cada indivíduo. Nesta direção, a personalização do ensino apresenta-se como a estratégia metodológica

que mais respeita esta peculiaridade e individualidade de cada aluno. Instrumentos precisos devem ser criados e utilizados afim de cruzar os respectivos perfis humanos e suas preferidas e mais eficientes estratégias de aprendizagem. Os métodos sugeridos, Myers-Briggs e Human Dynamics constituem-se em ferramentas com amplos recursos para instrumentalizar, de forma profunda, os docente-mediadores de competências técnicas na direção dessa compreensão necessária para obtenção de sucesso em sua tarefa como educadores.

REFERÊNCIAS

BRIGGS MYERS, Isabel et al. MBTI manual: A guide to the development and use of the Myers-Briggs Type Indicator. Palo Alto. 1998.

EDUCAÇÃO SOB MEDIDA. Porvir. Disponível em: <http://porvir.org/especiais/personalizacao/> Acessado em agosto de 2017

MYERS, Isabel Briggs; MYERS, P. Introdução à teoria dos tipos psicológicos. São Paulo: Coaching Consultoria Estratégica, 1995.

MYERS, I. B. (1962). The Myers-Briggs Type Indicator: Manual (1962). Palo Alto, CA, US: Consulting Psychologists Press The Myers-Briggs Type Indicator: Manual (1962).(1962). ii 110 pp. <http://dx.doi.org/10.1037/14404-000>

SEAGAL, S.; HORNE, D. Human dynamics. Fundamental distinctions. 1996.

SEAGAL, Sandra; HORNE, David. Human dynamics: um novo contexto para compreender pessoas e realizar o potencial de nossas organizações. Qualitymark Editora Ltda., 1998.

10 TENDÊNCIAS DE PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO EM 2017. Porvir. Disponível em: <http://porvir.org/10-tendencias-de-personalizacao-ensino-em-2017/> acessado em agosto de 2017

A INFLUÊNCIA DO SONO NA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: O CASO DA EMPRESA COCHILO

DANIELLA FERNANDES DE OLIVEIRA ORSI 1 (UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO); f.daniella@ig.com.br*

VLADIMIR ROMEIRO 2 (UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO); Vladimir.romeiro@gmail.com

MÁRCIO SOUSA ASSIS 3 (UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO); marciosousaassis@gmail.com

Resumo: O estudo teve como objetivo descrever a importância do sono na qualidade de vida no trabalho, buscando compreender o impacto do cochilo no desempenho do colaborador. Para tanto, foi realizado uma pesquisa qualitativa, por meio da revisão de literatura e aplicação de entrevista semi estruturada, na empresa Cochilo que promove programas de bem estar e qualidade de vida, através do descanso e incentivo ao cochilo, instrumento essencial para aumentar a eficiência e motivação dos indivíduos. Os resultados corroboram de forma positiva com as organizações que pretendem investir em programas de qualidade de vida. Notou-se que a má qualidade do sono conduz a sonolência diurna excessiva e afeta a qualidade de vida no trabalho, o desempenho do colaborador e consequentemente os resultados da organização.

Palavras-chave: Qualidade de Vida; Sono; Cochilo.

Abstract: The study aimed to describe the importance of sleep in the quality of life at work, seeking to understand the impact of the nap on the performance of the employee. For that, a qualitative research was carried out, through literature review and semi structured interview application, in the Cochilo company that promotes wellness and quality of life programs through rest and encouragement to nap, an essential tool to increase efficiency And motivation of individuals. The results corroborate positively with the organizations that intend to invest in quality of life programs. It was noted that poor sleep quality leads to excessive daytime sleepiness and affects the quality of life at work, the performance of the employee and consequently the results of the organization.

Keywords: Quality of life; Sleep; Nap.

INTRODUÇÃO

Dentre as discussões que ocupam as atenções dos pesquisadores da área de administração, destacam-se temas relacionados à qualidade de vida no trabalho e como é possível corroborar na melhora do desempenho dos colaboradores e nas práticas de gestão para aumentar a competitividade.

Em pesquisas sobre a temática recente da qualidade de vida no trabalho percebeu-se que a preocupação com o tema tem sido de grande relevância para as organizações nos últimos anos. No Brasil este assunto também tem sido bem estudado pelas empresas que buscam maior diferencial competitivo.

Diante dos instrumentos encontrados pelas organizações nos últimos anos como fatores medidos para a qualidade de vida no trabalho, tem-se dado importância à qualidade do sono do colaborador. Segundo Moreira e Goursand (2005), um sono tranquilo e repousante é essencial para a manutenção de uma boa saúde física e psíquica, além de ser condição para se ter eficiência e qualidade no trabalho. O sono é algo fundamental na vida do ser humano e representa aproximadamente um terço de sua vida. Assim, é possível evidenciar que um sono mal administrado na vida de um profissional pode resultar na perda da memória, afetar no desenvolvimento de sua atividade laboral, desequilíbrio hormonal e piora no seu desempenho motor, além de culminar na diminuição da expectativa de vida e precocidade do envelhecimento (CARDOSO *et al* 2009).

O sono é responsável por restaurar nossas funções para o início do próximo dia. No Dicionário de Psicologia Larousse ele é definido como um "estado fisiológico que ocorre periodicamente, caracterizado por redução da atividade, relaxamento do tônus muscular e suspensão da consciência" (SILLAMY, 1998, p.223).

Durante a concretização do sono, as pessoas passam por dois estágios, onde o primeiro é conhecido como o sono de ondas lentas, resultante de um processo onde as ondas cerebrais são muito grandes e lentas e o segundo é chamado sono de movimentos rápidos dos olhos, também apresentado como sono REM, que significa *RapidEyeMovements* (UHLIG *et al* 2010).

A motivação para o presente trabalho é verificar como o sono pode impactar a qualidade de vida do colaborador, buscando responder as seguintes questões de pesquisa:
a) Como a boa administração do sono pode contribuir para uma melhora no desempenho do desenvolvimento das atividades e uma melhora da qualidade de vida do colaborador?;

e b) Qual o impacto do cochilo durante uma pausa na jornada de trabalho ou após o almoço, no desempenho do colaborador?

Isso porque um colaborador descansado, satisfeito e motivado tende a oferecer à organização sua plena potencialidade, desempenhando suas competências ao máximo, o que traz para organização melhores resultados.

A presente pesquisa encontra-se estruturada em seis seções, sendo que a primeira trata da contextualização do tema proposto, bem como o objetivo de pesquisa. A segunda traz a fundamentação teórica; a terceira trata dos procedimentos metodológicos utilizados; a quarta seção traz a análise dos dados apurados; na seqüência apresentam-se as considerações finais seguidas das referências utilizadas.

Para a concretização desta pesquisa realizou-se uma entrevista presencial em uma organização que promove programas de bem estar e qualidade de vida através do cochilo, utilizando este instrumento como fator essencial para aumentar a eficiência e motivação dos indivíduos, além de, trazer sugestões para novos estudos com o intuito de convidar outros pesquisadores a continuarem o debate.

DESENVOLVIMENTO

Qualidade de Vida no Trabalho

Segundo Farquhar (1995) *apud* Pires e Abreu (2015), o termo qualidade de vida (QV) é usado não só no discurso cotidiano, mas também no contexto da pesquisa e está ligado a diversas áreas especializadas, tais como a sociologia, a psicologia, a ciência médica e de enfermagem, economia, filosofia, história e geografia. Desta forma, é um tema que além de constar presente em vários campos de estudo - sendo os principais relacionados à saúde (*healthrelatedquality of life*) e a qualidade de vida no trabalho (*quality of worklife*) (PEDROSO; PILATTI, 2010) - há tempo já vem sendo discutida por teóricos e pesquisadores.

Segundo Walton (1975), qualidade de vida (QV) representa a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto de sua cultura e sistema de valores em que ele vive e em relação com seus objetivos, expectativas, padrões e conceitos. Trata-se de um conceito amplo, que inclui a saúde física, o estado psicológico, as crenças pessoais, as relações sociais e suas relações com o ambiente.

De acordo com Seidel e Zannon (2004), a qualidade de vida está associada à mensuração do nível de adaptação e de satisfação que um indivíduo tenha em relação ao

seu meio ambiente e às condições econômicas, sociais e psicológicas as quais disponha para interagir e usufruir de benefícios oriundos de um estado de desenvolvimento humano, segundo padrões preestabelecidos pelo contexto histórico e cultural da época vigente.

Fernandes (1996) defende que a preocupação com a QVT está voltada à conciliação dos interesses dos indivíduos e da organização, em busca de uma gestão dinâmica, se preocupa não apenas com os fatores físicos que envolvem o trabalho, mas psicológicos e sociológicos, que interferem na satisfação no trabalho.

Os programas de QVT buscam proporcionar redução substancial nos índices de rotatividade e absenteísmo, relativos à problemas de saúde, baixa motivação e insatisfação salarial. Também são preocupações os conflitos internos, as condições estressoras que envolvem o trabalho e o mau atendimento a clientes internos e externos. Até mesmo ações na Justiça do Trabalho, e da militância sindical, são preocupações em programas que buscam melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, na visão de França e Rodrigues (2002).

Para Limongi-França (2010), trata-se de um conjunto de ações de uma empresa envolvendo diagnóstico e implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais dentro e fora do ambiente de trabalho, visando a propiciar condições plenas de desenvolvimento humano para e durante a realização do trabalho.

De acordo com Amorim (2007), Inicialmente, a QVT focalizava aspectos individuais restritos, relativos o bem-estar do trabalhador no ambiente de trabalho. Posteriormente, procurou-se solucionar problemas relativos ao enriquecimento do conteúdo da tarefa, objetivando estimular a criatividade no exercício funcional, ampliar a participação nas decisões e reduzir a impessoalidade nas relações de trabalho. Hoje, a QVT é tratada como uma vantagem competitiva e necessária para atrair e manter bons profissionais, apesar de não haver um pleno consenso em sua conceituação.

A Influência do Sono na QVT

O sono é tão importante quanto o exercício físico ou a alimentação saudável, dois pilares da qualidade de vida. Ele ocupa cerca de um terço da vida humana, sendo este, importante para o fortalecimento da memória, regular o equilíbrio hormonal e melhorar o desempenho motor. (GODOY et al, 2012 *apud* SOUZA e PASSOS,2015).

Segundo Rios et al (2008), as pessoas apresentam necessidades diferentes em relação ao sono. Embora seja adequado dormir entre 7 e 8 horas por noite para a maioria das pessoas, existem aquelas que precisam entre 4 e 10 horas. Assim, o

sono satisfatório não é medido em horas absolutas, e sim em relação a quanto o sono foi reparador para o indivíduo.

Figura 1: Estágios do Sono

Primeiro Estágio	Segundo Estágio
<ul style="list-style-type: none">• Sono de ondas lentas• Estágio de Sonolência - 5% do tempo do sono - A pessoa consegue manter algum grau de alerta ambiental.• Estágio de Sono Leve - 50% a 60% do tempo do sono - Período no qual não é registrado movimento dos olhos, demora de 30 a 60 minutos.• Estágio de Sono Médio e Profundo - 10% a 20% do tempo do sono - acordar é mais difícil.	<ul style="list-style-type: none">• Sono de movimentos rápidos dos olhos (REM).• Ocorre em fases durante toda a noite, e cada fase dura em torno de 20 minutos antes de a pessoa passar para o sono mais profundo.

Fonte: Uhlig *et al* (2010) – Adaptado pelos autores

Uhlig *et al* (2010), complementam que durante a noite são observados de quatro a seis ciclos sucessivos de sono lento e sono rápido. Em média, cada ciclo dura de 90 a 120 minutos. Quando a pessoa está muito sonolenta, os episódios de sono REM são bem curtos e podem até não existir. De modo inverso, à medida que a pessoa descansa no decorrer da noite, a duração dos episódios do sono REM aumenta muito, ocupando de 20% a 25% do tempo total.

De acordo com Souza; Guimarães (1999) *apud* Uhlig *et al* (2010), para que se tenha um sono contínuo e eficaz existe a Higiene do Sono que são medidas que visam a adequação do tempo de relaxamento de modo a que ele seja suficiente para evitar a sonolência quando acordado.

Para Souza e Passos (2015), existe uma tendência generalizada a fim de reduzir a quantidade e qualidade do sono, o que, a longo prazo, pode causar sérios danos à saúde. A remoção parcial ou supressão do sono no ser humano é conhecida como privação de sono e acarreta inúmeras consequências, descritas na figura abaixo.

Figura 2: Consequências da Privação do Sono a Curto e Longo Prazo

Curto Prazo	Longo Prazo
Redução na eficiência do processamento cognitivo; Redução do tempo de reação; Prejuízo da memória; Alterações no humor (irritabilidade, estresse, fadiga); Diminuição de motivação e concentração; Aumento da sonolência.	Diminuição do tônus muscular; Alterações metabólicas, endócrinas, imunológicas; Visão turva Dores de cabeça e articulares; Diminuição da libido.

Fonte: Souza e Passos (2015) – Adaptado pelos autores.

A privação crônica do sono conduz ao quadro de sonolência diurna excessiva que por sua vez está intimamente ligada a acidentes de trânsito e de trabalho, problemas de relacionamento, queda do desempenho das atividades escolares, diminuição da qualidade de vida. Ferreira et al (2015).

A privação do sono tem grande influência nas funções cerebrais e orgânicas, por ser nesse período que o cérebro restabelece as condições no período precedente de vigília, sendo ele responsável pela reposição de energias, equilíbrio metabólico e pelo desenvolvimento físico e mental, e que sua falta acarreta em diversas alterações metabólicas, endócrinas, neurais, cognitivas, físicas e modificações no padrão normal de sono, que em conjunto acabam comprometendo a saúde e a qualidade de vida do sujeito nestas condições (Ackel, 2005; Martino, 2009).

Beijamini e Louzada (2014), em sua pesquisa, concluíram que apenas seis minutos de cochilo depois do almoço pode operar uma série de benefícios na mente do indivíduo e no desempenho do trabalho. “Mesmo que rápida, a siesta faz diferença para a pessoa retomar a concentração e melhorar a memória e outras habilidades motoras”.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve início com um estudo bibliométrico para a elaboração da fundamentação teórica. Caracteriza-se como um estudo descritivo e qualitativo. O local do estudo foi em uma das unidades da empresa Cochilo, localizada no centro da cidade de São Paulo. Foram realizadas entrevistas estruturadas abrangendo a influência do sono na qualidade de vida (QV) e os benefícios do cochilo ao longo da jornada de trabalho.

O instrumento de coleta de dados foi construído sob a forma de roteiro estruturado com perguntas abertas.

Participaram do estudo a sócia da empresa e dois usuários que relataram suas experiências após a utilização dos serviços. Na seção de resultados encontram-se os temas, que foram abordados durante a entrevista. Os extratos das respostas transcritas seguiram a linguagem original dos respondentes.

CONCLUSÃO

A empresa Cochilo iniciou suas operações em 2012 e tem como um dos seus objetivos ser um lugar para repor as energias, com todo conforto e privacidade. Seu serviço é realizado através de um "cochilódromo" composto por cabines acústicas, com luz especial e som relaxante. Em 2016 suas atividades estão instaladas em dois locais fixos na cidade de São Paulo. Através de entrevista realizada com sócia da empresa, onde inicialmente ocorreu o questionamento sobre como foi a origem da ideia de constituição da organização, obteve-se como resposta que a ideia iniciou-se através da necessidade de um dos sócios, considerado um "cochilante assíduo" que após uma reunião em uma empresa sentiu a necessidade de descansar e não encontrou um local adequado na região aonde se encontrava. A prática do cochilo, de pelo menos 15 minutos já era algo habitual para o mesmo.

Questionada sobre a realização de algum estudo na área da saúde para abertura da empresa, a sócia respondeu que antes de abrir a empresa não foi feito nenhum levantamento de dados, foi só por conta da necessidade do sócio. Relata que nunca tinham visto este tipo de serviço no Brasil, embora saibam que existem lugares pequenos no Japão. Ainda relatou, que seus principais concorrentes aqui no Brasil são os spas urbanos, mas são poucos que tem esta opção de cochilo. Em sua visão, as pessoas têm costume de dormir no carro. Pensando nesta necessidade, prepararam um cochilódromo para oferecer para as empresas, com cabines semiprivativas, em local disponibilizado para as empresas. Acredita que devido ao momento econômico e político complicado que o Brasil vivencia em 2016, deverá aguardar um pouco para realizar o contato com os setores de Recursos Humanos das empresas.

Questionada sobre a importância do cochilo a mesma relatou que possui declarações de muitas pessoas, que a vida mudou depois que a empresa passou a oferecer este serviço. Segundo sua visão, o cochilo tem que ser tão fácil e tão certo de uso, como você beber um copo de água, assim se você estiver com sede, você irá beber o copo de água na hora, você não vai esperar o seu chefe te liberar para beber a água. O problema

das pessoas é que elas visualizam o cochilo com preconceito, como se as pessoas que cochilam fossem preguiçosas e não é isto, as pessoas precisam, ter a consciência de que existem pessoas que precisam cochilar e tem pessoas que não precisam. Isto faz toda a diferença. Um dos declarantes que utilizava o serviço no centro teve que mudar de emprego para um outro local e relatou que pelo fato de não ter uma unidade neste novo local, sua vida está capengando por falta do cochilo. Disse que seu sócio costuma dizer que ao cochilar ele transforma um dia em dois, a manhã é um dia e a tarde é outro dia, se você não faz isto você perde um período do seu dia sem produção e sem ser feliz também, pois você passa o dia arrastado.

Relatou que os horários de maior movimento ocorre das 11h30 às 15h30, ou seja, horário de almoço ou que cada colaborador pode sair do seu trabalho. Muitos clientes relatam que deixam de almoçar para cochilar. Médicos dizem que se você tiver que escolher entre dormir e comer, escolha dormir, pois, comer você pode recuperar com um suco ou qualquer outra coisa, mas a recuperação de um sono é mais difícil de ocorrer. Muitas vezes você se alimenta por ansiedade e esta ansiedade pode ser eliminada com um cochilo.

Com relação ao nível dos frequentadores e cargos, respondeu que como o preço cobrado pelo serviço não eletiza, e que o foco no serviço é elaborar o mesmo num padrão de primeira classe, buscam pelo serviço desde estagiários até presidentes de empresas da região. O serviço também é mais utilizado por homens do que mulheres, porque segundo sua visão a mulher usa os horários disponíveis para ir ao cabeleireiro, fazer compras, unhas. Relata que a mulher precisa começar a se amar mais, pois dormindo você fica mais bonita, logo elas começam a vir mais para o "soninho da beleza".

Com relação às parcerias realizadas com empresas próximas das suas instalações, a sócia destaca que existe a divulgação para os setores de Recursos Humanos, que divulgam aos seus funcionários e estes ganham descontos. Sua percepção é que os gestores ainda não perceberam que isto é um investimento, achando que este tipo de benefício ao colaborador possa ser encarado como um mimo ou um agrado que só gera custo.

Questionada sobre o conhecimento de algum estudo que trate os benefícios do cochilo e alguma comparação com pessoas que descansam e com pessoas que não descansam, relata sobre os estudos feitos pela Nasa. Destaca, que através deste estudo que desenvolveram a escolha pela cama e pela luz na cor azul em suas cabines. Menciona que no estudo da Nasa feito com os controladores de voo, percebe-se o alto grau de estresse dos profissionais, devido à grande pressão psicológica que estes enfrentam pela responsabilidade com a segurança e integridade física dos passageiros, que os

controladores que descansam 26 minutos aumentam sua produtividade em até um terço e a capacidade de atenção em 54%. A mesma ainda conclui seu relato afirmando que todas as profissões precisam deste descanso, desta forma, sejam motoristas, enfermeiros, advogados, profissionais de tecnologia da informação, dentre outras.

A seguir serão relatados os depoimentos de dois usuários adeptos do cochilo nos intervalos de trabalho, onde o primeiro trabalha na área administrativa com a função de analista administrativo e o segundo trabalha na área comercial de uma loja de shopping com a função de vendedor.

O relato do primeiro usuário ao utilizar o cochilo como um hábito de sua vida nos intervalos do seu trabalho é que após efetivar isso diariamente consegue desempenhar suas atividades no escritório com maior concentração, adotando o cochilo por 15 minutos diariamente. Questionado sobre o que enxerga de melhorias na sua vida profissional após este hábito, o mesmo relata que consegue melhorar sua produtividade. Normalmente após o almoço antes da rotina do cochilo deveria entregar relatórios que levavam em média 3 horas para serem executados, após o cochilo o mesmo conseguiu realizar os mesmos relatórios em 2 horas. Além disso, antes de usar o cochilo como uma rotina comumente sentia-se sonolento e indisposto após o almoço, contudo, após a adoção da prática do cochilo por 15 minutos no intervalo sua disposição melhorou e até seus amigos de trabalho questionavam sobre o que havia acontecido na hora do intervalo que o mesmo voltava muito mais bem disposto. O mesmo descreve ainda que a sensação após este cochilo é a de ter iniciado um novo dia e todos os assuntos que eram incômodos antes do almoço, após o mesmo era visto com mais naturalidade.

O segundo usuário é adepto do cochilo nos intervalos do almoço por 30 minutos e inicia seu relato destacando que antes de usar deste serviço era comum o mesmo ir até o estoque da loja e tirar um cochilo por lá mesmo. Muitas vezes foi avaliado pelos gestores como preguiçoso e que seu rendimento não era mais o mesmo. Após a realização desta prática nos intervalos de almoço, consegue voltar ao trabalho com maior disposição e percebe que tem uma facilidade maior para fechar suas vendas comparado aos dias que não consegue cochilar, pois, consegue atender os clientes com maior motivação e atenção, uma vez que tudo o que um cliente espera é ser bem atendido e quando não encontra este atendimento desejado busca alternativas em outros concorrentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi descrever a importância do sono e do cochilo na qualidade de vida no trabalho e como este pode influenciar no desempenho dos colaboradores. O estudo apresenta informações relevantes que podem contribuir com as organizações que desejam incorporar projetos de melhoria de qualidade de vida utilizando a prática de incentivo ao cochilo ou descanso durante a jornada de trabalho, preferencialmente após o almoço, proposta da empresa Cochilo, entrevistada.

Respondendo as perguntas centrais de estudo deste artigo, onde procurou-se verificar como o sono pode impactar a qualidade de vida do colaborador e em como a boa administração do sono pode contribuir para uma melhora no desempenho das atividades e melhoria da qualidade de vida do colaborador, pode-se concluir através dos relatos tanto da sócia da empresa Cochilo como dos dois usuários do serviço que o desempenho de suas performances sofrem melhoras significativas. Diante da segunda pergunta de pesquisa onde procurou-se responder qual o impacto do cochilo, no desempenho do colaborador, durante uma pausa na jornada de trabalho ou após o almoço, pode-se observar que após a mudança de hábito por ambos usuários é perceptível uma maior motivação e concentração quando utiliza o cochilo comparado com a não realização deste processo.

Baseado na premissa de que as pessoas, são o bem mais valioso das organizações e que para renderem o máximo do seu potencial, precisam estar descansadas, motivadas e satisfeitas com seu ambiente de trabalho, surge a necessidade de se promover melhorias da qualidade de vida no trabalho, pois, colaboradores com estas características, desempenham melhor o seu papel dentro da organização, que por sua vez alcança melhores resultados. Cochilar após a refeição faz parte do ciclo normal de sonolência do ser humano.

Decorrente das limitações no que tange aos procedimentos metodológicos, recomenda-se que para trabalhos futuros busque-se tentar identificar organizações que implementaram espaços para os colaboradores cochilarem e analisar a correlação do cochilo com a qualidade de vida e o desempenho no trabalho apresentados pelas mesmas.

REFERÊNCIAS

- ACKEL, C. R. (2005). **Sono e exercício**. São Paulo: Centro de Estudos de Fisiologia do Exercício, Universidade Federal de São Paulo. Acedido em 16 março, 2013, em <http://www.centrodeestudos.org.br/pdfs/sono.pdf>
- ALBUQUERQUE, L. G.; LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Estratégias de Gestão de Pessoas e gestão da qualidade de vida no trabalho: o stress e a expansão do conceito de qualidade total**. Revista de Administração, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 40-51, 1998.

AMORIM, Tania Nobre Gonçalves Ferreira. **A Percepção de servidores quanto a sua Qualidade de Vida no Trabalho: Novas Preocupações para Velhos Problemas?** Anais do I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Natal, RN, 13, junho 2007.

ARELLANO, E.B. **Avaliação dos programas de qualidade de vida no trabalho: análise crítica das práticas das organizações premiadas no Brasil.** São Paulo, 2008. 194p. Tese (doutorado). Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo.

BEIJAMINI, Felipe; LOUZADA, Fernando Mazzilli. **Sesta e Desempenho Cognitivo.** Universidade Federal do Paraná, Ciências Biológicas, 2014.

CARDOSO, H. C.; BUENO, F. C. C.; MATA, J. C. **Avaliação da qualidade do sono em estudantes de medicina.** Revista Brasileira de Educação Médica. Goiânia, v.33, N. 3, 2009.

DIENER, E.; SUH, E. **Measuring quality of life: economic, social, and subjective indicators.** Social Indicators Research, v.40, p.189-216. 1997.

FARQUHAR, M. **Elderly people's definitions of quality of life.** SocSciMed, v.41, n.10, p.1439-46, 1995.

FERNANDES, E.C. **Qualidade de Vida no Trabalho: como medir para melhorar.** Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FERREIRA, Suiane Costa; JESUS, Thaianne Barbosa; SANTOS, Adailton da Silva. **Qualidade do Sono e Fatores de Risco Cardiovasculares em Acadêmicos de Enfermagem.** Revista Eletrônica Gestão & Saúde. Vol.06, Nº. 01, Ano 2015 p.390-04.

FRANÇA, Ana C. e RODRIGUES, A.L. **Stress e trabalho.** São Paulo: Atlas, 2002.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial.** 2a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINO, M. M. F. de (2009). **Arquitetura do sono diurno e ciclo vigília-sono em enfermeiros nos turnos de trabalho.** Rev. Esc. Enferm. USP, 43(1), 194-199. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n1/25.pdf>

MOREIRA, Ramon Luiz; GOURSAND, Marcos. **Os Sete Pilares da Qualidade de Vida.** São Paulo: Leitura, 2005.

PAIVA, M.A.de. **Qualidade de Vida no Trabalho: nível de satisfação do trabalho no hospital infantil Maria Alice Fernandes.** Monografia, UFRN, Natal, 2001.

PEDROSO, B.; PILATTI, L. A.. **Revisão Literária dos Modelos Clássicos de Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho: um debate necessário,** 2010.

PIRES, Gabriela Silva; ABREU, Nelsio Rodrigues. **A Contribuição da Internet na Melhoria da Qualidade de Vida Subjetiva do Idoso.** Anais do Encontro da ANPAD, Belo Horizonte, MG, 13, setembro 2015.

RIOS, ALM; PEIXOTO, MFT; SENRA, VLF. **Transtornos do sono, qualidade de vida e tratamento psicológico** (monografia). (Governador Valadares): Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais; 2008.52 p.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. C.(2004). **Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos** (v. 20, n. 2, p. 580-588). Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/27.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SILLAMY, Norbert. **Dicionário de Psicologia.** Editora Larrousse do Brasil, 1998.

SIRGY, M. J.; LEE, D. J.; LARSEN, V; WRIGHT, N. **Satisfaction with Material Possessions and General Well-Being: The Role of Materialism.** Journal of Consumer Satisfaction/Dissatisfaction and Complaint Behavior, v.11, p.103-118, 1998.

SOUZA, Ana Paula Conceição; PASSOS, Joanir Pereira. **Os Agravos do Distúrbio do Sono em Profissionais de Enfermagem.** Revista Ibero-Americana de Saúde e Envelhecimento. vol. 1 n.º 2 agosto 2015.

UHLIG, Marcela Rocha Haase; OLIVIER, Marilene; BEHR, Simone da Costa Fernandes; GOMES, Eduarda De Biase Ferrari. **O Programa de Medicina do Sono: Uma Tecnologia de Gestão Preventiva.** Anais do Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, RJ, 25 de setembro 2010.

WALTON, Richard E. **Quality of Working Life: What is it? Sloan Management,** 1975. Editora Vozes.

O DISCURSO DA SAÚDE E DA SUSTENTABILIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE DOIS RESTAURANTES PAULISTANOS

Renata Helena de Oliveira Rodrigues; renatahor@gmail.com

Resumo: O presente artigo teve como ponto de partida uma vivência que, dividida em três etapas, levou os alunos do curso de pós-graduação Gastronomia: História e Cultura a uma cooperativa de reciclagem, a um pátio de compostagem e a uma grande indústria alimentícia. Inspirado pela atividade, o trabalho propõe uma reflexão sobre os conceitos de saúde ambiental e individual atrelados à gastronomia. Para tanto, foram visitados dois restaurantes paulistanos, que tiveram seus cardápios analisados. O objetivo é observar as escolhas alimentares desses estabelecimentos à luz do triângulo culinário de Warren Belasco, focando principalmente no aspecto da responsabilidade. Para fundamentar o desenvolvimento também levou-se em conta o conceito de incorporação, de Fischler, e a construção do termo *greenwashing*.

Palavras-chave: 1. Alimentação. 2. Saúde. 3. Sustentabilidade. 4. Gastronomia. 5. Orgânicos. 6. Restaurantes

Abstract: The present article had as its starting point a field work that, divided into three stages, led the students to a recycling cooperative, a composting yard and a large food industry. Inspired by the activity, the work proposes a reflection on the concepts of environmental and individual health linked to gastronomy. For that, two restaurants located in Sao Paulo were visited, and had their menus analyzed. The objective is to observe the food choices of these establishments in the light of the culinary triangle of Warren Belasco, focusing mainly on the aspect of responsibility. For fundamentals, were also taken into consideration the concept of incorporation, by Fischler, and the construction of the term *greenwashing*.

Keywords: 1. Feeding. 2. Health. 3. Sustainability. 4. Gastronomy. 5. Organic. 6. Restaurants

INTRODUÇÃO

Duas grandes esteiras giram carregadas de embalagens de todo tipo. Em suas laterais, trabalhadores fazem a triagem dos dejetos, separando em grandes sacolas o que

é plástico, papel, vidro e isopor. Os equipamentos estão instalados em um galpão erguido à beira da Marginal Tietê, no bairro da Água Branca, espaço concedido pela prefeitura à Cooper Viva Bem, cooperativa dedicada à reciclagem de lixo. A visita ao espaço, na manhã do dia 26 de abril de 2017, foi a segunda parada de uma atividade dividida em três etapas, proposta como a quarta vivência da especialização Gastronomia: História e Cultura, curso do Senac Aclimação, em São Paulo, e acompanhada pelo professor Sandro Marques.

Coordenadora da Cooper Viva Bem, Maria Tereza Montenegro guiou a visita do grupo, apresentando cada etapa do processo. Por fim, explicou que a iniciativa tem atualmente 78 cooperados na capital paulista e que naquele pátio recebe-se, diariamente, entre nove e 12 toneladas de lixo, nem todo ele reciclável. Um dos diferenciais da cooperativa é a triagem manual, que, apesar de menos ágil, consegue ser mais minuciosa do que a promovida por máquinas. Outro ponto é a reutilização de isopor, material descartado por outras organizações do tipo por falta do equipamento específico. Montenegro explicou que existem cerca de 30 cooperativas semelhantes em toda a cidade de São Paulo e que, no caso da Cooper Viva Bem, fundada em 2004, há parceria com a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

Da mesma forma que a Cooper Viva Bem dá novo aproveitamento ao lixo reciclável, que teria como destino certo um aterro sanitário, a terceira etapa da vivência, realizada no mesmo dia, levou o grupo ao pátio piloto do programa Feiras e Jardins Sustentáveis da Lapa, onde foi possível observar uma iniciativa para reutilização de resíduos orgânicos.

Em uma iniciativa da empresa Inova em parceria com a subprefeitura da Lapa, o local recebe resíduos vegetais (frutas, legumes e verduras) de diversas feiras da região. Ali, como nos explicaram Eugênia Gaspar Costa, gerente operacional do projeto, e Rafael Golin Galvão, supervisor técnico de limpeza pública, o material que iria para o lixo alimenta, em um procedimento de compostagem, colônias microbianas. Nesse processo, os microrganismos fazem a digestão dos sólidos, transformando-os em compostos orgânicos altamente nutritivos para o solo, ideais para serem utilizados, como acontece no pátio da Lapa, para adubar hortas orgânicas.

As duas etapas dedicadas ao reaproveitamento de resíduos foram antecedidas por uma visita ao escritório da empresa Ajinomoto, localizado no bairro da Vila Mariana, também na capital paulista. Na manhã do dia 24 de abril de 2017, o grupo foi recebido por uma equipe de sete funcionários da indústria, que promoveram uma apresentação sobre as distintas etapas internas para desenvolvimento e comercialização de novos produtos. Estavam presentes representantes das seguintes áreas: vendas, marketing, pesquisa, desenvolvimento e assuntos regulatórios.

Inspirado pela quarta vivência do curso e também pelas aulas do módulo, das disciplinas “Alimentação, saúde e qualidade de vida” e “Alimentação, ciência e tecnologia”, este artigo se propõe a refletir sobre iniciativas voltadas à saúde (tanto do indivíduo como a ambiental) em alguns restaurantes de São Paulo.

A ideia é analisar a composição dos cardápios a partir da escolha de ingredientes e combinações, levando em conta os conceitos de Warren Belasco (2008 e 2009) e observar a associação quase imediata do rótulo de orgânico e natural ao da sustentabilidade, que nem sempre é verdadeira. Para orientar a reflexão, foram levados em conta também os conceitos *greenwashing* e de incorporação, de Claude Fischler (1995).

Para elaborar o trabalho, aliada às pesquisas em fontes bibliográficas e virtuais, foram analisados cardápios de dois restaurantes paulistanos: Le Manjue Organique e Enoteca Saint Vinsaint. Além disso, foram realizadas refeições nas duas casas, e uma visita à Enoteca Saint Vinsaint para observação do serviço do jantar durante duas horas, no sábado 20 de maio de 2017, e entrevista com a chef e proprietária Lis Cereja.

É importante ressaltar que o presente trabalho não busca esgotar o tema, nem traçar um panorama geral do cenário gastronômico paulistano. A partir da seleção de duas casas voltadas ao público das classes A e B que se propõem a oferecer comida saudável e orgânica, busca-se fazer uma breve análise apenas do recorte escolhido, propondo contrapontos entre os estabelecimentos e associações ao referencial teórico.

O TRIÂNGULO CULINÁRIO DE BELASCO E A ESCOLHA DAS RECEITAS DO CARDÁPIO

De acordo com Warren Belasco (2008), existem três fatores cruciais para as escolhas alimentares de cada indivíduo. Essa tríade de influências forma o que ele chama de triângulo culinário.

As pessoas decidem o que comer baseadas em uma negociação rude - uma queda de braço - entre o que dita a identidade e a conveniência, com uma orientação um pouco menor das considerações de responsabilidade. (O triângulo não é, portanto, equilátero, apesar de os moralistas desejarem que ele fosse) (BELASCO, 2008, p. 8, tradução nossa)

O autor considera importantes influenciadores da identidade as “preferências pessoais, prazer, criatividade, o senso de quem somos e onde estamos” (2008, p. 8,

tradução nossa). Para Belasco, a questão do gosto, da família, da bagagem étnica, questão cultural, de gênero e das memórias pessoais são determinantes neste, que é um dos três aspectos fundamentais do triângulo culinário.

No outro vértice do triângulo está a questão da conveniência, que Belasco afirma ser amplamente influenciada por questões diversas ligadas ao acesso. Preço, disponibilidade e formas de preparação são algumas das principais. Na preparação, por exemplo, é preciso levar em conta se existem os utensílios e equipamentos necessários e se o indivíduo conhece as técnicas necessárias para executar aquele procedimento.

Por fim, no terceiro lado do triângulo, Belasco (2008) apresenta a ideia de responsabilidade, aspecto dentre os três que será abordado com mais profundidade no presente trabalho.

Responsabilidade implica estar ciente das consequências de suas ações - tanto pessoais e sociais, fisiológicas e políticas. Pode envolver consequências agudas a curto prazo: será que esta refeição me deixará doente amanhã? E também pode acarretar efeitos a longo prazo: será que eu ficarei doente daqui trinta anos por causa disso? Ser responsável significa estar consciente de seu lugar na cadeia alimentar - do enorme impacto que temos sobre a natureza, os animais, as outras pessoas e a distribuição de poder e recursos em todo o mundo. (BELASCO, 2008, p. 9, tradução nossa)

Belasco ressalta que, apesar de o triângulo ter os três lados de tamanhos equivalentes, o fator responsabilidade é o mais fraco entre as três forças que influenciam as escolhas alimentares de cada indivíduo. O autor afirma que muitos querem se tornar "consumidores conscientes", mas que, na prática isso parece ser mais fácil do que realmente é.

Assumir responsabilidades torna-se muito mais complicado ao tentarmos contabilizar todas as "vidas negociadas" para que possamos nos alimentar. Uma coisa é pagar a conta do restaurante, que normalmente reflete apenas os custos imediatos do *restauranteur* para mão-de-obra, insumos, despesas gerais, além de uma pequena margem de lucro, mas outra é pagar a dívida para toda a cadeia alimentar. Para ter uma ideia da enormidade dessa conta, precisamos mudar para uma análise "externa" da cadeia alimentar global de conveniência - suas implicações não apenas

para a nossa saúde "interna", mas para o bem-estar de outras pessoas ao redor do globo, no passado, no presente e no futuro. (BELASCO, 2008, p. 79, tradução nossa)

Sobre as iniciativas de consumo responsável e seguro, Belasco questiona quanto estamos dispostos a pagar para que haja mais supervisão governamental em cada etapa da cadeia alimentar (tanto para garantir qualidade do ingrediente quanto para assegurar qualidade de vida aos trabalhadores). Como possíveis problemas de saúde do indivíduo ligados à alimentação, o autor destaca a contaminação microbiana e a recente epidemia de obesidade.

Quando apresenta o conceito de "externalidade", Belasco aborda o aumento do consumo de produtos de origem animal, resultado da Transição Nutricional. "Em muitos aspectos, a indústria animal representa a vanguarda da produção industrial em massa", ressalta o autor (2008, p. 96, tradução nossa). E todos os passos desde a alimentação dos animais, abate e processamento das carnes, ou mesmo da produção em larga escala de artigos como laticínios são mantidas "invisíveis" aos olhos do consumidor, explica Belasco. E este é só um dos exemplos apresentados pelo autor de como, geralmente, o consumidor não tem consciência da "pegada ambiental" envolvida na fabricação do alimento que está levando à sua mesa.

PROPOSTAS DE SUSTENTABILIDADE EM DOIS RESTAURANTES PAULISTANOS

Apesar de afirmar que muitas vezes a busca pelo consumo consciente fica apenas no discurso e não chega a influenciar ações mais práticas, Belasco ressalta que a mudança no hábito de consumir seria um dos caminhos para sair da insustentável situação alimentar atual, naquilo que ele chama de "solução antropológica", em tradução livre.

Pensando deliberadamente, com cuidado e com responsabilidade sobre as consequências das ações atuais, o consumidor consciencioso vai querer selecionar produtos que são verdes para o meio ambiente, justos para os trabalhadores e os produtores, e humanos para os animais (BELASCO, 2008, p. 120, tradução nossa).

Nessa proposta de solução, o autor também ressalta a importância da predominância de ingredientes sazonais e locais, com cadeia de distribuição reduzida e

embalagem que não tenha grande impacto ambiental. Visando abarcar essas novas demandas, alguns restaurantes paulistanos têm tido ações sustentáveis, muitas delas, porém, valem muito mais como argumento de venda do que como filosofia de trabalho. Abaixo, dois exemplos de estabelecimentos que apresentam iniciativas nesse sentido.

Na entrevista concedida, a chef e nutricionista Lis Cereja (2016), sócia-proprietária da Enoteca Saint Vinsaint, afirmou que “o modelo tradicional [dos restaurantes] é um dos modelos de negócio menos sustentáveis que existem no mundo”. De acordo com ela, a imposição de um cardápio fixo é uma das maiores dificuldades neste tipo de empreendimento, isso porque as receitas predeterminadas não levam em conta questões como a sazonalidade, alterações climáticas e de fornecimento, aqueles ingredientes precisam estar disponíveis durante todo o ano para que os clientes sigam comendo as mesmas preparações. É, segundo ela, um formato alicerçado nas grandes monoculturas e no aproveitamento parcial de diversos insumos.

Lis fundou, ao lado de seu marido, o sommelier, Ramatis Russo, a Enoteca Saint Vinsaint, restaurante instalado na Vila Nova Conceição, bairro nobre da capital paulista, que abriu as portas em janeiro de 2008. Atualmente, a casa utiliza exclusivamente ingredientes orgânicos na cozinha. De acordo com a proprietária, Lis Cereja (2016), “quando você parte para 100%, sobe um degrau muito grande [...] você esbarra com coisas como o óleo de cozinha. Você vai usar o quê?”

A casa funciona da seguinte maneira: o cardápio muda todos os dias. No salão, os garçons deslizam entre as quinze mesas dispostas no espaço com lousas instaladas sobre rodas. Nelas, estão rabiscadas com giz, as entradas, pratos principais e sobremesas disponíveis naquele dia.

Na observação do serviço do jantar, chamou a atenção a curiosidade da clientela pela origem de alguns ingredientes e pela história dos produtores. O aspecto peculiar dos insumos que não são obtidos no supermercado parece ser um atrativo para os comensais. A brigada é bem treinada para explicar a procedência de cada item, e se depara muitas vezes com conceitos complexos como “refinamento” – “processo mecânico que retira partes comestíveis do alimento com o intuito de torná-lo mais durável e de mais fácil preparação, retardando ao mesmo tempo a ação dos microrganismos” (AZEVEDO, 2012, p. 102), mas que torna aquela comida mais pobre nutricionalmente.

No depoimento de Lis Cereja (2016), foi interessante identificar aspectos do triângulo culinário de Belasco (2008) nas justificativas de algumas de suas escolhas para a composição do menu da casa. No trecho abaixo, por exemplo, pode-se dizer que os fatores culturais acabaram se sobrepondo a questões de responsabilidade.

A grande realidade é que o Brasil não é um produtor de trigo. É um país tropical, a gente deveria comer milho e mandioca, não trigo. Só que, obviamente, a gente vive em um mundo globalizado e a gente foi colonizado por europeus. Então a gente tem uma tradição muito grande, é quase impossível você pensar em não comer pão de farinha de trigo mesmo. [...] No exterior, você tem muitas alternativas, o faro, a farinha de espelta. [...] Eu trabalho com a farinha de espelta trazida da França. [...] É uma coisa complicada porque você tem que levar em conta o contexto. Eu nasci em São Paulo, eu tenho família italiana, portuguesa, do Leste Europeu. Eu nunca havia comido um peixe amazônico até fazer faculdade de gastronomia. Então assim, é muita ilusão você achar que gastronomia brasileira se resume a comer tapioca e milho. Não, não se resume a isso. Então você também não pode querer isolar o indivíduo do seu meio, da sua cultura e dos seus hábitos. (LIS CEREJA, 2016)

Em outro episódio narrado durante a entrevista, Lis (2016) conta que muitas pessoas reclamam da rara oferta de carne bovina no menu do restaurante, apesar de a carta oferecer outros animais, como porco e cordeiro. Neste caso, apesar da cultura gastronômica paulistana também ter na carne bovina um importante ingrediente, a chef privilegiou o vértice do triângulo voltado para a responsabilidade.

No aspecto da conveniência, há muitas leituras possíveis, desde a presença de produtores artesanais localizados nas proximidades de São Paulo até a disponibilidade de recursos financeiros para adquirir estes ingredientes. Mas é interessante pensar, por exemplo, na utilização culinária das PANCs (plantas alimentícias não convencionais), que figuram entre as sugestões do cardápio.

Há, no caso da Enoteca Saint Vinsaint, boas atitudes com relação à preservação ambiental. É realizada compostagem de todos os descartes vegetais e a totalidade dos ingredientes usados na cozinha é de orgânicos, produzidos em pequena escala. Peixes, somente com pesca artesanal, queijos elaborados a partir do leite cru, só utiliza-se milho de variedade crioula, farinhas sem refinamento, as ervas e algumas hortaliças são de cultivo próprio, bem como o leite de cabra e os ovos, que são provenientes de animais criados pelos donos do restaurante. Na carta de vinhos com mais de 300 rótulos também

figuram apenas bebidas orgânicas, naturais e biodinâmicas – não há outras opções alcoólicas disponíveis e a casa não trabalha com refrigerantes, apenas kombucha (chá fermentado).

Localizado no mesmo bairro que a Enoteca Saint Vinsaint, na Vila Nova Conceição, o Le Manjue Organique também abriu as portas em 2008, mas inicialmente funcionava na Vila Madalena, região oeste da cidade. A casa que opera sob a batuta do chef e sócio Renato Caleffi se auto-intitula um “restaurante gourmet de cozinha orgânica” ou “organic gourmet cuisine”. O cardápio é voltado para as comidas tidas como funcionais, que agregam benefícios para a saúde, e diz usar: “antioxidantes, anti-inflamatórios, e [ingredientes] de boa carga glicêmica”. No menu impresso também é possível encontrar os dizeres: “os ingredientes são adquiridos somente de pessoas que entendem e respeitam a pureza do crescimento natural dos alimentos”. O site da marca ressalta a preocupação dos sócios com a questão da sustentabilidade

Um dos grandes trunfos da casas é a disponibilidade de uma horta própria, instalada em um sítio em Vinhedo, no interior de São Paulo. Dali saem todas as hortaliças utilizadas na cozinha e também algumas PANCs, a exemplo da beldroega e da azedinha. Este é um importante facilitador no aspecto da conveniência, favorecendo a obtenção de ingredientes frescos e cultivados sem agrotóxicos.

É perceptível que o menu busca levar em conta aspectos identitários ao usar ingredientes típicos do país, como a pupunha, a castanha-do-pará, o caju, o pirarucu e o açai.

Na responsabilidade, é possível fazer duas leituras distintas. Com relação à saúde do indivíduo, o cardápio apresenta sugestões para variados tipos de dieta e de restrição alimentar. Além disso, também oferece pratos com produtos muito associados a uma vida saudável, os chamados ingredientes funcionais, alguns deles são a quinoa e a biomassa de banana verde.

Ainda no vértice do triângulo de Belasco (2008) voltado para a responsabilidade, podemos questionar, por exemplo, a oferta de camarão, salmão e *saint peter* no cardápio fixo. O menu não especifica a origem desses animais, nem mesmo a página do restaurante na internet (que diz muito sobre a procedência dos vegetais utilizados). Outra questão em um restaurante que se posiciona com essa preocupação ambiental é a oferta de bebidas como as águas San Pellegrino e Acqua Panna, ambas importadas. Apesar do posicionamento voltado para saúde e sustentabilidade, a casa ignora algumas o impacto ambiental de algumas dessas escolhas.

O APELO COMERCIAL DO ORGÂNICO E DA SUSTENTABILIDADE

A agricultura orgânica tem como objetivos a autossustentação da propriedade agrícola no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais para o agricultor, a minimização da dependência de energias não renováveis na produção, a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente, o respeito à integridade cultural dos agricultores e a preservação da saúde ambiental e humana. (AZEVEDO, 2012, p. 113)

Fica perceptível no trecho acima que o cultivo orgânico de vegetais envolve outros aspectos de sustentabilidade que não a questão da utilização de produtos químicos, em especial a questão social. Ocorre, porém, que o termo “orgânico”, amplamente usado hoje em dia, vem se referindo, muitas vezes, exclusivamente ao plantio sem emprego de agrotóxicos.

No caso do Le Manjue Organique, por exemplo, é interessante perceber que a casa se auto-intitula orgânica mesmo sem garantir que a totalidade dos insumos tenham essa procedência. Também trabalham com horta própria, apesar de garantir a continuidade do fornecimento de determinados ingredientes (necessária para suprir as demandas de um cardápio fixo).

Durante a entrevista, Lis Cereja (2016) afirmou que alguns de seus produtores não são certificados, mas que hoje em dia os selos de orgânicos têm pouca credibilidade. Ela ressaltou que a sustentabilidade não está necessariamente ligada ao orgânico: “você pode comprar os seus orgânicos no Pão de Açúcar, isso não torna você uma pessoa sustentável”.

Existe inegável apelo mercadológico nos termos “sustentável” e “orgânico”. Faz parte do jantar no Enoteca Saint Vinsaint, por exemplo, ouvir de onde vem cada ingrediente, descobrir a história de um pequeno produtor que reside em um local remoto. A história por trás do produto, neste caso, justifica seu valor monetário, faz referências à procedência, à sustentabilidade e à saúde associada àquele ingrediente.

Talvez na alimentação este apelo da sustentabilidade seja ainda mais impregnado por conta do que Claude Fischler (1995) chama de incorporação.

Na versão fisiológica, o comedor torna-se o que ele consome. Comer é incorporar, fazer suas as qualidades de um alimento. [...] De um

ponto de vista subjetivo, imaginário, o comedor acredita ou teme, a partir de um mecanismo que depende do pensamento “mágico”, apropriar-se das qualidades simbólicas do alimento segundo o princípio: “eu me torno o que eu como” (POULAIN, 2004, p. 197)

Valores de preservação ambiental, saúde individual e coletiva, e mesmo de preocupação social são bons exemplos de características de um alimento às quais os consumidores poderiam querer se associar. Há um universo simbólico positivo muito grande em torno dos produtos naturais, o que faz com que seu valor de mercado também possa ser mais elevado.

Em meio a tantos rótulos e cardápios que estampam as palavras “orgânico”, “natural” e “sustentável”, é preciso ficar atento às possíveis interpretações errôneas. Isso porque, apesar da definição de Elaine Azevedo (2012) frisar a importância de questões ambientais e sociais, nem todo orgânico é sustentável. Um salmão selvagem importado, por exemplo, como o servido no Le Manjue Organique tem uma pegada ambiental considerável por conta do deslocamento do produto. O mesmo serve para a quinoa, também usada na cozinha da casa, um ingrediente tido como saudável, mas que ainda tem pouca produção nacional e que há poucos anos foi diretamente associado à redução da qualidade de vida e segurança alimentar dos povos andinos, como explica o texto abaixo, de autoria das Nações Unidas do Brasil.

Trata-se do chamado dilema da quinoa. Uma vez que, como a demanda por quinoa tem crescido nos últimos anos, também tem o seu preço. Há uma década, uma tonelada de quinoa custava menos de 70 dólares e agora é vendido por mais de 2 mil dólares, de acordo com dados da FAO. [...]A rápida expansão da agricultura quinoa nos últimos anos tem sido uma faca de dois gumes. Como os preços sobem, os agricultores estão mais propensos a vender as colheitas de quinoa que consumiriam, gerando preocupações de desnutrição. Cerca de um terço das crianças com menos de cinco anos nos países andinos já estão cronicamente desnutridas, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). [...] fazendo com que alguns agricultores mudem sua dieta tradicional para alimentos processados mais calóricos. A mudança ocorre particularmente

entre os jovens, que preferem um refrigerante com açúcar a uma bebida caseira de água fervida, açúcar e farinha de quinoa. (2013).

Não é recente o fato de empresas buscarem se associar a uma imagem ao conceito de sustentabilidade para somar valor aos seus produtos e serviços. Isso ocorre, muitas vezes, de maneira que o consumidor fica sujeito a uma leitura distorcida, pode ser ludibriado por um discurso de proteção ambiental que nem sempre se traduz em ações responsáveis. Cunhou-se para conceituar esse tipo de manipulação de imagem o termo “greenwashing”.

“Greenwashing” é um termo pejorativo popularizado no início dos anos 90 pelo Greenpeace para descrever uma situação em que se promove uma imagem ambiental positiva que não corresponde à realidade. (PAGOTTO, 2013, p. 45)

Sem afirmar que algum dos restaurantes em questão se utiliza do discurso do *greenwashing*, podemos analisar que comunicar suas ações de sustentabilidade é, em ambos os casos, uma grande parcela do negócio. Basta observar as páginas das duas casas na internet, todas ilustradas com imagens das hortas própria, os chefs são retratados em meio a hortaliças, em belas fotos que romantizam ainda mais a relação do homem com o campo. Há informações, nos dois casos, sobre a procedência de alguns insumos, ponto fundamental para que a história de um negócio sustentável se sustente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inspirado em uma vivência que discutiu aspectos tecnológicos e de sustentabilidade relacionados ao cenário alimentar moderno, este artigo buscou relacionar a teoria das disciplinas do semestre com questões práticas de cardápio e funcionamento de dois restaurantes paulistanos. Entre tanto discurso sobre saúde (ambiental e individual) voltado para a comida, será que estabelecimentos que exploram esse nicho de consumo de fato respeitam questões básicas de sustentabilidade?

Por meio de visitas às casas e análises de cardápios foi interessante refletir sobre algumas incongruências do que é dito e do que é vendido. Além disso, foi enriquecedor notar como há profissionais buscando tornar o ramo da gastronomia uma atividade que tenha menos impacto negativo ao ambiente e concluir que é possível servir comida de qualidade sem depender de um sem-fim de insumos importados ou processados. A saída,

nesses casos, está no beneficiamento mútuo que resulta das relações comerciais com os pequenos produtores, uma consequência saudável do consumo consciente de alimentos.

A pesquisa não teve a pretensão de explorar o assunto em sua totalidade e, em muitos momentos, propôs uma análise superficial. O tema é vasto e poderia render diversos desdobramentos, com análises mais profundas das relações comerciais de cada negócio e a coerência entre o que se vende no discurso e o que se faz na prática. Além disso, seria interessante levar em conta também a questão legislativa, analisando como as leis do Brasil impedem ou dificultam o desenvolvimento de um modelo de negócios que dependa apenas de produtos artesanais.

Foi interessante chegar a algumas conclusões como a de que nem todo orgânico é sustentável, apesar de grande parte dos consumidores fazerem essa imediata associação. Outro ponto que aguçou o interesse foi a questão de que, muitas vezes, a bagagem cultural e a identidade de um indivíduo constroem um perfil de consumo alimentar pouco sustentável. Como um país tropical colonizado por europeus, o Brasil tem em seu povo muitas dessas questões, o trigo, como mencionado por Lis Cereja, é só uma delas.

O assunto é amplo, rende outras abordagens, mas é de extrema importância. Nunca falou-se tanto sobre saúde ambiental, escolhas de consumo, sustentabilidade social, mas esse grande interesse da população também abre portas aos oportunistas, que associam sua marca a um perfil verde e *eco-friendly*, mas que ignoram a sustentabilidade em muitos aspectos comerciais. A saída para que consumidores não sejam cada vez mais ludibriados, neste caso, é que eles tenham acesso a informações confiáveis para analisar, com propriedade, as ações promovidas por cada estabelecimento comercial.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, AILIN. Enoteca Saint Vin Saint: um restaurante com alma, conceito e coração. Disponível em: <<http://gastrolandia.com.br/aonde-ir/restaurantes/enoteca-saint-vin-saint-um-restaurante-com-alma-conceito-e-coracao/>> Acesso em: 24 de maio de 2017 AZEVEDO, Elaine de. **Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social**. São Paulo: Senac, 2012.

BELASCO, Warren. **Food: the key concepts**. Nova York (EUA): Berg, 2008.

_____. **O que iremos comer amanhã?: uma história do futuro da alimentação**. São Paulo: Senac, 2009.

LIS CEREJA. **Entrevista concedida aos autores**. Gravação digital. 20 de maio de 2017.

MUSEU DA PESSOA. **As pessoas precisam saber de sua importância no ecossistema - história de Maria Tereza Montenegro.** Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/as-pessoas-precisam-saber-de-sua-importancia-no-ecossistema-114710>> Acesso em: 21 de maio de 2017.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Ano Internacional da Quinoa pode diminuir insegurança alimentar e transformar a dieta mundial.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/ano-internacional-da-quinoa-pode-diminuir-inseguranca-alimentar-e-transformar-a-dieta-mundial/>> Acesso em: 25 de maio de 2016.

PAGOTTO, Érico Luciano. **Greenwashing: os conflitos éticos da propaganda ambiental.** Dissertação entregue à EACH/USP, 2013

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da Alimentação.** Florianópolis: UFSC, 2004.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Resíduos de Serviços de Saúde - RSS.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/residuos_solidos/rss_saude/index.php?p=4637> Acesso em: 20 de maio de 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. **Prefeitura inaugura central de compostagem para reciclar resíduos das feiras livres.** Disponível em: <<http://capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-inaugura-central-de-compostagem-para>> Acesso em: 21 de maio de 2017.

UM ESTUDO SOBRE COMO A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA INFLUENCIA O COMPORTAMENTO DE COMPRA DO CONSUMIDOR

Ari Ricardo de Almeida (Universidade Metodista de São Paulo); ari.almeida@metodista.br

Elisângela Masselli Gonçalves (Universidade Metodista de São Paulo); lilicnt@hotmail.com

Pedro Miguel Leonato Caparroz (Universidade Metodista de São Paulo);
pmlcaparroz@globo.com

Alexandre Cappelozza (Universidade Metodista de São Paulo);
alexandre.cappelozza@metodista.br

Resumo

Vivemos num mundo capitalista onde o consumismo é uma prática comum entre as pessoas e quanto mais aumenta o consumo, maior é a poluição. Por este motivo, muitos consumidores estão se conscientizando da necessidade e urgência de se fazer compras social e ecologicamente responsáveis, e exigir das empresas tal comportamentos, ecológico e ambientalmente adequados O objetivo deste artigo foi verificar a relação entre o construto Comportamento de Compra, com os construtos com Hábitos Domésticos, Ação de Mudança e Reciclagem e Reutilização. O método utilizado foi a regressão linear múltipla, apresentando no modelo de regressão significância estatística com a variável dependente. Embora a correlação entre hábitos domésticos e comportamento de compra tenha apresentado o menor valor, temos neste resultado um aspecto importante de análise. Este resultado pode indicar que as pessoas estão pouco propensas a alterar hábitos domésticos que terão impacto direto no comportamento de compra. Apesar disso, as hipóteses H1, H2 e H3 foram confirmadas com a utilização da significância estatística (p-valor) do modelo de regressão múltipla. Os resultados nos mostra que realmente as pessoas apoiam e tem intimidade com a reciclagem e reutilização. Com a ação de mudança a percepção é que o consumidor está de acordo e tem tendência a mudar para produto com apelo ecológico confirmando também a correlação. Já no terceiro construto a correlação também se confirmou, mas com um indicador menor que o das demais. Percebemos assim, que o consumidor sabe que é necessário, atitudes como reciclagem e reutilização de produtos, tendem a mudar para produtos.

Palavras-chave: Comportamento, Ecologia, Reciclagem

Abstract

We live in a capitalist world where consumerism is a common practice among people and the more consumption increases, the greater the pollution. For this reason, many consumers are becoming aware of the need and urgency to make socially and ecologically responsible purchases, and demand from companies such behavior, ecologically and environmentally appropriate. The purpose of this article was to verify the relationship between the Buying Behavior construct, with the Constructs with Household Habits, Change Action and Recycling and Reuse. The method used was multiple linear regression, presenting in the regression model statistical significance with the dependent variable. Although the correlation between domestic habits and purchasing behavior has presented the lowest value, we have in this result an important aspect of analysis. This result may indicate that people are unlikely to change household habits that will have a direct impact on buying behavior. Despite this, the hypotheses H1, H2 and H3 were confirmed using the statistical significance (p-value) of the multiple regression model. The results show us that people really support and have intimacy with recycling and reuse. With the change action the perception is that the consumer agrees and tends to change to product with ecological appeal confirming also the correlation. In the third construct, the correlation was also confirmed, but with a lower indicator than the others. We perceive that the consumer knows that it is necessary, attitudes such as recycling and reuse of products, tend to change to products.

Keywords: Behavior, Ecology, Recycling

1. INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais existem a muito tempo e eles decorrem do uso inconsciente dos recursos naturais pelo homem. Atualmente a situação ambiental dos países e do mundo é preocupante, pois cada vez mais estão se agravando as condições do planeta e os recursos naturais cada vez mais serão escassos. Por este motivo o apelo de ser sustentável, seja para o indivíduo ou para as organizações, é uma prática que vem ganhando cada vez mais espaço.

As questões ecológicas e ambientais evoluem a medida em que o interesse e a preocupação sobre essas questões vem se intensificando e ganhando espaço na mídia. A partir das décadas de 60 e 70 surgiram movimentos ecológicos e ambientais, como o referente aos problemas resultantes da poluição causada por grandes indústrias e para a conservação da energia (Cuperschmid & Tavares, 2001; Straughan & Roberts, 1999; Roberts 1996). Porém estas questões só começaram a ser observadas como uma fonte de vantagem competitiva por parte das empresas e foco de atenção para políticos, indivíduos e para a

sociedade como um todo apenas no fim do século XX, e adentrou o novo século (Straughan & Roberts, 1999).

O aumento do interesse pelo assunto deve-se a exploração indiscriminada que o homem vem fazendo do ambiente natural (Bedante e Slongo, 2004) além dos efeitos de práticas empresariais e do comportamento de compra dos consumidores (Tsen et al., 2006). Todavia, no meio empresarial, o desenvolvimento econômico das organizações é bastante considerado, tendo em vista que para permanecer no mercado é imprescindível o lucro. Com isto, as organizações buscam inúmeras ferramentas para incentivarem às pessoas a consumirem seus produtos e serviços.

Vivemos num mundo capitalista onde o consumismo é uma prática comum entre as pessoas e quanto mais aumenta o consumo, maior é a poluição. Por este motivo, muitos consumidores estão se conscientizando da necessidade e urgência de se fazer compras social e ecologicamente responsáveis, e exigir das empresas tal comportamentos, ecológico e ambientalmente adequados (Fraj e Martinez, 2007), aliado ao pensamento de Straughan e Roberts (1999), que discutem o aumento da consciência social ecológica ao longo do século XX e a transformação da questão ambiental numa prioridade estratégica para cidadãos, países e organizações.

Inicialmente, as pessoas estavam interessadas em descobrir os principais problemas ambientais. Posteriormente, os consumidores tornaram-se conscientes da necessidade de fazer compras mais responsáveis e olhar para as instituições que também sem comportam desta maneira. As pessoas estão conscientes de que a proteção ambiental não é apenas a tarefa de empresas e instituições, mas também a sua responsabilidade como consumidores.

Quanto mais o tempo avança, mais os consumidores despertam para o fato de que seus comportamentos de compra têm impacto direto em muitas questões ambientais (Bohlen, Diamantopoulos e Schlegelmilch, 1993; Laroche, Bergeron e Barbaro-Forleo, 2001). O aparecimento de um consumidor preocupado com o ambiente, tem despertado que pesquisadores busquem compreender quais os fatores que influenciam o comportamento destes consumidores (Schlegelmilch, Bohlen e Diamantopoulos, 1996).

O cuidado com o ambiente deve ser observado por todos individualmente. Ebreo e Vining (2001) ponderam que, mesmo que os avanços tecnológicos tenham sido úteis para conservar os recursos naturais e reduzir os desperdícios e a poluição, as soluções para os problemas da degradação ambiental no planeta requerem também ações no âmbito individual ou doméstico.

Dada a crescente importância da problemática ambiental e ecológica na sociedade e, da necessidade de que sejam criados novos meios para identificar os consumidores mais

propensos a desenvolverem comportamentos ecologicamente corretos, cada vez mais pesquisas dentro deste tema são realizadas.

Com base no exposto, o objetivo geral deste artigo é verificar se existe influência da consciência ambiental sobre o comportamento de compra do consumidor, através da relação entre os construtos das escalas escolhidas como base da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A preocupação ambiental e ecológica tem assumido um papel cada vez mais relevante para as organizações e para a sociedade como um todo, não só pela crescente exigência dos governos através de legislação e normas específicas, mas também por pressões de mercado, advindas principalmente do consumidor, que está a cada dia mais informado, exigente e buscando uma melhor qualidade de vida. Esse movimento que se contrapõe ao consumismo é chamado de "consumerismo".

O "consumerismo" designa um tipo de atitude oposta ao consumismo e que se caracteriza por um consumo racional, controlado e responsável e que tem em contas as consequências econômicas, sociais, culturais e ambientais do próprio ato de consumir. Essa atitude ganha forma através da intervenção social de diversos indivíduos, movimentos, associações e outros tipos de organizações, que entre outras atividades, defendem os interesses dos consumidores e promovem o desenvolvimento sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental. Tal movimento tem como base a responsabilidade social das organizações, o respeito ao consumidor, o desenvolvimento da cidadania organizacional e a ética (Markus, 2012).

Se de um lado temos o aumento do consumo nos últimos anos e até mesmo um consumismo desenfreado que acarreta em prejuízos ambientais, por outro lado, estamos vendo surgir um consumidor mais consciente em relação a esses aspectos e com isto se posicionando de modo mais responsável sobre os impactos que o consumo gera.

Em linha a esse movimento, se vendo obrigadas a mudar a forma de agir e dar uma resposta a essa atitude do novo consumidor, as organizações, cientes de que na realidade é uma tendência e que irá crescer. E como tudo no mercado, quem sair na frente terá uma grande vantagem competitiva em relação as organizações que não despertarem cedo para isso.

Os autores Giovannini e Kruglianskas (2008), consideram que os consumidores, por estarem cada vez mais cientes dos efeitos de seus hábitos de consumo, destinam seu poder de compra de modo a punir empresas irresponsáveis e prestigiar as que mostram maior engajamento com as questões sociais e ambientais. Dependendo da maneira como são

comandadas as organizações, e/ou da forma como são seus produtos/serviços, podem levar a indivíduos que não apresentem comportamento favorável ao consumo consciente, a fazê-lo (Laroche; Bergeton; Barbaro-Forleo, 2001).

Com esse consumidor mais exigente, as questões ecológicas e ambientais passaram a exercer maior influência sobre as preferências destes, de forma que o que era visto anteriormente pelas organizações como um problema, rapidamente modificou-se, e o pensamento passou a ser visto como mais uma forma de se obter lucros e posição de vantagem competitiva em relação aos demais (Dinato, 1998).

Os primeiros estudos que se tem notícias, que pesquisaram a relação comportamento do consumidor e meio ambiente, são do final da década de 1960 e início da década de 1970; estes estudos tinham como foco inicialmente o comportamento do consumidor socialmente responsável, e como questão secundária destes estudos foi tratada a análise do comportamento do consumidor em relação ao meio ambiente (Kassarjian, 1971; Kinnear e Taylor, 1973; Kinnear, Taylor e Ahmed, 1974; Brooker, 1976).

Anderson Jr. & Cunningham (1972), apontaram como resultado de seus estudos a definição dos consumidores conscientes, como indivíduos preocupados com o bem-estar da sociedade e do ambiente, e não apenas em satisfazer suas necessidades pessoais. Outro ponto definido por eles é que estes consumidores são de uma classe socioeconômica acima da média e com ocupações profissionais de reconhecimento e status.

Na década de 80, muitos países da Europa, propagaram a conscientização de que os prejuízos causados ao meio ambiente, e agravados por consequência à vida de cada indivíduo poderiam ser amenizados por meio de práticas individuais e, principalmente, empresarias ecologicamente corretas (Callenbach et al. 1993).

Ao longo da história, nos estudos acadêmicos, uma questão permanece sem resposta. Quem seriam os consumidores mais propensos a adotarem um comportamento de consumo ecologicamente correto? Ou seja, quem seriam os então considerados consumidores "verdes"?

D`Souza, Taghian e Lamb (2006, p. 166) definem os consumidores "verdes" como todos aqueles que são altamente preocupados com o ambiente e caracterizados por optarem por produtos verdes sempre que tem a oportunidade. Segundo Hartmann e Ibáñez (2006), o consumidor verde é representado por um segmento sócio-demográfico que toma suas decisões de compra pelo menos parcialmente com base em critérios ambientais. Essa definição dos autores, não fornecer indícios das causas (motivações), apenas apresenta a consequência (compra de produtos verdes).

As empresas realmente passaram a se importar com as questões ecológicas e ambientais motivadas pela possibilidade de aumentarem seus lucros através de um segmento de consumidores tidos como “verdes”; além da diminuição de custos e melhoria de reputação (Bohlen, Diamantopoulos e Schlegelmilch, 1993; Ling-Yee, 1997).

Com base no argumento de Bauman (2008) e Brum e Hillig (2010) é possível constatar que o aumento do consumo de bens e serviços são consequência de necessidades humanas que jamais serão atingidas por completo. Soma-se a isso a inovação dos produtos, que naturalmente estimula a aquisição de novos e o descarte dos antigos antes da hora. Ao longo dos anos, foi possível verificar que no Brasil a melhora do poder aquisitivo favoreceu o aumento do consumo, especialmente nas classes econômicas menos favorecidas. São inúmeros fatores que contribuem para o consumismo desenfreado, o que pode resultar em impactos negativos a ecologia e ao meio ambiente. Como por exemplo, a emissão de gases em consequência a queima de combustível de origem fóssil, ou seja, quanto mais carros circulando, maior será a emissão de gases tóxicos e consequentemente a emissão de gases será muito mais nociva a atmosfera terrestre.

Se de um lado temos o aumento do consumo nos últimos anos e até mesmo um consumismo frenético que acarreta em prejuízos ambientais, por outro lado, estamos vendo surgir um consumidor mais consciente em relação a esses aspectos e com isto se posicionamento de modo mais responsável sobre os impactos que o consumo gera.

Na contramão desse consumismo desenfreado se apresentam os chamados produtos “verdes”, que são justamente caracterizados por ter menor volume de matérias-primas utilizadas, vida útil maior (exceção feita aos produtos perecíveis por natureza), menor consumo de energia, menor quantidade de embalagem, utilização de materiais menos tóxicos, entre outras vantagens. Além disso, os produtos verdes, devem por regra, após sua vida útil devem ser fáceis de reparar, reutilizados, reciclados ou se degradarem rapidamente em contato com o meio ambiente, quando for o caso (Ottman, 1994; Fuller, 1999; D`Souza, Taghian e Khosla, 2007).

Para Dashefsky (1997), existem dois tipos de produtos verdes: os “atualmente verdes” e os “absolutamente verdes”. Os produtos considerados “atualmente verdes” são aqueles que não foram desenvolvidos com a preocupação primária de serem ecologicamente corretos, mas que posteriormente foram verificados como sendo não agressivos ao meio-ambiente. Já os “absolutamente verdes” são aqueles desenvolvidos, desde a sua concepção, para serem produtos ecologicamente corretos.

Dietz, Stern e Guagnano (1998) notaram que as mulheres apresentaram maior probabilidade de comportamento de compra de produtos ambientalmente favoráveis do que os homens.

A maior parte dos estudos envolvendo atitudes do consumidor para o ambiente, são aplicados em países desenvolvidos; Bodur e Sarigöllü (2005) investigaram o relacionamento entre as atitudes e os comportamentos dos consumidores para com o ambiente em um país em desenvolvimento, no caso em Istambul (Turquia). Os autores verificaram que os consumidores ambientalmente mais preocupados eram aqueles com maior nível educacional; outros fatores sócio-demográficos não apresentaram significância estatística.

2.1 AS ESCALAS DE STRAUGHAN & ROBERTS

2.1.1 ECOLOGICALLY CONSCIOUS CONSUMER BEHAVIOR (ECCB)

Os autores Straughan e Roberts (1999) pesquisaram os fatores sócio-demográficos e psicográficos associados ao comportamento do consumidor ecologicamente favorável. A pesquisa de 1999 se refere a reaplicação e extensão da pesquisa conduzida por Roberts em 1996 e que teve como objetivo principal verificar a existência de correlação entre as variáveis demográficas e psicográficas com a consciência ecológica do consumidor.

Assim, Straughan & Roberts (1999), com o propósito de examinar mais detalhadamente o papel das características psicográficas e demográficas sobre o comportamento ecologicamente consciente do consumidor, adicionaram ao estudo de Roberts (1996) novas variáveis que também poderiam caracterizar o perfil do "consumidor verde" em combinação com o constructo anteriormente desenvolvido.

A variável dependente do estudo foi "comportamento do consumidor ecologicamente consciente" (30 itens) e as variáveis independentes eram as características sócio-demográficas (idade, renda familiar, sexo e classificação acadêmica) e características psicográficas (liberalismo, efetividade percebida do consumidor, preocupação ambiental e altruísmo). A análise dos dados apontou que todas as variáveis dependentes possuíam correlação significativa com a variável independente.

O estudo encontrou consistência com o estudo anterior realizado por Roberts (1996) e revelou que as características psicográficas apresentam-se mais efetivas na explicação do comportamento do consumidor ecologicamente consciente.

Para elaboração deste artigo usamos como base a escala consciência ecológica de Straughan e Roberts (1999), sendo essa uma das escalas mais citadas na literatura. A referência da escala foi nos apresentada através do artigo de Lages & Neto - Mensurando a consciência ecológica do consumidor: um estudo realizado na cidade de Porto Alegre. Do

artigo escolhemos três construtos para formar as dimensões independentes que são: Ação de Mudança (AM), Hábitos Domésticos (HD) e Reciclagem e Reutilização (RR).

2.1.2 ENVIRONMENTAL CONCERN (EC)

Para a escolha da variável dependente optamos pelo construto de comportamento de compra sustentável que faz parte da escala proposta pelos autores Gorni, Gomes, Wojahn e Padilha (2016) – Consciência ambiental e sua influência sobre o comportamento de compra com vistas à preocupação ambiental.

No artigo, os autores utilizaram o questionário como instrumento de coleta de dados, elaborado com base no modelo utilizado no estudo de Kotchen e Reiling (2000). Na construção do questionário os autores fundamentaram-se nas escalas Environmental Concern (EC) proposta por Straughan e Roberts (1999), e na escala Ecologically Conscious Consumer Behavior (ECCB).

A dimensão de comportamento de compra que utilizamos como construto dependente é apresentada no artigo que utilizamos como base sendo composta por quatro construtos. Ou seja, o comportamento de compra é formado pela junção dos construtos que seguem: Produtos Menos Prejudiciais, Produtos Reciclados, Produtos Naturais e Embalagem.

2.1.3 HIPÓTESES

Hipóteses formuladas:

- H1(+): As ações de mudança afetam positivamente o comportamento de compra.
- H2(+): Os hábitos domésticos afetam positivamente o comportamento de compra.
- H3(+): A reciclagem e reutilização afetam positivamente o comportamento de compra.

3. MÉTODO

Esse estudo tem abordagem quantitativa de caráter descritivo e transversal, visto que é uma pesquisa com o propósito de testar hipóteses com informações que foram coletadas “em um dado ponto no tempo” (HAIR et al., 2005, p. 87). Outra característica desse trabalho é a causalidade já que procura testar uma relação de causa e efeito através da busca de correlação entre dimensões independentes com uma dependente.

A escolha dos participantes foi feita de forma aleatória e por conveniência. A amostra foi coletada em dois **campi** universitários distintos, e por fim foi apurado os resultados com base nas análises do software estatístico SPSS Versão 23.

A amostra foi composta de 101 respondentes, considerando que a literatura prevê 50 respostas no mínimo acrescidas de 8 respostas para cada construto pesquisado (“ $n > 50 + 8k$ ”,

onde k é o número de variáveis antecedentes ou preditoras), o número de participantes está dentro do limite mínimo previsto com sobra (Tabachnick; Fidell, 2007).

A amostra para a validação da ferramenta contou com 101 participantes, sendo que destes apenas 98 puderam ser considerados, uma vez que estes optaram por não concordar com a análise e divulgação dos resultados na pesquisa, apesar de ser uma pesquisa que não era necessária a identificação do respondente.

3.4 INSTRUMENTOS DE MEDIDA

Conforme mencionado anteriormente foram utilizados quatro construtos de duas escalas diferentes, sendo que as respostas foram analisadas através de uma escala de reposta do tipo Likert de cinco pontos na qual 1 = nunca e 5 = sempre.

No quadro 1, encontra-se apresentado um resumo sobre os construtos que foram utilizados nesse trabalho, levando em conta a escala a qual pertence, seus elaboradores, assim como o número do item no questionário aplicado e itens de precisão (alfa de *Cronbach*) encontrados para essas dimensões no momento de criação e validação de suas escalas.

Construto	Escala de Origem	Questões	Índice de Confiabilidade	Elaborador da Escala
Ação de Mudança (AM)	ECCB	6, 16, 18	0,5192	Straughnan & Roberts, 1999
Hábitos Domésticos (HD)	ECCB	7, 11, 19, 21	0,6617	Straughnan & Roberts, 1999
Reciclagem e Reutilização (RR)	ECCB	9, 13, 14, 20, 24	0,7924	Straughnan & Roberts, 1999
		1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 13, 14, 15, 17,	PMP = 0,83 PR = 0,78 PN = 0,77	

Comportamento de Compra (CC)	EC / ECCB	20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28	EB = 0,67	Straughnan & Roberts, 1999
------------------------------	-----------	--------------------------------	-----------	----------------------------

Quadro 1: Resumo dos instrumentos de medida

Fonte: Elaborado pelos autores

3.5 PROCEDIMENTO DE COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Elaborou-se um formulário (APÊNDICE I) de 28 variáveis, contendo afirmativas que compõem as 4 dimensões pesquisadas, sendo que optou-se por misturar as afirmativas apresentando-as no questionário de forma mesclada, ou seja, foi definida a ordem através de um sorteio randômico no Excel. A pesquisa teve caráter sigiloso, portanto os respondentes não precisavam se identificar. O formulário tinha uma explicação sobre seu preenchimento assim como questões referentes a algumas variáveis demográficas como: gênero; estado civil; quantidade de filhos; escolaridade; cidade onde mora; se trabalha atualmente; renda mensal; tipo, segmento e cidade da empresa onde trabalha.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dessa forma o modelo de pesquisa proposto nesse trabalho encontra-se representado graficamente na figura 1 abaixo. Conforme pode ser verificado, as variáveis independentes dos construtos de Ação de Mudança (AM), Hábitos Domésticos (HD) e Reciclagem e Reutilização (RR) são preditoras da variável dependente do construto de Comportamento de Compra (CC), gerando três hipóteses, sendo as três de influência positiva.

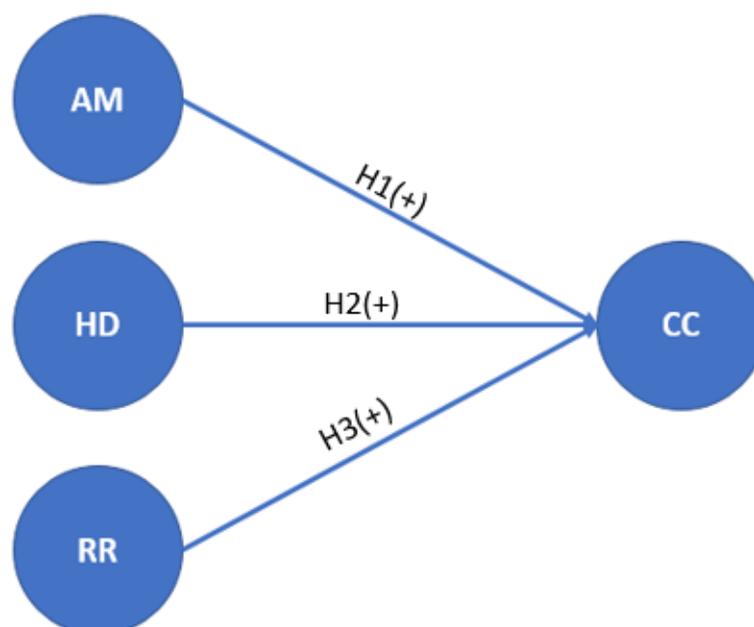


Figura 1: Modelo de pesquisa proposto

Fonte: Elaborado pelos autores

- (a) H1(+) = as ações de mudança afetam positivamente o comportamento de compra; (3 itens, $\alpha=0,5192$)
- (b) H2(+) = os hábitos domésticos afetam positivamente o comportamento de compra; (4 itens, $\alpha=0,6617$)
- (c) H3(+) = a reciclagem e reutilização afetam positivamente o comportamento de compra; (5 itens, $\alpha=0,7924$)

Essas hipóteses surgiram tendo como base a teoria apresentada de que a consciência ecológica influenciava no comportamento de compra do consumidor.

4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

A seguir são apresentadas as características demográficas dos 98 participantes da pesquisa. No quadro 1 encontram-se as variáveis demográficas de resposta fechada do questionário aplicado. As variáveis demográficas escolhidas foram as que melhor representavam o perfil dos respondentes para a pesquisa.

Quadro 1 – Variáveis demográficas de resposta fechada

SEXO	FEMININO	47	48,0%
	MASCULINO	51	52,0%
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO	68	69,4%
	CASADO	27	27,6%
	OUTROS	3	3,1%
SITUAÇÃO PROFISSIONAL	DESEMPREGADO	18	18,4%
	AUTONOMO	6	6,1%
	EMPREGADO	74	75,5%
	INDÚSTRIA	28	28,6%
AMO DE ATIVIDADE	COMÉRCIO	22	22,4%
	SERVIÇO	19	19,4%
	EDUCAÇÃO	4	4,1%
ESCOLARIDADE	OUTRO	7	7,1%
	NÃO RESPONDERAM	18	18,4%
	MÉDIO INCOMPLETO	3	3,1%

	MÉDIO COMPLETO	7	7,1%
	SUPERIOR INCOMPLETO	78	79,6%
	SUPERIOR COMPLETO	8	8,2%
	ESPECIALIZAÇÃO INCOMPLETA	1	1,0%
	ESPECIALIAÇÃO COMPLETA	1	1,0%
	Até 1 salário mínimo – R\$ 937,00	14	14,3%
	Até 2 salários mínimos – R\$ 1.874,00	40	40,8%
	Até 3 salários mínimos – R\$ 2.811,00	16	16,3%
RENDA MENSAL	Até 4 salários mínimos – R\$ 3.748,00	10	10,2%
	Até 5 salários mínimos – R\$ 4.685,00	7	7,1%
	Acima de 5 salários mínimos	11	11,2%

Como pode se observar no quadro 1, a maior parte dos respondentes são do sexo feminino, solteiros, possuem nível de escolaridade de superior incompleto. Com relação ao ramo de atividade e situação profissional, a maior parte trabalha na indústria e estão empregados como celetistas. Sobre a variável renda, a maior parte recebe até dois salários mínimos.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para análise dos resultados utilizou-se os programas de computador *Microsoft Office Excel (Excel)* versão 2016 e *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 23. Inicialmente, através de uma base de dados numérica elaborada em *Excel* foram calculadas as médias, desvio-padrão e coeficiente de variação dos respondentes para cada uma das dimensões pesquisadas.

Após, esse arquivo em Excel foi importado para o *SPSS* e, através desse programa, foi realizado o cálculo do índice de precisão (alfa de *Cronbach*) de cada um dos construtos utilizados. Em sequência testou-se a normalidade dos dados, a correlação entre os mesmos, assim como foi realizado o teste de regressão multivariada e de normalidade dos erros, sendo possível dessa forma validar ou não o modelo proposto nesse trabalho.

Visando um melhor entendimento dessas análises, optou-se em apresentar os resultados encontrados em duas seções, sendo a primeira referente à análise descritiva dos dados no item 4.2.1 e a segunda referente aos resultados do modelo de pesquisa no item 4.2.2.

4.2.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS

Construto	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	ALFA DE CRONBACH
Ações de mudança (AM)	2,89	1,01	35%	0,67
Hábitos domésticos (HD)	3,45	0,77	22%	0,44
Reciclagem e Reutilização (RR)	2,75	0,80	29%	0,80
Comportamento de Compra (CC)	2,94	0,70	24%	0,90

Conforme pode ser verificado no quadro acima, o alfa de Cronbach do construto Hábitos Domésticos (HD) foi de 0,44. De acordo com Hair et al. (2005) o índice mínimo para o alfa de Cronbach deve ser $> 0,70$. Portanto, o construto Hábitos Domésticos está abaixo do índice mínimo para o alfa de Cronbach. O alfa de Cronbach para os construtos Reciclagem e Reutilização (RR) e Comportamento de Compra (CC) estão acima de 0,7, o que válida a confiabilidade interna destes construtos. Ações de Mudança (AM) tem um alfa de Cronbach de 0,67. Como está entre 0,60 e 0,70 considera-se uma intensidade de confiabilidade moderada e por isso foi aceito nesta pesquisa.

4.2.2 RESULTADOS DO MODELO DE PESQUISA

O objetivo deste trabalho é verificar se fatores como Ações de Mudança (AM), Hábitos Domésticos (HD) e Reciclagem e Reutilização (RR) afetam o comportamento de compra do consumidor. O modelo de regressão multivariada foi o método estatístico escolhido para verificar a influência das variáveis independentes do modelo na variável dependente.

Para validação do modelo, nos próximos parágrafos serão apresentados os testes estatísticos realizados para a validação do modelo de pesquisa proposto e os resultados obtidos.

O primeiro teste aplicado foi o de "Kolmogorov-Smirnov (KS)" para verificação quanto à normalidade dos dados. Na tabela X os resultados obtidos mostram que os construtos de Ações de Mudança (AM) e Comportamento de Compra (CC) tem dados normais (P-Valor $> 0,05$). Visto que dois construtos não apresentaram valores do P-Valor superior a 0,05, dessa

forma as hipóteses apresentadas nesse trabalho melhor seriam explicadas por testes não paramétricos para estes dois construtos (HAIR *et al.*, 2005).

Tabela 1 – Teste de normalidade dos dados de Ação de Mudança (AM), Hábitos Domésticos (HD), Reciclagem e Reutilização (RR), Comportamento de Compra (RR).

Construto	KS	P-Valor
Ações de mudança (AM)	0,75	0,200
Hábitos domésticos (HD)	0,107	0,008
Reciclagem e Reutilização (RR)	0,093	0,035
Comportamento de Compra (CC)	0,078	0,158

O próximo teste estatístico consistiu na aplicação de um teste de correlação entre os construtos pesquisados de modo a testar a associação linear entre as variáveis independentes com a variável dependente. Por isso o teste aplicado foi o teste “*r* de *Pearson*” que de acordo com Hair *et al.* (2005, p. 313) “é chamado de coeficiente de correlação” e deve variar entre “-1,00 a +1,00, com o zero não representando absolutamente nenhuma associação entre as variáveis.

Levando em conta os conceitos acima apresentados bem como os resultados demonstrados na tabela X, como o “*r* de *Pearson*” para o Comportamento de Compra (CC) em relação as Ações de Mudança (AM) foi de 0,73, dos Hábitos Domésticos (HD) foi de 0,53 e com Reciclagem e Reutilização (RR) foi de 0,83. Podemos verificar associação positiva forte do Comportamento de Compra (CC) com os construtos Ações de Mudança (AM) e Reciclagem e Reutilização (RR). O construto Hábitos Domésticos (RR) apresentou o menor valor de correlação o que pode indicar que no comportamento de compra o hábito doméstico tem menor peso nas decisões de aquisição de produtos.

As correlações entre a variável dependente e as variáveis independentes foram validadas pelo p-valor que apresentou valor < 0,05, rejeitando a hipótese nula. Neste caso, aceitamos a hipótese alternativa de que os dados estão correlacionados, existindo, portanto, correlação entre a variável dependente e as variáveis independentes. A tabela 2 apresenta os resultados da correlação entre as variáveis independentes e a variável dependente.

Tabela 2 – Teste dos índices de correlação entre CC e AM, HD e RR

VARIÁVEL DEPENDENTE DO MODELO	VARIÁVEIS INDEPENDENTES	CORRELAÇÃO (r-Pearson)	P-Valor
Comportamento de Compra (CC)	Ações de mudança (AM)	0,73	0,000
	Hábitos domésticos (HD)	0,53	0,000
	Reciclagem e Reutilização (RR)	0,86	0,000

Uma vez que foi possível estabelecer a associação positiva entre as variáveis independentes em relação a variável dependente foi realizada a análise de regressão multivariada para que a relação linear entre os construtos fosse mensurada. Dessa forma foi possível verificar se realmente existe significância do modelo, comprovar ou não as hipóteses levantadas no trabalho, assim como demonstrar a porcentagem de explicação da variável dependente pela variável independente. Os resultados encontrados encontram-se demonstrados na tabela 3 e 4.

Ao avaliar o modelo de pesquisa com a técnica de Regressão Linear Múltipla, observamos o p-valor como teste de significância estatística do modelo. Valores < 0,05 são considerados válidos. Com o p-valor do modelo = 0,000, rejeitamos a hipótese nula do modelo. Isso significa que pelo menos um dos construtos é diferente de zero, o que válida a utilização do modelo para fins de previsão e análise entre a variável dependente e as variáveis independentes.

Tabela 3 – Resumo do modelo (Anova)

R² ajustado	P-Valor
0,809	0,000

O R² ajustado apresenta poder de explicação de 0,809, com ótimo poder de explicação.

Tabela 4 – Teste de coeficientes

Constante	Beta Ajustado	P-Valor
------------------	----------------------	----------------

Ações de mudança (AM)	0,292	0,000
Hábitos domésticos (HD)	0,139	0,007
Reciclagem e Reutilização (RR)	0,615	0,000

De acordo com o que pode ser verificado nas tabelas 3 e 4, em relação aos coeficientes do modelo, a hipótese nula (H_0) de que todos os coeficientes das variáveis independentes são nulos, como o p-valor é menor que 0,05 a hipótese nula pode ser rejeitada. Isso valida os pressupostos do modelo de regressão linear múltipla.

Os testes de multicolinearidade são utilizados para justificar a ausência de multicolinearidade. Para isso os valores do FIV devem ser inferiores a 5 ($FIV < 5$). No caso do modelo proposto, os dados não apresentaram multicolinearidade, conforme pode ser verificado na tabela 5.

Tabela 5 – Resultados do teste de Multicolinearidade

Constante	FIV
Ações de mudança (AM)	1,650
Hábitos domésticos (HD)	1,288
Reciclagem e Reutilização (RR)	1,819

O teste de normalidade dos resíduos foi aplicado sobre os resíduos. O teste apresenta significância de $0,2 > 0,05$. Portanto os resíduos são considerados com distribuição normal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas ambientais são temas centrais de pesquisa enquanto questões ecológicas, que estão diretamente ligadas, não tem este mesmo tratamento. Com esse pensamento decidimos pesquisar a consciência ecológica do consumidor refletida no comportamento de compra. Para isso elegemos duas escalas e delas retiramos os construtos no intuito de verificar a relação de variável independente com dependente. Nossa ideia foi deixar como independentes os construtos que refletem a vida do consumidor. O primeiro construto que escolhemos foi reciclagem e reutilização visando entender se o consumidor aprova e se importa com estas questões que já são comuns no dia a dia das pessoas. Como segundo construto elegemos ação de mudança justamente para saber se o consumidor está disposto a mudar em prol de produtos que tenham apelo ecológico. E no terceiro construto vislumbramos hábitos domésticos para fechar o ciclo que imaginamos sendo essa dimensão

onde o consumidor expressa se ele realmente pratica o que ele aprovou anteriormente. Todos os construtos foram cruzados com a dimensão de comportamento de compra ecologicamente correto.

O objetivo deste artigo pode ser considerado como concluído, ao passo que foi evidenciado o relacionamento entre os construtos de Comportamento de Compra com Hábitos Domésticos, Ação de Mudança e Reciclagem e Reutilização apresentaram no modelo de regressão significância estatística com a variável dependente. Embora a correlação entre hábitos domésticos e comportamento de compra tenha apresentado o menor valor, temos neste resultado um aspecto importante de análise. Este resultado pode indicar que as pessoas estão pouco propensas a alterar hábitos domésticos que terão impacto direto no comportamento de compra. Apesar disso, as hipóteses H1, H2 e H3 foram confirmadas com a utilização da significância estatística (p-valor) do modelo de regressão múltipla.

Visto isso entendemos que a confirmação dos resultados nos mostra que realmente as pessoas apoiam e tem intimidade com a reciclagem e reutilização. Com a ação de mudança percebemos que o consumidor está de acordo e tem tendência a mudar para produto com apelo ecológico confirmando também a correlação. Já no terceiro construto a correlação também se confirmou, mas com um indicador menor que o das demais. Percebemos assim, que o consumidor sabe que é necessário, atitudes como reciclagem e reutilização de produtos, tendem a mudar para produtos ecologicamente corretos, mas na hora de representarem se realmente praticam é onde sentimos uma leve queda do engajamento deste consumidor pesquisado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON JR, W. Thomas; CUNNINGHAM, William H. The socially conscious consumer. **The Journal of Marketing**, p. 23-31, 1972.
- AZEVÊDO, Alexandre Cabral de et al. Consciência ambiental e comportamento do consumidor. 2010.
- BEDANTE, Gabriel Navarro; SLONGO, Luiz Antônio. O comportamento de consumo sustentável e suas relações com a consciência ambiental e a intenção de compra de produtos ecologicamente embalados. **Porto Alegre**, 2004.
- BLATT, John Markus; WEISSKOPF, Victor Frederick. **Theoretical nuclear physics**. Springer Science & Business Media, 2012.
- BODUR, Muzaffer; SARIGÖLLÜ, Emine. Environmental sensitivity in a developing country: Consumer classification and implications. **Environment and Behavior**, v. 37, n. 4, p. 487-510, 2005.

BOHLEN, Greg; SCHLEGELMILCH, Bodo B.; DIAMANTOPOULOS, Adamantios. Measuring ecological concern: a multi-construct perspective. **Journal of Marketing Management**, v. 9, n. 4, p. 415-430, 1993.

BRUM, A. B. do N.; HILLIG, C.. Repensando o consumismo: uma reflexão sobre a necessidade de um "consumo responsável". **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental** - REGET-CT/UFSM v (1), nº1, p. 115-128, 2010.

CALLENBACH, Ernest et al. **Gerenciamento Ecológico-(Eco-Management)-Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis**. São Paulo: Cultrix, 1993.

CHAN, T. S. Concerns for environmental issues and consumer purchase preferences: a two country study. *Journal of International Consumer Marketing*, v. 9, n. 1, p. 43 – 55, 1996.

CUPERSCHMID, N. R. M.; TAVARES, M. C. Atitudes em relação ao meio ambiente e sua influência no processo de compra de alimentos. In: Anais do XV Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Campinas: ANPAD, 2001.

D'SOUZA, Clare. Marketing Challenges for an Eco-fashion Brand: A Case Study. **Fashion Theory**, v. 19, n. 1, p. 67-82, 2015.

D`SOUZA, C.; TAGHIAN, M.; KHOSLA, R. Examination of environmental beliefs and its impact on the influence of price, quality and demographic characteristics with respect to green purchase intention. *Journal of Targeting, Measurement and Analysis for Marketing*, V. 15, n. 2, p. 69–78, 2007.

DASHEFSKY, H. Steven. **Dicionário de ciência ambiental: guia de A a Z**. Gaia, 1997.

DE ALMEIDA RIBEIRO, Juliane; VEIGA, Ricardo Teixeira. Proposição de uma escala de consumo sustentável. **Revista de Administração**, v. 46, n. 1, p. 45-60, 2011.

DIETZ, Thomas; STERN, Paul C.; GUAGNANO, Gregory A. Social structural and social psychological bases of environmental concern. **Environment and behavior**, v. 30, n. 4, p. 450-471, 1998.

DINATO, Monique. O Meio Ambiente e o Setor Petroquímico do Rio Grande do Sul: um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado EA/PPGA/UFRGS, 1998. DINATO, M; MADRUGA, K. "Technological innovation and performance of the ecological products in the Brazilian market: a multisectorial analysis". In: Seventh International Conference on Management of Technology Annals of International Association for the Management of Technology. 1997.

EBREO, A.; VINING, J. How similar are recycling and waste reduction? Future orientation and reasons for reducing waste as predictors of self-reported behavior. *Environment and Behavior*, Thousand Oaks, CA, v.33, n.3, p.424-448, May 2001.

EDANTE, G. N.; SLONGO, L. A.; O Comportamento de consumo sustentável e suas relações com a consciência ambiental e a intenção de compra de produtos ecologicamente embalados. In: Anais do I EMA (Encontro de Marketing da ANPAD), Porto Alegre: ANPAD, 2004.

FRAJ, E.; MARTINEZ, E. Ecological consumer behavior: an empirical analysis. *International Journal of Consumer Studies*, v.31, n.1, p.26-33, Jan. 2007.

GIOVANNINI, F.; KRUGLIANSKAS, I. Fatores críticos de sucesso para a criação de um processo inovador sustentável de reciclagem: um estudo de caso. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro v. 12, n. 4, p. 931 - 951, out. / dez. 2008.

HAIR, J.F.; BLACK, W.; BABIN, B.J.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HARTMANN, Patrick; APAOLAZA IBÁÑEZ, Vanessa. Green value added. **Marketing Intelligence & Planning**, v. 24, n. 7, p. 673-680, 2006.

INSTITUTO AKATU. Pesquisa Akatu no 7 – 2006: como e por que os consumidores brasileiros praticam o consumo consciente? São Paulo: Instituto Akatu, 2007. 80 páginas. Disponível em: <www.akatu.org.br/akatu_acao/publicacoes/perfil-do-consumidor>. Acesso em: 15 fev. 2010.

KASSARJIAN, H.H. Incorporating ecology into marketing strategy: the case of air pollution. *Journal of Marketing*, Chicago, IL, v.35, n.3, p.61-65, July 1971.

KINNEAR, T.C.; TAYLOR, J.R.; AHMED, S.A. Ecologically concerned consumers: who are they? *Journal of Marketing*, Chicago, IL, v.38, n.2, p.20-24, Apr. 1974.

LAROCHE, M.; BERGERON, J.; BARBARO-FORLEO, G. Targeting consumers who are willing to pay more for environmentally friendly products. *Journal of Consumer Marketing*, v. 18, n. 6, p. 503 – 520, 2001.

LING-YEE, Li. Effect of collectivist orientation and ecological attitude on actual environmental commitment: The moderating role of consumer demographics and product involvement. **Journal of international consumer marketing**, v. 9, n. 4, p. 31-53, 1997.

Marketing - EMA, 1. Atibaia, SP, 2004,

STRAUGHAN, R.D.; ROBERTS, J.A. Environmental segmentation alternatives: a look at green consumer behavior in the new millennium. *Journal of Consumer Marketing*, West Yorkshire, UK, v.16, n.6, p.558-575, June 1999.

Tabachnick, Barbara G., and Linda S. Fidell. *Experimental designs using ANOVA*. Thomson/Brooks/Cole, 2007.

TSEN, C.; PHANG, G.; HASAN, H.; BUNCHA, M. R. Going green: a study of consumer`s willingness to pay for green products in Kota Kinabalu. *International Journal of Business and Society*, v. 7, n. 2, p. 40-54, 2006.

WOJAHN, Padilha et al. Consciência ambiental e sua influência sobre o comportamento de compra com vistas a preocupação ambiental. 2016.

NARRATIVA EM SALA DE AULA: NECESSÁRIA E LIMITADA

Ian Perlungieri Frugoli Peixoto (Senac Aclimação); ian_perlungieri@hotmail.com*

Resumo: Nesse artigo, se pretende indicar a utilização de narrativas como possível ferramenta de ensino, identificando os traços da dramaturgia clássica e da dramaturgia moderna, em especial, do teatro épico brechtiano, para embasar a construção de uma história pertinente que auxilie o docente a emitir sua mensagem de maneira mais instigante. Para isso, utilizamos, como autores basilares, Brecht (1957), Palacios e Terenzo (2016), Anastasiou e Alves (2015), Freire (1996), dentre outros. Cabe destacar que, ao realizarmos esse trabalho, possibilitamos o aumento do repertório técnico do docente, oferecendo embasamento para analisar o uso de narrativas em sala de aula de maneira crítica, compreendendo suas vantagens e limitações.

Palavras-chave: Educação; Docência; Narrativa; Storytelling.

Abstract: This article intends to indicate the use of Storytelling as a teaching tool, identifying the drama and modern drama characteristics, especially, the Brechtian theatre, as a basis to make a relevant story that helps faculty to send out an engaging message. For that, we searched the opinions of Brecht (1957), Palacios e Terenzo (2016), Anastasiou e Alves (2015), Freire (1996), among others. It should be mentioned that this study makes the increase of the teaching staff's repertoire of possible techniques, because it offers background for a critical analysis of Storytelling implementation in the classroom, and shows its advantages and limitations.

Key Words: Education; Teaching; Story; Storytelling.

INTRODUÇÃO

Conhecer é um processo de filtração, uma vez que há um processo de seleção em que absorvemos as informações que consideramos úteis e descartamos as que julgamos dispensáveis. Porém, ainda que Cray (2001) indique o esquecimento como uma parte inescapável do foco, assinalando que focar em uma informação exige,

consequentemente, o esquecimento voluntário de outras, Eco⁵² aponta que o “excesso de informação provoca a amnésia”.

Palacios e Terenzo (2016) complementam ao indicar que vivemos em uma época em que a subinformação e a superinformação são concomitantes e a atenção dos indivíduos é cada vez mais fragmentada e dispersa. Segundo um estudo realizado pelo *Statistic Brain*⁵³, a média da atenção das pessoas reduziu de 12 segundos em 2000 para 8,25 segundos em 2015, o que é considerada uma resposta biológica ao crescimento na quantidade de informação disponibilizada. Isto é, enquanto há um crescimento na quantidade de dados à disposição, a quantidade de atenção humana mantém-se em seu limite, resultando, dessa maneira, na queda já mencionada. Portanto, com o aumento da dificuldade do controle de concentração, compreende-se que vivemos em um cenário difícil para os emissores de mensagens, sejam eles jornalistas, publicitários ou professores.

Diante desse contexto, as formas mais entediadas das mensagens são rapidamente substituídas pelas mais intrigantes, dando espaço a formas como, por exemplo, *gamefication* e narrativas (MATIJEWITSCH, 2015). Palacios (2007, p. 18) destaca que as narrativas estão dentre as melhores maneiras de se transmitir uma mensagem, defendendo que o “processo pedagógico é mais rápido e melhor construído quando feito por meio de vínculos e associações”. Dito isso, se estabelece que, ao contar boas histórias, cria-se uma relação emocional com o ouvinte, servindo não apenas como uma possível ferramenta para disseminar uma ideia, mas também como uma poderosa tecnologia de comunicação (PALACIOS; TEREZZO, 2016).

A perpetuação das histórias acontece em razão de sua função educativa, como uma maneira de transmitir conhecimento antes da invenção de uma forma de registrar pensamentos e descobertas. Ademais, pode-se destacar, como justificativa fundamental da força da narrativa ainda nos dias de hoje, a oxitocina, hormônio que tem a função de promover apego e empatia entre pessoas e responsável por produzir parte do prazer do orgasmo. Segundo Palacios e Terenzo (2016, p. 14), ela “também é produzida quando acreditamos em algo [...]. E isso ocorre porque aceleramos esse senso de empatia”.

⁵² Umberto Eco: “O excesso de informação provoca amnésia”. *Época*. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2011/12/umberto-eco-o-excesso-de-informacao-provoca-amenesia.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

⁵³ STATISTIC BRAIN. Attention span statistics. Disponível em: <<http://www.statisticbrain.com/attention-span-statistics/>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

Ou seja, o potencial da narrativa está no investimento em um contexto ficcional relacional e gerador de empatia, interagindo com a emoção das pessoas e costurando as informações primordiais em sua trama. É uma simulação da realidade que cativa a atenção, provocando uma imersão a nível sensorial. Kastelic (2013, p. 12) ratifica, afirmando que “o ser humano é, por característica inerente à sua existência, filiado às histórias”.

Nesse cenário, o docente possui um árduo trabalho para provocar no aprendiz a curiosidade gradativa que pode torná-lo criador (FREIRE, 1996), em virtude da dificuldade em competir com conversas paralelas ao assunto estudado, com as mensagens no celular, com o próprio devaneio do estudante ou qualquer outro estímulo mais interessante que a aula. Ainda que o objetivo do professor não deva ser o de transferir seu conhecimento, mas sim, o de criar as possibilidades para sua construção, o docente não obterá resultado caso o aluno não esteja atento. Pela ausência de um caráter invasivo e impositivo, a narrativa tende a receber menor resistência por parte do receptor, conduzindo a atenção do ouvinte à mensagem. Logo, o uso de narrativas em sala de aula torna-se pertinente em um contexto onde a atenção é fragmentada e dispersa.

Palacios e Terenzzo (2016, p. 103) indicam que, por “ter uma estrutura aberta e simbólica, de conteúdos interpretáveis, é muito fácil para uma pessoa encaixar-se em uma história”. No entanto, a aplicação da prática narrativa em sala de aula deve ser feita com cautela, visto que há diferentes formas de se contar uma mesma história, com potencial de engajamento diferente, dependendo de seu público. O estudo sobre a distinção entre as narrativas iniciou-se com Platão (2009), que denomina como “imitação” a estrutura literária conhecida como dramática e “simples narrativa” a épica. Cabe salientar que as narrativas da dramaturgia clássica e moderna podem ser articuladas, respectivamente, aos gêneros literários dramático e épico. Dito isso, são as particularidades da dramaturgia clássica e moderna que serão desenvolvidas nesse trabalho a fim de vinculá-las com o uso de narrativas em sala de aula.

A proposta desse trabalho é, portanto, explorar as características da dramaturgia clássica e moderna, ressaltando principalmente o teatro épico brechtiano, relacionando-as com a prática docente. Somado a isso, propõe-se indicar a prática narrativa como possível ferramenta de ensino a ser desenvolvida e aplicada, oferecendo embasamento para analisá-la criticamente e compreender suas vantagens e limitações.

ERA UMA VEZ A DRAMATURGIA CLÁSSICA

Fiorin e Savioli (2006, p. 227) denominam narrativa como a transformação de situações, sendo “uma mudança de estado operada pela ação de uma personagem”. Para

Aristóteles (2005), as narrativas formam uma unidade de discurso, visto que giram ao redor de uma ação inteira e completa, com início, meio e fim. Brémond complementa, afirmando que a narrativa apresenta uma sequência de acontecimentos relacionados a uma mesma unidade de ação (GOTLIB, 2006).

Por ser um material de interesse humano, a narrativa é principiada por valores, ideias, crenças e concepções existentes, sendo “de nós, para nós, acerca de nós” (GOTLIB, 2006, p.11). No entanto, a história é contada segundo as intenções de um autor, ou seja, uma mesma narrativa pode ser contada de maneiras diferentes, uma vez que aquele que conta a história narra embasado em seu próprio repertório, de acordo com o seu ponto de vista e valorizando os aspectos mais importantes da história para ele (PALACIOS, 2007).

Por exemplo, o filme *Malévola*, de 2014, dirigido por Robert Stromberg, é uma narrativa que assume como protagonista a bruxa Malévola, outrora vilã do conto de fadas *A Bela Adormecida*, animado em 1959 pelos estúdios Disney. Essa narrativa, porém, ainda teve, no mínimo, três momentos anteriores: a publicação *A Bela Adormecida*, dos irmãos Grimm, em 1812, *A Bela Adormecida do Bosque*, de Perrault, em 1697 e *Sol, Lua e Tália*, de Giambattista Basile, em 1634 (CORSO, 2006), o que evidencia a existência das mais variadas maneiras de contemplação de uma mesma obra.

Cabe destacar, porém, que o narrador não é o autor. O narrador é uma entidade ficcional responsável pela organização do texto (FIORIN; SAVIOLI, 1989). Logo, o narrador e o autor podem ter ideologias e pontos de vistas diferentes. Nos exemplos citados, há a mudança do autor e a do narrador, indicando a existência do narrador como um elemento estruturador da história. Outros dos elementos que estruturam a narrativa são as personagens, o tempo, o espaço e o enredo (GANCHO, 1995).

Com relação às personagens, Brait (1985) aponta que foi Aristóteles quem introduziu os estudos sobre elas, assinalando-as como representações de pessoas humanas reais que, normalmente, passam por alguma transformação durante a narrativa. A construção do tempo e espaço narrativo também se pauta na imitação da realidade, arquitetando na história uma trama temporal, ainda que na narrativa não haja, necessariamente, uma relação causal direta entre as ações. O enredo é a maneira como a narrativa é organizada. O “esqueleto” em que o tempo, o espaço e as personagens são desenvolvidos, mediados por um narrador, de maneira que não desrespeite a lógica interna da história. Para Gancho (1995), o enredo possui as seguintes partes: apresentação (exposição ou introdução), desenvolvimento (complicação), clímax e desfecho (desenlace ou conclusão). São o início, o meio e o fim que giram ao redor de uma ação inteira e completa, cunhados por Aristóteles (2005) como forma dramática.

De acordo com Aristóteles (2005), drama é o representar em ação, em que as personagens agem e executam ações diante do público com a aparente não mediação de um narrador. Um trecho da obra *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, é transcrito por Soares (1999) como exemplo:

PADRE — É, mas quem vai ficar engraçado sou eu, benzendo o cachorro. Benzer motor é fácil, todo mundo faz isso, mas benzer cachorro?

JOÃO GRILO — É, Chico, o padre tem razão... Quem vai ficar engraçado é ele e uma coisa é benzer o motor do Major Antônio Morais e outra benzer o cachorro do Major Antônio Morais.

PADRE — *Mão em concha no ouvido* — Como?

JOÃO GRILO — Eu disse que uma coisa era o motor e outra o cachorro do Major Antônio Morais.

PADRE — E o dono do cachorro de quem vocês estão falando é Antônio Morais?

JOÃO GRILO — É. Eu não queria vir, com medo de que o senhor se zangasse, mas o Major é rico e poderoso e eu trabalho na mina dele. Com medo de perder meu emprego, fui forçado a obedecer, mas disse a Chico: o padre vai se zangar.

PADRE — desfazendo-se em sorrisos — Zangar nada, João! Quem é um ministro de Deus para ter direito de se zangar? Falei por falar, mas também vocês não tinham dito de quem era o cachorro. (SUASSUNA, 1972, p. 31-34 apud SOARES, 1999, p. 57-58, *grifo da autora*).

Conforme aponta a autora (1999), compreende-se que o gênero dramático é complementado por uma representação, em que as personagens dialogam e simulam uma realidade ficcional, como se aquele universo existisse sem a interferência de um narrador. O gênero dramático possui semelhanças com a dramaturgia clássica, definida por Bordwell (2005, p. 279) como a apresentação de um estado inicial das coisas que é violado e deve ser reestabelecido, havendo “um estágio de equilíbrio, sua perturbação, a luta e a eliminação do elemento perturbador”. Dentre as características da dramaturgia clássica, podemos citar a presentificação dramática; a clareza narrativa, espacial e temporal; a completude; a naturalização; a pedagogia moral; a quarta parede e o *voyeurismo*.

De acordo com Soares (1999), se espera no drama clássico a presentificação dramática, ou seja, que as personagens das narrativas ajam como se a trama estivesse acontecendo no mesmo momento que o espectador a observa, provocando a sensação de que tudo aquilo acontece pela primeira vez. Tal expressão imediata dos sujeitos pode provocar essa sensação mesmo nos dramas históricos, havendo um avanço ininterrupto do tempo que é concomitante ao tempo do espectador, sendo impossível o retorno ao passado ou o avanço ao futuro.

Segundo Field (2009, p. 23), um bom roteiro deve conter determinados elementos conceituais que “são expressos de maneira dramática no âmbito de uma estrutura que tem um começo, um meio e fim claros, ainda que não necessariamente nessa ordem”, havendo um fim que responda a todas as perguntas e conflitos propostos no começo e no meio, o que ilustra a completude e a clareza narrativa, espacial e temporal necessárias nesse tipo de narrativa. Bordwell (2005, p. 283) corrobora, ao indicar o final clássico como “o coroamento da estrutura, a conclusão lógica de uma cadeia de eventos, o efeito final da causa inicial”, dando solução às linhas causais principais, não sempre se preocupando com o destino das personagens secundárias. Desse modo, compreende-se que a narrativa clássica deve ser construída de maneira que estimule o espectador a construir uma linha temporal e espacial consistente e coerente.

Ainda que os créditos iniciais e finais das obras audiovisuais clássicas revelem uma autoconsciência da obra, a maior parte da dramaturgia clássica exhibe uma simulação do espontâneo, que reflete a naturalização necessária no drama clássico, com imitação de gestos, situações e emoções reais, cujo intuito é iludir o espectador para provocar sua sensibilidade, reproduzindo um mundo que aparenta ser autônomo e oferece “a lição de moral, o conteúdo proclamado da mensagem, as sublimações e a contenção puritana nas fórmulas narrativas” (XAVIER, 2003, p. 19). Dito isso, compreende-se a pedagogia moral como sua característica, visto que há a necessidade de criar um efeito catártico e purificador no espectador, em que se corrige ou castiga as personagens de comportamentos criminosos (SZONDI, 2004). É uma constante estrutural, portanto, o final da narrativa possuir certa “justiça poética” (BORDWELL, 2005), desenvolvida por Xavier (1996, p. 256) como “mensagens regeneradoras do espírito, cumprindo uma nobre função moral, conforme o desejo das instâncias do poder”.

A quarta parede provém do teatro naturalista, em que se cria uma quarta parede invisível entre a cena e o mundo real, o que elucida a razão pela qual as personagens de um filme clássico não olham para a câmera, visto que o olhar para a câmera, para o espectador, quebraria a existência dessa parede invisível (ROHDEN;

KUSSLER; SILVEIRA, 2011). Para Xavier (2003), a quarta parede “protege” a ficção da realidade, servindo no teatro como uma barreira para o ator, que deve manter-se enclausurado a essa esfera para permanecer personagem.

Como reflete Xavier (2003), porém, a quarta parede também serve como uma barreira ao espectador, que tem um olhar privilegiado de observar o mundo narrado sem participar dele. Ainda que o espectador esteja presente, ele não participa do mundo observado, é um observador invisível. A montagem, os cortes e os movimentos de câmera colaboram para a onisciência espacial do espectador de uma obra audiovisual (BORDWELL, 2005). O espectador atua como um *voyeur*, o que é ilustrado por Xavier (2003, p. 57) ao pontuar que diante “do aparato construtor de imagens, minha interação é de outra ordem: envolve um olho que não vejo e não me vê [...] o olhar fabricado é constante oferta de pontos de vista”.

De acordo com o autor, portanto, o espectador tem a oportunidade de explorar as imagens dessa narrativa como um fetiche, saciando a vontade de “tudo ver” nesse mundo compreendido como verdadeiro. A narrativa clássica ficcional torna-se, aos olhos do espectador, uma cena de real exibicionismo.

ERA UMA VEZ O DRAMA CLÁSSICO EM UMA SALA DE AULA

Enquanto a dramaturgia clássica ilude o espectador ao simular cenas que aparentam ser exibicionistas, os docentes se põem em frente à sala de aula, exibindo-se como se estivessem em um palco com os discentes como espectadores. Porém, ainda que Xavier (2003) evidencie que as sociedades moderna e pós-moderna estimulem a teatralização do cotidiano, com as redes sociais exemplificando a vontade de saber a intimidade alheia como uma característica comum a todos, os docentes possuem dificuldade em capturar a atenção de seu público.

Ao articular a dramaturgia clássica com o uso de narrativas como ferramenta de ensinagem, compreendemos que o professor deve se colocar diante de sua sala de aula e narrar uma história sobre uma personagem cujo estado inicial é violado por um conflito, sendo apenas reestabelecida a paz no fim da narrativa, podendo, por exemplo, apresentar o conhecimento do tema de sua disciplina como a solução do conflito da personagem. Dessa maneira, estabelece-se a completude, a clareza narrativa, espacial e temporal e a pedagogia moral características dessa dramaturgia. Cabe evidenciar a necessidade de o docente não interagir com os discentes durante a história, uma vez que romperia com a quarta parede e perturbaria o *voyeurismo* do público, que se lembraria que tudo faz parte

de uma narrativa ficcional. O professor deve, dessa maneira, narrar a história como se ela estivesse acontecendo naquele momento, respeitando a presentificação dramática e as outras características do drama clássico, emocionando seu público com uma história que provoca um efeito catártico em suas almas (SZONDI, 2004).

Anastasiou e Alves (2015) apontam para uma estratégia que se assemelha ao uso da dramaturgia clássica em sala de aula: a dramatização. No entanto, enquanto a dramatização propõe uma representação teatral realizada pelos alunos, a utilização de dramaturgia clássica aqui proposta é realizada pelo professor, utilizando a narrativa clássica como uma maneira de mediar o aluno e seu objeto de estudo.

Porém, Brecht (1957) desenvolve uma crítica ao drama clássico, destacando que o espectador se ilude às personagens dramáticas e abandona qualquer atitude crítica diante delas, o que acarreta na não apreensão da mensagem por parte do receptor. Xavier (1996, p. 263) substancia a crítica de Brecht ao declarar que “a função do espetáculo não mais se concebe como um ativar a consciência moral de um indivíduo racional [...] agora, a função do espetáculo é a de canalizar a violência, satisfazer as disposições do imaginário, liberar fantasias”.

Isto é, para os autores, os alunos que assistem à história narrada pelo docente que respeita as normas da dramaturgia clássica corre o risco de não se apropriar do conteúdo e processo ensinado, pois o processo de apreensão da narrativa clássica gera mais satisfação do que ações, desperta mais a comoção do que a reflexão, é mais emocional do que racional.

ERA UMA VEZ A DRAMATURGIA MODERNA

Diferentemente da dramaturgia clássica, a dramaturgia moderna não possui regras bem definidas, variando e se reinventando constantemente em busca de novas formas de construções narrativas que refletem seu espírito contestador. Portanto, o drama moderno não possui obrigatoriedade com relação à clareza da narrativa ou dos elementos de sua construção, podendo haver tanto dramas modernos que quebrem a quarta parede quando dramas modernos que não possuam personagens, tempo ou espaço bem definidos, por exemplo (ZANI, 2009).

Assim, destacaremos as características do teatro épico brechtiano, que rompe com algumas das estruturas clássicas com o objetivo de estimular a reflexão. No entanto, há, primeiramente, a necessidade de definir o gênero épico, desenvolvido por Brecht e principiado por Platão (2009, p. 83), que o denomina como “simples narrativa”. Fazem parte desse gênero “toda obra - poema ou não - de extensão maior, em que um narrador

apresentar personagens envolvidos em situações e eventos” (ROSENFELD, 2011, p. 17). Também chamado de gênero narrativo, podemos exemplificá-lo com um trecho de *Harry Potter e a pedra filosofal*, de Rowling (2000, p. 12-13):

[...] mas o gato no muro lá fora não mostrava sinais de sono. Continuava sentado imóvel como uma estátua, os olhos fixos na esquina mais distante da rua dos Alfineiros. E nem sequer estremeceu quando uma porta de carro bateu na rua seguinte [...]. Na verdade, era quase meia-noite quando o gato se mexeu.

No texto citado, o 'gato', a 'rua dos Alfineiros' e 'meia-noite' são, respectivamente, exemplos de personagem, espaço e tempo, o que evidenciam a existência dos elementos estruturais da narrativa no gênero épico. Porém, diferentemente do drama clássico, há um narrador visível no gênero épico que finge ter presenciado os acontecimentos que narra ou, no mínimo, ter um conhecimento vasto sobre eles, revelando pensamentos e emoções íntimas das personagens e atuando como um deus onisciente. Ademais, o narrador épico tem o direito de intervir, voltando a épocas anteriores ou antecipando-se (ROSENFELD, 2011), abandonando a presentificação dramática, uma vez que nesse gênero se desenvolve a possibilidade de construir múltiplas representações concomitantes (ARISTÓTELES, 2005). A presença do narrador também destaca a quebra da quarta parede, pois há a construção de um diálogo com o público. Ou seja, há a expectativa de que exista interlocutores para a mensagem emitida, já que o mundo construído não deseja aparentar autonomia como o mundo do drama clássico.

Dito isso, compreende-se que o teatro épico brechtiano integra a dramaturgia moderna, respeitando os elementos estruturais da narrativa, mas possuindo particularidades distintas das do drama clássico. Há a quebra de quarta parede, a ausência de presentificação dramática, o fim do *voyeurismo*. Para Brecht (1957), enquanto o drama proporciona sentimentos de vivência e empatia, sugerindo e provocando sensorialmente o espectador, o épico torna o espectador testemunha de uma narrativa, exigindo-lhe decisões e reflexão.

O ator do teatro épico brechtiano pode, por exemplo, abandonar seu papel no meio da história e dizer ao público seu nome real e o final da narrativa que conta. Ao ser impactado com o repentino fim da representação, o espectador recorda-se que está diante de uma obra ficcional e deixa de envolver-se emocionalmente, passando a envolver-se racionalmente, já que uma atitude crítica sua é exigida pelas personagens. O objetivo do teatro épico brechtiano é, dessa maneira, distanciar o público dos acontecimentos representados, impondo que ele aceite ou recuse as ações das personagens de maneira

consciente. Para atingir tal objetivo, pode-se haver auto-observações praticadas pelos artistas, mostra-se a aparelhagem elétrica e/ou constrói-se personagens que usam disfarces exagerados.

ERA UMA VEZ A NARRATIVA EM UMA SALA DE AULA

Segundo Anastasiou e Alves (2015, p. 20, *grifo das autoras*), por meio da “ensinagem deve-se possibilitar o pensar, situação em que cada estudante possa reelaborar as relações dos conteúdos [...]”. O docente, portanto, não deve iludir o estudante com uma narrativa essencialmente embasada no drama clássico. E sim, fundamentado por algumas das características da dramaturgia clássica e por algumas das particularidades do teatro épico brechtiano, que pertence ao drama moderno, estimular a reflexão dos discentes por meio de uma narrativa híbrida, visto que, dessa maneira, espera-se canalizar a atenção do estudante, facilitando sua imersão diante da mensagem emitida pelo docente sem que o discente abandone seu raciocínio crítico.

Logo, ao considerar o propósito do docente como a capacidade em estimular no educando o desenvolvimento de uma curiosidade crítica, insatisfeita e indócil (FREIRE, 1996), estipula-se que há a possibilidade de usar histórias como uma maneira de chamar a atenção dos estudantes. Palacios e Terenzzo (2016) citam os benefícios de aplicar as narrativas na pedagogia. São eles:

- a) realizar uma comunicação mais estreita com o jovem;
- b) obter o entusiasmo de novos alunos;
- c) transmitir o conhecimento de forma mais instigante;
- d) ao contextualizar, garantir um aprendizado mais eficiente;
- e) permitir a intertextualidade entre as disciplinas ao utilizar tal técnica.

Alguns dos apontamentos dos autores, porém, exigem um complemento ou correção, o que não refuta os benefícios do uso de narrativas em sala de aula. O primeiro ponto, por exemplo, em que Palacios e Terenzzo citam a realização de uma comunicação mais proximal com o jovem, pode ser expandida para os adultos, visto que os próprios autores (2016, p. 290) sinalizam que quando “adultos estão diante de uma boa história, assim como as crianças, eles também ficam hipnotizados e envolvidos”, ampliando o benefício mencionado, que atinge não apenas os estudantes mais novos, como também os de maior idade.

Conforme Freire (1996), ensinar é instigar o aluno a produzir ou construir conhecimento, e não a transmissão de informações. Dessa maneira, a afirmação de Palacios e Terenzzo (2016) de que as narrativas possibilitam a transmissão do

conhecimento de maneira mais interessante está equivocada. Entretanto, compreende-se que a utilização de histórias em sala de aula possibilita a atenção de maneira orgânica, o que facilita a apreensão da mensagem dos discentes (PALACIOS, 2007) e favorece o docente a atingir seu objetivo.

Ainda que os autores (2016) afirmem que as narrativas garantam um aprendizado mais eficiente, não há como certificar essa indicação, uma vez que o perfil do aluno, seu modo de ser, de agir, de estar, impossibilitam quaisquer apontamentos universais. Anastasiou e Alves (2015, p. 25-26) reiteram, ao afirmar que as “aprendizagens não se dão todas da mesma forma, dependem tanto do sujeito que aprende quanto do objeto de apreensão”. Mas, Palacios e Terenzzo (2016) argumentam que as narrativas auxiliam na contextualização da disciplina ministrada pelo professor, o que é fundamental ao aprendizado, pois compreende-se que, ao estabelecer uma articulação entre o tema proposto na aula e a realidade concreta, ainda que seja uma realidade ficcional, se estabelece um diálogo entre os aprendizes e o campo a ser conhecido, facilitando a apreensão (ANASTASIOU; ALVES, 2015).

Embasado pelos benefícios evidenciados, concebe-se a possibilidade de usar as narrativas como uma possível ferramenta de ensinagem, auxiliando o docente a emitir sua mensagem independentemente da estratégia optada por ele, sendo estratégia definida por Anastasiou e Alves (2015, p. 75) como “a arte de aplicar ou explorar os meios e condições favoráveis e disponíveis, visando à efetivação da ensinagem”. Ou seja, tendo o docente clareza de seus objetivos, há a oportunidade de usar as narrativas como maneira para atingí-los.

Apesar de termos evidenciado que a aplicação de narrativas em sala de aula possui diferenças em relação à estratégia denominada como dramatização, as descrições de Anastasiou e Alves (2015) da aula expositiva dialogada é bem semelhante à uma descrição hipotética sobre o uso de histórias em sala de aula. Dizem as autoras (2015, p. 86) que a aula expositiva dialogada pode ser apresentada como:

Uma exposição do conteúdo, com a participação ativa dos estudantes, cujo conhecimento prévio deve ser considerado e pode ser tomado como ponto de partida. O professor leva os estudantes a questionarem, interpretarem e discutirem o objeto de estudo, a partir do reconhecimento e do confronto com a realidade. Deve favorecer análise crítica, resultando na produção de novos conhecimentos. Propõe a superação da passividade e imobilidade intelectual dos estudantes.

No entanto, as operações de pensamento mobilizadas pelo emprego de narrativas em sala de aula transcendem aos da aula expositiva dialogada. Enquanto a aula expositiva dialogada mobiliza predominantemente a obtenção e organização de dados, a interpretação, a crítica, a decisão, a comparação e o resumo, o uso de narrativas pode incitar qualquer operação de pensamento, dependendo da maneira como for aplicada. Ou seja, a utilização de narrativas em sala de aula não deve ser desenvolvida como uma nova estratégia que integra ao quadro de estratégias proposto por Anastasiou e Alves (2015), sendo, de fato, uma maneira diferente de cativar a atenção do aluno que pode ser aplicada em qualquer estratégia, da aula expositiva dialogada ao portfólio, da solução de problemas às oficinas, amparando a construção de conhecimento ao ser adotada no desenvolvimento da significação, problematização, práxis, criticidade, continuidade, historicidade e totalidade.

Por exemplo, uma narrativa sobre uma personagem que usa o tema que o docente pretende ensinar para solucionar um problema de sua vida é um recurso que contribui na significação ou problematização durante a construção de determinado conhecimento. Ou, ainda, estimular a criticidade por meio da quebra da quarta parede e conscientização da ficção ao finalizar uma história e propor que o estudante reflita se as atitudes que a personagem teve na narrativa ficcional poderiam ser praticadas na vida real.

Dito isso, compreende-se que o uso de narrativas pelo docente é uma poderosa ferramenta de comunicação, podendo ser ministrada nas mais variadas disciplinas, pois “as histórias celebram a nossa coletividade humana e nossa construção de identidade” (PALACIOS, 2007, p. 17). Como exemplo prático, podemos citar as obras literárias *O mundo de Sofia*, escrita por Jostein Gaarder, e *O homem que calculava*, escrito por Júlio César de Mello sob o pseudônimo de Malba Tahan. Publicado em 1991, *O mundo de Sofia* narra a história de uma garota chamada Sofia, que passa a receber bilhetes anônimos lhe contando a história da filosofia. Tendo mais de um milhão de exemplares vendidos no Brasil, o livro foi um best-seller mundial em 1996⁵⁴. *O homem que calculava* foi publicado pela primeira vez em 1938, narrando a história de Beremiz Samir, um calculista da Pérsia que é encontrado pelo narrador e lhe conta sua história, relatando casos em que o matemático mostra sua habilidade mesclando, nos capítulos do livro, lenda, Matemática e

⁵⁴ “O mundo de Sofia”. **Folhateen**, São Paulo, dez. 1996. Disponível em:

< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/30/folhateen/15.html>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

fantasia. Traduzido para doze idiomas, a obra tem quase oitenta edições publicadas em língua portuguesa⁵⁵. Ambas possuem uma narrativa como fio condutor, mas não deixam de ser exemplos de realizações pedagógicas em filosofia e matemática, o que comprova que uma história bem executada, se adequada aos objetivos do docente, aos conteúdos do objeto de ensino e aos estudantes, torna-se “uma das ferramentas mais importantes de todos os tempos” (PALACIOS, 2007, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos investigar nesse trabalho a viabilidade do uso de narrativas como ferramenta pedagógica, citando seus benefícios e limitações ao ser utilizada pelo docente em sua sala de aula. Ademais, desenvolvemos as características do drama clássico e do drama moderno, em especial do teatro épico brechtiano, a fim de articulá-las com as possíveis maneiras de se contar uma história.

Conforme as discussões teóricas com Xavier (2003), Brecht (1957) e Palacios e Terenzo (2016), compreendemos que uma narrativa híbrida, com traços do drama clássico e particularidades do teatro épico brechtiano, potencializam a mensagem emitida pelo professor, cativando a atenção dos alunos em um contexto de frágil concentração. Portanto, o domínio na construção de uma narrativa adequa-se como possível técnica a ser incluída no repertório do docente, auxiliando-o a interessar e motivar seus estudantes.

Contudo, autores como Anastasiou e Alves (2015) e Freire (1996) alertam que a lógica do conteúdo, o contexto sócio-histórico e cultural do aluno e os objetivos do docente devem estar alinhados com a utilização de narrativas em sala de aula, uma vez que o seu uso não tem como sinônimo a obtenção unânime da atenção dos discentes. Ou seja, as narrativas não devem ser praticadas como a solução que erradica a fragmentação da atenção do aluno. E sim, devem ser empregadas pelo docente como uma nova ferramenta de seu repertório, como uma técnica que, dependendo da situação, pode ser pertinente, uma vez que contribui na comunicação entre o professor e aluno, instigando a apreensão do estudante.

Por fim, devemos salientar que o trabalho efetuado não deve ser considerado definitivo, mas sim, uma introdução ao vínculo entre narrativas e a educação, tendo potencial para novos desdobramentos, como um aprofundamento no perfil dos estudantes

⁵⁵ “Malba Tahan: O “árabe” que escrevia números”. **Superinteressante**, abr. 1995. Disponível em:

< <http://super.abril.com.br/comportamento/malba-tahan-o-arabe-que-escrevia-numeros/>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

que se interessam pela aplicação das narrativas em sala de aula, na utilização de narrativas em estratégias específicas, na associação entre narrativas e *gamefication* e o potencial de ambas, bem como uma investigação sobre o gênero lírico e sua possível relação com a ensinagem, ampliando cada vez mais o repertório de ferramentas dos docentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 10. ed. Joinville, SC: Editora Univille, 2015.
- ARISTÓTELES. **A poética clássica**. 12. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2005.
- BORDWELL, David. **O cinema clássico hollywoodiano**: normas e princípios narrativos. IN. RAMOS, Fernão Pessoa (org.). **Teoria contemporânea do cinema**: documentário e narrativa ficcional. São Paulo: SENAC, 2005.
- BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.
- BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Lisboa: Portugália Editora, 1957.
- CORSO, Diana Lichtenstein. **Fadas no divã**: psicanálise nas histórias infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- CRARY, Jonathan. **Suspensions of perception**: attention, spectacle, and modern culture. Cambridge Massachusetts: MIT Press, 2001. p. 1-10.
- FIELD, Syd. **Roteiro**: Os fundamentos do roteirismo. Curitiba: Arte & Letra, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. **Para entender o texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1989, p. 137-150.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 1995.
- GOTLIB, Nádya Battella. **Teoria do conto**. 11. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.
- KASTELIC, Pedro Henrique Ferreira. **Era uma vez uma marca**: storytelling e ficção na construção identitária da Diletto. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP), 2013.
- MATIJEWITSCH, Fernando. **Games como linguagem**: sobre a construção do conceito de identidade em Fallout 3. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2015.

PALACIOS, Fernando Rodrigues. **A contextualização criativa de histórias como fator de sucesso no planejamento de campanhas de comunicação**. São Paulo: Universidade São Paulo, 2007.

PALACIOS, Fernando; TERENCEZZO, Martha. **O guia completo do storytelling**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PLATÃO. **A República**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2009.

ROHDEN, Luiz; KUSSLER, Leonardo; SILVEIRA, Denise. **O jogo enquanto estética dialética da recepção fílmica**. Revista Artefilosofia, n.11, p. 214-230, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/raf/issue/view/57/showToc>>. Acesso em: 30 Jul. 2017.

ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**. 6. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2011.

ROWLING. Joanne K. **Harry Potter e a pedra filosofal**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2000.

SANTANA, Andrea. **Personagem, tempo e espaço literário: uma visão analítica da construção desses elementos em A Felicidade É Fácil**. Pernambuco: Universidade de Pernambuco, 2013.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Ática, 1999.

SZONDI, Peter. **Teoria do drama burguês (século XVIII)**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 7-84.

XAVIER, Ismail. Cinema e teatro. In: XAVIER, Ismail. **O cinema no século**. Rio de Janeiro, RJ: Imago Ed., 1996.

_____. **O olhar e a cena**. São Paulo, SP: Cosac & Naify, 2003. p. 7-129.

ZANI, Ricardo. **Cinema e narrativas: uma incursão em suas características clássicas e modernas**. Revista de Comunicação da Universidade de Caxias do Sul, v. 8, n.15, Jan-Jun/2009. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/118>>. Acesso em: 30 Jul. 2017.

COLABORAÇÃO E CRIATIVIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Adriana Clementino (Centro Universitário Senac-SP); adriana.cmosca@sp.senac.br*
Cláudia C.M. Souza (Centro Universitário Senac-SP); claudia.cmsouza@sp.senac.br
Silvia Cristina Hito (Centro Universitário Senac-SP); silvia.chito@sp.senac.br

Resumo: O presente artigo discute a criatividade e a colaboração trabalhada na pós-graduação a distância do Centro Universitário Senac, por meio do uso de estratégias relacionadas a metodologias ativas e dos recursos tecnológico-comunicacional fórum e webconferência. As estratégias relacionadas às metodologias ativas possibilitam o uso e o desenvolvimento da criatividade para responder a um desafio aplicável por meio de vivências de problemas reais que são discutidos entre os alunos e professores ou tutores do curso pelo uso dos recursos comunicacionais fórum e webconferência. O levantamento bibliográfico que se apresenta neste artigo é parte de pesquisa documental e descritiva, com base na abordagem qualitativa, que está em andamento. A pesquisa tem como objetivo principal verificar a percepção do aluno de ensino superior da modalidade Educação a Distância sobre a efetividade dos recursos fórum e webconferência na construção do conhecimento proposto pelo curso que ele realiza - a amostra definida é de três cursos de pós-graduação. Em todas as disciplinas dos cursos pesquisados há uma atividade avaliativa de produção (realizada de modo individual ou em grupo) em que é proposta uma situação-problema real a ser solucionada de forma criativa e que o aluno possivelmente enfrentará em sua profissão. Deste modo, busca-se averiguar qual é o grau de contribuição que esse tipo de estratégia pedagógica e os recursos comunicacionais utilizados têm na aquisição do conhecimento dos alunos.

Palavras-chave: Criatividade. Colaboração. Ensino superior. Educação a Distância.

Abstract: The present article discusses the creativity and the collaboration worked in the distance graduate of the University Center Senac through the use of strategies related to active methodologies and the technological-communicational resources, forum and webconference. Strategies related to active methodologies enable the use and development of creativity to respond to an applicable challenge through experiences of real problems that are discussed among the students and tutors of the course through the communicational resources Forum and webconference. The bibliographic survey presented

in this article is part of documental and descriptive research, based on the qualitative approach, which is underway. The main objective of the research is to verify the perception of the higher education student of the Distance Education modality on the effectiveness of the forum resources and webconference in the construction of the knowledge proposed by the course that he / she performs - the defined sample is of three postgraduate courses. In all the disciplines of the courses studied there is an evaluation activity of production (carried out individually or in groups) in which a real problem situation is proposed to be solved in a creative way and that the student will possibly face in his profession. In this way, it is sought to ascertain the degree of contribution that this type of pedagogical strategy and the communicational resources used have in the acquisition of students' knowledge.

Keywords: Creativity. Collaboration. Higher Education. Distance Education.

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico das últimas décadas impulsionou sobremaneira a comunicação entre pessoas geograficamente distantes. De assuntos corriqueiros do cotidiano a trocas de informações entre pesquisadores de universidades e centros de pesquisas espalhados pelo mundo, a comunicação estimulou a colaboração tanto na solução de problemas tradicionais como no fomento à criatividade no âmbito das inovações.

Segundo Pinto (2016), a fluidez de informação e a partilha de conhecimento e experiências fomentam o pensamento criativo. Deste modo, a autora afirma que a colaboração e a criatividade desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento e adaptação às constantes mudanças sociais globais, e os ambientes que estimulam e permitem essa simbiose entre criatividade e colaboração são necessários para que soluções criativas gerem resultados inovadores.

No que diz respeito à área da Educação, como reflexo desses avanços tecnológicos, o processo de ensino-aprendizagem também vem passando por alterações significativas nas últimas décadas, uma vez que a tecnologia tem transformado a relação do homem com o tempo e espaço e os meios digitais representam cada vez mais, novas possibilidades de educação (KENSKI, 2012).

Os cursos oferecidos na modalidade a distância são uma das respostas a essas novas possibilidades e, segundo Clementino, (2008), além das questões clássicas de facilidades com relação ao tempo e espaço, uma das principais vantagens que a educação a distância (EAD) *online* apresenta sobre as formas anteriores dessa modalidade, é a possibilidade de

interação e comunicação humana entre os participantes de um curso, oferecida por diferentes tecnologias já incorporadas à internet em parceria com propostas pedagógicas adequadas e que estimulam a colaboração entre os alunos..

O Centro Universitário Senac – SP caminhou ao encontro do que se apresenta no cenário educacional nos últimos anos e possui atualmente uma estrutura de ensino superior a distância composta por doze cursos de Graduação e trinta e um cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, totalizando, em 2017, cerca de 8.500 alunos. O modelo pedagógico vigente conta com recursos, como: os destinados à gestão do ambiente virtual, à apresentação de conteúdos, às atividades avaliativas e os tecnológicos-comunicacionais. No caso da pós-graduação, três cursos são foco da pesquisa em andamento que originou este artigo, intitulada “Recursos Tecnológicos na EAD como Facilitadores da Construção do Conhecimento: Uma análise da percepção dos alunos”.

Nesta pesquisa, o foco está na percepção dos alunos com relação ao uso dos recursos tecnológicos-comunicacionais fórum e webconferência como apoio às estratégias pedagógicas desenvolvidas que visam estimular a comunicação entre os grupos de alunos e, deste modo, promover a colaboração e criatividade nas turmas. Tal enfoque é consubstanciado pelo crédito das pesquisadoras quanto à importância da interação para o processo de ensino-aprendizagem.

Deste modo, busca-se averiguar qual é o grau de contribuição que esses recursos têm na aquisição do conhecimento dos alunos, e o estímulo à colaboração e criatividade para solução de problemas propostos. Assim, a pergunta que norteia a pesquisa é: Qual é a percepção do aluno de ensino superior da modalidade Educação a Distância do Centro Universitário Senac, sobre a efetividade dos recursos fórum e webconferência na construção do conhecimento?

Como objetivo geral foi definido: Verificar a percepção do aluno de ensino superior da modalidade Educação a Distância do Centro Universitário Senac, sobre a efetividade dos recursos fórum e webconferência na construção do conhecimento proposto pelo curso que ele realiza.

Para alcançar tal objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as características tecnológicas e o potencial pedagógico dos recursos fórum e webconferência;
- Avaliar como os recursos fórum e webconferência são utilizados por mediadores e alunos nos cursos de pós-graduação EAD a serem pesquisados, nas turmas que iniciaram os cursos no ano de 2016;
- Analisar a relação do perfil demográfico do aluno com o uso dos recursos pesquisados.

Todavia, como este artigo representa uma fração da referida pesquisa, aqui serão apresentados apenas uma parte do referencial teórico e das reflexões que mostram o grau de contribuição do fórum e da webconferência para os processos de colaboração e criatividade, que perfazem a atuação dos discentes no ambiente virtual de aprendizagem.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS QUE ESTIMULAM A COLABORAÇÃO E A CRIATIVIDADE

Um dos consensos atuais é de que a educação contemporânea deve formar alunos autônomos, capazes de autogerir sua vida e seu processo de formação para viver plenamente “no atual contexto social, no qual os meios de comunicação estão potencializados pelo avanço das tecnologias e pela percepção do mundo como uma rede de relações dinâmicas e em constante transformação” (ROSA JUNIOR, 2015, p.15).

No que diz respeito aos cursos EAD, a aprendizagem nessa modalidade não pode ser passiva (PALLOFF; PRATT, 2002), afinal, aprender é um processo ativo do qual tanto o professor quanto o aluno deve participar para que se tenha sucesso. A rede de interações formada pelos participantes de um curso a distância *online* privilegia o processo de aquisição do conhecimento que passa a ser criado colaborativamente. Em consonância com isto, os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) agregam recursos tecnológicos que viabilizam a proposta de situações de ensino e permitem potencializar o aprendizado com a possibilidade de integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos (textos, imagens, vídeos, sons etc.). Contudo, é preciso saber lidar pedagogicamente com tais recursos para que, de fato, façam diferença na construção do conhecimento dos alunos. Neste sentido, a metodologia empregada tem grande responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do processo educacional, em especial propostas elaboradas com base nas metodologias ativas que, por sua vez, estimulam a colaboração entre o grupo de alunos e a criatividade na solução de problemas propostos.

Amabile (1996), afirma que a criatividade resulta na produção de novas e proveitosas ideias ou nas ideias que poderão ser implementadas para responder adequadamente a novos desafios. Já De Bono (2005 *apud* PINTO, 2016), cita que a novidade não pode ser o único fator de avaliação de uma ideia criativa, pois esta deve estar relacionada ao aspecto lógico e a aplicabilidade.

Nos cursos de Pós-Graduação EAD do Senac, uma das atividades avaliativas (realizada de modo individual ou em grupo) é a proposta de uma situação-problema real a ser solucionada, que o aluno possivelmente enfrentará em sua profissão. Para o desenvolvimento da atividade, os recursos comunicacionais fórum e webconferência são

utilizados pelos mediadores (professores ou tutores) para esclarecer dúvidas e aprofundar o debate sobre os conceitos envolvidos.

Essa situação de ensino está em consonância com a metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), que é uma das metodologias ativas em destaque no ensino superior. Ela é teoricamente fundamentada em Bruner e Dewey, uma vez que Bruner parte do pressuposto de que a motivação impulsiona as pessoas para um melhor conhecimento do mundo, e Dewey pela aprendizagem autônoma que esse método proporciona. (FARIA, 2015)

Segundo Côrrea (2006 *apud* SOUZA, PIMENTA, 2014), para fazer uso de metodologias ativas na EAD, é necessário pensar sobre qual será o suporte organizador do ensino-aprendizagem, sobre a combinação mais adequada dos meios comunicativos, a proporção de cada um e sobre como será a mensagem didática aos estudantes. Todas essas questões relevantes ao impacto e resultado final a ser alcançado no curso.

Para Harasim, “esses espaços compartilhados podem se transformar em um local de experiências de aprendizagem cooperativa ricas e satisfatórias, em um processo coletivo e interativo de construção de conhecimento do qual os alunos participam ativamente, formulando ideias que suscitam reações e respostas dos outros colegas” (2005, p.20).

A partir de diferentes perspectivas apresentadas por todos os participantes do curso nos fóruns e nas webconferências, colaborativamente os alunos vão compreendendo melhor o que está sendo ensinado e como aplicar esses conhecimentos e práticas em suas vidas. Um dos papéis do professor nessa proposta é estimular os alunos a apresentar suas dúvidas, questionar as proposições dos textos, as do próprio professor e de todos os demais participantes. Ao fazê-lo, produzirão como resultado a construção de novos modos de conhecimento, novos significados e a possibilidade de solução de problemas. Quando os alunos se envolvem dessa maneira com o processo de aprendizagem, eles aprendem a aprender, adquirem a capacidade de analisar diferentes pontos de vista, pesquisar e pensar criticamente. Essa postura ativa e instigante de trabalhar com o conhecimento de maneira comunicativa e colaborativa, incentiva o processo criativo. (CLEMENTINO, 2010)

Segundo Amabile (1996), a criatividade envolve três componentes imprescindíveis para que o processo aconteça: a “motivação para a tarefa”, a “competência relevante no domínio” e os “processos criativos”. A fusão destes três componentes demonstra o nível de criatividade de cada pessoa. A motivação está relacionada com fatores intrínsecos e extrínsecos que influenciam a pessoa a ser criativa. A competência está ligada ao conhecimento da pessoa em determinada área ou domínio e que evidencia suas

capacidades criativas. E, por fim, os processos criativos relevantes têm relação com os traços de personalidade, ou seja, com a capacidade imaginativa para resolver problemas. De acordo com Palloff e Pratt,

o fato de apenas pedir aos alunos para responderem às questões de discussão e às mensagens de seus colegas é o suficiente para dar início ao processo de reflexão. Os alunos aprendem que um dos aspectos mais belos da aprendizagem *online* é que eles têm tempo para refletir sobre o material que estudam e sobre as ideias de seus colegas antes de escreverem suas próprias respostas. Estimular os alunos a escrever *off-line* é algo que também ajuda o processo reflexivo. (2002., p.33)

Batista e Gobara (2007) afirmam que a intencionalidade da construção de conhecimento deve ser o objetivo principal da utilização do fórum nos cursos EAD. Para que isso aconteça é fundamental que mediador e aluno tenham, cada um, a clareza do seu papel. Para o aluno, destacam-se a habilidade tecnológica como fator relevante e também a atitude de querer aprender de modo que construa conhecimento e não apenas espere respostas prontas. Para o mediador, as habilidades tecnológicas, pedagógicas e experiências anteriores na educação a distância são determinantes para o sucesso na condução da discussão.

Pedagogicamente o fórum serve muito bem a cursos que privilegiam a interação e colaboração entre os seus participantes, propiciando discussões, compartilhamento de ideias, questionamentos e apresentações de dúvidas. Em diversas culturas a discussão como meio para o crescimento de todos os que dela participam é fator comum.

Outro recurso comunicacional utilizado como apoio à atividade de solução de uma situação-problema é a webconferência. Uma ferramenta de comunicação em tempo real que permite aos alunos terem momentos de contato mais espontâneo e direto com o mediador. Diferentemente do fórum, as webconferências são voltadas para discussões menos profundas e mais ágeis, que podem se aproximar de um *brainstorming*.

De acordo com Pesce, Hessel e Bruno (s.d. *apud* OLIVEIRA, 2013), trata-se de um recurso que tem impacto significativo sobre os processos de aprendizagem, por ser uma ferramenta completa do ponto de vista da integração de imagem, voz, apresentação de slides, envio de arquivos e compartilhamento de telas. Dessa maneira, há inúmeras

possibilidades de uso, como a realização de reuniões; de discussões de trabalho; de aulas para se explicar um conteúdo; entre outras.

Nos cursos pesquisados, a webconferência é utilizada em vários momentos: com a coordenação de cursos; com os mediadores para esclarecer pontos das aulas que geraram dúvidas e como apoio ao desenvolvimento da atividade de situação-problema. Sendo este último foco da pesquisa por se tratar de mais um momento em que os alunos podem apresentar suas dúvidas, ideias e dificuldades em busca de ajuda.

Deste modo, com o uso desses dois recursos comunicacionais apoiando a realização da atividade proposta com base na metodologia ativa ABP, tenta-se garantir que a troca de experiências entre os alunos e professores ou tutores promova a elaboração de trabalhos criativos, de qualidade e que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à vida profissional dos alunos.

Tal modo de entender o processo de aprendizagem vai ao encontro do pensamento de Paulo Freire quando diz que “o exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca de perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser” (1996, p.88).

METODOLOGIA DE PESQUISA

Para atingir os objetivos do estudo, a pesquisa que está em andamento está sendo desenvolvida como bibliográfica, documental e descritiva com base na abordagem qualitativa. Bibliográfica para a revisão da literatura e construção do referencial teórico (que se apresenta em parte nesse artigo); documental porque se apoia nos documentos institucionais de definição da modalidade EAD do Senac para explicar o modelo pedagógico adotado; e descritiva, conforme o critério de classificação proposto por Gil (2002), pois terá momentos de observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos sem que haja influência do pesquisador sobre ele.

A coleta de dados será feita por meio de questionários estruturados fechados, sendo alguns deles preenchidos pelos coordenadores dos três cursos de pós-graduação EAD que participam da pesquisa e outros pelos alunos e mediadores desses cursos - cerca de 400 alunos e 10 mediadores. Os questionários preenchidos pelas coordenações têm como finalidade perceber se a metodologia de ensino adotada impacta no desempenho dos discentes e para tanto, terão como base as publicações nos fóruns e as gravações das webconferências para medir as participações no processo de interação.

Na análise dos dados coletados será aplicado o método de análise de conteúdo. Conforme Bardin (2011), essa técnica compreende as seguintes atividades: exploração inicial do

material coletado, incluindo organização e preparação da análise; leitura e codificação dos dados, com a identificação das unidades de registro; interpretação dos significados dos dados coletados e a descrição dos resultados. Tudo isto permeado pela abordagem qualitativa que, segundo Denzin e Lincoln (2006 *apud* AUGUSTO *et. al.*, 2013), envolve uma abordagem interpretativa do mundo. Isto significa que os “pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (*ibid*, p. 747-8). E como “a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles” (VIEIRA; ZOUAIN, 2005 *apud* AUGUSTO *et. al.*, 2013) ela é fundamental para que, de fato, o objetivo de verificar a percepção do aluno sobre a efetividade dos recursos fórum e webconferência na construção do conhecimento possa ser alcançado.

CONCLUSÃO

O presente artigo apresentou, por meio dos objetivos propostos e pela revisão bibliográfica, como as estratégias pedagógicas alinhadas a recursos comunicacionais e mediação adequados, em cursos de pós-graduação EAD, podem proporcionar a busca de soluções criativas, por meio de uma aprendizagem colaborativa, de qualidade, e que prepara profissional e pessoalmente o alunos.

Os achados teóricos indicam o quanto os recursos comunicacionais fórum e webconferência possibilitam o trabalho colaborativo por meio da troca de conhecimentos e experiências, e o uso de estratégias relacionadas às metodologias ativas possibilitam o desenvolvimento e uso da criatividade, pois colocam o aluno para responder desafios de aspecto lógico e aplicável.

Nesse contexto, as pesquisadoras pretendem avançar no estudo, utilizando a pesquisa documental, assim como a pesquisa descritiva para que, em um próximo artigo, sejam apresentados os resultados alcançados.

REFERÊNCIAS

AMABILE, T. M. **Componential Theory of Creativity**. Harvard Business School, 2012. Disponível em: <<http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/12-096.pdf>>. Acesso em: set-2017.

AUGUSTO, C. A. *et. al.*. *Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)*. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba-SP, v. 51, nr 4, p. 745-764,

Out/Dez 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007>.

Acesso em: mai-2017.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BATISTA, E. M.; GOBARA, S. T.. **O fórum on-line e a interação em um curso a distância**. IX Ciclo de Palestras sobre Novas Tecnologias na Educação. 2007. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo9/artigos/8cErlinda.pdf>>. Acesso em: abr-2017.

CLEMENTINO, A.. **Intercomunicação Didática: Um elemento da didática de cursos online colaborativos**. In: XV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2010, Belo Horizonte - MG. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas e práticas educacionais. Belo Horizonte, 2010. v. CD1.

_____. **Didática Intercomunicativa em Cursos Online Colaborativos**. 2008, 331f. Tese (doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12062008-131412/pt-br.php>>. Acesso em: set-2017.

FARIA, J. S. **Metodologia Ativa de Aprendizagem na Educação a Distância: notas sobre a formação do professor**. III Simpósio Internacional de Inovação em Educação 2015. Faculdade de Educação. Unicamp. Campinas, 2015 Disponível em: <<http://www.lantec.fe.unicamp.br/inova2015/images/trabalhos/artigos2/B3.pdf>> Acesso em: abr-2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HARASIM, Linda *et alli*. **Redes de aprendizagem: Um guia para ensino e aprendizagem on-line**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papyrus, ed. 9, 2012.

OLIVEIRA, D. S. *O Uso do vídeo em EAD: desafios no processo de ensino aprendizagem*. In: **Revista Cesuca Virtual: Conhecimento sem Fronteiras**. v.1 n.1, 2013. Disponível em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/cesucavirtual/article/view/422>>. Acesso em: maio-2017.

PALLOFF, R.; PRATT, K. **Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: Estratégias eficientes para a sala de aula on-line**. Tradução por Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PINTO, A. F. M. **A Colaboração para a Criatividade Organizacional: Projeto UAS30.** Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão da Inovação. Faculdade de Economia do Porto. Porto, 2016. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/87124/2/162484.pdf>>. Acesso em: set-2017.

ROSA JUNIOR, L. C. **Metodologias ativas de aprendizagem para a Educação a Distância: Uma análise didática para dinamizar sua aplicabilidade.** 2015, 100f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Inteligência e Design Digital). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, C; PIMENTA, D. **Videoconferência e Webconferência na EAD, Análise dos usos e perspectivas de aplicação.** XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/126390.pdf>>. Acesso em: abr-2017.

CONFLITOS ESCOLARES

Luiz Henrique Guerra, formando em Pedagogia; luiz_guerra12@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta e aponta assuntos que são ampla e diversamente discutidos por discentes e docentes corriqueiramente, de maneira baseada e citada na concepção de alguns estudiosos da área pedagógica, sendo estes Vygotsky, Paulo Freire e John Dewey. Além de pesquisas realizadas e citadas via livros e websites. Assuntos que visam o cotidiano escolar entre Escola, Professores e Alunos e que permeiam as Realidades e diferenças (aluno x professor), Cultura e Tecnologia (passado x atualidade), Utilidade Escolar (motivos de ir à escola) e Obrigação (prazo) x Engajamento (participação/atuação/aprendizado).

São levantadas questões que se apresentam de maneira negativa, como professores e alunos com pensamentos contrários, que é a causa de alguns dos muitos problemas atualmente que geram desde evasão escolar à agravantes índices de reprovação pela má qualidade do ensino e até fatores alarmantes como agressões entre as partes; a utilização de instrumentos teóricos e físicos (tecnológicos) por parte do professor para com seu aluno, com o objetivo da efetividade educacional do mesmo de acordo com as concepções teóricas; como a cultura afeta o ambiente escolar e como esse choque cultural pode prejudicar o acesso na relação do professor com o aluno e que esse fator pode causar no aluno, além do distanciamento, sentimentos de reprovação ao ambiente escolar, que por sua vez, não tornam do aluno um ser engajado à causa maior da Educação que é torná-lo um cidadão. E por fim, a extrema relevância da preparação, avaliação e atenção do professor para com seu aluno e para com sua profissão e o papel desta na sociedade.

Palavras-chave: Discentes; Docentes; Cultura; Tecnologia; Obrigação; Engajamento.

Abstract: This article presents and points out topics that are widely and diversely discussed by students and teachers in a manner based and quoted in the conception of some pedagogical scholars, such as Vygotsky, Paulo Freire and John Dewey. In addition to research conducted and quoted by books and websites. Subjects that aim at the daily school life between School, Teachers and Students and that permeate the Realities and differences (student vs. teacher), Culture and Technology (past vs. present time), School's

Utility (reasons to go to school) and Obligation (term) vs. Engagement (participation / performance / learning).

Questions that arise in a negative way, such as teachers and students with contrary thoughts, are raised, which is the cause of some of the many problems that currently result from school dropout to aggravated failure rates due to poor teaching quality and even alarming factors such as aggression between the parts; the use of theoretical and physical (technological) instruments by the teacher towards his student, with the objective of the educational effectiveness of the same according to the theoretical conceptions; how culture affects the school environment and how this cultural shock can impair access in the teacher's relationship with the student and that factor can cause in the student, besides distancing, feelings of disapproval to the school environment, which in turn, do not make of the student being involved in the greater cause of Education that is to make him a citizen. And finally, the extreme relevance of the teacher's preparation, evaluation and attention to his student and to his profession and its role in society.

Keywords: Students; Teachers; Culture; Technology; Obligation; Engagement.

Introdução: A escola é um ambiente de muitos sentimentos, sensações e memórias. As pessoas que passaram por uma escola carregam consigo diversas experiências, que mesmo por um breve período refletem no que são. As crianças que passarão e estão na fase da garatuja, já anseiam pela coleção de momentos e descobertas. As características da escola são únicas para cada pessoa e a intenção deste artigo é destacar pontos a serem melhor explorados e aprimorados, observando como andam a educação, a cultura e a tecnologia brasileira atual.

REALIDADES E DIFERENÇAS (ALUNO X PROFESSOR)

A discrepância e o descontentamento do jovem com a escola e a equipe escolar são constatações assombrosas e brutalmente reais nos tempos atuais. Padrões comportamentais, padrões de ensino, realidade velada e descrença na opinião do jovem cidadão, são aspectos levantados pelos alunos.

Pesquisas apontam que o jovem que se forma atualmente no Ensino Médio leva consigo afirmações de que a escola deveria prepará-lo melhor para o mercado de trabalho, explorando áreas do conhecimento que visem a tecnologia e as relações sociais. Com a clareza e a complexidade que a globalização moderna nos apresenta, tais ideais fazem bastante sentido.

Desde os anos iniciais, ao se deparar com o modelo ao qual as pessoas estão acostumadas por sala de aula, onde as carteiras são enfileiradas e o professor é o detentor exclusivo da palavra em quase todos os momentos, é natural que ao fim de um ciclo de mais de 10 anos de vivência escolar, um jovem cidadão chegue à conclusão de que por muitas vezes pode não ter sido estimulado por esse modelo educacional e que poderia ter absorvido maior conhecimento se fosse participante de maneira efetiva geográfica, tecnológica e cognitivamente no ambiente e espaço escolar.

O aluno sente-se moldado muitas vezes a um certo padrão no qual ele não faz parte. Sua leitura de mundo quando aluno, de maneira nenhuma se mostra branda quando lhe é apresentada as adversidades que as pessoas ao redor do mundo passam através de conhecimento adquirido e do dia a dia com seus colegas de escola. É sabido, historicamente, que jovens ao apresentarem seus pontos de vista e desejos, chocaram o mundo por seu modo de pensar.

Dylan Mahalingam, é um jovem americano que fundou aos 9 anos a Lil' MDGs, uma organização sem fins lucrativos que visa desenvolver e dar poder aos jovens. O objetivo da fundação é utilizar o poder das mídias sociais para incentivar os jovens a se envolverem na luta para alcançar os Objetivos do Milênio das Nações Unidas, tais como exemplo, o combate à pobreza.

Adora Svitak, aos seis anos ganhou um notebook de sua mãe e passou a escrever histórias. No total, foram mais de 300 pequenos textos que a criança acabou publicando no livro "Flying Fingers" (Dedos voadores) com o auxílio e incentivo de seus pais.

Desde então, a menina dá palestras em centenas de escolas – tanto para alunos como educadores – sobre a importância da literatura e da escrita. Em 2010, quando tinha 12 anos, deu uma palestra no TED Talks e foi aplaudida de pé. Segundo Adora: "Adultos precisam ouvir e aprender com as crianças, confiar e esperar mais de nós".

Malala Yousafzai, é outro exemplo de jovem ativista. A paquistanesa de então 11 anos, ao criar o blog "Diário de uma estudante paquistanesa", em 2009, tornou-se destaque em um país onde a educação é proibida para mulheres. Membros do Talibã tentaram atacá-la, alvejando-a até a morte com tiros, porém, ao sobreviver ao ataque, Malala se tornou ativista e representante de sua causa, ganhando reconhecimento mundial e recebendo o Prêmio Nobel da Paz, em 2014. Em seu discurso, Malala afirmou: "Este prêmio é para todas as crianças cujas vozes precisam ser escutadas".

Exemplos tão marcantes para a sociedade, servem para apresentar ao menos duas vertentes à sociedade. A de que não é necessária uma tragédia acontecer para se notar um erro, que os "alertas de atenção" estão pelo mundo e a de que as pessoas ligadas à

Educação devem dar atenção às suas bases, fundamentos e razões, que teoricamente em predominância dizem ser as crianças, futuros cidadãos.

Freire em Pedagogia da Autonomia, diz que: "O professor, ao desrespeitar a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, ao ironizar o aluno, minimizá-lo, mandar que "ele se ponha em seu lugar" ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, ao se eximir do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, ao se furtar do dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. É neste sentido que o professor autoritário afoga a liberdade do educando, amesquinhando o seu direito de ser curioso e inquieto. "

Deve estar claro ao papel que o professor deve desempenhar de modelo e estímulo ao conhecimento e ao saber e que isso independa das realidades e diferenças encontradas, sejam estas condizentes ao âmbito geográfico e/ou físico escolar, sociocultural, particular ou privado apresentado aluno. Toda manifestação de curiosidade, anseio e ativismo por exploração do desconhecido deve ser a razão propulsora rumo ao concreto do aprendizado. Deve, portanto, este professor, apropriar-se da noção e ciência de culturas e realidades diversificadas para melhor preparo e oferta ao seu aluno.

CULTURA E TECNOLOGIA (PASSADO X ATUALIDADE)

Cultura e tecnologia são temas efervescentes ao longo da história da humanidade. Vivenciamos uma época onde a presença ativa tecnológica das pessoas nunca antes pôde ser constatada de maneira tão abrangente.

Cultura e tecnologia são temas que pairam no ar de um ambiente escolar. Estar inserido em um ambiente onde se encontram ou frequentam crianças e adolescentes, é estar diante de novas tendências culturais e tecnológicas. Encontram-se nas escolas, de fato, caminhos e pontos essenciais para uma relação mais próxima, fiel e efetiva entre aluno e professor.

Não é atrativo às faixas etárias dos alunos interagir com pessoas tão distintas deles de maneira ideológica e cultural. Isso pode ser facilmente constatado na prática, quando um professor com perfil estritamente tradicional está diante de uma sala de aula com 30 alunos do Ensino Médio. Tal comportamento justifica-se naturalmente quando um indivíduo procura se relacionar com seus pares de acordo com interesses, tal qual, cabe o conceito de nicho cultural.

Destacando dados de tendências culturais e tecnológicas entre 2016 e 2017, no Brasil, percebe-se uma tendência musical predominante nos estilos Sertanejo, Funk e Pop.

Nota-se que 63% dos internautas brasileiros leem livros online, o uso de smartphones concentram a faixa etária de jovens entre 16 e 24 anos, enquanto 82% das crianças entre 9 e 17 anos já fazem o uso dos mesmos para acessar a internet. Há cerca de 69% dos internautas brasileiros que jogam games eletrônicos. O crescimento gradativo do uso de plataformas de streaming por jovens e adolescentes também se mostra cada vez mais presente atualmente.

A gama de possibilidades que podem ser encontradas a partir dos interesses atuais das crianças e jovens que frequentam a escola podem dar uma base incrível como ponto de partida para ensinamentos e aprendizados, pois os recursos externos que já são utilizados por eles, podem ser de grande valia em vários aspectos. O uso do conhecimento prévio dos alunos traz, certamente, uma aproximação ao ambiente escolar com o envolvimento direto do professor como participante e mediador.

Tendo ciência da abrangência destes aspectos, vale ressaltar e implementar o conceito da Zona de Desenvolvimento Proximal, de Vygotsky: " É na ZDP que a interferência de outros indivíduos é mais transformadora. Só se beneficiaria do auxílio em uma tarefa a criança que ainda não aprendeu bem a fazê-la, mas já desencadeou o processo de desenvolvimento dessa habilidade. "

O professor através de conhecimento, observações e planejamentos, pode ser atuante ativo no desenvolvimento da área que deseja trabalhar em seu aluno, sendo ele participante e/ou articulador de ações, assim como, os demais alunos de uma sala de aula, por exemplo. Como detentor de maior experiência e sabendo de seu papel como mediador, o educador deve unir características positivas do passado que possam acrescentar em um conteúdo atual de base sólida para conhecimento histórico-cultural do seu aluno.

UTILIDADE ESCOLAR (MOTIVOS DE IR À ESCOLA)

Todo jovem no meio de sua vida acadêmica em algum momento se questiona sobre o porquê de frequentar a escola ou, por exemplo, sobre o porquê de aprender a fórmula de Bhaskara, quando na verdade ele se interessa pelo total oposto daquilo. A tecnologia e o alcance que ela proporciona às pessoas atualmente, fazem esses e mais questionamentos ganharem força. No âmbito educacional, pessoas já começam a questionar sobre uma educação fundamental à distância.

Um dos princípios básicos para um professor é despertar em seu aluno a curiosidade, seja qual for a faixa etária que ele encontre. A medida em que os alunos vão crescendo, cabe a implementação da reflexão por parte do professor para o aluno.

A fundamentalização da ideia de que o aluno precisa ter conhecimento histórico do mundo é algo que a educação deve primar pelo fato de que o processo evolutivo passa por todas as culturas, sociedades e pessoas. De uma maneira ou de outra, as pessoas questionam-se sobre o porquê de alguma coisa e a raiz da questão não se encontra no presente. O passado é subsídio do presente, assim como os anos iniciais da educação são o subsídio da vida de um cidadão. É nesse período que ele adquire noção do funcionamento da vida em sociedade através dos meandros da história.

O educador deve ter compreensão sobre isso, pois ele deve apresentar ao seu aluno a abrangência do mundo em sociedade. No texto: "Existe relação entre Educação e montanha russa?", Lupercio Rizzo comenta: "Nosso papel como professor começa na concepção da aula, na forma como pensamos ser possível compartilhar conhecimento de forma que os alunos possam dar significado ao que aprendem. Que sejam protagonistas e não meros espectadores.". Quando o aluno compreende que a fórmula de Bhaskara está presente no cotidiano dele, muito mais do que ele pensaria e sendo assim, de forma abstrata, porém fundamental, é que o uso da curiosidade e reflexão que ele pôde ter o primeiro contato dentro da escola, vão fazer sentido e ser úteis a ele.

A escola é o local de primeiro contato em muitos aspectos. Ela oferece ao aluno ciência de conceitos e práticas fundamentais ao ser humano e suas relações. A conexão entre a escola, a comunidade que a cerca e as pessoas que lá vivem, tem alta relevância por estes motivos. Se o aluno conseguir sentir e presenciar que a escola acolhe a comunidade como um todo e que dentro de seu espaço físico é desenvolvido um trabalho especial e diferenciado, ele definitivamente vai encarar aquele espaço de forma especial, respeitosa e de maneira diferenciada também. É necessário que seja imprescindível ao aluno recém-chegado e recém-formado a importância de passar por esse período e por esse local. O ambiente escolar, apesar de todas as críticas, é lembrado com grande saudosismo justamente pelas relações e aprendizados fundamentais que as pessoas vivenciam.

O que deve ser valorizado, em suma, são as ações que envolvam os alunos e que promovam o famoso espírito escolar. Há ações e projetos pedagógicos em todas as escolas que podem colocar isso em prática, mas que nem sempre os fazem pelo fato de isso demandar trabalho árduo e comprometimento. As diferentes visões entre escola tradicional e escola nova, podem ser um fator determinante nesta problemática que os próximos anos podem definir como mudança ou permanência atitudinal.

OBRIGAÇÃO	(PRAZO)	X	ENGAJAMENTO
(PARTICIPAÇÃO/ATUAÇÃO/APRENDIZADO)			

Não é raro ver jovens encararem a ida e volta diária, semanal, semestral e anual da escola como um fardo. Quando crianças, nota-se entusiasmo, ansiedade e alegria pelo dia seguinte com seus colegas e professores, já depois de adaptados à rotina escolar. Tal comportamento se justifica no descobrimento do desconhecido, na busca e alcance do desenvolvimento e suas interrelações e constatações intrapessoais.

A medida em que a criança vai crescendo e a amplitude do mundo e das pessoas vai se apresentando a ela, pode ser que no caminho, o papel da educação se perca num sentido acadêmico focado em um sistema pré-estabelecido, onde quando criança se valorizavam aspectos de desenvolvimento do lúdico ao cognitivo através de manifestações individuais ou em grupo. Agora, o jovem em processo de maturidade, nota em diversos momentos as realizações de tarefas indesejadas e não prazerosas, onde ele tem de ir em direção ao conhecimento sem ser participante do processo ou da finalidade do mesmo.

Disciplinas e matérias em que o professor não busca valer-se de estratégias e meios práticos são as que causam descontentamento, frustração e conseqüentemente, desinteresse nos alunos. Baseando-se na mesma pesquisa de escola ideal para os jovens alunos, um dos pontos mais destacados é a falta de interação do aluno acerca do tema. Sabe-se que em muitas ocasiões, além da falta de interesse, também há a falta de conhecimento por parte do aluno. Cabe então, ao professor planejar de maneira atenta suas aulas, analisando as características do grupo e de cada indivíduo em si. Afinal, cada turma tem seu perfil.

A problemática do desinteresse não está na busca pelo conhecimento, muito pelo contrário, pois o período escolar de uma pessoa também é o período onde ela demonstra mais curiosidade natural pelas coisas. O jovem pesquisa o que lhe é interessante e além disso, sente realização em compartilhar o que foi adquirido. As características das mídias sociais mais acessadas atualmente possuem ferramentas que comprovam isso.

John Dewey, em sua linha de pensamento conceitua a educação através de meios e fins. Sendo os meios as experiências, de acordo com seus tipos, encontramos as “experiências refletidas”, que se traduzem na modificação do pensamento quando se leva em conta o antes e o depois.

É algo corriqueiro no ambiente escolar, notar que o aluno tem o conhecimento superficial sobre um determinado assunto abordado e que de alguma maneira este conhecimento se aprofunda através da mediação do professor pelo processo de ensino-aprendizagem ou até mesmo, pela relação com seus colegas.

"Educação é o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras". (J. Dewey)

Dewey acredita que o professor não deve apresentar suas próprias experiências e simplesmente ignorar os saberes dos alunos, mas sim, dar voz a eles para que encontrem o caminho do saber. O professor, nesse processo, é mediador das intencionalidades e objetivos educacionais.

A ideia de engajamento, visando esse processo, torna-se acessível. Tendo em vista que o aluno apresenta conhecimentos prévios, ideias e opiniões, ele se sente parte ativa do ambiente escolar. Questões secundárias como prazos de entrega e o sentimento de sentir-se obrigado a ter de comparecer e fazer, se enfraquecem quando a criança e/ou o jovem consegue perceber que está desempenhando um papel que em sua concepção é relevante para ele e para seus pares. Acabam-se desenvolvendo características de proatividade, autonomia, trabalho coletivo, reflexão etc. A concepção de engajamento ocorrerá, portanto, através da participação, a partir do momento em que o aluno entende que sua individualidade é fundamental para a coletividade do processo de conhecimento ou realização da tarefa e que suas experiências, reflexões e opiniões, contribuam para isso. A realização de um processo de engajamento se encontra na assiduidade e efetividade dos processos educacionais.

CONCLUSÃO

Com base nos textos teóricos estudados, nas diversas notícias e artigos verificados, na vivência, na escolha do tema e experiência adquirida em sala de aula e observação da prática educacional de diversos profissionais, concluo que as discussões e os conflitos escolares foram a força motriz para que eu pudesse refletir e ter ponto de partida neste artigo.

A realidade brasileira como um todo, atravessa momentos conturbados e adversos para diversas áreas. A educação, como pilar de sustentação de uma sociedade deve manter-se sólida e resistir aos maus tempos. Não vejo solidez, e sim rachaduras. Onde deveria haver respeito, atenção, crescimento e aprendizado, há descaso, desrespeito, falta de conhecimento e de norte.

A tecnologia que provem de benefícios inúmeros, também traz à tona seus malefícios. Cultura e entretenimento têm conceitos deturcados pelo senso comum das pessoas e isso afeta diretamente a população das crianças e jovens do Brasil. O desemprego é a realidade de milhões de pessoas. A corrupção torna-se cada vez mais

diária e banal nas manchetes jornalísticas. Os cidadãos que deveriam ser exemplos para a sociedade se mostram corruptos e os que não se mostram desta maneira, não recebem o devido respeito e honra, como exemplo, os professores.

Aos presentes e futuros profissionais da educação resta o dever e o desafio da utilização das positivities da cultura e da tecnologia a favor dos indivíduos que passarem pela escola. Os bons exemplos de funcionamento ao redor do mundo devem ser propagados e promovidos nos ambientes escolares através de estratégias e projetos.

O âmbito educacional mundial detém de virtuosos estudiosos e pensadores que servem de modelo para a educação das próximas gerações. Enquanto o acesso à cultura e à informação se apresentar cada vez mais amplo e expansivo, o professor deve aproveitar-se disso planejando, articulando e diversificando cada vez mais a sua prática. A aula nunca se restringiu à sala de aula e não se restringirá agora. A mediação do professor deve se tornar cada vez mais presente de maneira interativa através de instrumentos. Os objetivos das práticas educacionais devem então, serem focalizados na união da história com a cultura e tecnologia do presente, quiçá, do futuro.

Concluo enfatizando que a atenção é o centro de todas as coisas para o professor de hoje. O olhar atento acerca das necessidades e possibilidades do aluno é o diferencial que pode transformar as ações e atitudes da Educação como um todo, partindo do indivíduo para a sociedade como nas práticas em aula.

REFERÊNCIAS

Acesso das crianças e adolescentes à Internet

Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/07/celular-e-usado-por-82-das-criancas-e-adolescentes-para-acessar-internet>, Acesso em: Ago.2017.

TEIXEIRA, Anísio. Esboço da teoria da educação de John Dewey Aprendizado e Desenvolvimento: um processo sócio-histórico

OLIVEIRA, Marta K. de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento; um processo sócio-histórico*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

Crianças que fizeram a diferença. Disponível em: <http://g1.globo.com/dia-das-criancas/2013/noticia/2013/10/veja-lista-de-criancas-que-fizeram-diferenca-no-mundo.html>. Acesso em: Ago.2017.

Escola que os jovens querem. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2016/10/03/1144229/pesquisa-mostra-escola-jovens-querem.html>. Acesso em: Set.2017.

Existe Relação Entre Educação e Montanha Russa?

Disponível em: <http://www.luperciorizzo.com.br/existe-relacao-entre-educacao-e-montanha-russa/>. Acesso em: Set.2017.

Internautas que leem livros online

Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/63-dos-internautas-brasileiros-leem-livros-online/>. Acesso em: Ago.2017.

O que incomoda os internautas

Disponível em: <http://conectaibrasil.com.br/noticias/o-que-mais-incomoda-ou-irrita-os-internautas>. Acesso em: Ago.2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

Serviços de Streaming

Disponível em: http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2015/06/30/interna_diversao_arte,488352/novos-servicos-de-streaming-chegam-e-reforcam-crescimento-da-plataforma.shtml. Acesso em: Ago.2017.

Sete crianças que mudaram o mundo. Disponível em: <http://www.96fmbauru.com.br/noticias/cultura/2014/10/sete-criancas-que-mudaram-o-mundo.html>. Acesso em: Ago.2017.

Tendências Musicais

Disponível em: <http://www.ecad.org.br/pt/eu-faco-musica/Ranking/SitePages/rankingFiltro.aspx?cId=40&rId=1013>

Acesso em: Ago.2017.

O PERFIL DO EDUCADOR CONTEMPORÂNEO DESAFIOS DA PROFISSÃO TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Consuela Maria dos Santos Fidelis, Consuelafidelis@gmail.com.br

Resumo:

O referido trabalho tem por finalidade refletir as distintas pertinências do educador no atual cenário da educação, com as constantes transformações ocorridas no cenário educacional o perfil do professor deve ser cada vez mais dinâmico, flexível, tecnológico e atualizado, além também de um importante facilitador no processo de ensino aprendizagem através de um bom planejamento. Este trabalho foi desenvolvido por meio de um estudo do papel do educador a respeito das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e as radicais mudanças que essas têm provocado na educação através do acesso às informações e as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, compreendendo a relação entre educação e tecnologias e a sua forma organizar o ensino por meio de ferramentas como Tv's, computadores, projetores e outras formas de tecnologias que facilitam a abordagem do professor na sala de aula, auxiliando na compreensão dos alunos oferecendo informações realistas em do que está sendo ensinado no processo educacional, tendo informações mais objetivas que contribuem a favor do aluno e no desafio de aprender. Diante desse contexto pode-se afirmar que a educação é um processo contínuo e que a função da escola é proporcionar aos alunos a formação e a conquista de habilidades, atitudes e valores, e perante essa nova Sociedade cada vez mais informada, cabe a escola incorporar ações voltadas para a tecnologia, já o educador tem o papel de ser a ponte que media a relação do aluno com o conhecimento, através de técnicas inovadoras, que incentivem os alunos a aprender e buscar conhecimentos que lhes sejam úteis e interessantes.

Palavras-chave: Tecnologia; Formação dos docentes; Desafios da educação.

Abstract:

The purpose of this study is to reflect the different pertinence of the educator in the current educational scenario, with the constant transformations in the educational scenario, the profile of the teacher should be more dynamic, flexible, technological and updated, as well as an important facilitator in process of teaching learning through good planning. This work was developed through a study of the role of the educator regarding ICTs and the radical

changes they have brought about in education through access to information and social, economic, political and cultural transformations, understanding the relationship between education and technology and its way to organize teaching through tools such as TVs, computers, projectors and other forms of technology that facilitate the approach of the teacher in the classroom, helping the students to understand by offering realistic information in the which is being taught in the educational process, having more objective information that contributes to the student's favor and the challenge of learning. Given this context, it can be affirmed that education is a continuous process and that the function of the school is to provide students with the training and achievement of skills, attitudes and values, and before this new society is increasingly informed, it is up to the school to incorporate actions aimed at technology, the educator has the role of being the bridge that mediates the student's relationship with knowledge through innovative techniques that encourage students to learn and seek knowledge that is useful and interesting.

Keywords: Technology; Teacher training; Challenges of education.

INTRODUÇÃO

O professor tem um papel fundamental na formação do educando como um ser crítico e transformador de sua realidade, o objetivo desse trabalho é realizar um reflexão sobre a identidade profissional docente e a sua prática educacional contribuindo para a transformação da sociedade contemporânea por meio da formação dos seus alunos.

Os profissionais docentes precisam estar cada vez mais capacitados para acompanhar os avanços tecnológicos das atuais gerações, trabalhando com responsabilidade e comprometimento para que o conhecimento seja alcançado pelos seus alunos. Em tempos de uma sociedade que tem busca insaciável pelo conhecimento, a tecnologia jamais não pode ser rejeitada, pois proporciona novas formas de organização de trabalho, necessária em qualquer área de conhecimento.

Por meio das chamadas Tic's professor como mediador pode desenvolver inúmeras atividades didático-pedagógicas que contribuem para aprendizagem, respaldo pelos avanços tecnológicos, estabelecendo relações de troca de conhecimento e confiança.

A educação tem por finalidade o desenvolvimento integral do aluno em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, o professor deve ter objetivo de conhecer o contexto de cada aluno, sua necessidades e dificuldades sabendo despertar a curiosidade de seus alunos.

O educador deve organiza sua prática em função da aprendizagem aplicando o ensino de forma organizada, para isso tem que estar sempre em formação contínua, somente dessa forma haverá profissionais de qualidade que atendam às necessidades atuais da educação, como a implementação de programas, projetos pedagógicos e currículo, sendo também responsável pela formação das futuras gerações de profissionais docentes ou de outras áreas.

O professor tem que ser criativo e inovador estabelecendo relações saudáveis no ambiente escolar, pois ser docente é acreditar na educação e no melhor para as futuras gerações, desenvolvendo nos educandos inteligências para que se tornem pessoas mais humanas e independentes. A sua atualização e formação constante é essencial na sua pratica de ensino, estando aberto a ensinar e aprender, e preparado para interagir e dialogar fora da escola, aguçar a criatividade dos seus alunos criando um ambiente de colaboração e comprometimento, para isso o professor deve ser sempre um pesquisado ativo, aprimorando suas técnicas de ensino de acordo com as mudanças e melhorias da educação. A metodologia realizada nesse trabalho teve fundamentos unicamente teóricas, por meios de trabalhos e pesquisas realizadas por diferentes autores, que comprovaram a importância das Tic's no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

O perfil do educador contemporâneo
Desafio da profissão

Esse trabalho tem por finalidade fazer uma reflexão sobre a identidade profissional docente quanto a sua prática educacional e formação na contribuição para a transformação de uma sociedade contemporânea com objetivos de formar educandos, cidadãos críticos e transformadores de sua realidade. Faremos uma breve contextualização da formação dos docentes e desafios da educação contemporânea ressaltando que profissionais docentes precisamos formar diante dos avanços tecnológicos e das gerações da atualidade.

O professor dos dias atuais é aquele que cria e recria situações de aprendizagem, tem como objetivo o desenvolvimento pessoal, pois a educação é desenvolver pessoas. Pode-se de dizer que os docentes têm um grande desafio, que é lidar com os discentes que cada vez mais chegam com informações, porém os mesmos não sabem o que fazer com essas informações, cabe ao educador, ter a responsabilidade e comprometimento para que o conhecimento seja significativo. Segundo Mercado (2002, p.11) em virtude de uma

sociedade cada vez mais tecnológica é necessário incluir nos currículos escolares habilidades e competências para fazer o uso de novas tecnologias. Em tempos de uma sociedade de conhecimento a tecnologia não pode ser descartada. As novas tecnologias e o aumento exponencial da informação levam a uma nova organização de trabalho, em que se faz necessário: a imprescindível especialização dos saberes; a colaboração transdisciplinar e interdisciplinar; o fácil acesso à informação e a consideração do conhecimento como um valor precioso, de utilidade na vida econômica. O papel do professor será diferente diante às novas tecnologias pois podem ser desenvolvidas inúmeras atividades didático-pedagógicas no qual contribui para ambientes de aprendizagem focados na atividade dos alunos, desenvolvendo colaboração, autonomia e interação social nos alunos.

O professor é o mediador, pois é aquele que orienta os educandos quanto as informações como elas devem ser colhidas, tratá-las e utilizadas (PAULO, 1998). O profissional da educação precisa ser um instigador, pesquisador e ter uma formação atualizada, que possa lidar respaldo no acompanhamento dos avanços tecnológicos, para que de fato ele possa ensinar criticamente, podendo fazer uma reflexão e ter um olhar de fato criterioso não só o que ensinar, mas como se ensina. Entende-se que o aluno é alguém que precisa ser conhecido no seu universo cultural e cognitivo, ou seja, deve ser enxergado além, do mesmo modo tem que ser considerado todas as formas de avaliação com um processo formativo. O pedagogo deve trabalhar com a compreensão humana tem que ser o exemplo, pois é alguém que desenvolve competências e forma profissionais (FREIRE, 2011).

Segundo Morin:

O ser humano é um só tempo físico, biológico, psíquico cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas tendo se impossível aprender o que significa ser humano. É preciso restaurar de modo que cada um onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos (2000, p.15).

O educador precisa estabelecer uma relação de troca, buscar uma sintonia e relação de confiança com os educandos, só assim alcançara o bem-estar coletivo, prioridade da educação a formação sociedade mais humanizada. A educação tem por finalidade formar

peças melhores, o professor deve ter esse objetivo constante, intercedendo intencionalmente, para que seus alunos saiam sendo pessoas melhores que antes.

A educação superior no Brasil foi marcada por vários problemas, como a formação precária dos professores, desprestígio profissional e má remuneração salarial, no processo seletivo das faculdades e universidades não eram avaliados em sua formação pedagógica sua titulação e experiência profissionais era suficiente, então os educandos não eram contemplados de forma pedagógica, também nem todos tinham acesso a faculdade que destinava-se a transmissão de conhecimentos e formação de uma minoria privilegiada. Não se tinha um processo de avaliação formativa, pois era considerado o bom aluno aquele que conseguia reproduzir de forma precisa os conhecimentos que o educador passava, então o professor não era contestado na sua prática de ensino (reproduziu igual a ele, bastava).

Não importa se é um professor de educação infantil, ensino médio, qualquer um deles sabe que é preciso conhecer o contexto de cada aluno, sua necessidade e seu repertório de vida, sabe que é preciso despir das suas crenças e se libertar de qualquer choque seja cultural, geracional ou social, para conseguir aprender o processo de aprendizagem e assim compartilhar seus conhecimentos. Despir-se de suas crenças também envolve lidar de forma natural com as dificuldades dos alunos sabendo que é essencial despertar a curiosidade, permitir que duvidem, que critiquem, que questione para que se tornem sujeitos autônomos.

O educador organiza sua prática em função da aprendizagem sendo conhecedor, observador que parte da realidade, aplicando o ensino de forma organizada, pois ele sabe o que, para que, para quem, que conteúdos e objetivos devem ser alcançados, pois tem objetivo de fazer com que seus educandos sejam transformadores de sua realidade. É então que se percebe que o professor deve estar sempre em formação contínua, pois só assim teremos um profissional de qualidade que atenda às necessidades atuais (alunos tecnológicos com informações cada vez mais atualizadas), a formação contínua vai ser uma ferramenta de professores mais capacitados e criativos.

Nas últimas décadas vem se falando nas mudanças na formação dos profissionais da educação e de uma necessidade de implementação de programas, projetos pedagógicos e currículo. Podemos dizer que os problemas atuais relacionados com o processo ensino e aprendizagem, são de raízes históricas de profissionalização de curso de pós-graduação, pois resultam em profissionais despreparados psicologicamente e técnico científicos que não coincide com o padrão estabelecido pela sociedade.

Compreendemos que um ambiente de aprendizagem bem estruturado pode colaborar com a instrução dos docentes, mas aqui a realidade é resultante de profissionais não qualificados, um dos motivos é a ampla necessidade dos mesmos que atuem nessa área e por benefícios econômicos. Não há uma formação exclusiva para professor universitário, este vai ter que buscar no seu cotidiano cursos para sua qualificação não só melhorar seu currículo, mas também a contemplação de sua prática pedagógica de modo que ambos sejam favorecidos na construção de cidadania e resoluções das questões sociais o professor estabelece vínculos com seus alunos e também é responsável pela formação das futuras gerações de profissionais docentes ou outras.

O educador não deve ter apenas a preocupação de ensinar os conteúdos, sua função vai além dos conteúdos, e sim a formação de um sujeito que pensa e que esse pensar seja certo.

De acordo com Freire:

É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem decência as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém (2011, p.25).

Uma das formas significantes de aprendizagem é conhecer o contexto dos alunos, respeitar cada um na sua individualidade, compreender que cada um tem seu tempo e respeitar a realidade na qual se encontra, considerando que o educando já traz um certo conhecimento, ou seja, descendo comum e que deve ser respeitado e procurar integrar os saberes com o ensino dos conteúdos.

O aluno deve ser levado a assumir-se como produtor de sua inteligência, não esperar que seja transferido o tempo todo pelo seu mestre. Escutar o aluno, trabalhar com o erro, contar com os imprevistos faz parte do processo de ensino e aprendizagem da relação que ambas as partes estabelecem.

De acordo com Morin:

A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano (2000, p. 47)

A educação está centrada especificamente na condição humana, reconhecendo a diversidade cultural, levando em conta que o indivíduo traz consigo bagagens a serem exploradas. São seres históricos políticos e culturais, situados numa posição no mundo, só assim entenderemos que a diversidade dos indivíduos e culturas são importantes no nosso mundo de cidadãos pertencentes ao mesmo. O educador tem como objetivo a leitura e releitura do seu grupo de modo que tenha compreensão do contexto, pois quanto mais se tem noção da realidade pensando na comunidade inserida nas suas condições de sujeito cidadão transformador de conhecimentos, de fato irá ter autonomia de pensar cada vez mais criticamente tendo apropriação de suas próprias ideias, deixando a condição de ser aluno, assumindo-se como professor, pois com o tempo reflete não só mais apenas com a ideias do seu mestre, apropria-se de suas próprias ideias.

Os profissionais da educação do futuro estão competindo cada vez mais com a tecnologia, para poder resgatar o aluno, não que a tecnologia seja algo ruim, pelo contrário é algo que ajuda muito, o professor tem que ser criativo e inovador sendo alguém estingado, para que seu aluno seja um pesquisador que amplie seus conhecimentos fazendo o uso dessa tecnologia de forma adequada. Muitos são os desafios dos docentes, pois estes precisam estar sempre procurando atualizar-se, pois cada vez mais vamos encontrar com alunos que fazem o uso de tecnologia com precisão e aqueles que precisam ser orientados de como usar para agregar conhecimentos e não apenas para reproduzir consumismo, atos de violência, racismo ou coisas que não agrega nada de bom como seres humanos.

O docente precisa estabelecer relações saudáveis não só no ambiente escolar, mas em todas as instâncias da sociedade, o educador nada mais é do que um exemplo a ser seguido, deve colaborar para que educandos e futuros docentes estabeleçam relações de troca, respeito, que cada vez mais os trabalhos em grupos sejam produtivos, precisamos de pessoas que saibam trabalhar juntas, aprender a ouvir, dividir, compartilhar ideias. Ser docente é antes de tudo acreditar que é na educação e pela educação que vamos construir

um mundo melhor para as futuras gerações, mesmo que seja um trabalho difícil, quase um sonho, é acreditar em pessoas, procurara através de sua formação contínua sua prática pedagógica de seus conhecimentos teóricos e científicos, dar a luz do conhecimento, curiosidade, desenvolver inteligências nos educandos para que se tornem pessoas mais humanas e que sejam felizes nas suas escolhas independentes do que querem ser, que sejam os melhores e façam com amor e dedicação, sempre pensando que não sei tudo, posso aprender mais, ou seja, humilde tanto para aprender quanto para reconhecer. De acordo com Kenski (2012, p. 57) essencial a busca de atualização profissional, só assim melhora suas metodologias de ensino e competências profissionais, ou seja, sempre em busca de aprendizagens. Uma das formas de busca de aprendizagem são os cursos oferecidos pelos sistemas educacionais. O professor precisa entender que sal ação competente faz com que não seja substituído por máquinas. Ao professor entende-se que precisa ser oferecido uma melhoria significativa na sua formação, procurando se ter uma grande reorganização do sistema educacional, valorização dos docentes e atendimento do surgimento de novas exigências sociais. O constante aperfeiçoamento e atualização da pratica do docente é essencial para que ele possa utilizar de forma adequada no ensino todas as mídias e reflita que só isso não é suficiente.

O professor tem a ação de ensinar, o aluno precisa estar aberto a aprender, procurara estabelecer uma relação de diálogo com os alunos, buscando saber o conhecimento que os discentes tem de tecnologia e procurar de forma pedagógica dar sentido as atividades que contemplem o que os alunos precisam e podem ampliar seus conhecimentos, é uma forma inovadora de produção de saberes, também é preciso pensar que não só computadores, internet, mas utilizar de vários suporte midiáticos como radio, vídeo, televisão e etc.

O docente necessita estar preparado para interagir e dialogar fora da escola, então faz-se preciso o conhecimento básico de inglês e espanhol, e os alunos também tem que ter participação e contato com outras realidades, procurar ter articulações que se tenha oportunidades de conhecimento e aprendizagem que são outras escolas, empresas, centros culturais que poção apresentar possibilidades de trocas educacionais existentes no mundo.

O professor sendo um sujeito critico pode aguçar a criatividade estabelecendo uma relação de respeito e dialogo com seus alunos entendendo sua diversidade, respeitando o tempo de cada um, para que os próprios alunos desenvolvam o respeito as diferenças, passam aprender a filtrar as informações postas nas mídias, utilizar de diversos tipos de racionalidade.

Kenski ressalta que:

Antes de tudo, é preciso que o professor encare a si mesmo e seus alunos como uma "equipe de trabalho", com desafios novos e diferenciados a vencer e com responsabilidades individuais e coletivas a cumprir. Nesses espaços o respeito mútuo, a colaboração e o "espírito interno de grupo" são as chaves que vão garantir, no espaço cotidiano das interlocuções entre professores e alunos, as qualificações para se colocar em um mundo em um mundo em rede (2012, p. 89)

É ideal que o professor crie um ambiente de colaboração e comprometido para consolidar esse espaço em que as pessoas estabeleçam uma relação social de troca, companheirismo, pois está cada vez mais difíceis trabalhos em equipe, e nos dias atuais isso é essencial para que aja ampliação do espaço profissional em um mundo de rede e os professores precisam de outras qualificações. Essa qualificação trata-se de projetos de educação permanentes oferecidos no qual o professor através das redes te oportunidades educacionais, pois aceitam desafios e estão abertos a novas funções. Podemos dizer que o professor é um pesquisado permanente, que está sempre se aprimorando diante da realidade procurando possíveis mudanças e melhorias no seu desempenho não deixando de refletir sobre a valorização de suas competências, tendo em vista as melhorias de condições de trabalho, ou seja, possibilidades de atualização profissional (KENSKI, 2012).

Tecnologias na educação

Tecnologias tem cada vez mais ganhado espaço na educação, pois exercem um papel importante na forma de nos comunicarmos, aprendermos e vivermos. Os Professores têm se utilizado dessa ferramenta como recurso para ensinar aos seus alunos e atender aos interesses de aprendizagem. Os avanços tecnológicos têm possibilitado trocas de dados e informação desenvolvendo tecnologia para adaptar e atender as nossas necessidades.

Essa evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) permite que a maioria da população tenha acesso à informação, o que traz mudanças profundas em várias áreas do saber, principalmente no campo acadêmico, onde são discutidos e construídos conhecimento. (LOBO, 2015, p. 17).

A UNESCO acredita que as TIC contribuem com o acesso à educação, além também de melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem, e a capacidade profissional dos professores que têm de desenvolver e adquirir capacidades e habilidades cada vez mais complexas para entender o ambiente educativo. A UNESCO inclusive colabora com desenvolvimento de recursos que podem ajudar os países a elaborarem TIC nas políticas educacionais de forma efetiva, incluindo as populações mais desfavorecidas. A utilização da tecnologia na educação no Brasil ainda necessita ser precisa melhorada, principalmente em relação a competência dos professores em utilização das tecnologias na educação. Para Moran (2007) apud Lobo (2015) "as tecnologias não substituíram os professores, mas irão permitir que várias tarefas e funções dos mesmos possam ser transformadas".

Devem ser levados em consideração os diferentes pontos em que as TIC podem contribuir para o desenvolvimento da educação para todos e como a educação pode preparar os indivíduos para que dominem as tecnologias que e possa utilizá-las em suas necessidades.

Estamos vivenciando uma sociedade voltada para a informação em busca de novas formas de interação e, mais rapidamente, o descobrimento de novas tecnologias e conhecimentos. Esta nova sociedade tem diversos desafios entre eles pensar a educação de uma forma crítica uma educação formadora, globalizada e

baseada, também, nas relações tecnológicas. (NEDER, 2009,p.3369).

As Tic`s tratam-se uma parte do desenvolvimento tecnológico, que também auxiliam, enriquece e assim como outro instrumento deve ser utilizada e adaptada para a educação, pois com a globalização da educação frente à diversidade cultural, ampliou-se a utilização das TIC na educação. A UNESCO tem cooperado com o governo brasileiro nas ações que promovem o uso da TIC na educação, tendo como meta a melhora da qualidade do processo educacional, com isso o Ministério da Educação tem o objetivo de ampliar e universalizar a utilização da tecnologia na educação. O objetivo do apoio da UNESCO no Brasil para a utilização da TIC é promover a democratização do acesso ao conhecimento no país.

A utilização da tecnologia na educação é essencial no processo de ensino, mas o que vai determinar êxito dessa ferramenta no processo educacional são professores e alunos, pois de acordo com Lobo (2015, p.24) "O uso destas ferramentas não garante o sucesso, mas, quando bem utilizadas, podem auxiliar e muito em face do perfil dos novos estudantes". Outro fator é a capacitação do professor para lhe dar com essas tecnologias e saber utilizá-las em sala de aula.

É de suma importância o professor se capacitar, assimilar essas novas tecnologias e, perceber que elas veem para ajudar e não para substituí-lo. Eles têm que se preparar, treinar, elaborar seu planejamento educacional, contemplando o uso da TICS que melhor se adapte ao seu método de ensino e aplicá-las em seu benefício. (LOBO, 2015,p.24)

Masetto ressalta sobre o discurso do uso ou não das tecnologias no processo educacional e a superação das mesmas por ser de grande importância de aprendizagem nas escolas e a integração das tecnologias com uma proposta de imediação pedagógica dos professores. Podemos dizer que o processo de aprendizagem cabe aos discentes, pois suas ações estabelecem vínculos com colegas, professores, buscam informações, estabelecem inúmeras atitudes que faz com que se desenvolvam. O uso das tecnologias não significa privilegiar apenas recursos mais modernos e sim a necessidade de estratégia, pois é esperada a conscientização dos que atuam no processo de aprendizagem para que cada aluno tenha seu ritmo de aprendizagem respeitado, assim estabelecendo por parte do docente a mediação necessária para o desenvolvimento de um trabalho de equipe.

CONCLUSÃO

Parte final em que se apresentam as conclusões referentes aos objetivos e às hipóteses antes apontadas, podendo sugerir propostas para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: Portaldomec.com.br. acesso em 22/06/2017.

BELEI, Renata Aparecida; GIMENEZ-PASCHOAL, Sandra Regina; NASCIMENTO, Edinalva Neves; NERY, Ana Clara Bortoleto. **Profissionalização dos professores universitários: raízes históricas, problemas atuais**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.87, n. 217, p.401-410, set/dez.2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia, saberes necessário à pratica educativa**. 43.Ed., São Paulo: Paz e Terra;2011.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LOBO, Alex S M. MAIA, Luiz C.G. **O uso das TICs como ferramenta de ensino-aprendizagem no Ensino Superior**. Caderno de Geografia, v.25, n.44, 2015. Disponível em: http://www.luizmaia.com.br/docs/cad_geografia_tecnologia_ensino.pdf. Acesso em 20/06/2017.

MANUEL, Jose; MASETTO, Marcos; APARECIDA, Marilda. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**, 21.ed. Campinas SP, p.141-142.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática**. Maceió: EDUFAL, 2002. SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Inclusão digital, software livre e globalização contrahegemônica**. Seminários temáticos para a 3ª conferência Nacional de C,T & I. Parcerias Estratégicas – número 20, junho de 2005.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (Ed.). **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. 13. ed. São Paulo: Papyrus, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessário à educação do futuro**, 2.Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

NEDER, Renato. As Tecnologias da Informação e Comunicação. IX congresso nacional de Educação. III Encontro Nacional de Psicopedagogia. 26 a 29 de outubro de 2009. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3317_1532.pdf

PAULO, Luís Paulo L. M. **FORMAÇÃO DOCENTE E NOVAS TECNOLOGIAS** Universidade Federal de Alagoas - Brasil lpm@fapeal.br. IV Congresso RIBIE, Brasília 1998 http://www.ufrgs.br/niee/eventos/RIBIE/1998/pdf/com_pos_dem/210M.pdf

UNESCO. **TIC na educação do Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/ict-ineducation/>. Acesso em 23/06/2017.

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Cristiane Armidoro – SENAC Santo André/SP; cris.armidoro@uol.com.br

RESUMO

As constantes mudanças no ambiente de negócios e a globalização exigem das empresas cada vez mais planejamento, avaliação e controle. Nesse sentido o planejamento orçamentário é uma ferramenta que proporciona condições para essa avaliação de desempenho nas tomadas de decisões, aumentando assim a competitividade das organizações. O objeto desta pesquisa é o planejamento orçamentário, que consiste em planejar com antecedência, verificar quais as necessidades da empresa em relação às despesas, receitas, vendas e demais setores, levando em consideração dados e fatos ocorridos anteriormente que permitam alguma previsibilidade. O presente trabalho está voltado para o planejamento, execução e controle do plano orçamentário. O objetivo é despertar o interesse para a importância da implantação do planejamento orçamentário e saber como este é capaz de direcionar no cumprimento da missão e visão. O estudo traz como problema da pesquisa, em que o planejamento orçamentário pode ajudar no gerenciamento e tomada de decisões.

Por meio do planejamento é possível obter um conhecimento mais profundo a cerca do histórico e funcionamento da empresa principalmente em relação às finanças além de proporcionar aos gestores a análise de todos os fatores importantes antes da tomada de decisões e ações em todos os departamentos.

Palavras-chave: Planejamento, Orçamento e Controle.

ABSTRACT

Due to constant changes in the business environment and globalization requires more and more from the companies, planning, evaluations and control.

In this meaning, budget planning is a tool that provides conditions for this evaluation of performance in decision making, thus increasing the competitiveness of organizations.

The purpose of this research is budget planning, which consists of planning in advance, checking the company's needs in relation to expenses, revenues, sales and other sectors, taking into account data and facts that occurred previously that allow some predictability. This work is focused on the planning, execution and control of the budget plan, which objective is to raise awareness of the importance of implementing budget planning and how it is able to guide the fulfillment of mission and vision.

The study presents as a research problem, in which budget planning can help in the management and decision making.

Through planning it is possible to gain a deeper understanding of the history and how the the company mainly works with the financial aspect, as well as providing managers with an analysis of all the important factors before making decisions and actions in all departments.

Keywords: Planning, Budgeting and Control

INTRODUÇÃO

Com a crise econômica iniciada com a bolha imobiliária, criada e suprida pelos grandes bancos americanos e que se espalhou por todo mundo nos últimos anos, muitas empresas fecharam suas portas e mesmo as que sobreviveram no mercado tiveram seu faturamento reduzido. Muitas das que conseguiram se sustentar já possuíam uma cultura de planejamento e conseguem enxergar a importância do planejamento e dos ajustes que por ventura venham a ser necessários, atingindo assim mais rápido seus objetivos. O planejamento estabelece como se espera que transcorram os negócios da empresa, proporcionando uma visão bem aproximada da situação futura, o que permite ao gestor tomar as decisões. É por meio do planejamento que se estabelecem metas com a equipe, dando assim, uma visão clara de onde a empresa quer chegar.

Não há garantias de que uma empresa que possui um planejamento definido não será atingida pela crise, a diferença é que ela estará mais bem preparada para tomar decisões.

O objeto desta pesquisa é o planejamento orçamentário, também conhecido como planejamento financeiro, que consiste em planejar com antecedência, verificar quais as necessidades da empresa em relação às despesas, receitas, vendas e demais setores, levando em consideração dados e fatos ocorridos anteriormente que permitam alguma

previsibilidade. É fazer uma previsão, determinar os objetivos e traçar um plano de ações para que estes sejam alcançados.

Frezatti conceitua orçamento dizendo:

Orçamento é o plano financeiro para implementar a estratégia da empresa para determinado exercício. Contém as prioridades e a direção da entidade para um período e proporciona condições de avaliação do desempenho da entidade, suas áreas internas e seus gestores. (2007, p.46)

Welsch (2007, p. 40) diz que uma das características marcantes do planejamento financeiro é a "administração com participação, pois é uma forma de envolver todos os administradores e encarregados de uma empresa a participar e interagir melhor no processo de planejamento".

O planejamento orçamentário é uma ferramenta capaz de levar a empresa a alcançar seus objetivos tendo em vista um melhor controle financeiro, permitindo uma melhor avaliação do seu desempenho além de auxiliar na tomada de decisões assegurando sua continuidade, expansão e lucratividade.

Desta forma, o presente trabalho está voltado para o planejamento, execução e controle do plano orçamentário.

O objetivo é despertar o interesse para a importância da implantação do planejamento orçamentário e saber como este é capaz de direcionar no cumprimento da missão e visão, e ainda ajudar no processo decisório destacando sua função e utilidade.

Por meio do planejamento é possível obter um conhecimento mais profundo a cerca do histórico e funcionamento da empresa principalmente em relação às finanças além de proporcionar aos gestores a análise de todos os fatores importantes antes da tomada de decisões e ações em todos os departamentos.

DESENVOLVIMENTO

O planejamento acompanha o homem há tempos, para tudo se faz planejamento, comprar um carro, uma casa, fazer faculdade, entre outros; tudo que se pensa fazer no futuro é uma forma de planejar.

Chiavenato define o planejamento como:

...a função administrativa que define quais os objetivos a atingir e como se deve fazer para alcançá-los. Trata-se de um modelo teórico para a ação futura. Começa com a definição dos objetivos e detalhar os planos para atingi-los da melhor forma possível. Planejar é definir os objetivos e escolher o melhor curso de ação para alcançá-los. O planejamento define aonde se quer chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que sequência. (2006, p. 166)

O planejamento se apresenta como uma ferramenta que auxilia no processo de tomada de decisão.

Planejar é desenvolver de maneira imaginativa novas potencialidades de lucros e melhorar as atividades já existentes na empresa. Estabelecer sistemicamente os objetivos relevantes da empresa e formular estratégias e planos realistas para alcançar tais objetivos tanto a curto como em longo prazo.

O planejamento "é um processo contínuo que envolve um conjunto complexo de decisões inter-relacionadas". (OLIVEIRA, 2007, p.17). É responsável pela definição dos objetivos a serem seguidos durante todo processo de gestão empresarial.

Fazer planos é pensar no futuro, pensar como ver a empresa lá na frente e estabelecer regras, limites, pensar em como chegar lá, de que forma, e seguir esse planejamento.

O planejamento consiste em uma importante tarefa de gestão e administração que está relacionada com a preparação, organização e estruturação de um determinado objetivo; é essencial na tomada de decisões e em sua execução.

O conceito de planejamento tem um caráter multidisciplinar. O planejamento, depois de elaborado, deve ser seguido baseado na confiança que causa, pois o grande resultado não é só o lucro, mas a certeza da eficácia e competência dos envolvidos.

Ao final, o planejamento pode ser medido por meio dos acertos e erros do processo, o chamado *feedback*. Deve ser concebido visando atingir os objetivos com a visão do futuro, baseado sempre em informações e ações determinantes do presente. É de suma importância o *feedback*, pois por meio dele podem-se fazer correções no decorrer da implantação do planejamento, evitando-se equívocos futuros olhando o passado e experiências que não foram bem sucedidas, podendo assim, economizar tempo e recursos.

Planejamento estratégico é o planejamento global da empresa, é por meio dele que se definem os objetivos estratégicos da empresa, suas políticas e filosofia. É um

planejamento de longo prazo voltado ao meio externo que é decidido pelos gestores das empresas.

De acordo com Oliveira:

O planejamento estratégico pode ser conceituado como um processo administrativo que possibilita ao executivo estabelecer o rumo a ser seguido pela empresa, com vista em obter um nível de otimização na relação da empresa com o ambiente. Portanto, o nível estratégico de influência considera a estrutura organizacional de toda empresa e a melhor interação desta com o ambiente, onde estão os fatores não controláveis. (2007, p. 87)

Podemos assim evidenciar a importância do planejamento estratégico para a empresa uma vez que esta poderá tomar medidas para enfrentar as ameaças e aproveitar as oportunidades do mercado.

O planejamento estratégico não pode ser fixo, o processo precisa ser vivo e com a devida disciplina bem aplicada, trará bons resultados para uma organização.

Planejamento orçamentário ou planejamento financeiro, como também é conhecido, consiste em verificar quais as necessidades da empresa em relação às despesas, receitas, produção, vendas, entre outros. É fazer uma previsão e trabalhar para que ela aconteça.

Welsch (2007) descreve o planejamento orçamentário como “uma tentativa de quantificar os resultados financeiros prováveis da agregação de objetivos, estratégias, planos e políticas da administração”.

Para Walter (1985) “é um plano de ação, servindo de instrumento adequado ao controle permanente de sua execução”. Uma das metas do planejamento orçamentário é, “compreender a remuneração que se há de obter pelo capital a ser investido, ou seja, o lucro a ser alcançado com a receita orçada.”.

O sistema orçamentário não é apenas um método para definir despesas e receitas é, além disso, um instrumento de planejamento e controle das operações, que proporciona uma visão aproximada da situação futura da empresa. É por meio do orçamento que se estabelece metas com a equipe, dando, assim, uma ideia clara de onde a empresa quer chegar.

“O orçamento é o instrumento que traz a definição quantitativa dos objetivos e o detalhamento dos fatores necessários para atingi-los, assim como o controle do

desempenho". (OLIVEIRA, PEREZ E SILVA, 2002). Ajuda na coordenação e implantação do plano de ação.

Elaborar o orçamento oferece inúmeras vantagens decorrentes da formalização do desempenho das funções administrativas originadas do conjunto de operações da empresa no decorrer de cada período, servindo de instrumento no controle da execução do plano de ação elaborado.

Para Costa (2011), "o orçamento é a peça-chave que norteia todas as ações futuras das empresas, pois é elaborado baseado em informações históricas projetando-as para o futuro de modo a considerar todas as possíveis variáveis". É fundamental para qualquer planejamento porque tudo é baseado no orçamento, sendo por meio dele que a empresa determina qual o nível de atividade esperado para o (os) próximo(s) período (s) de modo a suportar os custos e despesas e remunerar o capital dos investidores.

As empresas que querem adotar o sistema orçamentário como ferramenta auxiliar na administração encontram algumas dificuldades no início. Durante a implantação do orçamento até a empresa apresentar características de cultura orçamentária leva-se algum tempo. É preciso persistência, interação, comunicação e o mais importante, ter liderança, conhecimento do negócio e conhecer bem a metodologia aplicada.

Segundo Frezatti (2007), "o orçamento é o plano financeiro para implementar a estratégia da empresa para determinado exercício é mais que uma simples estimativa, pois deve estar baseado no compromisso dos gestores em termos de metas a serem alcançadas."

É considerado um dos pilares da gestão e uma das ferramentas fundamentais para que a prestação de contas seja objetiva. Isso ocorre pelo fato de que os gestores têm o compromisso especificado e definido no plano estratégico, que são firmados no momento da montagem do orçamento.

Sá e Moraes (2005, p. 20) diz que o "orçamento empresarial é a tradução, em termos monetários, do planejamento das atividades da empresa, sendo retratado, de forma integrada, sob os aspectos econômicos e financeiros".

O orçamento, qualquer que seja o tipo escolhido, tem como finalidade garantir o lucro e diminuir as despesas da empresa. A estrutura de um orçamento varia conforme a análise e escolha da empresa.

Serão apresentados a seguir os conceitos de alguns tipos de orçamento.

O orçamento estático é considerado o mais comum entre as empresas que adotam o sistema de planejamento orçamentário.

Este tipo de orçamento é realizado por meio do volume de venda fixado e somente depois de fixado esse volume é que será feito o planejamento para os demais departamentos

Nesse tipo de orçamento não é possível fazer alterações. Uma vez estabelecidas as metas, não será possível rever ou fazer uma nova avaliação caso haja alguma variação em qualquer departamento que demande essa necessidade.

O orçamento flexível pode ser ajustado a qualquer momento em qualquer nível da empresa.

Horngren (1985, p.137) define orçamento flexível como “um conjunto de orçamentos que podem ser ajustados a qualquer nível de atividades”.

O planejamento orçamentário deve orientar os gestores na tomada de decisão, e desse ponto de vista o orçamento flexível oferece grande apoio, pois as decisões não são impostas e envolvem todos os colaboradores.

Orçamento contínuo é o orçamento que analisa o passado da empresa para fazer planos futuros. Padoveze diz que:

De modo geral, os eventos passados são decorrentes de estruturas organizacionais já existentes, e, por conseguinte, há forte tendência de tais eventos se reproduzirem, considerando, contudo, a introdução dos novos elementos componentes do planejamento operacional da empresa. (2004, p.129)

Orçamento ajustado é derivado do orçamento flexível, é um segundo orçamento, que passa a valer quando se modifica o volume ou nível de atividade inicialmente planejado.

É utilizado quando há necessidade de fazer alguma adequação no orçamento original, seja na quantidade de vendas ou na atividade, decorrentes de mudança no plano inicial.

Sempre que isso ocorrer, poderão ser feitos ajustes, gerando um novo orçamento ajustado contrapondo-se ao original.

O orçamento base zero não leva em consideração o passado, ou seja, não interessa o que aconteceu com a empresa em anos anteriores, o orçamento é elaborado analisando o presente, discutindo se há ou não a necessidade de determinado gasto.

Segundo Padoveze (2004, p. 130), "A proposta do orçamento base zero está em rediscutir toda a empresa toda vez que se elabora orçamento, e em questionar cada gasto, cada estrutura, buscando verificar a real necessidade dele".

O orçamento base zero estabelece que as previsões de vendas, fabricação e todos os outros fatores que incidem no orçamento sejam estimados como se as operações da empresa estivessem começando naquele momento, da estaca zero.

O orçamento corrigido é quando o ajuste feito é decorrente da inflação. Padoveze (2004, p.132) explica: "O conceito de orçamento corrigido é o ajuste do orçamento original, de forma automática, sempre que houver alteração de preços em função de inflação".

Implantar o planejamento orçamentário significa colocar em prática o que foi determinado pelos gestores.

Para que isso ocorra é importante que se tenha uma visão holística da empresa, que realize o orçamento de todas as áreas, principalmente as que impactam diretamente no fluxo de caixa.

Para que a implantação do Planejamento Orçamentário seja positiva é importante que a estrutura da empresa esteja bem definida. Deve haver clareza em suas metas e objetivos e seu sistema funcione corretamente.

É dessa forma que Tung (1975) conceitua e mostra como deve ser a implantação do planejamento orçamentário: "Requer como condição mínima, uma estrutura organizacional capaz de oferecer condições operacionais favoráveis; requer um organograma bem definido e um bom sistema contábil".

Além disso, o comprometimento da diretoria é de suma importância, pois, é neles que os funcionários irão se espelhar para seguir e cumprir o que a empresa espera alcançar.

Pode-se observar que a implantação do planejamento orçamentário deve estar alinhada com o planejamento estratégico que, como dito anteriormente, é o planejamento global da empresa.

O planejamento estratégico e orçamentário se complementam. Enquanto o planejamento estratégico projeta o futuro da empresa a médios e longos prazos, o planejamento orçamentário direciona o caminho a ser seguido.

O plano de longo prazo serve de guia para elaboração do orçamento anual e define as ações a serem executadas na busca dos objetivos de longo prazo, o orçamento representa a primeira etapa dessa busca.

O orçamento deve estar associado às metas e diretrizes definidas no planejamento estratégico, sendo um desdobramento do plano global da empresa.

Reconhecer os recursos da empresa e sua disponibilidade em prol do planejamento estratégico é um grande desafio e pode ser identificado na implantação do planejamento orçamentário.

Controlar o planejamento é acompanhar o que está sendo realizado e comparar ao que foi planejado.

Para Walter (1985) controle "é a avaliação sistemática das discrepâncias verificadas entre os valores orçados e os efetivamente realizados".

Essa avaliação deve ser constante, pois se entre o previsto e o realizado, algo estiver fora do que foi planejado, o gestor pode contornar a situação e adaptar o planejamento para que tudo saia conforme o esperado.

O controle tem a função de medir o desempenho das ações e projetos da organização de modo que possa corrigir ou fazer alterações, nas metas e objetivos previstos se houver necessidade.

Para que essa alteração no planejamento seja possível é necessário que o gestor tenha um controle real de tudo o que acontece na organização.

Dessa forma é possível afirmar que empresas que têm controle têm também melhores resultados, pois por meio do controle é que há sucesso na execução do orçamento e planejamento da organização.

O papel do controle é tão importante quanto o papel do planejamento. O controle é usado em todas as funções e profissões. De nada adianta fazer um bom planejamento se não tiver um bom controle sobre o que foi planejado

"Não se concebe um plano orçamentário sem o posterior acompanhamento entre os acontecimentos reais versus os planejados e a análise de suas variações". (PADOVEZE, 2004, p.136)

O controle deve ser uma atividade rotineira da organização, devendo ser flexível e para haver mudanças em tempo hábil sem acarretar em prejuízos para a organização.

Tung (1975) define: "Através do plano financeiro da empresa, busca-se como objetivo final o maior controle".

Para que melhores resultados sejam obtidos através do plano orçamentário ou financeiro é importante ter em mente de quais formas as ações realizadas serão controladas, sabendo que esta parte se engloba no objetivo final do termo controle.

CONCLUSÃO

Um planejamento orçamentário bem elaborado contribui para a orientação da empresa, pois é fundamental para o seu desempenho financeiro e operacional.

Respondendo o problema da pesquisa levantado inicialmente, em que o planejamento orçamentário pode ajudar no gerenciamento e tomada de decisões, considera-se que o gerenciamento por meio de recursos garante um melhor resultado financeiro e por meio do planejamento orçamentário será possível mensurar estes valores detalhadamente. Com a elaboração deste trabalho pôde-se perceber quão importante é o planejamento orçamentário em uma organização. Com ele há uma proporção de visão ampla sobre o ambiente interno da organização, garantindo uma melhor avaliação na tomada de decisões.

Após a implantação do orçamento é necessário o seu monitoramento e controle da execução dos planos bem como sua relação com as metas determinadas, sempre comparando o planejado com o realizado, podendo assim fazer alterações que se façam necessárias. Essa prática servirá como aprendizado para os próximos planejamentos.

A utilização contínua do processo de planejamento orçamentário faz com que os administradores adquiram o hábito de avaliar maneiras alternativas de resolver problemas, avaliando a importância e prioridade de cada um deles não apenas durante o processo de planejamento, mas também durante a sua execução.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto – Administração nos novos tempos – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Campos, 2006.

COSTA, Rodrigo Simão da. **Práticas de contabilidade gerencial** – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

FREZATTI, Fabio. **Orçamento Empresarial: Planejamento e Controle Gerencial**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HORNGREN, Charles T. **Introdução à contabilidade gerencial**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1985, p.137. – retirado do livro PADOVEZE, Clóvis Luís Controladoria Básica.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebolças de. **Planejamento Estratégico; Conceitos, Metodologia e Práticas** 24ª ed. – São Paulo; Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JÚNIOR, José Hernandes; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Básica** – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004,

PADOVEZE, Clovis Luís. **Planejamento Orçamentário** – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SÁ, Carlos Alexandre e MORAES, Jose Rabello. **O Orçamento Estratégico: Uma Visão Empresarial**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

TUNG, Nguyen H. **Orçamento empresarial no Brasil para empresas industriais e comerciais**. São Paulo: Edições Universidade Empresas Ltda., 1975.

WALTER, Milton Augusto. **Orçamento Integrado**. 3ª ed. – São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

WELSCH, Glenn Albert. **Orçamento Empresarial**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

AVALIAÇÃO MEDIADORA NO ENSINO TÉCNICO

Fabiola Iole D'Anna Dallecio (Senac Santo André); fabiola.ianna@sp.senac.br

RESUMO

A avaliação é parte integrante do processo ensino/aprendizagem. Requer preparo e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos. A prática do avaliar está presente em todos os momentos da vida estudantil e em todo processo pedagógico, e o docente é parte integrante deste processo e para tanto tem papel fundamental na avaliação. Esta pesquisa bibliográfica teve como objetivos compreender o significado da avaliação da aprendizagem no ensino baseado em competências (ensino técnico), e estabelecer um processo reflexivo assim como reconhecer a importância das estratégias e métodos de prática avaliativa em uma perspectiva mediadora.

Palavra-chave: avaliação de aprendizagem; competência; ensino técnico

ABSTRACT

Assessment is an integral part of the teaching / learning process. It requires preparation and great capacity of observation of the professionals involved. The practice of evaluating is present at all moments of student life and in every pedagogical process, and the teacher is an integral part of this process and therefore plays a fundamental role in the evaluation. This bibliographic research had as objectives to understand the meaning of the evaluation of the learning in the teaching based on competences (technical education), and to establish a reflexive process as well as to recognize the importance of strategies and methods of evaluation practice in a mediating perspective.

Key words: evaluation of learning; competence; technical education

INTRODUÇÃO

A avaliação é constante em todas as situações de nossa vida cotidiana, para analisarmos se o caminho e as atitudes que tomamos estão sendo corretas e podem ser concluídas.

“A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível” (LUCHESE, 2002, pg. 118).

Os métodos de avaliação são extremamente relevantes no processo de ensino e aprendizagem. Mas não pode se resumir apenas a um ato estatístico, numérico que será norteador entre avançar ou não em tal disciplina.

A avaliação é um processo de produção de informações sobre o processo de aprendizagem, sendo um processo dinâmico em que os sujeitos com capacidades diferentes são motivados a desenvolver determinados comportamentos. Na sua função de regular o processo de aprendizagem, é a avaliação que fornece os dados para o formador adequar as suas práticas aos resultados obtidos ao longo do processo. Desta maneira existem diferentes tipos de avaliação consoante a sua finalidade e o momento da sua aplicação ao processo de ensino-aprendizagem.

O Ensino técnico no Brasil formou-se a partir da LEI 9394/96 (LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação), e uma das características do ensino técnico no Brasil é a utilização do modelo de competências, o que requer uma reflexão e maior entendimento sobre como proceder no seu processo avaliativo.

Muitos educadores ainda passam por conflitos, pois a avaliação passou a ser utilizada de diversas maneiras e em muitos momentos do curso. Assim o aluno fala mais, estabelece seu ponto de vista, debate questões escolares, do mercado de trabalho e sociais. Com uma nova forma de avaliação faz-se necessário uma nova forma de aprender e ensinar

Torna-se necessário uma análise sobre as estratégias e métodos utilizados na avaliação do processo de ensino do curso técnico, uma vez que o modelo de competências é a nova tendência e está de acordo com o processo de globalização, com os avanços tecnológicos e a multiplicidade das tarefas inerentes a uma profissão, percebe-se um aumento significativo das exigências em relação à produtividade e à qualidade dos produtos e serviços.

O objetivo deste artigo foi de reconhecer alguns métodos avaliativos e de que maneira o docente utiliza os instrumentos e técnicas pertinentes a essa prática no ensino técnico, para se chegar aos resultados de uma avaliação em uma visão mediadora e que seja centrada nos objetivos de ensino.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No Brasil, educação profissional é um conceito de ensino regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação

O principal objetivo da educação profissional é a criação de cursos que voltados ao acesso do mercado de trabalho. Está dividida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Os cursos básicos são abertos a qualquer pessoa interessada, independente da escolaridade

prévia; os técnicos são oferecidos simultaneamente ao Ensino Médio ou após a sua conclusão, e têm organização curricular própria; e os tecnológicos são cursos de nível superior.

De acordo com Filho (2006) se uma competência requerida no exercício profissional, seja ela psicomotora, sócio-afetiva ou cognitiva é um refinamento das competências básicas. Essa educação geral permite a construção de competências que se traduzem em habilidades básicas, técnicas ou de gestão. Dentro dessa concepção de educação, as competências e habilidades requeridas são as mesmas para atingir os objetivos primordiais, sejam elas o desenvolvimento pessoal e da cidadania, a preparação básica para o mundo da produção e o domínio dos instrumentos para continuar aprendendo.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO TÉCNICO

O Ensino técnico no Brasil formou-se a partir da LEI 9394/96 (LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com seu foco na educação profissional, atendendo ao modelo de ensino por competências, de acordo com as novas exigências do mercado de trabalho, com avanços tecnológicos e diversas tarefas inerentes a uma profissão.

O ensino técnico pode ser definido como um curso de nível médio que tem o objetivo de capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos em diversas atividades do setor produtivo. Um de seus propósitos é o acesso imediato ao mercado de trabalho, além da perspectiva de requalificação ou mesmo reinserção no mercado.

Ocorre então uma nova forma de educação profissional que está focada no desenvolvimento de competências por área profissional e o técnico deverá ter competência e conhecimento amplo de sua área, e não somente o conhecimento específico.

Segundo Cordão (2002): a educação profissional tem a função de preparação para o exercício da cidadania e para o trabalho, em condições de influenciar o mundo do trabalho e modificá-lo, em condições de desenvolver um trabalho profissional competente. O compromisso atual da escola técnica é com o desenvolvimento das competências profissionais.

ENSINO POR COMPETÊNCIAS

O conceito de "competência" no ensino surgiu na Alemanha, e vem sendo sistematizado e difundido por Philippe Perrenoud, sociólogo suíço.

“ como a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se,

via de regra, pôr em ação sinergicamente vários recursos cognitivos complementares que promovam a mobilização de saberes, capacidades e informações, entre os quais estão os conhecimentos.” (PERRENOUD, 2000)

No entendimento deste mesmo autor (1997), a noção operacional de competências se refere a situações que requerem, não somente a transmissão de conhecimento, mas sim a tomada de decisões e a resolução de problemas. Baseado em seu pensamento, uma competência permite ao indivíduo a mobilização de conhecimentos para enfrentar uma determinada situação, trata-se de uma capacidade de encontrar vários recursos, no momento e na forma adequados, implica, portanto, uma mobilização dos conhecimentos e dos esquemas para desenvolvimento de respostas inéditas, criativas, eficazes para novos problemas e deve se associar a algo que é específico de cada profissional e serve de referência a tudo aquilo que compete a cada pessoa fazer no espaço do seu trabalho.

O ensino por competência precisa provocar o diálogo entre os conhecimentos disciplinares e a experiência do trabalho, potencializando as mudanças no processo formativo de maneira crítica e emancipadora, trazendo em seu bojo os princípios fundamentais de e para uma educação profissional ampliada.

No modelo educacional da atualidade, destaca-se novas necessidades, devido às exigências crescentes de produtividade e de qualidade no mercado de trabalho instável e flexível, trazendo a necessidade de um novo olhar da educação profissional que contribui com a compreensão da transição conceitual da “qualificação profissional” para o de “competência” no campo da formação com a exigência de novos perfis profissionais.

“o modelo de currículo por competência se diferencia do tradicional por possuir notadamente um caráter modular. A organização de um currículo modular tem por objetivo flexibilizar a aprendizagem e organizá-la de maneira a centralizá-la no aluno e na ampliação das competências. Os módulos são definidos como um conjunto de conhecimentos profissionais estruturados pedagogicamente, de forma a responder a uma etapa do processo de formação. O currículo organizado por módulos segue três princípios: flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização.” (MACEDO, 2012)

Sendo assim, a competência situa-se além dos conhecimentos. Não se forma com a assimilação de conhecimentos suplementares, gerais ou locais, mas sim com construção de um conjunto de disposições e esquemas que permitem mobilizar os conhecimentos na situação, no momento certo e com discernimento.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Uma das grandes dificuldades encontradas atualmente no campo educacional é a capacidade de avaliar. De acordo com Luckesi (2002) "a avaliação que se pratica na escola é aquela onde as notas são usadas para fundamentar necessidades de classificação de alunos, onde são comparados desempenhos e não objetivos que se deseja atingir"

" avaliação vem do latim, e significa valor ou mérito ao objeto em pesquisa, junção do ato de avaliar ao de medir os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo. É um instrumento valioso e indispensável no sistema escolar, podendo descrever os conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos apropriaram. Sendo assim a avaliação revela os objetivos de ensino já atingidos num determinado ponto de percurso e também as dificuldades no processo de ensino aprendizagem." (KRAEMER, 2006)

O que se observa é que as práticas avaliativas estão mudando, aos poucos os professores estão adequando a sua metodologia de ensino. Assim, observa-se que os professores atualmente, são capazes de rever e alterar sua forma de avaliar dependendo do desempenho dos seus alunos, optando, então, por uma avaliação do processo, ou seja, aquela onde o professor ao longo do processo de ensino – aprendizagem procura conhecer a realidade dos seus alunos, através de seus conhecimentos prévios.

E na atualidade, isso mudou o aluno passa, agora, a ser questionador, pensador, crítico do processo de ensino aprendizagem, o professor e o aluno numa relação de interação rompem com o tradicionalismo e adotam uma educação renovadora, dando-se ênfase no cotidiano dos alunos. Por este motivo, temos uma nova postura com relação ao modo de avaliação dos alunos. Assim, como a educação passou por mudanças a avaliação também sofreu alterações.

No contexto social, a avaliação é um procedimento que inclui opções, escolhas, ideologias, crenças, percepções, posições políticas e representações, que informam os critérios através dos quais será julgada uma realidade. É importante salientar também que a

avaliação não é algo meramente técnico. Envolve autoestima, respeito à vivência e cultura própria do indivíduo, filosofia de vida, sentimentos e posicionamento político.

Segundo Hoffmann (2000), as notas e as provas são como redes de segurança que é o controle exercido pelo professor sobre o aluno. O professor vê as provas como uma ação de segurança para verificar se o aluno aprendeu o conteúdo ou não. É importante salientarmos que a avaliação está intimamente ligada ao processo de aprendizagem.

O professor deve fazer um diagnóstico do aluno procurando determinar a presença ou ausência de habilidades e conhecimentos, que permitiriam identificar as causas das dificuldades de aprendizagem. O diagnóstico oferece uma projeção dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu.

O professor deve conhecer a realidade dos alunos, o meio em que vivem para assim propor relações mais complexas para melhor inseri-los sem atingir o psicológico, físico e mental do aluno.

“O aluno constrói o seu conhecimento na interação com o meio em que vive. Portanto, depende das condições desse meio da vivência de objetos e situações, para ultrapassar determinados estágios de desenvolvimento e ser capaz de estabelecer relações mais complexas e abstratas” (HOFFMANN, 2000)

Portanto, a prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos. A avaliação constrói-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação do crescimento para a autonomia do crescimento para o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam ao aluno inserir-se na sociedade contemporânea.

Numa concepção mediadora de avaliação e subjetividade é importante enfatizar que a elaboração e correção de tarefas avaliativas não são um problema, mas um elemento a trabalhar positivamente. Uma vez que o erro é sempre o ponto de partida para que o professor e o aluno retomem o conteúdo trabalhado antes de partir para novas concepções conceituais.

“Muitos professores entendem o princípio de valorizar as respostas “erradas” dos alunos, considerando-as ponto de partida para a continuidade da ação educativa” (HOFFMANN 2000, p. 87).

Através de jogos, debates, textos e tantos outros recursos pedagógicos, os estudantes refletem sobre os seus argumentos iniciais, enriquecem suas ideias, buscam contra argumentos, têm a oportunidade de fazer descobertas próprias, formular conceitos, encaminhando-se, assim, efetivamente, a aprendizagem. Na teoria construtivista é essencial a interação entre iguais para o desenvolvimento do conhecimento lógico-matemático, por exemplo.

A avaliação mediadora exige a observação individual de cada aluno, dando tarefas orais e escritas, refletindo sobre o significado do que se vem fazendo e a partir daí para a construção de uma prática que se adquire a cada realidade, ao contrário da escola tradicional que enaltece os procedimentos competitivos e classificatórios com base no certo/ errado.

Difícilmente o professor chama a atenção do aluno para uma resposta interessante e diferente que tenha apresentado na tarefa, ou faz elogios com a mesma intensidade e frequência das recriminações. O autoritarismo inerente à ação do educador não é aparente. Muitos professores discriminam os alunos a cada erro que eles cometem e apontam que estão trabalhando em benefício dos alunos, e também são discriminados os alunos que têm menos saberes e os que têm mais saberes são privilegiados.

O educador de hoje deve repensar acerca dos seus conhecimentos, e deve raciocinar profundamente sobre seus critérios avaliativos para se comprometer com o sucesso e não com o fracasso do aluno.

Além disso, a avaliação durante muito tempo foi tida como instrumento de medida, ou seja, o professor simplesmente repassa os conteúdos aos alunos e em seguida marcava a prova que iria medir a capacidade dos melhores da turma, neste caso o que importava para este profissional, não era a apreensão dos conteúdos, mas sim a nota final da prova.

“O que se pode dizer é que todo educador precisa dar-se conta de que é seriamente comprometido com o juízo de valor emitido sobre o educando. Seu olhar estreita-se perigosamente ao considerar o processo avaliativo como uma ação objetiva e imparcial, puramente constativa sobre o fazer do aluno, como uma coleta de dados observáveis. Ao estabelecer o juízo de valor sobre o que observa, o professor interpreta o que vê a partir de suas experiências de vida, sentimentos e teorias. Na avaliação educacional há que se levar em conta a relação entre o avaliador e o avaliado”. (HOFFMAM,1998, p. 13)

Na escola tradicional competências estava relacionado a aquisição de conteúdos, tendo como habilidades a simples memorização e reprodução; já a escola nova se baseia pela aquisição de competências por meio do desenvolvimento de habilidades nos domínios cognitivos, afetivo e psicomotor.

Portanto, Moretto (2002) faz diferença entre habilidades e competências, para ele habilidade está associada ao "saber fazer" algo específico, ou seja, o indivíduo estará sempre associado a uma ação física ou mental, indicadora de uma capacidade adquirida por ele. Enquanto, competências está associada à estrutura resultante do desenvolvimento harmônico de um conjunto de habilidades e que caracteriza uma função específica.

"O professor que ensina em busca do desenvolvimento das competências reage de outra forma. Em primeiro lugar, não faz segredo dos objetivos de suas questões, pois está convencido que ensina para que aluno aprenda e a avaliação nada mais é que um momento especial deste processo da aprendizagem. Para isso elabora situações que levem o aluno a manifestar suas competências, como o faz um profissional, isto é, dando oportunidades para consultas, ou mesmo fazendo provas em duplas, a fim de que a interação com o outro facilite a aprendizagem. Aos poucos, os alunos passam a perceber novos valores culturais, encarando as provas (escritas ou orais, individuais ou em grupos) como momentos privilegiados de estudo e não como acerto de contas". (MORETTO, 2002, p. 26)

Portanto, o professor como bom profissional que é preocupado com o processo de ensino aprendizagem, provavelmente seguirá por este caminho, ou seja, dando possibilidades para que seus alunos ao longo do decorrer do ano letivo possam desenvolver suas competências de acordo com suas habilidades dentro da sala de aula. Trabalhando a avaliação com os alunos da melhor forma possível e não fazendo desta um objeto de poder e dominação. Assim, competência está relacionada planejar a aula, dar aula e avaliar a aprendizagem dos alunos ao longo do processo educacional.

A avaliação, em síntese, serve de informação para a melhoria não só do produto final, mas do processo de sua formação. Se a avaliação falhar, não será possível dispor de orientação sobre a relação entre o plano e os resultados obtidos. Daí resultam a frustração, a sensação de insegurança, a falta de direção precisa.

MEDIR OU AVALIAR

Avaliação pode ser definida como um processo de controle da atuação escolar, do trabalho docente e da aprendizagem dos estudantes. Muito comum a avaliação e a medição se confundirem, pois a ênfase do processo é posto na aferição do rendimento escolar, através da qualificação dos fatos observáveis, buscando procedimentos e instrumentos mais capazes de garantir sua objetividade, validade, eficiência e neutralidade.

A primeira diferença estabelecida pelos estudiosos nesta área é entre “medir” e “avaliar”. Segundo Popham (1983), o processo avaliativo inclui a medida, mas nela não se esgota. A medida diz o quanto o aluno possui de determinada habilidade; a avaliação informa sobre o valor dessa habilidade. A medida descreve os fenômenos com dados quantitativos; a avaliação descreve os fenômenos e os interpreta, utilizando-se também de dados qualitativos. A avaliação, segundo essa perspectiva, pode ou não ser baseada em medida; quando, porém, se baseia nesta, vai além de uma descrição quantitativa, acrescentando, à medida, um julgamento de valor.

AVALIAÇÃO MEDIADORA

De acordo com HOFFMANN (2000), em uma perspectiva mediadora a qualidade de ensino é desenvolver o aluno no máximo de seu potencial, não há limites e nem critérios pré-estabelecidos, porém objetivos bem definidos e planejados, sem que haja uma padronização de notas e valores.

O critério essencial e necessário para a avaliação mediadora é que o professor conheça seu aluno, ou seja, o professor deve conhecer sua realidade, compreender sua cultura, seu modo de falar, e pensar, e isto se dá “através de perguntas, fazendo-lhe novas e desafiadoras questões, na busca de alternativas para uma ação educativa voltada para a autonomia moral e intelectual”, HOFFMANN (2000, p. 34).

A avaliação mediadora propõe uma ação reflexiva da aprendizagem, ao invés de uma avaliação classificatória, de julgamento de resultados.

A avaliação mediadora destina-se a conhecer, não apenas para compreender, mas também para promover ações em benefícios aos educandos, o professor tem como papel participar do sucesso ou do fracasso dos alunos, ou seja, o professor tem a responsabilidade de através de uma prática reflexiva conhecer o seu aluno e identificar a

maneira adequada de promover a aprendizagem levando em conta seus conhecimentos anteriores, o professor terá que possuir uma postura reflexiva e uma formação continuada para saber avaliar o aluno, avaliar a si mesmo e avaliar a avaliação que deverá ser permanente, pois se o aluno fracassar não será apenas sua responsabilidade, mas também do professor que ao avaliar seu aluno constantemente deve realizar as devidas interferências buscando novos caminhos e alternativas para que a aprendizagem ocorra.

O professor ao propor uma tarefa define suas intenções, pois sua prática é uma ação que deve ser planejada, sistemática e intuitiva, e parte de duas premissas básicas: confiança na possibilidade dos alunos construírem suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses, ou seja, o aluno passa a ser o centro do processo de ensino, deixando de lado a educação bancária onde o aluno é apenas um depósito de idéias e não agente atuante na aprendizagem.

A mediação é aproximação, diálogo, que assume um papel de grande relevância na educação, é o acompanhamento do jeito de ser de cada aluno, bem como da sua história pessoal e familiar, nela o tempo do aluno deve ser respeitado, pois ele é sujeito e produtor de seu conhecimento, exemplificando, em uma mesma atividade os alunos apresentarão reações diferentes de entendimento, riqueza em suas respostas e até mesmo nas manifestações.

Um professor mediador preocupa-se com a aprendizagem de seu aluno e tem a observação como um aliado na construção do conhecimento, ao observar seu aluno o mesmo é capaz de identificar suas habilidades e trabalhá-las plenamente e também suas dificuldades procurando alternativas junto ao aluno para transformar a aprendizagem em um momento prazeroso e levar o aluno a perceber sua importância para a construção de seu próprio conhecimento.

Através da avaliação mediadora o professor deve utilizar a prova para pensar em novas estratégias pedagógicas que ele deverá utilizar para interagir com seus alunos, e para que isto aconteça de forma eficaz e significativa o professor deve levar em conta os conhecimentos prévios de seus alunos, estes devem ser explorados e trabalhados, pois são necessários para que o professor possa abordar novos temas e como uma fonte confiável para detectar as dificuldades de aprendizagens, bem como para indicar novos rumos e estratégias a serem utilizadas.

Nesse sentido importante que o professor seja reflexivo e que tome decisões coerentes, coloque-as em prática avaliando-as e ajustando-as progressivamente, conforme suas experiências e as necessidades de seus alunos, pois estes estão sempre evoluindo, em diferentes ritmos à medida que o professor os provoca a prosseguir sempre.

Para que o aluno seja orientado a uma prática reflexiva de análise de suas aprendizagens é necessário que o professor mobilize este aluno a partir de ações do cotidiano tais como: comentários, novas perguntas e orientações para a continuidade de seus estudos traçando metas pessoais e coletivas de enfrentamento de dificuldades e de avanços em determinadas áreas.

Um fator muito importante na avaliação mediadora é o diálogo, que nesta concepção é entendido como uma conversa com o aluno, pois é através dele que o professor vai se aproximar de seu aluno e despertar o interesse e a atenção pelo conteúdo a ser transmitido.

É necessário que o professor acompanhe seu aluno, no sentido de estar junto dele e caminhar junto dele para que seja possível a observação passo a passo de seus resultados individuais, acompanhamento e diálogo por si só não conduzem a uma avaliação mediadora, pois nesta prática o diálogo é muito mais que uma conversa e o acompanhamento é muito mais que observar os alunos realizarem uma tarefa, na mediação dialogar é refletir em conjunto e acompanhar é favorecer o vir a ser, realizando ações educativas que possibilitem novas descobertas, proporcionando vivências enriquecedoras e favorecedoras à ampliação do saber.

Ao utilizar a avaliação mediadora o professor é capaz de conhecer cada um de seus alunos e utilizar a prática da observação e acompanhamento para que possa adequar o ensino a cada um como um processo individualizado.

CONCLUSÃO

O docente deve ser um agente que produz e renova o seu trabalho com o aluno, de maneira que desenvolva integralmente suas capacidades, acreditando que sempre o aluno fará um esforço criando e usando sua criatividade.

A educação profissional que está focada no desenvolvimento de competências por área profissional e o técnico deverá ter competência e conhecimento amplo de sua área, e não somente o conhecimento específico. Esse aluno deve ser preparado para o exercício profissional em condições de influenciar o mundo do trabalho e modificá-lo para desenvolver um trabalho profissional competente. O compromisso atual da escola técnica é com o desenvolvimento das competências profissional.

O educador, ao avaliar, deve ter presente o desenvolvimento integral e geral do aluno o que se faz necessário para que ele se volte para si próprio, conhecendo-se, aceitando-se e baseado neste contexto ele deve conhecer a realidade do aluno.

O grande desafio para construir novos caminhos, é uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado e compartilhado no processo ensino/aprendizagem. Desta forma, estaremos formando cidadãos conscientes, críticos, criativos, solidários e autônomos. A visão mediadora oferece tanto ao professor quanto ao aluno momentos de reflexão e diálogo, para que juntos possam traçar novos objetivos, através de uma visão menos centralizada do saber, nesta perspectiva o aluno tem sua devida importância no processo de ensino que deve estar inserido em sua realidade e planejado para que seja objeto de interesse e participação coletiva. Os novos paradigmas em educação devem contemplar o qualitativo com a avaliação sendo realizada de forma contínua, descobrindo a essência e a totalidade do processo educativo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 17/97, de 03 de dezembro de 1997. Diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.
- BRASIL. LDB. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília.1996
- CORDÃO. F. A. Teleconferência O Docente da Educação Profissional. Senac-São Paulo. 2014
- D'AVILLA, S.L.R. Educação para Competências: formação e concepção de professores do curso de especialização em educação ambiental. Tese mestrado, Puc Campinas. 2005
- DEFFINE, D. DEPRESBITERIS, L. Competências, Habilidades e Currículos na educação profissional, 2ª edição, São Paulo- Senac. 2002
- FILHO. R.L.B. Educação profissional no Brasil: novos rumos, 2006. Disponível em: www.rieoei.org/rie20a03.
- GIUSTE, S.R. Avaliação de aprendizagem na educação profissional em Saúde. PUC-Campinas. Tese Mestrado 2007. Disponível em www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php
- HOFFMANN, J. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré- escola a universidade. 14ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1998
- KRAEMER, M. E. P. Avaliação da aprendizagem como construção do saber 19/07/2006. Disponível em www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/510_223.pdf
- LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola; teoria e prática 5. ed. revista ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

- LUCKESI, C.C., *Avaliação da aprendizagem escolar*, São Paulo, Cortez Editora, 2001
- MACEDO, A. M. K, *Avaliação de competências e indicadores qualitativos de aprendizagem no ensino técnico: um estudo no curso técnico têxtil em malharia e confecção do if-sc – campus Araranguá Tese Mestrado 2012*. Universidade do extremo sul catarinense - Unesc Programa de pós-graduação em educação PPGE. Disponível em www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp.../10/Angela-Maria-Kuasne-da-Silva.pdf
- MELLO, C. D; TURMENA, L. Bases teóricas e conceituais da pedagogia das competências: Estudo segundo Philippe Perrenoud. X Congresso nacional de Educação, 2011 Disponível em educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4440_2385.pdf
- MORETTO, V. P. Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PERRENOUD, P.. Construindo competências. Entrevista disponível no site www.unige.ch/fapese/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2000/2000_31.html. Acesso em 17.06-2014
- PERRENOUD, P.. MAGNE, B. C. Construir: as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PERRENOUD, Philippe. Novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000
- PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. São Paulo: Artmed, 1997
- _____. Pedagogia Diferenciada. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- _____. Avaliação da Excelência à Regulação das Aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 2002.
- RAMOS, P. Os pilares para educação e avaliação. Blumenau . SC: Acadêmica, 2001
- ROMÃO, J.E. **Avaliação dialógica** : desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2001
- PRADO, R.A.; PRADO, M.L., REIBNITZ, K.S. Desvelando o significado da avaliação no ensino por competência para enfermeiros educadores. Revista eletrônica de enfermagem. 2012 Disponível em revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/12705
- VALLEJO, P. Manual de Avaliação de Escolar. Coimbra. Almedina. 1979.

FÁBULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O USO DESSA LITERATURA PARA A FOMENTAÇÃO DE UM LEITOR CRÍTICO-REFLEXIVO

Lindon Johnson Pontes Portela (Estudante de pós-graduação em Tecnologias na Aprendizagem pelo Centro universitário SENAC); lindon.johnson.narutero@gmail.com *

Palavras-chave: Imaginação; Criticidade; Empoderamento; Educação.

INTRODUÇÃO

Um dos principais problemas na educação atual é a dificuldade que os educandos têm em ler e produzir textos. Ampliar o conhecimento de mundo sem o domínio da leitura e escrita é um desafio, pois através dela o aluno tem acesso a diversas áreas de conhecimento, interagindo com várias fontes de informação. Faz-se necessário que a escola com busque resgatar o valor da leitura, como o ato de prazer e promoção de cidadania desde a Educação infantil.

A literatura proporciona experiências que enriquecem o processo de formação do leitor, pois, a história ouvida e ou dramatizada pelo professor-educador, faz com que o aluno e ouvinte se empodere de um pensamento crítico, pois ela pode se ver na história e abrir questionamentos sobre ela e o mundo que vive. Assim é extremamente importante à escola como um pilar na promoção do ensino-aprendizagem proporcionar o acesso à literatura se realmente quer formar leitores.

Na atualidade em sala de aula os educadores infantis fazem o uso da literatura dos contos de fábulas para com seus alunos de educação infantil, mas é uma leitura apenas para cobrir o tempo, não há uma análise previa que o ampare para uma escolha pautada que tenha como principal esteio os grandes teóricos da área de literatura infantil, em suma esse erro de não se planejar ao contar uma história pode gerar problemas de uma atrofia literária, pois, o comodismo que o professor se encontra gerará alunos que não gostam de ler. Fazendo os dados sobre pessoas que leem rotineiramente diminuir ainda mais, num país carente de amentes de literatura desde sua infância.

A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica, a partir dos autores: Nelly Coelho (1997), Fanny Abramovich (1995), Marconi e Lakatos (1999), Maria Antonieta (1997), Pádua (1997) e Paulo Freire (1987). As leituras preliminares denotam a importância da literatura como ferramenta de transformação política-cidadã, pois através dela o leitor pode opinar inferir e criticar. A partir das pesquisas, pois com a literatura os alunos ficam

entusiasmados pelos novos dinamismos da leitura, os alunos trocaram apreciações a cerca do que foi lido, mostrando que as opiniões se divergem por diferentes razões, seja pelo jeito de ler, de perceber e valorizar.

OBJETIVOS

Expor e ponderar à importância a cerca do uso da literatura infantil em sala de aula, com foco principal nas fábulas;

Analisar o quão relevante é o uso de uma literatura, respeitando o desenvolvimento cognitivo de cada criança na Educação Infantil;

Inferir que o contato com as fábulas são de grande impacto na imaginação do aluno, moldando sua criticidade como futuro cidadão.

MÉTODOS

Neste estudo, buscou-se o caminho da pesquisa bibliográfica, visto que o objetivo foi conhecer as diferentes contribuições dos autores da área, na aplicação de aulas onde se use os contos de fábulas de maneira coerente buscando não apenas entreter o aluno, mas explorar a literatura para formar um sentido crítico no aluno. De acordo Pádua (2004, p.14):

A Pesquisa bibliográfica é fundamentada nos conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia; sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu a respeito do tema de pesquisa, pesquisando e usando como referencia importantes teóricos.

Usou-se como instrumento de pesquisa a observação bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (1999, 39.), "(...) utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos".

RESULTADOS

A importância da literatura, como os contos de fábulas, não apenas como estratégia lúdica, mas na perspectiva de uma introdução ao pensamento crítico, salientam que um de seus benefícios consiste em dar voz ao leitor para que este possa escolher o que lê e

opinar sobre a obra, possibilitando a construção de um conhecimento criticorreflexivo e como também uma base literária no prazer de ler e ouvir essas histórias. Nesse sentido, Abramovich (1995) nos diz que: “Ao ler uma história, a criança também desenvolve todo um potencial crítico. A partir daí, ela pode pensar, duvidar, se perguntar, questionar...”. Portanto, o ambiente deve ser propício para que o discente tenha essa liberdade, possibilitando em longo prazo a formação de um cidadão político consciente em nossa sociedade, já começando no pilar da educação, que é a educação infantil.

Nesta perspectiva, nota-se que a sala de aula, mais especificamente o educador infantil precisa ter uma noção sobre que história usar e por que usá-la, tendo em vista uma estratégia de leitura, usando os contos de fadas, que para Maria Antonieta (1997, p. 23): “Perrault e depois os irmãos Grimm, colecionadores dessas histórias folclóricas, estão assim ligados à gênese da literatura infantil”, essa é o nascimento de uma literatura especificamente infantil, que deve ser usada de forma consciente pelo professor-educador. Nesse caso, o professor deve ter propostas metodológicas que se desenvolviam desde mediação e contação de histórias, com incentivo ao reconto e exploração dos sentidos do texto de uma maneira a incentivar a produção oral e escrita dos discentes desde a educação infantil, pois ao pedir que o aluno desenhe parte do conto, ele vai escrever da sua maneira totalmente própria, sendo abstrato em seus desenhos ou não, o desenho em si contará o que ele ouviu e ficou marcado em sua mente, exercitando sua memória, esse é um exemplo que pode ser trabalhando na escola, da maneira correta.

Mesmo hoje há alunos que se encontram num comodismo literário, não por culpa deles, mas sim por falta de estímulos dentro da sala de aula, sendo imposto o que lê, sem ter escolha nem liberdade para selecionar os livros, pois o professor se a baseia muitas vezes não pela qualidade do livro, mas pela facilidade do que a leitura lhe possibilitava, usando livros com fábulas inadequadas sem uma sequência lógica sobre que tipo de literatura usar em cada momento. Nesse caso, Fanny Abramovich (1995, p. 99) diz que:

Estamos falando de literatura... Portanto, não se trata de livros didáticos, de não ficção, onde se disserta se dá uma explicação objetiva, seca, dura... Não é a demonstração de um teorema, nem a explanação dum fenômeno cinético distante, que acontece num laboratório de ciências e onde se busca provar algo que não está exigindo nenhuma emoção ou envolvimento pessoal.

Contudo, a maneira de ser contada em sala deve conter as emoções e o jeito de dramatizar, para assim ter toda a atenção do seu público alvo, os alunos de educação infantil. A partir das pesquisas foi possível perceber que, entusiasmados pelos novos dinamismos da leitura, os alunos trocam apreciações a cerca do que foi lido, mostrando que as opiniões se divergem por diferentes razões, seja pelo jeito de ler, de perceber e valorizar, fazendo assim uma diagnose do momento de impacto no ensino-aprendizagem. Ressaltando sobre o que foi dito, Abramovich (1995, p. 147) afirma que:

(...) também pode haver ocasiões em que se troquem opiniões... E constatar que cada um pode ter amado ou detestado o mesmo livro, por razões mui diferentes... Ou através dos olhos dos colegas, se deter em aspectos que não havia notado, se dado conta... E talvez – por isso – mudar de opinião. Mas de qualquer modo, a classe ou grupo que estives trocando apreciações perceber que não há necessidade de haver unanimidade de opinião... Mais importante é aprender a respeitas os pontos de vista dos outros – diferentes dos seus – os diversos jeitos de ler, de perceber, de valorizar ou de não ligar (...).

Assim, vê-se a necessidade de somar a literatura de contos de fábulas para formação de leitores autônomos e críticos, envoltos pela magia que esse mundo proporciona. Por meio da leitura, o leitor é capaz de projetar-se ao mundo da ficção. Como afirma Nelly Coelho (1997, p. 29):

No encontro com a literatura, os homens tem a oportunidade de ampliar, transformar ou enriquecer sua própria experiência de vida, em grau de intensidade não igualada por nenhuma outra atividade.

Precisa-se que os educadores de educação infantil se apropriem da ideia da literatura de forma categórica, não somente para ler por ler, sim com apoio teórico, fazer com que a leitura de fábulas seja uma rotina pedagógica, mas nem por isso que se torne chata e solúvel aos ouvidos das crianças, sendo algo constante e estruturado dentro da escola e classe de aula. Como defende Fanny Abramovich (1995, p. 143):

Ao ler uma história, a criança também desenvolve todo um potencial crítico. A partir daí, ela pode pensar, duvidar, se perguntar, questionar... Se sentir inquietada, cutucada, querendo saber mais e melhor ou percebendo que pode usar de opinião... E isso não sendo feito uma vez por ano... Mas fazendo parte da rotina escolar, sendo sistematizado, sempre presente – o que não significa trabalhar num esquema rígido e apenas repetitivo (...).

Assim, é extremamente importante à escola proporcionar o acesso à literatura se realmente quer formar leitores autônomos, críticos, reflexivos em uma sociedade brasileira que senti falta de um empoderamento na questão literária e da leitura em si.

Praticando a literatura infantil no convívio escolar-pedagógico, o educador faz sua práxis pedagógica que é uma ação-reflexão-ação, sendo assim, o que antes era teorizado na universidade vira uma realidade quando se entra em contato com a rotina escolar, tornando-se uma prática pedagógica, chamada de práxis, que é uma ação seguida de reflexão sobre a ação, uma ação pensada antes, com planejamento estruturado, de acordo com Paulo Freire:

Práxis que, sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação. Com efeito, enquanto a atividade animal, realizada sem práxis, não implica em criação, a transformação exercida pelos homens a implica. E é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções. FREIRE (1987, P. 59).

Nesse sentido, ser praxista é ter um dado conhecimento e aplica-lo reflexivamente, causando uma ação pedagógica, sendo que essa ação também terá uma nova reflexão que esmiúce seu sentido pedagógico, intervindo no mundo para transforma-lo positivamente. Portanto, um dos elementos que mais se destacam na prática literária com foco nos contos de fábulas será a práxis pedagógica enquanto professor-educador e formador de uma aprendizagem significativa dentro de sala de aula, vivência e intervenção, assim como, no que rege a legislação da Educação Infantil no país.

CONCLUSÃO

A pesquisa bibliográfica aqui exposta foi uma questão que por mais que nas escolas de hoje seja praticada a contação de contos de fábulas como literatura infantil, viu-se a necessidade de expandir essa visão, pois há uma introdução a criticidade que a criança é inserida quando o educador infantil planeja e lê sobre o que os teóricos refletiram e pesquisaram sobre o uso dessa literatura, de forma sistemática, nisso verificou-se que a Educação Infantil como pilar educacional que é, tem um grande ganho quando previamente tem um ponderamento científico acerca sobre que livro usar e ler para os seus alunos, vendo que uma prática pensada vai atingir positivamente na formação do ser cidadão que a criança em formação cognitiva se construirá com o passar do tempo, isso é garantido em lei.

Desenvolver integralmente está convergido no empoderamento literário, que para todos os autores que estão no corpo do trabalho são incisivos e categóricos em escrever sobre os ganhos dessa práxis pedagógica, como fator decisivo e seu integral desenvolvimento, principalmente no social e intelectual. Para se formar leitores, faz-se necessário material de qualidade e práticas pedagógicas de incentivo à leitura. No quesito materiais, faz-se necessário um rico e diversificado acervo de obras literárias e o critério da escolha deve ser pela qualidade e pelas possibilidades que este pode proporcionar e não pela pronta entrega que ele oferece. Quanto às práticas pedagógicas, é importante que tais práticas fomentem, além do gosto pela literatura, capacidades e estratégias de leitura crítica/reflexiva, o que é possível promover desde a educação infantil, como a utilização dos contos de fadas na rotina escolar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**. 5^o ed. São Paulo: Scicione, 1995.
- ANTONIETA, Maria; CUNHA, Antunes. **Litaratura infantil: Teoria e prática**. São Paulo: ática, 1997.
- COELHO, Nelly Novais. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: ática, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11^a Edição. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E.M. **metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: atlas, 1999.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: Abordagem teórico-prática. 10. Ed: Campinas, S.P: Papyrus, 1997.

A PROFISSÃO DO PROFESSOR ESTA CHEGANDO AO FIM

Leandro Mageli Brasil de Almeida (Unip) leandromageli@gmail.com

Resumo:

A profissão do professor vai acabar? Essa é a pergunta que cerca muitas profissões da atualidade e não apenas a do professor, é possível que em poucas décadas todo trabalho que puder ser automatizado será executado por máquinas e robos. A profissão do professor não é propriamente uma função que possa ser automatizada, porém o ambiente de tecnologia possibilita que a informação, matéria-prima principal para o conhecimento esteja a disposição de todos de forma dinâmica e flexível potencializando os caminhos para o desenvolvimento do ser humano e cada vez mais de forma autônoma. As configurações tradicionais de professor em sala de aula com seu grupo de alunos aparentemente transferindo saberes quase como uma "herança do saber" possivelmente não existira mais. É possível também constatar o aumento exponencial de cursos via internet e o ensino a distância (EAD), caberá ao professor assumir novos papéis na sociedade dentro dessa dinâmica de ensino e aprendizagem, não mais como o centro ou o principal pilar desse processo, mas como o maior catalizador do fenômeno de desenvolvimento humano, novos papéis que sintetizem as funções do professor com "perfumes da modernidade".

Palavras-chave: Profissão professor. Ensino EAD. Fim dos professores. Ensino presencial. Heutaogia. Andragogia.

Abstract:

It will end the teacher's profession. This is a question that surrounds many professions of the present time not just the teacher's, it is possible that in a few decades all work that can be automated will be run by machines and robberies. The profession of the teacher is not properly a function that can be automated, but the technology environment makes it possible for the information, the main raw material for knowledge is available to all in a dynamic and flexible way, potentiating the paths for the development of the human being and increasingly autonomously. The traditional configurations of teacher in the classroom with his group of students seemingly transferring knowledge almost as an "heritage of knowledge" possibly would no longer exist. We can verify the exponential increase of courses through the internet and distance education (DE), it will be up to the teacher to assume new roles in society within this dynamic of teaching and learning, no longer as the

center or the main pillar of this process, but as the greatest Catalyst for the phenomenon of human development, new roles that synthesize the functions of the teacher with "perfumes of modernity".

Keywords: Teacher profession. Distance Education. End of teachers. Classroom teaching. Pedagogy. Heutagogy.

Introdução

O objetivo principal desse texto é analisar alguns pontos dos processos que se destacam como agentes de mudanças da sociedade e que atingem diretamente a profissão do professor:

- Alta disponibilidade de informação, ou seja, a sociedade de consumo querendo ter acesso a produtos e serviços com alternativas e possibilidades cada vez maiores de canais de distribuição através do uso de tecnologias.
- A informação tratada como um bem ou produto e o professor não sendo mais o único e principal canal de acesso e distribuição desse bem.
- O crescimento exponencial do EAD (ensino a distância) e o fenômeno de oferta de cursos acadêmicos na modalidade ensino a distância e a demanda social cada vez maior por esse tipo de ensino potencializado pelas novas tecnologias.
- Os novos papéis dos professores para uma nova sociedade pós-moderna.

A profissão do professor não vai acabar! Podemos crer por diversos motivos que a profissão ou vocação do professor, depende de cada ponto de vista e cada vertente defende o seu, esta nobre profissão não acabará, mas podemos sim afirmar que o papel do antigo professor esta sofrendo profundas alterações em função da nova conjuntura de sociedade pós-moderna.

O pós- modernismo é, segundo Santos (1986), “[..] o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900- 1950).” (Santos, 1986, p.8).

De acordo com Cavalcanti

Simbolicamente, datam como o início da era pós-moderna o dia 6 de agosto de 1945, com a explosão da bomba atômica sobre a cidade de Hiroshima; a sociedade moderna – criadora- transforma-se, assim, na sociedade pós-moderna, que é capaz de propagar a destruição pois conta com desenvolvimento tecnológico para tanto e não mais possui “barreiras morais”.

Vê-se, então, uma característica essencial da sociedade pós moderna: tecnologia. Por isso a sociedade pós moderna só poderia dar seus primeiros passos nos centros de produção da era moderna: Europa ocidental e EUA, sociedades já urbanizadas, detentoras dos meios de produção, e, conseqüentemente, sociedade com grande poder de consumo.(CAVALCANTI, 2010)

O interesse por desenvolver o tema: A profissão do professor esta chegando ao fim, se da pela busca preocupante da sociedade pós-moderna em desenvolver-se com base no uso de tecnologias. Outro ponto importante para análise do tema se traduz pelas preocupações das empresas, dos mercados e porque não dizer também das instituições de ensino com um termo marcante nos dias atuais, que é a tão falada **disruptura**, ou seja, o rompimento da existência ou da permanencia de profissões, produtos e mercados. No marketing o estudo desse fenômeno é apresentado sobre o foco de "miopia de marketing".

O termo disruptura foi cunhado por Christensen.

Clayton Christensen, professor de Harvard. Ele se inspirou no conceito de "destruição criativa" cunhado pelo economista austríaco Joseph Schumpeter em 1939 para explicar os ciclos de negócios. Segundo ele, o capitalismo funciona em ciclos, e cada nova revolução (industrial ou tecnológica) destrói a anterior e toma seu mercado.

O termo apareceu pela primeira vez em um artigo de 1995, *Disruptive Technologies: Catching the Wave*. Depois, Christensen conta melhor a teoria em seus livros *The Innovator's Dilemma* e *The Innovator's Solution*

A inovação a criatividade a adaptação do homem com o seu cotidiano a convivencia com novos instrumentos, novos mercados e novas culturas tendem a acelerar cada vez mais. O rompimento com o passado ou com práticas do passado em determinadas situações abreviam até mesmo o intervalo entre dois momentos que é a transição, a passagem ou período de adaptação onde duas práticas, ou seja, a "nova" e a "antiga" se encontram e coexistem por alguma tempo.

Outro conceito que colabora para os motores das transformações é o conceito de "pensamento lateral" introduzido por Edward de Bono em sua obra *Lateral Thinking for Management* (1971). "O objetivo de pensamento lateral", diz que "a geração de novas idéias é a rejeição das antigas", ou seja, a criatividade nasce da rejeição de antigos padrões. A criatividade gera inovação que atingem todos os subsistemas da sociedade como a informação, comunicações, finanças, marketing, relações de trabalho e etc.

ALTA DISPONIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO E ACESSO A INFORMAÇÃO

As tecnologias transformaram as distâncias em endereços eletrônicos que podem ser acessados de qualquer lugar do planeta através de computadores e outros dispositivos de acesso a internet, sendo assim, grandes acervos que ficavam em continentes diferentes puderam se juntar de maneira eletrônica, em primeiro lugar pelo formato digital (livros viram páginas digitais) como por exemplo os livros digitais (e-books ou arquivo pdf) e em segundo lugar pelo endereço de internet (www).

Uma das coisas mais surpreendentes propiciadas pelo assombroso desenvolvimento tecnológico do século XX é a capacidade superampliada de agir a distância. (BAUMAN, 2013, P. 75).

Não apenas os acervos foram “iluminados” pelos acesso imediato e irrestrito pelas distâncias através de endereços eletrônicos, mas também o acesso as pessoas através de câmeras e outros dispositivos que as “vigiam” o tempo todo. Ver, ouvir, ler e interagir a distância, pronto, todos os ingredientes necessários para uma boa comunicação e um bom relacionamento estão disponíveis para o trabalho, o estudo e a diversão, apenas para citar ações positivas envolvendo esses recursos.

A sociedade moderna apresenta cenários com alta disponibilidade de comunicação e acesso a informação, facilidades oferecidas pela rede de internet e pelos diversos dispositivos de acesso a ela. A automação também ocupa uma função importante na sociedade da informação se por conceito automatizar significa padronizar, maximizar processos e economizar recursos os sites de buscas ou sites de pesquisas automatizam acesso a informação e “economizam” recursos para os usuários.

É claro que os sites de pesquisas economizam tempo e multiplicam as possibilidades para acesso as informações para todas as pessoas isto é fato, mas não estamos aqui avaliando a qualidade das informações. As pesquisas podem ter potencial tanto para qualidade quanto para a falta de qualidade. O acesso a informação é desenvolvido sobre bases comerciais, portanto, outro viés para critério de análise sobre as pesquisas.

O ambiente acadêmico como sempre em todo o tempo e o espaço, esta reservado e protegido pelos rigores normativos, isto também se repete no ambiente tecnológico, mas essa máxima não é uma condição que deva ou poderá se sustentar por muito tempo. As informações científicas, também circulam de maneira comum de modo que o leitor o usuário o aluno ou os professores precisarão cada vez mais checar e entender sobre as fontes e referências que circulam para fomentar o saber.

O CRESCIMENTO EXPONENCIAL DO EAD

Um bom exemplo para observação dos fenômenos que alteram profundamente as relações entre professores, alunos, informação, conhecimento e o ambiente acadêmico é o avanço do ensino a distância (EAD) ofertados pelas instituições de ensino e acolhido cada vez mais por um número maior de estudantes e simpatizantes dessa modalidade.

De acordo com CHAVES (2016).

Educação a Distância (EAD) é a modalidade de ensino que mais cresce no Brasil. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), das 3,3 milhões de matrículas no ensino superior, registradas entre os anos de 2003 e 2013, um terço correspondia a cursos a distância, sendo a maioria na rede privada de ensino. De 49.911 alunos em 2003, o número saltou para 1.153.572, dez anos depois. Desse total, 86% correspondia a instituições particulares de educação superior. Em 2014, segundo dados **Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)**, o total de matriculados já ultrapassava a marca de 3,8 milhões.

Segundo o **Professor Doutor Luciano Sathler**, Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) e Diretor de EAD da **Universidade Metodista**, os motivos para essa expansão são diversos, sendo os principais o Decreto Nº 5622, de 2005, que reconhece a EAD como uma modalidade de ensino, e sua consequente regulação pelo MEC, em 2006. Ao mesmo tempo, nesses anos, nós tivemos o avanço da internet em todo o Brasil, com mais pessoas tendo acesso [...] e também uma demanda maior por ensino superior, que tem levado a uma busca de mais opções para conseguir o diploma”, explica Sathler. (CHAVES, 2016)

O avanço da modalidade de ensino a distância cresce exponencialmente ano após ano no Brasil. Um caminho sem volta tanto para as universidades quanto para os alunos que buscam alternativas de formação e especialização. Alunos da graduação dispõem desses programas, os alunos das pós-graduações também são alcançados por eles, convênios internacionais são viabilizados, até mesmo cursos livres se beneficiam desses recursos inclusive com os mesmas tecnologias das grandes universidades.

Todos os tipos de cursos e treinamentos dos mais diversos campos do saber são registros do aumento substancial do ensino a distância. Os benefícios desse sistema de ensino

podem ser inúmeros, mas vamos citar os principais: ensino a distância, modelo adequado para alta demanda, segurança das informações e conforto.

É importante lembrar que o livro foi o primeiro instrumento que possibilitou o ensino a distância e atemporal, foi ele o velho e bom livro o instrumento que possibilitou a propagação do saber que antes era difundido boca a boca, por ele podemos afirmar que esta nova modalidade de ensino a distância (EAD) é uma realidade irreversível.

OS NOVOS PAPEIS PARA OS PROFESSORES

Um dos fatores que contribui para a conjuntura que pressiona os professores a assumirem novos papéis nessa sociedade moderna é a tendência de disrupção com conceitos tradicionais sociais, ou seja, desconstrução de modelos hierárquicos piramidais. As pessoas questionam cada vez as estruturas tradicionais como por exemplo a democracia e a liderança e o professor é um arquétipo que sintetiza esses dois sistemas sociais.

A história nos conta que o sucesso das empresas é a tradução do que seus consumidores conseguem perceber, ou seja, consomem ou reconhecem pelo fato de enxergar valor agregado entregue pelo serviço ou produto. Acreditamos que essa máxima será também vital para o docente do futuro, ou seja, o professor terá que entregar valor agregado, valor percebido, resultados objetivos ou subjetivos para os discentes a posição que ele ocupa e o conteúdo que ele carrega não serão mais suficientes para mantê-lo em exercício, por outro lado o docente será cada vez mais artigo raro e personagem de contato apenas em grandes centros de excelências.

Organizações com modelos de gestão para processos que agregam valor recebem coisas incompletas ou quebradas e as transformam em resultados de maior valor. (CHRISTENSEN, 2009).

O pensamento de Hannah Arendt filósofa que construía em suas obras duras críticas aos sistemas de educação do mundo ocidental moderno, identificava lapsos nos conceitos pedagógicos que preconizavam a falta de autoridade e portanto um dos maiores pontos fracos da profissão dos professores.

À sombra do predomínio da psicologia moderna e das doutrinas pragmáticas, a pedagogia tornou-se uma ciência do ensino em Geral ao ponto de se desligar completamente da matéria a ensinar. (ARENDR, 1961)

As organizações enxergaram por pura necessidade as falhas do mundo da educação e a era do treinamento organizacional fez brotar diversos tipos de "novos professores". Podemos citar varias modalidades como por exemplo: Coaches, mentores, gurus, coordenadores, facilitadores, multiplicadores entre outros. Cada qual com sua especialidade focando

sempre conteúdos integrados como por exemplo: inteligência operacional (capacidade de trabalho) com conceitos comportamentais ou cognitivos. Tudo para aproveitar da melhor maneira possível as formas de desenvolvimento humano em prol da aprendizagem.

O papel do professor será desempenhado de formas diferentes, mas a excênica de amparar a curiosidade pelo que já foi construído e ampliar a curiosidade pelo que será inventado o manterá numa posição de importância. Que os professores se responsabilizem cada vez mais por essa missão que garante a nossa existência.

Considerações Finais

Estamos vivendo uma fase de “transformações sociais” onde muitos modelos sociais sofrerão profundas alterações como um processo natural de passagem de “passado” para o “futuro”. Um termo muito usado hoje em dia para descrever esses processos de transformações que os mercados, as instituições e a sociedade de maneira em geral estão sofrendo é a disruptura.

É muito cedo para afirmar com base em disruptura que a profissão do professor está chegando ao fim. A sociedade precisa acreditar que a profissão do professor nunca terá fim. É possível sim que a profissão sofrerá nos próximos anos inúmeras alterações enquanto função e papel social. A sobrevivência do professor dependerá cada vez mais da sua qualidade enquanto curador de bons conteúdos, observado por ser bom teórico e provedor de valor agregado.

A tecnologia é o principal agente de mudança, mas existem outros fatores que contribuem e possibilitam as mudanças, os fatores culturais, os fatores sociais, os fatores econômicos e principalmente os fatores políticos que também são vetores desses processos.

Um bom exemplo de fator cultural ou fator social interagindo com o ambiente de mudanças é o caso de automação de postos de combustíveis. No Brasil mesmo com atualização da infraestrutura e automação dos postos os consumidores não se “acostumaram” a abastecer os carros por conta própria.

O futuro é incerto para todos nós seres humanos a sociedade organizada é o caminho mais racional para minimizar a turbulência das nossas existências, as disrupturas vêm acontecendo ao longo dos séculos e provocando nossa “evolução” a custas de muitas vidas que foram simplesmente ignoradas.

A pergunta que fica em função da evolução tecnológica é se a sociedade moderna levará o homem mais próximo da sua natureza selvagem ou mais próxima de sua natureza sublime:

- Sobrevivente e competitivo?

- Harmonioso ético e social?

“Não são as espécies mais fortes que sobrevivem, nem as mais inteligentes, e sim as mais suscetíveis a mudanças.” Charles Darwin

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. Liquid Surveillance (A Conversation). Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014

BENNIS, Warren. An Invented life. Trad. Renata Silva Cardoso. Rio de Janeiro: Roberto Face, Renato Carvalho, 1999

CARVALHO, Rafael. O que é inovação disruptiva? 13 fev. 2015. Disponível em: https://www.napratica.org.br/o-que-e-inovacao-disruptiva/?v=1&utm_expid=.jKaMO9SNTv2Ub6--4LvAg.1&utm_referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com.br%2F. Acesso em 24/08/2017

CAVALCANTI, Thais. Sociedade pós-moderna: características fundamentais. 8 nov. 2010. Disponível em: <http://xucurus.blogspot.com.br/2010/11/sociedade-pos-moderna-caracteristicas.html>. Acesso em 25/08/2017.

CHAVES, Laís. Educação a distância é a que mais cresce no Brasil, segundo o senso do MEC. 22 fev. 2016. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2016/02/22/1136578/educacao-distancia-cresce-brasil-segundo-censo-mec.html#>. Acesso em 26/08/2017.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KENNEDY, Carol. Guide to the management gurus. Trad. Maria Clara de Biasi. Rio de Janeiro: 2000.

CLAYTON, Christensen, JEROME, Grossman, JASON, Hwang. Inovação na Gestão da Saúde. Soluções disruptivas para reduzir custos e aumentar qualidade. Trad. André de Godoy Vieira, Mariana Belloli Cunha, Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Dr. Paulo Marcos Senra Souza e equipe da Amil Assistência Médica Internacional, 2009.

FESTA JUNINA LITERÁRIA: CRIATIVIDADE E COLABORAÇÃO EM ATIVIDADE CULTURAL NA BIBLIOTECA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC - SANTO AMARO

Fabiana Grieco Cabral de Mello Vetritti (Centro Universitário Senac – Santo Amaro);
fabiana.gcmello@sp.senac.br *

Nelson José Urssi (Centro Universitário Senac - Santo Amaro); nelson.jurssi@sp.senac.br

Resumo: Este trabalho apresenta a Festa Junina Literária, evento realizado no dia 08 de junho de 2017 na biblioteca do Centro Universitário Senac – Santo Amaro. O objetivo deste relato de experiência é realizar uma análise descritiva da iniciativa, enfatizando o processo criativo e colaborativo entre discentes, docentes, profissionais do campus e coordenação do Bacharelado em Publicidade e Propaganda.

Palavras-chave: Festa Junina Literária. Protagonismo discente. Biblioteca. Bacharelado em Publicidade e Propaganda. Centro Universitário Senac.

Abstract: This paper presents the Literary June Fest, an event held on 8th June 2017 in the library of the Senac University Center - Santo Amaro. The aim of this experience report is to obtain a descriptive analysis of the initiative, emphasizing the creative and collaborative process among students, teachers, campus professionals and coordination of the Bachelor of Advertising and Marketing.

Keywords: Literary June Fest. Student protagonism. Library. Bachelor of Advertising and Marketing. Senac University Center.

INTRODUÇÃO

Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2016, divulgada anualmente pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), 54% dos lares brasileiros têm acesso à internet, um aumento de 3 pontos percentuais na comparação com 2015.

Juntamente com a quantidade de acessos à internet, observa-se o aumento do uso do mobile. A pesquisa TIC Domicílios 2016 revela que 93% dos usuários de Internet utilizaram

o celular para navegar na rede, o que representa um aumento de quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior. Enquanto o acesso à rede por meio de computador (computador de mesa, notebook e tablet) reduziu de 80% em 2014 para 57% em 2016. Nesse contexto de disseminação da internet e ampliação do uso do mobile, torna-se cada vez mais relevante considerar a atuação dos indivíduos nas redes. Como sinalizam Trindade e Perez (2016, p. 11), as tecnologias digitais, principalmente redes sociais digitais e aplicativos, facilitam a participação dos consumidores nas ações das marcas, o que acaba por interferir em seus conteúdos, práticas promocionais, definição de produtos, vinculações a causas sociais, entre outros.

Esse conjunto de fatores, o que inclui o envolvimento significativo da população conectada nas marcas, delinea um quadro cada vez mais complexo para os profissionais. Gerenciar um negócio tem se mostrado desafiador tanto para os participantes da organização, como para quem está ligado a ela, fornecendo produtos e serviços para o funcionamento da cadeia. E é nessa cadeia que se encontram os publicitários, de quem se exige uma evolução de resultados de comunicação em prol da marca (SANT'ANNA, 2015, p. 26).

Com o objetivo de responder às demandas por publicitários cada vez mais conectados e preparados para lidar com os desafios da comunicação das marcas, no ano de 2016 houve uma mudança significativa na realização de eventos no Bacharelado em Publicidade e Propaganda. No âmbito da disciplina "Produção de Eventos", os alunos do 6º período noturno passaram a realizar as atividades referentes à concepção e organização da Semana de Comunicação (no primeiro semestre) e Semana da Criação (no segundo semestre).

A realização dos eventos esteve alinhada ao contexto atual de profissionais com um perfil mais multitarefa e voltado à noção de comunicação integrada. Tal medida corresponde ao objetivo do curso de "formar publicitários comunicadores sociais capazes de atender às constantes mudanças no mercado de negócios e tecnologias, com criatividade e postura empreendedora", conforme divulgado no portal do Senac São Paulo.

Juntamente com a Semana de Comunicação e a Semana da Criação, despontou o interesse dos próprios alunos em realizar uma festa junina no campus. Naquele momento, não se sabia ao certo que tipo de evento seria realizado. No entanto, havia um movimento crescente de alunos para a realização de uma festa no mês de junho que tivesse como ponto principal a participação discente em todas as esferas de organização do evento.

A partir desse interesse, detectado inicialmente na turma de alunos do 6º período noturno, foi desenhada uma estratégia de realização do evento no mês de junho de 2017. A estratégia contemplaria não somente a turma que cursava a disciplina "Produção de

Eventos”, mas se estenderia a todos os alunos do Bacharelado em Publicidade e Propaganda. Na ocasião também se debateu a importância do envolvimento da coordenação do curso e dos docentes. Este foi o germen para a realização da Festa Junina Literária, como será visto no item a seguir.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Logo após a Semana da Comunicação 2017, realizada nos dias 25, 26 e 27 de abril, os alunos do 6º período noturno começaram a se articular para a realização de uma festa junina que pudesse reunir todos os alunos do curso. Capitaneado pela docente Fabiana Grieco, então responsável pela disciplina “Produção de Eventos”, o grupo debateu as possibilidades de ocupação de diferentes espaços do campus.

A Semana da Comunicação e a Semana da Criação, assim como grande parte dos eventos realizados no âmbito do Bacharelado em Publicidade e Propaganda, são realizados nos auditórios 3 e 4 do Centro de Convenções. Embora fosse possível utilizar tais espaços novamente, havia interesse em explorar outros locais, pouco prováveis para a realização de uma festa junina. Depois de algumas conversas, chegou-se ao entendimento de que a biblioteca seria o espaço ideal.

A escolha pela biblioteca causou estranheza em um primeiro momento, pois muitos não identificavam o potencial do local para a realização do evento. O Manifesto “Biblioteca Escolar: a biblioteca escolar no ensino e aprendizagem para todos” (2000), contribuiu enormemente para esclarecer e consolidar a decisão de uso daquele espaço. No documento da IFLA/UNESCO traduzido para o português, considera-se que há três questões principais de ensino na educação com foco no usuário (MACEDO e OLIVEIRA, 2005, p. 22):

- conhecimento sobre a biblioteca; qual o seu propósito, quais os serviços oferecidos, como está organizada e quais os tipos de recursos disponíveis;
- habilidades de busca e uso da informação e motivação para uso da biblioteca em projetos formais e informais de aprendizagem.

Considerando o debate conduzido pela docente entre os alunos do 6º semestre noturno, foi possível abordar o conhecimento sobre a biblioteca e a questão das habilidades para a busca, embora esses não fossem os aspectos principais. O mais importante foi pontuar que a biblioteca poderia ser palco de um projeto informal de aprendizagem.

Superada a desconfiança quanto ao local do evento, o então coordenador do Bacharelado em Publicidade e Propaganda Nelson Urssi fez uma série de consultas em relação ao uso

daquele espaço. Os setores responsáveis demonstraram simpatia pela ação e deram o aceite para sua realização. Desse modo, tornava-se viável a realização da Festa Junina Literária no andar térreo da biblioteca no dia 08 de junho de 2017.

A partir do aceite dado pelos setores responsáveis e a compreensão de que a biblioteca podia abarcar um projeto de aprendizagem informal demonstrada pelos alunos, deu-se início a uma série de convites. Certas turmas e docentes passaram a se interessar pela iniciativa e assumiram o compromisso de participar. A ideia era promover a criatividade do público participante, professores e alunos, por meio de atividades realizadas em colaboração.

Importante ressaltar que a proposta da Festa Junina Literária não era de entretenimento. Desde o princípio buscou-se realizar um evento que pudesse promover o protagonismo dos alunos e fomentar a valorização dos aspectos culturais, sobretudo da cultura nordestina. Com o compromisso de participação de alunos e professores, a atividade tornou-se uma ação integradora e colaborativa.

Isso porque a ação contou com a participação de oito docentes: Ana Laura Gamboggi, Juana Diniz, Cassimiro Chaves, Beatriz Blanco, Rose Maciel e Juliano Carvalho, além da organização de Nelson Urssi e Fabiana Grieco. Cada um deles realizou um tipo de atividade específica.

Ana Laura Gamboggi realizou um conjunto de atividades que resultou na montagem da exposição sobre "Cordel" e "Diversidade", temas escolhidos pelos próprios alunos; Juana Diniz conduziu a produção do romance de autoria coletiva com os alunos do 2º período no âmbito da disciplina "Escrita Criativa". A apresentação da obra digital "Você de novo?" foi mediada pela docente e contou com o diálogo dos alunos que atuaram como autores; Juliano Carvalho realizou uma série de ações na disciplina "Estética e Poética" junto aos alunos do 5º período. As principais produções textuais foram disponibilizadas para a ação "Quentão Poético"; Cassimiro Chaves concebeu e realizou o "Quentão Poético", ação com caldeirão e gelo seco. Cada participante retirava um copo do caldeirão e declamava a poesia escrita pelo aluno do 5º período; Beatriz Blanco liderou o movimento de troca e doação de livros, oferecendo alguns itens de sua própria coleção e estimulando que os alunos presentes fizessem o mesmo; Rose Maciel foi responsável pela montagem do espaço e desenvolvimento de elementos decorativos tradicionais da cultura nordestina, tal como a capelinha de melão, citada em uma popular cantiga junina; Fabiana Grieco esteve à frente da organização do evento juntamente com Nelson Urssi. Também foi responsável pela quadrilha realizada no encerramento do evento pelos alunos do 7º período noturno.

Merece destaque a participação do alagoano João Gomes de Sá, referência nacional em literatura de cordel. A convite dos alunos do 6º semestre noturno, Sá contou um pouco de sua trajetória da cidade de Água Branca, no sertão alagoano, até São Paulo e declamou produções autorais que impressionaram o público.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A realização⁵⁶ da Festa Junina Literária no andar térreo da biblioteca do Centro Universitário Senac – Santo Amaro no dia 08 de junho de 2017 foi um marco⁵⁷ para a trajetória do Bacharelado em Publicidade e Propaganda graças ao seu pioneirismo, em diversos aspectos.

Em primeiro lugar, vale considerar a colaboração entre alunos, professores, coordenação e setores responsáveis pelos eventos e pela biblioteca. A união de esforços foi o que possibilitou a realização de uma festa junina de grande magnitude e que contou com o envolvimento direto de mais de 100 alunos e oito docentes.

Também é fundamental reconhecer o processo criativo envolvido em todas as etapas de produção, desde o debate inicial até a própria condução das atividades no dia do evento. Todo o planejamento, realizado de modo colaborativo, teve como mote a criatividade em prol de uma festa junina sem barracas, nem comida. Ou seja, o enfoque cultural exigiu novas abordagens para a temática da cultura nordestina.

Além da colaboração e da criatividade, é vital identificar o protagonismo discente. Embora os docentes do Bacharelado em Publicidade e Propaganda e outros profissionais do campus tenham atuado no projeto, os principais responsáveis pela ação foram os alunos. O projeto do evento esteve essencialmente pautado na educação como prática da liberdade, do diálogo e que implica na negação do homem isolado, como preconizou Freire (2005).

De modo geral, é possível afirmar que a Festa Junina Literária representou um passo importante em termos de aprendizado para os discentes e docentes ao abarcar atividades criativas e realizadas em conjunto dentro de uma biblioteca, espaço essencialmente focado na leitura e, muitas vezes, mantido isolado em um cenário cada vez mais marcado pelas redes no contemporâneo conectado.

⁵⁶ As fotos de cobertura da Festa Junina Literária estão disponíveis em: https://drive.google.com/drive/folders/0B_QgRvoZkGrkbXRNZDBBOEloeDQ.

⁵⁷ A notícia sobre a iniciativa está disponível em: <https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?tab=00002&newsID=a24511.htm&subTab=00000&uf=&local=&testeira=727&l=&template=&unit>.

Por meio das redes, instituições como museus e bibliotecas podem deixar a condição de entidades isoladas (remotamente complementares ou supletivas) na esfera do consumo cultural para se investirem de um verdadeiro estatuto escolar, na medida em que se integrem como agências ativas de instrução num circuito pedagógico liderado pelo docente. (SODRÉ, 2012, p. 203).

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A (coord.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2016**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017. Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores>. Acesso em: 10 set. 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- MACEDO, Neusa Dias de; OLIVEIRA, Helena Gomes de. **Diretrizes da IFLA/UNSECO para a biblioteca escolar**. São Paulo: IFLA - Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Instituições, 2005. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf. Acesso em 03 mai. 2017.
- SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. 9 ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- TRINDADE, E.; PEREZ, Clotilde. **O lugar do sujeito consumidor entre mediações e mediações do consumo: uma perspectiva latino-americana**. In: XXV Encontro Anual da Compós, 2016, Goiânia. Anais do XXV Encontro Anual da Compós. Goiânia: Compós/UFG, 2016. v. 1. p. 1-17.
- SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidades, descolonização e redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GERENCIAMENTO DE STAKEHOLDERS EM UMA EMPRESA DE CARTOGRAFIA

Bianca Sofilio da Silva; bianca_sofilio@yahoo.com.br

Resumo

Com o avanço tecnológico e as atualizações de novos conceitos, é notável a busca das empresas em entender as necessidades dos seus públicos de interesse, chamados *stakeholders*, verificar qual a influência de cada grupo para a organização e buscar a excelência no gerenciamento deles. A satisfação dos *stakeholders* garante a cooperação para com a empresa e minimiza o risco de ameaças, pois mesmo grupos pouco influentes podem se tornar representativos quando se unem a outros grupos mais fortes perante à organização. Na busca dessa satisfação, pode-se destacar a função produção das empresas, responsável pela execução e entrega do produto/serviço final. Dentro da função produção, cinco objetivos são indicados como inerentes para alto desempenho do processo produtivo, sendo eles: qualidade, rapidez, confiabilidade, flexibilidade e custo. Quando uma empresa é capaz de gerenciar seus *stakeholders* de forma satisfatória e fazer com que seu processo produtivo caminhe pelos cinco objetivos de desempenho de forma harmoniosa, pode-se concluir que os riscos e ameaças provenientes de fatores externos, como por exemplo, insatisfação dos clientes, serão minimizadas. Neste âmbito, este trabalho buscou identificar quais são os principais *stakeholders* de uma empresa do setor de cartografia, localizada no ABC, estado de São Paulo, analisando os *gaps* dos relacionamentos e as possibilidades de melhoria e estratégias sob a ótica gerencial. Paralelamente, foi possível fazer uma ligação entre os *stakeholders* e a função produção da empresa. De forma geral, o objetivo do estudo foi alcançado e o nível gerencial da empresa, após exposição dos resultados compreendeu melhor a situação atual da empresa e quais os pontos fortes e fracos para melhoria. Baseado nos resultados obtidos, constatou-se a importância dos sócios para a empresa, sendo eles classificados com “Definitivos” pelo modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997) e influenciadores de todos os cinco objetivos da função produção, seguidos pelos funcionários e fornecedores que também influenciam em 100% dos objetivos.

Palavras-chave: Gerenciamento dos *stakeholders*, Função produção, Cartografia.

ABSTRACT

With the technological progress and the updating of new concepts, it is notable the search of the companies in understanding their publics' of interest needs, called stakeholders, to verify which the influence of each group for the organization and look for the excellence in their administration. The satisfaction of the stakeholders guarantees the cooperation to the company and it minimizes the risk of threats, because even groups a little influential can become representative when they join the other stronger groups before to the organization. In the search of that satisfaction, it can stand out the function production of the companies, responsible for the execution and delivery of the final product/service. Inside of the function production, five objectives are suitable as inherent for high acting of the productive process, being them: quality, speed, reliability, flexibility and cost. When a company is capable to manage their stakeholders in a satisfactory way and to do with that his/her productive process walks for the five objectives of acting in a harmonious way, it can be ended that the risks and coming threats of external factors, as for instance, the customers' dissatisfaction, they will be minimized. In this extent, this work looked for to identify which they are the main stakeholders of a company of the cartography section, located in ABC, state of São Paulo, analyzing the gaps of the relationships and the improvement possibilities and strategies under the managerial optics. Parallel, it was possible to do a connection between the stakeholders and the function production of the company. In a general way, the objective of the study was reached and the managerial level of the company, after exhibition of the results he/she understood the current situation of the company better and which the strong and weak points for improvement. Based on the obtained results, the partners' importance was verified for the company, being they classified with "Definitive" for the model of Mitchell, Agle and Wood (1997) and influencers of all the five objectives of the function production, following for the employees and suppliers that also influence in 100% of the objectives.

Key Words: Stakeholder Management, Production function, Mapping.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vários estudos têm difundido ideias sobre gestão e gerenciamento organizacional. Segundo a MS Brasil (2014), um modelo ótimo de gestão e gerenciamento em uma empresa deve ser constituído a partir dos princípios e valores de cada organização, buscando sempre atingir seus objetivos e crescimento esperado, visando não só a

sociedade interna, mas considerando investidores e interessados nos negócios da empresa de forma direta ou indiretamente.

Porém, para o bom funcionamento da organização, aplicando as estratégias, valores, objetivos e metas pré-estabelecidos, são envolvidos alguns grupos de interesses, denominados *stakeholders*. Esses grupos podem ter alto ou baixo grau de influência para com a organização e conseqüentemente representarem uma ameaça ou cooperação para os negócios da empresa. É desse poder de influência que nasceu a necessidade de buscar o gerenciamento dos *stakeholders*.

Dentre as partes da empresa que se destacam, pode-se citar a função produção que, por sua vez é a responsável por produzir e entregar um produto/serviço de qualidade satisfatória e que atenda às necessidades e expectativas do consumidor.

De acordo com Slack et al (1997) uma função produção tem alto desempenho quando atinge os cinco objetivos da função produção: qualidade, rapidez, confiabilidade, flexibilidade e custo.

Buscou-se neste estudo, fazer um paralelo entre a função produção e o gerenciamento de *stakeholders*, de forma a analisar a influência dos grupos de interesse sobre a empresa como um todo e, especificamente, sobre o desempenho da empresa nos objetivos da função produção. Tal análise ainda não se verifica na literatura, e dessa forma, justifica-se a realização deste trabalho, pela apresentação de outra forma de análise dos *stakeholders* de uma empresa.

1.1 Responsabilidade Social Corporativa

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) atualmente é um aspecto considerado essencial à gestão empresarial estratégica e transparente. A RSC visa construir uma sinergia entre a sociedade interna (colaboradores e familiares) e a sociedade externa (sociedade e meio ambiente), com o objetivo de reduzir o impacto das ações da organização, fortalecer a cultura empresarial na qual a organização baseia seus princípios. Busca o comprometimento com a sociedade, a sustentabilidade, a ética, o respeito e a preservação do meio ambiente (KRAEMER, 2005).

Também como expõem Fischer (1999), a RSC está interligada com responsabilidade social que se trata de um conceito sociológico que determina os padrões de comportamento aceitos em uma sociedade, sejam eles referentes a relações estabelecidas entre pessoas, seja no contato interpessoal, no grupo como um todo ou no contexto de sociedade. A RSC entra como um comportamento que absorve estes valores no âmbito organizacional.

De acordo com o Instituto Ethos⁵⁸ (2005):

Responsabilidade Social Corporativa é uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Com base nesta definição, Fischer (1999) acrescenta que a RSC se trata de uma função organizacional a ser gerenciada no fluxo de interações entre os sistemas empresariais específicos e o sistema social mais amplo.

De acordo com Gaither e Frazier (2001), a responsabilidade social está evoluindo do “fazer aquilo que é direito legal das organizações” para fazer aquilo que é certo. Essa evolução se deu por inúmeras razões, porém alguns fatores são considerados os mais importantes: atitudes do consumidor, é crescente as evidências que os clientes buscam por produtos/serviços socialmente responsáveis; Regulamentos do governo: leis municipais, estaduais e federais são forte influência no âmbito da responsabilidade social; Interesse próprio: as empresas têm percebido que agindo de forma responsável, seu crescimento e lucros são maximizados a longo prazo.

Existem conceitos da RSC que são inerentes à operação da empresa, e é denominada como função social da empresa. A função social da empresa se caracteriza por ser intrínseca as funções de negócios da empresa, tais como geração de empregos, remuneração, obrigações e legislação. A função social está incluída como a responsabilidade social da empresa, que condiz á ações voltadas a desenvolvimento humano (FISCHER, 1999).

Carrol e Buchholtz (2000) definem RSC como um conceito que consolida e classifica diferentes visões e abordagens no âmbito empresarial, do ponto de vista da sociedade. Como exemplificado na Figura 1, a RSC é dividida em 4 níveis: econômica, legal, ética e

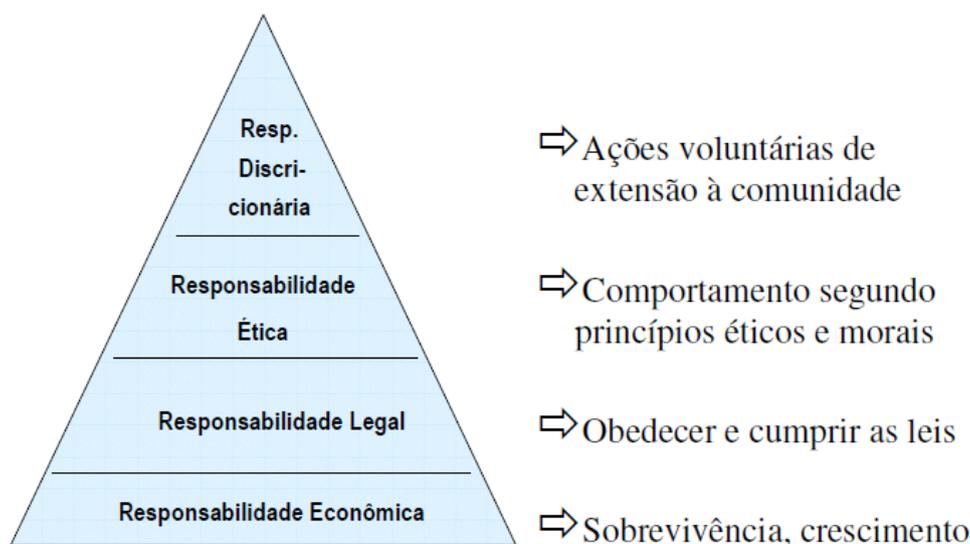
⁵⁸ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável. (ETHOS, 2005)

discricionária, que se inicia com obrigatoriedades e termina com responsabilidades assumidas de forma espontânea.

O primeiro nível, responsabilidade econômica, é a base para todas as outras responsabilidades. Este nível reflete a necessidade da empresa em cuidar da sua saúde financeira e estratégica, garantindo seu crescimento e a sobrevivência perante os concorrentes e mercado (CARROL; BUCHHOLTZ, 2000).

O segundo nível, responsabilidade legal, reflete a responsabilidade da empresa em se adequar às suas ações e legislações vigentes, o que inclui o relacionamento com o governo, consumidores, fornecedores e os *stakeholders*. Neste nível, os *stakeholders* cuja relação está regulamentada pela lei (CARROL; BUCHHOLTZ, 2000).

Figura 4- Níveis da RSC



Fonte:

Carrol e Buchholtz (2000, p. 33)

Atender a estes dois primeiros níveis significa que a empresa está adequada dentro dos requisitos da sociedade, dentro de normas e leis vigentes, o que viabiliza o seu funcionamento (CARROL; BUCHHOLTZ, 2000).

O terceiro nível, a responsabilidade ética, é algo que não é exigido, porém, é esperado das empresas. A sociedade na qual a empresa está inserida espera que a mesma aja de acordo com princípios éticos e morais da cultura social. O que leva a empresa a um patamar acima do requerido pela lei, tratando de interesses coletivos (CARROL; BUCHHOLTZ, 2000).

O quarto nível, responsabilidade discricionária, reflete as iniciativas da empresa, frente a problemas sociais, de maneira voluntária. Não é um envolvimento exigido por lei e nem sempre é esperado pela sociedade. É neste nível, que a empresa aporta de forma voluntária, recursos financeiros, materiais e humanos para melhoria de problemas e condições sociais (CARROL; BUCHHOLTZ, 2000).

Gestores afirmam que atender a exigências éticas, legais ou discricionárias comprometem os resultados financeiros (econômicos). Entretanto, é deste dilema que nasce um potencial de amadurecimento competitivo e estratégico. Empresas que transitam de forma consistente pelos quatro níveis, podem, por exemplo, se beneficiar financeiramente de ações éticas e discricionárias, afinal todos os níveis de responsabilidade são interligados, e ações em um determinado nível acarretam resultados ou consequências em outros (CARROL; BUCHHOLTZ, 2000).

Para o fortalecimento de sua atuação social, Melo Neto e Fróes (2001) agruparam as dimensões da RSC em vetores que direcionam o processo de gestão da empresa. São sete vetores que interligam critérios distintos de *stakeholders* atendidos a processos de gestão: apoio ao desenvolvimento da sociedade; preservação do meio ambiente; investimentos em colaboradores, dependentes e no ambiente de trabalho; comunicação clara, transparente e objetiva; retorno de resultado a acionistas; sinergia com fornecedores e parceiros; satisfação e comprometimento com consumidores.

Analogamente, Camarotti e Spink (2003) apresentam dois eixos para atuação social da empresa. O primeiro refere-se à responsabilidade enquanto empreendimento empresarial, que inclui ações voltadas para *stakeholders* ligados diretamente ao negócio, como colaboradores, consumidores e fornecedores. O segundo eixo refere-se à presença da empresa como atuante social dentro do espaço público, mantendo vínculos de relacionamento com a comunidade na qual está inserida e com órgãos públicos.

Melo Neto e Fróes (2001) salientam que cada empresa constrói sua própria visão ao definir seu campo de atuação, sua estratégia e qual o papel que pretende assumir no âmbito social. Os autores agrupam as diferentes visões de RSC, como segue: estratégias de relacionamento, desenvolvimento de cidadania individual e coletiva e integração social.

Enfim, como expõem Jonker e Witte (2006), a RSC é um termo recente que vem ganhando popularidade. Cobre uma gama de temas como direitos humanos, saúde, energia renovável, trabalho infantil e eco eficiência. É considerando algo positivo, mas, na maioria das vezes, não está integrado com o *business* da empresa, e a resposta para essa falta de integração é o termo ser consideravelmente vago o que o torna complicado de ser colocado em prática.

A saída para uma empresa se colocar como socialmente responsável são atividades em parcerias, redução de emissões, diálogo entre as partes interessadas, relatórios, etc. A questão é: Essas “soluções” têm contribuído fundamentalmente para que empresa realmente se torne uma corporação socialmente responsável?

Após estudos realizados por Jonker e Witte (2006), encontraram-se duas palavras chaves que podem ser usadas como pilares da RSC e resposta para a pergunta acima: sustentabilidade e responsabilidade.

1.1.1 RSC: sustentabilidade e responsabilidade

De acordo com Jonker e Witte (2006, p. 2):

Sustentabilidade refere-se a uma perspectiva normativa no mercado interno e ambiente externo sobre recursos tangíveis e intangíveis. Recursos tangíveis (água, óleo, etc.) de material primário deve ser utilizado com cuidado e, se possível, substituídos por fontes renováveis e/ou recicladas. Recursos intangíveis (*know-how*, competências, qualificações, etc.) devem ser identificados e estrategicamente mantidos.

É recomendado que as organizações cuidem de forma cautelosa dos recursos tangíveis e intangíveis, combinando-os e fazendo isso refletir em estratégia de negócios e posicionamento na cadeia de valor. Os recentes estudos sobre os efeitos da poluição sobre o planeta têm causado espanto, mostrando um declínio drástico nos recursos naturais e o inevitável aumento das temperaturas que causa um efeito dominó em outros problemas ambientais. Muitas opiniões têm se ouvido sobre o assunto, mas uma coisa é certa: o meio ambiente se tornou uma questão de responsabilidade do governo, empresas e sociedade (JONKER; WITTE, 2006).

Sobre o termo ‘responsabilidade’, de acordo com Jonker e Witter (2006, p. 2):

Hoje em dia responsabilidade refere-se não só a economia, mas também a responsabilidade social e ambiental. As organizações são desafiadas a ir além da predominante visão econômica e levar em conta um contexto mais amplo. Este desafio pode ser interpretado como exigências sociais (implícitas e explícitas) para incorporar valores sociais e ambientais na prática empresarial.

Desta forma, fica claro que a RSC se tornou ao longo dos anos um grande desafio para as empresas, quando visto a partir da perspectiva das necessidades e obrigações de sustentabilidade em crescimento (JONKER; WITTE, 2006).

Durante muito tempo o mercado empresarial acredita no método de trabalho voltado para a sobrevivência, baseado no mantra: "O único negócio da empresa é fazer negócio." (JONKER; WITTE; 2006). Mas com o tempo, esse paradigma foi perdendo força e hoje o mercado empresarial aumentou seu olhar global. Tudo está interligado. Hoje em dia, as empresas sabem que além de um serviço ou produto de alta qualidade, seu consumidor espera que suas necessidades sejam atendidas, bem como estejam seguros de que qualquer impacto negativo social ou ambiental seja reduzido. A sociedade está preocupada com as gerações futuras. Isso requer que as organizações repensem seu posicionamento e significado perante a sociedade, sem perder de vista seus objetivos econômicos primários (JONKER; WITTE; 2006).

De acordo com Soares (2004, p. 3):

A Responsabilidade Social Corporativa tornou-se um tema recorrente no âmbito das organizações ao longo da última década. Esse movimento se caracteriza fundamentalmente por uma proposta de retomada das questões éticas tanto no âmbito interno das organizações como no seu relacionamento com o público externo, qual seja, consumidores, clientes, fornecedores, governo e acionistas, os chamados *stakeholders*.

1.1.2 A responsabilidade social corporativa de forma estratégica

Segundo Fischer (1999), quando se utiliza o conceito de RSC relacionado com os *stakeholders* de uma empresa, a atuação social se resume a uma pequena parcela que envolve predominantemente o *stakeholder* comunidade. O conceito de RSC ampliado de forma estratégica engloba a relação ética e transparente com clientes, fornecedores, colaboradores, governo, sociedade e demais *stakeholders* do contexto empresarial. O fato de a empresa pensar nas ações sociais como estratégia que beneficiam a comunidade e, paralelamente resulte em ativos, não elimina a responsabilidade da empresa de manter a qualidade e o nível ético dos outros relacionamentos citados anteriormente.

Segundo Jonker e Witte (2006), o papel tradicional das empresas vem sendo reescrito. O que está em alta nos debates de sustentabilidade e responsabilidade são o

papel e função das empresas perante a sociedade, incluindo a maneira como a gestão dos negócios é conduzida em termos de valores, estratégias, propostas de negócios, mudando a forma de apresentar a responsabilidade e a prestação de contas. A opinião geral é que, futuramente a geração de capital deve ir ao encontro do desenvolvimento de capital social e natural.

Dessa forma, os autores acima concluem que a RSC não está tão ligada à qualidade individual da organização, mas sim à qualidade de suas relações com mundo (em base de valores e identidade). Isso requer uma visão inovadora, levando à junção de externalidades e uma contribuição positiva no contexto social.

Como exposto por Jonker e Witte (2006, p.4):

Se a responsabilidade social corporativa é realmente incorporada em uma organização, ela vai estar no centro dos negócios, ligada a cada proposta de negócio e agregar valor nas cadeias de valor de cada parte interessada (*stakeholders*). Isso faz com que seja possível visualizar a responsabilidade social corporativa como parte de um processo de inovação e renovação (social).

1.1.3 O “Triple Bottom Line” na responsabilidade social corporativa

A RSC geralmente tem suas perspectivas voltadas para o “*Triple Bottom Line*”, surgido de estudos realizados por Elkington (1994). Em inglês, é conhecido como 3P’s (*Planet, People e Profit* – Planeta, Povo e Lucro). Planeta refere-se à sustentabilidade; povo, à responsabilidade social; e lucro, aos resultados empresariais. Esse contexto tem servido como base para criação e adequação da RSC nas organizações (JONKER; WITTE, 2006).

Segundo Jonker e Witte (2006), problemas de implementação da RSC nas organizações surgiram, pois, o contexto “*Triple Bottom Line*” não fornece informações claras e objetivas. O foco principal é associar diferentes interesses organizações (internos e externos) de forma integrada e, dessa forma, tornar a RSC parte integrante da organização ligada à proposta de valor.

Porém, Jonker e Witte (2006) ressaltam que não se deve surpreender com casos em que a RSC é deixada de lado pelas organizações, quando estas estão ocupadas com questões “prioritárias” como economia, demanda e concorrência. A RSC só se torna organizacionalmente incorporada, quando apresenta e acrescenta resultados de valor.

Para melhorar essa perspectiva, Jonker e Witte (2006) apresentam um modelo de gestão integrada, como apresentado na Figura 2. De acordo com os autores, a proposta central do modelo apresentado na referida figura é a Proposta de Negócio, que nada mais é do que a razão de existir da organização, aquilo que ela faz e vende. Isso engloba missão, visão e estratégia de negócios com foco em criação de valor para o cliente.

Figura 5 - O modelo de gestão RSC



Fonte: Jonker e Witte (2006, p. 5) (tradução do autor)

A fim de definir a Proposta de Negócio, Jonker e Witte (2006) sugerem que quatro áreas precisam ser organizadas:

- Identidade Organizacional – abrange questões de identidade como, valores, visão, *branding*, imagem social e identidade corporativa. Dependendo da estratégia escolhida, uma identidade correspondente começa a ser criada;
- Organizar Sistemas – abrange comunicação interna e externa, definições de processos e suporte, implementações, treinamentos, marketing, desenvolvimento de qualificações, etc.;
- Prestação de Contas – abrange questões como auditorias, emissão de documentos e relatórios, contabilidade, normas de vigilância e segurança e desempenho;
- Transações – abrange questões como envolvimento dos *stakeholders*, parcerias de desenvolvimento, aquisições, diálogos e cadeias de abastecimento.

O ponto chave da Proposta de Negócio é desenvolver elementos cruciais baseados em sua estratégia para a organização. Dependendo de qual seguimento seja a estratégia da organização é possível definir a base de sua ênfase. Seja qual for a abordagem, deve-se sempre seguir uma estratégia moderna voltada para a sustentabilidade, para que o resultado seja a otimização da eco eficiência (JONKER; WITTE, 2006).

1.2 Gerenciamento de *Stakeholders*

Discussões acerca do termo *stakeholder* tem crescido significativamente ao longo do tempo (DONALDSON; PRESTON, 1995). Friedman e Miles (2006) encontraram 55 definições diferentes do termo, a mais antiga citação é datada em 1963 em um memorando do *Stanford Research Institute*, tratando *stakeholder* como os grupos aos quais dependem à sobrevivência da empresa (FREEMAN, 1984).

A definição mais difundida mundialmente é a criada por Freeman (1984) que trata *stakeholder* como qualquer grupo de interesse que influencia ou é influenciado pelos objetivos da empresa. Ao aplicar este conceito de forma efetiva, a empresa disporia de ganhos consideráveis e mudanças relevantes na forma de gerenciar estes grupos (FREEMAN, 1984).

Freeman (1984) e Frooman (1999), acreditam que a estruturação do conceito dentro da empresa estaria interligada a uma mudança de *layout* de gestão, verificando crescente necessidade de desenvolver novas teorias e modelos organizacionais, bem como a necessidade de interligar a administração empresarial com planejamento estratégico.

De acordo com cada tipo de organização e objetivos, os grupos de *stakeholders* podem mudar de um caso para outro. Segue abaixo os exemplos de grupos de *stakeholders* mais populares na literatura, e os adotados como amostra de pesquisa no estudo de caso deste trabalho (SOUSA; ALMEIDA, 2006):

- **Proprietários:** São os responsáveis pela idealização e investimento de capital para que a empresa nascesse. São o único grupo que não tem remuneração fixa, visam a maximização, esperando que sua remuneração seja de acordo com o trabalho e capital investidos. São caracterizados pelo poder, podendo estes ser majoritários ou não; no item proprietários, pode-se acrescentar o *stakeholder* "Gerentes", que são os responsáveis por determinar a significância dos outros grupos de *stakeholders*, monitorá-los e identificar ganhos ou perdas para a organização.
- **Bancos:** são os responsáveis por prover recursos financeiros para a organização. Podem ajudar a organização em sua colocação no mercado, investimento,

crescimento e destaque no mercado. Por outro lado, podem colaborar com a perda de valor da organização no mercado.

- Consumidores: são responsáveis por direcionar a organização à meios que proporcionem o alcance de seus objetivos, atuando na estratégia da empresa em quesitos importantes como custo, qualidade, rapidez, etc. Atendendo às necessidades e expectativas dos clientes, a organização busca convencer o cliente a adquirir o produto/serviço, bem como fidelizá-lo.
- Funcionários: são os responsáveis pelo funcionamento da empresa; com suas habilidades, experiências e conhecimento são os protagonistas da função produção e implementadores das ideias e estratégias da organização, colaborando continuamente com o crescimento da empresa.
- Fornecedores: são os responsáveis em fornecer matéria-prima com qualidade satisfatória, para que a empresa seja capaz de produzir seus produtos/serviços. Podendo esta relação ser amigável e geradora de progresso, ou então uma relação de tensão relacionada a contratos, pagamentos, etc.
- Concorrentes: É o grupo de *stakeholder* que afeta diretamente a organização, porém é o grupo de mais difícil gerenciamento. Quando bem observado e utilizado, é o grupo que propulsiona a empresa a crescer com novas ideias, parâmetros comparativos e conquista de novas oportunidades.
- Governo: é visto como autoridade maior, criador de leis que regem a organização e seu relacionamento com os demais grupos de *stakeholders*.
- Comunidade: é o ambiente ao qual a empresa está inserida, fazendo com a empresa se preocupe com sua responsabilidade social, agindo de forma a não prejudicar a população em seu entorno, agindo dentro da lei e de forma ética.
- Mídias: são a grande massa, responsável por difundir o nome da empresa, seja de forma positiva ou negativa, criando a reputação da empresa. Fornece informações públicas a respeito da organização, bem como executa campanhas de *marketing*, vincula notícias, etc.

Além dos principais grupos de *stakeholders* citados, ainda pode-se destacar o grupo “Interface *Stakeholder*” (HANASHIRO; TEIXEIRA. ZACARELLI, 2008), que são os funcionários da organização, responsáveis por coletar informações no ambiente interno e externo e transmiti-las ao grupo de gerenciamento da empresa, de forma a representar todos os demais grupos de *stakeholders* acima descritos. O trabalho destes funcionários é de suma importância para a geração de bons relacionamentos entre todas as partes

envolvidas, e o desenvolvimento de objetivos estratégicos da empresa, satisfazendo as necessidades da organização e de seus *stakeholders*.

Embora todos os *stakeholders* tenham sua representatividade dentro da empresa, o grau de influência pode variar em consequência do tempo e do grau de dependência de cada grupo. Por essa afirmação, alguns autores passaram a classificar os *stakeholders* de acordo com sua importância para a organização (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2008).

De acordo com Clarkson (1995), os acionistas, executivos, proprietários, investidores, funcionários, fornecedores, governo e comunidade são os *stakeholders* sem os quais a empresa não sobreviveria, sendo denominados "*Stakeholders* Primários". Cornell e Shapiro (1987 *apud* HANASHIRO, TEIXEIRA E ZACCARELLI, 2008), acrescentam que estes são *stakeholders* considerados críticos, e apesar de serem os grupos essenciais para a sobrevivência da empresa, o inverso não é verdadeiro, pois são grupos que se mantêm de forma independente à organização.

É a classificação com maior grau de influência e dependência entre a empresa e os grupos envolvidos, podendo ser cooperadores para com a empresa, ou ameaçadores, caso suas necessidades não sejam atendidas (CLARKSON, 1995).

Clarkson (1995), define como "*Stakeholders* Secundários", os grupos que tem o poder de guiar a massa contra ou a favor da empresa. O grau de dependência desses grupos é baixo, influenciam ou são influenciados pela organização, porém não são essenciais para sua sobrevivência. Nesta classificação, pode-se destacar as mídias.

Um outro método de classificação é o proposto por Hiit, Ireland e Hoskisson (2008) conforme exposto na Tabela 1. Esta classificação divide os *stakeholders* em três grupos, aos quais são agrupados por terem o mesmo tipo de influência ou necessidade.

Tabela 3 - Classificação dos stakeholders proposta por Hiit, Ireland e Hoskisson (2008)

<u>Stakeholders do Mercado de Capitais</u>	Grupo interessado no retorno do valor investido na organização. Podem ser classificados aqui os acionistas e proprietários.
<u>Stakeholders do Mercado de Produtos</u>	São os grupos relacionados com os benefícios atingidos com a produção de produtos/serviços e o grau de concorrência existente no mercado.

	Podem ser classificados aqui os clientes, fornecedores, comunidade e sindicatos.
<u>Stakeholders Organizacionais</u>	São os grupos relacionados ao funcionamento da empresa, desde cargos gerenciais até cargos operacionais. Podem ser classificados aqui os funcionários.

Fonte: Elaborada pela autora (2016)

O principal objetivo do gerenciamento de *stakeholders*, de acordo com Freeman e McVea (2001), é fazer com que o nível gerencial da organização entenda os interesses de cada grupo de *stakeholder*, levando-os a apoiar os objetivos da empresa, gerando bons resultados a longo prazo.

Segundo Hanashiro, Teixeira e Zaccarelli (2008), é de suma importância que os níveis gerenciais das organizações reconheçam e considerem as consequências de suas ações em relação aos *stakeholders*, bem como as ações dos *stakeholders* relacionadas à empresa. É considerável a busca de equilíbrio dos interesses de todas as partes, cuidando para satisfazer as necessidades dos grupos, sem causar a insatisfação de outros.

Buscando assistir os níveis gerenciais na busca do equilíbrio para atender as necessidades tanto da empresa quanto dos *stakeholders*, Blair e Fottler (1998 *apud* HANASHIRO, TEIXEIRA E ZACCARELLI, 2008) criaram o seguinte passo a passo, que mais tarde foi acrescido do passo seis por Malvey, Fottler e Slovensky (2002 *apud* HANASHIRO, TEIXEIRA E ZACCARELLI, 2008):

- 1) Identificar todos os *stakeholders*;
- 2) Identificar os *stakeholders* com maior poder de ameaça, conhecidos como *stakeholders-chave*;
- 3) Classificar os *stakeholders-chave* de acordo com seu apoio à organização;
- 4) De acordo com a classificação do passo anterior, desenvolver uma estratégia de ação;
- 5) Se responsabilizar pelos *stakeholders-chave* implementando a estratégia escolhida;
- 6) Gerenciar e monitorar a estratégia implantada (sugere-se que esta ação seja tomada pelo grupo "Interface *Stakeholder*"), solucionar possíveis falhas reiniciando o passo a passo.

É importante que os níveis gerenciais saibam quais os tipos de *stakeholders* com os quais está se relacionando, dependendo de três tipos de influência: poder, legitimidade e urgência, que serão melhor elucidadas mais a frente neste trabalho (MITCHELL; AGLE, WOOD, 1997).

Quanto a dúvida de qual grupo deve ser gerenciado, Freeman e Reed (1983, p. 91) explicam que:

Em quanto os executivos estão dispostos a incluir os empregados, fornecedores e consumidores dentro do grupo de análise, muitos resistem com a inclusão de grupos adversários. No ponto de vista da estratégia da organização, *stakeholders* devem ser compreendidos no amplo sentido: as estratégias precisam ser para aqueles no grupo que são afetados pelo empreendimento e objetivos da empresa. Com outras palavras, os influenciadores, críticos, público e o eleitorado.

Dessa forma, é classificando os *stakeholders* que os níveis gerenciais terão ferramentas para identificar quais os grupos possuem maior poder de influência e quais as melhores ações a serem tomadas para melhorar as relações na organização. Porém, é imprescindível ressaltar que as classificações dos *stakeholders* pode mudar de forma constante, variando sua posição dentro da empresa, fato que ocorre devido a mudança de seus interesses, o que proporciona a ganha e/ou perda de aspectos de influência na organização (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

1.3 Ferramenta de Análise do Tipo de Influência dos Stakeholders

Tendo em mente a necessidade de classificar e gerenciar os *stakeholders* de uma empresa de forma satisfatória, a fim de levá-los a cooperar com a organização, diversos modelos foram criados acerca do assunto, buscando embasar teorias sobre identificação, classificação e mensuração dos *stakeholders*.

Nas seções 2.3.1 e 2.3.2 serão expostos os modelos de Mitchell, Agle e Wood (1997) e de Savage *et al.* (1991). Posteriormente, serão expostos os objetivos da Função Produção, bem como a sua relação com os *stakeholders*.

1.3.1 Modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997)

Baseado nos fatores poder, legitimidade e urgência, Mitchell, Agle e Wood (1997) criaram um modelo dinâmico para classificação dos *stakeholders*.

Seguem as definições desses três fatores:

- Poder – “[...]é a probabilidade que um ator dentro de uma relação social estar numa posição social para seguir sua própria vontade, sem resistência” (WEBER, 1947 *apud* MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997 p. 72), de forma que o poder é transitório, podendo ser adquirido ou perdido sem especificação de momento. Muitas vezes, o poder é uma função da dependência da empresa sobre o *stakeholder*, em outras palavras, quanto mais dependente a empresa, mais poderoso é o *stakeholder* (SAVAGE *et al.*, 1991).
- Legitimidade – Para Suchman, (1995 *apud* Mitchell, Agle e Wood, 1997 p. 574):

É uma percepção generalizada ou declaração de que as ações de uma entidade são as desejadas, próprias ou apropriadas dentro de um sistema de normas, valores, crenças e definições socialmente construído.

- Urgência – De acordo com Mitchell, Agle e Wood (1997), urgência é a reclamação de atenção imediata, baseada na sensibilidade do tempo. Em outras palavras, quando o tempo para atender à solicitação é inaceitável pelo *stakeholder*.

Tendo em vista que o posicionamento da empresa ou dos *stakeholders* pode mudar ao longo do tempo, os atributos conseqüentemente também mudam, podendo aumentar ou diminuir os atributos que cada grupo possui, o que torna o modelo dinâmico (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

Com a interação dos atributos poder, legitimidade e urgência, os autores concluíram que os *stakeholders* podem ser classificados de 8 maneiras diferentes: inativo, arbitrário, exigente, dominante, perigoso, dependente, definitivo e não-*stakeholder*.

A interação dos atributos e as classificações podem ser analisadas na Figura 3.

As três primeiras classificações “Inativo, Arbitrário e Exigente” possuem apenas um atributo de influência e devem tão-somente ser monitorados pela empresa. É aconselhável que apenas sejam gerenciados, os *stakeholders* que adquirirem algum outro atributo.

De acordo com Mitchell, Agle e Wood (1997), os “Inativo” são os *stakeholders* para os quais o nível gerencial da empresa não desperdiça tempo ou esforço para gerenciar.

Essa ação acontece porque o grupo apenas possui o atributo poder, que normalmente é identificado pelo pouco relacionamento com a empresa. Entretanto, é aconselhável que o nível gerencial permaneça vigilante em relação a este *stakeholder*, pois pode conquistar mais influência dentro da empresa, caso adquira mais algum fator (legitimidade ou urgência) (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

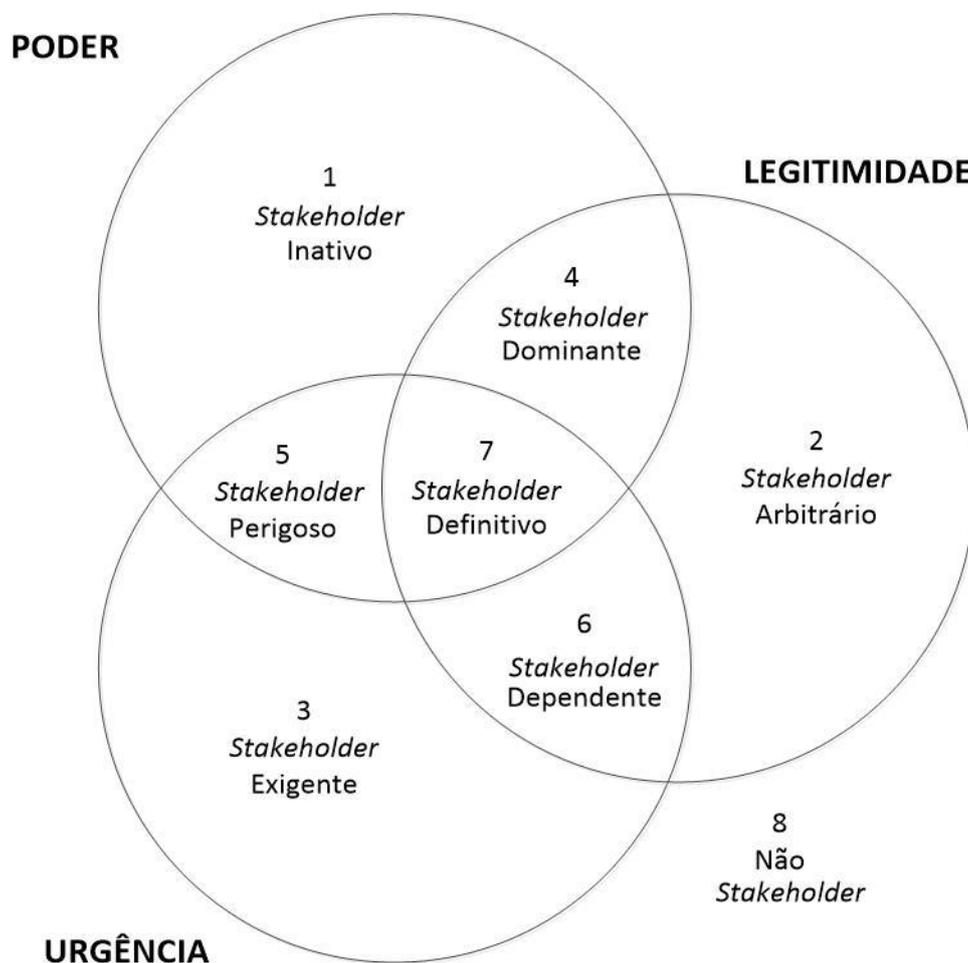
A classificação "Arbitrário" é um grupo que por possuir apenas atributo "legitimidade" está ligado a organização por ações referentes à responsabilidade social, e apenas deverá ser gerenciado pela empresa caso adquira um outro atributo (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

A classificação "Exigente" são os *stakeholders* que possuem apenas o atributo "urgência", e assim como as classificações anteriores, somente será gerenciado pela empresa, caso adquira algum outro atributo (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

As próximas classificações são baseadas em combinações de dois ou mais atributos de influência, devendo estas serem gerenciados pela empresa com maior atenção.

A classificação "Dominante", de acordo com Mitchell, Agle e Wood (1997), são os grupos que possuem a combinação dos atributos poder e legitimidade. Assim, é aconselhável que a empresa tenha um bom relacionamento com estes *stakeholders* e que eles reconheçam sua representatividade e significância na organização.

Figura 6 - Classificação qualitativa dos stakeholders, atribuindo-se um, dois ou três fatores de análise



Fonte: Michel, Agle e Wood (1997, p.874) (tradução do autor)

Conforme Mitchell, Agle e Wood (1997), a classificação "Dependente" são os grupos que possuem a combinação de atributos legitimidade e urgência, e justamente pela falta de poder são dependentes de outros *stakeholders* com poder suficiente para representá-los.

A classificação "Perigoso" envolve os grupos que possuem os atributos poder e urgência combinados. Estes podem exercer papel perigoso dentro e fora da empresa, sendo importante gerenciá-los de modo a buscar cooperação eliminando o grau ameaçados desses *stakeholders* (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

Os grupos com maior representatividade são os classificados como “Definitivos”, que possuem os três atributos combinados (poder, legitimidade e urgência) e, de acordo com Mitchell, Agle e Wood (1997), devem ser a prioridade de gerenciamento da empresa.

Por fim, é possível verificar a classificação “não-stakeholder” que se trata de grupos neutros, que não influenciam na organização e com os quais não se deve haver desperdício na busca do gerenciamento.

1.3.2 Modelo de Savage et al. (1991)

O modelo proposto por Savage et al. (1991) classifica os *stakeholders* após analisá-los através do grau de cooperação e de ameaça. Esta análise resulta em quatro classificações para os *stakeholders*: Solidário, Ambíguo, Não-Solidário e Periférico.

Na Figura 4 é possível verificar o Modelo de Savage et al. (1991) de forma genérica e analisar as classificações de acordo com os graus de cooperação e ameaça.

Na classificação “Solidário” pode-se considerar os acionistas, proprietários, nível gerencial, funcionários e fornecedores. Estes *stakeholders* possuem alto grau de cooperação e baixo grau de ameaça, em outras palavras, pode-se dizer que são os responsáveis por suportar as estratégias da empresa (SAVAGE et al., 1991).

De forma estratégica, Savage et al. (1991) sugere que o gerenciamento desses grupos seja feito difundida a ideia de colaboração e cooperação entre as partes, buscando a descentralização do poder e aumento da participação.

Na classificação “Periférico”, considera-se os *stakeholders* com baixo grau tanto de cooperação quanto de ameaça. Geralmente são grupos relacionados à responsabilidade social, e quando a empresa descuida deste quesito pode potencializar o grau de ameaça desses grupos. Dessa forma, a melhor estratégia de gerenciá-los é observar e buscar cooperação a fim de desviar a atenção dos riscos, minimizando as ameaças (SAVAGE et al., 1991).

Figura 7 - Tipologia de diagnóstico da organização dos stakeholders

		POTENCIAL DE AMEAÇA DO STAKEHOLDER	
		ALTO	BAIXO
POTENCIAL DE COOPERAÇÃO DO STAKEHOLDER	ALTO	<i>Stakeholder tipo 4</i> AMBÍGUO Estratégia: Colaborar	<i>Stakeholder tipo 1</i> SOLIDÁRIO Estratégia: Envolver
	BAIXO	<i>Stakeholder tipo 3</i> NÃO SOLIDÁRIO Estratégia: Defender	<i>Stakeholder tipo 2</i> PERIFÉRICO Estratégia: Monitorar

Fonte: Savage *et al.* (1991, p.65) (tradução do autor)

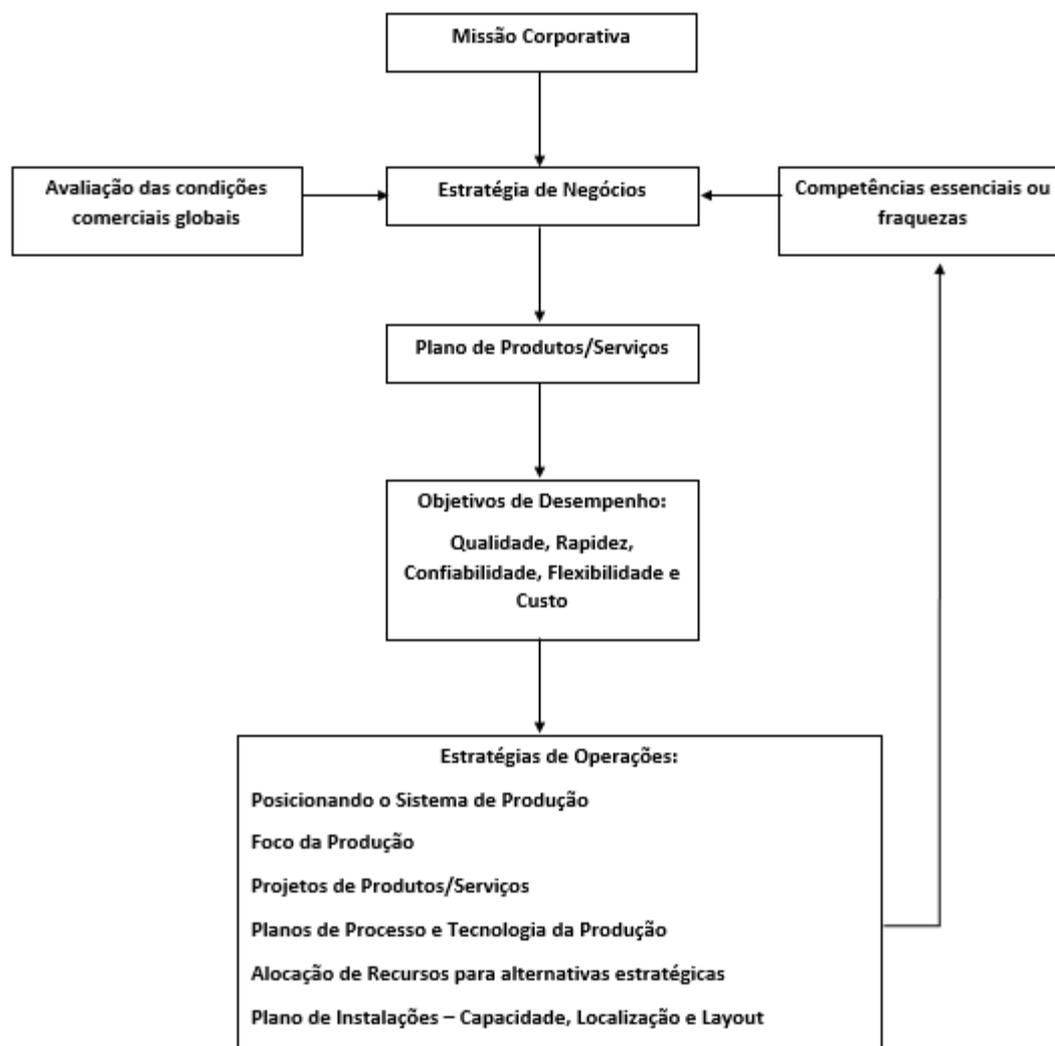
Na classificação "Não-Solidário", Savage *et al.* (1991), consideram os concorrentes, o governo e a mídia. São *stakeholders* com alto grau de ameaça e baixo grau de cooperação. Dessa forma, a empresa deve se defender destes grupos de forma estratégica.

Por fim, na classificação "Ambíguo" pode-se considerar os colaboradores, os clientes e os fornecedores. São *stakeholders* com alto grau tanto de ameaça quanto de cooperação e, conseqüentemente os grupos de maior nível estratégico. A melhor forma de gerenciamento para estes grupos é a busca pela colaboração, a fim de reduzir atitudes opositoras à organização (SAVAGE *et al.* 1991).

1.4 Os Objetivos da Função Produção

De acordo com Gaither e Frazier (2001), quando uma empresa deseja obter sucesso, é importante que ela crie sua estratégia de operações, derivada da missão corporativa e estratégia de negócios da organização, como ilustrado na Figura 5.

Figura 8 - Desenvolvimento de uma estratégia de operações



Fonte: Adaptado de Gaither e Frazier (1999 p. 2001)

De forma objetiva, missão corporativa é o conjunto de metas da organização para longo prazo. A missão inclui declarações sobre o tipo de negócio em que a empresa está inserida, qual seu público alvo e quem são seus clientes, sua missão, convicções básicas a respeito do negócio e quais as metas para sobrevivência da empresa, bem como maximização, crescimento, expansão e lucratividade (GAITHER; FRAZIER, 2001).

Competências essenciais ou fraquezas são definidas por Gaither e Frazier (2001) como as vantagens e desvantagens na captação de mercado. Dentro dessas competências inclui-se tecnologia avançada, funcionários altamente capacitados e motivados, flexibilidade, etc. O uso das competências essenciais na estratégia de operações é

encontrar formas de capitalizar os benefícios resultantes dessas competências, a fim de desenvolver outras novas competências e aumentar o *Market share*.

Os autores definem Estratégia de Operações como (GAITHER; FRAZIER, 2001 p. 39):

Um plano de ação de longo prazo para a produção de produtos e serviços de uma empresa e constitui um mapa daquilo que a função produção deve fazer se quiser que suas estratégias de negócios sejam realizadas. As estratégias de operações incluem decisões sobre questões como quais novos produtos devem ser desenvolvidos e quando eles devem ser introduzidos na produção, quais novas instalações são necessárias e quando, quais novas tecnologias e processos de produção devem ser desenvolvidos e quando, e quais esquemas de produção serão seguidos para produzir os produtos e serviços.

Assim, pode-se perceber a importância da função produção dentro de uma organização, sua autonomia, decisões necessárias e quão habilidosa deve ser.

A função produção é a responsável por atender às demandas advindas dos consumidores da empresa. Dessa forma, é possível definir a expressão “função produção” como um papel exercido pela produção da empresa além de seus atividades e responsabilidades óbvias (SLACK *et al.*, 1997).

Segundo Slack *et al.* (1997), é importante destacar e justificar qual a razão de existir da função produção dentro da empresa. Os autores destacam três papéis básicos:

- Apoio à estratégia empresarial – O papel da produção é atuar de forma estratégica provendo as condições necessárias para que a organização atinja seus objetivos estratégicos. Quanto melhor a produção atuar neste papel, mais apoiará as estratégias competitivas da organização, de forma que se a organização mudar a estratégia, é preciso que a produção esteja preparada para atender a essas respectivas mudanças.
- Implementadora da estratégia empresarial – Uma estratégia é intangível, de modo que tudo que se vê relacionado a isto é a forma como a produção se comporta na prática, atendendo aos requisitos da estratégia estabelecida. Este papel torna a função produção muito significativa dentro de uma organização, partindo do princípio que uma produção inepta pode destruir até a estratégia mais promissora.

- Impulsionadora da estratégia empresarial – É a forma como a produção se comporta que irá gerar resultados a longo prazo. Qualquer organização que forneça produtos/serviços melhores, mais rápidos, em tempo, em maior variedade e mais baratos que o concorrente, garantirá maior vantagem competitiva ao longo do tempo para a organização.

Desde modo, Hayes e Wheelwright (1984 *apud* SLACK *et al.*, 1997, p. 66) desenvolveram um modelo de quatro estágios que pode ser utilizado por qualquer empresa para avaliação do papel competitivo e a contribuição de sua função produção. O referido modelo tem como base a afirmação de que “A habilidade de qualquer função produção exercer seus papéis na organização pode ser julgada considerando-se seus propósitos ou aspirações organizacionais”.

Hayes e Wheelwright (1984 *apud* SLACK *et al.*, 1997) dividiram este modelo com os seguintes estágios:

- Estágio 1 – Neutralidade Interna: É o nível mais fraco da função produção. Vista por outras áreas da empresa, a produção é considerada pouco colaborativa para o sucesso competitivo da organização, onde se mantém internalizada e neutra. Não é vista como fonte de nenhum talento, *insight* ou originalidade, mas sim como aquela que aspira atingir minimamente os padrões necessários demandados pela empresa. Às vezes pode ser considerada um “mal necessário”;
- Estágio 2 – Neutralidade Externa: Neste estágio a função produção não prejudica a empresa como no estágio anterior, porém ainda não é original e não impulsiona ideias para a organização, mas tenta, neste estágio ser apropriada para suas operações adotando a melhor prática de seus concorrentes. Seguindo o que existe de melhor nos concorrentes do setor, a produção tentará se manter externamente neutra.
- Estágio 3 – Apoio Interno: Neste estágio, a produção busca ter uma visão ampla de seus concorrentes, tendo em mente todos os objetivos de sua organização a fim de se colocar na melhor colocação do mercado. Aqui, a produção deixa de apenas atender a demanda com os recursos apropriados, mas está tomando o papel de implementadora de estratégias, buscando prover apoio interno à organização;
- Estágio 4 – Apoio Externo: A sutil diferença desse estágio é que a empresa é vista como provedora da base para o sucesso futuro, de forma que a função produção esteja voltada a olhar a longo prazo, prevendo as prováveis alterações do mercado e nos fornecedores a fim de subsidiar o desempenho empresarial exigido pelas

condições de mercado futuras, tentando manter a organização um passo à frente de seus concorrentes.

A evolução da função produção pelos quatro estágios, onde no início a colaboração para a empresa é negativa, no decorrer dos estágios passa a ser positiva, se tornando estratégica, contribui significativamente para o sucesso da empresa. Após tamanho progresso, a empresa passa a confiar na produção como “vantagem competitiva baseada em produção”, utilizando-a como sua estratégia competitiva (SLACK *et al.*, 1997).

1.4.1 Cinco objetivos da função produção

A Figura 6 apresenta os cinco objetivos da produção.

É a vantagem competitiva baseada em produção, citada por Slack *et al.* (1997) na seção acima, que contribui para o sucesso de uma organização. Alcançar essa vantagem é possível aplicando os cinco objetivos de desempenho: qualidade, rapidez, confiabilidade, flexibilidade e custo.

Em resumo, é a forma como se gerencia a produção e as atividades correlatadas de uma empresa, que resulta no atendimento satisfatório dos objetivos de desempenho, conforme pode ser observado na Figura 6 acima.

Figura 9 - Contribuição da produção para atingir os objetivos de desempenho



Fonte: Slack *et al.* (1997 p. 70)

Tendo em vista a importância de desempenhar com excelência os objetivos da função produção, Slack *et al.* (1997) explora cada objetivo, como segue:

- 1) Objetivo Qualidade – Significa realizar as atividades de forma correta, de acordo com cada tipo de operação. A qualidade é considerada um dos objetivos mais importantes, que por ser a parte mais visível das operações, é o que é considerado mais fácil de analisar pelo consumidor, exercendo grande influência na satisfação ou insatisfação de seus clientes. De forma positiva, boa qualidade atende as expectativas do consumidor e garante a probabilidade de que ele irá retornar. Todavia, má qualidade afasta o consumidor e pode prejudicar o nome da empresa perante o mercado. Pensando em qualidade, buscar a satisfação de clientes internos da organização, torna a operação mais fácil, reduzindo erros e consequentemente reduzindo custos e aumentando a confiabilidade.

O objetivo qualidade pode ser diretamente influenciado pelos *stakeholders* fornecedores e funcionários. De forma direta, os funcionários são responsáveis pelo funcionamento da linha de produção da empresa e consequentemente, responsáveis por entregar um produto/serviço de qualidade satisfatória ao cliente. Por outro lado, para obter qualidade, é preciso que os fornecedores comercializem matéria-prima de boa procedência e que atenda às necessidades da empresa. Pode-se destacar que a mídia tem uma pequena parcela de influência nesse objetivo, quando divulga de forma boa ou ruim a qualidade da empresa.

- 2) Objetivo Rapidez – Significa o tempo de espera dos consumidores entre a ordem de compra e o recebimento do produto/serviço. O maior benefício atingido com a rapidez é o enriquecimento da oferta. Em outras palavras, quanto mais rápido um produto/serviço estiver à disposição do consumidor, maiores as chances de que ele venha a comprá-los. Porém, para atender de forma rápida os consumidores externos é preciso ter rapidez internamente, a rapidez na tomada de decisão, na movimentação de pessoas, informações e matérias primas. A rapidez reduz o estoque e o tempo de espera nas filas do processo produtivo.

Este objetivo pode ser influenciado novamente pelos funcionários e pelos fornecedores que, se operarem suas funções da forma correta evitarão a parada da produção, e atrasos que afetem o cliente. Os sócios, acionistas, gerentes e etc. podem influenciar neste objetivo, no âmbito administrativo/gerencial.

- 3) Objetivo Confiabilidade – Significa cumprir o que foi prometido ao consumidor, porém a confiabilidade só pode ser julgada após os clientes receberem os produtos/serviços. Ao escolher por determinada empresa, o consumidor não possui nenhuma referência em relação a confiabilidade, entretanto, se ao final do processo de compra a confiabilidade não for satisfatória afetará a chance de o consumidor repetir a compra. Na operação interna, a confiabilidade tem a mesma importância, pois os clientes internos analisarão uns aos outros de acordo com o nível de confiabilidade. A confiabilidade economiza tempo, dinheiro e provê estabilidade, já que uma operação com falha de confiabilidade tem sua qualidade de tempo afetada. Se todo o processo produtivo for confiável, e permanecer assim, haverá um nível alto de confiança entre todas as partes envolvidas, de forma que todo o processo seja previsível.

Os responsáveis por tornar o processo de compra algo previsível, novamente são os funcionários, fornecedores e os envolvidos com o grupo gerencial. Evitar surpresas desagradáveis tanto ao cliente interno quanto para o externo está relacionado com o bom funcionamento da empresa como um todo, e principalmente do processo produtivo.

- 4) Objetivo Flexibilidade – Significa a capacidade de mudar a operação da forma que seja necessária ou quando seja necessário, a fim de satisfazer as necessidades de seus consumidores. Essas necessidades podem estar relacionadas com a flexibilidade do produto/serviço, flexibilidade de compostos ou *mix* (ampla variedade ou *mix* de produtos/serviços), flexibilidade de volume e flexibilidade de entrega. Olhando para a operação interna, a flexibilidade agiliza o tempo de resposta, maximiza o tempo e mantém a confiabilidade por agilizar o processo produtivo de forma geral. Este objetivo pode ser influenciado por diversos grupos de *stakeholders* como, os de nível gerencial/administrativo, que são os responsáveis pelas decisões, tomadas de decisão e estratégias que impactam diretamente na flexibilidade da organização. O objetivo flexibilidade também pode ser influenciado pelos bancos, quando envolvidos nos investimentos da empresa, pode ser influenciado pelos consumidores, que são os responsáveis por definir quais as necessidades de alteração da empresa com a finalidade de atender à demanda, os fornecedores que podem influenciar quando são tomados como comparativo no mercado, o governo e a

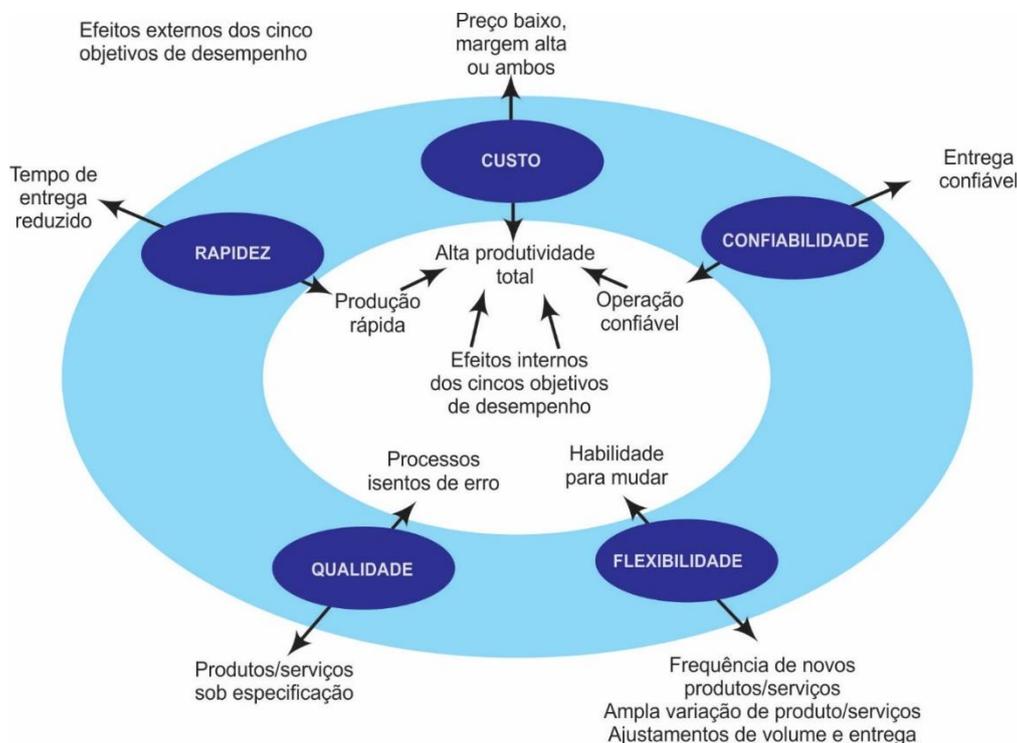
comunidade influenciam quanto à aceitação e legalização dependendo de quais as necessidades de alteração na empresa. E, novamente, os funcionários e fornecedores influenciam por estarem diretamente ligados ao processo produtivo.

- 5) Objetivo Custo – É o objetivo mais importante, tendo em vista que mundialmente as empresas concorrem diretamente em preço. Quanto menor é o custo de produção de um produto/serviço, menor poderá ser o preço final para o consumidor, gerando mais lucro para a empresa. Os custos envolvidos na função produção são os custos com funcionários, os custos de instalações, equipamentos e tecnologias e o custo de materiais.

Este objetivo pode ser influenciado por todos os grupos de *stakeholders* estudados neste trabalho, uns mais expressivamente, outros menos. Porém é o trabalho de todos os grupos, suas habilidades e capacidades que tornam a empresa competitiva no quesito custo/preço.

Com a compreensão de cada objetivo de desempenho da produção, como exposto acima, é possível identificar o seu valor e quais as suas influências na operação e nos clientes internos e externos e também a possível influência dos grupos de *stakeholders* na capacidade da empresa em atender aos objetivos de desempenho (SLACK *et al.*, 1997). Tendo em vista esta importante ligação entre os objetivos de desempenho e os *stakeholders* da empresa, fica clara a importância de analisar, cada empresa individualmente, como esses objetivos da função produção podem ser de fato afetados pelos seus *stakeholders* em cada caso específico. Quando essas influências são conhecidas, a gestão dos *stakeholders* pode ser direcionada ao favorecimento do alto desempenho desses objetivos. A Figura 7 também procura representar esses efeitos.

Figura 10 - Efeitos internos e externos provocados pelos objetivos de desempenho da função produção



Fonte: Slack *et al.* (1997 p. 83)

Segundo Slack *et al.* (1997), essas influências afetam nos custos de produção das mais variadas formas, como por exemplo, uma operação com alto desempenho de qualidade não gera retrabalho, satisfazendo seus clientes internos e externos, e evitando desperdícios, o que significa redução de custos. Operações rápidas reduzem estoques e tempo de espera, resultando em redução de custos. Operação com alto nível de confiabilidade são previsíveis e não causam surpresas nos clientes internos e nem externos, eliminando prejuízos. Operações com alta capacidade de flexibilização adaptam-se rapidamente às demandas reduzindo desperdício, gasto de tempo, energia dos funcionários e, conseqüentemente, custos.

Dessa forma, como exemplificado pela Figura 7, se uma empresa deseja melhorar seu desempenho de custos, o melhor a ser feito é buscar a melhoria dos demais desempenhos da operação. A implicação dessas melhorias resulta em uma função produção interligada, com custos menores, o que permite a redução de preços e conseqüentemente o aumento dos lucros para a organização (SLACK *et al.*, 1997).

2 ANÁLISE DOS *STAKEHOLDERS* DA EMPRESA DE CARTOGRAFIA BIA MAPAS EDITORA

Este capítulo apresenta o estudo de caso realizado na empresa de cartografia Bia Mapas Editora, sendo que inicialmente faz-se uma sucinta apresentação sobre a empresa pesquisada e destacam-se os principais *stakeholders* analisados. Em seguida expõem-se como a pesquisa foi conduzida e o questionário utilizado. Posteriormente, são apresentadas as análises dos *stakeholders* com base nos estudos de Mitchell, Agle e Wood (1997) e Savage *et al.* (1991), bem como a análise de influência dos *stakeholders* nos cinco objetivos da função produção da empresa. E, por fim, apresentam-se a visão dos gestores sobre os *stakeholders* e as implicações gerenciais.

2.1 A Empresa

A empresa Bia Mapas Editora foi fundada em 1.999 por um casal de sócios com mais de 20 anos de experiência no segmento de editoração cartográfica, e desde então sempre foi destaque no mercado.

Atualmente, a empresa conta com um quadro de menos de 10 funcionários e tem investido muito no setor de comércio e *marketing* digital. Todo seu capital é de origem nacional e privado.

Desde sua fundação a empresa vem aumentando sua linha de produtos próprios da marca e recentemente expandiu os negócios com a abertura de uma loja física e uma loja *online* voltadas para comercialização de produtos de editoração focados em literatura, entretenimento e educação.

A empresa se preocupa muito com seu papel social, cuidado este que pode ser encontrado no próprio site da empresa (2016):

“Missão: Colocar ao alcance de nossos clientes os melhores e mais atualizados produtos cartográficos existentes no mercado, sempre focados no conceito de inovação. Trabalhamos pensando na formação de cidadãos conscientes e parte integrante de uma sociedade em constante desenvolvimento. E na acessibilidade, pois educação é direito de todos! “

“Responsabilidade Social: A Bia Mapas tem o compromisso de cuidar do planeta, ajudando na reciclagem de papéis e plásticos, nossas

principais matérias-primas, assim como o uso de madeira de reflorestamento no acabamento de nossos mapas. Também nos dedicamos a inclusão e acessibilidade, com base no lema "Educação é direito de todos!" tornando acessível à deficientes visuais, periódicos didáticos (mapas e globos), com limites demarcados em alto relevo e escritas em braile. "

2.1.1 O setor de indústrias gráficas e de cartografia no Brasil

Quando se trata do ramo de gráfica no país, segundo pesquisa da ABIGRAF 2009 (Associação Brasileira de Indústrias Gráficas), conforme os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), o setor é formado por 20.295 empresas gráficas, formalmente constituídas, proporcionando quase 227 mil empregos diretos, ou 315 mil quando se trata de empregos diretos e indiretos.

O perfil das empresas do setor gráfico é constituído em sua maioria por empresas de micro e pequeno porte, que representam 88% do número de empresas atuantes, e responsáveis por 32% da mão de obra empregada e 21% do faturamento no ano de 2008. Cerca de 77% delas trabalham em turno único de 8 horas/dia, 17% em turnos diários duplos e 6% em três turnos (ABIGRAF, 2009).

No quesito de vendas e faturamentos, os chamados clientes diretos representaram 82% das receitas obtidas em 2008, as empresas industriais, 35% e o comércio varejista, 26%. As principais fontes de receitas foram as impressões de jornais, livros, revistas, apostilas e manuais (ABIGRAF, 2009).

Baseado nos indicadores apresentados e em estimativas aproximadas para a indústria de transformação no Brasil (IBGE, 2009), pode-se estimar que a participação da Indústria Gráfica se aproxime de 1,5% do faturamento total da indústria de transformação nacional. E essa participação se torna ainda mais significativa, quando se compara a mão de obra diretamente empregada pelo setor, alcançando um percentual próximo de 2,8%, conforme mostra a Tabela 2 (ABIGRAF, 2009).

O parque gráfico nacional conta com um número expressivo de empresas atuantes no setor, e atualmente continua sendo um dos mais importantes setores industriais brasileiros, não só pelo número de empresas, mas também pelo volume de mão de obra empregada e receitas geradas (IBGE, 2009) (ABIGRAF, 2009).

Localidades onde houver demanda por serviços gráficos, se instalará com facilidade uma empresa do setor. A indústria gráfica tem como característica a endemia,

ou seja, a possibilidade de surgir por via de pequenos empreendedores, com foco no atendimento a demanda regionalizada, tornando-se uma empresa com serviços flexíveis e com alta personalização. Poucas empresas que atendem demandas gráficas são de abrangência nacional (IBGE, 2009) (ABIGRAF, 2009).

Na Região Sudeste, encontra-se o maior número de empresas no setor, cerca de 53,8%, seguida da Região Sul com 23,3%, Região Nordeste, com 12,5%, Região Centro-Oeste com 7,4% e a Região Norte, com 3% das empresas (IBGE, 2009) (ABIGRAF, 2009).

Tabela 4 - Comparação entre receita bruta e pessoal ocupado no setor gráfico e na indústria de transformação

RECEITA BRUTA 2008 (R\$ BI)		PESSOAL OCUPADO 2008 (MIL FUNCIONÁRIOS)	
Setor gráfico	23,1	Setor gráfico	276,7
Faturamento ind. transf. (1)	1.584,6	Emprego ind. transf. (1)	9.892,4
Participação %	1,5	Participação %	2,8

Fonte: ABRIGRAF, 2009.

Quase 34% delas desenvolvem suas atividades apenas em sua localidade, aproximadamente 45% delas têm atuação regional, outras 19,3% têm atuação nacional e apenas 2,1% delas também atuam no exterior (IBGE, 2009) (ABIGRAF, 2009).

Segundo o estudo da ABIGRAF (2009) foi possível verificar um crescimento de investimentos em modernização e capacitação, o que no ano de 2008 representou 6,8 do faturamento total estimado para o setor no ano. Também há um grande investimento em ações de marketing e venda para a conquista de novos clientes. Na Tabela 3, encontra-se o resultado de uma pesquisa feita com empresários do setor, sobre ações mais importantes, na opinião deles, para aumentar a participação da empresa no setor gráfico de seus clientes e/ou conquista de novos clientes.

Dentre os "outros serviços adicionais" citados na Tabela 3, destaca-se: serviço de pós-venda; capacitação/treinamento de pessoal; logística; mudança no tipo de produto; inovação do produto; condições comerciais; e redução de custos.

Ainda pela ABIGRAF (2009), foi feito um estudo mais detalhado do setor gráfico na região sudeste, onde se encontram 54% das empresas, 60% da mão de obra, e 62% do faturamento da indústria gráfica brasileira. Em número de empresas, São Paulo se destaca com uma parcela de 62,4%, seguida de Minas Gerais com 19,7%, Rio de Janeiro, com 14,6%, e Espírito Santo com 3,3% do faturamento total.

Sobre o ramo de Indústrias de Cartográfica, nada foi encontrado na literatura. Após entrevista com empresários do setor, constatou-se que existem aproximadamente 8 principais empresas do setor no estado de São Paulo, fato que torna o mercado pouco competitivo, apesar do estado ser o maior polo cartográfico do país. Estas empresas possuem abrangência nacional, mantendo clientes, representantes e fornecedores por todo o território nacional.

Tabela 5 - Pesquisa sobre ações mais importantes para aumentar a participação de uma dada empresa do setor gráfico

OPINIÃO	SIM, ACHO IMPORTANTE	NÃO ACHO IMPORTANTE	ESTÁ SENDO IMPLANTADO	TOTAL
Aumento da qualidade do atendimento	90,8%	2,4%	6,8%	100,0%
Aumento da qualidade do produto	89,8%	3,2%	7,0%	100,0%
Oferecer serviços diferenciados, que, além de gerar impressos, pudessem aumentar a rentabilidade e o sucesso do próprio cliente	88,5%	8,0%	3,5%	100,0%
Parque gráfico com soluções mais completas de impressão, tanto para baixas como para médias e altas tiragens	79,3%	15,8%	4,9%	100,0%
Oferecer serviços diferenciados de impressão e acabamento em formatos e gramaturas diferenciadas	79,0%	15,9%	5,1%	100,0%
Redução do prazo de entrega de pedidos	78,5%	10,8%	10,7%	100,0%
Aumento da verticalização do parque gráfico (investir em pré-impressão e acabamento)	75,4%	17,1%	7,5%	100,0%
Domínio da tecnologia digital (pré-impressão, CTP, impressão digital)	69,3%	23,8%	6,8%	100,0%
Ganho de escala para altas tiragens	57,2%	40,6%	2,3%	100,0%
Redução do preço para tiragens curtas	56,5%	42,4%	1,1%	100,0%
Outros serviços adicionais	3,9%	96,1%	0,0%	100,0%
Total	69,8%	25,1%	5,1%	100,0%

Fonte: ABRIGRAF (2009).

Esse número reduzido de empresas do setor de cartografia instaladas em São Paulo, faz com que a relação entre elas seja amigável e até mesmo colaborativa, fazendo com que a presença de todas as empresas no mercado seja atuante, ativa, sólida e eficaz, contrapondo o fato de serem concorrentes.

Os empresários do setor afirmam que mesmo com o avanço tecnológico, a chegada de plataformas e periféricos cada dia mais ágeis, menores e eficientes, com transmissão via satélite, GPS, facilidade e rapidez na visualização e busca de mapas o mercado de produtos e serviços cartográficos ainda é sólido e presente, tanto para instituições de ensino, como empresas bem como pessoas físicas.

2.2 Abordagem e Procedimentos de Pesquisa

A pesquisa foi realizada a partir da aplicação de questionário, apresentado no Apêndice A. O questionário é iniciado com a identificação das características do respondente, seguido pela identificação do grau de influência que cada *stakeholder* exerce na organização, de acordo com os atributos que compõem os Modelos de Mitchell, Agle e Wood (1997) e Savage *et al.* (1991). A terceira parte do questionário visa identificar a relação dos *stakeholders* com cinco objetivos da função produção da empresa.

Priorizou-se aplicar a pesquisa apenas ao nível gerencial da Bia Mapas Editora, buscando resultados consistentes que apresentem o real dimensionamento dos *stakeholders* dentro da empresa. A pesquisa foi aplicada a três pessoas do nível gerencial da empresa (duas do sexo feminino e uma do sexo masculino), sendo duas delas sócios fundadores. Estes, com idade acima de 40 anos, possuem Ensino Médio Incompleto. O outro respondente, com 23 anos, atua na empresa há 6 anos, e possui Ensino Superior Incompleto.

As informações referentes à identificação da empresa, ao gerenciamento dos *stakeholders*, às principais dificuldades encontradas neste gerenciamento e à responsabilidade social corporativa foram obtidas por meio da aplicação de outro questionário (Apêndice B), a apenas um dos sócios fundadores.

2.3 Identificação e Análise dos Stakeholders da Empresa

Foram considerados para análise nesta pesquisa os dez principais grupos de *stakeholders* citados na literatura, sendo eles: acionistas, bancos, clientes/consumidores, funcionários, fornecedores, concorrentes, sindicatos, prefeitura/governo, comunidade e mídia. A escolha por estes dez grupos se deu baseada na identificação feita por diversos autores, tais como: Clarkson (1995), Sousa e Almeida (2006), Hiit, Ireland e Hoskisson (2008), Hanashiro, Teixeira e Zaccarelli (2008), entre

outros. Desta forma, toda a investigação a respeito dos graus de influência foi feita sobre estes dez grupos.

Baseado no trabalho de Freitas e Hoffman (2012), optou-se por uma escala de 5 pontos, onde 1 significa um nível de influência muito baixo e 5 um nível muito alto. Esta classificação foi adotada para os dez grupos de *stakeholders* nas duas metodologias utilizadas neste trabalho. Para as duas metodologias, somente foi considerado que o *stakeholder* possui um determinado tipo de influência quando a média de sua pontuação foi igual ou superior a 3,5. Nas seções a seguir são apresentados os resultados obtidos com os questionários de acordo com as ferramentas de identificação dos *stakeholders*.

2.3.1 Análise sob o modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997)

Como exposto no capítulo de referencial teórico, o modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997) propõe a avaliação dos *stakeholders* com base nos atributos de poder, legitimidade e urgência.

A Figura 8 e o Gráfico 1 apresentam os resultados da pesquisa aplicada à empresa Bia Mapas Editora, de acordo com esse modelo. Ao analisá-las, pode-se concluir que, no atual cenário em que a empresa atua, levando em conta fatores externos como a economia do país, os *stakeholders* que devem ser gerenciados de forma prioritária pela gerência da empresa são os do subgrupo denominado "Definitivo". Este grupo é constituído pelos acionistas, clientes e governo, que representam 30% dos *stakeholders* da empresa e possuem a combinação dos três atributos estudados: poder, urgência e legitimidade.

Segundo a empresa Bia Mapas Editora, esses *stakeholders* são um grupo que tem prioridade dentro da empresa, tem o poder de influenciar em decisões, tem suas solicitações atendidas rapidamente dentro das possibilidades e possui um relacionamento legítimo entre si. No caso da empresa Bia Mapas Editora, os acionistas são os sócios da empresa, que tem total autonomia nas decisões. O *stakeholder* cliente é visto como aliado constante tanto na busca de melhoria e inovações, quanto nas parcerias encontradas dentro do setor. A empresa Bia Mapas Editora se preocupa muito em manter a legitimidade com o *stakeholder* governo, evitando que este seja um *stakeholder* ameaçador e tornando-o um *stakeholder* cooperador. Dessa forma o poder que este possui em suas exigências, como por exemplo impostos, alvarás de funcionamento e até mesmo alterações geográficas no país que demandam atualizações

dos produtos da empresa, é sempre visto como prioridade, e atendido com rapidez e presteza.

O subgrupo que agrega o maior número de *stakeholders* da empresa Bia Mapas Editora é o "Dependente". Estes *stakeholders* possuem a combinação de atributos legitimidade e urgência, sendo eles: bancos, mídias, comunidade, fornecedores e funcionários. A relação da empresa com o *stakeholder* banco é diária, auxiliando no fluxo de caixa e administração de débitos e recebíveis. Com a mídia, a empresa tem uma relação sólida por utilizar de meios como internet e telefone para suas vendas, e se preocupa muito com as avaliações e dúvidas provenientes desses meios, buscando manter a idoneidade da empresa. A relação com o *stakeholder* comunidade é de respeitosa, evitando atitudes que possam desagradar ou prejudicar o ambiente/bairro ao qual a empresa está inserida, dessa forma os funcionários da Bia Mapas Editora buscam manter uma relação gentil e preocupada com a comunidade ao redor. Já o relacionamento com os funcionários e fornecedores é importante e visto como responsável pela sobrevivência da empresa, pois é através da combinação de matéria prima de qualidade e um processo produtivo satisfatório que a empresa leva um produto de qualidade ao seu consumidor final, e é reconhecida por isso.

Figura 11 - Stakeholders da empresa Bia Mapas Editora segundo seus atributos



Fonte: Adaptado pelos autores de Mitchell, Agle e Wood (1997, p. 874) aos resultados da pesquisa.

O grupo de *stakeholders* “Dependente” representam 50% dos *stakeholders* da empresa. É um subgrupo ao qual a gerência deve estar sempre atenta, pois é o subgrupo que depende de influência e poder de outros *stakeholders* para auxiliá-los dentro da empresa. Para a empresa Bia Mapas Editora, esses *stakeholders* não possuem poder dentro da empresa, mas tem um relacionamento legítimo e são atendidos com urgência nas suas solicitações quando necessário. Porém, quando algum desses *stakeholders* se alia a algum outro que possua o atributo poder, como os acionistas, o governo e os clientes, podem se tornar ativos dentro da empresa e se destacar no âmbito de suas solicitações.

Na Tabela 4, relacionam-se os grupos de *stakeholders* com os grupos de classificação definidos por Mitchell, Agle e Wood (1997).

No ponto de vista da empresa Bia Mapas Editora, os concorrentes e o sindicato se encaixam no subgrupo “Arbitrário”, que apenas possuem o atributo de legitimidade e pouco influenciam dentro da empresa. Os funcionários da empresa Bia Mapas Editora são pouco ligados em assuntos relacionados ao sindicato, e o sindicato não é ativo dentro da empresa, o que torna o *stakeholder* sindicato pouco influenciador, pois possui apenas o atributo de legitimidade.

Tabela 6 - Classificação de acordo com o grupo de *stakeholders*

Classificação	Grupos de Stakeholders
<i>Stakeholder</i> Definitivo	Acionistas, Clientes e Governo
<i>Stakeholder</i> Dependente	Banco, Mídia, Comunidade, Fornecedores e Funcionários
<i>Stakeholder</i> Arbitrário	Concorrentes e Sindicatos

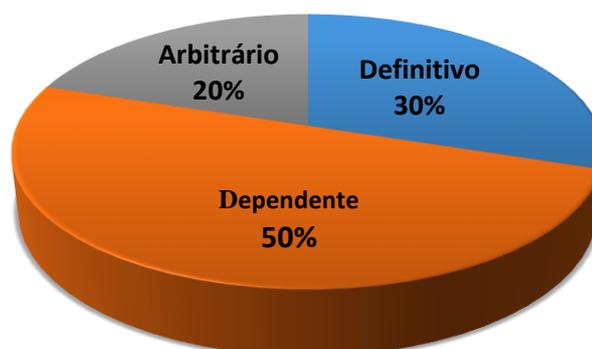
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

É interessante destacar que, devido à empresa ser de pequeno porte e as decisões serem centralizadas aos níveis gerenciais, a maioria dos *stakeholders* foram classificados como “Dependentes”, possuidores de legitimidade e urgência para com a empresa, o que mostra que essa centralização dentro da Bia Mapas Editora, faz com que a empresa considere importante praticamente todos os grupos de *stakeholders*

estudados, partindo do princípio que cada um tem significativa contribuição para a sobrevivência da empresa

O Gráfico 1 relaciona o percentual dos grupos classificados pelo modelo. Nota-se que a maioria dos *stakeholders* foram classificados como *Stakeholder* "Dependente", seguido por *Stakeholder* "Definitivo", com pouco mais da metade da pontuação do grupo anterior.

Gráfico 1 - Percentual de classificação dos stakeholders da empresa Bia Mapas Editora, segundo seus atributos



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

É importante salientar que essa classificação apresentada pela empresa Bia Mapas Editora pode mudar ao longo do tempo, sendo influenciados tanto por fatores internos quanto externos, conforme ressaltado por Mitchell, Agle e Wood (1997), de que o modelo é dinâmico.

2.3.2 Análise sob o modelo de Savage *et al.* (1991)

A classificação dos *stakeholders* compreendida no modelo de Savage *et al.* (1991) se faz por meio de duas dimensões (ameaça e cooperação). A Figura 9 apresenta a classificação para o caso da empresa em análise de acordo com este modelo.

Ao analisar os resultados apresentados na referida figura, pode-se concluir que os acionistas, classificados como *Stakeholder* "ambíguo", são o grupo com maior potencial tanto de cooperação quanto de ameaça. É o grupo que detém maior poder dentro da empresa e deve ser gerenciado de forma a ser levado a colaborar com a empresa. Como

já citado anteriormente, no caso da empresa Bia Mapas Editora, os acionistas são os sócios, e estes devem ser estimulados a estarem sempre alinhados e de acordo com os mais variados temas pertinentes a empresa, para que dessa forma colaborem entre si e conseqüentemente sejam *stakeholders* colaboradores para a empresa, afastando qualquer risco de que se tornem ameaça.

Figura 12 - Diagnóstico dos stakeholders da empresa Bia Mapas Editora, segundo o potencial de cooperação e ameaça, baseado no Modelo de Savage et al. (1991)

		POTENCIAL DE AMEAÇA DO STAKEHOLDER	
		ALTO	BAIXO
POTENCIAL DE COOPERAÇÃO DO STAKEHOLDER	ALTO	AMBÍGUO ACIONISTAS	SOLIDÁRIO BANCOS CLIENTES FORNECEDORES MÍDIA
	BAIXO	NÃO SOLIDÁRIO FUNCIONÁRIOS	PERIFÉRICO CONCORRENTES SINDICATOS GOVERNO COMUNIDADE

Fonte: adaptado pela autora de Savage *et al.* (1991, p. 65) aos resultados da pesquisa.

De forma geral, através da Figura 9, pode-se ver que a grande maioria dos *stakeholders* da empresa Bia Mapas Editora são classificados como "Solidários", que possuem alto nível de cooperação e baixo nível de ameaça, e como "Periféricos" com baixo nível de cooperação e ameaça.

O grupo classificado como "Solidário" é formado pelos bancos, clientes, fornecedores e mídias, que são a parte que suporta a empresa como um todo. Podemos ver que a classificação apontada pela empresa Bia Mapas Editora apresenta *stakeholders* que podem ser "Solidários" em vertentes diferentes, como por exemplo: o banco é o *stakeholder* que coopera com a administração de bens da empresa e pode ser aquele que também vá contribuir para o crescimento deles. Os clientes aqueles para

os quais a empresa oferece produtos e serviços de cuja comercialização obtém seu faturamento. De seus clientes, a empresa também recebe de volta o *feedback* da qualidade. Os fornecedores são aqueles responsáveis pelo andamento correto da linha de produção, e da entrega de um produto ou serviço originado de matéria-prima de qualidade. As mídias são o principal veículo de comunicação da empresa, onde a mesma se destaca apenas por ter recomendações e avaliações positivas.

Como já esperado, pelo estudo apresentado pelo modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997), os *stakeholders* sindicato e concorrentes foram classificados como “Periféricos” no modelo de Savage *et al.* (1991), o que comprova a baixa influência de ambos na empresa Bia Mapas Editora.

Do contrário da classificação feita através do modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997), o governo foi classificado como “Periférico”, com baixo nível tanto de cooperação quanto de ameaça. O que se pode observar no modelo de Savage *et al.* (1991) é que ele é considerado de pouca influência na empresa. Quando os dois modelos são estudados e utilizados juntos para o gerenciamento, pode-se ver que o *stakeholder* governo tem poder, urgência e legitimidade como atributos, pois suas exigências tratam-se de assuntos relacionados a legislações e afins que precisam ser atendidas de forma imediata e solucionadas de forma transparente, porém quando não existe nenhum tipo de exigência vinda deste *stakeholder*, ele se torna um *stakeholder* “Periférico”, com o qual a empresa não precisa se preocupar, apenas monitorar.

Após analisar a empresa, foi possível constatar que para o nível gerencial, se as exigências do *stakeholder* governo forem atendidas de forma satisfatória, isso não o tornará uma ameaça, porém também não o torna cooperador, por não contribuir com assuntos relacionados diretamente a empresa. Um exemplo característico de exigência com alto grau de atributos poder, legitimidade e urgência para o governo é quando existe alguma alteração geográfica ou demográfica no país, e é preciso que imediatamente a empresa atualize todos os seus produtos de acordo com as especificações da mudança, que geralmente acontecem após pesquisas nacionais como o “Censo – IBGE”.

Outro exemplo relacionado ao *stakeholder* governo que influencia diretamente a empresa, é referente a alvarás de funcionamento e autorizações feitas para empresas prestadoras de serviços. Essas autorizações são emitidas após visitas de representantes do governo à empresa, a fim de medir nível de poluição sonora, risco para a comunidade, risco de incêndio, etc. Após análise desse representante a empresa recebe orientações a respeito do que deve ser feito, em relação à compra de extintores, isolamento

acústica, etc. e somente após todas as especificações serem prontamente atendidas é que a empresa estará apta a continuar a prestar serviços.

Por isso, desde que a empresa atenda às solicitações deste *stakeholder*, não haverá risco de ameaças.

É possível analisar que a empresa Bia Mapas Editora classifica os funcionários como “Não Solidário”, que tem baixo poder de cooperação, porém alto poder de ameaça. Tal classificação pode ser resultado de alguma falha de comunicação entre o nível gerencial e os funcionários da empresa, e de forma estratégica é importante que a empresa se empenhe e se preocupe em mudar a classificação deste *stakeholder*, incentivando o aumento de cooperação.

É de suma importância que a empresa reconheça quais são as necessidades de seus funcionários, quais os pontos fortes e fracos desta relação, entender quais as dificuldades e manter um canal aberto de comunicação. Munida dessas informações, a empresa poderá procurar a melhoria e se empenhar em satisfazer as necessidades, em treiná-los com as habilidades necessárias, motivá-los e transmitir confiança a este grupo.

Apesar dos resultados apresentados na Figura 9, a peculiaridade de cada classificação encontrada quando aplicada à realidade da empresa Bia Mapas Editora, na Tabela 5 podemos identificar que as médias encontradas estão muito próximas à média limite de 3,5 ou superior para que o *stakeholder* possua o atributo, conforme explanado anteriormente neste estudo.

Esses *stakeholders* com a média classificada próxima a média limite adotada nos mostra que, dependendo da situação em que o *stakeholder* é colocado, ele poderá facilmente mudar seu posicionamento e tornar-se ameaçador ou colaborador, mudando sua influência na organização. Dessa forma, é necessário que a empresa monitore minuciosamente esses *stakeholders* evitando qualquer alteração prejudicial.

No Gráfico 2 ficam claras as semelhanças e diferenças entre os potenciais de ameaça e cooperação dos *stakeholders* da empresa Bia Mapas Editora.

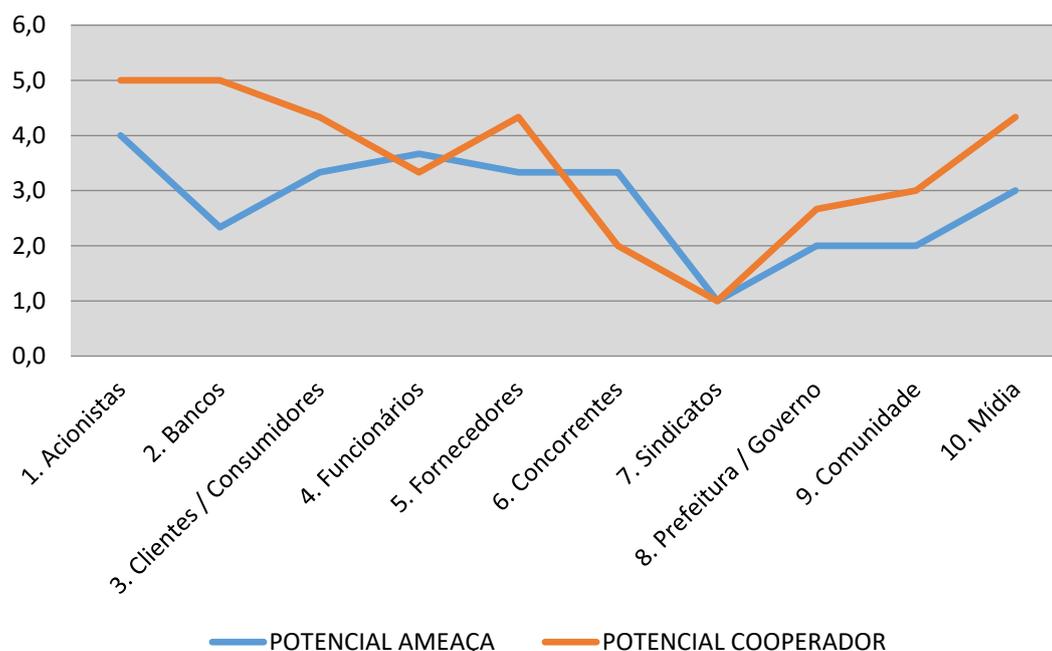
Conforme esperado, o sindicato possui o mesmo nível de potencial de ameaça e cooperação, em ambos um grau muito baixo, o que indica que é um *stakeholder* pouco influente na empresa Bia Mapas Editora, que não demanda gerenciamento ou monitoramento.

Tabela 7 - Médias das respostas do questionário de potencial de ameaça e de cooperação aplicado na empresa Bia Mapas Editora

Stakeholders	Média do Potencial de Ameaça	Média do Potencial de Cooperação
Acionistas	4,0	5,0
Bancos	2,3	5,0
Clientes	3,3	4,3
Funcionários	3,7	3,3
Fornecedores	3,3	4,3
Concorrentes	3,3	2,0
Sindicatos	1,0	1,0
Governo	2,0	2,7
Comunidade	2,0	3,0
Média	3,0	4,3

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Gráfico 2 - Relação das médias de potencial de ameaça e cooperação dos stakeholders da empresa Bia Mapas Editora



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Os *stakeholders* funcionários e governo possuem os níveis de ameaça e cooperação muito próximos, e é aconselhável que a empresa Bia Mapas Editora monitore e gerencie esses grupos, para que quando colocados de forma situacional no dia a dia da organização, não mudem seu posicionamento de forma prejudicial aos negócios.

Os demais grupos de *stakeholders* possuem uma paridade entre os níveis de ameaça e cooperação que pode ser considerada com baixo risco de alterações, porém é preciso que a empresa mantenha monitoramento contínuo desses grupos, para que não se surpreendam com qualquer mudança nos níveis, que pode acontecer quando um grupo de *stakeholders* se alia a outro grupo de *stakeholders*, por exemplo.

2.4 Influência dos Stakeholders da Empresa nos Objetivos da Função Produção

Após a classificação dos *stakeholders* conforme os modelos de Mitchell, Agle e Wood (1997) e Savage *et al.* (1991), fez-se a análise das influências dos *stakeholders* nos cinco objetivos da Função Produção. Para a empresa Bia Mapas Editora, foi definido pelos autores deste trabalho que devido ao número de respondentes, valores iguais ou acima de 2 pontos são considerados influenciadores para a empresa estudada.

Ao analisar a influência dos *stakeholders* nos cinco objetivos da função produção, sendo eles rapidez, qualidade, custo/preço, flexibilidade e confiabilidade, pode-se destacar que, na visão gerencial, os acionistas, os funcionários e os fornecedores influenciam de forma direta em 100% dos objetivos de desempenho destacados neste estudo, conforme ilustrado no Tabela 6. Tornam-se, assim, peças-chave tanto para a administração da empresa, como protagonistas de influência na função produção, e no bem final satisfatório, seja ele produto ou serviço.

De forma contrária, os *stakeholders* que não influenciam nos objetivos da Função Produção da empresa Bia Mapas Editora são o sindicato e a comunidade.

Quando questionados, os entrevistados apontaram o sindicato como não influenciador nos objetivos da função produção. Esta situação se dá porque a empresa não possui forte relação com seus sindicalistas, devido ao porte da empresa ser pequeno e assim não representativo aos seus sindicatos.

O *stakeholder* comunidade também foi apontado como influenciador em aspectos relacionados a responsabilidade social, segurança, ambiente, etc. não influenciando em nenhum momento no processo produtivo da empresa.

Dentro desses dois extremos de máxima e mínima influência, pode-se destacar os consumidores como influenciadores de 80% dos objetivos de desempenho e os concorrentes e o governo como influenciadores de 53,3% dos aspectos da empresa Bia Mapas Editora, conforme apontado pelos entrevistados.

Tabela 8 - Relação da quantidade de objetivos da função produção influenciados pelos stakeholders da empresa Bia Mapas Editora

Stakeholder	Quantidade	Atributos de desempenho em que exerce influência
Acionistas	5	Tempo de Produção/Entrega (Rapidez), Qualidade, Custo/Preço, Flexibilidade e Cumprimento do Prazo de Entrega (Confiabilidade)
Bancos	2	Custo/Preço e Flexibilidade
Consumidores	4	Qualidade, Custo/Preço, Flexibilidade e Cumprimento do Prazo de Entrega (Confiabilidade)
Funcionários	5	Tempo de Produção/Entrega (Rapidez), Qualidade, Custo/Preço, Flexibilidade e Cumprimento do Prazo de Entrega (Confiabilidade)
Fornecedores	5	Tempo de Produção/Entrega (Rapidez), Qualidade, Custo/Preço, Flexibilidade e Cumprimento do Prazo de Entrega (Confiabilidade)
Concorrentes	4	Qualidade, Custo/Preço, Flexibilidade e Cumprimento do Prazo de Entrega (Confiabilidade)
Sindicatos	0	
Governo	4	Tempo de Produção/Entrega (Rapidez), Custo/Preço, Flexibilidade e Cumprimento do Prazo de Entrega (Confiabilidade)
Comunidade	0	
Mídia	3	Qualidade, Custo/Preço e Flexibilidade

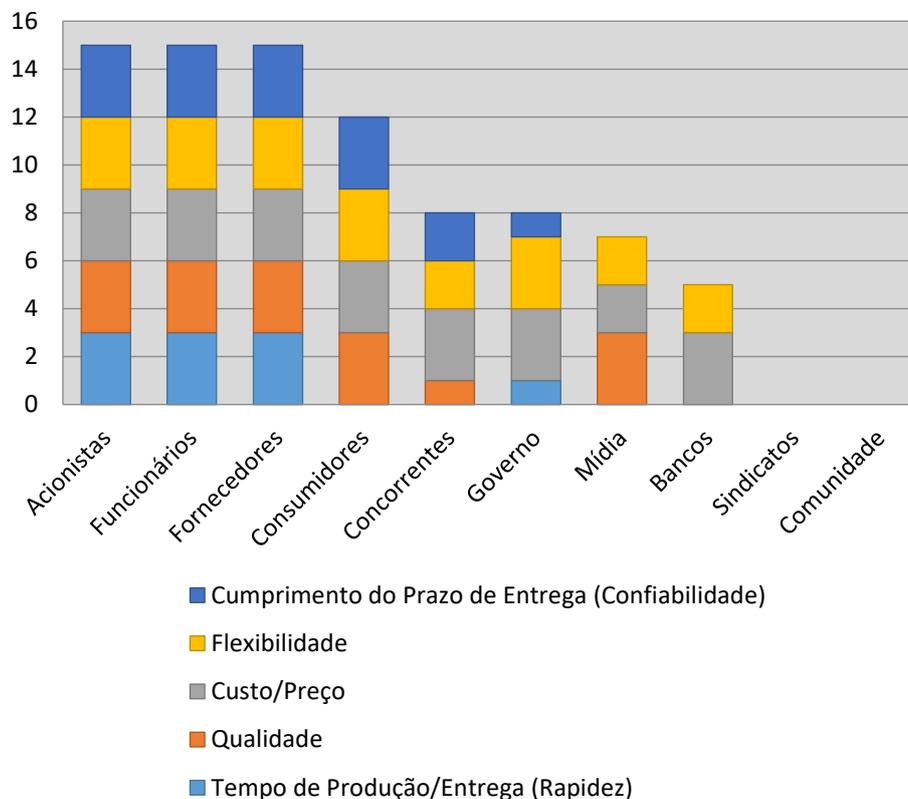
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Os *stakeholders* consumidores influenciam em todos os objetivos de desempenho estudados, exceto na Rapidez que depende exclusivamente de fatores internos da empresa.

O *stakeholder* governo influencia em objetivos voltados a propósitos financeiros como posicionamento de preços, custo de produção e a flexibilidade, como por exemplo, a aquisição de um novo maquinário para execução de outro tipo de serviço cartográfico através de incentivo fiscal ou financiamentos governamentais como o BDNES. Já o *stakeholder* concorrente é visto como exemplo comparativo e influência no sentido de que a empresa faça melhor do que o concorrente, em termos de qualidade, confiabilidade e preço, para ganhar destaque no mercado.

Partindo do princípio de que o questionário foi respondido por três pessoas, e cinco são os objetivos de desempenho, caso um grupo de *stakeholder* seja considerado influenciador em todos os objetivos por todos os respondentes, a somatória máxima de pontuação que poderá obter será 15. Essa correlação pode ser analisada em ordem decrescente no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Influência dos stakeholders nos objetivos da função produção



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Este resultado aponta diretamente ao ramo em que a empresa atua e a importância do seu processo produtivo, onde os objetivos da Função Produção estudados precisam ser atendidos a fim de atender às necessidades de seus consumidores externos e internos. Os resultados expressos aqui corroboram com as classificações encontradas na aplicação da ferramenta de Mitchell, Agle e Wood (1997), conforme apresentado na seção 2.3.1.

Com base nos dados obtidos, os acionistas são apontados como relevantes influenciadores, e como no caso da empresa Bia Mapas Editora esse grupo é constituído pelos sócios, essa classificação se deve ao fato da empresa ser de pequeno porte e os sócios, únicos responsáveis pela tomada de decisão da empresa.

Os funcionários e fornecedores são considerados os responsáveis pelo bom funcionamento da produção, e a entrega de um produto de qualidade, por este motivo estes *stakeholders* possuem 100% de influência nos objetivos de desempenho analisados por este estudo de caso.

2.5 Visão da Empresa sobre seus *Stakeholders*

Segundo os gestores, é importante uma empresa ser socialmente responsável e dessa forma contribuir para uma sociedade melhor, para o bem-estar de seus funcionários e da comunidade e com o cuidado com o meio ambiente. A empresa Bia Mapas Editora atua de forma responsável utilizando em sua matéria-prima madeira de reflorestamento e papel de empresas idôneas que não prejudicam o meio ambiente. A empresa também se preocupa com o descarte correto de resíduos e com a reciclagem. Os líderes da empresa fizeram questão de ressaltar que não tem esse tipo de atitude responsável visando nenhum tipo de benefício, e sim apenas pela necessidade de fazer o bem ao próximo e ao planeta.

Na visão da empresa Bia Mapas Editora, em nível gerencial, seus principais *stakeholders* são os sócios/acionistas, funcionários e fornecedores, por que deles depende todo o funcionamento da empresa. Os sócios são responsáveis por toda a administração e tomada de decisões da empresa, os funcionários responsáveis pelo andamento correto da produção, e os fornecedores são importantes no funcionamento da empresa, pois precisam entregar a matéria-prima dentro do prazo e com qualidade, contribuindo para que a produção não pare e para que o produto final tenha qualidade satisfatória.

De forma geral, a empresa armazena arquivos de dados como relatórios, ordens de serviço e compras e dados cadastrais para, segundo os entrevistados, gerenciar esses *stakeholders*, e a estratégia é o bom relacionamento.

De forma geral, os entrevistados expuseram que principais *stakeholders* citados na pesquisa, são gerenciados pela empresa Bia Mapas Editora da seguinte forma:

- Banco – Acompanhamento diário da situação bancária e recebimentos;
- Consumidor – Contato contínuo, *feedbacks*, inovações e arquivos de dados;
- Funcionários – Reuniões, *feedbacks* e arquivos de documentos;
- Fornecedores – São gerenciados da mesma forma que os consumidores e funcionários;
- Concorrente – O concorrente é observado, analisado e estudado para melhoria constante do posicionamento da empresa Bia Mapas Editora no mercado.
- Governo – Gerenciamento de documentações;
- Mídia – Manutenção e atualização da loja *online*, *feedbacks* e monitoramento de avaliações.

As principais dificuldades em lidar com os *stakeholders* que foram apontadas pela empresa foram a concorrência desleal, quando vista em relação a prática de preços no

mercado por exemplo, e a inflexibilidade relacionada a prazos de pagamento, formas de pagamento, entrega e etc. da maioria dos fornecedores e as dificuldades financeiras/recebimentos relacionadas aos consumidores.

Os gestores da empresa afirmam que o maior benefício no gerenciamento de seus *stakeholders* é a possibilidade de analisar pontos fortes e fracos dos relacionamentos entre eles e a empresa, fazendo aumentar a eficiência da empresa como um todo. A empresa vê seus *stakeholders* como protagonistas da sua sobrevivência, tendo em vista que, com a colaboração de todos, uns mais outros menos, é que a empresa atua a tantos anos no mercado, sendo destaque dentro do setor e uma marca consolidada.

2.6 Implicações Gerenciais

Em entendimento aos dados e argumentos apresentados nas seções acima quanto à classificação dos *stakeholders* na empresa Bia Mapas Editora, é notório que a empresa não detém de uma estratégia para o gerenciamento de seus principais *stakeholders*, todavia, ao analisar os resultados obtidos com a aplicação tanto dos Modelos de Mitchell, Agle e Wood (1997) e de Savage *et al.*(1991), é possível identificar respostas congruentes, que relacionam as ferramentas entre si e que podem direcionar o nível gerencial da empresa para uma estratégia eficaz para com seus *stakeholders*.

Ao analisar e comparar os modelos estudados, os sócios da empresa (acionistas) foram apontados como protagonistas da empresa, denominados "Definitivo" no Modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997). Já no caso do Modelo de Savage *et al.* (1991), o único grupo apontado como "Ambíguo" foi o grupo dos acionistas/sócios que, segundo a literatura já citada no referencial teórico, é o grupo que detém maior nível estratégico, por ter grande potencial tanto de ameaça quanto de cooperação. Surpreendentemente esta classificação é o oposto do esperado pela literatura, onde os níveis gerenciais/acionistas deveriam ser solidários para com a empresa, suportando-a em suas ações e objetivos. É aconselhável que a empresa encontre qual é resistência que está influenciando este *stakeholder* a fim de solucioná-la e buscar maior proximidade e colaboração dos sócios para o progresso da empresa. Após essa ação de proximidade, é imprescindível que a empresa Bia Mapas Editora reconheça as necessidades e demandas desse grupo e busque atendê-las, para que seja levado a colaborar com a empresa. Continuando a análise dos grupos considerados protagonistas na empresa, como "Definitivo" foram classificados também os clientes e o governo. Em contrapartida, no Modelo de Savage *et al.* (1991), o *stakeholder* Governo foi classificado como "Periférico", e após a entrevista com o nível gerencial da

empresa, essa divergência é justificável de acordo com os atributos utilizados em cada método e a percepção da empresa. No caso do Modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997), foram analisados os atributos poder, urgência e legitimidade e segunda a Empresa Bia Mapas Editora, o *stakeholder* governo tem esses três atributos altos por se tratar de um órgão governamental com poder sobre as empresas, onde suas solicitações são tratadas com urgência e transparência no sentido de legitimidade. Já no caso de Savage *et al.* (1991), segundo a empresa, o governo é um *stakeholder* que tem baixo poder tanto de cooperação, por não cooperar nem apoiar as decisões internas da empresa, quanto de ameaça que devido à alta legitimidade, não oferece nenhum tipo de ameaça à empresa.

Ainda sobre os grupos definidos como importantes para a Empresa Bia Mapas Editora, tem-se os clientes classificados como “Definitivo”. Por esses *stakeholders* serem tão significativos na rotina da empresa, é válido pensar em um novo tipo de gerenciamento desses grupos, visando de forma estratégica satisfazer as necessidades de cada um, buscando sempre um bom relacionamento, e mantendo-os na maior parte do tempo como cooperadores da empresa.

Em relação aos demais *stakeholders* estudados, as classificações em todas as ferramentas foram muito semelhantes. No modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997), os concorrentes e o sindicato foram classificados como “Arbitrário”. No Modelo de Savage *et al.* (1991) os concorrentes, o sindicato e a também a comunidade foram classificados como “Periféricos”. Ao analisar os dois modelos, é possível verificar que os mesmos *stakeholders* foram classificados de uma forma pouco relevante à empresa, não vindo a influenciar em suas ações. Ainda que esses *stakeholders* não precisem ser gerenciados com afinco, é pertinente que a empresa os monitore, verifique suas solicitações e necessidades, evitando que se tornem algum tipo de ameaça à empresa.

Os funcionários foram classificados como “Dependente” e “Não Solidário”. A classificação como “Não-solidário” é surpreendente, pois mostra uma falha no gerenciamento desse *stakeholder*, quando na literatura, Savage *et al.* (1991) sugere que esse grupo seja classificado como “Solidário”, sendo aquele que colabora com a empresa. Essa classificação mostra que a empresa Bia Mapas Editora está julgando esse grupo mais como uma ameaça do que como um real grupo colaborativo, apesar de enxergar sua importância para sobrevivência da empresa. É imprescindível que a empresa tome uma posição de gerenciamento diferente em relação a esse grupo, visualizando as falhas no relacionamento, quais são as necessidades que estão sendo desconsideradas, e qual a melhor forma de fazer com que esse *stakeholder* trabalhe em prol da empresa, tanto do bom funcionamento produtivo quanto administrativo. Isto deve ser feito a fim de diminuir

possíveis impasses no futuro, tendo em vista as outras classificações atribuídas ao grupo, que o torna dependente de outro *stakeholder* com mais poder dentro da empresa para representá-lo e torná-lo forte, apesar de ser um grupo ciente de que o progresso e sobrevivência da empresa, de certa forma garante seu emprego.

Por fim, a mídia foi classificada como “Dependente” e “Solidário”. Coerentemente, as três classificações conversam entre si, e mostram o real papel da mídia na empresa Bia Mapas Editora, tendo em vista sua importância na divulgação da marca e na venda *e-commerce*. Trata-se de uma *stakeholder* cooperador, com alto valor e interesse dentro da empresa, porém depende de um outro *stakeholder* mais significativo para aumentar seu poder e força. Por se tratar de uma ferramenta de trabalho para a empresa, é importante conhecer todos os pontos fortes, deficiências, necessidades e possíveis divergências dentro do relacionamento empresa-mídia, dessa forma gerenciando com excelência este grupo, e de forma estratégica usá-lo a favor da empresa.

Em uma visão geral, a aplicação das ferramentas na empresa Bia Mapas Editora foi benéfica, pois foi capaz de apresentar à gerência uma visão do relacionamento com seus principais *stakeholders*, pontuando pontos de melhoria, e propondo uma nova visão da importância de gerenciar cada *stakeholder* da forma que ele necessita, suprimindo as demandas e consolidando o relacionamento da empresa com cada grupo.

CONCLUSÃO

Para identificação dos principais *stakeholders* da empresa de cartografia estudada Bia Mapas Editora, aplicou-se um questionário (Apêndice A) à três pessoas do nível gerencial da empresa. Este questionário é constituído por quatro fases, sendo que a primeira e segunda fases buscam a identificação da empresa e dos respondentes, a terceira busca identificar o grau de influência dos *stakeholders* da empresa e a quarta busca relacionar os *stakeholders* aos atributos de desempenho da função produção.

Foram estudados os dez seguintes grupos de *stakeholders*: acionistas, bancos, clientes, funcionários, fornecedores, concorrentes sindicatos, governo, comunidade e mídia.

No Modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997), foram analisadas as influências dos *stakeholders* sobre a empresa sob a ótica dos atributos poder, legitimidade e urgência.

No Modelo de Savage et al. (1991) foram analisados o nível de ameaça e cooperação dos *stakeholders* para com a empresa

No âmbito da função produção, buscou-se correlacionar a influência dos *stakeholders* da empresa na busca do alto desempenho dos cinco objetivos da função

produção citados na literatura de Slack *et al.* (1997): qualidade, rapidez, confiabilidade, flexibilidade e custo.

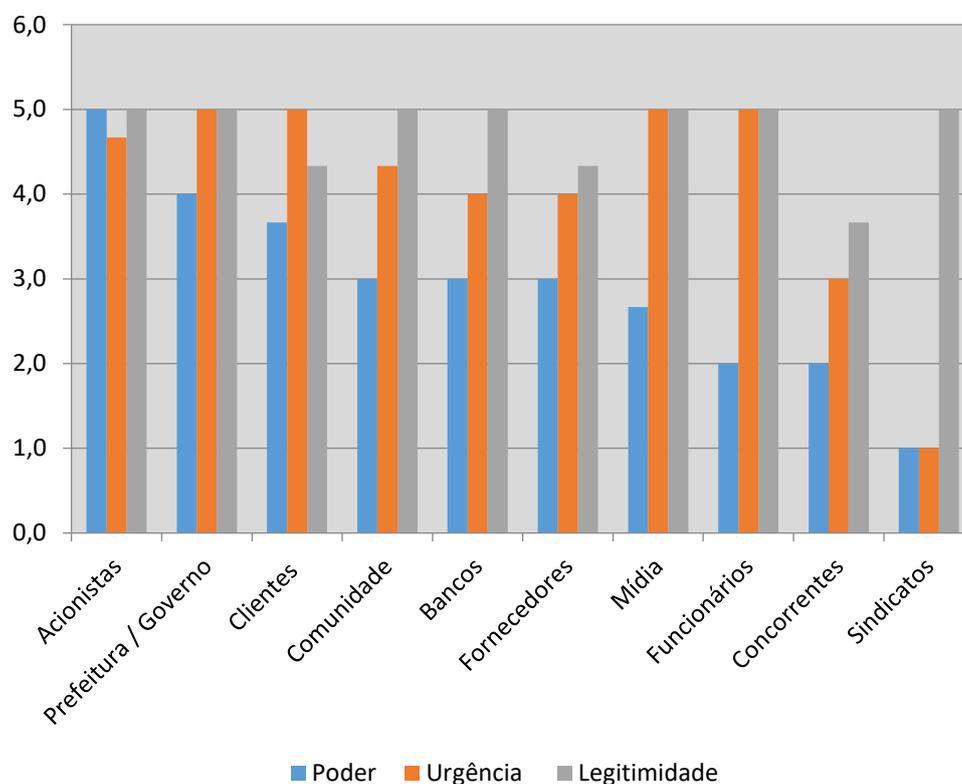
Primeiramente, ao analisar a aplicação do Modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997), constatou-se que os acionistas, os clientes e o governo foram classificados como "Definitivo", o banco, a mídia, a comunidade, os fornecedores e os funcionários foram classificados como "Dependentes" e os concorrentes e o sindicato foram classificados como "Arbitrário".

Para responder os questionários, foi utilizada uma escala *Likert* de 5 pontos, onde o valor total máximo da média seria 5. É possível verificar no Gráfico 4, a relação existente entre os atributos poder, legitimidade e urgência em cada grupo de *stakeholder* isoladamente.

No Gráfico 5, é possível verificar de forma isolada a influência do atributo poder para cada *stakeholder*. Os acionistas, o governo e os clientes se destacam por possuírem o atributo, já o sindicato é o *stakeholder* com menor influência no atributo poder, necessitando se aliar a outro grupo de *stakeholder* para conseguir aumentar seu poder frente à empresa.

No Gráfico 5, também se encontra de forma isolada a influência do atributo urgência para cada grupo de *stakeholder* individualmente. Se destacam por possuir o atributo os funcionários, a mídia, os clientes, o governo os acionistas, a comunidade, os fornecedores e o banco e novamente o sindicato não possui o atributo, sendo necessário se aliar a outro grupo de *stakeholder* para aumentar seu grau de influência.

Gráfico 4 - Relação dos atributos poder, urgência e legitimidade por cada stakeholder individualmente

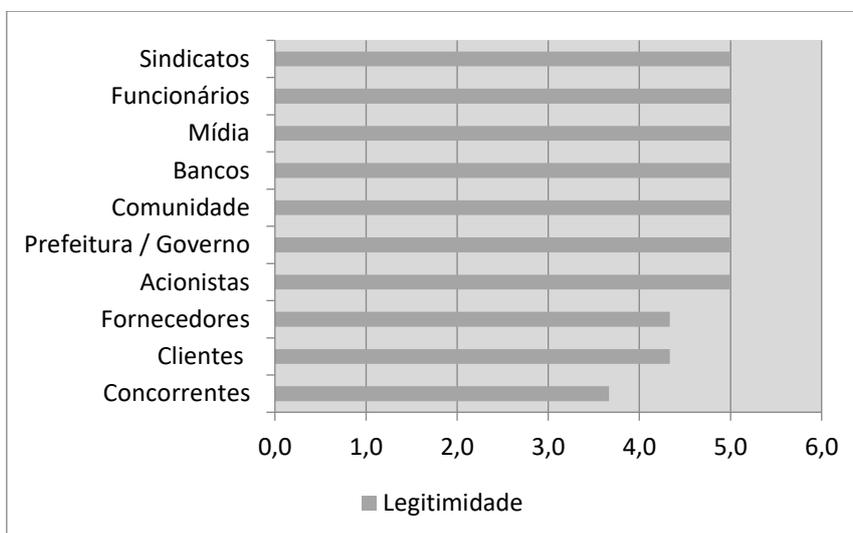
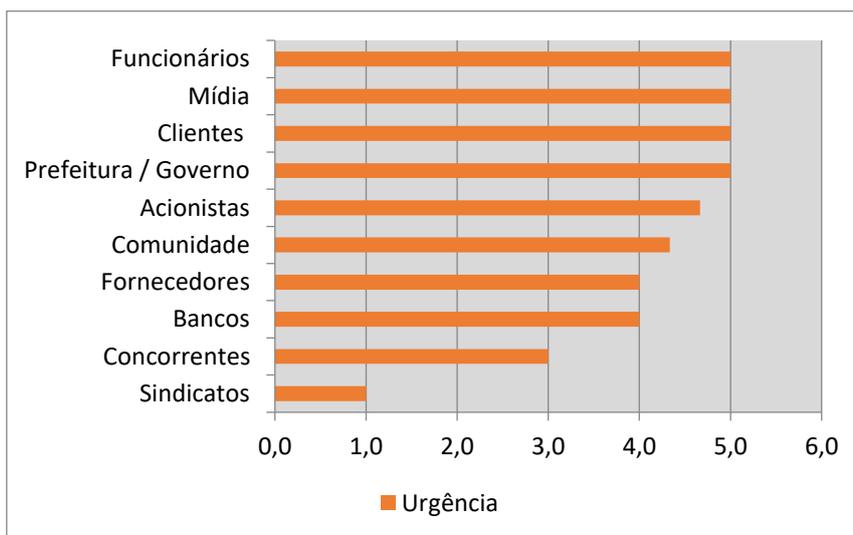
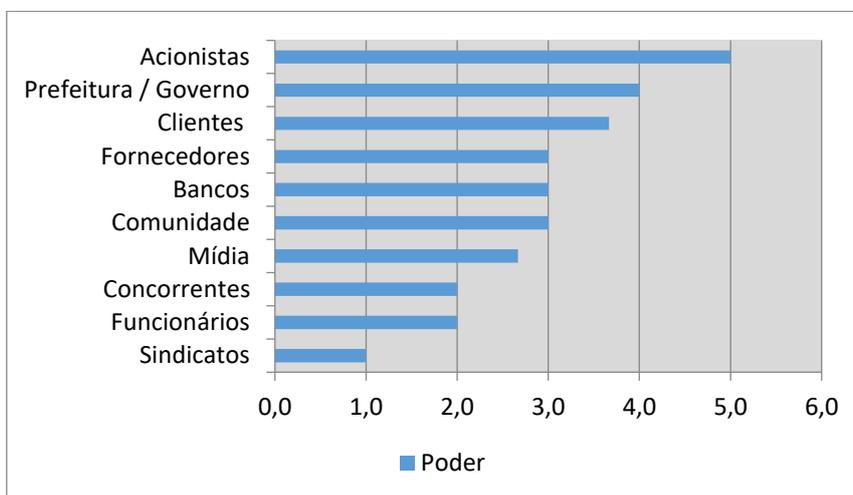


Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Dessa forma, é possível concluir que a empresa Bia Mapas Editora deve estar sempre atenta ao gerenciamento e monitoramento dos grupos de *stakeholders* que foram classificados como "Dependentes" (maior percentual de classificação), pois apesar de dependerem de outros grupos para aumentarem seu grau de poder na empresa, possuem os outros atributos altos e representam metade dos principais *stakeholders* estudados. Outro grupo que demanda atenção da empresa é o classificado "Definitivo", que foram classificados os acionistas, os clientes e o governo. Estes grupos possuem a combinação dos três atributos estudados e grande influência na empresa, e justamente por deterem os três fatores, mesmo que uns mais outros e menos influentes, os grupos dessa classificação são importantes para a empresa, e quando mal gerenciados, podem se tornar uma ameaça.

É importante lembrar que conforme Mitchell, Agle e Wood (1997), essas classificações são dinâmicas e podem ser influenciadas por diversos fatores internos e externos inerentes a empresa, e mudar ao longo do tempo.

Gráfico 5 - Análise isolada dos atributos por grupo de stakeholder

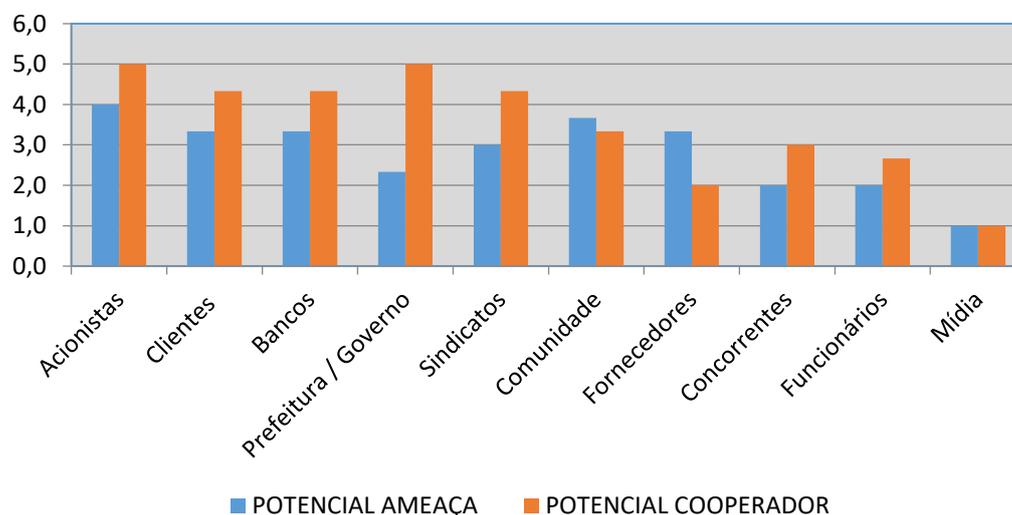


Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Ao analisar a aplicação do Modelo de Savage et al. (1991), pode-se constatar que os acionistas foram classificados como “Ambíguo”, o banco, os clientes, os fornecedores e a mídia foram classificados como “Solidário”, os funcionários como “Não-Solidário” e os concorrentes, sindicato, governo e comunidade classificados como “Periférico”.

No Gráfico 6 é possível ver a relação dos potenciais de ameaça e cooperação de cada grupo de *stakeholder*.

Gráfico 6 - Potenciais de ameaça e cooperação por grupo de stakeholder



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

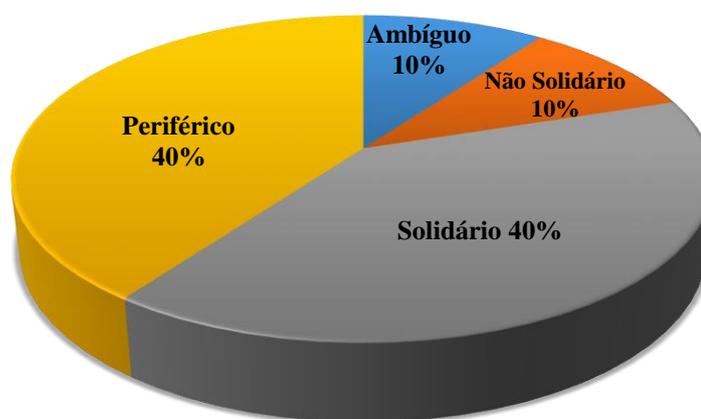
A grande maioria dos grupos de *stakeholders* da empresa Bia Mapas Editora, foram classificados com baixos níveis de ameaça e altos níveis de cooperação, “Solidários”, e com baixos níveis tanto de ameaça quanto de cooperação, “Periféricos”.

No Gráfico 7 é possível verificar a representação percentual de cada classificação para a empresa Bia Mapas Editora. A maioria de seus *stakeholders* são classificados como colaboradores, que não representam risco para a empresa e não demandam tempo ou preocupação por parte da gerência.

Surpreendentemente, os funcionários foram classificados como “Não-Solidário”, o que comprova a existência de uma *gap* de relacionamento entre a empresa e este grupo, o que está diminuindo a colaboração deste *stakeholder* para a sobrevivência da empresa, e tornando-o uma ameaça a ser monitorada. É válido que a empresa reavalie quais são os

problemas que estão afetando seu relacionamento com seus funcionários, entender quais são as necessidades que precisam ser atendidas, quais os benefícios que o grupo tem a trazer para a empresa. Dessa forma, vivenciar um melhor relacionamento de cooperação, minimizando o grau de ameaça advindo deste *stakeholder*, que em particular, segundo a literatura estudada, deveria ser aquele a colaborar com a organização visando sua sobrevivência.

Gráfico 7 - Representação percentual das classificações de Savage et al. (1991) na empresa Bia Mapas Editora



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Os acionistas, no caso da empresa estudada, os sócios, classificados como “Ambíguo” são aqueles com maior grau tanto de ameaça quanto de cooperação, e são o grupo de maior poder dentro da empresa. No caso desta empresa em particular, por serem dois sócios, ambos devem buscar estar alinhados em suas perspectivas e objetivos, estimulando maximizar a colaboração e minimizar qualquer risco de ameaça.

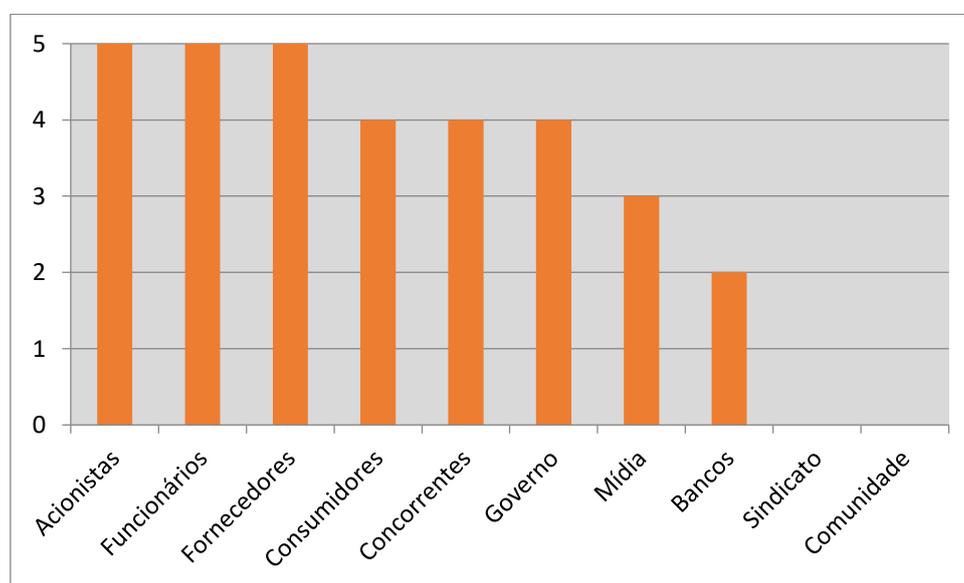
Novamente neste modelo, os *stakeholders* sindicato e concorrentes foram classificados com baixo poder de cooperação e ameaça, comprovando a diminuta influência desses grupos na empresa estudada.

Os *stakeholders* acionistas e governo possuem os níveis de ameaça mais altos quando comparados aos demais, é aconselhável que a empresa Bia Mapas Editora monitore e gerencie esses grupos, para que quando colocados de forma situacional no dia a dia da organização, não mudem seu posicionamento de forma prejudicial aos negócios.

O *stakeholder* com menor grau de cooperação é a mídia. É válido que a empresa busque maior comprometimento com este grupo para torná-lo aliado no sucesso da empresa, tendo em vista que a mídia é peça principal de *marketing* e propaganda.

Quando se relacionou a influência dos *stakeholders* com os cinco objetivos da função produção, foi possível verificar, como demonstrado no Gráfico 8, que os grupos de acionistas, funcionários e fornecedores influenciam em todos os 5 objetivos da função produção destacados na literatura.

Gráfico 8 – Influência nos objetivos da função produção por grupo de stakeholder



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Novamente pode-se verificar esse alto grau de influência pelo direto contato dos funcionários e sócios da empresa na execução e entrega de seus produtos/serviços, sendo estes protagonistas da função produção da empresa. Já os fornecedores podem ser responsabilizados por entregar materiais adequados que satisfaçam a necessidade da produção.

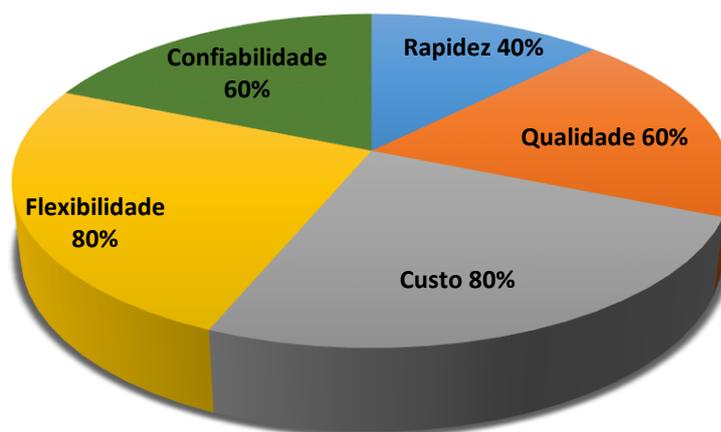
O *stakeholder* com menor poder de influência sobre os objetivos da função produção é o banco, apontado como influenciador nos custos e na flexibilidade, confirmando o que foi encontrando na aplicação dos modelos a respeito da influência do banco em investimento, cooperação, etc.

No Gráfico 9, é possível observar a representatividade de cada objetivo da função produção correlacionada aos *stakeholders* da empresa Bia Mapas Editora. Os objetivos

flexibilidade e custos são influenciados por 8 dos 10 *stakeholders* apontados nesse estudo, sendo os objetivos de maior representatividade.

Na entrevista (Apêndice B) realizada com os gestores, ficou clara a preocupação da empresa em ser socialmente responsável, contribuindo para uma sociedade melhor. A empresa demonstrou se preocupar com o meio ambiente, ao verificar o descarte correto de resíduos e utilizar matérias-primas de procedência e certificadas. Nesta mesmo intuito, a empresa se preocupa socialmente com a comunidade a seu redor.

Gráfico 9 – Porcentagem de influência dos stakeholders sobre os objetivos de desempenho



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Por fim, em uma visão geral, o objetivo deste trabalho foi atingido e a aplicação dos modelos foi benéfica para a empresa Bia Mapas Editora pois, através do *feedback* e demonstração dos resultados e da forma situacional da empresa, os sócios compreenderam a importância do gerenciamento dos seus *stakeholders*, os resultados que podem ser obtidos através desse gerenciamento, o reconhecimento dos *gaps*, pontos fracos e fortes, pontos de melhoria e uma nova visão estratégica que resulte em crescimento para a empresa.

REFERÊNCIAS

- BLAIR, J. D.; FOTTLER, M. D. *Strategic Leadership for Medical Groups: Navigating Your Strategic Web*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- CAMAROTTI, I.; SPINK, P. *O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza*. São Paulo. Instituto Ethos, 2003.
- CAMPBELL, A. *Stakeholders: the case in favor*. Long Range Planning, London, v.30, n.3, 1997.
- CARROL, A.; BUCHHOLTZ, A. *Business & Society: Ethics and Stakeholder Management*. Thomson Learning, South-Western College Publishing, 4º, 2000.
- CLARKSON, M. B. E. *A Stakeholder Framework for Analyzing and Evaluating Corporate Social Performance*. Academy of Management, 1995.
- CLELAND, D. I. *Project Management Strategic Design and Implementation*. Singapore, McGraw-Hill, 1999.
- CORNELL, B.; SHAPIRO, A. C. *Corporate Stakeholders and Corporate Finance*. Financial Management, v.16, 1987.
- DONALDSON, T. PRESTON, L. E. *The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications*. Academy of Management Review, 1995.
- FISCHER, R. M. *Cidadania Organizacional: um caminho de desenvolvimento*. Universidades Corporativas: Educação para as empresas do século XXI, São Paulo, Schmukler Editores LTDA, 1999.
- FREEMAN, R. E. *Strategic Management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.
- FREEMAN, R. E. *The stakeholders approach revisited*, Zeitschrift für Wirtschafts – und Unternehmensethik, Jg. 5, Heft 3, 2004.
- FREEMAN, R. E; MCVEA, J. F. *A Stakeholder Approach to Strategic Management*. SSRN Electronic Journal, 2001.
- FREEMAN, R. E; REED, D. L. *Stockholders and Stakeholders: A New Perspective on Corporate Governance*. California Management Review, 1983.
- FREITAS, C. A.; HOFFMAN, V. E. *A Percepção das estratégias de influências dos stakeholders e sua relação com a estratégia genérica: estudo de caso em pequenas empresas comerciais do litoral norte Catarinense*. Brazilian Bussiness Review, Vitória, v. 9, n. 2, 2012.
- GAITHER, N; FRAZIER, G. *Administração da produção e Operações*. São Paulo. Pioneira. 2001.
- HANASHIRO, D. M. M.; TEIXEIRA M. L. M.; ZACCARELLI L. M. *Gestão do Fator Humano: Uma Visão Baseada em Stakeholders*. São Paulo, Editora Saraiva, 2ª edição, 2008.

HITT, M.A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração Estratégica, Editora Thomson, 2ª edição, 2008.

INSTITUTO ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Disponível em <www.ethos.org.br>. Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

JONKER, J.; WITTE, M. Management Models for Corporate Social Responsibility. Germany. Springer Berlin. 2006.

KRAEMER, M. E. P. Responsabilidade Social Corporativa como Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável, 2005.

MALVEY, D.; FOTTLER, M. D.; SLOVENSKY, D. J. Evaluating *Stakeholder* Management Performance Using a *Stakeholder* Report Card: the next step in theory and practice. Health Care Manager Review, v. 27, n. 2, 2002.

MELO NETO, F.; FRÓES, C. Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: A Administração do terceiro setor. Rio de Janeiro. Qualitymark Editora, 1999.

MELO NETO, F.; FRÓES, C. Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O caso Brasileiro. Rio de Janeiro. Qualitymark Editora, 2001.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a Theory of *Stakeholder* Identification and Salience: defining the principle of who and what really counts. Academy of Management Review, v.22, n.4, 1997.

MS Brasil – A importância de uma boa gestão empresarial. Disponível em <<http://msbrasil.com.br/blog/empresarial/a-importancia-de-uma-bo-gestao-empresarial/>>. Acesso em 14 de outubro de 2016.

PRESTON, L. E. *Stakeholder* management and corporate performance. Journal of Behavioral Economics, 1990.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; HARLAND, C.; HARRISON, A.& JOHNSTON, R. Administração da Produção. São Paulo. Atlas. 1997.

SAVAGE, G. T.; NIX, T. W.; WHITEHEAD, C. J.; BLAIR, J. D. Strategies for Assessing and Managing Organizational *Stakeholders*. Academy of Management Executive, v. 5, n. 2, 1991.

SEBRAE e ABIGRAF. Estudo Setorial na Indústria Gráfica no Brasil. São Paulo, 2009

SOARES, G. M. P. Responsabilidade Social Corporativa: por uma boa causa!? RAE eletrônica, v. 3, n. 2, São Paulo, 2004.

SOUZA, A. F.; ALMEIDA, R. J. O Valor da Empresa e a Influência dos *Stakeholders*. São Paulo, Editora Saraiva, 2006.

MÍDIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS, FORMAÇÃO DOCENTE E FERRAMENTAS DIGITAIS

Clovis Furlanetto¹ (Universidade Municipal de São Caetano do Sul);
c.furlanetto@yahoo.com.br.

João de Deus Dias Neto² (Senac – Unidade Santo André – SP); deus.neto@uol.com.br*

Marion Neves Augusto³ (Universidade Municipal de São Caetano do Sul);
marionaugusto@yahoo.com.br.

Resumo: Este trabalho analisa publicações sobre inter-relações entre Mídias Sociais e Educação. Aprendizados, percepções e consequências sobre impactos das novas tecnologias da comunicação e informação - TIC's são evidenciados. Três eixos foram destacados na análise de conteúdo: perspectivas das mídias sociais em ambientes educacionais, formação de docentes e públicos envolvidos e panorama das ferramentas digitais. O objetivo é gerar reflexões sobre possibilidades de ações, nos ambientes educacionais, para a inserção qualitativa da sociedade nos espaços digitais. Apesar do acesso às ferramentas tenha aumentado vertiginosamente, persistem problemas na capacitação de todos os envolvidos em processos educacionais, gerando desafios para que haja uma absorção rápida e qualitativa das tendências e perspectivas, na educação das próximas gerações.

Palavras-chave: mídias sociais digitais. educação. ferramentas digitais.

Abstract: This article reviews publications of experts on interrelations between Social Media and Education . The texts focus on ideas about learning, perceptions and the consequences on teaching and learning processes impacted by new technologies of communication and information - ICTs . Three key themes were categorized: perspectives in educational environment, relevance of teacher education and public involved and overview of digital tools. The purpose of this article is contribute to the reflection of necessary actions in the educational environments, to insert the society into digital spaces. It was noted the continuing problems on training members who use education supported by digital social media.

Key-words: social media. education. digital tools.

INTRODUÇÃO

A condução das políticas de educação apresentou avanços importantes, nos últimos anos. Programas governamentais permitiram, a muitos brasileiros, profissionalizarem-se em cursos de nível técnico e superior, via financiamento público ou bolsas de ensino. O questionamento, neste cenário, é sobre a necessidade de alertar gestores da educação sobre a relevância das tendências e perspectivas das mídias sociais digitais na educação, para resultados qualitativos que permitam aos discentes tornarem-se competitivos, quando de seu ingresso no mercado de trabalho. Para aqueles já inseridos, criar ambientação para manterem-se atualizados com qualificações que agreguem valor às suas atividades profissionais. Inclui-se nesta perspectiva a socialização crescente destes novos saberes e demais implicações das mídias sociais digitais, em termos de benefícios gerais à sociedade como um todo. Sintetizar perspectivas das mídias sociais em ambientes educacionais, discutir a relevância da formação qualitativa de docentes envolvidos com estas tecnologias, e, por fim, estudar um panorama das ferramentas digitais, neste processo, são elementos chave, que incitam reflexões sobre como encontrar melhores caminhos, para que as próximas gerações estejam plenamente integradas às estas novas tecnologias.

METODOLOGIA

Para categorização dos artigos escolhidos, os pesquisadores utilizaram a análise de conteúdo (Bardin, 2011). Foram analisadas 31 publicações sobre a questão da educação em meios tecnológicos, com identificação de três eixos principais, para os quais os autores voltaram suas preocupações. Da amostra, selecionaram sete artigos estudados a partir das seguintes centralidades: tendências e perspectivas das mídias sociais em educação, capacitação de profissionais para uso das novas tecnologias na educação e mídias sociais como ferramentas na dinâmica do ensino-aprendizagem.

Independentemente da natureza de seu suporte, para Bardin, (2011), a análise de conteúdo devia ter sua aplicabilidade em todas as formas de comunicação, respeitando-se as graduações de maior ou menor facilidade nesta aplicação. Destaca, para tanto, duas funções da análise conteúdo, que podem dissociar-se ou não na sua prática:

[...] função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”. [...] função de “administração da prova”. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método da

análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo “para servir de prova” (BARDIN, 2011, p. 35-36).

O tratamento dado aos artigos analisados, os enquadrados como unidades de registro, pois cada artigo foi caracterizado como “[...] unidade de significação codificada e correspondente ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2011, p. 134). Assim, estabeleceu-se três categorias de artigos: perspectivas, formação docente e ferramentas digitais.

1. TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DAS MÍDIAS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

Os artigos sobre perspectivas buscam o entendimento de um futuro, que se redesenha dia a dia, com a célere penetração das mídias sociais nos ambientes de ensino-aprendizagem. As construções discursivas dizem respeito, tanto a ambientes formais de educação presencial, quanto a ambientes virtuais de aprendizagem. Souza et al. (2012, p. 2) lembram que persiste o conceito, em algumas sociedades, de que a educação formal deve ser destituída de prazer, ou seja, apenas prevalece a obrigação entre o aprender e o ensinar. Esta visão oblíqua e funcionalista da educação conteudista, na qual a escola faz somente transferência de saberes, não tem mais espaço na atualidade e sua irreversibilidade estará presente nas próximas gerações. Não há educação efetiva com processos unidirecionais. Fazendo transposição para pesquisas sobre comunicação, Marcuse e seus companheiros, na década de 1960, criticavam o modelo funcionalista da comunicação unidirecional:

[...] faziam eco diversas experimentações no campo da comunicação e das artes. Elas visavam exatamente o rompimento com a tradição teórico-prática fundada na disjunção emissão-recepção. Experimentavam a bidirecionalidade e assim contribuíram, para solapar as bases do modelo funcionalista de comunicação (SILVA, 2006, p. 114).

Hoje, os processos comunicacionais ultrapassam a ótica da bidirecionalidade. Não se concebe mais a existência de modelos educacionais em que a escola é apenas um repositório de saberes transferidos aos alunos, sem manifestação de aprendizagem por parte dos discentes. Os autores analisados indicam a necessidade de compreensão holística

dos cenários que envolvem o uso de mídias sociais na educação: atores sociais e plataformas digitais, nas quais há processos estruturais, conversacionais e informativos. Preocupam-se em evidenciar a importância da produção dinâmica de conteúdos, que deve ter caráter contínuo. Nas nações desenvolvidas, é observável a capacidade de geração de inovações tecnológicas, por meio do aprendizado contínuo, que possibilita o desenvolvimento humano.

[...] o processo de aprendizado é permanente e atrelado ao desenvolvimento humano, torna-se cada vez mais imprescindível a busca por uma alternativa educacional inovadora (CAPRINO; GOULART; ROSSETTI, 2008, p.104).

Se o cenário das mídias sociais é dinâmico, os conteúdos não podem ser estáticos. As publicações precisam de atualização contínua, com páginas permanentemente atraentes aos alunos. Também é necessário atualizar ou substituir as plataformas, quando necessário. Os artigos pesquisados lançam perspectivas sobre práticas educacionais lastreadas no Facebook e discutem a viabilidade da continuidade da educação formal. Analisam o rompimento da fragmentação e hierarquia do ensino, por meio de produções particulares e grupais. São práticas inovadoras e sintonizadas com a procura dos alunos, que, como qualquer sociedade contemporânea, demanda produtos e serviços condizentes com sua realidade espaço-temporal. A “geração net” vive e respira ferramentas tecnológicas e explora sua praticidade no trabalho, na educação e no lazer. Lima (2.000, p.15) confirma este cenário:

[...] podemos conversar com pessoas ao redor do mundo em tempo real, enviar correspondências que são entregues em poucos minutos, trocar experiências com pessoas espalhadas pelo mundo, fazer apresentações em outros países, participar de cursos ou seminários no conforto de nossa poltrona, fazer compras sem sair de casa, trabalhar em um país e morar em outro, contribuir socialmente decidir ou opinar sobre fatos e eventos, etc.

A educação contemporânea permite que os conteúdos estejam presentes em diferenciadas plataformas (GOULART, 2013, p. 71). A emissão, veiculação e o recebimento de conteúdos são fatores críticos de sucesso nos processos educacionais: [...] são transmitidos em formatos e representações definidos conforme o domínio de conhecimentos a que pertencem, em mídias apropriadas, e que promovam a sua compreensão, recebendo a significação objetivada nos processos cognitivos (GOULART,

2013, p. 71). Para o autor, “a disponibilização dos conteúdos para diversas mídias, como os smartphones, os tablets e os laptops, permite o estudo autônomo e em qualquer lugar e horário” (GOULART, 2013, p. 86). Interatividade e novos desafios, permeados de uma navegação auto-organizada de acordo com a pessoa interagente, determinam processos de aprendizagem inovadores: tecnologias de voz, áudio, vídeos, posição etc.

São novos aspectos do cotidiano, que, com o apoio das mídias sociais digitais, reforçam a necessidade de repensar a educação de acordo com práticas menos lineares. Sobre a nova geração de usuários e desenvolvedores de sistemas baseados nas novas tecnologias, Lima (2000) os chama de bandeirantes do novo mundo, “crianças em um parque de diversão sofisticado e com recursos ilimitados” e alerta:

Demonstrando iniciativa, ousadia e criatividade, eles deixam claro que o uso de paradigmas ultrapassados já não satisfaz e que sua sede de conhecer exige novas abordagens, novas tecnologias e novas alternativas. Para eles, a informação ou conhecimento não pode ser apresentado de forma discursiva e linear (LIMA, 2000, p. 25).

Este quadro de perspectivas, em relação às mídias sociais e educação estará em contínua produção, onde as tintas se sucederão em muitas camadas e nuances. A “educomunicação” preconiza sinergia entre educação e comunicação, multimídia, colaborativa e interdisciplinar, num fluxo de todos para todos, com critérios de igualdade, dentro ou fora da sala de aula, incentivando o pensamento crítico.

A discussão sobre a Web 2.0 e Redes Sociais, como suporte para alavancar a educação presencial ou a distância, é visível nas produções científicas estudadas, de forma direta ou implícita. São tecnologias indispensáveis às novas práticas educacionais, devido à sua flexibilidade ao modelo de ensino tradicional de educação, abrindo novas frentes para a aprendizagem colaborativa.

Ao discorrer sobre desafios para a educação a distância, especialmente, como fazer emergir a colaboração e a cooperação em ambientes virtuais de aprendizagem, Okada (2003, p. 273-274), afirma, sobre a expansão do aprendizado *online*:

[...] Além dos sofisticados sistemas que permitem configurar ambientes virtuais de aprendizagem, existem também diversos artefatos gratuitos disponíveis na web que possibilitam a participantes, alunos e professores construir os seus próprios espaços de aprendizado.

Este momento da educação exige um “repensar” sobre ferramentas Web 2.0/Redes Sociais. A construção coletiva é inexorável e vem para agregar qualidade às produções educacionais, onde a interação e transformação de ideias, alicerçadas em interesses mútuos, é geradora de conhecimento coletivo. Daí a importância dos processos comunicacionais nestes ambientes, que devem ser gerenciados também de forma coletiva: alunos e professores. Fóruns, debates, blogs e demais dispositivos, que possam ser utilizados para troca de informações e disseminação de novos conhecimentos, são mais do que desejáveis. Este é o aspecto mais positivo da plataforma Web 2.0: compartilhamento de vídeos, envio e recebimento de notificações, enfim, permitir a criação, desenvolvimento e manutenção de ambientes colaborativos para a construção do conhecimento. Silva (2013, p.1) disserta sobre as operações com mídias sociais e práticas formativas na Educação Básica, com a possibilidade de criação coletiva e seus benefícios sociais:

[...] efetivam-se na interação entre pessoas, que através da integração e discussão, constroem conteúdos compartilhados, usando a tecnologia como meio. [...] A garantia do acesso à informação, é um problema que deve levar em conta abordagens que busquem valores fundamentais e universais, a exemplo da ética e da cidadania. A capacidade de reter, processar e transmitir informações vai se transformar na chave da produtividade econômica, do poder político e da inserção social.

Para otimizar estas ferramentas, nos processos comunicacionais e de ensino aprendizagem, reforçar a necessidade de nivelção entre corpo docente e discente é fundamental. Hoje, o discente apresenta rápida integração com as novas tecnologias e, muitas vezes, tem mais habilidades e competências nesta área, do que seus professores.

Entre as tendências tecnológicas para as universidades brasileiras (Bibiano, 2014), previstas até 2020, discute-se ações já comuns em algumas instituições como sala de aula invertida, games aliados ao ensino, aplicativos móveis, aprendizado online e outras em processo de adoção: análise de aprendizagem individual, aprendizado móvel, produção de conteúdo aberto, laboratórios remotos e virtuais, realidade aumentada, internet das coisas, geolocalização e assistentes virtuais.

As perspectivas estudadas também discutem a existência de apoiadores e pessoas contrárias, que restringem o uso das mídias sociais no processo de educação e aprendizado, sem falar da própria resistência de docentes, muitas vezes motivada por

dificuldades em padrões adequados de infraestrutura. Os pesquisadores destacam conquistas e possibilidades de dias melhores, em que se facilite o acesso à uma educação de qualidade, fundamentada em tecnologias da informação e comunicação, especialmente, mídias sociais. Fazem um chamado à reflexão sobre a relevância e obstáculos, que permeiam os processos que envolvem o binômio mídia-educação e a formação de profissionais da educação.

Defendem que, a função social do educador de forma plena - formação do cidadão - só se torna efetiva se houver a apropriação crítica e criativa das mídias de forma integrada, em todos os processos educacionais de todos os níveis, para atendimento das demandas sociais e culturais. Propõem o desenvolvimento e disseminação de uma tradição da mídia-educação, alertando que é um campo novo, o qual enfrenta problemas para se consolidar, devido à pouca importância dada a essas novas tecnologias na formação inicial e continuada de profissionais da educação, elegendo os principais obstáculos a serem enfrentados. Abordam mídia-educação como parte essencial dos processos de socialização das novas gerações e das gerações adultas, numa concepção de educação ao longo da vida.

Para que a sociedade da informação seja uma sociedade plural, inclusiva e participativa, todos os cidadãos, principalmente os jovens, devem ser capacitados naquilo que a UNESCO chama de aprender a aprender - “apreender” o conhecimento -, compreender a informação, com distanciamento necessário à análise crítica; utilizar e produzir informações e todo tipo de mensagens. Em Portugal, já no final da década de oitenta, o cientista da computação, António Dias Figueiredo, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, gerenciou o Projecto Minerva. Em suas convicções, destacava que nos ambientes em rede:

[...] os alunos-nós-de-rede, membros de comunidades, sentem que a construção do seu conhecimento é uma aventura colectiva – uma aventura onde constróem os seus saberes, mas onde contribuem, também, para a construção dos saberes dos outros (FIGUEIREDO, 2002, p. 2).

Para o autor, “... à medida que a aventura se renova, vão aprendendo o que cada um vale, não apenas por si, mas pela forma como se relaciona com os outros – como com eles ‘constrói’ o que nunca, ninguém, conseguiria construir sozinho” (FIGUEIREDO, 2002, p. 2). Nestes ambientes, os estudantes têm a percepção e confirmação de que fazem parte, em simultâneo, de muitas comunidades, pelo alto compartilhamento de saberes. Assim,

vão aprendendo que o seu próprio valor para uma comunidade depende, não apenas de si próprios, como seres isolados, mas também da forma como podem contribuir para ela pelo facto de pertencerem a outras (FIGUEIREDO, 2002, p. 2).

Na troca constante de saberes, verifica-se que o trinômio comunidade, identidade e pertencimento se amplia, pois, os jovens participam de várias comunidades, existe a reflexão sobre as identidades entre elas e os respectivos sentimentos de pertencimento, os quais instalam-se em mais de um grupo social.

Após síntese das tendências e perspectivas das mídias e suas aproximações com a educação, culminando em sua importância no sentido da disseminação comunitária de saberes, passemos à discussão a respeito dos atores docentes envolvidos nestes processos.

2. CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS, PARA USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

A aplicação das tecnologias da informação e comunicação tem se mostrado cada vez mais importante e necessária no cenário educacional. Face ao pluralismo dos alunos, que tem ingressado nas faculdades, escolas, cursos de extensão dentre outros, faz-se necessário a capacitação docente, com intuito de melhorar e ampliar o aprendizado dos discentes.

Assim, como o conhecimento e informação são primordiais em nossas vidas, as novas tecnologias deveriam também fazer parte dela. Para Azevedo e Friedrich (2013, p. 225):

Há uma mudança paradigmática envolvendo professor e aluno a partir da inserção das novas tecnologias nos contextos educacionais. São mudanças jamais imaginadas e, portanto, não planejadas nos processos formativos pelos quais os docentes construíram seus caminhos profissionais.

Almeida (2011) salienta que a comunicação e a informação se tornaram instrumentos fundamentais nas ações educacionais, diante das inúmeras possibilidades que as mídias digitais apresentam e que permanece o grande e evidente desafio de desenvolver meios eficazes, para integrá-los ao ambiente pedagógico. Reforçam ainda

Silva et al. (2011) a relevância da capacitação permanente do educador, para procurar entendê-los e aplicá-los.

É essencial que os professores não se intimidem diante dos obstáculos e que se apresentem como profissionais engajados, neste constante processo de mediar conhecimento buscando alternativas diferenciadas, nas possibilidades de uso das tecnologias na escola. Um grande desafio do educador é transformar sua aula, em um ambiente interessante para o aluno. O aluno se interessa por aulas diferenciadas. Uma forma de se criar um clima positivo de aprendizagem é tornar a aula o mais fascinante possível. A informática oferece indiscutivelmente opção de diferenciação, pois é capaz de prender a atenção dos alunos e motivá-los na busca do conhecimento, mediados pelo professor, ou por iniciativa própria. Caso isto não aconteça, o ensino se transforma em mera transmissão de informações.

Em relação à EAD (ensino a distância), qualquer professor, com vivência nesta modalidade de ensino, entende que a educação é cíclica e muda constantemente de conteúdo e forma ao longo do tempo e de sua produção (GOMES e PACÍFICO, 2014).

[...] a educação, a inserção das novas tecnologias e sua influência no processo de formação de professores como objeto de investigação não pode ser o fim em si mesmo, como um caso isolado das tramas estabelecidas no tecido da história, pois, a educação não está imune às transformações da base material da sociedade [...] (GOMES e PACÍFICO, 2014, p. 83).

A formação dos professores sofre processo de reconfiguração e, independente de juízo de valor, trará impactos no trabalho docente. Seu desconhecimento poderá ampliar o quadro de desigualdade, o que já é uma realidade. Silva corrobora apontando,

A educação hoje, já não pode mais manter-se somente como acadêmica ou profissionalizante, por isso necessitamos de professores que conheçam o sistema produtivo e principalmente as inovações tecnológicas (SILVA et al., 2011, p. 18).

A capacitação docente adequada depende da gradativa incorporação de recursos tecnológicos em sua prática docente, não se resumindo apenas à um certificado de capacitação em informática. A incorporação destas tecnologias, no "fazer diário", do professor é complexa e depende de variáveis e fatores, que permeiam esta realidade.

Em relação à inserção das novas tecnologias na educação, a primeira preocupação (muitas vezes devido ao fato do despreparo dos dirigentes) é com a aquisição de equipamentos e instalação de programas de computadores para a educação (softwares educativos, etc.), como se isso pudesse garantir utilização eficaz do computador nos diferentes níveis e modalidades de ensino (SILVA et al., 2011, p. 19).

Por outro lado, a preparação dos professores, para uso destas tecnologias, não tem sido contemplada como prioridade nas decisões estratégicas, na mesma proporção dos investimentos correlatos. Percebe-se uma ideia errônea de que computadores e softwares resolverão todos os problemas educativos. A transformação do conhecimento e atuação do professor, frente às novas tecnologias, exige que ele saiba fazer análise crítica, em relação à sinergia entre conteúdos, alunos e recursos utilizados, treinamento e prática constante. Novos desafios aparecerão. Cabe ao docente disposição e disciplina na utilização das ferramentas, com intuito de agregar valor ao processo de sua formação, bem como no desenvolvimento profissional de seus alunos. Todas estas premissas ampliam-se dos ambientes físicos formais, para ambientes virtuais - ensino a distância - e quaisquer outros em que se manifestem processos educacionais. Façamos, agora, uma reflexão a respeito da formação de professores e demais profissionais, que atuam em ambientes virtuais.

Segundo a ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância), as matrículas em 2014 somaram 519.839 nos cursos regulamentados totalmente a distância, 476.484 em cursos regulamentados semipresenciais ou disciplinas EAD de cursos presenciais e 2.872.383 em cursos livres, totalizando 3.868.706 registros.

A evolução da educação a distância - EAD tem colocado em pauta a necessidade de uma reflexão sobre vários conceitos que envolvem o processo de ensino e aprendizagem, já que há a necessidade de se fazer adaptações profundas, não apenas no formato, mas, sobretudo, na forma de ver a educação e os processos de interação (AZEVEDO, GONÇALVES e CABELLO, 2011, p. 189).

A educação a distância, que se expande em todos os níveis, não é prática contemporânea. Maia; Mattar (2007, p. 21) enfatizam, que retomando vários séculos, [...] pode-se dizer que a educação a distância tem a idade da escrita. Nas sociedades orais, em que a escrita ainda não está estabelecida, a comunicação é necessariamente presencial. Para que alguma informação seja transmitida, o emissor e o receptor da

mensagem devem estar presentes, no mesmo momento e no mesmo local.

O mundo contempla inúmeros países, independentemente do grau de desenvolvimento, atendendo milhões de pessoas com educação a distância em todos níveis. Esses cursos são oferecidos por instituições, que também oferecem cursos presenciais, mas, em outros casos, há instituições de ensino voltadas exclusivamente para o ensino a distância (MAIA; MATTAR 2007, p. 25). Almeida confirmam:

Com o advento das TIC's volta à tona a modalidade de educação a distância - EAD- para o atendimento das demandas emergentes e mutáveis das pessoas, quer sejam estudantes em busca de um novo aprendizado, profissionais do mercado, preocupados com a necessidade de atualização ou pessoas em busca de novos aprendizados (ALMEIDA, 2011, p. 201).

Cada vez mais pessoas participam desse mercado: professores, alunos, conteudistas, web designers, pedagogos dentre outros e desenvolvem diferentes papéis simultaneamente. Apesar da velocidade com que esse mercado vem se expandindo, os recursos humanos, para atuarem nesse cenário (EAD), não se desenvolveram com a mesma agilidade. Maia; Mattar (2007) argumentam que ainda não existe uma formação, ou melhor, um completo entendimento dessas instituições, gestores, tutores, autores, professores e alunos, sobre os papéis que cada um deve desempenhar, além dos direitos e deveres e responsabilidades neste processo. O professor em EAD deve possuir algumas características específicas, como ter capacidade de alta dinamicidade, para responder às múltiplas formatações de dúvidas dos discentes, especialmente quando em ambiente de interação síncrona.

Este docente deve saber mediar o conhecimento junto a seus alunos, ter domínio do conteúdo ministrado, habilidades e competências inerentes à tecnologia, estar atento às intervenções em fóruns de discussões e cuidar para que, alunos com dificuldades com o uso dos equipamentos ou dos aplicativos, não sejam prejudicados por sua limitação, tanto em termos de qualidade, quanto de quantidade nas participações, durante as discussões *online*.

Não menos importante, são as formas de instrumentalização e operação dos recursos tecnológicos, nas práticas de ensino-aprendizagem. Assim, dissertar sobre as

principais ferramentas se faz necessário, para completar a relação entre perspectivas, capacitação e a parte instrumental das tecnologias em mídias sociais digitais.

3. MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTAS, NA DINÂMICA DO ENSINO – APRENDIZAGEM

Por meio das mídias sociais digitais mais utilizados pelos estudantes, novas técnicas de ensino devem ser promovidas, integrando professores e alunos. Estes últimos devem ser observados e estimulados para aproveitarem seus perfis em plataformas de relacionamento como o Facebook e o Twitter, onde a navegação é livre de amarras lineares de uma sala de aula presencial. A produção de conteúdo ou publicação de imagens e vídeos, de certa maneira, passa a ser livre e permite ao jovem participar intensamente do processo de criação e inserção de conhecimento em ambientes virtuais. Existem vários cursos

[...] e materiais disponibilizados on-line através de mídias de animação, pequenos vídeos, textos, hipertextos, gravações em áudio e atividades que o aluno realiza durante um período predeterminado e envia os resultados dessas atividades a um centro e/ou instituição que corrige, de forma automática, e atribui um conceito/nota que permite que o aluno passe para o próximo percurso (COELHO, 2009, p. 91).

Transformadas em plataformas colaborativas de aprendizado, as redes sociais permitem a construção não linear de conhecimento, por meio da participação dos docentes e discentes, fugindo do problema da falta de estímulo existente em ambientes de aulas tradicionais (lousa e giz) e integrando a vida dos seus usuários, conhecimentos que vão além dos livros didáticos e do ensino padrão adotado na maioria das instituições de ensino. Viabiliza-se esta nova fronteira, com a utilização e conhecimentos de uso de elementos técnicos devem ser absorvidos pelos professores e promotores de conhecimento.

A informação, como a conhecemos, é tratada como inserção de dados, em qualquer plataforma midiática digital e os sistemas de informação trabalham apenas com os processos determinados pelos usuários. Quando professores ou alunos publicam um texto no Facebook, são direcionados por esta plataforma a contribuírem com mais elementos, sejam fotos ou vídeos. A participação de outras pessoas, curtindo ou comentando, aumenta o nível de entendimento e aprofunda a discussão de um determinado tema.

Na plataforma Twitter, que restringe a 140 caracteres, a informação passa por um processo de filtragem mais profundo e deixa apenas os dados mais básicos e importantes do assunto tratado obrigando assim, seu autor a promover um debate em forma de diálogo, pois produz parágrafos e não um texto completo por vez. “Não conseguir fazer ligações entre o conhecido e o desconhecido impede-nos de captar novas ideias e novas oportunidades” (WURMAN, 2003, p.184). Dentre os problemas nestas interações digitais, destaca-se a manipulação da informação de forma inescrupulosa por usuários das redes sociais. Como encontrar qualquer dado na internet é fácil, uma apuração detalhada do que se está utilizando deve ser a prioridade de estudantes e professores. No processo colaborativo, nem sempre as informações prestadas por um indivíduo representam a verdade sobre aquele fato. Vejamos a plataforma colaborativa Wikipédia - um grande dicionário online -, onde todos podem complementar, alterar ou criar novos dados sobre um tema específico. Neste modelo, temos dois tipos de manipulação: a criteriosa promovida por pessoas que buscam passar a informação correta e a inescrupulosa onde o importante não é a veracidade dos fatos, mas a opinião sem base e cheia de buracos em suas teorias.

A criação de necessidades para a aprendizagem precisa vir dos educadores, que devem aproveitar o interesse dos alunos nas redes sociais e integrar assuntos do dia a dia desses jovens, com os conceitos educacionais aplicados atualmente e promover uma discussão que permita a colaboração. Uma ferramenta digital, que já produz este tipo de participação, são os fóruns de discussão. Há muitos anos, são utilizados em sites e ajudam na busca de soluções, para diversos problemas ou apenas para a troca de ideias.

Quando um aluno participa de um fórum, troca experiências com um universo amplo de pessoas, que possuem pensamentos e ideias convergentes ou não, o que gera uma riqueza de conteúdo virtual que pode render um aumento de seus conhecimentos. Durante as aulas online,

os estudantes devem ser incentivados a desenvolver atividades em que sejam sujeitos ativos do processo, interagindo com o restante do grupo, por meio dos recursos tecnológicos como fóruns, atividades em grupo, chats, troca de e-mail, construindo conhecimentos de forma diferenciada do ensino presencial (REIS; MARTINS, 2008, p. 99).

Quanto à segurança das informações e dos usuários, que as promovem ou utilizam na Internet, há que se fazer uma reflexão. Hackers, dados falsos e vírus são apenas alguns

dos perigos existentes na Web. Outra questão é a inocente ideia de que tudo na internet é possível, ou seja, podemos publicar e inserir todos os tipos de dados e conteúdos sem controle. “A noção de que a Internet é ‘virtual’ leva muitos a encarar o que ocorre na Internet como fora da vida ‘real’” (HOEPERS, 2012, p. 10). A apresentação de normas e dicas informativas de como navegar e se portar na WEB, além de ferramentas de segurança que possibilitem uma navegação sem riscos, são fatores que devem ser levados em conta na hora de buscar e promover o conhecimento no ambiente de aprendizagem digital.

Deixando de lado a parte em que o Facebook e o Twitter são vistos apenas como meras plataformas de relacionamento, as duas mídias sociais podem ser utilizadas como ferramentas de EAD (Educação a Distância), pois já possuem incorporadas em suas linguagens os mecanismos que tornam esta modalidade de ensino uma promissora sala de aula não presencial. Recursos audiovisuais e de texto, uma conexão que possibilita a interatividade com outros estudantes e o contato entre aluno e professor tangível são apenas alguns exemplos de como a aula presencial perderia espaço para as mídias sociais. Mas, primeiro será necessária uma mudança na cultura de ensino-aprendizagem de docentes e discentes, para que ambos possam trabalhar sem perder o foco de suas atividades.

No contexto das plataformas colaborativas, existem ferramentas que possibilitam a mobilidade dos alunos e professores onde quer que estejam. São os aplicativos (apps), tablets, celulares, notebooks e seus similares que, com a conexão adequada, permitem a navegação em qualquer ponto do planeta, levando a sala de aula dos frios prédios públicos ou privados, para ambientes agradáveis e livres do peso da antiga escola de concreto.

Esses aplicativos possibilitam também o monitoramento de discussões sobre temas e tópicos específicos em tempo real, assim como o monitoramento do fluxo de novos seguidores, mensagens diretas, respostas e menções individuais (LEMOS; SANTAELLA, 2010, p. 111).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar em novos ambientes, desprovidos de recursos humanos capacitados em novas tecnologias é, a cada dia, em cada ambiente de ensino-aprendizagem, presencial ou não presencial, uma difícil e angustiante necessidade a ser atendida. Diante das reflexões e de revisão bibliográfica, evidencia-se a urgência de se colocar em prática a

implementação das novas tecnologias no meio acadêmico/escolar, com intuito de propiciar melhor ensino-aprendizagem dos discentes.

O papel das mídias sociais na educação, atrelada às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's), representam desafios para professores e demais recursos humanos heterogêneos que trabalharão com elas. É importante um segundo olhar, com maior compreensão no que tange à socialização dos saberes, pois essas novas ferramentas por si só, não agregam valor ou constroem conhecimentos, e se faz necessário desenvolver trabalhos interdisciplinares, para que os conteúdos sejam disseminados de maneira eficiente e perene nas instituições. Os docentes deverão se adaptar a essa realidade por meio de aprendizado, desenvolvimento e capacitações contínuas, das novas metodologias de ensino, na busca de uma melhor e exitosa interação com seus alunos.

Como resultado das análises, constatou-se que, embora o acesso às ferramentas tenha aumentado de forma vertiginosa, ainda existem muitos problemas na capacitação, não apenas dos docentes, mas de todos os envolvidos em processos educacionais com o uso das mídias sociais, gerando um desafio para que haja uma absorção rápida e qualitativa das tendências, na educação das próximas gerações.

Essa análise destacou perspectivas sobre avanços tecnológicos, para os quais devemos dar relevância, pois, apesar do caráter cíclico - inovação, absorção, estabilidade -, a celeridade nestes ciclos é imprescindível, para que tenhamos uma sociedade competitiva, em condições de emergir e possa ser análoga às sociedades modernas. O tema é inesgotável, dada a contínua evolução tecnológica, associada às mídias sociais e educação e poderá servir como referência a outros pesquisadores envolvidos com o aprofundamento de estudos, sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Censo Ead Brasil 2014. Disponível em: . Acesso em: 19 abr. 2016.

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. Formação do professor do ensino básico para a educação para a mídia: avaliação de um protótipo de currículo. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista. 2011. Disponível em: . Acesso em 08 de out. 2014.

AZEVEDO, Adriana Barroso de; GONÇALVES, Elizabeth Moraes; CABELLO, Camila Faustini. Comunicação e Linguagem na EAD: A construção de um novo discurso educacional. In: GONÇALVES, Elizabeth Moraes (Org.). Estudos de comunicação e linguagem: múltiplas experiências. São Caetano do Sul: Virgo, 2011.

_____; FRIEDRICH, Giovana Quini. Nova comunicação e novas tecnologias na universidade: desafios da formação docente para Ead. In: GONÇALVES, Elizabeth Moraes (Org.). Práticas comunicacionais: Sujeitos em (Re) Ação. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIBIANO, Bianca. Estudo aponta 12 tendências tecnológicas para universidades brasileiras. Revista Veja.com, São Paulo, out.2012. Seção Educação. Disponível em . Acesso em: 04 jun 2016. CAPRINO, Mônica Pegurer; GOULART, Elias Estevão; ROSSETTI, Regina. Comunicação e Sociedade: faces e interfaces inovadoras. In: CAPRINO, Mônica Pegurer (Org.). Comunicação e Inovação: reflexões contemporâneas. São Paulo: Paulus, 2008.

COELHO, Maria das Graças Pinto et al. Pedagogia crítica da mídia: a teia da mídia - educação nas redes sociais contemporâneas. Natal, RN: Edufrn, 2009.

FIGUEIREDO, António Dias. Redes e educação: a surpreendente riqueza de um conceito. In: Conselho Nacional de Educação (2002), Redes de Aprendizagem, Redes de Conhecimento, Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, ISBN: 972-8360-15-0, Lisboa, maio de 2002. Disponível em: . Acesso em: 13 set. 2017.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira; PACÍFICO, Juracy Machado. Formação de professores e tecnologias. In: VELANGA, Carmen Tereza et al (Orgs.). Formação de professores e as novas tecnologias em educação: uma reflexão necessária. Florianópolis: Pandion, 2014. Disponível em: . Acesso em: 28 mai. 2017.

GOULART, Elias Estevão. Aluno 3.0: antigo personagem em nova comunicação. In: PESSONI, Arquimedes; PERAZZO, Priscila Ferreira (Orgs.). Neorreceptor no fluxo da comunicação [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. (Coleção Comunicação & Inovação; v. 1). Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2017.

HOEPERS, Cristine. Aspectos de Segurança da Informação. In: VI Telecon, Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Comitê Gestor da Internet no Brasil - Salvador, BA, 23 nov. 2012. Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2017.

LEMONS, Renata; SANTAELLA, Lucia. Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo, SP: Paulus, 2010.

LIMA, Frederico O. A Sociedade Digital - o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2000.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. ABC da Ead: a educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

OKADA, Alexandra Lilavati Pereira. Desafio para EAD: como fazer emergir a colaboração e a cooperação em ambientes virtuais de aprendizagem? In: SILVA, Marco (Org.). Educação online, São Paulo, SP: Loyola, 2003.

REIS, Felipa Lopes dos. MARTINS, António Eduardo. A importância dos fóruns de debate na comunicação e interação no ensino online. In: Revista de Estudos da Comunicação. v. 9, n. 19, p. 97-111, maio/ago. Curitiba, PR: 2008. Disponível em: . Acesso em: 13 set. 2016.

SILVA, Geane Aparecida Poteriko da. et al. Capacitação de professores no uso das tics na educação: Conectando realidade à prática docente. 2011. Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2017.

SILVA, Marco. Sala de Aula Interativa, 4ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Quartet, 2006.

SILVA, Maria do Rozario Gomes da Mota et al. Mídias Sociais e Práticas Formativas na Educação Básica – In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação - ANPAE Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Recife, PE. maio de 2013. Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2017.

SOUZA, Cláudia Regina Teixeira de. et al. Redes Sociais e Educação: Mapeando Possibilidades. In: SIMSOCIAL Simpósio em Tecnologias Digitais e Sociabilidade: Práticas Interacionais em Rede. Salvador, Bahia. 2012. Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2017.

WURMAN, Richard Saul. Ansiedade de informação. São Paulo: Cultura, 2003.

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: Estudo de Casos sobre a implantação do programa em duas empresas que operam no Brasil

Márcio Sousa Assis 1 (Universidade Metodista de São Paulo);
marciosousaassis@gmail.com.br*

Márcio Shoiti Kuniyoshi (Universidade Metodista de São Paulo);
marcio.kuniyoshi@metodista.br

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo apresentar as razões que levam empresas a adotar a Gestão por Competências. Com base numa pesquisa qualitativa, foi realizado estudo de casos em duas empresas que declaradamente adotam a gestão por competências, bem como suas características, expectativas iniciais. Para levantar as informações, entrevistas em profundidade com os gestores de recursos humanos foram realizados a fim de compreender os processos de gestão por competências. As análises revelaram que as organizações estudadas procuraram integrar as estratégias corporativas com o programa de gestão por competências, sendo o apoio da alta direção fundamental. Outro achado importante foi que uma das empresas estudadas, apesar de ter o programa de gestão por competências, este não abrange grande parte dos funcionários e, conseqüentemente, ao não ser levado em consideração, este grupo de funcionários se mostrou desmotivado, insatisfeito, com queda de produtividade e sem visualização futura de crescimento profissional.

Palavras-chave: **gestão por competências, estudo de casos, facilidades e dificuldades.**

Abstract: This article has as main objective to present the reasons that lead companies to adopt the Management by Competencies. Based on a qualitative research, a case study was conducted in two companies that reportedly adopted competency management, as well as their characteristics, initial expectations. To gather the information, in-depth interviews with human resource managers were conducted in order to understand competency management processes. The analyzes revealed that the organizations studied sought to integrate the corporate strategies with the program of management by competences, being the support of the top management. Another important finding was that one of the companies studied, despite having the competency management program, this does not cover a large part of the employees and, consequently, not being taken into

account, this group of employees was unmotivated, dissatisfied, Of productivity and without future visualization of professional growth.

Keywords: Management by competences, case studies, facilities and difficulties.

INTRODUÇÃO

O contexto dinâmico e turbulento pelo qual a sociedade tem passado provoca mudanças significativas em governos, nas organizações e no comportamento de vida dos cidadãos, de forma que todos tenham que se adaptar, reinventar e inovar. Da perspectiva das empresas, a necessidade de adaptação e inovação se faz necessária pela intensiva competição globalizada, pela influência das novas tecnologias no trabalho, pelas novas demandas dos clientes e pela necessidade de responder com melhores desempenhos para a empresa e acionistas, dentre outros fatores. Conseqüentemente, as empresas para sustentar as suas estratégias têm focado em identificar profissionais com potencial para exercer papéis de liderança, bem como investir na qualificação profissional e no comportamento visando alcançar os objetivos estratégicos traçados pela alta gestão, podendo gerar assim um ganho para as pessoas. O tema Competências tem sido estudado por autores como Mills et al (2002), Dutra (2001:2004), Leme (2006), Fleury e Fleury (2007), Brandão et al (2008), Ruas (2005:2011), Fontoura et al (2011), Tripathi e Agrawal (2014); Almeida-Moura et al (2014), Bichueti (2015), Rens (2016) onde esperam-se que por meio da gestão por competência e dos processos de desenvolvimento de pessoas, o estímulo à entrega das tarefas, incentive os colaboradores, baseados em suas qualificações, experiências profissionais e conhecimentos, consigam desempenhar melhor as funções profissionais e entregar os resultados préestabelecidos no planejamento, obtendo maior comprometimento e iniciativa empreendedora. Para Dutra (2004) as entregas das competências pelos indivíduos devem ser aproveitadas ao máximo pelas organizações. No momento da entrega, o conhecimento se consolida como principal fator de diferenciação para a competitividade organizacional. O presente estudo de casos tem como objetivos comparar os processos de duas empresas que declaradamente aplicam a gestão por competências, levantar as expectativas iniciais, as dificuldades e as facilidades. Em relação aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, baseada no método de Estudos de Casos e a coleta de informações foi baseada em roteiro semiestruturado de entrevista realizadas com gestores das empresas estudadas responsáveis pela área de gestão de pessoas e análise documental (relatórios internos,

website da empresa, entre outros). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas com a devida autorização dos entrevistados.

DESENVOLVIMENTO

Fundamentação Teórica

A gestão por competências tem sido aplicada nos últimos 30 anos para gerenciar o capital humano em diversas organizações. Isto mostra que não é algo novo [...]. Como o contexto dos negócios tem mudado frequentemente devido a vários desenvolvimentos no ambiente técnico, econômico e social, o papel das organizações que utilizam o quadro de competências para gestão de recursos humanos deve ser estudado para reter o empregado para a organização [...]. Os efeitos da implantação da gestão baseada em competências nas diferentes organizações precisam ser exploradas para ajudar a organização em melhorar o seu desempenho, bem como a do funcionário. (TRIPATHI; AGRAWAL, 2014).

Le Boterf (2003) e Ruas (2005), dizem que o tema competências ainda é um modelo em construção, devido à heterogeneidade no uso e aplicação deste modelo pelas organizações.

Alguns estudos como o de Fleury e Fleury (2000) e Eboli (2001) tratam o tema como um processo de aprendizagem, que a partir da estratégia da organização, as competências serão compartilhadas e depois traduzidas para as competências individuais. Para Eboli (2001), é importante que o funcionário tenha maturidade, consciência e compreensão do real sentido de aprendizagem e do desenvolvimento contínuo, para que se instalem o conceito de competências de ambas as partes. Além da abordagem de aprendizagem, há também o conceito de competências coletivas onde Le Boterf (2003) diz que a competência coletiva emerge da sinergia das competências individuais. Afirma que mesmo se um membro da equipe sair da organização, os recém-chegados são capazes de reconstruí-las.

Ao analisar as competências individuais, em 1973, David McClelland propôs, pela primeira vez, no artigo "*Testing for competence rather than intelligence*" de forma estruturada o conceito de competências como caminho para a substituição dos testes de inteligência nos processos seletivos. Este artigo, de certa forma, iniciou o debate entre administradores e psicólogos nos Estados Unidos sobre o tema competência. Para McClelland, competência está relacionada a um desempenho superior na realização de uma tarefa, ou em uma determinada situação, o que ele chama de característica subjacente do indivíduo. (FLEURY & FLEURY, 2004). Diferenciava-se assim, competência de aptidões: (talentos naturais da pessoa, que podem vir a ser aprimorados); de habilidades:

(demonstrações de talentos particulares na prática) e de conhecimentos: (o que a pessoa precisa saber para desempenhar uma tarefa), (MCCLELLAND, 1973).

Na década de 80, Boyatzis (1982), reanalisou dados e estudos sobre competências gerenciais e identificou um conjunto de características e traços, que para ele, definem um desempenho superior, ampliando assim o conceito de competência, no sentido de um estoque que o indivíduo tem e que define um desempenho superior.

Parry (1996) correlaciona o termo competências com os termos: *inputs* e *outputs*. [...]. Nos EUA, o termo foi associado com *inputs*, conjunto de conhecimentos, habilidade e atitudes que afetam o desempenho do indivíduo e na Europa com *outputs*. Ou seja, o indivíduo demonstra competência a partir do momento em que atinge ou supera resultados esperados em seu trabalho. (FLEURY; FERNANDES, 2007, p. 3).

Em 1999, Zarifian foi além do conceito de qualificação e focou em três análises que chamou de: “noção do evento”, “comunicação” e “noção do serviço”. A noção do evento consiste naquilo que ocorre de forma imprevista, desta forma, a competência não pode estar predefinida, a pessoa deve mobilizar recursos para resolver as novas situações. A comunicação consiste em compreender o outro e a si mesmo, partilhar das normas comuns e dos objetivos organizacionais. A noção do serviço precisa ser central e estar presente em todas as atividades, para isto a comunicação é primordial. O trabalho desta forma não é mais um descritivo de tarefas associadas ao cargo e sim a mobilização do indivíduo, face ao ambiente cada dia mais complexo e mutável (FLEURY; FLEURY, 2004).

Segundo Dutra (2004), um modelo de gestão por competências visa reconhecer, formar e ampliar conhecimentos, habilidades e atitudes e que segundo Fischer (2002), pode ser definido como a maneira pela qual uma empresa se organiza para gerenciar o comportamento humano através de suas estratégias.

Procedimentos Metodológicos e Análise dos Casos

Como categorias de análises consideramos as razões que levaram a empresa a adotar a gestão por competência, como foi decidida a adoção da gestão por competência, expectativas iniciais, principais características do programa de gestão por competência, facilidades e dificuldades. Por meio de análise cruzada, foi possível identificar as similaridades, que são os pontos comuns que se repetem em mais de um caso e singularidades, que são os pontos específicos de uma determinada organização.

As características do programa de gestão por competências da empresa Alpha, consistem na integração das estratégias da empresa, competências a serem avaliadas, avaliação de desempenho anual, *feedback*, plano de carreira e definição de metas. A partir da

combinação dos resultados da avaliação de desempenho os funcionários são posicionados em uma matriz de desenvolvimento com sete quadrantes. No estudo de caso da empresa Beta, a gestão por competências é aplicada desde o processo de seleção até a avaliação de desempenho anual. A partir da combinação da entrevista anual do gestor com o funcionário, é realizado o plano de ação para os *gaps* entre o exigido e o avaliado. Ao avaliar o porquê em aplicar a gestão por competências não foram constatadas diferenças. As duas empresas afirmaram ter sido uma decisão da presidência, para que a empresas pudessem alcançar seus objetivos e também focar na gestão de pessoas.

A área de Recursos Humanos é aquilo que o líder da empresa quer que seja. Se ele não a considera estratégica, o desenvolvimento e a implantação de um plano consistente de RH ficam comprometidos [...] Gestores de Recursos Humanos não podem assumir superpoderes, atuar como eminências pardas, considerar-se especialistas em tudo e começar a ditar a seus colegas de outras áreas o que têm e o que não têm de fazer. (BICHUETTI, 2015. p. 01).

Como facilidades a Coordenadora de Recursos Humanos da empresa Alpha diz estar claro para os gestores o que avaliar e como avaliar. Já a empresa Beta diz que as facilidades são: melhoria na comunicação, aplicação de treinamentos e que ninguém foi dispensado por não atender o nível esperado das competências e que a empresa sempre encontra um caminho interno para resolver as questões voltadas para o plano de sucessão.

Como dificuldades, comparando os dois casos, é complicado afirmar que a empresa Alpha está em situação confortável. Os gestores não têm como cobrar metas de desempenho e não podem avaliar todos os colaboradores da mesma forma. De 1500 funcionários apenas 400 estão incluídos no programa. Mesmo trabalhando por contrato determinado, talvez fosse mais fácil cobrar um melhor desempenho, pois eles estão diariamente na “casa” do cliente, sendo “vistos” pelos clientes. Para esses colaboradores excluídos do programa não há perspectivas de crescimento na organização, trabalham aguardando o fim do contrato com o cliente. A própria Coordenadora de Recursos Humanos diz que o impacto é muito grande no que diz respeito a não dar possibilidades de crescimento para essas pessoas.

Pontes (2014) defende a necessidade de um modelo formal de desempenho das pessoas, pois caso contrário, tanto nos fracassos

quanto nos sucessos, não se sabe ao certo o porquê e os responsáveis pelo fato [...] cita inúmeros fatores como: inovação dos processos de trabalho, diminuição dos efetivos e a cobrança significativa e acima do normal das pessoas que trabalham nas empresas. É aí que se encontra a necessidade de uma metodologia para avaliar o desempenho das pessoas.

[...] em condições normais, (o funcionário) está preocupado com a própria produtividade, e conseqüentemente, em saber como está se saindo. Conhecendo ele a importância de seus pontos positivos e negativos; sabendo que pode contar com o supervisor e a empresa no sentido de melhor aproveitar os primeiros e suprimir os segundos, sentirá maior segurança e ânimo para uma vida de trabalho orientada à autorealização tão integral quanto possível de suas potencialidades. (BERGAMINI; BERALDO, 1988, p. 71).

Gasparetto (2003 p. 27) diz:

Os esforços de todas as empresas devem ser direcionados a atender as necessidades finais da cadeia, independente de quanto, à montante deles as empresas envolvidas estejam [...] os ganhos advindos desse processo podem, efetivamente, gerar melhorias que ultrapassam as fronteiras de cada uma das empresas.

No estudo da empresa Beta as dificuldades foram relacionadas ao grande número de competências avaliadas, o medo do novo e de avaliar.

Bergamini e Beraldo (1988) trazem algumas questões referentes à avaliação de desempenho. Por que queremos avaliar desempenhos? Por que os sistemas de avaliação de desempenho têm vida tão curta nas organizações? Por que os sistemas fracassam muitas vezes antes de iniciar? Apesar das boas intenções subjacentes?

O elencar destes questionamentos, traduzem, na verdade, o que está intrínseco: o processo psicológico do ser humano “[...] ao mesmo tempo em que desejamos saber a opinião do outro sobre si, ele nega e rejeita; deseja expressar seu julgamento sobre as pessoas e tem medo de fazê-lo. [...]” Atualmente já se conhece como o ser humano se desenvolve. Como tem sua personalidade

estruturada partir de fatores inatos e influências ambientais recebidas; como constrói sua matriz de identidade e como ela é modelada a partir do desenvolvimento da autoimagem e da autoestima do indivíduo. (BERGAMINI; BERALDO, 1988).

Quadro 1: Matriz de análise cruzada

ATRIBUTOS ANALISADOS	Empresa ALPHA	Empresa BETA	Aspectos comuns	Aspectos únicos
<p>Razões que levaram a empresa a adotar a gestão por competência. O que motivou</p>	<p>Elaboração do planejamento estratégico para todas as áreas e para todos os processos e com foco nas estratégias da empresa e gestão de pessoas. Definição de estratégias de curto, médio e longo prazo para crescimento da empresa.</p>	<p>A possibilidade de dar <i>feedback</i> para os funcionários, Desenvolvimento profissional e desenvolvimento organizacional. Aumento na eficiência dos processos, melhoria nos resultados. Motivação para os funcionários. <i>Inputs</i> para o plano de treinamento. Disseminação de uma cultura globalizada.</p>	<p>Foco no planejamento estratégico; desenvolvimento organizacional. Ambos os casos afirmam ter foco no gestão de pessoas.</p>	<p>No caso 2 é sugerido um foco maior na motivação dos funcionários.</p>

		Possibilidade de intercâmbio <i>worldwide</i> .		
Como foi decidida a adoção da gestão por competência	Partiu da diretoria que contratou uma consultoria para trabalhar todo o planejamento estratégico da empresa.	A adoção da gestão por competências foi uma decisão corporativa, global.	Ambos as empresas afirmam que a decisão partiu da diretoria.	No caso 2, foi uma exigência global (da empresa que a comprou).
Expectativas iniciais	Ter uma evolução ao longo dos anos através da revisão da estrutura organizacional. Foco grande na gestão de pessoas.	Ter funcionários autônomos. Que após <i>feedback</i> face to face (gestor e funcionário) sobre seu desempenho (objetivos) e competências desenvolvidas (pontos fortes) e as competências a desenvolver, traçar um plano de ação para que as lacunas fossem preenchidas (<i>gaps</i>) Acontecimento do	Foco na gestão e desenvolvimento das pessoas.	No primeiro caso (empresa Alpha) aproveitou a G.C. para revisar a estrutura organizacional.

		desenvolvimento das pessoas.		
Principais características do programa de gestão por competência	<p>O programa é aplicado somente para 400 funcionários CLT. Cerca de 1.100 funcionários autônomos não são abrangidos pelo programa. Avaliação de desempenho anual; RH verifica as discrepâncias do resultado da avaliação e discute com os gestores. Possui plano de ação para os <i>gaps</i> entre exigido e o avaliado.</p>	<p>O programa é aplicado para todos os níveis da organização. A gestão por competências da empresa é aplicada desde o processo seletivo, na entrevista de experiência e avaliação de desempenho. Avaliação de desempenho anual. RH verifica as discrepâncias do resultado da avaliação e discute com os gestores. Possui plano de ação para os <i>gaps</i> entre exigido e o avaliado.</p>		
Facilidades	<p>Apoio da diretoria e presidência.</p> <p>Programa</p>	<p>A comunicação.</p> <p>Treinamento.</p>		<p>No caso 2 a empresa diz que ninguém foi dispensado por não</p>

	estruturado em bases científicas. Está claro o que avaliar e como avaliar.	Segurança, ninguém foi dispensado por que não atendia o nível esperado das competências.		atender o nível esperado das competências.
Dificuldades	O programa abrange apenas cerca de 400 funcionários. Foi estruturado para os funcionários da matriz e nas filiais onde fica a maioria dos funcionários autônomos, os mesmos não são avaliados.	A quantidade de competências para avaliar assustou um pouco (competências gerais e profissionais). A complexidade. Medo do novo (avaliação). Foi preciso estudar o material, ler e entender cada competência e cada nível, antes de fazer a avaliação com a equipe.		No primeiro caso a dificuldade é que o plano não abrange 1100 dos 1500 funcionários, gerando impactos para a gestão. No segundo caso a quantidade de competências dificultou um pouco, o receio de avaliar.

Fonte: elaborado pelo autor

CONCLUSÃO

Um dos objetivos da pesquisa foi identificar como as empresas pesquisadas aplicam a gestão por competências e expectativas. Identificamos que no estudo de caso da empresa Alpha a empresa integra as estratégias da empresa com as competências a serem

avaliadas e com os resultados da avaliação de desempenho anual. Da feedback, gerencia seu plano de carreira e define metas. No estudo de caso da empresa Beta, a gestão por competências é aplicada desde o processo seletivo até a avaliação de desempenho anual. A partir da combinação da entrevista anual do gestor com o funcionário, é realizado o plano de ação para os gaps entre o exigido e o avaliado. Ao avaliar o porquê em aplicar a gestão por competências não foram constatadas diferenças. As duas empresas afirmam ter sido uma decisão da presidência, para que a empresa pudesse alcançar seus objetivos e também focar na gestão de pessoas. Como dificuldades a empresa Alpha tem um grande problema a ser resolvido. Apenas 400 de 1500 funcionários são acompanhados pelo programa de gestão por competências. Os demais trabalham sobre o regime de contrato por prazo determinado e estão excluídos do programa. Fica claro que a empresa Alpha possui uma ótima ferramenta para desenvolvimento de pessoas, mas não está utilizando de forma apropriada, podendo causar desmotivação nos funcionários. A recomendação seria ampliar o programa de gestão por competências para todos os funcionários. No caso da empresa Beta as dificuldades iniciais foram no grande número de competências à serem avaliadas, o medo do novo e o medo em avaliar. Como facilidades a empresa Alpha afirmou que ficou tudo muito claro para os gestores sobre o que avaliar e como avaliar. Para a empresa Beta as facilidades foram: melhoria na comunicação, aplicação de treinamentos e que ninguém foi dispensado por não atender o nível esperado das competências, que a empresa sempre encontra um caminho interno para resolver as questões voltadas para o plano de sucessão. Com relação à realização de estudos futuros, recomenda-se ampliar a pesquisa estudando os resultados da avaliação de desempenho. Pesquisar quais foram os ganhos reais em termos de crescimento organizacional (lucro) quando da aplicação da gestão por competências. Associar o tema com programas de participação nos lucros, *balanced score card*, impactos no clima organizacional, na percepção de ganhos para o funcionário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-MOURA, L. S. et al. Competências coletivas da equipe de vendas e sua influência sobre a satisfação do cliente. Revista Científica Sensus: Administração, Londrina, v.4, n.2, p. 1-72, jul.dez. 2014. Uninorte.

AMARAL, R. M. Desenvolvimento e aplicação de um método para o mapeamento de competências em inteligência competitiva. 2006. 209 f. Dissertação Mestrado em Engenharia da Produção – UFSC – São Carlos, 2006.

BERGAMINI, C. W.; BERALDO, D. G. R. Avaliação de desempenho humanos na empresa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1988.

BICHUETTI, J. L. Gestão de pessoas não é com o RH!. Harvard Business Review. maio2015.

BOYATZIS, R. E. The competence manager: A model for effective performance. New York: John Wiley e Sons, 1982.

BRANDÃO et al. Gestão de desempenho por competências: integrando a gestão por competências, o balanced score card e a avaliação 360 graus. RAP, Rio de Janeiro, 42(5): 875-98, set-out-2008. CAMPOMAR, M. C. Do uso de estudo de caso em pesquisas para dissertações e teses em administração. RAE, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 95-97, jul-set. 1993.

DUTRA, J. S. et al. Gestão por competências. Um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. 6ª ed. São Paulo: Gente, 2001. _____ (org.). Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

EBOLI, M. Um novo olhar sobre a educação corporativa: desenvolvimento de talentos no século XXI. In: Dutra, J. S. (Coord.) Gestão por Competências. São Paulo: Gente, 2001, p. 109-128. EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. Academy of Management Review, 1989, vol. 14, n.4, 532-550.

FISCHER, A. L. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2002.

FLEURY, M. T.; FERNANDES, B. H. R. Modelos de Gestão por Competência: Evolução e Teste de um Sistema. Porto Alegre: Análise, v. 18, n. 2, p.103-122, jul-dez. 2007.

FLEURY, M. T. L. & FLEURY, A. C. Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Alinhando Estratégia e Competências. São Paulo: RAE, 2004. FONTOURA, D. S.; ÁVILA, V.P.; CORSETTI, R; RUAS, R.L. Competências coletivas: uma tentativa de aproximação do conceito e identificação em uma organização do ramo editorial. Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (EnGPR), p. 17, 2011.

LE BORTEF, Guy. Desenvolvendo a competência dos profissionais. Porto Alegre. Artmed, 2003. GASPARETTO, V. Proposta de uma sistemática para avaliação de desempenho em cadeia de suprimentos. 2003. 248f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Santa Catarina, 2003.

LEME, Rogério. Avaliação de Desempenho com foco em competência: A base para remuneração por competências. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. MCCLELLAND, D. C. Testing for competence rather than intelligence. *American Psychologist*, n. 28, p. 1-4, 1973.

MILLS, J.; PLATTS, K.; BOURNE, M.; RICHARD, H. *Strategy and Performance: Competing through competences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001. PONTES, B. R. *Avaliação de Desempenho: métodos clássicos e contemporâneos, Avaliação por Objetivos, Competências e Equipe*. 12ª Ed. São Paulo: LTR 2014.

RENS, T. V. *Paying skilled workers more would create more skilled workers*. *Harvard Business Review*: 2016.

RUAS, R. L. *Gestão por Competências: uma contribuição para as estratégias da organização*. In: Ruas, Antonello e Boff. *Aprendizagem organizacional e competências*. Porto Alegre: Bookman, 2005. RUAS, R. L. et al. *Competências coletivas: uma tentativa de aproximação do conceito e identificação em uma organização do ramo editorial*. GPR 2011. João Pessoa – PA – 20 a 22 de novembro de 2011.

SARSUR, A. M. *Gestão por Competências: A percepção de ganho social do Trabalhador*. Tese de Doutorado FEAUSP. São Paulo, 2007.

TRIPATHI, K.; AGRAWAL, M. *Competency Based Management In Organizational Context: A literature review*. *Global Journal of Finance and Management, India*. vl. 6, nr. 4, p. 349-356, 2014.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

O CONSUMO DE STATUS E SUA RELAÇÃO COM A FELICIDADE SOB A ÓTICA DE ALUNOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Glauco Campos - Mestrando em Administração na Universidade Metodista de São Paulo;
e-mail: camposglauco@gmail.com

Maria da Conceição Medeiros - Mestrando em Administração na Universidade Metodista de São Paulo; e-mail: mariaconmedeiros.cm@gmail.com

Raquel Viana - Mestrando em Administração na Universidade Metodista de São Paulo; e-mail: rtvianna@gmail.com

Rogério Teixeira de Souza – Mestrando em Administração na Universidade Metodista de São Paulo; e-mail: rotza@uol.com.br

Alexandre Cappelozza – Professor Doutor na Universidade Metodista de São Paulo; e-mail: alexandre.cappelozza@metodista.br

Resumo

Este artigo apresenta os principais achados de uma pesquisa que teve como objetivo evidenciar a relação entre Consumo por Status (Escala de Consumo de Status de Eastman & Eastman, 2015) e Felicidade (construto da Escala de Materialismo de Richins, 2004). Foram utilizados dados de uma amostra de 116 alunos respondentes de Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo objetivando comprovar se o Consumo por Status é um significante antecedente da Felicidade. Os dados foram analisados utilizando a estatística descritiva com auxílio do Sistema SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*. Constatou-se que para esse grupo o consumo de status apresenta pequena significância quando relacionado com a felicidade. Os resultados da pesquisa apontam para associações não tão expressivas entre o construto Status e o construto Felicidade. Para os demais construtos - Sociabilidade e Funcionalidade da escala de consumo por Status, não houve significância substancial. Devido à limitação da amostra, cabe um estudo futuro para analisar se as hipóteses testadas nesse modelo se aplicam aos alunos de IES privadas.

Palavras-chave: Consumo por Status. Felicidade. Materialismo.

Abstract

This paper presents the main findings of a research that aimed to show the relationship between the Consumption by Status (Eastman & Eastman Status Consumption Scale,

2015) and happiness (Construct of the Richins Materialism Scale, 2004). Data from a sample of 116 respondent students from Public Institutions of Higher Education of the State of Rio de Janeiro and from São Paulo were considered to verify if Consumption by Status is a significant antecedent of Happiness. The data were analyzed using descriptive statistics through the SPSS - Statistical Package for the Social Sciences. It was found that for this group the status consumption presents small significance when related to happiness. The results of the research point to non-expressive associations between the Status construct and the Happiness construct. For the other constructs - Sociability and Functionality of the consumption scale by Status, there were no substantial significance. Due to the limitation of the sample, it is suggested a future study to analyze if the tested hypotheses in this model apply to the students of private HEI.

Keywords:

Consumption by Status. Happiness. Materialism.

1. INTRODUÇÃO

A cultura de consumo é interpretada pela ideia de que os bens são um meio para a felicidade e que as relações sociais se darão a partir da posse e da interação com esses bens (Richins, 2004). Atributos intrínsecos e extrínsecos de um produto ou serviço, são foco de observação dos consumidores e ponto de fator decisório no ato de compra, atraindo o interesse de profissionais e de pesquisadores quanto ao comportamento do consumo por status (Eastman & Eastman, 2015, Grohmann, M. Z., Battistella, L. F., & Radons, D. L., 2012).

A sociedade capitalista tem como característica a produção e comercialização de bens (Marx, traduzido por Kothe, Singer, & Barbosa, 1996). Aprimorados pelos avanços dos meios de produção, tecnologias, sistemas de distribuição e de comunicação, associados às ações e estratégias de marketing (Chetochine, traduzido por Hormikiaris, 2006), os produtos e serviços oferecidos, produzem uma relação direta no comportamento do consumidor (Dittmar, 2005).

O mercado consumidor, nesse contexto deve ser analisado criteriosamente, objetivando identificar o *target* da organização. Não se concebe uma estratégia empresarial sem a definição de um nicho a ser explorado. Cada percentual conquistado do *marketing share* pode representar um ganho de receitas em vendas substantivas (Chetochine, traduzido por Hormikiaris, 2006). O mercado de produtos de luxo é um deles.

A sociedade de consumo encontra-se pautada na diferenciação de classes, sendo o consumo uma realização material que traz um sentimento de pertencimento a um grupo

ou classe social (Oliveira, 2010), conduzindo indivíduos a atitudes observadas como consumista ou de materialista (Dittmar, 2005).

A preocupação com a felicidade é percebida em ações governamentais com países que incluíram em sua Constituição o direito à felicidade. Como exemplo, a Declaração de Direitos da Virgínia (EUA, 1776), Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789), do Reino do Butão, Constituição do Japão e da Coreia do Sul (Rubin, 2010). Em resposta a esse movimento, foi elaborada pelo Senador da República Cristovam Buarque, um Projeto de Emenda à Constituição (PEC), que altera o artigo 6º da Constituição Federal do Brasil (1988) com a inclusão dos direitos essenciais à busca da felicidade, complementando os demais direitos sociais já previstos, como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer e demais itens do referido artigo. A chamada PEC da Felicidade propõe um caminho para o entendimento, participação e para consciência política, a fim de favorecer as pessoas na busca da felicidade (Buarque, 2012).

Relaciona-se a felicidade a um desejo, mesmo que inconsciente do indivíduo e da sociedade, independentemente de classe social, caracterizada por atitudes relacionadas ao consumo. Este estudo analisou a felicidade sob a perspectiva de outros estudos, que apresentaram a relação da Felicidade e de Consumo por status (Dittmar, 2005, Richins, 2004). Estudos abordam o Consumo de Status (Chagas Neto, 2006), o Materialismo (Mota, 2015), Consumo de Status com o Materialismo (Grohmann, Battistella & Radons, 2012), (Santini, Ladeira, Araujo, Sampaio & Wolf, 2014) e a relação entre Consumo e Felicidade (Stancy & Veenhoven, 2015). Contudo não foi encontrado o estudo sobre a relação de Consumo de Status e Felicidade (construto da Escala de Materialismo).

O presente estudo busca compreender a relação entre o Consumo de Status e a felicidade, objetivando comprovar que o primeiro é um significante antecedente do segundo. A pesquisa foi realizada com alunos regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. O modelo utilizado para mensurar o Materialismo foi o de (Richins, 2004) e para medir o Consumo de Status utilizou-se o estudo de (Eastman & Eastman, 2015). Desta forma, o presente estudo teve por objetivo verificar as relações causais entre:

(H1): o grau de sociabilidade/comportamento social do indivíduo influencia positivamente na felicidade pessoal. (H2): o grau de status influencia positivamente na felicidade pessoal. (H3): o grau de funcionalidade influencia positivamente na felicidade pessoal.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. A presente introdução, seguida pelo referencial teórico, apresentando os principais conceitos utilizados na construção da Escala

de Status e Felicidade. A terceira seção aborda a metodologia utilizada para pesquisa e a quarta seção apresenta a análise dos dados e os resultados obtidos. A quinta seção apresenta as conclusões dos pesquisadores e inclui as sugestões para futuros trabalhos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Como proposto por Maslow, a Pirâmide de Hierarquia das Necessidades Humanas, demonstra que todos, independentemente de gênero, idade ou classe social temos necessidades, sejam elas, fisiológicas, de segurança, sociais, autoestima ou de autorrealização (Hesketh & Costa, 1980). Essas necessidades em sua maioria, estão relacionadas a aquisição de algum bem ou serviço, sejam esses essenciais ou não.

Considerando como pressuposto que alunos universitários tenham as necessidades básicas atendidas, buscam atender anseios relacionadas a autoestima. Maslow relacionou essas necessidades a autoestima e estima recebida dos outros, a realização de alguma coisa, o ter competência, ter status, obter reconhecimento, atenção, importância, apreciação e a necessidade de confiar e de ser alguém no mundo (Hesketh & Costa, 1980).

O trabalho apresenta uma revisão da literatura, considerando a escala de Consumo por Status (construtos de Sociabilidade, Status e Funcionalidade) e o construto Felicidade (Escala de Materialismo).

2.1. Felicidade

O sentimento de felicidade mostra-se relevante e em permanente foco de estudos nas áreas da filosofia, psicologia, religião e ciências sociais, em uma busca constante para definição ou conhecimento de qual tipo de comportamento ou estilo de vida levaria o indivíduo ao encontro da felicidade (Silva & Tolfo, 2012). A percepção está pautada em que o indivíduo assume como um objetivo de vida a busca da felicidade, assim como, do sucesso e da satisfação pessoal, muitas vezes movido psicologicamente para atitudes relacionadas a compra como uma estratégia para alcançá-las, sendo assim consideradas resultado das experiências vividas e das percepções emocionais consequentes desses eventos (Dittmar, 2005).

De forma geral, métodos de pesquisa consideram os fatores físicos e psicológicos, incluindo a felicidade a afetos e experiências positivas, tanto nas relações de vida profissional como de vida pessoal (Silva & Tolfo, 2012), podendo ser entendida como um bem-estar subjetivo, tratando-se de experiências positivas ou negativas vividas pelo indivíduo (Scorsolini-Comin & Santos, 2012).

Diante desse cenário de relações mútuas de influência, não se torna possível uma afirmativa de que a felicidade possua um pressuposto exclusivo de melhorias econômicas (Silva & Tolfo, 2011), mas talvez uma relação de aceitação ou mesmo de sentir-se

preferível na sociedade ou comunidade a qual pertença (Šeinauskienė, Maščinskienė, & Jucaitytė, 2015).

Não se acredita que haja um processo de linearidade da felicidade humana, a vida ocorre em constantes movimentos de experiências ou tempos mais felizes para menos felizes e assim sucessivamente (Pallares-Burke, 2003).

2.2. Materialismo

O destino final de todo produto é ser consumido, contudo a prática do mercado nos mostra que consumidores só desejarão comprar algo que prometa satisfazer seus desejos (Bauman, 2008).

O materialismo representa a importância ou o julgamento que o indivíduo faz em relação às posses materiais. Representa uma característica intrínseca ao sujeito, o qual mantém fortes laços culturais com grupo no qual está inserido (Medeiros, Diniz, Costa, & Pereira, 2015). Esses valores culturais podem conduzir a hábitos materialistas levando os indivíduos a um alto nível de comprometimento com o processo de compra e aquisição de bens materiais (Richins, 2004).

Acredita-se que a aquisição de bens materiais torne-se um caminho para a realização pessoal, o sucesso, a felicidade, ou a outros sentimentos de valores positivos, podendo agir como um sistema de compensação que permite a recuperação do humor, da autoestima ou simplesmente de uma melhor identidade (Dittmar, 2005).

Nesse pressuposto, uma pessoa com altos valores materialistas, transforma em objetivo central de vida, a obtenção de bens materiais, e utiliza o sentimento de valorização e aceitação como a chave para o sucesso e a felicidade (Richins, 2004).

2.3. Consumo por status

O ato de compra corresponde ao atendimento de uma necessidade. Seu ponto de partida é a motivação, que vai atender a uma necessidade, que despertará um desejo. O consumidor tenderá a escolher um produto que corresponda ao conceito que ele tem ou que gostaria de ter de si mesmo. (Karsaklian, 2000, p.19).

O consumo pode ser definido de forma mais abrangente, como a criação, a compra e o uso de produtos e serviços (McCracken, 1988). No entanto, os estudos no campo da antropologia do consumo constatam que, muito além da mera função utilitária, os bens carregam significados e atuam como sistemas de comunicação (Silva, 2007).

A teoria do consumo de status busca entender a mecânica a partir do pressuposto de que bens de consumo são marcas de uma posição social relativizada entre as classes de uma mesma sociedade (Grohmann, Battistella & Radons, 2012).

O status é a posição na sociedade atribuída a um indivíduo por outros. Podem-se distinguir três tipos, em função da sua origem (Strehlau & Aranha, 2004 *apud* Eastman, 1999):

- O status por definição é herdado por nascença e se relaciona com o luxo fundado sobre os valores da aristocracia;

- O status originário da realização é aquele que emana do reconhecimento social conquistado por um traço distintivo, como grande saber, poder ou respeito;

- O status pelo consumo origina-se do consumo de produtos símbolos de status.

A compra de status relaciona-se a fatores de envolvimento dos consumidores com o produto, que por sua vez, influenciam o consumo de luxo, já que a relevância pessoal com que um consumidor percebe um objeto interfere no seu comportamento (Fonseca & Rossi, 1999).

2.4. Comportamento do Consumidor

O comportamento do consumidor é evidenciado pelo desenvolvimento mental e emocional do indivíduo relacionados ao ato de compra e utilização de produtos ou serviços (Richers, 1984 *apud* Medeiros & Cruz, 2015). Dentre as variáveis relacionadas ao consumo, identificamos tipos de consumidores pelo comportamento quer seja racional, referencial, contraditório ou estimulado (Yanaze, Markus & Carrilho, 2012).

Para o estudo, adotamos a característica predominante do tipo referencial, que segundo Yanaze, Markus & Carrilho (2012), é um comportamento influenciado pelos grupos nos quais os indivíduos estejam inseridos, tornando-se assim referenciais de padrão e atitudes.

Esse tipo de comportamento referencial pode ser descrito como de participação, no qual o sujeito já está inserido no grupo e cuida para permanecer, ou de aspiração, do qual não participa, mas se identifica e gostaria de ser aceito. Assim, pode-se pressupor que comportamento do consumidor é influenciado pelos referenciais do grupo ou classe social no qual está inserido.

2.5. Sociabilidade

O termo socialização refere-se ao processo pelo qual o indivíduo adquire diversos padrões de conhecimento e de comportamentos (Gosling, 1969). A socialização de consumo relaciona-se especificamente ao processo pelo qual a pessoa desenvolve habilidades, conhecimentos e atitudes relativas ao consumo (Ward, 1974).

Os indivíduos utilizam os bens para conceber a si mesmo e ao mundo, criando desta forma um universo compreensível. Utilizam produtos e marcas para cultivar, preservar e expressar suas identidades. Ao consumirem estão comprando todo um conjunto de significados simbólicos que expressam pertencimento ao mundo social (Douglas & Isherwood, 2004). Assim, os bens de consumo articulam ativamente estruturas e divisões sociais existentes (Silva, 2007). O indivíduo se sente mais capaz pela propriedade de objetos (Santos & Fernandes, 2011).

Ostentar a felicidade como forma de sobrevivência demonstra que este atributo serve não só a um bem-estar individual, mas como um artifício de sociabilidade, na busca de criar um ambiente que não traga constrangimentos àqueles com os quais interage (Carrera, 2013). De acordo com os pressupostos da psicologia positiva (Carrera, 2013 *apud* Sheldon & King, 2001), ser feliz é algo que o sujeito realiza, também, em prol daqueles que o cercam.

Desta maneira, considera-se:

H1: o grau de sociabilidade do indivíduo influencia positivamente na felicidade pessoal.

2.6. Status

Status diz respeito ao prestígio que o indivíduo ocupa na sociedade, uma vez que está fundado em juízos de valor e avaliações feitas pelos membros da comunidade (Flor, 2009), na qual as identidades são definidas e produzidas pelo processo de consumo (Retondar, 2008).

Vivemos numa sociedade de consumidores cujo processo de autoidentificação individual e do grupo se integram na estratificação social (Bauman, 2008). Essa sociedade constitui símbolos, signos e representações que se tornam marcos da expressão social.

O consumo de artigos de luxo, por sua vez, tem sido descrito na literatura como a ideia de sensualidade, esplendor, prazer e extravagância (Eastman & Eastman, 2015 *apud* Dubois, Czellar, & Laurent, 2005). O artigo de luxo confere distinção social por meio de símbolo de status socialmente desejável e por vezes escasso na sociedade (Grohmann, Battistella, & Radons, 2012) e representa um papel principal na sociedade de consumidores de luxo.

Em outra esfera, a felicidade tornou-se um tema comum em pesquisas de bem-estar em larga escala. Na filosofia, a palavra "felicidade" foi usada como um termo amplo para "a vida boa", e diferentes qualidades de vida foram chamadas por esse mesmo nome (Stancy & Veenhoven, 2015).

A felicidade e consumo são muitas vezes equiparados na economia clássica e referidos como "utilidade" (Stancy & Veenhoven, 2015). Richins (2004), acrescenta que pode-se usar os bens para julgar o sucesso dos outros e de si mesmo, assim como a centralidade e a crença de que as posses e sua aquisição levam à felicidade e à satisfação com a vida. O consumo de produtos de status pode ser motivado por um desejo de obter benefícios emocionais ou para satisfazer as necessidades emocionais (Eastman & Eastman, 2015).

Desta maneira, considera-se:

H2: o grau de status influencia positivamente a felicidade pessoal.

2.7. Funcionalidade

A percepção da qualidade é composta pela percepção dos atributos de um produto. Os atributos proporcionam benefícios reais ou perceptíveis. Contudo, nem todos os atributos têm a mesma importância aos olhos do consumidor (Mello & Brito, 2001). Nesse contexto, estão relacionados a valores e vantagens oferecidas (Espinoza & Hirano, 2003 *apud* Mowen & Minor, 1998), à finalidade de um produto satisfazer a necessidade do consumidor.

A necessidade dos consumidores pode ser classificada como funcionais, simbólicas e experienciais (Mello & Brito, 2001). Existem atributos intrínsecos e extrínsecos que direcionam o consumidor no ato da escolha (Zeithaml, 1988).

Os elementos intrínsecos do produto incluem os componentes físicos e as características funcionais, tais como design, durabilidade, tamanho e performance (Espinoza & Hirano, 2003 e Mello & Brito, 2001). As necessidades dos consumidores e suas escolhas possuem características intrínsecas. A dimensão simbólica de um produto nos direciona a uma análise pelo aspecto emocional (nesse contexto, a felicidade) e da valorização do ego (Mello & Brito, 2001).

Desta maneira, considera-se:

H3: o grau de funcionalidade influencia positivamente na felicidade pessoal.

3. MÉTODO

O estudo tem caráter estritamente quantitativo e descritivo, utilizando modelos de mensuração já utilizados e testados anteriormente: A Escala de Consumo de Status de Eastman & Eastman (1999) e a Escala de Materialismo de Richins (2004). A pesquisa foi realizada presencialmente entre alunos regularmente matriculados em três campi de Instituições Públicas de Ensino da periferia dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Tendo em vista que a amostra foi selecionada por conveniência, não representando a totalidade dos alunos matriculados nos cursos de graduação das referidas universidades; participaram da pesquisa 116 alunos de diversos cursos de graduação no mês de abril de 2017, o que representa 2,2% da referida população do RJ e 4,4% referida população de SP. Segundo Hair *et. al* (2005), considerou-se uma amostra mínima de 74 respondentes.

O instrumento de coleta de dados foi formado por todos os construtos da Escala de Consumo de Status (ECS). Já a Escala de Materialismo (EM) foi utilizado apenas o construto Felicidade. Os construtos Centralidade e funcionalidade foram excluídos por não estarem no escopo do trabalho. Ao todo foram utilizadas no instrumento três variáveis independentes (ECS) contendo quatorze perguntas e uma variável dependente (EM) contendo três perguntas. Ressalta-se, novamente, que os construtos antecedentes foram a ESC e que os construtos consequente foi a EM. Além destas questões, o instrumento também contava com nove perguntas envolvendo questões sociodemográficas medidas com escalas nominais e ordinais e os itens do modelo teórico foi mensurado com escala do tipo *Likert* de cinco pontos (1 – discordo totalmente até 5 – concordo totalmente).

A Figura 1 aponta as questões contidas no instrumento de medida.

	Questão
FUNCIONALIDADE	É bobagem comprar produtos que não sejam práticos (R)
	Eu não gastaria dinheiro com produtos pouco práticos (R)
	Eu compro produtos por razões não funcionais
	Eu só compro produtos que tenham um propósito funcional (R)
FELICIDADE	Minha vida seria melhor se eu tivesse algumas coisas que não tenho
	Eu ficaria muito feliz se pudesse comprar mais coisas
	Me incomoda quando não posso comprar tudo o que quero
SOCIABILIDADE	Eu não me considero uma pessoa muito sociável (R)
	Eu aprecio eventos sociais (R)
	Eu prefiro estar só do que rodeado de pessoas (R)
	Eu aprecio sair com grupos de pessoas
	Eu gosto de conhecer pessoas novas (R)
STATUS	Eu compraria um produto somente porque ele me dá status
	Eu me interesso por novos produtos que dão status
	Eu pagaria mais por produtos de mais status
	O status que um produto me dá é irrelevante (R)
	Um produto é mais valioso para mim se tiver grife

Figura 1: Questões contidas no instrumento de medida.

Fonte: Elaborada pelos autores.

3.1. Coleta de dados

A amostra foi selecionada por conveniência dos pesquisadores. Os dados utilizados neste trabalho foram coletados presencialmente em três campi de Instituições de Ensino Superior públicas do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. Participaram da pesquisa 116 alunos regularmente matriculados em diversos cursos de graduação presencial. O período de coleta de dados ocorreu entre os dias 16 e 30 de abril de 2017.

Os questionários foram preenchidos pelos próprios alunos respondentes e entregues ao pesquisador. Os alunos utilizaram, no máximo, 15 minutos para concluir o preenchimento do questionário. Não foram detectados valores omissos na aplicação dos mesmos. Tendo em vista que a amostra foi selecionada por conveniência, não representando a totalidade dos alunos matriculados nos cursos de graduação das referidas

universidades; foram realizadas o número mínimo de entrevistas para permitir a condução das análises estatísticas considerada como desejável.

Para a análise dos dados, foram empregadas ferramentas estatísticas com o auxílio do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 23 e do Excel (Pacote Office 365) para a elaboração de gráficos e análises estatísticas não contempladas pelo SPSS.

3.2.1. Outliers

Não foram identificados *outliers* apesar da aparente discrepância de idades (entre dezenove e sessenta e um anos), pois todos estavam dentro do objetivo da pesquisa: alunos universitários de instituições públicas de ensino.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Dados demográficos

A maioria dos respondentes são do sexo feminino, representando 68% da amostra e os do sexo masculino representaram 32% da amostra. No que tange à faixa etária há uma dispersão evidenciada entre 18 e 61 anos com a seguinte distribuição: a faixa de 18 a 24 anos representam 59% da amostra, de 25 a 31 anos representam 21%, de 32 a 40 anos representam 11% e de 42 a 61 representam 9%. Ressalta-se que, como o objeto da pesquisa abrangeu alunos universitários de IES públicas e que, a maioria deles cursa o turno noturno fica justificado essa amplitude de idades na amostra.

Os alunos que já estão no mercado de trabalho representam 74% e os que se encontram realizando estágio são 26%. No quesito residência própria, 66% afirmam possuir residência própria e a média de moradores na mesma residência é de 2,7 pessoas.

Com relação à formação dos pais, o ensino fundamental e o médio representaram 82%, enquanto os que possuem graduação e pós-graduação representaram 18%. Já no caso da formação das mães, o ensino fundamental e o médio representaram 74% e as que possuem graduação e pós-graduação, por sua vez, representam juntos 26%.

4.2. Análise dos resultados

A tabela 1 demonstra os principais resultados estatísticos (média, desvio padrão e Alfa de Cronbach) da amostra utilizada e seus respectivos construtos.

	Questões	Média	Desvio Padrão	Alfa Cronbach
Funcionalidade	É bobagem comprar produtos que não sejam práticos (R)	3,15	1,11	0,71
	Eu não gastaria dinheiro com produtos pouco práticos (R)	3,03	0,99	
	Eu compro produtos por razões não funcionais	2,39	1,00	
	Eu só compro produtos que tenham um propósito funcional (R)	2,88	1,12	
Felicidade	Minha vida seria melhor se eu tivesse algumas coisas que não tenho	3,53	1,03	0,77
	Eu ficaria muito feliz se pudesse comprar mais coisas	3,78	1,17	
	Me incomoda quando não posso comprar tudo o que quero	3,29	1,16	
Sociabilidade	Eu não me considero uma pessoa muito sociável (R)	3,76	1,04	0,59
	Eu aprecio eventos sociais (R)	4,00	0,86	
	Eu prefiro estar só do que rodeado de pessoas (R)	3,73	1,01	
	Eu aprecio sair com grupos de pessoas	3,99	0,90	
	Eu gosto de conhecer pessoas novas (R)	4,28	1,11	
Status	Eu compraria um produto somente porque ele me dá status	1,75	0,81	0,80
	Eu me interesso por novos produtos que dão status	2,24	0,97	
	Eu pagaria mais por produtos de mais status	2,06	0,91	
	O status que um produto me dá é irrelevante (R)	2,35	1,10	
	Um produto é mais valioso para mim se tiver grife	1,76	0,87	

Tabela 1: Média, desvio padrão e Alfa de Cronbach

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados do coeficiente de Alfa de Cronbach apresentados confirmam a confiabilidade do instrumento, uma vez que o valor aceitável considerado é de 0,70. Para os construtos de Funcionalidade, Felicidade e Status os resultados foram 0,71, 0,77 e 0,80, respectivamente. Apenas o construto Sociabilidade apresentou um Alfa de Cronbach de 0,59, o que considerou-se ser aceitável.

4.2.1. Diferença entre grupos

Como anteriormente mencionado, a pesquisa foi realizada em instituições públicas de ensino superior dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Por isso, achou-se necessário realizar comparação entre esses grupos, com o objetivo de verificar se há uma diferença importante a ser evidenciada.

Para isto, primeiramente, foi realizada o Teste de Normalidade KS, para conferir quais construtos possuem distribuição normal com relação às variáveis médias de cada construto. Os resultados obtidos foram:

Teste de Normalidade para Comparação de Grupos (RJ x SP)				
Construtos	p-valor	KS	Distribuição	Teste a ser realizado
Status	0,010	0,096	não normal	Mann-Whitney
Funcionalidade	0,058	0,081	normal	Teste T
Felicidade	0,000	0,131	não normal	Mann-Whitney
Sociabilidade	0,001	0,115	não normal	Mann-Whitney

Tabela 2: Teste de Normalidade para Comparação de Grupos (RJ x SP)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em sequência, calculou-se o Teste T para Amostras Independentes para o construto de Funcionalidade (F_M) e o Teste Mann-Whitney para os construtos de Status (ST_M), Felicidade (M_M) e Sociabilidade (SO_M), obtendo-se os seguintes resultados:

- Comparação do construto Funcionalidade entre os grupos do Rio de Janeiro e de São Paulo:

Teste T para Amostras Independentes		
	t	p-valor
Funcionalidade	-1,255	0,212

Tabela 3: Teste T para Amostras Independentes para o construto Funcionalidade.

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com os resultados da tabela anterior, conclui-se que não há diferença entre os grupos do RJ e SP para a Funcionalidade.

- Comparação dos construtos Status, Felicidade e Sociabilidade entre os grupos:

Teste Mann-Whitney		
Construto	p-valor	Mann-Whitney U
Status	0,482	1447,000
Felicidade	0,110	1292,000
Sociabilidade	0,127	1304,000

Tabela 4: Teste Mann-Whitney para os construtos Status, Felicidade e Sociabilidade.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conclui-se que, assim como ocorreu com a Funcionalidade, para os demais construtos também não há diferença entre os grupos.

Abaixo, descreve-se o cálculo de correlação utilizando a nossa amostragem:

Correlação entre as variáveis:		Status	Funcionalidade	Felicidade	Sociabilidade
Status	Correlação de Pearson	1	0,304**	0,287**	-0,176
	p-valor		0,001	0,002	0,059
Funcionalidade	Correlação de Pearson	0,304**	1	0,197*	0,093
	p-valor	0,001		0,034	0,32
Felicidade	Correlação de Pearson	0,287**	0,197*	1	0,021
	p-valor	0,002	0,034		0,821
Sociabilidade	Correlação de Pearson	-0,176	0,093	0,021	1
	p-valor	0,059	0,32	0,821	

Tabela 5: Correlação entre as variáveis

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme as regras práticas sobre o valor do coeficiente de correlação (Hair et. al., 2005), temos uma correlação pequena,⁵⁹ mas definida entre as variáveis Status e Funcionalidade e Status e Felicidade. Já para entre as variáveis Funcionalidade e Felicidade a correlação é considerada leve, quase imperceptível.

Assim, para os casos citados acima, a hipótese nula pode ser rejeitada e comprova-se a correlação entre estas variáveis. Porém, para as demais relações (Status e Sociabilidade, Funcionalidade e Sociabilidade e Felicidade e Sociabilidade), caracterizando uma correlação não significativa.

4.2.4 Análise de regressão

Abaixo, estão destacados os principais cálculos para a verificação da análise 1-Teste de Significância do Modelo:

Para este teste, foi utilizado os resultados do ANOVA:

F = 4,090

p-valor = 0,009

Desta maneira, de acordo com este primeiro teste realizado, é possível considerar que o modelo em questão é válido e pode ser utilizado.

2- Teste de Coeficientes Parciais:

⁵⁹ * se p-valor ≤ 0,05 . ** se p-valor ≤ 0,01.*** se p-valor ≤ 0,001

	Coefficiente Padronizado β	p-valor	Significância	VIF
Constante - β_0		0,002	**	
Status	0,263	0,007	**	1,155
Funcionalidade	0,112	0,242	não há significância	1,129
Sociabilidade	0,057	0,538	não há significância	1,058

Tabela 6: Valores de coeficiente padronizado β , p-valor, significância e VIF.

Fonte: Elaborada pelos autores.

O R^2 obtido foi de 0,075. Podendo-se concluir que, para a amostragem estudada, as variáveis (Status, Funcionalidade e Sociabilidade) explicam somente 7,5% da variável (Felicidade), o que pode ser considerado uma associação leve, quase imperceptível (Hair et.al., 2005), entre as variáveis independentes e dependentes.

Realizado o teste KS para verificar se os erros possuem uma distribuição normal, obtendo-se os seguintes resultados:

KS do resíduo = 0,092

p-valor = 0,017

Podemos considerar que os resíduos deste modelo não possuem a distribuição normal.

- Modelo proposto neste estudo com os resultados obtidos e síntese das hipóteses:

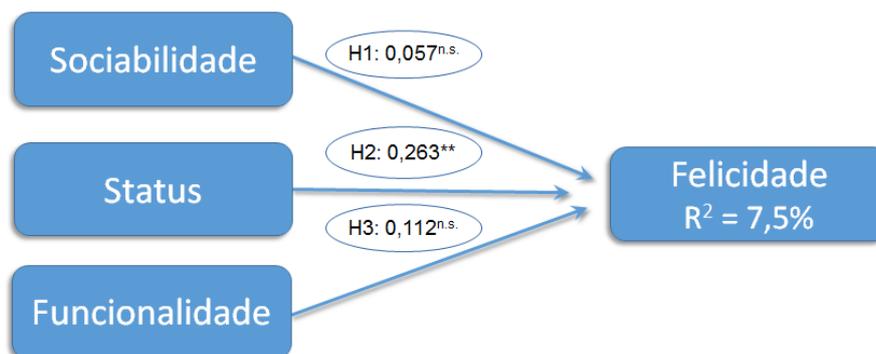


Figura 3: Modelo original proposto com coeficientes padronizados (β) e suas significâncias.

Fonte: Elaborada pelos autores.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou testar relações causais entre o Consumo de Status (constructo antecedente) e a Felicidade (constructo consequente).

Em um primeiro momento ficou evidenciado a validade do instrumento através do Alfa de Cronbach que permaneceu dentro dos limites aceitáveis (Hair *et. al.*, 2005).

Porém, quando se verificou as correlações e as regressões, os resultados obtidos não foram tão satisfatórios, obtendo-se que não há uma associação significativa entre as variáveis independentes Funcionalidade e Sociabilidade e a variável dependente Felicidade. E uma leve associação entre Status e Felicidade.

Concluiu-se que, para a amostragem utilizada, os preditores Status, Funcionalidade e Sociabilidade explicam somente 7,5% (R^2) da variável dependente Felicidade, refletindo em uma associação leve, quase imperceptível, segundo Hair *et. al.* (2005). Infelizmente, quando retiramos os construtos sem significância para o modelo, ou seja, Funcionalidade e Sociabilidade, o resultado do R^2 não melhora a associação entre Status e Felicidade, mantendo uma associação leve de 7,4%.

Assim, reconhece-se que os resultados não podem ser generalizados, considerando que foram utilizadas instituições de ensino por conveniência dos pesquisadores, pertencentes a uma classe social baixa, sendo uma das limitações desta pesquisa. Supõe-se que a atual conjuntura econômica e a retração do consumo do país tenham influenciado negativamente os resultados desta pesquisa.

Portanto, considera-se que o tema não está esgotado e seriam interessantes novos estudos para corroborar com os resultados aqui encontrados e para testar a inclusão de outros construtos no modelo, assim como uma aplicação em IES particulares com classes sociais mais altas, pois acredita-se que a relação entre o Consumo por Status e Felicidade seja mais evidente entre esses jovens.

6. REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2008). **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Belk, R. W. (1984). Three scales to measure constructs related to materialism: reliability, validity, and relationships to measures of happiness. In T. C. Kinnear (Ed.). **Advances in Consumer Research** (Vol. 11, pp. 291-297). Association for Consumer Research.
- Burke-Pallares, M. L. G. (2004). Entrevista com Zigmunt Bauman. **Tempo Social**, 16 (1). <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000100015>.
- Carrera, F. (2013). O imperativo da felicidade em sites de redes sociais: materialidade como subsídio para o gerenciamento de impressões (quase) sempre positivas. **Revista**

- Eptic** **Online**, 16(1).
Chetochine, Georges. O blues do consumidor: por que seu cliente não está satisfeito. Tradução Georges Hormikiaris; revisão técnica Marcelo Angeletti. São Paulo: **Financial Times**. Prentice Hall, 2006.
- Dittmar, H. (2005). Compulsive buying – a growing concern? An examination of gender, age, and endorsement of materialistic values as predictors. **British Journal of Psychology**, 96, 467–491.
- Douglas, M., & Isherwood, B. (2004). **O Mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Eastman, J. K., Goldsmith, R. E., & Flynn, L.R. (1999). Status consumption in consumer behavior: scale development and validation. **Journal of Marketing Theory**. Disponível em Proquest Direct ABI/Inform: <http://proquest.umi.com/pqdweb>.
- Eastman, J. K., & Eastman, K. L. (2015). Conceptualizing a model of status consumption theory: an exploration of the antecedents and consequences of the motivation to consume for status. **Marketing Management Journal**, 25(1), 1–15.
- Espinoza, S. F., & Hirano, A. S. (2003). As Dimensões de avaliação dos atributos importantes na compra de condicionadores de ar: um estudo aplicado. **Revista de Administração Contemporânea**, 7(4), 97–117.
- Fonseca, M. J., & Rossi, C. A. V. (1999). Avaliação da aplicabilidade da escala new involvement profile para mensuração do envolvimento do consumidor na cidade de Porto Alegre. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração**, Foz do Iguacu. PR, Brasil, 23.
- Garðarsdóttir, R. B., & Dittmar, H. (2012). The relationship of materialism to debt and financial well-being: the case of iceland's perceived prosperity. **Journal of Economic Psychology**, 33, 471–481.
- Goslin, D. (1969). Handbook of socialization theory and research. Chicago: Rand McNally.
- Grohmann, M. Z., Battistella, L. F., & Radons, D. L. (2012). O consumo de status e suas relações com o materialismo: análise de antecedentes. **Revista Brasileira de Marketing**, 11(3), 3–26.
- Karsaklian, E. (2000). Comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas.
- Marx, K. (1996). **O Capital - Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Editora Nova Cultural Ltda.
- Medeiros, Janine Fleith de, Cruz, Cassiana Maris Lima. Comportamento do consumidor: Fatores que influenciam no processo de decisão de compra dos consumidores. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, Ed. Especial 2006

- Medeiros, F. G., Diniz, I. S. F. N., Costa, F. J., Pereira, R. C. F. (2015). Influência de estresse, materialismo e autoestima na compra compulsiva de Adolescentes. **Revista de Administração Contemporânea**, 19, 137-156.
- McCracken, G. (1988). **Culture and consumption: new approaches to the symbolic character of consumer goods and activities**. Bloomington: Indiana Press University.
- Money, Arthur, Babin, Barry, Hair Junior, Joseph F., Samouel, Phillip. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Bookman Companhia Ed. São Paulo, 2005.
- Richins, M. (2004). The material values scale: measurement properties and development of a short form. **Journal of Consumer Research**, 31(1), 209–219.
- Santos, C. P., & Fernandes, D. V .D. H. (2011). A socialização de consumo e a formação do materialismo entre os adolescentes. **Revista de Administração Mackenzie**, 12 (1).
- Scorsolini-Comina, F., Santos, M. A. (2010). A Medida positiva dos afetos: bem-Estar subjetivo em pessoas casadas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 25 (1), 11-20.
- Silva, N., & Tolfo, S. R. Trabalho significativo e felicidade humana: explorando aproximações. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 12(3), pp. 341-354.
- Silva, S. (2007). Eu não vivo sem celular: sociabilidade, consumo, corporalidade e novas práticas nas culturas urbanas. **Intexto**, 2(17), 1-17.
- Stancy, L., & Veenhoven, R. (2015). Consumption and happiness. **International Review of Economics**, 62(2), 91–99.
- Strehlau, S., Aranha, F. (2004). Adaptação e validação da escala de consumo de status (SCS) para uso no contexto brasileiro. **FACES R. Adm**, 3(1), 9-17.
- Zeithaml, V. A. (1988). Consumer perceptions of price, quality, and value: a means-end-model and synthesis of evidence. **Source Journal of Marketing**, 52(3), 2–22.
- Wards, S. Consumer socialization. 1974. **Journal of Consumer Research**, 1, p. 14.

O DECLÍNIO DA INTERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE PAIS E FILHOS E SEUS REFLEXOS CONTEMPORÂNEOS E FUTUROS

Mauricio Malavazi; mauricio.malavazi@sp.senac.br

INTRODUÇÃO

Este projeto é o resultado de inúmeras reflexões sobre uma vivência diária, fruto de minha profissão como professor/educador (professor para os alunos, educador para os pais) e um problema de ordem crescente em todos os níveis sócio culturais, principalmente nos médios e, assustadoramente nos mais baixos, amplamente divulgados pela mídia, que é a falta de interação entre pais e alunos no contexto educacional.

É muito perceptível que cada vez mais os pais transferem a função “educar” aos professores. Na visão de um pai, o aluno deve trazer para casa não só o conhecimento que o fará ser alguém na vida, como também as boas maneiras e tudo aquilo que eles não sabiam ou tiveram tempo para repassar aos filhos.

Esquecem-se de avisar os filhos que a interação social entre família-escola deverá obrigatoriamente passar pelas estradas do conhecimento, respeito, vontade própria, socialização, autovalorização e principalmente, pela quebra de paradigmas ainda não experimentada pela maioria dos alunos que chegam às escolas sérias: a cobrança ferrenha e a exigência de todos estes conceitos juntos! Digo escolas “sérias”, pois entre os diversos relatos já ouvidos inúmeras vezes, são comuns os professores (sem generalizar, mas em grande número) das escolas municipais e estaduais tratarem os alunos como se fossem meros ouvintes, ignorando o fato que ali, dentro da sua sala de aula podem estar, encoberto pelo manto da ignorância destes professores, futuros gerentes, administradores, médicos e outras tantas profissões que não afloram simplesmente pelo fato da não exploração destas aptidões, e principalmente pelo não acompanhamento dos pais destes talentosos filhos, seja por descaso ou ignorância.

Esta combinação entre falta de interação e o menosprezo com que é tratada esta grande massa de jovens, é mortal para o descaminho de futuros grande profissionais, pois os mesmos são, desde cedo, jogados à própria sorte de encontrar alguém (parente, amigo, professor, etc.) ou alguma instituição (ONGs, Sistema S, empresas etc.) que o oriente ou encaminhe para a luz no final do túnel que muitas vezes eles nem sabem que existem (túnel e luz!).

Caso não encontrem este guia intelectual, estarão fadados aos dissabores da sociedade, pois em sua grande maioria, os jovens infelizmente não agem por conta própria, dependem do vínculo que não existiu com seus pais, portanto são alheios ao mundo que o rodeiam e descobrem, com certa tardia, que o tempo passou depressa. São maduros civilmente, mas imaturos pessoalmente.

Palavras-chave: Educação. Jovens. Pais. Distanciamento. Escola.

OBJETIVOS

O presente estudo propõe analisar o distanciamento entre estudantes e seus pais no contexto escolar; o porque isto está acontecendo com maior intensidade nos dias de hoje; no reflexo que isto imputa ao encarreiramento profissional dos jovens; e na falta de conhecimentos básicos, contemporâneos e conseqüentemente na perda de capacidade de alavancagem pessoal/profissional, tendo como resultados o não aproveitamento de inúmeros benefícios como pessoas e também nos âmbitos sociais e profissionais ocasionados por esta descompensação no acompanhamento da carreira estudantil dos jovens.

MÉTODOS

Os fatores de qualificação da pesquisa seguem, dadas as definições segundo Vergara (2007), em duas vertentes: fins e meios.

Com relação aos fins, apresenta caráter exploratório, pois segundo o autor, a pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

Cita o referido autor que, a pesquisa tem por característica a flexibilidade e a versatilidade, já que independentemente da existência ou não deste tipo de estudo ter sido feito anteriormente, ainda assim é possível se realizá-la.

Com referência aos meios, a pesquisa foi bibliográfica e também de campo. Vergara (2007) define a pesquisa bibliográfica como estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas, materiais esses, acessíveis ao público em geral.

As pesquisas bibliográficas, onde se encontram as fundamentações teóricas e metodológicas do trabalho foi realizada investigando-se assuntos como:

- Características do estudante brasileiro;
- Vida estudantil e desenvolvimento pessoal e social;
- Gestão financeira na visão do adolescente;
- Analfabetismo funcional;
- Conflitos de gerações.

É também pesquisa de campo, porque se coleta dados buscando-se estudar com maior profundidade o impacto da relação entre as estratégias utilizadas e as competências exigidas.

Foram utilizados para esta etapa os seguintes instrumentos:

- Análise dos programas públicos e privados voltados às questões sobre a interação família x educação;
- Questionário com pais, alunos e docentes de instituições públicas, privadas e participantes de programas de integração escola/empresa, para verificar dados sobre a participação/acompanhamento da carreira estudantil de seus filhos;
- Interações participativas nas escolas visando angariar dados que estruturam o projeto;
- Entrevistas semiestruturadas com as mães de alunos, para perceber como participam da questão do acompanhamento e do grau de interação entre seus filhos e a escola, e o que isto representa para elas;
- Entrevistas semiestruturadas com os pais de alunos, para perceber como participam da questão do acompanhamento e do grau de interação entre seus filhos e a escola, e o que isto representa para eles;
- Entrevistas estruturadas com os alunos (ambos os sexos) e professores, para perceber qual a influência da participação dos pais na vida estudantil, e o que isto representa para eles. A intenção é perceber, com este tipo de entrevista, se há relação entre a elevação do nível de comprometimento do aluno quando há participação de todas as partes da cadeia estudantil e se os alunos se auto valorizam quando os pais estão mais próximos da vida escolar deles.

Quanto à natureza dos dados, "a pesquisa configura-se como qualitativa porque implica estabelecer que o resultado final não se volta para a generalização, e sim para a análise, em profundidade, de um número reduzido de situações." (YIN, 2005).

Seguindo essa perspectiva, o trabalho privilegia o entendimento analítico, no qual a manifestação prática do fenômeno em questão se dá através do método de estudo de caso.

Esse método tem sido muito utilizado por pesquisadores que procuram responder a questões relacionadas ao “como” e ao “por que” certos fenômenos ocorrem; “visam analisar, intensivamente um determinado fenômeno, sendo que o pesquisador vai a campo, buscando captar este fenômeno em estudo a partir da perspectiva das partes envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.” (GODOY, 1995)

YIN (2010) esclarece que a estratégia de estudo de caso é definida como

“Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.”

RESULTADOS

Ao analisar os jovens para os quais leciono, alunos do programa Jovem Aprendiz (Lei Federal nº 10.097/2000), é comum a percepção de que, na iminência da passagem da fase de adolescência para adulta, ainda é muito superficial o conhecimento, no sentido literal da palavra, em qualquer direção que se olhe. Faltam conhecimentos básicos, culturais, pessoais, sociais, a por vezes até a dúvida que é certo ou errado. Isto em pleno século vinte e um!

É iminente a necessidade de tratar melhor, de forma mais justa e como seres de extrema facilidade de compreensão, capacitação, inteligência e vontade (tudo isto quando são estimulados para tal) e explorar este conjunto de adjetivos para o bem comum, em prol do país, da família, das empresas e do próprio jovem adolescente, fruto do estudo deste projeto.

Para tanto se torna necessário que os pais ou responsáveis legais, façam a sua parte, que é a de apoiar da melhor forma possível esta fase de transição, ou seja, interessar-se ativa e intensivamente pelo que o jovem está desenvolvendo na escola, no trabalho, em seus treinamentos e principalmente nos reflexos que isto está causando na vida em transformação destes jovens.

Cena muito comum e partilhada de forma dolorosa, já que também sou pai, são de jovens que chegam à sala de aula dizendo em algumas atividades que envolvam dinâmicas, que nunca serão nada na vida, ou que seus pais não gostam deles, ou ainda não tem sonhos nem perspectivas para o futuro que se aproxima rapidamente. Como ajudá-los? O

que fazer, já que ainda que os estimulemos e tentemos mudar aquela visão de seres sem importância, ao final da aula eles retornarão aos seios daqueles que, teoricamente deveriam incentivá-los, colocarão por água abaixo tudo aquilo que tentamos “consertar” em apenas quatro ou cinco horas diárias? Qual a solução?

Segundo Goergen (2005) “Do ponto de vista educacional, o professor deve levar os seus alunos a refletir sobre quais são os valores com os quais podem sentir-se comprometidos e responsáveis. A tarefa educativa fica reduzida ao estímulo da reflexão pessoal e do esclarecimento pessoal dos alunos. Cada indivíduo é responsável pela construção de sua própria vida e, no que se refere aos valores de ordem pública e social, serão as contribuições científicas e técnicas que irão decidir. ”

O Brasil tem hoje 3,7 milhões de crianças e jovens entre 4 e 17 anos fora da escola. A maior concentração por faixa etária está entre os 15 e 17 anos, ultrapassando 1,5 milhão de pessoas. A parcela entre 4 e 5 anos também é grande: 1,4 milhão. Mais de 375 mil têm entre 6 e 10 anos e, 355 mil, entre 11 e 14.⁶⁰

Eis aí o eixo temático do estudo: a se continuar “O declínio da interação educacional entre pais e filhos”, quais serão os reflexos futuros, se já são perceptíveis no presente?

CONCLUSÃO

Apesar de ser bacharel em Administração de Empresas, o ramo da sociologia e da psicologia sempre me fascinaram em tempos de faculdade. Agora, como docente, compreendo ainda mais esta atração.

A compreensão de como se constitui o social e como o mesmo atua sobre seus membros, devem levar em consideração as estruturas psíquicas (acompanhamento da formação e a quantidade e qualidade de informações) e as estruturas sociais (interatividade entre família e seres do convívio pessoal, como parentes, amigos e influenciadores), visto que: “(...) a organização da vida psíquica e o desenrolar da história individual se edificam a partir de um social pré-existente ao sujeito e que contribui na construção de seus valores, seus modelos e mesmo sua vida afetiva.” (Nasciutti, 1996: no. 7)

Em consonância aos dias de hoje, os jovens pais vêm se mostrando que são avessos aos modos como foram educados, trocando o antigo “não pode nada” por inimagináveis

⁶⁰ RELATÓRIO MEC - EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2015

“pode tudo”, como cita Cybelle Winberg no seu livro *Geração Delivery - Adolescer no mundo atual*.

Desta forma, a proposta é ultrapassar as barreiras da sala de aula e as percepções e experiências vividas dentro deste recinto, para buscar, extraclasse, as implicações das amarras a que são submetidas grande parte dos estudantes de classes média baixa na região da Grande São Paulo, no que diz respeito às perspectivas de futuro como pessoas e profissionais. Este é o norteador deste estudo. Na medida em que se verifica o distanciamento entre pais e filhos no âmbito educacional, também se verifica a formação de menos intelecto, e conseqüentemente, queda acentuada de trabalhadores qualificados exigidos para o futuro que os esperam.

Aproveitando o tema, há que se colocar também como culpadas as intensas mudanças a que são submetidas as pessoas pertencentes à faixa etária que este estudo propõe: Banalização da violência, desrespeito às pessoas, desprezo a lugares e costumes, fatores religiosos, desonestidade, ética (e principalmente a falta dela), vandalismo e normalidade aos assuntos outrora tratados como imorais, ilegais, insanos etc.

No que tange o assunto “Educação Brasileira” temos a obrigação de mostrar e valorizar sua real importância para todos.

“Há três tipos de governo: o que faz acontecer, o que assiste acontecer e o que nem sabe o que acontece.”

George Santayana

“Um povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la.”

George Santayana,

Filósofo, poeta e ensaísta espanhol.

REFERÊNCIAS

- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GOERGEN P. Educação e valores no mundo contemporâneo. Educ Soc. 2005;26(92):983-1011.

NASCIUTTI, Jacyara C. Rochael. Reflexões sobre o espaço da Psicossociologia. In: Documenta Eicos, 1996, no. 7.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração, 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WEINBERG, Cybelle (org.). Geração delivery: adolescer no mundo atual. Sá editora: São Paulo, 2001.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

SITES PESQUISADOS

RELATÓRIO EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2015
(http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192). Último acesso em 19/09/2017

O DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR NA CONTEMPORANEIDADE

Vângisla Pereira da Costa; vangisla@gmail.com

Resumo: Este artigo aborda sucintamente assuntos referentes ao papel do docente na atualidade, traçando um novo perfil da docência no ensino superior, falando sobre a evolução do processo de ensino-aprendizagem, o novo perfil dos alunos, a atualização constante do docente pela didática e pelo conhecimento específico, o saber ensinar, onde o professor vai além do aquele que ensina porque tem o conteúdo, a pluralidade cultural dentro das salas de aula, a importância do conhecimento prévio dos alunos e a transdisciplinaridade. Estes assuntos abordados visam auxiliar o professor universitário durante a sua construção e formação profissional.

Palavras-chave: 1. Processo ensino-aprendizagem. 2. Didática. 3. Perfil do aluno. 4. Pluralidade Cultural. 5. Conhecimento prévio. 6. Perfil docente.

Abstract: This article briefly discusses subjects related to the role of the teacher in the present time, tracing a new profile of teaching in higher education, talking about the evolution of the teaching-learning process, the new profile of the students, the constant updating of the teacher by didactics and knowledge specific, the know how to teach, where the teacher goes beyond the one who teaches because he has the content, the cultural plurality within the classrooms, the importance of the previous knowledge of the students and the transdisciplinarity. These subjects are intended to help the university professor during his construction and professional training.

Keywords: 1. Teaching-learning process. 2. Didactics. 3. Student profile. 4. Cultural Plurality. 5. Previous knowledge. 6. Teaching profile.

1. INTRODUÇÃO

O papel do docente no ensino superior vai além do repasse de conhecimento, é preciso saber ensinar e conhecer o perfil de seu aluno. Isto se tornou notório ao decorrer da evolução educacional, onde o conhecimento específico foi ampliado e os estudos sobre didática tiveram mais espaço, fazendo com que se tornasse necessário a mudança do perfil do docente, centralizando a educação no aluno e na aprendizagem.

Com o objetivo de auxiliar a construção do novo perfil do docente do ensino superior, este artigo abordará temas que mostrarão o novo cenário educacional, os problemas que os professores encontrarão e didáticas que irão auxiliá-los no processo de ensino-aprendizagem.

2. O DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR NA CONTEMPORANEIDADE

Os problemas que hoje encontramos na docência - como a forma de lecionar dentro das salas de aula - são, em sua grande maioria, reflexos da história.

No período colonial não existia ensino superior no Brasil, salvo para as carreiras eclesiásticas. Foi um período marcado por faculdades isoladas que se destinavam apenas à formação e à transmissão de conhecimento para alguns poucos privilegiados (CAVALCANTI, 2004, p. 227).

Para ser professor, durante este período, bastava ter o conhecimento específico e transmitir as informações aos alunos sem se preocupar com o processo de ensino-aprendizagem. A educação era focada no ensinar, onde as aulas eram expositivas e os alunos replicavam o que havia sido passado, decorando informações.

Para Roldão (2007) o processo de ensinar como sinônimo de transmitir o saber era algo até aceitável, pois o saber disponível era menor e pouco acessível e isto explica o método de ensinar como apenas um repassar conhecimento para os outros que não o possuíam. Atualmente este é um método pouco aceitável, por que além do aumento contínuo na produção do conhecimento, onde se torna impossível saber de tudo, existem estudos que mostram a importância da centralização da didática no *ser que aprende*, fazendo com que o professor, antes visto como o centro do processo de ensino-aprendizagem, seja apenas o orientador e organizador das situações de ensino, tornando assim a aprendizagem o centro deste processo.

Supera-se, portanto, a visão de senso comum da docência associada a aula expositiva como forma única de ensinar, visão que reforçava a ação do professor como palestrante e a dos alunos como cópias de conteúdo. Nessa superação, a aula - como momento e espaço privilegiado de encontro e de ações - não deve ser dada nem

assinada, mas construída, feita pela ação conjunta de professores e alunos. (PIMENTA, 2002, p. 207)

Carvalho (2013) justifica esta mudança no processo de ensino-aprendizagem, mostrando que o aumento do conhecimento produzido fez com que seja priorizado o aprendizado dos conhecimentos fundamentais, passando a privilegiar a obtenção de conhecimento sem se esquecer dos conteúdos fundamentais da disciplina, sendo levado em consideração a qualidade e não a quantidade, fazendo com que o aluno construa o seu saber em conjunto com os professores e os demais colegas de sala. Sendo assim, o professor será o mediador desta construção do conhecimento científico, levando em consideração os aspectos socioculturais do indivíduo e seus conhecimentos prévios. Isto mostra que hoje ensinar vai muito além de replicar saberes, é necessário saber ensinar alguma coisa a alguém.

Atualmente os alunos não se enquadram mais no sistema educacional que foi criado. Eles fazem parte da geração que cresceu com a tecnologia digital que foi difundida nas últimas décadas do século XX. Estes alunos são conectados e conseguem se concentrar em mais de uma atividade ao mesmo tempo.

Os professores da atualidade tem que saber lidar com este novo perfil, tentando usar a tecnologia a seu favor, utilizando uma metodologia dinâmica, que não fique somente em aulas que reproduzem o conhecimento, pois além de ser uma maneira pouco atrativa e desmotivadora para os alunos, este é um método falho, já que ser professor vai muito além de ter o conhecimento, é necessário saber transmiti-lo.

Para ser professor na educação básica é preciso fazer um curso de graduação na área de pedagogia, e mesmo assim é possível apontar alguns problemas no processo educacional. Em contra partida, para ser docente do ensino superior não há nenhuma formação específica, levantando problemas de ordem didática e pedagógica. Segundo Cunha (2004) algumas instituições de ensino vem procurando renovar-se, abrindo vagas para quem possui mestrado e doutorado, estes cursos auxiliam no conhecimento específico do docente, mas ainda não oferecem preparos especiais para o magistério superior.

A grande parte das universidades exigem que os professores tenham experiência em docência para poder lecionar, mas isto não mede a qualidade do serviço e sim o tempo que o profissional exerce tal função. É de fundamental importância que o docente tenha o conhecimento específico, porém é necessário possuir didática, onde o profissional seja "aquele que *ensina* não apenas *porque sabe*, mas porque *sabe ensinar*." (ROLDÃO, 2007, p. 101).

Para sanar o problema de *saber ensinar* que estamos encontrando nas universidades existem cursos de formação continuada, pós-graduação, etc., porém na maior parte das vezes estas alternativas são procuradas pelos docentes, sem o apoio e o incentivo do governo ou das próprias instituições de ensino. É preciso um trabalho em conjunto para reverter este quadro e assim colocarmos profissionais mais qualificados no mercado, pois não basta o profissional ter a informação sem ter o conhecimento e para passar este conhecimento precisamos de docentes que consigam fazer os alunos se apropriarem do *um saber*.

A didática e a atualização de conhecimento específico é algo que deve estar sempre interligado dentro da formação do professor superior e para auxiliar o docente nesta caminhada é necessário que os educadores do ensino superior entendam esta relação e se unam, junto aos órgãos governamentais e as instituições de ensino, para buscar soluções a este problema que de certa forma é fruto da história da formação de professores no Brasil.

A pluralidade cultural dentro das salas de aula, também é outro problema, que faz parte do reflexo da história.

A formação dos profissionais de educação durante anos manteve-se assegurada por uma preparação profissional na qual a linearidade e homogeneidade eram garantidas pela reprodução em série do saber. Esses profissionais eram “condicionados” a transmitir os saberes e fazeres de modo que assegurassem às crianças e jovens condições de viver e responder de acordo com os princípios sociais determinados pelos grupos hegemônicos ou, dito de outra forma, pelos grupos que detinham o poder econômico. Tais grupos ditavam, mesmo que “anonimamente”, as normas mercadológicas necessárias ao “programa social”. (FELDMANN, 2009, p. 191).

Pouco se discutia sobre a cultura, religião, diversidade e outras questões de pessoas que frequentavam as escolas, o foco era atender as demandas dos grupos com maior poder aquisitivo que ditavam o que era importante dentro da sociedade.

Não é difícil perceber que esta estrutura escolar passou a não responder às necessidades da maioria das pessoas que nela se inseriam. A realidade mostrada nas escolas não condizia com o que era encontrado na sociedade e no âmbito profissional, elas formavam um espaço seletivo, deixando muitos alunos desassistidos.

Hoje o professor, junto com as instituições, tem uma função importante na construção de um novo paradigma educacional, dando uma ressignificação na concepção de ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano, permitindo que cada indivíduo construa a si mesmo e o seu mundo, de forma autônoma e se interligando as mais diversas esferas sociais. Para isto é necessário que o professor saiba identificar as diversidades encontradas em sua turma, estimulando a criticidade dos seus alunos e articulando o desenvolvimento de cada um, respeitando e interligando o contexto escolar com a cultural local, a especificidade da comunidade e as novas tecnologias, já que o mundo está conectado. “Quanto mais a escola nega a autonomia, a curiosidades, a criticidade e a emancipação dos alunos, mais se presta a reproduzir as condições desiguais que vigoram no mundo capitalista”. (FELDMANN, 2009, p. 196)

Para identificar tais diversidades encontradas em aula é necessário estar atento ao ambiente sociocultural de seus alunos, pois este ambiente forma o conhecimento prévio que é levado para aula (TEIXEIRA; SOBRAL, 2010). Segundo a teoria do psicólogo Vigosky

a utilização de aspectos, que são sociais e culturalmente construídos, têm efeitos sobre a mente dos alunos e sobre o contexto da sala de aula. Portanto a interação social não se define apenas pela comunicação entre o professor e o aluno, mas também pelo ambiente em que a comunicação ocorre, de modo que o aprendiz interage também com os problemas, os assuntos, a informação e os valores culturais dos próprios conteúdos com os quais estamos trabalhando em sala de aula. (CARVALHO, 2013, p. 3).

Este conhecimento prévio é uma ferramenta importante para o professor no processo de ensino-aprendizagem, pois ela auxilia a construção do conhecimento científico. Piaget fala que o conhecimento prévio do indivíduo não necessariamente será substituído por um conhecimento científico novo, este novo conteúdo pode ser apenas reorganizado ou integrado a um antigo, sendo assim, nem sempre ocorrerá um conflito entre os conhecimentos adquiridos e os já existentes, algumas vezes o conhecimento prévio poderá coexistir com o novo em um mesmo sistema de informação, e o educador tem que estar atento para saber utilizar esta ferramenta a seu favor.

Alguns autores defendem que a transdisciplinaridade se faz necessária na formação do professor, principalmente para educadores de jovens e adultos, pois estes já trazem consigo histórias de vida que devem ser consideradas na construção do saber.

A transdisciplinaridade faz-se urgente na formação do professor atual, pois há o entendimento de que como não há uma disciplina ou conteúdo dominante, há uma preocupação para não singularizá-los, mas sim unificá-los no todo, como o próprio prefixo indica "trans" ao que está, ao mesmo tempo, entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de todas as disciplinas. (MENDES; SANTOS; SANTOS, 2015).

Em busca de um novo paradigma educacional, a transdisciplinaridade pode auxiliar esta construção trazendo uma ruptura do conhecimento fragmentado das disciplinas, propondo uma metodologia mais ampla que vai além dos saberes das disciplinas, englobando os diferentes níveis de realidade, de cultura e de indivíduo.

A formação qualificada, inicial e continuada dos docentes é um princípio básico para que possa aprimorar o processo ensino-aprendizagem em prol do educando. O conhecer não somente dos conteúdos, mas de como lidar com os discentes, procurando desenvolver a capacidade crítica através da história de vida de cada um. A formação de professores carregada da transdisciplinaridade se faz necessária na educação de jovens e adultos, apenas assim é possível ir de frente ao diferente e tornar os educandos livres para serem autores da própria vida, encarar o mundo ultrapassando as barreiras de preconceito da sociedade e agora avançando junto com o mundo e não mais ficando para trás. O desafio de encarar as barreiras da sociedade se dá não somente na vida dos alunos, mas também dos educadores, estes devem revelar a capacidade que têm de transformar o mundo com o ensino, realizando uma ação incomum que é o resgate da história de vida dos alunos na sala de aula, podendo assim não só ensinar, mas também aprender com as experiências de cada educando e fortalecendo o seu conhecimento. (MENDES; SANTOS; SANTOS, 2015).

Os educadores não são preparados para trabalhar dentro desta perspectiva, capacitar o professor para utilizar esta metodologia ainda é algo a ser ultrapassado. Usar a transdisciplinaridade para educar é um paradigma enfrentado pelos professores, esta forma de ensino deve ser inserida na formação inicial e continuada dos docentes. É importante lembrar que esta formação continua também estimule o perfil de um professor pesquisador, que está sempre se atualizando e estimulando o aluno.

3. CONCLUSÃO

Pode-se observar que os docentes da contemporaneidade tem que se adaptar as novas tendências sociais, tentando assim sanar problemas educacionais que foram herdados do início da história da formação educacional. Para isto é preciso que o professor esteja sempre se reciclando, tanto na sua didática como no seu conhecimento, que ele esteja conectado com os alunos e com as questões sócias tentando atingir a transdisciplinaridade entre as mais diversas questões.

O professor universitário que se espera atualmente é o educador que possui o conhecimento didático, o domínio do conteúdo e as relações interpessoais.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A. M. P. (2013). O Ensino de Ciências e a proposição de sequências de ensino investigativas. In: Anna Maria Pessoa de Carvalho (Org.). **Ensino de Ciências por Investigação**. 1ed. São Paulo: Cengage Learning, v. 1, p. 1-20. Disponível em: <http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/alexabc/materiais/O_ENSINO_DE_CIENCIAS_E_A_PROPOSI_O_DE_SEQU_NCIAS_DE_ENSINO_INVESTIGATIVAS___Carvalho_2012.pdf>. Acesso em: 05 maio 2017.

CAVALCANTI, V. R. S. Mudanças do ensino superior brasileiro e o novo perfil dos sujeitos educadores. **Revista de Educação Unisinos**, v. 8, n. 14, p. 223-242. 2004.

CUNHA, L. A. Desenvolvimento desigualdade e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Revista Educação e Sociedade**, v. 25, n.88, p.795-817. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/873/87314214008.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

FELDMANN, M. G. **Formação de Professores e escola na Contemporaneidade.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

MENDES, M. L. D.; SANTOS, C. R.; SANTOS, I. M. **A Transdisciplinaridade Na Formação Do Professor Da Educação De Jovens E Adultos Com Foco Na Pluralidade Cultural.** Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/1543/74>>. Acesso em: 03 jun 2016.

PIMENTA, S.G.; LEA, G. C. A. **Docência no Ensino Superior.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ROLDÃO, M. C. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, jan.-abr. 2007.

TEIXEIRA, F. M., SOBRAL, A. C. M. B. Como Novos conhecimentos podem ser construídos a partir de conhecimentos prévios: um estudo de caso. **Ciência & Educação**, v. 16, n. 3, p. 667-677. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v16n3/v16n3a11>>. Acessado em: 05 maio 2017.

COMÉRCIO DIGITAL: QUESTÕES LEGAIS E SOLUÇÕES JUDICIAIS

Rafael Santos Morais (professor); rafael.smorais@sp.senac.br

Resumo: A crescente realização dos negócios internacionais por meios eletrônicos revela a necessidade da reavaliação de conceitos e práticas em diversos âmbitos, incluindo na questão jurídica. As soluções jurídicas brasileiras devem acompanhar essas mudanças e os parâmetros dados no sistema de solução de contróversias da OMC podem indicar um caminho.

Palavras-chave: Negócios internacionais. Comércio digital. Questões jurídicas.

Abstract: The increasing realization of international business by electronic means reveals the need to re-evaluate concepts and practices in several areas, including in the legal question. Brazilian legal solutions must accompany these changes, and the parameters given in Dispute Settlement of the WTO's may indicate a path.

Keywords: International Business. Digital commerce. Legal issues.

INTRODUÇÃO

A nova economia digital do século XXI impõe um estudo sobre regras que falam sobre usos da internet, em especial para as relações comerciais. O uso de transações eletrônicas é uma realidade e levanta muitas questões sobre as soluções normativas.

Porges e Enders⁶¹ usam pesquisas empíricas para demonstrar a importância do comércio internacional e seu futuro:

O relatório da USITC fornece uma excelente primeira pesquisa sobre o significado dos fluxos transfronteiriços de dados, bens e serviços para empresas habilitadas digitalmente dos EUA (inclusive para suas próprias cadeias de suprimentos).

⁶¹ PORGES, Amy; ENDERS, Alice. "Data Moving Across Borders: The Future of Digital Trade Policy". The E15 Initiative E15 Expert Group on the Digital Economy -Think Piece, Geneva, ICTSD, April 2016, p.3

[...] a penetração da Internet móvel atingirá pelo menos 71% até 2019. A economia do aplicativo depende do acesso ao processamento de dados distribuídos baseado em nuvem. Aplicativos, como o Waze, o Uber, o YouTube e o Twitter, são alimentados por dados agregados, armazenados e processados em data centers e distribuídos pela Internet móvel.

Como o Brasil está naturalmente inserido neste contexto, é necessário compreender os principais problemas normativos, a nível internacional e nacional, atendendo às questões decorrentes da prática do comércio eletrônico.

1. A PRIMEIRA QUESTÃO SOBRE COMÉRCIO DIGITAL

O desenvolvimento do comércio digital depende de alguns pressupostos que afetam a segurança jurídica das pessoas envolvidas. Uma dimensão importante é a relação entre consumidores e empresas, mas existem outras questões, como a necessidade de mecanismos efetivos de solução de controvérsias e convergência regulatória a nível internacional e nacional..

Urueña López e Hidalgo Nuchera⁶² assumem que as relações entre consumidores e empresas exigem uma relação de confiança e este é um dos fatores mais importantes no âmbito do ambiente eletrônico. Um dos elementos destacados pelos autores neste contexto é a constituição de serviços efetivos e regulados para lidar com reclamações dos clientes.

A prática generalizada do comércio digital é recente e a construção desta cultura pode ser explicada por vários fatores. Urueña López e Hidalgo Nuchera⁶³, através dos dados estatísticos da Agenda Executiva de Saúde e Consumidores da União Europeia 2011, descrevem as principais vantagens associadas ao comércio eletrônico: produtos mais baratos, conveniência e agilidade nas compras, facilidade de comparação de produtos, possibilidade de acesso 24 horas em todos os dias do ano, acesso à grande variedade de produtos, troca de informações entre usuários, oferta personalizada de serviços e suporte on-line.

⁶² HIDALGO NUCHERA, Antonio. La confianza en el comercio electrónico. Políticas de fomento de la confianza en el ámbito digital. Economía industrial, ano:2016, iss:399, pág.:165 -174. P.165

⁶³ HIDALGO NUCHERA, Antonio. La confianza en el comercio electrónico. Políticas de fomento de la confianza en el ámbito digital. Economía industrial, ano:2016, iss:399, pág.:165 -174. P.165-168

Da mesma forma, os autores⁶⁴ identificam alguns problemas nesta forma de comércio: falta de contato físico com o produto, falta de segurança e confiabilidade, preocupação com métodos de pagamento, problemas de distribuição e retornos de produtos. A questão da confiança é destacada pelos autores⁶⁵ e analisada a partir da perspectiva da necessidade de ação dos estados para o desenvolvimento da economia digital, que deve impulsionar a confiança digital, abordando a necessidade de um eficiente sistema de resolução de disputas e o estabelecimento de uma certificação de credibilidade de empresas.

A necessidade de mecanismos para resolver conflitos entre as partes envolvidas no comércio digital pode ser evidenciada pela multiplicação de mecanismos eletrônicos "privados", não vinculados aos Estados. Neste contexto, Arbi⁶⁶ estuda as consequências jurídicas da divulgação da resolução de disputas on-line (...) à luz das experiências públicas e privadas existentes e conclui que a diluição das fronteiras nacionais nessas bases é a causa e consequência da oposição entre mecanismos de assentamentos e disputas formais e informais; daí a necessidade de convergência de esforços públicos e privados para garantir que os mecanismos de ODR⁶⁷ possam ser efetivos, transparentes e justos

Porges e Enders⁶⁸ estudaram "como as instituições de política comercial podem se mobilizar para apoiar a nova economia digital do século XXI". Eles tomam um paradigma que o comércio e o investimento globais, os fluxos de dados e habilitados digitalmente, que estão relacionados com o comércio internacional. Neste contexto, analisaram as disposições legais internacionais em relação ao comércio digital nas regras da OMC e na TPP - TISA - que são negociações plurilaterais.

⁶⁴ HIDALGO NUCHERA, Antonio. La confianza en el comercio electrónico. Políticas de fomento de la confianza en el ámbito digital. Economía industrial, ano:2016, iss:399, pág.:165 -174. P.165-168

⁶⁵ HIDALGO NUCHERA, Antonio. La confianza en el comercio electrónico. Políticas de fomento de la confianza en el ámbito digital. Economía industrial, ano:2016, iss:399, pág.:165 -174. P.174.

⁶⁶ ARBIX, Daniel do Amaral. Resolução online de controvérsias : tecnologias e jurisdições. São Paulo: Teses USP, 2015.

⁶⁷ ONLINE DISPUTE RESOLUTION. Examples of ODR: Virtual MagistrateSM ; Online Ombuds Office ; ICouthouse ; Internet Neutral - Online Mediation Specialists ; Arbitraje y Mediación (ARyME) ; Better Business Bureau Online ; Camera Arbitrale di Milano ; Résolution électronique des disputes commerciales ; E-Arbitration-T ; SquareTrade e a Smart Settle Online Negotiation System.

⁶⁸ PORGES, Amy; ENDERS, Alice. "Data Moving Across Borders: The Future of Digital Trade Policy". The E15 Initiative E15 Expert Group on the Digital Economy -Think Piece, Geneva, ICTSD, April 2016, p.1.

As questões levantadas revelam a necessidade de um desenvolvimento regulatório que ofereça aos usuários do comércio digital maior segurança jurídica. Além disso, visualizamos a necessidade de obter soluções rápidas, dado o crescimento dessa maneira de fazer negócios.

2. REGRAS PARA O COMÉRCIO DIGITAL

A prática do comércio eletrônico é uma realidade global que requer um tratamento normativo apropriado para enfrentar os dilemas gerados por sua prática e garantir sua expansão segura.

Mira Burri⁶⁹ trata dos problemas de inadequação, inconsistência e incerteza jurídica no comércio eletrônico, que são produto de tecnologias digitais. O autor explica que existem muitos níveis de governança para regular as tecnologias digitais, nos regimes de telecomunicações, serviços de mídia audiovisual e direitos autorais, por exemplo, mas se concentra na internetquadro regulatório que rege as tecnologias digitais. O estudo dessas regras, em vista da realidade das operações digitais, deve passar por dois ambientes, internacionais e nacionais, embora a preocupação do estudo seja resolver demandas internas, uma vez que os limites territoriais dos estados têm pouca importância na realidade de operações eletrônicas.

3. DIREITO INTERNACIONAL E CASOS

No âmbito normativo internacional do comércio, deve ser dada atenção à OMC, onde foi estabelecido um conjunto normativo que garantiu a liberalização do comércio internacional e avançou em muitos tópicos relacionados, não apenas pelos tratados adotados, mas também pelas soluções legais adotadas pelo seu sistema de resolução de disputas.

⁶⁹ BURRI, Mira. Should There Be New Multilateral Rules for Digital Trade? . E15 Expert Group on Trade and Innovation. December 2013. International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) 7 Chemin de Balexert, 1219 Geneva, Switzerland. Disponível em: http://www.ictsd.org/sites/default/files/research/E15_Innovation_Burri_FINAL.pdf, p. 1-2.

Mira Burri⁷⁰ ressaltou dois elementos essenciais que as regras de comércio internacional têm de gerar: a disponibilidade de redes interoperáveis sem restrições indevidas sobre o negócio e a possibilidade de fluxo de dados através dessas redes em a maneira menos restritiva possível. Sobre isso, ela conclui que a lei da OMC fornece alguns remédios.

Porges and Enders⁷¹ analisaram a contribuição da OMC para liberar fluxos de dados. O primeiro documento é o Acordo de Tecnologia da Informação (ITA), acordado em 1996, que tornou muitos equipamentos de comunicação isentos de impostos na maioria dos mercados. Este acordo teve expansão em 2015 e, assim, facilitou a comunicação, transferência e consumo de dados e uma maior integração das cadeias globais de valor digital.

O segundo documento estudado foi o Anexo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) Anexo sobre Telecomunicações que abriu mercados em digital serviços de infra-estrutura. Ele considera o uso de redes e serviços de telecomunicações para mover informações dentro e além das fronteiras e para acessar bancos de dados como um serviço protegido por um compromisso do GATS.

Outro espaço⁷² para os Estados é a negociação de acordos preferenciais como foi feito nos mega-acordos de comércio entre EUA e UE: a Parceria Transpacífico (TPP) e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). O comércio digital é

⁷⁰ BURRI, Mira. Should There Be New Multilateral Rules for Digital Trade? . E15 Expert Group on Trade and Innovation. December 2013. International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) 7 Chemin de Balaxert, 1219 Geneva, Switzerland. Disponível em: http://www.ictsd.org/sites/default/files/research/E15_Innovation_Burri_FINAL.pdf, p.11.

⁷¹ PORGES, Amy; ENDERS, Alice. "Data Moving Across Borders: The Future of Digital Trade Policy". The E15 Initiative E15 Expert Group on the Digital Economy -Think Piece, Geneva, ICTSD, April 2016, p.1. p.1-2

⁷² Regarding the coexistence between the WTO rules and the proposals of the meg-agreements, we have Amaral's proposal: *The second layer of trade governance finds expression in the so-called mega-agreements which gather developed and developing countries and concentrate the most relevant share of the world economy. They are shaped to institute new regulatory spaces that harmonize rules at a threshold hitherto unknown. The third level of governance encompasses a multitude of preferential trade agreements, of a lesser scale, that may be of distinct size and varied degrees of normative deepness.* Ver: AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Is Trade Governance Changing?* In *REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL*, vOLUME 12, N.2. 2015, Teoria do Direito Internacional, p. 371-382.

uma das questões que os Estados estão negociando, mas há muitos outros, como a coerência regulatória e as medidas sanitárias e fitossanitárias⁷³.

Porges and Enders⁷⁴apontam que:

O acordo TPP é o primeiro grande acordo comercial em que os negociadores tornaram-se uma prioridade fundamental para facilitar o funcionamento de uma economia digital que se estende através das fronteiras, através de compromissos em relação aos fluxos de dados, comércio digital e comércio eletrônico.

Bollyky⁷⁵ toma o TPP um exemplo de "ambiciosos esforços de cooperação regulatória" materializados no Acordo de Comércio Preferencial (PTA). Foi incluído no contexto do objetivo dos Estados "promover preferências sociais compartilhadas e supervisão regulatória eficiente e efetiva como parte da integração econômica global". Para Bollyky, as PTAs são uma solução melhor do que os acordos porque envolve estados muito distintos, com diferentes estágios de desenvolvimento econômico e sua natureza de cooperação regulatória internacional leva mais integração e eficiência em assuntos como o comércio digital.

Porges and Enders⁷⁶, sobre TISA, afirmam que as negociações foram lançadas em 2013, após anos de impasse nas negociações comerciais de serviços multilaterais. O quadro plurilateral do TISA foi concebido para facilitar o movimento para a frente que faltasse na OMC. É importante verificar os progressos realizados até 2016, dos quais extraímos os anexos sobre telecomunicações, comércio eletrônico e outros.

⁷³See more THORSTENSEN, Vera; MESQUITA, Alebe. COERÊNCIA, CONVERGÊNCIA E COOPERAÇÃO REGULATÓRIA NOS CAPÍTULOS DE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO E MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS DO ACORDO TRANSPACÍFICO. *Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.*- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2016. ISSN 1415-4765.

⁷⁴ PORGES, Amy; ENDERS, Alice. "Data Moving Across Borders: The Future of Digital Trade Policy". The E15 Initiative E15 Expert Group on the Digital Economy -Think Piece, Geneva, ICTSD, April 2016, p.10

⁷⁵ BOLLYKY, Thomas J. and MAVROIDIS, Petros C., Trade, Social Preferences and Regulatory Cooperation the New WTO-Think (September 2016). Robert Schuman Centre for Advanced Studies Research Paper No. RSCAS 2016/47. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2879329>.

⁷⁶ PORGES, Amy; ENDERS, Alice. "Data Moving Across Borders: The Future of Digital Trade Policy". The E15 Initiative E15 Expert Group on the Digital Economy -Think Piece, Geneva, ICTSD, April 2016, p.11

O contexto mostra um impasse nas negociações da OMC e parece que a alternativa é uma interpretação criativa pela solução de controvérsias processo em alguns assuntos como serviço que são entregues eletronicamente.

Como exemplo dessas disputas:

*US – Gambling*⁷⁷

O painel foi solicitado por Antigua e Barbuda porque os Estados Unidos não forneceram serviços e prestadores de serviços do tratamento de Antigua não menos favoráveis que os previstos nos termos, limitações e condições acordados e especificados no US Schedule, ao contrário do Artigo XVI: 1 e do Artigo XVI: 2 do GATS nos compromissos específicos de acesso ao mercado dos Estados Unidos para serviços de apostas e apostas para o modo 1. A conclusão do Painel indica que todos os meios de fornecer serviços do território de um Membro da OMC no território de outro Membro da OMC está incluído no modo 1 no âmbito do GATS.

Também explica que um compromisso de acesso ao mercado para o modo 1 implica o direito de os fornecedores de outros Membros fornecerem um serviço através de todos os meios de entrega, de acordo com o princípio da "neutralidade tecnológica" .

*China – Publications and Audiovisual Products*⁷⁸

Os Estados Unidos solicitaram consultas e então solicitou o estabelecimento de um painel contra a China porque eles adotaram medidas que supostamente restringem os direitos comerciais sobre a liberação teatral por filmes importados e outros audiovisuais, gravações de som e publicações.

O painel concluiu também neste momento que o GATS é tecnologicamente neutro e serviços de distribuição de gravações de som em forma não física, através da tecnologias como a Internet, este serviço estão incluídas em um compromisso de acesso ao mercado para o modo.

2. REGRAS E CASOS BRASILEIROS

⁷⁷ WTO. DS285: United States — Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds285_e.htm.

⁷⁸ WTO. DS363: China — Measures Affecting Trading Rights and Distribution Services for Certain Publications and Audiovisual Entertainment Products. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds363_e.htm.

Brasil tem uma lei sobre a internet que foi criada para lidar com um grande problema de uma construção de uma e-sociedade moderna que mantém as relações em linha em muitos níveis (social, profissional, comércio e outros). Na realidade digital, algumas questões estão presentes, mas o principal problema a ser confrontado pelos Estados é a concepção de "valor sem lei".

A lei brasileira, "marco civil da internet", foi criada pela parceria entre o Ministério da Justiça e a Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. O projeto de lei (número 2.126 / 2011) aprovado pelo Congresso Nacional e a regra número 12.965 de 23 de abril de 2014 adotada.

A lei brasileira estabelece os princípios básicos do uso da Internet no Brasil (Artigo 3, I). Eles são a "garantia da liberdade de expressão, comunicação e expressão do pensamento, nos termos da Constituição Federal". Para cumprir esses princípios, o legislador trabalhou em determinados tópicos, como a privacidade dos usuários, a delimitação da responsabilidade civil dos atores envolvidos no acesso à rede, a afirmação da neutralidade da rede e a preocupação sobre como gerenciar a rede..

O direito à privacidade é fornecida nos itens I, II, III, VII e VIII do artigo 7. A inviolabilidade da intimidade e da vida privada, a preservação da privacidade das comunicações privadas na rede, transmitidas ou armazenadas, são listadas como direitos dos usuários de internet. Para a realização desses direitos foi estabelecida a não provisão de dados pessoais coletados pela Internet para terceiros sem o consentimento prévio do usuário..

Uma primeira avaliação possível das disposições legais e seu impacto na prática do comércio eletrônico refere-se à coleção, uso, armazenamento e processamento de dados pessoais. As condutas que, como visto, são restritas por proteger a privacidade do usuário, mas que pertencem aos serviços on-line de rotina a partir da redirecionamento⁷⁹ e que podem gerar responsabilidade da empresa do que praticá-la sem o consentimento prévio do usuário.

Também na Privacidade dos usuários, a lei estabelece no artigo 13 o requisito de manter registros de conexão com a Internet por um período de um ano e, no

⁷⁹ *It is the strategy that identifies the visitor that accessed your store and its interaction within this environment, from a tag inserted in the site. The cookie records such information and allows this client's views to be resubmitted to it custom pages on partner sites that open the ad space.* MARTINS, Felipe. "Você sabe o que é remarketing? E retargeting?". Administradores.com, publicado em 23 de setembro de 2015, disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/voce-sabe-o-que-e-remarketing-e-retargeting/90519/>.

artigo 15, o registro de acesso a aplicativos da Internet por um período de seis meses. Existem também disposições que visam viabilizar a luta contra atos ilícitos civis e criminosos praticados na Internet. Note-se, no entanto, que o acesso a esses dados para fins de reparação civil de danos causados à vítima ou para investigação criminal está condicionado à autorização prévia do Judiciário⁸⁰.

A obrigação legal é dirigida a dois atores-chave no mundo virtual : o provedor de acesso e o provedor de aplicativos. Entre estes últimos, estão os sites de comércio eletrônico, que agora são responsáveis por manter os registros de IP, data e hora dos usuários que o acessam⁸¹.

Ainda em relação a esses dois atores, a lei regula a incidência da responsabilidade civil. Em relação aos provedores de acesso, a lei eliminou sua responsabilidade civil pelos danos causados pelos usuários, de acordo com o artigo 18. Por outro lado, no caso dos fornecedores de conteúdo, por exemplo, armazenamento de arquivos fotográficos e musicais, a responsabilidade subsidiária foi reconhecida entre este e O usuário da Internet responsável pelo ato ilegal (artigo 19).

Esta possibilidade de responsabilidade subsidiária reforça a atenção dos provedores de conteúdo sobre os pedidos extrajudiciais para a remoção de conteúdos ilegais da rede, embora, de acordo com a lei, o cumprimento desses pedidos seja uma liberalidade da empresa.

Outro aspecto relevante é a consolidação da neutralidade da rede, prevista no artigo 9 da Lei. É determinada a regra do tratamento isônico dos dados transmitidos, sem distinção de conteúdo, origem e destino, serviço, terminal e aplicação. Portanto, é responsabilidade dos provedores de acesso garantir a navegação da rede, mesmo que a atividade do provedor de conteúdo não seja rentável.

O último ponto a destacar é o fornecimento dos artigos 24 e 25, que prevêem o estabelecimento de Mecanismos de governança multipartidária, com a participação do governo, empresas, sociedade civil e comunidade acadêmica, racionalização da gestão, expansão e uso da Internet no Brasil, especialmente na implementação de serviços de

⁸⁰ Ver artigos 7º, III; 10, §§1º e 2º; 13, §§3º e 5º; 15, §3º.

⁸¹ *An Internet Protocol is a set of rules that govern Internet activity and facilitate completion of a variety of actions on the World Wide Web. Therefore an Internet Protocol address is part of the systematically laid out interconnected grid that governs online communication by identifying both initiating devices and various Internet destinations, thereby making two-way communication possible. WHATIS MYIPADDRESS.COM. What is an IP Address?. Disponível em: <http://whatismyipaddress.com/ip-address>*

governo eletrônico e serviços públicos, a adoção preferencial de abertura e tecnologias, padrões e formatos gratuitos, a publicidade de dados e informações públicas na Internet e, sobretudo, o incentivo à implantação de centros de armazenamento, gerenciamento de dados e disseminação no Brasil

Tomasevicius Filho⁸² destaca alguns problemas da legislação brasileira neste assunto . A primeira é a "reivindicação mundial de resolução de problemas com efeitos extraterritoriais, através de uma lei nacional" porque a realidade da internet permite a ocorrência de violações de direitos em qualquer lugar e a determinação legal da coleta não é efetiva, o armazenamento e o processamento de registros, dados pessoais ou comunicações de atos realizados no Brasil ou um dos terminais está em território nacional.

Porges and Enders⁸³ apontam que "internet" é móvel e *o requisito de dados pessoais para ser armazenado no território de sua coleção é uma nova forma de barreira comercial*.

Outra deficiência do sistema legal brasileiro é a proposta de nacionalização dos datacenters, que se depara com a realidade da operação na Internet de um tráfego aberto na rede de não- informações físicas. A mesma realidade factual da deslocalização territorial das relações virtuais impede a realização da neutralidade da rede prevista na lei, uma vez que só se materializaria se também estivesse prevista nos outros países..

A conclusão do autor de que "O texto do Quadro Civil de a Internet trouxe padrões de conteúdo vazios"⁸⁴ revela a falta de relevância do padrão brasileiro no tratamento de questões virtuais, inclusive sobre a resolução de conflitos.

Por outro lado, a Franco⁸⁵, depois de analisar que as empresas de comércio eletrônico já atuam em grande parte com os conceitos legais estabelecidos, inseridos nos "termos de uso e políticas de privacidade", conclui que:

⁸² TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Marco civil da internet : uma lei sem conteúdo normativo. São Paulo : Iea/usp, 2016. p. 276-277.

⁸³ PORGES, Amy; ENDERS, Alice. "Data Moving Across Borders: The Future of Digital Trade Policy". The E15 Initiative E15 Expert Group on the Digital Economy -Think Piece, Geneva, ICTSD, April 2016, p.1. p.1

⁸⁴ TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Marco civil da internet : uma lei sem conteúdo normativo. São Paulo : Iea/usp, 2016. p. 281.

⁸⁵ FRANCO, Flávio. "Impacto do Marco Civil da Internet nas atividades de E-Commerce" in ARTESE, Gustavo [coord.] ; BRAUN, Caroline Braun [et al.]. *Marco civil da internet : análise jurídica sob uma perspectiva empresarial*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2015, p. 299-316, p.317.

[...] a legislação pode também ser um fator importante para ajudar a acelerar a maturidade do comércio eletrônico brasileiro nos próximos anos. Isso ocorre porque um dos objetivos do padrão é garantir uma maior transparência no uso de dados, resultando em maior segurança e confiabilidade para o negócio realizado no ambiente digital [...].

Além das normas, temos na jurisprudência do Tribunal Superior de Justiça os casos que revelam a interpretação judicial sobre questões que envolvem o comércio eletrônico no Brasil.

Uma das controvérsias já decididas pelo Tribunal refere-se à responsabilidade do fornecedor do produto pesquisas, que medeiam entre consumidor e vendedor, sobre algum defeito da mercadoria ou violação de contrato. A responsabilidade do fornecedor foi removida, no entanto, a natureza jurídica da relação estabelecida entre o usuário e o provedor de serviços de internet, mesmo que seja uma relação livre, é enquadrada como uma relação de consumo⁸⁶.

O mesmo caso de serviço de virtual a intermediação de venda e compra levou a uma decisão de excluir o requisito de uma inspeção prévia dos produtos anunciados, não sendo uma atividade intrínseca ao serviço prestado. Por outro lado, o Tribunal reconheceu, neste caso, a necessidade de remover a oferta virtual de produtos em que a infração de propriedade industrial já havia sido notificada, caso contrário, o provedor seria solidariamente responsável perante o autor da notificação de omissão⁸⁷.

A responsabilidade do provedor de busca na Internet também foi demitido pelo Tribunal por não eliminar o seu sistema de resultados derivados da busca de um determinado termo ou expressão, o que teria que ser efetivado no direito individual ao

⁸⁶ See more: STJ. REsp 1444008/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 09/11/2016, disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=&livre=marco+e+civil+e+internet&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=21.

⁸⁷ See more: STJ. REsp 1383354/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 26/09/2013, disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=internet+e+com%E9rcio&&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>.

esquecimento. Foi afirmado que não havia base jurídica para impor essa obrigação ao provedor de pesquisa⁸⁸.

CONCLUSÃO

A internet representa a realidade da sociedade contemporânea incorporada nas mais diversas facetas da vida social, inclusive nas relações comerciais.

Os efeitos das operações eletrônicas ainda não são adequadamente abordados pelas normas legais, porque a realidade virtual é permeada por novos conceitos e por uma ausência de limites físicos que ainda não são totalmente abordados pelas normas, internacionais ou nacionais.

A realidade do quadro jurídico da OMC que não avança no tratamento do comércio eletrônico, bem como a negociação de mega acordos preferenciais nos EUA atuais, posição, revela a falta de um quadro normativo internacional que traz segurança jurídica às relações eletrônicas transnacionais.

Os casos do sistema de solução de controvérsias da OMC revelam o avanço da interpretação legal a favor de um ajuste das normas tradicionais no comércio internacional a um negócio não físico

Por outro lado, a realidade normativa brasileira revela uma tentativa de avanço, no entanto, com a adoção de legislação específica que aborda questões de realidade virtual, no entanto, suas normas revelam deficiências que ainda precisam de melhoria.

Por último, mas não menos importante, no que diz respeito à interpretação judicial brasileira sobre esses assuntos, é possível reconhecer um ainda abordagem localizada do assunto, que não atinge a realidade transnacional intrínseca às relações digitais.

REFERÊNCIAS

⁸⁸ See more: STJ. AgInt no REsp 1593873/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 17/11/2016, disponível em: STJ. REsp 1444008/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 09/11/2016, disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=&livre=marco+e+civil+e+internet&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=21

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Is Trade Governance Changing? In REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL - Teoria do Direito Internacional, volume 12, N.2, Brasília, 2015, , p. 371-382.

ARBIX, Daniel do Amaral. Resolução online de controvérsias : tecnologias e jurisdições. São Paulo: Teses USP, 2015.

BOLLYKY, Thomas J. and MAVROIDIS, Petros C., Trade, Social Preferences and Regulatory Cooperation the New WTO-Think (September 2016). Robert Schuman Centre for Advanced Studies Research Paper No. RSCAS 2016/47. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2879329>.

BURRI, Mira. Should There Be New Multilateral Rules for Digital Trade? . E15 Expert Group on Trade and Innovation. December 2013. International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) 7 Chemin de Balexert, 1219 Geneva, Switzerland. Disponível em: http://www.ictsd.org/sites/default/files/research/E15_Innovation_Burri_FINAL.pdf.

FRANCO, Flávio. "Impacto do Marco Civil da Internet nas atividades de E-Commerce" in ARTESE, Gustavo [coord.] ; BRAUN, Caroline Braun [et al.]. *Marco civil da internet : análise jurídica sob uma perspectiva empresarial*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2015, p. 299-316, p.317.

MARTINS, Felipe. "Você sabe o que é remarketing? E retargeting?". Administradores.com, publicado em 23 de setembro de 2015, disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/voce-sabe-o-que-e-remarketing-e-retargeting/90519/>.

PORGES, Amy; ENDERS, Alice. "Data Moving Across Borders: The Future of Digital Trade Policy". The E15 Initiative E15 Expert Group on the Digital Economy -Think Piece, Geneva, ICTSD, April 2016, p.3

STJ. REsp 1444008/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 09/11/2016, disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=&livre=marco+e+civil+e+internet&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=21.

STJ. REsp 1383354/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 26/09/2013, disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=internet+e+com%E9rcio&&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>).

STJ. AgInt no REsp 1593873/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 17/11/2016, disponível em: STJ. REsp 1444008/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 09/11/2016,

disponível em:

http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=&livre=marco+e+ci vil+e+internet&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=21

THORSTENSEN, Vera; MESQUITA, Alebe. COERÊNCIA, CONVERGÊNCIA E COOPERAÇÃO REGULATÓRIA NOS CAPÍTULOS DE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO E MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS DO ACORDO TRANSPACÍFICO. *Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.*- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2016. ISSN 1415-4765.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Marco civil da internet : uma lei sem conteúdo normativo. São Paulo : Iea/usp, 2016. p. 276-277.

WTO. DS285: United States — Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services. Disponível em:

https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds285_e.htm.

WTO. DS363: China — Measures Affecting Trading Rights and Distribution Services for Certain Publications and Audiovisual Entertainment Products. Disponível em:

https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds363_e.htm.

O CONSUMO COLABORATIVO EM ESTRATOS ECONÔMICOS A E B NA CIDADE DE SÃO PAULO – SP

Daniella Fernandes de Oliveira Orsi (Universidade Metodista de São Paulo);
f.daniella@ig.com.br *

Alexandre Cappelozza (Universidade Metodista de São Paulo);
alexandre.cappelozz@metodista.edu.br

Almir Martins Vieira (Universidade Metodista de São Paulo); almir.vieira@metodista.edu.br

Palavras-chave: Consumo Colaborativo. Economia Compartilhada. Compartilhamento. Acesso.

INTRODUÇÃO

As discussões teóricas e gerenciais acerca do consumo colaborativo atraem a atenção do meio empresarial e acadêmico e estão sendo realizadas principalmente em países europeus e norte-americanos, desenvolvidas sob práticas de consumo relacionadas ao que se descreve como compartilhamento ou partilha (BELK, 2013), economia compartilhada (OWYANG *et al.*, 2014), consumo colaborativo (BOTSMAN; ROGERS, 2011) sistemas comerciais de compartilhamento (LAMBERTON; ROSE, 2012) e consumo baseado no acesso (BARDHI; ECKHARDT, 2012).

O consumo colaborativo está tomando forma no Brasil, contudo, se faz necessário questionar até que ponto nossa cultura está disposta a trocar, compartilhar, dividir, eliminando drasticamente o conceito “meu” (posse) da realidade para “nosso” (partilha) e se esta prática de consumo se estabelece da mesma forma em todas as classes sociais.

O presente estudo em sua fundamentação teórica apresenta, inicialmente, um resgate histórico sobre o tema, discutindo as principais semelhanças e diferenças entre os conceitos relacionados ao princípio básico de compartilhamento, como consumo colaborativo, economia compartilhada e consumo baseado em acesso. Apresenta-se, também, a influência das redes sociais na difusão da economia compartilhada e as projeções dos impactos econômicos proporcionados por essa.

Na segunda parte, para melhor entendimento do assunto, apresenta-se as formas de participar da economia compartilhada e o perfil dos usuários, a partir de pesquisas em países como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido.

Na terceira parte, apresenta-se as razões que levam os indivíduos a adotar essa forma de consumo, os benefícios sociais e ambientais alcançados por meio das iniciativas

de consumo colaborativo e alguns dos fatores e obstáculos que inibem o compartilhamento.

Diante do exposto e como forma de dar direção ao processo de investigação, questiona-se neste estudo: “Como os estratos sociais A e B, da cidade de São Paulo – SP, se envolvem com práticas de consumo colaborativo, bem como suas limitações para expansão?”.

OBJETIVOS

O objetivo geral do estudo é compreender o consumo colaborativo de forma a explorar sua utilidade na administração.

Tendo como base o objetivo geral, alguns objetivos específicos são postulados:

- a) identificar o grau de conhecimento e participação dos estratos econômicos A e B no consumo colaborativo;
- b) categorizar as práticas de consumo colaborativo;
- c) identificar as facilidades e as dificuldades encontradas durante as práticas de consumo colaborativo;
- d) dar subsídios às empresas para o desenvolvimento de estratégias mais adequadas junto a este novo perfil de consumo.

MÉTODOS

Foi utilizado o método de natureza qualitativa, em que se busca compreender as experiências individuais (Vieira & Rivera, 2012), das práticas de consumo estudadas, atribuídas por aqueles que delas participam. A trajetória da pesquisa partiu de uma revisão da literatura, seguindo-se à imersão no campo e volta à literatura. A pesquisa bibliográfica permite não somente avaliar e resolver problemas já conhecidos, mas explorar novas áreas de problemas, reforçando as análises ou a manipulação das informações, não sendo uma mera repetição do que já foi proferido ou publicado, mas permitindo um novo olhar ou abordagem que resulte em conclusões inovadoras (Lakatos & Marconi, 2010).

A fenomenologia também foi utilizada como método de pesquisa, pois “compreende o mundo como vivido pelas pessoas, visando à elucidação de aspectos referentes à natureza de sua experiência vivida.” Godoi *et al* (2010, p. 268), contribuindo assim para a compreensão das práticas de compartilhamento.

Para compreender este fenômeno, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas a partir de perguntas relacionadas ao consumo colaborativo, compreendendo como os entrevistados estão inseridos neste contexto e os principais

impactos dessa prática. As perguntas foram utilizadas para conduzir a conversa com os participantes e não como perguntas diretas. Com o consentimento dos participantes, todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise.

O processo de seleção dos entrevistados organizou-se por meio de uma técnica, denominada “bola de neve” pelas redes sociais naturais. Sierra (1988) *apud* Godoi *et al* (2010) sugere que, nesta técnica, a captura de sujeitos participantes da amostra se dê por meio de amigos, parentes, contatos pessoais e conhecidos.

A pesquisa foi bem representada por ambos os gêneros sendo 55% mulheres e 45% homens. Dos quais 55% pertencem à classe socioeconômica A, definida pelo critério Brasil (ABEP, 2016) e 45% pertencem à classe socioeconômica B. A faixa etária dos entrevistados é composta de 30% entre 20 e 29 anos e 70% entre 30 e 40 anos. 95% dos entrevistados atuam no mercado profissional em áreas distintas uns dos outros e 100% adotam práticas de consumo colaborativo.

RESULTADOS

Para análise dos resultados, foi realizada a transcrição de cada entrevista. Após este processo, as citações mais relevantes foram selecionadas para embasar a análise, servindo de fonte de evidências dos resultados.

O primeiro item do roteiro da entrevista semiestruturada buscou investigar o entendimento dos entrevistados sobre a economia compartilhada ou consumo colaborativo.

Todos os entrevistados são adeptos a este tipo de consumo, porém na hora da definição do termo alguns precisaram de auxílio para conseguir formular a resposta, pois, não associaram o termo às práticas pessoais de consumo.

Com relação à utilização de sites e aplicativos para consumir na economia compartilhada, as respostas foram que os sites e aplicativos são utilizados constantemente, destacam-se os mais citados: 90% são usuários do Uber, 65% do Netflix, 60% do Airbnb, 55% do Spotify e 40% do Enjoei e Mercado Livre. Um fator importante observado neste item está relacionado ao uso da tecnologia para a prática do consumo colaborativo, conforme a definição de Vedana e Brei (2016): “consumo colaborativo inclui o compartilhamento entre indivíduos mediado por empresas pela internet”.

A prática do consumo colaborativo esbarra em problemas de confiança e na dificuldade de se conectar às pessoas certas, que estão precisando de algo (Almendary, 2013).

A economia compartilhada apresenta algumas falhas, por ser um conceito novo, pela falta de experiência das pessoas, por questões tecnológicas e culturais. Mesmo com alguns relatos negativos, a partir de suas experiências, nenhum respondente desistiu de usar um determinado serviço.

A partir dos relatos, foi possível classificar cada entrevistado de acordo com a proposta definida por Owyang *et al.* (2014), sendo que devido aos hábitos de consumo colaborativo, 85% dos entrevistados se enquadram no perfil de *Neo-Shares* (neoparticipantes), pessoas que usam diversos tipos de sites de compartilhamento, experimentam novas práticas para se inserir cada vez mais na economia compartilhada e 15% dos entrevistados foram classificados como *Re-Shares* (reparticipantes), perfil mais conservador em relação à prática do consumo colaborativo. O perfil *Non-Shares* (não participantes) não foi pesquisado neste estudo, pois são pessoas que ainda não se envolveram com as práticas de consumo colaborativo.

Os fatores que motivam e impulsionam as pessoas a participarem do consumo colaborativo são econômicos, tecnológicos e sociais, Owyang (2013) e Botsman e Rogers (2011). Os dados da pesquisa demonstram que 90% dos entrevistados citaram os fatores econômicos como o principal motivador para consumir colaborativamente, devido à economia, redução de custos na aquisição de produtos ou serviços, acesso a produtos de luxo, porém muitos preferem vender produtos do que comprar algo usado, utilizam um serviço de transporte como o Uber, mas não querem compartilhar a corrida com desconhecidos.

Ao serem questionados sobre quais produtos ou serviços são os preferidos no momento do consumo, de acordo com as categorias de consumo da economia compartilhada definidas por Owyang *et al.* (2014), 90% dos entrevistados citaram a utilização de serviços e produtos ligados a transporte, 80% citaram mercadorias e serviços, 70% espaço, 15% alimentação e 10% dinheiro. É preciso uma divulgação maior das outras categorias de serviços disponibilizados na economia compartilhada. Das doze categorias definidas pelo autor Owyang, apenas cinco foram citadas pelos respondentes.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo compreender o consumo colaborativo de forma a explorar sua utilidade na administração. Foi possível inferir que o interesse com relação à prática de consumo colaborativo é impulsionado por diversos fatores, dentre eles o econômico, citado por 90% dos entrevistados como o principal motivador para consumir

colaborativamente, devido à crise econômica e aumento do desemprego, que leva as pessoas a modificarem seus hábitos de consumo.

Em relação ao objetivo específico, de uma forma geral, os entrevistados demonstraram conhecimento sobre o tema e interesse em intensificar as práticas do consumo colaborativo, além de recomendar aos familiares e amigos.

Quanto ao objetivo de categorizar as práticas de consumo colaborativo, de acordo com as categorias de consumo da economia compartilhada definidas por Owyang *et al.* (2014), 90% dos entrevistados citaram a utilização de serviços e produtos ligados a transporte (Uber), 80% citaram mercadorias (Mercado Livre, Enjoei) e serviços (Netflix, Spotify), 70% espaço (Airbnb), 15% alimentação e 10% dinheiro. Estas práticas estão relacionadas a condutores econômicos e tecnológicos, os fatores sociais quase não foram citados.

Em relação ao objetivo de identificar as facilidades e as dificuldades encontradas durante as práticas de consumo colaborativo, os entrevistados apresentaram inúmeras facilidades, dentre elas a utilização das plataformas digitais, a liberdade e a comodidade de escolha de produtos e serviços sem a necessidade de sair de casa, o preço justo, a prática do consumo consciente, bem como a redução do consumo e a possibilidade de conhecer pessoas e compartilhar experiências. As dificuldades estão atreladas à questão de confiança e garantia de qualidade ao adquirir um produto ou contratar um serviço.

O objetivo de apresentar subsídios às empresas para o desenvolvimento de estratégias mais adequadas junto a este novo perfil de consumo, como contribuição empresarial, este estudo destaca que o entendimento do compartilhamento de bens ou serviços projeta oportunidades para o desenvolvimento de negócios, que proporcionem novas experiências aos usuários, além da economia financeira.

Para as organizações se destacarem, será necessário o desenvolvimento de plataformas tecnológicas e aplicativos de fácil utilização, que gerem empatia entre os usuários, incentivem o contato pessoal e o estilo de vida colaborativo, pois o caráter amigável aumenta o comprometimento e a segurança nas transações. Outro fator de destaque é a criação de serviços na categoria *Premium*, algumas empresas já disponibilizam um serviço diferenciado durante sua utilização como Netflix, Spotify e Uber, o que atrai cada vez mais usuários que buscam por uma qualidade superior e maior privacidade, como é o caso dos usuários pertencentes às classes sociais A e B. Infere-se que em longo prazo as empresas terão mais vantagens ao disponibilizarem o acesso temporário aos seus produtos do que a compra e a posse desses pelos consumidores.

Como contribuição para a academia, este estudo avança na apresentação de evidências a respeito dos aspectos positivos, acerca da prática do consumo colaborativo, conforme sugestão de pesquisa de Vedana e Brei (2016). Explora o comportamento do consumidor, usuário de sites e aplicativos digitais, compreendendo melhor suas motivações, expectativas e influências, conforme sugere a chamada de pesquisa de Scheffler, Verschoore e Silva (2014). Além disso, este estudo avança no tema e contribui com dados coletados em um cenário brasileiro, complementando as pesquisas realizadas por Owyang *et al.* (2014) e Botsman e Rogers (2011).

Por fim, sugere-se em pesquisas futuras a utilização de uma abordagem quantitativa com o intuito de explorar o tema e verificar a possibilidade dos resultados serem generalizados à população brasileira.

Uma outra possibilidade seria investigar o tema sob o ponto de vista do prestador de serviços, quais são as vantagens e desvantagens de se trabalhar na economia compartilhada e, por fim, investigar a influência da economia compartilhada no futuro do trabalho e das empresas, como é estabelecido o vínculo empregatício e quais são os empregos gerados a partir desta prática, visto que é uma tendência de mercado.

REFERÊNCIAS

- ABEP. **Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org/servicos/Download.aspx?id=12>. Acesso em: fev, 2017.
- ALMENDARY, Livia. **Para australiana, nova onda do consumo colaborativo vai mudar o mundo**. Folha. 5/6/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2013/06/1289678-para-australiana-nova-onda-do-consumo-colaborativo-vai-mudar-o-mundo.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- BARDHI, F.; ECKHARDT, G. M. **Access-based consumption: the case of car sharing**. Journal of consumer research, Inc. – vol.39 – Dez-12.
- BELK, R. **Why not share rather than own?** The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, v. 611, n.126, 2007.
- BELK, R. **You are what you can access: sharing and collaborative consumption online**. Journal of Business Research, 2013.
- BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. **O que é meu é seu** – Como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo. Porto Alegre: Bookman, 2011.

GODOI, C. K.; MELLO, R. B.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** Atlas, 2010.

LAMBERTON C.P., ROSE RL. **When is ours better than mine? A framework for understanding and altering participation in commercial sharing systems.** Journal of Marketing, v. 76, n. 4, p. 109–125, 2012.

OWYANG, J.; SAMUEL, A. ; GRENVILLE A. **Sharing is the new buying:** how to win in the collaborative economy. 2014. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/jeremiah_owyang/sharingnewbuying>. Acesso em: 10 out. 2016

OWYANG, J. The three market drivers: causes for the collaborative economy. 2013. Disponível em: <<http://www.web-strategist.com/blog/2013/05/09/the-three-market-drivers-causes-for-the-collaborative-economy/>>. Acesso em: jan,2017.

SCHEFFLER, C. H., VERSCHOORE, J. R., SILVA, P. M. Consumo colaborativo no Brasil: um estudo multicaso da recente trajetória dos mercados de redistribuição. Anais do Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, RJ, 13 de setembro de 2014. VEDANA, Simone Nazareth; BREI, Vinicius Andrade. **Consumo colaborativo, acesso ou compartilhamento?** Um ensaio teórico sobre a distinção entre conceitos e práticas. In: Congresso Latino-Americano de Varejo. 9º CLAV – FGV EAESP, São Paulo, 2016.

VIEIRA, A. M.; RIVERA, D. P. B. A **Hermenêutica no Campo Organizacional: duas possibilidades interpretativistas de pesquisa.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 14, n. 44, p. 261-273, 2012.

O DIREITO A APRENDIZAGEM É DE TODOS OS ALUNOS COM OU SEM DEFICIÊNCIA

Sandra Paula da Silva Batistão - professora.sandrapaula@gmail.com

RESUMO

Ao propor reflexões sobre os modos de ensinar e de aprender sabe-se que tais processos envolvem aspectos do percurso de formação de professores, da política educacional a qual são submetidos, da organização institucional a que pertencem assim como das histórias individuais e coletivas e das relações estabelecidas entre a escola com as famílias e destas com a escola, sendo que esse conjunto de relações se entrelaça na história escolar de cada criança e na história profissional de cada professor. Considerando que as relações escolares são produzidas a partir de multideterminações, como apreendê-las em sua totalidade? Na busca pelo desvelamento do cotidiano escolar aponta-se para a complexidade das relações estabelecidas entre o ensino e aprendizagem, porém, as perguntas permanecem sem respostas, pois o modelo patologizante de interpretação do processo educacional não é questionado, ao contrário, intensifica-se a produção de diagnóstico e os encaminhamentos de alunos para atendimento terapêutico como se estes pudessem dar respostas à educação sobre os motivos que levam o aluno a não aprender. Considerando as crescentes demandas educacionais, este texto tem a intenção de apresentar uma experiência educativa a partir da função social de professora quando, no exercício da mediação pedagógica, tive a oportunidade de desenvolver meu trabalho junto a um aluno com paralisia cerebral, seis crianças caracterizadas como estudantes com dificuldades de aprendizagem, um aluno com deficiência intelectual e tantos outros que na diversidade humana e educativa me lançaram muitos desafios. Através das reflexões propostas, busca-se apresentar as relações estabelecidas entre a minha trajetória educativa enquanto professora e a dos meus alunos, com a intenção de criar possibilidades para que todos pudessem se amparar coletivamente percebendo-se capazes de avançar no processo de apropriação do conhecimento sistematizado.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Deficiência. Dificuldades de Aprendizagem.

ABSTRACT

To propose reflections on the ways of teaching and learning it is known that such processes involve aspects of the course of teacher training, of educational policy which are submitted to, the institutional organization to which they belong as well as of the individual and collective and stories of the relationships established between the school with the families and these ones with the school, so that this set of relations is intertwined in the history of the school of each child and on the professional history of each teacher. Considering that the relationships in school are produced from multideterminations, how to learn them entirely? In the search for the unveiling of the school's daily life it is pointed out the complexity of the relationships established between teaching and learning, however, the questions remain without answers, because interpretation pathologizing model of the educational process is not questioned, on the opposite, it is intensified the production of the diagnostic and the forwarding students for therapeutic care as if these could provide answers to the education about the reasons that lead the student to not learn. Considering the growing educational demands, this text has the intention of presenting an educational experience from the social function of a teacher when, in the exercise of pedagogical mediation, I had the opportunity to develop my work with a student with cerebral palsy, six children characterized as students with learning difficulties, a student with an intellectual disability and so many others that on the diversity human and educational I have been launched many challenges. Through the proposed reflections, it is sought to present the relationships in totality established between my education trajectory as a teacher and of my students, with the intention of creating possibilities for all that all of them could support collectively realizing being able to move forward in the process of appropriation of the systematized knowledge.

Keywords: Inclusion. Education. Disabilities. Learning difficulties.

INTRODUÇÃO

Ao compartilhar esse relato, tem-se a intenção de contribuir com as reflexões sobre a função social da escola, a importância e as finalidades da Educação, e os desafios que se

apresentam a nós professores, de modo que compreendendo os problemas educativos possamos enfrentá-los considerando o Projeto Político e Pedagógico das instituições educacionais como favorecedor do processo de aprendizagem dos alunos com ou sem deficiência.

Nesse sentido, embora se entenda o processo educacional como direito de todos, sabemos que pela contradição de uma sociedade que produz os elementos de inclusão e exclusão, a educação tem sido conduzida a utilizar um qualificador que caracteriza o direito como inclusivo. Portanto, conscientes de que estamos envolvidos pela contradição dessa mesma sociedade, a chamada Educação Inclusiva nos coloca frente à necessidade de problematização sobre a nossa função social, nossa intenção política e pedagógica e nosso direito ao exercício coletivo a partir do compartilhamento das experiências educativas junto a todos os nossos alunos, com ou sem deficiência, de forma que apresentando e problematizando nossas dúvidas e inquietações frente aos diferentes modos de aprender, possamos avançar coletivamente encontrando diferentes modos de ensinar, conscientes de que nossas reflexões coletivas se direcionam em busca da qualidade do ensino público para todos nossos alunos indistintamente.

Nesta perspectiva, reafirma-se o direito a aprendizagem e a importância da educação escolar como mediação no processo de emancipação humana, pois segundo Bernardes (2010, p. 294), "a escola tem o dever ético e político de ser o espaço social (oficial) onde o conhecimento, elaborado historicamente pelas ciências, deve ser ensinado e aprendido pelos sujeitos".

Sendo assim, a partir deste relato, busca-se contribuir com as reflexões sobre a importância do professor frente ao processo educacional, por meio da descrição dos modos de aprender e de ensinar a partir do anúncio de conceitos e pressupostos relacionados ao exercício pedagógico na perspectiva crítica e criadora, quando, sem a intenção de esgotar o tema organiza-se um conjunto de reflexões sobre o processo de mediação pedagógica.

POR UMA EDUCAÇÃO QUE INCLUA A TODOS: PROFESSORES E ALUNOS

Nesse breve relato, sobre a minha trajetória profissional, acredito ser válido destacar que no ano de 2001, me afastei da coordenação pedagógica da rede estadual de ensino e, através de concurso público, ingressei na rede municipal do ABC onde passei a desenvolver meu trabalho pedagógico junto à modalidade da Educação Infantil.

No ano seguinte, passei por nova atribuição e, tendo a oportunidade de receber em

minha turma um aluno com paralisia cerebral, percebi que se iniciava uma nova fase na minha carreira profissional, pois, a partir de então, estava diante da primeira experiência profissional junto a um aluno com deficiência. Também se faz necessário indicar que embora se tratasse de uma classe de quarto ano, nela estavam matriculados seis alunos considerados com dificuldades de aprendizagem (uma vez que ainda não estavam alfabetizados), uma aluna que fora indicada para avaliação neurológica, pois suspeitava-se que a mesma tinha deficiência intelectual, um aluno cadeirante com diagnóstico de paralisia cerebral que tinha os movimentos de braços e fala muito comprometidos e outros 20 alunos que segundo registros de desenvolvimento atendiam aos objetivos propostos para a classe/sério.

O ano era 2002 e atuando em sala de aula como professora, muitas inquietações e perguntas sobre as demandas advindas do meu aluno com deficiência se agregaram a inúmeras outras que foram se manifestando diante das diversidades educativas apresentadas pelos demais. O que fazer para ensinar a todos, sendo que as diferenças dos tempos e ritmos de aprendizagem saltavam aos olhos? Como organizar o ensino para que os alunos com deficiência, com dificuldades de aprendizagem e todos os demais pudessem se apropriar do conhecimento sistematizado? Como deveria planejar as ações pedagógicas, de forma a incluir a todos os alunos na dinâmica da aula? Os desafios que enfrentava como professora me conduziram à busca de respostas, mas nem sempre as encontrava.

É neste momento da minha história profissional que quero me alongar um pouco mais, visto que nesta fase consegui construir, junto de meus alunos, um percurso educativo significativo que pode contribuir com a reflexão sobre um elemento presente em nosso cotidiano escolar, porém tão pouco debatido e compartilhado, sendo ele o direito do professor a dúvidas frente aos modos de ensinar e tratar educativamente as diferenças, de maneira que coletivamente, se possa analisar, enfrentar e superar os problemas educativos.

Iniciaram-se as aulas do ano letivo de 2002. Subitamente me percebi no pátio da escola em frente a uma turma toda alinhada em fila, estando logo em seu início um aluno cadeirante.

Nunca havia cogitado que trabalharia com alunos com deficiência, afinal, a sociedade que produz os mecanismos de inclusão é a mesma que produz os processos de exclusão, e essa se encarregara até aquele momento de distanciar da minha experiência educativa os sujeitos que não atendessem aos padrões de normalidade estabelecidos por ela mesma, principalmente os alunos com alguma deficiência.

Mesmo após quinze anos da lembrança do meu primeiro contato com um aluno com

deficiência posso afirmar que naquele momento fui tomada pela insegurança, pelo medo e pela estranheza. Ao escrever este texto penso nos motivos que me conduziram a tais sentimentos e a hipótese mais provável é a constatação de que durante minha formação humana e acadêmica, desde o ensino fundamental I, assim como no magistério e também durante minha atuação profissional na educação (que completava dez anos), nunca havia problematizado com meus professores e com meus colegas de profissão a ação pedagógica junto aos alunos com deficiência.

Então, ali naquele pátio, rapidamente lembrei-me de todas as minhas professoras e colegas de classe. Resgatei na minha história características e momentos das turmas pelas quais pertenci. Constatei que minha memória não me revelava a presença de nenhuma pessoa com deficiência. Onde elas estavam? Porque não estiveram conosco estudando?

Desapareceram as lembranças do passado e o medo se reapresentou. O fato é que o medo foi o sentimento que mais se manifestou. Eu compreendia que seria preciso cumprir minha função social diante daquele e de todos os outros alunos que se apresentavam a mim e então tive medo de não conseguir superar os desafios que se apresentavam.

Dúvidas, muitas delas foram se materializando em perguntas: Inclusão? O que é e como fazer essa tal inclusão acontecer? Aluno com deficiência tem dificuldades de aprendizagem? Um aluno cadeirante pode ser retirado da cadeira de rodas e ser colocado na carteira escolar? Nos momentos de roda de história ou de roda de conversa como sentaríamos ou nos posicionaríamos no chão? E quando fossemos brincar ou participar das aulas de educação física, como proceder? E quanto aos alunos que ainda não estavam alfabetizados? E quanto àqueles que já dominavam a escrita e leitura? Como planejar de forma a atender todos? Como tratar e valorizar educativamente as diferenças que se apresentavam naquele coletivo?

Em busca de respostas, pensei logo nos textos clássicos da psicologia escolar quando narram o sofrimento de alunos e professores. Sofrimento dos alunos com dificuldades de aprendizagens⁸⁹ ou com deficiência que ilhados no coletivo permanecem fracassando nas salas de aula, e sofrimento dos seus professores, que não sabendo mais o que fazer, encaminham esses aos consultórios em busca de diagnósticos que justifiquem o fracasso escolar.

⁸⁹ Indica-se Moysés pois seu livro, A Institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola, propõe reflexões referentes aos processos de produção do fracasso escolar.

Meus pensamentos se misturavam com os barulhos ao fundo. Quanto mais eu racionalizava, mais alto o barulho ficava. Distanciei-me dos pensamentos e encontrei os olhos de meus alunos ao perceber que estes buscavam compreender porque todas as turmas haviam entrado para as suas salas e nós permanecíamos ali, parados.

Alguns dias se passaram e avaliando os problemas educativos que precisariam ser enfrentados, uma decisão foi tomada: todos nós usufruiríamos da escola compartilhando dúvidas, decisões e conhecimento. Resgatei o posicionamento de Freire (2001) entendendo que tinha o direito a dúvida e que sendo professora também poderia aprender ao ensinar. Ensinando e aprendendo. Juntos ensinaríamos e aprenderíamos. Essa era a condição necessária para nos tornarmos um coletivo. Sabia que seria preciso planejar nosso percurso educativo de modo que juntos pudéssemos nos amparar para avançarmos em direção ao conhecimento sistematizado.

Retornando do campo das ideias, fomos juntos para a nossa sala de aula. Um colega conduziu Jorge⁹⁰.

Na primeira semana de aula, os alunos e eu nos proporcionamos diálogos, histórias e atividades que ampliaram a oportunidade de nos conhecermos. Nessa semana, a escola estava organizada para receber os alunos apenas durante meio período com atividades, dispensando-os na sequência. Tal organização possibilitou troca de informações com a professora do ano anterior que passou a narrar os desafios e problemas que tivera junto a turma pela qual eu agora era responsável.

Preocupada, descreveu as peripécias de um dos meus alunos, que segundo ela era desinteressado e apresentara no ano anterior 85 faltas. Relatou também ter preocupações quanto às dificuldades de aprendizagem de uma aluna sem diagnóstico, a qual a mãe suspeitava ser deficiente intelectual. Nesta mesma turma, sinalizou que outro aluno nunca se envolvia com o grupo, pois tinha 11 anos, estatura alta e estando fora da faixa etária da turma, se demonstrava envergonhado por não estar alfabetizado. Mais um aluno fora citado, pois não havia conseguido avançar na hipótese da escrita e se mostrava muito agitado e desinteressado pelas atividades, desistindo rapidamente de concluí-las. Segundo seu relato, eu não precisaria me preocupar com o aluno que tinha paralisia cerebral, pois esse era calmo e muito interessado, embora não estivesse alfabetizado e não conseguisse acompanhar o ritmo do grupo devido às dificuldades para registrar. Surgiu ainda a preocupação com dois outros alunos receptivos e dedicados, mas que apresentavam muitas dificuldades no processo de aquisição de leitura e escrita. Confesso que tal

⁹⁰ Para preservar a identidade do aluno em questão, usa-se nome fictício.

caracterização da turma me deixou angustiada, pois o mesmo discurso enfatizando os fracassos, desinteresses e incapacidades surgiram dos próprios alunos durante os primeiros dias de aula. Nesta direção, Souza declara que:

[...] a existência de mecanismos institucionais e de ações cristalizadas produzem na criança e no professor a impossibilidade de pensar a sua própria condição de submissão e de exclusão no processo educacional. A intervenção vem no sentido de possibilitar o pensar com a criança e o professor essa relação estereotipada e produtora de repetência, da repetição de práticas que estigmatizam, excluem, oprimem e rotulam. (SOUZA, 1997, p. 127)

Em conformidade com as reflexões colocadas até este momento, entende-se que as ideias de anormalidade, carência e de falta de condições para o desenvolvimento pedagógico se justificavam, ou ainda continuam sendo justificadas, no sujeito ou na família, como se essas ideias não tivessem sido produzidas historicamente.

Buscando compreender os fatos determinantes de todo o processo, retornei aos estudos ao dar início a uma especialização em Psicopedagogia. As manifestações dos meus alunos e de meus colegas de trabalho indicavam a importância de ações formativas e de debates acerca do planejamento pedagógico, pois era perceptível que as queixas se direcionavam exclusivamente aos sujeitos. Sobre este aspecto Carneiro (1997, p. 142) afirma que “não se trata evidentemente de negar as limitações, sejam elas físicas, sensoriais, neurológicas ou mentais, mas trata-se de lidar com o indivíduo que se relaciona e expressa o movimento da sociedade em que vive”.

Nesta perspectiva entende-se que nós professores sinalizamos preocupações frente ao acesso do aluno com deficiência no contexto escolar quando este, pelas condições da dimensão primária da sua deficiência, indica necessidades específicas que atendam sua demanda, mas e quanto aos alunos com dificuldades de aprendizagem?

Tal questão passou a fazer parte do meu cotidiano quando aos poucos fui encontrando o caminho pedagógico a ser articulado por mim e pelos meus alunos com e sem deficiência, em parceria de minha assistente pedagógica e meu coletivo.

Em sala de aula, após debate sobre a necessidade e importância de realizarmos um trabalho pedagógico colaborativo, estabelecemos que a classe passaria a contar com o apoio de dois ajudantes do dia e esses se disponibilizariam para facilitar e qualificar o andamento das atividades. Esses ajudariam o colega com deficiência na merenda,

conduziriam sua cadeira de rodas pela escola, buscariam materiais pedagógicos que fossem necessários, entregariam as atividades aos colegas, de modo que juntos nos apoiássemos para que, individual e coletivamente, conseguíssemos realizar as demandas do nosso cotidiano escolar.

Buscando atuar na perspectiva da mediação pedagógica crítica e criadora, metodologicamente comecei a experienciar uma forma de trabalho com o objetivo de atender a diversidade de saberes da turma. Procurei analisar de forma crítica o problema educativo que se apresentava naquele contexto, uma vez que meus colegas de trabalho passaram a perguntar se eu acreditava ser possível um trabalho de qualidade em uma sala de aula onde havia um aluno com deficiência matriculado, pois segundo eles, nessa configuração o professor “inclui um para excluir os demais”.

Colaborando com essa reflexão, Marilda Facci⁹¹ (2004) nos pergunta se a escola é para poucos. A autora, então, respeitosamente colabora com a reflexão acerca do esvaziamento do papel do professor a partir da intenção das políticas neoliberais, política esta que desvia a atenção da sociedade sobre a função da escola, bem como minimiza a importância social do professor a partir da precarização da sua formação e das suas condições de trabalho.

Voltando ao relato dessa experiência educativa, não tenho a pretensão de apresentar “receita pronta” até porque não as tenho e também não acredito que um professor, autor do seu processo de mediação pedagógica, iria legitimá-la. Só apresento esse processo, pois no enfrentamento aos problemas educativos que se manifestaram diante da diversidade da minha sala de aula, entendo ser importante compartilhar o formato de um trabalho educativo que criou possibilidades de participação de todos, bem como apresentar a totalidade das relações estabelecidas entre a minha trajetória enquanto professora e a dos meus alunos, e entre estes e a ação educativa. Sendo assim, segue a descrição da organização didática que sustentava o processo educativo, quando diariamente passei a **antecipar os temas**; estabelecer parceria entre os alunos a partir do **trabalho colaborativo** em duplas, trios ou grupos; privilegiar o circuito das informações pela **dialogicidade no processo** de mediação pedagógica; e levando em conta os diferentes ritmos, saberes e possibilidades de participação, planejar e propor

⁹¹ Em seu livro, *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?*, a autora faz uma análise crítica acerca da teoria do professor reflexivo, demonstrando que essa corrente educacional apóia-se em concepções epistemológicas e pedagógicas que conduzem o ensino ao processo de secundarização.

atividades diversificadas a partir do mesmo eixo temático, realizando assim **adequação pedagógica** de modo que todos pudessem participar proativamente das aulas. Sobre os processos descritos, explica-se:

- **Eixo temático:** Na garantia do direito de acesso ao currículo, considerava ser necessário selecionar os conteúdos que seriam apresentados a todos.
- **Antecipação:** Entendia que informar aos alunos o conteúdo que seria debatido na aula seguinte, possibilitaria que mesmo aqueles que não conseguissem ler, percebessem a possibilidade de serem partícipes da aula, pois de antemão teriam conhecimento acerca do que seria discutido. Desta forma, todos os temas que seriam problematizados nas aulas eram antecipados. Exemplificando: quando íamos trabalhar com o conteúdo Ciclo da Água na Natureza, todos recebiam o texto e eram orientados a lerem em suas casas podendo estabelecer parcerias com os pais, irmãos ou podendo se encontrar com os colegas para realizarem tal leitura. Neste momento, eu cuidava para deixar claro que todos eram capazes de retornar para a próxima aula tendo uma ideia prévia do que seria discutido, mesmo aqueles que não soubessem ler ou que não encontrassem alguém que pudesse fazê-lo, já que eram incentivados a buscar informações realizando a leitura das imagens dos textos. Com este movimento comecei a perceber que o interesse e busca pela participação de todos se ampliava, sobretudo em se tratando dos alunos considerados com dificuldades de aprendizagem e da aluna que no processo fora diagnosticada com deficiência intelectual.
- **Parceria produtiva/ trabalho colaborativo:** Quando antecipava o tema, já comunicava que na aula seguinte em duplas, trios ou grupos, os envolvidos nos agrupamentos teriam que relatar aos colegas o que haviam compreendido do conteúdo. Eles deveriam dizer se o tema havia despertado interesse e o que concluíram após primeiro contato com as informações do mesmo. Neste momento da aula, todos, sem exceção, participavam. Se algum deles informava que não havia lido ou conseguido alguém para ler em casa, automaticamente era conduzido a sentar-se formando dupla produtiva com outro colega que conseguira ler, pois assim haveria possibilidade de compartilharem as informações iniciais sobre o tema. Os que não estavam alfabetizados buscavam participar relatando o que compreenderam, alguns com mais timidez se arriscavam a dizer que alguém da família havia lido ou que foram na casa de colegas para lerem juntos, assim como

havia aqueles que falavam o que entenderam a partir das imagens contidas no texto. Enfim, iniciávamos a desconstrução do paradigma da incapacidade e do desinteresse. Quem era alfabetizado e não havia lido o texto, era convidado a pensar na importância de assumir a responsabilidade enquanto leitor e também enquanto sujeito que poderia amparar o colega que ainda não estava conseguindo ler. A compreensão sobre a importância de estarem em atividade de estudo, o exercício de coletividade e a interlocução entre eles se ampliava.

- **Dialogicidade:** Na rotina, os alunos passaram a compreender que logo após o compartilhamento de ideias em duplas ou trios (que se dava por cerca de quinze minutos aproximadamente) nossos debates seriam embasados pelo portador textual a partir da mediação pedagógica. Neste momento da aula, debatíamos o sentido ou não do título, problematizávamos as informações fornecidas pelo autor, analisávamos o desenvolvimento do tema, pesquisávamos e conversávamos sobre outros portadores textuais que apresentavam o mesmo conteúdo, bem como seu formato. Ou seja, apresentávamos dialogicamente nossas certezas e incertezas diante do conhecimento problematizado coletivamente. De maneira simplificada, problematizávamos todas as informações do texto buscando atribuir sentido ao que fora lido e debatido coletivamente. Juntos, independente de estarem alfabetizados ou não, todos tinham acesso às informações do texto. Nesta relação dialógica eu tinha certeza de que todos usufruíam da escola a partir do acesso ao currículo e do direito a aprendizagem. Cada um a sua maneira avançava.
- **Atividades Diversificadas:** Neste momento da relação dialógica estabelecida com meus alunos, compreendia que, enquanto professora, não poderia realizar adaptação curricular predeterminando a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem debatidos por estes. Também não poderia facilitar as atividades para os que não estavam alfabetizados ou para os que tinham alguma deficiência prevendo a dificuldade que pudessem encontrar para realizá-las. Criticamente entendia ser necessário realizar a adequação pedagógica das atividades de modo que todos os alunos pudessem se sentir capazes de participar proativamente. Exemplificando: após o processo de problematização sobre o conteúdo "Ciclo da Água na Natureza", as atividades eram disponibilizadas aos alunos que depois de minha orientação optavam por realizar uma ou mais atividades, sendo que essas estavam adequadas pedagogicamente para atender as diferentes necessidades educativas dos mesmos.

Na busca por ajustar pedagogicamente as atividades de modo que todos se sentissem capazes de participar, seguem abaixo indicações de algumas adequações pedagógicas realizadas:

1. Com base no texto e nas discussões coletivas, os alunos podiam responder as questões propostas no livro didático ou propostas na lousa;
2. Coletivamente, realizávamos o levantamento de palavras-chave que eram registradas na lousa com letra de forma e com estas os alunos poderiam optar por colocá-las em ordem alfabética; realizar o exercício de consciência fonológica (dividir em sílabas analisando a sonoridade); destacar as mesmas no texto lido, ou optar por reconstruí-las com letras móveis;
3. Outra opção era a proposta de construção de frases em duplas a partir da lista construída coletivamente;
4. A partir do texto estudado, poderiam rastrear, contornar e buscar o significado das palavras no dicionário das palavras que davam sentido ao contexto do texto;
5. A representação do conhecimento incorporado também podia ser discutido e registrado através da narrativa do desenho;
6. Um trecho do texto problematizado poderia ser copiado e analisado quanto a aspectos que eram indicados para o grupo como: pontuação, paragrafação, coerência, coesão e ou estrutura textual;

Na relação que comecei a estabelecer frente à análise sobre os modos de aprender e de ensinar, passei a compreender o que Mantoan (2001) declara quando afirma que só o aluno é capaz de regular o seu processo de construção intelectual e desta maneira, as atividades eram oportunizadas com diferentes adequações pedagógicas, possibilitando que cada aluno optasse por uma ou mais, regulando assim sua condição de enfrentar os desafios propostos em cada uma delas. Desafio que oportunizava o sucesso, uma vez que todos eram capazes de realizar alguma das atividades disponibilizadas para o coletivo.

Nesse momento do relato acredito ser válido declarar que compreendo por mediação pedagógica crítica e criadora, o processo pelo qual o professor reconhece os problemas educativos que se apresentam a ele, assim como apresenta à sua coordenação pedagógica e aos colegas de trabalho suas dúvidas e inquietações frente aos modos de ensinar, buscando coletivamente superar tais problemas a partir da atividade de estudos e do compartilhamento de ideias. Nesse processo de análise crítica e criadora, o professor

considera seus níveis de saberes e também os de seus alunos, para que a partir do direito de aprendizagem, possa selecionar o conteúdo, focar e retroalimentar as experiências prévias do seu aluno, conduzindo-o a avançar, a partir de suas hipóteses iniciais, para que na continuidade do percurso educativo esse seja capaz de se apropriar do conhecimento sistematizado.

Portanto, além de avaliar que todos, sem exceção, éramos conduzidos a avançar nos nossos modos de ensinar e de aprender, eu os legitimava como partícipes e não apenas meros expectadores do processo, pois, frente a esta organização metodológica, os alunos passam a compreender que todos éramos capazes de participar e os desafios propostos em qualquer uma das atividades traziam a perspectiva de sucesso pedagógico. Passamos a constatar que não havia quem não pudesse aprender, pois segundo Patto:

[...] ao fechar o foco numa criança e numa família descontextualizadas social, política e institucionalmente, realiza-se uma manobra eficientíssima que despolitiza o cotidiano e justifica as desigualdades produzidas pela estrutura social de classes, ao transformá-las em desigualdades pessoais de aptidão para aprender (PATTO, 2005, p. 170)

E se tal processo de mediação pedagógica crítica e criadora proporcionou para os alunos sucesso na forma de aprender, para mim proporcionou qualificação no modo de ensinar. Essa experiência educativa revelou para todos nós, que inclusão nada mais é do que a busca pela compreensão de nossas possibilidades de atuação no compartilhamento de ideias a partir do exercício coletivo.

CONCLUSÃO

Este relato de experiência não se detém nos desafios advindos das demandas educacionais dos alunos com deficiência.

Na contramão do discurso inclusivo pautado na deficiência dos sujeitos, procuro ressaltar neste texto nossa capacidade de enfrentamento dos desafios que se apresentam a nós, professores, frente à diversidade de ritmos e modos de aprendizagem. Portanto, a escola inclusiva que defendo, refere-se à escola onde o ensino regular é oferecido a todos indistintamente, sendo importante enfatizar que analisando a terminologia de “necessidades educacionais especiais” nota-se uma evolução histórica, visto que

anteriormente esse conceito se limitava ao âmbito das deficiências. Prieto colabora com esta reflexão declarando que:

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um 'novo paradigma', que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (PRIETO, 2006, p. 40)

Portanto, a discussão em torno da "educação inclusiva" ganhou corpo e intensificou-se na medida em que, por força da lei, os sistemas de ensino começaram a matricular em suas redes alunos com deficiência. No entanto, a intenção de meu relato, não é enfatizar as demandas dos alunos com deficiência, mas sim a inclusão de todos os alunos, visto o seu direito a aprendizagem.

Colaborando com essa reflexão, Mantoan (2001, p.59) afirma que a "abertura das escolas às diferenças, depende da educação fundamental estar centrada na criança, ou melhor, na aprendizagem, que torna imprescindível uma abordagem evolutiva e progressista do processo de ensino" e dessa forma, o processo de inclusão educacional de todos os alunos, requer dos profissionais da educação um olhar investigativo e apurado para as diferentes formas de ensinar e de aprender, pautados na garantia dos direitos delineados pelo tripé da educação, sendo eles: acesso, qualidade e permanência.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, M. E. M. **A educação como mediação na teoria histórico-cultural: compromisso ético e político no processo de emancipação humana.** Revista psicologia política. vol. 10, nº 20, Jul./Dez, p. 293 – 296. 2010.

CARNEIRO. S. C. A integração de alunos considerados especiais nas redes públicas de ensino. Um olhar Vygotskiano. **Para além do fracasso escolar.** ABRAMOWICZ, A; (org) MOLL, J. Campinas, SP: Papirus, 1997

FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?: um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotiskiana.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** São Paulo: Centauro, 2001.

MANTOAN, Maria T. Eglér (Org.). **Pensando e fazendo educação de qualidade.** Por uma escola (de qualidade) para todos. São Paulo: Moderna, 2001.

PATTO, M. H. S. **Exercícios de indignação.** Escritos de educação e psicologia. 1º ed. São Paulo, Casa do psicólogo, 2005.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. ARANTES, V. A.(org) **Inclusão Escolar. Pontos e Contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006, p.31-73

SOUZA, M.P.R. **Problemas na aprendizagem ou problemas na escolarização?,** 1997. Disponível em: <[http:// www.abrapee.psc.br/artigo5.htm](http://www.abrapee.psc.br/artigo5.htm)>. Acessado em 05 de Dezembro de 2012.

AUTISMO: INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS GARATUJAS À ESCRITA ALFABÉTICA

Aline Azevedo Santos, do curso de Pedagogia da Faculdade de Santo André;
alineas17@gmail.com*

Resumo: Sou aluna do curso de pedagogia da Faculdade de Santo André (Uniesp). Estou no oitavo e último semestre do curso de licenciatura.

Há exato um ano e dois meses comecei a trabalhar em uma escola da rede pública municipal de Santo André com uma atuação bem específica, auxiliar crianças com necessidades educacionais especiais (NEE).

Confesso que ao estudar e me debruçar sobre as diversas leis que contemplam a temática da inclusão educacional na faculdade, em debates, seminários, análise de casos promovidos em sala, o assunto se apresentava menos complexo do que de fato é no dia a dia escolar.

Os desafios são enormes, a temática é relativamente nova e nos desloca a todos da educação do nosso lugar de comodismo

Ao chegar na escola fui encaminhada a auxiliar um aluno com transtorno do espectro autista (TEA) moderado.

Abordarei neste relato de experiência desde as impressões iniciais do trabalho que era pra mim desafiador levando em conta a minha falta de experiência prática, passando pelas técnicas e materiais de trabalho, parceria com a professora regular, pais, o papel da escola e das políticas públicas atuantes em Santo André no processo de inclusão educacional. Levarei em conta as leis que estão em vigor nesta área, e são muitas. Portanto apenas abordarei de maneira sucinta os principais dispositivos legais que embasam o trabalho de inclusão educacional no sistema público escolar.

Considerando este conjunto de ações concluirei o trabalho expondo os resultados obtidos até o presente momento, levando em conta as dificuldades, peculiaridades, avanços e conquista de metas nesta longa caminhada rica de experiências.

Palavras- chave: Inclusão Educacional, Necessidades Educacionais Especiais, TEA

Abstract: I am a student of the pedagogy course of the Faculty of Santo André (Uniesp). I am in the eighth and final semester of the degree course.

Exactly a year and two months ago I started working in a school in the municipal public network of Santo André with a very specific role, to help children with special educational needs (SEN).

I confess that when I studied and studied the various laws that deal with the subject of educational inclusion in college, in debates, seminars, and case analysis promoted in the classroom, the subject was less complex than it is in the daily school life.

The challenges are huge, the theme is relatively new and it moves us all from the education of our place of self-indulgence

Upon arriving at the school I was directed to assist a student with moderate autistic spectrum disorder (ASD).

I will address this experience from the initial impressions of the work that was challenging to me, taking into account my lack of practical experience, through the techniques and materials of work, partnership with the regular teacher, parents, the role of the school and public policies in the process of educational inclusion. I will take into account the laws that are in force in this area, and there are many. Therefore, I will only briefly discuss the main legal mechanisms that underpin the work of educational inclusion in the public school system.

Considering this set of actions, I will conclude the work exposing the results obtained up to the present moment, taking into account the difficulties, peculiarities, advances and achievement of goals in this long and rich journey of experiences.

Keywords: Educational Inclusion, Special Educational Needs, TEA

INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado neste artigo é carregado de polêmicas e ainda enfrenta um dilema ético no campo de que as crianças com NEE devam ou não serem matriculadas em escolas regulares, processo que atravança a efetividade do trabalho prático dentro do ambiente escolar.

É muito comum ouvirmos entre colegas professores e gestores questionamentos quanto a presença destes alunos em escolas comuns, confirmando assim o que disse antes. Sabemos é claro que a despeito desta discussão este ponto já é algo já dado por legislação,

a saber a Constituição de 1988 em seu artigo 208 principalmente, no ECA de 1990, artigo 55, LDBEN de 1996, artigos 58, 59, LBI de 2015, artigo 28, e outras tantas leis complementares.

Diante deste cenário dividido e conturbado assumi a função de, apenas com a experiência teórica, auxiliar na alfabetização de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculado no primeiro ano do ensino fundamental.

Assisti diversas palestras sobre o tema principalmente na internet, li muitos documentos, me informei de maneira autônoma o máximo que pude, porém quando me deparei com Fabrício (nome fictício que darei ao aluno a partir daqui), descobri que aquilo que mais ouvi nos vídeos e que tanto temia era real, o TEA é um transtorno com grandes possibilidades de variação em suas características. Embora haja coisas em comum entre os portadores, suas características são difusas, exigindo então daquele que lida com o autista (nome comum para classificar os portadores de TEA) uma capacidade plástica de adaptação, observação e reflexão.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Ao chegar à escola precisei de algumas semanas para entender como atuaria junto ao aluno e em parceria com a professora regular. Esse período perdurou mais do que eu imaginava, pois, o autismo como já descrevi anteriormente, apresenta quadros difusos de comportamento, de potencialidades e até mesmo de limitações. É preciso garimpar informações, observar atentamente para entender o funcionamento do indivíduo com TEA.

Quando comecei o trabalho Fabrício não escrevia absolutamente nada, apenas garatujas e seu tempo de concentração era bem reduzido, por volta de 10 minutos no máximo. Mas apresentava boa comunicação, o que não é muito comum para a síndrome. Não olhava em meus olhos, só falava em terceira pessoa e resistia fortemente em se manter sentado por 30 minutos ao menos. Demorou por volta de 4 meses para que Fabrício confiasse em mim e respeitasse as minhas orientações. Estabelecido o vínculo afetivo foi muito mais fácil introduzir as intervenções pedagógicas necessários para o avanço do aluno.

Os materiais presentes na escola não eram tão abundantes, portanto o material utilizado nesta fase foi confeccionado por mim, exceto o plano inclinado e o caderno com pauta diferenciada, ambos fornecidos pela prefeitura.

Este material confeccionado foi baseado nas especificidades de Fabrício, porém é bem possível de ser utilizado com uma grande parcela de autistas, porque como toda

síndrome, há características comuns entre seus portadores, a saber, dificuldade de abstração, continuidade e localização espacial.

No ensino de matemática os grandes aliados na aprendizagem foram os palitos de sorvete pintados em três cores diferentes que auxiliaram efetivamente na apreensão de soma e subtração. As tampas de garrafa também faziam papel semelhante ao dos palitos.

Para alfabetização em língua portuguesa foi usada as sílabas móveis e tiras de cartolina com as famílias silábicas, todas como material de consulta para Fabrício. Sempre ficavam a disposição dele para as composições de palavras e causavam nele grandes momentos de reflexão quanto a escrita. A cada palavra que ia escrever procurava a sílaba dentro da família silábica e assim ia empreendendo suas primeiras descobertas mesmo que muito simples, mas sempre avançando e aumentando seu repertório.

Fabrício demonstra ainda atrasos fonoaudiológicos muito comuns ao transtorno, por isso algumas palavras são mais difíceis de serem apreendidas, mas aos poucos vamos introduzindo-as no contexto do aluno.

Quanto à parceria com a professora, a avalio como positiva.

No início foi complexo, pois ainda não sabíamos como desenvolver uma parceria eficiente. Precisávamos nos conhecer, entender os mecanismos de trabalho uma da outra, e, sobretudo traçar caminhos e metas para o desenvolvimento do aluno.

Confesso que este processo não aconteceu como previa, por exemplo, através de reunião de planejamento e verificação constante do trabalho. O processo se deu mais no dia a dia através de ajustes necessários e latentes que batiam a nossa porta todo o tempo. Fomos nos adaptando e reajustando em conversas informais, mas não desimportantes. Decidimos por metas de curto prazo, pois não sabíamos como Fabrício reagiria mediante as intervenções que iríamos propor a ele.

A professora optou em não fazer atividades com conteúdo diferenciado, ou seja, ele desenvolvia a mesma temática da sala, claro com alguns diferenciais como o tamanho físico da atividade (ele precisava de atividades maiores por conta da dificuldade motora e falta de organização espacial), tempo de duração maior para a realização da mesma. Estes eram os dois principais aspectos que diferenciavam as atividades do Fabrício.

A escola nos auxiliava no papel da atendente pedagógica que é quem, no âmbito da gestão escolar, trabalha mais diretamente com assuntos pedagógicos. Sempre se mostrou solícita e disposta a esclarecer dúvidas que ocorressem no decorrer do processo.

Em relação a parceria com os pais, pude observar o quanto é essencial para o desenvolvimento destes alunos, aliás, de qualquer aluno seja ele com NEE ou não. Posso

dizer que esta parceria é uma das chaves para o sucesso de qualquer educando, principalmente dos alunos com algum tipo de deficiência.

No caso do Fabrício, a parceria foi extremamente positiva. Na pessoa da sua mãe, ele é muito bem assistido, ela é participativa e conhecedora dos dispositivos públicos que favorecem para a qualidade de vida de seu filho. É colaboradora no processo de aprendizagem e sempre traz informações preciosas que facilitam em muito o nosso trabalho em sala de aula. Esse trabalho de diálogo entre o professor, o auxiliar e a família é essencial para o avanço efetivo do aluno. O trabalho será feito independente de isso ocorrer, mas o fato é que ele será muito mais bem sucedido se essa parceria for bem afinada.

No campo das políticas públicas vou me deter ao que está em vigor na prefeitura de Santo André, por ser meu local de atuação.

Logo que fui contratada como estagiária em pedagogia para auxiliar crianças com NEE meu primeiro contato foi com o CADE, Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional, um serviço da secretaria da educação, ligado ao departamento de educação infantil e fundamental.

Realiza assessoria pedagógica para favorecer a inclusão de alunos com deficiência matriculados nas salas de ensino regular das escolas municipais de Santo André, nas modalidades de ensino infantil, fundamental e educação de jovens e adultos (EJA). Composto por 30 professores de educação inclusiva (PAEI's), o CADE é responsável pela articulação na escola regular de tudo o que diz respeito ao aluno com deficiência: formação de professores e estagiários, assessoria técnica do planejamento de cada professor, articulação com famílias e equipes de saúde desses alunos e assessoria para eliminação de barreiras que a escola possa apresentar e que dificultem o acesso e permanência de alunos com deficiência e transtornos funcionais específicos na rede municipal de Santo André.

O CADE também é responsável pelas salas de recursos espalhadas em algumas unidades da rede que assistem em contra turno os alunos com deficiência, a fim de trabalhar mais especificamente as potencialidades e dificuldades de cada um. Também se articula com o CAEM (Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar), que atende crianças que precisam além de intervenção pedagógica, a clínica.

Bom, este é o principal aparelho público atuante em Santo André relacionado aos alunos com deficiência.

É o CADE que prepara e convoca nós estagiários para formação mensal quanto ao nosso campo de atuação. São as PAEI's que nos auxiliam no cotidiano escolar, pois estão presentes de uma a duas vezes por semana na unidade escolar com o intuito de

supervisionar e auxiliar o nosso trabalho. Esporadicamente recebemos visitas de fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas também ligados ao CADE para suprir uma necessidade pontual com um ou outro aluno que necessite desse suporte na própria unidade de ensino.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao longo desta caminhada de um ano e dois meses algumas surpresas, frustrações, mas, sobretudo, muito aprendizado.

Pude experimentar na prática que é possível que um aluno com deficiência possa se desenvolver com êxito, claro, respeitando suas peculiaridades, dentro do ensino regular.

No caso do Fabrício, ele usufrui praticamente de todos os aparelhos públicos disponíveis para o seu desenvolvimento. Ele é assistido pelo CADE através do CAEM, pois é um aluno que faz acompanhamento clínico inclusive com intervenção medicamentosa, participa no contra turno da sala de recursos, é acompanhado em sala de aula por estagiário devidamente treinado para atendê-lo em suas dificuldades, o que resultou em um aluno alfabético no final do segundo ano. Portanto reitero o que disse, é possível que um aluno com NEE seja incluso no sistema regular, desde que estes aspectos acima sejam efetivos para com o mesmo.

As parcerias família, escola e poder público tornam-se essências neste processo, condição quase imperativa para que o projeto de Inclusão Educacional avance.

Quanto à polêmica ética de alunos com NEE estarem ou não inseridos em sala regular, citada por mim no início do artigo, embora ela exista, é necessário que seja superada para que possa haver uma entrega mais completa de todos envolvidos neste processo.

Não podemos mais perder tempo com discussões prolixas e ultrapassadas, afinal as leis asseguram que estes alunos devem ser preferencialmente matriculados na escola regular, a despeito do que “achamos” ou não. Portanto é necessário se envolver neste projeto para o bem da criança com deficiência.

Em relação à prática pedagógica, minha experiência foi surpreendente. Pude constatar que ao preparar aulas, técnicas, materiais específicos para trabalhar com Fabrício, muitos alunos considerados comuns acabaram por serem beneficiados indiretamente por estas práticas. O que me fez pensar sobre o que é de fato a inclusão já que tantos alunos que não tem NEE, precisariam sim daqueles materiais específicos para aprenderem com maior qualidade e rapidez. Ficavam radiantes ao fazerem descobertas que há tempos tentavam sem êxito.

Uma lição ficou gravada em mim, todo aluno com ou sem o paradigma da deficiência tem potencialidades e limitações, e devem ser assistidos dentro das suas diferenças pra que estas não se tornem desigualdades.

Se olharmos assim para todo aluno estaremos caminhando para o dia em que não só os portadores de deficiência terão direito a inclusão educacional, mas teremos isso estendido para todo aluno que freqüenta salas de aula espalhadas em nosso país.

Gostaria de encerrar este relato com uma breve citação que corrobora para explicitar este pensamento: "Somos diferentes, mas não queremos ser transformados em desiguais. As nossas vidas só precisam ser acrescidas de recursos especiais." (VOZES DA CONSCIÊNCIA. Companhia de teatro, BH).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. LBI (2015). Lei Brasileira de Inclusão. Brasília. DF, Senado, 2015.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. 2013. Santo André. Disponível em: <http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/acoes-e-programas-seduc/31-secretarias/educacao/220-educacao-inclusiva-de-santo-andre>. Acesso em 15 ago. 2017.

A MULTIDISCIPLINARIDADE COMO FUNDAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM REGIME DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: OS ITINERÁRIOS DE FORMAÇÃO E A PEDAGOGIA DA ESCOLHA

Mateus Moisés Gonçalves Pereira (SENAC-SP); mateus.mpereira@sp.senac.br

Resumo: Tendo em vista o *paradigma da complexidade* (Edgar Morin) e a *razão sensível* (Michel Maffesoli) como fundamentos da educação contemporânea, este artigo se dedica a apresentar e discutir a multidisciplinaridade na educação profissional de jovens em regime de privação de liberdade, notadamente nos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo SENAC-SP aos internos da Fundação CASA, no Estado de São Paulo. Admite-se e investe-se na sedução pedagógica como possibilidade de resgate do interesse e da identidade dos educandos. Propõe um diálogo entre a cultura periférica, o mundo do trabalho, o conhecimento historicamente constituído, a tecnologia, a inovação; um diálogo intercultural valorizando a diversidade, a atitude colaborativa e a visão crítica. Os itinerários de formação manifestam uma educação eclética, diversa e integrada, aberta às diferentes formas de conhecimento. A *pedagogia da escolha* (Rogério de Almeida) sustenta o processo formativo como amor ao próprio destino, resgatando o interesse no conhecimento e a potência de constituição identitária. Valorizam-se, como proposta de subjetivação, os diferentes modos de existir, a partir de uma perspectiva trágica (Clément Rosset), de afirmação da vida. O artigo constrói uma possibilidade de fundamentação educativa multidisciplinar para a qualificação profissional de jovens infratores. Como conclusão apresenta-se a necessidade de um conhecimento integrado, colaborativo e criativo na construção deste processo de formação profissional e social, à guisa de um pensamento complexo que supere a suposta neutralidade e a especialização estrita dos saberes. Assim, a conquista do empoderamento individual e coletivo dos jovens em regime de privação de liberdade pode se pautar pelo respeito à diversidade e por uma educação inclusiva.

Palavras-chave: jovens infratores, qualificação profissional, multidisciplinaridade, itinerários de formação, pedagogia da escolha.

Abstract: Considering the *complexity paradigm* (Edgar Morin) and *sensitive reason* (Michel Maffesoli) as foundations of contemporary education, this article presents and discusses a multidisciplinary in the professional education of young people under deprivation of liberty – notably in the courses of professional qualification offered by SENAC-SP to Fundação CASA, in the State of São Paulo. It is accepted and invested in pedagogical seduction as a possibility to rescue the interest and identity of students. It proposes a dialogue between a peripheral culture, the world of work, historically constituted knowledge, a technology, an innovation; an intercultural dialogue highlighting diversity, collaborative attitude and critical vision. The itineraries of formation manifest an eclectic education, diverse and integrated, opened to different forms of knowledge. A *pedagogy of choice* (Rogério de Almeida) sustains the formative process as love for one's destiny, rescuing the interest without knowledge and a power of identity constitution. As a proposal of subjectivation, the different ways of existing, from a tragic perspective (Clément Rosset), of the affirmation of life are valued. The article builds a possibility of multidisciplinary educational foundation for the professional qualification of young offenders. As conclusion, the need for an integrated, collaborative and creative knowledge in the construction of the professional and social formation process is presented, as a complex thinking that surpasses the supposed neutrality and the strict specialization of the knowledge. Thus, an achievement of the individual and collective empowerment of young people on deprivation of liberty can be based on respect for diversity and an inclusive education.

Keywords: young offenders, professional qualification, multidisciplinary, formation itineraries, pedagogy of choice.

INTRODUÇÃO

A educação sob o olhar utilitarista cede à tentação da busca por um método adequado, replicável a todos os campos de conhecimento e a todos os sujeitos. Retomando o cerne da didática, entendemos que a educação se realiza como técnica, arte e ciência. A experiência pedagógica presume uma relação de encontro com a alteridade. O acontecimento da aula põe professores – aqueles que professam – e alunos – aqueles que buscam alimento – em sinergia face os saberes. Nesse caso, a linguagem é o elemento fundamental do processo formativo. As palavras (re)formulam, difundem e dão colorido ao conhecimento, no contexto da sedução pedagógica. Este notável *saber erótico* (MAFFESOLI, 1998) é fundamental para uma educação radicada na escolha, nos itinerários de formação. Portanto, o ato educativo requer uma abordagem cultural: explorar a

ancoragem sócio histórica dos saberes, o contexto sociocultural dos educandos, estabelecer a sala de aula como espaço de invenção e criatividade.

Ao tratarmos da qualificação profissional de jovens em conflito com a lei nos deparamos com um tema complexo. O recorte aqui adotado, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em unidades de internação, requer abordagem multidisciplinar, sob a regulamentação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o SINASE (BRASIL, 2012). Entendemos que a ação socioeducativa deve se dar em uma perspectiva garantista, ou seja, buscando a efetivação de direitos dos quais esses jovens são privados antes de cometer um Ato Infracional. A garantia de direitos atravessa a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), e, no âmbito da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). É importante, portanto, a indissociabilidade dos direitos. Ou seja, é a efetivação dos direitos à educação, saúde, cultura, lazer, trabalho em conjunto que possibilita a ruptura com o ciclo de exclusão social.

Os adolescentes em regime de privação de liberdade somam 24.628 jovens, entre os quais 9.905 encontram-se cumprindo medidas socioeducativas no Estado de São Paulo (BRASIL, 2017). A grande maioria das infrações cometidas por esses jovens compreende roubo, furto e tráfico de drogas. O encarceramento corresponde, sobretudo, à juventude negra, pobre e periférica. Tais jovens pertencem a recortes culturais marcados pela ausência ou inoperância de direitos fundamentais, notadamente a educação de qualidade e o trabalho formal. A população da Fundação CASA é composta por quantidade expressiva de jovens em defasagem entre série escolar e idade provocada, sobretudo, pela repetência ou evasão/abandono das escolas de origem. O retorno à sociedade e à escola após o cumprimento da medida são marcados pelo sentimento de impotência e desinteresse do adolescente em sua própria formação e pelo preconceito da sociedade e das próprias instituições de ensino que os recebem.

Nesse caso, o desafio de inclusão social e profissional desses jovens no mundo do trabalho é a questão a ser observada e problematizada para que se possa ampliar o sucesso das medidas de internação. As atividades educacionais dos jovens internados preveem a educação formal, educação profissional, atividades culturais e esportivas. Em relação à educação profissional, os sistemas de internação estabelecem parcerias com instituições privadas tal como aquelas do Sistema S (SENAI, SENAC, SESI). No cenário paulista, a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo do Adolescente (Fundação CASA) estabeleceu há cerca de um ano uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial (SENAC-SP) para a oferta de cursos de qualificação profissional nas suas 150 unidades de internação (ibidem, 2017).

O portfólio de cursos tem ênfase nas áreas de gastronomia, informática e administração. São cursos tais como Preparo de Pizza, Lanches e Sucos, Básico em Microsoft Word, Básico em Microsoft Excel, Introdução à Logística de Transportes, Rotinas Básicas de Marketing, Desenvolvimento Socioambiental e Técnicas e Práticas de Recreação e Contação de Histórias. Os cursos oferecidos são desdobramento das áreas de concentração do SENAC: Desenvolvimento Social, Gestão e Negócios, Gastronomia, Eventos e Lazer, Tecnologia da Informação, Moda e Meio Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho. Durante o contrato de parceria de um ano, são desenvolvidos quatro ciclos de formação profissional, cada qual realizado no período aproximado de dois meses e meio. Cada curso possui cinquenta horas de carga horária distribuídas em vinte aulas de duas horas e trinta minutos cada. Todos os cursos se dividem em Módulo Comum (primeiras cinco aulas) e Módulo Específico (quinze aulas). O Módulo Comum compreende a apresentação ao mundo do trabalho e a qualificação social. Já o Módulo Específico prevê o desenvolvimento do conhecimento específico referente a cada área de formação profissional.

Nosso objetivo, neste artigo, é discutir os fundamentos da educação profissional de jovens em regimes de privação de liberdade tendo como referência o caráter multidisciplinar dos itinerários de formação e da pedagogia da escolha, tal como formulados por Rogério de Almeida (2015). Assim, formulamos respostas que possam fundamentar as práticas formativas no referido contexto à guisa de atrelar constituição pessoal e profissional na materialização da potência de vida e da expressão da multiplicidade dos modos de existir.

ITINERÁRIOS DE FORMAÇÃO E PEDAGOGIA DA ESCOLHA

Os itinerários de formação e a pedagogia da escolha, tal como vem formulando Rogério de Almeida (2015), se inscrevem na educação como problema de antropologia filosófica. Concebe-se o processo formativo como experiência mobilizadora de uma ideia de homem. O discurso educacional, os projetos pedagógicos, as políticas públicas, as práticas de sala de aula são marcadas por uma ideia se sujeito a ser formado. Nesse caso, não há como dissociar a atividade docente de seus fundamentos. Por que e para que educar? Quem são os sujeitos da educação e qual é sua cultura? Qual é a ancoragem social e histórica dos conhecimentos trabalhados em sala de aula? Ou seja, não há como isolar metodologicamente a educação. A formação humana não é questão de aplicação de um ou

mais métodos, mas a compreensão de ser humano que se tem e que se espera formar. Como sugere Maciel de Barros (2011, p. 61): “se há alguma possibilidade de se aproximar *metodologias de educação*, não há como fazer isso sem aproximar a ideia de ensino da ideia de formação humana, de um lado e, de outro, elidindo, nas bases, uma discussão sobre o homem e suas circunstâncias [...]”.

A ideia de ser humano dos jovens internos da Fundação CASA deve partir, nesse caso, de uma perspectiva garantista amparada nos direitos humanos. O princípio formativo parte da ideia de que são jovens excluídos da efetivação de vários direitos. Complementa-se com a finalidade formativa de fomentar o empoderamento e a potência desses jovens enquanto produtores de sua própria história. Investe-se na visão crítica de sua origem social e contexto cultural e também nas possibilidades de transposição de obstáculos mediante o desenvolvimento da identidade social, a apreensão dos mecanismos do mundo do trabalho, as alternativas de construção e apresentação de si para o trabalho e o fomento do protagonismo juvenil. Nesse caso, os fundamentos da educação profissional se articulam dialogicamente entre o aspecto individual e o coletivo daquela juventude. O jovem como partícipe de um grupo social historicamente excluído, mas como indivíduo capaz de projetar-se como potência diante do mundo.

O corte epistemológico dos fundamentos da educação favorece a abordagem multidisciplinar do conhecimento, a emergência da cultura como elemento formativo e a perspectiva de formação integral: “[...] a filosofia da educação constitui-se como antropologia filosófica, como tentativa de integração dos conteúdos das ciências humanas, na busca de uma visão integrada do homem” (SEVERINO, 1990, p. 20). Pensar uma formação integral, em nosso caso, implica tirar a formação profissional do isolamento nos saberes técnicos e projetá-la para a dimensão ampla de educação pela cultura ou nos itinerários de formação. O percurso formativo do sujeito é marcado de rupturas, fragmentos, vivências, experiências profissionais, sociais, afetivas que permitem o contato com diversos produtos culturais, sejam inovações tecnológicas, sejam obras cinematográficas, redes sociais, planos político-econômicos, etc. Na perspectiva de Rogério de Almeida

Os itinerários de formação atestam, em primeiro lugar, que a educação não se dá unicamente na escola, mas também fora de seus muros e portões, longe das carteiras e da lousa. Em segundo lugar, não se dá de maneira única, por meio da definição prévia de conteúdos e métodos, mas de forma plural, aberta, mobilizando

toda a atenção e energia e modificando a compreensão que se tem de si e do mundo. Em terceiro lugar, os itinerários, como o próprio nome sugere, pressupõe a educação como uma relação dinâmica, processual, feita de avanços e retrocessos, de dúvidas e retomadas, de conhecimentos que se revisitam. Finalmente, os itinerários de formação são percorridos ao longo de toda vida, pois é vivendo que nos educamos, que fazemos escolhas, que temos de afrontar os desafios que cada momento nos impõe (FERREIRA-SANTOS; ALMEIDA, 2011, p. 144-145).

Resgatar os aspectos culturais do mundo do trabalho, fundamentar o pensamento crítico mediante as experiências de vida dos jovens em regimes de privação de liberdade permite-nos explorar o caráter humanista da educação, de maneira que se possa apresentar técnicas e atividades laborais acompanhadas de sua devida ancoragem social, cultural e histórica. A própria discussão sobre os papéis das atividades profissionais na sociedade amplia a compreensão de sua profissionalidade retomando, em alguma medida, o caráter artesanal do trabalho. O sujeito se projeta na realização laboral pois compreende o seu fazer. No limite, enfatizar aspectos culturais na educação profissional implica reabilitar a sensibilidade no fazer humano.

Michel Maffesoli (1998) formula a razão sensível: retomar a sensibilidade e o prazer como formas de conhecimento, recobrar o desejo como caminho ao saber, reinserir a intuição, a metáfora, a vivência, a experiência e o senso comum no processo de aquisição do conhecimento, enfim, religar a sensibilidade e a razão. Nestes termos, o percurso formativo seria o “[...] exercício constante da configuração do campo perceptivo, com o refinamento de todos os sentidos e sua reversibilidade para a transfiguração de uma determinada estrutura de ser, através da experimentação, da dialogia e da escuta atenta” (FERREIRA-SANTOS, 2010, p. 77). Os itinerários de formação, na *educação de sensibilidade*, são a criação de si, o *torna-te quem tu és* de Píndaro. Rogério de Almeida (2013) fundamenta os itinerários de formação na filosofia trágica:

[...] a educação no registro trágico – que equivale filosoficamente a pedagogia da escolha, aprendizagem de desaprender ou itinerário de formação – resume-se a dois principais objetivos: 1) pôr em evidência o real (sua condição trágica, insignificante, o acaso da existência), isto é, fazê-lo falar, dar expressividade poética,

filosófica, tautológica, literária, simbólica, imaginária, estética etc.; e 2) gozar a alegria da aprovação incondicional do real, ou seja, celebrar a existência inclusive em seus aspectos mais dolorosos, desagradáveis e indigestos, não porque haja algum tipo de prazer na dor, mas pela condição mesma de uma aprovação incondicional, que consiste em, ao afirmar a vida, afirmá-la integralmente (ALMEIDA, 2013, p. 1013).

Portanto, a pedagogia da escolha fundamenta-se no pensamento de Clément Rosset (2010): o *nada*, o *acaso* e a *convenção* são os princípios da existência. O aspecto trágico da vida se inscreve na impossibilidade de controle absoluto do real. O poder e a potência da educação seriam a possibilidade de dar voz à experiência trágica de cada um na perspectiva da autocriação do sujeito. A *lógica do pior* (ROSSET, 1989) sugere a *aprovação incondicional* da vida, mesmo diante do pior dos mundos. Nessa direção, aos jovens em privação de liberdade é cara a fermentação de sua potência de autocriação presente, não condicionando a vida à liberdade vindoura nem à perspectiva fatalista das oportunidades sociais, mas valorizando a experiência de aprendizado presente revestida da intensidade de um alegre saber (MAFFESOLI, 1998). É o sujeito da educação que cria seus próprios valores tornando-se livre em sua criatividade, em sua autonomia e em seu empoderamento social e profissional à revelia da esperada extinção judicial da medida socioeducativa e do caráter punitivo e moralizante das unidades de internação. A pedagogia da escolha (ALMEIDA, 2015) pensa a existência como aprovação da vida, como *amor fati*: “minha fórmula para a grandeza no homem é **amor fati**: nada querer diferente, seja para trás, seja para frente, seja em toda a eternidade. Não apenas suportar o necessário, menos ainda ocultá-lo (...) mas amá-lo...” (NIETZSCHE, 1995, p. 9, grifo nosso). Amar e fazer o próprio destino. O eterno retorno do mesmo. Viver a vida de forma tão autêntica e intensa que se possa hipoteticamente querer vive-la da mesma forma infinitas vezes:

[...] o ideal do homem mais exuberante, mais vivo, mais otimista do mundo que não aprendeu apenas a resignar-se e a reconciliar-se com aquilo que foi e o que é, mas que o quer outra vez e para sempre *tal como foi e como é*, gritando sem cessar *da capo* não somente para si, mas para a peça inteira, para todo o espetáculo, e não apenas para um espetáculo, mas, fundamentalmente, para aquele que necessita exatamente desse espetáculo e o torna

necessário, porque sempre de novo precisa de si mesmo, e o faz necessário [...] (NIETZSCHE, 2005, p. 81).

Os itinerários de formação e a pedagogia da escolha nos fundamentos da educação profissional de jovens em privação de liberdade possibilita a valorização dos saberes e da vivência desses jovens como potência em sua qualificação social e profissional. Entende-se que todas as experiências de vida do jovem devem concorrer para a construção de seu projeto de vida. Nessa direção, a educação profissional deve se realizar de modo multidisciplinar procurando pontes com a educação formal e com as atividades culturais e de lazer oferecidas nas unidades de internação. A valorização da escolha deve se afastar do aspecto moralizador do que é socialmente aceito ou condenável com caráter deontológico, mas ser direcionada para a percepção crítica do que é bom e ruim para si próprio e para as pessoas ao seu redor, convite a um desejo de inserção e intervenção críticas e não destrutivas na sociedade.

A FUNDAMENTAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DA EDUCAÇÃO E A ABORDAGEM CULTURAL DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Admitir a multidisciplinaridade como fundamento educacional possibilita pensar a educação como processo cultural e a experiência pedagógica como relação de encontro. Ademais, entende-se que a vida é indivisível em disciplinas: o mundo, a realidade, a sociedade, a atividade profissional requer uma abordagem complexa. Assim, a multidisciplinaridade ressalta o caráter humanista da educação e a importância da cultura nos processos formativos. Mais vale uma cabeça bem feita do que uma cabeça bem cheia. Deve-se fugir de perspectivas educacionais conteudistas sem esvaziar o sentido da educação.

Nesse caso, a razão complexa de Edgar Morin (2010) permite-nos pensar na reforma da educação em sinergia com a reforma do pensamento. A complexidade de Morin implica ligar as partes com o todo, conceber o conhecimento holisticamente, romper com a linearidade entre causa e efeito, admitir a recursividade (a causa age no efeito e o efeito age na causa). A ética de Morin concebe os seres humanos como auto-ecoorganizadores, permite a dialogia dos contrários e, finalmente, concebe o conhecimento como construção social e cultural. O paradigma da complexidade rechaça a neutralidade e a especialização ascética do conhecimento. Para Morin, “enquanto o expert perde a aptidão de conceber o global e o fundamental, o cidadão perde o direito ao conhecimento” (MORIN, 2010, p. 19).

O isolamento dos saberes, seja das humanidades ou das ciências cognitivas/tecnológicas, não corresponde a complexidade dos fenômenos humanos tal como se apresentam no mundo contemporâneo. Para nós é necessário superar a dicotomia entre aprendizagem técnica e cultura geral. Em primeiro lugar, descarta-se a neutralidade do conhecimento e da experiência educativa: a partir da visão crítica, admite-se e fomenta-se o respeito à diversidade humana e realiza-se uma educação inclusiva. Em segundo lugar, coloca-se em diálogo saberes técnicos e humanísticos rompendo com a isolamento da especialização por si. Finalmente, procura-se romper com o ciclo de exclusão a partir da atitude colaborativa, possibilitando o empoderamento coletivo e individual frente às vivências para qualificação social e profissional.

A possibilidade de empoderamento é autêntica na medida em que se amplia o capital cultural dos educandos aumentando suas possibilidades de entendimento, escolha e capacidade de visão crítica frente a seus próprios problemas e aos problemas sociais. Ao estudar a obra de Pierre Bourdieu, Silva (1995) adverte que “[...] o capital cultural é [...] tido como um recurso de poder que equivale e se destaca [...] tendo como referência básica, os recursos econômicos [...] uma analogia ao poder e ao aspecto utilitário relacionado à posse de determinadas informações, aos gostos e atividades culturais” (SILVA, 1995, p. 24). Ou seja, é o acesso e o domínio do conhecimento historicamente constituído que possibilita às camadas populares galgar posições de destaque e disputar espaços decisórios da sociedade. Nessa direção, a educação profissional deve ser acompanhada da ampliação do repertório cultural dos sujeitos para que a visão crítica e a atitude colaborativa marquem os valores pessoais e profissionais desses educandos.

Nos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo SENAC-SP aos internos da Fundação CASA pode-se trabalhar na perspectiva da sedução pedagógica, fomentando e promovendo o interesse dos jovens em trilhar um caminho de formação pessoal e profissional. Despertar o desejo pela compreensão de si e do mundo implica ampliar dimensão do trabalho na dimensão de um conhecimento integrado, colaborativo e criativo. É a sedução provocada pelo conhecimento – o educador como mediador – que possibilita o engajamento dos educandos em um projeto de vida: “[...] o fato é que a sedução pela linguagem sempre implicará no rapto da alma. Como no amor, é possível que nos campos filosófico e pedagógico ela se exerça delicadamente, sorrateiramente, criando o impulso apaixonado da alma pelo conhecimento” (DOZOL, 2007, p. 321).

Nessa direção, a multidisciplinaridade e a cultura devem permear os objetivos pedagógicos do projeto, a formulação curricular, o planejamento docente, a concepção de atividades pedagógicas e os exercícios de autoavaliação das turmas. Ou seja, uma

concepção integrada do conhecimento deve pautar a aproximação entre a cultura de mercado e a cultura da periferia, sejam esses jovens provenientes dos bolsões de miséria. Não se trata de formata-los para o mercado – possibilidade bastante remota –, mas criar zonas de convergência entre cidadania, mundo do trabalho e o próprio cenário cultural de origem daqueles adolescentes.

Integrar a visão crítica e a cidadania aos objetos específicos de conhecimento e às técnicas profissionais demanda a constituição de experiências formativas colaborativas, inclusivas e criativas. Pode-se fomentar a inteligência coletiva ao propiciar espaços de reflexão sobre as diferenças e desigualdades entre diferentes estratos sociais, entre diferentes orientações sexuais, pautando questões de gênero e etnia. A colaboração pode ser exercitada também na proposição de projetos integrados e na resolução de problemas profissionais e sociais. A atitude empreendedora pode se pautar na percepção coletiva de oportunidades com a possibilidade de solução de problemas reais das comunidades de origens dos estudantes. Pode-se praticar a multiplicidade de espaços viabilizando visitas externas dos estudantes à instituições e projetos de educação, tecnologia e cultura.

CONCLUSÃO

A fundamentação da educação profissional na multidisciplinaridade e na cultura implica um entendimento e uma orientação do conhecimento de forma integrada, capaz de provocar uma aprendizagem cocriativa e significativa. A construção identitária dos adolescentes, portanto, deve ser o centro das atenções do projeto de formação profissional de jovens em regimes de privação de liberdade, de modo que se possa admitir a cultura periférica e popular como formas de conhecimento que se podem integrar ao saber historicamente constituído e às atividades profissionais. Vencer o preconceito é também uma questão de linguagem. Trabalhar o rap na formação profissional de Contação de Histórias, discutir o impacto social dos bailes nas atividades de Organização de Eventos, debater criticamente o funk e a ostentação frente às iniciativas de Marketing, retomar os desafios de saneamento básico das regiões periféricas nos cursos de Desenvolvimento Socioambiental, possibilitar exercícios de criação e colaboração nos cursos das áreas de gastronomia, logística e informática. Além disso, traçar pontes entre a cultura periférica, a inovação tecnológica, a atitude empreendedora e o conhecimento historicamente constituído de maneira integrada.

O empoderamento de jovens em regimes de privação de liberdade requer o amor ao próprio destino, requer vencer o preconceito, o estigma social e a defasagem pedagógica através de um itinerário de formação marcado pela escolha da afirmação da

vida e de sua potência. Para ampliar o repertório cultural e o conhecimento desses jovens é necessário superar a especialização estrita e incorporar elementos da cultura capazes de dialogar com suas identidades. A educação multidisciplinar está, portanto, ancorada no paradigma da complexidade, num *saber erótico* (desejável) que possa provocar a vontade de conhecimento (de potência) nos educandos, propiciando uma trajetória pessoal e profissional de autoconhecimento e autoafirmação diante do destino.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. **Aprendizagem de desaprender**: Machado de Assis e a pedagogia da escolha. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 39, p. 1001-1016, 2013.
- _____, R. **O mundo, os homens e suas obras**: filosofia trágica e pedagogia da escolha. 2015. 204 f. Tese (Livre-Docência). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF., 5 out. 1988.
- _____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF., 16 jul. 1990.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF., 23 dez. 1996.
- _____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF., 20 jan. 2012.
- _____. **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2014**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, 2017.
- DOZOL, M. S. A face pedagógica de Eros. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.2, p. 311-322, maio/ago. 2007.
- FERREIRA-SANTOS, M. Fundamentos antropológicos da arte-educação: por um pharmakon na didaskalia artesã. **Revista @mbienteeducação**, v. 3, n. 2, p. 59-97, jul-dez, 2010.
- FERREIRA-SANTOS, M.; ALMEIDA, R. **Aproximações ao imaginário**: bússola de investigação poética. São Paulo, Képos, 2012.
- MACIEL DE BARROS, G. N. **Metodologias são para educar ou para ensinar?** Revista Internacional d'Humanitats. CEMOrOc-Feusp / Univ. Autônoma de Barcelona. 2 jul-set, 2011.
- MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Tradução de: Albert Christophe Migueis Stuckenbruck. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8ª. ed. Tradução de: Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NIETZSCHE, F. Ecce homo. Tradução de: Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____, F. Para além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

ROSSET, C. **Lógica do pior**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

_____, C. **La filosofia trágica**. Buenos Aires, AR: El cuenco de plata, 2010.

SEVERINO, A. J. **A contribuição da filosofia para a educação**. Em aberto, Brasília, v. 9, n. 45, jan-mar. 1990.

SILVA, G. O. V. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **INFORMARE** - Cad Prog Pós-Grado CioInf., v. I, n. 2, p.24-36, jul./dez., 1995.

TURISMO DE AVENTURA: A FORMAÇÃO DE CONDUTORES ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Mônica Ferreira de Araújo (SENAC SBC); monica.faraujo@sp.senac.br *

Alessandra Garcia Pazzini (SENAC SBC); alessandra.gpazzini@sp.senac.br

Marianna Redigolo (SENAC SBC); marianna.redigolo@sp.senac.br

Renato Vinícius Ferreira (SENAC SBC); renato.vferreira@sp.senac.br

Tatiane Ferreira (SENAC SBC); tatiane.ferreira@sp.senac.br

Resumo: O objetivo deste artigo é relatar as experiências pedagógicas de uma proposta interdisciplinar que utiliza-se de ambientes formais e não formais de aprendizagem, a partir de saberes desenvolvidos nos conteúdos curriculares, da primeira turma do Curso de Qualificação Profissional de Condutor de Turismo de Aventura, no SENAC de São Bernardo do Campo, São Paulo.

Palavras chave: Práticas Pedagógicas. Ambientes Formais e Não formais. Curso de Qualificação Profissional. Turismo de Aventura.

Abstract: The objective of this article is to report the pedagogical experiences of an interdisciplinary proposal that uses formal and non-formal learning environments, based on the knowledge developed in the curricular contents, of the first group of the Professional Qualification Course of Driver of Adventure Tourism, in SENAC of São Bernardo do Campo, São Paulo.

Keywords: Pedagogical practices. Formal and non-formal environments. Professional Qualification Course. Adventure Tourism.

INTRODUÇÃO

A proposta educacional em questão, integra elementos relevantes e competências consideradas essenciais e necessárias aos alunos e futuros profissionais que atuarão como condutores de atividades turísticas, aqui especificamente, no segmento de Turismo de Aventura.

Falar de Turismo de Aventura nos remete a associação com a natureza porém em meio a prática de atividades de aventura que envolvem prazer e riscos calculados. Historicamente falando, Turismo de Aventura está associado diretamente a outro segmento, denominado

Ecoturismo, outrora denominado Turismo Alternativo, caracterizado por estar na contramão do Turismo dito convencional, de massa, em meio aos grandes centros urbanos. Embora tendo o Brasil como o país ideal para a prática de aventura e um dos melhores destinos turísticos do mundo (Fórum Econômico de Davos, Suíça, 2016), a adoção de normas reguladoras das atividades (ABNT), e a criação de entidades de representatividade no setor (ABETA), ainda estamos em busca da excelência na operação de atividades de qualidade aos turistas e de maneira responsável e segura.

A qualificação profissional se torna cada vez mais urgente, a ponto de não só atender aos turistas que procuram pelas atividades como também, a competitividade no mercado e consequente crescimento do segmento de Turismo de Aventura e sua visibilidade em meio ao setor da Economia Internacional.

Com o objetivo principal de formar profissionais com competências para atuar e intervir em seu campo de trabalho, com foco em resultados, este artigo apresenta a prática pedagógica dos docentes e seus alunos, em Viagem Técnica realizada nos dias 26 e 27 de agosto de 2017, a uma Unidade de Conservação do Estado de São Paulo.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A proposta pedagógica interdisciplinar é didaticamente apresentada através de aulas teóricas e práticas, vivenciados a partir dos ambientes formais e não formais de aprendizagem.

Nas aulas teóricas foram abordados os conceitos e concepções, compartilhamento de boas práticas (também com professores convidados), trocas de experiências profissionais e referenciais teóricos de cada tema proposto pelo Plano de Curso "Qualificação Profissional de Conductor de Turismo de Aventura", presente no eixo tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Nas atividades práticas (parques e locais para prática de atividades de aventura) levou-se em consideração que os locais escolhidos fossem próximo a Unidade do SENAC, no município de São Bernardo do Campo ou em locais que oferecessem facilidade de acesso aos alunos, bem como condições adequadas para os objetivos propostos. No caso da Viagem Técnica, envolvendo trilha de médio/ longo percurso e acampamento "selvagem" com um pernoite, foi escolhida a unidade de conservação chamada Floresta Nacional de Ipanema localizada no município de Iperó, São Paulo, por apresentar todas as condições necessárias para atender ao planejamento e monitoramento de atividades assim como a condução do grupo.

Em relação aos materiais, o SENAC se encarregou de oferecer barracas, sacos de dormir isolante térmico para o saco de dormir, insumos para a alimentação bem como transporte em ônibus de turismo e toda a segurança quanto aos contatos junto a Gestão local, para o devido acompanhamento de condutores da própria Unidade de Conservação.

A seguir, registros fotográficos da atividade citada:

Fotos: 1 a 4 – Floresta Nacional de Ipanema



Fonte: Registro da aluna Eloisa Cuzziol, disponível em : www.facebook.com.br/ - acesso 10/09/17

Fotos: 5 a 11 – Floresta Nacional de Ipanema



Fonte: Registro do aluno Alberto Rodrigues, disponível em : www.facebook.com.br/ -
acesso 10/09/17

Fotos: 12 a 17 – Floresta Nacional de Ipanema



Fonte: Registro do aluno Alexandre Weslei Vasconcellos, disponível em :
www.facebook.com.br/ - acesso 10/09/17

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para nós docentes, a experiência de uma proposta pedagógica interdisciplinar utilizando-se de ambientes formais e não formais de aprendizagem, é desafiadora principalmente atuando com grupos heterogêneos, interessados em vivenciar as atividades de Turismo de Aventura.

As atividades práticas, aqui especificamente a “Viagem Técnica”, influencia satisfatoriamente no aproveitamento das competências desenvolvidas, em curso e reforçam o compromisso formativo da Instituição perante a inserção ou manutenção no mercado, de profissionais críticos, com conhecimento técnico científico e atitudes empreendedoras, em meio ao foco em resultados satisfatórios e de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Disponível em www.abeta.tur.br, acesso em 10/09/2017

ABNT NBR 15285: 2015.Turismo de Aventura - Líderes: competência profissional

ABNT NBR 15398: 2006.Turismo de Aventura - Condutores de Caminhada de longo curso: competência de pessoal

CASCINO, F. Educação Ambiental. (3ª edição). São Paulo: SENAC, 2003.

PANOSSO, A , GAETA, C Turismo de Experiência. São Paulo: Ed. SENAC, 2010.

Plano de Curso Qualificação Profissional de Condutor de Turismo de Aventura, SENAC, 2017. Versão 2. Apud Fórum Econômico de Davos, Suíça, 2016

Registro fotográfico dos alunos do curso de Qualificação Profissional de Condutor de Turismo de Aventura, SENAC, 2017. Disponível em www.facebook.com.br/ , acesso 10/09/17

WEARING, S.. NEIL, J. Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades 2ª. Edição. São Paulo: Ed. Manole, 2014

USINA MONJOLINHO E O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR PAULISTA

NATALIA FABRICIO DE LIMA (Pós Graduação em Gestão de Marketing);
natalia.fabricio.lima@gmail.com

RESUMO - O tema do trabalho¹ a seguir traça uma breve trajetória do desenvolvimento do interior paulista a partir da experiência do modelo proporcionado através da usina Monjolinho, na cidade de São Carlos. Sendo a primeira usina hidrelétrica do Estado de São Paulo, a Monjolinho proporciona um retrato do intenso processo de industrialização e mecanização ocorrido na transição do XIX para o XX, e da técnica de produção de energia que iria alavancar o intenso processo de modernização, primeiro do interior, e posteriormente, para o centro do estado.

Palavras Chaves: Usina Hidrelétrica; Industrialização; São Carlos.

ABSTRACT - The theme of the following work is to portrait a brief trajectory of the development of the countryside of São Paulo following the experience given by the model of hydroelectric power plant Monjolinho in the city of São Carlos.

Being the first power plant of its type in the estate of São Paulo, Monjolinho depicts the intense process of industrialization and mechanization that took place in the transition of the XIX to the XX century, and in the technical development concerning the production of energy that would come to leverage the intense process of modernization, first in the countryside and lately in the center of the estate.

Key Words: hydroelectric power plant; Industrialization;

Introdução

A produção cafeeira seria responsável por um tipo ainda inédito de desenvolvimento socioeconômico. A entrada de capital maciço com o comércio lucrativo do café, diferentemente do que ocorreria numa produção açucareira, seria em parte reinvestido no aperfeiçoamento do próprio sistema, e os saldos investidos em obras públicas de melhoria do espaço urbano crescente.

As companhias de estrada de ferro que começam a surgir no interior paulista, se constituem de forma a darem suporte ao escoamento da produção cafeeira rumo ao Porto de Santos, não havendo um interesse inicial na exploração do transporte ferroviário de passageiros.

Quando em 1880, o governo imperial dá a recém-constituída Cia. Rioclarense o monopólio de construção da estrada de ferro na cidade de São Carlos, o faz visando um melhor escoamento das sacas de café ao porto de Santos, e um inter ligamento para a Capital.

A linha férrea que ligava São Carlos a Rio Claro seria inaugurada em 15 de outubro de 1884, um indício do prestígio da região, assim como um indicativo da pujança econômica. Seja pela prosperidade da região, ou por outro motivo desconhecido ao longo do levantamento deste trabalho, dois anos após a inauguração da estrada de ferro, a cidade receberia a visita do então imperador D. Pedro II, um entusiasta das novas tecnologias do período.

Quando em 1868, se inaugura a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, fazendo o trecho Jundiaí-Campinas, numa primeira etapa, pouco parece representar se comparado ao ato progressista que de fato foi. a CPE, como popularmente se consolidou, foi constituída através do pioneirismo de um grupo de fazendeiros de café, visando, num primeiro momento, o escoamento da produção de café. Seu percurso seria estendido rumo a Rio Claro, São Carlos, Barretos e Colômbia.

A CPE, posteriormente, iria expandir a sua área de atuação, passando a prestar o serviço de transporte ferroviário, sendo conhecida pelo alto padrão de prestação de serviços.

O monograma símbolo da empresa – com as letras “C” e “P” entrelaçadas – seria um símbolo emprestado do Conde do Pinhal, um importante fazendeiro da cidade de São Carlos, responsável pelo comando da Cia. Rioclarense.

Os primeiros passos rumo à Monjolinho

A cidade de São Carlos, desde os últimos anos da década de 1880, já possuía um sistema de iluminação pública composta por lâmpões de querosene, com utilização de 200 lâmpadas de arco voltaico, caso análogo ao sistema público de eletricidade da cidade de Rio Claro, composto por 10 lâmpadas de arco voltaico de 2.000 velas cada uma.

Viabilização da Monjolinho I e II

A construção de termoelétricas durante as duas últimas décadas do XIX era uma prática já em vias de se consolidar, e em grande parte, oriunda da forte presença inglesa ligada, primeiramente às companhias de estradas de ferro, e posteriormente, as companhias de iluminação que iriam se formar no interior paulista. A viabilização de termoelétricas num país de solo pouco rico em carvão mineral, e cujo setor de eletrificação estava nos primórdios, se mostrou pouco atrativa economicamente. E apesar dos altos custos envolvidos, e por ser ainda uma novidade na Europa, optou-se por aproveitar o potencial de queda dos rios na construção de hidrelétricas. A primeira iniciativa nesse sentido seria dada na cidade de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, com a inauguração da Usina Marmelo 0, em 05 de novembro de 1889.

Em abril de 1890, a então Intendência Municipal de São Carlos iria contratar a empresa "Malfatti & Huggins" para instalação de um sistema de geração e distribuição de energia elétrica pública e privada, tendo sido outorgado e concedido a esta, o monopólio da produção e distribuição do serviço de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Seria fundada no dia 16 de novembro de 1890, a "Companhia de Luz Elétrica de São Carlos", com o capital nada modesto de 80 contos de réis.

Em janeiro de 1891, seria contratado o engenheiro eletricista Richard G. B. Davids - famoso pelos estudos em iluminação pública nos Estados Unidos, e por um relatório de notável repercussão na época, em que defendia as virtudes da luz elétrica - para a supervisão das obras, auxiliado pelos engenheiros James Thomas Cornish e Atillio Picchi - geralmente atribui-se a ele a construção da Monjolinho I.

Como consta na Ata de Registos da Câmara Municipal, a ata da reunião realizada no dia 7 de setembro de 1890, apresenta o registro da decisão da compra de um terreno no local denominado Salto Grande do Monjolinho. Optou-se pela construção de uma Usina hidrelétrica já prevendo o aproveitamento das águas do Ribeirão Monjolinho.

Fig.1 Casa de Máquinas Monjolinho I

Fig.2 Vista lateral da Casa de

Máquinas



Fonte: Elaborada pela autora



Fonte: Elaborada pela autora

A usina, instalada a meia encosta, iria utilizar como força motriz a água do Ribeirão Monjolinho e a cachoeira Monjolinho, cuja queda vertical possuía 33 metros, e para o aproveitamento do potencial de queda, foi necessário à instalação de um canal de 250 metros de comprimento.

O sistema da usina era composto por duas turbinas em caixa espiral, acionando dois geradores monofásicos de 50 kva, estando efetivamente um gerador ligado apenas, o outro era reserva.

Concluída as obras, a usina Monjolinho iria ser inaugurada no dia 2 de julho de 1893, com um sistema de iluminação pública prevista para funcionar entre as 18h às 05h da manhã. A inovação seria recebida com estranhamento e desconfiança por parte da população, obrigando a empresa a oferecer uma série de regalias como forma de atrair a população, como foi o caso da distribuição de ferros de passar roupa aos consumidores.

Seja pela indústria incipiente, ou pela diversificação dos usos da energia elétrica, nas duas primeiras décadas da usina, o crescimento do consumo iria tornar necessária a construção de uma usina com maior capacidade. Em 1912, no mesmo terreno que a primeira usina, seria instalada a nova usina, maior, com total aproveitamento do potencial da queda d'água. Seria a partir da nova usina, denominada Monjolinho II, e muito posteriormente renomeada para "Alois Partel" em homenagem ao mais dedicado funcionário, que teria sido possível a implantação de melhorias, agora no setor do transporte público, por meio dos bondes elétricos.

Fig. 3 Monjolinho II – Casa de Máquinas da usina renomada

Fig.4 Monjolinho II – Placa



Fonte: Elaborada pela autora



Fonte: Elaborada pela autora

Objetivos

A proposta de trabalho aqui apresentada não possui pretensões de caráter revisionista ou apresentar novos paradigmas de estudo, visto que, a partir da década de 70, surgiram importantes trabalhos acerca da Usina Monjolinho, impulsionados pelo trabalho inovador do historiador José Maria de Almeida Ribeiro.

Adotando-se a perspectiva do resgate da memória histórica do setor energético paulista, proposta pelo projeto Eletromemória, objetiva-se propor uma análise de cunho socioeconômico, do período de 1880 até 1912, ano de instalação da segunda Usina Monjolinho, de forma a dar visibilidade às forças norteadoras da constituição da primeira usina hidrelétrica do Estado de São Paulo, e de que forma, seria a construção da Usina Monjolinho, o resultado do estímulo de desenvolvimento do interior paulista, que seguia rumo ao centro do Estado.

Metodologia

O projeto Eletromemória II se desenvolveu a partir de duas etapas primordiais, e apresentou uma novidade em relação à primeira edição do projeto, a incorporação da empresa Companhia Paulista de Força Paulista ao conjunto de empresas energéticas estudadas.

A primeira etapa do projeto englobou as visitas técnicas a algumas PCH's da Companhia Paulista de Força Paulista (CPFL) e Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (EMAE), e posteriormente, dando continuidade aos trabalhos de campo realizados, foi iniciada a etapa de pesquisa, a qual foi desenvolvida a partir da consulta realizada nas instituições: Fundação Energia e Saneamento – Núcleo de Documentação e Pesquisa, CPFL Campinas

– Biblioteca Institucional e Fundação Pró Memória de São Carlos – Unidade de Arquivo Público e Histórico.

O projeto de pesquisa sobre a Usina Monjolinho foi apresentado inicialmente sob a categoria pôster intitulado "PCH Monjolinho" no 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, realizado na UFMG entre os dias 08 e 11 de outubro de 2014, recebendo a menção honrosa da Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC) como o melhor pôster apresentado no seminário.

Posteriormente foi apresentado na primeira etapa do 22º SIICUSP 2014 no formato de resumo expandido e intitulado Usina Monjolinho e desenvolvimento do interior paulista. O presente trabalho se dá sob a forma de artigo em detrimento aos trabalhos anteriormente apresentados.

Resultados

A iniciativa de modernização do espaço urbano derivava geralmente do interesse particular. As obras públicas de melhorias eram geralmente planejadas e financiadas pelas elites locais, desde a iniciativa de calçamento das vias públicas à instalação da linha telefônica, como ocorreu em 1889, na cidade de São Carlos. Essa dicotomia entre poder privado e espaço público foram uma constante ao longo da dita República Velha (1889-1930), não restrita apenas ao caso paulista. Uma relação muitas vezes marcada por conflitos, uma vez que a grande massa populacional habitava as fazendas produtoras de gêneros agroexportadores, e não estava integrada nesse processo de transformação do espaço urbano. Talvez seja o caso dos postes de telefone, inicialmente arrancados por moradores da zona rural são carlense, e utilizados seus fios como varais, o exemplo mais significativo, entre outros, da frágil linha tênue entre o poder privado, detentor do capital e de influência, e o poder público, pouco efetivo e em constituição.

Conclusão

A construção da usina Monjolinho está circunscrita dentro de um movimento muito mais amplo e contraditório, cuja chave para entendimento está na antítese entre a condição agrária e a tentativa de se desvincular do passado escravista e "atrasado" oriundo do sistema monárquico.

O advento da economia cafeeira no Estado de São Paulo seria responsável pelo surgimento de uma elite preocupada em se aproximar do modelo europeu de civilização e

desenvolvimento, ao mesmo tempo em que mantinha fortes relações com o sistema produtivo escravista.

Visto sob os parâmetros atuais, a usina Monjolinho e a sua capacidade motora de iluminação de 3.750 lâmpadas, cada uma de oito velas, pouco representaria o salto inovador que representou na época de sua instalação. Não apenas se tornou a segunda hidrelétrica do país, como sua constituição faz parte do projeto ambicioso de iluminação pública e particular, num período em que as Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, os grandes centros socioeconômicos do país, contavam somente com um sistema público de iluminação a querosene.

Teria partido do interior rumo ao centro essa trajetória de progressos, iniciada com a construção da malha ferroviária, e progredindo rumo à constituição das companhias de luz elétrica, e posteriormente, serviriam de subsídios ao aparato industrial do século XX.

Referências

FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO

Disponível em: <http://www.energiaesaneamento.org.br>. Acesso em out. 2013.

FUNDAÇÃO PRÓ MEMÓRIA DE SÃO CARLOS

Disponível em: <http://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/> . Acesso em abril 2014.

JÚNIOR, Caio Prado. **Síntese da Evolução Econômico do Império**. In: História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense, 2006

MORTATI, Débora; ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz. O surgimento das Pequenas Centrais Hidrelétricas e o processo de urbanização das cidades do interior de São Paulo (1890-1930). In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 1., 2010, Campinas e Jaguariúna [São Paulo], Brasil. **Anais...** Campinas [Brasil]: Conpadre, 2010. 17p. Disponível em: <www.conpadre.org>.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. NUNES, Paulo Reali. TILKIAN, Ricardo. **Café, Indústria e Conhecimento – São Carlos, uma história de 150 anos**. Editora: EDUFSCAR, 2008.

VOCÊ TEM FOME DE QUÊ? AS GRADES CURRÍCULARES, A ESCOLA E O PLANETA QUE QUEREMOS

Elber Arcenio Pimentel Corrêa; elber.correa@uol.com.br*

Palavras-chave: Educação. Práticas de Ensino. Currículo. Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a necessidade de reestruturação do modelo educacional tradicional está acontecendo de maneira significativa pelo menos desde o fim do século XIX, baseando-se principalmente nas demandas sociais.

No corrente ano, no Brasil, as discussões se intensificaram principalmente após as propostas de reformas nas grades curriculares do ensino médio.

Contraditoriamente ao esperado os sujeitos e os principais interessados nestas mudanças pouco participaram do processo criativo na elaboração destas propostas.

Na contramão do combate à desigualdade na qualidade entre os ensinos público e privado, somam-se notícias como a recente restrição a repetição da merenda oferecida nas escolas municipais de São Paulo orientada pela atual gestão.

O presente trabalho buscará promover uma reflexão acerca das ações adotadas, identificar boas práticas educacionais e aproximar o ensino a quem realmente ele se destina: aos alunos e ao seu mundo, o nosso mundo.

2. OBJETIVOS

Uma educação que vá além do conteúdo programado, que desperte habilidades, senso crítico, comunicação e autonomia que contribua para a formação humana e pessoal.

Pessoas com sentimentos que conheçam a si mesmas, que aprendam e valorizem as diferenças, dispostas a se posicionar, buscando e aprendendo aquilo que lhe faz sentido e que apoia sua própria história.

Aproximar a escola pública e a sociedade. Facilitar a comunicação e desenvolver relações, abrir o círculo da escola, estimular novos conhecimentos, dar espaço ao protagonismo e aos sonhos dos estudantes e a chance de participação da comunidade no processo de ensino e de aprendizagem.

3. MÉTODOS

O que pode fazer a educação para reduzir o problema da desigualdade e da falta de criatividade nas aulas?

Produzir e compartilhar programas educacionais que promovam a criatividade. Precisamos de um grupo de profissionais que possam liderar o design de programas educacionais formadores e inovadores, incluindo o conteúdo e os métodos de ensino.

Educação por quem respira educação.

Poucos países na América do Sul e do mundo tiveram a oportunidade que temos em terras brasileiras de dialogar, pensar e conviver com a educação por meio das impressões e ensinamentos de **Paulo Freire** e suas ideias reconhecidas internacionalmente, seu método de alfabetização de adultos, baseado no contexto de vida dos educandos, **Anísio Teixeira**, pioneiro e idealizador do projeto de educação integral no Brasil, **Darcy Ribeiro** e os Centros Integrados de Ensino Público (CIEPs), uma das principais políticas de educação do país, e que trouxe à tona a necessidade de integrar a assistência social às ações educacionais, **Maria Nilde Mascellani** e as Classes Experimentais em tempos de ditadura do regime militar, além de incontáveis pensadores da ciência educacional que seria impossível mencionar nestas poucas linhas.

Os métodos e as grades curriculares devem permitir que os alunos aprendam de forma explorativa e criativa, e se concentrem na promoção dos hábitos de autoaprendizagem e no pensamento independente, fazendo do pensar e da ação os objetivos mais importantes.

Como nos lembra Arendt, (1981, p. 41): “uma educação que não efetiva o discurso e a ação, onde os sujeitos não são protagonistas, isto é, detentores da palavra e autônomos em seu agir, é uma educação que perpetua e reitera a violência dentro e fora dela”.

Além da inovação no conteúdo educacional, é igualmente importante melhorar os mecanismos de compartilhamento se quisermos progredir.

Conhecer tais ações demandam conversas significativas com pais, alunos, professores, funcionários e ex-alunos, abordar as principais histórias, entender as dinâmicas dos processos e interagir com o ambiente escolar.

Ruotti reporta um estudo realizado em 60 escolas situadas na periferia de São Paulo pelo NEV/USP nos anos de 2002 e 2003. A autora aponta que a comunidade escolar, por meio de seus depoimentos, indica a necessidade de “mudanças que se referem tanto à esfera pedagógica (aproximação significativa dos conteúdos das disciplinas à realidade dos alunos e diversificação das atividades escolares) quanto à esfera relacional” (RUOTTI, 2006, p. 105).

A reforma dos modelos e do currículo passa por educadores que são apaixonados e com uma vontade de transformação incansável. Iniciativas que dialoguem com as comunidades ao redor e que resgatem a cultura local, os projetos mais interessantes neste sentido no Brasil, se preocupam em mobilizar o entorno da escola para que a educação se torne um projeto coletivo.

A tecnologia e a internet como ferramenta de aprendizagem e de atendimento e viabilização de projetos educacionais, como o *Quero na escola*¹; plataforma web que permite o cadastro de demandas dos próprios estudantes ou de professores para atender determinado assunto ou aula que gostariam de ter para além dos currículos estabelecidos ou que por escassez de recursos ou qualquer outra dificuldade as escolas públicas não podem viabilizar.

Todos os processos desde o cadastro até o atendimento das solicitações acontecem de forma gratuita, o que colabora com a ideia de uma educação mais inclusiva e colaborativa.

A ideia que nasceu de uma necessidade social mapeada no Social Good Brasil Lab, já identifica uma nova forma de se pensar e fazer educação pautada amplamente nos benefícios sociais e no potencial transformador dos projetos.

Com uma equipe formada em sua maioria por jornalistas, mulheres, as idealizadoras do projeto demonstram uma outra mudança significativa, a educação antes tão pautada por pensadores do sexo masculino vem já há algum tempo abrindo espaço, como em todos os setores, às mulheres, por vezes mães, que tanto participam do contexto educacional.

4. RESULTADOS

A diversidade de práticas educacionais que utilizam soluções criativas para o ensino é impressionante, há vários olhares pedagógicos e todos têm suas características.

Nenhuma prática é perfeita, mas a criação de redes de troca forma cidadãos ativos que possibilitam a aplicação das teorias no cotidiano das ações.

Adiante, apresentamos alguns indicadores da plataforma Quero na Escola, gentilmente cedidos por Cinthia Rodrigues, co-idealizadora do projeto, que contribuem para elucidar tais possibilidades.

Desde quando foi implantado em meados de 2015 até setembro do corrente ano, cerca de 420 escolas espalhadas por todo o território nacional já foram cadastradas. Foram realizados mais de 1.000 pedidos de aulas na plataforma e mais de 400 pessoas

ofereceram inscrição para abordarem os temas sugeridos pelos professores e/ou estudantes de forma voluntária.

Até este mês, 100 aulas já foram ministradas voluntariamente, com novas conexões foram criadas, gerando inclusive novos encontros para novos temas e novas abordagens.

Em pesquisa simples pela plataforma, somente na cidade de Santo André, onde este trabalho foi redigido, localizamos pedidos para aulas e palestras sobre: *bullying, como se preparar para o mercado de trabalho, maneiras de motivar a participação escolar, drogas e alcoolismo além de apresentação sobre liberdade de gênero.*

A colaboração é então um começo que pode ressoar na oportunidade de partilha de um mundo comum, a sociedade é, portanto, o tema inicial e também o fim a quem o ensino se destina.

5. CONCLUSÃO

Tradicionalmente, a educação dependia do ensino presencial de professores e, por isso, era mais ou menos restrito aos campi de atuação.

Com as novas tecnologias, no entanto, uma educação de alta qualidade pode ser promovida de forma muito mais ampla.

Embora não faltem estudantes com potenciais brilhantes poucos ainda chegam à universidade. Entre inúmeras restrições, para muitos ainda é simplesmente inacessível.

Percebe-se também que não há escassez de voluntários que desejam ajudar os estudantes.

Nietzsche uma vez escreveu que o futuro influencia o presente tanto quanto passado. Se prestarmos atenção cuidadosamente, podemos sentir voltando o eco das coisas que ainda irão acontecer e podemos deliberadamente aprender como ampliar esses ecos.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis das Nações Unidas representam um compromisso notável da comunidade internacional para eliminar a pobreza, melhorar a saúde, o meio ambiente, a educação e muito mais em todos os países até 2030. O objetivo para a educação é direto: "Garantir educação inclusiva e de qualidade equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos".

A igualdade e a inovação educacional, serão, acredito, as questões sociais mais importantes no futuro, mas se a comunidade internacional é séria em conhecê-los, deve fazer algo ainda mais sem precedentes: colocar o dinheiro onde está a boca.

E você - tem fome de quê?

6. REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

NIETZSCHE, F. Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro. Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2006.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em:

<<http://www.undp.org/content/undp/en/home.html>>.

_____ Objetivos del Milenio ODM. Disponível em: <http://www.undp.org/>.

_____ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS. Disponível em:

<<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>>. Acessado em: 10/09/2017.

QUERO NA ESCOLA. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://queronaescola.com.br/>.

Acessado em 30/08/2017.

RUOTTI, ALVES; CUBAS (Orgs.). Violência na Escola: um guia para pais e professores. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.



SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS NA CULTURA DIGITAL

Gislei Flores Pereira da Silva (UNILAGO); gisleiflores@hotmail.com

Renata de O. Sbrogio (UNILAGO-UNESP/Bauru); renata_sbrogio@hotmail.com*

RESUMO

Com as transformações sofridas pela sociedade devido ao avanço das tecnologias digitais é necessário que as crianças em idade escolar, consideradas nativas digitais, sejam preparadas para atuar de forma consciente e colaborativa na sociedade em que vivem. Para que isso ocorra, é preciso incluir no currículo escolar o ensino das tecnologias digitais de forma que, desde os anos iniciais, as crianças sejam letradas e alfabetizadas não só na língua materna mas, também, digitalmente. Para isso, é fundamental que o professor, desde a sua formação, se prepare para tornar o ensino efetivo e mediar uma aprendizagem significativa para o aluno, na qual esteja presente o uso das mídias educacionais. O presente estudo tem como objetivo mostrar a importância do uso das tecnologias digitais durante o processo de letramento e alfabetização, para formar cidadãos críticos, que saibam utilizar os recursos tecnológicos de forma coerente e consciente, visto que precisam ser adultos participativos na sociedade, atuando de forma positiva. Para a abordagem do assunto, os estudos foram feitos a partir de pesquisas e revisão bibliográfica nas obras de Ramal (2000); Soares (2002 e 2004); Coscarelli (2007); Coll e Illera (2010); Couto (2012); Gomes *et al* (2015). Além da revisão bibliográfica, o estudo apresenta alguns estudos de exploração de aplicativos digitais para alfabetização e atividades de matemática, na expectativa de entender como essas tecnologias podem servir de apoio ao professor alfabetizador, evidenciando-se a emergência de que a escola adquira um olhar diferenciado para a necessidade de incluir as tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Alfabetização e Letramento. Letramento Digital. Nativos digitais. Cultura Digital

ABSTRACT

With the transformations suffered by the society due to the growth of the technologies, is necessary that school-age children, digital natives, be prepared to act in a conscious and collaborative way in the society in which they live. So that this occurs, it is necessary to include in the school curriculum the digital technologies education, since the early years, children are scholars and digitally literate. However, it is essential that the teacher, since your training, be prepare to make teaching effective and mediate a meaningful learning for the student, in which present the use of educational media. The present study aims to show the importance of the use of technologies during the process of literacy and alphabetization, to form critical citizens who knows how to use the technological resources in a coherent and conscious way, since the present children will be adult participants in the future society and Need to be able to transform it. In order to approach the subject, the studies were done from researches and bibliographical revision in the works of Ramal (2000); Soares (2002 and 2004); Coscarelli (2007); Coll and Illera (2010); Couto (2012); Gomes et al. (2015). Besides the bibliographic review, this research presents some studies about digital applications used in order to promote literacy procedures, as well as mathematical activities. We intend to understand how these technologies may constitute basis for literacy-teaching methods, emphasizing the immediate need scholar institutions show of developing a specialized view related to the inclusion of digital technologies in the teaching-learning system.

Keywords: Alphabetization and Literacy. Digital Literacy. Digital natives. Digital Culture.

1. INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização tem sido tema de grandes discussões nos dias de hoje em diferentes lugares. Os alunos chegam cada dia com mais informações na sala de aula devido ao avanço tecnológico que a sociedade vem sofrendo. O contato com a tecnologia digital inicia-se muito cedo, ainda nos primeiros meses de vida, visto que bebês com apenas seis meses de idade já assistem a vídeos de desenhos animados e utilizam recursos digitais para distração, oferecidos pelos próprios pais. O uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) faz parte do dia a dia da sociedade pois, hoje, a maioria das tarefas sociais, pessoais e profissionais é realizada por meio de tecnologias, e as

informações chegam cada vez mais rapidamente por meio delas (televisão, rádio, *internet*, redes sociais etc.).

Coll e Illera (2010, p. 289) afirmam que

As profundas transformações de toda ordem que as sociedades atuais estão experimentando em sua transição progressiva rumo à sociedade da informação (SI), e especialmente a importância crescente das TICs neste cenário, têm um claro reflexo no âmbito da educação formal e escolar, observável principalmente no aparecimento de novas ferramentas para o ensino e aprendizagem, na emergência de novos cenários educacionais e no estabelecimento de novas finalidades para a educação.

Isto difere a geração atual da geração passada e traz para os professores, principalmente os que atuam na alfabetização, um grande desafio para tornar o seu trabalho mais eficiente, e para a escola a necessidade de mudança da sua concepção sobre alfabetização, pois se é ali que este sujeito inicia sua educação formal, é nela também que deve preparar-se para ser um cidadão atuante na cultura digital. E a questão é: como o professor pode usar a tecnologia a favor de suas aulas e torná-las mais atrativas e dinâmicas?

Com base nestes questionamentos, é preciso uma reflexão mais profunda sobre os métodos, metodologias e recursos que os professores têm usado para alfabetizar. “Nesse período, somar recursos digitais às aulas ajuda a tornar o ambiente interativo, lúdico e também muito atrativo” (NOVA ESCOLA, 2017). Por isso a importância da escola estar atualizada, estruturada e conectada com as mídias e utilizá-las durante o processo de alfabetização e letramento, já que, “as tecnologias favorecem novas formas de acesso ao saber pela navegação, a informação, novos estilos de raciocínio e de conhecimento, como a simulação” (COUTO, 2012, p. 47). Entretanto, para que o professor utilize essas mídias em suas aulas, ele precisa conhecê-las e entendê-las, pois é praticamente impossível ensinar o que não se sabe.

Assim, esta pesquisa objetiva conceituar o que é Alfabetização e Letramento, analisar as necessidades atuais de mudança no processo de alfabetização e letramento formal das crianças e investigar algumas TIDCS que podem servir de apoio para os professores alfabetizadores.

A presente pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica e em estudos de casos para a obtenção de dados que integraram e possibilitaram a elaboração deste trabalho.

No primeiro tópico, discorremos sobre os avanços ocorridos pelo letramento e a alfabetização no decorrer da história. No segundo, estudamos autores que pensam sobre as transformações sofridas pela sociedade devido ao avanço tecnológico e à importância do uso da tecnologia durante o processo de Alfabetização e Letramento, estendendo, no terceiro, para o estudo das práticas de alfabetização na cultura digital e como as TDICs podem auxiliar neste processo.

Nos estudos de casos exploramos alguns *apps* (aplicativos) educacionais, com o intuito de perceber sua importância durante o processo de alfabetização e letramento, assim como a sua contribuição para aprendizagem dos alunos.

2. A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO: A EVOLUÇÃO

Nas últimas três décadas, viu-se uma grande preocupação com a alfabetização de nossas crianças, o que levou muitos estudiosos à discussão sobre o tema e, conseqüentemente, ao surgimento de um novo conceito: o Letramento.

Segundo Magda Soares (2004, p. 06), o conceito de letramento surgiu nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e no Brasil, em 1980, pela "necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita".

É importante ressaltar que alfabetização e letramento são dois conceitos indissociáveis, apesar de terem significados diferentes, e que o fundamental é que se alfabetize letrando, ou seja, a criança, desde o início do processo de alfabetização, deve aprender o código de leitura e escrita alfabética e ortográfica por meio de contatos com materiais diversos, de forma significativa para a construção do entendimento sobre a função da leitura e da escrita nas práticas sociais (SOARES, 2004).

Com o surgimento do Construtivismo⁹² no Brasil, houve uma grande confusão em relação à alfabetização por parte da escola, pois esta confundiu teoria com método, deixando de lado a aprendizagem do sistema de leitura e escrita, por meio da codificação e decodificação e da aquisição do sistema de escrita alfabética e ortográfica, dando ênfase

⁹² Essa teoria acredita na participação ativa do sujeito na construção do seu conhecimento, além de vê-lo como um ser inacabado, que está em constante aprendizagem, ou seja, para o construtivismo, conhecimento e aprendizagem são ciclos e infinitos. (SOARES, 2004, p.10)

somente ao letramento (práticas da leitura e da escrita). Portanto, foi isso o que fez perder a especificidade da alfabetização. (SOARES, 2004).

De acordo com o Construtivismo, é preciso que o sujeito seja

[...] capaz de progressivamente (re) construir esse sistema de representação, interagindo com a língua escrita em seus usos e práticas sociais, isto é, interagindo com material “para ler”, não com material artificialmente produzido para “aprender a ler”, os chamados pré-requisitos para a aprendizagem da escrita, que caracterizariam a criança “pronta” ou “madura” para ser alfabetizada (SOARES, 2004, p. 11)

É importante considerarmos que nunca alcançamos o ápice da alfabetização e do letramento, pois vivemos em constante aprendizagem no decorrer de nossas vidas e sempre há algo novo para aprendermos. Em especial na atualidade, quando inúmeros signos e códigos novos surgem a cada novo avanço das TDICs.

2.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA CULTURA DIGITAL

De acordo com Coll e Illera (2010), atualmente, as sociedades progrediram significativamente com o surgimento das tecnologias e têm sofrido grandes transformações, caminhando para a Sociedade da Informação (SI) e as TDICs, que têm conquistado cada vez mais o seu espaço neste cenário. No entanto, para Couto (2012), estas mudanças refletem diretamente na escola e esta, por sua vez, deve ter participação ativa na mediação entre estes novos conhecimentos e a prática social dos alunos, preparando-os para atuar neste novo contexto comunicacional globalizado, em que os indivíduos comunicam-se instantaneamente, sendo emissores e receptores de informações.

Um novo território formou-se, o ciberespaço⁹³, que exige linguagens próprias para a comunicação, assim como também a leitura e a escrita, pois denomina uma nova forma

⁹³ É um espaço “interativo e receptivo a todas as vozes conectadas que desejem escrever uma parte do megatexto produzido pela inteligência coletiva” (RAMAL, 200, p.5).

de disseminação do conhecimento, resultando no desenvolvimento da cibercultura⁹⁴ e requerendo, automaticamente, novas formas de ensinar, o que tem se chamado de alfabetização e letramento digital.

O termo letramento digital define-se como estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela, diferente do estado ou condição do letramento dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel (SOARES, 2002 apud COUTO, 2012, p. 48).

A respeito da alfabetização digital, Frade afirma sobre os alfabetizados digitais:

[...] que alcançam o domínio dos códigos que permitem acessar a máquina, manuseá-la e utilizar seus comandos para práticas efetivas de digitação, leitura e produção de mensagens para efeitos de interação à distância ou para leitura de informação ou leitura e escrita de outras linguagens (visuais, sonoras etc.). (FRADE, 2005 apud COUTO, 2012, p. 48).

Segundo Ramal (2000), com o advento da tecnologia digital, surge uma nova forma de leitura e escrita: o hipertexto⁹⁵, que vai contra à linearidade da escola, pois permite uma leitura dinâmica, maleável, flexível, estabelecendo com o leitor uma relação de liberdade, abrindo novos caminhos para o conhecimento. Também para Soares (2002), a interação do leitor com o texto digital é maior do que com o impresso, pois apresenta a possibilidade de atuar como autor, modificando, reescrevendo, publicando. Porém, ainda segundo a autora, devido ao fato de qualquer um poder publicar um texto no ciberespaço, há a necessidade de uma instrução maior do leitor para a filtragem da veracidade das informações.

⁹⁴ “Um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores.” (COUTO, 2012, p. 47).

⁹⁵ Segundo Ramal (2000, p. 5, grifos da autora), “[...] é algo que está numa posição superior à do texto, que vai além do texto. Dentro do hipertexto existem vários *links*, que permitem tecer o caminho para outras *janelas*, conectando algumas expressões com novos textos [...]”.

Ramal (2000) vê uma mudança na relação de poder existente na escola atual, em que o aluno entende e domina a tecnologia melhor do que o professor, e aponta para as novas formas de ensino, nas quais acontece, inevitavelmente, uma parceria e a aprendizagem pode ser coletiva. Sendo assim, o papel do professor sofre uma grande mudança, passando de detentor do saber para mediador do conhecimento.

Coscarelli (2007) pontua que, com ou sem computador, é possível o professor oferecer uma aula dinâmica, construtiva, em que haja interação e plena aprendizagem dos seus alunos. No entanto, está no planejamento das atividades e na didática do educador a capacidade de torná-la assim, por isso, afirma que

O que queremos mostrar é que o computador não vai, por si só, modificar a concepção de aprendizagem das escolas, uma vez que ele pode ser usado para lidar com diversas situações. E é aí que está uma das vantagens de se usar o computador em sala de aula. Cada momento da situação de aprendizagem requer uma estratégia diferente, e o computador pode ser útil em várias dessas ocasiões, bastando para isso que o professor planeje atividades, mais dirigidas ou menos, conforme o momento. (COSCARRELLI, 2007, p. 27)

De acordo com a autora, o uso de tecnologias nas aulas não significa que os alunos deverão ficar o tempo todo usando *tablets*, computadores, etc., mas somente nos momentos importantes para ampliarem os conhecimentos. Sem contar que, por meio da escola, há maior possibilidade de inclusão das classes populares, já que a sociedade exige cada vez mais a habilidade de trabalhar com estes recursos.

2.2. PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COM TECNOLOGIAS DIGITAIS

Gomes (et al, 2015) apontam para o fato de que, com o uso das tecnologias nas aulas, é possível tornar o ambiente mais colaborativo, promover debates e reflexões entre professor/alunos, alunos/alunos e estender essa troca de ideias e conhecimentos entre estudantes de outras salas. No entanto, há muitos obstáculos que impedem o uso das tecnologias nas aulas, pois, muitas vezes, os professores não possuem habilidades para lidar com estes recursos, ou têm, mas não sabem como usá-los no processo educativo.

Além disso, outro fator é que não são todos os computadores das escolas que funcionam e quando isso ocorre, a *internet* não tem boa conexão.

Vale lembrar que tecnologia não é somente computador, mas muito mais que isso, como giz, livros, rádio, TV e DVD, jornal, por exemplo, e o professor deve planejar atividades que explorem todas estas tecnologias de forma coligada aos conteúdos didático-pedagógicos.

Gomes (et al, 2015) apresentam alguns recursos tecnológicos os quais julgam ferramentas auxiliadoras no processo de ensino e aprendizagem, como:

- **Projetores e slides:** com eles é possível expor os conteúdos de forma mais atrativa, cativando mais a atenção dos alunos por ser um recurso visual, além de ter a possibilidade de colocar animações, imagens, vídeos, etc. Com esta ferramenta, torna-se mais fácil a armazenagem dos conteúdos e as aulas preparadas pelo professor, pois podem salvá-los em um *pen drive*.
- **Internet e web:** a internet “é a grande mídia digital criada pela humanidade e representa uma das grandes revoluções no que se refere à disseminação de informações [...], e a sua principal aplicação são as páginas da web⁹⁶.” (GOMES et al, 2015, p.83). Segundo os autores, a *Web* é muito importante para o aprendizado dos alunos e diferencia-se dos outros recursos, pois professores e alunos podem acessá-la em qualquer lugar e momento em que haja conexão.
- **Blog:** “é um tipo de *site* cuja estrutura permite a edição rápida por usuários a partir de acréscimos dos chamados artigos ou “posts” (GOMES et al, 2015, p.97). Segundo os autores, os professores podem criar um *blog* da sala para que os alunos participem, postando sobre os conteúdos das disciplinas vistos em sala de aula e comentando. Isso faz com que eles aprendam mais e sintam-se mais à vontade para participar e ampliar os conhecimentos.
- **Redes sociais:** de acordo com os autores, as redes sociais oferecem um amplo espaço para a interação e, conseqüentemente, a troca de ideias e aprendizados. Por ser um espaço colaborativo, é um grande aliado ao processo de ensino e aprendizado, pois os alunos participam simultaneamente desse processo de forma mais dinâmica.

⁹⁶ “World Wide Web, ou simplesmente *www*, é a parte da internet que pode ser acessada por navegadores. Ao contrário do que muitos pensam, *Web* não significa o mesmo que *Internet*.” (GOMES et al, 2015, p.84)

Para adquirir novos conhecimentos, o sujeito precisa conhecer novos instrumentos que o leve à ampliação de sua inteligência e desperte cada vez mais o seu interesse em aprender.

Na educação, o ciberespaço e a cibercultura aumentam cada vez mais os desafios para o professor ao ensinar, deixando claro que este deve estar em constante busca pela inovação e pelo aperfeiçoamento de sua prática.

2.2.1. APLICATIVOS EDUCATIVOS EM SALA DE AULA

Em entrevista à Revista Nova Escola, a educadora Débora Garofalo explica que costuma “trabalhar com softwares livres e plataformas gratuitas. Algumas possibilitam o trabalho também *off-line*, o que facilita e não frustra as crianças quando existe algum problema com o acesso à internet ou com a rede na escola”. Além disso, ela procura “estimular através do jogo digital a colaboração na aprendizagem, como observar, identificar, conceituar, relacionar, diferenciar e inferir, observando nos alunos a construção de novos saberes e também de saberes adquiridos na sala de aula” (GAROFALO, 2017 apud NOVA ESCOLA, 2017).

Segundo Brandão et al (2009), os jogos, durante o processo de alfabetização, são de extrema importância para o desenvolvimento dos alunos e atuam como auxiliares na aquisição do sistema de leitura e escrita. As autoras pontuam que o processo de aquisição da leitura e da escrita é uma fase complexa para a criança e que, por meio dos jogos e brincadeiras, elas passam a encará-lo de forma natural e aprendem brincando.

Utilizar as TDICs durante o processo de alfabetização e letramento é importante e necessário porque, ao passo em que os alunos são alfabetizados e letrados na língua materna, são também alfabetizados e letrados digitalmente, de forma lúdica e adequada a cada fase e necessidade, com o uso orientado e mediado pelo professor, o que é fundamental para a aprendizagem de cada aluno. Existem diversos aplicativos (*Apps*) educativos que podem ser explorados em sala de aula e que tornam a aprendizagem mais dinâmica e atrativa, despertando o interesse dos alunos em aprender para uma aprendizagem mais significativa.

3. ESTUDOS DE CASOS

Para entender melhor como estes *Apps* podem ser úteis no processo de alfabetização e letramento (digital) das crianças, optamos por analisar algumas das opções disponíveis para dispositivos móveis (*tablets* e *smartphones*), por serem de fácil acesso às crianças. Para os estudos de casos desta pesquisa, foram selecionados 3 jogos diferentes, todos com versões gratuitas.

O primeiro a ser analisado foi o *App* com o jogo Alfabetizando⁹⁷, ideal para crianças que estão na fase de alfabetização, pois estimula a aprendizagem dos fonemas. O jogo apresenta palavras com espaços em branco para que o jogador complete com vogais ou consoantes, de acordo com a opção escolhida por ele, antecipadamente.

FIGURA 1: *App* Alfabetizando na página do *Google Play*.



FONTE: Elaborado pelas autoras, 2017

“O jogo é semelhante ao jogo da forca, são mostrados espaços em branco para que sejam arrastadas letras e formar palavras. A diferença é que os espaços em branco podem ser somente vogais, ou somente consoantes, evidenciando a diferença entre uma e outra.” (DITEC; PINHEIRO, 2015). Nele, cada palavra é relacionada a uma imagem, o que facilita o significado para a criança. É muito atrativo por ser colorido e intuitivo.

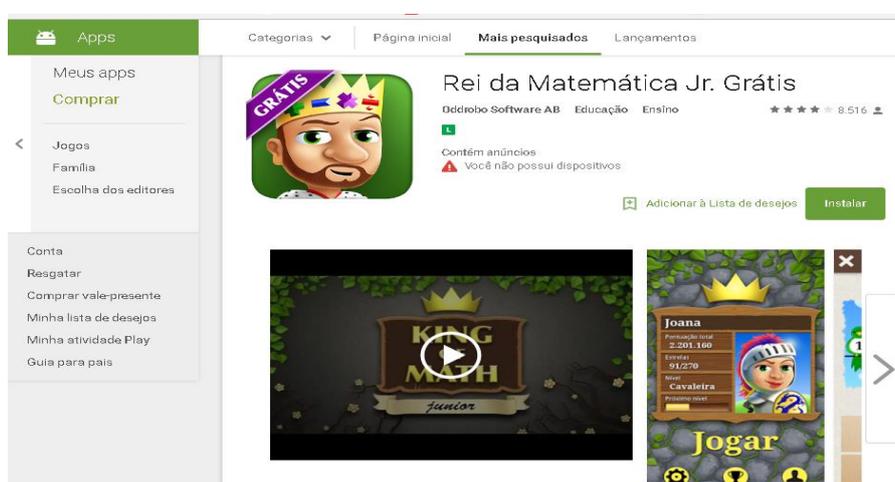
O segundo escolhido foi “O Rei da Matemática Jr. Grátis”⁹⁸.

⁹⁷ Está disponível no *Google Play*, é gratuito e de fácil acesso.

⁹⁸ Este *App* está disponível no *Google Play* e no *Amazon Appstore* para *Android* e na *App Store* para *iPhone* e *iPad*. Até o nível 3 é gratuito e para obter do 4 até o 10 é paga-se R\$ 8,99.

É um jogo indicado para crianças a partir de 6 anos que desafia o jogador com perguntas, estimulando o raciocínio lógico e a aprendizagem matemática de forma lúdica e prazerosa. A versão gratuita do aplicativo é composta por 3 níveis, sendo: 1º nível - Contagem, em que os objetos para contar são diversificados; 2º nível - Adição, que trabalha esta operação de diversas maneiras e o 3º nível – Miscelânea, no qual as crianças aprendem horas, frações e problemas.

FIGURA 2: App Rei da Matemática Jr. Grátis, na página do *Google Play*.



FONTE: Elaborado pelas autoras, 2017.

“A sua vantagem didática está em despertar a curiosidade e em colocar a matemática num contexto divertido” (ODDROBO SOFTWARE AB, 2015). Conforme os acertos, o jogador ganha estrelas e, de acordo com a pontuação, troca de personagem e ganha medalhas, o que estimula a criança a sempre almejar maior desempenho.

O terceiro app escolhido foi o Aramumo⁹⁹, que disponibiliza um jogo que foi desenvolvido por iniciativa dos alunos do ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica,

⁹⁹ É gratuito e está disponível somente no *Google Play*.

(idealizado pelo grupo ITABits¹⁰⁰) em parceria com o Instituto ABCD¹⁰¹ com intuito de auxiliar na alfabetização de crianças com dificuldades e distúrbios de aprendizagem.

FIGURA 3: App Aramumo na página do Google Play.



FONTE: Elaborado pelas autoras, 2017.

Nesse jogo, composto por cruzadas, em que aparecem diversas sílabas flutuando dentro de bolhas, “o jogador deve ouvir um conjunto de palavras e então arrastar as bolhas flutuantes na tela às posições corretas na grade quadricular, de forma que as setas correspondam às palavras ouvidas” (MUXAGATA, 2013).

Por meio desse jogo, é possível desenvolver a atenção, a concentração, o ensino de separação silábica, entre outros. Possui 4 níveis e é avaliado o desempenho do jogador de acordo com o tempo gasto para completar a cruzada.

Notamos com estes estudos que o uso de tecnologias digitais na Alfabetização das crianças não precisa, necessariamente, ser realizado dentro da escola. Uma grande parte das crianças tem acesso às tecnologias digitais no âmbito familiar e podem utilizar estes recursos também para reforçar o processo de ensino realizado na escola, sempre com o

¹⁰⁰ Equipe de competição voltada ao desenvolvimento de jogos e aplicativos.

¹⁰¹ Instituto ABCD é organização não governamental que mantém programas para pessoas com dislexia e outros transtornos de aprendizagem.

apoio de um adulto. Para isso, o professor pode orientar aos pais de como seu uso deve ser feito, assim como os benefícios e cuidados que se deve ter com seu uso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos que os estudos sobre letramento e alfabetização (digital) percorreram até o momento mostram grandes avanços, porém ainda há muito a progredir, e, para que isso ocorra, efetivamente, é preciso uma maior conscientização por parte dos professores alfabetizadores para que se preparem para realizar seu trabalho de forma eficaz e direcionada aos alunos.

É de extrema urgência que a escola adquira um olhar diferenciado para a necessidade de incluir as tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem, pois a geração atual não se enquadra na metodologia tradicional e a sociedade avança rapidamente, em especial no quesito informação. Por isso, é importante que nossas crianças e jovens sejam preparados para participar e atuar como sujeitos ativos e transformadores em suas comunidades e na sociedade. A alfabetização e o letramento digital são fundamentais para o uso consciente das diversas tecnologias. Entretanto, entendemos também que não se deve supervalorizar as tecnologias e menosprezar os métodos tradicionais, mas, sim, extrair de cada um a sua melhor essência e estimular o uso consciente dos recursos tecnológicos, mostrando as suas vantagens e desvantagens.

Dessa forma, percebe-se que são muitos os obstáculos que circundam a implantação das tecnologias digitais na educação escolar, em especial no processo de alfabetização, contudo, é preciso que a escola avance junto com a sociedade, para oferecer melhores oportunidades às classes menos favorecidas, com a conscientização no acesso à informação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi Alves et al. **Jogos de alfabetização**. Recife: Universitária, 2009.

COLL, César; ILLERA, José Luis Rodríguez. Alfabetizações, novas alfabetizações e alfabetização digital: as TIC no currículo escolar. In: COLL, César; MONEREO, Carles.

Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 289-310.

COSCARELLI, Carla Viana. Alfabetização e letramento digital. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital:** aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 2. Ed. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2007. 248 p

COUTO, Maria Elizabete Souza. **Alfabetização e Letramento digital.** Estudos IAT, Salvador, v.2, n.1, p.45-62, jan./jun., 2012.

DITEC; PINHEIRO. **Alfabetizando.** Google Play. *Apps.* Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.smeitajai.Alfabetizando&hl=pt_BR. Acesso em: 10 mar 2017.

GOMES, Alex Sandro. *et al.* **Cultura digital na escola:** habilidades, experiências e novas práticas. Recife: Pipa Comunicação, 2015, p.192.

MUXAGATA, Eric. **Aramumo.** Google Play. *Apps.* Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.aramumo.Game&hl=pt_BR. Acesso em: 10 mar 2017.

NOVA ESCOLA. Como as tecnologias contribuem para o processo de Alfabetização. Blog Tecnologia na Educação. Publicado em 27 de Março 2017. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/4854/blog-tecnologia-como-as-tecnologias-contribuem-para-o-processo-de-alfabetizacao?utm_source=tag_novaescola&utm_medium=facebook&utm_campaign=mat%C3%A9ria&utm_content=link Acesso em: 29, mar. 2017

ODDROBO SOFTWARE AB. O Rei da Matemática Jr. Google Play. *Apps.* Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.oddrobo.komjfree&hl=pt_BR>. Acesso em: 10 mar 2017.

RAMAL, Andrea Cecilia. Ler e escrever na cultura digital. Porto Alegre: **Revista Pátio**, ano 4, no. 14, agosto-outubro 2000, p. 1-5. Disponível em: <www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/literatura/0003.html>. Acesso em: 08 fev 2017.

SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Bras. Edc.**, Abr 2004, nº.25, p. 5-17. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 09 fev 2017.

_____. **Novas práticas de leitura e escrita:** letramento na cibercultura. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>>. Acesso em: 08 fev 2017.

POESIA: O PRINCÍPIO ESPERANÇA E AS CONDIÇÕES DE LEITURA

Alex Wagner Dias (Mestrando em Teorias e Crítica da Poesia, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UNESP de Araraquara; Coordenador de Programação do Sesc Birigui); alexdias@osnauticos.com

Resumo:

O presente trabalho traça uma reflexão acerca da poesia e das condições de leitura no Brasil. Desenvolve-se tomando como norte as ideias sobre o fazer poético apontado por Haroldo de Campos em entrevista ao escritor Pedro Maciel para, então, apresentar alguns dados que relacionam os temas: poesia, leitura e biblioteca. Logo, abre-se margem para analisar o papel do poeta frente a um cenário desafiador, o de estimular a leitura num país que pouco, quase nada lê. Com isto, o trabalho entranha-se no universo particular da língua e da linguagem e chama a atenção dos leitores para uma viagem entre a tradição oral e a escrita – através da criação de uma metáfora entre a obra clássica de Homero, *Odisseia*, e os conceitos de Cultura e Poder. Assim como a questão da tradição oral na literatura, o trabalho abarca uma comparação com as questões relativas ao desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, que tanto altera os nossos hábitos e, conseqüentemente, impactam na relação que temos com a leitura e com o universo dos livros. Provocar novas descobertas de mundo é um dos papéis fundamentais da linguagem, da poesia, através do ofício dos poetas, que auxiliam com suas obras, a busca de uma autonomia de pensamento e uma resistência, através da arte, às intempéries da vida. O percurso estabelecido neste trabalho também levou em consideração a fruição estética com a poesia, ou seja, o prazer do criador (poeta) e do leitor, que em certo ponto, com seu repertório, pode ser compreendido como coautor de uma obra poética, por sua leitura sensível que refina-se quanto mais é, e se permite ser, desafiada. Haroldo de Campos, poeta que discutiu e apresentou a poesia por tantas vertentes, acaba por ser a chave de uma nova leitura da nossa condição de leitores.

Palavras-chave: Poesia. Leitura. Haroldo de Campos

Abstract:

The present work traces a reflection on the poetry and the conditions of reading in Brazil. This article takes as a north the ideas about the way of creating poetry, pointed out by Haroldo de Campos in an interview with the writer Pedro Maciel and then present some

data that relate the themes: poetry, reading and library. Therefore, possibilities to analyze the role of the poet facing a challenging scenario emerge, like stimulating the reading in a country that few people frequently read. With this, the text flows to a particular universe of the language and calls readers' attention to a journey between an oral and written tradition - through the creation of a metaphor between a classic work of Homer, *Odyssey*, and the concepts of Culture and Power. Such as the issue of oral tradition in literature, this work establishes a comparison about the development of Information and Communication Technologies, that change our habits and, consequently, impact on the relationship with reading and the universe of literature. To provoke new discoveries is one of the fundamental roles of language, of poetry, through the work of poets, who help with their creations to search for autonomy of thought and resistance, through art, to the inclemencies of life. The course established in the article also takes into account an aesthetic fruition of poetry, that is the enjoyment of creator (poet) and reader, which at a certain point, with his repertoire, can be understood as co-author of a poetic text, by his sensitive reading which refines itself when challenged. Haroldo de Campos, a poet who discussed and presented a poetry by so many strands, turns out to be a key to a new interpretation of our status as readers.

Keywords: Poetry. Reading. Haroldo de Campos

DA UTOPIA E DA REALIDADE

Em entrevista ao escritor Pedro Maciel, publicada no Jornal do Brasil, no caderno "Ideias", em 07 de julho de 1995, o poeta Haroldo de Campos, perguntado sobre como é fazer poesia em um país em que quase ninguém lê, respondeu:

É aquilo que se poderia chamar: o princípio esperança. Faz-se a poesia em um país em que a maioria não lê; e não lê por duas razões: porque faltam duas reformas fundamentais, uma de melhor e mais justa de distribuição de renda e outra agrária, mas para valer. Quando isso acontecer, sem dúvida, os auditórios aumentarão. E é esperando esses melhores tempos e semeando para aqueles que hoje podem contribuir para isso, que alguém faz

poesia. A esperança, como dizia Walter Benjamin, existe por causa dos desesperados.

Haroldo de Campos sinaliza o que podemos sentir em qualquer canto de nosso país, seja na periferia ou em lugares mais elitizados: o número de *desesperados* é incalculável. A carência dos desafortunados perpassa por uma realidade crítica, o ínfimo número de bibliotecas públicas que permitam acesso a livros e programações culturais que permeiam o incentivo à leitura por meio da transversalidade de linguagens artísticas. Além do governo lançar, neste sentido, bibliotecas pouco atrativas à população, que mais valem pelas estatísticas de abertura das mesmas do que pela qualidade e estrutura, de acervo, de equipe especializada e de programação.

Atualmente, apenas 7% da população brasileira tem como forma de acesso ao livro os empréstimos feitos por bibliotecas públicas ou comunitárias. Somando-se a isto, o fato de que quanto menor é a renda familiar, maior é a população de público não leitor, como as classes D/E que constituem 60% do perfil de não leitores.

Vale ressaltar que, considera-se leitores aqueles que leram, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses. Estes dados, que constam na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2015), apontam ainda que, após a mãe ou responsável do sexo feminino, a pessoa com maior capacidade de influenciar o hábito de leitura é o professor ou a professora e que o significado da leitura, para os entrevistados, representa que: 1) ela traz conhecimento; 2) ela traz atualização e crescimento profissional e; 3) a leitura ensina a viver melhor (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2015).

Para se avistar, de outra perspectiva, o abismo entre os potenciais leitores e os livros, no Brasil, basta lembrarmos que a lei 12.244/2010 determina que todas as escolas brasileiras, públicas ou particulares, deverão ter biblioteca até o ano de 2020. Segundo a lei, os acervos precisarão ter, no mínimo, um título por aluno matriculado. Hoje existem apenas 21,6 mil bibliotecários habilitados e uma demanda de 200 mil escolas de educação básica, ou seja, um déficit de 178,4 mil bibliotecários no Brasil (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2010).

Destacados estes pontos, avaliar as condições atuais se faz necessário, pois, com a invenção do livro de bolso e os livros em formatos digitais, as práticas de leitura mudaram consideravelmente, sobretudo, por diversificar os locais das mesmas (COULANGEON, 2014). As condições de leitura, portanto, devem ser levadas em consideração, distinguindo-se:

Interrogar-se sobre as condições de possibilidade da leitura significa interrogar-se não só sobre as condições sociais de possibilidade das situações em que se lê (e imediatamente se percebe que uma das condições é a *schole*, a forma escolar do ócio, ou seja, o tempo de ler, o tempo de aprender a ler), mas também sobre as condições sociais de produção de *lectores*. (BOURDIEU, 2004, p. 135).

O papel do professor, portanto, volta a destacar-se – entendendo-o como aquele capaz de despertar pessoas para um universo de constante desafio: o de aprender, apreender e empreender, seja ele o professor de sala de aula, um contador de histórias, um ator, um operário, um poeta.

Para Milton Santos, (2000, p.19), “as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca”, porém, isto não ocorre em sua totalidade. Exemplo disto, é o papel que as bibliotecas exercem na produção e formação de leitores. E quando pensamos nas bibliotecas públicas, essa responsabilidade do Estado e dos Municípios se torna ainda mais crucial e estratégica, pois perpassa a coordenação de ações sociais (BRESSER-PEREIRA, 2010). Porém, as bibliotecas perdem em assiduidade para atrativos oriundos das Tecnologias de Informação e Comunicação, como a internet, as redes sociais, a televisão, etc., gerando um rompimento gradativo dos leitores com os espaços públicos para leituras e, conseqüentemente, provocando uma diminuição da fruição dos encontros (entre pessoas, entre pessoas e novas obras, entre pessoas e novos locais de se ler e aprender).

Provocar as experiências estéticas torna-se um dos papéis fundamentais da poesia e do poeta, que maneja, revigora e experimenta a linguagem, que pode gerar uma:

(...) experiência como apreciação, percepção e deleite. Mais denota o ponto de vista do consumidor do que o do produtor. É o *gusto*, o gosto; e, tal como na culinária, a clara ação habilidosa fica do lado do cozinheiro que prepara os alimentos, enquanto o gosto fica do lado do consumidor, assim como, na jardinagem, há uma distinção

entre o jardineiro que planta e cuida e o morador que desfruta do produto acabado. (DEWEY, 2010, p. 127).

Falo em nome da poesia, mas o conceito de Dewey pode ser aplicado para as artes, em geral. Com uma ressalva: o autor distingue a fruição entre o criador (artista) e o público (consumidor). Para a poesia, prefiro ressignificar este pensamento do autor dotando de criador e imerso numa mesma condição estética do poético tanto o poeta como o leitor, já que a poesia, a meu ver, só se constitui pela interação da sensibilidade desses atores.

Neste processo, é fundamental o papel do poeta, capaz de provocar certas rupturas ou certas colisões, o que, para Barthes (2010), desperta o prazer da leitura. Mas como compreender essas rupturas? A poesia, acredito, é uma das mais potentes expressões artísticas, capaz de gerar e exigir autonomia, pois o poeta ou o leitor de poesia se vê constantemente numa viagem entre culturas, entre construções de linguagem e de vozes, em um mergulho sobre o que se entende e sobre o intangível. O poético trabalha com o desenvolvimento de habilidades e saberes que geram autonomia no processo de aprendizagem, promovendo a quebra com o sistema de aprendizados mecanicistas e descontextualizados, ou seja, que não empodera as pessoas e lhes faculta ser capaz de ler o mundo e intervir sobre ele (FREIRE, 2016).

Intervir sobre o mundo e a realidade de um país de míseros leitores, buscando reverter através de movimentos como *poetry slams*, *saraus*, *recitais*, *intervenções urbanas* etc. em praças, centros culturais, bares, escolas, ruas, redes sociais e outros meios de comunicação, fazendo valer a liberdade da linguagem, pois “nada do que é cultural pode ser estanque, porque a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental”. (SANTOS, 2006, p. 47). Mudança esta que pode ser verificada através da metáfora da modernidade líquida de Bauman (2008, p.8), já que “os líquidos se movem facilmente, fluem, escorrem, esvaem-se, respingam”.

POSSÍVEIS PERCUSOS

Pois o que é um livro em si mesmo? Um livro é um objeto físico num mundo de objetos físicos. É um conjunto de símbolos mortos. E então aparece o leitor certo, e as palavras – ou antes, a poesia por

trás das palavras, pois as próprias palavras são meros símbolos – saltam para a vida, e temos uma ressurreição da palavra. (BORGES, 2000, p. 12).

A ressurreição da palavra, o encontro da poesia das palavras com os leitores, encontra vasão, também, na tradição da literatura oral. Nos dias de hoje, compreender um caminho cultural para a recepção da poesia perpassa elucidar as relações de poder dos que dominam e articulam um de nossos maiores patrimônios culturais: a nossa língua. O mundo que, depois da revolução do período das grandes navegações, permite a comunicação entre povos que antes se situavam isolados de outros, nos exige, constantemente, a tarefa de aprender a ler o mundo, interpretá-lo de maneiras diversas a fim de perceber a nossa evolução, (MORIN; WULF, 2000) – seja ela tecnológica, biológica, comunicacional – também nos mostra a importância do saber e do domínio de nossa língua e de outras.

Estamos nos esquecendo, com o avanço tecnológico, de que a nossa língua é um dos mais sofisticados e mutáveis instrumentos tecnológicos de comunicação, o que nos limita o cuidado com este que considero um dos maiores patrimônios culturais de um povo, de uma sociedade. Desta forma, penso que, a língua é uma pátria sem fronteiras, uma identidade cultural mutável e transeunte. Ela está onde o corpo da voz, do texto, das palavras a levam.

Por isto, fica possível identificar a obra *Odisseia*, de Homero, com seus mais de 12 mil versos, como um importante documento para refletir sobre a cultura e o desenvolvimento humano, pois como nos diz Viera (2013, p.473), “[...] Homero construiu um poema que nos surpreende justamente por seu caráter multifocal, e não linear”. E o fato de não haver um mínimo de documentação sobre a vida e a pessoa de Homero, suficiente para atestar sua existência, reforça a ideia do quão relevante é a tradição da oralidade, e de se oralizar a poesia, de se fazer rodas de leituras entre as pessoas; maneira esta, de se perpetuar histórias que nos afastariam do perigo de uma história única, como apontam alguns autores como Edgar Morin (2007).

A *Odisseia* é um clássico grego que narra a história de Odisseu (ou Ulisses, como ficou conhecido pela tradução latina), o herói da trama. Ele é o rei de Ítaca, uma ilha de onde se ausenta por mais de 17 anos, tendo passado 10 deles na Guerra de Troia. Em Ítaca, o esperam sua esposa, Penélope, e seu filho, Telêmaco. Como nos define Vieira (2013, p.477), “[...] Odisseu não é apenas símbolo da *métis* (“inteligência”), mas um

extraordinário inventor e manipulador da linguagem, com raro talento para operá-la no plano do significante”.

Em termos mais específicos, podemos criar uma analogia em que Odisseu seja a Cultura e Ítaca seja o Poder. Mesmo não estando presente fisicamente, a “Cultura”, Odisseu, nunca se ausenta por completo do “Poder”, de Ítaca. Isto só é possível por um reconhecimento desta “cultura” ou deste “poder” pelas pessoas que habitam a ilha ou passam a habitá-la, pelo conhecimento e necessidades que carregam. No entanto, toda a cultura corre o risco de ruir, de ser contaminada por outras a ponto de sucumbir, ou ter de ceder e perder suas raízes, sua identidade. A personagem que melhor nos representa esta alegoria é a esposa de Odisseu, Penélope. Ela sofre grande pressão de outros atores que pretendem usufruir do poder e do reinado, até então, pertencentes a Odisseu.

A “Cultura”, Odisseu, por sua vez, desbrava, encara e vence mitos, seres fantásticos, outras formas de cultura, tecnologias, crenças, isto devido a sua entrega astuta para a absorção dos processos de construção de identidades e da reelaboração de seu discurso. Por sua vez, Penélope sabia que para manter sua integridade e o reinado de seu esposo, e mesmo a sua posição social, teria que criar um mecanismo igualmente astuto. Nisto, para ludibriar os seus pretendentes, ela passa a coser um tapete com a promessa de que, quando terminado o trabalho, e caso Odisseu não houvesse retornado, ela então escolheria um dos pretendentes a desposá-la. Mas, se ela cosia o tapete durante o dia, a noite ela desfazia o trabalho, o que lhe garantia tempo para esperar o retorno de seu amado, e mesmo sua permanência no *poder* e no controle da ilha. Se chamo a atenção da analogia entre o poder e a Ilha de Ítaca, é para destacar outro aspecto importante que podemos observar nesta obra, o papel da mulher. Penélope representava uma fração distinta de mulheres que, em sua época, eram detentoras de um saber apenas factível aos homens. Era, pois, o ponto de ancoragem da ilha, o próprio farol para os olhos atentos dos navegantes que se deparassem com tal terra e precisavam de certa localização, ou localizador, e era a segurança para Odisseu, na sua ausência.

Se tomo a ilha como o Poder, é porque faço valer a definição lançada por Foucault:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou

melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (2004, p. 193).

Passar pelos indivíduos, atravessá-los, circular e permear-se sobre a trama do fenômeno dos encontros, da constituição das sociedades, é fazer – no limite da contradição da metáfora que evoco entre Cultura e Poder, Odisseu e Ítaca – surgir a adaptabilidade ao novo. Logo, trato de uma ilha que não deve ser vista como algo exótico e inacessível, mas, ao contrário, como um local que se estabelece como mais um destes importantes pontos de confluência entre pessoas e saberes, incluindo-se aí, aqueles que a circundam e que, de alguma forma, venham a tomar contato com ela. Se hoje estamos situados na era das conexões, das redes, essa relação entre cultura e poder reforça que o cenário de poucos leitores em nosso país, de poesia ou literatura, passa pela falta de estímulo da escola, da família e de outros espaços de formação.

A figura de Odisseu também pode nos representar o multiculturalismo, já que o herói é capaz de transitar por mundos distintos, incluindo as relações entre homens e deuses. E, tendo se perdido de Ítaca, a levava sempre em sua mente, como que predestinado a ali chegar, depois de tanto aprender, de tanto encontrar pela vagância as experiências de uma vida toda que não poderia ser mais rica, porque fora plenamente vivida na aventura. Essa aventura simboliza o aprendizado, assim como demonstra o trecho do belo poema *Ítaca*, de Konstantinos Petrou Kavafis, na tradução de Haroldo de Campos: “Roga que sua rota seja longa, / que, múltiplas se sucedam as manhãs de verão. / Com que euforia, com que júbilo extremo entrarás, / pela primeira vez num porto ignoto! [...] Tua sina te assina esse destino, / mas não busques apressar sua viagem” (2012, p. 31).

Em outros termos, não podemos nos esquecer que estamos diante de uma obra que transitou da tradição oral ao universo erudito. As metáforas traçadas até aqui com a obra *Odisseia* buscam evidenciar a questão premente da tradição oral, do poder

encantatório da poesia sobre a língua, capaz de fazer atravessar gerações, séculos a fio, uma história cantada e contada de inúmeras formas e por culturas distintas.

Outro aspecto importante sobre esta obra que pode ser verificado após o tempo de sua permanência/resistência, entre as mais populares, para o que estou chamando atenção, ou seja, a questão da condição de leitura e de leitura de poesia no Brasil hoje, é a de que ela pode atestar nossa qualidade como leitores. Séculos atrás, *Odisseia* era uma obra extremamente popular, sua linguagem e sua mitologia não causavam alarde aos ouvintes daqueles que tomavam contato com a obra. Ao contrário, esse caráter popular é que a fez atravessar o tempo. Hoje, ela sofreu uma guinada, sendo tomada pela grande maioria como uma obra erudita.

Erudita, penso, porque evidencia, na atualidade, nossa fragilidade como leitores, nosso mísero repertório acerca dos mitos – campo reservado a poucos estudiosos e curiosos – além de valer-se de uma linguagem que requer do leitor um conhecimento mais preciso da língua e de seus recursos. Não obstante, encontramos inúmeras traduções que poderiam ser chamadas de *mutiladuções*, pelo quanto mutilam a obra, buscando simplificá-la e adequá-la para um público de leitores pouco exigente, que não se demora na viagem.

Mas eu estava falando de esperança. Mesmo que o rio turva da realidade, me fazendo um desesperado, me distanciasse da evocação das águas mais claras. Retornemos pelo fim, que é sempre novo começo. A poesia é o sem-fim lançando luz ao nevoeiro.

NOVAS GALÁXIAS

e me teço um livro onde tudo seja fortuito e forçoso um livro onde tudo seja não esteja seja um umbigodomundolivro um umbigodolivromundo um livro de viagem onde a viagem seja o livro o ser do livro é a viagem por isso começo pois a viagem é o começo e volto e revolto pois na volta recomeço reconheço remeço um livro é o conteúdo do livro e cada página de um livro é o conteúdo do livro e cada linha de uma página e cada palavra de uma linha é o conteúdo da palavra da linha da página do livro (CAMPOS, 2011, fragmento 1).

Santa ignorância a nossa que nem tudo pode aprender. Tudo pode tecer, como se criasse um livro todo pelas mãos delicadas de uma criança surpresa por reconhecer as primeiras letras de uma história, que é um mundo todo de descobertas. Mesmo que não saiba a história toda, mesmo que não compreenda todos os versos, mesmo que não se iluda com as ficções maiores que a vida, ainda assim, santa ignorância a nossa que nos convoca a olhar o quão rasteiro somos na Terra, perto das árvores altas, ao pé das montanhas, debaixo do céu que é tão vasto. A poesia com todos os seus recursos vem para nos lançar mundo possíveis. O encontro com ela pode ser acidental: com um poema escrito num muro, numa folha de um caderno que os olhos furtam de relance, num livro deixado num banco de praça, em um vídeo ou música ou tela ou tecido ou cartaz ou aquele poema que só nos chega através do silêncio. É preciso ter espaço para se ter galáxias, para se permitir desafiar os limites do corpo, da alma, das lembranças. Espaço de leitura, para encontros, conforto de querências, confronto de estruturas. A poesia anuncia desejos e universos que vieram se gestando nas fraturas da língua e nos laços da fala. É utopia e matéria que constitui nossa mais peculiar humanidade, porque faz sentir, mesmo que não se faça compreensível a todo o tempo.

A poesia está aqui, acalentando, inquietando, e nos lançando para uma língua nova. Exigindo de nós, como bem disse o mestre Guimarães Rosa sobre a vida: coragem.

Michel Déguay, nos fala: “[...] A situação da poesia em seu mundo e no mundo, a forma como é recebida assim como o papel que ainda lhe é concedido, são integralmente regidos pelo rumo *cultural* das coisas” (2007, p.391). E se o rumo cultural do Brasil precisa ser reinventando, continuarei fazendo poesia, como quem busca despertar leitores, como quem busca fazer eco no universo escuro. Porque a poesia funda bibliotecas, de versos, de autores, de universos. A poesia reinventa a forma de resistência às barbáries.

O princípio esperança avança como um sol nos versos e no corpo do poeta que lança voz à poesia. Que trabalha, não indiferente às condições da leitura em seu país, mas para transformá-las. Para, de alguma forma, mesmo indiretamente, aproximar pessoas e despertar sensibilidades, provocar experiências estéticas. Poesia como esperança e vislumbre para a re-invenção, do humano, da tecnologia, da comunicação, da arte, da cultura e da educação. Poesia como pão e como profanidade da língua, como elemento pertencente ao povo e não apenas a uma pequena parcela da sociedade, cuja herança (cultural, simbólica, de capital) já a trouxe no bojo do significado de sua potência. Poesia que expande horizontes e resiste, pelos percursos a que se lança, desafiando a escassez, a morte, a secura do tempo. Poesia como odisseia, desilha e matilha, na vigília de uma

língua estimulada à criação, que acende os olhos dos que a leem como *desesperados*, sedentos de mais delicadeza.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Haroldo. **Haroldo de Campos: o barroco é a literatura das Américas**. Entrevista, *Jornal do Brasil*, caderno Ideias, 07/07/1995. IN: *Revista Caliban*. Disponível em: <https://revistacaliban.net/Haroldo-de-campos-o-barroco-%C3%A9-a-literatura-das-am%C3%A9ricas-591e9fae1de2>. Acesso em 09/08/2017, às 21h45.
- COULANGEON, Philippe. **Sociologia das práticas culturais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014, 160 p.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 280 p.
- BARTHES, Roland. **O Prazer do Texto**. São Paulo: Perspectiva, 2010, 80 p.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, 242 p.
- BORGES, Jorge Luis. **Esse Ofício do Verso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nação e Sociedade civil na construção política do Estado**. In: *Revista Lua Nova*, 81, 2010.
- CAMPOS, Haroldo. **Galáxias**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DEWEY, John. **Arte como Experiência**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2010. 648 p.
- DÉGUY, Michel. Poesia sem Palavras? In: NOVAES, Adauto. (org.). **Mutações: Ensaios sobre as novas configurações do mundo**. São Paulo: Edições SESCSP e Agir, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 144 p.
- HOMERO. **Odisseia**. Tradução, posfácio e notas de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2013.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 2015**. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf. Acesso em: 01 de ago.2016, 17h18.
- KAVAFIS, Konstantinos. **Konstantinos Kavafis: Poemas**. Tradução de Haroldo de Campos. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- MORIN, Edgar. WULF, Christoph. **Planeta: A aventura desconhecida**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MORIN, Edgar. **Los siete saberes necesarios para la educación del futuro**. México: Paydos, 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 12.244 de 24 de Maio de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 15/08/2017.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Brasil precisa de 25 bibliotecas por dia**, 2010. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/9378/brasil-precisa-de-25-bibliotecas-por-dia/>. Acesso em: 15/08/2017.

VIEIRA, Trajano. Posfácio à Odisseia. In: HOMERO. **Odisseia**. Tradução, posfácio e notas de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2013.

CAOS POÉTICO: O JOGO COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

Maria Clara Soares Pontoglio (Serviço Social do Comércio – Sesc/ Programa de Pós-graduação em Educação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP); mariaclara@birigui.sescsp.org.br *

Resumo:

O jogo "Caos Poético" foi desenvolvido como uma proposta de integração entre as crianças do programa Curumim e os idosos que participam das atividades do programa Trabalho Social com Idosos (TSI) do Sesc Ribeirão Preto. Além da integração entre gerações, tal jogo visou à sensibilização dos participantes em relação à leitura de poesias. No "Caos Poético", os participantes são organizados em equipes; devem buscar versos que estão dispostos pelo espaço de realização da atividade, seguindo os números das casas do tabuleiro; ao encontrar os versos, devem reunir a equipe para recitá-los e jogar o dado novamente; fazem isso até chegar ao final do percurso. Para o encerramento do jogo, os participantes recebem um livreto com poesias dos autores utilizados na atividade. O jogo compôs a programação da Feira do Livro de Ribeirão Preto em 2016 e 2017. Nas realizações em 2016, participaram da atividade as crianças do Curumim e idosos do TSI e também o público frequentador do Sesc. Nas realizações em 2017, participaram do "Caos Poético" as crianças do Curumim e seus familiares, bem como crianças, jovens e professores que visitaram a Feira do Livro. A maioria dos participantes demonstrou envolvimento e empenho no jogo, solidariedade, divertimento e respeito às regras. Ao refletir sobre o "Caos Poético", este demonstrou ser uma atividade lúdica e educativa que dialoga com o programa Curumim, com o TSI, com ações intergeracionais, assim como com os valores e diretrizes do Sesc. Todo o processo de criação do jogo foi como uma experiência estética para a idealizadora. A ludicidade do jogo e da poesia colaboraram para reforçar o senso estético da atividade e, possivelmente, provocar experiências transformadoras nos participantes.

Palavras-chave: Jogo. Poesia. Ludicidade. Experiência.

Abstract:

The game "Chaos Poetic" was developed as a proposal for integration between the Curumim children and the elderly who participate in the activities of the Social Work with the Elderly (TSI) program of Sesc Ribeirão Preto. In addition to intergenerational

integration, this game aimed to sensitize participants to read poetry. In "Poetic Chaos", the participants are organized into teams; they must look for verses that are arranged by the space of the activity, following the numbers of the board; when finding the verses, they must gather the team to recite them and throw the dice again; the players keep doing this until they reach the end of the course. To conclude the game, the participants receive a booklet with poetry written by the authors used in the activity. The game composed the program of the Book Fair of Ribeirão Preto in 2016 and 2017. In the accomplishments of 2016, the children of Curumim, the elderly of TSI and also the public that frequented Sesc participated in the activity. In the achievements of 2017, Curumim's children and their families, as well as children, young people and teachers who visited the Book Fair participated in the "Poetic Chaos". Most of the participants demonstrated involvement and commitment with the game, solidarity, fun and respect for the rules. Reflecting on "Poetic Chaos", this activity has proved to be a playful and educational activity that dialogues with the Curumim program, with the TSI, with intergenerational actions, as well as the values and guidelines of Sesc. The entire process of creating the game was an aesthetic experience for the idealizer. The playfulness of the game and poetry collaborated to reinforce the aesthetic sense of the "Poetic Chaos" and possibly to provoke transformative experiences in the participants.

Keywords: Game. Poetry. Playfulness. Experience.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, o jogo "Caos Poético" foi desenvolvido por mim e por Alex Dias (ambos funcionários do Sesc Birigui) como uma proposta de integração entre as crianças do programa Curumim e os idosos que participam das atividades do programa Trabalho Social com Idosos. Os programas mencionados foram criados pelo Sesc, possuem caráter socioeducativo e suas bases na Educação Não Formal, a qual consiste em um conjunto de processos e meios concebidos para objetivos explícitos de formação que não são voltados para à outorga dos graus próprios do sistema educacional regrado (TRILLA, 2008).

Mais especificamente, o Curumim é um programa que busca o desenvolvimento integral de crianças de 7 a 12 anos por meio de atividades lúdicas e educativas realizadas no tempo livre, garantindo espaços e tempos para brincar e conviver (OIENO; FERREIRA, 2015). O Trabalho Social com Idosos (TSI) é um programa que oferece aos idosos momentos de convivência, experimentação de linguagens artísticas, trabalho corporal e

ações em diferentes campos da cultura e que acontece a mais de meio século (REALIZAÇÕES: 2016, 2017).

Além da integração entre gerações, tal jogo visou à sensibilização dos participantes em relação à leitura de poesias. Por essa característica, a referida atividade compôs a programação das edições de 2016 e 2017 da Feira do Livro de Ribeirão Preto. Devido ao potencial lúdico e educativo da atividade, o “Caos Poético” também foi desenvolvido com outros públicos em outubro de 2016 e em abril de 2017, para as crianças do Curumim e seus familiares.

Desse modo, esse relato objetiva descrever o jogo “Caos Poético” e refletir sobre suas potencialidades e desdobramentos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O “Caos Poético” é um jogo em que se buscam versos que estão dispostos pelo espaço de realização da atividade para percorrer as casas do tabuleiro e chegar ao final do percurso. Os participantes são organizados em equipes e cada equipe é representada por um “peão”, que contém a imagem de um poeta. Ao jogar o dado, a equipe deve percorrer com o peão a quantidade de casas correspondentes ao número sorteado no dado e procurar o verso correspondente ao número da casa do tabuleiro. Para jogar o dado novamente, a equipe deve encontrar o verso, reunir-se em frente ao coordenador do jogo e recitá-lo. Assim, o jogo acontece até que todas as equipes alcancem o fim do tabuleiro. Ao final, o grupo é reunido para receber um livreto com poesias dos autores utilizados no desenvolvimento do “Caos Poético”. A duração da atividade pode variar de 40 minutos a 80 minutos, dependendo da extensão da área de jogo e da quantidade de participantes.

Para o “Caos Poético” acontecer, foram necessários os seguintes materiais: fita adesiva transparente; fita crepe; tesoura; tabuleiro feito de EVA; pincel atômico para escrever os números das casas do tabuleiro; 1 dado feito de feltro e manta acrílica; 6 “peões” de papel com fotos de poetas; 6 cores de pulseiras para diferenciar as equipes; livretos com uma poesia de cada escritor utilizado no jogo; cadeiras ou bancos para os idosos. Ao preparar os materiais, foi confeccionado um dado com feltro e manta acrílica de 20 cm por 20 cm; foram feitos também o tabuleiro com as folhas de EVA de diversas cores e os peões com papel sulfite e papel colorido, com fotos de 6 poetas diferentes. Os poemas foram selecionados previamente, mesclando textos de autores consagrados e novos autores também. A quantidade de poemas foi definida de acordo com o número de casas do tabuleiro (50 casas, 50 poemas) e eles foram organizados em uma lista.

Para criar os livretos, foi escolhido um poema e uma foto de cada poeta utilizado no jogo. Como exemplo, foram utilizados poemas de diversos autores, como Paulo Leminski, Alice Ruiz, Marina Colasanti, Manoel Bandeira, Manoel de Barros, Carlos Drummond de Andrade, Arnaldo Antunes, Cora Coralina, Cecília Meirelles, Fernando Pessoa, Vinícius de Moraes, Mário Quintana, Guilherme de Almeida, Alex Dias, um dos idealizadores do jogo em questão, entre outros.

Para a busca dos versos, estes foram retirados da lista de poemas e foram impressos. Após a impressão, os versos selecionados foram recortados e colados pelo espaço em que o jogo seria realizado. O local exato em que estava cada verso foi listado para melhor controle do jogo, assim como o número correspondente à casa do tabuleiro.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As realizações do jogo que ocorreram em 2016 foram feitas de forma experimental, com a confecção manual dos materiais utilizados. Após a atividade, foi proposto às crianças do Curumim fazer uma avaliação sobre o jogo, em forma de desenho ou escrita. No momento da avaliação, crianças mencionaram que se divertiram; disseram que o jogo foi imprevisível, pois não era possível saber qual equipe atingiria o final do tabuleiro primeiro; referiram que foi um jogo de tabuleiro com ação e que foi possível conhecer poesias brincando; apontaram que ficaram incomodadas com quem não estava seguindo as regras. Ao analisar os textos e desenhos, foi possível perceber que o tabuleiro e o dado de grandes proporções foram marcantes, pois vários desenhos fizeram referência a eles. Além disso, foi percebido que a maioria das crianças seguiu as regras propostas e pareceram estar envolvidas com a atividade.

Na segunda realização do "Caos Poético" em 2016, houve a participação de duas idosas junto com as crianças do programa Curumim e ambas interagiram bem com o grupo. Ao longo da atividade, as crianças demonstraram acolhimento e receptividade em relação às idosas, as quais jogaram mais de uma rodada, indicando interesse pela atividade. Também foi observado que o jogo serviu de estímulo para a memória dos participantes, devido à necessidade de recitar os versos encontrados. Durante a avaliação da atividade, algumas crianças mencionaram os versos que gostaram de ler no decorrer do jogo.

Na terceira realização do referido jogo ainda em 2016, a participação foi aberta ao público e foi observado novamente o grande potencial para a intergeracionalidade, pois participaram do jogo famílias formadas por adultos, crianças e idosos; participaram irmãs,

primos e até funcionários da instituição. No momento final do “Caos Poético”, os participantes relataram que foi uma atividade prazerosa e desafiadora.

Em 2017, o mesmo jogo foi desenvolvido em abril como uma proposta para integrar as crianças do Curumim e seus familiares. Desta vez, foi contratado o serviço de um artista gráfico para a criação do tabuleiro, dos peões e do livreto de poesias. Nesta realização, participaram, pais, mães, irmãs, irmãos e avós, além das próprias crianças que frequentam o Curumim. As pessoas presentes na atividade demonstraram envolvimento, empenho e pareceram se divertir ao longo do “Caos Poético”.

Na edição de 2017 da Feira do Livro de Ribeirão Preto, o jogo compôs mais uma vez a programação e foi aberto ao público que frequentava os espaços da feira. Nesta realização, foram utilizados o tabuleiro e os peões criados pelo artista gráfico; muitas crianças, jovens e os professores que acompanhavam seus alunos na visita à feira participaram da atividade no decorrer da semana. Na maioria das participações, houve receptividade, dinamismo, comprometimento, trabalho em equipe, solidariedade e respeito às regras do jogo por parte das pessoas que vivenciaram a atividade. Em alguns grupos, os professores não esperaram até o completo desenvolvimento do jogo; em contrapartida, a maioria dos professores que acompanhavam grupos de estudantes incentivaram e participaram da atividade.

Ao refletir sobre o “Caos Poético”, todo o processo foi como uma experiência estética, desde a concepção da dinâmica do jogo, à escolha dos versos e criação dos materiais. Para auxiliar na compreensão desta ideia, o filósofo John Dewey (2010, p.84), explica que “a experiência é a arte em estado germinal. Mesmo em suas formas rudimentares, contém a promessa da percepção prazerosa que é a experiência estética”. Este mesmo filósofo refere que tal tipo de experiência pode provocar reflexões e diálogos internos na pessoa que a vivencia, possivelmente ocasionando aprendizados e transformações do eu. Assim, afirmo que foi muito prazeroso e instigante pensar sobre a estrutura do jogo, os poemas, os aspectos que poderiam colaborar para potencializar o caráter educativo e o significado do referido jogo para os participantes. O detalhamento desta atividade fez pensar na minha prática como educadora, prestar atenção aos elementos lúdicos e trazê-los cada vez mais para as atividades que desenvolvo e que virei a programar.

A preocupação com todo o preparo e seleção do material utilizado foi com a intenção de trazer beleza e divertimento para a atividade e aguçar os sentidos dos participantes, bem como reforçar a característica profundamente estética do jogo e suas capacidades essenciais de fascinar e divertir (HUIZINGA, 2014). Além disso, posso dizer que o caráter

lúdico próprio do jogo pôde ser percebido pelo interesse despertado pela procura dos versos, pelo envolvimento dos jogadores, pelo impacto das cores e proporções do tabuleiro e do dado. Outro aspecto do “Caos Poético” que também conferiu ludicidade foi a utilização da poesia, considerada lúdica também por Huizinga (2014).

Ao pensar o jogo como elemento da cultura corporal, eu observo como ele está próximo da minha formação profissional e que devo explorá-lo, sendo possível estabelecer relações entre o jogo e os mais diversos temas, permitindo que ele seja um meio, além de ter um fim em si mesmo. Assim, percebo que o “Caos Poético” dialoga com o programa Curumim, com o TSI, com ações intergeracionais, assim como com os valores e diretrizes do Sesc (DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO DO SESC, 2010). A riqueza desse jogo impulsiona a replicá-lo, aperfeiçoá-lo e realizá-lo em outras versões e contextos, na tentativa de provocar uma experiência marcante e possivelmente transformadora para quem dele participar.

REFERÊNCIAS

DEWEY, J. **Arte como experiência**. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 646 p.

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO DO SESC. **Serviço Social do Comércio**. Departamento Nacional do Sesc, 2010. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/0ebbb65f-a345-4d20-a6d4-c28dec7999d7/Diretrizes+Gerais+de+A%C3%A7%C3%B5es+do+Sesc.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=0ebbb65f-a345-4d20-a6d4-c28dec7999d7>>. Acesso em: 09 agosto 2017.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. Tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2014. 243 p.

OIENO, M A. FERREIRA, H. B. Curumim: reflexões coletivas sobre um mesmo programa. In: PARK, M. B. FERNANDES, R. S. **Programa Curumim**: memórias, cotidianos e representações. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. 313 p.

REALIZAÇÕES:2016. **Serviço Social do Comércio**. Administração Regional. São Paulo: Sesc São Paulo, 2017.

TRILLA, J. A educação não formal. In: ARANTES, V. A. (org.). **Educação formal e não formal**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008. 167 p.

UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA PDCA PARA CONTROLAR ESTOQUE DE MATERIAIS DE UMA CLÍNICA ODONTOLÓGICA

Bruna Grasseti Fonseca (Unilago); brunagfonseca@gmail.com*

Elizangela Caldeira (Unilago); elizangelacb@yahoo.com.br

Mariangela Catelani Souza (Unilago); mariangelacatelani@yahoo.com.br

Aniele Bernardes dos Santos (Unilago); anieleb96@gmail.com

Vânia Nunes Siqueira (Unilago); vania.siqueira@hotmail.com.br

Márcia Roberta de Carvalho (Unilago); marcia@unilago.edu.br

Resumo: A crescente importância da qualidade teve início na indústria fabril e se desenvolveu até atingir o setor de prestação de serviços. Um dos procedimentos mais conhecidos para se medir qualidade é a utilização do método PDCA (Plan, Do, Check and Action), que em empresas do ramo odontológico pode ser administrado como um recurso que não perde sua valia, quando utilizado apenas uma vez em procedimentos e processos, pois proporciona para a organização uma cultura de melhoria que envolve todos os processos. É notável e sabido, que a Gestão da Qualidade brasileira era uma cópia da estrangeira, visto que apenas representavam fielmente os conceitos que outros autores formulavam, provavam como uma alternativa que funcionava e inseriam esses conceitos na prática. Tal comprovação dá o tom a atual competitividade existente no mercado odontológico, que é bastante pressionado pelas organizações como um todo. As clínicas odontológicas que visam aperfeiçoar seu desempenho devem introduzir novos tratamentos ao seu sistema de gestão. Dessa forma, a utilização de uma ferramenta da Gestão de Qualidade Total é fundamental para melhorar processos administrativos internos e a ferramenta PDCA pode ser essencial nesse sentido, uma vez que a clínica odontológica estudada apresenta problemas em sua administração de recursos, principalmente a gestão de estoque de materiais utilizados em processos da clínica. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar como a ferramenta da qualidade PDCA, pode auxiliar no controle da movimentação do estoque no que diz respeito ao fluxo de entrada, estocagem e saída dos materiais, reduzindo os custos e desperdícios.

Palavras-chave: Gestão da Qualidade. PDCA. Gestão de estoques e clínica odontológica.

Abstract: The growing importance of quality started in the manufacturing industry and developed until reaching the service sector. One of the most well-known procedures to measure quality is the use of the PDCA (Plan, Do, Check and Action) method, which in

dental companies can be administered as a resource that does not lose its value when used only once in procedures and processes, as it provides the organization with a culture of improvement that involves all processes. It is remarkable and well known that the Brazilian Quality Management was a copy of the foreigner, since they only faithfully represented the concepts that other authors formulated, proved as an alternative that worked and inserted these concepts in practice. Such evidence sets the tone for the current competitiveness in the dental market, which is strongly pressured by organizations as a whole. Dental clinics that aim to improve their performance should introduce new treatments to their management system. Thus, the use of a Total Quality Management tool is fundamental to improve internal administrative processes and the PDCA tool may be essential in this sense, since the dental clinic studied presents problems in its management of resources, especially inventory management of materials used in clinical procedures. In this context, the present article aims to analyze how the PDCA quality tool can assist in the control of the movement of the stock in relation to the inflow, storage and exit of the materials, reducing costs and waste.

Keywords: T Quality Management. PDCA. Inventory Management and Dental Clinic.

INTRODUÇÃO

A crescente importância da qualidade teve início na indústria fabril e se desenvolveu até atingir o setor de prestação de serviços. Tal comprovação dá o tom a atual competitividade existente no mercado odontológico. O setor da odontologia é pressionado pela globalização, que trouxe mudanças intensas e inconvertíveis na economia e pelo mercado que demanda diminuição de custos e ganhos de competência (SILVA, 2004). As clínicas odontológicas que visam aperfeiçoar seu desempenho devem introduzir novos tratamentos ao seu sistema de gestão, pois o mercado passa por mudanças continuamente e exige que as organizações se ajustem à essas alterações (FONSECA; MIYAKE, 2006).

Procedimentos que se fundamentam em princípios, que resultam em um desempenho de sucesso dessas organizações, precisam ser desenvolvidos e aperfeiçoados para que a disseminação de uma aplicação acertada tenha resultados positivos (FONSECA; MIYAKE, 2006). Nesse contexto, introduzir uma ferramenta da Gestão de Qualidade Total é fundamental, mesmo que seja uma organização pequena, como é o caso de uma clínica odontológica (SILVA, 2004).

O ciclo PDCA é entendido como um método que consegue identificar novos contratempos ou progressos a cada movimento, visando sempre à melhoria contínua (FRANCISCO, 2011). Tendo em vista que a melhoria contínua é um recurso que pode ser empregado para investigar a situação presente e, a partir do resultado dessa análise inicial, apresentar possíveis soluções para os problemas encontrados, visando melhorar os resultados e delimitar uma margem de custos (HARRINGTON; KNIGHT, 2001). A clínica odontológica estudada apresenta problemas na sua gestão de estoque, portanto a utilização da ferramenta PDCA para melhor distribuição interna de materiais odontológicos é fundamental, pois os estoques formam um operante da organização e sendo assim, refletem no montante final do capital gasto pela mesma (STOCKTON, 1976). Portanto, é necessário que haja certo cuidado e atenção com os estoques para que assim consiga limitar os custos e reestruturar esse processo, que é tão importante dentro de uma organização (WANKEE, 2006).

Dessa forma o presente artigo busca responder o seguinte questionamento: como a ferramenta de qualidade PDCA pode ser útil para controlar o fluxo de entrada, estocagem e consumo/saída de estoque na distribuição interna de materiais utilizados em processos de uma clínica odontológica?

O objetivo é avaliar a importância da ferramenta PDCA para auxiliar a gestão de estoques de materiais utilizados nos processos de uma clínica odontológica, de forma planejada para controlar a movimentação do estoque visando a redução de custos e desperdícios, pois de acordo com Ballou (2006), os especialistas afirmam que quando há desperdícios nos estoques, perde-se um capital que poderia ser utilizado em outros processos da organização.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 Gestão da qualidade

Apesar do conceito de qualidade ter sido desenvolvido e publicado nos Estados Unidos, os japoneses foram os primeiros que utilizaram o conceito na prática e foram eles que popularizaram a sigla TQM e hoje se tem várias definições de qualidade em nossa literatura, entre elas a definição de Campos (1992), que define o conceito como um artigo ou serviço que abrange todos os requisitos exigidos pelos clientes, tornando o seu produto de confiança, com preço acessível, ou seja, tudo aquilo requerido pelo mercado e consumidor. As origens da administração da qualidade total teve início com uma ideia implantada por Armand Feigenbaum em 1957. Com o passar dos anos, o assunto foi sendo idealizado e estruturado com novas ideias e questionamentos que

foram sendo introduzidos por outros autores, os chamados “gurus da qualidade”, tais como Deming, Juran, Ishikawa, Taguchi e Crosby. Cada um deles deu sua contribuição para TQM (SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON; 2009).

Sendo o pioneiro no assunto sobre Gestão da Qualidade Total, Feigenbaum (1986) definiu TQM como “um sistema eficaz para integrar as forças de desenvolvimento, manutenção e melhoria da qualidade dos vários grupos de uma organização, permitindo levar a produção e o serviço aos níveis mais econômicos da operação e que atendam plenamente à satisfação do consumidor [...]”.

Já no Brasil, a Gestão da Qualidade começou a ser discutida há pouco tempo. De acordo com Paladini (2012), a questão da qualidade era somente teórica, pois apenas relacionava-se os “gurus da qualidade”, debatia-se e argumentava-se as ideias e técnicas para utilizar as ferramentas da qualidade. Portanto, apenas pesquisavam e relatavam os testes que foram feitos em outros locais do mundo, que possuem realidades diferentes da economia do Brasil e que ocorreram em outros períodos.

Entre os setores que sofreram menor pressão, está o setor de prestação de serviços de saúde que é o caso de uma clínica odontológica, por exemplo. De acordo com Mezomo (2001), apesar de alguns gestores de organizações que prestam serviços de saúde, ainda não compreenderem o conceito e práticas da gestão da qualidade e como utilizá-las para melhoramento de processos, uma grande maioria das empresas do ramo já entenderam como utilizar as ferramentas e recursos da TQM em seus processos, aperfeiçoando os planos e melhorando seus resultados, conseqüentemente.

E quando se fala na utilização das ferramentas da qualidade na área da saúde, Miguel (2016), considera que as mais tradicionais e mais utilizadas são histograma, diagrama de causa e efeito de Ishikawa, gráfico de Pareto, gráfico de controle e folha de verificação, programa 5S e o ciclo PDCA.

Nesse contexto, Mezomo (2001), lista que entre os objetivos principais que os gestores almejam quando utilizam essas ferramentas estão: alcançar os graus mais alto de excelência na prestação de serviços, nos processos de administração e médico ou clínico; fazer uma melhor utilização de materiais e pessoal, rendimento de suas finanças e técnicas; garantir que tanto os clientes internos (colaboradores) quanto os externos (pacientes); e, o mais importante é conseguir reduzir os custos e eliminar o desperdício.

Apesar de todos os benefícios que se pode obter com a gestão da qualidade, de acordo com Paladini (2012), ainda existe no Brasil um mito que rodeia o assunto quando este é relacionado com empresas de pequeno porte, como é o caso de uma clínica odontológica por exemplo, porém essa ideia deve ser colocada de lado visto que foi

comprovado a eficácia de programas e utilização de ferramentas de qualidade em vários setores de negócios, inclusive em empresas do setor de informática.

Portanto, não existe mais opções para as organizações, independente de ramo de negócio ou porte, pois de acordo com Mezomo (2001), futuramente se verá os resultados positivos e o sucesso alcançado pelas organizações que implantaram a qualidade com efetividade, enquanto as empresas que não a adotaram, vão ser “engolidas” pelo mercado exigente e competitivo.

1.1.1 Ferramenta PDCA

A ferramenta de qualidade PDCA é uma estratégia utilizada para administrar processos ou serviços de uma empresa. Serve como um guia para que sua utilização ajude as organizações a alcançarem os objetivos designados aos serviços e produtos organizacionais (CAMPOS, 1992).

Segundo Slack, Chambers e Johnston (2009) o ciclo PDCA ou roda de Deming – chamado assim para homenagear um dos famosos “gurus” da qualidade W. E. Deming –, é dividido em quatro fases diferentes e bem determinadas:

- *Plan* (Planejar): nesse estágio do ciclo faz-se uma pesquisa dos processos da empresa para levantar os setores ou processos que apresentam problemas. Para isso é necessário fazer recolhimento de informações e analisá-las, e posteriormente planejar quais as melhores ações para solucionar as falhas que atrapalham o funcionamento do setor ou processo-problema.
- *Do* (Fazer): essa segunda fase do ciclo, é executado logo após a definição das ações de melhoria serem aceitas. Sendo assim, nesse estágio é feita a implementação do plano de ações para solucionar os erros de operação, podendo inserir desse dessa fase um minicircuito PDCA para planejar como será feita essa implementação.
- *Check* (Verificar): nessa etapa do ciclo é feita uma avaliação para averiguar se houve consequências positivas no desempenho que havia sido traçado durante a fase de planejamento, como meta a ser alcançada.
- *Action* (Agir corretivamente): nessa quarta fase do ciclo, é feita uma conclusão de que o resultado foi satisfatório ou não. Se a resposta for positiva, os procedimentos de mudança são normatizados ou estabilizados como um padrão a ser seguido. Se a resposta for negativa, ou seja, as mudanças não apresentaram resultados assertivos ainda existe a possibilidade de fazer os ajustes necessários a serem

padronizados, antes que se dê o início do novo ciclo.

Como citado acima, o ciclo PDCA é uma ferramenta que visa a melhoria contínua, ou seja, nunca tem fim e pode ser constantemente aperfeiçoado para que atinja as metas que se deseja alcançar, já que seu uso traz respostas essenciais para as empresas onde é implementado. Entretanto, de acordo com Fonseca e Miyake (2006), é importante analisar e compreender o que a ferramenta representa e se existe possibilidades para ela.

Dessa forma, deve-se definir o objetivo que se quer alcançar com a implementação do ciclo PDCA, pois essa ferramenta foi planejada como um processo ativo no qual a finalização de um ciclo irá fluir no início do próximo ciclo, e assim progressivamente.

Ainda segundo os autores, existe o ciclo PDCA para elaboração de projetos que visam a qualidade e é usado somente em ocasiões em que é determinado a produção de um novo artigo ou uma inovação em procedimentos internos da empresa. De acordo com Aguiar (2002), a fase P se divide em quatro fases diferentes sendo na primeira feito um reconhecimento da situação considerada adversa e já se estabelece a nova ideia de produção e se existe possibilidades práticas e se financeiramente será viável; na segunda fase, é feito uma análise do acontecimento, com as determinações da nova ideia de produção; na etapa seguinte, faz-se um diagnóstico do procedimento e na última se estabelece como será feita a implementação do novo projeto de produção e quais serão as normas do procedimento. Na etapa D do PDCA, executa-se a prática da nova ideia de produção. Durante a etapa C, examina-se se os resultados planejados foram alcançados e na etapa A, os processos que estão em funcionamento são colocados como modelo, começa-se a produção e lança-se a nova ideia de produto no mercado.

Nota-se que o ciclo PDCA pode ser aplicado com diversas finalidades e não há restrições para área ou local de aplicação dessa ferramenta podendo ser utilizado na área odontológica. Além disso, de acordo com Fonseca e Miyake (2006), a ferramenta PDCA é a mais utilizada quando se fala em funcionamento e prática da Gestão da Qualidade, porém deve ser utilizada com certo cuidado visto que muitas vezes, segundo Smith (1998), aqueles que utilizam métodos de qualidade, fazem o seu uso sem pensar, primeiramente, em como solucionar o problema. Ou seja, só pensam em atingir os resultados e se esquecem do caminho e planejamento que envolve a utilização de uma ferramenta da qualidade, para que se tenha resultados positivos.

1.1 Gestão de estoques

Existem muitas definições do termo estoque, pois tem uma abrangência bastante vasta. Pode ser definido como um conglomerado de recursos materiais em um complexo que passa por constantes modificações. Permite-se a utilização desse termo para descrever qualquer recurso armazenado. Não existe regra para o que deve ser armazenado como estoque, ou qual posição ele ocupará no negócio, pois a estocagem existirá enquanto houver desproporção na velocidade entre o processo de abastecimento e consumo (SLACK et al, 1997).

1.1.1 Controle de estoques

Atualmente, a organização tem como principal objetivo minimizar custos e aumentar a lucratividade com sua produção. Sendo assim, analisar minuciosamente cada setor ou processo da empresa é essencial para alcançar resultados e metas definidas, com êxito. Tendo em vista, o encolhimento de capital para consumo, a gestão de estoques deve ser receber atenção especial de engenheiros, administradores e todos que estão comprometidos com os setores de produção (BORGES; ALVES; 2015).

Observa-se que a gestão de estoques exerce papel fundamental para que as organizações consiga controlar seus recursos com êxito e esse tipo de gestão deve ser considerado um processo importante para o sucesso empresarial, pois segundo Viana (2009), gestão é uma associação de processos que tem como objetivo principal, através dos requisitos estipulados para estoque, atender as demandas da organização com maior produtividade e custos reduzidos fazendo com que o capital gasto com investimentos em materiais tenham retorno. E Dias (1995), acredita que administrar os estoques é essencial para aumentar em nível máximo o retorno das vendas e de grande valia para regular e analisar todas as etapas do processo de produção.

Ainda existem muitas empresas que apresenta problemas quando o assunto é gestão de estoques. De acordo com Borges e Alves (2015), gerenciar estoques consiste em controlar e administrar requer um planejamento para local de armazenamento, delegação de responsabilidade para alguém cuidar desse processo, além de outros requisitos que tem papel elementar para seu constante aperfeiçoamento.

É um processo bastante complexo, porém é extremamente importante que seja eficiente visto que manter esse controle de entrada, estocagem e consumo de produtos, vai influenciar no ritmo de reabastecimento e custo com o estoque.

Uma escolha mais certa é manter o estoque somente com a quantidade

necessária para uso, visto que Chopra e Meindl (2003), enfatizam que havendo faltas ou excessos de produtos no estoque significa prejuízo para a organização, e sendo assim administra-lo de forma correta é muito importante.

1.1.2 Modelos de Gestão de Estoque

Gerenciar estoques de diversos materiais requer um grau de complexidade, pois não existem muitos padrões que auxiliem a administração desse setor e nesse aspecto pode-se considerar a técnica de análise de curva ABC importante para administrar estoques, visto que sua aplicação é simples e apresenta resultados satisfatórios rapidamente (SLACK, 2002). Essa análise traduz-se examinar e designar o grau de importância que os itens estocados representam para a empresa e assim se dê maior atenção a esses materiais, pois demonstram maiores procura valorizada (demanda do item, multiplicada por seu custo unitário) (TUBINO, 2000). Entretanto, analisar exclusivamente a relação das classes A, B ou C pode gerar interferências extremas, visto que essa forma de analisar não considera todos os processos da organização como um todo. De acordo com Martins e Alt (2009), a classificação mais correta leva em conta a falta de itens no estoque e seu impacto para os processos da empresa e pode ser feita da seguinte forma: classe A, somente os itens que em caso de falta poderão interromper todo um processo de produção ou prestação de serviços – como é o caso da clínica odontológica –, e que não pode ser substituído; na classe B devem-se inserir os materiais que em caso de falta no curto prazo, não causarão grandes impactos na produção ou prestação de serviços aos clientes; e na classe C todos os outros materiais.

Segundo Corrêa e Dias (1998), os modelos de gestão de estoques apresentam diferenças entre si, por conta do nível de mudanças consideráveis que representam a realidade. Os modelos mais aplicados, são aqueles que têm custo baixo ou razoável e que são fáceis de serem implementados na empresa: Modelo de Lote Econômico de Compra (LEC) e Modelo de Revisão Periódica.

O Modelo de Revisão Periódica, Correa e Dias (1998), mostra que há certa diferença do controle que é feito no LEC visto que para que ser administrado corretamente não é preciso fazer um controle sistemático e continuado, mas apenas analisar e controlar os números resultantes dos relatórios de verificação e inspeção, que são feitas entre determinados períodos de tempo para que sejam levantados os valores exatos de materiais em estoque para que dessa forma possa ser estabelecido o número adequado de produtos que deverão ser solicitados. Tal quantidade deve ser o número

correto para que o estoque atinja um ponto, determinado como o melhor e mais elevado possível.

Segundo Silver et al. (1998), o Modelo de Revisão Periódica implica em acompanhar os custos e níveis de estoques, que são verificados entre intervalos de tempo e podem ser feitos de duas maneiras diferentes: um para definir a quantidade e outro que determina o momento de se fazer reabastecimento. O tipo (T, S) analisa frequentemente os números de itens estocados e repõe o estoque até atingir seu nível máximo, sem considerar a quantidade que foi observada durante a revisão. No modelo (T, s, S) que é parecido com o anterior, só se faz o reabastecimento quando o estoque estiver com quantidades que o colocam em ponto de reposição, quando este for revisado.

1.2 Gestão em clínica odontológica

Uma clínica odontológica, apesar de ser considerada uma empresa de pequeno porte e que presta serviços, pode ser equiparada a uma fábrica artesanal. O seu produto final é a realização dos processos odontológicos que demonstram como é imprescindível a existência de uma gestão de meios e materiais, que vai desde a aquisição de matéria-prima e a forma de negociar com seu provisor até o absoluto contentamento do seu cliente (SILVA, 2004). Tendo em vista que o mercado odontológico é bastante concorrido, a proporção dessa concorrência deve ser colocada como um dos principais fatores a serem considerados, visto que a se divide em duas grandezas: a habilidade do cirurgião dentista no exercício de sua profissão e todas as partes que configuram o processo de gestão administrativa da clínica odontológica (RIBAS; SIQUEIRA; BINOTTO; 2010).

Dessa forma, um gestor de clínica odontológica deve possuir competências além das técnicas-científicas adquiridas por sua profissão, pois deve saber administrar inovando para se sobressair diante da concorrência. E de acordo com Mezomo (2001), a administração no setor de prestação de serviços de saúde pode ser definida em termos simples, como um processo que transforma um conjunto de fatores (necessidades, procura etc.) em um conjunto de "artigos" ou "proventos" (serviço e atendimento prestado aos clientes) e independentemente dos resultados, deve haver um feedback para que o processo seja realimentado. Além disso, a administração dos processos de uma clínica odontológica é influenciada por diversos fatores científicos, sociais, ambientais e econômicas, que podem trazer consequências positivas ou negativas para os processos da clínica.

É um processo bastante complexo que envolve a administração de uma clínica odontológica. Tal complexidade pode ser relacionada, de acordo com Dornelas (2009),

com a variedade de materiais e provedores que são necessários para abastecer e fazer com que a clínica odontológica consiga prestar seus serviços – além, da quantidade de especialistas competentes e grupo de assistentes. Todos esses coeficientes, quando se relacionam inseridas no contexto dos processos da clínica e são singularizadas para as exigências dos pacientes visto que esses necessitam de atendimentos diferentes, conclui-se que há a necessidade de utilizar todas as ferramentas que melhor vão auxiliar o gerenciamento dos processos internos para que a prestação de serviço da clínica odontológica seja de excelente qualidade.

Porém, de acordo com Costa et. al (2015) a maioria dos profissionais da área não tem conhecimento algum sobre planejamento estratégico e administração de pessoal e finanças, ou técnicas diferentes para melhor administrar os negócios, pois cirurgiões-dentistas não recebem qualquer informação ou treino sobre essa área nos cursos de graduação. Dessa forma, alia-se o fracasso de clínicas ou consultórios odontológicos a falta de conhecimento de seu gestor e segundo Robles (2001), essa situação deve ser mudada o mais rápido possível, pois ele defende que os cirurgiões-dentistas devem receber o preparo necessário para quando forem entrar nesse mercado, ou seja, durante o curso de graduação devem ter matérias que de alguma forma se relacionem com assuntos de controle de custos, administração e escrituração.

Nesse contexto, Las Casas (1997), pontua que quanto mais competitivo o mercado, mais exigências receberão dos clientes, pois os requisitos que são mais importantes já são atendidos. E como o mercado odontológico está crescendo a cada dia, adquirir conhecimentos de administração e ferramentas estratégicas para melhorar os processos internos é fundamental para melhorar o atendimento aos clientes/pacientes e conseguir aumentar seus lucros. Portanto, de acordo com Silva (2001), uma das formas mais satisfatórias para o sucesso de uma clínica odontológica é ser administrada como uma organização que presta serviços de saúde, pois o mercado odontológico está passando por constantes mudanças, transformando o período em que os dentistas trabalhavam baseados somente em seus conhecimentos técnico-científicos, no período em que o mercado exige que se adicionem ideias e princípios modernos para que os serviços prestados sejam satisfatórios.

2. PDCA aplicado à gestão de estoques de materiais odontológicos

Observou-se, durante a revisão bibliográfica, que o ciclo PDCA pode ser aplicado com diversas finalidades e não há restrições para área ou local de aplicação dessa ferramenta podendo ser utilizado em uma clínica odontológica para gerenciar processos

e tarefas como, por exemplo, a gestão de estoques. Pode-se aliar a ferramenta PDCA ao gerenciamento de estoques de materiais utilizados pela clínica, aplicando o ciclo para monitorar a movimentação de estoque da empresa estudada. Para isso é importante utilizar o método da forma correta, sem ignorar os cuidados que deve haver em cada fase do ciclo. Dessa forma, na primeira fase, *Plan* (Planejar), é importante definir os objetivos e as mudanças que se deseja alcançar nesse processo da clínica e também definir quais ações deverão ser executadas para atingir o controle da movimentação desses materiais, ou seja, definir qual técnica de gestão de estoque – curva ABC, Modelo de Revisão Periódica ou Modelo de Lote Econômica de Compra (LEC) – se aplica melhor aos procedimentos de mudança pelo qual passará o setor até atingir o resultado desejado, pois tal procedimento deve ser eficaz para auxiliar na verificação da quantidade de materiais em estoque e o fluxo dos mesmos. É recomendável que essa fase seja demorada, para que a proposta de mudança seja bem elaborada de acordo com a realidade da clínica odontológica.

Na etapa *Do* (Fazer), antes de colocar em execução as estratégias escolhidas seria extremamente importante fazer um inventário da quantidade de materiais que já se encontram estocados, somente depois disso deve-se começar a mudar os processos de gerenciamento do estoque, em pequenas escalas até a mudança total, utilizando as ações e técnica que foram estabelecidas como método para controlar os fluxos de entrada e saída dos materiais.

Executadas as mudanças da etapa anterior, na fase *Check* (Verificar), dará início a análise dos relatórios de controle que foram sendo elaborados durante o tempo de execução e implementação das mudanças e deve-se comparar com o primeiro relatório feito antes da execução da nova técnica de administração de estoques. Durante essa análise, é extremamente significativo que seja pontuado as melhorias que houve nesse controle, ou seja, avaliar se houve diminuição de desperdícios, a redução dos custos com compras desnecessárias, se ainda existem alguns pontos falhos no processo de controle do fluxo de entrada e consumo dos materiais odontológicos estocados, ou ainda, se a técnica utilizada gerou os resultados que se esperava e se ela foi eficiente para esse tipo de estoque.

Caso ainda existam erros, na etapa *Action* (Agir corretivamente), é permitido corrigir os pontos de falha que atrapalharam a obtenção dos resultados esperados podendo ser sugeridas novas ações para que se possa corrigir os erros. Porém, se o resultado foi satisfatório, o ciclo PDCA permite que nessa fase os gestores da clínica possam adicionar novas metas de melhorias para a gestão do estoque, para serem

avaliadas e executadas quando iniciar o próximo ciclo visto que esta ferramenta de qualidade tem como objetivo a melhoria contínua. Dessa forma, o estoque da clínica pode ter sua administração aperfeiçoada de acordo com as mudanças no ritmo do fluxo de materiais ou mudanças no valor do capital que pode ser investido nesse setor da clínica, principalmente em momentos que o número de atendimentos é menor que o normal, ou quando essa margem de pacientes aumenta e o consumo de materiais é maior.

3. CONCLUSÃO

Foi mostrado, através da aplicação da ferramenta PDCA ao estoque da clínica odontológica, que pode existir um vínculo entre o processo de gestão de estoques e a utilização da ferramenta PDCA para melhorar a administração desse setor que é extremamente importante para o funcionamento do atendimento da clínica. Levando em consideração toda a questão da gestão da qualidade e a competitividade que envolve o mercado, inclusive o mercado odontológico, saber administrar de forma estratégica todos os processos de uma organização é fundamental para o sucesso de uma empresa independente de porte ou ramo de negócio. A preocupação dos gestores deve ser sempre buscar maneiras de reduzir custos e aumentar os lucros, sem ignorar a qualidade total de serviços ou produtos. Dessa forma, além de atingir as metas empresariais e se manter no mercado, garante a satisfação dos clientes internos e externos.

E como mostrado durante a revisão bibliográfica, um dos maiores problemas entre os profissionais da área odontológica, é a má administração, pois os cirurgiões-dentistas não adquirem esse conhecimento específico durante a graduação e quando abrem seu próprio negócio ficam sobrecarregados com essa função visto que não possuem competências necessárias para gestão de administração. E a falta dessa habilidade se tornou uma das maiores causas de fechamento de clínicas e consultórios odontológicos, porque seus gestores não conseguem controlar os custos do seu negócio.

Quando se fala, sobre a redução de custos em uma clínica odontológica, podemos colocar o setor de estoque como um problema quando é mau gerenciado, pois como já visto na revisão bibliográfica, o processo de estocar produtos pode gerar grandes desperdícios de capital da organização quando não se tem um gerenciamento eficaz. E em uma clínica odontológica esse desperdício pode ser maior, porque os materiais odontológicos têm um custo bastante alto quando comparado a outros tipos de estoques.

Portanto, pode se concluir que o método PDCA de melhoria contínua pode ser

utilizado como um recurso estratégico pela administração da clínica odontológica para auxiliar desde o gerenciamento e controle de estoques – que é um dos dilemas apresentado pela organização em estudo – a totalidade de processos que fazem o funcionamento da clínica acontecer, pois temos nessa ferramenta o benefício de poder aplicá-la em qualquer local ou processo sem restrições desde que se avalie as possibilidades para seu uso. E deve-se utilizá-lo obedecendo às regras de cada uma de suas fases, pois quando é aplicado com planejamento e estabelecimento de metas e segue seu fluxo pode ser considerado um aliado para alcance de objetivos da empresa.

Portanto, com base no que exposto na revisão da literatura, podemos concluir que a ferramenta PDCA pode ser utilizada como um recurso estratégico de administração na clínica odontológica em estudo, principalmente no que diz respeito a gestão de estoques que é o grande problema apresentado pela organização. E como analisado durante o artigo, o ciclo PDCA quando aplicado com planejamento e estabelecimento de metas e segue seu fluxo, obedecendo às regras de cada fase pode ser considerado um aliado para alcance de objetivos da empresa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. **Integração das Ferramentas da Qualidade ao PDCA e ao Programa Seis Sigma**. Belo Horizonte: Ed. de Desenvolvimento Gerencial, 2002.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BORGES, W. F.; ALVES, J. L. S. **Implantação de ferramentas para controle de estoque: um estudo de caso em uma fábrica de ração**. Artigo apresentado para Conclusão de Curso de Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Rio Verde, 2015.

CAMPOS, V.F. **TQC: Controle da qualidade no estilo japonês**. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, Escola de Engenharia da UFMG, 1992.

CHOPRA, S.; MEINDL, P. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

CORREA, H. L.; DIAS, G.P.P.D. De volta a gestão de estoques: as técnicas estão sendo usadas pelas empresas? In: Simpósio de Administração da produção, logística e operações internacionais. 13.ed., São Paulo: 1998. **Anais**: São Paulo, FGVSP, 1998.

COSTA, R. M.; RIBEIRO, N. C. R.; TUNES, U. R.; ROCHA, M. N. D.; LAGO, M. S. Odontoclínica: simulação de gestão em clínica odontológica em um curso de Graduação em Odontologia. **Revista da ABENO**, 15(1): 77-85, 2015.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais: edição compacta**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2009.

FEIGENBAUM, A. V. **Total quality control**. Mc Graw-Hill, 1986.

FRANCISCO, L. L. **Por que as ferramentas e os métodos de gestão da qualidade são importantes para a empresa**. Portal Administradores, 2011.

HARRINGTON, H.J; KNIGHT, A. **A implementação da ISO 14000: como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficácia**. São Paulo: Atlas, 2001.

LAS CASAS, A.L. **Qualidade Total em Serviços: conceitos, exercícios e casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, P. G; ALT, P. R. C. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEZOMO, J.C. **Gestão da qualidade na saúde: princípios básicos**. 1.ed.

Barueri – SP: Manole; 2001. MIGUEL, P. A. C. **Qualidade: enfoques e ferramentas**. 1.ed. São Paulo: Artliber, 2006.

RIBAS, M. A.; SIQUEIRA, E. S.; BINOTTO, E. O desafio da gestão para os profissionais da odontologia. In: **XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. São Carlos – SP, 12 a 15 de outubro, 2010.

ROBLES, L. P. **Operadoras em Saúde Bucal em busca da excelência na prestação de serviços.** Prêmio SINOG de Odontologia. São Paulo, 2001.

SILVA, R.G. O malabarismo da administração.. **Revista da APCD.** São Paulo, n.2 v.48, mai-jun, 2001.

SILVER, E. A.; PETERSON, R.; PYKE, D. F. **Inventory Management and Production Planning and Scheduling.** 3.ed. New York; John Wiley & Sons, 1998.

SLACK, N. **Vantagem competitiva em manufatura.** São Paulo: Atlas, 2002.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JHONSTON, R. **Administração da produção.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; HARLAND, C.; HARRISON, A; JOHNSTON, R. **Administração da Produção.** São Paulo – SP: Editora Atlas S.A., 1997

SMITH, G.F.**Quality Problem Solving.** Milwaukee: ASQ Quality Press, 1998.

STOCKTON, R.S. **Sistemas básicos de controle de estoques: conceitos e análises.** São Paulo: Atlas, 1976. TUBINO, D.F. **Manual de Planejamento e Controle da Produção.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIANA, J. J. **Administração de materiais: enfoque prático.** 1.ed. 8.reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

WANKEE, P. **Gestão de estoques na cadeia de suprimento: decisões e modelos quantitativos.** 1. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

Práticas em Educação Ambiental em APP's urbanas – um relato de experiência

Guilherme FERREIRA¹ - ferreira.quilherme2014@gmail.com

Charles da Silva FRANÇA² - tharlessf@aasp.org.br

Josiane Blasioli da SILVA³ - blasiolijo@outlook.com.br

Orientadora: Breila Pessoa DIAS⁴ - breiloca@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho relata o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental na semana da água, vivenciada entre alunos do curso Técnico em Meio Ambiente da Instituição SENAC, unidade de Birigui - SP, com um grupo de crianças de uma escola municipal de Araçatuba. O objetivo foi apresentar as crianças conceitos importantes sobre a preservação e sustentabilidade de ambientes classificados como Áreas de Preservação Permanente dentro de espaços urbanos, além de proporcionar aos autores do trabalho vivências necessárias para o melhoramento profissional neste contexto educacional. As atividades foram desenvolvidas no Parque Ecológico Baguaçu (PEBA), APP urbana localizada no município de Araçatuba sob monitoria dos alunos do curso de Meio Ambiente e que proporciona estrutura para o desenvolvimento de reflexões importantes sobre a preservação destes ambientes. Os registros foram obtidos pela observação direta, arquivo de fotos e feedbacks do comportamento das crianças envolvidas. Este trabalho considera-se, primeiramente, valorativo, no sentido de acrescentar conhecimento e experiência profissional necessária aos alunos do curso de Meio Ambiente do SENAC de Birigui para a conclusão do módulo II em Educação Ambiental dentro da formação Técnica oferecida. Em segunda instância, mas não menos importante, as práticas realizadas com crianças são fundamentais para o despertar da consciência sustentável e pode, possivelmente, dinamizar este objetivo da sensibilização e da chamada de atenção sobre a necessidade das práticas sustentáveis, tão emergenciais para elas e também para o nosso futuro comum.

Palavra – chave: Educação Ambiental, Relato de Experiência, Meio Ambiente

ABSTRACT

This paper reports on the development of Environmental Education activities during the water week, which was experienced among students of the Environmental Technical course of the SENAC Institution, Birigui - SP unit, with a group of children from a municipal school in Araçatuba. The objective was to present children with important concepts about the preservation and sustainability of environments classified as Areas of Permanent Preservation within urban spaces, as well as providing the authors with the necessary experiences for professional improvement in this educational context. The activities were developed at the Bagaçu Ecological Park (PEBA), urban APP located in the municipality of Araçatuba under the supervision of the students of the Environment course and that provides structure for the development of important reflections on the preservation of these environments. Records were obtained by direct observation, photo archive and feedback of the behavior of the children involved. This work is considered, first of all, valuable, in the sense of adding the necessary knowledge and professional experience to the students of the Environment course of Birigui SENAC for the completion of module II in Environmental Education within the offered technical training. In the second instance, but not least, the practices carried out with children are fundamental to the awakening of sustainable awareness and can possibly boost this objective of raising awareness and attention to the need for sustainable practices, which are so urgent for them and also for our common future.

Key - words: Environmental Education, Experience Report, Environment

1. INTRODUÇÃO

Uma educação voltada para os princípios da sustentabilidade e da cidadania, que busca não só o cuidado, a exploração sustentável e a preservação dos ambientes naturais, mas também, ensina e sensibiliza o homem para a cidadania planetária em sua amplitude máxima, a Educação Ambiental (EA) busca a transformação de atitudes. Sua aplicabilidade, hoje, é inclusa nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como uma ferramenta interdisciplinar (BRASIL,1998), bem como em outras dimensões fora da escola, no ensino não-formal, nas indústrias, parques turísticos, centros comerciais, ambientes domiciliares, dentre outros, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)(BRASIL, 1999).

A necessidade de uma reeducação do homem frente os prejuízos lançados pela sua conduta predatória aos recursos da natureza e as desigualdades sociais, incluiu a Educação Ambiental como uma proposta pedagógica para sensibilizar e mudar o comportamento humano.

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º. "Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade." (BRASIL, 1999)

Diversos mecanismos e processos são trilhados pelos caminhos da EA na busca desta mudança do homem. Sabe-se que ela segue por diversos sistemas, mas que todos sempre devem chegar ao mesmo objetivo comum, que é transformação do comportamento humano. As práticas em Educação Ambiental são importantes ferramentas de trabalho pois permitem ao homem refletir e se sensibilizar, quando inseridos em ambientes diversificados e diferenciados do seu cotidiano, sejam estes ambientes agradáveis a si ou não.

Para que os objetivos da PNEA sejam efetivos, para que o homem entenda o que se deve entender e mudar, a EA necessita de agentes preparados para a interlocução desta proposta, ou seja, a EA necessita da formação de educadores ambientais preparados no entendimento de suas dimensões e de sua aplicabilidade, dentro e fora do ambiente escolar. As práticas ambientais, seja em ambientes naturais ou transformados, são ferramentas importantes neste processo, pois fogem das metodologias tradicionais de ensino, podendo despertar ao aluno ou aprendiz, através dos conceitos da sustentabilidade, um interesse no querer aprender e desejar mudar, frente as dinâmicas existenciais entre homem e ambiente.

Assim, o trabalho proposto foi idealizado e desenvolvido pelos alunos do curso Técnico em Meio Ambiente do Senac Birigui - SP, através da monitoria de trilhas guiadas e interpretativas no Parque Ecológico Baguaçu (PEBA) município de Araçatuba-SP, juntamente com crianças de ensino fundamental II de uma escola municipal, teve por objetivo algumas atividades práticas que abordaram conceitos importantes sobre a preservação e sustentabilidade de ambientes classificados como Áreas de Preservação Permanente dentro de espaços urbanos e a mudanças de atitude necessárias do homem na incansável busca pela sustentabilidade presente e futura. Além deste, o presente trabalho também objetivou desenvolver esta prática como parte das atividades propostas

do módulo II de Educação Ambiental do curso Técnico em Meio Ambiente aos autores responsáveis.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se pela importância da Educação para a modificação da conduta humana. Por haver a crescente necessidade da reconstrução dos pensamentos e atitudes do homem através dos caminhos da Educação Ambiental, na busca incansável da sustentabilidade local e planetária. Pela igualdade de direitos a uma vida justa, igualitária e que segue para a sua concretização através de um caminho sólido, porém, lento da educação libertadora. Justifica-se, enfim, porque nós precisamos dos ambientes, sejam estes naturais ou urbanos, organizados em uma dinâmica sustentável para as presentes e futuras gerações.

3. OBJETIVO GERAL

Sensibilização do homem sobre a importância da preservação de áreas de APP's em ambientes urbanos, a importância sobre a relação direta com a sociedade civil, bem como a sensibilização para a mudança de uma conduta humana exploratória para uma conduta humana sustentável.

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolvimento de uma trilha guiada com abordagem de conceitos importantes relacionados ao ambiente de estudo e sua inter-relação com a população local;
- Elucidar a importância da preservação do Ribeirão Bagaçu e de suas matas ciliares como principal fonte de captação de água para o município de Araçatuba – simulação de solos erodidos na ausência de matas;
- Despertar o interesse dos alunos quanto a educação ambiental, a mudança de atitude e sobre a sustentabilidade ambiental;
- Dinâmicas reflexivas sobre conceitos de sustentabilidade.

4. METODOLOGIA

As atividades foram realizadas no Parque Ecológico Bagaçu – PEBA pelos alunos do curso Técnico em Meio Ambiente do SENAC de Birigui-SP, com crianças do ensino fundamental II de uma escola municipal da cidade de Araçatuba. Estas atividades integraram-se, através de um convite, ao cronograma proposto pelo Departamento de

Meio Ambiente e Sustentabilidade da cidade de Araçatuba-SP como reflexão a Semana da água e ao “Dia Mundial Da Água”, enfatizando a importância do Parque Ecológico e do Ribeirão Baguaçu (que abastece 70% da cidade de Araçatuba-SP) para a população local.

De acordo com os objetivos propostos segue abaixo a descrição das atividades:

- Atividade 1 – “Dinâmica da Palavra” Em uma pequena roda, as crianças descreveram em uma palavra como sentiam-se antes do início das atividades propostas objetivando receber destas as expectativas apresentadas.

_____ “Dinâmica Morcego e Mariposa”

Conceituar a relação de predador e presa e a importância das interações ecológicas em ambientes naturais. (Figura 1)

- Atividade 2 – “Mata ciliar”
Uma pequena simulação em recipientes apropriados demonstrou as diferenças de um solo protegido por florestas e um outro desprotegido, em dias chuvosos. (Figura 2 e 3)
- Atividade 3 – “Caminhada pelas trilhas interpretativas do Parque Ecológico” (Figuras 4 e 5)

Nesta atividade os alunos foram guiados e orientados pelos monitores em um percurso de 800 metros de caminhada nas trilhas existentes do Parque, com explicações sobre as dinâmicas do ambiente explorado, abordando diversos conceitos ambientais sobre tipo de solo, importância do Ribeirão Baguaçu, características e classificação da vegetação local, da fauna local e a relação antrópica direta sobre estes, conceituando e identificando os aspectos e impactos ambientais gerados pelo processo de urbanização e esclarecendo a necessidade da preservação de APP's em ambientes transformados. Além destas, para estimular o olhar observador, foram colocadas em vários pontos da trilha mudas de árvores nativas da região local, como a Pitangueira (*Eugenia uniflora*) e Camu-camu (*Myrciaria dúbia*) onde as crianças procuraram por estas mudas e quando encontradas puderam levá-las para casa e orientadas a plantarem em seus bairros. Também foram escondidos diversos objetos não pertencentes ao ambiente natural estudado estimulando a criança a procurá-los e apontá-los como resíduos de ações antrópicas.

- Atividade 3 - “Bingo da Natureza” (Figura 6)
Como última atividade proposta e também para estimular a observação, um monitor foi citando palavras –chaves que as crianças teriam que relacioná-las com as “peças” existentes no ambiente natural local. As crianças procuraram no ambiente

coisas que se relacionavam a eles.

➤ Atividade 4 - Dinâmica "Palavra"

Novamente as crianças em uma palavra descreveram como sentiam-se após o término das atividades propostas, objetivando um feedback como resposta a idealização do trabalho e, neste momento, os monitores elucidaram a importância destas atividades de Educação Ambiental como ferramenta para a sensibilização e a mudança de atitude do homem.

Para finalizar, as crianças foram levadas para as mesas de recreação do Parque onde puderam ter um convívio harmonioso com os monitores através de um piquenique oferecido pelos responsáveis do evento.

5. RESULTADOS

Os resultados foram apresentados em formato de imagens com breve descrição dos feedbacks observados durante as atividades.

Atividade 1 - Dinâmica Morcego e Mariposa



Figura 1

Nesta atividade da figura 1 acima, as crianças puderam vivenciar a dinâmica sobre o conceito de predador e presa e o entendimento da importância de cada grupo de ser vivo para a dinâmica dos ecossistemas naturais e urbanos. Houve uma reflexão exposta pelos monitores ambientais e comentários feitos por parte das crianças quanto à necessidade da preservação de áreas naturais.

Atividade 2 – Dinâmica Mata Ciliar

Na dinâmica sobre a importância da preservação das matas ciliares, os monitores ambientais simularam um processo de erosão de áreas ausentes de vegetação com áreas de APP's preservadas. As crianças puderam observar com mais clareza a importância das florestas, respondendo a perguntas feitas pelos monitores, esclarecendo dúvidas, e refletindo sobre as atividades antrópicas presentes no parque (Figura 2 e 3).



Figura 2



Figura 3

Atividade 3 – Caminhada pelas trilhas interpretativas do Parque Ecológico

A caminhada pela trilha teve por objetivo despertar a observação das crianças na percepção das diferentes espécies de plantas e animais existentes no parque, conhecer a classificação sistemática destes e sua importância ecológica, despertar o olhar para a biodiversidade local e a preservação destas matas inseridas em ambientes urbanos. Atentarem para o principal rio que abastece a cidade e a situação atual da qualidade de suas águas, sobre as Leis Ambientais vigentes do código Florestal, dentre outras. Muitas perguntas por parte das crianças foram realizadas, num sentimento de euforia e alegria, por estarem em um ambiente diferente de seu cotidiano escolar, misturados a atenção naturalmente dada aos monitores que iriam oferecer atividades interessantes, possivelmente pode ter havido uma reflexão sincera destas crianças sobre as ações do homem, sobre a necessidade da postura sustentável e permanente e sobre a preservação destes ambientes já tão fragilizados (Figura 4 e 5).



Figura 4



Figura 5

Atividade 4 - Bingo da Natureza

Esta atividade propôs também estimular a observação da biodiversidade local e a integração destes ambientes com o homem. As crianças procuraram relacionar frases e palavras ditas pelos monitores a estruturas existentes no ambiente em estudo. Todas as crianças ali presentes participaram integralmente das atividades propostas pelos monitores e este fator contribui para o processo do entendimento, da sensibilização e mudança de atitude necessária a todos (Figura 6)



Figura 6

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de Educação Ambiental não devem se restringir somente aos ambientes naturais, pois ela está e se faz necessária em todos os ambientes e esferas educativas. Ela é interdisciplinar. Porém, trabalhá-la em ambientes naturais é prazeroso para o aluno e estimulante, pois estes ambientes são diferentes do seu cotidiano escolar e proporcionam sensações positivas, que acalmam e alegram e que, quando explorados para o despertar da conduta sustentável, se tornam ferramentas muito produtivas. Por serem ambientes que levam a sensações boas, logo, o homem desejará que estes sempre estejam presentes para o seu desfrutar, mas um desfrutar com vistas na sustentabilidade. De certa forma, a Educação Ambiental trabalhada nestes ambientes, proporciona vivências ao aluno capaz de fazê-lo realmente pensar nas suas atitudes e refletir sobre a sua conduta. Acredita-se aqui que, o trabalho presente possivelmente tenha colaborado para um maior entendimento destas crianças sobre a crescente e urgente necessidade da mudança de atitude, do ser e permanentemente viver com a prática cotidiana da sustentabilidade. Para além, estas atividades também são valorativas no sentido da formação profissional, como educadores ambientais, dos respectivos alunos do curso Técnico em Meio Ambiente e autores responsáveis pelo desenvolvimento deste trabalho. A Educação Ambiental necessita de números crescentes de profissionais bem qualificados no entendimento da proposta e na forma de sua aplicabilidade e, quanto mais se faz através dela mais ela se estabelece e se transpõe no nosso presente. A Educação Ambiental deve agir para que o sujeito mude suas atitudes, enraizadas neste capitalismo consumista, para uma atitude igualitária que se estabelece através da postura sustentável.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Isabel C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CORNELL, Joseph. **Vivências com a natureza 1: guia de atividades para pais e educadores**. 3 ed. São Paulo: Aquariana, 2008^a

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: . Acesso em: 09 julho de 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.html

_____. Constituição Federal. Brasília – DF, 1988. **Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>

Relatório de análise de água – CETESB:
<http://aguasinteriores.cetesb.sp.gov.br/informacoes-basicas/indices-de-qualidade-das-aguas/>.

RÜCKERT, M. R. **Integração sociobiológica a partir de trilhas de percepção ambiental**. Revista do Professor (Porto Alegre), Vol. 22, Nº.86 (2006), pp. 37-39.

SOUZA, G. P. O. de; FLUMINHAN, A. **A história ambiental no processo de educação ambiental**. Colloquium Humanarum, v. 12, n. 1, p. 21-29, 2015.

TOZETTO, Susana S; ROMANIW, Gisele; MORAIS, Juliane. **O trabalho do pedagogo nos espaços educativos não-formais**. In: Revista de Ciências da Educação. Ano XIII. Nº 25-2º Semestre/2011. Americana-SP, p. 437 a 453.

A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO NA PSIQUÊ HUMANA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MORAL

Evandro Rodrigo Tropéia (Unilago); evandrort2309@gmail.com*

Priscila Rocha Castilho (Unilago); priscila.rcastilho@gmail.com

Drª Patrícia dos Santos Teixeira (Unilago); patytexe@hotmail.com

A presente pesquisa com a temática relacionada à Psicologia e Religião sob a luz da teoria Analítica, baseada nas concepções de Carl G. Jung (1875-1961), retrata a importância da religião na psique humana, com o objetivo voltado para a dimensão espiritual e todas as contribuições essenciais que a mesma exerce sobre o psiquismo humano em todos os seus aspectos, em especial no campo do Desenvolvimento Moral. Apesar de inúmeras barreiras e concepções que defendem a tese de que a religião impede o crescimento e limita o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, outro grande objetivo desta iniciação científica é a demonstração de que uma religiosidade pautada no equilíbrio se torna uma imensa aliada da psicologia no contexto das relações terapêuticas e nas mediações dos conflitos internos, externos, conscientes e inconscientes do Homem.

Palavras-chave: Psicologia. Religião. Religiosidade. Desenvolvimento. Equilíbrio.

INTRODUÇÃO

Segundo Jung (1978), a área da saúde mental na atualidade demonstra uma crescente e considerável valorização dos aspectos relacionados à religiosidade e a espiritualidade como objetos de estudo e também como recursos dentro de um processo terapêutico. As crenças religiosas têm um papel fundamental na formação de subsídios e no processamento de informações, auxiliando muitas pessoas na organização e na compreensão de eventos dolorosos e imprevisíveis que podem gerar diversos sintomas. Diante disso, podemos afirmar que, assim como qualquer pessoa pode procurar a psicoterapia com base nos seus valores e crenças, a ressurreição e a reencarnação devem ser levadas em conta com seriedade pelos psicoterapeutas, que devem buscar informações adequadas em abordagens coerentes e eficazes, sem misticismo e sem práticas divinas.

OBJETIVOS

O objetivo é analisar a importância das questões ligadas a espiritualidade no contexto do desenvolvimento moral na visão das pessoas em sua subjetividade, ligadas ou não a uma instituição ou grupo religioso.

MÉTODOLOGIA

Este trabalho acadêmico tem sua descrição e desenvolvimento em caráter bibliográfico não sistemático, sendo uma grande oportunidade de comprovar a importância da religiosidade na vida das pessoas e o quanto esta pode contribuir para que se desenvolva um psiquismo saudável e equilibrado.

RESULTADOS

Segundo Carl Gustav Jung (1990), a religião constitui uma das expressões mais antigas e universais da alma humana, subentende-se que todo tipo de Psicologia que se ocupa da estrutura psicológica da personalidade deve pelo menos constatar que, a religião, além de ser um fenômeno histórico-social, é também assunto de extrema importância para grande número de pessoas. A partir das ideias de Carl Gustav Jung (1978), podemos concluir que dessa forma, a Fé – o ato de crer em alguém ou algo – não se baseia apenas somente no sentido espiritual, onde o objetivo da religião é proporcionar a “salvação” para a alma, mas também nos desenvolvimentos do humano enquanto ser social, moral, físico e mental.

CONCLUSÃO

Até o momento constatamos que a religiosidade não se trata apenas de uma crença, mas um conceito que pode ser extremamente importante quando tratamos de processos dolorosos interiormente, da construção da moralidade no indivíduo, sua influência na formação da subjetividade do ser humano e sua psiquê, além da colaboração para o processo psicoterapêutico.

REFERÊNCIAS

JUNG, C. G. Psicologia e Religião. Obras completas de C. G. Jung, v. 11/1. Vozes, Petrópolis, 1978.

JUNG, C.G., Estudos Alquímicos, Petrópolis: Vozes, 1990.



ESPORTES VOLTADOS A APRENDEIZAGEM NA GESTÃO DE PESSOAS

Valmir Schork (Monitor de educação profissional); valmir.schork@sp.senac.br

Resumo: As atividades esportivas podem ser utilizadas em forma de metáforas, de forma a serem usadas em situações de aprendizagem voltadas a gestão de pessoas. Baseado nisso realizou-se uma atividade com os alunos do curso Técnico em Segurança do Trabalho, do Senac Barretos, utilizando esportes de práticas cooperativas e competitivas, para treinar as competências voltadas aos recursos humanos e aplicadas dentro da gestão empreendedora, umas das marcas formativas do Senac São Paulo. Pode-se trabalhar de maneira lúdica conceitos voltados recrutamento e seleção de pessoas, trabalho em equipe, identificação e alocação de talentos, definição de tarefas, treinamentos, a importância e tipos de liderança, multifuncionalidade, etc. Os jogos utilizados não foram modalidade conhecidas como futebol, voleibol, tênis, etc., mas sim exercícios especialmente planejados e criados visando trabalhar uma relação clara e objetiva com a competência trabalhada. Antes de cada partida eram apresentadas as regras e objetivos de cada jogo e ao final realizou-se debates sobre as estratégias utilizadas pelos grupos e também as estratégias adotadas individualmente pelos alunos, realizando explanação seguida de contextualização das teorias e práticas de cada conceito trabalho nas atividades e como são aplicadas no mercado de trabalho. Estes debates apresentam como objetivo o processo de ação e reflexão sobre a competência, de maneira prática, vivencial e lúdica, citando o referencial teórico e aplicação nas rotinas das empresas. A realização de situações de aprendizagem fora da sala de aula também estimulam e favorecem maior integração entre os discentes, bem como visam tornar o processo de construção da aprendizagem leve, convidativa e divertida.

Palavras-chave: **Aprendizagem.** Atividades. Esportes.

Abstract: Sports activities can be used in the form of metaphors, so that they can be used in learning situations aimed at people's management. Based on this, an activity was carried out with the students of the Technical Safety Course of the Senac Barretos, using sports of cooperative and competitive practices, to train the competences focused on human resources and applied within the entrepreneurial management, one of the formative marks of the Senac São Paulo. The experimented consisted in to work in a fun way concepts

related to recruitment and selection of people, teamwork, identification and allocation of talents, definition of tasks, training, importance and types of leadership, multifunctionality, etc. The games used were not modalities known as soccer, volleyball, tennis, etc., but they were specially designed exercises to work a clear and objective relationship with the skills worked. Before each game, the rules and objectives of each game were presented and at the end of the discussions were carried out on the strategies used by the groups and also the strategies adopted individually by the students, performing explanation followed by contextualization of the theories and practices of each concept work in the activities and how they are applied in the labor market. These debates present as objective the process of action and reflection on the competence, in a practical, experiential and playful way, citing the theoretical reference and application in the routines of the companies. The realization of learning situations outside the classroom also stimulate and favor greater integration among students, as well as aim to make the process of building learning light, inviting and fun.

Keywords: Learning. Activities. Sports.

INTRODUÇÃO

A atividade relatada visa permitir a construção das competências através do uso de metáforas relacionando a gestão de pessoas a práticas esportivas de forma lúdica, propiciando aos alunos uma atividade ativa, interativa e vivencial de maneira a eles estarem sempre no centro da atividade como atores principais.

Conforme Kuller, “[...] A situação de aprendizagem deverá permitir o ensaio descompromissado com resultados imediatos, a reflexão constante sobre a ação e a experimentação repetida e aperfeiçoada”. (KÜLLER;RODRIGO, 2012, p.6) [...], sendo assim o objetivo das atividades é que os alunos possam através dos jogos propostos experimentarem ações voltadas a gestão de pessoas e na sequência realizarem uma análise crítica sobre as vivências, identificando e pontuando erros, acertos e possíveis alterações.

A utilização da atividade lúdica busca a integração e envolvimento dos alunos, pois conforme Heberle, a utilização de atividades lúdicas pode contribuir substancialmente para a formação profissional, “[...] A motivação do aluno pela aula é fator essencial para que ocorra o processo de ensino e aprendizagem. O lúdico, quando utilizado na educação, torna-se uma ferramenta importante que possibilita essa motivação, facilitando o aprender”. (HEBERLE, 2011, p. 6). E a realização de atividades neste sentido são atraentes

aos alunos, por proporcionarem também um momento de lazer e integração. Heberle ainda complementa que “[...] As atividades lúdicas podem e devem ser trabalhadas de diversas formas em diversas faixas etárias, especialmente na educação de jovens e adultos, pois o lúdico pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem e para a melhoria da educação”. (HEBERLE, 2011, p. 6).

O esporte é utilizado como forma lúdica de trabalhar as competências, pois dentro dos cenários dos jogos simulam-se várias vivências focadas na gestão de pessoas, conforme Tubino “[...] O esporte é uma grande ferramenta na humanização e deve ser inserido na integração dos instrumentos educacionais colocados à disposição da sociedade” (TUBINO, 2001). Segundo Pedreira “[...] Os princípios administrativos são inerentes a toda e qualquer organização, seja ela uma empresa, uma universidade, um grupo musical ou uma instituição esportiva. As organizações são administradas por pessoas que trabalham em prol da organização atingir os objetivos estabelecidos”. (PEDREIRA, 2006, p. 19).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Realizou-se atividades esportivas de ordem, individuais, competitivas ou ainda cooperativas, todos intitulados de jogos educativos, voltados a gestão de pessoas. Antes de cada partida eram apresentadas as regras e objetivos de cada jogo e após fez-se exposição dialogada recapitulando os objetivos do jogo e relacionando-o com as práticas voltadas a Gestão de Pessoas.

Foram realizadas cinco atividades conforme descritas a seguir.

1º Trabalho em Equipe: Colocar todos os jogadores no meio da quadra, traçar uma corda em torno deles, deixando-os todos juntos, amarrados em um círculo, então uma bola é lançada. Objetivo do jogo é não deixar a bola cair, termina quando todos os integrantes tocarem pelo menos uma vez na bola. Caso a bola caia reinicia-se a atividade.

Número de participantes indicados até 30.

Bases trabalhadas: Cooperação total (Trabalho em equipe, qualidade de vida - todos ganham, clima organizacional cooperativo).

2º Organização Estrutural: Deixar os integrantes escolherem 2 equipes conforme de livre escolha. O jogo consiste em ultrapassar a linha de fundo em posse da bola, deve ser jogado com as mãos e não pode correr com a bola, apenas movimentar-se sem ela, semelhante ao jogo de rúgbi. Observação pode se utilizar as demarcações de espaço destinados a quadra de futsal.

Número de participantes indicados até 30.

Ao final perguntar a equipe perdedora o porquê perdeu e a vencedora o porquê venceu relacionando a seleção, posicionamento da equipe e estratégia de jogo adotada com os resultados do jogo.

Número de participantes indicados até 30.

Bases trabalhadas: Seleção de pessoas, identificação e alocação de talentos e definição de tarefas.

3º Treinamento e desenvolvimento pessoal: Atividade consiste em simular a cobrança de um pênalti sem goleiro, mas inicia-se os chutes do lado contrário da quadra, quem for acertando o gol para de chutar, quem errar o gol na próxima cobrança aproxima a bola do gol para facilitar, a cada erro realiza-se nova aproximação até que todos acertem o gol.

Número de ilimitado de participantes.

Bases Trabalhadas: Metas, tempos e treinamentos diferentes para desenvolvimento de pessoas diferentes.

4º Multifuncionalidade e liderança: Pode-se utilizar o princípio do jogo da atividade número 2, escolhe-se novas equipes e escolhe-se apenas um jogador para fazer o gol/ponto pode ser até mesmo jogador da outra equipe, a informação do jogador destinado a fazer os pontos é passada somente para a equipe contrária. Observação pode se utilizar as demarcações de espaço destinados a quadra de voleibol.

Número de participantes indicados até 30.

Bases Trabalhadas: Identificação e tipos de liderança, multifuncionalidade, e estratégias organizacionais.

5º Gestão de mudanças: Pode-se fazer jogo de futsal em quadra reduzida (quadra de voleibol), utilizando-se de demarcação das traves com cones (no estilo golzinho). Selecionam-se 3 ou 4 equipes, mas somente duas jogam e a(s) outra(s) equipes são as reservas. Os competidores devem ser substituídos em determinados momentos impostos, como por exemplo, depois de ter marcado ponto, depois que a bola sair ou mesmo conforme comando do professor, a frequência das trocas deve iniciar aos poucos e aumentando de acordo com o andamento da partida. Nesse o jogo não há equipes fixas, a troca é constante, o que é um empecilho para a rivalidade.

Número de participantes indicados até 30, divididos inicialmente em 3 ou 4 equipes.

Bases Trabalhadas: Cultura organizacional, ambientes conservadores, gestão de mudanças e competitividade.

Recursos Necessários: Rolo de barbante, apito, uma tesoura, 4 cones, uma bola de futebol e uma de voleibol, espaço aberto (quadra poliesportiva).

Tempo total das atividades: De três a quatro horas, considerando 20 minutos para intervalo, dividindo o tempo restante em 30 a 45 minutos para cada atividade, considerando explicação sobre o jogo, seleção de equipes, realização do jogo e discussão pós partidas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A atividade permitiu grande interação, envolvimento, cooperação e integração dos alunos de maneira divertida, além de destacar a importância e relevância que têm as discussões e os resultados para a prática profissional, isto torna o processo de ensino aprendizagem convidativo, atraente e desafiador.

As atividades permitiram manter os discentes como atores principais das ações seja como atletas ou através das construções realizadas nas discussões após cada jogo, pois as explanações sempre são baseadas nas experiências relatadas que tiveram durante as atividades ou nos conhecimentos prévios que cada aluno trouxe como relato de vivência, somando-se a isto os conceitos e teorias sobre cada competência trabalhada.

Os aprendizes puderam jogar pensando na vitória da equipe atrelada seu desempenho individual, percebendo que cada função tem sua importância para o todo, e que quando bem executadas contribuem para o atingimento das metas do grupo. Conforme depoimento do aluno Kaique Augusto dos Santos, o entendimento sobre o conteúdo ficou muito mais claro depois das partidas. "Saqueei que uma equipe é como um time. Cada pessoa precisa jogar na sua posição para marcar um gol". (SENAC-SP, 2016).

REFERÊNCIAS

HEBERLE, Karina. Utilização e importância das atividades lúdicas na educação de jovens e adultos. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade EJA) – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2011.

KÜLLER, José Antonio; RODRIGO, Natália de Fátima. Metodologia de Desenvolvimento de Competências. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2012.

PEDREIRA, Rafael Baptista. GESTÃO ESPORTIVA Uma análise da administração profissional em clubes de futebol, a transformação dos clubes em empresas: um estudo de caso do Goiás Esporte Clube. Trabalho de Conclusão de Estágio apresentado it disciplina Estágio Supervisionado — CAD 5236, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade

Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Disponível em (<<http://tcc.bu.ufsc.br/Adm293594.PDF>>. Acesso em 04 setembro 2017).

TUBINO, Manoel José Gomes. Dimensões sociais do esporte. 2ª edição revisada. São Paulo: Cortez 2001.

SENAC-SP. Notícias: Esportes ajudam no ensino de segurança do trabalho, 2016. Disponível em: (<<http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?tab=00002&newsID=a23638.htm&subTab=00000&testeira=2092&uf=&local=&l=&template=&unit=>>. Acesso em: 04 setembro 2017).

MAPA DA MINA

Valmir Schork (Monitor de educação profissional); valmir.schork@sp.senac.br

Resumo: Este relato trata da construção de prática de aprendizagem que visa a aplicação dos itens voltados a saúde e segurança do trabalho em atividades da mineração, ditados pela norma regulamentadora 22, em formato de educação por projetos. Após realização de sensibilização sobre o assunto, desafiou-se os alunos a proporem uma forma de trabalhar a competência de maneira criativa e significativa, onde eles propuseram trabalhar os elementos da norma baseados no famoso caso do acidente dos mineiros do Chile, onde 33 trabalhadores da Mina de San José ficaram presos a aproximadamente a 700 metros de profundidade em uma mina de extração de cobre, devido a dois desabamentos estruturais que bloquearam os acessos a superfície. O caso teve repercussão e comoção mundial, onde que o acompanhamento do processo de resgate ganhou todos os noticiários e teve desfecho com o resgate de todos os trabalhadores vivos após 70 dias de confinamento. A prática da aprendizagem baseada em projetos selecionados pelos próprios alunos propicia a eles o desenvolvimento mais aprofundado dos conhecimentos de maneira interessante e significativa. Utilizando-se de mapas contendo as estruturas da mina, impressos em tamanho A0 e em posse dos livros de Segurança e Medicina do Trabalho, os alunos se organizaram em duplas e/ou trios, para inicialmente se aprofundarem os conhecimentos nos itens de segurança e saúde ocupacional na mineração. A parte final da atividade consistiu na identificação ilustrativa sobre as imagens dos mapas da mina da cidade de Copiapó os itens da aplicáveis e informações de pontos específicos da NR 22, identificando através de setas e anotações, ressaltando sempre que possível se os procedimentos listados contribuíram para a sobrevivência das vítimas ou se caso tivessem sido corretamente seguidos teriam evitado o acidente.

Palavras-chave: Alunos. **Projeto. Mineração.** NR 22. Acidente e Chile.

Abstract: The main objective of this report is deals with the construction of a learning practice aimed at the application of health and safety aspects of work in mining activities, dictated by regulation 22, in education format by projects. After raising awareness about the subject, students were challenged to propose a way of working on competence in a creative and meaningful way, where they proposed to work on the elements of the norm

based on the famous case of the accident of the miners of Chile, where 33 workers from San José mine were trapped at about 700 meters deep in a copper mine, due to two structural collapses that blocked access to the surface. The case had worldwide repercussion and commotion, where the follow-up of the rescue process won all the news and ended with the rescue of all the living workers after 70 days of confinement. The practice of learning based on projects selected by the students themselves enables them to further develop their knowledge in an interesting and meaningful way. Using maps containing mine structures, printed in size A0 and in possession of the Work Safety and Medicine books, the students organized themselves into pairs and / or trios, initially to deepen their knowledge in the safety and health items occupation in mining. The final part of the activity consisted of the illustrative identification on the images of the mine maps of the city of Copiapó the applicable items and information of specific points of NR 22, identifying by means of arrows and annotations, highlighting whenever possible if the procedures listed contributed to the survival of the victims or if they had been correctly followed would have prevented the accident.

Keywords: Students. **Project. Mining.** NR 22. Accident and Chile.

INTRODUÇÃO

Em experiência mediada junto a turma do curso técnico em segurança do trabalho como parte integrante da unidade curricular 7 que visa desenvolver a competência auxiliar na implantação e implementação dos programas de saúde e segurança do trabalho.

A atividade foi realizada baseada nas premissas de trabalhar a conceituação e aplicação das normas de segurança e saúde ocupacional na mineração, conforme diretrizes da norma regulamentadora 22 (NR 22), em com formato de projeto educacional.

Barretos e sua microrregião (Guaíra, Olímpia, Colina, etc.), possuem como característica a forte presença de atividades econômicas voltadas ao setor sucroalcooleiro e turismo, praticamente inexistindo empresas que atuem na extração e beneficiamento de minérios, dificultando assim a realização de vivências e até mesmo o poder de associação dos itens normativos práticas conhecidas pela maioria dos alunos.

Diante disto os alunos foram desafiados a pensarem uma forma de trabalhar o elemento da competência de maneira atraente e construtiva, realizou-se então um *brainstorming* sobre o tema chegando a um caso de repercussão mundial e que poderia ser objeto de estudos e que envolveria a construção prática da norma.

O projeto foi construído via análise de acidente ocorrido com os “Mineiros do Chile” (IG.COM, 2010), onde 33 trabalhadores ficaram presos em mina subterrânea por 70 dias e decorrência de 2 desabamentos ocorridos nas estruturas da mina.

Conforme Pacheco, “[...] quando se utiliza a pedagogia de projetos é importante que o aluno selecione, entre seus interesses, um tema sobre o qual deseja desenvolver um conhecimento mais aprofundado[...]” (PACHECO, 2007), o mesmo autor complementa que “[...] ao escolher o tema, o professor deve ficar atento para que esse guarde uma relação com os conhecimentos formais trabalhados na escola, uma vez que os projetos são instrumentos de mediação entre os interesses de aprendizagem do educando e as tarefas e responsabilidades de ensino do professor [...]” (PACHECO, 2007).

Na posição de mediador e facilitador da aprendizagem acatou-se a proposta, vista que a mesma foi de interesse e idealizada pelos alunos, bem como estava totalmente pertinente a necessidade de aprendizagem que envolvia a competência.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O início da atividade constitui-se em recapitular e pesquisar mais informações sobre o caso selecionado, acidente na mina de San José, localizada na cidade de Copiapó, Deserto do Atacama no Chile, e realizava a extração subterrânea de cobre.

Os alunos inicialmente em pesquisas individuais, realizadas em páginas da internet, vídeos, notícias, etc., buscaram informações como data do acidente (5 de agosto de 2010), a característica do acidente (desabamento estrutural), profundidade da mina (mais de 700 metros), número de trabalhadores afetados (33) e tempo para finalização do salvamento (70 dias), contextualizando assim o objeto de estudo do projeto.

Na sequência partiu-se para a discussão e alinhamento quanto a formatação do projeto a ser desenvolvido, onde que baseado em um infográfico (TERRA.COM, 2010) que relata o passo a passo do acidente e posterior resgate dos trabalhadores, adotou-se dois mapas ilustrativos que fazem parte deste material como base para estudos.

Estes mapas contêm ilustrações das estruturas da mina, pontos dos desabamentos, localização dos trabalhadores, refúgios existentes, posicionamento das máquinas, etc., ou seja, todos elementos essenciais para a aplicação dos itens da NR 22.

A partir deste ponto as atividades dividiram-se em duas frentes, coube na posição de mediador providenciar a impressão dos mapas em tamanho grande (A0), para que pudessem ser realizadas anotações sobre os mesmos. A solicitação e providência deste material demorou cerca de 15 dias.

Aos discentes atribui-se a função de relacionar a norma ao objeto de estudos, sendo

que se organizaram em duplas ou trios e distribuíram os tópicos da NR entre estas equipes, para que cada um tivesse maior domínio sobre pontos específicos relacionados à segurança e saúde ocupacional aplicados a mineração.

A construção final da atividade ocorreu com o mapeamento dos itens da norma sobre os mapas da mina de San José. As ilustrações foram fixadas na lousa e cada equipe de posse das informações de pontos específicos da NR, realizaram a identificação através de setas e anotações os pontos e formas que cada item da explanado era aplicável a mina ou ao caso em específico, sempre que possível se os procedimentos citados contribuíram para a sobrevivência das vítimas ou se caso tivessem sido corretamente seguidos teriam evitado o acidente.

Recursos Necessários: Acesso à internet, duas impressões coloridas em tamanho A0, livros Segurança e Medicina do Trabalho.

Tempo da atividade: 08 horas (4 horas definição e organização da proposta de trabalho, 4 horas para construção das anotações no mapa).

Número de alunos: Até 40.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao final da atividade realizou-se uma livre avaliação por parte dos alunos, utilizando uma folha em branco, onde os alunos de maneira anônima puderam expressar suas opiniões sobre o projeto executado.

De maneira quase unanime as avaliações relataram fatores positivos sobre a autonomia dos alunos quanto a condução da situação de aprendizagem e também quanto a assimilação da competência de maneira significativa que tiveram.

Conclui-se que a experiência foi significativa, pois possibilitou o envolvimento e participação de todos os alunos, de modo a buscarem trabalhar de maneira prática e atraente um elemento que inicialmente se apresentava como potencialmente teórico, e fora do contexto da realidade da vivência dos aprendizes.

A situação de aprendizagem teve elementos que puderam aplicar conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que os técnicos em segurança do que atuam na mineração utilizam-se no dia a dia, simulando assim uma condição de análise real de um possível cenário de atuação dos futuros profissionais.

REFERÊNCIAS

IG.COM. **Último Segundo: Mineiros do Chile**, 2010. Disponível em: (<<http://ultimosegundo.ig.com.br/mineiroschile/>>. Acesso em: 06 setembro 2017).

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensinar Aprendendo: A Práxis Pedagógica do Ensino por Projetos no Ensino Fundamental**. Revista PerCursos, v. 8, n. 2, p. 19-40, 2007. Disponível em (<http://www.pibidufrpe.pro.br/arquivos/pacheco_ensino_projeto_s.pdf. > Acesso em :06 setembro 2017).

TERRA.COM. Mundo: **O resgate dos mineiros do Chile**, 2010. Disponível em (<http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/resgate-mineiros-chile/> Acesso em: 06 setembro 2017).

PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO WEB PARA AUXÍLIO DAS VÍTIMAS DE ABUSOS

Guilherme Alves da Silva (FATEC Rio Preto); guibes.riopreto@hotmail.com

Rafael Motta Scarpa (FATEC Rio Preto); scarpa_rafa@hotmail.com*

Mariangela Catelani Souza (FATEC Rio Preto); mariangelacatelani@fatecriopreto.edu.br

Thais Emília de Campos (FATEC Rio Preto); thais.emilia@hotmail.com

Sergio Ricardo Borges Junior (FATEC Rio Preto); sergio@fatecriopreto.edu.br

Palavras-chave: abuso, denúncia, leis e sistema.

INTRODUÇÃO

Em nossa sociedade atualmente vem ocorrendo diversos tipos de abusos. Na maioria das vezes envolvendo sexo oposto. Todavia poucas pessoas sabem ao certo sobre essa agressão e quais são seus tipos. Um abuso é qualquer tipo de violação a uma pessoa ou a harmonia da sociedade. Essa violação pode ser de forma moral, psicológica, física, sexual e patrimonial.

Na maioria dos casos dessas agressões discorre no ambiente familiar ou vincular a família, onde parentes abusam de seus afilhados e enteados. Segundo dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 70% dos abusos do tipo sexual envolvendo estupro são cometidos dentro dos lares brasileiros.

A última notícia de abuso que ficou marcada na mídia, foi a do homem que ejaculou em uma mulher dentro de um ônibus na Avenida Paulista, em São Paulo, o mesmo havia passado cinco vezes pela polícia por suspeita de estupro, mas nunca chegou a ir a julgamento. Esse caso ocorreu dia 29 e agosto de 2017 e essa foi a segunda vez que o agressor realizou o ato. Sendo que a primeira ele foi preso, mas solto logo após dois dias e mesmo assim voltou a fazer isso.

O governo tem leis específicas e genéricas para essas violações sendo algumas delas a Lei Maria da Penha, a Lei Carolina Dieckmann, a Lei do Crime Racial, a Lei do Estatuto da Criança e Adolescente. Contudo não há como condenar agressões sem provas ou sem ter uma denúncia confirmada. Para isso o nosso governo disponibiliza o disque denúncia, contudo ele não é específico para esse tipo de caso. Devido a inexistência de uma aplicação focada para efetuar denúncias de abusos o presente trabalho tem como projeto um sistema de aplicação web para efetuar denúncias.

OBJETIVOS

O objetivo desse projeto é construir uma aplicação web para realizar denúncias de diferentes tipos de abusos e promover informações através do registro de denúncias pontuando os resultados com gráficos e relatórios. Também, de certa forma, ministrar auxílio às pessoas que sofreram esses tipos de abusos e possíveis caminhos para que elas possam levar essas denúncias adiante.

MÉTODOS

O projeto será desenvolvido como trabalho Interdisciplinar pelos alunos Guilherme Alves e Rafael Motta estudantes do quarto período do curso de Análise Desenvolvimento de Sistemas da Faculdade de Tecnologia de São José do Rio Preto. Tendo como base as matérias de Engenharia de Software III, Banco de Dados, Inglês e Programação Orientada a Objetos.

O material utilizado para esse projeto será programas cedidos pela Microsoft, Change Vision, Midomo. Também será usado materiais cedidos pelo governo como as leis da constituição e materiais da Psicopedagoga Thais para um estudo mais amplo dos abusos.

Com auxílio dos professores das matérias será desenvolvido a documentação do projeto, seu banco de dados e a programação do sistema. Sendo a professora Mariângela responsável pela matéria Engenharia de Software e o professor Sergio responsável pela matéria Banco de Dados.

Também terá auxílio da polícia militar com termos e leis que podem ajudar o projeto a ser realizado e ideias que podem ser adaptadas e criadas com o projeto.

RESULTADOS

O presente projeto visa mostrar resultados numéricos concretos sobre denúncias de abusos em nosso país, propiciando as autoridades bem como as instituições de pesquisa a avaliar o quão alarmante se trata o assunto. Todavia o maior resultado será promover auxílio a sociedade no que diz respeito a esse assunto.

CONCLUSÃO

O projeto visa atender as vítimas de abusos, de forma que qualquer pessoa possa efetuar uma denúncia. Esses dados vinculados ao sistema serão de grande ajuda a sociedade, podendo até serem estudados e registrados por forças governamentais.

REFERÊNCIAS

Disponível em:

<<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41115869>>. Acesso em 05 set. 2017.

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=estupro&ordering=category&searchphrase=all&Itemid=32&option=com_search>. Acesso em 05 set. 2017

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm>. Acesso em 05 set. 2017.

<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em 05 set. 2017.

DESENVOLVIMENTO DE ABORDAGEM DIDÁTICA EM GRUPO VIRTUAL

Daniel Martinelli Prince (Fatec Rio Preto); danielm prince@hotmail.com

Leonardo Mendes Pires (Fatec Rio Preto); mendespiresleonardo@gmail.com

Leonardo Vinícius Silva (Fatec Rio Preto); leonardo-formatacao@hotmail.com*

Samuel Leonel de Freitas (Fatec Rio Preto); samueleonelfreitas@hotmail.com

Mariângela Catelani Souza (Fatec Rio Preto); mariangelacatelani@fatecriopreto.edu.br

Sergio Ricardo Borges Junior (Fatec Rio Preto); sergio@fatecriopreto.edu.br

Palavras-chave: Estudo em Educação. Grupo e Reunião. Estudo em Grupo

INTRODUÇÃO

O projeto busca implementar uma plataforma de estudo em que o estudante possa obter conhecimento através desta plataforma, realização de estudos e/ou trabalhos em grupo. Todos os integrantes do grupo estão bem alinhados para o desenvolvimento do projeto, sendo assim, iremos projetar, estruturar e aplicar, assim após todos os métodos de engenharia de software, corrigiremos possíveis 'bugs' e buscaremos sempre atualizar o projeto para atender as expectativas de crescimento.

O projeto pretende oferecer materiais de estudo sobre a matéria pré-definida pelo estudante assim, para cada estudante, haverá um banco de matérias disponível para acesso em dois tipos:

Leitura individual – ideal para aqueles que preferem estudar individualmente, mas que querem obter o material de qualidade de professores das faculdades.

Leitura em Grupo – A leitura em grupo que busca a troca de conhecimentos entre os estudantes, assim, algum estudante que possa estar com dificuldade em seus estudos, poderá receber alguma ajuda de um estudante de alguma outra área de conhecimento. Os estudantes poderão criar salas de estudo com um grupo de estudantes, afim de realização de trabalhos ou realização de aprendizado de novas áreas, assim, com um método de ensino dinâmico, trazendo um jeito diferente de aprender, expandindo o conhecimento mutuo dos estudantes realizando a interconexão de outras regiões. Professores poderão entrar nas salas de seus estudantes a fim de disponibilizar materiais de sua própria disciplina – assim se forem validados pelos administradores – assim os estudantes integrados na plataforma, poderão se conectar com seus professores. Conforme o analisado o déficit em plataformas de estudo, decidimos realizar este projeto para auxiliar estudantes de faculdades e escolas¹ que possuem alguma dificuldade em realizar trabalhos em grupo.

OBJETIVOS

Temos como objetivo unificar a experiencia de estudos em grupos para uma plataforma online, na qual a solução seria buscar incentivar os estudantes a trabalhar em grupo para um objetivo em comum, fazendo-se assim, a interconexão dos estudantes.

MÉTODOS

Todos os métodos utilizados para realizar o projeto serão fornecidos pela Fatec Rio Preto em questões de conhecimento, equipamentos e outros serão dos respectivos participantes. Todos os métodos de pesquisa serão realizados em conjunto dos professores utilizando buscas em ebooks sobre metodologias de ensino a distância e outros tópicos relacionados a comunicação e conectividade.

RESULTADOS

Temos como proposta desenvolver uma plataforma de conexão com outros estudantes através de um objetivo em comum, a necessidade de estudar em grupo. Ao perceber o déficit de ferramentas que possibilitam o estudo em grupo, resolvemos inovar elaborando uma nova visão e novo método de ensino através de um ambiente online.

As pesquisas obtidas foram analisadas e implementadas no projeto através de formas de ensino.

CONCLUSÃO

O projeto está em desenvolvimento, assim, esperamos que tal projeto seja abrangente em múltiplas ciências, trazendo uma forma de incentivar os estudantes para o estudo em grupo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educ. Pesqui.** [online]. 2003, vol.29, n.2, pp.327-340.

GONÇALVES, J. C. S.; DUARTE, D. H. S. Arquitetura sustentável: uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia em experiências de pesquisa, prática e ensino. *Ambiente Construído*, v. 6, n. 4, p. 51-81, 2006.

Moran, J.M.A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 5ª Ed. Campinas: Papirus, 2013.

IMPLEMENTAÇÃO DE UM APLICATIVO PARA DOAÇÃO E TROCA DE LIVROS ENTRE LEITORES

Roberto Fialho Compassi (Fatec Rio Preto); robertocompassi@outlook.com*

Otacílio Fialho Compassi (Fatec Rio Preto); otaciliocompassi@outlook.com

Mariangela Catelani Souza (Fatec Rio Preto); mariangelacatelani@fatecriopreto.edu.br

Sérgio Ricardo Borges Júnior (Fatec Rio Preto); sergio@fatecriopreto.edu.br

Palavras-chave: troca de livros. doação de livros. aplicativo de livros. coletânea de livros. leitura.

INTRODUÇÃO

Com a atual necessidade de reaproveitamento e sustentabilidade, nasce o objetivo de desenvolver um aplicativo que torne possível que pessoas com o desejo de trocar ou doar livros, histórias em quadrinhos e todo tipo de material cultural produzido que muitas vezes não utilizam mais ou não tenha mais a mesma utilidade (Oliveira (2013)), encontre com facilidade outros produtos que desejam trocar, possibilitando que donos de produtos culturais possa realizar trocas dentro do sistema, através da busca e troca de mensagens entre donos de produtos que tenham interesse em realizar a troca ou que apenas desejam fazer uma doação.

OBJETIVOS

Um usuário tendo interesse no produto do outro é aberto um espaço para que ambos possam trocar mensagens levando assim à troca de itens entre eles, trocando informações sobre o estado e condições do produto, condições de troca, envio ou local para a troca.

Cada usuário terá uma página, para divulgação de seus produtos, similar a um portfólio onde o mesmo poderá inserir fotos, descrição do produto e outros detalhes que ajudem na troca, e todos os itens da lista de produtos do usuário será visível no resultado da busca.

MÉTODOS

Para desenvolvimento da proposta será utilizado linguagens de programação C#, Java Script, HTML5 e CSS3 para criação de interface gráfica e banco de dados SQL Serve para armazenamento dos registros e dados da aplicação. Para gerenciamento do desenvolvimento será utilizado metodologias ágeis como Scrum.

RESULTADOS

A aplicação poderá usar a localização do usuário para saber onde outros usuários dispostos à troca ou doação estão localizados, facilitando as trocas locais, reduzindo os custos de envio.

CONCLUSÃO

Com a ausência no meio digital de um sistema facilite pessoas com o desejo de trocar seus livros, foi proposto o sistema, permitindo que seu público encontre com facilidade pessoas que tenha o mesmo interesse em trocar livros, histórias em quadrinhos e outros produtos relacionados. Com a popularização e alcance da internet, este projeto tornara possível com que seus produtos dos usuários destinados a troca estejam visíveis para qualquer pessoa com acesso à internet no mundo além de ser considerado um modelo de reaproveitamento e sustentável, ajudando as pessoas a adquirirem matérias culturais ou didáticos de maneira acessível.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, P. V. 1ª Feira de troca de livros: colégio São Francisco Xavier. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 25,. 2013, Florianópolis. Anais... Florianópolis: FEBAB, 2013.
- Ortiz, M. V. S.; Malara, R. **DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA WEB PARA TROCA DE LIVROS**. Uniara.
- PENIN, S. T. S. Sala-ambiente: invocando, convocando, provocando a aprendizagem. **Revista Ciência e Ensino**, Campinas, FE/Unicamp, nº 3, p. 20-21, dez. 1997.

HORA DO RECREIO – UTILIZANDO MÍDIA IMPRESSA EM SALA DE AULA

Leandro Ferreira de Oliveira; leandroferreiraprof@gmail.com

Resumo: A utilização de jornais apresenta aos alunos uma das mais importantes funções práticas da escrita: ler para se informar. Em um mundo de rápidas transformações sociais, o indivíduo deve estar bem informado para compreender o que se passa a sua volta, como as mudanças o afeta e qual o seu papel na sociedade. Não se trata de aprender a ler ou ser letrado, é importante apresentar bons textos as crianças e permitir a compreensão do que ele transmite. Devem-se utilizar textos com sentido social e que estejam presentes em nosso meio para que a criança perceba que o que ela aprende na escola não está desconexo com aquilo que é visto pela sociedade. O presente trabalho apresenta a coluna Hora do Recreio, sua utilização como ferramenta pedagogia e sugestões para incluir o jornal na prática pedagógica, oferecendo novas ideias e possibilidades. A coluna apresenta um material diversificado, com assuntos pertinentes ao universo infantil e apresentação de boas práticas pedagógicas realizadas na região de São José do Rio Preto-SP. Analisaremos os quadros apresentados pela coluna e como utilizá-los na educação. Desta forma, a coluna mostra-se não apenas um material lúdico, mas também uma oportunidade de troca de informações e experiências entre os docentes.

Também é analisado o papel do jornal na educação e como utilizá-lo, não apenas em Língua Portuguesa, mas em diferentes disciplinas, para potencializar a aprendizagem e referenciar os conteúdos escolares. Trabalhar com jornais proporciona uma rica experiência multidisciplinar, onde o aluno torna-se leitor de um material rico, aprendendo diferentes gêneros literários, reescrevendo-os e aprendendo a ler e interpretar textos.

Palavras-chave: Jornal. Educação. Leitura. Escrita. Cidadania.

Abstract: The use of newspapers presents students with one of the most important practical functions of writing: reading for information. In a world of rapid social transformation, the individual must be well-informed to understand what is going on around him, how changes affect him and what his role in society. It is not about learning how to read or being literate, it is important to present good texts to the children and to allow an understanding of what they transmit. We must use texts with social meaning and that are present in our environment so that the child perceives that what he learns in

school is not disconnected with what is seen by society. The present work presents the Hora do Recreio column, its use as a pedagogy tool and suggestions to include the newspaper in pedagogical practice, offering new ideas and possibilities. The column presents a diverse material, with pertinent subjects to the infant universe and presentation of good pedagogical practices carried out in the region of São José do Rio Preto-SP. We will analyze the tables presented by the column and how to use them in education. In this way, the column is not only a playful material, but also an opportunity for the exchange of information and experiences among teachers.

It also analyzes the role of the newspaper in education and how to use it, not only in Portuguese Language, but in different disciplines, to enhance learning and reference school contents. Working with newspapers provides a rich multidisciplinary experience where the student becomes a reader of rich material, learning different literary genres, rewriting them and learning to read and interpret texts.

Keywords: Newspaper. Education. Reading. Writing. Citizenship.

INTRODUÇÃO

"O jornal oferece uma visão ampla e atualizada que proporcionam o trabalho em conjunto dos recursos que a comunicação oferece, juntamente com tabelas, gráficos, assuntos que exploram a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade. Enquanto educador, o ideal é favorecer a interação do aluno com a realidade social, sendo o jornal considerado uma das fontes para atingir tal objetivo. O jornal coloca o aluno na vivência e reflexão da atualidade, tomando um ser ativo e consequentemente participativo da realidade social". (CAIADO, 2011)

Com o objetivo de apresentar a escrita em sua forma social e a importância da leitura social, desenvolvi a coluna Hora do Recreio, que apresenta assuntos pertinentes para professores e crianças. A coluna é publicada todos os domingos no jornal DHoje Interior.

OBJETIVOS

-Apresentar a função social da escrita.

- Desenvolver uma ferramenta incentivando a leitura e escrita.
- Divulgar projetos e boas práticas educacionais da região de São Jose do Rio Preto-SP.

DESENVOLVIMENTO

Criação da coluna Hora do Recreio

Lecionando na cidade de São José do Rio Preto-SP, observei que faltava aos docentes a possibilidade de conhecer o trabalho realizado por outros professores da cidade. Muitas vezes, a dificuldade de um professor da escola X já foi solucionada na escola Y. Os alunos da escola W tiveram uma aula divertida sobre ciências e aprenderam brincando sobre o tema. Enquanto isso a professora da escola K esta quebrando a cabeça para trabalhar o mesmo tema com seus alunos. Apesar de o trabalho docente ser algo colaborativo, onde os mesmos reúnem-se semanalmente em reuniões pedagógicas e de preparo de materiais, nem sempre uma professora está ciente das atividades que são realizadas por outras professoras da mesma escola em séries diferentes.

Ao realizar um projeto em minha escola observei grande dificuldade em apresentar a atividade para a comunidade através das mídias tradicionais. Muitos assuntos interessantes para crianças, professores e comunidade pode não ser interessante para o público em geral e boas praticas acabam "morrendo"na sala de aula, sem ter um registro ou sem ser apresentadas para a comunidade. Também sentia falta de um material que pudesse ser atrativo para as crianças e que pudéssemos trabalhar em sala de aula. Quando era criança, como não havia a internet, muitas revistas infanto-juvenis eram lidas e compartilhadas pelas crianças e jovens em busca de informação e conhecimento. São desta época revistas como Atrevida, Toda Teen, Capricho, Super Game Power, Ação Games, Recreio, Pais e Filhos, Heroi e Nosso Amiguinho. Com a popularização da internet as crianças mudaram de mídia e hoje acompanham as informações através do celular e computador. Essas revistas perderam parte de sua importância e algumas nem existem mais. No entanto, seu conteúdo estimulava a leitura, abordando temas relevantes para as crianças e apresentando a leitura como uma forma de lazer.

Com todas essas inquietações desenvolvi um boneco de uma coluna de jornal que preenchesse todas essas lacunas e o resultado foi a criação da coluna Hora do Recreio. Com cerca de cinquenta edições, ela já apresentou dezenas de boas práticas, várias dicas

de leitura, filmes e games, estimulou as crianças a fazerem brinquedos de material reciclável e deu voz aos pequenos, com atividades lúdicas e estímulo a leitura como forma de prazer e aprendizado. Criar condições de leitura não implica apenas alfabetizar ou propiciar acesso aos livros. Trata-se, antes, de dialogar com o leitor sobre a sua leitura, isto é, sobre o sentido que ele dá, repito, a algo escrito, um quadro, uma paisagem, a sons, imagens, coisas, idéias, situações reais ou imaginárias Martins (1984, p.34).

O jornal pode possibilitar ao docente a interdisciplinaridade e a exploração de diferentes gêneros textuais, enriquecendo a prática docente e dando sentido a leitura e escrita. Não é apenas “vovó viu a uva”, agora é “desemprego afeta 12 milhões de brasileiros”, e fazer a criança compreender que só a educação pode afastá-la desta triste estatística.

MÉTODOS

“O que conta, antes do mais, para a Escola, para as crianças e para os professores, não é o aspecto histórico das técnicas e dos métodos mas sim a sua adequação às necessidades pedagógicas” (FREINET, 1974, p.17).

As reportagens e matérias da coluna são escritas com uma linguagem simples, de fácil compreensão. O conteúdo da coluna é desenvolvido pensando em divulgar boas práticas pedagógicas e facilitar a aprendizagem e o conhecimento. Os leitores recebem dicas de leitura, sugestões de games e aplicativos para celular, receitas, eventos culturais, dicas de filmes, sugestões para confeccionar brinquedos com material reciclável, piadas, charadas, curiosidades, atividades e informações sobre datas comemorativas.

Cada professor utiliza o conteúdo da coluna da forma que achar melhor. Muitos copiam as sugestões de atividades, outros como apoio pedagógico em datas comemorativas, outros realizam os artesanatos sugeridos. O jornal DHoje Interior é o diário oficial do município e é distribuído em todas as escolas da cidade.

“O acesso aos mais variados textos, informativos e literários, proporciona, assim, a tessitura de um universo de informações sobre a humanidade e o mundo que gera vínculos entre o leitor e os outros homens. A socialização do indivíduo se faz, para além dos contatos pessoais, também através da leitura, quando ele se defronta com produções significantes provenientes de outros indivíduos, por meio do código comum da linguagem escrita. No diálogo que então se estabelece o sujeito obriga-se a descobrir sentidos e tomar posições, o que o abre para o outro”.

(BORDINI; AGUIAR, 1993, p.10).

Conteúdo apresentado na coluna Hora do Recreio

Toda semana a coluna Hora do Recreio apresenta diferentes conteúdos aos seus leitores. Alguns são apresentados em pequenas seções da coluna. Vamos conhecer as principais delas:

Matérias variadas

Apresentam assuntos pertinentes aos leitores: apresentação de boas práticas educacionais, temas transversais, informações sobre datas comemorativas, etc.

Piadinhas

Apresenta piadinhas divertidas para todas as idades. Servem para incentivar a leitura e trabalhar a compreensão do texto, sendo necessário uma correta compreensão para encontrar a graça da mesma.

Charadas

Apresenta charadas para brincar. Esta seção acaba trabalhando um dos itens mais importantes do folclore brasileiro: o jogo de adivinhas.

Dicas de leitura

Sugere livros para leitura. Muitos alunos ao verem a sugestão acabam procurando os livros na biblioteca da escola e fazem a leitura do mesmo, estimulados pela “propaganda” do jornal.

Receitas

Receitas simples que podem ser realizadas pelas crianças. Sempre são informados os cuidados para utilização da cozinha e o solicitado o auxílio de um adulto. O docente pode trabalhar texto instrucional.

Dicas de games

Sugestões de games para diferentes plataformas. Há uma preferência por jogos educativos, mas também são apresentados jogos com a classificação livre, que estimulem

a criatividade, imaginação e prática de atividade física. Não são apresentados jogos violentos ou para adultos.

Dicas de filmes

Sugestões de filmes que estão em cartaz nos cinemas. Destaque para filmes infantis e para toda a família.

Professor repórter

Abre espaço para o professor apresentar sua prática, seus alunos e o que está desenvolvendo em sala de aula.

Curiosidades

Apresenta curiosidades sobre um tema. Quando foi falado de vulcões, esta seção apresentou curiosidades sobre o mesmo.

Curti

Apresenta pequenos textos interessantes ou refletivos.

Agenda

Apresenta dicas culturais que acontecem na cidade de São José do Rio Preto-SP.

Faça você mesmo

Apresenta sugestão de confecção de brinquedos, jogos e artesanato com materiais recicláveis. Os próprios professores e alunos podem mandar sugestões e suas criações são creditadas a eles. Também é um texto instrucional, pois para fazer o brinquedo, o aluno deve ler o texto e seguir as orientações.

Atividades

Cruzadinhas, passatempos, labirintos, desafios e caça-palavras desafiam as crianças.

Utilizando jornais em sala de aula

Se você perguntar a um professor se ele já utilizou o jornal em sala de aula, ele provavelmente falará que sim. Há várias formas de se utilizar o jornal. Em muitos casos

os docentes limitam-se a um pequeno texto para treinar a leitura dos alunos ou recortar palavras de um jornal.

O que proponho com este artigo é uma utilização maior. O jornal deve fazer parte da prática docente, sendo utilizado em diferentes disciplinas para diferentes finalidades. "Quando o jornal aparece nas atividades de sala de aula é, geralmente, para recortes de palavras com a finalidade de fixar noções de gramática, ou como fonte de pesquisa em recomendações vagas, padronizadas: 'procurem em jornais e revistas', ou ainda em uso familiarizado pelo aluno: recortes de gravuras, notícias, reportagens etc., para ilustrar e apresentar trabalhos individuais ou em grupo ao professor e, mais raramente, ao grupo classe. (VIANA & SILVA, 1995, p. 81).

Segundo Paulino (2001) o jornal é um registro diário da história, um instrumento complementar na educação, com a vantagem de ser momentâneo, atual e ter um custo mais acessível que o livro didático. Em outras palavras, a utilização de jornais em aulas de história é o registro vivo dos acontecimentos que marcaram a humanidade. Se um docente quer trabalhar a ida ao homem na Lua, pode utilizar os jornais daquela época para compreender a importância histórica deste evento.

Histórico do trabalho com jornal em sala de aula

Um dos pioneiros na utilização de jornais na educação foi o pedagogo Célestin Freinet. Utilizava diversas metodologias de ensino, destacando-se: desenho livre, texto livre, correspondência escolar, e imprensa escolar. Abro aqui um espaço para uma rápida biografia deste pioneiro na utilização do recurso abordado por este artigo.

Célestin Freinet

"A democracia de amanhã é preparada na democracia da escola."
Célestin Freinet (1896-1966),

Célestin Freinet (1896-1966), foi um pedagogo francês, criador do movimento denominado escola moderna. Ele acreditava em uma escola democrática onde o professor deve mesclar seu trabalho com a vida em comunidade, criando as associações, os conselhos, eleições e diversas formas de participação e colaboração dos alunos.

"Por meio do jornal escolar, primeiramente as crianças falavam de si próprias e de suas vidas, e coletivamente compunham os textos que posteriormente eram ilustrados e

diagramados segundo suas preferências. A percepção afetiva, a sensibilidade e a espontaneidade afluíam de maneira muito clara nas crianças propiciando a aprendizagem e a conscientização das mesmas”. (CORDEIRO,2007)

Como vemos nos dias atuais, Freinet já desenvolvia uma educação democrática, significativa e ativa para seus alunos.

Sugestões de trabalho com jornal

Além das colunas destinadas as crianças, como a Hora do Recreio (jornal DHoje Interior), Diarinho (Diário da Região) e Folhinha (Folha de São Paulo), pode-se e deve-se trabalhar outros conteúdos com os alunos. Como relata Souza:

(...) o professor deve proporcionar várias atividades inovadoras, procurando conhecer os gostos de seus alunos e a partir daí escolher um livro ou uma história que vá ao encontro das necessidades da criança, adaptando o seu vocabulário, despertando esse educando para o gosto,deixando-o se expressar. (SOUZA, 2004, p.223)

Paulo Freire (1989) em “A importância do ato de ler” trabalha a temática da leitura, discutindo sua importância, explicitando a compreensão crítica da alfabetização, reforçando que a alfabetização demanda esforços no sentido de compreensão da palavra escrita, da linguagem, das relações do contexto de quem fala, lê e escreve, a relação entre leitura de mundo e leitura de palavra.

Para compreender o mundo que nos cerca é necessário estar muito bem informado. As transformações sociais acontecem cada vez mais rápido e somente através da informação poderemos assimilar as mudanças a nossa volta. Para isso acompanhamos as notícias por meio de televisão, rádio, internet, revistas ou jornais.

Este último trata-se de um veículo de comunicação diferenciado, pois além de noticiar os fatos faz uma análise sobre os comentários do dia a dia. Além disso, o leitor pode escolher sobre o que deseja ler, nos diferentes cadernos ou seções como notícias da cidade, anúncio de empregos, política, saúde, esportes, diversão, agenda cultural, etc.

Ele é um meio que sua mídia esta presente de forma física. Para utilizar a internet você necessita de um dispositivo eletrônico (computador, tablet ou celular, etc.), energia elétrica (seja pela tomada ou armazenada em baterias ou pilhas) e conexão com a rede mundial de computadores, através de um serviço de dados. O jornal é semelhante a um livro. Tê-lo em mão é o suficiente para utilizá-lo. Mesmo com o avanço dos meios e comunicação digital, da diminuição da venda de exemplares e das alterações da sociedade, este mostra-se um dos meios de comunicação e informação com maior credibilidade.

Trabalhar com jornal proporciona uma leitura mais crítica, informativa sobre os assuntos da cidade e do mundo. Dar acesso as crianças desde cedo ao jornal apresenta a leitura como forma de compreensão do mundo, formando um cidadão crítico, que pode concordar ou discordar de uma reportagem ou editorial, mas ao discordar apresenta seu ponto de vista, reflete o que acontece e busca soluções para construção de um mundo mais digno e justo para todos, tornando-se assim um cidadão mais participativo das decisões democráticas. “Assim, o ser cidadão implica no exercício da cidadania, no desenvolvimento de um espírito crítico e atuante. A escola representa a base para a formação de um indivíduo inteirado aos problemas sócio-culturais do seu tempo, estado ou país” (PONTUAL, 1999, p.45).

Os jornais trazem uma fonte confiável de informação (algo importantíssimo de se ter e ensinar aos alunos nativos digitais bombardeados por fake news, hoax e boatos que circulam no Facebook, e-mail e grupos de Whastapp) e devem ser utilizados para enriquecer os conteúdos pedagógicos e apresentar diferentes tipos de texto (notícias, classificados, charges, receitas, mapas da previsão do tempo, legendas, quadrinhos, tabelas e gráficos).

Os alunos devem ter contato com o jornal inteiro, não apenas pequenos textos recortados, eles devem ler o título, o sub-título e as reportagens de seu interesse. Com certeza há muita coisa que pode agradar as crianças: a coluna infantil, agenda cultura com informações de filmes e peças teatrais, sugestões de leitura, esportes, etc.

O trabalho deve ser permanente. Em minha prática pelo menos uma vez por semana utilizo o jornal. Para isso o próprio professor deve ter o hábito de ler jornal e analisar como seu conteúdo pode ser utilizado em diferentes disciplinas. Trabalhamos os textos analisando: o quê, quem, quando, onde, como e por quê. Isso permite uma melhor compreensão do que está no texto e fazemos o trabalho contrário: solicitar ao aluno descrever algo que aconteceu na escola utilizando-se dos mesmos atributos. Nas oficinas de redação, observei grande melhora na escrita dos alunos, pois isso permitiu que eles escrevessem de forma mais organizada seus pensamentos. Trabalhamos também os diferentes gêneros textuais (artigo, reportagem, classificados, horóscopo etc.), o que permite uma melhor compreensão da finalidade da escrita e sua utilização social.

Segue uma pequena lista de sugestões que podem colaborar com uma prática pedagógica de leitura e escrita mais participativa e compreensiva por parte dos alunos, que podem ser trabalhadas em sala de aula, aulas de reforço, contra-turno escolar, salas de aceleração com as diferentes seções ou colunas do jornal:

Carta do leitor

Seção onde os leitores mandam cartas, e-mail e mensagens de whatsapp para o jornal. Nele os leitores comentam notícias, mandam sugestões, relatam problemas em seu bairro, fazem críticas ou correções de matérias ou reportagens do jornal. Esta é uma possibilidade de analisar o que é escrito e sugerir aos alunos de escrever e participar.

Charge

Quase todos os jornais trazem charges, ilustrando os assuntos mais pertinentes do momento, quase sempre ligados a política ou problemas contemporâneos. Para compreender a ilustração, quase sempre é necessário ter um conhecimento de mundo e saber o motivo daquela ilustração. Muitas vezes as charges e cartuns possuem uma linguagem não verbal, satirizando ou refletindo determinado assunto sem utilizar palavras. Os alunos podem pesquisar charges e relatar o seu significado. Uma charge de dois ou três anos atrás pode registrar um momento político e a opinião da sociedade naquele período.

Notícias

Analisando notícias o aluno pode extrair do texto qual fato está sendo relatado, o lugar onde aconteceu a data e qual foi o resultado daquela ação. Analisando o jornal local, é possível compreender melhor os problemas da cidade e suas possíveis soluções. Os alunos também podem escrever, tento por objetivo incluir no texto os fatos, locais e datas, o que proporciona um texto com maior qualidade.

Classificados

Lendo os classificados os alunos conhecem melhor esta seção do jornal e aprendem a simplificar seu texto. Os anúncios normalmente são curtos (muitos classificados cobram mais caro se o mesmo possuir muitas palavras), isso melhora a capacidade de síntese das crianças. O classificado deve conter título, o produto ou serviço (para ser vendido, comprado, trocado, ofertado, procurado ou doado), dados do anunciante (nome, telefone, e-mail ou endereço) e valor do produto ou serviço.

Os alunos podem criar seus próprios classificados e incentivados a criar um jornal mural, com os classificados da escola.

Cadernos cotidianos (cidades, esporte, mundo, política)

Dependendo do que o professor deseja trabalhar ou apresentar os demais cadernos do jornal pode enriquecer os conteúdos, apresentando reflexões sociais, informações

relevantes ou utilização prática dos conteúdos trabalhados. Por exemplo, nas eleições os jornais apresentam gráficos, estatísticas e informações sobre as intenções de voto dos eleitores. Porcentagem, margem de erro, arredondamento, estatística, média, pesquisa, gráficos (de pizza, barras, linhas e colunas) e tabelas podem ser trabalhadas para análise e melhor compreensão da corrida eleitoral. Com base no que estão vendo nos jornais, os alunos podem fazer pesquisas e criar tabelas e gráficos.

Lendo uma reportagem sobre a China podem aprender mais sobre o país, sua geografia e sistema de governo. A curiosidade dos alunos poderia render uma pesquisa ou seminário sobre a cultura deste país.

No caderno de esportes, analisando a tabela do Campeonato Brasileiro, podem acompanhar o desempenho do seu time, pontuação e ver seu saldo de gols (resultado da subtração de gols feitos e dos gols sofridos, inclusive apresentando os números negativos), é possível trabalhar a multiplicação (se o Corinthians tivesse vencido mais 5 jogos, quantos pontos ele teria sabendo-se que cada vitória vale 3 pontos?).

O trabalho com jornais, além de ampliar o universo dos alunos, ajuda a formar leitores competentes, críticos e autônomos, tornando as aulas mais interessantes.

Criação de um jornal

Depois de compreender como é um jornal escrito, os alunos podem desenvolver seu próprio jornal. Muitas instituições imprimem esta publicação que acaba saindo dos muros da escola. Funciona como uma motivação para os alunos terem seus textos publicados, para serem lidos por outros alunos ou pela comunidade. Eles também vêm fotos das atividades desenvolvidas e podem sugerir temas e pautas. Para este tipo de trabalho é necessário pelo menos um professor orientador, que coordena o trabalho e faz a revisão ortográfica do material. Outras escolas preferem a criação de um jornal mural, que fica à disposição dos alunos no mural da escola, e pode ser lido durante o recreio. Há escolas que publicam este informativo no site do colégio, em blogs ou enviam para os pais por e-mail. Acaba funcionando como uma ferramenta pedagógica de divulgação de seus trabalhos que permite a participação dos alunos e comunidade. Para fazer um jornal impresso há despesas com a impressão do mesmo, o que pode dificultar esta atividade em escolas que não possuem uma verba ou a possibilidade de escolher onde investir a verba escolar. Uma versão on-line pode ser gratuita se utilizar um blog ou hospedagem grátis, ficando disponível na internet e funcionar como banco de registro das atividades desenvolvidas. Para Freinét, a criação de um jornal escolar permite a criação de uma

cultura própria, baseada, não nos desejos, pensamentos ou ordem dos adultos, mas nos verdadeiros interesses das crianças.

Debates

O professor pode apresentar uma notícia ou reportagem e proporcionar um debate sobre o tema. Os alunos podem apresentar suas opiniões oralmente ou de forma escrita, ampliando os conhecimentos da sala e proporcionando a apresentação de diferentes pontos de vista sobre um tema.

“Debater é aprender a ouvir e comunicar-se, respeitar as idéias dos outros e estar aberto a sugestões, atividade que requer disciplina para não virar “bagunça” (brincadeiras ou brigas), e essa vai se moldando à medida que a dinâmica é incorporada como atividade ‘natural’ no ambiente escolar, sempre existindo a possibilidade de colocações inesperadas acontecerem. Gonçalves”. (2004, p.116)

CONCLUSÃO

Muitos professores realizam práticas e projetos incríveis, mas nem sempre conseguem divulgar e apresentá-las para a comunidade. Na coluna, estas práticas são divulgadas e compartilhadas nas redes sociais. Outros professores aprendem e podem trocar experiências. Os alunos gostam da coluna, pois apresenta uma linguagem simples e assuntos pertinentes a sua realidade. As atividades da coluna estão disponíveis na internet e tanto o docente, como a criança pode fazer o download do arquivo para utilizar em sala de aula ou em sua casa. Muitos professores utilizam a coluna como um momento de leitura e informação, mostrando um importante papel da escrita: ler para se informar, aprender e ver as notícias. Os alunos estão mais interessados em ler e aprender com o jornal. Eles compreendem melhor os diferentes gêneros literários e sentem-se felizes por ter um texto escrito no jornal ou sua escola apresentando uma prática pedagógica. A leitura e escrita possui mais significado agora, pois eles compreendem melhor o que se passa em sua volta e sente-se parte integrante de uma sociedade.

“O jornal em sala de aula é um excelente material para se desenvolverem atividades de leitura e escrita, tais como se apresentam na sociedade, possibilitando o trabalho com diferentes modalidades de textos. Os alunos aprendem a reconhecer e a utilizar diferentes formas de organização textual, bem como recursos linguísticos próprios de cada modalidade”. (SÃO PAULO, 1991)

“Quando o professor faz uso do jornal em sala de aula possibilita a articulação entre o mundo e a escola, favorece a contextualização dos fatos e conteúdos escolares”. (BAHIA, 2007:174).

Mesmo sendo parte de uma mídia que está se reinventando a cada dia, a leitura de jornais ou revistas mostra-se importantíssima para despertar o prazer da leitura. Com a coluna Hora do Recreio, os alunos se vêem no jornal, aprendem sobre novos assuntos, lêem sobre temas pertinentes a sua realidade, se divertem com piadinhas, charadas e curiosidades.

“O aluno deve ampliar o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita [e oral], ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania”. PCNs

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Agnes. **Jornal na sala de aula: leitura e assunto novo todo dia**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/324/leitura-de-jornal-na-sala-de-aula>. Acesso: 09-09-2017
- BAHIA, José Péricle Diniz. **Jornal na escola: estratégias de uso para a construção de cidadania**. Revista Faced, Salvador, n. 11, p. 171-187, jan/jun 2007.
- BEZERRA, M.C.S. **Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa**. São José: Premier, 2011. p. 171 –186.
- BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira de. **Literatura – a formação do leitor: alternativas metodológicas**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- CAIADO, K.R.M.; MELETTI, S.M.F. **Educação especial na educação do campo de São Paulo: uma interface a ser construída**. In: BEZERRA NETO, L.;
- CITELLI, Adilson O. (org) **Ensinar e aprender com textos não escolares**. São Paulo: Cortez, 1997. 3a. ed.
- CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007
- FREINÉT, Celéstin. **O jornal escolar**. Lisboa: Estampa, 1974.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GONÇALVES, Lídia Maria. **Do ledor ao leitor: Um estudo de caso sobre as insuficiências do jornal em sala de aula no Ensino Fundamental.** Tese de doutorado. Defendida em 2004, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre – RS.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PAULINO, Graça et al. **Tipos de textos, modos de leitura.** Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

PONTUAL, Joana Cavalcanti. **O jornal como proposta pedagógica.** São Paulo, Paulus, 1999 (Pedagogia e Educação)

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas . **O texto: da teoria à prática: subsídios à proposta curricular para o ensino de língua portuguesa – 1º. grau.** São Paulo: SE/CENP, 1991

SILVA, Ynaray Joana da; VIANA, Fernando Valeriano. **O jornal e a prática pedagógica.** In: CITELLI, Adilson Odair (org.). Aprender e ensinar com textos não escolares. Vol. 3. São Paulo: Cor-tez, 1997, pp. 79-97.

SOUZA, Renata Junqueira de. **Leitura do professor, leitura do aluno: processos de formação continuada.** UNESP –Presidente Prudente. Disponível em: www.unesp.br. Acesso em 07 de novembro de 2011.

MATECA RANGERS – A UTILIZAÇÃO DE GAMES PARA APRENDER A TABUADA

Leandro Ferreira de Oliveira; leandroferreiraprof@gmail.com

Resumo: A utilização de games na educação e o processo de gamificação da educação estão abrindo novos horizontes no processo educativo. Os nativos digitais necessitam de metodologias ativas, que permitem aos alunos avançar no seu ritmo, ser desafiado a aprender, trocar informações e conhecimentos com seus pares e se divertir neste processo. O mundo mudou, mas as transformações na escola acontecem vagarosamente. Este modelo de ensino mostra-se um grande retrocesso, uma vez que as notas obtidas pelas avaliações externas mostram que apesar do trabalho dos professores, os alunos não aprendem. Eles possuem dificuldade de interpretar textos básicos e realizar operações matemáticas simples. A escola precisa de novas metodologias e ferramentas de ensino para conseguirem dialogar com nossos alunos. No processo de construção do jogo os alunos participaram ativamente da construção do jogo e foi desenvolvido matérias lúdicos, de auxílio a aprendizagem. O game trabalha a tabuada, em especial a multiplicação, mas também aborda outros conceitos como: análise combinatória, grupo de quantidades (dezena, dúzia e centena), Tangran, problemas de soma e subtração, estímulo a criatividade e construção de brinquedos para calcular. O game estimulou os alunos a aprenderem a tabuada de forma lúdica, divertida e desafiadora. Eles receberam cópias do jogo e puderam jogar em casa e na escola, resolveram os problemas e atividades propostas em duplas, onde um auxiliava o outro e construíram sua aprendizagem. O site com o jogo e materiais está disponível na internet e o acesso aos conteúdos é livre para que outros docentes possam utilizá-los em sua sala de aula.

Palavras-chave: Tabuada. Matemática. Game. Aprendizagem. Educação.

Abstract: The use of games in education and the process of gamification of education are opening new horizons in the educational process. Digital natives require active methodologies, which allow students to advance at their own pace, be challenged to learn, exchange information and knowledge with their peers and have fun in the process. The world has changed, but the transformations in school happen slowly. This model of teaching shows a great setback, since the grades obtained by external evaluations show that despite

the work of teachers, students do not learn. They have difficulty interpreting basic texts and performing simple mathematical operations. The school needs new methodologies and teaching tools to be able to dialogue with our students. In the process of building the game students actively participated in the construction of the game and was developed playful, learning aid. The game works the multiplication table, especially multiplication, but also deals with other concepts such as combinatorics, amounts group (ten, dozen and a hundred), Tangran, problems of addition and subtraction, encouraging creativity and building toys to calculate. The game stimulated students to learn the table in a playful, fun and challenging way. They received copies of the game and were able to play at home and at school, solved the problems and activities proposed in pairs, where one helped the other and built their learning. The site with the game and materials is available on the internet and access to the contents is free for other teachers to use them in their classroom.

Keywords: Table math. Mathematics. Game. Learning. Education.

INTRODUÇÃO

Observando a dificuldade dos alunos em compreender a multiplicação, em especial a tabuada, foi desenvolvido juntamente com os mesmos um game para computador para incentivar a aprendizagem.

Quando os resultados escolares se mostram insuficientes, quer individualmente, quer no nível coletivo de classes, é porque podem existir carências no desenrolar do processo pedagógico. Será preciso, então, determinar e remediar tais carências. A reversão desse quadro poderá ser possível tomando-se por base, uma intervenção, a qual supõe a tomada de posição na intenção de fazer com que o professor e a equipe técnica pedagógica, nela desempenhe um papel ativo. (BRENELLI, 1996).

Com o game o objetivo era estimular os alunos a aprenderem e participarem das atividades. Tornar a escola mais colorida, criado uma metodologia mais ativa.

“Por intermédio do jogo educativo que caracteriza o aprender pensado e não mecanizado, pode-se observar uma maior interação dos alunos envolvidos, uma melhor concentração, uma maior rapidez e precisão no raciocínio, desenvolvimento do caráter social de ajuda mútua e cooperação e um nível menor de stress relacionado à rotina escolar”. (BORIN, 1996, p.25)

OBJETIVOS

- Estimular a aprendizagem da matemática;
- Apresentar novos conceitos matemáticos;
- Desafiar os alunos a terminarem o game e aprenderem os conteúdos

DESENVOLVIMENTO

Utilizar os recursos digitais para motivar os alunos a aprender, este foi o objetivo inicial do projeto Mateca Rangers. Para Stielér (2007), os recursos tecnológicos servem para explorar novas possibilidades pedagógicas e contribuir para a melhoria do trabalho em sala de aula, valorizando o aluno como sujeito do processo educativo.

Muitos professores utilizam jogos buscando uma aula mais dinâmica, lúdica e atrativa. Nas aulas de matemática, por exemplo, é comum o uso de material dourado, blocos lógicos, ábacos, sólidos geométricos, uso de tampinhas de garrafas para operações de soma ou subtração, entre outros. Kishimoto (1994), analisa a utilização destes materiais nas aulas: "Se brinquedos são sempre suportes de brincadeiras, sua utilização deveria criar momentos lúdicos de livre exploração, nos quais prevalece a incerteza do ato e não se buscam resultados. Porém, se os mesmos objetos servem como auxiliar da ação docente, buscam-se resultados em relação a aprendizagem de conceitos e noções, ou mesmo, ao desenvolvimento de algumas habilidades. Nesse caso, o objeto conhecido como brinquedo não realiza sua função lúdica, deixa de ser brinquedo para tornar-se material pedagógico".

(Kishimoto, 1994, p.14).

Mas afinal o que é um jogo? A palavra jogo, do latim joco, significa, etimologicamente, gracejo e zombaria, sendo empregada no lugar de ludus, que representa brinquedo, jogo, divertimento e passatempo (Grando, 1995).

Os jogos, "envolvem regras e interação social, e a possibilidade de fazer regras e tomar decisões juntos é essencial para o desenvolvimento da autonomia". (Kammi,1992, p.172). Neste trabalho utilizamos a palavra game para se referir ao jogo eletrônico.

Os alunos do 3º ano C da EM Profª. Regina Mallouk participaram ativamente da construção do game Mateca Rangers. No jogo uma máquina cai no planeta Terra com 10 monstros, cada um representando uma tabuada. O jogador deve responder as questões para chegar ao final da fase. Os monstros foram criados pelos alunos e eles também decidiram questões como *designer*, *gameplay* e escolha dos nomes dos personagens. Além da tabuada, há Mini games com os personagens sobre análise combinatória, grupo de

quantidades (dezena, dúzia e centena), Tangran, problemas de soma e subtração, estímulo a criatividade e construção de brinquedos para calcular. Os alunos jogam o game durante as aulas na lousa digital, além de jogarem na sala de informática, jogando em duplas, um aluno ajuda o outro. Durante o recesso de julho todos os alunos ganharam uma cópia do jogo para utilizarem em casa.

Reflexões sobre a escola contemporânea

Imagine uma sala de aula tradicional. O professor em frente à sala, explica conceitos e fórmulas matemáticas e os alunos passivamente recebem as informações e realizam as atividades propostas. Será que realmente aconteceu aprendizagem? Os alunos compreenderam o significado das operações ou simplesmente estão fazendo as contas mecanicamente? Eles entenderam onde usarão este conhecimento? Para que serve a matemática? O que ele pode fazer com o que acabou de “aprender”?

Paulo Freire (1996), um dos maiores pensadores da educação brasileira, já falava da educação bancária, aquela educação passiva, que o professor deposita o conhecimento no aluno e verifica a aprendizagem através da prova ou avaliações. Para os nativos digitais, que nasceram em um mundo rodeado de tecnologia, questionadores e críticos esta metodologia não faz o menor sentido de existir. O cidadão do século XXI deve ser capaz de compreender os processos, recriando a aprendizagem, construindo e desconstruindo seu conhecimento, deve estar apto a aprender a aprender sempre, buscando novos caminhos, trabalhando em grupo, tendo autonomia e responsabilidades.

Como docente da rede pública de ensino conheço na prática os principais problemas na educação nacional: falta de estrutura, de material didático, de suporte pedagógico, pais ou responsáveis omissos, crianças enfrentando graves problemas pessoais, inclusão exclusiva, falta de interesse do aluno em aprender, de reconhecer a educação como uma ferramenta de mudança social, problemas de indisciplina, de defasagem de aprendizagem, de falta de medicamentos para alunos laudados, etc. Já presenciei vários problemas graves, desde pai na cadeia, mãe agredida e até criança que sofre abuso por parte da família. Em escolas de periferia, o docente tem que “matar um leão por dia”, e financeiramente tanto faz dar uma “aula show” ou apenas ler a apostila. Então, se o salário é o mesmo, se não há reconhecimento social nem valorização profissional, se o governo não consegue muitas vezes pagar o teto salarial, nem oferecer estrutura decente para os professores por que fazer isso? Por que acreditar na educação? Por que gastar horas preparando aulas e trabalhar nos finais de semana? Simples. Porque é nisso que acreditamos. Porque a educação pode sim transformar a vida das pessoas.

Hoje ela é uma das possibilidades. Você pode ser jogador de futebol. Pode ser cantora de Funk. Pode ser MC (Mestre de Cerimônias) e fazer o baile todo “mexer o popozão”. Mas também pode ser um escritor, jornalista, médico, advogado, ou até mesmo, olha só, um professor! Mas para isso, o caminho passa pela educação. Em outras profissões também será necessária a educação. Um jogador de futebol precisa saber falar outros idiomas se for jogar fora de seu país. Uma cantora terá que escrever bem para compor um hit de sucesso. Um cantor de Funk precisa saber interpretar as cláusulas de seu contrato. Através da alfabetização as pessoas se tornam livres.

Dessa forma, verifica-se a importância da leitura, principalmente, para as classes sociais menos privilegiadas que, muitas vezes, não têm fácil acesso aos bens culturais como livros e revistas de qualidade. Historicamente a leitura tem sido privilégio das classes dominantes e a “sua apropriação pelas classes populares significa a conquista de um instrumento imprescindível não só à elaboração de sua própria cultura, mas também à transformação de suas condições sociais” (SOARES, 1995, p.48).

E que falar da inclusão digital? Como uma pessoa vive sem aprender com a internet, sem ter e-mail, sem utilizar um caixa eletrônico?

“As novas tecnologias podem reforçar a contribuição dos trabalhos pedagógicos e didáticos contemporâneos, pois permitem que sejam criadas situações de aprendizagens ricas, complexas, diversificadas” (PERRENOUD, 2000, p.139).

E as escolas estão preparadas para isso? Possuem computadores com acesso a internet para todo os alunos e professores? A conexão WI-FI chega a todas as salas de aula? Em várias escolas do Brasil a energia elétrica nem está presente. Isso só mostra o tamanho do desafio que os governantes possuem para fazer deste um país digno, justo e igual para todos.

“Por intermédio do uso corrente e efetivo da tecnologia no processo de escolarização, os alunos têm a chance de adquirir complexas capacidades em tecnologia, sob orientação do principal agente, que é o professor. Em sala de aula, ele é responsável por estabelecer o ambiente e reparar as oportunidades de aprendizagem que facilitem o uso da tecnologia pelo aluno para aprender a se comunicar. Conseqüentemente, é essencial que todos os professores estejam preparados para oferecer essas possibilidades aos seus alunos. Tanto os programas de desenvolvimento de profissionais na ativa e os programas de preparação dos futuros professores devem oferecer experiências adequadas em tecnologia em todas as fases do treinamento. Os padrões e recursos no projeto da UNESCO Padrões de Competência em TIC para Professores apresentam diretrizes específicas para o planejamento de programas educacionais e

treinamento de professores para o desempenho de seu papel na formação de alunos com habilidades em tecnologia. (...) As práticas tradicionais já não oferecem aos futuros professores todas as habilidades necessárias para capacitar os alunos a sobreviverem no atual mercado de trabalho". (UNESCO, 2009, p.1)

A inclusão digital proporciona uma série de ferramentas de inclusão digital essenciais para o cidadão moderno. Se ele não tiver acesso, estará a margem de nossa sociedade. Além disso, a inclusão digital no ambiente escolar proporciona uma pedagogia ativa, participativa, capaz de despertar o interesse na aprendizagem. Referir-se a uma incapacidade em "ler" o mundo digital e mexer com a tecnologia moderna, principalmente com relação ao domínio dos conteúdos da informática como planilhas, internet, editor de texto, desenho de páginas web etc. A causa do analfabetismo tecnológico é associada à "exclusão digital", denunciada em todo o mundo como a forma mais moderna de violência e modalidade sutil de manutenção e ampliação das desigualdades. Tal exclusão não se dá apenas no interior das classes sociais de um país, mas também entre nações e continentes. Os números são assustadores e os efeitos devastadores, não só no que diz respeito a fossos econômicos, como também, culturais (MENEZES, 2002, p. 1).

E que leciona hoje sabe que uma aula com metodologia passiva, que não desperta no aluno a vontade de aprender não terá resultados, precisamos de metodologias ativas, que estejam focadas em "como o aluno aprende" e não "como o professor ensina". Se ele aprende com jogos de tabuleiros, vamos utilizá-los. Se ele aprende com videogames, vamos inserir games no plano de aula. Se ele consegue aprender com histórias em quadrinhos, vamos trazer os personagens desde universo para a sala de aula. A escola deve ser mágica, encantadora. Uma vez lá dentro a criança não deve mais querer sair. O que vemos hoje são muros altos, semelhantes a cadeias. Qual a educação que desejamos? Quem estamos formando? Será que estamos no caminho certo?

Assim, conhecimento e informação são coisas diferentes. A informação pode ser obtida de muitas formas (livros, revistas, jornais, televisão, internet e outros). Mas, se o sujeito não interagir com ela, ou se esta informação não for significativa para este indivíduo, ela não se transformará em conhecimento. Sendo assim, dizemos que não houve aprendizagem por parte do sujeito.

A matemática está entre as matérias mais impopulares da escola. No entanto, sua utilização cotidiana é constante. Muitas vezes o aluno consegue resolver equações e fazer cálculos, mas não consegue colocar no papel este conhecimento. Outros alunos possuem dificuldades nos cálculos e na interpretação dos problemas. Em ambos os casos, o

professor pode apresentar o conteúdo de forma lúdica, apresentando a utilização real deste conhecimento. Os jogos são uma possibilidade de aprendizagem.

“Quantas vezes não ouvimos que as matérias mais impopulares entre nossos alunos são Matemática e Língua! É assim por nossa culpa, porque não sabemos ensinar-lhes bem, de forma clara e atraente, com problemas curiosos e até divertidos, com atividades que ajudam a desenvolver a lógica e o sentido comum. Quantos bons professores despertam em seus alunos uma vocação profissional apenas com seu exemplo docente, porque nos fazem vibrar com suas explicações, com as atividades que são realizadas”(BATLLORI, 2006, p. 17).

Em um jogo os alunos competem ou colaboram entre si, trocam dicas e informações, ajudam um ao outro e sentem-se desafiados a cumprir as tarefas ou desafios.

Para Batllori (2006), o jogo é diversão e fonte de aprendizado, estimulando o sujeito e facilitando atitudes de socialização, tão importantes para o cidadão do século XXI.

A inserção dos jogos no contexto escolar aparece como uma possibilidade altamente significativa no processo de ensino aprendizagem, por meio da qual, ao mesmo tempo em que se aplica a idéia de aprender brincando, gerando interesse e prazer. (RIBEIRO, 2009, p. 19)

O lúdico desperta a criatividade, a imaginação. Aprender com super heróis motiva os alunos, torna a aula uma grande brincadeira.

Ao permitir a manifestação do imaginário da criança, por meio de objetos simbólicos dispostos intencionalmente, a função pedagógica subsidia o desenvolvimento integral da criança. Neste sentido, qualquer jogo empregado na escola, desde que respeite a natureza do ato lúdico, apresenta caráter educativo e pode receber também a denominação geral de jogo educativo. (Kishimoto, 1994, p.22).

Enquanto a escola não consegue motivar os jovens, os videogames o fazem, por vezes com obsessão. Isso já bastaria para mostrar que é equivocada a tese comum de professores que apontam nos jovens falta de motivação. Ocorre apenas que eles não se motivam com aquilo que motiva os professores, mas possuem motivação exuberante, desde que se trate de atividades que os desafiem adequadamente. (DEMO, 2007, p. 8)

CONCLUSÃO

No decorrer do bimestre e na última avaliação de matemática foi observada uma grande melhora nas atividades de multiplicação. Além do game foi desenvolvido uma série de materiais lúdicos para reforçar os conteúdos do jogo.

Mateca Rangers é utilizado por vários professores em aulas de reforço ou em salas de aceleração.

“Pode-se supor que um trabalho sistemático por meio de jogos, com sujeitos que apresentam dificuldades na aprendizagem, desencadeie o processo de equilíbrio responsável pela estruturação cognitiva e a tomada de consciência. Isso ocorre porque uma situação-problema engendrada pelo jogo constitui um desafio ao pensamento, isto é, uma perturbação que, ao ser compensada, resultem progresso no desenvolvimento do pensamento” (BRENELLI, 1996).

O game e os conteúdos são gratuitos e estão disponíveis no endereço: www.matecarangers.zip.net.

A partir do momento que eles fizeram parte no desenvolvimento do jogo, eles se sentiram estimulados a aprender a tabuada e responder corretamente as questões. Os alunos com defasagem de aprendizagem realizaram operações de soma e subtração com mini games e com material concreto. No semestre seguinte eles conheceram análise combinatória com o conteúdo do jogo e puderam lembrar conceitos de quantidade (dezena, dúzia e centena). Esta metodologia mostrou-se um método ativo, onde no final da aprendizagem os alunos tinham um produto final, resultado de sua pesquisa e aprendizagem.

(...) deve-se fazer uso de recurso e métodos ativos, conferindo especial relevo à pesquisa espontânea da criança ou do adolescente e exigindo-se que toda verdade a ser adquirida seja reinventada pelo aluno, ou pelo menos reconstruída e não simplesmente transmitida. (Piaget, 1988, p.15)

REFERÊNCIAS

BATLLORI, Jorge. **Jogos para treinar o cérebro: desenvolvimento de habilidades: cognitivas e sociais**. Tradução de Fina Iñiguez. São Paulo: Madras, 2006.

BORIN, J. **Jogos e resolução de problemas: uma estratégia para as aulas de matemática.** São Paulo: IME-USP; 1996.

BRENELLI, R. P. **O Jogo como espaço para pensar.** São Paulo, Papirus, 1996.

DEMO, P. **Marginalização Digital.** B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 33, n.2, maio/ago. 2007.

FREIRE, Paulo – **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996.

GRANDO, R. C. **O jogo e a matemática no contexto de sala de aula.**
São Paulo: Papirus, 2004.

KAMII, Constance; DECLARK, Geórgia. **Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget.** São Paulo: Papirus, 1992.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil.** São Paulo: Pioneira, 1994

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **"Analfabetismo tecnológico"** (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira-EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=474>, visitado em 16/6/2011.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIBEIRO, Flávia dias, **Jogos e Modelagem na Educação Matemática.** 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

STIELER, E. C. FERREIRA, M. V. **Um estudo da aplicação da planilha do Excel no ensino de matemática financeira.** 2007

SAEVINHO – O LÚDICO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Leandro Ferreira de Oliveira; leandroferreiraprof@gmail.com

Resumo: Apresentar um assunto novo para uma criança não é uma tarefa fácil. Por isso todo bom professor deve preparar suas aulas tendo em mente uma série de fatores: público alvo, linguagem a ser utilizada, o que se deseja transmitir, que recursos utilizar (livros, apostilas, vídeos, música, sites, jornais, jogos, história em quadrinhos ou desenhos animados) quais são as metodologias mais adequadas para abordar aquele conteúdo (aula expositiva, seminários, estudo de caso, pesquisa, trabalho em grupo, atividade em dupla, passeios externos, debate, roda de conversa) e como transmiti-lo de forma lúdica, que estime os alunos a aprender e sentir-se motivado para conhecer cada vez mais. Saevinho é o mascote da Saev Ambiental, autarquia responsável pela distribuição de água, tratamento de esgoto e meio ambiente de Votuporanga-SP. Ele foi criado para apresentar para as crianças para a população informações importantes sobre a economia de água, meio ambiente e utilização racional dos recursos naturais. Este trabalho visa analisar os projetos desenvolvidos com o personagem e apresentar sugestões de utilização pedagógica para alunos e professores. Muitas ferramentas são digitais, e foram especialmente elaboradas para falar a linguagem dos nativos digitais. O personagem possui hoje canal no Youtube, site, games e página no Facebook. Neste trabalho vamos apresentar e analisar o programa de televisão do mascote (Clube do Saevinho), almanaque do Saevinho Aprende e o Jornalzinho do Saevinho. O personagem foi muito utilizado em campanhas sobre educação ambiental em diversas ações e visitas as escolas. O programa de televisão permitiu a criação de vários vídeos que são assistidos pelo Youtube e tornaram-se ferramentas pedagógicas para professores de todo o Brasil.

Palavras-chave: Educação. Meio Ambiente. Ciências

Abstract: Presenting a new subject to a child is not an easy task. That is why every good teacher should prepare his classes with a series of factors in mind: target audience, language to be used, what to convey, what resources to use (books, handouts, videos, music, websites, newspapers, games, history in comics or cartoons) what are the most appropriate methodologies to approach that content (expository class, seminars, case study, research, group work, activity in pairs, external tours, debate, talk wheel) and how

to transmit it in a playful way, that counts students to learn and feel motivated to know more and more. Saevinho is the mascot of Saev Ambiental, the municipality responsible for water distribution, sewage treatment and the environment of Votuporanga-SP. It was created to introduce children to the population with important information about water economics, the environment and the rational use of natural resources. This work aims to analyze the projects developed with the character and present suggestions of pedagogic use for students and teachers. Many tools are digital, and have been specially crafted to speak the language of digital natives. The character has now YouTube channel, site, games and Facebook page. In this work we will present and analyze the television program of the mascot (Clube do Saevinho), almanac of Saevinho Aprende and Jornalzinho do Saevinho. The character has been widely used in campaigns about environmental education in various actions and visits to schools. The television program allowed the creation of several videos that are watched by Youtube and have become pedagogical tools for teachers from all over Brazil.

Keywords: Education. Environmental. Sciences

INTRODUÇÃO

A Saev Ambiental (autarquia responsável pela distribuição de água, tratamento de esgoto e meio ambiente de Votuporanga-SP), desejava criar uma mascote para representar a autarquia em campanhas educacionais. Este personagem estaria presente em toda identidade visual da empresa, em campanhas pela economia de água e preservação ambiental. Com destaque para as mídias digitais. Branco (2007) considera a criança um importante agente multiplicador no processo da disseminação dos conceitos de posturas ambientalmente corretas e de sustentabilidade à sociedade.

Ela aprende, muda seus hábitos, “fiscaliza” o comportamento e atitudes de sua família e com isso torna-se um agente que multiplica o que aprendeu.

OBJETIVOS

- Criar ferramentas pedagógicas para docentes sobre educação ambiental.
- Informar a população em geral sobre os projetos da Saev Ambiental.
- Divulgar atividades e eventos relacionados ao meio ambiente.

DESENVOLVIMENTO

“O maior objetivo dessas dimensões da educação contemporânea é o desenvolvimento de uma sociedade responsável. E sustentabilidade é *uma* das perspectivas esperadas.[...] A EA (Educação Ambiental) pode beneficiar a perspectiva incluída na *educação para o desenvolvimento sustentável das sociedades responsáveis[...]*”. (SAUVÉ, 1992).

Foram criados e desenvolvidos vários projetos e produtos para transmitir informações relevantes sobre educação ambiental:

Site do Saevinho

Site do mascote da Saev Ambiental. Possui informações sobre a autarquia, revista digital (para acesso on-line e download), informações sobre o Ecotudo, meio ambiente, calendário ambiental, reciclagem, utilização dos recursos naturais, dicas para economia de água, games educativos, dobraduras de papel e vídeos. Disponível em: saevinho.000webhostapp.com.

Jornalzinho do Saevinho (Informativo mensal)

Informativo mensal distribuído gratuitamente junto a conta de água. O informativo apresenta uma linguagem de fácil acesso para crianças de todas as idades e apresentava informações sobre economia de água, poesias e textos dos alunos, piadinhas, charadas, curiosidades, orientações para confecção de brinquedos de reciclagem, atividades de artesanato, desenhos para pintar, dicas de livros, filmes e games. O jornalzinho era distribuído em todas as 80.000 residências de Votuporanga-SP e estimulava a leitura e a consciência ambiental. Foi publicado nos anos de 2010 a 2013.

Clube do Saevinho

O Clube do Saevinho foi um programa destinado a crianças de 8 a 15 anos realizado em parceria entre Saev Ambiental, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, Prefeitura Municipal de Votuporanga e Tv Unifev. Exibido aos sábados seus vídeos podem ser visualizados no Youtube (www.youtube.com.br/saevinho). O canal possui mais de 5.624 inscritos. Os vídeos possuem ao todo mais de 3.272.448 visualizações, sendo uma ferramenta pedagógica gratuita para professores e crianças.

O Clube do Saevinho apresentou os seguintes quadros:

-Experiências: Apresenta experiências onde as crianças podem aprender de forma simples e divertida conceitos científicos e reproduzir em sua casa.

-Dica de leitura: Sugestão de livros do acervo da Biblioteca Municipal Castro Alves. São apresentados livros dos mais diversos gêneros literários.

-Arte do Saevinho: Criação de brinquedos, jogos e arte feita com materiais recicláveis. Alunos e professores da rede municipal participavam do quadro, dando dicas e ensinando a confeccionar brinquedos.

-Saevinho Pet: Dicas e informações de como cuidar bem de seu animal de estimação.

-Receita: Quadro que mostra receitas simples, gostosas e nutritivas, que podem ser feitas por crianças de todas as idades.

-Meio ambiente: No quadro o telespectador conhece os projetos realizados pela Saev Ambiental e as principais questões ambientais da atualidade.

-Minha escola: Apresenta os principais projetos educacionais realizados nas escolas de Votuporanga, valorizando o trabalho docente e divulgando as atividades escolares. Todas as escolas municipais da cidade participaram, mostrando boas práticas educacionais.

-Saevinho Game: dicas de games onde é estimulada a prática esportiva e o conhecimento.

-Cultura. Informa e divulga os principais eventos culturais de nossa cidade.

-Saevinho Pergunta: questionário divertido com questões sobre língua portuguesa, geografia, artes, data comemorativa e matemática, e:

-Brincando com Saevinho, apresenta brincadeiras tradicionais, valorizando o brincar e a competição saudável, respeito o adversário e as regras do jogo.

Almanaque Saevinho Aprende

Almanaque com informações sobre a Saev Ambiental, apresentando os projetos da autarquia (meninos ecológicos, coleta de óleo de cozinha) de forma lúdica informações importantes como distribuição de água, tratamento de esgoto, reciclagem, descarte correto de pilhas e baterias, doenças causadas pela água, leitura do hidrômetro, microbacias da região, tipo de poluição, coleta seletiva de lixo, pirâmide alimentar, calendário ambiental, atividades e jogos para fixação dos conteúdos. Disponível em <http://saevinho.000webhostapp.com/revista.html>

Participação em feiras e eventos

Saevinho esteve presente nos principais eventos, feiras e fez visitas as escolas da cidade. Sempre divulgando boas práticas ambientais, tirando fotos, divertindo as crianças e distribuindo materiais educativos.

Redes sociais

O personagem ganhou contas nas principais redes sócias da época Orkut e Facebook. Nas redes sociais o personagem passava informações sobre meio ambiente, uso racional dos recursos naturais e postava fotos dos eventos que participava.

Para Segura (2001, p. 21): A escola foi um dos primeiros espaços a absorver esse processo de "ambientalização" da sociedade, recebendo a sua cota de responsabilidade para melhorar a qualidade de vida da população, por meio de informação e conscientização.

Todos estes projetos foram e ainda são utilizados nas escolas de Votuporanga-SP.

Histórico da Educação Ambiental

Durante toda a evolução humana nunca houve uma preocupação com o meio ambiente. Foram séculos de destruição sem refletir qual impacto isto poderia causar aos seres humanos e ao planeta. O meio ambiente era apenas um fornecedor de recursos, para alguns, de forma infinita. Na década de 1950, nos Estados Unidos, começaram a surgir a preocupação com este problema. As pessoas desejavam debater e conhecer quais impactos o homem poderia causar à natureza. Em 1962, a escritora Rachel Carson, lançou o livro "A Primavera Silenciosa". Nele a autora relatava o perigo de o pesticida DDT (diclorodifeniltricloroetano) poderia causar ao ambiente, particularmente em aves. A publicação aborda sobre como a intervenção do homem pode prejudicar o meio ambiente e tornou-se um grande *best-seller*, sendo considerado o marco inicial do movimento

ambientalista. O livro foi um clássico na história do movimento ambientalista mundial, produzindo discussões e inquietações mundiais. (DIAS, 1992).

Em 1972, aconteceu a Conferência de Estocolmo, também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, foi a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas (ONU) para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente. Foi realizada entre os dias 5 a 16 de junho de 1972 na capital da Suécia, Estocolmo. Foi considerada um marco nas tentativas de melhorar as relações do homem com o Meio Ambiente, e a busca por um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação ambiental, o que hoje conhecemos por desenvolvimento sustentável. Entre as principais preocupações estavam a poluição atmosférica e de recursos naturais. A preocupação ambiental torna-se global. Este evento reuniu a presença de chefes de 113 países, e de mais de 400 instituições governamentais e não governamentais.

Em 1992, o Rio de Janeiro tornou-se capital do mundo, com a ECO 92. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, foi organizada pelas Nações Unidas, entre 3 a 14 de junho de 1992 com os chefes de estado. 172 países, representados por aproximadamente 10 mil participantes, incluindo 116 chefes de Estado. Integrantes de cerca de 1.400 organizações não governamentais também receberam credenciais para acompanhar as reuniões. Estiveram presentes grandes ativistas mundiais como o então senador norte-americano Al Gore e o líder religioso Dalai Lama. Seu objetivo foi debater os problemas ambientais mundiais. Como resultado foi produzido 5 documentos para alertavam para a necessidade de uma urgente mudança de comportamento, com o objetivo de preservar a vida na Terra. Foram eles: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Princípios para a Administração Sustentável das Florestas, Convenção da Biodiversidade, Convenção sobre Mudança do Clima e a Agenda 21. Esta última é um programa de ações, que buscam um novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional. Ele aborda métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A partir deste evento começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente.

Em 1997 foi proposto o Protocolo de Kyoto, no Japão. Ele possuía compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênicas do aquecimento global. Este acordo deveria ser assinado pelos países desenvolvidos (os que mais poluem) para se comprometerem a emitir menos gás carbônico na atmosfera. Os Estados Unidos, presididos por George W. Bush, não assinou o acordo.

Em 1999 foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental, através da Lei no. 9.795. Ela estabelece, em seu Artigo 9 a obrigatoriedade da educação ambiental na educação básica, incluindo a educação infantil: O referido diploma estabelece que:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, Lei 9795/99, 27 de abril de 1999).

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, Lei 9795/99, 27 de abril de 1999).

Art. 10º A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (BRASIL, Lei 9795/99, 27 de abril de 1999).

Artigo 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, Lei 9795/99, 27 de abril de 1999).

Artigo 12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, na rede pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos artigos 10 e 11 desta Lei (BRASIL, Lei 9795/99, 27 de abril de 1999).

Nesse sentido, torna-se essencial que a educação ambiental crítica, dialógica, já faça parte da sua realidade, para que a criança possa criar e se expressar nessas relações, ampliando sua rede de relações e sua visão de mundo [...]”. (RODRIGUES, 2007).

Segundo a UNESCO (2005, p. 44), "Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente".

Segundo Segura (2001, p.165): "Quando a gente fala em educação ambiental pode viajar em muitas coisas, mais a primeira coisa que se passa na cabeça ser humano é o meio ambiente. Ele não é só o meio ambiente físico, quer dizer, o ar, a terra, a água, o solo. É também o ambiente que a gente vive – a escola, a casa, o bairro, a cidade. É o planeta de modo geral. (...) não adianta nada a gente explicar o que é efeito estufa; problemas no buraco da camada de ozônio sem antes os alunos, as pessoas perceberem a importância e a ligação que se tem com o meio ambiente, no geral, no todo e que faz parte deles. A conscientização é muito importante e isso tem a ver com a educação no sentido mais amplo da palavra. (...) conhecimento em termos de consciência (...) A gente só pode primeiro conhecer para depois aprender amar, principalmente, de respeitar o ambiente".

"A batalha da formação do homem pode já ser definida como vencida ou vencedora na Educação Infantil e, também, no Ensino Fundamental. É nesse mundo, cujas lembranças carregamos num lugar especial de nossos corações, que se travou a mais bela batalha para se erguer e firmar o que somos hoje" (BRANCO, Sandra, 2007).

A Constituição Federal de 1988, expressamente, estabelece que é uma obrigação do Estado a promoção da educação ambiental como forma de atuação com vistas à preservação ambiental.

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§

1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

(...).

Patrick Geddes, considerado o pai da Educação Ambiental, defendeu, em 1889, que "(...) uma criança em contato com a realidade do seu ambiente não só aprenderia

melhor, mas também desenvolveria atitudes criativas em relação ao mundo em sua volta” (DIAS, 1992, p. 29).

A consciência ecológica somente surgirá quando aliarmos ao nosso conhecimento racional uma intuição da natureza não linear de nosso ambiente. Tal sabedoria intuitiva é característica das culturas tradicionais não letradas, especialmente as culturas dos índios americanos, em que a vida foi organizada em torno de uma consciência altamente refinada do meio ambiente (CAPRA, 2006, p. 39).

CONCLUSÃO

O mascote Saevinho conseguiu entrar nas casas dos votuporangenses, seja pela conta de água, internet ou televisão. Sempre falando sobre a importância da preservação ambiental e utilização racional dos recursos naturais. Todos os materiais foram utilizados por professores como ferramenta educacional e até hoje o material serve de apoio para atividade de educação ambiental.

“A verdadeira causa dos fracassos da educação formal decorre, pois, essencialmente do fato de se principiar pela linguagem (...) ao invés de fazê-lo pela ação real e material”. (Piaget, 1988, pg59)

A criação de um mascote, cujos produtos foram organizados por um pedagogo, possibilitou trabalhar a educação ambiental de uma forma inédita e diferenciada. As diferentes mídias (impressa, televisiva e digital) chegaram até as crianças e possibilitou uma aprendizagem lúdica. Os materiais utilizam uma linguagem simples e proporcionam uma metodologia ativa de aprendizagem. Os materiais concretos, o almanaque, o informático da conta de água e o programa de televisão estimulam a criatividade, a pesquisa e o descobrir.

As nossas atitudes apresentam grandes mudanças nos últimos anos. Tomamos banhos mais rápidos, damos preferências por empresas ambientalmente responsáveis, compramos produtos biodegradáveis que não prejudiquem o meio ambiente, não usamos a mangueira para lavar o quintal. A mídia nos bombardeia com informações e estatísticas, que faz o cidadão comum pensar e refletir os seus atos. Afinal, que planeta queremos deixar para nossos filhos?

“A formação de uma atitude ética e política é a grande contribuição que a educação ambiental pode dar num mundo em crise como o que vivemos. Não se restringindo apenas à transmissão de informações ou à inculcação de regras de comportamento, a educação ambiental está engajada na construção de uma nova cultura”. (CARVALHO, 2004).

REFERÊNCIAS

Acordos globais. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>. Acesso: 05/09/2017

BRANCO, Sandra. **Meio Ambiente – Educação ambiental na educação infantil e no ensino fundamental.** São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

CAPRA, Fritjof; e outros. **Alfabetização Ecológica. A educação das crianças para um mundo sustentável.** São Paulo: 2006. Editora Cultrix.

CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo, Cortez, Coleção Docência em Formação, 2004.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Gaia, 1992.

MILHORANCE, Flávia. **O que foi a Rio 92.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/rio20/o-que-foi-rio-92-4981033>. Acesso: 05/09/2017

RODRIGUES, C. **Educação física, educação ambiental e educação infantil no contexto escolar: uma sinergia possível.** 2007. 98 p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007

SAUVÉ, L. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa,** 1994.

SEGURA, Denise de S. Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005. p120.

SAI ZIKA - RIO PRETO CONTRA A DENGUE!

Leandro Ferreira de Oliveira; leandroferreiraprof@gmail.com

Resumo: Este trabalho visa analisar a aplicação do aplicativo Sai Zika – Rio Preto contra a dengue. Durante décadas o Brasil combateu, mas não conseguiu vencer o causador da dengue, o mosquito *Aedes Aegypti*. Pelo contrário, o inseto evoluiu e hoje transmite outras doenças, tão graves quanto a dengue. Como a Zika, Chikungunya e Febre Amarela. A educação ambiental possui um papel imprescindível neste processo. Devemos educar as crianças, para que tornam-se multiplicadoras, ensinando e cobrando boas atitudes de seus familiares, da comunidade e dos colegas. Elas crescem com novas ideias e conceitos que levará para toda a vida. A ideia de utilizar um aplicativo sobre o tema surgiu do interesse nos nativos digitais para com este recurso. O aplicativo permite apresentar os conteúdos de forma lúdica, atrativa, com textos, imagens, fotos, games, quiz, e vários outros recursos que tornam a aprendizagem ativa e significativa. Segundo Palfrey (2011, p. 135) “o mundo da mídia digital proporciona aos usuários as possibilidades de interagir não apenas com seus pares, mas também com o conteúdo”. Os alunos aprenderam com o aplicativo, transmitiram este conhecimento e criaram novos materiais, como cartazes, desenhos e um painel com fotos mostrando como prevenir a dengue. Este aplicativo pode ser utilizado por crianças de todo o Brasil para combater e aprender sobre as formas de prevenção, as doenças causadas pelo *Aedes Aegypti* e divertir, com seus games, músicas e charges. Vamos analisar a utilização de aplicativos moveis, seja em celular ou *tablet's* como ferramenta educacional. Veremos também o resultado de uma pesquisa realizada com cem alunos dos 4ºs anos apresentando sua ligação com as mídias digitais.

Palavras-chave: Ciências. Educação. Saúde. Tecnologia. Aplicativo.

Abstract: This work aims to analyze the application of the application Sai Zika - Rio Preto against dengue. For decades Brazil fought, but failed to defeat the cause of dengue, the mosquito *Aedes Aegypti*. On the contrary, the insect has evolved and today it transmits other diseases, as serious as dengue. Like Zika, Chikungunya and Yellow Fever. Environmental education plays an essential role in this process. We must educate the children, so that they become multipliers, teaching and charging good attitudes of their relatives, the community and their colleagues. They grow with new ideas and concepts that will carry on for a lifetime. The idea of using an application on the subject has arisen

from the interest in digital natives towards this feature. The application allows to present the contents in a playful, attractive way with texts, images, photos, games, quiz, and several other resources that make learning active and meaningful. According to Palfrey (2011: 135), "the digital media world gives users the ability to interact not only with their peers but also with content." Students learned from the application, passed on this knowledge and created new materials, such as posters, drawings and a panel with photos showing how to prevent dengue. This application can be used by children from all over Brazil to fight and learn about prevention, diseases caused by *Aedes Aegypti* and entertain with their games, music and cartoons. Let's look at the use of mobile applications, be it in mobile phones or tablet's as an educational tool. We will also see the result of a survey conducted with one hundred students from the 4th year presenting their connection with digital media

Keywords: Sciences. Education. Health. Technology. App.

INTRODUÇÃO

"Provavelmente os dispositivos móveis (celulares e *tablet's*) são a tecnologia mais onipresente na vida das crianças de hoje. Ferramentas, como telefones celulares, dispositivos iPod e videogames portáteis, vão da casa para a escola, estão nas mãos e bolsos de crianças em todo o mundo" (SHULER, 2009)

Em uma pesquisa que realizamos com os alunos dos 4^{os} anos de nossa escola cerca de 95% dos alunos possuem acesso ao telefone celular. Em muitos casos, quando os pais ou responsáveis não compra um novo para a criança, ela recebe um modelo usado dos pais, que não é mais utilizado pelo mesmo, pois este adquiriu um novo. Basta olhar a nossa volta e observar as crianças e adolescentes com celulares na mão. No entanto, apesar de estão nas pontas dos dedos das crianças, a escola ignora sua utilização pedagógica. Muitas crianças e adolescentes acabam levando seus aparelhos para escola de forma escondida dos professores. Hoje eles possuem mais acesso ao celular do que o computador.

DESENVOLVIMENTO

Moura (2012): já observava que os alunos estavam cada vez mais conectados em celulares e *tablet's* em 2012:

"O acesso a conteúdos multimídia deixou de estar limitado a um computador pessoal (PC) e estendeu-se também às tecnologias

móveis (telemóvel, PDA, Pocket PC, Tablet PC, Netbook), proporcionando um novo paradigma educacional, o *mobile learning* ou aprendizagem móvel, através de dispositivos móveis. O *mobile learning*, uma extensão do e-learning, tem vindo a desenvolver-se desde há alguns anos, resultando em vários projetos de investigação”.

No entanto, mais uma vez, a escola pouco utiliza computadores e celulares para uso educacional. Em muitas escolas a sala de informática é freqüentada apenas uma vez por semana, durante uma ou duas horas. Muito pouco para formar um cidadão que já está conectado 24 horas por dia em busca de informação, diversão e conhecimento.

As ferramentas digitais são fundamentais na formação do cidadão do futuro, capaz e aprender sempre, buscar respostas para novas perguntas e aperfeiçoamento de novas habilidades. Segundo Debora Valletta (2015), “Para realizar a avaliação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), por exemplo, o aluno precisa ter desenvolvido várias competências ao longo da Educação Básica. Os aplicativos tornam as aulas mais dinâmicas e atraentes. É imprescindível que essas ferramentas digitais possam favorecer a mediação e ampliar os diálogos educativos e sociais”.

O uso de novas tecnologias se faz necessário porque dialoga com os nativos digitais e tornam a aula mais dinâmica e produtiva. O educador precisa compreender a urgência da escolha de tecnologias educacionais no processo de aprendizagem, para Saccol, Schlemmer e Barbosa (2011, p.31): “... se adotarmos uma concepção epistemológica de que o conhecimento é fruto de construção do indivíduo feita em colaboração com professores e colegas, devemos selecionar tecnologias que permitam interação intensiva entre as pessoas, por exemplo, por meio de ambientes virtuais que disponibilizem fóruns, chats, espaços para compartilhamento de projetos, arquivos de interesse comum.”

A capacitação de professores deve ser uma das prioridades da educação. Para Tajra (2001) os professores devem ser capacitados, pois são a mola mestra para o sucesso de implantação desses recursos no ambiente educacional. Diferente do que muita gente pensa, o professor jamais será substituído pelo computador. O que ocorrerá é uma mudança de postura em relação ao processo de ensino-aprendizagem. Ele será um facilitador, que deverá ter domínio de várias formas de trabalho e buscar muitas fontes de conhecimento para atingir o sucesso profissional. Todo processo pedagógico deve estar alinhado a matriz curricular, para atingir sua finalidade educacional e social.

Para muitos docentes trabalhar com tecnologia é difícil, pois os alunos não obedecem ordens e possuem um domínio maior destes recursos que os próprios professores. E é aí que surge a magia: um aluno, mesmo das séries iniciais pode ensinar algo novo ao professor. Ninguém é dono do conhecimento e isso assusta aos docentes mais tradicionais. A verdade é que o professor tradicional, dono de todo o conhecimento perdeu o trono. O rei está nu. O conhecimento está em todos os lugares. A dificuldade de conhecer os recursos, que mudam a cada dia também é um grande obstáculo. Embora o uso inadequado possa prejudicar o rendimento dos alunos, esses equipamentos, quando utilizados com objetivos específicos e bem definidos, são capazes de promover a interação e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, é o que aponta Machado (2010) que afirma: “que esses dispositivos podem ser incluídos em projetos educacionais”. O professor deve ter autoridade em sala de aula e estar aberto a novas tecnologias e ferramentas.

A inovação no uso de aplicações educacionais em dispositivos móveis deve estar associada ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos e ligada às concepções e práticas que o professor possui e professa (Giraffa, 2013). O celular torna-se mais uma ferramenta para auxílio no processo educacional. Ferramenta esta poderosíssima, pois pode se conectar na internet, tirar fotos, fazer vídeo, áudios e apresentar aplicativos dos mais diversos para diferentes finalidades. Quer trabalhar geografia? Ligue o GPS e apresente o Google Maps. Precisa ensinar tabuada? Acesse a loja on-line e baixe gratuitamente jogos de matemática! Vamos aprender o que é cidadania? Mande um e-mail para a prefeitura reclamando da falta de medicamentos no postinho do seu bairro. Vamos aprender a ler e a escrever? É só jogar diferentes games para formar palavras.

Uma ferramenta como o celular tem o potencial de revolucionar a educação. Torná-la mais ativa e permitir ao aluno ser o sujeito da aprendizagem. O foco hoje está no professor, em como ele pode ensinar. Através de livros, apostilas, lousa e giz. Se o foco for ao aluno, o processo se inverte e estará nas formas de como o aluno pode aprender. Através da internet, vídeos, desenhos animados, computador, games, aparelhos celulares, tablet's e games. No artigo “Smartphones as Tools for Education: Getting Smart With Smartphones” vemos que o aprendizado não se dá necessariamente dentro de sala de aula (ECYCLE, 2014). A aprendizagem não acontece só dentro das quatro paredes da sala de aula, ela pode acontecer em qualquer lugar: em um ônibus, em um museu, no zoológico, na sala de estar. A portabilidade é importante para um gadget, mas ele é mais elogiado por sua capacidade de se conectar aos recursos acadêmicos com apenas um toque (ECYCLE, 2014, tradução nossa). O conhecimento não está restrito apenas aos muros da escola. Portanto, o professor deve incentivar o aprendizado em outras situações e

ambientes. Assistindo a um filme, uma novela, jogando um game ou utilizando um aplicativo o aluno também aprende.

De uma maneira geral, os aplicativos com caráter/intenção para fins educacionais permitem criar novas oportunidades aos alunos/crianças para desenvolver competências quanto à comunicação, à compreensão (leitura), raciocínio lógico e à criatividade, além de poder tornar a aula mais dinâmica, flexível e colaborativa. E esse processo de construção das competências digitais, compreende-se que as habilidades tecnológicas estão fortemente associadas ao uso das tecnologias e mídias digitais. (ARETIO, 2012).

Observe que a utilização destes recursos transforma a educação em algo ativo, com diferentes possibilidades de aprendizagem. Criando um cidadão crítico, consciente de seu papel social. Quanto ao sentido de criticidade dos recursos Perrenoud (2000, p. 128) coloca que:

[...] formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento o hipotético e dedutivo, faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação.

Shuler (2009) disserta sobre a potencialidade do uso desses aparelhos em contextos educacionais: Como as tecnologias móveis tornam-se cada vez mais importantes na vida das crianças em todo o mundo, os ministérios nacionais e escolas locais estão experimentando o uso desses dispositivos populares em diferentes propósitos de ensino e aprendizagem. [...] dispositivos móveis podem ajudar a promover o conhecimento, as habilidades e perspectivas que as crianças precisarão para competir e cooperar no século 21. Projetos com foco no aprofundamento do domínio da alfabetização, das línguas do mundo, STEM (Science, Technology, Engineering, and Mathematics --- Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), colaboração e habilidades de pensamento crítico, tanto dentro como fora da escola (SHULER, 2009, p. 5, tradução nossa).

Legislação vigente

Nas escolas estaduais de São Paulo o uso do celular é proibido pela lei 12.730.

LEI Nº 12.730, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007

(Projeto de lei nº 132/2007, do Deputado Orlando Morando -

PSDB)

*Proíbe o uso telefone celular nos estabelecimentos de ensino do
Estado, durante o horário de aula*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam os alunos proibidos de utilizar telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário das aulas.

Artigo 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

No entanto, nas escolas municipais de São José do Rio Preto-SP, onde leciono, sua Utilização é permitida para usos pedagógicos. A direção da escola é comunicada sobre o trabalho que o docente pretende fazer e no dia da atividade os alunos podem trazer os aparelhos celulares, sendo de responsabilidade deles o manuseio e sua guarda. Os pais foram avisados antecipadamente sobre a utilização de *tablet's* e telefones celulares na reunião de pais e sobre sua utilização pedagógica pelos docentes.

Sai Zika – Criação do aplicativo

Trabalhando com meus alunos do 4º ano D, da Escola Municipal Profª. Regina Mallouk, deveríamos trabalhar o tema dengue com a sala. A escola se localiza no Bairro Bosque Verde, sendo uma escola de periferia, com cerca de 650 alunos. Minha sala possui 35 alunos, com cerca de 5 alunos de inclusão. Trabalhar com uma turma numerosa sempre ;e complicado e é preciso um bom planejamento antes das aulas. Resolvi desenvolver o aplicativo para trabalhar o tema. Pesquisei o que gostaria de apresentar a eles, os recursos que o aplicativo deveria ter e o desenvolvi em cerca de dois meses. As outras três salas de quartos anos também utilizaram o aplicativo.

Desenvolvimento.

O aplicativo foi desenvolvido no MIT App Inventor (<http://appinventor.mit.edu/explore>), uma plataforma gratuita desenvolvida pelo Google para criação de aplicativos para dispositivos que utilizam o sistema operacional Android. Tendo uma base de usuários gigante, hoje ele conta com interface em português brasileiro, diversos tutoriais para auxílio de criação no Youtube e um banco com diversos projetos editáveis. Utiliza a programação em blocos, onde arrastando blocos com palavras forma-se a programação do aplicativo. Com isso não é necessário ter conhecimento de

programação para criar aplicativos nesta plataforma, sendo muito utilizada por professores em aulas de programação básica para crianças.

Recursos do aplicativo

Vamos conhecer os recursos do aplicativo e acompanhar sugestões de utilização educacional:

Saiba

mais

Informações sobre o Aedes Aegypti e as doenças que pode causar (Dengue, Zika, Chikungunya e Febre Amarela).

Enviar

Foto

Tire fotos combatendo a dengue e compartilhe nas redes sociais. Também é possível enviar a foto para o e-mail da escola, por exemplo.

HQ

História em quadrinhos educativa digital sobre a dengue da Turminha da Hora.

Jogo

Destrua o Aedes e ganhe muitos pontos! Você tem apenas 30 segundos! Ao final do jogo e apresentada uma dica para combater a dengue.

Quiz

Responda a um divertido questionário sobre a dengue! Será que você consegue acertar todas?

Mosquitérica

Aprenda a fazer uma armadilha para capturar o transmissor da dengue.

Piadas

Divirta-se com divertidas piadas, charadas e charges. Possui o recurso "Shake It" que ao chacoalhar o celular você vê outras piadas.

Como

Prevenir

Veja dicas para prevenir a proliferação do mosquito. Possui o recurso "Shake It" que ao

chacoalhar o celular você vê outras dicas. Os alunos podem fazer desenhos ou cartazes sobre a prevenção das doenças.

Música

Dengue

Ouçã uma divertida paródia da música Gangnan Style, a "Olha a dengue!", onde vamos aprender sobre a doença, seus sintomas e modos de prevenção.

Disk

Dengue

RP

Com apenas um toque você pode ligar para Disk Dengue e denunciar focos do mosquito em seu bairro. A ligação é gratuita. E o serviço funciona na cidade de São José do Rio Preto-SP

Metodologia

Com o aplicativo em mãos eles leram os textos, responderam perguntas sobre Dengue, Zika, Chikungunya e Febre Amarela, leram a história em quadrinhos, fizemos debates para aprender e discutir maneiras de combater o mosquito. Mesmo quem não trouxe um celular, pode fazer as atividades, que foram realizadas em grupos. Cada grupo possui pelo menos um aparelho celular o *tablet*.. O aplicativo despertou um interesse real na aprendizagem e uma grande participação deles nas atividades propostas: criação de cartazes e confecção de um painel no pátio da escola. Os alunos tiraram fotos com o aplicativo combatendo o Aedes. Essas fotos fizeram parte do painel. O aplicativo mostrou-se uma ferramenta de aprendizagem. Os alunos também relataram a utilização do Disk Dengue, e informaram locais de possíveis criadouros no bairro. Acredito que outros professores podem utilizar o aplicativo em suas aulas.

O uso dos jogos eletrônicos e aplicativos para celular devem ser bem planejados e avaliados. Para que as atividades tenham os conceitos de aprendizagem realizados. O docente deve criar regras e combinados para a utilização do mesmo.

As atividades lúdicas são fundamentais no processo de ensino, elas despertam nos alunos o senso crítico, o raciocínio, o espírito construtivo, o trabalho em grupo, a imaginação, e, sobretudo, o desejo de resolver as situações problemas.

Elas são metodologias ativas de aprendizagens. Para Sun (2008), a utilização de computadores, celulares e da internet para a realização de tarefas do cotidiano é uma realidade que tem gerado grandes mudanças no nosso comportamento.

Ele é gratuito e está disponível em:
https://play.google.com/store/apps/details?id=appinventor.ai_leandroferreiraprof.SaizikaRP&hl=pt-BR

Pesquisa

Os professores dos 4ºs anos da EM Profª. Regina Mallouk realizaram uma pesquisa com 100 alunos para conhecer melhor seu público e seu domínio e utilização de mídias digitais. Foram feitas perguntas referentes a aprendizagem com o aplicativo Sai Zika e sobre seu contato com as novas tecnologias.

1) O que você achou do aplicativo?

Muito Bom	70
Bom	26
Mediano	5
Ruim	2
Muito Ruim	1

2) Você apresentou o aplicativo para outras pessoas? (parentes, amigos ou vizinhos?)

Sim	48
Não	50

3) Você aprendeu algo novo com o aplicativo?

Sim	63
Não	8

4) O que você mais gostou no jogo?

Dicas	15
Jogo (Detone o Aedes)	55
Quis (Perguntas)	13
Informações	7

5) Para você um aplicativo de celular:

Pode ensinar mais do que um livro	44
Pode ensinar tanto quanto um livro	43
Pode ensinar menos que um livro	14

6) Quantas vezes você utiliza o celular na semana:

Todos os dias	62
De 3 a 4 vezes na semana	12
1 vez por semana	10
Nunca	12

7) Qual celular você utiliza:

Do responsável (pai, mãe, tio, avó, irmão, etc.)	38
Meu próprio	57
Não utilizo celular	7

8) Usar *tablet* ou celular na aula, torna a matéria mais divertida?

Sim	68
Não	19
As vezes	15

9) O que você possui em casa?

TV por assinatura	54
Computador	39
Notebook	37
Celular	89
Tablet	52
Internet	62
Vídeo-game	50

CONCLUSÃO

Os alunos aprenderam os cuidados que devemos ter contra o *Aedes aegypti*. Com o aplicativo em mãos, eles tornaram-se multiplicadores, exigindo os cuidados de seus familiares e apresentando o aplicativo para vizinhos, amigos e parentes para difundir o conhecimento.

Com o trabalho, percebemos que é possível trabalhar com dispositivos móveis na educação. São necessários alguns cuidados e domínio do docente para que a utilização seja realmente objetiva. A utilização de aplicativos faz sentido, pois é algo que eles já

conhecem, sabem utilizar e faz parte de seu cotidiano. O aplicativo possui diversos recursos multimídia, como músicas, imagens, animações e som, o que facilita a aprendizagem.

Para Alves (2008), "o aprendido é aquilo que fica depois que o esquecimento fez o seu trabalho". Segundo o autor, o aluno só aprende se aquilo fez sentido para ele e será utilizado em seu dia-a-dia.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Aprender a aprender**. In: ALVES, Rubem. **Os quatro pilares**. v.1. SP. : Paulus, 2008.

ARETIO, Lorenzo García. **Sociedad Del Conocimiento Y Educación**. Madrid: Editorial. Aranzadi, 2012.

BARROS, Jorge Pedro Dalledone de; D'AMBRÓSIO, Ubratan.

Computadores, Escola e Sociedade. São Paulo: Ed. Scipione LTDA. 1988.

ECYCLE. Smartphones as Tools for Education: Getting Smart With Smartphones. eCycle Best. The Green Electronics Trade---In Company Since 2002. Disponível em: <<http://www.ecyclebest.com/smartphone/articles/smartphones---as---tools---for---education>>. Acessado em: 18 de abril de 2014.

GIRAFFA, L.M. M. **Jornada nas Escol@s: A nova geração de professores e alunos- Tecnologias, sociedade e conhecimento** - vol. 1, n. 1, nov./2013 –UNICAMP/SP.

KALSING, J.; **Guia de aplicativos para smartphones e tablets será distribuído em escolas públicas de Porto Alegre**. [Entrevista com Debora Valletta] ZERO HORA, Porto Alegre, p. 32, 24 de mar. 2014.

LEI Nº 12.730, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007 – **Assembleia Legislativa de São Paulo**.

MACHADO, J. L. de A. **Celular na sala de aula: O que fazer?**. 2010. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1621>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos:** Novos desafios e como chegar lá. 4.ed. Campinas: Papirus, 2007

MOURA, Adelina. **Geração Móvel:** um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a “Geração Polegar”. Disponível em: <<http://adelinamouravita.com.sapo.pt/gpolegar.pdf>>. Acesso em: 03 agosto de 2012

PALFREY, John; GASSER, Urs; tradução de Magda França Lopes. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **“Dez novas competências para ensinar”.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

PILETTI, C. **Didática Geral.** 21.ed. São Paulo: Ática, 1997. 258 p.

SACCOL A., SCHLEMMER E. e BARBOSA J. **m-learning e u-learning – novas perspectivas da aprendizagem móvel e ubíqua.** São Paulo: Pearson, 2011.

SHULER, Carly. Pockets of potential Using Mobile Technologies to Promote Children’s Learning, Ed.M. January 2009

SUN, Shaojing. **An examination of disposition, motivation, and involvement in the new technology context computers in human behavior.** School of Journalism, Fudan University, Shanghai, China, 2008.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação Novas Ferramentas Pedagógicas para o Professor da Atualidade.** São Paulo: Érica, 2001.

VALLETA, Debora. **Aplic@tivos para tablets: educar para e com as tecnologias digitais.** Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/57636/34604>. Acesso: 02/09/2015

APRENDENDO A HISTÓRIA DE VOTUPORANGA COM UM GAME DE RPG

Leandro Ferreira de Oliveira; leandroferreiraprof@gmail.com

Resumo: Para apresentar aos nativos digitais a história de Votuporanga-SP desenvolvi um jogo eletrônico no formato de RPG (Role-playing game, em português: "jogo de interpretação de papéis"). Nele o jogador controla Arthur, um garoto de cabelos azuis que pode explorar e conhecer toda a cidade. Prefeitura, Câmara Municipal, Saev Ambiental, Museu, Biblioteca, escolas, supermercado, igreja matriz, praça da São Bento e Unifev são alguns lugares representados dentro do jogo. O jogador pode conversar com pessoas, coletar itens e com estas ações vai aprendendo e conhecendo um pouco mais sobre a cidade em que vive. Desafios e mini games fazem parte do jogo e dão diversos prêmios aos jogadores. Explorando a cidade o jogador descobre uma máquina do tempo e é transportado para Votuporanga Antiga, onde pode ver e colaborar com a construção da igreja matriz, conversar com o primeiro prefeito, andar pela estrada boiadeira, aprender sobre o folclore, e conhecer personalidades históricas de nossa cidade. O jogo apresenta não apenas a história do Votuporanga, mas também uma grande quantidade de conteúdo interdisciplinar, como por exemplo; cidadania, Língua Portuguesa, Matemática, Meio Ambiente, Cuidados com a utilização da internet, e Filosofia. Os alunos conversam entre si, trocando experiências, dicas e compartilhando o que aprenderam com o game. Juntamente com o jogo foram desenvolvidas atividades complementares com questões sobre cada fase (local) do jogo. O jogo é gratuito e é utilizado pelas escolas públicas e particulares da cidade. Neste trabalho vamos conhecer o jogo e analisar os benefícios dos recursos digitais e da aplicação do RPG dentro do ambiente escolar.

Palavras-chave: RPG. Educação. Game. História. Votuporanga.

Abstract: In order to present to the digital natives the history of Votuporanga-SP developed an electronic game in the format of RPG (Role-playing game). In it the player controls Arthur, a blue-haired boy who can explore and know the whole city. City Hall, City Hall, Environmental Saev, Museum, Library, schools, supermarket, main church, St. Benedict's Square and Unifev are some places represented within the game. The player can talk to people, collect items and with these actions will learn and know a little more about the city in which he lives. Challenges and mini-games are part of the game and give a lot of prizes to the players. Exploring the city, the player discovers a time machine and

is transported to Votuporanga Antiga, where he can see and collaborate with the construction of the main church, talk with the first mayor, walk the bullfighting road, learn about folklore, and meet historical personalities of our city. The game presents not only the history of Votuporanga, but also a large amount of interdisciplinary content, for example; citizenship, Portuguese Language, Mathematics, Environment, Care with the use of the Internet, and Philosophy. Students talk to each other, exchanging experiences, tips and sharing what they learned from the game. Along with the game were developed complementary activities with questions about each phase (local) of the game. The game is free and is used by public and private schools in the city. In this work we will know the game and analyze the benefits of digital resources and the application of RPG within the school environment.

Keywords: RPG. Education. Game. History. Votuporanga.

INTRODUÇÃO

E “[...] a experiência revela que com este mesmo sistema só se formam indivíduos medíocres, porque não há estímulo para a criação.” (FREIRE, 2003, p. 38).

Para apresentar a história de Votuporanga para as crianças de forma lúdica e inovadora, foi criado um game educativo que simula a cidade e apresenta as origens do município.

“A educação lúdica, além de contribuir e influenciar na formação da criança e do adolescente, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integra-se ao mais alto espírito de uma prática democrática enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. Sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio”. Almeida (2003)

Neste jogo os alunos podem conhecer os principais locais da cidade, refletir sobre o município, conhecer sua história e aprender sobre diversos temas, incluindo cidadania, Língua Portuguesa, Matemática, e Filosofia. A utilização de jogos para a promoção da aprendizagem é útil, pois contribuem com a memória, o desenvolvimento intelectual, atenção e observação (Rosa, 2004). A utilização da mídia vídeo-game, permite que cada

jogador explore lugares na ordem que desejar, criando assim sua própria narrativa. A troca de informações e segredos pelos alunos cria um ambiente de informação e compartilhamento de experiências.

OBJETIVOS

- Apresentar a história de Votuporanga.
- Conhecer o sistema político da cidade e a função do prefeito e dos vereadores.
- Apresentar a cidade de Votuporanga no início de sua fundação.
- Trabalhar conteúdos interdisciplinares (matemática, português, ciências, cidadania, etc.)

DESENVOLVIMENTO

A origem do RPG

Em 1973 nos Estados Unidos foi publicado o primeiro RPG do mundo (Role-playing game, em português: "jogo de interpretação de papéis"). Dungeons & Dragons é um jogo de fantasia medieval baseado em universos fantásticos com criaturas mágicas, como o universo criado por J.R.R. Tolkien, com o Senhor dos Anéis. Em formato de livro, era necessário um mestre, que descreve as ações aos demais jogadores. Utiliza-se fichas com informações e estatísticas dos personagens. O mestre descreve a aventura e determinados momentos os jogadores devem jogar dados para saber se conseguem fazer determinadas ações. O mestre que irá analisar se terá sucesso na ação, conforme a dificuldade do que se pretende, pontuação para aquele personagem e do valor que conseguiu "tirar" no dado.

Vejamos um exemplo para ilustrar melhor:

Carlos tem mais três amigos e eles vão jogar RPG. Carlos será o mestre. Ele irá descrever e inventar a aventura. Para isso terá que ler e compreender todo o livro de regras do jogo. Os demais jogadores devem ler ou pelo menos conhecer as regras mais básicas para jogar. A aventura se passa em um mundo mágico onde seus amigos são guerreiros em busca de uma princesa. Cada amigo cria um personagem diferente. Lucas será um mago, que usará magia. Terá pouca força e bastante inteligência. Ao contar a história o mestre poderá falar descrever detalhes que apenas este mago poderá observar. Como uma pedra mágica, ou um inseto místico. Matheus será um guerreiro e terá muita força e pouca inteligência. E Rafael será um Elfo e conseguirá falar com as fadas. As habilidade e pontuação dos personagens (para força, inteligência, magia, resistência) são estipuladas por valores dados pelo mestre. Imaginemos que os atributos vão até 5. E

existam apenas 10 pontos para serem distribuídos. Os jogadores vão distribuir estes pontos para as habilidades que desejam que seu personagem tenha. Esta estratégia de criação de personagens permitirá aventuras mais diversificadas. Em um determinado momento da aventura nossos heróis encontram uma porta. O guerreiro fala que vai abrir a porta com sua força. Ele joga um dado e consegue o número 3 e o mestre fala que ele não conseguiu abrir a porta. O mago fala que vai examinar a porta. Joga um dado, tira 4, e o mestre informa que a porta foi fechada com magia. Portanto só o mago, ao executar uma magia, pode abrir a porta. Ele pode pedir ajuda a um outro personagem, utilizar algum artefato, mas dificilmente a porta abrirá pela força. Assim cada aventura, mesmo se passando no mesmo universo, será única, pois as diferentes ações dos personagens mudará a narrativa da aventura. Observe que o mestre não está competindo com os demais. E os jogadores devem se unir, jogando juntos, pelo mesmo objetivo. É um jogo social, onde a imaginação dos jogadores cria a aventura. O mestre é como se fosse a tela do computador. Ele descreve o que os personagens estão vendo e relata o que pode ser feito. Utilizei este exemplo ilustrativo para apresentar uma pequena cena do jogo de RPG, Steve Jackson (1998, p. 3) explica um pouco sobre o que é o jogo: “ Um RPG não é um jogo no sentido lato, é um método para criação de histórias dentro de universos ficcionais que vão sendo explorados coletivamente. As pequenas e grandes batalhas, as verdadeiras emoções, se dão no desenrolar de uma história, uma aventura, criada e vivida pelo grupo de jogadores. É no desenrolar destas histórias que surgem as derrotas e vitórias, altos e baixos que somados ao fim garantem ao participante a satisfação de ter atuado como um viajante dos caminhos que a imaginação da equipe resolveu trilhar”.

No Brasil o desenho animado Caverna do Dragão popularizou D&D (Dungeons & Dragons). Na animação, um grupo de crianças foi transportado para outra dimensão após entrar em uma montanha russa. Na aventura os jovens deveriam trabalhar juntos, seguindo os conselhos do Mestre dos magos para retornar para casa. A equipe de produção desde desenho elaborava o roteiro jogando o RPG D&D. Após a partida era elaborado o roteiro.

Anos depois, outras editoras publicaram novos livros, explorando outros universos. Desde sua origem o RPG bebia da fonte da literatura fantástica. “Sistema de RPG, como são chamados os livros que descrevem ‘universos’ e regras, têm seu estilo próprio, alguns ressaltando mais o aspecto teatral do jogo, outros priorizando a exatidão (a complexidade) das regras” (MARCATTO, 1996, p. 21).

Os RPG podem ser jogados através de tabuleiros, cartas, livros ou games. Votucity é um RPG no formato game, para ser jogado por meio do computador com Windows. No

RPG não há vencedores e perdedores. O mestre descreve uma aventura e todos procuram interpretar os personagens e se divertir. Apesar de pouco difundido na grande mídia, este jogo possui muitos adeptos. É um entretenimento saudável e divertido, capaz de criar grandes comunidades e proporcionar grandes amizades com seus simpatizantes.

RPG no Brasil

O primeiro RPG a abordar temas brasileiros foi "O Desafio dos Bandeirantes", em 1992. Era um RPG de fantasia histórica, se passava na Terra de Santa Cruz (uma versão alternativa do Brasil de 1650). Os jogadores podiam atuar como pajés, jesuítas, babalorixás e bandeirantes, além de interagir com personagens do folclore brasileiro como o saci e a mula-sem-cabeça, além de apresentar outras características do período colonial. Possuía o formato de livro e era jogado com um mestre descrevendo as ações.

O RPG ainda é pouco aplicado no ambiente escolar. Normalmente os professores não conhecem o jogo, não há muitas opções de jogos educativos e para se criar uma aventura e mergulhar neste universo é necessário muita criatividade e tempo, este último muito escasso devido ao fato do professor utilizar seu tempo para preparo de aulas e materiais. No entanto, sua utilização pode ser de grande importância na educação. Vemos relatos de professores, que para trabalhar determinados assuntos utiliza este jogo em sua sala de aula. Em 2000, o RPG passou a ser associado a crimes ligados supostamente a magia negra, pela imprensa sensacionalista. Por desconhecer o jogo, muito do que foi apresentado na época não correspondia à realidade.

Ideia e desenvolvimento

Sempre gostei de game desde criança e sempre vi nesta mídia algo mágico, que encanta todos aqueles que adentram neste universo. Jogo todos os gêneros de jogos eletrônicos: aventura, corrida, simulação, estratégia, esporte, plataforma, pluzze e FPS (First Person Shooter), que em português significa Tiro em Primeira Pessoa. Depois conheci um gênero novo: o RPG. Neste jogo você interpreta um personagem que se aventura por um mundo gigante, comprando equipamentos, evoluindo o seu personagem, conversando e interagindo com outros personagens do game NPC'S (Non-Player Character, ou personagens não jogáveis). Observei que este gênero o jogador interage com um game mais complexo, compra itens, melhora armas e lê muito texto para acompanhar a história. Era o gênero perfeito para contar uma história mais complexa. Desta forma é possível motivar o aluno, com o conteúdo em forma de game ele sente-se desafiado a cumprir os objetivos, coletar itens, ganhar dinheiro, descobrir segredos e o principal ao final do

processo: aprender! De acordo com Macedo, Petty e Passos (2005), o atual sistema de ensino não é capaz de motivar os alunos. Como professor de escola pública, vejo a realidade da sala de aula e um dos maiores desafios é: como ensinar um aluno que não quer aprender? Para os autores a aplicação de jogos na educação pode ser uma das saídas: [...] Hoje vemos muitos alunos desmotivados e desinteressados por aprender, mas podemos instigá-los usando jogos como desencadeadores, como despertadores de ações até mesmo não percebidas pelas crianças como possíveis de serem produzidas por si próprias (MACEDO; PETTY; PASSOS, 2005, p. 107).

Para criar o game utilizei o programa RPG Maker. Este software cria games de RPG sem a necessidade de programação. Foram necessários cerca de 4 meses para desenvolver todo o projeto. Segundo Vasques (2008) várias pesquisas acadêmicas e investigações estão sendo realizadas no Brasil, desde 2004, para analisar a utilização desse jogo na educação.

História do Jogo

Desenvolvi o game *Votucity* em 2009. Na época era estudante do curso de pedagogia da UNIFV (Centro Universitário de Votuporanga) e desenvolvia um trabalho de assessoria pedagógica digital para a escola Passo A Passo – Dom Bosco, de Votuporanga-SP. Sempre utilizei os recursos digitais na educação. A pesquisa histórica foi realizada por alunos do 7º e 8º ano da Escola Passo a Passo de Votuporanga. O grande desafio é criar um game educativo que seja divertido e empolgante, no qual o jogador queira jogar a próxima fase, queira explorar todo o jogo e descobrir todos os segredos.

VotuCity conta a história de Arthur, um jovem criativo e inteligente de cabelos azuis, que tem o objetivo de vencer o concurso “O Melhor Aluno de Votu”. A cidade de *VotuCity* é uma reprodução da cidade de Votuporanga, com Prefeitura, Museu, Biblioteca, Universidade, Câmara Municipal, Igreja Matriz entre outros locais de nossa cidade. Explorando esses locais, Arthur conversa com outros personagens e obtém informações sobre a cidade e itens importantes para prosseguir na aventura. Dento da cidade, há uma máquina do tempo e com ela o jogador pode viajar para o passado e conversar com personalidades históricas que ajudaram a construir Votuporanga. Padre Isidoro Cordeiro Paranhos (padre que realizou a primeira missa em Votuporanga), Inez Maria Pinto (idealizadora da Bandeira Municipal) e Francisco Vilar Horta (primeiro prefeito de Votuporanga) são alguns dos personagens que estão no jogo.

O personagem possui uma barra de energia (no valor de 100 pontos) e conforme ele responde erroneamente questionários, ou sofre danos, ele perde energia. Para recuperá-la é necessário se alimentar. Os valores da alimentação priorizam uma

alimentação saudável. Por exemplo, um refrigerante (rico em açúcar aditivos artificiais) recupera apenas 5 pontos de energia; enquanto um suco de laranja (natural e rico em vitaminas) recupera 20 pontos de HP.

O jogo vai ensinando desta forma, de maneira leve, descontraída e divertida, sobre vários assuntos e diverte muito os alunos. Para completar o game com todos os itens e encontrar todos os segredos, é necessário jogar em média 15 horas. Foi desenvolvido, também, fichas com perguntas para os jogadores preencherem de cada fase. Por exemplo, jogando na fase da Estrada Boiadeira o aluno responde perguntas relacionadas ao local e precisa falar com os personagens do jogo para responder todas as questões. Desta forma o aluno joga e aprende.

Conteúdo Pedagógico

Matemática

- Energia do personagem (dano e recuperação);
- Números pares e ímpares;
- Tabuada (Perguntas do Rodrigo);
- Área (Quadrado e retângulo);
- Tabela de alimentação saudável;
- Receitas (mousse de maracujá, beijinho para modelar e milk shake de chocolate);
- Números primos;
- Dinheiro (valores e itens)

Cultura

- Adivinhações;
- Valorização da cultura caipira;
- Superstições;
- Apresentação de pontos turísticos de nossa cidade, como o Museu Municipal Edward Cururipe Costa, Igreja Nossa Senhora Aparecida (na Praça da Matriz), Vilarejo histórico Vila Carvalho, o Recinto de Exposições "Presidente Costa e Silva" (local onde ocorre a Expô FISAV) e o moderno prédio da Câmara de Vereadores.
- Personagens do folclore brasileiro;
- Expô FISAV (tradicional festa agropecuária da cidade);
- Feirinha da São Bento (artesanato e apresentações culturais);
- Grupos musicais;

-Cinema.

Língua Portuguesa

- Incentivo a escritores locais;
- Incentivo a escritores nacionais;
- Incentivo a livros para o vestibular;
- Incentivo a livros da Literatura Universal;
- Incentivo à leitura, como algo prazeroso e interessante;
- Reforma Ortográfica e grafia correta das palavras (Perguntas da Tânia);
- Leitura de poesias (Projeto Poesia de Rua);
- Leitura de pensamentos e reflexões;
- Apresentação da crônica "A Espada", de Luis Fernando Veríssimo;
- Incentivo à leitura de jornais, revistas e sites;
- Leitura de piadas, adivinhações e curiosidades sobre a cidade;

Cidadania

- Função do cidadão em sua comunidade;
- Função do prefeito municipal;
- Função do vice-prefeito municipal;
- Função dos vereadores municipais;
- Função dos secretários municipais;
- Função do deputado federal;
- Incentivo à participação política, apresentando a Prefeitura e a Câmara Municipal;
- Respeito ao próximo, convívio em sociedade.

História

- História de Votuporanga;
- Apresentação dos patronos das escolas municipais (CEM's);
- Biografia de personalidades históricas de nossa cidade;
- Apresentação de peças do Museu Municipal;
- Apresentação da estrada Boiadeira;
- Apresentação de fotos antigas de Votuporanga

Higiene e Saúde

- Lavar as mãos;

- Cuidados e prevenção sobre a gripe H1N1;
- Estímulo à uma alimentação saudável.

Ecologia e meio Ambiente

- Reciclagem;
- Sistema de distribuição de água de Votuporanga;
- SAEV Ambiental;
- Sistema de tratamento de esgoto;
- Conceitos de economia de água e energia;
- Leitura de hidrômetro;
- Importância da água em nossas vidas.

Família e Sociedade

- Valorização da família;
- Respeito às pessoas, principalmente aos mais velhos;
- Contato e diálogo com os familiares;
- Diferenças culturais.

Filosofia

- Pensamentos de grandes filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles.

Internet e Tecnologia

- Sites de Votuporanga;
- Twitter do prefeito;
- Cuidados com anti-vírus;
- Cuidados com o uso da internet.

Locais do Jogo

Muitos locais reais de Votuporanga estão presentes no jogo. Nestes locais o jogador pode conversar com as pessoas para obter informações do local, coletar itens, aprender as funções das pessoas que trabalham lá (em especial a Prefeitura e Câmara Municipal) e interagir com objetos.

Saev Ambiental – É a autarquia de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Votuporanga. No local, o jogador conhece os projetos da autarquia, além de aprender sobre a importância da água, os processos de tratamento de água e esgoto do município.

CEM – Escola Municipal – Para criar uma identificação com os alunos eles podem visitar uma escola. Nela é possível ver fotos dos projetos realizados nas escolas municipais, interagir com outros alunos e responder questionários (Atualidades e soma matemática) para receber prêmios.

Cinema – Valorizando a cultura, é possível entrar no cinema, interagir com personagens e comprar suprimentos.

Casa Pedagógica – Destinada aos professores, no local há informações sobre os objetivos do game e as possibilidades pedagógicas do mesmo.

Supermercado Santa Cruz – Um dos patrocinadores do projeto. É possível comprar itens e suprimentos.

Feirinha da São Bento – Tradicional feira da cidade, que acontece às quintas-feiras no período noturno. É possível interagir com personagens, comprar itens e participar de mini-games.

Casa do Arthur – É onde começa a aventura. Nela você pode conversar com seus pais, receber as primeiras instruções do jogo e interagir com os objetos da casa.

Biblioteca Municipal – Aqui o jogador pode conhecer os projetos realizados pela Biblioteca, participar de mini-games, ter sugestões de leitura (para o aluno pesquisar na vida real) e interagir com os personagens.

Escola Passo A Passo – Dom Bosco – Patrocinador do game, é na escola que acontece o concurso “Melhor estudante de Votu”, com questões sobre matemática e Língua Portuguesa.

Expo Fisav – Reprodução da maior festa da cidade, que acontece no mês de agosto, aniversário de Votuporanga. É possível interagir com pessoas e objetos.

Unifev – Centro Universitário de Votuporanga – Colaborador do projeto, neste local é possível conhecer um pouco mais da instituição. É possível visitar os estúdios da TV e Rádio

Unifev, interagir com os profissionais que lá trabalham, conhecer a Universidade e interagir com alunos.

Santa Casa de Votuporanga – Neste local o jogador conhece melhor o trabalho da Instituição e interage com personagens recebendo importantes informações sobre saúde.

Lan House – Aqui o jogador recebe orientações sobre os cuidados com a internet e interage com personagens, além de poder conhecer sites interessantes para navegação.

Câmara Municipal – Aqui o aluno aprende sobre cidadania, além de poder conversar com os vereadores eleitos pelo povo e aprender como um vereador é eleito e quais são as suas funções.

Museu Municipal – Neste local o jogador pode conhecer as principais peças do Museu Municipal Histórico e Geográfico Edward Cururipe Costa (Votuporanga-SP). Estão disponíveis fotos históricas, o Hino da cidade, imagem da primeira bandeira, entre outros objetos.

Igreja Matriz – Reprodução da praça da igreja Matriz de Votuporanga. É possível interagir com personagens, ver fotos e participar de desafios para ganhar prêmios.

Prefeitura Municipal – Reprodução da Prefeitura Municipal de Votuporanga. Neste local o jogador aprende quais são as atribuições do prefeito, interage com personagens e conhece melhor a democracia.

Casa dos Filósofos – Local secreto, no qual o jogador não tem acesso no início do jogo. Após realizar uma série de trocas de itens ele consegue finalmente entrar e aprender um pouco mais sobre filosofia.

Locais representados no jogo sobre Votuporanga Antiga:

Estrada Boideira – Local onde passam bois, cheio de vilarejo e histórias curiosas, é possível conversar com personagens históricos, comprar itens e visualizar fotos antigas.

Igreja Matriz Antiga – Aqui o jogador tem a oportunidade de ver a igreja em construção, interagir com personagens históricos e conhecer lugares antigos, que não existem mais na cidade.

Fazenda Votuporanga – Reprodução da fazenda, cuja placa deu origem ao nome da cidade. É possível interagir com personagens históricos, participar de mini-games e desafios.

O jogo é utilizado em várias escolas da cidade, principalmente nas escolas municipais. Com base nestes locais o professor pode trabalhar vários temas e assuntos. No museu podemos explorar a história de Votuporanga, os personagens que fizeram a história da cidade, conhecer a primeira bandeira e o hino do município. Já na biblioteca somos apresentados aos escritores locais e a vários livros que estão nas prateleiras, que podem estar na biblioteca da escola e servir de incentivo aos alunos a lerem as obras. Encontrando a máquina do tempo, o jogador viaja para Votuporanga Antiga e conhece locais históricos da cidade, como a igreja matriz em construção e a estrada boiadeira. VotuCity é um jogo multidisciplinar e aborda vários temas de forma dinâmica. Por exemplo, reciclagem. Um dos itens do jogo são materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro). Adquirindo estes materiais o jogador pode ir até a Saev Ambiental e depositar o item para ganhar uma quantia em dinheiro, além de uma frase de incentivo estimulando a reciclagem. Com este pequeno gesto, o aluno aprende sobre reciclagem, coleta seletiva de lixo e matemática. Com o dinheiro ganho é possível comprar outros itens para prosseguir a aventura.

Foi desenvolvido um site com informações sobre o game, proposta pedagógica, personagens e download do game. O endereço é: www.votucity.zip.net.

CONCLUSÃO

Os alunos refletiram sobre Votuporanga e conheceram sua história. Eles tiveram a possibilidade de conhecer os principais pontos turísticos e a organização política local (funcionamento do executivo e legislativo). Ao jogarem eles responderam questões referentes aos locais da cidade (fases). Muitos professores ao final do trabalho realizam uma avaliação de aprendizagem e criam desenhos, cartazes e painéis.

“Cada aventura é propícia ao objetivo pedagógico estabelecido previamente, no entanto, surpreende e se torna cabível a um amplo leque de possíveis explorações. Isso potencializa a diversidade de ambientes educacionais virtuais que se fazem naturais no vivenciar de cada um deles (BORBA, 2004).

A utilização de RPG permite simular e apresentar situações ou ambientes que permitem entrar em um universo para trabalhar diversos temas. Votucity apresenta a cidade de Votuporanga-SP e sua história. A utilização de games no processo educativo, desperta o interesse na aprendizagem e permite ao aluno aprender em seu ritmo, trocando informações com os demais colegas e explorar um ambiente que estão acostumados: o universo digital.

“A utilização de jogos para a promoção da aprendizagem é útil, pois contribuem com a memória, o desenvolvimento intelectual, atenção e observação”. (Rosa, 2004).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica: Técnicas e jogos pedagógicos**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

BORBA, M. C. Dimensões da educação matemática a distância. In: BICUDO, M. V.; BORBA, M. C. (Org.). *Educação matemática: pesquisa em movimento*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 296-317.

FREIRE, P.. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

MACEDO, Lino de. PETTY, Ana Lúcia Sícoli. PASSOS, Norimar Christe. **Os Jogos e o Lúdico na Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARCATTO, A. Saindo do quadro. São Paulo: A. Marcatto, 1996.

ROSA, M.. **Role Playing Game: uma tecnologia lúdica para aprender a ensinar Matemática**. 2004. 170 p. Dissertação (Mestre em Educação Matemática) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROSS, J. **GURPS** Russia. EUA: Steve Jackson, 1994.

VASQUES, Rafael Carneiro. **As Potencialidades do RPG (Role Playing Game) na Educação Escolar**. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008.

CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE CONFLITOS INTERPESSOAIS E FORMAS DE MEDIAÇÃO

Stephanie Lee Basile Barboza Caseiro (UNESP); stephanielee_1@hotmail.com *

Kelly Regina Conde (UNESP); kelly__conde@hotmail.com

Julia Neves Ferreira (UNESP); julia.nevesf@yahoo.com.br

Ieda Alves Lulio (UNESP); ieda.alves@gmail.com

Felipe Colombelli Pacca (UNESP); felipepacca@gmail.com

Raul Aragão Martins (UNESP); raul@ibilce.unesp.br

Resumo

O tema dos conflitos vem sendo pauta de muitas pesquisas visto que são situações frequentes, que costumam gerar muitas dúvidas aos docentes sobre como lidar com elas, além de muitos considerarem que resolver tais situações não faz parte da sua função de educador, demonstrando desconhecer a prática da mediação baseada na reciprocidade como real possibilidade de intervenção. Entretanto, é por meio de tais conflitos que os envolvidos têm a oportunidade de lidar com o que é diferente deles, sendo capazes de desenvolver noções mais elaboradas de regras e justiça, quando inseridos em um ambiente que preza pelo respeito mútuo e a reciprocidade. Dessa forma, para que o conflito se torne uma ação satisfatória, verifica-se que o papel da escola deve se dar de forma a oportunizar às crianças e jovens estratégias mais assertivas para que resolvam seus desacordos de maneira mais justa e harmoniosa, visto que diversos estudos apontam que dependendo do tipo de ambiente que a criança ou adolescente estiver inserido, ocorrerá um favorecimento de formas mais evoluídas de resolução de conflitos. Tendo como base a teoria da moralidade de Jean Piaget, pretende-se com este estudo identificar as possíveis estratégias utilizadas por professores na resolução de conflitos entre os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola particular do interior do Estado de São Paulo, analisando como os 35 docentes que participaram da pesquisa percebem as relações de convívio dentro da escola e se as intervenções utilizadas pelos mesmos contribuem para o desenvolvimento da autonomia moral dos alunos. Os dados foram coletados por meio de relatos escritos pelos professores e discussões coletivas durante a Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) da instituição. A partir da análise dos dados obtivemos como resultados que a escola apresenta um ambiente mais cooperativo e os conflitos tendem a ser vistos e trabalhados pelos docentes como necessários ao desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Conflitos interpessoais. Mediação de conflitos. Concepções de professores.

Abstract: The subject of conflicts has been theme of many researches since they are frequent situations, which often generate doubts to teachers about how to deal with them, and many consider that solving such situations is not part of their role as educator, demonstrating ignorance of the practice of mediation based on reciprocity as a real possibility of intervention. However, it is through such conflicts that those involved have the opportunity to deal with what is different from them, being able to develop more elaborate notions of rules and justice, when inserted in an environment that values mutual respect and reciprocity. Thus, in order for the conflict to become a satisfactory action, the role of the school must be give children and young people more assertive strategies to resolve their disagreements in a fairer and more harmonious way, since several studies indicate that depending on the type of environment that the child or adolescent is inserted, there will be a favoring of more evolved forms of conflict resolution. Based on Jean Piaget's theory of morality, this study intends to identify the possible strategies used by teachers in conflict resolution among the students of the initial years of Elementary School in a private school in the interior of the State of São Paulo, analyzing as the 35 teachers who participated in the research perceive the relationships of conviviality within the school and if the interventions used by them contribute to the development of students' moral autonomy. The data were collected through reports written by the teachers and collective discussions during the Institutional Pedagogical Work Time (HTPC). From the analysis of the data we obtained as results that the school presents a more cooperative environment and the conflicts tend to be seen and worked by the teachers as necessary for the students' development and learning.

Keywords: Interpersonal conflicts. Conflicts mediation. Teachers conceptions.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é capaz de propiciar aos alunos inúmeras oportunidades para desenvolverem noções de regras, valores e relacionamentos interpessoais baseados na cooperação, fatores que, quando trabalhados e estimulados por toda a comunidade escolar, são capazes de desenvolver a autonomia moral dos indivíduos. Nesse contexto, tem-se questionado o papel dos conflitos interpessoais nas escolas, tema muito presente

nos dias atuais, e como os mesmos podem contribuir para o desenvolvimento dos alunos, visto que, além de serem situações frequentes, exigem uma conduta por parte dos educadores.

Estudiosos em psicologia moral, como Vinha, (2000), Tognetta (2009) e Licciardi et al. (2011) afirmam que os conflitos devem ser vistos como situações positivas e necessárias à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças, uma vez que dá a elas a oportunidade de aprenderem sobre si, sobre os outros, sobre as normas sociais, além de influenciar na construção de valores e princípios.

Em ambientes onde diversas pessoas interagem, nos deparamos com diferentes valores, opiniões e diferentes formas de ver o mundo que são capazes de ocasionar conflitos. Assim, a escola configura-se como um ambiente capaz de explorar a diversidade, estimulando para que os impasses e divergências possam ser encarados como oportunidades de crescimento para os envolvidos.

Com relação aos educadores, sabemos que os mesmos se deparam constantemente com situações conflituosas em sua sala de aula, mas nem sempre conseguem mediá-las de forma justa, acreditando que resolver os conflitos não faz parte de sua função e que os mesmos devem ser evitados ou resolvidos de forma rápida e não eficaz.

Licciardi et al. (2011) apontam que os educadores desempenham um papel essencial na vida dos alunos, sendo também responsáveis por sua formação moral e afetiva. Os autores consideram que o desenvolvimento da moralidade é um processo em construção permanente e a escola, se considerar os conflitos como fator de desequilíbrio para uma autorregulação, pode ser um agente facilitador para este desenvolvimento.

O desenvolvimento moral é um processo em permanente construção na vida dos alunos e os professores, ao assumirem sua parcela de responsabilidade na formação moral e afetiva de seus alunos, podem se tornar agentes facilitadores para este desenvolvimento se passarem a ver os conflitos como fator de desequilíbrio para uma autorregulação.

Vinha (2000) considera que em seu trabalho diário com as crianças, o professor defronta-se constantemente com pequenas dificuldades, problemas repentinos, momentos de crises e desavenças, ocorrências cotidianas que exigem uma conduta por parte do adulto e a maneira do mesmo de lidar com tais situações, mesmo não fazendo nada, interfere na construção do julgamento moral da criança.

Sendo assim, os profissionais da educação precisam estar capacitados para lidar com tais situações, para que possam encontrar alternativas mais justas e respeitadas para resolverem os conflitos e, assim, estabelecer um ambiente cooperativo e de respeito mútuo capaz de desenvolver a autonomia.

Ao se trabalhar de forma cooperativa com os conflitos, os alunos são estimulados a trocarem pontos de vistas e encontrarem, em grupo, soluções mais justas e respeitadas para todos os envolvidos. Ao virarem protagonistas das decisões, passam a se responsabilizar por suas atitudes:

Do ponto de vista do conhecimento, é preciso pensar que a escola deve ter como objetivo não mais a transmissão das informações, mas a possibilidade de que os alunos possam coordenar perspectivas, comparar as informações recebidas de outras fontes, antecipar consequências de seus atos e discutir sobre diferentes conhecimentos, não mais em carteiras isoladas, mas em pequenos grupos, se quisermos que aprendam a cooperar e a descentrar-se de uma única possibilidade de resolver diferentes problemas (TOGNETTA, 2013, p.44).

À vista de tais considerações, o objetivo deste trabalho se baseou em investigar e analisar as intervenções e mediações realizadas por professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental em situações de conflitos interpessoais, identificando como os mesmos concebem os conflitos e intervém diante de tais situações e se tais atitudes favorecem o desenvolvimento da autonomia ou heteronomia moral de seus alunos, com base na teoria de Jean Piaget (1932/1994).

DESENVOLVIMENTO

Segundo a teoria piagetiana (PIAGET, 1932/1994), a criança nos primeiros anos passa por tendências morais, sendo que a primeira é a heteronomia moral, onde os deveres são vistos como externos e impostos coercitivamente por um adulto, portanto a criança age bem em função de uma regulação externa, obedece às normas por meio da punição e para ela a responsabilidade dos atos é de acordo com as consequências materiais e as intenções não entram em jogo. Já na autonomia moral, a criança adquire consciência dos seus atos e analisa as situações de acordo com as intenções, procurando a reciprocidade para resolver os problemas. Desse modo, a autonomia envolve a cooperação e o respeito mútuo fazendo com que o sujeito passe a agir em função de princípios internalizados. Dias (2005, p.370) a “[...] entende como um processo que se constitui relacionado aos modos de vida das crianças em interação social, mediante um trabalho de reflexão e ação a partir das experiências interativas que cada criança vai vivenciando no dia a dia”.

O processo de construção da autonomia moral é complexo, tanto que muitos adultos ainda não a possuem. Para La Taille (2001), uma pessoa é considerada autônoma quando em meio a mudanças de contextos e de pressões sociais, consegue colocar em prática seus princípios e valores.

Para Piaget (1932/1994), os valores morais são construídos nas interações do sujeito com os mais variados ambientes sociais. Através da interação, o indivíduo atua sobre o meio e o meio sobre ele, e não simplesmente a internalização pura desse ambiente. Nas relações cotidianas, desde pequena, com seus pares, com adultos, com as vivências escolares, com os conflitos que precisa enfrentar, a criança irá construir seus valores, princípios e normas.

Segundo Devries e Zan (1995, p.123),

“[...] as relações interpessoais são o contexto para a construção, pela criança, de si mesma, dos outros e do conhecimento das matérias. Dependendo da natureza da atmosfera sociomoral geral da vida de uma criança ela aprende de que forma o mundo das pessoas é seguro ou inseguro, amável ou hostil, coercivo ou cooperativo, satisfatório ou insatisfatório”.

Os conflitos interpessoais são considerados positivos por favorecer o desenvolvimento humano. Através deles, o processo de equilíbrio ou autorregulação é desencadeado, além de promover um desequilíbrio nas interações entre os pares. Existem dois tipos de conflitos: o primeiro ocorre no interior do sujeito (intra-individual) e o segundo no exterior (interindividual). Desse modo, os conflitos intra-individuais dizem respeito a sentimentos internos contrários e os interindividuais se referem a contestação entre pessoas (VINHA; TOGNETTA, 2009).

Leme (2004) afirma que os conflitos interpessoais mobilizam recursos cognitivos e afetivos. Portanto, compreende-se que o sujeito tenha condições cognitivas para resolver um conflito, mas nem sempre o faz por conta das dificuldades afetivas. Sastre e Moreno (2002) reiteram, que a razão e emoção são fundamentais para o estabelecimento de relações interpessoais e enfatizam que os sentimentos são como um motor que estimula a ação.

Deluty (1979) apresenta três tipos de estratégias de resolução de conflitos interpessoais: agressiva, assertiva e submissa. Na conduta agressiva, o sujeito lida com o conflito de modo violento e coercitivo. Já na conduta assertiva, não ocorre coerção, mas

envolve comportamentos de defesa dos próprios direitos, levando em consideração os sentimentos e direitos do outrem. E por fim, a conduta submissa, em que o sujeito não enfrenta a situação de conflito e sempre leva em consideração os sentimentos e os direitos dos outros em oposição aos seus.

Vicentin (2009, p.41) acredita que: “[...] cuidar para que as pessoas evoluam para o estilo assertivo possa resultar em benefícios em situações de conflito e contribuir não só para o desenvolvimento dessas pessoas, mas também das famílias, das comunidades e das nações”.

Para Piaget, existem duas formas de sancionar o aluno, sendo que a primeira é a sanção expiatória, que se caracteriza pela aplicação de uma punição que não se refere à ação feita pela criança; ou seja, a criança bateu no amigo e por conta disso perderá o recreio. Assim, a criança obedece por medo de ser punida, mas não tem a oportunidade de refletir sobre sua ação de modo a repará-la.

A segunda forma é a sanção por reciprocidade, utilizada por professores que prezam por um ambiente sociomoral democrático. Esta sanção faz com que a criança perceba a infração causada e tenha a oportunidade de repará-la. Se a criança rasgou o livro do amigo, ela vai consertá-lo ou até mesmo comprar outro. Com isso, a criança tem a oportunidade de pensar nas causas e consequências de seu ato.

A sanção por reciprocidade, ao contrário da expiatória, muito provavelmente levará o indivíduo a pensar a respeito do seu ato. A sanção não precisa ser algo doloroso ou visível, mas estar relacionada à busca de uma solução que, de fato, satisfaça da melhor maneira possível os envolvidos (VIDIGAL;VICENTIN, 2012, p.91).

O ambiente escolar, por ser um ambiente social, é um local que favorece as relações sociais e evidentemente onde ocorrem muitos conflitos, contudo, cabe aos educadores desenvolverem estratégias que promovam a resolução pelas crianças. A maneira como o docente realiza a mediação mostra a sua concepção sobre a educação sociomoral.

Por tratarem-se de sujeitos concretos, os educadores infantis vivenciam as contradições culturais inerentes às suas próprias histórias pessoal, familiar e profissional em relação ao trabalho educativo e trazem para o processo de educar ideias, crenças e

concepções que representam suas próprias visões de mundo, de homem, de sociedade e de educação (DIAS, 2005, p.371).

Dessa forma, muitos docentes pautam suas intervenções no senso comum, pelo fato de não saberem teoricamente como lidar com a questão. Ademais, nem todos os cursos de formação de docentes apresentam em suas ementas a educação sociomoral, em consequência, há um grande número de docentes inseguros e despreparados para lidar com esse fenômeno. À vista disso, cooperam para que seus alunos permaneçam na moral heterônoma ao invés da autônoma e por vezes, transferem o problema para a família ou especialista.

As escolas que ainda mantêm a concepção tradicional de ensino concebem os conflitos como sendo negativos e perigosos. Já as escolas que apresentam uma concepção construtivista de ensino, entendem os conflitos como naturais e necessários ao desenvolvimento da criança. Estas conseguem ver o conflito como parte do currículo, do mesmo modo que os demais conteúdos (VINHA; TOGNETTA, 2009).

Nessa perspectiva, é possível contribuir com a formação moral de crianças e adolescentes, porém, cabe aos professores realizar intervenções tornando-se um mediador nas diversas situações de conflitos que ocorrem no ambiente educativo,

METODOLOGIA

A pesquisa consiste em analisar qualitativamente as intervenções realizadas por professores em situações de conflitos interpessoais entre alunos, partindo de seus relatos sobre situações que vivenciaram e o que deveria ser feito para mediá-las.

Durante uma reunião de HTPC (Hora de trabalho pedagógico coletivo), na qual os educadores estudam o desenvolvimento moral da criança, foi solicitado aos professores que, em grupo, escrevessem um exemplo de conflito entre os alunos já vivenciado por eles e sugerissem a intervenção adequada.

Vale ressaltar que esta pesquisa foi previamente avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com o protocolo CAAE de nº: 69610017.5.0000.5406.

PROCEDIMENTOS E PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa professores de uma escola da rede particular de ensino de São José do Rio Preto, a qual oferece as três etapas de ensino da educação básica. O Ensino Fundamental I refere-se às séries de 1º a 5º ano, sendo que os alunos iniciam o ciclo com seis anos e terminam com dez anos de idade. A instituição tem turmas no período

matutino e vespertino e ressalta que os professores se encontram semanalmente para formação, dirigida por uma coordenadora pedagógica e por uma psicóloga no cargo de orientadora educacional.

O estudo contou com a participação de trinta e cinco professores que, após duas horas de estudos, em grupos de três a quatro pessoas, formando dez grupos, escreveram uma situação de conflito e uma proposta de solução. Os sujeitos são professores que ministram encontros educacionais do segundo ano ao quinto ano do Ensino Fundamental I.

RESULTADOS

O primeiro grupo exemplificou um conflito do tipo exclusão, situação definida por Silva (2014) como “ação de privar, afastar, eliminar ou ignorar a participação do outro das relações ou das atividades”. Durante uma situação de formação de grupo para realização de atividade, determinada criança não foi espontaneamente aceita em nenhum grupo. Como proposta de solução, o grupo de docentes considerou que o melhor a fazer seria intervir, ou seja, forçar a participação da criança em um grupo. Em um outro momento, ouvir-se-ia individualmente alguns alunos que se recusaram a aceitar a colega para entender os motivos. O professor deve fazer uma mediação propondo o diálogo entre as partes, dando a oportunidade para que cada um apresente seu ponto de vista para os outros, propondo assim uma reflexão que visa a contribuição para a superação dessa situação. Após determinado tempo, dever-se-ia retomar o diálogo com os envolvidos para verificar se houve superação.

O segundo grupo descreve a seguinte situação: um conflito que envolve três meninas, onde duas são líderes e autoritárias e disputam entre si a amizade da terceira, a qual é muito passiva, chegando a ser submissa. Na categorização do estudo de Licciardi et al. (2011), esse tipo de conflito é chamado de disputa. Como mediação, foi sugerido que fosse feito um diálogo com o objetivo de entender as partes envolvidas, fazendo perguntas direcionadas às envolvidas, ora para ouvir seu ponto de vista, ora para contrapor, fazer combinados para antecipar situações e depois pensar na reparação do erro.

O terceiro grupo dá o seguinte exemplo: em uma das aulas de uma professora que participava daquele grupo, um aluno não concordou com a ideia do outro colega de sala e acabou tendo um comportamento bem inadequado, mostrando-se nervoso e não querendo entender o porquê de seu colega ter opinião tão diferente da dele. Como proposta de resolução deste conflito, caracterizado como disputa de poder, a professora pediu ao aluno que colocasse novamente a opinião dele sobre a situação, pois era muito importante para

todos saberem a tamanha revolta e ainda o questionou: *"De que forma você acredita que seus colegas irão validar mais a sua opinião/colocação"?*

O quarto grupo exemplifica um conflito da seguinte maneira: durante o intervalo, um grupo de alunos brincava e uma das crianças não respeitou a regra estabelecida pelo grupo, que após muitas discussões decidiu excluí-lo da brincadeira. O excluído não aceitou a decisão e resolveu a situação com agressão verbal aos colegas. Após a professora escutar os dois lados, o aluno excluído declara não ter conhecimento sobre a regra, ou melhor, que não tinha entendido bem. Por isso, a educadora sugeriu, juntamente com os alunos, que após estabelecerem uma nova regra esta deveria ser bem clara, se necessário devendo até escrevê-la em algum papel.

O quinto, sexto e sétimo grupos descreveram conflitos em que os alunos resolvem seus problemas por meio da agressão física. Após análise nas câmeras da escola e confirmação pelas monitoras do pátio, foi determinado que a resolução seria um dia de suspensão, assembleias de classe e muito diálogo visando como valor o respeito aos outros, reforçando que não se bate nas pessoas. Antes e depois da suspensão algumas reflexões foram feitas com os alunos.

No oitavo grupo exemplifica-se um conflito do tipo provocação, em que durante a troca de professores o aluno passou a mão na secreção nasal e ameaçou passar na colega, que começou a gritar exageradamente provocando revolta em alguns amigos de classe que começaram a reprimi-la, olhando com cara feia e fazendo sinal de cortar pescoço, por exemplo. A resolução seria convidar os envolvidos a relatar o que aconteceu e depois convidá-los à reflexão através do diálogo.

Diferente do oitavo grupo, o nono descreveu uma categoria de delação, onde os alunos estavam descendo a rampa para o pátio e duas crianças descem antes e esperam a turma no pátio, rindo. Uma criança delata à professora o fato e sugere que os colegas devam "levar um carimbo" (punição da escola). Para resolver o problema, a professora coloca a aluna que relatou o fato a pensar no motivo de ficar tão chateada com a situação e sugere que todos poderiam conversar.

No décimo e último grupo, o conflito apresentado diz respeito à discordância de opinião, que leva muitas vezes a agressões verbais por não saberem como resolver a situação. A mediação pensada foi de perceber a dificuldade que a aluna está enfrentando em relacionar-se com o grupo, colocar uma questão hipotética e questionar qual seria sua atitude para saber se ela se identifica nessa situação, ou seja, colocar-se no lugar do outro. A mediação deveria consistir em dar consciência, questionar sobre novas maneiras de se

posicionar perante o grupo e acompanhar o desenvolvimento da aluna/grupo, analisando as intervenções e fazendo adequações necessárias.

DISCUSSÃO

Percebemos nos relatos de todos os grupos a valorização do diálogo como meio para resolução de conflitos, algumas vezes acompanhado de punições externas (como a suspensão e a inclusão forçada em um grupo). A reflexão também é bastante citada pelos docentes, que parecem considerar importante que os alunos entendam as razões pelas quais agem de determinadas maneiras, possibilitando mudanças dessas atitudes.

Há que se considerar que o grupo de professores analisado recebe formação constante e é bastante cobrado em relação a atitudes coerentes com o Projeto Político Pedagógico do Colégio, que preza a formação integral dos indivíduos.

Podemos identificar nos professores o entendimento de que os conflitos devem ser mediados, podendo contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos alunos.

No entanto, vemos algumas alarmantes predisposições, como a de banalizar o sentido do diálogo, acreditando que colocar os alunos para conversar sempre resolva os problemas, além de usar indiscriminadamente o ato de refletir, sem levar em conta que é preciso uma predisposição dos alunos a essa reflexão e que ela (bem como o diálogo) precisa ser guiada pelo professor, caso os alunos não consigam realizá-la sozinhos.

Usando os princípios de De Vries e Zan (1998) para a resolução de conflitos, o mediador precisa ser calmo e controlar suas reações, reconhecer o conflito como pertencente aos alunos e acreditar na capacidade destes para resolvê-los.

Atitudes como a de incluir um aluno em um grupo para depois conversar sobre os motivos de nenhum grupo tê-lo incluído mostram a falta de confiança na capacidade de os alunos chegarem a essa conclusão sem a imposição, contrariando os princípios anteriormente expostos. As punições externas também não reconhecem o conflito como sendo do aluno, retirando dele a possibilidade de encontrar soluções, pois estas já vem prontas e são impostas exteriormente.

A disposição em ouvir os alunos e ajudar-lhes a encontrar soluções mostra controle das reações dos mediadores e condiz com os princípios propostos.

O ambiente sócio-moral da escola também propõe-se como cooperativo, com espaço para os alunos colocarem-se e darem suas opiniões, além de entender os conflitos como oportunidades para o desenvolvimento e como parte da função dos professores mediá-los. Os docentes mostram-se dispostos a intervir quando necessário e ajudar os alunos a se desenvolverem moralmente.

CONCLUSÃO

Entendendo os conflitos como oportunidades para o desenvolvimento de modos adequados de agir em situações de desentendimento, percebemos a necessidade de intervenções que evidenciem essa visão, proporcionando aos alunos a oportunidade de identificar as melhores soluções aos problemas, havendo a criação de um repertório de atitudes adequadas à resolução de conflitos.

É preciso ter em mente que:

Na escola, não estamos em um tribunal de acusação em que o agressor será sempre agressor e por isso condenável. Estamos numa instituição que educa e, portanto, a resolução do conflito é um processo contínuo que precisa ser visto como uma ação cotidiana em que todo dia se faz um pouquinho para que se formem sujeitos autônomos. Assim, mais do que punir exemplarmente, a escola precisa ensinar aos alunos formas de resolverem seus conflitos (ARAGÃO; TOGNETTA; VINHA; 2013, p. 13).

Dessa maneira, vemos a importância de ouvir os envolvidos e buscar entender as motivações de suas ações sem buscar culpados mas sim evidenciando as melhores maneiras de se fazer entender, levando em consideração os outros envolvidos.

Uma vez que buscamos a autonomia dos alunos, seu respeito às regras deve vir do entendimento e respeito a elas, e não do medo de punições, por isso a necessidade de encontrar soluções justas aos conflitos, não apenas impondo punições arbitrárias (suspensões, castigos, entre outros). Afinal:

Qual é a grande diferença dos sujeitos que ainda não conseguem agir com autonomia? Suas ações denotam obediência a uma autoridade (exterior) e, por isso, suas ações só se direcionam unilateralmente ou como diria Kant, *em conformidade* com o dever. Nessa condição, os sujeitos que seguem a regra como algo exterior, o fazem por obediência cega ou por medo do castigo, e, o que é pior, como não há princípio que a sustente, a regra deixa de ser

cumprida quando não há a regulação exterior”(grifo da autora)
(TOGNETTA; 2013, p. 49).

Com isso, a presente pesquisa nos mostra que, mesmo havendo a boa intenção e comprometimento dos docentes com a resolução de conflitos para desenvolvimento das capacidades dos alunos e visando a autonomia, é preciso conhecimento das maneiras que levam a estes objetivos para que as intervenções sejam eficazes e provoquem as mudanças desejadas. Um grande passo nessa direção, no entanto, é a assunção pelos professores de seu papel de mediadores de conflitos para a boa convivência e sua disposição a ouvir e entender os comportamentos dos alunos, desejando levá-los a refletir sobre suas ações para que possam modificá-las.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, A.M.F.; TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Apresentação. In: *Quando os conflitos nos pertencem: Uma reflexão sobre as regras e a intervenção aos conflitos na escola que pretende formar para a autonomia*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. P. 9-15.
- DELUTY, R.H. *Alternative thinking ability of aggressive, assertive, and submissive in children*. *Cognitive. Therapy and Research*, n.5, p. 309-312,1979.
- DEVRIES, R.; ZAN. B. *Creating a constructivist classroom atmosphere*. *Revista Young Children*, p. 4-13, nov., 1995.
- _____. *A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola*. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- DIAS, A. A. *Educação Moral e Autonomia na Educação Infantil: O que pensam os Professores*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.18, n.3, p. 370-380, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722005000300011>>. Acesso em 13 ago. 2017.
- LA TAILLE, Y. *Autonomia e identidade*. *Revista Criança*. Brasília, DF. Secretaria de Educação Fundamental do MEC, dez. 2001.
- LEME, M. I. S. Resolução de conflitos interpessoais: interações entre cognição e afetividade na cultura. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 367-380, 2004.
- LICCIARDI, L. M. S. et al. *Conflitos entre pares: percepção de professores e alunos de 5º ano*. *Revista Múltiplas Leituras*, Franca, v. 4, n. 2, p. 69-84, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/2856/2907>>. Acesso em: 27 jun. 2016.
- PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1932/1994. SILVA, L. M. F.

Conflitos entre alunos de 8 e 9 anos: causas, estratégias e finalizações. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SASTRE, G. V.; MORENO, M. *Resolução de conflitos e aprendizagem emocional: gênero e transversalidade.* Tradução Ana Venite Fuzato. São Paulo: Moderna, 2002.

TOGNETTA, L. R. P. *A formação da personalidade ética: estratégias de trabalho com afetividade na escola.* Campinas: Mercado de Letras, 2009.

_____. Uma reflexão sobre as regras na escola que pretende formar para autonomia e superar suas microviolências. In: *Quando os conflitos nos pertencem: Uma reflexão sobre as regras e a intervenção aos conflitos na escola que pretende formar para a autonomia.* Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. P. 47-82.

_____. Bullying na escola: o olhar da psicologia para um problema moral. In: GARCIA, J.;

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. *Indisciplina, conflitos e bullying na escola.* Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 41-60.

_____. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem de valores. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v.9, n.28, p. 525-540, set. /dez., 2009.

VICENTIN, V. F. *Condições de vida e estilos de resolução de conflitos entre adolescentes.* 2009. 223 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIDIGAL, S.M.P.; VICENTIN, V.F. O processo de resolução de conflitos entre crianças e adolescentes. In: Tognetta, L.R.P.; Vinha, T.P. *É possível superar a violência na escola?* São Paulo: Editora Brasil. Faculdade de Educação da Unicamp, 2012. p.79-97.

VINHA, T. P. *O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista.* 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

JOGOS E COMUNICAÇÃO MÉDICA COMO INOVAÇÃO DA RELAÇÃO MÉDICO PACIENTE

Juliana Andrade Silva Pereira (Faceres – São José do Rio Preto);
jujuandradinha@hotmail.com*

Lucia Mara Lopes Cursino (Faceres – São José do Rio Preto); lopeslm@yahoo.com.br

Ronaldo Gonçalves da Silva (Faceres – São José do Rio Preto); ronaldo.unifesp@gmail.com

Felipe Colombelli Pacca (Faceres – São José do Rio Preto; SENAC SJR – Pós-Graduação);
felipepacca@gmail.com

Resumo:

A formação do médico, de acordo com as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação em 2014, deve ter como resultado um médico generalista e humanista. No entanto, a linguagem médica e suas terminologias são, muitas vezes, específicas e de difícil entendimento para a população em geral, o que pode dificultar a relação entre médico e paciente. Buscando facilitar a comunicação sobre enfermidades comuns no Brasil, o novo médico deve ser criativo para conseguir comunicar o que precisa e deve ao paciente. O objetivo deste estudo é apresentar uma proposta de comunicação criativa entre médicos e pacientes a partir de dois jogos, tendo como tema a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS). Os procedimentos metodológicos adotados foram a elaboração de referencial teórico e a apresentação das regras dos jogos. As considerações finais discutem o processo de aplicação e possibilidade de estreitamento na relação médico paciente a partir de atividades lúdicas.

Palavras-chave: Jogo pedagógico. Hipertensão. Criatividade na Comunicação. Ensino Médico.

Abstract:

The doctor's formation, according to the Curriculum Guidelines proposed by the Ministry of Education in 2014, should result in a generalist and humanist doctor. However, medical language and its terminologies are often specific and difficult to understand for the general population, which may hinder the doctor-patient relationship. In order to make easier the communication about common diseases in Brazil, the new doctor must be creative and communicate what the patient needs and must do. The objective of this study is to present a proposal of creative communication between doctors and patients through two games

with the same topic, systemic hypertension. The methodological procedures adopted were the elaboration of theoretical reference and the presentation of the rules of the games. The final considerations discuss the process of application and possibility of narrowing in the patient-doctor relationship through play activities.

Keywords: Pedagogical game. Hypertension. Creativity in Communication. Medical Teaching.

INTRODUÇÃO

Segundo as diretrizes curriculares nacionais de medicina, do ano de 2014, a formação do médico deve ser generalista, humanista, crítico e reflexivo, capacitado a atuar no processo de saúde-doença, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, tanto em nível individual quanto coletivo, devendo ter como habilidades: estimular estilos de vida saudáveis; promover transformações sociais e informar e educar seus pacientes, familiares e comunidade em relação à promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação das doenças, usando técnicas apropriadas de comunicação (Brasil, 2014).

A habilidade de comunicação de um médico humanista é fundamental para uma boa relação médico paciente, de forma a estimular mudança de comportamento e adesão medicamentosa, prevenindo e controlando, assim, doenças. No entanto, a linguagem médica e suas terminologias muitas vezes são de difícil entendimento para a população em geral, podendo dificultar a relação médico paciente.

Outro aspecto muito importante que pode estar dificultando essa comunicação é a educação em saúde no método tradicional, ainda muito praticada pelos profissionais da saúde, com abordagem de forma expositiva, por folhetos, palestras ou mesmo individualmente, durante uma consulta. Esse método mostra-se pouco eficaz, por não estimular a participação ativa do indivíduo ou a construção compartilhada de conhecimento sobre a doença tornando-se, assim, uma medicina puramente curativa, centrada na doença e na transmissão de informações, contrário ao que foi preconizado para um médico humanista, em que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto a nível individual como coletivo.

Um exemplo a ser destacado como consequência deficitária nessa comunicação médico – paciente é a baixa adesão medicamentosa dos portadores de hipertensão arterial sistêmica (HAS), doença crônica considerada um grave problema de saúde pública, pela

alta prevalência e baixas taxas de controle no Brasil. Estudos demonstram que 50% dos hipertensos não aderem à medicação no primeiro ano de tratamento e, dos que aderem, nem sempre a utilizam corretamente e não modificam os hábitos de vida, acarretando prejuízos ao indivíduo e, também, ao sistema de saúde (Pereira et al., 2009).

Vários são os motivos da não adesão medicamentosa dos portadores de HAS, dentre os quais, referentes ao paciente são: a luta psicológica do indivíduo em aceitar o diagnóstico após a descoberta da doença (Lack et al., 1996); a necessidade de mudanças de hábitos de vida, podendo ocasionar dificuldade de adaptação, gerar estresse e colaborar com o abandono do tratamento (Castro e Car, 2000) e a falta de valorização da hipertensão arterial pelo paciente, por ausência de sintomas específicos e complicações tardias.

Por isso a importância de se conhecer, apoiar e valorizar novas estratégias de enfrentamento dessa doença permitindo aos pacientes adaptarem-se à realidade dos portadores de HAS e descobrirem suas próprias estratégias de enfrentar essa doença (Gusmão et al., 2009; Lima et al., 2011), aderindo mais facilmente ao seu tratamento.

É neste contexto que o presente estudo se insere, como uma proposta de comunicação criativa entre médicos e pacientes, aplicável no âmbito da atenção primária de saúde, de forma alternativa e/ou complementar ao método atual, expositivo, de ensinar, comunicar e se fazer entender, com objetivo de criar um método mais interativo, por meio de dois jogos, com ações centradas na prevenção e controle da HAS.

São jogos divertidos, de fácil compreensão e que podem se constituir em ferramentas importantes para estimular a construção do conhecimento sobre a HAS e contribuir para a mudança de hábitos de seus portadores, humanizando ainda mais a forma de comunicação e ensinamento utilizada pelo médico com seus pacientes.

DESENVOLVIMENTO

Os jogos estão presentes em nosso cotidiano há muito tempo, sendo utilizados por pessoas de todas as idades, sexos e classes sociais, como forma de entretenimento e, também, associado a estratégias de educação.

A palavra jogo é originária do latim *iocus* e significa diversão, brincadeira, passatempo etc (Silva, 2017). O jogo é uma atividade física ou intelectual, geralmente simples, lúdica e com um objetivo final, a vitória (Cordazzo e Vieira, 2007), estando sujeito a regras que definem sua coerência e estrutura. Segundo o sociólogo, crítico literário e ensaísta francês, Roger Caillois (Caillois, 1958), os jogos são classificados em quatro categorias:

1. Jogo de competição: o jogador é ativo

2. Jogo de azar: o jogador é passivo
3. Jogo mimético (simulação ou mímica)
4. Jogo de vertigem: provoca modificações no estado de consciência, como no balanço ou cama elástica. (Caillois, 1958)

O jogo de competição, se adequa bem ao ensino e aprendizagem para a população, pois, estimula o jogador a alcançar os objetivos proposto e ser ativo na construção compartilhada de conhecimento através da aprendizagem vivencial (Schwartz, 2014).

A criação e o uso de jogos em processo de educação para a população podem alinhar-se a compreensão do mundo em que pensar, fazer e brincar são dimensões indissociáveis de uma comunicação emancipatória, uma educação para a liberdade com criatividade.

A utilização de recursos de jogos em outros contextos, chamada de gamificação, surgiu da necessidade de reduzir espaços de aprendizagem para melhor conectar “educação” e “comunicação” (Schwartz, 2014).

A definição de gamificação é a utilização mecânica, estética e pensamento baseado em jogos para engajar pessoas, motivar mudanças, promover aprendizagem e resolver problemas, por meio de atividades simples e divertidas (Alves, 2015).

O emprego de jogos lúdicos e simulações interativas estão se tornando predominantes para o aprendizado, comparativamente aos métodos tradicionais, por buscarem soluções interativas e promoverem engajamento, estimulando melhores atitudes e mudanças de hábitos. Não é à toa que a frase “jogo é coisa séria” tem influenciado cada dia mais as estratégias de educação.

A adoção de medidas emancipatórias em saúde tem se tornado cada vez mais necessária em nosso País (Schwartz, 2014; Alves, 2015). Presente essa realidade, por que não utilizar essas práticas lúdicas também nessa área?

Sua utilização poderia contribuir com as diretrizes curriculares nacionais de medicina, retro mencionadas, tornando mais humanizado o atendimento ao paciente, com o emprego de uma linguagem mais simples, compreensível e adequada à sua realidade, tendo como ponto fundamental o indivíduo e suas necessidades em relação à sua doença. Poderia contribuir também com o médico em sua responsabilidade de agente facilitador do entendimento da saúde e da doença, melhorando as condições de vida das pessoas, por meio da prevenção de doenças e, quando já instaladas, o seu tratamento (Valla e Stotz, 1994; Torres *et al.*, 2003; Brasil, 2014).

Foi pensando nisso que os dois jogos objeto deste artigo foram idealizados, tendo como tema a prevenção e o controle da HAS como potencial modificador de saúde, a partir de inovações na comunicação médico-paciente e no papel de educador desse profissional.

Trata-se de um estudo transversal, em formato de revisão teórica e relato de experiência, desenvolvido e aplicado na unidade básica de saúde (UBS) Santo Antônio, do município de São José do Rio Preto - SP. Os critérios de seleção dessa UBS foram: local de realização de estágio de saúde coletiva da instituição FACERES; ser referência no desenvolvimento de ações de promoção e prevenção de saúde e estar localizada em região com extrato social de baixa renda do município.

A elaboração e aplicação desses jogos teve como pressupostos um sujeito ativo que, ao interagir com os profissionais da saúde e os demais participantes da atividade, trocando experiências e construindo o conhecimento sobre a saúde e a doença, foi estimulado a aderir ao tratamento e aos hábitos de vida saudáveis, para controlar sua doença e/ou melhorar a qualidade de sua vida.

O estudo foi realizado em duas etapas, a primeira com a elaboração de dois jogos lúdicos educativos e um questionário estruturado para obter informações sobre conhecimento e hábitos dos hipertensos, a partir de análise crítica do método tradicional expositivo de prevenção de doenças, vivenciado pela aluna durante as atividades da graduação no programa de integração comunitária (PIC), no primeiro, segundo e quinto ano de medicina, durante os grupos de prevenção do estágio de saúde coletiva da instituição FACERES. Também foram realizadas várias reuniões com os profissionais da saúde da UBS na tentativa de levantar os principais problemas e empasses na educação e conscientização da população sobre a HAS e elaborado assim um questionário com temas como diagnóstico, tratamento não medicamentoso, medidas nutricionais, complicações, fatores de risco e crenças quanto à saúde do hipertenso.

Na segunda etapa foram aplicados aos usuários hipertensos da UBS Santo Antônio, durante o grupo de hipertensos no estágio de saúde coletiva, o questionário, os jogos e ao final da reunião o mesmo questionário, nessa ordem, com objetivo de identificar o conhecimento prévio sobre a doença e hábitos de vida dos participantes e se os jogos fora instrumento de aprendizagem. A acadêmica aplicou os jogos aos usuários hipertensos, com ajuda de profissionais de saúde da UBS, em quatro reuniões, num total de doze participantes.

JOGOS UTILIZADOS:

1) MITOS E VERDADES SOBRE A HIPERTENSÃO:

Componentes:

- Cartão com o material teórico com as respostas do jogo.
- Cinco figuras sobre temas de hipertensão.
- Seis plaquinhas de verdade e mito.

Regras:

Figuras referentes aos temas de HAS serão mostradas aos participantes com afirmativas, e os mesmos deverão dizer se é mito ou verdade. Posteriormente o orientador irá falar a resposta certa, tirando as eventuais dúvidas e esclarecendo sobre o assunto com base no material teórico com as respostas do jogo, estimulando sempre a mudança de hábitos de vida e o conhecimento sobre a doença. Ganha o jogo quem acertar mais perguntas.

Objetivo:

Esse jogo tem como objetivo avaliar e ampliar o conhecimento dos portadores de hipertensão arterial sobre a doença, esclarecer dúvidas frequentes sobre o tema e estimular a mudança de hábitos de vida.



Figura 1. Jogo Mitos e verdades sobre a hipertensão.

2) CONHECENDO A HIPERTENSÃO POR MEIO DE FIGURAS:

Componentes:

- Três caixas dispostas sequencialmente, identificadas respectivamente com as frases: Liberado, evitar e proibido.
- Cartas com figuras sobre hábitos de vida e alimentos que compõe o cardápio local.

Regras:

As cartas são embaralhadas e entregues igualmente a cada participante, que deverão na sua vez, colocá-las na caixa de frase que julgar mais apropriada, segundo seus conhecimentos sobre hábitos de vida e alimentação adequada para um paciente hipertenso. Posteriormente o orientador esclarecerá as dúvidas e indicará as cartas apropriadas a cada caixa.

O jogo é encerrado quando as cartas estiverem nas caixas adequadas e os participantes estiverem de acordo com a organização final.

Objetivo:

Buscar o engajamento e a participação ativa do jogador, propiciando aos portadores de hipertensão a oportunidade de conhecer a alimentação adequada para hipertensos, outras opções de alimentos, horário mais adequado para o consumo desses alimentos e, também, quais hábitos de vida devem ser evitados e quais devem ser estimulados para uma melhor qualidade de vida.



Figura 2. Jogo Conhecendo a hipertensão por meio de figuras.



Figura 3. Jogo Conhecendo a hipertensão por meio de figuras.

CONCLUSÃO

A descrição e a discussão do processo de elaboração e aplicação dos jogos para portadores de HAS, participantes do grupo de hipertensão na UBS Santo Antônio, permitiram identificar que as estratégias lúdicas apresentam potencial para estimular o hipertenso a refletir sobre a adoção de um estilo de vida mais saudável e, também, para ampliar seu conhecimento sobre a doença, mediante uma comunicação interativa. Os encontros, sempre em clima descontraído, favoreceram o aprendizado dos participantes, de forma divertida, conscientizando-os sobre a importância da prevenção e tratamento da HAS para o controle da doença e para a promoção da saúde.

A técnica de aprendizagem utilizada nos jogos estimulou a relação interpessoal entre os participantes, hipertensos e profissionais de saúde, permitindo alcançar os objetivos previstos, a partir da troca de experiências e do apoio mútuo para sanar as dúvidas e as dificuldades identificadas durante as aplicações.

A experiência dos jogos também contribuiu para estimular a participação ativa de cada indivíduo e melhorar a relação médico-paciente, tornando a comunicação mais clara e objetiva, mais atenta a fatores sociais externos, dificuldades, medos e angustias que envolvem esses indivíduos, dificultando sua adesão ao tratamento e à mudança de hábitos de vida.

Mesmo com o reduzido número de reuniões e de participantes, o estudo realizado demonstrou que a aplicação dos jogos na área de saúde foi exitosa, permitindo considerá-los atrativos, lúdicos, de fácil aplicação e com excelente aceitação pelos participantes.

Também foi possível observar que a utilização desses recursos ampliou a participação e o comprometimento do indivíduo hipertenso e do profissional de saúde na transformação do ambiente clínico e do próprio processo educativo, demonstrando que a promoção de ações educativas para o hipertenso é premissa fundamental para auxiliar o tratamento da doença, a prevenção do aparecimento de complicações crônicas e a melhora da qualidade de vida.

Contudo, para ser eficaz, não basta que esses jogos possuam estrutura e regras bem definidas, é necessário que o responsável por aplicá-los possua, além de uma boa formação profissional na área médica, bom conhecimento de atitudes pedagógicas e boa capacidade de comunicação que deve incluir saber escutar, compreender e negociar (Torres *et al.*, 2003).

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. **Gamification: Como criar experiências de aprendizagem engajadoras - um guia completo do conceito à prática**. 2 ed. São Paulo: DVS Editora, 2015.
- BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 20 DE JUNHO DE 2014. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2014.
- CAILLOIS, R. **Man, play and games**. Paris: Librairie Gallimard, 1958.
- CASTRO, V. D. D.; CAR, M. R. O cotidiano da vida de hipertensos: mudanças, restrições e reações. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 34, n. 2, p. 145-153, 2000. ISSN 1980-220X.
- CORDAZZO, S. T. D.; VIEIRA, M. L. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 89-101, 2007.
- GUSMÃO, J. L. D. et al. Adesão ao tratamento em hipertensão arterial sistólica isolada. **Revista Brasileira de Hipertensão**, v. 16, n. 1, p. 38-43, 2009.
- LACK, J. M.; MATASSARIN-JACOBS, E.; DE ARAÚJO COSENDEY, C. H. **Luckmann & Sorensen enfermagem médico-cirúrgica: uma abordagem psicofisiológica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.
- LIMA, V. R. D.; BALDISSERA, V. D. A.; JAQUES, A. E. A vivência com a hipertensão arterial sistêmica e a utilização de estratégias de enfrentamento. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 15, n. 3, p. 219-226, 2011.
- PEREIRA, M. et al. Differences in prevalence, awareness, treatment and control of hypertension between developing and developed countries. **J Hypertens**, v. 27, n. 5, p.

963-75, May 2009. ISSN 1473-5598 (Electronic). Disponível em: <
<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19402221> >.

SCHWARTZ, G. **Brinco, logo aprendo: educação, videogame e moralidade pós-modernas**. São Paulo: Paulus, 2014.

SILVA, R. A. **Regionalismo do campo semântico *Jogos e Diversões Infantis* do ALIB nos dicionários eletrônicos *Houaiss e Aurélio***. 2017. Mestrado em Letras (Mestrado). Programa de PósGraduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina (PI).

TORRES, H. D. C.; HORTALE, V. A.; SCHALL, V. A experiência de jogos em grupos operativos na educação em saúde para diabéticos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 4, p. 1039-1047, 2003. ISSN 1678-4464.

VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. **Educação, saúde e cidadania**. São Paulo: Editora Vozes, 1994.

A MOTIVAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE

Arildo Louzano da Silveira (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior); arildo.silveira@hotmail.com *

Felipe Colombelli Pacca (Faceres – São José do Rio Preto; SENAC SJR – Pós-Graduação); felipepacca@gmail.com

Camila Ferreira Dourado (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior) camilafdourado@hotmail.com

Resumo:

A motivação do docente é um tema que suscita muita discussão, principalmente quando se percebe que as condições de trabalho desses profissionais não têm sido as melhores, gerando insatisfação e desânimo, tanto dos que estão atuando na área, quanto dos que nela são candidatos a ingressar. A falta de valorização pode produzir, como resultado, uma classe de profissionais apáticos, que fazem mecanicamente o seu trabalho, sem entusiasmo e com baixo grau de eficiência. Este estudo procura identificar e discutir alguns elementos que influenciam positiva ou negativamente na motivação dos profissionais docentes. A automotivação tem sido e sempre será a maior fonte de recursos para que os profissionais docentes se mantenham firmes no seu propósito de formar cidadãos melhores, ainda que tenham que enfrentar a dura realidade de um país tão distante do ideal de ser uma "Pátria Educadora".

Palavras-chave: Motivação. Docentes. Educação.

Abstract:

The motivation of the teacher is a topic that raises a lot of discussion, especially when it is perceived that the working conditions of these professionals have not been the best, generating dissatisfaction and dismay, both of them are working in the area, and those who are candidates to join. Lack of valorization can, as a result, produce a class of apathetic professionals, who mechanically do their work, without enthusiasm and with low efficiency. This study seeks to identify and discuss some elements that positively or negatively influence the motivation of the teaching profession. Self-motivation has been and always will be the greatest source of resources for teachers to stand firm in their intention to educate better citizens, even if they have to face the harsh reality of a country so far from the ideal of being an "Educating Country".

Keywords: Motivation. Teachers. Education.

INTRODUÇÃO

As condições de trabalho influenciam decisivamente na motivação dos docentes. A situação do sistema educacional hoje, no Brasil, não é das melhores, fazendo com que grande parte profissionais da área trabalhem desmotivados. Meleiros (2002) observa que

As condições de trabalho em muitas escolas, tanto particulares quanto públicas, deixam a desejar, não proporcionando aos professores o material necessário para suas atividades e inibindo iniciativas de professores criativos que demandem recursos financeiros. A insatisfação e a falta de perspectiva de crescimento desestimulam os professores, que passam a ver a escola e suas atividades como um fardo pesado e sem gratificação pessoal, minguando suas forças internas motivacionais no dia-dia. O resultado é queda no desempenho, frustração, alteração de humor e consequências físicas e mentais. (MELEIROS, 2002, p.19)

Além do efeito negativo na motivação dos docentes causado por más condições de trabalho, existe outro agravante, no que se refere ao relacionamento professor-aluno-instituição. A falta de autonomia para avaliar o aluno, para aplicar sanções disciplinadoras que colaborem com o aprendizado, acaba gerando desconforto no profissional. Souza (1997) descreve um conflito corriqueiro na relação professor-aluno-escola ao afirmar que:

Também os alunos lidam com a informação de que é cobrado dos professores, por parte da "direção", um certo percentual de aprovação da turma, ou seja, o professor não precisa aprovar todos, mas não deve reprovar muitos. Isso, para eles, explica as "chances" que são criadas para "melhorar a nota" – não necessariamente ocorrência de aprendizagem - como trabalhos complementares, provas extras ou mesmo a "recuperação paralela", que tem sido interpretada como "segunda chance". Daí observamos que, apesar do contínuo trabalho escolar voltado para a adaptação dos alunos a determinadas normas de conduta

e do incessante empenho dos professores em "conseguir disciplina dos alunos", o "sucesso" não é garantido. A escola, ao reproduzir as relações de poder e de subordinação da sociedade mais ampla, também expressa as contradições dessa sociedade, por meio de movimentos de acomodação e resistência aos valores dominantes. (SOUZA,1997, p.130)

Existe ainda a relação entre a motivação do próprio aluno e a do docente. Alunos que não têm, aparentemente, interesse em aprender, acabam frustrando os propósitos de um professor que preparou diversas atividades para produzir uma boa aula, e, ao se deparar com um aluno desmotivado, vê que seus esforços se tornaram infrutíferos. Ele se sente mais frustrado ainda ao perceber que esse problema não se resolve através de uma intervenção simples, haja vista a complexidade das variantes que envolvem a vontade de quem aprende.

Sem o reconhecimento dos grandes esforços necessários para que se faça um trabalho eficiente na docência, a tendência é que o professor se distancie cada vez mais de seus princípios norteadores, tornando-se apático, "ensinando" mecanicamente o conteúdo que lhe foi encomendado, resultando num efeito catastrófico, não desejado na educação de uma sociedade que almeja se tornar significativa no mundo.

Diversos são os elementos que influenciam na motivação do professor para realizar seu trabalho. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi buscar elementos de motivação docente na literatura que incentivem o professor a desenvolver ações pedagógicas movidas pelo reconhecimento próprio, da instituição, da comunidade e, porque não dizer, também dos alunos.

A MOTIVAÇÃO DO DOCENTE

O professor é a peça mais importante na engrenagem que movimenta a educação de um povo. Do seu bem-estar, desenvolvimento e capacidade, depende o bom andamento desse processo. Não se pode esperar que um profissional desmotivado faça de maneira plenamente satisfatória o seu trabalho como essencial mediador do aprendizado. Sua longa jornada, que resulta em sua própria formação, precisa ser entendida como um esforço que vale a pena, que lhe traga bons frutos.

A Instituição de Ensino, os alunos e a sociedade em geral só têm a ganhar quando contam com docentes motivados. É somente num contexto assim que eles terão condições de executar bem o seu importante trabalho. Segundo Moran (2008),

Numa sociedade mais complexa, com mais informações disponíveis, o professor precisa ser muito mais criativo nas suas propostas, atividades, mediação. A melhor estratégia é a da automotivação. Professor motivado motiva os alunos. Professor que mostra entusiasmo pelo que fala, pelo conhecimento, contagia os alunos. Professor desanimado, desanima. Professor muito rico de vivências, leituras, práticas, recursos encontra estratégias diferentes de orientar alunos e turmas diferentes. (MORAN, 2008, p.6)

Uma sociedade justa requer uma educação de qualidade, e isso só acontece quando ela cria condições favoráveis, com políticas públicas educacionais adequadas, com a preocupação de proporcionar aos docentes uma remuneração digna, um programa acessível de aperfeiçoamento contínuo, e outros inúmeros elementos que se relacionam com a sua autoestima.

Quando não se dá o devido valor aos profissionais de docência, a sociedade está se prejudicando a si mesma. Miranda (2011) faz o relato de que,

Ao expressarem o mal-estar, os professores de nossa pesquisa deixam escapar uma sequência de enunciados que trazem um sujeito aniquilado, esvaecido, destituído do brilho que poderia amalgamatizá-lo na relação professor-aluno-saber. Se o desejo ilumina o sujeito dando-lhe fulgor e vivacidade próprios, nos momentos em que o mal-estar impera o sujeito está apagado. A supressão do desejo de ensinar obscurece a presença de sua função no ato educativo e obnubila o seu ser.

A motivação é essencial para o sucesso da aprendizagem. Ao escolher essa profissão, o professor almeja, entre outras coisas, aceitação, valorização, status, auto realização. Ele espera que seu trabalho seja reconhecido como significativo.

O docente, como todo ser humano, tem necessidades psicológicas que precisam ser supridas. O seu sucesso depende em grande parte do grau de satisfação a essas necessidades. Guimarães (2004) diz que:

Três necessidades psicológicas inatas, subjacentes à motivação intrínseca, são propostas pela Teoria da Autodeterminação: a necessidade de autonomia, a necessidade de competência e a necessidade de pertencer ou de estabelecer vínculos. A satisfação das três é considerada essencial para um ótimo desenvolvimento e saúde psicológica.

São muitas as preocupações dos docentes no que se refere a realizar o seu trabalho de forma motivadora. De acordo com pesquisa realizada por Zagury (2006), os cinco principais problemas a serem resolvidos são manter a disciplina (22%), motivar os alunos (21%), avaliar de forma adequada (19%), manter-se atualizado (16%) e escolher a metodologia adequada (10%).

O uso de novas tecnologias tem proporcionado experiências bem-sucedidas, permitindo vislumbrar um movimento em favor de uma mudança de paradigmas. Moran (2000) destaca que, devido a mudanças na educação presencial com uso de tecnologias,

Está em curso uma reorganização física dos prédios. Menos quantidade de salas de aula e mais funcionais. Todas elas com acesso à Internet. Os alunos começam a utilizar o notebook para pesquisa, busca de novos materiais, para solução de problemas. O professor também está mais conectado em casa e na sala de aula e com recursos tecnológicos para exibição de materiais de apoio para motivar os alunos e ilustrar as suas ideias. Teremos mais ambientes de pesquisa grupal e individual em cada escola; as bibliotecas se convertem em espaços de integração de mídias, software e bancos de dados. (MORAN, 2000)

Talvez esse seja o planejamento de desenvolvimento pedagógico ideal para as Instituições de Ensino, o que ajudará muito na valorização de seus docentes. Junto com a visão da importância do uso de novas tecnologias está o incentivo às iniciativas criativas, uma

remuneração justa, e uma disposição de diálogo respeitoso nos dois sentidos entre direção e docentes. Na opinião de Santos (2001),

As instituições de ensino precisam formar seu corpo docente com professores que tenham uma autêntica vocação para ensinar, e dar-lhes todo apoio e incentivos para que o façam com liberdade e tranquilidade. Para obter resultados ótimos, o processo de ensino deveria, além de respeitar o processo natural de aprendizagem, facilitá-lo e incrementá-lo. (SANTOS, 2001)

Algumas instituições de ensino, preocupadas com a melhoria da qualidade da educação, tem criado programas motivadores para os seus docentes, como é o caso da Unesp, com a criação do CENEPP, que, de acordo com o seu portal na internet, “tem como objetivo criar e manter espaços sociais e acadêmicos que possibilitem desenvolver estratégias e subsídios para a formação pedagógica e o desenvolvimento profissional dos professores”, visando a “construção de uma prática social emancipatória compromissada com a cidadania” (Portal do CENEPP/Unesp, 2017).

Além de tudo o que se tem dito com respeito à necessidade de melhorias para o bem do aprendiz, não se pode deixar de ressaltar que o docente, principal agente nesse processo, é também o principal agente na formação de sua própria motivação. É necessário que ele se empenhe com muita dedicação ao seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional, conhecendo-se a si mesmo, estando consciente de suas limitações e possibilidades. De acordo com Moreira (2016),

As recompensas intrínsecas consistem inteiramente nas avaliações subjetivas feitas com relação ao engajamento no trabalho e somente são visíveis à própria pessoa. Alguns exemplos desse tipo de recompensa são: a chance de se relacionar com os alunos, a aprendizagem dos alunos e o crescimento pessoal e profissional através do ensino. (MOREIRA, 2006)

O professor deve ser o primeiro a reconhecer o seu próprio valor. É possível, e até mesmo provável, que o reconhecimento alheio demore, ou que não venha. Mas sua automotivação

será o que lhe dará o impulso inicial e o manterá embalado no seu percurso. O seu entusiasmo e o seu desânimo serão contagiantes, pois ele está em posição de líder. E é justamente a consciência dessa posição de nobreza que tem sido a maior motivação do profissional docente, pelo menos de acordo com a pesquisa "Conselho de Classe, da Fundação Lemann, em parceria com o Ibope Inteligência, feita com mil professores de escolas públicas de ensino fundamental de todo o País", divulgada pelo jornal O Estado de São Paulo na sua edição de 26 de maio de 2015. A pesquisa revelou que "entre as maiores satisfações da atividade docente, 72% dos entrevistados citaram a possibilidade de contribuir com o aprendizado do aluno". Embora mais de 70% dos que responderam às questões esteja consciente de que "há um descompasso entre a remuneração dos professores e os salários de outras carreiras – sejam públicas ou privadas – que exigem formação superior", o que mais os preocupa no momento, "o problema que atualmente requer solução mais urgente", não é o seu próprio problema com relação à baixa remuneração e a falta de um melhor reconhecimento social, mas sim a necessidade de um efetivo acompanhamento psicológico dos.

Essa manifestação de preocupação com o bem-estar dos alunos também é revelada em pesquisa semelhante, realizada por Barreiros (2008), a qual chegou à conclusão de que "os fatores que motivam os professores estão voltados para o aluno, no desenvolvimento do aluno"; ainda que não seja desprezada a importância de fatores como remuneração e qualidade das condições de trabalho, "o professor ainda tem a preocupação de procurar formas de desenvolver a aprendizagem do aluno, superando as dificuldades existentes".

Mesmo uma breve revisão bibliográfica deixa transparecer a importância do interesse das Instituições de Ensino, dos alunos e da sociedade em geral na motivação do docente, seja cobrando políticas públicas educacionais adequadas, seja proporcionando aos docentes uma remuneração digna, um programa acessível de aperfeiçoamento contínuo, de forma que ele se sinta aceito, valorizado, satisfeito com seu status, auto realizado, já que, como ser humano, tem também suas necessidades psicológicas. Para melhores resultados, não se pode prescindir dos vastos recursos trazidos pelas novas tecnologias, que são também meios de incentivo às iniciativas criativas. É importante que a direção da escola (enquanto instituição) tenha uma disposição de diálogo respeitoso com os docentes, e que mantenham constantemente programas motivadores. Os docentes, por sua vez, precisam se empenhar no seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional, não se esquecendo que deve ser, ele, o primeiro a reconhecer o seu próprio valor. Seu entusiasmo ou seu desânimo afetarão os alunos, uma vez que ele está em posição de líder. Temos visto que a consciência de uma posição de nobreza tem sido, com certeza, a maior motivação do

profissional docente, manifestando-se na preocupação com o bem-estar e desenvolvimento dos alunos.

CONCLUSÃO

O professor pode desenvolver ações pedagógicas com melhores resultados se puder contar com o apoio consistente da administração das Instituições de Ensino. Uma organização assim, normalmente, é constituída para gerar lucros, mesmo que explore atividades tão nobres como a produção de conhecimento, a formação de bons profissionais e cidadãos, a promoção de uma sociedade melhor. É compreensível, portanto, que a administração queira otimizar os seus ganhos, enxugar orçamentos, maximizar resultados. Mas nesse processo não pode se esquecer de que os melhores resultados dependem de um desenvolvimento sustentável, cujo caminho é sempre uma administração ponderada, provida de bom senso, voltada para o bem-estar, tanto dos investidores quanto dos colaboradores e clientes, os alunos.

A comunidade tem reconhecido, embora mais de palavra do que com apoio efetivo, a importância de se valorizar e motivar o exercício da docência. É preciso avançar no sentido de se cobrar, dos legisladores e dos que exercem o governo, priorização das medidas referentes ao aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais. A motivação dos alunos, embora não seja totalmente manipulável por iniciativas de terceiros, é fortemente influenciada pela percepção de respeito e de interesse por parte das instituições pelo seu bem-estar e desenvolvimento. Alunos assim motivados facilitarão grandemente o trabalho do professor que, por sua vez, munido de habilidades e técnicas pedagógicas e andragógicas, completará o trabalho com maestria, para a satisfação de todos os envolvidos.

Imagine-se o mundo ideal, mas ninguém conte com ele, nem dele dependa para o bem exercício da plena cidadania. O professor é o mestre, é o primeiro a buscar em suas próprias motivações a força para continuar. Nesse esforço de liderança, levará muitos consigo.

O presente artigo abordou, ainda que brevemente e parcialmente, elementos que influenciam na motivação do trabalho docente. É recomendável o aprofundamento nesse tema de suma importância, através de pesquisas detalhadas, que abranjam as complexas variáveis que representam o assunto, que proponham soluções efetivas para que este país, por meio do reconhecimento e da motivação de seus profissionais docentes, entre outras coisas, seja de fato uma "Pátria Educadora".

REFERÊNCIAS

- BARREIROS, Jaqueline Lopes. **Fatores que influenciam na motivação de professores**. UniCeub, Brasília, 2008.
- GUIMARÃES, Sueli Édi Rufini, BORUCHOVITCH, Evely. **O Estilo Motivacional do Professor e a Motivação Intrínseca dos Estudantes: Uma Perspectiva da Teoria da Autodeterminação**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2004, 17(2), pp.143-150. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v17n2/22466.pdf> Acesso em: 24/08/2017
- MELEIRO, Alexandrina Maria Augusto da Silva, in LIPP, Marilda Emmanuel Novaes (Org.). **O Stress do Professor**. Campinas, SP. Papyrus, 2002.
- MIRANDA, Margarete Parreira and SANTIAGO, Ana Lydia. **As conversações e a psicanálise aplicada à educação: um estudo do mal-estar do professor e o aluno considerado problema**. In: **O declínio dos saberes e o mercado do gozo**, 8., 2010, São Paulo.
- MORAN, José Manuel. **Mudar a forma de ensinar e aprender com tecnologias**. Interações [online] 2000.
- MORAN, José. **Aprendizagem significativa**. Entrevista ao Portal Escola Conectada da Fundação Ayrton Senna, publicada em 01/08/2008, disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_inovadora/significativa.pdf Acesso em: 24/08/2017.
- OREIRA, Herivelto. **A investigação da motivação do professor: A dimensão esquecida**. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutect/article/view/1016/608> Acesso em: 24/08/2017.
- O Estado de São Paulo, Editorial. **O Professor e seus desafios**. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-professor-e-seus-desafios,1694098> Acesso em: 01/09/2017.
- Portal da Universidade. Unesp. **Unesp cria centro de estudos e práticas pedagógicas**. 2017. Disponível em: <http://unesp.br/portal#!/noticia/10266/unesp-cria-centro-de-estudos-e-praticas-pedagogicas/> Acesso em: 04/09/2017.
- SANTOS, Sandra Carvalho dos. **O processo de ensino-aprendizagem e a relação professor-aluno: Aplicação dos "sete princípios para a boa prática na educação de ensino superior"**. In: Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, v. 08, nº 1, janeiro/março 2001.

SOUSA, Sandra Maria ZákiaLian. **Avaliação escolar e democratização: o direito de errar.** in AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas.** 5ª edição. São Paulo: Summus, 1997.

ZAGURY, Tânia. **O professor refém.** Editora Record, São Paulo, 2006.

O PERFIL DO ALUNO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SEC. XXI: COMO PREPARAR O DOCENTE PARA AS PRÓXIMAS GERAÇÕES

Bruna Franco De Rosa (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior); brunitafranco@gmail.com *

Camila Ferreira Dourado (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior); camilafdourado@gmail.com.br

Renata Lopes Pinto (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior); renata_l_p@yahoo.com.br

Edson Fernando da Costa (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior); edsoncostagastronomia@gmail.com

Resumo: Atualmente, muito se fala sobre as gerações *Baby Boomers*, X, Y e Z. Existem vários artigos e publicações que abordam o assunto, visando apenas analisar o comportamento organizacional nas empresas, avaliando perfis, motivações e principalmente a complexidade de convivência entre gerações com comportamentos tão distintos. Falar sobre gerações vai muito além de apenas classificá-los no ambiente de trabalho e alcance de harmonia com o auxílio dessas informações. Pode-se utilizar das classificações e pesquisas sobre as gerações também para o ambiente educacional. Por isso, o objetivo deste trabalho é disponibilizar aos docentes maiores informações para compreender os alunos do Séc. XXI, fazendo uma classificação por gerações, com foco na educação e método de aprendizagem de cada uma, analisando também a influência da tecnologia e do mundo digital entre elas. Investigou-se inclusive dados de censos para maior apoio do docente, com dados das IES (Instituições de Ensino Superior) e cursos de Graduação com foco em EAD, fazendo uma ponte entre o crescimento desse tipo de ensino com a inserção da geração Z no ensino superior. Este trabalho apresentou como metodologia pesquisas bibliográficas, com intuito de explorar os estudos já desenvolvidos em maior parte direcionado para o ambiente organizacional e com objetivo de focar no processo ensino-aprendizagem do aluno como pertencente a uma geração. O trabalho apresentado mostra que as classificações por gerações auxiliam o docente a compreender melhor o perfil de seus alunos, adequando as características de cada geração e utilizando as metodologias mais adequadas e as ferramentas tecnológicas a seu favor, conseguindo enxergar cada geração como um aluno inserido na sala de aula do ensino superior, com anseios, vivências e expectativas diferentes.

Palavras-chave: educação superior; gerações; ensino; aluno; docente.

Abstract: Currently, much is said about the *Baby Boomers*, X, Y and Z generations. There are several articles and publications that approach the subject, only to analyze the organizational behavior in the companies, evaluating profiles, motivations and mainly the complexity of coexistence between generations with such different behaviors. Talk about generations it's not just classify them in the workplace and to get accordance between them with the aid of this information. Classifications and research about the generations can also be used for the educational environment. Therefore, the objective of this paper is provide the professors more information to understand the students of the 21st Century, making a classification for generations, focusing on the education and learning methods of each one, also analyzing the influence of technology and the digital world among them. Survey data were also investigated for the support of the professor, with data from the Higher Education Institutions and Undergraduate courses focusing on Long Distance Education, linking the growth of this type of education with the insertion of the Z generation in higher education. This paper presents as scientific methodology the purpose of exploring the already developed studies, mostly directed to the organizational environment and aiming to focus on the teaching-learning process of the student as belonging to a generation. This paper shows that classifications by generations helps the professor to better understand the profile of his students, adapting their characteristics for each generation and using the most appropriate methodologies and the technological tools in their favor, being able to see each generation as a student inserted in the higher education classroom, with different wishes, experiences and expectations.

Keywords: Higher Education; generation; education; student; professor.

INTRODUÇÃO

Muito se ouve dizer sobre perfil das gerações nos últimos anos. A divisão em gerações *Baby Boomers*, X, Y e Z são foco de discussão frequente sobre, inclusive, educação. O estudo de Indalécio e Campos (2016) é um exemplo de referência sobre tais nomenclaturas e divisões das gerações.

Independente da geração, no entanto, é fato que todas essas pessoas passaram (ou passam, passarão) por um processo de formação, normalmente escolar. Sendo assim, como consequência, é preciso incluir aqui a figura do professor, que age no processo, seja

como transmissor de conhecimentos historicamente acumulados, como facilitador do processo individual de aprendizagem, como motivador do aprender ou como direcionador e acompanhante do desenvolvimento do aluno.

Partindo do recorte da educação superior no Brasil, é possível discutir a relação entre docente e discente nas diferentes gerações. Destaca-se, nesse sentido, a diferença de atividades didáticas e a mudança dos processos conforme as gerações mais novas ingressam nos ambientes escolares. O que funcionava para uma geração, não funciona para a geração seguinte.

Será, no entanto, que os professores estavam preparados para atuarem com a nova geração? Simples elementos podem gerar, sobre isso, discussões bastante prolongadas, tais como o uso de aparelhos celulares em sala de aula, as novas tecnologias de comunicação entre as gerações, a utilização de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, o papel do docente enquanto elemento importante no processo de ensino, entre outros.

Em São José do Rio Preto, especificamente, no curso de pós-graduação em Docência do Ensino Superior, o tema sobre mudanças de gerações é foco constante de discussões. Nesse processo formativo, destacam-se a preocupação com a formação profissional visando o aluno, não somente a carreira profissional do professor. Nesse sentido, considera-se essencial a divulgação de informações sobre a atuação do professor com as diferentes gerações de alunos no Ensino Superior. Assim, o objetivo deste estudo é discutir as potencialidades e fragilidades de diferentes gerações enquanto foco de trabalho docente no ensino superior.

DESENVOLVIMENTO

Um olhar sobre as gerações

“A sala de aula não muda há 300 anos, mas as crianças são diferentes.” Teresa Salema, citado por Albuquerque.

É exatamente isso que ocorre, a educação principalmente no ensino superior pouco se atualizou nos últimos séculos, em maior parte continua sendo visto no contexto do professor como centralizador do conhecimento e passando para o aluno, passivo, que é obrigado a absorver a informação e provar o conhecimento adquirido em provas tradicionais (avaliações somativas).

Nos últimos 50 anos, com os avanços da tecnologia, geraram mudanças sociais, culturais e conseqüentemente a forma de aprender foi muito afetada.

Para o docente conseguir identificar o perfil dos alunos de hoje, é necessário conhecer sobre as gerações. Cada geração possui diferentes atitudes referente ao método de ensino praticado na educação superior. As gerações Y e Z são a grande maioria dos alunos no ensino superior, eles estão mudando o aprendizado de hoje e definitivamente irão mudar o futuro do processo ensino-aprendizagem de educação. E para o docente conseguir se enquadrar nesse contexto ele precisa se adaptar e alterar sua metodologia, conhecendo o aluno de hoje e entender como ele aprende.

Antigamente quando iniciaram os estudos sobre gerações, foi estabelecido que a cada 20-25 anos uma nova geração era formada, porém após a geração Z (nascidos após 2000), hoje acredita-se que a cada 10-15 anos uma nova geração é estabelecida graças a evolução constante da tecnologia.

Reis *et al.* (2013) citando (FORQUIN, 2003) fala que a palavra "geração" comporta significados ao mesmo tempo mais ricos e mais imprecisos que o de "coorte". Com efeito, uma geração não é formada apenas por pessoas de mesma idade ou nascidas numa mesma época, e sim também por pessoas que foram modeladas numa época dada, por um mesmo tipo de influência educativa, política ou cultural, ou que vivenciaram e foram impressionadas pelos mesmos eventos, desenvolveram sobre a base de uma experiência comum ou semelhante, os elementos de uma consciência de se ter vínculos em comum, o que pode ser chamado de <<sentimento de geração>> ou ainda de <<consciência de geração>>.

As gerações foram definidas como geração *Baby Boomers*, X, Y, Z e a mais nova Alfa, mas vamos focar nas 4 primeiras gerações, que hoje ocupam as cadeiras das salas do ensino superior.

Geração *Baby Boomers* (1945 até 1965)

Após o período da segunda guerra mundial, um período de paz e sentimento de prosperidade tomou conta da população, aumentando o índice de natalidade exponencialmente. Daí surge o nome dessa geração como *Baby Boomers*.

Segundo Teixeira (não tem ano o artigo) afirma que essa geração cresceu no que talvez se possa considerar o período econômico mais próspero do século XX, quando as apostas na tecnologia e na capacidade humana de dominar a natureza atingiram seu auge. Por outro lado, essa geração também questionou de maneira contundente alguns valores tradicionais e promoveram grandes discussões, revoluções no comportamento e na forma

de se observar o mundo, de encarar a sexualidade, o papel da mulher na sociedade e a defesa da natureza na sociedade contemporânea.

Essa geração hoje é a que está em menor quantidade como alunos na sala de aula (muitos inclusive estão no papel de docentes), mas estão presentes e por terem tido uma educação passiva, são os que ainda conseguem se adaptar com o método de ensino tradicional, se sentem bem aprendendo (e ensinando, no caso do docente) dessa maneira. Ainda tem dificuldades de cursos online e principalmente no ensino EAD. Preferem os livros físicos que leitores digitais, pagar as contas em Agências bancárias do que pelo Internet Banking ou pelo APP. Sabem que a tecnologia é algo bom, mas ainda tem uma certa aversão ou medo de como ela pode influenciar negativamente o mundo atual, preferem não utilizá-la se necessário.

Geração X (meados da década de 60 até os anos 70)

A geração X, também conhecida como geração Coca-Cola, justamente por terem sido uma geração que teve grande influência do marketing, onde os programas de rádio e TV definiam o que era a tendência no momento.

Fantini e Souza (2016) citando (KLIE, 2012; ROBBINS; JUDGE ; SOBRAL, 2010) fala que essa geração vivenciou acontecimentos marcantes para a economia e a sociedade, como a globalização, a jornada de trabalho excessiva de seus pais, o lançamento da TV a cabo, a utilização de computadores como ferramenta de trabalho e a socialização da internet.

Eles possuem uma certa resistência a mudanças, gostam de estabilidade no emprego, acreditam em carreira a longo prazo. Indalecio *et al* citando (FAVA, 2014) a geração X tem fome de conhecimento. Exibe espírito empreendedor, e gosta de aprender por meio de tentativa e erro. A busca incessante de realizar algo da melhor maneira possível também marca essa geração, que exige feedback frequente, estando sempre suscetível aos desafios que lhe são oferecidos.

Apesar de serem a geração onde foram tantas tecnologias descobertas, ainda estava na mão de poucos, sendo assim a maioria não tinha acesso a elas, diferentemente da geração Y e a Z. Foram começar a se adaptar com elas praticamente quando a geração Y estava crescendo e foram descobrindo juntos, porém um pouco reticentes às mudanças tecnológicas que já nesse momento eram praticamente impostas a todos para se adequar ao mundo digital. Sua educação foi com metodologias tradicionais assim como a *Baby Boomers*. Porém diferentemente deles tiveram oportunidades de ensino superior com mais facilidade desde jovens, e continuam até hoje se especializando. Estão presentes nos

cursos de graduação, mas ainda em maior quantidade em cursos de especialização, como Pós Graduação, Mestrado e Doutorado. Já se dão melhor com as tecnologias do que os *Baby Boomers*, aceitaram que a mudança era necessária, utilizam as tecnologias a seu favor, apesar de não chegar perto do uso e conhecimento das gerações futuras. Tem uma maior facilidade para se enquadrar nas novas metodologias que estão sendo inseridas devido às gerações Y e Z, que não conseguem aprender com a educação tradicional, como a metodologia ativa, onde o aluno faz parte do processo de construção do conhecimento juntamente com o professor.

Geração Y (década de 80 e 90)

A geração Y, também conhecida como *Millennials*, foi criada no período de transição da tecnologia de novidade para ferramenta essencial no estudo e trabalho profissional. O aluno dessa geração (os mais velhos pelo menos) passa por um curto período de tempo na infância da pesquisa de estudo em enciclopédias e livros para pesquisa através de programas de pesquisa na internet, como o Google, hoje principal fonte de pesquisa para trabalhos em todas as áreas da educação. Por mais que vivenciaram em pouco tempo duas realidades tão diferentes hoje não conseguem viver em um mundo sem tecnologia, são dependentes dela em todos os sentidos. Já os mais novos da geração Y nem passaram por esse período de transição tão importante e a geração Z também já nasceu totalmente inserido nesse contexto tecnológico.

A geração Y se diferenciou das demais principalmente pelo fato de serem multitarefas... estudam enquanto ouvem música, assistem TV, veem vídeos na internet, estão mexendo no celular nas redes sociais e batendo papo em aplicativos de conversas.

Indalecio *et al* cita estudos empíricos de (PRENSKY, 2001, p.1) sobre os integrantes da geração Y, ele afirma que: Eles passaram a vida inteira cercados e usando computadores, videogames, tocadores de músicas digitais, câmeras de vídeo, telefones celulares e todos os outros brinquedos e ferramentas da era digital. Em média, um aluno graduado hoje passou menos de 5.000 horas de sua vida lendo, mas acima de 10.000 horas jogando vídeo games (sem contar as 20.000 horas assistindo à televisão). Os jogos de computadores, e-mail, a Internet, os telefones celulares e as mensagens instantâneas são parte integral de suas vidas.

Citando (FAVA, 2014, p.54-5) Indalecio *et al* considera que nesta perspectiva, consideramos definitivamente a existência de um novo cenário ao compararmos a geração Y com as anteriores. Fatores sociais e técnicos foram corresponsáveis pelo vir a ser desses

jovens. A geração Y trouxe desafios específicos para pais e educadores na mesma medida que oportunidades extraordinárias para o aprimoramento de seu potencial cognitivo e social, suas competências e suas habilidades. Influenciados pelas novas tecnologias, indivíduos que apresentam maior capacidade para "criar mapas mentais; habilidade de realizar observações; formular hipóteses; definir estratégias; capacidade de focar várias coisas ao mesmo tempo, de responder a estímulos inesperados", representam um divisor de águas na história das relações interpessoais nas instituições escolares.

A geração Y foi a responsável pelo início das mudanças que então começaram a ser feitas no ensino, por causa deles os professores tiveram que levar as tecnologias disponíveis para a sala de aula, deixar de serem os centralizadores do processo de ensino-aprendizagem, se transformando em canalizadores do conhecimento trazido pelo aluno, como agente que começa a fazer parte desse processo.

Geração Z (nascidos após 2000)

A geração Z, mesmo com vários estudos, ainda é caso de discussão sobre seu comportamento, são classificados por muitos como individualistas, principalmente por terem nascido diretamente tendo contato com as redes sociais, acabaram se afastando do convívio familiar, muitas vezes também por culpa dos próprios pais, pertencentes das gerações Y ou X, que na corrida pela conquista de bens materiais se esqueceram do lado afetivo com as crianças, que conseqüentemente se tornaram jovens imaturos emocionalmente. Tanto que se fala muito hoje em inteligência emocional (ou a falta dela), devido principalmente à geração Z. São inseguros, imediatistas, têm dificuldades de trabalhar em equipe devido a serem individualistas, e no lado educacional principalmente, para aprender precisam ver algum significado para se interessarem pelo conteúdo apresentado. São muito questionadores, chegando a deixar muitos professores irritados com tantas questões sobre todos assuntos abordados.

Nasceram em um meio onde conforme cita Indalecio *et al* se a geração Y foi dominada pela tecnologia, a geração Z é dominada pela velocidade da tecnologia, por este motivo tendem a ser extremamente impacientes e querem tudo instantaneamente. As crianças e jovens Z crescem vendo o desenvolvimento da Web 2.0, marco na história da tecnologia. Com a Web 2.0 o ambiente online torna-se mais dinâmico, ativo e colaborativo aos usuários, aperfeiçoando a troca de conteúdo.

É uma geração que se preocupa com o meio ambiente, com a saúde e qualidade de vida, praticam mais esportes, valorizam a flexibilidade no trabalho e as horas livres mais do que status e poder, ou que segurança financeira e até mesmo os benefícios. Gerando assim um grande contraste com as outras gerações, principalmente os *Baby Boomers* e a X, possuem prioridades totalmente diferentes.

Esses alunos da geração Z, diferentemente das anteriores, não veem a instituição de ensino como único meio de aprendizado, não acham extremamente necessário fazer um curso de graduação para aprenderem o que precisam saber, não tem paciência para ficarem aprendendo a teoria do método tradicional, acham chato e desmotivador. Esse é um dos motivos pelos quais preferem a prática, aumentando a procura por cursos profissionalizantes e até mesmo de EAD.

Essa geração que iniciou o processo chamado de metodologia ativa, conforme explica Silva, há diversos modelos de metodologias ativas disponíveis no mercado, entre as quais estudos de caso, aula-laboratório, trabalhos em grupos, simulações, aprendizagem baseada em problemas ou projetos (PBL), entre outras.

O sucesso de qualquer uma delas, no entanto, depende de uma radical mudança na atuação do professor em sala de aula.

Analisando as gerações como alunos do ensino superior

As gerações devido às vivências nos processos de avanço tecnológico, foram novamente divididas em dois grupos nesse Mundo Digital: os "Imigrantes Digitais" e os "Nativos Digitais". Indalecio et al citando a geração Y, ou como Marc Prensky (2001, p. 1) os define, a "primeira geração dos Nativos Digitais", estabelecem uma grande descontinuidade sobre a geração de seus pais e avós, os 'Imigrantes Digitais'. Estes últimos foram inseridos no mundo digital e de certa forma usufruem dos benefícios que os recursos e ferramentas tecnológicas oferecem, contudo possivelmente irão manter ao longo de suas vidas o "sotaque do imigrante digital".

Sendo assim, a geração *Baby Boomers* e a X, entram nesse contexto de Imigrante Digital, mas por mais que não vivenciaram as tecnologias desde jovens, muitos abraçaram a causa e tem muito conhecimento sobre as tecnologias e utilizam muito as ferramentas disponíveis para aprenderem mais.

Gaeta et al avaliando o professor e os alunos do ensino superior alegam que quanto mais os professores nos preocuparmos em identificar, entender quem são, o que sabem, o que querem esses alunos, mais teremos pistas para analisar e organizar ações docentes significativas. Mais elementos teremos para imprimir ritmos de aprendizagens, escolher estratégias, proporcionar e mediar espaços de aprendizagem que desafiem e motivem os

alunos e, assim, minimizar as dificuldades apresentadas. Um ambiente produtivo e gratificante para todos os envolvidos no processo.

O professor para conseguir continuar nessa profissão de docente, principalmente no ensino superior precisa se atualizar e muito, primeiramente no contexto do mundo digital, hoje tudo é digital, até o mais tradicional apoio do docente, a lousa, hoje pode-se encontrar totalmente tecnológica, e o docente precisa aprender a utilizá-la. Não se escreve mais somente na lousa, usa-se de novas metodologias com o apoio do computador, como por exemplo dar uma aula em Power Point, Prezi, questionários como o Kahoot, utilizar-se do Google Classroom, até de Podcasts enfim, são tantas ferramentas que podem ajudar o professor que se perde a conta. E a tecnologia é imprescindível para atuar nesse mundo de nativos e integrantes digitais, mas todos digitais.

Estatísticas educacionais de relevância para o docente

Conforme citado no resumo técnico censo da Educação Superior de 2014, é na educação que se concentram as maiores expectativas para fomentar um modelo de sociedade mais justa, sustentável, participativa, igualitária. O esforço do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em conhecer as matrículas e trajetórias dos ingressos e concluintes não reflete apenas uma necessidade econômica, mas também social.

São estatísticas educacionais de extrema relevância para o docente conhecer, as informações disponibilizadas através dos censos elaborados sobre a Educação Superior são importantes para o docente poder entender melhor seu ambiente, o mercado de trabalho, o perfil do aluno e o que ele tem optado de cursos, presencial ou EAD, instituições públicas ou privadas, por exemplo.

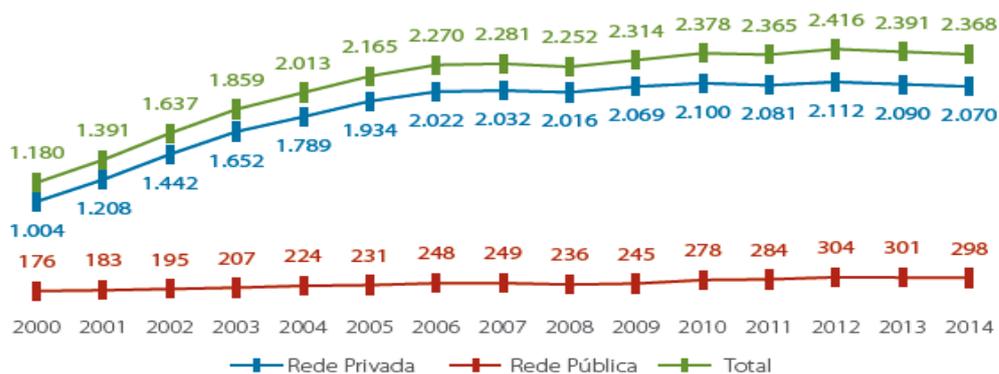
Usamos de base para as informações a seguir o censo do Inep e da Semesp, ambos publicados com o ano mais recente analisado de 2014.

O Gráfico 1 da Sindata mostra um aumento de 101% das IES (Instituições de Ensino Superior) de 2000 a 2014, esse é um dado relevante, e esse aumento é justamente devido ao grande número de inscrições em cursos presenciais (aumento de 141% em 14 anos) e a distância (aumento de 60% em 5 anos), conforme ilustrado no Gráfico 2 e 3. Essas informações nos fazem concluir que tanto os jovens e adultos a partir dessa época viram uma maior importância de realizar um curso de educação superior e especializações.

Os cursos EAD tiveram um aumento significativo no período informado, e esse aumento constante se deve devido principalmente à geração Z, que conforme pesquisas valorizam

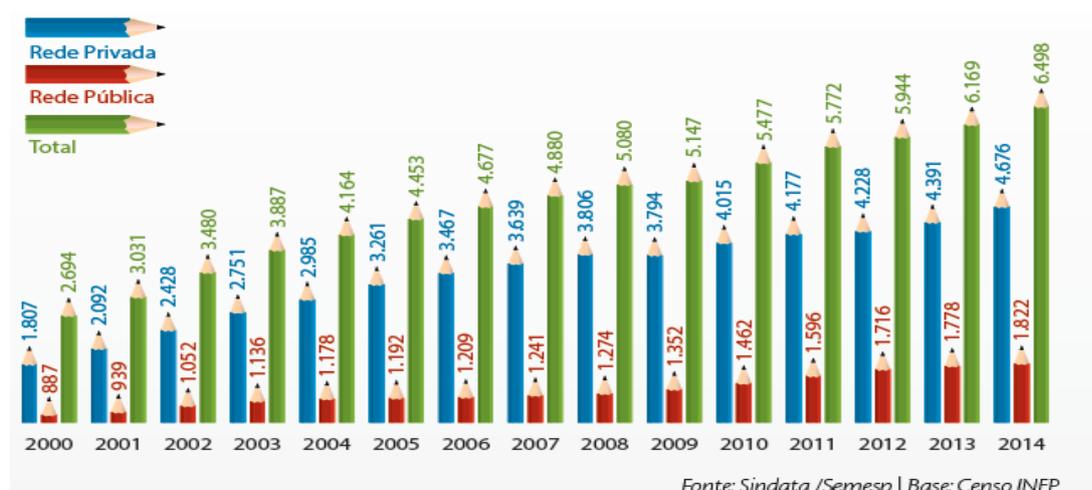
a flexibilidade, liberdade e independência, juntamente com a qualidade de vida, num nível muito maior que as outras gerações, tendo maior preferência em cursos EAD que presenciais, comparando com as outras gerações. Uma informação interessante contida no censo do Inep é que desses ingressantes em EAD a maior parte são mulheres.

O número de cursos EAD devido ao aumento de demanda também foi relevante, hoje existem 1365 cursos EAD no Brasil, quando o Inep começou a avaliar esse dado em 2011 existiam 1044 cursos. Os cursos com maior número de matrículas EAD em 2014 foram na sequência apresentada: Pedagogia, Administração, Serviço Social, Gestão de Pessoal/ Recursos Humanos, e Ciências Contábeis. A maior parte das matrículas EAD está nas Instituições Privadas. Tivemos em 2014 um número de 1.548.007 de matrículas presenciais e 130.699 de matrículas EAD em instituições públicas e 1.656.994 de matrículas presenciais e 831.359 de matrículas EAD em instituições privadas.



Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP

Gráfico 1- Evolução das IES



Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP

Gráfico 2- Matrículas em cursos presenciais- Brasil

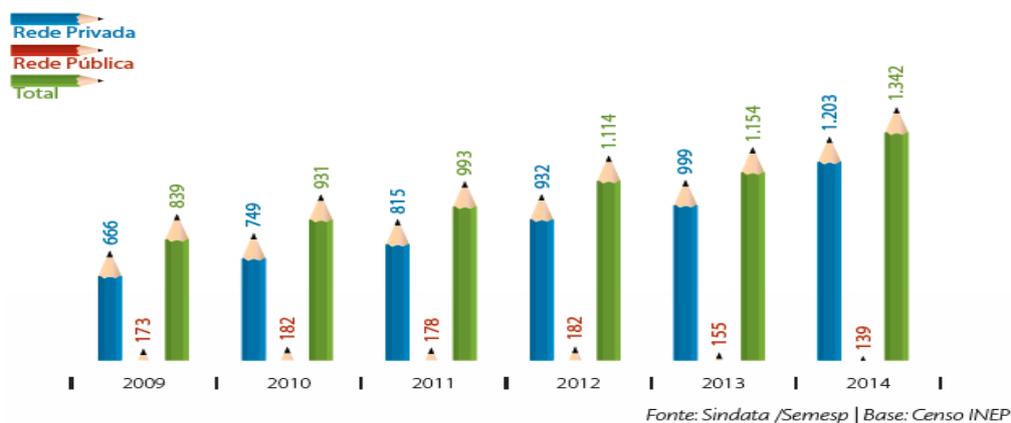


Gráfico 3- Matrículas em cursos EAD -Brasil

A taxa de evasão que é o número de alunos que abandonam o curso antes de se formarem em 2014 foi de 25,4% nos cursos Presenciais, e de 32,0% em cursos EAD. Segundo o Inep Em 2014, a taxa de evasão dos cursos presenciais da rede privada no Brasil, para alunos com até 24 anos, atingiu o índice de 23,6%, inferior à dos alunos acima de 24 anos, que ficou em 32,4%. Nos cursos EAD, no mesmo ano, o índice de evasão para alunos de até 24 anos chegou a 32,6%, índice praticamente igual a taxa de evasão para alunos acima de 24 anos, de 32,5%.

O foco nesses dados do censo em EAD é justamente devido ao aumento significativo de pessoas da geração Y e Z na Educação Superior, pois elas são a maior parte de matriculados em cursos EAD. Grande parte da geração *Baby Boomers* e X são um tanto céticos quanto ao ensino EAD, não acreditam que essa forma de ensino realmente seja tão boa quanto a presencial.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi mostrar ao docente que o aluno do ensino superior não é único, que ele pode ser tanto um aluno de 18 anos como um de 70. E esses alunos foram criados em épocas diferentes, com costumes e culturas diferentes. O professor do Ensino Superior de hoje precisa conhecer e compreender o perfil de cada umas das gerações, para poder fazer seu papel de docente como agente multiplicador do conhecimento de forma mais assertiva. Cada geração possui complexidades, características e afinidades que são alteradas de acordo com o tempo e a evolução do indivíduo.

Buscou-se entender justamente através dessas características de cada geração, o que motiva, como eles aprendem e como o docente pode utilizar essas informações

apresentadas para melhoria no processo de ensino-aprendizagem. A geração *Baby Boomers* e X por exemplo ter terem tido uma educação mais formal, são alunos passivos e se adaptam com mais facilidade aos métodos tradicionais utilizados pela maior parte dos docentes até hoje. Já a geração Y e Z, grande maioria dos alunos do ensino superior desde o início do século XXI, começaram a gerar uma revolução recente no ensino fundamental e médio, e agora que ingressaram no ensino superior vemos a necessidade de mudanças também. O que servia para as gerações anteriores não serve para as gerações atuais e futuras.

Foi apresentado que as tecnologias são hoje essenciais para o apoio do docente em sala de aula, ele precisa conhecer essas tecnologias, sentir a necessidade de se reinventar e aprender a inseri-las no seu dia a dia.

O artigo apresentou alguns dados do Inep e Semesp através último de censo do ensino superior com data de 2014, essas informações ajudam o docente a entender mais sobre o aluno que está inserido no ensino superior, quais são as preferências de cursos e tipos de ensino. As informações apresentadas tiveram direcionamento para os cursos EAD que conforme várias pesquisas realizadas tendem a ser o futuro da educação, foi analisado o perfil do aluno EAD, cursos mais procurados, informações que são relevantes para o docente.

Como conclusão, o trabalho apresentado passa ao docente novas formas de enxergar o aluno do Séc. XXI, não como uma sala de aula, mas indivíduos, com diferenças concentradas principalmente em gerações. Fica claro a necessidade de constante evolução do docente para continuar nesse mercado de trabalho, se nem as gerações pararam no tempo, por que o professor pode continuar como está?

REFERÊNCIAS

INDALÉCIO, Anderson B; CAMPOS, Douglas A. Reflexões sobre o educar em um mundo nativo digital. Fundação Educacional de Votuporanga, 2016. 106P. Disponível em: < mundonativodigital.com/livros>. Acesso em 02/09/2017.

ANTINI, Carolina Aude; SOUZA, Naiara Célida dos Santos de. Análise dos fatores motivacionais das gerações baby boomers, X, Y e Z e as suas expectativas sobre carreira profissional. Revista Ipecege, [s.l.], v. 1, n. 3/4, p.126-145, 28 mar. 2016. I-PECEGE. <http://dx.doi.org/10.22167/r.ipecege.2015.3-4.126>. Acesso em 04 set. 2017.

REIS, Patricia Nunes Costa *et al.* O Alcance Da Harmonia Entre as Gerações Baby Boomers, X e Y na Busca da Competitividade Empresarial no Século XXI. 2013. Disponível em:

<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/9418322.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2017.

ABREU, Glice Gusmão de; FORTUNATO, Graziela; BASTOS, Sergio Augusto Pereira. Semelhanças e Diferenças entre Gerações: Complexidade e Complementaridade no Ambiente Organizacional. *Perspectivas Contemporâneas*, Campo Mourão, v. 11, p.179-202, 2016. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/2118>>. Acesso em: 05 set. 2017.

SILVA, Salete. Aprendizagem Ativa. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/aprendizagem-ativa/>> Acesso em 04 set. 2017.

TEIXEIRA, Carlos Honorato. Os Desafios da Educação para as novas gerações: Entendendo A Geração Y. *SUMARE REVISTA ACADÊMICA*, SUMARÉ, 5ª edição. 2011. <http://www.sumare.edu.br/?page_id=3843> Acesso em: 04 set. 2017.

ALBUQUERQUE, Rosângela Nieto de, A escola e o futuro: alunos gerações X, Y, Z... Que alunos vamos deixar para o mundo? Disponível em: <<http://www.construirnoticias.com.br/a-escola-e-o-futuro-alunos-geracoes-x-y-z-que-alunos-vamos-deixarpara-o-mundo/>> Acesso em 02 set. 2017.

DEED. Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2014. Brasília, 2017. 60p. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>> Acesso em 03 set. 2017.

SEMESP. Mapa do Ensino Superior no Brasil 2016, 2016. 208p. Disponível em: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf> Acesso em 03 set. 2017.

GAETA, CECÍLIA; MASETTO, MARCOS T. O professor iniciante no ensino superior: Aprender, atuar e inovar. São Paulo: Editora Senac, 2013. 139p.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO SUPERIOR: A TEORIA QUE NÃO SE TRADUZ EM PRÁTICA

Renata Lopes Pinto (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior); renata_l_p@yahoo.com.br*

Raul Viana Ayres (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior); rvayres@gmail.com

Bruna Franco de Rosa (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior); brunitafranco@gmail.com

Arildo Louzano da Silveira (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior); arildo.silveira@hotmail.com

Cristiano Marcos Coope (Colégio Santa Tereza – São José do Rio Preto); cristianomcoope@gmail.com

Felipe Colombelli Pacca (SENAC São José do Rio Preto – Pós-Graduação; Faceres); felipepacca@sp.senac.br

Resumo:

Situações históricas, políticas e sociais determinaram processos de formação que resultam professores mais habilitados à pesquisa que à prática de ensino. Lacunas nos programas de pós-graduação stricto sensu, o pouco espaço destinado à disciplina Metodologia do Ensino Superior ou Didática do Ensino Superior, dificuldades do mercado de trabalho consolidam um sucateamento da formação docente específica para o ensino superior. Verifica-se, logo, que este quadro leva o pós-graduando a considerar-se pouco capaz de articular o ensino, a pesquisa e a extensão, refletindo um profissional mais técnico e específico que um docente crítico e reflexivo.

Palavras-chave: Educação; Ensino Superior; Formação; Docência.

Abstract:

Historical, political and social situations have determined training processes that result in teachers who are more qualified to research than to teaching practice. Gaps in the stricto sensu postgraduate programs, the little space allocated to the discipline of Higher Education or Didactic Methodology of Higher Education, labor market difficulties consolidate a scrapping of specific teacher training for higher education. It can be seen, therefore, that this scenario leads the post-graduate student to consider himself as not

capable of articulating teaching, research and extension, reflecting a more technical and specific professional than a critical and reflective teacher.

Keywords: Education; Higher education; Formation; Teaching.

INTRODUÇÃO

A formação do docente no Brasil enfrenta grandes desafios, tanto na educação básica quanto no Ensino Superior. A formação de professores no país sempre foi acompanhada de políticas públicas derivadas de planos de governo, mas sempre deficitária, se em relação a um plano de desenvolvimento da educação brasileira com objetivo de, realmente, fazer da educação uma ferramenta de melhoria do país. Nessa perspectiva, várias situações históricas e políticas promoveram uma formação rápida e sem o preparo necessário ao profissional docente, fazendo com que a realidade contemporânea refletisse tais processos na forma de dificuldades docentes desde os níveis mais básicos até os cursos de graduação e pós-graduação.

Desde 1930 o curso de licenciatura é o que habilita o exercício do profissional na docência, e tivemos poucas alterações deste modelo até os dias de hoje. O curso contém um ano de disciplinas de natureza pedagógica e 3 anos de disciplinas específicas – modelo de racionalidade técnica, Mortimer e Pereira (1999). Outro modelo é a racionalidade prática, na qual a prática não é apenas o local da aplicação de um conhecimento científico e pedagógico, mas espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados. No entanto, no Brasil, ainda é aplicado o modelo técnico na grande maioria das instituições de ensino superior.

Em 1996, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que definiu e regulou o sistema brasileiro de educação, novas possibilidades de discussão e modificação dos modelos de ensino foram iniciadas. Antes disso a Lei nº 9.131/95, que criou o Conselho Nacional de Educação – CNE, já explicitava, a deliberação sobre as diretrizes curriculares para os cursos de Graduação (art. 9, parágrafo 2, alínea c).

De acordo com a LDB profissionais de outras áreas são transformados em professores mediante uma complementação pedagógica de, no mínimo, 540 horas (LDB, art. 63, inciso I; Parecer CNE nº 04/98). Desse total, 300 horas devem ser de prática de ensino (LDB, art. 65) e podem ser contabilizadas mediante capacitação em serviço (LDB, art. 61, inciso I). Ou seja, a legislação atual permite que profissionais egressos de outras áreas, em exercício no magistério, tornem-se professores valendo-se de um curso de formação docente de 240 horas. Contrariando a própria denominação do Título VI da LDB, “Dos profissionais da educação”.

Em relação à formação para a docência no ensino superior, Morosini (2000) relata que a LDB nº. 9394/96 se abstém no plano da formação pedagógica do professor do ensino superior. O pós-graduando, será preparado e não formado como se esperaria, em curso do stricto sensu por meio do mestrado ou em cursos de especialização lato sensu, para a prática docente. A preparação para docência fica a cargo de uma única disciplina, em geral denominada Metodologia do Ensino Superior ou Didática do Ensino Superior, com carga horária média de 64 horas/aula.

Anastasiou e Pimenta (2002) relatam sobre a importância da reflexão sobre o papel do professor, sobre o ensinar e o aprender, o planejamento, a organização dos conteúdos curriculares, a metodologia, a avaliação, a realidade onde atuam. São muitas as atribuições do professor e pouco o tempo desprendido para a preparação do mesmo. Morosini (2000) considera que uma única disciplina, por si só, não “prepara” e sequer forma o professor para atender às exigências das Instituições de Ensino Superior Brasileiras: ensino, pesquisa e extensão. O ensino associado aos componentes curriculares e projetos de pesquisa e de intervenção, não é objetivo de uma disciplina, mas exige o emprego de uma pluralidade metodológica (VEIGA, 2006).

De acordo com Gatti (2016), os mestrados que foram criados com o intuito de formar os docentes estão longe desde objetivo, pois agora são voltados apenas para a formação em pesquisa, um viés que torna esses cursos deficientes em um dos dois eixos que deveriam sustentar a formação de docentes para o ensino superior: de um lado, a formação disciplinar e em pesquisa, e, de outro, a formação para a docência, para serem “mestres”. Cumprem, assim, apenas uma parte da formação, deixando de lado a oportunidade de propiciar a articulação entre pesquisa e ensino, pesquisa em ensino e conteúdo específicos de campos variados do conhecimento.

O objetivo do presente estudo é discutir sobre a formação que os cursos stricto sensu de pós-graduação proporcionam aos seus alunos, futuros professores. Nossa hipótese é a de que tais cursos não são formadores de professores de ensino superior, mas sim de pesquisadores apenas.

DESENVOLVIMENTO

O diploma universitário em nosso país parece já não garantir tantas vantagens no que se refere à busca por um emprego. Mattos (2011) relata que o número de empregos é menor que a quantidade de profissionais formados em todas as áreas de atuação, com isso, o alongamento da escolarização torna-se uma possível escolha entre os jovens que estão prestes a finalizar seus cursos de graduação.

Pimentel (2007), afirma que para muitos jovens, o fato de estarem estudando suaviza o impacto negativo de estarem fora do mercado de trabalho. Em concordância, Bardagi et al. (2006) afirmam que a insegurança dos estudantes em fase final de curso, face ao enfrentamento do mercado de trabalho, bem como do exercício da atividade profissional, faz com que os alunos procurem recursos de capacitação para auxiliá-los na busca por um emprego. Entre esses recursos, a educação continuada, tais como os cursos de aperfeiçoamento ou especialização (pós-graduação lato sensu) e mestrado ou doutorado (stricto sensu), sendo a última percebida como uma das principais opções por proporcionarem bolsas de estudo, que são consideradas pelos estudantes como remuneração adequada aos pesquisadores.

Souza et al. (2014) enfatizam que, para muitos dos egressos, o mestrado não amplia conhecimentos da área de ensino e docência, demonstrando que o curso vem perdendo a preocupação com a formação de profissionais para os campos do ensino e didático-pedagógico mantendo-se mais focado na pesquisa científica. Tendo poucas situações de prática em relação à docência, alegou-se que não existia um plano padronizado para realizar tais atividades, ficando sob a responsabilidade do aluno buscar a disciplina, o professor e o local de realização de estágio.

Outro estudo realizado por Campos (2010) mostrou que do total de 980 pós-graduandos, 38% afirmaram que pretendiam exercer a docência no ensino superior e 16% faziam mestrado ou doutorado para melhor qualificarem-se como pesquisadores e como professores. Entretanto, do total geral, 61% de mestrandos e doutorandos disseram que os cursos de pós-graduação, nos quais estavam matriculados, não ofereciam disciplinas pedagógicas ou correlatas à formação docente. Os pós-graduandos que têm experiência docente no ensino superior responderam, nas entrevistas, que se consideravam pouco capazes de articular o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os mestrandos e doutorandos, também declaram que aprenderam “na marra a dar aulas”. Afirmaram que lecionavam à “imagem e semelhança” das aulas que haviam tido na graduação. Atribuíram as dificuldades enfrentadas no exercício da docência ao desinteresse dos alunos, aos problemas organizacionais das instituições e a baixa valorização econômica e social da docência. Outros relataram que foram aprendendo pelo convívio com os pares e pela repetição de experiências em sala de aula.

No estudo de Schillings (2005) com estudantes da área de Ciências Humanas da UFSC, 30,3% dos 170 mestrandos tinham menos de 25 anos e 29,8% tinham idades entre 26 e 30 anos, o que corresponde a 60,1% da amostra. As instituições públicas apresentam os professores mais qualificados que as particulares: 28,1% dos docentes das públicas

possuem doutorado, contra 9,3% das particulares. Com mestrado, são 30% nas públicas e 25,1% nas particulares. Com especialização, são 24,8% nas públicas e 45,3% nas particulares. E sem pós-graduação, são 17,1% nas públicas e 20,3% nas particulares (BRASIL, 1999). Estudos posteriores a Schillings também identificaram os mesmos comportamentos de estresse entre os estudantes de graduação, tais como Gozdziejewski & Cardoso (2009), que investigaram o impacto do stress em estudantes de pós-graduação em enfermagem.

No que se refere à distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil, nos últimos quatro anos (2013-2017) foram matriculados no mestrado acadêmico 187.971 alunos. O doutorado registrou 72.454 alunos matriculados (CAPES, 2017). Com referência à distribuição de instituições de ensino superior (IES) no Brasil, de acordo com o INEP (2016), o ano de 2014 assinalou o total de 3.678 instituições, sendo que 1.199 disponibilizam cursos de mestrado acadêmico, 58 apenas doutorado, 1.896 mestrado e doutorado (ambos acadêmicos) e 525 com cursos de mestrado profissionalizante. Além disso, a Capes (2017) informa que, nos últimos quatro anos, 2.752.218 publicações científicas foram produzidas nos 4.175 programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Brasil.

No entanto, os muitos motivos para o desestímulo dos jovens à escolha do magistério como profissão futura e a desmotivação dos professores em exercício para buscar aprimoramento profissional são consequência, sobretudo, das más condições de trabalho, dos salários pouco atraentes, da jornada de trabalho excessiva e da inexistência de planos de carreira. Nota-se, assim, a partir do número de publicações científicas, comparado aos elementos negativos que a profissão docente oferece aos pós-graduados, que os programas de formação investem na pesquisa com maior intensidade, auxiliando o processo de sucateamento da formação docente específica para o ensino superior.

CONCLUSÃO

A literatura é carente de estudos que abordem temas sobre o ensino superior e a formação do docente para o ensino superior. A maioria dos estudos sobre formação docente e práticas pedagógicas se dedicam à pedagogia, especificamente à educação básica brasileira.

Estando pouco direcionado à formação pedagógica, o pesquisador titulado enfrentará um mercado de trabalho bastante diferente daquele idealizado durante sua formação. E esse enfrentamento é condizente com a expectativa dos pesquisadores em formação, conforme

apresentado anteriormente. É provável que o vago direcionamento para as atividades pedagógicas e formação específica docente dos programas de pós-graduação contribuam maciçamente para o sucateamento da educação superior no país. Principalmente na preparação da prática como docente, os programas pecam, não ensinando nem ao menos algumas estratégias para lidar com as várias gerações de alunos, ou mesmo ferramentas de tecnologia na docência, ou então a aplicação da teoria na prática. São muitas as dificuldades enfrentadas pelo docente titulado.

Enquanto os cursos de *stricto sensu* se preocuparem mais com quantidade de profissionais no mercado de trabalho e menos com a qualidade dos mestres e doutores, a educação no ensino superior do Brasil será apenas um modelo de profissionais técnicos e específicos em uma área de conhecimento e não um formado por profissionais reflexivos, críticos e atentos às necessidades da sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa C.; PIMENTA, Selma G. Docência no Ensino Superior. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Docência na educação superior**. Coleção Docência em Formação v. 1. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 147-173.

BARDAGI, Marúcia; LASSANCE, Maria Célia Pacheco; PARADISO, Ângela Carina; MENEZES, Ioneide Almeida de. **Escolha profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de estudantes formandos**. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 10, n. 1, p. 69-82, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.131/95**, de 24 de novembro de 1995.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer CEB 04/98**, de 29 de janeiro de 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Avaliação quadrienal em números**. CAPES, 19 de setembro de 2017. Disponível em: < <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/home/sai-o-resultado-da-1a-etapa-da-avaliacao-quadrienal-2017>> . Acesso em 11 set 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Aumenta o número de professores com mestrado e doutorado**. Assessoria de Comunicação INEP, 26 de maio de 1999. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/aumenta-o-numero-de-professores-com-mestrado-e-doutorado/21206> . Acesso em 11 set 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CP no 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura de Graduação Plena. Brasília/DF, 2002

CAMPOS, Vanessa Therezinha Bueno. **Marcas indeléveis da docência no ensino superior**: Representações de pós-graduandos de instituições federais de ensino superior sobre formação para a docência. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GATTI, Bernardete A.; FARIAS, Isabel Maria Sabino. **Questões sobre a docência universitária no Brasil**. Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 97, p. 141-144, set/dez. 2016

GOZDZIEJEWSKI, Amanda Scatezini; CARDOSO, Elisa Schiessl. **Avaliação de estresse em alunas de pós-graduação em enfermagem**. In: IX Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) & III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba, 2009. Anais do IX Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) & III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba: PUCPR, 2009, p. 11.382-11.392.

MATTOS, V. de B. **Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho**: Alongamento da Escolaridade e Alternativa ao Desemprego. São Paulo: Xamã, 2011.

MOROSINI, Marília Costa. **Docência Universitária e os desafios da realidade nacional**: Professor do Ensino Superior – Identidade, docência e formação. Brasília: Inep/MEC, 2000.

MORTIMER, Eduardo Fleury; PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **Uma proposta para as 300 horas de prática de ensino**: Repensando as licenciaturas para além do modelo da racionalidade técnica”. Educação em Revista no 30, nov. 1999.

PIMENTEL, Raquel Guedes. **“E agora, José?”**: jovens psicólogos recém-formados no processo de inserção no mercado de trabalho. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SCHILLINGS, Angela. **Processo de estresse em mestrandos**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SOUZA, Liv Katyuska de Carvalho Sampaio de.; PRADO, Shirley Donizete; FERREIRA, Francisco Romão; CARVALHO, Maria Claudia da Veiga Soares. **“Eu queria aprender a ser docente”**: sobre a formação de mestres nos programas de pós-graduação do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil. Revista de Nutrição, Campinas, v. 27, n. 6, p 725-734, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência Universitária na Educação Superior. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Docência na educação superior**. Coleção Docência em Formação v. 1. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 85-96.

O DOCENTE E SUA ATUAÇÃO COMO COACH EDUCACIONAL

Acirlei Maria Berti Muriana; acirlei.bmuraina@sp.senac.br

Patrícia Rodrigues Arruda; patricia.rarruda@sp.senac.br

RESUMO: O docente é o profissional ligado à área da aprendizagem humana e que aplica sua intervenção partindo da história da organização e características próprias considerando a participação de cada pessoa do cenário educacional. Os sistemas sofrem influências do exterior e do interior e tendem à transformação. Neste artigo, lança-se a premissa de que o docente poderá intervir no contexto grupal, utilizando-se de técnicas de *coach*, atualmente utilizadas de maneira eficaz e contribuindo para sinergia, crescimento e motivação dos alunos. Nesta proposta vislumbra-se, por um lado as exigências das instituições educacionais, as questões da competitividade e a massificação de novos conhecimentos pela globalização e por outro, a fragilidade do ser humano manifestada com angústias, inseguranças, somatizando males físicos e psicológicos, portanto, carecendo de apoio e mediação. A contribuição do Docente é empenhar-se em levar ao ambiente educacional a vivência que permita aos personagens desse cotidiano dar-se conta da importância do aprendizado, para a manutenção da atenção, participação, análise crítica, compreensão e construção do conhecimento, atuando diretamente nas relações de aprendizagem como *coach* educacional.

Palavras-chave: Docente. Coach Educacional. Educação, Globalização.

ABSTRACT : *The teacher is the professional connected to the area of human learning and who applies his intervention starting from the history of the organization and its own characteristics considering the participation of each person in the educational scenario. Systems are influenced by the exterior and the interior and tend to be transformed. In this article, the premise is that the teacher can intervene in the group context, using coach techniques, currently used in an effective way and contributing to the students' synergy, growth and motivation. This proposal envisages, on the one hand, the demands of educational institutions, questions of competitiveness and the massification of new knowledge by globalization and, on the other, the fragility of the human being manifested by anguish, insecurities, somatizing physical and psychological ills, lacking support and*

mediation. The teacher's contribution is to take the experience that allows the characters of the day-to-day life to realize the importance of learning, for the maintenance of attention, participation, critical analysis, understanding and knowledge construction learning coaching.

Keywords: *Teacher. Education Coach. Education, Globalization.*

INTRODUÇÃO

Atualmente, se faz cada vez mais necessário que a atuação do docente seja diretamente relacionada às necessidades aprendizagem do aluno. Cabe ao docente acompanhar os padrões da aprendizagem humana, mediar a dinâmica de aprendizagem em ambiente educacional através de metodologias ativas e orientando os alunos na construção do conhecimento, para intervir junto ao discente com estratégias para a melhoria da aprendizagem.

Hoje, o papel do docente é fazer parceria com os alunos, estimular através de técnicas e metodologias ativas para potencializar seu aprendizado. Ao docente é necessário analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervém ou prejudicam uma boa aprendizagem em ambiente educacional. Propõe e ajuda o desenvolvimento dos projetos favoráveis a mudanças.

A aprendizagem deve ser olhada como a atividade de indivíduos ou grupos humanos que, mediante a incorporação de informações e o desenvolvimento de experiências, promovem modificações estáveis na personalidade e na dinâmica grupal.

A missão dos professores e os resultados do seu trabalho adquirem, hoje em dia, um altíssimo valor estratégico para a sociedade e para a própria pessoa. O *coaching* surge como um processo indispensável à superação pessoal e profissional, através de um conjunto de técnicas que ajudam a alcançar metas e a aperfeiçoar competências, capacidades, autoconfiança, motivação e atitudes. Permite a tomada de consciência sobre os recursos de que já se dispõe para tornar efectivas as escolhas e a mudança, no sentido e direção que se deseja. (PÉREZ, 2009).

O docente atuando como *coach* na educação, faz com que sua intervenção tenha como ponto de partida a história de cada aluno, observando sua dinâmica humana nas

relações de aprendizagem, suas competências, e características próprias na construção do conhecimento.

As mudanças que vão ocorrendo nos subsistemas de uma instituição determinam o estado atual em que se encontram e não as características dos elementos dos quais se partiu. Os sistemas sofrem influências do exterior e do interior e tendem à transformação. (BERGAMINI, 1996)

A contribuição do docente como *coach* é empenhar-se na mediação e facilitar a compreensão por parte do aluno de seu *modus operandi*, possibilitando observar, analisar e criticar o contexto apresentado, ampliando sua visão sistêmica e reconhecendo suas potencialidades.

1. DEFININDO COACH

Krausz (2007) define *coaching* como parte de alguns pressupostos, entre os quais se destacam as seguintes:

- As pessoas sabem mais do que acham que sabem.
- As pessoas possuem recursos nem sempre adequadamente aproveitados para elevar a sua *performance*.
- Perguntas adequadas, úteis e estimulantes produzem mais resultados do que ordens e comandos.
- Toda falha representa uma oportunidade aprendizagem.
- Metas desafiantes, porém viáveis, fazem emergir o que de melhor as pessoas possuem.
- Toda aprendizagem é precedida de alguma forma de experimentação.
- Querer é o primeiro passo para o poder e o fazer.

Whitmore (1996) refere que expressões tais como, “estimular o melhor em cada um” ou “seu potencial oculto” pressupõe que muitas coisas existem dentro das pessoas à espera de serem liberadas. Daí a necessidade de pensar as pessoas não apenas ao desempenho apresentado (algo passado), mas também do seu potencial ainda não utilizado (latente).

Segundo Whitmore (1996), as pessoas comuns são capazes de fazer coisas extraordinárias diante de uma crise demonstrando que a capacidade já existia e a crise

atuou apenas como elemento catalisador. Enfatiza que, o *coaching* também pode ser entendido como um catalisador desse potencial.

De acordo com a *International Coaching Federation* (ICF) *coaching* é definido da seguinte forma:

Uma parceria continuada que estimula e apóia o cliente a produzir resultados gratificantes em sua vida pessoal e profissional. Por meio do processo de *coaching*, o cliente expande e aprofunda a sua capacidade de aprender, aperfeiçoa seu desempenho e eleva sua qualidade de vida.

Para Robert Hargrove (2007), *coaching* significa:

... desafiar e apoiar as pessoas, oferecendo a elas o benefício da nossa parceria (HARGROVE, 2007).

Coaching segundo Gallwey (2001) tem a destacada conjuntura:

Coaching é liderar o potencial de uma pessoa para que ela se maximize a própria *performance*. E mais ajudá-la a aprender do que ensiná-la (GALLWEY, 2001).

Constata-se com Clutterbuck (2008), que o processo de *coaching* busca aprimorar nas pessoas seu desempenho e sua capacidade de aprender. Implica fornecer *feedback*, mas também usa técnicas, como motivação, questionamento eficazes e a adequação do estilo de gerenciamento do *coach* à prontidão dos *coachees* para se dedicarem a uma determinada tarefa. Esse processo baseia-se em ajudar o *coachee* a se ajudar por meio de uma interação dinâmica, ou seja: o *coaching* não depende de só uma pessoa que diz o que e como fazer, e que dá as instruções.

2. A DINÂMICA INSTITUCIONAL SOB INFLUÊNCIA DO MERCADO DE TRABALHO E DA GLOBALIZAÇÃO

Barbosa (2007) descreve que as empresas, os indivíduos, os movimentos sociais e os governos e locais estão atualmente conectados a uma extensa rede de informações, o que traz impactos econômicos, culturais e políticos profundos para todas as sociedades. O autor complementa que com esse movimento, as ideias também se globalizam, causando impacto nas organizações, conseqüentemente, nas pessoas.

Segundo Fleury (2002), mesmo que a observação do funcionamento e do desempenho de uma organização cause a impressão de permanência, uma análise mais aprofundada permitirá identificar indícios de movimentações em curso.

Destaca que, o *paradigma da estabilidade*, não nega que as organizações estão em mudança constante, porém pressupõe que as alterações possam ser sempre tão harmônicas e sutis que tais modificações sejam sempre *incrementais* e, principalmente, nunca desestabilizem o desempenho organizacional. Mudanças geram conflitos e cabe ao gestor adotar práticas com base em *modelos* para assegurar a *estabilidade organizacional*.

Segundo Paula (2005), as organizações atuais exigem que seus colaboradores sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais.

O autor apresenta uma metáfora da flexibilidade: uma árvore que, dobrada pelo vento, teria seus galhos sempre voltados à posição normal. Descreve que o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil, mas não quebrado por elas.

Diante dessa dificuldade, por um lado, e da exigência das organizações estimulando a todo o momento a competitividade, por outro lado, percebe-se que o ser humano acaba frágil, reagindo como pode, manifestando suas angústias em sintomas físicos, como problemas de coração, estômago ou hipertensão, ou psicológicos, como medo, síndrome do pânico, sentimento de culpa, sensação de fracasso constante, vergonha, insegurança, baixa autoestima etc.

3. A PRÁTICA PROFISSIONAL DE COACH E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O AMBIENTE EDUCACIONAL EM GERAL.

Feldmann (2009) ressalta que formar professores com qualidade social e compromisso político de transformação tem mostrado ser um grande desafio às pessoas que compreendem a educação como um bem universal, como espaço político, com direito humano e social na construção da identidade e no exercício da cidadania.

Ainda, de acordo com Feldmann (2009):

As pessoas não nascem educadores, quando se educam com o outro, em um processo permanente de apropriação, meditação e transformação de conhecimento mediante um projeto existencial e coletivo de construção humana (FELDMANN, 2009).

Segundo Paula (2005), diante das condições apresentadas, como pode uma pessoa aumentar sua *performance*? Descreve que vem ocorrendo muitas vezes o contrário. Por não trabalhar adequadamente esses aspectos, o profissional vai apresentando, cada vez mais, um declínio no rendimento.

Segundo o autor, um processo interessante no processo de *coaching* é que o atendimento em si já é composto de diversos aspectos que podem ser usados para o desenvolvimento profissional. Alguns exemplos:

- A forma como o *coach* aplica seus *feedbacks*;
- A forma como o *coach* recebe ou, quando não recebe, solicita *feedback*;
- O relacionamento entre ambos;
- O planejamento de trabalho;
- O estabelecimento de relação interpessoal;
- A comunicação;
- A negociação;
- A empatia.

Clutterbuck (2008), afirma que o motivo fundamental para se investir no *coaching* de uma equipe é melhorar seu desempenho. O problema, em parte, é aquilo que se decidiu sobre a missão e as prioridades de sua equipe em um dia e muda no dia seguinte.

Para Clutterbuck (2008), existem boas perguntas de *coaching* para melhorar o desempenho, algumas delas são as que seguem:

- Como as outras pessoas avaliam seu desempenho?
- Quais os julgamentos que mais importam?
- O que você pode fazer para ter mais controle sobre o como o seu desempenho é avaliado?
- O que você quer fazer a respeito?

Acrescenta que um dos benefícios do *coaching* de equipes é que esse processo aprimora a capacidade do líder de gerenciar os desempenhos individuais.

Rosa (2009) descreve a seguinte premissa sobre o aprender e o ensinar, a saber:

O "líder educador" é o que Fonseca (2001) chama de mediatizador, e não deveria ensinar apenas conteúdo, mas sim o que o indivíduo precisa aprender, analisar, planejar, aprender e pensar. Deveria dar ao sujeito, informações e pré-requisitos básicos para aprender a aprender e reaprender (ROSA, 2009).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às exigências de mudanças no contexto educacional, sejam elas nas escolas, organizações etc., mediante as exigências internas e externas em que estas instituições sofrem, é necessário um olhar mais próximo para as ocorrências, necessidades e exigências do comportamento das pessoas, influenciados por fatores psicológicos e sociais.

Partindo do contexto do trabalho do docente educacional, sendo ele inclusive o sujeito responsável por fomentar a necessidade de mudança nas práticas pedagógicas estende-se sua atuação intencionalmente no sentido de desenvolver ações que possibilitem colocar em prática atitudes que estimulem tal mudança.

Diante do contexto atual, ainda em desenvolvimento e provocativo de quebra de paradigmas, as novas práticas de gestão, orientadas pelas técnicas de *coaching* traz um novo olhar sobre as formas de desenvolvimento de pessoas no processo de aprendizagem e que poderá contribuir para a dinâmica, o significado e a relevante utilidade do trabalho do docente e sua atuação como *coach*.

Adotando alguns modelos de prática de *coach*, o campo da educação poderá se beneficiar, uma vez que sua atuação implica necessariamente não somente no campo da aprendizagem, mas na característica fundamental para seu acontecimento, a motivação do próprio indivíduo frente suas dificuldades e exercício de suas potencialidades, respeitando sua individualidade e necessidades flutuantes.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Alexandre F. **O mundo globalizado**. 3. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2007.
- BERGAMINI, Cecília W. **Psicologia Aplicada à Administração de Empresas**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996.

CLUTTERBUCK, David. **Coaching eficaz**. Como orientar sua equipe de trabalho para potencializar resultados. Tradução: Neto, Maria S. M. São Paulo, SP: Gente, 2008.

FELDMANN, Marina G. **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo, SP: Senac São Paulo, 2009

FLEURY, Maria Tereza L. **As pessoas na organização**. São Paulo, SP: Gente, 2002.

GALLWEY, Timothy W. **The Inner Game of Work: Focus, Learning, Pleasure, and Mobility in the Workplace**. Setembro 2001. Disponível em: <http://www.goodreads.com/book/show/285509.The_Inner_Game_of_Work>. Acesso em: 22 nov. 2010.

HARGROVE, Robert. **The masterful coaching fieldbook: Grow your business, multiply your profits, win talent war!** 2. ed. San Francisco, CA: Pfeiffer, 2007.

KRAUSZ, Rosa R. **Coaching executivo: A conquista da liderança**. São Paulo, SP: Nobel, 2007.

PAULA, Maurício. **O sucesso é inevitável: coaching e carreira**. São Paulo, SP: Futura, 2005.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2009.

ROSA, Jair Humberto. **Trabalho, aprendizagem e autonomia nas organizações**. 1. ed. São Paulo, SP: Biblioteca 24x7, 2009.

SOMERA, Elizabeth A. S. **Coletânea de notas das aulas para a formação em Psicopedagogia Clínica e Institucional**. São José do Rio Preto: [s.n.], 2010.

WHITMORE, J. **Coaching for performance**. 2. ed. Londres: Nicholas Brealey Publishing, 1996. Disponível em: <<http://www.coachfederation.org/>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

PEREZ, Juan F. B. **Coaching para docentes: motivar para o sucesso**. 1. ed. São Paulo, SP: Porto, 2009.

EM BUSCA DO SER TOTAL

Prof^a. Dr^a. Mara Lucia Macedo Paizan

Prof. Dr. Moacir Fernandes de Godoy

RESUMO

Introdução: Oferecer aos adolescentes, informações para que possam compreender a necessidade da prevenção em diversos setores da vida, representa uma das maiores dificuldades durante esta fase da vida, a adolescência. Atualmente, sabe-se da necessidade de colocar os adolescentes como protagonistas do seu destino. A orientação é o caminho para que alcancem seus objetivos e vivam de forma mais plena e protegida. **Objetivo:** Avaliar a importância da compreensão da complexidade humana pelos adolescentes, no momento de tomar suas decisões, ou seja, na prevenção abrangente. **Método:** Apresenta-se o curso "Em busca do SER total", no qual foram discutidas as diversas trocas e fases da vida com o grupo. Os adolescentes avaliados foram questionados numa simulação destas fases, no antes, no logo após o curso e um ano depois. Foram avaliados 40 adolescentes de 10 a 18 anos, estudantes da Escola Iria Barbieri Vita da cidade de Mirassol, SP. **Critério de inclusão:** Selecionados pela escola, adolescentes com dificuldades de comunicação e negociação com colegas e/ou com funcionários da escola. **Critério de exclusão:** Algum problema psiquiátrico ou psicológico já antes detectado. **Intervenção:** Passagem pelo curso, onde todos foram questionados e estimulados a Compreender a abrangência das trocas, a necessidade de se manterem em equilíbrio dinâmico e a buscar soluções criativas para seus problemas. A principal variável de desfecho foi a redução de respostas dispostas ao exagero e a importância das compreensões adquiridas. A forma de avaliação foi por análise comparativa de desempenho no antes, logo após o curso e um ano depois. **Conclusão:** Foi comprovada a redução de pontos dispostos ao exagero e a importância das informações transmitidas.

Palavras chave: 1. Adolescência; 2. Complexidade; 3. Prevenção.

Abstract

Introduction: Providing the adolescents with information to understand the need for prevention in various aspects of life represents one of the greatest difficulties during this period. Currently, it is well known that adolescents should be protagonists of their own destiny. Guidance is the way to achieve their goals, therefore, they could live life more

fully and protected. **Objective:** To evaluate the importance of the understanding of the human complexity by the adolescents, in the moment of their decision making, that is, in the comprehensive prevention. **Method:** The course "In the search of total BEING" was introduced; in which many exchanges and phases of life were discussed with the group. The evaluated adolescents were questioned in the simulation of these phases; that is, before, soon after the course, and a year later. Forty adolescents aged from 10 to 18 years, students of Iria Barbieri Vita, a school in the city of Mirassol, SP were evaluated. **Inclusion criteria** were: Selected by the school, adolescents with communication difficulties and negotiation with colleagues and / or school staff. **Exclusion criteria:** Any psychiatric or psychological issues already detected. **Intervention:** Passage through the course, where everyone was asked and encouraged to understand the scope of exchanges, the need to remain in a dynamic equilibrium and to search creative solutions to their problems. The main endpoint variable was the reduction of answers related to exaggeration and to the importance of the acquired understandings. The form of evaluation was by comparative analysis of performance; that is, before, soon after the course and a year later.

Conclusion: It has been proven the reduction of exaggerated responses and the importance of the understanding acquired.

Keywords: 1. Adolescence; 2. Complexity; 3. Prevention.

A adolescência é definida como um período biopsicossocial que compreende, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (1965), a segunda década da vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos.⁽¹⁾ Esse também é o critério adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil e Ministério do Planejamento⁽²⁻³⁾ e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.⁽⁴⁾

Em geral, a adolescência inicia-se com as mudanças corporais da puberdade e termina com a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta.⁽⁷⁾ O trabalho do jovem consiste em descobrir sua aptidão, aprender a desenvolver sua competência e transformar seu esforço em resultado positivo e isso requer investimento diário, em pequenos atos constantes para se chegar a um resultado favorável com a construção da sua identidade em nossa sociedade. Durante toda, ou grande parte, da vida dos indivíduos essa construção acontecerá e isso permitirá que ele construa não só a sua identidade, como suas emoções, seus medos, sua inteligência, sua personalidade, dentre outros. Podemos observar em alguns momentos, certas crises de identidade durante o seu desenvolvimento.

A maioria dos adolescentes das sociedades atuais precisam resolver essas crises para solidificarem aspectos de sua identidade pessoal e social.

“Ao final do ensino médio, um(a) adolescente pode já ter definido suas metas de vida, mas poderão também estabelecê-las somente após um período mais ou menos prolongado de incertezas, de buscas e de experiências. Precisam ser consideradas particularmente as suas necessidades, para desenvolver um verdadeiro amadurecimento. Para tanto, precisamos então refletir sobre os fundamentos e práticas de uma educação integral.

Não importa o grau de simplicidade ou complexidade, é preciso ter um projeto de vida, sendo um fator protetor frente aos riscos de saúde do adolescente. Sem esse mecanismo, os jovens se frustram porque “nunca poderão chegar a ser o que gostariam de ser, desviando-se para estilos de vida de alto risco”.⁽¹³⁾ O adolescente precisa ser orientado para buscar objetivos factíveis e para articular suas próprias estratégias para obtê-los.⁽¹¹⁾

Comportamentos destrutivos são muitas vezes por falta de orientação, falta de estímulo adequado, por não ter sido trabalhada a educação o suficiente para dar direcionamento positivo e construtivo a esse jovem. Uma grande maioria de jovens, em especial do sexo masculino, sem a compreensão de seu próprio projeto de vida, se revoltam e se jogam a extremos para chamar a atenção da sociedade, sendo uma maneira de colocar em pauta sua individualidade. Com reforço negativo, é bastante provável até a solidificação dessa personalidade, como eles mesmos se intitulam de “*vida loka*”.

Ocariz,⁽²¹⁾ diz que “O organismo está submetido a dois tipos de excitação: exógenos e endógenos. A pulsão é a energia fundamental do sujeito, força necessária ao seu funcionamento, que se apresenta de múltiplas formas.⁽¹⁷⁾ “Claude Bernard, enfatiza o papel do meio interior no estabelecimento e manutenção do estado estável no corpo.”⁽²⁵⁾ Ao serem melhores trabalhadas as informações, fortalecendo o meio interno, podemos estar ampliando as possibilidades desse jovem.

Apresentamos o curso Em busca do SER total, onde são discutidos com os adolescentes as diversas trocas e fases da vida. Através de questionários podemos avaliar o que conseguiram compreender sobre seus vários sistemas de trocas e as condutas extremadas. A ideia é a de que nós somos feitos de sensações diferentes que produzem mundos diferentes convivendo ao mesmo tempo, sendo distintos na realidade: não podemos fazer sexo com a mente racional; a fome não nos deixa pensar; nem sempre dizemos o que estamos sentindo, etc.

Somos possuidores de partes dentro do nosso todo e fizemos então uma tentativa de elucidação dessas partes e da montagem desse todo. Todos nós possuímos:

- Uma parte inconsciente estudada por Freud;

- Outra parte é desejo e sua a forma de elaborá-lo; estudada por Freud.
- Outra ainda é fome e a forma de gasto energético (movimento);
- O medo e a necessidade de segurança (bens materiais);
- O afeto e a dificuldade de entrega.
- A expressão de seus valores e vivências. Edgard Morin
- A percepção de si e do desigual. Steiner
- A intuição, a aceitação, alicerçada pela fé e positividade. Abordada por Yung.
- A resiliência para a autoconstrução: somos perfectíveis!

Esses temas são trabalhados e debatidos através de questionamentos sugeridos pelos alunos, dentro do tema maior de cada fase. Enquanto os debates acontecem, soluções são pontuadas através de textos e dinâmicas:

- Sobre seus instrumentos de troca com a vida.
- Que o movimento (uso dos dois lados do problema) é saudável e gera vida de todos esses instrumentos.
- Que os extremos geram de danos à morte.
- Que o imprevisto é normal e traz aprendizado e desenvolvimento.

Portanto é possível desenvolver vários tipos de “inteligência” para as quais criamos definições específicas para utilização no presente estudo, a saber:

1 - Inteligência EMOCIONAL: O que fazer com o não saber, com a dificuldade do início, com a raiva, com a queda e com a morte. A decisão de aceitar a dualidade e a incerteza em todas as fases e se projetar no mundo ou sucumbir. **É a troca na qual não temos controle e que faz parte do pacote da vida.** Começamos com total inconsciência, porém protegidos pelos pais. Essa fase termina com a chegada dos hormônios sexuais.

2 - Inteligência SEXUAL: O que fazer com o desejo sexual. **É a troca que fazemos com o nosso objeto de desejo.** Começará a conscientização de que é preciso mais, é preciso se cuidar para estar bem com seu corpo e seu espaço.

3 - Inteligência VITAL: O que fazer com a fome e a necessidade de movimento e os cuidados com a saúde. **É a troca feita como o alimento e as diversas formas de permanecer saudável.** Começará a conscientização de que é preciso se organizar na sociedade e ter meios para comprar materiais necessários para o bem viver.

4 - Inteligência RACIONAL: O que fazer com o medo e a necessidade de segurança. **É a troca com os bens materiais e as organizações.** Se conseguirmos nos organizar, buscaremos formar uma família para compartilhar.

5 - *Inteligência AFETIVA*: Como lidar com minha necessidade de afeto. **É a troca com a família e com pessoas queridas.** Para que esse afeto tenha continuidade seria importante saber se expressar bem.

6 - *Inteligência COMUNICATIVA*: Como melhor me expressar. **É a troca com os amigos expressando seus valores e vivências.** Somente a expressão não faz a comunicação. Seria necessário saber ouvir, perceber, para comunicação acontecer.

7 - *Inteligência PERCEPTIVA*: Como compreender o que se percebe. **É a troca com o a grande diversidade humana, pela compreensão.** Mesmo chegando a todo esse conhecimento, seria interessante saber também relaxar e conseguir positividade, pois a vida tem seu tempo, sendo necessária a paciência bem desenvolvida.

8 - *Inteligência ESPIRITUAL*: Como conseguir auto aceitação e aceitação da realidade. Positividade. Acolhimento X Exigência. **É a troca com o que transcende os limites do nosso mundo, através de nossa intuição.** De mão desse conhecimento então faremos um projeto de vida mais consistente e abrangente.

9 - *Inteligência CONSTRUTIVA*: A CONSTRUÇÃO DAS INTELIGÊNCIAS E O PROJETO DE VIDA. **Projeto que depois de desenvolvido, é o que deixaremos como gratidão para a vida.**

Ao final do curso, foi montado um gráfico, onde essas potencialidades foram analisadas uma a uma, com cada indivíduo em particular; como fechamento da compreensão pessoal. Ao questionar suas condutas, perceberão que o ser humano se movimenta motivado por suas sensações como: fome, desejo, necessidade de expressão, de compreensão, de aceitação, de afeto e medo. São esses os maiores combustíveis que impulsionam o ser humano perante a vida. Essa é uma tentativa, então, de reconhecer as partes e a complexidade das trocas humanas. Não está se falando aqui de exageros como ganância, prazer em trapaça, etc. Fala-se do que move um ser humano saudável. Percebe-se aqui a diversidade das nossas necessidades.

Acredita-se que também para as trocas que praticamos no dia-a-dia, a evolução se dá buscando conhecimento e compreensão aprofundada dos dois lados das questões, para serem usados no momento adequado, na diversidade de todas as coisas e de todas as questões. Segue-se compreendendo e conseguindo suavizar extremos desnecessários. Só a partir de então é possível decidir de forma autônoma a melhor atitude a ser tomada. Se estiver sendo desenvolvida a autonomia e esse equilíbrio dinâmico, na educação e formação dos adolescentes, confiaremos no aprendizado assimilado, tornando desnecessárias as atitudes intempestivas. É necessário pesquisar e proceder para permitir a todos os seres humanos o acesso ao melhor de nossa herança desde Sócrates: aquela

que a partir de nossa condição de autoconhecimento contempla a capacidade de autodeterminação e autogestão de indivíduos e grupos sociais, de acordo com os ditames de sua verdadeira natureza.⁽¹¹⁰⁾ O que acrescentaríamos: com equilíbrio dinâmico!

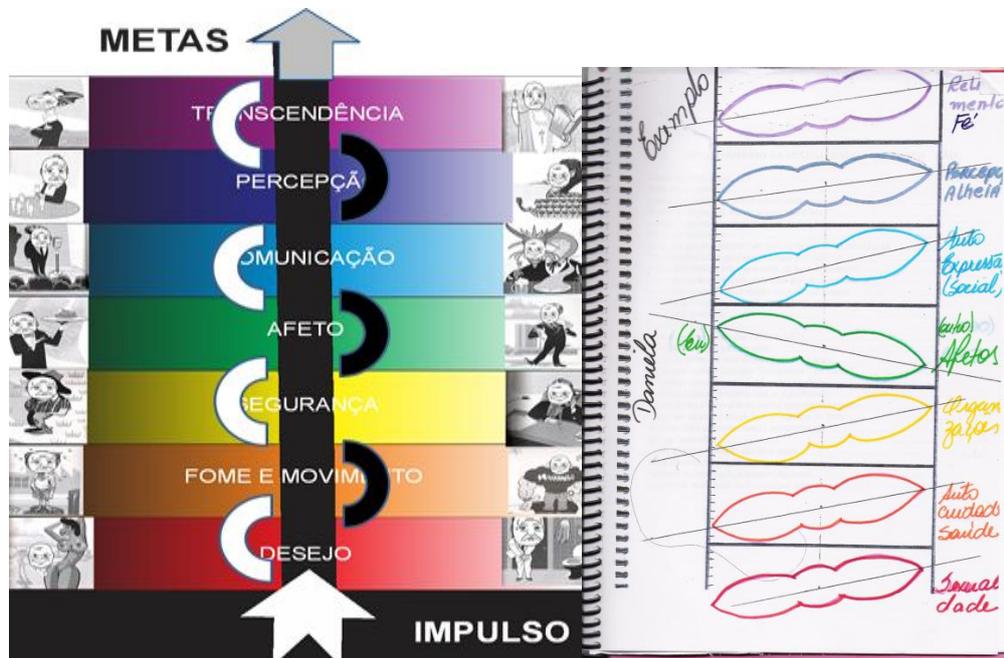
As conversações sugerem que os adolescentes exigem um pouco mais de tempo, e não o tempo medido em dias ou meses, mas o tempo medido por experiências constitutivas capazes de construir uma expectativa de futuro. Um estudo analisa a forma como os adolescentes se sentem, e ajudam a transformar o modelo de transição dos cuidados de saúde utilizado em uma universidade pública. Ouvir as vozes dos adolescentes é crucial para uma melhor compreensão de suas necessidades. Eles são aqueles que podem ajudar os profissionais em alternativas para uma transição de saúde suave e bem sucedida.⁽¹¹⁵⁾

Por seu lado, os adolescentes precisam rever suas posições infantis frente à incerteza dos papéis adultos que lhes são apresentadas. A crise de identidade é marcada, também, por uma confusão de identidade, que fará com que o adolescente parta em busca de identificações, encontrando outros "iguais" e formando seus grupos. Com o tempo, algumas atitudes são internalizadas, outras não, algumas são construídas e o adolescente, paulatinamente, percebe-se portador de uma identidade que, sem dúvida, foi social e pessoalmente construída.⁽¹¹⁷⁾

Sugerem ainda, tal como anteriores investigações, que os problemas de internalização não são forçosamente transitórios e que nem deveriam ser.⁽¹¹⁸⁾

Os adolescentes e as suas famílias necessitam de interações recíprocas eficazes com pessoas e serviços em todos os setores a fim de que a transição para a vida adulta seja bem sucedida. Importante visualizarem que temos maneiras criativas para buscar em valores internos a resolução de nossos problemas, pois somos instrumentalizados para isso. Ao conseguir essa internalização, podem compreender a necessidade preventiva e de autoconstrução do próprio SER.

Terminamos então com o gráfico que auxilia no final das compreensões, ficando claro como é possível atuar na vida e como estão atuando. Se já estão competentes e em equilíbrio dinâmico em cada uma dessas sensações ou sentem-se incomodados e em que proporção. Lembrem-se sempre que quando se começa a dirigir, dirige-se com mais velocidade para mostrar que se sabe. Depois que se aprende, fica-se mais tranquilo por saber que é conhecedor. A pergunta é: sua competência já te faz tranquilo ou esta sofrendo em alguma dessas sensações? Está compulsivo em algum dos lados do problema? Seja qual for a resposta, a conscientização é contínua.



RESULTADO

O Figura mostra variações antes, logo depois do curso e depois de 1 ano. Observa-se que houve redução significativa no número de pontos de exageros após curso (teste Friedman; $P < 0,0001$; antes versus logo depois: $P < 0,0001$; antes versus depois de 1 ano: $P = 0,0005$; logo depois versus depois de 1 ano: $P = 0,0041$) (Tabela 6). Embora tenha havido perda de resultado 1 anos após o curso, constatou-se que ainda havia diferença significativa para melhor, em comparação com o pré.

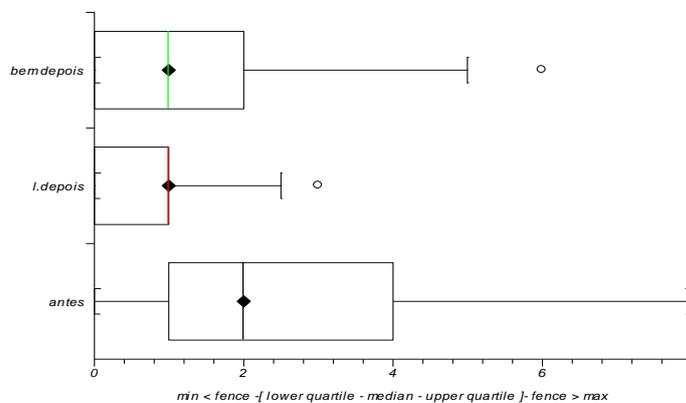


Figura 57. Teste de Friedman mostra variações antes, logo depois do curso e

depois de 1 ano.

De um total de 40 adolescentes, um deles não foi encontrado após 1 ano, somente 7 não obtiveram melhora. Foi questionado então com a direção da escola e foram confirmados esses oito alunos não terem apresentado melhoras. No apêndice encontramos o retorno da escola com esta confirmação. Seis adolescentes acharam que tiveram aproveitamento razoável e se mostraram interessados em refazer o processo. Começaram não levando a sério, mas ao final, perceberam o valor dos questionamentos. Entretanto, um total de 26 adolescentes se mostrou agradecido pela orientação e pela oportunidade de resolverem, entre si, problemas do seu cotidiano.

DISCUSSÃO

Pela análise estatística do montante dos nossos dados, encontramos variações antes, logo depois do curso e depois de 1 ano. Observa-se que houve redução significativa no número de pontos de exageros após curso (teste Friedman; $P < 0,0001$; Pós-teste: antes versus logo depois: $P < 0,0001$; antes versus depois de 1 ano: $P = 0,0005$; logo depois versus depois de 1 ano: $P = 0,0041$).

Isso nos indica que logo após o curso estavam significativamente menos dispostos a cometer exageros. Um ano após, houve certa perda de resultados, com aumento da disposição ao exagero, mas mesmo assim, o resultado depois de um ano ainda se mostra significativo se comparado ao pré. Esse resultado está de acordo com os resultados de uma pesquisa semelhante, indicando que os alunos que receberam 3 anos da intervenção denominada AP (ação positiva) e um alto número de aulas, tiveram uma nota para autoestima significativamente maior do que aqueles que não receberam (116). Com o presente trabalho também se levanta a questão de que a intervenção deva ser mais extensa e com reforços periódicos

7 CONCLUSÕES

Foi possível detectar dificuldades de um grupo de adolescentes e ajuda-los a mediar seus conflitos e detectar problemas de forma precoce. Foi comprovada a importância desse questionamento e das informações passadas.

Com essa orientação mais abrangente, fomos capazes de ajudá-los a se situarem, tranquilizarem e ficarem mais presentes em seus cotidianos, inclusive escolar, em nome de um projeto maior de vida.

Percebemos também que essa orientação deve ser reforçada no cotidiano para que não retornem aos patamares de insegurança e de exageros desnecessários, já que eram adolescentes que já se encontravam com problemas dentro da unidade escolar.

REFERÊNCIAS

- Organização Mundial da Saúde. Problemas de la salud de la adolescencia. Informe de un comité de expertos de la O.M.S. Ginebra: OMS; 1965.
- Brasil. Ministério da Saúde. Saúde de adolescentes e jovens. 2007; <http://portal.saude.gov.br/saude/>.
- Brasil. Ministério do Planejamento. População jovem no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE; 1999.
- Brasil. Ministério da Saúde. Indicadores sociais. Crianças e adolescentes. 2007; <http://www.ibge.gov.br/home/>.
- Formigli VL, Costa MC, Porto LA. Evaluation of a comprehensive adolescent health care service. *Cad Saude Publica*. 2000;16:831-41.
- Zusho A, Pintrich PR. Motivation in the second decade of life: the role of multiple developmental trajectories. In: Urdan T, Pajares F, editors. *Adolescence and Education: general issues in the education of adolescents*. Greenwich (CT): Information Age; 2001. p.163-200.
- Donas Burak S. Marco epidemiológico conceptual de la salud integral del adolescente. San José: OPS; 1992.
- Schor N, Mota MSFT, Branco VC, organizadores. *Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento*. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.
- Ocariz MC. O sintoma e a clínica psicanalítica: o curável e o que não tem cura. São Paulo: Via Lettera; 2003.
- Morin E. *La méthode 6. Éthique*. Paris; Seuil; 2004.
- Rodrigues LP. From physiology to sociology?: Elements for a revisioof the theoretical history of systemic sociology. *Rev Bras Ci Soc*. 2013;28:165-78.

Aleksandrowicz AMC, Minayo MCS. Humanismo, liberdade e necessidade: compreensão dos hiatos cognitivos entre ciências da natureza e ética. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2005;10:513-26.

achado DMI, Galano E2, de Menezes Succi RC3, Vieira CM4, Turato ER4. [Epub ahead of print] Adolescents growing with HIV/AIDS: experiences of the transition from pediatrics to adult care.

Braz J Infect Dis. 2016 Mar 2. Pii: S1413-8670(16)30027-7. Doi:10.1016/j.bjid.2015.12.009.

Gullone E, Ollendick TH, King NJ. The role of attachment representation in the relationship between depressive symptomatology and social withdrawal in middle childhood. *J Child Fam Studies*. 2006;15:271-85.

Machado TS, Fonseca AC, Queiroz E. Vinculação aos pais e problemas de internalização em adolescentes-dados de um estudo longitudinal. *INFAD Ver Psicol*. 2008;(1):321-32.



SOROCABA

A COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA COMO FERRAMENTA DE PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS SUSTENTÁVEIS

Belinda de Cassia Manfredini (Senac); belinda.cmsilva@sp.senac.br*

Mércia Segala Bruns (Senac e Uniso); merciasegala@gmail.com

Resumo: Diante de consumidores mais exigentes, disseminar de maneira midiática as ações que envolvem as estratégias de sustentabilidade das organizações podem ser consideradas uma estratégia de geração de valor e reputação para as organizações engajando consumidores conscientes e atraídos pelos seus produtos sustentáveis. Diante desta observação, este artigo busca unir as formas mais famosas de reconhecimentos das práticas sustentáveis exercidas pelas organizações e estudar que estão publicadas nas mídias nos principais canais de comunicação, apresentar como estas práticas são medidas para ranquear as organizações e quais são as ações sustentáveis que mais se destacam para a conquista destes reconhecimentos por parte do consumidor e no ranking das premiações. Para as análises teóricas de sustentabilidade e conceitos relacionados à mídia, imagem e reputação foram consultados os autores Veiga (2010), Oliveira (2012) e Guattari (1995) que contribuem para o embasamento da análise e no uso do referencial teórico para a construção do artigo. As conclusões deste artigo podem levar os leitores à compreensão do cenário midiático da sustentabilidade das grandes corporações considerando que não há pequenas e microempresas entre as empresas ranqueadas. As comunicações das próprias organizações se vangloriando de tais prêmios são vastas e estão publicados nos mais diversos veículos de comunicação, tornando-se quase impossível mensurar. Entretanto, as empresas reconhecidas como sustentáveis incrementam seus planos de comunicação organizacional e de responsabilidade social na intenção de integrar a sustentabilidade com as ações organizacionais e, apesar desta estratégia estar alinhada teoricamente com os princípios organizacionais destas empresas, também tornam as iniciativas em verdadeiros espetáculos midiáticos de comunicação e condecoração.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Mídia. Consumo Consciente. Reputação. Responsabilidade Socioambiental.

Abstract: In the face of more demanding consumers, disseminating in a mediatic manner the actions that involve the sustainability strategies of the organizations can be considered a strategy of generating value and reputation for the organizations engaging conscious consumers and attracted by their sustainable products. In view of this observation, this article seeks to unite the most famous forms of recognition of sustainable practices carried out by organizations and that are published in the media in the main communication channels, to present how these practices are measures to rank organizations and what are the sustainable actions that most stand out for the achievement of these recognitions on the part of the consumer and in the ranking of the awards. For the theoretical analyzes of sustainability and concepts related to media, image and reputation, the authors Veiga (2010), Oliveira (2012) e Guattari (1995) were consulted, contributing to the analysis base and using the theoretical reference for construction of the article. The conclusions of this article may lead readers to understand the media landscape of the sustainability of large corporations considering that there are no small and micro companies among the companies ranked. The communications of the own organizations boasting of such awards are vast and are published in the most diverse media, making it almost impossible to measure. However, companies recognized as sustainable increase their plans for organizational communication and social responsibility in order to integrate sustainability with organizational actions and, although this strategy is theoretically aligned with the organizational principles of these companies, also make the initiatives into true media spectacles communication and decoration.

Keywords: Sustainability. Media. Conscious consumption. Reputation. Social and environmental responsibility.

INTRODUÇÃO

O termo Sustentabilidade foi empregado pela primeira vez no final de década de 70, como adjetivo nas discussões do meio acadêmico, com a finalidade de expressar a capacidade dos ecossistemas resistirem às influências antropogênicas. Refletia, neste cenário, uma característica relacionada à resiliência de nosso planeta, conceito proveniente das ciências físicas, no qual um material retorna ao seu estado original, quando as forças e estresses aplicados cessam. Assim, a sustentabilidade surgiu para expressar a possibilidade do nosso planeta se recuperar das agressões ao meio, quando fossem interrompidas tais interferências. (VEIGA, 2010).

No entanto, o termo foi mais discutido em 1987, na reunião da Comissão Mundial sobre

Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), da Organização das Nações Unidas (ONU), quando a ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland apresentou a seguinte definição de sustentabilidade:

[...] a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (CMMAD, 1988, p. 9 apud OLIVEIRA et al., 2012).

A partir de então, foram estabelecidos três pressupostos da sustentabilidade, tais como o *Triple Bottom Line*, ou os três pilares, os quais envolviam aspectos de desenvolvimento humano por meio do respeito e preservação ambiental, em condições que fossem economicamente viáveis e socialmente justas. (OLIVEIRA et al., 2012).

Guattari, em 1995, sinalizou a problemática do desenvolvimento econômico e social de um país, diante da posição política e tecnológica de antagonismo, referente à forma ainda exploratória de atuação nos ecossistemas, resultante da criação de novos produtos e do comportamento consumista das sociedades. Em seu livro intitulado “As três ecologias”, Guattari (1995) aborda a questão da ecologia-ambiental, mental e a social. Na ecologia-ambiental, os ambientes, os seres e suas inter-relações são enfocados, no sentido de conhecimento de seus potenciais e fragilidades, em busca da descoberta do limite e das possibilidades de co-evolução com o Homem. Na ecologia mental, pressupõe-se a necessidade da mudança de paradigmas, hábitos e atitudes, deixando o passado colonialista e extrativista para assumirmos uma postura de crescimento conjunto, baseado no consumo consciente e nas possibilidades de recuperação, reuso e reciclagem de materiais e produtos. Em relação à ecologia social, Guattari (1995) preocupou-se em descrever que a sociedade humana faz parte dos seres vivos do planeta, e que as decisões e as relações homem-homem e homem-meio deveriam ser reconstruídas, embasadas no conhecimento das múltiplas inter-relações, denominadas impactos, sendo impossível imaginar-se como ser isolado do meio.

As empresas, enquanto consumidoras de recursos naturais, passaram a desenvolver uma consciência ambiental a partir do momento que alguns desses recursos tornarem-se escassos, inviabilizando seus negócios. Assim, ao conhecerem tais mecanismos ambientais dinâmicos, adotaram uma nova forma de gerir seus negócios, embasada nos pilares da sustentabilidade.

Oliveira et al. (2012) reforçam que a atuação dos organismos de controle ambiental no país, os crescentes interesses dos *stakeholders* ou pessoas envolvidas, tais como as comunidades de entorno das empresas, e a publicação de novas normas e leis mais

restritivas também auxiliaram na busca pela sustentabilidade empresarial. Para Trevisan et al. (2008, p. 2), a “[...] responsabilidade socioambiental deixou de ser uma opção para as organizações, ela é uma questão de visão, estratégia e, muitas vezes, de sobrevivência”.

As empresas sustentáveis são mais competitivas e geram muito valor, sendo a chave para o crescimento a sustentabilidade. A visão e a estratégia das organizações constituem as bases para a definição de suas ações, deve-se alinhar a gestão em seus conceitos de responsabilidade social e sustentabilidade abrangendo todos os pilares da organização, das políticas às práticas, garantindo o reconhecimento pelas suas atitudes e a geração de valor ao seu negócio perante o público.

Disseminar de maneira midiática as ações que envolvem as estratégias de sustentabilidade das organizações podem ser consideradas uma estratégia de geração de valor e reputação para as organizações engajando consumidores conscientes e atraídos pelos seus produtos sustentáveis.

As organizações, portanto, aproveitam-se das ações voltadas ao que alguns pesquisadores compreendem como “obrigações” com o meio ambiente e a sociedade, para serem reconhecidas no mercado consumidor e midiático, modificando a opinião pública de forma favorável à sua imagem e gerando posicionamento nos eixos da sustentabilidade. Órgãos são criados para o fomento das práticas sociais e sustentáveis criando estratégias de reconhecimento para as corporações por meio de indicadores e projetos. Alguns desses órgãos foram pesquisados e apresentados neste artigo, buscando unir as formas mais famosas de reconhecimentos das práticas sustentáveis exercidas pelas organizações e que estão publicadas nas mídias nos maiores canais de comunicação, apresentar como estas práticas são medidas para ranquear as organizações e estudar quais são as ações sustentáveis que mais se destacam para a conquista destes reconhecimentos.

A SUSTENTABILIDADE NA MÍDIA

Fatores como sustentabilidade e questões voltadas às políticas ambientais tornaram-se importantes para a formação da imagem e reputação das organizações. Diante de consumidores mais exigentes em relação à qualidade e precedência dos produtos e serviços, ser uma marca envolvida com iniciativas sustentáveis tornou-se fundamental para as organizações. Dessa forma, a comunicação das suas ações e projetos, bem como as ideologias consideradas como o alicerce das organizações, pode ser um diferencial na construção da imagem positiva dessas organizações no mercado e na mente dos

consumidores.

A identidade de uma empresa é o resultado das percepções públicas, ou seja, como o público a enxerga por meio de suas ações de comunicação. [...] O reflexo dessa identidade é a imagem da empresa. Se a identidade inspirar confiança, coerência, alinhamento com interesses da sociedade, a imagem será positiva. (NETO, 2010, p. 4)

Em busca de obter uma opinião pública positiva e coerente sobre a imagem das organizações, estas se apropriam de projetos e programas que viabilizam resultados mais eficientes para seus processos em busca de reconhecimento tornando-se empresas mais sustentáveis e assim sendo vistas pelos seus *stakeholders*.

A empresa deve cuidar para que as ações de comunicação realizadas por seus diversos setores e interlocutores – seus produtos, serviços, marcas, anúncios, atitudes, entrevistas, comunicados, etc. – tenham a qualidade e coerência necessárias para gerar, nesta ordem, identidade, imagem e reputação positivas ou favoráveis.” (NETO, pág. 5)

Assim, a seguir apresenta-se uma análise dos prêmios mais famosos de reconhecimento às práticas sustentáveis como, por exemplo, o Portal Imprensa publicou a 8ª edição da pesquisa “As empresas mais sustentáveis segundo a mídia”. Trata-se de um levantamento de auditoria de imagem realizado pela *PR Newswire*, uma empresa especializada em distribuição de notícias, *targeting*, monitoramento e soluções de marketing. Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, seus resultados apontam para as empresas que mais comunicaram suas ações sustentáveis não significando que estas, de fato, são as mais sustentáveis. (IMPrensa, 2017)

Foram pesquisadas matérias publicadas durante o ano de 2014 por alguns dos mais importantes jornais e revistas do Brasil como: América Economia, Amanhã, Carta Capital, Exame, Época, Época Negócios, Você S.A, Veja, Isto É e Isto É Dinheiro, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Zero Hora e Correio Braziliense. Conteúdos sobre sustentabilidade foram analisados avaliando quatro quesitos: meio ambiente, transparência, recursos humanos e comunidade, em um cenário de mais de 800 empresas de 30 setores diferentes. (IMPrensa, 2017)

Entre as dez primeiras classificadas no *ranking* geral estão: Jacto (Indústria de Máquinas, Caminhões e Ônibus), Unimed (Serviços Diversos), Bradesco (Serviços Financeiros), Unilever (Indústria de Higiene e Limpeza), Algar Telecom (Serviços de

Telecomunicações), Hospital Albert Einstein (Serviços Diversos), Natura (Indústria de Cosméticos), Embraer (Indústria de Aviação e Naval), MAN Latin America (Indústria de Máquinas, Caminhões e Serviços), Whirlpool (Indústria de Eletroeletrônicos). (IMPrensa, 2017) Dentro dos quesitos avaliados, destacam-se em primeiro lugar as seguintes empresas: Recursos Humanos – Unimed; Meio Ambiente – Unilever; Comunidade – Avon; Transparência – Moura. (IMPrensa, 2017)

Desta empresas, a Unilever tem como propósito “transformar a vida sustentável em algo comum” e traduz em sua visão a intenção de ampliar seu negócio e, ao mesmo tempo, aumentar os impactos sociais positivos e reduzir os impactos ambientais. Dessa forma, apresenta projetos, programas e parcerias que fazem parte das estratégias da organização e atendem demandas relacionadas a saúde e higiene, melhoria da nutrição, redução dos gases do efeito estufa, redução no consumo de água, redução de resíduos, promoção de cadeia de suprimentos responsável, igualdade no local de trabalho, oportunidades para mulheres, empresa inclusiva. Com parcerias globais desenvolve ações para fomentar melhorias nas condições de vida por meio de parcerias na cadeia de valor, revelação da mudança transformacional por meio de parcerias, redução do impacto de desastres e emergências e o trabalho em equipe para reduzir o impacto ambiental. (UNILEVER, 2017).

A Avon, por sua vez, investe no Instituto Avon que é uma organização não governamental, criada e mantida pela Avon Brasil desde 2003. O Instituto tem como objetivo “coordenar as ações de investimento social da empresa em relação às duas maiores causas sociais da Avon: o combate ao câncer de mama e à violência doméstica.” (AVON, 2017) São ações voltadas exclusivamente para mulheres. “Ao longo dos 12 anos de sua existência, já apoiou, para as duas causas, cerca de 200 projetos em todo o Brasil, atingindo mais de um milhão de mulheres.” (AVON, 2017)

O Sistema Unimed promovia iniciativas com o objetivo alinhar a gestão da Responsabilidade Social entre as Unimeds, espelhada nas melhores práticas de mercado, Apesar dos esforços apresentarem bons resultados, outras discussões e novos alinhamentos corporativos fez com que fosse constituído o Comitê Nacional de Sustentabilidade do Sistema Unimed. Com representantes de todo o país, o Comitê tem como objetivo principal definir as diretrizes para o Sistema Unimed para uma gestão sustentável nas perspectivas ambiental, social e econômica. Desse comitê resultaram ações como revisão da Política Nacional de Responsabilidade Social, tornando-se Política Nacional de Sustentabilidade, dando origem a uma Plataforma de Sustentabilidade. São

22 objetivos para atender aspectos relacionados à saúde ambiental, social, econômica e cultural da sociedade. (UNIMED, 2017)

Nesta plataforma se encontra o Instituto Brasil de Responsabilidade Socioambiental do Sistema Unimed que foi criado para intensificar os investimentos em projetos para comunidades, sem comprometer o equilíbrio econômico das cooperativas. São mais de R\$ 69 milhões em projetos sociais, ambientais e culturais. (UNIMED, 2017)

Na esfera privada o Prêmio Odebrecht para o Desenvolvimento Sustentável busca:

reconhecer e incentivar os jovens universitários que se propõem a pensar a engenharia, arquitetura e agronomia em uma perspectiva sustentável e gerar conhecimento sobre o tema, difundindo essas novas ideias junto à comunidade acadêmica brasileira e à sociedade em geral. (PRÊMIO ODEBRECHT, 2017)

O concurso é anual e tem como tema **“Contribuições das Engenharias, Arquitetura e Agronomia para o Desenvolvimento Sustentável”**, incentivando a geração de conhecimento e a formação de jovens profissionais com a visão da sustentabilidade. Os projetos apresentados no concurso seguem nove áreas de concentração: Agronegócio, Ambiental, Construções Navais, Defesa e Tecnologia, Empreendimentos Imobiliários, Engenharia e Construção, Mobilidade Urbana, Petróleo e Gás, e Química, todos avaliados pela ótica da viabilidade econômica, responsabilidade ambiental e inclusão social. (PRÊMIO ODEBRECHT, 2017) Realizado em 11 países, o prêmio já reconheceu 78 estudantes, de 28 universidades espalhadas por 13 estados brasileiros e estimula a criatividade, encoraja a inovação em sustentabilidade e fortalece a parceria da organização com as instituições acadêmicas. Os cinco melhores trabalhos recebem R\$ 300 mil em prêmios, sendo distribuído entre os alunos autores dos trabalhos, o professor orientador e a instituição de ensino. (PRÊMIO ODEBRECHT, 2017) A partir desta iniciativa, o incentivo à pesquisa e produção acadêmica envolvendo temas sobre sustentabilidade tem a chance de sair do papel e serem colocados em prática oferecendo à sociedade os benefícios destes novos estudos.

O Portal Exame (2016) publicou uma matéria na editoria “Negócios” apresentando uma lista das 100 empresas mais sustentáveis do mundo em 2016. Em 2017, esse mesmo *ranking* foi atualizado. O estudo publicado pela *Corporate Knights* (2017), de Toronto, uma publicação canadense especializada em responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, apresenta as empresas cuja atuação representa as melhores práticas de sustentabilidade corporativa.

A lista intitulada “*The Global 100*” é o resultado de um levantamento de dados de 12 (doze) indicadores principais: energia, emissões de carbono, consumo de água, resíduos sólidos, capacidade de inovação, pagamentos de impostos, a relação entre o salário médio do trabalhador e o do CEO, planos de previdência corporativos, segurança do trabalho, percentual de mulheres na gestão e o chamado “bônus por desempenho”. (PORTAL EXAME, 2016; CORPORATE KNIGHTS, 2016; 2017)

Destacam-se na lista das 100 empresas mais sustentáveis do mundo em 2017 as seguintes, do primeiro ao décimo colocado: Siemens (Indústria de Conglomerados – Alemanha), Storebrand ASA (Insurance – Norway), Cisco Systems Inc (Equipamentos de Comunicação – EUA), Danske Bank A/S (Bancos – Denmark), Ing Group (Bancos – Netherlands), Commonwealth Bank of Australia (Bancos – Austrália), Koninklijke Philips NV (Indústria de Conglomerados – Netherlands), Johnson e Johnson (Farmacêutica – EUA), Koninklijke DSM NV (Chemicals – Netherlands), Enagas S.A. (Gas Utilities – Espanha). (CORPORATE KNIGHTS, 2017)

Comparativamente, as únicas duas empresas brasileiras dentre as 100 maiores empresas de 2016 são Natura Cosméticos na 61ª posição e o Banco do Brasil na 75ª posição. Já no *ranking* de 2017 aparecem Natura na 19ª posição e o Banco Santander Brasil S.A. na 60ª posição. Assim, pode-se observar que a Natura subiu 42 posições, enquanto que o Banco do Brasil deu lugar ao Banco Santander Brasil S. A.. (CORPORATE KNIGHTS, 2016 e 2017)

A Natura, por sua posição de destaque, chegou a ser notícia no site de notícias Forbes Brasil (2017) sugerindo ao leitor uma reflexão sobre a empresa que se preocupa com sustentabilidade em um ano conturbado com discussões acerca de salários dos altos executivos e a necessidade de maior diversidade nas organizações.

Dentro dos aspectos avaliados nas organizações para compor o *ranking*, a empresa BMW, titular da primeira posição em 2016, destacou-se por índices avaliados acima de 80% pela prática de medidas aplicadas na organização visando a redução de energia, água e resíduos até a inovação e diversidade. O indicador de maior relevância alcançando índice de 100% favorável à organização é a correlação entre o salário de seus executivos seniores ao seu desempenho de sustentabilidade.

Segundo publicações no site da Corporate Knights (2016), a BMW destacou-se por práticas voltadas ao consumidor que tentam reduzir sua pegada ambiental como, por exemplo, seu veículo BMW i3 com bateria, os modelos híbridos BMW i8 plug-in e o mais recente híbrido plug-in BMW X5, destacando-se pelas melhorias:

[...] no peso dos veículos para torná-los mais eficientes em termos energéticos, ajudaram a BMW a registrar uma queda de 4,4 por

cento nas emissões médias de dióxido de carbono da frota por quilômetro em 2014, para 152 gramas de CO₂ por quilômetro versus 159 g De CO₂ / km em 2013. As emissões médias foram mais baixas na Europa, com 130 g de CO₂ / km em 2014 e maiores nos Estados Unidos e na China, com 168 g de CO₂ / km e 176 g de CO₂ / km, respectivamente. A BMW disse que as diferenças regionais no consumo da frota são devidas à diferença nos tipos de carros comprados pelos consumidores nesses países. Por exemplo, mais europeus tendem a comprar veículos menores em comparação com os consumidores nos EUA.

A revista Exame também apresenta um Guia para reconhecer, de maneira voluntária, as empresas que possuem ações de sustentabilidade destacando-as por seu desempenho em governança da sustentabilidade, direitos humanos, relação com os fornecedores, relação com a comunidade, gestão da água, gestão de resíduos, gestão da biodiversidade, mudanças climáticas, relação com o cliente e transparência e combate à corrupção. (EXAME, 2017) A partir de 2007, a revista Exame realizou uma parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) para aprimorar a metodologia que utilizava para avaliar as empresas do Guia Exame de Boa Cidadania, em práticas de responsabilidade social. Essa parceria deu origem à Guia Exame de Sustentabilidade. “No ano seguinte, a redação de EXAME, baseando-se em critérios editoriais e jornalísticos, passou a escolher, dentre as empresas-modelo, a Empresa Sustentável do Ano.” (EXAME, 2017) A metodologia utilizada para levantamento das empresas com melhores estratégias de sustentabilidade do Brasil passou a fazer parte de um processo simples perpassando as etapas de inscrição e preenchimento de questionário específico com aproximadamente 150 perguntas agrupadas em quatro partes de mesmo peso. (EXAME, 2017)

Na primeira são abordadas questões sobre compromissos, transparência e governança corporativa. As demais tratam das dimensões econômico-financeira, social e ambiental da sustentabilidade empresarial. Além de responder ao questionário, as empresas são convidadas a relatar iniciativas recentes relacionadas à sua estratégia de sustentabilidade. (EXAME, 2017)

As respostas são analisadas, as empresas são contatadas por jornalistas para apresentar evidências das informações prestadas no questionário para serem submetidas a um

Conselho Deliberativo que determina os resultados do processo, ou seja, as melhores empresas de cada setor intitulado-a como “Empresa Sustentável do Ano”. (EXAME, 2017) As empresas participantes têm acesso aos relatórios de desempenho das organizações por dimensão, critérios e indicadores, assim como as médias de todo o universo pesquisado e também das empresas que são destaque em seus respectivos setores, oportunizando os participantes ao estudo das melhorias com base nestas informações da concorrência. Em seguida, é publicado nas bancas o Guia Exame de Sustentabilidade dando visibilidade nacional às empresas. (EXAME, 2017)

Os resultados da Edição 2016 foram publicados em novembro do mesmo ano no Guia Exame de Sustentabilidade e destacou a empresa Klabin, maior produtora de papéis de embalagem do país, como a “Empresa Sustentável do Ano”. Os diferenciais desta empresa estão revelados na reportagem de seis páginas no Guia Exame destacando-a como “primeiro empreendimento no país capaz de produzir não só a celulose de fibra curta de eucalipto e a celulose de fibra longa de pinus como também a celulose chamada *fluff*, usada em fraldas e absorventes”, antigamente importada pela indústria nacional. (GUIA EXAME DE SUSTENTABILIDADE, 2016)

A unidade fabril em Ortigueira, inaugurada em junho de 2016, é considerada a mais sustentável da Klabin no país, tendo 8,5 bilhões de reais investidos no projeto de construção do parque ao longo de dois anos, com área total construída de 200 hectares (equivalente a 200 campos de futebol), capacidade anual de produção de 1,5 milhão de toneladas, e gerando 1.400 postos de trabalho diretos e indiretos gerados pela operação da fábrica na cidade. A unidade disponibiliza 100% de energia renovável sendo que 270 *megawatts* gerado pela empresa são provenientes do vapor produzido pelas caldeiras de licor negro (resíduo oriundo do cozimento da madeira) e pelas caldeiras de biomassa, movidas a cascas de madeira; a fábrica consome 25 metros cúbicos de água por tonelada de celulose produzida, ante 30 metros cúbicos por tonelada comumente consumidos numa fábrica convencional; e uma central de resíduos, apta a processar 44.000 toneladas por mês, e que recicla hoje 90% de todos os resíduos da fábrica. (GUIA DE SUSTENTABILIDADE, 2016)

A Klabin também foi a primeira empresa do setor no Brasil e nas Américas a conquistar em 1998 o selo FSC, certificação da *Forest Stewardship Council*, entidade internacional que atesta práticas sustentáveis de manejo florestal. A ONG Ambiental *World Wildlife Fund* (WWF) destacou a conduta da empresa cujo desempenho foi avaliado no *Environmental Paper Company Index*, um índice de sustentabilidade aplicado à indústria de papel em todo

o mundo, alcançando índice de aproveitamento de 82%, índice 7,5% maior ao registrado no ano anterior e superior aos dos concorrentes. (GUIA DE SUSTENTABILIDADE, 2016)

Esta congratulação rendeu à Klabin o destaque na capa da revista imprensa, publicações no Portal Exame, Portal Cidades Sustentáveis, entre outros veículos de comunicação nacionais e regionais, sites e portais de sindicatos, associações entre outros e estudos acadêmicos como, por exemplo, sobre o uso sustentável das florestas pesquisado por estudantes da Universidade Federal de Pernambuco.

Entre as empresas citadas no Guia destacadas por seus indicadores de sustentabilidade estão Bunge em Agronegócios; Grupo Volvo em Auto indústria; WEG em Bens de Capital; Natura em Bens de Consumo; Precon Engenharia (PME) em Construção Civil; Siemens em Eletroeletrônicos; AES Brasil em Energia; Novartis em Farmacêutico; Grupo Rio Quente (PME) em Hotelaria; CCR em Infraestrutura; Itaú Unibanco em Instituições Financeiras; Duratex em Materiais de Construção; Votorantim Metais em Mineração, Siderurgia e Metalurgia; Klabin em Papel e Celulose; Beraca (PME) em Químico; Hospital Sírio Libanês em Saúde; IBM em Consultoria, Gestão e TI; Algar Telecom em Telecomunicações; Lojas Renner em Varejo. (GUIA EXAME DE SUSTENTABILIDADE, 2016)

Mais um modelo de reconhecimento foi dado para a Sodexo, líder mundial em Serviços de Qualidade de Vida, que reforça seu posicionamento como uma das empresas mais sustentáveis do mundo ao ser reconhecida no "Anuário de Sustentabilidade 2017" da RobecoSAM com a distinção "Gold Class". Ações voltadas o desenvolvimento econômico, social e ambiental das comunidades circunvizinhas dos 80 países onde está inserida rendeu a Sodexo, pelo décimo ano consecutivo, a pontuação máxima no setor de atuação pelo seu desempenho sustentável de excelência. (OBSERVATÓRIO ECO, 2017)

Esse resultado está ligado ao desempenho da organização por meio das ações de sustentabilidade que a companhia desenvolve alinhados ao programa global "The Better Tomorrow Plan" (O Plano por um Amanhã Melhor), que determinou quatro prioridades e 18 compromissos para proteger o meio ambiente, desenvolver comunidades locais e promover ações de qualidade de vida até 2020. Outras ações como o estímulo:

à empregabilidade e o desenvolvimento econômico por meio do fortalecimento das relações com os funcionários, clientes, fornecedores e parceiros, além de integrar pequenas e médias empresas (PMEs) aos seus processos. Ao longo de 2017, o Grupo planeja comprar mais de US\$ 1 bilhão em produtos e serviços vindos de PMEs de todo o mundo, com o objetivo de beneficiar cerca de cinco mil pequenas empresas em 40 países, sendo que 1.500 devem

ser lideradas ou gerenciadas por mulheres. (OBSERVATÓRIO ECO, 2017)

A multinacional também mantém ações por meio do Instituto STOP Hunger, uma organização internacional sem fins lucrativos, criada em 1996 por funcionários da empresa. Suas prioridades são focadas no combate à fome e a má nutrição em todo o mundo por meio de programas para redução do desperdício, campanhas para arrecadação de alimento, e a criação de espaços comunitários para cultivo e consumo de alimentos saudáveis. (OBSERVATÓRIO ECO, 2017)

A rede de lojas Renner, empresa de capital aberto desde 1967, que compõe o índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBOVESPA, possui reconhecimento por sua visão estratégica sobre o desenvolvimento sustentável. A empresa aposta na transparência publicando dados que seguem as Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). (EK2, 2017)

Um cruzamento entre dados do anuário M&M e do relatório anual produzido pela Renner permite tangibilizar a sustentabilidade e apresenta como solução inovadora em sustentabilidade medidas que levaram a organização a aumentar a eficiência frente à valorização do dólar, reduzindo 5% dos produtos importados oferecidos em suas lojas. Desta forma, passou a investir na cadeia de fornecedores locais fomento o mercado interno e disponibilizando 12 engenheiros que trabalham utilizando estratégias das ferramentas de *Lean Manufacturing* para ajudar os fornecedores a obter ganhos de eficiência diminuindo custos na fabricação dos seus produtos e aumentando a produtividade, consequentemente, obtendo produtos melhores com preços mais acessíveis que chegam ao consumidor final. Em sustentabilidade, destacam-se por meio da aplicabilidade do *Lean Manufacturing*, a gestão de riscos na cadeia de fornecedores com indicadores, metas e padrões de conformidade, seja em emissões, resíduos, direitos humanos ou trabalhistas. (EK2, 2017)

Um exemplo prático é evidenciado na cadeia de produção do jeans, peça que mais gera efeitos negativos pelo consumo intenso de água e energia, uso de produtos químicos, geração de efluentes e que conta com um projeto para a adoção das melhores práticas junto aos fornecedores desde 2013. (EK2, 2017)

A Brasken, maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, também atua estrategicamente focada na cadeia produtiva dos fornecedores reduzindo os impactos ambientais das suas produções. Soluções inovadoras para a redução de emissões de gases poluentes e causadores do efeito estufa garantiu à organização o reconhecimento como 29ª no *ranking* do *Carbon Disclosure Program Supply Chain* (maior e mais completo

sistema de divulgação ambiental do mundo para empresas e cidades), uma das 3.300 empresas do mundo que mais engajam seus fornecedores. (IDEIA SUSTENTÁVEL, 2017) Ambas empresas, Brasken e Lojas Renner, são demonstrações de que os resultados em sustentabilidade devem envolver toda a cadeia produtiva de seus produtos tendo o engajando, o diálogo e a transparência como estratégias de atuação para o reconhecimento em sustentabilidade. Mais do que ideias, as ações devem ser consideradas como as diretrizes para alcançar bons resultados em ganhos financeiros, ambientais e de prestígio, uma vez que receberam prêmios e reconhecimentos sobre suas ações.

Na área acadêmica, as pesquisas e reconhecimentos se restringem a pessoas e não a empresas. A USP – Universidade de São Paulo, por exemplo, lançou em 2012 um *hotsite* com o intuito de reunir 1.502 dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na USP entre junho de 1992 e setembro de 2012 sobre os temas que foram discutidos na Rio+20 em 2012. Os trabalhos foram organizados em grandes temas como Agenda 21 e governança, biodiversidade, economia verde e mudanças climáticas. (ESTADÃO, 2012)

Outra iniciativa que reconheceu estudantes brasileiros de São Paulo e Rio de Janeiro teve como vencedores do concurso *Green Talents – International Forum for High Potentials in Sustainable Development*, promovido pelo Ministério Federal da Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF, na sigla em alemão).

Paulo Tarso Sanches de Oliveira, da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP), Larissa Marchiori Pacheco, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (Fearn/USP), e Paula de Carvalho Machado Araújo, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) foram selecionados como os três entre os 27 cientistas promissores de um total de 550 candidatos de mais de 90 nações com projetos de pesquisa nos segmentos de hidrologia e ciência do solo, energia renovável e agropecuária. (AGÊNCIA FAPESP, 2015) Uma ação governamental de reconhecimento e fomento à pesquisa na área da sustentabilidade.

Cidades também lançam programas de reconhecimento sustentável para o fomento da prática. A cidade de Jaguariúna, por exemplo, criou em 2017, por meio do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Jaguariúna – COMDEMA, em parceria com o Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Jaguariúna, o Certificado “Ação Sustentável de 2017 – Construindo uma Jaguariúna Sustentável” que visa reconhecer empresas que promovem ações voltadas à gestão ambientalmente adequada visando construir uma cidade sustentável e atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas. (JAGUARIUNA, 2017)

No campo do empreendedorismo, há iniciativas relacionadas às práticas de sustentabilidade, por exemplo, o Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável em uma iniciativa do Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE e do Grupo Paranaense de Comunicação – GRPCOM. Em sua 10ª edição, o prêmio reconhece os melhores projetos nas áreas de empreendedorismo e sustentabilidade, que contribuam para o desenvolvimento da sociedade. Os projetos são divididos em quatro categorias (Empreendedorismo Social, Empreendedorismo Ambiental, Empreendedorismo na Educação e Empreendedorismo Econômico) e seis modalidades (Empresarial - Empresa de Micro e Pequeno Porte; Empresa de Médio Porte, Empresa de Médio-Grande e Grande Porte; Acadêmico de Graduação e Pós-Graduação; e Pessoa Física - Plano de Negócio). (ISAEBRASIL, 2017).

CONCLUSÃO

A meta é integrar a sustentabilidade com as ações organizacionais. A maior parte das empresas que aparecem nos *rankings mundiais* são multinacionais e de grande porte tendo as estratégias de atuação em sustentabilidade ligadas às diretrizes organizacionais voltadas à melhoria na cadeia produtiva e à sociedade, com projetos de iniciativa própria. Os modelos de projetos que envolvem a sociedade possuem escopos variáveis. Entretanto, os projetos e ações direcionados aos processos produtivos seguem, em sua maioria, estruturas pré estabelecidas de modelos orientados para a gestão de indicadores o que, conseqüentemente, servem como modelos para o reconhecimento dos “prêmios em sustentabilidade”.

Não há pequenas e micro empresas entre as empresas ranqueadas. As comunicações das próprias organizações se vangloriando de tais prêmios são vastas e estão publicados nos mais diversos veículos de comunicação, tornando-se quase impossível mensurar. Mas, a que se presta tal estrutura de comunicação?

Vislumbra-se assim, uma oportunidade para investir em marketing direto e de consumo e, principalmente, em ações de responsabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FAPESP. Brasileiros são premiados em concurso alemão de pesquisas em sustentabilidade. 2015. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/brasileiros_sao_premiados_em_concurso_alemao_de_pesquisas_em_sustentabilidade/22239/>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

AVON. Instituto Avon. 2017. Disponível em: <<http://www.avon.com.br/aavon/instituto-avon>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

CORPORATE KNIGHTS. 2016 Global 100 issue - Top company profile: BMW. 2016. Disponível em <<http://www.corporateknights.com/magazines/2016-global-100-issue/top-company-profile-bmw-14533332/>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

CORPORATE KNIGHTS. 2016 Global 100. 2016. Disponível em: <<http://www.corporateknights.com/reports/2016-global-100/>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

EK2. Lojas Renner lidera ranking com visão estratégica sobre o desenvolvimento sustentável. 18 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.ek2.com.br/destaque-486-lojas-renner-lidera-ranking-visao-estrategica-sobre-desenvolvimento-sustentavel>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

ESTADÃO. USP reúne pesquisas sobre sustentabilidade. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,usp-reune-pesquisas-sobre-sustentabilidade-imp-,866336>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

EXAME. Guia de Sustentabilidade: Inscrições. 2017. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/guia-de-sustentabilidade/inscricoes/2016/como-funciona.shtml>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

FORBES BRASIL. Natura chega ao top 20 das companhias mais sustentáveis do mundo. 2017. Disponível em: <<http://www.forbes.com.br/listas/2017/01/natura-chega-ao-top-20-das-companhias-mais-sustentaveis-do-mundo/>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

GUATTARI, F. As três ecologias. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

GUIA EXAME DE SUSTENTABILIDADE. Guia de Sustentabilidade 2016. 2016. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/edicoes/guia-de-sustentabilidade-2016/>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

IDEIAS SUSTENTÁVEIS. Braskem: primeira empresa brasileira no ranking CDP. Disponível em: <<http://ideiasustentavel.com.br/braskem-primeira-empresa-brasileira-ranking-cdp/>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

IMPRENSA. 8º Ranking: As empresas mais sustentáveis segundo a mídia. Disponível em: <<http://www.portalimprensa.com.br/rankingsustentabilidade/8edicao/home.asp>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

ISAE BRASIL. 10 Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável. 2017. Disponível em: <<http://www.isaebrasil.com.br/premio/>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

JAGUARIUNA. Certificado Ação Sustentável 2017. 2017. Disponível em: <<http://www.jaguariuna.sp.gov.br/atendimento/certificado-acao-sustentavel-2017/>>.

Data do acesso: 27 de maio de 2017.

NETO, Belmiro Ribeiro da Silva. Comunicação Corporativa e reputação: construção e defesa da imagem favorável. São Paulo: Saraiva, 2010.

OBSERVATÓRIO ECO. Sodexo é uma das empresas mais sustentáveis do mundo. 2017. Disponível em: <<http://www.observatorioeco.com.br/index.php/2017/02/sodexo-e-uma-das-empresas-mais-sustentaveis-do-mundo/>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

OLIVEIRA, L.R. de; MEDEIROS, R.M.; TERRA, P.B.; QUELHAS, L.G. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. Revista Produção. v.20, n.1, p-70-89, jan./fev., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v22n1/aop_0007_0245.pdf>. Data de acesso : 20 de maio de 2017.

PR NEWSWIRE. Pesquisa PR Newswire e Revista Imprensa: as empresas mais sustentáveis segundo a mídia. 31 de julho de 2012. Disponível em: <<http://prnewswire.com.br/pt/Blog/2012/07/31/pesquisa-pr-newswire-e-revista-imprensa-as-empresas-mais-sustentaveis-segundo-a-midia/>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

PRÊMIO ODEBRECHT. Odebrecht na lista das mais sustentáveis. Disponível em: <<http://www.premioodebrecht.com/brasil/noticia/112/odebrecht-na-lista-das-mais-sustentveis>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

PRÊMIOODEBRECHT. Objetivos do prêmio Odebrecht para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.premioodebrecht.com/brasil/objetivos-premio-odebrecht-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

PORTAL EXAME. As 100 empresas mais sustentáveis do mundo em 2016. 2016. <http://exame.abril.com.br/negocios/as-100-empresas-mais-sustentaveis-do-mundo-em-2016/> Data do acesso: 27 de maio de 2017.

TREVISAN, M. et al. Uma ação de responsabilidade socioambiental no rodeio internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – ENEGEP, 28., 2008, Rio de Janeiro. Anais...

UNILEVER. Vida Saudável. 2017. Disponível em: <<https://www.unilever.com.br/sustainable-living/>>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.

UNIMED. Política Nacional de Sustentabilidade. 2017. Disponível em: <http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=49146&cd_secao=67921>. Data do acesso: 27 de maio de 2017.



VEIGA, J.E. da. Sustentabilidade – A legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

O IMPACTO DAS REAÇÕES ADVERSAS ENVOLVENDO MORFINA E OXICODONA EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: UM ESTUDO DE REVISÃO

Eliane Almeida da Silva; eliane_almeida_sp@gmail.com*

Débora Pimentel Caturani; pcaturanny@yahoo.com.br

Letícia Aparecida Uchôa; leticiasp_uchoa@hotmail.com

Gustavo Alves Andrade dos Santos; Gustavo_santos@uol.com.br

Resumo: Os pacientes oncológicos podem apresentar níveis variados de dor, os quais podem sofrer alterações de acordo com o estágio da doença. Um dos maiores problemas para se tratar a dor está na dificuldade de diagnosticá-la e mensurá-la, sendo esse fator o que mais reduz a qualidade de vida no tratamento de câncer. É necessário, portanto realizar uma avaliação global e se necessário associar mais de uma classe de medicamentos para de se obter os melhores resultados terapêuticos no alívio dela, conseguir diminuir o stress do paciente e alcançar um resultado positivo sobre a relação do mesmo com seus cuidadores da equipe de saúde e familiares. Com o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida ao paciente oncológico várias estratégias terapêuticas são utilizadas, porém muitas vezes as reações adversas advindas das mesmas podem comprometer outras funções fisiológicas e também trazer algumas consequências de impacto negativo no organismo. Este paciente será assistido por uma equipe multidisciplinar que além da saúde física, trabalhará a questão psicológica com a finalidade de avaliar as respostas ao tratamento e diminuir seu sofrimento. O presente estudo de revisão busca elucidar quais são estas reações adversas a medicamentos (RAM), qual a droga de melhor escolha de acordo com a condição clínica do paciente, especificamente com relação à duas drogas que serão comparadas: Morfina e Oxidodona e qual o maior tempo de analgesia de acordo com o mecanismo de ação de cada fármaco. Com base na análise destes dados foi possível identificar a melhor opção terapêutica para o alívio da dor em pacientes oncológicos.

Palavras-chave: Dor oncológica, Morfina, Oxidodona, Reações Adversas

Abstract: Cancer patients may present varying levels of pain, which may change depending on the stage of the disease. One of the biggest problems in treating pain is in

the difficulty of diagnosing and measuring it, which is the one that most reduces the quality of life in the treatment of cancer. Therefore, it is necessary to carry out an overall evaluation and, if necessary, to associate more than one class of drugs in order to obtain the best therapeutic results in the relief of pain, as this will reduce the patient's stress by obtaining a positive result on the relation they have with their caregivers of the health team and their families.

In order to provide a better quality of life to the cancer patient, several therapeutic strategies are used, but often the adverse reactions from them can compromise other physiological functions, and also have some negative impact on the body.

In order to provide a better quality of life to the cancer patient, several therapeutic strategies are used, but often the adverse reactions from them can compromise other physiological functions, and also have some negative impact on the body.

This patient will be assisted by a multidisciplinary team that, besides physical health, will also work on the psychological issue in order to evaluate the responses to the treatment and reduce their suffering. This review study seeks to elucidate these adverse drug reactions (ADRs), which is the drug of choice according to the patient's clinical condition, specifically regarding the two drugs that will be compared: Morphine and Oxycodone and which is the largest time of analgesia according to the mechanism of action of each drug. Based on the analysis of these data, it was possible to identify the best therapeutic option for the relief of pain in cancer patients.

Keywords: cancer pain, Morphine, Oxycodone, Adverse Reactions

INTRODUÇÃO

O câncer consiste em um grupo de doenças com morbidade e mortalidade elevadas, além de apresentar alta incidência na comunidade. No Brasil, o câncer é a terceira causa de morte mais frequente em ambos os sexos, e nos próximos 30 anos as doenças oncológicas terão aumento de 20% nos países desenvolvidos e 100% nos países em desenvolvimento. A dor relacionada ao câncer acomete cerca de 50% dos doentes em todos os estágios da doença e em torno de 70% dos indivíduos com doença avançada. Em cerca de 80% dos casos, o processo patológico só é identificado em fases muito avançadas, quando a doença é incurável e a dor muito frequente¹.

Entende-se que a dor oncológica é um processo esperado e fisiopatológico da doença, sendo conhecida como uma dor insuportável e incontrolável, sendo classificada em dor crônica ou dor aguda².

A dor é o que mais reduz a qualidade de vida no tratamento do câncer, podendo em grande parte ser reduzida ou aliviada, mas nem sempre controlada. É importante salientar que a cessação da dor promove diminuição do stress do paciente e reflete positivamente sobre as relações com seus familiares, cuidadores e equipe de saúde³.

Um dos maiores problemas para tratar a dor está na dificuldade de diagnosticá-la e mensurá-la. A OMS (Organização Mundial da Saúde) orienta o tratamento por passos ou degraus que guiam a escolha terapêutica de acordo com a sua intensidade⁴. O sucesso para o tratamento da dor depende de uma abordagem multidisciplinar, assim como da atuação de profissionais que possam fazer a identificação completa das queixas, selecionar estratégias e avaliar as respostas à elas ⁵.

Epidemiologia do Câncer

De acordo com a organização mundial da saúde (OMS), é inquestionável que o câncer é um problema de saúde pública, especialmente entre os países em desenvolvimento, sendo esperado para as próximas décadas, um impacto de 80% dos mais de 20 milhões dos casos novos estimados para 2016. Para exemplificar melhor, a tabela 1 elaborada pelo Ministério da Saúde, traz as estimativas para os novos casos de câncer no Brasil em 2016, considerando as taxas brutas de incidência por 100 mil habitantes e o número de casos novos de câncer, segundo sexo e localização primária⁶.

Tabela 1 – Estimativa de casos de Câncer no Brasil em 2016

Localização	Estimativas de casos novos							
	Homens				Mulheres			
	Estados		Capitais		Estados		Capitais	
Neoplasia Maligna	Casos	Taxa bruta	Casos	Taxa bruta	Casos	Taxa bruta	Casos	Taxa bruta
Próstata	61.200	61,82	13.94	64,93	-	-	-	-
Mama Feminina	-	-	-	-	57.960	56,20	18.99	79,37
Colo do útero	-	-	-	-	16.340	15,85	4.550	19,07
Traquéia, Bronquio, Pulmão	17.330	17,49	4.430	20,59	10.890	10,54	3.230	13,49

Cólon e Reto	16.660	16,84	5.560	25,80	17.620	17,10	6.210	25,95
Estômago	12.920	13,04	3.130	14,54	7.600	7,37	2.180	9,07
Cavidade Oral	11.140	11,27	2.780	12,95	4.350	4,21	1.230	5,04
Ovário	-	-	-	-	6.150	5,95	2.170	8,92
Linfoma de Hodgkin	1.460	1,46	450	1,74	1.010	0,93	400	1,33
Linfoma não Hodgkin	5.210	5,27	1.550	7,15	5.030	4,88	1.670	7,02
Glândula Tireóide	1.090	1,08	350	1,27	5.870	5,70	1.800	7,46
Sistema Nervoso Central	5.440	5,50	1.290	5,86	4.830	4,68	1.250	5,20
Leucemias	5.540	5,63	1.370	6,38	4.530	4,38	1.180	4,88
Pele Melanoma	3.000	3,03	840	3,86	2.670	2,59	740	2,96
Outras Localizações	51.850	52,38	11.890	55,45	47.840	46,36	11.820	49,33
			0				0	

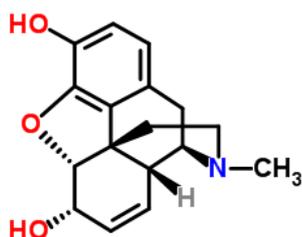
Fonte modificado de (INCA Rio de Janeiro - 2015)

A dor pode ser definida de várias formas, de acordo com a Associação internacional para o estudo da dor (IASP), normalmente ela é descrita como uma experiência sensorial e emocional desagradável associada a lesão tecidual real ou potencial, ou descrita em função de tal lesão, mas a dor pode ocorrer sem lesão tecidual e a sua intensidade pode não estar correlacionada com a gravidade da lesão observada⁷.

Muitos pacientes com câncer avançado sofrem por mais de um tipo de dor e o tratamento adequado vai depender da identificação de sua origem. De acordo com o Ministério da Saúde, antes de iniciar o tratamento farmacológico deve ser feita uma avaliação global do doente e da dor. Para caracterizar a dor é essencial determinar⁸: Localização, intensidade, tipo (somática, visceral, neuropática), início, duração/variação diurna, fatores de alívio e agravamento, sintomatologia acompanhante, interferências na atividade da vida diária e etiologia (relacionada ou não à neoplasia).

Entre a seleção de analgésicos opióides de longa duração, estão atualmente aprovados no Brasil cinco analgésicos: Tramadol, Oxycodona, Fentanil e Buprenorfina, sendo que esta última está aprovada no país para o tratamento da dor de moderada a intensa. A Bruprenorfina e o Fentanil estão disponíveis também na forma farmacêutica transdérmica⁹. Citaremos a seguir dois desses medicamentos de escolha com suas respectivas estruturas moleculares: A Morfina e a Oxycodona, para avaliar quais as principais reações adversas que cada um traz e analisar através de revisão de literatura qual a melhor opção de tratamento.

Figura 1 estrutura molecular da Morfina



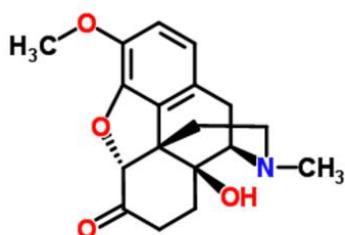
CHEMSPIDER, Estrutura molecular Morfina¹⁰.

Em 1806, Sertürner isolou o componente ativo de uma planta (resina da papoula) e nomeou-a Morfina em homenagem a Morpheus, deus dos sonhos, na mitologia grega. Apesar do alívio esperado da dor e ansiedade, a Morfina apresenta vários efeitos colaterais potenciais como: hipotensão, taquicardia, bem como bradicardia, depressão respiratória, náuseas e vômitos¹¹.

A Morfina atua em receptores de opióides acoplados à proteína G (receptores de opiáceos μ , κ , δ , e receptor like-1) os quais medeiam ações distintas com subsequente ativação do efeito biológico. A utilização de analgésicos opióides aumentou significativamente as alternativas para o manejo da dor, porém o uso prolongado de opióides leva ao desenvolvimento de tolerância, resultando no aumento progressivo de doses necessárias para alcançar os efeitos analgésicos específicos¹².

Os opióides são classificados de acordo com sua potência analgésica: forte, intermediário ou fraco; sua origem: natural ou sintética e quanto à sua ação no receptor¹³

Figura 2 – molécula Oxycodona



CHEMSPIDER, Estrutura molecular Oxycodona¹⁴.

Oxycodona é um opióide semi-sintético potente, derivado da Tebaína, foi sintetizada em 1916 na Alemanha por Martin Freund e Edmund Speyer¹⁵. Atua como agonista dos receptores m (mu) e agonista parcial dos receptores k (kappa), o tempo para atingir a concentração plasmática máxima é de 1,3 horas após ingestão oral da forma de liberação imediata e 2,6 horas após o uso da forma de liberação controlada. Possui 45% de ligação às proteínas plasmáticas, sua potência é duas vezes superior que a Morfina¹⁶.

O perfil farmacodinâmico da Oxycodona é constante e previsível e o alívio da dor ocorre após aproximadamente 1 hora de sua administração e persiste por cerca de 12 horas após o uso, além de possuir efeito ansiolítico¹⁷.

A Oxycodona possui alta biodisponibilidade oral (60 a 87%) devido ao baixo metabolismo pré-sistêmico ou metabolismo de primeira passagem¹⁸. Ela é metabolizada pelo CYP3A4 em Noroxicodona e pelo CYP2D6 em Oximorfona. A Oxycodona não é um pró-fármaco, no entanto o seu metabólito ativo, Oximorfona, possui significativo impacto na analgesia pois sua potência é aproximadamente 10 vezes mais alta que a da Morfina¹⁹. É extensamente metabolizada, somente 10% da dose é excretada de forma inalterada na urina²⁰. Após levantamento de dados no Micromedex foi possível identificar algumas reações frequentes que abordaremos a seguir.

Reações adversas (RAM) mais prevalentes: Prurido, sudorese, constipação, náuseas, vômitos, xerostomia, dor abdominal, sonolência, astenia, tontura, cefaléia.

RAM mais importantes: Hipotensão, parada cardíaca, dor no peito, insuficiência cardíaca, síncope, obstrução intestinal, diverticulite, reações de hipersensibilidade e depressão respiratória²³.

Tabela 2: comparativa entre as reações adversas da Morfina X oxycodona

Legenda: (Efeitos adversos raros: +/Efeitos adversos comuns: ++/Efeitos adversos frequentes: +++)

REAÇÕES ADVERSAS	Morfina	Oxycodona
Sistema respiratório		
Depressão respiratória	+++	
Asma	+	
Hipóxia	+	
Broncoespasmo	+	
Gastrintestinal		
Xerostomia	++	
Constipação	++	
Náusea	++	+++
Diarreia	++	+++
Anorexia	++	
Dor abdominal	++	+
Emese	++	+++
Cardiovascular		
Dor no peito	++	
Taquicardia	+	
Fibrilação atrial	+	
Hipertensão	+	
Sistema nervoso		
Depressão	+	
Agitação	+	
Hipervigilância	+	
Alucinações	+	
Cefaleia		++
Vertigem		++ (em pacientes pediátricos)

REAÇÕES ADVERSAS	Morfina	Oxicodona
Geniturinário		
Retenção urinária	+	++
Hesitação urinária	+	
Disúria		++
Obs: Alto risco de retenção urinária quando a Morfina é administrada de forma epidural ou intratecal (aumenta o risco de sepse)		
Hematológico		
Anemia	++	
Leucopenia	++	
Trombocitopenia	+	
Endócrino		
Ginecomastia	+	
Amenorreia	+	
Redução da libido	+	
Músculo esquelético		
Astenia	++	
Artralgia	+	
Dor óssea	+	
Dermatológico		
Rash cutâneo	++	
Úlcera de decúbito	+	
Prurido	+	++
Rubor	+	
Erupção cutânea		++
Hiperidrose		++
Ocular		
Conjuntivite	+	
Miose	+	
Visão turva	+	
Muito raras		
Hepática		
Aumento das enzimas hepáticas	+	

Edema periférico	++	
Hiponatremia	+	
Diminuição do apetite		++
Outras		
Pirexia		+++

Drugs.com (2016)

O papel do farmacêutico no controle da dor oncológica

O farmacêutico dentro do seu âmbito profissional pode intervir quanto a necessidade de modificação da dose do medicamento, esquema posológico, inserção, substituição ou retirada de algum fármaco e atuar ativamente na educação do paciente quanto a forma de uso e administração do medicamento a fim de aumentar a adesão do paciente ao tratamento e educa-lo sobre medidas não farmacológicas, mas que otimizam a qualidade de vida²⁷.

DISCUSSÃO

Analisando as reações adversas da Morfina e da Oxacodona é possível identificar que a Morfina possui reações no sistema respiratório relatadas na literatura, como por exemplo a depressão respiratória, que é frequente. Já a Oxicodeona não possui relato sobre isso.

A Oxicodeona por sua vez, possui relatos considerados frequentes de reações no sistema gastrointestinal, como por exemplo: náusea, diarreia e emese. A Morfina possui alguns eventos adversos considerados comuns, como a xerostomia, constipação, náusea, diarreia, anorexia, dor abdominal e emese.

No sistema cardiovascular até o momento não há relato de reação adversa da Oxicodeona, já a Morfina possui relatos raros de taquicardia, fibrilação atrial e hipertensão.

Existem duas reações relatadas como moderadas no sistema nervoso central após o uso da Oxicodeona: cefaleia e vertigem, porém essas reações só foram observadas em crianças até o momento, já a Morfina possui relatos raros de depressão e hipervigilância.

No sistema geniturinário a Morfina apresenta retenção urinária e a Oxicodeona, por sua vez possui retenção urinária e disúria como sintomas comuns.

A Oxicodeona não possui relatos de reações hematológicas, oculares, hepáticas, dermatológicas, no sistema endócrino, no sistema muscular e nem relatos de

hipersensibilidade, já a Morfina possui todas essas reações classificadas como raras, e reações citadas como comuns: anemia, leucopenia, astenia e rash cutâneo. E por fim temos a pirexia relatada como reação frequente deste medicamento.

CONCLUSÃO

Após análise da tabela 2 é possível observar que a Morfina possui 80% de reações frequentes, 61% de reações comuns, 98% de reações descritas como raras, a Oxycodona possui 20% de reações frequentes, 39% de reações comuns e 2% de reações raras. Desta forma é possível concluir que a Morfina possui mais reações adversas descritas quando comparada à Oxycodona.

Em alguns casos particulares a Morfina deve ser evitada, por exemplo, em pacientes com câncer gastrointestinal, ou alguma complicação significativa devido a frequência de reações adversas neste sistema. É necessário ter cautela também em pacientes com risco de parada cardiorrespiratória, pois há frequência de relatos de depressão respiratória. Com base na análise é possível concluir que a Oxycodona é uma ótima opção de tratamento, quando comparada à Morfina, principalmente por possuir o mesmo mecanismo de ação, atuando apenas em receptores diferentes, e desta forma apresentar uma potência 10 vezes superior.

Referências Bibliográficas

1. **ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O ESTUDO DA DOR (IASP)**. 1986. Disponível em: <<http://www.iasp-pain.org/>>. Acesso em: 17 maio de 2016.
2. CHEMSPIDER, **MOLECULAR STRUCTURE MORPHINE**. Disponível em: <<http://www.chemspider.com/Chemical-Structure.4450907.html>>. Acesso em: 28 jun 2016.
3. CHEMSPIDER, **MOLECULAR STRUCTURE OXYCODONE**. Disponível em: <<http://www.chemspider.com/Chemical-Structure.4450907.html>>. Acesso em: 28 jun 2016.
4. COSTA, João Evangelista da et al. **DOR: IMPACTOS E ALTERAÇÕES NA VIDA DE PACIENTES ONCOLÓGICOS**. Anais CIEH, Rio Grande do Norte, vol.2, n.1, p.1-11, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD2_SA4_ID1062_28072015020556.pdf> Acesso em: 15 maio 2016.
5. DEMANGE, Marco et al. **ANÁLISE DE CUSTO DO CLORIDRATO DE OXICODONA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA (OXYCONTIN) NO MANEJO DA DOR EM PACIENTES**

SUBMETIDOS A ARTROPLASTIA, SOB AS PERSPECTIVAS PÚBLICA E PRIVADA NO BRASIL.

J Bras Econ Saúde vol. 7, n.1, p.38-42, 2015. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/2175095/2015/v7n1/a4754.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.

6. ESTASTISTICAS DRUGS.COM (Estados Unidos da América) (Org.). **MORPHINE**. Disponível em: <<https://www.drugs.com/sfx/morphine-side-effects.html>>. Acesso em: 01 maio 2016.

7. ESTASTISTICAS DRUGS.COM (Estados Unidos da América) (Org.). **OXYCODONE**. Disponível em: <<https://www.drugs.com/sfx/oxycodone-side-effects.html>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

8. GREGORI, Manuela de et al. **INDIVIDUALIZING PAIN THERAPY WITH OPIOIDS: THE RATIONAL APPROACH BASED ON PHARMACOGENETICS AND PHARMACOKINETICS**. European Journal of Pain Supplements. vol. 4 n. 4 p.245-250, 2010. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1016/j.eujps.2010.09.011/full>>. Acesso em: 01 junho 2016.

9. KRAUSE, Lilian Hennemann; **ASPECTOS PRÁTICOS DA PRESCRIÇÃO DE ANALGÉSICOS NA DOR DO CÂNCER**. Revista do hospital universitário Pedro Ernesto, UERJ, Rio de Janeiro, vol. 11, n.2, p.38-49, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/revistahupe/article/view/8941>>. Acesso em: 18 maio 2016.

10. KUBICA, JACEK ET AL. **IMPACT OF MORPHINE ON ANTIPLATELET EFFECTS OF ORAL P2Y12 RECEPTOR INHIBITORS**. International Journal of Cardiology, v.215, p.201-208, dez.2016. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27128531>>. Acesso em: 28 maio 2016.

11. LIMA, Antonio Douglas de et al. **AVALIAÇÃO DA DOR EM PACIENTES ONCOLÓGICOS INTERNADOS EM UM HOSPITAL ESCOLA DO NORDESTE DO BRASIL**. Rev. dor,, v.14, n.4, p.1-9, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-00132013000400007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 maio 2016.

12. MENDES, Thaís Rezende et al. **OCORRÊNCIA DA DOR NOS PACIENTES ONCOLÓGICOS EM CUIDADO PALIATIVO**. Acta Paul Enferm., Uberlândia, 27(4):356-61, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v27n4/1982-0194-ape-027-004-0356.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2016.

13. Micromedex 2.0 [Internet]. Ann Arbor (MI): Truven Health Analytics Inc. 2016. **OXYCODONE** ; [citado em 2016 Jun 4]; [aproximadamente 132 telas].

Disponível

em http://www.micromedexsolutions.com/micromedex2/librarian/CS/B94613/ND_P R/evidencexpert/ND_P/evidencexpert/DUPLICATIONSHIELDSYNC/A6DE26/ND_PG/evidencexpert/ND_B/evidencexpert/ND_AppProduct/evidencexpert/ND_T/evidencexpert/PFActionId/evidencexpert.DoIntegratedSearch?SearchTerm=Oxycodone&fromIn terSaltBase=true&false=null&false=null&=null#

14. MOHAMED, Wasseem et al. **COMPARISON OF TOLERANCE TO MORPHINE-INDUCED RESPIRATORY AND ANALGESIC EFFECTS IN MICE**. Toxicology Letters 217 (2013) p. 251-259. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/locate/toxle>>. Acesso em: 15 jun.2016.

15. MOTTA, Maria da Graça Corso da; DIEFENBACH Grassele Denardini Facin. **DIMENSÕES DA VULNERABILIDADE PARAS AS FAMÍLIAS DA CRIANÇA COM DOR ONCOLÓGICA EM AMBIENTE HOSPITALAR**. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, vol. 17, n.3, p.1-13,2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000300482>. Acesso em: 01 maio 2016

16. PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos; KOIZUMI, Maria Sumie; JACOBSEN, Manoel. **DOR NO DOENTE COM CÂNCER: CARACTERÍSTICAS E CONTROLE**. 1997. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/rbc/n_43/v01/artigo2_completo.html>. Acesso em: 03 abr. 2016.

17. RIO DE JANEIRO. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (Org.). **CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS: CONTROLE DA DOR**. 2001. Disponível em: <www.inca.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2016.

18. RIO DE JANEIRO. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (inca) (Org.). **ESTIMATIVA | 2016 INCIDÊNCIA DE CÂNCER NO BRASIL**. 2015. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

19. SNEADER, Walter. Drug Discovery: A History. In: SNEADER, Walter. **DRUGS DISCOVERY**. England: John Wiley & Sons Ltd, 2005. p. 119-119.

20. SOUZA, Daniela Scavone. **TRATAMENTO FARMACOLÓGICO DA DOR EM PACIENTES COM CUIDADOS PALIATIVOS**. Prata da casa, 3: escritas do cotidiano de uma equipe que cuida / São Paulo Internações Domiciliares Grupo MAIS . 1. ed., p.46-52, 2010. Disponível em: <http://www.obore.com/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/PRATA_3_COMPLETO.pdf#page=48> Acesso em: 14 maio 2016.

21. SOUZA, Joana Angélica Avena de Oliveira e; CORDEIRO, Benedito Carlos. **ATENÇÃO FARMACÊUTICA ÀS PACIENTES ONCOLÓGICAS DE UM HOSPITAL DE GRANDE PORTE DO RIO DE JANEIRO**. Rev Bras Farm Hosp Serv Saúde. São Paulo v.3 n.2 6-9 abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.sbrafh.org.br/rbfhss/public/artigos/2012030201BR.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2016.
22. TRESOT, Andrea M.; **GENETICS AND IMPLICATIONS IN PERIOPERATIVE ANALGESIA. BEST PRACTICE E RESEARCH CLINICAL ANAESTHESIOLOGY**, vol. 28, n. 2 p.153-166, 2014. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/15216896>>. Acesso em: 18 maio 2016.
23. TRIVEDI, Dr. Mahesh; SHAIKH, Dr. Shafee; GWINNUTT Dr. Carl. **TUTORIAL DE ANESTESIA DA SEMANA FARMACOLOGIA DOS OPIÓIDES (PARTE1)**. Sociedade Brasileira de Anestesiologia. p 1-5, 2014. Disponível em:< <http://tutoriaisdeanestesia.paginas.ufsc.br/files/2013/05/Farmacologia-dos-opi%C3%B3ides-parte-1.pdf>>. Acesso em: 20 jun.2016.

A VERSATILIDADE DOS CENTROS DE USINAGEM EM PROCESSOS DE PRODUÇÃO

Aline Fernanda Galmacci; aline.galmacci@gmail.com

Dângelo Cardozo Paulucci; dangelo.paulucci@hotmail.com

Diego Cardozo Paulucci; diego_paulucci@yahoo.com.br

Felipe Podeva de Barros; felipe_poveda_10@hotmail.com

Orlando Henrique Batista Junior; orlando.junior@federalmogul.com *

Tabatha Samantha Conceição Moura; tabatha.moura@vccimentos.com

Orientador – Prof. Me Alessandro Augusto Jordão

Resumo: Ter consciência de que as organizações são um campo social, espaço estruturado onde agentes sociais lutam por posições sociais é importante visto que com essa percepção, fruto de estudos sociológicos, ficam mais claras as inter-relações entre os *Stakeholders* das organizações e explicar o *habitus* destes dentro deste campo. Os campos têm regras próprias e singulares, uma das regras do campo onde as organizações estão inseridas é de que o sistema capitalista não pode existir sem a contínua renovação dos instrumentos de produção. É possível verificar a fidedignidade desta regra proposta por Karl Marx nas organizações da atualidade, visto haver fortes pressões por inovações e reduções de ineficiências, mantendo-as competitivas no cenário econômico. Dentro deste cenário de constante pressão por inovações, desde o ocaso da sociedade feudal e início da indústria moderna os pequenos produtores foram substituídos por grandes conglomerados industriais, outrora produzia-se artesanalmente pequenas quantidades e com baixo nível de repetitividade, hoje, as indústrias produzem em massa e com grande precisão, isto só é possível graças aos avanços tecnológicos na área da usinagem, grandes centros de usinagem, tornos CNC e outras máquinas mudaram o cenário industrial mundial. Este artigo traz uma revisão bibliográfica sobre usinagem e demonstra a versatilidade e multifuncionalidade dos centros de usinagem em processos de produção, suas vantagens frente à máquinas e tecnologias anteriores de usinagem. Como objetivos, demonstra as principais diferenças entre os centros de usinagem com 3 e 5 eixos e conclui-se através deste, as grandes versatilidades e vantagens competitivas na utilização de centros de usinagem em processos de produção.

Palavras-chave: Centro de Usinagem. Usinagem. Processos.

Abstract: Being aware that organizations are a social field, a structured space where social agents fight for social positions is important since with this perception, the result of sociological studies, the interrelations between the Stakeholders of the organizations and the habitus of these organizations become clearer Within this field. The fields have their own unique rules, one of the rules of the field where the organizations are inserted is that the capitalist system can not exist without the continuous renewal of the instruments of production. It is possible to verify the reliability of this rule proposed by Karl Marx in the organizations of the present time, since there are strong pressures for innovations and reductions of inefficiencies, keeping them competitive in the economic scenario. Within this scenario of constant pressure for innovations, since the decline of feudal society and the beginning of modern industry small producers were replaced by large industrial conglomerates, once small quantities were handcrafted and with a low level of repetitiveness, industries today produce in And with great precision, this is only possible thanks to technological advances in the area of machining, large machining centers, CNC lathes and other machines have changed the world industrial scenario. This article presents a bibliographic review on Machining and demonstrates the versatility and multifunctionality of Machining Centers in production processes, their advantages over previous machining and machining technologies. As goals, demonstrate the meaning differences between machining centers with 3 and 5 axis and conclude itself, the big versatilities and advantages competitive in center machines utilization in processes' production.

Keywords: Machining Center. Machining. Processes.

INTRODUÇÃO

A usinagem é um processo de fabricação utilizado para criar objetos de metal. Durante este processo, os trabalhadores cortam materiais para alterar a aparência e forma de um produto, conforme requisito previamente estabelecido. A usinagem serve como uma alternativa a outras formas de processos de produção, incluindo a moldagem e a fundição. São um dos métodos mais eficazes de se criar peças muito finas, objetos com muitos detalhes, muitas vezes impossíveis por meio de técnicas

de fundição e moldagem. Os processos de usinagem podem ser divididos em duas partes, sendo com formação de cavaco e sem formação de cavaco.

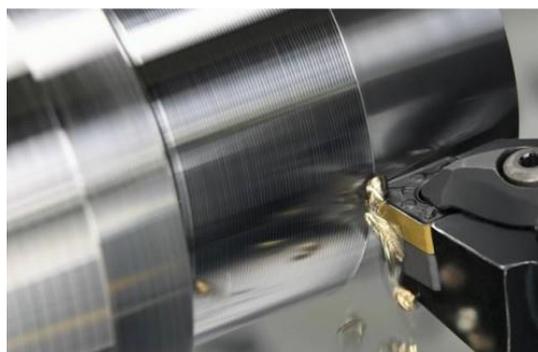
Este artigo traz uma revisão bibliográfica sobre usinagem e demonstra a versatilidade e multifuncionalidade dos centros de usinagem em processos de produção, suas vantagens frente à máquinas e tecnologias anteriores de usinagem. Como objetivos, demonstra as principais diferenças entre os centros de usinagem com 3 e 5 eixos e conclui-se através deste, as grandes versatilidades e vantagens competitivas na utilização de centros de usinagem em processos de produção.

DESENVOLVIMENTO - PROCESSOS COM FORMAÇÃO DE CAVACO

TORNEAMENTO

É a combinação de dois movimentos, o de rotação da peça e de avanço da ferramenta. O movimento de avanço pode ser na extensão da peça, após este processo o diâmetro da peça terá uma dimensão menor, a ferramenta tem por finalidade o movimento de avanço em direção ao centro, até o final da peça, denomina-se faceamento. Essas combinações resultam-se em superfícies cônicas ou curvas.

Figura 1 – Processo de torneamento



Fonte: FERMEC, 2017.

FRESAMENTO

É o processo onde se retira o excesso de material da superfície de uma determinada peça, para dar forma e acabamento final na peça. De acordo com a necessidade do trabalho, a operação pode ser frontal ou periférica.

Figura 2 – Processo de fresamento



Fonte: FERMEC, 2017.

RETÍFICA

É executado por uma ferramenta nomeada “rebolo”, fabricado com materiais abrasivos cujos formatos podem ser cilíndricos, ovalizados, esféricos, etc. Normalmente as ferramentas são fixadas a eixos e giram em altíssima rotação.

Figura 4 – Processo de retifica



Fonte: FERMEC, 2017.

BRUNIMENTO

Processo mecânico a baixa velocidade de corte onde a ferramenta gira e se desloca axialmente descrevendo uma trajetória helicoidal. Estes movimentos formam um desenho característico de hachuras. Utilizado para melhorar a precisão de superfícies internas, acabamento superficial, garantindo furos na dimensão correta. Este processo é utilizado na correção de erros provenientes de outras operações.

Figura 5 – Processo de brunimento



Fonte: HIDRALF, 2017.

PROCESSOS SEM FORMAÇÃO DE CAVACO

POLIMENTO

Polir é um processo mecânico de acabamento de uma peça que visa tornar sua superfície lisa e de aparência espelhada. O polimento, portanto, propicia boa qualidade de acabamento de um produto final.

Numa superfície cortada com ferramenta podemos perceber as marcas de usinagem sob a forma de estrias. Essas estrias, que são formadas pela ferramenta de corte, convencional ou por rebolo, recebem o nome de rugosidades que podem ser medidas e consideradas em termos de qualidade de acabamento.

Figura 6 – Processo de polimento



Fonte: INOX WENDT, 2017.

JATEAMENTO

Realizado com equipamento capaz de propulsionar um fluxo de materiais abrasivos sob alta pressão contra uma superfície, tendo-se o ar como fluido, de maneira a erodir, tornar rugosa ou lisa, dar formas ou remover superfícies contaminantes.

Figura 7 – Processo de jateamento



Fonte: ROMI, 2017.

TAMBOREAMENTO

É a ação de colocar uma peça em uma máquina vibratória ou em um tambor rotativo, junto com diversos 'chips', pequenas mídias abrasivas de diferentes materiais que, através do friccionamento deles com a peça, podem causar diversos efeitos na peça: polir, rebarbar, raiar, arredondar cantos, nivelar, alisar e até limpar.

E há o diferencial em relação a outros processos, de que o tamboreamento consegue até mesmo tratar detalhes mais internos como furos da peça. E como os chips cobrem toda a peça dentro da máquina, eles protegem mesmo peças mais frágeis.

Figura 8 – Processo de tamboreamento



Fonte: ROMI, 2013.

USINABILIDADE

Na usinagem com remoção de cavacos verifica-se que os diversos materiais se comportam de modo distinto, sendo que alguns podem ser trabalhados com grande facilidade, enquanto que outros oferecem uma série de problemas ao operador (DINIZ, et al. 2006).

Figura 9 - Sequência de usinagem



Fonte: DINIZ; MARCONDES; COPPINI, 2006.

A usinabilidade descreve todas as dificuldades que um material apresenta na sua usinagem, e compreende todas as propriedades que afetam o material no processo de usinagem. Os critérios de usinabilidade são: formação de cavaco, forças de usinagem, abrasividade e tipos de cavaco. Existem várias ações que podem minimizar efeitos da má usinabilidade, como: material, geometria da ferramenta e uso de revestimento. E ainda no processo, como: velocidade, avanço, profundidade de corte. Podendo citar ainda no uso de meios refrigerantes, sendo: no material da peça, elementos de liga, controle no processo de obtenção e fabricação anterior usinagem, alívio de tensões e tratamentos térmicos.

CENTROS DE USINAGEM

Um centro de usinagem é uma máquina de grande automatização que é capaz de realizar diversas operações mecânicas dentro de um aparato CNC, com a mínima intervenção humana. As operações mais comuns as quais esses centros de usinagem realizam são as que usam ferramentas de corte rotatórias como brocas e fresas. Em uma comparação rápida desse sistema mecanizado com os sistemas já vistos, destacam-se como vantagem a velocidade de produção e como desvantagem o alto investimento necessário para início da operação.

Os centros de usinagem modernos contam com as seguintes características:

- A versatilidade e flexibilidade que, devido ao alto grau de automatização, são capazes de executar diferentes operações mecânicas em uma só peça;
- Proporciona um ótimo acabamento superficial (em comparação com as tradicionais – com os devidos parâmetros ajustados corretamente), tornando-os adequados para a forma final das peças a serem fabricadas em cada lote;
- Máquinas completamente reconfiguráveis, já que podem mudar rapidamente de configuração, mesmo que se esteja já no meio do processo de execução da tarefa;
- Uniformidade atingida da produção, necessária e exigida para a produção em massa;
- Alta velocidade de produção (realizam uma série de operações concomitantes e automaticamente).

Algumas das virtudes que demonstram a flexibilidade e a possibilidade de reconfiguração da programação podem ser observadas pelas trocas automáticas de ferramentas, a utilização de transporte de pallets e de posicionamento automático da peça de trabalho.

ESTRUTURA DE UM CENTRO DE USINAGEM

Algumas características a se levar em conta no que se refere à estrutura de um Centro de Usinagem são os materiais usinados, a rigidez, as dilatações térmicas e a capacidade de amortecimento de vibrações mecânicas.

Toda e qualquer operação de centros de usinagem deve ser precedida de cuidadoso planejamento e preparação. Sempre verificar os procedimentos descritos nos manuais dos equipamentos antes de iniciar a operação. Observar atentamente todas as instruções de segurança e verificar quanto ao abastecimento de fluidos lubrificantes e de corte, suprimento de ar comprimido, disponibilidade de ferramentas (ROMI, 2013).

Em relação aos materiais a serem usinados, tem que se levar em conta a utilização, respeitando alguns requisitos como:

- a) Rigidez, para que se possa minimizar as deformações mecânicas e vibrações;
- b) Baixa dilatação térmica;
- c) Baixa densidade, para que se minimize as forças inerciais;
- d) Alta condutividade térmica desejável, para que seja mais fácil extrair rapidamente o calor que é gerado pelo corte;
- e) Capacidade de absorver vibrações;

- f) Máquina Convencional;
- g) Centro de Usinagem;
- h) É necessário que se consulte constantemente o plano de operação;
- i) Não é necessário consultar o plano de operação;
- j) Um operário pode operar apenas uma máquina;
- k) Um operário pode operar várias máquinas;
- l) O operador controla o avanço, a profundidade de corte, e etc;
- m) O programa tem o controle de todos os parâmetros de corte;
- n) Peças extremamente complexas são impossíveis de se fabricar;
- o) Possibilidade de fabricar qualquer tipo de peça;
- p) Baixo custo inicial;
- q) Alto custo de máquina, operação e capacitação inicial;
- r) Possibilidade de produção em pequenos lotes;
- s) Necessita de produção em escala para reduzir o custo unitário;
- t) Baixo Custo.

Os materiais que compõem a estrutura de um centro de usinagem são, normalmente, de ferro fundido cinzento, concreto, compósitos poliméricos e cerâmicos.

TIPOS DE CENTROS DE USINAGEM

Existe uma grande variedade de Centros de Usinagem, caracterizados por seus tamanhos, tipos, funcionalidades e graus de automação (4, 5 eixos, e etc.). As potências nominais chegam aos 75 KW e as velocidades de rotação das máquinas mais comumente usadas variam entre 4000 e 8000 RPM.

Atualmente, muitas máquinas são desenvolvidas e construídas de forma modular, para que possam instalar e modificar vários acessórios e equipamentos periféricos, uma vez que são necessários para alterações que se adaptam de acordo com os produtos e peças a serem confeccionados.

Entre os tipos de Centros de Usinagem, pode-se diferenciar os de eixo vertical e os de eixo horizontal.

Os centros de usinagem com o eixo vertical são mais adequados para superfícies planas, em cavidades profundas. Um exemplo é a fabricação de matrizes e moldes. Os impulsos de usinagem verticais são direcionados para baixo, sendo essa máquina, então dotada de alta rigidez, produzindo peças com boa precisão dimensional. Em geral, estas máquinas são mais baratas que as de eixo horizontal.

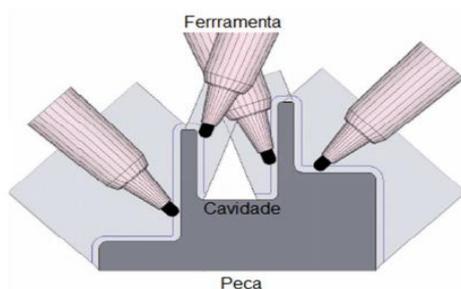
Os centros de Usinagem com eixo horizontal são recomendados para usinagem de peças com dimensões maiores, que requerem usinagem em suas variadas faces e superfícies. Em alguns casos, a peça que está sendo usinada pode se inclinar e ocupar diferentes posições angulares para facilitar a retirada de material.

MULTIFUNCIONALIDADES DE CENTROS DE USINAGEM 5 EIXOS

O fresamento em 5 eixos possibilita maior flexibilidade, podendo trabalhar com a ferramenta em uma posição mais propícia ao processo de corte, outra ocasião bastante propícia ao fresamento 5 eixos é encontrada nos casos de usinagem de difícil acesso, utilizando apenas 3 eixos (ENDL, JAJE, 2006).

Na usinagem 5 eixos, é possível manter o centro da ferramenta sempre perpendicular à superfície da peça.

Figura 10 - Possibilidade de acesso da ferramenta de corte



Fonte: ENDL, 2006.

Na figura 10 pode-se observar que a peça possui cavidade profunda de difícil acesso dificultando o processo de fresamento caso seja optado fresamento em 3 eixos o processo de fresamento ficaria inacabado necessitando de retrabalho.

A usinagem com 5 eixos permite uma maior liberdade de orientação da ferramenta do que o processo de usinagem 3 eixos, por dispor de dois eixos rotacionais, o que permite inúmeras vantagens com relação ao processo convencional. Em um processo de usinagem 3 eixos contendo múltiplas faces, muitas vezes são necessários vários posicionamentos e fixação da peça na mesa da máquina para a usinagem, ocasionando diversos problemas. Devido a essa flexibilidade outro benefício a ser destacado no fresamento em 5 eixos é a possibilidade de redução do tempo de preparação de máquina, além da opção de utilizar fresa mais curtas para cavidades, aprimorando a rigidez. Outro benefício é a possibilidade de orientar a fresa com uma

inclinação constante relativa à normal da superfície usinada, o que resulta em cargas mecânicas constantes na ferramenta (ALTMÜLLER et. al, 2001).

Atualmente, impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico, a aplicação da tecnologia de usinagem por 5 eixos para a fabricação de moldes, pode se tornar um importante diferencial nesse segmento.

Figura 11 - Graus de liberdades em Centros de Usinagem 5 eixos



Fonte: ALTMÜLLER, 2001

No caso do processo de usinagem com centro de usinagem 5 eixos, primeiramente, podem-se relatar a vantagem da acessibilidade da ferramenta em determinados ângulos negativos e faces da peça, onde a máquina 3 eixos não teria acesso.

Isso permite, na maioria das vezes, a usinagem de peças com uma única fixação, implicando em uma considerável redução de tempo e custo de usinagem, além da possibilidade de utilizar ferramentas mais curtas, que proporcionam uma maior rigidez do processo e, conseqüentemente, melhor acabamento da superfície usinada. Além disso, o fresamento em 5 Eixos permite maior liberdade de orientação da ferramenta em relação ao fresamento em 3 eixos, o que possibilita inúmeras vantagens com relação ao processo de fresamento de moldes.

Figura 12 - Centro de Usinagem com 5 eixos



Fonte: ROMI, 2017.

USINAGEM VERTICAL

A utilização de Centros de Usinagem vertical é a mais comum para a usinagem de moldes e matrizes, tem seu preço mais acessível quando comprado com o horizontal. Abaixo alguns benefícios:

a) Verticais pequenos:

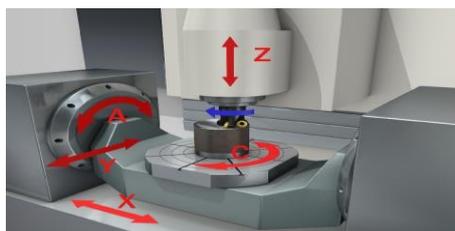
- Envelope total pequeno, requer pouco espaço na fábrica.
- Adequada para alta velocidade/avanço – leve e rápido.

b) Verticais grandes:

- Oferece melhor estabilidade quando a peça está apoiada na mesa.
- Adequado para peças grandes e pesadas.
- Pode trabalhar com setups de peças mais longas e pesadas.

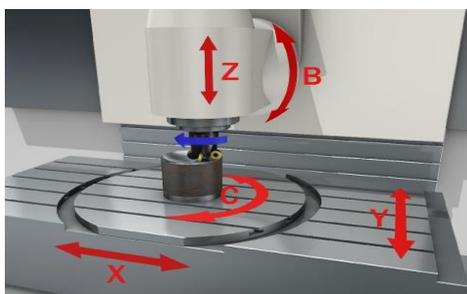
A utilização de um centro de usinagem vertical, apresenta dificuldades com a remoção de cavaco, principalmente na usinagem de cavidades estreitas e profundas.

Figura 13 - Centro de usinagem vertical com quinto eixo A



Fonte: SANDVIK, 2017

Figura 14 - Centro de usinagem vertical



Fonte: SANDVIK, 2017

USINAGEM HORIZONTAL

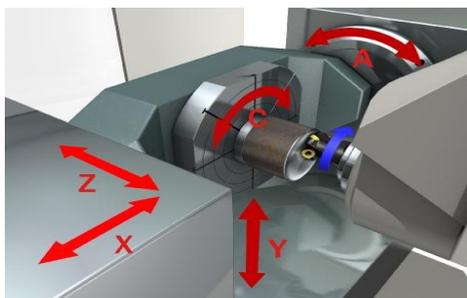
A usinagem horizontal o qual possui um cabeçote rotativo com eixo paralelo ao chão que se aproxima da peça pelos lados, proporciona um melhor escoamento de

cavacos, além de permitir um trabalho com duplo pallet integrado dando melhor viabilidade para alguns processos e reduzindo tempo de máquina ocioso.

Abaixo alguns benefícios:

- Favorável para fresamento de peças grandes.
- Facilita o escoamento dos cavacos no desbaste de cavidades e evita recortes.
- Menos massa para acelerar/desacelerar.
- Geralmente, quatro eixos oferecem acesso a três lados.
- Tecnologia de pallet ergonômica e econômica.
- Tipo mais comum de máquina para uso de fresas de facear e de disco.

Figura 15 - Centro de usinagem horizontal



Fonte: SANDVIK, 2017

RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO EM CENTROS DE USINAGEM

Justificar um investimento de capital em equipamentos calculando o retorno sobre o investimento para o equipamento pode representar um desafio para muitas empresas. Os fabricantes frequentemente levam em consideração apenas o preço ao efetuar esses cálculos, deixando de avaliar o ciclo de vida completo ou o desempenho esperado do equipamento.

Os custos de aquisição, operação, manutenção e retirada de operação podem afetar o cálculo do retorno sobre o investimento real da máquina. É importante ponderar atentamente para tomar uma decisão sólida em relação ao equipamento a ser adquirido, pois isso poderá determinar o período de retorno do investimento.

É preciso efetuar e analisar um cálculo completo do retorno sobre o investimento, levado em consideração áreas como: Os fatores das máquinas de alto desempenho que afetam o retorno sobre o investimento; e como a automação pode aumentar o retorno sobre o investimento.

Os fabricantes adquirem novos equipamentos para aumentar sua capacidade ou aprimorar os métodos e tecnologias usadas na produção. Determinando o retorno

sobre o investimento para essas máquinas, o fabricante examina atentamente o preço de compra. Entretanto, os custos de operação, manutenção e retirada de operação dessas novas máquinas, podem tornar o preço de compra original insignificante.

Custos de aquisição incluem o preço de compra, instalação e treinamento. Os serviços pós-venda, reputação do fornecedor, garantia e serviços de suporte oferecidos são outros fatores importantes a considerar. A disponibilidade do fornecedor para efetuar treinamento em operação e manutenção e aumentar a competência dos funcionários é algo que pode evitar problemas de produtividade. Os custos de manutenção e reparos também devem ser analisados.

Em termos de custos de operação, os fabricantes devem determinar o impacto que o novo equipamento terá sobre a produtividade. A filosofia por trás do projeto e a construção de uma máquina podem afetar significativamente esse fator.

Um centro de usinagem de alto desempenho possui um projeto e uma construção que melhoram os aspectos principais da operação, incluindo duração do ciclo, vida da ferramenta, qualidade das peças e confiabilidade.

Figura 16 - Custos do ciclo de vida Centro de Usinagem



Fonte: LACERDA, 2014

Centros de usinagem de alto desempenho têm demonstrado aumentar a vida e o desempenho da ferramenta. Sua construção rígida significa que são necessárias menos passadas com a ferramenta, o que reduz os tempos de processamento.

A deflexão rotacional geralmente reduz a vida da ferramenta por deixar materiais mais pesados ou variações de materiais para as ferramentas de acabamento. Uma máquina de alto desempenho elimina isso. Ao controlar as forças e a deflexão, a vida da ferramenta de acabamento também aumenta porque ela não precisa de passadas adicionais para algumas operações.

Para essas operações, esse controle pode economizar até 50% dos custos de ferramentas perecíveis. A estabilidade da máquina de alto desempenho permite profundidades axiais maiores, aumentando a quantidade de metal removida por cada ferramenta. Uma máquina de alto desempenho também mantém a integridade do refrigerante, mantendo isolados os resíduos de óleo e partículas de metal, o que aumenta a vida da ferramenta.

CONCLUSÃO

Após descrever as implicações da tecnologia na utilização de centros de usinagem nos diversos setores aplicáveis, observa-se que há vários benefícios capazes de proporcionar a produtividade, assim como a redução de custos, se utilizando da versatilidade e flexibilidade de executar diferentes operações mecânicas na mesma peça. A qualidade do produto final e a reconfiguração das máquinas também são fatores que podem tratar este método de usinabilidade como um diferencial para o investimento de centros de usinagem.

Todas estas melhorias contribuem para a maximização da produtividade e a redução de custos, sendo um sistema que utiliza a tecnologia, mostrando-se superior nos itens de desempenho, produtividade, velocidade e qualidade na produção. Este método também contribui para a gestão eficaz da gestão de conhecimento da empresa, proporcionando a gestão, fácil acesso na visualização do sistema produtivo.

REFERÊNCIAS

ALTMÜLLER; KLOCKE; MARKWORTH. Simultaneous five-axis milling of titanium alloys for turbomachinery components. *Production Engineering*, v. 13, Ed 5, Julho 2001.

DINIZ, A. E. MARCONDES, F.C. COPPINI, N. L. *Tecnologia da Usinagens dos materiais*. 6 ed. São Paulo: MM editor, 2006.

ENDL, R, JAJE, J. *The Challenges for CAM Systems and Users in 5-Axis Machining*. SESCOI R&D, Department Manager, Neu-Isenburg, Germany and SESCOI USA, Senior Engineer - Marketing, Southfield, Michigan, USA.

FEMEC. Disponível em: < <http://www.femec.com.br/>> Acesso em: 24 set. 2017.

HIDRALF BRUNIMENTOS. Disponível em:< <http://hidralf.com.br/brunimento-camisas-cilindros-sp-sao-paulo/index.html>> Acesso em: 24 set. 2017.

LACERDA, Fernando. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA INSERÇÃO DE CENTRO DE USINAGEM CINCO EIXOS NO PROCESSO DE FRESAMENTO DE MOLDES. 2013, 76f. Dissertação - Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2013.

ROMI. Manual de Abordagens e Cuidados Preventivos Centros de Usinagem – Máquinas-Ferramenta CNC. Departamento de Assistência técnica. Equipe de Entrega Técnica, 2013.

ROMI. Manual de Abordagens e Cuidados Preventivos Centros de Usinagem – Máquinas-Ferramenta CNC. Departamento de Assistência técnica. Equipe de Entrega Técnica, 2013.

SANDVIK USINAGEM. Disponível em:< <http://smt.sandvik.com/pt-br/produtos/>>. Acesso em: 24 set. 2017.

SILVEIRA, João. DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO MATERIAL DE PASTILHAS DE FREIO BASEADO NA SUBSTITUIÇÃO DE RESINA FENOL-FORMALDEÍDO POR LIGNOSULFONATO. 2010, 56f. Dissertação - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

WENDT USINAGEM. Disponível em:< <http://wendt.com.br/> >. Acesso em: 24 set. 2017.

O IMPACTO DA ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL NA NATUREZA

Silvia Maria Carneiro de Campos; silvicarneiro@terra.com.br

RESUMO

O ser humano está ocupando a natureza, sem levar em consideração seu passado e quais processos foram necessários nos últimos 400 mil anos para a sua própria evolução, ou quais serão os impactos dessa atitude em nosso futuro e no futuro das outras espécies. Desde o desenvolvimento da iluminação artificial, há cerca de 100 anos, estamos iluminando o ambiente noturno cada vez mais a ponto de modificarmos os hábitos dos organismos e o bioma da região iluminada. Os profissionais de iluminação, em sua grande maioria, acreditam que um ambiente urbano mais iluminado é um ambiente mais seguro, e não existe atualmente no Brasil, uma política pública voltada ao estudo da poluição luminosa e seus impactos sobre a saúde humana e ecossistemas ao seu redor. Sistemas de Iluminação inadequados estão relacionados a problemas de saúde por causar distúrbios no ciclo circadiano. Os movimentos regulares do planeta determinam os ciclos ambientais que ao longo de sua evolução, estimularam os seres a desenvolver seus ritmos internos, seja ao longo de 24 horas, ao longo das estações do ano ou no movimento das marés. Todos os seres vivos no planeta desenvolveram células ganglionares e fotorreceptoras adaptadas a estes ciclos circadianos. A iluminação artificial traz resultados desastrosos no desenvolvimento da flora e da fauna silvestre, levando à extinção de algumas espécies silvestres, seja de artrópodes, plantas e animais, em determinados biomas. É certo que somos mediados pela nossa própria experiência, mas é necessário analisar as propriedades da percepção visual de outras espécies além da humana e qual a interferência da luz em seus ciclos de desenvolvimento, alimentação e acasalamento. Grande parte das espécies de animais terrestres apresenta uma sensibilidade visual entre 400 e 700 nanômetros, assim como os humanos, mas os meios aéreos e aquáticos são distintos nesse aspecto e levaram ao desenvolvimento de qualidades específicas do sistema sensorial adaptado a cada meio; os pássaros e insetos desenvolveram maior sensibilidade no espectro azul e ultravioleta, que para eles é significativo, visto que sua experiência é no espaço aberto. Muitas espécies têm integrados à sua visão a sensibilidade ao espectro UV em torno de 360 nanômetros. Os seres aquáticos desenvolvem maior sensibilidade ao espectro de comprimento de onda entre 450 e 500 nanômetros, entre o azul e o

verde, já que a luz do sol sofre um efeito de filtro ao entrar em contato com a água e apenas esses comprimentos de onda penetram cerca de uma centena de metros. Existem também espécies com dispositivos sensíveis ao infravermelho, entre eles algumas espécies de reptéis e insetos ou organismos aquáticos que vivem próximos a fontes hidrotermais submarinas. A vida da Terra está basicamente organizada visando o máximo aproveitamento da energia da radiação solar, e diferentes comprimentos de onda são utilizados pelos organismos para diferentes funções basicamente em busca da sua sobrevivência. É importante lembrarmos que a base vital do planeta são as plantas e algas com a produção fotossintética. Sem elas não teríamos a fixação de energia em forma de matéria orgânica que fornece a subsistência dos demais níveis tróficos. Atualmente a vida na terra está adaptada à presença do oxigênio, sem o qual a vida como a conhecemos no planeta não existiria. O presente estudo visa integrar o conhecimento disponível sobre os sistemas visuais de diferentes espécies a fim de determinar as particularidades para uma iluminação artificial que gere mínimos impactos sobre o bioma terrestre.

Palavras chave: Iluminação da paisagem, impactos da iluminação na natureza, poluição luminosa, ciclo circadiano.

Abstract: The human being is occupying nature, regardless of its past and what processes have been necessary in the last 400 thousand years for its own evolution, and what will be its impacts on our future and the future of other species. A major problem identified in the natural environment is caused by artificial lighting, which brings disastrous results in the development of flora and fauna. There is a great initiative of several entities, concerned with environmental impacts caused by artificial lighting, seeking solutions to minimize these impacts and promoting studies on damages caused by artificial lighting, including health problems in humans and the extinction of some wild species, whether of arthropods, plants and animals, in certain biomes. It is true that we are mediated by our own experience, but it is necessary to analyze the visual perception properties of species other than human and what the interference of light in their development, feeding and mating cycles. Most species of terrestrial animals have a visual sensitivity between 400 and 700 nanometers as well as humans, but the different aerial and aquatic environments develop specific qualities of perception and development of their sensory system adapted to their environment; birds and insects have developed greater sensitivity in the blue and ultraviolet spectrum, which for them is significant since their

experience is in the open space. Many species have integrated into their vision the sensitivity to the UV spectrum around 360 nanometers. Aquatic beings develop greater sensitivity to the wavelength spectrum between 450 and 500 nanometers, between blue and green, since sunlight suffers a filter effect when coming into contact with water. There are also species with infrared sensing devices, including some species such as reptiles and insects. Earth life is basically organized in harnessing the energy of solar radiation, and different wavelengths are used by the species for different functions, basically in search of the survival of the species. It is important to remember that the vital structure of the planet are the plants and algae with the production of photosynthesis. Without them we would not have the necessary oxygen for the maintenance of the different species on planet Earth. This article seeks to familiarize us with the different visual systems of different species and what the particularities for artificial lighting more adequate and less invasive for one of them.

Keywords: 1.Landscape Illumination, 2.impacts of Lighting in nature, 3.light pollution, 4.circadian cycle.

INTRODUÇÃO

Luz uma janela para a vida.

É necessário entender que toda vida terrestre se desenvolveu através da luz solar, e todas as espécies evoluíram seus fotorreceptores adaptados a condições do meio ambiente para a sua sobrevivência. Inicialmente precisamos entender qual é a importância da luz do sol na produção de energia e vida em nosso planeta.

A luz é uma forma de energia, um espectro eletromagnético que comporta diferentes comprimentos de onda, desde os raios ultravioleta, a luz visível aos olhos humanos e luz infravermelha. Aquilo que nós humanos compreendemos como luz é uma pequena parcela da radiação eletromagnética entre 400 e 700 nanômetros, mas a luz do sol é uma radiação que inclui outras radiações entre 100 a 1400 nanômetros, incluindo neste espectro a visão de outras espécies e diferentes processos fotobiológicos e bioquímicos em todos os seres vivos invertebrados e vertebrados que ocupam a terra, o céu e os mares. (BARGHINI, 2010).

Levando em consideração que a luz é energia e que ela obedece a diversas leis da física, devemos observar seu comportamento através da difração e reflexão, considerando seu comportamento em diferentes meios e sua relação com a água e a atmosfera.

A luz pode ser artificialmente produzida pelo calor, quando um objeto torna-se incandescente e irradia a energia luminosa (fótons) obedecendo à lei da termodinâmica que estabelece que a energia não pode ser criada ou destruída, ela é sempre transformada em outro tipo de energia, ou a partir de. Esta transformação também pode ser química e modificar os elementos da natureza, inclusive produzindo luz, a chamada bioluminescência.

O melhor exemplo da transformação da luz em energia no nosso planeta é a fotossíntese; produzida pelas plantas e algas, que convertem a luz solar, a água e o CO² em energia vital para todos os outros seres vivos. (INNES, 2012). "Diferentemente do passado, o homem terá de retornar à ideia de que sua existência é uma dádiva do Sol." Célebre citação de Nicholas Georgescu-Roegen, *The Entrophy Law and the Economic Process* (CECHIN, 2010).

É necessário compreender a evolução biológica com base nos princípios da termodinâmica, onde o objetivo fundamental na disputa pela vida é a energia disponível. Na luta pela existência a vantagem é para organismos mais eficientes em queimar e obter energia e o princípio da seleção natural tende a maximizar o fluxo de energia sujeito às restrições existentes (CECHIN, 2010).

A cadeia trófica tem nas plantas a base da cadeia alimentar. O mundo vegetal com a sua eficiente produção de glicose, é a principal fonte de produção de energia e alimento na face da terra, a partir dela, dependem todos os outros seres vivos.

O Ciclo Circadiano

O termo ciclo circadiano vem do latim "circa diem", ou seja, cerca de um dia.

A variação diária mais significativa é o ciclo sono-vigília, estudos específicos buscam desvendar este processo dividindo estas duas funções. Durante a vigília a atividade principal é a busca de energia e glicose através do alimento, e durante a fase dormiente, acontece todo o processo de crescimento e regeneração dos seres vivos. Estes ciclos podem ser de 24 horas, menos de um dia, semanais, mensais ou anuais. (BRANDÃO, 2004).

A periodicidade circadiana da maioria das funções orgânicas é hereditária e deve ser considerada como uma adaptação filogenética à estrutura ambiental. Problemas neste ciclo refletem diversos problemas relacionados ao crescimento, reprodução da espécie além de interferências na produção de hormônios e nutrientes. Há de considerarmos que todas as mudanças metabólicas acontecem a partir de impulsos elétricos produzidos no cérebro dos animais, presumivelmente no núcleo

supraquiasmático do hipotálamo, principalmente através dos fotorreceptores que transmitem as informações sobre o claro e o escuro (BRANDÃO, 2004). Além disso, o sistema visual converte a energia luminosa recebida por seus fotorreceptores em energia química para levar as informações ao cérebro (INNES, 2012).

O uso da luz artificial pode perturbar o desenvolvimento, padrões de atividade e processos reguladores hormonais nos ciclos circadianos de todas as espécies. (LONGCORE, 2005).

Devemos sempre levar em consideração que ao iluminarmos o ambiente noturno, de alguma maneira causamos impactos a todo ecossistema ao nosso redor, porque a qualidade do sono é extremamente importante para todo o reino animal e vegetal, é sempre durante o sono que a vida se regenera.

Sabemos que a iluminação artificial noturna afeta o comportamento natural dos seres humanos, mas precisamos levar em consideração que a prática prejudica também a outras espécies de animais, causando desastres nas populações e em alguns casos, extinções.

A luz e as plantas

Compreendemos atualmente que o espectro da luz solar visível pode ser decomposta em cores através do experimento demonstrado por Isaac Newton em 1672, espectro este visível, medido em comprimentos de onda, onde temos as ondas curtas começando pelo Violeta, passando pelo azul, verde, amarelo e laranja, até chegar ao vermelho, mas nossa mediação é incompleta porque a acuidade visual dos humanos e da maioria dos mamíferos enxerga somente uma pequena parcela da radiação eletromagnética entre 400 e 700 nanômetros (nm), mas outros seres têm seus fotorreceptores adaptados no espectro UV (raios ultravioleta) e outros no espectro IR (raios infravermelho) (HOPKINS, 2000).

O termo fotossíntese significa "síntese usando a luz", no qual os organismos fotossintéticos utilizam a luz do sol para produzir compostos orgânicos, principalmente glicose. A energia estocada pelas plantas serve como fonte de energia para todas as outras formas de vida neste planeta. (HOPKINS, 2000)

Em 1804 o suíço Nicholas Saussure descreveu o fenômeno da fotossíntese e demonstrou que na presença da luz as plantas consumiam o gás carbônico (CO²) e transformavam em oxigênio (O²), posteriormente Julius Von Sachs descreveu o processo como transformação da energia luminosa em energia química. A partir de 1900 os estudos sobre as plantas evoluíram e o fisiologista inglês Frederick Frost

Blackman, defendeu que a reação das plantas à luz era fotoquímica, mas que no escuro, elas produziam reações bioquímicas, portanto mantinham um ciclo circadiano. A planta passa pela fase clara, chamada de fase fotoquímica, onde a luz é absorvida pelos pigmentos vegetais (clorofila) e convertida em energia química e calórica. Na fase escura, chamada de fase bioquímica, ela transforma a energia gerada durante o dia em glicose. A glicose produzida na fotossíntese pode transformar-se em outras substâncias orgânicas como amido, proteína, lipídio, celulose, pigmentos, hormônios e vitaminas entre outros, estes produtos são constantemente transferidos pela planta aos seus locais de armazenamento que podem ser em suas raízes, frutos, casca e sementes (FLOSS, 2006). Experimentos do fisiologista americano Robert Emerson em 1940 concluíram que a luz mais eficiente para a fotossíntese das plantas era a que se encontrava nas faixas do vermelho e do azul, também identificou que a atividade delas caía drasticamente somente com a luz vermelha, chegando à conclusão que a fotossíntese era um sistema combinado e dependia destas duas cores de luz, ou seja, destes dois espectros de onda da luz solar (PONS, 1986).

Considerando os efeitos da iluminação artificial nas plantas, a indústria de iluminação tem desenvolvido equipamentos específicos para estimular o crescimento das plantas em ambientes controlados, mas estudos recentes revelaram que as plantas também dormem, e que interrupções neste ciclo circadiano interferem na sua reprodução durante a fase florada e na sua resistência a pragas e fungos, prejudicando sua saúde. É necessário aprofundar estudos sobre a iluminação pública em áreas arborizadas, levando em consideração os fenômenos de "fotoinibição", nome dado em botânica ao estresse fisiológico vegetal em situação de grande exposição à luz que prejudica a fotossíntese das plantas. Sobre uma constante exposição à luz, ocorre uma adaptação onde a fotossíntese da planta se estabiliza e passa a produzir substâncias prejudiciais ao seu crescimento.

O ciclo circadiano, afeta as plantas como a todos os outros seres vivos, e a fase escura durante a noite é necessária ao seu crescimento e regeneração para que a planta possa realizar a fotossíntese corretamente todos os dias com a mesma eficiência (HOPKINS, 2000).

Algas verdes que se encontram nos primeiros metros junto à superfície continuam operando em resposta aos espectros azul e vermelho, mas podemos observar que as algas são vermelhas abaixo dos 30 metros, onde a radiação de 650 a 700nm é mínima. (BARGHINI, 2010)

Atração da luz nos peixes

A fototaxia positiva também chamada de fotopoluição é a atração dos animais pelas fontes de luz e acontece em diversas espécies. A luz é um fator de atração para os peixes, inclusive algumas empresas de pesca utilizam esta técnica como ferramenta auxiliar na captura de algumas espécies. A maioria dos peixes de caça procuram águas ricas em peixes pequenos, insetos e camarões. Segundo os estudos de John Lythgoe, todos os membros desta cadeia alimentar têm olhos sensíveis às cores azul e verde. Nas águas onde é grande a incidência de algas verdes, como elas absorvem a luz vermelha, a aparência da água é verde, isso explica porque os peixes desenvolveram seus fotorreceptores especializados entre o azul e o verde, sendo que algumas espécies tem sensibilidade ao amarelo. Todos os seres vivos têm fotorreceptores de cor em seus olhos adaptados para a luz de seu "espaço natural", e o objetivo principal é sempre reconhecer sinais de perigo ou alimento. Para detectar as mudanças em intensidade de luz algumas espécies também tem sensibilidade ao UV entre 320 e 380 nanômetros, além dos fotorreceptores na região do azul entre 425 e 490 nanômetros e no verde, próximo a 530 nanômetros.

Portanto, fontes de luz com espectros azul, verde e UV são as que mais atraem as espécies aquáticas e a luz vermelha é a que menos será percebida. (LYTHGOE, 1988)

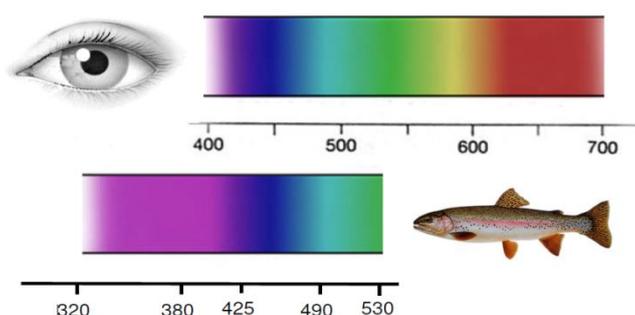


Figura 1: comparativo alcance visual entre o ser humano e o peixe

Fonte: Dados produzidos pelo o autor (2017)

Os vagalumes sumiram das cidades

O uso inadequado de iluminação pode causar a extinção de uma espécie. O caso mais comum é o dos vagalumes nas cidades. Os vagalumes são um tipo de besouro muito popular na natureza, porque piscam sutilmente durante o voo. Como suas fêmeas não voam, elas utilizam luz gerada por bioluminescência como objeto sexual para

atrair o macho. Nas cidades, o uso excessivo de iluminação, confunde o macho que não copula quando é atraído pelas fontes de luz artificial, ele morre queimado ou de exaustão e acaba por não produzir novos descendentes. Algumas espécies de vagalume utilizam os cupinzeiros para colocar seus ovos e gerir suas larvas. Estas brilham durante a noite garantindo a atração de insetos da vizinhança, em sua maioria os cupins, sua maior fonte de alimentação. (VIVIANI, 2001)

O Poder de atração da Luz para os insetos.

O inseto está acostumado à luz polarizada, e utiliza o sol e a lua como seus instrumentos de navegação, em busca de água e alimento. O reflexo da luz na água pode ser percebido de longe pelos insetos. A presença da luz artificial confunde o inseto e vira literalmente uma “fonte” de atração, em muitos casos uma armadilha mortal. Os fotorreceptores dos olhos dos insetos estão regulados aos espectros de luz verde, azul e Ultravioleta, nós humanos não podemos ver o ultravioleta, mas os insetos podem. As flores têm alguns padrões que só podem ser observados na faixa do ultravioleta próximos ao centro especialmente para atrair os insetos que são responsáveis por sua polinização. Segundo o naturalista Edward O. Wilson, da Universidade de Harvard, se toda a humanidade desaparecesse, o mundo se regeneraria rapidamente ao estado de equilíbrio que existia há dez mil anos atrás, mas se os insetos desaparecessem, o ambiente entraria em colapso, o que nos levaria à extinção. Flores vermelhas são polinizadas pelas aves e por borboletas porque os insetos têm baixa sensibilidade ao vermelho, mas algumas plantas possuem em seus frutos e flores mecanismos específicos para serem visíveis às espécies que tem sensibilidade ao espectro ultravioleta. O *Aedes Aegypti*, por exemplo, é um inseto adaptado à luz do dia, mas como as cidades estão cada vez mais iluminadas, o excesso de luz confunde seu ciclo circadiano e ele mantém suas atividades durante a noite. Conglomerados humanos bem iluminados; como terminais intermodais e todo tipo de edificação bem iluminada e povoada, passa a ser um campo de caça para o mosquito. Como o cheiro do suor animal é o que atrai as fêmeas da espécie em busca de sangue para sua ovulação, os locais esportivos ficam mais vulneráveis a infestações, principalmente se houver água parada na redondeza. Como o pico da visão do inseto é o espectro ultravioleta na faixa de 365 nanômetros, (UV-A) devemos evitar o uso de fontes fluorescentes, vapor de mercúrio e vapor metálico que emitem radiação neste espectro (BARGHINI, 2010).

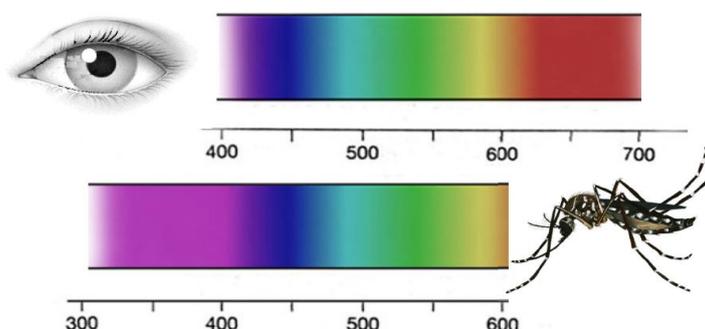


Figura 2: comparativo alcance visual entre o ser humano e o inseto
Fonte: Dados produzidos pelo o autor (2017)

A luz é invisível, mas a fonte não. O brilho da luz de uma fonte é um grande atrativo ao inseto, portanto a utilização de uma luminária correta atenuará o seu poder de atração. O cut-off da luminária acaba sendo um item de extrema importância na especificação da iluminação. Se a fonte for posicionada adequadamente e totalmente dentro da luminária, podemos diminuir a fototaxia. Como os insetos não tem uma boa percepção ao espectro da luz vermelha, quanto mais próximo ao vermelho for o espectro de luz da fonte, menos o inseto vai enxergar (BARGHINI, 2010). As fontes de luz quente, abaixo de 2.700 Kelvins ou de luz âmbar são as mais adequadas para iluminar o ambiente noturno em paisagens próximas aos assentamentos humanos, é desejável uma fonte em torne de 605nm âmbar.

A visão do pássaro

A visão é o sentido mais importante para as aves, uma vez que uma boa visão é essencial para um voo seguro, este grupo de animais tem uma série de adaptações em seus olhos que lhes dá uma acuidade visual superior a de outras espécies. O olho da ave se assemelha ao de um réptil. A maioria das aves não pode mover os olhos, mas seus músculos oculares podem mudar o foco rapidamente com um alcance muito superior aos olhos dos mamíferos. Alguns grupos de aves têm alterações específicas para seu sistema visual ligada ao seu modo de vida. As aves de rapina têm uma elevada quantidade de fotorreceptores que aumentam a sua acuidade visual. Sua visão binocular permite a avaliação precisa das distâncias (GOLDSMITH, 2011). Andorinhas, gaivotas e albatrozes estão entre as aves marinhas com a maior quantidade de cones fotorreceptores entre o vermelho e o amarelo para melhorar a sua visão à distância especialmente em condições de neblina. O

desempenho do olho em baixos níveis de luminosidade depende da distância entre a córnea e a retina, portanto as aves pequenas são diurnas porque os seus olhos não são suficientemente grandes para dar uma visão noturna adequada. Pássaros noturnos têm olhos maiores, sua retina contém uma grande quantidade de bastonetes e cones fotossensíveis, enquanto os seres humanos têm cerca de 200.000 fotorreceptores por mm^2 , os pássaros têm de 400.000 a 1.000.000 de fotorreceptores por mm^2 . A maioria dos pássaros é tetra cromatos, ou seja, seus cones possuem sensibilidade a quatro cores. Em alguns pássaros, o pico de absorção se estende à luz ultravioleta (UV), tornando-os sensíveis aos raios UV, sendo assim, aquilo que é visível para as aves, não é aos seres humanos. (GOLDSMITH, 2006)

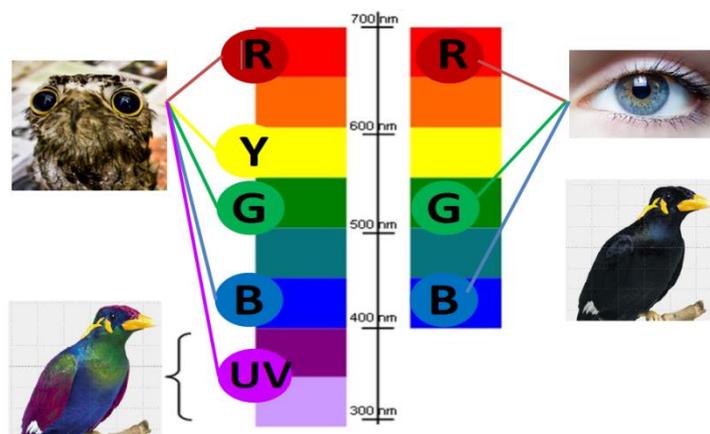


Figura 3: comparativo alcance visual entre o ser humano e o pássaro.

Fonte: Dados produzidos pelo o autor (2017)

O Impacto da Luz nas aves migratórias.

Além de insetos, os pássaros que migram durante a noite são os mais afetados pela luz artificial (RICH, LONGCORE, 2005). Isso pode causar mortalidade direta, ou pode ter efeitos negativos indiretos através do esgotamento de suas reservas de energia. Estudos indicam que o aumento do uso de luz artificial à noite tem um efeito adverso sobre as populações de aves, particularmente aqueles que normalmente migram à noite. As aves migratórias frequentemente morrem ao encontrar luz artificial em seu caminho (HEYERS, 2007). Centenas de aves que deveriam estar migrando, interrompem seu percurso para pousar em plataformas de petróleo instaladas no mar. Um excelente estudo publicado na Ecology and Society do Canadá chamado "Green light for nocturnally migrating birds" (POOT et al, 2008) demonstra uma serie de experiências com diferentes espectros de luz e cor e suas influências na orientação dos pássaros. Estes problemas com as plataformas de petróleo vêm sendo estudados

desde o final dos anos 90, e este estudo definiu alguns protótipos de teste em loco e também experiências em laboratório, onde identificaram que a luz vermelha é a que mais interfere no sistema de orientação magnética dos pássaros, seguida pela luz branca. Os espectros que menos prejudicaram o movimento de migração dos pássaros foram o da luz verde e o da luz azul. A luz azul foi descartada nesta operação por apresentar disfunções no ciclo circadiano humano e conseqüentemente interferir prejudicialmente com as atividades dos trabalhadores da plataforma, concentrando a pesquisa finalmente no uso da luz verde. Ficou constatado também que quanto maior a intensidade de luz instalada, maior é o poder de atração que ela produz, portanto é necessário utilizar o menor índice possível na inspeção das tarefas nestas plataformas de petróleo. Este estudo iniciou novas pesquisas sobre os efeitos de iluminação artificial na migração de pássaros e a possibilidade do desenvolvimento de equipamentos mais adequados, com uma iluminação artificial mais segura aos seres humanos em função do trabalho, mas causando menos impactos e mortalidade à natureza.

Dominik Heyers (2007) defende que as aves migratórias podem “ver” a direção do campo magnético da terra, há um criptocromo especial, um magnetorreceptor que permite sua orientação em grandes distâncias. Também foi observado este sentido em alguns insetos, peixes, répteis, tartarugas marinhas, golfinhos e até em bactérias. Outra hipótese para esta iluminação verde sugere uma melhor reflexão sobre a vegetação de beira de estrada, e potencialmente menos perturbação em seu desenvolvimento e floração (PONS, 1986).

O estudo sobre conseqüências ecológicas da iluminação noturna artificial, publicado por Rich and Longcore, (2005) destaca que as aves migratórias não são as únicas espécies prejudicadas por iluminação artificial noturna. No caso de plataformas de petróleo no mar, o estudo demonstra que existem atividades migratórias em peixes e mamíferos marinhos que podem ser afetados por diversas fontes de luz durante sua jornada.

A fotopoluição e as tartarugas marinhas.

De domínio público, o Projeto Tamar, disponibiliza material técnico para auxiliar o uso de iluminação artificial nas áreas costeiras, principalmente em áreas de desova. Preocupado com a possível extinção das espécies, este instituto de pesquisas promove a conservação das tartarugas nas praias brasileiras. Para as tartarugas marinhas a fotopoluição é um fator impactante em todas as fases de sua vida, mas

principalmente quando elas são filhotes. Naturalmente durante a desova, os filhotes correm para o mar, orientados pela luz do sol ou da lua, refletidos na água, mas quando é utilizada a luz artificial na costa, ocorre a fototaxia onde os filhotes são atraídos pelas luzes da costa e morrem antes de chegar à água (GRANDA 1979) Segundo as recomendações do CONAMA, deve-se evitar a visualização de fontes de luz em toda a área costeira, onde a iluminação deve ser balizada o mais baixo possível, e voltada ao sentido contrário da praia, para que a luz não cause atração das tartarugas e de outros animais marinhos, lembrando que existe uma lei de proteção ambiental que garante zero lux, ou seja, proíbe a iluminação na zona costeira do sul da Bahia onde existe o Centro Tamar. Além dos problemas causados pela fototaxia positiva que atrai os filhotes para a luz, existe a fototaxia negativa que impede que as tartarugas fêmeas adultas cheguem à costa para a desova.

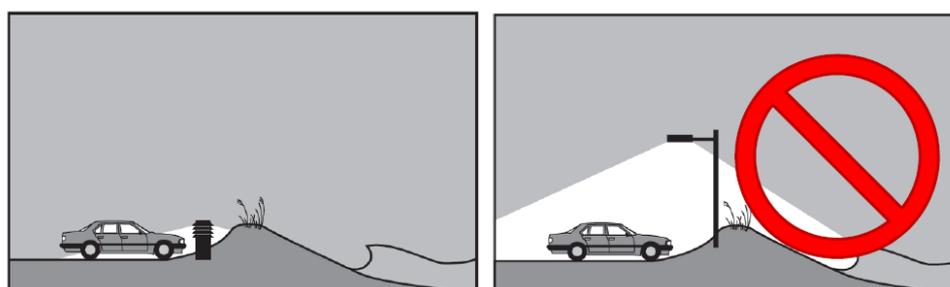


Figura 10: comparativo de iluminação adequada e inadequada na costa marítima.

Fonte: Dados produzidos pelo o autor (2017) adaptado de Witherington e Martin (1996)

O sistema visual das tartarugas também pode identificar o espectro UV, portanto, é necessário que as fontes utilizadas não contenham o UV, ou utilizem filtros adequados. (SALIES et al., 2015).

A polarização do céu

Podemos observar também um fenômeno chamado de luz polarizada, que é a luz refletida por superfícies brilhantes ou pela superfície da água. O reino animal engloba uma infinidade de espécies, e a maioria delas tem um sentido em comum, a visão. Basicamente a visão tem a função de sinalizar sinais de perigo e localizar alimentos para a sobrevivência da espécie e reprodução. A luz é um estímulo fisiológico que

desencadeia um impulso, que é sentido pelo aparelho cognitivo como uma sensação de cor, particular em cada indivíduo presente apenas na mente do organismo que a percebe (INNES, 2012).

Os animais que tem fotorreceptores sensíveis ao espectro UV são sensíveis a estes planos de polarização da luz na água, e utilizam este sistema em seu deslocamento na busca de alimentos. Pássaros buscam água para alimentar-se de insetos e peixes. Insetos buscam a água para depositar seus ovos. Ambas as espécies apresentam sensibilidade ao espectro UV necessárias durante a navegação em voo. Anfíbios que se deslocam entre a terra e a água, também apresentam esta sensibilidade. (GOLDSMITH, 2011)

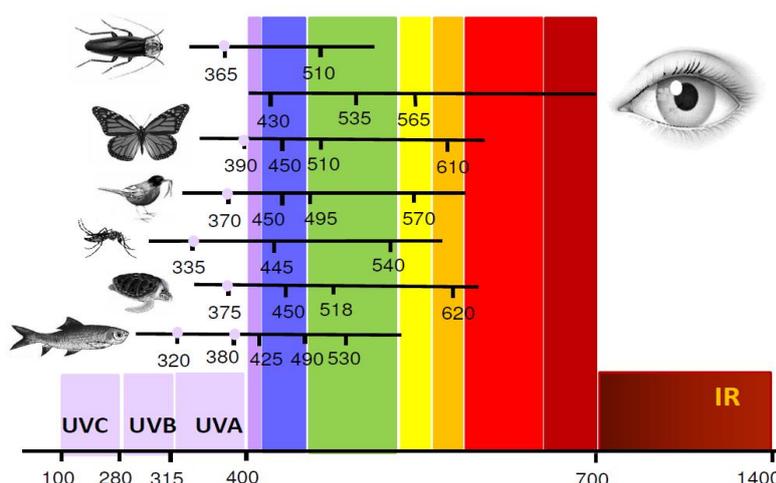


Figura 12: Comparativo das espécies com visão UV e o ser humano

Fonte: Dados produzidos pelo o autor (2017) adaptado de Goldsmith (2011)

Neste sentido, ao iluminarmos o ambiente natural, além de verificar o sistema visual dos espécimes atingidos, devemos observar a irradiância das fontes, ou seja, qual é o espectro da luz produzido pela fonte artificial, sempre que houver incidência de ultravioleta, este afetará a percepção destas espécies. A luz artificial é uma verdadeira armadilha para diversas espécies, fontes que produzem radiação Ultravioleta, entre elas vapor de mercúrio, vapor metálico e fluorescente são as que causam maiores distúrbios em espécies voadoras, em muitos casos, as espécies são atraídas e morrem em contato com o calor das lâmpadas (BARGHUINI, 2010). A título de curiosidade vale comentar a excelente pesquisa de Gabor Horvath (2014) do departamento de física e biologia da Universidade de Budapeste na Hungria que

demonstra a desorientação de pássaros e insetos, causadas por superfícies brilhantes como pinturas de automóveis, empenas e fachadas com películas refletivas ou pinturas brilhantes. O reflexo da luz polarizada incidente nestas superfícies confunde as espécies que estão em busca de água.

CONCLUSÃO

A iluminação artificial e a natureza

Não sabemos exatamente qual é a quantidade de luz artificial que pode ser utilizada sem causar danos ao ser humano, porém existem sérios indícios que o excesso de iluminação artificial pode causar problemas metabólicos. A questão que enfrentamos agora é saber se é possível desenvolver fontes de luz que satisfaçam as demandas humanas sem prejudicar a nossa saúde e o ecossistema ao nosso redor. Fica claro que a iluminação pública utilizada nas cidades, não especifica fontes adequadas ao desenvolvimento das plantas, portanto é necessária uma ampla discussão do ponto de vista urbano a respeito de iluminação viária e do paisagismo. Métodos utilizados atualmente, iluminado as vias sobre a copa das árvores, não é uma opção saudável para a planta nem eficiente do ponto de vista energético, é fácil identificar nas ruas podas inadequadas à sobrevivência e saúde das árvores a fim de obstruir menos a iluminação.

Curiosamente, o estudo do Professor Alessandro Barghini, (2010) que descreve a atração dos insetos por fontes luminosas, alerta também sobre o risco do aumento de doenças comuns na zona rural e silvestre na zona urbana das cidades. O estudo iniciado em 2008 abordou temas como a doença de chagas transmitida pelo bicho barbeiro, e mais especificamente as doenças causadas pelo mosquito aedes aegypti, e observamos que os casos tem evoluído desde então.

Para realizar um projeto Luminotécnico no ambiente natural, é necessário fazer um levantamento completo do bioma que compõe o local e o seu entorno antes de propor uma iluminação artificial em um ambiente de paisagem. Cada tipo de vida vegetal e animal têm suas particularidades em relação ao ciclo circadiano, e a iluminação planejada de maneira inadequada pode causar impactos indesejados e a extinção de espécies. É certo que quando fazemos um projeto para iluminação artificial, a proposta de iluminação tem como parâmetro o sistema visual humano, mas estamos à frente de uma grande variedade de sistemas visuais e sensores que ordenam a vida de maneira equilibrada. Todas as fontes de vida utilizam de alguma maneira a radiação eletromagnética do sol, seja no caso das plantas, para gerar energia direta através da fotossíntese, ou no reino animal, que utiliza a energia para locomoção,

orientação e metabolismo de diversas maneiras onde o sinal luminoso é convertido em sinal elétrico, causando alguma resposta no organismo, que pode ser visual, tátil ou hormonal.

A organização Dark Sky disponibiliza amplo material sobre o tema poluição luminosa, e tem alertado que fontes intensas de iluminação artificiais mal dimensionadas levam ao ofuscamento da visão, além de iluminar áreas não necessárias com a luz intrusa. Concentrando a luz somente onde ela é necessária e utilizando fontes de luz com fotometrias corretas, podemos evitar a poluição luminosa e reduzir os impactos da iluminação artificial na natureza.

A escolha correta do tipo de tecnologia utilizada na fonte também merece atenção. É desejável evitar o espectro ultravioleta nas fontes artificiais, além de determinar na aplicação qual a cor aparente da luz causará menos impactos a este bioma. Devemos levar em consideração que todas as espécies necessitam dormir. Mais importante do que saber iluminar, é saber quando e onde não iluminar.

REFERÊNCIAS

BARGHINI, Alessandro. **Antes que os Vagalumes Desapareçam ou a Influência da Iluminação Artificial sobre o Ambiente**. São Paulo: Annablume e Fapesp, 2010.

BRANDÃO, M. L. **As bases biológicas do comportamento: introdução à neurociência**. São Paulo: EPU, 2004.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Edusp e Editora Senac, 2010.

FLOSS, E. L. **Fisiologia das plantas cultivadas: o estudo do que está por trás do que**

se vê. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.

GOLDSMITH, Timothy H. **What bird see**. USA: Scientific American, 2011. Disponível em www.web.archive.org. Acessado em: maio de 2017

GRANDA, A. **Eyes and their sensitivity to light of differing wavelengths. In Turtles: Perspectives and Research. Warless M, Morlock H**. New York: John Wiley and Sons; 1979.

HEYERS, Dominic and, Manns M, Luksch H, Guñturuñ O, Mouritsen H, **A Visual Pathway Links Brain Structures Active during Magnetic Compass Orientation in Migratory Birds**.

HOPKINS, W. G. **Introduction to Plant Physiology**. New York: John Wiley & Sons, Inc, 2000.

HORVATH, Gabor. **Polarized Light and Polarization Vision in Animal Sciences**. Berlin: Springer-Verlag, 2014

INNES, Malcolm. **Iluminação no Design de Interiores**. São Paulo: Gustavo Gili 2014

LYTHGOE, John: **Light and vision in the aquatic environment. In Sensory Biology**

of Aquatic Animals. New Yourk: Atema J, Fay R, Popper A, Tavolga W, 1988.

PONS, Thijs L. **Response of Plantago major seeds to the red/farred ratio as influenced by other enviromental factors**. Nederlands: Oecologia v. 75, 1986.

POOT, H., B. J. Ens, H. de Vries, M. A. H. Donners, M. R. Wernand, and J. M. Marquenie. 2008. Green light for nocturnally migrating birds. Ecology and Society 13(2): 47. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art47/>

RICH, Caterine; LONGCORE, Travis. **Ecological consequences of artificial nighth lighting**. Washington DC: Island Press, 2005.

SALIES E, LARA P H, PEZETTO F, VERISSIMO L F, ABREU J A, SOARES L A, TOGNIN F, **Cartilha de Fotopoluição Projeto Tamar**. Bahia: Fundação Pró Tamar, 2015.

VIVIANI, Vadim. **Fireflies (Coleoptera: Lampyridae) from Southeastern Brazil: Habitats, life history, and bioluminescence**. USA: Journal Annals of the Entomological Society of America, v. 94, 2001.

CRIAÇÃO DE ARTEFATO ELEVATÓRIO DE SUCATA PLÁSTICA E OS BENEFÍCIOS DA REDUÇÃO DE CUSTOS E DO CONSUMO HÍDRICO

Ana Paula Souza Cassiano; paullaa2013@gmail.com

Eduardo Globekner; globekner.eduardo@gmail.com

Evelyn Cristina de Oliveira Costa; evelyn_costa@hotmail.com *

Ivone Lisboa Teixeira; ivone_lisboa14@hotmail.com

Marilene Soares; marasoares2008@hotmail.com

Rafael Baldacim; rbaldacim@plastshow.com.br

Resumo: Objetivando a redução dos custos relacionados ao processo e do consumo hídrico industrial, o presente artigo aponta as condições de uma determinada empresa do ramo de injeção plástica localizada na cidade de Boituva, interior de São Paulo, mais precisamente do setor de reciclagem das peças que são reprovadas no processo, onde este material é triturado, granulado, passa por lavagem em um tanque de grandes dimensões e após a secagem retornam à produção sendo inseridos parcialmente na composição da matéria prima utilizada. Analisando a forma como o processo é realizado, observou-se um desperdício de água na tarefa de limpeza periódica do tanque. Com respaldo em uma base teórica que referencia as questões ambientais, no tocante ao desperdício da água, foi sugerido à empresa um artefato que automatiza o processo de limpeza deste tanque, elevando apenas os resíduos do fundo do reservatório, tornando o processo mais eficiente e promovendo a economia no consumo de água, além da estimada redução dos custos e do tempo despendido na tarefa. Ciente da importância do equilíbrio entre os interesses da sociedade, a proteção dos recursos naturais e a eficiência operacional, as organizações cada vez mais utilizam o desenvolvimento sustentável como um dos seus pilares estratégicos, e iniciativas de melhoria de processos como a apresentada neste artigo que visa o uso consciente da água, corroboram esta crescente busca em aliar tecnologia com responsabilidade socioambiental podendo refletir em uma possível mudança de cultura no cenário em que estarão inseridas. Tais mudanças tornam-se inevitáveis tendo em vista a situação de escassez de recursos essenciais para a sobrevivência.

Palavras chave: *Gestão Socioambiental, Reciclagem, Economia.*

Abstract: With the objective of reducing the costs related to the process and the industrial water consumption, this article points out the conditions of a certain plastic injection company located in the city of Boituva, interior of São Paulo, more precisely of the recycling sector of the pieces that are reprocessed in the process, where this material is crushed, granulated, washed in a large tank and after drying return to production and are partially inserted into the composition of the raw material used. Analyzing the way the process is carried out, a waste of water was observed during the periodic cleaning of the tank. Backed by a theoretical background on environmental issues, the company was suggested an artifact that automates the cleaning process of this tank, only raising waste from the bottom of the reservoir, making the process more efficient and promoting the savings in water consumption beyond the estimated reduction of costs and time spent on the task. Aware of the importance of balance between the interests of society, the protection of natural resources and operational efficiency, organizations increasingly use sustainable development as one of its strategic pillars, and initiatives to improve processes such as the one presented in this article the conscious use of water, corroborate this growing search in ally technology with social and environmental responsibility, being able to reflect in a possible change of culture in the scenario in which they will be inserted. Such changes become inevitable in view of the scarcity of resources essential for survival.

Words key: Socioambiental management, Recycling, Economy.

1 INTRODUÇÃO

A crescente expansão do desenvolvimento industrial a níveis mundiais, vêm tornando cada vez maior a necessidade de se voltar atenções às questões socioambientais. Os esforços por parte de empresas e de gestões governamentais, estão se voltando a ações de gerenciamento, controle, reutilização e uso consciente de recursos naturais não renováveis, como o uso da água por exemplo, um bem da humanidade, aparentemente abundante, porém quando se observa sua qualidade, o nível de disponibilidade é drasticamente reduzido.

As indústrias, voltadas ao seu crescimento e desenvolvimento, assim como com reduções de custos internos, têm desenvolvido tecnologias de processo capazes

de reutilizar materiais, reduzir os custos com matérias primas e, também reduzir o consumo de água, visando ao mesmo tempo diminuir gastos e melhorar a utilização dos recursos hídricos, como é o caso da empresa estudada.

A empresa do ramo de fabricação de componentes plásticos, localizada na cidade de Boituva, interior de São Paulo, recicla seus materiais em não conformidade. Estes materiais são transformados em materiais de proporções menores (moídos), lavados e transformados em granulados para retornar ao processo como material recuperado e utilizados em porcentagens menores na formulação para a confecção das peças produzidas pela empresa.

O processo atual de lavagem do material granulado é realizado em um tanque de grandes proporções, onde apontou-se a necessidade do desenvolvimento de um artefato que eleva o material acumulado no fundo do tanque, cessando-se a necessidade da retirada total da água que o preenche, tornando assim o processo mais econômico e mais rápido.

Este artefato é composto por um cesto confeccionado em material metálico resistente e que será acionado automaticamente por um sistema de "rosca sem fim". Deverá funcionar quando for necessária a limpeza do tanque, reduzindo a necessidade de esgotamento e descarte da água que atualmente é feito a cada dois meses para seis meses de intervalo entre as trocas de água.

As justificativas para o desenvolvimento desse tema estão pautadas na facilidade do formando em abordar a aplicação prática deste projeto. Sua proposta é sanar o problema do desperdício da água, de parada na produção, os gastos com a mão de obra para a limpeza, bem como reduzir o tempo despendido no processo atual.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ESCASSEZ DE ÁGUA E O USO CONSCIENTE NAS INDÚSTRIAS

Segundo o Relatório Mundial das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento de Recursos Hídricos de 2016, publicado pela Organização da Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) setenta e oito por cento dos empregos que constituem a mão de obra mundial são dependentes de recursos hídricos, sendo quarenta e dois por cento altamente dependentes e os outros trinta e seis de forma moderada.

O mesmo relatório da UNESCO afirma que a Indústria e a manufatura consomem aproximadamente quatro por cento da captação mundial de água e, a previsão é de que até 2050 esse número aumente em quatrocentos por cento.

Com o crescente desenvolvimento das indústrias, e a estimativa do aumento do consumo de água por parte delas, é notável a preocupação com os recursos ambientais e as empresas, muitas vezes contando com parcerias governamentais, vem promovendo ações de utilização consciente e de reuso de água em suas instalações.

A gestão inteligente de países desenvolvidos e daqueles em desenvolvimento, é aquela que trata com devida importância a questão da escassez de água, propondo políticas e investimentos visando a utilização de forma correta e, nos casos em que é possível, o seu reaproveitamento, bem como o tratamento adequado de seus despejos.

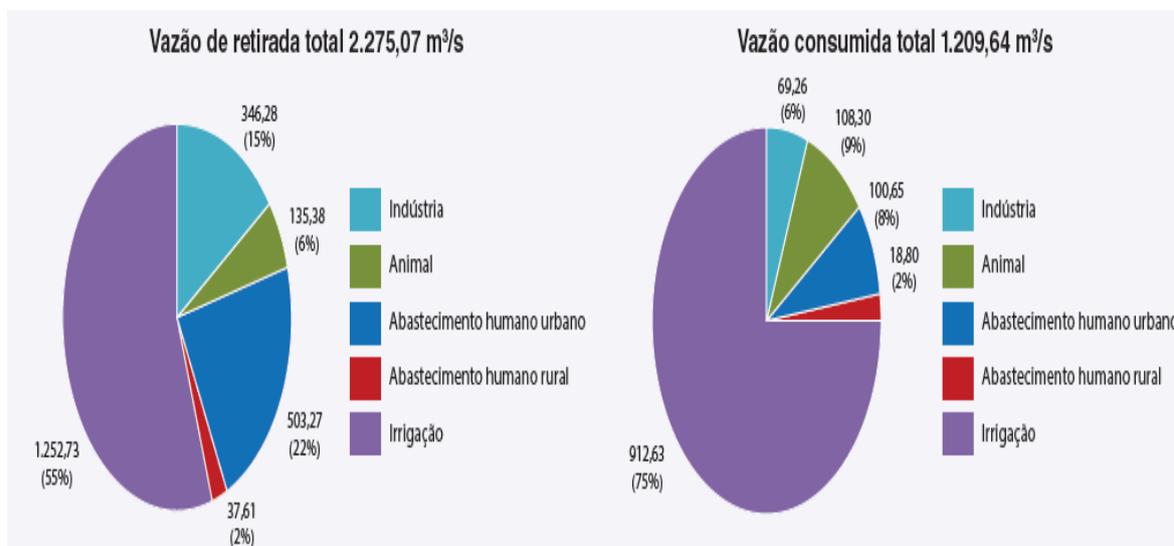
A Agência Nacional de Águas (ANA), é o órgão do governo brasileiro que atua no sentido de gerenciar, controlar e realizar ações de controle e melhorias no combate ao desperdício de recursos hídricos. A Agência é responsável pela publicação anual do Informe de Conjuntura dos Recursos Hídricos, um relatório que revela a situação atual de qualidade, consumo, demanda e o balanço destes recursos em todo o território brasileiro.

De acordo com o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, publicado pela ANA em 2016, existem dois tipos de demanda de água: a demanda consuntiva, que é aquela em que a água é utilizada para abastecimento urbano, industrial e rural. É a água consumida pela população e, cujo retorno é expressivamente menor do que o consumo.

Há também a demanda não-consuntiva, que é a água utilizada e que não é retirada do local onde se encontra ou, caso seja retirada, retorna em sua totalidade à sua origem, como o uso em hidrelétricas, navegação ou lazer, por exemplo.

A figura 1 mostra a demanda de água estimada no Brasil e a vazão realmente consumida e, mostra que a divisão do consumo de água no Brasil, segue a mesma tendência dos dados mundiais, que indicam que o uso industrial corresponde a menos de dez por cento do uso total da água consumida.

Figura 1. Demanda consuntiva total e estimada no Brasil (m³/s)



Fonte: Informe 2016 – Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil

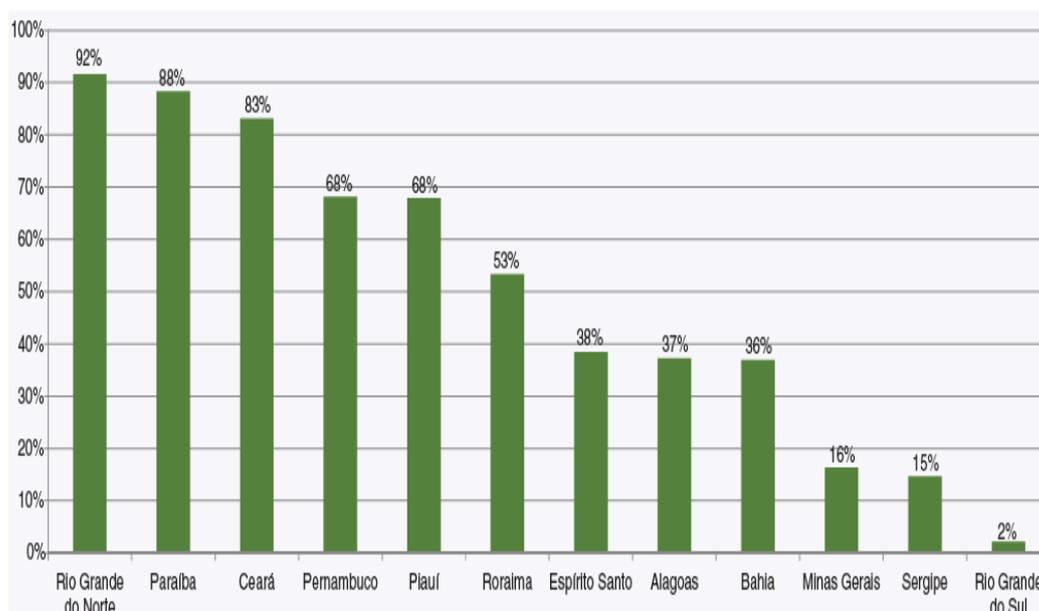
O Balanço Hídrico é de fundamental importância e norteia as ações de planejamento e gestão governamentais, inerentes à Política Nacional dos Recursos Hídricos que será discutida mais adiante.

Tal estudo é realizado com base em dois parâmetros essenciais, a demanda quantitativa, que leva em conta a captação de águas e a qualitativa, que é aquela que avalia a qualidade das águas lançadas nos efluentes.

A partir dos dados obtidos, pode-se gerar um balanço qualiquantitativo, analisando as características de sazonalidades de cada região do país, definindo as regiões críticas e, assim podendo-se definir quais ações deverão ser realizadas para se gerir as necessidades de cada localidade.

A figura 2 mostra o percentual de eventos críticos com relação às secas em determinados estados brasileiros. Pode-se perceber, a partir deste gráfico, que não são apenas as regiões do norte e nordeste que sofrem com as secas, mesmo com índices baixos, alguns estados do Sul e Sudeste já apontam neste cenário, como o Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, revelando uma tendência de inclusão destes locais atípicos nestes gráficos.

Figura 2. Percentual de Municípios que decretaram Situação de Emergência devido à eventos críticos de seca em 2015.



Fonte: Informe 2016 – Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicou em 2013 a Matriz de Coeficientes Técnicos, uma Análise do Uso da Água no Setor Industrial Brasileiro, previsto no Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e que tem o objetivo de divulgar os resultados de suas pesquisas e incentivar os setores industriais e o governo a avançar no sentido de usar com responsabilidade os recursos hídricos disponíveis, além de fomentar o desenvolvimento de ações neste sentido.

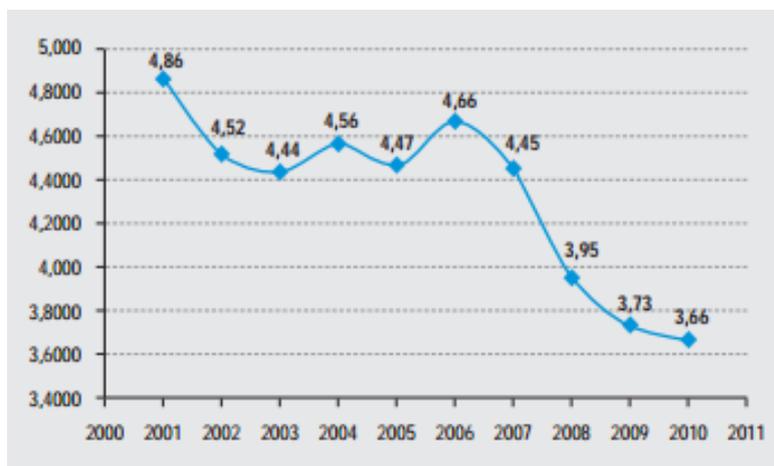
Segundo a Matriz de Coeficientes Técnicos da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) publicada em 2013, a Rede de Recursos Hídricos, organizou a participação e contribuições de diversas federações e, cabe destacar a importante influência das indústrias nacionais no desenvolvimento da Norma ISO 14.046, norma que estabelece critérios e requisitos para o uso responsável da água e a pegada hídrica.

Alguns setores industriais apresentaram desempenhos satisfatórios de eficiência no uso dos recursos hídricos, como os setores de petróleo e gás, automobilístico, bebidas, indústria química, entre outros. (CNI, 2013)

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), as indústrias químicas, em cuja categoria a empresa objeto deste estudo se encaixa, houve uma redução de trinta e quatro por cento na captação de água entre 2001 e 2010. Este resultado foi alcançado graças à reciclagem de efluentes líquidos e da redução de desperdícios.

O Gráfico abaixo, mostra a evolução do uso da água nas indústrias químicas no período supracitado.

Figura 3. Evolução do Uso da Água nas Indústrias Químicas



Fonte: CNI (2012)

Agir com negligência no tocante ao uso de recursos não renováveis, é o mesmo que agir no sentido contrário ao do desenvolvimento, pois mesmo que as indústrias atinjam níveis recordes de produção e de lucratividade, os danos que podem ser causados pela falta de tais recursos podem ser imensuráveis e necessitar de muitos esforços em sua recuperação.

Com base nos dados apresentados na pesquisa supramencionada, apontou-se a necessidade da elaboração do artefato aqui descrito, visando a economia da água, que é um recurso de grande relevância, reduzindo-se o seu descarte inapropriado em grandes quantidades em um processo de igual importância que é o da reciclagem do plástico na indústria que o descartaria.

METODOLOGIA

Através de análises na indústria em que o mecanismo será implantado e a convivência com as atividades dos operadores, bem como a necessidade iminente de se reciclar os materiais desprezados no processo, surgiu a necessidade de melhoria do sistema de lavagem do plástico que será reciclado na própria indústria que o rejeita.

Tais análises apoiaram-se no acompanhamento da limpeza do tanque realizada pelos operadores, na qual se contou os tempos necessários para tal

operação, bem como as condições de trabalho a que os operadores estariam submetidos.

O processo atual consiste em um tanque de lavagem que contém pás que movimentam o material granulado e que o conduzem para uma saída na lateral do tanque.

A problemática apontada é a necessidade de esvaziamento do tanque a cada dois meses para remover o material mais denso que se acumula na parte inferior do mesmo, necessitando da mão de obra de três operadores na limpeza manual, o que consome aproximadamente quinze horas de trabalho.

O tanque tem espaço confinado e o local não possui refrigeração, o que torna a limpeza ainda mais difícil de ser realizada e, a necessidade da disponibilidade dos operadores também atrasa o processo tendo em vista que eles poderiam estar executando outras funções.

Após a constatação do problema, definiu-se uma possível solução e através de análises para a elaboração do artefato, levando em consideração todas as implicações e dificuldades que compõe o local e o processo que é realizado, foi elaborado um projeto que, acredita-se que melhor atenda às necessidades da empresa, visando cessar a necessidade de esvaziamento do tanque para a retirada dos resíduos em curtos intervalos de tempo, sendo uma solução ambientalmente viável e que economiza o tempo de trabalho dos operadores.

CRIAÇÃO DO ARTEFATO

Atualmente, a limpeza do tanque é realizada por três operadores, de forma manual e, para esta atividade são dispendidas aproximadamente quinze horas de trabalho a cada dois meses, já que todos os resíduos plásticos devem ser retirados manualmente pelos operadores com o auxílio de pás.

Analisando-se as condições atuais de trabalho, no posto estudado, apontou-se as seguintes dificuldades:

- A necessidade de esvaziamento total do tanque;
- Reabastecimento de água no tanque a cada dois meses;
- Tempo total de operação de aproximadamente quinze horas, sendo necessária a parada total do processo durante esse período;
- Necessidade da mão de obra de, pelo menos três operadores, retirando-os de suas funções primárias, causando assim, ineficiência ou parada no processo de cada um deles;

A proposta deste projeto consiste na criação de um artefato que eleva o material acumulado no fundo do tanque, sem que seja necessária a retirada da água, pois a mesma não apresenta necessidade de ser trocada em períodos tão curtos.

O dispositivo é um "cesto", confeccionado em aço inox, com a parte inferior composta por uma peneira ligeiramente inclinada no plano horizontal, facilitando assim a saída do material.

Seu funcionamento será acionado via botões, e consiste em suspender a estrutura, elevando apenas o material granulado, deixando a água escoar pelos furos da peneira. A elevação automática se dará por sistemas de rosca sem fim, que serão fixados em pontos específicos da estrutura, determinados por cálculos e análises, evitando-se um desgaste do mesmo pelo uso incorreto.

Assim todo o material é retirado do tanque sem o esvaziamento dele, evitando desperdícios com o descarte da água e com a mão de obra e, melhorando as condições de trabalho dos operadores.

ESTUDO DE VIABILIDADE

Inicialmente, foram coletados os dados do processo atual com relação aos custos envolvidos no mesmo, como segue na imagem abaixo, um quadro comparativo onde são identificados os custos atuais na maneira como a tarefa é executada e a estimativa de custos após a automatização proposta com o artefato.

Figura 4. Composição da Tabela de Custos do processo

Condições Atuais - Limpeza realizada a cada dois meses			
Item	Valor por unidade	Valor Total por troca	Valor total anual
Descarte correto da água (12.000 litros)	R\$ 0,60	R\$ 7.200,00	R\$ 43.200,00
Reabastecimento do tanque com água potável	R\$ 0,24	R\$ 2.880,00	R\$ 17.280,00
Horas de mão de obra parada	R\$ 10,04	R\$ 150,60	R\$ 903,60
Horas de máquina parada	R\$ 22,18	R\$ 332,70	R\$ 1.996,20
TOTAL DE CUSTOS		R\$ 10.563,30	R\$ 63.379,80
Estimativa após a implementação do artefato - Limpeza realizada a cada seis meses			
Item	Valor por unidade	Valor Total por troca	Valor total anual
Descarte correto da água (12.000 litros)	R\$ 0,60	R\$ 7.200,00	R\$ 14.400,00
Reabastecimento do tanque com água potável	R\$ 0,24	R\$ 2.880,00	R\$ 5.760,00
Horas de mão de obra parada	R\$ 10,04	R\$ 40,16	R\$ 240,96
Horas de máquina parada	R\$ 22,18	R\$ 88,72	R\$ 532,32
TOTAL DE CUSTOS		R\$ 10.208,88	R\$ 20.933,28
Redução de custos com a limpeza (anual)		R\$ 42.446,52	

Fonte: Os autores

Conforme observado no quadro de composição dos custos, foram realizados cálculos das condições atuais, levando-se em consideração que a limpeza deve ser realizada a cada dois meses, sendo necessário o esvaziamento do reservatório para a retirada dos resíduos. Utilizou-se como parâmetro o período de um ano, contabilizando os custos anuais em ambas as formas de execução da tarefa.

A água retirada do tanque não pode ser descartada na natureza, já que ela é contaminada pelos componentes dos materiais plásticos, para tanto, é contratada uma empresa especializada no descarte apropriado dos resíduos e, seus custos estão relacionados na composição dos custos do processo atual.

De acordo com os dados internos da empresa, do setor de Planejamento e Controle da Produção, foram obtidos os valores que são pagos pelas horas de trabalho, tanto dos operadores, quanto das máquinas e, também fazem parte dos custos descritos acima.

Sendo assim, as informações expostas no quadro acima corroboram a hipótese aqui apresentada, haja vista a economia dos recursos hídricos, levando em consideração a sua importância e as responsabilidades socioambientais da empresa, assim como a redução significativa nos custos relacionados ao processo estudado.

De acordo com a Política Interna da empresa em estudo, o tempo de retorno do investimento não deve ser superior a um ano para que o mesmo seja considerado viável economicamente. Para a apresentação da sugestão de melhoria à empresa, foi realizado um orçamento dos materiais necessários à construção do artefato.

Comparando os dados levantados, tanto na estimada redução de custos no processo com a implementação do artefato (R\$46.446,52), quanto os custos necessários à sua construção (R\$38.645,00), conclui-se que o investimento é viável, pois, analisando-se a estimativa de economia anual e confrontando-a com os gastos necessários em sua construção, têm-se um saldo positivo de R\$ 3.801,52 já no primeiro ano.

CONCLUSÃO

O estudo realizado ao longo deste trabalho, mostrou-se de extrema importância tanto para os alunos que o realizaram e a empresa para a qual o artefato será sugerido, quanto para a comunidade em que ela está inserida e, se levadas em consideração as questões ambientais, o projeto é amplamente viável, tendo em vista a importância do uso consciente de recursos hídricos conforme discutido ao longo do projeto.

Através de toda a elaboração do projeto, dos desenhos, dos cálculos relativos ao protótipo e à sua viabilidade, definiu-se a melhor maneira de realizá-lo, evidenciando quais as vantagens de sua implementação, bem como os gastos necessários e quais as adaptações no ambiente e capacitação dos operadores que serão envolvidos nesta nova forma de realização do processo.

Analisando o projeto financeiramente, o mesmo traz ainda mais benefícios, uma vez que os operadores voltando às suas funções primárias desenvolvem suas atividades sem interrupções, trazendo assim, um ganho operacional além de todos os outros citados acima.

As empresas, cada vez mais, apoiadas por órgãos de gestão públicos estão desenvolvendo soluções em tecnologia, seja para os seus próprios processos ou para terceiros que visam a utilização adequada de recursos naturais, o descarte correto de materiais e, da mesma forma reutilizando materiais em seus processos, quando é possível.

Atualmente, o desenvolvimento econômico aliado a sustentabilidade e as boas práticas de políticas ambientais tem sido um paradigma e precisa ser modificado,

uma vez que, além da visão gestora focada em desempenhos financeiros satisfatórios, as questões socioambientais devem fazer parte cada vez mais do seu planejamento.

Concluindo, o sentido do estudo exposto neste projeto foi o de referenciar as questões atuais relativas ao consumo de água tanto no Brasil, quanto à níveis mundiais e ressaltar a importância do uso com responsabilidade dos recursos naturais, além de propor melhorias no processo da empresa em questão, em aspectos financeiros e de processos, fatores que são indispensáveis à gestão eficiente, foco de todo o profissional da área de engenharia de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIENSE, Miguel; **SAIBA COMO FUNCIONAM OS TRES TIPOS DE RECICLAGEM DE PLÁSTICO**, 2017. Disponível em: <<http://www.plasticobrasil.com.br/mundo-do-plastico/saiba-como-funcionam-os-3-tipos-de-reciclagem-de-plastico/>>. Acesso em: 22 abril 2017.

BEER, F; JOHNSTON, E. R. **RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS**, Editora Macron Books, 1997.

CONEJO, João Gilberto Lotujo; **CONJUNTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL, INFORME 2016**, Brasília, 2016. 97 Páginas. Disponível em: <<http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos>> Acesso em 04 abril 2017.

CONNOR, Richard; PAQUIN, Marc. **RELATÓRIO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS 2016**; Itália, 2016; Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002440/244040por.pdf> Acesso em: 04 abril 2017

FONSECA, E.M.M.; OLIVEIRA, C.A.M de; MELO, F.J.M.Q. de; RIBEIRO, P. **UM NOVO ELEMENTO FINITO DE TUBO CURVO PARA ANÁLISE DE TUBAGENS TRIDIMENSIONAIS**. Caso de estudo numérico e experimental. ACE News - Applied Computing Engineering. 3:2, p.78-86, 2004.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Cempre, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos> Acesso em: 21abril17

SILVA, Leandro Costa da. **GESTÃO NA MELHORIA DE PROCESSO**; São Paulo, Editora Brasport, 2015.

UEMA, Armando; **USO DA ÁGUA NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO**; Brasília, 2013; Disponível em: https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/3e/b4/3eb4b4e1-fce4-4323-bdf2-2462c6369794/20140313113650962172e

ANÁLISE ESPACIAL DA COBERTURA VEGETAL PRESENTE NO CENTRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA (SP)

Daiane Maiara da Silva (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental. daiane.msilva93@gmail.com *

Glauber Grandine (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental. glauber.grandine@hotmail.com

Darllan Collins da Cunha e Silva (Universidade de Sorocaba); Coordenador do curso de Engenharia Ambiental. darllan.silva@prof.uniso.br

Palavras- chaves: Sensoriamento Remoto. Índice de Cobertura Vegetal. Setores Censitários. Geoprocessamento.

INTRODUÇÃO

A relação cidade e natureza com o crescimento da urbanização vêm se tornando cada vez menor, e a degradação se torna comum nas cidades. Segundo Amorim (2001), as áreas verdes assumem um papel muito importante nas cidades no que se refere à qualidade do ambiente, pois servem de equilíbrio entre a vida urbana e o meio ambiente quando esses espaços são utilizados e preservados para este fim.

Diversos trabalhos vêm sendo desenvolvidos com esse tema, como o estudo realizado na cidade de Birigui- SP que apresentou percentual (abaixo de 5%) de cobertura vegetal onde foram registrados nas áreas centrais da cidade (local marcado pelo intenso uso e ocupação do solo, com ausência de áreas verdes). (QUEIROZ, 2011). Esses dados são nomeados de “deserto florístico”, os valores obtidos de cobertura vegetal de Birigui revelam uma situação problemática, para o município visto que em algumas áreas não existe vegetação (NUCCI, 2008).

Apesar de diversos estudos sobre a degradação do meio ambiente causado pela falta de cobertura vegetal, vale ressaltar a importância de um estudo no município de Salto de Pirapora (SP).

OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é abordar o índice de cobertura vegetal por setor censitário, utilizando técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto para obter informações de imagens do satélite Landsat8 sensor Operational Land Imager (OLI), buscando correlacionar o índice de cobertura vegetal com a população do município de Salto de Pirapora (SP).

MÉTODOS

O município de Salto de Pirapora se localiza na Região Metropolitana de Sorocaba, possui extensão territorial de aproximadamente 280,7 km² e população de 40.132 (IBGE, 2017). Segundo a classificação de Köppen- Geiser, o clima local, é classificado como pertencente ao domínio de clima Subtropical (Cwa). Em específico na região, a massa predominante é a Tropical Atlântica (mTa). A temperatura média fica em torno de 22,5° C.

Para realização desse trabalho foi utilizado o limite cartográfico do município de Salto de Pirapora, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), e foi utilizada essa base para recortar as imagens do Landsat8 disponibilizadas pelo Earth Explorer (USGS), órbita 220 do ponto 7, do dia 17 de fevereiro de 2017, dentro do limite de Salto de Pirapora.

Foram geradas composições de bandas falsa-cor para realçar a vegetação com a combinação da Banda 5- Infravermelho Próximo, 4 -Visível Vermelho e 3 - Visível Verde .Posteriormente fizemos o fusão de imagens, através da fusão banda PAN (tons de Cinza) de 15 metros de resolução espacial com as bandas multiespectrais (coloridas) de 30 metros, a fim de garantir a resolução espacial final da cena Landsat-8 de 15 metros.

O próximo passo foi a classificação supervisionada da imagem que teve como objetivo associar cada pixel da imagem a um padrão, descrevendo um objeto real. Para isso, foi utilizado o método de classificação supervisionado de Máxima verossimilhança, onde o analista seleciona as amostras de treinamentos que são representativas das classes a serem mapeadas, sendo que o agrupamento é feito automaticamente pelo sistema, o qual identifica as nuvens de pixels que apresentam respostas espectrais semelhantes às amostras selecionadas, no caso do classificador paramétrico MAXVER, este classifica os agrupamentos de pixels considerando a ponderação das distâncias entre as médias dos níveis digitais de classe definida na seleção. (SILVA, 2016).

Após isso foi feita a vetorização da imagem, para transformar o formato da imagem de raster para polígono (vetor), possibilitando o cálculo de cada feição apresentada. Após o mapeamento da cobertura vegetal, calculou-se o índice de cobertura vegetal, através da Equação (1), proposta por SILVA (2016)

$$ICV = \frac{CVSC}{ASC} \quad (1)$$

Sendo: ICV é o valor do índice de cobertura vegetal para cada setor censitário; CVSC é a área, em m², de cobertura vegetal presente em cada setor censitário; ASC é a área, em m², de cada setor censitário.

Os valores obtidos de ICV foram correlacionados com os parâmetros determinados pela ONU (Organização das Nações Unidas) que sugere um índice acima de 30% de cobertura vegetal em áreas urbanas como de alta qualidade ambiental e, caso seja inferior a 5%, como de baixa qualidade ambiental e semelhante a regiões desérticas (BORGES, 2010), conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Índice de cobertura vegetal, segundo parâmetros da ONU.

Índice de cobertura vegetal (ICV)	Condição boa: Residentes em áreas com cobertura vegetal suficiente para garantir uma qualidade de vida alta (ICV>30%).
	Condição regular: Residentes em áreas com cobertura vegetal suficiente para garantir uma qualidade de vida razoável (5%<ICV<30%).
	Condição ruim: Residentes em áreas com cobertura vegetal insuficiente para garantir uma qualidade de vida razoável (ICV<5%).

Fonte : Silva (2016).

Ressalta-se que para a adoção dos parâmetros propostos pela ONU não se diferencia as áreas urbanas e rurais, porém nas áreas rurais do município de Salto de Pirapora há uma presença intensa de áreas com coberturas vegetais e, portanto, seus índices de cobertura vegetal são altos. Deste modo, nesse estudo buscou-se analisar mais detalhadamente a zona urbana que sofreu intensa intervenção antrópica desde a fundação do município.

Calculou-se também o índice de cobertura vegetal por habitante, baseado no mapa de vegetação e nos dados populacionais disponibilizados pelo censo demográfico do IBGE. Para isso, foi estimada a população presente nos setores censitários de 2010 para o ano de 2017 baseando se no percentual de crescimento municipal de 2010 para 2017 e aplicando esse percentual de crescimento a cada setor censitário esse percentual de crescimento.

Para calcular o índice de cobertura vegetal por habitante foi utilizado a Equação (2):

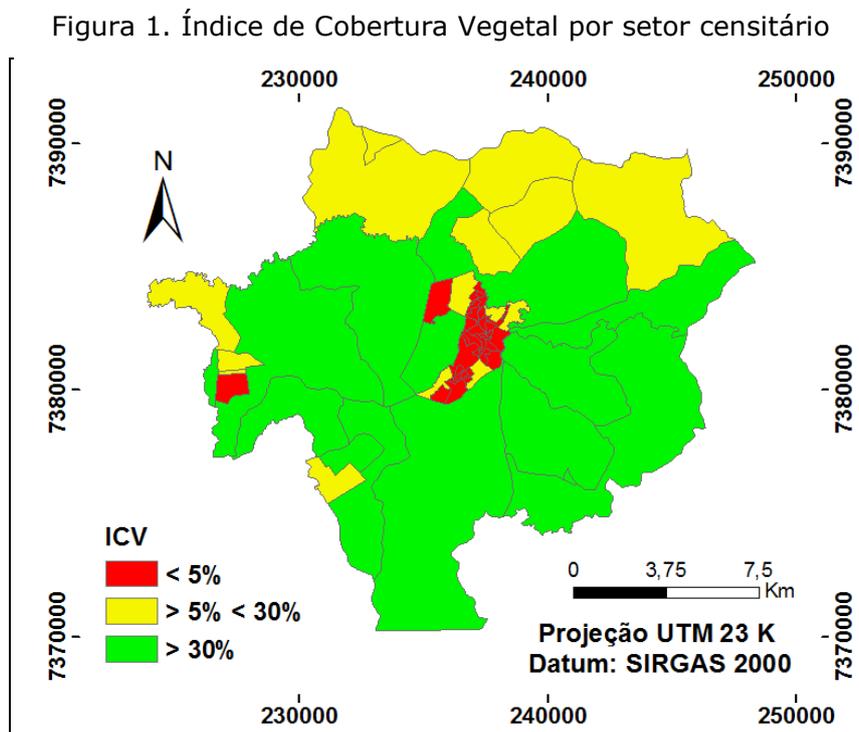
$$ICVH = \frac{\sum CV}{H} \quad (2)$$

Onde: ICVH= Índice de Cobertura Vegetal; ΣCV = Somatório da Cobertura Vegetal;
H – Nº de habitantes estimado para 2017 por setor censitário.

O mapeamento, a quantificação da vegetação por setor censitário e por habitante e os outros itens da cobertura do solo e seus layouts, foram realizados com a utilização do SIG (Sistema de Informação Geográfica) ArcGIS 10.4.1.

RESULTADOS

A Figura 1 mostra o mapa com o IVC dos setores censitários, seguindo recomendação da ONU, conforme tabela 1. No município de Salto de Pirapora foram identificados 61 setores censitários, sendo 37 da zona urbana, e 24 na zona rural.



Através da caracterização da cobertura vegetal do município de Salto de Pirapora foi possível observar que a zona rural possui quantidade significativa de área verde, já na zona urbana, os valores encontrados foram baixos.

Os resultados alcançados revelam que a cidade possui 39,51 % de cobertura vegetal, sendo 38,78% na zona rural, e 0,72% na zona urbana o que representa aproximadamente 110,9 km² de cobertura vegetal arbórea. A área rural possui os valores acima de 30% recomendados pela ONU, já na zona urbana os valores encontrados são caracterizados, segundo Nucci (2008), como "áreas totalmente

vazias sem nenhuma ou com menos do que 5% cobertos com vegetação, são áreas nomeadas de “deserto florístico”.

Dentre os 61 setores censitários analisados, 17 (27,87%) não apresentam área verde. Com relação ao ICV, somente 1 setor possui vegetação superior a 30 %, como estabelecido pela ONU, registrando 32 %. Os demais setores não alcançaram os padrões impostos , 31 setores revelaram IVC < 5%, 4 setores censitários com vegetação entre 5 e 30 %.

A ONU, a OMS (Organização Mundial da Saúde) e a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) no Brasil determinam que o ideal é que cada habitante disponha de 12 m² de área verde, sendo esse um índice adequado para as áreas verdes fornecerem os serviços ecossistêmicos e contribuírem para o desenvolvimento das atividades do homem (BORGES, 2010).

No presente estudo foram identificados 9 setores censitários (24%) , dos 37 da zona urbana, que atendem esse índice, o maior índice encontrado foi de 112.393 m² por habitante. Segundo (NUCCI 2008) “áreas totalmente vazias sem nenhuma ou com menos do que 5 % cobertos com vegetação, são áreas nomeadas de “deserto florístico”, os valores obtidos de cobertura vegetal do município de Salto de Pirapora revelaram uma situação problemática, visto que há áreas sem vegetação.

CONCLUSÃO

Os resultados de analisar o mapeamento e o índice de cobertura vegetal por setor censitário, e correlacionar com a população do município de Salto de Pirapora para o ano de 2017 por meio de técnicas de geoprocessamento com imagens do satélite Landsat8 sensor Operational Land Imager (OLI) foram alcançados.

Quanto maior a densidade demográfica de um local maior será a necessidade de ampliação da cobertura vegetal, a fim de que se obtenha um índice de cobertura vegetal por habitante favorável à melhoria da qualidade de vida da população, portanto é essencial que o município desenvolva políticas públicas de desenvolvimento da arborização e reflorestamento, que propiciem melhores condições socioambientais para os seus habitantes.

Considera-se que a aplicação da metodologia proposta foi importante não apenas por possibilitar o mapeamento e análise das áreas verdes do município de Salto de Pirapora, mas também por se tratar de uma metodologia que favorece a rapidez e a agilidade do trabalho.

REFERÊNCIAS

- BACANI, Vitor et al. Sensoriamento remoto e sig aplicados à avaliação da fragilidade ambiental de bacia hidrográfica. **Mercator**, v. 14, n. 2, p. 119-135, 2015.
- BORGES, CARF; MARIM, G. C.; RODRIGUES, JEC. Análise da cobertura vegetal como indicador de qualidade ambiental em áreas urbanas: Um estudo de caso do bairro da Pedreira–Belém/PA. 6º Seminário Latino Americano de Geografia Física, **ACTAS**. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 1-13, 2010.
- COUTINHO, Leopoldo Magno. Fire in the ecology of the Brazilian cerrado. In: **Fire in the tropical biota**. Springer Berlin Heidelberg, 1990. p. 82-105.
- CAPORUSSO BARGOS, Danubia; FONSECA MATIA, Lindon. Mapeamento e análise de áreas verdes urbanas em Paulínia (SP): estudo com a aplicação de geotecnologias. **Sociedade & Natureza**, v. 24, n. 1, 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/IXU>>. Acesso em 07 de Setembro de 2017.
- HARDER, Isabel Cristina Fialho; RIBEIRO, Roberval de Cássia Salvador; TAVARES, Armando Reis. Green area and vegetation cover indexes for comchos in the city of Vinhedo, SP. **Revista Árvore**, v. 30, n. 2, p. 277-282, 2006.
- PINHO DE OLIVEIRA, Felipe et al. Mapeamento de fragmentos florestais com monodominância de aroeira a partir da classificação supervisionada de imagens RapidEye. **Revista Árvore**, v. 37, n. 1, 2013.
- SILVA, D. C. C. Proposta metodológica para elaboração de um índice espacial de sustentabilidade ambiental aplicado a bacias hidrográficas. 2016. Disponível em: <<https://alsafi.ead.unesp.br/handle/11449/144610>>. Acesso em 07 de setembro de 2017.
- VALASKI, Simone; NUCCI, João Carlos. Cobertura vegetal arbórea em condomínios residenciais horizontais do Bairro Santa Felicidade–Curitiba/PR. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 103-116, 2012.
- LIMA, Valéria; AMORIM, Margarete Cristiane da Costa Trindade. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Formação (Online)**, v. 1, n. 13, 2011.

INFLUÊNCIA DA ADUBAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE 10 ESPÉCIES NATIVAS NO MUNICÍPIO DE SOROCABA, SP

Bruna Talita Viana (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental. brunatviana@gmail.com

Ester Valério Teixeira (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental. esterteixeira7@gmail.com

Leticia Tomazella Escobar (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental. ltomazella@outlook.com

Darllan Collins da Cunha e Silva (Universidade de Sorocaba); Coordenador do curso de Engenharia Ambiental. darllan.silva@prof.uniso.br *

Palavras-chave: Área Degradada. Recuperação. Plantio. Adubação.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o tema degradação ambiental tem sido constante no dia-a-dia do ser humano, que nada mais é do que a perda de solo, vegetação e biodiversidade. O que gera consequências imensuráveis, como perda de funções ambientais, alteração da paisagem, risco à saúde e segurança da população (ALHO e MARTINS, 1995).

Segundo Parrota (1992), área degradada pode ser entendida ainda, como aquelas caracterizadas por solos empobrecidos e erodidos, instabilidade hidrológica, produtividade primária e diversidade biológica reduzidas. A mesma pode ocorrer por ações antrópicas ou de forma natural.

Revegetação trata da recuperação e desenvolvimento de uma cobertura vegetal capaz de se manter sozinha, que é a meta da maioria dos projetos de recuperação de áreas degradadas. Porém, é preciso que seja levado em consideração as características individuais de cada bioma, bem como, de cada espécie inserida no mesmo. É preciso que exista a compatibilidade entre as espécies nativas e as espécies inseridas para recuperação (TOY et al., 1998).

Em relação ao solo, os fatores de maior interesse são: o pH, o teor de nutrientes, espessura dos horizontes, a profundidade, a porosidade, a textura, a capacidade de retenção de água, a estrutura, entres outros (RESENDE et al., 2002).

Uma área degrada tende a se recuperar sozinha, devido à sua capacidade de resiliência, segundo Melo (2008), primeiramente surgem as espécies pioneiras que são mais rústicas, tolerantes ao sol pleno, pequeno e médio porte, crescimento rápido e menos exigentes em relação à disponibilidade hídrica do solo. Após o crescimento

das pioneiras começam a surgir as espécies não pioneiras que aproveitam a sombra das primeiras, sendo essas árvores de grande porte e maior longevidade, onde futuramente, dominarão a mata reduzindo as pioneiras e formando um sub-bosque, formando assim sua vegetação de origem.

Uma outra forma de intervir na recuperação de uma área, é a utilização de adubos no plantio de mudas, podendo esses, serem de origem orgânica ou mineral. Os adubos orgânicos têm efeito direto no suprimento de nutrientes para as plantas, pois melhora as condições físicas, químicas e biológicas do solo e contribui para baixar os teores de alumínio trocável no solo, que é altamente tóxico para as plantas (COSTA, 1983).

Os adubos orgânicos são caracterizados pelos elevados teores de matéria orgânica e de nutrientes, inclusive de nitrogênio (MALAVOLTA, 1981).

É de conhecimento dos profissionais da área ambientais que o advento dos adubos minerais reduziu o interesse pelos fertilizantes orgânicos, devido à sua maior praticidade, contudo, com a atual preocupação com a degradação ambiental, o interesse pelos compostos orgânicos aumentou, principalmente pela crescente demanda de uma agricultura sustentável (BRUMMER, 1998).

A torta de mamona (*Ricinus communis* L.) é o resíduo da extração do óleo das sementes de mamona, a qual possui ótimas propriedades químicas para o uso na agricultura devido ao seu elevado teor de nutrientes (COSTA et al., 2004), por isso se tornou um produto popular quando o assunto é recuperação de solos degradados, sendo usada como adubo orgânico. Segundo Lima et al. (2006), a torta de mamona isolada, em pequenas quantidades, contribui para o adequado crescimento das plantas.

A torta de mamona é um material orgânico de rápida decomposição, sendo assim, com liberação de nutrientes para as plantas quase que imediata, o que reflete no rápido crescimento das mesmas (SEVERINO et al., 2004).

OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa foi avaliar a eficiência da torta de mamona como adubo de cobertura para o crescimento de 10 espécies nativas plantadas em uma área degradada em Sorocaba (SP), usando como parâmetros o diâmetro e a altura destas espécies e; por fim, a taxa de mortalidade das espécies.

MÉTODOS

A área adotada para este estudo possui 120m² e está localizada no campus da Universidade de Sorocaba (Uniso), no município de Sorocaba (SP). Foi utilizada essa área devido a proteção do experimento contra atos de vandalismo e pela facilidade de monitoramento do desenvolvimento das espécies plantadas.

Para a recuperação da área degradada foram utilizadas as seguintes espécies nativas: *Cecropia hololeuca*, *Cedrela fissilis*, *Phytolacca dioica*, *Anadenanthera colubrina*, *Cordia superba*, *Handroanthus heptaphyllus*, *Vitex polygama*, *Cordia ecalyculada*, *Myrsine gardneriana* e *Lafoensia glytocarpa*.

Antes de plantar essas espécies nativas, o solo foi preparado, utilizando-se a calagem e adição de um fertilizante rico em fósforo, pois a técnica de calagem permite maior contato entre o corretivo e as fontes de acidez, resultando em um efeito adequado o que garante eficiente aproveitamento da água e de nutrientes contidos nessas camadas (DEMATTE e VITTI, 1992). Conforme necessidade constatada no resultado de análise de solo da área trabalhada.

O Yoorin K, termo fosfato potássico, é um fertilizante obtido pelo processo de fusão que contém fósforo, potássio, cálcio, magnésio e micronutrientes, cujos nutrientes são totalmente solúveis em ácido cítrico e se encontram na proporção adequada para a cultura escolhida, visando um melhor desenvolvimento das mudas.

Os tratamentos de arado e gradeado iniciaram-se em 01/12/2016, posteriormente foi realizado as covas com profundidade de 30cm e espaçamento de 1,5m entre as mudas, e 3m entre as linhas. Na área foi plantada 120 mudas. Os insumos utilizados nas 120 covas foram: 500g de calcário agrícola e 250g Yoorin K. No dia 17/12/2016 foi finalizado o plantio, regando cada muda com 2L de água, seguido por chuva na semana subsequente, devido à estação chuvosa.

O primeiro coroamento foi realizado no dia 17/02/2017, dessas 120 mudas foram selecionadas 60, com 6 exemplares de cada espécie, sendo 30 mudas com aplicação de Torta de Mamona como adubação de cobertura, num raio de 20cm² no entorno da muda e coroamento com raio de 50cm² e as outras 30 somente com coroamento de 50cm², ambos realizados no dia 03/05/2017.

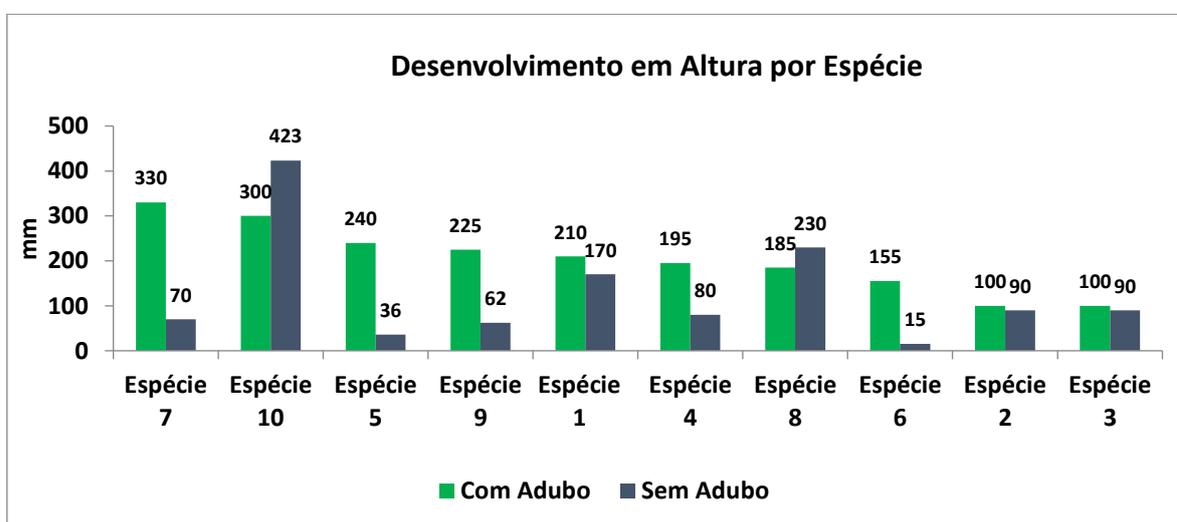
No dia 03/05/2017 dia foi realizada a primeira medição das 60 mudas utilizadas como amostragem, medindo seu diâmetro com o paquímetro e altura com trena do solo à gema apical. Posteriormente foram realizadas mais 2 medições, a segunda no dia 15/07/2017 e a terceira dia 15/08/2017.

RESULTADOS

Das 120 mudas plantadas, apenas 90 mudas sobreviveram para o primeiro coroamento no dia 17 de fevereiro de 2017, portanto a taxa de mortalidade das mudas foi de 25%.

O gráfico da Figura 1 apresenta os dados de desenvolvimento das plantas em altura por espécie no período de dez/16 à jul/17.

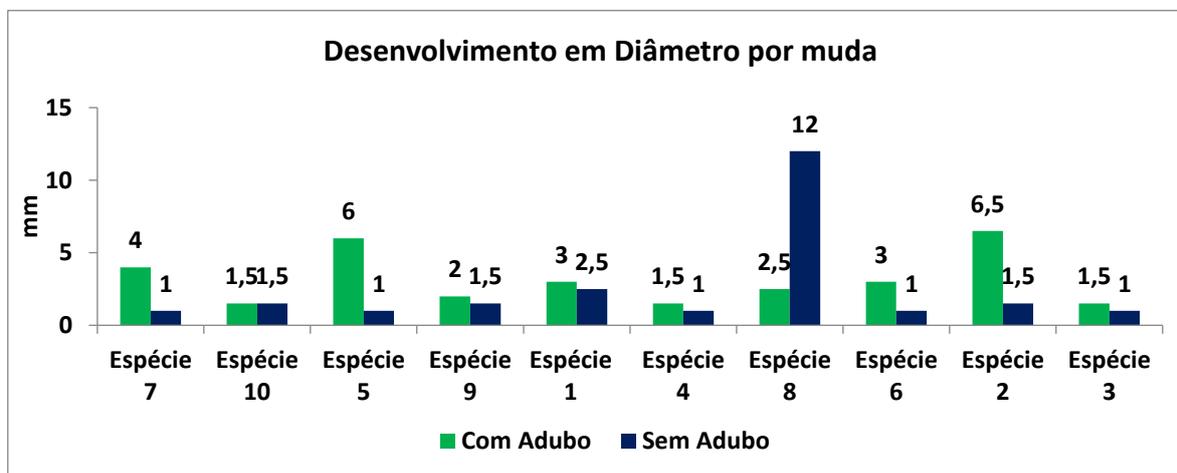
Figura 1. Desenvolvimento em altura por espécie.



Pode-se verificar a partir dos dados da Figura 1, que o desenvolvimento das espécies em altura, no período de dezembro 2016 à julho 2017, para o método de adubação com a torta de mamona, apresentaram resultados positivos para as espécies: 7 (*Vitex polygama*), 5 (*Cordia superba*), 9 (*Myrsine gardneriana*), 1 (*Cecropia hololeuca*), 4 (*Anadenanthera colubrina*), 6 (*Handroanthus heptahyllus*), 2 (*Cedrela fissilis*) e 3 (*Phytolacca dioica*), representando 80% de eficácia para esse método. Para o método de plantio sem adubação os resultados foram inferiores, pois representaram apenas 20% de crescimento, sendo considerando as espécies: 8 (*Cordia ecalyculada*) e 10 (*Lafoensia glytocarpa*).

O gráfico da Figura 2 apresenta os de desenvolvimento das plantas em diâmetro por espécie no período de dez/16 à jul/17.

Figura 2. Desenvolvimento em diâmetro por espécie.



Pode-se verificar a partir dos dados apresentados na Figura 2 que o desenvolvimento das espécies em diâmetro, no período de dezembro 2016 à julho 2017, para o método com adubação de torta de mamona, apresentaram resultados positivos para as espécies: 7 (*Vitex polygama*), 10 (*Lafoensia glytocarpa*), 5 (*Cordia superba*), 9 (*Myrsine gardneriana*), 4 (*Anadenanthera colubrina*) e 6 (*Handroanthus heptaphylus*), 2 (*Cedrela fisilis*) e 3 (*Phytolacca dioica*) representando 80% de eficácia para esse método. Para o método de plantio sem adubação os resultados foram inferiores, pois representaram apenas 20% de crescimento, sendo considerado as espécies, 8 (*Cordia ecalyculada*), e 10 (*Lafoensia glytocarpa*).

CONCLUSÃO

Considerando o período de dezembro de 2016 a julho de 2017, é possível verificar que a utilização da torta de mamona para recuperação da área, pode trazer melhores resultados no desenvolvimento das mudas em comparação com a área sem adubação. Portanto, a utilização apresenta eficiência na recuperação da área, pois no período de sete meses, 80% das plantas se desenvolveram na média de 55mm em altura por muda e 0,50mm em diâmetro por muda. Ou seja, a recuperação da área pode ser continuada com o tratamento e manutenção das mudas com aplicação da adubação de torta de mamona.

REFERÊNCIAS

DEMATTÊ, J.L.I. & VITTI, G.C. Alguns aspectos relacionados ao manejo de solos para citros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CITROS. FISILOGIA, 2, Bebedouro, 1992. Anais. Bebedouro, Fundação Cargill, 1992. p.67-99.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET. (Comp.). Chuva Acumulativa 24h: Estação Sorocaba. 2016. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/sim/abre_graficos.php>. Acesso em: 23 maio 2017.

KOBIYAMA, Masato; MINELLA, Jean Paolo Gomes; FABRIS, Ricardo. Áreas degradadas e sua recuperação. Informe agropecuário, belo horizonte, v. 22, n. 210, p. 10-17, 2001.

FERRETTI, André Rocha. Modelos de plantio para a restauração. A Restauração da Mata Atlântica em Áreas de sua Primitiva Ocorrência Natural. Embrapa Florestas, Colombo, p. 35-43, 2002.

OLIVEIRA, Edinete Ferreira de et al. Influência de diferentes níveis de sombreamento e aclimação no estabelecimento pós plantio de mudas de Tenta Vermelho (*Adenantha pavonina* L.) em áreas alteradas. 2013.

ANÁLISE DA POLUIÇÃO SONORA NO CENTRO URBANO DE SOROCABA (SP)

Andréia Santos Sandin (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental; andreia_sandin@hotmail.com*

Rafaela Aparecida Castilho Ventura Gomes (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental; rafaela.castilho.sr@gmail.com

Darllan Collins da Cunha e Silva (Universidade de Sorocaba); Coordenador do curso de Engenharia Ambiental; darllan.silva@prof.uniso.br

Palavras-chave: Ruído. Legislação. Centro Urbano. Escolas. Hospitais.

INTRODUÇÃO

A sociedade em que vivemos vem exigindo o enfrentamento de problemas que prejudicam a qualidade dos recursos ambientais. Segundo Bistafa (2011), pessoas são mais afetadas pela exposição ao ruído do que qualquer outro poluente. Sendo considerado de menor ameaça em relação a outros poluentes, está em último lugar na lista de prioridades ambientais.

Estudo realizado no centro urbano de Maringá/PR (PRUDENCIO et al., 2014) analisou 12 pontos referentes aos níveis de ruído no período matutino, em 100% do período da medição que durou 5 minutos, a população ficou exposta ao ruído acima do permitido, segundo NBR 10.151/2000. Já outro estudo realizado em Laranjal do Jari (Amapá) teve como objetivo medições da pressão sonora em logradouro público nos arredores de um hospital, totalizando 600 medições, divididas no período diurno e noturno. O resultado para o período diurno foi de 67,2 dB e noturno de 66,8 dB, ambos acima do permitido pela norma (ALMEIDA et al., 2016).

Apesar de diversos estudos sobre os malefícios na saúde humana causada pela poluição sonora, são poucos estudos na cidade de Sorocaba/SP sobre essa questão, motivo pelo qual foi nosso objeto de estudo.

OBJETIVOS

O objetivo é avaliar a propagação do ruído na zona urbana central do município Sorocaba (SP), proveniente do trânsito e sua influência em instituições de ensino e hospitais que se encontram no centro urbano.

MÉTODOS

Nosso estudo situa-se na cidade de Sorocaba, São Paulo, localizada na latitude 23°30'06" sul e longitude 47°27'29" oeste. As medições foram feitas, em 21 e 24 de março, 04 de abril, e 02 de maio, entre os horários 10h30min às 16h00min. Todas as medições foram realizadas em dias úteis, isto é, não considerando sábados, domingos e feriados - dias atípicos. As medidas foram realizadas em logradouros públicos.

Para realizar essas medições foi utilizado um decibelímetro que segue os parâmetros vigentes da NBR 10.151/2000. Foi utilizado o Decibelímetro Lutron Eletronic Enterprise, modelo SL-4001. O equipamento ficou ligado durante 5 minutos, fazendo a medição do ruído e posicionado a aproximadamente 1,2 m do solo. O pico da medição foi considerado como o valor da amostra.

Obteve-se em campo 103 pontos de medição de ruído dispersos pela região central e pontos de interesses como hospitais e unidades escolares. Desses 103 pontos, 49 são instituições de ensino e 10 são hospitais. Os mesmos tiveram especial atenção, pois a NBR 10.151/2000 estabelece que em área estritamente residencial urbana, de hospitais ou de escolas tenham o máximo de 50 dB diurno e 45 dB noturno.

Esses pontos tiveram relevância, pois são locais que necessitam o mínimo de incomodo acústico para seus frequentadores. Os valores obtidos nas medições foram confrontados com a Lei Municipal 11.367 de 12 de julho de 2016, que também leva em consideração o valor estabelecido pela NBR 10.151/2000.

Para localizar esses pontos amostrais no espaço foi utilizado o equipamento GPS (Global Positioning System) Megellan Triton e os dados foram geoespacializados no software Google EARTH, o layout dos mapas no ArcGis 10.4.1, conforme as figuras a seguir:

Figura 13 - Pontos de medição de ruído no centro urbano de Sorocaba e zona de influência

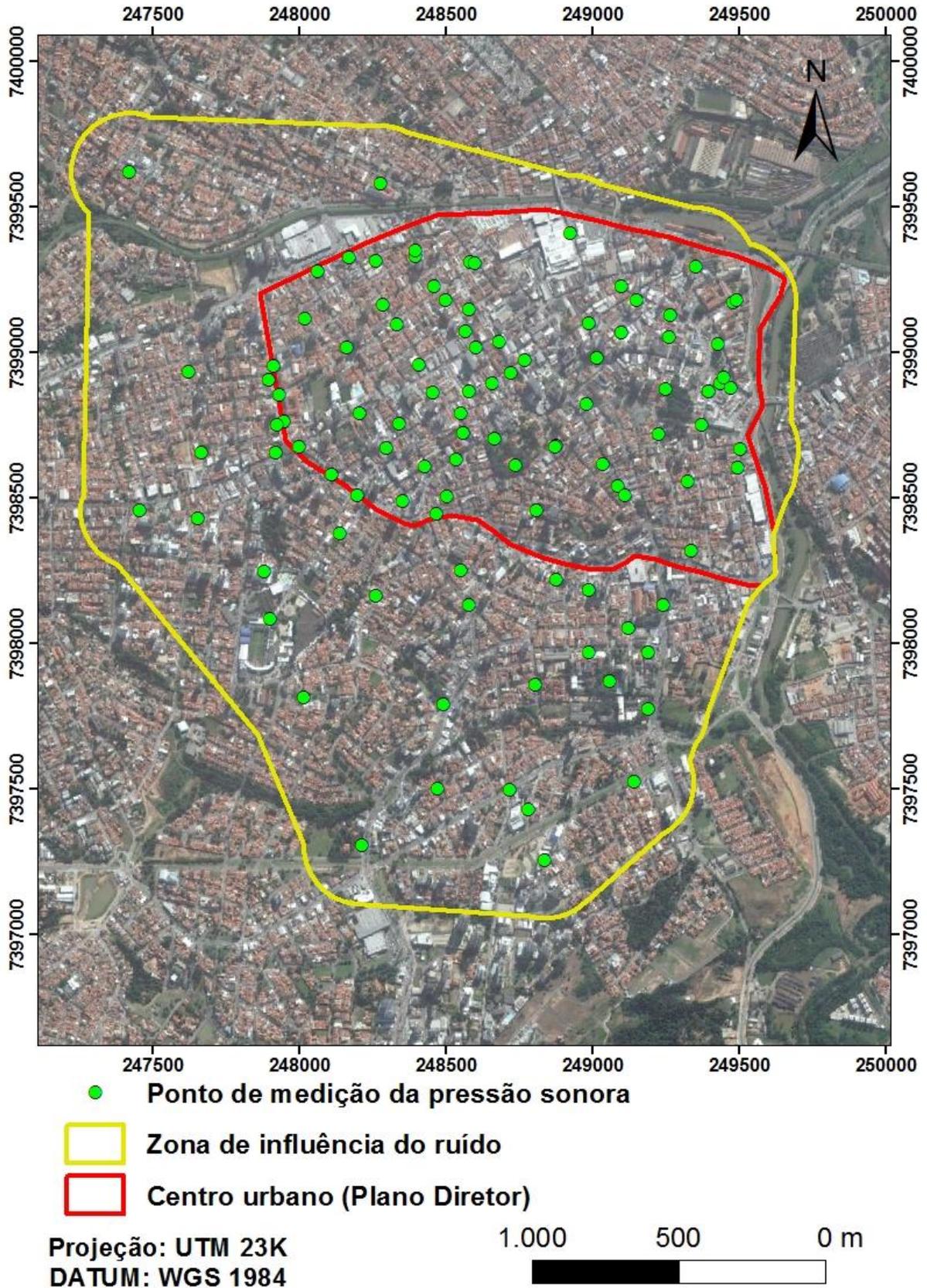
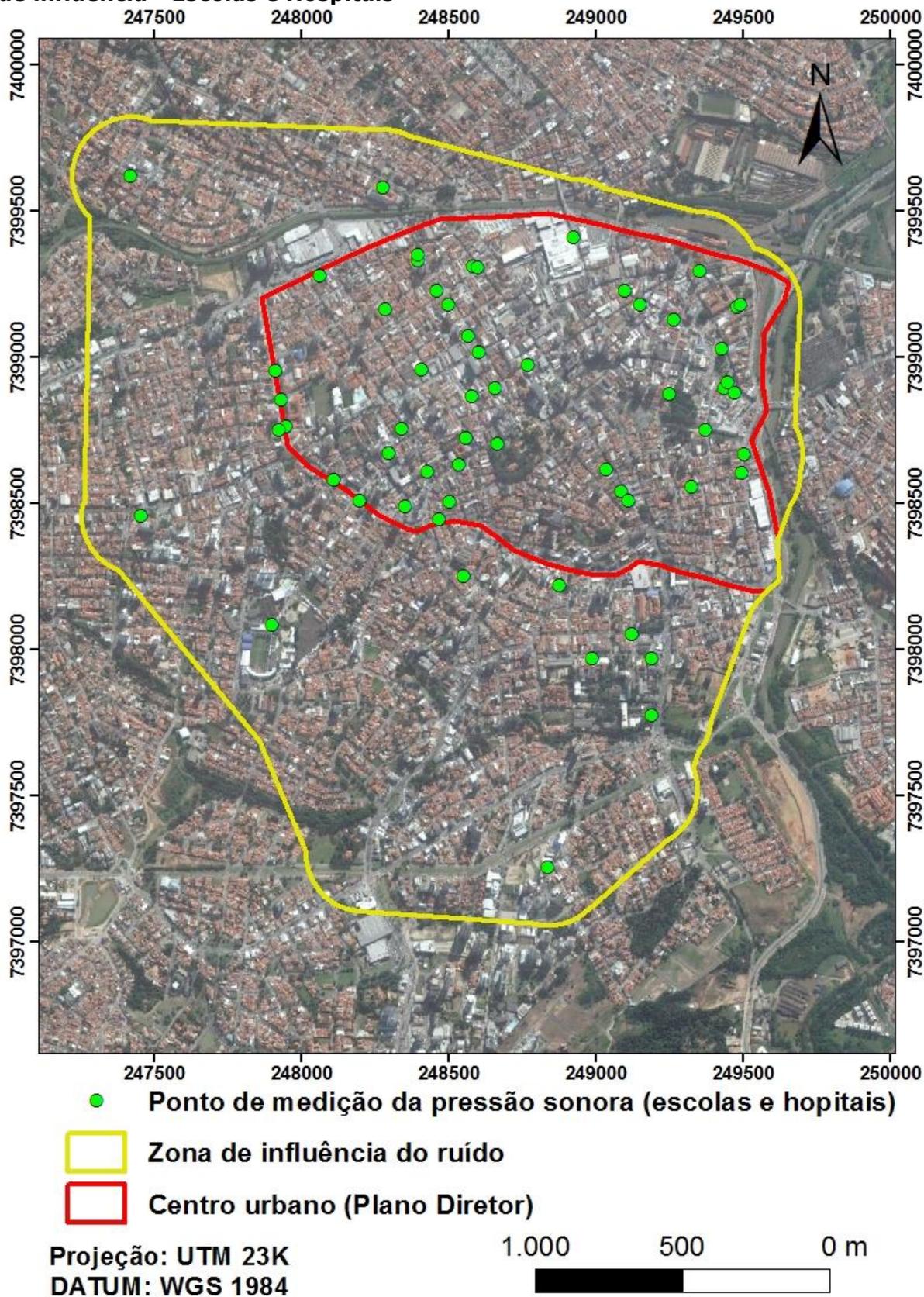


Figura 14 - Pontos de medição de ruído no centro urbano de Sorocaba e zona de influência - Escolas e Hospitais



diurno, e apresentam média aritmética de 74,65 dB. Dos 10 hospitais, 100% das amostras estão acima do máximo permitido pela NBR 10.151/2000 e apresentam média aritmética de 70,6 dB.

Os 44 locais abrangendo praças, clubes e calçadas em frente a comércios e residências, 84% estão acima do máximo permitido pela NBR 10.151/2000 que é de 60 dB (A) diurno para a Zona central estabelecida, e apresentam uma média aritmética de 72,52 dB.

Há locais com nível crítico, que é muito prejudicial à saúde humana, isto é, estão iguais ou acima de 85 dB. As pessoas que permanecem diariamente nestes locais por um período entre 5 a 8 horas estão sujeitas a degradação da sua saúde ao longo dos anos, conforme NR-15- Atividades e Operações Insalubres - Anexo I, referente à Segurança do Trabalho. Portanto, tem-se a seguinte porcentagem de locais em áreas críticas como essa em Sorocaba: 16% de instituições de ensino (escolas e faculdades), 10% dos hospitais e 11% de praças, clubes e calçadas (Outros).

Com os valores obtidos e análises feitas, apenas 2% das Instituições de Ensino (Escolas e Faculdades) estão dentro dos limites estabelecidos, ou seja, apenas a Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI) com 45 dB, atende a Legislação. Com relação aos Hospitais, o Hospital Samaritano, Hospital Evangélico de Sorocaba, Hospital Leonor, Hospital Santa Lucinda, Hospital Modelo, Hospital Psiquiátrico Vale das Hortências, Instituto do Coração, o Banco de Olhos de Sorocaba, Hospital Regional e o Centro Médico, todos eles se encontram acima do limite estabelecido pela Legislação. E nas praças, clubes e calçadas das ruas, 2,27% estão dentro do limite, ou seja, apenas os locais como o Clube UCENS, Praça Frei Baraúna, Rua 13 de Maio, Rua Saldanha Marinho, Rua Dr Seme Stéfano e Rua dos Andradas, atendem a Legislação.

Os resultados foram bem similares com o estudo feito em Maringá/PR (PRUDENCIO et al., 2014) e o estudo feito em Laranjal do Jari/AP (ALMEIDA et al., 2016) onde todos ou quase todos os pontos verificados se encontraram acima do limite estabelecido para atender o Centro de uma cidade, Instituições de Ensino ou Hospitais.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos demonstraram a necessidade de se tomar medidas educativas, devendo ser feito um mapeamento acústico juntamente com o poder público, para que essas informações conciliem com o Plano Diretor da cidade e sirvam como base

para estratégias de intervenção e formulação de leis contra a poluição sonora. Portanto, esta pesquisa serve como um instrumento para tomada de decisão e elaboração de ações de fiscalização do trânsito de Sorocaba que visem garantir a qualidade da saúde populacional deste município.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Willians Lopes de et al. Avaliação do nível de ruído nas proximidades do hospital estadual de Laranjal do Jari (Amapá). **Saúde e Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar**, Santa Catarina, v. 5, n. 1, p.43-53, 2016. Semestral.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10151**: Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento. Rio de Janeiro, 2000.
- BISTAFA, Sylvio R. **Acústica aplicada ao controle de ruído**. 2.ed. São Paulo: Blucher, 2011.
- BISTAFA, Sylvio R. Prefácio à 1ª Edição. In_____. **Acústica aplicada ao controle de ruído**. 2.ed. São Paulo: Blucher, 2011. p.7.
- GOOGLE EARTH. **[Centro de Sorocaba]**. [2017]. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/l>>. Acesso em: 30/08/2017
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (Org.). **Infográficos: frota municipal de veículos**, 2017. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 ago. 2017.
- PLANO DIRETOR AMBIENTAL (Município). Constituição (2011). **Plano Diretor Ambiental de Sorocaba**. Sorocaba, SP, 2011.
- PLANO DIRETOR. Constituição (2014). Lei nº 11022, de 16 de dezembro de 2014. **Dispõe Sobre A Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial do Município de Sorocaba e dá outras providências**. Sorocaba, SP, 2014.
- PRUDENCIO, Erivelto Alves et al (Org.). Sistema de informação geográfica como meio de identificação dos níveis de ruído locais no centro urbano de Maringá//PR. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. 27, p.233-247, 2014.
- SOROCABA (Município). Constituição (2016). Lei nº 11367, de 12 de julho de 2016. **Dispõe Sobre O Controle e A Fiscalização das Atividades Que Gerem Poluição Sonora; Impõe Penalidades e Dá Outras Providências**. Sorocaba, SÃO PAULO, 12 jul. 2016.

APLICAÇÃO DE FERRAMENTAS DA QUALIDADE PARA OTIMIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA EM SOROCABA

Beatriz Pedroso Santiago (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental; biapedrosos@yahoo.com

Cassia Rangel (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental; cassiarangel95@hotmail.com

Débora Hidalgo Espinetti Rocco (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental; dhies@hotmail.com*

Darllan Collins da Cunha e Silva (Universidade de Sorocaba); Coordenador do curso de Engenharia Ambiental; darllan.silva@prof.uniso.br

Vidal Dias Da Mota Júnior (Universidade de Sorocaba); vidal.mota@prof.uniso.br

Palavras-chave: Educação Ambiental. Reciclagem. Resíduos. Otimização. Gestão da qualidade.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico, a urbanização, o crescimento populacional e a revolução tecnológica veem sendo acompanhados por alterações no estilo de vida, nos modos de produção e, principalmente no consumo da população, que só vem crescendo. Esse crescimento resulta em um acréscimo na quantidade de resíduos produzidos, que tem um agravante ainda maior, pois os resíduos atualmente passaram a abrigar em sua composição elementos sintéticos e perigosos aos ecossistemas e à saúde humana (GOUVEIA, 2012).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305, de 02 de Agosto de 2010, envolve em seus princípios primeiramente, a não geração, a redução, a reutilização, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e rejeitos da produção e do consumo. Estabelece as diretrizes, estratégias e metas que integram e demandam ações de educação ambiental e de comunicação social, que sejam capazes de mobilizar e envolver todas as pessoas, incluindo os governantes, as instituições não governamentais e os seguimentos produtivos.

A Educação Ambiental constitui um processo de informação e formação das pessoas, desenvolvendo habilidades e modificando atitudes em relação ao meio ambiente, tornando as pessoas conscientes da realidade atual. Portanto, despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental com uma linguagem de

fácil entendimento, contribuindo para que a comunidade construa valores sociais, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, (ROSS, 2012).

É necessário mudar o comportamento do homem com relação à natureza, para atender às necessidades ativas e futuras, no sentido de promover um modelo de preservação e melhoria da qualidade ambiental (SOARES et al., 2007). Grande parte dos resíduos gerados pelas atividades humanas possui valor comercial, devemos adotar uma nova postura e começar a ver o “lixo” como matéria-prima potencial. O primeiro passo a ser dado para a implantação de um sistema de coleta seletiva é a realização de trabalho de educação ambiental junto à população, mostrando a importância da reciclagem e orientando-a para a separação correta dos materiais, (LAYRARGUES, 2006).

OBJETIVOS

Esse estudo tem por objetivo identificar a viabilidade da aplicação de ferramentas de qualidade para analisar as principais causas do recolhimento de lixo com material reciclável e propor possíveis soluções.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados desse estudo foram coletados em um projeto realizado entre a Universidade de Sorocaba, a Catares (Cooperativa de Reciclagem de Sorocaba) e o Grupo Campari para sistematizar as rotas dos caminhões da reciclagem do município de Sorocaba, localizado no estado de São Paulo, estando a 93 km da capital do estado.

A cooperativa em estudo foi a CATARES, que funciona num galpão situado na Rua Salvador Stefanelli, 266, no Jardim Zulmira. Atualmente atendem 79 bairros, e emprega 60 cooperados que desempenham um trabalho importante de coleta e aproveitamento de materiais recicláveis.

Durante o projeto foram identificados vários problemas em relação à quantidade de lixo e materiais perigosos misturados ao material reciclável, colocando em risco a saúde e integridade física dos catadores, além de causar prejuízos financeiros.

A rota dos caminhões foi acompanhada por seis alunos, e para melhor aproveitamento do tempo foram divididos em duas equipes, responsáveis por três caminhões cada. Em cada equipe, dois alunos ficaram responsáveis por pesar o material reciclável de cada residência/ ponto de coleta, e um aluno ficou responsável

por anotar o nome das ruas do percurso, número das casas e o peso de material reciclável de cada residência.

Em campo foram obtidos dados de quantidade de material coletado com auxílio de uma balança eletrônica portátil Walmur e gerado indicadores de quantidade de material coletado, além de ter sido levantada a quantidade de material e a identificação das casas que participam da coleta. Após o levantamento dos dados das rotas, foi determinado o total de resíduos coletados por trecho de cada caminhão e a determinação gravimétrica do material recolhido. Para a análise do perfil gravimétrico do material coletado, foi retirado, todos os dias, durante uma semana, um bag por período de cada caminhão. Esse material foi segregado e pesado com a ajuda dos cooperados.

Com o auxílio do *software* ARCGIS 10.2.1 foi feita a análise dos dados, que demonstraram quais trechos são produtivos e improdutivos e foi determinada a quantidade de lixo por trecho. Através de dados coletados na análise gravimétrica foi possível estabelecer a quantidade de lixo trazida em cada caminhão, e após isso, utilizando as ferramentas de qualidade diagrama de SIPOC, Matriz GUT, diagrama de Pareto, Matriz de esforço x impacto, Diagrama de causa e efeito (Ishikawa) e o método 5W2H, foi possível estabelecer as causas dos problemas encontrados, conhecer todo o processo do material reciclável das ruas até a comercialização e assim identificar as causas dos problemas diariamente enfrentados.

RESULTADOS

Diante dos resultados encontrados, os problemas que acarretam maiores prejuízos para a cooperativa são a quantidade de lixo misturada nos materiais recicláveis, as dúvidas da população sobre quais materiais são recicláveis. A tabela 1, demonstra resultados encontrados na análise gravimétrica, evidenciando em dinheiro o quanto a cooperativa deixa de ganhar com os resíduos (lixo) misturados ao material reciclável. Ao trazer lixo para a cooperativa, a mesma estará tendo o mesmo gasto para transporte, armazenamento e triagem dos materiais e deixando de ganhar o equivalente a R\$2.638,68/semana, ou seja, o lixo acarreta gastos para a cooperativa sem agregar valor ao faturamento.

Tabela 1 - Coleta de material reciclável por semana

Quantidade coletada (Semana)		% LIXO	R\$/kg DE MATERIAL COLETADO	VALOR R\$ QUE DEIXA DE GANHAR
Caminhão 1	10.189,10 kg	13,13%	R\$0,44	R\$ 592,86
Caminhão 2	8.119,41 kg	12,39%	R\$0,42	R\$ 423,25
Caminhão 3	9.979,88 kg	6,41%	R\$0,32	R\$ 204,78
Caminhão 4	9.377,00 kg	15,46%	R\$0,69	R\$ 994,84
Caminhão 5	9.407,07 kg	8,02%	R\$0,28	R\$ 212,55
Caminhão 6	8.039,70 kg	8,69%	R\$0,30	R\$ 210,40

Foi utilizada a Matriz GUT para priorizar e definir a ordem de resolução dos problemas em campo, como apresentado na tabela 2.

Tabela 2 - Matriz GUT

Situações indesejáveis Campo	Gravidade	Urgência	Tendência	Grau Crítico	Seqüência
Reclamação sobre falta de coleta em certas ruas	2	3	2	12	10º
Pessoas trazem material reciclável até a rota do caminhão	1	2	1	2	13º
Quantidade de lixo misturado ao material reciclável	3	4	4	48	1º
Limpeza do material reciclável pelos moradores	4	4	1	16	9º
Dúvida dos moradores sobre quais materiais são recicláveis	5	4	2	40	2º
Carrinheiros recolhem material reciclável também	3	3	1	9	11º
Caminhão passa pelas mesmas ruas desnecessariamente para completar rotas	2	4	3	24	6º
Problemas com coletas em órgãos públicos	3	3	2	18	8º
Falta de respeito dos moradores com os cooperados	2	2	1	3	12º
Qualidade dos sacos amarelos que contêm o material reciclável	5	5	1	25	3º
Sem epi's adequados	5	5	1	25	4º
Destinação a determinados materiais especiais (lâmpadas)	5	5	1	25	5º
Demora de cooperados para realizar as rotas para não ter que trabalhar mais	4	3	2	24	7º

Após realizar a Matriz GUT, os problemas foram colocados em um Diagrama de Pareto, demonstrando as situações indesejáveis em campo. Após analisar os dados obtidos pelos gráficos de Pareto, observa-se que nas situações indesejáveis em campo, os principais problemas apontados foram a quantidade de lixo misturado ao material reciclável e as dúvidas dos moradores sobre quais tipos de materiais são recicláveis. Foi utilizada uma matriz de impacto x esforço para definir a ordem de acordo com o esforço gasto em cada ação e o impacto que ela representa no projeto. A Matriz demonstrou que os principais problemas se enquadram em alto impacto e baixo esforço. Para os problemas encontrados foram feitos dois diagramas de causa e efeito demonstrando as causas que determinaram os problemas da quantidade de lixo misturado ao material reciclável e dúvida dos moradores sobre quais materiais são recicláveis. Foi desenvolvido pelos integrantes do projeto (estagiários) um plano de ação com o auxílio da ferramenta 5W2H, onde pretende-se prevenir a ocorrência de dúvidas sobre a separação do material reciclável, diminuindo dessa forma a quantidade de lixo misturado ao material reciclável, com consequente otimização do processo.

Para Souza (2010), a aplicabilidade da ferramenta Balanced Scorecard mostrou bons resultados analisando o comportamento da gestão da estratégia dos resíduos sólidos urbanos na simulação do consórcio entre Araraquara e São Carlos (SP), permitindo a construção de um mapa estratégico que comunica visualmente a hierarquia das consecuições pretendidas pela organização.

Segundo Polaz (2008), no modelo aplicado nos indicadores de sustentabilidade, para gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) em São Carlos/SP, foi possível estabelecer as etapas de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas em diversas áreas, auxiliando os administradores públicos na definição de prioridades e metas, além da tomada de decisão. O estudo permitiu apontar as tendências favoráveis e desfavoráveis à sustentabilidade, em função das características particulares da gestão municipal, entretanto o modelo mostrou a necessidade de alguns ajustes de adaptação da realidade local.

CONCLUSÃO

Com esse estudo foi possível identificar a quantidade de lixo misturado ao material reciclável e com a aplicação de ferramentas de qualidade determinar as causas dos principais problemas que ocorrem na cooperativa de reciclagem e verificar as possíveis soluções.

O estudo demonstrou que a quantidade de lixo que chega à cooperativa é causada por falta de orientação da população e falta de treinamento dos próprios cooperados. O que acaba acarretando riscos para a segurança dos catadores, além de causar prejuízos financeiros para a cooperativa.

É necessário estabelecer um método de treinamento dos cooperados que trabalham nas ruas, para que através deles possamos educar e sensibilizar os atuais usuários da coleta seletiva de materiais recicláveis no município de Sorocaba, a separarem adequadamente os materiais, reduzindo o risco de acidentes dos catadores e evitando a perda de recursos naturais, além de otimizar os recursos da cooperativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2010. Lei n 12.330, de 2 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 3 de Agosto de 2010.

GOUVEIA, Nelson. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, n. 6, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, p. 72-103, 2006.

POLAZ, Carla Natacha Marcolino; TEIXEIRA, Bernardo Arantes do Nascimento. Indicadores de sustentabilidade como ferramenta para a gestão municipal de resíduos sólidos. **Anais... Encontro Nacional da Anppas, Distrito Federal, GO, Brasil**, v. 4, 2008.

ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spod. Educação ambiental e sustentabilidade. **Electronic Journal of Management, Education and Environmental Technology (REGET)**, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012.

SOARES, L. G C.; SALGUEIRO, A. A.; GAZINEU, M. H. P. Educação ambiental aplicada aos resíduos sólidos na cidade de Olinda, Pernambuco—um estudo de caso. **Revista Ciências & Tecnologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2007.

SOUSA, C. M.; MENDES, A. M. Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal estudo exploratório. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 6, n. 2, p. 13-41, 2006.

SOUZA, Ricardo Gabbay de; CORDEIRO, João Sérgio. Mapeamento cognitivo e Balanced Scorecard na gestão estratégica de resíduos sólidos urbanos. **Gest. Prod.[online]**, v. 17, n. 3, p. 483-496, 2010.

VASCONCELOS, D. S. C et al. A utilização das ferramentas da qualidade como suporte a melhoria do processo de produção–Estudo de caso na indústria têxtil. **Anais. XXIX Encontro Nacional de Engenharia de produção**, Salvador, BA, v. 6, 2009.

A ILUMINAÇÃO NATURAL EM UM PROJETO DE PAULO MENDES DA ROCHA: ESTUDO DE CASO NO SENAC CAMPINAS

Bernardo Telles; tellesbernardo@gmail.com

Camila Contreras Grande; camilacqc@gmail.com

Cristiane Higuera Simó crishsimo@gmail.com

Maíra Piovezani Moreti; mairamoretiarquitetura@gmail.com

Resumo: O presente texto, é parte do estudo de caso realizado sobre a iluminação natural em um projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, o SENAC de Campinas. A pesquisa foi elaborada na disciplina de Iluminação Natural do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. Com o objetivo de contextualizar o projeto são abordados assuntos que envolvem a temática, tal como a tendência arquitetônica do autor do projeto, aspectos voltados à iluminação natural, como a importância para a saúde das pessoas ao se relacionarem com o espaço construído e informações sobre a legislação. Para análise da iluminação no edifício em estudo, foi delimitada uma sala de aula padrão do Senac Campinas, fazendo com que esta, represente os efeitos da iluminação natural existente em toda a edificação. Como metodologia foram realizadas visitas técnicas, captura de imagens estáticas (fotografias), análise de fotos HDR com cores falsas e elaboração de modelo físico para melhor entendimento do partido arquitetônico da construção. No resultado obtido com a pesquisa é indicada uma intervenção no espaço no que se refere ao layout e como solução projetual para a iluminação natural, a criação de elemento arquitetônico com o intuito de não agredir a estrutura já estabelecida tanto no seu estado material quanto ao respeito ao autor. A luz solar é de fundamental importância no desenvolvimento dos seres vivos. As mais remotas culturas já valorizavam o sol como fator essencial para sobrevivência, considerando este elemento natural como a força que rege a vida seja pela importância vital seja por crenças religiosas. No campo da arquitetura, a luz do sol vem sendo estudada e percebida como a possibilidade de ser um elemento arquitetônico guia para o desenvolvimento de um projeto, isto é, a luz natural pode ser definida como diretriz do projeto arquitetônico.

Palavras-chave: 1.Brutalismo paulista. 2.Iluminação natural. 3.Arquitetura e saúde. 4.Instituição escolar. 5.HDR.

Abstract: The present text is part of the case study carried out on daylighting in a project by the architect Paulo Mendes da Rocha, for SENAC of Campinas. The research was elaborated in the discipline daylighting at the Unicamp Post-Graduation Program in Architecture and Urbanism. Aiming to contextualize the project, subjects that cover the theme are approached, such as the architectural tendency of the author of the project, aspects related to daylighting, as the health importance for people related to the built space and information about legislation. To analyse the lighting of the studied building, a standard classroom of Senac Campinas was chosen, making it represent the effects of the existing daylighting throughout the building. As a methodology, technical visits were made, capture of static images (photographs), analysis of HDR photos with false colors and elaboration of a physical model for a better understanding of the architectural concept of the construction. As a result obtained with the research it is indicated an intervention in the space regarding the layout and a design solution for daylighting, the creation of an architectural element intending not to harm the already established structure both in its material state and respecting the author design. Daylight is of fundamental importance in the development of living things. The most remote cultures have already valued the sun as an essential factor for survival, considering this natural element as the force that governs life either by vital importance or by religious beliefs. In the field of architecture, daylight has been studied and perceived as the possibility of being an architectural element guide to the development of a project, that is, natural light can be defined as guiding architectural design.

Keywords: 1. São Paulo's Brutalism. 2. Natural lighting. 3. Architecture and health. 4. School institution. 5. HDR.

ARQUITETO E OBRA

O projeto do Senac para um centro de formação profissional em Campinas, faz parte de um processo de modernização pedagógica criado pela instituição. Apresenta metodologias coerentes ao processo desenvolvimentista do Brasil em voga nos anos 60 visando o mercado de trabalho da época.

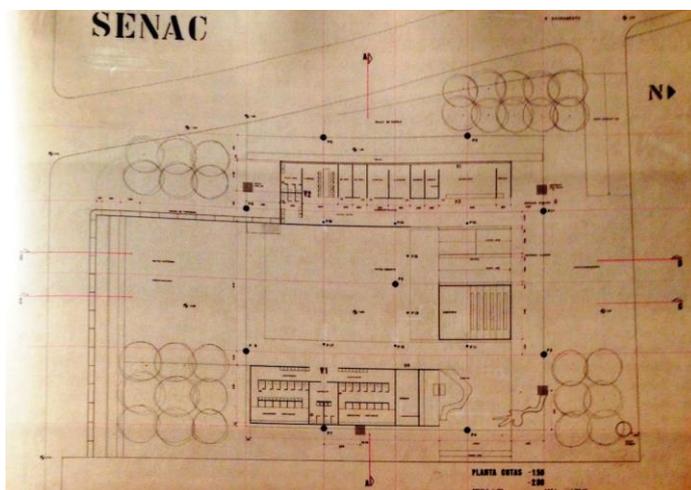
Paulo Mendes da Rocha a convite do SENAC projeta em 1968 uma edificação situada no centro de Campinas que acima de tudo busca a ideia da coletividade. O edifício do SENAC, um monolito em planta quadrada de 41,20 metros de aresta implantado em terreno de esquina e com leve desnível tem como elemento principal um vazio central.

O vazio, pátio central concebido entre três blocos que abrigam o programa escolar (salas de aula, administração, serviços, auditório e biblioteca) situado sob uma grande cobertura, abre-se para outro pátio, esse último externo, que se junta ao primeiro para deixar indefinido o interior e exterior da edificação. Em uma mimese da cidade, esses blocos passam a ser edifícios ao redor de uma praça aberta sob o céu artificial da cobertura translúcida. O microcosmo dentro de uma macro escala da cidade.

Nesse momento chega-se a questão central do presente estudo: a iluminação natural. Ela passa a ser elemento essencial para a existência do pátio e de todas as salas de aula, dando o caráter da edificação.

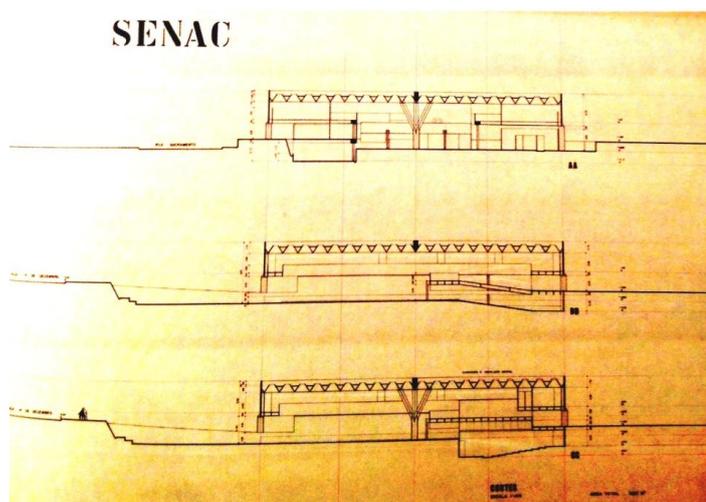
A edificação tem em sua cobertura uma grelha de vigas com secção em “V” concebida através da linguagem da razão e da geometria. A cobertura combina em seu desenho a forma para essa estrutura vencer os vãos necessários oferecendo, além disso, um sistema de drenagem de águas pluviais, ventilação permanente e iluminação natural.

Figura 15: Planta térreo



Fonte: PISANI, 2013.

Figura 16: Corte



Fonte: PISANI, 2013.

Embora exista a questão urbana como elemento chave do projeto e por consequência a existência do vazio e sua iluminação natural, o objeto analisado no presente estudo é uma sala de aula, por ser considerada como um espaço que necessita de atenção em relação às questões de iluminação e conforto para atividades de estudo (objetivo principal da edificação - uso).

Através de visitas *in loco* nota-se que a cobertura pensada a oferecer uma iluminação homogênea em toda a edificação, fora modificada. Feita pela própria instituição, a substituição da luz natural pela artificial buscou atender uma demanda para as atividades pedagógicas que necessitam de espaços com maior controle e variação de luz.

Dessa forma propomos o exercício de pensar a cobertura do edifício em função dos usos a que cada espaço lhe é atribuído. Podemos separar basicamente em dois grupos: do imprevisível cotidiano do pátio central tal como uma praça e das salas de aulas e suas atividades pedagógicas específicas.

A luz natural e sua relação com o espaço construído assim como sua influência no cotidiano das pessoas que usufruem dos espaços projetados, deve receber atenção por parte dos profissionais envolvidos em um projeto arquitetônico. A seguir serão discutidas questões que envolvem a iluminação natural e a saúde.

ARQUITETURA E SAÚDE

A ausência de luz natural, juntamente com outros aspectos favorece a falta de qualidade de vida das pessoas, seja no ambiente residencial ou de trabalho. Boubekry (2008) cita estudo realizado em 1998 pela World Health Organization que

comprova a falta de atenção com a saúde dos ocupantes ao se projetar uma edificação.

A falta da luz do dia faz com que as pessoas sofram de doenças como a depressão, fragilidade óssea, disfunção renal, sistema imunológico baixo, entre outras. No ambiente escolar tal atenção também deve ser atendida, já que os estudantes despendem grande parte de seu dia, sejam do ensino básico, técnico ou superior, dedicados ao estudo em uma instituição de ensino. Boubekry (2008) expõe que foram realizadas pesquisas em que comparam o rendimento escolar (acadêmico) de estudantes que recebiam a luz do dia em suas salas de aula em relação a outros que não recebiam. Foi constatado que os que recebem a luz natural apresentam um rendimento superior.

Favorecer o contato da luz do dia em instituições de ensino proporcionam processos de aprendizagens positivos. A arquitetura deve se preocupar não apenas com a legislação que rege as exigências de iluminação e ventilação nos ambientes, mas focar em estratégias que explorem elementos arquitetônicos como zenitais, janelas com grandes vãos e espaços ao ar livre assim como produtos arquitetônicos tais como prateleiras de luz, brise-soleils, tintas e materiais com suas refletâncias, sistemas tubulares de iluminação natural, dentre outros.

O QUE DIZ A LEI

A IES RP-5-13 (IES, 2014), nos fornece informações significativas, por meio de seus gráficos, que incluem o conforto térmico e visual, a satisfação dos ocupantes, uma conexão com o ar livre e o consumo de energia em edifícios comerciais e institucionais.

Buscando complementar o estudo foi verificado que o Código de Obras salienta sobre a importância do conforto térmico no ambiente. Este por sua vez é definido da seguinte maneira:

(...) é um estado de espírito que reflete a satisfação com o ambiente térmico que envolve a pessoa. Se o balanço de todas as trocas de calor a que está submetido o corpo humano for nulo e a temperatura da pele e suor estiverem dentro de certos limites, pode-se dizer que o homem sente conforto térmico. (LAMBERTS 2014).

A Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT), através da NBR 5413(ABNT 1992) fixa as iluminâncias mínimas a serem atingidas em função do tipo de tarefa visual para um conforto térmico. É especificado que para ambientes de leitura, escrita de documentos com alto contraste e participação de conferências a classificação do nível de iluminação deve ser de média no valor de 300-500 lux.

Mardaljevic (2013) alerta que as normas sobre iluminação natural devem ter como base métodos de cálculo de condições reais de iluminação nos edifícios, isto é, as normas devem se fundamentar em métodos de modelagem que considerem dados climáticos.

Promover a saúde dos ocupantes, por exemplo, de um ambiente de trabalho também pode ser um fator de benefícios econômicos. Mardaljevic (2013) defende que:

Melhorar nossa compreensão sobre a relação entre o ambiente luminoso e a saúde, bem estar, produtividade, etc. Isto pode conduzir ao melhor caminho para o desenvolvimento de projetos de ambientes internos saudáveis. O benefício econômico resultante, ainda que de pequenas melhorias na produtividade, pode ser mais eficaz, neste caso, do que a adoção de princípios de projeto de baixo consumo energético. Assim, a melhoria na produtividade pode ser um argumento mais convincente para um ambiente interno de alta qualidade do que a redução no consumo de energia (MARDALJEVIC, 2013).

Sendo assim, a iluminação natural, deve ser valorizada e receber significativa atenção tanto na vertente da saúde como da sustentabilidade, sendo considerada desta maneira como um aspecto fundamental na elaboração e execução de projetos arquitetônicos.

A ILUMINAÇÃO NATURAL NO SENAC CAMPINAS

O foco deste estudo é a cobertura original responsável pela iluminação e ventilação de todas as salas de aulas, através de seus domos.

Por motivos de dificuldades na manutenção do edifício relacionados a vulnerabilidade desse sistema de iluminação zenital, tais como a entrada de folhas,

infiltração e problemas de isolamento acústico, foi construído, de maneira radical, sobre a grelha de domos uma cobertura metálica que acabou por desconstruir a ideia original de iluminação do edifício, substituindo –a pela iluminação artificial.

Figura 4: Vista da cobertura metálica (cobertura atual)

Figura 5: Vista interna do vão central sobre a cobertura original da edificação



Fonte: Acervo Pessoal



Fonte: Acervo Pessoal

A cobertura tem como finalidade possibilitar a luz natural nos espaços que tem características distintas: o pátio central com o uso singular no que se refere às atividades espontâneas do cotidiano e as salas de aulas, biblioteca e alas administrativas com seus usos específicos.

Com o intuito de manter a flexibilidade desses espaços anexos ao pátio e considerando as novas demandas pedagógicas, tomou-se como elemento de análise uma sala multifuncional. Estes espaços são equipados de forma a atender as necessidades dos usuários. Atualmente, toda iluminação desta sala de aula é feita através de luminárias localizadas em cada domo que compõem a laje de cobertura, deste ambiente.

Para melhor entendimento dos efeitos que a iluminação natural original do projeto poderia ter nesta sala de aula foi executado um modelo físico do ambiente na escala 1:20, respeitando ao máximo suas características reais, tentando reproduzir o mais próximo possível os tipos de mobiliário, materiais e acabamentos da sala. O fechamento externo da maquete foi pensado de forma que a entrada de luz fosse nula, portanto ela foi recoberta com papel cartão preto e fita isolante preta.

Figura 7: Sala de aula – Vista da entrada



Fonte: Autoria própria: 19/06/2014

**Figura 8: Modelo físico
cobertura**



Fonte: Autoria própria

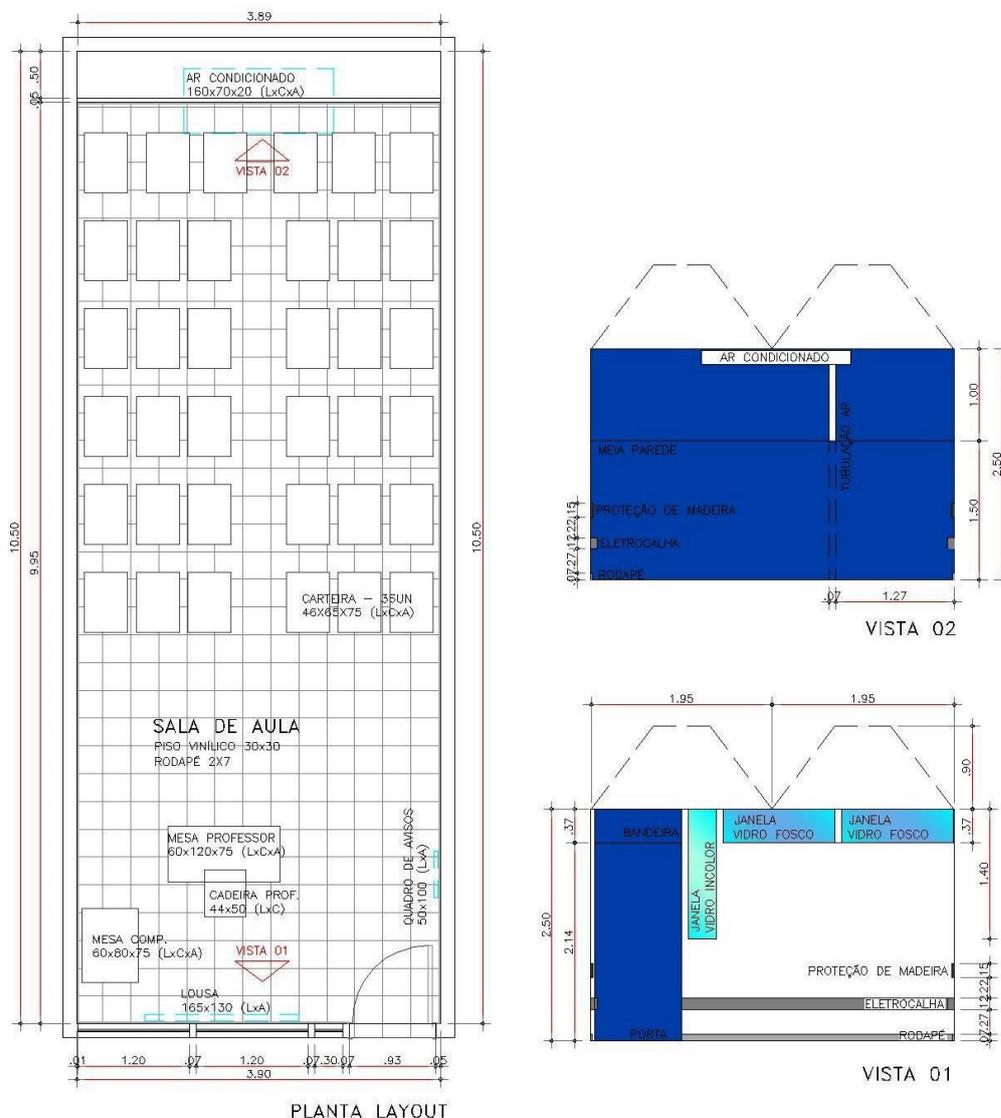
**Figura 9: Modelo físico – Laje de
cobertura**



Fonte: Autoria própria

Este modelo foi fotografado para aplicação das técnicas de Relógio de Sol¹, e imagens HDR² com cores falsas para melhor entendimento da distribuição da luz solar. O modelo de câmera fotográfica utilizado foi Canon EOS Rebel t3i.

Figura 6: Planta baixa da sala de aula em estudo



Fonte: Autoria própria

O modelo de relógio de sol utilizado é local, para a latitude 23° 27 'S, sendo a latitude da cidade Campinas 22°54'21"S. As datas escolhidas para as fotos percorrem o ano, passando pelos solstícios e equinócios. Os horários foram escolhidos em função do horário de funcionamento da instituição de ensino. O relógio foi posicionado ao lado da maquete, e as fotos foram tiradas quando o norte do relógio estava alinhado com o norte geográfico do modelo.

Foram realizadas duas sequências de fotos, uma delas no período da tarde com os domos expostos livremente à luz solar, fazendo com que a luz entrasse diretamente na sala de aula sem nenhuma barreira; a segunda sequência de fotos

foi tirada com a cobertura zenital em papel vegetal, posicionada acima dos domos, no período da manhã.

Na primeira sequência de fotos, tiradas no período vespertino, as 15 horas nas datas 22 de dezembro (solstício de verão), 22 de junho (solstício de inverno), 23 de julho, 23 de agosto, 23 de setembro (equinócio de primavera), 23 de outubro e 23 de novembro, é possível perceber os focos de incidência solar direta criando pontos de ofuscamento, formados pelas aberturas livres dos domos, praticamente o ano todo, salvo as datas de junho e julho nas quais a incidência é indireta. Esta situação reflete a necessidade de uma proteção nestes domos

Figura 10: Uma das fotos da primeira sequência tirada no período vespertino, às 15 horas.



23 DE AGOSTO

Fonte: Autoria própria: 24/06/2014

Figura 11: uma das fotos da segunda sequência tirada no período matutino, às 8 horas.



22 DE JUNHO (SOLSTÍCIO)

Fonte: Autoria própria em 24/06/2014

A segunda sequência de fotos, em que está incluída a cobertura zenital em papel vegetal, foi tirada às 8 horas da manhã, nas datas 22 de dezembro (solstício), 21 de janeiro, 20 de fevereiro, 21 de março (equinócio), 21 de abril, 22 de maio e 22 de junho (solstício). É clara a percepção de que a cobertura vegetal, que representa a cobertura original do projeto, faz com que a luz entre na sala completamente difusa, distribuindo melhor a luz e não gerando pontos de iluminação direta sobre o piso, mobiliário e paredes, tornando a permanência no ambiente mais agradável.

A partir deste método podemos perceber a importância de uma proteção no fechamento destes domos, tanto para iluminação quanto para proteção contra os raios solares.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A abordagem de estudo emerge do anseio de propor uma ação “corretiva” às medidas até agora executadas sem a possibilidade de uma consulta ao arquiteto responsável e sem manter o valor da técnica construtiva.

As intenções são de propor um elemento arquitetônico que favoreça a iluminação natural no ambiente interno da sala de aula de uma maneira confortável e saudável, evitando ofuscamentos e permitindo luminâncias agradáveis ao olho humano em um local de estudo e trabalho. Existiu a todo momento a preocupação em respeitar as características arquitetônicas do projeto original.

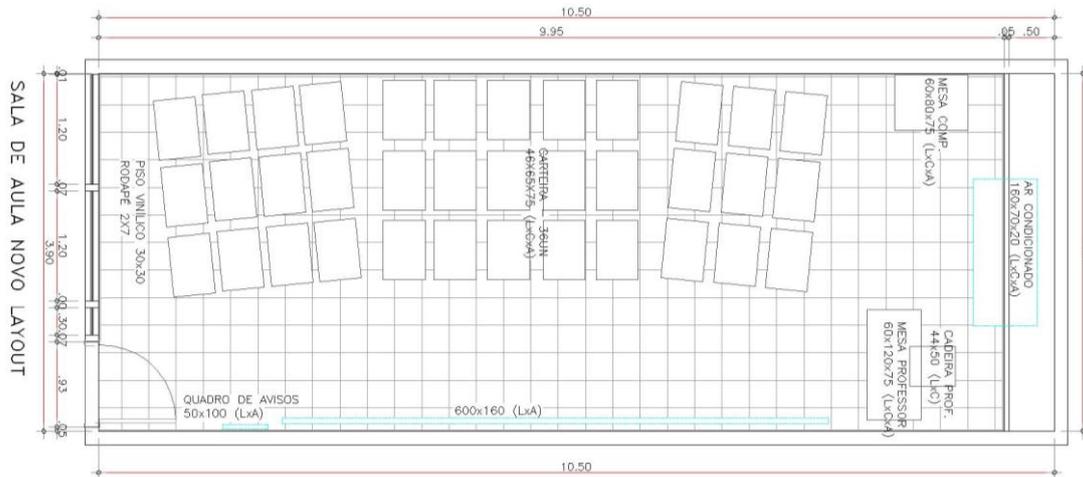
A intervenção nesta arquitetura brutalista é proposta com a utilização de chapas metálicas dobradas acopladas aos domos de concreto configurando um elemento sombreador. A utilização de materiais para isolamento termo-acústico e vidro fotocromico juntamente com um trilho, internamente, onde desliza um fechamento motorizado quando necessário, centra-se a intenção de reconduzir a construção a seu estado original suprimindo as necessidades atuais.

A escolha do produto arquitetônico (vidro fotocromico), é em função de sua eficiência a longo prazo, mesmo que tenha um alto custo, garantirá o conforto e a incidência de luz desejáveis

Para melhor utilização do espaço, elaboramos um novo layout para a sala de aula 125, que anteriormente, continha a disposição das carteiras paralelas às paredes laterais.

A intervenção representa um desafio para a equipe no que tange não agredir a estrutura já estabelecida tanto no seu estado material quanto ao respeito ao autor.

Figura 12: Projeto da Sala de aula em Análise

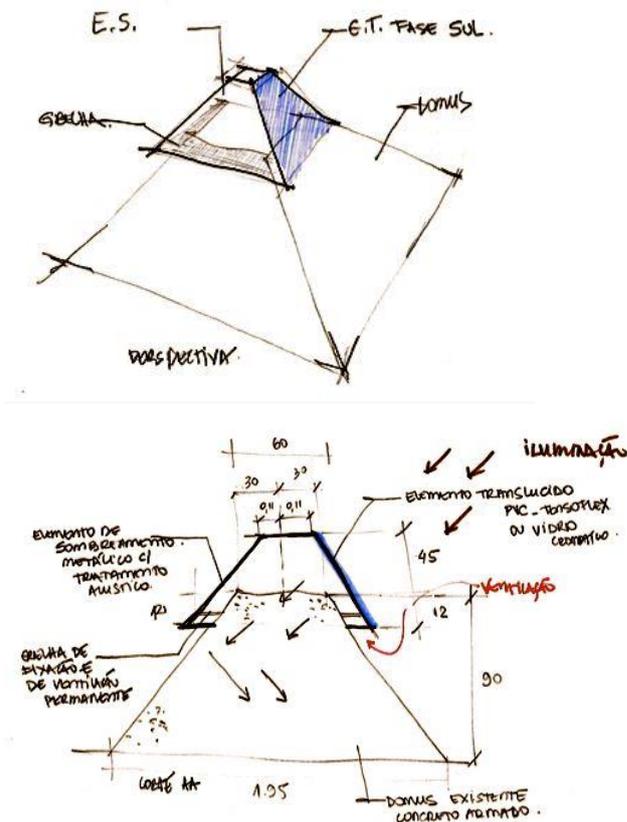


Fonte: Autoria própria

A intervenção representa um desafio para a equipe no que tange não agredir a estrutura já estabelecida tanto no seu estado material quanto ao respeito ao autor.

Para isso elaboramos um elemento arquitetônico descrito nos croquis seguintes.

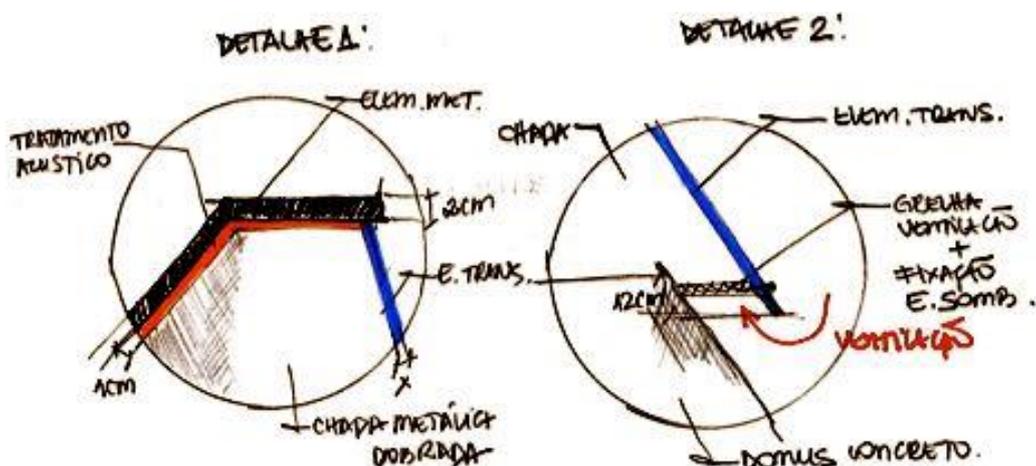
Figura 13: Perspectiva e corte do Elemento de Intervenção



Fonte: Autoria própria

Foi decidido trabalhar individualmente cada domos para que o mesmo testemunhe sua história tanto neste presente quando no futuro. Assim sendo, ignoramos elementos que possam esconder sua disposição conforme projeto original. Trabalhar um elemento que seja uma continuidade da forma já oferecida, mas com elementos construtivos diferentes.

Figura 14: Croqui – Corte



Fonte: Autoria própria

A intervenção feita nessa sala é representada pelo modelo físico, já mencionado, mas que neste momento recebe os elementos de sombreamento conforme a imagem a seguir.

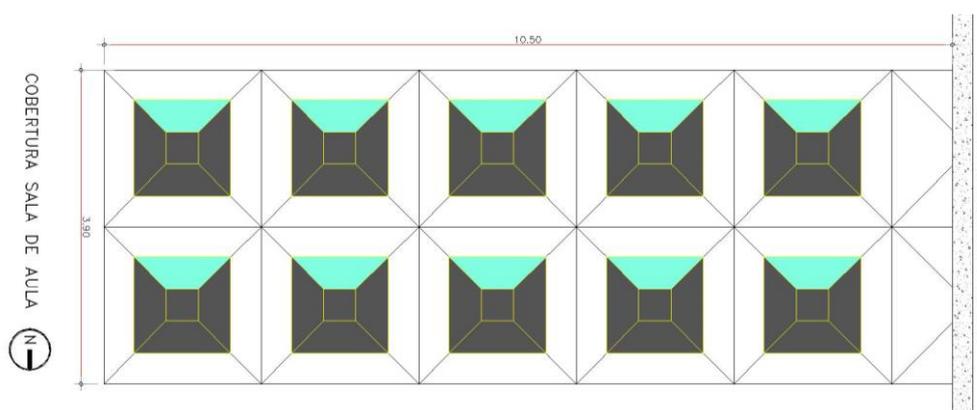
Figura 175: Croqui – Corte



Fonte: Autoria própria

Com a planta de cobertura, a disposição dos elementos é claramente percebida.

Figura 16. Planta de cobertura com a intervenção



Fonte: Autoria própria

O modelo de relógio de sol utilizado é local, para a latitude $23^{\circ} 27' S$, sendo a latitude da cidade Campinas $22^{\circ}54'21''S$, nas mesmas condições das imagens feitas anteriormente. A diferença está na inserção do elemento elaborado para readaptar a iluminação natural ao ambiente.

Na primeira sequência de fotos, tiradas no período vespertino, às 15 horas nas datas 22 de dezembro (solstício de verão), 22 de junho (solstício de inverno), 23 de julho, 23 de agosto, 23 de setembro (equinócio de primavera), 23 de outubro e 23 de novembro, é possível perceber que com o elemento sombreador proposto a luz está bem mais difusa no ambiente. Os focos de incidência não estão causando ofuscamento.

Figura 17: sequência de fotos tiradas no período vespertino, às 15 horas para imagem HDR SEM intervenção



Fonte: Autoria própria.

Figura 18: seqüência de fotos tiradas no período vespertino, às 15 horas para imagem HDR *COM intervenção*



Fonte: Autoria própria.

Com a intenção de melhor analisar o ambiente luminoso, utilizou-se o software JALOXÁ. Este por sua vez é capaz trabalhar com a composição de imagens resultando em uma imagem HDR (High'Dynamic'Range') proporcionando uma maior fidelidade à luz e à cor. Uma vez a imagem gerada, o software exibe um resultado de Cores Falsas no ambiente fotografado. Para a análise foi utilizado as fotos tiradas no período vespertino.

Figura 19: Imagem com intervenção



Fonte: www.jaloxa.eu/webhdr.

Acessado em: 25/06/2014

Figura 20: Imagem Cores Falsas



Fonte: www.jaloxa.eu/webhdr.

Acessado em: 25/06/2014

A luminância (brilho refletido) e iluminância do entorno imediato são propriedades de uma cena, elas compõem dois fatores-chave no projeto de iluminação, descrevendo a energia que chega aos nossos olhos e ao espaço.

Como no layout existente, encontra-se careteiras nas zonas de maior intensidade, concluímos que a mudança de layout foi significativa para os ocupantes do ambiente. E que com a intervenção o espaço do professor passou a ter uma luminância mais confortável.

CONCLUSÃO

A luz natural deve ser considerada como uma das diretrizes do projeto, pois além de contribuir com a qualidade de vida dos ocupantes dos ambientes internos,

proporciona e instiga os sentidos perceptivos, podendo ser um elemento arquitetônico que cria espaços e convida os sujeitos a estarem em determinados lugares, lugares estes, projetados e concebidos com a intenção de proporcionar o conforto, seja para o lazer ou para o trabalho.

A instituição de ensino, foco do presente estudo, é um cenário de acontecimentos que foi idealizado, por meio da valorização da iluminação natural, tendo como partido arquitetônico uma laje em forma de grelha com uma geometria espacial que transformou-se em um elemento unificador dos espaços. Com suas clarabóias, ele propõe algo a "mais" pois o lugar e a luz estão intimamente conectados.

A luz é trabalhada de maneira a trazer magnitude aos espaços internos, proporcionando uma ligação do externo com o interno. Característica marcante do arquiteto Paulo Mendes da Rocha e conseqüentemente das construções brutalistas, que viviam uma fase de experimentos e fortalecimento de uma identidade.

Atualmente o SENAC de Campinas tem sofrido algumas transformações em função do uso, isto é, de sua dinâmica de funcionamento, fazendo com que a luz natural fosse substituída pela iluminação artificial. O estudo permite discutir o partido arquitetônico do autor do projeto com a intenção de criar uma solução para os problemas atuais da edificação respeitando os intuítos do arquiteto em relação à iluminação natural.

O modelo físico elaborado tornou-se uma ferramenta de análise, juntamente com as imagens geradas em HDR. Desta forma a luz natural pode ser percebida proporcionando a observação da iluminação no projeto original e assim auxiliar na elaboração de uma proposta de resgate da luz natural.

Por considerar que não há iluminação natural, a não ser pelas aberturas do grande pátio e que ela é fator significativo para a saúde dos ocupantes, é proposto a criação de elementos arquitetônicos individuais em cada domos. Desta maneira, a cobertura proporciona um sombreamento da luz direta do sol no ambiente interno, evitando ofuscamentos e desconfortos, sendo ainda capaz de proporcionar a ventilação natural contínua.

A intervenção feita há 20 anos, de acrescentar uma cobertura metálica sobre as grelhas, descaracteriza o projeto original, favorecendo o aumento de consumo de energia elétrica com equipamentos de iluminação artificial e de resfriamento, transformando o espaço em um ambiente não qualificado para a saúde, pois o contato com o meio externo foi anulado.

Para o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, a luz foi considerada como um elemento arquitetônico, um material construtivo como o concreto ou o tijolo. Ele transformou a luz em uma força motriz para definir a forma da grelha que compõe o espaço como um todo. Este edifício será sempre uma obra de estudo e de estímulo a questionamentos, havendo a necessidade dos elementos inseridos na obra manterem sua originalidade como o grande pátio interno com seu pilar conhecido como “árvore do saber” e suas aberturas zenitais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 5413: Iluminância de Interiores. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

IES RP-5-13. Recommended Practice for Daylighting Buildings. . Disponível em: <http://cltc.ucdavis.edu/publication/ies-rp-5-13-recommended-practice-daylighting-buildings>. Acessado em: 30/06/2014.

LAMBERT, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando. Eficiência Energética na Arquitetura. Eletrobras Procel. 3ª edição. Disponível em: <http://www.labeee.ufsc.br/>. Acessado em: 26/06/2014

MARDALJEVIC, John. A importância da iluminação natural. Entrevista feita por Maria Clara de
Maio e Erlei Gobi, com a colaboração de Paulo Sergio Scarazzato. Lume Arquitetura, 2013.

PISANI, Daniele. Paulo Mendes da rocha: obra completa. São Paulo, Editora Gustavo Gili. 2013.

BREVE INTRODUÇÃO À ENGENHARIA SIMULTÂNEA

Rafael Ferreira da Silva (UNIP); rflferreira@hotmail.com*

Danilo Ferraz de Melo (UNIP); dan_ferraz_@hotmail.com

Luara Matskecivh Ivasaki (UNIP); luara_ivasaki@hotmail.com

Romulo Silva Gimenes (UNIP); romulo3554@hotmail.com

Valter Natalino de Oliveira Jr. (UNIP); vrjunior@yahoo.com.br

Fabio Hirata da Silva (UNIP); fhirata90@hotmail.com

Resumo: O estudo em questão visa apresentar uma introdução a filosofia da engenharia simultânea, seus objetivos e como ela influencia pode auxiliar na redução do tempo de desenvolvimento de um produto. Ao realizar uma comparação com o modelo linear de desenvolvimento de produtos, o modelo Fordista, criado por Henry Ford em 1914, podemos entender os benefícios que a Engenharia Simultânea e seu time de desenvolvedores multifuncionais podem trazer para a empresa. Temos a metodologia ES (Engenharia Simultânea) cada vez mais necessária no cotidiano das empresas, graças a seu paralelismo nas fases de produção. Devido ao curto período de vida dos produtos e a necessidade constante de novidades no mercado, não podemos nos dar ao luxo de desprendermos muito tempo no desenvolvimento de novos produtos. Com o advento das novas tecnologias e a necessidade constante do mercado, o sistema de desenvolvimento criado por Henry Ford em 1903 se tornou defasado. No sistema Fordista o produto tem suas fases de desenvolvimento atreladas umas as outras, o que faz com que o tempo de desenvolvimento, produção e correção das possíveis falhas seja longo, pois as fases de desenvolvimento acabam sendo interligadas, já no sistema ágil ES as etapas da produção são desenvolvidas em paralelo. Através deste sistema e do uso de ferramentas como o diagrama de Ishikawa, brain storms e do design for x, ferramenta que visa o desenvolvimento do produto voltado para a montagem ou manufatura e também com a ajuda de times multifuncionais, temos um tempo total de criação do produto reduzido consideravelmente.

PALAVRAS CHAVES

Engenharia Simultânea. Ford. Produto. Engenharia.

Abstract: The study in question aims to present an introduction to the philosophy of simultaneous engineering, its objectives and how it influences can help in reducing the development time of a product. Comparing with the linear model of product development, Fordista model, created by Henry Ford in 1914, we can understand the benefits that Simultaneous Engineering and its team of multifunctional developers can bring to the company. We have the methodology ES (Simultaneous Engineering) increasingly necessary in the everyday of the companies, thanks to its parallelism in the production phases. Due to the short life of the products and the constant need for new products in the market, we can not afford to spend much time developing new products. With the advent of new technologies and the constant need of the market, the development system created by Henry Ford in 1903 has become outdated. In the Fordista system the product has its development phases linked to each other, which makes the development time, production and correction of possible failures is long, since the development phases end up being interconnected, already in the agile system ES the steps of production are developed in parallel. Through this system and the use of tools such as the Ishikawa diagram, brain storms and design for x, tool aimed at product development for assembly or manufacturing and also with the help of multifunction teams, we have a total time of creation considerably reduced.

KEYWORDS: Simultaneous Engineering. Ford. Product. Engineering.

INTRODUÇÃO

O nível de competição entre as empresas cresce constantemente, diariamente novos produtos são lançados no mercado e para tanto a necessidade de se reduzir o tempo de desenvolvimento do produto se tornou questão de sobrevivência para as empresas.

Ao longo deste trabalho será apresentado uma filosofia que visa a redução do tempo de desenvolvimento através da simultaneidade das partes envolvidas no projeto e de ferramentas que auxiliam a identificação e correção de falhas nas primeiras fases do design.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da engenharia simultânea como um novo conceito em relação ao método tradicional de desenvolvimento de novos produtos.

Os métodos tradicionais de produção de um novo produto seguem uma sequência linear, onde as tarefas são desenvolvidas por setores específicos um após o outro. O principal problema desta metodologia se encontra na descoberta dos problemas, geralmente eles são descobertos tarde demais e uma solução de baixo custo acaba se tornando inviável.

Na metodologia chamada Engenharia simultânea o produto é desenvolvido com um alto grau de paralelismo entre as tarefas, onde a solução de problemas acontece de forma natural.

SISTEMA FORD

Em 1903 Henry Ford revolucionou o setor industrial com a sua ideia de linha de produção, no conceito criado por Ford, o trabalhador deveria ser especializado em sua função, não desempenhando um movimento sequer, sem que seja necessário, os movimentos eram mecanicamente executados e em perfeita harmonia. Conseqüentemente o tempo de montagem dos carros fabricados pela Ford Motor Company, reduziram drasticamente.

A linha de montagem ditava o ritmo da produção, ao invés de exigir o planejamento e o gerenciamento propostos por Frederick Taylor em seu livro "A Administração Científica".

Porém na década de 30, devido a reconstrução das economias japonesa e europeia, após o fim da Segunda Guerra Mundial, gerou um declínio da produtividade industrial, ocasionando um colapso no sistema criado por Ford.

No final da década de 60 as regras de mercado passaram a ser ditadas pela oferta e não mais pela demanda, os consumidores passaram a exigir produtos diferenciados, de alta qualidade e de baixo custo, o que acarretou o declínio do sistema Ford.

QUEBRA DE PARADIGMAS

Em meados dos anos 80 surge uma nova revolução tecnológica baseada na tecnologia da informação e na automação dos sistemas industriais

Com a reestruturação industrial houve uma mudança dos paradigmas organizacionais, fazendo com que agora eles passem a ser voltados aos resultados. Os níveis hierárquicos foram reduzidos e as áreas de competências redefinidas.

De acordo com CLARK & WHEELWRIGHT (1993) neste novo ambiente global surge à importância do desenvolvimento de novos produtos e processos, aumentando a competitividade. Estas mudanças obrigaram a indústria a se tornar mais versátil,

desenvolver uma nova gama de diversos produtos que apresentassem melhor desempenho e aproximassem o cliente.

A condição para que essa nova competição é a velocidade, eficiência e qualidade, para tanto uma nova metodologia de concepção de produtos foi criada, a engenharia simultânea.

ENGENHARIA SIMULTANEA

A engenharia simultânea reavalia o processo de criação de novos produtos, através da simultaneidade do desenvolvimento. O processo de criação e desenvolvimento de um produto segue uma escala linear onde os processos são interligados e dependentes entre si. Já na engenharia simultânea, os processos que não possuem interdependência são desenvolvidos simultaneamente, para tanto é necessário uma equipe de desenvolvimento multifuncional, formada por pessoas de diversas áreas da empresa, que consigam realizar integrações contínuas dos componentes do produto.

Na forma tradicional de desenvolvimento do produto, tem-se início através da definição de um problema, então várias soluções possíveis são geradas, após esse processo a solução mais satisfatória é escolhida e então a ideia é trabalhada e modificada para que seja viável de se manufacturar.

Durante o desenvolvimento de um produto, em cada fase que se desenvolve, novos problemas vão aparecendo, muitas vezes obrigando que o time de desenvolvimento volte a fase anterior do produto. Este sistema leva tempo e acaba fazendo com que o produto se torne uma colcha de retalhos, pois para cada problema adaptações serão feitas.

O desenvolvimento de um produto utilizando a metodologia ES tem o mesmo princípio, porém por se tratar de uma equipe de desenvolvimento multidisciplinar, através de informações de todas as funções envolvidas, a integração com a manufatura é muito mais rápida, o que conseqüentemente converge para uma solução definitiva.

A maior qualidade da Engenharia Simultânea é a redução do ciclo de fabricação e sua eficiência ao transferir os dados do projeto para o chão de fábrica.

- Podemos resumir o foco da engenharia simultânea como sendo:
- Aumento da qualidade do produto, com foco no cliente;
- Diminuição do ciclo de desenvolvimento;
- Diminuição dos custos.

"Engenharia Simultânea é uma abordagem sistemática para o desenvolvimento integrado de produtos que enfatiza o atendimento das expectativas dos clientes. Inclui valores de trabalho em equipe, tais como cooperação, confiança e compartilhamento, de forma que Engenharia Simultânea as decisões sejam tomadas, no início do processo, em grandes intervalos de trabalho paralelo incluindo todas as perspectivas do modificações para produzir consenso"(ASHLEY, 1992).

Tabela 01: Engenharia Tradicional (sequencial) versus Engenharia Simultânea

Sob a visão da engenharia sequencial	Sob a visão da engenharia simultânea
A informação de projeto é transferida somente uma vez – na forma finalizada,	A informação é trocada muitas vezes, bem antes de ser finalizada,
A informação do projeto é disponível para mudanças somente no fim da fase de geração,	A troca de informações pode ocorrer em pontos intermediários da fase de geração,
A duração das fases são constantes, sem nenhuma interação planejada,	As fases possuem duração variável para incorporar mudanças de projeto nas interações futuras,
Pontos intermediários na evolução da informação do produto não são reconhecidas,	O conhecimento da evolução é usado na execução das fases simultaneamente,
O efeito de mudanças nas trocas de informações é ignorado,	A troca de informação é usada em paralelo nas fases que se juntam,
A comunicação entre fases é mínima.	A comunicação entre fases é frequente. Não somente no conteúdo da informação trocada

	várias vezes, mas também nos níveis de detalhes como evolução e sensibilidade.
--	--

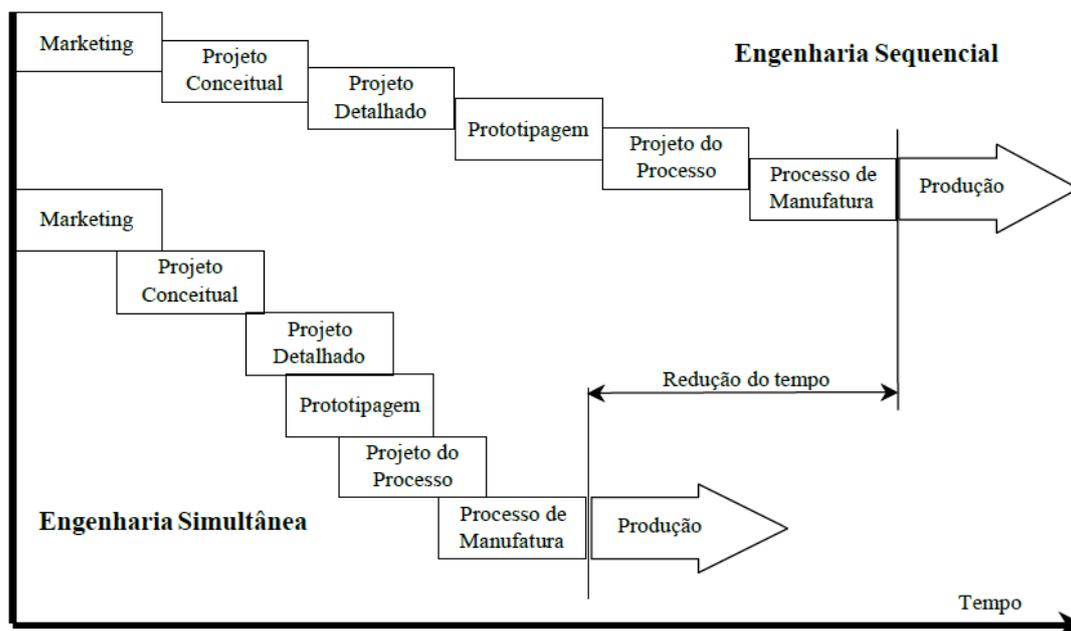
Fonte: KRISHNAN (1996), table I, página 216.

Para se desenvolver a engenharia simultânea deve-se fazer uso de ferramentas como o AutoCAD e sistemas de simulação rápida, porém toda a base da engenharia simultânea se encontra na equipe multifuncional, pois sem o mesmo, as integrações dos elementos do projeto não é possível.

MODELO PROPOSTO

Em geral para se aferir os resultados dos modelos de engenharia simultânea, temos os comparado com o modelo sequencial.

Figura 18 - Comparativo entre modelos de desenvolvimento

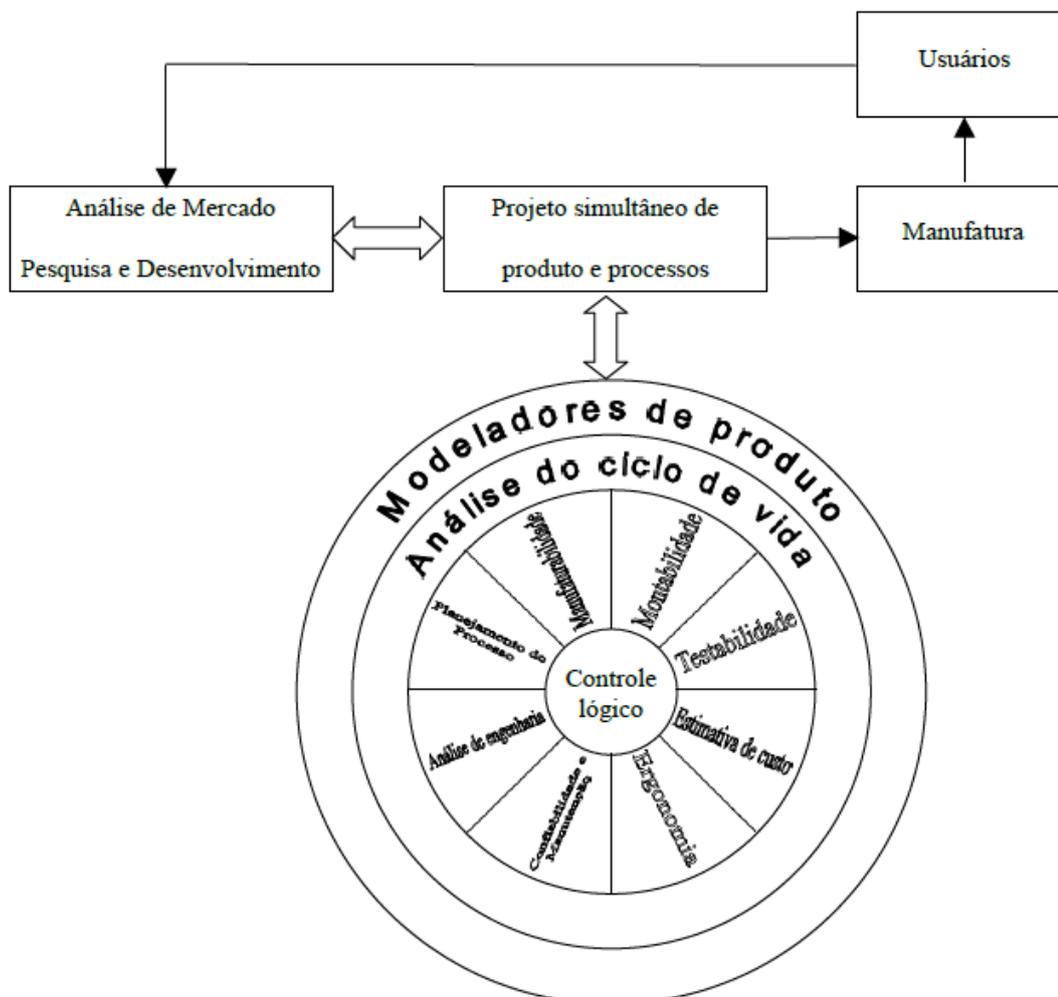


Autor: Andre Ogliario

Conforme a figura acima fica claro a redução do tempo de desenvolvimento do produto, isso se deve ao fato do paralelismo entre as atividades desenvolvidas.

Embora este modelo demonstre a redução de tempo, os elementos de integração do projeto não ficam claramente definidos. De acordo com HYEON, et al., 1993, a roda de engenharia simultânea é o modelo que melhor representa a integração dos elementos do projeto.

Figura 19 - Ciclo de desenvolvimento do produto empregando a "roda da engenharia simultânea".



Fonte: Hyeon

O modelo acima propõe a implementação da Engenharia Simultânea com base em recursos computacionais. Através da roda externa os modeladores promovem condições para que os projetistas possam avaliar e otimizar os projetos. Já o núcleo da roda é constituído das ferramentas lógicas que auxiliam no desenvolvimento do sistema.

CONCLUSÃO

As indústrias sempre trabalharam gerindo a escassez de matéria prima, desde 1980 quando os paradigmas de produção mudaram e as empresas voltaram-se para resultados ao invés de produção contínua, essa necessidade aumentou ainda mais.

A Engenharia simultânea vem para auxiliar nesse processo de gestão de recursos, ao reduzir o tempo de produção, os custos e os materiais, temos nela uma alternativa mais eficiente para o desenvolvimento de novos produtos.

Ao se ter um time multifuncional engajado na produção e ferramentas tecnológicas que auxiliem o processo de desenvolvimento, podemos aplicar a ES no desenvolvimento de qualquer produto.

REFERÊNCIAS

FABRICIO, M.; MELHADO, S. (1998). Projeto Simultâneo e a Qualidade na Construção de Edifícios. In. Seminário Internacional: Arquitetura e Urbanismo: Tecnologias para o Século XXI. Anais: FAU-USP, São Paulo.

FULINDI, Jonas Bianchini. Auxílio computacional a um processo de Engenharia Simultânea de sistemas espaciais. 2011. 275f. Dissertação (Mestrado do curso de Pós –Graduação em Engenharia e Tecnologia Espaciais / Gerenciamento de Sistemas Espaciais). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos.

JERONIMO, Paulo Vinicius. Engenharia simultânea aplicada à verificação de propriedades de massa de um satélite. 2014,221f. Dissertação (Mestrado do curso de Pós Graduação em Engenharia e Tecnologia Espacial/ Gerenciamento de Sistemas Espaciais). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. São José dos Campos.

KRUGLIANSKAS, I, Engenharia Simultânea: Organização e Implantação em Empresas Brasileiras. Revista de Administração, São Paulo, V.28, n.4, p. 104-110, Out./Dez 1993.

KRUGLIANSKAS, I, Engenharia Simultânea e Técnicas Associadas em Empresas Tecnicamente Dinâmicas. Revista de Administração, São Paulo, V.30, n.2, p. 25-38, abr./jun 1994.

MELLONI, LUIS. Engenharia Simultânea: Potencialidades e Limites . 1998,116f. Dissertação (Mestrado do curso de Pós Graduação em Engenharia de Produção).UNIMEP – Santa Barbara D’Oeste

MENON, Unny; GRAHAM, Michael. Concurrent Engineering: Effective Deployment Strategies. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v6n2/v6n2a02.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2017

NUNES, Paulo. Conceito de Ciclo de Vida do Produto. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

PEDRINI, Manuela Kautscher. Engenharia Simultânea: Planejamento e controle integrado do processo de produção/projeto na construção civil. 2012, 233f. Dissertação (Mestrado do curso de Engenharia Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

REZENDE, Paulo E; ANDERY, Paulo R. P. A utilização de princípios da engenharia Simultânea no processo de projeto de Pontes e viadutos. Gestão & Tecnologia de Projetos, Vol. 3, n 2, p.53-87, nov. de 2008.

TAGGART, P; KIENHOFER, F. The effectiveness of lean manufacturing audits in measuring operational performance improvements. South African Journal of Industrial Engineering. Vol. 24, n 2, p 140-154, Augustt 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.za/pdf/sajie/v24n2/14.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

ZANCUL, Eduardo de Senzi; MARX, Roberto; METZKER, André. Organização do trabalho no processo de desenvolvimento de produtos: a aplicação da engenharia simultânea em duas montadoras de veículos. V.13, n1, p.15-29. Gestão e Produção. Jan-Abr. 2006.

APLICAÇÃO DO KAIZEN: ESTUDO DE CASO E MELHORIA NO PROCESSO DE MONTAGEM DE PAINÉIS SOLARES

FABIO GALLONETTI; fabiogallonetti@hotmail.com*

ITALO MARQUES DE LIMA; italomarques_422@hotmail.com

MARIO PRADO NETO; mario.prd@hotmail.com

MICHEL JUNQUEIRA ANTIPOU; michel_junqueira@hotmail.com

Resumo: O tema principal da pesquisa é: Redução dos custos e melhoria no processo de fabricação. O caso abordado ocorre atualmente em uma multinacional chinesa responsável pela fabricação e montagem de produtos em geral para outras empresas e marcas. Foi no setor que fabrica placas de energia solar que esse estudo foi realizado. Dentre as inúmeras etapas deste complexo processo de fabricação foi notado a possibilidade de melhoria no processo de solda do Ribbon com Busbar, que consiste basicamente em 60 pontos de solda espalhados por toda a área do painel solar. Atualmente esse processo é realizado manualmente por 12 operários, onde cada um é responsável por soldar conferir e finalizar a solda de 5 pontos em menos de 39 segundos antes que a esteira se movimente. Em cima desse cenário descrito foi necessário criar uma solução que melhorasse e garantisse maior qualidade nesse ponto crucial do processo de fabricação do painel solar. O equipamento desenvolvido consiste em um totem ou gabinete com um monitor interligado a uma câmera para inspeção e um comando pneumático bi manual para ativar a movimentação de um conjunto de braços articulados que posicionam os ferros de solda na posição exata. O processo é semiautomático, pois exige que o operador o inicie apertando as botoeiras, porém após serem acionadas, o tempo necessário de contato com o ferro de solda e o material a ser fundido é controlado via computador. Cada conjunto de braços é responsável por 2 módulos com 5 ferros de solda. Foi estimado que com a adoção desse novo método ocorrerá uma redução de até 50% referente a mão de obra e 75% no tempo dessa etapa do processo.

PALAVRAS-CHAVE: *Kaizen*. Melhoria Contínua. Processo de solda

Abstract: The main theme of the research is: Reduction of costs and improvement in the manufacturing process. The case is currently addressed in a Chinese

multinational responsible for manufacturing and assembling products in general for other companies and brands. It was in the sector that makes solar panels that this study was carried out. Among the numerous stages of this complex manufacturing process, it was noticed the possibility of improvement in the ribbon welding process with Busbar, which basically consists of 60 soldering points spread throughout the area of the solar panel. Currently this process is performed manually by 12 workers, where each one is responsible for welding check and finalize the 5-point weld in less than 39 seconds before the treadmill moves. On top of this scenario, it was necessary to create a solution that would improve and guarantee higher quality at this crucial point in the solar panel manufacturing process. The developed equipment consists of a totem or cabinet with a monitor interconnected to a camera for inspection and a pneumatic bi manual control to activate the movement of a set of articulated arms that position the soldering irons in the exact position. The process is semiautomatic, since it requires the operator to start it by pressing the buttons, but after being activated, the time required to contact the soldering iron and the material to be melted is controlled by computer. Each arm assembly is responsible for 2 modules with 5 soldering irons. It was estimated that with the adoption of this new method there will be a reduction of up to 50% in labor and 75% in the time of this stage of the process.

KEYWORDS: *Kaizen*. Continuous improvement. Welding process

Introdução

No momento atual existe uma enorme preocupação por parte das empresas em garantir seus serviços com qualidade e que atendam satisfatoriamente às necessidades dos clientes. Para se garantir a competitividade no mercado é necessário reduzir o tempo e os custos utilizados para cada tarefa, e isso cada vez mais vem se tornando um grande desafio nas organizações. O professor Masaaki Imai, que atuou anos na Toyota (Japão), foi o criador do método *Kaizen* de melhoria contínua nas organizações. Nascido em Tóquio, o professor formado em relações internacionais pela universidade de Tóquio. Promotor de diversas missões do país e nos EUA, para completar a formação de executivos. É autor de nove livros sobre o tema *Kaizen* e tópicos relacionados à administração que serviram e ainda servem de base para empresas aplicarem a filosofia em todo o mundo. A utilização do *Kaizen* requer participação de todos os níveis hierárquicos (IMAI, 1994).

Kaizen é uma ferramenta simples que auxilia os gestores a buscar pela otimização de seus processos de produção e cumprir metas e objetivos da empresa. Porém, não é uma ferramenta utilizada apenas pelos gestores. Toda a organização de todos os níveis de produção é envolvida e devem ser participativos com suas ideias.

Segundo Imai, é necessário que todas as pessoas inclusive os executivos tenham conhecimento sobre o "chão de fábrica".

Uma pesquisa bibliográfica inicial foi desenvolvida com o intuito de obter mais conhecimento sobre o *Kaizen* e suas técnicas utilizadas para entendermos melhor de que maneira essa ferramenta auxilia nos resultados positivos e melhorias contínuas nas organizações atuais. "KAIZEN significa melhoramento. Mais que isso, significa contínuo melhoramento na vida pessoal, na vida domiciliar, na vida social e na vida no trabalho. Quando aplicado no local de trabalho, KAIZEN significa contínuo melhoramento envolvendo todos – tanto os gerentes quanto os operários." (IMAI, 1994).

Uma pesquisa de campo demonstrou exemplos da utilização desta ferramenta importante no mercado atual, e seus resultados depois de aplicações em uma empresa específica.

A empresa estudada é uma multinacional chinesa, fabricante de painéis solares fotovoltaicos para diversos clientes nacionais e internacionais, e que hoje é a maior montadora de painel solar do Brasil.

Esse tema *Kaizen* foi escolhido para demonstrar como uma organização pode ganhar em termos de eficiência e lucratividade adotando esta ferramenta.

No presente projeto será abordado, de modo geral, a fabricação e implantação de um suporte de solda do Ribbon com Busbar.

O objetivo do seguinte artigo é apresentar o quanto é importante à necessidade da melhoria contínua em uma organização, e entender mais sobre a ferramenta do *Kaizen*, que hoje é referência no mercado. *Kaizen* significa manter os níveis correntes de custo e trabalhar sistematicamente para reduzir os custos aos valores desejados. (MONDEM 1999).

Esse projeto foi elaborado após ser observado uma oportunidade de melhoria no processo de montagem do painel solar. O intuito é minimizar alguns erros operacionais, como por exemplo, falhas, trincas e soldas irregulares que ocorrem significativamente devido ao processo ser manual. Também visando a redução de custos diretos e indiretos.

KAIZEN

O termo Kaizen é formado a partir de Kai, que significa modificar, e Zen, que significa para melhor (MARTINS; LAUGENI, 2005). A ferramenta Kaizen foi criada no Japão pelo engenheiro Taichi Ohno, com a finalidade de reduzir os desperdícios gerados nos processos produtivos, buscando a melhoria contínua da qualidade dos produtos e o aumento da produtividade. Essa ferramenta tornou-se mundialmente conhecida pela sua aplicação dentro do Sistema Toyota de Produção (BRIALES, 2005). A partir de 1986, o *Kaizen* foi introduzido na administração por Masaaki Imai e, a exemplo de outras ideias lançadas pelos japoneses, seus conceitos iniciais se expandiram para uma filosofia organizacional e comportamental (MARTINS; LAUGENI, 2005). Esses programas evoluíram de tradicionais práticas focadas na manufatura, com o objetivo de reduzir desperdícios e melhorar a qualidade para metodologias sistemáticas focadas na organização como um todo (BHUIYAN; BAGHEL, 2005).

A filosofia *Kaizen* está baseada na eliminação de desperdícios com base no bom senso, no uso de soluções baratas que se apoiem na motivação e criatividade dos colaboradores para melhorar a prática nos seus processos de trabalho, com foco na busca pela melhoria contínua (SHARMA; MOODY, 2003).

Segundo Jha et al (1996), melhoria contínua é o conjunto de atividades que constituem um processo destinado a alcançar melhoria. Pode-se definir melhoria contínua como um envolvimento total na realização de pequenas transformações, de forma contínua e diretamente relacionada aos objetivos organizacionais (CAFFYN, 1999).

Não importa se melhorias sucessivas são pequenas, o que de fato importa é que a cada mês, ou semana, ou trimestre, ou qualquer que seja o período adequado, alguma melhoria tenha de fato acontecido no processo produtivo (SLACK et al, 2007). A melhoria contínua é considerada vital no atual ambiente competitivo e, ainda, uma das principais atividades necessárias para excelência na manufatura (LEEDE; LOOISE, 1999).

Além disso, é importante observar que o processo de melhoria contínua é essencialmente um processo de aprendizagem (SAVOLAINEN, 1999).

Para Develin (1995), a melhoria contínua não é uma solução no curto prazo para um problema a longo prazo, mas um comprometimento com uma forma nova e melhor de administrar, cujo benefícios do sucesso serão substanciais, mas também será o investimento em tempo, esforço e energia.

De acordo com Oishi (1995), por meio do *Kaizen* busca-se na empresa, a melhoria

em diferentes vertentes (econômica, técnica e de eficácia) dentro do contexto de harmonia e considerações humanas; ou seja, a melhoria da produtividade ou lucratividade da empresa não pode ser visada em detrimento do melhor condicionamento dos elementos humanos inerentes.

Paniago (2008) destaca consenso em três pontos entre vários autores que tratam sobre Kaizen:

- É uma jornada contínua e sem fim em busca da qualidade e da eficiência;
- Sua natureza é incremental;
- É participativo: promove ações interativas de inteligência e trabalho do pessoal, gerando benefícios intrínsecos à vida laboral, que podem ser estendidos para a vida pessoal e social.

Quando aplicado propriamente, o *Kaizen* pode melhorar a qualidade e reduzir consideravelmente os custos, além de atender às necessidades dos clientes, sem qualquer investimento significativo ou introdução de nova tecnologia (IMAI, 1996).

Rother e Shook (1999) classificam o *Kaizen* em dois níveis distintos, a saber:

- *Kaizen* de fluxo ou de sistema: enfoca o fluxo de valor, dirigido ao gerenciamento;
- *Kaizen* de processo: enfoca processos individuais, dirigido às equipes de trabalho e líderes.

Por outro lado, Martins e Laugeni (2005) destacam as seguintes modalidades:

- *Kaizen* de projeto: visa desenvolver novos conceitos para novos produtos;
- *Kaizen* de planejamento: objetiva desenvolver um sistema de planejamento para a produção, finanças ou marketing;
- *Kaizen* de produção: tem por finalidade desenvolver ações visando eliminar desperdícios no chão de fábrica e melhoria do conforto e da segurança no trabalho.

Imai (1996) sugere a aplicação do *Kaizen* em oito etapas, cujo cumprimento pode ajudar a solucionar problemas baseados em análise de dados, facilitar a visualização e a comunicação do processo de solução de problemas e ser um modo eficaz de manter registros de atividades de *Kaizen*; a saber:

- a) Escolha do tema / foco da aplicação (determinados conforme as políticas administrativas de acordo com a prioridade, importância, urgência ou situação econômica);
- b) análise do contexto;
- c) coleta e análise de dados para identificação da causa-raiz;
- d) estabelecer contramedidas com base em análise de dados;
- e) implementar contramedidas;

- f) confirmar os efeitos das contramedidas;
- g) estabelecer ou revisar padrões para evitar recorrência;
- h) analisar os processos anteriores e começar a trabalhar nas etapas seguintes.

Para finalizar, Imai (1996) também destaca que existem três atividades indispensáveis a um *Kaizen* eficiente e bem sucedido, fáceis de entender e implementar, não exigindo conhecimentos ou tecnologia sofisticados, cuja única dificuldade é o desenvolvimento da autodisciplina necessária para mantê-las; a saber: a padronização, a eliminação do muda (palavra japonesa que significa perda e refere-se a qualquer coisa ou atividade que não agregue valor) e os 5S, abrangendo várias tarefas de house keeping (ou manutenção da casa).

DESENVOLVIMENTO

Para a preparação do protótipo serão necessários os seguintes materiais:

- a) Conjunto de braços articulados
- b) Totem ou Gabinete Montado
- c) Ferro de solda, Modelo FX-8301/T20-06
- d) Monitor LCD 7 polegadas;
- e) Câmera de inspeção com bateria 7 V saída USB
- f) Cilindro pneumático mini ISO retorno por mola
- g) Válvula solenoide mod. VSMI18 mini 1/8"
- h) Mangueiras pneumáticas tam. S6
- i) Régua de tomadas com filtro de linhas
- j) Componentes de fixação em geral
- k) Botoeira preta
- l) Botoeira vermelha

Para a criação dos desenhos do protótipo foi utilizado o software *Solidworks* como principal instrumento. O *Solidworks* é um programa de computador, que cria formas tridimensionais a partir de formas geométricas elementares. No ambiente do programa, a criação de um sólido ou superfície tipicamente começa com a definição de topologia em um esboço 2D ou 3D.

A estrutura metálica do totem será construída com chapas de aço SAE 1020 pré zincadas, os perfis serão conformados na puncionadeira e dobrados na dobradeira CNC. Após isso os componentes serão soldados seguindo as orientações dos

desenhos técnicos. Todo o conjunto será pintado com pintura eletrostática a pó na cor cinza Munsell N6,5.

Os braços articulados serão construídos com PU injetado sob alta pressão, a sua geometria é constituída por ranhuras e declives afim de obtermos redução de custo com matéria prima e aumento da resistência mecânica.

Os braços serão acoplados à estrutura do totem através de mancais e eixos, a articulação será limitada à 15° por meio de um fim de curso mecânico.

Os monitores serão instalados ao totem e interligados as câmeras que estão posicionadas no local definido.

Os desenhos essenciais para o entendimento desse protótipo serão apresentados em sua forma perspectiva isométrica para facilitar o entendimento.

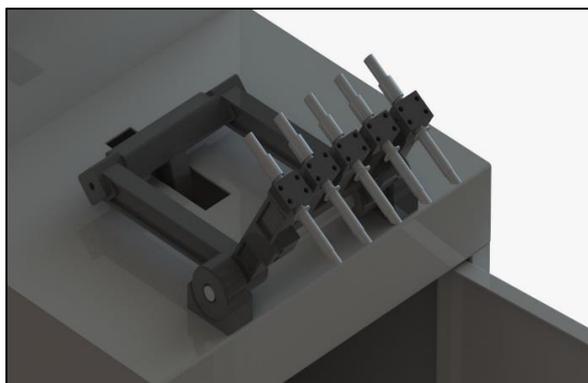
O braço articulado terá 5 pontas de soldas que ambos são direcionados aos pontos do ribbon com busbar para serem soldadas as células que formam o circuito de energia do painel solar de acordo com a figura 1.

Tabela 1 - Cálculos de comparação entre métodos

X	Tempo para soldar 1 / 5 pontos (s)	Quantidade de pontos por operador	Quantidade de operadores necessária	Tempo estimados do processo (s)
Método atual	8 / 40	5	12	~ 42
Método novo	10,4 / 10,4	10	6	~ 12
Comparações (%)	(-) ~ 74%	(+) 100%	(-) 50%	(-) ~ 71,5%

Fonte: Próprios Autores.

Figura 1 - Imagem representativa do braço articulado



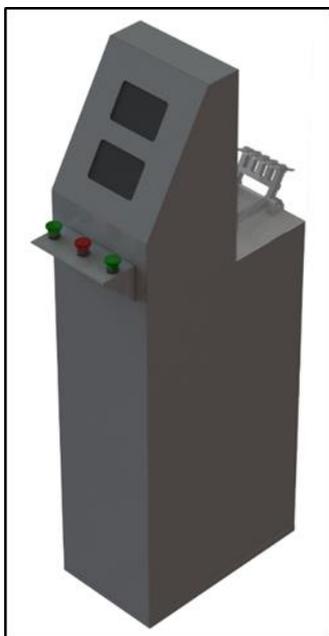
Fonte: Próprios autores.

A figura 2 traz uma ideia da forma final do equipamento. Pode-se notar a preocupação com a segurança do operador pois o sistema é acionado por um comando bi manual onde obriga o usuário a manter as duas mãos ocupadas. O equipamento é fornecido com 2 telas para monitoramento e uma proteção de policarbonato.

Resultados e discussão

Analisando o contexto geral da elaboração do trabalho desde a aparição dessa oportunidade para a melhoria de um processo tão importante da empresa estudada até o término e conclusão dos objetivos, os resultados foram satisfatórios, e agindo nos pontos cruciais de um processo que apresentava problemas operacionais, seguindo os passos do kaizen, obtivemos um resultado e conhecimento prático sobre a elaboração de um projeto fabril.

Figura 2 – Perspectiva Isométrica do Equipamento



Fonte: Próprios autores.

Conclusão

De hoje em dia, o mercado industrial tem como obrigação manter-se competitivo para conquistar seus clientes e desenvolver a fidelidade deles. Para isso é necessário se enquadrar no rumo certo, e qualquer empresa que busca o melhor resultado, deve-se buscar constantemente a melhoria contínua; ou seja; o kaizen

O *kaizen* associado com algumas outras ferramentas importantes de controle e melhoria, vem mantendo essas organizações na direção certa, uma vez que não esteja seguindo o caminho da melhoria contínua, a empresa pode estar condenada ao fracasso.

Partindo do cronograma geral de execução, listamos as atividades pertinentes, desde a visitação à fábrica até a aquisição de materiais para confecção e montagem do protótipo. A definição inicial do cronograma foi muito importante para distribuição das atribuições e responsabilidades de cada componente do grupo e contribuiu também para que todas as fases do protótipo fossem concluídas no prazo.

Em relação ao protótipo obtivemos uma conclusão clara e objetiva sobre o que se torna necessário para que uma empresa conquiste os objetivos traçados, e sem dúvidas o *kaizen* em hipótese alguma poderá ficar de fora de qualquer tomada de decisão, talvez a única ferramenta que envolva todos os níveis hierárquicos de uma organização seja o *kaizen*, obtendo conhecimento de seus processos desde ao chão de fábrica até a diretoria, assim se adquire transparência e lógico a melhora de toda a organização como um todo.

REFERÊNCIAS

ABEPRO. Aplicação da filosofia kaizen para redução do índice de refugo em linha de montagem de uma estamparia. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_206_226_27237.pdf> acesso em: 13 de maio de 2017. ABEPRO. Aplicação do Kaizen para melhoria na fabricação de componentes soldados em uma cooperativa metalúrgica. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STO_177_007_22068.pdf> Acesso em : 12/maio/2017.

ABEPRO. Evento Kaizen: Estudo de caso em uma metalúrgica brasileira. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_TN_STO_135_855_19126.pdf> Acesso em: 25/agosto/2017

ABEPRO. Introdução da filosofia de melhoria continua nas fábricas através do evento kaizen. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGETP2007_TR570426_9252.pdf>. acesso em: 13 de maio de 2017.

BHUIYAN, N.; BAGHEL, A. An overview of continuous improvement: from the past to the present. Management Decision, v. 43, n. 5, p. 761-771, 2005.

BRIALES, J. A. Melhoria contínua através do Kaizen: estudo de caso Daimlerchrysler do Brasil. 2005, 156 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CAFFYN, S. Development of a continuous improvement self-assessment tool. International Journal of Operations & Production Management. Vol. 19. No.1, 1999.

DESENHO TÉCNICO. Métodos desenho técnico Disponível em: Disponível em: <<https://desenhotecnico.wordpress.com/2009/10/12/metodo-do-1%C2%BA-e-do-3%C2%BA-diedro-2/>> Acesso em: 13 de maio de 2017.

DEVELIN, N.: Processo de aperfeiçoamento contínuo. São Paulo, Ed. IMAM, 1995.

IMAI, M. A Estratégia para o Sucesso Competitivo, 5ª Edição, Instituto IMAM, 1994.

IMAI, M. Gemba-Kaizen: estratégias e técnicas do Kaizen no piso de fábrica. São Paulo: IMAM, 1996

INOVARSE. A ferramenta Kaizen nas organizações. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_339.pdf> acesso em: 14 de maio de 2017.

JHA, S., NOORI, H., & MICHELA, J. L. (1996). The dynamics of continuous improvement: aligning organizational attributes and activities or quality and productivity.

JAN de LEEDE, JAN KEES LOOISE , (1999) "Melhoria contínua e conceito de mini-empresa", Revista Internacional de Operações e Gestão de Produção, Vol. 19 Issue: 11, pp.1188-1202.

MARTINS, P. G., LAUGENI, F. P. Administração da Produção. São Paulo: Saraiva, 2005.

MONDEN, Yasuhiro. Sistema de redução de custos, custo-alvo e custo-kaizen. São Paulo: Bookman , 1999. 254p.

OISHI, Mishitoshi. TIPS: técnicas integradas na produção e serviços. São Paulo: Pioneira, 1995.

PANIAGO, A. L. Kaizen - implementação na indústria de autopeças: resultados na redução das perdas na área produtiva. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia Mecânica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROTHER, M.; SHOOK, J. Aprendendo a Enxergar: mapeando o fluxo de valor para agregar valor e eliminar o desperdício. São Paulo: Lean Institute Brasil, 1999.

ROTHER, M.; HARRIS, R. Criando o Fluxo Contínuo: um guia de ação para gerentes, engenheiros e associados da produção. São Paulo: Lean Institute Brasil, 2002.

Savolainen, T. Cycles of continuous improvement: realizing competitive advantages through quality. International Journal of Operations & Production Management. Vol. 19. Nº 11,1999.

SHARMA, A., MOODY, P., tradução Maria Lucia G. Leite Rosa. A máquina Perfeita: Como Vencer na Nova Economia Produzindo com Menos Recurso. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção. Editora Atlas, 2007.

WELLINGTON, P. Estratégias Kaizen para Atendimento ao Cliente, São Paulo: Educator,1998.

AÇÃO ECOEFICIENTE PARA SUBSTITUIÇÃO DE AVALIAÇÕES IMPRESSAS NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Peter Jandl Junior (FATEC Jundiaí); prof.peter@fatec.sp.gov.br

Benedito Cristiano A. Petroni (FATEC Jundiaí); prof.benedito@fatec.sp.gov.br

Resumo: Este trabalho relata a tomada de uma ação de cunho ecoeficiente para a substituição do modo tradicional de aplicação de avaliações discentes do curso de Gestão Empresarial na modalidade de ensino a distância no polo da Fatec Jundiaí do CEETEPS com o uso de avaliações eletrônicas, tornando o processo de avaliação formal dos estudantes mais ágil e econômico. Em função dos procedimentos institucionais, a aplicação de provas presenciais gera enorme desperdício de suprimentos, além de implicar em várias tarefas repetitivas e pouco importantes do ponto de vista educacional. A solução proposta utiliza os recursos tecnológicos disponíveis nos laboratórios de informática da unidade e permite minimizar os custos de impressão e de manuseio, além de constituir uma ação de redução de impacto ambiental. O novo processo está em uso na Fatec Jundiaí e em vias de implantação em outras unidades. Outros aspectos positivos do uso de avaliações eletrônicas são a organização facilitada das provas; a eliminação dos processos de reprodução e de circulação de documentos; que pode evoluir para incluir acompanhamento estatístico e outras facilidades.

Palavras-chave: Avaliação eletrônica. Ecoeficiência. Educação a Distância. Gestão Educacional. Tecnologia Educacional.

Abstract: This work reports the adoption of an eco-efficient action to replace the traditional way of applying student assessments of the Gestão Empresarial course in distance learning modality at Fatec Jundiaí unit of CEETEPS with the use of electronic evaluations, making the students formal process more agile and economic. Due to the institutional procedures, the application of on-site assessments proves enormous waste of supplies, besides implying in several repetitive tasks of little importance from the educational point of view. The proposed solution uses the technological resources available in the computer labs of the unit and allows to minimize the costs of printing and handling, besides constituting an action of reduction of environmental

impact. The new process is in use at Fatec Jundiaí and is being deployed in other units. Other positive aspects of using electronic assessments are the easier organization of tests; the elimination of the processes for document reproduction and circulation; which can evolve to include statistical monitoring and other facilities.

Keywords: Distance Learning. Ecoefficiency. Educational Management. Educational Technology. Electronic Assessment.

INTRODUÇÃO

A ecoeficiência se refere a entrega de bens e serviços com preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas, tragam qualidade de vida, e reduzem os impactos ambientais de sua produção ou entrega durante todo o ciclo de vida, em linha com a capacidade estimada de suporte da Terra (ECOEFICIENTES, 2017; DODIC et al, 2010).

Tal conceito é descrito analogamente por Oggionia, Riccardia e Tonilellib (2011), que frisam a questão de economia de energia e recursos pela redução do desperdício e emissões. Para Sisinno e Moreira (2005), empresas ecoeficientes conseguem obter benefícios econômicos à medida em que alcançam benefícios ambientais por meio da redução de custos associados ao desperdício de recursos materiais, água e energia. É neste contexto que se encontra este relato de experiência ocorrido no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

O CEETEPS desenvolveu um projeto de ensino a distância (EaD) para a oferta do curso superior de Tecnologia em Gestão Empresarial (CPS, 2017), selecionando como seu ambiente virtual de aprendizagem (AVA), o Modular Object Oriented Distance Learning Environment (MOODLE), software livre, de código aberto, adotado por milhares de instituições no mundo, incluindo o Ministério da Educação (MEC) brasileiro. No AVA são criados cursos correspondentes às disciplinas da matriz curricular, nos quais seus docentes responsáveis, no papel de professores-autores, postam os materiais didáticos e as atividades planejadas de maneira estruturada.

A matrícula dos estudantes ocorre por disciplina e possibilitando cursar todas de um mesmo semestre ou uma composição em semestres diferentes, acomodando o aproveitamento de estudos ou dependências. A organização de grupos permite múltiplos arranjos na distribuição dos alunos e também na mediação on-line, papel exercido por outros docentes, além dos professores-autores.

PROBLEMA IDENTIFICADO

Apesar da organização adequada do AVA para publicar conteúdos, conduzir atividades avaliativas e acompanhar os discentes; o processo de avaliação formal dos estudantes requer a realização de avaliações presenciais, as quais eram – e ainda são na maioria dos 48 polos existentes – conduzidas de maneira tradicional, ou seja, reproduzidas em papel, em contraste com a proposta tecnológica do curso. Desta maneira, as provas de todas as disciplinas, enviadas via e-mail para os orientadores dos polos presenciais, eram impressas e envelopadas para distribuição e aplicação subsequente pelos mediadores presenciais nas datas previstas no calendário escolar. Nos períodos de provas do 1º semestre de 2015, identificou-se no polo da Fatec Jundiaí o consumo excessivo de suprimentos, além de considerável tempo destinado à execução do processo de reprodução e distribuição. Ao final da aplicação das provas presenciais, verificou-se um enorme desperdício de cópias, pois as provas de todas as disciplinas eram reproduzidas em número equivalente aos discentes nelas matriculados, mas os alunos podem realizar provas em 2ª chamada ou substitutivas, sem exigência de comunicação de sua ausência, impossibilitando a impressão em quantidade menor. Destaca-se que em cada semestre, conforme as instruções normativas do CEETEPS, existem sete momentos de avaliação: 1ª e 2ª chamadas e dependências bimestrais e substitutivas finais. Como as provas aplicadas são diferentes, não podem ser reaproveitadas, implicando em seu descarte, gerando prejuízo ao erário público com tamanho desperdício. Este texto relata a experiência dos autores na Fatec Jundiaí na adoção de uma solução possível para este problema.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Para Mohammed e Ahmed (2014) o e-learning é um ambiente voltado ao ensino e aprendizagem à distância que utiliza tecnologias de informação e comunicação (TICs) para atingir seus objetivos pedagógicos, onde é possível criar objetos educacionais, distribuir conteúdos, a comunicação entre participantes do processo educacional e o gerenciamento de estudos. No entanto, existem poucas iniciativas de e-learning atentas a proporcionar maior economia de recursos, pois, conforme indica Ramachandran (2016), empreendimentos tecnológicos geralmente se concentram no design e no desenvolvimento dos ambientes de aprendizagem on-line e, portanto, prestam atenção insuficiente ao processo de entrega. Kabiri e Wannous (2017) alertam que muitas instituições acadêmicas podem ainda não ter os conhecimentos

técnicos necessários ou orçamento suficiente para suportar uma infraestrutura própria que propicie a solução de suas demandas.

Uma solução alternativa para a aplicação das avaliações presenciais do curso de Gestão Empresarial/EaD do CEETEPS pôde ser construída com uso de um conjunto de componentes específicos de TICs, com alteração mínima dos procedimentos operacionais de sua aplicação, buscando a economia de recursos e de suprimentos. A proposta é relativamente simples: utiliza a infraestrutura local de laboratórios de informática para criar um servidor de arquivos, configurado para funcionamento exclusivo em intranet local, portanto sem acesso por meio da internet, no qual é instalado o XAMPP, uma conhecida suíte de software livre, independente de plataforma, composta de banco de dados MySQL, servidor web Apache e alguns elementos acessórios. No servidor local foi criada uma estrutura de pastas correspondentes aos semestres do curso, como na Figura 01, nas quais se distribuem as provas requeridas como arquivos no formato Portable Document Format (PDF).

Figura 01: Estrutura de pastas e provas por disciplina no servidor local.



Nos dias de aplicação de provas, os alunos que comparecem ao polo são levados aos laboratórios de informática reservados na unidade para este fim. Lá, o aluno assina a lista de presença, acessa o servidor de arquivos da intranet local, visualizando as provas das disciplinas em que está matriculado. O aluno então responde as questões propostas, usando folhas de respostas padronizadas, disponibilizadas na quantidade necessária, que constituem documento comprobatório da presença do estudante ao processo de avaliação formal. As folhas de respostas entregues são acondicionadas em sacos plásticos A4 reutilizáveis e encaminhadas para correção.

O modelo operacional desenvolvido para aplicação eletrônica das avaliações presenciais em laboratório de informática reduz significativamente os custos associados, sem requerer investimentos na unidade ou mesmo modificações nos processos atuais junto a coordenação do curso, incluindo outros resultados positivos.

RESULTADOS OBTIDOS

A iniciativa é relevante, pois beneficia o corpo discente, com um processo de aplicação mais ágil; a orientação do polo, que deixa de realizar tarefas repetitivas de impressão e organização das provas, concentrando-se em suas responsabilidades pedagógicas; a direção da unidade, que vê redução imediata no consumo de suprimentos e desgaste de seus equipamentos; além de proporcionar ganhos indiretos à administração do CEETEPS, com possibilidade de melhor alocação dos recursos financeiros visto a redução de custos; e também para a sociedade, com uma administração mais eficaz e de menor impacto ao meio ambiente.

Embora as tecnologias requeridas sejam tradicionais e os recursos utilizados aqueles disponíveis nas unidades onde os polos estão sediados, existe uma prática inovadora no tocante a conjugação daquilo que se ensina no curso (a gestão empresarial eficaz) com os recursos disponíveis num processo mais eficiente e benéfico para as partes envolvidas, em linha com os referenciais de qualidade para EaD (Brasil, 2007).

O modelo operacional relatado está em uso no polo da Fatec Jundiá desde o 2º semestre de 2015, quando o curso possuía as turmas de 1º ao 3º semestres. Os resultados alcançados são considerados significativos, como mostra na Tabela 01. A tabela contém dados dos semestres letivos no período de 2015-2 e 2017-1 e indica o número de disciplinas, de cópias e de envelopes necessários nos períodos de prova. Os custos apontados foram aqueles economizados com a redução do consumo de suprimentos pela aplicação eletrônica das avaliações, considerando os valores de R\$ 0,20/cópia e R\$ 0,30/envelope. Não foram incluídos nos cálculos as despesas relacionadas com energia elétrica, nem a depreciação da impressora, nem a redução de trabalho da equipe do polo.

Tabela 01: Economia relativa à aplicação de provas no período de 2015-2 a 2017-1.

		2015-2	2016-1	2016-2	2017-1	
Cópias	Disciplinas	20	26	33	38	
	P1-1aCh	4620	6006	7623	8778	
	P1-2aCh	1260	1638	2079	2394	
	P1-DPs	1400	1820	2310	2660	
	P2-1aCh	4800	6240	7920	9120	
	P2-2aCh	1760	2288	2904	3344	
	P2-DPs	1600	2080	2640	3040	TOTAIS
SubTot	Cópias	15440	20072	25476	29336	90324
	Envelopes	120	156	198	228	702
	R\$	R\$ 3.124,00	R\$ 4.061,20	R\$ 5.154,60	R\$ 5.935,60	R\$ 18.275,40

O resultado financeiro acumulado aponta uma economia de R\$ 18.275,40, além de mais de 90 mil cópias economizadas, apenas no polo da Fatec Jundiaí, reduzindo muito as despesas da unidade e o impacto ambiental do curso com o uso dos recursos tecnológicos disponíveis na unidade. Esta iniciativa pode ser replicada em outros polos que disponham de laboratórios de informática com 20 a 30 microcomputadores, pois os softwares necessários podem ser obtidos na internet, sem custo, pois são de código livre e aberto. Se metade dos atuais 48 polos que ofertam este curso aderissem ao projeto, teríamos uma economia semestral de $24 * R\$ 5.935,60 = R\$ 142.454,40$ ou de até R\$ 284.908,80 anuais, montante que poderia custear, por exemplo, o pagamento de 9.824 horas de aula de um Professor de Ensino Superior I-A (considerando valor de R\$ 29,00/hora-aula).

CONCLUSÕES

O novo processo de realização de avaliações eletrônica em laboratórios de informática no curso de Gestão Empresarial/EaD no polo da Fatec Jundiaí é considerado positivo, pois além da substancial economia financeira, agilizou o processo de aplicação das avaliações presenciais do curso; reduziu o consumo de suprimentos com uma ação ecoeficiente; e promoveu a prática de conceitos preconizados pela melhoria contínua, produção mais limpa, aumento de produtividade e sustentabilidade. Além da diminuição dos custos nas unidades, o uso das avaliações eletrônicas pode trazer outros benefícios, como a facilidade na organização das provas; o acompanhamento remoto de sua aplicação; a eliminação do processo de cópia/reprodução das folhas de respostas das provas; possibilidade de correção automática das questões objetivas; eliminação na circulação de documentos; redução dos custos associados à aplicação das avaliações; e também análise estatística dos resultados das disciplinas e até mesmo das questões utilizadas. Sua metodologia pode ser replicada com facilidade em qualquer outro polo, ou mesmo outras instituições, ampliando os benefícios apresentados, constituindo ação pretendida para o futuro, já em discussão com a Coordenação Geral de EaD do CEETEPS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Brasília, 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 20/Ago/2017.

CPS (Centro Paula Souza). EaD (Educação a Distância). Disponível em: <<http://www.cps.sp.gov.br/ead/>>. Acesso em: 20/Ago/2017.

DODIC S.N.; VUCUROVIC, D.C.; POPOV S.D.; DODIC J.M.; RANKOVIC J.A. Cleaner bioprocesses for promoting zero-emission biofuels production in Vojvodina. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 14, pp. 3242–3246, 2010.

ECOEICIENTES. A história do termo Ecoeficiência. Disponível em <<http://www.ecoeficientes.com.br/a-historia-do-termo-ecoeficiencia/>>. Acesso em 20/Ago/2017.

KABIRI, M. N.; WANNOUS, M. The use of Cloud Computing and mobile technologies to facilitate access to an e-learning solution in higher education context work in progress. **2017 International Conference on Applied System Innovation (ICASI)**, IEEE, Sapporo, 2017, pp. 1829-1832.

MOHAMMED, A. K.; AHMED A. E-learning environment with problem solving places for teaching and learning of algorithm oriented concepts. **2014 International Conference on Control Instrumentation Communication and Computational Technologies**, IEEE, Kanyakumari, 2014, pp. 17-20.

OGGIONIA, G.; RICCARDIA, R.; TONINELLIB, R. Ecoefficiency of the world cement industry: a data envelopment analysis. **Energy Policy**, v. 39, n. 5, pp. 2842-2854, 2011.

RAMACHANDRAN, M. Best Practice Guidelines for Technology Enhanced E-Learning. **2016 9th International Conference on Developments in eSystems Engineering (DeSE)**, IEEE, Liverpool, 2016, pp. 191-196.

SISINNO, C. L. S.; MOREIRA, J. C. Ecoeficiência: um instrumento para a redução da geração de resíduos e desperdícios em estabelecimentos de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(6):1893-1900, nov-dez, 2005.

GENIALIDADE OU EGOCENTRISMO NA PEDAGOGIA ARQUITETÔNICA

Fellipe de Andrade Abreu e Lima; fellipeusp@gmail.com.

Sandra Lanças; slancas@hotmail.com

Resumo:

Este estudo pretende esclarecer que, mesmo no campo da produção arquitetônica, onde a obra concebida e realizada tem um compromisso com certas exigências socialmente objetivas, o conceito de liberdade de criação subjaz à ideia de validade e relevância. Como sabemos, a profissão do arquiteto é caracterizada pelos conteúdos técnico, especulativo e criativo do projeto, isto é, do processo de concepção das edificações que formam o patrimônio arquitetônico da civilização. A constatação da existência destes três tipos de conteúdo não envolve nenhum juízo de valor. Deve-se registrar que — como expressão de fundo ideológico — arquitetos gostam de referir-se à sua atividade como “ofício”, recuperando uma designação usual na cultura medieval¹⁰². Também esclarecerei que o vocábulo “ofício” deriva do substantivo latino *officium*, traduzível por “trabalho, execução de uma tarefa ou tarefa a executar”; por sua vez, *officina*, em latim, traduz-se como “oficina, fábrica, laboratório”, isto é, local de trabalho, de execução de tarefas. A arquitetura implica um inventar e um fazer. Na origem grega do termo, arquitetura é a técnica (o fazer) do arquiteto, - *αρχιτεκτονικε τεχνη*. Prossequindo, trata do conceito de imaginário, complementado o exame feito nos capítulos precedentes, enfatizando a importância desta categoria no processo de identificação recíproca dos membros de um grupo caracterizado pelo exercício da mesma profissão. A seguir, é feita uma análise sociológica do fenômeno do individualismo, examinando suas variantes de exteriorização e destacando o teor de perturbação que o estudo deste tema contém, quando se trata de enquadrá-lo na perspectiva sociológica. Por fim, conclui-se com uma exposição sobre a prática da arquitetura e o ofício do arquiteto no século XXI.

Palavras-chave: Arquitetura; Ofício; Ensino.

Abstract:

¹⁰² Conceito de “ofício”, na arquitetura, foi inicialmente desenvolvido por: GRASSI, Giorgio. La arquitectura como oficio y otros escritos. Barcelona: Gustavo Gili, 1980. Tradução nossa.

This essay intends to clarify that, even in the field of architectural production, where the work conceived and performed has a commitment to certain socially objective requirements, the concept of freedom of creation underlies the idea of validity and relevance. As we know, the profession of the architect is characterized by the technical, speculative and creative contents of the project, that is, the process of conception of the constructions that form the architectural patrimony of civilization. The verification of the existence of these three types of content does not involve any value judgment. It should be noted that - as an expression of ideological background - architects like to refer to their activity as "craft", regaining a usual designation in medieval culture. I will also clarify that the word "office" derives from the Latin noun *officium*, translatable by "work, execution of a task or task to be performed"; in turn, *officina*, in Latin, is translated like "workshop, factory, laboratory", that is, place of work, of execution of tasks. Architecture implies an invention and a doing. In the Greek origin of the term, architecture is the technique (the making) of the architect, - *αρχιτεκτονικε τεχνη*. Then, we deal with the concept of imaginary, complemented by the examination done in previous chapters, emphasizing the importance of this category in the process of reciprocal identification of the members of a group characterized by the exercise of the same profession. Then, a sociological analysis of the phenomenon of individualism is made, examining its variants of exteriorization and highlighting the content of disturbance that the study of this theme contains when it comes to framing it in the sociological perspective. Finally, it concludes with an exposition on the practice of architecture and the craft of the architect in the 21st century.

Key words: Architecture; Practice; Teaching.

1. Introdução

Este estudo pretende esclarecer que, mesmo no campo da produção arquitetônica, onde a obra concebida e realizada tem um compromisso com certas exigências socialmente objetivas, o conceito de liberdade de criação é subjacente à ideia de validade e relevância. Prosseguindo, será tratado o conceito de imaginário, complementando o exame feito em capítulos precedentes, e enfatizando a importância desta categoria no processo de identificação recíproca dos membros de um grupo caracterizado pelo exercício da mesma profissão. A seguir, coloca-se a análise sociológica do fenômeno do individualismo, examinando suas variantes de

exteriorização e destacando o teor de perturbação que o estudo deste tema contém, quando se trata de enquadrá-lo na perspectiva sociológica.

Como sabemos, a profissão do arquiteto é caracterizada pelos conteúdos técnico, especulativo e criativo do projeto, isto é, do processo de concepção das edificações que formam o patrimônio arquitetônico da civilização. A constatação da existência destes três tipos de conteúdo não envolve nenhum juízo de valor. Deve-se registrar que — como expressão de fundo ideológico — arquitetos gostam de referir-se à sua atividade como “ofício”, recuperando uma designação usual na cultura medieval¹⁰³. Também esclarecerei que o vocábulo “ofício” deriva do substantivo latino *officium*, traduzível por “trabalho, execução de uma tarefa ou tarefa a executar”; por sua vez, *officina*, em latim, traduz-se como “oficina, fábrica, laboratório”, isto é, local de trabalho, de execução de tarefas. A arquitetura implica um inventar e um fazer. Na origem grega do termo, arquitetura é a técnica (o fazer) do arquiteto, - *αρχιτεκτονικε τεχνη*.

Neste contexto epistemológico, considera-se a arte ou ofício de projeção como uma arte social que não refuta o papel do indivíduo ou dos métodos individuais. Efetivamente, todo processo coletivo na arquitetura é feito de indivíduos representando os arquitetos, clientes, consultores, conselhos regulamentadores e, às vezes, os usuários. Em cada projeto o peso de cada um dos vários papéis difere, mas arquiteto e cliente permanecem centrais no processo, conforme nos esclareceu Dana Cuff.¹⁰⁴

O culto ao individualismo, patente desde o Renascimento Italiano e início do profissionalismo arquitetônico não existe apenas no campo da ficção: o encontramos no plano real, e bem próximo de nós, inclusive nos dias de hoje. Oscar Niemeyer, o mais exemplar, refere-se à um elogio recebido de Le Corbusier (1887-1965), que notabilizou-se pelo empenho na difusão da doutrina modernista da arquitetura e inspirador de duas gerações de arquitetos do século XX. Segundo o testemunho de Niemeyer, Le Corbusier, aludindo à obra de Niemeyer em Brasília, teria dito que “cada uma de suas decisões é válida, porque é um ato de vontade e liberdade total”¹⁰⁵. Ora, com este comentário, Le Corbusier está associando o atributo validade

¹⁰³ Conceito de “ofício”, na arquitetura, foi inicialmente desenvolvido por: GRASSI, Giorgio. La arquitectura como oficio y otros escritos. Barcelona: Gustavo Gili, 1980. Tradução nossa.

¹⁰⁴ CUFF, Dana. Architecture: the story of practice. Cambridge: The MIT Press, 1993. p.195. Tradução nossa.

¹⁰⁵ NIEMEYER, Oscar. A forma na arquitetura. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. p. 45.

com a vontade e com a liberdade total. Não há referência aos aspectos objetivos da realização sob exame, às suas características, mas apenas às circunstâncias de sua proposição: se foi produzido num contexto de liberdade total, é válido. Le Corbusier faz uma paráfrase do juízo de Émile Durkheim, segundo o qual a arte "... é absolutamente refratária à tudo que o que se assemelhe a uma obrigação, pois ela é o domínio da liberdade".¹⁰⁶

Segundo o raciocínio de Le Corbusier e Niemeyer, o artista só tem compromisso consigo mesmo. A vontade e a liberdade total seriam, desta maneira, o fundamento de legitimação de qualquer proposta criadora. O critério de excelência arquitetônica, neste caso, seria a irrestrita liberdade de proposição e a autonomia em relação às circunstâncias externas ao ímpeto expressivo do projetista. Ou seja, sem que se empregue explicitamente o conceito, há aí uma defesa do individualismo, "...uma ideologia que valoriza o indivíduo e negligência ou subordina à totalidade social"¹⁰⁷.

Aquela fortuita concepção do mestre suíço é um paradoxo, pois, como se explica abaixo, contradiz frontalmente os principais pontos da doutrina do funcionalismo arquitetônico, base reconhecida da modernidade arquitetônica delineada pelo próprio Le Corbusier. E também contraria as concepções marxistas da teoria da arte, que repelem o individualismo radical e a idéia da irrestrita liberdade de criação, como resume a estudiosa marxista inglesa Honor Arundel:

A liberdade que o artista requer não é a liberdade da voluntariedade individualista, mas a liberdade de desafiar a dificuldade. [...] A liberdade absoluta de que falam os idealistas não pode existir para nenhum membro da sociedade, seja ou não artista. Sua liberdade se vê limitada pelos circundantes tempo ou lugar, por seu temperamento e talento e, sobretudo, por

¹⁰⁶ DURKHEIM, Émile. A divisão do trabalho social. Lisboa: Presença, 1984. p. 66.

¹⁰⁷ DUMONT, Louis. O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p.279.

seus ineludíveis compromissos com seus congêneres.¹⁰⁸

Este comentário prende-se ao fato de ser Oscar Niemeyer um comunista declarado que, em princípio, deveria compartilhar do pensamento estético marxista, mesmo que isto representasse uma contradição relativa à sua prática profissional, exercida predominantemente no mundo capitalista. Segundo os mais insignes próceres da vanguarda arquitetônica do século XX (aos quais faremos referência nos próximos tópicos), a arquitetura é importante por seu potencial de interferência positiva no âmbito da vida social, que implica engajamento dos arquitetos em causas identificadas com a promoção social — ainda que não seja claro o significado desta última expressão.

Falando sobre o ideário dos arquitetos da vanguarda modernista, Anatole Kopp, participante do movimento e propagador convicto da doutrina modernista da arquitetura, enaltece “a crença nas virtudes pedagógicas do ambiente construído considerado como instrumento de transformação social — como um ‘condensador social’, dirão os arquitetos da vanguarda soviética — mas sobretudo fé na iminência das transformações sociais”.¹⁰⁹

Tal crença supunha um espírito de engajamento com um sentido de socialização que é antitético ao individualismo egocêntrico defendido por Le Corbusier e Niemeyer. Walter Gropius, líder do movimento de modernização da arquitetura representado pela experiência da Bauhaus, afirmava que no século XX, o principal objetivo da profissão construtiva, tanto âmbito técnico quanto no social consistiria em estruturar um serviço adequado para prover a coletividade de suficiente quantidade de habitações decorosas e modernas. Outros documentos reiteram este compromisso dos arquitetos modernistas com este conteúdo social da arquitetura, às vezes com algum exagero, tanto no plano do discurso como no plano da práxis.

2. Individualismo Histórico na Arquitetura

Dentro de uma perspectiva individualista, entretanto, pode-se considerar que “a própria sociedade existe apenas na medida em que é evidenciada e compreendida pelos indivíduos. O que determina o comportamento do indivíduo não são tanto as

¹⁰⁸ ARUNDEL, Honor. *La libertad en el arte*. México: Grijalbo, 1967. p.134. Tradução nossa.

¹⁰⁹ KOPP, A. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel-Edusp, 1990. p.17.

influências sociais que o moldam diretamente e o manipulam como se fosse um fantoche, e sim sua interpretação e percepção dessas influências”.¹¹⁰

A concepção que adotamos para este trabalho é a que trata da coletividade de arquitetos como grupo de referência simultaneamente comparativo e normativo. Além da maioria formada por arquitetos anônimos, integram essa coletividade profissional arquitetos de êxito e renome, e estes podem ser considerados como modelo para aqueles que aspiram conquistar semelhante condição. Assim, no âmbito de uma teorização sociológica, cabe estudar as circunstâncias nas quais as atitudes peculiares aos arquitetos de renome servem de referência para os demais integrantes do grupo.

Desenvolvendo esta idéia constatamos na pesquisa exploratória antes aludida, que o imaginário da profissão na arquitetura tem um componente essencial: a noção de que essa é uma atividade de criação. Procurando sintetizar a manifestação dessa auto-imagem, Eugene Raskin explica que:

No que diz respeito ao arquiteto, arquitetura é acima de tudo um processo criativo. Ele tem uma idéia em sua mente, um efeito, uma emoção, podemos dizer, que ele quer expressar em termos de estrutura. Sua intenção de avançar além da mera utilidade para expressar algo com um maior significado humano é arquitetura, para ele, a despeito do êxito ou malogro de sua consumação. Para o arquiteto, em síntese, arquitetura é um assunto subjetivo, que depende de seu propósito. O elemento propósito, assim sendo, deve encontrar seu lugar em nossa definição de arquitetura.¹¹¹

É fácil verificar que a profissão do arquiteto, ao implicar a transformação intencional da matéria e do ambiente, exige criatividade. E a criatividade é uma qualidade valorizada na cultura ocidental moderna. A atividade de criação aqui referida - que combina espontaneidade com expressão da personalidade - é a conceituada na cultura ocidental a partir do século XV, como resultado do processo de emancipação do artista: “a espontaneidade do indivíduo é a grande experiência,

¹¹⁰ BERRY, David. *Idéias centrais em sociologia. Uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.29.

¹¹¹ RASKIN, Eugene. *Architecturally speaking*. New York: Reinhold, 1954. p.8-9. Tradução nossa.

o conceito de genialidade e o ideal da obra de arte como expressão da personalidade genial, a grande descoberta do Renascimento”.¹¹²

É interessante observar que, de modo mais manifesto, o individualismo se integra à personalidade do profissional da arquitetura justamente no Renascimento, quando o incipiente capitalismo italiano começa a configurar a cultura da época, com ênfase na cultura artística. Como sintetiza Elias Cornell, “já na época de Brunelleschi se dão feitos que rapidamente transformam hábitos de construção no seu oposto. A arte de construir é atribuída a indivíduos individualistas”¹¹³. (Fig. 1, 2 e 3)

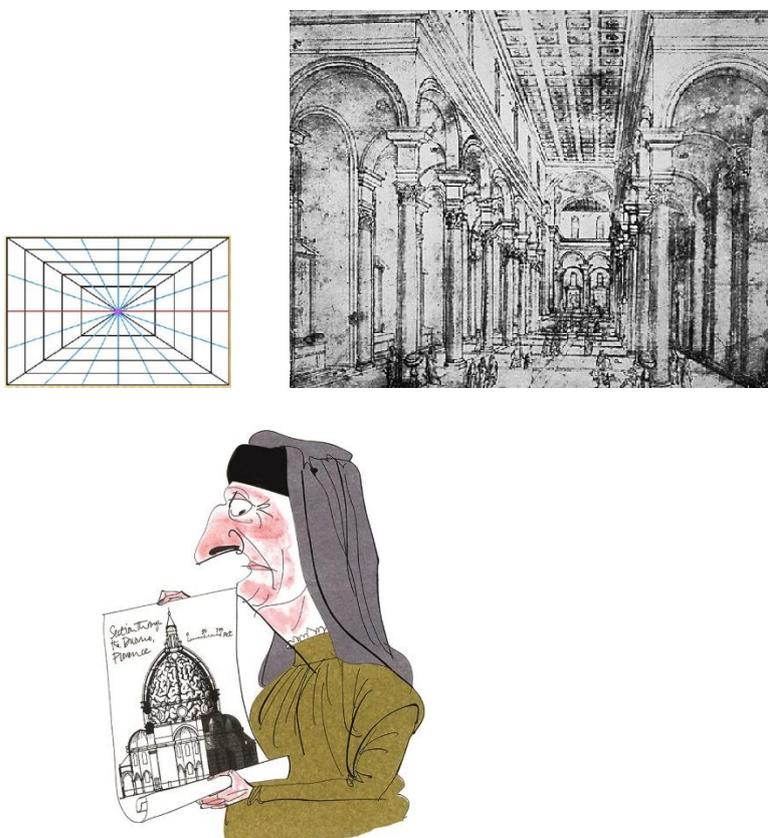


Fig. 1: Sistema de representação do espaço tri-dimensional em superfície bi-dimensional pela perspectiva com ponto de fuga central (idealizado por Filippo Brunelleschi e Leon Batista Alberti em Florença, início séc. XV). Disponível em <https://i.pinimg.com/originals/60/a3/39/60a3392741c0df786234527291ca2f19.jpg>, acesso em set/2017;

¹¹² HAUSER, Arnold. A arte e a sociedade. Lisboa: Presença, 1984. p.50.

¹¹³ CORNELL, Elias. A expressão arquitetônica da contradição entre a cidade e o campo no capitalismo pré-industrial». In Arquitetura e conhecimento. Brasília: Alva, n°3, 1996. p.93.

Fig. 2: Desenho em perspectiva da Igreja do Espírito Santo em Florença. c. séc. XV. Disponível em:

<https://uploads5.wikiart.org/images/filippo-brunelleschi/perspective-drawing-for-church-of-santo-spirito-in-florence.jpg>, acesso em set/17;

Fig. 3: Caricatura de Brunelleschi por Hertenberger. Disponível em:

<https://www.architectural-review.com/rethink/reputations-pen-portraits-/filippo-brunelleschi-1377-1446/8641650.article>, acesso em set/17.

Podemos identificar no pensamento humanista dos séculos XV e XVI o embrião daquilo que hoje denominamos pensamento moderno, por oposição ao pensamento medieval e arcaico. E, no que concerne ao tema destas notas, é sugestivo informar que igualmente encontramos no século XV, nos termos enunciados por Leone Battista Alberti, o conceito ideal-típico do arquiteto criador por excelência. Efetivamente, Alberti, no prólogo de seu *De Re Aedificatoria*, texto instaurador da literatura temática da arquitetura, estabeleceu um sintético “perfil” do profissional a que designa como arquiteto:

Mas antes de prosseguir, entretanto, devo explicar exatamente a quem me refiro como arquiteto: pois não será um carpinteiro que eu equipararei aos mais capacitados mestres em outras ciências; o carpinteiro nada mais é que um instrumento nas mãos do arquiteto. Chamarei de arquiteto aquele que, através de acurados e maravilhosos razão e método, é capaz, com o pensamento e a invenção, de conceber e, com execução, de realizar todas estas obras as quais, por intermédio do movimento de grandes massas, e da conjunção e reunião dos corpos, podem, com a maior beleza, se adaptar ao uso do gênero humano; e, para estar apto a fazê-lo, ele deverá ter um pleno conhecimento das mais nobres e mais curiosas ciências. Assim deve ser o arquiteto.¹¹⁴

Este texto não requer exegese, pois expressa claramente o que nosso autor pretende dizer. Um profissional dotado dos atributos que Alberti visualiza no seu arquiteto seria, na sua capacidade criativa, para todos os efeitos, infalível, e digno

¹¹⁴ ALBERTI, Leon Battista. Texto Original de 1485. Tradução nossa. p.3.

de inveja e êmulo para os colegas. E, como enfatiza Alberti, em nada comparável a pedreiros ou carpinteiros. Como enunciado acima, encontramos também no discurso dos humanistas uma primeira idéia do pensamento moderno, a separação entre dois reinos ontológicos: o mundo natural, objeto de contemplação e transformação pelo homem, e o mundo humano, que consiste em um conjunto de liberdades individuais, destinadas a construir, com sua ação, seu próprio mundo.

Como resume Luis Villoro, “essa idéia entranha à idéia do homem como indivíduo inamovível. Um dos rasgos do pensamento moderno será, desde então, esse individualismo”.¹¹⁵

Assim, é moeda corrente nas teorias estéticas ocidentais a noção de que o ato de criação - seja da obra de arte, seja de um aperfeiçoamento na cultura material - é um ato individual. Daí decorre a problemática de encontrar o vínculo entre o indivíduo criador e o meio social onde se insere; Arnold Hauser reconhece-o quando observa que “o indivíduo e a coletividade interpenetram-se de tantas maneiras e tão confusamente na produção artística, que as suas relações são impossíveis de exprimir sob a forma de um dualismo simples”¹¹⁶.

Mas encontrar esse vínculo é uma necessidade da teoria sociológica, mormente em se tratando da sociologia do conhecimento: Karl Mannheim desenvolvendo o tema, diz-nos que:

Não há a menor dúvida de que só o indivíduo é capaz de pensar. Não existe esta entidade metafísica denominada espírito grupal, que pensa acima das cabeças dos indivíduos, ou cujas idéias estes se limitam a produzir. Mas nem por isso se deve concluir que todas as idéias e sentimentos que motivam a conduta de um indivíduo tenham exclusivamente nele suas origens e possam ser adequadamente explicadas apenas à luz da sua própria.¹¹⁷

¹¹⁵ VILLORO, Luis. El pensamiento moderno. Filosofía del Renacimiento. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p.34. Tradução nossa.

¹¹⁶ Ibidem. HAUSER, Arnold. p.45.

¹¹⁷ Ibidem. MANNHEIM, Karl. Ideologia e utopia. Porto Alegre: Globo, 1952. p.2.

Uma ampla discussão do assunto encontra também um obstáculo nos conceitos e hábitos individualistas imperantes nos meios de arquitetos e artistas em geral. Em muitos de nós existe o conceito de que a arquitetura é uma questão de talento individual exclusivamente. Persegue-se a originalidade a todo custo, a criação de formas novas passa a ser um objetivo em si. Ser diferente dos demais e, se fosse possível, inventar uma nova arquitetura. Este estado de espírito que, voltando as costas à toda história, vê na arquitetura uma arte individual, traduz-se em teorias mais ou menos coerentes, baseadas na noção da Arte pela Arte. Não faltam os que defendem a tese de que à arquitetura e às outras artes, na sua essência; naquilo que as diferencia das outras atividades; independem dos fatores sociais, históricos e ideológicos. Essa posição estética conduz na prática muitos artistas, arquitetos inclusive, a desprezarem o estudo da realidade social e cultural do meio.

3. Educação e Imaginário na Arquitetura

O comportamento humano visado pela sociologia é, por definição, o comportamento peculiar aos grupos, mais que o comportamento peculiar ao indivíduo. Contudo, é fácil verificar que a perspectiva holística da sociologia não é suficiente para explicar todos os fenômenos relativos aos comportamentos sociais, e isto não deve ser interpretado sinal de inutilidade.

Há situações que requerem uma abordagem dentro da perspectiva individualista, e o tema do imaginário de algumas profissões, como é o caso da profissão do arquiteto, recomendam este gênero de análise. Uma hipotética análise sociológica da produção da arquitetura erudita, por exemplo, será incompleta se descartarmos o ponto de vista conhecido como individualismo metodológico — nos termos definidos por Wright -, já que atitudes de indivíduos isolados nesse contexto exercem um papel normativo no âmbito do grupo de referência formado pelos que exercem a atividade.

Os arquitetos constituem um grupo com características que o diferenciam de outros grupos, e essas características têm uma visível universalidade dentro do grupo. Uma dessas características é a consciência, manifesta na literatura temática, de que há um papel do arquiteto na sociedade.

A consciência desse papel, como acontece em tantos outros contextos, condiciona a conduta do arquiteto e as expectativas que os outros têm sobre seu trabalho: assim, na síntese de Ralf Dahrendorf, “o que reaviva a estrutura das posições sociais é o comportamento ligado aos papéis. Em virtude de ser alguém,

fazemos certas coisas; mais precisamente, nossa posição social não só nos situa num campo com outras posições mas também concedem aos outros indivíduos expectativas mais ou menos específicas a nosso respeito”¹¹⁸. Ao mesmo tempo, a consciência do papel social o insere no mundo social, que assim se torna objetivo.

O papel social do arquiteto é algo que diz respeito à competência que ele alega e quase sempre demonstra possuir, e diz respeito à concordância da sociedade quanto à consistência da pretensão. Numa sociedade desenvolvida, essa concordância é uma decorrência da inevitabilidade da divisão do trabalho. Giddens resume essa relação ao referir-se, como já vimos anteriormente, na confiança que tanto o arquiteto quanto o construtor recebem do cliente que lhes contrata os serviços, mercê da competência que é atribuída àqueles que têm o conhecimento perito¹¹⁹. Ora, para o arquiteto - como para qualquer profissional de um campo disciplinar complexo e incomum -, é importante ter certeza que o julguem detentor desse “conhecimento perito” faz parte do seu papel social. Aquela autonomia concedida a Mansart não se configuraria se esse arquiteto não tivesse sua competência reconhecida; o “conhecimento perito” referido por Giddens é a base da autoridade de quem reivindica liberdade de ação.

Assim sendo, podemos dizer que, como desenvolvemos até então, o papel social do arquiteto é o elemento-chave para a explicação da persistência do individualismo no imaginário da profissão; aliás, como afirma Dahrendorf descobrir os papéis sociais é o objeto da sociologia:

No ponto de intersecção entre indivíduo e sociedade encontra-se o ‘homo sociologicus’, o homem enquanto portador de papéis sociais pré-formados. O indivíduo é constituído por seus papéis sociais, mas estes são por sua vez o fato <irritante> da sociedade. Para a solução de seus problemas, a sociologia necessita sempre da referência aos papéis sociais como elementos de análise; seu objeto consiste no descobrimento dos papéis sociais.¹²⁰

¹¹⁸ DAHRENDORF, Ralf. Ensaios de teoria da sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p.109.

¹¹⁹ GIDDENS, Anthony. Consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991. p.35.

¹²⁰ Ibidem. DAHRENDORF, Ralf. p.41-42.

O tema da importância social do indivíduo devolve à cena a questão da mentalidade burguesa, já discutida. Romero observa que:

Se supõe que o indivíduo tem um destino distinto que servir à sociedade. Em uma sociedade coerente, em que as estruturas oferecem ao indivíduo uma série de caminhos que este reconhece como legítimos, o serviço da sociedade aparecia sempre, na mentalidade burguesa, justificção suficiente para a existência. O serviço implicava transcendência na medida em que se fazia para alguém considerado mais valioso que o indivíduo.¹²¹

O individualismo romântico que subjaz no imaginário da profissão da arquitetura e urbanismo vincula-se ao papel social atribuído ao arquiteto modernista. Por outro lado, aqueles “fatores sociológicos que introduzem complicações” mencionados por Ehrenzeig são indicadores do compromisso do arquiteto com a relevância social¹²². (Fig. 4)



Fig. 4: Villa Savoye, Poissy, França. Foto: Cemal Emden, 2015. Fonte: Foundation Le Corbusier/ADAGP, acesso em set/17. Disponível em: http://fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=7380&sysLanguage=en-en&itemPos=74&itemSort=en-en_sort_string1&itemCount=79&sysParentName=&sysParentId=64 , acesso em set/17.

¹²¹ ROMERO, José Luis. Estudio de la mentalidad burguesa. Madrid: Alianza Editorial, 1987. p.153. Tradução nosa.

¹²² EHRENZEIG, Anton. A ordem oculta da arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

Os edifícios são elementos da cultura material que transcendem ao plano utilitário de sua ocupação: eles carregam, em maior ou menor intensidade, conteúdos expressivos com os quais a coletividade pode se identificar. Num momento inspirado, Eugene Raskin escreveu que “quando a arquiteto coloca seu lápis sobre o papel, ele está fazendo mais que projetar um edifício. Ele está descrevendo sua sociedade para si mesmo e para o futuro”.¹²³ (Fig. 5)

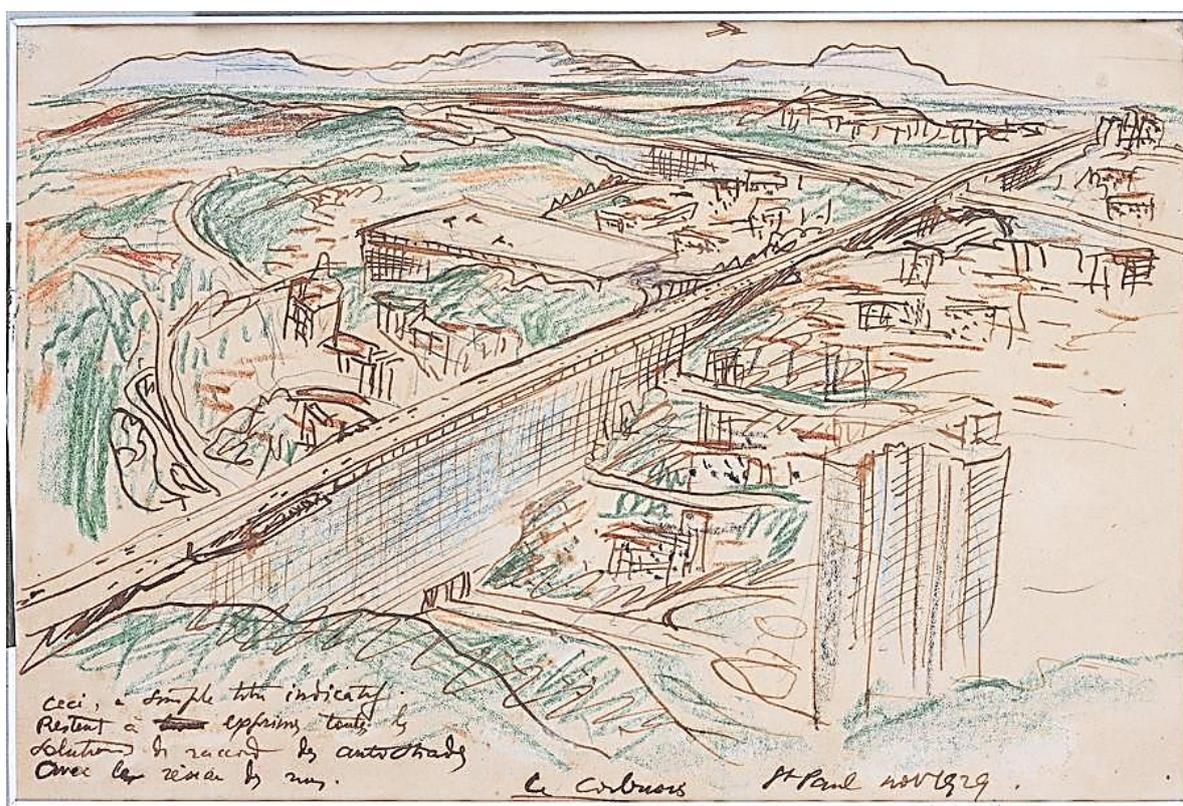


Fig. 5: **Perspective aérea do plan de Sao Paulo, 1929.** Fonte: Foundation Le Corbusier/ADAGP. Disponível em: http://www.fondationlecorbusier.fr/CorbuCache/410x480_2049_2884.jpg?r=0, acesso em set/17.

Com efeito, há mais que uma mera descrição nesse processo: há, igualmente, uma operação hermenêutica, há uma interpretação da sociedade, do sistema de valores e símbolos, e do contexto onde a mesma está inserida. Tais descrição e interpretação, naturalmente serão marcadas pela ótica de quem a

¹²³ RASKIN, Eugene. Architecture and People. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1974. p.5. Tradução nossa.

elabora, que não será, necessariamente, a mesma adotada pelos demais componentes do grupo; mas também não será, necessariamente, um ponto de vista que não possa ser compartilhado.

Estas alternativas constituem o território para análises sociológicas interessantes quando se trata de certas profissões, como a do arquiteto. Ao falarmos nesse aspecto hermenêutico do projeto - que poderíamos estender outras modalidades de criações artísticas - aludimos à concepção de Berry, segundo a qual:

“a interpretação é produzida pelo indivíduo e não pela sociedade, embora coações sociais ainda estejam operando sobre o indivíduo. Todavia, na perspectiva individualista, não se trata apenas de que o indivíduo age de acordo com a sua definição da situação. Em suas ações, ele procura influir no modo pelo qual outras pessoas interpretam e definem os acontecimentos”¹²⁴.

Este papel hermenêutico é explicitamente reivindicado nos manifestos pela universalização da concepção modernista na arquitetura do século XX. A tarefa de criador que se confere aos artistas e arquitetos implica reconhecer a importância da individualidade no processo de invenção. Acerca deste tema, Linton nos esclarece que:

Como simples unidade no organismo social, o indivíduo perpetua o status quo. Como indivíduo, ajuda a mudar o status quo, quando a necessidade surge. Uma vez que nenhum ambiente social é jamais completamente estático, nenhuma sociedade pode sobreviver sem o inventor ocasional e sua habilidade de encontrar soluções para novos problemas.¹²⁵

Do indivíduo criador, ou da coletividade de indivíduos criadores, se esperam atos que impliquem o acréscimo, a realização da diferença “a ação depende da capacidade do indivíduo de criar uma diferença> em relação do estado de coisas ou

¹²⁴ BERRY, David. *Idéias centrais em sociologia. Uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.30.

¹²⁵ LINTON, Ralph. *Cultura e personalidade*. São Paulo: Mestre Jou, 1973. p.34.

curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde essa capacidade para criar uma diferença, isto é, para exercer alguma espécie de poder”.¹²⁶

Há outras maneiras de enunciar este elemento de diferenciação do indivíduo que se sobressai no grupo. Bertrand Russel, por exemplo, nota que “são muitas as maneiras pelas quais o indivíduo chega a diferir da generalidade dos membros de sua comunidade. Pode ser excepcionalmente anárquico ou criminal, pode estar dotado de raro talento artístico, pode ter o que, com o tempo, chegue a ser reconhecido como uma nova concepção religiosa ou moral, e pode ser sido favorecido com uma capacidade intelectual extraordinária”¹²⁷. Cabe antes de tudo, registrar uma consideração pertinente na questão do individualismo feita por Castoriadis, quando coloca que:

Um individualismo metodológico seria, por oposição a um individualismo substancialista ou ontológico, um procedimento que - como faz o faz explicitamente Weber - se recusa a fazer perguntas do tipo: O que vem ‘primeiro’, o indivíduo ou a sociedade? A sociedade produz os indivíduos ou então os indivíduos produzem a sociedade? E afirma que a estas questões ‘ontológicas’ não somos obrigados a responder, pois a única coisa que nos é eventualmente compreensível é o comportamento do indivíduo efetivo ou ideal-típico - sendo esse comportamento tanto mais compreensível quanto é racional pelo menos instrumentalmente racional. Mas o que é um indivíduo efetivo - e o que é racionalidade efetiva.¹²⁸

4. A “responsabilidade” do Professor de Arquitetura, Urbanismo, Paisagismo

O ofício do arquiteto e urbanista, no Brasil, é tomado por um leque abrangente e muitas vezes inusitado, devido aos casuísmos de micro e macro-econômica natureza, que se apresentam aos jovens profissionais neste período do séc. XXI. Arquitetos e urbanistas brasileiros tem atribuição profissional de abrangência¹²⁹

¹²⁶ GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p.11.

¹²⁷ RUSSEL, Bertrand. Autoridad y individuo. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p.45.

¹²⁸ CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.57.

¹²⁹ Visto que na Europa e América do Norte as atribuições do Arquiteto estão separadas dos Urbanistas e Paisagistas (N.A.).

maior do que a observada na Europa e América do Norte, desde a concepção do espaço íntimo até o espaço público, desde o pensamento analítico (e crítico) até o legislativo, mais propositivo ou fiscalizatório. Pode ter viés histórico, voltado à preservação e continuidade das tradições já alcançadas ou futurística, voltada à questões de planejamento urbano e/ou regional, local, metropolitano, estratégico, etc. Pode também ter caráter artesanal (no sentido do entendimento da técnica), ou então empreendedor, inovador, vendedor; trabalhar com realidades e virtualidades, podendo atuar no local e no global, do projeto do objeto à cidade, de Phillippe Starck à escala do grupo de Bjarke Ingels (BIG), passando pela área de Arquitetura de Espaços Exteriores (arquitetura paisagística e planejamento urbano e regional); além de incluir as áreas de história e teoria da arquitetura e habitat. (Fig. 6a e 6b, 7a e 7b, 8, 9 e 10)

A seguir, alguns exemplos de diferentes ofícios de arquitetos e urbanistas:



Fig. 6a e 6b: **Projeto do Objeto e Design de Interiores:** Cadeira Ghost Louis XV (2002) e utilização em Design de Interiores. **Designer: Phillippe Starck.** Disponível

em: <http://oursodesigns.blogspot.com.br/2014/11/history-lesson-louis-ghost-chair.html> , acesso em set/17.



Fig. 7a e 7b: **Projeto do Objeto e Arquitetura Comercial:** Loja Apple em NYC e utilização em Design de Interiores. Disponível em: <http://oursodesigns.blogspot.com.br/2014/11/history-lesson-louis-ghost-chair.html>, acesso em set/17.



Fig. 8a: **Projeto de Habitação Social:** Conj. Hab. Real Parque, São Paulo.
Disponível em: <http://www.au.pini.com.br/au/solucoes/galeria.aspx?gid=3840>,
acesso em set/17 e

Fig. 8b: **Projeto Institucional e Arquitetura Paisagística:** Parque do Aterro do
Flamengo, RJ. Disponível em:
https://abrilvejario.files.wordpress.com/2016/11/13077_aterro_flamengo_aterro.jpg?quality=70&strip=info&w=620, acesso em set/17.

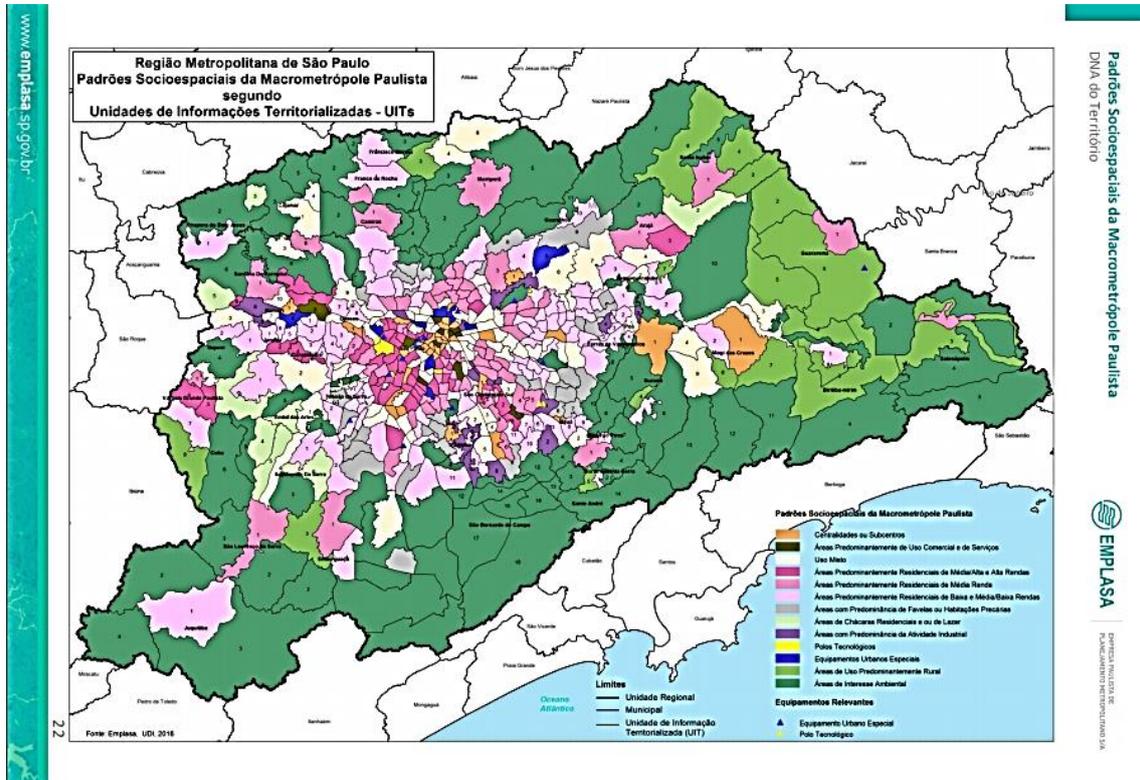


Fig. 9: **Planejamento Urbano e Regional: Mapa de UIT's da RMSP.** Fonte: EMLPASA, 2017. Disponível em: https://www.emplasa.sp.gov.br/Cms_Data/Contents/Emplasa/Media/publicacoes/documentos/2016/Caderno-PSE_v4_160117.pdf , acesso em set/17.

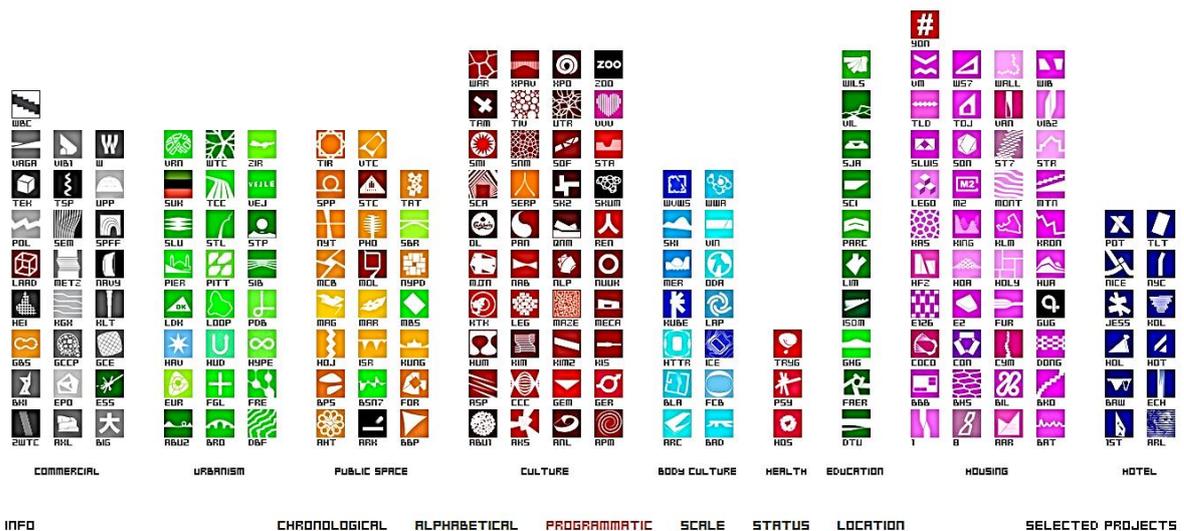


Fig. 10: **Lista de projetos diversos do grupo BIG.** Disponível em: <http://big.dk/#projects>, acesso em set/17.

Como atualizar o professor de arquitetura, urbanismo e paisagismo para os desafios da docência e também preparar os respectivos discentes para terem o repertório necessário ao bom exercício profissional, e contribuir para melhores cidades e qualidade de vida no século XXI? Lembrando Renzo Piano:

“Em suma, o canteiro de ‘obras’ não acaba nunca, assim como os edifícios e as cidades. São construções “in-finitas”, ou não finitas. Pense na construção de São Pedro em Roma ou Santa Maria del Fiori em Florença: o que são elas, senão canteiros “in-finitos” ou jamais finitos. (...) A Arquitetura, é espelho do tempo (...) tornou-se parte integrante do antigo e do novo. (...) No entanto, daqui deste escritório, projetamos e construímos em quatro continentes diferentes ao mesmo tempo.¹³⁰

Entretanto, para os discentes que se tornam estudantes de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil (lembrando novamente o amplo leque de ofícios na Arquitetura e Urbanismo que são possíveis após término de seu bacharelado) e nos principais mercados mundiais, o conhecimento da técnica (o saber construir) está diminuindo entre os arquitetos formados, como exemplifica o Architect’s Journal da Grã-Bretanha, expondo¹³¹ o que muitas vezes a grade de disciplinas, aulas práticas, viagens, seminários, etc deixa por completar: um arquiteto e urbanista preparado para aplicar seus conhecimentos em prol da população (e de si) que ele vai precisar atender, nos inúmeros campos disponíveis.

O diagnóstico do assunto citado em uma das economias mais dinâmicas em relação aos serviços de arquitetura e urbanismo desvenda que: 1. À indústria da construção está faltando a liderança estratégica necessária para coordenar a preparação do conhecimento profissional dos arquitetos ingleses, assegurando o financiamento adequado, preenchendo lacunas e evitando a duplicação de esforços; 2. Existem diferenças significativas entre o que a indústria publica e o que os

¹³⁰ PIANO, R. A Responsabilidade do Arquiteto. p. 30. São Paulo: BEI, 2011.

¹³¹ Construction knowledge gap is widening, says report. Autora: Ella Braidwood. Disponível em: <https://www.architectsjournal.co.uk/news/construction-knowledge-gap-is-widening-says-report/10023647.article?blocktitle=news-feature&contentID=17135>, acesso em set/17.

profissionais precisam; 3. Os praticantes precisam de orientação mais prática e fácil de usar para ajudá-los a realizar atividades diárias; 4. O conhecimento que está enterrado em documentos longos ou trancados atrás das paredes não será utilizado, mesmo que seja extremamente importante; 5. Diferenças na maneira como os usuários acessam o conhecimento criam oportunidades para direcionar a informação, por exemplo, para incentivar as mulheres a permanecer na profissão ou a incentivar às participações regionais; 6. O BIM ainda continua sendo um assunto especializado, desconectado do viés principal dos serviços de Arquitetura e Urbanismo. (Fig. 11 e 12). Nossos serviços do Ministério da Educação, dos educadores e alunos podem atuar individualmente ou comunitariamente, criativamente ou colaborativamente?



Fig. 11: **Exemplo de desenho técnico arquitetônico feito utilizando programa de computador comercial.** Fonte: Adobe Stock.com. Disponível em: <https://stock.adobe.com/stock-photo/architect-rolls-and-architectural-plan-technical-project-drawing/84187034>, acesso em set/17.

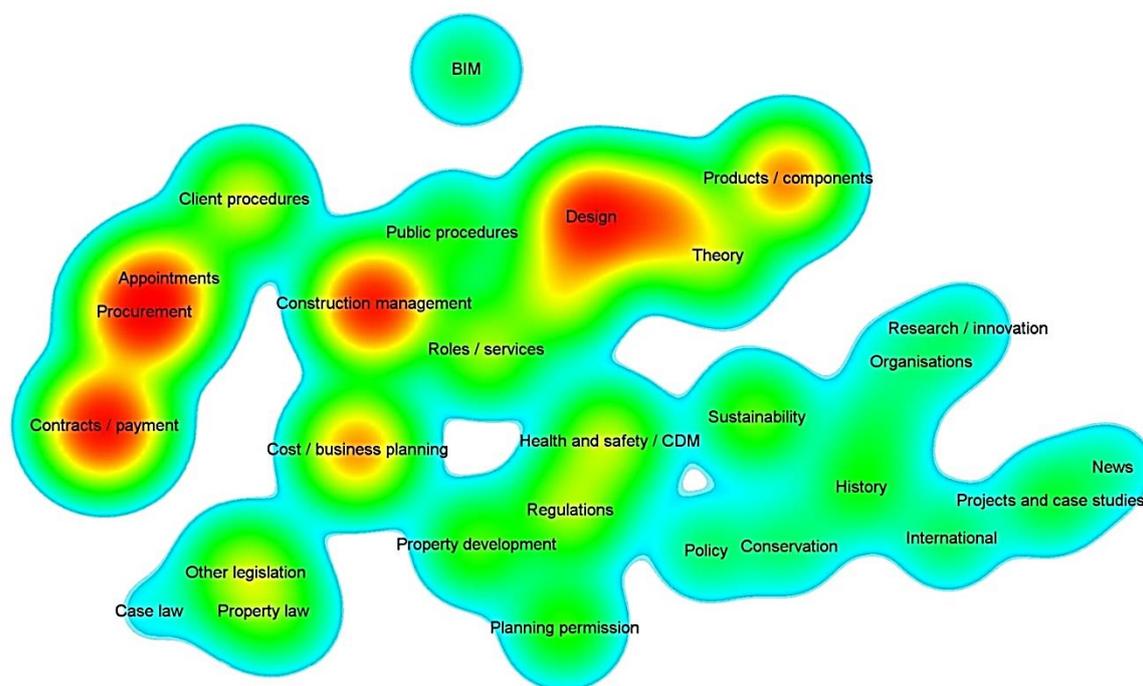


Fig. 12: **O conhecimento básico construtivo inglês está diminuindo.** Interfaces entre áreas do setor construtivo inglês. Em vermelho áreas que necessitam de melhorias. (22/set/2017). Fonte: Architects Journal (UK). Disponível em: <https://www.architectsjournal.co.uk/news/construction-knowledge-gap-is-widening-says-report/10023647.article?blocktitle=news-feature&contentID=17135>, acesso em set/2017.

5. Conclusões: O Individualismo como Genialidade ou Egocentrismo na Arquitetura?

A racionalidade de que trata o presente texto é aquela que, salvo indicação em contrário, figura no âmbito discursivo da profissão do arquiteto, e que serve de suporte para enunciados que, mesmo não o reconhecendo, são derivações do substrato ideológico da atividade. Para o indivíduo que cria a diferença, ou que se vê como capaz de fazê-lo, ou que espera ser reconhecido como alguém apto a fazê-lo, marcar sua própria individualidade, ainda que romanticamente, é um recurso de sobrevivência. Sem exagero, podemos afirmar que na arquitetura, como em outros campos que exigem criatividade, o modelo por excelência do arquiteto é o gênio. O gênio é sempre uma individualidade. O uso deste conceito na caracterização de

artistas provém, como nota Erwin Panofsky da revolução cultural ocorrida nos séculos XV e XVI:

A teoria da arte do Renascimento, vinculando a produção da idéia à visão da natureza, e situando-a doravante numa região que, sem ser ainda a da psicologia individualista, já não era a da metafísica, dava o primeiro passo em direção ao reconhecimento daquilo que nos habituamos a chamar de 'Gênio'. Aliás, os pensadores do Pré-Renascimento desde o início havia pressuposto, em face da realidade do objeto de arte, a realidade subjetiva do artista ...¹³²

O conceito de gênio é útil para fins de explicarmos o caráter normativo dos grupos de referência. À essa circunstância se aplica, *mutatis mutandi*, a observação de Merton sobre a abordagem teórica do papel do gênio no campo da ciência, enfatizando que:

Ao conceber o gênio científico como um indivíduo que representa por si só o equivalente funcional a uma quantidade e uma variedade de talento freqüentemente menor, a teoria sustenta que o gênio desempenha um papel destacado no avanço da ciência e às vezes também, pela excessiva autoridade que lhes atribui, trava seu ulterior desenvolvimento.¹³³

Isto pode ser confirmado no emotivo depoimento de Reyner Banham, autor de diversas obras sobre a arquitetura do século XX, quando mencionou que:

... sinto-me comprometido para sempre com os mestres do movimento moderno. Tive a grande felicidade de entrar em contato com quase todos eles — Le Corbusier, Frank Lloyd Wright, Walter Gropius, Richard Neutra, Mies van der Rohe — e para mim, assim como para três gerações de arquitetos, se converteram em uma espécie de pais que infundiam temor e

¹³² PANOFSKY, Erwin. *Idea: a evolução do conceito do belo*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p.67.

¹³³ MERTON, Robert King. *Sociología de la ciencia*. Madrid: Alianza Universidad, 1977. p.476. Tradução nossa.

suspiciência, afeto, respeito e o sofrimento lógico derivado das diferenças entre gerações. Agora, quando todos eles já morreram, se experimentam quase inevitavelmente alguns sentimentos de liberação e de perda a um mesmo tempo. Enquanto estavam vivos vinham a ser os tiranos do movimento moderno que monopolizavam para si toda a atenção e impediam o reconhecimento de outros talentos - nem sempre de inferior qualidade.¹³⁴

Os arquitetos que se arvoram na condição porta-vozes de uma nova doutrina e, nesta condição, de membros de grupos de referência, podem não estar conscientes do papel que representam no cenário da cultura da profissão? Este papel não pode ser exercido fora do quadro do individualismo. No modo de verem a si próprios, os arquitetos não entendem esse individualismo como forma de alienação, mas como modalidade de incorporação com a sociedade; na verdade, essa incorporação é a conceituada por Durkheim quando nos fala da solidariedade orgânica, no seu estudo acerca da "divisão do trabalho social". Neste contexto, Boudon e Bourricaud observaram que, para Durkheim, "o individualismo não contradiz o acordo e a cooperação: chega a ser uma condição para que ocorram"¹³⁵.

Concluindo, podemos dizer que a incorporação à sociedade através do individualismo é a mesma modalidade de incorporação de que nos fala Agnes Heller:

Com efeito, a individualidade humana não é simplesmente uma 'singularidade'. Todo homem é singular, individualmente, e, ao mesmo tempo, ente humano-genérico. Sua atividade é, sempre e simultaneamente, individual-particular e humano-genérica. Em outras palavras: o ente singular humano sempre atua segundo seus instintos e necessidades, socialmente formado mas referidos ao seu Eu, e, a partir dessa perspectiva, percebe, interroga e dá respostas à realidade; mas, ao mesmo tempo, atua como membro do gênero

¹³⁴ BANHAM, Reyner Guía de la arquitectura moderna. Barcelona: Blume, 1979. p.1. Tradução nossa.

¹³⁵ Ibidem. BOUDON, Philippe et BOURRICAUD, François. p.83.

humano e seus sentimentos e necessidades possuem caráter humano-genérico.¹³⁶

Bibliografia

- ABERCROMBIE, Nicholas, HILL, Stephen et TURNER, Bryan S. **La tesis de la ideología dominante**. México: Siglo Veintiuno, 1987.
- JACKERMAN, James. **Distance Points: Essays in Theory and Renaissance Art and Architecture**. MIT Press, Cambridge/Massachusetts and London/England, 1991.
- ALBERTI, Leon Battista. **On the art of building in ten books**. Translated by Joseph Rykwert, Neil Leach and Robert Tavenor. MIT Press, Cambridge/Massachusetts and London/England, 1988.
- _____. **L'Architettura**. Traduzione di Giovanni Orlandi. Introduzione e note di Paolo Portoguesi. Milano: Edizioni Il Polifilo. 1989.
- _____. **De re Aedificatoria**. Firenze, 1485. Tradução Italiana.
- _____. **Da Pintura**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.
- ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico Anticlássico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. **Imagem e Persuasão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ARISTÓTELES. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural. 1997.
- ARUNDEL, Honor. **La libertad en el arte**. México: Grijalbo, 1967.
- BANHAM, Reyner. **Guía de la arquitectura moderna**. Barcelona: Blume, 1979.
- BARBARO, Daniele. **I Dieci Libri della Architettura. 1567**. Ed. Fac-Simili. Cremona: Edizioni Il Polifilo, 1997.
- BENEVOLO, Leonardo. **Storia dell'Architettura del Rinascimento**. Bari: Laterza, 2002.
- _____. **Historia de la arquitectura del Renacimiento**. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.
- _____. **A Cidade e o Arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- _____. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BERRY, David. **Idéias centrais em sociologia. Uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

¹³⁶ HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.80.

- BLUNT, Anthony. **François Mansart and the origins of French classical Architecture**. London: Penguin Books, 1941.
- BOADA, Luis. **O Espaço Recriado**. São Paulo: Nobel, 1991.
- BONNEL, Carmen. **La Divina Proporción. Las Formas Geométricas**. Barcelona: Edicions de la Universitat Politècnica de Catalunya, 1999.
- BORSI, Franco. **Leon Battista Alberti: The complete works**. Oxford: Phaidon, 1977.
- BOTTOMORE, Tom. **A dictionary of Marxist thought**. Cambridge: Harvard University Press, 1983.
- BOUDON, Philippe et BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BROWN, P. Fortini. **The Perfect House: Palladio's Domestic Architecture**. New York Times, Sep. 22, 2002.
- BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. **O Renascimento Italiano. Cultura e Sociedade na Itália**. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
- _____. **Sociologia e história**. Lisboa: Afrontamento, 1970.
- CANEVACCI, Massimo. **Dialética do indivíduo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARAVITA, A. **I Codici e le Arti a Montecassino**. Montecassino, 1870.
- CARPO, Mario. **Alberti, Rafaelli, Serlio and Camillo: metodo ed ordini della teoria architettonica dei primi moderni**. Geneve: Librarie Dioz, 1993.
- _____. **Teoria ed Evangelismo nello Straordinario Libro di Sebastiano Serlio**. Milano: Jaca Book, 2004.
- _____. **The Architectural Principles of Temperate Classicism. Merchant dwellings in Sebastiano Serlio's Sixth Book**. In Res 22, 1992.
- _____. **Architettura nell'Età della Stampa**. Milano : Jaca Book, 2000.
- CASSIRER, Ernst. **Individuo y cosmos en la filosofía del renacimiento**. Buenos Aires: Emecé, 1951.
- _____. **Renaissance philosoph of man**. Chicago: University Press, 1948.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.
- CLAUSSE, G. **Les Originies Bénédictines**. Paris, 1899.

- _____. **Les Sangallos**. Paris, 1900-02.
- CHOAY, Françoise. **A regra e o Modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- _____. **Alberti: The Invention of Monumentality and Memory**. In Harvard Architecture Magazine, p.99-105.
- COLONNA, Francesco. **Hypnerotomachia Poliphili**. Milano: Adelphi Edizioni, 2004.
- COLQUHOUM, Alan. **Modernidade e Tradição Clássica**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- CORNELL, Elias. **A expressão arquitetônica da contradição entre a cidade e o campo no capitalismo pré-industrial**. In: Arquitetura e conhecimento. Brasília: Alva, nº3, 1996.
- CUFF, Dana. **Architecture: the story of practice**. Cambridge: The MIT Press, 1993.
- CURTI, Mario. **La proporzione. Storia di un'idea da Pitagora a Le Corbusier**. L'Accademia Nazionale di San Luca, 2007.
- D'AGOSTINO, Mário H. **Geometrias Simbólicas da Arquitetura**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- DAHRENDORF, Ralf. **Ensaio de teoria da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1984.
- DI TEODORO, Francesco Paolo. **La lettera di Raffaello e Baldassar Castiglione ai papa Leone X sulle rovine di Roma**. Bologna: NuovaAIfa, 1996.
- DOCZI, Gyorgy. **O Poder dos Limites**. Harmonias e Proporções na Natureza, Arte & Arquitetura. São Paulo: Editora Mercuryo, 2003.
- D'ORS, Eugenio. **Las ideas y las formas**. Madrid: Aguilar, 1966.
- DUMONT, Louis. **O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- _____. **Homo hierarquicus. O sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- DURANT, Will. **A Renascença. História da Civilização na Itália**. Record, São Paulo/Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **A Reforma**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença, 1984.
- EHRENZEIG, Anton. **A ordem oculta da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- FERRI, N. **Catalogo dei Disegni Architettonici della Galleria degli Uffizi**. Roma, 1885.

- FILARETE. **Filarete's Treatise on Architecture**. New Haven and London. Yale University Press, 1965.
- _____. **Trattato di Architettura**. A Cura di Anna Finoli e Liliana Grassi. Milano: Edizioni il Polifilo, 1972.
- FOSTER, Kurt W. **The Palazzo Rucellai and Questions of Typology in the Development of Renaissance Buildings**. In Art Bulletin, V. 63, 1976, p. 109-113.
- GARCIA MORENTE, Manuel. **Fundamentos de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1980.
- GILES, Thomas Ranson. **Estado, poder, ideologia**. São Paulo: E.P.U, 1985.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **Conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GLOAG, John. **Guide to Western Architecture**. London: Spring Books, 1969.
- GOMBRICH, Eric. **L'Art et son histoire**. Paris: René Julliard, 1967.
- GRAFTON, Anthony. **Defenders of the Text. The Traditions of Scholarship in an Age of Science, 1450-1800**. Harvard University Press, Cambridge/Massachussets and London/England, 1991.
- _____. **Leon Battista Alberti. Master Builder of the Renaissance**. Cambridge/Massachussets and London/England: Harvard University Press, 2000.
- GRAYSON, Cecil. **The humanism of Alberti**, in: Italian Studies, XII (1957), pp.37-56.
- _____. **The composition of Alberti's Decem libri De re Aedificatoria** in: Munchen Jahrbuch der Bildender Kunst vol.11 1960, v.12, p.152-161.
- GRASSI, Giorgio. **La arquitectura como ofício y otros escritos**. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.
- HALE, John. **La Civilisation de L'Europe à la Renaissance**. Sarthe-France: Éditions Perrin, 2003.
- HART, Vaughan. **Paper Paleces. The Rise of the Renaissance Architectural Treatise**. New Haven and London: Yale University Press. 1998.
- _____. **Decorum and the Five Orders of Architecture. Sebastiano Serlio's Military City**. In Res 34, 1998.
- HAUSER, Arnold. **A arte e a sociedade**. Lisboa: Presença, 1984.
- HEGEL. G.W.F. **Cursos de Estética**. São Paulo: EDUSP, 2000.

- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HEYDENREICH, Ludwig. **Arquitetura na Itália 1400-1500**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- HIBBERT, Christopher. **Ascensão e Queda da Casa dos Medici. O Renascimento em Florença**. São Paulo: Companhia das Letras, 1974.
- JACOBS, David. **Architecture**. New York: Newsweek Books, 1974.
- JOHNSON, Paul. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- JOLIVET, Regis. **Vocabulário de Filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1975.
- KANT, Immanuel. **Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- _____. **Crítica da Faculdade do Juízo**. São Paulo: Forense, 1993.
- KEMP, Martin. **The Science of Art**. Yale University Press. New Haven and London, 1990.
- KOYRE, Alexandre. **Estudos galilaicos**. Lisboa : Dom Quixote, 1986.
- _____. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de Janeiro : Forense, 1979
- KOPP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel-Edusp, 1990.
- KRAUTHEIMER, R. **Alberti and Vitruvius**. In: Studies in early Christian, Medieval and Renaissance Art. New York, 1969.
- KRUFT, Hanno Walter. **A History of Architectural Theory: From Vitruvius to the Present**. New York: Princeton Architectural Press, 1994.
- KULTERMANN, Udo. **Alberti's S. Andrea in Mantua**. Pantheon, V. 42, Nº 2, p. 107-113.
- LEHMANN, Phyllis Williams. **Alberti and Antiquity. Additional Observations**. In Art Bulletin, V. 70, Nº 3, September 1988, p. 388-400.
- LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1990.
- LANG, S. **The Ideal City. From Plato to Howard**. In The Architectural Review, August, 1952.
- _____. **Sforzinda ,Filarete and Filelfo**. In Journal of the Warburg and Courtald Institues, 35, 1972.
- LINTON, Ralph. **Cultura e personalidade**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LOEWEN, Andrea Buchidid. **A concepção de cidade em Leon Battista Alberti.**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: 1999.

_____. **Lux pulchritudinis: sobre a beleza e ornamento em Leon Battista Alberti.** Tese de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. FAU/USP. São Paulo: 2007.

LOTZ, Wolfgang. **Studies in Italian Renaissance Architecture.** Cambridge: MIT Press, 1977.

_____. **Arquitetura na Itália, 1500-1600.** New Haven: Yale University Press.

LONDI, Emilio. **Leone Battista Alberti: Architetto.** Firenze: Alfani e Venturi, 1906.

LOWIC, Lawrence. **The Meaning and Significance of the Human Analogy in the Francesco di Giorgio's Trattato.** In Journal of the Society of Architectural Historians, XLII, 4, 1983.

MANCINI, Girolamo. **Vita di Leon Battista Alberti.** Elibron Classics, Berlin, 1999.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Porto Alegre: Globo, 1952.

MARCH, Lionel. **Architectonics of Humanism.** London, UK: Academy Editions, 1998.

MARTINI, Francesco di G. **Trattati di Architettura, Ingegneria e Arte Militare.** Milano: Ed. Il Polifilo, 1967.

MERTON, Robert King. **Sociología de la ciencia.** Madrid: Alianza Universidad, 1977.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História.** Martins Fontes, São Paulo, 1998.

MURRAY, Peter. **L'Architettura del Rinascimento Italiano.** Laterza, Roma, 2002.

_____. **Renaissance Architecture.** New York: Harry Abrams, 1971.

NADEL, S.F. **Fundamentos de antropología social.** México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

NIEMEYER, Oscar. **A forma na arquitetura.** Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

ONIAN, John. **Alberti and ΦΙΛΑΡΕΤΗ. A Study in Their Sources.** In Journal of the Warburg and Courtauld Institutes, 34, 1971.

PANOFSKY, Erwin. **Idea: a evolução do conceito do belo.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **Arquitetura gótica e escolástica.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PALLADIO, Andrea. **I quattro libri della architettura.** Venezia, 1570.

_____. **Delli Cinque Ordini di Architettura di Andrea Palladio Vicentino.** Venezia, Appresso Angiolo Pasinelli, 1746.

- _____. **Atlante delle Architetture.** Centro Internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio. Libro e CD. Venezia, 2002.
- PAYNE, A. **The architectural treatise in the Italian Renaissance.** Cambridge University Press, Cambridge, 1999.
- PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da Arquitetura Ocidental.** Martins Fontes, São Paulo, 2002.
- _____. **Dicionário Enciclopédico de Arquitetura.** Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- _____. et alii. **Dizionario di Architettura.** Torino: Giulio Einaudi Editori, 1992.
- PIANO, Renzo. **La responsabilitá dell'architetto.** Trad. Mauricio Santana Dias. São Paulo: BEI Comunicação, 2011.
- PLATÃO. **A República.** Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica.** São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, , 2001.
- PULS, Maurício Mattos. **Arquitetura e Filosofia.** São Paulo: Annablume, 2006.
- QUEIROZ, Teresa Aline Pereira. **O Renascimento.** São Paulo: EDUSP, 1995.
- RASKIN, Eugene. **Architecture and People.** Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1974.
- _____. **Architecturally speaking.** New York: Reinhold, 1954.
- READ, Herbert. **As origens da forma na arte.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- ROCHA-PEIXOTO. **Reflexos das Luzes na Terra do Sol. Sobre a Teoria da Arquitetura no Brasil da Independência 1808-1831.** São Paulo: Pro Editores, 2000.
- ROMERO, José Luis. **Estudio de la mentalidad burguesa.** Madrid: Alianza Editorial, 1987.
- ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ROSSI, Paolo. **O Nascimento da Ciência Moderna na Europa.** Ed. Sagrado Coração, Bauru, 2001.
- RUSSEL, Bertrand. **Autoridad y individuo.** México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- RUTHERFORD, Ward. **Pitágoras.** São Paulo: Mercuryo 1991.
- RYKWERT, Joseph. **The Dancing Column: On Order in Architecture.** MIT Press, Cambridge/Massachussets and London/England, 2005.
- _____. **A Sedução do Lugar.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **El Cielo em la Tierra. La Ciudad Ideal en la Historia.** In Arquitectura Viva, 1988, p.42-45.

- SAALMAN, Howard. **Early Renaissance Architectural Theory and Practice in Antonio Filarete's Trattato di Architettura**. In *The Art Bulletin*, 41, p.89-106.
- SANTANIELLO, A. E. **Sebastiano Serlio and the Book of Architecture**. New York, 1970.
- SCOTT, Geoffrey. **Arquitectura del Humanismo**. Barcelona: Barral, 1970. p.159.
- SERLIO, Sebastiano. **On Architecture: Books I-V and VI-VII of Tutte L'Opere d'Architettura et prospettive**. Trans. by Vaughan Hart and Peter Hick. New Haven: Yale University Press, 1996.
- _____. **The Five Books on Architecture**. New York: Dover Publications, 1986.
- _____. **Architettura Civile**. Milano: Il Polifilo, 1976.
- SICHEL, Edith. **O Renascimento**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.
- SILVA, Elvan. **A Forma e a Fórmula**. Sagra, Porto Alegre, 1991.
- _____. **Notas sobre a produção de texto científico**. UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, 2003.
- _____. **O Imaginário do Ofício na Arquitetura**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Porto Alegre, 2005.
- _____. **Matrizes do Discurso Doutrinário na Arquitetura. Uma Revisão Concisa**. Curitiba: Ed. Universitária Champagnat, 2005.
- SOUZA, Maria Luiza Zanatta de. **Carta de Rafael Sanzio - Castiglione ao Papa Leão X e sua importância para o estudo da arquitetura e do urbanismo do período do Renascimento**. Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. FAU/USP. São Paulo: 2006.
- SUMMERSON, John. **A linguagem Clássica da Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SUTTON, Ian. **Western Architecture. A Survey**. London: Thames and Hudson, 1999.
- TAFURI, Manfredo. **Teorias e História da Arquitetura**. Lisboa: Martins Fontes – Editorial Presença, 1979.
- TARVERNOR, Robert. **On Alberti in the art of Building**. New Haven; Yale University Press, 1998.
- _____. **On the art of Urban Design**. In *Revista Desenho nº1*. São paulo: Annablume Editora, 2004.

- THOENES, Christof. **Teoria da Arquitetura. Do Renascimento aos Nossos Dias.** Taschen, Itália, 2003.
- TIBALDI, Pellegrino. **L'Architettura di Leon Battista Alberti nel Commento di Pellegrino Tibaldi.** Roma: De Luca Edizioni d'Arte, 1988.
- TURNER, Jane. **The Dictionary of Art.** Ohio: RR Donnelley & Sons Company, Willard, 1996.
- TZONIS, A. et LIANE, Lefaivre. **Classical Architecture: The Poetics of Order.** Cambridge/Massachussets and London/England: MIT Press, 1999.
- VENTURI, Robert. **Complexidade e Contradição em Arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- VIGNOLA, Giacomo Barozzi da. **Li Cinque Ordini Di Architettura.** Milano: Bietti & Reggiani Edotori, 1924.
- VILLORO, Luis. **El pensamiento moderno. Filosofía del Renacimiento.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.
- WRIGHT, Erik O., LEVINE, Andrew, et SOBER, Elliot. **Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história.** Petrópolis, Vozes, 1993.
- WUNDRUM, et MARTON. **Andrea Palladio.** Germany: Taschen, 1994.
- ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. **Storia e Controstoria della'Architettura in Italia.** Roma: Newton & Campton, 2005.

A REPRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DE UM BANQUETE IDEALIZADO POR AUGUSTE ESCOFFIER NOS GRANDES HOTÉIS DA BELLE ÉPOQUE

Patricia Magrini ¹, Silvia Laura de Castro Bigi Makansi²

¹Centro Universitário Senac-Aclimação - Sp - Pós-graduanda em Gastronomia:
história e cultura- patmagrini@yahoo.com.br

²Centro Universitário Senac- Aclimação - Sp- Pós-graduanda em Gastronomia:
história e cultura - silvia.makansi@gmail.com

RESUMO: O presente artigo relata a reprodução contemporânea de um banquete idealizado pelo mais proeminente chef francês da Belle Époque (1871-1914): Auguste Escoffier. Este artigo trata da possibilidade da reconstituição de um cardápio de época, elaborado pelo chef francês Auguste Escoffier, no período da Belle Époque (1871-1914), na França. Ao longo das aulas da disciplina Nascimento da Gastronomia, do curso de pós-graduação Gastronomia: história e cultura, do Centro Universitário Senac, o professor João Máximo da Silva indagou ao grupo a seguinte problematização: "Seria possível recriar ou reproduzir um prato de um determinado período histórico?". Além de envolver ingredientes, utensílios e técnicas para a elaboração de um cardápio pertinente a um dado recorte cronológico, seria preciso pensar no conceito de gosto, de etiqueta, de modos à mesa e da comensalidade da época. Segundo Silva, "o homem é mais parecido com seu tempo do que com seus pais". A proposta é analisar a viabilidade de tal reconstituição pelo viés histórico e sociocultural das refeições desse período, levando em consideração não só os ingredientes do cardápio e o preparo dos pratos, como também a comensalidade, o gosto e os utensílios que compõem um banquete em duas épocas distantes: a Belle Époque na Paris do Século XIX e os dias atuais na cidade de São Paulo. As autoras sugerem um argumento para pensarmos na modificação dessas dimensões desde a Belle Époque até a contemporaneidade. Quem eram os comensais dos banquetes de Escoffier? A nobreza decadente aliada aos novos burgueses vitoriosos? Ambos não pertenciam a classes trabalhadoras, dispondo assim de mais tempo livre que a população em geral, além de serem as classes mais abastadas, de modo que o banquete poderia então durar horas, toda a energia representada em calorias não

seria gasta em trabalhos manuais que a consumiriam. Também a preocupação com corpos magros e esbeltos não estava na ordem do dia.

Palavras-chave: reprodução, banquete, Auguste Escoffier, Belle Époque.

ABSTRACT. This article discusses the contemporary reproduction of a banquet devised by the most prominent French chef of the Belle Époque (1871-1914): Auguste Escoffier. This article deals with the possibility of reconstituting a period menu, elaborated by the French chef Auguste Escoffier, in the period of the Belle Époque (1871-1914), in France. During the course of the course Nascimento da Gastronomia, from the post-graduation course Gastronomy: history and culture, from the University Center Senac, Professor João Máximo da Silva asked the group the following problem: "It would be possible to recreate or reproduce a dish of a certain historical period?" Besides involving ingredients, utensils and techniques for the elaboration of a menu pertinent to a given chronological cut, one would have to think about the concept of taste, of etiquette, of table manners and of the commensality of the time. According to Silva, "man is more like his time than his parents." The proposal is to analyze the feasibility of such reconstitution due to the historical and sociocultural bias of the meals of this period, taking into account not only the ingredients of the menu and the preparation of the dishes. But, also the commensality, taste and utensils that make up a banquet in two distant epochs: the Belle Époque in Paris of the 19th century and the present days in the city of São Paulo. The authors suggest an argument to think about the modification of these dimensions from Belle Époque to contemporaneity. Who were the diners at Escoffier's banquets? The decadent nobility allied with the victorious new bourgeois? Both did not belong to the working classes, thus disposing of more free time than the general population, besides being the wealthiest classes, so that the banquet could then last for hours, all the energy represented in calories would not be spent on manual labor which they would consume it. Also the concern with slim and lean bodies was not the order of the day.

Keywords: reproduction, feast, Auguste Escoffier, Belle Époque

INTRODUÇÃO

Este artigo trata da possibilidade da reconstituição de um cardápio de época, elaborado pelo chef francês Auguste Escoffier, no período da Belle Époque (1871-

1914), na França. Ao longo das aulas da disciplina Nascimento da Gastronomia, do curso de pós-graduação Gastronomia: história e cultura, do Centro Universitário Senac, o professor João Máximo da Silva indagou ao grupo a seguinte problematização: "Seria possível recriar ou reproduzir um prato de um determinado período histórico?". Além de envolver ingredientes, utensílios e técnicas para a elaboração de um cardápio pertinente a um dado recorte cronológico, seria preciso pensar no conceito de gosto, de etiqueta, de modos à mesa e da comensalidade da época. Segundo Silva, "o homem é mais parecido com seu tempo do que com seus pais".

Essa questão se articula à vivência Mesas, Cardápios e Banquetes, a segunda proposta pelo curso e conduzida pelo coordenador Guilherme Bonamigo. O objetivo foi transportar os alunos a uma época distante cronologicamente da atualidade e analisar não só o alimento em si como também o enfoque histórico e sociocultural de um banquete.

Nesse dia, 20 de agosto de 2016, no foyer do Senac Aclimação, foi servida uma refeição, cujo cardápio executado por Bonamigo era uma recriação da época pré-colombiana no Brasil, a dieta indígena. A ambientação foi realizada de modo que os alunos, sentados no chão, ao redor das comidas dispostas sobre folhas de bananeira e esteira de palha, comessem com as mãos, sem poder limpá-las. A degustação era composta de assado de porco, mandioca cozida, farinha d'água, farofa de peixe, banana da terra, pimenta malagueta e caldo de tucupi, tomado em cuias compartilhadas.

A análise que se seguiu enfocou o evento não só do ponto de vista dos alimentos, do preparo e dos utensílios e equipamentos utilizados, mas também o quanto foi possível reproduzir fielmente o cardápio em um espaço e tempo diversos daquele vivido pelos povos indígenas pré-colombianos. Questionou-se a permanência ou a ausência dos ingredientes apresentados na vivência na dieta contemporânea do brasileiro e a similaridade ou diferença dos produtos alimentícios comparados àqueles disponíveis nos estabelecimentos comerciais nos dias de hoje, como o porco comprado congelado por Bonamigo, devidamente validado pelo S.I.F.; os utensílios para o preparo, como o forno altamente tecnológico no qual o porco foi assado em contraposição ao *moquém* dos indígenas, a faca alemã que o cortou, a panela de barro na qual se serviu o caldo de tucupi e o compartilhamento das cuias para tomar o caldo; e mais subjetivamente os sabores e as sensações vividas pelos comensais.

No período da tarde, o grupo foi até o bairro da Liberdade, em São Paulo, no Bunkyo, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, participar de uma cerimônia do chá. Lá, foi possível, mais uma vez, vivenciar um ritual que data, segundo a Urasenke Foundation, do Século XVI, quando Sen Rikyu, (1522-1591) embaçado na filosofia Zen, transformou o ato de beber chá em uma cerimônia completa.

Apenas para complementar, antecedendo as duas vivências, a turma participou de uma palestra sobre Memória, proferida pela professora Joana Pellerano, na qual foi abordada o que fica na memória da experiência em alimentação.

O presente artigo é dividido em duas partes. A primeira, contextualiza a época escolhida pelas autoras, a Belle Époque, e seu cozinheiro mais representativo, Auguste Escoffier, autor do cardápio reproduzido. Analisa a época pelo viés sociocultural e histórico e como o banquete original do chef Escoffier se insere nesse contexto e fala ainda das inovações na culinária francesa no período.

A segunda parte descreve o plano de ação para executar o banquete, tanto na teoria como na prática, analisando o cardápio, a lista de ingredientes, as quantidades, o modo de preparo, os utensílios e os comensais, dialogando sobre as possibilidades e as dificuldades para a realização acurada de um banquete da Belle Époque.

Nas considerações finais, o artigo apresenta os resultados obtidos e busca responder as questões levantadas na vivência, quanto à possibilidade de reconstrução de um banquete do passado no presente. A metodologia desse trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, sem a pretensão de generalizações ou tratamento estatístico. Foram realizadas entrevistas com os comensais, ou seja, os sujeitos envolvidos no banquete servido pelas autoras, almejando saber, em uma perspectiva sociocultural, seus gostos, suas narrativas, memórias e visões quanto ao sucesso da reprodução do cardápio de Escoffier. Houve ainda uma pesquisa historiográfica para contextualização do trabalho.

O anexo apresenta o memorial fotográfico do banquete, lista de ingredientes, enxoval e o questionário impresso aplicado aos comensais.

A BELLE ÉPOQUE E SEU CHEF MAIS EXPRESSIVO: AUGUSTE ESCOFFIER

“O molho deve se encaixar no prato como uma saia justa numa mulher”
(Auguste Escoffier)

Novos tempos de pensar e viver o cotidiano. Do fim do Século XIX até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a Belle Époque marcou um período de transformação cultural e tecnológica na história da Europa. Foi a idade do ouro, com ênfase na paz e no otimismo, que antecederam as duas grandes guerras, portanto o nome dado a este período traduz o espírito do tempo, ou seja a Époque Bela.

Invenções e inovações nos campos da comunicação e transporte deixaram a vida mais fácil, como o telefone, a bicicleta e o trem. O clima intelectual e a cena cultural eram efervescentes: cabarés, cinema, o Impressionismo e a Art Nouveau. Em 1889 a Exposição Universal ocorrida em Paris, marcou a época e elevou a cidade a um dos lugares mais desejados para visitação no mundo, com a fama vieram milhões de pessoas que aspiravam além de conhecer os monumentos, comer nos restaurantes tipicamente franceses, a cena de restaurantes lucrou imensamente com esta efervescência.

O divertimento e a cultura urbana estavam em voga, com o avanço tecnológico, as pessoas tinham mais tempo livre para o lazer. Festas, artes, progresso. É nesse contexto que a cozinha de Auguste Escoffier está inserida.

Auguste Escoffier (1846-1935) redefiniu os padrões da culinária francesa, eliminando os excessos da *haute cuisine*, ou alta gastronomia francesa, de Antonin Carême (1783-1833). Basicamente, Carême cria os molhos base e Escoffier os simplifica, diminuindo os tempos de coc o.

Carême teve um papel importante na organiza o da cozinha e do trabalho culinário. Começou a codificar a variedade de comidas e estilos que estavam evoluindo para a alta cozinha. Escrevia tudo o que executava, não improvisava nos processos e lançou os fundamentos para a alta cozinha francesa do Século XIX. Ele se apoiou em uma série de componentes básicos, como os molhos, e definiu um sistema de procedimentos, técnicas de prepara o e no o es de sabor, ampliando o repertório gastronômico.

 s receitas tradicionais, Carême adiciona ingredientes nobres trazidos de produtores da França, que ele escolhia pessoalmente para garantir a qualidade e assim transformou o tradicional em moderno, elevando-o   alta gastronomia.

Fazia parte da cozinha de Carême, temperos à base de gordura, considerados mais delicados e saborosos; e uso de manteiga e creme de leite, além do *jus*, suco da carne obtido por concentra o.

Os molhos, que já desempenhavam um papel central na preparação culinária a partir do cozinheiro La Varenne (1618-1678), foram reduzidos e codificados em molhos base por Carême e, posteriormente, simplificados por Escoffier, que diminuiu os tempos de cocção e prezava pela simplicidade.

Escoffier era um grande admirador do trabalho de Carême e juntou seu conhecimento ao dele, montando um sistema de brigadas e transformando a cozinha em uma linha de produção. O serviço ganha agilidade, mas a elegância dos pratos é mantida.

Auguste Escoffier é considerado o pai da cozinha francesa moderna e trabalhou nos principais hotéis de luxo da Europa. A história de Escoffier no mundo da cozinha começou em 1870, com início da guerra franco-prussiana, quando ele foi recrutado para ocupar o posto de chef de cuisine do exército. Terminada a guerra, retornou à Paris e assumiu a cozinha do Petit Moulin Rouge por seis anos e depois comandou outros restaurantes. Em 1884, conheceu César Ritz, pioneiro do setor hoteleiro e nessa época iniciaram uma parceria que deu brilho gastronômico à Belle Époque.

Após a instituição do restaurante, surgiu com o Grand Hotel, no final do Século XIX, um outro centro gravitacional de gastronomia, indissociável do nome de Auguste Escoffier. Juntamente com o empresário do setor hoteleiro César Ritz, oriundo do Alto Valais, na Suíça, ele cunhou o estilo gastronômico dos grandes hotéis-palácio, os quais – como consequência do enorme aumento da circulação trazido pelas ferrovias – passaram a ser construídos a partir da década de 1880 por toda a Europa (...). A alta sociedade se reunia e se mostrava nos salões e salas de jantar desses novos palácios públicos. (MONTANARI, 2009 p. 247)

Escoffier e Ritz exploraram esse movimento gastronômico nos grandes hotéis luxuosos inicialmente no Grand Hotel de Monte Carlo, depois no Savoy e no Carlton de Londres, no Grand Hôtel de Roma e no Ritz de Paris.

É nesse ambiente e com a observação das necessidades da época e dos comensais que a principal característica da cozinha de Escoffier se desenvolve. Ele modernizou o serviço empregando rapidez com qualidade. Os processos começam a ser executados em paralelo, e não em sequência, por cozinheiros bem treinados nos papéis específicos de cada praça.

“O service à la française foi, na segunda metade do século, pouco a pouco dando lugar ao service à la russe, em que os pratos eram servidos de maneira individual e sucessiva. A nova prática de servir era não apenas interessante em termos de custos como também tinha a vantagem adicional de possibilitar aos presentes à mesa

receber os mesmos pratos, no mesmo momento, recém-preparados e quentes”. (MONTANARI, 2009 p. 250)

Outra característica interessante de Escoffier era a defesa de uma culinária que evitava o uso de ingredientes diferentes em demasia para que não concorressem entre si. O chef registrou suas receitas em importantes obras culinárias. A primeira foi o *Le Guide Culinaire* (1903), contendo 5000 receitas. É uma publicação de culinária francesa de valor inestimável no mundo e é usado como livro de receitas e didático para a culinária clássica.

A inspiração para o desenvolvimento desse trabalho está vinculada à atuação de Escoffier nos grandes hotéis da Belle Époque, na agilidade no preparo, na introdução do serviço à russa e na essência da simplicidade evocada pelo chef.

COZINHA HISTÓRICA: UMA POSSIBILIDADE?

“É possível reconstruir o gosto alimentar de uma época tão próxima, que nos circunda por toda a parte com seus traços, e, no entanto, tão distante nas referências “estéticas” de base?”. (MONTANARI, 2009 p. 103)

Para historiadores como Montanari (2009), “o problema- chave é identificar o limite entre compreensão e adaptação, reconstrução e recriação”. É com base nessa premissa que as autoras desenvolveram a ideia da reconstrução na prática de um banquete criado por Auguste Escoffier e da reflexão de que o entendimento da sequência de pratos, do equilíbrio buscado pelo chef e do seu mote “mantenha-se simples” deveria ser analisado não apenas teoricamente, mas degustado para que a discussão da possibilidade dessa reconstrução pudesse ser ampliada como experiência sensorial, articulando-se com as vivências relatadas na introdução. Isso posto, foi elaborado um plano de ação.

Quem seriam os convidados? A fim de se aproximar minimamente dos comensais dos restaurantes e grandes hotéis da Belle Époque as autoras pensaram em convidar, primeiramente, pessoas que tivessem tido vivência na França e conhecimento prévio da culinária francesa, para que pudessem ter subsídios para comparar o jantar executado com outras experiências dessa cozinha vividas por elas anteriormente. Foram, então, chamados dois jornalistas de veículos relevantes na cidade de São Paulo, uma curadora de arte, dois empresários do setor imobiliário e um estudante da Universidade de São Paulo, que cursou a disciplina História da Alimentação, no ano de 2015, ministrada pelo professor Henrique Carneiro. A ideia é que esse aluno pudesse contribuir com a discussão teórica que se seguiu à entrevista. O público

selecionado procurou representar, guardada as devidas proporções históricas, o universo da comensalidade do período em questão, ou seja, os intelectuais e artistas assim como a burguesia da Paris de meados do Século XIX, era a primeira vez que as mulheres da elite financeira frequentavam os restaurantes, pois agora eram considerados lugares convenientes à mulheres.

O próximo passo foi escolher um dos cardápios elaborados por Auguste Escoffier (Figura 1) e publicados na edição de seu livro aqui utilizado, *The Escoffier, Cookbook and Guide to The Fine Art of Cookery* (1989,p882). Foram tomados dois critérios, o primeiro não alterar ou substituir nenhum dos pratos do menu escolhido a fim de não comprometer o equilíbrio e a sequência dos pratos propostos pelo chef. O segundo foi selecionar um dos cardápios no qual a sobremesa fosse uma das mais célebres criações de Escoffier, que permanece até os dias de hoje em muitos restaurantes, tanto da França como de outros países: o Pêssego Melba, em homenagem à cantora de ópera australiana Nellie Melba.

EXECUÇÃO DO CARDÁPIO

Começou-se pelas compras. Para tal, foi elaborada uma lista de ingredientes e feito o cálculo de quantidade para um jantar para seis convidados. A compra das carnes de cordeiro e galinha foi efetuada via telefone em um estabelecimento localizado no Mercado Municipal de São Paulo, sendo o cordeiro importado do Uruguai. O restante foi comprado no Mercado Santa Luzia, no bairro Jardins, onde mais provavelmente se encontrariam as trufas, ingrediente do preparo de uma das receitas do cardápio: a Costeleta de Cordeiro à Marechal. Optaram por adquirir um sal de origem italiana com lascas de trufas, já que as trufas frescas, além do preço exorbitante, não serem encontradas no mês de Agosto. De todos os produtos que foram comprados no estabelecimento, apenas o sal com lascas de trufas, os aspargos e o vinho (Figura 19) que foi servido para harmonizar com o banquete são de procedência estrangeira, sendo os outros produtos nacionais e facilmente encontrados no comércio na cidade. Quanto à produção, o jantar, foi executado na cozinha de uma das autoras, cozinha bem equipada, mas longe de ser considerada profissional. Utilizou-se facas tanto da marca francesa Sabatier como da japonesa Aritsugu, panelas de aço inox, grelha de ferro, além de outros utensílios básicos do mundo da cozinha contemporânea, tais como tábuas de corte de poliuretano e espátulas de silicone.

A brigada constou apenas de uma das autoras que preparou desde o *mise en place* até a montagem final dos pratos, em contraste com a brigada idealizada por Escoffier, dividida em cinco praças distintas trabalhando em conjunto para agilizar a produção.

Visando a uma ambientação semelhante à da mesa de época (Figura 2), foram pesquisadas imagens dos restaurantes dos grandes hotéis da época nos livros *O Banquete*, de Strong (2002), e *Clássicos da Literatura*, de Trefzer (2009), como também imagens da internet.

O enxoval constou de toalha de renda da Ilha de Florianópolis, em Santa Catarina, guardanapos de linho, talheres de prata da marca americana Oneida, jogo de porcelana procedente da República Tcheca, taças de vinho e copos para água da marca austríaca Riedel e arranjos de flores de lírios amarelos e velas.

Durante os preparativos, o jantar em si, as entrevistas e o debate que se seguiu, foram observados que, conforme constatou Montanari (2009), “o objeto mudou (os produtos de hoje não são mais aqueles de mil anos atrás, mesmo que levem o mesmo nome) e, o mais importante, mudou o sujeito. Os consumidores não são mais os mesmos e sua educação sensorial é imensamente diversa”.

Hoje em dia, compramos produtos, outrora sazonais, em qualquer época do ano, chegam legumes, frutas e outros víveres de todos os cantos do mundo, o modo de produção agrícola se transformou, os utensílios e equipamentos são produzidos com materiais bem diferentes do passado, e, sobretudo, mudaram os comensais, o gosto e o paladar

As receitas

Todas as receitas foram traduzidas e transcritas de uma versão em língua inglesa do livro *Cookbook and Guide to the Fine Art of Cookery* (1989), de Auguste Escoffier. Esta edição do livro, que foi utilizada como referência neste artigo, contém 2.973 receitas ordenadas por categoria, dos alimentos além dos cardápios criados pelo chef e das preparações básicas como caldos, molhos e instruções sobre os princípios elementares da cozinha.

As receitas têm em geral de 4 a 5 linhas em linguagem bastante sucinta, podendo-se inferir que o estilo da linguagem é direcionado a profissionais da cozinha, com conhecimento prévio das técnicas de preparo. As receitas não listam quantidades de ingredientes e nem tempo de cozimento, atendo-se apenas a instruções em linhas gerais sobre o preparo dos pratos. Das instruções sobre molhos e preparos básicos, o chef se prolonga um pouco mais podendo-se encontrar até textos de uma página inteira com explicações detalhadas sobre preparo e técnicas de cocção.

Eis as receitas executadas:

Consommé á L'Écossaise – (p. 206). (Figura 3 e 4)

Prepare um caldo especial de carneiro, como um bom caldo de carne de boi e, ao mesmo tempo, cozinhe um pedaço de costela de cordeiro para a guarnição. Para 2/4 de caldo, coloque no prato de sopa 4 colheres de cevada bem cozida previamente, duas colheres de sopa de vagens, em corte diamante, e a costela de cordeiro cortada em cubos de 3,8 centímetros, na proporção de uma colher de sopa para cada pessoa. Verta o caldo de cordeiro fervendo sobre a guarnição, depois de haver removido toda a gordura e coado em pano de linho.

Filet de Sole Meuniere – (p.268).(Figura 4 e 5)

Essa excelente maneira de preparo só serve para peixes pequenos ou fatias de peixes maiores. A operação consiste em saltear o peixe em uma panela *sautesse* com manteiga muito quente, depois de ter temperado e salpicado farinha nos mesmos. Caso o peixe seja grande, o procedimento demanda manteiga clarificada. Quando o peixe estiver suficientemente dourado de um lado, vire-o para dourar o outro lado. Caso o peixe seja anunciado como *à la meuniere*, algumas gotas de limão devem ser colocadas por cima, deve ser condimentado com sal e pimenta e guarnecido com salsinha escaldada e picada.

Côtelet D’Agneau Marechalle – (p. 464).(Figura 6 e 7)

Corte as costeletas *à l’anglaise* e salteie em manteiga clarificada. Coloque-as em um círculo, com uma fina fatia de trufas sobre cada uma e, no meio delas, coloque um bom punhado de pontas de aspargos na manteiga.

Point D’Asperges á la Crème- (p.652). (Figura 8 e 9)

Coloque os aspargos em fileira e por cima um pouco de molho *Mornay*, salpique com queijo parmesão ralado, gratine rapidamente na salamandra.

Suprême de Vollaile aux Champignons – (p.525).(Figura 10 e 11)

Salteie os *suprêmes* em manteiga clarificada. Coloque em um prato com os cogumelos, já picados e passados na manteiga, cubra com um pouco de molho leve de cogumelos.

Salade Lorette – (p 644). (Figura 12 e 13)

Pegue quantidades iguais de salada do campo e uma *julienne* de beterrabas e salsão. Tempere com óleo e vinagre.

Pêche Melba- (p.814). (Figura 14 e 15)

Escaldar os pêssegos em uma calda com uma fava de baunilha. Colocar em uma travessa funda com uma camada de sorvete de baunilha e cobrir com purê de framboesas. (Figura 9)

Friandises (Figura 16 e 17)

Não há nenhuma menção sobre *friandises* no receituário de Escoffier, a interpretação é que são pequenos doces¹³⁷ servidos junto ao café no final das refeições. Com o conhecimento prévio de confeitaria francesa de uma das autoras, optou-se para a recriação dos docinhos produzir macarons.

Para a execução do banquete, à parte dos ingredientes importados, não houve problemas para encontrar os insumos. Quanto à produção, não houve dificuldades quanto ao pré-preparo e técnicas de cocção, devido ao conhecimento anterior tanto prático como teórico em cozinha francesa, adquirido por uma das autoras em curso de gastronomia. Servido o jantar na sequência proposta pelo chef, foi aplicada a entrevista e o debate.

Considerações finais

O presente artigo, ao indagar sobre a possibilidade de recriar um banquete de uma determinada época histórica, visou criar meios para que a análise do banquete reproduzido articulasse com a vivência proposta pelo coordenador Bonamigo. A proposta foi transportar os convivas a um ambiente da Belle Époque no qual pudessem degustar um cardápio completo e tivessem subsídios para a discussão do tema aqui proposto.

Por meio das entrevistas, observou-se que todos os comensais relataram sobre o excesso de gordura, como em uma das falas: "Gordura não é mais um grande valor no Século XXI". Outra comensal comenta: "Apesar das toneladas de manteiga, o que mais me impressiona é a maneira como o ingrediente ficou parecendo natural, ou seja, parece haver uma tentativa de ressaltar o ingrediente mesmo com as intervenções e o impacto da manteiga". E ainda, outro: "Nossa tudo tem manteiga!". Nota-se então, por meio dessas falas, a transformação de conceitos pré-estabelecidos dos dias atuais quanto à gordura, em face da preocupação com o alimento saudável e as transformações do padrão de gosto dessas duas épocas distintas.

Outro aspecto relevante foi quanto à quantidade de pratos. Um dos convivas relatou: "O mais impressionante para mim foi a sequência. O que buscava o criador? Por que tanto aspargo?". O estudante enfocou também a sequência e comentou: "Primeira vez que participo de um jantar que tenha uma sequência de pratos quentes para além da entrada, prato principal e sobremesa, me pareceu peculiar pelo padrão de

¹³⁷ Definição de *friandises* no Dicionário Larousse. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/friandise/35228>>. Acesso em: 18 de setembro de 2016.

alimentação que temos”. Disse ainda: “Chamou-me a atenção a presença de três pratos com proteína. É muita comida pra quem não utiliza toda essa energia, é um exagero”.

De acordo com Teuteberg e Flandrin (1998), houve um aumento da disponibilidade e do consumo dos alimentos tradicionais por volta dos anos 1800 e 1900 na Europa Ocidental. Esse fato lança luz sobre a abundância que marcou os cardápios do período da Belle Époque e da valorização das proteínas animais .

Segundo dados¹³⁸ do Ministério de Agricultura da França, uma variedade de aspargos introduzida na França em 1865, “asperge amèliorée D’Argenteuil”, é altamente produtiva e conheceu nessa época um grande sucesso comercial, o que traz indícios sobre o porquê da forte presença do legume não só no cardápio reproduzido mas também figurando como guarnição em vários pratos de Escoffier.

Apesar da quantidade de pratos que não agradou os comensais em geral, houve comentários sobre o equilíbrio de sabores e a simplicidade, o que é interessante se pensarmos que era exatamente o que o chef Escoffier almejava em sua cozinha.

Assim, para responder à pergunta proposta no início do artigo é necessário fazer uma reflexão não só do cardápio em si, mas do termo reproduzir. O prefixo já nos permite pensar que a reprodução seria nada mais que a produção feita outra vez. Nesse sentido, reproduzir e refazer poderiam ser tratados como sinônimos entendidos como cópia fiel daquilo que almejam ser. Baseado nessa concepção, o objetivo central do trabalho, a reprodução da cozinha histórica, constatou-se que o banquete possui diversas esferas e dimensões que o compõe, ingredientes, utensílios, relações, comensalidade, além de questões mais subjetivas, como paladar, percepção visual, dessa forma, percebeu-se a impossibilidade da recriação fiel em outra época histórica.

As autoras sugerem um argumento para pensarmos na modificação dessas dimensões desde a Belle Époque até a contemporaneidade. Quem eram os comensais dos banquetes de Escoffier? A nobreza decadente aliada aos novos burgueses vitoriosos? Ambos não pertenciam a classes trabalhadoras, dispondo assim de mais tempo livre que a população em geral, além de serem as classes mais abastadas, de modo que o banquete poderia então durar horas, toda a energia representada em calorias não seria gasta em trabalhos manuais que a consumiriam. Também a

¹³⁸ Dados sobre a produção agrícola na França. Disponível em:<
<http://agreste.agriculture.gouv.fr/thematiques-872/entreprises-agroalimentaires-883/produits-des-iaa/#Productions>>. Acesso em: 14 de setembro de 2016.

preocupação com corpos magros e esbeltos não estava na ordem do dia. O que essa condição provoca nas percepções sugeridas por uma refeição (paladar, olfato, visão)? E hoje? Quem são os comensais desse tipo de refeição? Ou até poderíamos nos perguntar se ainda existe algo que se assemelhe ritualisticamente, não no sentido religioso, aos banquetes da Belle Époque.

A princípio, poderíamos pensar que, por uma expansão das classes materialmente abastadas aliada a um processo de intensificação das trocas comerciais do gênero alimentício, a um processo de diversificação daqueles que podem fazer refeições extravagantes no conceito de hoje. Essa pluralidade é dada tanto no tempo quanto no espaço. Feita essa suposição, as autoras pensaram que os comensais de uma réplica de banquete do período aqui proposto seriam as elites abastadas do capitalismo. Dispõem esses de uma relação com o tempo semelhante aos comensais dos banquetes aqui em foco? O que pensam esses sujeitos em relação à ingestão e consumo de calorias? Há uma preocupação estética e de saúde que estruturam a relação com as refeições? Com o que estão preocupados esses sujeitos?

Quem tem um repertório mais extenso de sabores: um burguês do Século XIX ou um empresário abastado do século XXI?

A esses questionamentos se juntam alguns outros para refletirmos em como as percepções se transformam ao longo do tempo e discorrer sobre as outras instâncias do que compõem os banquetes. O processo de modernização capitalista transformou a aquisição de produtos alimentícios por meio da indústria, o que difere dos fornecedores de ingredientes na Belle Époque, a louça de porcelana difere das produzidas pela indústria moderna, e assim sucessivamente.

É nesse sentido, então, que as autoras concluíram ser impossível a reprodução proposta nos restando, segundo Montanari (2009) nos contentar com aproximações.

Referências

DEJEAN, Joan. *A Essência do Estilo: como os franceses inventaram a alta-costura, a gastronomia, os cafés chiques, o estilo, a sofisticação e o glamour*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ESCOFFIER, Auguste. *Cookbook and Guide to The Fine Art of Cookery*. New York: Crown Publishers, Inc., 1989.

FERNANDEZ-ARMESTO, F. *Comida, Uma História*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HORNE, Alistair. *Seven Ages of Paris*. Nova Iorque: Pan Books, 1985.

JAMES, Kenneth. *Escoffier: o rei dos chefes*. São Paulo: Senac, 2009.

MONTANARI, Massimo. *Comida como Cultura*. São Paulo: Senac, 2009.

PITTE, Jean Robert. *Gastronomia Francesa: história e geografia de uma paixão*. Porto Alegre: L&PM, 1993.

SPANG, Rebecca L. *A invenção do Restaurante*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

STRONG, Roy. *Banquete: uma história ilustrada da culinária, dos costumes e da fartura à mesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

TEUTEBERG, Hans J.; FLANDRIN Jean-Louis. *Transformações do Consumo Alimentar*. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (eds.). *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

TREFZER, R. *Clássicos da Literatura Culinária*. São Paulo: Senac, 2009.

Referências eletrônicas

LAROUSSE <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/friandise/35228>>. Acesso em: 18 de setembro de 2016.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA DA FRANÇA <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/friandise/35228>>. Acesso em: 18 de setembro de 2016.

Apêndice 1: LISTA DE INGREDIENTES

Ingredientes	Quantidade	Unidade de Medida
Costela de cordeiro	2	kg
Filé de cordeiro	2	kg
Costeleta de cordeiro	4	kg
Peito de frango	2	kg
Aspargo	4	maço
Cogumelo Paris	2	pacote
Alface	3	cabeça
Beterraba	1	maço
Salsão	1	unidade
Vagem	1	pacote
Cebola	3	cabeça
Salsinha	1	maço

Leite	2	litro
Manteiga	500	gramas
Manteiga Clarificada	500	gramas
Farinha de trigo	100	gramas
Lascas de trufas	50	gramas
Sal	Q.B.	
Pimenta preta	Q.B.	
Cravo	Q.B.	
Farinha de amêndoas	125	gramas
Glaçucar	125	gramas
Açúcar refinado	125	gramas
Corante em gel vermelho	Q.B.	
Clara de ovo	100	gramas
Sorvete de baunilha	1	litro
Framboesa congelada	500	gramas
Limão	1	unidade
Fava de Baunilha	2	unidade
Pasta aromatizante	30	gramas
Vinho	6	garrafas
Água	5	litros
Café em pó	30	gramas

Apêndice 2: QUESTIONÁRIO

1. Essa refeição trouxe alguma memória? Já conhecia os pratos? Parecem franceses? Parecem de alguma época em particular?

26

2. Acha que faz sentido que seja um menu da Belle Époque? O que achou do sabor? E da sequência de pratos? Outras características chamaram a atenção? O que pensa da quantidade de comida? Como se comprara a outras refeições francesas que já experimentou? Porque os menus eram assim?

3. Pode-se reproduzir acuradamente um menu de uma época passada?

Figura 1 . CARDÁPIO

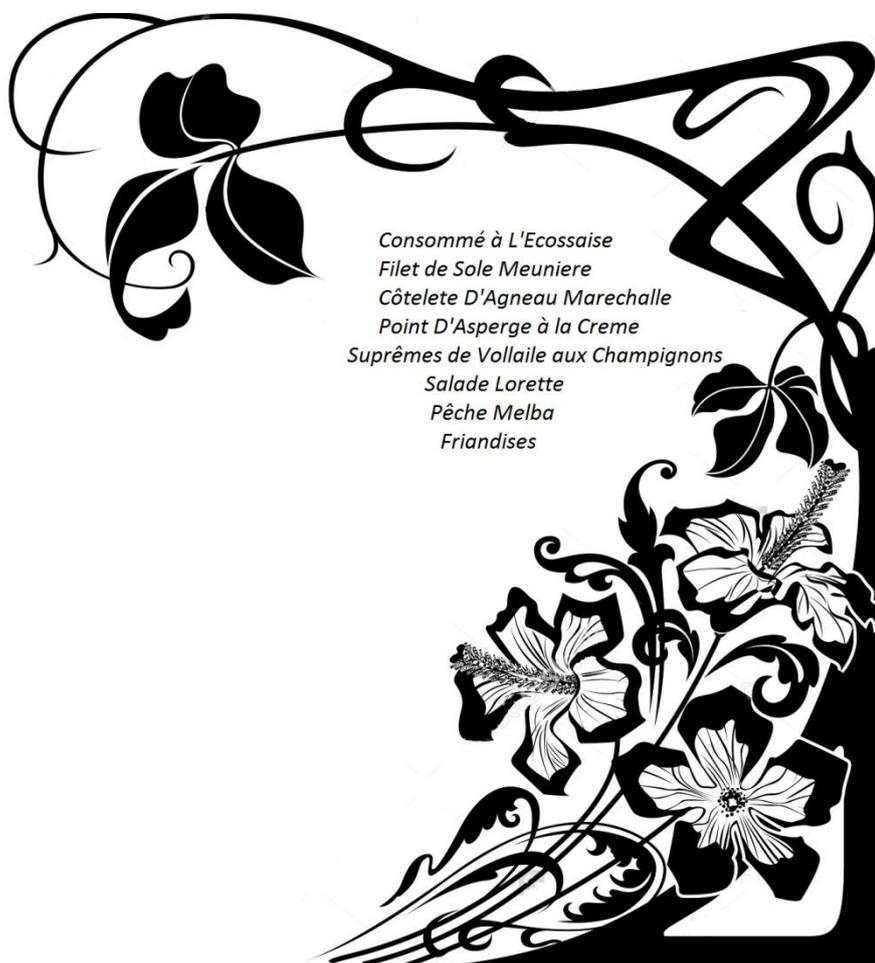


Figura 2. A AMBIENTAÇÃO



Figura 3 e 4: CONSOMMÉ L'ESCOSSAISE



Figura 5 e 6: FILET DE SOLE MEUNIERE



Figura 7 e 8: CÔTELETE D'AGNEAU MARECHALLE



Figura 9 e 10: POINT D'ASPERGE À LA CREME



Figura 11 e 12: SUPRÊME DE VOLLAILE AUX CHAMPIGNONS



Figura 13 e 14: SALADE LORETTE



Figura 15 e 16: PÊCHE MELBA



Figura 17 e 18: FRIANDISES (MACARONS)



Figura 19: VINHO



A COMUNICAÇÃO DOS YOUTUBERS E A GESTÃO DA IMAGEM

Mércia Segala Bruns (Senac e Uniso); merciasegala@gmail.com

Rafaela Fioravante Lisboa (Uniso); rafaelalisboa3@gmail.com*

Resumo: Com o advento de inúmeras redes sociais e de interação por meio do uso da internet, pessoas anônimas se transformam em celebridades. Em busca da fama, anônimos se firmam nas redes na tentativa de criar canais para divulgar vídeos com suas opiniões ou expressando conteúdos que se transformam em virais na rede. Muitas vezes, dizer ou escrever o que se pensa nas redes sociais pode afetar a imagem pessoal destas pessoas gerando compartilhamentos e comentários diversificados por parte dos usuários de internet e destas redes de relacionamento. O objeto de estudo deste artigo são os conteúdos publicados em três canais de comunicação dos chamados “youtubers”, personalidades nacionalmente conhecidas, buscando entender a maneira como eles se comunicam com seus públicos após veiculação de conteúdos polêmicos em seus canais e que refletiram positiva ou negativamente na percepção dos seguidores e opinião pública sobre a imagem pessoal destas personalidades. A metodologia utilizada para a construção do conteúdo foi a pesquisa documental e bibliográfica usando como referência a coleta de evidências das informações publicadas em sites e livros sobre o tema. Autores como Kunsch (2013), Torquato do Rego (1985; 1986) Andrade (2001), Farias (2011) e Machado Neto (2015) contribuíram para as análises conceituais no decorrer do trabalho. As conclusões deste trabalho levam à compreensão da necessidade da gestão da imagem da pessoa pública e das organizações que elas representam de maneira mais efetiva e da necessidade de orientações para a produção de conteúdo de forma mais cautelosa e estratégica tendo, portanto, a necessidade de um assessoramento por parte de um profissional especializado focado na gestão de imagem e reputação dos “youtubers” diante dos seus seguidores.

Palavras-chave: Imagem. Reputação. Youtubers. Mídia. Redes Sociais.

Abstract: With the advent of countless social networks and interaction through the use of the internet, anonymous people become celebrities. In search of fame, anonymous networks are established in the attempt to create channels to broadcast videos with their opinions or expressing content that becomes viral in the network.

Often, saying or writing what you think about social networks can affect the personal image of these people generating diverse shares and comments by Internet users and these networks. The object of study of this article is the contents published in three channels of communication of the so-called "youtubers", nationally known personalities, trying to understand the way they communicate with their public after vetoing controversial contents in their channels and that reflected positively or negatively in the perception of followers and public opinion on the personal image of these personalities. The methodology used for the construction of the content was the documentary and bibliographical research using as reference the collection of evidence of the information published in websites and books on the subject. Authors such as Kunsch (2013), Torquato do Rego (1985, 1986) Andrade (2001), Farias (2011) and Machado Neto (2015) contributed to the conceptual analyzes during the work. The conclusions of this work lead to an understanding of the need to manage the image of the public and the organizations they represent more effectively, and the need for more cautious and strategic guidelines for content production. advice by a specialized professional focused on the management of the image and reputation of the "youtubers" before their followers.

Keywords: Image. Reputation. Youtubers. Media. Social Networks.

INTRODUÇÃO

A internet e as redes sociais estão inseridas em todas as maneiras de interação entre pessoas na contemporaneidade. É quase impossível encontrar alguém que não possua contato ou que não conheça um ambiente virtual. A partir da necessidade do ser humano de manter-se conectado, interagindo no ambiente virtual e do compartilhamento de conteúdo nas redes sociais, surgiram diversas profissões, entre elas, os denominados "youtubers", pessoas que produzem vídeos para compartilhamento na plataforma de distribuição digital "Youtube.com".

O Youtube é uma plataforma interativa que permite aos seus usuários a postagem de vídeos com a finalidade de compartilhamento de conteúdo. Os usuários podem comentar as publicações, avaliar o conteúdo publicado com curtidas positivas ou negativas, adicionar o vídeo assistido a uma lista de preferências do usuário, inscrever-se nos canais de seu interesse para acompanhar novas publicações do canal que está seguindo e compartilhar o conteúdo de seu interesse dentro do seu próprio perfil.

Dentro desse cenário midiático, o objeto de estudo deste artigo visa analisar os conteúdos veiculados nos canais de três pessoas que se consideram “youtubers”. A análise dos três casos diferentes que ocorreram com “youtubers” brasileiros faz considerações sobre a maneira como foram motivados a compartilhar o conteúdo e as consequências e repercussão que se gera quando se fala sobre determinado assunto.

Esta análise de conteúdo veiculado tem como prioridade compreender as polêmicas causadas pelos conteúdos produzidos dentro desses canais, despertando em seus públicos de interação um desconforto sobre o ponto de vista destes autores, dividindo opiniões e despertando reações com posicionamentos de defesa ou contrários às opiniões dos “youtubers”, tendo como consequência a imagem denegrida dessas personalidades.

Neste sentido, busca-se compreender como esses “youtubers” planejam e gerenciam suas imagens públicas a partir do seu envolvimento em polêmicas com proporções, muitas vezes, catastróficas para o que determinam como carreira na rede. Pode-se compreender que todas as publicações desses perfis são monitoradas pelos seguidores e, dependendo dos conteúdos compartilhados, pode causar grandes polêmicas em pequenos assuntos.

E, para finalizar, se a função dos profissionais de relações públicas é controlar e remediar conflitos mantendo a imagem e a reputação das organizações e pessoas públicas de maneira intacta, torna-se necessário definir relações públicas, entender o contexto das acusações e pensar em maneiras para se comunicar com o público alvo diminuindo a intensidade das consequências.

ENTENDENDO RELAÇÕES PÚBLICAS, IDENTIDADE E IMAGEM

O profissional de relações públicas tem como objeto de trabalho a comunicação em seus diversos âmbitos, trabalhando sempre com ética e transparência, sendo capacitado para planejar, implantar e avaliar projetos de comunicação interna, institucional, mercadológica, pesquisas de opiniões, organizar eventos, identificar novos canais de comunicação e as demandas por informações, identificar os públicos criando relacionamentos entre a empresa e os *stakeholders*¹³⁹, além de gerenciar a

¹³⁹ *Stakeholders* são os públicos de interesse da organização. Empregados, comunidade circunvizinha, imprensa, governo e consumidores são os quais toda e qualquer organização precisa relacionar-se em seu dia a dia. (MACHADO NETO, 2015, p. 29)

imagem da organização ou pessoa pública para manter as opiniões positivas. (ANDRADE, 2001. KUNSCH, 2003)

Segundo Candido Teobaldo (2001) nenhuma definição engloba perfeitamente o contexto da profissão, se tornando um passatempo em reuniões e conferências tentar formular apenas uma.

[...] certa vez, G.I.C Clarke, antigo crítico teatral do “New York Herald” e gerente de R.P. da Standard Oil Co., numa dessas reuniões com profissionais da matéria, solicitou de 60 destacados *experts* em relações públicas uma definição dessa atividade. Obteve 56 respostas diferentes (...)” (ANDRADE, 2001, p. 29-30).

Da mesma forma ocorreu em Belo Horizonte quando foi criado a seção regional mineira da Associação Brasileira de Relações Públicas mostrando o quanto é difícil chegar a uma mesma sentença para todos que trabalham nesse campo. Entretanto, a profissão de relações públicas é regulamentada pela lei Nº 5.377 de 11 de dezembro de 1967, que especifica a designação de profissional como privativa para quem tem curso superior, fizeram cursos no estrangeiro e que são validados no Brasil e para quem trabalhava ao menos 24 meses como relações públicas quando sancionada a Lei, além das atividades específicas do profissional. O decreto Nº 63.283 de 26 de setembro de 1968 aprovou a regulamentação que disciplina o exercício da profissão.

Para fiscalizar a profissão, foi criado pelo decreto-lei Nº 860 de 11 de setembro de 1969:

[...] o Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas - CFPRP e os Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas - CRPRP constituindo em seu conjunto uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Hoje denominados CONFERP e CONRERP, respectivamente, eles são responsáveis pelo registro, fiscalização e reconhecimento da profissão. O CONFERP atua de forma a controlar o sistema e incentivar o exercício da profissão, enquanto que o CONRERP tem atuação estabelecida por regiões (1 - Rio de Janeiro, 2 - São Paulo e Paraná, 3 - Minas Gerais e Espírito Santo, 4 - Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 5 - Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Piauí, 6 - Distrito Federal, Goiás,

Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhã, Acre, Amapá, Amazônia, Pará, Roraima, Rondônia, 7 – Bahia e Sergipe) tendo a fiscalização da profissão como prioridade de ação.

Com o surgimento da internet e das redes sociais as organizações passaram a ser mais suscetíveis a diversas críticas. Pensando nisso, a comunicação institucional, segundo Kunsch (2003) é responsável por formatar uma imagem e identidade corporativa forte e positiva da organização. Kunsch (2003) explicita as filosofias, missões, visões, valores e políticas da organização como bases para a comunicação institucional.

Para Gaudêncio Torquato Rego (1985) a comunicação tem como objetivo conquistar simpatia, credibilidade e confiança do público e para isso usa as técnicas das relações públicas. Essa definição coloca os Relações Públicas como profissionais estrategistas para o devido planejamento da comunicação institucionalizada e, neste sentido, responsável por definir as estratégias de comunicação, o mapeamento dos públicos de interesse e, por consequência, tendo como resultados a boa imagem e reputação das organizações.

“O que queremos destacar é que não importam muito as terminologias das ferramentas usadas, mas sim a essência, o conteúdo. ” (KUNSCH, 2003, p. 168). Trabalhar com projetos, causas sociais e culturais também ajuda na construção de uma imagem favorável a uma organização ou personalidade pública e, por esse motivo, as relações públicas estudam o que representa a identidade da sua empresa e seus princípios organizacionais a fim de atingir o público de interesse de maneira pessoal e única.

Sendo a gestão da imagem e a construção da identidade corporativa uma das funções dos profissionais de relações públicas e principal objetivo da comunicação institucional, deve-se entender como se difere conceitualmente a “imagem” e a “identidade” para que se possa nortear as ações de comunicação integrada.

Assim, imagem é uma representação imagética que o público possui sobre uma determinada organização ou pessoa, o que ele pensa sobre alguém ou algo, uma descrição ou recordação que se cria na mente do público. Segundo Kunsch (2003) tem a ver “com as percepções. É uma visão intangível, abstrata das coisas, uma visão subjetiva de determinada realidade”.

A imagem representa o que o público está pensando a respeito da sua organização, dos seus integrantes e/ou pessoa pública. Joan Costa, especialista internacional, define como

[...] a representação mental, no imaginário coletivo, de um conjunto de atributos e valores que funcionam como um estereótipo e determinam a conduta e opiniões desta coletividade [...] É um efeito de causas diversas: percepções, induções e deduções, projeções, experiências, sensações, emoções e vivências dos indivíduos que de um modo ou de outro – direta ou indiretamente – são associados entre si (o que gera o significado da imagem) e com a empresa, que é o seu elemento indutor e capitalizador. (2001, apud KUNSCH, 2003, p. 171).

Saber administrar a questão da imagem na comunicação institucional é um desafio para as relações públicas, uma vez que ainda é algo intangível e complexo. Há, porém, pesquisas que podem ser estruturadas para mensurar a opinião do público com referência a uma organização ou pessoa pública, porém não há técnicas bem definidas ou estruturadas que tenham sido tomadas como referência à esses estudos transformando seus resultados em variáveis ou como amostragem de um cenário complexo.

A identidade corporativa projeta a personalidade real da organização, o que segundo Joan Costa ela “se define por dois parâmetros: o que a empresa é e o que ela faz” (2001, apud KUNSCH, 2003, p.172). Ambos representam os lados objetivos e subjetivos da identidade da organização que

[...] refere-se aos valores básicos e características atribuídas às organizações pelos seus públicos internos e externos. Além do que ela é e faz, a identidade corporativa se origina de três níveis de comunicação; o que a organização diz, o que ela realmente faz e o que dizem e acham dela seus públicos. (KUNSCH, 2003, p. 172)

Cees Van Riel entende a identidade como uma forma de apresentação da organização aos seus públicos, transparecendo sua personalidade a partir de comportamentos, comunicações e simbolismos. É uma manifestação da personalidade da organização. (1995, apud KUNSCH, 2003, p. 173)

É possível extrair das definições de Joan Costa e Van Riel que os aspectos que determinam a identidade da organização são as características daquilo que ela define

ser, divulga para seus públicos, considerando, entretanto, a necessidade de se executar aquilo que de fato ela propagou em suas comunicações.

Já Gaudêncio Torquato do Rego entende que identidade é a soma de maneiras utilizadas para identificar a organização, é “a natureza verdadeira, própria, dos negócios, o perfil técnico e cultural da empresa.” (1986)

Portanto, conclui-se que a diferença entre imagem e identidade é que a primeira é baseada no que o público pensa e a segunda é o que ela realmente representa. Pode-se considerar, portanto, que as atitudes da organização afetam diretamente a identidade e a imagem das organizações e na construção da reputação da organização. E, todos esses aspectos que constituem a imagem e a identidade corporativas aplicadas às organizações são também possíveis de serem utilizadas às personalidades midiáticas, tornando assim, fácil de serem compreendidas e estruturadas para a positiva percepção dos seus espectadores.

Para conceituar “reputação”, torna-se necessário lembrar que o conceito foi explicado de diferentes maneiras, em diferentes épocas, por diversas pessoas. Sócrates, por exemplo, dizia que “a maneira de se conseguir boa reputação reside no esforço em ser aquilo que se deseja parecer”, enquanto que Abraham Lincoln fazia uma analogia com as árvores, falando que “o caráter é como uma árvore e a reputação como sua sombra. A sombra é o que nós pensamos dela; a árvore é a coisa real.” (FARIAS, 2011, p. 96)

Nas organizações a reputação de uma empresa está interligada com sua identidade, sua imagem e seus conceitos organizacionais, entretanto, pode-se percebê-la ao longo dos anos de existência de uma organização e a partir da comunicação aos públicos de interesse que os organismos fazem dos seus ideais correlacionando-os com as práticas da organização. Quanto mais ampla a comunicação, maior será a percepção do público de aspectos relacionados à transparência desta organização e, portanto, a garantia de uma imagem favorável e uma boa reputação.

Flávio Schmidt diz que, quando os valores da empresa e do seu público são coincidentes, a “reputação é formada pela identificação da legitimidade existente entre os valores e princípios da empresa e suas ações e os valores e interesses de seus públicos.” (FARIAS, 2011, p. 96)

O autor Belmiro Ribeiro da Silva Neto (2010) diz que “o reflexo da imagem ou o acúmulo da imagem ao longo do tempo é o que constrói a reputação de uma empresa. Imagens positivas constroem reputação positiva.” Dessa forma, entende-se que a reputação está atrelada a imagem da organização e por esse motivo a

comunicação deve cuidar para que todas as ações realizadas pelos setores da organização gerem uma boa reputação, uma vez que é uma vantagem competitiva de valor e proporciona proteção nos momentos de crise.

“A reputação existe como uma imagem consolidada que se forma na mente e se projeta na palavra de quem olha a organização, percebendo-a”. (MACHADO NETO, 2015, p. 87). Portanto, a imagem, a identidade e a reputação da organização facilitam a sua inserção dentro dos mercados, conquistando a fidelidade dos consumidores.

O CANAL YOUTUBE

Criado em fevereiro de 2005 por Chad Hurley e Steve Chen o “Youtube”, tinha como objetivo facilitar o compartilhamento de arquivos em formato de vídeo, uma vez que eram grandes demais para serem enviados por e-mail. “Estávamos em um jantar em janeiro de 2005, onde fizemos arquivos digitais. No dia seguinte, não conseguíamos enviá-los por e-mail e demoramos muito para colocá-los na internet. Pensamos que deveria haver uma forma mais fácil de fazer isso”, afirmou Hurley, em entrevista à revista Fortune (2006).

A palavra “Youtube” é originada a partir de dois termos da língua inglesa, “*you*” e “*tube*” que significam respectivamente “você” e uma gíria para “televisão”, ou seja, a “televisão feita por você” que permite que os usuários carreguem, assistam e compartilhem vídeos digitais. (YOUTUBE, 2017)

O site foi reconhecido como a melhor invenção de 2006 pela revista americana “Time” e em outubro foi vendido para o Google por US\$1,65 bilhão. Com a aquisição, os dois empresários continuaram trabalhando na empresa que criaram e sua sede continua sendo mantida em San Bruno, na Califórnia, para operar de maneira independente ao Google. (GLOBO, 2017)

O Youtube tem mais de um bilhão de usuários, quase um terço dos usuários da internet e, a cada dia, as pessoas assistem a milhões de horas de vídeos e geram bilhões de visualizações. É possível navegar em até 76 idiomas diferentes e tem versões locais em 88 países. (YOUTUBE, 2017)

O site investe em criadores de conteúdo por meio de programas e oficinas estratégicas administradas nas filiais de Los Angeles, Nova York, Londres, Tóquio, São Paulo e Berlim. O Youtube Space gerou, desde março de 2015 mais de 10.000 vídeos. O número de canais que recebem seis dígitos por ano aumentou em 50% ao ano. (YOUTUBE, 2017)

Foi criado o *Content ID* em 2007 para manter os direitos autorais e desde julho de 2015 existem mais de 8.000 parceiros o usando, incluindo emissoras de TV, estúdios de cinema e gravadoras importantes que reivindicaram mais 400 milhões de vídeos ajudando a controlar os conteúdos e a gerar receitas com os vídeos com direitos autorais. (YOUTUBE, 2017)

Os adultos entre 18 a 49 anos utilizam mais o YouTube para computadores, e até mesmo o YouTube para Dispositivos Móveis, do que qualquer rede a cabo nos EUA. (YOUTUBE, 2017)

Não existem bibliografias ou informações específicas sobre o começo das explorações dos canais para entretenimento ou posicionamento pessoal na plataforma "Youtube". Porém, conforme a plataforma foi ganhando espaços nas redes sociais, muitas pessoas passaram a ter o reconhecimento dos vídeos que produziam e o canal passou a ser uma ferramenta capaz de transformar qualquer pessoa em uma celebridade instantânea. (TECHTUDO, 2017)

Hoje, as pessoas que trabalham com a produção de vídeos para o Youtube são chamadas de "youtubers", conceito informal para esses profissionais que passaram a fazer dessas ferramentas de comunicação midiáticas a sua fonte de renda.

Ganhar dinheiro monetizando os vídeos publicados pode ser considerado um fator atrativo desse novo perfil profissional. De maneira simplista, os empreendedores digitais criam canais dentro da plataforma Youtube, editam vídeos com ferramentas digitais e o Google insere comerciais e anúncios nessas publicações a partir do seu programa de links patrocinados como, por exemplo, os programas Google AdWorks e Google AdSense. Cada vez que o anúncio é clicado pelo usuário a rede, o anunciante paga um determinado valor ao Google, que repassa uma parcela desse valor ao proprietário do perfil onde está publicado o vídeo.

Essa prática acabou se tornando uma verdadeira indústria digital que movimenta milhões de dólares no mundo inteiro e vem transformando pessoas comuns com habilidades digitais em empreendedores digitais. Talvez, essa seja a estratégia mais considerável por trás de tantos canais de comunicação no Youtube.

OS "YOUTUBERS" E A GESTÃO DE CRISE

Três casos de gestão de imagem foram pesquisados para a construção deste artigo. As fontes consideradas para a pesquisa são sites e informações disponíveis na rede e nas páginas de redes sociais dos próprios "youtubers" estudados. São eles: Whindersson Nunes do canal Whindersson Nunes, Bianca Andrade do canal Boca Rosa

e Vitória Moraes do canal Viih Tube. Todos se envolveram com polêmicas que afetaram durante alguns momentos as suas carreiras na rede e, portanto, serão objeto de estudo deste artigo.

Vitória Moraes, sorocabana, dona do canal Viih Tube tem 16 anos e mais de três milhões de seguidores na rede. Envolveu-se com diversas situações em seu tempo de canal, como brigas, supostas fotos íntimas que foram à público, virou “meme” quando confundiu a capa de um caderno do Romero Britto com Picasso, entre outras. Sua polêmica mais recente aconteceu em outubro de 2016 quando publicou um vídeo curto em sua rede social, Snapchat, usando palavras de baixo calão e cuspiendo dentro da boca de seu próprio gato. Na sequência, ela celebra dizendo: “ele bebeu!”.

Centenas de pessoas ficaram chocadas com o ato e o PETA – *People for the Ethical Treatment of Animals* -, uma das maiores ONG’s de proteção animal do mundo se pronunciou afirmando que entraria com uma ação contra a “youtuber”. Na mesma rede social que postou o vídeo, Vitória Moraes rebateu a acusação dizendo: “Eu tô de consciência limpa porque eu não machuquei meu animal, não maltratei o meu gatinho, nunca faria isso! Foi uma brincadeira bem nojenta, bem tonta, eu fui bem ridícula mesmo em brincar com isso”. Ainda, justificou o ato como um carinho, mas ainda assim o seu caso virou *trending topics* no Twitter do Brasil, ou seja, foi um dos mais comentados naquele dia. A inaceitação foi tão grande que durante alguns momentos a página da “youtuber” foi retirada do ar, enquanto colegas de profissão faziam vídeos com o contador *online* e a o vivo de seguidores da Viih Tube. O resultado desta exposição representou em cerca de 30 mil usuários que deixaram de segui-la.

O também “youtuber” Felipe Neto, comentou o caso em um vídeo onde teceu comentários sobre diversos famosos relatando o que publicaram nas redes sociais. A artista Luana Piovani publicou: “os fãs dessa Viih Tube estão me xingando, não estou chocada com os palavrões e sim chocada com o fato de que ela tem fãs”, referindo-se sobre os maus tratos com animais, mas explicando que quando se é uma pessoa pública todos os seus erros vão ser discutidos e você será “massacrado” na internet. Ainda, comentou que uma adolescente pode acabar se perdendo na fama sem a presença de figuras paternas reais em sua vida, quando insinuou que os pais da “youtuber” tentavam ganhar dinheiro com a carreira da filha.

O segundo caso aconteceu com Bianca Andrade, dona do canal Boca Rosa no Youtube que possui cerca de 4 milhões de inscritos, nasceu e foi criada no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, passou diversas dificuldades do cotidiano de uma comunidade até

o começo da sua carreira em 2011 como, por exemplo, a falta de luz, barulho, internet lenta, entre outros.

A jovem se interessou pelo mundo das maquiagens de forma inusitada. Foi por meio de vídeos que encontrou na mesma plataforma enquanto assistia a videoclipes musicais que Andrade resolver fazer fama. “A coisa foi virando um vício, compartilhei esse blog com todas as minhas amigas e o nosso assunto era sempre o mesmo: MAQUIAGEM!”, conta a blogueira que continuou aprendendo e se encantando com maquiagens. Usava técnicas próprias para “copiar” produtos famosos com outros mais baratos e a partir daí veio a vontade de montar seu próprio canal, para ensinar as pessoas os “truques” que aprendeu com o tempo. A garota fez cursos para se tornar maquiadora profissional e por meio das redes sociais acabou encontrando muitos trabalhos.

O escândalo aconteceu em 2014 quando acabou se envolvendo em uma grande polêmica com Juliana Bittencourt que a havia contratado a blogueira Bianca Andrade para o dia do seu casamento. A noiva publicou na rede social do Facebook a história contando os fatos que ocorreram apontando um atraso da maquiadora que resultou na perda de duas horas da sua festa de casamento entre outros prejuízos, principalmente emocionais causados pelo atraso. Juliana alega na publicação que Bianca combinou de estar no salão de cabeleireiro às 16 horas e

[...] quando deu 16:05h entrei em contato com ela pelo whatsapp e ela me respondeu que estava a caminho (...). Às 17:00h eu a chamei no whatsapp e ela me respondeu a seguinte frase: “To chegando, amore! Fica tranquila que te arrumo rápido, estou a caminho” (...) 10 minutos depois ela me liga e diz que ESQUECEU A MALETA? E que iria passar no BarraShopping pra ir na loja MAC pra comprar (...) Já eram 17:40h quando ela ligou (...) e minha irmã que a atendeu disse que não precisava mais ela ir. (BITTENCOURT, Juliana. 2014)

A “youtuber” Bianca Andrade, na época com 19 anos, publicou uma nota de esclarecimento nas redes sociais pedindo desculpas e expondo o seu lado da história.

Mesmo depois de tudo o que se criou, estou aqui para pedir desculpas para a Juliana e a sua família, com toda a humildade que tenho no meu coração, como já havia tentado fazer antes. Desde quando aconteceu aquele transtorno no dia mais

importante da vida dela, que me sinto mal por ter sido uma "vilã" na vida de alguém. Nunca quis isso para mim, nem para ninguém. (ANDRADE, Bianca. 2014)

As publicações viralizaram na internet afetando a imagem da "youtuber" Bianca Andrade. O caso foi parar na Justiça após Juliana entrar com uma ação por danos morais e materiais, pois perdeu parte de sua festa, por conta do ocorrido. Em julho de 2017 foi realizada uma audiência de conciliação na 7ª vara civil do Rio de Janeiro e a juíza entendeu que o caso se tratava apenas de dano moral, assim, ficou definido que Bianca Andrade, 22 anos, pagasse R\$15.000,00 (quinze mil reais) de indenização a noiva Juliana. Parte do acordo firmado era a exclusão do texto de Juliana da rede social. A "youtuber" disse que não se pronunciaria sobre o caso. (VEJA, 2017)

Outro caso envolvendo crise de imagem, está sob a responsabilidade de Whindersson Nunes que começou sua carreira no Youtube aos quinze anos com uma câmera emprestada utilizada para gravar vídeos dentro do seu quarto, na esperança de conseguir algumas curtidas. O que ele não esperava é que o sucesso foi tamanho que pouco tempo depois Nunes se transformou em um humorista incontestável na internet. Seguiu para os palcos realizando shows de *stand-up comedy*.

Natural de Bom Jesus no Piauí, o humorista de origem humilde hoje é dono do maior canal de vídeos do Brasil (FOLHA, 2016), com cerca de 20 milhões de seguidores. Em reportagem, a Revista Veja intitulou-o como o "rei do Youtube" (VEJA, 2016). Nunes produz diversas paródias com clipes musicais, como o "qual é a senha do Wi-Fi?", versão de "Hello", da cantora Adele, e a "Eu virei gay", uma paródia da música "Sosseguei" da dupla sertaneja Jorge e Matheus que atingiu cerca de 20 milhões de visualizações e contém trechos sobre o cotidiano de uma pessoa que assumiu sua homossexualidade. A música com trechos bastantes rudes como "eu virei gay, ontem dei uma dedada no fubica do porteiro, me libertei, mudei a rota dos meus planos, eu estava me enganando, e eu dei, e gostei!!!", incomodou o público. A intenção da canção, segundo Nunes, era fazer graça de uma situação, mas muitos comentários no vídeo foram contrários a criação da paródia como os relatos feitos pelo usuário Renato Az: "gay também é homem.", que seguiu apoiado pelo usuário Emilly e Marcos que, apesar de ter gostado da criação, percebeu o contexto homofóbico na canção.

Paralelo a esta situação, o "youtuber" publicou uma foto no Instagram com a legenda "Close certíssimo", o que causou ainda mais a revolta das pessoas na comunidade LGBT que, novamente, por meio de comentários incluídos no canal, expressaram

opiniões em relação à ironia e estereótipo, usados na produção da paródia e na fotografia publicada, na revelação da sexualidade à sociedade, muitas vezes completamente envolta de rejeição e preconceitos.

Diferente de Bianca Andrade e Vitória Moraes, o humorista Whindersson Nunes não comentou publicamente sobre esse caso isolado em relação as suas “brincadeiras” nas redes sociais e em seu canal do Youtube. Entretanto não há relatos sobre a mensuração de seguidores que deixaram de acompanhar o “youtuber”

Contudo, não foram encontrados relatos ou notícias sobre o assessoramento por profissionais especializados em gestão de crise aos “youtubers” relacionados aos casos descritos acima. Também não foram encontradas pesquisas que demonstrassem outros prejuízos a imagem destes personagens e, nem tampouco, relacionados a questões financeiras. Também não foram encontradas evidências para afirmar que os posicionamentos de Bianca Andrade e Vitória Moraes foram orientados ou não por especialistas em outras áreas da comunicação ou que, assumir o erro possa ter revertido a situação. Ainda, não há evidências sobre a análise de imagem e reputação destes “youtubers” e foi possível observar que as informações são muito rápidas, ou seja, elas surgem e desaparecem rapidamente. Essa peculiaridade ajuda no esquecimento dos casos, porém, deixa claro que cada vez mais é necessário agir pontualmente.

CONCLUSÃO

Com o estudo das polêmicas que envolvem os três “youtubers” nacionalmente conhecidos pode-se dizer que é possível a compreensão da necessidade de haver uma gestão da imagem da pessoa pública e das organizações. Muitas vezes uma pequena frase, um erro cotidiano, pode ocasionar uma série de manifestações positivas ou negativas nas redes sociais que passam a ser compartilhadas imediatamente sem controle sobre a opinião pública. Da mesma maneira que se alastra por meio dos compartilhamentos nas diferentes redes sociais de interação humana, se a crise não for contornada rapidamente, torna-se quase impossível prever ou minimizar grandes prejuízos de imagem e reputação aos perfis pessoais e empresariais bem como financeiros, já que em ambos os casos, há uma finalidade mista de lucro e fama. Esses episódios não controlados da manifestação pública podem gerar crises irreversíveis e catastróficos resultando na destruição de carreiras. A falta pesquisas e evidências que revelem o assessoramento, orientação de posicionamento ou posicionamento de imagem dos perfis estudados pode nos

conduzir a compreensão de que este ambiente virtual ainda é pouco estudado oferecendo aos pesquisadores em relações públicas, comunicação, mídias e interações sociais um ambiente vasto de pesquisa dentro deste cenário.

Entretanto, diante das evidências encontradas das reações do público seguidor e de maneira imediata, pode-se afirmar que os “youtubers” necessitam de orientações para a produção de maneira mais cautelosa dos conteúdos produzidos e de um assessoramento para gerar posicionamento de imagem e garantir uma boa reputação entre os seus seguidores. Afinal, se a finalidade for fama ou lucro, ambos aspectos devem ser estrategicamente desenhados por especialistas no assunto. Muitas vezes, uma resposta rápida e eficiente ou uma nota de esclarecimento e um pedido de desculpas pode acalmar a situação e minimizar os impactos causados por uma má gestão da informação.

Dessa forma, como podemos compreender nos estudos realizados neste artigo, o profissional de Relações Públicas, a partir da sua formação e perfil profissional com visão ampla das estratégias de comunicação, gestão de crise e imagem pública, torna-se o profissional ideal para atuar nesses momentos.

E, contudo, torna-se possível afirmar que essa “nova carreira” intitulada informalmente como “youtuber” e este recente canal de comunicação e interações humanas pode ser explorado pelos profissionais de relações públicas utilizando-se das habilidades da profissão para assessoramento de imagem e posicionamento de mercado fomentando e aumentando a gama de oportunidades no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Candido Teobaldo de Souza. Para entender relações públicas, 3 Ed. São Paulo: edições Loyola, 2001.

BLASTING NEWS. Viih Tube maltrata seu gato e causa revolta na internet: Veja o vídeo. Disponível em: <<http://br.blastingnews.com/tv-famosos/2016/10/viih-tube-maltrata-seu-gato-e-causa-revolta-na-internet-veja-o-video-001214633.html>>.

Acesso em 31 de março de 2017.

BOCA ROSA BLOG. Sobre mim. Disponível em: <<http://bocarosablog.com/sobre-mim>>. Acesso em 06 de abril de 2017.

BOCA ROSA FACEBOOK. Perfil no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bocarosablog/photos/a.334488763287175.68408.331>>.

612286908156/686248844777830/?type=3&theater>. Acesso em 06 de abril de 2017.

BRASÍLIA (DF). Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967. Disciplina a profissão de Relações Públicas e dá outra providência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5377.htm>. Acesso em 17 de abril de 2017.

BRASÍLIA (DF). Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro de 1969. Dispõe sobre a constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=119276&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em 17 de abril de 2017.

CAPRICHOS. Viih Tube cospe na boca do gato e internet não perdoa. Disponível em: <<http://capricho.abril.com.br/famosos/viih-tube-cospe-na-boca-de-gato-e-a-internet-nao-perdoa/>>. Acesso em 31 de março de 2017

COMUNICA RP. O que são Relações Públicas. Disponível em: <<https://comunicarp.wordpress.com/o-que-sao-as-relacoes-publicas/>>. Acesso em 17 de abril de 2017.

CONFERP. Resolução Normativa nº 43, de 24 de agosto de 2002. Define as funções e atividades privativas dos Profissionais de Relações Públicas. Disponível em: <<http://www.conferp.org.br/2009/05/28/resolucao-normativa-n%C2%BA-43-de-24-de-agosto-de-2002/>>. Acesso em 17 de abril de 2017.

CONHEÇA a história do site de vídeos Youtube. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,AA1306288-6174,00.html>>. Acesso em 19 de março de 2017

COSTA, Joan. *Imagem corporativa em el siglo XXI*. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2001.

CURIOSIDADES sobre o Youtube, 10. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/infograficos/10-curiosidades-youtube/>>. Acesso em 19 de março de 2017

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Youtuber Whindersson Nunes gera revolta na comunidade LGBT. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/07/12/internas_viver,654841/youtuber-whindersson-nunes-gera-revolta-na-comunidade-lgbt.shtml>. Acesso em 06 de abril de 2017.

ESTADÃO. Whinderssn Nunes gera revolta na comunidade LGBT. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/gente,whindersson-nunes-gera-revolta-na-comunidade-lgbt,10000062448>>. Acesso em 06 de abril de 2017.

ESTADÃO. Youtuber revolta fãs ao dar comida "cuspida" ao seu gato. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/gente,youtuber-revolta-fas-ao-dar-comida-cuspida-ao-seu-gato,10000084700>>. Acesso em 31 de março de 2017.

ESTADÃO. Após polêmica da cuspida no gato canal de Viih Tube é excluído. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/gente,apos-polemica-da-cuspida-no-gato-canal-de-viih-tube-e-excluido,10000090291>>. Acesso em 31 de março de 2017.

ESTATÍSTICAS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/yt/press/pt-BR/statistics.html>>. Acesso em 19 de março de 2017

FARIAS, Luiz Antonio (Org.) Relações Públicas estratégicas: técnicas, conceitos, e instrumentos. São Paulo: Summus, 2011.

FOLHA. Youtuber do Piauí passa porta dos fundos e tem o maior canal do Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2016/10/1819800-youtuber-do-piaui-passa-porta-dos-fundos-e-tem-o-maior-canal-do-brasil.shtml>>. Acesso em 28 de maio de 2017.

JULIANA BITTENCOURT. Perfil no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/junibitts/posts/365528936929482:0>>. Acesso em 06 de abril de 2017.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada, Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Summus, 2003.

MACHADO NETO, Manoel Marcondes. 4 Rs das Relações públicas plenas – proposta conceitual e prática para a transparência nos negócios. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2015.

NETO, SILVA, Belmiro da. Comunicação Corporativa e Reputação. Saraiva, 05/2010. [Minha Biblioteca]

PUREBREAK. Viih Tube: 5 polêmicas envolvendo a influenciadora que todo mundo comentou. Disponível em: <<http://www.purebreak.com.br/noticias/viih-tube-5-polemicas-envolvendo-a-influenciadora-que-todo-mundo-comentou/47400>>.

Acesso em 31 de março de 2017.

RIEL, Cees B. M. van. *Principles of corporate communication*. Hemel Hempstead: Prentice Hall, 1995.

TECHTUDO. Youtube faz 10 anos: descubra qual foi o primeiro vídeo do site. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2015/02/youtube-faz-10-anos-descubra-qual-foi-o-primeiro-video-do-site.html>>. Acesso em 11 de maio de 2017.

TORQUATO DO REGO, Gaudêncio. Estratégias de comunicação nas empresas modernas. In: III Congresso Brasileiro de Comunicação Empresarial. São Paulo: Aberje, 1985. Mimeo.

_____. Comunicação empresarial/comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estruturas, planejamento e técnicas. São Paulo: Summus, 1986.

O DIA. Depois do blog criado há cinco anos, Bianca Andrade já tem até casa própria. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/diversao/celebridades/2016-03-23/depois-do-blog-criado-ha-cinco-anos-bianca-andrade-ja-tem-ate-casa-propria.html>>. Acesso em 06 de abril de 2017.

VEJA. Quem foi a maior estrela da internet de 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/entretenimento/quem-foi-a-maior-estrela-da-internet-de-2016/>>. Acesso em 11 de maio de 2017.

VEJA. Viih Tube e o gato: o cuspe que bateu no ventilador. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/entretenimento/viih-tube-e-o-gato-o-cuspe-que-bateu-no-ventilador/>>. Acesso em 11 de maio de 2017.

VEJA ABRIL. Como Whindersson Nunes virou o rei do Youtube. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/tecnologia/como-whindersson-nunes-virou-o-rei-do-youtube/>>. Acesso em 06 de abril de 2017.

VEJA ABRIL. Blogueira Boca Rosa indeniza noiva após prejudicar festa. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/boca-rosa-indenizacao-casamento/>>. Acesso em 29 de agosto 2017.

WHINDERSSON NUNES. Disponível em: <<https://www.whindersson.com.br/>>. Acesso em 06 de abril de 2017.

YOUTUBE. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/informatica/youtube.htm>>. Acesso em 19 de março de 2017

YOUTUBE. Viih Tube perdendo inscritos ao vivo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KZTz8Dw2mho>>. Acesso em 31 de março de 2017.

YOUTUBE. Viih Tube, a cuspida, o gato e o que tá por trás. Disponível em:
<<https://www.youtube.c>

SMART CAMPUS FACENS

Gustavo de Castro Carvalho; UNESP, gustavo.castro.carvalho@usp.br*

Willian Alberto Amaro Marchioli; Facens, willian.marchioli@facens.br

Regiane Relva Romano; Facens, regiane.relva@facens.br

Luciana Gomes Pereira Pinto; Facens, luciana.gomes@facens.br

RESUMO

O Smart Campus Facens é um programa extracurricular no qual os alunos e professores desafiam conceitos e tecnologias para apresentar soluções aos problemas enfrentados pelas comunidades relacionados ao tema de Cidades Inteligentes, Sustentáveis e Humanas, utilizando os conceitos de *IoT* (Internet das Coisas) aplicados na Faculdade de Engenharia Facens – Campus Alexandre Beldi Netto. O campus da Facens é utilizado como um laboratório de aplicações com objetivo de pesquisar, integrar, desenvolver, implementar, testar e analisar soluções para Cidades Inteligentes, em parcerias com empresas nacionais e internacionais com notório saber e vasta experiência, de tal forma que os alunos possam acessar o estado da arte em soluções para Cidades Inteligentes, Sustentáveis e Humanas. Por estar situado dentro de uma faculdade de engenharia, o Smart Campus Facens, muito além de criar inovações para a engenharia e tecnologia, possui cunho educacional, proporcionando aos estudantes a visão holística do mundo contemporâneo, que abrange a multidisciplinaridade profissional, a urgente necessidade do exercício da cidadania e a prática da vida pessoal/profissional dentro dos conceitos de sustentabilidade. O programa foi estruturado com a parceria do MIT (Massachusetts Institute of Technology), nos seguintes eixos: Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Urbanização, Educação e Cultura, Energia, Saúde e Qualidade de Vida, Meio Ambiente, Mobilidade e Segurança, Indústria e Negócios e Governança. O projeto foi estruturado de forma que cada um dos eixos possua abrangência específica de sua área de conhecimento, permitindo ainda que haja interação de diferentes eixos em um mesmo projeto, aplicando na prática a integração necessária para Cidades Inteligentes.

Palavras-chave: Cidades inteligentes. Smart Campus. Tecnologia. Internet das Coisas. Laboratório vivo.

ABSTRACT

Smart Campus Facens is an extracurricular program where students and professors challenge concepts and technologies to propose solutions to the problems faced by communities related to Smart Cities, Sustainable and Human, using IoT concepts (Internet of Things), applied in the Engineering College Facens – Alexandre Beldi Netto. The campus is used as a prototyping laboratory to research, to integrate, to develop, test and analyze solutions to Smart Cities, in partnership with national and international companies with well-known and extensive experience, in such a way that students can access the state of the art solutions for Smart, Sustainable and Human Cities. As Smart Campus Facens, besides creating innovations for engineering and technology is inside of an engineering college, which its focus is educational besides creating innovations in engineering and technology. It provides to students a holistic view of the contemporary world, encompassing professional multidisciplinary, the urgent need to exercise citizenship and the practice of personal and professional life within the concepts of sustainability. The program was structured with MIT (Massachusetts Institute of Technology) partnership in the following areas: Information and Communication Technology (ICT), Urbanization, Culture and Education, Energy, Health and Quality of Life, Mobility and Security, Environment, Industry and Business, and Governance. The project was structured in such a way that each of the axis has a specific scope of its knowledge area, allowing also that there is interaction of different axes in a same project, applying in practice the necessary integration for Smart Cities.

Keywords: Smart Cities. Smart Campus. Technology. Internet of Things. Living Laboratory.

INTRODUÇÃO

O mundo pós Revolução Industrial passa por um intensivo e definitivo êxodo rural, tendo aliado a este processo o crescimento da população mundial. No trabalho de Draeger (2015), estudos recentes estimam que em 2050 o mundo possua 9 bilhões de pessoas, sendo que 66% delas viverão em cidades, o que representa um aumento significativo de cidadãos urbanos comparado ao ano de 1800¹⁴⁰, quando apenas 3%

140 Optimizing Cities Get the gist on the future of cities. Dennis D. Draeger, Abril 2015.

da população lá residiam. O autor complementa que o futuro destas cidades está sendo impactados diretamente por três fatores: crescimento populacional, mudanças climáticas e a tecnologia e que será necessário fazer um planejamento minucioso, para rever: processos de urbanização, mobilidade urbana, segurança, saúde e qualidade de vida, educação, gerenciamento de recursos naturais.

Simultaneamente ao processo de urbanização e crescimento da população a sociedade depara-se com os resultados da industrialização e economia capitalista do descartável, tornando-se refém do meio ambiente em que está inserida.

Em 2015, a ONU¹⁴¹ lançou a Agenda 2030, que é um plano de ação para fortalecer a paz universal com mais liberdade, e direcionar o mundo a um caminho sustentável e resiliente. Foram definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 Metas que buscam concretizar os direitos humanos de todos e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental; vigente 1º de janeiro de 2016, que orientarão as decisões ao longo dos próximos quinze anos. Tais objetivos estão ilustrados na Figura 1.

Figura 1 – Objetivos de desenvolvimento sustentável



Fonte: <http://www.onu.org.br/pos2015/> (acessado em 19/04/2015)

Para Jeremy Rifkin (2014), o mundo está às vésperas de uma mudança de paradigma, com tecnologias e infraestrutura reorganizando a vida das pessoas e necessitará de uma revisão completa para que ocorra de forma inclusiva e democrática. Rifkin ainda lembra que a sociedade está embarcando em uma revolução e, por conta disso, teremos que repensar tudo: como vive, convive, estuda, trabalha, se comunica, forçando a se reinventar de forma colaborativa, inovadora e disruptivas, impactando nas cidades que precisarão ser inteligentes.

¹⁴¹ <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> , acessado em 19/04/2015

Diante dessa contextualização, entende-se que um dos maiores desafios do mundo atual é a gestão de cidades altamente urbanizadas e tecnológicas, otimizando seus recursos naturais e responsabilizando-se pelos impactos da vida humana, de modo a garantir o futuro mundial.

Neste cenário surge o conceito de Cidades Inteligentes. Existem vários conceitos dados para as Cidades Inteligentes e diversas são as características que os estudiosos entendem como necessários que tornam uma cidade *smart*. World Foundation for Smart Communities define que as "*Cidades Inteligentes devem ser baseadas em um crescimento inteligente e planejado, por meio das TICs*". Segundo o grupo, "*Uma Comunidade Inteligente é uma comunidade que faz um esforço consciente para usar a tecnologia da Informação para transformar a vida e o trabalho dentro de seu território de uma forma significativa e fundamental, em vez de seguir uma forma incremental*". (California Institute for Smart Communities, 2001)

Conforme discutido por Carruthers (2014), o pesquisador americano Boyd Cohen define cidades inteligentes como "*as que conseguem se desenvolver economicamente ao mesmo tempo que aumentam a qualidade de vida dos habitantes ao gerar eficiência nas operações urbanas*".

Em contrapartida dessa evolução, o Brasil possui pouco investimento em P&D (pesquisa e desenvolvimento) de tecnologias e institutos de creditações tecnológicas. Isso forma demanda significativa por ambientes que propiciem prototipagens e espaço de testes para primeiras implementações tecnológicas de inovações nacionais e internacionais voltadas ao tema de Cidades Inteligentes.

A viabilização de projetos pilotos de tecnologias inovadoras traz ao Brasil oportunidades econômicas de desenvolvimento em temas emergentes, através da abertura de empresas de alta tecnologia e do oferecimento de capacitação de mão de obra para demandas que requerem conhecimentos altamente capacitados.

Diante desse cenário, e com objetivo de estar na vanguarda de aplicações práticas e vivências no que tange ao mundo ainda não completamente explorado, a Facens (Faculdade de Engenharia de Sorocaba) desenvolveu seu programa interno SCF -

Smart Campus Facens, onde os alunos podem criar, prototipar, implementar, testar, melhorar e produzir novos produtos e serviços que estarão preparados para esta nova realidade, diferenciando a formação de seus alunos, para que possam assumir posição de destaque no mercado de trabalho, sendo cidadãos conscientes e capacitados com o que está acontecendo no Brasil e no mundo.

Faculdade de Engenharia de Sorocaba (Facens). A primeira instituição de ensino superior fundada na região de Sorocaba, é mantida pela Associação Cultural de Renovação Tecnológica Sorocabana (ACRTS). Considerada uma entidade de Utilidade Pública Federal sem fins lucrativos, é certificada como filantrópica pelo Conselho Nacional de Assistência Social. A Facens concede inúmeras bolsas de estudos aos seus alunos que apresentam carência socioeconômica comprovada e investe todo o seu resultado em prol da Faculdade, o que possibilita à Facens ser uma faculdade em constante evolução.

A Facens oferece dez cursos de graduação: Engenharia Civil, Elétrica, Mecânica, de Computação, Mecatrônica, Química, de Produção, de Alimentos, Agrônômica e Tecnologia em Jogos Digitais, além de cursos de Pós-Graduação e extensão. Além da formação acadêmica tradicional, oferece diversas atividades extracurriculares aos seus alunos por meio de laboratórios e núcleos de projetos, de forma que a prática seja vivenciada durante a formação acadêmica. Dentre essas atividades, destacam-se núcleos de competições de carros e robótica, FABLab (laboratório de prototipação digital), o Smart Campus Facens – Living Lab de Cidades Inteligentes e diversas atividades sociais que envolvem os alunos, professores, funcionários e parceiros, objetivando intervenções na área de educação e assistência social, motivo pelo qual a Facens posiciona-se como uma Faculdade Cidadã.

Seu nível de ensino é reconhecido pelo mercado de trabalho, o que resulta no altíssimo percentual de 96% de empregabilidade de seus formandos.

A infraestrutura da faculdade possui qualidade suportada por 36 laboratórios muito bem equipados e tecnologicamente atualizados, assim como, destacado corpo docente, a nível acadêmico e profissional.

Esses fatores são decisivos para o reconhecimento ao trabalho pedagógico que a Faculdade desenvolve e, principalmente, à qualidade dos profissionais formados nela.

Smart Campus Facens. O programa teve início em setembro de 2014 quando idealizou-se a unificação de várias atividades desenvolvidas pelo campus da faculdade que possuíam relação com o tema de cidades inteligentes. Formatou-se uma apresentação inicial do projeto tomando como base estudos relacionados à cidades inteligentes no Brasil e mundo. O projeto foi submetido ao programa do Global Entrepreneurship Lab (G-Lab) – programa de aprendizagem prática oferecido na escola de administração Sloan no MIT (Massachusetts Institute of Technology) e, após passar por uma seleção criteriosa, foi aceito para ser desenvolvido pelo período de quatro meses, em parceria com a instituição.

O programa possui como missão “Proporcionar uma nova experiência de aprendizado multidisciplinar utilizando o campus como espaço de prototipagem” e visão “Apoiar a formação do engenheiro cidadão, por meio da solução de problemas reais, com a finalidade de multiplicá-las no contexto urbano”; os quais são apoiados por valores institucionais, tais como responsabilidade socioambiental, multidisciplinaridade, comprometimento, inovação, transparência, excelência, melhoria contínua e trabalho em equipe.

Eixos de atuação do Smart Campus Facens. As grandes áreas de estudo são divididas em eixo no Smart Campus, os quais são especificados a seguir.

- **Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)** tem por objetivo integrar pessoas e coisas, através de projetos de tecnologia e infraestruturas de comunicação. São apoiadas soluções inovadoras em Tecnologia da Informação e Comunicação, que contribuam para proporcionar, melhorar e ampliar a comunicação, o gerenciamento de informação, a qualidade de vida e a inclusão social.
- **Urbanização** visa o conhecimento de soluções inovadoras de materiais, processos e tecnologias de construções sustentáveis de baixo custo existentes no mundo, para adaptações necessárias ao nosso país. Neste eixo, são

estudadas também tecnologias ecológicas para edifícios, automação e eficiência energética.

- **Educação** atua de forma transversal a todos os demais eixos do Smart Campus Facens, apoiando projetos que contribuam com a formação do estudante, possibilitando que ele seja o protagonista da sua própria formação.
- **Energia** analisa, através de projetos, novas tecnologias e soluções inteligentes para geração, distribuição e fornecimento de energia, capacitando os estudantes da Facens para os desafios vindouros.
- **Saúde e Qualidade de Vida** visa integrar e propor atividades e projetos de Cultura, Lazer, Esportes, Saúde e Atividades Sociais dentro do campus, bem como, projetos de criatividade urbana. São apoiados projetos de produtos e serviços inovadores, focados no fomento à Qualidade de Vida dos cidadãos e também na gestão da saúde.
- **Mobilidade e Segurança** visa a implantação de projetos que apontem soluções para a dinâmica de mobilidade, criando novas opções de modais, bem como incentivando o uso e eficácia dos mesmos. No aspecto de segurança, os projetos são voltados para garantir a segurança geral dos usuários e patrimônio físico do campus e da comunidade. Além disso, são apoiadas soluções inovadoras voltadas para a eficiência no provimento da segurança pública, tais como soluções que permitam ao cidadão comunicar situações de riscos, violência, crime, entre outros, em tempo real; que ajudem a identificar e a prever a ocorrência de delitos, furtos, vandalismo e crimes em locais públicos tais como ruas, praças e transportes públicos; monitoramento inteligente de áudio e vídeo, integrado com sistema de alertas e emergências a partir da detecção automática dos eventos, entre outros.
- **Meio Ambiente** possui o compromisso de evoluir para um campus ambientalmente inteligente, com o objetivo de otimizar os recursos disponíveis, desenvolver e aplicar tecnologias, bem como promover mudanças culturais alinhadas a ótica do tripé “meio ambiente, sociedade e economia”.

- **Indústria e Negócios** propicia o desenvolvimento de soluções na área de produção, processos e tecnologias industriais inovadoras, que tenham foco na busca de otimização, racionalização, melhoria da qualidade de processos produtivos, da eficácia, do empreendedorismo e da gestão de negócios contemporâneos.
- **Núcleo Facilitador** integra, controla e direciona os esforços dos eixos, para que os trabalhos desenvolvidos visem enriquecer a formação dos alunos Facens, de forma interdisciplinar e prática. Também é responsável por interconectar os diversos departamentos, núcleos e laboratórios da Facens com o Smart Campus.

RESULTADOS

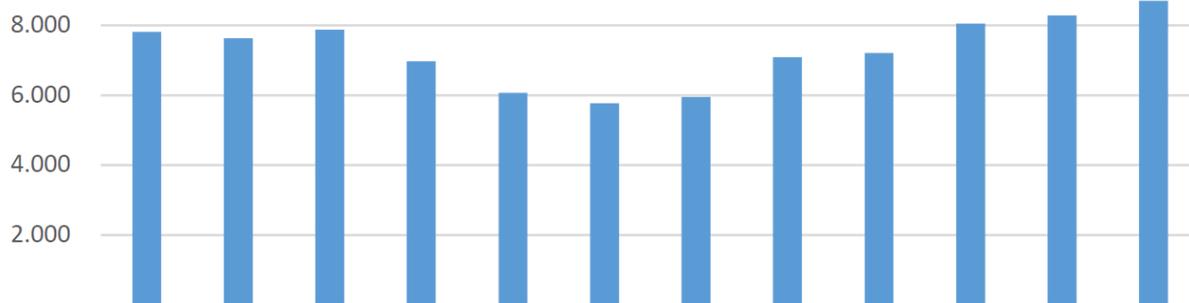
Os resultados obtidos pela implantação do Smart Campus Facens são bastante expressivos em indicadores que resumem os benefícios que o mesmo traz para a comunidade acadêmica como um todo.

Até setembro de 2017, o programa tinha em seu quadro de colaboradores acadêmicos 74 voluntários, 13 estagiários remunerados (estágio supervisionado), dos quais a maioria são de cursos como Engenharia Civil, Mecatrônica e Produção. Os trabalhos científicos no Smart Campus Facens somam 24 iniciações científicas em andamento, 5 trabalhos de conclusão de curso em andamento e 9 artigos publicados em 2017. Além disso, o Smart Campus esteve presente em 74 eventos científicos nacionais e 13 internacionais para divulgar o trabalho produzido e o modelo replicável *smart*.

O Smart Campus Facens também tem entregue projetos de qualidade que beneficiam o campus e a formação dos alunos, e os principais são abordados a seguir.

Telhado Fotovoltaico. Os painéis solares fotovoltaicos (60 kWp) foram instalados numa área aproximada de 480m², provendo em torno de 15% da energia anual demandada pelo campus. Para fins didáticos, também foi instalado um sistema *offgrid* (3 kWp) em uma área de 25m², junto com a entrega de diversos kits didáticos para montar um laboratório fotovoltaico. A estimativa mensal da geração de energia é ilustrada na Figura 2, apresentando média de 7.500 kWh por mês.

Figura 2 – Estimativa mensal de geração de energia por unidade fotovoltaica.



Fonte: Relatório técnico do projeto fotovoltaico.

Redutor de Vazão. Implantação de um redutor fabricado pelo SENAI em sistema de torneiras localizado no Laboratório de Hidráulica da Facens, a fim de comprovar a efetiva economia de água, e, assim, expandir o projeto ao município de Sorocaba. Através dos experimentos, foi observada uma redução média de consumo de água de 66%, cujo percentual é bastante significativo por se tratar de um recurso natural. Com esses resultados, a Facens promoveu uma campanha de Consumo Consciente da Água, distribuindo em torno de 4.000 unidades de redutor para a comunidade Facens e sociedade no município.

Laboratório de Prototipação Digital - FABLab. O Fab Lab Facens surgiu a partir da participação da Facens em um evento do projeto G-Lab (Global Entrepreneurship Lab) realizado em setembro de 2014 pelo MIT nos Estados Unidos. O laboratório conta com impressoras 3D, cortadoras a laser e *router* grande para utilização da comunidade acadêmica e sociedade em geral. Além disso, são oferecidos cursos de capacitação e oficinas em áreas como conceitos e aplicações sobre design, fabricação digital, eletrônica e software. Até junho de 2017, foram contabilizados a execução de 413 projetos acadêmicos, 163 projetos particulares, 2.343 atendimentos, 1.368 visitas e 69 cursos rápidos.

CONCLUSÃO

O futuro das cidades está sendo impactados diretamente por fatores como crescimento populacional, mudanças climáticas e a tecnologia e que será necessário fazer um planejamento minucioso, para rever processos de urbanização, mobilidade urbana, segurança, saúde e qualidade de vida, educação e gerenciamento de recursos naturais.

O programa Smart Campus Facens possui a missão de proporcionar uma nova experiência de aprendizado multidisciplinar utilizando o campus como espaço de prototipagem, composto de eixos diretamente relacionados com as necessidades das cidades inteligentes, tais como Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Urbanização, Educação, Energia, Qualidade de Vida, Meio Ambiente, Mobilidade e Segurança e Indústria e Negócios.

Desde a primeira geração de projetos, o Smart Campus sempre esteve aberto para integração de Iniciações Científicas e Trabalhos de Conclusão de Curso, oferecendo aos alunos temas de pesquisas relacionados à Cidades Inteligentes o acesso a dados reais, espaço físico e incentivo financeiro para prototipação. O Núcleo Facilitador, um dos eixos do Smart Campus Facens, capacitou três turmas de curso de Gestão de Projetos, Cidades Inteligentes e Internet das Coisas, agregando mais conhecimento aos alunos e tornando-os mais aptos ao desenvolvimento de soluções e inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- DRAEGER, D. "Optimizing Cities Get the gist on the future of cities", 2015.
- RIFKIN, J. "The Zero Marginal Cost Society", 2014.
- CALIFORNIA INSTITUTE FOR SMART COMMUNITIES. "Ten Steps to Becoming a Smart Community", 2001.
- CARRUTHERS, H. "Boyd Cohen: Sustainable Building Centre Guest Expert Series", 2014.

BEM-VINDO AO CLUBE: ANÁLISE DO POTENCIAL IDEOLÓGICO NO DISCURSO *HARDCORE*

Samanta Soares Martins (UNISO); samanta.s.martins@hotmail.com

Resumo: O cenário musical brasileiro é amplo e conhecido mundialmente, o Brasil é produtor de cultura e conhecido por sua diversidade de estilos. Após o levantamento do estado da arte, pude notar que diversas pesquisas sobre música, regionalidade e aspectos culturais têm sido tratado por diversas áreas e que esses estudos vão desde que ritmos extremos existentes à ritmos que se completam e conversam dentro da cultura. Meu objeto de estudo nesse artigo é o gênero musical *hardcore*, mais especificadamente a banda Dead Fish, formada em 1991. O motivo da escolha se deu pela localização geográfica da banda, eles são de Vitória/ES e fogem do popular eixo Rio de Janeiro/RJ – São Paulo/SP. O objetivo da pesquisa é estudar através da análise do discurso de que forma o capitalismo e outras formas de dominação são retratados nas composições da banda, a fim de verificar qual o potencial ideológico desse discurso. Buscarei também verificar quais outros elementos que compõem o discurso podem influenciar a análise, bem como os elementos sonos e não-sonoros. Para cumprir essa pesquisa, me apoiarei ao conceito de ideologia proposto por John B. Thompson, o autor propõe que a ideologia ocorre através de modus de operação e que através das formas simbólicas são utilizados para sustentar e estabelecer relações de dominação. Utilizarei também técnicas de análise do discurso, a fim de indicar e evidenciar os atores participantes que compõem as formas simbólicas a serem estudadas. Por fim, ao falar dos elementos sonoros e não sonoros buscarei autores como Jeder Silveira Janotti Junior.

Palavras-chave: Música. Ideologia. Produção de sentido. Análise do discurso.

Abstract: The Brazilian musical scene is wide and known worldwide, Brazil is a producer of culture and known for its diversity of styles. After surveying the state of the art, I noticed that several researches on music, regionality and cultural aspects have been dealt with in several areas and that these studies range from extreme rhythms to the rhythms that complete and converse within the culture. My object of study in this article is the *hardcore* musical genre, more specifically the band Dead Fish, formed in 1991. The reason for the choice was the geographical location of the

band, they are from Vitória / ES and flee from the popular Rio de Janeiro / RJ - São Paulo / SP. The objective of the research is to study through discourse analysis how capitalism and other forms of domination are portrayed in the band's compositions in order to verify the ideological potential of this discourse. I will also try to verify which other elements that make up the discourse can influence the analysis, as well as the elements sonos and non-sonorous. To fulfill this research, I will support the concept of ideology proposed by John B. Thompson, the author proposes that ideology occurs through modus of operation and through symbolic forms are used to sustain and establish relations of domination. I will also use techniques of discourse analysis in order to indicate and highlight the participating actors that make up the symbolic forms to be studied. Finally, when speaking of the elements of sound and non-sound, I will seek authors like Jeder Silveira Janotti Junior.

Keywords: Music. Ideology. Production of meaning. Discourse analysis.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento. Tal pesquisa tem como objetivo central contribuir para compreender os vínculos entre música popular e as formas de dominação que atravessam nossa sociedade, focalizando o gênero *hardcore*. A escolha se deu após o levantamento do estado da arte, busquei pesquisas que tivessem como tema central o rock, a música e que estivessem relacionadas de alguma forma como análise do discurso, encontrei alguns trabalhos que falassem sobre a relevância política do *hardcore*, bem como sobre o *punk*, mas que não estavam dentro do campo da comunicação e também não se apoiavam no discursos para tal. Outro ponto relevante do resultado obtido no levantamento do estado da arte foi que os estudos que falam diretamente sobre o rock brasileiro, utilizam como banda nomes conhecidos dentro do chamado Rock BR, bandas do eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Por isso, escolhi como representante do movimento uma banda do Estado do Espírito Santo, Dead Fish. Optamos por selecionar e analisar 10 letras de música da banda. Ao analisar essas letras, buscamos responder as seguintes questões: como o modo de produção capitalista é construído nos discursos do *hardcore*? Este discurso pode ser considerado potencialmente ideológico?

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste tópico, irei apresentar o conceito de ideologia que norteia a minha pesquisa, bem como apresentar e fundamentar as escolhas utilizadas. Para falar sobre as relações de dominação existentes na sociedade capitalista, irei trabalhar com o conceito proposto por John B. Thompson sobre ideologia e num segundo momento utilizarei a Hermenêutica de Profundidade como metodologia de pesquisa.

1. Ideologia

Thompson propõe conceitualizar ideologia em termos das maneiras de como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para sustentar e estabelecer relações de dominação. Define ele:

estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas . (THOMPSON, 2000.P. 79)

Vale ressaltar que “poder” e “dominação” têm conotações distintas quando falamos sobre ideologia agir através de formas simbólicas, servindo para sustentar e manter relações. A ideologia compreende que a dominação se entrecruza com o poder. Poder está relacionado com a capacidade conferida institucionalmente, de um determinado grupo que está localizado socialmente e com suas qualificações sociais associadas a essa posição. Entenderia, dessa forma, que qualquer produção de efeito discursivo pode ser potencialmente ideológica, uma vez que toda produção simbólica se relaciona com poder. O conceito de dominação trata-se especificadamente de relações sistematicamente assimétricas, quando grupos de agentes possuem poder de uma maneira permanente e em grau significativo. Seguindo esse ponto de vista, ideologia serve para estabelecer e sustentar relações de dominação, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes. O objetivo dos estudos acerca da ideologia é compreender de que maneira as formas simbólicas são utilizadas para que a ideologia possa operar.

Abaixo podemos visualizar as cinco principais formas de operação da ideologia, deixando claro que o autor ao fazer essa separação não quer limitar os modos como única maneira na qual a ideologia opera, ou que eles operam independentemente um do outro, pelo contrário, os modos podem se reforçar operando juntos. Vale ressaltar

também que para sabermos se determinada forma simbólica é ideológica ou não, depende de como ela foi simbolicamente construída através destas estratégias.

QUADRO 1. Modus De Operação Da Ideologia

Modos Gerais	Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativação
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo
Unificação	Estandarização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reitificação	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

FONTE: baseado em Thompson, 2000.

O primeiro *modus operandi* considera a dominação como uma forma justa e digna de apoio. Fundamentada por Weber se distingue por três fundamentos, são eles os racionais, os tradicionais e os fundamentos carismáticos que se expressão através das estratégias de construção das formas simbólicas. Explica o autor que “exigências baseadas em tais fundamentos podem ser expressas em formas simbólicas através de certas estratégias típicas de construção simbólicas”, essas estratégias podem ser subdivididas em racionalização, universalização e narrativização. Completa Thompson “de fato, as tradições, muitas vezes, são inventadas a fim de criar um sentido de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência do conflito”.

O segundo *modus operandi* determina que relações de dominação podem ser ocultadas, negadas ou simplesmente desviada de nossa atenção, caracterizando assim a dissimulação. A dissimulação tem como estratégia deslocamento, eufemização e o tropo. Por tropo, segundo Thompson, entendo o uso figurativo da linguagem ou, mais em geral das formas simbólicas como a metonímia e a metáfora.

Sobre deslocamento o autor diz que é um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa usado para se referir a outro, desta forma as conotações positivas ou negativas são transferidas para o outro objeto ou pessoa. O terceiro *modus operandi* é a unificação, quando indivíduos - independentemente das diferenças de classe ou gênero, participam de uma identidade coletiva. Nesse *modus operandi* a estratégia ocorre através da padronização “essa é uma estratégia seguida, por exemplo, pelas autoridades de Estado, que procuram desenvolver uma linguagem nacional, em um contexto de grupos diversos e linguisticamente diferenciados”. Outra estratégia é a simbolização da unidade, “envolve construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos”.

O quarto *modus operandi* ocorre através da fragmentação, relações de dominação podem ser mantidas através da segmentação de um “ator” que possa ser visto como desafio real ao grupo dominante, cria-se a figura de um inimigo “público”, tratado como perigoso e ameaçador. Estratégia de desenvolver um inimigo público, retratado como mau, perigoso e ameaçador, diante desse cenário justifica-se a estratégia apresentada como expurgo do outro. Um exemplo clássico disso foi a forma como o Nazismo retratou a figura dos dissidentes políticos como “inimigos do povo”.

O último *modus operandi* faz crer que uma situação histórica transitória é permanente, natural e atemporal. Neste *modus* opera estratégia da eternalização aonde, um fenômeno sócio histórico é esvaziado do seu caráter histórico e apresentado como permanente. A naturalização e a passivização também são estratégias de construções simbólicas.

Um último conceito válido para este trabalho está relacionado com o aspecto crítico o qual a forma simbólica pode representar. O autor diz que “a própria existência da ideologia pode provocar sua contradição: as pessoas, ao invés de aceitar passivamente as formas ideológicas e as relações de dominação por elas sustentadas, podem contestar ou denunciar essas formas e relações, podem ridicularizá-las ou satirizá-las”. Neste sentido temos as formas simbólicas e seus discursos como formas de criticar as relações ideológicas, podendo ser denominadas como discursos crítico-ideológico, no qual o seu objetivo não é manter e sim minar relações de dominação.

HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE

Apresentarei aqui a HP como metodologia de pesquisa. Segundo Thompson todas as formas simbólicas estão situadas de forma temporal e local, logo deve-se

compreender todos os fatores externos ao discurso: quem diz, quando diz, como diz, aonde diz e qual o objetivo.

Segundo Thompson;

A HP nos fornece como que um esquema intelectual que nos possibilita ver como as formas simbólicas podem ser analisadas sistematicamente e apropriadamente – isto é, de uma maneira que faça a justiça ao seu caráter de construtos situados social e historicamente, que apresentam uma estrutura articulada através do qual algo é representado ou dito. O referencial teórico da HP nos possibilita avaliar os méritos de métodos específicos de análise – seja da análise sócio-histórica, formal ou discursiva – enquanto nos possibilita ao mesmo tempo determinar seus limites.(THOMPSON, 2000.P. 377)

A HP propõe a análise da forma simbólica feita em 3 etapas: Análise sócio-histórica, Análise Formal ou Discursiva e Interpretação/Reinterpretação. Na imagem abaixo podemos visualizar de que forma essa separação é possível e quais seus possíveis desdobramentos:

FIGURA 1. Hermenêutica de Profundidade



FONTE: Thompson, 2000.

A primeira etapa do processo compreende que as formas simbólicas, uma vez que produzidas dentro de campos de interação, sofre influência das condições sociais e

históricas do período em que foi produzida, colocada em circulação e reproduzida. A análise sócio-histórica justamente serve para reconstruir esse cenário. Importante salientar que “campo” não se refere a um espaço geograficamente delimitado, mas sim num meio aonde ocorre interação. Para o cumprimento dessa etapa realizamos um breve levantamento sobre o contexto histórico-político no qual a banda estava inserida ao compor as letras escolhidas, bem como uma breve contextualização do cenário *hardcore* no Brasil.

Em segundo momento da análise o objeto deixa de ser o cenário e passa a ser a própria produção simbólica. A Análise Formal ou Discursiva, que pode ser feita através de semiótica, análise da narrativa, análise do discurso e entre outras, se interessa pela organização interna das formas simbólicas: suas características estruturais, seus padrões e suas relações.

Foram escolhidas 10 (dez) letras compostas desde o primeiro até o mais recente álbum da banda, o processo de escolha se deu de forma aleatória por meio das relações de *setlists* dos shows de maiores públicos da banda. Especialmente para a realização deste artigo, a letra utilizada foi composta em meados de 2014. A canção intitulada “Vitória” da nome ao álbum que foi lançado em fevereiro de 2015.

O último enfoque é o movimento de Interpretação e Reinterpretação. Sobre isso Thompsn diz que;

Por mais rigoroso e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito. (THOMPSON, 2000.P. 375)

Desta forma, compreende-se que toda produção simbólica diz algo sobre algo e que a interpretação é sempre influenciada pelo contexto sócio-histórico, logo toda forma simbólica pode ser interpretada e reinterpretada em diferentes contextos.

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA

Conforme citamos no capítulo acima, toda forma simbólica sofre influências direta do seu contexto histórico, social e político na sua produção e interpretação. Este capítulo tem como objetivo traçar um panorama sobre a história do *hardcore*, buscando compreender quais suas origens e influências, também contextualizar o momento político brasileiro, citando os principais acontecimentos. Traremos também a

contextualização histórica sobre a cena musical que acontece no Estado do Espírito Santo e compreender qual a sua influência na origem e identidade da banda Dead Fish.

1. Hardcore no Brasil

O levantamento histórico sobre o início do hardcore no Brasil, bem como o levantamento sobre a cena em determinado local específico parte de uma série de artigos de revistas, blogs, vídeos e algumas teses que encontrei sobre o assunto. Primeiramente temos de falar sobre o Punk e aí então sobre o hardcore punk, ou apenas o hardcore. Segundo Yuriallis Bastos:

As influências fundamentais e primordiais que possibilitaram o surgimento do punk foram fundidas pela primeira vez em 1965, nos Estados Unidos; se foi lá que o movimento teve seu batismo, e se o *punk* sempre surgiu e surge primeiramente com as bandas e com o visual (elementos culturais) para depois surgirem outros elementos culturais, políticos e ideológicos, como o *fanzine* e o antimilitarismo. (BASTOS, 205.P.302)

Deste modo o *punk*, antes de 1976 como é conhecido pela cena inglesa, já trazia em seu contexto discussões políticas. O *punk* era um modo de expressão para problemas sociais, uma forma revolucionária, não seguia etiquetas estabelecidas socialmente e retratava em sua forma a crítica política.

Anarquia, *hardcore*, antiautoritarismo, irreverência, androginia, ateísmo, subversão, revolta e autonomia não são apenas palavras ditas para causar efeito, impressionar. Isso tudo é sentimento, isso é uma postura do punk, isso são os princípios gerados na luta que o punk trava cotidianamente contra esse sistema assassino. Essas palavras são absorvidas como antídoto que garante a nossa vivência, é o combustível que move, que alimenta e que mantém o punk vivo! (Íntimo Punk Estraçalhado, nº 6, maio/2002).

Neste mesmo período o punk chega ao Brasil, o período coincidiu com o período da Ditadura Militar, a forma de protesto de jovens ingleses e americanos, rapidamente foi incorporada ao cenário de jovens brasileiros. A cidade de São Paulo/SP, foi uma das primeira aonde o movimento começa a ganhar força, através de bandas como a AI-5 que fazia crítica direta ao militarismo. Em outros pontos como Brasília, Bahia e Rio de Janeiro também começam a surgir bandas que até hoje são influências no cenário do rock brasileiro. No ano de 1982 o punk ganhou maior visibilidade após o festival "O Começo do Fim do Mundo", aonde bandas como Ratos de Porão e Inocentes fizeram apresentações. Este festival foi inteiramente organizado pelas bandas, desde cartazes, divulgações e materiais fonográficos produzidos. O punk brasileiro era parte da cena independente.

No período entre final de 70 e início dos anos 80, nos Estados Unidos o número de gravadoras se apropriando das bandas que faziam parte do circuito independente, o estilo começou a ser trabalhado de forma mais consciente e da início ao então *hardcore*, esse estilo que pode ser considerado como um desdobramento do punk. Passados os anos 80, início dos anos 90 aonde outros estilos como o *grunge* dominavam indústria fonográfica, no Brasil tínhamos banda como Raimundos e Nação Zumbi, que misturavam elementos do *hardcore* com forró e outros ritmos brasileiros.

A CENA MUSICAL NO ESPÍRITO SANTO

Embora em grandes pesquisas e documentários as cenas do movimento rock brasileiro sejam sempre citadas entre São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília o Estado do Espírito Santo detém um cenário importante de onde saíram bandas como o Dead Fish, Manimal e Pé do Lixo. A cena *hardcore* no E.S. começou a ganhar corpo no ano de 1995 com o aparecimento de bandas que utilizavam o discurso da musica capixaba, mas com estilo próprio. A grande influência que os Estados Unidos tinham sobre toda a cena nacional, fazia com que as bandas tivessem de primeiro momento todas as composições cantadas em língua inglesa. Após o primeiro disco do Nação Zumbi, essas bandas viram que era possível juntar elementos da cultura local e manter a identidade do rock.

ANÁLISE DISCURSIVA

O objetivo desse capítulo é compor parte do referencial teórico compreendendo a análise do discurso e as possibilidades de fazê-la. Segundo Pêcheux, um discurso é

determinado por um sistema linguístico e as condições de produção. As condições de produção, segundo o autor, são definidas pelos lugares ocupados pelo emissor e receptor na estrutura de uma formação social.

O discurso segundo Potter e colaboradores, focaliza três pontos: função, construção e a variação.

A função refere-se ao discurso tomado como ação, pois é tão produtor da realidade quanto qualquer ação concreta. *Construção* diz respeito ao uso de recursos linguísticos preexistentes – os repertórios interpretativos –, o que implica seleção e escolha. Por fim a *variação* é concebida como consequência da função e da construção, ou seja: se o discurso é construído para a ação, diferentes situações implicariam a construção de diferentes discursos. (JANE, 2004. P.20)

Estas perspectivas sobre discurso que trago para esta pesquisa, seguindo os pressupostos construcionistas, enfatizam os contextos específicos de cada forma simbólica em sua produção, reprodução e circulação. Tanto o sujeito quanto o objeto são construções sócio-históricas que precisam ser problematizadas e desfamiliarizadas, isto é, analisando as diferentes situações que implicam na construção do discurso.

O objetivo por trás da análise do discurso, e da utilização de técnicas para fazê-la é compreender de que forma o sentido é construído. Buscarei através da utilização de repertórios linguísticos entender a construção de “fatos” e “realidades”. A técnica de utilização de repertórios nos permite que sejam analisadas diferentes formas de falar do mesmo assunto. Buscarei também evidenciar quem são os “atores” presentes e de que forma eles contribuem para a construção do sentido.

CONCLUSÃO

Este artigo objetivou apresentar parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, na qual busca realizar um estudo sobre o discurso produzido pelo gênero musical *hardcore*. Mais precisamente, este artigo trouxe parte do referencial teórico e conceito-chave que norteará toda a pesquisa.

Segundo Thompson a ideologia atua para servir e sustentar relações de dominação assimétricas. A ideologia desta forma atua através das formas simbólicas na qual

apontamos brevemente. Para continuação dessa pesquisa, procuraremos compreender de que forma essas formas simbólicas, através da análise do discurso, constrói sentido e de que forma esse sentido pode ser interpretado e reinterpretado. Como metodologia de pesquisa a hermenêutica de profundidade, também proposta por Thompson será utilizada para toda a pesquisa. Esse método visa, através das etapas vistas, apresentar as condições sócio-históricas – como as interações que ocorrem dentro do campo e como elas podem ser fatores de influências na produção da forma simbólicas, analisar o discurso para então poder interpretar e reinterpretar os sentidos. Outro ponto a ser também colocado em questão na pesquisa é sobre os conceitos relacionados a campo e de que forma, dentro do campo musical no Brasil, o gênero em questão é retratado e qual o seu espaço.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Yuriallis Fernandes. **Partidários do anarquismo, militantes da contracultura:** um estudo sobre a influência do anarquismo na produção cultural anarco-punk. *Caos: Revista Eletrônica de Ciência Sociais*, João Pessoa, n.9. set 2005.
- DIAS, Carlos. **Sobre o punk e o hardcore:** entre a rebeldia e a cooptação. Disponível em: <<http://newyeah.com.br/sobre-o-punk-e-o-hardcore-entre-rebeldia-e-cooptacao/>>. Data do acesso: 02 de junho de 2017.
- ÍNTIMO PUNK ESTRAÇALHADO. João Pessoa: anarco-punk , n.6, maio. 2002
- OLIVEIRA, Roberto Camargo. **Do punk ao hardcore:** elementos para uma história da música popular no Brasil. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, vol. 3 n.1. Janeiro/Julho de 2011.
- SANA, Diego. **Analisando a cena musical capixaba.** Disponível em: <<http://www.sanainside.com/arquivos-do-central-da-musica/musica-capixaba/analizando-a-cena-musical-capixaba/>>. Data do acesso: 07 de junho de 2017.
- SPINK, Mary Jane [et al.]. **A produção de informação na pesquisa social:** compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro/RJ, 2014.
- SPINK, Mary Jane [et al.]. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.** Edição Virtual. Rio de Janeiro/RJ: Editora Cortez, 2004.
- THOMPSON, John. B. **Ideologia e Cultura Moderna:** Teoria Social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2000.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – IMPLANTAÇÃO DA CONTEINERIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAPELA DO ALTO – SP

Mayara Domingues de Moraes, Universidade de Sorocaba; Discente do curso de Engenharia Ambiental, mayara_dominguess@hotmail.com*

Darllan Collins da Cunha e Silva, Universidade de Sorocaba; Coordenador do curso de Engenharia Ambiental, darllan.silva@prof.uniso.com.br

Palavras-chave: Resíduos Sólidos. Armazenamento Adequado. Gerenciamento de Resíduos.

INTRODUÇÃO

A urbanização das cidades, o crescimento populacional e o consumo desenfreado têm contribuído para o aumento da produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). O descarte por sua vez segue a mesma linhagem da produção, porém de maneira incorreta na maior parte do tempo, causando grandes influências no ar, água e solo. (FADINI; FADINI, 2001)

Hoje os brasileiros descartam cerca de 76 milhões de toneladas de lixo, a qual 30% poderia ser reaproveitado, mas apenas 3% é encaminhado a reciclagem. Em cerca de dez anos, o número de municípios que aderiram os programas de reciclagem passou de 81 para 900. Um em cada três lares no país realizam a separação do resíduo orgânico do seletivo. Um valor baixo em relação a quantidade de municípios existentes no Brasil (GLOBO, 2015).

Diante de toda problemática gerada pelo descarte inadequado dos resíduos, buscou-se medidas para o gerenciamento dessa questão. A containerização surge como uma medida preventiva para a gestão adequada dos resíduos sólidos. O simples armazenamento dos resíduos que são descartados nos contêineres até o momento da retirada, evitando que os mesmos fiquem expostos, além da otimização no serviço de coleta e operação (CONTEMAR AMBIENTAL, 2017).

OBJETIVO

Demonstrar os benefícios do gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, através da mecanização da coleta e implantação dos contentores para o armazenamento de resíduos sólidos, em recicláveis e não recicláveis.

MÉTODOS

O processo metodológico foi baseado na coleta e análise de dados da implantação do sistema de containerização no município de Capela do Alto – SP, embasado no marco regulatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos que reúne um conjunto de princípios e diretrizes que prevê a não geração, redução, reutilização de materiais passíveis de reaproveitamento, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Ressalta-se que antes do processo de containerização foi realizado um trabalho de educação ambiental para melhor compreensão e aceitação dos munícipes.

Para a análise do processo de containerização, foram adquiridos dados do Departamento de Meio Ambiente do município de Capela do Alto. Esses dados são referentes ao período de dois meses após a implantação destes equipamentos e são indicadores que buscam retratar a eficiência do recolhimento de resíduos urbanos. Para isso, foram levantados os seguintes dados: número de resíduos orgânicos coletado, número de material reciclável coletado, distância percorrida nas rotas de coleta, e quantidade de horas trabalhadas. Nesse estudo, esses dados foram transformados em indicadores para avaliar a dimensão dos benefícios gerados por esse processo de containerização.

RESULTADOS

Através das observações realizadas, foi possível constatar um aumento na coleta dos resíduos não recicláveis, em 2016 foi coletado um total de 360 toneladas/mês, em 2017 o número foi para 390 toneladas/mês, portanto, teve um aumento de 8,4% na coleta desse resíduo, de modo que reduziu a ação de animais e de intempéries, pois o material se manteve devidamente armazenado até o horário de sua retirada.

Outro ponto alcançado foi o aumento do número de recicláveis encaminhados ao centro de triagem, no ano de 2016 foram coletadas 14 toneladas/ mês, em 2017 o número foi de 21,6 toneladas/mês. O índice da coleta seletiva passou de 3,75% para 5,25% no ano de 2017, evitando assim que materiais passíveis de reaproveitamento fossem encaminhados ao aterro sanitário.

Em relação as rotas de coleta, em 2016 eram percorridos 5 285 Km, em 2017 esse número baixou para 3 630 Km. Com redução da rota também houve redução nas horas trabalhadas, em 2016 eram realizadas coletas em um turno de 10 h diárias, em 2017 esse número foi para 4h diárias.

Segundo Monique Gerbi (2014), o município de Passo Fundo–SC utiliza o sistema de containerização, ao todo recebe 6.000 toneladas/mês de resíduos recicláveis e não recicláveis, a quantidade de não recicláveis é de 3.800 toneladas/mês, e de reciclável 1500 toneladas/mês. A cooperativa triava 7% dos recicláveis com alguns pontos do município containerizado, após a expansão para mais localidades a quantidade hoje triada atingi 10% do material.

Desta forma os resultados apresentados sobre a adoção de medidas de controle de resíduos como, por exemplo, a coleta mecanizada e a utilização de contentores de alocação de resíduos, podem auxiliar significativamente no controle da poluição, uma vez que o material gerado pelos munícipes será alocado de uma maneira melhor.

CONCLUSÃO

Conclui-se que é grande a fragilidade no sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos, É importante incentivar a mudança de consumo da população, as ações da municipalidade devem buscar técnicas adequadas de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, como ponto de partida, a população deve se conscientizar que o lixo é de responsabilidade de todos os geradores, o papel de recusar produtos com embalagens desnecessárias, evitar o desperdício, reaproveitar materiais, contribuir para a coleta seletiva e procurar priorizar a utilização de embalagens retornáveis, cabe a todos.

Após a adoção de medidas mitigadoras, como a implantação da containerização na área central do município de Capela do Alto, os resultados alcançados foram satisfatórios. Tal iniciativa formou multiplicadores dos conceitos de sustentabilidade obtidos pelo novo sistema, a população foi muito participativa no processo de aceitação.

REFERÊNCIAS

CONTEMAR AMBIENTAL. **Coleta Mecanizada**. Disponível em: <<http://www.contemar.com.br/coleta-mecanizada>>. Acesso em: 25 de Agosto de 2017.

FADINI, P. S.; FADINI, A. A. B. **Lixo: desafios e compromissos**. Disponível em: <<http://sbqensino.foco.fae.ufmg.br/uploads/314/lixo.pdf>>. Acesso em: 28 de Agosto de 2017.

GLOBO. **Apenas 3% de todo o lixo produzido no Brasil é reciclado.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/04/apenas-3-de-todo-o-lixo-produzido-no-brasil-e-reciclado.html>>. Acesso em: 27 de Agosto de 2017.

GERBI, Monique. **Diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos no município de Passo Fundo com ênfase na containerização.** 2014. 76 páginas. Monografia, Engenharia Ambiental, Unesp – Sorocaba.

DEFINIÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA APA DO RIBEIRÃO ENGENHO D'ÁGUA EM PORTO FELIZ (SP)

Monica Kiyoto Moro (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental. monicakmoro@hotmail.com *

Matheus Matsumoto Pinheiro (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental. matsumoto.pinheiro@gmail.com

Kauê Jacque Moya (Universidade de Sorocaba); discente do curso de Engenharia Ambiental. kauejacquemoya@hotmail.com

Darllan Collins da Cunha e Silva (Universidade de Sorocaba); coordenador do curso de Engenharia Ambiental. darllan.silva@prof.uniso.br

Palavras-chave: Conservação. Áreas prioritárias. Geoprocessamento. APP.

INTRODUÇÃO

O crescimento populacional fez com que as áreas naturais fossem destruídas para a expansão urbana, atividades agrícolas e exploração de recursos naturais. Essas mudanças no uso e cobertura do solo ocorreram sem planejamento ambiental, gestão do território e dos recursos naturais comprometendo a qualidade ambiental e concorrendo para a degradação do ambiente (TEIXEIRA, 2005; SARTORI et al., 2011).

Nossack et al. (2014) afirma que a substituição das áreas naturais por outras coberturas colabora com a geração, transporte e deposição de sedimentos nos corpos d'água; isso compromete, diretamente, a qualidade da água para o abastecimento público. Dessa forma, a preservação das áreas no entorno de nascentes e cursos d'água impede a compactação do solo, o processo erosivo e de assoreamento, o que facilita a infiltração da água no solo contribuindo para o armazenamento de água na bacia; e retenção dos sedimentos no solo antes de atingirem os flúmens.

As matas ciliares auxiliam na absorção de nutrientes e retenção de agrotóxicos, além de exercerem a função de corredores ecológicos ao promoverem a ligação dos fragmentos florestais, isso garante o crescimento das populações e o fluxo gênico; além da preservação das espécies. As matas proveem matéria orgânica para a rede

alimentar e os troncos e galhos que caem nos corpos d'água formam pequenos habitats de forma a salvaguardar espécies da fauna e flora (ATTANASIO et al., 2006). O mapeamento das áreas prioritárias para recuperação ambiental do Ribeirão Engenho d'Água será feito por meio do Sistema de Informação Geográfica (SIG). O SIG é uma ferramenta capaz de manipular uma grande quantidade de dados, interpretar e processar imagens digitais obtidas a partir de sensoriamento remoto. Portanto é possível controlar, monitorar e representar alvos na superfície terrestre, sendo imprescindível para análises ambientais; conforme verificado nos trabalhos de Zambon et al. (2005); Araújo, Freire (2013) e Saito (2009).

OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo a definição de áreas prioritárias para recuperação ambiental das Áreas de Preservação Permanente da Área de Proteção Ambiental do Ribeirão Engenho d'Água, manancial de suma importância para um futuro abastecimento público do município de Porto Feliz (SP).

MÉTODOS

A área de estudo está inserida na Área de Proteção Ambiental do Ribeirão Engenho d'Água delimitada pela Lei Municipal Nº 4.170 de 25 de outubro de 2004, localizada no município de Porto Feliz (SP). A população de Porto Feliz estimada no ano de 2016 era de 52.221 pessoas, distribuídas em uma extensão territorial de 556,7Km² (IBGE, 2017).

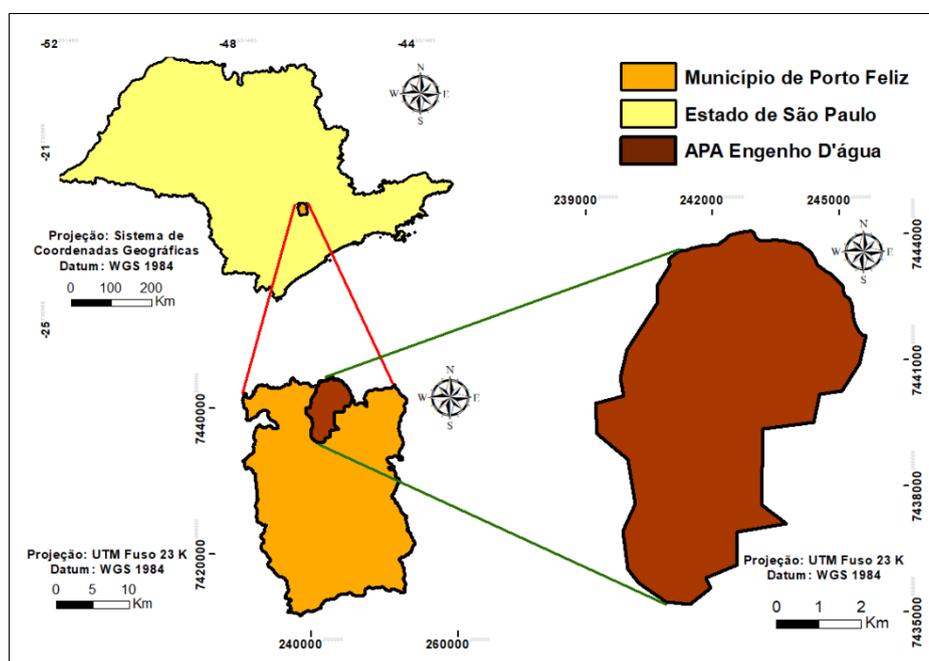


Figura 1 – Localização da APA Engenho

A base cartográfica de dados, tais como, delimitação da área da APA, hidrografia, APPs das nascentes, remanescentes de Mata Atlântica, curvas de nível, tipologia e uso do solo da APA Engenho d'Água foi disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Porto Feliz. Com a extração dos dados no software ArcGIS versão 10.4.1 foram elaborados os mapas de pedologia, classificação de declividade segundo Ross (1994), uso e ocupação do solo, culminando na delimitação da área de preservação permanente existente na APA Engenho d'Água. Tendo sido classificados os mapas, estes foram recortados dentro do limite das APPs da APA Engenho d'Água.

Tendo posse dos recursos acima mencionados, foram estabelecidos critérios para priorizar as áreas passíveis de recuperação ambiental das áreas de preservação permanente da APA Engenho d'água, visto que a priori possuem prioridade por serem respaldadas pela Lei Federal 12.651/2012, segundo a análise metodológica de multicritérios, que consistiu na elaboração de uma matriz em que as variáveis equacionáveis foram a classificação de declividade de acordo com Ross (1994), pedologia (erodibilidade do solo), esta sendo valorada com base na metodologia de Salomão (1999), e uso e ocupação do solo, a qual foram atribuídos valores diferenciados de acordo com sua ocupação e cobertura vegetal; tendo maior relevância as áreas como as de cultura e ocupação rural, menor prioridade áreas com pastagem, vegetação arbustiva e vegetação de várzea, e nenhuma prioridade

remanescentes de Mata Atlântica e reflorestamento. Para essa classificação foram atribuídos os seguintes valores: 5 para as áreas como as de cultura e ocupação rural; 1 para as áreas com pastagem, vegetação arbustiva e vegetação de várzea e; 0 remanescentes de mata atlântica e reflorestamento.

A elaboração da matriz consistiu na transformação dos dados vetoriais, fruto das classificações acima citadas, em dados matriciais que foram sobrepostos e calculados, através da ferramenta *Raster Calculator* do software arcGIS, segundo a equação (1), lembrando que em todos os mapas os valores variavam de 1 a 5, com exceção do mapa de uso do solo que tem valor igual a 0 atribuídos para as áreas com presença de vegetação. Por isso, o máximo valor verificado na multiplicação será igual a 125 e o menor valor igual a 0, quando os valores finais são divididos por 125, temos os valores do indicador de prioridade de recuperação variando de 0 a 1.

$$IPR = \frac{\text{Classe de uso do solo} \times \text{Classe pedológica} \times \text{Classificação de declividade}}{125} \quad (1)$$

Sendo, IPR igual a Indicador de Prioridade de Recuperação.

Os valores correspondentes aos indicadores de prioridade foram, através da equação (1) e da ferramenta *Reclassify* do software arcGIS, calculados e classificados conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Tabela de Classificação do indicador de prioridade de recuperação da mata de APP.

Indicador de prioridade de recuperação	
Valor	Prioridade
0,01 a 0,20	Muito baixa
0,21 a 0,40	Baixa
0,41 a 0,60	Média
0,61 a 0,80	Alta
0,81 a 1,00	Muito alta

RESULTADOS

A Figura 2 apresenta a matriz de valores do indicador de áreas prioritárias para recuperação da vegetação da APP da APA Engenho d'água.

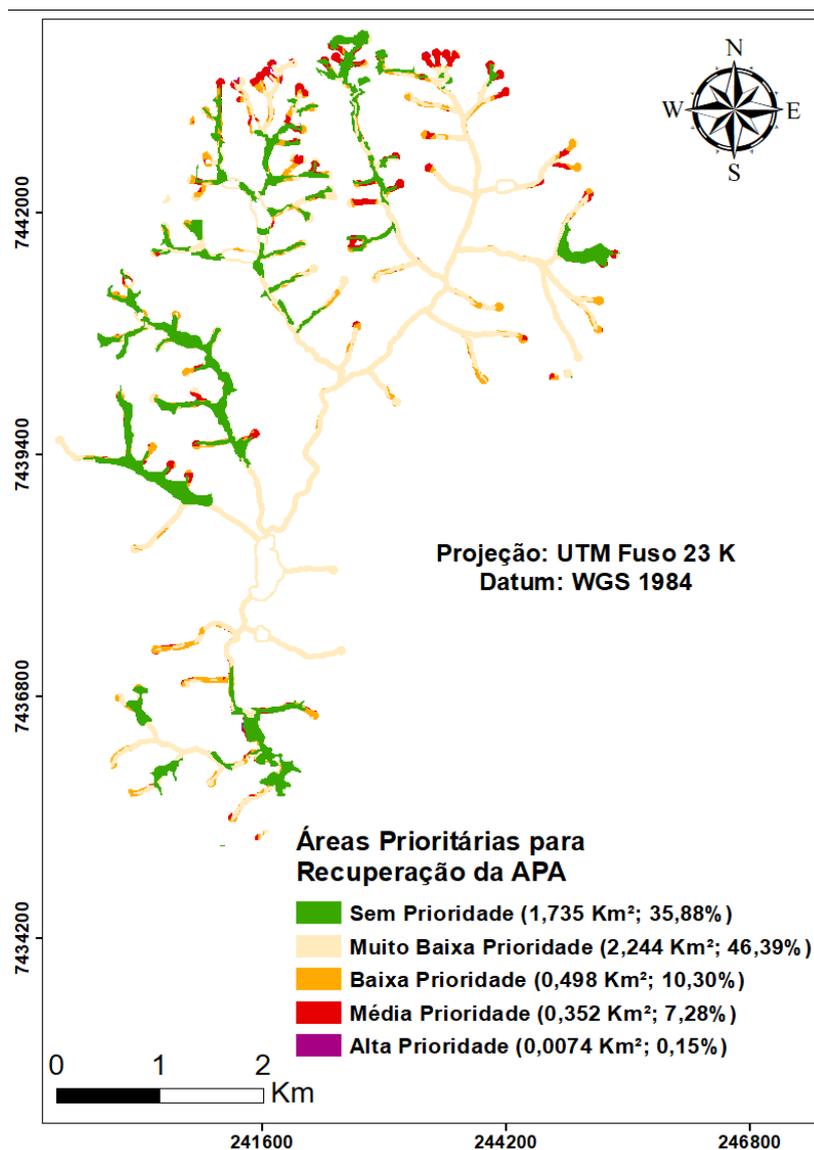


Figura 2. Localização das áreas prioritárias para recuperação da APP

Observou-se que cerca de 46,40% da área total possui baixa prioridade, geralmente por possuírem uma declividade não muito acentuada e baixa exposição do solo aliada a um grau de erodibilidade pequeno.

As áreas de média prioridade compõem 7,28% e as de alta prioridade 0,15%, devido a possuir as suas declividades classificadas de médio a alto risco de erosão, com um agravante de ter o solo exposto e sem cobertura vegetal.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que a metodologia utilizada foi eficaz na identificação das áreas prioritárias para recuperação ambiental da APA Engenho d'Água. A metodologia em questão poderá contribuir para estudos futuros, bem como, ações e projetos que visem a preservação e recuperação das áreas de interesse ambiental.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Valdirene; FREIRE, George Satander Sá. Utilização de SIG nos estudos ambientais do estuário do rio Acaraú/Ceará. **Revista Geonomos**, v. 15, n. 2, 2013.

ATTANASIO C.M.; RODRIGUES R.R.; GANDOLFI S.; NAVE A.G.N. **Adequação ambiental de propriedades rurais recuperação de áreas degradadas restauração de matas ciliares**. Apostila de Recuperação. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiros". Departamento de Ciências Biológicas. Laboratório de ecologia e restauração floresta, 2006. 63p.

IBGE. Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. @**Cidades: Porto Feliz, São Paulo**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=354060>>. Acesso em: 15 maio 2017.

NOSSACK, Fábio Ávila et al. Aplicação de análise multicriterial para determinação de áreas prioritárias à recomposição florestal. **Irriga**, v. 19, n. 4, p. 612, 2014.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. "Análise Empírica da Fragilidade dos Ambientes Naturais e Antropizados". In: **Revista do Departamento de Geografia nº8, FFLCH-USP**, São Paulo, 1994.

SAITO, Érika Akemi. Identificação de áreas de mata ciliar em região do Pontal do Paranapanema-SP utilizando fusão de imagens CCD/CBERS-2B e HRC/CBERS-2B. **http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr**, v. 80, p. 11.12, 2008.

SALOMÃO, F.X.T. Controle e prevenção dos Processos Erosivos. In GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G.M. (orgs) 1999. **Erosão e Conservação dos Solos: Conceitos, Temas e Aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 340p.

SARTORI, Anderson Antonio da Conceição et al. Definição de áreas prioritárias à adequação do uso da terra por meio da abordagem multicriterial em ambiente SIG. In: **ANAIS**. XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 2011, Curitiba, PR: INPE, 2011. P. 8725.

TEIXEIRA, Cristina, O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a "naturalização" do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, núm. 59, p. 51-66, 2005.

ZAMBON, Kátia Lúvia et al. Análise de decisão multicritério na localização de usinas termoelétricas utilizando SIG. **Pesquisa Operacional**, v. 25, n. 2, p. 183-199, 2005.

AVALIAÇÃO DE SÍLICAS BÁSICAS CONTENDO CÁLCIO COMO CATALISADORES HETEROGÊNEOS NA PRODUÇÃO DE BIODIESEL

Rebeca Werneck Hiromita (FACENS); rebeca.wh@hotmail.com *

Rafaela Vieira Ogata (FACENS); rafaela.ogata@outlook.br

Resumo: O biodiesel é uma mistura de ésteres, produzido a partir de fontes renováveis, que pode ser uma excelente alternativa como combustível substituto ao diesel obtido a partir do petróleo. Atualmente pesquisas relacionadas a esse combustível vem crescendo, devido a questões ambientais. As reações de esterificação e transesterificação são as principais rotas para a obtenção deste combustível renovável, porém as dificuldades operacionais desses processos ainda é uma grande barreira a ser superada. Essas dificuldades são devido à utilização de catalisadores homogêneos, que necessitam de pós-tratamentos para a purificação do biodiesel e pela formação de um subproduto, o glicerol, que já excedeu dez vezes a sua demanda, elevando o custo do processo. Assim, o uso de catalisadores heterogêneos oferece uma série de vantagens em relação aos processos homogêneos, como a reutilização do catalisador que torna o processo economicamente viável. Entretanto a estabilidade catalítica é um ponto frágil destes materiais e que deve ser levado em consideração. Neste contexto, diversas pesquisas buscam impedir a lixiviação dos cátions orgânicos ocluídos nos poros dos catalisadores mesoporosos. No presente trabalho buscou-se impedir tal lixiviação através da incorporação de cálcio a estrutura da sílica híbrida MCM-41. Tal incorporação não interferiu sobre a estrutura da MCM-41 e promoveu resultados importantes, uma vez que, o catalisador contendo cálcio apresentou praticamente os mesmos resultados catalíticos ao decorrer dos usos na reação modelo de transesterificação. Já a MCM-41 tal como sintetizada apresentou uma perda contínua ao decorrer de sua utilização devido a lixiviação dos cátions CTA^+ para o meio reacional, que influenciou no comportamento catalítico sobre a reação.

Palavras-chave: Biodiesel, Catálise Heterogênea, Transesterificação.

Abstract: Biodiesel is a mixture of esters, produced from renewable sources, which can be an excellent alternative as a complementary fuel compared to diesel from petroleum. Nowadays researches about this fossil fuel has been growing due to environmental issues. Reactions of esterification and transesterification are the main routes to obtain this renewable fuel, but the operational difficulties of these processes is still a great barrier to be overcome. These difficulties are due to the use of homogeneous catalysts, which requires post-treatments for the purification of biodiesel, and by-product formation, glycerol, that has already exceeded ten times the demand, raising the cost of the process. Thus, the use of heterogeneous catalysts offers a number of advantages over homogeneous processes, like the catalyst reutilization that makes the process economically viable. However, catalytic stability is a fragile point of these materials and needs to be taken into account. In this context, several studies seek to prevent the leaching of the organic cations occluded in the pores of the catalysts. In the present work we tried to prevent such leaching by incorporating calcium into the MCM-41 silica structure. Such incorporation did not interfere on the MCM-41 structure and promoted important results, since, the catalyst containing calcium presented practically the same catalytic results during the uses of the studied model reaction. The MCM-41 as synthesized presented a continuous loss in the course of its use due to the leaching of CTA + cations, which influenced the catalytic behavior on the reaction.

Keywords: Biodiesel, Heterogeneous Catalysis, Transesterification.

INTRODUÇÃO

O termo biodiesel foi utilizado pela primeira vez em um artigo escrito por Wang R. em 1988, intitulado *Development of Biodiesel Fuel*. O biodiesel é um combustível renovável que pode ser fabricado a partir de diferentes óleos vegetais, gorduras animais ou gorduras recicladas a partir de indústrias alimentícias. Considerado um combustível verde apresenta muitas vantagens sobre os demais combustíveis convencionais para motores diesel (CUNHA et al, 2009; KIJENSKI et al, 2005; KISS et al, 2006). Destacando-se a não-toxicidade, biodegradabilidade, alto ponto de fulgor (> 130 °C), mínimo teor de enxofre e aumento da lubricidade, característica esta que prolonga a vida útil dos motores diesel (LOTERO et al, 2005; MOSER,2008)

O biodiesel é uma mistura de ésteres de ácidos graxos metílicos, atualmente é fabricado pela reação de transesterificação de triglicérides com metanol usando NaOH ou KOH como um catalisador (LIFKA; ONDRUSHKA, 2004). Na transesterificação de óleos vegetais, um triglicerídeo reage com um álcool na presença de um catalisador, produzindo uma mistura de ésteres monoalquílicos de ácidos graxos e glicerol. O processo global de transesterificação é uma sequência de três reações reversíveis e consecutivas, em que os monoglicerídeos e os diglicerídeos são os intermediários (BORGES; DÍAZ, 2012)

Uma vez que a reação de transesterificação ocorre em fase homogênea, algumas desvantagens são apresentadas, pois o catalisador apresenta instabilidade devido à sua saponificação rápida, o que leva a uma perda da sua atividade e consequentemente, a uma conversão incompleta de triglicerídeos, outro fator importante é a não reutilização do catalisador (BORGES; DÍAZ, 2012; DIJKSTRA et al, 2005)

Nesse sentido, os catalisadores heterogêneos são promissores, pois eles não possuem os problemas acima mencionados e permitem a produção do biodiesel sem a contaminação com o catalisador (GEORGOGIANNI et al, 2009). Neste contexto, diversos estudos têm sido realizados usando os óxidos de metais alcalino terrosos como catalisadores básicos, mas estes apresentam a desvantagem da sua rápida desativação devido à carbonatação com o CO₂ atmosférico.

Uma das formas de evitar a desativação dos catalisadores é o uso de peneiras moleculares como catalisadores básicos (WEITKAMP, 2001) pois as mesmas não são afetadas pela presença do CO₂. Dentre elas, as sílicas mesoporosas básicas, tem se revelado bastante ativas, sendo objeto de estudo já há algum tempo neste laboratório de catálise (ARÁUJO et al, 2013a; FABIANO et al, 2010; MARTINS et al, 2006)

Diversos trabalhos atuais encontrados na literatura reportam a utilização de sílicas mesoporosas como catalisadores na reação de transesterificação de triglicerídeos com álcool.

Galvão et al. (2012) estudaram a reação de transesterificação ($T_{\text{Reação}} = 60$ °C) entre óleo de girassol e metano (1:15 mol/mol) por um período de 6 h, utilizando as peneiras moleculares MCM-41 e SBA-15 impregnadas com iodeto de potássio, como catalisadores. Os resultados mostraram que a formação de ésteres metílicos foi em torno de 66,5 e 55,3 %, quando utilizado 2 % em massa dos catalisadores SBA-15 e MCM-41, respectivamente.

Pirouzmand et al. (2015) sintetizaram a estrutura MCM-41 contendo cálcio. Conversões de aproximadamente 95 % foram alcançadas em relação aos triglicerídeos, quando utilizado 4 % em massa de catalisador na reação de transesterificação, contendo uma razão molar óleo/metanol de 1:9, por um período de 6 h a 60 °C.

Uma das características mais importantes de um catalisador sólido é a capacidade de ser reutilizado. No trabalho acima (PIROUZMAND.; NIKZAD-KOJANAG; SEYED-RASULZADE, 2005) a estrutura MCM-41 contendo cálcio apresentou uma elevada estabilidade catalítica, pois conversões de 95 e 91 % foram obtidas no primeiro e quinto uso, respectivamente. Os autores sugerem que apesar da fraca interação dos cátions CTA com os ânions siloxi, eles não são continuamente lixiviados porque eles são estabilizados nas micelas, como consequência de uma forte interação com as caudas apolares.

Baseado neste contexto situa-se o objetivo do presente trabalho, que visa aplicar a metodologia de Pirouzmand et al. (2015) da incorporação de cálcio no catalisador desenvolvido por Araújo et al. (2013b, 2013c), este que é um trabalho que vem sendo utilizado constantemente como referência para síntese da MCM-41 (CAMPOS, 2001).

DESENVOLVIMENTO

A fim de otimizar o processo de obtenção do biodiesel foi proposto a utilização de um catalisador heterogêneo, o que proporcionaria uma redução em tal processo, visto que o produto gerado não necessitaria de um tratamento para a purificação do biodiesel. Assim, baseado em estudos recentes já realizados, analisa-se a incorporação de cálcio na estrutura da sílica híbrida MCM-41, principalmente características relacionadas a estabilidade catalítica e a influência do cálcio sobre a estrutura da MCM-41.

MATERIAIS E MÉTODOS

- *Síntese MCM-41*

Para a síntese da MCM-41 empregou-se a composição e o procedimento experimental baseado no trabalho desenvolvido por Araújo et al. (2013b, 2013c), o qual contém a seguinte proporção molar 1 TEOS : 12,5 NH₃ : 0,4 CTABr : 174 H₂O.

Os reagentes utilizados na síntese foram TEOS - ortossilicato de tetraetil (Aldrich 98 %) como fonte de silício, CTABr - brometo de cetiltrimetilamônio (99 %,

Acros) como surfactante, NH_4OH (29 %) - hidróxido de amônio (Aldrich) e água deionizada. Após pesadas as massas de acordo com a estequiometria apresentada acima, os reagentes foram misturados seguindo a mesma ordem e os procedimentos descritos a seguir:

1. Primeiro dissolveu-se o CTABr em água deionizada até que a solução se tornou límpida.
2. Em seguida adicionou-se o hidróxido de amônio, deixando sob agitação por 15 min.
3. Depois adicionou-se a fonte de sílica (TEOS - ortossilicato de tetraetila), essa mistura reacional foi deixada sob agitação por 2 h em temperatura de 30 °C, outros tempos são apresentados no item 4.2.1.1.
4. Decorrido o tempo de síntese, filtrou-se e lavou-se até $\text{pH} \leq 8$.
5. Depois da lavagem o sólido foi seco em estufa a 60 °C durante 12 h, acondicionado adequadamente e caracterizado.

- *Síntese MCM-41-OCa*

Para a síntese CTA-MCM-41 empregou-se a mesma metodologia descrita anteriormente. Entretanto, na etapa 3 após adição do TEOS, foi adicionado 0,21 M de óxido de cálcio (OCa) a mistura reacional. Para esta amostra temperatura do sistema foi de 80 °C.

- *Caracterizações - Difratomia de Raios X*

A obtenção dos difratogramas de raios X foi pelo método do pó, em um difratômetro Rigaku Miniflex 600 com tubo de Cu e filtro de Ni, operando com radiação $\text{CuK}\alpha$ ($\lambda = 0,1542$ nm). A velocidade do goniômetro empregada foi 2° $2\theta \cdot \text{min}^{-1}$, com um step de $0,02^\circ$. A variação do ângulo ocorreu na faixa de 1 a 10° .

- *Espectroscopia Infravermelho com Transformada de Fourier – FTIR*

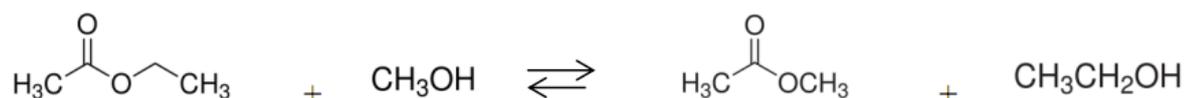
As medidas de FTIR foram realizadas em um espectrômetro da Agilent modelo Cary 630 FTIR, equipado com acessório de refletância total atenuada (ATR) e um cristal de diamante. Os espectros foram coletados na faixa de comprimento de onda entre 4000 a 600 cm^{-1} , com 256 varreduras e resolução de 8 cm^{-1} . Para garantir a precisão da medição, foram realizadas 20 coletas do espectro de fundo antes de cada medida. Este procedimento cria um perfil de linha de base das condições do sistema sem que haja uma amostra no instrumento. Assim, a coleta de um fundo antes de

cada medição de amostra pode evitar efeitos negativos causados por mudanças no ambiente.

- *Avaliação Catalítica*

A atividade catalítica das sílicas obtidas neste estudo foi avaliada através da reação de transesterificação do acetato de etila com metanol, como apresentado na Figura 1. Esta reação é uma excelente reação modelo, uma vez que não ocorre a formação de subprodutos, possibilitando a adequada avaliação da basicidade dos catalisadores. As reações foram conduzidas no Laboratório de Engenharia Química da Facens.

Figura 1 - Representação esquemática da reação modelo de transesterificação do acetato de etila com metanol.



As condições reacionais foram:

1. Temperatura: 30 °C;
2. Razão molar acetato de etila:metanol: 1:6;
3. Percentagem mássica de catalisador: 4,0 %;
4. Tempo de contato: 30 min.

Os catalisadores foram testados em regime de batelada em um reator com capacidade volumétrica de 100 mL. Este reator é encamisado permitindo a circulação de água para controle da temperatura da reação. Em sua parte superior, acopla-se um condensador de vidro para recuperação de vapores. A tampa do reator apresenta duas aberturas, sendo uma para entrada de um termômetro e a outra para retirada de alíquotas da mistura para análise.

Para os testes de estabilidade, os catalisadores foram testados e reutilizados por 4 vezes. Para cada uso, retirou-se uma alíquota da mistura para análise cromatográfica, sendo o catalisador filtrado, lavado com acetato de metila e seco.

A análise quantitativa do produto da reação foi realizada por cromatografia gasosa utilizando o cromatógrafo SHIMADZU modelo GC 2010, com detector de ionização de chama (FID) e coluna capilar HP-1 de 30,0 m de comprimento, 0,32 mm de diâmetro e filme com espessura de 3 µm, instalado no Laboratório de Engenharia Química da Facens.

As condições de análise cromatográfica estão listadas na Tabela 1. A resposta de saída da coluna cromatográfica foi monitorada através de um programa de aquisição de dados (software CG Solution) através de um computador acoplado ao sistema, que permite o processamento da análise dos picos cromatográficos.

Tabela 1 - Condições de operação do cromatógrafo para análise dos produtos da reação de transesterificação.

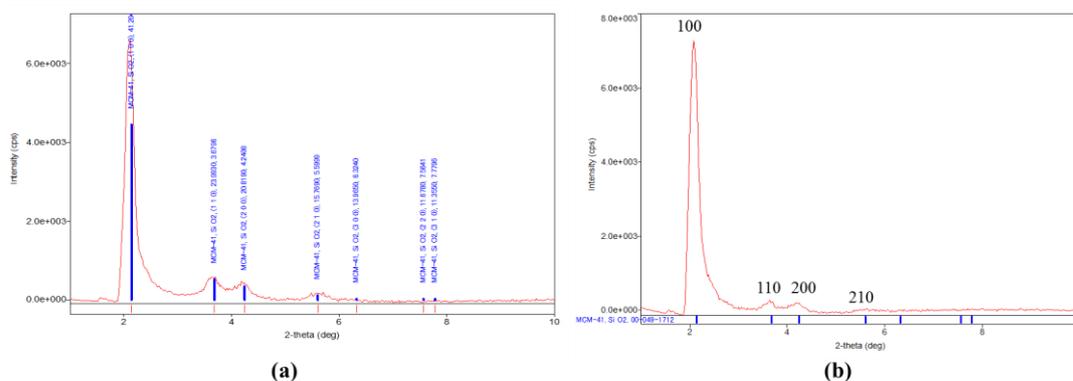
Temperatura Coluna	65 °C	Gás de Arraste	Nitrogênio
Temperatura do Injetor	150 °C	Fluxo total	360 mL.min ⁻¹
Temperatura do detector	170 °C	Fluxo da coluna	2.4 mL.min ⁻¹

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 2 apresenta os difratogramas de raios X da MCM-41 sintetizada com e sem cálcio. Avaliando os difratogramas, é possível verificar que os picos de difração são pertencentes a estrutura MCM-41, segundo comparação com a base de dados da ICDD-2008 (*International center for diffraction data*). Os difratogramas são caracterizados por possuírem picos de difração a ângulos baixos, característica essa de materiais mesoporosos (ARAÚJO, 2013b; ARAÚJO, 2013c; CAMPOS, 2015; ØYE; SJOBLUM; STOCKER, 2001).

Como pode-se observar, as sílicas sintetizadas apresentam quatro picos de difração, correspondentes aos planos (100), (110), (200) e (210), característicos da fase hexagonal MCM-41. Assim, sugere-se que a incorporação de cálcio não altera estruturalmente a sílica, visto que, os materiais sintetizados apresentam o mesmo padrão de difração.

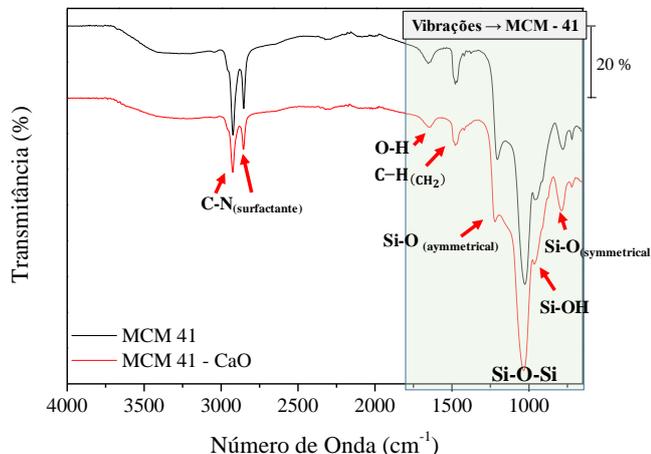
Figura 2 – Difratogramas de Raios-X das amostras MCM-41 e MCM-41-Ca.



A fim de se identificar modificações nos catalisadores sintetizados, empregou-se a técnica de FTIR para a caracterização dos grupos funcionais presentes (Figura 03). Novamente, não foram identificadas mudanças nos resultados corporativos.

Assim, de acordo com alguns trabalhos da literatura (COSTA et al, 2014; LAGHAEI, 2016; ZHAO, 1997), é possível afirmar que ambos os espectros são característicos da estrutura MCM-41. Pois, as bandas em torno de 3400 e 1630 cm^{-1} , são atribuídas ao estiramento e deformação da ligação O-H da água, respectivamente. As bandas em 2923 e 2853 cm^{-1} são relativas aos estiramentos C-H de grupo CH_3 e CH_2 do agente direcionador, a banda em 1476 cm^{-1} refere-se à deformação H-C-H dos ramos orgânicos. Na região entre 1400 e 600 cm^{-1} , situam-se as bandas referentes as vibrações fundamentais da MCM-41, as principais bandas estão situadas em: 1200 cm^{-1} (estiramentos assimétricos \rightarrow Si-O), 1020 cm^{-1} (estiramentos assimétricos \rightarrow Si-O-Si), 780 cm^{-1} (estiramentos simétricos \rightarrow Si-O) e 954 cm^{-1} (estiramento Si-O \rightarrow presentes em grupos Si-OH).

Figura 3 – Espectro de FTIR das amostras sintetizadas.



Sabe-se que para um catalisador heterogêneo possua aplicação comercial, o mesmo deve apresentar um custo de produção compatível com o mercado atual, alta atividade catalítica e ser estável. Assim, para avaliar e comparar a estabilidade catalítica do catalisador foram realizadas quatro reações. Após cada reação o catalisador foi lavado com acetato de metila. A Figura 4 mostra as conversões alcançadas pelo catalisador em função de sua utilização.

A análise dos resultados de conversão em função do uso do catalisador, demonstram que o catalisador CTA-MCM-41-Ca apresenta excelentes resultados de

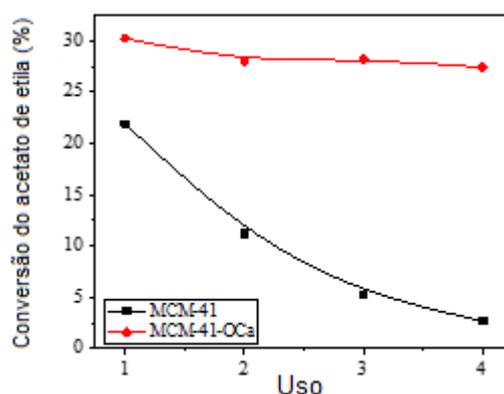
estabilidade catalítica, pois não existe desativação do catalisador após sucessivos usos, ou seja, conversões similares são obtidas. A MCM-41 não apresenta a propriedade essencial de um catalisador heterogêneo, isto é, a estabilidade catalítica. Essa perda na atividade catalítica ao decorrer dos usos está associada a lixiviação dos cátions orgânicos para o meio reacional.

Segundo Martins et al. (2006), estes cátions lixiviados encontravam-se fracamente ligados às micelas localizados na boca dos poros ou na superfície da sílica. Baseado nesta teoria após o primeiro uso do catalisador a quantidade de sítios básicos expostos é reduzida, devido à lixiviação dos cátions que se encontravam na superfície e da boca dos poros. Assim, os reagentes têm maior dificuldade para encontrar os sítios ativos dentro dos poros, ocasionando uma redução na atividade do catalisador.

De acordo com Pirouzmand et al. (2015) a estabilidade da CTA-MCM-41-Ca está relacionada que apesar da fraca interação dos cátions CTA^+ com os ânions siloxi, eles não são continuamente lixiviados porque eles são estabilizados nas micelas, como consequência de uma forte interação das caudas apolares, ou seja, é contrária a afirmação de Martins.

Assim, para uma melhor compreensão da incorporação de cálcio a estrutura e seu efeito, estudos relacionados a estabilidade estrutural devem ser realizados para verificar se a estrutura é mantida após a sucessiva utilização do catalisador, bem como se os cátions CTA^+ não lixiviados continuamente. Pois, se a estrutura estiver sendo desestabilizada conjuntamente com a lixiviação dos cátions, a MCM-41 não é o catalisador responsável pela atividade catalítica e sim o óxido de cálcio, ou seja, o cálcio auxilia na estabilização estrutural do material e acaba sendo o principal responsável pela atividade catalítica.

Figura 4 – Conversão do acetato de etila após sucessivos usos utilizando os catalisadores MCM-41 e MCM-41-Oca.



CONCLUSÃO

A incorporação de cálcio na estrutura da MCM-41 surge como mais uma excelente opção de catalisador heterogêneo a ser utilizado no processo de produção do biodiesel, pois tal adição promove conversões e estabilidade catalíticas superiores aos reportados pela MCM-41 tal como sintetizada. Essa metodologia apresenta vantagens, como redução dos custos operacionais, este fato é devido a utilização do catalisador heterogêneo diminuir as etapas de separação do biodiesel da mistura reacional. Além disso, é um combustível biodegradável, renovável e apresenta baixo índice de poluição.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. A.; CRUZ, F. T.; CRUZ, I. H.; CARDOSO, D. *Microporous Mesoporous Materials*, v.180, 14–21, 2013a.
- ARAÚJO, J.A.; CARDOSO, D.; Propriedades da sílica CTA-MCM-41 contendo metacrilatos e seu emprego na transesterificação de monoéster. 2013. 161 f. *Tese de Doutorado*, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013b.
- ARAÚJO, J.A.; CRUZ, F. T.; CRUZ, I. H., CARDOSO, D.; Encapsulation of polymers in CTA-MCM-41 via microemulsion. *Microporous and Mesoporous Materials*, v. 180, p. 14- 21, 2013c.
- BORGES, M. E.; DÍAZ, L. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, n. 16, p. 2839-2849, 2012.
- CAMPOS, A. F. P. Síntese e propriedades de sílicas híbridas contendo surfactantes catiônicos. *Tese de Doutorado*, Universidade Federal de São Carlos - SP, 2015.

- COSTA, J. A. S.; GARCIA, A. C. F. S.; SANTOS, D. O.; SARMENTO, V. H. V.; PORTO, A. L. M.; MESQUITA, M. E.; ROMÃO, L. P. C. A new functionalized MCM-41 mesoporous material for use in environmental applications. *J. Braz. Chem. Soc.*, v. 25 (2), p.197-207, 2014.
- CUNHA, M. E.; KRAUSE, L.C.; MORAES, M.S.A.; FACCINI, C. S.; JACQUES, R. A.; ALMEIDA, S. R.; *et al.* *Fuel Processing Technology*, 90, p. 570–575, 2009.
- DIJKSTRA, A.J.; TOKE, E.R.; KOLONITS, P.; RECSEG, K.; KOVARI, K., POPPE, L. *European Journal of Lipid Science and Technology*, 107, p. 912–921, 2005.
- FABIANO, D. P.; HAMAD, B.; CARDOSO, D; ESSAYEM, N. *Journal of Catalysis*, v.276, p.190-196. 2010b.
- GALVÃO, L.P.F.C.; BARBOSA, M.N., ARAUJO, S.A..FERNADES JR, V.J.; SANTOS, A.G.D.; LUZ JR., G.E. *Química Nova*, Vol. 35, No. 1, 41-44, 2012.
- GEORGOGIANNI, K.G.; A.P. KATSOULIDIS; P.J. POMONIS; M.G. KONTOMINAS, *Fuel Processing Technology*. 90, 671-676, 2009.
- KIJENSKI, J.A.; WALISIEWICZ-NIEDBALSKA, W.; GWARDIAK, H.; ROZYCKI, K.; PAWLAK, I. EP1580255 A1; 2005.
- KISS, A.A.; OMOTA, F.; DIMIAN, A.C.; ROTHENBERG, G. *Topics Catalysis*, 40, p 141–150, 2006.
- LAGHAEI, M.; SADEGHIA, M.; GHALEIB, B.; DINARIC, M. The effect of various types of post-synthetic modifications on the structure and properties of MCM-41 mesoporous silica. *Progress in Organic Coatings*, v. 90, p. 163–170, 2016.
- LIFKA, J.; ONDRUSHKA B. *Chemical Engineering and Technology*, 27, p.1156–1159, 2004.
- LOTERO, E.; LIU, Y.; LOPEZ, D.E.; SUWANNAKARN, K.; BRUCE, D.A.; GOODWIN, J.G. *Ind. Eng. Chem.*, 44, pp. 5353–5363, 2005.
- MARTINS, L.; BONAGAMBA, T. J.; AZEVEDO, E. R.; BARGIELA, P.; CARDOSO, D. *Applied Catalysis A*. 312, 77-85, 2006.
- MARTINS, L.; BONAGAMBA, T. J.; AZEVEDO, E.R.; BARGIELA, P.; CARDOSO, D.; Surfactant containing Si-MCM-41: An eficiente basic catalyst for the knoevenagel condensation. *Applied Catalysis A: General*, v. 312, p. 77-85, 2006.
- MOSER, B.R. *In Vitro Cell Dev Biol-lant*, 45, p. 229–266, 2008.
- ØYE, G.; SJOBLUM, J.; STOCKER, M. Synthesis, characterization and potential applications of new materials in the mesoporous range. *Advances in Colloid and Interface Science*, v.89-90, p. 439-466, 2001.

PIROUZMAND, M.; NIKZAD-KOJANAG, B.; SEYED-RASULZADE, S. K. *Catalysis Communications*, 69 (2015), p. 196–201, 2015.

WEITKAMP, J. et al. *Microporous and Mesoporous Materials*. 48, 255-270, 2001.

ZHAO, X. S.; LU , G. Q.; WHITTAKER , A. K.; MILLAR, G. J.; ZHU, H. Y. Comprehensive Study of Surface Chemistry of MCM-41 Using ^{29}Si CP/MAS NMR, FTIR, Pyridine-TPD, and TGA. *The Journal of Physical Chemistry B*, v. 101 (33), p. 6525–6531, 1997.

AVALIAÇÃO CATALÍTICA CTA-MCM-48 CONTENDO CÁLCIO NA PRODUÇÃO DE BIODIESEL

Juliana Soares Rodrigues (aluna da FACENS); juusoaress@gmail.com

João Guilherme Vicente (professor da FACENS); joao.vicente@facens.br

Resumo: O biodiesel é uma mistura de ésteres, que é obtido através das reações de esterificação e transesterificação, e pode ser uma ótima solução para substituir o diesel derivado do petróleo como um combustível renovável e biodegradável. Entretanto para se obter o biodiesel existem obstáculos ao utilizar catalisadores homogêneos, pois necessitam de pós-tratamentos para a purificação do biodiesel, elevando o custo do processo. Assim, o uso de catalisadores heterogêneos torna-se mais viável por oferecer uma série de vantagens, entretanto a estabilidade catalítica é um ponto frágil destes materiais. Nesta linha, este trabalho busca uma melhor alternativa para a produção do biodiesel aplicando peneira molecular CTA-MCM-48 modificada como catalisador. Este catalisador possui uma estrutura cúbica e uma elevada área superficial, propriedades estas que são excelentes para aumentar a conversão dos triglicerídeos. Porém, os experimentos ainda estão na fase síntese do catalisador.

Palavras-chave: Catálise heterogênea, Biodiesel, Transesterificação.

Abstract: Biodiesel is a mixture of esters, which is obtained through esterification and transesterification reactions, and can be a great solution to replace petroleum derived diesel as a fuel renewable and biodegradable. However, to obtain biodiesel, there are obstacles to use homogeneous catalysts, because require post-treatment for the purification of biodiesel, raising the cost of the process. Thus, the use of heterogeneous catalysts is more feasible to offer a number of advantages however; the catalytic stability is a weak spot of these materials. In this line, this work sought a better alternative for the production of biodiesel using the synthesis of molecular sieve CTA-MCM-48, which has a cubic structure and high surface area. These properties that are excellent to increase the conversion of triglycerides. However, the experiments are still at the stage of syntheses catalyst.

Keywords: Heterogeneous catalysis, Biodiesel, Transesterification.

INTRODUÇÃO

No fim do século XX, um estudo sobre combustíveis fósseis revelou que apesar do uso dos mesmos terem aumentado significativamente nos últimos séculos, as reservas de petróleo irão se esgotar em cerca de 100 anos. Além do ponto de vista econômico, é preciso considerar os reflexos causados no meio ambiente.

Assim, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), um dos efeitos na natureza é a crescente concentração de gases do efeito estufa na atmosfera oriundos da queima desses combustíveis, causando o aumento da temperatura média entre 1,8 e 4°C até o ano de 2100, acelerando o derretimento das geleiras e desencadeando uma mudança significativamente no nível dos oceanos e mares que irá afetar toda a vida no planeta Terra. (RAMOS, SILVA, MANGRICH, & CORDEIRO, 2011)

Considerando os efeitos dessas reservas finitas, novas alternativas vêm sendo descobertas a cada dia, como o biodiesel, o qual veio como uma resposta viável em termos de biocombustível renovável para minimizar estes problemas e ser um substituto do diesel de petróleo. (MOTA, SILVA, & GONÇALVES, 2009)

O biodiesel pode ser produzido por transesterificação de óleos vegetais e/ou gorduras animais, pela esterificação de ácidos graxos livres com catalizador ou por processos híbridos. (RAMOS, SILVA, MANGRICH, & CORDEIRO, 2011)

A esterificação de ácidos graxos livres com catalisadores ácidos, básicos e enzimáticos, pode ser heterogêneo e homogêneo, é baseada em matéria-prima de alta acidez e de alto valor agregado, sendo bastante usado em processos híbridos devido à dificuldade em se adequar a realidade de biocombustível. (RAMOS, SILVA, MANGRICH, & CORDEIRO, 2011)

Entretanto, o principal método de obtenção do biodiesel é através da transesterificação, também conhecido como alcoólise, de triglicérides com metanol ou etanol usando NaOH ou KOH como um catalisador (LIFKA; ONDRUSHKA, 2004). Neste processo, o álcool faz um ataque nucleofílico no carbono da carbonila do triglicerídeo com o auxílio de um catalisador, levando a formação de uma mistura de ésteres monoalquílicos de ácidos graxos e glicerol. (CORDEIRO, SILVA, WYPYCH, & RAMOS, 2011)

Ao utilizar um catalisador homogêneo, algumas desvantagens são apontadas, pois o catalisador apresenta instabilidade devido à sua saponificação rápida em contato com o meio muito alcalino, o que resulta a uma perda da sua atividade e

diminuição do rendimento do processo. (RAMOS, SILVA, MANGRICH, & CORDEIRO, 2011)

Comparando com os catalisadores homogêneos, os catalisadores heterogêneos pois permitem a produção do biodiesel sem a contaminação com o catalisador evitando os problemas já citados (GEORGOGIANNI, KATSOLIDIS, POMONIS, & KONTOMINAS, 2009)

Atualmente, diversos trabalhos podem ser encontrados na literatura analisando sílicas mesoporosas básicas como catalisadores na transesterificação.

Schumacher et al. (1998), apresentaram um procedimento de síntese com base no método Stobber modificado aplicando tetraetoxisilano, etanol, água, amônia e brometo de n-hexadeciltrimetilamônio para síntese da MCM-48. Variando a área de superfície específica entre 900 - 1600 m²/g, o volume de poro específico entre 0,5 - 0,9 cm³/g e o diâmetro médio dos poros entre 2 - 3 nm, Schumacher et al sintetizou o cromo, alumínio, MCM-48 e entre outros.

Este trabalho tem como finalidade aplicar uma modificação da metodologia de Schumacher et al. (1998) através da incorporação de cálcio na estrutura mediante o método proposto Pirouzmand et al. (2015). (SCHUMACHER, GRU" N, & UNGER, 1998; PIROUZMAND, NIKZAD-KOJANAG, & SEYED-RASULZADE, 2015)

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Para a síntese MCM-48 utilizou-se a seguinte. Os reagentes empregados foram o TEOS - ortossilicato de tetraetila como fonte de silício, CTMABr - brometo de cetiltrimetilamônio como surfactante, NaOH - hidróxido de sódio como agente mineralizante, hidróxido de cálcio como aditivo de síntese, água deionizada e C₂H₆O - etanol como solventes.

Após pesadas as massas de acordo com a estequiometria da reação, foi seguido os procedimentos descritos a seguir:

1. Primeiro dissolveu-se o hidróxido de sódio (0,3 M) em água deionizada (417,0M);
2. Em seguida adicionou-se o CTMABr (0,4 M) em etanol (53,0 M), deixando sob agitação por 15 minutos em temperatura de 30°C;
3. Depois adicionou-se a fonte de sílica (TEOS - ortossilicato de tetraetila com 1M) com 0,21 M do hidróxido de cálcio, magnésio ou bário. Essa mistura reacional foi deixada sob agitação por 2 horas na mesma temperatura de 30 °C;

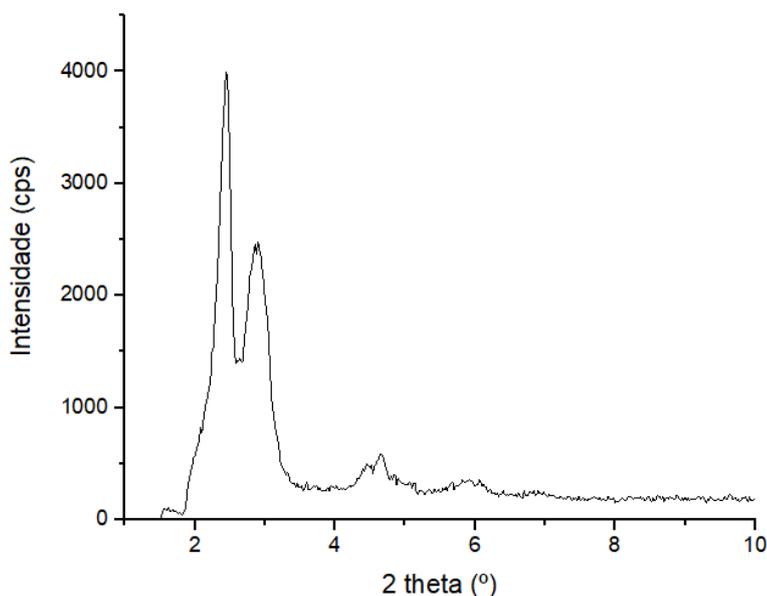
4. Decorrido o tempo de síntese, filtrou-se e lavou-se com água destilada até atingir pH \approx 8;
5. Depois da lavagem o sólido foi seco em estufa a 60 °C durante 24 horas, acondicionado adequadamente e caracterizado;
6. Após o tempo de 24 horas na estufa, o material foi pesado e armazenado em um frasco.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Neste trabalho foi feito a síntese da CTA-MCM-48 com a incorporação do hidróxido de cálcio para proporcionar uma estabilidade catalítica, com a finalidade de otimizar a produção do biodiesel.

Como resultado preliminar foi feito a análise de Difractometria de raio X como segue na figura 1.

Figura 1: DRX da amostra de CTA-MCM-48.



REFERÊNCIAS

CORDEIRO, C. S., SILVA, F. R., WYPYCH, F., & RAMOS, L. P. (07 de 01 de 2011). CATALISADORES HETEROGÊNEOS PARA A PRODUÇÃO DE MONOÉSTERES GRAXOS (BIODIESEL), 34, 477 - 486.

GEORGOGIANNI, K., KATSOULIDIS, A., POMONIS, P., & KONTOMINAS, M. (2009). Fuel Processing Technology, 90, 671-676.

MOTA, C. J., SILVA, C. X., & GONÇALVES, V. L. (25 de 03 de 2009). Gliceroquímica: novos produtos e processos a partir da glicerina de produção de biodiesel, 32, 639-648.

PIROUZMAND, M., NIKZAD-KOJANAG, B., & SEYED-RASULZADE, S. (02 de 07 de 2015). Surfactant containing Ca/MCM-41 as a highly active, green and reusable.

RAMOS, L. P., SILVA, F. R., MANGRICH, A. S., & CORDEIRO, C. S. (11 de 2011). Tecnologias de Produção de Biodiesel, 3. Curitiba, Paraná, Brasil: Revista Virtual de Química.

SCHUMACHER, K., GRU"N, M., & UNGER, K. (19 de 05 de 1998). Novel synthesis of spherical MCM-48.

WEITKAMP, J. (2001). Microporous and Mesoporous Materials., 48, 255-270.

A CRIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E AS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL

Autores: Soraya Diniz Rosa (Universidade de Sorocaba); soraya.rosa@prof.uniso.br
Lilian de Fátima Zanoni (Universidade de Sorocaba); lilian.zanoni@prof.uniso.br
Ana Carolina Diniz Rosa Comitre (GiraMundo Convivência) caroldiniz82@hotmail.com

RESUMO

Este texto objetiva analisar as relações de poder que se estabeleceram entre as instituições e que fundamentaram os valores políticos e organizacionais das políticas de saúde no Brasil até a criação do Sistema Único de Saúde - SUS. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental em diálogo com o referencial teórico-prático e as experiências e reflexões críticas dos autores sobre saúde pública a partir da análise das modificações jurídico-legislativas do sistema de saúde. Como resultado aponta-se que a atual Constituição Federal e as Leis Orgânicas da Saúde constituem os marcos legais básicos de uma política de proteção social, pois vieram preencher a lacuna do modelo de segmentação dos grupos sociais que somente tinham acesso a saúde de forma caritativa. Entretanto, se por um lado o SUS trouxe a universalidade do sistema de saúde, por outro, possibilitou o modelo complementar garantindo a assistência baseada no pagamento do seguro individual do usuário. Este modelo tem se ampliado no Brasil e mesmo que as agências não assumam os riscos inerentes a assistência à saúde, ele tem se constituído como um dos maiores desejos da classe trabalhadora de possuir um seguro privado de saúde. Os princípios e diretrizes do SUS alicerçados pelo movimento da reforma sanitária delega ao Estado a garantia ao direito à saúde, porém a consolidação do sistema envolve uma série de desafios, dentre eles as mudanças estruturais para equacionar os problemas relacionados ao subfinanciamento e a precarização de recursos materiais e humanos, assim como os desperdícios estruturais definidos pelos gestores que vem caracterizando um sistema público ineficiente. A concorrência com o sistema privado coloca a saúde numa relação de subordinação ao interesse público. Assim, pode-se dizer que a efetividade dessa política está contextualizada num processo histórico de uma sociedade construída com base nas forças políticas das classes dominantes.

PALAVRAS CHAVE: Sistema Único de Saúde; Políticas Públicas; Determinantes Sociais de Saúde.

ABSTRACT

This text aims to analyze the power relations established between the institutions and that grounded the political and organizational values of health policies in Brazil until the creation of the Unified Health System - SUS. It is a bibliographical and documentary research in dialogue with the theoretical-practical reference and the experiences and critical reflections of the authors on public health from the analysis of the legal-legislative modifications of the health system. As a result, it is pointed out that the current Federal Constitution and the Organic Health Laws constitute the basic legal frameworks of a social protection policy, since they have filled the gap in the segmentation model of social groups that only had access to health in a charitable way. However, if on the one hand the SUS brought the universality of the health system, on the other, it enabled the complementary model, guaranteeing the assistance based on the payment of the individual insurance of the user. This model has expanded in Brazil and even though the agencies do not assume the risks inherent in health care, it has become one of the working class's greatest desires to have private health insurance. The principles and guidelines of the SUS, based on the health reform movement, delegate to the state the right to health, but the consolidation of the system involves a series of challenges, including structural changes to address the problems related to underfunding and the precariousness of resources material and human resources, as well as the structural waste defined by managers that has characterized an inefficient public system. Competition with the private system puts health in a relationship of subordination to the public interest. Thus, it can be said that the effectiveness of this policy is contextualized in a historical process of a society built on the political forces of the ruling classes.

KEYWORDS: Unified Health System; Public Policies; Social Determinants of Health.

INTRODUÇÃO

Neste texto colocamos em pauta algumas questões que norteiam a discussão da criação/organização do SUS para melhor inserir o debate sobre as políticas de saúde no Brasil. Dentre elas, o Movimento da Reforma Sanitária que, encampando a ideia da saúde como direito social de cidadania exigiu a responsabilização do Estado e garantiu legalmente esse direito na Constituição Federal. Diferentemente dos

discursos e das ações de caráter neoliberal que advogam a necessidade de se instalar um amplo programa de atenção à saúde baseado nas privatizações de serviços públicos e na abertura do setor para a atuação do mercado.

De fato, é a partir deste Movimento que se tem a mudança de cenário e de atores que vão ser beneficiados desde então, ou seja, milhões de pessoas, reconhecidas como indigentes sanitários, que não tinham direito à saúde porque não possuíam a carteirinha do INAMPS¹⁴², alcançaram a cidadania sanitária (MENDES, 2001a; LOPES, 2001).

Para abordar essas questões procuramos estudar o contexto dos temas teóricos no campo da saúde considerando a análise objetiva da realidade, as fontes documentais. O levantamento bibliográfico e documental ocorreu a partir da análise das modificações jurídico-legislativas que fundamentam o sistema de saúde e do estudo apoiado em autores que fazem a reflexão sobre a realidade política da saúde pública no Brasil.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO PERÍODO COLONIAL E NA REPÚBLICA

Durante muitos anos, no Brasil, o atendimento à saúde ficou submetido a concessões caritativas com a ressalva dos trabalhadores assalariados que em troca da sua força de trabalho conseguiam, via contribuição salarial compulsória, acesso ao cuidado à doença. Essa condição da assistência médica individual ser prerrogativa dos assalariados, bem como daqueles que podem pagar via desembolso direto alicerça um modelo do “SUS para pobre”, pois:

(...) vai gerar uma ideia de que a saúde não é, portanto, um direito de cidadania, a ser usufruído por todo brasileiro e garantido pelo Estado. A assistência médica era vista como um retorno devido, no caso dos inseridos no mercado formal de trabalho, para os demais seria uma dádiva caridosa (LOPES, 2001, p. 24-25).

Todavia, a ideia caritativa sempre esteve presente no Brasil, no período colonial até meados do século XIX as autoridades tinham grande preocupação com

1 INAMPS:

as doenças “pestilenciais” como a varíola, a febre amarela, a malária e a tuberculose, que apontavam o perigo da morbidade e da mortalidade. Desta forma, os problemas de saúde eram tratados como problemas relacionados à higienização e à ordenação do espaço urbano. De responsabilidade das autoridades locais, o objetivo era o de organizar as cidades através do policiamento limpando as ruas e retirando delas as “imundices”, na tentativa de evitar a contaminação destas doenças (ANDRADE, 2007).

Neste período predominou uma precária organização dos serviços de saúde onde a assistência à população pobre e indigente ficava sob os cuidados da iniciativa filantrópica, ou seja, de instituições beneficentes ligadas à Igreja Católica como as Santas Casas de Misericórdia. Apenas um pequeno grupo utilizava-se do serviço médico, a maioria da população estava sob os cuidados de cirurgiões barbeiros, empíricos, curandeiros, benzedeadas, parteiros e curiosos (MACHADO et al, 1978; COSTA, 1989). Deste modo, o Estado incorporou o sistema de proteção liberal não tendo nenhuma prerrogativa de cuidados com o cidadão, pois era a cidadania da dádiva.

É com a persistência da manutenção dos traços estruturais do regime imperial que o campo da saúde vai ser organizado, no modelo sustentado pelo latifúndio e pela produção voltada para o mercado externo com a permanência do sistema coronelista e de escravismo. A base estrutural estava caracterizada pelo tripé: latifúndio, escravismo e mercado externo, traços herdados da colônia que preservou a classe dominante no comando e acomodou as forças políticas.

No ano de 1897 foi criada a Diretoria-Geral de Saúde Pública, órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e que foi reformulado em 1904 para desenvolver as ações coletivas de saúde. Esse período ficou conhecido como “Sanitarismo Campanhista”, uma vez que sob a coordenação de Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro e Emílio Ribas, em São Paulo, liderou o modelo etiológico baseado no controle dos insetos e animais. Assim, o saber médico-sanitário ficou centrado nos estudos e pesquisas em torno da bacteriologia e da microbiologia.

Esse modelo reforçava a visão de práticas sanitárias desenvolvidas de forma radical, com mando hierárquico para a limpeza dos centros urbanos “dos pobres e dos cortiços” assegurando os espaços de circulação de mercadorias exportáveis e o controle de doenças que prejudicassem a exportação, ou seja, a organização social foi determinada pela intervenção do Estado na cidade. Assim se deu a reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro e em outros centros em processo de urbanização, como

por exemplo a cidade portuária de Santos/SP marcando a interferência estatal na condução do destino da vida cotidiana da população (LUZ, 1979; ANDRADE, 2007).

A Primeira República iniciando a constituição do seu Estado moderno vai ser determinada pelos interesses dos grupos sociais vinculados à agro exportação cafeeira, “foi aí que se deu o nascimento da saúde pública no Brasil, o que representou profunda mudança nas práticas dominantes até então” (ANDRADE, 2007, p. 26). O saber médico-sanitário ficou centrado no modelo etiológico baseado no controle dos insetos e animais e com forte influência do Instituto Pasteur (França) nas instituições científicas do Brasil e de toda América Latina (GARCIA, 1989). Outra mudança importante foi a criação de leis e códigos que davam vida à política de saúde no Brasil (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1985).

Nos anos de 1920 o modelo urbano-industrial contrapõe-se ao modelo agrário e escravista, uma vez que frente a política de urbanização anuncia-se uma nova demanda de trabalhadores que é a classe operária com a presença de imigrantes. Nesse novo cenário começaram a aparecer os movimentos de esquerda que numa luta ideológica pregavam a subversão da base estrutural do Estado. A classe operária fez a primeira greve no Brasil no ano de 1917 e deu forma embrionária ao movimento operário, que começou a organizar-se e exigir alguns direitos sociais como escola para seus filhos, melhores condições de trabalho e de assistência à saúde. Pela primeira vez no Brasil o Estado é forçado a regular as relações de trabalho.

É com base nessa estrutura que a partir de 1920 foi estabelecido um novo modelo de assistência médica de cunho privado, ou seja, exercido igualmente por empregados e empregadores. Inspirado no modelo alemão, implantado por Otto von Bismark, surgiram as Caixas de Aposentadoria e Pensões - CAPs, no ano de 1923. O Decreto Nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como Lei “Elói Chaves”, criou as CAPS, que se fundamentaram na obrigatoriedade das empresas de estrada de ferro criarem uma caixa de aposentadoria para os seus respectivos funcionários. Além da aposentadoria, as CAPS garantiam socorro médico aos familiares e as pessoas que morassem no mesmo teto, medicamentos a preços especiais, aposentadorias e pensões para os herdeiros em caso de morte do titular.

No ano de 1926 esse sistema foi estendido às empresas portuárias e marítimas. Assim, o modelo de previdência foi inaugurado com as CAPs como um sistema de administração civil e privada. O Estado se absteve desse sistema, pois não participou diretamente nem como executor administrativo, nem como fonte de recursos, apenas manteve seu papel de regulador e subordinou o direito à assistência

médica e à previdência estritamente aos participantes das CAPs desobrigando-se a desenvolver sistemas de proteção social e tratando os problemas sociais como “caso de polícia” (LUZ, 1979).

As CAPs trouxeram também, uma marca que se tornou tradição na maioria das políticas de saúde no Brasil: a subordinação do direito à assistência médica a um sistema de previdência social. Esse direito, que passou a ser restrito aos trabalhadores/participantes do sistema CAPs, tornou-se uma condição para a maioria dos brasileiros (MELLO, 1977).

O Brasil na “Revolução” de 1930 era um estado burguês em ascensão, em que a própria elite “implementou” um tipo de “revolução” em defesa do progresso, da urbanização e da industrialização. Diferentemente, da Revolução Francesa, onde as massas populares engajaram-se no movimento político com propósito de confrontar a estrutura ideológica do Estado e ameaçar o modelo sócio-econômico (NAGLE, 1985).

A chegada de Getúlio Vargas ao poder, num sistema de oligarquia e da política do “café com leite”, representou esse marco da nacionalização da economia, com ênfase num projeto de nação voltado ao desenvolvimentismo e com forte incentivo à industrialização e à urbanização.

A emergência de uma política nacional de saúde e em decorrência das reivindicações operárias pelo estabelecimento de leis protetoras ao trabalho, incluindo o direito à saúde, fez com que o governo consolidasse a medicina previdenciária com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões- IAPs, no ano de 1934. Assim, as Caixas de Aposentadorias e Pensões foram sendo substituídas pelo modelo dos Institutos de Aposentadorias e Pensões- IAPs numa tendência acentuada de efetivar o poder nacional centralizado.

Neste novo sistema o Estado passou de regulador-normalizador para o papel de administrador do sistema, de tal forma que os trabalhadores, a partir de então deveriam organizar-se por categoria profissional e não mais por empresas. Cada categoria ganhou seu Instituto que garantia o direito à previdência e à assistência médica. Como no sistema anterior, esse direito estava subordinado somente aos trabalhadores sindicalizados e ligados ao sistema previdenciário, os demais trabalhadores, como por exemplo, os trabalhadores rurais, os autônomos, as empregadas domésticas e os não organizados sindicalmente, assim como todas as pessoas desempregadas, ficavam excluídos da assistência médica, das aposentadorias e pensões. Neste novo modelo (IAPs) as regulamentações oficiais

colocaram um ponto final na participação dos trabalhadores na gestão do sistema que eles próprios criaram e administravam (ANDRADE, 2007).

O governo Dutra (1945-1950) esteve marcado pelo alinhamento com os americanos na Guerra Fria, o governo apoiou o bloco dos capitalistas, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e tentou descaracterizar os movimentos sociais. O Partido Comunista do Brasil foi colocado na ilegalidade e todos os funcionários públicos filiados a esse partido foram perseguidos através da exoneração de seus cargos. O incentivo às importações, especialmente de combustível e maquinário industrial, o financiamento de obras na área do transporte, do setor energético¹⁴³ e o Plano SALTE¹⁴⁴ levaram o país a uma situação insustentável pela desvalorização da moeda, o alto índice da inflação e a desqualificação do trabalhador. O salário mínimo ficou reduzido à metade do seu valor e foi um dos elementos que deveria manter o sucesso do Plano. Com a justificativa de diminuir os problemas sociais o governo apresentou a proposta de direcionar os gastos públicos para os setores definidos como emergenciais, como saúde, alimentação, transporte e energia.

Algumas ações de saúde estiveram voltadas para o combate da malária, doença que castigava as regiões nordestinas, investindo na compra de inseticidas de ação residual. Também, investiu-se na construção de grandes hospitais, como o Hospital dos Servidores do Estado no Rio de Janeiro, projetado para ser o maior hospital da América Latina.

Luz (1979) enfatiza que o modelo "sanitarismo campanhista" predominou do início do século até meados dos anos de 1960 mas também, nesse período configurou-se o modelo médico-assistencial privatista¹⁴⁵, que vigorará hegemônico de meados dos anos 60 até meados dos anos de 1980 (MENDES, 1996).

A substituição do governo Dutra pelo governo Vargas, no ano de 1950, foi de enfrentamento, seja pelo destino que se tinha dado ao país ou pela situação política na luta pelo poder entre os liberais e os nacionalistas. Venceu o grupo que

defendia a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro e a adoção de medidas monetaristas que controlariam as atividades econômicas e os índices inflacionários.

A partir da década de 1950 definiu-se a política de incentivo ao processo acelerado da industrialização, deslocando o polo dinâmico da economia para os centros urbanos e gerando uma massa operária que dependeria dos serviços de saúde. Frente a essa nova demanda o Estado preferiu assumir uma posição de financiador ao invés de administrador dos serviços de saúde, fazendo a opção de repassar ao setor privado, inclusive a responsabilização do cuidado em saúde (LUZ, 1979; MENDES, 1996).

O Ministério da Saúde, criado no ano de 1956, reforçou as especialidades e a construção de instituições de asilamento, como os grandes leprosários e sanatórios que se espalharam em diversas regiões do país como forma de afastamento e de segregação dos doentes.

Em 1960 foi promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social sob pressão dos trabalhadores que passou a ser responsável pela assistência médica individual de seus beneficiários. Os trabalhadores reivindicaram a unificação nacional dos Institutos e exigiram eficiência do sistema (LOPES, 1999, p. 66).

A consciência das condições de vida da maior parte da população brasileira foi tornando-se cada vez mais clara em consequência da impossibilidade de soluções reais por parte das instituições (LUZ, 1991). Essa consciência originou um impasse no direcionamento da saúde e os movimentos sociais reivindicaram reformas de base “imediatas”, as quais aqueceram o debate sobre o papel do Estado na implantação dessas políticas. Discutidas na III Conferência Nacional de Saúde (1963) resultou na proposta de implantação da municipalização da assistência à saúde, porém, a reação das forças sociais conservadoras levou ao golpe de 1964 e interrompeu o debate que vinha se dando até então.

SAÚDE NO PERÍODO DA DITADURA

Após o golpe militar, em 1966 ocorreu a unificação da Previdência Social através da criação do Instituto Nacional da Previdência Social-INPS, cujo controle passou a ser integralmente do Estado, ou seja, trabalhadores, empregados e demais componentes da sociedade civil foram afastados de todos os outros cenários, pela ditadura (LOPES, 1999).

No auge do governo militar instalou-se, na maioria dos grandes centros urbanos um poderoso complexo médico-industrial através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social-MPAS/Inamps. O modelo adotado nestas instituições, chamado de *flexneriano*¹⁴⁶, previa tratar todas as doenças utilizando-se de diversos recursos. O resultado se deu com uma série de inversões no campo da saúde pública, como o próprio conceito de saúde-doença, além da falência do Inamps.

Com a instituição do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS¹⁴⁷ o governo passou a financiar o sistema privado de saúde subsidiando complexas instituições hospitalares e privilegiando a prática médica curativa, assistencialista e especializada em detrimento da saúde pública. Porém, competia ao próprio Estado subsidiar o sistema privado de saúde, pois injetava recursos para a construção de complexos hospitalares e, posteriormente, demandava mais recursos para a assistência. Assim, os serviços de saúde eram vendidos para o próprio Estado, através de convênios com o INPS.

O FAS facilitou a ampliação de número de leitos hospitalares aos contribuintes da Previdência e a extensão dos benefícios de saúde aos trabalhadores rurais, que embora incluísse essa nova categoria, não garantiu a qualidade da atenção e do cuidado. Desta forma, o governo investiu, com recursos dos trabalhadores, na construção de serviços privados, ao invés, de promover seus próprios equipamentos e serviços.

O projeto político, incentivado pelo modelo econômico da modernização autoritária do capitalismo nacional integrado ao capitalismo internacional, demarcou a extensão da cobertura previdenciária para uma grande parte da população urbana e rural, no entanto reforçou o atendimento de baixa qualidade e garantiu a criação de um complexo médico-industrial, reafirmando o modelo "hospitalocêntrico" e de terceirização da saúde:

Esse modelo médico- assistencial assenta-se na garantia de que o Estado é o seu grande financiador por intermédio da Previdência Social, o setor privado nacional assistencial-

curativo o seu grande prestador e o setor internacional o seu grande produtor de insumos, equipamentos biomédicos e medicamentos (ANDRADE, 2007, p. 28).

Esse modelo pactuou com o privilégio da prática médica curativa, individual, assistencialista e especializada, tendo investimento estatal para a construção de um complexo industrial com objetivo mercadológico. Neste contexto, reforçou a lógica da assistência médica assumida pelo setor privado, mas sob o financiamento do Estado, inclusive com grande incentivo do setor internacional. Surgiu então, a ideia da medicina de grupo e a implantação das empresas médicas no Brasil (CAMPOS, 1997).

A partir do ano de 1973, vários movimentos sociais aglutinaram-se em torno da defesa dos direitos humanos e da liberdade política, contrapondo-se à ditadura militar. Na área da saúde a luta era pela organização de um sistema de saúde único e hierarquizado, que não dicotomizasse o cuidado à doença e a promoção da saúde, a saúde individual e a saúde coletiva. A crítica que os atores sociais faziam em torno da saúde pública é de que ela se configurava como uma máquina ineficiente devido à irracionalidade do sistema que produzia atuações de baixa eficácia, com gastos exorbitantes, baixa qualidade nos atendimentos, baixos índices de abrangência, evidenciando-se a sua precarização. Contestavam o privilégio da medicina privada, da prática médica curativa, de cunho individual e assistencialista, sendo o Estado o maior financiador das ações e serviços de saúde, assim como dos equipamentos e outros insumos (DA ROS et al., 2006).

As formulações propostas por sanitaristas identificados com as políticas de ações preventivas de interesse coletivo eram rejeitadas. No ano de 1976 foi fundado o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde-Cebes e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva-ABRASCO, no ano de 1979, instituições que faziam oposição ao modelo imposto.

Na década de 1970 a política de saúde permitiu um processo de corrupção incontrolável por parte dos setores privados, que, na busca do superfaturamento multiplicavam e desdobravam os atos médicos, optavam por internações mais caras, enfatizavam procedimentos cirúrgicos desnecessários, além de utilizar pouco pessoal técnico e equipamentos obsoletos. As internações cresceram 322%, as consultas médicas em 638% e o serviço de apoio diagnóstico em 433% (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1985; SANTOS, 2008; MERHY, 2005).

O processo de resistência democrática ao Estado autoritário, convivendo com escandalosa concentração de renda e carências sociais acumuladas ao longo da história, marcou o chamado movimento sanitário, que propôs debates, cujo princípio central era “saúde: direito de todos e dever do Estado”, surgindo aí a proposta da Reforma Sanitária.

A partir dos anacronismos na área da saúde acumulados nas décadas anteriores às políticas do retrocesso do “milagre econômico”, onde o Estado adotou políticas fortemente recessivas e da nova conjuntura político econômica, havia espaço objetivo para um movimento de luta por uma reforma sanitária. A par do fortalecimento dos movimentos sociais, alguns já em curso desde a década de 1970, revigorou-se também o sindicalismo (Costa, 1989, 1994), colocando em xeque o modelo médico-assistencial privatista. Assim, as discussões sobre a saúde aconteciam abertamente e de forma mais organizada, a partir das conferências municipais e depois estaduais.

O Estado, buscando estratégias para resolver a crise financeira da Previdência Social criou o Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária-Conasp (1981), numa política de co-gestão entre os Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e da Educação. Os profissionais médicos, trabalhadores, setor patronal, prestadores de serviços privados e representantes dos três Ministérios, tinham a finalidade de reorganizar a assistência à saúde da população previdenciária, indicar a alocação de recursos financeiros e propor medidas de avaliação e controle da assistência, através do Conasp.

Como resultado, este grupo apresentou ao Ministério da Previdência e Assistência Social o “Plano de Reordenação da Assistência à Saúde no âmbito da Previdência Social”, conhecido como “Plano-Conasp”, aprovado pela Portaria MPAS Nº 3.062/82.

As propostas subsidiaram medidas de reorganização do sistema como a integração do Inamps e a implementação do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar da Previdência Social-SAMHPS, introduzindo nova forma de remuneração na intervenção hospitalar e nos mecanismos de auditoria técnica, além de propor a co-gestão hospitalar. Como desdobramento foram “implementadas” as Ações Integradas de Saúde-AIS, que se transformaram no eixo fundamental no processo de descentralização da saúde a partir do ano de 1983.

O MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA

No período de 1985 a 1987 parte considerável de atores políticos do Movimento da Reforma Sanitária tiveram acesso ao aparelho de Estado, o MPAS/Inamps passou a ser um grande alavancador da política de descentralização das ações de saúde e na convocação da VIII Conferência Nacional de Saúde, no ano de 1986. As teses centrais da VIII Conferência Nacional de Saúde resultaram na construção do sistema público de saúde - SUS.

O governo implantou, no ano de 1987, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde-SUDS, que reforçou a tendência de aumento de repasses financeiros da União para custeio e investimento nos sistemas estaduais e municipais (CAMPOS, 1997; MÉDICI, 1994). Com o Suds objetivou-se democratizar o acesso aos serviços de saúde universalizando o atendimento, uma vez que se pretendia acabar com as categorias diversificadas de trabalhadores. As diretrizes norteadoras do Suds eram: a universalização e equidade no acesso aos serviços de saúde; a integralidade dos cuidados assistenciais; a regionalização e integração dos serviços de saúde; a descentralização das ações de saúde; a implementação dos distritos sanitários; o desenvolvimento de instituições colegiadas gestoras para a participação de setores da sociedade nas comissões interinstitucionais, recomendando a criação de conselhos de saúde e o desenvolvimento de uma política de recursos humanos. Com relação às transformações transcendia a ideia de uma simples reforma administrativa e financeira.

Portanto, A Conferência é o momento mais significativo do processo de construção de uma plataforma e de estratégias do movimento pela democratização da saúde em toda sua história (RODRIGUEZ; TEMPORÃO; ESCOREL, 2003). No entanto, Mendes (2001) entende que o padrão de proteção social que garantiu o direito de universalização da saúde pública no Brasil desenvolveu-se de forma tardia, quanto ao tempo e ao momento histórico que lhe fundamentou, uma vez que a Reforma Sanitária teve início no final da década de 70 e a formulação do SUS deu-se, somente no final da década de 1980.

CONCLUSÃO

De fato, é preciso considerar o processo histórico da saúde no Brasil que, a partir da Constituição de 1988, tentou descaracterizar a cidadania regulada e criar um sistema fundamentado na universalidade do acesso. Porém, a aposta num sistema único foi rejeitada pelas forças políticas neoliberais, bem como, pelos grupos

que sustentavam o poder da classe burguesa. Assim, a proposta inicial foi substituída por um modelo de saúde segmentado, dando liberdade à iniciativa privada.

Deste modo, se por um lado o SUS trouxe a universalidade do sistema de saúde, por outro, possibilitou o modelo complementar, garantindo a assistência baseada no pagamento do seguro individual do usuário. Este modelo tem se ampliado no Brasil e mesmo que as agências não assumam os riscos inerentes a assistência à saúde, ele tem se constituído como um dos maiores desejos da classe trabalhadora: possuir um seguro privado de saúde.

Na medida em que o ambiente regulatório do Estado não assume os limites de regulação e de extensão desse modelo de saúde, o crescimento dos seguros individuais tem sido um fator marcante. Por outro lado, o SUS não é compreendido e tão pouco defendido pelos próprios usuários dos serviços de saúde. Vários fatores concorrem nessa disputa, dentre eles o subfinanciamento e a precarização de recursos materiais e humanos, assim como os desperdícios estruturais definidos pelos gestores que vem caracterizando um sistema público ineficiente e determinando que para os pobres só resta o SUS, enquanto que para os usuários de outros sistemas é possível, também, a utilização do sistema público.

Citação

1. INAMPS- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.
2. Anteriormente ao SUS, a assistência médica estava a cargo do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social- INAMPS, ficando restrita aos empregados que contribuíssem com a Previdência Social, os demais eram atendidos apenas em serviços privados (filantrópicos ou não).
3. Na área de transportes houve grande investimento portuário, compra de frotas marítimas estrangeiras, ampliação de projetos ferroviários e rodoviários. No setor energético, houve um grande apoio financeiro de capital privado para estimular empresas concessionárias, com a finalidade de elevar as eletrificações rurais e urbanas.
4. O Plano SALTE- Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, foi idealizado em 1946, mas só foi apresentado como proposta oficial de governo no ano de 1948.

5. O modelo médico-assistencial privatista tinha como principais características: a expansão da cobertura previdenciária de forma a abranger a quase totalidade da população urbana e rural; o privilégio da prática médica curativa, individual, assistencialista e especializada, em detrimento da saúde; a criação, por meio da intervenção estatal, de um complexo médico-industrial; o desenvolvimento de um padrão de organização da prática médica orientada para a lucratividade do setor saúde, propiciando a capitalização da medicina e o privilégio do produtor privado destes serviços (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1989).

6. O modelo *flexneriano*, com raízes no modelo norte-americano da fundação Rockefeller, baseava-se na especialização e na fragmentação do conhecimento, colocando a doença como fenômeno estritamente biológico.

7. Lei Nº 6.168/74.

Referências:

ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de; BARRETO, Ivana Cristina de Holanda Cunha e col. *SUS Passo a Passo: história, regulamentação, financiamento, políticas nacionais*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar trabalho em equipes de saúde. In: MERHY, Emerson Elias; ONOCKO CAMPOS, Rosana (orgs). *Agir em saúde: um desafio para o público*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 229-266.

COSTA, Nilson do Rosário. Políticas públicas, direitos e interesses: reforma sanitária e organização sindical no Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 4. p. 5-17, out/dez, 1994.

_____. Transição e movimentos sociais: contribuição ao debate da reforma sanitária. In: NAJAR, Alberto Lopes; COSTA, Nilson do Rosário (org.). *Demandas populares e políticas públicas de saúde*. Petrópolis: Vozes/Abrasco, v. 1, p. 45-65, 1989.

DA ROS, Marco Aurélio et al. Residência Multiprofissional em Saúde da Família: uma conquista do Movimento Sanitário. *Cadernos RH Saúde*. Brasília: DF, v.3, n.1. p. 109-117, 2006.

GARCIA, Juan César. *Pensamento social em saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Cortez-Abrasco, 1989.

LOPES, Roseli Esquerdo. Políticas de saúde no Brasil: construções, contradições e avanços. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 12, n. 1/3, jan./dez. p. 23-33, 2001.

_____. Cidadania, Políticas Públicas e Terapia Ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência, no Município de São Paulo. 1999. Vol. I e II. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, Campinas/SP, 1999.

LUZ, Madel Therezinha. Notas sobre as políticas de Saúde no Brasil de “Transição Democrática” - anos 80. *Revista de Saúde Coletiva*, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro: Relume Dumar, p. 138-154, 1991.

_____. *As Instituições Médicas no Brasil: instituições e estratégias de hegemonia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MACHADO, Roberto et al. *A Danação da Norma: a medicina Social e a Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MÉDICI, André Cezar. *Economia e financiamento do setor saúde no Brasil: balanços e perspectivas do processo de descentralização*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Usp, 1994.

MELLO, Carlos Gentile de. *Saúde e Assistência Médica no Brasil*. São Paulo: Cebes/Hucitec, 1977.

MENDES, Eugênio Villaça. *Os grandes dilemas do SUS*, tomo I. Salvador: Casa da Qualidade Editora, 2001 a.

_____. *Uma agenda para a saúde*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MERHY, Emerson Elias. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, tomo III, Livro 3. p. 259-291, 1985.

OLIVEIRA, Jaime Antonio de Araujo; TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. *(Im)previdência social: sessenta anos de história da previdência social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

RODRIGUEZ NETO, Eleutério; TEMPORÃO, José Gomes; ESCOREL, Sarah. *Saúde: promessas e limites da Constituição*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. Desenvolvimento do SUS, rumos estratégicos e estratégias para visualização dos rumos. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v.12, n.2, p.429- 435, mar/abr 2008.

ESTUDO DE MUDANÇA DE ARRANJO FÍSICO COMO MELHORIA PARA UM PROCESSO DE LIMPEZA DE BALÕES

César Rodrigues de Moraes Rosa (Universidade Paulista – UNIP);
cesar.1803@hotmail.com*

José Correa da Silva Neto (Universidade Paulista – UNIP); neto_ito@globomail.com

Marcelo Tadashi Saito (Universidade Paulista – UNIP); saito.marcelo@yahoo.com.br

Rafael Martorano Dalmazo (Universidade Paulista – UNIP);
rafael.dalmazo@gmail.com

Richard Luiz Correa de Oliveira (Universidade Paulista – UNIP);
richard_lco@hotmail.com

Vitor Iso Oliveira Ikeizume (Universidade Paulista – UNIP);
iso_ikeizumi@hotmail.com

Professor Mestre Alessandro Augusto Jordão

RESUMO

No contexto atual, nota-se que o aumento da competitividade tem feito com que as empresas busquem, constantemente, a melhoria de seus processos, uma vez que o aperfeiçoamento dos mesmos pode trazer aumento da produtividade, bem como redução dos custos de produção. Analisar os processos produtivos é de suma importância, visto que identificando os gargalos existentes pode-se aumentar a capacidade produtiva. Para Araújo (2006), as empresas com o intuito de obterem excelência organizacional e atentando-se para o mercado cada vez mais competitivo, têm aliado a melhoria contínua à abordagem por processos. Este artigo descreve o propósito da importância de uma boa gestão e organização do chão de fábrica, propondo um novo modelo de *layout* em uma produção seriada. A pesquisa orientada teve-se como ambiente estudado o setor de limpeza de uma fábrica de médio porte cujo carro chefe é a fabricação de balões de látex, onde se identificou um gargalo produtivo que defasava e empobrecia o rendimento da mesma – a má distribuição dos maquinários e a aleatoriedade de percurso do produto pela linha. Como solução direta e recomendada a mudança do *layout*, trazendo uma reorganização do chão de fábrica e do percurso (trajeto e trânsito do setor, seja ele por materiais ou pessoas), visando uma sequência padrão de produção seriada. Para tal fora necessário o mapeamento do processo produtivo, a montagem de fluxogramas – possibilitando uma visão macroscópica das ações e a introdução para entendimento do processo – e o uso de *softwares* CAD - computer-aided design ou desenho assistido por

computador. Os dados foram coletados através de visitas periódicas à fábrica e utilizando de entrevistas a colaboradores.

Palavra-chave: gargalo produtivo, estudo de tempos, melhoria contínua e processos.

ABSTRACT

In the current context, it is noticed that the increase in competitiveness has made companies constantly seek to improve their processes, as the improvement of these can bring increased productivity as well as reduced production costs. For Araújo (2006), companies with the aim of achieving organizational excellence and looking at the increasingly competitive market have allied with continuous improvement to the process approach. This article describes the purpose of the importance of good management and organization of the factory floor, proposing a new layout model in a serial production. The research focused on the environment studied was the cleaning sector of a medium-sized factory whose head office is the manufacture of latex balloons, where a production bottleneck was identified that was poor and impoverished the income of the same - the poor distribution of machinery and the randomness of the course of the product by the line. As a direct and recommended solution to change the layout, bringing a reorganization of the factory floor and the route (route and traffic of the sector, be it by materials or people), aiming at a standard sequence of serial production. For this, it was necessary to map the production process, to set up flowcharts - allowing a macroscopic view of the actions and the introduction to understanding the process - and the use of computer aided design CAD software. Data were collected through periodic visits to the factory and using interviews with employees.

Key words: productive bottleneck, time study, continuous improvement and processes.

1. Introdução

Analisar os processos produtivos é de suma importância, visto que identificando os gargalos existentes pode-se aumentar a capacidade produtiva. A análise de processos se inicia quando é identificada uma nova oportunidade para se aperfeiçoar os processos e seu término acontece quando o processo é melhorado e assim, cria-se um ciclo contínuo de aperfeiçoamento.

Foram feitos estudos dos quais apontaram possibilidades de melhoria para o *layout* do setor de secagem de balões e que poderia influenciar não só o local do

estudo, mas também de atender com maior eficácia outros setores que o sucedem. A perspectiva é diminuir seu gargalo produtivo, esse que esta na diferença da quantidade produzida pela quantidade real especificada em manual, podendo assim aumentar fatores e índices de produção, diminuindo a quantidade de colaboradores no setor, economizando em produtos que se utiliza para acabamento, reduzir custos de produção, aumentar a organização e limpeza e principalmente subir a capacidade real de produção.

Dessa forma, optou-se, consecutivamente, pelo estudo de mapeamento do processo produtivo e reorganização do chão de fábrica.

2. **A indústria**

Para efetuar o estudo foram feitas visitas à empresa para conhecer o processo produtivo e identificar qual eram as operações de maior relevância para o estudo. Realizou-se uma entrevista presencial utilizando um questionário aberto com o responsável pela empresa de modo a obter dados para aplicar as ferramentas da engenharia de métodos.

3. **Produto Estudado**

Balões de látex de 50" estampados.

4. **Descrição do setor**

O setor se referi ao processo de acabamento de todos modelos de balões fabricados pela empresa. Contudo o processo de lavagem, secagem, e verificação da qualidade de limpeza.

5. **Fluxograma do processo**

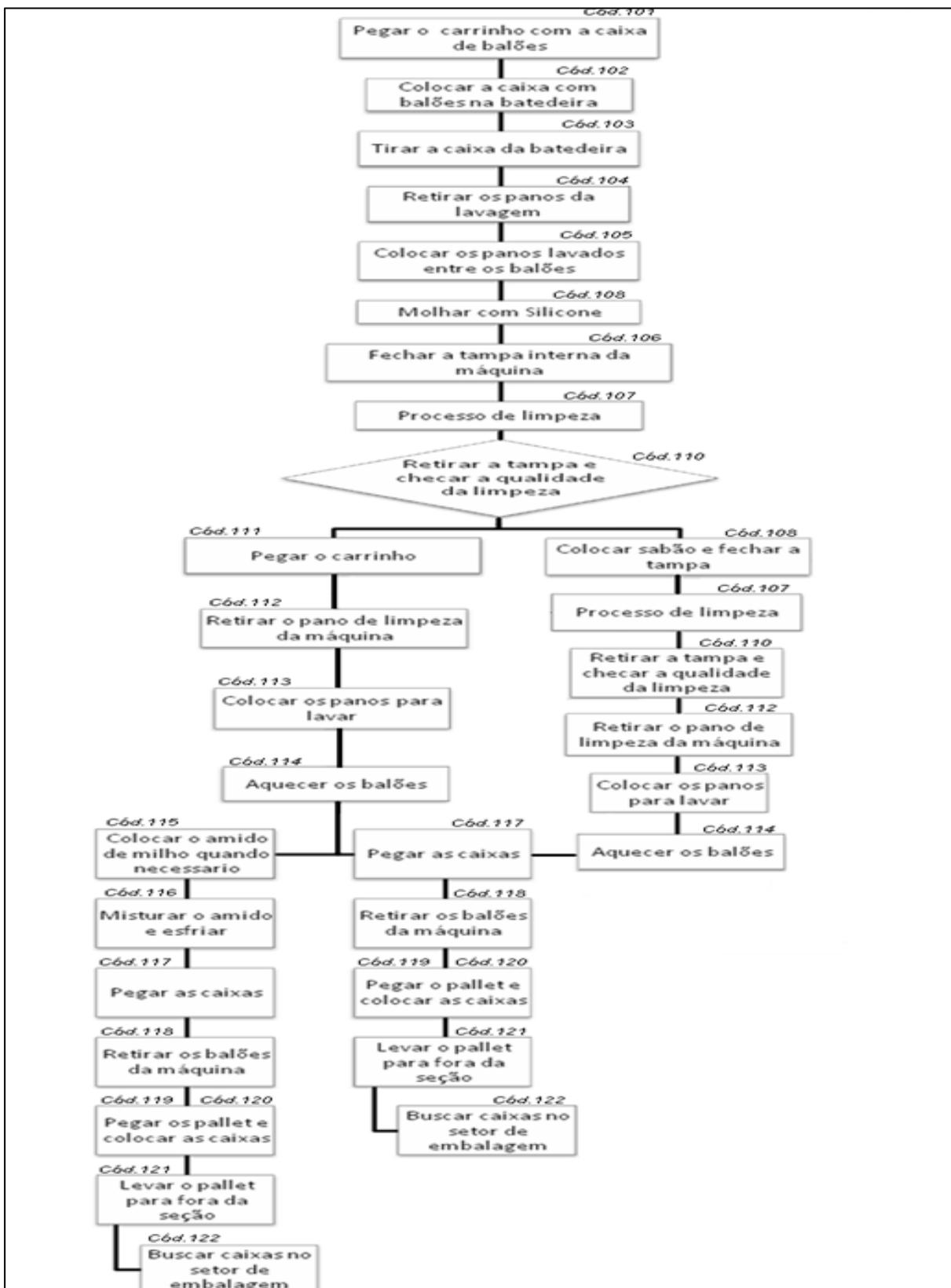
O fluxograma seria uma representação gráfica realizada para mostrar a sequência de um trabalho de forma analítica, caracterizando as operações envolvidas no processo.

O modelo representativo consiste em demonstrar todo o percurso e as tomadas de decisões sobre o processo do produto, desde a entrada no setor até a saída para o subsequente.

No início temos a entrada dos balões no setor, transportados por um carrinho até as lavadoras, são nessas maquinas onde ocorrem o processo de lavagem, caso o processo seja falho é necessário reinicia-lo até que se obtenha sucesso, finalizado isto os balões já estarão prontos a seguir com a mistura de amido e posteriormente as caixas e novamente transportados sob o carrinho.

Abaixo, o mesmo de forma detalhada:

Figura 20: Fluxograma do Processo



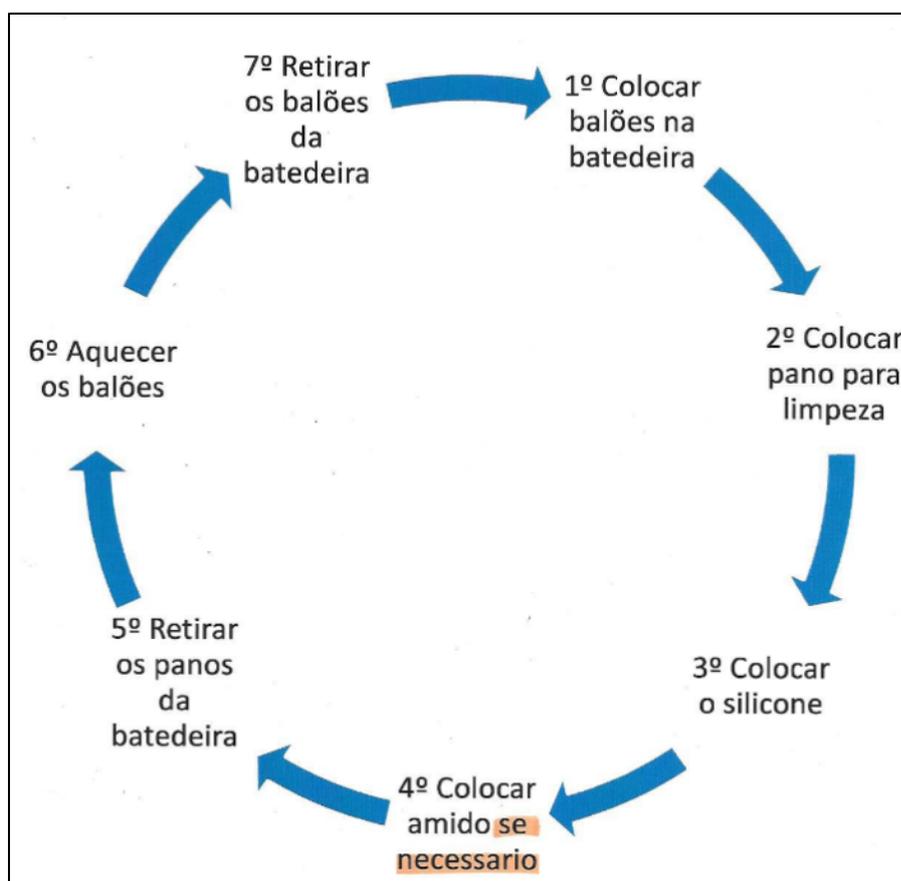
Fonte: próprio autor

6. Identificação e análise do gargalo produtivo

Sob estudo e confronto de teoria X prática, observou-se que durante a confecção da estampagem, houve retardamentos no processo devido a desordem e mau planejamento do *layout*. Isso porque o trabalhador/colaborador muito transitava no setor, não por fadiga ou má dedicação, mas sim pela má distribuição dos maquinários.

Visualizou-se primeiramente o processo cíclico de produção, assim como mostra a figura 1:

Figura 21: Ciclo de Produção



Fonte: próprio autor

Após o ciclo da produção, a medição da atual capacidade produtiva fora tirada e com ela pode-se comparar a perda de produtividade, ou seja, o quanto a mais os maquinários deveriam estar produzindo.

Tabela 9: Diferença de Produção dos Maquinários

Máquina	Capacidade de produção	Produzido	Diferença
MB03	400	349	51
MB05	200	0	200
MB06	1500	1106	394
MB07	380	267	113
MB08	250	246	4
MB09	290	253	37
MB10	290	123	167
MB11	670	376	294
MB12	200	139	-139
MB13	700	717	-17
MB14	780	672	108
MB15	580	436	144
MB16	500	174	326
MB19	520	554	-34
MB20	1700	1580	120
MB21	770	401	369
MB22	1800	1352	448
MB23	1835	1352	483
TOTAL	13165	10098	3067

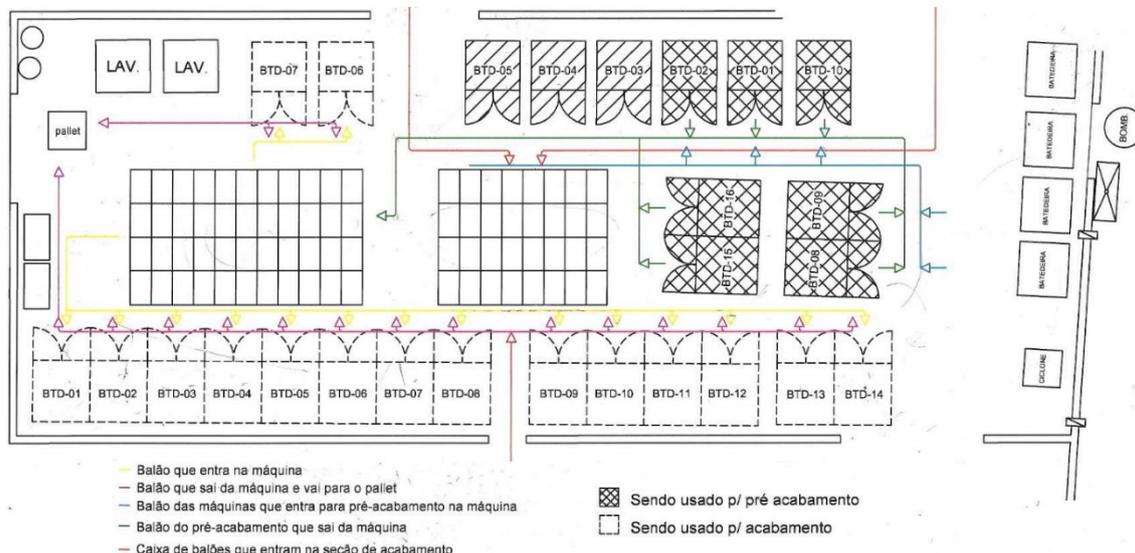
Fonte: próprio autor

Observa-se que somente em três máquinas do conjunto cumpriram com sua real capacidade de produção, as demais operaram com capacidade inferior.

A melhor sugestão de melhoria estaria em reorganizar o chão de fábrica, seguindo princípios de um processo retilíneo e linear.

Para tal a análise do chão de fábrica atual tornou-se necessário, como mostra as seguir na figura 3.

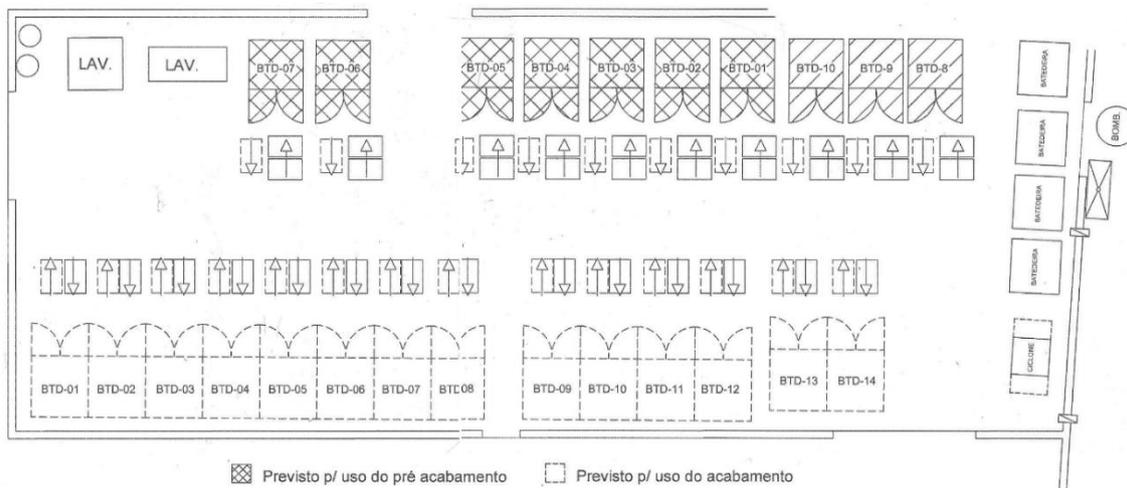
Figura 22: Modelo Antigo de Layout



Fonte: próprio autor

Nota-se que o modelo de *layout* observado possui uma rota de transito poluída, com muitas rotas cruzadas, também se observa a distribuição aleatória das máquinas.

Figura 23: Modelo Atual de Layout



Fonte: próprio autor

Feito a mudança no layout com observações cuidadosas a troca de lugares dos equipamentos e redirecionamento da chegada do produto até a seção de limpeza teve como melhora aparente o fluxo de entrada nas maquinas, no armazenamento

dos produtos que ainda irão entrar e também naqueles que já foram feitas o processo de limpeza.

Para estudo e pesquisa conseguir fidelidade e firmeza mostraram-se importantes refazer os cálculos de produção.

Obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 10: Nova Diferença de Produção dos Maquinários

Máquina	Capacidade de produção	Produzido	Diferença
MB03	400	551	151 ⁺
MB05	200	223	23 ⁺
MB06	1500	1985	485 ⁺
MB07	380	446	66 ⁺
MB08	250	361	111 ⁺
MB09	290	293	3 ⁺
MB10	290	487	197 ⁺
MB11	670	882	212 ⁺
MB12	200	153	47 ⁻
MB13	700	893	193 ⁺
MB14	780	695	85 ⁻
MB15	580	781	201 ⁺
MB16	500	510	10 ⁺
MB19	520	586	66 ⁺
MB20	1700	1985	285 ⁺
MB21	770	974	204 ⁺
MB22	1800	2154	354 ⁺
MB23	1835	2365	530 ⁺
TOTAL	13365	16324	2959⁺

Fonte: próprio autor

Atualizada a tabela, é nítida a visualização, o maquinário consegue cumprir com eficácia a demanda/capacidade de produção estimada.

7. Conclusão

É possível observar que a empresa dispõe de uma capacidade produtiva de qualidade, mas que ainda sim apresentou problemas na organização de *layout*, o que consequentemente afetou não só o setor em questão, mas que também a entrega do produto final, se atentar a mínimos detalhes de organização e transito de materiais torna-se extremamente importante.

O estudo não só apontou dado onde poderiam ser feitos ajustes, mas também sugeriu alterações. Como mais viável e de mais impacto era o lançamento de um novo *layout*, assim fora feito.

A base para a constatação fora a medição da capacidade de produção, notou-se que lá existia um gargalo produtivo de alto impacto, em contra partida para validar os resultados do projeto, fora refeito as medições, apontando a efetividade da mudança.

Contudo observa-se a importância do estudo, tanto para o planejamento, quanto para o reparo de possíveis erros dentro de uma linha de produção em funcionamento.

Referências

BARNES, Ralph M. Estudo de movimentos e de tempos: projeto e medida do trabalho. São Paulo. Edgard Blücher, 1977.

ARAÚJO, L. C. G. de. Organizações, Sistemas e Métodos e as novas tecnologias de gestão organizacional. Vol. 2 – 2ªed. – São Paulo: Atlas, 2006.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 703 p.

NIEBEL, B. W.; FREIVALDS, A. Methods, Standards and Work Design. 12 ed. Nova York: WCB/McGraw-Hill, 2008

GRIMAS, W. Fluxograma. 2008 Disponível em:
<http://engenhariasao Marcos.files.wordpress.com/2008/03/fluxogramas1.pdf>
Acesso em: 14 agosto de 2017

OLIVEIRA, J. W. Sistema de Informação. 2009. Disponível em:
<http://xa.yimg.com/kq/groups/22755187/1481008806/name/Proc.Neg.Atividade.pdf>

Acesso em: 14 jun de 2017.

NOVAS PERSPECTIVAS NO TRATAMENTO DA DOENÇA DE ALZHEIMER: IMUNOTERAPIA ATIVA E PASSIVA

Thalita de Marcos dos Santos; thalitademarcos@hotmail.com*

Gustavo Alves Andrade dos Santos; gustavo.santos@sp.senac.br

Resumo: A demência de Alzheimer é uma doença neurodegenerativa, que normalmente acomete os indivíduos acima dos 60 anos de idade. No cérebro do doente é possível identificar a presença de emaranhados neurofibrilares e a deposição de placas senis, respectivamente caracterizados pela proteína tau hiperfosforilada e pelo acúmulo de proteínas beta-amilóide. Dentre os tratamentos recomendados pela literatura médica e pelos *guidelines*, estão os inibidores da acetilcolinesterase e butirilcolinesterase, visando aumentar a concentração de acetilcolina, são eles a galantamina, o donepezil e a rivastigmina (os mais utilizados) e antagonistas de receptores de glutamato do tipo NMDA, visando diminuir a concentração do neurotransmissor glutamato que em excesso por tempo prolongado está relacionado com morte neuronal, como a memantina; as duas classes normalmente são utilizadas em associação porém, são incapazes de frear a evolução da doença, além de não impedirem a perda cognitiva. Ainda assim, podem trazer importante melhora da qualidade de vida do indivíduo. Em se tratando de uma doença incurável, novos estudos estão sendo feitos com o objetivo de impedir essa degeneração cerebral, utilizando novas técnicas e a promessa de tratamentos promissores como a imunoterapia ativa (administração de proteína sintética anti-tau capaz de induzir anticorpos mediados por uma resposta imunitária) e passiva (administração de anticorpos monoclonais que são capazes de diferenciar a proteína patológica de sua forma não patológica, de acordo com sua conformação espacial cis trans, mais patológica e menos patológica respectivamente), apesar de alguns deles ainda estarem em fase de teste. De acordo com a revisão bibliográfica realizada e baseada em artigos dos últimos dez anos, o estudo foi finalizado com a positividade dos testes e com a promessa dos resultados positivos.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer, vacina contra Doença de Alzheimer, imunoterapia na Doença de Alzheimer, proteína tau, proteína beta-amilóide.

Abstract: Alzheimer's dementia is a neurodegenerative disease, which usually affects individuals over 60 years of age. In the patient's brain it is possible to identify the

presence of neurofibrillary tangles and the deposition of senile plaques, respectively characterized by hyperphosphorylated tau protein and the accumulation of beta-amyloid proteins. Among the treatments recommended by the medical literature and the guidelines are acetylcholinesterase inhibitors and butyrylcholinesterase, aiming to increase the concentration of acetylcholine, they are galantamine, donepezil and rivastigmine (the most used) and NMDA glutamate receptor antagonists, aiming to decrease the concentration of neurotransmitter glutamate that in excess for prolonged time is related to neuronal death, as memantine; the two classes are usually used in association but, however, they are unable to slow the progression of the disease, and do not prevent cognitive loss. Nevertheless, they can bring important improvement of the quality of life of the individual. In the case of an incurable disease, new studies are being done to prevent this cerebral degeneration using new techniques and the promise of promising treatments such as active immunotherapy (administration of synthetic protein anti-tau which is capable of inducing antibodies mediated by an immune response) and passive (administration of antibodies monoclonal which are capable of differentiating the pathological protein from its non-pathological form, according to its cis trans spatial conformation, more pathological and less pathological respectively), although some of them are still in the test phase. According to the bibliographic review carried out and based on articles from the last ten years, the study was concluded with the positivity of the tests and with the promise of positive results.

Key words: Alzheimer's disease, Alzheimer's disease vaccine, Alzheimer's disease immunotherapy, tau protein, beta-amyloid protein.

INTRODUÇÃO

A Doença de Alzheimer foi identificada pela primeira vez, pelo médico psiquiatra alemão Alois Alzheimer, sendo descrita como uma patologia neurodegenerativa progressiva, caracterizada por perda da memória, além de prejuízos cognitivos, podendo levar à morte. Normalmente acomete os indivíduos acima dos 60 anos de idade. Segundo as estimativas, em 2050, mais de 25% da população mundial será idosa, aumentando a prevalência da doença, priorizando assim, o surgimento e a utilização de novas drogas afim de minimizar os prejuízos ou até mesmo evitá-los (SMITH, M. A. C. 1999; SERENIKI, A. ET AL. 2008).

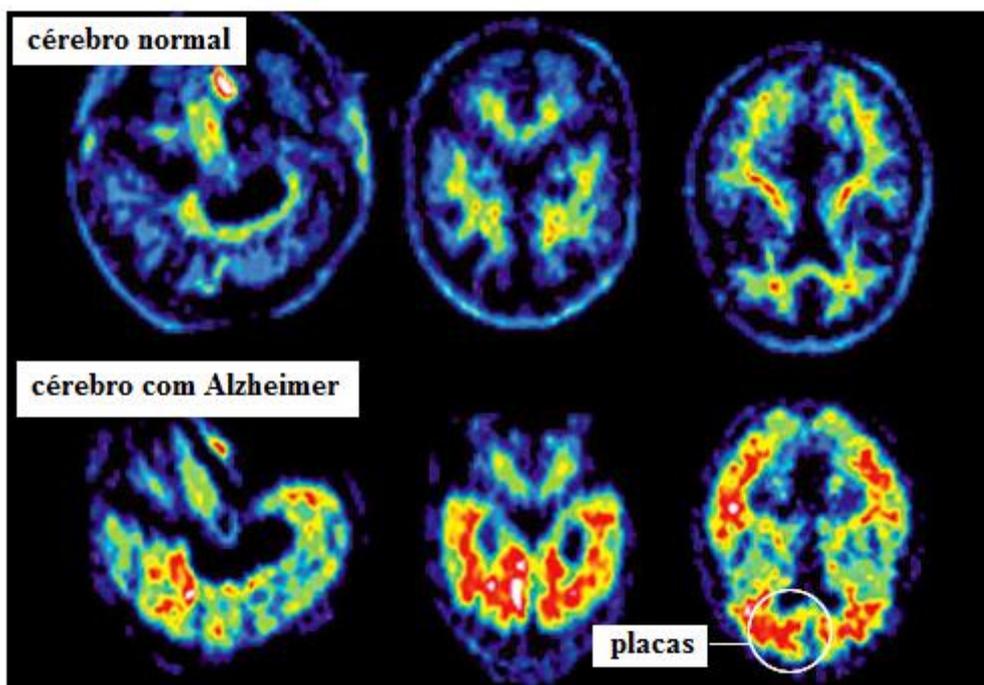
A demência do tipo DA tem um grande impacto na economia, com custo mundial estimado de 818 bilhões de dólares, sendo previsto um aumento nesse número para

um trilhão de dólares até 2018 com sua prevalência e incidência, apresentando crescimento de 35% comparado à 2010, segundo estimativas de World Alzheimer Report updates 2015. Este custo fica abaixo até mesmo de valores de mercado (faturamento) de companhias como a Apple (742 bilhões de dólares) e o Google (368 bilhões de dólares). Considerando que o número de pessoas que vivem com demência dobra a cada 20 anos, crescendo para 74,7 bilhões até 2030 e 131,5 milhões até 2050 (PRINCE, M. ET AL. 2015).

Os fragmentos das proteínas tau e beta amiloide se agregam, dando origem à emaranhados neurofibrilares e placas senis, respectivamente, acumulando-se no córtex cerebral, com projeções para o hipocampo, onde é armazenada a memória (impedindo então sua formação) e, por sua vez, expandindo-se por outras áreas do cérebro prejudicando os sentidos. Os diversos estágios da doença são caracterizados pela progressão e expansão dessas placas. Os tratamentos atuais visam melhorar a qualidade de vida do doente, sendo mais efetivos quando utilizados precocemente, por isso os novos estudos consistem em vacinas e anticorpos monoclonais para inibir a agregação dessas proteínas (FERREIRA, R. 2014).

A figura 1 mostra o cérebro de uma pessoa normal e o cérebro de uma pessoa com Doença de Alzheimer, destacando a presença de placas de agregação proteica.

Figura 1 – Imagens de pacientes com e sem a DA (ALCALDE, 2014).



Fonte: Adaptado de ALCALDE, 2014.

Este trabalho busca identificar as principais pesquisas em andamento para a produção de novas alternativas terapêuticas da Doença de Alzheimer, diante das dificuldades com as drogas já existentes. Ressalta a importância da imunoterapia como tratamento promissor.

FISIOPATOLOGIA DA DOENÇA DE ALZHEIMER

Histopatologicamente a DA é caracterizada pela formação e depósito de placas senis extracelulares, constituídas por fragmentos insolúveis de peptídeo beta-amilóide ($A\beta$) e de emaranhados neurofibrilares intracelulares de proteína TAU hiperfosforilada, seguida de perda significativa de neurônios colinérgicos e neurotransmissores, assim como processo inflamatório no tecido neuronal. A quebra do equilíbrio entre quinases e fosfatases contribui substancialmente para agregação da proteína tau, assim como modificações pós-translacionais afetam este balanço. Stress oxidativo, clivagem, glicação, nitração e poliaminação contribuem para a formação das placas neurofibrilares. O principal neurotransmissor envolvido é acetilcolina (Ach), e sua deficiência. A hipótese colinérgica baseia-se no propósito de inibir as atividades da acetilcolinesterase (AChE, enzima responsável pela clivagem de Ach) melhorando os níveis desse neurotransmissor.

A doença pode evoluir de 3 maneiras sintomatológicas: primeiramente lapsos de memória, depois o paciente pode apresentar alucinações e comportamento violento, e por último, dependência total de familiares tornando-se incapaz de realizar suas atividades essenciais como alimentar-se e vestir-se (VIEGAS, F. P. D. 2011; MARTIN, L. ET AL. 2011).

A figura 2 mostra as etapas da evolução da doença.

Figura 2 – etapas de evolução da Doença de Alzheimer (SELKOE, D. J, HARDY, J. 2016).



Fonte: adaptado de SELKOE e HARDY, 2016.

A apolipoproteína E (apoE) é uma das principais proteínas que fazem parte do plasma humano, e das lipoproteínas de muito baixa densidade (VLDL) e de alta densidade (HDL), estando envolvida então na absorção, transporte e redistribuição de triglicerídeos e colesterol pelos tecidos. Também é responsável pela reparação de danos aos neurônios. A apoE está presente nas placas amilóides cerebrais, promovendo a fibrilogênese do peptídeo b-amilóide e liga-se à proteína Tau diminuindo sua fosforilação. Existem alguns variantes e/ou mutações do gene E4 (encontrado no cromossomo 21) que codifica esta proteína correlacionando o

colesterol com a DA, pacientes com esta patologia tem níveis desse gene de apoE significativamente elevados, aumentando a afinidade desta pela proteína b-amilóide facilitando assim seu depósito e acúmulo. A presença de dois alelos desse tipo de variação pode diminuir a instauração da doença (OJOPI, E. P. B. ET AL. 2007; PRADO, D, CARDOSO, I. L. 2013).

A técnica mais recente, além de extremamente sensível para detecção e quantificação de proteína tau no plasma é chamada Elisa digital de molécula única (BLENNOW, K. ET AL. 2014).

TRATAMENTO FARMACOLÓGICO ATUAL

Os fármacos mais utilizados para aumentar a qualidade de vida e retardar a evolução da doença são os inibidores da acetilcolinesterase (AChE) e butirilcolinesterase (BuChE), e a memantina, um antagonista de receptores de glutamato. Os anticolinesterásicos (I-ChE) são os mais utilizados, visam aumentar a concentração de acetilcolina através da inibição das enzimas catalíticas acetilcolinesterase e butirilcolinesterase. São representados pelos fármacos: galantamina, donepezil e rivastigmina. A galantamina e o donepezil inibem a acetilcolinesterase reversivelmente, são de ação intermediária e longa respectivamente, o que possibilita uma única administração diária, facilitando a adesão ao tratamento, porém utilizam a via do citocromo P-450, o que pode ocasionar alguns tipos de interações medicamentosas.

A rivastigmina por sua vez, inibe também a butirilcolinesterase e age de forma lentamente reversível (pseudo-reversível), é de ação intermediária, porém possui um metabólito ativo, por isso seus efeitos são duradouros, é o único fármaco nessa indicação eliminado via renal, excluindo riscos de hepatotoxicidade. Sua facilidade de administração por via transdérmica (em forma de adesivo) também é seu diferencial (FORLENZA, O. V. 2005).

A memantina é um antagonista não competitivo do receptor de glutamato do tipo NMDA. O glutamato é um neurotransmissor excitatório, porém, em níveis elevados por tempo prolongado está relacionado à morte neuronal. Normalmente a memantina é utilizada em associação aos I-ChE, com pouca ou nenhuma interação medicamentosa, devido ao fato também de sua eliminação ser via renal. Ela deve ser o tratamento inicial de escolha em casos onde o diagnóstico é feito em fase avançada da doença (LIMA, D. A. 2008; ENGELHARDT, E. ET AL. 2005).

De um modo geral as principais reações adversas relacionadas aos tratamentos convencionais estão resumidas na tabela 1.

Tabela 1 – Reações adversas dos tratamentos atuais para a Doença de Alzheimer (DO PRÓPRIO AUTOR; SERENIKI, A. ET AL. 2008; VIEGAS, F. P. D. 2011; FORLENZA, O. V. 2005; LIMA, D. A. 2008).

Tratamento farmacológico/droga	Reações adversas
Galantamina (Reminyl®)	Efeitos colinérgicos, náusea, vômito, diarreia, anorexia, dispepsia, dor abdominal, aumento de secreção ácida, oscilação da pressão arterial, arritmia, bradicardia, tonturas, cefaleia, agitação, insônia, câimbras, sudorese, aumento da secreção brônquica.
Donepezila (Ebix®)	Efeitos colinérgicos, náusea, vômito, diarreia, anorexia, dispepsia, dor abdominal, aumento de secreção ácida, oscilação da pressão arterial, arritmia, bradicardia, tonturas, cefaleia, agitação, insônia, câimbras, sudorese, aumento da secreção brônquica.
Rivastigmina (Exelon®)	Efeitos colinérgicos com doses elevadas, náusea, vômito, diarreia, efeitos gastrointestinais, aumento de peso, dispepsia, dor abdominal, aumento de secreção ácida, oscilação da pressão arterial, arritmia, bradicardia, tonturas, cefaleia, agitação, insônia, câimbras, sudorese, aumento da secreção brônquica.
Memantina (Eranz®)	Diarreia, vertigens, cefaleia, insônia, inquietação, excitação e cansaço.

Fonte: do próprio autor.

A proteína beta-amilóide sofre ação das enzimas beta-secretase e alfa-secretase. Dessa clivagem surgem oligômeros, monômeros e peptídeos (isoformas) beta-amilóide. Destes o mais comum é o A β 40 (peptídeo beta amiloide com 40 aminoácidos), podendo surgir também alguns do tipo A β 42 (peptídeo beta amiloide com 42 aminoácidos), este com tendência à aglomeração e superproduzido na DA. Eles são eliminados por enzimas cerebrais, ocorrendo sua depuração, porém se sua eliminação for menor que sua produção pode ocorrer a formação de aglomerados insolúveis neurotóxicos. Esta é conhecida como via amiloidogênica. Nos últimos anos têm sido desenvolvidos fármacos que visam a eliminação e a agregação de beta-amilóide, agindo por inibição dessas enzimas e por estimulação do sistema imune para a produção de anticorpos (FERREIRA, S; MASSANO, J. 2013; CALIMAN, G. T.; OLIVEIRA, R. M. W. 2005).

IMUNIZAÇÃO ATIVA

Na imunização ativa, é feita a administração de um antígeno capaz de induzir anticorpos mediados por uma resposta imunitária através de vacina. Com poucas administrações é possível obter um anticorpo de resposta prolongado, porém em pessoas muito idosas essa resposta pode não ser suficiente. A primeira a ser criada foi a AN-1792, administração de peptídeos A β 42 feitos sinteticamente produzindo então anticorpos que estimulam a depuração da proteína beta-amilóide, porém os estudos foram encerrados depois de 12 meses, em janeiro de 2002, devido aos efeitos adversos e à ocorrência de casos de meningoencefalite.

Em adição, mesmo com o encerramento das pesquisas, apurou-se que após a autópsia houve significativa redução na quantidade de placas senis. Após a síntese da AN-1792 foram desenvolvidas novas moléculas com maior seletividade, como a ACC-001, que também teve os estudos encerrados em 2014 devido aos efeitos adversos, incluindo angina pectoris e uma forte resposta autoimune. Outra substância em estudo é a CAD-106 (Novartis), em fase III de pesquisa clínica, recrutando participantes para investigar o inibidor de aspartil protease beta-secretase e os sintomas individuais com a utilização da vacina (APTER, J. ET AL. 2015; YAARI, R; HAKE, A. 2015; BA, R. M. S. ET AL. 2016). A Aadvac 1 (Axon Neuroscience SE) é a primeira vacina atualmente em fase de estudo III. É composta de peptídeo sintético derivado da proteína tau, que age contra a proteína tau na forma não ativa ou encurtada (que é mais susceptível à agregação), testada em pacientes em estágio suave a moderado da doença. A vacina estimula uma resposta

imune muito rápida associada à produção de anticorpos policlonais anti tau fosforilada, que são capazes de atravessar a barreira hematoencefálica (BHE) e serem absorvidos pelos neurônios através de receptores de baixa afinidade para depois se ligarem às proteínas tau patológicas dentro do sistema lisossomal. A vacina diferencia de forma seletiva a tau patológica e a tau fisiológica, ligando-se somente às formas patológicas. Os estudos sugerem que esta vacina também pode ser eficaz se utilizada em estágios avançados da DA (GODYRI, J. ET AL. 2016; BOUTAJANGOUT, A; WISNIEWSKI, T. 2014).

Vale ressaltar que existe um fenômeno chamado imunosenescência que consiste em uma imunogenicidade reduzida, ocasionada pela pouca quantidade de células Th (responsáveis pela maximização da secreção de anticorpos de células B) devido a um certo tipo de auto-tolerância observada em pessoas mais idosas diante da vacinação, o que provoca baixa reatividade desta. Por sua vez, esse fenômeno só ocorre em pacientes com DA que possuem títulos elevados de anticorpos anti-a β que eliminaram placas amiloides, apesar das formas oligoméricas solúveis de anticorpos não serem reduzidas e a neurodegeneração progressiva não ser evitada (AGADJANYAN, M. G. ET AL. 2015).

IMUNIZAÇÃO PASSIVA

A imunização passiva consiste em administração direta de anticorpos monoclonais. A proteína tau possui conformações espaciais cis e trans, podendo mudar sua estabilidade. A posição cis parece ser mais patológica/propícia/resistente à desagregação, já a posição trans parece ter funções normais e não ser patológica, o que torna relevante a questão de uma possível seletividade/especificidade para os anticorpos utilizados para sua antiagregação. Esta seletividade pode-se dar pelo reconhecimento de um grupamento metileno presente na posição cis (NAKAMURA, K. ET AL. 2012; WANG, J. Z; ZHANG, Y. 2015). O Aducanumabe (Biogen), o Bapneuzumabe (Pfizer) e o Solanezumabe (Lilly) são anticorpos monoclonais em fase III de testes, com exceção do Bapneuzumabe, que foi descontinuado nesta fase por não apresentar nenhuma eficácia e diversos efeitos colaterais. Todos têm afinidade e capacidade de se ligar na proteína beta-amilóide solúvel ou em forma fibrilar. Eles induzem fortes respostas de células Th que, como dito anteriormente, são responsáveis pela maximização da secreção de anticorpos de células B. Os estudos sugerem que estes devem ser utilizados em estágios iniciais da DA afim de obter menores perdas neuronais, devido ao fato também, como já vimos

anteriormente, o fenômeno da imunosenescência (valores baixos de células Th em pessoas muito idosas). Existem alguns meios de mensuração de níveis e de verificação de avidéz de anticorpos beta, como imunoquímica, Western Blot, Elisa, Elisa competitivo e ressonância de plasma de superfície. Uma maneira de potencializar o efeito, diga-se de passagem, dos anticorpos, seria descobrir um método para que estes penetrassem o cérebro (BOUTAJANGOUT, A; WISNIEWSKI, T. 2014; AGADJANYAN, M. G. ET AL. 2015; VANDENBERGHE, R. ET AL. 2016).

A tabela 1 mostra os novos tratamentos para a Doença de Alzheimer.

Tabela 2 – Novos tratamentos para a Doença de Alzheimer (DO PRÓPRIO AUTOR; APTER, J. ET AL. 2015; YAARI, R; HAKE, A. 2015; GODYRI, J. ET AL. 2016; BA, R. M. S. B. S. ET AL. 2016; AGADJANYAN, M. G. ET AL. 2015; BOUTAJANGOUT, A; WISNIEWSKI, T. 2014).

Medicamento/Fabricante	Fase de estudo	Mecanismo de Ação
CAD-106 (Novartis®)	3	Estimulam depuração da proteína beta-amilóide
Aadvac1 (Axon Neuroscience®)	3	Peptídeo sintético derivado de proteína Tau que se liga e sinaliza Tau patológica
Aducanumabe (Biogen®)	3	Anticorpo monoclonal, se liga na proteína beta-amilóide solúvel ou fibrilar
Solaneuzumab (Lilly®)	3	Anticorpo monoclonal, se liga na proteína beta-amilóide solúvel ou fibrilar

Fonte: do próprio autor.

DESENVOLVIMENTO

As estratégias baseadas em hipótese colinérgica vêm sendo substituídas pela busca de novas alternativas terapêuticas baseadas na hiperfosforilação da proteína tau e o acúmulo do peptídeo beta amiloide. Dois fatores negativos a se considerar sobre a vacinação para tratamento da DA é a necessidade de um longo tempo de administração com frequentes vacinações para que haja uma massiva produção de anticorpos e imunidade; e a necessidade da imunização só ser efetiva com o indivíduo

imunocompetente (situação preocupante com idosos). Afim de sanar este problema os estudos analisam constantemente os adjuvantes utilizados nestas, pois uns possuem efeitos sinérgicos e outros efeitos antagônicos (MARCIANI, D. J. 2016). Já um fator positivo sobre a vacinação é a possibilidade desta de gerar uma forte resposta imune com alta afinidade de anticorpos, além de ser bem segura, sem efeitos tóxicos ou cardiotoxicidade, por exemplo. O fator positivo sobre os anticorpos monoclonais é a significativa redução de níveis de proteína tau insolúvel fosforilada (KONTSEKOVA, E. ET AL. 2014).

CONCLUSÃO

Tratar a Doença de Alzheimer é uma tarefa árdua, uma vez que, como dito anteriormente, esta doença não tem cura e traz inúmeros prejuízos para o paciente, culminando com a morte. Os medicamentos já utilizados só prolongam o tempo de vida do paciente mas não conseguem retardar muito os prejuízos cognitivos com o passar do tempo e evolução da doença. Já os novos tratamentos oriundos da imunoterapia prometem diminuir o acúmulo de proteína tau hiperfosforilada e de proteína beta amiloide, retardando assim os prejuízos cognitivos, trazendo então boas esperanças e até mesmo, futuramente uma possível cura para a doença.

Tirar conclusões precipitadas não seria possível, uma vez que a maior parte dos novos imunoterápicos estão em teste, aguardando aprovação para que possam ser utilizados. Por enquanto, suprimos nossas expectativas com os bons resultados e, aguardamos para que estes possam ser aprovados e utilizados o mais breve possível.

REFERÊNCIAS

- ALCALDE, M. B. SEMINARIO 10: Cuando llega el alzheimer, enero 4, 2014 por marinabaronaalcalde. Disponível em: <https://baronaalcaldemarina2.wordpress.com/>. Acesso em: 02/08/2017.
- AGADJANYAN, M. G. et al. A fresh perspective from immunologists and vaccine researchers: active vaccination strategies to prevent and reverse Alzheimer's disease. *Alzheimers Dement*, out 2015, vol 11, nº10, 1246-1259.
- APTER, Jeffrey et al. Update on disease-modifying/preventive therapies in Alzheimer's Disease. *Curr Geri Rep*, 2015, vol 4, 312-317.- BA, Rosalie M. Sterner BS et al. Active vaccines for Alzheimer Disease treatment. *Jamda*, vol 17, 2016, 862 e11, 862 e15, Elsevier.

- BLENNOW, Kaj et al. Biomarkers in amyloid-b immunotherapy trials in Alzheimer's Disease. *Neuropsychopharmacology Reviews*, American College of Neuropsychopharmacology, vol 39, 2014, 189-201.
- BOUTAJANGOUT, Allal; WISNIEWSKI, Thomas. Tau-based therapeutic approaches for Alzheimer's Disease – A mini-review. *Clinical Section, Gerontology*, vol 60, 2014, 381-385.
- CALIMAN, Giovana Tormena; OLIVEIRA, Rúbia, Maria, Weffort. Novas perspectivas no tratamento da Doença de Alzheimer. *Iniciação científica, Cesumar, Laboratório de Neuropsicofarmacologia, Universidade Estadual de Maringá, jan-dez 2005, vol 7, nº2, 141-162.*
- Do próprio autor; APTER, J. et al. 2015; YAARI, R; HAKE, A. 2015; GODYRI, J. et al. 2016; BA, R. M. S. B. S. et al. 2016; AGADJANYAN, M. G. ET AL. 2015; BOUTAJANGOUT, A; WISNIEWSKI, T. 2014).
- Do próprio autor; SERENIKI, A. et al. 2008; VIEGAS, F. P. D. 2011; FORLENZA, O. V. 2005; LIMA, D. A. 2008).
- ENGELHARDT, Eliaz et al. Tratamento da Doença de Alzheimer. *Arquivo de Neuropsiquiatria, Rio de Janeiro – RJ, fev-julho 2005, vol 63, nº4, 1104-1112.*
- FERREIRA, Rafaela et,al. *Farmacoterapia e consequências da Doença no Mal de Alzheimer. 2014.*
- FERREIRA, Sofia; Massano, João. *Terapêutica farmacológica da Doença de Alzheimer. Arquivos de Medicina, 2013, vol 27, nº2, 65-86.*
- FORLENZA, Orestes V. *Tratamento farmacológico da Doença de Alzheimer. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, maio-junho 2005, vol 32, nº3.*
- GODYRI, Justyna et al. *Therapeutic strategies for Alzheimer's disease in clinical trials. Pharmacological Reports, vol 68, 2016, 127-138, Elsevier.*
- KONTSEKOVA, Eva et al. *First-in-man tau vaccine targeting structural determinants essential for pathological tau-tau interaction reduces tau oligomerisation and neurofibrillary degeneration in an Alzheimer's disease model. Alzheimer's Research & Therapy, vol 6, nº44, 2014*
- LIMA, Daniele A. *Tratamento farmacológico da Doença de Alzheimer. Revista do Hospital Universitário Pedro Hernesto (UER), janeiro-junho 2008, ano 7.*
- MARCIANI, Dante J. *A retrospective analysis of the Alzheimer's disease vaccine progress- the critical need for new development strategies. Journal of Neurochemistry, vol 137, 2016, 687-700.*

- MARTIN, Ludovic et al. Post-translational modifications of tau protein: Implications for Alzheimer's disease. *Neurochemistry International*, vol 58, 2011, 458-471, Elsevier.
- NAKAMURA, Kazuhiro et al. Proline isomer-specific antibodies reveal the early pathogenic tau conformation in Alzheimer's Disease. *Cell* 149, march 30, 2012, 232-244, Elsevier.
- OJOPI, Elida P.B. et al. Apolipoproteína E e a Doença de Alzheimer. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 2004, vol 31, nº1, 26-33.
- PRADO, Denise; CARDOSO, Inês Lopes. Apolipoproteína E e Doença de Alzheimer. *Revista de Neurociências*, Porto – Portugal, 2013, vol 21, nº4 118-125.
- SELKOE, D.J., Hardy J. The amyloide hypothesis of Alzheimer's disease at 25 years. *EMBO Molecular Medicine*, Vol 8, nº6, 2016.
- SMITH, Marília de Arruda Cardoso. Doença de Alzheimer. *Revista Brasileira de Psiquiatria, Genética*, São Paulo, vol 21, outubro 1999.
- SERENIKI, Adriana et.al. A Doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos e farmacológicos. *Revista de Psiquiatria, Rio Grande do Sul*, 2008.
- VANDENBERGHE, Rik et al. Bapineuzumab for mild to moderate Alzheimer's disease in two global. Randomized, phase 3 trials. *Alzheimer's Research & Therapy*, vol 8, nº18, 2016.
- VIEGAS, F.P.D. et al. Doença de Alzheimer: caracterização. Evolução e implicações do processo neuroinflamatório. *Revista Virtual de Química*, 2011, vol 3, nº4, 286-306.
- WANG, Jing Zhang; ZHANG, Yong. Configuration-specific immunotherapy targeting cis pThr231-Pro232 tau for Alzheimer disease. *Journal of the Neurological Sciences*, vol 348, 2015, 253-255, Elsevier.

ANÁLISE ERGONÔMICA NO PROCESSO DE AGITAÇÃO DE PRIMER

Ergonomic Analysis in the Mixing Process of Primer

DOS SANTOS, Allan Larini (Universidade Paulista – UNIP); allan.larini@gmail.com

ALMEIDA, Cláudia Milard da Silva (Universidade Paulista – UNIP);
claudiamilard@hotmail.com

SPRENGEL, Diego Roncoletta (Universidade Paulista – UNIP); diegor.s@ig.com.br

DA SILVA, Fábio Ramos (Universidade Paulista – UNIP); fabio_ram0s@hotmail.com

ALVES, Ítalo (Universidade Paulista – UNIP); it.aloalves@hotmail.com

SOARES, Jéssica Aparecida (Universidade Paulista – UNIP);
jessica.jsk@hotmail.com*

DO CARMO, Paulo Henrique (Universidade Paulista – UNIP);
Paulo.Carmo@br.nsg.com

Orientador: Prof. Msc. Alessandro Augusto Jordão

RESUMO

Com o avanço da tecnologia e da globalização o ambiente empresarial tem se esforçado na busca por melhorias nos processos, visando aumentar a produtividade, qualidade dos seus produtos e reduzir os custos. Nessas circunstâncias atuais o âmbito empresarial reconhece que uma boa condição de trabalho é essencial para conseguir atender as exigências do mercado de trabalho. A ergonomia é uma ciência multidisciplinar que estuda a adaptação dos equipamentos, condições e ambiente de trabalho as capacidades, antropométricas, biomecânicas e psicofisiológicas do ser humano. Essa ciência tem como objetivo adequar o trabalho com as necessidades, limitações e habilidades do homem preservando sua saúde física e psíquica. A ergonomia ressalta a relação entre o homem e o ambiente de trabalho aos quais os funcionários estão submetidos, influenciando diretamente na qualidade do produto e no desempenho dos processos. O estudo tem como objetivo realizar a análise ergonômica no processo de agitação de Primer numa empresa multinacional. A Ergonomia visa desenvolver e adaptar os ambientes de trabalho com o intuito de preservar a saúde física e psíquica dos indivíduos. Para o estudo utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica e exploratória, com o levantamento das informações por meio de entrevistas e a aplicação do método RULA na análise de posturas baseando-se nas observações *in loco*. Com o estudo, foi possível entender que vários fatores

envolvidos no trabalho podem afetar o rendimento dos colaboradores e oferecer danos a sua saúde, além disso, como a aplicação dos conceitos de ergonomia podem contribuir para um ambiente de trabalho saudável. A partir do resultado da análise ergonômica do posto de trabalho foi apresentado uma proposta de melhoria, visando automatizar o processo e conseqüentemente, eliminar as lesões futuras dos operadores decorrentes da agitação manual.

Palavras-chave: Ergonomia; Preservar; Ambiente; Saudável; Rendimento;

ABSTRACT

The advancement of technology and globalization, the business environment has been striving to improve processes, to increase productivity, quality of products and reduce costs. In these current circumstances the business environment recognizes that a good working condition is essential to meet the demands of the labor market. Ergonomics is a multidisciplinary science that studies the adaptation of the equipment, conditions and work environment to the anthropometric, biomechanical and psychophysiological capacities of the human being. This science aims to tailor work to man's needs, limitations and abilities while preserving his physical and mental health. Ergonomics emphasizes the relationship between the man and the work environment to which they are subject, influencing directly on the product quality and process performance. The study aims to perform an ergonomic analysis in the agitation process of Primer in a multinational company. One of the ergonomics goal is the adaptation of work environments with the purpose of preserving the physical and mental health of individuals. For the study, the method of bibliographic and exploratory research was used, with the collection of information through interviews and the application of the RULA method in the analysis of postures based on in loco observations. With the study, it was possible to understand that various factors involved in work can affect the performance of employees and offer harm to their health, in addition, how can an application of the concepts of ergonomics can contribute to a healthy work environment. From the result of the ergonomic analysis of the work station it was presented an improvement proposal, seeking to automate the process and consequently, eliminate future injuries of the operators due to the manual agitation.

Keywords: Ergonomics; To preserve; Environment; Healthy; Performance;

INTRODUÇÃO

Com o avanço da tecnologia e da globalização o ambiente empresarial tem se esforçado na busca por melhorias nos processos, visando aumentar a produtividade, qualidade dos seus produtos e reduzir os custos. Nessas circunstâncias atuais o âmbito empresarial reconhece que uma boa condição de trabalho é essencial para conseguir atender as exigências do mercado de trabalho.

A ergonomia é uma ciência multidisciplinar que estuda a adaptação dos equipamentos, condições e ambiente de trabalho as capacidades, antropométricas, biomecânicas e psicofisiológicas do ser humano. Essa ciência tem como objetivo adequar o trabalho com as necessidades, limitações e habilidades do homem preservando sua saúde física e psíquica.

Dentro do contexto de ergonomia um dos objetivos é avaliar a carga nas articulações, nos tecidos e comparar a capacidade da estrutura do corpo, visando obter dados que auxiliem no desenvolvimento de novas tarefas ou em melhorias nas já existentes que minimize ou elimine os riscos de lesões musculoesqueléticas. Um dos fatores de risco que têm propiciado danos à saúde do trabalhador são os movimentos repetitivos que atingem a capacidade motora dos membros superiores causando um conjunto de doenças.

O objetivo desse artigo é realizar a análise ergonômica do posto de trabalho e propor melhoria no processo de agitação de Primer que é um produto indispensável na colagem de componentes em vidros. Além disso, evidenciar a importância da ergonomia no ambiente de trabalho para os funcionários, bem como para organizações.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas como materiais já elaborados, livros, sites e artigos científico que fortaleceram a base teórica do estudo realizado. Esse artigo apresenta uma breve história da ergonomia, os seus conceitos e objetivos, cita resumidamente aspectos da norma NR 17, o método RULA, o projeto ergonômico no posto de trabalho e do ambiente, por fim, exibe a análise de posto e da atividade realizada no processo de agitação de Primer e a proposta de melhoria.

Este estudo de caso foi realizado em uma empresa multinacional do ramo de vidros automotivos e tem por objetivo realizar a análise ergonômica no processo de agitação de Primer que é um produto essencial em colagem de componentes em vidros. Verificou se que a agitação do mesmo é realizada manualmente, o que pode causar riscos ergonômicos ao operador, além disso, não garante que o produto seja corretamente homogeneizado e pode afetar diretamente sua eficiência. O foco do

estudo é evidenciar o risco ergonômico da atividade para o operador visando eliminar lesões futuras decorrentes da agitação manual e em consequência garantir que o operário cumpra suas especificações.

As ferramentas utilizadas para este estudo basearam-se na coleta de dados que se deu por meio de observação direta e entrevistas com os envolvidos em atividades ligadas ao setor de manufatura. Foi possível obter informações referente a atividade realizada como postura corporal e tempos de processo que posteriormente foram avaliadas com base em um método que auxilia o engenheiro de produção na avaliação do posto de trabalho.

A proposta de melhoria foi embasada no método RULA que é uma ferramenta de observação e indica ao engenheiro de produção, uma necessidade de mudança na atividade de acordo com risco ergonômico.

BREVE HISTÓRIA DA ERGONOMIA

A primeira definição de ergonomia foi feita pelo cientista polonês Wojciech Jastrzebowski em 1857, que estabelecia que a ergonomia como uma ciência do trabalho necessita do entendimento da atividade humana em relação ao pensamento, esforço, dedicação e relacionamento. Porém, oficialmente a ergonomia teve seu nascimento em 1949, derivada da Segunda Guerra Mundial. Nesse período houve um desenvolvimento acelerado de centenas de aviões, tanques e armas, entretanto, eles não eram adaptados às características de quem os operavam gerando diversos erros e acidentes, causando muitas mortes. Iida e Buarque (2016) cita que foi em 12 de julho de 1949 na Inglaterra que se reuniu pela primeira vez cientistas e pesquisadores com o intuito de discutir e formalizar esse novo campo de aplicação interdisciplinar da ciência.

Após a guerra, os conhecimentos foram aplicados na vida civil para aumentar a produtividade e aprimorar as condições de trabalho. Nos Estados Unidos o Departamento de Defesa iniciou o incentivo e apoio aos estudos mais aprofundados na área. Atualmente as fronteiras da ergonomia se ampliou englobando conhecimentos de outras áreas como a engenharia de produção e informática com um olhar sistêmico (IIDA e BUARQUE, 2016).

CONCEITO E OBJETIVOS DA ERGONOMIA

De acordo com a IEA – Associação Internacional de Ergonomia (2000), a ergonomia ou fatores humanos como também é conhecida, é uma disciplina científica que visa

compreender as interações entre os seres humanos e outros elementos/sistemas, visando otimizar o bem-estar do ser humano e a performance global do sistema através da aplicação de teorias, princípios, dados e métodos. Para Iida e Buarque (2016) a ergonomia é o estudo da adequação do trabalho ao ser humano, enfatizando que o trabalho abrange tanto tarefas onde possui máquinas e equipamentos para a transformação dos materiais, como atividades onde há uma relação do homem e a produção de bens ou serviços. Dul e Weerdmeester (2004) apud Silveira e Salustiano (2012) define a ergonomia como uma ciência aplicada ao desenvolvimento de máquinas, equipamentos, sistemas e tarefas. Ou seja, através de informações relativas ao homem desenvolver equipamentos, máquinas e dispositivos que proporcione conforto quando utilizado e que garante a segurança e eficiência do trabalhador.

De acordo com a IEA a ergonomia pode ser classificada em alguns domínios para facilitar o entendimento: Ergonomia Física, Ergonomia Cognitiva e Ergonomia Organizacional.

A Ergonomia Física lida com os resultados do corpo humano à carga física e psicológica e preocupa-se com os aspectos físicos da conexão homem-máquina (anatômicos, antropométricos e sensoriais), com o objetivo de dimensionar o posto de trabalho, simplificar o manuseio dos controles e distinção de informações. Os tópicos importantes incluem manipulação de materiais, demandas do trabalho, arranjo físico das estações de trabalho e aspectos como postura, força, vibrações e repetição, associadas com os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORTs).

A Ergonomia Cognitiva refere-se aos processos mentais como recuperação e armazenamento de memória, cognição, percepção, atenção, raciocínio e controle motor, ou seja, que interferem nas relações entre o ser humano e outros aspectos de um sistema. Os tópicos relevantes incluem tomada de decisão, carga mental de trabalho, interação homem-máquina, erro humano, desempenho de habilidades e capacitação/ treinamento.

A Ergonomia organizacional trata-se da otimização dos sistemas sócio técnicos, incluindo sua estrutura organizacional, políticas e processos. Os tópicos consideráveis incluem trabalho em equipe, teoria motivacional, trabalho em turnos, supervisão, satisfação no trabalho, ética, trabalho a distância e programação do trabalho.

A ergonomia estuda os diversos elementos que influenciam no desempenho do sistema produtivo com o objetivo de reduzir os efeitos prejudiciais sobre o

trabalhador como fadiga, estresse, erros e acidentes. Visando a segurança, satisfação e saúde dos mesmos, ao longo seu contato com esse sistema produtivo. A eficiência dos trabalhadores não é objetivo principal da ergonomia e sim uma consequência, já que para obtê-la muitas das vezes o trabalhador é exposto a maiores riscos, sacrifício e sofrimento (IIDA e BUARQUE, 2016). De acordo com Dul e Weerdmeester (2004) *apud* Silveira e Salustiano (2012) a ergonomia pode colaborar para resolução de muitos problemas, com o objetivo de aumentar a segurança garantindo saúde, conforto e a eficiência no trabalho. Ainda Barbosa Filho (2010) *apud* Silveira e Salustiano (2012) define que o objetivo da ergonomia é proporcionar ao homem condições de trabalho saudáveis e seguras, que exija menos do trabalhador e ao mesmo tempo aumente a produtividade. Corrêa e Corrêa (2010) explica que a ergonomia busca aplicar conhecimentos científicos, criando dispositivos, equipamentos e ambientes para se ter o uso mais produtivo das capacidades dos trabalhadores, mantendo a saúde e o bem-estar dos mesmos.

Existem várias definições de ergonomia, porém, todas têm em comum o mesmo propósito que é estudar a interação entre o ser humano e o trabalho, possibilitando o desenvolvimento de um ambiente de trabalho que se adapte ao homem e proporcione conforto, segurança e a saúde física e emocional do mesmo. Além disso, garantindo um ambiente saudável ao trabalhador as organizações esperam aumentar sua produtividade.

PROJETO ERGONÔMICO NO POSTO DE TRABALHO

De acordo com Iida e Buarque (2016) o posto de trabalho nada mais é que o arranjo físico do sistema humano-máquina-ambiente. É uma unidade produtiva abrangendo o ser humano, a máquina utilizada por ele para realizar a tarefa e o ambiente que o cerca. Basicamente, existem duas visões para analisar o posto de trabalho: o taylorista e o ergonômico. Ao nível do posto de trabalho a perspectiva ergonômica analisa a tarefa, a postura, e os movimentos do trabalhador e as suas exigências físicas e cognitivas, visando aplicar os conhecimentos da ergonomia para analisar, diagnosticar e corrigir uma situação real de trabalho. (IIDA e BUARQUE, 2016). O enfoque ergonômico é baseado principalmente na análise biomecânica da postura e nas interações entre o homem, sistema e ambiente (IIDA e BUARQUE, 2016). Para Martins e Laugeni (2005) *apud* Silveira e Salustiano (2012), a visão ergonômica preocupa-se em como o ser humano se relaciona com os diversos elementos físicos do seu ambiente de trabalho, incluindo cadeiras, mesas, equipamentos,

computadores etc. Ainda Slack *et al.* (2009) afirma que a abordagem ergonômica do projeto do posto de trabalho visa entender como os ambientes de trabalho afetam o desempenho, a fadiga, o desgaste e os danos físicos.

Da perspectiva do projeto do posto de trabalho a anatomia visa a adaptação de todas as coisas aos indivíduos que as utilizam no trabalho, ou seja, máquinas, equipamentos e dispositivos devem ser projetados considerando as características do corpo humano para garantir que as posturas, movimentos e forças necessárias durante a execução da tarefa respeitem os limites dos indivíduos (CORRÊA e CORRÊA, 2010). Ainda o autor explica que a adaptação anatômica não é algo simples já que a população é composta por uma variedade de tamanhos de seres humanos. Corrêa e Corrêa (2010) cita que a fisiologia estuda as exigências de energias necessárias por um trabalho e estabelece os padrões aceitáveis dos esforços do corpo e membros, velocidades de execução de atividades, período necessário de repouso, ainda, trata dos impactos das condições físicas do ambiente de trabalho sobre a saúde, segurança e bem-estar dos indivíduos, além disso, considera a temperatura, umidade, ruídos, vibrações e iluminação do ambiente.

A NR 17 (Norma Regulamentadora) estabelece os parâmetros mínimos da ergonomia exigidos nos ambientes de trabalho com o objetivo de adaptar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, proporcionando o máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. Corrêa e Corrêa (2010) afirma que os padrões exigidos pela legislação devem ser atendidos, no entanto, o gestor deve estar ciente de que atender aos requisitos mínimos não é garantia de um bom projeto ergonômico.

PROJETO ERGONÔMICO DO AMBIENTE

O ambiente no qual o trabalho acontece pode influenciar a forma como ele é executado, ou seja, as condições de trabalho muito quentes ou frias, iluminadas ou pouco iluminadas, barulhentas ou silenciosas ao extremo, são fatores que vão influenciar diretamente a maneira que o trabalho é realizado (SLACK *et al.*, 2009). O autor cita três fatores importantes que devem ser considerados em um ambiente de trabalho:

➤ **Temperatura:** O desempenho e conforto dos indivíduos no trabalho variam com a temperatura. A faixa de temperatura confortável depende do trabalho a ser executado, e considera importante uma temperatura adequada ao ambiente para a redução da probabilidade de acidentes.

➤ **Níveis de iluminação:** A intensidade da iluminação depende do trabalho a ser executado, atividades que envolvem movimentos delicados e precisos há necessidade de níveis altos de iluminação, enquanto, trabalhos mais rústicos não necessitam de níveis tão altos.

➤ **Níveis de ruídos:** É um dos fatores ambientais mais fácil de compreender. Ambientes de trabalho com níveis de ruídos acima dos limites de segurança causam a perda de audição, além disso, afetam o desempenho do trabalho, principalmente, em atividades que necessitam de atenção e julgamento.

As condições ambientais influenciam diretamente no desempenho dos indivíduos. Por isso, há necessidade do estudo e adaptação dos ambientes conforme as atividades a serem executadas, afim de garantir a segurança, o conforto, a saúde e o bem-estar dos indivíduos, conseqüentemente, conseguir a produtividade desejada pela a organização.

NORMA REGULAMENTADORA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO – NR17.

A NR 17 denominada como Ergonomia, estabelece parâmetros que permitem a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, afim de proporcionar o máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. E determina que cabe ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho, para avaliar as adaptações necessárias, devendo abordar no mínimo as condições de trabalho estabelecido pela Norma Regulamentadora.

De acordo com Másculo e Vidal (2011) a norma se concentra em estabelecer orientações qualitativas e engloba uma sequência de olhares normativos, primeiramente a preocupação é com a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, em seguida, a ideia é incorporar a esse objetivo critérios de maximização do conforto, segurança e eficiência.

A NR 17 estabelece que as condições de trabalho englobam aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos, às condições ambientais de trabalho e a organização do trabalho.

A Norma aponta alguns aspectos que devem ser considerados para a organização de um local de trabalho, assim como, a estruturação correta dos processos desenvolvidos. E atribui ao engenheiro de produção a responsabilidade do projeto, implementação e gestão de situações de trabalho. (MÁSCULO e VIDAL, 2011)

MÉTODO RULA

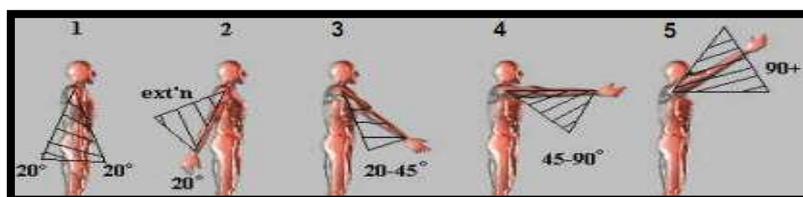
O método RULA é utilizado para analisar posturas de trabalho e indicar a necessidade de fazer uma alteração preventiva para evitar problemas decorrentes dos esforços realizados nos postos de trabalho. Consiste em observar e analisar os membros superiores e inferiores. Se divide em dois grupos: sendo que o grupo A é composto pelos membros superiores (braços, antebraços e punhos) e o grupo B é constituído pelo pescoço, tronco, pernas e pés. As posturas são classificadas com base nas angulações entre os membros e o corpo, obtendo-se pontuações progressivas que definem o grau de ação a ser adotado, de tal forma que o número 1 representa o movimento ou a postura com menor risco de lesão, ao passo que valores mais altos, máximo de 7, caracterizam riscos maiores de lesão para o membro analisado, a soma das notas do grupo A e B serão responsáveis por uma nota final que indicara a necessidade de uma investigação mais aprofundada e mudanças no processo.

Membros superiores

Grupo A

Braços: a avaliação da postura do braço é realizada de acordo com a amplitude do movimento durante a atividade, os valores variam de 1 a 4. A essa pontuação, deve-se adicionar 1 ponto quando o braço está abduzido ou o ombro elevado, entretanto, deve-se subtrair 1 ponto se o braço está apoiado, atenuando a carga. A figura 1, abaixo, ilustra as posturas dos braços.

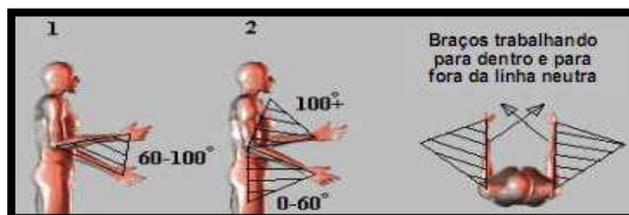
Figura 24 - Pontuação dos braços conforme o ângulo do movimento



Fonte: Método RULA.

Antebraços: semelhante à avaliação anterior, observa-se na figura 2 a postura dos antebraços e atribui pontos que variam de 1 a 2. Sendo acrescentado 1 ponto quando o antebraço cruza a linha média do corpo ou se existe um afastamento lateral.

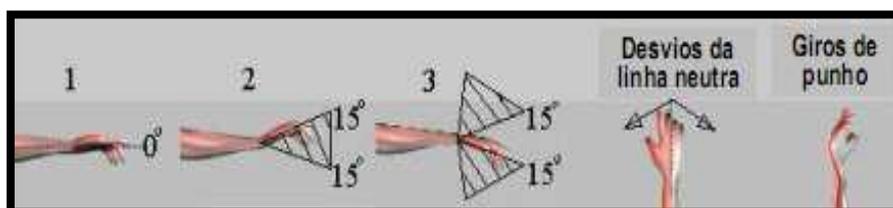
Figura 25 - Pontuação dos antebraços conforme o ângulo do movimento



Fonte: Método RULA.

Punhos: A figura 3 ilustra as possíveis posturas do punho. Ela é avaliada com a atribuição de pontos entre 1 e 3. Sendo que se deve adicionar 1 ponto se o punho apresentar desvio lateral (radial ou ulnar). Verifica-se a realização ou não de rotações do punho (prono-supinação) e as pontuações devem ser: 1 ponto para amplitude média e 2 para rotações de grandes amplitudes.

Figura 26 - Pontuação dos ombros conforme o ângulo do movimento

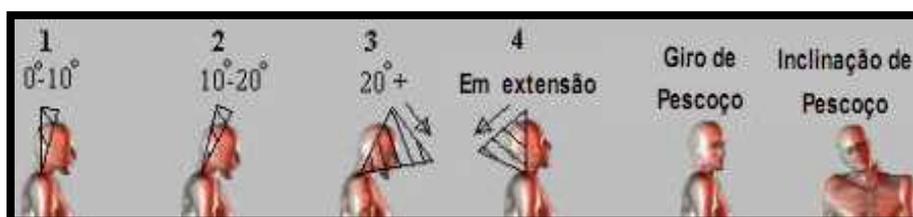


Fonte: Método RULA.

Grupo B

Pescoço: Na análise da postura do pescoço são atribuídos pontos entre 1 e 4 de acordo com a amplitude dos movimentos na realização da atividade. Quando o pescoço está inclinado ou rodado deve-se acrescentar 1 ponto.

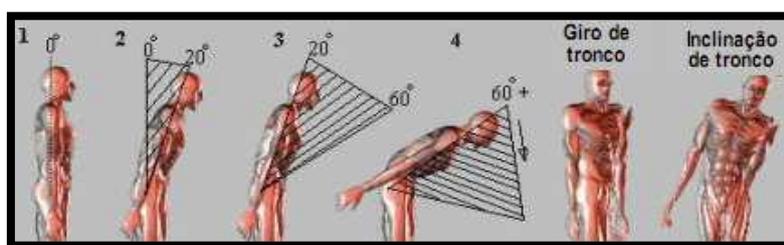
Figura 27 - Pontuação do pescoço conforme o ângulo do movimento



Fonte: Método RULA.

Tronco: Com base na figura 6 pontua-se entre 1 e 4. E de modo semelhante a análise do pescoço acrescenta-se 1 quando o tronco estiver inclinado lateralmente ou rodado, ou ainda se o indivíduo estiver sentado.

Figura 28 - Pontuação do tronco conforme o ângulo do movimento



Fonte: Método RULA.

Pernas e Pés: na análise das pernas os pontos são atribuídos da seguinte maneira: nota 1, se as pernas estiverem apoiadas e 2 quando não estão.

Ao atribuir todas as notas dos grupos A e B, cruzam-se os valores, consultando a tabela 1 (contração muscular) e a tabela 2 (força e carga). Através do cruzamento do *score C* que é bilateral (considera lado esquerdo e direito) e do *score D* que é unilateral (considera a soma das notas do pescoço, tronco e pernas como uma nota só), com isso é retirado a média e em caso de haver uma nota 1 adota-se a maior nota, e então será gerado uma nota final que indicará conforme tabela 3 (resultados) a necessidade de uma investigação mais aprofundada e de mudanças no processo.

Tabela 11 - Contração Muscular

Pontuação	Contração Muscular
+1	Postura estática prolongada por período superior a 1 min
+1	Postura repetitiva, mais que 4 vezes por minuto
0	Fundamentalmente dinâmica (postura estática inferior a 1min) e não repetitiva

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Tabela 12 - Força e Carga

Pontuação	Valor da força Tipo de aplicação
-----------	----------------------------------

0	Inferior a 2 kg Intermitente
+1	2 a 10 kg Intermitente
+2	2 a 10 kg Postura estática superior a 1 min ou repetitiva mais que 4 vezes/min
+2	Superior a 10 kg Intermitente
+3	Superior a 10 kg Postura estática superior a 1 min ou repetitiva mais que 4 vezes/min
+3	Qualquer Aplicação brusca, repentina ou com choque

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Com base no valor encontrado referente à pontuação geral, podem-se verificar a necessidade promover ações corretivas na tarefa que ocorreu o estudo.

Tabela 13 - Resultados

Níveis Pontuação	Pontuação	Resultados
Nível 1	1 ou 2 pontos	Postura aceitável, se não for mantida ou repetida por longos períodos de tempo
Nível 2	3 ou 4 pontos	Postura a investigar e poderão ser necessárias alterações
Nível 3	5 ou 6 pontos	Postura a investigar e alterar rapidamente
Nível 4	7 pontos ou mais	Postura a investigar e alterar urgentemente

Fonte: Elaborado pelo Autor.

PRIMER

O Primer é um líquido a base de poliuretano, que contem cerca de 20 a 50 sólidos em sua composição, utilizado como base na colagem de componentes automotivos. Tem por finalidade aumentar a aderência da superfície aplicada, bloquear e proteger o sistema adesivo contra raios U/V que podem amolecer a cola, causando a queda do componente, por isso, é de extrema importância a utilização correta para garantir que componente suporte a resistência necessária e sua fixação à superfície. Decorrente de sua composição o primer ao ser deixado em repouso sofre a decantação de seus sólidos por este motivo se faz necessário uma agitação prévia ao uso afim de garantir sua homogeneidade, caso contrário ocorrerá somente a aplicação da resina e solvente na superfície da peça, perdendo a função primária e

em decorrência disso aumentando o risco de falha prematura na adesão do componente.

A agitação pode ser realizada de maneira manual ou mecânica atendendo o tempo especificado pelo fabricante.

Problemas atuais

Atualmente a agitação do Primer é realizada manualmente todos os dias no início de cada turno, obedecendo o tempo necessário conforme especificação. O processo de agitação depende diretamente de movimentos repetitivos do operador, expondo-o aos riscos de desenvolver doenças como LER/DORT que são causadas por movimentos recorrentes e contínuos que sobrecarrega os nervos, músculos e tendões.

Verificou-se um aumento no número de atestado apresentados pelos os operadores que realizam a atividade de agitação por motivo de dores nas articulações.

Resultados e Discussões

Observa-se que ao respeitar os princípios ergonômicos, uma avaliação se faz necessário levando em consideração todo o contexto das atividades de produção, buscando alternativas que permitam adaptar o trabalho ao homem e às suas limitações psicofisiológicas. Para o estudo foram coletados dados no período de março de 2017, utilizando-se análise in loco do posto de trabalho, entrevistas indiretas com os colaboradores e fotografias sequenciais da postura adotada durante a realização da tarefa.

Análise Ergonômica do Posto de trabalho

Conforme mencionado anteriormente o colaborador efetua a agitação do primer manualmente, portanto, faz uso dos membros superiores direito, com os membros superiores esquerdo em repouso e pernas apoiadas. Essa agitação dura 30 minutos conforme especificação do produto, a uma frequência maior que 4 vezes por minuto e deve ser realizada todos os dias ao início do turno. A figura 1 mostra a postura adotada pelo operador durante a atividade.

Figura 29 - Agitação Manual



Fonte: Elaborado pelo Autor

Em um outro ângulo pode-se verificar a posição em que os membros estão atuando na tarefa, conforme figura 2. O braço direito alterna sua posição entre 45 e 90 graus, o antebraço sempre dobrado, pescoço e coluna eretos.

Para este caso analisamos os fatores que influenciam diretamente na atividade realizada pelo funcionário.

- Força – Aplicável
- Repetitividade – Aplicável
- Postura – Aplicável
- Iluminação – Não Aplicável
- Ruído – Não Aplicável
- Temperatura – Não Aplicável

Gases – Não Aplicáveis

Figura 30 - Agitação Manual



Fonte: Elaborado pelo Autor

Aplicação do Método RULA

O método RULA foi escolhido por permitir fazer uma avaliação inicial rápida de um grande número de trabalhadores, baseando-se na observação direta das posturas adotadas das extremidades superiores: pescoço, tronco e pernas e inferiores: braços, antebraços e punhos, durante a execução de uma tarefa. Após os dados obtidos anteriormente na análise de posto do processo de agitação de primer, os mesmos foram aplicados no método RULA, conforme figura 3.

Analisando o resultado obtido na aplicação do método RULA acima, a pontuação foi de 6 e verificando tal resultado na tabela do Grand score, concluímos que há necessidade de uma investigação e alteração rapidamente, encontrando fatores prejudiciais à saúde do trabalhador, utilizando-se como base a Norma regulamentadora 17 (NR-17 – Ergonomia).

Proposta de Melhoria

O resultado obtido com a aplicação do método RULA, reforça a necessidade de substituir a agitação manual do Primer, por um equipamento automatizado que realize a mesma atividade. Ao eliminar a agitação manual é possível extinguir os esforços que o operador realiza diariamente durante a atividade, assim como, reduzir o desenvolvimento de doenças como LER/DORT que são oriundas de fatores como

força, repetitividade e postura, que associadas são os principais causadores destas doenças.

Figura 31 - Rapid Upper Limb Assessment (RULA)

Rapid Upper Limb Assessment (RULA)

Nome: ERSONOT Tipo: OPERADOR DE EQUIPAMENTO
 Códex: 014103070 Supervisor:
 Depto: COLAGEM DE COMPONENTE Divisão: OFICINA TCC

Posture Scores	LEFT	RIGHT
Upper Arm Posture Scores Additional Considerations: + 1 POINTS FOR EACH 10% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR	1	4
Lower Arm Posture Scores Additional Considerations: + 1 POINTS FOR EACH 10% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR	1	2
Wrist Posture Scores Additional Considerations: + 1 POINTS FOR EACH 10% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR	1	3
Wrist Total Posture Scores	1	1
Neck Posture Scores Additional Considerations: + 1 POINTS FOR EACH 10% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR	1	
Trunk Posture Scores Additional Considerations: + 1 POINTS FOR EACH 10% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR	1	
Leg Posture Scores Additional Considerations: + 1 POINTS FOR EACH 10% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR	1	

MUSCLE USE SCORES TABLE

1 = 10% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 2 = 20% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 3 = 30% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 4 = 40% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 5 = 50% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 6 = 60% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 7 = 70% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 8 = 80% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 9 = 90% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 10 = 100% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR

FORCE SCORES TABLE

1 = 10% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 2 = 20% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 3 = 30% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 4 = 40% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 5 = 50% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 6 = 60% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 7 = 70% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 8 = 80% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 9 = 90% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 10 = 100% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR

SCORE CALCULATION:
 SCORE A: 1 4 + 0 1 + 0 3 = 1 8
 SCORE B: 1 1 + 1 1 + 1 1 = 3 3
 GRAND SCORE: 3 6

NOTES:

19 POINTS = 10% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 18 POINTS = 20% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 17 POINTS = 30% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 16 POINTS = 40% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 15 POINTS = 50% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 14 POINTS = 60% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 13 POINTS = 70% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 12 POINTS = 80% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 11 POINTS = 90% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR
 10 POINTS = 100% OF THE BODY OR MORE IN THE AIR

Fonte: Adaptado de McAtmney, L. et al. 1993, apud Marques et. al. 2010

Figura 32 - Resultado do estudo

GRAND SCORE	Score = 1-2 Postura aceitável, se não for mantida ou repetida por longos períodos de tempo
	Score = 3-4 Postura a investigar e poderão ser necessárias alterações
	Score = 5-6 Postura a investigar e alterar rapidamente
	Score = 7, Postura a investigar e alterar urgentemente

Fonte: Adaptado de McAtmney, L. et al. 1993, apud Marques et. al. 2010

O importante não é somente inserir as novas tecnologias no seio produtivo, mas também, verificar em que medidas tais inserções poderão garantir a maximização da qualidade do trabalho e de vida do trabalhador, os quais têm repercussões na produtividade.

Conclusão

O presente estudo realizado em uma multinacional do ramo de vidros automotivos, verificou a necessidade de melhoria no processo de agitação de primer, após a análise

ergonômica do posto de trabalho, devido o processo ser manual e submeter o operador a movimentos repetitivos. Após a aplicação do método RULA identificou-se o grau de risco que o operador estava sendo submetido durante a atividade e constatou-se a necessidade de eliminar o processo manual, substituindo-o por um equipamento automatizado que realize a mesma agitação. Garantido a qualidade do produto e principalmente eliminando os esforços do operador e, conseqüentemente, os riscos de desenvolvimento de doenças como LER/DORT.

Conclui-se que o estudo e a aplicação dos conceitos ergonômicos auxiliam no conforto e bem-estar dos indivíduos no ambiente de trabalho, resultando em uma produtividade maior, bem como, uma redução no índice de doenças ocupacionais. Foi possível identificar a importância da utilização da ergonomia dentro das organizações e que o aperfeiçoamento no ambiente laboral possibilita mudanças consideráveis.

Conforme mencionado a NR 17 estabelece requisitos mínimos exigidos no ambiente de trabalho referente a ergonomia, que garantem os direitos dos trabalhadores e visam a redução e/ou eliminação de acidentes no ambiente empresarial, porém, conforme citado pelo autor Corrêa e Corrêa (2010) os padrões exigidos pela legislação devem ser atendidos, mais não garantem um bom projeto ergonômico.

Portanto, fica evidente a importância da utilização dos conceitos da ergonomia para o desenvolvimento e/ou adaptação de um posto de trabalho adequado aos indivíduos, tanto para os colaboradores que têm a oportunidade de exercerem suas funções em condições favoráveis à sua saúde, bem-estar e conforto, bem como para que as organizações consigam alcançar seus objetivos frente ao mercado

REFERÊNCIAS

ABERGO – **Associação Brasileira de Ergonomia**. Disponível em: <<http://www.abergo.org.br/>> Acesso em: 05 de maio 2017.

SLACK, N.; JOHNSTON, R.; CHAMBERS, S. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. **Administração da Produção e Operações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATHAIDE, F. T. **Análise Ergonômica no Projeto da Carteira Informatizada para Ambientes de Ensino Multidisciplinares**. 2014. 100 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso de Tecnologia em Mecatrônica industrial, Faculdade SENAI de Tecnologia Mecatrônica, São Caetano do Sul, São Paulo. 2014.

BEN HUR, Giovani M. Capeletti et al. **Aplicação do Método RULA na Investigação da Postura Adotada por Operador de Balanceadora de Pneus em um Centro Automotivo.** 2015. 15 p., Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_209_238_27505.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

SILVEIRA, L. B. R. **A importância da ergonomia nos estudos de tempos e movimentos.** 2012. 10 f. Artigo - Departamento de Engenharia de Produção e Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, Minas Gerais. 2012.

IIDA, I.; GUIMARÃES, L. B. M. **Ergonomia: Projeto e Produção.** 3. ed. São Paulo: Blucher, 2016.

MÁSCULO, F. S; VIDAL, M. C. **Ergonomia: Trabalho Adequado e Eficiente.** 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2011.

NR 17 – Ergonomia. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR17.pdf>> Acesso em: 26 de outubro de 2017.

MCATAMNEY, Lynn; CORLETT, E.Nigel. **RULA:** a survey method for the investigation of work-related upper limb disorders.UK. Applied Ergonomics, v.24, n. 2, p. 91-99, 1993.

NORMA regulamentadora de segurança e saúde do trabalho. NR-17 - **Segurança e Medicina do Trabalho.** Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr17.htm>> Acesso em: 05 de maio de 2017.

BELEZA MADURA: A CONSULTORIA DE IMAGEM NA TERCEIRA IDADE COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Josenilde S. Souza: (SENAC): josenilde.ssouza@sp.senac.br

FERNANDA BARROS DOMINGUES VIVEIROS:

FERNANDA.BARROS@BRASOFTWARE.COM.BR

RESUMO: O presente artigo propõe a aplicação de uma nova abordagem na consultoria de imagem e estilo pessoal direcionada para um público específico, ainda pouco assistido: mulheres na terceira idade, portadoras de deficiência visual. Acompanhamos de forma detalhada três participantes, observando suas necessidades específicas, decorrentes das transformações físicas e psicológicas correspondentes à terceira idade, além das limitações impostas pela deficiência visual, a partir de seis etapas, que contemplam desde entrevistas até a adequação do vestuário, personal shopper e entrega de um dossiê final. Estabelecemos um diálogo com as participantes, buscando orientá-las sobre aspectos de moda e estilo, e auxiliando-as na identificação da própria imagem e no resgate da autoestima. Para a execução do projeto inicial foi necessário resgatar o conceito de imagem pessoal e a partir dele orientar mulheres deficientes visuais na terceira idade que tiveram interesse no processo de auxílio de uma Consultoria de Imagem e Estilo Pessoal e assim também resgatar o conceito de imagem pessoal bem como a autoestima e autonomia destas pessoas. Chegar na terceira idade não significa ter que deixar de se arrumar, muito menos deixar de acompanhar as tendências de moda. Mesmo na melhor idade as mulheres podem e querem se manter estilosa e sensual, basta terem informações e serem orientadas para explorar o que cada uma tem de melhor. Acreditamos que, a partir deste processo de consultoria, as participantes estejam aptas a construir um estilo de se vestir, adaptando cotidianamente o seu vestuário, combinando as tendências de moda com suas preferências, gostos, estilos de vida e necessidades específicas.

Palavras chaves: Deficiência visual. Terceira idade. Consultoria de imagem.

Abstract: This paper proposes the application of a new approach to the Image and personal style Consulting directed to a specific audience, little assisted: aging women, with visual impairment. We follow in detail three participants, noting their specific needs, resulting from the physical and psychological changes related to old age, beyond the limitations imposed by the visual impairment, in six stages, from

interviews to adequacy of clothing, personal shopping and delivery of a final dossier. We establish a dialogue with the participants, seeking to educate them about fashion and style issues, identifying their own image and in the rescue of self-esteem. For the execution of the initial project it was necessary to rescue the concept of personal image and from it to guide visually impaired women in the elderly who had an interest in the assistance process of an Image and Personal Style Consultancy and also to rescue the concept of personal image well such as the self-esteem and autonomy of these people. Getting into old age does not mean having to stop dressing, let alone keep up with fashion trends. Even at the best age, women can and do want to stay stylish and sensual, just have information and be guided to explore what each one has the best. We believe that through this process, participants are able to build a dressing style, adapting its daily clothing, combining fashion trends with their preferences, tastes, lifestyles and needs.

Keywords: Visual impairment. Third Age. Image consulting. Style

INTRODUÇÃO

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há quase 205 milhões de brasileiros (IBGE, 2015). Em levantamento elaborado em parceria com o Ministério da Saúde, verificou-se que cerca de 6,2% dessa população (mais de 12 milhões de pessoas) têm algum tipo de deficiência (auditiva, visual, física, cognitiva etc.).

Auler (2012), sobre o deficiente:

“Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual, mental, ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. O conceito, no entanto, foi modificado recentemente. Hoje a restrição a um modo de viver pleno tem como foco não a pessoa, mas a interação dela com o meio ambiente onde vive, que pode ter barreiras que pioram ou melhoram a qualidade de vida” (AULER, 2012, p. 8).

Desse modo, o presente artigo foi elaborado com o objetivo de focar este público, muitas vezes invisibilizado e com dificuldade de acesso às informações de moda e estilo, mostrando os benefícios que a consultoria de imagem pode proporcionar às

mulheres portadoras de deficiências visuais que estão vivenciando a terceira idade. Entendemos que a consultoria pode levá-las ao resgate da autoestima e da valorização pessoal, favorecendo o êxito em diversos aspectos da vida.

Para isso, acompanhamos de forma detalhada três participantes, observando suas necessidades específicas, decorrentes das transformações físicas e psicológicas correspondentes à terceira idade, além das limitações impostas pela deficiência visual, a partir de seis etapas, que contemplam desde entrevistas até a adequação do vestuário, personal shopping e entrega de um dossiê final. Produzimos um vídeo documentário, com os depoimentos dessas mulheres, no qual relatam sobre o seu dia a dia, a complexa tarefa de se vestir, os empecilhos enfrentados para a harmonização de cores, *looks*, acessórios etc.

O estudo pretende colaborar com o mercado de consultoria de imagem e estilo com foco em deficientes visuais na terceira idade, nicho que ainda se mostra pouco explorado, de modo que os estudos desenvolvidos poderão ser de grande valia para os desdobramentos futuros desse tema. Acima de tudo, trata-se de uma vertente que prevê ampliação de possibilidades e tem caráter sociocultural, além de informar e orientar. Este artigo demonstra que a consultoria de imagem contém em si um objetivo maior, entre descobertas e resgates diante da falta de visão, e pode ir além de uma relação mercadológica, unindo-se à percepção de maior valor agregado e reflexão social e comportamental.

UM OLHAR PARA OS OUTROS SENTIDOS NA TERCEIRA IDADE

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), a terceira idade é a fase da vida que começa aos 60 anos nos países em desenvolvimento e aos 65 anos nos países desenvolvidos. O termo "terceira idade", não comporta um único conceito. O envelhecimento ocorre de diferentes formas, proporções e dimensões. E tem a interferência de fatores ocorridos em outras fases da vida. Existe uma história que acompanha o indivíduo. Em alguns casos, deparamo-nos com a idade biológica diferente da cronológica. O processo natural da vida, o ato de envelhecer, não é bem aceito por muitos, conflitos de identidade e autoimagem geram desconfortos e questionamentos. Sendo assim, é necessário que cada indivíduo se torne mais reflexivo nesse momento de mudança e adequação – física, psíquica ou social.

Uma pessoa é considerada cega pela medicina se necessita de instrução em Braille ou *software* de leitura, e se só pode ver a seis metros de distância aquilo que uma pessoa de visão normal pode ver a 60 metros. Já a cegueira parcial diz respeito a

quem é capaz de contar dedos a uma curta distância e perceber vultos. Há diferentes níveis de deficiências visual: a cegueira, a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 3no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos é igual ou menor que 60°; ou quaisquer das condições anteriores simultaneamente (Conde, 2012).

O método Braille, depois de dois séculos após seu surgimento, ainda é a porta de entrada do cego no mundo da leitura e da escrita. Mesmo com os livros digitalizados e falados, esse sistema continua sendo fundamental para todos os cegos em sua alfabetização. Por outro lado, não é mais a única forma, pois a tecnologia na palma da mão orienta a vida desse público, através dos *smartphones* e *tablets*, utilizando aplicativos diversos.

A ideia de desenvolver ambientes acessíveis a maioria das pessoas surgiu aproximadamente em 1980, nos Estados Unidos. Mas muito antes, em 1789, foi fundada em Paris a primeira escola para cegos do mundo, o Instituto Real de Jovens Cegos, por Valentim Haüy. Após sua popularização, em 1926, o Braille tem sido o melhor método, porém a quem considere a informatização uma "desbrailização". É importante registrar que hoje vários autores já estudam a questão da inclusão social do deficiente; entre eles, Sassaki (2006), que menciona o quão complexo é falar sobre o tema, pois precisamos envolver toda a sociedade. Isso pois são envolvidas questões de normalidade e de particularidade de cada indivíduo. É necessário buscar adaptações e equiparação de oportunidades. É primordial o acesso e uso da informação, para que esses indivíduos possam construir conhecimento e passem a interagir de modo ideal com a sociedade.

Nas experiências que vivenciamos durante as entrevistas e consultorias, deficientes visuais afirmam que a falta da visão aguça outras percepções, que passam a ser bem mais trabalhadas e estimuladas. O olfato e a audição se acentuam, o paladar capta outras frequências, o tato percorre o mundo e as mãos se tornam captadoras de texturas ímpares, às vezes imperceptíveis aos não deficientes. De acordo com Huberman(-*apud* Ponty, 1998, p. 31), "precisamos nos habituar a pensar que todo visível é talhado no tangível." No caso dos deficientes visuais, seus olhos estão nas mãos; o tato toma uma proporção importante no dia a dia.

Por vivermos em um ambiente visual, a falta da visão torna uma pessoa portadora de deficiência; entretanto, motiva-a a superar-se num processo contínuo. Segundo Enbacher (1999), há uma transformação "de ser-feito-pelo-outro em ser feito por

si". Ao buscar uma identidade, os deficientes visuais podem acabar em um estado de neutralidade, uma vez que a cegueira se sobressai à sua aparência, vontades e necessidades, omitindo-se ou transformando-se.

As mãos se tornam os olhos dos deficientes visuais. Algumas ações buscam oferecer as novas possibilidades trazidas pelo *design* inclusivo na moda, como ações por meio da linguagem do tato, é o caso de etiquetas e solados em Braille, com informações dos produtos fornecidas ao consumidor, promovendo a inclusão social. Lipovetsky (2003) afirma que:

"...a moda é um dispositivo social, portanto o comportamento orientado pela moda é fenômeno do comportamento humano e está presente na sua interação com o mundo..." *Lipovetsky (2003, p. 174).*

É preciso pensar em moda como forma de interação entre indivíduos. Trata-se de uma proposta que procura incluir tipos de corpos e necessidades que a indústria hoje não contempla. Há a preocupação em direcionar para mercados cada vez mais específicos, o que se reflete no desenvolvimento de projetos para consumidores portadores de deficiências – físicas, psíquicas ou visuais. Ressaltamos, entretanto, que para deficientes visuais a proposta de inclusão é bem mais específica e diferente dos demais. Para eles, a maior dificuldade é o momento de se vestir, a combinação de peças, cores e modelos.

O importante é promover a acessibilidade em todos os meios, melhorando o convívio com a diversidade, pois os deficientes visuais estão excluídos de receber ou transmitir informações de moda, estão à parte do grande processo de comunicação presente no mundo globalizado.

Segundo Serres (2001, p. 66):

"A sensibilidade, alerta aberta a todas as mensagens, ocupa mais a pele que o olho, a boca, ou a orelha... Os órgãos dos sentidos acontecem aí quando ela se faz doce e fina, ultra-receptiva. Em alguns lugares, em locais determinados, ela se rarefaz até a transparência, abre-se, estende-se até a vibração, torna-se olhar, ouvido, olfato, paladar [...]" *Serres (2001, p. 66).*

Diante que é do imposto socialmente pelas aparências, há uma complexidade de elaborar e construir novas imagens no momento em que não é possível ver. Imaginar formas, recortes, tecidos, caimento de roupas, modelos de sapatos, acessórios e todos os adornos para a composição de um *look* sem ter informações elaboradas não

corresponderá à imagem que um deficiente visual necessariamente utilizará. Nesse momento, inevitavelmente, há a necessidade de criação de uma metodologia para a construção de imagens a partir da falta de visão. Com esse contexto, é possível usar a “moda” como meio de reconstrução de uma identidade para o deficiente visual, com base em pesquisas do que o agrada.

Os temas identidade, moda e estilo possuem uma ligação primordial; conseguir uni-los fará com que os trabalhos desenvolvidos para deficientes visuais contenham ferramentas que os possibilitem se identificar e criar uma nova imagem e um novo estilo pessoal perante o mundo, através das vestimentas. Segundo Hall (2006), desenvolver os outros sentidos pode auxiliar na construção da imagem que o indivíduo deseja passar, com seus valores e cultura.

“A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2006, p. 13).

O florescimento dos outros sentidos, ocasionados pela falta de visão, desenvolve também a criatividade. Pelo fato de não haver referências de imagem, precisamos imaginá-las. Colocando a cultura no viés da moda, destacamos a influência cada vez maior das imagens em nosso cotidiano. Podemos concluir que moda e arte estão diretamente ligadas, dialogam e interagem intensamente na concepção das imagens. A moda é uma forma de comunicação, um instrumento que apresenta a cultura como um espelho da sociedade que a produz, até de forma social subjetiva, entendendo que o inacessível à linguagem oral ganha o campo das representações vestimentares, sendo analisada por reflexões e deixando de ser um aspecto supérfluo nas relações humanas para ser uma forma filosófica e sociológica, que determina os comportamentos individuais, estruturando sua apresentação visual. A roupa também transmite informações a respeito das pessoas, mas diferentemente de gestos e expressões, geralmente naturais, a moda ajuda o indivíduo a se expressar verdadeiramente ou a demonstrar algo que não é.

A consultoria de imagem tem como objetivo a orientação e relação de acompanhamento do cliente, no sentido de este identificar seu estilo pessoal e criar uma identidade visual coerente com o que quer transmitir ao mundo. O consultor de imagem e estilo pessoal tem uma função que exige uma visualização bem além do que a já complexa (por mais que pareça “simples”) escolha de peças e acessórios, cores perfeitas ao tom de pele, cortes ideais a silhueta e altura. Precisa conhecer profundamente o cliente, saber quem ele é, suas intenções, ambições, experiências,

personalidade, vida. Descobrir tudo que for possível, até encontrar o estilo que se encaixa com a real imagem própria, a extensão do “eu” que cada um possui, o ser único, sem certo e errado.

Julgamos e somos julgados instantaneamente pela imagem, fator confirmado em estudos que apontam que a primeira impressão é formada obedecendo a seguinte divisão: 38% vocal, 55% visual e 7% verbal (Mehrabian e Wiener 1967a, pp. 109-114; Mehrabian e Ferris 1967b, pp. 248-252). Sendo assim, ainda neste estudo, diz-se que é nos primeiros segundos que as pessoas são julgadas quanto à classe social, situação financeira e nível de sucesso, gerando desta maneira uma impressão positiva ou negativa para o receptor da imagem. Sem uma compreensão total, torna-se difícil traduzir o que desejamos expressar, principalmente no caso dos deficientes visuais, cuja barreira torna a relação moda *versus* estilo muito mais delicada.

UM NOVO OLHAR SOBRE A CONSULTORIA DE IMAGEM E ESTILO

Estruturamos uma nova abordagem a ser aplicada na consultoria de estilo para este público específico, a partir de seis etapas: criação de style board; análise de tipo físico e de cores que valorizam o estilo; closet clearing; personal shopper; montagem dos looks; dossiê impresso em Braille ou digitalizado. Convidamos três voluntárias, deficientes visuais e na terceira idade. Na etapa inicial buscamos um diálogo com as participantes, no qual observamos que elas não atingiram a própria imagem coerente e definida. Muitas não entendem o que é, e quais os benefícios que identificar “estilo pessoal e imagem” trazem. Assim, com o objetivo de obter informações e levantar todos os dados específicos da vida dos deficientes visuais, foram visitadas várias fundações e instituições de apoio, em especial a fundação Dorina Nowill. Ao longo da pesquisa procuramos propiciar um entendimento no significado das palavras “consultoria”, “imagem” e “estilo”.

A partir dos dados obtidos nas entrevistas classificamos os estilos de cada participante:

esportivo ou natural, romântico, elegante, tradicional, sexy, moderno ou dramático e criativo.

- Entrevistada A – deficiência visual: cegueira; estilo: tradicional e elegante; 61 anos.
- Entrevistada B – deficiência visual: cegueira; estilo: criativa e sexy; 68 anos.
- Entrevistada C – deficiência visual: visão subnormal (possui apenas 10% da visão); estilo: tradicional e clássica; 61 anos.

Com os questionários de identificação e de estilo, foi possível perceber gostos e situações do cotidiano além da moda. Mesmo os que possuem visão já têm dificuldades para acompanhar a moda, e isso se acentua entre os deficientes visuais. Todas responderam afirmativamente, de forma enfática, que “sim, se preocupam com a maneira de se vestir”, para sentirem-se bem e com autoconfiança.

Analisando todos os aspectos das respostas obtidas por meio dos questionários de estilo, podemos constatar que todos os entrevistados se preocupam com a autoimagem, em maior ou menor grau. Porém, para todos eles a imagem que as pessoas dotadas de visão têm a respeito do deficiente visual apresenta-se como um fato preocupante, pois é uma imagem já preestabelecida.

A questão da autoconfiança também foi identificada durante as entrevistas. As deficientes visuais que perderam a visão há mais tempo e estão em acompanhamento, têm uma segurança maior quanto a sua autoimagem. Porém, também nos deparamos com a situação da forma contrária. Quando a pessoa perde a visão, parece que ao mesmo tempo ela perde também a autoconfiança e a vaidade, não dando atenção aos cuidados com a imagem.

No depoimento da entrevistada A, ela mencionou que a perda da visão ocorreu de um dia para o outro, o que a levou a um estado de depressão, por isso durante um determinado período ela se descuidou da sua imagem, relegando a segundo plano os cuidados pessoais. Também a dificuldade encontrada para ter acesso às informações de moda contribui para lhe afastar dos assuntos relacionados ao tema, de acordo com o que nos contou.

Questões relevantes como a orientação que eles recebem em relação à moda, tendências, compras, atendimento e manutenção de suas peças no guarda-roupa, tem que ser tratadas de forma diferenciada e as adequações serão constantemente necessárias. Como ressalta Lima Junior (2005), “ainda é preciso ser feito muito para que possamos fazer uma integração verdadeira destas pessoas com o universo muito particular da moda” (LIMA JÚNIOR, 2005, p. 8).

ETAPAS DA CONSULTORIA:

1ª Sessão - Entrevista: Apresentação do questionário e proposta de um exercício, criação de Styleboard para o levantamento do estilo de vida, objetivos e preferências. Teste de Estilo, considerando o sigilo das informações recebidas. Todas as atividades realizadas nessa etapa tiveram a necessidade de serem conduzidas em encontros presenciais com o cliente, diante da incapacidade de leitura dos documentos e

questionários (enviados por e-mail, por exemplo) ou de definir imagens de referências que irão determinar a elaboração do perfil do seu estilo. Alternativas para esta etapa seriam o envio antecipado do questionário e da proposta de criação do Styleboard, em uma situação na qual o deficiente possua computador com *software* adaptado para a leitura e escrita de documentos, ou entregar o mesmo impresso em escrita Braille.

2ª Sessão - Análise Corpórea: Tipo Físico e Cores, disponibilização posterior da cartela com as cores ideais que valorizam e orientam as participantes. Resultado do Teste de Estilo

3ª Sessão: Closet Clearing, análise do guarda-roupa e avaliação das peças que valorizam ou não sua imagem, baseados nos critérios de cor, estilo e tipo físico, estado da peça e focando no objetivo descrito inicialmente pelo participante que está recebendo a consultoria. Foram separadas as peças que não devem ser mantidas e foi feita uma lista com itens de peças-chave e acessórios que “faltam” no seu guarda-roupa. No processo, essa é a etapa mais longa, que demanda muita atenção. Entre outras questões ligadas ao estado da peça, está o desgaste do tecido e da cor da roupa, que não é percebido pelo deficiente, manchas de produtos de limpeza e ferro de passar. O que ficou claro foi a necessidade de elaborar um tópico no dossiê que será entregue cotendo orientações para repassar à pessoa responsável pelo cuidado, manutenção e limpeza das roupas do participante. O importante, neste momento, é a atenção para que uma peça com problemas não perceptíveis ao deficiente visual fique disponível para uso.

4ª Sessão: Personal Shopper - compra de peças que “faltam” no guarda-roupa (roupas, sapatos e/ou acessórios), de forma a otimizar a coordenação com os itens que o participante já tem, com base na lista elaborada após o closet clearing. Importante: antes desta sessão é necessário obter a informação do orçamento que estará disponível para compras. Foi elaborada uma pesquisa antecipada em lojas levando em conta o orçamento e perfil. Depois, fomos às lojas pré-selecionadas, nas quais os participantes fizeram a prova das roupas que já deixamos separadas. Orientamos quanto aos tecidos, caimento, cores, sendo o mais fidedigno quantos aos tons, estampas e detalhes da peça, e por fim decidimos o que comprar. Indicamos pesquisar se o local é de fácil acesso ao deficiente, pois o retorno com compras e sacolas não é fácil, principalmente para o deficiente que usa bengala ou um cão-guia. Como interlocutor entre o vendedor e os participantes deficientes visuais,

percebemos que é preciso cuidar para que ele não seja deixado de lado e a conversa ocorra sem ele.

5ª Sessão: Montagem de looks – Para coordenação das peças do guarda-roupa, montamos e fotografamos dez looks, montando um lookbook, que servirá como proposta de novos visuais, orientando os participantes na tarefa de se vestir cotidianamente, de forma prática e funcional.

6ª Sessão - Entrega de Dossiê Personalizado, de acordo com a necessidade do participante, em digital ou em Braille. Este conterá referências das melhores formas, modelos de roupas e acessórios para sua silhueta, orientação de como usar cores e como manter o estilo para todas as ocasiões: um guia com o Dress Code para eventos sociais e trabalho. Também contempla a entrega de Fotos dos looks montados (descrição por peça e combinações). Importante ressaltar que as imagens precisam conter legendas sobre o tipo de tecido, estrutura, cores e caimento.

Ao final produzimos um vídeo-documentário, no qual tentamos resgatar os sentimentos das participantes após o processo realizado. Neste, as participantes relatam sobre a importância da autoimagem, o acesso às informações sobre moda e estilo, orientações que gostariam de receber, questionamentos e dúvidas sobre o que usar e como usar, o que é atual, o que está na moda. Expectativas e conclusões sobre a consultoria realizada.



Figura 1: acervo pessoal- entrevistada A

Por fim, ressaltamos que durante o processo, uma das autoras (Fernanda Barros) analisou que seria importante vivenciar a experiência do cotidiano de uma mulher deficiente visual para possibilitar uma compreensão da complexidade envolvida na condição desde sujeito. Foi escolhido praticar a maquiagem sem o sentido da visão "A experiência do outro em mim" aflorou a sensibilidade para a realização do projeto; era necessário "sentir" (Fernanda, 2015).



Figura 2: acervo pessoal a pesquisadora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consultoria de imagem tem como objetivo identificar o estilo pessoal de cada pessoa e orientar a criação de uma identidade visual consistente e coerente com a personalidade específica de uma um, com suas preferências e seus objetivos em um determinado momento da vida. Reconhecer seu estilo pessoal é se reconhecer, aceitar-se em um processo para elevar a autoestima. Neste artigo foi proposto refletir sobre as necessidades específicas de determinadas pessoas. Como foi mencionado, no início deste estudo, existem vários graus de deficiência visual; então, é necessário desenvolver uma dinâmica específica na abordagem do projeto e entrega do material de consultoria de imagem e estilo pessoal; já que o fluxo natural da vida, o envelhecimento, também nos coloca em momentos de transição e adaptação. Entender, ter a sensibilidade e criatividade para orientar essa reconstrução é fascinante, faz-nos compreender a importância que todos os sentidos possuem juntos. A orientação de um consultor profissional e o acesso a informações que também terá através dele são essenciais para começarmos a preencher lacunas hoje existentes.

REFERÊNCIAS

- Auler, D., 2012. Moda inclusiva: perguntas e respostas para entender o tema. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. [Online] Available at: http://pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/MODA_INCLUSIVA_DIGITAL_CARTILHA_FINAL.pdf [Accessed 10 October 2015].
- Conde, A. J. M., S/D. Definindo a Cegueira e a Visão Subnormal. In Instituto Benjamin Constant. [Online] Available at: <http://www.ibr.gov.br/?itemid=94> [Accessed 10 October 2015].
- Didi-Huberman, G., 1998. O que vemos, o que nos olha. São Paulo: Editora 34.

Embacher, A., 1999. *Moda e identidade: a construção de um estilo próprio*. São Paulo: Anhembi Morumbi.

Mehrabian, A., Wiener, M., 1967a. Decoding of Inconsistent Communications. *Journal of Personality and Social Psychology* [Online] Available at: https://en.wikipedia.org/wiki/_Albert_Mehrabian [Accessed 10 October 2015].

Mehrabian, A., Ferris, S. R., 1967b; *Inference of Attitudes from Nonverbal Communication in Two Channels*". *Journal of Consulting Psychology* [Online] Available at: https://en.wikipedia.org/wiki/_Albert_Mehrabian [Accessed 10 October 2015].

Sasaki, R. K., 2006. *Inclusão, construindo uma sociedade para todos*. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA.

SERRES, Michel. *Os cinco sentidos: filosofia dos corpos misturados*. Tradução: Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

O PERFIL DO PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO NA ERA DAS MÍDIAS SOCIAIS

Guilherme Juliani de Carvalho (UNIP/SP – SENAC/SP); gui.jcarvalho@gmail.com

Briza Martins – Universidade Fumec/MG; martins.briza@gmail.com

Resumo: Com o avanço de novas tecnologias e o advento das mídias sociais na sociedade, cresce a força dessas ferramentas como forma de comunicação entre empresas e consumidores. Assim surge a necessidade ao profissional de comunicação de buscar novos conhecimentos e adaptar suas estratégias às variações e demandas do mercado. Isso faz com que seja imprescindível que a formação do profissional acompanhe as tendências e avanços da tecnologia e dos impactos dessas novidades para os consumidores. A fim de conhecer este novo perfil do profissional de comunicação na Era das mídias sociais, o artigo foi desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico, análise histórica, estudo sobre a Era das mídias sociais e seu impacto para as comunicações organizacionais. A partir dos dados levantados, o presente artigo tem como objetivo nortear os interessados na temática e os profissionais de comunicação, auxiliando em sua qualificação e desenvolvimento profissional, bem como oferecer as organizações e figuras públicas mais informações para busca por profissionais diferenciados. Tendo em vista a mutação rápida dos mercados e dos públicos de interesse das empresas, os profissionais que atuam na área precisam estar aptos à adequação de suas funções e possibilidades de atividades a serem realizadas. Uma vez que, cada vez mais, bons resultados com as mídias sociais são fundamentais para o sucesso dos empreendimentos de qualquer segmento. Para isso o estudo considerou as configurações da comunicação organizacional, as principais ferramentas de comunicação a serem adotadas por esses profissionais e o impacto das novas tecnologias para a otimização das práticas nesse cenário digital.

Palavras - chave: profissional de comunicação, mídias sociais, tecnologia, comunicação organizacional, ferramentas de comunicação.

Abstract: As a result of the advance of new technologies and the advent of social media in society, the strength of these tools grows as a form of communication between companies and consumers. Thus, the communication professional needs to

seek new knowledge and adapt their strategies to the variations and demands of the market. This makes it imperative that the training of the professional accompany the trends and advances of technology and the impacts of these novelties for consumers. In order to know this new profile of the professional of communication in the age of social media, the article was developed from a bibliographical survey, historical analysis, study on the Age of social media and its impact on organizational communications. Based on the data collected, this article aims to guide those interested in the subject and the communication professionals, assisting in their qualification and professional development, as well as offering organizations and public figures more information to search for differentiated professionals. In view of the quick changes in the markets and public interest of the companies, the professionals who work in the area must be able to adapt their functions and possibilities of activities to be carried out. Since, increasingly, good results with the social media are fundamental for the success of the ventures of any segment. For this, the study considered the organizational communication configurations, the main communication tools to be adopted by these professionals and the impact of the new technologies to optimize the practices in this digital scenario.

Key words: communication workers, social media, technology, organizational communication, communication tools.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento dos meios digitais e a evolução da tecnologia, o acesso as informações torna-se cada vez mais acessível e os desafios com a comunicação mais complexos (Soares e Alves, 2008). Diante deste novo cenário, a chegada das mídias sociais alterou o perfil do profissional de comunicação?

A partir deste questionamento este artigo busca conhecer o perfil do novo profissional de comunicação na Era das mídias sociais, bem como entender o papel e a atuação do profissional de comunicação no gerenciamento de mídias sociais; estudar de que forma elas interferem na formação desse novo profissional, analisar a dinâmica da comunicação nas mídias sociais e as habilidades requeridas ao profissional de comunicação.

Atualmente as tecnologias digitais ocupam um papel central nas mudanças experimentadas em todos os aspectos da vida em sociedade. Em destaque na década

de 90, Tim Berners-Lee foi responsável pela apresentação de uma proposta para o gerenciamento de informação como uma forma de conectar documentos entre si, tendo como idéia principal o compartilhamento de arquivo com seus amigos. Essa primeira interação com troca de arquivos e mensagem entre os usuários da internet passou a ser realizada pelos correios eletrônicos, hoje mais conhecidos como e-mail (Recuero, 2011)

Com passar dos anos e o surgimento de novos usuários da internet, foi identificada a necessidade de uma ferramenta de comunicação mais abrangente, que permite-se uma ampliação nas redes de contato, uma vez que as mensagens poderiam ser vistas somente por usuários que tivessem um correio eletrônico, dificultando o repasse da mensagem. Dessa forma, por meio da conectividade, há o surgimento das redes sociais, apresentada como um conjunto de dois elementos; atores (pessoas, instituição ou grupos) e suas conexões formadas por interações ou laços sociais (Recuero, 2011).

Portanto, com o surgimento e desenvolvimento de novas tecnologias e novas formas de se comunicar, os profissionais de comunicação e as organizações buscam um encontro perfeito entre a sua comunicação e seu público alvo, para que a mensagem seja transmitida de forma eficaz e eficiente.

Os impactos provocados pelas novas tecnologias têm o poder de mudar o pensamento do ser humano e também a forma como ele se relaciona com o mundo. As redes sociais não têm mais como objetivo exclusivo o relacionamento, passando a ser utilizada também como fonte de notícias e pesquisas, apresentando atributos de interatividade e a participação, permitindo aos usuários das redes sociais não apenas o acesso a informação, mas a capacidade de produzi-la (Pereira, Pinceta, 2011). Os estímulos à imaginação dos consumidores deve ser aproveitado e trabalhado como a grande possibilidade ofertada por essas inovações (Ferrari, 2010).

A democratização das ferramentas de produção, a internet e as redes sociais confirmam-se como fonte de notícia e participação, e a cultura colaborativa se move. Desta forma, o surgimento das mídias sociais foi muito importante e causou grande impacto na forma de se fazer e trabalhar a comunicação (Pereira, Pinceta, 2011).

Conforme identificado, a necessidade das mídias sociais nas empresas é crescente, tornando relevante um estudo mais aprofundado sobre os profissionais designados à gestão destas ferramentas, a partir do entendimento da formação e relevância da comunicação organizacional.

1 - COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

A comunicação organizacional pode ser definida como o processo de comunicação que ocorre dentro de uma organização, seja ela pública, privada, ONG, fundação, etc. O objetivo deste processo é estabelecer uma comunicação estratégica entre a empresa e seus stakeholders, informando políticas, planos e ações da organização. Para estabelecer relacionamentos de confiança e ambientes harmoniosos dentro das empresas, é necessário que haja uma comunicação de mão dupla entre as hierarquias (Kunsch, 2004). Trata-se de uma forma de comunicação empresarial mais ampla, que consegue envolver as relações humanas às características da empresa e dos negócios (Rego, 1986).

Esta comunicação deve ser realizada por meio de ferramentas específicas, estabelecidas após análise do ambiente, público e cultura. As possibilidades são muitas, desde as tradicionais caixas de sugestões as mais avançadas tecnologias, que variam de acordo com o jeito de ser de cada organização. Deve-se, para a escolha das ferramentas a serem adotadas nessa comunicação, levar em consideração o equilíbrio a ser buscado nas relações. Isso porque os objetivos somente serão alcançados se for levado em consideração os múltiplos interesses envolvidos (KUNSCH, 2004)

A comunicação organizacional quando bem aplicada, se torna uma ferramenta de gestão, alinhada com as estratégias de negócio da empresa, além de estimular o envolvimento dos funcionários nos projetos da empresa, a comunicação organizacional auxilia no combate a rumores, desenvolve formas de inter-relação mais participativas e conseqüentemente mais comprometidas e estabelece um clima de confiança no ambiente profissional, contribuindo para a construção de sua cultura organizacional (Kunsch, 2004).

Para que o relacionamento com os *stakeholders* exista, a comunicação deve ser integrada, compreendendo a comunicação institucional, mercadológica, interna e administrativa, formando o chamado mix comunicacional. Para que esse mix seja realizado de forma planejada e adequada, é necessária a atuação de um profissional de comunicação, sendo indispensável conhecer o perfil do mesmo, que será apresentado a seguir.

1.1 - Perfil do profissional de comunicação

Para conhecer o perfil do profissional de comunicação e sua atuação no gerenciamento das mídias sociais, é necessário entender as novas necessidades das organizações e do mercado. Sob este panorama, o que movimenta uma organização, fazendo com que ela atinja seu objetivo central são as pessoas e os *stakeholders*, cada um com seus interesses e necessidades distintas. Entre a organização e as pessoas existe o elo de interação e integração, a comunicação. Neste cenário, existe a atuação de um profissional capaz de realizar a mediação e “ajudar a construir relacionamentos harmônicos e duradouros [das organizações] com os públicos dos quais depende sua sobrevivência” (FERRARI, 2003, p. 58). O profissional habilitado para atuar neste ambiente, é o profissional de comunicação social.

De acordo com a pesquisa “Perfil do Profissional de Comunicação Corporativa no Brasil”, realizada pela ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, em março de 2013, com 1085 profissionais, provenientes de diversos segmentos e setores da economia, identificou-se que o jornalismo é a formação, em nível superior, da maioria dos profissionais participantes com 52%, seguido de Relações Públicas com 24% e Publicidade e Propaganda com 9%. O perfil predominante do profissional participante do estudo é do gênero feminino, com idade entre 22 e 30 anos, solteira, sem filhos e trabalhando no estado de São Paulo. Estes profissionais possuem formação em jornalismo e pós-graduação em nível de especialização / MBA, além de terem o inglês como segunda língua. Atuam na área de Comunicação por um tempo compreendido entre 4 e 7 anos e, trabalham em empresa privada nacional com até 500 funcionários, do segmento de serviços, com ênfase em agência de comunicação, onde está por um período entre 1 e 3 anos, sob contratação pelo regime da CLT. Os cargos ocupados por estes profissionais são em nível de analista com remuneração mensal entre R\$ 1.500,00 e R\$ 5.000,00.

Após a análise do perfil dos profissionais de comunicação, é importante identificar quais competências eram exigidas aos profissionais citados na pesquisa acima. Desta forma, pode se observar nas descrições abaixo as principais características dos profissionais de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda

De acordo com o Conselho Federal dos Jornalistas, “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação. Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e identidade das suas fontes de informação. ”

A Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP) apresenta Relações Públicas como “Esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo da alta administração para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização pública ou privada e seu pessoal, assim como entre a organização e todos os grupos aos quais está ligada, direta ou indiretamente”.

De acordo com Associação dos Profissionais de Propaganda, o perfil do profissional de comunicação social com habilidade em Publicidade e Propaganda, deverá apresentar as principais competências: ter pleno domínio das ferramentas e linguagens publicitárias, saber defender e explicar uma idéia levando soluções inovadoras e eficazes, desenvolver, planejar, propor, executar e avaliar projetos na área de comunicação e marketing.

Ainda sobre as competências, de acordo com pesquisa realizada pela ABA – Associação Brasileira de Anunciantes (Março,2005) para definir quais competências o mercado identificava como mais importantes em um profissional de comunicação corporativa, os profissionais entrevistados das áreas de Recursos Humanos, profissionais de assuntos corporativos, presidentes de empresas, *Headhunters* e Diretor-Presidente de agências de comunicação empresarial, citam como competências fundamentais em um líder de comunicação: visão/raciocínio estratégico, sensibilidade para gerenciar conflitos, capacidade de relacionamento interpessoal, liderança, ética, habilidade política, bem como as competências específicas para cada área em que o profissional de comunicação atuará. Outra observação ressaltada pelos profissionais que responderam a pesquisa é que “O perfil do líder de Comunicação dependerá muito também da sua posição hierárquica dentro da empresa, se estará subordinado a uma vice-presidência/diretoria ou diretamente ao ‘comandante’ da organização. ”

Após análise do perfil do profissional de comunicação, as competências exigidas e posição necessária na hierarquia das empresas, outro fator importante para que a comunicação seja realizada de forma eficiente, são as ferramentas utilizadas neste processo. Entender como e quais ferramentas utilizar definirá o caminho a ser seguido para aplicação de um plano de comunicação efetivo.

2- FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

As ferramentas de comunicação são utilizadas para realizar o processo de comunicação, o chamado mix comunicacional, ou seja, a comunicação integrada que compreende a comunicação institucional, mercadológica, interna e administrativa

(Kunsch, 2004). As ferramentas de comunicação são instrumentos que viabilizam o processo de comunicação com os *stakeholders*, sejam eles internos ou externos. Para esses casos o conceito de instrumento pode ser entendido como o recurso empregado para se alcançar um determinado objetivo (Ferreira, 2001).

Na comunicação Institucional temos as seguintes ferramentas: Relações Públicas, Marketing cultural, Jornalismo, Assessoria de imprensa, Identidade Corporativa e Propaganda Institucional. A comunicação mercadológica abrange: Marketing, Propaganda, Promoção de vendas, Feiras e exposições, Marketing direto, Merchandising e Venda pessoal. A comunicação interna compreende a comunicação administrativa, fluxos, redes formais e informais e veículos (Kunsch, 1997).

Com o passar dos anos e o surgimento das mídias sociais, essas ferramentas de comunicação, utilizadas tanto na forma de se produzir e veicular informações, como na maneira de se estabelecer relacionamentos, sofreram grandes influências. Uma vez que o cliente adquiriu maior poder de fala e possui um posicionamento cada vez mais ativo na internet, a imagem das empresas tornou-se cada vez mais sujeita a exposições, sejam elas positivas ou negativas. Essa revolução digital impacta diretamente na imagem e na comunicação das empresas, conseqüentemente gerando demanda do profissional habilitado para atuar nesta área, com habilidades e competências ampliadas. Para Kunsch (2004), o profissional tradicional era mais um tarefeiro, com uma função tática. Hoje, necessita ser um estrategista.

A comunicação digital e as novas formas de participação social, altera o processo básico de comunicação (fonte, codificador, canal, mensagem, decodificador e receptor). A fórmula já conhecida está sofrendo o impacto da tecnologia, no qual o poder de produção e disseminação de informação centralizado e de mão única está sendo ampliado, modificando o conceito de público e conseqüentemente afetando a área de comunicação (Nassar, 2008).

Com o forte impacto da tecnologia nas formas de comunicação, os profissionais dessa área vêm sentindo a necessidade de se preparar para lidar com a era da informação que oferece para a sociedade novas ferramentas, atualmente incorporadas nas casas dos cidadãos e dentro das empresas, exigindo dos profissionais de comunicação, um entendimento maior destas novas tecnologias.

2.1- Novas tecnologias de informação e comunicação

A Era da informação é conhecida pela introdução das Novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) na sociedade atual, são ferramentas utilizadas para a comunicação que surgiram durante a Revolução Industrial, na década de 1970. Por meio da comunicação em rede, essas ferramentas vieram para revolucionar a vida das pessoas, tornando-se cada vez mais necessárias e rotineiras, transformando a forma de se realizar a comunicação.

“[...] A internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global. Assim como a difusão da máquina impressora no ocidente criou o que McLuhan chamou de a “galáxia de Gutenberg”, ingressamos agora num novo mundo de comunicação: a “galáxia da internet”. O uso da internet como sistema de comunicação e forma de organização explodiu nos últimos anos do segundo milênio. [...] A influência das redes baseadas na internet vai além do número de seus usuários: diz respeito também à qualidade do uso. Atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela internet e em torno dela, como por outras redes de computadores. De fato, ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura.” (CASTELLS, 2003, p.8)

As novas tecnologias passaram a influenciar desde a economia de um país até os afazeres do dia a dia das pessoas, criando um novo modelo de geração de conhecimento, de processamento de informação e de comunicação em símbolos. Este novo parâmetro tornou as pessoas cada vez mais conectadas, ansiando por informações em tempo real e atualização constante. A partir daí, a demanda por mais ferramentas de comunicação só aumentou, ocasionando o surgimento das mídias sociais.

2.2- Mídias Sociais

As mídias sociais são uma forma de comunicação, aparentemente recente, porém, a forma mais visível dessas mídias surgiu a partir da evolução da internet e suas plataformas tecnológicas, cada vez mais amigáveis (Madeira, 2009). As mídias

sociais vêm crescendo fortemente nos últimos anos, tornando-se uma importante opção de comunicação entre as empresas, seus interesses e seu público-alvo, justamente pela soma de benefícios oferecidos como eficácia, alcance e interatividade. Uma vez que proporciona comunicação em tempo real e com conexão, “Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores” (RECUERO, 2011, p.24). Como o uso da linguagem tecnológica e custos relativamente mais baixos quando comparados aos das mídias tradicionais, as mídias sociais já se tornaram indispensáveis:

“[...]é um canal essencial de comunicação com seus consumidores. O contato da empresa com seus consumidores e públicos de interesse é fundamental, já que estes sempre estarão falando a respeito dela; quanto mais forte for o relacionamento, menor será a chance de a empresa desconhecer algum problema existente. Além disso, as ações precisam ser planejadas, assim como as ações de mídia tradicional, pois é preciso saber quais as redes freqüentadas pelo seu cliente. É importante que as empresas percebam as mídias sociais como parte da comunicação integrada, de forma que o posicionamento que a empresa deseja transmitir para seus consumidores mantenha as mesmas características apresentadas nas outras mídias.” (MADEIRA, 2009, p.13)

As mídias sociais são plataformas que permitem a criação e o compartilhamento de informações e conteúdo pelas pessoas e para as pessoas, não havendo controle, nem propriedade sobre a informação. O próprio consumidor é quem produz a informação. As mídias sociais permitem que as pessoas se conheçam, troquem mensagens e criem grupos e comunidades, organizando-se em tribos de interesses comuns. E as empresas precisam estar atentas a esse comportamento (Marteleto, 2001).

3 - METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado com o objetivo de conhecer o novo perfil do profissional de comunicação na Era das mídias sociais. Por meio de uma pesquisa de caráter descritivo, que tem por finalidade estudar, analisar e descrever as características de um fenômeno, sem a interferência do pesquisador. Este modelo de pesquisa descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (Gil, 2009).

Este método foi utilizado para obter um estudo preliminar do principal objetivo deste artigo, ou seja, para apresentar um panorama geral do cenário a ser analisado. Este estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica referente ao perfil dos profissionais de comunicação e as competências exigidas pelo mercado com levantamento bibliográfico, análise histórica e o estudo sobre a Era das mídias sociais.

4 - MÍDIAS SOCIAIS E O PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO: TRADIÇÃO OU MUDANÇAS

De acordo com o que foi visto ao longo desse trabalho, os meios de comunicação estão em constante mudança. As mídias sociais vêm ganhando cada dia mais espaço, sendo inseridas ao planejamento estratégico das empresas e do mercado, ampliando o foco de estudos dos profissionais da área de comunicação.

As redes sociais, segundo relatório da agência *International Telecommunication Union* de 2012, já reúnem mais de um bilhão de usuários ao redor do mundo, dessa forma é possível entender a abrangência do meio digital que vem influenciando o modelo clássico da comunicação, emissor - receptor, mudando a rotina de vários profissionais, inclusive os de comunicação, devido a interatividade e rapidez. Hoje a comunicação pode ser feita de todos para todos. Com o fortalecimento das mídias sociais, algumas empresas começaram a vê-las como aliadas aos seus negócios, principalmente em ações de propaganda, promoção e relacionamento. O uso adequado das mídias possibilita segmentar o público alvo, melhorar a reputação da marca e inclusive fidelizar consumidores, tornando-se necessário um profissional capacitado para o gerenciamento desta nova ferramenta. Esta demanda de mercado deu origem a um novo profissional.

Com o objetivo de conhecer este novo profissional de mídias sociais, uma recente pesquisa realizada pela empresa Tramos.co e Alma/Beta em 2014 e

aprofundada em 2015, a partir de 1037 entrevistas com profissionais de todo Brasil, identificou que aproximadamente seis em cada dez profissionais são mulheres, possuem idade entre vinte e trinta anos, trabalham oito horas por dia e estão estudando ou recém formado. A maioria dos profissionais trabalha a menos de quatro anos em agência de comunicação, e apenas uma pequena fatia do mercado atua dentro do próprio cliente. O Profissional de mídias sociais sente-se bem em trabalhar na área de comunicação, pois a maioria diz estar feliz com seu emprego atual e com as empresas em que trabalham. Eles valorizam também o aprendizado, o ambiente de trabalho e gostam dos resultados obtidos pelos projetos. Ainda sobre o perfil do profissional de mídias sociais, em entrevista a revista Wide 2013, o professor e consultor Edney Souza afirma, "Estar atualizado é pré-requisito para começar a trabalhar com mídias sociais, manter-se atualizado é pré requisito para continuar na área". Complementando esta idéia, Camila Porto, fundadora do conteúdo, focada em Marketing Digital, mídias sociais e Facebook Marketing, Autora do e-book "Facebook Marketing: Engajamento para transformar fãs em clientes", ressalta, "Nunca se esqueça de estudar e aprender fundamentos básicos do Marketing tradicional. Isso é o que dará à analista base para pensar, planejar e executar".

A partir destas referências, é necessário entender como se comporta o novo profissional de comunicação na Era das mídias sociais. De acordo com Willms (2009) no artigo "Uma Reflexão sobre o perfil do profissional de comunicação organizacional na atualidade", atualmente o profissional de comunicação demanda conhecimentos, habilidades e competências multifacetadas e multidisciplinares, além de cuidar do relacionamento com a imprensa, diante de todas as possibilidades de comunicação digital; com os funcionários da empresa ou da organização, com os seus fornecedores, com os seus clientes, com a comunidade, com os acionistas, com o poder público, com seus consumidores, promover o diálogo com esses diversos interlocutores, administrar responsavelmente, no plano da comunicação, a demanda por maior transparência das organizações, colocar a comunicação a serviço da administração dos conflitos. É necessário entender todos esses públicos em redes de relacionamento, dialogar com eles adequadamente, e planejar ações de como se relacionar com cada um de maneira mais eficiente, lembrando que o comunicador não tem mais a superioridade da geração de conteúdos e perdeu a centralidade como emissor. Seus interlocutores dispõem de canais públicos para a contestação, a réplica, a denúncia, a crítica, manifestações de indignação.

Dessa forma, as efetivas mudanças desse novo perfil acontecem devido as exigências do mercado por profissionais com conhecimento em mídias sociais que buscam constante aprendizado, complementando a graduação com curso especializado, treinamento ou workshop sobre o tema, pós graduação, mestrado e/ou doutorado.

CONCLUSÃO

O presente estudo foi realizado com objetivo de conhecer o novo perfil do profissional de comunicação na Era das mídias sociais. Um estudo que vem ao encontro das necessidades das organizações, onde os resultados das mídias são fundamentais para as estratégias da empresa. Além de proporcionar ao profissional de comunicação um direcionamento para uma melhor qualificação e desenvolvimento na área de atuação, também oferecerá às organizações e figuras públicas, informações que auxiliarão na busca por profissionais qualificados para atuar nesse novo braço na comunicação.

A partir do estudo das amostras de pesquisas referente ao perfil do profissional de comunicação, das competências exigidas antes do surgimento das mídias sociais e do entendimento da importância e da necessidade das novas tecnologias é possível dizer que o mercado está exigindo profissionais “mestiços”, conforme denominação de Paulo Nassar (2007), ou seja, que reúnam um conjunto de conhecimentos e atribuições multifocais não contemplados numa única graduação ou área de especialização. Porém, apesar desta pluralidade, a complexidade do ambiente e do atual cenário em que o profissional atua, necessita de um aprofundamento específico.

De acordo com David Lemes, professor do departamento de computação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, referente a pesquisa da agência *International Telecommunication Union* (2012) sobre as mídias sociais, “O que mudará serão as ferramentas, as plataformas, as formas de interação, mas é algo que uma vez enraizado no comportamento e na cultura, dificilmente será mudado. Pode ser que mude o compartilhar, o curtir, o *retwitter*, mas as mídias sociais vieram para ficar”.

É necessário que o novo comunicólogo traga junto ao seu perfil a tradição e a mudança, uma vez que a base de estudos engloba os conhecimentos da área, e uma

constante busca junto às novas tecnologias. Tendo em vista, que esta nova tecnologia é uma ferramenta de comunicação e interação muito utilizada pelas organizações, sendo necessário que seja realizado um planejamento para que se atinja o objetivo esperado, pode-se dizer que esta tecnologia é um novo braço da comunicação a ser trabalho e estudado.

REFERÊNCIAS

- ABA, Comitê de Comunicação Corporativa. **Competências Fundamentais do Profissional de Comunicação Corporativa. (2005)**. Disponível em: <<http://www.aba.com.br/wp-content/uploads/content/3e59d515875bb7502e316bdcdd5ae415.pdf> >. Acesso em 07 de ago.2015.
- ABERJE, **Pesquisa Perfil do Profissional de Comunicação Corporativa no Brasil**, (2013). Disponível em < <http://www.aberje.com.br> >. Acesso em: 10 ago.2015
- ABRP, Estatuto, (1954). Disponível em: <<http://abrpsp.org.br/institucional-2/estatuto/>>. Acesso em 20 ago. 2015.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Curso de relações públicas: relações com os diferentes públicos**. 6. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.p41
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra - 2003.p8
- CHERES, Pamela. Profissional de mídias sociais Qual o melhor perfil?.(2013) Disponível em: <<http://www.revistawide.com.br/marketing/profissional-de-midias-sociais> >. Acesso em: 26 ago. 2015.
- FENAJ, Contribuições para subsidiar elaboração de substitutivo aos projetos de lei que criaram a OBG e o CFG. (1999). Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/cfj/projeto_cfj.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- FERRARI, Maria Aparecida. **Novos Aportes das Relações Públicas para o século XXI. Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo: Umesp, nº 39, p. 53 -65, 2003.
- FERRARI, Pollyana. **A força da mídia social**. São Paulo: FactashEditora , 2010. p.130

FERREIRA, Marcelo Costa. 2001. "**Permeável, "Ma Non Troppo": a Mobilidade Social em Setores de Elites, Brasil – 1996**". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, RBCS, ANPOCS, Vol. 16, Nº 47, p. 393. Outubro.

GIL. Antonio Carlos. Como **elaborar projetos de pesquisa**. Edição 4ª. São Paulo. Editora Atlas, 202. P 42

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2004.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação organizacional: complexidade e atualidade (Entrevista). **Novos Olhares – Revista de Estudos sobre Práticas e Recepção a Produtos Mediáticos**. São Paulo: ECA/USP, edição 18, 2º semestre de 2006. p 25-26

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Obtendo resultados com relações públicas**. São Paulo: Pioneira, 1997. p 116

MELO, José Marques e MORAIS, Osvaldo J. **Mercado e Comunicação na sociedade Digital**. São Paulo, INTERCON Co-edição Unisantana, Unisantos, Unimonte – 2007

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 72

MADEIRA. C. G:GALLUCCI. **Mídias Sociais, Redes Sociais e sua importância para as empresas no início do século XXI**. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Anais. Curitiba, 2009.p5-13

NASSAR. Paulo; RIBEIRO, Renato Janine; GUTILLA, Rodolfo Witzig (Orgs). **A comunicação organizacional frente ao seu tempo: Visão, Missão e Valores ABERJE**. São Paulo: Aberje, 2007.

NASSAR. Paulo. **A mensagem como centro da rede de relacionamentos**. In: DI FELICE, Massimo. **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social** (Org). 1ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008a. cap. 7, p. 191-201.

NIELSEN, **Número de pessoas com acesso a internet no Brasil supera 120 milhões**. (2014).

Disponível em: <<http://www.nielsen.com/br/pt/press-room/2014/Numero-de-pessoas-com-acesso-a-internet-no-Brasil-supera-120-milhoes.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015

PINHO, J. B., **Comunicação em marketing: Princípios da comunicação**.

Campinas, SP: Papirus, 2001. p83

PEREIRA, Heloisa e PINCETA, Karina Prerussi. O avanço dos meios digitais e a produção de informação: **Como as redes sociais estão transformando a comunicação, o jornalismo e a sociedade**, São Paulo, p 02-08, jun, 2011

QUEIROZ, Paulo. O novo profissional de mídia. (2015). Disponível em: <<http://appbrasil.org.br/noticias-e-artigos/artigos/o-novo-profissional-de-midia/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011. p 12-24

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Comunicação nas empresas modernas**. In: Comunicação Empresarial, Comunicação Institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas. 6ª edição. São Paulo: Summus Editorial. 1986. p114

SOARES, Cristiane Silva; ALVES, Thays Souza. **Sociedade da informação no Brasil**: Inclusão digital e a importância do profissional de TI. Rio de Janeiro: 2008 p 133

TERRA. **O que as organizações precisam fazer para serem bem vistas nas mídias sociais sob a ótica da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas**, São Paulo, p 09, jan, 2011.

VIEIRA, Leticia Gomes. Redes sociais mudam rotina de profissionais da comunicação. A comunicação de todos para todos é um novo modelo que exige novas posturas. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/new-jbcc/editorias/editorias/mercado/redes-sociais-mudam-rotina-de-profissionais-da-comunicacao>>. Acesso em 26 ago. 2015.

WILLMS, Eldi Inês: Uma reflexão sobre o perfil do profissional de comunicação organizacional na atualidade. ABERJE. São Paulo: 2009.

TECNOLOGIAS MÓVEIS: OS IMPACTOS NA INTERAÇÃO SOCIAL E NO PROCESSO COMUNICACIONAL

Guilherme Juliani de Carvalho (UNIP/SP – SENAC/SP); gui.jcarvalho@gmail.com

Briza Martins – Universidade Fumec/MG; martins.briza@gmail.com

Resumo: Compreender como as novas alternativas de comunicação surgem a partir dos avanços tecnológicos na sociedade e o impacto dessas alternativas para a interação das pessoas é fundamental para entendimento das novas relações sociais. A evolução tecnológica, principalmente a móvel juntamente com a internet, que favorecem o acesso à informação e facilitam sua distribuição a qualquer momento e local, transforma o dia a dia dos indivíduos, permitindo a realização de suas tarefas de uma forma mais prática e eficaz. Neste artigo, buscou-se entender a relação entre a comunicação, tecnologias e inovação, como grandes impactantes dessa relação. As inovações chegam para revolucionar a sociedade e se tornam indispensáveis na vida das pessoas, mas que também ocasionam inúmeros impactos na interação social. Assim, mudanças de hábitos e novos estilos de vida também aparecem com o uso constante dos dispositivos móveis, alterando todo o processo comunicacional. Para entender essa questão, buscou-se, por meio de estudos bibliográficos a cerca do tema, a compreensão dos avanços tecnológicos específicos como os *smartphones* e seus aplicativos. O estudo divide-se, então em dois capítulos. No primeiro é abordado os conceitos teóricos da comunicação e interação, levando em consideração o advento da tecnologia nessa relação. Já o segundo capítulo do presente estudo aborda os conceitos de redes móveis e apresenta a relação dessas redes com a interação entre os indivíduos e suas formas de comunicação. Para complementar o estudo, analisou-se ainda dados do aplicativo de troca de mensagens instantâneas *WhatsApp* para o entendimento do impacto dessa ferramenta na interação social.

Palavras-chave: tecnologia móvel, interação social, ambiente virtual, conectividade, comunicação; WhatsApp.

Abstract: Understanding how new communication alternatives arise from the technological advances in society and the impact of these alternatives for the interaction of people is fundamental for understanding the new social relations. Technological evolution, especially mobile and internet, which favor access to

information and facilitate its distribution at any time and place, transform the daily lives of individuals, allowing them to perform their tasks in a more practical and efficient way. In this article, it was aimed to understand the relationship between communication, technologies and innovation, as great impact of this relationship. Innovations come to revolutionize society and become indispensable in people's lives, but they also cause countless impacts on social interaction. Thus, changes in habits and new lifestyles also appear with the constant use of mobile devices, altering the entire communication process. In order to understand this issue, was researched, through bibliographic studies about the theme, the understanding of specific technological advances such as smartphones and their applications. The study is then divided into two chapters. In the first one the theoretical concepts of communication and interaction are approached, taking into account the advent of technology in this relation. The second chapter of the present study approaches the concepts of mobile networks and presents the relationship of these networks to the interaction between individuals and their forms of communication. To complement this study, was also analyzed data from the WhatsApp instant messaging application to determine the impact of this tool on social interaction.

Key-words: Mobile technology, social interaction, virtual environment, connectivity, communication; WhatsApp.

INTRODUÇÃO

Neste ambiente virtual em que a sociedade se integra estar conectado em tempo absoluto é algo natural. A comunicação à distância, mediada pelos aparelhos digitais e pela Internet, atende as necessidades do indivíduo e transforma o processo de interação, na qual pensar no corpo como a principal fonte para se comunicar torna-se coisa do passado.

O que antes era necessário estar face a face para interagir com outras pessoas, hoje, novas formas de sociabilidade estão disponíveis, pois com os avanços tecnológicos já é possível realizar diversas tarefas instantaneamente, onde os aparelhos móveis estão cada vez mais presentes no cotidiano de todos.

Com este novo cenário, os indivíduos satisfazem suas necessidades imediatas como conversar com alguém à longa distância ou até mesmo participar, periodicamente, de conversas e debates de determinados temas de interesse comum, porém, o contato pessoal e o valor das expressões corporais ficam comprometidos. Dentre os impactos gerados, pode-se destacar o isolamento do ser

humano que, através da comunicação mediada por aparelhos móveis, afasta o indivíduo do convívio social.

Diante disso, este artigo busca estudar os efeitos que as novas tecnologias móveis geram na interação social, sejam elas positivas ou negativas, ressaltando as alternativas de comunicação existentes nos dias de hoje, com destaque no uso dos *smartphones* e o aplicativo *WhatsApp*.

1. COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL

A sociedade contemporânea passa por inúmeras transformações com a presença constante das tecnologias digitais. O ato de se comunicar nos dias de hoje não se restringe apenas ao hábito de se enviar uma carta, falar ao telefone ou dialogar face a face, pois, com o surgimento da internet, novas ferramentas de comunicação aparecem, onde a interação e a sociabilidade à distância, mediada por aparelhos eletrônicos, prevalecem. (TOMAÉL, ALCARÁ, CHIARA, 2005; BALDANZA, 2006). Os meios de comunicação convencionais passam a dividir espaço com as plataformas digitais, que facilitam o acesso à informação e possibilitam uma interação imediata, onde o receptor possui a capacidade de produzir a mensagem, compartilhá-la e armazená-la, instantaneamente, por meio da navegação na internet, do uso das redes sociais e dos aplicativos mobile. (PRIMO, 2008; SILVA, COUTO, 2013).

Enquanto a estrutura midiática da época de Lasswell parecia poder ser resumida em jornais/revistas, rádio e TV, com a emergência de novos meios de comunicação (notadamente aqueles mediados por redes informáticas), já não se pode pensar a comunicação como o fluxo derradeiro de uma mensagem persuasiva que desce ladeira abaixo em direção a receptores indefesos. Não apenas a estrutura tecnológica transformou-se, mas também as sociedades, as culturas, os mercados, as relações afetivas e políticas. Essa multiplicidade de elementos em transformação e inter-relação impõe desafios à investigação da comunicação. (PRIMO, 2008, p.13).

Diante deste novo ambiente comunicacional, no qual os avanços tecnológicos contribuem para um processo de interação social baseado na ausência do corpo físico,

sem a necessidade de estar face a face, surgem também novos comportamentos humanos e novas formas de sociabilidade. Por meio da internet, através do uso das tecnologias móveis, o indivíduo passa a construir uma relação à distância, a qualquer momento e local, porém o contato físico e a troca de afeto entre as pessoas ficam comprometidos. (BALDANZA, 2006; SILVA, COUTO, 2013).

Esse ambiente se torna muito mais democrático, possibilitando espaço para que todos possam representar e serem representados (Leão, 2005). A interação social pode ser entendida como a troca entre os indivíduos, onde a reciprocidade é fundamental para que essa interação de fato se realize (Primo, 2008).

Desta forma, idealizar a presença do corpo para se estabelecer uma comunicação social se torna imprudente ou até mesmo irreal. Com as novas tecnologias presentes no cotidiano das pessoas, onde a internet surge como importante meio de intensificação no processo comunicacional, o ambiente virtual traz novas alternativas de interação, onde a importância das expressões corporais dá espaço à representação das emoções. Mas até que ponto este cenário virtual é benéfico para o comportamento do ser humano?

Apesar dos avanços tecnológicos trazerem facilidade e agilidade na informação, a comunicação mediada por aparelhos eletrônicos pode também comprometer o desenvolvimento humano. Enquanto de um lado o ambiente virtual contribui para uma comunicação eficaz, principalmente pela falta de tempo em que o indivíduo vive atualmente, do outro se constrói uma deficiência no contato pessoal, fator de grande importância para se estabelecer a sociabilidade, onde somente a riqueza das expressões corporais, presentes na comunicação face a face, fortalece o processo de interação social entre os seres humanos. (BALDANZA, 2006).

Com este novo cenário, o processo de comunicação passa a ser direcionado por novos dispositivos comunicacionais digitais, onde a acelerada evolução tecnológica, principalmente dos aparelhos móveis, transforma o cotidiano dos indivíduos e torna-os cada vez mais dependentes a essas novas tecnologias.

Diante deste contexto, este artigo busca investigar sobre as inovações tecnológicas destinadas à comunicação e identificar se o uso dos *smartphones* contribui ou atrapalha na interação social dos indivíduos.

O objetivo principal deste estudo é analisar o uso dos aplicativos de comunicação para *smartphones*, especialmente o *WhatsApp*, a fim de identificar quais os resultados decorrentes na interação social, além de avaliar o comportamento humano. A proposta é expor os efeitos que essas inovações digitais refletem nas

peças e, ainda, as consequências que podem ser acarretadas, visto que o uso das tecnologias móveis é um facilitador nos dias atuais, onde o contato pessoal para se estabelecer uma comunicação, enfraqueceu.

Sendo assim, trata-se de um estudo importante, pois avalia os impactos nos indivíduos perante as novas tecnologias de comunicação, essas, que por sua vez, contribuem para uma comunicação rápida e eficaz.

1.1. Comunicação, tecnologia e inovação

A necessidade de se comunicar faz parte da vida do ser humano desde os tempos mais remotos, seja ela desempenhada por grupos culturais, religiosos, políticos ou sociais. A troca de informação, o registro dos acontecimentos e a expressão de ideias e emoções são elementos que contribuíram para a evolução das diversas formas de comunicação existentes nos dias atuais. Com o passar do tempo, o homem foi aprimorando a sua capacidade de se relacionar e foi se adaptando aos novos meios de comunicação, conforme as necessidades foram surgindo, assim, novos elementos de mediação passam a existir, possibilitando esses relacionamentos (OLIVEIRA, 2006).

Por meio desse desenvolvimento social que as novas tecnologias e seus avanços tornam-se cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos. Vive-se na era digital, na qual a internet é o principal fio condutor das novas formas de convivência, pois com ela a comunicação pode ser efetivada por meio do uso do correio eletrônico (e-mail), celulares, chat (bate-papo online), redes sociais, entre outros, além de permitir a educação à distância, e-commerce (empreender e negociar) e a troca de informações em tempo real. Com a ascensão da Internet, que começou a ser disseminada mais amplamente a partir do ano 2000, a utilização das redes de computadores deixa de ser a única fonte de acesso à informação, surgindo novas possibilidades de interação com o uso dos dispositivos móveis, que passa a inovar o processo de comunicação (Primo, 2008).

Assim, unindo a hiperconexão que a internet oferece às tecnologias de mobilidade como os celulares, laptops e as redes wifi, o indivíduo deixa de “estar conectado” e transforma-se num “ser conectado”, trocando uma web estática, que consiste em inúmeras páginas, a uma web dinâmica, na qual a rapidez, a praticidade e as plataformas participativas dão espaço a um ambiente de conversação. (PRIMO, 2013)

A grande inovação desta era digital é a invenção dos *smartphones*, que além de possibilitar um acesso rápido e eficaz à informação, em qualquer momento e local, oferece também uma comunicação instantânea, onde o usuário pode enviar e receber textos, fotos e vídeos, simultaneamente, para uma ou mais pessoas. Essas novas ações, mediadas por este dispositivo móvel, ampliam as alternativas de comunicação e modificam o papel do receptor e emissor, transformando-os em agentes ativos no processo comunicacional atual. (AMORIM, CASTRO, 2010).

Com os avanços desta tecnologia móvel, os aparelhos celulares deixam de ser utilizados apenas para fazer ou receber chamadas e passam a ser objeto de desejo das pessoas. Com os telefones de última geração, as possibilidades de atividades de interação aumentam, mantendo o usuário conectado integralmente para realizar suas tarefas diárias de acordo com suas necessidades, fazendo com que este dispositivo penetre no cotidiano da sociedade, independentemente da faixa etária e classe social. (AMORIM, CASTRO, 2010; PRIMO, 2013; WEIGELT, 2013).

Essas práticas são possíveis devido a criação e a inovação de inúmeros aplicativos comunicacionais que apresentam uma diversidade de funções, facilitando o processo de comunicação entre as pessoas em tempo real. Além disso, esses aplicativos permitem que os usuários se comuniquem individualmente, em grupo, participem de debates, discussões ou até mesmo compartilhem experiências ou acontecimentos. (AMORIM, CASTRO, 2010; WEIGELT, 2013).

Toda essa praticidade que a tecnologia oferece transforma o dia a dia das pessoas, pois, diante deste mundo inovador, o indivíduo necessita integrar o desenvolvimento digital para realizar suas tarefas e acompanhar as mudanças da vida moderna. Apesar dos benefícios que a inovação tecnológica traz, as transformações no comportamento humano também são notáveis. Os costumes começam a girar em torno dessas inovações digitais, impactando o estilo de vida das pessoas (Oliveira, 2006).

1.2. Impactos da tecnologia

Os tempos modernos trazem consigo a frequente necessidade de utilização das novas tecnologias de comunicação, nos diversos campos da sociedade contemporânea. O indivíduo, independente de seu nível cultural, social ou econômico, passa a conviver com os inovadores aparelhos eletrônicos que são colocados a sua disposição, em busca de facilitar suas atividades diárias e contribuir para o acesso à informação e ao conhecimento. No entanto, toda essa evolução tecnológica gera

diversidade e mudanças na sociedade, resultando em inúmeros impactos sociais e afetando o comportamento das pessoas e sua relação, exigindo, assim, uma nova postura do indivíduo diante deste novo ambiente vivenciado. (COSTA, 1995).

O uso ilimitado e frequente dos aparelhos móveis digitais contribui para o isolamento humano, pois permite que todas as tarefas sejam realizadas à distância, sem nenhum contato pessoal, conseqüentemente gera a dependência digital, na qual a pessoa não consegue se imaginar ausente do mundo virtual, sendo imprescindível a utilização da tecnologia para a sua satisfação pessoal, muitas vezes necessitando de tratamento.

Com a influência das tecnologias constantemente na vida das pessoas, as mudanças de hábitos do ser humano tornam-se cada dia mais perceptíveis. As crianças desta nova geração já nascem conectadas a esse meio virtual e, no decorrer de seu desenvolvimento social, a presença das novas tecnologias torna-se comum em seu espaço de convívio. (PUCCI, 2005; LIMA, PINTO, LAIA, 2002).

Um simples encontro com os amigos para um bate-papo descontraído dá lugar a uma conversa virtual pelo celular que pode acontecer a qualquer hora, momento e lugar, com qualquer pessoa, individualmente ou em grupo; as brincadeiras tradicionais de rua como a amarelinha, pega-pega e esconde-esconde, por exemplo, passam a ser substituídas pelos aparelhos eletrônicos que disponibilizam diversas brincadeiras digitais; as máquinas passam a fazer os trabalhos dos indivíduos dispensando a mão de obra física. Todas essas ações passam a transformar o ser humano involuntariamente, que, diante deste mundo desenvolvido e inovador, rende-se ao uso das novas tecnologias digitais, adquirindo novas atitudes, muitas delas positivas e outras negativas (SOUZA, 1995; LIMA, PINTO, LAIA, 2002).

A internet é a principal responsável por essas transformações que, associada à evolução digital e ao desenvolvimento da sociedade, possibilita ao usuário maior agilidade e eficácia na circulação da informação, seja ela profissional ou pessoal. Por outro lado, através de todo esse desenvolvimento, surgem também comportamentos pouco saudáveis, como o isolamento humano, por exemplo, que resulta do uso ilimitado e sem dosagem das novas tecnologias.

Mesmo com diversos impactos, a proposta principal de toda essa inovação digital é acompanhar o desenvolvimento do próprio ser humano, sem ameaçar a sua qualidade de vida e segurança, porém, a acelerada evolução dessas ferramentas comunicacionais, principalmente dos dispositivos móveis, muitas vezes compromete o convívio social e afeta a relação pessoal. Por isso, o homem precisa saber utilizar

com moderação essas tecnologias para que seus efeitos sejam positivos e a interação, mesmo à distância, não interfira no comportamento humano.

2. COMUNICAÇÃO, REDES MÓVEIS E INTERAÇÃO

Os meios de comunicação e seus avanços tecnológicos são elementos que estão cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos. Até alguns anos, o acesso às informações se dava apenas através de jornais impressos, telejornais e programas de rádio em horários específicos, o que não acontece mais nos dias atuais, pois, com a internet e sua praticidade de conexão juntamente com os dispositivos móveis de última geração, as informações podem ser transmitidas e compartilhadas em um curto espaço de tempo. (SILVA, COUTO, 2013). Essa interação dos indivíduos com as tecnologias de comunicação varia de acordo com o perfil de cada um. A faixa etária e o comportamento individual são fatores que muito influenciam na utilização dos dispositivos móveis como aliados na interação social, o que está relacionado à popularização da internet, que de certa forma, acaba favorecendo os métodos comunicacionais e também o comportamento desses indivíduos perante essas tecnologias. (SILVA, COUTO, 2013).

Os mais variados fenômenos sociais, que estão relacionados à internet e as outras formas de comunicação em rede, recebem o nome de Cibercultura. O uso dos celulares e dos dispositivos de comunicação móveis (*smartphones*) está cada dia mais evidente, nessa cultura cibernética e é visto como um facilitador para uma comunicação rápida e interativa. Sendo assim, o uso dos aplicativos de comunicação também tem papel fundamental para que essa comunicação contribua na interação social de todos os envolvidos nesse processo (Manovic, 2005).

A interação mediada pelos *smartphones* não consiste apenas na relação entre os indivíduos e a máquina, pois também amplia as relações interpessoais. Ou seja, os *smartphones* são vistos como facilitadores da comunicação, pois, através dele e de seus mais variados aplicativos de comunicação, os indivíduos conseguem interagir com quantas pessoas quiserem, em tempo real. (SILVA, COUTO, 2013).

Os celulares permitem as mais diversas formas de comunicação e interação através de aplicativos e redes sociais, se mostrando como objetos acessíveis e de grande importância na criação e no fortalecimento dos laços sociais entre todos os envolvidos. Com um *smartphone* com acesso à internet em mãos, as pessoas estão conectadas onde quer que estejam. Desta maneira, a comunicação móvel reforça o

espaço como qualquer local em que os indivíduos escolhem para se comunicar. (WEIGELT, 2013).

A sociedade atual convive com os dispositivos móveis e também com um vasto número de aplicativos de comunicação, que oferece a mobilidade e a interatividade como ferramenta facilitadora. A ampliação dos vínculos sociais trazida pelos *smartphones* pode facilitar o cotidiano dos usuários através do uso de suas mais variadas ferramentas. (ANTERO, NASCIMENTO, 2014).

2.1. Aplicativos, *smartphones* e comunicação

A expansão da internet e conseqüentemente dos dispositivos móveis, com os diversos aplicativos de comunicação, apresentou várias possibilidades de crescimento e de evolução ao acesso às novas tecnologias. A influência dos *smartphones* amplia as relações entre as pessoas e também a relação desses indivíduos com os mais variados dispositivos de comunicação. (SILVA, COUTO, 2013).

Segundo Bauman (2001, p.149) "[...] telefones celulares (inventados para o uso de nômades que têm de estar 'constantemente em contato'), pertencem portáteis ou descartáveis – são os principais objetos culturais da era da instantaneidade".

Dessa forma, entende-se que a portabilidade, a mobilidade e a instantaneidade ampliam essa interação juntamente com o acesso as informações e permitem esta constante troca de informação. A mobilidade está diretamente associada ao fato de cada dia mais os indivíduos sentirem a necessidade de se comunicar de forma rápida, o que acarreta a necessidade de um dispositivo móvel que contemple todas as ferramentas de comunicação disponíveis nos dias atuais. (LEMONS, 2005; SILVA, COUTO, 2013).

Comumente, grande parte dos indivíduos interage com as diversas plataformas que os dispositivos oferecem, ou seja, participam das mais variadas redes sociais, trocam e-mails e mensagens instantâneas nos mais diversos aplicativos e, ainda, produzem e compartilham informações em tempo real, utilizando além de mensagens de texto, também as plataformas de áudio e vídeo, disponíveis em seus *smartphones*. (LEMONS, JOSGRILBERG, 2009; AMORIM, CASTRO, 2010).

Esses dispositivos móveis estão diretamente ligados a interatividade. Essa, que de acordo com o Aurélio, "Diz-se de um suporte de comunicação que favorece uma permuta com o público", ou seja, a interatividade oferecida pelos *smartphones* está totalmente relacionada à constante troca de informações e isso deve-se única e

exclusivamente ao fato dos indivíduos estarem sempre com seus aparelhos em mãos. Sobre isso Bauman (2003), afirma:

Você nunca perde de vista o seu celular. Sua roupa de jogging tem um bolso especial para ele, e você nunca sai com aquele bolso vazio, da mesma forma que não vai correr sem seu tênis. Na verdade, você não iria a nenhum lugar sem o celular ('nenhum lugar' é, afinal, o espaço sem um celular, com um celular fora de área ou sem bateria). Estando com seu celular, você nunca está fora ou longe. Encontra-se sempre dentro – mas jamais trancado em um lugar. Encasulado numa teia de chamadas e mensagens, você está invulnerável. As pessoas ao seu redor não podem rejeitá-lo e, mesmo que tentassem, nada do que realmente importa iria mudar (p.78).

Essa necessidade de manter-se sempre conectado pode afetar diretamente o cotidiano das pessoas. A disseminação da internet, dos celulares, dos *smartphones* e dos aplicativos de comunicação pode modificar tanto positivamente como negativamente na interação social e a dependência dessas tecnologias pode ser algo que predomine de forma positiva ou negativa e nesse último caso, pode ser um fator relevante que mereça atenção por parte do usuário.

2.1.1 O WHATSAPP E A INTERAÇÃO SOCIAL

O objeto de estudo para a produção deste artigo é o aplicativo de mensagens instantânea, *WhatsApp*, visto que o mesmo é um dos aplicativos móveis de comunicação mais utilizado pelos usuários de *smartphones*. Abaixo estão algumas informações referentes a essa ferramenta de comunicação.

O *WhatsApp Messenger* é um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS. É disponibilizado nas mais variadas plataformas (*Android, IOS, Windows Phone, BlackBerry*, entre outras).

O bate-papo é a principal funcionalidade do aplicativo. Nele, os usuários podem manter conversas apenas com uma pessoa ou em grupos. O aplicativo é multimídia, ou seja, aceita que sejam enviadas mensagens de voz, vídeos e até mesmo ligações para os contatos que também possuem o *WhatsApp*.

O funcionamento desta plataforma é bastante objetivo, ou seja, funciona por meio dos números de telefones dos usuários, e a conexão se dá através dos contatos salvos na agenda do próprio *smartphone*.

Para as conversas existem algumas opções, entre elas destacam-se: "Arquivar conversa", "Excluir conversa", "Enviar por email", entre outras. Além disso, existe a possibilidade de "Criar atalho para conversa", essa opção pode ser utilizada para, por exemplo, destacar determinada conversa na tela principal do *smartphone* além de facilitar o acesso a mesma.

Com a finalidade de identificar e comprovar como a interação social dos indivíduos atualmente é afetada pelo uso, principalmente, das tecnologias móveis, como o *WhatsApp* por exemplo, a metodologia utilizada para a elaboração deste artigo é descritiva e baseia-se na pesquisa quantitativa e revisão bibliográfica. Através do público-alvo estudado (pessoas de ambos os sexos, entre 15 e 60 anos, de diversas classes sociais), foi possível analisar os impactos dessas novas tecnologias na interação social.

Assim, foi aplicada uma pesquisa com dez questões de múltipla escolha em busca de levantar dados relacionados ao uso dos aplicativos de comunicação, a fim de identificar o quanto as inovações tecnológicas móveis contribuem ou atrapalham na interação social dos indivíduos.

Através desta análise, nota-se que todas as pessoas possuem ao menos um aparelho móvel, demonstrando que a tecnologia se faz presente efetivamente na vida do ser humano. Dos 140 entrevistados, 41% têm um dispositivo móvel, 34% estão satisfeitos com dois, 21% possuem três e 4% têm mais de quatro aparelhos.

Observa-se, ainda, que o uso do *smartphone*, para se estabelecer uma comunicação, acontece diariamente e a todo o momento pelos usuários, sendo comprovado com 75% das respostas.

Uma das ferramentas de comunicação mais utilizada pelas pessoas é realmente o *smartphone*, principalmente através dos aplicativos, por conta de sua praticidade e eficácia, onde a maioria (56% dos casos), afirma que o uso dessa tecnologia pode contribuir para uma interação social satisfatória quando utilizado com moderação. Dentre os entrevistados, identifica-se que o principal aplicativo utilizado é o *WhatsApp* (91%), pois é por meio dele que os usuários têm a possibilidade de realizar diversas ações instantaneamente e em curto prazo, como compartilhar informações, fotos, vídeos, áudios e até mesmo fazer uma ligação.

Apenas 4% relatam que o uso desse dispositivo afasta os indivíduos. Fica em segundo lugar o uso do SMS, 22%.

Por mais que a tecnologia esteja presente no dia a dia das pessoas constantemente e elas realizem a maioria de suas tarefas, 53% dos usuários priorizam a comunicação pessoal. Em seguida aparece a preferência pela comunicação através do *smartphone*, 35%, e a minoria, 11% das respostas, diz estar satisfeitos com os meios convencionais como o telefone fixo ou carta, por exemplo.

CONCLUSÃO

Avaliar os impactos sociais gerados pelo uso da tecnologia móvel é algo desafiador nos dias atuais. Busca-se a praticidade e a comodidade diante de uma realidade conturbada e exaustiva, onde o tempo é curto e as tarefas se multiplicam. Com isso, na mesma ocasião que os aparelhos *mobile* surgem para satisfazer as necessidades das pessoas, buscando colaborar com seu bem-estar, inúmeras transformações comportamentais do ser humano também são geradas, decorrentes do uso constante dessas novas tecnologias. Mudanças essas que alteram todo o processo de interação social, aparecendo novas formas de comunicação, sendo a mais utilizada os aplicativos para *smartphones*.

Desta maneira, por meio da análise realizada neste artigo, conclui-se que a sociedade contemporânea vive em uma realidade digital, onde estar conectado, principalmente através de um aparelho móvel, é comum e indispensável. Observa-se também que, com a acelerada evolução tecnológica, a tendência é que essa realidade se amplie e transforme ainda mais os hábitos das pessoas, tornando-as cada vez mais dependentes desse dispositivo.

De acordo com a pesquisa aplicada neste estudo, nota-se que dentre os aplicativos de comunicação mais utilizados destaca-se o *WhatsApp*, considerado um dos mais populares entre os adeptos das atuais tecnologias. Um aplicativo de mensagens instantâneas, gratuito e de fácil manuseio, que pode ser um aliado positivo, desde que utilizado com prudência, já que o mesmo facilita a comunicação e o compartilhamento de informações.

Tendo em vista os aspectos apresentados, compreende-se que, apesar das inovações tecnológicas trazerem benefícios à sociedade, facilitando a comunicação entre as pessoas e as tarefas diárias de cada usuário, elas devem ser utilizadas com moderação para que não seja comprometido o convívio entre os indivíduos, visto que

esse contato pessoal também é de grande importância para a interação social e para o desenvolvimento da sociabilidade.

Referências

AMORIM, Paula; CASTRO, Darlene. Mídias digitais: uma nova ambiência para a comunicação móvel. In: I ENCONTRO DE HISTÓRIA DA MÍDIA DA REGIÃO NORTE, Palmas. **Anais...** Palmas: UFBA, 2010. p. 1-11.

ANTERO, Nadjaria; NASCIMENTO, Robéria. **A juventude na era da mobilidade: impactos e apropriação dos smartphones na sociedade contemporânea**, 2014, p. 45-58.

BALDANZA, Renata. A comunicação no ciberespaço: reflexões sobre a relação do corpo na interação e sociabilidade em espaço virtual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Brasília. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2006. CD-ROM.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 107-149.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 55-96.

COSTA, Sely. Impactos sociais das tecnologias de informação. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 19, n. 1, p. 3-22, 1995.

LEMONS, André. Cibercultura e Mobilidade: A Era da Conexão. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO, Salvador. **Anais...** Salvador: UERJ, 2005. p. 1-16.

LEMONS, André; JOSGRILBERG, Fabio. **Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil**. Salvador, 2009.

LEÃO, Lúcia. **O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias**. 1ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2005. p. 37-50.

LIMA, Gercina; PINTO, Líliam; LAIA, Marconi. Tecnologia da informação: Impactos na sociedade. Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2002. p.75-78.

MANOVICH, Lev. **O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias**. LEÃO, Lúcia (org). 1ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2005. p. 25-30.

OLIVEIRA, Carla. **Tecnologia da Informação e Comunicação**, 2006. Disponível em

<http://imasters.com.br/artigo/4412/tecnologia/tecnologia_da_informacao_e_comunicacao/>. Acesso em: 25 maio. 2015.

PUCCI, Bruno. Tecnologia, crise do indivíduo e formação. Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: UNIMEP, 2005. P.1-14.

PRIMO, Alex. **Comunicação e interações**. 1ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 13-244.

PRIMO, Alex. **Interações em rede**. 1ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 33-108.

SILVA, Ana Elisa; COUTO, Edvaldo. Tecnologias móveis: interações mediadas pelo *smartphone*. In: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO E 1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO COM TECNOLOGIAS, Recife. **Anais Eletrônicos** Recife: UFPE/NEHTE/CCTE, 2013. p. 1-15.

TOMAÉL, Maria; ALCARÁ, Adriana; CHIARA, Ivone. **Das redes sociais à inovação**. Londrina, 2005. p. 93-100.

WEIGELT, Diego. Os jovens e o celular: o poder da comunicação móvel. In: XIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, S. Cruz do Sul. **Anais...**S. Cruz do Sul, 2013. p. 1-11.

AVALIAÇÃO DE CÓRREGOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE SOROCABA: PROPOSTAS DE RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO

Ana Maria Pereira de Lima (Universidade de Sorocaba); anaa_lima@hotmail.com *
Raphael Henrique da Silva Silveira (Universidade de Sorocaba);
raphael_engambiental@hotmail.com*

Welber Senteio Smith (Laboratório de Ecologia Estrutural e Funcional, Universidade Paulista- UNIP, campus Sorocaba, Programa de Mestrado e Processos Tecnológicos e Ambientais, Universidade de Sorocaba); welber_smith@uol.com.br.

Resumo: Esse trabalho teve como objetivo a avaliação ambiental de quatro córregos urbanos do município de Sorocaba, a fim de elaborar diagnósticos, propostas de recuperação e restauração. Esta avaliação foi realizada por meios de análises físicas, químicas e biológicas da água, além de uma ampla caracterização dos habitats, das intervenções existentes nos cursos d' água, a caracterização das áreas de preservação permanente (APP) e fragmentos de vegetação. Através de mapas elaborados com o uso do geoprocessamento e pela topografia, delimitou-se a bacia hidrográfica de cada córrego estudado. O desafio do trabalho foi criar um paralelo entre avaliar a eficácia de um projeto de recuperação de um curso d' água em área urbanizada e propor planejamento de ações para a preservação destes. Com as análises da água e macroscópica detectou que os córregos estão nas condições ruins e precisam de monitoramento, o córrego Barcelona encontra-se razoável porque seu curso encontra-se no Parque dos Espanhóis. O córrego Barcelona, tem que ser revisto a questão do lançamento de esgoto no curso da água devido ao alto valor de coliformes termotolerantes constatado nas análises e presença de oleosidade da água, sendo acarretado pela intervenção das residências do entorno, no córrego Itavuvu, é o mais impactado dos quatros observado, onde os parâmetros analisados estão acima do valor estabelecido, tendo como proposta a fiscalização e contenção do lançamento de efluentes residuais, no córrego LavaPés, verificou a necessidade de recuperar o seu leito natural, desocupar as várzeas, controlar as cheias e utilizar interceptores para a contenção de efluentes, no córrego Itanguaraguataú, deve se restaurar seu leito, conservando os trechos que não foram modificados e conservar a área de preservação permanente. Assim a restauração dos córregos deve incluir a recuperação da mata – ciliar, reconfigurar o canal fluvial e buscar a melhoria da qualidade da água através da remoção das fontes de poluição orgânica, trazendo

resultado positivo para o município e envolvendo resgate de áreas degradadas, no qual impulsionam o processo de valorização e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: degradação, urbanização, recuperação, avaliação, intervenção.

Abstract: This study aimed to evaluate environmental four urban streams in the city of Sorocaba, in order to develop diagnostics, recovery and restoration proposals . This evaluation was performed by means of analyzes of physical, chemical and biological characteristics of water , plus a wide characterization of habitats , existing interventions in water courses , the characterization of permanent preservation areas (APP) and vegetation fragments . Through thematic maps using the GIS and the topography was delimited the watershed of each stream studied . The challenge of the work was to create a parallel between evaluating the effectiveness of a project to restore a course ` d water urbanized area and propose planning for the preservation of these . With the analysis of water and macroscopic detected that the streams are in poor condition and need monitoring , stream Barcelona is reasonable because its course is in the Park of the Spaniards . Stream Barcelona , has to be reviewed the issue of release of sewage into watercourses due to the high value of fecal coliform found in the analyzes and the presence of oily water , being called out by the intervention of the surrounding houses , the stream Itavuvu , is the most impacted of the four observed , where the parameters analyzed are above the set value , with the proposed surveillance and containment of wastewater effluent discharge , the stream Lavapes , noted the need to regain its natural bed , vacate the floodplains , flood control and use interceptors to contain effluent stream in Itanguaraguataú , should restore his bed , keeping the parts that have not been modified and retain permanent preservation area . Thus the restoration of streams should include the recovery of the forest - ciliary reconfigure the river channel and seek to improve water quality by removing sources of organic pollution , bringing positive result for the city and involving rescue of degraded areas in which drive the process of recovery and consequently improving the quality of life.

Keywords: degradation, urbanization, recovery, evaluation, intervention.

INTRODUÇÃO

Principalmente nas últimas décadas, devido ao crescimento acelerado da população e da urbanização, os ecossistemas aquáticos vêm sendo profundamente alterados em função de diversos impactos ambientais, tais como: retificação e desvio do curso natural, lançamento de efluentes domésticos e industriais não tratados, desmatamento, mineração, eutrofização artificial, introdução de espécies exóticas entre outros (Goulart & Callisto, 2003; Pinto *et al.*, 2004). Estes impactos têm alterado a quantidade e a qualidade da água ocasionando, ainda, perda da biodiversidade aquática - em função da desestruturação do ambiente - e alteração nas cadeias alimentares existentes (Barrella *et al.*, 2000).

As cabeceiras dos rios são formadas por riachos que nascem em serras e montanhas e, juntando-se com outros riachos, aumentam seu volume e vazão, formando os córregos que dão origem aos primeiros rios que vão constituir as bacias hidrográficas. (Beaumont, 1975; Barila, 1981; Welcomme, 1985).

O córrego é caracterizado pela morfologia, sedimentos e comunidade biótica, que reflete os cenários naturais e humanos atuantes na bacia hidrográficas (Araújo, 2005). Além disso, as obras e modificações efetuadas diretamente nos canais, realizadas com mais frequência nas últimas décadas, têm acentuado as mudanças nos processos fluviais, em especial nas áreas urbanas (Araújo, 2005).

A canalização de rios e córregos em centros urbanos, baseia-se no princípio de escoar as águas pluviais o mais rápido possível, com o intuito de evitar enchentes. Entretanto, os atuais níveis de impermeabilização nas cidades aumentam os picos de cheias, causando inundações (Porto, 2000). Além disso, o lançamento de poluentes in natura, é outro problema provocado pela urbanização.

Esta abordagem alternativa propõe a análise integrada das relações entre os ecossistemas naturais, o sistema urbano e a sociedade, propondo a recuperação dos cursos d'água através da despoluição, evitando as canalizações e criando áreas de lazer (Pompêo, 2000).

Nesta nova conjuntura, uma importante concepção é o desenvolvimento de parques e áreas de proteção/conservação com políticas urbano-ambientais, coordenando o uso sustentável do ambiente urbano (Torres, 2002).

Para os córregos, além da recuperação da qualidade de suas águas e de suas funções ecológicas, é importante ressaltar que sua remodelação desencadeia processos de redesenho dos espaços que os envolvem (Schawartz-Rodrian, 1996). Estas terminam por conformar uma nova paisagem, com dimensões muito maiores que as dos seus leitos e de suas margens. A interligação destes espaços ao longo dos

córregos e do rio deverá completar a rede de corredores verdes e de água de dimensões regionais, o que concorrerá para a mudança da paisagem regional (Pimentel A., 2003).

A Ecological Restoration Society define restauração como o processo de alteração intencional de um local para sua forma natural através de processos e intervenções que levem a re-estabilizar a relação de sustentabilidade e saúde entre o natural e o cultural (Riley, 1998). A meta é simular a estrutura, função, diversidade e dinâmica de um ecossistema específico, de acordo com suas características históricas (Riley, 1998; Wade et al., 1998; Benhardt & Palmer, 2007).

No Brasil, o movimento pela revitalização de rios e córregos urbanos inicia-se lentamente, mas vem-se disseminando por diversas cidades, em iniciativas difusas e distintas, dentro do contexto da criação de infraestrutura azul e verde no meio urbano (Frischenbrude & Pellegrino, 2006; Tângari et al., 2007).

No município de Sorocaba nos últimos 16 anos houve intenso investimento em saneamento dos córregos e também investimentos em paisagismo, obras de contenção de enchentes e equipamentos para atrair a população para o seu convívio como ciclovia e pista de caminhada. (Smith & Petrere, 2000).

Os projetos de restauração de córregos constituem-se importantes instrumentos a serem utilizados no resgate do valor ecológico paisagístico e na manutenção e ampliação das possibilidades de uso dos rios e córregos pela sociedade (Binder, 1994), trazendo pontos positivos para o município e envolvendo o resgate de áreas degradadas e abandonadas, no qual impulsionam o processo de valorização das áreas e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida, dos cursos hídricos e das baixada inundáveis (Binder, 1994).

O objetivo desse trabalho foi avaliar as condições de quatro córregos no município de Sorocaba, e através das informações levantadas, apresentar propostas de recuperação e restauração para os córregos estudados, afim de subsidiar o poder público na adoção de tais ações.

ÁREA DE ESTUDO

O projeto foi realizado no município de Sorocaba, localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo, a 96 km de distância da capital, o qual é marcado por uma densa e perene malha hídrica composta de 2.881 nascentes, sendo 1.921 localizadas em áreas urbanas e 960 em áreas rurais.

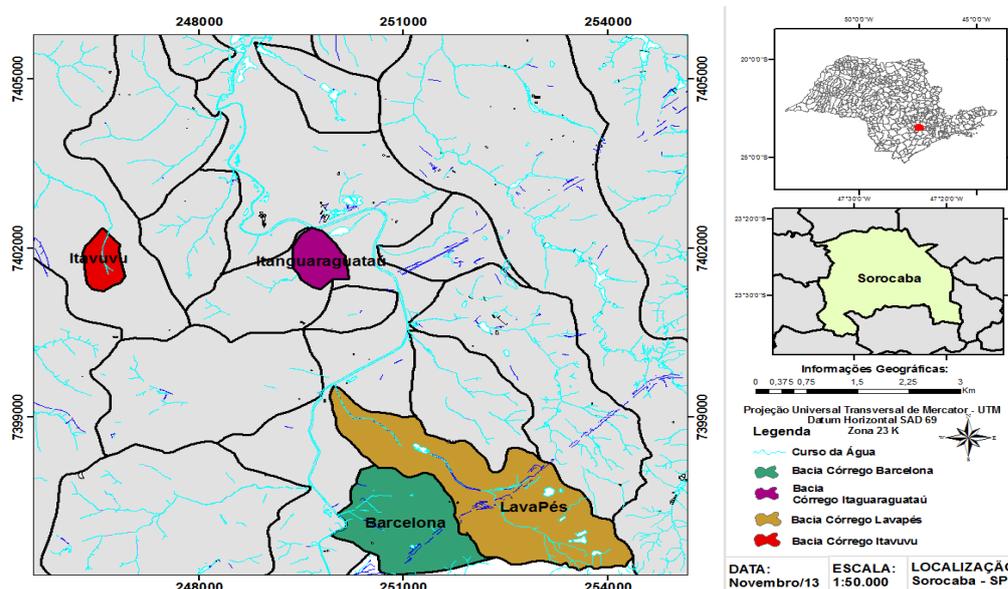


Figura 33 - Área de Localização dos Córregos no Município de Sorocaba

MATERIAL E

MÉTODOS

Foram selecionados quatro córregos para realização do trabalho, sendo LavaPés, Itanguaraguataú, Barcelona e Itavuvu. Tal seleção baseou-se no fato de encontrarem-se degradados pelas atividades antrópicas desenvolvidas na sua bacia de drenagem, conforme aponta a bibliografia consultada.

O geoprocessamento foi ferramenta primordial nos procedimentos metodológicos adotados, permitindo a interpolação e sobreposição de dados levantados, como fotos aéreas, mapas retirados do INPE para delimitação da bacia hidrográfica, área de preservação permanente e fragmentos de vegetação. Após essa delimitação, foram escolhidos os pontos de amostragem de água, visando sua análise laboratorial, além de um levantamento dos principais conflitos, impactos ambientais e intervenções existentes nos córregos estudados.

A segunda etapa envolveu uma avaliação ambiental das áreas, através do levantamento de suas características físicas e bióticas, comparações das análises coletadas com os padrões estabelecidos na Resolução CONAMA 357/2005, com destaque para os parâmetros de oxigênio dissolvido, condutividade, sólidos totais dissolvidos, coliformes fecais (termos, tolerantes) e coliformes totais, turbidez, pH, velocidade da correnteza dos córregos, sendo estabelecidos como indicadores para qualidade da água no âmbito do presente estudo.

A avaliação dos impactos ambientais dos córregos estudados foi adaptada a partir da interpretação do Índice de Impacto Ambiental em Nascentes (IIAN), apresentado por Gomes et al. (2005a). A análise dos parâmetro macroscópicos de impacto ambiental baseou-se metodologia da Classificação do Grau de Impacto de Nascente do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos de Portugal (2004) e no Guia de Avaliação da Qualidade das Águas da Rede de Águas (2004), adaptadas por Gomes et al.(2005) (Tabelas 1 e 2)

Tabela 14- Metodologia de qualificação dos parâmetros macroscópicos.

Parâmetros Macroscópicos	Alto (1)	Médio (2)	Baixo (3)
Cor da Água	Escura	Clara	Transparente
Odor da Água	Cheira Forte	Cheiro Fraco	Sem cheiro
Lixo ao Redor	Muito	Pouco	Sem lixo
Materiais Flutuantes	Muito	Pouco	Sem materiais flutuantes
Espumas	Muita	Pouca	Sem espuma
Óleos	Muito	Pouco	Sem óleos
Esgoto	Esgoto Doméstico	Fluxo Superficial	Sem esgotos
Vegetação	Alta degradação	Baixa degradação	Preservada
Presença de animais	Presença	Apenas Marcas	Não detectado
Canalização	Muito	Pouco	Não detectado
Proteção do Local	Sem Proteção	Com proteção (mas com acesso)	Com proteção (sem acesso)
Proximidade com residência ou estabelecimento	Menos de 50 metros	Entre 50 metros a 100 metros	Mais de 100 metros
Assoreamento	Muito	Pouco	Sem assoreamento

Tabela 15 - Classificação de grau de Impacto Ambiental.

Classe	Grau de Proteção	Pontuação Final *
A	Ótima	Entre 37 a 39 pontos
B	Boa	Entre 34 a 36 pontos
C	Razoável	Entre 31 a 33 pontos
D	Ruim	Entre 28 a 30 pontos
E	Péssimo	Abaixo de 28 pontos

*Notas para os 13 parâmetros (através da somatória dos pontos obtidos na qualificação da análise macroscópicas)

A adaptação do Índice foi realizada de forma a atender à necessidade do presente trabalho e teve como objetivo analisar o grau de preservação dos córregos urbanos do município de Sorocaba, sem, entretanto, alterar sua estrutura original.

A metodologia de Gomes et al. (2005) consiste na avaliação de treze parâmetros que foram qualificados de acordo com a tabela 2 e atribuído um valor a cada parâmetro, variando de 1 a 3 apresentado na Tabela 1, o qual representa baixo, médio e alto grau de impacto em cada córrego estudado. Posteriormente, realiza-se uma somatória desses valores podendo alcançar um dado máximo de 33 - quanto os parâmetros são considerados de baixo impacto, e o mínimo de 11 são considerados de alto impacto. Estes dados foram utilizados para a elaboração da proposta que tem como objetivo a restauração

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os níveis de oxigênio dissolvido também indicam a capacidade de um corpo d'água natural em manter a vida aquática (CETESB, 2012), podendo variar conforme a temperatura, volume da água e atividades biológicas. Os teores de oxigênio dissolvido (OD) obtidos variaram entre 5,4 mg.L⁻¹(ppm) no córrego Itanguaraguataú e 8,3 mg.L⁻¹(ppm) no córrego Itavuvu, estando dessa maneira em conformidade com o limite estabelecido pela Resolução CONAMA 357/05 que deve ser maior ou igual a 5mg/l, para corpos de água classe 2 . Neste caso, possivelmente os elevados teores de OD ocorreram devido à atividade fotossintética proporcionada pela presença das macrofitas ao longo de alguns trechos de menor velocidade de escoamento, e pela rereação natural proporcionada pela movimentação da água que oxigenou o córrego. Já os menores valores obtidos se devem a presença de poluição orgânica, proveniente dos esgoto in natura despejados clandestinamente nos córregos LavaPés, Barcelona, Itanguaraguataú e Itavuvu.

Tabela 16 - Valores dos Parâmetros analisados para cada córrego estudado

Córregos	Barcelona	Itanguaraguataú	LavaPés	Itavuvu	Resolução CONAMA
Oxigênio Dissolvido (mg/L O ₂)	7.1	5.4	7.6	8.3	≤ 5 mg/L
Coliformes Termotolerantes (NMP/100ml)	4.600	110.000	490.000	490.000	1000 (NMP/ 100ml)
pH	7.3	6.8	7.5	7.2	

Demanda Química de Oxigênio (mg/L O ₂)	56	< 8.0	72	144	150 mg/L
Demanda Bioquímica de Oxigênio (mg/L O ₂)	26	6.6	17.2	70.0	>5 mg/L
Turbidez (NTU)	8	15	14	281	100 UNT
Sólidos Totais Dissolvidos (mg. L ⁻¹)	77	136	202	682	500 mg/L ⁻¹
Cor (uPtCo)	80	23	115	2.243	

As análises de DBO dos córregos demonstraram valores entre 6,6 mg/L e 70 mg/L, portanto superiores ao limite estabelecido para as águas classes 2 ou 3. Isso é provocado por despejo de origem predominantemente orgânica, que consome o oxigênio da água em sua degradação, provocando sérias conseqüências aos peixes e invertebrados aquáticos. (Smith & Petrere, 2000;)

Os dados obtidos para os Sólidos Totais Dissolvidos (STD) variaram entre 77 mg/L e 682 mg/L, permanecendo dentro do limite máximo permissível de 500mg/L para as classes 1, 2 e 3 nos córregos Barcelona, Itanguaraguataú e Lavapés. O córrego Itavuvu apresentou valor de 682 mg/l, que está acima do limite máximo permitido, resultado do aumento da quantidade de partículas dissolvidas como areia, cascalho, etc, devido ao arraste ocasionado pela chuva durante o período da coleta, o qual pode causar erosão no local.

Os valores de condutividade elétrica foram elevados, tendo os valores variando entre 119uS.cm⁻¹ e 473uS.cm⁻¹ situados todos acima do padrão estabelecido pela Resolução CONAMA 357/05, sendo 110uS.cm⁻¹. Isto pode ser decorrente da presença de efluentes residenciais que compõem-se de sabão, detergente, resto de alimentos, águas de lavagem e águas pluviais urbanas. Esses resultados indicam ambientes impactados, devido às fontes de poluição difusa e lançamento de esgoto clandestino presentes no ambiente, sendo um parâmetro muito sensível ao lançamento de efluentes, o qual facilita avaliar a qualidade do corpo hídrico, pois é uma medida indireta da concentração de poluentes. (Porto 2005)

Os valores de pH obtidos apresentaram valores entre 6,8 e 7,5, demonstrando que as águas dos córregos estudados estão entre levemente ácida e alcalina, estando em conformidade com os padrões de águas naturais que oscilam entre 6,5 e 8,5, valores que

são compatíveis aos organismos. Valores acima ou abaixo destes limites, entre 4 e 10, são prejudiciais ou letais para a maioria dos organismos aquáticos, mais especialmente para os peixes, indicando contaminação por efluentes industriais ou ocorrência de vazamentos de produtos químicos.

As análises de turbidez do córrego Itavuvú apresentou valor de 281 UTN, estando acima do limite de 100 UNT estabelecido como referência para a classe 2, associados a erosão dos solos, pois a coleta foi realizada em época de chuvas, as água pluviais trazem uma quantidade significativa de material sólido para os corpos d'água, assim como o lançamento de esgotos e de efluentes industriais. Porém, os restantes dos córregos estudados apresentaram valores abaixo de 20 UTN, e neste caso dentro das especificações para a Classe 2 de 100 UTN e Classe 1 de 40 UTN na legislação ambiental brasileira.

Analisando os coliformes termotolerantes foram levantados valores para os quatro córregos superiores ao limite estabelecido na Classe 2 pela Resolução CONAMA de 1000 NMP/100ml, assim indicando presença de microrganismos patogênicos e despejo de esgoto doméstico

MEIO FÍSICO

Os córregos apresentaram-se alterados quanto à suas características físicas naturais tais como de ambientes aquáticos. A tabela 4 ilustra a situação dos córregos estudados.

Tabela 17 - Avaliação dos Meio Físico

Córregos	Barcelona	Itanguaraguata	LavaPés	Itavuvu
Substrato Dominante	Pedregoso	Arenoso	Cimento	Pedregoso
Largura (m)	3	3	1	5
Profundidade (m)	0,5	1	4	3
Correnteza	Parada	Parada	Moderada	Moderada
Sombreamento	0 – 30%	0 – 30%	0 – 30%	30 – 70%
Tempo	Ensolarado	Ensolarado	Ensolarado	Chuvoso
Vegetação Ripária	Gramíneas	Gramíneas/Árvore s	Arbusto/Árvore s	Gramíneas/Árvore s

O córrego LavaPés constitui de árvores e arbustos no final do seu leito, porém canalizado e concretado. O Barcelona localiza-se no Parque dos Espanhóis, tendo gramíneas ao longo do curso, onde seu tipo de fundo é pedregoso e fluxo de água estático. Itanguaraguataú possui gramíneas na área de preservação com poucas árvores ao redor, fundo arenoso, macrófita em sua superfície e um fluxo lentic. O córrego Itavuvu, possui correnteza moderada, substrato pedregoso e área de preservação composta por gramíneas e árvores.

ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES

A remoção da mata ciliar existente ao longo de cursos d' água pode ser considerada uma das principais causas de instabilidade das margens do canal, levando à ocorrência de processos erosivos e conseqüentemente concentração de sedimentos.

A tabela 5 mostra as principais intervenções levantadas nos córregos estudados. Nos quatro pontos avaliados, nota-se assoreamento nos leitos, lançamento de efluentes doméstico e canalização, principalmente no córrego LavaPés. No Barcelona localizado no Parque dos Espanhóis foi construído uma bacia de contenção para evitar as enchentes próximas às moradias e pista de caminhada, criando uma visão paisagística. A população próximas aos córregos Itavuvu e Itanguaraguataú despejam entulhos na área de preservação atingindo as águas dos córregos.

A fase de proposição de alternativas de intervenção em cursos de água inicia-se assim que os objetivos a serem alcançados estiverem claramente definidos. Nesta etapa, as possíveis propostas devem ser cuidadosamente estudadas e comparadas, levando-se em consideração os seguintes aspectos. (Wade et al, 1998 A)

Tabela 18 - Analise das intervenções encontrada nos 4 córregos

Intervenções	Barcelo na	Itavuvu	Itanguaragu ataú	LavaPés
Ciclovía	0	1	1	0
Pista de Caminhada	1	1	0	0
Paisagismo	1	0	0	0
Recuperação de APP	0	0	0	0
Bacia de Contenção	1	0	0	1
Erosão	1	1	1	1
Canalização	1	1	1	1
Entulho	0	1	1	0

Ratificação	1	1	1	1
Lançamento de Efluentes	1	1	1	1

AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA)

Ao analisar cada córrego e utilizar a quantificação da Análise dos Parâmetros Macroscópicos, classificando assim quanto ao grau de preservação e a classe que cada curso d'água está enquadrado (como mostra a tabela 6).

Atribuindo esses valores, os córregos encontram-se nas classes D e E, ou seja, ruim e péssimo respectivamente, o Barcelona enquadra-se na classe C considerado razoável de acordo com as análises.

As características macroscópicas mostradas acima demonstram o quanto cada córrego foram alterados na medida em que sofriam alterações antrópicas, por exemplo, a água turva apresentada nos córregos Itanguaraguataú e Itavuvu, devido as partículas de argila, silte, algas, mricroorganismo e pela decomposição da matéria orgânica. O córrego LavaPés possui odor aparentemente forte, sendo assim, a proximidade com rede de esgoto. Espumas ao longo do trecho são apontadas como despejo de detergentes, ou seja, despejo de efluentes domésticos. A vegetação ciliar apresentou preservada somente no Barcelona, devido a sua localização em um parque municipal.

As porcentagens nos mostram que a falta de proteção das áreas e a proximidade com residências são os principais parâmetros para intensificar os impactos ambientais, por meio dessa estatística devem –se buscar maneiras para sua recuperação ou restauração.

Tabela 19 - Quantificação das análises dos parâmetros macroscópicos dos córregos estudados

Córregos	Barcelona	Itanguaraguataú	LavaPés	Itavuvu	% de presença*
Cor da água	2	1	3	1	75
Odor da água	2	1	3	1	75
Lixo ao redor	3	1	2	1	75
Materiais Flutuantes	2	1	2	2	100
Espumas	3	3	2	2	25
Óleos	2	3	2	2	75
Esgoto	1	1	1	1	100
Vegetação	3	1	1	1	25**
Presença de animais	2	2	2	3	75

Canalização	2	1	1	1	75
Proteção	1	1	1	1	0***
Proximidade com Residência ou estabelecimento	1	1	1	2	100
Assoreamento	2	1	2	2	100
Total	26	18	23	20	-
Classificação	C	E	D	E	-

*Porcentagem de presença dos parâmetros analisados no total de córregos estudados

**Vegetação Preservadas (não há consideração de impacto ambiental quanto à vegetação)

***Presença em áreas que visam a preservação (parque, escola, universidade)

Fonte: Adaptada da Classificação do grau de impacto de nascentes (2004)

PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Após as análises e avaliação das intervenções, foram propostas ações de restauração e recuperação para cada córrego conforme suas características e impactos (Tabela 7).

Caracterizado o potencial de regeneração natural de uma área pode-se acelerar este processo através de processos de recuperação. Pode ser entendido como um termo abrangente dos processos de melhoria de um ecossistema ou de uma área. Carpanezzi (1998) define o processo de restauração de um ecossistema como a volta à sua condição original de função e estrutura, e reabilitação como a restauração parcial do ecossistema, em algumas características alteradas (função).

No córrego Barcelona, deve ser revisto a questão do lançamento de esgoto doméstico no curso d'água, devido ao alto valor de coliformes termotolerantes constatados nas análises e a presença de oleosidade na água, sendo acarretado pela intervenção das residências no entorno. Além disso, deve se controlar os focos erosivos e eliminar os trechos assoreados, através da revegetação das margens do córrego e retirada dos sedimentos transportados.

No córrego Itanguaraguataú tem como medida de ação, a recuperação da mata ciliar com objetivo da preservação e conservação da área de preservação permanente (APP), restaurar as margens ocupadas e os trechos em que o leito natural do curso d'água foi canalizado, além de conservar os trechos que não foram modificados e realizar a retirada dos resíduos acumulado no local e no próprio córrego, assim podendo desenvolver ações envolvendo educação ambiental com os moradores do entorno.

Através da caracterização e avaliação, verificou-se a necessidade de recuperação do leito natural do córrego Lava Pés em toda sua extensão, devido ao processo de canalização e desvio do curso d'água com o intuito de controlar enchentes no local. Em alguns trechos, é de extrema importância realizar o controle dos processos erosivos por meio da recuperação de suas margens, através de plantios e retirada dos sedimentos nos pontos assoreados pela água pluvial. Porém, em todo percurso é necessário a recuperação da área de preservação permanente (APP), o qual foi modificado pelo crescimento urbano do local, desocupação das várzeas, controle das cheias e utilizar interceptores para a contenção de efluentes.

O córrego Itavuvu, entre os 4 córregos, foi considerado como o curso d'água mais impactado, devido a maioria dos parâmetros analisados estar acima dos valores estabelecidos pela Resolução CONAMA 357/05, tendo como proposta a fiscalização e contenção do lançamento de efluentes residenciais, o qual foi constatado através da condutividade, DBO e coliformes termotolerantes. Devido a presença de assoreamento, deve se realizar a retirada desses sedimentos, conter os processos erosivos ao longo do trecho, restaurar a mata ciliar e seu leito canalizado.

Tabela 20 - Proposta de Restauração e Proposta de Recuperação nos quatros córregos analisada

Córregos	Proposta de Recuperação	Proposta de Restauração
Barcelona	Verificação do esgoto doméstico; recuperação do solo	Restaurar a Mata – Ciliar; retornar o leito original
Itanguaraguataú	Retirar o lixo doméstico acumulado no local com ação de educação ambiental, instalar eco pontos para depósito de resíduos de construção	Restauração a Mata – Ciliar e retornar o leito original
LavaPés	Recuperação do solo; retirar os sedimentos do curso d'água	Restaurar o seu leito natural; restaurar a Mata – Ciliar
Itavuvu	Retirar o lixo doméstico acumulado no local com ação de educação ambiental, instalar eco pontos para depósito de resíduos de construção	Restauração a Mata – Ciliar e retornar o leito original

CONCLUSÃO

Através dos dados apresentados, podemos concluir que é evidente a necessidade de serem adotadas medidas de restauração e recuperação nos quatro córregos estudados, visando à redução de impactos e sensibilização da população do município de Sorocaba.

Atualmente, cada córrego está em condições precárias, sendo clara a falta de sensibilização dos moradores com o despejo de resíduos domésticos construção e efluentes residuais na água, e esse trabalho tem como objetivo conscientizar e buscar a melhoria da qualidade dos córregos.

As margens apresentaram a falta de vegetação ciliar, resultando em assoreamento do solo e o distúrbio com a ratificação e canalização. Dessa maneira, esse trabalho determina medidas mitigadoras de restauração auxiliarão na qualidade da água e de seus habitats.

A restauração e recuperação dos córregos geram resultados positivos, caso haja um monitoramento e acompanhamento do projeto em longo prazo, sendo realizados adequações do mesmo, conforme as necessidades diagnosticadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARILA, T. Y.; WILLIAMS, R. D.; STAUFFER JUNIOR, J. R. The influence of stream order and selected stream bed parameters on fish diversity in Raystown Branch, Susquehanna river Drainage, Pennsylvania. **The Journal of Applied Ecology**, Londres, v. 18, n. 1, p. 125-131, 1981.

BINDER, W., e Wagner, J., 1994: Rückbau von Fließgewässern. In Umweltschutz-Grundlagen und Praxis, Schutz der Binnengewässer, volume 5, editores Buchwald, K. und Engelhardt, W., Economica Verlag, Bonn, Alemanha.

BOOTH, D.B., Karr, J.R., Schauman, S., Konrad, C.P., Morley, S.A., Larson, M.G. & Burges, S.J. (2004). Reviving urban streams: land use, hidrology, biology and human behavior. *Journal of The American Water Resources Association* 40(5):1351-1364.

CETESB (2005) - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental -Relatório de Qualidade das Água Interiores do Estado de São Paulo - 2005. Disponível em www.cetesb.sp.gov.br/. Acesso em 15/04/2013.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio-Ambiente (2005). Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. In: Diário Oficial da União. Brasília, DF.

- COSTA, H.S.M. & Monte-Mór, R.L.M. (2002). Urbanization and Environmet: trends and patterns in contemporary Brazil. In: Hogan, D., Berquó, E. & Costa, H. (orgs.) Population and environment in Brazil: Rio + 10 (pp. 127-146). Campinas, SP: CNPD, ABEP & NEPO.
- FONTES, L.E.F.; Ribeiro, G.A.; Fernandes, R.B.A. 2003. Ação Ambiental: impactos ambientais. Editora Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 34.
- GOMES, P. M.; MELO, C.; VALE, V. S. Avaliação dos impactos ambientais em nascentes na cidade de Uberlândia-MG: análise macroscópica. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 17 (32). Jun. 2005. p. 103-120.
- HOBBSAWN, E.J. (1991). A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra. 366p.
- JOHNSON, B. L.; RICHARDSON, W. B.; NAIMO, T. J. (1995). Past, present and future concepts in large river ecology. *BioScience* v. 45 (3), p.134-41.
- KARR, J. R.; FAUSCH, K. D.; ANGERMEIER, P. L.; YANT, P. R.; SCHLOSSER, I. J. Assessing biological integrity in running waters: a method and its rationale. Champaign: Illinois Natural History Survey, 1986. (Special Publication no. 5).
- MATTA-MACHADO, A.T.G. (2007). A relação de cursos d'água em leito natural em ambiente urbano com mortalidade infantil e hospitalização por diarreia em crianças abaixo de cinco anos em Belo Horizonte, Brasil. Tese (doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Medicina, UFMG, Belo Horizonte, MG. 54f.
- MIERZWA, J.C.; Hespanhol, I. Água na indústria - Uso racional e reúso . Oficina de Textos. São Paulo, 2005. 144 p.
- NIEZGODA, S.L. & JOHNSON, P.A. (2005). Improving the urban stream restoration effort: identifying critical form and processes relationships. *Environmental Management* 35(5):579-592.
- PALMER, M., Allan, J.D., Meyer, J. & Bernhardt, E.S. (2007). River restoration in the Twenty-First Century: data and experiential knowledge to inform future efforts. *Restoration Ecology* 15(3):472-481.
- POMPÊO A.C. (2000). Drenagem urbana sustentável. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos* 5(1):15-23.
- PORTO, R.L., ZAHED FILHO, K., TUCCI, C.E.M. & BIDONE, F. (2000). Drenagem urbana. In: Tucci, C.E.M. (org.) *Hidrologia: ciência e aplicação* (pp. 805-848). Porto Alegre, RS: Ed. Universidade UFRGS & ABRH. 2ª ed.
- SHELDON, A. L. (1968). Species Diversity and Longitudinal Succession in Stream Fishes. *Ecology*, v.49, p.193-98.
- TÂNGARI, et al. *Águas Urbanas: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado*. Rio de Janeiro: Universidade federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2007.

TORRES, H. (2002). Migration and the environment: a view from Brazilian metropolitan areas. In: Hogan, D., Berquó, E. & Costa, H. (orgs.) Population and environment in Brazil: Rio + 10 (pp. 147-166). Campinas, SP: CNPD, ABEP & NEPO.

TUNDISI, J. G. (1993). *Represas do Paraná superior: Limnologia e bases científicas para o gerenciamento*. In Boltovskoy, A. & H.L. Lopez (eds.) Conferencias de Limnologia, La Plata, Argentina: p.41-52.

.

CULINÁRIA AFRICANA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA COZINHA BRASILEIRA

Mariana de Castro Pareja Galves; mariana.cgalves@sp.senac.br

Resumo: O objetivo desse trabalho é relatar a contribuição culinária dos africanos para a formação da cozinha brasileira. Descrever o processo histórico acompanhando a evolução da humanidade e a importância alimentar, desde a pré-história, passando pela história antiga, medieval, as grandes navegações e através das expansões marítimas a vinda dos portugueses em terra brasilis e a chegada do povo africano. Durante o período da escravidão os africanos que vieram para o Brasil revolucionaram os sabores dos pratos que aqui já existiam e recriaram outros tantos a partir da sua cultura e do seu conhecimento prévio. De lá vieram o coco, o azeite de dendê, outros tipos de pimenta, o quiabo entre tantos ingredientes que tornam característicos esses preparos. E, após a abolição da escravidão, os saberes culinários reafirmam a função social do alimento, através dele houve a oportunidade de sobrevivência para as antigas escravas, as mulheres viúvas e a camada mais pobre da sociedade, dentro de um Brasil Império com contrastes sociais imensos que mais uma vez faz com muita criatividade através da figura da quituteira e a vendedora dos tabuleiros a oportunidade que lhes garantem trabalho e sobrevivência neste período, e, ainda nos dias atuais em algumas regiões do país tal atividade. Construir a identidade gastronômica brasileira não foi tão fácil, recriar a pátria das panelas em um contexto de trabalho árduo e sem liberdade exigiu muito mais que empenho e conhecimento do povo africano, o que resultou no novo modo da nação se alimentar e entender os diversos e únicos sabores que esta terra oferece.

Palavras-chave: Cozinha brasileira. Culinária africana. Gastronomia.

Abstract: The objective of this work is to report the contribution of African cuisine to the formation of Brazilian cuisine. Describe the historical process accompanying the evolution of humanity and the importance of food, from prehistory, through ancient history, medieval, great navigations and through the maritime expansions the arrival of the Portuguese in Brazil land and the arrival of the African people. During the period of slavery the Africans who came to Brazil revolutionized the flavors of the dishes that already existed and recreated others from their culture and their previous knowledge. From there came the coconut, palm oil, other types of pepper, the okra among so many ingredients that make this preparation characteristic. And, after the abolition of slavery, culinary knowledge reaffirmed the social function of food, through it there was the opportunity of survival for the former slaves, widowed women and the poorest layer of society, within a Brazil Empire

with immense social contrasts who once again makes a lot of creativity through the figure of the quituteira and the seller of the trays the opportunity that guarantees them work and survival in this period, and still in the current days in some regions of the country such activity. Building the Brazilian gastronomic identity was not so easy, to recreate the homeland of the pots in a context of hard work and without freedom required much more than commitment and knowledge of the African people, which resulted in the new way of the nation to feed and understand the various unique flavors that this land offers.

Keywords: Brazilian cuisine. African cuisine. Gastronomy.

INTRODUÇÃO

Um dos capítulos mais tristes da história do Brasil é também um dos mais produtivos da cozinha brasileira, a escravidão. Graças aos saberes e sabores trazidos com os africanos para o Brasil, nossa culinária teve suas linhas reescritas repletas de talentos que perduram até hoje.

Mas, antes de falar sobre a culinária africana é preciso compreender a evolução do homem e a importância histórica do alimento que o acompanhou em tal processo. Durante o período da pré história, o homem era nômade, extraia e consumia tudo que um lugar pudesse oferecer, até o momento que presenciou que se caísse um grão ele germinava e também que os animais poderiam ser domesticados, passa a ser sedentário e criar raízes para seu desenvolvimento através dos tempos.

A gastronomia é fruto do homem, um ser inteligente que vive em sociedade e produz cultura. E uma das mais peculiares ao ser humano é a cultura ligada a alimentação. (FREIXA; CHAVES, 2013)

E essa cultura alimentar foi surgindo, com a descoberta do fogo, novos hábitos começaram a fazer parte do ritual de se alimentar e muitos ainda perduram, como o de se reunir em torno da mesa que surgiu quando o homo sapiens precisava se reunir em torno da caça na fogueira, para dividir o alimento, já que este era muito grande. Outra contribuição importante da utilização do fogo foi o poder de conservação do alimento e a facilidade para digeri-lo. É difícil imaginar como comer um animal sem cozimento, repleto de pelos e carne dura.

As expressões culturais gastronômicas se expandem na história antiga, os banquetes em louvor aos diversos deuses eram repletos de comidas e bebidas na Mesopotâmia.

Nos templos ofertavam-se comidas aos deuses que “degustavam”, por exemplo, cereais, nata e tomavam vinho e cerveja, reproduzindo a sociedade humana. Trata-se de algo análogo ao que se observa ainda hoje no candomblé com as comidas ofertadas ao

orixás. Nos terreiros baianos, por exemplo, a chamada "comida de santo" está presente nos rituais como forma de homenagear as divindades africanas como o acarajé feito para Iansã. (FREIXA; CHAVES, 2013)

O alimento era sempre associado a outras formas de expressão cultural daquele período. Um exemplo muito oportuno é dos banquetes na corte do faraó. Os convidados eram recepcionados com orquestra de flautas e harpa, e, durante toda a apreciação dos fartos pratos.

Responsáveis pela palavra gastronomia, os gregos foram grandes pesquisadores da época, esses relatos permitiram a criação da cultura alimentar e a observação de hábitos do cotidiano como horários das refeições e utilização de utensílios.

Nos manuscritos romanos *Apicus* são relatos informações da gastronomia da época. Destaque para o paladar dos romanos, técnica de preparos dos pratos e a utilização de vinho como ingrediente. O exagero sempre fez parte da cultura alimentar dos romanos, foram necessários a implantação de vomitórios nos seus banquetes para que os convidados pudessem comer várias vezes.

Quem detinha a cultura alimentar na Idade Média eram as classes predominantes, os senhores feudais e o clero da Igreja Católica, com eles estavam todo o conhecimento sobre bebidas, alimentos, ingredientes e afins.

Surge a doçaria dos conventos portugueses e está vai ser a base de muitos preparos da doçaria brasileira. São doces que tem como característica o excesso de uso de gemas, já que as claras eram utilizadas para engomar as roupas dos padres e a clarificação do vinho, além da doçura excessiva que faz o paladar dos brasileiros. Com nomes um tanto diferentes, porém muito apreciados ainda: pão de ló, fios de ovos, toucinho do céu, ovos moles, suspiros e até mesmo os tabefes. Sendo estes dois últimos tem significados interessantes. Os suspiros para despertar o desejo de provar mais um, e os tabefes para exorcizar os maus pressentimentos.

A comida neste período também era ligada a diversão e arte. Os banquetes medievais eram eventos para os senhores e vassallos estreitarem seus laços de amizade. Faziam discursos, trocavam presentes, apresentação de música e depois a degustação. Este deve ser o precursor de muitas comemorações que temos nos dias atuais.

Livros de qualquer gênero também são expressões da cultura de um local, de um assunto, de um povo e é ainda neste período histórico que surge o primeiro livro medieval de culinária: *O le viandier*. Se vimos anteriormente que os romanos tinham um tratado culinário elaborado por *Apicius*, o medieval ressurgiu o renascimento cultural da formação de cidades fazendo com que outros grupos tenham acesso ao conhecimento. Lembrando que os mosteiros e os senhores feudais somente os detinham, como já apresentado.

A cultura expressa através da gastronomia continuou a ganhar novos rumos na história da humanidade e teve o seu auge com o renascimento.

Renascimento ou renascença são termos aplicados ao movimento de renovação cultural que teve início no século XIV na Itália, e atingiu seu apogeu no século XVI, influenciando várias regiões da Europa. Os renascentistas defendiam a restauração dos valores do mundo clássico e acreditavam na capacidade ilimitada da criação humana. Esses ideais transformaram as artes, a literatura, a ciência, a filosofia e a gastronomia. O período é rico em exemplos de pesquisadores e inventores que preparavam o caminho para o progresso científico e técnico da idade moderna. (FREIXA; CHAVES, 2013)

Originário da Itália, o renascimento caracterizou-se pela grande apogeu nas artes e a gastronomia é uma delas. Algumas personalidades fizeram parte deste movimento, destacando um dos maiores pintores de todos os tempos, Leonardo da Vinci.

Conhecido pelo quadro da *Monalisa*, Leonardo da Vinci teve enorme importância na gastronomia neste período. Ele foi sócio de outro artista plástico, Botticelli em uma taberna na cidade de Florença. Além do *Códice Romanov* com boas maneiras e técnicas culinárias.

Se o *Códice Romanov* é de sua autoria ou não, ainda não é um caso muito discutido, mas o que não se contesta é que Da Vinci era um gourmet (e vegetariano). E se não são dele algumas das invenções que constam na obra, uma pelo menos é sua de fato: o guardanapo, que teve o grande mérito de fazer os nobres deixarem de lado hábitos nada higiênicos. (LOPES citado em FREIXA; CHAVES, 2013)

A italiana Catarina de Médici também teve imensa importância nesta inovação gastronômica da época. No ano de 1533 ela se casou com aquele que seria o futuro rei da França, Henrique II, e foi morar em Paris. Os novos hábitos gastronômicos da renascença foram levados juntos e ela é responsável pelo requinte da boa mesa nos seus serviços e preparos culinários elaborados. A França é considerada o berço da gastronomia e isso se deve as suas contribuições .

Com a chegada dos tempos modernos e a expansão marítima, as grandes navegações tinham como propósito a busca de riquezas para os países então recém formados, Espanha, Inglaterra, França e Portugal.

Neste processo de globalização do planeta a Espanha e Portugal foram os grandes precursores. Possibilitando com isso grande intercâmbio cultural e gastronômico entre a África, Ásia, Europa e América. Assim, Portugal no século 15 parte em busca de novos limites territoriais, oportunidades econômicas e claro , as especiarias. A partir disso, começamos o capítulo da formação culinária brasileira.

1. A chegada dos portugueses em terras indígenas

Como dito erroneamente, os portugueses não descobriram o Brasil, na verdade os indígenas já habitavam esta terra. E estes, foram de grande importância para contribuir com a chegada dos africanos no Brasil.

Era uma quarta feira após o domingo de páscoa, 22 de abril de 1500. Depois de 45 dias no mar, uma alvoroçada tripulação debruçou-se nas amuradas das naus para olhar o contorno de um grande monte, alto e redondo, que se recortava no horizonte. Ao entardecer, quando já se viam outras serras mais baixas, e terra plana, a armada jogou suas âncoras no mar – e eles mergulharam 34 metros, até o fundo de areia, diante da Ilha de Vera Cruz, na terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios, como a chamavam os vários navegantes que, pessoalmente, ou por ver no horizonte, ou por ouvir dizer, já sabiam de sua existência, e da existência de muitos papagaios ali. A partir desse momento, Portugal e Brasil jamais seriam os mesmos. Nem os sabores que embalavam o paladar de seus habitantes. (ROMIO, 2000)

O primeiro contato com os indígenas foi o de oferecer comidas e bebidas vindas de Portugal, porém não teve muito êxito, tudo que era oferecido aos indígenas prontamente eram negados ou o que era levado a boca, rapidamente cuspidado, mas foi só a impressão inicial.

Posteriormente, os indígenas tinham a oferecer inhame e sementes da terra, em contrapartida os portugueses ofereciam pão, mel, figos maduros, peixes cozidos, doces variados e vinho oriundos de Portugal.

A dieta indígena era simplista, eles não plantavam e nem cultivavam animais. Viviam da pesca, da caça, dos quitutes de mandioca e de técnicas rudimentares de preparo, como o moquém.

Moquém em língua tupi significa algo como secador para tostar a carne. Mas a técnica atual de preparo da moqueca retém muito pouco a técnica tradicional dos índios. Esses costumavam assar a carne, e não refoga-la. Conforme testemunhou o alemão *Marcgrave*, os índios do Nordeste , envolviam com folhas de árvores ou ervas e cobriam com cinza quente os peixes que iriam comer. Como se não bastasse isso, o próprio modo de vida predominante nas grandes cidades brasileiras contribuiu para que não se suprimisse de vez a espécie da grelha, feitas de varas, então utilizada no cozimento da carne. A maneira branda de assar é que pode ser considerada uma influência duradora do período indígena. (ALVES, LF; GIOVANNI,R, 2000)

A antropofagia era praticada nesta técnica de cozimento. A ideia destes rituais era comer apenas os fortes para que se pudesse através de ingeri-los adquirir suas forças, os covardes eles não queriam nem perto do fogo.

Os portugueses fizeram um processo de extração enorme dos produtos que aqui já existiam. Desde a mandioca e seus derivados até as frutas exóticas e conta-se que depois de um longo período os lusitanos viram que poderiam ter algum retorno,então começaram a ensinar técnicas aos nativos tais como: construir lagunas, domesticar animais e introduziram novos alimentos como o alface, a cana-de-açúcar, a manga e muitos outros. Mas a gastronomia só ganhou este toque especial quando os escravos começaram a chegar. Entraram na cozinha do branco e revolucionaram com temperos e o jeito que só eles tinham. Trouxeram azeite de dendê, leite de coco, feijoada, pimenta e muitas outras delicias.

E é a partir daí que começamos um novo e importante capítulo na culinária brasileira, a chegada dos africanos e sua contribuição para a história gastronômica deste país

2. Da África para o Brasil

Em 1549 chegaram ao Brasil vindos da África, homens e mulheres pertenciam a culturas diversas e com elas suas tradições milenares, eram nagôs, geges, minas, mandingas, hauçás entre tantos . No século 16, eram quase 100 mil negros, maior que a população da época.

Conta-se que D. João III em 1534 doou a Duarte Coelho a capitania de Pernambuco, porém cinco anos depois , Duarte Coelho não queria mais os indígenas e sim escravos negros. Os índios, não estavam acostumados ao trabalho sistemático, consumiam álcool,

tinham facilidade para fugir porque conheciam as matas e tinham sérios problemas com doenças vindas dos colonizadores.

Em Pernambuco os engenhos estavam funcionando, mas os portugueses estabeleceram um governo geral em Salvador e aí foi a maior entrada de africanos no país.

Segundo Fregoneze (2015) pode-se dizer que a história culinária brasileira começou na Bahia, mais especificamente no Recôncavo Baiano. O Brasil não tinha as riquezas que interessavam os europeus da época, como o cravo, a pimenta, o sândalo, a canela, o gengibre e o marfim; com isso o Brasil deixou de ser um sistema colonial extrativista e passou a um sistema agrícola.

A Bahia foi um solo fértil para o desenvolvimento e formação dessa culinária. Mesmo tendo escravos em outras regiões brasileiras como Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo as panelas e sabores foram fortemente desenvolvidos em terras baianas.

Curioso essa informação, mas segundo Ridel (2006) Isso ocorreu devido a diversidade de povos que chegaram a Bahia permitindo um cardápio completo. Outra explicação é a cozinha aliada a religiosidade e com ela a diversidade de preparos para os diferentes orixás. Sem contar a importância do azeite de dendê. Na Bahia o solo é propício para o plantio da palmeira do dendê e no litoral baiano tem o clima semi-úmido, bem parecido com o da África.

Romio (2000) relata: " Antes da chegada dos africanos no Brasil há relatos á fartura e variedade da mesa nacional. Mas eles se enganavam, confundindo a mesa de festa, dos grandes jantares e banquete com que os visitantes ilustres eram recebidos, com o trivial, pobre e insosso."

Os africanos foram os responsáveis por uma verdadeira revolução culinária. A contribuição africana foi imensa, tanto em nossas tradições como na gastronomia. O uso do coco, do azeite de dendê e da pimenta malagueta, por exemplo, é hábito que tornou calorosos nossos pratos e nosso jeito de ser. (FREIXA; CHAVES, 2013)

A comida de época existia em quantidade, mas não em qualidade. O leite e seus derivados era quase inexistente por falta de pasto. Já as frutas e legumes eram raros e mesmo a mandioca não tinha um cultivo que supria a demanda.

Isso causou grande espanto em padre José de Anchieta. Este veio para ser jesuíta no estado do Maranhão e ao se deparar com tamanho precariedade relatou ao governador geral Duarte da Costa: "Não há açougue, nem feira, nem horta, nem tenda onde se vendam coisas usuais para o comer diário, nem ainda um meio quilo de açúcar. Para um homem ter pão da terra há de ter roça; para comer carne há de ter caçador; para comer peixe, pescador".

Os que tinham condições financeiras melhores como os senhores de engenho, consumiam o que vinha de Portugal, mas nem sempre a qualidade e o frescor desses produtos eram garantidos, com isso problemas digestivos começam a surgir entre os colonizadores.

Indisposições também tinham as mulheres europeias para o preparo de suas comidas, tão como, as ajudantes índias, mamelucas, cunhãs que não tinham ingredientes e tão pouco criatividade para colocar em prática.

O primeiro passo importante para o início das transformações da cozinha brasileira foi a troca das cozinheiras cunhãs pelas cozinheiras africanas. Elas eram dotadas de um melhor entendimento cultural e culinário com os ingredientes brasileiros e africanos, permitindo uma fusão com a sua cozinha de origem e a nova realidade culinária encontrada aqui.

Como seria o nosso país sem o acarajé, a pimenta malagueta, a capoeira, o batuque, o chorinho, o samba no pé, o gingado e o jeito dengoso de ser, sem a herança dos africanos? (FREIXA; CHAVES, 2013)

Com tudo apresentado anteriormente, se torna fácil responder e compreender, que, sem a arte gastronômica africana, nossa identidade de sabores, texturas e cores seriam completamente diferente. Durante os 300 anos que foram subjugados ao trabalho forçado, exerceram majestosamente nas cozinhas a execução de pratos com temperos e molhos nunca antes vistos trazidos de sua terra natal, além de doces exóticos que sempre fizeram parte de banquetes e festas. Em uma época em que ninguém falava do prazer sensorial aliado ao alimento.

Da África vieram a banana, o jiló, quiabo, coco, melancia, dendê, galinha de angola e pimentas. E estes foram os motivos de muitas alegrias das mesas e camas deste período. Relatos históricos contam que era através desta "sedução" alimentar que muitas escravas eram conduzidas a cama e ao coração dos seus senhores.

Como os povos indígenas, os africanos não conheciam a fritura, mas tinham o hábito de preparar assados, cozidos e guisados. Como é o caso do caruru, uma palavra de origem indígena para designar o preparo de ervas batidas no pilão. Com a chegada dos africanos, incorporou-se a essas plantas o quiabo, originário da África, que, coincidentemente, chamava-se lá calulu. Esse guisado bem brasileiro, mistura de hábitos indígenas e africanos, manteve o nome indígena de caruru (FREIXA; CHAVES, 2013)

O maior desafio foi aprimorar pratos indígenas e portugueses. Diferente da cozinha que encontraram aqui, em suas terras natal os ingredientes eram combinados dando ênfase aos sabores dos alimentos. Começou então a "temperar" o que existia e mostrar o que ainda não existia. As moquecas, os cozidos elaborados a partir das carnes e os legumes; a utilização dos miúdos de porco para o preparo do sarapatel, e com o açúcar e o milho surgiu o mungunzá.

Dos povos africanos que vieram para o Brasil os que mais se destacaram ao serviço doméstico e a cozinha foram os nagôs, os jejes, os tapas e os hauçás, sendo estes os responsáveis por uma receita conhecida, o arroz de hauçá.

Um dos pratos mais emblemáticos relacionados a este período é a feijoada. Muitos autores não trazem com precisão se realmente é um prato que surgiu nas senzalas ou se é

inspirado em cozidos europeus, o que realmente se sabe é como eram seus hábitos alimentares, e estes nada fáceis.

O trabalho era árduo e contínuo, o que se pensa quanto a isso é que a alimentação de quem os fará também seja de acordo com as "calorias" gastas, muito pelo contrário. O senhor do engenho dizia que fornecia aos seus escravos "o bocado certo". Uma alimentação necessária, mas que não supria as necessidades.

Para sobrevivência era necessário buscar alimentos mesmo que de maneira ilícita, comer ratos, farinha com peixe, ou o que encontrassem, mesmo que fora do seu costume.

O feijão preto, resto de carnes, farinha de mandioca, pimenta, laranja, até a bebida – não é difícil reconhecer a união desses elementos um parentesco bem próximo com a nossa feijoada contemporânea. (ROMIO, 2000)

O feijão com a farinha era preparado nos grandes banquetes na casa grande de engenho ou no dia a dia mesmo. A pimenta malagueta em excesso caracterizava a comida de origem do africano. Já a aguardente era sempre generosa, utilizada como estimulante da alegria e do trabalho.

Além dos preparos já apresentados a cozinha da senzala tinha algumas características, como por exemplo que o trabalho braçal eram feitos por mulheres negras como já dito anteriormente, mas também os homens negros que não tinham muito talento para o trabalho brutal.

A higiene do local não era das melhores. Entre panelas de barro e outros utensílios de pedras de criação indígenas, o lugar era de chão batido, sem ventilação, nos fundos das casas e mal cheirosos. Os comensais em torno da mesa jamais poderiam imaginar isso.

Na mesma área da cozinha ficava o depósito de lixo da casa, ladeadas por horta e criação de aves e porcos. As louças eram lavadas em grandes tinas ou na beiras dos rios. Havia escassez em mobília e utensílios para servir a comida, assim até os convidados mais importantes comiam com as mãos.

Os horários para alimentação também eram seguidos e divididos da seguinte maneira: Havia pelo menos uma refeição familiar diária, geralmente a refeição principal, o que equivale ao nosso almoço, entre onze horas e meio dia. Já a hora da intimidade, a qual não era recomendado fazer visitas. E ainda o café da manhã, a ceia, que quando não tinha festa era frugal. E por conta de tantas divisões que os negros e negras acabaram desenvolvendo sua criatividade culinária para atender aos seus senhores.

Só com o passar do tempo a cozinha colonial se dividiu em duas, uma ligada à casa, a chamada cozinha limpa, onde as refeições eram finalizadas, e outra construída à parte, onde se concentrava o trabalho pesado do preparo dos alimentos, assim como a feitura dos doces, que as vezes consumia até que tudo ficasse no ponto. (ROMIO, 2000)

Com a grande produção de açúcar a partir da cana-de-açúcar os doces foram um assunto a parte na cozinha da senzala aliados a tradição da doçaria portuguesa e a variedade de frutas encontradas na colônia.

Segundo LODY (2011) As frutas eram muitas, e são especialmente doces quando maduras. São coloridas e tem estética tropical; há também as frutas orientais, introduzidas no Brasil pelo colono português. As africanas foram as grandes responsáveis por conduzir os tachos, reinventar e adaptar essas frutas.

Esses doces produzidos na cozinha nordestina se tornou como símbolo de festa e mesmo as receitas que eram consumidas no dia a dia tinham a regionalidade, a fé religiosa, e uma identidade própria nas suas produções. Essa cozinha tem identidade local na invenção e na adaptação dos produtos, que eram ingredientes nativos – da terra, tropicais, regionais – com destaque para as frutas (LODY, 2011)

No dicionário do Doceiro Brasileiro, Lody (2010) expõe exatamente esta mudança cultural e social a partir do açúcar e sua importância para o Brasil. “ É o açúcar, alma do doce, que determina tecnologias culinárias e estilos de tratar e desenvolver receitas que vão formando o acervo gastronômico do que vem da cana, além da maneira como as diferentes matrizes etnoculturais vão criando, preservando e abasileirando ingredientes e resultados de novos e de alguns já conhecidos sabores, que particularizam uma cozinha em formação, a brasileira”.

Os africanos contribuíram para que o doce tivesse esta função social e que perdura até os dias de hoje. [...] A função social do doce fino e delicado, permanece fortemente em nossa sociedade, muito embora com roupagem diversa do doce colonial ou imperial. Se não mais sobre a forma de alfenim, fatias de parida, ou toucinho do céu, ele surge com o apelo do chocolate, do creme patissier, das mousses e coulis de frutas propagados pela cozinha contemporânea (OLIVEIRA citado em HELEUTÉRIO; GALVES, 2014)

Após a abolição da escravidão, a culinária continua sendo a opção de muitos africanos e africanas, na verdade foi uma das possibilidades de sobrevivência da época. Esses doces transpuseram os muros dos conventos e das casas particulares, e se transformaram em trabalho para as antigas escravas, as mulheres viúvas e a camada mais pobre da sociedade.

O cenário era o Brasil império. O país não se transforma como o previsto e a abolição da escravidão só ocorreu com a pressão internacional e isso tornou insustentável a política de Dom Pedro II. A partir deste momento histórico os eventos ocorridos eram para legitimar a participação igualitária dos ex escravos na sociedade da época, mas o que realmente ocorreu foi a priorização das elites e o governo excluía aos negros da época. Como relata MOURA, 1995 “ Homens que passam a conviver nos cantos das grandes cidades brasileiras, nas suas ruas, nos seus bairros populares e favelas, com italianos,

portugueses, espanhóis, franceses e francesas, poloneses e polacas, tocados de uma Europa superpovoada e em crise”.

Os estrangeiros foram trazidos ao Brasil para o trabalho já que tinham algum conhecimento técnico a oferecer ao mercado, além da ideologia racial, porém não atenderam a demanda do mercado. Com isso, os negros passaram a ser mão de obra barata e sem valorização, o que era para ser participativo após a abolição da escravatura acabou causando outra realidade, sem trabalho correto, sem direitos, sem voz, como reorganizar a vida sem ter oportunidade para isso.

As mulheres respondem com bravura à situação: uma vez forras, e entre estas são maioria, procuram trabalho ligado à cozinha ou à venda nas ruas de pratos e doces de origem africana, alguns do ritual religioso, a comida de santo, e recriações profanas propiciadas pela ecologia brasileira. Algumas trabalham ligadas às casas aristocráticas, onde recebem sua cidadania de segunda classe; outras preferem se manter trabalhando em grupo, geralmente como pequenas empresárias independentes, cooperativadas, produzindo e vendendo suas criações (MOURA, 1995)

A maneira encontrada foi se afastar das aristocracias e criar subterfúgios em suas oficinas, trabalhos eventuais e suas cozinhas, assim surgem as quituteiras.

Como Oliveira (2013) descreve que “Este tempo de “antigamente” em que os escravos domésticos e, posteriormente as cozinheiras de mãos cheia comandavam o fogão a lenha sobre as ordens da dona da casa [...] Essa cozinha dos séculos XVII, XVIII e final do século XIX é a que está associada ao labor. Ao longo de todos esses anos, ser quituteira, viver do trabalho das “negras de ganho”, ser cozinheira doméstica ou dona de pensão eram atribuições que poderiam ser vistas como uma maneira de “ganhar a vida” honestamente para a mulher empobrecida, mas não um ofício que merecesse ser ensinado e seguido pelas gerações seguintes”.

Talvez naquele momento de extrema necessidade nem era pensado se seria passado as gerações futuras ou não. Na verdade se observarmos as baianas e seus tabuleiros da Bahia, nota-se esta importância de ser passado de geração em geração até os dias atuais. O escritor Gylberto Freire em seu livro Casa Grande e Senzala já destacava o estado da Bahia como um dos maiores centros do desenvolvimento alimentar, seja antes ou depois da abolição da escravatura:

“Desses centros de alimentação afro-brasileira é decerto a Bahia o mais importante. A doçaria de rua desenvolveu-se como em nenhuma cidade brasileira, estabelecendo-se verdadeira guerra civil entre o bolo de tabuleiro e o doce feito em casa. Aquele, o das forras, algumas tão boas doceiras que conseguiram juntar dinheiro vendendo bolo. É verdade que senhora das casas-grandes e

abadessas de convento entregaram-se [pg. 32] às vezes ao mesmo comércio de doce e quitutes; as freiras aceitando encomendas, até para o estrangeiro, de doces secos, bolinhos de goma, sequilhos, confeitos e outras guloseimas. Mestre Vilhena fala desses doces e dessas iguarias — quitutes feitos em casa e vendidos na rua em cabeça de negras mas em proveito das senhoras — mocotós, vatapás, mingaus, pamonhas, canjicas, açaçás, abarás, arroz de coco, feijão de coco, angus, pão de- ló de arroz, pão de ló de milho, rolete de cana, queimados, isto é, rebuçados etc.(...)

Mas o legítimo doce ou quitute de tabuleiro foi o das negras forras. O das negras doceiras. Doce feito ou preparado por elas. Por elas próprias enfeitado com flor de papel azul ou encarnado. E recortado em forma de coração, de cavalinhos, de passarinhos, de peixes, de galinhas — às vezes com reminiscências de velhos cultos fálicos ou totêmicos. Arrumado por cima de folhinhas frescas de banana e dentro de tabuleiros enormes, quase litúrgicos, forrados de toalhas alvas como pano de missa. (FREYRE citado em MOURA, 1995)

A Abolição engrossa o fluxo de baianos para o Rio de Janeiro, liberando os que se mantinham em Salvador em virtude de laços com escravos, fundando-se praticamente uma pequena diáspora baiana na capital do país, gente que terminaria por se identificar com a nova cidade onde nascem seus descendentes, e que, naqueles tempos de transição, desempenharia notável papel na reorganização do Rio de Janeiro popular, subalterno, em volta do cais e nas velhas casas no Centro.

A mulher negra, vinda do trabalho doméstico na casa do senhor, ou alugada em serviços de ganho, herdeira da rica civilização africana e de toda a cultura doméstica de portugueses e brasileiros a que dera forma própria, se vale de suas habilidades se engajando na rede de empregos que se arma em torno da infraestrutura das casas “de família”, senhoriais e burguesas, como cozinheiras, lavadeiras, copeiras ou qualquer outro serviço eventual requisitado. (MOURA, 1995)

Atualmente a cozinha ainda continua sendo a fonte de empregabilidade de muitos brasileiros. A Comissão de Cultura aprovou, em 15 de julho, projeto (PL 6562/13) que altera a Lei Rouanet (8.313/91) para incluir gastronomia e cultura alimentar entre os beneficiários da política de incentivo fiscal.

Segundo o deputado Jean Wills é importante resaltar que a gastronomia brasileira - incluindo os modos de fazer e criar as comidas e bebidas ditas regionais - configura-se como um importante elemento de referência à identidade e memória de diferentes segmentos e regiões de nosso País.[....] Vamos considerar, por exemplo, os conhecimentos tradicionais de cultura

alimentar dos povos indígenas, quilombolas. Precisamos pensar em um conceito mais abrangente que gastronomia." (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

A partir desta lei talvez seja possível valorizar e resguardar a contribuição culinária das africanas e dos africanos para este país e continuar estimulando as pessoas para o resgate socio-econômico-cultural que a gastronomia permite.

CONCLUSÃO

O processo alimentar evoluiu juntamente com a humanidade. Se em um primeiro momento o hábito alimentar atende apenas as necessidades vitais, em outros momentos reafirma a importância social da comida através de confraternizações, celebrações e o mais importante que a cultura proporciona ao indivíduo: a longevidade.

Especificamente falando da contribuição da culinária africana para o Brasil, desde a chegada dos escravos e posteriormente a abolição da escravidão, esta sempre foi uma ferramenta importante de sobrevivência e trabalho, com competência e criatividade que são exclusivas do povo africano.

“ O que precisamos fazer, portanto, é seguir a nossa alimentação ancestral, que deu provas de estar certa e ser a que mais convém ao ser humano. Tudo o que estava de acordo com o nosso passado alimentar deve ser, na medida do possível, respeitado e seguido” (MELLO citado em ALVES; GIOVANNI, 2000)

Depois de tantos anos, ainda é possível vivenciar esses saberes e sabores na nossa gastronomia brasileira e é preciso estimular as novas gerações para prosseguirem com a busca deste conhecimento através de pesquisas para documentar essas gerações que ainda perpetuam nesta arte culinária.

REFERÊNCIAS

ALVES, LF; GIOVANNI,R. Cozinha brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/492969-CULTURA-APROVA-INCLUSAO-DE-GASTRONOMIA-ENTRE-OS-BENEFICIARIOS-DA-LEI-ROUANET.html>> Acesso em: 5 de set. 2017.

FREGONEZE .JB; COSTA MJ; SOUZA.N. Cozinhando história: receitas e mitos dos pratos afro-brasileiros. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2015.

FREIXA, D; CHAVES, G. Gastronomia no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.

HELEUTÉRIO, Hélio ; GALVES, Mariana de Castro Pareja. Técnicas de Confeitaria. São Paulo: Editora Érica, 2014.

LODY, R. Vocabulário do açúcar. São Paulo: Editora Senac, 2011.

LODY, R. Dicionário do doceiro brasileiro. São Paulo: Editora Senac, 2010.

MOURA, R. Tia Ciata e a pequena África no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995.

OLIVEIRA, D. Dos cadernos de receitas as receitas de latinha. São Paulo : Editora Senac, 2013.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-afro-brasileira-se-manifesta-na-musica-religiao-e-culinaria>> Acesso em: 01 de dez. 2017.

RADEL, G. A cozinha africana da Bahia. Salvador: Radel, 2006.

ROMIO, E. 500 anos de sabor. São Paulo: ER Comunicações, 2000.

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ZONA CENTRAL DA CIDADE DE SOROCABA – SÃO PAULO – USO MISTO, COMÉRCIO, CULTURA E MORADIA

Natália Costa Martins (Mestranda do curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo); nataliacmartins@usp.br*

Resumo: O presente trabalho reflete sobre o papel e a influência da arquitetura comercial de uso misto do solo perante a sociedade atual. Atualmente com a falta de tempo que a sociedade enfrenta, pelos vários compromissos que assume, a busca por ambientes que respondam as necessidades de forma rápida acaba sendo bastante procurada. Ou seja, a sociedade busca saciar suas necessidades em um espaço curto de tempo, tendo tudo ao seu redor, sendo assim pode ter tudo o que precisa próximo de sua moradia. O Uso misto do solo tende a mostrar a importância do zoneamento para a cidade e de que forma interfere nas relações dos habitantes. Um prédio de uso misto, moradia, comércio, cultura e lazer tende a facilitar a vida dos moradores, pois o mesmo visa realizar várias atividades em um mesmo espaço. O trabalho discutirá sobre o uso da arquitetura mista no cotidiano das cidades no contexto da Habitação de Interesse Social e requalificação dos centros urbanos, o que esse uso representa para a população imediata, e qual a mudança que a sociedade atual sofreu durante anos para adotar esse tipo de projeto que mescla vários usos em um espaço edificado: espaço de moradia, cultura, lazer e emprego. Levantando o tema sobre esse tipo de uso, o presente trabalho apresentará uma proposta de intervenção para o centro da cidade de Sorocaba em São Paulo, onde proporá o uso de arquitetura de uso misto do solo para projetos de Habitação de Interesse Social. O objetivo do mesmo é propor o uso misto do comércio e lazer para esse espaço de habitação, trazendo à região central da cidade maior dinâmica na ocupação do espaço, onde a habitação, comércio, lazer e cultura apresentem um elo de ocupação e qualidade para o espaço.

Palavras-chave: Arquitetura Comercial. Uso Misto. Mudança Social.

Abstract: The present work reflects upon the role and influence of commercial architecture of mixed use of the soil in front of the current society. Nowadays, with the lack of time that society faces, due to the various commitments it takes, the search for environments that respond to the needs quickly is well sought after. In other words, society seeks to satisfy their needs in a short lack of time, surrounding everything around them. This way, they can have everything they need next to their living. The mixed use of the soil tends to show the importance of the zoning to the city and in what way it interferes on the habitants relations. A mixed use building, housing, trade, culture and recreation tends to facilitate the life of the residents, since it aims to accomplish several activities in a same

space. The work will discuss about the use of mixed architecture in the cities daily life, in the context of Social Interest Housing and requalification of the urban centers, what this application represents to the immediate population and what changes the actual society suffered during years to adopt this kind of project that mixes several applications in a built space: housing space, culture, recreation and employment. Raising the theme about this kind of application, the present work will present a proposal of intervention to the center of Sorocaba city, in São Paulo, where it will propose the use of architecture of mixed use of the soil for Social Interest Housing. The goal of the work is to propose the mixed use of the trade and recreation for this kind of living, bringing to the central region of the city bigger dynamics on the occupation of the space, where the living, trade, recreation and culture presents an occupation link and quality for the place.

Keywords: Commercial Architecture. Mixed Use. Social Change.

INTRODUÇÃO

O Estatuto das Cidades – EC, (2010), afirma que o Plano Diretor deverá definir uma cidade que possua espaços verdes, espaços de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), habitações sociais, planejamento de fácil acesso, espaços públicos e infraestrutura que minimize o impacto ambiental. Segundo Basile (2010), em seu livro de “Desenho universal Habitação de interesse social” produzido para a CDHU de São Paulo:

O direito à habitação não deve prescindir da liberdade e igualdade de utilização por todos os usuários. Uma moradia digna contempla as necessidades do ser humano em todas as etapas e circunstâncias da vida. Por isso, quando falamos em habitação inclusiva, referimo-nos a um conceito muito mais amplo do que a simples adaptação de imóveis para atender situações específicas, como dificuldade ou incapacidade de locomoção, deficiência visual, auditiva ou de qualquer natureza. Falamos de uma casa e seus arredores concebidos para todas as pessoas e por toda a vida. (BASILE, 2010)

Dessa maneira, o trabalho apresentado busca soluções projetuais para projetos de Interesse Social que respondam de maneira positiva as diretrizes previstas no Plano Diretor, conforme o Estatuto da Cidade prevê para uma urbanização que respeite as questões ambientais, sociais e de inclusão.

Este projeto, através de uma breve análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial do município de Sorocaba - SP no que se refere aos seus instrumentos de

Habitação de Interesse Social, oferecerá respostas para a questão de habitação de uso misto para a cidade de Sorocaba – SP. Isso será feito por meio de propostas para a delimitação de ZEIS e, principalmente em uma requalificação e reurbanização da Zona Central da cidade de Sorocaba evidenciando comércio, cultura, emprego, lazer, acesso e moradia.

OBJETIVO ESPECÍFICOS

- a) analisar o Plano Diretor de Sorocaba, a Lei nº 8.181/2007 à luz dos objetivos do Estatuto da Cidade no que concerne aos objetivos de determinar artigos que tratem de habitação de interesse social de uso misto do solo – habitação que apresente oportunidades de morar, trabalhar, estudar e etc.;
- b) Propor área de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS - para a Zona Central da cidade de Sorocaba;
- c) Propor um modelo de Habitação de Interesse Social de Uso misto do solo, localizado na Zona Central da cidade de Sorocaba – SP privilegiando a construção de lojas, galerias, cooperativas, escritórios e espaços culturais;
- d) Propor um zoneamento que seja ambientalmente e economicamente sustentável, além de inclusivo;
- e) Melhorar a qualidade de vida dos habitantes da cidade oferecendo maior conforto para essa população de baixo poder aquisitivo além da oferta de emprego para os mesmos através da implantação de espaços comerciais/culturais no conjunto Habitacional de Interesse Social; e
- f) Revitalizar o Centro Histórico da cidade de Sorocaba – SP trazendo movimento para o mesmo no período das 18h às 06h, evitando espaços urbanos vazios, criando um espaço de transição que responda de maneira sustentável e segura aos indivíduos que passam ou habitam o espaço.

JUSTIFICATIVA

Este projeto, em primeira instância, visa analisar como está ocorrendo o processo de crescimento urbano e ao mesmo tempo como a questão habitacional está equacionada na cidade de Sorocaba - SP. Após esse breve levantamento, o produto final dessa pesquisa será propor um projeto de Interesse Social para a Zona central da cidade de Uso misto do Solo, criando espaços de convivência através de espaços comerciais/culturais. Ou seja, propor uma qualificação ao espaço habitado respeitando a história, a convivência e o relacionamento das pessoas com o meio, além de oferecer oportunidades de gerar renda, através do artesanato e emprego, lazer e educação, através da sua localização.

DESENVOLVIMENTO

Com a produção de unidades habitacionais públicas e privadas em grande maioria das cidades brasileiras a periferia alastra-se pelos arredores, além disso, esse fenômeno de crescimento desordenado da malha urbana se junta com o aumento crescente de loteamentos e ocupações irregulares destinados à população de baixa renda. A questão da habitação pode ser considerada, na atualidade, um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil. Entendendo melhor a problemática acerca do produto habitacional este projeto de uso habitacional misto pretende analisar o Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial do Município de Sorocaba (Lei municipal nº 8.181/07) a partir do seguinte olhar sobre o conteúdo do plano: a possibilidade de auto aplicabilidade dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade e os instrumentos que visam a Habitação de Interesse Social (HIS) de Uso Misto do Solo.

Desta forma, esse projeto visa apresentar propostas de implantação e delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social, estabelecendo projetos de HIS que ofereçam ao usuário e cliente oportunidades de emprego, geração de renda através do artesanato local, maior locomoção com meios sustentáveis – evitando os longos deslocamentos devido a habitação ser muito distante dos locais de trabalho dos usuário -, inclusão social/ acessibilidade, além de espaços culturais/educacionais estabelecendo ligações com os equipamentos que estão localizados/implantados próximos ao local de implantação do projeto.

MÉTODOS

O trabalho realizado utilizou-se de dados de domínio público, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Sorocaba - SP e também do trabalho de campo por meio de revisão da literatura sobre o tema. Para tal foram adotadas as seguintes ações metodológicas:

- a) Levantamento e análise do atual Plano Diretor da cidade de Sorocaba - SP;
- b) Compilação e análise dos dados;
- c) Leitura e elaboração de fichamentos de textos e livros sobre o assunto;
- d) Análise e estudo de caso de projetos sobre o tema;
- e) Proposta de área para ZEIS com base nas posturas do Plano Diretor da cidade;
- d) Estudo e análise sobre a Zona Central de Sorocaba, levantamentos de dados urbanísticos;
- e) Escolha do terreno para implantação do projeto, levantamento de dados sobre os equipamentos localizados próximo ao terreno, levantamento de uso dos edifícios construídos no terreno;
- f) Análise dos edifícios construídos sobre sua utilização e seu estado de conservação;
- g) Levantamento fotográfico;
- h) Proposta de reurbanização para Zona Central; e

i) Proposta de Habitação de Interesse Social de Uso Misto do Solo.

PLANO DIRETOR – ZONEAMENTO – USO MISTO DO SOLO EM SOROCABA/SP - EM PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - HIS

Para Juergensmeyer e Robert, (2003), o zoneamento urbano serve para o controle do crescimento urbano, para a proteção de áreas inadequadas à ocupação urbana, para a minimização de conflitos de usos e atividades dentro das cidades, para o controle do tráfego de pedestres e de automóveis e para a manutenção dos valores das propriedades. No início, a motivação pelo uso do zoneamento era o de evitar que determinados tipos de usos do solo fossem instalados em determinadas áreas da cidade.

Acredita-se que os bairros que possuem a mistura de usos de solo, tanto escritórios, comerciais e residenciais, apresentam uma série de benefícios para o entorno e para o usuário que usufrui do mesmo. Porém, há alguns anos, uma modificação no planejamento urbano separou os usos do solo, setorizando as áreas da cidade, ou seja, a área habitacional ficando separada da área comercial.

ESPAÇO ECONÔMICO E TERCIÁRIO

Não se pretende dar uma conceituação histórica sobre o desenvolvimento do espaço do comércio, mas verificar as características que propiciaram um caminho para a abordagem do espaço público, através dessas áreas dentro da cidade.

Para Vargas, (2003), em seu livro “Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio”, a autora descreve que a arquitetura dos edifícios públicos é a arquitetura do espaço terciário, ao promover uma visão integral da sociedade. Serão nesses espaços, externos ou internos, que ocorrem as trocas, as mesmas são primordiais para sua caracterização, sendo assim, o lugar do mercado um lugar de troca conhecido como espaço público.

A vida social proporcionada pela troca possui um papel determinante na atividade socioeconômica da cidade implicando no surgimento de outros equipamentos públicos na cidade.

Segundo, Lobato, (2009), em tempos antigos, esses espaços possuíam sua tônica no divertimento, atualmente essa função é produzida pela atividade comercial, sendo assim o isolamento ocasionado pelas novas tecnologias e a especialização da forma de produção, produz a necessidade de espaços de socialização. A relação entre comércio, estruturas urbanas e áreas comerciais facilita e completa a leitura da cidade. O interesse sobre esse assunto pretende ampliar a profundidade histórica do projeto do edifício multifuncional.

ESPAÇO DE USO MISTO

Um edifício pode ser considerado de uso misto quando há união de duas ou mais funções em uma única estrutura. "A ideia de edificações de uso misto não é nova". Desde a Antiguidade as cidades-estados se organizavam dentro das muralhas; e a localização de espaços de habitação, trabalho e comércio próximos ou sobrepostos, facilitavam o deslocamento. Essa situação provia "pouca ou nenhuma distinção entre salas ou funções, e conseqüentemente, alta densidade" (MUSIATOWICZ, 2008 apud VECCHIATTI, 2011)

Para Sampaio, (2002), no início do século XX, Le Corbusier, desenvolve o 'novo modo de morar', onde consistia em um espaço privado de moradia, e proposto a servir à coletividade, prolongando essas habitações mínimas com serviços e atividades comerciais. Para Le Corbusier, a cidade ideal seria composta por grandes edifícios verticais dotados de serviços em suas estruturas.

Com o surgimento dos arranha-céus, teve um aumento das possibilidades de edificações com uso misto. Segundo Musiatowicz, (2008), as "normas de zoneamento limitaram a mistura de 'uso funcionalmente incompatíveis' em edifícios e em certas partes da cidade", o que retardou a evolução dos edifícios de uso misto.

Percebe-se, que nos últimos anos, a preocupação em projetar pensando na interação das atividades do dia a dia tem tornado cada vez mais frequente a implantação de empreendimentos de uso múltiplo nas cidades. Pois com a falta de tempo que a sociedade enfrenta nos dias atuais, pelos vários compromissos que assume, a busca por ambiente que respondam as necessidades de forma rápida acaba sendo bastante procurada. Ou seja, a sociedade busca saciar suas necessidades em um espaço curto de tempo, tendo tudo ao seu redor, sendo assim pode ter tudo o que precisa próximo de sua moradia.

O Uso misto do solo tende mostrar a importância do zoneamento para a cidade e de que forma interfere nas relações dos habitantes. Um prédio de uso misto, moradia, comércio, escola e lazer tende a facilitar a vida dos moradores, pois o mesmo visaria realizar várias atividades em um mesmo espaço.

1. APRESENTAÇÃO DA ÁREA

1.1 ANÁLISE LOCALIZAÇÃO DO PROJETO – CIDADE DE SOROCABA/SP

Segundo IBGE (2016), o município de Sorocaba está localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo, distante cerca de 100 km da capital e ocupando uma área de 450,38 km², com população estimada de 644.919 habitantes. Atualmente, destaca-se também o processo de metropolização e a posição de polo econômico que a cidade desempenha diante da Região Administrativa de Sorocaba, composta por 79 municípios e considerada a de maior extensão territorial do Estado.

A diversificada ocupação econômica regional corresponde, em termos de urbanização, ao aparecimento e crescimento de núcleos e cidades, obviamente com características diversas. Do total da população do Estado de São Paulo, o polo de Sorocaba representa cerca de 4,8%.

Ao longo do século XIX até o início da década de 1940 muitas cidades brasileiras passaram por grandes transformações urbanísticas, o desejo de boa parte das elites brasileiras era a de adequar suas cidades ao capitalismo internacional e promover o país no cenário mundial, desta forma o espaço urbano deveria atender aos interesses da relação social capitalista.

O histórico do município revela uma inserção regional que remete ao final do século XIX. Considerando a influência da Estrada de Ferro Sorocabana (1870), com rebatimento nas atividades industriais, especialmente ligadas à tecelagem, no início do século XX, já no final do século XIX a cidade de Sorocaba já era conhecida como referência de Manchester brasileira ou paulista.

A partir da década de 1950, com a construção das rodovias Raposo Tavares (1954) e Castelo Branco (1967), verificou-se um novo direcionamento na economia sorocabana, com a atividade industrial concentrada na produção de bens de consumo. Essas alterações fizeram com que o território, a exemplo da localização das indústrias que passam a ser implantadas ao longo das rodovias, ocorre-se um desligamento das mesmas em relação ao eixo ferroviário. A construção destas rodovias veio reforçar a importância do Município no contexto regional. E a ferrovia já deixava sua marca na história e sendo substituída pelas rodovias.

A diversificada ocupação econômica regional corresponde, em termos de urbanização, ao aparecimento e crescimento de núcleos e cidades, com características diversas.

A organização territorial de Sorocaba apresenta nítidos contornos socioeconômicos. Nesta divisão, até a década de 1990 observou-se que a região mais próxima do centro antigo, em áreas com infraestrutura e equipamentos públicos, estava concentrada a população de maior renda, e ao norte do município, de maneira mais acentuada, concentrava-se a população de menor renda. Ainda nos anos de 1990, surgiu uma tendência de formação de conjuntos habitacionais, ocupados por população de média e alta renda (a região leste se apresenta como vetor desta modalidade de ocupação). Na última década, entretanto, observa-se uma nova mudança nesta configuração, a partir do incremento de investimentos públicos nas áreas de saúde, educação e infraestrutura na região norte, que passa a ser uma das mais bem servidas do município e com maiores índices de expansão comercial e habitacional.

Constata-se um esvaziamento da região central, que perde população para os condomínios fechados de alto padrão. Neste sentido, os técnicos da Prefeitura de Sorocaba acreditam na tendência de alteração do mapa de distribuição de renda da cidade.

A partir desses dados, é possível concluir que Sorocaba é uma cidade que passa por um rápido crescimento demográfico, e forte pressão sobre os ambientes naturais do município, o que exige cuidados por parte do poder público e gestão equilibrada para manutenção da qualidade de vida à sua população e oferta de moradia digna a todos, sem exceção.

1.2. ESCOLHA DO TERRENO

A proposta compreende três quarteirões da Zona Central de Sorocaba. Estes, estão entre as ruas: da Penha, Miranda Azevedo, Prof. Toledo, Cesário Mota, José A. Ferreira Prestes e Treze de Maio.

Para ilustrar a intenção de implantar o projeto na Zona Central da cidade se resume na referência de Ferraz (2009) citada:

“A periferia no centro e o centro na periferia. Isso significa inclusão real das populações periféricas quando se tornam protagonistas também do teatro urbano para além do noticiário policial. E isso só pode ser conquistado se apostarmos na originalidade e na diversidade da paisagem física e humana. A nós arquitetos, cabe grande parte dessa obra” (Marcelo Ferraz, 2009)

Inserir o projeto no centro da cidade de Sorocaba foi um grande desafio que necessitava de bons argumentos para a realização da proposta. Para isso levantamos alguns pontos para favorecer a proposta, são eles:

- a) a Zona Central de Sorocaba, no período das 18h e 06h, apresenta uma característica de um grande vazio urbano, isso representa, além da falta de uso do espaço, falta de segurança, pois não há movimentação intensa para que o indivíduo possa circular pelo centro sem restrições quanto a segurança;
- b) a Zona Central possui equipamentos que representam a história da Cidade de Sorocaba, mas que passam despercebidos pela população;
- c) o terreno proposto para implantação possui um número expressivo de estacionamentos, além de edifícios em péssimo estado de conservação que não estão habitados;
- d) ao redor do terreno escolhido existem equipamentos de cultura – Oficina Grande Otelo e Mosteiro de São Bento, educação – Escola Estadual Antônio Padilha e Secretaria da Educação e lazer – Praça Freia Baraúna, os mesmos interferem de forma direta ao terreno.
- e) o centro de Sorocaba sofre com tráfego intenso de veículos, pois como possui emprego os moradores das regiões mais distantes precisam se locomover até seus locais de trabalho, usando assim transporte público, carros próprios e outros;
- f) na praça Frei Baraúna ocorrem mensalmente a Feira de Artesanato de Sorocaba, onde são expostos produtos dos mais variados seguimentos, evidenciando o artesanato local;

g) os maiores conjuntos de HIS estão localizados nas zonas periféricas da cidade, o que dificulta a locomoção e interação do indivíduo com o centro e a história da sua própria cidade.

2. LEVANTAMENTO DOS EQUIPAMENTOS

Com base nos equipamentos presente na área escolhida para implantação do projeto, percebe-se o raio de influência que estes equipamentos oferecem a esses três bairros. O local possui dois equipamentos de educação, um cultural e um religioso. Além disso, a área possui residências e comércio.

Através de visitas e levantamento fotográfico, percebe-se que esses bairros, sofrem vazios urbanos. Existem muitos estacionamentos e habitações inabitadas pela falta de conservação construtiva, ou seja, espaços que podem ser utilizados para outros equipamentos que, de fato, atraiam as pessoas e tenha um uso.

2.1 OFICINA GRANDE OTELO

As Oficinas Culturais do Estado de São Paulo são espaços culturais do Governo de São Paulo administrados em parceria com a Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, Língua e Literatura. A Oficina Cultural Grande Otelo, instalada no antigo prédio do Fórum Municipal e inaugurada em abril de 1994, em Sorocaba, leva o nome do ator cômico Grande Otelo (Sebastião Bernardes de Souza Prata), famoso pela parceria com Oscarito na época de ouro das chanchadas.

2.2 ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO PADILHA

O prédio da Escola Estadual Antônio Padilha, foi construído em 1910 localizado na Rua Cesário Motta.

Sua entusiasmada inauguração foi feita com discursos, bandas, passeatas, fogos de artifícios e muito elogio. Ela foi recebida como a solução para todos os problemas e diziam que elas haveriam de “fazer da pátria brasileira a nação mais culta, mais admirada e invejada de todo mundo”. Agora em um prédio apropriado, o Grupo Escolar Antonio Padilha contava com o que era de mais rico e inovador no que diz respeito à estrutura, mobiliário e materiais para o ensino. (NUNES, 2006, pág.61)

Atualmente conta com, aproximadamente, 3.000 alunos divididos em 22 salas de aula de ensino fundamental e médio. Além disso, a Escola também possui um centro de línguas.

2.3 MOSTEIRO DE SÃO BENTO

O Mosteiro de São Bento foi construída por escravos em 1654, com taipa de pilão, e fundada em 21 de abril de 1660 e foi doada aos monges beneditinos pelo fundador da cidade de Sorocaba – Baltasar Fernandes. Atualmente é considerado como patrimônio

histórico, sendo o único da congregação beneditina no Brasil que mantém sua originalidade.

2.4 FEIRA DE ARTESANATO – PRAÇA FREI BARAÚNA

A feira de Artesanato ocorre semanalmente em várias praças da cidade de Sorocaba e oferece produtos de artesanato local, alimentação e show culturais. Teve seu início em 1989 e desde então tornou-se tradição na cidade de Sorocaba.

Na praça Frei Baraúna, a feira apresenta produtos diversificados de artesanato ajudando na composição da renda familiar dos artesãos, que além de ofertar produtos que caracterizam o artesanato regional também oferecem aos consumidores um espaço cultural de ideias, show, apresentações e exposições.

3. LEGISLAÇÃO – PLANO DIRETOR FÍSICO TERRITORAL DE SOROCABA/SP

Segundo o Plano Diretor de Sorocaba Lei 8.181/07, a área escolhida denota-se como:

“Art. 16. Na Zona Central – ZC, que compreende o centro histórico da cidade e as áreas contíguas, caracterizada pela coexistência de edificações térreas e verticalizadas, comércio e serviços diversificados e indústrias de portes variados, destacando-se equipamentos e edifícios de valor histórico e arquitetônico, as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo devem:

- I - incentivar a manutenção de grande variedade de usos;
- II - permitir a verticalização e a ocupação extensiva dos lotes, com padrões de densidade compatíveis com a oferta de transporte público e a capacidade do sistema viário;
- III - desestimular o fracionamento de lotes;
- IV - estimular a permanência e ampliação dos usos residenciais.”

Conforme as posturas do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico e Territorial de Sorocaba - SP Lei nº 8.181/07 a Zona Central - ZC, foco da proposta, determina:

Taxa de Ocupação: 0,8

Coefficiente de Aproveitamento: 4,0

Percentual mínimo de permeabilidade: 10%

4. PROGRAMA DE NECESSIDADES

Com base em dados bibliográficos quanto ao número de habitantes por hectare, toma-se como base a seguinte referência: A relação entre a população residente e a área bruta que ela ocupa, sem descontar as vias, áreas verdes de uso frequente, escolas, áreas comerciais.

Para tal o programa de necessidades resulta nos seguintes tópicos:

Nº de Blocos: 14 unidades

Nº de Apartamentos: 84 apartamentos

Área útil/ área expansão: 48,34 m² / 15,39 m²

Nº de Apartamentos acessíveis: 12 apartamentos

Nos empreendimentos de HIS e HMP, o projeto das unidades habitacionais adaptadas aos portadores de deficiência física, aquelas correspondentes a 3% do total de unidades, deverá garantir espaços com dimensões mínimas que permitam a inserção dos módulos de referência determinados na NBR9050/04 (Guia para aprovação de projetos HIS – HMP)

Área útil/ cômodo expansão: 56,81 m² / 7,29 m²

Nº de Lojas: 54 lojas

Área útil lojas (1,3,4 e 6)/ Área útil lojas (2 e 5): 22,32 m² / 17,75 m²

Área de circulação (escada): 14,52 m²

O projeto prevê a construção de lojas nos térreos dos blocos. Exceto em 6 blocos, cujo os pavimentos térreos estarão destinados aos apartamentos acessíveis para inclusão social. Cada bloco terá um total de 6 lojas, essas lojas serão vendidas para comerciantes e/ou redes de comércio, gerando assim oportunidades de emprego aos moradores do Conjunto Habitacional – HIS.

Visto sua localização, o projeto responde de maneira positiva ao uso misto do edifício, oferecendo trabalho, moradia, lazer e cultura aos moradores. As lojas poderão seguir vários seguimentos comerciais, desde artesanato até alimentação.

Para tal, foram selecionados dois espaços, sendo um uma loja e outro um espaço para o escritório do Conjunto Habitacional de Uso Misto. Para a loja será aplicada a proposta de Cooperativa, onde produtos artesanais serão expostos junto a feira de artesanato Frei Baraúna que ocorre na praça da Oficina Grande Otelo. Para o escritório será proposto um espaço que atenda a demanda dos profissionais envolvidos no projeto do Conjunto onde poderão vender as lojas e oferecer estrutura para manutenção do Conjunto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual, em busca de solucionar suas dificuldades com o tempo acaba buscando soluções que respondam de maneira positiva ao espaço curto de tempo, sendo assim, buscam soluções que possam responder as suas necessidades básicas rapidamente.

O Uso misto do solo, respeitado pelo zoneamento presente nos Planos Diretores das cidades, representa a solução desse levantamento, pois responde as necessidades em um único espaço de construção, ou seja, um mesmo edifício pode alocar moradia, comércio, emprego, lazer e educação.

Com base neste projeto apresentado, considera-se que a pesquisa tende a oferecer base social, sustentável e econômica para a cidade de Sorocaba. Oferecendo assim qualidade de vida e função social para a população.

Em qualquer lugar do mundo, a produção habitacional é um dos principais fatores que impulsiona a urbanização do território, mas é preciso pensar em habitação com amplitude, pois não basta apenas 'morar', mas viver e conviver com o espaço e com o Ser Humano. A proposta não busca solucionar somente a questão habitacional, mas principalmente como esse ser habita de fato a sociedade e o espaço, e como esse espaço responde de forma positiva a todas as suas necessidades.

6. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. *Função Social da Posse*. Ana Rita Vieira Albuquerque. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.
- ALONSO PEREIRA, José Ramón. *INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ARQUITETURA, DAS ORIGENS AO SÉCULO XXI*. José Ramón Alonso Pereira; tradução Alexandre Salvaterra. – Porto Alegre: Bookman, 2010.
- BASILE, Renato (Org.). *Desenho universal. Habitação de interesse social*. São Paulo, CDHU, 2010.
- BLAKE, Peter – *THE MASTER BUILDERS*. 1966. Ed. Record
- BONDUKI, Nabil (Org.). *AFFONSO EDUARDO REIDY*. São Paulo: Editorial Blau/Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. Nabil Bonduki. – 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade Ed. 2002.
- CAVALCANTI, Lauro Pereira, 1954 – *MODERNO E BRASILEIRO: A HISTÓRIA DE UMA NOVA LINGUAGEM NA ARQUITETURA, (1930-60)*. Lauro Cavalcanti.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- FOLZ, Rosana Rita – *Mobiliário na habitação popular – DISCUSSÕES DE ALTERNATIVAS PARA MELHORIA DA HABITABILIDADE*. Rosana Rita Folz. – São Carlos: RiMa, 2003.
- FRAMPTON, Kenneth. *HISTÓRIA CRÍTICA DA ARQUITETURA MODERNA/ KENNETH FRAMPTON*; tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Julio Fischer. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HOLANDA, Frederico de. *Arquitetura Sociológica*. R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS. Frederico de Holanda. V. 9, n. 1. 2007.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/M4Q>. Acesso em: jun. 2016
- JUERGENSMEYER, Julian Conrad; ROBERT, Thomas. *LAND USE PLANNING AND DEVELOPMENT REGULATION LAW*. St. Paul: Thomson West, 2003.
- LLECHA, Joan. DPA, nº 19. Barcelona, maio 2003, p. 34.
- LOBATO, Maurílio Lima. *CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO E EDIFÍCIOS MODERNOS DE USO MISTO NO CENTRO DE SÃO PAULO*. Maurílio Lima Lobato. São Paulo, 2009.

MARTINS, Natália Costa. MEIO AMBIENTE NO PLANO DIRETOR DE SOROCABA. Natália Costa Martins. 15º Encontro de Pesquisadores e Iniciação Científica e 10º Encontro de Extensão. Sorocaba, 2012.

MUSIATOWICZ, M. Adaptação de "VIGOR HÍBRIDO Y EL ARTE DE MESCLAR". A+t Hybrids I, p. 31 Híbridos Verticales, 2008.

NUNES, Leandro Nunes da Silva. GRUPO ESCOLAR ANTONIO PADILHA: SUA HISTORIOGRAFIA ATRAVÉS DE SEUS ARQUIVOS. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.23, p.59 -68, set. 2006 - ISSN: 1676-2584.

O ESTATUTO DA CIDADE: COMENTADO = THE CITY STATUTE OF BRAZIL: A COMMENTARY / organizadores Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

ROLNIK, Raquel. O QUE É CIDADE. Raquel Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos; 203).

SAMPAIO, MARIA RUTH AMARAL (ORG.) A PROMOÇÃO PRIVADA DE HABITAÇÃO ECONÔMICA E A ARQUITETURA MODERNA, 1930-1964. Maria Ruth Amaral Sampaio. São Carlos: RiMa, 2002.

VARGAS, Heliana Comin. DA ARQUITETURA CORPORATIVA À CIDADE CORPORATIVA. Heliana Comin Vargas. Anais do 51º Congresso de Americanistas. Simpósio "A CIDADE NAS AMÉRICAS, PERSPECTIVAS DA FORMA URBANÍSTICA NO SÉCULO XXI". Santiago, Chile, 2003.

ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DE ERGONOMIA NOS PROCESSOS PRODUTIVOS EM EMPRESAS DE SOROCABA

Lilian de Fatima Zanoni Nogueira (Universidade de Sorocaba – UNISO); lilian.zanoni@prof.uniso.br *

Delvio Venanzi Universidade de Sorocaba – UNISO); delvio.venanzi@prof.uniso.br

Resumo: O artigo discute a relação entre ergonomia e processos produtivos em empresas de Sorocaba. Trata-se do resultado de uma pesquisa realizada de 2013 a 2015 com empresas situadas em Sorocaba- SP- Brasil, vinculadas a uma disciplina acadêmica com estudantes engenharia do último ano do curso. A metodologia utilizada foi construída a partir de múltiplos estudos de casos em empresas de médio e grande porte com a análise de roteiro específico que caracteriza como ocorrem as ações de ergonomia na empresa. Concluiu-se que das empresas pesquisadas 61% possuem programas de ergonomia vinculados à equipe de engenharia de produção, outras 29% não realizam nenhuma ação de ergonomia, nem as impostas por legislação. Observou-se no universo dessa pesquisa que as empresas não relacionam o potencial da ergonomia nos processos produtivos, o qual tem como inerente às atividades fabris a constante utilização das máquinas, postura sentada e a repetição e movimentos. A ergonomia é comprovadamente ferramenta eficaz não só para a produtividade, mas também para a manutenção da saúde do trabalhador. Os programas de sucesso são aqueles que realizam um gerenciamento eficaz das ações ergonômicas, e que apresentam análises de qualidade e planejamento de ações concretas que realmente modifiquem as situações de trabalho. É urgente e pertinente ainda ressaltar a importância de ouvir o trabalhador, experiente no trabalho real quando quaisquer modificações forem realizadas. O contato com este tornará o projeto mais propício ao sucesso. A integração das áreas também é essencial para que haja eficácia no gerenciamento: Setor de engenharia, Segurança do Trabalho, Recursos Humanos e área médica, devem estar integrados. Não deve ser descartada ainda a necessidade, em alguns casos, de contratação de consultoria externa, mas que essa seja especializada e disponível para análise do trabalho real. A prevenção sempre será a alternativa de mais baixo custo, além de ser aquela que trará à empresa a responsabilidade social necessária para se manter no patamar das empresas que se preocupam com seu bem mais rentável: a vida humana.

Palavras-chave: Ergonomia; Engenharia de produção; Atividades Ergonômicas

Abstract: The article discusses the relationship between ergonomics and production processes in Sorocaba companies. This is the result of a survey conducted from 2013 to

2015 with companies located in Sorocaba- SP- Brazil, linked to an academic discipline with students of engineering final year. The methodology used was built from multiple case studies in medium and large companies with specific roadmap analysis featuring as it does the ergonomics of shares in the company. It was concluded that 61% of companies surveyed have ergonomics programs related to production engineering teams, other 29% do not perform any ergonomic action or imposed by law. It is observed that the companies investigated did not relate the potential of ergonomics in production processes, which has the inherent manufacturing activities the constant use of the machines, sitting posture and repetition and movement. Ergonomics is proven to be an effective tool not only for productivity but also for maintaining the health of the worker. Nowadays it would be more economical for companies to use human and financial resources in this area. Success cases are those that perform an effective management of ergonomic actions, and that present quality analysis and planning of concrete actions that actually modify work situations. It is urgent and pertinent yet to emphasize the importance of listening to the worker, experienced in the real-work when any modifications are made. Contact with this will make the project more progress to success. The integration of areas is also essential for effective management: Engineering, Work Safety, Human Resources and the medical field must be integrated. In some cases, it may be necessary to hire an external consultant, but it must be specialized and available for analysis of the real-work. Prevention will always be the alternative of the lowest cost, as well as being the one that will bring the company the necessary social responsibility to remain at the level of companies that care about their most profitable good: human life.

Keywords: Ergonomics; Production engineering; Ergonomic activities

INTRODUÇÃO

A palavra "Ergonomia" origina-se de duas palavras Gregas: "ergon" que significa trabalho, e "nomos" que significa leis. Desta forma podemos entendê-la em uma síntese modesta como leis para o trabalho. A partir de tantas definições já estabelecidas por outros autores para essa ciência podemos entendê-la como a ciência que busca adaptar a partir das qualidades humanas o ambiente ou sistema operacional.

Ergonomia (ou human factors) é a disciplina científica que trata de entender as interações em humanos e outros elementos de um sistema, é a profissão que aplica teoria, princípios, dados e métodos para projetar de modo a otimizar o bem-estar humano e a performance total do sistema. É o estudo do relacionamento entre o homem e seu trabalho, equipamento e ambiente, e particularmente a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução surgida neste relacionamento. A ergonomia é o estudo científico da relação entre o homem e seus meios, métodos e espaços de trabalho.

Algumas definições para a ergonomia de autores considerados pertinentes no meio científico, por suas contribuições nessa área fizeram parte desse trabalho. De acordo com Montmollin (1971) a Ergonomia é a tecnologia das comunicações homem-máquina.

Para Leplat (1972), a Ergonomia é uma tecnologia e não uma ciência, cujo objeto é a organização dos sistemas homens-máquina.

Murrell (1965), a Ergonomia pode ser definida como o estudo científico das relações entre o homem e o seu ambiente de trabalho.

Wisner (1972), a Ergonomia é o conjunto de conhecimentos científicos relativos ao homem e necessários a concepção de instrumentos, máquinas e dispositivos que possam ser utilizados com o máximo de conforto e eficácia.

Abrahão (2009), a Ergonomia é a ciência que estuda a adaptação do ser humano ao trabalho, procurando adaptar as condições de trabalho às características físicas e limitações individuais do ser humano.

Dul e Weerdmeester (2012), a ergonomia é uma ciência aplicada a o projeto de máquinas, equipamentos, sistemas e tarefas, com o objetivo de melhorar segurança, saúde, conforto e eficiência no trabalho.

Por esses autores acima há uma clareza na preocupação com o trabalhador, ambiente ao qual está inserido, e a responsabilidade da empresa dentro desse conjunto.

A Ergonomia é introduzida no Brasil no início dos anos 60, no curso de Engenharia de produção da escola Politécnica da USP. Em 1970 é criada no Brasil a fundação do laboratório de ergonomia no CNAM, pela USP (engenharia de produção e desenho industrial em estudos aplicados para normas e padrões para a população brasileira). Outras instituições na sequência, iniciam pesquisas na área. Em 1970 na COOPE na UFRJ (Curso de Pós-graduação), na Esdi (no desenvolvimento do projeto do produto) no Rio de Janeiro, na USP Ribeirão Preto (nos estudos sobre Psicologia da percepção), no interior de SP, na Fundação Getúlio Vargas (com realização do primeiro seminário de ergonomia no Brasil) no Rio de Janeiro, na INT, Fundacentro, FSC, UFSCar e outros. Lembramos que no Brasil Alain Wisner, deve ser considerado o patrono da ergonomia no Brasil. Em 1983 cria-se ABERGO (Associação Brasileira de Ergonomia). Em 1990 a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho – NR 17, é instituída no Brasil (ABRAHAO, 2009 e GOMES FILHO, 2010).

Em relação aos objetivos da ergonomia afirmamos que este é o Bem estar, Segurança e Produtividade e qualidade, portanto a especificidade prática dessa ciência sempre reside na tensão entre os objetivos da organização e das pessoas, conforme demonstrado na figura 1.

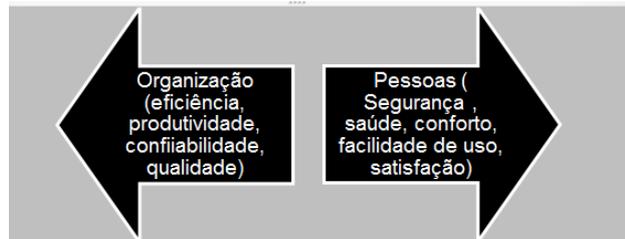


Figura 1- Representação dos objetivos da ergonomia

A ergonomia possibilita de um lado: aumento de produtividade e de qualidade; redução dos desperdícios; economia de energia; mão-de-obra, manutenção, redução de absenteísmo devido a acidentes e doenças ocupacionais. E para o trabalhador podemos indicar que a partir da ergonomia é possível alcançar maior satisfação, conforto, melhora da motivação com o trabalho na medida em que é possibilitado ao trabalhador o envolvimento paralelo no trabalho.

Na medida em que a ergonomia está focada no projeto, de modo que o trabalhador participe, é possível melhorar o desempenho no trabalho, bem como observar com sucesso a aplicação do que chamamos de enriquecimento do trabalho e grupos semi-autônomos¹⁴⁸.

As intervenções ergonômicas devem oferecer um campo comum para a colaboração dos funcionários e da administração e, invariavelmente, ambos podem se beneficiar, tanto em termos de redução de custos e aumento de produtividade quanto em termos de melhoria na qualidade do trabalho. Ao tomar a decisão de optar por uma intervenção ergonômica, às empresas devem estar cientes de que não se está incorporando novas despesas, e sim, optando por investimentos em otimização de recursos produtivos.

Há, porém, alguns fatores que ocorrem na prática profissional em nosso país, que refletem na diminuição da difusão e aplicação dos conceitos ergonômicos, bem como às ações ergonômicas corretas. Citamos alguns deles abaixo:

1) Exposição de pessoas ou organizações ao que podemos chamar de "má ergonomia", que é praticada por pessoas sem a qualificação adequada. Observamos que em muitas empresas as condições inadequadas de trabalho não são notadas ou discutidas como fator de risco. Dessa forma o trabalhador fica exposto a condições inadequadas, inviabilizando a observação correta de como a ergonomia pode possibilitar conforto.

¹⁴⁸ Grupo semi-autonomos caracteriza-se pela formação de uma equipe de trabalhadores que executa, cooperativamente, as tarefas que são determinadas ao grupo, sem que haja, portanto uma predefinição de funções para os membros. Apresentando como pontos mais positivos em sua formação, no aspecto social, a cooperação exigida entre os trabalhadores, e no aspecto técnico, é a aquisição da auto-regulação, permitindo ao sistema de produção uma grande flexibilidade (FLEURY e VARGAS, 1983).

2) Por todos serem operadores e operarem sistemas diariamente, assume-se ingenuamente que os fatores humanos são apenas uma questão de senso comum. Nem todas as formações acadêmicas incluem em seus currículos a importância das pessoas tão quanto máquinas e processos, diminuindo o complexo humano para um fator do processo produtivo. Dessa forma inviabiliza-se que a empresa tenha observe sua responsabilidade pela vida e saúde do trabalhador.

3) A esperança de convencer a alta administração das organizações sobre o potencial da ergonomia, simplesmente porque esta é a coisa certa a fazer;

4) A inviabilidade de fiscalização sobre a implementação de ações ergonômicas nas empresas, faz com que estas apenas cumpram a obrigatoriedade de analisar os riscos, engavetá-los e não realizar ações para diminuição dos riscos ergonômicos.

5) Talvez a mais importante das razões seja que os ergonomistas fazem poucos trabalhos de documentação e divulgação do custo/benefício ergonômico, devendo passar a divulgar que boa ergonomia é boa economia.

O que se observa, é que a implantação e o desenvolvimento de um programa ergonômico muitas vezes encontram dificuldades na sua implantação, decorrentes de vários fatores que podem ser canalizados tanto na cultura organizacional, na metodologia de implantação ou na justificação de seus custos.

DESENVOLVIMENTO

Para esta pesquisa foram utilizados múltiplos estudos de casos em empresas de médio e grande porte com a análise de roteiro específico que caracteriza como ocorrem as ações de ergonomia na empresa. O roteiro de pesquisa incluiu dados sobre a caracterização da empresa, no qual identifica o tipo de processo produtivo, organização geral da empresa e como está constituída a parte médica e de ergonomia e organização do trabalho na empresa.

Sobre ergonomia, foram pesquisados tipos de programas e profissionais que participam de programas de ergonomia. Nesse grupo de questões analisou-se o sugerido pela NR17 como obrigatório nas empresas, caracterizando se as empresas tinham plano de ação ergonômico, comitê de ergonomia, divulgação dos programas aos funcionários, laudo ergonômico e quais departamentos/cargos participavam dos programas, qual a ação da engenharia nos processos que envolvem ações de ergonomia, papel da equipe de segurança e medicina do trabalho.

A escolha desta abordagem está em concordância com as proposições de Yin (2010), pois se deseja "investigar um fenômeno atual dentro do seu contexto real, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e utilizando-se

várias fontes de evidência”. A pesquisa de campo, tendo sido realizada por meio de estudos de caso, utilizou-se de um método qualitativo, de pesquisa descritiva (ou exploratória), o fator decisivo que conduziu à escolha da pesquisa exploratória foi o fato do tema ser recente, importante e diferenciado na literatura. Segundo Lakatos (2001), os métodos denominados qualitativos caracterizam-se por um foco maior na compreensão dos fatos que propriamente na sua mensuração. Eles são empregados, em casos em que a riqueza dos detalhes é mais relevante do que as informações quantitativas.

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Para Triviños (1987, p. 112), “os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos”.

Foram pesquisadas quarenta e uma empresas de pequeno, médio e grande porte. 19% das empresas caracterizaram-se com menos de 100 funcionários, 31% empresas de 100 a 200 funcionários, 24% empresas de 200 a 500 funcionários, 7,31% empresas de 600 a 1000 funcionários, 7,31% empresas de 600 a 1000 funcionários e 17% empresas com mais de 1000 funcionários. Esses dados estão apresentados no gráfico disponível na figura 2.

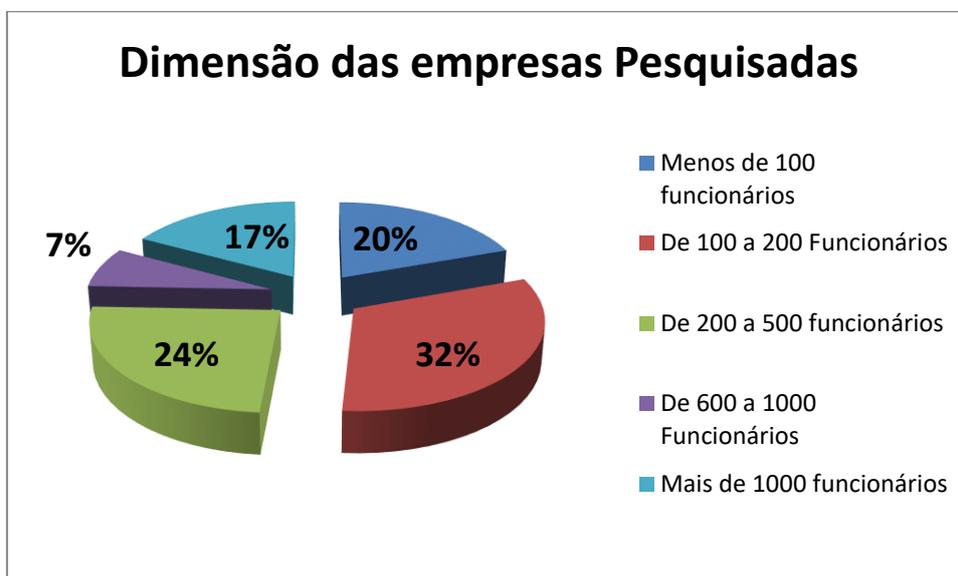


Figura 2: Dimensão das empresas pesquisadas

A Norma Regulamentadora n.17 preconiza que o laudo ergonômico deve ser um documento para que as empresas possam estabelecer avaliação e gerenciamento ergonômico de seus postos de trabalho. Esta afirmação localiza-se no item 17.1.2 da referida norma. O que deve ser entendido desse item é que as empresas devem cumprir não só o mapeamento dos riscos ergonômicos dos postos de trabalho, mas seguir com todas as etapas de um programa de ergonomia, incluindo avaliação, levantamento dos dados, plano de ação e gerenciamento das ações.

Das empresas pesquisadas 16 relatam possuir laudo ergonômico (39%). É importante ressaltar que desse total, todas as empresas de grande porte (n.7) tem programas de ergonomia. Dois programas estão em empresas com menos de 100 funcionários. Dois outros em empresas de 100 a 200 funcionários e Cinco programas em empresas de 200 a 500 funcionários. Em nenhuma das empresas de 600 a 1000 funcionários (n3) foi caracterizado laudo ergonômico.

Em se tratando das atividades que são realizadas nos chamados programas de ergonomia nas empresas, devemos ter em mente o que preconiza o item 17.1 na norma regulamentadora brasileira, que exige que as empresas *estabeleçam parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.*

Os parâmetros referidos na legislação não determinam números precisos de como devem ser as condições de trabalho. Esse parâmetro quer dizer que as empresas precisam chegar o máximo possível para atender conforto e segurança, mantendo um desempenho produtivo eficiente.

Em relação às características psicofisiológicas deve-se entender que algumas características no processo do trabalhar auxiliam na melhor adaptabilidade corporal. Entre essas deve ser atendido a possibilidade do trabalhador escolher sua postura nos postos de trabalho, não sendo obrigado a manter-se em uma postura fixa para ser possível realizar as tarefas. Deve ser possibilitado ainda que o trabalhador use alternadamente sua musculatura, possa ser autônomo na cadência/ritmo do seu trabalho, tenha atendido sua capacidade sensitiva e motora, entendendo que cada indivíduo tem características próprias que variam com idade, hábitos e cultura.

Em relação ao conforto referido na legislação devemos entender que este deve ser atendido dentro de limites de tolerância¹⁴⁹. A referência de execução da norma determina, porém, que além do limite de tolerância seja consultado o trabalhador, pois este é o que consegue determinar seu nível de conforto.

Das 41 empresas pesquisadas, 12 referem não ter nenhum tipo de programa ou ação de ergonomia na empresa, conforme apresentado na figura 3.

Cinco empresas apresentam programas de ginástica laboral, orientação postural ou pausa planejada. Essas empresas entendem que em alguns casos, nos quais a modificação dos postos de trabalho não é possível, em sua totalidade, atividades compensatórias devem fazer parte do plano de ação de ergonomia.

¹⁴⁹ No Brasil existem legislações específicas de segurança no trabalho que definem limites que devem ser atendidos; No caso da exposição ao ruído, a legislação determina que o trabalhador não pode exceder a exposição de 85 decibéis.

Quatro empresas relatam não ter programa de ergonomia formalizado, mas referem que são realizadas ações pela equipe de segurança do trabalho ou em programas de KVP (área da qualidade). Uma empresa relata que não tem programa, mas que tem certificações de qualidade, tais como OSHAS 18001, ISO 9001 que preconiza questões importantes de ergonomia.

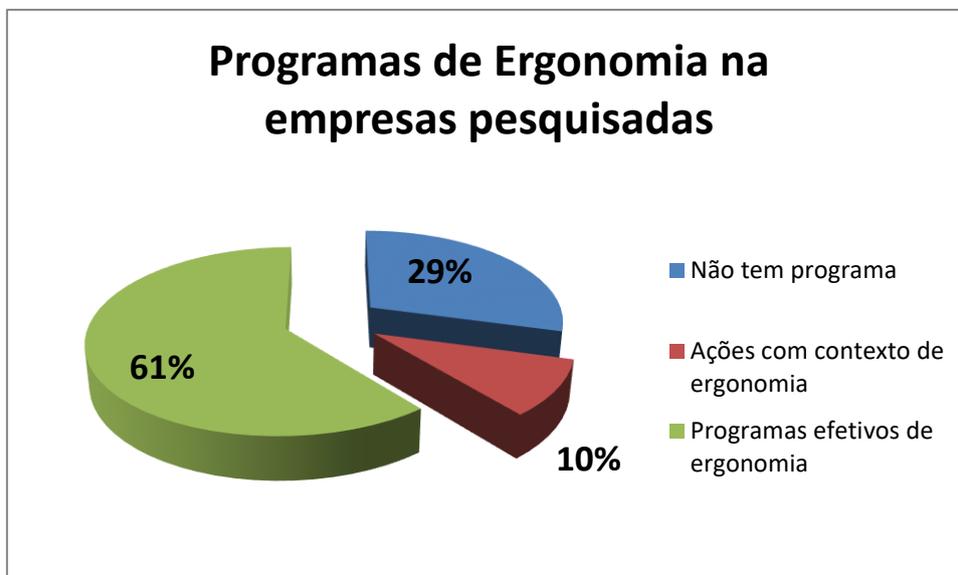


Figura 3: Gráfico que apresenta o mapeamento de programa de ergonomia nas empresas pesquisadas.

Percebe-se com esses dados, que muitas das vezes as empresas tem ações/iniciativas ergonômicas, mas não organizam um programa que seja divulgado na empresa e reconhecido como tal. Em relação às atividades que ocorrem nas empresas que referem ter programas, observou-se ainda estudo de cronoanálise para novos projetos ou mudanças de processo, estudo de biótipo dos funcionários para compra de novos equipamentos, cronograma de palestras com temáticas sobre saúde laboral e segurança no trabalho, mapeamento de riscos, reuniões mensais de comitê de ergonomia para continuidade de plano de ação.

Entende-se que o comitê de ergonômica deveria ser um dos itens básicos para que ocorra gerenciamento ergonômico nas empresas. No entanto em apenas 19% das empresas pesquisadas que referiram apresentar programa de ergonomia, observou-se a presença de um comitê em funcionamento.

Outro dado analisado foi sobre qual especialidade profissional tem se responsabilizado pelas ações de ergonomia. Observou-se que apenas 27% (n11) das empresas tem a participação direta de engenheiros nos programas de ergonomia. Das empresas pesquisadas 17% (n7) possuem engenheiro de segurança do trabalho. Esse profissional é exigido pela legislação brasileira de acordo com o grau de risco e número de funcionários da empresa. Isso está definido pela Norma Regulamentadora n.4, no quadro II.

Na realidade brasileira empresas de médio porte (entre 300 e 600 funcionários) nem sempre contratam engenheiros. Profissionais analistas ou gestores tem ocupados cargos que determinam atribuições de engenheiros. Isso se dá pelo custo da mão de obra de engenharia, que por conta da complexidade de atribuições caracteriza-se mais cara que um profissional especialista em gestão de produção por exemplo.

No caso da ergonomia, apenas o engenheiro de produção tem em seu rol de atribuições, de acordo com o Código Brasileiro de Ocupações (Ver tabela 1) gerenciamento de exposição de fatores ocupacionais de risco à saúde do trabalhador. Tendo em vista esse aspecto , em muitas formações acadêmicas, mesmo na área de engenharia , ergonomia não ocupa uma disciplina básica.

Tabela 1- Atribuições profissionais de acordo com CBO(Disponível em:
<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>)

Técnicos de planejamento e controle de produção	Planejam, controlam e programam a produção; controlam suprimentos (matéria-prima e outros insumos). Planejam a manutenção de máquinas e equipamentos. Tratam informações em registros de cadastros e relatórios e na redação de instruções de trabalho
Tecnólogo de produção mecânico	Projetam sistemas e conjuntos mecânicos, componentes, ferramentas e materiais, especificando limites de referência para cálculo, calculando e desenhando. Implementam atividades de manutenção, testam sistemas, conjuntos mecânicos, componentes e ferramentas, desenvolvem atividades de fabricação de produtos e elaboram documentação técnica. Podem coordenar e assessorar atividades técnicas
Engenheiro de produção	Controlam perdas de processos, produtos e serviços ao identificar, determinar e analisar causas de perdas, estabelecendo plano de ações preventivas e corretivas. Desenvolvem, testam e supervisionam sistemas, processos e métodos produtivos,

	<p>gerenciam atividades de segurança no trabalho e do meio ambiente, <u>gerenciam exposições a fatores ocupacionais de risco à saúde do trabalhador</u>, planejam empreendimentos e atividades produtivas e coordenam equipes, treinamentos e atividades de trabalho.</p>
--	---

Fonte: Criação própria baseada nos dados do Código Internacional de Ocupações (CBO)

Outro aspecto a ser levantado é que o assunto ergonomia ainda não faz parte da esfera estratégica da maioria das empresas. Atualmente ergonomia é tratado como problema esporádico, e resolvido pontualmente.

Pode contribuir ainda para a pouca administração ergonômica nas empresas o fato de que o serviço de medicina do trabalho, área responsável pela saúde dos trabalhadores, também pode ser terceirizado, em pequenas e médias empresas. Essa condição dificulta uma gestão integrada dos aspectos que interferem diretamente na ergonomia, e na saúde dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Não se observou nas empresas pesquisadas a ergonomia incorporada nos processos, portanto com dificuldades para alcançar impacto nos resultados e pessoas.

A não incorporação do profissional de engenharia de produção nas empresas dificulta ainda mais que a prática da ergonomia seja considerada como estratégia nas empresas. Mesmo nas empresas que apresentaram programa observou-se que os mesmos fazem parte de políticas específicas setoriais na empresa, não disseminando a cultura organizacional de uma ergonomia como ferramenta de solução e não como custo.

A ergonomia é comprovadamente ferramenta eficaz não só para a produtividade, mas também para a manutenção da saúde do trabalhador. Nos dias atuais seria menos custoso às empresas utilizarem recursos humanos e financeiros nessa área.

É fato que a ergonomia não se faz apenas com grandes recursos econômicos, mas com um olhar para o trabalho real, que perpassa o olhar para o ser humano em sua integralidade. A produtividade transcorre também a produção da saúde, e esta pode ser ampliada se a ergonomia, e outras ciências da saúde permearem os processos industriais. Em vários pontos desse artigo apontamos para as inúmeras possibilidades de intervenção ergonômica. Os programas de sucessos são aqueles que realizam um gerenciamento eficaz das ações ergonômicas, contendo análises de qualidade, planejamento de ações concretas que realmente modifiquem as situações de trabalho e deem manutenção das correções.

Ressalta-se ainda, conforme Nogueira e Venanzi (2016), que é urgente e pertinente ouvir o trabalhador, experiente no trabalho real quando quaisquer modificações forem realizadas. O contato com este tornará o projeto mais propício ao sucesso. A integração das áreas também é essencial para que haja eficácia no gerenciamento: Setor de engenharia, Segurança do Trabalho, Recursos Humanos e área médica, devem estar integrados. Não deve ser descartada ainda a necessidade, em alguns casos, de contratação de consultoria externa, mas que essa seja especializada e disponível para análise do trabalho real. Importante estar atentos para que não tenhamos apenas laudo de apontamento de risco, pois esta ação não caracteriza gerenciamento ergonômico. Portanto, devem-se tratar os riscos como potenciais locais para modificações e intervenções (reprojetar os locais que envolvam probabilidade de riscos em acidentes).

A prevenção sempre será a alternativa de mais baixo custo, além de ser aquela que trará à empresa a responsabilidade social necessária para se manter no patamar das empresas que se preocupam com seu bem mais rentável: a vida humana.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, J. et al. **Introdução à ergonomia**: da prática à teoria. São Paulo: Edgard Blücher, 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho**. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>. NORMA REGULAMENTADORA NR 17 – Ergonomia. Ministério do Trabalho, Brasil, 1978.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho**. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>. NORMA REGULAMENTADORA NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de segurança e em medicina do trabalho, Brasil, 1978.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Classificação brasileira de ocupações. Brasília, 2002. Disponível em: . Acesso em: 30 maio 2016.
- DUL, J.; WEERDMEESTER, B. **Ergonomia prática**. 3. ed. (rev. e ampl.). São Paulo: Blücher, 2012.
- FLEURY, A. C. C; VARGAS, N. Organização do Trabalho. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1983.
- GOMES FILHO, J. **Ergonomia do objeto**: sistema técnico de leitura ergonômica. 2. ed. (rev. e ampl.). São Paulo: Escrituras, 2010
- GRANDJEAN, E.; KROEMER, K.H.E. **Manual de ergonomia**: adaptando o trabalho ao homem. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. - Fundamentos de metodologia científica. 4.ed., São Paulo, Atlas, 2001. 288p.
- MONTMOLLIN, M. **Introducción a la ergonomía**. Madrid: Aguilar, 1971
- LEPLAT, J. (1972). La Psychologie du travail en ergonomie. In Reuchlin, M. (org.), *Traité de Psychologie appliquée*. Paris: PUF.
- MARANHÃO, Mauriti. **ISO SERIE 9000-VERSAO 2000**. Qualitymark Editora Ltda, 1993
- MURREL, K. F. H. *Ergonomic: man in his working environment*. London: Chaoman et Hall, 1965
- SELF (Société d'Ergonomie de Langue Française). Disponível em <http://ergonomie-self.org/la-self/mission/>
- WISNER, A. Diagnosis in ergonomics or the choice of operating models in field research. *Ergonomics*, 15, 6, 60-620, 1972
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- TRIVIÑOS, A. N. S. - *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.
- OCCUPATIONAL HEALTH AND SAFETY ASSESSMENT SERIES. OHSAS 18001: especificação para sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho. São Paulo, 2007
- NOGUERIA, VENANZI, 2016. *Ergonomia: Teoria e Prática*. In. VENANZI,D; SILVA, O. R. (Org.) . *Introdução à engenharia de produção : conceitos e casos práticos*. 1a.. ed. Rio de Janeiro: LTC- Grupogen, 2016. v. 1. 255-295p .

Trabalho em ONG's: Relação Prazer e Desgaste e as contribuições da Terapia Ocupacional

Autores: Lilian de Fatima Zanoni Nogueira (Universidade de Sorocaba);
lilian.zanoni@prof.uniso.br *

Soraya Diniz Rosa (Universidade de Sorocaba) soraya.rosa@prof.uniso.br

Suzana Pêgo dos Santos (Universidade de Sorocaba);s.p.santos@hotmail.com

Carla Sandrine da Silva (Universidade de Sorocaba); carlatosilva@yahoo.com.br

Luana Magueta (Universidade de Sorocaba);lilian.zanoni@prof.uniso.br

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar as cargas psicofisiológicas, desgaste e prazer no trabalho de trabalhadores de Organizações Não Governamentais (ONGs) de Sorocaba e Região. Existe uma especificidade nos trabalhadores que atuam em Ongs, já que se trata de instituições que desenvolvem trabalhos à comunidade, muitas vezes de maneira voluntária. Historicamente os profissionais dessas instituições atuaram de maneira voluntária, o que acarretou em muitas vezes precarização das condições de trabalho. Esta pesquisa, baseada numa abordagem qualitativa, voltou-se para dados que foram produzidos pelas interações interpessoais, provenientes da coparticipação das situações em que os informantes estiveram envolvidos, procurando o pesquisador analisá-las a partir do conjunto de significações que estes atribuíram aos seus atos. Utilizou na pesquisa de campo, questionário com profissionais de quatro instituições. Os resultados demonstram que apesar de alguns déficits característicos do terceiro setor, tais como, baixos salários, polivalência e sobrecarga de trabalho, há relação de "sentido do trabalho" para a maior parte dos sujeitos pesquisados. Esse fato tem relação direta com a identificação do trabalhador com a causa da ONG, que para além da satisfação profissional, traz satisfação pessoal ao sujeito. Observou-se ainda autonomia no processo criativo da atividade real de trabalho, permitindo que o sujeito, mesmo diante do sofrimento ocasionado pelas condições e organização do trabalho, desenvolva estratégias de defesa capazes de impedir ou postergar o adoecimento. Como proposta é necessário que haja um reconhecimento do trabalhador de ONGs enquanto assalariado. No imaginário popular as instituições não governamentais são aquelas mantidas pelo trabalho voluntário. O cenário apresentado nessa pesquisa indica que o voluntariado nas instituições é existente, porém a remuneração de pessoas em troca de seu trabalho caracteriza ambientes de trabalho que se assemelham a outros setores. Todos estão propensos a seguir legislação trabalhista, atender demanda de mercado, ser influenciado pela condição econômica do país. É pertinente ainda que sejam reavaliados os processos de trabalho de cada ONGs possibilitando melhora no trabalho real. Nesse ponto é essencial atender as especificidades de cada uma das instituições. As modificações propostas resultarão à instituição condições saudáveis de trabalho, bem como ampliação de resolutividade da atividade desenvolvida pela ONGs. A Terapia Ocupacional na

saúde do trabalhador atua de maneira abrangente, uma vez que pensa desde a prevenção de riscos no ambiente de trabalho, até a reabilitação do sujeito em seu cotidiano. Conclui-se ser pertinente reorganizar os processos de trabalho e conduzir grupos com temas relacionados à qualidade de vida e reflexão sobre trabalhar. Essa pesquisa possibilita ampliar e estimular o olhar para a saúde/cuidado do trabalhador e mesmo das instituições/organizações pelos diversos campos de saberes, com vistas a enriquecer produções na área e fomentar para além de pesquisas intervenções que minimizem o adoecimento no trabalho e o reconheçam também como passível de prazer.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Saúde do Trabalhador, ONGs.

Abstract: This research aims to investigate psychophysiological loads, attrition and pleasure at work in workers from Non Governmental Organizations (NGOs) of Sorocaba and Region. There is a specificity in the workers who work in NGOs, since these are institutions that develop work in the community, in some cases, on a voluntary basis. Historically the professionals of these institutions have acted voluntarily, causing precarious working conditions. This research, based on a qualitative approach, had the data produced by the interpersonal interactions, from the coparticipation of the situations in which the informants were involved, seeking the researcher to analyze them from the set of meanings they attributed to their actions. In the field research, he used a questionnaire with professionals from four institutions. The results show that although some characteristic deficits of the third sector, such as low wages, polyvalence and work overload, there is a relation of "sense of work" for most respondents. This fact is directly related to the identification of the worker with the cause of the NGO, which in addition to the professional satisfaction, brings personal satisfaction to the subject. Autonomy was also observed in the creative process of real work activity, allowing the subject, even in the face of suffering caused by the conditions and organization of work, to develop defense strategies capable of preventing or delaying illness. As a proposal it is necessary that there is recognition of the NGO worker as an employee. In the popular imagination, non-governmental institutions are those maintained by volunteer work. The scenario presented in this research indicates that volunteering in institutions is existing, but the remuneration of people in exchange for their work characterizes work environments that resemble other sectors. All are likely to follow labor laws, meet market demand, be influenced by the economic condition of the country. It is also pertinent to reevaluate the work processes of each NGO, thus improving real work. It is essential to take account of the specificities of each institution. The proposed changes will result in healthy working conditions, as well as an increase in the resolution of the activity developed by NGOs. Occupational Therapy in the health of the worker acts comprehensively, since he thinks from the prevention of risks in the work environment, to the rehabilitation of the subject in his daily life. It is concluded that it

is pertinent to reorganize work processes and lead groups with themes related to quality of life and reflection on work. This research intends to be able to broaden and stimulate a look at the health / care of the worker and even of the organizations by the different fields of knowledge, with the purpose of enriching productions in the area and foment interventions that minimize the illness at work and also recognize it as liable to pleasure .

Keywords: Occupational Therapy, Occupational Health, NGOs.

INTRODUÇÃO

O trabalho é imprescindível na constituição da saúde e identidade do sujeito adulto. De acordo com Lancman e Ghirardi (2002, p. 45), através dele "serão estabelecidas as trocas materiais e afetivas, e também as relações sociais, que permitirão a complementação da identidade individual do sujeito". No entanto, pode constituir-se via de mão dupla: ora produtor de prazer, que se configuram como a capacidade de diminuição da carga psíquica, no que se refere à relação subjetiva da pessoa com seu trabalho, ora de desgaste quando se opõe a essa diminuição, conforme Dejours (2007).

Mais do que vender força de trabalho em busca de remuneração, Lancman e Sznelwar (2004) discorrem acerca de outras funções desse, tais como a remuneração social, entendendo o trabalho enquanto fator de integração a determinado grupo com certos direitos sociais. Destaca-se ainda a função psíquica do trabalho como um dos grandes alicerces de constituição do sujeito e de sua rede de significados. "Processos como reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência, mais do que relacionados à realização do trabalho, estão ligados à constituição da identidade e da subjetividade" (LANCMAN; SZNELWAR, 2004, p.29).

O trabalho contribui com o desenvolvimento das funções psíquicas do sujeito e de modo geral com o desenvolvimento psicossocial do mesmo, visto que do trabalho derivam parte das relações, possibilidades de independência financeira, autonomia entre outras.

Sob um olhar construído na psicodinâmica do trabalho "de que o trabalho é um elemento central na constituição da saúde e da identidade dos indivíduos adultos e o principal elo de ligação entre tais indivíduos e a sociedade" (CAVALCANTI; GALVÃO, 2007, p. 273)⁴, pretendemos compreender os significados que o trabalho tem na vida humana, em especial dos trabalhadores que atuam em Organizações Não Governamentais (ONGs).

Portanto, trabalho não é apenas sina, tortura, é realização e auto realização, quando conseguimos trabalhar com prazer, por prazer, quando desabrochamos a subjetividade em experiências de sociabilidade alternativa (DEMO, 2006 apud RIBEIRO, 2007, p.13).

O surgimento das ONGs remonta de períodos do regime militar, estabelecendo relação direta com as características da sociedade brasileira na época, tais como o autoritarismo, a modernização do país e o surgimento de uma nova sociedade organizada, que por conta de seus ideários de autonomia em relação ao Estado, acabavam por confundir-se com oposição política. Historicamente as ONGs datam dos anos 70, contudo esse processo caminha em progressão nas décadas de 80 e 90 (TACHIZAWA, 2002)⁶.

Essas entidades pioneiras surgem mais próximas às igrejas cristãs em uma vertente popular, que se ligam fundamentalmente aos movimentos comunitários de bairros, periferia e sindicais. As ONGs atuais são mais diversificadas quanto a suas origens mantendo relação com os movimentos sociais contemporâneos. Fazer uso de apenas uma definição de ONG, não contemplaria a totalidade e complexidade ao conceituar esse tipo de estrutura, visto à diversidade de definições presentes na literatura; contudo podemos apontar algumas características pertinentes a esse tipo de instituição. No terceiro setor no que se refere à estrutura econômica (da produção de bens e serviços), difere da economia de estado e de mercado, e não visa à obtenção de lucro. As ONGs são organizações baseadas principalmente no trabalho voluntário e voltadas para a defesa de direitos de cidadania, que combinam produção de serviços e controle social.

Estas têm estado presente e exercido forte influência na construção de causas que envolvem os direitos humanos, meio ambiente, saúde, educação, entre outras. Estas instituições geralmente são classificadas em dois grandes grupos. Aquelas que estão diretamente relacionadas a causas pessoais, como por exemplo, raça negra contra o racismo e outro grupo que defende causas que não necessariamente vivenciaram, tais como, instituições para pessoas que vivem em situações de rua, vítimas de abuso sexual, deficientes, entre outros (PINTO, 2006).

Acerca do trabalho em ONGs, observa-se segundo a ABONG em 2010, que haviam 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) no Brasil. Dessas instituições, 72,2% (210,0 mil) não possuíam sequer um empregado formalizado, apoiando-se em trabalho voluntário e prestação de serviços autônomo. Nas demais, estavam empregadas, em 2010, 2,1 milhões de pessoas, em sua maioria do sexo feminino, (62,9%).

A pesquisa realizada pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIED/ UFRJ) procurou saber as percepções de diferentes dirigentes de ONGs sobre as relações entre Estado, mercado e sociedade civil no Brasil (NETO, 2013). Para os representantes que participaram da pesquisa, a parceria com o Estado é uma via de mão dupla: representa a possibilidade de se estabelecer uma parceria estratégica que potencializa os resultados das ONGs, mas que traz simultaneamente uma série de obstáculos e impedimentos burocráticos que comprometem a autonomia destas instituições. É vista, ao mesmo tempo, como um dos principais obstáculos e como uma alavanca para os projetos das ONGs.

Profissionais que atuam no terceiro setor, exercem papel fundamental no desenvolvimento das ações realizadas dentro da instituição, na qual as funções de cada profissional, vai para além da especificidade de sua área, a chamada polivalência. Essa questão, portanto, não é uma particularidade do trabalho nas ONGs, mas no contexto do trabalho atual observa-se cada vez mais a exigência de que o trabalhador esteja preparado para aspectos, que muitas vezes dependem de várias formações específicas. Questiona-se ainda quais as repercussões dessa polivalência ao trabalhador. Esse tema já é apontado em estudos anteriores indicando sobrecarga no trabalho. (Scopel, 2005)¹⁰ Tal fato corrobora também na pesquisa ora realizada. Observa-se que o público que recorre às ações disponibilizadas pelas ONGs é numeroso, caracterizando uma demanda considerável, e muitas vezes o número de funcionários é insuficiente, além dos aspectos referentes à remuneração do trabalho. Conforme ABONG "sua remuneração era de 5,8 salários mínimos, bem menores do que a dos assalariados do total das organizações do CEMPRE (Cadastro Central de Empresas) 7,6 salários mínimos" (ABONG, 2014).

As oscilações sofridas no mercado atingem o Estado e a sociedade civil de um modo geral, pois o "capital" necessário à manutenção das ONGs pode vir a ser comprometido, já que as doações de pessoas físicas variam conforme a condição dessas pessoas. Observamos também que a viabilização de recursos públicos também oscila, de acordo com o mercado. Quando isso ocorre às instituições (ONG), devem manter-se em funcionamento, mesmo sem recursos, ocasionando corte de gastos, e num segundo momento os próprios funcionários podem sofrer o impacto, tendo como consequência atraso no recebimento dos salários, que quando perpetuada gera um desgaste ao mesmo, pois compreendemos que a remuneração é um item importante no que diz respeito às condições de trabalho, bem como para o reconhecimento no trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Esse estudo foi fundamentado numa metodologia de pesquisa qualitativa, uma vez que a abordagem voltou-se para dados que foram produzidos pelas interações interpessoais, provenientes da coparticipação das situações em que os informantes estiveram envolvidos, procurando o pesquisador analisá-las a partir do conjunto de significações que estes atribuíram aos seus atos.

O instrumento para coleta dos dados foi um questionário cujo roteiro foi formulado pelas autoras da pesquisa, com questões abertas e fechadas, buscando questões que abrangessem as temáticas relacionadas ao prazer e desgaste no trabalho. A coleta de dados foi realizada entre agosto de 2013 e dezembro de 2014. O roteiro previa questões que pudessem dar conta dessa temática, de forma que foi questionado sobre, valor salarial, carga horária despendida para trabalho, atividades que tem afinidade ou dificuldade no cotidiano de trabalho satisfação, relações com pares e chefias, bem como vínculo com clientela e causa da ONG. Houve ainda uma entrevista com os dirigentes da instituição, o que foi possível ser utilizado enquanto material de pesquisa após sua transcrição.

O objetivo geral dessa pesquisa foi investigar a respeito de trabalhadores de organizações não governamentais (ONGs) de Sorocaba e Região, sobre as cargas psicofisiológicas, desgaste e prazer no trabalho.

A coleta de dados foi realizada em 4 instituições de Sorocaba e região. A escolha das ONGs partiu inicialmente do interesse das pesquisadoras em fazer a coleta em instituições na cidade de Sorocaba, por estarem mais próximas geograficamente do município ao qual a Universidade está alocada. Havia ainda o conhecimento das pesquisadoras de forma indireta de algumas organizações, o que tornou possível escolher as instituições que tivessem alguma correlação com causas que abordam o cuidado com saúde mental, tema o qual interessa as pesquisadoras, já que se relaciona com a vida do trabalho. Os nomes tanto das instituições quanto dos entrevistados foram omitidos para preservação da identidade dos sujeitos, caracterizadas e identificadas então como ONG1, ONG2, ONG3 e ONG4.

Participaram da pesquisa 36 trabalhadores remunerados distribuídos nas 4 ONGs pesquisadas. Os critérios de inclusão utilizados foram: ser trabalhador remunerado dessas ONGs e os que aceitassem participar da pesquisa através da assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). O número de questionários respondidos foi totalizado em 36, que corresponde a 100% dos funcionários remunerados de cada instituição, sendo distribuídos: na ONG 1 - 12; ONG 2 - 10; ONG 3 - 7; ONG 4 - 7.

Os mesmos estão na faixa etária de 17 a 57 anos. Houve a predominância do gênero feminino sobre o masculino, 24 mulheres e 12 homens. Destes 09 atuam na área administrativa (Recepcionista, auxiliar, assistente e analista administrativo, Supervisor, assistente de comunicação), 03 em serviços gerais (motorista, limpeza, auxiliar de cozinha), 09 profissionais da área multiprofissional (psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social), 05 área educacional e 10 de outras profissões com cargos que são nomeados pelas ONGs, tais como agente de rede, redutor de danos, educador social e educador par. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Universidade de Sorocaba, parecer 532.616, de 13 de fevereiro de 2014.

A discussão dos dados coletados foi pautada na relação prazer e desgaste, já citada anteriormente na introdução. Para isso optou-se em dividir a análise em categorias que estão intrinsecamente ligadas ao processo de prazer e desgaste. As categorias são: 1- Relações de trabalho, 2- Organização do Trabalho e 3- Sentido do Trabalho. Para definição das categorias foram utilizadas duas questões abertas, que para os sujeitos foram apresentadas como: "O que mais gosta no trabalho?" e "O que menos gosta no trabalho?". Em um segundo momento, para tornar claros os resultados apontados pela primeira temática escolhida, utilizou-se outras duas questões que estabelecessem um contraponto com as primeiras no que se referem ao aspecto das relações, as questões "Qual seu grau de satisfação no relacionamento com seu supervisor direto" e "Qual seu grau de satisfação no relacionamento com seus colegas de trabalho, ambas

com respostas quantitativas, variando de uma escala de 1 (menor) e 10 (maior) grau de satisfação”.

Categoria 1- Relações de trabalho entre trabalhadores de ONGs

No contexto das relações no trabalho podemos observar pelos dados coletados que estas possivelmente estão equilibradas permitindo troca de saberes entre os funcionários das ONGs pesquisadas. Há reconhecimento dos pares, pois no contexto geral das ONGs, os funcionários responderam com uma nota acima de 8 sendo o máximo 10 para a questão : *Qual seu grau de satisfação do relacionamento com seu supervisor direto. (sendo 01 o pior/pouco e 10 o melhor/muito*. A questão do reconhecimento no trabalho, seja dos pares ou das chefias é essencial para que o trabalho tenha significado, já que na medida em que há reconhecimento pela atividade desenvolvida no trabalho, é possível ao trabalhador se identificar com a atividade.

No que se refere à qualidade das relações, observa-se que em cada ONG as relações no trabalho, embora seja essencialmente possibilitada pelas pessoas, podem ter influência direta das condições de trabalho e principalmente da organização do trabalho. Uma minoria dos trabalhadores relataram, por meio dos questionários estarem insatisfeitos com as relações com os colegas de trabalho e chefia.

Quanto ao tema “Reconhecimento”, deve-se considerar que anteriormente autores já relataram existir distintos grupos de trabalhadores. De acordo com Dejours (2001) há o grupo daqueles que em seu cotidiano de trabalho podem transparecer não gostar da atividade realizada, ou os que não se esforçam em seu contexto de trabalho, os desonestos, entre outros. E outro grupo, daqueles que se dedicam, fazem seu trabalho com esforço, investimento pessoal e energia, que almejam que essa contribuição e esforço seja reconhecido. Quando o reconhecimento não acontece e passa despercebido em meio à indiferença geral ou é negada pelos outros, pode ser perigoso para a saúde mental e acarretar o sofrimento.

O valor da atividade realizada e o valor do resultado do trabalho, pode ser avaliado ou reconhecido pelo outro (pares ou chefias). Sendo assim o papel do outro é de extrema importância, para a formação e consciência individual do processo de identidade, para tomada de decisões, criações, no saber fazer bem e na realização de si mesmo; reforçando e formando a identidade do indivíduo no trabalho e nas demais áreas da vida.

Se o investimento pessoal e a qualidade do fazer de trabalho obtiver reconhecimento pelo outro, o seu esforço, suas decepções, angústias e problemas obtidos no processo de seu trabalho, também serão menos sofridos e terão sentido fazendo com que o sofrimento não seja em vão, reconduzindo - o para um sentimento de alívio e prazer no trabalho realizado.

Observou-se que nas ONGs analisadas os funcionários são reconhecidos pelo seu trabalho e não por sua formação profissional, pois parte dos funcionários que fizeram parte desta pesquisa trabalham conforme a necessidade da ONG, muitas vezes em funções que não

condizem com sua formação. Por exemplo, em uma das ONGs um funcionário com formação em psicologia, é registrado como Educador social.

Categoria 2- A organização de trabalho nas ONGs pesquisadas

A organização do trabalho pode ser definida basicamente como trabalho prescrito (divisão das tarefas) e trabalho real (divisão dos homens), contudo ela desempenha um papel significativo na compreensão do sujeito, diante de sua relação com o trabalho, no que se refere ao sentido do trabalho, elaboração de estratégias defensivas e à construção do que Dejours (1994) intitula como trabalho equilibrante ou fatigante, esse último possível responsável pelo adoecimento mental no trabalho.

Para Dejours (2007b apud VIANA, 2008, p. 33), prazer-sofrimento inscreve-se numa relação subjetiva da pessoa com seu trabalho: "se um trabalho permite a diminuição da carga psíquica, ele é equilibrante. Se ele se opõe a essa diminuição, ele é fatigante".

Ao falarmos sobre a organização de trabalho definimos as características associadas pelos sujeitos pesquisados em relação ao prazer no trabalho. Os relatos foram divididos nos eixos: "Relações interpessoais" (inclui o citado como bom relacionamento entre equipe, clima organizacional), "trabalho dinâmico" (inclui a heterogeneidade de tarefas), "autonomia para realizar o trabalho" (inclui liberdade de poder expressar as ideias, autonomia que a instituição oferece para realizar meu trabalho), "metodologia" (que inclui lidar com pessoas em uma abordagem que concorda ideologicamente) "causa da ONG" (inclui compartilhar da ideologia da ONG), "contato com o público atendido" (inclui: contato com os beneficiários, trabalhar com os jovens).

O item "autonomia, ambiente de trabalho, funções que realiza, trabalho dinâmico e metodologia" dizem respeito à organização do trabalho e a estrita relação que o funcionário tem com o seu ambiente de trabalho. Desse modo pode ser um fator equilibrante, como também gerador de sofrimento, pois a organização do trabalho causa mobilização, uma vez que atua nos aspectos psíquicos e subjetivos dos sujeitos e influencia as suas relações, conforme afirma Dejours (1994, p. 126).

Quando em conflito com o desejo do trabalhador, a organização do trabalho que é sua realidade e imposta pelo outro (Dejours 1994, p.26), impede/dificulta a diminuição da carga psíquica, que fica elevada, tornando o trabalho fatigante, podendo ocasionar sofrimento.

Em relação às questões da organização do trabalho que caracterizam desgaste aos entrevistados foram subdivididas nos eixos: "Relações conflituosas" (definidas como a falta de comprometimento, desentendimentos e exclusões dentro da equipe), os "aspectos subjetivos" (não conseguir ajudar os frequentadores, desatenção dos alunos, desinteresse das atividades), a "organização do trabalho" (ausência de planejamento, não ter nada para fazer, divisão de regras, falta de organização do local, falta de organização em alguns aspectos da diretoria, falta de organização técnica, baixa remuneração e instabilidade financeira e profissional) e "condições

objetivas de trabalho” (não ter dia certo de pagamento, baixa verba pública, poucos recursos, burocracia, atividades sobrecarregadas, atraso na entrega das atividades, horário, muita demanda de criança e pouco profissional, as dificuldades externas relativas aos recursos mantenedores que interferem muitas vezes na execução de trabalho).

Em relação à organização do trabalho as respostas variaram, são 21% os sujeitos que relacionam o tema ao desgaste no trabalho. A maioria das respostas está relacionada com a forma como as ONGs se organizam. Assim como no item relações, observa-se que uma das ONGs pontua mais o desgaste atrelado à organização do trabalho, relacionamos esse dado à relatada ausência de planejamento, divisão de tarefas desproporcionalmente. Nesse sentido pode-se pensar que esse descontentamento é causado pela forma como o trabalho descrito é delimitado.

Ao entender trabalho prescrito como a divisão das tarefas, observa-se que essa sobrecarga de trabalho para alguns e diminuição de trabalho para outros, reflete no trabalho real (divisão dos homens), em relação de desgaste no trabalho.

Por fim o item intitulado “Condições objetivas de trabalho” pontuou 45% das respostas, que variaram entre questões referentes ao salário, recursos financeiros, horário, remuneração, demanda de atendimento alta e poucos recursos humanos.

Em relação às condições de trabalho, entendemos que a remuneração é um item essencial para verificarmos porque 45% dos sujeitos apontam as condições de trabalho como o que menos gostam. A questão da remuneração é considerada do uma necessidade básica de subsistência no trabalho. Na medida em que observamos que o grupo se divide quando se refere satisfação com a remuneração, torna-se relevante pensar na distribuição equitativa de tarefas, e até mesmo repensar se haveria outras formas de melhor remunerar, ou ainda outras formas de reconhecimento para esse trabalho.

Bezerra e Tavares (2009) também referem sobre a precarização do trabalho a partir de condições de trabalho, especificamente para os trabalhadores terapeutas ocupacionais que atuam em ONGs. Essa precarização se vê materializada pelas condições de contrato de trabalho, que na maioria das vezes é por prestação de serviço, sem garantia de direitos trabalhistas, contrato em tempo parcial, baixos níveis salariais.

Os itens levantados por alguns trabalhadores apontam para questões pertinentes também à organização do trabalho no que se refere à distribuição das tarefas, autonomia, e demais aspectos da mesma e por consequência as influências na qualidade das relações entre os funcionários devido ao estabelecimento dessa organização do trabalho não favorável. Uma das características que ilustram as dificuldades nas relações em decorrência dessa organização do trabalho nos sugere, por exemplo, ao que tudo indica, que os próprios trabalhadores têm suscitado estratégias defensivas, dentre elas o individualismo.

Ressalta-se que no questionamento sobre o prazer no trabalho, 100% dos sujeitos responderam, e nessa questão, relacionada ao desgaste, 11% dos sujeitos não responderam a

questão. É pertinente mencionar que na aplicação do questionário foi explicitado aos sujeitos que poderiam não responder questões que desejassem. Atribui-se a não resposta ao provável receio dos sujeitos, de que o conteúdo da pesquisa fosse levado aos superiores. O que indica um receio de manter-se no emprego. Pode-se supor ainda que alguns trabalhadores possam não querer realizar uma análise crítica do trabalho, o que obrigaria o sujeito a entrar em contato com o que causa desconforto ou desgaste. Não responder pode ser entendido também como uma estratégia de defesa individual.

O sofrimento é inerente ao ser humano, permeia todos os aspectos e fases do seu desenvolvimento, faz parte de suas funções psíquicas. Na fase adulta o sofrimento pode situar-se em diversos âmbitos, inclusive no ambiente de trabalho, assim todo trabalhador está sujeito ao sofrimento mental, e dentre os fatores que interferem para o desenvolvimento do sofrimento mental, está a organização do trabalho que geralmente é "um sofrimento não-reconhecido" (DEJOURS, 1992, p. 119) por ser invisível aos olhos.

Sofrer é ambivalente, pois ao mesmo tempo em que causa incômodos também ajuda o sujeito a elaborar "saídas" que evitem a doença, por exemplo, ao se sentir angustiado o sujeito sairá de sua zona de conforto de forma a tentar equilibrar a situação.

A angústia seria não um subproduto da libido represada, mas um sinal de perigo, "enviado" pelo eu no sentido de evitar o surgimento de algo muito mais ameaçador ao indivíduo, algo que poderia gerar uma angustia muito mais intensa. A angústia funcionaria então como sinal de desprazer que suscitaria da parte do eu uma reação de defesa passiva ou ativa, a fim de evitar uma situação de perigo mais importante e, conseqüentemente, uma angustia muito maior (DALGALARRONDO, 2000, p. 105).

Quando o trabalho gera sofrimento devido a uma organização do trabalho insuficiente em termos de promover condições adaptáveis ao trabalhador e ao exercício satisfatório do seu trabalho, pode haver elaboração de estratégias defensivas conforme sugere Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) em sua teoria, elas são ações elaboradas tanto individual quanto coletivamente pelos sujeitos como meio de inibir o surgimento ou a instalação de doenças, "mesmo intenso o sofrimento é razoavelmente bem controlado pelas estratégias defensivas, para impedir que se transforme em patologia" (DEJOURS, 1992, p. 120). As estratégias defensivas atenuam ou combatem o sofrimento e protegem os trabalhadores dos efeitos salubres à saúde mental.

Como cada sujeito é singular, o que propicia uma dinâmica diferente no trabalho há manifestação das estratégias defensivas, nos estudos de caso mostrados por Dejours em sua trajetória (DEJOURS, 1992), há diferentes tipos de estratégias defensivas elaborada tanto coletivamente quanto individualmente para o enfrentamento no trabalho e manter-se saudável.

Categoria 3- Sentidos do Trabalho nas ONGs pesquisadas

Para caracterizar a relação de prazer e desgaste adotou-se como categoria Sentido do Trabalho, que corresponde a possibilidade de identificação com o trabalho desenvolvido, no que se refere a autonomia, flexibilidade, reconhecimento pelos pares.

No que tange ao desejo de permanecer no atual emprego, aproximadamente 87% dos entrevistados pontuaram entre "8,9,10", e apenas 13% demonstraram menor interesse, apontando resultado inferior a "8".

O resultado apontado está estreitamente ligado ao sentido que esse trabalho tem na vida dessas pessoas. Se relacionarmos esse dado, com o dado quantitativo que relaciona o que os sujeitos gostam/se identificam com o trabalho, 50% dos motivos estão relacionados à causa/objetivo da instituição e à clientela atendida, que também contextualiza que os trabalhadores das ONGs, em muitos casos relacionam o trabalho aos objetivos pessoais de vida.

Sobre a identificação com a causa da ONG, expressa no questionamento da pergunta: *Quanto você concorda com a causa que esta ONG defende? (sendo 01 o pior/pouco e 10 o melhor/muito)* identifica-se que 89% dos sujeitos pontuaram "10", demonstrando total identificação com a causa da ONG e 11% dos entrevistados pontuaram "8 e 9", demonstrando identificação com a causa. Ou seja, 100% dos entrevistados concordam com a causa da ONG.

Para Dejours e Abdoucheli (2007 apud VIANA, 2008, p. 32), o sentido diz respeito àquilo que o sujeito atribui à sua relação na vivência com o trabalho. "[...] o sentido que o sujeito constrói é fortemente singularizado pela forma através da qual a situação atual de trabalho se encaixa, faz ressonância com as experiências passadas e expectativas atuais do sujeito; [...]".

Contudo para que o trabalho faça sentido faz-se necessário que o sujeito se sinta parte desse trabalho, ou seja, tenha o mínimo de autonomia, identificação, reconhecimento pelos pares, possibilidade de desenvolver sua criatividade, de ser desafiador, aponto de haver desejo de descobri-lo/transformá-lo e condições em termos gerais de organização do trabalho para que esse saldo seja positivo.

Vale lembrar que segundo Dejours (2004), o trabalho sempre implica um confronto com o real, e que esse confronto é gerador de sofrimento, contudo esse sofrimento só se tornará patogênico, quando não for passível de enfrentamento e mudança frente a repetição dos problemas, mas se superado/enfrentado por meio de estratégias defensivas pertinentes também possibilitará a transformação do sofrimento em prazer.

Segundo Dejours (2007, p. 21), o trabalho "é e continuará central em face da construção da identidade e da saúde, da realização pessoal, da formação das relações entre homens e mulheres, da evolução da convivência e da cultura".

CONCLUSÃO

A partir da análise dos dados, observa-se que apesar de características típicas do terceiro setor como baixos salários e atrasos, a grande maioria esboça desejo de permanência na instituição e concordância/identificação com a causa/temática da mesma, havendo assim a relação de "sentido do trabalho" para o sujeito, que para além da identificação e realização pessoal, encontra no espaço de trabalho da ONG maior flexibilidade diante a organização do trabalho. Observa-se maior autonomia no processo criativo da atividade real de trabalho, possibilitando a criação de estratégias defensivas mesmo diante do sofrimento decorrente das condições e organização do trabalho, evitando/postergando o adoecimento propriamente dito. Assim a relação de sentido estabelecida é positiva, ou seja, equilibrante que propicia prazer que é resultado do enfrentamento do sentido negativo (sofrimento) por meio das estratégias defensivas. Por isso, o sentido do trabalho é construído de maneira singular, sendo fator de adoecimento quando a pessoa não encontra espaço para atuar criativamente e equilibrante quando a pessoa usa autonomia para criar (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

No que se refere à construção da identidade desses trabalhadores, quase que a totalidade destes, tem estabelecido relação de sentido com o trabalho, que ao decorrer da análise teve como aspecto predominante a identificação com a causa da ONG e do trabalho desenvolvido, que para além da satisfação profissional, traz satisfação pessoal ao sujeito.

Conclui-se que para os trabalhadores das ONGs pesquisadas constituem um trabalho equilibrante, que permite a diminuição da carga psíquica, na medida em que estabelecem uma relação de identificação com os resultados do trabalho. "o trabalho não é apenas um teatro aberto ao investimento subjetivo, mas também como espaço de construção do sentido e, portanto, de conquista da identidade, da continuidade e historicização do sujeito" (DEJOURS, p.143, 1994). Ainda que os trabalhadores envolvidos nessa pesquisa tenham referido falhas no terceiro setor no que se refere, à remuneração, burocracia dos projetos, dificuldade/demora na captação dos recursos para realização das atividades de trabalho etc, conseguem vivenciar o prazer no no trabalho por meio da organização do trabalho que mostra-se mais flexível na maioria dos casos.

[...] vivenciar prazer, mesmo em contextos precarizados, desde que a organização do trabalho ofereça condições para o trabalhador desenvolver três importantes ações: mobilização da inteligência prática, do espaço público da fala e da cooperação (MENDES, 2007, p. 51).

Desse modo faz-se necessário influir sobre a organização do trabalho, a qual por meio de recursos diversos pode vir a ser alvo de intervenção na área, bem como da Terapia Ocupacional, trazendo melhores resultados aos trabalhadores e á instituição. As ações profissionais dos terapeutas ocupacionais vão desde as estratégias de promoção (projetos de qualidade de vida etc), prevenção (eliminação e controle de causas do adoecimento) e na

reabilitação de perdas/alterações decorrentes das doenças ocasionadas pelo trabalho ou que impeçam a atividade de trabalho.

É possível uma intervenção frente às questões observadas nas ONGs pesquisadas, principalmente nos aspectos referentes à organização do trabalho, relações e sentido do trabalho, itens que caracterizaram risco ou mesmo desgaste para a saúde do trabalhador. A observação do ambiente de trabalho e a análise da atividade real de trabalho, pode fornecer maiores subsídios para intervenção propriamente dita, de acordo com a demanda específica do sujeito/ou grupo.

O terapeuta ocupacional, de acordo com De Carlo e Bartalotti (2001), atua "pela ação, atitude, fazer, produto, isto é, sobre a relação do trabalhador e seu trabalho, contextualizado no ambiente e na cultura organizacional, considerando a avaliação e a análise da atividade laboral, seu principal recurso" (p. 160). A realização das atividades pressupõe análise, avaliação, elaboração e aplicação das mesmas, podendo ser estas atividades gerais e terapêuticas, aplicadas em forma de atividades artísticas e artesanais; grupos operativos e de reflexão; atividades psicodramáticas, jogos cooperativos, discussões, palestras, abordagens, visitas setoriais, domiciliares, institucionais, relaxamento, atividades corporais.

Em relação à intervenção profissional na área pesquisada compreende-se que a análise de atividade deve ser fomentada a partir da observação sistemática do trabalho prescrito e da minuciosa e participativa análise do trabalho real, que deve ser realizada com o trabalhador, entendendo o contexto da vida cotidiana do trabalho. Esta análise também deve ser desenvolvida em etapas que definem os riscos, interlocução entre as relações de trabalho, cultura organizacional e outros aspectos relacionados à organização do trabalho (hierarquia, processos de comunicação)

Entende-se que inicialmente é necessário que haja um reconhecimento do trabalhador de ONGs enquanto assalariado. No imaginário popular as instituições não governamentais são aquelas mantidas pelo trabalho voluntário. O cenário apresentado nessa pesquisa indica que o voluntariado nas instituições é existente, porém a remuneração de pessoas em troca de seu trabalho caracteriza ambientes de trabalho que se assemelham a outros setores. Todos estão propensos a seguir legislação trabalhista, atender demanda de mercado, ser influenciado pela condição econômica do país.

É pertinente ainda que seja reavaliado os processos de trabalho de cada ONGs possibilitando melhora no trabalho real. Nesse ponto é essencial atender as especificidades de cada uma das instituições. Por essa reavaliação será possível que os processos de trabalho sejam adequados de forma a promover autonomia, melhorar divisão de tarefas e processos comunicativos, estimular a criatividade e mobilizar a inteligência de cada um dos trabalhadores. Todas essas mudanças resultarão à instituição condições saudáveis de trabalho, bem como ampliação de resolutividade da atividade desenvolvida pela ONGs.

Pensar esse tema possibilita ampliar e estimular o olhar para a saúde/cuidado do trabalhador e mesmo das instituições/organizações pelos diversos campos de saberes, com vistas a enriquecer produções na área e fomentar para além de pesquisas intervenções que minimizem o adoecimento no trabalho e o reconheçam também como passível de prazer.

REFERÊNCIAS

- Abong - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. Disponível em: <<http://abong.org.br/ongs.php>> Acesso em: 12 janeiro 2014.
- Bezerra, W.C; Tavares, M. M. F. A precarização do trabalho no "terceiro setor": um estudo a partir da realidade da Terapia Ocupacional em Maceió-AL. In.: **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, Jan-Jun 2009, v. 17, n.1, p. 25-32.
- Cavalcanti A, Galvão C. **Terapia ocupacional: fundamentação & prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.
- Dalgalarondo P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed; 2000.
- Dejours C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez; 1992.
- Dejours C. Trabalho, Subjetividade e Ação. **Rev Prod** [periódico na Internet]. 2004 [acesso em 23 out. 2015]; 14(3): 27-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prod/v14n3/v14n3a03.pdf>.
- Chizzotti A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez; 2001.
- Dejours C, Abdoucheli E, Jayet C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas;1994.
- Dejours C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 2001
- Dejours C. **A carga psíquica do trabalho**. In: DEJOURS C, Abdoucheli E, Jayet C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas; 2007.
- Lancman S, Ghirardi MI. Pensando novas práticas em terapia ocupacional, saúde e trabalho. **Rev de Ter Ocup Univ São Paulo** [periódico na Internet]. 2002 [acesso em 23 out. 2015]; 13(2): 44-50. Disponível em: www.revistas.usp.br/rto/article/download/13895/15713
- Lancman S, Sznelwar L. **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2004.
- Lancman S. **Saúde, trabalho e terapia ocupacional**. São Paulo: Roca; 2004.
- Mendes AM. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do psicólogo; 2007.
- Ribeiro AM. **O Sentido do trabalho para trabalhadores de organizações**. 2007. 92f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2007.

Tachizawa T. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGS e estratégias de atuação**. São Paulo: Atlas; 2002.

Prado de Carlo MMR, Bartalotti CC. **Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Plexus; 2001.

Pinto CR. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **Rev de Ciênc Sociais**[periódico na Internet]. 2006 [acesso em 23 out. 2015]; 49(3): 651-613. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a08v49n3.pdf>

NETO, F. L. **Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

Scopel MJ. **Retorno ao trabalho: trajetória de trabalhadores metalúrgicos portadores de LER/DORT**. [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2005. [acesso em: 10 dez 2009]. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7233/000497098.pdf?sequence=1>

VIANA EAS. **Sentido do trabalho: discurso dos trabalhadores de uma organização do terceiro setor em Belo Horizonte**. 2008. 179f. Tese (Mestrado Acadêmico em Administração) – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2008.